SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 26 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3644

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3575, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação e designação dos membros do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, nos termos do Decreto nº 3546/2026, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito Municipal do Município de Boa Esperança do Iguaçu, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto N° 3546/2026 Ato Normativo que criou o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados e designados os membros para compor o **Comitê Estratégico Municipal**, conforme as representações estabelecidas, nos termos seguintes:

I – Presidente:
Maria Edinéia Sousa Vargas Pretto — Secretária Municipal de Educação.

II – Vice-Presidente:
Ana Paula Cappellesso Cecato — Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

III – Membros Representantes:
a) Coordenação Pedagógica da Educação Infantil: Angelica Antunes Correa de Souza;
b) Articulação Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: Silvane Klunk;
c) Direção das unidades escolares da Rede Municipal: Sandra Maria Martins da Rocha;
d) Corpo docente da Rede Municipal de Ensino: Marinês Provin Martendal.

Art. 2º O mandato dos membros designados por este Decreto terá a duração de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:23A032AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
EDITAL Nº 007/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, juntamente com COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma de Resolução 003/2026 do CMDCA torna público o resultado Final da eleição suplementar dos membros do Conselho Tutelar do município de Boa Esperança do Iguaçu, realizada no dia 15 de outubro de 2026.

Classificação Geral Suplentes	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Clair Bez	411
2º	Neivo Rodrigues Batista	219
3º	Elaine dos Santos Grassi	86
4º	Rosemari de Oliveira Alves	28
5º	Evelin de Souza	21
6º	Marilei Ramos Rodrigues	01

Boa Esperança do Iguaçu, 23 de outubro de 2026.

ALESSANDRA NASCIMENTO
Presidente CMDCA / Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:5EFCBF2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1899/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 1899/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a Designação da Comissão de Gestão, Estratégia, Seleção e Fiscalização dos Recursos oriundos da Lei nº. 14.399/2022 – Lei Aldir Blanc – Ciclo 2 e dá outras Providências.

Givanildo Trumi, Prefeito Municipal do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº. 14.399 de 08 de julho de 2022 - Lei Aldir Blanc, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento a Cultura – PNAB;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto nº. 11.740, de 18 de outubro de 2023, que regulamenta a lei nº. 14.399/2022;
CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de membros para comporem a Comissão de avaliação, seleção e fiscalização dos recursos oriundos da Lei em comento;

RESOLVE:
Art. 1º. Fica Designada a Comissão de Avaliação, Seleção e Fiscalização da Lei nº. 14.399/2022, composta pelos servidores:

PRESIDENTE:
Nome: CLECI CAVALLI DA ROCHA
Função: Diretora do Departamento de Cultura
MEMBROS:
Nome: RAFAEL JOSE GAVA
Função: Financeiro
Nome: SUELLEN CRISTINA DO NASCIMENTO DELA JUSTINA
Função: Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC
Nome: ALESSANDRA JERONIMO PAGANINI
Função: Procuradora Jurídica
Nome: LEANDRO CARLOS CECATO
Função: Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC

Art. 2º. São Atribuições da Comissão de Avaliação, Seleção e Fiscalização de que trata o artigo anterior:
I - Realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;
II - Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município, para a distribuição dos recursos na forma prevista na Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, e observando-se o artigo 4° deste decreto;
III - Responsável pela análise e seleção dos projetos/propostas apresentadas pelos proponentes através dos chamamentos públicos realizados para atendimento da Lei em comento;
IV - Acompanhar e orientar os processos e providências necessárias;
V - Acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município;
VI - Fiscalizar a execução dos recursos transferidos, em âmbito municipal;
VII - Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município de Boa Esperança do Iguaçu.
VII - Fiscalizar o cumprimento da contrapartida social.

Art. 3º. As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples dos presentes nas reuniões.
Parágrafo Único: os trabalhos da Comissão serão registrados em ata, assinada pelos presentes e disponibilizadas no sítio oficial do Município.
Art. 4º. A Atuação dos membros da Comissão não será remunerada, sendo a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura responsável por viabilizar as condições técnicas para a realização de suas atividades e o bom funcionamento dos trabalhos.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, EM 23 DE OUTUBRO 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:41382043

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1900, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo de Gestão e Rescisão Contratual referente ao Contrato Administrativo nº 45/2026, celebrado com a empresa ZEEPO MOTORS DO BRASIL LTDA, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições institucionais asseguradas pela Lei Orgânica do Município, e com amparo no disposto nos artigos 137, § 2º, e 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021:

CONSIDERANDO a celebração do Contrato Administrativo nº 45/2026, originário do Pregão Eletrônico nº 017/2026 (Processo Administrativo nº 027/2026), destinado ao fornecimento de 01 (um) Trator Agrícola de Pneus novo;

CONSIDERANDO a subordinação e o aporte vinculados ao Convênio SECID nº 171/2026, firmado em parceria com o Governo do Estado do Paraná e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE;

CONSIDERANDO a documentação subscrita pela empresa ZEEPO MOTORS DO BRASIL LTDA acatando a dissolução contratual consensual isenta da cominação de sanções de natureza pecuniária ou restritiva, fundada em entraves logísticos e desabastecimento externo;

CONSIDERANDO as balizas estabelecidas no Parecer Técnico nº 01/2026, expedido pelo Departamento de Desenvolvimento Rural, bem como a orientação exarada pela Procuradoria Jurídica do Município, que orienta a indispensabilidade da regular condução do procedimento formal,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO CONTRATUAL, tendo por escopo a regular tramitação, processamento e conclusão do Termo de Rescisão Amigável/Consensual do Contrato Administrativo nº 45/2026, sem incidência de sanções administrativas, resguardados os primados da ampla defesa e do contraditório.

Art. 2º Nomear os servidores adiante indicados para atuarem na instrução processual e operacionalização dos autos e posteriormente encaminhamento para a Comissão Processante:
FABRÍCIO BELETINI (Gestor do Contrato);
EDINEI BEGNINI (Fiscal do Contrato).

Art. 3º Estabelecer que a instrução dos autos contenha obrigatoriamente:

• Translado do Contrato nº 45/2026, do Instrumento Convocatório do Pregão nº 017/2026 e do Convênio SECID nº 171/2026;
• Cópia das Notas de Empenho nº 3274/2026 e nº 3275/2026, acompanhadas das correspondentes Ordens de Compra nº 1558-000/2026 e nº 1559-000/2026;
• Notificação enviada pelo Setor de Compras e formal pronunciamento da contratada;
• Parecer Técnico nº 01/2026 e correspondente Parecer Jurídico.

Art. 4º Ordenar o envio do caderno processual integralmente constituído ao Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e à Secretaria de Estado das Cidades (SECID), viabilizando a prévia e formal chancela acerca da rescisão amigável e do consequente chamamento da proponente subsequente classificada no processo licitatório de referência.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu - PR, 23 de outubro de 2026

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:37623AFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1901, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 1901, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Designa Autoridades Sanitária do Município, na Gerência de Vigilância em Saúde, na Divisão Técnica de Planejamento de Saúde, na Divisão de Saúde Pública, na Divisão de Enfermagem e Epidemiologia, na Divisão de Farmácia, na Divisão de Vigilância Sanitária Municipal (coordenar as ações de prevenção e combate à dengue no Município), e na Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, e dá outras providências.

GIVANILDO TRUMI, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º - Designar como **Autoridades Sanitária do Município de Boa Esperança do Iguaçu-PR**, na Gerência de Vigilância em Saúde, na Divisão Técnica de Planejamento de Saúde, na Divisão de Saúde Pública, na Divisão de Enfermagem e Epidemiologia, na Divisão de Farmácia, na Divisão de Vigilância Sanitária, Vigilância Sanitária Municipal (coordenar as ações de prevenção e combate à dengue no Município), e na Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, os seguintes membros:

1. Jéssica Biavatti
- CPF: 086.901.059-05
- Cargo: Secretária Municipal de Saúde

2. Guilherme Mainardi
- CPF: 069.025.869-00
- Cargo: Enfermeiro

3. Alana Boing
- CPF: 079.653.129-30
- Cargo: Enfermeira

4. Marcelo Polawski
- CPF: 083.092.639-96
- Cargo: Agente de Combate às Endemias

5. Jaqueline Rodrigues
CPF: 071.644.829-77
Cargo: Chefe da Divisão de Enfermagem

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 1678, de 29 de maio de 2025, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Valcir Paim de Andrade
Código Identificador:3FEC204A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR - CONTRATO 153/2025

TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR
Contrato 153/2025
Termo Aditivo: 3/2026
Licitação: Concorrência Eletrônica n° 008/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: LB ENGENHARIA, ESTABELECIDA NA AVENIDA NICOLAU INÁCIO, Nº 960, CENTRO, NA CIDADE DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento, montagem e execução de um barracão industrial com uma área toda de 240m², Contrato de Repasse OGU nº 972443/2024 - Operação 1099792-25 - Programa Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços - Construção de barracão industrial.
Valor do aditivo: R$ 27.899,45 (vinte e sete mil e oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos)
Prazo de Vigência: 26/11/2026 à 26/12/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 23 de outubro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:12C22B24

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 332 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 135.406,50 (cento e trinta e cinco mil quatrocentos e seis reais e cinquenta centavos), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
06.03.12.365.0003.2.027.3.3.90.30 (2208)	1040	35.000,00
06.03.12.365.0003.2.027.3.3.90.30 (2598)	102	20.406,50
06.03.12.365.0003.2.028.3.3.90.30 (3027)	1040	30.000,00
07.02. 1030100072.035. 3.3.50.43 (357)	303	2.037,80
08.02.08.245.0008.2.045.3.3.90.39 (2339)	000	27.962,20
10.01.20.608.0013.2.049.3.3.90.30 (586)	000	20.000,00
TOTAL		**135.406,50**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
06.03.12.365.0003.1.014.4.4.90.52 (251)	102	20.406,50
TOTAL		**20.406,50**

II – Excesso de arrecadação – Rec. Livres:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00 (10)	000	50.000,00
TOTAL		**50.000,00**

III – Excesso de arrecadação – Rec. Vinculados:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR

1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 (113)	1040	65.000,00
TOTAL		**65.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 23 de outubro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:4F485938

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 333 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
02.01.04.122.0002.2.002.3.1.90.11 (12)	000	25.000,00
12.01.28.846.0000.0.001.3.3.90.47 (639)	000	63.000,00
TOTAL		**88.000,00**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
08.01.08.244.0008.1.026.4.4.90.51 (450)	000	5.000,00
08.02.08.245.0008.2.043.3.3.90.30 (467)	000	5.000,00
08.02.08.245.0008.2.043.3.3.90.36 (472)	000	3.000,00
08.02.08.245.0008.2.045.3.1.90.11 (482)	000	50.000,00
TOTAL		**63.000,00**

II – Excesso de arrecadação – Rec. Livres:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00 (10)	000	25.000,00
TOTAL		**25.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 23 de outubro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:A10407CB

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DL 28/2026 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 325/2026.

Espécie: Extrato do Contrato nº 325/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Provence Veiculos S/A. CNPJ: 07.681.092/0001-61. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de revisão automotiva, com garantia concedida pelo fabricante, destinados à manutenção de 20.000 km do veículo oficial marca Citroen, modelo AirCross, placas UBE6B97, pertencente à frota do Departamento de Esportes. Valor: R$ 1.415,06 (um mil, quatrocentos e quinze reais e seis centavos). Origem: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 28/2026. Fundamento Legal: Artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21. Elemento de despesa (2622) Fonte: 000. Data da assinatura 22/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Andre Rodolfo dos Santos, pela empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:763B04F0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DL 28/2026 - TERMO DE DISPENSA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA

DISPENSA POR JUSTIFICATIVA: 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 186/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 5.563/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 75. É dispensável a licitação:
IV - para contratação que tenha por objeto:
a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-000, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **PROVENCE VEICULOS S/A,** inscrita no CNPJ sob o n.º 07.681.092/0001-61, com sede na Av. Ernesto Vilela, nº 1818, Bairro Nova Russia, CEP: 84.070-000, no município de Ponta Grossa – PR, neste ato representada pelo Sr. Andre Rodolfo dos Santos, portador do CPF 007.012.219-92 e do RG 7.509.698-4.

OBJETO
Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de revisão automotiva, com garantia concedida pelo fabricante, destinados à manutenção de 20.000 km do veículo oficial marca Citroen, modelo AirCross, placas UBE6B97.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 1.415,06 (um mil, quatrocentos e quinze reais e seis centavos).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Gestão/Unidade:	06.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	2781200222.032 - Manutenção e Fomento ao Esporte
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU
Desdobrado:	2622 - OUTROS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVA
Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
O Departamento Municipal de Esportes possui em sua frota oficial o veículo Citroën Aircross, placas UBE6B973, utilizado no atendimento das demandas administrativas, transporte e apoio às atividades esportivas desenvolvidas pelo Município de Chopinzinho.
Considerando a necessidade de realização da revisão preventiva programada dos 20.000 (vinte mil) quilômetros, conforme previsto no plano de manutenção do fabricante, destaca-se que os serviços devem ser executados em concessionária autorizada da marca, visando garantir a manutenção da garantia de fábrica do veículo.

A realização das revisões periódicas em rede autorizada é condição indispensável para preservação da garantia contratual/fabril, além de assegurar o adequado funcionamento mecânico, a segurança dos usuários, a confiabilidade e a durabilidade do veículo utilizado nas atividades do Departamento Municipal de Esportes.
A contratação de concessionária autorizada Citroën justifica-se pela necessidade de execução dos serviços conforme o plano oficial de manutenção, mediante utilização de equipamentos adequados, profissionais habilitados e procedimentos técnicos estabelecidos pelo fabricante.
Ressalta-se que a revisão preventiva programada contempla serviços essenciais de inspeção, substituição de componentes e verificação geral das condições do veículo, medidas necessárias para garantir segurança, desempenho e continuidade da utilização da frota pública municipal.
Registra-se que a empresa anteriormente representante da marca Citroën no município de Pato Branco/PR encontra-se com situação cadastral baixada, conforme comprovante da Receita Federal do Brasil a ser anexado ao processo. Diante dessa circunstância, buscou-se atendimento junto à concessionária autorizada Provence Veículos S/A, localizada em Ponta Grossa/PR, para a realização da revisão preventiva programada.
Destaca-se a necessidade de celeridade na contratação, considerando que o veículo oficial já se encontra temporariamente parado, aguardando a realização da revisão preventiva de 20.000 quilômetros, situação que limita sua disponibilidade para atendimento das demandas administrativas e operacionais do Departamento Municipal de Esportes.
A contratação deverá observar o disposto no art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante comprovação dos requisitos legais aplicáveis:
"*Art. 75. É dispensável a licitação:*
IV – Para contratação que tenha por objeto:
a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia."
Dessa forma, a contratação pretendida visa assegurar a adequada manutenção preventiva do veículo oficial, a preservação da garantia de fábrica, a segurança dos usuários e a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Esportes.
Por fim, registra-se que os valores apresentados para execução dos serviços encontram-se compatíveis com os praticados no mercado e condizem com os procedimentos padronizados estabelecidos pela fabricante para revisões programadas do veículo.
Chopinzinho-PR, 22 de outubro de 2026.

CASSIA TRÊS
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO
Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.
AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.
Chopinzinho-PR, 22 de outubro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:BA0ACCA9

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2026.

Extrato Contrato do Pregão Eletrônico nº 90054/2026. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO COMPLETA EM TELEFONIA VOIP, CONTEMPLANDO PABX IP EM NUVEM, LICENCIAMENTO, ASSINATURAS SIP (LINHAS TELEFÔNICAS DIGITAIS), PACOTE DE MINUTOS ILIMITADO PARA LIGAÇÕES LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA, ALÉM DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO E MANUTENÇÃO. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Os serviços objeto desta licitação deverá ser executados pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, conforme detalhamento constante neste Termo de Referência, e prazos abaixo: Os serviços de instalação, configuração e ativação deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias do recebimento da ordem de serviço e realizados de forma ininterrupta até a conclusão dos trabalhos dentro de no máximo até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato. Os serviços de manutenção do tronco SIP, licenciamento do PABX IP em nuvem, bem como a manutenção e portabilidade da faixa de numeração telefônica institucional existente (faixa DDR de até 100 números/ramais), serão prestados de forma contínua pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, ficando expressamente vedada a cobrança de qualquer taxa adicional a título de manutenção de blocos DDR, portabilidade ou numeração. O serviço de Instalação de Interconexão de voz será no Paço Municipal, no seguinte endereço: Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, Bairro São Miguel, durante o horário de expediente: de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 11h30min e das 13h às 16h30min. A configuração dos equipamentos deverá ocorrer dentro do horário de expediente dos prédios públicos, de segunda a sexta-feira. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O pagamento da fatura referente à licença e à assinatura será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, condicionado à comprovação do adimplemento integral das obrigações assumidas pela Contratada. O pagamento estará sujeito à dedução de eventuais glosas e notas de débito, bem como à verificação da regularidade fiscal da Contratada perante os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (incluindo o Município de Chopinzinho, no caso de empresas sediadas em outros Municípios), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme disposições deste Termo de Referência. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretarias de Administração e Finanças Gestão/Unidade: 03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO. Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) 504 - Royalties e Outras Compensações Financei. 510 Taxas - Exercício Poder de Polícia Programa de Trabalho: 0412200022.006 - Manutenção do Departamento de Administração, Compras e Assessorias Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU Desdobrado: 1258/1259/2668 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E C. Nota de Empenho: Não se aplica. Município de Chopinzinho e Contrato nº 323/2026 - VOXCITY TECNOLOGIA LTDA - Contratada, Valor Total do Contrato: R$ 6.000,00 (seis mil reais). Data da assinatura: Chopinzinho-PR, 20 de outubro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:B4F372E1

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ARP DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90061/2026.

Extrato da ARP do Pregão Eletrônico nº 90061/2026. Objeto: Registro de Preços para a futura e a eventual prestação de serviços de transporte de passageiros, por meio de locação de veículos com motoristas, sem dedicação exclusiva, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Os serviços serão solicitados (requisição ou nota de empenho) com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência, contados da data prevista para a realização dos serviços. O objeto desta licitação será realizado de forma PARCELADA, de

acordo com a autorização emitida pela Secretaria Municipal Requisitante. Partes: Município de Chopinzinho e ARP nº 328/2026 – E.B DO PRADO MOREIRA –TRANSPORTES LTDA - Contratada, Valor Total da ARP: R$ 506.150,00 (quinhentos e seis mil, cento e cinquenta reais). Data da assinatura: 23 de outubro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:FF90AC0C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2026

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 148/2026. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: C Lab Laboratório de Próteses Dentárias Ltda. CNPJ: 44.691.826/0001-10. Objeto: Supressão de quantidades e valores. Novo valor do Contrato: R$ 66.867,54 (sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026. Fundamento Legal: Artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 22/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Cristiani Baggio, pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:41A04098

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2026

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 149/2026. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Loreci Salete Pess Bonissoni Art'lab. CNPJ: 06.104.823/0001-43. Objeto: Supressão de quantidades e valores. Novo valor do Contrato: R$ 66.809,52 (sessenta e seis mil, oitocentos e nove reais e cinquenta e dois centavos). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026. Fundamento Legal: Artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 22/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Loreci Salete Pess Bonissoni, pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:660682DF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2026.

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 150/2026. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Yanagida Proteses Dentarias Ltda. CNPJ: 24.107.176/0001-05. Objeto: Supressão de quantidades e valores. Novo valor do Contrato: R$ 66.809,52 (sessenta e seis mil, oitocentos e nove reais e cinquenta e dois centavos). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026. Fundamento Legal: Artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 22/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Adolfo Minoru Yanagida, pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:AF543619

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 12/2026 - 2° TERMO DE INEXIGIBILIDADE

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 12/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO:65/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 1.064/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 – "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, por intermédio da Secretaria de Saude, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **C LAB LABORATORIO DE PROTESES DENTARIAS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 44.691.826/0001-10, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 3914, Centro em Chopinzinho-PR, CEP: 85.560-000, e-mail: laboratoriocelab1507@gmail.com, telefone (46) 9 8811-6946, neste ato representada legalmente pela sócia, Sra. Cristiani Baggio, inscrita no CPF sob o n.º 076.445.649-00, portador da carteira de identidade n.º 10.416.168-5.

CONTRATADA: **LORECI SALETE PESS BONISSONI ART'LAB**, inscrito no CNPJ sob o n.º 06.104.823/0001-43, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 4073, Centro em Chopinzinho-PR, CEP: 85.560-000, e-mail: protesesartlab@gmail.com, telefone (46) 9 9936-0358, neste ato representada legalmente pela sócia, Sra. Loreci Salete Pess Bonissoni, inscrita no CPF sob o n.º 982.081.879-68, portador da carteira de identidade n.º 2.038.829-3 II-PR.

CONTRATADA:**YANAGIDA PROTESES DENTARIAS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 24.107.176/0001-05, com sede na Rua Presidente Dutra, nº 4262, Centro em Chopinzinho-PR, CEP: 85.560-000, e-mail: laboratoriocelab1507@gmail.com, telefone (46) 9 8811-6946, neste ato representada legalmente pelo sócio, Sr. Adolfo Minoru Yanagida, inscrito no CPF sob o n.º 127.076.928-67, portador da carteira de identidade n.º 27.540.756-1 SSP/SP.

CONTRATADA: **F M R SERVIÇO DE PROTESE LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 50.795.235/0001-95, com sede na Rua Coronel Santiago Dantas, 5342, Centro em Chopinzinho-PR, CEP: 85.560-000, e-mail: labvanin.protese@gmail.com, telefone (46) 9 9902-3036, neste ato representada legalmente pelo sócio, Sr. Felipe Vanin, inscrito no CPF sob o n.º 078.119.729-56.

CONTRATADA: **IDEALE PROTESE ODONTOLOGICA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 50.105.544/0001-96, com sede na Rua Antonio Vicente Duarte, 3345, Frei Vito em Chopinzinho-PR, CEP: 85.560-000, e-mail: raquelcoppe@hotmail.com, telefone (46) 9 9981-3996, neste ato representada legalmente pela sócia, Sra. Raquel Coppe, inscrita no CPF sob o n.º 072.011.149-80.

DO OBJETO
CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA, para a confecção de próteses dentárias totais e parciais removíveis, maxilar e mandíbula, e consertos, para atender aos usuários do SUS no Município de Chopinzinho.

DO VALOR
O valor total da contratação é de R$ 448.600,80 (quatrocentos e quarenta e oito mil, seiscentos reais e oitenta centavos).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
Os contratos firmados terão vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Contrato podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

FONTE DE RECURSOS
Secretaria de Saúde

Gestão/Unidade:	07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Fonte de Recursos:	303 - Saúde / Percentual vinculado sobre a receita de impostos 493 - BLOCO DE CUSTEIO RECURSOS DA SAUDE – ESTADO 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Programa de Trabalho:	1030100072.035 - Serviços de Atenção Básica
Elemento de Despesa:	3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

Desdobrado:	2060/2061/2062 – MATERIAL ODONTOLÓGICO
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS dispõe de Chamamento Público nº 001/2023 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DE ESPECIALIDADES, EXAMES CLÍNICOS/IMAGEM, EXAMES LABORATORIAIS, PROCEDIMENTOS, BIÓPSIAS E TERAPIA E SERVIÇOS COMPLEMENTARES ESPECIALIZADOS (em anexo).

Considerando que no ANEXO III – F - ATENDIMENTOS, EXAMES E PROCEDIMENTOS do referido chamamento constam os procedimentos com os referidos códigos: 90.01.01.348-0 - MOLDAGEM COM CONFECÇÃO DE PRÓTESE PARCIAL – ESTRUTURA EM GRAMPO FUNDIDO e 90.01.01.347-0 - MOLDAGEM COM CONFECÇÃO DE PRÓTESE TOTAL.

Considerando que na 89ª ALTERAÇÃO do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2023 o valor unitário do procedimento 90.01.01.348-0 - MOLDAGEM COM CONFECÇÃO DE PRÓTESE PARCIAL – ESTRUTURA EM GRAMPO FUNDIDO é de R$ 807,14 (oitocentos e sete reais e quatorze centavos) e do procedimento 90.01.01.347-0 - MOLDAGEM COM CONFECÇÃO DE PRÓTESE TOTAL o valor de R$ 720,67 (setecentos e vinte reais e sessenta e sete centavos).

Considerando que a Secretaria de Saúde disponibiliza de profissional especialista em próteses, sendo a atual Coordenadora de Odontologia, a qual realiza a mão de obra referente a moldagem, sendo assim não há necessidade do custo com moldagem ser gasto via credenciamento do CONIMS, gerando uma economia para o Administração Municipal.

Considerando que o material utilizado para as moldagens será adquirido via Consórcio Intermunicipal de Saúde.

Considerando que o Município de Chopinzinho teve credenciamento aprovado para receber incentivo financeiro referente aos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), conforme demonstra o anexo do sistema E-Gestor.

Considerando a Portaria GM/MS nº 9.082, de 3 de dezembro de 2025, a qual credencia e habilita municípios a fazerem jus à transferência do incentivo financeiro federal de custeio, referentes às equipes e serviços no âmbito da Atenção Primária à Saúde - APS.

Considerando o ANEXO XVII da referida portaria, o Município de Chopinzinho foi credenciado para receber o incentivo financeiro utilizando a faixa de 20 a 50, ou seja, para receber o incentivo o município terá que produzir no mínimo 20 procedimentos mensais, sendo os procedimentos referentes aos códigos:

07.01.07.012-9 - Prótese Total Mandibular;
07.01.07.013-7 - Prótese Total Maxilar;
07.01.07.009-9 - Prótese Parcial Mandibular Removível;
07.01.07.010-2 - Prótese Parcial Maxilar Removível;
07.01.07.014-5 - Próteses Coronárias/Intrarradiculares/Fixas/Adesivas;

Considerando que no site do Ministério da Saúde (em anexo) o valor mensal referente a faixa 20 a 50 é de R$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinquenta reais).

Considerando que as próteses dentárias são essenciais para a reposição de tecidos bucais e dentes perdidos, contribuindo para a restauração e manutenção da forma, função, aparência e saúde bucal. O principal objetivo desse recurso é a reabilitação bucal em todas as suas funções: estética, fonética e mastigatória. Ressalta-se que, além da questão estética, a redução da capacidade de mastigação provocada pela ausência de dentes pode ocasionar outras alterações funcionais, como problemas fonéticos e de oclusão, afetando o bem-estar físico, psicológico e social dos pacientes.

Considerando que essa ação contribui para melhorar os indicadores de saúde bucal no município e garantir mais qualidade de vida à população. As próteses dentárias são dispositivos feitos sob medida que substituem dentes perdidos, devolvendo funções importantes para a saúde e bem-estar do paciente.

Considerando que em lista de espera (em anexo) para a especialidade de CIRURGIÃO DENTISTA – PROTESISTA há atualmente um total de 476 pacientes, sendo que nesta lista há pacientes que necessitam de prótese superior e inferior, sendo assim será necessário o quantitativo de 2 próteses por paciente.

Considerando que diariamente surgem demandas diárias para confecção de próteses dentárias, sendo assim conforme informado pela atual Coordenadora de Odontologia, é necessário a inclusão de 20 próteses por mês no quantitativo total afim de atender as demandas novas, sendo este um quantitativo mensal estimado.

Considerando que conforme solicitação da profissional responsável pela realização da moldagem das próteses é necessário também incluir um item para consertos, sendo necessário à média de 20 consertos por mês.

Considerando a experiência pretérita da Administração, onde houveram contratações com o mesmo objeto, no entanto:

1 - No ano de 2014 o processo licitatório restou deserto conforme demonstra os documentos em anexo.

2 - No ano de 2015 foi formalizada a Ata de Registro de Preços nº 251/2015 com vigência para 12 meses, a empresa vencedora do pregão presencial foi a empresa L.S.P. BONISSONI LTDA, a quantidade estimada para a contratação foi de 151 próteses totais com valor unitário de R$ 117,90 e 150 próteses parciais com valor unitário de R$ 331,90, processo no qual foi empenhado o saldo total da ata.

3 - No ano de 2016 foi formalizada a Ata de Registro de Preços nº 364/2016, com vigência de 06 (seis) meses, a empresa vencedora do pregão presencial foi a DAL POSSO E SAUER LTDA, com quantitativo de 300 próteses totais com valor unitário de R$ 48,00 e 300 próteses parciais com valor unitário de R$ 130,00, segundo relatório de empenhos não foi realizada a aquisição das próteses.

4 - No ano de 2017 foi formalizada a Ata de Registro de Preços nº 345/2017, com vigência de 12 (doze) meses, a empresa vencedora do pregão presencial foi a empresa L.S.P. BONISSONI LTDA, com quantitativo de 300 próteses totais no valor de R$ 260,00 e 300 próteses parciais no valor de R$ 410,00, sendo que de próteses totais foi empenhado o saldo de 270 e de próteses parciais 177.

5 - No ano de 2018 foi formalizada a Ata de Registro de Preços nº 376/2018, com vigência de 12 meses, a empresa vencedora do pregão presencial foi a empresa L.S.P. BONISSONI LTDA, com quantitativo de 360 próteses totais no valor de R$ 107,00 e 240 próteses parciais no valor de R$ 264,90, sendo que não foi utilizado os saldos.

Diante ao exposto, nota-se que houveram dificuldades nos processos licitatórios de registro de preços da Administração Municipal, levando em consideração os seguintes pontos;

• No ano de 2014 o pregão presencial restou deserto em virtude do baixo valor estipulado no termo de referência, sendo os valores de R$ 104,00 (cento e quatro reais) as próteses totais e R$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais) as próteses parciais, informação esta, contida na justificativa elaborada para realização do pregão presencial de 2015.

• Já no ano de 2016 fora realizado pregão presencial no qual a empresa vencedora tinha sede no Município de Guarapuava, os valores fixados ficaram inexequíveis sendo o valor unitário da prótese total de R$ 48,00 (quarenta e oito reais) e prótese parcial de R$ 130,00 (cento e trinta reais), esta constatação se da em virtude dos valores praticados nos anos anteriores e posteriores terem sidos superiores.

• A ARP nº376/2018 obteve valores unitários menores que a ARP nº345/2017, e segundo relatórios contábeis não foi realizada a aquisição das próteses.

Sendo assim, observa-se que o sistema de registro de preços priorizou a obtenção dos menores valores para os itens licitados. Contudo, em três dos cinco pregões, a empresa vencedora apresentou propostas com valores inferiores aos praticados no mercado, o que evidencia risco de inexequibilidade contratual. Tal situação pode comprometer a adequada execução dos serviços, ocasionando possíveis interrupções, baixa qualidade na prestação, descumprimento de obrigações contratuais e, ainda, a necessidade de rescisão ou nova contratação, gerando prejuízos à Administração Pública.

Vale ressaltar, ainda, que os pregões realizados no período de 2014 a 2018 ocorreram na modalidade presencial, circunstância que, na prática, tende a restringir a participação a empresas da região, limitando a competitividade. Com o advento da Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 17, §2º, passou-se a estabelecer como regra a realização das licitações na forma eletrônica, admitindo-se a modalidade presencial apenas de forma excepcional e devidamente motivada.

Nesse contexto, observa-se que, atualmente, a adoção do sistema eletrônico nos processos de registro de preços amplia

significativamente a competitividade, possibilitando a participação de empresas localizadas em municípios distantes. Embora tal ampliação seja positiva sob o aspecto concorrencial, também pode acarretar riscos operacionais, especialmente no que se refere à logística e ao prazo de entrega das próteses. Ademais, considerando que o sistema de registro de preços pode vincular a Administração a um único fornecedor, eventual dificuldade na execução contratual por empresa sediada em local distante pode comprometer a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços.

Chopinzinho-PR, 23 de outubro de 2026.

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.
AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.
Chopinzinho-PR, 23 de outubro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:D11C79AA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 12/2026 - EXTRATO DO CONTRATO N° 326/2026.

Espécie: Extrato do Contrato n° 326/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: **F M R SERVIÇO DE PROTESE LTDA**, CNPJ n.º 50.795.235/0001-95. Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica, devidamente inscrita**,** para a confecção de próteses dentárias totais e parciais removíveis, maxilar e mandíbula, e consertos, para atender aos usuários do SUS no Município de Chopinzinho. Valor: R$ 66.516,87 (sessenta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais e oitenta e sete centavos). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 12/2026. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (2060/2061/2062) Fonte: 303/493/494. Data da assinatura: 23/10/2026. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Felipe Vanin, pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:37A649D7

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 12/2026 - EXTRATO DO CONTRATO N° 327/2026.

Espécie: Extrato do Contrato n° 327/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: IDEALE PROTESE ODONTOLOGICA LTDA, CNPJ n.º 50.105.544/0001-96. Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica, devidamente inscrita**,** para a confecção de próteses dentárias totais e parciais removíveis, maxilar e mandíbula, e consertos, para atender aos usuários do SUS no Município de Chopinzinho. Valor: R$ 66.085,06 (sessenta e seis mil, oitenta e cinco reais e seis centavos). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 12/2026. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (2060/2061/2062) Fonte: 303/493/494. Data da assinatura: 23/10/2026. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Raquel Coppe, pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:2A0B1252

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 42/2026 - EXTRATO DO CONTRATO N° 329/2026

Espécie: Extrato do Contrato n° 329/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Associação Chopinzinhense de Turismo Rural - ACTUR. CNPJ: 59.280.978/0001-05. Objeto: Contratação da Associação Chopinzinhense de Turismo Rural – ACTUR, para aquisição do pacote de turismo denominado “Viaja Mais 60 – Estância Texas”, “Viaja Mais 60 – Fazenda Entre Rios” e “Viaja Mais 60 – Museo Nonô Antônio”. Valor: R$ 14.985,00 (catorze mil, novecentos e oitenta e cinco reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 42/2026. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (3169) Fonte: 154. Data da assinatura: 23/10/2026. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e Érica Diane Sfredo, pela Associação.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:2BCFC28B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INEX 42/2026 - TERMO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 42/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 184/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 5.398/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO**, por intermédio da Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, portador do CPF nº 009.378.889-40 e do RG nº 8.124.995-4 SSP/PR.

CONTRATADA: **ASSOCIACAO CHOPINZINHENSE DE TURISMO RURAL - ACTUR**, inscrita no CNPJ sob o n.º 59.280.978/0001-05, com sede na Rua Santos Dumont, nº 4123, Sala 02, Centro, no município de Chopinzinho – Paraná, CEP: 85.560-000, neste ato representada legalmente pela Presidente Sra. Érica Diane Sfredo, portadora da carteira de identidade RG nº 7.134.855-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 019.098.339-67.

DO OBJETO
Contratação da Associação Chopinzinhense de Turismo Rural – ACTUR, para aquisição do pacote de turismo denominado “Viaja Mais 60 – Estância Texas”, “Viaja Mais 60 – Fazenda Entre Rios” e “Viaja Mais 60 – Museo Nonô Antônio”.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 14.985,00 (catorze mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 3 (três) meses, contados da data de sua assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos:

Gestão/Unidade:	08.04 - FUNDO MUN.DTOS DO IDOSO - FMDI
Fonte de Recursos:	154 - Viaja Mais 60 - Fase III
Programa de Trabalho:	0824100052.047 - Manutenção das ações de atendimento ao Idoso
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	3169 - Serviço de Apoio Administrativo, Técnico
Nota de Empenho:	Não se aplica

DA JUSTIFICATIVA
Considerando a continuidade do Programa Viaja Mais 60+, voltado à promoção do turismo inclusivo e acessível para pessoas com 60 anos

ou mais, torna-se necessária a contratação de empresa especializada na elaboração e execução de roteiros turísticos personalizados. A proposta visa atender às diretrizes de valorização do envelhecimento ativo, integração social e promoção da qualidade de vida para a população idosa.
Considerando a Deliberação nº 004/2026 – CEDIPR/PR, que dispõe sobre o "Programa Viaja Mais 60 – Fase III" e estabelece a aprovação do repasse de recursos financeiros aos Municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Paraná Mais Viagem, o Programa Viaja +60 tem por finalidade promover a inclusão social da pessoa idosa por meio do fomento às atividades turísticas, incentivando seu bem-estar e contribuindo para o desenvolvimento econômico das Regiões Turísticas Paranaenses.
Considerando que o Município possui locais para passeio turístico dentro do território municipal, a viabilização dessa rota aos idosos, objetiva viabilizar o alinhamento com políticas públicas que buscam promover o turismo interno no Município e o envelhecimento ativo e saudável.
A **contratação justifica-se pela necessidade de expertise técnica específica,** tanto na elaboração de roteiros turísticos adaptados quanto na logística de execução com foco em acessibilidade, segurança, conforto e adequação às particularidades do público-alvo. Empresas especializadas detêm know-how na curadoria de experiências culturais, históricas e naturais que respeitam o ritmo e interesses dos idosos, além de infraestrutura para transporte, alimentação e acompanhamento durante as atividades.
Além disso, a parceria com empresa do setor turístico contribui diretamente para o **fomento à economia local, geração de empregos e fortalecimento do turismo social como política pública**. A execução do programa exige, ainda, compliance com normas de segurança e acessibilidade (como a Lei Brasileira de Inclusão), o que reforça a importância da atuação de profissionais capacitados e com vivência no segmento.
Dessa forma, a contratação de empresa especializada configura-se como medida imprescindível para garantir a qualidade, segurança, eficiência e efetividade das ações propostas pelo Programa Viaja Mais 60+.
As atividades de visitação às empresas e aos locais turísticos situados no território do município, bem como o roteiro, a caracterização dos passeios e a alimentação ofertada, mostram-se adequados e especialmente propícios ao público-alvo do Programa Viaja Mais 60, considerando as características e necessidades específicas da população idosa atendida.
Ressalta-se que grande parte dos idosos participantes apresenta limitações de mobilidade, além de demandas de natureza social, emocional e cognitiva que podem dificultar ou inviabilizar a participação em passeios realizados fora do território municipal, especialmente aqueles que demandem deslocamentos prolongados ou que sejam realizados em período integral.
Nesse sentido, a realização de atividades turísticas em período parcial, dentro do próprio território municipal, constitui uma estratégia de inclusão e acessibilidade, possibilitando que idosos com diferentes níveis de mobilidade e autonomia também possam participar das ações e usufruir dos benefícios proporcionados pelo Programa Viaja Mais 60. A proposta busca, portanto, garantir que as atividades de lazer, convivência, cultura e turismo sejam acessíveis ao maior número possível de participantes, respeitando suas condições individuais e promovendo o envelhecimento ativo e a participação social.
Outro aspecto relevante refere-se à alimentação disponibilizada no pacote de passeio e visitação turística. Considerando que o público participante é composto por pessoas idosas, a oferta de alimentação deverá observar as necessidades próprias dessa faixa etária, priorizando refeições equilibradas, variadas, nutritivas e adequadas às condições de saúde e às necessidades alimentares desse público, sempre que possível, contemplando opções mais saudáveis e apropriadas.
Destaca-se, ainda, que os passeios, roteiros, atividades de visitação e a alimentação ofertada são organizados especificamente para atender às finalidades do Programa Viaja Mais 60, levando em consideração o perfil, as condições de vulnerabilidade e as necessidades específicas do público-alvo identificado e acompanhado pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos.
Dessa forma, a escolha de atividades turísticas realizadas no território municipal e em período parcial apresenta-se como medida adequada, inclusiva e socialmente relevante, contribuindo para a promoção da qualidade de vida, da convivência comunitária, do lazer, da autonomia e da valorização da pessoa idosa, assegurando condições mais acessíveis para sua efetiva participação no Programa Viaja Mais 60.
Diante do exposto justifica-se a contratação de empresa especializada em execução de passeio de turismo para atender ao público idoso participantes de Programas e Projetos no Munícipio de Chopinzinho.
Com base no disposto no Art. 74, da Lei 14.133/2021:
"É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]
I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"

Considerando a Carta de Exclusividade anexa ao processo, em que a Empresa Associação Chopinzinhense de Turismo – ACTUR, com CNPJ: 59.280.978/0001-05 afirma que possui a exclusividade da publicação e comercialização do **PACOTE DE PASSEIO TURÍSTICO VIAJA MAIS 60 / ESTÂNCIA TEXAS", PACOTE DE PASSEIO TURÍSTICO VIAJA MAIS 60 /FAZENDA ENTRE RIOS", PACOTE DE PASSEIO TURÍSTICO VIAJA MAIS 60 / MUSEO NONÔ ANTÔNIO"** no Município de Chopinzinho.

Chopinzinho-PR, 23 de outubro de 2026.

NEIDE MARIA GASPARETTO PASQUALLI
Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.

Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Chopinzinho-PR, 23 de outubro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:EC916D31

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90054/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90054/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço - Serviços nº 90054/2026, de 21/08/26, e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R$
VOXCITY TECNOLOGIA LTDA	6.000,00
VALOR TOTAL	R$ 6.000,00

Que apresentou o Menor Preço.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 20 de outubro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:21891FC1

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90061/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90061/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço - Serviços nº 90061/2026, de 25/09/26, para Registro de Preços e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total Estimado de Contratação – R$
E B DO PRADO MOREIRA - TRANPORTES EIRELI	506.150,00

TOTAL R$	506.150,00

Que apresentou o Menor Preço para Registro.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração da Ata de Registro de Preços.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 23/10/26.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:6C0076CD

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 181/2026 - CONVOCAÇÃO ENFERMEIRO TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 181/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais dos Processos Seletivos Simplificados para contratação temporária de Enfermeiro, realizado de acordo com o edital de abertura nº 141/2026,

Resolve:

TORNAR PÚBLICO:

I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:

Cargo: ENFERMEIRO TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
2º	ALAUANA CLAUDIA SCHEFER

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.

III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:202AD3C0

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026

A D J U D I C A Ç Ã O

Eu, **ALEXANDRE DONATO**, Prefeito do Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto referente ao Processo Administrativo nº 66/2026, Concorrência Eletrônica nº 08/2026, a empresa **EDSON PAULO MANUTENÇÃO ELÉTRICA**(36832682000146), como a vencedora do certame, no valor total de R$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais).

PAÇO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

H O M O L O G A Ç Ã O

Eu, **ALEXANDRE DONATO**, Prefeito do Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o objeto referente ao Processo Administrativo nº 66/2026, Concorrência Eletrônica nº 08/2026, a empresa **EDSON PAULO MANUTENÇÃO ELÉTRICA**(36832682000146), como a vencedora do certame, no valor total de R$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais).

PAÇO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:2AB6F92F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

A D J U D I C A Ç Ã O

Eu, **ALEXANDRE DONATO**, Prefeito do Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o item 02, referente ao Processo Administrativo nº 64/2026, Pregão Eletrônico nº 25/2026, a empresa **MENTA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA** (65676249000167), como a vencedora, no valor total de R$ 58.900,00 (cinquenta e oito mil e novecentos reais).

PAÇO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

H O M O L O G A Ç Ã O

Eu, **ALEXANDRE DONATO**, Prefeito do Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o item 02, referente ao Processo Administrativo nº 64/2026, Pregão Eletrônico nº 25/2026, a empresa **MENTA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA** (65676249000167), como a vencedora, no valor total de R$ 58.900,00 (cinquenta e oito mil e novecentos reais).

PAÇO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:6026F30E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2026 – ID 2915

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

CONTRATADA: MENTA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos agrícolas (plantadeira e ensiladeira), conforme Convênio nº 170/2026 - SEAB, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo.

VALOR: R$ 58.900,00 (cinquenta e oito mil e novecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
11.001.20.608.0012.2.045.4.4.90.52.00.00. Fonte: 01000

PRAZO DE ENTREGA: 60 (sessenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

LICITAÇÃO: Processo Administrativo nº 64/2026 – Pregão Eletrônico nº 25/2026.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

Paço Municipal, 23 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:183ED5A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 183/2026

PORTARIA Nº 183/2026
DE 09/10/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL – PARANÁ, Sr. Alexandre Donato, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDOa realização do Processo Licitatório nº 68/2026, na modalidade Dispensa de Licitação nº 23/2026, destinado à Contratação de empresa para realização de show artístico musical para baile dançante da Terceira Idade, no dia 30 de outubro de 2026, em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo;

CONSIDERANDOque, realizada a fase de apresentação de propostas, não houve interessados aptos a participar do certame, configurando-se a hipótese de licitação deserta, nos termos da legislação vigente;

CONSIDERANDOo disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo;

CONSIDERANDOos registros constantes na ata da sessão e demais documentos integrantes do processo administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar**DESERTO**o Processo Licitatório nº 68/2026, Dispensa de Licitação nº 23/2026, em razão da ausência de propostas ou de interessados habilitados para a contratação, conforme fundamentação constante dos autos.

Art. 2º. Determinar o encaminhamento do processo ao setor competente para análise da conveniência e oportunidade de instauração de novo procedimento licitatório ou adoção de outras medidas cabíveis, com eventual revisão das condições do edital, se necessário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 13 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:25E1142B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 191/2026

PORTARIA Nº 191/2026
DE 23/10/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL – PARANÁ, Sr. Alexandre Donato, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a revogação da licitação por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

CONSIDERANDO a solicitação formalizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, por meio do Ofício nº 09/2026, de 21 de outubro de 2026, visando à revogação do Item 01 do Pregão Eletrônico nº 25/2026;

CONSIDERANDO a inadequação do descritivo técnico do equipamento denominado Plantadeira de 7 linhas de plantio direto às necessidades operacionais do Município, tornando necessária sua revisão e a realização de novo procedimento licitatório;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico que se manifestou favoravelmente à revogação parcial do certame, restrita ao referido item, preservando-se os demais itens do procedimento;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica revogado, parcialmente, o Pregão Eletrônico nº 25/2026, exclusivamente em relação ao Item 01 – Plantadeira de 7 linhas de plantio direto, com fundamento no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão do interesse público e da necessidade de adequação das especificações técnicas do equipamento.

Art. 2º. Fica mantido o regular prosseguimento do certame quanto aos demais itens, especialmente o Item 02 – Ensiladeira, não abrangido pela presente revogação.

Art. 3º. Determina-se ao Departamento de Licitações que promova os registros e as publicações pertinentes, bem como adote as providências necessárias à instrução de novo procedimento licitatório para aquisição do equipamento objeto do Item 01, mediante revisão dos documentos de planejamento e das especificações técnicas.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:00F60768

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026 COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026

Com base nas informações constantes no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026, INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026, e ante as justificativas, que se embasou nos Artigos 74, inciso IV, 82, § 6º e 86, §2º, da Lei Federal de Licitações nº 14.133/2021, o Prefeito Municipal declara Inexigível a exigência de licitação cujo objeto é a aquisição de uniformes escolares, por adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2026, referente ao Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 004/2025, realizado pelo Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros – CODEMM, junto a empresa JR SOLUCOES EDUCACIONAIS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.647.318/0001-71, com sede na Rua São Paulo, nº 390, Cássia, Ritápolis-Mg, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no valor global de R$ 161.610,00 (cento e sessenta e um mil, seiscentos e dez reais).

Paço Municipal, 23 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:E528E10C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 176/2026

PORTARIA Nº 176/2026
DE 01/10/2026

SÚMULA: NOMEIA SERVIDOR (A) PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2026, a Senhora **Lorraine Aparecida Bonifácio**, inscrita no CPF nº. 109.898.309-26, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, símbolo CC – 5, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme a Lei 475/2009, de 03 de abril de 2009 e suas alterações.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:46E4A610

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 177/2026

PORTARIA Nº 177/2026
DE 01/10/2026

SÚMULA: NOMEIA SERVIDOR (A) PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas;

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2026, a Senhora **Sandra Ferreira da Costa**, inscrita no CPF nº. 045.375.559-39, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, símbolo CC – 6, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme a Lei 475/2009, de 03 de abril de 2009 e suas alterações.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:FAA90B7D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 178/2026

PORTARIA Nº 178/2026
DE 01/10/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIO (A) DE CARGO DE TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a funcionária PRISCILA DE SOUZA AUGUSTO, matrícula nº. 1374, inscrita no CPF nº 082.390.229-36, ocupante do cargo temporário de Professor PSS, a partir de 01 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:CDB40881

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 179/2026

PORTARIA Nº 179/2026
DE 01/10/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a servidora Ivone Muniz de Melo**,** matrícula nº. 1088, inscrita no CPF nº 030.146.489-81, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, no período de 01 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:34E6CADC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 180/2026

PORTARIA Nº 180/2026
DE 01/10/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIO (A) DE CARGO DE TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias a funcionária Cassiana da Silva Francicani, matrícula nº. 1381, inscrita no CPF nº 063.608.869-36, ocupante do cargo temporário de Nutricionista, a partir de 01 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:7F34A667

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 181/2026

PORTARIA Nº 181/2026
DE 01/10/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias e abono pecuniário a servidora Jeniffer Silva de Oliveira**,** matrícula nº. 1063, inscrita no CPF nº 088.032.849-58, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo I, no período de 01 de outubro de 2026 a 20 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Converter em pecúnia 10 (dez) dias das férias da mesma, sendo do dia 21 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:44505FA0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 182/2026

PORTARIA Nº 182/2026
DE 01/10/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS À SERVDIOR (A) OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias e abono pecuniário a servidora Sueli de Oliveira Cafissi**,** matrícula nº. 1435, inscrita no CPF nº 050.927.569-93, ocupante do cargo em comissão de Assessor I, no período de 01 de outubro de 2026 a 20 de outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Converter em pecúnia 10 (dez) dias das férias da mesma, sendo do dia 21 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Irenilson Pereira de Oliveira
Código Identificador:3783220B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 102/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 102/2026 de 01/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
495 - 3.3.90.30.00.00	35494	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
451 - 3.3.90.39.00.00	35494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAURÍDICA	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.26.782.0011.2.042.		Manutenção do Serviço de Conservação de Vias Urbanas e Rurais	
507 - 3.3.90.30.00.00	03504	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
		Total Suplementação:	**130.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:7FFEFA33

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 107/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026

Decreto nº 107/2026 de 08/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
97 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.12.361.0009.2.033.		Manutenção do Transporte Escolar - Recursos Próprios	
299 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.15.451.0011.2.039.		Manutenção do Setor de Obras Públicas	
357 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
		Total Suplementação:	115.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.3.03.11.02.00000000	Fonte: 1000	30.000,00
Receita:1.7.1.1.51.21.00.00000000	Fonte: 1000	70.000,00
Receita:1.7.1.3.50.11.21.00000000	Fonte: 1494	15.000,00
	Total da Receita:	115.000,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 08 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:7B6EC0E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 109/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026

Decreto nº 109/2026 de 15/10/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1152/2026 de 09/10/2026.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 230.729,02 (duzentos e trinta mil setecentos e vinte e nove reais e dois centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.15.451.0011.1.128.		PAVIMENTAÇÃO EM VIAS URBANAS - EMENDA 40340001/2026	
504 - 4.4.90.51.00.00	31945	OBRAS E INSTALAÇÕES	230.729,02
		Total Suplementação:	**230.729,02**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:2.4.1.9.51.01.00.00000000	Fonte: 31945	230.729,02
Total da Receita:		**230.729,02**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:FF205FD2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 110/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 110/2026 de 15/10/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1153/2026 de 13/10/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 765.357,36 (setecentos e sessenta e cinco mil trezentos e cinqüenta e sete reais e trinta e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.15.451.0011.1.110.		PAVIMENTAÇÃO EM C.B.Q.U - EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS POR TRANSFERÊNCIA ESPECIAL	
506 - 4.4.90.51.00.00	03501	OBRAS E INSTALAÇÕES	125.357,36
505 - 4.4.90.51.00.00	36016	OBRAS E INSTALAÇÕES	640.000,00
		Total Suplementação:	**765.357,36**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 15 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:8661EF21

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
NORMATIVA 001-2026

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026 – SME

Dispõe sobre a organização e a oferta da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de ensino de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições administrativas e pedagógicas, observadas a legislação educacional vigente, as normas do sistema de ensino competente, as competências dos órgãos municipais, considerando a Constituição Federal; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949/2009; a Lei Federal nº 9.394/1996; a Lei Federal nº 12.764/2012; a Lei Federal nº 13.146/2015; e o Decreto Federal nº 12.686/2025, com as alterações do Decreto Federal nº 12.773/2025,expede a seguinte Instrução Normativa:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Instrução Normativa orienta a organização e a oferta da Educação Especial na rede municipal de ensino, no âmbito da educação sob responsabilidade do Município, com a finalidade de assegurar acesso, participação, permanência e aprendizagem aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.
Art. 2º A Educação Especial integra o trabalho pedagógico da rede municipal, mediante a oferta de recursos de acessibilidade, estratégias de ensino, Atendimento Educacional Especializado – AEE e apoios necessários às particularidades de cada estudante.
Parágrafo único. O AEE e o Atendimento Educacional Especializado em Tempo Integral – AEEI possuem natureza pedagógica complementar ou suplementar e não substituem a matrícula e a frequência na classe comum do ensino regular.
CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS
Art. 3º Integram a organização municipal de atendimento aos estudantes público da Educação Especial:
I – as Salas de Recursos Multifuncionais, com turmas de AEE organizadas e estudantes regularmente matriculados;
II – o AEEI ofertado na escola de tempo integral, articulado ao planejamento da unidade escolar;
III – os atendimentos a crianças com transtorno do espectro autista realizados por meio de convênio com a Associação de Proteção dos Autistas de Dois Vizinhos – APADV, no Município de Dois

Vizinhos–PR, conforme o objeto e as condições do instrumento vigente;
IV – a atuação de professores com formação específica para o atendimento desse público.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação manterá atualizados os registros das unidades ofertantes, das turmas, das matrículas, dos profissionais e dos instrumentos de parceria, observadas as exigências de autorização e funcionamento do sistema de ensino competente.
Art. 4º As Salas de Recursos Multifuncionais deverão dispor de ambiente acessível, recursos pedagógicos e equipamentos adequados aos atendimentos planejados, com organização individual ou em pequenos grupos, conforme as necessidades identificadas.
Parágrafo único. Os horários, a frequência e a duração dos atendimentos serão definidos no planejamento individualizado, em articulação com a escola e a família, observadas as normas educacionais aplicáveis.
Art. 5º Na escola de tempo integral, o AEEI integrará o projeto político-pedagógico e será organizado em horários compatíveis com a jornada escolar, preservando o acesso ao currículo, às atividades coletivas, à alimentação, ao descanso e à convivência.
Parágrafo único. A organização da jornada deverá evitar a retirada sistemática do estudante das mesmas atividades curriculares e assegurar planejamento conjunto entre professor do AEEI, professores da turma e equipe pedagógica.
Art. 6º Os atendimentos realizados pela APADV serão articulados ao acompanhamento escolar dos estudantes, respeitadas as atribuições da instituição, da rede municipal e das demais políticas públicas envolvidas.
§ 1º O instrumento de parceria e o respectivo plano de trabalho deverão identificar o objeto, o público atendido, as responsabilidades, as metas, a vigência, as formas de acompanhamento e, quando houver recursos públicos, as condições de transferência e prestação de contas, conforme a legislação aplicável.

CAPÍTULO III – ACESSO E PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

Art. 7º A identificação das necessidades educacionais e dos apoios será realizada mediante estudo de caso de natureza pedagógica, com participação da equipe escolar, do professor do AEE ou AEEI, da família e do estudante, consideradas suas possibilidades de participação.
Parágrafo único. A oferta do AEE ou AEEI não ficará condicionada à apresentação de laudo ou diagnóstico de saúde; documentos disponíveis poderão subsidiar o planejamento pedagógico.
Art. 8º O acompanhamento individualizado será registrado no Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE e no Plano Educacional Individualizado – PEI, articulados entre si e ao projeto político-pedagógico da escola.
§ 1º Os planos indicarão as necessidades e potencialidades do estudante, os objetivos de aprendizagem, os recursos de acessibilidade, as estratégias de atendimento, os responsáveis e as formas de avaliação e acompanhamento.
§ 2º A equipe escolar revisará os planos em cada período letivo e sempre que houver mudança relevante nas necessidades do estudante, registrando os avanços e os ajustes necessários.
Art. 9º A avaliação da aprendizagem considerará o percurso do estudante e os objetivos pedagógicos propostos, assegurados os recursos de acessibilidade e as adaptações razoáveis, sem discriminação ou exclusão das atividades escolares.

CAPÍTULO IV – PROFISSIONAIS E RESPONSABILIDADES

Art. 10. O Município manterá a oferta do AEE ou AEEI por professores habilitados para a docência e com formação específica em Educação Especial, observados os requisitos de formação inicial e continuada, as cargas horárias e as regras de transição estabelecidos na legislação vigente e nas normas do sistema de ensino competente.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação manterá documentação comprobatória da formação dos profissionais e promoverá ações de aperfeiçoamento voltadas às necessidades identificadas na rede.
Art. 11. Compete ao professor do AEE e AEEI planejar e executar os atendimentos, produzir ou selecionar recursos acessíveis, registrar o acompanhamento e orientar o uso desses recursos em articulação com os professores da classe comum e a equipe pedagógica.
Art. 12. A direção e a equipe pedagógica de cada escola deverão assegurar a inclusão do AEE e do AEEI no planejamento institucional, organizar os registros de matrícula e frequência, acompanhar a execução dos planos individualizados e promover o diálogo com as famílias.
Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação coordenará a oferta, acompanhará a demanda e os atendimentos e adotará as providências para disponibilizar recursos de acessibilidade e profissionais de apoio escolar quando identificada a necessidade, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO V – REGISTROS E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As escolas manterão registros atualizados das matrículas, da frequência, dos atendimentos e do acompanhamento pedagógico, assegurando a consistência das informações prestadas aos sistemas oficiais de educação.
Parágrafo único. O acesso e o compartilhamento de informações pessoais observarão a Lei Federal nº 13.709/2018, o melhor interesse da criança e a necessidade de cada atendimento, vedada a divulgação pública de dados que identifiquem os estudantes e suas condições de saúde.
Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações operacionais complementares para a execução desta Instrução Normativa, respeitadas as competências do Conselho de Educação e as normas do sistema de ensino ao qual a rede municipal esteja vinculada.
Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Instrução Normativa correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observadas as regras de aplicação de cada fonte de recursos e a legislação financeira pertinente.
Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Cruzeiro do Iguaçu–PR, 21 de outubro de 2026

MARGARETE INÊS CAPPELLESSO VIGANÓ
Coordenadora Geral da Educação

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:9AB91353

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8181-2026

PORTARIA Nº 8181/2026

Concede gratificação.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Municipal nº **1104** de **08/12/2015**, Anexo I e suas alterações.

Considerando a disponibilidade do referido profissional para atender às demandas emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive fora do horário habitual de expediente, possibilitando o deslocamento de pacientes para consultas, exames, transferências e demais atendimentos que exijam transporte imediato.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **JOCEMAR PEDRO DONIDA**, portador do RG 8.727.***-*, nomeado através do Decreto nº 2526 de 04/10/2010, cargo Motorista, gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos básicos, por tempo integral e dedicação exclusiva com fundamento no que dispõe o Art.111 da Lei em epígrafe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:E317F218

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8182-2026

PORTARIA Nº 8182/2026

Concede gratificação.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Municipal nº **1104** de **08/12/2015**, Anexo I e suas alterações.

Considerando a disponibilidade do referido profissional para atender às demandas emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive fora do horário habitual de expediente, possibilitando o deslocamento de pacientes para consultas, exames, transferências e demais atendimentos que exijam transporte imediato.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **CESAR JÚNIOR ANDREJOV**, portador do RG **9.377.***-***, nomeado através do Decreto nº **3651** de **28/06/2016**, cargo Motorista, gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos básicos, por tempo integral e dedicação exclusiva com fundamento no que dispõe o Art.111 da Lei em epígrafe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:C075A5CB

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8183-2026

PORTARIA Nº 8183/2026

Concede gratificação.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Municipal nº **1104** de **08/12/2015**, Anexo I e suas alterações.

Considerando a disponibilidade do referido profissional para atender às demandas emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive fora do horário habitual de expediente, possibilitando o deslocamento de pacientes para consultas, exames, transferências e demais atendimentos que exijam transporte imediato.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **MARCOS SANDRO FERREIRA DA SILVA**, portador do RG **8.381.***-***, nomeado através do Decreto nº **3641** de **27/06/2016**, cargo Motorista, gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos básicos, por tempo integral e dedicação exclusiva com fundamento no que dispõe o Art.111 da Lei em epígrafe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:B34D42CF

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8184-2026

PORTARIA Nº 8184/2026

Concede gratificação.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Municipal nº **1104** de **08/12/2015**, Anexo I e suas alterações.

Considerando a disponibilidade do referido profissional para atender às demandas emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive fora do horário habitual de expediente, possibilitando o deslocamento de pacientes para consultas, exames, transferências e demais atendimentos que exijam transporte imediato.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **RICARDO ANTÔNIO PICOLOTTO**, portador do RG **5.357.***-***, nomeado através do Decreto nº 2199/2009 de 10/07/2009 cargo Motorista, gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos básicos, por tempo integral e dedicação exclusiva com fundamento no que dispõe o Art.111 da Lei em epígrafe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:9FC04ACD

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8185-2026

PORTARIA Nº 8185/2026

Concede gratificação.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Municipal nº **1104** de **08/12/2015**, Anexo I e suas alterações.

Considerando a disponibilidade do referido profissional para atender às demandas emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive fora do horário habitual de expediente, possibilitando o deslocamento de pacientes para consultas, exames, transferências e demais atendimentos que exijam transporte imediato.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **JOSÉ PADILHA DA LUZ**, portador do RG.**8.940.***-***, nomeado através do Decreto nº 5377 de 11/07/2023, cargo Motorista, gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos básicos, por tempo integral e dedicação exclusiva com fundamento no que dispõe o Art.111 da Lei em epígrafe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:777DDAEE

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8186-2026

PORTARIA Nº 8186/2026

Concede gratificação.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Municipal nº **1104** de **08/12/2015**, Anexo I e suas alterações.

Considerando a disponibilidade do referido profissional para atender às demandas emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive fora do horário habitual de expediente, possibilitando o deslocamento de pacientes para consultas, exames, transferências e demais atendimentos que exijam transporte imediato.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **ANDERSON CARLOS PACHECO**, portador do RG 8.749.***-*, nomeado através do Decreto nº 2196 de 08/07/2009, cargo Motorista, gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos básicos, por tempo integral e dedicação exclusiva com fundamento no que dispõe o Art.111 da Lei em epígrafe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:FFFA9433

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8187-2026

PORTARIA Nº 8187/2026

Concede gratificação.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Municipal nº **1104** de **08/12/2015**, Anexo I e suas alterações.

Considerando a disponibilidade do referido profissional para atender às demandas emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive fora do horário habitual de expediente, possibilitando o deslocamento de pacientes para consultas, exames, transferências e demais atendimentos que exijam transporte imediato.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **VANDERLEI GODINHO VOINARSKY**, portador do RG **9.138.***-***, nomeado através do Decreto nº **6018** de **17/06/2025**, cargo Motorista, gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos básicos, por tempo integral e dedicação exclusiva com fundamento no que dispõe o Art.111 da Lei em epígrafe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:862D210B

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8188-2026

PORTARIA Nº 8188/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder trinta (30) dias de férias a servidora **FRANCIELE DA SILVA OLIVEIRA**, portadora do RG 9.924.***-*, cargo Agente Comunitária de Saúde, a contar de 23/novembro/2026 a 22/dezembro/2026, referente ao período aquisitivo de 02/05/2025 a 01/05/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado E Assinado Digitalmente
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado E Assinado Digitalmente
VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e
Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:BDD985FB

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8189-2026

PORTARIA Nº 8189/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez **(10)** dias de férias ao servidor **ALEXANDRE TIEZZI ZUNTINE**, portador do RG:**22.357.***-***, função **"Engenheiro Civil"**, a contar de **03/novembro/2026** a **12/novembro/2026**, referente ao período aquisitivo de **16/01/2024** a **15/01/2025.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente
VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e
Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:543176EE

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8190-2026

PORTARIA Nº 8190/2026

Concede férias.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe o Art. **89º** da **Lei Municipal** nº **073/1994** de **19/09/1994**.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez (10) dias de férias ao servidor **EVERTON MÜELLER**, portador do RG: 5.217.***-*, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador Municipal, a contar de 10/novembro/2026 a 19/novembro/2026, referente ao período aquisitivo de 01/02/2024 a 31/01/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:582EB6E2

SECRETARIA DE FINANCAS
DECISAO

DECISÃO

Trata-se, em síntese, de procedimento licitatório, registro de preços para a aquisição de garrafas térmicas personalizadas, destinadas a atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa do Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR.
Parecer jurídico 048/2026, informa que há regularidade no processo e entende pela possibilidade da realização do processo licitatório.
Dotação orçamentaria fornecida.
Desta forma, encaminha-se para adjudicação e posterior homologação do pregão eletrônico 90048/2026 e demais atos necessários.

Cruzeiro do Iguaçu, 21 de Outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:470E5FF1

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6632-2026

DECRETO Nº6632/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**597.134,48** (quinhentos e noventa e sete mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados - Suplementar por Excesso de Arrecadação e Remanejamento de dotação orçamentária.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:D0C6DFD0

SECRETARIA DE FINANCAS
INEXIGIBILIDADE

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 047/2026

Em análise ao processo de Inexigibilidade de Licitação nº 047/2026, instaurado pela Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, o JEAN CARLOS CARDOSO, Prefeito de Cruzeiro do Iguaçu, em exercício R A T I F I C A o procedimento tomado pela Secretaria Municipal de Finanças com amparo na Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/10/2027.
VALOR R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
OBJETO: Transferências de recursos financeiros, da Secretaria de Educação para a APADV – Associação de Proteção dos Autistas de Dois Vizinhos-PR.

EMPRESA: APADV ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO DOS AUTISTAS, inscrita no CNPJ sob o nº 11.013.735/0001-76 com sede à R Julio Nicolodi, 84, Bairro Margarida Galvan, Dois Vizinhos - PR.

CONTRATANTE: Município de Cruzeiro do Iguaçu - Paraná.

Cruzeiro do Iguaçu, 21 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO 047/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR
	EMPRESA CONTRATADA: **APADV ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO DOS AUTISTAS,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.013.735/0001-76 com sede à R Julio Nicolodi, 84, Bairro Margarida Galvan, Dois Vizinhos - PR.
OBJETO:	**Transferências de recursos financeiros, da Secretaria de Educação para a APADV – Associação de Proteção dos Autistas de Dois Vizinhos-PR.**
VALOR TOTAL:	R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL:	Fundamenta-se tal contratação, baseando-se na Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC)
DOTAÇÃO:	33.50.43.00.00 Subvenções sociais

Cruzeiro do Iguaçu, 21 de outubro de 2026.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

HOMOLOGO E ADJUDICO INEXIGIBILIDADE Nº 047/2026

Homologo o resultado apresentado pela Comissão de Licitações, referente ao Processo de Inexigibilidade nº 047/2026, em favor **APADV ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO DOS AUTISTAS,** inscrita no CNPJ sob o nº 11.013.735/0001-76 com sede à R Julio Nicolodi, 84, Bairro Margarida Galvan, Dois Vizinhos - PR, com o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Cruzeiro do Iguaçu, 21 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:6A26FC6E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE FAZENDA
DECRETO 2331/2026

DECRETO N.º 2331/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1532/2025-LOA, de 26 de novembro de 2025.

DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	13	03.001.0004.0122.0009.2001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.3319094000000000000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00000	30.000,00
			Total		**30.000,00**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4171151110000000000	00000	30.000,00
		Total	**30.000,00**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superávit**	**Excesso**
0	0,00	0,00	30.000,00
Total	**0,00**	**0,00**	**30.000,00**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO 2026 e do PPA 2026-2029.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 23 de outubro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Simoni Pereira Rydz
Código Identificador:13179723

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 162/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 162/2026
Pregão Eletrônico Nº 19/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES**.
Objeto: **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de sêmen bovino leiteiro, nitrogênio líquido, bainhas e luvas, destinados à realização de atividades de inseminação artificial e ao melhoramento genético dos rebanhos leiteiros atendidos pelo Município de Enéas Marques/PR.**
Valor: **R$ 9.289,20(nove mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **21/10/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 23 de outubro de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:AB0DA224

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 163/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 163/2026
Pregão Eletrônico Nº 19/2026

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **EMBRASEMEN - EMPRESA BRASILEIRA DE SEMEN LTDA - EPP**.
Objeto: **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de sêmen bovino leiteiro, nitrogênio líquido, bainhas e luvas, destinados à realização de atividades de inseminação artificial e ao melhoramento genético dos rebanhos leiteiros atendidos pelo Município de Enéas Marques/PR.**
Valor: **R$ 17.780,00(dezessete mil e setecentos e oitenta reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **21/10/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 23 de outubro de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:267D41C6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 23/2026

PROCESSO LICITATÓRIO
91/2026

PREGÃO ELETRÔNICO
23/2026

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE FÊNIX

OBJETO
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRAFIA DIAGNÓSTICA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 187.436,88 (cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 05/11/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PARTICIPAÇÃO E TRATAMENTO ME/EPP:
AMPLA CONCORRÊNCIA, COM BENEFÍCIOS LEGAIS ÀS ME/EPP

DATA:
23/10/2026

Publicado por:
Nilson Cristiano Meira Aleixo
Código Identificador:FAE48D3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI) DO MUNICÍPIO DE FÊNIX – ESTADO DO PARANÁ PARA O DECÊNIO 2026-2036 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 95/2026

Dispõe sobre a criação da Comissão Intersetorial para a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do Município de Fênix – Estado do Paraná para o decênio 2026-2036 e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX,** no uso de suas atribuições legais e constitucionais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece a prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO as diretrizes fixadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990) e pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016);
CONSIDERANDO a necessidade de promover uma atuação articulada e intersetorial entre as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, cultura, infraestrutura e planejamento urbano, proteção contra riscos e gestão de emergências, e garantia de direitos;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a **Comissão Intersetorial** encarregada de coordenar, articular, elaborar e sistematizar o **Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)** do Município de Fênix, Estado do Paraná, referente ao decênio 2026-2036.

Art. 2º A Comissão Intersetorial terá caráter consultivo, deliberativo e executivo no âmbito do processo de elaboração do Plano competindo-lhe:
I – Levantar e consolidar o diagnóstico sociodemográfico, epidemiológico, educacional, cultural, urbano e de proteção das crianças de 0 a 6 anos no município;
II – Mapear riscos ambientais, emergências climáticas e protocolos de contingência voltados a proteção de gestantes e crianças na primeira infância;
III – Promover e coordenar os mecanismos de escuta das famílias, cuidadores e das próprias crianças;
IV – Redigir a proposta do texto-base do PMPI com diretrizes, metas decenais, estratégias e fontes de financiamento intersetoriais;
V – Submeter a minuta do Plano à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a consulta pública perante a sociedade civil e o Poder Legislativo.

Art. 3º A Comissão intersetorial será composta por 1(um) membro titular e 1(um) membro suplente dos seguintes órgãos e entidades:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – Secretaria Municipal de Saúde;
III – Secretaria Municipal de Assistência Social (ou Desenvolvimento Social);
IV – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (ou órgão equivalente);
V – Secretaria Municipal de Obras, infraestrutura e Urbanismo (ou Planejamento Urbano);
VI – Coordenadoria Municipal e Proteção e Defesa Civil (COMPDEC);
VII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
VIII – Conselho Tutelar.

§ 1º A coordenação dos trabalhos da Comissão Intersetorial será exercida pelo(a) representante indicado(a) pela (Secretaria Municipal de Educação/Saúde/Assistência Social/Coordenador Geral designado).
§ 2º A indicação dos membros titulares e suplentes deverá ser encaminhada ao Gabinete do Prefeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste Decreto, para posterior expedição da Portaria de nomeação.

Art. 4º Os membros da Comissão Intersetorial exercerão suas funções de forma honorífica, não fazendo jus a qualquer remuneração ou vantagem financeira, sendo suas atividades consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º A Comissão Intersetorial poderá convidar para participar de suas reuniões e atividades técnicas e outros órgãos públicos, especialistas, representantes de entidades privadas sem fins lucrativos e membros do Poder Judiciário e Ministério Público, com vistas ao aprimoramento dos trabalhos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Fênix, 23 de outubro de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:F77DF6E6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 638/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor do Sr. Thiago Rocha da Silva, motorista, referente ao pagamento de 1 (uma) diária, face a viagem do dia 22/10/2026 a 23/10/2026 para Jacarezinho -PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 23 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:592C678F

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 639/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor do Sr. Silvano José Nogueira, motorista, referente ao pagamento de 1/(uma) diária, face a viagem do dia 23/10/2026 a 24/10/2026 para Jacarezinho -PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 23 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:A20BD6EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 – NEGATIVO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 – NEGATIVO. Objeto: Concessão onerosa de uso das Salas nº 01 (Loja 1) e nº 04 (Guichê I) da Rodoviária Municipal, por 60 meses. Valores mínimos mensais: R$ 280,00 e R$ 250,00, respectivamente. Julgamento: maior oferta mensal por item. Disputa: aberta. Propostas: de 27/10/2026, às 08h30, até 13/11/2026, às 08h30. Lances: 13/11/2026, às 09h, horário de Brasília, em https://bnc.org.br/. Edital: PNCP, BNC e https://www.nossasenhoradasgracas.pr.gov.br/. Informações: (44) 99137-8221.

Nossa Senhora das Graças/PR, 22/10/2026.

***CLODOALDO APARECIDO RIGIERI* –**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:D33E96AB

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 637/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Conceder à servidora: **MICHELE GLORIA BATISTA DE MARI RESENDE**, matrícula nº 791, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Comunitário de saúde, a redução da carga horária de trabalho em 50%, conforme a Lei nº 855/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de: 23/10/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 23 dias do mês de outubro do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Lucena Alves
Código Identificador:07F05750

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 926478 – 24/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO INTERNO Nº 54/2026

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 13/11/2026 até as **08h00**, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço que tem por objeto **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia e agrimensura para execução de levantamentos topográficos planialtimétricos cadastrais (urbanos e rurais), demarcação de lotes, estaqueamento viário, locação de obras civis, contemplando o fornecimento de estacas, relatórios fotográficos, mapas, memoriais descritivos, arquivos digitais vetoriais (.dwg) e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e demais documentos.** Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **08h00 do dia 13 de novembro de 2026,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br**.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 23/10/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:F49B8F6D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DISPENSA Nº 26/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Licitação Modalidade: Dispensa Nº 026/2026

Objeto:
Contratação, por DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021), em caráter emergencial, da empresa: ELETRODOMÉSTICOS SOMENSI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.864.336/0001-52, localizada no logradouro Rua Joaçaba, nº 616, Sala, Bairro Centro, CEP 85.575-000, São Jorge D'Oeste/PR, objetivando o fornecimento emergencial de materiais destinados à recuperação de coberturas danificadas em decorrência da tempestade com fortes ventos e granizo ocorrida em 04 de outubro de 2026 no Município de São Jorge D'Oeste – PR, amparada pelo Decreto Municipal nº 5.057/2026. Os materiais serão destinados à recomposição e recuperação dos telhados e coberturas dos imóveis atingidos pelo evento climático, visando restabelecer as condições mínimas de segurança e proteção das edificações afetadas no munícipio.

Em cumprimento ao disposto no art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021, torna público o resultado da Dispensa de licitação em epigrafe:

O valor total será de **R$ 126.820,00 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e vinte reais).**

Homologo a presente Dispensa de Licitação.

São Jorge D'Oeste – Pr, 23/10/2026

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:FC0D428F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3278 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA JULIANA ALVES DA SILVA.

Portaria nº 3278/2026

Concede Licença Maternidade à servidora Juliana Alves da Silva.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER Licença Maternidade à servidora **JULIANA ALVES DA SILVA,** matrícula nº, portadora do CPF nº 088.700.409-17, ocupante do cargo efetivo de Servente de Limpeza, lotada junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de **27 de outubro de 2026 a 23 de fevereiro de 2027,** com base no art. 116 da Lei 004/2025 e suas alterações.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos vinte três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

.
GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:150C6352

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS
DECRETO Nº 5071/2026 DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS, A COMPOSIÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA - DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE DO ESTADO DO PARANÁ NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIME

DECRETO nº 5071/2026

Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA - do Município de São Jorge D'Oeste do Estado do Paraná no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em especial pelo disposto no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

CAPÍTULO I – DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento imediato ao Prefeito de São Jorge D'Oeste – PR, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei Nº 11.346, de 15 de setembro, de 2006.

Art. 2º - Compete ao COMSEA Municipal:

I – Organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, convocadas pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;

II – Definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência;

III – Propor ao Poder Executivo, considerando as deliberações da Conferência Municipal de SAN, as diretrizes e as prioridades do Plano Municipal de SAN, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

IV – Articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de SAN;

V – Mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de oficinas e de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI – Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII – Zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

VIII – Manter articulação permanente com outros conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o conselho estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o conselho nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

IX - Elaborar e aprovar o seu regimento interno.

§1º O COMSEA Municipal manterá diálogo permanente com a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para proposição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive quanto aos requisitos orçamentários para sua consecução.

§2º Na ausência de convocação por parte do Chefe do Poder Executivo no prazo regulamentar, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será convocada pelo COMSEA Municipal.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O COMSEA Municipal será composto por 24 (vinte e quatro) membros, titulares e suplentes, dos quais 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil, cabendo a representante deste segmento exercer a presidência do conselho, e um terço de representantes governamentais.

§ 1º A representação governamental no COMSEA Municipal será exercida pelos seguintes membros titulares:

a) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
b) Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher
c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
d) Secretaria Municipal de Saúde

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos conforme critérios de indicação estabelecidos pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 3º Poderão compor o COMSEA Municipal, na qualidade de observadores, representantes de conselhos afins, de organismos internacionais e do Ministério Público, indicados pelos titulares das respectivas instituições, mediante convite formulado pelo Presidente do COMSEA Municipal.

Art. 4º - Os representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, bem como os suplentes da representação governamental, serão designados pelo Prefeito.

Parágrafo único. Os representantes da sociedade civil terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 5º - O COMSEA Municipal, previamente ao término do mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil, constituirá comissão, composta por, pelo menos, 03 membros, incluído o Presidente do Conselho, e os demais serão representantes do Governo.

§ 1º Cabe à comissão elaborar lista com proposta de representação da sociedade civil que comporá o COMSEA Municipal, a ser submetida ao Prefeito, observados os critérios de representação deliberados pela Conferência Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

I – Sendo pela impossibilidade de realização da conferência, o feito se dará mediante convite dos representantes da sociedade civil, dos vários segmentos, para eleição e votação em audiência pública.

§ 2º A comissão terá prazo de quarenta e cinco dias, após a realização da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional ou ao término do mandato dos conselheiros, para apresentar proposta de representação da sociedade civil no COMSEA Municipal ao Chefe do Poder Executivo;

Art. 6º - O COMSEA Municipal tem a seguinte organização:

I – Plenário;
II – Presidente
III – Secretaria Geral;
IV – Secretaria-Executiva;
V – Comissões Temáticas.

SEÇÃO I – DA PRESIDÊNCIA E DA SECRETARIA-GERAL

Art. 7º - O COMSEA Municipal será presidido por um representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho, entre seus membros, e designado pelo Prefeito.

Parágrafo único. No prazo de trinta dias, após a designação dos conselheiros, o Secretário-Geral convocará reunião, durante a qual será indicado o novo Presidente do COMSEA Municipal.

Art. 8º - Ao Presidente incumbe:

I – zelar pelo cumprimento das deliberações do COMSEA Municipal;
II – representar externamente o COMSEA Municipal;
III – convocar, presidir e coordenar as reuniões do COMSEA Municipal;
IV – manter interlocução permanente com a Câmara Inter setorial de Segurança Alimentar e Nutricional;

V – convocar reuniões extraordinárias, com o Secretário-Geral; e
VI – propor e instalar comissões temáticas e grupos de trabalho, designando o coordenador e os demais membros, bem como estabelecendo prazo para apresentação de resultados, conforme deliberado pelo COMSEA Municipal.
Art. 9º - Compete à Secretaria Geral assessorar o COMSEA Municipal.
Parágrafo único. O Secretário Municipal de Educação será o Secretário Geral do COMSEA Municipal.
Art. 10. Ao Secretário Geral incumbe:
I – submeter à análise da Câmara Inter setorial de Segurança Alimentar e Nutricional as propostas do COMSEA Municipal de diretrizes e prioridades da Política e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;
II – manter o COMSEA Municipal informado sobre a apreciação, pela Câmara Inter setorial de Segurança Alimentar e Nutricional, das propostas encaminhadas por aquele Conselho;
III – acompanhar a análise e o encaminhamento das propostas e recomendações aprovadas pelo COMSEA Municipal nas instâncias responsáveis, apresentando relatório ao Conselho;
IV – promover a integração das ações municipais com as ações previstas nos Planos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
V – instituir grupos de trabalho Inter secretariais para estudar e propor ações governamentais integradas relacionadas ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
VI – substituir o Presidente em seus impedimentos;
VII – presidir a Câmara Inter setorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

SEÇÃO II – DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Art. 11. Para o cumprimento de suas funções, o COMSEA Municipal contará, em sua estrutura organizacional, com uma Secretaria-Executiva, que dará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.
Parágrafo único. Os recursos orçamentários e financeiros necessários à estruturação e funcionamento da Secretaria-Executiva serão consignados diretamente no orçamento Governo Municipal.
Art. 12. Compete à Secretaria-Executiva:
I – Assistir o Presidente e o Secretário-Geral do COMSEA Municipal, no âmbito de suas atribuições;
II – Estabelecer comunicação permanente com os conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e com o COMSEA Nacional, mantendo-os informados e orientados acerca das atividades e propostas do COMSEA Municipal;
III – Assessorar e assistir o Presidente do COMSEA Municipal em seu relacionamento com a Câmara Inter setorial de Segurança Alimentar e Nutricional, órgãos da administração pública, organizações da sociedade civil; e
IV – Subsidiar as comissões temáticas, grupos de trabalho e conselheiros com informações e estudos, visando auxiliar a formulação e análise das propostas apreciadas pelo COMSEA Municipal.
Art. 13. Incumbe ao Secretário-Executivo do COMSEA Municipal dirigir, coordenar e orientar o planejamento, a execução e avaliação das atividades da Secretaria-Executiva, sem prejuízo de outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente e pelo Secretário-Geral do Conselho.
Art. 14. Para o desempenho de suas atribuições, a Secretaria-Executiva contará com estrutura específica, nos termos estabelecidos em decreto, que disporá sobre os quantitativos de cargos em comissão e funções de confiança para essa finalidade.

CAPÍTULO III – DO FUNCIONAMENTO

Art. 15. Poderão participar das reuniões do COMSEA Municipal, a convite de seu presidente, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como pessoas que representem a sociedade civil, cuja participação, de acordo com a pauta da reunião, seja justificável.
Art. 16. O COMSEA Municipal contará com comissões temáticas de caráter permanente, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas, e grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas no seu âmbito de atuação.
Art. 17. As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria-Executiva do COMSEA Municipal serão feitas por intermédio da Prefeitura.
Art. 18. O desempenho de função na Secretaria-Executiva do COMSEA Municipal constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.
Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando o Decreto 3926/2023.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste/PR, 23 de Outubro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Código Identificador:22A011F7

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS
DECRETO Nº 5072/2026 ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA - DE SÃO JORGE D' OESTE – PR.

'DECRETO Nº 5072/2026

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA - DE SÃO JORGE D' OESTE – PR.

GELSON COELHO, Prefeito de São Jorge D' Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA
Art. 1º. Ficam alterados os membros para ocupar cadeira de Conselheiro(a) do Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Município – COMSEA - de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, a contar da publicação deste decreto, ficando nomeados os seguintes membros:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Gerson Sidnei Koch - Titular
Ana Paula Agostini - Suplente

Secretaria Municipal de Assistência Social
Natiele Ourique - Titular
Thaís Francisco – Suplente

Secretaria Municipal de Saúde
Miriane Elias de Carvalho – Titular
Daniela Picinin Boroski - Suplente

Secretaria Municipal de Educação
Simone Pollerman – Titular
Gabriela Priamo - Suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Jorge D'Oeste
Eliane Apolinário - Titular
Valsir Luis Copelli - Suplente

Agricultura Familiar
Francisco Antônio Coloda – Titular
Altair da Costa - Suplente

Central Das Associação Dos Pequenos Produtores De São Jorge D'oeste (CAJOR)
Pedro Coelho do Rosário - Titular
Elena Pompeo da Silva – Suplente

Casa Familiar Rural
Andreia Pozzebom Giacomel – Titular
Eldimara Alves Nunes – Suplente

Movimento Solidário de Combate ao Câncer de São Jorge D'Oeste
Linda Teresinha Dondoer Picinin - Titular
Ires Tussi – Suplente

Associação Comercial e Empresarial de São Jorge D'Oeste (ACESJO)
Erani Guarnieri Siega – Titular
Katia Mazutti – Suplente

Núcleo das Mulheres Empresárias
Joice Alberti - Titular
Evanilde Florencio - Suplente

Representantes de Instituições Religiosas
Flademir Sebastião da Silva - Titular
Adriane Lowecke da Silva – Suplente

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Jorge D´Oeste, 23 de Outubro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Código Identificador:22C86DED

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS RESOLUÇÃO Nº 13 /2026 RETIFICAR A RESOLUÇÃO 11/2026 QUE DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR.

RESOLUÇÃO Nº 13 /2026

Retificar a Resolução 11/2026 que dispõe sobre a aprovação da inscrição do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de São Jorge D´Oeste – PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 330/2009, e pelo seu Regimento Interno.

LÊ-SE:

Art. 2º A entidade encontra-se regularmente inscrita e apta a atuar no âmbito da política pública da pessoa com deficiência, nos termos da legislação vigente.

LEIAM-SE

Art. 2º A entidade encontra-se regularmente inscrita e apta a atuar no âmbito da política pública de Assistência Social, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jorge do Oeste – PR, de 23 de outubro de 2026.

BEATRIZ HORDINA
Presidente do CMAS
Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Código Identificador:A82F1184

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA - Nº 22/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL Nº 1.410/2021

Data: 23/10/2026	Órgão: Câmara Municipal de Vereadores
Nome do Beneficiário: Divonei Roberto Panizzon	
Cargo do Beneficiário: Vereador	Matrícula: 1252 / 1
RG: 7.***.***-5SSP/PR	CPF: ***330.279-**
Banco: 748 SICREDI Agência: 740-1 Conta Corrente: 79.508-9	
Data de Saída: 27/10/2026	Horário: 06:00 hs.
Data de Retorno: 30/10/2026	Horário: 19:00 hs.
N° de Diárias: 3,5	Valor da Diária: R$ 548,29
Valor Total: R$ 1.919,01	
Cidade Destino/UF: Curitiba/PR	
Código do IBGE da Cidade Destino: 4106902	
Dotação Orçamentária: 3390.14.14-03 – agentes políticos	
Motivo da Viagem – Justificativa	
Participação em curso de capacitação intitulado "Oficina PROLEGIS do TCE/PR – Temas Específicos: Eixos Julgamento das Contas, Fiscalização e Transparência", a ser realizado no período de 27 de outubro à 30 de outubro de 2026, na cidade de Curitiba/PR.	
Adiantamento Para Combustível ( ) Sim (X) Não	
Veículo: Fiat Siena – Placas AXD-3717 – Renavan 00551081279	
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 1.410/21, que aprova o regimento das diárias. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões.	
Data: 23/10/2026 Assinatura do Solicitante:	
Autorizado (**X**) Não Autorizado ( ) _____ ***Diego Trindade*** *Presidente do Poder Legislativo*	

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:F0BE1200

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA - Nº 23/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL Nº 1.410/2021

Data: 23/10/2026	Órgão: Câmara Municipal de Vereadores
Nome do Beneficiário: Edelvan Lazare	
Cargo do Beneficiário: Vereador	Matrícula: 1228 / 1
RG: 9.***.***-4SSP/PR	CPF: ***707.939-**
Banco: 748 SICREDI Agência: 740-1 Conta Corrente: 45.875-9	
Data de Saída: 27/10/2026	Horário: 06:00 hs.
Data de Retorno: 30/10/2026	Horário: 19:00 hs.
N° de Diárias: 3,5	Valor da Diária: R$ 548,29
Valor Total: R$ 1.919,01	
Cidade Destino/UF: Curitiba/PR	
Código do IBGE da Cidade Destino: 4106902	
Dotação Orçamentária: 3390.14.14-03 – agentes políticos	
Motivo da Viagem – Justificativa	
Participação em curso de capacitação intitulado "Oficina PROLEGIS do TCE/PR – Temas Específicos: Eixos Julgamento das Contas, Fiscalização e Transparência", a ser realizado no período de 27 de outubro à 30 de outubro de 2026, na cidade de Curitiba/PR.	
Adiantamento Para Combustível ( ) Sim (X) Não	
Veículo: Fiat Siena – Placas AXD-3717 – Renavan 00551081279	
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 1.410/21, que aprova o regimento das diárias. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões.	
Data: 23/10/2026 Assinatura do Solicitante:	
Autorizado (**X**) Não Autorizado ( ) _____ ***Diego Trindade*** *Presidente do Poder Legislativo*	

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:A767684C

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA - Nº 24/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL Nº 1.410/2021

Data: 23/10/2026	Órgão: Câmara Municipal de Vereadores
Nome do Beneficiário: Emerson Martignago	
Cargo do Beneficiário: Vereador	Matrícula: 1244 / 1
RG: 4.***.***9SSP/SC	CPF: ***768.609-**
Banco: 104 CAIXA Agência: 1932 Conta Corrente: 794.875.947-7	
Data de Saída: 27/10/2026	Horário: 06:00 hs.
Data de Retorno: 30/10/2026	Horário: 19:00 hs.
N° de Diárias: 3,5	Valor da Diária: R$ 548,29
Valor Total: R$ 1.919,01	
Cidade Destino/UF: Curitiba/PR	
Código do IBGE da Cidade Destino: 4106902	
Dotação Orçamentária: 3390.14.14-03 – agentes políticos	
Motivo da Viagem – Justificativa	
Participação em curso de capacitação intitulado "Oficina PROLEGIS do TCE/PR – Temas Específicos: Eixos Julgamento das Contas, Fiscalização e Transparência", a ser realizado no período de 27 de outubro à 30 de outubro de 2026, na cidade de Curitiba/PR.	
Adiantamento Para Combustível ( ) Sim (X) Não	
Veículo: Fiat Siena – Placas AXD-3717 – Renavan 00551081279	
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 1.410/21, que aprova o regimento das diárias. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões.	
Data: 23/10/2026 Assinatura do Solicitante:	
Autorizado (**X**) Não Autorizado ( ) _____ ***Diego Trindade*** *Presidente do Poder Legislativo*	

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:9459C44F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 195/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 195/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 2971 - Incremento Temporario APS Emenda Individual 202533320003 - Superávit
Despesa: 339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Valor em R$: 7.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.047 – Assistência Farmacêutica
Fonte: 962 - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica - Custeio
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 12.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.047 – Assistência Farmacêutica
Fonte: 962 - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica - Custeio
Despesa: 319013 – Contirbuições Patronais
Valor em R$: 200,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.047 – Assistência Farmacêutica
Fonte: 962 - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica - Custeio
Despesa: 339046 – Auxílio-Alimentação
Valor em R$: 300,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 19.500,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, e do excesso de arrecadação de receitas, conforme definido no art. 43, § 1º, I e II, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 971 - Incremento Temporario APS Emenda Individual 202533320003
Valor do Superávit Financeiro R$: 7.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 7.000,00.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Principal
Fonte de Recurso: 962 - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica - Custeio
Valor Excesso de Arrecadação R$: 500,00

Natureza da Receita: 1.7.1.3.50.4.1.00.00
Descrição: Transferências de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica
Fonte de Recurso: 962 - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica - Custeio
Valor Excesso de Arrecadação R$: 12.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 12.500,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:FCE1C51E

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 230 2026

PORTARIA Nº 230/2026, de 23 de outubro 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no memorando nº 699/26, tramitado no sistema de protocolo digital,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados:

NOME DO SERVIDOR	*DIAS*	*PERÍODO AQUISITIVO*	*PERÍODO CONCESSIVO*
Ana Paula Souza dos Santos	15	14/02/2025 a 13/02/2026	03/11/2026 a 17/11/2026
Delair Baldo	**30**	19/11/2023 a 18/11/2024	03/11/2026 a 02/12/2026
Marcia Nunes da Rosa	**10**	21/07/2023 a 20/07/2024	03/11/2026 a 12/11/2026

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 23 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:0DA04728

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 193/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 193/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Declara luto oficial no Município de Saudade do Iguaçu pelo falecimento do ex-Vereador Tranquilo Berra.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o falecimento do ex-Vereador TRANQUILO BERRA, ocorrido em 22 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO sua trajetória de dedicação à vida pública e os serviços prestados à comunidade de Saudade do Iguaçu no exercício do mandato de Vereador;
CONSIDERANDO o pesar da comunidade saudadense por seu falecimento,
DECRETA:
Art. 1º Fica declarado luto oficial por 03 (três) dias em todo o Município de Saudade do Iguaçu, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador TRANQUILO BERRA, devendo a Bandeira do Município permanecer hasteada a meio mastro na sede da Prefeitura Municipal e nas demais repartições públicas municipais.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:200EE136

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 194/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 194/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, nos termos da Lei Municipal nº 1.716/2026, de 29 de setembro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.716/2026, de 29 de setembro de 2026,

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica regulamentado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, mantido pela Lei Municipal nº 1.716/2026, de 29 de setembro de 2026, como instrumento de natureza contábil destinado à captação, ao gerenciamento e à aplicação de recursos financeiros voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
Art. 2º O FMDCA fica vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, cabendo ao Poder Executivo Municipal sua gestão administrativa, orçamentária, contábil e financeira, sob orientação, deliberação, controle e fiscalização do Conselho.
Art. 3º Os recursos do Fundo serão destinados ao financiamento de programas, projetos, serviços e ações complementares às políticas públicas voltadas à infância e à adolescência, observadas as prioridades estabelecidas pelo CMDCA e a legislação aplicável.
Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos do Fundo para despesas de manutenção ordinária da Administração Pública, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela legislação federal e pelas normas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS
Art. 4º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:
I – elaborar e aprovar o Plano Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo;
II – estabelecer as prioridades para utilização dos recursos, observada a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
III – deliberar sobre a destinação e aplicação dos recursos do Fundo;
IV – acompanhar, controlar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira;
V – apreciar e deliberar sobre as prestações de contas dos recursos aplicados;
VI – estabelecer critérios para a celebração de parcerias financiadas com recursos do Fundo;
VII – expedir resoluções relativas à aplicação dos recursos, no âmbito de suas competências legais.
Art. 5º Compete ao Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e dos setores competentes da Administração:
I – assegurar a estrutura administrativa e contábil necessária ao funcionamento do Fundo;
II – executar a movimentação financeira, observadas as deliberações do CMDCA;
III – promover a execução orçamentária e financeira das despesas autorizadas, em conformidade com a legislação vigente;
IV – manter o controle das receitas, despesas, saldos financeiros e demais registros contábeis;
V – apresentar periodicamente ao CMDCA os demonstrativos financeiros e relatórios de execução dos recursos;
VI – assegurar a transparência e a regularidade da gestão financeira e patrimonial do Fundo;
VII – prestar apoio técnico e administrativo ao CMDCA para o exercício de suas atribuições.
Art. 6º A execução orçamentária e financeira do Fundo será realizada pelos setores competentes do Poder Executivo Municipal, observadas as normas de contabilidade pública, responsabilidade fiscal, execução orçamentária e controle interno.
Parágrafo único. A autorização, o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas observarão as competências dos agentes

públicos legalmente responsáveis, respeitadas as deliberações do CMDCA.

CAPÍTULO III
DAS RECEITAS E DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 7º Constituem receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
I – dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento municipal;
II – transferências de recursos da União, dos Estados e de outros Municípios;
III – recursos provenientes de convênios, acordos, termos de cooperação e instrumentos congêneres;
IV – doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
V – doações dedutíveis do Imposto de Renda, na forma da legislação federal;
VI – valores provenientes de multas aplicadas em decorrência de infrações às normas de proteção à criança e ao adolescente;
VII – rendimentos de aplicações financeiras de seus recursos;
VIII – legados, auxílios, subvenções e contribuições;
IX – recursos provenientes de decisões judiciais;
X – outras receitas legalmente destinadas ao Fundo.

Art. 8º Os recursos financeiros do Fundo serão depositados e movimentados em conta bancária específica, mantida em instituição financeira oficial, observadas as disposições legais aplicáveis.
§ 1º A movimentação financeira será realizada pelos agentes públicos competentes, na forma das normas municipais de execução orçamentária e financeira.
§ 2º Os saldos financeiros existentes ao final de cada exercício permanecerão vinculados ao Fundo, observadas as disposições legais e orçamentárias pertinentes.

CAPÍTULO IV
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 9º A aplicação dos recursos do Fundo dependerá de prévia deliberação do CMDCA e observará o Plano de Ação e o Plano Anual de Aplicação dos Recursos aprovados pelo Conselho, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

Art. 10. Os recursos do Fundo poderão ser aplicados no financiamento de:
I – programas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
II – projetos e ações desenvolvidos por órgãos e entidades da Administração Pública;
III – projetos executados por organizações da sociedade civil regularmente constituídas e com inscrição vigente no CMDCA;
IV – campanhas educativas destinadas à promoção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente;
V – ações de capacitação continuada dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;
VI – estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à infância e à adolescência;
VII – ações de fortalecimento do controle social.
§ 1º A destinação dos recursos deverá observar critérios objetivos, publicidade, impessoalidade, transparência e interesse público.
§ 2º A execução de projetos e programas financiados pelo Fundo observará as normas aplicáveis às contratações públicas, parcerias e transferências de recursos, conforme a natureza do objeto.

Art. 11. A celebração de parcerias com organizações da sociedade civil mediante utilização de recursos do FMDCA observará a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicável, bem como os critérios previamente estabelecidos pelo CMDCA.
Parágrafo único. A aprovação da destinação de recursos pelo CMDCA não dispensa a instrução do respectivo processo administrativo nem o atendimento das exigências legais para formalização da parceria ou contratação.

CAPÍTULO V
DO CONTROLE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 12. A contabilidade do Fundo será realizada de forma individualizada, integrada à contabilidade geral do Município, permitindo a identificação das receitas, despesas, saldos e resultados da aplicação dos recursos.

Art. 13. O Poder Executivo Municipal apresentará ao CMDCA os demonstrativos de execução orçamentária e financeira do Fundo, periodicamente e sempre que solicitado.
Parágrafo único. O relatório de execução física e financeira será submetido à apreciação do CMDCA, no mínimo, anualmente, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.716/2026.

Art. 14. As receitas, despesas e saldos financeiros do Fundo deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência do Município, observadas as normas de acesso à informação e proteção de dados pessoais.

Art. 15. A aplicação dos recursos do Fundo estará sujeita ao controle e à fiscalização do CMDCA, dos órgãos de controle interno e externo e das demais autoridades legalmente competentes.

Art. 16. As entidades e organizações beneficiárias de recursos do Fundo deverão prestar contas de sua aplicação, na forma da legislação pertinente e dos instrumentos que disciplinarem o respectivo repasse.
Parágrafo único. A prestação de contas deverá demonstrar a correta aplicação dos recursos e a execução do objeto aprovado, sem prejuízo das demais exigências previstas na legislação aplicável.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente manterá sua continuidade administrativa, contábil, financeira e patrimonial, preservados os recursos, saldos, direitos, obrigações e receitas anteriormente vinculados, nos termos do art. 112 da Lei Municipal nº 1.716/2026.

Art. 18. Os procedimentos administrativos necessários à execução deste Decreto serão disciplinados pelos setores competentes do Poder Executivo Municipal, respeitadas as deliberações do CMDCA e a legislação vigente.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogado o Decreto Municipal nº 038/2010, de 09 de agosto de 2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:193F22FF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDTITAL RESULTADO HABILITAÇÃO DEFINITIVO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - CMDCA
EDTITAL RESULTADO HABILITAÇÃO DEFINITIVO

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Saudade do Iguaçu/PR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Edital nº 01/2026, que rege o Processo de Escolha Suplementar de Membros Suplentes do Conselho Tutelar, TORNA PÚBLICO o Resultado Definitivo das Inscrições Habilitadas, conforme segue:
Resultado das inscrições:

01	Antonio Luiz Hartmann	Deferida
02	Jaqueline dos Santos Moreira	Deferida
03	Cretiéli Antunes da Silva	Deferida
04	Francieli de Menezes Prado	Deferida
05	Diana Fernandes	Deferida
06	Isabella Elaine Pizatto	Deferida
07	Marilete Coletti	Deferida

A prova será aplicada no dia 24/10/2026, as 08:30 horas na Sala de Reuniões do CRAS, Rua Hilário Salvatori, 2191 - centro.
Este edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Saudade do Iguaçu, 22 de outubro de 2026

DENISE ADRIANA FLORES FERREIRA
Presidente CMDCA

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:DC1D4469

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 06/2026

RESOLUÇÃO 06/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, em reunião ordinária realizada no dia 22 de outubro de 2026, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.427/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas **Anual 2025 - 01/01/2025 até 31/12/2025**, referente ao Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência Del. 15/2022 CEDIPI.
Art. 2º - Aprovar a prestação de contas **Do pagamento até 31/12/2025**, referente ao recurso Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024 CDIPI.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, 22 de outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS RAVANELLI
Presidente CMDPI

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:54D03B8B

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2026

RESOLUÇÃO Nº 10/2026

Dispõe sobre a aprovação da proposta de concessão de equipamentos e materiais permanentes aos Clubes de Mães do Município de Saudade do Iguaçu e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a deliberação de seus membros em reunião realizada em 22 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO a proposta apresentada pelo Prefeito Municipal, Rogério Gallina, em conjunto com o Secretário Municipal de Assistência Social, visando ao fortalecimento e à valorização dos Clubes de Mães do Município;
CONSIDERANDO a importância dessas entidades na promoção da convivência comunitária, integração social, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de atividades coletivas;
CONSIDERANDO o compromisso da Administração Municipal em apoiar, de forma igualitária, as entidades que desempenham relevante papel social nas comunidades;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, no âmbito das competências deste Conselho, a proposta apresentada pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário Municipal de Assistência Social para a concessão de equipamentos e materiais permanentes aos seguintes Clubes de Mães:
I – Clube de Mães Nova Esperança;
II – Clube de Mães Alto Santa Rosa;
III – Clube de Mães Vista Alegre;
IV – Clube de Mães Santa Rosa;
V – Clube de Mães Biguá;
VI – Clube de Mães São Cristóvão.
Art. 2º A distribuição dos bens será realizada de forma igualitária entre os seis Clubes de Mães, assegurando a cada entidade o recebimento dos mesmos equipamentos e quantitativos, conforme relação constante do Anexo Único desta Resolução.
Art. 3º A iniciativa tem por finalidade fortalecer as atividades desenvolvidas pelos Clubes de Mães, proporcionando melhores condições para a realização de encontros, oficinas, ações comunitárias e demais atividades de interesse social.
Art. 4º A efetiva disponibilização dos bens ficará condicionada à observância dos procedimentos administrativos e legais pertinentes, inclusive quanto à aquisição, formalização da destinação e responsabilidade pela utilização dos equipamentos.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu/PR, 22 de outubro de 2026.

LUCIMARA CORBARI
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ANEXO ÚNICO – RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS POR CLUBE DE MÃES

Equipamento	Quantidade por clube
Batedeira planetária	01
Botijão de gás P-13 com kit de instalação	01
Cadeiras plásticas	20
Fogão de 4 queimadores com forno	01
Forno elétrico	01
Forno micro-ondas	01
Freezer vertical	01
Fritadeira elétrica	01
Geladeira duplex	01
Liquidificador de alto rendimento	01
Mesa em aço inoxidável	01
Ventilador de parede	01

Parágrafo único. As especificações técnicas dos equipamentos observarão os documentos que instruem o respectivo processo administrativo de aquisição.

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:D2DEFE4C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 11/2026

RESOLUÇÃO Nº 11/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do município de Saudade do Iguaçu/PR, em reunião extraordinária realizada no dia 22 de outubro de 2026, no uso da competência que lhe confere a Lei n°. 085/95 de 20 de novembro de 1995 e alterações posteriores;

RESOLVE:
Art. 1° - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Trabalho ao Cofinanciamento Estadual, referente ao Piso Único de Assistência Social - PAS, em conformidade com a Deliberação nº 59/2023 do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS/PR, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);
Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, 22 de outubro de 2026.

LUCIMARA CORBARI
Presidente CMAS

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:E7579DD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 71/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

DECRETO Nº 71 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no valor de R$ 242.000,00, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, usando das atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Municipal nº 969/2025, de 29 de dezembro de 2025.

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, um ***Crédito Adicional Suplementar*** no valor de R$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais), assim discriminado:

01 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
001 - Coordenação dos Serviços Administrativos
17.122.0001.2001-31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R$ 155.000,00
17.122.0001.2001-33.72.40.00.00 – Serviços de Tec. da Inf. e Com. – Pessoa Jurídica ..... R$ 2.000,00
17.122.0001.2001-33.90.46.00.00 – Auxílio-Alimentação ..... R$ 15.000,00

002 - Coordenação do Sistema de Água
17.512.0002.2002-31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R$ 20.000,00
17.512.0002.2002-33.90.30.00.00 – Material de Consumo .....R$ 30.000,00
17.512.0002.2002-33.90.46.00.00 – Auxílio-Alimentação .....R$ 10.000,00

004 - Coordenação do Sistema de Esgoto
17.512.0004.2004-33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R$ 10.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior deste Decreto, é indicado como recurso, na forma do disposto do Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, a anulação parcial ou total das seguintes dotações:

01 - Serviço Autônomo Municipal de Água Esgoto
001 - Coordenação dos Serviços Administrativos
17.122.0001.2001-33.90.30.00.00 – Material de Consumo .....R$ 30.000,00
17.122.0001.2001-33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R$ 15.000,00
17.122.0001.2001-33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R$ 50.000,00

004 - Coordenação do Sistema de Esgoto
17.512.0004.2004-44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R$ 147.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Abatiá/PR, 23 de outubro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia de Oliveira Pedroso
Código Identificador:7B4F4D62

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 72, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026. TRANSFERE PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº 72, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Transfere, excepcionalmente, para o dia 07 de dezembro de 2026, a fruição do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público no âmbito do Poder Executivo Municipal de Abatiá, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 76 e 77, incisos I, VI e XVIII, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é tradicionalmente consagrado às comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público;
CONSIDERANDO a competência da Administração Municipal para disciplinar o funcionamento de seus órgãos e repartições, observados os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de adequar a fruição do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público ao planejamento e à organização dos serviços municipais, sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO que a transferência da fruição para o dia 07 de dezembro de 2026 mostra-se compatível com o interesse público e com a necessidade de organização administrativa do Poder Executivo Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Fica transferida, excepcionalmente, do dia 28 de outubro de 2026 para o dia 07 de dezembro de 2026, a fruição do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, no âmbito do Poder Executivo do Município de Abatiá.

Art. 2º No dia 28 de outubro de 2026 haverá expediente normal nos órgãos e repartições públicas municipais, observadas as respectivas jornadas de trabalho.

Art. 3º No dia 07 de dezembro de 2026 não haverá expediente nos órgãos e repartições públicas municipais abrangidos por este Decreto, ressalvados os serviços essenciais e aqueles que, por sua natureza, não admitam paralisação.
Parágrafo único. Os titulares das Secretarias Municipais e os responsáveis pelas respectivas unidades deverão adotar as providências necessárias à manutenção dos serviços essenciais, inclusive mediante organização de escalas, plantões ou outros regimes de atendimento, quando necessários.

Art. 4º A transferência prevista neste Decreto não implicará alteração da remuneração, da jornada ou dos demais direitos funcionais dos servidores públicos municipais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia de Oliveira Pedroso
Código Identificador:38914B5E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 43/2022

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 43/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR.

CONTRATADA: AEON TELECOM LTDA inscrita no CNPJ nº 30.175.248/0001-54.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e reajuste de valores de prestação de serviços de fornecimento de internet.

VALOR TOTAL: R$ 55.907,64 (cinquenta e cinco mil, novecentos e sete reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 27/10/2026 a 26/10/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:6CFEC8B5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026

RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, torna público a adjudicação e homologação do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe referente à revisão de 500 (quinhentas) horas trabalhadas da máquina retroescavadeira New Holland Construction na empresa autorizada SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.224.121/0011-75, com sede na Avenida Tiradentes, nº 4321, Jardim Rosicler, Barracão 2, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.072-000, com valor total de R$ 5.158,17 (cinco mil cento e cinquenta e oito reais e dezessete centavos).

Abatiá – PR, 23 de outubro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:248675D4

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 223/2026

Portaria Nº 223, de 23 de Outubro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – NOMEAR, como **LEILOEIRO**, o servidor **RICARDO JOSE DE CARVALHO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, portador do RG nº 6.795.497-1 SSP/PR, para proceder ao Leilão previsto de bens inservíveis do Município.

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se

Gabinete da Prefeita, em 23 de Outubro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:A4C5EF1E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026
Processo Adm: Nº 339/2026

Objeto: EGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, ORIGINAIS OU GENUÍNAS, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MÃO DE OBRA MECÂNICA) PARA A FROTA DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, ÔNIBUS, MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ/PR, EM LOTES INDIVIDUALIZADOS. CRITÉRIO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE SOBRE OS VALORES DA TABELA TRAZ VALOR. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 3.648.000,00. VIGÊNCIA 12 MESES.
Empresas vencedoras: HIDRAULICA HIDRAUESTE LTDA (60636854000190) com os lotes: 7, 12, 15, 19, 21, 39, 53, 54, 59, 63, 42, 47, 48, 49, 51, 52. VINICIUS DO CARMO FLAUSINO - AUTO PEÇAS (07865432000104) com os lotes: 76, 77, 79, 80, 81, 82, 133, 134, 139, 140, 141, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 107, 108, 119, 121, 122, 123, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 83, 93, 94, 95, 97, 98. R BORDIGNON COMERCIO DE PEÇAS (23651325000130) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 72, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 44, 45, 46, 55, 56, 57, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 8, 9, 10, 11, 13, 14. TECTRON CENTRO AUTOMOTIVO LTDA ME (17100754000116) com os lotes: 73, 74, 75, 78, 84, 85, 144, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 117, 118, 120, 126, 127, 128, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 92, 96, 99, 103, 109, 110, 86, 87, 88, 89, 90, 91). STRAPASSON AUTO PEÇAS LTDA (78542867000166) com os lotes: 50.

A Prefeita do MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), quinta-feira, 22 de outubro de 2026

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES

Publicado por:
Ricardo Jose de Carvalho
Código Identificador:CF3EF08C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 520/2026 - CONCESSÃO DE DOBRA DE JORNADA - JESSIKA GOMES DE OLIVEIRA

PORTARIA nº 520/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Sumula: "Dispõe sobre concessão de Dobra de Jornada e da outras providências"

Considerando, o Art. 36 da Lei Municipal nº 665/2008;
Considerando, o Memorando nº 380/2026 da SMED, de 22 de Outubro de 2026, protocolado sob o nº 351/2026, de 22.10.2026

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**

ARTIGO 1º - Fica concedido a Professora **JESSIKA GOMES DE OLIVEIRA,** portadora da RG nº 12.722.727-6 PR**,** Dobra de Jornada – na Escola Municipal Tereza Bacil de Souza Lima (período da tarde) - Calendário Escolar 2026.
ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 23 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:EF8245B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 521/2026 - AUTORIZAÇÃO PARA

UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO FORA DAS DEPENDÊNCIAS DO ÓRGÃO - PAULO HENRIQUE FARIAS SEVERO ALVES ZAMIEROWSKI

PORTARIA nº 521/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a autorização para utilização de equipamento de informática pertencente ao patrimônio público fora das dependências do órgão e dá outras providencias"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...
Considerando, a necessidade de utilização de equipamentos de informática para a execução de atividades técnicas e administrativas relacionadas à área de Tecnologia da Informação (T.I.);
Considerando, a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de suporte técnico, manutenção, monitoramento e demais atividades inerentes ao setor;
Considerando, a necessidade de estabelecer o controle e a responsabilidade pela guarda e conservação dos bens públicos;
Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Art. 1º - Fica autorizado o servidor **PAULO HENRIQUE FARIAS SEVERO ALVES ZAMIEROWSKI**, portador da RG nº 12.934.252-8 PR, ocupante do cargo de **Técnico Administrativo**, lotado no setor de Tecnologia da Informação (T.I.), a utilizar, fora das dependências deste órgão, o notebook pertencente ao patrimônio público, identificado conforme segue:

• **Descrição do bem:** Notebook
• **Marca/Modelo:** Dell G15 5530 – 15 – 13º Geração - RTX 3050 – 16GB RAM – 480 GB (armazenamento);
• **Número de patrimônio:** 0073;
• **Número de série:** CBO544.

Art. 2º - A utilização do equipamento em sua residência destina-se exclusivamente à execução de atividades profissionais relacionadas às atribuições do servidor, mediante necessidade do serviço e conforme autorização administrativa competente.
Art. 3º - O servidor autorizado será responsável pela guarda, conservação e utilização adequada do equipamento, devendo adotar medidas de segurança para evitar danos, extravio, furto, roubo ou acesso não autorizado às informações institucionais, observadas as normas internas do órgão.
Art. 4º - É vedada a utilização do equipamento para fins particulares incompatíveis com o interesse público, bem como a instalação de programas ou a realização de alterações sem autorização, quando exigida pelas normas de Tecnologia da Informação do órgão.
Art. 5º - O equipamento deverá permanecer à disposição da Administração, podendo ser solicitada sua apresentação ou devolução a qualquer momento, conforme a necessidade do serviço ou determinação da autoridade competente.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, conforme as normas administrativas aplicáveis.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 23 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:AD332135

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 522/2026 - AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO FORA DAS DEPENDÊNCIAS DO ÓRGÃO - TALES HENRIQUE FARIAS ZAMIEROWSKI

PORTARIA nº 522/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a autorização para utilização de equipamento de informática pertencente ao patrimônio público fora das dependências do órgão e dá outras providencias"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...
Considerando, a necessidade de utilização de equipamentos de informática para a execução de atividades técnicas e administrativas relacionadas à área de Tecnologia da Informação (T.I.);
Considerando, a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de suporte técnico, manutenção, monitoramento e demais atividades inerentes ao setor;
Considerando, a necessidade de estabelecer o controle e a responsabilidade pela guarda e conservação dos bens públicos;
Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Art. 1º - Fica autorizado o servidor **TALES HENRIQUE FARIAS ZAMIEROWSKI**, portador da RG nº 12.934.249-8 PR, ocupante do cargo de **Técnico Administrativo**, lotado no setor de Licitações, a utilizar, fora das dependências deste órgão, o notebook pertencente ao patrimônio público, identificado conforme segue:

• **Descrição do bem:** Notebook
• **Marca/Modelo:** Dell G15 5530 – 15 – 13º Geração - RTX 3050 – 16GB RAM – 480 GB (armazenamento);
• **Número de patrimônio:** 0068;
• **Número de série:** BBO5O44.

Art. 2º - A utilização do equipamento em sua residência destina-se exclusivamente à execução de atividades profissionais relacionadas às atribuições do servidor, mediante necessidade do serviço e conforme autorização administrativa competente.
Art. 3º - O servidor autorizado será responsável pela guarda, conservação e utilização adequada do equipamento, devendo adotar medidas de segurança para evitar danos, extravio, furto, roubo ou acesso não autorizado às informações institucionais, observadas as normas internas do órgão.
Art. 4º - É vedada a utilização do equipamento para fins particulares incompatíveis com o interesse público, bem como a instalação de programas ou a realização de alterações sem autorização, quando exigida pelas normas de Tecnologia da Informação do órgão.
Art. 5º - O equipamento deverá permanecer à disposição da Administração, podendo ser solicitada sua apresentação ou devolução a qualquer momento, conforme a necessidade do serviço ou determinação da autoridade competente.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, conforme as normas administrativas aplicáveis.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 23 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:15C7607C

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 202/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026 EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026

RESOLUÇÃO Nº 202/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026

OBJETO: ALUGUEL SOCIAL A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

LOCADOR: Leci Suzana de Andrade Moura Gonsalves
VALOR MENSAL: R$ 600,00 (seiscentos reais).
PRAZO: 12 (doze) meses.

Adrianópolis, 28 de setembro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:8949AE97

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 203/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026 EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2026

RESOLUÇÃO Nº 203/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2026

OBJETO: ALUGUEL SOCIAL A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
LOCADOR: Azeneide Medeiro dos Santos
VALOR MENSAL: R$ 900,00 (novecentos reais).
PRAZO: 12 (doze) meses.

Adrianópolis, 14 de outubro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:EE1BE322

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 204/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026 EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2026

RESOLUÇÃO Nº 204/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2026

OBJETO: ALUGUEL SOCIAL A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
LOCADOR: Ezequiel Tavares
VALOR MENSAL: R$ 500,00 (novecentos reais).
PRAZO: 12 (doze) meses.

Adrianópolis, 14 de outubro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:0057AEE7

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 205/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2026

RESOLUÇÃO Nº 205/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2026

OBJETO: ALUGUEL SOCIAL A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
LOCADOR: Eurico Braz
VALOR MENSAL: R$ 500,00 (novecentos reais).
PRAZO: 03 (três) meses.

Adrianópolis, 15 de outubro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:6F07327D

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 206/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2026 EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2026

RESOLUÇÃO Nº 206/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2026

OBJETO: ALUGUEL SOCIAL A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
LOCADOR: Francisco Vandoski
VALOR MENSAL: R$ 500,00 (novecentos reais).
PRAZO: 03 (três) meses.

Adrianópolis, 15 de outubro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:C0C45E89

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 207/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026 EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2026

RESOLUÇÃO Nº 207/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2026

OBJETO: ALUGUEL SOCIAL A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
LOCADOR: Ciro Lucas dos Santos
VALOR MENSAL: R$ 600,00 (seiscentos reais).
PRAZO: 06 (seis) meses.

Adrianópolis, 20 de outubro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:97C4CED5

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 208/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2026 EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2026

RESOLUÇÃO Nº 208/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DAS INSTALAÇÕES E ADEQUAÇÕES ELÉTRICAS.
CONTRATADA: 69.132.976 CLAUDIO HENRIQUE DE OLIVERIA DE PINA
VALOR TOTAL: R$ 6.980,00 (seis mil novecentos e oitenta).
PRAZO: 05 (cinco) dias.

Adrianópolis, 26 de outubro de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:78F774E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1377 22 DE OUTUBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Agudos do Sul/PR, Versão Final de 2026, elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, atualizada pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, com a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e com as demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

§ 1º. O Plano Municipal de Saneamento Básico aprovado por esta Lei constitui seu Anexo Único e parte integrante, independentemente de transcrição.

§ 2º. O Plano aprovado por esta Lei substitui, para fins de planejamento municipal do saneamento básico, o Plano Municipal de Saneamento Básico instituído pela Lei Municipal nº 579, de 19 de dezembro de 2011.
§ 3º A coordenação municipal ocorrerá no âmbito das competências municipais, sem prejuízo das competências exercidas em regime de titularidade compartilhada, das deliberações do colegiado da MRAE-1, do Plano Regional de Saneamento Básico e das competências da entidade reguladora.

Art. 2º. O Plano Municipal de Saneamento Básico constitui instrumento técnico e estratégico da política municipal de saneamento básico e deverá orientar o planejamento, a organização, a prestação, a regulação, a fiscalização, o monitoramento e a avaliação dos serviços no território municipal, abrangendo:
I – abastecimento de água potável;
II – esgotamento sanitário;
III – limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
IV – drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Parágrafo único. O planejamento deverá considerar as especificidades das áreas urbanas, rurais e dos núcleos populacionais dispersos, adotando soluções compatíveis com suas características territoriais, ambientais, sanitárias, sociais, técnicas e econômicas.

Art. 3º. Integram o Plano Municipal de Saneamento Básico, entre outros elementos:
I – a caracterização territorial, socioeconômica e ambiental do Município;
II – o diagnóstico técnico dos quatro componentes do saneamento básico;
III – as projeções populacionais e de demandas;
IV – os cenários prospectivos e as alternativas técnicas;
V – as diretrizes e os objetivos estratégicos;
VI – as metas de atendimento e melhoria dos serviços;
VII – os programas, projetos e ações;
VIII – as ações de emergência e contingência;
IX – o Plano de Execução e as estimativas de investimentos;
X – as possíveis fontes de financiamento;
XI – os mecanismos de participação e controle social; e
XII – os indicadores de desempenho, monitoramento e avaliação.

Art. 4º. O PMSB observará horizonte de planejamento de 20 (vinte) anos, considerando, para programação dos programas, projetos e ações, os seguintes períodos:
I – imediato ou emergencial: até 3 (três) anos;
II – curto prazo: de 4 (quatro) a 8 (oito) anos;
III – médio prazo: de 9 (nove) a 12 (doze) anos;
IV – longo prazo: de 13 (treze) a 20 (vinte) anos.

Parágrafo único. Os horizontes temporais previstos neste artigo não impedem a antecipação de ações quando houver disponibilidade técnica, financeira e institucional, nem afastam a adoção imediata de providências necessárias à proteção da saúde pública, do meio ambiente ou da continuidade dos serviços.

Art. 5º. A implementação do PMSB observará, entre outros, os princípios e diretrizes da universalização progressiva do acesso, integralidade dos serviços, eficiência e regularidade da prestação, sustentabilidade econômico-financeira, segurança sanitária e ambiental, proteção dos recursos hídricos, transparência das ações e participação e controle social.

Art. 6º. A execução do Plano Municipal de Saneamento Básico será coordenada pelo órgão municipal responsável pela política de saneamento básico, em articulação com:
I – os demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal relacionados às políticas de planejamento, meio ambiente, saúde, obras, infraestrutura, agricultura, desenvolvimento territorial e demais áreas correlatas;
II – os prestadores dos serviços públicos de saneamento básico;
III – as entidades responsáveis pela regulação e fiscalização dos serviços, conforme as competências legalmente estabelecidas;
IV – órgãos ambientais e de recursos hídricos competentes; e
V – as instâncias de participação e controle social.

Parágrafo único. A coordenação prevista no caput deverá promover a integração das ações dos quatro componentes do saneamento básico e acompanhar a execução física, financeira e institucional dos programas, projetos e ações estabelecidos pelo PMSB.

Art. 7º. Os programas, projetos e ações previstos no PMSB deverão ser considerados, conforme sua prioridade, viabilidade e disponibilidade financeira, na elaboração e revisão dos instrumentos municipais de planejamento e orçamento, especialmente:
I – Plano Plurianual – PPA;
II – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
III – Lei Orçamentária Anual – LOA; e
IV – demais planos, programas e instrumentos municipais relacionados ao saneamento básico, meio ambiente, saúde, habitação, desenvolvimento urbano e ordenamento territorial.

Parágrafo único. A previsão de ações e valores estimados no PMSB não constitui, isoladamente, autorização para realização de despesas, devendo sua execução observar a legislação orçamentária, financeira, contratual e administrativa aplicável.

Art. 8º. O acompanhamento e a avaliação da implementação do PMSB deverão ocorrer de forma contínua, utilizando os indicadores, metas e demais mecanismos de monitoramento definidos no próprio Plano.

§ 1º. Os dados municipais deverão, sempre que aplicável, manter articulação com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA e com os demais sistemas oficiais de informações pertinentes.

§ 2º. Os indicadores poderão ser atualizados ou aperfeiçoados em razão de alterações nos sistemas nacionais de informação, mudanças metodológicas, disponibilidade de novos dados ou necessidade de melhoria do acompanhamento municipal, desde que preservada a capacidade de avaliação das metas estabelecidas.

Art. 9º. O Município deverá assegurar mecanismos de participação e controle social na implementação, monitoramento, avaliação e revisão do PMSB, garantindo transparência e acesso às informações relativas à execução das ações e ao desempenho dos serviços de saneamento básico.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá manter o PMSB e suas revisões disponíveis para consulta pública, inclusive por meio eletrônico, sem prejuízo da utilização de audiências, consultas públicas, conselhos, reuniões comunitárias e outros instrumentos de participação social previstos na legislação.

Art. 10. O PMSB deverá ser revisado periodicamente, em prazo não superior a 10 (dez) anos, observada a legislação federal aplicável e a compatibilidade com os ciclos de planejamento municipal.

Parágrafo único. A revisão poderá ser antecipada quando alterações relevantes de natureza técnica, ambiental, sanitária, econômica, financeira, institucional, territorial ou normativa demonstrarem a necessidade de atualização do planejamento.

Art. 11. O Poder Executivo poderá editar os atos regulamentares necessários à execução desta Lei e à implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, observadas as competências dos prestadores, das entidades reguladoras e dos demais órgãos envolvidos.
Parágrafo único. Nos componentes, atividades ou etapas submetidas à prestação regionalizada ou caracterizadas como função pública de interesse comum, o Plano Municipal de Saneamento Básico terá caráter complementar e deverá ser executado em conformidade com as deliberações do colegiado da Microrregião de Água e Esgotamento Sanitário do Centro Litoral – MRAE-1 e com o Plano Regional de Saneamento Básico Vigente, prevalecendo as disposições regionais em caso de conflito, nos termos da legislação federal e estadual aplicável.
Art. 12. As ações previstas no PMSB poderão ser custeadas por dotações orçamentárias próprias, transferências, convênios, contratos de repasse, financiamentos e demais fontes legalmente admitidas, bem como, quando cabível, por recursos dos prestadores dos serviços, observados os respectivos instrumentos contratuais e regulatórios e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 579, de 19 de dezembro de 2011.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção.

Publicado por:
Fernanda Cristina Ferreira
Código Identificador:5B8FC5A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 324/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 324/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA 34.750.209 KAMILLY FERNANDA DOMICIANO DE OLIVEIRA DA SILVA.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL (WILLIAM ABDIEL E BANDA) PARA REALIZAÇÃO DE 01 (UM) SHOW NO DIA 06/11/2026, COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 1h30min, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO ".
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: SERÁ DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONTADOS DA DATA DA SUA ASSINATURA.
VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 21/10/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
23.01	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
04.122.0004.2.108	Eventos Municipais
3.3.90.39.00 - 1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 525

Almirante Tamandaré, 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Luana Pereira Lopes
Código Identificador:2B198D2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 156/2026

"Nomeia os membros governamentais e não governamentais, titulares e suplentes, para compor o Conselho Municipal de Esporte e Lazer do Município de Almirante Tamandaré – PR, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, em especial ao contido nos artigos 69, IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n° 1.979/2017,

DECRETA:
Art. 1º Ficam Nomeados para compor o Conselho Municipal de Esporte e Lazer do município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, para a gestão do biênio 2025/2027, os seguintes representantes:
I - Representantes Governamentais:

a. Vitor Roberto Lovato – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Titular;

b. Mauricio Grzybowski – ecretaria Municipal de Esporte e Lazer, Suplente;

c. Sergio William Machado, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Titular;

d. Claudemir Alves Teixeira, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Suplente;

e. Atagil Vaz Costa – Secretaria Municipal de Saúde, Titular;

f. Carla Carolina Ribeiro Almeida – Secretaria Municipal de Saúde, Suplente;

II - Representantes da Sociedade Civil:

a. Cicero de Oliveira - Representante das Modalidades Coletivas e/ou Individuais – Titular.

b. Peterson Anselmo de Freitas - Representante das Modalidades Coletivas e/ou Individuais – Suplente.

c. José Ribeiro – Representante das Artes Marciais – Titular.

d. Mara Lucia Ferreira do Valle – Representante das Artes Marciais - Suplente.

e. Eliza Azamor da Silva – Representante profissional de Educação Física – Titular.

f. João Vitor Chevonica – Representante profissional de Educação Física – Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 111/2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 21 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:508B639F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 626/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a servidora, Sra. LILIAN KELLI MORAES DE LIMA GONÇALVES, matrícula n° 10975, CPF nº 074.630.319-00, do cargo de ATENDENTE INFANTIL, processo n° 18.000018754/2026 a partir do dia 01 de outubro de 2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 07 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:AD3C4CCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 629/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias aos servidores abaixo relacionados, no período respectivo indicado:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
10765	ADRIANE DE FATIMA TREVISAN	07/01/2025 - 06/01/2026	07/10/2026 - 05/11/2026
1606	ANDREIA FAGUNDES	15/05/2024 -14/05/2025	03/11/2026 - 02/12/2026
10887	ANGELITA CORREA DOS SANTOS	08/01/2025 - 07/01/2026	13/10/2026 - 11/11/2026
8961	CRISTIANE DE SUSS	02/02/2025 - 01/02/2026	02/11/2026 - 01/12/2026
3374	DENUBIO RIBEIRO DE MATOS	15/06/2025 - 14/06/2026	09/11/2026 - 08/12/2026
10179	DIOCLECIO JOSE FERREIRA DA SILVA	16/05/2025 - 15/05/2026	03/11/2026 - 02/11/2026
3012	FRANCISCO CARLOS FACHINI DOS SANTOS	22/06/2025 - 21/06/2026	16/11/2026 - 15/12/2026
10405	GABRIEL MACHADO DUARTE	15/07/2024 - 14/07/2025	01/11/2026 - 30/11/2026
10836	GERSON SCHREIBER	08/01/2025- 07/01/2026	09/11/2026 - 08/12/2026
2970	HENRY LADISLAU FLORES MALDONADO	20/03/2023 - 19/03/2024	15/10/2026 - 13/11/2026
4332	JULIO CESAR FERREIRA DO NASCIMENTO	09/10/2025 - 08/10/2026	02/11/2026 - 01/12/2026
9039	LARISSA DOS SANTOS ZUSE	02/02/2025 - 01/02/2026	13/10/2026 - 11/11/2026
10118	LUIZ FERNANDO BUZZATTO	01/04/2025 - 31/03/2026	16/11/2026 - 15/12/2026
3266	MARCOS ANTONIO DE SOUZA	08/02/2024 - 07/01/2025	29/09/2026 - 13/10/2026
3177	MARIA GORETE BROTO CORDEIRO	18/02/2025 - 17/02/2026	10/11/2026 - 09/12/2026
10386	MATEUS HENRIQUE RIBEIRO MONTUANI	15/07/2024 - 14/07/2025	01/11/2026 - 30/11/2026
9641	MICHAEL GABARDO	02/06/2025 - 01/06/2026	03/11/2026 - 03/12/2026
2283	SANDRA MARA PRESTES	01/06/2024 - 31/05/2025	03/11/2026 - 02/11/2026
6963	VALDECIR GOMES DE AMURIM	08/08/2024 - 07/08/2025	09/11/2026 - 08/12/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 19 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:DB1D53E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 659/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.498, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Sr(a). JESSICA CAMILA COSTA, RG nº 103xxxx/PR, CPF nº 082.xxx.xxx-xx, em Cargo Comissionado de CHEFE DE NÚCLEO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com no mínimo 40 horas semanais, símbolo CC-06,a partir do dia 31 de outubro de 2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 22 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:AA0302C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 660/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art 1° DESIGNAR os servidores abaixo indicados para exercerem a função de Coordenação, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde SED-011/2026 no memorando 1.276/2026 SMS,

COORDENADORES	UNIDADE DE SAÚDE
Thais Adriana Kotovski	Unidade de Saúde Cachoeira
Daiane Gonçalves Becker	Unidade de Saúde Lamenha
Rodrigo de Mattos	Unidade de Saúde Graziela
Maristela Aparecida Faria	Unidade de Saúde Jardim Paraíso
Marcelo Bispo dos Santos Rocha	Unidade de Saúde Jardim Roma
Francine Aparecida de Souza	Unidade de Saúde Rosana
Valdeires Alves de Andrade	Unidade de Saúde São Venâncio
Vitoria Maria Souza de Oliveira	Unidade de Saúde São Francisco
Neide Aparecida do Nascimento Silva	Unidade de Saúde São João Batista
Solange Alves de Liz Coradassi	Unidade de Saúde Sede
Carolina Juliete dos Santos de Jesus	Unidade de Saúde Tamboara

Joceli de Fátima Figueira Bueno Nogueira	Unidade de Saúde Tanguá
Valeria Machado Ramalho	Unidade de Saúde Tranqueira

Art 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 22 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:056021B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 661/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora, Sra. MARIA VITORIA SECCHI RIBEIRO, como AUDITORA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE da Secretaria Municipal de Saúde de acordo com SED-013/2026, no memorando 1.283/2026 - SMS/GAB.
Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 22 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:CA18D77D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 662/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora, Sra. EDNEIA APARECIDA DOMINGUES DE OLIVEIRA como Responsável Pelo Tratamento Fora Do Domicílio (TFD) da Secretaria Municipal de Saúde de acordo com SED-012/2026, no memorando 1.277/2026 - SMS/GAB.
Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 22 de outubro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erick Adriano Pedroso de Moraes
Código Identificador:FED8E5FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.069.143/0001-47, torna público para conhecimento dos interessados que, com fulcro no art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, demais regulamentações aplicáveis, realizará por **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICO,** com critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR ITEM**, por intermédio da plataforma **BLL Compras**, conforme segue:

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e afins, destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de Altamira do Paraná/PR.
**VALOR GLOBAL: R$** R$ 735.014,56 (setecentos e trinta e cinco mil, quatorze reais e cinquenta e seis centavos).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: O certame será realizado por meio do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL Compras, no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/

DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:

- **Início do recebimento das propostas:** 28/10/2026, às 08h00min.
- **Fim do recebimento das propostas:** 11/11/2026, às 08h00min.
- **Início da Sessão de Disputa de Lances:** 11/11/2026, às 09h00min.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital na íntegra e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município (Portal da Transparência) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto ao Departamento de Licitação e Contratos Administrativos através do e-mail setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com ou pelo telefone (44) 3755-1133, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Altamira do Paraná - PR, 23 de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:C04DB036

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CERTIDÃO DE ESGOTAMENTO DAS CONVOCAÇÕES DOS FORNECEDORES REMANESCENTES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 165/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 57/2025

CERTIDÃO DE ESGOTAMENTO DAS CONVOCAÇÕES DOS FORNECEDORES REMANESCENTES

Processo Administrativo nº: 165/2025
Dispensa de Licitação nº: 57/2025
Contrato nº: 08/2026
Objeto: Contratação de empresa para aquisição e instalação de Playground de parque infantil destinado a Escola Municipal Dr. Augustinho Kauling – EIEF, conforme Termo de Referência e anexos.

ASSUNTO: Certificação do esgotamento das tentativas de contratação dos fornecedores remanescentes.

CERTIFICO, para os devidos fins administrativos, que, em decorrência do encerramento do Contrato nº 08/2026, celebrado com a empresa originalmente selecionada no procedimento de Dispensa de Licitação nº 57/2026 foram promovidas diligências destinadas à verificação da possibilidade de contratação dos fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação estabelecida no procedimento original.

Conforme os documentos e registros de convocação constantes dos autos, os fornecedores remanescentes foram consultados acerca do interesse em assumir a contratação, tendo todos manifestado recusa ou desinteresse.

Registra-se que as convocações foram realizadas respeitando-se a classificação dos participantes e as condições de contratação submetidas aos fornecedores.

CONSIDERANDO:

I – O encerramento do contrato celebrado com a empresa inicialmente selecionada;

II – A necessidade de avaliar a possibilidade de atendimento da demanda mediante convocação dos fornecedores remanescentes;

III – A observância da ordem de classificação originalmente estabelecida;

IV – As manifestações negativas dos fornecedores remanescentes convocados, devidamente documentadas nos autos;

V – A inexistência de fornecedor remanescente que tenha aceitado assumir a contratação nas condições examinadas;

VI – Os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, motivação, transparência e interesse público, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;

CERTIFICO O ESGOTAMENTO DAS TENTATIVAS DE CONTRATAÇÃO DOS FORNECEDORES REMANESCENTES, diante da ausência de manifestação favorável dos participantes convocados.

Ressalta-se que a presente certificação não caracteriza declaração de fracasso, anulação ou revogação da Dispensa de Licitação originalmente realizada, uma vez que o procedimento produziu seus efeitos administrativos e resultou em contratação regularmente formalizada.

A presente certidão limita-se a reconhecer a frustração das tentativas posteriores de contratação dos fornecedores remanescentes.

Dessa forma, encaminham-se os autos à autoridade competente para ciência e deliberação quanto ao encerramento da etapa de convocação dos remanescentes e à adoção das providências administrativas cabíveis.

É o que cumpre certificar.

Cumpra-se.

Altamira do Paraná, 23 de outubro de 2026.

JADSON MORAES DOS REIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:D58E90BD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ESPACHO ADMINISTRATIVO CONCLUSIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 165/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 57/2025

DESPACHO ADMINISTRATIVO CONCLUSIVO

Processo Administrativo nº: 165/2025
Dispensa de Licitação nº: 57/2025
Contrato nº: 08/2026

ASSUNTO: Encerramento das tentativas de contratação dos fornecedores remanescentes.

Considerando o encerramento do contrato inicialmente formalizado no âmbito da Dispensa de Licitação nº 57/2025.

Considerando as providências administrativas adotadas para convocação dos fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação estabelecida no procedimento original;

Considerando que todos os fornecedores remanescentes convocados manifestaram desinteresse em assumir a contratação nas condições examinadas;

Considerando a Certidão de Esgotamento das Convocações dos Fornecedores Remanescentes, juntada aos autos;

Considerando que não subsistem, entre os participantes convocados, fornecedores interessados na contratação pretendida;

Considerando os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade, motivação e interesse público;

DECIDO:

I – RECONHECER o esgotamento das tentativas de contratação dos fornecedores remanescentes vinculados ao procedimento de Dispensa de Licitação nº 57/2025, em razão das manifestações negativas apresentadas pelos participantes convocados.

II – DECLARAR ENCERRADA a etapa administrativa de convocação dos fornecedores remanescentes, diante da impossibilidade de prosseguimento da contratação por essa via, nas condições examinadas.

III – REGISTRAR que a presente decisão não representa anulação, revogação ou declaração de fracasso da contratação direta originalmente realizada, permanecendo preservados seus atos e efeitos jurídicos regularmente constituídos.

IV – DETERMINAR o encaminhamento à unidade demandante para ciência e avaliação quanto à permanência da necessidade administrativa, a fim de que, caso necessário, sejam adotadas providências para instauração de novo procedimento de contratação, observadas as exigências legais pertinentes.

V – DETERMINAR que, após a conclusão das providências contratuais, financeiras, de publicidade e de controle eventualmente pendentes, seja promovido o arquivamento administrativo dos autos, observadas as normas aplicáveis.

Cumpra-se.

Altamira do Paraná, 23 de outubro de 2026.

JADSON MORAES DOS REIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:9063247A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

CONTRATANTE: O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.834.076/0001-73, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, telefone (44) 3755-1142, na cidade de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, CEP nº 85.280-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Superintendente IPASMAP, Senhor **MARCELO PENHA GOIS.**

CONTRATADA: H.L.P. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.093.471/0001-97, com sede na Avenida Mario Pereira, nº 01, Centro, na cidade de Altamira do Paraná/PR, CEP nº 85.280-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis, dos tipos gasolina comum e etanol comum, destinados ao abastecimento dos veículos oficiais pertencentes ao instituto de previdência social dos servidores públicos do Município de Altamira do Paraná – IPASMAP, para atendimento das atividades administrativas, operacionais e institucionais do instituto, durante o período de vigência da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de Inexigibilidade n°02/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA compromete-se a executar a Disponibilidade do Combustível conforme as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, responsabilizando-se pela comunicação prévia à CONTRATANTE de qualquer fato que possa impedir ou atrasar a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 22.360,00 (Vinte dois mil, trezentos e sessenta reais).

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
12.001.09.272.0001.2.100 - Manter o Fundo de Previdência Municipal
3.3.90.35.00.00 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Altamira do Paraná/PR, 23 outubro de 2026.

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:F203FEB5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/202

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, n. 180, em Altamira do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **ELZA APARECIDA DA SILVA**.

CONTRATADA: ONELIA PEREIRA GALVÃO DE ABREU, pessoa física ou jurídica, inscrita no CPF/CNPJ sob nº 092.551.729-13, com endereço/sede em Altamira do Paraná. Est. Riozinho alr 652 639 119- Rural CEP: 85.280-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de pessoa física ou jurídica, na condição de prestador autônomo ou de empresa especializada, para prestação de serviços de monitoria do transporte escolar na rota Assentamento Pingo de Ouro, pelo período estimado de 10 (dez) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento na Lei
Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente do Processo de Dispensa Eletrônica n°
36/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA compromete-se a executar os serviços de monitora conforme as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência, responsabilizando-se pela comunicação prévia à CONTRATANTE de qualquer fato que possa impedir ou atrasar a execução do serviço.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 16.557,00 (Dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais) para o período de até 10 (dez) meses.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 10 (Dez) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

05.004.12.361.0009.2025 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL;
05.002.12.365.0012.2034 – GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.
Quando o contratado for pessoa física:
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA, bem como elemento próprio para a contribuição previdenciária patronal, conforme confirmação da Contabilidade.
Quando o contratado for pessoa jurídica:
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Altamira do Paraná/PR, 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:9985491A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2025

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 080/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2025

Pelo presente instrumento particular do Termo aditivo, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: A empresa H.L.P. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 23.093.471/0001-97, com sede na Avenida Mario Pereira, n° 01, Centro, CEP nº 85.280-000, na cidade de Altamira do Paraná, no Estado do Paraná, neste ato representado por Sr. Thiago Luersen Peres.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO.
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 080/2025, por mais 12 (doze) meses, cujo objeto consiste no fornecimento de combustíveis dos tipos Diesel S-10, Diesel S-500, Gasolina Comum e Etanol, para abastecimento de toda a frota de veículos e maquinários pertencentes aos diversos setores da Administração Municipal de Altamira do Paraná.
2. DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo n° 080/2025 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 24 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2027, observadas as demais condições estabelecidas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

3. DO VALOR ESTIMADO PARA O PERÍODO PRORROGADO.

Para o período de vigência ora prorrogado, fica estabelecido o valor estimado de R$ 3.652.000,00 (três milhões e seiscentos e cinquenta e dois mil reais), considerando os preços unitários atualmente vigentes no Contrato Administrativo n° 080/2025, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Descrição	Undidade	Quantidade Estimada	Valor Unit. Vigente	Valor Total Estimado
01	Gasolina Comum	Lt	80.000	R$ 7,00	R$ 560.000,00
02	Etanol Hidratado	Lt	5.000	R$ 4,24	R$ 21.200,00
03	Diesel S-500	Lt	80.000	R$ 7,26	R$ 580,800,00
04	Diesel S-10	Lt	300.000	R$ 8,30	R$ 2.490.000,00
Valor Total Estimado					R$ 3.652.000,00

Parágrafo primeiro. O valor previsto nesta cláusula corresponde à estimativa da despesa a execução do objeto durante o período de vigência ora prorrogado, considerando os preços unitários atualmente vigentes no contrato.

Parágrafo segundo. O fornecimento permanecerá condicionado à efetiva necessidade da Administração, observadas as condições estabelecidas no Contrato Administrativo n° 080/2025 e em seus termos aditivos anteriores.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:

• 02.001.04.122.0035.2002 – MANUTENÇA O ATIVIDADES OPERACIONAIS DO GABINETE DO PREFEITO
• 03.001.04.122.0003.2006 – ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇA O GERAL ADMINISTRATIVA
• 05.002.12.365.0012.2034 – GESTA O E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇA O INFANTIL
• 05.003.12.364.0102.2227 – PROGRAMA DE APOIO AO TRANSPORTE UNIVERSITA RIO
• 05.004.12.361.0074.2026 – MANUTENÇA O TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL
• 05.004.12.361.0084.2042 – EXECUÇA O DO PROGRAMA SALA RIO EDUCAÇA O
• 05.006.13.392.0017.2046 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DA DIVISA O DA CULTURA
• 05.004.12.361.0009.2025 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
• 05.002.12.365.0033.2230 – PROGRAMA PRIMEIRA INFA NCIA PRIMEIRO – EDUCAÇA O
• 05.003.12.367.0013.2036 – GESTA O E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇA O ESPECIAL
• 06.001.27.812.0018.2049 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DO ESPORTE
• 07.001.10.302.0019.2057 – ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL
• 07.001.10.304.0021.2055 – AÇO ES VIG. SANITA RIA, EPIDEMIOLOGIA E CONT. DE DOENÇAS
• 07.001.10.304.0021.2065 – EXECUÇA O DO PROGRAMA NAC VIGILA NCIA SANITA RIA
• 07.002.10.301.0021.2018 – APOIO E PROTEÇA O A TERCEIRA IDADE
• 07.002.10.301.0021.2053 – ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ASSISTENCIA SOCIAL
• 08.001.08.244.0022.2070 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AÇA O SOCIAL
• 08.001.08.244.0022.2071 – AÇO ES DE PROMOÇA O SOCIAL E PROTEÇA O A FAMI LIA
• 08.001.08.244.0022.2078 – EXECUÇA O DO PROGRAMA IGD
• 08.002.08.243.0023.2224 – EXECUÇA O DO PROGRAMA SERVIÇOS DE CONV. E FORT. DE VINCULOS
• 08.002.08.243.0033.2231 – PROGRAMA PRIMEIRA INFA NCIA PRIMEIRO – ASSISTENCIA SOCIAL
• 08.001.08.244.0022.2222 – SERVIÇO DE PROTEÇA O SOCIAL BA SICA PARA PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIE NCIA
• 08.001.08.244.0022.2223 – MANUTENÇA O DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
• 08.002.08.243.0023.2074 – ATIVIDADES OPERAC. DO FDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
• 09.001.18.541.0083.2226 – PROGRAMA COLETA SELETIVA
• 09.001.20.606.0030.2104 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUA RIA
• 09.001.20.606.0030.2105 – ATIVIDADES APOIO E INCENTIVOS A AGRICULTURA E PECUA RIA
• 09.001.20.606.0031.1088 – CASCALHAMENTO E CONSERVAÇA O DE ESTRADAS VICINAIS
• 10.001.15.452.0026.2085 – ATIVIDADES OPERAC. DEPTO DE OBRAS E URBANISMO
• 10.001.15.452.0026.2087 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA E URBANIZAÇA O
• 10.002.26.782.0026.1088 – CASCALHAMENTO E CONSERVAÇA O DE ESTRADAS VICINAIS
• 10.001.17.511.0029.1100 – AMPLIAÇA O DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE A GUA
• 10.002.26.782.0026.2086 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
• 13.001.14.244.0007.2000 – ATIVIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA DA MULHER

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.

Parágrafo único. As despesas correspondentes ao exercício de 2027 correrão à conta das dotações próprias daquele exercício, cuja disponibilidade será oportunamente atestada e empenhada na forma da legislação aplicável.

5. DA RATIFICAÇÃO.

Ficam mantidas integralmente as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento inicial, desde que não contrariem, implícita ou explicitamente, as previstas neste Termo Aditivo.

6. DO FORO.

Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Termo é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato do Termo de Aditivo, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 22 de outubro de 2026.

_____
Representante Legal Do Contratante

_____
Representante Legal Do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:847971A9

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECRETO Nº 052/2026

NOMEIA A COMISSÃO PARECERISTA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS INSCRITAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026, DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB.

A SENHORA ELZA APARECIDA DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º: Fica nomeada a Comissão Parecerista responsável pela análise, avaliação e emissão de parecer das propostas inscritas no Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – Seleção de Projetos para Firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

Art. 2º: A Comissão Parecerista será composta por servidores públicos municipais, conforme previsto no Edital de Chamamento Público nº 01/2026, sendo constituída pelos seguintes membros:
I. Mônica do Carmo Fonseca
II. Sonia Maria Pereira
III. Seleny Aiko da Silva Fukuda

Art. 3º: Compete à Comissão Parecerista analisar, avaliar, emitir parecer e classificar as propostas apresentadas, observando os critérios e disposições estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 01/2026.

Art. 4º: Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Altamira do Paraná – PR, 23 de Outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:BE0A3BF1

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
LEI MUNICIPAL Nº. 855/2026

Súmula: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 600/2019, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 796/2025, para disciplinar a concessão de benefício eventual por meio do "Cartão da Família Altamirense", e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Elza Aparecida da Silva, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º O inciso I do art. 22 da Lei Municipal nº 600/2019, com a redação dada pela Lei Municipal nº 796/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"I – Gêneros alimentícios, produtos de limpeza e produtos de higiene pessoal, mediante concessão do benefício denominado "Cartão da Família Altamirense", constituindo-se em benefício eventual, de caráter temporário e não contributivo, destinado a atender situações de vulnerabilidade social decorrentes da impossibilidade de a família ou indivíduo prover, por conta própria, suas necessidades básicas, mediante concessão de crédito em cartão eletrônico, magnético ou tecnologia similar.
a) o benefício será concedido será concedido mediante crédito disponibilizado por cartão eletrônico, magnético ou tecnologia similar ao beneficiário que atender aos requisitos legais e aos critérios socioassistenciais estabelecidos;
b) a concessão observará o estudo socioeconômico ou parecer social realizado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando, entre outros elementos, a composição e a situação socioeconômica da unidade familiar;
c) o benefício será concedido até 03 (três) vezes ao ano, prorrogável por mais 01 (uma) vez, mediante nova avaliação socioeconômica, ressalvadas as situações em que for identificada situação de risco social ou alta vulnerabilidade, nos termos da regulamentação;
d) o valor do benefício será estabelecido por decreto do Poder Executivo, mediante faixas de valores definidas de acordo com o número de pessoas integrantes da unidade familiar, observados a avaliação socioeconômica, as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social e a disponibilidade orçamentária e financeira;
e) os valores serão reajustados anualmente, no mês de janeiro, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
f) sem prejuízo do reajuste previsto na alínea anterior, o Poder Executivo poderá, mediante decreto, estabelecer valores superiores aos resultantes da aplicação do IPCA, quando demonstrada a necessidade de adequação dos valores à realidade socioeconômica das famílias beneficiárias, à composição familiar ou aos custos dos produtos abrangidos pelo benefício, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;
g) a utilização do cartão ficará restrita à aquisição de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e produtos de higiene pessoal, sendo vedada a aquisição de bebidas alcoólicas, cigarros, produtos derivados do tabaco e outros produtos incompatíveis com a finalidade do benefício."
Art. 2º Fica acrescida a alínea "f" ao inciso IV do art. 22 da Lei Municipal nº 600/2019, com a seguinte redação:
"f) em situações emergenciais devidamente caracterizadas, o limite previsto na alínea "a" poderá ser ultrapassado, mediante justificativa técnica quanto à necessidade da intervenção e avaliação socioeconômica da família, formalizadas pelos órgãos ou profissionais competentes, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira."
Art. 3º O Poder Executivo regulamentará, por decreto, os procedimentos necessários à execução do benefício previsto no inciso I do art. 22 da Lei Municipal nº 600/2019, especialmente quanto à operacionalização do cartão eletrônico, magnético ou tecnologia similar, critérios de utilização, credenciamento ou contratação da empresa responsável, controle, acompanhamento, fiscalização, bloqueio, cancelamento e demais procedimentos necessários à concessão do benefício.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 5º Fica revogada a redação conferida pela Lei Municipal nº 796/2025 ao inciso I do art. 22 e aos §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Municipal nº 600/2019.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (23/10/2026).

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:5EE4844C

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 401/2026

SÚMULA: Concede LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;*
RESOLVE
***Art. 1º** - CONCEDER a partir do dia 13 (treze) de outubro de 2026, 60 (sessenta) dias de **LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família** à servidora **MONICA ADRIELY GALVÃO,** matrícula funcional nº **508911,** ocupante do cargo de EDUCADOR INFANTIL, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil, em conformidade com art. 89, da Lei 131/2005 (Estatuto dos Servidores do Magistério Público do Município de Altamira do Paraná).*
***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos ao dia 13 (treze) de outubro de 2026.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:48058EB1

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
RESOLUÇÃO N° 3/2026 DE 15/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Superintendente do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ALTAMIRA

DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
12 IPASMAP
12.001 IPASMAP INSTITUTO PREVID SERV. MUNIC ALTAMIRA PARANÁ
12.001.09.272.0001.2.100 Manter o Fundo de Previdência Municipal
8 - 3.3.90.36.00.00 1001 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 5.000,00
Total Suplementação: 5.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
12 IPASMAP
12.001 IPASMAP INSTITUTO PREVID SERV. MUNIC ALTAMIRA PARANÁ
12.001.09.272.0001.2.100 Manter o Fundo de Previdência Municipal
7 - 3.3.90.35.00.00 1001 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 2.500,00
11 - 4.4.90.52.00.00 1001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.500,00
Total Redução: 5.000,00
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 15 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:8773D48E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 6 - RESOLUÇÃO, 122/26 - DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027					
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026					
ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS					
Município-Uf / Esfera / Tipo:					
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL					
Órgão (Órg.) / Unidade Orçamentária (UO) / Unidade Gestora (UG) / Unidade Executora (UE):					
1 CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VERE					
CÓDIGO	**RUBRICA**	**PROJETOS**	**ATIVIDADES**	**OPERAÇÕES ESPECIAIS**	**TOTAL**
01000.00000	CÂMARA DE VEREADORES	-	2.546.405,00	147.000,00	2.693.405,00
01001.00000	SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL	-	2.546.405,00	147.000,00	2.693.405,00
01001.01000	LEGISLATIVA	-	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.01031	AÇÃO LEGISLATIVA	-	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.28000	ENCARGOS ESPECIAIS	-	-	147.000,00	147.000,00
01001.28843	SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA	-	-	147.000,00	147.000,00
1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA:					
Vereador, Presidente					
2. ALDEMAR TAROCO:					
Vereador, Vice-Presidente					
3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA:					
Vereadora, 1ª Secretária					
4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA:					
Vereador, 2º Secretário					

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:1335B791

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 7 - RESOLUÇÃO, 122/26 - PROGRAMA DE TRABALHO

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027					
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026					
ANEXO VII – PROGRAMA DE TRABALHO					
Município-Uf / Esfera / Tipo:					
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL					
Órgão (Órg.) / Unidade Orçamentária (UO) / Unidade Gestora (UG) / Unidade Executora (UE):					
1 CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VERE					
CÓDIGO	**RUBRICA**	**PROJETOS**	**ATIVIDADES**	**OPERAÇÕES ESPECIAIS**	**TOTAL**
01000.000000000	CÂMARA DE VEREADORES	-	2.546.405,00	147.000,00	2.693.405,00
01001.000000000	SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL	-	2.546.405,00	147.000,00	2.693.405,00
01001.010000000	LEGISLATIVA	-	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.010310000	AÇÃO LEGISLATIVA	-	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.010310001	GESTÃO E APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA	-	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.280000000	ENCARGOS ESPECIAIS	-	-	147.000,00	147.000,00
01001.288430000	SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA	-	-	147.000,00	147.000,00
01001.288430000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA	-	-	147.000,00	147.000,00
1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA: Vereador, Presidente					
2. ALDEMAR TAROCO: Vereador, Vice-Presidente					
3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA: Vereadora, 1ª Secretária					
4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA: Vereador, 2º Secretário					

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:8FA868E4

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 8 - RESOLUÇÃO, 122/26 - PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO - DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS E SUBTÍTULO

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027					
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026					
ANEXO VIII – PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO - DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS E SUBTÍTULO					
ANEXO 7, DA LEI 4.320/64 (Portaria SOF/MPOG nº 42, de 10.04.1999)					
Município-Uf / Esfera / Tipo:					
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL					
Órgão (Órg.) / Unidade Orçamentária (UO) / Unidade Gestora (UG) / Unidade Executora (UE):					
1 CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL
01000.0000000000.000	CÂMARA DE VEREADORES	-	2.546.405,00	147.000,00	2.693.405,00
01001.0000000000.000	SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL	-	2.546.405,00	147.000,00	2.693.405,00
01001.0100000000.000	LEGISLATIVA	-	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.0103100000.000	AÇÃO LEGISLATIVA	-	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.0103100010.000	GESTÃO E APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA	-	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.0103100012.001	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES		2.252.155,00		2.252.155,00
01001.0103100012.002	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		210.950,00		210.950,00
01001.0103100012.003	CONSERVAÇÕES, REPAROS E MANUTENÇÕES EM EDIFICAÇÕES,		60.000,00		60.000,00

	INSTALAÇÕES E BENS MÓVEIS E IMÓVEIS				
01001.0103100012.135	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR		23.300,00		23.300,00
01001.2800000000.000	ENCARGOS ESPECIAIS	-	-	147.000,00	147.000,00
01001.2884300000.000	SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA	-	-	147.000,00	147.000,00
01001.2884300000.000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA	-	-	147.000,00	147.000,00
01001.2884300069.001	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RPPS			140.000,00	140.000,00
01001.2884300069.002	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME GERAL DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RGPS			7.000,00	7.000,00
1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA:					
Vereador, Presidente					
2. ALDEMAR TAROCO:					
Vereador, Vice-Presidente					
3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA:					
Vereadora, 1ª Secretária					
4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA:					
Vereador, 2º Secretário					

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:E84C45E6

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 9 - RESOLUÇÃO, 122/26 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027				
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026				
ANEXO IX – DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS				
Município-Uf / Esfera / Tipo:				
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL				
Órgão (Órg.) / Unidade Orçamentária (UO) / Unidade Gestora (UG) / Unidade Executora (UE):				
1 CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES				
CÓDIGO	**ESPECIFICAÇÃO**	**ORDINÁRIO**	**VINCULADO**	**TOTAL**
01000.0000000000.000	CÂMARA DE VEREADORES	2.693.405,00	-	2.693.405,00
01001.0000000000.000	SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL	2.693.405,00	-	2.693.405,00
01001.0100000000.000	LEGISLATIVA	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.0103100000.000	AÇÃO LEGISLATIVA	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.0103100010.000	GESTÃO E APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA	2.546.405,00	-	2.546.405,00
01001.0103100012.001	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES	2.252.155,00	-	2.252.155,00
01001.0103100012.002	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	210.950,00	-	210.950,00
01001.0103100012.003	CONSERVAÇÕES, REPAROS E MANUTENÇÕES EM EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES E BENS MÓVEIS E IMÓVEI	60.000,00	-	60.000,00
01001.0103100012.135	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	23.300,00	-	23.300,00
01001.2800000000.000	ENCARGOS ESPECIAIS	147.000,00	-	147.000,00
01001.2884300000.000	SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA	147.000,00	-	147.000,00
01001.2884300000.000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA	147.000,00	-	147.000,00
01001.2884300069.001	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RPPS	140.000,00	-	140.000,00
01001.2884300069.002	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME GERAL DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RGPS	7.000,00	-	7.000,00
1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA: Vereador, Presidente				
2. ALDEMAR TAROCO: Vereador, Vice-Presidente				
3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA: Vereadora, 1ª Secretária				
4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA: Vereador, 2º Secretário				

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:D208EDAF

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
RESOLUÇÃO, 122, DE 19/10/2026 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA PARA 2027

RESOLUÇÃO Nº 122, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2027, da unidade orçamentária Secretaria da Câmara de Vereadores, do órgão Câmara de Vereadores, do Poder Legislativo do Município de Amaporã, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, com base no artigo 107 do Regimento Interno da Câmara, promulga, a seguinte Resolução.

Art. 1º Fica estabelecida a Proposta Orçamentária da Unidade Orçamentária Secretaria da Câmara de Vereadores, do Órgão Câmara de Vereadores, do Perder Legislativo do Município de Amaporã, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2027, em R$ 2.693.405,00 (Dois milhões, seiscentos e noventa e três mil e quatrocentos e cinco reais), com base no artigo 30, VII e VIII, da Lei Orgânica do Município e em observância ao que dispõe às Leis Municipais, 1.146, de 24.7.2026 – Diretrizes Orçamentárias para 2027 – e 1.126, de 22.12.2025 – Plano Plurianual, quadriênio 2026/2029 – discriminada na forma dos anexos à esta Resolução.
§ 1º É parte integrante desta Resolução:
I. Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa por Função e Órgão;
II. Anexo 2 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas; e
III. Anexo 3 - Demonstrativo de Dotações por Modalidade - Aplicação Programada.
§ 2º Acompanha a presente Resolução:
I. Anexo 4 - Discriminação da Despesa, Quanto à sua Natureza;
II. Anexo 5 - Demonstrativo de Dotações por Elemento - Aplicação Programada;
III. Anexo 6 - Demonstrativo de Funções e subfunções por Projetos, Atividades e Operações Especiais;
IV. Anexo 7 - Programa de Trabalho;
V. Anexo 8 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais e Subtítulo;
VI. Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos;
Art. 2º Fica a Câmara Municipal, autorizada a abrir crédito adicional suplementar através de Resolução para suplementar as dotações de sua Secretaria, utilizando como fonte de recursos os resultantes de anulação parcial ou total de suas dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em Lei até o limite da reserva de contingência de seu orçamento.
Art. 3º A Proposta de que trata esta Resolução será encaminhada ao Poder Executivo para inclusão na Lei de Orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2027.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Amaporã, 30 de Setembro de 2026;

ALDAIR FRANSICO CALDEIRA -
Ver. Presidente;

ALDEMAR TAROCO -
Ver. Vic. Presidente;

PATRÍCIA BERTO PEREIRA -
Ver. 1ª Secretária;

ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA -
Ver. 2 Secretário.

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:512AF111

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO N° 230/2026 DE 22/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
07.002 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E CULTURA
07.002.13.392.0011.2.055 Manter as Atividades Culturais no Município
323 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 36.000,00
07.002.27.812.0011.2.054 Manter as Atividades do Setor de Esportes do Município
336 - 3.3.90.31.00.00 1000 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS 2.000,00
08 SECRETARIA DE SAÚDE
08.001 DEPARTAMENTO DE SAÚDE
08.001.10.302.0010.2.061 Manter a Gestão do Hospital Municipal
390 - 3.3.90.30.00.00 1303 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
395 - 3.3.90.39.00.00 1303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 55.000,00
399 - 3.3.90.93.00.00 1303 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 10.000,00
08.001.10.303.0010.2.076 Manter a Gestão da Saúde Assistência Farmacêutica
416 - 3.3.90.32.00.00 1303 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 55.000,00
Total Suplementação: 163.000,00
Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os
recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
06 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
06.001 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA
06.001.15.451.0006.2.032 Manter a Gestão das Atividades de Divisão de Obras
174 - 3.1.91.13.00.00 1000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RPPS 7.000,00
06.001.15.452.0007.2.034 Manter a Gestão das Atividades do Setor de Serviços Urbanos
190 - 3.3.90.37.00.00 1000 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 6.000,00
06.001.26.782.0006.2.031 Manter a Gestão das Atividades da Divisão Rodoviária Municipal
213 - 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 7.000,00
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
07.001 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
07.001.12.361.0013.2.043 Gestão das Despesas com o Ensino Básico Fundamental
280 - 3.3.90.08.00.00 1000 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR 15.000,00
08 SECRETARIA DE SAÚDE 08.001 DEPARTAMENTO DE SAÚDE 08.001.10.301.0010.2.060 Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde
360 - 3.1.90.11.00.00 1303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 60.000,00
364 - 3.3.90.08.00.00 1000 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DOMILITAR3.000,00
08.001.10.302.0010.2.061 Manter a Gestão do Hospital Municipal
383 - 3.1.90.11.00.00 1303 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 55.000,00
392 - 3.3.90.33.00.00 1303 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 10.000,00
Total Redução: 163.000,00
Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 22 de Outubro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:BF1DA24A

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 272/2026 ID 2854 - PONTAL

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DO CONTRATO Nº 272/2026 ID 3854

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: PONTAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 78.909.389/0001-80.

DO OBJETO:
Aquisição de dois (02) veículos 07 lugares zero km, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Resolução SESA Nº 1699/2024.

DO VALOR:
O Valor Total do contrato é de **R$ 313.000,00 (Trezentos e treze mil reais).**

DO PRAZO DE ENTREGA

A licitante deverá entregar o veículo em até 90 (Noventa) dias, após o recebimento do empenho de despesa, de acordo com a necessidade de consumo da secretaria municipal de saúde.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente licitação correrão através do recurso financeiro, através dotação orçamentária abaixo:

377-08001103010010206044905200000 – Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde – Fonte 32518 – Fonte 1304

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento a vista em até 30 (trinta) dias, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 174, de 22 de outubro de 2024, após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma.

DA VALIDADE:
Prazo de vigência do presente Contrato será prazo de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município.

Amaporã/PR, 23 de outubro de 2026

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:B0EDA8A2

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 059/2026 (REF. EDITAL DE CONC.PÚB. N.º 01.54/2025 DE 11/12/2025).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 059/2026

(**Ref. Edital de Conc.Púb. n.º 01.54/2025 de 11/12/2025).**

O Prefeito Municipal de Amaporã, Sr. **MARCOS MARIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais – Q04 Lt22, cidade de Amaporã - Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 8.457.343-4 - SSP/PR e do CPF nº 044.142.109-17, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos aprovados no **Concurso Público nº 001/2025**, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer no período de **26 a 30 de outubro de 2026,** na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Amaporã no horário de expediente, para apresentar os documentos exigidos conforme relação abaixo. Após, cumpridas as exigências legais expressas no presente Edital, o aprovado será posteriormente empossado em seu cargo.

AMPLA CONCORRÊNCIA

Professora – 20h

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Natalia Aparecida Almeida Ferreira da Silva	049.357.109-42	0042427	113,50

Os candidatos convocados para a contratação terão o prazo de **05 (cinco) dias**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, para cumprir as formalidades para a concretização do ato supracitado. Este Edital de Convocação entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial de divulgação da Prefeitura Municipal. Relação dos documentos a serem apresentados originais e fotocópias abaixo citados;

• Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
• Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
• Cópia do documento de Identificação;
• Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
• Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
• Cópia do Registro no órgão de classe;
• 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
• Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
• Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
• Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da contratação, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua contratação;
• Cópia da Certidão de Nascimento e CPF do(s) filho(s), menores de 21 (vinte e um) anos;
• Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
• Cópia do comprovante de residência;
• Número do PIS/PASEP;
• Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
• Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
• Atestado de aptidão física e mental devidamente preenchidos por médicos competentes (medico do trabalho e psicólogo)

O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação sem justo motivo, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
Amaporã, 23 de outubro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:BE5FAF56

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
MEMBROS PARA COMPOREM O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE AMAPORÃ

PORTARIA Nº 294/2026

SÚMULA: Designa os membros para comporem o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização de Amaporã - Paraná.

MARCOS MARIN: Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº 226/2026, que instituiu o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os seguintes membros para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização:

I -Fernando Henrique Ottesbach Vicente - Secretária Municipal de Educação
Presidente do Comitê;

II –Taiene da Silva Vicente - Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Articuladora Municipal;

III – Leila Ribeiro - Diretora da Escola Municipal Menino Jesus. Ensino Fundamental;

IV– Eliane Cristina Palombo- Diretora dos Centros Municipal Gregorio Vaquero Dominguez de Educação Infantil;

V– Eliane Rodrigues Ferreira Pereira - Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Cecilia Meireles. Ensino Fundamental;

VI– Marinalva de Almeida Gomes de Oliveira - Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal Gregorio Vaquero Dominguez de Educação Infantil;

VII– Viviane da Silva Gonçalves - Representante do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2° Os membros exercerão suas atribuições sem remuneração adicional, sendo os serviços prestados considerados de relevante ao interesse público.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos vinte e dois (22) dias do mês e outubro (10) do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lu
Código Identificador:B4574A60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
DECRETO Nº 2.565/2026.

Revoga o Processo Administrativo nº 088/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 035/2026 – Registro de Preços nº 031/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo nº 088/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 035/2026 – Registro de Preços nº 031/2026, cujo objeto é o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos e câmaras de ar novas, destinados aos veículos e máquinas da frota municipal de Anahy-PR, com fornecimento parcelado, conforme a necessidade dos diversos Departamentos da Administração Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, apresentou inconsistências e erros na elaboração do edital;
CONSIDERANDO a necessidade de revisar e corrigir as falhas identificadas, a fim de assegurar a clareza das disposições editalícias, a adequada compreensão das condições da licitação e a ampla participação dos interessados;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de garantir a legalidade, a transparência, a isonomia e a segurança jurídica dos procedimentos licitatórios;
DECRETA:
Art. 1º Fica revogado o Processo Administrativo nº 088/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 035/2026 – Registro de Preços nº 031/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos e câmaras de ar novas, destinados aos veículos e máquinas da frota municipal de Anahy-PR, com fornecimento parcelado, conforme a necessidade dos diversos Departamentos da Administração Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em razão das inconsistências e dos erros identificados na elaboração do edital.
Art. 2º Determina-se ao Departamento de Compras e Licitações que proceda à revisão e à correção do edital e dos demais documentos pertinentes, adotando as providências necessárias para a posterior republicação do certame, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:B76FB77F

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 007/2026.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O ANO DE 2027 – LOA/2027

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, usando de suas atribuições legais e em atendimento a Legislação em vigor, resolve:

CONVOCAR, todas as associações, entidades representativas, autoridades municipais e a população em geral do município de Anahy para participarem da Audiência Pública de Participação Popular no processo de discussão da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2027 – LOA/2027, em atendimento ao art. 48, § primeiro, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei 101/2000, a ser realizada no dia 29 de outubro de 2026, a partir 10h, no Plenário da Câmara Municipal de Anahy, Estado do Paraná.

Anahy/PR, 23 de outubro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:828B87C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.388/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 178.393,25 (cento e setenta e oito mil trezentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.034.		Manter os Postos de Saúde do Município	
1448 - 3.3.90.32.00.00	3493	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.393,25
06.002.10.301.0012.2.038.		Manter os Serviços de Transporte da Saúde	
1475 - 3.3.90.30.00.00	3491	MATERIAL DE CONSUMO	35.000,00
06.002.10.301.0013.2.044.		Manter o Programa Saúde da Família	
1474 - 3.1.90.11.00.00	3494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	140.000,00
		Total Suplementação:	**178.393,25**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:384203FF

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 9° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
CRISTIANE DE MELLO TARDELI - ME

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Acréscimo quantitativo consistente em **R$ 15.173,77** (quinze mil, cento e setenta e três reais e setenta e sete centavos), que equivale a 25% do valor inicial atualizado da Ata de Registro de Preços nº 021/2025 com fundamento no art. 124, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 125 da mesma Lei e com o art. 298, §8º, do Decreto Municipal nº 9.858/2023.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 23.10.2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2024

ASSINATURAS:
EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

CRISTIANE DE MELLO TARDELI
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E84AED2C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.402 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a Portaria 20.371 de 09 de outubro de 2026, a qual concedeu 30 dias de férias, a partir do dia 19 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal **JULIANA CASAGRANDE FELIX.**

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper**,** a partir do dia 29 de outubro de 2026**,** o período das férias da Servidora Pública Municipal **JULIANA CASAGRANDE FELIX** ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO.**

Art. 2°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:489DA740

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.403 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO o Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	LEANDRO AZEVEDO SESTITO		
Gestor Titular:	GERSON CARLOS MARCHIONI		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Contrato nº	071/2026	**VIGÊNCIA:**	23.10.2026 a 28.05.2027
Modalidade:	INEXIGIBILIDADE		
Nº licitação	025/2026		
Contratado:	**VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMÉRCIO LTDA**		
Objeto:	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MÁQUINA RETROESCAVADEIRA 4X4, ATRAVÉS DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA) DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE - CISMEL, CONFORME CONVÊNIO Nº 924/2025 - SEAB, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.		
Valor:	**R$ 420.000,00**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 23 de Outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:136FB1F9

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 008/2025

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ/PR E
ZAAZ PROVEDOR DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de **23/10/2026** e término em **22/10/2027**, com fundamento no Art. 107 da Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de valores na importância de **R$ 5.250,00 (Cinco mil, duzentos e cinquenta reais**), com fundamento no Art. 106, I e II da Lei 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ACESSO À INTERNET INSTALADO PELA TECNOLOGIA DE FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 100MB. LINK DEDICADO	UNID	12	R$ 437,50	R$ 5.250,00
				TOTAL:	R$ 5.250,00

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 23/10/2026

DISPENSA ELETRÔNICA N° 07/2025

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:1248D995

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 149/2026.
HOMOLOGADO DIA: 23/10/2026.

OBJETO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE DE ANDIRÁ, NO ÂMBITO DA CHAMADA PÚBLICA PEE COPEL 009/2024, PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA E SUBSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE BOMBEAMENTO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO, POR BOMBAS MAIS EFICIENTES.

RESULTADO: TESSARI E MAZINI LTDA, CNPJ: 00.233.733/0001-76, Valor total R$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais). HIGRA INDUSTRIAL LTDA - CNPJ: 04.124.390/0001-62, Valor total R$ 995.000,00 (Novecentos e noventa e cinco mil reais).

Andirá, 23 de outubro de 2026.

RONIVALDO VISOTO
Agente de Contratação Substituto

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:64DC776F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO 16/2026

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
Processo Licitatório nº 75/2026
Pregão Eletrônico 16/2026 – Sistema de Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Antonina/PR comunica aos interessados a **SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico**, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de manilhas de concreto, em razão da necessidade de análise e adequação dos documentos que integram o processo licitatório.

A suspensão tem por finalidade assegurar a regularidade do procedimento e o atendimento às disposições legais aplicáveis.

A nova data para retomada da sessão pública será divulgada oportunamente, pelos mesmos meios utilizados para a publicação do edital.

Antonina/PR, 23 de outubro de 2026.

Assinatura no Original
HALLAN CORDEIRO CORREA
Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:1D990F88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 014/2026 - PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO – PROFESSOR N I PHNM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 014/2026, homologado pelo Decreto n.º 190/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Profissional da Educação – Professor N I PHNM, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 12.922/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 014/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **27/10/2026, às 09h00min**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO – PROFESSOR N I PHNM** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

Conforme consta nos Processos Administrativos n.º 26054/2026, 25411/2026 e 25867/2026, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	HORÁRIO	N.º DE VAGAS
Escola Municipal Dr. Mário Faraco	Tarde – 12:45 às 16:45	1
Escola Municipal Padre Boleslau Liana	Manhã – 07:45 às 11:45	2
Escola Rural Municipal Professor Joaquim da Rocha Soares	Manhã – 08:00 às 12:00	1
Escola Municipal Irmã Rosalina	Manhã – 08:00 às 12:00	1
Escola Municipal Professor Joaquim Ribas de Andrade	Manhã – 07:45 às 11:45	1
Escola Rural Municipal Prefeito Herculano Schimaleski	Manhã – 07:45 às 11:45	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

ORDEM DE CONVOCAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
1º	8°	TATIANE DA SILVA SANTOS	22278/2026
2º	9°	MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA LUZ	20600/2026
3º	10°	ESTELA MATOZO DOS ANJOS LOURENÇO	20683/2026
4º	**1 ° - Afrodescendente**	**ZILDA DE ALMEIDA BUCH**	**22255/2026**
5º	11°	JESSICA EMMILY FELIX FERREIRA	22122/2026
6º	12°	JURACI BENTO DOS SANTOS	20640/2026
7º	13°	JESSICA CRISTINA VILCK	21616/2026

***Vaga reservada a candidato(a) afrodescendente.**

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso (para cargos que exijam);
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;

8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, quando aplicável;
13) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
14) CPF dos filhos menores de 18 anos;
15) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
16) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
17) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
18) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
19) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
20) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
21) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 23 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:2416BE51

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2024 - TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2024, homologado pelo Decreto nº 455/2024, destinado à contratação temporária para o cargo de Trabalhador em Educação – Educador, conforme consta do Processo Administrativo nº 22.442/2024, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e nº 856/2015,

TORNA PÚBLICO:

Em atendimento aos dispositivos contidos **no item 9 – Da Convocação e Contratação**, do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2024,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Balsa Nova/PR, no dia **27/10/2026,** às **10h00**, para manifestar interesse em assumir o cargo temporário de **TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO - EDUCADOR** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória com pedido de final de lista, conforme item 9.3 do referido edital.

De acordo com o Processo nº 23446/2026, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL	Nº DE VAGAS
CMEI Tia Niva	1

A escolha das vagas respeitará rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASS.	CANDIDATOS	INSCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO
110°	FABIANE WERNWK CASCAES	25771/2024	Reconvocação – final de lista

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescidos de 01 (uma) cópia, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita Carteira Nacional de Habilitação - CNH para este fim;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo MEU INSS);
9) Título de eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em Edital;
12) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para candidatos do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade no órgão de classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos de idade;
16) Atestado de Antecedentes Criminais:
Se o RG for do Paraná, apresentar atestado emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG emitidos por outros Estados: apresentar Atestado de Cadastro Negativo emitido pelo respectivo órgão de identificação;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem tenha perdido cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação de Saúde Ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, em 23 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica

Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:C4BDCFA1

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 736/2026

PORTARIA N.º 736/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, e considerando o Processo Administrativo n.º 26066/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder adicional de insalubridade de 20% a servidora **ELIANE ODA PERSIKE,** registrada na matrícula n.º 542239, ocupante do cargo "PSS – ENFERMEIRO", lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 05.10.2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 23 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:B5A06897

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 737/2026

PORTARIA Nº 737/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo nº 13196/2025;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio a servidora relacionada abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
THAMIRES PEREIRA	47034	05/11/2026	19/12/2026	2020/2025	SMS

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 23 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:FFB7BC8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 16/2026 – FONOAUDIÓLOGO PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 1083/2026 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 16/2026 – FONOAUDIÓLOGO
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 1083/2026
Prefeitura do Município de Balsa Nova

O Prefeito do Município de Balsa Nova, em conformidade com o Edital nº. 16/2026, que estabelece instruções destinadas à realização do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS**, para contratações temporárias para exercer a função de **FONOAUDIÓLOGO**, em conformidade com as Leis Municipais nº 879/2015 e demais legislações cabíveis a espécie, de acordo com este ato convocatório, divulga a lista de classificação:

1 DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA. Através dos itens 5 e 8 do edital 16/2026, publica-se o resultado da classificação que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado – PSS:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
	*Sem candidatos inscritos			

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS AFRODESCENDESTES	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
	*Sem candidatos inscritos			

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA	Nº DO PROCESSO	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
	*Sem candidatos inscritos			

Balsa Nova, 23 de outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:74D47B45

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 10/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE BALSA NOVA

RESOLUÇÃO Nº 10/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal do Idoso (FMDI), referente ao terceiro trimestre de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Balsa Nova - Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 588/2010 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a deliberação do colegiado em Reunião Ordinária realizada em 22 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso (FMDI), referente ao terceiro trimestre de 2026;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de outubro de 2026.

Balsa Nova, 23 de outubro de 2026.

MURILO ZANELLO MILLEO
Presidente – CMDI

VIVIANE MILLIORIN
Secretária Executiva - CMDI

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:62AF218A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 11/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE BALSA NOVA

RESOLUÇÃO Nº 11/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal do Idoso (FMDI), referente à deliberação n°34/2024.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Balsa Nova - Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 588/2010 e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a deliberação do colegiado em Reunião Ordinária realizada em 22 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso (FMDI), referente à deliberação n°34/2024.

Balsa Nova, 23 de outubro de 2026.

MURILO ZANELLO MILLEO
Presidente – CMDI

VIVIANE MILLIORIN
Secretária Executiva - CMDI

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:62869E35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 12/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE BALSA NOVA

RESOLUÇÃO Nº 12/2026

Súmula: Aprova a versão revisada e atualizada, em 2026, do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Balsa Nova- PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Balsa Nova - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº 588/2010 e demais disposições legais aplicáveis, torna público que, em reunião ordinária realizada em 22 de outubro de 2026, o colegiado

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a versão revisada e atualizada, em 2026, do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Balsa Nova- PR.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 23 de outubro de 2026.

MURILO ZANELLO MILLEO
Presidente – CMDI

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:D449662E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 13/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE BALSA NOVA

RESOLUÇÃO Nº 13/2026

Súmula: Dispõe sobre a eleição da Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Balsa Nova- PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Balsa Nova - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº 588/2010 e demais disposições legais aplicáveis, torna público que, em reunião ordinária realizada em 22 de outubro de 2026, o colegiado

RESOLVE:
Art. 1º Eleger a conselheira Rosilda Maria Alves de Paula**,** representante da Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Balsa Nova- PR, em substituição a Fernando Câmara.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 23 de outubro de 2026.

MURILO ZANELLO MILLEO
Presidente – CMDI

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:936F8E27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 15/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BALSA NOVA/PR

RESOLUÇÃO Nº 15/2026

Súmula: Aprova o Termo de Adesão e Plano de Ação referente ao Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, no valor de R$ 42.000,00.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 616/2011, alterada pelas Leis Municipais nº 646/2011 e nº 1052/2018, e demais disposições legais aplicáveis, e considerando a deliberação do colegiado em Reunião Ordinária realizada em 22 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação referente ao Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, referente ao exercício de 2027, no valor de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 22 de outubro de 2026.

Balsa Nova- PR, 22 de outubro de 2026.

ANAILCE DA SILVA OLIVEIRA
Presidente - CMAS

VIVIANE MILLIORIN
Secretária Executiva – CMAS

CMAS BALSA NOVA
cmasbalsanova@gmail.com

ANEXO:

FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS)
REPASSE: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PESSOAS IDOSAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VALOR DO REPASSE:42.000,00

PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR

ATENDIMENTO FÍSICO

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Alta Complexidade	
Abrigo institucional	
Jovens e Adultos com Deficiência (18 à 59 anos)	00
Pessoas Idosas	04
Residência Inclusiva	
Jovens e Adultos com Deficiência (18 à 59 anos)	02
Casa-Lar	
Pessoas Idosas	00
Atendimento Físico Confirmado	**OK**

EXECUÇÃO DE DESPESA

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			
Alta Complexidade			
Abrigo institucional		Custeio	
Residência Inclusiva		Custeio	
Casa-Lar		Custeio	
Execução de Despesa Confirmado			

FINANCIAMENTO

Item	Valor Parcela	Qtde Parcela	Total
Nenhum Serviço encontr	ado		

RESUMO EXECUTIVO

Valor previsto a ser repassado pelo FEAS	R$ 42.000,00
Valor previsto a ser repassado pelo FNAS	R$ 00
Recursos Próprios a serem alocados neste Fundo Municipal para o objeto deste repasse	R$ 312.000,00
Total de recursos do Fundo Municipal para o exercício	R$ 354.000,00
Recurso Executivo Confirmado	**OK**

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:39F0F940

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 16/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BALSA NOVA/PR

RESOLUÇÃO Nº 16/2026

Súmula: Aprova a adesão ao Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, que regulamenta o repasse e a utilização de recursos públicos do Governo Federal.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Balsa Nova – PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 616/2011, alterada pelas Leis Municipais nº 646/2011 e nº 1.052/2018, e demais disposições legais aplicáveis, torna público que, em Reunião Ordinária realizada em 22 de outubro de 2026, o colegiado deliberou e

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a adesão ao Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, referente ao repasse e à utilização de recursos públicos do Governo Federal, conforme as normativas vigentes.

Art. 2º - A aprovação de que trata esta Resolução visa assegurar a oferta de proteção socioassistencial às famílias e aos indivíduos atingidos por situações de calamidade pública e emergências, observadas as diretrizes e condições estabelecidas na regulamentação federal pertinente.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 22 de outubro de 2026.

Balsa Nova- PR, 22 de outubro de 2026.

ANAILCE DA SILVA OLIVEIRA
Presidente - CMAS

VIVIANE MILLIORIN
Secretária Executiva – CMAS

CMAS BALSA NOVA
cmasbalsanova@gmail.com

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:40AD9C7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 17/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BALSA NOVA/PR

RESOLUÇÃO Nº 17/2026

Súmula: Aprova o Plano Operacional daAssistência Social do Município de Balsa Nova – PR para atuação em situações de emergência e calamidade pública.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Balsa Nova – PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 616/2011, alterada pelas Leis Municipais nº 646/2011 e nº 1.052/2018, e demais disposições legais aplicáveis, torna público que, em Reunião Ordinária realizada em 22 de outubro de 2026, o colegiado deliberou e

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Operacional da Assistência Social do Município de Balsa Nova – PR para atuação em situações de emergência e calamidade pública.
Art. 2º O Plano Operacional tem por finalidade orientar e organizar as ações da Política Municipal de Assistência Social em situações de emergência e calamidade pública, visando à proteção social, ao atendimento das famílias e dos indivíduos afetados e à garantia de acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme as normativas vigentes.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 22 de outubro de 2026.

Balsa Nova- PR, 22 de outubro de 2026.

ANAILCE DA SILVA OLIVEIRA
Presidente - CMAS

VIVIANE MILLIORIN
Secretária Executiva – CMAS

CMAS BALSA NOVA
cmasbalsanova@gmail.com

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:A023C28F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 18/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BALSA NOVA - PR

RESOLUÇÃO Nº 18/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), referente ao terceiro trimestre de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Balsa Nova - Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 616/2011, alterada pelas Leis Municipais nº 646/2011 e nº 1052/2018, e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a deliberação do colegiado em Reunião ordinária realizada em 22 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), referente ao terceiro trimestre de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de outubro de 2026.

Balsa Nova 23 de outubro de 2026.

ANALICE DA SILVA OLIVEIRA
Presidente – CMAS

VIVIANE MILLIORIN
Secretária Executiva- CMAS

CMAS BALSA NOVA
cmasbalsanova@gmail.com

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:96AAEA00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 78/2026 de 01/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências. O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$445.956,55 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.2.010		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
117 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	180.000,00
121 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	79.700,00
121 - 3.3.90.39.00.00	31555	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.900,00
123 - 4.4.90.51.00.00	1001	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.301.0050.1.346		PROPOSTA DE CUSTEIO PAP 63000680103202500 ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	
359 - 3.3.90.39.00.00	332026	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	4.256,55
08.001.10.301.0050.2.215		ATIVIDADES DA SAUDE BUCAL	
196 - 3.3.90.30.00.00	1039	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
08.001.10.302.0051.2.208		MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE - CISCOMCAM	
198 - 3.3.71.70.00.00	1001	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	140.000,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
12.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.001.27.812.0062.1.386		PROGRAMA ESPORTE QUE QUEREMOS - INVESTIMENTO	
489 - 4.4.90.39.00.00	32055	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	11.100,00
Total Suplementação:			445.956,55

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
02		SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO	
02.001		ASSESSORIA DE GABINETE E CONTROLE INTERNO	
02.001.04.122.0002.2.099		ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO	
2 - 3.1.90.13.00.00	1001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
3 - 3.1.90.94.00.00	1001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	14.900,00
5 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	
03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.04.122.0003.2.004		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
13 - 3.1.90.03.00.00	1001	PENSÕES	30.000,00
03.001.28.846.0004.4.001		ENCARGOS ESPECIAIS - JUROS E AMORTIZAÇÕES	
34 - 4.6.90.71.00.00	1001	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	50.000,00
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.001		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Redução			
04.001.08.243.0005.6.023		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CASA LAR E CENTRO INTERPROFISSIONAL DE APOIO À INFÂNCIA E JUVENTUDE	
38 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
42 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
04.003		ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AÇÃO SOCIAL	
04.003.08.122.0005.2.084		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
73 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
75 - 3.1.90.94.00.00	1001	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	19.900,00
77 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	21.000,00
04.003.08.243.0005.2.077		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	
85 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.2.010		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
117 - 3.3.90.30.00.00	31555	MATERIAL DE CONSUMO	14.900,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001.20.608.0010.2.018		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
139 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.122.0054.2.200		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
151 - 3.1.90.04.00.00	1039	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
163 - 3.3.90.93.00.00	1039	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00
08.001.10.301.0050.1.346		PROPOSTA DE CUSTEIO PAP 63000680103202500 ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	
358 - 3.3.90.30.00.00	332026	MATERIAL DE CONSUMO	4.256,55
08.002		HOSPITAL MUNICIPAL	
08.002.10.302.0051.2.206		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
221 - 3.1.90.13.00.00	1001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS	24.900,00

09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.361.0006.2.011		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
240 - 3.3.90.36.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	20.000,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
12.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.001.27.812.0062.1.386		PROGRAMA ESPORTE QUE QUEREMOS - INVESTIMENTO	
452 - 4.4.90.52.00.00	32055	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.100,00
Total Redução:			445.956,55

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 1 de Outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:0C33655B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 03.36/2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) – EDITAL RETIFICADO nº. 03/2025 de 08/05/2025 **"Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento extraordinário de vagas de Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré – PR".** para os cargos de: PSICÓLOGO EDUCACIONAL, MONITOR DE ALUNOS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, OFICINEIRO DE PINTURA, OFICINEIRO DE CORTE E COSTURA, OPERADOR BRAÇAL, COVEIRO, CADASTRO RESERVA OFICINEIRO DE MÚSICAS E FANFARRAS, CADASTRO RESERVA DE PROFESSOR DE ARTE E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 12/05/2025 – Edição 3273 – págs.490 A 501)*.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, LUIZ FABIANO ZANATTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a portaria nº. 043/2025 de 29/01/2025 (Comissão Organizadora) *(publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 30/01/2025 – Edição 3205)*.

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Simplificado (PSS) – EDITAL nº. 03/2025 de 08/05/2025 *(publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 12/05/2025 – Edição 3273 – págs.490 a 501)*.

CONSIDERANDO que o resultado do Processo Seletivo Simplificado (PSS) foi Homologado através do Edital nº. 03.06/2025 de 26/06/2025 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – em 27/06/2025 – Edição 3307 – págs. 457 a 459*).

CONSIDERANDO o Ofício n.º 203/2026 em 16 de outubro de 2026 solicitando convocação de servidor para cargo: Professor de Educação Física - PSS, protocolado sob o nº.547 de 16 de outubro de 2026.

CONSIDERANDO a Portaria nº 151/2026 de 21/10/2026 de pedido de fim de lista.

CONVOCA a candidata aprovada para o cargo abaixo, conforme processo seletivo 03/2025 (PSS), a saber:

PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 20 HORAS:

NOME:	DATA DE NASCIMENTO:	CLASSIFICAÇÃO:
LARISSA MICHELE DA SILVA MIQUILIN	24/04/1996	5ª

A candidata acima relacionada deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação do Edital de Convocação, ou seja, de **26/10/2026 à 28/10/2026** munida de documentos relacionados (conf. Edital de abertura nº. 03/2025 no art. 13 em seus itens 13.3). conforme abaixo descrito.

13.3 Documentos para admissão:
ATESTADO DE SAÚDE (emitido pelo médico do trabalho);
CERTIDÃO DE NASCIMENTO e/ou CERTIDÃO DE CASAMENTO;
TÍTULO ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM A JUSTIÇA ELEITORAL;
PROVA DE QUITAÇÃO COM O SERVIÇO MILITAR PARA O CANDIDATO DO SEXO MASCULINO;
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: RG e/ou CNH;
CARTÃO DO CPF;
CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE/CONCLUSÃO DE CURSO (conforme consta no edital de concurso);
02 (DUAS) FOTOS 3x4 RECENTES;
CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL (expedida pela Comarca onde reside);
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (conta de água, luz, telefone, por exemplo);
CADASTRO NÚMERO DO PIS/PASEP;
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO OU NÃO DE EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA (NAS
ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL);
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO PERCEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA; CONTA SALÁRIO OU CONTA CORRENTE PARA RECEBIMENTO DE SALÁRIO NA COOPERATIVA SICREDI.

E, para conhecimento dos interessados expede-se este Edital que será fixado no mural da Prefeitura Municipal, bem como publicado no Diário Oficial do Município *(diariomunicipal.com.br/amp/)*, no Portal de Transparência *(barradojacare.pr.gov.br/transparencia/adm/pss)* que também poderá ser encaminhado via e-mail e contato telefone (cadastrado na inscrição) (conf. previsto no item 13.1 do art. 13 do Edital de abertura RETIFICADO nº. 03/2025).

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 23 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:C695F15C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 50/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 50/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

A prefeitura do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia 09/11/2026, em sua sede à Rua Rui Barbosa, 96, na sala de Sessão do Pregão Eletrônico da Prefeitura para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, **Contratação de empresa especializada para a estruturação do Cadastro Técnico Rural, com a execução, de forma integrada, dos serviços de mapeamento das estradas rurais, fornecimento de imagens de satélites e sistema de gestão web**,

conforme especificação descritas no Anexo-I e termo de referência, do edital.
Valor Total: R$96.211,38 (Noventa e Seis Mil, Duzentos e Onze Reais e Trinta e Oito Centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30min do dia 26/10/2026 às 08h30min do dia 09/11/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 09/11/2026 às 08h59min do dia 09/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 09/11/2026
Os recursos financeiros para custear as despesas objetos deste PREGÃO, estão anexados no processo.
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital Nº 50/2026, com detalhes do Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO por Lote estará à disposição dos interessados a partir do dia 26/10/2026, diretamente na BLL e no portal de transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do pmbj@uol.com.br ou pelo fone (43) 3144-1180.

Barra do Jacaré/PR, 23/10/2026

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:D58C35D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 200/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 200/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 41/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 32.005.178/0001-11, com sede na Rua Estrela, n.º 03, Bairro Novo Osasco, Osasco – SP, CEP: 06045-270.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E CORRELATOS,

VALOR TOTAL: R$ 2.350,86 (dois mil, trezentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8210	10.001.13.392.0017.2078	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

FISCAL: Ana Julia Raganhon aguiar, GESTOR: José Amarildo de Freitas Aguiar.
As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré-PR, 05 de Outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***JOAO SARAIVA JUNIOR***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Jose Amarildo De Freitas Aguiar	**Ana Julia Raganhon Aguiar**
Sec. de Assist. Social/Gestora do Contrato	Adm. de Assis. Social/Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:0DAEB4EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 214/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 214/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Rui Barbosa N.º 96, inscrito no CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** LUIS FERNANDO NUCCI PASQUARELLI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 72.818.198/0001-26, com sede na Rua Piratininga, n.º 398, bairro: Vila Santa Cecilia, cidade: Assis – SP, CEP: 19.806-261.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CORRIDA DE RUA.

VALOR TOTAL: R$ 38.900,22 (trinta e oito mil, novecentos reais e vinte e dois centavos).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	8380	11.001.13.813.0018.2080	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	8480	11.001.27.812.0018.2082	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	8580	11.001.27.812.0018.2083	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

FISCAL: Gabriel Henrique De Souza Santos, GESTOR: Marcela De Freitas Calixto.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá - PR**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir do presente Contrato.

Barra do Jacaré - PR, 21 de Outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***LUIS FERNANDO NUCCI PASQUARELLI***
Prefeito Municipal	Representante da Contratada

Testemunhas:

_____	_____
Marcela De Freitas Calixto	**Gabriel Henrique S. Santos**
Secretario/Gestor	Diretor/Fiscal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:94502FFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 157, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bela Vista da Caroba – PR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a implementação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as unidades escolares, os profissionais da educação e os demais atores envolvidos na garantia do direito à alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de organização de estrutura administrativa e pedagógica específica para apoiar a implementação das ações de alfabetização no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a instituição do Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização do Município de Bela Vista da Caroba – PR;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 132, de 28 de agosto de 2026, que institui o Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO a Portaria nº 0176, de 28 de agosto de 2026, que designa os membros do Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização;
DECRETA:
Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bela Vista da Caroba – PR, a Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização, destinada a organizar, articular, acompanhar e monitorar as ações relacionadas à alfabetização na Rede Pública Municipal de Ensino.
Art. 2º - A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização será constituída pelos profissionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e demais servidores designados para desenvolver ações de planejamento, coordenação, articulação, formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da política de alfabetização**.**
Art. 3º - Integram a estrutura, de forma articulada:
I – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – A equipe responsável pela coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
III – O (a) Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA;
IV – Os profissionais da educação responsáveis pelo acompanhamento pedagógico e pelas ações de alfabetização;
V – O Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização;
VI – As equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares;
VII – Os professores alfabetizadores e demais profissionais envolvidos nas ações de alfabetização.
Art. 4º - São atribuições gerais da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização:
I – Planejar, coordenar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – Articular as ações municipais relacionadas à alfabetização com as políticas e programas estaduais e nacionais;
III – Acompanhar as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da RENALFA no âmbito municipal;
IV – apoiar as unidades escolares na implementação das ações pedagógicas voltadas à alfabetização;
V – promover e acompanhar ações de formação continuada dos profissionais da educação;
VI – acompanhar indicadores de aprendizagem e resultados das avaliações relacionadas à alfabetização;
VII – identificar necessidades pedagógicas e propor estratégias para o fortalecimento das aprendizagens;
VIII – articular ações entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visando à continuidade das experiências de aprendizagem;
IX – acompanhar ações destinadas à redução das desigualdades de aprendizagem;
X – organizar registros, documentos e relatórios referentes à implementação da Política Municipal de Alfabetização;
XI – subsidiar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura na tomada de decisões relacionadas à alfabetização;
XII – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, unidades escolares, profissionais da educação e demais integrantes da política.
Art. 5º - Compete ao(à) Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA:
I – Articular, no âmbito municipal, as ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II – Acompanhar a execução das ações e estratégias de alfabetização;
III – Articular a participação do município nas ações de formação, mobilização e acompanhamento;
IV – Manter interlocução com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, unidades escolares e demais integrantes da política;
V – Acompanhar e organizar informações e registros referentes às ações desenvolvidas;
VI – Subsidiar o Comitê Estratégico com informações necessárias ao acompanhamento da política.
Art. 6º - Compete à Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em articulação com os demais integrantes da estrutura:
I – Orientar e acompanhar o trabalho pedagógico relacionado à alfabetização;
II – Apoiar os profissionais da educação na implementação das estratégias pedagógicas;
III – Acompanhar resultados de aprendizagem;
IV – Colaborar na organização das formações continuadas;
V – Propor ações de intervenção pedagógica quando identificadas necessidades de aprendizagem;
VI – Contribuir para a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.
Art. 7º - O Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização atuará de forma articulada com a Estrutura Administrativa e Pedagógica, observadas as atribuições estabelecidas em sua normativa de instituição.
Art. 8º - A estrutura de que trata este Decreto utilizará, prioritariamente, servidores integrantes do quadro da Administração Municipal, observada a organização administrativa e a disponibilidade de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 9º - O quantitativo de servidores, respectivas funções, regime de trabalho e tempo destinado às atividades relacionadas à alfabetização constarão do Relatório Técnico da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização, que integra este Decreto como Anexo I.
Art. 10 - A estrutura administrativa e pedagógica deverá atuar de forma integrada, assegurando o planejamento, a execução, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 11 - A participação nas ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização observará as atribuições funcionais dos servidores e a regulamentação municipal pertinente.
Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

ANEXO I

RELATÓRIO TÉCNICO
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA ESPECÍFICA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Município: Bela Vista da Caroba – Paraná
Secretaria responsável: Secretaria Municipal de Educação
Ano: 2026
1. APRESENTAÇÃO
O presente Relatório Técnico tem por finalidade descrever a Estrutura Administrativa e Pedagógica específica organizada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bela Vista da Caroba – PR., para apoiar a implementação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização.
A estrutura busca assegurar a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as unidades escolares, as equipes gestoras e pedagógicas, os professores alfabetizadores, os educadores infantis, o(a) Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA e o Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização.
A organização da estrutura considera a necessidade de fortalecer as ações de alfabetização, acompanhar os resultados de aprendizagem e

promover ações articuladas que contribuam para a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização.

2. COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA

A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização é composta por profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e na Rede Pública Municipal de Ensino, de forma articulada com o Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização.

Integram a estrutura:

I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III – Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA;

IV – equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares;

V – professores alfabetizadores;

VI – educadores infantis;

VII – demais servidores designados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura para atuação nas ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.

3. COMITÊ ESTRATÉGICO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

O Município de Bela Vista da Caroba possui Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização, instituído pelo Decreto Municipal nº 132, de 28 de agosto de 2026.

A composição dos membros foi formalizada pela Portaria nº 0176, de 28 de agosto de 2026.

Integram o Comitê:

Representação	Titular	Suplente
Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA	Janete Beatriz Theisen Dickel	—
Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Marizete Maffi	—
Gestores Escolares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Clenir Rosani Brozowski Suhre	Ivaneide de Medeiros
Gestores Escolares da Educação Infantil	Tania Maria de Moura	Aliria Tesche
Professores Alfabetizadores do 1º e 2º anos	Valquíria de Lima	Simone Gattini
Educadores Infantis da Rede Pública Municipal	Marciana da Silva	Elizamari de Moura

A composição acima consta da Portaria nº 0176/2026.

O Comitê é coordenado pelo(a) Articulador(a) Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA, conforme estabelecido na própria Portaria.

4. ATRIBUIÇÕES GERAIS DA ESTRUTURA

A Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização possui as seguintes atribuições:

· planejar e acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

· articular as ações de alfabetização desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

· acompanhar a implementação das ações nas unidades escolares;

· promover a articulação entre Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

· apoiar professores e equipes pedagógicas;

· acompanhar os resultados das avaliações de aprendizagem;

· identificar necessidades de intervenção pedagógica;

· promover e acompanhar ações de formação continuada;

· organizar informações e registros das ações realizadas;

· acompanhar metas e indicadores relacionados à alfabetização;

· articular as ações municipais com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a RENALFA;

· subsidiar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura na tomada de decisões;

· contribuir para a redução das desigualdades de aprendizagem;

· elaborar e acompanhar estratégias de fortalecimento da alfabetização.

5. ATRIBUIÇÕES DOS PRINCIPAIS INTEGRANTES

5.1 Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura coordenar institucionalmente a implementação da Política Municipal de Alfabetização, assegurando as condições administrativas, pedagógicas e organizacionais necessárias ao desenvolvimento das ações.

5.2 Articulador(a) Municipal do CNCA/RENALFA

Compete ao (à) Articulador(a) Municipal:

· articular as ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

· acompanhar as ações municipais de alfabetização;

· participar das ações de articulação, formação e mobilização;

· manter diálogo com as unidades escolares;

· organizar informações e registros;

· subsidiar o Comitê Estratégico;

· acompanhar a execução das ações e estratégias da política.

5.3 Coordenação Pedagógica

Compete à Coordenação Pedagógica:

· acompanhar as práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização;

· apoiar professores e equipes escolares;

· acompanhar resultados de aprendizagem;

· colaborar na formação continuada;

· propor estratégias pedagógicas;

· acompanhar ações de intervenção e recomposição das aprendizagens;

· contribuir para a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

5.4 Equipes Gestoras e Pedagógicas das Unidades Escolares

Compete às equipes escolares:

· implementar as ações previstas pela Política Municipal de Alfabetização;

· acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens;

· apoiar os professores;

· participar das formações;

· analisar resultados de avaliações;

· desenvolver estratégias pedagógicas de acordo com as necessidades dos estudantes;

· registrar e comunicar informações necessárias ao acompanhamento da política.

5.5 Professores Alfabetizadores

Compete aos professores alfabetizadores desenvolver práticas pedagógicas voltadas à garantia da alfabetização, acompanhar a aprendizagem dos estudantes, participar das formações e utilizar os resultados das avaliações para orientar o planejamento pedagógico.

5.6 Educadores Infantis

Compete aos educadores infantis desenvolver práticas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças e experiências relacionadas à oralidade, linguagem, leitura, escrita e demais aprendizagens necessárias à transição e continuidade do processo educativo.

6. ORGANOGRAMA

A estrutura administrativa e pedagógica está organizada de forma articulada, conforme representação abaixo:

Imagem 01

7. QUANTITATIVO DE CARGOS E SERVIDORES

A estrutura será composta por servidores integrantes do quadro municipal e/ou formalmente designados para as atividades relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.

Para fins de registro técnico, o quantitativo deverá ser preenchido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme o quadro funcional vigente:

Cargo/Função	Quantidade de servidores	Lotação	Regime de trabalho
Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura	01	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	40 horas
Coordenador(a) Pedagógico(a)	01	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	40 horas
Articulador(a) Municipal CNCA/RENALFA	01	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	40 horas
Outros servidores envolvidos diretamente	05	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	40 horas
Outros servidores envolvidos diretamente	03	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	20 horas
TOTAL	**11**		

Observação: o número total deverá considerar os servidores que efetivamente integram a estrutura administrativa e pedagógica responsável pela implementação e acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização.

8. REGIME DE TRABALHO E TEMPO DEDICADO À ALFABETIZAÇÃO

Os servidores integrantes da estrutura desenvolvem suas atividades de acordo com o regime de trabalho estabelecido para seus respectivos cargos e funções.

Para atendimento ao acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, deverá ser registrado o tempo efetivamente destinado às atividades de planejamento, articulação, acompanhamento, formação, monitoramento e avaliação da alfabetização.

Servidor/Função	Jornada semanal	Tempo semanal dedicado à alfabetização
Articulador(a) Municipal CNCA/RENALFA	40 h	04 h
Coordenação Pedagógica	40 h	04 h
Outros servidores	40 h	04 h
Outros servidores	20 h	04 h

A dedicação às atividades de alfabetização compreende, entre outras ações, reuniões de planejamento, acompanhamento pedagógico, análise de resultados, participação em formações, articulação com as unidades escolares, organização de registros e monitoramento das ações da política.

9. ARTICULAÇÃO COM O COMITÊ ESTRATÉGICO

A Estrutura Administrativa e Pedagógica atuará de maneira articulada com o Comitê Estratégico da Política Municipal de Alfabetização.

O Comitê possui composição formalizada pela Portaria nº 0176/2026, com representantes da articulação municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/RENALFA, Coordenação Pedagógica, gestores escolares, professores alfabetizadores e educadores infantis.

Essa articulação tem por finalidade fortalecer o planejamento coletivo, o acompanhamento das ações, a análise dos resultados e a proposição de estratégias para o avanço da alfabetização no município.

10. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização será realizado de forma contínua, considerando:

· I – os indicadores de aprendizagem;
· II – os resultados das avaliações;
· III – o acompanhamento das práticas pedagógicas;
· IV – a participação nas ações de formação continuada;
· V – o desenvolvimento das ações previstas na política;
· VI – as necessidades identificadas pelas unidades escolares;
· VII – as estratégias destinadas à redução das desigualdades de aprendizagem.

Os registros produzidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelas unidades escolares poderão subsidiar a avaliação e o aperfeiçoamento das ações da Política Municipal de Alfabetização.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização da Estrutura Administrativa e Pedagógica da Política Municipal de Alfabetização representa um mecanismo de fortalecimento da gestão municipal da alfabetização, promovendo maior articulação entre os diferentes profissionais e instâncias envolvidas no processo educativo.

A estrutura possibilita organizar responsabilidades, acompanhar a implementação das ações, fortalecer a formação dos profissionais, analisar resultados de aprendizagem e subsidiar a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Dessa forma, o Município de Bela Vista da Caroba busca assegurar uma atuação articulada e contínua em favor da garantia do direito à alfabetização das crianças da Rede Pública Municipal de Ensino.

Bela Vista da Caroba – PR, ____ de _____ de 2026.

Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Município de Bela Vista da Caroba – PR

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:19BA3165

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0158/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve:

EXONERAR

Art.1º: JACI MARIANO, RG 6.xxx.xxx-4 SSP/PR, CPF 865.xxx.xxx-20, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras.

Art. 2º: O presente Decreto entra em vigor a partir da presente data, , revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:463660FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0159/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve:

EXONERAR, á pedido

Art.1º: JACI MARIANO, RG 6.xxx.xxx-4 SSP/PR, CPF 865.xxx.xxx-20, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

.**Art. 2º**: O presente Decreto entra em vigor a partir da presente data, , revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:AC36A265

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 14/2026 | CMAS

Resolução nº. 14/2026 | CMAS

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Resolução *Ad Referendum* nº 01/2026 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Bela Vista da Caroba - Paraná.

O **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS** de Bela Vista da Caroba - Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 611/2022, de 24 de fevereiro de 2022, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de outubro de 2026, conforme registro em ATA nº 09/2026 do CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, nos termos da ATA nº 09/2026 do CMAS, da Reunião Plenária Ordinária, a **Resolução *Ad Referendum* nº 01/2026 do CMAS** de Bela Vista da Caroba - Paraná, que versa sobre alterações no Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS, exercício 2026.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista da Caroba – PR, 23 de outubro de 2026.

MARLEI TEREZINHA JUNKES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mayara Nonnenmacher
Código Identificador:D7E85744

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 15/2026 | CMAS

Resolução nº. 15/2026 | CMAS

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação, referente ao Piso Único de Assistência Social - PAS, para o exercício de 2027.

O **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS** de Bela Vista da Caroba - Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 611/2022, de 24 de fevereiro de 2022, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de outubro de 2026, conforme registro em ATA nº 09/2026 do CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, em Reunião Plenária Ordinária, registrada nos termos da ATA nº 09/2026 do CMAS, o **Termo de Adesão e Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social - PAS**, a ser executado no **exercício de 2027**, para utilização de recurso financeiro a ser repassado do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/PR, diretamente ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Bela Vista da Caroba - Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bela Vista da Caroba – PR, 23 de outubro de 2026.

MARLEI TEREZINHA JUNKES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mayara Nonnenmacher
Código Identificador:C34B4A42

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 16/2026 | CMAS

Resolução nº. 16/2026 | CMAS

SÚMULA: Retifica o Art. 2º da Resolução nº 07/2025 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Bela Vista da Caroba - Paraná, de 26 de maio de 2025.

O **Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS** de Bela Vista da Caroba - Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 611/2022, de 24 de fevereiro de 2022,

CONSIDERANDO que a Resolução nº 07/2025 do CMAS, de 26 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 27 de maio de 2025, a qual altera os artigos 13 e 14 da Resolução nº 04/2022 do CMAS que dispõe sobre a regulamentação dos critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Bela Vista da Caroba - Paraná, restou com omissão parcial de conteúdo,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o Art. 2º da Resolução nº 07/2025 do CMAS, que passa a viger com a seguinte redação:

Onde se lê:

"*Art. 14 - As provisões nas situações de vulnerabilidade temporária serão concedidas da seguinte forma:*

I - Bens de consumo/materiais:

a) Alimentação/Produtos de Higiene e Limpeza - O benefício eventual, que se constitui na forma de cesta básica de alimentos e, também, produtos de higiene e limpeza, caracteriza-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, de bens de consumo, para reduzir situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

§ 1º. Os bens de consumo de alimentação a que se refere, consistem em uma cesta de alimentos, incluindo os seguintes itens de alimentos não perecíveis: arroz (5Kg), feijão (3Kg), açúcar (5Kg), sal (1kg), macarrão (2kg), farinha de fubá (5kg), óleo de soja (1800 ml), biscoito doce do tipo rosquinha (660g), farinha de trigo (5Kg), fermento biológico instantâneo (125g), margarina com sal(500g), café solúvel (200g), leite em pó integral instantâneo (400g), doce de frutas (400g), fermento em pó químico(100g).

§ 2º. Os produtos de higiene e limpeza a que se refere, consistem em um kit de produtos de higiene e limpeza, incluindo os seguintes itens: água sanitária (2Lt), creme dental (140g), desinfetante (2Lt), papel higiênico (12und), lava roupas (1,600 kg), detergente (1Lt), sabão em barra (1kg), sabonete (360g), esponja multiuso (1und), shampoo (350ml).

b) Documentação civil básica;
c) Quaisquer outros bens materiais que estejam em consonância com as seguranças socioassistenciais da política de Assistência Social, que sejam identificados como necessidades eventuais das famílias no ato do atendimento/acompanhamento realizado por profissionais de nível superior das equipes de referência.

II - Em pecúnia, bens de consumo ou materiais, o valor de referência do auxílio será limitado ao valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente.
III - Avaliada a necessidade pelos profissionais de nível superior das equipes de referência, poderá ser provido auxílio para mobilidade nas seguintes situações:

a) retorno de indivíduo ou família à cidade natal, para reintegração familiar e comunitária de crianças, adolescentes e famílias e afastamento de situação de violação de direitos;
b) atender situações de migração, conforme interesse dos próprios migrantes.

IV - Documentação necessária para concessão dos benefícios eventuais por vulnerabilidade temporária:

a) Comprovante de residência;
b) Comprovante de renda de todos os membros familiares;
c) Documentos pessoais (CPF e RG);"

Leia-se:

"Art. 14 - As provisões nas situações de vulnerabilidade temporária serão concedidas da seguinte forma:

I - Bens de consumo/materiais:

a) Alimentação/Produtos de Higiene e Limpeza - O benefício eventual, que se constitui na forma de cesta básica de alimentos e, também, produtos de higiene e limpeza, caracteriza-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, de bens de consumo, para reduzir situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

§ 1º. Os bens de consumo de alimentação a que se refere, consistem em uma cesta de alimentos, incluindo os seguintes itens de alimentos não perecíveis: arroz (5Kg), feijão (3Kg), açúcar (5Kg), sal (1kg), macarrão (2kg), farinha de fubá (5kg), óleo de soja (1800 ml), biscoito doce do tipo rosquinha (660g), farinha de trigo (5Kg), fermento biológico instantâneo (125g), margarina com sal(500g), café solúvel (200g), leite em pó integral instantâneo (400g), doce de frutas (400g), fermento em pó químico(100g).

§ 2º. Os produtos de higiene e limpeza a que se refere, consistem em um kit de produtos de higiene e limpeza, incluindo os seguintes itens: água sanitária (2Lt), creme dental (140g), desinfetante (2Lt), papel higiênico (12und), lava roupas em pó (1,600 kg), detergente (1Lt), sabão em barra (1kg), sabonete (360g), esponja multiuso (1und), shampoo (350ml), escova de limpeza multiuso (1und).

b) Documentação civil básica;
c) Quaisquer outros bens materiais que estejam em consonância com as seguranças socioassistenciais da política de Assistência Social, que

sejam identificados como necessidades eventuais das famílias no ato do atendimento/acompanhamento realizado por profissionais de nível superior das equipes de referência.

II - Em pecúnia, bens de consumo ou materiais, o valor de referência do auxílio será limitado ao valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente.
III - Avaliada a necessidade pelos profissionais de nível superior das equipes de referência, poderá ser provido auxílio para mobilidade nas seguintes situações:

a) retorno de indivíduo ou família à cidade natal, para reintegração familiar e comunitária de crianças, adolescentes e famílias e afastamento de situação de violação de direitos;
b) atender situações de migração, conforme interesse dos próprios migrantes.

IV - Documentação necessária para concessão dos benefícios eventuais por vulnerabilidade temporária:

a) Comprovante de residência;
b) Comprovante de renda de todos os membros familiares;
c) Documentos pessoais (CPF e RG);"

Art. 2º - As demais disposições presentes na Resolução nº 07/2025 do CMAS permanecem válidas e inalteradas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de publicação da Resolução original.

Bela Vista da Caroba – PR, 23 de outubro de 2026.

MARLEI TEREZINHA JUNKES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Mayara Nonnenmacher
Código Identificador:DF27B6F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE EDITAL Nº 08/2026 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara Municipal de Boa Ventura de São Roque, no uso das atribuições regimentais, em razão da solicitação da Comissão de Finanças e Orçamento (art. 77 do Regimento Interno).
RESOLVE
CONVOCAR a população para Audiência Pública, a ser realizada dia 27 de outubro de 2026, às 18h, no Plenário do Poder Legislativo Municipal para discussão sobre o sobre o Projeto de Lei do Orçamento anual para o ano de 2027 do município de Boa Ventura de São Roque/PR, sendo a mesma aberta ao público e transmitida ao vivo pelo canal oficial do Poder Legislativo.
Registra-se e publique-se.

Boa Ventura de São Roque, dia 22 de outubro de 2026.

RODINEI MARCOS MATIAZZO
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Josiane Aparecida Hoffmann Correia
Código Identificador:A06C7253

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 471/2026
CONSIDERANDO os elementos constantes no presente processo administrativo, devidamente instruído, no qual restou justificada a necessidade da contratação, bem como demonstrada a compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado;
CONSIDERANDO que foram observados os requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, com a juntada da documentação que comprova a habilitação e a qualificação técnica da contratada para a execução do objeto pretendido;
CONSIDERANDO o parecer jurídico que atesta a regularidade do procedimento e a presença dos requisitos legais para a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021;
AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 38/2026, conforme as condições e especificações constantes abaixo:

Objeto a ser contratado:	INSCRIÇÕES NO EVENTO "CONGRESSO ESPECTRO 2026"
Contratado:	**GDC PRODUTORA E AGÊNCIA DE LANÇAMENTOS LTDA CNPJ: 53.402.689/0001-47.**
Prazo de Vigência:	03 (três) meses
Valor Total:	R$ 5.082,00 (cinco mil e oitenta e dois reais).
Fundamento Legal:	Art. 74, Inc. III, f, da Lei 14.133/2021

Determino a adoção das providências necessárias para a formalização da contratação e a publicação do respectivo ato.

Boa Ventura de São Roque, d*atado e assinado digitalmente*

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:E275633E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 05/2026.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 05/2026.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2026
Pregão Nº 35/2025
GESTOR DA ATA: O MUNICÍPIO DE VENTURA DE SÃO ROQUE
DETENTORA DA ATA: A EMPRESA ROVILSON GOMES PEREIRA - ME.
OBJETO (S): AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI/PR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAMAE DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE- PR.
VALOR CONTRATUAL: R$ 200,000.00 (Duzentos Mil Reais).
PERÍODO/VIGÊNCIA: 22/10/2026 a 22/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 22/10/2026.
FORO: Pitanga - Pr.
Boa Ventura de São Roque, 22/10/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***ROVILSON GOMES PEREIRA***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:24E53F9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 219/2026

PORTARIA Nº 219/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
Art. 1°. As Funções Gratificadas no âmbito do município de Boa Ventura de São Roque/PR serão regulamentadas através desta portaria.
Art. 2°. As justificativas individualizadas, bem como a porcentagem aplicada em cada caso serão dispostas no **ANEXO I** desta portaria.

Art. 3°. Os servidores municipais que fazem jus ao bônus da função gratificada são os seguintes no mês de Maio de 2026:
ADILSON GONÇALVES DA MAIA;
ADRIANA JACK;
ADÃO APARECIDO DE FRANÇA
AGNALDO VUJANSKI DE JESUS;
AIRTON MACHADO DOS SANTOS:
ANGELO BALBINOTI
ARICLEIA BALBINOTTI;
ADRIANE DA ROSA
ANGELA FATIMA STRAPASSON
ELIANE DE SOUZA SANTIN;
ELIZANGELA DE FATIMA DE MORAESE
ELOISA LEITE ZALUSKI
ELZA APARECIDA PAREIRA DE BARROS
EMANUEL VICTOR DO NASCIMENTO
ESTELA MARIS KLOSTER FIUZA
FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS
FLAVIO AUGUSTO GONZALES BATISTA
GENI APARECIDA DOS SANTOS
GISLAINE APARECIDA KELNER;
GILMAR CAROLINO DA SILVA
IVANIA APARECIDA TOEBE LEFLER
IZABEL CAMARGO DE OLOVEIRA DE LIMA
JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA;
JOAO PEDRO LOPES;
JOÃO VERCI MOREIRA MATHIAS
JOCELITA LIBER BAITEL
JONAS JOSE MOREIRA DE SOUZA;
JOSE JOAREZ GLODEN
JOSE LUIZ STEINMETZ;
JOSE RODRIGUES DE QUADROS
JOSEMAR CESAR MIRANDA;
JOSEMARA DA APARECIDA RIBEIRO STEINMETZ
JOSIEL ZAFFARI;
JULIANE KRUGER
JULLY GABRIELE NAVA LATCZUK
LEANDRO RIBEIRO GLOEDEN;
LUCIA APARECIDA NUNES
LUCIANE MARIA KRUGER
LUCIMARA MOREIRA DE ALMEIDA;
MARCOS ROBERTO PAGNUSSATTI
MARIA DA LUZ PINHEIROS
MARIA DA PIEDADE DE ASSIS GLOEDEN
MARIA FOREKEVICZ DA COSTA
MARIA HELENA SASS PINCHESKI
MARIA LUCIA DE CAMPOS KLOSTER;
MARIA ODETE PINHEIROS
MARICLEIA FERREIRA
MARLENE PEREIRA DOS SANTOS;
MARYLENE GLODEN
MICHELI MATIAZZO CANEI
MICHELLE DA SILVA CABRAL;
NADIR APARECIDA TABORDA;
ODINEIA APARECIDA BATISTA DA LUZ
PAULO ROMENIKI RATKE;
ROSANA DALZOTTO;
ROSENILDA DE PONTES
SIMONE NARA FERREIRA; -
SOFIA FERREIRA DE ABREU GONÇALVES
THALITA DE ARAUJO BAHLS SILVA
TATIANE KOPACHESKI
THIAGO ADRIANO DE BRITO
VERA LUCIA DE SOUZA
VERA LUCIA TINTILIANO.
VILMAR CERINEU DA SILVA;
WILLIAN PEREIRA DE OLIVEIRA.
Parágrafo único. Além dos servidores municipais elencados nos incisos do caput, os servidores que recebem bonificação de valores fixos pelo exercício de função gratificada são os seguintes:
FABIANA FOREKEVICZ DE CASTRO, por atuar na função de Coordenadoria de Controle Interno, fixada na Lei Municipal n° 710/2013 e suas atualizações;
RODRIGO KOLESKA, por atuar na comissão permanente de licitação, definida no anexo VIII da Lei Municipal n° 307/2006, alterada pela Lei n° 1.223/2023 e suas atualizações;
ANA MARIA RODIAK, por atuar na comissão permanente de licitação, definida no anexo VIII da Lei Municipal n° 307/2006, alterada pela Lei n° 1.223/2023 e suas atualizações;
SILAS DOS SANTOS, por atuar na comissão permanente de licitação, definida no anexo VIII da Lei Municipal n° 307/2006, alterada pela Lei n° 1.223/2023 e suas atualizações;
FRANCIELE LEITE GOMES, por atuar na comissão permanente de licitação, definida no Anexo VIII da Lei Municipal n° 307/2006, alterada pela Lei n° 1.223/2023 e suas posteriores atualizações.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito a contar em 31/05/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 23 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

ANEXO I

ADILSON GONÇALVES DA MAIA: Servidor público municipal, investido no cargo de Professor com Pós-graduação, lotado na Sec. de Educação, Cultura e Esporte. **Funções extras:** Recebe um percentual de 10% em gratificação, devido ao exercício de funções além das suas atribuições regulares. Ele atua como coordenadora da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, conforme estabelecido no artigo 53-A, §2º da Lei Municipal nº 236/2005. Essa função de coordenação envolve responsabilidades administrativas, pedagógicas e de gestão da unidade escolar, sendo fundamental para o bom funcionamento da escola e o desenvolvimento das atividades educacionais. A porcentagem aplicada para essa gratificação está prevista nos parâmetros da Lei do Plano de Cargos do Magistério do Município de Boa Ventura de São Roque, que reconhece e remunera as funções adicionais desempenhadas pelos profissionais da educação em cargos de coordenação e supervisão. Dessa forma, o percentual de 10% reflete a complexidade e a relevância da função de coordenação, garantindo o cumprimento das normas legais e o adequado desenvolvimento das atividades escolares.

ADRIANA JACK: Servidora pública municipal, investida no cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Sec. de Saúde. **Funções extras:** O profissional recebe um percentual de 50% devido ao desempenho de funções que vão além das suas atribuições iniciais, relacionadas à prestação de serviços técnicos de saúde. Além de suas responsabilidades clínicas, ele também desempenha atividades administrativas no âmbito do ente público, sendo responsável pelo agendamento de consultas e pelo encaminhamento de Tratamentos Fora de Domicílio (TFD) na região. Essa função exige dedicação adicional, uma vez que as consultas precisam ser agendadas rapidamente, dentro da janela de vagas disponibilizada pelo sistema, o que pode ocorrer fora do expediente regular. Esse trabalho é realizado de acordo com a demanda municipal, garantindo a eficiência e a continuidade do atendimento à população.

ADÃO APARECIDO DE FRANÇA: Servidor público municipal, investido no cargo de Motorista. A concessão da Função Gratificada 60% ao servidor ocupante se dá em razão das condições diferenciadas e das responsabilidades inerentes ao desempenho das atividades de transporte escolar, especialmente em razão da extensão do trajeto realizado e das particularidades das estradas rurais percorridas.
O servidor desempenha diariamente atividade de transporte de alunos, conduzindo veículo oficial do Município por trajeto de longa extensão, predominantemente em área rural, submetendo-se a condições de deslocamento que exigem atenção, responsabilidade e zelo permanentes, especialmente em razão das características das estradas do interior, das condições climáticas e da necessidade de cumprimento rigoroso dos horários de embarque e desembarque dos estudantes.
Considerando a extensão do trajeto, as peculiaridades das estradas rurais, o tempo despendido no deslocamento, a responsabilidade pela condução e segurança dos estudantes e a relevância do serviço prestado, entende-se devidamente justificada a concessão de Função

Gratificada ao servidor responsável pelo referido transporte escolar, enquanto perdurarem as condições que fundamentam a concessão.

AGNALDO VUJANSKI DE JESUS: Servidor público municipal, investido no cargo de Advogado lotado na Sec. de Administração. **Funções extras:** Recebe percentual de 30% por atuar além de suas atribuições na Assessoria Jurídica do Fundo de Previdência Próprio do Município de Boa Ventura de São Roque, com base no Art. 2 da Lei Municipal n° 366/08. A porcentagem aplicada está definida com base no limite definido em lei e considera a grande complexidade e responsabilidade assumida pelo servidor ao atuar na assessoria jurídica do fundo próprio de previdência social do município, além é claro, de todas as outras questões pelas quais responde, sejam elas relacionadas à atuação judicial, administrativa ou regulatória da entidade.

AIRTON MACHADO: Servidor público municipal investido no cargo de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Funções extras:** Além de suas funções típicas cotidianas, servidor é responsável por se deslocar e auxiliar na coleta de lixo nos Eco-pontos instalados na zona rural do Município e nas roçadas mensais sobre as valas do Aterro Sanitário. Além disso, o servidor esteve auxiliando no mutirão de coleta de entulhos na campanha contra o mosquito da dengue em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. O percentual de 30% é aplicado ao servidor tendo em vista o trabalho desempenhado por ele, especialmente aquele relacionado à coleta de lixo na área rural do município, que exige deslocamento em pequenos, médios e longos percursos, atuando assim, na função de motorista. E também participa da comissão de Avaliação de Bens Imóveis conforme portaria nº 50/2025.

ANGELO BALBINOTI: Servidor público municipal investido no cargo secretario escolar. **Funções extras:** Recebe um percentual de 10% em gratificação, devido ao exercício de funções além das suas atribuições regulares. Ele atua no monitoramento e controle de entrada e saída de alunos em diferentes horários assim com o na entrada de país, profissionais da educação na escola.

ARICLEIA BALBINOTTI: Servidora pública municipal, investido no cargo de Agente de Combate a Endemias, lotado na Sec. Municipal de Saúde. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois, além de suas funções do dia a dia, a servidora integra a **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA,** exercendo papel ativo na promoção de ações preventivas voltadas à segurança e saúde no ambiente de trabalho. Sua participação é marcada por comprometimento, responsabilidade e dedicação, contribuindo de forma significativa para a cultura de prevenção de acidentes e melhoria das condições de trabalho na instituição.

ADRIANE DA ROSA: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

ELIANE DE SOUZA SANTIN: Servidora pública municipal, investida no cargo de Serviços Gerais reenquadrada funcionalmente para o cargo de Auxiliar Administrativo lotada na Sec. de Finanças. **Funções Extras:** Recebe percentual de 50% por ser membro de Comissão de gestor e fiscal de contrato -conforme a portaria Nº126/2026 -exercendo a função de fiscal e bens e serviços gerais (Departamento de Compras) e comissão de UGT-Unidade Gestora de Transferência do Município de Voa Ventura de São Roque -PR conforme Portaria 342/2025

ANGELA DE FATIMA STRAPASSON: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Assistente Administrativo. **Funções extras:** Recebe percentual de 50% pois a mesma além de suas funções do dia a dia faz parte das comissões de:
Gestor de Fiscais de Contrato -conforme portaria de Nº126/2026- exercendo a função de Fiscal de Bens e Serviços Gerais (Departamento de Compras). Comissão Permanente de Processos Administrativos e de Aplicação de Penalidades em Licitações e Contratos no âmbito do Município de Boa Ventura de São Roque-PR conforme Portaria Nº117/2026.

ELIZANGELA DE FATIMA DE MORAES: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

ELOISA LEITE ZALUSKI: Servidora Pública Municipal a Eloisa Leite Zaluski, ocupante do cargo de Assistente administrativo, **Funções extras:** Recebe percentual de 30%, pelo exercício de assessoramento junto à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres.
Considerando a implantação da referida secretaria, a servidora vem desempenhando, além de suas atribuições ordinárias, atividades essenciais no apoio ao
planejamento, estruturação e organização administrativa da pasta. Destaca-se sua atuação no assessoramento técnico, elaboração de documentos, organização de processos internos, bem como no, planejamento, coordenação e acompanhamento dos cursos e ações desenvolvidas pela secretaria.

ELZA APARECIDA PAREIRA DE BARROS: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE, a mesma ainda realiza a merenda em contra turno das turmas do EJA. Adicionalmente, em alguns dias da semana, diante da ausência eventual de professores, a servidora oferece apoio na organização dos alunos, atuando durante o horário de almoço e auxiliando na entrada e saída dos estudantes. Essa colaboração contribui para o bom funcionamento da rotina escolar e para a segurança dos alunos, prestando assistência à equipe da instituição.

EMANUEL VICTOR DO NASCIMENTO: Servidor público municipal, investido no cargo de Enfermeiro lotado na Sec. de Saúde. **Funções extras:** O servidor recebe um percentual de 30% em gratificação, tendo em vista o exercício de atividades que excedem suas atribuições habituais. Além de desempenhar suas funções rotineiras, o servidor também responde pela coordenação da Atenção Primária à Saúde no Município. Essa função exige atuação estratégica, planejamento, monitoramento e suporte técnico às equipes da atenção básica, garantindo a organização e a qualidade dos serviços ofertados à população. Entre as responsabilidades envolvidas estão o acompanhamento dos indicadores de saúde, a articulação entre as unidades básicas, o apoio à implementação de protocolos e diretrizes do SUS, bem como a interlocução com a Secretaria Municipal de Saúde e demais setores relacionados. A complexidade e a abrangência das atividades desenvolvidas, somadas à responsabilidade de zelar pela eficiência da rede básica de atendimento, justificam o pagamento do percentual adicional concedido, conforme critérios de proporcionalidade e impacto das funções exercidas.

ESTELA MARIS KLOSTER FIUZA: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 30%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à

frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE. Adicionalmente, em alguns dias da semana, diante da ausência eventual de professores, a servidora oferece apoio na organização dos alunos, atuando durante o horário de almoço e auxiliando na entrada e saída dos estudantes. Essa colaboração contribui para o bom funcionamento da rotina escolar e para a segurança dos alunos, prestando assistência à equipe da instituição.

FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS: Servidor público municipal, investido no cargo de Fiscal de Tributos lotado na Sec. de Administração. **Funções extras:** O servidor recebe um percentual de 20% em gratificação, considerando o exercício de atividades que vão além de suas atribuições cotidianas. Além das funções desempenhadas diariamente, o servidor presta suporte à Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAB, assumindo responsabilidades técnicas e administrativas em programas e convênios relevantes para o município. Entre suas atribuições adicionais, destaca-se a responsabilidade pela gestão do Imposto Territorial Rural - ITR, por meio de convênio com a Receita Federal, garantindo o correto lançamento, acompanhamento e prestação de contas junto aos órgãos federais. Ademais, o servidor também atua na execução do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFA, no âmbito do Programa Estadual, assegurando o cumprimento das exigências legais e ambientais previstas. A frequência e a complexidade dessas atividades, que demandam conhecimento técnico específico, comprometimento e articulação com diferentes esferas governamentais, justificam o pagamento da gratificação proporcional ao acréscimo de responsabilidades assumidas.

FLAVIO AUGUSTO GONZALES BATISTA: Servidor público municipal, investido no cargo de Assistente administrativo **Funções extras:** Recebe percentual de 30%, pois participa da Comissão Permanente de Processos Administrativos e de Aplicação de Penalidades em Licitação e Contratos no Âmbito do Municípios de Boa Ventura de São Roque Portaria 117/2026.

GENI APARECIDA DOS SANTOS: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 30%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE. Adicionalmente, em alguns dias da semana, diante da ausência eventual de professores, a servidora oferece apoio na organização dos alunos, atuando durante o horário de almoço e auxiliando na entrada e saída dos estudantes. Essa colaboração contribui para o bom funcionamento da rotina escolar e para a segurança dos alunos, prestando assistência à equipe da instituição.

GISLAINE APARECIDA KELNER: Servidora pública municipal, investida no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Sec. de Promoção Social. **Funções extras:** Recebe percentual de 40% por atuar além de suas atribuições, ela fiscal de contrato da secretaria, participa do Conselho Municipal da Assistência Social, Conselho do Idoso.

GILMAR CAROLINO DA SILVA: Servidor público municipal, investido no cargo de professor, lotado na Sec. de Educação Cultura e Esportes. **Funções extras:** Recebe percentual de 70%, pois o servidor além da sua função do seu dia a dia em razão das atividades desempenhadas além das atribuições normais do cargo, exercendo funções de relevante interesse para a unidade escolar e para a administração pública. Dessa forma, considerando a responsabilidades e a complexidade das atividades exercidas além das funções inerentes ao cargo efetivo, justifica-se a concessão da Função Gratificada no percentual de 70%, conforme previsão legal e interesse da secretaria.

.

IVANIA APARECIDA TOEBE LEFLER: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Administração. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, a servidora exerce a função de Serviços Gerais, desempenhando atividades que extrapolam suas atribuições habituais, ficando à disposição do Destacamento da Polícia Militar para a execução de serviços de limpeza e organização do local, bem como a preparação e fornecimento de todas as refeições diárias para os policiais em serviço. Além disso, a servidora presta apoio a outras Secretarias Municipais, realizando o preparo e o serviço de café, contribuindo diretamente para o bom funcionamento das atividades administrativas e operacionais do Município. Diante da relevância, da responsabilidade e da amplitude das atividades desempenhadas, que exigem disponibilidade constante, zelo, agilidade e comprometimento, justifica-se a concessão da função gratificada de 20%, em reconhecimento ao desempenho e às atribuições adicionais exercidas pela servidora.

IZABEL CAMARGO DE OLIVEIRA DE LIMA: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA SOARES: Servidora pública municipal, investida no cargo de Contadora, lotada na Sec. de Finanças. **Funções extras:** Recebe percentual de 60% por atuar além de suas atribuições como assessora contábil do Fundo Próprio de Previdência Social do Município, referente ao art. 3° da Lei n° 628/2011. Além das atividades que já desempenha a servidora também é responsável pela contabilidade da Autarquia Municipal Samae, atuando diretamente nos serviços contábeis e na elaboração da folha de pagamento dos servidores, contribuindo de forma essencial para a organização financeira e o cumprimento das obrigações legais da entidade. Ressalta-se que não há uma legislação específica que regulamente essas atribuições dentro da estrutura da Autarquia, tendo em vista que a servidora é a única nomeada para o cargo de Contador na Prefeitura de Boa Ventura de São Roque – PR. Dessa forma, é ela quem exerce essas funções contábeis de maneira complementar, assumindo responsabilidades que, embora não estejam formalmente previstas em lei específica, são fundamentais para o bom funcionamento da instituição.

JOÃO PEDRO LOPES: Servidor Público Municipal, Investido no Cargo de Agente de saúde, lotado na secretaria de Saúde. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, além das suas funções do dia a dia o Servidor também faz atualizações e supervisão dos sistemas dos agentes comunitárias de saúde também no sistema ESUS em backups e cadastros de novos Profissionais de saúde, também acompanha os pedidos de peças e auxilia nas solicitações, imprime relatórios acompanha e monitora o andamento dos processos de licitação.

JOÃO VERCI MOREIRA MATHIAS: Servidor público municipal ocupante do cargo de Assistente Administrativo, exerce, além das atribuições inerentes ao cargo efetivo, funções de relevante responsabilidade junto ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Boa Ventura de São Roque.
Nos termos da Lei Municipal nº 366, de 12 de março de 2008, que dispõe sobre a criação de função gratificada para assessoramento ao RPPS e para Coordenação Previdenciária, o servidor exerce a função de Gestor/Coordenador Previdenciário do RPPS, sendo responsável pela coordenação, acompanhamento e execução das atividades administrativas e previdenciárias do regime.
Entre suas atribuições, destacam-se a gestão administrativa do RPPS, o acompanhamento dos processos previdenciários, a elaboração e conferência de documentos, o atendimento aos segurados, a gestão e fiscalização dos contratos administrativos vinculados ao instituto, bem

como o acompanhamento da execução contratual e demais procedimentos necessários ao regular funcionamento do regime próprio de previdência.
As atividades desempenhadas exigem dedicação adicional, responsabilidade técnica e conhecimento específico da legislação previdenciária, ultrapassando as atribuições ordinárias do cargo efetivo. Dessa forma, resta plenamente justificada a percepção da função gratificada prevista na Lei Municipal nº 366/2008, em razão da relevância e complexidade das atribuições exercidas junto ao RPPS Municipal.

JOCELITA LIBER BAITEL: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

JONAS JOSÉ MOREIRA DE SOUZA: Servidor público municipal investido no cargo de Motorista C e D lotado na Sec. de Educação. **Funções extras:** Recebe a porcentagem de 50% por atuar no setor administrativo nos períodos que não está responsável pelo deslocamento dos alunos no transporte escolar. Fiscais de Contratos Administrativos Secretaria de Educação, Cultura e Esporte conforme Portaria 15/2025. O servidor também é membro da Comissão Especial de Averiguação e Avaliação de Bens Inservíveis Patrimonial da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque-PR conforme a portaria 272/2025.

JOSÉ JOAREZ GLOEDEN: Servidor público municipal, investido no Cargo de Assistente Administrativo lotado na Sec. de Administração. **Funções extras:** O servidor recebe um percentual de 30% sobre seus rendimentos e, além das suas atribuições cotidianas, assume a responsabilidade pela gestão do Convênio SESP, firmado entre o Município de Boa Ventura de São Roque/PR e o Governo do Estado. No exercício dessa função, ele é encarregado de coordenar e acompanhar todo o processo relacionado à Juntada do Serviço Militar, garantindo o cumprimento dos prazos e a regularidade da documentação. Esse trabalho envolve a articulação com diversas instâncias governamentais e a supervisão da correta aplicação dos procedimentos estabelecidos, além de assegurar que todas as obrigações legais sejam atendidas de maneira eficaz e dentro dos parâmetros definidos pelo convênio.

JOSÉ LUIZ STEINMETZ: Servidor público municipal, investido no cargo de Desenhista, lotado na Sec. de Administração. **Funções extras:** Recebe percentual de 30% por ser membro de comissão de Avaliação de Bens Imóveis conforme portaria nº 50/2025, em conformidade com o art. 85, IV e art. 90 da Lei Municipal n° 832/2015. Este servidor atua em conjunto do restante dos membros da comissão de avaliação de bens imóveis, e diante de sua participação na execução das tarefas, tem o percentual de 30% adequado a sua função. E também participa da comissão de Avaliação de Bens Imóveis conforme portaria nº 50/2025.

JOSE RODRIGUES DE QUADROS: Servidor público municipal, investido no cargo de Auxiliar Administrativo lotado na Sec. de Indústria, Comercio e Turismo. **Funções extras:** O servidor recebe um adicional de 20% sobre seu salário base. Além das suas funções diárias, ele tem responsabilidades específicas, como a gestão dos Caminhos de Peabiru e o apoio como assistente de Turismo. Desempenha ainda um papel ativo como membro da diretoria do Conselho Municipal de Turismo (CONTUR), contribuindo diretamente para a formulação e implementação de políticas turísticas que promovam o município. O servidor é responsável, também, por inserir e manter o município de Boa Ventura no mapa turístico do Estado do Paraná, realizando a atualização contínua das informações no sistema estadual, a fim de garantir a visibilidade e o posicionamento estratégico da cidade. Em sua função de fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo, o servidor supervisiona as ações no âmbito do Programa Paraná Mais Eventos, assegurando a execução adequada dos recursos e das atividades previstas. No que tange ao convênio relacionado à viagem para Curitiba-PR, ele também atua como fiscal, monitorando a conformidade e os aspectos administrativos do referido convênio.

JOSEMAR CESAR MIRANDA: Servidor Público Municipal, investido no Cargo de Assistente Administrativa, lotado na secretaria de Finanças. **Funções extras:** Recebe percentual de 50%, além das suas funções do dia a dia o Servidor também por ser Gestor do Portal da Transparência Municipal conforme Decreto nº 48/2025. O servidor é responsável por acompanhar e fiscalizar a transferência de recursos, junto da Secretaria de Finanças e administração, e demais Secretarias envolvidas na transação. Também é Fiscal de Contratos Administrativos Secretaria de Administração Portaria nº 15/2025.

JOSEMARA DA APARECIDA RIBEIRO STEINMET: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Atendente de Farmácia, lotado na Secretaria de Saúde. **Funções extras:** Recebe o percentual de 40%, pois além das suas funções do dia a dia, servidora exerce a função de atendimento na Farmácia Municipal, sendo responsável pela entrega e controle de medicamentos à população, bem como pelo abastecimento do estoque de fármacos utilizados no Pronto Socorro Municipal. Além do expediente regular, a servidora mantém-se à disposição para atendimento em horários noturnos e finais de semana, sempre que necessário, realizando a entrega de medicamentos a pacientes e a reposição de insumos no setor de urgência e emergência, garantindo assim a continuidade do atendimento e o bom funcionamento dos serviços de saúde. Diante da responsabilidade técnica, da disponibilidade fora do horário de expediente e da natureza essencial das atividades desempenhadas, justifica-se a concessão da função gratificada de 40%, como forma de reconhecimento ao comprometimento, à dedicação e à importância de suas atribuições para a manutenção dos serviços públicos de saúde.

JOSIEL ZAFFARI: Servidor público municipal, investido no cargo de Agente de Combate à Endemias, lotado na Sec. Municipal de Saúde. **Funções extras:** Recebe 50% de gratificação por atuar como um dos coordenadores da saúde pública municipal, dentro da Vigilância Epidemiológica, além de desempenhar as atividades de coordenador, atuando nos objetivos a serem alcançados, conforme pactuação no setor epidemiológico, responsável também pelo SIM/SINASC, declarações de óbito e declaração de nascido vivo, além de outras atribuições relacionadas aos programas na rede de saúde que fazem parte do sistema do SUS, CNES (cadastro nacional de Estabelecimento de Saúde), SIA (Sistema de informação ambulatorial) e cartão SUS CADWEB. Além disso, é responsável municipal do Programa Mais Médicos e o Programa de faturamento (DATASUS transmissor, FPO, BPA da Vigilância sanitária, Versia, Depara e Tabwin), sendo de responsabilidade do servidor inclusive, o encaminhamento de pedidos de licitação de produtos e insumos da Secretaria Municipal de Saúde. É de sua competência também a gestão dos sistemas o SISMOB-Sistema de Monitoramento, E-GESTOR e os sistemas SISPRENATAL, SCPA, SCPA USU, SARGSUS, SISCAN BOLSA FAMÍLIA, CONSULTÓRIO VIRTUAL DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CREDENCIAMENTO EAP, GERENCIA APS, INFORMATIZA – APS, LRPD – ESB, MICRONUTRIENTES, PMAQ AB/CEO, PSE, SISAB, Sistema SISVAN, FNS – Fundo Nacional de Saúde, onde gerencia as emendas, tanto do nível Estadual por Resoluções SESA quanto para o nível Federal. O servidor também é representante na elaboração dos relatórios de Gestão, do Plano Municipal de Saúde, do RAG – Relatório de Gestão, PAS – Plano Anual de saúde, do DIGISUS - sistema de informação para estados e municípios, do INVESTSUS - Sistema de Investimento do SUS - Ministério da Saúde, entre outros, e por fim, participa da apresentação quadrimestral dos serviços ao Conselho Municipal de Saúde, é ouvidor Municipal da Secretaria de Saúde e faz o controle de Estoque dos materiais administrativos e também na comissão concurso público do Serviço Autônomo de Agua de Esgoto 01/2026– SAMAE. Pois a participação nesta comissão exige dedicação adicional às atividades ordinárias do cargo, bem como a execução de tarefas específicas, técnicas e de elevada responsabilidade.

JULIANE KRUGER: Servidora pública municipal, investido no cargo de Auxiliar Administrativo lotado na Sec. de Administração. **Funções extras:** Recebe percentual de 30%, além das suas funções do dia a dia a Servidora também participa da comissão organizadora como Membro do Concurso Público do Município de Boa Ventura de São Roque/PR, e também na comissão concurso público do Serviço Autônomo de Água de Esgoto 01/2025– SAMAE. Pois a participação nesta comissão exige dedicação adicional às atividades ordinárias do cargo, bem como a execução de tarefas específicas, técnicas e de elevada responsabilidade. A servidora integra a **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) como membro,** exercendo papel ativo na promoção de ações preventivas voltadas à segurança e saúde no ambiente de trabalho. Sua participação é marcada por comprometimento, responsabilidade e dedicação, contribuindo de forma significativa para a cultura de prevenção de acidentes e melhoria das condições de trabalho na instituição.

JULLY GABRIELE NAVA LATCZUK: Servidora pública municipal, investido no cargo de Professor com Pós-graduação lotado na Sec. de Educação. **Funções extras:** A servidora recebe um percentual de 50% em gratificação, considerando o desempenho de atividades que extrapolam suas atribuições funcionais rotineiras. Além das funções que lhe são próprias no exercício do cargo, a servidora atua como Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Boa Ventura de São Roque/PR, também, como na comissão do concurso público do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE. A participação nessas comissões demanda significativa dedicação adicional, uma vez que envolve a realização de tarefas específicas, de caráter técnico e elevado grau de responsabilidade, tais como análise de documentos, definição de critérios, fiscalização de etapas e garantia da legalidade e transparência de todo o processo seletivo. Paralelamente, a servidora também exerce a função de Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, atuando de forma ativa na promoção de ações voltadas à segurança e saúde no ambiente de trabalho. Sua atuação é pautada no comprometimento, responsabilidade e dedicação, contribuindo diretamente para o fortalecimento da cultura de prevenção de acidentes, além da melhoria contínua das condições laborais na instituição. Diante da relevância, da complexidade e da sobrecarga das funções desempenhadas, justifica-se o pagamento do percentual adicional, como forma de reconhecimento pelo desempenho diferenciado e pelos impactos positivos gerados nas áreas em que atua.

LEANDRO RIBEIRO GLOEDEN: Servidor público municipal, investido no cargo de Técnico em Meio Ambiente lotado na Sec. de Meio Ambiente. **Funções extras:** Justifica-se a gratificação de 50% ao servidor, haja vista a necessidade de todas as semanas o mesmo auxiliar na coleta de resíduos nos eco- ponto em algumas comunidades na zona rural, como também acompanhado a equipe de Pesquisa Científica na Unidade de Conservação em períodos noturnos. A porcentagem aplicada está relacionada à formação intelectual, desempenho técnico e atuação fora de suas atribuições típicas, tanto no deslocamento para coleta de resíduos, quanto na atuação frequente fora de seu horário de trabalho.

LUCIA APARECIDA NUNES: Servidora Pública Municipal investida no Cargo de Agente de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde. **Funções extras:** A função gratificada atribuída à servidora, com um percentual de 50% sobre sua remuneração, justifica-se pelo desempenho de atividades que vão além de suas atribuições rotineiras. Desta forma, considerando a relevância do atendimento direto ao público idoso no âmbito das políticas públicas de saúde, justifica-se a concessão da função gratificada da servidora, por estar desempenhando atividades de dedicação diferenciada aplicando o conhecimento técnico e habilidade para lidar com demanda específica, caracterizada por apresentar maior vulnerabilidade e necessidade de acompanhamento contínuo.

LUCIANE MARIA KRUGER: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

LUCIMARA MOREIRA DE ALMEIDA: Servidora pública municipal, investida no cargo de Assistente Administrativo, lotada na Sec. de Educação, Cultura e Esporte. **Funções extras:** Recebe percentual de 30% por atuar além de suas atribuições típicas da secretaria, uma vez que é a única responsável pelo Sistema de Registro Escolar (SERE) e Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP), que tem por objetivo primordial o acompanhamento, fiscalização e alerta acerca da frequência escolar da rede pública de ensino municipal. A alimentação do sistema auxilia no combate a evasão escolar e possibilita o desenvolvimento de políticas públicas educacionais em âmbito municipal.

MARCOS ROBERTO PAGNUSSATTI: Servidor Público Municipal, investido no cargo de Auxiliar administrativo, lotado na Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo. **Funções extras:** A função gratificada atribuída ao servidor, com um percentual de 30% sobre sua remuneração, justifica-se pelo desempenho de atividades que vão além de suas atribuições rotineiras. O servidor, além das funções normais, exerce a fiscalização de contratos administrativos na Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo, conforme a Portaria nº 15/2025, o que implica uma responsabilidade significativa na garantia de que os contratos sejam cumpridos de acordo com suas cláusulas e condições. Além disso, o servidor integra a Unidade de Gestão de Transferência - UGT, um órgão responsável pela coordenação e gestão das transferências de recursos financeiros e materiais entre as entidades municipais.

MARIA DA LUZ PINHEIROS: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Agente de Saúde, lotado na Secretaria de Saúde. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, exerce a função de Agente de Saúde e atualmente é responsável pela abertura do Posto Central – ESF II, sendo a primeira a chegar para garantir o funcionamento adequado da unidade. Entre suas atribuições, destaca-se o cadastro e inclusão de pacientes no sistema de prontuário eletrônico, visando o correto encaminhamento e a futura triagem. A servidora possui formação em Técnica de Enfermagem e, no momento, desempenha também atividades de apoio administrativo e técnico, como o lançamento e organização das agendas dos profissionais de saúde, além da elaboração de relatórios sob supervisão da equipe de enfermagem, contribuindo diretamente para a eficiência do atendimento e para o bom andamento dos serviços da unidade. Diante da amplitude das responsabilidades, do comprometimento demonstrado e da relevância das tarefas executadas para o funcionamento do Posto de Saúde, justifica-se a concessão da função gratificada de 20%, em reconhecimento ao desempenho e às atribuições adicionais exercidas pela servidora.

MARIA DA PIEDADE DE ASSIS GLOEDEN: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

MARIA FOREKEVICZ DA COSTA: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em

tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

MARIA HELENA SASS PINCHESKI: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. **Funções extras:** Recebe percentual de 30%, além das atividades inerentes ao cargo, desempenha funções essenciais de gestão e apoio administrativo no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, exercendo a gestão de pessoal, o controle e acompanhamento dos processos de elevação de nível dos servidores, atuando como membro da comissão responsável pela avaliação de progressão de professores e demais servidores, realizando o controle e a conferência da folha de pagamento, bem como executando demais atividades correlatas necessárias ao adequado funcionamento da Secretaria. Tais atribuições exigem responsabilidade ampliada, conhecimento técnico e atuação contínua em processos administrativos relevantes, o que justifica a concessão da Função Gratificada.

MARIA LUCIA DE CAMPOS KLOSTER: Servidora pública municipal, investida no cargo de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Saúde. **Funções extras:** A servidora recebe um percentual adicional de 50% em virtude do desempenho de atividades que excedem suas atribuições habituais, especialmente no que se refere ao agendamento de consultas e à coordenação do Tratamento Fora de Domicílio - TFD regional. Essas funções exigem o manejo do sistema de regulação de vagas e são frequentemente realizadas fora do horário de expediente e em dia não úteis, de acordo com a demanda apresentada pelo município. Adicionalmente, a servidora passou a integrar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, conforme estabelecido pela Portaria nº 273/2025, exercendo um papel ativo na implementação e promoção de ações preventivas voltadas à segurança e à saúde no ambiente de trabalho, contribuindo diretamente para a melhoria das condições laborais e o bem-estar dos servidores.

MARIA ODETE PINHEIROS: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

MARICLEIA FERREIRA: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

MARLENE PEREIRA DOS SANTOS: Servidora pública municipal, investida no cargo de Assistente Administrativo. **Funções extras:** Recebe percentual de 20% por atuar além de suas atribuições, na direção do Fundo de Previdência Própria do Município de Boa Ventura de São Roque/PR. A servidora em questão exerce suas funções administrativas na direção do fundo de previdência municipal, e com isso, é responsável pela elaboração, envio e acompanhamento de documentação relacionada à previdência própria dos servidores públicos municipais. Nesse sentido, a porcentagem aplicada está relacionada à complexidade de suas funções desempenhadas de forma extraordinária.

MARYLENE GLODEN: Servidora Pública Municipal investida no cargo de Técnica em Gestão Pública, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. **Funções extras:** A função gratificada atribuída à servidora, com um percentual de 20% sobre sua remuneração, justifica-se pelo desempenho de atividades que vão além de suas atribuições rotineiras. Além das funções inerentes ao seu cargo, a servidora é responsável pela gestão dos programas de aquisição de alimentação escolar, na organização e comprometimento com a eficiência da política pública de alimentação nas unidades escolares. Suas atribuições nessa área abrangem desde o planejamento e a execução dos processos de compra dos gêneros alimentícios, até o acompanhamento da entrega dos produtos nas escolas, assegurando a regularidade, qualidade e conformidade dos itens distribuídos. Cabe destacar que, para garantir o pleno funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e demais iniciativas relacionadas, a servidora realiza o acompanhamento contínuo de fornecedores, verifica prazos, controla estoques e atende demandas emergenciais das escolas, assumindo, assim, funções estratégicas para o bom desempenho das atividades educacionais do município.

MICHELI MATIAZZO CANEI: Servidora pública municipal, investido no cargo de Professor com Pós-graduação lotado na Sec. de Educação Cultura e Esportes. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois, além de suas funções regulares, a servidora integra a **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA),** exercendo papel ativo na promoção de ações preventivas voltadas à segurança e saúde no ambiente de trabalho. Sua participação é marcada por comprometimento, responsabilidade e dedicação, contribuindo de forma significativa para a cultura de prevenção de acidentes e melhoria das condições de trabalho na instituição.

MICHELLE DA SILVA CABRAL: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de psicólogo **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, Servidora pública municipal, investida no cargo de Psicóloga, lotada na Sec. de Educação cultura e Esportes. **Funções extras:** A atuação do(a) psicólogo(a) na educação exige elevada responsabilidade técnica, emocional e social, envolvendo acompanhamento de estudantes, orientação às famílias, apoio à equipe pedagógica e intervenções relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental dos alunos.

ODINEIA APARECIDA BATISTA DA LUZ: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

PAULO ROMENIKI RATKE: Servidor público municipal, investido no cargo de Auxiliar Administrativo lotado na Sec. de Administração. **Funções extras:** Recebe percentual de 40% por atuar além de suas atribuições definidas em lei, quais sejam: ser responsável pela Unidade Municipal de Cadastro. O mesmo também conforma a portaria de nº 30/2025 para coordenar os procedimentos de apuração e pagamento de multas de trânsito dos veículos da frota municipal, ficando este responsável por todas as fases e prazos, conforme definições do Decreto n° 84/2023 e suas posteriores alterações. Também é responsável pela UMC - Unidade Municipal de Cadastro, representando o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Município de Boa Ventura De São Roque – Paraná conforme a portaria 114/2025. O servidor também é presidente da Comissão Especial de Averiguação e Avaliação de Bens Inservíveis Patrimonial da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque-PR conforme a portaria 272/2025.

ROSANA DALZOTTO: Servidora pública municipal, investida no cargo de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Promoção Social. **Funções extras:** Recebe percentual de 20% por atuar além de suas atribuições na direção dos trabalhos relacionados ao desenvolvimento de projetos com a comunidade. Nesse sentido, a servidora trabalha na recepção da secretaria atendendo as pessoas de que vem procurar roupas ou serviços em geral, atende telefone, marca viagens e coordena o projeto de crochê da secretaria, que consiste em: entregar fios nas casas das mulheres que estão participando do projeto, pesar e preencher fichas para cada uma na entrega. Depois dos tapetes feitos, busca nas casas,

pesa e preenche ficha novamente. Após todos os tapetes estarem na secretaria, leva até a cidade de Barbosa Ferraz - PR onde fica a fábrica de fios. Entrega os tapetes prontos e traz o material para produção dos próximos, recebe o dinheiro pelos tapetes e efetua o pagamento das mulheres. Faz as novas entregas de fio na cidade e nas comunidades. Todas essas atividades são desempenhadas em conjunto com as atividades típicas da servidora, quais sejam: manter a limpeza da secretaria, preparar o café, organizar os materiais de limpeza, alimentação e demais ferramentas utilizadas nos trabalhos da secretaria.

ROSENILDA DE PONTES: Servidora pública municipal, investido no cargo de Auxiliar Administrativo lotado na Sec. de Saúde. **Funções extras:** Recebe percentual de 50%, pois, além de suas funções regulares, a servidora integra a **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA),** exercendo papel ativo na promoção de ações preventivas voltadas à segurança e saúde no ambiente de trabalho. Sua participação é marcada por comprometimento, responsabilidade e dedicação, contribuindo de forma significativa para a cultura de prevenção de acidentes e melhoria das condições de trabalho na instituição.
Domínio (TFD) na região. Essa função exige dedicação adicional, uma vez que as consultas precisam ser agendadas rapidamente, dentro da janela de vagas disponibilizada pelo sistema, o que pode ocorrer fora do expediente regular. Esse trabalho é realizado de acordo com a demanda municipal, garantindo a eficiência e a continuidade do atendimento à população.

SIMONE NARA FERREIRA: Servidora Pública Municipal, investida no cargo de Serviços Gerais. **Funções extras:** Recebe percentual de 50%, a mesma além das funções do dia faz parte das Comissões: Gestor e Fiscais de Contratos- Conforme Portaria Nº126/2026 exercendo a função de Fiscal de Bens e Serviços Gerais (Departamento de Compras). E comissão UGT-Unidade Gestora de Transparência do Município de Boa Ventura de São Roque-PR conforme Portaria 342/2025.Considerando a frequência e o nível de complexidade das funções desempenhadas, que excedem suas tarefas cotidianas.

SOFIA FERREIRA DE ABREU GONÇALVES: Servidora pública municipal investido no cargo de Psicóloga **Funções extras:** Recebe um percentual de 10% em gratificação está na Coordenação do Cras

THALITA DE ARAUJO BAHLS SILVA: Servidora pública municipal investido no cargo de Psicóloga **Funções extras: :** Recebe um percentual de 20% em gratificação Gestão e supervisão do Funcionamento do Serviço Família Acolhedora – SFA; organização da divulgação do SFA e mobilização das famílias Acolhedoras entre outras.

PATRICIA GLODEN GODOIS: Servidora pública municipal investido no cargo de Assistente administrativo **Funções extras:** Recebe um percentual de 10% em gratificação, além de suas funções normais presta serviço para o fundo de previdência do município.

TATIANE KOPACHESKI: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 30%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo das marmitas para servidores da secretaria de obras quando esses servidores estão trabalhando em locais distantes da sede no interior do município. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelos funcionários em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos servidores, e a continuidade da prestação de serviços público a comunidade.

THIAGO ADRIANO DE BRITO: Servidor público municipal, investido no cargo de Analista de Planejamento **Funções extras:** Recebe percentual de 30%, pois o mesmo além de suas funções do dia a dia faz parte da Comissão de Gestor e Fiscal de Contratos-conforme Portaria 116/2026- exercendo a função de Fiscal de Obras e Serviços de Engenharia.

VERA LUCIA DE SOUZA: Servidora Pública Municipal, investido no cargo de Serviços Gerias. **Funções extras:** Recebe percentual de 20%, pois a servidora além da sua função do seu dia a dia, faz o preparo da merenda escolar na instituição de ensino municipal que é lotada. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo, visando o bem-estar dos alunos, e segurança e execução adequada do PNAE.

VERA LUCIA TINTILIANO: Servidora pública municipal, investida no cargo de Serviços Gerais, lotada na Sec. de Educação, Cultura e Esporte. **Funções extras:** Recebe percentual de 20% por atuar além de suas atribuições no manejo, acompanhamento, deslocamento e entrega dos alimentos para o preparo da merenda escolar nas instituições de ensino municipais. A porcentagem aplicada corresponde à frequência e a complexidade das atividades desenvolvidas pela servidora, que, diante do cardápio apresentado pela nutricionista responsável, se certifica que o alimento será recebido pelas escolas em tempo e em condições de preparo.

VILMAR CERINEU DA SILVA: Servidor público municipal, investido no cargo de Técnico agrícola lotado na Sec. de Agricultura. **Funções extras:** Recebe percentual de 50% por ser membro da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis em conformidade com o art. 85, IV da Lei Municipal n°832/2015. A porcentagem aplicada está relacionada às atribuições do servidor desempenhadas nesta comissão, que entre outras coisas, precifica, valora e analisa os imóveis a serem comprados, vendidos, permutados, locados ou doados pela administração pública de Boa Ventura de São Roque. E também participa da comissão de Avaliação de Bens Imóveis conforme portaria nº 50/2025. O mesmo agora também é responsável pela Plataforma Marfa do Transfere - Gov, um projeto estratégico que visa aperfeiçoar processos e ampliar a eficiência no âmbito governamental. Sua experiência e competência são fundamentais para garantir o bom funcionamento da plataforma, que desempenha um papel crucial na integração e no compartilhamento de informações entre diferentes entidades do governo, participa da Comissão Permanente de Processos Administrativo e Contratos no Âmbito do Municipal da Secretaria de Agricultura de Boa Ventura de São Roque Portaria 126/2026.
.

WILIAN PEREIRA DE OLIVEIRA: Servidor Público Municipal, investido no cargo de Assistente administrativo, lotado na Secretaria de Finanças. **Funções extras:** O servidor recebe um percentual de 40% em gratificação, O mesmo além das funções do dia a dia exerce a função de gestão do planejamento orçamentário municipal.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal1

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:1C20F7E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 374/2026

PORTARIA Nº 374/2026

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
Art. 1º: Fica constituída Comissão de Sindicância com a finalidade de apurar possíveis fatos e condutas atribuídos a servidor público municipal, ocorridos durante o horário e no local de expediente, em

possível desacordo com as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 2º: A Comissão será composta pelos seguintes membros:
Aricleia Balbinotti – Presidente.
Gislaine Aparecida Kelner – Membro
Marcos Roberto Pagnussatti – Membro
Art. 3º: A Comissão terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado mediante justificativa.
Art. 4º: A Comissão deverá observar os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, elaborando relatório conclusivo ao final dos trabalhos.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - PR, 23 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:497F842C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO N°32/2026
O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº01.612.906.0001/20 e com sede localizada na Rua Moises Miranda, 422, centro, CEP 85.225-000, Boa Ventura de São Roque-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Nestor Kenear, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo documento convocatório e parecer jurídico, **ADJUDICO e HOMOLOGO**, o processo licitatório desenvolvido na modalidade pregão Eletrônico nº32/2026, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES – (BUFFET, LANCHES, BOLOS, TORTA E BEBIDAS) A PEDIDO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SAMAE (SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO) DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE-PR EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL, TERMO DE REFERENCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL.
Torna-se público o resultado da licitação realizada no dia 21 de OUTUBRO de 2026, às 08 horas em epigrafe, adjudicando como vencedor pelo critério menor preço por lote, a seguinte proponente.
Adjudica-se e Homologa-se para a Proponente conforme classificação:
PROPONENTE 01: TEMPERO DE FAMILIA LTDA CNPJ: 63.172.612/0001-81 com o lote: 1 no valor total de R$ 130.266,90 (cento e trinta mil e duzentos e sessenta e seis reais e noventa centavos).
Totalizando valor total de: R$ 130.266,90 (cento e trinta mil e duzentos e sessenta e seis reais e noventa centavos).
Lotes desertos: 2, 3, 4, 5 e 6
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro do Município (Portaria 34/2025).
Encaminha-se os autos para celebração de contrato ou emissão instrumento competente

Boa Ventura de São Roque, 23 de outubro de 2026

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Koleska
Código Identificador:4B53E479

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 266/2026

DECRETO Nº 266/2026
Data: 23/10/2026

Súmula: Dispõe sobre o reconhecimento da localização de imóvel no perímetro urbano do Município de Boa Vista da Aparecida – PR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 02/2023 e na Lei Complementar nº 09/2023, para fins de averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capitão Leônidas Marques – PR, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 02/2023 e a Lei Complementar Municipal nº 09/2023,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reconhecida, para fins de atualização cadastral e registral, a localização no perímetro urbano do Município de Boa Vista da Aparecida/PR do imóvel denominado **Lote nº 177-Remanescente-01-A, da Gleba nº 09, do Imóvel Andrada**, com área total de **24.200,00 m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados)**, equivalente a **2,42 hectares**, situado no Município de Boa Vista da Aparecida, Comarca de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, assim descrito e caracterizado:

Limites e confrontações:
Ao Norte: confronta pela Curva de Desapropriação de Cota 326,00, com distância de 105,00 metros;
Ao Leste: confronta por uma linha seca e reta, com distância de 235,00 metros, com o Lote nº 177-Remanescente-02, da mesma gleba;
Ao Sul: confronta por uma linha seca e reta, com distância de 100,28 metros, com o Lote nº 177-Remanescente-01-B, da mesma gleba;
Ao Oeste: confronta por uma linha seca e reta, com distância de 236,56 metros, com o Lote nº 177-Remanescente-01-B, da mesma gleba.
Matrícula nº 18.195, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capitão Leônidas Marques – PR, de propriedade de **ANDRÉ VINICIUS SILVA MULLER**, conforme registros R-3 e R-4 da respectiva matrícula.

Parágrafo único. O reconhecimento previsto neste artigo observará o enquadramento urbanístico e as disposições de uso e ocupação do solo estabelecidos pela legislação municipal vigente, especialmente pela Lei Complementar nº 02/2023 e pela Lei Complementar nº 09/2023.

Art. 2º. O reconhecimento da localização urbana do imóvel destina-se à adequação de sua classificação cadastral e registral, não implicando alteração de área, limites, confrontações, descrição perimetral ou titularidade, tampouco constituindo autorização para loteamento, desmembramento ou qualquer outra modalidade de parcelamento do solo.

Parágrafo único. Para a aprovação de loteamento e/ou parcelamento do solo deverão ser observadas as legislações federal, estadual e municipal aplicáveis.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista da Aparecida/PR, em 23 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:807D14D8

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 267/2026

DECRETO Nº 267/2026
Data: 23/10/2026

Súmula: Declara de domínio público trechos de estradas rurais situados no Município de Boa Vista da Aparecida, necessários para a execução de obras de pavimentação em pedras irregulares, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declarados de domínio público os trechos de estradas rurais pertencentes ao Município de Boa Vista da Aparecida, necessários à execução de obras de pavimentação em pedras irregulares, tendo como referência as seguintes localizações, extensões e coordenadas:

Trecho	Extensão (linear)	Início (coordenadas)	Final (coordenadas)
Linha Tigrinho – Trecho 02	835,00 metros	257434.00 m E / 7179665.00 m S	257428.00 m E / 7178947.00 m S
Linha Oriente – Trecho 03	400,00 metros	263265.00 m E / 7177038.00 m S	263619.00 m E / 7176947.00 m S

Parágrafo único. Os trechos descritos neste artigo são necessários à execução de obras de pavimentação em pedras irregulares nas estradas rurais das respectivas comunidades, conforme projetos técnicos elaborados pelo Município.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Boa Vista da Aparecida/PR, em 23 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:E8428791

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 292/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 292/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: COMERCIAL AGROALBA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM DEDETIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESBACTERIZAÇÃO E LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA TODOS OS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR..

PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINAL: 05 de dezembro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA ADITADO: 05 de dezembro de 2027.

Boa Vista da Aparecida – PR, em 23 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:01216485

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
EXTRATO – CONTRATO Nº 07/2026 – DISPENSA Nº 09/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS TIPO ROLÔ, CONFECCIONADAS EM TELA SOLAR COM FATOR DE ABERTURA DE 3%, DESTINADAS ÀS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL/PR, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA COMPLETA INSTALAÇÃO E PERFEITO FUNCIONAMENTO
CONTRATADA: ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA – CNPJ: 60.102.937/0001-08

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	valor total
1	SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS TIPO ROLÔ, SOB MEDIDA, CONFECCIONADAS EM TELA SOLAR COM FATOR DE ABERTURA DE 3%, COM ÁREA TOTAL ESTIMADA DE 75,09 M², INCLUINDO MEDIÇÃO E CONFERÊNCIA DOS VÃOS, FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, MECANISMOS DE ACIONAMENTO, SUPORTES, PERFIS, ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E DEMAIS MATERIAIS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À COMPLETA INSTALAÇÃO E AO PERFEITO FUNCIONAMENTO, CONFORME MEDIDAS E ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO.	SER	1	R$ 12.290,00

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 12.290,00 (doze mil, duzentos e noventa reais).
DO RECURSO FINANCEIRO:

Exercício 2026
Atividade 01.001.01.031.0001.2,.001 - Manutenção da Câmara Municipal
Classificação econômica 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
Subelemento 3.3.90.30.24.00 - Material para Manutenção de Bens Imóveis

VIGÊNCIA: 23/10/2026 A 23/01/2027.
BOCAIÚVA DO SUL, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:AE95B821

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 08/2026

Eu, Carlos Rodrigo Israel, inscrito no CPF/MF sob nº 049.XXX.029-XX, Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a DISPENSA nº 08/2026 e autorizo a despesa em favor da empresa DIONI AUDIO & VIDEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 26.035.126/0001-95, no valor total de R$ 37.845,00 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta e cinco reais), referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE ÁUDIO, VÍDEO E VIDEOCONFERÊNCIA PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL/PR, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, CABOS, CONECTORES E

DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, BEM COMO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, REGULAGEM, TESTES E ORIENTAÇÃO DE USO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, de acordo com o Parecer Jurídico e demais documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 23 de outubro de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:7B76B60D

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 09/2026

Eu, Carlos Rodrigo Israel, inscrito no CPF/MF sob nº 049.XXX.029-XX, Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a DISPENSA nº 09/2026 e autorizo a despesa em favor da empresa ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 60.102.937/0001-08, no valor total de R$ 12.290,00 (doze mil, duzentos e noventa reais), referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS TIPO ROLÔ, CONFECCIONADAS EM TELA SOLAR COM FATOR DE ABERTURA DE 3%, DESTINADAS ÀS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL/PR, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À SUA COMPLETA INSTALAÇÃO E PERFEITO FUNCIONAMENTO, de acordo com o Parecer Jurídico e demais documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 23 de outubro de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:1A2AE67F

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 837/2026

DECRETO Nº 837/2026

Súmula: "Concede Licença Prêmio a servidora efetiva".

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o benefício de licença Prêmio, com vinculo de trabalho nos moldes da Lei Municipal nº 013/05.
Art. 2º - A que se refere ao Art. 166 é de 2 (dois) meses, conforme abaixo relacionado:

NOME	CARGO	PERIODO
Ana de Fátima de Medeiros	Professora	23.10.26 à 23.12.26

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 23 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:AD801533

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 817/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 817/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 4º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** no valor de **R$ 70.000,00 (Setenta mil reais)** com a seguinte especificação:

	09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
F103	09.003.12.361.0017.2.032 – Manutenção da Rede Escolar		
214	3.3.90.30 – Material de Consumo	R$	60.000,00
226	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	R$	10.000,00

TOTAL	**R$**	**70.000,00**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (14/10/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:DF55E423

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 818/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AUTORIZADO PELO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 818/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 6º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REDUÇÃO DE DOTAÇÃO** no valor de **R$ 350.500,00 (Trezentos e cinquenta mil e quinhentos reais)** com a seguinte especificação:

	09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
F5101	09.003.12.361.0017.2.028 – Remuneração de Professores - FUNDEB 70%		
978	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	149.000,00
979	3.1.90.13 – Contribuições Patronais	R$	31.500,00

F5101	09.004.12.365.0018.2.070 – Encargos com o FUNDEB 70% - Pré-Escola		
982	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	140.000,00
983	3.1.90.13 – Contribuições Patronais	R$	30.000,00

	TOTAL	**R$**	**350.500,00**

Art. 2º – Para dar cobertura ao crédito aberto na forma do artigo 1º é indicado como recurso, a redução parcial da(s) seguinte(s) dotação(ões):

	09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
F101	09.003.12.361.0017.2.028 – Remuneração de Professores - FUNDEB 70%		
182	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	149.000,00
183	3.1.90.13 – Contribuições Patronais	R$	31.500,00

F101	09.004.12.365.0018.2.070 – Encargos com o FUNDEB 70% - Pré-Escola		
305	3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	R$	140.000,00
307	3.1.90.13 – Contribuições Patronais	R$	30.000,00

	TOTAL	**R$**	**350.500,00**

Art. 3º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.
Art. 5º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 6º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (14/10/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:97DCABB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 04/ 2026, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Aprova Prestação de Contas do Repasse Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher – Deliberação nº 008/2023, no valor de R$ 45.000,00 do ano de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE BOCAIÚVA DO SUL, no uso das atribuições, baseado na Deliberação nº 008/2023 do CEDM/PR;

RESOLVE:
Art.1º - Aprovar a Prestação de Contas do Repasse Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher – Deliberação nº 008/2023, no valor de R$ 45.000,00 do ano de 2025.

Art. 2º- Aprovar o saldo remanescente em 31/12/2025 de R$ 9.854,57, correspondendo ao % de saldo X repasse de 21,90%;

Art. 3º- Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 23 de outubro de 2026.

PRISCILA RODRIGUES
Presidente do CMDM

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:B5E6D568

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Aprova Prestação de Contas do Repasse Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres – Deliberação nº 04/2024, no valor de R$70.000,00 do ano de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE BOCAIÚVA DO SUL, no uso das atribuições, baseado na Deliberação nº 04/2024 do CEDM/PR;

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a Prestação de Contas do Repasse Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres – Deliberação nº 04/2024, no valor de R$ 70.000,00 do ano de 2025.

Art. 2º- Aprovar o saldo superior remanescente em 31/12/2025 de R$ 60.574,11, correspondendo ao % de saldo X repasse de 86,53%;

Art. 3º- Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 23 de outubro de 2026.

PRISCILA RODRIGUES
Presidente do CMDM

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:F891EFA3

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - CONTRATO Nº 147/2026 - PREGÃO Nº 38/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO TRANSPORTE ESCOLAR, NAS AREAS URBANAS E RURAIS POR VIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, COM VEÍCULOS DEVIDAMENTE REGULAMENTADOS COM MOTORISTAS EM TODAS AS LINHAS E MONITOS APENAS NA LINHA PASSA VINTE.

CONTRATADO: J. S. B. ARAUJO TRANSPORTES
CNPJ: 06.096.108/0001-06
VALOR: R$ 963.314,40 (novecentos e sessenta e três mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

Bocaiúva do Sul, 22 de outubro de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:F1A2C098

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - CONTRATO Nº 148/2026 - PREGÃO Nº 38/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO TRANSPORTE ESCOLAR, NAS AREAS URBANAS E RURAIS POR VIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, COM VEÍCULOS DEVIDAMENTE

REGULAMENTADOS COM MOTORISTAS EM TODAS AS LINHAS E MONITOS APENAS NA LINHA PASSA VINTE.

CONTRATADO: VERONICA PAMELA ARCANJO
CNPJ: 49.834.388/0001-15
VALOR: R$ 733.512,00 (setecentos e trinta e três mil, quinhentos e doze reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

Bocaiúva do Sul, 22 de outubro de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:CFA50B1B

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - RESCISÃO CONTRATO 141/2026 – CHAMADA PÚBLICA 03/2025 INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONDUÇÃO VEICULAR - TRANSPORTE ESCOLAR – CATEGORIA D
CONTRATADO: ANTONIO LUIZ SANTOS KINSELER
CPF: XXX.542.XX-39
DATA DA RESCISÃO: 23/10/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:339B648A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 01 – CONTRATO Nº 237/2025

ADITIVO DE PRAZO E APLICAÇÃO DE IPCA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA O FORNECIMENTO DA LICENÇA DO APLICATIVO NOVO GOV FÁCIL–LICENÇA BRONZE. ESTE APLICATIVO É PROJETADO PARA SIMPLIFICAR E OTIMIZAR O CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, OFERECENDO FUNCIONALIDADES COMO O MONITORAMENTO DE CERTIDÕES E OBRIGAÇÕES A NÍVEL ESTADUAL E FEDERAL (CAUC), GESTÃO DE RECEITAS E ARRECADAÇÕES, ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS CONSTITUCIONAIS, ACOMPANHAMENTO DE ÍNDICES E INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO, FUNDEB, SAÚDE, FOLHA DE PAGAMENTO, PROGRAMAS E CONVÊNIOS FEDERAIS, ANÁLISE FISCAL PRELIMINAR, CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA, DADOS SOBRE ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS, COMPARAÇÃO DE SALDO DE EMPREGOS ENTRE MUNICÍPIOS, REGISTROS DE EMPLACAMENTO DE VEÍCULOS, MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES JURÍDICAS DOS PRINCIPAIS TRIBUNAIS, AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO SOBRE A RCL, ACESSO A INFORMAÇÕES DO IBGE, COMPARAÇÕES E RANKINGS ENTRE MUNICÍPIOS BASEADOS EM ÍNDICES E INVESTIMENTOS PRINCIPAIS, ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES VITAIS PARA A EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL, DESSA FORMA, SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.
CONTRATADO: GOVFÁCIL GESTÃO & TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 41.886.613/0001-55
TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO PRORROGA, POR MAIS 12 (DOZE) MÊS, O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 237/2025, CELEBRADO EM 24 DE OUTUBRO DE 2025, COM FUNDAMENTO NA LEI 14.133/2021, PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25 DE OUTUBRO DE 2026 A 24 DE OUTUBRO DE 2027. A CONTRATADA, A IMPORTÂNCIA CORRESPONDENTE AO VALOR TOTAL DO CONTRATO NESTE ADITIVO DE R$ 12.536,62 (DOZE MIL QUINHENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), NOS MESMOS TERMOS E CONDIÇÕES JÁ PREVIAMENTE ESTABELECIDOS.

BOCAIÚVA DO SUL, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

EMANUELLE FURLAN DOS REIS POLLI
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Viviane Aparecida de Deus
Código Identificador:DAFCFAA4

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOGAÇÃO - PREGÃO Nº 38/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	38/2026
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	22/10/2026
Objeto da Licitação:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO TRANSPORTE ESCOLAR, NAS AREAS URBANAS E RURAIS POR VIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, COM VEÍCULOS DEVIDAMENTE REGULAMENTADOS COM MOTORISTAS EM TODAS AS LINHAS E MONITOS APENAS NA LINHA PASSA VINTE.

Fornecedores com itens Homologados:
1) J. S. B. ARAUJO TRANSPORTES inscrito no CNPJ/CPF Nº 06.096.108/0001-06 no valor total dos itens vencidos de R$ 963.314,40 (novecentos e sessenta e três mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos).

2) VERONICA PAMELA ARCANJO inscrito no CNPJ/CPF Nº 49.834.388/0001-15 no valor total dos itens vencidos de R$ 733.512,00 (setecentos e trinta e três mil, quinhentos e doze reais).

Bocaiúva do Sul, 22 de outubro de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretário Municipal De Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:A3EB8A92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N°213-2025

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato N°213/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3, a seguir denominada **CONTRATANTE** e a empresa **CONS. DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE BOM JESUS**,

pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 77.832.533/0001-64, com sede na Rua XV de Novembro, Nº 337, centro, na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. DIRCEU JOSÉ CIZERZA, brasileiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade Nº 1.722.047-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 197.923.959-20, residente e domiciliado no Município de Bom Jesus do Sul - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 23 de outubro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

CONS. DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE BOM JESUS
- Contratada-

CELSO WITCEL DIAS
- Gestor do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0DA57D22

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 2 DO CONTRATO N°22-2026

TERMO DE ADITIVO

2o TERMO ADITIVO AO CONTRATO No 22/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL/PR E FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA – CONCORRÊNCIA No 11/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL/PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua São Paulo, no 185, em Bom Jesus do Sul/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Hélio José Surdi, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob no 4.176.318-3 e inscrito no CPF/MF no 757.804.379-04, residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, CNPJ/MF sob o no 80.372.808/0001-39, localizada na Rua Jorge Sanwais, no 5549, bairro Guarapuava, em Foz do Iguaçu/PR, representada por FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES, portador da cédula de identidade R.G. no 10.862.818-9 SSP/PR, inscrito no CPF sob no 081.196.109-54, residente no municipio de Foz do Iguaçu/PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
O prazo de execução contratual originalmente estabelecido compreendia o período de **06/02/2026 a 05/08/2026**.

Posteriormente, por meio do **1º Termo Aditivo**, o prazo de execução contratual foi prorrogado por mais **60 (sessenta) dias**, compreendendo o período de **06/08/2026 a 04/10/2026**, em conformidade com as justificativas técnicas apresentadas e devidamente formalizadas no processo administrativo.

Pelo presente Termo Aditivo, com fundamento no art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e nas justificativas técnicas constantes no processo administrativo, fica prorrogado o prazo de execução contratual pelo período de **90 (noventa) dias**, passando seu termo final para **02/01/2027**, com a correspondente adequação do cronograma físico-financeiro.
.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Bom Jesus do Sul/PR, 23 de Outubro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
Contratante

FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
Contratada

MARCELO JOSE RIGHES
Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

ALCIONE MAZZOCATO	**VILSON ROBERTO DOS SANTOS**

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:D78CCD19

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO 71/2026

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº71 /2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 06/11/2026, às 08h30min, que tem por objeto a Aquisição de papel sulfite formato A4 (folha de ofício), 75 g/m².
Recebimento das propostas: de 27/10/2026 às 08h00min até 06/11/2026 às 08h00min.
Abertura das propostas: 06/11/2026, às 08h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 06/11/2026, às 08h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 23 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0D90473E

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO 72/2026

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº72 /2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 06/11/2026, às 13h30min, que tem por objeto a Aquisição de materiais de limpeza e higiene.
Recebimento das propostas: de 27/10/2026 às 13h00min até 06/11/2026 às 13h00min.
Abertura das propostas: 06/11/2026, às 13h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 06/11/2026, às 13h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 23 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1E14726C

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO 73/2026

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº73 /2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 10/11/2026, às 08h30min, que tem por objeto a Aquisição de conjuntos de lixeiras em polietileno e containers para acondicionamento de resíduos sólidos.
Recebimento das propostas: de 29/10/2026 às 08h00min até 10/11/2026 às 08h00min.
Abertura das propostas: 10/11/2026, às 08h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 10/11/2026, às 08h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 23 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:26EFAAE1

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO 74/2026

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº74 /2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 10/11/2026, às 13h30min, que tem por objeto A aquisição de pavers de concreto, tubos de concreto e blocos de concreto.
Recebimento das propostas: de 29/10/2026 às 13h00min até 10/11/2026 às 13h00min.
Abertura das propostas: 10/11/2026, às 13h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 10/11/2026, às 13h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 23 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:990EA589

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1514/2026

SÚMULA: Exonera Servidora Pública Municipal ROZANGELA RIBEIRO, nomeada para o cargo temporário de Serviços Gerais - Feminino.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a Servidora Senhora **ROZANGELA RIBEIRO,** matrícula nº 2816, ocupante do Cargo temporário de Serviços Gerais - Feminino, nomeada através do Decreto nº 1386/2025 de 14 de novembro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de 30 de outubro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 23 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E7CA184E

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1515/2026

SÚMULA: Exonera Servidora Pública Municipal LETICIA KARINE MARCHESE, nomeada para o cargo temporário de Professor.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a Servidora Senhora ***LETICIA KARINE MARCHESE,*** matrícula nº 1166, ocupante do Cargo temporário de Professor, nomeada através do Decreto nº 1450/2026 de 04 de maio de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de 30 de outubro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 23 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FFA8327A

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1516/2026

SÚMULA: Exonera Servidora Pública Municipal KARINA MARTINS GALVÃO, nomeada para o cargo temporário de Serviços Gerais - Feminino.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a Servidora Senhora ***KARINA MARTINS GALVÃO,*** matrícula nº 2821, ocupante do Cargo temporário de *Serviços Gerais - Feminino*, nomeada através do Decreto nº 1388/2025 de 14 de novembro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de 30 de outubro de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 23 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E37F44E4

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6027/2026

Concede Licença-Prêmio a Servidor Efetivo.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
ART. 1º - Conceder licença-prêmio a funcionária Sra. ROSENILDA DE FÁTIMA LAMPERT, matricula nº 591, nomeada através da Portaria nº 1914/2014 de 13 de outubro de 2014, servidora em efetivo exercício desde 13/10/2014, referente aos períodos aquisitivos de 13/10/2019 a 12/10/2024, para serem gozadas de 26 de outubro de 2026 à 24 de novembro de 2026 (30 dias), pelo período de 40 horas, de acordo com o disposto no Art. 101 da Lei nº. 003/1997, de 09 de janeiro de 1997.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Bom Jesus do Sul – PR, 23 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E9169D9B

ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇAO DE AVISO DE LICITAÇÃO PR70/2026

RETIFICAÇÃO

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 03/11/2026, às 13h30min, que tem por objeto a aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos do município de Bom Jesus Do Sul - PR
Recebimento das propostas: de 21/10/2026 às 08h00min até 03/11/2026 às 08h00min.
Abertura das propostas: 03/11/2026, às 13h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 03/11/2026, às 13h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 22 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:4AEA571C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
ERRATA

Na publicação do dia 23 de outubro de 2026, edição 3643, páginas 50 e 51, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na Portaria nº 558, de 22 de outubro de 2026.
onde se lê:

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Marcio Patrick Dornelles	Motorista	**24/10/2026** Saída: 10:00h Retorno:17:30h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Elisana Pillonetto	Diretora do Departamento de Educação	**24/10/2026** Saída: 10:00h Retorno:17:30h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Andreia Zanella	Diretora do Gabinete do Prefeito	**24/10/2026** Saída: 10:00h Retorno:17:30h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Diego Antonio Baggio	Professor	**24/10/2026** Saída: 10:00h Retorno:17:30h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Paulo Octávio Menegas de Mello	Professor de Música	**24/10/2026** Saída: 10:00h Retorno:17:30h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

leia-se:

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Marcio Patrick Dornelles	Motorista	**24/10/2026** Saída: 10:00h Retorno:17:30h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Elisana Pillonetto	Diretora do Departamento de Educação	**24/10/2026** Saída: 10:00h Retorno:17:30h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Andreia Zanella	Diretora do Gabinete do Prefeito	**24/10/2026** Saída: 10:00h Retorno:17:30h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Diego Antonio Baggio	Professor	**24/10/2026** Saída: 10:00h Retorno:17:30h	01 - (um) Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

Bom Sucesso do Sul, 23 de outubro de 2026.

ANDREIA ZANELLA
Diretora do Gabinete do Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:8F2019CA

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 561, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **19 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Céu Azul– PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Bom Samaritano.**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 19 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 23 (vinte e três) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:112AC02B

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 562, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **23 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Cascavel– PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **CEONC.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 23 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 23 (vinte e três) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:2E63156C

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 563, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Adilson José Ramos.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026.
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Adilson José Ramos**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **777-3/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **21 de outubro de 2026**, em deslocamento às cidades de **Cascavel- Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **CEONC**.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 21 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 23 (vinte e três) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:C1A91E7A

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 564, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Jucimar Girardello de Freitas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **492-8/3**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **22 de outubro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Curitiba-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto a **Instituto Madalena Sofia.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 22 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 23 (vinte e três) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:16B4A97E

CHEFE DE GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 003/2026 CONSELHO MUNIICPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher Deliberação nº 0008/2023 e Fortalecimento da Rede de proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres Deliberação nº 004/2024 – CEDM/PR Município de Bom Sucesso do Sul – Pr.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Bom Sucesso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.189/2015, e considerando a deliberação do Conselho na reunião do dia 22 de Outubro de 2026.

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Fortalecimento da Rede de proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres Deliberação nº 004/2024 – CEDM/PR período do pagamento até 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Aprovar a prestação de contas do Apoio e Fortalecimento da Política Pública dos Direitos da Mulher - Deliberação nº 0008/2023 - CEDM/PR período de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Sucesso do Sul, 23 de Outubro de 2026.

ENI APARECIDA DE VARGAS DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:61AD3484

CHEFE DE GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 004/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Súmula: Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas dos Incentivos do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – Fipar, período do recebimento do recurso até dezembro de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE BOM SUCESSO DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião ordinária realizada em 14 de Outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar pela aprovação das prestações de contas Final do Incentivo Paraná Viaja Mais 60 - Deliberação 024/2023 no período anual de 2025 e Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Fase II - Deliberação 034/2024– Fundo Estadual dos Direitos do Idoso – Fipar, pelo período do recebimento do recurso até dezembro de 2025.

Art. 2º - Deliberar pela aprovação das prestações de contas final do Incentivo ao serviço de Centro-dia e outras linhas de ação em prol da população Idosa – Deliberação 019/2023 – período anual 2025.

Art. 3º - Deliberar pela aprovação das prestações de contas dos Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa – Centro de Convivência – período anual 2025.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Bom Sucesso do Sul, 23 de Outubro de 2026.

TALISE LARISE DE ANDRADE VERNEKI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Publicado por:
Fabio Zanela
Código Identificador:BD416BD0

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2026
PROTOCOLO 2026/09/293723
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ**
CONTRATADA: MANU'S SOM LTDA - EPP
CNPJ nº 69.397.841/0001-80.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico integrado de sonorização profissional, monitor e RF, iluminação cênica, painel de LED/vídeo, backline, estruturas e rigging, distribuição elétrica, comunicação, suporte operacional e infraestrutura para efeitos especiais, destinado ao show da Banda Traia Véia na Abertura do Natal de Luz 2026, em 20/11/2026, no Lago Municipal - Parque dos Anjos, em Bom Sucesso do Sul/PR. O objeto compreende o fornecimento de equipamentos e materiais, transporte, carga e descarga, montagem, instalação, configuração, testes, passagem de som, programação, operação, suporte e contingência, desmontagem e retirada, conforme este TR, o Anexo I - Descritivo Técnico e os riders originais da produção artística.

Item	Descrição dos Itens:	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	**Serviço técnico integrado para o show da Banda Traia Véia, com atendimento integral ao TR, Anexo I e riders da produção.**	Serviço evento	1	**R$ 28.500,00**	R$ 28.500,00
Total dos Itens R$ 28.500,00					

VALOR: **R$ 28.500,00(vinte e oito mil e quinhentos reais).**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 6 (seis) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº: nº 11.00 –Dpto de Indústria, Comércio e Turismo; AÇÃO: 11.01 – Divisão de Ind. Comércio e Turismo; SUBAÇÃO: 22.661.0014.2.038 – Atividades Operac. E Apoio a Ind. Com. E Turismo; 3.3.90.30 – Material de Consumo; DESPESA : 1042.
JUSTIFICATIVA: Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

Bom Sucesso do Sul, 22 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:57190516

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº230/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº230/2025
CONTRATADA: MAURO JOSE MARTINELLO - ME
CNPJ: 07.576.497/0001-30
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, uma vez que o preço praticado não será reajustado, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, passando a ter vigência da data de **05 de novembro de 2026 à 04 de novembro de 2027**. O valor total contratações de palcos, tendas, sonorização, gerador, painel de LED, e outros, segue sendo de **R$253.070,00** (duzentos e cinquenta e três mil, e setenta reais).
Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária
Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº: 09.00 – Departamento de Educação, cultura e esporte; 09.03 – Divisão de Cultura; 1339200112.035 Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Culturais; 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa: 1845. 11.00 -Departamento da Industria Comercio e Turismo; 11.01- Divisão de Industria Comercio e Turismo; 2266100142038 Atividades Operacionais e Apoio a Industria Comércio e Turismo; 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa: 1706. 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento, - 03.01 – Divisão de Administração e Planejamento, - 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento, 30.90.39; Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 1704.
Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação
Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.
Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.
Cláusula Quarta – Disposições Gerais
Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.
Bom Sucesso do Sul - PR, 23 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:865EA4EA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº234/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº234/2025
CONTRATADA: BANXAP – BANHEIROS MOVEIS LTDA
CNPJ: 07.341.479/0001-79
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, uma vez que o preço praticado não será reajustado, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais

12 meses, passando a ter vigência da data de 05 de novembro de 2026 à 04 de novembro de 2027. O valor total das contratações de banheiros, segue sendo de **R$83.600,00** (oitenta e três mil, e seiscentos reais).

Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária

Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº: 09.00 – Departamento de Educação, cultura e esporte; 09.03 – Divisão de Cultura; 1339200112.035 Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Culturais; 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa: 1845. 11.00 -Departamento da Industria Comercio e Turismo; 11.01- Divisão de Industria Comercio e Turismo; 2266100142038 Atividades Operacionais e Apoio a Industria Comércio e Turismo; 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa: 1706. 03.00 – Departamento de Administração e Planejamento, - 03.01 – Divisão de Administração e Planejamento, - 0412200032.006 – Atividades Operacionais do Departamento de Administração e Planejamento, 30.90.39; Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 1704.

Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação

Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo. Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

Cláusula Quarta – Disposições Gerais

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 23 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:1627A677

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0192/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 066/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0192/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 066/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa GET MED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 41.836.567/0001-80, neste ato representada pelo **Sr.** GUILHERME BERRIA**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 028.430.540-52** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 066/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Aquisição de medicamentos para o abastecimento da Rede Municipal de Saúde de Braganey – PR, em conformidade com a Denominação Comum Brasileira (DCB), com registro válido na ANVISA, observadas as normas sanitárias vigentes, prazo de validade adequado e embalagens íntegras e apropriadas.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 8.920,00 (oito mil, novecentos e vinte reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **21/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 21 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:6CE67F32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0195/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 066/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0195/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 066/2026

PREÂMBULO

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**

2. E, de outro lado, a empresa NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 34.772.843/0001-28, sediada na AVENIDA RUA CUIABá,5018 ALTO ALEGRE, na cidade de CASCAVEL, Estado do CE, CEP: 85805-260, neste ato representada pelo **Sra.** JAQUELINE ALVES COSTA**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 049.541.879-07** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 066/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

CLÁUSULA – DO OBJETO

O objeto desta ATA é **Aquisição de medicamentos para o abastecimento da Rede Municipal de Saúde de Braganey – PR, em conformidade com a Denominação Comum Brasileira (DCB), com registro válido na ANVISA, observadas as normas sanitárias vigentes, prazo de validade adequado e embalagens íntegras e apropriadas.**

CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 12.000,00 (doze mil reais).**

CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **21/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 21 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:8236DF68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
O Município de Braganey/PR torna pública a autorização da contratação direta abaixo identificada, para fins do art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165/2026
FUNDAMENTO: art. 75, inciso I, combinado com o § 7º, da Lei nº 14.133/2021, observada a instrução do art. 72.
OBJETO: Pagamento de 01 (uma) franquia securitária referente à substituição do para-brisa do veículo Fiat Cronos, placa BCV0J41, da frota municipal, mediante utilização da apólice Porto Seguro nº 0531 7 20316776, com fornecimento e instalação do componente e participação financeira municipal limitada a R$ 322,00.

Item	Descrição	Und	Qtd.	Valor Unt.	Valor Total
1	01 franquia para substituição do para-brisa do Fiat Cronos, placa BCV0J41, com fornecimento e instalação, mediante cobertura securitária.	UN	01	R$ 322,00	R$ 322,00
TOTAL GERAL					**R$ 322,00**
CONTRATADA: MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA					
CNPJ: 07.571.746/0063-05 (filial).					
VALOR TOTAL AUTORIZADO: R$ 322,00 (trezentos e vinte e dois reais), correspondente a uma franquia securitária, e não ao preço integral do reparo.					
ATO DE AUTORIZAÇÃO: Daniel Cruz Bartoski. VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias corridos, contados da formalização do contrato ou instrumento equivalente, conforme o Termo de Referência.					

AVISO PRÉVIO: a não divulgação do aviso para propostas adicionais do art. 75, § 3º, fundamenta-se na utilização da cobertura securitária existente e no pagamento de franquia previamente fixada, conforme decisão motivada da autoridade competente, observadas as condições do atendimento e a regulamentação municipal.
A divulgação deste extrato dá publicidade à autorização da contratação. Permanece a divulgação do contrato ou instrumento equivalente no PNCP, conforme o regime legal aplicável.

Braganey-PR, 23 de outubro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:3E906675

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.
CONTRATADA: ZEM & ZEM DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 34.530.248/0001-86.
OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência **da ata de registro de preços nº 082/2025**, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 024/2025, cujo objeto é o **Registro de Preços para a aquisição de biscoitos e doces para serem distribuídos em eventuais festividades municipais**, prorrogando sua vigência por mais **12 (doze) meses**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas.

PRAZO ORIGINAL DE VIGÊNCIA: 25/09/2025 a 25/09/2026.
PRAZO ATUALIZADO DE VIGÊNCIA: 25/09/2026 a 25/09/2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.
Braganey/PR, 24 de setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:234230AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICADO AVISO DE CONCORRENCIA ELETRONICA 09/2026

RETIFICADO
AVISO DE CONCORRENCIA ELETRONICA 09/2026

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização da Concorrência eletronica **nº 09/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: contratação de empresas especializadas na elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, incluindo projetos estruturais, elétricos, hidrossanitários, SPDA, arquitetônicos, de prevenção e combate a incêndio e pânico, projetos para monumentos na área sacra e elaboração de orçamentos no padrão SECID-PR, destinados às obras novas e reformas das edificações públicas do Município de Braganey – PR.

VALOR MAXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 794.850,00(setecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 26/11/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 26/11/2026.

Braganey – PR, 23 de Outubro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:690D1A27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO nº 37/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA - PR, torna público, que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor por lote, para Contratação de serviço de vigia/controlador de acesso desarmada, e brigadistas, com formação de bombeiro civil, para atuar em eventos realizados pela prefeitura municipal e demais secretarias, com abertura no dia 12/11/2026, às 08h00min (Horário de Brasília), na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: licitação@cafeara.pr.gov.br

Cafeara-PR 23 de outubro de 2026

THAIS FERNANDA TOMADON
Pregoeira

Publicado por:
Thais Fernanda Tomadon
Código Identificador:29E118F9

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução AD REFERENDUM: nº 13/2026

SÚMULA: Aprovação da atualização daResolução dos critérios para provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de AssistênciaSocial de Cafeara, e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Cafeara, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Municipal n°. 334/2010.

CONSIDERANDO: A necessidade de atualização da Resolução de regulamentação de benefícios eventuais da assistência social, com pautaexaminada e aprovadaemreunião ordinária do CMAS ocorrida no dia 08dejulhode 2026.

CONSIDERANDO: o decreto n° 6.307, de 14 dedezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

CONSIDERANDO: a Resolução do CNAS n° 213, de 28 de outubro de 2025, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social.

CONSIDERANDO: a Resolução do CNAS n° 39, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde.

CONSIDERANDO: que a concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido e de longo alcance social de acordo com o art. 22 da Lei n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

RESOLVE:

Art. 1°. Esta resolução dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais como um direito garantido na Lei n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, art. 22, parágrafos 1°, 2° e 3°.

Art. 2°. Entende-se como benefícios eventuais a modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos prestados a pessoas residentes no município de Cafeara.
§ 1º.Será considerado como renda familiar para concessão de qualquer benefício eventual, oBenefício dePrestaçãoContinuada(BPC), a pensão em consequênciadeóbito, apensão alimentícia, a aposentadoria, o auxílio-doença, o auxílio-reclusão, os recursos oriundos de atividades autônomas e os salários e seus afins.

Art. 3°. O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade familiar e a sobrevivência de seus membros:

Art. 4°. São formas de benefícios eventuais:
I – Auxílio Passagem intermunicipal e interestadual em casos excepcionais;
II – Auxílio Funeral;
III – Auxílio Documentos, como certidões de nascimento, casamento e de óbitos,Carteira de IdentidadeeCPF;
IV – Auxílio Natalidade;
V – Auxílio Alimentação;
VI – Auxílio Gás em casos de vulnerabilidade social;
VII – Outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária.
§ 1. O benefício eventual de auxílio gás será concedido às famílias quepossuemrenda per capita deaté1/4 (um quarto) do salário mínimo nacional,mediante a avaliação de um técnico dereferência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)do município de Cafeara.
§ 2. A prioridade na concessão dos benefícios eventuais será para a criança, ao idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e para os casos de calamidade pública.
§ 3º.Considera-se família para efeito de avaliação da renda per capita o núcleo básico,vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou de afinidade circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração, gênero e homoafetiva que vivem sob o mesmo teto.
§ 4º.Para receber este benefício o beneficiário deverá possuir inscrição no Cadastro Único do Governo Federal.
§ 5º.O benefício eventual auxílio natalidade será concedido às famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e que residem no município há no mínimo seis meses.Os casos omissos serão concedidos mediante avaliação deum técnico de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Cafeara.

Art. 5º.Os benefícios eventuais devem atender, no âmbito de Sistema Único de Assistência Social – SUAS, aos seguintes princípios:
I – Integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas humanas;
II – Constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
III – Proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;
IV – Adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social- PNAS;
V – Garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;
VI – Garantia de igualdade de condições no acesso às informações e a utilização dos benefícios eventuais;
VII – Afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;
VIII – Ampla divulgação dos critérios para sua concessão;
IX – Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a Política de Assistência Social.

Art. 6º.Os benefícios eventuais poderão ser concedidos na forma de:
I – Em espécie, como bem de consumo;
II – Crédito no cartão-alimentação e maternidade;
III – Oferta em pecúnia.
Parágrafo único:A concessão dos benefícios eventuais poderá ser acumulada, conforme o caso, dentre as formas previstas no caput deste artigo.

Art. 7º.As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social.

Parágrafo único:Não se constituem dentre outros, como benefícios eventuais, demandas de outras políticas públicas, conforme suas respectivas legislações:
I – Concessão de medicamentos;
II – Pagamento de exames médicos;
III – Concessão de órtese e prótese;
IV – Tratamento de saúde fora de domicílio;
V – Leites e dietas de prescrição especial;
VI – Fraldas descartáveis;
VII – Transporte de pessoas doentes ou que necessitam de tratamento de saúde;
VIII – Transporte escolar;
IX – Material didático escolar.
II–Concessão

Art. 8°. Para obter a concessão de qualquer benefício eventual, a família deverá estar residindo no município há no mínimo 6 meses, comprovados a partir da realização ou atualização do Cadastro Único (CADÚNICO), comprovante de residência (no nome do titular do cadastro) ou declaração autenticada em cartório.

Art.9°. O benefício eventual, na forma de auxílio-passagem, constitui-se uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, caracteriza-se pela concessão de passagem rodoviária, intermunicipal e interestadual para pessoas com condições de vida que levem à exposição a riscos pessoais e/ou sociais. Será realizada a compra de passagem junto à rodoviária, em casos excepcionais, mediante avaliação de um técnico de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Cafeara.
O benefício poderá ser concedido nas seguintes situações:
I – Para retorno de indivíduo ou família à cidade de origem;
II – Para atender pessoas em trânsito no município;
III – Indivíduos que precisam fazer entrevista de emprego;
IV – Visita familiar a membro que esteja privado de liberdade.

Art.10°. O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, visando garantir funeral digno e também enfrentando vulnerabilidades que surgem da morte do membro da família.
Parágrafo Único: O alcance do benefício funeral, preferencialmente, será concedido através de uma urna simples de dois traslados. Os casos omissos serão concedidos mediante avaliação deum técnico de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Cafeara.

Art. 11. O benefício eventual, na forma de auxílio documentos, constitui-se uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social. O benefício emergencial auxílio documento, destina-se a garantir acesso à documentação civil básica para o exercício da cidadania das famílias em situação de vulnerabilidade. O benefício eventual auxílio documentação, destinar-se-à:
I – Pagamento de fotografia do tamanho 3x4 cm;
II – Pagamento de taxa de emissão de CPF;
III – 2ª via da certidão de identidade;
IV – 2ª via da certidão de nascimento;
V – 2ª via da certidão de casamento;
VI – 2ª via da certidão de óbito.

Art. 12. O benefício eventual, na forma de auxílio alimentação, constitui-se uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social. Poderá ser concedido obenefício de segurança alimentar, através do fornecimento de gêneros alimentícios ou em pecúnia (através do cartão alimentação), mediante avaliação de umtécnico de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Cafeara.
Parágrafo único:Excepcionalmente, em situações emergenciais ou de comprovada impossibilidade temporária de operacionalização do benefício por meio de cartão-alimentação, inclusive em razão de interrupção ou rescisão do contrato administrativo destinado à sua operacionalização, o benefício poderá ser concedido diretamente em pecúnia ao beneficiário, observados os critérios de elegibilidade, o valor e os procedimentos previstos nesta Resolução, pelo período estritamente necessário à regularização da forma ordinária de concessão, mediante avaliação de umtécnico de referência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e enquanto perdurar a situação excepcional.

Art. 13. O benefício eventual, na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social. Será concedido auxílio natalidade em bens de consumo ou pecúnia (através do cartão maternidade), para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família. O benefício auxílio natalidade é destinado à família para:
I – Atenção ao nascituro;
II – Apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido;
III – Apoio à família no caso de morte da mãe.
Parágrafo Único: O benefício poderá ser concedido a partir do sétimo mês de gestação, até quarenta e cinco dias após o nascimento.

Art. 14. O benefício eventual, na forma de auxílio gás, constitui-se em prestação temporária, não contributiva da Assistência Social. Será concedido às famíliascom renda per capita de até 1/4 (um quarto) do salário mínimo nacional, através de autorização aos usuários, mediante a avaliação deum técnico de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Cafeara.

Art. 15. Entende-se por outros benefícios eventuais as ações emergenciais de caráter transitório em forma de bem material para reposição de perdas com a finalidade de atender a vítimas de calamidades públicas e enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia através de redução de vulnerabilidades e impactos decorrentes de riscos sociais.
Parágrafo Único: Será concedido atendimento a situações de calamidade pública após o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive a segurança ou a vida de seus integrantes.

Art. 16. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:
I – a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação de prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento;
II – a realização de estudos de realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;
III – expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários para operacionalização dos benefícios eventuais;
IV– A concessão dos Benefícios Eventuais será efetuadapor um um técnico de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Cafeara.

Art. 17. O critério de renda mensal para acesso aos benefícios eventuais será de renda per capita de 1/4 (um quarto) do salário mínimo nacional na família.
I - Os casosexcepcionais que não se enquadram nos critérios específicos de cada Benefício Eventual ou que não estejam descritos no Art. 4º desta resolução, poderão ser concedidos mediante avaliação de um técnico de serviço social da Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial do município de Cafeara.
II – O prazo para recebimento de qualquer benefício eventual será de 3 meses, podendo ser prorrogado por igual período, mediante avaliação de um técnico.

Art. 18. As despesas decorrentes da presente resolução realizadas no exercício corrente serão efetuadas com orçamento próprio, alocada no Fundo Municipal de Assistência Social, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cafeara, 22 de outubro de 2026.

GUSTAVO CURAN
Presidentedo CMAS

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:F6F47763

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 144 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto nº 144 de 23 de outubro de 2026.

SÚMULA: Nomeia os membros do Comitê Municipal de Implementação da Reforma Tributária do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 138, de 19 de outubro de 2026, que institui o Comitê Municipal de Implementação da Reforma Tributária no âmbito do Município de Cafelândia, Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a necessidade de designar os membros responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de planejamento, coordenação e acompanhamento das medidas necessárias à implementação da Reforma Tributária no âmbito municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Comitê Municipal de Implementação da Reforma Tributária do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, instituído pelo Decreto Municipal nº 138, de 19 de outubro de 2026, os seguintes membros:

I. Nelson Cipriani, Secretário Municipal de Finanças, que exercerá a Presidência do Comitê;

II. Manoel Braulio dos Santos, representante da Assessoria Jurídica do Município;

III. Adriano Effting, representante da área municipal de Administração;

IV. Willian Maycon dos Santos, representante da Contabilidade Municipal;

V. Admir Tenfen, representante do Cadastro Tributário;

VI. Paulo Sérgio Moreira, representante da Fiscalização Tributária;

VII. Eliane Cristina de Luca, representante da área de Tecnologia da Informação;

VIII. Representantes de órgãos e unidades administrativas municipais:
a) Vinicius Lunardi;
b) Roberto Carlos Dudar;
c) Daiandra Destri Pasqual Gallo;
d) Marcos Roberto Sampaio.

Art. 2º. Os membros do Comitê exercerão suas atribuições em conformidade com as competências estabelecidas no Decreto Municipal nº 138, de 19 de outubro de 2026.

Art. 3º. Os serviços prestados pelos membros do Comitê serão considerados de relevante interesse público e não serão remunerados, sendo seu exercício considerado de caráter honorífico

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:8ADB46F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 145 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto nº 145 de 23 de outubro de 2026.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública as áreas de terras para fins de servidão e/ou desapropriação administrativa amigável ou judicial e dá providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, as áreas de terras abaixo descritas, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto Lei nº3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº2.786 de 21 de maio de 1956:

*** SRI: 49846**
- ÁREA 1: 135,04m² faixa de servidão de passagem de Rede de Esgoto.

- **Proprietário:** Célio José Bonelli e Leoni Bonelli, ou a quem de direito pertencer

- **Município:** Cafelândia - **UF:** Paraná

- **Comarca:** Corbélia-PR

- **Certidão de Registro:** matrícula nº 11.178 – 1º ofício de registro de imóveis da comarca de Corbélia.

- **Imóvel:** parte destacada dos lotes n° 47-p e 47-ba, da gleba n°10 da colônia pindorama.

- **Área de Atingimento:** 135,045m² - **Extensão:** 30,01m - **Largura:** 4,50m.

- **DESCRIÇÃO**: Inicia-se a descrição da Área de Servidão da Rede de Esgoto no vértice EST 05, de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: N: 7275339.294 m e E: 265791.423 m situado na divisa com Mat.11.179, com o azimute de 165°28'29" e distância de 30,01 m até o vértice EST 06, de coordenadas N: 7275310.247 m e E: 265798.949 m, confronta com Mat.11.177. Todos esses trechos perfazem uma extensão total de 30,01 m, com área total de atingimento de 135,04 m² e largura de 4,50 m. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas ao Sistema UTM, fuso 22J, tendo como Datum SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e extensões foram calculados no plano de projeção UTM. Toledo, 03 de junho de 2024. Kathia Caroline da Silva Engenheira Civil CREA-PR: 173215.

*** SRI: 41601**
- ÁREA 2: 255m² área para o Poço CSB-08.

- **Imóvel:** Parte do Lote Rural nº 100, da Gleba nº 10, da Colônia Pindorama

- **Proprietário**: Município de Cafelândia, ou a quem de direito pertencer

- **Local / Município:** Cafelândia - Estado do Paraná

- **Comarca:** Nova Aurora - 1º Oficio de Registro de Imóveis
- **Certidão de Registro:** Matricula n° 12.429

- **Area de atingimento:** 255,00 m² UF: Paraná Perímetro Total: 71,00 m

- **DESCRIÇÃO: I**niciou-se a descrição deste perímetro no ponto de partida denominado Vértice E01 de coordenadas UTM N: 7269748.797m e E: 268855.957m, localizado na Parte do Lote Rural n° 100, da Gleba n° 10, da Colônia Pindorama, e com o Limite da faixa de domínio da Rodovia PR-574, deste segue confrontando como limite da faixa de domínio da PR-574 com azimute de 323°53'38" e distância de 25,50 m até o Vértice E02 de coordenadas UTM N: 7269769.399m e E: 268840.931m, deste segue confrontando com a Parte do Lote Rural n° 100, da Gleba n° 10, da Colônia Pindorama, com os seguinte azimutes e distâncias: com azimute de 53°53'38" e distância de 10,00 m até o Vértice E03 de coordenadas UTM N: 7269775.292m e E: 268849.010m, com azimute de 143°53'38" e distância 25,50 m, até o Vértice E04, de coordenadas UTM N: 7269754.690m e E: 268864.037m, com azimute de 233°53'38" e distância de 10,00m, até o Vértice E01, início da descrição deste perímetro, perfazendo perímetro de 71,00 m com área de atingimento de 255,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 510 We encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum SAD69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. A planta topográfica ilustra o presente memorial descritivo, sendo parte integrante do mesmo. Cascavel, 11 de março de 2021. Fernando Andersen de Araujo Técnico em Agrimensura CRT-04 N° 40090856813.

*** SRI: 49838**
- ÁREA 3) 740,86 m² - faixa de servidão ampliação SES-interceptor

- **Proprietário:** Valmir Gross e esposa, Luís Fernando Gross e esposa, Rodrigo Gross e esposa, e Leandro Gross, ou a quem de direito pertencer

- **Município:** Cafelândia - **UF:** Paraná

- **Comarca:** Nova Aurora – PR

- **Certidão de Registro**: matrícula nº 3.307– 1º ofício de registro de imóveis da comarca de Nova Aurora

- **Imóvel:** Lotes rurais nº 39, nº 40, nº 41, nº 42, nº43 e nº44, todos da Gleba nº08 Perímetro B, da Colônia Pindorama

- **Área de Atingimento:** 740,86 m² - **Extensão:** 370,43 m - **Largura:**2,00 m

- **DESCRIÇÃO**: Inicia-se a descrição da Faixa de Servidão da rede no vértice EST 14, de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: N: 7277543.100 m e E: 266039.916 m, situado na divisa do lote rural nº 45 com o lote rural nº44, deste segue adentrando o lote rural nº44, com o azimute de 258°20’32” e distância de 63,03 m até o vértice PV 15, de coordenadas N: 7277530.364 m e E: 265978.191m, deste segue com o azimute de 234°51’55” e distância de 92,38 m até o vértice PV 16, de coordenadas N: 7277477.197 m e E: 265902.638m, deste segue com o azimute de 197°45’16” e distância de 93,19 m até o vértice PV 17, de coordenadas N: 7277388.444 m e E: 265874.221m, deste segue com o azimute de 209°32’34” e distância de 68,16 m até o vértice PV 18, de coordenadas N: 7277329.143 m e E: 265840.611m, deste segue com o azimute de 200°40’16” e distância de 53,67 m até o vértice EST 18, de coordenadas N: 7277278.931 m e E: 265821.666m, situado na divisa do lote rural nº44 com o lote rural nº43. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 370,43m, com área total de atingimento de 740,86 m² e largura de 2,00 m. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas ao Sistema UTM, fuso 22J, tendo como Datum SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e extensões foram calculados no plano de projeção UTM. Obs: A planta topográfica elucida o presente Memorial Descritivo, sendo parte integrante do mesmo. Cafelândia, 23 de outubro de 2024. Kathia Caroline da Silva Engenheira Civil CREA-PR: 173215/D ART N° 1720246100854.

*** SRI 49844**
- ÁREA 4: 250,38 m² - Faixa de Servidão de Passagem

- **Proprietário:** Célio José Bonelli e Leoni Bonelli, ou a quem de direito pertencer.

- **Município:** Cafelândia - **UF:** Paraná

- **Comarca:** Corbélia-PR

- **Certidão de Registro:** Matrícula nº 11.182 – 1º Ofício

- **Imóvel:** lotes nº 47-t e 47-o, parte destacada do lote de terras n°47 da gleba n° 10- colônia pindorama.

- **Área de Atingimento**: 250,38 m² - **Extensão:** 55,64 m - **Largura:** 4,50 m.

DESCRIÇÃO: Inicia-se a descrição da Área de Servidão da Rede de Esgoto no vértice EST 03, de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: N: 7275429.216 m e E: 265781.546 m situado na divisa com Mat.11.620, com o azimute de 166°20'37" e distância de 10,79 m até o vértice PV 03, de coordenadas N: 7275418.730 m e E: 265784.094 m, deste segue adentrando Lotes Nºs 47-T E 47-O, parte destacada do Lote de Terras N°47, com o azimute de 179°20'02" e distância de 44,85 m até o vértice EST 04, de coordenadas N: 7275373.886 m e E: 265784.615 m, confronta com Mat.11.179. Todos esses trechos perfazem uma extensão total de 55,64 m, com área total de atingimento de 250,38 m² e largura de 4,50 m. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas ao Sistema UTM, fuso 22J, tendo como Datum SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e extensões foram calculados no plano de projeção UTM. Toledo, 03 de junho de 2024. Kathia Caroline da Silva Engenheira Civil CREA-PR: 173215/D ART N°1720243108722.

Art. 2º. As áreas a que referem o artigo anterior destinam-se a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água no município de Cafelândia.

Art. 3º. Fica autorizada, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a promover todos os atos, judiciais ou extrajudiciais, necessários para a efetivação da instituição de Servidão Administrativa, nas áreas descritas no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 4º. Fica reconhecida a conveniência de constituição de servidão administrativa em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para os fins indicados, o qual compreende o direito atribuído à Empresa de praticar todos os atos de reconhecimento e medição das áreas.

Art. 5º. O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão administrativa limitará o uso o gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, consequentemente, da prática da referida área, de quaisquer atos que causem danos à empresa, incluídos entre eles os de erguer construções, fazer plantações de elevado porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º. A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessária, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto Lei nº 3.365, de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 7º. Os ônus decorrentes das constituições das servidões administrativas das áreas a que se refere o art.1º deste Decreto, ficam por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:10C6D5CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 146 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto nº 146 de 23 de outubro de 2026.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública à área de terras para fins de Servidão administrativa amigável ou judicial e dá providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, as áreas de terras abaixo descritas, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto Lei nº 3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº2.786 de 21 de maio de 1956.

*** Codificação: 001-Ses-0297-0000-Lega-Md-Rcejussara-R0**
- Objeto: Faixa de Servidão de Passagem Rede Coletora de Esgoto.

- Imóvel: Lote de Terras Rural n° 44, da Gleba n° 10, da "Colônia Pindorama", situado no Município de Cafelândia, desta Comarca de Nova Aurora-Pr.

- Proprietário: Adelina Ariati Michalovski, Suzana Ana Michalovski, e outros ou a quem de direito pertencer.

- Município: Cafelândia U.F: Paraná Comarca: Cafelândia - PR.

- Certidão de Registro: Matrícula nº 14.077-1ºOfício de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Aurora-PR.

- Área de Atingimento: 1.970,73 m² Extensão: 656,91 m Largura: 3,00 m.

- Descrição: Iniciase a descrição pelo eixo da Faixa de Servidão no vértice EST A, de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: N: 7273474.045 m e E: 264779.313 m situado na divisa da Área da EEE, deste segue adentrando o Lote Rural N° 44 com o azimute de 151°14'08" e distância de 1.29m até o vértice PV EX(A), de coordenadas N: 7273472.910 m e E: 264779.936 m; deste segue com o azimute de 110°49'05" e distância de 99.48m até o vértice PV-01, de coordenadas N: 7273437.553 m e E: 264872.926 m; deste segue com o azimute de 112°14'16" e distância de 100.00m até o vértice PV-02, de coordenadas N: 7273399.708m e E: 264965.488m; deste segue com o azimute de 117°39'12" e distância de 100.00m até o vértice PV-03, de coordenadas N: 7273353.296 m e E: 265054.065 m; deste segue com o azimute de 117°39'12" e distância de 57.90m até o vértice PV-04, de coordenadas N: 7273326.421 m e E: 265105.355 m; deste segue com o azimute de 43°01'50" e distância de 64.87m até o vértice PV-05, de coordenadas N: 7273373.840 m e E: 265149.621 m; deste segue com o azimute de 43°01'56" e distância de 45.76m até o vértice PV-06, de coordenadas N: 7273407.289 m e E: 265180.847 m; deste segue com o azimute de 43°01'45" e distância de 100.00m até o vértice PV-07, de coordenadas N: 7273480.389 m e E: 265249.084 m; deste segue com o azimute de 43°01'53" e distância de 87.61m até o vértice EST B, de coordenadas N: 7273544.434 m e E: 265308.872 m, situado na divisa do Lote Rural N° 44 com Lote Rural N° 45. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 656,91 m, com área total de atingimento de 1.970,73 m² e largura de 3,00 m. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51° WGr e encontram-se representadas ao Sistema UTM, fuso 22J, tendo como Datum SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e extensões foram calculados no plano de projeção UTM. Cafelândia, 25 de agosto de 2026. Kathia Caroline da Silva Engenheira Civil CREA-PR: 173215/D ART N° 1720265239773.

Art. 2º. A área a que se refere o artigo anterior, destina-se a Ampliação do Sistema de Tratamento de Esgoto do Município de Cafelândia PR, para a implantação de faixa de servidão de passagem de rede coletora de esgoto.

Art. 3º. Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da servidão administrativa, na área descrita no Art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 4º. Fica reconhecida a conveniência da instituição da servidão administrativa em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR para o fim indicado, o qual compreende o direito atribuído à Empresa de praticar todos os atos de reconhecimento e medição da área.

Art. 5º. O proprietário da área atingida pelo ônus da servidão administrativa limitará o uso o gozo da mesma ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, consequentemente, da prática da referida área, de quaisquer atos que causem danos à empresa, incluídos entre eles os de erguer construções, fazer plantações de elevado porte, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º. A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessária, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto Lei nº 3.365, de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 7º. O ônus decorrente da constituição da servidão administrativa da área que se refere o art.1º deste Decreto, fica por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:4315E0AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 494/2026 - DRH

PORTARIA N.º 494/2026 - DRH.

SÚMULA: Dispõe sobre a revisão dos proventos de aposentadoria,

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2.076/2026, que altera a Lei Municipal nº 1.143/2011 e seus anexos, e condicionado à comprovação do direito à paridade e da correspondência do cargo de origem com o enquadramento aplicável,

R E S O L V E:

Art. 1º - **REVISAR** os proventos de aposentadoria de **NERI JOSE FERREIRA**, matrícula nº 84621, referência informada de nível B17, estabelecendo o valor mensal bruto de R$ 11.415,27, condicionado à conferência do enquadramento e dos assentamentos funcionais.

Art.2º - Os proventos revisados apresentam a seguinte composição mensal: vencimento-base de R$ 7.872,60; adicional por tempo de serviço de 25% (R$ 1.968,15); adicional especial de 20% (R$ 1.574,52); total mensal de R$ 11.415,27.

Art. 3º - Os efeitos financeiros da revisão iniciam-se em 16 de setembro de 2026. Considerados os proventos anteriores de R$ 9.080,30 e a diferença mensal de R$ 2.334,97, o retroativo proporcional de 16 a 30/09/2026, em 15/30 avos, corresponde a R$ 1.167,49, serão apuradas e pagas pelo Fundo de Previdência do Município de Cafelândia, observada a legislação vigente.

Art. 4º - A implantação desta revisão fica condicionada à verificação do direito à paridade, do ato concessório de aposentadoria, do cargo de origem, do enquadramentolegal e da documentação que instrui o processo administrativo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 16/09/2026, observadas as condições estabelecidas nesta Portaria.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 23 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:58D73AC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 495/2026 - DRH

PORTARIA N.º 495/2026 - DRH.

SÚMULA: Dispõe sobre a revisão dos proventos de aposentadoria.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2.076/2026, que altera a Lei Municipal nº 1.143/2011 e seus anexos, e condicionado à comprovação do direito à paridade e da correspondência do cargo de origem com o enquadramento aplicável,

R E S O L V E:

Art. 1º - **REVISAR** os proventos de aposentadoria de **PAULO JASKOWIAK**, matrícula nº 84571, referência informada de nível A19, estabelecendo o valor mensal bruto de R$ 10.424,47, condicionado à conferência do enquadramento e dos assentamentos funcionais.

Art. 2º - Os proventos revisados apresentam a seguinte composição mensal: vencimento-base de R$ 7.446,05; adicional por tempo de serviço de 25% (R$ 1.861,51); adicional especial de 15% (R$ 1.116,91); total mensal de R$ 10.424,47.

Art. 3º - Os efeitos financeiros da revisão iniciam-se em 16 de setembro de 2026. Considerados os proventos anteriores de R$ 8.292,10 e a diferença mensal de R$ 2.132,37, o retroativo proporcional de 16 a 30/09/2026, em 15/30 avos, corresponde a R$ 1.066,19, serão apuradas e pagos pelo Fundo de Previdência do Município de Cafelândia, observada a legislação vigente.

Art. 4º - A implantação desta revisão fica condicionada à verificação do direito à paridade, do ato concessório de aposentadoria, do cargo de origem, do enquadramento legal e da documentação que instrui o processo administrativo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 16/09/2026, observadas as condições estabelecidas nesta Portaria.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 23 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:A56CBD5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 496/2026 - DRH

PORTARIA N.º 496/2026 - DRH.

SÚMULA: Dispõe sobre a revisão dos proventos de aposentadoria.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2.076/2026, que altera a Lei Municipal nº 1.143/2011 e seus anexos, e condicionado à comprovação do direito à paridade e da correspondência do cargo de origem com o enquadramento aplicável,

R E S O L V E:

Art. 1º - **REVISAR** os proventos de aposentadoria de **WALTER FRANZOI**, matrícula nº 101264, referência informada de nível B11, estabelecendo o valor mensal bruto de R$ 8.039,25, condicionado à conferência do enquadramento e dos assentamentos funcionais.

Art. 2º - Os proventos revisados apresentam a seguinte composição mensal: vencimento-base de R$ 6.990,65; adicional por tempo de serviço de 15% (R$ 1.048,60); total mensal de R$ 8.039,25.

Art. 3º - Os efeitos financeiros da revisão iniciam-se em 16 de setembro de 2026. Considerados os proventos anteriores de R$ 6.394,84 e a diferença mensal de R$ 1.644,41, o retroativo proporcional de 16 a 30/09/2026, em 15/30 avos, corresponde a R$ 822,21, serão apuradas e pagas pelo Fundo de Previdência do Município de Cafelândia, observada a legislação vigente.

Art. 4º - A implantação desta revisão fica condicionada à verificação do direito à paridade, do ato concessório de aposentadoria, do cargo de origem, do enquadramento legal e da documentação que instrui o processo administrativo.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 16/09/2026, observadas as condições estabelecidas nesta Portaria.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 23 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:07037A50

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 497/2026 - DRH

PORTARIA N. º 497/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença para Tratamento de Saúde aos servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a Avaliação Médica Ocupacional expedida por Médico do Trabalho,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER Licença para tratamento de saúde aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo abaixo relacionados.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	INÍCIO	TÉRMINO
ADAUTO COSTA JUNIOR	TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO	80161	22/10/2026	05/01/2027

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 23 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:2DF9F3E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 498/2026 - DRH

PORTARIA N. º 498/2026-DRH

SÚMULA: Suspender Adicional de Insalubridade atribuído a servidor efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º SUSPENDER adicional de insalubridade atribuído a servidor ocupante de Cargo de Provimento Efetivo**.**

NOME	CARGO	MATRICULA	INICIO	FIM
VERONICA EISING	COZINHEIRA	82261	03/11/2026	03/02/2027

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o Oficio Nº 231/2026-SMAS. e com a Portaria Nº 490/2026 que concedeu licença prêmio a servidora.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 23 de outubro 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:019A0E0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
REQUERIMENTO DE DIÁRIA Nº 35/2026

REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES E VEREADORES - Nº 35/2026

Lei de Concessão: Lei nº 2129/2025 – Publicada em: 10/04/2025
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
( ) SERVIDOR (X) VEREADOR: Maycon Alessandro Landgraff.
DESLOCAMENTO: -
Local de origem: - Califórnia-PR **Local de Destino: - Cambé** – PR
Data e horário para saída: 12h00min do dia 23.10.2026.
Data e horário para retorno: 18h30min do dia 23.10.2026.
Quantidade de diárias: 1 diárias.
Valor pago: - R$ 130,00.
OBJETIVO DA VIAGEM: - Participar do evento "ProLegis", promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná –TCE-PR, que se realizará neste dia 23/10/2026, das 13h30min às 17h30min, na Câmara Municipal de Cambé, auditório Principal – Rua Caetés, 76 – Cambé-PR, conforme comprovantes que serão anexados. Participarão do evento também o vereador Anderson e os servidores André e Monica. Esta diária cobrirá as despesas com transporte.
MEIO DE TRANSPORTE.
( ) AÉREO ( ) VEÍCULO OFICIAL (X) VEÍCULO PRÓPRIO.
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: Fortalecer a Gestão Pública e adquirir conhecimentos sobre o Processo Legislativo, Pro Legis – avaliação da atuação legislativa.

Excelentíssimos Senhores Membros da Mesa Diretora da Câmara - Requeiro autorização para viagem conforme descrito neste formulário, bem como o recebimento da respectiva diária.
Declaro estar ciente de que a importância recebida, não poderá ser aplicada em despesas alheias ao fim a que se destina e que não irei utilizar desta viagem para fins particulares, bem como não resido na localidade de destino.
Data e assinatura do Requerente:
Data: - 23/10/2026. Requerente: - _____
Data e assinatura da Concessão:
Data: - 23/10/2026. Presidente da Mesa: - _____

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:F351803C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 154/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 154/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 16 de novembro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando **aquisição de equipamentos de climatização e controle das condições ambientais, compreendendo, aparelhos de ar-condicionado tipo Split High Wall e cortinas de ar, incluindo os respectivos serviços de instalação, fornecimento de matérias, acessórios e demais elementos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, conforme condições e especificações a serem definidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 23 de outubro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:C82175BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 289

DECRETO 289/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.782.0006.2.030 MANUTENCAO DO TRANSPORTE DA SAUDE.
3.3.90.39.00.00 303 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 7.000,00

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVACAO, COMUNICACAO, TURISMO E CULTURA - SEICOMTURC
12.003 FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO - FUNTUR
12.003.23.695.0028.2.069 MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO.
3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 270.000,00

Total Suplementação: 277.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.029 MANUTENCAO DA FARMACIA DE DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS.
3.1.90.13.00.00 303 CONTRIBUICOES PATRONAIS 7.000,00

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVACAO, COMUNICACAO, TURISMO E CULTURA - SEICOMTURC
12.004 DEPARTAMENTO DA CULTURA
12.004.13.122.0029.2.070 MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DA CULTURA.
3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 270.000,00

Total Redução: 277.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 23 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:FDDB4BCE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 181/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 181/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/ 2026
MODALIDADE Concorrência Nº 17/ 2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA DE 47 CASAS NO RESIDENCIAL ANTONIO EDUARDO, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE TELHADO, FORRO, ELÉTRICA E HIDRÁULICA, CONTENÇÕES E DRENAGEM, REMOÇÃO DE ENTULHOS, CALÇADA AO REDOR DA RESIDÊNCIA, PORTA EXTERNA E FECHADURAS INTERNAS.
FORNECEDOR: CONSTRUTORA L. F. MORAIS LTDA
CNPJ/CPF: 34.377.314/0001-20
REPRESENTANTE LEGAL: LUCAS FERNANDES MORAIS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 1.264.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 23/10/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:4563A61F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS CONCORRÊNCIA Nº 17/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 134/2026
Concorrência nº 17/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA DE 47 CASAS NO RESIDENCIAL ANTONIO EDUARDO, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE TELHADO, FORRO, ELÉTRICA E HIDRÁULICA, CONTENÇÕES E DRENAGEM, REMOÇÃO DE ENTULHOS, CALÇADA AO REDOR DA RESIDÊNCIA, PORTA EXTERNA E FECHADURAS INTERNAS**

EMPRESA: CONSTRUTORA LF MORAIS LTDA
CNPJ: 34.377.314/0001-20

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES					
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição**	**R$ Unitário**	**R$ Total**
01	SERV	1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA DE 47 CASAS NO RESIDENCIAL ANTONIO EDUARDO, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE TELHADO, FORRO, ELÉTRICA E HIDRÁULICA, CONTENÇÕES E DRENAGEM, REMOÇÃO DE ENTULHOS, CALÇADA AO REDOR DA RESIDÊNCIA, PORTA EXTERNA E FECHADURAS INTERNAS**	1.264.000,00	1.264.000,00
TOTAL					**R$ 1.264.000,00**

Califórnia, 22/10/2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente De Contratação

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:64F1BC53

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA 017/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 134/2026
Nº Licitação: 17/2026
Modalidade: Concorrência

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA DE 47 CASAS NO RESIDENCIAL ANTONIO EDUARDO, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE TELHADO, FORRO, ELÉTRICA E HIDRÁULICA, CONTENÇÕES E DRENAGEM, REMOÇÃO DE ENTULHOS, CALÇADA AO REDOR DA RESIDÊNCIA, PORTA EXTERNA E FECHADURAS INTERNAS

EMPRESA: CONSTRUTORA LF MORAIS LTDA
CNPJ: 34.377.314/0001-20

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES					
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição**	**R$ Unitário**	**R$ Total**
01	SERV	1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REFORMA DE 47 CASAS NO RESIDENCIAL ANTONIO EDUARDO, CONTEMPLANDO SERVIÇOS DE TELHADO, FORRO, ELÉTRICA E HIDRÁULICA, CONTENÇÕES E DRENAGEM, REMOÇÃO DE ENTULHOS, CALÇADA AO REDOR DA RESIDÊNCIA, PORTA EXTERNA E FECHADURAS INTERNAS**	1.264.000,00	1.264.000,00
TOTAL					**R$ 1.264.000,00**

Total Homologado do Processo: R$ 1.264.000,00 (um milhão duzentos e sessenta e quatro reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
08.002.16.482.0024.2056 – 4.4.90.51 Fonte 1000 - Red. 477
08.002.16.482.0024.2056 – 4.4.90.51 Fonte 3000 - Red. 477

Valor Total R$ 1.264.000,00 (um milhão duzentos e sessenta e quatro reais).

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:DAE8C8E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2026

EXTRATO CONTRATO 10/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPINA DO SIMÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Pedro Seleme, 3462, centro, Cep: 85.148-000, Estado do Paraná, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º **01.663.274/0001-23**, neste ato representado pelo seu presidente, o Sr. **Estevão da Cruz Petricovski.**

CONTRATADA: SOL EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO LTDA, inscrita no **CNPJ n.º 75.997.858/0001-71** situada a Rua Inácio Karpinski, nº 1880, Bairro Bonsucesso – Cep: 85045-000 no Município de Guarapuava/Pr, representada neste ato pelo seu representante legal **Sr. º Celso Stacheira**.

VALOR: R$ 13.781,15 (TREZE MIL SETECENTOS E OITENTA E UM REAIS E QUINZE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 22 DE OUTUBRO DE 2027.
ASSINATURA: 23 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:6CC2E530

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 13/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2026

EXTRATO CONTRATO 11/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPINA DO SIMÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José Pedro Seleme, 3462, centro, Cep: 85.148-000, Estado do Paraná, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º **01.663.274/0001-23**, neste ato representado pelo seu presidente, o Sr. **Estevão da Cruz Petricovski.**

CONTRATADA: B&B TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º **59.887.526/0001-88**, localizada na Avenida João Ferreira Neves, Nº 2952, Centro, Campina do Simão, estado do Paraná – 85148-000, neste ato representada por seu Sócio Administrador **Sr. Pedro Elielton Boelter**.

VALOR: R$ 7.053,50 (SETE MIL E CINQUENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 22 DE OUTUBRO DE 2027.
ASSINATURA: 23 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:ACD3B675

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
PORTARIA Nº 09 / 2026

SÚMULA: Concede férias a servidor público efetivo da Câmara Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Ficam concedidas férias ao servidor público efetivo **VICENTE DZIUBAT**, ficha funcional nº 18.1, referentes ao período aquisitivo de 03 de junho de 2025 a 03 de junho de 2026, a serem usufruídas no período de 28 de outubro de 2026 a 13 de novembro de 2026, totalizando 17 (dezessete) dias, em caráter antecipado em relação ao período de férias coletivas dos demais servidores da Câmara Municipal, previsto para o período de 04 de janeiro de 2027 a 03 de fevereiro de 2027, observada a legislação municipal aplicável.
Art. 2º O setor responsável pelo controle de pessoal deverá efetuar os registros funcionais e adotar as providências administrativas e financeiras cabíveis.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

ESTEVÃO DA CRUZ PETRICOVSKI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Marcio Camilo
Código Identificador:14DF22FE

CONTROLE INTERNO
CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO E REGISTRO DE ENTIDADE Nº 01/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPCD

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO E REGISTRO DE ENTIDADE
Nº01/2026

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPCD** de Campina do Simão - Pr, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Municipal nº 871/2024, bem como em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015),
CERTIFICA QUE:
A entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE , inscrita no CNPJ sob o nº 08.726.034/0001-70, com sede em Campina do Simão - Pr, encontra-se **REGULARMENTE INSCRITA E CADASTRADA** neste órgão sob o Registro nº 01/2026 conforme deliberação da Plenária e aprovação por meio da **Resolução CMDPCD nº 02/2026**, publicada no Diário Oficial do Município em 02 de outubro de 2026.
A referida organização da sociedade civil atua na área de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos voltada à promoção, proteção e inclusão social das pessoas com deficiência no âmbito deste município.
O presente certificado confere à entidade a legitimidade para o funcionamento e a habilitação para pleitear parcerias e recursos públicos destinados a programas voltados ao seu segmento de atuação.

VALIDADE: Este certificado é válido por **02 (dois) anos**, expirando em JUN/2028, condicionando-se à manutenção dos requisitos legais de sua inscrição.

Campina do Simão, 01 de outubro de 2026.

CRISLAINE DE PAULA FREITAS
Presidente do CMDPCD de Campina do Simão

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:690BAA6C

CONTROLE INTERNO
RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CMDPCD

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPCD

CAMPINA DO SIMÃO – PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CMDPCD

Súmula: Dispõe sobre a aprovação da inscrição e do cadastro da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD de Campina do Simão - Pr.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPCD** de Campina do Simão, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº871/2024, e:
CONSIDERANDO a competência legal deste colegiado em formular, fiscalizar e deliberar sobre as políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência em âmbito municipal;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e na Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil);
CONSIDERANDO a análise documental favorável realizada por este Conselho, constante no Processo Administrativo nº01/2026;
CONSIDERANDO a deliberação e aprovação por unanimidade dos conselheiros presentes na terceira Reunião Plenária Ordinária, realizada em 30 de setembro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR a inscrição e o cadastro regular da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.726.034/0001-70 com sede em Campina do Simão - Pr, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD.
Art. 2º Autorizar a emissão do respectivo **Certificado de Inscrição e Registro de Entidade**, o qual terá validade de 02 (dois) anos a contar da data de publicação desta Resolução.
Art. 3º Fica a referida entidade obrigada a manter seus dados cadastrais atualizados e a cumprir os requisitos estabelecidos no Regimento Interno deste Conselho e nas legislações vigentes para a manutenção de seu registro.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campina do Simão – PR, 01/10/2026.

CRISLAINE DE PAULA FREITAS
Presidente do CMDPCD
Gestão 2026-2030

Publicado por:
Antonio Marcio Mayer
Código Identificador:8C200D8E

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO
DECRETO Nº 1.408, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 1.408, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro do exercício anterior no Orçamento do Exercício Financeiro de 2026, no valor de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na conformidade com o art.7 da Lei nº 920 de 17 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial suplementar, no Orçamento Geral do Município de Campina do Simão, no Exercício de 2026, no valor de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
001 – DEPARTAMENTO DE ADMNISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS/LICITAÇÃO
04.122.0003.2004 – Atividades do departamento de administração/recursos humanos/licitação
3.3.90.36.00.00 – Outros serviços de terceiros pessoa física
Valor: 5.000,00
Conta Despesa: 280
Fonte: 000 (Recursos ordinários livres)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2033 – Bloco de Saúde – Federal – Atenção básica
3.3.90.30.00.00 – Material de consumo
Valor: 200.000,00
Conta Despesa: 2000
Fonte: 494 (bloco de custeio das ações e serviços públicos em saúde)

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, no artigo anterior, será utilizado como recurso o superávit financeiro das fontes conforme abaixo demonstrado:

FONTE	VALOR SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR
494	R$ 200.000,00
000	R$ 5.000,00
TOTAL	**R$ 205.000,00**

Art. 03º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

ANDRE JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano Mexko
Código Identificador:3A34C5A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MUNICIPIO DE CAMPINA DO SIMÃO/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 69/2026
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 29/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e com fundamento no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna pública a **Adjudicação** do objeto do Processo Administrativo nº 69/2026, **Pregão Eletrônico (SRP) nº 29/2026**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS**, em favor das empresas **ZOKA TEXTIL LTDA,** inscrita no **CNPJ n.º 61.752.071/0001-35** situada a Rua Marechal Cândido Rondon, nº 1791, Bairro Centro – Cep: 85301-060 no Município de Laranjeiras do Sul/Pr, representada neste ato pelo seu representante legal **Sr. º Daniel Zocche,** portador do RG 8.062.792-0 SESP/PR e CPF 041.406.679-07, vencedora do **Lote 01** com valor global de **R$ 4.828,00 (quatro mil oitocentos e vinte e oito reais)** e **L R GRANDO VERHAGEN**, inscrita no **CNPJ n.º 10.730.519/0001-89**, localizada na Avenida Doze De Maio, Nº 152, Bairro Centro, Turvo/Pr – Cep: 85150-000, neste ato representada por seu representante legal Sr.ª **Lorete Rosa Grando Verhagen,** portadora do RG sob nº 5.974.416-0 SESP-PR e CPF nº 849.660.929-49, vencedora do **Lote 02,** com valor global de **R$ 8.378,00** (**oito mil trezentos e setenta e oito reais)** e **HOMOLOGA** o presente processo licitatório para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Campina do Simão, 23 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:AFADE5F8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMAO/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 63/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 30/2026

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e com fundamento no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna pública a **Adjudicação** do objeto do Processo Administrativo nº 63/2026, **Pregão Eletrônico (SRP) nº 30/2026**, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE COSTURA**, em favor das empresas **L. F. SILVA - MAQUINAS LTDA,** inscrita no **CNPJ n.º 07.859.420/0001-77**, situada a Travessa Imperador, nº 340, Bairro Centro – Cep: 87540-000 no Município de Perola/Pr, representada neste ato pelo seu representante legal **Sr. º Leonidas Fabiano Silva,** inscrito no CPF nº 131.515.318-14 e portador do RG sob nº 23.227.801- 5 SSP/SP, vencedora dos **Lotes 01 e 02** com valor global de **R$ 20.497,00 (vinte mil quatrocentos e noventa e sete reais)** e **OPEN TEX COMERCIO DE MAQUINAS DE COSTURA LTDA**, inscrita no **CNPJ n.º 50.698.567/0001-51**, localizada na Rua dos Italianos, Nº 825, Bairro Bom Retiro, São Paulo/SP – Cep: 01131-000, neste ato representada por seu representante legal Sr.ª **Felipe Esposito Domingues Lens**, inscrito(a) no CPF n° 353.999.908-65 e RG° 39.710.559-9, vencedora dos **Lotes 03, 04, 05, 06 e 07** com valor global de **R$ 19.555,00** (**dezenove mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)** e **HOMOLOGA** o presente processo licitatório para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Campina do Simão, 23 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:FB85C0E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **CONVOCA AS SENHORAS VEREADORAS E OS SENHORES VEREADORES** para a Sessão Extraordinária a ser realizada no dia 26 de outubro de 2026, logo após a Sessão Ordinária, para discussão e votação das proposituras: **Projeto de Lei nº 046/2026 de autoria do Executivo Municipal (autuado sob nº 57/2026),** altera a lei municipal nº 36, de 11 de maio de 2009, que estabelece normas para o funcionamento de bares no âmbito do município, e dá outras providências. - **Projeto de Lei nº 055/2026 do Poder Legislativo,** dispõe sobre a Concessão de Cesta Natalina aos servidores do Poder Legislativo Municipal de Campina Grande do Sul e dá outras providências. -
Campina Grande do Sul, 22 de outubro de 2026.

Atenciosamente,

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Nadia Cristina Rocha de Souza
Código Identificador:6F964D3F

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01

Objeto: Cessão dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato nº 01/2026, firmado em 11/03/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento de acesso à internet banda larga, com velocidade mínima de 150 Mbps, destinada ao atendimento do imóvel de apoio legislativo da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, pelo período de 12 (doze) meses, CEDENTE: Ligga Telecomunicações S.A, para a empresa

CESSIONÁRIA, em conformidade com instrumento contratual e demais legislações aplicáveis.

Cessionária: LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A.
CNPJ: 65.649.511/0001-84
Data assinatura: 29/09/2026
Fundamento Legal: no art. 137, III, da Lei nº. 14.133/21 e alterações.

Autorização:
PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Adriano Junior Frason Ribeiro
Código Identificador:4817D880

GABINETE
DECRETO N.º 2.759, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Revoga o Decreto Municipal n.º 818, de 13 de março de 2017.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando o disposto no Parecer Jurídico n.º 58/2026, da Procuradoria Geral do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 818, de 13 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 22 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:A270350D

GABINETE
DECRETO N.º 2.760, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o Decreto Municipal n.º 2.363, de 22 de janeiro de 2025, que nomeia os membros titulares e suplentes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e da Comissão de Segurança e Edificações de Imóveis - COSEDI, do Município de Campina Grande do Sul, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando a necessidade de atualização da composição dos membros titulares e suplentes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e da Comissão de Segurança e Edificações de Imóveis – COSEDI;

Considerando a necessidade de adequação da organização interna da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, a fim de assegurar o adequado desenvolvimento de suas atividades;

Considerando a solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança, por meio do Memorando n.º 189/2026, protocolado sob o n.º 38778/2026,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto altera o Decreto Municipal n.º 2.363, de 22 de janeiro de 2025, que nomeia os membros titulares e suplentes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e da Comissão de Segurança e Edificações de Imóveis - COSEDI, do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, na forma que especifica.

Art. 2º O inciso I do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 2.363, de 22 de janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)
I – Coordenação Geral:
a) Carla Aparecida Habinoski;
b) José Porfírio Rosa Filho – Secretário;
c) Alexandre Francisqueli Petzold – Auxiliar Administrativo."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 23 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:A0F592EE

GABINETE
ERRATA À RESOLUÇÃO Nº 018/2026 – CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente errata à Resolução nº 018/2026 – CMAS, de 21 de outubro de 2026, que aprova a reabertura do Plano de Ação 2026 via SIFF– Deliberação nº 059/2023 – PAS a fim de corrigir erro material quanto a data e número da Ata;

RESOLVE:

Art. 1º Publicar a presente ERRATA referente à Resolução nº 018/2026 – CMAS, aprovada em 16 de outubro de 2026 e publicada em 23 de outubro de 2026, na Edição nº 3643, nos seguintes termos:

Onde se lê:
EMENTA: "em reunião Ordinária nº 05 realizada em 16 de outubro de 2026";

Leia-se:
Ementa: **"em reunião Extraordinária nº 001 realizada em 21 de outubro de 2026"**;

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Resolução.

PUBLIQUE-SE

Campina Grande do Sul, 23 de outubro de 2026.

ANDERSON DE JESUS CARDOSO
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:21B124F4

GABINETE
ERRATA À RESOLUÇÃO Nº 019/2026 – CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente errata à Resolução nº 019/2026 – CMAS, de 21 de outubro de 2026, que aprova o Termo de Adesão e Plano e Ação 2027 – Deliberação nº 059/2023 – PAS a fim de corrigir erro material quanto a data e número da Ata;

RESOLVE:

Art. 1º Publicar a presente ERRATA referente à Resolução nº 019/2026 – CMAS, aprovada em 19 de outubro de 2026 e publicada em 23 de outubro de 2026, na Edição nº 3643, nos seguintes termos:

Onde se lê:
EMENTA: "em reunião Ordinária nº 05 realizada em 19 de outubro de 2026";

Leia-se:
Ementa: ""em reunião Extraordinária nº 001 realizada em 21 de outubro de 2026";

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Resolução.

PUBLIQUE-SE
Campina Grande do Sul, 23 de outubro de 2026.

ANDERSON DE JESUS CARDOSO
Presidente
Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:D90D78AD

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 104/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 104/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFALTÍCA RR - 1C PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO NAS VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS, DAS ÁREAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Critério de julgamento: Menor Preço por Item
Valor Máximo: R$ 469.000,00 (Quatrocentos e sessenta e nove mil reais)
Data de abertura: 13/11/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1B7179A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2026

SÚMULA: Concede Título "Mãe Tenentiana" de Campo do Tenente e dá outras providências.

RAFAEL DE JESUS VENTURA, Presidente da Câmara Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e demais disposições pertinentes, referendado a "Sugestão Título Mãe Tenentiana", indicação de 2026, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

DECRETA:

Art.1º. Fica concedido o **Título Mãe Tenentiana** à Ilustríssima Senhora **Ema Pereira,** pelos relevantes serviços sociais e voluntários prestados à comunidade de Campo do Tenente.

Art. 2º. O Diploma referente ao presente Título, será entregue em Sessão Solene a realizar-se em data a ser marcada.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão por conta de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara, em 05 de outubro de 2026.

RAFAEL DE JESUS VENTURA
Presidente

MARCOS WESLEY LAZARINO
Vice-Presidente

GUSTAVO BRUN RIBAS PINTO VIZENTIN
1º Secretário

JOSEMAR VEIGA
2º Secretário

Publicado por:
Mariane de Souza
Código Identificador:7ACB4190

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2026.

SÚMULA: Concede Título Mulher Empreendedora de Campo do Tenente e dá outras providências.

RAFAEL DE JESUS VENTURA, Presidente da Câmara Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e demais disposições pertinentes, referendado a "sugestão título mulher Empreendedora de Campo do Tenente", indicação de 2026, assinada por todos os vereadores, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

DECRETA:

Art.1º. Fica concedido o **Título de Mulher Empreendedora de Campo do Tenente**, a Ilustríssima senhora **Ines Aparecida Silveira,** pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Campo do Tenente.

Art. 2º. O Diploma referente ao presente Título, será entregue em Sessão Solene a realizar-se em data a ser marcada.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão por conta de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara, em 05 de outubro de 2026.

RAFAEL DE JESUS VENTURA
Presidente

MARCOS WESLEY LAZARINO
Vice-Presidente

GUSTAVO BRUN RIBAS PINTO VIZENTIN
1º Secretário

JOSEMAR VEIGA
2º Secretário

Publicado por:
Mariane de Souza
Código Identificador:2C35338A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº043/2026

DISPÕE SOBRE A REVISÃO E A ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE**, Estado do Paraná, no uso das atribuições, e

CONSIDERANDO os arts. 205, 206 e 227 da Constituição Federal, que asseguram o direito à educação e a proteção integral da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO o art. 34, § 2º, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que prevê a progressiva ampliação do período de permanência na escola;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que deu nova redação ao seu art. 28 e determina a revisão e a atualização dos atos normativos pelos entes federativos até 31 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 03/2023, que estabelece normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a consolidação da oferta de Educação em Tempo Integral na Escola Municipal João Paulo II e a atualização dos dados da Rede Municipal de Ensino;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a revisão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Campo do Tenente, na forma do Anexo Único deste Decreto, que dele é parte integrante.

Art. 2º A Política aplica-se às instituições da Rede Municipal de Ensino que ofertam ou venham a ofertar Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, observados os princípios, as diretrizes e os critérios de equidade e priorização nela estabelecidos.

Art. 3º As metas quantitativas de matrícula, o cronograma de implantação, as unidades prioritárias e as demais condições para a ampliação do atendimento constarão do Plano de Expansão da Educação em Tempo Integral, instrumento complementar à Política, a ser elaborado e atualizado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação e Esportes e as instituições de ensino adequarão seus Projetos Político-Pedagógicos, Regimentos Escolares, diretrizes curriculares, instruções normativas e orientações pedagógicas relacionados à Educação Integral em Tempo Integral às disposições da Política e da Resolução CNE/CEB nº 7/2025, nos prazos fixados pela legislação aplicável.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Campo do Tenente, em 23 de outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:259DD058

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°347/2026

NOMEIA SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Fica nomeado e empossado no cargo em Comissão de Secretário de Educação e Esportes, Rafael Merlin Vernillo, matrícula n° 991141812, sendo remunerado conforme previsto na legislação vigente.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos financeiros a contar de 14 de Outubro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 23 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:904B4269

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 06/2026 PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANDÓI – PARANÁ

EDITAL Nº 06/2026
PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANDÓI – PARANÁ

A Comissão Municipal do Processo de Seleção e Escolha das funções de direção e vice-direção das Instituições Educacionais Públicas da Rede Municipal de Ensino de Candói, designada pela Portaria n.° 469/2026, no uso de suas atribuições legais, em observância à Lei Complementar Municipal nº 031/2017, ao Decreto Municipal nº 268/2026 e às demais disposições legais aplicáveis e Edital n.° 01/2026.

TORNA PÚBLICA a **HOMOLOGAÇÃO DA ETAPA 1** e **CONVOCAÇÃO PARA A ETAPA 2 – AVALIAÇÃO OBJETIVA** do processo de seleção e escolha aos cargos de direção e direção auxiliar das Instituições Educacionais Públicas Municipais, conforme segue:

	CANDIDATO (A)	CARGO	INSTITUIÇÃO	RESULTADO
1.	Andreia Savoldi Teixeira	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva	APTO
2.	Carla Simone Winter Seibert Pereira	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva	APTO
3.	Eliane Malinoski	Direção	CMEI Professor Andrei	APTO

			Mugnol Ribeiro	
4.	Eliza Fátima Graubner de Ramos	Direção	CMEI Pequeno Príncipe	APTO
5.	Janaina Aparecida da Luz	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva	APTO
6.	Jaqueline Pinheiro Zarpelon	Direção	CMEI Maria Irene Araújo Alves	APTO
7.	Jiuvana da Silva	Direção	Escola Municipal do Campo São Pedro	APTO
8.	Joseane Teixeira Viana Barbosa	Direção	Escola Municipal do Campo Emílio Francisco Silva	APTO
9.	Joslaine Fátima da Silva	Vice-direção	Escola Municipal Ormi França Araújo	APTO
10.	Juliana Ferreira	Direção	Escola Municipal Ormi França Araújo	APTO
11.	Luciane Fatima de Ramos Gonçalves	Direção	Escola Municipal do Campo Francisco Solano Bueno	APTO
12.	Luciane Keli Cecchi Giacomin	Direção	Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo	APTO
13.	Luciane Maxcimovicz Ramos	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva	APTO
14.	Lucimara Ramos Martin	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva	APTO
15.	Maria Cleuza da Rocha	Vice-direção	Escola Municipal Ormi França Araújo	APTO
16.	Maria Madalena Dias dos Santos	Direção	Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo	APTO
17.	Merlin Suzana Ritter	Direção	CMEI Professor Andrei Mugnol Ribeiro	APTO
18.	Rosane de Fátima da Silva	Direção	Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva	APTO
19.	Sirlei Maria Pinheiro	Direção	Escola Municipal do Campo Emílio Francisco Silva	APTO
20.	Valderi Muhlenbruck	Direção	Escola Municipal do Campo Francisco Solano Bueno	APTO
21.	Valéria de Fátima Deschk	Direção	Escola Municipal do Campo São Pedro	APTO
22.	Vera Lucia Bayer	Direção	Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo	APTO

Ficam convocados(as) os(as) candidatos(as) relacionados(as) neste edital para participar da Etapa 2 – Avaliação Objetiva, observadas as condições, datas, horários e demais orientações estabelecidas neste documento.

1. DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL
A avaliação objetiva será realizada conforme as seguintes informações:

Data: 26/10/2026
Local de prova: Escola Municipal Ormi França Araújo
Abertura dos portões: 17h30min
Fechamento dos portões: 17h45min
Início da prova: 18h
Término da prova: 20h

2. DA PROVA E DAS REGRAS GERAIS

2.1 O avaliação será composta por 30 (trinta) questões de múltipla escolha de caráter eliminatório, com pontuação máxima de 100 pontos.
2.2 Será anulada a questão com mais de uma alternativa marcada, sem marcação, com rasura ou emenda no Cartão-Resposta.
2.3 O Cartão-Resposta não será substituído por erro de preenchimento do candidato.
2.4 O candidato só poderá deixar a sala 60 minutos após o início da prova.
2.5 Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos concluam a prova e assinarão a Ata de Aplicação juntamente com os fiscais.
2.6 Ao terminar, entregue ao fiscal o Cartão-Resposta assinado e este Caderno de Prova.
2.7 O gabarito preliminar será encaminhado ao representante da Comissão de Seleção e Escolha de Gestores de cada instituição de ensino e publicado no dia 27/10/2026. O prazo para recurso está disponível no edital.
2.8 No dia da prova o candidato deverá comparecer ao local indicado, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário marcado para a abertura dos portões, munido de seu R.G. ou outro documento hábil, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
2.9 Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização da prova após o fechamento dos portões, ocasião em que serão fechados os acessos do local de prova.
2.10 Não será permitida a consulta a livros, revistas, periódicos, notas, impressos e a qualquer material ou apontamento.
2.11 Não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer nas salas com aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, calculadora relógio do tipo data bank, walkman, MP3, MP4, MP5, agenda eletrônica, notebook, netebook, palmtop, tablet, ipad, iphone, pagers, receptor, gravador, etc.). O descumprimento da presente instrução implicará a eliminação.

3. DOS RECURSOS
3.1 O candidato que desejar interpor recursos contra a avaliação, disporá do dia **29 de outubro de 2026**, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17 horas, através de cópia do recurso, fundamentado e assinado protocolado, na Secretaria de Educação, localizada Avenida XV de Novembro, 1761, Bairro Cacique Candói.
3.2 Julgados os recursos, será publicado o gabarito definitivo e a relação de candidatos aptos.
3.3 Não serão aceitos recursos não realizados na forma mencionada no item 3.1 deste edital.
3.4 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo, bem como contra o resultado final.

Candói, 23 de outubro de 2026.

ANDREIA PSZEDZIMIRSKI
Presidente da Comissão

ANEXO I
Formulário de Recurso – Prova Objetiva
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES
Use um formulário para cada questão. Preencha de forma legível e entregue no local e prazo indicados no edital.

1. Identificação do candidato

Campo	**Preenchimento**
Nome completo	
CPF	
Instituição educacional pretendida	
Telefone / e-mail	

2. Objeto do recurso

Campo	**Preenchimento**
Questão n.º	
Resposta do gabarito preliminar	( ) A ( ) B ( ) C ( ) D
Pedido	( ) Alteração do gabarito para a alternativa ____ ( ) Anulação da questão

3. Fundamentação
Exponha de forma clara e objetiva as razões do pedido, indicando a legislação, a bibliografia ou o documento que o sustenta.

Fundamentação do candidato

Referências citadas (lei, artigo, obra, página): _____

Candói, ____ / ____ / 2026. · Assinatura do candidato: _____

4. Protocolo (uso da Comissão)

Campo	Registro
Recurso nº	
Recebido em	____ / ____ / 2026, às ____ h ____
Tempestivo	( ) Sim ( ) Não
Recebido por (nome e assinatura)	

_____

Comprovante de protocolo (destacar e entregar ao candidato)
Recurso nº _____ · Questão nº _____
Recebido em ____ / ____ / 2026, às _____ h _____
Responsável: _____

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:1E65546B

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2026

CONTRATO Nº 144/2026. CREDENCIAMENTO Nº 008/2026 (PROCESSO Nº 3.415/2026). PROCESSO DE EMPENHO Nº 4.101/2026. CONTRATANTE. MUNICÍPIO DE CANDÓI (CNPJ nº 95.684.478/0001-94). **CONTRATADO:** C F DOS SANTOS ESTRUTURAS (CNPJ nº 58.020.494/0001-56). **OBJETO:** Contrato é por escopo e tem por objeto a contratação de serviços comuns de engenharia com fornecimento de materiais inclusos, destinados ao atendimento da Situação de Emergência declarada pelo Decreto Municipal nº 225/2026, em virtude da tempestade de granizo e vendaval ocorrido em 30/06/2026, visando à reparação emergencial, à contenção de danos e ao restabelecimento das condições mínimas de uso do Pavilhão do Centro Comunitário na comunidade Despraiado que foi afetado pelo evento. **VALOR:** R$ 30.297,09 (trinta mil, duzentos e noventa e sete reais e nove centavos), conforme planilha de orçamento do Plano de Manutenção. **PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:** 04 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, correspondendo ao prazo de execução fixado no cronograma físico-financeiro do Plano de Manutenção acrescido de 3 (três) meses destinados aos atos de fiscalização, recebimento definitivo e liquidação da despesa. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** até 48 (quarenta e oito) horas contado da emissão da Ordem de Serviço (Requisição de Compra) para iniciar a prestação de serviço, e de 01 (um) mês para conclusão do objeto, em plenas condições de uso. **DOTAÇÃO:** 04.001.04.122.0002.2006 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa - SA. **FISCAL:** Adriano Aparecido de Oliveira (Portaria nº 281/2026). **GESTOR:** Liciele Albanio. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2026. **FORO:** Comarca de Guarapuava – PR. **VALIDAÇÃO DA AUTENTICIDADE DAS ASSINATURAS:** https://candoi.1doc.com.br/verificacao/257C-A41A-2313-30FD

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:2264172F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2026

CONTRATO Nº 146/2026. CREDENCIAMENTO Nº 008/2026 (PROCESSO Nº 3.415/2026). PROCESSO DE EMPENHO Nº 4.104/2026. CONTRATANTE. MUNICÍPIO DE CANDÓI (CNPJ nº 95.684.478/0001-94). **CONTRATADO:** C F DOS SANTOS ESTRUTURAS (CNPJ nº 58.020.494/0001-56). **OBJETO:** Contrato é por escopo e tem por objeto a contratação de serviços comuns de engenharia com fornecimento de materiais inclusos, destinados ao atendimento da Situação de Emergência declarada pelo Decreto Municipal nº 225/2026, em virtude da tempestade de granizo e vendaval ocorrido em 30/06/2026, visando à reparação emergencial, à contenção de danos e ao restabelecimento das condições mínimas de uso do Ginásio na comunidade Paz que foi afetado pelo evento. **VALOR:** R$ 8.401,05 (oito mil, quatrocentos e um reais e cinco centavos), conforme planilha de orçamento do Plano de Manutenção. **PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:** 04 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, correspondendo ao prazo de execução fixado no cronograma físico-financeiro do Plano de Manutenção acrescido de 3 (três) meses destinados aos atos de fiscalização, recebimento definitivo e liquidação da despesa. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** até 48 (quarenta e oito) horas contado da emissão da Ordem de Serviço (Requisição de Compra) para iniciar a prestação de serviço, e de 01 (um) mês para conclusão do objeto, em plenas condições de uso. **DOTAÇÃO:** 04.001.04.122.0002.2006 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa - SA. **FISCAL:** Adriano Aparecido de Oliveira (Portaria nº 281/2026). **GESTOR:** Liciele Albanio. **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2026. **FORO:** Comarca de Guarapuava – PR. **VALIDAÇÃO DA AUTENTICIDADE DAS ASSINATURAS:** https://candoi.1doc.com.br/verificacao/FD9E-269F-B52F-2719

Publicado por:
Rodrigo Miss
Código Identificador:A62CA4CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 015/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 015/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 289/2026
TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO

O **MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.834/0001-59, comunica aos interessados que no dia **17/12/2026, às 08:30h**, realizará abertura da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, em sua forma PRESENCIAL, do tipo TÉCNICA E PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, que será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 12.232/2010, com aplicação complementar da Lei nº 4.680/65 e seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 57.690/66, alterado pelo Decreto nº 4.563/2002 e suplementar da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais e éticas aplicáveis.

OBJETO: Contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação integrada de serviços técnicos especializados de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, incluindo as atividades complementares admitidas pelo art. 2º, § 1º, da Lei Federal nº 12.232/2010, para atendimento das necessidades do Município de Capitão Leônidas Marques/PR.

LOCAL, HORÁRIO, DIA DA SESSÃO PÚBLICA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:
Data da sessão: 17/12/2026.
Horário: 08:30h (Horário de Brasília – DF).
Data e horário limite para entrega dos envelopes: Os envelopes da licitante proponente (envelopes nº 01 a 04), exceto documentos de habilitação (envelope nº 05), deverão ser entregues, mediante protocolo, até as 08:15h do dia 17/12/2026.
Local: Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-Pr, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 502.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À LICITAÇÃO
As informações sobre a presente licitação poderão ser obtidas no endereço eletrônico ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br. (transparência/licitação), PNCP -Portal Nacional de Contratações Públicas***, ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, e também por e-mail ***licitacao@clm.pr.gov.br***

As licitantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste certame, das condições gerais e particulares do objeto em licitação, conforme condições, descrições e quantidades integrantes do Briefing - Anexo II.

Capitão Leônidas Marques - PR, 23 de outubro de 2026.

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:5A070A8D

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 424/2026

DATA: 20.10.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar por Remanejamento de recursos orçamentários no Exercício de 2026, no valor de R$ 22.500,00 (Vinte e Dois Mil e Quinhentos Reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

13.000 - SEC MUNC OBRAS, INFRAESTRUT SERVIÇOS PUBLIC

13.001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

13.001.15.451.1056.2205-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras R$22.500,00

00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 22.500,00

Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação parcial ou total nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320, das seguintes Dotações Orçamentárias:

13.000 - SEC MUNC OBRAS, INFRAESTRUT SERVIÇOS PUBLIC

13.001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

13.001.15.451.1054.1131-3.3.90.30.00.00.00.00 - Mat C R$22.500,00

00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários 22.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 20 de Outubro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Moretti Iop
Código Identificador:0D2BF3A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N° 09/2026 – CMI

SÚMULA – Dispõe sobre aprova a prestação de contas dos recursos destinados ao Lar de Idosos de Carlópolis, referentes aos repasses Incentivo Cuida Mais Paraná – Acolhimento Del 033/2024 e Incentivo à ILPIs.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI do Município de Carlópolis– PR, fundamentado na Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 e Decreto Municipal n° 1.889/2008 alterado pela Lei n° 1.051/2011, e na legislação municipal vigente que institui o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

Considerando a reunião extraordinária do Conselho Municipal do Idoso - CMI realizada no dia 23 de outubro de 2026 as 09:00hrs.

Considerando a documentação comprobatória apresentada para análise da aplicação dos recursos destinados ao Lar de Idosos de Carlópolis e a apreciação dos documentos pelos membros do Conselho, previamente encaminhados para análise;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade, a Prestação de Contas Deliberação nº 033/2024-CEDIPI/PR, referente ao Incentivo Cuida Mais Paraná - Acolhimento, executada pelo Lar São Vicente de Paula.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis-PR, dia 23 de outubro de 2026.

IAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS
Presidente do CMI

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:FEFCB871

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N° 10/2026 – CMI

SÚMULA – Dispõe sobre a*prova da prestação de contas referente a Deliberação nº 16/2022/CEDI, Incentivo às Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPIs.*

O Conselho Municipal do Idoso – CMI do Município de Carlópolis– PR, fundamentado na Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 e Decreto Municipal n° 1.889/2008 alterado pela Lei n° 1.051/2011, e na legislação municipal vigente que institui o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

Considerando a reunião extraordinária do Conselho Municipal do Idoso - CMI realizada no dia 23 de outubro de 2026 as 09:00hrs.

CONSIDERANDO a Deliberação nº 16/2022/CEDI, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros para o Incentivo às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs;

Considerando a documentação apresentada referente ao recurso destinado às Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPIs, no valor original de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais);

Considerando a análise da documentação comprobatória, incluindo notas fiscais, comprovantes de pagamento e extratos bancários;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, por unanimidade, a Prestação de Contas da Deliberação nº 16/2022/CEDI, referente ao Incentivo às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), executada pelo Lar São Vicente de Paula.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carlóplois - PR, 23 de outubro de 2026.

IAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS
Presidente do CMI

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:3CA764AF

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N° 11/2026 – CMI

SÚMULA – Aprova a prestação de contas referente Deliberação nº 034/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, referente ao Programa Viaja Mais 60 – Fase II;

O Conselho Municipal do Idoso – CMI do Município de Carlópolis– PR, fundamentado na Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 e Decreto Municipal n° 1.889/2008 alterado pela Lei n° 1.051/2011, e na legislação municipal vigente que institui o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

Considerando a reunião extraordinária do Conselho Municipal do Idoso - CMI realizada no dia 23 de outubro de 2026 as 09:00hrs.

Considerando a Deliberação nº 034/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, referente ao Programa Viaja Mais 60 – Fase II;

Considerando a justificativa apresentada pela gestão Municipal acerca da não utilização do percentual mínimo de 30% do recurso;

Considerando que a justificativa foi submetida à apreciação e aprovada por unanimidade pelo Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade, a justificativa apresentada referente à Prestação de Contas da Deliberação nº 034/2024, destinada ao Programa Viaja Mais 60 – Fase II.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis-PR, dia 23 de outubro de 2026.

IAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS
Presidente do CMI

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:76F3A5AA

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N° 12/2026 – CMI

SÚMULA – Dispõe sobre a aprovação da justificativa referente à Prestação de Contas da Deliberação nº 15/2022, destinada ao Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI do Município de Carlópolis– PR, fundamentado na Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 e Decreto Municipal n° 1.889/2008 alterado pela Lei n° 1.051/2011, e na legislação municipal vigente que institui o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

Considerando a reunião extraordinária do Conselho Municipal do Idoso - CMI realizada no dia 23 de outubro de 2026 as 09:00hrs.

Considerando o recurso destinado ao Incentivo de Garantia de Direitos da Pessoa Idosa – Centro de Convivência, no valor original de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), referente ao exercício de 2022;

Considerando a justificativa apresentada pela gestão municipal, informando que a ausência de previsão orçamentária impediu a continuidade da execução do recurso;

Considerando a informação de que houve utilização parcial do recurso para custeio destinadas às atividades dos grupos de convivência, permanecendo saldo remanescente;

Considerando que a justificativa foi submetida à apreciação e aprovada por unanimidade pelo Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a justificativa apresentada referente à Prestação de Contas da Deliberação nº 15/2022, destinada ao Centro de Convivência da Pessoa Idosa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.
Carlópolis-PR, dia 23 de outubro de 2026.

IAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS
Presidente do CMI

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:6F3FFC2F

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO N° 13/2026 – CMI

SÚMULA –Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas dos recursos provenientes do Imposto de Renda, destinados às Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs).

O Conselho Municipal do Idoso – CMI do Município de Carlópolis– PR, fundamentado na Lei Federal nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 e Decreto Municipal n° 1.889/2008 alterado pela Lei n° 1.051/2011, e na legislação municipal vigente que institui o Conselho Municipal do Idoso e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

Considerando a reunião extraordinária do Conselho Municipal do Idoso - CMI realizada no dia 23 de outubro de 2026 as 09:00hrs.

Considerando o repasse de recursos provenientes do Imposto de Renda, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), destinado ao atendimento das pessoas idosas acolhidas em Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs);

Considerando a documentação comprobatória apresentada para análise da aplicação dos recursos;

Considerando que a prestação de contas foi submetida à apreciação dos membros do Conselho Municipal do Idoso e aprovada por unanimidade;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade, a prestação de contas referente à aplicação dos recursos provenientes do Imposto de Renda, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), destinados ao atendimento das pessoas idosas acolhidas em Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
.

Carlópolis-PR, dia 23 de outubro de 2026.

IAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS
Presidente do CMI

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:EC84A749

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 369/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2026 PROCESSO INTERNO Nº 160/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA - CNPJ 76.416.932/0001-81**
Objeto	O presente instrumento tem por objeto a formalização de parceria visando ao Termo de Convênio para utilização da mão de obra de apenados do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, com vistas a proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade custodiadas na Cadeia Pública de Carlópolis, contribuindo para sua readaptação ao meio social e remissão de pena
Vigência do Contrato	23/10/2026 à 23/10/2031
Valor Contratual	**R$ 2.363.418,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quatrocentos e dezoito reais)**

Dotação Orçamentária
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.39.00.00. - 30504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.39.00.00. - 511 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

24.005.15.452.0403.1.414.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.005.15.452.0403.1.414.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.011.15.452.0343.2.428.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.011.15.452.0343.2.428.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.011.15.452.0343.2.428.3.3.90.39.00.00. - 511 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.011.18.541.0348.2.422.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.011.18.541.0348.2.422.3.3.90.39.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.011.18.541.0348.2.422.3.3.90.39.00.00. - 510 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
24.011.18.541.0348.2.422.3.3.90.39.00.00. - 511 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 23 de outubro de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal De Administração E Comunicação
Contratante
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:87A38B84

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026 PROCESSO INTERNO Nº 160/2026

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração e Comunicação
OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a formalização de parceria visando ao Termo de Convênio para utilização da mão de obra de apenados do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, com vistas a proporcionar ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade custodiadas na Cadeia Pública de Carlópolis, contribuindo para sua readaptação ao meio social e remissão de pena.
VALOR CONTRATADO: R$ 2.363.418,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, quatrocentos e dezoito reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso XI da Lei de Licitações nº 14.133/2021
FORNECEDOR CONTRATADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA – CNPJ Nº 76.416.932/0001-81

Fica ratificado o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme dados acima.

Carlópolis, 23 de outubro de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:9539F712

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 120 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: "Convocar Conselheiro Tutelar Suplente para substituir Conselheiro Tutelar por motivo de férias."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ**, Senhor **NILTON DOUGLAS DE MEIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal da República e pela Lei Orgânica do Município de Carlópolis,

RESOLVE

Art.1º. Convocar, para assumir a vaga de Conselheiro Tutelar, TATIANE APARECIDA MARIANO DA SILVA DENOBI, como suplente, conforme edital nº 07/2023-CMDCA, para compor o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, entre **03/11/2026** e **02/12/2026**, em substituição a Conselheiro Tutelar titular, DAMARIS ANDREA DA SILVA, por motivo de férias.

Art.2°. A candidata deverá apresentar a documentação necessária para o exercício da função e tomar posse.

Art. 3º. Que o Departamento de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente portaria.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salomão Carlos Oliva Silva
Código Identificador:E8F955AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 315/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA**.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.07.12.361.1400.2.011	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	107	R$ 5.000,00
02.08.26.782.1900.2.021	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	504	R$ 300.000,00
02.13.08.244.1200.2.089	3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0	R$ 4.840,00
02.13.08.245.1200.2.088	3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 580,12

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.07.12.361.1400.2.010	3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	107	R$ 5.000,00
02.08.15.452.1500.2.019	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	504	R$ 300.000,00
02.09.08.122.1200.2.022	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 4.840,00
02.13.08.245.1200.2.088	3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	R$ 580,12

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 23 de Outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:ADB9349A

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DO TERMO DE COMPOSIÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2026 – ITEM Nº 47
PARTES: Município de Catanduvas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.208.842/0001-03, e a empresa **MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 34.064.557/0001-08.
OBJETO: Composição consensual e definitiva da controvérsia administrativa decorrente de erro material identificado no Item nº 47 da Ata de Registro de Preços nº 23/2026, referente ao fornecimento de 10.000 (dez mil) agulhas hipodérmicas 18G, 40 x 12 mm, visando à regularização da operação, à permanência dos materiais com o Município e à quitação das pretensões patrimoniais relacionadas ao fornecimento.
VALOR: R$ 4.000,00 (quatro mil reais), correspondente ao valor global conciliatório ajustado entre as partes, a ser pago em parcela única, após a regularização fiscal e o cumprimento dos procedimentos legais de empenho e liquidação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 147, 148, 149 e 151 da Lei Federal nº 14.133/2021 e arts. 20, 21, 22 e 26 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.
DATA DA ASSINATURA: 13 de outubro de 2026.

Catanduvas/PR, 13 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:C5C75A26

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 285/2026

DECRETO Nº 285/2026

Nomeia os membros da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal de Centenário do Sul, Estado do Paraná.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1º A nomeação dos membros da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal, representantes das respectivas secretarias municipais, conforme segue:
I – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Gestor: Celso Delani.
II – Secretaria Municipal de Educação:
Gestora: Valquiria Pereira Barros.
III – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:
Gestor: José de Pádua Ribeiro Filho.
IV – Secretaria Municipal de Assistência Social:
Gestora: Pamella Eloisa de Oliveira Teixeira Tavian.
V – Secretaria Municipal de Saúde:
Gestor: Rodrigo Almeida Lens.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Centenário do Sul, 22 de outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:222E8842

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 287/2026

DECRETO Nº 287/2026

SÚMULA: Anulação do Decreto nº 143/2026, publicado dia 03 de Junho de 2026 no Diário Oficial dos Municípios, do(a) servidor(a): JÉSSICA ETTIENNY ESTEVES GOMES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
RESOLVE:
Artigo 1º - Anular o Decreto nº 143/2026, publicado dia 03 de Junho de 2026 no Diário Oficial dos Municípios, que concedeu a Licença Sem Vencimentos ao(à) servidor(a) **JÉSSICA ETTIENNY ESTEVES GOMES**, ocupante do cargo de **CIRURGIÃO(Ã) DENTISTA**, uma vez que a concessão da licença não obedeceu ao parágrafo único do art. 133 do Estatuto dos(as) Servidores(as) Públicos(as) do Município de Centenário do Sul.
Artigo 2º - Notifique-se o(a) servidor(a) em questão para que retorne ao trabalho.
Artigo 3º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 22 de Outubro de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:31DAEAEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1352/2026. DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE SERVIDORA DA COMPOSIÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026.

Dispõe sobre a Dispensa de servidora da composição da fiscalização dos contratos decorrentes do Processo Administrativo nº 014/2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a servidora pública municipal **MARTHA LAMBERT LORENSKI**, ocupante do cargo efetivo de Educadora Social e atualmente no exercício da função de confiança de Chefe da Divisão de Projetos e Planejamento, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, da composição da equipe de fiscalização dos contratos decorrentes do Processo Administrativo nº 014/2026, conforme designação estabelecida pela Portaria nº 709, de 1º de junho de 2026.
Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 709, de 1º de junho de 2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:6C0F759F

SECRETARIA DE GOVERNO
RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº: 374/2026, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Aonde se lê:

ART.1º - Nomear a partir de 01 de outubro de 2026, MISLAINE CRISTINA MARCHE, portadora do CPF n° 039.***.***-26, para o Cargo de Diretora do Departamento de Administração Escolar, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, lotada na Secretaria Municipal De Educação.

Leia-se:
ART.1º - Nomear a partir de 15 de setembro de 2026, MISLAINE CRISTINA MARCHE, portadora do CPF n° 039.***.***-26, para o Cargo de Diretora do Departamento de Administração Escolar, Cargo de Provimento em Comissão Símbolo CC 02, lotada na Secretaria Municipal De Educação.

ART. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação revogando a disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito, em 23 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Henrique Mottim
Código Identificador:3E4C60A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2° RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 474, DE 16 DE ABRIL DE 2026 RETIFICA A PORTARIA Nº 474, DE 16 DE ABRIL DE 2026, QUE CONCEDE FÉRIAS REGULARES DE 10(DEZ) DIAS, CONFORME O ARTIGO 110 DA LEI 03/2002, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LORACI DO ROCIO FITZ BOMFIM

2° RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 474, DE 16 DE ABRIL DE 2026

Retifica a portaria Nº 474, de 16 de abril de 2026, que concede férias regulares de 10(dez) dias, conforme o artigo 110 da Lei 03/2002, a servidora pública municipal Loraci do Rocio Fitz Bomfim, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais.

Onde se lê:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulares a servidora Pública Municipal Senhora Loraci do Rocio Fitz Bomfim, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 25/03/2024 a 24/03/2025 para usufruir a partir de 18 de maio do ano de 2026.

Leia-se:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulares a servidora Pública Municipal Senhora Loraci do Rocio Fitz Bomfim, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 25/03/2024 a 24/03/2025 para usufruir a partir de 04 de maio do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos a partir de 04 de maio de 2026.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 21 de outubro do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C115FA18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 08.06/2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2026

EDITAL Nº 08.06/2026

01º Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do resultado final do Processos Seletivo para contratação de pessoal por prazo determinado, visando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público; e

CONSIDERANDO a licença por motivo de doença em pessoa da família da servidora efetiva **Melri Adriane Ferreira dos Santos**, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e em exercício na Casa de Saúde Dr. Ênio Costa (Hospital), pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, ressaltando – se que o (a) candidato (a) convocado (a) atuará estritamente durante o período de afastamento da titular;

RESOLVE

CONVOCAR o (s) aprovado (s) no Processo Seletivo Simplificado N° 06/2026 abaixo relacionado(s) com base na lista de Classificação Final a comparecer no **Departamento de Recursos Humanos** situado na Rua Barão do Cerro Azul, esquina com a Rua Prefeito Athanagildo de Souza Laio, Centro, Cerro Azul – PR - CEP 83570-000, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de publicação deste ato para tomar Posse do cargo.
1. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.
2. Os convocados deverão no momento da Posse, cumprir todos os requisitos obrigatórios para a investidura.
3. A Prefeitura Municipal de Cerro Azul pode, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documentos ou provas complementares que viabilizem a contratação.

Dentista

Classificação	*Candidato*
1º	Elizabete Aparecida Cavalheiro de Meira

Enfermeiro

Classificação	*Candidato*
1º	Leticia Cristina Costa Belemer

Cerro Azul-Pr, 22 de agosto de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C5A50899

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 15.002/2026 09ª CONVOCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2026

EDITAL Nº 15.002/2026

09ª Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas e considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo, destinado ao recrutamento de estagiários, aberto por meio do Edital nº 02/2026.

RESOLVE

CONVOCAR os estudantes abaixo relacionados, aprovados no certame supracitado, comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Barão do Cerro Azul, 63 – Centro, Cerro Azul – PR - CEP 83570-000, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de publicação deste ato, para que procedam sua habilitação visando a inclusão no Programa de Estágio deste Poder, na modalidade não obrigatória.

Candidatos convocados favor fazer o **Cadastro** como estudante no site da empresa integradora **CEINEE - Centro de Integração Nacional de Estágios para Estudantes https://www.ceinee.org.br**

• O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.

Convocados para Preenchimento de vagas para o curso de Pedagogia e Licenciatura – Região 3

Classificação	*Candidatos*
06°	Taydion Juan Pereira

Cerro Azul - Pr, 21 de outubro de 2026

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:A0F38D8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1017, DE 03 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDORA PÚBLICA ROZIANE APARECIDA DE PAULA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO O RESSARCIMENTO NO VALOR DE R$ 120,00.

PORTARIA Nº 1017, DE 03 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao servidora pública Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo o ressarcimento no valor de R$ 120,00.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Administração;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Roziane Aparecida de Paula, ocupante do cargo de agente administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, conforme o memorando n°08/2026, ressarcimento no valor de R$120,00 (cem e vinte reais), para o deslocamento até Curitiba para retirada de documentos no Instituto de Identificação, no dia 22 de julho de 2026. Saída 06h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 03 de agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:1574DFCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1053, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECI FARIA, OCUPANTE DO CARGO FISCAL DE TRIBUTOS 5(CINCO) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1053, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Claudeci Faria, ocupante do cargo Fiscal de Tributos 5 (cinco) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Claudeci Faria sendo ocupante do cargo Fiscal de Tributos vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº383/2026, o pagamento de 5(cinco) diárias no valor de R$ 348,05 (trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), com base no Art.6º, III, alínea “a” e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 30 de Julho e 03, 04, 05 e 06 de Agosto do ano em curso, para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:83473CD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1054, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALEXANDRA MERICE BESTEL, OCUPANTE DO CARGO TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL 2(DUAS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1054, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Alexandra Merice Bestel, ocupante do cargo Técnico em Higiene bucal 2(duas) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Alexandra Merice Bestel sendo ocupante do cargo Técnico em Higiene bucal vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº389/2026, o pagamento de 2(duas) diárias no valor de R$ 139,22 (cento e trinta e move reais e vinte e dois centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba– PR, no dia 06 e 07 de Agosto do ano em curso, para capacitação de recursos do sus na pratica AGP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:78C00043

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1055, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSEMARA DA GUIA DE ARAUJO, OCUPANTE DO CARGO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1055, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Josemara da Guia de Araujo, ocupante do cargo Secretaria Municipal de Assistencia Social 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Josemara de Guia de Araujo sendo ocupante do cargo Secretaria Municipal de Assistente Social vinculado à Secretaria Municipal de Assistencia Social conforme memorando nº387/2026, o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Almirante Tamandaré– PR, no dia 30 de Julho do ano em curso, para visita técnica da Casa de repouso Vida Plena. Saida as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:EE543516

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1056, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEONICE DE FATIMA JAQUETTI, OCUPANTE DO CARGO ASSISTENTE SOCIAL 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1056, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cleonice de Fatima Jaquetti, ocupante do cargo Assistente Social 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público senhora Cleonice de Fatima Jaquetti sendo ocupante do cargo de Assistente Social vinculado à Secretaria Municipal de Assistencia Social conforme memorando nº386/2026, o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Almirante Tamandaré– PR, no dia 30 de Julho do ano em curso, para visita técnica da Casa de repouso Vida Plena. Saida as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:39D415ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1057, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROZIANE APARECIDA DE PAULA GOUVEIA, OCUPANTE DO CARGO AGENTE ADIMINISTRATIVO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1057, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Roziane Aparecida de Paula Gouveia, ocupante do cargo Agente Adiministrativo 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público senhora Roziane Aperecida de Paula Gouveia sendo ocupante do cargo de Assistente administrativo vinculado à Secretaria Municipal de Assistente administrativo conforme memorando nº09/2026, o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 29 de Julho do ano em curso, para retirada de Registros Gerais RGS já processados e liberados pelo Orgão Estadual. Saida as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:3DAE1968

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1058, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO PAULO MOREIRA FERNANDES, OCUPANTE DO CARGO ASSISTENTE SOCIAL 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1058, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal João Paulo Moreira Fernandes, ocupante do cargo Assistente Social 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público senhor João Paulo Moreira Fernandes sendo ocupante do cargo de Assistente Social vinculado à Secretaria Municipal de Assistente Social conforme memorando nº388/2026, o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Almirante Tamandaré– PR, no dia 30 de Julho do ano em curso, para visita técnica na casa de repouso Vida Plena. Saida as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:6BE8113E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº1059, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA ROZIANE APARECIDA DE PAULA GOUVEIA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO O RESSARCIMENTO NO VALOR DE R$ 125,80

PORTARIA Nº1059, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder a servidora pública Roziane Aparecida de Paula Gouveia, ocupante do cargo de agente administrativo o ressarcimento no valor de R$ 125,80

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Administração;

Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Roziane Aparecida de Paula Gouveia, ocupante do cargo de agente administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, conforme o memorando n°12/2026, ressarcimento no valor de R$125,80 (cento e vinte e cinco reais e oitenta centavos), para o deslocamento até Curitiba para retirada de documentos no Instituto de Identificação, no dia 29 de julho de 2026. Saída 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:198E8DAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1060, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1060, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público senhor João Cesar Kogiski sendo ocupante do cargo de Diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistencia Social conforme memorando nº398/2026, o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 04 de Agosto do ano em curso, para transportar e acompanhar paciente em tratamento. Saida as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:A07DCC59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1061, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1061, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público senhor João Cesar Kogiski sendo ocupante do cargo de Diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistencia Social conforme memorando nº397/2026, o pagamento de 1(uma) diária no valor de R$ 69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba– PR, no dia 28 de Julho do ano em curso, para transportar e acompanhar paciente em tratamento. Saida as 08:00 e retorno as 17:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de Agosto do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:BF6999F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1349, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CONCESSÃO DE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LORACI DO ROCIO FITZ BOMFIM, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 1349, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a regularização administrativa da concessão de 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal Loraci do Rocio Fitz Bomfim, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

CONSIDERANDO o Memorando nº 114/2026 – SMS, de 06 de outubro de 2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde ao Departamento de Recursos Humanos, por meio do qual foi solicitada a análise e a adoção das providências necessárias à regularização da situação funcional e financeira da servidora Loraci do Rocio Fitz Bomfim;

CONSIDERANDO as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde de que os pedidos de férias da servidora foram anteriormente encaminhados, tendo ocorrido divergência nos registros administrativos em razão da utilização de dois memorandos com o mesmo número de protocolo;

CONSIDERANDO que, conforme informado pela Secretaria Municipal de Saúde, a divergência documental decorreu de falha no procedimento administrativo de encaminhamento e registro, circunstância que motivou a solicitação de revisão e regularização da situação;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar os registros do Departamento de Recursos Humanos com a documentação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os requisitos legais e a comprovação dos fatos pertinentes;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar administrativamente a situação referente aos 15 (quinze) dias de férias correspondentes ao período aquisitivo de 25 de março de 2025 a 24 de março de 2026, com previsão de fruição a partir de 18 de maio de 2026, conforme documentação a ser considerada no respectivo procedimento administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica formalizada, para fins de regularização dos registros funcionais, a concessão de 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal **Loraci do Rocio Fitz Bomfim**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo de 25/03/2025 a 24/03/2026, com fruição prevista a partir de 18 de maio de 2026, observada a documentação comprobatória constante dos registros administrativos.

Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder à análise e à atualização dos registros funcionais pertinentes, bem como adotar as providências administrativas cabíveis quanto aos valores eventualmente devidos à servidora, observada a legislação vigente e mediante verificação dos requisitos legais aplicáveis.

Art. 3º A presente Portaria tem por finalidade regularizar administrativamente a situação descrita nos documentos que fundamentam sua edição, não dispensando a necessária conferência da documentação comprobatória nem o cumprimento das exigências legais pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, observados os efeitos administrativos correspondentes à situação efetivamente comprovada no procedimento de regularização.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 21 de outubro do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:FBF55E0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1350 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3 (TRÊS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1350 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Motorista 3 (três) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal o senhor Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº475/2026, o pagamento de 03 (três) diárias no valor de R$ 217,74 (duzentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos), com base no Art.6º, III, alínea “a” e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, nos dias 19, 20 e 21 de outubro do ano em curso para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 22 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:3B8977E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1351, DE 22 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ ANTÔNIO PAULUS, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO AGRÍCOLA E ATUANTE COMO CONTROLADOR GERAL 2 (DUAS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1351, DE 22 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Luiz Antônio Paulus, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola e atuante como controlador geral 2 (duas) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Luiz Antônio Paulus ocupante do cargo Efetivo de Técnico Agrícola e atuante como Controlador geral vinculado à Controladoria Geral conforme memorando nº119/2026, o pagamento de 02 (duas) diárias no valor de R$ 217,74 (duzentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba– PR, nos dias 13 e 14 de outubro do ano em curso, para participar de evento sobre melhorias em políticas públicas induzidas pelo PROGOV.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 22 de outubro ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:8C9D32CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1353, DE 22 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PSICÓLOGA 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1353, DE 22 DE AGOSTO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Simone de Oliveira, ocupante do cargo de Psicóloga 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Simone de Oliveira ocupante do cargo de Psicóloga vinculado à Assistência Social conforme memorando nº02/2026, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Araucária– PR, no dia 17 de outubro do ano em curso, para participar da festa de Crianças e Adolescentes da 6º edição do projeto VIDAS QUE SE ENCONTRAM. Saída as 08:00 e retorno as 18:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 22 de outubro ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:CAFF69A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1354, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1354, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme o memorando n°521/2026 o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, no dia 19 de outubro do ano em curso, para acompanhar paciente de menor em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 22 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C21C86C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1355, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALTER JOSÉ DO VALE, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 4 (QUATRO) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1355, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Walter José do Vale, ocupante do cargo de Motorista 4 (quatro) diária**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Walter José do Vale, ocupante do cargo de Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°476/2026 o pagamento de 04 (quatro) diárias no valor de R$ 290,32 (duzentos e noventa reais e trinta e dois centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba-PR, nos dias 19, 20, 21 e 22 de outubro do ano em curso, para transportar paciente em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 22 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:7E54EB8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1357, DE 23 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEONICE DE FATIMA JAQUETTI, OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1357, DE 23 DE AGOSTO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Cleonice de Fatima Jaquetti, ocupante do cargo de Assistência Social 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Cleonice de Fatima Jaquetti ocupante do cargo de Assistência Social vinculado à Secretaria de Assistência Social conforme memorando nº02/2026, o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$ 72,58 (setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Araucária– PR, no dia 17 de outubro do ano em curso, para participar da festa de Crianças e Adolescentes da 6º edição do projeto VIDAS QUE SE ENCONTRAM. Saída as 08:00 e retorno as 18:00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 23 de outubro ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:A8B29491

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 1358, DE 23 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BENTO CARLOS GLODIS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 2 (DUAS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1358, DE 23 DE AGOSTO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de Motorista 2 (duas) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Bento Carlos Glodis, ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria de Saúde conforme memorando nº477/2026, o pagamento de 02 (duas) diárias no valor de R$ 145,16 (cento e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba– PR, nos dias 17 e 22 de outubro do ano em curso, para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 23 de outubro ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:4395191A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1096, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 RETIFICA A PORTARIA Nº 1096, DE 18 DE AGOSTO DE 2026, QUE CONCEDE 1 (UMA) DIÁRIA, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EGON EDUARDO DA SILVA GODOY OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1096, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Retifica a portaria Nº 1096, de 18 de agosto de 2026, que concede 1 (uma) diária, ao servidor público municipal Egon Eduardo da Silva Godoy ocupante do cargo de Agente Administrativo.
Onde se lê:

PORTARIA Nº 1096, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Leia-se:

PORTARIA Nº 1102, DE 18 DE AGOSTO DE 2026
.
ART. 1º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 23 de outubro do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:230EA8CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026 SMED - ESTABELECE O CRONOGRAMA OFICIAL DE REPOSIÇÃO DE DIAS LETIVOS E CARGA HORÁRIA SUSPENSOS EM VIRTUDE DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA (DECRETO MUNICIPAL Nº 351/2026)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026 SMED

SÚMULA: Estabelece o Cronograma Oficial de Reposição de Dias Letivos e Carga Horária suspensos em virtude de Situação de Emergência (Decreto Municipal nº 351/2026), define diretrizes pedagógicas e regulamenta as responsabilidades dos profissionais da educação e instituições de ensino da Rede Municipal.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CERRO AZUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e:
CONSIDERANDO a declaração de Situação de Emergência no Município de Cerro Azul, formalizada pelo Decreto Municipal nº 351, de 15 de setembro de 2026, em razão de desastre classificado como Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas (COBRADE 13214);
CONSIDERANDO a interrupção das atividades escolares na rede municipal no período de **14 a 18 de setembro de 2026** (cinco dias letivos), em decorrência do isolamento de comunidades rurais, alagamentos, desabastecimento e danos à infraestrutura viária;
CONSIDERANDO as determinações da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996)**, especialmente quanto à obrigatoriedade do cumprimento mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar e 800 (oitocentas) horas anuais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (arts. 23, § 2º; 24, I; e 31, II);
CONSIDERANDO a orientação formal do **Núcleo Regional de Educação (NRE)** exarada em reunião realizada no dia 21/09/2026, determinando a obrigatoriedade da reposição presencial e vedando a substituição da carga horária por modalidades não presenciais;
CONSIDERANDO o disposto na Instrução nº 03/2023 – DPGE/DNE/CDE e Instrução nº 08/2022 – CDE/DNE/DPGE/SEED no tocante ao abono de faltas e disponibilização de Plano de Estudos aos estudantes impossibilitados de locomoção por fatores decorrentes de desastres naturais;

RESOLVE:
CAPÍTULO I — DO CRONOGRAMA DE REPOSIÇÃO PRESENCIAL
Art. 1º Fica aprovado o Cronograma Oficial de Reposição dos Dias Letivos e da Carga Horária referentes às aulas dispensadas no período de 14/09/2026 a 18/09/2026, a ser cumprido presencialmente por todas as unidades da Rede Municipal de Ensino nos meses de outubro e novembro de 2026, conforme especificado na tabela a seguir:

Data da reposição	Data da aula dispensada	Carga horária	Atividade
13/10/2026	14/09/2026	Manhã 4 hrs / Tarde 4 hrs	Recomposição de conteúdos
17/10/2026	15/09/2026	Manhã 4 hrs / Tarde 4 hrs	Recomposição de conteúdos e
26/10/2026	16/09/2026	Manhã 4 hrs / Tarde 4 hrs	Recomposição de conteúdos e desfile em comemoração ao dia do município
27/10/2026	17/09/2026	Manhã 4 hrs / Tarde 4 hrs	Recomposição de conteúdos
07/11/2026	18/09/2026	Manhã 4 hrs / Tarde 4 hrs	Recomposição de conteúdos

CAPÍTULO II — DAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E REGISTROS
Art. 2º As atividades de reposição deverão contemplar prioritariamente as habilidades, conteúdos e objetivos de aprendizagem não desenvolvidos durante o período de suspensão, alinhados ao planejamento de ensino, ao Currículo Municipal e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Art. 3º A frequência de estudantes e profissionais do magistério deverá ser rigorosamente registrada na data correspondente à reposição.

Art. 4º Os registros pedagógicos e de frequência de reposição devem constar obrigatoriamente nos documentos da escola e no Livro Registro de Classe Online (LRCO).
Parágrafo único. Cabe à **Direção Escolar** atribuir no sistema LRCO a data da reposição com **antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas**, garantindo que o corpo docente possa realizar a inserção de conteúdos e chamadas dentro do prazo regular.
Art. 5º Para os estudantes comprovadamente impedidos de frequentar as aulas em razão de desastres ou falta de transporte decorrente de vias interditadas:
As ausências deverão ser abonadas em campo próprio do LRCO (nos termos do item 2 da Instrução nº 03/2023 e item 4.5 da Instrução nº 08/2022 – CDE/DNE/DPGE/SEED).
A equipe pedagógica e os docentes deverão disponibilizar **Plano de Estudos específico** para assegurar a continuidade do aprendizado e o direito à recomposição.
CAPÍTULO III — DA RESPONSABILIDADE E DA OBRIGATORIEDADE DO CUMPRIMENTO
Art. 6º O cumprimento integral dos dias letivos e das horas-aula previstos nesta resolução constitui dever funcional e legal das instituições de ensino e dos docentes, fundamentado na Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB):
Art. 12, III: Compete às instituições de ensino assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;

Art. 13, V: É incumbência dos docentes ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos atos preparatórios e de planejamento programados.
Art. 7º A inobservância ou não cumprimento sem justificativa legal do cronograma estabelecido sujeitará os responsáveis às sanções administrativas e contratuais cabíveis.

CAPÍTULO IV — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 8º Este documento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, cumpra-se e dê-se ampla ciência às comunidades escolares.

Cerro Azul/PR, 24 de setembro de 2026.

ADRIANA CHAVES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 0266/2025

Publicado por:
Angela Maria Hilman
Código Identificador:2FAF1C85

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Coffee Break destinado a atender os cursos e eventos oficiais da Câmara Municipal de Clevelândia nos dias 28 e 29 de outubro de 2026.
Tendo em vista que a documentação referente à Dispensa de Licitação nº 35/2026 atende a todos os requisitos do Artigo nº 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21;
Considerando o parecer jurídico e o parecer contábil favoráveis à homologação da presente Dispensa;
Considerando que houve a devida prospecção de mercado com a realização de pesquisa e mapa comparativo de preços para a acolhida e escolha da melhor proposta para a execução do objeto, e que a Contratada atende aos requisitos legais e habilitatórios para a contratação;
Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação nº 35/2026, para a contratação do objeto supramencionado.
CONTRATADA: SIVIERO CEREAIS E INSUMOS AGRICOLAS LTDA
CNPJ Nº: 81.673.808/0006-46

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis contados a partir da liquidação da nota fiscal, mediante a conferência e o ateste do recebimento definitivo do serviço, condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

VALOR GLOBAL: R$ 4.174,92 (quatro mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos).
PUBLIQUE-SE.

Clevelândia/PR, 23 de outubro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:E148EB51

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2026
OBJETO: Aquisição de bebidas (sucos e refrigerantes) para atendimento aos eventos de Coffee Break da Câmara Municipal de Clevelândia.
Tendo em vista que a documentação referente à Dispensa de Licitação nº 36/2026 atende a todos os requisitos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Considerando o parecer jurídico e o parecer contábil favoráveis à homologação da presente Dispensa;
Considerando que houve a devida prospecção de mercado com a realização de pesquisa e mapa comparativo de preços para a acolhida e escolha da melhor proposta para a execução do objeto, e que a Contratada atende aos requisitos legais e habilitatórios para a contratação;
Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação nº 36/2026, para a contratação do objeto supramencionado.
CONTRATADA: BORNHIATI E OGLIARI LTDA
CNPJ Nº: 27.687.765/0001-06
VALOR GLOBAL: R$ 610,50 (seiscentos e dez reais e cinquenta centavos).
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis contados a partir da liquidação da nota fiscal, mediante a conferência e o ateste do recebimento definitivo do objeto, condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.
PUBLIQUE-SE.

Clevelândia/PR, 23 de outubro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:389535E7

GABINETE
DECRETO: 250/2026

DECRETO: 250/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecação no Orçamento de 2026, do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R$ 80.990,69 (oitenta mil, novecentos e noventa reais e sessenta e nove centavos)

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2929 de 22 de Dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, para o ano de 2026, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 80.990,69 (oitenta mil, novecentos e noventa reais e sessenta e nove centavos), para atender despesas no seguinte Órgão e Dotações Orçamentárias.

04 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

04.001 - Secretaria Municipal deDesenvolvimento Rural Sustentável

04.001.0020.0608.0010.2007 - Manutenção das Atividades da Agropecuária

3390930000 - Indenizações e restituições
R$ 80.990,69
Total: R$ 80.990,69

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de anulação:

Excesso de Arrecação

893 - SEAB 335/2022 - COZINHA COMUNITÁRIA
R$ 80.990,69

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor desta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Clevelândia, 23 de outubro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:F3A1A885

GABINETE
PORTARIA Nº 001/2026

PORTARIA Nº 001/2026

Estabelece o cronograma de execução das etapas da Avaliação Periódica de Desempenho Funcional dos profissionais do Magistério Público Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, referente ao ciclo avaliativo de 2026, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 024, de 04 de novembro de 2025, bem como no Decreto Municipal nº 249/2026, que regulamenta a Avaliação Periódica de Desempenho Funcional e a Progressão Funcional Horizontal dos integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o cronograma de execução da Avaliação Periódica de Desempenho Funcional dos profissionais do Magistério Público Municipal ocupantes de cargos efetivos e estáveis, referente ao ciclo avaliativo de 2026, conforme as seguintes etapas:

I – 26 e 27 de outubro de 2026: preenchimento e protocolo da autoavaliação pelos servidores junto ao Departamento de Recursos Humanos, mediante formulário previsto no Anexo A da Lei Complementar Municipal nº 024/2025;

II – De 28 de outubro a 13 de novembro de 2026: análise das autoavaliações, aplicação do instrumento previsto no Anexo B da Lei Complementar Municipal nº 024/2025, atribuição fundamentada das pontuações e solicitação de informações complementares, quando necessárias, pela Comissão de Avaliação de Desempenho;

III – 16 de novembro de 2026: notificação individual dos servidores acerca dos resultados preliminares de suas avaliações;

IV – **De 17 a 23 de novembro de 2026:** prazo para apresentação de pedido de reconsideração pelos servidores, mediante formulário previsto no Anexo D da Lei Complementar Municipal nº 024/2025, observado o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis, contado da ciência do resultado;

V – **De 24 a 30 de novembro de 2026:** período destinado à análise e decisão fundamentada dos pedidos de reconsideração pela Comissão de Avaliação de Desempenho;

VI – **De 1º a 7 de dezembro de 2026:** prazo para apresentação de recurso hierárquico à Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante formulário previsto no Anexo E da Lei Complementar Municipal nº 024/2025, observado o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis, contado da ciência da decisão sobre o pedido de reconsideração;

VII – **Até 8 de dezembro de 2026:** encaminhamento dos recursos hierárquicos à autoridade competente para apreciação e decisão, com prioridade na tramitação, a fim de viabilizar a conclusão do procedimento dentro do prazo regulamentar;

VIII – **Até 9 de dezembro de 2026:** elaboração do parecer conclusivo pela Comissão de Avaliação de Desempenho e encaminhamento dos resultados à autoridade competente para homologação;

Parágrafo Único. O cronograma constitui instrumento de organização administrativa e não poderá restringir o exercício dos direitos de manifestação e recurso assegurados aos servidores, devendo eventuais ajustes de datas respeitar os prazos legais e o limite máximo de duração do procedimento.

Art. 2º O não cumprimento dos prazos estabelecidos nesta Portaria deverá ser formalmente justificado e comunicado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia, Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.

ANDRÉA SEBASTEANI INOCÊNCIO BATISTELLA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 092/2026

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:4434AFD1

LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2026

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2026

O MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, Estado do Paraná, torna público o ADIAMENTO da sessão pública da Concorrência Eletrônica nº 009/2026, anteriormente publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no dia 13/10/2026, edição n°3635, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares de interesse social no Loteamento da Luz, localizado na Rua 7 de Setembro, s/nº, bairro Sinval Martins Araújo.

A sessão, anteriormente prevista para 04 de novembro de 2026, às 08h30, fica adiada para 23 de novembro de 2026, às 08h30, na plataforma eletrônica BLL, no endereço www.bll.org.br.

O recebimento das propostas permanecerá aberto até as 08h20 do dia 23 de novembro de 2026, observado o horário de Brasília.

Permanecem inalteradas as demais disposições do edital e de seus anexos.

Clevelândia/PR, 23 de outubro de 2026.

RODRIGO ANTÔNIO MENDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:C42AA472

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 116/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 1.902, de 22 de janeiro de 2026; Atos nº 01 e 02, de 04 de fevereiro de 2026 da Mesa Diretora da Câmara; e nos artigos 37, IV e XI, "*e"*, e 38, V, ambos do Regimento Interno da Câmara,

DETERMINA

I – Fica o Departamento de Contabilidade, autorizado a empenhar o adiantamento no valor de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), em nome do vereador JOSÉ APARECIDO GOTARDO para atender

despesas com passagens e hospedagem na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para participar do evento "Encontro Nacional de Gestores e Legislativos Municipais", promovido pela União dos Vereadores do Brasil - UVB, que ocorrerá entre os dias 24 e 27 de novembro de 2026, no **Hotel Grand Mercure Copacabana, localizado na** Rua Souza Lima, 48 – Copacabana, Rio de Janeiro – RJ.
II – O beneficiário deverá efetuar a prestação de contas no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o retorno da viagem, apresentando os comprovantes fiscais originais das despesas realizadas, devidamente identificados e detalhados, incluindo notas fiscais ou bilhetes de passagens e notas fiscais da hospedagem, sendo que os comprovantes fiscais deverão estar em nome da Câmara Municipal de Colombo, com o CNPJ nº 79.093.241/0001-82.
III – Eventual saldo não utilizado deverá ser devolvido no ato da prestação de contas, mediante transferência bancária para a Câmara Municipal de Colombo, no Banco do Brasil, na agência e conta corrente especificados no Ato nº 01/2026 da Mesa Diretora.
IV – O beneficiário deverá apresentar relatório circunstanciado da viagem, descrevendo as atividades desenvolvidas, os resultados alcançados e a contribuição para o interesse público, acompanhado de documentos comprobatórios.
V – Não ocorrendo o deslocamento, o beneficiário terá o prazo de no máximo 05 (cinco) dias para devolução do valor recebido.

Colombo, 23 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:5957B3E5

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 117/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 1.902, de 22 de janeiro de 2026; Atos nº 01 e 02, de 04 de fevereiro de 2026 da Mesa Diretora da Câmara; e nos artigos 37, IV e XI, "*e"*, e 38, V, ambos do Regimento Interno da Câmara,

DETERMINA

I – Fica o Departamento de Contabilidade, autorizado a empenhar o adiantamento no valor de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), em nome do vereador ALCIR PEDRO FURNI para atender despesas com passagens e hospedagem na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para participar do evento "Encontro Nacional de Gestores e Legislativos Municipais", promovido pela União dos Vereadores do Brasil - UVB, que ocorrerá entre os dias 24 e 27 de novembro de 2026, no **Hotel Grand Mercure Copacabana, localizado na** Rua Souza Lima, 48 – Copacabana, Rio de Janeiro – RJ.
II – O beneficiário deverá efetuar a prestação de contas no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o retorno da viagem, apresentando os comprovantes fiscais originais das despesas realizadas, devidamente identificados e detalhados, incluindo notas fiscais ou bilhetes de passagens e notas fiscais da hospedagem, sendo que os comprovantes fiscais deverão estar em nome da Câmara Municipal de Colombo, com o CNPJ nº 79.093.241/0001-82.
III – Eventual saldo não utilizado deverá ser devolvido no ato da prestação de contas, mediante transferência bancária para a Câmara Municipal de Colombo, no Banco do Brasil, na agência e conta corrente especificados no Ato nº 01/2026 da Mesa Diretora.
IV – O beneficiário deverá apresentar relatório circunstanciado da viagem, descrevendo as atividades desenvolvidas, os resultados alcançados e a contribuição para o interesse público, acompanhado de documentos comprobatórios.
V – Não ocorrendo o deslocamento, o beneficiário terá o prazo de no máximo 05 (cinco) dias para devolução do valor recebido.

Colombo, 23 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:3EA21AE7

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 118/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 1.902, de 22 de janeiro de 2026; Atos nº 01 e 02, de 04 de fevereiro de 2026 da Mesa Diretora da Câmara; e nos artigos 37, IV e XI, "*e"*, e 38, V, ambos do Regimento Interno da Câmara,

DETERMINA

I – Fica o Departamento de Contabilidade, autorizado a empenhar o adiantamento no valor de R$ 4.309,53 (quatro mil trezentos e nove reais e cinquenta e três centavos), em nome do vereador VALDECIR MELLO DE LIMA para atender despesas com passagens e hospedagem na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para participar do evento "Encontro Nacional de Gestores e Legislativos Municipais", promovido pela União dos Vereadores do Brasil - UVB, que ocorrerá entre os dias 24 e 27 de novembro de 2026, no **Hotel Grand Mercure Copacabana, localizado na** Rua Souza Lima, 48 – Copacabana, Rio de Janeiro – RJ.
II – O beneficiário deverá efetuar a prestação de contas no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o retorno da viagem, apresentando os comprovantes fiscais originais das despesas realizadas, devidamente identificados e detalhados, incluindo notas fiscais ou bilhetes de passagens e notas fiscais da hospedagem, sendo que os comprovantes fiscais deverão estar em nome da Câmara Municipal de Colombo, com o CNPJ nº 79.093.241/0001-82.
III – Eventual saldo não utilizado deverá ser devolvido no ato da prestação de contas, mediante transferência bancária para a Câmara Municipal de Colombo, no Banco do Brasil, na agência e conta corrente especificados no Ato nº 01/2026 da Mesa Diretora.
IV – O beneficiário deverá apresentar relatório circunstanciado da viagem, descrevendo as atividades desenvolvidas, os resultados alcançados e a contribuição para o interesse público, acompanhado de documentos comprobatórios.
V – Não ocorrendo o deslocamento, o beneficiário terá o prazo de no máximo 05 (cinco) dias para devolução do valor recebido.

Colombo, 23 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:77737F82

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 119/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 977, de 27 de dezembro de 2006; Lei nº 1.439, de 24 de agosto de 2017; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie

RESOLVE

Exonerar o senhor JEAN ANDRÉ FLORIANO CARDOSO, portador da Cédula de Identidade RG nº **.301.***-*-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.425.**-**, do cargo de provimento em

comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir do dia 19 de outubro de 2026.

Colombo, 23 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:AA0FF08F

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 120/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 1.439, de 24 de agosto de 2017; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022; Lei nº 1.866, de 30 de setembro de 2025 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie

RESOLVE

Exonerar o senhor MATEUS MARCONATO, portador da Cédula de Identidade RG nº **.747.***-*-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.510.***-**, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir do dia 19 de outubro de 2026.

Colombo, 23 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:075E7E6F

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 121/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 977, de 27 de dezembro de 2006; Lei nº 1.439, de 24 de agosto de 2017; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie

RESOLVE

Nomear o senhor HENRIQUE PONTES BATISTA, portador da Cédula de Identidade RG nº **.130.***-*-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.035.**-**, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir do dia 19 de outubro de 2026.

Colombo, 23 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:E6FC9B3E

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
PORTARIA Nº 122/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 25, VI da Lei Orgânica Municipal, alterada pela Emenda à Lei Orgânica n° 08/2005; no artigo 37, incisos IV, V e XI, "e', e art. 38, V, ambos da Resolução nº. 76/2005 - Regimento Interno da Câmara; Resolução nº 52, de 21 de maio de 2001; Resolução nº 57, de 18 de dezembro de 2001; Resolução nº 73, de 02 de maio de 2005; Lei nº 977, de 27 de dezembro de 2006; Lei nº 1.439, de 24 de agosto de 2017; Lei nº 1.650 de 15 de junho de 2022 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie

RESOLVE

Nomear o senhor MATHEUS CAMARGO DE LARA, portador da Cédula de Identidade RG nº **.602.***-*SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº ***.201.***-**, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, Símbolo CC-1, a partir do dia 19 de outubro de 2026.

Colombo, 23 de outubro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Giane Bertol Rosa
Código Identificador:0565B6BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 902/2026

PORTARIA N.º 902/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar** as servidoras abaixo relacionadas para compor a **Equipe de Vigilância Socioassistencial**, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS:

I – Giane Deise Martim – Psicóloga e Coordenadora da Vigilância Socioassistencial;
II – Isabela Soares Ribeiro – Assistente Social;
III – Jhenifer Ferreira Vaz – Assistente Administrativa.

Art. 2º - A Equipe de Vigilância Socioassistencial tem por finalidade produzir, sistematizar e analisar informações territorializadas sobre vulnerabilidades e riscos sociais, subsidiando o planejamento, o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Compete à equipe:

I – organizar e analisar dados e indicadores socioassistenciais;
II – elaborar diagnósticos e relatórios socioterritoriais;
III – monitorar a oferta e a demanda dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais;
IV – subsidiar o planejamento e a avaliação das ações da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 22 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:B2678E57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 061/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 35316/2026

TERMO DE ANULAÇÃO
A Secretária Municipal de Educação do Município de Colombo, no uso de suas atribuições, torna público que a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 061/2026 cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para o fornecimento através do Sistema de Registro de Preços, de Uniformes Escolares, com entrega ponto – a – ponto para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Colombo, fica **ANULADA** em todos os seus termos, Art. 165, "d", da Lei 14.133/21, tendo em vista adequações ao edital, o que leva a Nulidade de todos os atos da Licitação.
Para conhecimento dos licitantes e a quem mais possa interessar.
Dê-se publicidade

Colombo, 23 de outubro de 2026.

LUCIANE DALA VALLE CORREIA DE FREITAS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:B765100A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº. 40

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº n.º 1.707/2023 , em assembleia ordinária, no dia 22 de outubro de 2026. Resolve:

Art 1° - Aprovar a adesão á Deliberação nº 62/2026 CEDCA que ***prorroga o prazo de execução*** *da Deliberação nº 013/2024 CEDCA referente ao repasse de recurso para o aprimoramento das* Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ***até 31 de Dezembro de 2027.***

Art 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO VIEIRA JUNIOR
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:7E9A1C7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº. 41

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1707/2023, em assembleia ordinária, no dia 22 de outubro de 2026. Resolve:

Art 1° - Aprovar os seguintes nomes para compor a Comissão, referente ao Processo de Escolha Tampão dos Conselheiros Tutelares Suplente:

Comissão Especial Eleitoral - gestão 2023/2025
1.Caiena Louise de Oliveira Rodrigues
2. Aguinaldo Vieira Junior
3. Daniel Biscaia de Lima
4. Suely Geremias Marques
5. Marcela Frazon

Art 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO VIEIRA JUNIOR
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:B196D12E

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 012/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 012/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). LUIZ ANTONIO DE MATOS, inscrito no CPF 768.***.***-49, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: TIJOLOS OBSTRUINDO A VIA PÚBLICA, na RUA NICARAGUA, 594, CAMPO PEQUENO.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 27 de Maio de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:B9F928A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 015/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 015/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). GALDINO DE ALMEIDA PINTO, inscrito no CPF 231.***.***-49, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, EXECUÇÃO DE OBRA SEM ALVARÁ, MATERIAL NO PASSEIO, na RUA CAMPOS SALES, 682, ATUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 10 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:6204A1F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 016/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 016/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). SAMIR GARIBA, inscrito no CPF 393.***.***-25, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, EXECUÇÃO DE OBRA SEM ALVARÁ, MATERIAL NO PASSEIO, na JORNALISTA ALIPIO MIRANDA, 374, GUARAITUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 11 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:7BA3E742

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 017/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 017/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). FLORDENICE COSTA, inscrito no CPF 605.***.***-49, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, EXECUÇÃO DE OBRA SEM ALVARÁ, na RUA AMPERE, 669 A, GUARAITUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 11 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:60D00EBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 018/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 018/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). ANDRE LOURENÇO DE ANDRADE AMATTI, inscrito no CPF 101.***.***-09, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: ABERTURA EM DIVISA DE MURO, na RUA MADRE MARIA AVOSANI, 929 CASA 01, PALMITAL.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 15 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:BB894AD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 019/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 019/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). JOÃO CARLOS SANTOS DA SILVA, inscrito no CPF 456.***.***-68, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, EXECUÇÃO DE OBRA SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, na RUA MARECHAL EDUARDO GOMES, 516, PALMITAL.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 16 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:AAB2A8C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 020/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 020/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). MARCELO DARLAN DE CASTRO, inscrito no CPF 394.***.***-06, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, CONSTRUÇÃO DE COBERTURA QUE NÃO CONSTA NO PROJETO APROVADO DO ALVARÁ 136/2026, na RUA JOSÉ LUIZ RAUSIS, 74 CASA 2, PALMITAL.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 16 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:AAF3D4B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 021/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 021/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). HELINTON BERNARDO PADILHA, inscrito no CPF 067.***.***-57, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: CONSTRUÇÃO DE COBERTURA QUE NÃO CONSTA NO PROJETO APROVADO DO ALVARÁ 136/2026, na RUA JOSÉ LUIZ RAUSIS, 74 CASA 1, PALMITAL.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 16 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:FBACBC87

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 022/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 022/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). EZEQUIAS LOURENÇO DA SILVA, inscrito no CPF 524.***.***-15, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, EXECUÇÃO DE OBRA SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, na RUA MARIA VERGINIA SOUZA ALVES, 395, MARACANÃ.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 19 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:7031BC51

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 024/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 024/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). GERALDINA BRESSAN FERNANDES, inscrito no CPF 848.***.***-20, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, EXECUÇÃO DE OBRA SEM ALVARÁ , MATERIAL NO PASSSEIO, ABERTURA DE JANELAS A MENOS DE 1,5M DA DIVISA DO MURO, na RUA ANDRE NADOLNY, 490, ROÇA GRANDE.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 19 de Junho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:3D170A82

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 028/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 028/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). PROV BRAS DA CONGREG IRMÃS FILHAS CAR S VICENTE PAULO, inscrito no CNPJ 76.***.***/0001-90, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: ABERTURA DE JANELAS EM DIVISA, na RUA JOSÉ DALPRA, 484, SÃO GABRIEL.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 02 de Julho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:1C4B6982

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 029/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 029/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). NIVALDO TEIXEIRA LOPES, inscrito no CPF 927.***.***-00, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: ABERTURA EM DIVISA DE MURO, CALHAS INSTALADAS E DESAGUANDO NO LOTE VIZINHO, na RUA CASTRO ALVES, 228, SÃO GABRIEL.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 02 de Julho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:C5E17E57

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 036/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 036/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). ELEA APARECIDA DOMINGUES DA LUZ , inscrito no CPF 644.***.***-68, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA/CONSTRUÇÃO NA ÁREA DO RECUO E PASSEIO, na RUA CAMPO DO TENENTE, 139, GUARAITUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 21 de Julho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:D6237880

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 037/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 037/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS , inscrito no CPF 553.***.***-20, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBSTRUÇÃO DE PASSEIO COM FOOD TRUCK, na RUA GETULIO VARGAS, 1084, FATIMA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 24 de Julho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:8FFCF304

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 037/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 037/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA , inscrito no CPF 211.***.***-34, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBSTRUÇÃO DE PASSEIO COM FOOD TRUCK, na RUA GETULIO VARGAS, 1084, FATIMA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 24 de Julho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:09EC74BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 038/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 038/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). JONANTA RODRIGUES DOS SANTOS, inscrito no CPF 057.***.***-66, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: CONSTRUÇÃO IRREGULAR/SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, ABERTURA EM DIVISA DE MURO, na RUA DIESEL, 61, GUARANI.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 30 de Julho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:FB3D66B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 039/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 039/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). CELIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS, inscrito no CPF 491.***.***-15, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da

data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, CONSTRUÇÃO IRREGULAR/SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, na RUA HUXLEI, 267, ATUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 30 de Julho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:AB2465D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 040/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 040/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). THIAGO VINCENTI CIRILO, inscrito no CPF 094.***.***-27, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: OBRA EMBARGADA, CONSTRUÇÃO IRREGULAR/SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, na TRAVESSA CONFUCIO, 154, ATUBA.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 30 de Julho de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:1496E1F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 055/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 055/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). ESPÓLIO DE MAXIMIANO DE SOUZA, inscrito no CPF 145.***.***-00, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: CONSTRUÇÃO IRREGULAR/SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÃO NO RECUO, CONSTRUÇÃO NA VIA E UTILIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA USO PARTICULAR, na TRAVESSA WASHINGTON, 265, CAMPO PEQUENO.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 14 de Agosto de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:2E398E8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 056/2026

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 056/2026

O Departamento de Urbanismo, através da Coordenação de Fiscalização de Obras, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). MARIA APARECIDA DOS SANTOS SOUZA, inscrito no CPF 017.***.***-19, foi notificado, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação, a regularizar sua situação junto a esta municipalidade quanto á: CONSTRUÇÃO IRREGULAR/SEM ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, CONSTRUÇÃO NO RECUO, na TRAVESSA WASHINGTON, 247, CAMPO PEQUENO.

Notificação formalizada por esta fiscalização, em data 14 de Agosto de 2026. O não cumprimento do disposto acima implicará na adoção de medidas extrajudiciais de judiciais previstas na legislação municipal.

Colombo, 23 de Outubro de 2026.

Nesta data tomo ciência da presente intimação, sabendo que o não atendimento no prazo acima, poderei sofrer as sanções previstas nas Leis Municipais 875/04 e 879/04.

HIGOR DO NASCIMENTO LISBOA
Fiscal de Obras e Posturas - SEMUR
Matrícula 17.825

Publicado por:
Higor do Nascimento Lisboa
Código Identificador:A25F59DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 352/2026

MUNICÍPIO DE CONTENDA
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO 352/2026

Súmula: "Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) no Orçamento do Município de Contenda para o exercício 2026".

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Federal nº 4.320/64 e conforme Lei Municipal 2293/2025 de 09/12/2025,
DECRETA
Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Exercício nas rubricas orçamentárias de despesa abaixo discriminadas, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais):

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CONTA DE DESPESA	FONTE	VALOR
08	SECRETARIA DE PROMOCAO E			

	ASSISTENCIA SOCIAL			
08.003	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
08.245.0021.2.091.	**FMAS - BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA**			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	750	940	7.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	755	940	5.000,00
TOTAL				**12.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados os seguintes recursos:
I – O valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) com excesso de arrecadação das seguintes contas de receita e fontes:

CONTA	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR
1.7.1.6.50.0.1.12	TRANSFERENCIA DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO CADASTRO UNICO SUAS - PORTARIA MDS Nº 995/2024	940	12.000,00
TOTAL			**12.000,00**

Art. 3º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:045F3074

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de livros literários, conjuntos individuais e acervos para bibliotecas escolares da rede municipal de ensino, acompanhados de mochilas personalizadas.
VALOR TOTAL: R$ 268.400,00 (duzentos e sessenta e oito mil e quatrocentos reais)
CONTRATADA: EDITORA EUREKA LTDA., CNPJ sob nº 26.192.516/0001-79
DATA: 23/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:1D39B380

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Registro de preços para aquisição de livros literários, conjuntos individuais e acervos para bibliotecas escolares da rede municipal de ensino, acompanhados de mochilas personalizadas.
VALOR TOTAL: R$ 2.193.752,00 (dois milhões cento e noventa e três mil setecentos e cinquenta e dois reais)
CONTRATADA: VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA., CNPJ sob nº 02.593.711/0001-42
DATA: 23/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:74A3E323

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS EXTRATO DE CONTRATO Nº 234/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 234/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240/2026
OBJETO: Prestação de serviço de supervisão técnica para o conselho tutelar.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.002.08.243.0021.6.053.3.3.90.39.00.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – 1000 – recursos ordinários (livres)
VALOR: R$ 7.967,52 (sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)
CONTRATADA: JR CSE LTD, CNPJ n° 52.087.159/0001-99
VIGÊNCIA: 12 meses
EXECUÇÃO: 12 meses
DATA: 21/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:B20A2580

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CONVOCAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Nº 003/2025

A Prefeitura Municipal de Contenda, por meio da comissão de licitação nº 136/2026, no uso de suas atribuições CONVOCA os candidatos a baixo relacionados, devidamente habilitados no edital de credenciamento nº 003/2025, e obedecida a classificação publicada em diário oficial, a comparecerem neste departamento Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data de publicação deste, a fim de manifestarem o interesse em assumir a vaga e dar cumprimento às providências estabelecidas no referido edital.

Decorrido o prazo estabelecido, serão considerados DESISTENTES os credenciados que não atenderem a presente convocação.

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	NOME
SERVIÇOS GERAIS	1º	CRISLAINE SILVEIRA DE ABREU
SERVIÇOS GERAIS	2º	MARIA NEIDE VIANA DA SILVEIRA
SERVIÇOS GERAIS	3º	LUCIANA DOS SANTOS S. GONÇALVES
SERVIÇOS GERAIS	4º	JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA ARAUJO
SERVIÇOS GERAIS	5º	MARIA MADALENA DE P. F. RODRIGUES
MERENDEIRA	1º	JOSIANE PEREIRA PANSOLIN
APOIO ESCOLAR	1º	DAYANE CRISTINA CAETANO
APOIO ESCOLAR	2º	NAYARA MARIA OLIVEIRA RODRIGUES

Contenda, 23 de outubro de 2026

JAIME KFIATKOSKI
Presidente Da Comissão De Licitações

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:CB4DCBB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
EDITAL Nº 08/2026

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO DO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA PARA ESCOLHA DE DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE CONTENDA – GESTÃO 2027–2028

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Contenda, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.004, de 28 de junho de 2022, considerando a Portaria nº 050/2026, que instituiu a Comissão Avaliativa responsável pela condução do Processo de Consulta Pública para Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal, e em atendimento ao cronograma estabelecido no Edital nº 01/2026 e suas retificações, TORNA PÚBLICO O RESULTADO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO, realizada no dia 19 de outubro de 2026, referente ao processo de escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Contenda, para a Gestão 2027–2028.

Art. 1º Fica divulgado, por meio do Anexo I deste Edital, o resultado preliminar da Avaliação de Mérito e Desempenho, contendo a relação nominal dos participantes, as respectivas pontuações e a situação obtida na avaliação.

Art. 2º A Avaliação de Mérito e Desempenho foi realizada no dia 19 de outubro de 2026, sendo adotada a pontuação mínima de 70 (setenta) pontos para aprovação, conforme os critérios estabelecidos para a avaliação.

§ 1º Serão considerados APTOS os participantes que obtiveram pontuação igual ou superior a 70 (setenta) pontos.
§ 2º Serão considerados NÃO APTOS os participantes que obtiveram pontuação inferior a 70 (setenta) pontos.
Art. 3º Conforme o relatório de resultados apresentado pela empresa responsável pela aplicação da avaliação, participaram desta etapa 27 (vinte e sete) profissionais, dos quais:

I – 23 (vinte e três) obtiveram resultado APTO;
II – 04 (quatro) obtiveram resultado NÃO APTO.

Art. 4º Os participantes que desejarem interpor recurso referente ao resultado preliminar da Avaliação de Mérito e Desempenho poderão fazê-lo até o dia 27 de outubro de 2026, impreterivelmente às 17h00, mediante encaminhamento ao endereço eletrônico: comissaoconsultapubllica@gmail.com

§ 1º O recurso deverá conter a identificação completa do participante, a fundamentação da solicitação e a indicação objetiva dos pontos que pretende contestar.
§ 2º Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente ao endereço eletrônico indicado no caput deste artigo, dentro do prazo estabelecido.
§ 3º Não serão conhecidos os recursos encaminhados após as 17h00 do dia 27 de outubro de 2026.

Art. 5º Os recursos apresentados dentro do prazo serão analisados pela Comissão Avaliativa responsável pelo Processo de Consulta Pública, observados os critérios estabelecidos na legislação municipal e nas normas regulamentadoras do processo.

Parágrafo único. A análise dos recursos poderá resultar na manutenção ou alteração da pontuação e/ou da situação preliminar do participante, conforme a fundamentação apresentada e a verificação realizada.

Art. 6º O resultado definitivo da Avaliação de Mérito e Desempenho será divulgado no dia 30 de outubro de 2026, mediante publicação de Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Art. 7º A condição de APTO na Avaliação de Mérito e Desempenho não constitui, isoladamente, habilitação definitiva para participação na Consulta Pública, sendo necessário o atendimento aos demais requisitos previstos na Lei Municipal nº 2.004/2022 e nos editais regulamentadores do processo.

Art. 8º O acompanhamento das publicações, resultados e demais atos relativos ao Processo de Consulta Pública é de responsabilidade dos participantes.

Art. 9º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda – PR, 23 de outubro de 2026.

SILVANA CAVALIM DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

ANEXO I

RESULTADO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO – 19/10/2026
Processo de Consulta Pública para Escolha de Diretores – Gestão 2027–2028

1. Relação dos participantes – Resultado APTO

Nº	Nome completo	Pontuação	Situação
01	Adriana Mendes Rauth	86	APTO
02	Amabile Moreira Griner	100	APTO
03	Andrea de Paula Campos	86	APTO
04	Angela Tibes de Souza	93	APTO
05	Djully Marcela Kussner	86	APTO
06	Editelvina Miranda	80	APTO
07	Eliete Setlik Wójcik	87	APTO
08	Emanoela Cristina Cordeiro Rodrigues	87	APTO
09	Fernanda dos Santos Prado	79	APTO
10	Franciele Razzini	94	APTO
11	Ilda Maria Wójcik Marcovicz	72	APTO
12	Ivoneri Ramalho Pielak Boemer	74	APTO
13	Jaira Ribeiro de Oliveira Venceslau	93	APTO
14	Jessica Maria Torres Machado	100	APTO
15	Joelma Hitner Joslin	100	APTO
16	Juliana de Oliveira Armstrong	100	APTO
17	Katleen Montes Miguel	100	APTO
18	Liliane Ana Sobota	100	APTO
19	Marcia Ines Kuzeratski Guimarães	93	APTO
20	Shirlei Maria Kuzeratski Santos	86	APTO
21	Silvia Letícia Staron	79	APTO
22	Silvia Maria Olegar Fracaro	80	APTO
23	Terezinha Colaço de Almeida	86	APTO

2. Relação dos participantes – Resultado NÃO APTO

Nº	Nome completo	Pontuação	Situação
01	Ana Lucia Pereira Franco da Paz	67	NÃO APTO
02	Denise Baja	54	NÃO APTO
03	Nelci Pereira Cadena	46	NÃO APTO
04	Silmara Aparecida Camargo	54	NÃO APTO

Fonte: Relatório de Entrega – Candidatos Que Realizaram a Prova, Emitido Pela Empresa Viver em Movimento. Nomes, Pontuações e Situações Reproduzidos Conforme o Relatório.

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:1D2BE9E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO E DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO (RITO SUMÁRIO)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 187, §4º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 288/2023.

MUNICÍPIO DE CONTENDA - PR GABINETE DA AUTORIDADE COMPETENTE PORTARIA Nº 002/2026
Ary Alberti Neto, na qualidade de autoridade competente, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 187, § 4º, e no art. 172, inciso II, do Decreto Municipal nº 288/2023. CONSIDERANDO o Relatório de Fiscalização nº 001/2026, referente ao Contrato nº 103/2025, firmado com a empresa Brasled Iluminação Pública e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.480.398/0001-05.
CONSIDERANDO os indícios de descumprimento das obrigações contratuais relativas à garantia dos equipamentos de iluminação pública, especialmente diante da ausência de substituição das luminárias defeituosas, mesmo após as notificações encaminhadas à contratada.
RESOLVE:
Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo Sumário para apurar a responsabilidade da empresa Brasled Iluminação Pública e Serviços LTDA, CNPJ nº 32.480.398/0001-05, pela suposta prática da seguinte infração:
• Fato: descumprimento das obrigações contratuais relativas à garantia das luminárias LED fornecidas e instaladas no âmbito do Contrato nº 103/2025, em razão da não substituição dos equipamentos defeituosos, apesar das notificações encaminhadas pela fiscalização.
• Dispositivos Infringidos: art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventual enquadramento complementar após a apuração dos fatos, e Cláusula Décima Segunda, itens 12.1, 12.2 e 12.4, do Contrato nº 103/2025.
Art. 2º. A conduta, se confirmada, poderá sujeitar a contratada à sanção de MULTA, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, do art. 176, inciso II, do Decreto Municipal nº 288/2023 e da previsão contratual aplicável, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.
Art. 3º. DESIGNAR os servidores abaixo para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Processante responsável pela condução do feito:
• Guilherme Perosso Alves - Presidente
• Larry Hugo Sanches - Membro
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Ary Alberti Neto
Código Identificador:3096602C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 87/2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR

CONTRATO n° 87/2026 - Inexigibilidade nº 24/2026 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: TRAVEL FAMILY VIAGENS E PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA, CNPJ sob o nº 40.579.779/0001-66. Objeto: Contratação de empresa para realização de Show artístico musical / Gospel do cantor Clayton Queiroz. Valor total: R$ 70.000,00. Prazo de vigência: 06 (seis) meses, de 23 de outubro de 2026 a 22 de abril de 2027.

Coronel Vivida, 23 de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Jamyle Mariely Bairros da Silva
Código Identificador:2C20BD59

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PARECER, TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PARECER DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 18/2026
DATA: 25/09/26 ABERTURA: 14/10/26 DISPUTA: 09:00
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA PARA A AMPLIAÇÃO/REFORMA DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E INSUMOS E FARMÁCIA BAIXADA, conforme especificações constantes em projeto.
Expirado o prazo recursal e concluída a análise da documentação de habilitação e da proposta apresentada, constatou-se que o licitante classificado atende às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, encontrando-se a documentação e a proposta em conformidade com as condições previstas no Edital.
Diante do exposto, encaminha-se o presente processo à Autoridade Superior para apreciação e decisão final quanto à adjudicação e homologação do objeto ao licitante vencedor, conforme resultado do certame:

ITEM	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL R$
1	NOGALE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	30.972.275/0001-58	165.673,21

Nas condições de sua proposta e do edital.
Valor total da licitação é de R$ 165.673,21 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e setenta e três reais e vinte e um centavos).
Em anexo a este, segue o Despacho de Ciência à Autoridade Superior, para conhecimento, análise e deliberação quanto à adoção das providências administrativas e legais que entender cabíveis, diante da relevante irregularidade constatada na documentação de habilitação apresentada pela empresa N.S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

Coronel Vivida, 22 de outubro de 2026.

IANA R. SCHMID
Agente de Contratação

ELAINE BORTOLOTTO
Equipe de Apoio

MAIRA SOARES
Equipe de Apoio

RICARDO RUSCHEL
Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 18/2026
DATA: 25/09/26 ABERTURA: 14/10/26 DISPUTA: 09:00
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA PARA A AMPLIAÇÃO/REFORMA DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E INSUMOS E FARMÁCIA BAIXADA, conforme especificações constantes em projeto.
Analisados todos os atos praticados no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 18/2026, bem como a regularidade do procedimento licitatório, HOMOLOGO o certame e ADJUDICO seu objeto ao licitante vencedor abaixo relacionado:

ITEM	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL R$
1	NOGALE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	30.972.275/0001-58	165.673,21

as condições de sua proposta e do edital.
Valor total da licitação é de R$ 165.673,21 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e setenta e três reais e vinte e um centavos).
Encaminho o presente para abertura de processo administrativo com vistas a apuração de eventual infração praticada pela empresa N.S.A CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e de mesmo modo, ao Ministério Público do Estado do Paraná para apuração de eventual crime de falsidade.

Coronel Vivida, 22 de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:CDC3B5AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026
O Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 10/2026**, do tipo **menor preço global**, sob regime de empreitada por preço global, com modo de disputa aberto, objetivando a **contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de Barracão Industrial, com área de 420,00 m²**, localizado no prolongamento da Avenida Antônio Pedro Vicente, Centro, Município de Diamante do Sul/PR, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais especificações constantes no edital e seus anexos. O valor máximo estimado é de **R$ 1.526.934,74 (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos)**. A sessão pública será realizada no dia **23 de novembro de 2026, às 09h00**, horário de Brasília, por meio da plataforma BLL Compras, disponível em https://bllcompras.com. O edital e seus anexos estarão disponíveis na plataforma BLL Compras, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município.

Diamante do Sul/PR, 23 de outubro de 2026.

CRISTINA SANTOS NERI
Agente de Contratação

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:76057F31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
DECRETO N.º 021/2026

Transfere o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público para o dia 30 de outubro de 2026, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, e dá outras providências.

Juarez Alberton, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda:
- Considerando o estabelecido no art. 41, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos;
- Considerando o Decreto nº 23.880/2026 do Poder Executivo Municipal, que estabelece ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 30 de outubro de 2026, em comemoração ao Dia do Servidor Público, originalmente celebrado em 28 de outubro;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos no dia 30 de outubro de 2026, sexta-feira, em comemoração ao Dia do Servidor Público, transferido do dia 28 de outubro de 2026.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto nº 002/2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

JUAREZ ALBERTON
Presidente

Publicado por:
Fabiana Luisa Krudycz
Código Identificador:9D01D222

CÂMARA DE VEREADORES DE DOIS VIZINHOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2026
O Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, resolve:

• **HOMOLOGAR** o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 005/2026, que trata da prestação de serviço técnico e aperfeiçoamento para a capacitação de servidores e vereadores municipais.
• **RATIFICAR** a contratação direta amparada no Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza singular do serviço e a notória especialização da empresa contratada.
• **DETALHES DA CONTRATAÇÃO:**

• **Contratada:** DATALEGIS - CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA LTDA
• **CNPJ:** 01.031.983/0001-96
• **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, mediante a realização da " **Oficina PROLEGIS do TCE/PR – Temas Específicos: Julgamento das Contas, Fiscalização e Transparência"**, para a inscrição de 2 (dois) agentes públicos do Poder Legislativo.
• **Valor Total:** R$ 5.380,00 (cinco mil trezentos e oitenta reais), correspondente a 2 inscrições no valor unitário de R$ 2.690,00.
• **Dotação Orçamentária:**

01.001.01.031.0002.2002.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.

• **Data e Local:** 27 a 30 de outubro de 2026, em Curitiba - PR.

• **DETERMINAÇÃO DE PUBLICAÇÃO:** Determina-se a imediata publicação deste termo no Diário Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para que produza seus efeitos jurídicos de eficácia e transparência, conforme exigido pela legislação vigente.

Dois Vizinhos – PR, 22 de outubro de 2026.

JUAREZ ALBERTON
Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos – PR

Publicado por:
Claudia Britto Lorenzo
Código Identificador:C782E2A7

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90073/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE SUSPENSÃO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90073/2026

O Município de Dois Vizinhos, em alusão ao edital do Pregão Eletrônico nº 90073/2026, que tem por objeto a contratação para prestação de serviço de coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos, em razão de pedido(s) de esclarecimento(s) e/ou impugnação(ões) pendente(s) de resposta(s), fica abertura do certame suspensa.

Dois Vizinhos, 23 de outubro de 2026

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:EB71CA39

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23890/2026

DECRETO Nº 23890/2026

Exonera, a pedido, Naomi Saldanha Laurentino do cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena (Turno Vespertino).

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, **NAOMI SALDANHA LAURENTINO**, matrícula 20748-1, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena (Turno Vespertino), lotada junto à Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal Jardim da Colina, a partir de 14 de outubro de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 23231/2026.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:447AB661

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23891/2026

DECRETO Nº 23891/2026

Exonera, a pedido, **Lucas Augusto Florentino** do cargo de provimento temporário de Professor de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós (Turno Matutino).

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, **LUCAS AUGUSTO FLORENTINO**, matrícula 20772-1, ocupante do cargo de provimento temporário de Professor de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós (Turno Matutino), lotado junto à Secretaria de Educação e Cultura/Escola Municipal João Paulo II, a partir de 14 de outubro de 2026.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 23297/2026.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9BFDFF12

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23892/2026

DECRETO Nº 23892/2026

Exonera, a pedido, Rodrigo Costa Ferreira do cargo de provimento temporário de Médico Veterinário.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais**.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, **RODRIGO COSTA FERREIRA**, matrícula 20594-1, ocupante do cargo de provimento temporário de Médico Veterinário, lotado junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a partir de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Revogam-se os Decretos nº 22813/2025 e 23477/2026.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B6141C90

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23893/2026

DECRETO Nº 23893/2026

Concede Licença por morte em pessoa da família ao servidor Edson Soeth.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença por Morte em Pessoa da Família (pai) ao servidor **EDSON SOETH**, matrícula funcional 20249-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, lotado junto a Secretaria de Saúde/PSF São Francisco de Assis, no período de 07 de 14 de outubro de 2026, com base no artigo 10, Inciso VII, alínea "b", da Lei 1875/2014 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7A527728

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23894/2026

DECRETO Nº 23894/2026

Nomeia o Senhor Adilson Rosa para exercer a função de Responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **ADILSON ROSA,** matrícula funcional n° 20605-1, para exercer a função de Responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 14.983.295/0001-78.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 17731/2021.

Art. 3° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3D259908

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23895/2026

DECRETO Nº 23895/2026

Nomeia o Senhor Adilson Rosa para exercer a função de Responsável pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **ADILSON ROSA,** matrícula funcional n° 20605-1, para exercer a função de Responsável pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência, CNPJ nº 19.011.251/0001-08.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 17732/2021.

Art. 3° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2987B8DA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23896/2026

DECRETO Nº 23896/2026

Nomeia o Senhor Adilson Rosa para exercer a função de Responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD-DV.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **ADILSON ROSA,** matrícula funcional n° 20605-1, para exercer a função de Responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD-DV, CNPJ nº 60.949.622/0001-92.

Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 22267/2025.

Art. 3° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0C92ED74

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23898/2026

DECRETO Nº 23898/2026

Declara estabilidade no serviço público municipal a servidores.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º DECLARA estabilidade no serviço público municipal aos servidores abaixo mencionados, por motivo de cumprimento do Estágio Probatório, conforme Art. 15 da Lei 577/93 e Art. 41 da Constituição Federal:

Matrícula	Nome	Cargo	Data nomeação
19836-1	Juliana Van Kranenburg Demeterko Ditzel	Médica Veterinária	05.10.2023
19839-1	Gustavo Henrique Auler	Médico Generalista	16.10.2023

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:EE3893C3

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23899/2026

DECRETO Nº 23899/2026

Nomeia o Senhor Valdelir Gaspar Schmite para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Recursos Hídricos, Símbolo C-2.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **VALDELIR GASPAR SCHMITE**, matricula funcional 20875-1, para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Recursos Hídricos, Símbolo C-2, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a partir de 19 de outubro de 2026, enquadrado nos termos da Lei 1666/2011, de 09 de dezembro de 2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:6B14A8C1

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23900/2026

DECRETO Nº 23900/2026

Estabelece critérios e procedimentos para a análise de viabilidade técnica e jurídica dos créditos inscritos em Dívida Ativa do Município de Dois Vizinhos antes do ajuizamento da execução fiscal, especialmente os de baixo valor, e dá outras providências.

Luiz Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 6.830/1980 – Lei de Execução Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de maior racionalização, eficiência e
economicidade na cobrança judicial da Dívida Ativa municipal;

CONSIDERANDO as diretrizes da Resolução CNJ nº 547/2024, que estimulam a extinção de execuções fiscais de baixo valor quando ausente interesse de agir ou demonstrada a ineficácia da medida judicial;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência administrativa (art. 37 da Constituição Federal), bem como a necessidade de evitar ajuizamento de ações com baixa probabilidade de recuperação, evitando a prescrição, a ineficácia e o uso inadequado de recursos públicos,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece critérios objetivos e procedimentos obrigatórios que deverão ser observados pela Procuradoria Jurídica do Município de Dois Vizinhos antes do ajuizamento de execuções fiscais relativas aos créditos inscritos em Dívida Ativa.

Art. 2º A análise prévia da viabilidade técnica e jurídica é condição indispensável para o ajuizamento de execução fiscal, com vistas a:

I - verificar a recuperabilidade do crédito;
II - reduzir a litigiosidade e o acúmulo de ações ineficazes;
III - priorizar a cobrança judicial de créditos com adequada perspectiva de recuperação;
IV - assegurar observância às normas de responsabilidade fiscal, economicidade e eficiência administrativa.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS MÍNIMOS DE VIABILIDADE
Art. 3º Para fins de ajuizamento da execução fiscal, a Procuradoria Jurídica deverá verificar obrigatoriamente os seguintes critérios:

I - Identificação completa e válida do devedor, incluindo:
a) CPF ou CNPJ regular;
b) endereço atualizado e meios de contato;
c) histórico de alteração contratual, quando pessoa jurídica.

II - Existência de bens penhoráveis, comprovada por:
a) pesquisa prévia em sistemas eletrônicos disponíveis (Sisbajud, Renajud, Infojud ou equivalentes);
b) informações fiscais ou patrimoniais compartilhadas pelo setor tributário;
c) dados de imóveis, veículos, faturamento ou outros ativos relevantes

III - Valor atualizado do crédito, considerando:
a) correção monetária, juros e multa;
b) economicidade da cobrança em relação ao custo estimado do processo.

IV- Tentativa prévia de solução administrativa, comprovada por:
a) envio de notificação amigável;
b) oferta de parcelamento;
c) tentativa de conciliação ou cobrança administrativa;
d) negativa ou ausência de resposta do devedor.

V- Análise da prescrição e decadência, incluindo:
a) prazos previstos no Código Tributário Nacional;
b) interrupção e suspensão da prescrição;
c) risco de prescrição iminente.

CAPÍTULO III
DOS CRÉDITOS DE BAIXO VALOR

Art. 4º Nos termos da Lei Municipal nº 2131/2017, os créditos inscritos em Dívida Ativa com valor mínimo de 03 (três) UFM (Unidade Fiscal Municipal) deverão passar por análise especial de viabilidade, observando, além dos critérios gerais, os seguintes elementos:
I – expectativa real de recuperação, considerando custo processual e probabilidade de êxito;
II – histórico de localização do devedor e tentativas administrativas prévias;
III – probabilidade de encontrar bens penhoráveis de valor suficiente para satisfação do crédito;
IV – indicadores de baixa efetividade da execução fiscal, como devedores insolventes, empresas inativas ou sem patrimônio conhecido;
V – racionalização da cobrança, priorizando a cobrança administrativa e meios alternativos.

Art. 5º A Procuradoria Jurídica deverá deixar de ajuizar execuções fiscais de baixo valor quando:
I – demonstrada a ausência de interesse de agir, por inexistência de bens penhoráveis ou devedores não localizados;
II – verificada a ineficácia da medida judicial, com base em dados históricos ou indicadores técnicos;
III – comprovado que o ajuizamento acarretará desproporcionalidade ou antieconomicidade em relação ao valor devido.

Parágrafo único. Nesses casos, o crédito permanecerá em cobrança administrativa ou aguardará revisão pelo setor competente, sem prejuízo de protesto extrajudicial ou outros meios alternativos de cobrança.

CAPÍTULO IV
DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS DA PROCURADORIA

Art. 6º - Antes do ajuizamento, a Procuradoria deverá elaborar Relatório de Viabilidade da Execução Fiscal, contendo:
I – identificação do crédito e do devedor;
II – comprovantes de tentativas administrativas;
III – pesquisas patrimoniais prévias;
IV – análise de prescrição;
V – conclusão fundamentada sobre a viabilidade ou não do ajuizamento.

Art. 7º Os relatórios serão arquivados no sistema de Dívida Ativa para fins de auditoria, controle interno e prestação de contas.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Art. 8º A Procuradoria Jurídica será responsável pelo cumprimento deste Decreto e pelas justificativas em caso de inobservância dos critérios aqui estabelecidos.

Art. 9º Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 10. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A8D40192

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23901/2026

DECRETO Nº 23901/2026

Estabelece prazo máximo para o ajuizamento de ações de execução fiscal pela Procuradoria Municipal de Dois Vizinhos e dá outras providências.

Luiz Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a cobrança judicial eficiente constitui instrumento essencial para a recuperação de créditos públicos e para o incremento da arrecadação;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar fluxo temporal adequado entre o Departamento Tributário e a Procuradoria Municipal, de modo a evitar prescrição e assegurar maior eficiência administrativa;

CONSIDERANDO o disposto no Código Tributário Municipal e demais normas correlatas,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica estabelecido que a Procuradoria Municipal deverá promover o ajuizamento da ação de execução fiscal no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do efetivo recebimento da Certidão de Dívida Ativa – CDA, devidamente instruída com:
I – informações cadastrais atualizadas do devedor;
II – cálculo atualizado do crédito;
III – documentos complementares necessários à propositura da ação;
IV – demais elementos exigidos pela legislação pertinente.

Art. 2º O Departamento Tributação e Receita deverá encaminhar à Procuradoria Municipal a CDA acompanhada de todos os documentos indispensáveis, certificando-se da completude e regularidade das informações.

Parágrafo único. O prazo de que trata o art. 1º somente terá início quando a CDA estiver regular e completa, devidamente protocolada e recebida pela Procuradoria Municipal.

Art. 3º Compete à Procuradoria Municipal:
I – conferir a documentação recebida e, se necessário, solicitar complementações ao Departamento Tributário, de forma motivada;
II – ajuizar a execução fiscal dentro do prazo definido neste Decreto;
III – adotar medidas administrativas e judiciais necessárias à preservação da exigibilidade e à prevenção da prescrição do crédito tributário;
IV – manter registro atualizado dos prazos e das execuções fiscais ajuizadas.

Art. 4º A Procuradoria Municipal será responsável pela observância do prazo de 60 dias, respondendo administrativamente, na forma da legislação aplicável, em caso de descumprimento injustificado.
§ 1º A Procuradoria Municipal deverá comunicar ao Secretário de Administração e Finanças, trimestralmente, relatório contendo:
I – número de CDAs recebidas no período;
II – data do recebimento;
III – prazo final para ajuizamento;
IV – número de execuções fiscais ajuizadas;
V – justificativas, quando houver atraso.

§ 2º O descumprimento do prazo por motivo atribuível ao Departamento Tributação e Receita deverá ser formalmente registrado pela Procuradoria, com devolução do processo para regularização.

Art. 5º Os órgãos envolvidos deverão manter comunicação permanente, inclusive por meio eletrônico, assegurando celeridade e rastreabilidade do fluxo.

Art. 6º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:50D66123

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23902/2026

DECRETO Nº 23902/2026

Concede Promoção Horizontal à professora.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Promoção Horizontal, à Professora da Rede Municipal de Ensino, com base nos artigos 56 e 57 da Lei 2902/2025, Decreto 22661/2025 e Protocolo 1-Doc 2441/2026, com efeitos a partir de 01 de maio de 2026, conforme segue:

Matrícula	Nome	Classe Atual	Classe Promoção
17561-1	Tatiane Mateus	NIII-11	NIII-12

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de maio de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:732FC362

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23903/2026

DECRETO Nº 23903/2026

Convoca a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 13 de novembro de 2026, tendo como tema central: "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social e Cidadania através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA municipal).

Art. 3° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:BDF7333F

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23904/2026

DECRETO Nº 23904/2026

Concede Adicional Especial e Abono de Permanência ao servidor Antônio Petri.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Adicional Especial ao servidor **ANTONIO PETRI**, matrícula funcional 13085-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de *Motorista*, lotado junto à Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Ensino, concedendo Adicional Especial com base no Artigo 143, Inciso II da Lei 577/93 e suas alterações, a partir de 01 de novembro de 2026, conforme Protocolo nº 5.024/2026, assim estabelecido:

- 5% (cinco por cento) para a permanência entre o primeiro e o décimo-segundo mês;
- 10% (dez por cento) para a permanência entre o décimo-terceiro e o vigésimo-quarto mês;
- 15% (quinze por cento) para a permanência entre o vigésimo-quinto e o trigésimo-sexto mês;

- 20% (vinte por cento) para a permanência entre o trigésimo-sétimo e o quadragésimo-oitavo mês;
- 25% (vinte e cinco por cento) para a permanência entre o quadragésimo-nono e o sexagésimo mês).

Art. 2º Concede ao servidor Abono de Permanência, a partir de a partir de 01 de novembro de 2026, com base na Emenda Constitucional n° 41/2003 e Lei Municipal 2648/2022.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8F925824

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23905/2026

DECRETO Nº 23905/2026

Revoga o dispositivo do Decreto n° 23869/2026, que concedeu férias ao servidor Mauri Wilamowski.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga o dispositivo do Decreto n° 23869/2026, que concedeu férias ao servidor **MAURI WILAMOWSKI**, matrícula 13087-1, lotado junto à Secretaria de Saúde, a partir de 10 de outubro de 2026 em atendimento ao Memorando/CI 7.531/2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5432D552

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23906/2026

DECRETO Nº 23906/2026

Concede Licença Maternidade à servidora Mariane Pinzon.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença Maternidade à servidora **MARIANE PINZON**, matrícula funcional 20454-1, ocupante do cargo de provimento Comissão de Assessora Financeira, lotada junto à Secretaria de Saúde/Pronto Atendimento, no período de 14 de outubro de 2026 a 11 de abril de 2027, com base na Lei n° 1.551/2010.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65° ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:EC1BF4D4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23907/2026

DECRETO Nº 23907/2026

Concede Licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares ao servidor Roberto Fabiano Brandão.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares ao servidor **ROBERTO FABIANO BRANDÃO**, matrícula funcional nº 18295-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, lotado junto à Secretaria de Saúde/PSF Sul, no período de 01 de novembro de 2026 a 30 de abril de 2028, com base no inciso IX, do art. 94, da Lei 577/93, regulamentada pelos Decretos 1823/93 e 3703/98, conforme protocolo 1-Doc nº 5.023/2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:25909AD6

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23908/2026

DECRETO Nº 23908/2026

Aprova o Plano de Ação Municipal 2026-2029 do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, do Município de Dois Vizinhos e dá outras providências.

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 230 da Constituição Federal, que atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, sua dignidade e seu bem-estar;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa;

Considerando a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI;

Considerando o Decreto Municipal nº 23431/2026, que instituiu o Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI, e o Decreto nº 23521/2026, que nomeou seus membros;

Considerando que o Diagnóstico Municipal e o Plano de Ação foram elaborados de forma participativa e intersetorial pelo Comitê Gestor Local Intersetorial, com escuta qualificada da população idosa, e apreciados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, Resolução nº 008/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação Municipal 2026-2029 do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, do Município de Dois Vizinhos, que passa a constituir instrumento de planejamento, gestão, articulação intersetorial, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais destinadas à pessoa idosa.
Parágrafo único. O Plano de Ação, elaborado para o período de 2026 a 2029, integra este Decreto como Anexo Único e permanecerá disponível na Secretaria Municipal da Mulher, Idoso, Juventude e Imigrantes e no portal de transparência do Município.
Art. 2º O Plano de Ação estrutura-se nos seguintes eixos:
I – Espaços ao ar livre e edifícios;
II – Transporte;
III – Habitação;
IV – Participação social;
V – Respeito e inclusão social;
VI – Participação cívica e emprego;
VII – Comunicação e informação;
VIII – Apoio comunitário e serviços de saúde; e
IX – Cuidado.
Art. 3º As secretarias e demais órgãos responsáveis atuarão, no âmbito de suas competências, para implementar as ações, metas e indicadores previstos no Plano de Ação, em articulação com o CMDPI, a sociedade civil e os demais parceiros.
Parágrafo único. A execução das ações observará a disponibilidade orçamentária e financeira e os instrumentos de planejamento municipal (PPA, LDO e LOA).
Art. 4º O monitoramento e a avaliação do Plano de Ação serão coordenados pelo Comitê Gestor Local Intersetorial do PAPI, instituído pelo Decreto nº 23.431/2026, com a participação do CMDPI.
§ 1º O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, registrando em ata as decisões e providências relativas à execução do Plano.
§ 2º Ao final de cada ano será elaborado Relatório Anual de Progresso, com a situação das ações e metas, os indicadores alcançados, as dificuldades identificadas e as providências para o período seguinte, a ser apresentado ao CMDPI.
§ 3º Ao final da vigência será elaborado Relatório Final de Execução e Avaliação, para subsidiar o próximo ciclo de planejamento.
Art. 5º Ajustes nas estratégias, nos cronogramas ou nas formas de execução poderão ser propostos pelo Comitê, ouvido o CMDPI, e formalizados pelo instrumento administrativo adequado.
Art. 6º A Secretaria Municipal da Mulher, Idoso, Juventude e Imigrantes ficará responsável pela articulação administrativa e pelo apoio técnico necessários à divulgação, ao acompanhamento e à sistematização das informações do Plano.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:607562CB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23910/2026

DECRETO Nº 23910/2026

Revoga o dispositivo do Decreto n° 23220/2026 que designou o servidor Edison Roberto Fiorin para Jornada Suplementar.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga o dispositivo do Decreto n° 23220/2026 que designou o servidor **EDISON ROBERTO FIORIN**, matrícula funcional nº 20173-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Línguas Estrangeiras (Inglês) com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós, para Jornada Suplementar com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 23 de outubro de 2026.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:0431E8F4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23911/2026

DECRETO Nº 23911/2026

Revoga dispositivos de Decretos que concederam Bolsa Auxílio a servidores.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Revoga os dispositivos dos Decretos que concederam Bolsa Auxilio aos servidores abaixo relacionados, a partir de 01 de outubro de 2026 nos termos da legislação vigente.

Matrícula	Nome	Revoga-se o dispositivo do Decreto
20151-1	Alini Gomes dos Santos	23834/2026
19821-1	Elda Venancio Chaves	23564/2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F9E343CE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23912/2026

DECRETO Nº 23912/2026

Concede férias aos servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE férias aos servidores abaixo mencionados, com base no Artigo 90 da Lei 577/93 e suas alterações:

Matricula Funcional	Nome	Período aquisitivo	Período de gozo
19561-1	Lucas Jose Beal	2024/2025	26/10/2026 a 09/11/2026
18834-1	Paulo Cezar Witeck Moraes	2024/2025	21/10/2026 a 09/11/2026

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B7460B1A

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23913/2026

DECRETO Nº 23913/2026

Concede Promoção por Merecimento aos servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Promoção por Merecimento, com base na Lei 577/93 e suas alterações e no relatório emitido pela Portaria 054/2025, aos servidores municipais, no mês de outubro de 2026, conforme tabela abaixo:

MATRÍCULA	NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ADMISSÃO	NÍVEL ATUAL	NÍVEL PROMOÇÃO
16756-1	Deolinda Andrade Romancini	03/10/2011	18	19
16713-1	Edineia Fischer	03/10/2011	18	19
16705-1	Eva Genoveva Belloli dos Santos	04/10/2011	18	19
16829-1	Gleidy Dayane de Matos	03/10/2011	18	19
19839-1	Gustavo Henrique Auler	16/10/2023	74	75
16896-1	Joelma de Oliveira	03/10/2011	18	19
19836-1	Juliana Van Kranenburg Demeterko Ditzel	05/10/2023	37	38
13814-1	Juliane Machado	06/10/2008	25	26
16942-1	Marcos Fabio Fabiane	20/10/2011	18	19
13816-1	Nilce Aparecida Visoski Debarba	10/10/2008	15	16
18529-1	Raul Zanella	16/10/2017	51	52
16683-1	Roseli de Paula Prestes	03/10/2011	18	19
16691-1	Samara da Silva Gonzatto	03/10/2011	18	19
16721-1	Sandramar Alves Martins	03/10/2011	18	19

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:31395424

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23914/2026

DECRETO Nº 23914/2026

Desapropria amigável os imóveis abaixo consignados para fins de utilidade pública.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Desapropria de forma amigável as áreas abaixo descritas, declaradas de Utilidade Pública pelo Decreto n.º 23284/2026, que serão destinadas para a instalação de caixa d'água.

§ 1º A área a ser desapropriada é a seguinte:

Lotes rurais n.º	Matrícula	Livro	Ficha	Área utilidade pública	Proprietário
17-C-1	56.492	2	1	36,00m²	Altamir Carlos Krugel, CPF: 617.XXX.XXX-78 Elaine Simon, CPF: 031.XXX.XXX-19

§ 2º As áreas estão localizadas no Município de Dois Vizinhos, matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca.

Art. 2º Aa áreas foram avaliadas pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto nº 22691/2025, em R$ 1.309,33(Um mil, trezentos e nove reais, trinta e três centavos).

Art. 3° As despesas com a transferência das áreas a serem desapropriadas serão de responsabilidade do Município.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 23868/2026.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:32570C20

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23915/2026

DECRETO Nº 23915/2026

Concede Licença para tratar de doença em pessoa da família à servidora Janete Antunes Goudinho.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Licença para tratar de doença em pessoa da família (mãe) à servidora **JANETE ANTUNES GOUDINHO,** matrícula funcional 16969-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada junto à Secretaria de Saúde/PSF Santa Luzia, no período de 22 de outubro de 2026 a 21 de dezembro de 2026, com remuneração integral, com base no artigo 94, inciso II e artigo 110 § 2º da Lei 577/1993. Conforme requerimento protocolizado nº 4.785/2026 (1doc).

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:6DCBB654

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23917/2026

DECRETO Nº 23917/2026

Nomeia os integrantes do Núcleo Municipal de Cuidados – NUMUC, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, no Município de Dois Vizinhos – PR.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Orgânica Municipal, art 67, inciso I, e,

Considerando a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
Considerando o Decreto Estadual nº 11.588/2025, que regulamenta a Bolsa Cuidador Familiar;
Considerando o Decreto Municipal nº 22.840/2025, que institui o Núcleo Municipal de Cuidados – NUMUC, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
Considerando, especialmente, o disposto no Art. 4º, do Decreto Municipal nº 22.840/2025, que estabelece que a designação dos membros do NUMUC será formalizada por ato do Prefeito ou de Secretários Municipais competentes,
D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os integrantes do **Núcleo Municipal de Cuidados – NUMUC**, instância intersetorial responsável pela implementação e execução da Bolsa Cuidador Familiar, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, no Município de Dois Vizinhos, composto pelos seguintes membros:

NOME	FUNÇÃO/ CARGO	REPRESENTATIVIDADE
Jaqueline Cordeiro dos Santos de Almeida	Enfermeira	Secretaria Municipal de Saúde
Raquel Cristina Pacci de Lima	Dentista	
Franciele Aparecida Buratto Beal	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
Marivani Oliveira Paz Silva	Assistente Social	
Liz Tinoco Fricks	Coordenadora Técnica	Secretaria Municipal da Mulher, Idoso e Juventude
Cristiane Regina Mazurana	Diretora	

Art. 2ºA coordenação do Núcleo Municipal de Cuidados – NUMUC será exercida pela Secretaria Municipal da Mulher, Idoso e Juventude, responsável pela Política Municipal da Pessoa Idosa, nos termos do §2º do Art. 3º do Decreto Municipal nº 22.840/2025.
Art. 3º Compete aos membros do Núcleo Municipal de Cuidados – NUMUC exercer, de forma articulada e intersetorial, as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 22.840/2025, especialmente:
I – apoiar o cadastramento e validar as inscrições de cuidadores familiares no Cadastro de Cuidadores do Paraná;
II – aplicar os critérios de priorização e emitir parecer conclusivo sobre os beneficiários do Programa Bolsa Cuidador Familiar;
III – organizar a capacitação inicial e continuada dos cuidadores familiares, promovendo grupos de apoio, atividades de respiro e ações de autocuidado;
IV – monitorar a integridade e a dignidade da pessoa idosa no domicílio;
V – articular e integrar os serviços municipais de saúde, assistência social, direitos da pessoa idosa e demais políticas setoriais, assegurando atenção integral;
VI – atuar como instância de articulação com a rede local de atenção à pessoa idosa;
VII – alimentar e manter atualizados os sistemas de informação vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, garantindo a fidedignidade das informações;

VIII – acompanhar periodicamente as condições de elegibilidade do benefício e os compromissos assumidos pelos beneficiários;
IX – acompanhar situações que possam implicar no desligamento do benefício, emitindo parecer fundamentado quando necessário;
X – relatar periodicamente ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa os resultados alcançados, os desafios identificados e demais informações necessárias ao exercício do controle social.
Art. 4º A participação dos membros no Núcleo Municipal de Cuidados – NUMUC será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada.
Art. 5° Revoga-se o Decreto n° 23522/2026.
Art. 6º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E227388D

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23918/2026

DECRETO Nº 23918/2026

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Farmácia Terapêutica.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Dois,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da **Comissão de Farmácia Terapêutica** do Município de Dois Vizinhos.

Art. 2º Revoga-se o Decreto n° 20189/2023.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

REGIMENTO INTERNO
DA COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA (CFT)
CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, VINCULAÇÃO E FINALIDADE
Art. 1º A Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) do Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, é uma instância colegiada de natureza técnico-científica, consultiva e deliberativa no âmbito de suas competências, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde ou à autoridade administrativa por ela designada.
Art. 2º A CFT tem por finalidade assessorar a gestão municipal na seleção, avaliação e promoção do uso seguro, eficaz, efetivo e racional de medicamentos, bem como estabelecer critérios técnicos para elaboração, revisão e atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME).
Art. 3º A atuação da CFT observará as necessidades de saúde da população, as políticas públicas de saúde, as evidências científicas disponíveis, a legislação aplicável e os princípios da segurança do paciente, da transparência, da eficiência e da sustentabilidade do gasto público.
CAPÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS
Art. 4º Compete à CFT:
I – elaborar, avaliar, revisar e atualizar a REMUME, recomendando inclusão, exclusão, substituição ou restrição de medicamentos;
II – estabelecer e aplicar critérios técnicos, epidemiológicos, econômicos e de segurança para seleção e uso de medicamentos;
III – avaliar eficácia, efetividade, segurança, qualidade, conveniência terapêutica, custo-efetividade, impacto orçamentário e relevância para os problemas de saúde locais;
IV – considerar protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas, listas oficiais, evidências científicas e dados epidemiológicos municipais e regionais pertinentes;
V – propor medidas para promover o uso racional de medicamentos, prevenir erros de medicação e reduzir riscos relacionados ao uso;
VI – analisar solicitações de inclusão, exclusão, substituição ou alteração de apresentação, concentração, forma farmacêutica ou indicação de medicamentos;
VII – emitir pareceres e recomendações técnicas à Secretaria Municipal de Saúde e aos setores envolvidos na assistência farmacêutica;
VIII – recomendar critérios para utilização de medicamentos não padronizados, sem substituir os fluxos administrativos, clínicos e legais aplicáveis a cada caso;
IX – avaliar informações de farmacovigilância, alertas sanitários, notificações de eventos adversos e comunicados de órgãos oficiais;
X – propor e revisar protocolos, orientações, manuais e procedimentos operacionais relacionados à seleção e ao uso de medicamentos;
XI – acompanhar indicadores de consumo, demanda, disponibilidade, utilização, segurança e impacto financeiro dos medicamentos padronizados;
XII – promover educação permanente e divulgar decisões, orientações e atualizações aos profissionais e serviços de saúde;
XIII – registrar e fundamentar suas deliberações, acompanhar sua implementação e revisar recomendações quando surgirem novas evidências ou mudanças relevantes;
XIV – elaborar relatório anual de atividades, incluindo revisões realizadas, solicitações analisadas, decisões e ações de melhoria.
CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO, DESIGNAÇÃO E MANDATO
Art. 5º A CFT será composta por, no mínimo, quatro membros titulares, formalmente designados por ato da autoridade competente, buscando representação multiprofissional e conhecimento técnico pertinente. Recomenda-se a participação de:
I – farmacêutico(s), preferencialmente com atuação na Assistência Farmacêutica;
II – médico representante da rede municipal de saúde;
III – enfermeiro representante dos serviços de saúde, podendo contemplar Atenção Básica, CAPS, UPA ou outros serviços conforme a organização municipal;
IV – representante da gestão/Secretaria Municipal de Saúde;
V – representante da Ouvidoria, quando disponível e pertinente;
VI – representante da área administrativa, planejamento, compras ou orçamento, quando necessário;
VII – outros profissionais convidados ou designados de acordo com o tema em análise.
§ 1º A composição deverá assegurar, sempre que possível, competências nas áreas clínica, farmacêutica, epidemiológica, de segurança do paciente e de gestão de recursos.
§ 2º O ato de designação identificará os membros titulares, suplentes, presidente e, quando houver, vice-presidente e secretário(a), bem como suas respectivas representações.

Art. 6º A escolha dos membros considerará formação, experiência profissional, vínculo com os serviços municipais, capacidade de contribuição técnica e ausência de conflito de interesses que comprometa a imparcialidade.

§ 1º Os membros deverão declarar eventual conflito de interesses relacionado à matéria em análise e poderão ser impedidos de relatar, discutir ou votar o tema, com registro em ata.

§ 2º Poderão ser convidados especialistas e representantes de serviços para prestar esclarecimentos, sem direito a voto, salvo se formalmente designados como membros.

Art. 7º O mandato dos membros será de 24 (vinte e quatro) meses, permitida recondução mediante novo ato de designação. A substituição de membro deverá ser formalizada pela autoridade competente.

Art. 8º A participação na CFT será considerada atividade institucional, devendo a chefia assegurar condições para participação nas reuniões e execução das atribuições.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES

Art. 9º Compete ao(à) presidente:

I – convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;

II – aprovar a pauta e organizar a ordem dos trabalhos;

III – distribuir matérias e designar relator(es), observada a competência técnica;

IV – conduzir discussões e votações, assegurar participação equilibrada e declarar os resultados;

V – representar a CFT perante a Secretaria Municipal de Saúde e outros órgãos;

VI – assinar atas, pareceres, recomendações e demais documentos aprovados;

VII – acompanhar o cumprimento deste Regimento e encaminhar as deliberações à autoridade competente.

Art. 10. Compete ao(à) vice-presidente substituir o(a) presidente em suas ausências e impedimentos e exercer as funções que lhe forem delegadas.

Art. 11. Compete ao(à) secretário(a), indicado(a) pela Comissão ou designado(a) no ato de composição, organizar convocações, pautas, documentos, atas, arquivo, controle de prazos e divulgação formal das deliberações.

Art. 12. Compete a todos os membros analisar previamente os documentos, participar das reuniões, fundamentar seus votos, declarar conflitos de interesses, manter sigilo sobre informações protegidas e cumprir as tarefas que lhes forem atribuídas.

CAPÍTULO V – DAS REUNIÕES, CONVOCAÇÃO E QUÓRUM

Art. 13. A CFT realizará reuniões ordinárias, no mínimo, trimestralmente, em calendário anual aprovado pela Comissão. Poderão ocorrer reuniões extraordinárias sempre que houver necessidade ou urgência.

Art. 14. As reuniões serão convocadas pelo(a) presidente ou, em sua ausência, pelo(a) vice-presidente, podendo também ser solicitadas por, no mínimo, um terço dos membros ou pela autoridade responsável pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º A convocação será encaminhada preferencialmente com antecedência mínima de cinco dias úteis, contendo data, horário, local ou link, pauta e documentos disponíveis. Em situação urgente, o prazo poderá ser reduzido, mediante justificativa registrada em ata.

§ 2º A reunião extraordinária tratará prioritariamente das matérias indicadas na convocação.

Art. 15. O quórum de instalação será de maioria absoluta dos membros formalmente designados. As deliberações serão aprovadas por maioria simples dos membros presentes, desde que observado o quórum de instalação.

§ 1º Cada membro com direito a voto terá um voto. Em caso de empate, caberá ao(à) presidente o voto de qualidade.

§ 2º Membros impedidos por conflito de interesses não votarão na matéria correspondente, devendo o impedimento constar em ata. O impedimento será considerado para o registro da votação, sem alterar a composição formal da CFT.

§ 3º Na ausência de quórum, a reunião poderá ocorrer apenas para informes e discussão não deliberativa, devendo a votação ser transferida para reunião com quórum válido.

Art. 16. A ausência injustificada a três reuniões consecutivas ou a seis reuniões não consecutivas no período de 12 meses será comunicada à autoridade competente para avaliação da substituição do membro, assegurada a oportunidade de justificativa.

Art. 17. A reunião poderá ocorrer presencialmente, por videoconferência ou em formato híbrido, desde que seja possível identificar os participantes, registrar presença e assegurar participação e votação.

CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA REMUME

Art. 18. A avaliação de medicamentos para a REMUME deverá ser baseada em análise técnica documentada e considerar, conforme a disponibilidade e pertinência:

I – critérios técnicos: indicação clínica, eficácia, efetividade, qualidade das evidências, forma farmacêutica, concentração, via de administração, facilidade de uso, adesão e adequação aos serviços municipais;

II – critérios epidemiológicos: prevalência e incidência dos agravos, perfil de morbimortalidade, necessidades sanitárias locais, linhas de cuidado e população potencialmente beneficiada;

III – critérios de segurança: perfil de eventos adversos, contraindicações, interações, riscos de erros de medicação, necessidade de monitoramento, alertas sanitários e medidas de minimização de riscos;

IV – critérios econômicos: custo do tratamento, custo-efetividade quando disponível, impacto orçamentário, custos de monitoramento e administração, previsibilidade de demanda e sustentabilidade do abastecimento;

V – critérios de organização da assistência: nível de atenção, capacidade de diagnóstico e acompanhamento, disponibilidade de alternativas terapêuticas e compatibilidade com protocolos e diretrizes aplicáveis;

VI – critérios regulatórios: situação de registro sanitário e conformidade com as normas vigentes aplicáveis ao medicamento.

Art. 19. A inclusão de medicamento deverá demonstrar necessidade sanitária relevante e benefício clínico esperado em comparação com as alternativas disponíveis, com avaliação de segurança, viabilidade de uso e impacto financeiro.

Art. 20. A exclusão, substituição ou restrição de medicamento poderá ser recomendada quando houver, entre outros motivos, evidência de risco relevante, baixa efetividade, existência de alternativa mais adequada, mudança epidemiológica, descontinuação de fornecimento, alerta sanitário, inadequação de uso ou impacto econômico desproporcional.

Art. 21. A CFT poderá solicitar informações complementares ao proponente, aos serviços assistenciais, à Assistência Farmacêutica, à área de compras, ao planejamento, ao setor financeiro ou a especialistas, fixando prazo para resposta.

Art. 22. A REMUME será revisada ordinariamente pelo menos uma vez a cada 12 (doze) meses. Revisões extraordinárias poderão ocorrer a qualquer tempo em razão de alertas de segurança, novas evidências, alterações epidemiológicas, mudanças normativas, problemas de abastecimento ou necessidade assistencial relevante.

Parágrafo único. A revisão anual deverá ser registrada em plano de trabalho ou ata, mesmo quando a análise concluir pela manutenção da lista vigente.

CAPÍTULO VII – DO FLUXO DE SOLICITAÇÃO, ANÁLISE E DELIBERAÇÃO

Art. 23. As propostas de inclusão, exclusão, substituição ou alteração de medicamentos poderão ser encaminhadas à CFT por profissionais e serviços de saúde, Assistência Farmacêutica ou gestão municipal, mediante formulário ou expediente padronizado definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 24. A solicitação deverá conter, sempre que aplicável:

I – identificação do solicitante, serviço e data;

II – denominação comum brasileira (DCB), concentração, forma farmacêutica, via de administração e indicação proposta;

III – justificativa clínica e sanitária, população-alvo e estimativa de demanda;

IV – evidências científicas, diretrizes ou protocolos que sustentem a proposta;

V – comparação com opções já disponíveis na REMUME e explicação da necessidade de nova alternativa;

VI – informações de segurança, monitoramento necessário e riscos relevantes;

VII – estimativa de custo por tratamento e impacto orçamentário, quando disponíveis;
VIII – informações adicionais solicitadas pela CFT.
Art. 25. O fluxo de análise seguirá, preferencialmente, as etapas abaixo:
I – protocolo e registro da solicitação pela secretaria da CFT ou setor designado;
II – verificação de completude documental e solicitação de complementação, quando necessária;
III – triagem quanto à pertinência, urgência e competência da CFT;
IV – designação de relator ou grupo técnico para elaborar análise fundamentada;
V – avaliação dos critérios técnicos, epidemiológicos, econômicos, regulatórios e de segurança previstos neste Regimento;
VI – apresentação do parecer à Comissão, discussão e deliberação em reunião com quórum válido;
VII – registro da decisão, dos fundamentos, dos votos e, se houver, das recomendações ou condicionantes;
VIII – encaminhamento à autoridade competente para ciência e adoção das providências administrativas cabíveis;
IX – comunicação formal ao solicitante e divulgação aos serviços interessados, observadas as regras de sigilo e proteção de dados;
X – acompanhamento da implementação e reavaliação quando necessário.
Art. 26. A CFT poderá recomendar aprovação, aprovação condicionada, não aprovação, solicitação de informações adicionais ou adiamento justificado da decisão. A recomendação deverá explicitar seus fundamentos.
Art. 27. A deliberação da CFT será técnica e deverá ser encaminhada à autoridade administrativa competente para as providências necessárias. A alteração oficial da REMUME deverá ser formalizada e divulgada pelos meios institucionais adequados, conforme as competências administrativas e normas aplicáveis.

CAPÍTULO VIII – DO REGISTRO, ARQUIVAMENTO E DIVULGAÇÃO

Art. 28. Todas as reuniões terão ata, contendo, no mínimo: data, horário, modalidade e local; nomes dos presentes e ausentes; pauta; síntese das discussões; declaração de conflitos de interesses; matérias analisadas; resultado das votações; decisões, justificativas, responsáveis e prazos.
Art. 29. As atas e os pareceres serão submetidos à validação da Comissão, assinados pelo(a) presidente e pelo(a) secretário(a), ou pelos membros definidos pela Comissão, e arquivados em meio físico ou eletrônico institucional com controle de acesso e preservação documental.
Art. 30. As decisões e atualizações da REMUME serão divulgadas aos profissionais e serviços de saúde por meio institucional apropriado, incluindo, quando cabível, publicação oficial, página institucional, comunicados, protocolos ou capacitações. A divulgação identificará a decisão, a data de vigência e as orientações necessárias à implementação.
Parágrafo único. Informações pessoais, sigilosas ou protegidas por lei não serão divulgadas. A publicidade das deliberações deverá respeitar as normas de acesso à informação e proteção de dados.

CAPÍTULO IX – DO PLANEJAMENTO E DOS INDICADORES

Art. 31. A CFT elaborará plano anual de trabalho, contendo prioridades de revisão da REMUME, cronograma de reuniões, ações de educação permanente e indicadores de acompanhamento.
Art. 32. A Assistência Farmacêutica poderá apresentar à CFT, preferencialmente a cada trimestre, indicadores de consumo, demanda não atendida, desabastecimento, utilização, alertas de segurança e impacto financeiro, para subsidiar a tomada de decisão.
Art. 33. Ao final de cada ano, a CFT avaliará a execução do plano de trabalho e registrará oportunidades de melhoria em relatório ou ata.

CAPÍTULO X – DA REVISÃO DO REGIMENTO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Este Regimento será revisto ordinariamente a cada 24 (vinte e quatro) meses e extraordinariamente sempre que houver alteração normativa, mudança relevante na organização da Assistência Farmacêutica ou identificação de necessidade de aprimoramento.
Art. 35. As propostas de alteração deste Regimento serão discutidas e aprovadas pela CFT, registradas em ata e encaminhadas à autoridade competente para análise e formalização por ato administrativo próprio. A versão vigente deverá conter data, número de versão e identificação da aprovação.
Art. 36. Os casos omissos serão discutidos pela CFT e encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde ou à autoridade competente para decisão, observada a legislação aplicável.
Art. 37. Este Regimento entra em vigor após aprovação e formalização pelo ato administrativo competente, revogadas as disposições em contrário.

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:224E41BB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23919/2026

DECRETO Nº 23919/2026

Concede Licença por morte em pessoa da família a servidora Evanei Valmorbida Colle.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º CONCEDE Licença por Morte em Pessoa da Família (mãe) à servidora **EVANEI VALMORBIDA COLLE**, matrícula funcional 18155-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, lotada junto a Secretaria de Saúde, no período de 21 a 28 de outubro de 2026, com base no artigo 10, Inciso VII, alínea "b", da Lei 1875/2014 e suas alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D54EEC8E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 122/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 122/2026

Convênio 006/2026	
Convenente	Município de Dois Vizinhos
Conveniado	Município de Verê
Objeto	O presente tem por finalidade, determinar critérios para a cooperação entre os Municípios, visando atendimento de crianças e adolescentes oriundos do Município CONVENIADO no "Abrigo Institucional Caminho Seguro", situado no Município CONVENENTE.
Valor	CONVENIADO repassar mensalmente ao ente CONVENENTE a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de contraprestação pela manutenção deste convênio, independentemente de haver ou não crianças ou adolescentes acolhidos.
Prazo de Vigência	12 (doze) meses a partir da data de assinatura do presente instrumento.
Data de Assinatura	16 de outubro de 2026.

Contrato	482/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 050/2026

Locatário	Município de Dois Vizinhos.
Locador	Marcos Antonio Pellin - CNPJ/MF nº 01.702.496/0001-08.
Objeto	Locação de espaço físico, imóvel urbano com área total de 2.676,53 m² e área construída de 990,96m², para recepção e gestão de resíduos decorrentes das coletas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
Valor	R$ 180.600,00 (cento e oitenta mil e seiscentos reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	16 de outubro de 2026.

Primero Termo Aditivo de Retificação e Adequação Técnica ao Contrato de Empreitada de Obra Por Preço Global nº 034/2026 – Concorrência n° 90022/2025.	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Jirau Alto Incorporadora e Construtora Ltda - CNPJ n° 12.876.608/0001-63.
Objeto	Cláusula Primeira – Da Retificação Do Objeto Contratual Fica integralmente retificado o texto descritivo dos trechos e logradouros constantes na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO do Contrato nº 034/2026, passando a constar a seguinte alteração: Parágrafo primeiro. Vias no projeto/planilha orçamentária (retificados/incluídos): 1. Rua Sem Nome (entre R. das Orquídeas e fim da Rua) 2. Prol. Rua Bombeiro Reni Cigerza 02 (entre Rua das Perobas ("G") e fim da Rua) 3. Rua dos Coqueiros (entre R. Perimetral Norte e Rua Perimetral Norte) 4. Rua das Orquídeas 02 (entre Rua Limoeiros e Rua Genova) 5. Rua Chico Anysio (entre Rua Jorge José Fernandes até Fim da Rua) 6. Rua Elis Regina 02 (entre Rua Chico Anysio até Fim da Rua) Parágrafo segundo. Vias com trechos corrigidos conforme projeto: 1. Rua das Bracatingas (entre Fim de Rua e Prol. da Rua Bombeiro Reni Cigerza) 2. Rua dos Louros (entre Prol. Rua Bombeiro. Cigerza e Rua Amanhecer) 3. Rua Verona (entre Fim de Rua e Rua José Maria Galvan) 4. Rua Verona (entre Prol. da Rua Bombeiro Reni Cigerza e R. Pôr do Sol) 5. Rua San Marino (entre Prol. da Rua Bombeiro Reni Cigerza e Rua Pôr do Sol) 6. Rua San Marino (entre Prol. da Rua Bombeiro Reni Cigerza e Rua Pôr do Sol) 7. Rua Amanhecer (entre Fim de Rua e Prol. da Rua dos Louros) 8. Rua Pôr do Sol (entre Rótula e Fim de Rua) 9. Rua Bombeiro Reni Cigerza 01 (entre Rua Antonio Matuchaki e Rua das Perobas ("G")) 10. Rua Pádova (entre Fim de Rua e Rua dos Macacos) 11. Rua Pau Brasil ("F") (entre Rua José Maria Galvan e Rua Dinarte Galvan) 12. Rua Genova 01 (entre Fim de Rua e Rua Padova) 13. Rua Marilde de Carli (entre Fim de Rua e Rua Perimetral Norte) 14. Rua das Orquídeas 01 (entre Rua Marilde Decarli e Rua dos Limoeiros) 15. Rua das Laranjeiras (entre Rua das Orquídeas e Rua Perimetral Norte) 16. Rua dos Limoeiros (entre Rua das Orquídeas e Rua Perimetral Norte) 17. Rua Tom Jobim (entre Rua Chico Anysio até Fim de Rua) CLÁUSULA SEGUNDA – DA INALTERABILIDADE FINANCEIRA E RATIFICAÇÃO Fica expressamente ratificado o valor global do contrato em R$ 11.399.999,95 (onze milhões, trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos), declarando as partes que esta alteração não causa qualquer impacto financeiro (acréscimo ou supressão de valor) ou quebra de equilíbrio econômico-financeiro.
Data de Assinatura	20 de outubro de 2026.

Primero Termo Aditivo ao Chamamento Público 007/2026	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Objeto	Cláusula Primeira – da inclusão de item e alteração do valor estimado 1.1. Fica acrescido ao Termo de Referência (Item 1.1) e ao Edital de Chamamento Público nº 007/2026 o Item 14, correspondente aos serviços de hora máquina de Mini Escavadeira. 1.2. Em decorrência da inclusão do item, o valor total estimado da contratação constante no item 10.1 do Termo de Referência e no sumário de abertura do Edital passa de R$ 13.387.172,20 (treze milhões, trezentos e oitenta e sete mil, cento e setenta e dois reais e vinte centavos) para o valor global máximo de R$ 13.640.172,20 (treze milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e setenta e dois reais e vinte centavos).
Data de Assinatura	21 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	041/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Murilo Luiz Pellin - CNPJ nº 19.824.491/0001-13.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência .
Data de Assinatura	19 de outubro de 2026.

Termo de Credenciamento	042/2026 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Elaine Cristina R C de Resende Servicos de Engenharia Ltda - CNPJ nº 47.799.315/0001-04.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência .
Data de Assinatura	16 de outubro de 2026.

Dois Vizinhos, 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2D6E4D76

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 117/2026

PORTARIA Nº 117/2026

Nomeia Comissão Processante.

Luís Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando as razões constantes no Proc. Administrativo 3.262/2026 -1Doc;
Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 22932/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR a Comissão Processante para a apuração de infrações, composta pelos servidores abaixo descritos:

SERVIDOR	MATRÍCULA
Caetano Besson Fernandes	20812-1
Rudinei Curzel	18321-1
Vanessa Fabiane Severnini	18360-1

Art. 2º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 3º Determino que a Procuradoria Jurídica do Município participe ativamente de todos os trabalhos da Comissão, podendo, inclusive, formular perguntas e solicitar diligências.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUÍS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FCE02D62

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 118/2026

PORTARIA Nº 118/2026

Nomeia Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Municipal.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomeia a Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Municipal, com a finalidade de acompanhar o concurso de remoção e fixação dos professores do Ensino Fundamental – Séries Iniciais e dos Professores da Educação Infantil, para o ano de 2026, conforme definido no Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Dois Vizinhos (LEI Nº 2902/2025), composta pelos seguintes membros:

Nome	Matrícula	Órgão que representa
Leda Maria Ferrari	9900-1 e 9900-2	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Jailene Dal Bosco	17798-1 e 17798-2	Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Ensino Fundamental
Sirlene Pereira Rosa	17560-1	Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Educação Infantil

Daniela Malacarne	20325-1	Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Ensino Fundamental
Catiane Aparecida Soares Liecheski	18763-1	Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Educação Infantil
Nelci Block	10630-1 e 10630-2	Sindicato dos Professores Municipais
Sibele Vicari Zancanaro	9910-1 e 99103-1	Professora de Ensino Fundamental
Scheila de Col	13282-1	Professora de Educação Infantil

Art. 2º Revoga-se a Portaria 145/2025.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 64º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:78C85887

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **RATIFICA E ADJUDICA**, o objeto da licitação relativamente ao **Primeiro Termo aditivo** do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2025**, cujo objeto é: **Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE,** em favor da seguinte proponente:

Proponentes	Ordem	CPF/CNPJ
COOPERATIVA AMPERENSE DOS PRODUTORES DE VINHO – COOPEVI	01	09.182.492/0001-58

E **HOMOLOGA** o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 21 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:7DF10520

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **ADJUDICA e RATIFICA**, o objeto da licitação relativamente ao **1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 024/2025**, cujo objeto é: **Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas, para prestação de serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar,** em favor das seguintes proponentes:

Proponentes	CNPJ/CPF	Ordem
SRN CORRETORA DE IMOVEIS LTDA	11.740.333/0001-73	13
REFFATTI CORRETORA DE IMOVEIS LTDA	37.315.191/0001-90	14

E **HOMOLOGA** o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 23 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5F6C85E8

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90026/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90026/2026.
OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte rodoviário de uma esteira transportadora horizontal, incluindo coleta em Limeira/SP, transporte, entrega e descarregamento em Dois Vizinhos/PR.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando a Ata II e a decisão da Agente de Contratação constantes do Processo Administrativo nº 2.607/2026, bem como o parecer pela Procuradoria Municipal, considerando que a disputa da Dispensa Eletrônica nº 90026/2026 restou fracassada, após a inabilitação/desclassificação das três empresas participantes; e considerando que, diante do fracasso, a Agente de Contratação aplicou o art. 22, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, valendo-se de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, HOMOLOGO o referido procedimento, ratifico o resultado fracassado da disputa eletrônica e a decisão administrativa que selecionou a empresa **OVERLOG TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ Nº 26.087.292/0001-35**, pelo valor total de **R$ 8.657,25 (oito mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos)**, AUTORIZANDO sua contratação para execução do objeto, por estarem atendidas as formalidades necessárias e por mostrar-se a solução adequada ao interesse da Administração.

Dois Vizinhos, 19 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E9B4E23B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90057/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90057/2026.
OBJETO**: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desenvolvimento, implantação, migração de dados, treinamento, manutenção, suporte técnico, assessoria e licenciamento de sistema informatizado (software) em ambiente cloud computing, destinado à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o parecer do Senhor Pregoeiro constante da ata do Pregão Eletrônico nº 90057/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório, declarando-o **FRACASSADO.**

Dois Vizinhos, 23 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:9D6AFEB4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90063/2026.
OBJETO**: Aquisição e instalação de 4 (quatro) parques infantis, compreendendo o fornecimento dos equipamentos, transporte, descarga, montagem, instalação, fixação, testes de funcionamento e demais serviços necessários à perfeita execução do objeto, destinados às áreas públicas do Município de Dois Vizinhos/PR – Convênio 962186/2024 e proposta 8505/2024 do Ministério do Esporte.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o parecer do Senhor Pregoeiro constante da ata do Pregão Eletrônico nº 90063/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório, declarando-o **FRACASSADO.**

Dois Vizinhos, 16 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8ADB35E3

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90070/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90070/2026.
OBJETO**: Aquisição de pneus e insumos de borracharia, para reposição periódica decorrente do desgaste natural.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90070/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor das licitantes vencedoras**:**

• **VALE DO IGUACU COMERCIO DE PNEUS LTDA,** CNPJ Nº: 12.324.320/0001-86, **Itens 01, 04, 05 e 06 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 26.455,80 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)**;
• **VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA,** CNPJ Nº: 39.859.999/0001-64, **Itens 02 e 03 Lote 01**, com proposta no valor total de **R$ 43.207,32 (quarenta e três mil, duzentos e sete reais e trinta e dois centavos)**;

Pois atendem todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 15 de outubro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:279470D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - EXTRATO DE CONTRATO 004/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 004/2026

ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO nº 001/2026.

DATA DA ASSINATURA: 23 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES.
CNPJ: 73.257.214/0001-11.
CONTRATADA: ST EMPRENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 66.259.767/0001-48

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo automotor utilitário esportivo – SUV, novo, zero quilômetro, destinado ao atendimento das necessidades operacionais e institucionais da Câmara Municipal de Doutor Ulysses/PR.

VALOR GLOBAL: R$ 117.990,00 (cento e dezessete mil novecentos e noventa reais.)

Validade do Contrato: 12 meses.

Câmara Municipal de Doutor Ulysses, 23 de outubro de 2026.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:614FF4CB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 321/2026

DECRETO Nº0321/2026

Nomeia Grupo Específico para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Doutor Ulysses – PR, e também nomeia a Comissão de Acompanhamento dos trabalhos a serem desenvolvidos.

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelo cargo,
Decreta:
Art. 1º. Ficam nomeadas a partir desta data, as pessoas abaixo relacionadas, para exercerem a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Doutor Ulysses – PR.
§1° Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses – PR:
I. Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: PRISCILA DE FÁTIMA DENCK
Suplente: DAIANA GABRIEL DE OLIVEIRA
II. Secretaria Municipal de Agricultura
Titular: MARLON DA APARECIDA DE JESUS CHAMBERLAIN
Suplente: FLAVIO DALLA VECCHIA
III. Secretaria Municipal de Administração
Titular: ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA
Suplente: HELISSON PATRIK BESTEL
IV. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Titular: JOSIEL DO CARMO DOS SANTOS
Suplente: JADSON GUILHERME FERREIRA ROCHER
V. Secretaria Municipal de Finanças
Titular: JURANDIR KAPP JUNIOR
Suplente: WELITOM SOUZA NECKEL
VI. Secretaria Municipal de Transportes
Titular: AGEU DA ROSA
Suplente: YGOR DANIEL DE SOUZA E SILVA
VII. Secretaria Municipal de Governo
Titular: PEDRO JUNIOR ANSELMO DE ASSIS
Suplente: MARCIA LAÍS CRISSI DE PAULA
VIII. Secretaria Municipal de Educação
Titular: ANDIARO CUNHA BACELAR
Suplente: GABRIELLA ILHA DESPLANCHES
IX. Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Titular: JAQUELINE DE PAULA SOUZA

Suplente: MARCOS ADIVAEL BRAINE
X. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Titular: JAMILE PINA DE OLIVEIRA DEPETRIS
Suplente: MAURI PEREIRA LINS
XI. Secretaria Municipal de Esportes
Titular: JEVERSON EDUARDO CHAMBERLAIN PRODOSSIMO
Suplente: GABRIEL DA SILVA FITZ
XII. Secretaria Municipal de Obras
Titular: SERGIO MERI BUTCHER
Suplente: CLAYTON PIERRE SCHWARTZ
XIII. Secretaria Municipal de Saúde
Titular: ANDERSON LEME DA SILVA
Suplente: JOCELI FERREIRA DA ROSA CRUZ
XIV. Controle Interno
Titular: ABEL DA GUIA DE MOURA E COSTA JUNIOR
Suplente: GIZELE DE MATOS LIMA
§2° Equipe Técnica da Universidade Estadual de Ponta Grossa:
I.Geógrafo Marcio Jose Ornat
II.Geógrafa Isabella Sodré Cerveijeiras Bertolini
III.Geógrafa Suelen Guadanhin
Art. 2° Ficam nomeadas ainda os representantes que comporão a Comissão de Acompanhamento da Elaboração e Execução do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Doutor Ulysses – PR, assim constituída:
I. Câmara Municipal de Doutor Ulysses – ADELSON DA CONCEIÇÃO GELLIET E EDIVAN SCHEFFER
II. Conselho Municipal da Cidade – LAUDI DEBASTIANI
III. Conselho Municipal de Cultura – VANDERLEI LEME DA SILVA
IV. Conselho Municipal de Educação – ADRIANA BESTEL
Art. 3° Ficam designados como responsáveis legais pela elaboração Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Doutor Ulysses – PR, por parte da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Prof. Dr. Marcio Jose Ornat (CREA PR-197154/D) e por parte do Município, o Diretor de Departamento de Meio Ambiente Marcos Adivael Braine e o Engenheiro Clayton Pierre Schwartz (CREA PR-19868/D).
Art. 4° Este decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogando-se disposições contrárias.
Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:6A05BED9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 112/2026

PORTARIA Nº. 0112/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pelo servidor;
RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER afastamento pelo período de 60 (sessenta) dias ao servidor ANTONIO MARCOS FERREIRA DE MELO, portador do CPF/MF n° 946.xxx.xxx-97, servidor efetivo, admitido no cargo de PROFESSOR, com vínculo e abrangência relativos às matrículas n° 660 e n° 661.

Art. 2° - Esta portaria tem efeitos retroativos a 14/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, 22 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5965DAB3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 113/2026

PORTARIA Nº. 0113/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora;

RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER afastamento pelo período de 15 (quinze) dias a servidora VANIRA DA LUZ RIBEIRO DE OLIVEIRA, portadora do CPF/MF n°018.xxx.xxx-22, servidora CLASSE ESTATUTARIO, admitida em 20/06/2012 no Cargo de TRABALHADOR BRACAL;

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 23 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B799EB23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2026

******LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP LOCAL******
DECRETO MUNICIPAL Nº242/2025

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
OBJETO: **Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento das necessidades dos Departamentos da Prefeitura Municipal.**
Forma de Julgamento: Menor preço por item;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08 horas do dia 26/10/2026 às 08:30 horas do dia 09/11/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:31h às 08:59hr do dia 09/11/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:00h às 09:05h do dia 09/11/2026, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br**_**"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 23 de outubro de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 102/2026

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:86803353

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº 266 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 266/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026.

O Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e em conformidade com a Lei Municipal nº 900 de 01 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026, no valor de 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais), mediante as seguintes providências:
1 – Suplementação de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS DA MULHER	
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.801.2.33	SUBVENÇÃO E AUXILIO A PROVOPAR	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2760	0000 Recursos Ordinários (Livres)	45.000,00
	SUBTOTAL	45.000,00
	TOTAL	45.000,00

TOTAL: 45.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito referido no artigo primeiro, serão utilizados:
I) – Anulação total das Dotações Orçamentárias a seguir descritas, em conformidade com o inciso III, do §1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS DA MULHER	
08.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.801.2.33	SUBVENÇÃO E AUXILIO A PROVOPAR	
3.1.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2750	0000 Recursos Ordinários (Livres)	45.000,00
	SUBTOTAL	45.000,00
	TOTAL	45.000,00

TOTAL: 45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:50930666

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 149/2026 - CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Súmula: Concede licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora pública municipal efetiva.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento na Lei Municipal nº 722/2019, considerando o atestado médico apresentado e o Protocolo nº 246/2026.
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER à servidora **SILVIA DAIANE SCEPANSKI**, matrícula nº **869-1**, ocupante do cargo efetivo de **MERENDEIRA**, licença por motivo de doença em pessoa da família (filho) pelo período de **10 (dez) dias**, compreendido entre **21 de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026**, inclusive.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **21 de outubro de 2026**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 21 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:687D4276

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
PORTARIA Nº 150/2026 - AUTORIZA SERVIDORES A SE AUSENTAR DO SERVIÇO POR MOTIVO DE LUTO.

Súmula: Autoriza servidores a se ausentar do serviço por motivo de luto.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o protocolo nº 249/2026, e legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1°- CONCEDER aos servidores públicos municipais abaixo relacionados afastamento do serviço por motivo de falecimento de pessoa da família (irmão), pelo período de 8 (oito) dias consecutivos, compreendido entre 20 de outubro de 2026 e 27 de outubro de 2026, nos termos do art. 135 da Lei Municipal nº 722/2019.

Matrícula	**Servidor(a)**	**Cargo Efetivo**
284-1	ANGELA MARIA GOMES	Educador Infantil
296-1	SERGIO GOMES	Secretário Escolar
823-1	DANIELE CRISTINA GOMES	Auxiliar de Serviços

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 23 de outubro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:5240057C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2026.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL – UASG 985475
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2026.
PROCESSO DE COMPRA: 112/2026.
AMPLA CONCORRÊNCIA

A contratação será realizada na forma eletrônica, por meio do Sistema Compras.gov.br, cadastrada na plataforma como: Edital/Contratação nº 37/2026
O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 95.589.271/0001-30, com sede a Rua Herminio Perondi, 176, em Flor da Serra do Sul, Paraná, torna público e para o conhecimento dos interessados que realizará às **09:00(nove horas), do dia 11 de novembro de 2026**, no sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e tem por objeto: **Contratação de empresa especializada para locação e transporte da decoração natalina 2026 no município de Flor da Serra do Sul – PR.** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet pelos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br, https://pncp.gov.br/app/editais e https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsNPfVtIntlwt-A== . Demais informações pelo e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br.

Flor da Serra do Sul, 23 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:ECA9851C

RH
PORTARIA 289/2025

PORTARIA Nº 420/2026

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 05 (Cinco) dias de férias para a Servidora Pública Municipal Sra. **CARLA DALIANA DAMASCENO**, inscrita no RG sob nº 8.756.286-7 - SSP - PR, efetiva no cargo de NUTRICIONISTA, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de 26 de outubro de 2026, devendo retornar às suas atividades em 31 de outubro de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 23 de Outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:059BC9B5

RH
PORTARIA 419/2026

PORTARIA Nº 419/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do Termo de Inexigibilidade N° 019/2026.

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos/atas referentes **ao TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 019/2026 – PROCESSO Nº 85/2026:**

Objeto / EXECUÇÃO	**Gestor**
CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES RURAIS/ AVICOLAS visando a Aquisição de adubo orgânico (cama de aviário) para atendimento a Lei Municipal 903/2025 alterada pela Lei Municipal 934/2025 e de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas, cabendo a Secretaria Municipal de Agricultura informar à Comissão se os serviços ofertados atendem às exigências técnicas alvitradas	Fabio William Benedete
	Fiscal Titular
	Giovani Luiz Pizatto
	Fiscal Suplente
	César Zanella Lamera

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II - Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando assim a portaria 394/2026 e suas disposições em contrário.

Flor da Serra do Sul-PR, em 23 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:BC1B9640

RH
PORTARIA 421/2026

PORTARIA Nº 421/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a servidora Pública Municipal, Sra. **CÍRIO ADELAR HOLSCHER** inscrito no RG/CPF sob nº 4.446.647-3 SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo, sendo 90 (Noventa) dias referente ao período aquisitivo 2017/2022, baseando-se na Lei Municipal nº 1005/2026, no seu Artigo 140, a partir de 26 de Outubro de 2026, devendo retornar às suas atividades em 24 de Janeiro de 2027.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 23 de Outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:62310077

RH
PORTARIA 422/2026

PORTARIA Nº 422/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026.
O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026, Processo Nº 99/2026**:

Objeto / EXECUÇÃO	Gestor
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de profissionais de Educação Física, para atuação nas escolinhas municipais de futebol, futsal e voleibol, necessárias à implementação e ao desenvolvimento do Projeto Crescendo com Esporte, conforme previsto no Convênio/Instrumento nº 136/2025.	Silmar Pedro Magro
	Fiscal Titular
	Marcos Cavazotto

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II - Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 23 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:45ECC397

RH
RESOLUÇÃO 14/2026 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
Rua João Arisi, n° 56- Centro, Flor da Serra do Sul/PR CEP 85.618-000
Fone: (46)3565-1381

RESOLUÇÃO N° 014/2026

SUMULA: Aprovação do Plano de Ação e Termo de Adesão ao Piso Único de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n° 656/2017, de 29 de novembro de 2017.
CONSIDERANDO a necessidade de análise e aprovação das matérias de competência deste Conselho;
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária realizada em 22 de outubro de 2026, Ata N° 375/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação e o Termo de adesão ao Piso Único de Assistência Social no valor de R$ 75.000,00.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.

MARINA PARISE REINA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:C6F2D607

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: Talski Sistemas Ltda
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cessão de uso de software destinado ao auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas do Município de Flórida/PR.
Valor Total Contratação: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
Vigência do contrato: Até 22/10/2027.

Flórida, 22 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:8EAB2749

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
QUADRO DE RESULTADOS - MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 46/2026

OBJETO
Contratação de empresa especializada em serviços de agenciamento de viagem, para a realização de viagem de idosos do Município de Flórida/PR com destino a Foz do Iguaçu/PR.

2. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS
2.1. Quadro comparativo das propostas adicionais recebidas até o prazo limite pré-estabelecido no aviso de manifestação de interesse, incluindo os orçamentos apresentados por eventuais interessados na contratação do objeto descrito acima:

PROPONENTE	CNPJ	VALOR GLOBAL APRESENTADO	HABILITAÇÃO
HORIZONTE TUR TRANSPORTE LTDA	23.448.214/0001-20	R$ 33.900,00	Inabilitada
FERNANDA JANTSCH REIS	23.732.869/0001-26	R$ 34.000,00	Inabilitada
KTA SOLUCOES E EVENTOS LTDA	54.192.226/0001-60	R$ 34.800,00	Não analisada
68.154.287 MARCIA CARDOSO DA SILVA RODRIGUES	68.154.287/0001-48	R$ 34.800,00	Não analisada
E DA SILVA TRANSPORTES LTDA	46.282.799/0001-57	R$ 35.597.00	-

3. DA HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
3.1. As empresas HORIZONTE TUR TRANSPORTE LTDA e FERNANDA JANTSCH REIS foram inabilitadas em razão de o CNAE de suas atividades econômicas não condizer com o objeto da presente contratação, qual seja, serviços de agenciamento de viagem.
3.2. As demais propostas apresentadas serão objeto de análise quanto à habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, bem como quanto à vantajosidade da proposta, nos termos da legislação vigente.

Flórida, 23 de outubro de 2026.

LUÍS EDUARDO CESNIK CARDOSO
Agente de Contratação

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:94AD09A1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.665, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.665, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede férias regulamentares parcial ao servidor Marlon do Nascimento Barbosa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido, ao servidor Marlon do Nascimento Barbosa, Advogado/20h, matrícula 2-01075, 15 (quinze) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 23/06/2023 a 22/06/2024, para fruição no período de 26 de outubro de 2026 a 09 de novembro de 2026.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 21 de outubro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:6C013BAA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.° 031/2026

PORTARIA N.° 031//2026, de 23 de OUTUBRO de 2026.

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS REGULARES DO SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO DE GENERAL CARNEIRO - PR

Melchisedeque de Oliveira Machado Filho, Vereador Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
Considerando: A PORTARIA de n.º 023/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Define o SEGUNDO período de férias do servidor LUIZ GUSTAVO CALIXTO.

Art. 2º As férias referentes ao SEGUNDO período deverão ser gozadas na data de **27/10/2026 a 31/10/2026.**

Art. 3º O saldo de férias será gozado em período(s) a ser(em) definido(s) posteriormente.

Art. 4º Esta **PORTARIA** entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Sebastião Branco Costa, Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, 23 de OUTUBRO de 2026.

Registre-se e Publique-se.

MELCHISEDEQUE DE OLIVEIRA MACHADO FILHO
Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro/PR.

Publicado por:
Alexsander Martendal
Código Identificador:F7DFFC30

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 435 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria nº. 435 de 23 de outubro de 2026

Dispõe: Sobre a EXONERAÇÃO do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

EXONERAR, no dia 23 de outubro a Sr.ª **MICHELLE APARECIDA DE SOUZA,** matricula funcional n.º 3231 do cargo comissionado de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL,** do Município de General Carneiro.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:0095775A

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 436 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **20** dias de férias regulamentares, a Sra. **JANICE DE SOUZA**, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de **26/10/2026 a 14/11/2026,** com retorno em **16/11/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 23 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:A3FF8562

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 437/2026

PORTARIA N.º 437/2026

Instaura procedimento administrativo e constitui Comissão Especial para apuração de acidente de trânsito envolvendo veículo da frota municipal e

análise de pedidos de ressarcimento por danos materiais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso da atribuição conferida por Lei, nos termos do art. 75, VII da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO o acidente de trânsito ocorrido em 08 de outubro de 2026, envolvendo veículo pertencente à frota do transporte escolar municipal;

CONSIDERANDO o Relatório de Ocorrência elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o Boletim de Ocorrência nº 2026/1340885, lavrado pela Polícia Militar do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a apresentação de requerimentos administrativos de ressarcimento por danos materiais decorrentes do referido acidente;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração objetiva das circunstâncias da ocorrência, da extensão dos prejuízos, do nexo causal e de eventual responsabilidade civil do Município;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a necessidade de assegurar transparência, imparcialidade e adequada instrução do procedimento administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado procedimento administrativo destinado à apuração das circunstâncias do acidente de trânsito ocorrido em 08 de outubro de 2026, envolvendo o micro-ônibus do transporte escolar municipal, placas BCX-6H41, bem como à análise dos pedidos de ressarcimento por danos materiais relacionados à ocorrência.

Art. 2º Fica constituída a Comissão Especial de Apuração e Análise dos Pedidos de Ressarcimento, composta pelos seguintes servidores municipais:

I – **Vilson Augustinho de Oliveira**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 75, na qualidade de Presidente;

II – **Mateus Mussio Fernandes**, ocupante do cargo de Diretor de Frotas, matrícula nº 3301, na qualidade de membro;

III – **Ademir Siega**, ocupante do cargo de Técnico de Segurança do Trabalho, matrícula nº 526, na qualidade de membro.

Art. 3º Compete à Comissão Especial:
I – reunir e examinar os documentos relativos ao acidente e aos requerimentos administrativos apresentados;
II – apurar as circunstâncias da ocorrência, considerando o relatório municipal, o boletim de ocorrência, os registros de manutenção do veículo e os demais elementos disponíveis;
III – solicitar informações e documentos às Secretarias Municipais, aos setores responsáveis pela frota, aos prestadores de serviços e aos demais envolvidos, quando necessários ao esclarecimento dos fatos;
IV – analisar individualmente os pedidos de ressarcimento, identificando os prejuízos alegados, os documentos comprobatórios e os respectivos valores;
V – verificar a existência de nexo causal entre o acidente e os danos alegados pelos requerentes, com base nos elementos de prova disponíveis;
VI – examinar a consistência dos orçamentos, laudos, fotografias e demais documentos apresentados, identificando eventuais divergências ou insuficiências que demandem esclarecimentos complementares;
VII – solicitar avaliações técnicas especializadas, vistorias ou perícias, quando necessárias à adequada identificação e quantificação dos danos;
VIII – promover as diligências necessárias à instrução do procedimento, registrando nos autos os atos praticados e os documentos obtidos;
IX – elaborar relatório circunstanciado e fundamentado, contendo a descrição dos fatos, as diligências realizadas, os elementos de prova reunidos e a análise individual dos pedidos de ressarcimento;
X – encaminhar os autos à Procuradoria Jurídica do Município para manifestação quanto à eventual responsabilidade civil e à possibilidade jurídica de composição administrativa;
XI – remeter o procedimento à autoridade competente para decisão, após a conclusão da instrução e a manifestação dos setores pertinentes.

Art. 4º A Comissão poderá solicitar o apoio técnico dos setores municipais competentes e de profissionais habilitados, quando necessário, especialmente para avaliação dos danos aos veículos, verificação de eventual perda total e quantificação dos prejuízos materiais.

Art. 5º Os servidores e setores municipais deverão prestar as informações e disponibilizar os documentos solicitados pela Comissão, observados os prazos estabelecidos e as disposições legais aplicáveis.

Art. 6º Os integrantes da Comissão deverão atuar com imparcialidade, objetividade e independência, comunicando à autoridade competente qualquer circunstância que possa comprometer sua isenção na condução dos trabalhos.

Parágrafo único. Caso seja identificado impedimento ou conflito de interesses de qualquer integrante, a situação deverá ser comunicada ao Prefeito Municipal para avaliação e adoção das providências cabíveis.

Art. 7º A Comissão deverá concluir os trabalhos no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da publicação desta Portaria, admitida prorrogação mediante justificativa fundamentada, especialmente quando houver necessidade de perícia, vistoria ou obtenção de documentos de terceiros.

Art. 8º Concluída a instrução, os autos serão encaminhados à Procuradoria Jurídica do Município para emissão de parecer, com posterior manifestação dos setores competentes quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, quando cabível.

Art. 9º A decisão sobre eventual reconhecimento de responsabilidade e deferimento dos pedidos de ressarcimento competirá à autoridade administrativa competente, mediante decisão expressa e fundamentada, observadas as conclusões da Comissão, o parecer jurídico e os requisitos legais aplicáveis.

Art. 10. A instauração do procedimento e a constituição da Comissão não implicam reconhecimento antecipado de responsabilidade civil do Município, de agente público ou de terceiros, tampouco deferimento dos valores pleiteados.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 433/2026.

General Carneiro, Pr., 22 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueidi Budnhak
Código Identificador:02A16058

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 185/2026
Pregão Eletrônico N° 075/2026
Registro de Preço Nº 054/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das

atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **10 de novembro de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **075/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Oxigênio Industrial 10 m³, Mistura MIG 10 m³ e Acetileno Industrial 9 kg, destinados à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de General Carneiro/PR.

General Carneiro - PR, 23 de outubro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:044DCF38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 186/2026
Pregão Eletrônico N° 076/2026
Registro de Preço Nº 055/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **12 de novembro de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **076/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Tubos de Concreto, destinado a reconstrução e recuperação de tubulações de esgoto e rede de água fluvial, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras do Município de General Carneiro/PR

General Carneiro - PR, 23 de outubro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:1DCF3A44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 187/2026
Pregão Eletrônico N° 077/2026
Registro de Preço Nº 056/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **13 de novembro de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **077/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de coffee break, compreendendo mini salgados fritos e assados e bolos, para atender às demandas das Secretarias da Administração Municipal de General Carneiro/PR, conforme especificações e quantitativos deste Termo de Referência

General Carneiro - PR, 23 de outubro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:061DD694

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 188/2026
Pregão Eletrônico N° 078/2026
Registro de Preço Nº 057/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **16 de novembro de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **078/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos químicos concentrados destinados à limpeza, desengraxe e higienização de veículos, máquinas e equipamentos, compreendendo detergente desengraxante alcalino concentrado para limpeza pesada e detergente desincrustante ácido concentrado para limpeza automotiva.

General Carneiro - PR, 23 de outubro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:C9CFCEC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE COMUNICAÇÃO DE DECISÃO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DOS CONTRATOS Nº 043/2026 E Nº 070/2026 E CANCELAMENTO DOS REGISTROS DA FORNECEDORA NAS ATAS CORRESPONDENTES

Processo de Apuração da Extinção nº 001/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/PR — CNPJ nº 75.687.681/0001-07.
CONTRATADA: NSC COMÉRCIO DE ALIMENTOS — CNPJ nº 33.842.718/0001-84.

O **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/PR**, por seu Prefeito Municipal, **JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA**, torna pública a decisão proferida no Processo de Apuração da Extinção nº 001/2026, relativa aos seguintes instrumentos:

Processo administrativo	Pregão eletrônico	Ata de registro de preços	Contrato
008/2026	003/2026	028/2026	043/2026
023/2026	008/2026	051/2026	070/2026

1. DO OBJETO DA APURAÇÃO

O procedimento foi instaurado por despacho de **16 de outubro de 2026**, para apurar as condições de continuidade dos vínculos mantidos com a empresa NSC COMÉRCIO DE ALIMENTOS, diante de pendências de fornecimento relatadas pelos setores municipais e de informação recebida em contato eletrônico acerca do encerramento de suas atividades.
O Contrato nº 043/2026, celebrado em **10 de fevereiro de 2026**, destina-se ao fornecimento de materiais de higiene pessoal, limpeza e utensílios. O Contrato nº 070/2026, celebrado em **9 de março de 2026**, destina-se ao fornecimento de gêneros alimentícios às Secretarias Municipais.

2. DAS TENTATIVAS DE CONTATO E DA MANIFESTAÇÃO PRÉVIA

Em **2 de outubro de 2026**, o Departamento de Compras e Licitações iniciou contato para esclarecer a situação operacional da empresa e obter posicionamento sobre as pendências informadas pelas Secretarias.
Nos registros anexados ao procedimento, consta resposta informal com a expressão **"Sim fechou"**. Na sequência, foi solicitado documento formal sobre a situação da empresa, sem que fosse apresentada a declaração solicitada.
Em **16 de outubro de 2026, às 11h26**, o Município encaminhou o despacho de instauração e a notificação para manifestação prévia aos endereços eletrônicos **gerenciansc12@gmail.com** e **gerencia@nutrisc.com.br**, concedendo prazo de **2 dias úteis, contado da ciência comprovada**, para esclarecimentos e apresentação de documentos.
O transcurso do prazo sem manifestação deverá estar documentado nos autos mediante comprovação da ciência e certidão do setor responsável. A ausência de resposta não constitui confissão automática nem comprovação de baixa cadastral, dissolução ou falência da empresa.

3. DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

A extinção unilateral deverá apoiar-se nos fatos comprovados na instrução e nas conclusões individualizadas sobre cada vínculo, nos termos do art. 137 e do art. 138, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Quanto ao **Contrato nº 043/2026**, o despacho identificou as Solicitações de Fornecimento nº **4838/2026, 4902/2026 e 5347/2026**. A decisão considera as pendências efetivamente confirmadas pela fiscalização, os comprovantes de encaminhamento das solicitações e as condições contratuais aplicáveis.
Os valores dessas solicitações não são tratados automaticamente como prejuízo ao Município, dívida da contratada ou saldo integral não entregue. A apuração financeira depende da distinção entre produtos solicitados, entregues, recebidos, liquidados e pagos.
Quanto ao **Contrato nº 070/2026**, as Solicitações nº **4873/2026 e 4584/2026**, identificadas no despacho, constam como anuladas. Sua existência integra o histórico e não caracteriza obrigação atual de entrega. A conclusão pela extinção desse contrato deverá estar fundamentada em elementos próprios que demonstrem o comprometimento de sua execução, conforme relatório conclusivo incorporado à decisão.

4. DA EXTINÇÃO E DO CANCELAMENTO DOS REGISTROS

Com fundamento na decisão administrativa motivada constante do Processo de Apuração da Extinção nº 001/2026, ficam declarados:

I — a **extinção unilateral do Contrato nº 043/2026**, vinculado à Ata de Registro de Preços nº 028/2026;
II — a **extinção unilateral do Contrato nº 070/2026**, vinculado à Ata de Registro de Preços nº 051/2026;
III — o **cancelamento dos registros da empresa NSC COMÉRCIO DE ALIMENTOS**, CNPJ nº 33.842.718/0001-84, nas atas acima identificadas, observadas as disposições aplicáveis dos instrumentos e a motivação específica constante dos autos.
O cancelamento limita-se aos registros da empresa, preservando os vínculos eventualmente mantidos com outros fornecedores.

5. DOS EFEITOS FINANCEIROS E DAS RESPONSABILIDADES

A extinção não representa quitação geral das obrigações anteriores nem autoriza o cancelamento indiscriminado de despesas regularmente constituídas.
Os setores competentes deverão conferir os saldos contratuais e de empenho, as entregas realizadas, os recebimentos, as liquidações e os pagamentos, promovendo os ajustes cabíveis com documentação individualizada.
Eventuais créditos decorrentes de fornecimentos efetivamente executados e aceitos serão examinados conforme os documentos comprobatórios e as condições contratuais.
Esta decisão não aplica automaticamente multa ou impedimento de licitar e contratar. Eventual responsabilização e ressarcimento dependerão de apuração própria, com observância do contraditório e da ampla defesa.

6. DO DIREITO DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO

Fica assegurado à empresa o direito de impugnar a decisão no prazo de **3 dias úteis, contado da intimação válida**, pela via cabível prevista no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, observado o efeito suspensivo estabelecido no art. 168.
A manifestação deverá ser protocolada perante o Município ou encaminhada ao endereço **licitacao@generalcarneiro.pr.gov.br**, com identificação do Processo de Apuração da Extinção nº 001/2026.
Os autos permanecerão disponíveis para consulta e obtenção de cópias junto ao Departamento de Compras e Licitações.

7. DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Determina-se a juntada deste edital aos processos correspondentes, a comunicação à contratada e aos setores responsáveis, bem como a publicação nos meios oficiais pertinentes.
A execução dos efeitos da decisão observará a intimação válida, o prazo de impugnação e eventual efeito suspensivo. Os setores requisitantes deverão avaliar as necessidades remanescentes e adotar as providências de abastecimento admitidas pela legislação.

General Carneiro – PR, 23 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Município De General Carneiro/PR

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:6D7DC3D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

Chamamento Público n° **014/2026**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR
Credenciados:

BERENICE ROLINSKI - CPF nº 060.911.359-37
FLÁVIA SABRINA DE MOURA - CPF nº 058.083.139-61

Objeto: **Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoa física para prestação de serviços profissionais nas funções de Psicólogo da Família Acolhedora, visando ao**

preenchimento de vagas existentes e à formação de cadastro reserva, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal Assistência Social e Habitação do Município de General Carneiro – PR.

Os documentos permanecerão disponíveis para consulta, respeitando-se os prazos legais para apresentação de **impugnações e recursos**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Kimberly de Moura da Rosa
Agente de Contratação

General Carneiro, 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:518ABB38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Processo Licitatório nº 189/2026
Adesão à Ata/Outras Modalidades: 004/2026
Ata de Registro de Preços nº: 037/2026
Pregão Eletrônico de Origem nº:037/2026
Contrato: 366/2026
Contratada: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Rio Grande – CIMARG
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**
Vigência: 26/10/2026 à 26/10/2027

Valor da Despesa: R$ 24.749,70 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta centavos).

Recurso:

Cód Red.	*Un. Orç.*	*Proj./Ativ*	*Recurso*	*Elemento Despesa*
355	*06.001*	*2.243*	*2623*	*4.4.90.52*

Objeto: Aquisição de equipamentos recreativos infantis, destinados à ampliação e melhoria do espaço de recreação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Eresmira, pertencente à Rede Municipal de Ensino de General Carneiro/PR, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 037/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 037/2026, Processo Administrativo nº 038/2026, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Rio Grande – CIMARG

General Carneiro – Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:5B58663D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°368/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: ANA CAROLINE DE PAULA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 368/2025, contados a partir do término da vigência estabelecida no Primeiro Termo Aditivo, assegurando-se a continuidade da prestação dos serviços, nas mesmas condições anteriormente pactuadas.

1.2. Com a presente prorrogação, o prazo total acumulado de vigência do Contrato nº 368/2025, considerando o período inicialmente contratado e as prorrogações formalizadas por meio do Primeiro Termo Aditivo, passa a ser de 24 (vinte e quatro) meses, observados os limites e as condições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012..
.

Inexigibilidade de Licitação: Nº 042/2025;
Processo Licitatório nº 194/2025.
Objeto: Locação de imóvel com área aproximada de 48m², em boas condições estruturais e de funcionamento, destinado ao funcionamento da Sala de Vacina e do Laboratório Municipal, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro/PR.

General Carneiro – Estado do Paraná, 23 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:5B9928C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 189/2026
Adesão à Ata/Outras Modalidades: 004/2026
Ata de Registro de Preços nº: 037/2026
Pregão Eletrônico de Origem nº:037/2026
Contratada: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Rio Grande – CIMARG
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: Aquisição de equipamentos recreativos infantis, destinados à ampliação e melhoria do espaço de recreação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Eresmira, pertencente à Rede Municipal de Ensino de General Carneiro/PR, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 037/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 037/2026, Processo Administrativo nº 038/2026, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Rio Grande – CIMARG

Valor da Despesa: R$ 24.749,70 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta centavos).

Fundamento Legal: Art. 86, caput e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

General Carneiro – Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:EB85244C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
PORTARIA Nº. 048/2026/CM

EMENTA: "Concede conversão em pecúnia, de período de Licença Especial em atividade nos termos da Resolução nº. 001/2018, de 09/04/2018 e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Sr. **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal e Lei Orgânica do Município, em conformidade com o contido nos artigos 115, 118 e 119 da Resolução nº. 001/2018, de 09/04/2018 2018 e ainda, de acordo com o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Jurídica,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder conversão em pecúnia de Licença Especial de três meses, em atividade, e o devido pagamento ao servidor **MAURO FERREIRA LIMA**, matrícula nº. 21, titular do cargo efetivo de Assistente Legislativo, referente ao quinquênio/período aquisitivo 01/01/1997 a 31/12/2001, nos termos dos artigos 115, 118 e 119 da Resolução nº. 001/2018, de 09/04/2018.
Artigo 2º. O pagamento da Licença Especial de que trata o artigo anterior, deverá ser efetuado em duas parcelas mensais, sendo a primeira a partir do mês de outubro de 2026.
Artigo 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:68A77D52

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
TERMO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº. 115/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, Vereador **JOAQUIM RAFAEL NETO**, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 1,75 diárias ao senhor **MAYK RAMALHO DOS SANTOS, MATRÍCULA Nº.** 208; **CARGO:** Vereador, correspondente a R$1.391,25 (um mil trezentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), destinados a fazer frente com despesas em viagem a Curitiba, Capital do Estado, no período de 27 a 30/10/2026, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade junto a ALEP, FIEP, SESA Secretaria de Saúde e Secretaria de Turismo, conforme termo de solicitação de diária.
Artigo 2º - Fica o beneficiário das diárias concedidas por este Termo, obrigado a apresentar relatório de viagem, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Resolução nº. 003/2019, de 16 de dezembro de 2019.

Artigo 3º - Este Termo entra em vigor na data de sua emissão.

Goioerê/PR, 23 de outubro de 2026.

JOAQUIM RAFAEL NETO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:10755BE7

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 10.041/2026

ATUALIZA A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DE GOIOERÊ, REVOGA O DECRETO Nº 9.814/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNCIPIO DE GOIOERÊ – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 76, INCISO VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente quanto ao direito à educação, ao pleno desenvolvimento da pessoa e à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e prevê a ampliação progressiva da jornada escolar;
CONSIDERANDO as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação de Goioerê aplicáveis à oferta de educação integral em tempo integral;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, e suas alterações, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;
CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 03/2023, que estabelece normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, e as demais normas complementares aplicáveis;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, disciplinada pelo Decreto Municipal nº 9.814/2026, para adequá-la às diretrizes nacionais e estaduais aplicáveis;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a equidade, a inclusão e a justiça curricular, mediante práticas educativas que assegurem o desenvolvimento integral dos estudantes e respeitem a diversidade e as especificidades do território;
CONSIDERANDO a importância da articulação intersetorial e da gestão democrática para o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;
DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre à atualização da Política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Goioerê.
Art. 2º Fica aprovado o documento denominado "Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral", elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, constante do Anexo Único deste Decreto.
Art. 3º Os órgãos da Administração Municipal, no âmbito de suas respectivas competências, prestarão o apoio necessário à implementação e à expansão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº 9.814/2026.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê/PR, 23 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

ANEXO ÚNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIOERÊ
POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

1. Introdução
O Município de Goioerê, por meio da Secretaria Municipal de Educação, reafirma o compromisso com a garantia do direito à educação e com à oferta de uma formação integral que considere as dimensões cognitiva, social, cultural, física e emocional dos estudantes. Nesse contexto, à ampliação da Educação Integral em Tempo Integral constitui importante estratégia de qualificação da educação pública municipal, articulando ampliação da jornada escolar, currículo, proteção social, alimentação, esporte, cultura, tecnologia e demais experiências formativas.
A política municipal de Educação Integral em Tempo Integral vem sendo desenvolvida de forma gradativa, considerando as características da rede, a disponibilidade de espaços físicos, recursos humanos, alimentação escolar, transporte e capacidade orçamentária. À expansão deverá ocorrer de maneira planejada, preservando a qualidade do atendimento e observando as necessidades específicas de cada unidade escolar.
A rede municipal de Goioerê é composta por 16 unidades educacionais, sendo 08 escolas de Ensino Fundamental anos iniciais, 07 Centros Municipal de Educação Infantil que atendem a faixa etária de 0 a 03 anos e 01 Centros Municipal de Educação Infantil que atende a faixa de etária de 04 a 05 anos. O presente plano pretende organizar as ações necessárias para consolidar e ampliar a oferta de jornada em tempo integral, com atenção especial às unidades e públicos que demandam maior proteção e oportunidades educacionais.
2. Fundamento Legal
A expansão da Educação Integral em Tempo Integral no Município de Goioerê está fundamentada no direito constitucional à educação e nas normas nacionais, estaduais e municipais que orientam a organização da educação básica e a ampliação da jornada escolar.
A execução deste plano deverá observar, ainda, os atos normativos específicos expedidos pelo Município e pela Secretaria Municipal de Educação, bem como as condições concretas de infraestrutura, pessoal, alimentação, transporte e disponibilidade orçamentária.
3. Diagnóstico da Rede Municipal
O Município tem 2941 alunos matriculados neste ano de 2026 na rede municipal de ensino, sendo 651 alunos na educação infantil 0 a 03 anos (CMEI), 502 alunos na educação infantil 04 e 05 anos (escola) e 1788 alunos no ensino fundamental do 1º ao 5º ano.
Sendo que estão matriculados em turno integral e ou jornada ampliada 651 alunos da educação infantil 0 a 3 anos e 275 alunos do ensino fundamental I. Demonstrando um avanço significativo na oferta da modalidade.
A ampliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Goioerê será planejada e responsável, considerando infraestrutura, recursos humanos, financiamento, capacidade operacional e necessidades dos territórios.
A expansão buscará ampliar progressivamente o percentual de estudantes atendidos em tempo integral, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação vigente e com as condições estruturais, pedagógicas e financeiras do Município. As decisões relacionadas à expansão observarão indicadores de vulnerabilidade social, equidade educacional e demanda territorial.
Considerando os desafios relacionados à adequação dos espaços físicos, contratação e organização de profissionais, alimentação escolar, transporte e articulação intersetorial. Em Goioerê, a política de Educação Integral também se articula com ações de esporte, cultura, tecnologia e demais parceiros, ampliando as oportunidades formativas dos estudantes.
4. Justificativa
A expansão da Educação Integral em Tempo Integral em Goioerê justifica-se pela necessidade de assegurar oportunidades educacionais mais amplas e equitativas, fortalecendo a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. A permanência ampliada na escola possibilita maior tempo para aprofundamento das aprendizagens, recomposição, atividades esportivas, culturais, tecnológicas e de convivência, sem perder a integração com o currículo.
A estratégia também contribui para a proteção social, o fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade e a redução de desigualdades educacionais. A ampliação, entretanto, deve ocorrer de modo responsável, respeitando a capacidade de cada unidade e a sustentabilidade financeira e operacional do Município.
Considerando que parte relevante da Educação Infantil 0 a 03 anos já se encontra em jornada integral, o esforço de expansão deverá concentrar-se progressivamente no Ensino Fundamental anos iniciais e nas faixas da Educação Infantil em que ainda houver demanda e condições para ampliação, observando o diagnóstico atualizado de cada unidade.
5. Objetivos
5.1 Objetivo Geral
Ampliar e consolidar, de forma gradativa, a oferta de Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal de Goioerê, garantindo acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes, com equidade e qualidade.
5.2 Objetivos Específicos
ampliar progressivamente o número de estudantes atendidos em jornada integral, conforme planejamento da rede;
consolidar as experiências já implantadas nas unidades municipais;
priorizar regiões, unidades e públicos que apresentem maior necessidade educacional e social;
integrar as atividades de ampliação da jornada ao currículo escolar;
fortalecer ações de esporte, cultura, arte, tecnologia, educação ambiental e projetos pedagógicos;
ampliar oportunidades de aprendizagem e recomposição das aprendizagens;
garantir alimentação escolar adequada durante a jornada ampliada;
articular ações com as Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura e demais parceiros;
planejar a adequação dos espaços físicos e a ampliação dos recursos humanos necessários;
Priorizar o atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade social;
Reduzir os índices de baixa frequência escolar;
Contribuir para a melhoria do desempenho e da aprendizagem dos alunos;
assegurar monitoramento periódico da política, permitindo ajustes conforme os resultados.
6. Metas
As metas de expansão deverão considerar a realidade da rede de Goioerê, os dados de matrícula, a capacidade de cada unidade, a disponibilidade de recursos e a evolução das experiências já implantadas.
Considerando o total de 2941 alunos matriculados na rede municipal de ensino, dos quais 926 já são atendidos em Tempo integral e ou Jornada Ampliada, o município de Goioerê estabelecerá metas de expansão gradativa, visando ampliar o atendimento de forma sustentável.

6.1 Situação de referência

Indicador	Dados de referência	Percentual
Rede municipal – 2026	2.941 estudantes na rede municipal	100%
Educação Infantil 0–3	651 estudantes em integral	22,13%
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	275 estudantes em integral	9,35%
Rede municipal – total em integral	907 estudantes	31,48%

6.2 Metas de expansão
Manter, expander e qualificar o atendimento integral já consolidado na Educação Infantil de 0 a 3 anos.
Ampliar progressivamente a oferta no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, priorizando unidades com condições estruturais e demanda identificada.
Consolidar a jornada integral nas unidades que já iniciaram a implantação gradativa, com acompanhamento pedagógico e avaliação de resultados.
Avançar em direção às metas estabelecidas no planejamento municipal: referência de (0,5%) para 2027, incremento progressivo a partir de 2028 e universalização planejada até 2036, levando em consideração o novo Plano Nacional de Educação, condicionado à viabilidade técnica, financeira e estrutural.

As metas percentuais serão revisadas anualmente pela Secretaria Municipal de Educação com base nos dados oficiais de matrícula, na capacidade de atendimento das unidades e na disponibilidade orçamentária, evitando a fixação de expansão que não possa ser executada com qualidade.
Meta Geral: Ampliar o atendimento da educação em tempo integral de 31,48% para, no mínimo, 70% dos estudantes da rede municipal no período de implantação do plano.
Metas Progressivas: Curto prazo (até 2027): Ampliar o atendimento da educação integral para cerca de 0,5% da rede municipal,
Meta a Médio prazo (até 2029): Expandir o atendimento para cerca de 8% dos estudantes, atendendo educação infantil de 04 a 05 anos;
Longo prazo (4 a 5 anos): Ampliar o atendimento para aproximadamente 18% alunos, com projeção de avanço contínuo da política de educação integral no município. Critérios para alcance das metas:
Expansão conforme disponibilidade de recursos financeiros;
Adequação da estrutura física das unidades escolares;
Ampliação gradativa do transporte escolar;
Priorização de estudantes em situação de vulnerabilidade social;
Monitoramento contínuo dos resultados.

7. Viabilidade da Implementação

A expansão da Educação Integral em Tempo Integral em Goioerê será realizada de forma gradual e planejada. A viabilidade dependerá da conjugação de quatro dimensões principais: infraestrutura, recursos humanos, alimentação escolar e transporte/logística.
Infraestrutura: adequação de salas, espaços pedagógicos, áreas de convivência, alimentação, higiene e demais ambientes necessários à permanência ampliada.
Recursos humanos: organização e formação do quadro de professores, profissionais de apoio e demais equipes necessárias às atividades da jornada integral.
Alimentação escolar: garantia de refeições adequadas ao período de permanência, conforme orientação nutricional e planejamento da rede.
Transporte: adequação das rotas e horários quando a expansão da jornada repercutir na logística do transporte escolar.
Articulação intersetorial: utilização de parcerias e equipamentos públicos municipais para ampliar oportunidades formativas, sempre de acordo com a legislação e a disponibilidade local.
Financiamento: compatibilização das ações com os recursos municipais e transferências legalmente disponíveis.
A existência de experiências já consolidadas na rede constitui fator favorável à expansão, permitindo que modelos pedagógicos e organizacionais sejam avaliados e aperfeiçoados antes de sua ampliação para outras unidades.
Dessa forma, a viabilidade da expansão do ensino integral está diretamente vinculada ao planejamento responsável dos recursos públicos, à organização da rede e à implementação gradual das ações, assegurando a continuidade e a qualidade da política educacional no município. A execução do plano será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com as equipes gestoras das unidades escolares.

8. Critérios de Priorização

A ampliação da oferta de educação em tempo integral no município será orientada por critérios que assegurem a equidade no atendimento, priorizando estudantes em situação de maior vulnerabilidade social e educacional.
Serão considerados os seguintes critérios:
Alunos em vulnerabilidade social e educacional terão prioridade, estudantes inseridos em contextos de vulnerabilidade, caracterizados por baixa renda familiar, insegurança alimentar, fragilidade de vínculos familiares ou dificuldades de acesso a serviços básicos, visando garantir maior proteção social e oportunidades educacionais.
Distorção idade-série, serão priorizados alunos com defasagem entre idade e ano escolar, considerando a necessidade de recomposição das aprendizagens e acompanhamento pedagógico mais intensivo, favorecido pelo tempo ampliado na escola.
Baixa frequência escolar, estudantes com histórico de frequência irregular serão priorizados, com o objetivo de fortalecer o vínculo com a escola, promover maior engajamento e prevenir situações de abandono escolar
Beneficiários de programas sociais, terão prioridade alunos pertencentes a famílias beneficiárias de programas sociais, como forma de promover equidade e garantir melhores condições de acesso, permanência e sucesso escolar. Dessa forma, os critérios adotados visam direcionar a expansão do ensino integral para os estudantes que mais necessitam, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais no municipio;
A organização da oferta da educação em tempo integral no município de Goioerê será estruturada de forma a garantir a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, aliada à qualidade das práticas pedagógicas e ao desenvolvimento integral dos alunos.
unidades com infraestrutura e condições operacionais para implantação;
unidades que apresentem demanda identificada para ampliação da jornada;
possibilidade de articulação com equipamentos e serviços públicos próximos;

9. Organização da Oferta

A Educação Integral em Tempo Integral deverá proporcionar jornada ampliada, preferencialmente organizada de modo a garantir a integração entre o currículo, as atividades complementares e as experiências formativas. A organização da jornada observará as normas vigentes e a proposta pedagógica de cada unidade.
No planejamento municipal de Goioerê, a referência é a oferta de jornada de no mínimo, 7 (sete) horas diárias e ou 35 horas semanais, conforme a organização de cada unidade e a regulamentação aplicável. A permanência ampliada deverá ser acompanhada de alimentação escolar adequada, incluindo as refeições necessárias ao período de atendimento.
Entre as possibilidades de atividades integradas à Educação Integral, destacam-se:
aprofundamento de Língua Portuguesa e Matemática;
recomposição e acompanhamento das aprendizagens;
esporte, lazer e práticas corporais;
arte, cultura, música, teatro e atividades expressivas;
educação ambiental e projetos de sustentabilidade;
tecnologia e Educação Digital, com ampliação gradativa da proposta na rede;
robótica e experiências de pensamento computacional, conforme planejamento pedagógico da rede;
projetos de convivência, cidadania e participação comunitária;
oficinas e atividades articuladas com as Secretarias Municipais e parceiros.
Quando necessário, as oficinas e atividades poderão ser realizadas em outros espaços públicos ou equipamentos parceiros, mediante planejamento prévio e garantia das condições de segurança, acompanhamento e transporte dos estudantes.
A alimentação escolar será garantida durante toda a jornada ampliada, contemplando refeições adequadas às necessidades nutricionais dos estudantes, como café da manhã, lanche, almoço e lanche da tarde. As atividades da Educação Integral estarão integradas ao currículo escolar, evitando a fragmentação do processo educativo e promovendo a continuidade das aprendizagens. Essa integração visa assegurar uma formação completa, fortalecendo as competências acadêmicas e o desenvolvimento integral dos estudantes.

10. Cronograma

A implementação do Plano de Expansão da Educação Integral será realizada de forma gradual, organizada em etapas, conforme a capacidade estrutural e financeira do município, garantindo a sustentabilidade das ações e a qualidade da oferta.

Período	Ação	Responsável
2026	Atualização do diagnóstico da rede; levantamento de demanda; avaliação da infraestrutura; definição das unidades prioritárias; planejamento de pessoal, alimentação e transporte.	Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares
2026–2027	Consolidação das experiências de jornada integral já implantadas e ampliação gradativa nas unidades definidas como prioritárias.	Secretaria Municipal de Educação e equipes gestoras
2027–2028	Início da expansão do atendimento da educação integral, com ampliação para cerca de 3% dos estudantes, priorizando alunos em situação de maior vulnerabilidade social Ampliação progressiva da oferta na Educação Infantil e Ensino Fundamental e avaliação dos resultados pedagógicos e operacionais.	Secretaria Municipal de Educação
2028–2029	**Ampliação do atendimento para cerca de 6% dos estudantes da rede municipal, com fortalecimento das práticas pedagógicas, da estrutura e da organização da oferta.** Expansão das unidades com condições de atendimento, conforme metas, disponibilidade orçamentária e avaliação da	Município/Secretaria Municipal de Educação

	rede.	
Anual	Monitoramento, avaliação e revisão das metas e estratégias.	Secretaria Municipal de Educação

11. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento será contínuo e deverá subsidiar decisões sobre a expansão, consolidação ou readequação das ações sistemática e orientada por evidências, garantindo a análise dos avanços, desafios e resultados ao longo do processo de implementação. A Secretaria Municipal de Educação acompanhará os resultados em conjunto com as equipes gestoras e pedagógicas das unidades.

Serão considerados, entre outros, os seguintes indicadores:

número e percentual de estudantes atendidos em tempo integral;
frequência e permanência escolar;
resultados de aprendizagem e recomposição;
participação dos estudantes nas atividades;
demanda por vagas e capacidade de atendimento;
adequação dos espaços físicos;
necessidade de recursos humanos;
custos e sustentabilidade das ações;
avaliação das famílias, estudantes e profissionais;
articulação intersetorial e execução das atividades complementares.

Serão elaborados relatórios avaliativos periódicos, contendo dados quantitativos e qualitativos sobre a execução e os resultados da política; realização de reuniões periódicas com as equipes gestoras e pedagógicas, visando à análise dos resultados, ao alinhamento das ações e à tomada de decisões.

Acompanhamento contínuo dos indicadores educacionais, revisão e replanejamento das ações, conforme os resultados obtidos e as necessidades identificadas, assegurando a melhoria contínua da política.

Dessa forma, o monitoramento e a avaliação constituem-se como instrumentos fundamentais para garantir a efetividade, a transparência e a sustentabilidade da expansão da Educação Integral no município.

O plano poderá ser revisado sempre que houver alteração relevante nas condições da rede, na legislação, no financiamento ou na organização da política municipal.

12. Conclusão

O Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral do Município de Goioerê constitui instrumento de planejamento e orientação para consolidar os avanços já realizados e orientar a ampliação responsável da jornada escolar na rede municipal. O diagnóstico demonstra que o Município já possui experiências relevantes, especialmente na Educação Infantil e em unidades do Ensino Fundamental, que podem servir de referência para novas etapas de expansão.

A proposta considera as características da rede municipal, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais e, simultaneamente, os limites de infraestrutura, recursos humanos, alimentação, transporte e orçamento. Por essa razão, a expansão será gradativa, planejada e acompanhada por indicadores, garantindo que o aumento do número de estudantes atendidos ocorra com qualidade e sustentabilidade.

Dessa forma, o Município de Goioerê reafirma seu compromisso com uma educação pública que amplie não apenas o tempo de permanência dos estudantes, mas sobretudo as oportunidades de aprendizagem, convivência, cultura, esporte, tecnologia, cidadania e desenvolvimento integral.

13. Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 2026.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Integral: diretrizes e orientações para implementação. Brasília: MEC, diversos documentos oficiais.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Escola em Tempo Integral. Brasília: MEC, 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Diretrizes curriculares e orientações pedagógicas da educação integral. Curitiba: SEED/PR.

GOIOERÊ. Lei Municipal nº 2.925/2022.

GOIOERÊ. Decreto Municipal nº 8.770/2024.

GOIOERÊ. Secretaria Municipal de Educação. Dados educacionais e planejamento municipal da Educação Integral.

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:5A5CED60

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 3.238/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Republicado por incorreção

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA GUAÍRA (AMOVIG), NO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU DE AUTORIA DA VEREADORA ALINE SUELLEM BATISTA, COM APOIO DE TODOS OS VEREADORES, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA GUAÍRA (AMOVIG), inscrita no CNPJ sobe o nº 80.889.348/0001-10, com sede na Rua Lins, nº 45 – Bairro Vila Guaíra, no Município de Goioerê/PR.

Art. 2º Conforme preconizado no Art. 3º da Lei Municipal nº 1.025 de 24 de maio de 1985, será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente:

I – deixar de apresentar, durante 03 (três) anos consecutivos, sem motivo justificado, o relatório anual;

II – de se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para a qual foi constituída;

III – remunerar, sob qualquer forma, os membros de sua Diretoria, ou conceder e distribuir lucros, bonificações ou outras vantagens a dirigentes mantenedores ou associados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – PR., em 23 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:68F8BC63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 667/2026

Interrompe horas suplementares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
Considerando o disposto nos artigos 65, 66, 67 e 68 da Lei Complementar nº 98/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a jornada de Regime Suplementar da Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Professor de acordo com a Lei Complementar nº 98/2024:

Matrícula	Nome do servidor:	a partir de:
506365	MARIA DE FATIMA SELEGHIM	22/10/2026

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22/10/2026.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 23 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:AD75E594

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 668/2026

Institui horas suplementares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto nos artigos 65, 66, 67 e 68 da Lei Complementar nº 98/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais, ocupantes do cargo de Professor, para prestar serviços em regime suplementar de 20 horas semanais, para suprir a demanda de turmas e atender as necessidades pedagógicas e cumprindo com a grade curricular, de acordo com a Lei Complementar nº 98/2024, no período de 23/10/2026 a 18/12/2026.

Matrícula	Nome do servidor:	Escola:
506379	REGINA MARIA FAVARÃO	Esc. Mun. Monteiro Lobato
506365	MARIA DE FÁTIMA SELEGHIM	Esc. Mun. Cecília Meireles

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 23 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:3D07C392

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2026
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 197/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, visando contratações futuras de empresa especializada em SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM (pernoite com café da manhã incluso) na cidade de GOIOERÊ/PR, para atender as Secretarias do Executivo Municipal.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais)
INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/10/2026 às 08:00hrs
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/10/2026 às 17:00hrs
EMAIL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: propostalicitacao@goioere.pr.gov.br
DISPONIBILIDADE DO AVISO/EDITAL**:** https://www.goioere.pr.gov.br/licitacao/
INFORMAÇÕES E EDITAL: e-mail compras@goioere.pr.gov.br, fone (44) 3521-8920.

Goioerê, 23 de outubro de 2026

CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Cristiane Marcal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:D71A30C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2026
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 198/2026
OBJETO: Aquisição de COLETES DE IDENTIFICAÇÃO PERSONALIZADOS, destinados à identificação visual de servidores, equipes de apoio, colaboradores e demais pessoas envolvidas na organização, execução e apoio de eventos, ações institucionais, feiras, campanhas e demais atividades promovidas ou apoiadas pelo Município de Goioerê, especialmente pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.
VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 27/10/2026 às 08:00hrs
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/10/2026 às 17:00hrs
EMAIL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: propostalicitacao@goioere.pr.gov.br
DISPONIBILIDADE DO AVISO/EDITAL**:** https://www.goioere.pr.gov.br/licitacao/
INFORMAÇÕES E EDITAL: e-mail compras@goioere.pr.gov.br, fone (44) 3521-8920.
Goioerê, 23 de outubro de 2026

CLAUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Cristiane Marcal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:F43E0256

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 47/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ.
Contratada: INAUD LTDA ME
Objeto da Contratação: Contratação da Reference Band para realização de 02 (duas) apresentações musicais, com duração de 02 (duas) horas cada, durante o FEMUG 2026, nos dias 28 e 29 de novembro de 2026.
Vigência: 180 (cento e oitenta dias) contados a partir da publicação do contrato no diário oficial dos municípios do Paraná.
Valor: R$ 40.000,00.
Goioerê/PR, 20 de Outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

LEDIMARA VAZQUEZ DE OLIVEIRA
INAUD Ltda ME

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:C318AA55

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 119/2023

Pelo presente Termo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e a empresa SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ, sob o nº 37.092.326/0001-04, com sede em Londrina, Estado do Paraná, na Rua Paranaguá, nº 865, apt nº 1003, Centro, CEP 86.015-030, neste ato representada pelo senhor HUGO FERNANDES DASMACENO, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 266/2022, em observância às disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Rescisão ao Contrato nº 119/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo tem por objeto:
1.1.1. A rescisão amigável ao Contrato nº 119/2023 a contar de 30 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1. O presente Instrumento baseia-se na Cláusula Nona, item 9.1, do referido Contrato, bem como nos arts. 78 e 79, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 61, *parágrafo único*, da Lei nº 8.666/93.

Goioerê-Pr, 20 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

HUGO FERNANDES DASMACENO
Sociedade Paranaense De Medicina LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:9836CC37

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 510/2022

Pelo presente Termo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o senhor, PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e a empresa SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ, sob o nº 37.092.326/0001-04, com sede em Londrina, Estado do Paraná, na Rua Paranaguá, nº 865, apt nº 1003, Centro, CEP 86.015-030, neste ato representada pelo senhor HUGO FERNANDES DASMACENO, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 110/2022, em observância às disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Rescisão ao Contrato nº 510/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo tem por objeto:
1.1.1. A rescisão amigável ao Contrato nº 510/2022 a contar de 30 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1. O presente Instrumento baseia-se na Cláusula Decima Terceira, item 13.1, do referido Contrato, bem como nos arts. 78 e 79, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 61, *parágrafo único*, da Lei nº 8.666/93.

Goioerê-Pr, 20 de outubro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

HUGO FERNANDES DASMACENO
Sociedade Paranaense De Medicina LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:7BCB9B38

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
ATA Nº. 020/2026 - HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS NO CADASTRAMENTO DE ARTISTAS

Ata nº 020/2026 de Homologação dos inscritos no Cadastramento de Artistas de Goioerê, conforme Regulamento de Cadastro de Artistas e Espaços Culturais, publicado no Órgão Oficial 08/09/2026.
A inscrição realizada no período de 20 de Outubro de 2026 e, foi avaliada pela Secretaria Municipal de Cultura e pelos membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais, deliberou-se, que:

INSCRITO HOMOLOGADO – Pessoa Física

Nome do artista	CPF/MF	Seguimento	Parecer
Noemia Bezerra de Mattos	234.798.509-44	Moda, Design, Costura e Confecção Artística	Deferido

WALDERLENES SANTOS DE SOUSA
Conselho Municipal de Política Cultural
Presidente

HENRIQUE DE LIMA FERNANDES DA SILVA
Conselho Municipal de Política Cultural
1º secretário

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:96AC77BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 10.042/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 22.650,00 (vinte e dois mil e seiscentos e cinquenta reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$10.000,00

00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.20.608.4.2072-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$12.650,00
01065.01065.99.99.00.00.1.720.0000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	12.650,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$1.500,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.500,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2040-3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	R$8.500,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	8.500,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$12.650,00
01065.01065.99.99.00.00.1.720.0000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	12.650,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 23 de outubro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:DA7826B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
RESOLUÇÃO N° 022/2026

Dispõe sobre os feriados e pontos facultativos no âmbito da Câmara Municipal de Goioxim, referentes ao Dia do Servidor Público, ao aniversário de 31 anos de Emancipação Política do Município de Goioxim e ao feriado nacional de Finados, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro é dedicado à comemoração do Dia do Servidor Público;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 58/2026, que dispõe sobre os feriados e pontos facultativos nas repartições públicas do Município de Goioxim, em razão do Dia do Servidor Público, do aniversário do Município e do feriado nacional de Finados;

CONSIDERANDO que o dia 30 de outubro é feriado municipal em comemoração ao aniversário de 31 anos de Emancipação Política do Município de Goioxim;

CONSIDERANDO que o dia 2 de novembro é feriado nacional de Finados e que o dia 3 de novembro foi estabelecido como ponto facultativo no âmbito do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de harmonizar o funcionamento dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal nas referidas datas;

CONSIDERANDO a necessidade de organização dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal de Goioxim;

RESOLVE:
Art. 1º Fica observado, no âmbito da Câmara Municipal de Goioxim, o feriado do dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), em comemoração ao Dia do Servidor Público, ficando suspensos o expediente administrativo e o atendimento ao público.

Art. 2º Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Goioxim no dia 29 de outubro de 2026 (quinta-feira), ficando suspensos o expediente administrativo e o atendimento ao público.

Art. 3º Fica observado, no âmbito da Câmara Municipal de Goioxim, o feriado municipal do dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), em comemoração ao aniversário de 31 anos de Emancipação Política do Município de Goioxim.

Art. 4º Fica observado o feriado nacional de Finados, no dia 2 de novembro de 2026 (segunda-feira), ficando suspensos o expediente administrativo e o atendimento ao público.

Art. 5º Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Goioxim no dia 3 de novembro de 2026 (terça-feira), ficando suspensos o expediente administrativo, o atendimento ao público e a Sessão Ordinária prevista para a referida data.

Parágrafo único. A Sessão Ordinária suspensa nos termos deste artigo será realizada no dia 10 de novembro de 2026 (terça-feira) em horário regimental, observadas as disposições da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Goioxim.

Art. 6º Em qualquer das datas abrangidas por esta Resolução, os servidores e vereadores da Câmara Municipal poderão ser convocados para o desempenho de suas atividades, quando necessário ao atendimento de situação excepcional ou de relevante interesse público, mediante determinação da Presidência.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, 22 de outubro de 2026.

MARIZELE UCHAK VISENTIN VAZ
Presidente da Câmara Municipal de Goioxim

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:D8E520A5

MUNICIPIO DE GOIOXIM
EXTRATO DE CONTRATO 0136/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0136/2026

CONTRATANTE: Município de GOIOXIM, Estado do Paraná, com sede à Rua LAURINDO CORDEIRO DE SOUZA, 184, inscrito no CGC/MF nº 01.607.627/0001-78.

CONTRATADA: INGA CAMINHÕES LTDA, inscrita CNPJ sob nº 23.008.729/0001-00, situada na RODOVIA BR 101, SN - CEP: 88820000 - BAIRRO: BARRACÃO Içara/SC; neste ato representada por Willian Schöll, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade n.º , e CPF sob n.º 050.060.609-99, residente e domiciliado à rua coronel dulcidio, 1060 ap 41 - CEP: 81560130 - BAIRRO: BATEL Curitiba/PR,;

Objeto: Por disposição do Processo de Licitação Modalidade Inexigibilidade 05/2026 e deste contrato a CONTRATADA se compromete em: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) VAN/MINIBUS 18 LUGARES PARA A REDE SOCIOASSISTENCIAL, POR ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2024 DO CIRAU – PROGRAMAÇÃO FEDERAL Nº 410865020260001.. Conforme Proposta de Preços e Modalidade de Licitação.

VALOR DO CONTRATO: R$ 377.580,00 (Trezentos e Setenta e Sete Mil, Quinhentos e Oitenta Reais)..

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 21/10/2026.

VIGENCIA: 365 dias (Trezentos e Sessenta e Cinco dias)

FORO: Comarca de Cantagalo, Estado do Paraná.

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:DE7C52BD

MUNICIPIO DE GOIOXIM
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LEILÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a regularidade dos atos praticados no **Leilão Eletrônico nº 03/2026**, destinado à alienação de **41,3200 m³ de madeira em tora da espécie Araucaria angustifolia (Araucária)**, e constatado o pagamento integral do valor da arrematação, **HOMOLOGA** o resultado do certame.
ARREMATANTE: ESTRUTURA IDEAL INDÚSTRIA DE MADEIRA LTDA
CNPJ: 09.022.193/0001-56
VALOR DA ARREMATAÇÃO: R$ 18.594,00 (dezoito mil, quinhentos e noventa e quatro reais).
Fica declarada a empresa acima identificada como arrematante do **Lote 01**, devendo ser adotadas as providências subsequentes para formalização da arrematação e retirada do produto, observadas as exigências ambientais e demais condições previstas no Edital.

Goioxim/PR, 23 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:0120CDA4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
ATO DE REVOGAÇÃO DO ATO DE DIÁRIA N°. 02/2026

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o contido no Memorando n°. 2026000647, onde a Vereadora Sra. KARINA PATRICIA BACH solicita cancelamento de sua viagem a Curitiba/PR nos dias 20 a 23 de outubro de 2026, **REVOGA** o Ato de Diária n°. 17/2026 de 15 de outubro de 2026.
Em razão da presente revogação, determina o cancelamento de todos os efeitos decorrentes do Ato de Diária 17/2026.

Guaíra/PR, 20 de outubro de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Edson Jose Ito
Código Identificador:D5848B4E

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 305/2026

OBJETO: Credenciamento / Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação complementar ao Sistema Único de Saúde - SUS municipal de consultas médicas especializadas e exames de ultrassonografia, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, a Proposta de Custeio MAC nº 63000735568202600, nos termos deste edital e seus anexos.

DA PARTICIPAÇÃO: Os documentos exigidos para fins de credenciamento (habilitação e proposta), deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Credenciamento, Avaliação e Monitoramento, preferencialmente de forma eletrônica através do e-mail judicializacao.saude@guaira.pr.gov.br, ou poderão serem entregues de forma física por envelope devidamente identificado e protocolado junto ao Setor de Protocolo, no endereço: Avenida Coronel Otavio Tosta, 126, Paço Municipal, Centro, Guaíra – Paraná, CEP 85.980-000, dentro do prazo estipulado para credenciamento, contados a partir da data da publicação do Edital.

DAS INSCRIÇÕES: O acesso ao credenciamento **é livre** para todos cadastrados junto ao **CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**, no ramo atividade pertinente ao objeto deste credenciamento, durante todo o período de vigência do presente chamamento, a partir da data de sua publicação, ou seja, **a partir do dia 26 de outubro de 2026.**

O Chamamento poderá ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642 9928. E-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Guaíra (PR), em 23 de outubro de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Agente de Contratação
Comissão de Licitações

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:C8E6313D

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 181/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Grupo

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de utensílios domésticos e materiais de consumo, tais como pratos, taças, conchas, panelas de alumínio, potes plásticos, entre outros, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos**. LICITAÇÃO COM GRUPOS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 10/11/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 10/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 10/11/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 23 de outubro de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:99330554

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 182/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de tubos de concreto, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio da Diretoria de Obras, do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos**.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 10/11/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 10/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 10/11/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 23 de outubro de 2026.

BARBARA DA SILVA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:C845A3C5

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 479/2026

Pregão Eletrônico nº 168/2026
Processo Administrativo nº 287/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **ATS ASSOCIACAO DE TIRO SANTANA**, inscrita no **CNPJ nº 27.716.188/0001-25.**

Objeto da Ata: Para futura e eventual locação de estande de tiro na modalidade outdoor (ao ar livre), com infraestrutura tática adaptada para tiro embarcado em veículo, destinado à realização de treinamentos operacionais, instruções e testes de qualificação técnica periódica dos servidores da Guarda Municipal de Guaíra - PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 168/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **23 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 23 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 23 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:4E4C7493

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 673/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 479/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 168/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ATS ASSOCIACAO DE TIRO SANTANA**, inscrita no **CNPJ nº 27.716.188/0001-25.**

Objeto do Contrato: Para futura e eventual locação de estande de tiro na modalidade outdoor (ao ar livre), com infraestrutura tática adaptada para tiro embarcado em veículo, destinado à realização de treinamentos operacionais, instruções e testes de qualificação técnica periódica dos servidores da Guarda Municipal de Guaíra - PR, conforme Termo de Referência do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 168/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **23 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 23 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 23 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:81826E6B

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 674/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 321/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026 – CIEDEPAR – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **JD ACO, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 02.419.903/0001-37**

Objeto do Contrato: Contrato tem por objeto a aquisição de 10 (dez) Armários de Aço Tipo Roupeiro, conforme especificações técnicas, quantitativos e preços registrados na **Ata de Registro de Preços nº 002/2026 – CIEDEPAR**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 001/2026**, mediante adesão autorizada no procedimento administrativo correspondente, observadas as condições da Ata, do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da proposta da empresa contratada e do respectivo aceite.

Fundamentação: Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

Recursos Orçamentários:

2024.08.01.2044. 3449052000000000000.4102

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias**, término em **21 de abril de 2027**.

Data de Assinatura: 23 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 23 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:26DB9ED5

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 638/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 168/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 168/2026, cujo objeto é a futura e eventual locação de estande de tiro na modalidade outdoor (ao ar livre), com infraestrutura tática adaptada para tiro embarcado em veículo, destinado à realização de treinamentos operacionais, instruções e testes de qualificação técnica periódica dos servidores da Guarda Municipal de Guaíra - PR, sendo a empresa vencedora:

ATS ASSOCIACAO DE TIRO SANTANA, inscrita no **CNPJ nº 27.716.188/0001-25,** vencedora do item 1 da licitação, com valor total máximo de **Total R$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 23 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:1D03887C

PROJUR
DECRETO Nº 500/2026 DATA: 23.10.2026 EMENTA: NÃO ATENDIMENTO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2026, PARA ATENDER O DISPOSTO NO ITEM 16.9 DO EDITAL DE ABERTURA N° 01/2022 DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, e,

Considerando que o candidato em referência, não compareceu no prazo estipulado do edital de convocação de nº 016/2026, em atendimento ao disposto no item 16.9 do Edital de Abertura de nº 01/2022 do Concurso Público nº 002/2022, e,

Considerando o memorando online sob o nº 559/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, nos termos do item 16.9 do Edital de Abertura n° 01/2022 do Concurso Público nº 002/2022, o candidato a seguir mencionado, em razão do não comparecimento no prazo fixado no Edital de Convocação n° 016/2026:

Para o Cargo deNutricionista – Afrodescendente

Inscrição	Candidato	Classificação
011.501.566-09	Fernando Furlan	3º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:BDB5CAB9

PROJUR
EDITAL Nº 017/2026 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2022 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2022

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 002/2022 conforme Edital de abertura nº 001/2022, e, considerando o memorando online sob o n° 559/2025,

RESOLVE:

1. CONVOCAR a candidata descrita a seguir, aprovada e classificada no Concurso Público Municipal nº 002/2022, aberto pelo Edital nº 001/2022 e alterações subsequentes, a qual deverá comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **26/10/2026** a **09/11/2026**, no horário de expediente, das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h, munida de documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo conforme a seguir:

Para o Cargo de Nutricionista

Inscrição	Candidato	Classificação
011.501.609-02	Keila Palma Ferreira	11º

2. A candidata convocada deverá comparecer na Diretoria de Pessoal munida dos seguintes documentos originais e cópias:
I. Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
II. Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo D para Motorista de Veículos;
III. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
IV. Registro no órgão da classe (quando for o caso);
V. Registro Civil de nascimento ou casamento;
VI. Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
VII. Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
VIII. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
IX. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, acompanhado do cartão de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
X. Certidão de registro de nascimento e CPF dos filhos dependentes, quando houver;
XI. Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;

XII. Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
XIII. Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
XIV. Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
XV. Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
XVI. Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
XVII. Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
XVIII. Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
XIX. Apresentar qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos.

2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.
3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, os candidatos serão submetidos, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.
3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeado e empossado, poderá ser exonerado do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.

3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitar à realização dos mesmos será eliminado do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:B183436C

PROJUR
PORTARIA Nº 639/2026 DATA: 23.10.2026 EMENTA: PRORROGA-SE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SUMÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003 e a Lei Municipal nº 2.279/2023 nos seus dispositivos atinentes à espécie, e, ainda, considerando o memorando online sob o nº 1.612/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar Sumário, instaurado por meio da Portaria nº 201/2026 de 30/03/2026, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2° O pagamento da gratificação pelo exercício do encargo especial é de somente de 30 (trinta) dias, mesmo que haja a prorrogação do Procedimento, conforme disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:7693FCBB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 030/2026**, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM.** A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILÔMETRO DESTINADO AO TRANSPORTE SANITÁRIO DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), EM ESTRITA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PADRONIZADAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ NO ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1505/2024 (ITEM 1), DO MUNICÍPIO DE GUARACI-PR.** A abertura da sessão de disputa dar-se-á no dia **10 de novembro de 2026 às 09:00 horas**. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/ ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 23 de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:99451B9A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 167/2026

Dispõe sobre transferência de dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026, em decorrência da reorganização administrativa instituída pela Lei Municipal nº 1858 de Outubro de 2025, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são confereridas, e com fundamento no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, no art. 34 da Lei Municipal nº 1.841, de 17 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e na Lei Municipal nº 1858/2025 (Lei Orçamentária Anual para 2026)

DECRETA:

Art. 1º Ficam tranferidas, no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026, dotações orçamentárias no valor total de **R$ 6.314,00 (seis mil, trezentos e quatorze reais)**, conforme o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, em 21 de Outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Anexo Único – Decreto nº 167/2026
Quadro I – Reduções

Órgão / Unidade	Funcional-programática	Ação	Natureza da despesa	Fonte	Valor (R$)
15.002 – Departamento de Transportes	26.782.0016.2.095	Manutenção do Departamento de Transportes	4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente	1000	6.314,00
Total das reduções					**6.314,00**

Quadro II – Acréscimos

Órgão / Unidade	Funcional-programática	Ação	Natureza da despesa	Fonte	Valor (R$)
15.002 – Departamento de Transportes	26.782.0016.2.095	Manutenção do Departamento de Transportes	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	6.314,00
Total dos acréscimos					**6.314,00**

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:220B3AB4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 168/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), conforme abaixo:
25 – SECRETARIA DE SAÚDE
001 – Fundo Municipal de Saúde
10 – Saúde
0301 – Atenção Básica
0012 – Mais Saúde
2.045 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.90.30 – Material de Consumo – Cód. 279..... R$ 28.000,00

30 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
002 – Departamento de Educação
12 – Educação
0361 – Ensino Fundamental
0013 – Mais Educação
2.059 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Cód. 492..... R$ 60.000,00
3.1.91.13 – Contribuições Patronais – Cód. 495..... R$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 108.000.00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do cancelamento total da seguinte dotação orçamentaria e do superávit financeiro:
30 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
002 – Departamento de Educação
12 – Educação
0361 – Ensino Fundamental
0013 – Mais Educação
2.059 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Cód. 492..... R$ 80.000,00

Fonte de Recurso 500..... R$ 28.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R$ 108.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 23 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:06B64795

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO /DECRETO N.º 170/2026

Dispõe sobre o remanejamento de dotações orçamentárias entre órgãos do Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026, em decorrência da reorganização administrativa instituída pela Lei Municipal nº 1858 de Outubro de 2025/2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são confereridas, e com fundamento no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, no art. 34 da Lei Municipal nº 1.841, de 17 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e na Lei Municipal nº 1858/2025 (Lei Orçamentária Anual para 2026)

DECRETA:

Art. 1º Ficam remanejadas, no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026, dotações orçamentárias no valor total de **R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)**, do 10.004 para o 05.002, 15.001, 25.001, 27.001, 27.002 conforme o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, em 23 de Outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Anexo Único – Decreto nº 170/2026
Quadro I – Reduções

Órgão / Unidade	Funcional-programática	Ação	Natureza da despesa	Fonte	Valor (R$)
10.004 – Departamento de Tesouraria	04.123.004.2.012	Pagamento de Precatórios	3.3.90.91.00 – Sentenças Judiciais	1000	330.000,00
15.001 – Departamento de Obras e Viação	04.122.0007.2.121	Consóerio Cindepar	3.1.71.70.00 – Rateio pela Participação em Consórcio Público	1504	30.000,00
Total das reduções					**360.000,00**

Quadro II – Acréscimos

Órgão / Unidade	Funcional-programática	Ação	Natureza da despesa	Fonte	Valor (R$)
05.002 – Departamento Administração e Planejamento	04.122.0003.2.006	Manutenção do Departamento de Administração e Planejamento	3.3.90.14.00 – Diárias 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – PJ	1000	25.000,00 100.000,00
15.001 – Departamento de Obras e Viação	04.122.0007.2.019	Manutenção do Departamento de Obras	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	1000	75.000,00
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.301.0012.2.045	Manutenção dos Serviços de Saúde	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	100.000,00
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.304.0012.2.170	Saúde Animal	3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – PJ	1504	30.000,00
27.001 – Departamento de Administração de Assistência Social	08.244.010.2.029	Manutenção da Sede Administrativa da Assistência Social	3.3.90.14.00 – Diárias	1000	15.000,00
27.002 – Fundo Municipal da Assistência Social	08.244.0010.2.031	Execução das Políticas da Assistência Social	3.3.90.14.00 – Diárias	1000	15.000,00
Total dos acréscimos					**360.000,00**

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:050D022F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI - PR

Exercício: 2026
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n° 1 referente ao Contrato nº 012/2026, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE 13.073,51 M² DAS VIAS DA VILA RURAL GRALHA AZUL EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), INCLUINDO IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, EXECUÇÃO DE DRENAGEM, MEIO FIO E SARJETA, CALÇADAS E RAMPAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICOS E PROJETOS EM ANEXO. A EMPRESA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA OBRA DEVERÁ FORNECER TODOS OS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, decorrente da **Concorrência N° 002/2026**, que entre si celebram **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI** e a empresa **COTA CERTA ENGENHARIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº. 49.974.519/0001-60 aditivando o contrato na importância de R$ 107.570,38 (cento e sete mil, quinhentos e setenta reais e trinta e oito centavos), em virtude da prorrogação por mais do contrato, visando a manutenção integral dos quantitativos e das soluções originalmente previstos, sem compatibilização com a realidade verificada durante a implantação, poderia gerar pontos de drenagem ineficientes, interferencias geométricas, descontinuidades de calçadas, dificuldades construtivas, despedicio de recursos e redução de qualidade final da obra. Os serviços aditivados totalizam R$ 107.570,38 totalizando na quantia de R$ 3.903,929,25.

GUARACI, 23 de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:F8DFEE37

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1ª HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 37/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede na travessa Sete de Setembro, Bairro Centro, Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende homologar os credenciados habilitados considerando ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026, inexigibilidade 37/2026, do objeto a seguir especificado:

1. HOMOLOGO, O Chamada pública é o Credenciamento de profissionais qualificados para prestação de serviços de oficinas culturais, conforme as necessidades da Administração Municipal e as condições estabelecidas no instrumento de credenciamento e nos respectivos instrumentos contratuais.

Lotes 02
Narayna Paola Percicotte, CPF: 095.355.129-60
OFICINA DE ARTESANATO**.**

2. PRAZO DE VIHENCIA E EXECUÇÃO:O prazo de vigência do contrato 14/10/2027.

Guaraqueçaba/PR, 23 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:A07877D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3ª ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 26.2026

Aos vinte e dois dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), a saber: o Sr. Jefferson Sundadozo Teresa, o Sr. Osmar Onorato Rodrigues, a Sra. Marilda Vidal da Rosa Santos, com a finalidade de proceder a análise dos envelopes protocolados.

Os envelopes referem-se ao **CHAMAMENTO PÚBLICO O CREDENCIAMENTO DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE PESSOA FÍSICA OU PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS CONSTITUÍDOS COMO MICROEMPRESA (ME) OU SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL (SLU), DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS, TÉCNICAS E LEGAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR.**

Na sequência, os membros da Comissão procederam à rubrica do envelope e de todos os documentos neles contidos, realizando a análise minuciosa da documentação complementar apresentada. Concluída a conferência inicial, o credenciado abaixo relacionado encontram-se devidamente.

HABILITADO:

GESSICA NATALIA SANCHES ZMORZYNSKI, CPF: 065.473.449 - 67
Engenheira Florestal

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e encaminhada para a Secretaria solicitante para as devidas providências.

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA

OSMAR ONORATO RODRIGUES

MARILDA VIDAL DA ROSA SANTOS

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:4A34B9ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 890 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Transfere, excepcionalmente, a data de observância do feriado municipal alusivo ao Dia do Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba – Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 30, inc. I da Constituição Federal, que atribui aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da eficiência e da necessidade continuidade dos serviços públicos, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa e a possibilidade de adequar, excepcionalmente, o calendário de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, de modo a promover melhor organização das atividades;

CONSIDERANDO a possibilidade de adotar medidas de organização da administração pública, a fim de compatilizar o caléndario com o interesse público, observadas as disposicões legais aplicáveis;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida, excepcionalmente, a data de observância do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, **de 28 de outubro de 2026 (quarta-feira) para 30 de outubro de 2026 (sexta-feira)**.

Art. 2º A secretaria Municipal de Finanças funcionará normalmente no dia **30 de outubro de 2026**, ficando estabelecida a dispensa do expediente de seus servidores para o dia 03 de novembro de 2026,(terça-feira), ressalvamos os serviços cuja continuidade seja indispensável.

Art. 3° A secretaria Municipal de Educação, seguirá o calendário escolar vigente, mantendo as atividades escolares nas datas nele previstas, sem alteração decorrente deste Decreto.
Parágrafo único. Registra-se que o Dia do Servidor Público foi incorporado à comemoração do Dia do Professor, considerando-se já concedida a correspondente dispensa de expediente aos profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaraqueçaba-PR, 23 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:4537CACE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 901 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

"Nomeia os membros para compor a Comissão de Análise e Avaliação das propostas e da documentação referentes aos editais de chamamento público vinculados à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), no âmbito do Município de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, e dá outras providências. ".

O prefeito Municipal de Guaraqueçaba – Estado do Paraná senhor ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, no uso das atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; no Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, e na Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, que estabelece o marco regulatório do fomento à cultura; **DECRETA:**
Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a Comissão de Análise e Avaliação dos editais de chamamento público destinados à execução dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), no âmbito do Município de Guaraqueçaba, Paraná.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer:
I – **LUCAS TEIXEIRA PEREIRA RODRIGUES** - Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer;
II – **ALINE DE FREITAS** - Diretora de Turismo e Cultura;
III – **LUIZ ARTHUR AMERICO CUNHA REDED** - Chefe de Divisão de Eventos e Lazer.
Art. 3º Compete à Comissão, observadas as atribuições previstas nos respectivos editais e na legislação aplicável:
I – realizar a análise e avaliação das propostas inscritas nos editais de chamamento público vinculados à PNAB;
II – verificar o atendimento aos critérios de seleção e avaliação estabelecidos nos editais;
III – analisar a documentação apresentada pelos proponentes, conforme as atribuições definidas para cada etapa do processo seletivo;
IV – registrar os resultados das análises e avaliações, emitindo pareceres, atas ou relatórios, conforme necessário;
V – encaminhar os resultados à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer para as providências administrativas cabíveis.
Art. 4º Os membros da Comissão deverão atuar com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência e isonomia, declarando eventual situação de impedimento ou conflito de interesses e abstendo-se de atuar nos casos em que houver comprometimento de sua imparcialidade.
Art. 5º A participação dos servidores municipais na Comissão não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante, ressalvada eventual disposição legal específica em sentido contrário.
Art. 6º A Comissão exercerá suas atribuições durante a execução das etapas dos editais para os quais for designada, sem prejuízo de outras disposições estabelecidas em ato administrativo próprio.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:45E13D94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2026

ORIGEM: Processo Administrativo nº 044/2026 – Pregão Eletrônico nº 013/2026.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, CNPJ nº 75.772.525/0001-44.
CONTRATADA: Versa Engenharia Ambiental Ltda, CNPJ nº 83.073.536/0001-64.
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços contínuos de recebimento e destinação ou disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos – Classe II, provenientes dos geradores da área urbana do Município de Iguaraçu/PR.
OBJETO DO ADITIVO: Supressão dos serviços de retirada e transporte dos resíduos sólidos urbanos Classe II a partir da Estação de Transbordo de Resíduos – ETR do Município até a unidade de destinação final e da obrigação de disponibilização e manutenção de 02 (dois) contêineres metálicos na referida Estação, que passam a ser executados pelo Município, com a consequente redução do valor unitário do item tonelada de R$ 284,24 (duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) para R$ 192,00 (cento e noventa e dois reais), redução de R$ 92,24 (noventa e dois reais e vinte e quatro centavos) por tonelada.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 124, inciso I, alínea "b", e art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
EFEITOS: A partir de 26 de outubro de 2026, mantido o prazo de vigência do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 270 – 08.001.17.541.0013.2019.33.90.39.00.0.
DATA DE ASSINATURA: 23 de outubro de 2026.

Iguaraçu, 23 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:E1EB329C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 071/2026

Ratifico a COMPRA DIRETA e autorizo a despesa e emissão de empenho para aquisição de placas de inauguração de obras públicas, confeccionadas em aço inox escovado, com gravação em baixo-relevo por processo de corrosão, logotipos coloridos conforme modelo fornecido pelo Município, acompanhadas de base de granito e parafusos para fixação, destinadas à identificação e à inauguração de obras e melhorias realizadas pela Administração Municipal, em favor da empresa **INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS BULMARPLAC LTDA** sob CNPJ N° 80.577.232/0001-46, situada na Avenida Mauá, nº 973 – Zona 03 – na cidade de Maringá/PR, no valor de R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) com fundamentos no Artigo 95, parágrafo 2º, da Lei n º 14.133/21. Em anexo as documentações legais da empresa proponente do menor valor, para comprovação.

IGUARAÇU/PR, 23/10/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D5529CE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 192/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS para FABIO JUNIOR DE SOUZA, durante o período de 26/10/2026 à 30/10/2026.

Art. 2º - Considera-se como período aquisitivo de férias, janeiro de 2025 a janeiro de 2026 para o gozo de férias supramencionado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 23 de outubro de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:3269D630

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 222/2026

DECRETO nº 222/2026

Nomeia comissão de avaliação para leilão de bens inservíveis do Município de Inácio Martins.

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a comissão especial para proceder a avaliação de automóveis usados, máquinas, imóveis e de bens inservíveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, composta pelos seguintes membros:

- Eder Lopes – Matrícula nº 80xxx357
- Gilnelson José Gomes de Oliveira – Matrícula nº xx8-1
- João Vitor Schroeder Camargo – Matrícula 80xxx347
- Mario Kardacheuski – Matrícula 80xxx625

Art 2.º - A comissão deverá avaliar veículos, máquinas, imóveis, equipamentos e bens inservíveis a serem comercializados através de leilão municipal, devendo apresentar avaliação prévia através de relatório do preço estimado praticado.

Art. 3.º - A referida comissão não será remunerada pelas avaliações, sendo os serviços prestados considerados como de relevância ao Município, nos termos da Lei Federal nº 9.608/98.

Art. 4.º - Este decreto entra em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito de Inácio Martins PR, em 15 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:CFC11E83

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 012/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS torna público que se encontra em andamento o Processo de Contração mediante Dispensa de Licitação nº 009/2026, conforme art. 75, inciso II e § 3º, da Lei nº 14.133/2021:

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA: Contratação de pessoa física ou jurídica especializada em serviços de arquitetura para elaboração de projeto executivo e projetos complementares, orçamento detalhado, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, documentação técnica e prestação de serviços de fiscalização e acompanhamento técnico da implantação dos projetos de modernização e adequação da sede da Câmara Municipal de Inácio Martins/PR.

A contratação conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e Termo de Referência.

PROPOSTAS: Informamos que a **Câmara Municipal** tem interesse em obter propostas adicionais e, considerando o que preconiza o § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação para que qualquer interessado, caso queira, apresente sua proposta.

As propostas de Preço devem ser encaminhadas para a Câmara Municipal de Inácio Martins/PR, mediante **e-mail** (camaraim@outlook.com) aos cuidados da Agente de Contratação ou **entregue pessoalmente** na sede do Poder Legislativo (Rua Sete de Setembro, 368, Inácio Martins/PR) até o **dia 29/10/2026 as 17h00**, diretamente à Agente de Contratação.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO: A participação poderá se dar na forma física ou eletrônica.

4. JULGAMENTO: Como critério de julgamento será selecionada a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL,** nos termos da Resolução nº 002/2024 deste Poder Legislativo (disponível para consulta no site - https://www.camarainaciomartins.pr.gov.br/upload_resolucoes/a524ce0
9716caf209f3786589c2503f9.pdf).

O Termo de Referência e este Aviso, podem ser visualizados e baixados, no site oficial da Câmara Municipal https://www.camarainaciomartins.pr.gov.br/ - na aba licitações e solicitados presencialmente no prédio da Câmara Municipal.

Inácio Martins, 23 de outubro de 2026.

JOSÉ VILMAR DE ANDRADE
Câmara Municipal de Inácio Martins/PR
Presidente

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 012/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

"ANEXO I"

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA: *Contratação de pessoa física ou jurídica especializada em serviços de arquitetura para elaboração de projeto executivo e projetos complementares, orçamento detalhado, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, documentação técnica e prestação de serviços de fiscalização e acompanhamento técnico da implantação dos projetos de modernização e adequação da sede da Câmara Municipal de Inácio Martins/PR.*
Solicita-se que a proposta comercial seja elaborada após **visita técnica no local** e, informe, no mínimo:

a) razão social ou nome completo do profissional;
b) identificação do profissional ou empresa responsável, com CNPJ ou CPF;
c) endereço e contatos;
d) descrição dos serviços contemplados;
e) valor total dos serviços;
f) prazo estimado para elaboração e entrega dos projetos;
g) condições de pagamento;
h) prazo de validade da proposta;
i) identificação do responsável técnico, quando aplicável;
j) número do registro profissional no respectivo conselho de classe
l) demais informações que o fornecedor considere pertinentes.
m) Apresentação de no mínimo 1 (um) **Atestado de Responsabilidade Técnica (CAT/RRT)** emitido por conselho de classe, que comprove a execução de projeto de complexidade semelhante.

Publicado por:
Tatiane Otto
Código Identificador:081ADB24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DO PRESIDENTE Nº 009/2026

SÚMULA: TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA AO VICE-PRESIDENTE.

CONSIDERANDO que o Senhor Presidente Vereador ALEX SANDRO FERNANDES irá ausentar-se do Município no período de 26 a 27 de outubro de 2026;

Considerando a necessidade de passar o Exercício da Presidência ao Vice-Presidente Vereador JUBINEIS ALVES DOS REIS-KELÉ.

R E S O L V E:

Art. 1º. Passar o exercício temporário da Presidência ao Vice-Presidente Vereador **JUBINEIS ALVES DOS REIS-KELÉ**, devidamente constituído, no período de 26 a 27 de outubro de 2026.

Art. 2º. Este Ato do Presidente entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

Publicado por:
Fabiane Sardims
Código Identificador:7004246D

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ/PR

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o art. 37, incisos II e III, da Constituição Federal, com a Lei Complementar Municipal nº 001/2022 e com as disposições do Edital de Abertura do Concurso Público nº 01/2026;
CONSIDERANDO a Recomendação Administrativa nº 02/2026, expedida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Iporã, no âmbito do Inquérito Civil nº MPPR-0066.24.000501-8, relativa à adoção de providências para a realização de concurso público destinado ao provimento do cargo efetivo da área jurídica da Câmara Municipal;
CONSIDERANDO o Relatório Final e Conclusivo da Comissão Especial de Acompanhamento, Fiscalização e Supervisão do Concurso Público nº 01/2026, instituída pela Portaria nº 016/2026, de 25 de maio de 2026, datado de 20 de outubro de 2026, que concluiu favoravelmente à homologação, sem identificar, no âmbito de sua

fiscalização, irregularidades capazes de comprometer a validade do certame;
CONSIDERANDO a Manifestação Técnica Conclusiva do Controle Interno da Câmara Municipal de Iporã, favorável à homologação do Concurso Público nº 01/2026, diante da documentação examinada e da ausência de impedimentos administrativos identificados;
CONSIDERANDO a manifestação da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Iporã, no âmbito de suas atribuições institucionais, quanto aos aspectos de legalidade e conformidade jurídica dos procedimentos administrativos relacionados ao Concurso Público nº 01/2026, observados os limites de sua competência e as disposições legais e editalícias aplicáveis;
CONSIDERANDO a conclusão das etapas de avaliação e dos procedimentos recursais pertinentes, bem como a divulgação dos resultados definitivos, observadas as disposições do Edital de Abertura e dos demais atos do certame;
TORNA PÚBLICA A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, nos seguintes termos:
Art. 1º Ficam homologados o resultado final e a classificação dos candidatos do Concurso Público nº 01/2026 da Câmara Municipal de Iporã/PR, para os cargos de Auxiliar Legislativo e Procurador Jurídico, conforme os resultados oficialmente divulgados pelos seguintes instrumentos:
I – Edital de Divulgação do Resultado Final da Prova Escrita Objetiva para o cargo de Procurador Jurídico e Convocação para a Prova Prática, de 06 de agosto de 2026;
II – Edital de Divulgação do Resultado Final da Prova Escrita Objetiva para o cargo de Auxiliar Legislativo, de 10 de setembro de 2026;
III – Edital de Divulgação do Resultado Final da Prova Prática e Títulos para o cargo de Procurador Jurídico, de 19 de outubro de 2026.
Art. 2º Integram a presente homologação os resultados definitivos e as respectivas classificações constantes dos atos mencionados no artigo anterior, considerando-se, para o cargo de Procurador Jurídico, o resultado final consolidado após as etapas aplicáveis, e não isoladamente o resultado da prova objetiva.
Art. 3º As eventuais convocações dos candidatos aprovados observarão a ordem de classificação, as disposições do Edital de Abertura, a legislação aplicável e as necessidades da Administração, respeitados os direitos dos candidatos.
Art. 4º O prazo de validade do Concurso Público nº 01/2026 será aquele estabelecido no Edital de Abertura, contado na forma nele prevista, observados os limites do art. 37, inciso III, da Constituição Federal.
Art. 5º Os atos posteriores relativos ao concurso público, inclusive eventuais convocações, serão divulgados pelos meios oficiais previstos no Edital de Abertura, competindo aos candidatos acompanhar as respectivas publicações.
Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã/PR, 23 de outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal de Iporã

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:B5233341

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 049/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS (a) APROVADOS (a) NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026, EDITAL N°. 043/2026, QUE HOMOLOGOU O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2026 de 02 de junho de 2026, Edital n°.043/2026 de 28 de julho de 2026, que homologou o resultado final do Concurso Público.

CONVOCA os (a) candidatos (a) abaixo relacionados (a), aprovados (a) e classificados (a) no Concurso Público nº 001/2026, para realização de Exames para Aptidão Física (Consulta Ocupacional) e Sanidade Mental e posterior nomeação ao cargo público.

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM	CPF	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
SILVANA MONTEIRO SCARLASSARE RIBEIRO	064.xxx.xxx-20	76	1
DENISE DA SILVA MUNDEK	078.xxx.xxx-14	74	2
ROSANI LIMA DOS SANTOS	024.xxx.xxx-90	74	3
ANDREIA DOS SANTOS SOARES (Pretos ou Pardos)	036.xxx.xxx-46	72	4
MONICA DA SILVA BRITO	107.xxx.xxx-74	70	5
LARISSA AZEVEDO DA FONSECA	107.xxx.xxx-63	70	6
ROSELI FONSECA DA SILVA	040.xxx.xxx-70	70	7
ANA RAQUEL PORTELA NERY DA CRUZ (PcD - Pessoa com Deficiência)	068.xxx.xxx-07	67	8
BRUNA CAROLINE DA SILVA	085.xxx.xxx-00	67	9

Os candidatos (a) convocados (a) por este Edital, deverá se apresentarem para Consulta de Aptidão Física (Consulta Ocupacional) na **Unidade Básica de Saúde - João Antônio de Campos Filho**, **Avenida João XXIII, n° 715,** e na **Secretaria Municipal de Educação, Rua Pedro Alvares Cabral, nº 1880**, para exame de Sanidade Mental, conforme prevê o Art. 14, caput e Art. 22, Parágrafo Único, da Lei nº 233/93 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Iporã, portando os resultados dos exames abaixo relacionados, previamente realizados e obedecendo a seguinte ordem:

EXAMES PARA APTIDÃO FÍSICA:

CARGO	EXAMES A SEREM APRESENTADOS	DATA	HORÁRIO
TECNICO DE ENFERMAGEM	-Hemograma Completo c/ Plaquetas - Audiometria - Acetilcolinesterase Plasmática - Anti HBS - Raio X de Coluna Lombo Sacra (com laudo do Médico) - Acuidade Visual (no ato da consulta)	18/11/2026	14h00min

EXAME DE SANIDADE MENTAL:

CARGO	DATA	HORÁRIO
TECNICO DE ENFERMAGEM	17/11/2026	09h00min

As despesas decorrentes com a realização dos Exames acima mencionados são de responsabilidade do Candidato aprovado, que após aprovação nos Exames Médicos, deverá comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iporã – Paraná, no prazo máximo de 10 (dez) dias improrrogável portando os seguintes documentos:

Carteira de Identidade (CIN) de acordo com a Lei 14.534/2023 e fotocópia;
C.P.F. e fotocópia;
Certidão de Nascimento ou casamento e fotocópia;
Certificado de Reservista e fotocópia, quando couber;
Título de Eleitor e fotocópia;
Ultimo comprovante de votação;
Comprovante de escolaridade exigida no edital;
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e fotocópia, quando couber; (quando for menor de 14 anos trazer carteirinha de vacina e se estudante, declaração da escola);
CPF dos filhos;
Duas fotos 3X4 recentes, tirada de frente;
C.N.H. e fotocópia grupo “C”, “D” ou “E”, quando couber;
Atestado de Sanidade Física e Mental;
Certidão Negativa de antecedentes civis e criminais;
Apresentação de declaração de bens e valores, de acordo com a Lei Federal nº 8429/92;
- Cópia do PIS/PASEP;
- Carteira de trabalho original e cópia da carteira de trabalho, página de identificação do servidor e dos contratos de trabalhos anteriores;
- Endereço completo (conta de água, luz ou telefone);
- Telefone para contato;
- E-mail.

Iporã-(PR), 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:55EE95E7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 165/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 001/2026 – CISA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 003/2026 – CISA
ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA.
CONTRATANTE: Município de Iporã/PR, inscrito no CNPJ nº 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA: CKS VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.001.690/0001-69.
OBJETO: Aquisição de 02 (duas) vans de 16 lugares, novas, zero quilômetro, marca/modelo Renault Master L3H2 – 16 Passageiros, decorrente de compra compartilhada realizada por meio da Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – CISA, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2026 – CISA.
VALOR UNITÁRIO: R$ 324.800,00 (trezentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais).
VALOR TOTAL: R$ 649.600,00 (seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais).
PRAZO DE ENTREGA: Até 90 (noventa) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra.
VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até o recebimento definitivo do objeto, observadas as condições contratuais.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52.52.00.00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e condições da Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – CISA.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:02A86CD4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 165/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 001/2026 – CISA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 003/2026 – CISA
ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA.
CONTRATANTE: Município de Iporã/PR, inscrito no CNPJ nº 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA: ROMA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.348.144/0001-80.
OBJETO: Aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo B – Suporte Básico, nova, zero quilômetro, marca/modelo Renault Master L2H2 Pro, devidamente equipada e adaptada, conforme especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – CISA, decorrente de compra compartilhada oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2026 – CISA.
VALOR TOTAL: R$ 354.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil reais).
PRAZO DE ENTREGA: Até 90 (noventa) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra.
VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até o recebimento definitivo do objeto, observadas as condições contratuais.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52.52.00.00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e condições da Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – CISA.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9F4D903A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1676/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR LUIZ MARCELO BORTOLETTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-554/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor, **LUIZ MARCELO BORTOLETTO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 724.xxx.xxx-34, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aprovado em Concurso Público no cargo de Assistente Administrativo, respondendo como **CONTROLADOR GERAL DE CONTROLE INTERNO**, lotado na Controladoria de Controle Interno, férias de 17 (dezessete) dias referente ao período aquisitivo de 01/01/2022 à 31/12/2022 a contar de 03/11/2026.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2C3B9374

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1677/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA JULYA CRISTINA GARBE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 21 de outubro de 2026, 01 (um) dia de AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA a Servidora JULYA CRISTINA GARBE, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 121.xxx.xxx-01, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR TÉCNICO NIVEL II, lotada na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 21 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2F38B493

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1678/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR VINICIUS DA SILVA DESTRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34 da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 28 de setembro 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** ao Servidor **VINICIUS DA SILVA DESTRO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 082.xxx.xxx-26, residente e domiciliado na cidade e comarca de Perola, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 28 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9CBBA8DC

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1679/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA JOSIELE FERNANDES DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-523/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **JOSIELE FERNANDES DA SILVA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 073.xxx.xxx-32, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, ocupante do Cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** lotada na Secretaria de Finanças, férias de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 11/06/2023 à 10/06/2024 a contar de 16/11/2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:3DE443C9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1680/2026

CONCEDE LICENÇA ESPECIAL PARCIAL A SERVIDORA RENATA SILVA DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-544/2026.

o disposto no Art. 164 da Lei nº. 233/1993;

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 09 de novembro de 2026 a Servidora **RENATA SILVA DOS SANTOS**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 088.xxx.xxx-25, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, designada no cargo em comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EMPENHO,** lotada na Secretaria de Finanças, Licença Especial de 01 (um) mês, referente ao período aquisitivo de 05/03/2017 à 04/03/2022 de acordo com o Art. 164 da Lei nº. 233/93 – Estatuto dos Funcionários Públicos de Iporã – Pr.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:09BC41F9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1681/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA EVANEIDE SILVA SIMONETTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 22 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **EVANEIDE SILVA SIMONETTO**, brasileira, inscrita na CPF/MF sob nº. 004.xxx.xxx-13, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aprovada em Concurso Público Municipal, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 22 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:595004E0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1682/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA LUZIENE AQUINO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 21 de outubro de 2026, 02 (dois) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **LUZIENE AQUINO DA SILVA**, brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 020.xxx.xxx-89, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 057/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 21 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:F1B449E3

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1683/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ELISANGELA APARECIDA COGO RONCHI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.**

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 2819/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **ELISANGELA APARECIDA COGO RONCHI**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 956.xxx.xxx-91, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, ocupante do Cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, férias de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2025 à 31/01/2026 a contar de 19/10/2026.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 19 de outubro de 2026.
Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A06AB516

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1684/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA JOSIANE APARECIDA PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 22 de outubro de 2026, 02 (dois) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **JOSIANE APARECIDA PEREIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 049.xxx.xxx-92, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **TÉCNICO DE HIGIÊNE DENTAL,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 22 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 23 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:1912D11C

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 11/2026

Aprova o Diagnóstico Situacional da Pessoa Idosa e o Plano de Ação Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI) do Município de Iporã, vigência 2027 a 2030.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE IPORÃ (CMDI)**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 693/2004 e o seu Regimento Interno, em reunião Ordinária realizada em 22 de outubro de 2026, e
CONSIDERANDO o art. 230 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, e o Decreto Estadual nº 12.862, de 2 de março de 2026, que o regulamenta;
CONSIDERANDO o Guia Orientativo "Dez Passos para se Tornar um Município Amigo da Pessoa Idosa", da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), em especial os 5º, 6º e 7º passos;
CONSIDERANDO os Decretos Municipais nº 203/2026 e nº 222/2026, que criam o Comitê Gestor Municipal do PAPI e nomeiam seus membros;
CONSIDERANDO as propostas aprovadas na 3ª Conferência Municipal da Pessoa Idosa, realizada em 25 de junho de 2025;
CONSIDERANDO o encerramento da vigência do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa 2022/2025;
CONSIDERANDO a apresentação e a deliberação registradas na Ata nº 45/2026 deste Conselho,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Diagnóstico Situacional da Pessoa Idosa do Município de Iporã, elaborado pelo Comitê Gestor Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI), constante do Anexo I desta Resolução.
Art. 2º Aprovar o Plano de Ação Municipal do PAPI de Iporã, com vigência de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2030, constante do Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Recomendar ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instituição do Plano de Ação Municipal por decreto, nos termos do 7º passo do Guia Orientativo, e o seu encaminhamento, com o Diagnóstico Situacional, à equipe do Programa na SEMIPI.
Art. 4º O Plano de Ação Municipal aprovado servirá de base para a elaboração do novo Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Iporã.
Art. 5º O Comitê Gestor Municipal do PAPI encaminhará a este Conselho relatórios semestrais de execução, até 31 de julho e até 31 de janeiro de cada ano, e apresentará, em reunião plenária no mês de março de cada ano, o relatório anual de monitoramento referente ao exercício anterior.
Art. 6º As alterações do Plano decorrentes da revisão anual, do monitoramento ou das deliberações de novas Conferências Municipais serão submetidas à apreciação deste Conselho.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã, 22 de outubro de 2026.

CIBELE CRISTIANE RUIZ DE AZEVEDO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI)

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:014B87F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão, na forma eletrônica nº 044/2026. Processo Administrativo nº 215/2026.
Objeto: Aquisição de uniformes para servidores municipais
Tipo: Menor Preço Lote.
Recebimento e abertura das propostas: Até as 09h00min do dia 09 de novembro de 2026.
Sessão pública/lances: após análise das propostas.
Local de acesso e participação: www.bll.org.br.
Editais disponíveis em: https://irati.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/.

Irati, 23 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Autoridade Competente

ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO

A Autoridade Competente do Município de Irati, no uso de suas atribuições informa que devido à um erro de digitação, deve ser considerada a seguinte informação no edital de licitação do processo abaixo identificado, conforme data contida nas publicações e plataformas.
Pregão, na forma eletrônica nº 042/2026. Processo Administrativo nº 183/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de semáforos, incluindo equipamentos, componentes e acessórios necessários à sua instalação e funcionamento, visando a melhoria da sinalização semafórica e da segurança viária do Município de Irati/PR.
ERRATA: Data do recebimento e abertura das propostas.
ONDE SE LÊ: "DATA: 28 de outubro de 2026".
LEIA-SE: "DATA: 03 de novembro de 2026".
Permanecem inalteradas as demais informações.
Justificativa: esta errata não altera a formulação das propostas, amplia a participação e a competitividade e garante a isonomia entre os licitantes, estando corretas as demais informações.
Local de acesso e participação: www.bll.org.br.

Editais disponíveis em: https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/.

Irati, 23 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Autoridade Competente

Publicado por:
Elike Alceu Vasco
Código Identificador:EC89D439

SECRETARIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO ADITIVO DE TERMO DE FOMENTO 005-2025

1º TERMO ADITIVO DE TERMO DE FOMENTO 005-2025

1º Termo Aditivo do termo de Fomento n° 05-2025 que entre si celebram o Município de Irati e a COMUNIDADE BETHANIA RECANTO IRATI, para os fins que especifica.

O Município de Irati - PR, inscrito no CNPJ sob n° 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, 22, Centro, Irati-PR, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Emiliano Augusto Rocha Gomes, portador do RG nº XX.XXX.XXX-X SSP/PR, inscrito no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, e COMUNIDADE BETHANIA RECANTO IRATI, inscrito no CNPJ sob n° 00.816.354/0013-42, com sede a situado no estrada do Arroio Grande, s/n (Área Rural) Irati-PR, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representada pelo Presidente da Instituição, Sr. Waldomiro Lucio Tardivo Filho, portador do RG nºXX.XXX.XXX-X SSP/PRCPF nºXXX.XXX.XXX-XX, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo do Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições a seguir relacionadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar o Responsável pela fiscalização da Transferência Voluntária, membro da comissão de monitoramento e avaliação referente ao Termo de Fomento 05/2025 da seguinte forma;
Fica designada como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação -Responsável pela fiscalização da transferência:
Angela Marcia Vieira, inscrito (a) no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX.XX e na Matrícula Funcional n.º 2552111.
CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições cláusulas do termo ora aditado, ficando este Termo Aditivo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

WALDOMIRO LUCIO TARDIVO FILHO
Comunidade Bethania Recanto Irati

Publicado por:
Andreia Leonora Teixeira Likes
Código Identificador:F7AC1F08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026

O condutor de processos do órgão MUNICIPIO DE ITAMBARACA-ITAMBARACÁ-PR, vem comunicar o resultado do processo de DISPENSA ELETRÔNICA nº 004/2026, Processo Administrativo nº 055/2026 finalizado sexta-feira, 23 de outubro de 2026, objeto: Contratação compartilhada de empresa especializada para prestação de serviços destinados à realização de jantar comemorativo em homenagem aos servidores públicos, alusivo ao Dia do Servidor Público (28 de outubro), a ser realizado no dia 27 de outubro de 2026, das 20h00 às 01h00 do dia 28 de outubro de 2026, no Salão de Festas da Igreja Matriz de Itambaracá/PR, contemplando locação do salão, fornecimento de buffet completo, bebidas não alcoólicas, sobremesa,

mesas, cadeiras e respectivos acessórios e utensílios, serviço de garçons, bem como apresentação musical ao vivo com sistema de sonorização e iluminação. Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: ARCANJOS RESTAURANTE LTDA (43471743000152) com o lote 1 no valor de R$ 24.320,00 (vinte e quatro mil e trezentos e vinte reais).

Itambaracá, 23 de outubro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Cristina Dos Santos
Código Identificador:E52893D4

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PNAE Nº 033/2026

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 027/2026
INEXIGIBILIDADE n.º 010/2026
CONTRATO n.º 033/2026

OBJETO: Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do cardápio da alimentação escolar, no âmbito do PNAE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, com sede à Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 06, Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.235.738/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Amarildo Tostes; e

CONTRATADA: Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Bandeirantes - COOPAFI, CNPJ: 14.754.594/0001-30, situada na Rua Sebastião Diogo de Nascimento, nº 12, Jardim Bela Vista, no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

VALOR CONTRATADO: até R$ 77.685,10 (setenta e sete mil seiscentos e oitenta e cinco reais e dez centavos), que será despendido, conforme demanda, para um período de 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2026

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato (22/10/2027).

FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/Pr, 23 de outubro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliete Caetano Domingues
Código Identificador:F39C5432

RECURSOS HUMANOS
ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ORIENTAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2026

Dispõe sobre normas de acesso às dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e das unidades da Rede Municipal de Ensino de Itambaracá – PR, bem como sobre a preservação da segurança, da organização do ambiente escolar, das informações, dos documentos e da imagem de estudantes, servidores e espaços físicos.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE ITAMBARACÁ – PR**, no uso de suas atribuições administrativas, e considerando a necessidade de assegurar a adequada organização dos serviços públicos educacionais, a preservação do ambiente de trabalho, a segurança das informações e dos documentos administrativos, o regular atendimento ao público, a segurança dos estudantes e servidores, a organização do ambiente escolar, a proteção da imagem e da privacidade dos estudantes e servidores e o adequado funcionamento das unidades educacionais,

ORIENTA E DETERMINA aos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, às Direções das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, que observem e façam observar as seguintes disposições:

1. <u>DO ACESSO ÀS UNIDADES EDUCACIONAIS</u>
1.1. O acesso às dependências da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** e das unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino deverá observar as normas de controle, identificação e circulação estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pela Direção da respectiva unidade, especialmente durante o horário de expediente e de funcionamento escolar.
1.2. As pessoas que não possuam **vínculo funcional, educacional ou institucional** com a unidade deverão, ao ingressar em suas dependências, **identificar-se na entrada e informar à Direção ou ao servidor responsável o motivo de sua presença**.
1.3. O acesso de **pais, responsáveis, prestadores de serviços, representantes de órgãos públicos, autoridades, membros da comunidade e demais pessoas externas** às dependências escolares será permitido quando houver finalidade legítima relacionada às atividades educacionais, administrativas ou institucionais, tais como atendimento, reunião, entrega ou retirada de documentos, prestação de serviços, acompanhamento de estudantes ou outras atividades previamente autorizadas, observados os procedimentos de identificação, controle de acesso, circulação e permanência estabelecidos pela unidade e as orientações da Direção.
1.4. A permanência de pessoas externas às unidades deverá restringir-se, sempre que possível, ao **tempo e aos espaços necessários à finalidade que motivou o acesso**, de modo a não comprometer o funcionamento dos serviços, as atividades pedagógicas, a segurança dos estudantes e servidores ou a rotina escolar.

2. <u>DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS</u>
2.1. A realização de fotografias, filmagens, gravações de áudio ou outras formas de captação de imagens e informações nas dependências das unidades educacionais deverá observar as normas administrativas da unidade, a finalidade da atividade e a legislação aplicável, especialmente quanto à **proteção da imagem, da privacidade e dos dados pessoais de estudantes e servidores**.
2.2. Não deverá ser realizada captação de imagens ou gravações de estudantes, especialmente crianças e adolescentes, de forma a expô-los ou identificá-los indevidamente, sem a observância das autorizações e dos requisitos legais aplicáveis.
2.3. A captação de imagens de ambientes internos e externos da instituição, documentos, sistemas, atividades pedagógicas ou situações que envolvam estudantes e servidores deverá ocorrer **somente quando autorizada e quando estiver relacionada à finalidade legítima da atividade**, sem interferir no funcionamento da unidade ou expor indevidamente estudantes, servidores, documentos ou informações institucionais.
2.4. A presente Orientação **não impede o exercício regular das atribuições de órgãos públicos de fiscalização, controle, segurança, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar ou outras autoridades competentes**, observadas as respectivas competências e os procedimentos legais aplicáveis.
2.5. Não será permitida a entrada de pessoas externas na unidade escolar, **sem prévia autorização da Direção ou da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, com a finalidade de:
I – realizar fotografias ou filmagens das dependências da escola;
II – produzir vídeos, imagens ou outros registros audiovisuais;
III – registrar, documentar ou divulgar problemas estruturais, administrativos ou de funcionamento da unidade;
IV – realizar entrevistas ou coletar depoimentos de estudantes, servidores ou demais membros da comunidade escolar;

V – produzir conteúdo para divulgação em redes sociais, aplicativos de mensagens, veículos de comunicação ou outras plataformas.

3. DAS DOAÇÕES VOLUNTÁRIAS E DA ARRECADAÇÃO DE RECURSOS

3.1. As **doações voluntárias, campanhas, eventos, bazares, feiras, rifas e demais iniciativas destinadas à arrecadação de recursos** em benefício das instituições da Rede Municipal de Ensino deverão, preferencialmente, ser realizadas em parceria com a **APMF e/ou Conselho competente**, observadas suas atribuições e a legislação aplicável.

3.2. Fica **vedada a solicitação direta de valores em dinheiro**, pela Direção ou por qualquer servidor, a pais, responsáveis ou estudantes para custeio de obras, reparos, aquisição de materiais, manutenção ou outras despesas da unidade escolar.

3.3. Eventuais necessidades de manutenção, reparo, aquisição de materiais ou outras despesas deverão ser formalmente encaminhadas à **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** e, quando cabível, tratadas por meio da APMF ou Conselho competente.

3.4. Toda ação de arrecadação deverá ser **previamente autorizada, formalizada e registrada**, com indicação de sua finalidade, responsáveis, forma de realização e destinação dos recursos, mantendo-se a documentação arquivada para fins de transparência e prestação de contas.

3.5. As contribuições terão **caráter exclusivamente voluntário**, sendo vedado qualquer tipo de cobrança, constrangimento, imposição ou condicionamento de atendimento, participação em atividades escolares ou benefício educacional à contribuição financeira.

3.6. É vedado aos servidores, individualmente, **solicitar, receber ou administrar valores em nome da instituição**, sem a participação do órgão ou entidade competente e o devido registro e controle dos recursos.

3.7. Os recursos arrecadados deverão ser utilizados **exclusivamente para a finalidade previamente estabelecida**, com a devida documentação e prestação de contas perante a entidade responsável e, quando cabível, perante a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

3.8. A Direção da unidade deverá assegurar a formalização das ações de arrecadação e manter os respectivos documentos arquivados para consulta e fiscalização pelos órgãos competentes.

4. DA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO NAS UNIDADES EDUCACIONAIS

4.1. É **vedada** a realização, nas dependências das **Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs**, de serviços de manutenção, reparos, consertos, instalações, adaptações ou intervenções no espaço físico por **pessoas que não possuam vínculo funcional ou contratual com o Município**, sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e, quando necessário, dos demais setores competentes da Administração Municipal.

4.2. A Direção da unidade escolar **não poderá autorizar, por iniciativa própria, a entrada e a atuação de particulares, pais, responsáveis, voluntários ou terceiros para executar serviços de manutenção ou reparos** em portões, muros, telhados, instalações elétricas, hidráulicas, mobiliário, equipamentos ou demais estruturas da instituição.

4.3. A necessidade de reparo ou manutenção deverá ser **formalmente comunicada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, que adotará as providências necessárias junto aos setores competentes do Município, observando os procedimentos administrativos aplicáveis.

4.4. A participação de terceiros em ações de manutenção ou melhoria do espaço físico somente poderá ocorrer quando houver **autorização prévia e formal do Município**, definição da responsabilidade pela execução e observância das condições de segurança necessárias, especialmente quando houver circulação de estudantes e servidores no local.

4.5. Em situação que ofereça **risco à segurança de estudantes ou servidores**, a Direção deverá comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e adotar medidas para impedir o acesso ao local de risco.

4.6. As disposições deste item não impedem a entrada de **empresas contratadas pelo Município, profissionais autorizados, prestadores de serviços, órgãos públicos ou equipes técnicas**, desde que devidamente identificados e autorizados, observados os procedimentos administrativos e de segurança aplicáveis.

5. DA VENDA, COMERCIALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES

5.1. Fica vedada, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, das Escolas Municipais e dos CMEIs, a venda, comercialização, divulgação ou oferta de produtos e serviços de caráter particular, **sem prévia autorização da Secretaria ou da Direção, conforme o caso**.

5.2. A vedação abrange alimentos, bebidas, roupas, cosméticos, produtos de catálogo, artesanatos, serviços e demais atividades destinadas à **obtenção de vantagem ou arrecadação particular**.

5.3. É vedada a utilização de espaços, equipamentos, materiais, murais, redes sociais e demais canais institucionais para divulgação de atividades comerciais particulares, **salvo quando houver finalidade institucional previamente autorizada**.

5.4. Campanhas, bazares, feiras, rifas ou outras formas de arrecadação para fins institucionais somente poderão ocorrer mediante **prévia autorização e observância da legislação e das normas aplicáveis**, inclusive da APMF ou Conselho Escolar, quando cabível.

5.5. É proibida qualquer forma de **cobrança, constrangimento ou pressão** para participação ou contribuição, devendo ser preservado o caráter voluntário das doações.

5.6. É vedado utilizar o cargo, função ou autoridade de servidor para **promover, induzir ou constranger** estudantes, famílias ou servidores à aquisição, doação ou participação em atividades de arrecadação.

5.7. A Direção deverá comunicar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura situações realizadas em desacordo com estas normas, para adoção das **providências administrativas cabíveis**.

5.8. Ficam ressalvadas as **atividades pedagógicas ou institucionais** que envolvam produção, exposição ou eventual comercialização de trabalhos dos estudantes, desde que previamente planejadas, autorizadas e realizadas conforme as normas aplicáveis.

6. DA PRESERVAÇÃO DA ROTINA E DA SEGURANÇA ESCOLAR

6.1. Todos os servidores deverão contribuir para a manutenção de ambiente organizado, seguro e adequado ao desenvolvimento das atividades educacionais.

6.2. A circulação de pessoas externas não deverá interferir nas atividades pedagógicas, no atendimento aos estudantes, no trabalho dos servidores ou nas rotinas administrativas da unidade.

6.3. Havendo situação que possa comprometer a segurança dos estudantes, servidores, documentos, equipamentos ou instalações, a Direção deverá adotar as providências administrativas cabíveis e, quando necessário, comunicar o fato à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

7. DA ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA DIREÇÃO

7.1. Compete à Direção da unidade:

I – controlar o acesso de pessoas externas;

II – solicitar identificação e informação sobre a finalidade da visita;

III – orientar os visitantes quanto às regras de acesso e circulação;

IV – impedir o ingresso não autorizado para realização de fotografias, filmagens ou outros registros;

V – comunicar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura situações que possam representar risco à segurança, à rotina escolar ou à integridade dos estudantes e servidores.

8. DA COMUNICAÇÃO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.1. Toda situação que envolva tentativa de acesso não autorizado, produção de imagens sem autorização, abordagem de estudantes ou servidores, ou divulgação de imagens da unidade deverá ser registrada pela Direção e comunicada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura para avaliação e adoção das providências cabíveis.

9. DA PROTEÇÃO DOS ESTUDANTES E SERVIDORES

9.1. As restrições previstas nesta Orientação têm, entre outras finalidades, **preservar a segurança e a privacidade dos estudantes e servidores**, evitando registros não autorizados de crianças e adolescentes e a exposição indevida do ambiente escolar.

10. DO CUMPRIMENTO
10.1. As Direções das unidades educacionais deverão dar ciência desta Orientação aos servidores sob sua responsabilidade e adotar as medidas necessárias ao seu cumprimento.
10.2. As disposições desta Orientação deverão ser observadas sem prejuízo das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como do direito de acesso à informação, dos mecanismos de participação social e das atribuições dos órgãos de fiscalização e controle.
10.3. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada a legislação vigente.

11. DA CONCLUSÃO
11.1. As disposições desta Orientação Administrativa têm por finalidade **assegurar a organização, a transparência, a impessoalidade e o adequado uso dos espaços e recursos públicos**, promovendo um ambiente educacional seguro, organizado e adequado ao desenvolvimento das atividades escolares.
11.2. As normas estabelecidas visam, especialmente, assegurar o **acesso organizado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e às unidades educacionais, a segurança de estudantes e servidores, a proteção de informações, documentos, imagem e privacidade, bem como o adequado funcionamento dos serviços educacionais**.
11.3. As Direções e os servidores deverão observar e fazer cumprir as disposições desta Orientação, adotando as providências necessárias diante de situações que possam comprometer a **segurança, a rotina escolar, o patrimônio ou a integridade da comunidade escolar**, comunicando à Secretaria Municipal de Educação e Cultura os fatos que demandem conhecimento ou providências administrativas.
11.4. Eventuais ações de caráter institucional deverão ser **previamente autorizadas, devidamente justificadas e realizadas em conformidade com a legislação e as normas administrativas aplicáveis**, preservando-se, em qualquer hipótese, o interesse público, a finalidade educacional, a transparência e o caráter voluntário de eventuais contribuições.
11.5. O cumprimento desta Orientação deverá ocorrer **sem prejuízo da legislação vigente, do direito de acesso à informação, dos mecanismos de participação social e das atribuições dos órgãos de fiscalização e controle**, cabendo à Secretaria Municipal de Educação e Cultura analisar e deliberar sobre os casos omissos, observada a legislação aplicável.

Itambaracá – Paraná, 20 de outubro de 2026.

ANDRÉIA SOARES ALEXANDRE
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:266EFAFF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 401/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pelo servidor Luiz Renato Tonet, Matrícula 200752, no cargo de Agente Administrativo, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 13/10/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1203/2026 do Ofício nº 032/2026 da Secretaria Municipal de Administração que autoriza o Retorno de Férias do servidor abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** do servidor público **LUIZ RENATO TONET,** no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **23/10/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:9EDD74EA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 402/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, o Ofício nº 314/2026 da Secretaria Municipal de Saúde, que autoriza o gozo de férias da referida servidora;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 09 (nove) dias de Gozo de Férias na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
DULCINEIA APª DA SILVA SANTIN	200790	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	16/06/2024 A 15/06/2025	13/10/2026	21/10/2026

Art.2 º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:479D0B4E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 403/2026

SÚMULA: Institui as COMISSÕES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS para atuarem no Processo de Seleção e Escolha de Diretores das Unidades Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Itambaracá – Pr, nos termos da legislação municipal vigente e do respectivo Edital, e dá outras providências

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**, ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da **COMISSÃO GERAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAMBARACÁ – PR**, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da legislação municipal vigente, especialmente a Lei Municipal nº 1.917/2022, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 2.069/2026, bem como o Edital nº 02/2026, que regulamenta o Processo de Seleção e Escolha de Diretores das Unidades Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino,

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam instituídas a **COMISSÕES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS**, para **atuarem** no Processo de Seleção e Escolha de Diretores das unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Itambaracá – PR, observadas as disposições da legislação municipal vigente e do respectivo Edital.

Art. 2º - Cada **Comissão da Unidade Educacional** será composta por **03 (três) membros**, dentre os quais serão designados o **Presidente** e o **Secretário**, responsáveis pela condução dos trabalhos e pelo registro dos atos praticados durante o processo.

Art. 3º - Ficam designados os seguintes membros para compor as Comissões das Unidades Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Itambaracá – PR.
3.1. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Guedes Maluta
I – Glaucia Aparecida Dalbem da Silva;
II – Maira Fernanda da Silva;
III – Shirley Aparecida de Souza Camarini.
3.2. Centro Municipal de Educação Infantil Professora Elza Ruiz Vieira
I – Adriana Aparecida Soares dos Santos;
II – Loaine Azevedo da Silva Soares;
III – William Matsui Carnaval.
3.3. Escola Municipal João Paulo II
I – Adriana Munhoz;
II – Ana Claudia Polizel Passeto;
III – Susana Machado Soares Gusmão.
3.4. Escola Municipal Sebastião Severino da Silva
I – Andreia Regina Franco de Oliveira;
II – Fatima Aparecida Saugo;
III – Lilia Maria da Silva.
Parágrafo único. Os membros de cada Comissão indicarão, dentre seus pares, o **Presidente e o Secretário** da Comissão, observadas as disposições do respectivo Edital.

Art. 4º - Não poderão integrar as Comissões das Unidades Educacionais:
I – os candidatos ao cargo de Diretor;
II – os cônjuges dos candidatos;
III – os parentes dos candidatos até o segundo grau, inclusive por afinidade;
IV – o servidor que estiver exercendo a função de Diretor na respectiva unidade educacional.

Art. 5º - Compete à Comissão da Unidade Educacional:
Conduzir e acompanhar os trabalhos na mesa receptora de votos, observadas as disposições do respectivo Edital;
verificar, antes do início da votação e na presença de, no mínimo, 02 (duas) testemunhas, que a urna se encontra vazia, registrando o procedimento em ata;
zelar pela ordem no local de votação e assegurar o exercício livre e individual do direito de escolha dos votantes;
registrar em ata circunstanciada as ocorrências verificadas durante o processo de votação, com a assinatura dos membros responsáveis;;
manter sob sua responsabilidade a lista oficial de votantes;
colher a assinatura dos votantes, na lista correspondente, conforme os procedimentos estabelecidos no Edital;
verificar a integridade das urnas de votação e comunicar imediatamente à Comissão Geral qualquer indício de violação ou irregularidade;
adotar as providências cabíveis diante de eventual irregularidade na urna, submetendo à Comissão Geral a decisão sobre sua eventual anulação, conforme as disposições do Edital;
realizar a apuração dos votos, garantindo a transparência do procedimento e permitindo o acompanhamento pelos presentes, nos termos do Edital;
lavrar e assinar a ata de apuração, registrando o resultado da votação e as eventuais ocorrências;
organizar e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura toda a documentação referente à votação e à apuração, conforme os prazos e procedimentos estabelecidos;
cumprir as orientações e determinações da Comissão Geral do Processo de Seleção e Escolha de Diretores.

Art. 6º - Os membros das Comissões das Unidades Educacionais deverão atuar com **imparcialidade, transparência, isonomia e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, devendo comunicar à Comissão Geral qualquer situação de impedimento ou suspeição que possa comprometer a lisura do processo.

Art. 7º - A participação dos membros das Comissões das Unidades Educacionais será considerada de relevante interesse público e não será remunerada, salvo disposição legal específica em contrário.

Art. 8º - As Comissões das Unidades Educacionais exercerão suas atribuições durante o período de realização do Processo de Seleção e Escolha de Diretores, até a conclusão das etapas sob sua responsabilidade e o encaminhamento da respectiva documentação à Comissão Geral.

Art. 9º - Os casos omissos relacionados à atuação das Comissões das Unidades Educacionais serão submetidos à apreciação da Comissão Geral, observadas a legislação municipal vigente e as disposições do respectivo Edital.

Art. 10. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:E9C07D9E

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE DESISTÊNCIA

TERMO DE DESISTÊNCIA DA VAGA /EMPREGO EM REGIME ESPECIAL
Processo Seletivo Simplificado 2025 - PSS

Eu, **WESLEY LUIZ DE AGUIAR DE OLIVEIRA**, Brasileiro, motorista, residente no endereço: Rua Adolpho Donha, nº 24, Município de Barra do Jacaré, abaixo assinado, **DESISTO**, em caráter irrevogável, do Contrato em Regime Especial por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS regulamentado pelo **Edital nº 01/2025 (PMI),** classificado em **14º lugar** para o provimento da vaga de **MOTORISTA COLETIVO** o qual fui **CONVOCADO** na data de **13/10/2026**, Publicado no **Diário Oficial dos Municípios do Paraná – 13/10/2026 – Edição 3635**.

Declaro estar ciente que, ao assinar a desistência do contrato, serei desistente de todas as demais inscrições realizadas por este edital e não poderei assumir vagas/empregos em outras convocações.

Itambaracá/PR, 19 de outubro de 2026.

WESLEY LUIZ DE AGUIAR DE OLIVEIRA
Assinatura

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:77D43865

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

Para que produzam-se os efeitos legais em sua plenitude e com respaldo no inciso IV do art. 71 da Lei n° 14.133/2021, **HOMOLOGO** a decisão do Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, devidamente designados pelas Portarias Nº 049/2025 e Nº 174/2025, referente ao **Pregão Eletrônico nº 17/2026**, e **ADJUDICO** o objeto ora licitado, o qual resume-se por: **Aquisição de uniformes destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde**, em favor da empresa: **RIOLLI & LIMA CONFECCÇÕES LTDA**, com cadastro CNPJ/MF sob o n.º 56.987.322/0001-20, com o lote: 3, no valor total de R$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais).

Edifício da Prefeitura Municipal, em Itambé/PR, aos 23 de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Cristina Silva Messias
Código Identificador:29AC7AE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 237/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 237/2026
DATA: 20/10/2026.

SÙMULA: Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA – Lei 1205/2010 do Município de Itapejara D'Oeste e dá outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Itapejara D' Oeste, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a necessidade de regulamentação do Fundo Municipal Da Criança e Adolescente conforme Lei Municipal nº 1205/2010;
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica regulamentado o Fundo Municipal da Criança e Adolescente – FMDCA, conforme lei nº 1205/2010 de 17/11/2010 de acordo com as disposições deste decreto.
Art. 2º - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA será vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, que gerirá com o auxílio e a fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
Art. 3º - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA, é formado por recursos financeiros, bens e direitos.
§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA, expressará as políticas e os programas de trabalho do setor, observados o Plano Plurianual (PPA), a Lei deDiretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) em obediência aos princípios normativos que regem a matéria.
§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA, integrará o Orçamento do Município, e sua proposta orçamentária será submetida à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA.
Art. 4º - Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA aquelas a eles destinadas, provenientes de:
- dotação específica consignada no orçamento municipal e créditos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício para assistência social;
- repasses dos Conselhos Nacional e Estadual da Criança e Adolescente;
- doações, auxílios, contribuições e legados que lhe sejam destinados;
- contribuições sociais previstas na Constituição Federal;
- rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações financeiras;
- outros recursos que lhe forem destinados;
- produtos de operações de crédito celebrados pelo Município com organismos nacionais e internacionais relativos ao setor mediante prévia autorização legislativa;
- recursos de pessoas física e jurídicas públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, sob a forma de doações ao Município com destinação específica, observada a legislação aplicável;
- resultados financeiros de suas aplicações, observada a legislação sobre a matéria;
- parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamento das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA tenha a receber por força de lei e de convênios no setor.
Art. 5º - Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA serão aplicados, mediante avaliação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, em:
- financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social, de acordo com o Plano Municipal;
- pagamento de prestações de serviços e execução de programas e projetos específicos do setor incluídos programas de capacitação, assessoria e pesquisa;
- aquisição de material permanente de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- aquisição, mediante prévia avaliação, construção, reforma, ampliação ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços;
- desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações;
- desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos ligados a área;
Art. 6º - Compete ao Departamento de Assistência social, ao gerir os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA, as seguintes atribuições:
- fixar critérios para aplicação de recursos do Fundo, de acordo com os parâmetros legais pertinentes;
- orientar e acompanhar o desenvolvimento orçamentário e financeiro dos planos, programas e projeto aprovados;
- elaborar as demonstrações mensais das receitas e despesas a serem avaliadas pelo Conselho Municipal da criança e adolescente –
CMAS e encaminhá-las ao órgão fiscalizador e controle, publicados os respectivos relatórios no Diário Oficial do Estado ou na Imprensa Oficial do Município;
- elaborar diretrizes gerais para o Fundo, com o auxílio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FMDCA;
- propor matéria relacionada à política financeira e operacional;

- ordenar a emissão de notas de empenho, bem como o pagamento das despesas do Fundo, de acordo com a legislação;
- elaborar as contas do exercício, que serão submetidas ao Tribunal de Contas;

- operacionalizar convênios e contratos de prestação de serviços pelo setor público e privado, bem como as contribuições, doações, e outras receitas destinadas à política da Criança e Adolescente.

- encaminhar mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Asdolescente – CMDCA, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestado pelo setor público e privado.
Art. 7º - O controle orçamentário, financeiro e operacional, bem como das demonstrações contábeis, serão efetuados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, juntamente com a Secretaria Municipal de Finanças.
Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de outubro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:5FAEEFB5

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 238/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 238/2026
DATA: 22.10.2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos municipais e dá outras providências.

Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, e
Considerando a necessidade de regularização de férias dos Servidores da Administração Municipal;
DECRETA:
Art. 1º Ficam concedidos à servidora **Nadia Paula Magali** 15 (quinze) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2024/2025**, para fruição no período de **13 de novembro de 2026 a 27 de novembro de 2026**, correspondentes ao primeiro período de fruição das férias.
Art. 2º Ficam concedidos à servidora **Angela Scalcon de Oliveira** 05 (cinco) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2024/2025**, para fruição no período de **23 de novembro de 2026 a 27 de novembro de 2026**, correspondentes aos dias remanescentes do respectivo período de férias.
Art. 3º Ficam concedidos à servidora **Luciana Krug** 20 (vinte) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2025/2026**, para fruição no período de **09 de novembro de 2026 a 28 de novembro de 2026**, correspondentes aos dias remanescentes do respectivo período de férias.
Art. 4º Ficam concedidos à servidora **Aline Filakowski Cardoso** 30 (trinta) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2025/2026**, para fruição no período de **30 de novembro de 2026 a 29 de dezembro de 2026**.
Art. 5º Ficam concedidos à servidora **Neusa Morando Barcarol** 08 (oito) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2023/2024**, para fruição no período de **23 de novembro de 2026 a 30 de novembro de 2026**, correspondentes aos dias remanescentes do respectivo período de férias.
Art. 6º Ficam concedidos à servidora **Janice Alves de Campos** 20 (vinte) dias de férias, correspondentes ao período aquisitivo de **2025/2026**, para fruição no período de **03 de novembro de 2026 a 22 de novembro de 2026**, correspondentes ao primeiro período de fruição das férias.
Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos **22 (vinte e dois) dias do mês de outubro de 2026**.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A5AE631D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 861 A Nº 875/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 861/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Marcio Strassburger, Matrícula: 016.962-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Marcia e Valdir de Avila. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/10/2026 as 05h00 e retorno dia 21/10/2026 as 17h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Quimioterapia. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 862/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Marcio Strassburger, Matrícula: 016.962-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Anita Gonzatto com acomp, Mareli Mitrut com acomp, Adelar Pegorini com acomp e Joraci da Silva com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 23/10/2026 as 05h00 e retorno dia 23/10/2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit. Finalidade da viagem: Quimioterapia, consultas e exames. Local: CEONC e Dr. Prime. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 863/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: João C. da Costa, Matrícula: 017.187-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Amélia Vieira com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 22/10/2026 as 03h00 e retorno dia 22/10/2026 as 19h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 864/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017.063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Ademir Maculan com acomp, Leocir da Silva e Ingrid Lerner. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/10/2026 as 12h00 e retorno dia 23/10/2026 as 23h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 625,00. Transporte utilizado: HB20. Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: H. C. e Angelina Caron. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 865/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Ivone Anziliero. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 22/10/2026 as 05h00 e retorno dia 22/10/2026 as 17h00. Destino: Guarapuava. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20.

Finalidade da viagem: Consulta e Cirurgia. Local: H. Regional. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 866/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson Nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Karla de Campos, Emily Lorengian, Emily Chagas, Leonardo Chagas, Evellyn Quadros, Simeia Clein, Samuel Clein, Lenir Pagno, Julia Bueno de Quadros e Paola Gonçalves. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 25/10/2026 as 09h00 e retorno dia 26/10/2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Transit. Finalidade da viagem: Consultas e exames. Local: H. Peq. Príncipe, Angelina Caron e Hemepar. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 867/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Lenir Pagno, Matrícula: 113.131-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Agente de Saúde. Acompanhante: Julia Bueno de Quadros. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 25/10/2026 as 09h00 e retorno dia 28/10/2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 875,00. Transporte utilizado: Transit. Finalidade da viagem: Acompanhar a menor em consulta médica. Local: H. Peq. Príncipe. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 868/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Jocilene Mucke, Matrícula: 012.517-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 02/11/2026 as 23h00 e retorno dia 05/11/2026 as 23h30. Destino: Foz do Iguaçu. Valor de diárias: R$ 1.200,00. Transporte utilizado: Ônibus. Finalidade da viagem: Seminário Formadores em Ação Municípios. Local: Mabu Thermas Grand Resort. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 869/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Simone A. dos Santos, Matrícula: 012.681-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Diretora da Escola P. V. Parigot de Souza. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 02/11/2026 as 23h00 e retorno dia 05/11/2026 as 23h30. Destino: Foz do Iguaçu. Valor de diárias: R$ 1.200,00. Transporte utilizado: Ônibus. Finalidade da viagem: Seminário Formadores em Ação Municípios. Local: Mabu Thermas Grand Resort. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 870/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho N. da Maia, Matrícula: 112.305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Alunos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/10/2026 as 18h30 e retorno dia 22/10/2026 as 00h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus. Finalidade da viagem: Levar os participantes da Gincana recreativa. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 871/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Fernando Rodrigues, Matrícula: 112.941-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Alunos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/10/2026 as 18h30 e retorno dia 22/10/2026 as 00h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus. Finalidade da viagem: Levar os participantes da Gincana recreativa. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 872/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Edson Tolotti, Matrícula: 014.633-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Prof. de Ed. Física. Acompanhantes: Alunos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/10/2026 as 18h30 e retorno dia 22/10/2026 as 00h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus. Finalidade da viagem: Levar os participantes da Gincana recreativa. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 873/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Zulmir Dalmagro, Matrícula: 952-0. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Alunos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/10/2026 as 18h30 e retorno dia 22/10/2026 as 00h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Ônibus. Finalidade da viagem: Levar os participantes da Gincana recreativa. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 874/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Denilson A. Perondi, Matrícula: 011.246-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Alunos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/10/2026 as 18h30 e retorno dia 22/10/2026 as 00h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Micro-Ônibus. Finalidade da viagem: Levar os participantes da Gincana recreativa. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 20.10.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 875/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Augusto Gadini, Matrícula: 015.532-1. Órgão de Lotação: Depto de Esportes e Cultura. Cargo ou função: Diretor. Acompanhantes: Alunos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/10/2026 as 18h00 e retorno dia 22/10/2026 as 00h30. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Spin. Finalidade da viagem: Levar os participantes da Gincana recreativa. Local: Afya. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste 21.10.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:846F0039

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

EDITAL/CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 05/2026

A Comissão de Finanças, Orçamento e Julgamento das Contas do Poder Legislativo de Itapejara D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, através de seus membros, requer que se torne público:
Que, em cumprimento ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal n° 101/2000, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa de Leis, realizará Audiência Pública para discussão do **Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo n° 38/2026, protocolado em 14/10/2026**, que dispõe sobre o Orçamento Anual do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de 2027.
A referida audiência será realizada no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, no dia **06/11/2026, às 11h30min**.
Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão de Finanças, Orçamento e Julgamento das Contas e a divulgação será através do endereço eletrônico da Câmara Municipal.
Poderão participar da Audiência Pública todo e qualquer cidadão Itapejarense (pessoa física, entidades de classe, associações de bairro, associações comerciais ou industriais, sindicatos e outras entidades da sociedade civil organizada). As sugestões populares podem ser encaminhadas pelo e-mail camara@itapejaradoeste.pr.leg.br ou presencialmente nas dependências da câmara municipal no período estipulado.
Por meio desse, faço publicar o presente edital.

Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.

CLEMENTE KARPOVICZ
Membro CFO

CRISTIANE BATISTUS
Presidente CFO

JOSÉ VALDIR DOS SANTOS
Secretário CFO

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:EFB7643D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Cronograma Regimental da Comissão de Finanças e Orçamento - Art. 284 Regimento Interno
A seguir está a agenda de instrução para o **Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2027 (LOA) PLOEX 38/2026**, que dispõe sobre o ORÇAMENTO ANUAL do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, para o exercício de 2027, protocolado em 14/10/2025.
Item I - Início e fim do período de realização das audiências públicas: 24/10 a 06/11
Item II - Início e fim do período de recebimento de sugestões populares: 24/10 a 02/11. As sugestões podem ser encaminhadas pelo e-mail camara@itapejaradoeste.pr.leg.br ou presencialmente nas dependências da câmara municipal no período estipulado.
Item III - Início e fim do período para apresentação de emendas: 24/10 a 02/11
Item IV - Início e fim do período de análise da viabilidade técnica das emendas: 03/11 a 12/11
Item V - Início e fim da apresentação do parecer final, com a análise do conteúdo, das emendas e das sugestões populares: 06/11 a 13/11
Item VI - Data da deliberação em Plenário: 16/11 e 23/11
O Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Julgamento das Contas encaminhará essa agenda ao Presidente da Câmara, que a divulgará pelos meios de praxe, sem prejuízo da divulgação das audiências públicas.

Itapejara D'Oeste – PR 23/10/2026

CRISTIANE BATISTUS
Presidente CFO

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:F35C0EFF

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 09/2026
EMPENHO N° 261/2026

DESCRIÇAO DO OBJETO: Consiste na contratação de empresa para aquisição de 05 (cinco) passagens aéreas, trecho Curitiba (CWB) - Brasília (BSB), ida em 10/11/2026 e volta em 13/11/2026, para participação de vereadores e servidor Congresso UVB 62 anos de Gestores e Legislativos, conforme especificações contidas no Termo de Referência e anexos.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INC. II DA LEI FEDERAL 14.133/2021.

CONTRATADA: **56.916.404 ELIZIA ANDREIA SOUZA SANTIAGO** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° **56.916.404/0001-84** com sede na cidade de São João da Boa Vista - SP endereço Rua Américo Brasiliense, n° 62, Bairro Rosário, CEP: 13.870-329 no total de R$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) a serem pagos em parcela única, em até 30 (trinta) dias após a entrega total do objeto por parte da contratada e conferência da contratante quanto as especificações contidas no processo.

Nº DO EMPENHO: 261/2026
VALOR: R$ 9.100,00 (nove mil e cem reais)
VIGÊNCIA: 01 (um) mês

Itapejara D' Oeste – PR 23/10/2026

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:91E4CC29

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PODER LEGISLATIVO MUNIICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 09/2026

Com fundamento no artigo 75, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, bem como nas justificativas constantes do processo, ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO o Processo de Contratação nº 09/2026, referente à Dispensa por valor de Licitação nº 07/2026, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para aquisição de 05 (cinco) passagens aéreas, trecho Curitiba (CWB) - Brasília (BSB), ida em 10/11/2026 e volta em 13/11/2026, para participação de vereadores e servidor Congresso UVB 62 anos de Gestores e Legislativos, conforme especificações contidas no Termo de Referência e anexos. A ser executado através de contrato pela empresa **56.916.404 ELIZIA ANDREIA SOUZA SANTIAGO**, inscrito sob o CNPJ n° **56.916.404/0001-84**, no período de 26 de outubro de 2026 a 25 de outubro de 2026, sem possibilidade de aditivo, no valor total de R$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) a serem pagos somente após a entrega integral do objeto por parte da CONTRATADA e conferência por parte da administração acerca das especificações contidas no processo. Autorizo a substituição do instrumento de contrato por instrumento equivalente, se necessário, permitido por lei e determino a publicação deste termo.

Itapejara D' Oeste, 23/10/2026

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:10B274E6

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2514/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2514/2026
DATA: 20.10.2026
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 82 da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o Memorando 41/2026, do Departamento Municipal de Saúde.
RESOLVE:
Art. 1º. Solicitar à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, instituída pela Portaria nº 2000/2023, de 7 de junho de 2023, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades funcionais, em tese, atribuídas à servidora pública municipal, matrícula nº 101.625-3, lotada no Departamento Municipal de Saúde, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.
Art. 2º. Concedo o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo administrativo disciplinar, a contar da publicação desta Portaria, prazo que poderá ser prorrogado, por igual período, mediante justificativa que deverá ser apresentado antes do término inicialmente fixado.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de outubro do ano de 2026.
Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:4F4C1C5D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 003/2026 - CMDM

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
RESOLUÇÃO Nº 003/2026
Data: 20.10.2026
Súmula: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do repasse Fortalecimento da Rede de Proteção e enfrentamento às Violências contra as Mulheres – Del. 04/2024.
O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 2078/2022,
Conforme deliberação em plenária no dia 20 de outubro de 2026 e sob Ata nº 05/2026;RESOLVE:
Art 1º- Aprovar a prestação de contas do Repasse – Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres – Del 04/2024.
Art 2º- Aprovar a reprogramação do saldo de 100% do repasse para período seguinte.
Art 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Itapejara D'Oeste, 20 de outubro de 2026.

DANIELE XAVIER
Presidente CMDM

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:8073AC24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
"REPUBLICADO POR INCORREÇÃO" DECRETO Nº 064/2026 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU.

O Prefeito Municipal de Itaperuçu Estado do Paraná Senhor EDILSON RUIZ DE FREITAS, no uso de suas atribuições legais e:
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 377/2010 de 12 de agosto de 2010;
CONSIDERANDO a Resolução nº 022/2026 de 29 de setembro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde de Itaperuçu/PR;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Itaperuçu, que passará a ser integrado pelos seguintes representantes:

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS
Igreja da Vinha Monte Horebe
Titular: José Ruan Mazur de Freitas
Suplente: Joice Laiz Lopes da Silva

APMI- Associação de Proteção à Maternidade e Infância
Titular: Elisete de Fátima Joekel
Suplente: Arlete da Silva Nunes

Centro de Treinamento Monte Horebe
Titular: Franquellini Reni Cavalheiro Castro
Suplente: João Claudecir de Oliveira

Associação de Bairros Jardim Itaú
Titular: Valdir Fernandes Ribas
Suplente: Adival Cordeiro Faria Valdir
REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS
Maxi Clinic
Titular: Tatiane Matias Alves da Silva
Suplente: Fabiana Padilha Visgueira

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE
Trabalhadores da Saúde
Titular: Leonilda Ribas de Castro
Suplente: Idimar Machado do Nascimento
Titular: Nadir Ferreira
Suplente: Andreia de Oliveira

AREA GOVERNAMENTAL
REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO (GESTÃO)
Titular: Cheila Viviana das Neves
Suplente: Jaqueline Portes de Barros

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE: Cheila Viviana das Neves.
VICE-PRESIDENTE: Leonilda Ribas de Castro
SECRETÁRIAS ADMINISTRATIVAS: Bruna Rafaela de França Barros e Claudia Fernanda Sabadin.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:6692A3C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA AO EDITAL DO PREGÃO 100/2026

Processo Administrativo nº 207/2026

A Prefeitura Municipal de Itaperuçu torna pública a ERRATA referente ao Edital do Pregão nº 100/2026 cujo objeto é Prestação de serviços de empresa especializada para realização de palestras e formação continuada com os temas "Aquisição, fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo quente e frio, destinados ao atendimento das necessidades das Escolas e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da rede municipal de ensino".

ONDE SE LÊ:
5.2. A licitante deverá apresentar registro ou inscrição vigente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, compatível com as atividades relacionadas ao objeto da contratação, quando legalmente exigível.
5.3. A licitante deverá indicar profissional legalmente habilitado e registrado no respectivo conselho profissional, detentor de atribuições compatíveis com os serviços de instalação de sistemas de climatização objeto desta contratação.
5.4. Deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA competente, em nome do profissional indicado como responsável técnico, acompanhada do respectivo atestado, quando cabível, comprovando experiência anterior na execução de serviços de instalação de sistemas de climatização/ar-condicionado, compatíveis com as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto.
5.5. A Contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, profissional tecnicamente habilitado responsável pelos serviços, devendo providenciar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, antes do início da execução.

LEIA-SE:
5.2. A licitante deverá apresentar registro ou inscrição vigente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, conforme o conselho profissional competente, compatível com as atividades relacionadas ao objeto da contratação, quando legalmente exigível.
5.3. A licitante deverá indicar profissional legalmente habilitado e registrado no respectivo conselho profissional, CREA ou CRT, detentor de atribuições compatíveis com os serviços de instalação de sistemas de climatização objeto desta contratação, observadas as competências legais e regulamentares de cada categoria profissional.
5.4. Deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo conselho profissional competente, CREA ou CRT, em nome do profissional indicado como responsável técnico, acompanhada do respectivo atestado, quando cabível, comprovando experiência anterior na execução de serviços de instalação de sistemas de climatização/ar-condicionado, compatíveis com as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, observadas as atribuições profissionais legalmente estabelecidas.
5.5. A Contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, profissional tecnicamente habilitado responsável pelos serviços, devendo providenciar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, conforme o conselho profissional competente e a natureza das atividades executadas, antes do início da execução.
Permanecem **inalteradas as demais disposições do Termo de Referência e do Edital** que não conflitarem com a presente retificação.

Itaperuçu/PR, 23 de outubro de 2026

LETICIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria n° nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:CDDD0F46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2026

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 12/11/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 12/11/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria em projetos de captação de recursos, gestão de convênios, elaboração de prestação de contas, consultoria em projetos técnicos de engenharia e fiscalização de obras públicas, bem como elaboração de projetos básicos e executivos na área de arquitetura e engenharia, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itaperuçu".***
VALOR MÁXIMO: R$ 649.937,60 (seiscentos e quarenta e nove mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 23 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:929D96D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 042/2026 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Regina Camargo Martinato,** portadora da Cédula de Identidade **RG: 9.***.***-9/PR,** matrícula **6422-1,** ocupante do Cargo **Conselheira Tutelar**, referente ao Período Aquisitivo 2025 a 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 09 de novembro de 2026 a 08 de Dezembro de 2026.

Parágrafo Único – Fica autorizado o pagamento do terço constitucional de férias ao servidor nominado no Caput deste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:47663539

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 043/2026 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **Solange Loureiro,** portadora da Cédula de Identidade **RG: 3.***.***-0/PR, Matrícula 6110-1,** ocupante do Cargo Efetivo de **Assistente Social,** referente ao Período Aquisitivo 2025 a 2026, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 16 de novembro de 2026 a 30 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:C409DE3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 044/2026 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o servidor **Rodrigo Sielski,** portador da Cédula de Identidade **RG: 6.***.***-8/PR,** matrícula **4013-1,** ocupante do Cargo Efetivo de **Psicólogo**, como responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no período compreendido entre os dias 27 de Outubro de 2026 a 05 de Novembro de 2026. Em virtude da Secretária Municipal de Assistência Social estar em férias nesse período.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Maria Eduarda de Miranda
Código Identificador:1D38A95E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 376/2026

PORTARIA Nº 376/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Giovana Ronchi Celestino Pereira e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Giovana Ronchi Celestino Pereira**,** matrícula nº 876**,** CPF 091.8**.***-05, com o cargo efetivo de Fiscal de Cadastro e Postura, lotada no Paço Municipal – Divisão de Tributação e Fiscalização, para o período aquisitivo de 2024/2025.

Parágrafo Único. O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 27/10/2026 e 05/11/2026, totalizando 10 (dez) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:27BA67B9

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
PORTARIA Nº 17/2026

Estabelece ponto facultativo e altera a sessão deliberativa ordinária para o primeiro dia útil subsequente.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 116/2026, de 21 de outubro de 2026, que alterou a data do ponto facultativo referente às comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público para o dia 26 de outubro de 2026, segunda-feira;
CONSIDERANDO que o art. 257 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna do Sul estabelece que não haverá expediente do Poder Legislativo nos dias feriados e nos dias de ponto facultativo decretados pelo Município, determinando, contudo, que a sessão legislativa seja realizada no primeiro dia útil imediatamente ulterior;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação do calendário legislativo ao ponto facultativo instituído pelo Poder Executivo Municipal;

O Presidente da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Itaúna do Sul no dia 26 de outubro de 2026, segunda-feira, em comemoração ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º Fica transferida a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, anteriormente prevista para o dia 26 de outubro de 2026, segunda-feira, para o dia 27 de outubro de 2026, terça-feira, primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Art. 3º A Sessão Ordinária de que trata o art. 2º será realizada no mesmo horário regimentalmente previsto, permanecendo inalterados o local de realização e as demais condições aplicáveis às sessões ordinárias da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:E6EE0486

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI MUNICIPAL 1726/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1726/2026
De 23 de outubro de 2026

Dispõe sobre a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, institui o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

– COMPDEC, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, revoga a Lei Municipal nº 240, de 9 de outubro de 1997, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Gilson José de Góis, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte
LEI

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil, institui o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, em consonância com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, instituída pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e com a Política de Proteção e Defesa Civil do Estado do Paraná, instituída pela Lei Estadual nº 18.519, de 23 de julho de 2015.

Parágrafo único. As normas gerais da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, da Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e da Lei Estadual nº 18.519, de 23 de julho de 2015, bem como de seus regulamentos, são de observância obrigatória pelos órgãos e entidades municipais, aplicando-se esta Lei em caráter suplementar, no que couber ao interesse local.

Art. 2º Para os fins desta Lei, adotam-se as definições constantes do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e do art. 2º do Decreto Federal nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, considerando-se, especialmente:

I - Acidente: evento definido ou sequência de eventos fortuitos e não planejados que dão origem a uma consequência específica e indesejada de danos humanos, materiais ou ambientais;

II - Área de risco: área suscetível à ocorrência de inundação, enxurrada, alagamento, deslizamento, erosão ou outro processo geológico, hidrológico ou meteorológico capaz de causar desastre, identificada em mapeamento técnico ou no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

III - Desabrigado: pessoa que foi obrigada a abandonar sua habitação de forma temporária ou definitiva em razão de evacuações preventivas, de destruição ou de avaria grave decorrentes de acidente ou desastre e que necessita de abrigo provido pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC ou pelo empreendedor cuja atividade deu causa ao acidente ou desastre;

IV - Desalojado: pessoa que foi obrigada a abandonar sua habitação de forma temporária ou definitiva em razão de evacuações preventivas, de destruição ou de avaria grave decorrentes de acidente ou desastre e que não necessariamente carece de abrigo provido pelo SINPDEC ou pelo empreendedor cuja atividade deu causa ao acidente ou desastre;

V - Desastre: resultado de evento adverso decorrente de ação natural ou antrópica sobre cenário vulnerável que cause danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais;

VI - Estado de calamidade pública: situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do Poder Público do ente federativo atingido ou que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação;

VII - Mitigação: medidas destinadas a reduzir, limitar ou evitar o risco de desastre;

VIII - Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil – PLANCON: conjunto de procedimentos e de ações previsto para prevenir acidente ou desastre específico ou para atender emergência dele decorrente, incluída a definição dos recursos humanos e materiais para prevenção, preparação, resposta e recuperação, elaborado com base em hipóteses de acidente ou desastre, com o objetivo de reduzir o risco de sua ocorrência ou de minimizar seus efeitos;

IX - Preparação: ações destinadas a preparar os órgãos do SINPDEC, a comunidade e o setor privado, incluídas, entre outras ações, a capacitação, o monitoramento e a implantação de sistemas de alerta e da infraestrutura necessária para garantir resposta adequada aos acidentes ou desastres e para minimizar danos e prejuízos deles decorrentes;

X - Prevenção: ações de planejamento, de ordenamento territorial e de investimento destinadas a reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas e das populações e a evitar a ocorrência de acidentes ou de desastres ou a minimizar sua intensidade, por meio da identificação, do mapeamento e do monitoramento de riscos e da capacitação da sociedade em atividades de proteção e defesa civil;

XI - Proteção e defesa civil: conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação destinadas a evitar ou reduzir os riscos de acidentes ou desastres, a minimizar seus impactos socioeconômicos e ambientais e a restabelecer a normalidade social;

XII - Recuperação: conjunto de ações de caráter definitivo tomadas após a ocorrência de acidente ou desastre, destinado a restaurar os ecossistemas, a restabelecer o cenário destruído e as condições de vida da comunidade afetada, a impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, a recuperar as áreas degradadas e a evitar a reprodução das condições de vulnerabilidade, incluídas a reconstrução de unidades habitacionais e da infraestrutura pública e a recuperação dos serviços e das atividades econômicas;

XIII - Resposta a desastres: ações imediatas com o objetivo de socorrer a população atingida e restabelecer as condições de segurança das áreas atingidas, incluídas ações de busca e salvamento de vítimas, de primeiros-socorros e atendimento de urgência, de provisão de alimentos, de abrigamento, de suprimento de vestuário e produtos de limpeza e higiene pessoal, de suprimento de energia elétrica e água potável, de esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, trafegabilidade e comunicações, de remoção de escombros e de manejo dos mortos;

XIV - Risco de desastre: probabilidade de ocorrência de significativos danos sociais, econômicos, materiais ou ambientais decorrentes de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis;

XV - Situação de emergência: situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do Poder Público do ente federativo atingido ou que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação;

XVI - Vulnerabilidade: fragilidade física, social, econômica ou ambiental de população ou ecossistema ante evento adverso de origem natural ou induzido pela ação humana.

§ 1º As medidas previstas nesta Lei poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

§ 2º A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

Art. 3º São diretrizes da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I - atuação articulada entre o Município, o Estado do Paraná e a União para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

II - abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

III - prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;

IV - adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;

V - planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território municipal;

VI - incorporação da variável climática e do gerenciamento do risco de desastres ao planejamento territorial e urbanístico do Município;

VII - participação da sociedade civil e controle social.

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I - reduzir os riscos de desastres;

II - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;

III - recuperar as áreas afetadas por desastres, de forma a reduzir riscos e a prevenir a reincidência;

IV - incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil ao Plano Diretor Municipal, à legislação de uso e ocupação do solo e às demais políticas setoriais;

V - identificar, mapear e monitorar as áreas de risco e vedar novas ocupações nessas áreas;

VI - produzir alertas antecipados em razão de possibilidade de ocorrência de desastres;

VII - promover a cultura de prevenção e a percepção de riscos, inclusive na rede municipal de ensino;

VIII - assegurar a manutenção preventiva e contínua dos sistemas de drenagem urbana e das estradas rurais essenciais às rotas de socorro.

CAPÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SIMPDEC

Art. 5º Fica instituído o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC, integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná, com a finalidade de planejar, articular, coordenar e executar as ações de proteção e defesa civil no âmbito do Município.

Art. 6º Integram o SIMPDEC:

I - como órgão central de coordenação, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC;

II - como órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e de controle social, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC;

III - como órgãos setoriais, os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, especialmente os responsáveis pelas áreas de saúde, assistência social, educação, obras, viação e urbanismo, agricultura, meio ambiente, administração e finanças;

IV - como órgãos de apoio, os órgãos e entidades públicos federais e estaduais com atuação no Município, as entidades privadas, as organizações não governamentais, os clubes de serviço, as associações de voluntários e os radioamadores;

V - como órgãos comunitários, os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil – NUPDECs.

§ 1º Cada órgão setorial indicará um representante titular e um suplente para atuar como ponto focal junto à COMPDEC e cumprirá as atribuições que lhe forem conferidas no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil – PLANCON.

§ 2º Os NUPDECs serão constituídos por grupos de moradores de bairros, distritos e comunidades rurais, organizados sob orientação da COMPDEC, para a difusão da cultura de prevenção, a identificação de riscos locais e o apoio às ações de alerta, evacuação e resposta.

§ 3º A atuação dos órgãos de apoio e dos voluntários dar-se-á em regime de cooperação, nos termos da Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, mediante cadastro prévio ou emergencial no Sistema Informatizado de Defesa Civil do Paraná – SISDC.

CAPÍTULO III
DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC

Seção I
Da Criação e das Competências

Art. 7º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, órgão central de coordenação do SIMPDEC, diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito, em substituição à Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, criada pela Lei Municipal nº 240, de 9 de outubro de 1997.

Parágrafo único. A COMPDEC manterá constante articulação com a Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil e com a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEDEC/PR, como integrante dos sistemas estadual e nacional de proteção e defesa civil.

Art. 8º Compete à COMPDEC:

I - executar a Política Nacional e a Política Municipal de Proteção e Defesa Civil em âmbito local e coordenar as ações do SIMPDEC, em articulação com a União e o Estado do Paraná;

II - propor a incorporação das ações de proteção e defesa civil ao planejamento municipal, inclusive ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, à Lei Orçamentária Anual e às revisões do Plano Diretor Municipal;

III - identificar e mapear as áreas de risco de desastres, diretamente ou mediante cooperação com o Serviço Geológico do Brasil – SGB-CPRM, o Instituto Água e Terra – IAT, a CEDEC/PR, consórcios intermunicipais ou profissional legalmente habilitado;

IV - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre, em conjunto com os órgãos municipais competentes, e propor a vedação de novas ocupações nessas áreas;

V - realizar, em articulação com a União e o Estado, o monitoramento das condições meteorológicas e hidrológicas e das áreas de risco, e pleitear a inclusão do Município nas redes de monitoramento pluviométrico do Simepar e do Cemaden;

VI - produzir e difundir alertas antecipados à população, inclusive por meio do serviço de alertas por mensagens de telefonia celular da Defesa Civil (SMS 40199), de grupos de mensageria instantânea e de campanhas institucionais, promovendo o cadastramento da população, em especial da população vulnerável;

VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

VIII - elaborar, atualizar e executar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil – PLANCON, nos termos do art. 15 desta Lei;

IX - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de

higiene e segurança, e vistoriar periodicamente os locais destinados a essa finalidade;

X - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

XI - realizar regularmente exercícios simulados, com a participação da população, conforme o PLANCON;

XII - promover a coleta, a armazenagem, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres e ao preenchimento dos registros e formulários nos sistemas oficiais;

XIV - manter atualizados os cadastros e registros do Município no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2iD e no Sistema Informatizado de Defesa Civil do Paraná – SISDC, e manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XV - propor ao Chefe do Poder Executivo a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública;

XVI - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviço, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SIMPDEC, e promover o treinamento de voluntários e a formação de NUPDECs;

XVII - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XVIII - capacitar recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;

XIX - articular os Planos de Auxílio Mútuo – PAM com as empresas estabelecidas no Município e manter integração com os Municípios vizinhos e consórcios intermunicipais para ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação;

XX - promover, em articulação com o órgão municipal de educação, a inclusão dos princípios de proteção e defesa civil na rede municipal de ensino, nos termos do art. 17 desta Lei;

XXI - acompanhar a execução do cronograma de manutenção preventiva dos sistemas de drenagem e das estradas rurais de que trata o art. 18 desta Lei, indicando os pontos críticos a serem priorizados;

XXII - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres, em articulação com o órgão municipal de assistência social;

XXIII - elaborar o Plano de Ação Anual de Proteção e Defesa Civil e a proposta de plano de aplicação dos recursos do FUMPDEC, submetendo-os à deliberação do CMPDEC;

XXIV - propor ao Chefe do Poder Executivo as dotações orçamentárias necessárias às ações de proteção e defesa civil, inclusive para fins de contrapartida em transferências da União e do Estado;

XXV - prestar apoio técnico e administrativo ao funcionamento do CMPDEC.

Seção II
Da Estrutura e do Funcionamento

Art. 9º A COMPDEC terá a seguinte estrutura:

I - Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II - Secretário Executivo de Proteção e Defesa Civil;

III - Diretor Operacional de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo único. Integram, ainda, a COMPDEC, como equipe de apoio, os servidores designados pelo Chefe do Poder Executivo e os voluntários cadastrados nos termos do § 3º do art. 6º desta Lei.

Art. 10. Ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil compete dirigir a COMPDEC, representá-la perante os órgãos do SINPDEC e do Sistema Estadual, coordenar as ações do SIMPDEC, assumir o comando das operações, nos termos do Sistema de Comando de Incidentes – SCI previsto no PLANCON, e propor ao Chefe do Poder Executivo as medidas de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O Coordenador Municipal deverá possuir liderança, conhecimento técnico em proteção e defesa civil e capacidade de decisão em situações de crise.

Art. 11. Ao Secretário Executivo de Proteção e Defesa Civil compete a gestão administrativa da COMPDEC, a manutenção dos registros, cadastros e documentos, a alimentação do S2iD e do SISDC, a secretaria das reuniões do CMPDEC e o acompanhamento da execução do Plano de Ação Anual.

Art. 12. Ao Diretor Operacional de Proteção e Defesa Civil compete a execução direta das ações planejadas pela COMPDEC, a realização de vistorias de campo, a coordenação das equipes em operação, a supervisão da aplicação do PLANCON e a comunicação entre os setores envolvidos nas ações de prevenção, resposta e recuperação.

Art. 13. Os integrantes da COMPDEC serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo, preferencialmente dentre servidores efetivos da Administração Pública Municipal.

§ 1º O ato de designação fixará, para cada integrante, carga horária semanal mínima reservada exclusivamente às atividades da COMPDEC, especialmente às rotinas preventivas, às vistorias de campo, à fiscalização das áreas de risco e à manutenção dos cadastros oficiais, a qual não poderá ser reduzida ou remanejada para outras atividades, salvo por novo ato fundamentado.

§ 2º Em situação de risco iminente, de emergência ou de calamidade pública, os integrantes da COMPDEC atuarão em regime de prioridade, sem prejuízo da convocação, a qualquer tempo, de outros servidores municipais.

§ 3º Os integrantes da COMPDEC participarão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da designação, de cursos de capacitação em proteção e defesa civil ofertados pela Escola de Proteção e Defesa Civil do Paraná, pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP ou por instituição congênere, com custeio pelo Município.

§ 4º A designação para integrar a COMPDEC não gera, por si só, direito a remuneração adicional, ressalvado o que dispuser lei específica, sendo as atividades consideradas serviço público relevante.

Art. 14. O Poder Executivo assegurará à COMPDEC:

I - espaço físico próprio e exclusivo, dotado de mobiliário, equipamentos de informática e conectividade estável à internet;

II - linha telefônica ou canal de plantão operacional ininterrupto (24 horas), amplamente divulgado à população;

III - veículo, materiais e equipamentos necessários às vistorias e às ações de resposta, ainda que compartilhados com outros órgãos municipais.

Seção III
Do Plano de Contingência e do Mapeamento de Riscos

Art. 15. A COMPDEC elaborará e manterá atualizado o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil – PLANCON, observados os modelos da CEDEC/PR e do S2iD, o qual será registrado no SISDC e

revisado, no mínimo, anualmente, e sempre que houver alteração relevante dos cenários de risco ou dos recursos disponíveis.

§ 1º O PLANCON conterá, no mínimo:

I - a indicação das responsabilidades de cada órgão e entidade envolvidos nas ações de monitoramento, alerta, alarme, socorro, assistência e restabelecimento;

II - a identificação das áreas de risco e dos pontos críticos de drenagem urbana e de estradas rurais, com base no mapeamento de que trata o art. 16 desta Lei;

III - o organograma do Sistema de Comando de Incidentes – SCI, com atribuições nominais e telefones de plantão;

IV - o cadastro individualizado dos abrigos públicos temporários, acompanhado de laudos técnicos de habitabilidade e de condições sanitárias e do certificado de prevenção e proteção contra incêndio e pânico emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;

V - as rotas de evacuação e os pontos de encontro;

VI - os protocolos de alerta e de alarme à população;

VII - o protocolo de resgate, triagem veterinária e abrigamento provisório de animais domésticos, de tração e de produção em cenários de evacuação;

VIII - a relação dos recursos humanos e materiais disponíveis para as ações de resposta.

§ 2º O PLANCON e suas atualizações serão submetidos à apreciação do CMPDEC e divulgados no Portal da Transparência do Município.

§ 3º Será realizado, no mínimo, um exercício simulado por ano, com relatório de avaliação das vulnerabilidades identificadas.

Art. 16. O Município promoverá o mapeamento técnico das áreas de risco hidrológico e geotécnico do seu território, mediante requerimento de inclusão nos cronogramas do Serviço Geológico do Brasil – SGB-CPRM, do Instituto Água e Terra – IAT e da CEDEC/PR, ou, na impossibilidade de atendimento em prazo compatível, mediante levantamento técnico realizado por profissional legalmente habilitado, com Anotação de Responsabilidade Técnica, ou por cooperação com consórcio intermunicipal.

Parágrafo único. O resultado do mapeamento será incorporado ao PLANCON e encaminhado ao órgão municipal responsável pelo planejamento urbano, para consideração na revisão do Plano Diretor Municipal e da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Seção IV
Da Educação e da Manutenção Preventiva

Art. 17. A rede municipal de ensino incluirá, de forma transversal e continuada, conteúdos de proteção e defesa civil, de percepção de riscos de desastres socioambientais, de autoproteção comunitária e de educação ambiental, integrados aos conteúdos obrigatórios e às diretrizes pedagógicas do Município, respeitada a especificidade de cada faixa etária.

Parágrafo único. O órgão municipal de educação, em articulação com a COMPDEC, promoverá a capacitação de professores e servidores escolares e a elaboração de planos de evacuação das unidades escolares.

Art. 18. O órgão municipal responsável pelas obras e serviços urbanos manterá cronograma anual e contínuo de limpeza, desassoreamento e desobstrução das galerias de águas pluviais, bocas de lobo e canais de escoamento no perímetro urbano, bem como de conformação das estradas vicinais rurais essenciais ao tráfego e às rotas de socorro, com intensificação das ações no período que antecede a estação chuvosa.

Parágrafo único. O cronograma de que trata o caput será encaminhado à COMPDEC e ao CMPDEC e divulgado no Portal da Transparência do Município.

Art. 19. A COMPDEC elaborará seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei, o qual será homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – CMPDEC

Art. 20. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil – CMPDEC, órgão colegiado integrante do SIMPDEC, de composição paritária entre o Poder Público e a sociedade civil organizada, com caráter consultivo, deliberativo e de controle social, vinculado administrativamente ao Gabinete do Prefeito.

Art. 21. Compete ao CMPDEC:

I - propor e deliberar sobre as diretrizes e prioridades da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II - acompanhar e fiscalizar a execução da Política Municipal de Proteção e Defesa Civil e das ações da COMPDEC e dos órgãos setoriais;

III - apreciar o PLANCON e o Plano de Ação Anual de Proteção e Defesa Civil, propondo alterações;

IV - deliberar sobre o plano de aplicação anual dos recursos do FUMPDEC e sobre os critérios de aplicação de recursos nas ações de prevenção;

V - fiscalizar a gestão do FUMPDEC, apreciar os demonstrativos trimestrais de receitas e despesas e emitir parecer sobre a prestação de contas anual;

VI - acompanhar o mapeamento das áreas de risco e propor medidas de prevenção, de fiscalização e de ordenamento territorial;

VII - manifestar-se sobre as propostas de Plano Plurianual, de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Lei Orçamentária Anual no que se refere às ações de proteção e defesa civil;

VIII - propor e apoiar campanhas educativas e ações de mobilização comunitária;

IX - articular-se com os demais conselhos municipais, especialmente os de saúde, assistência social, educação e meio ambiente;

X - requisitar informações e documentos aos órgãos e entidades municipais sobre matérias de sua competência;

XI - comunicar aos órgãos de controle interno e externo eventuais irregularidades de que tiver conhecimento;

XII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

Art. 22. O CMPDEC será composto por 8 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, assim distribuídos:

I - 4 (quatro) representantes do Poder Público Municipal, sendo:

a) 1 (um) representante da COMPDEC;

b) 1 (um) representante do órgão municipal de saúde;

c) 1 (um) representante do órgão municipal de assistência social;

d) 1 (um) representante do órgão municipal de obras, viação e urbanismo;

II - 4 (quatro) representantes da sociedade civil organizada, escolhidos dentre:

a) entidades assistenciais, filantrópicas ou religiosas;

b) associações de moradores, NUPDECs ou associações e cooperativas de produtores rurais;

c) entidades de classe, sindicatos ou associações profissionais e empresariais;

d) clubes de serviço, organizações não governamentais ou associações de voluntários.

§ 1º Os representantes do Poder Público e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos.

§ 2º Os representantes da sociedade civil e seus suplentes serão escolhidos pelas próprias entidades, em assembleia convocada pela COMPDEC mediante edital publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias; não havendo entidades habilitadas em número suficiente para alguma das categorias, a vaga será preenchida por entidade de outra categoria do inciso II, mantida a paridade.

§ 3º É vedada a indicação, como representante da sociedade civil, de ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança na Administração Pública Municipal.

§ 4º Os membros do CMPDEC serão nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, podendo os representantes do Poder Público ser substituídos a qualquer tempo.

§ 5º O Presidente e o Vice-Presidente do CMPDEC serão eleitos pelos seus membros, observada a alternância entre representantes do Poder Público e da sociedade civil a cada mandato.

§ 6º A função de membro do CMPDEC não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

Art. 23. O CMPDEC reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros, deliberando por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. As atas e deliberações do CMPDEC serão publicadas no Portal da Transparência do Município.

Art. 24. O CMPDEC será instalado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei e aprovará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua instalação, o qual será homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO V
DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – FUMPDEC

Art. 25. Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, fundo especial de natureza contábil e financeira, nos termos dos arts. 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, vinculado ao Gabinete do Prefeito, por intermédio da COMPDEC, com a finalidade de captar, controlar e aplicar recursos destinados às ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, inclusive os recebidos mediante transferências obrigatórias e fundo a fundo da União e do Estado do Paraná.

Art. 26. Os recursos do FUMPDEC serão aplicados em:

I - ações de prevenção, mitigação e preparação, compreendendo a elaboração de projetos educativos e de divulgação, a capacitação de recursos humanos, a elaboração de estudos, mapeamentos e trabalhos técnicos, a proteção de áreas de risco, a aquisição de materiais e equipamentos e o equipamento e reequipamento da COMPDEC;

II - ações de resposta, compreendendo o socorro, a assistência humanitária e o restabelecimento de serviços essenciais, incluído o custeio operacional das ações e o apoio financeiro e material às entidades assistenciais sem fins lucrativos que atuem durante e após a fase de impacto;

III - ações de recuperação de áreas atingidas por desastres.

§ 1º É vedada a utilização dos recursos do FUMPDEC para pagamento de pessoal do quadro permanente e respectivos encargos, bem como para despesas estranhas às finalidades previstas neste artigo.

§ 2º Os recursos recebidos da União, do Estado ou de outros entes com destinação específica serão aplicados exclusivamente no objeto da respectiva transferência, observadas as normas do concedente.

Art. 27. Constituem receitas do FUMPDEC:

I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - as transferências da União e do Estado do Paraná, inclusive as realizadas fundo a fundo, notadamente as provenientes do Fundo Estadual para Calamidades Públicas – FECAP, de que trata a Lei Estadual nº 21.720, de 2023, e as previstas na Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010;

III - as transferências de outros Municípios e de consórcios públicos;

IV - os recursos provenientes de emendas parlamentares;

V - os auxílios, subvenções, contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

VI - o produto da alienação de materiais ou equipamentos inservíveis adquiridos com recursos do Fundo ou doados à COMPDEC;

VII - os rendimentos de aplicações financeiras dos seus recursos;

VIII - os saldos financeiros apurados no exercício anterior;

IX - outros recursos que legalmente lhe forem atribuídos.

Art. 28. O FUMPDEC será gerido pelo Chefe do Poder Executivo, que poderá delegar, por Decreto, as funções de gestor e de ordenador de despesas ao Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1º O FUMPDEC será inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, na condição de matriz ou de filial vinculada ao CNPJ do Município, conforme as normas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 2º Os recursos do FUMPDEC serão depositados e movimentados exclusivamente em conta bancária específica, aberta em nome e no CNPJ do Fundo, em instituição financeira oficial, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da inscrição de que trata o § 1º, admitida a abertura de contas distintas por fonte de recursos quando exigido pelo concedente.

§ 3º A movimentação da conta do FUMPDEC dependerá da assinatura conjunta do gestor do Fundo e do responsável pela Tesouraria do Município, e será realizada preferencialmente por meio eletrônico, com identificação do beneficiário, vedada a transferência de recursos para contas não vinculadas ao Fundo, salvo para pagamento direto a credores ou restituição ao concedente.

§ 4º Os saldos disponíveis serão aplicados financeiramente em instituição financeira oficial, revertendo os rendimentos ao próprio Fundo.

Art. 29. O FUMPDEC terá escrituração contábil própria, a cargo do setor de contabilidade do Município, com identificação individualizada das fontes de recursos, nos termos do parágrafo único do art. 8º e do inciso I do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º O gestor do FUMPDEC encaminhará ao CMPDEC demonstrativos trimestrais de receitas e despesas, os quais serão publicados no Portal da Transparência do Município.

§ 2º A aplicação dos recursos do FUMPDEC observará o plano de aplicação anual deliberado pelo CMPDEC, compatível com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, e estará sujeita à prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aos órgãos concedentes, na forma da legislação pertinente.

§ 3º O saldo positivo do FUMPDEC apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do próprio Fundo.

Art. 30. A Lei Orçamentária Anual consignará, a cada exercício, dotação orçamentária específica e individualizada para a COMPDEC e para o FUMPDEC, em programa e ações próprios, em montante compatível com as ações ordinárias de prevenção, de manutenção da drenagem e de resposta a emergências, devendo o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias contemplar os respectivos programas.

Art. 31. Fica o Poder Executivo autorizado a promover, no exercício de 2026, as adequações orçamentárias necessárias à implantação do FUMPDEC, mediante abertura de créditos adicionais, observado o disposto nos arts. 40 a 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. Fica extinta a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, transferindo-se à COMPDEC seu acervo documental, bens e atribuições.

Art. 33. Os integrantes designados pela Portaria Municipal nº 045/2026 permanecerão no exercício de suas funções até a nova designação de que trata o art. 13 desta Lei, a qual deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei, com a fixação da carga horária reservada prevista no § 1º daquele artigo.

Art. 34. O Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 14 desta Lei no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 35. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 36. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 37. Fica revogada a Lei Municipal nº 240, de 9 de outubro de 1997.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna do Sul - PR, 23 de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito

Publicado por:
Caio Cesar de Santi Ferreira
Código Identificador:04A1097C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DP692024

Extrato do Segundo Termo Aditivo

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2024. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2024. CONTRATANTE: Município de Itaúna do Sul-PR, CNPJ nº 75.458.836/0001-33. CONTRATADA: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, CNPJ nº 61.198.164/0001-60. OBJETO: prorrogação por 12 meses do seguro veicular da ambulância Renault Master, placa SDW8I15, ano/modelo 2022/2023. VIGÊNCIA: de 21/10/2026 a 20/10/2027. VALOR ANUAL: R$ 5.308,54. FUNDAMENTO: arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. DATA DA ASSINATURA: 20/10/2026. AUTORIDADE: Gilson Jose de Gois, Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:08E1AFA4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2026;

AVISO DE LICITAÇÃO: Município de Itaúna do Sul, torna público, o seguinte processo de contratação: OBJETO: Fornecimento de fogos de artifício e serviço associado; FONTE DE RECURSO: Recursos próprios livres, Convênio ou instrumento congênere, Outros recursos vinculados ou transferidos - Estadual e Federal; MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2026**; CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por grupo; MODO DE DISPUTA: aberto; ABERTURA: às 09h00m do dia 10/11/2026; LOCAL DE ABERTURA: https://licitanet.com.br/; A íntegra do edital poderá ser obtida nos seguintes locais: http://itaunadosulpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/ e no Portal Nacional de contratações públicas - PNCP.

Itaúna do Sul, 23 de outubro de 2026;

GILSON JOSÉ DE GOIS –
Prefeito.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:0C77D13E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO N° 040/2026

AVISO DE LICITAÇÃO: Município de Itaúna do Sul, torna público, o seguinte processo de contratação: OBJETO: Fornecimento de vidros e serviços correlatos; FONTE DE RECURSO: Recursos próprios livres, Recursos próprios vinculados, Convênio ou instrumento congênere, Outros recursos vinculados ou transferidos - Estado; MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO N° 040/2026**; CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por grupo; MODO DE DISPUTA: aberto; ABERTURA: às 09h00m do dia 12/11/2026; LOCAL DE ABERTURA: https://licitanet.com.br/; A íntegra do edital poderá ser obtida nos seguintes locais: http://itaunadosulpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/ e no Portal Nacional de contratações públicas - PNCP.

Itaúna do Sul, 23 de outubro de 2026;

GILSON JOSÉ DE GOIS –
Prefeito.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:3815CB6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Ivaí
Aviso de Licitação

Concorrência Eletrônica nº 009/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia civil, sob o regime de empreitada por preço global, para execução das obras de ampliação de 05 (cinco) pontes, divididas em lotes com disputa, julgamento e adjudicação independentes, abrangendo: Lote 01 – Índio Camargo 01; Lote 02 – São Roque; Lote 03 – Buenos/Enxovia; Lote 04 – Índio Camargo 02; e Lote 05 – Vila Nova, conforme projetos, coordenadas e demais documentos técnicos.
Valor Total da Contratação: R$ 799.628,81 (Setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos)
Data da Sessão Pública: 12/11/2026 08:30
Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote
Modo de Disputa: Aberto
Local: https://bllcompras.com/home

Ivaí, 23 de outubro de 2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal de Ivaí

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:C5243EAC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 308/2026

PORTARIA Nº 308/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Sr. **LUCAS VINICIUS ROMANIUK, ASSESSOR DE DEPARTAMENTO,** do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de quinze (15) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 03/06/2025 à 02/06/2026, no período concessivo de 03 de novembro de 2026 a 17 de novembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 23 de outubro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:382C1702

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 309/2026

PORTARIA Nº 309/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Sr. **DERLI IENKE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I,** do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de quinze (15) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 15/10/2025 à 14/10/2026, no período concessivo de 26 de outubro de 2026 a 24 de novembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 23 de outubro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:0F428944

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 310/2026

PORTARIA Nº 310/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra **HELEN KARINE DE ANDRADE FERREIRA, AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE,** do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de quinze (15) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 05/02/2025 à 04/02/2026, no período concessivo de 23 de novembro de 2026 a 07 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de novembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 23 de outubro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:0BECCCAE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 311/2026

PORTARIA Nº 311/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra **JOICE TATIELE DE PAULA, CONSELHEIRA TUTELAR,** do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 04/11/2025 à 03/11/2026, no período concessivo de 03 de novembro de 2026 a 02 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 23 de outubro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:5349E895

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 039/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente VIVEIRO DE MUDAS MEURER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 07.168.382/0001-06, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de plantas, insumos e prestação de serviços para plantio, jardinagem e paisagismo do Cemitério Municipal de Ivatuba, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 039/2026-PMI, no valor de R$ R$ 8.094,00 (oito mil e noventa e quatro reais).

Ivatuba/Pr, 23 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:7D3DC687

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS-FUNDEB MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – ESTADO DO PARANÁ RESOLUÇÃO Nº 01/2026

Súmula: Aprova o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, e estabelece diretrizes para o acompanhamento da aplicação dos recursos destinados à sua implementação.

O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS-FUNDEB DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO a Ata nº 09/2026, de 23 de outubro de 2026, que registrou a reunião do Conselho para apresentação, análise e aprovação do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral do Município de Jaguapitã;

CONSIDERANDO a Resolução CEB/CNE nº 2, de 19 de junho de 2026, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, conforme referida na ata;

CONSIDERANDO as diretrizes mencionadas na reunião quanto à destinação de 4% dos recursos do FUNDEB à criação de matrículas em tempo integral, observadas as exigências aplicáveis;

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento, organização e identificação das ações necessárias à expansão da oferta de Educação Integral em Tempo Integral, com a adequada previsão orçamentária e classificação das despesas;

CONSIDERANDO que a utilização dos recursos deverá observar as finalidades previstas no Plano de Expansão, distinguindo as despesas correntes das despesas de capital, bem como os procedimentos de acompanhamento, controle e prestação de contas;

CONSIDERANDO a análise do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral e o parecer favorável emitido pelos membros do Conselho na reunião realizada em 23 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral do Município de Jaguapitã – PR, apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e submetido à apreciação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, conforme deliberação registrada na Ata nº 09/2026, de 23 de outubro de 2026.

Art. 2º A aplicação dos recursos destinados à expansão da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar as ações, metas e necessidades expressamente previstas no Plano aprovado, vinculando-se à criação de novas matrículas e às condições necessárias à implantação e manutenção da oferta correspondente, nos limites e nas finalidades legalmente permitidos.

Art. 3º A utilização dos recursos deverá observar:

I – a previsão orçamentária e a classificação adequada das despesas;

II – a distinção entre despesas correntes e despesas de capital;

III – a vinculação dos gastos às finalidades previstas no Plano de Expansão;

IV – a observância da legislação aplicável ao FUNDEB e das normas de responsabilidade fiscal;

V – a manutenção dos documentos comprobatórios da execução das despesas e dos respectivos pagamentos.

Art. 4º Os recursos destinados à criação de matrículas em tempo integral deverão ser registrados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, com a identificação da finalidade e a discriminação dos valores correspondentes às despesas de custeio e de capital, conforme as exigências aplicáveis.

Art. 5º Compete ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB acompanhar a implementação do Plano de Expansão e, no momento oportuno, analisar a prestação de contas relativa à aplicação dos recursos, emitindo o parecer correspondente no exercício de suas atribuições legais.

Art. 6º A aprovação do Plano não dispensa a observância das normas legais, orçamentárias, financeiras e administrativas aplicáveis à execução das ações nele previstas, nem substitui os procedimentos necessários à realização das despesas e à comprovação de sua regular aplicação.

Art. 7º O Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral aprovado constitui documento de referência para o acompanhamento das ações de implementação e para a análise da aplicação dos recursos vinculados à sua execução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguapitã – PR, 23 de outubro de 2026.

INGRID RAQUEL NUNES ESTEVES
Presidente do CACS-FUNDEB
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:D8B0F5AD

GOVERNO MUNICIPAL
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAGUAPITÃ – PARANÁ RESOLUÇÃO Nº 01/2026

Súmula: Aprova o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral do Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAGUAPITÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, em reunião realizada no

dia 23 de outubro de 2026, conforme Ata nº 006/2026, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento e organização da expansão da oferta da Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CEB/CNE nº 2, de 19 de junho de 2026, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

CONSIDERANDO as diretrizes aplicáveis à destinação de recursos do FUNDEB para a criação de matrículas em tempo integral, inclusive a previsão de aplicação de 4% dos recursos, observadas as normas pertinentes;

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, com a identificação das matrículas a serem criadas, das ações necessárias à sua implementação e da previsão de utilização dos recursos financeiros;

CONSIDERANDO a análise realizada pelos membros do Conselho Municipal de Educação, que, após os esclarecimentos apresentados, deliberaram favoravelmente à aprovação do Plano;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral do Município de Jaguapitã – Paraná, apresentado e analisado na reunião do Conselho Municipal de Educação realizada em 23 de outubro de 2026, conforme Ata nº 006/2026.

Art. 2º O Plano de Expansão constitui instrumento de planejamento para a ampliação progressiva da oferta de matrículas em tempo integral na rede municipal de ensino, contemplando as estimativas de criação de novas matrículas e as ações necessárias à viabilização dessa expansão.

Art. 3º A execução do Plano deverá observar:

I – as necessidades de implantação das novas matrículas em tempo integral, expressamente previstas no Plano aprovado;

II – a previsão orçamentária e a adequada classificação das despesas, distinguindo despesas correntes e despesas de capital;

III – as normas aplicáveis à utilização, ao acompanhamento e à prestação de contas dos recursos do FUNDEB;

IV – os procedimentos de registro e identificação das despesas nos sistemas oficiais pertinentes, inclusive no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, conforme as exigências aplicáveis;

V – as especificidades e as necessidades da rede municipal de ensino, de modo a assegurar a implementação progressiva da política de Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação acompanhará a implementação do Plano, no âmbito de suas atribuições, contribuindo para a análise de sua execução e para o aprimoramento das ações destinadas à expansão da Educação Integral em Tempo Integral no Município.

Art. 5º O Plano aprovado deverá ser encaminhado ao Ministério da Educação, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, observado o prazo estabelecido para essa finalidade.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Jaguapitã – Paraná, 23 de outubro de 2026.

SRA. GISLENE RODRIGUES GONDIM SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Município de Jaguapitã – PR

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:49F13F99

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 112/2026

DISPÕE: SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica CONCEDIDA gratificação de 30 % (trinta por cento) a servidora pública Municipal Sra. **ANA CAROLINA GUIMARAES ALVES**, portadora do CPF Nº ***.412.819-**, responsável pela Coordenação do Setor de Odontologia em conformidade com a Lei nº. 018/1999, alterada pela Lei nº. 012/2009, a partir de 19/10/2026.

Art. 2º. – Este Decreto revoga as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 23 de outubro de 2.026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:89AF10D3

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO PÚBLICO N° 006/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: FIRE POWER CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAL E CIVIL LTDA
CNPJ: 31.810.818/0001-01
LOTE: 01 - Engenharia (Civil e de Produção)
03 - Topografia

FORNECEDOR: CJG TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 57.549.105/0001-11
LOTE: 03 – Topografia

FORNECEDOR: FERRONATTO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 16.908.314/0001-27
LOTE: 01 - Engenharia (Civil)

FORNECEDOR: BRUNO HENRIQUE DA SILVA (Pessoa Física)
CPF: 089.xxx.xxx-30
LOTE: 01 - Engenharia (Mecânica)

FORNECEDOR: MURILLO BORTOLASSI (Pessoa Física)
CPF: 081.xxx.xxx-04
LOTE: 01 - Engenharia (Elétrica)

OBJETO: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS (PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS) E PESSOA JURÍDICA DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA

PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENO PORTE EM PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ.

Valor Global Máximo Estimado para este credenciamento é de R$ 597.000,00 (Quinhentos e noventa e sete mil).
Obs: O valor global descritos na tabela representam uma estimativa e não vinculam a Administração à contratação da totalidade. A contratação efetiva ocorrerá de acordo com a real necessidade e a conveniência administrativa, formalizada por meio de Ordens de Serviço.

DATA: 23/10/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C2EBF10B

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, prorrogado pelo Decreto nº 068/2026 de 14/07/2026, a candidata abaixo relacionada:

PROFESSOR /20 HRS
JAQUELINE AMADEU BORASCHI

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 26/10/2026 a 03/11/2026, munida dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões **NEGATIVA** de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1- Federal/DPF**, **2-** Estadual/Instituto Identif. **Polícia Civil** e **3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência** nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento) / Declaração de Bens.

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 23 de outubro de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E2B36A5F

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, prorrogado pelo Decreto nº 068/2026 de 14/07/2026, a candidata abaixo relacionada:

FARMACEUTICO /40 HRS
THAILA FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 26/10/2026 a 03/11/2026, munida dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4, atual.

•

Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.

•
Certidões **NEGATIVA** de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1- Federal/DPF**, **2-** Estadual/Instituto Identif. **Polícia Civil** e **3- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência** nos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento) / Declaração de Bens.

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 23 de outubro de 2026.

_____
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:925F7CC8

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/202

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 007/2026 de 31/07/2026, para o ingresso no Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 079/2026 de 05/08/2026, a candidata abaixo relacionada:
CUIDADOR(A) SOCIAL
JOSIANI CRISTINA APARECIDA TOLOY

A convocada acima deverá comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:00 ou das 14:00 as 16:30, no período de 26/10 a 03/11/2026, munida dos seguintes documentos originais e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

•
RG e CPF.

•
Título de eleitor.

•
Carteira de trabalho e N. º do PIS.

•
Certificado de reservista (homem).

•
01 (uma) foto 3x4 atual.

•
Comprovante de grau de instrução.

•
Comprovante de registro no respectivo conselho.

•
Comprovante de residência, N.º. de Telefone e e-mail.

•
Certidões **NEGATIVA** de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (1- **Federal** /DPF, 2- Estadual/Instituto Identif. **Polícia Civil** e 3- T**ribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência** dos últimos 05 anos.

•
Certidão de nascimento ou casamento.

•
Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento)/ Declaração de Bens.

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia)

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Declaração de recebimento ou não de proventos de aposentadoria, com código de benefício e a espécie, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado)

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 23 de outubro de 2026.

_____
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:19427FA7

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 706/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE,

EXONERAR a servidora pública Sra. **LOURDES PEREIRA DOS SANTOS,** portadora do CPF nº ***.076.089-**, matricula n.º 61901, do cargo de provimento efetivo de **ZELADOR,** em face do registro de aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, partir de **03 de novembro de 2026.**

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,Em 22 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:C000BD22

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 707/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E,

EXONERAR a pedido a Sr.ª LAIS BREVI DA SILVA BONIOLO, CPF ***.342.809-**, do cargo de provimento efetivo de **FARMACEUTICO,** 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03/11/2026, conforme Protocolo nº. 4781/2026.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 22 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:E6D246C5

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 708/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

RESOLVE,

DESIGNAR a servidora pública municipal Sra. **ANA CAROLINA GUIMARAES ALVES**, ocupante do cargo efetivo de DENTISTA, CPF ***.412.819-**, matricula, 8148619, para a função de **COORDENADORA ODONTOLOGICA**, a partir de 19/10/2025, até ulterior deliberação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 23 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:899C1317

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

GABINETE MUNICIPAL
DECRETO 374-2026

DECRETO Nº 374, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Altera o inciso XIV do art. 1º do Decreto Municipal nº 256, de 26 de janeiro de 2026, que dispõe sobre o calendário de feriados e estabelece os dias de ponto facultativo do ano de 2026, e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 256, de 26 de janeiro de 2026, que estabelece o calendário de feriados, pontos facultativos e recessos no âmbito da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de transferir o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, originalmente previsto para o dia 28 de outubro de 2026, para o dia 30 de outubro de 2026, visando à melhor organização e ao planejamento das atividades administrativas municipais;
DECRETA:
Art. 1º O inciso XIV do art. 1º do Decreto Municipal nº 256, de 26 de janeiro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"XIV – 30 de outubro, em comemoração ao Dia do Servidor Público, ponto facultativo;" (NR)
Art. 2º Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições do Decreto Municipal nº 256, de 26 de janeiro de 2026.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:F8F1B100

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18 - 2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA através do Pregoeiro e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **13 de Novembro de 2026, às 09h00min** horas no endereço eletrônico: https://bnccompras.com, Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme especificado no Edital de Licitação de Pregão nº 18/2026.
Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no Portal da Transparência do Município.
Objeto da Licitação:

O objeto deste Pregão é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PAPELARIA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS DE JARDIM OLINDA/PR**, e conforme especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, parte integrante deste edital

Jardim Olinda, 23 de Outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:CEB7528C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 209/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor, **HALISON AFONSO CARVALHO DE SOUZA**, correspondente ao período aquisitivo de 11 de maio de 2024 a 11 de maio de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 23 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:4BC79C7A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 210/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias a servidora, **IZABEL CRISTINA FAGUNDES DA SILVA ALVES,** correspondente ao período aquisitivo de 28 de abril de 2025 a 28 de abril de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 23 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:8499DF5F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 211/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor, **MAURICIO FRANCISCO DA COSTA**, correspondente ao período aquisitivo de 03 de maio de 2025 a 03 de maio de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 23 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:6AA5889F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 212/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias a servidora, **RUTE APARECIDA FERREIRA DA SILVA,** correspondente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2025 a 02 de fevereiro de 2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 23 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:8A4664C6

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 213/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias regulamentares pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor, **JOSE CARLOS DUDA DA SILVA**, correspondente ao período aquisitivo de 21 de outubro de 2024 a 21 de outubro de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 23 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:430A628F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 447/2026

Autor: Vereador Fabiano Cordeiro

Súmula: Concede o Título de Cidadão Benemérito da Lapa ao senhor Sandro Guzzoni.

O Poder Legislativo Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU e está Presidência DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Município da Lapa ao senhor Sandro Guzzoni, em reconhecimento à sua trajetória profissional e à relevante contribuição prestada ao esporte lapeano, especialmente na formação de crianças e jovens por meio do esporte.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Legislativo Municipal, em 22 de outubro de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:608761FB

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 448/2026

Autor: Vereador Fabiano Cordeiro

Súmula: Concede o Título de Jovem Destaque da Lapa ao jovem Gabriel de Aguiar Cardoso.

O Poder Legislativo Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU e está Presidência DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Jovem Destaque da Lapa ao jovem Gabriel de Aguiar Cardoso, em reconhecimento à sua trajetória e às relevantes contribuições para o desenvolvimento do esporte lapeano, especialmente por sua atuação na formação e no incentivo à prática esportiva entre crianças e adolescentes.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Legislativo Municipal, em 22 de outubro de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A5E319B1

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 449/2026

Autor: Vereador Fabiano Cordeiro

Súmula: Concede o Título de Jovem Destaque da Lapa à jovem Maria Luiza de Barros Leinecker.

O Poder Legislativo Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU e está Presidência DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Jovem Destaque da Lapa à jovem Maria Luiza de Barros Leinecker, em reconhecimento à sua trajetória de dedicação aos estudos, ao protagonismo juvenil e à relevante atuação na Igreja Católica, especialmente no desenvolvimento de atividades religiosas, comunitárias e voluntárias voltadas à formação de crianças e jovens.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Legislativo Municipal, em 22 de outubro de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:58D65502

GABINETE
LEI Nº 4620, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Revoga a Lei n° 1964, de 27 de junho de 2006, que incluiu artigo na Lei Municipal nº 1774, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e instituí o Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo Municipal da Lapa.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica revogada a Lei nº 1964, de 27 de junho de 2006, que incluiu artigo na Lei Municipal nº 1774, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e instituí o Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo Municipal da Lapa.

Art. 2º - Em razão da presente revogação, a progressão por merecimento do servidor do Poder Legislativo obedecerá aos ditames da Lei nº 1773, de 31 de Março de 2004 e eventual Resolução que trate do tema no âmbito do referido Poder.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os dispositivos em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 23 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito do Município da Lapa

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4E0EBFD2

GABINETE
TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL, EM CARÁTER NÃO ONEROSO

Por intermédio do presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MUNICIPAL, o Município da Lapa, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Alameda David Carneiro, 243, Centro, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS, brasileiro, casado, portador da CIRG nº 8.065.913-0/PR, inscrito no CPF/MF nº 042.224.489-90, com endereço institucional na Praça

Mirazinha Braga, 83 Centro, Lapa-PR, doravante denominado de PERMITENTE, e de outro lado a empresa ELSP CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF 29.302.218/0001-82, com endereço comercial cadastrado junto à Receita Federal na Rua João Candido Ferreira, nº 390, Bairro Wilson Montenegro, Lapa-PR,neste ato representado pela SenhoraElais Leny Scheifer Pinto, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF:086.595.989-70, doravante denominada de PERMISSIONÁRIA, nos termos da Lei Municipal n° 4448, de 28 de agosto de 2025, tem, entre si, juntos e contratados o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ESPECIFICAÇÃO.
O PERMITENTE é proprietário de uma área de 62.860,70 m² (sessenta e dois mil oitocentos e sessenta e sete metros quadrados), ou seja, 02 alqueires, 23 litros e 491,70 m², conforme divisas e confrontações dispostas na matrícula nº 22.152, registradas junto ao Cartório de Registros de Imóveis da Lapa, Estado do Paraná,localizada na região denominada PASSA DOIS, área de expansão urbana, neste Município,"

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO:
Por este instrumento, o PERMITENTE cede para uso da permissionária, por prazo indeterminado e a titulo precário, uma área de 2.374,07m², extraída da matrícula nº 22.152; num perímetro/quadrante formado pelas divisões a seguir descritas conforme memorial descritivo:

"A poligonal tem início no vértice M-0361, com coordenadas georreferenciadas ao sistema de referência SIRGAS2000 e projeção cartográfica Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 22, hemisfério sul, E= 623726,51 m, N= 7149075,04 m e Altitude de 873,281 m; deste segue confrontando com FASS BIER EQUIPAMENTOS LTDA, seguindo com o seguinte azimute de 173°58'31" e a distância de 58,02 m até o vértice M-0360, de coordenadas UTM E= 623732,61 m, N= 7149017,31 m e Altitude de 873,928 m deste segue confrontando pela RUA "E" - de propriedade do MUNICÍPIO DA LAPA, seguindo com o seguinte azimute de 264°14'25" e a distância de 41,00 m até o vértice M-0356, de coordenadas UTM E= 623691,82 m, N= 7149013,23 m e Altitude de 873,818 m deste segue confrontando com EMBALE PLÁSTICO - INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA, seguindo com o seguinte azimute de 353°58'29" e a distância de 57,79 m até o vértice M-0355, de coordenadas UTM E= 623685,73 m, N= 7149070,68 m e Altitude de 873,212 m deste segue confrontando com GRANPAV OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA, seguindo com o seguinte azimute de 083°54'37" e a distância de 41,00 m até o vértice M-0361; assim fechando o perímetro de 197,81 m do polígono descrito acima, perfazendo uma área superficial total de 2.374,07 m², sem benfeitorias." ART: 1720266186444

A presente permissão, devidamente aprovada pelo Conselho Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico (COMIDE), destina-se à construção e instalação de unidade industrial destinada à montagem de estruturas metálicas, bem como à expansão do projeto empresarial da PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA TERCEIRA-PRAZO:
A presente permissão será concedida por prazo indeterminado, a título precário, obrigando-se a PERMISSIONÁRIA a utilizar o imóvel exclusivamente para a expansão e desenvolvimento de seu projeto empresarial, em conformidade com as condições e finalidades estabelecidas no projeto de empreendimento aprovado pelo Conselho Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico – COMIDE.

CLÁUSULA QUARTA - BENFEITORIAS:
Qualquer tipo de edificação realizada noimóvel, objeto da permissão de uso, bem como eventuais procedimentos de retificação, unificação e regularização da área concedida, correrá a expensas e sob responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, que deverá, ainda, obedecer à legislação ambiental e edilícia local.

CLÁUSULA QUINTA - PROIBIÇÕES:
APERMISSIONÁRIA obriga-se a utilizar o local única e exclusivamente para instalação do empreendimento supracitado, ficando proibida a ocupação para outros fins que não seja esse.
Parágrafo Único - A PERMISSIONÁRIA fica proibida de ceder no todo ou em parte o imóvel objeto da presente permissão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento, semexpressa autorização do PERMITENTE, salvo na hipótese do artigo 13 da Lei Municipal n° 4448/2025.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES E DA REVERSÃO:
A PERMISSIONÁRIA, ao descumprir qualquer determinação do presente termo, além das sanções previstas na legislação sobre a espécie, incluindo a da retirada da permissão e consequente devolução do imóvel, as edificações existentes reverterão imediatamente ao Município, sem direito de retenção ou indenização pelas benfeitorias ou construções realizadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio público municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA-RESPONSABILIDADE:
A PERMISSIONÁRIA será responsabilizada pelos danos materiais causados na área objeto desta permissão de uso.
A PERMISSIONÁRIA responsabiliza-se ainda por:
I - Todo e qualquer gasto oriundo da utilização do imóvel;
II - Pela obediência aos regulamentos administrativos, qualquer que seja sua determinação;
III-Preservar o meio ambiente local ,adotando-se todas as medidas possíveis paraevitar a sua degradação;
IV – Manter o imóvel em perfeitas condições de higiene e conservação;
V - Danos causados a terceiros ou ao Município;

CLÁUSULA OITAVA-OBRIGAÇÕES:
A PERMISSIONÁRIA obriga-sea:
I - Durante o prazo de vigência da permissão, a utilizar o local e os benefícios nele existentes ou que venham a serem acrescentados, única e exclusivamente, para os fins constantes na cláusula segunda;
II - Não efetuar no local cedido, qualquer construção ou benfeitorias, além daquelas constantes no projeto de execução, sem autorização expressa do PERMITENTE;
III – Não ceder ou transferir o local a terceiros, no todo ou em parte, seja a que titulo for;
IV - Responder, inclusive perante terceiros, por eventuais danos resultantes da utilização das áreas;
V - Não permitir que terceiros invadam o imóvel cedido, levando a conhecimento da PERMITENTE de qualquer ato de esbulho ou turbação que venha a sofrer na posse, podendo,i nclusive, adotar todas as medidas judiciais cabíveis a fim salvaguardar seu direito de posse;
VI - Responder, perante o Poder Público, pelos tributos referentes à área objeto desta permissão de uso, bem como arcar comtodas as despesas decorrentes dapermissão de uso, responsabilizando-se, também, pelas despesas com energia elétrica, serviços de telefonia, água e esgoto;
VII – Devolver o imóvel e suas benfeitorias, caso deixe de utilizá-lo, sem direito de retenção ou indenização pelas benfeitorias realizadas, ainda que necessárias, às quais passarão a integral o patrimônio público municipal;
lX – lniciar a implantação do empreendimento no prazo de 6 (seis) meses contados da
assinatura do respectivo instrumento de permissão;
X - Cumprir todo o cronograma do projeto empresarial aprovado pelo Conselho Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico (COMIDE), de acordo com o prazo estabelecido para cada etapa do cronograma, iniciando as atividades industriais no máximo de 60 (sessenta) dias após a conclusão das obras de edificação.
XI - Declarar que dará preferência para a aquisição de matérias primas no Município da Lapa - PR, em igualdade de condições e preços de fornecedores com sede tributária em outro município (cf. art. 10. "k");
XII - Abrir novas vagas de emprego de acordo com a ampliação do projeto de empreendimento.

Parágrafo único. O não cumprimento das cláusulas constantes neste instrumento de permissão implicará na reversão ao patrimônio público municipal, o imóvel e todas as bem feitorias nele contidas, realizadas pela PERMISSIONÁRIA, sejam a que título for.

CLÁUSULA NONA-FISCALIZAÇÃO:
O PERMITENTE exercerá, por meio de fiscais, amplo controle sobre autilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá, a qualquer momento, conforme convier ao Permitente.

§ 1º - A fiscalização intervirá a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. Sendo que a intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.

§ 2º - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na retirada da permissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO IMÓVEL:
Ocorrendo a resolução do presente pacto, qualquer tipo de edificação que houver sido realizada sobreo imóvel, objeto desta Permissão, permanecerá no local, sem que venha a conferir a permissionária direito a indenização ou retenção, incorporando-se a edificação, ao patrimônio público do Município da Lapa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-RESCISÃO:
O presente termo poderá ser rescindido:
I – Mediante acordo expresso e firmado pelas partes, após aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pelo interessado;
Il - A presente Permissão de Uso poderá ser revogada por iniciativado PERMITENTEa qualquer momento, caso a PERMISSIONÀRIA:
a)Ceda ou transfira, no todo em parte, este contrato, ou delegue a outrem a incumbência de adquirir as obrigações consignadas, sem prévia e expressa autorização do PERMITENTE;
b)Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou fraude na execução da permissão contratada;
c) Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou ao corrência de qualquer das disposições elencadas na legislação sobre o assunto;
d) Eventualmente, se a PERMISSIONÁRIA deixar de existir ou encerrar sua atividade empresarial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-CASOS OMISSOS:
Eventuais pendências decorrentes da permissão de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie, em especial, a Lei Municipal n° 4448/2058 e Lei Orgânica Municipal.
Fica eleito o foro da Comarca da Lapa, para as ações de correntes deste TERMO, renunciando, desde já, a qualquer outro que lhes assistam, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem ajustados e acertados, assinam o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL – Município da Lapa e Elsp Construtora e Engenharia ltda; em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas.

Cidade da Lapa, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal da Cidade da Lapa.

ELAIS LENY SCHEIFER PINTO
Representante da Empresa
ELSP Construtora e Engenharia LTDA

1ª TESTEMUNHA
Assinatura:
Nome: Evaldir Oliveiros Will
Função: Diretor de Indústria e Comércio
RG nº: 6055535-4

2ª TESTEMUNHA
Assinatura:
Nome: Rogerio Krainski Dallabona
Função: Coordenador Administrativo
RG nº: 9.244.629-8

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:13919521

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 058/2026 – UASG 987657-SRP

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026cujo objeto trata-se Aquisição de produtos alimentícios perecíveis HORTIFRUTIGRANJEIROS para atender o Programa Municipal de Alimentação e Nutrição Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para o período de um ano,através do Sistema de Registro de Preços.
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 11/11/2026 às 09:29 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO:11/11/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço Unitário por Item..
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$4.161.270,00(Quatro milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e setenta reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3636 na data de 14/10/2026 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço:lapa.atende.net “acesso Identificado no link – licitações” ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone(41) 3547-8029.

Lapa, 23 de outubro de 2026.

BRUNO GOLLZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:93D9B7DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2024

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 (PD 11648/2023)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26216, DE 29.07.2022 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
CONTRATADO: LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A, CNPJ SOB Nº 04.368.865/0001-66, REPRESENTADA POR SEU DIRETOR SR. SILVIO BARRETO DA SILVA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE CONECTIVIDADE, VIA IP DEDICADO À INTERNET, SUPORTANDO AS APLICAÇÕES TCP/IP, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA, SEGURANÇA CONTRA ATAQUES DDOS, FORNECIMENTO DE UM BLOCO DE ENDEREÇAMENTO IPV4 CONTÍNUO E LOTEÁVEL DE PELO MENOS 30 HOSTS. INCLUÍDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONFIGURAÇÃO E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, **ITEM 02**.
CONSIDERANDO O MEMORANDO INSTITUCIONAL DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DA CONTRATADA, DATADO DE 01.06.2026;

CONSIDERANDO O ATO Nº 7102, DE 26 DE MAIO DE 2026 DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL;
CONSIDERANDO O PD Nº 18846/2026 DO GESTOR DO CONTRATO, SR. NILSON SÉRGIO DALLABONA, EM 24.07.2026;
CONSIDERNADO O PARECER Nº 883/2026/PGM.
FICA ALTERADO, A PARTIR DE ***01.DE JUNHO DE2026,*** OS DADOS DA CONTRATADA, NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2024, PASSANDO A SER:
"...EMPRESA LIGGA SERVIÇOS EM TELECOM S.A, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 65.649.511/0001-84, COM SEDE NA AVENIDA VICENTE MACHADO, Nº 1001, ANDAR TÉRREO, BAIRRO BATEL, CURITIBA/PR, CEP 80420-011, E-MAIL LICITACAO@LIGGAVC.COM.BR, AQUI REPRESENTADA POR SEU DIRETOR SR. SILVIO BARRETO DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, ADMINISTRADOR DE EMPRESA, PORTADOR DA CNH Nº 00535217597 E INSCRITO NO CPF Nº 024.175.177-28, DOMICILIADO À RUA VICENTE MACHADO, Nº 1001, ANDAR TR, BATEL, CURITIBA/PR, CEP 80440-020..."
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 20/10/2026
DATA ASSINATURA: 22/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:FEAD3026

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 210/2022

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2022 (PD Nº 20612/2022).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, CNPJ SOB Nº 07.797.967/0001-95, REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. RUDIMAR BARBOSA DOS REIS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSINATURA ANUAL DE ACESSO À FERRAMENTA DE PESQUISAS DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM SISTEMA DE PESQUISAS BASEADO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73/2020 E 65/2021.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1433/2026 (PD Nº 24249/2026) E PARECER Nº 950/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA *PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA* **DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 210/2022, POR 12 (DOZE) MESES, PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE** *24.10.2026 E 23.10.2027***.**
O VALOR CONTRATUAL IMPORTA EM ***R$24.600,00 (VINTE E QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS)***.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 21/10/2026
DATA ASSINATURA: 23/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BE42BDAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO CONTRATO Nº 254/2026- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 020/2026 (PD 7523/2026)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, ESTADO DO PARANÁ, COM SEDE NA PRAÇA MIRAZINHA BRAGA, Nº 87, INSCRITO(A) NO CNPJ SOB O Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS, PORTADORA DO R.G. N. º 9.478.347-0 PR, INSCRITA NO CPF SOB N. º 063.432.629-54, E
CONTRATADA: CONSTRUTORA VIEIRA SANTOS LTDA ME, CNPJ Nº 17.514.801/0001-78, LOCALIZADA NA RUA SERAFIM FERREIRA DE ALMEIDA MACIEL, 466, ENGENHO, LAPA/PR, CEP 83.751-202, TELEFONE (41) 99784-5586, E-MAIL CONSTRUTORASANTOSLAPA@GMAIL.COM,
REPRESENTADA POR SEU TITULAR, SR. LUIZ MARCELO VIEIRA SANTOS, BRASILEIRO, DIVORVIADO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE R.G. Nº 7.589.986-6 II/PR E INSCRITO NO CPF SOB Nº 024.063.879-41.
OBJETO: EXECUÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, TIPO MENOR PREÇO, DA SEGUINTE OBRA: REFORMA DA CASA DA MULHER PARANAENSE CONTENDO: RECEPÇÃO / SALA DE ESPERA; BRINQUEDOTECA; SALA DE PALESTRAS; SALA MULTIDISCIPLINAR; SALA DE ATIVIDADES; COWORKING; 4 SALAS DE ATENDIMENTO; COZINHA; SALA DE ALEITAMENTO; SALA OPM; SALA DE REUNIÕES; INSTALAÇÕES SANITÁRIAS; LAVANDERIA; DEPÓSITO DE MATERIAIS DE LIMPEZA. ÁREA DE REFORMA 560,17 M², EM CONSONÂNCIA COM O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, OS PROJETOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS PEÇAS E DOCUMENTOS DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 020/2026.
VALOR: R$ 640.280,00 (SEISCENTOS E QUARENTA MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS).
PRAZO DE EXECUÇÃO: EM ATÉ 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DA DATA DA ASSINATURA CITADA NO EXTRATO DO CONTRATO PUBLICADO NO PNCP OU NO DIÁRIO OFICIAL.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (TREZENTOS E SESSENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA **DATA DA ASSINATURA CITADA NO EXTRATO** DO CONTRATO PUBLICADO NO PNCP OU NO DIÁRIO OFICIAL.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 22 DE OUTUBRO DE 2026.
FORO: COMARCA DE LAPA, ESTADO DO PARANÁ.

LAPA, 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B347BB22

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 116/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2026 (PD Nº 29715/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO Nº 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADA: UNIÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 08.985.901/0001-91, REPRESENTADO(A) POR SUA ADMINISTRADORA E NÃO SÓCIA, SRA. JANE CAROLINA DA ROSA SCHULTZ.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA/ARQUITETURA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA EM UM TRECHO DE 964,46M DA RUA CARLOS GANZERT, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1396/2026 (PD Nº 23305/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE, A JUSTIFICATIVA PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL DA FISCAL DO CONTRATO ENGENHEIRA SRA. BIANCA HYGINO DE LIMA OLIVEIRA E DA SUPERINTENDENTE DE PROJETOS SRA. MARION SILVEIRA CABRAL FIUZA DATADO DE 11.09.2026 E CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 918/2026/PGM, CONFORME ART. 111, DA LEI 14.133/2021:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 116/2026 POR MAIS 03 (TRÊS) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 09.01.2027 E 08.04.2027
FICA PRORROGADO O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 116/2026 POR MAIS 03 (TRÊS) MESES, E, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 30.10.2026 E 29.01.2027.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 20/10/2026
DATA ASSINATURA: 21/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:93F95C7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026 (PD N.º 441/2026).
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
FORNECEDOR: SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ SOB Nº 00.656.468/0001-39, REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR, SR. LUIZ RENATO GAROFANI.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES DA ATENÇÃO BÁSICA E SAÚDE MENTAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE ATENDIMENTO DAS UNIDADES HOSPITALARES, PRÉ-HOSPITALARES, FARMÁCIA MUNICIPAL E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I, ITENS 1, 9, 11, 40, 49, 53, 56, 58, 62, 71, 81, 83, 88, 90, 98, 100 E 109.
CONSIDERANDO O PEDIDO DO FORNECEDOR, VIA E-MAIL EM 27.07.2026, CONSIDERANDO O CI Nº 073/2026, DATADO DE 14.09.2026, DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (PD Nº 23021/2026) E CONSIDERANDO O PARECER Nº 929/2026/PGM:
FICA ***CANCELADO O PREÇO REGISTRADO DO ITEM 62 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2026.***
DIANTE DA INQUESTIONÁVEL E MANIFESTA VONTADE DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO DO ***ITEM 62 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2026***, EM MOTIVOS EXPOSTOS EM PROCESSO ADMINISTRATIVO, CONFORME O DISPOSTO NO CÓDIGO CIVIL, ART. 393; LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; NO DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, ART. 202, III E DO ITEM 9, SUBITEM 9.4, 9.4.2 DA MENCIONADA ATA.
FICAM MANTIDAS E RATIFICADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIGINÁRIA, NAQUILO QUE NÃO CONTRARIEM O PRESENTE TERMO ADITIVO.
INCUMBIRÁ AO ÓRGÃO GERENCIADOR DIVULGAR O PRESENTE INSTRUMENTO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP), NA FORMA PREVISTA NO ART. 174, §2º, INCISO IV DA LEI 14.133, DE 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815 DE 2023 E DECRETO MUNICIPAL N° 28.994, DE 2023.
E, POR ESTAREM JUSTAS E ACORDADAS, AS PARTES ASSINAM O PRESENTE TERMO ADITIVO.
DATA: 20/10/2026
DATA ASSINATURA: 22/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:9EAD1721

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 433/2026

PORTARIA Nº 433/2026 – SME

INSTITUI DIRETRIZES PARA A PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E CUIDADO COM A SAÚDE E O BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJAL – PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Laranjal – PARANÁ, Maycon Lopes Simioni, no uso de suas atribuições legais e administrativas, considerando a necessidade de promover ações de valorização, prevenção e cuidado integral com a saúde dos profissionais da educação,
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Educação de Laranjal – Paraná, a Política de Promoção à Saúde e ao Bem-Estar dos Profissionais da Educação, destinada aos professores e demais profissionais que atuam nas instituições municipais de ensino.
Art. 2º A presente Normativa estabelece diretrizes para o desenvolvimento de ações educativas, preventivas e de promoção da saúde, mediante articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as Secretarias Municipais de Saúde, de Esporte e de Assistência Social, bem como outros setores e profissionais habilitados, conforme as necessidades identificadas e a disponibilidade do Município.
Art. 3º As ações previstas nesta Normativa terão caráter educativo, preventivo e de promoção da qualidade de vida, não substituindo os atendimentos clínicos ou especializados disponibilizados pela rede pública de saúde ou por profissionais habilitados.
CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS
Art. 4º São objetivos da presente Normativa:
I – P
romover a saúde integral e a qualidade de vida dos profissionais da Rede Municipal de Educação;
II – Desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde física e emocional;
III – Incentivar hábitos de vida saudáveis e práticas de autocuidado;
IV – Proporcionar espaços de orientação, escuta, acolhimento e reflexão sobre saúde e qualidade de vida;
V – Contribuir para a prevenção de agravos relacionados às condições de trabalho;
VI – Promover ações relacionadas à alimentação adequada e saudável;
VII – Incentivar a prática de atividades físicas e corporais;
VIII – Fortalecer ações de prevenção e cuidado com a saúde mental;
IX – Ampliar a articulação entre as políticas públicas de Educação e Saúde;
X – Valorizar os profissionais da educação, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento da educação municipal.
CAPÍTULO III
DA JUSTIFICATIVA

Art. 5º A presente Normativa fundamenta-se na necessidade de desenvolver ações permanentes de valorização e cuidado com os profissionais da educação, considerando as demandas físicas, emocionais, cognitivas e sociais inerentes ao exercício das atividades profissionais.

Parágrafo único. A promoção da saúde dos profissionais da educação constitui ação preventiva e de valorização profissional, contribuindo para ambientes de trabalho mais saudáveis e para o fortalecimento da qualidade do serviço educacional ofertado à comunidade.

CAPÍTULO IV

DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º As ações previstas nesta Normativa destinam-se aos profissionais vinculados à Rede Municipal de Educação, incluindo:

I – Professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

II – Professores de Educação Especial;

III – Pedagogos;

IV – Diretores e coordenadores pedagógicos;

V – Profissionais que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs;

VI – Demais profissionais da educação, conforme disponibilidade e organização da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO V

DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Art. 7º As ações de promoção à saúde poderão ser desenvolvidas por profissionais habilitados das seguintes áreas:

I – Saúde;

II – Nutrição;

III – Psicologia;

IV – Esporte e atividade física;

V – Outras áreas profissionais que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida.

Seção I

Da Área da Saúde

Art. 8º As ações na área da saúde poderão compreender:

I – Orientações preventivas e educativas;

II – Ações de promoção da saúde;

III – Campanhas de prevenção de doenças;

IV – Orientações sobre hábitos saudáveis;

V – Atividades educativas relacionadas à saúde;

VI – Identificação de situações que demandem encaminhamento à rede de atenção à saúde.

Seção II

Da Nutrição

Art. 9º As ações de nutrição poderão compreender:

I – Educação alimentar e nutricional;

II – Orientações sobre alimentação adequada e saudável;

III – Orientações sobre hidratação;

IV – Atividades relacionadas à organização das refeições durante a jornada de trabalho;

V – Palestras e oficinas sobre hábitos alimentares;

VI – Atendimento ou orientação individual, quando houver profissional habilitado e disponibilidade para tal finalidade.

Seção III

Da Psicologia

Art. 10. As ações relacionadas à psicologia poderão compreender:

I – Espaços de escuta e acolhimento;

II – Ações de promoção da saúde mental;

III – Orientações sobre manejo do estresse;

IV – Atividades de prevenção e cuidado emocional;

V – Rodas de conversa, palestras e oficinas;

VI – Ações voltadas ao relacionamento interpessoal e à convivência no ambiente de trabalho;

VII – orientação e encaminhamento para serviços especializados, quando necessário.

Parágrafo único. Os atendimentos psicológicos deverão observar a legislação profissional vigente, os princípios éticos da profissão e o sigilo das informações obtidas no exercício profissional.

Seção IV

Do Esporte e da Atividade Física

Art. 11. As ações relacionadas ao esporte e à atividade física poderão compreender:

I – Ginástica laboral;

II – Alongamentos e exercícios de mobilidade;

III – Atividades de relaxamento;

IV – Orientações relacionadas à postura corporal;

V – Práticas corporais;

VI – Atividades físicas coletivas;

VII – Ações de incentivo à prática regular de atividade física;

VIII – Oficinas voltadas à qualidade de vida e ao bem-estar;

IX – Aulas de dança e atividades rítmicas, recreativas e expressivas, como forma de incentivar o movimento corporal, a socialização, a descontração e o bem-estar físico e emocional.

CAPÍTULO VI

DA METODOLOGIA DOS ATENDIMENTOS

Art. 12. As ações poderão ser desenvolvidas por meio de:

I – Atendimentos individuais;

II – Atendimentos coletivos;

III – Palestras;

IV – Rodas de conversa;

V – Oficinas;

VI – Campanhas educativas;

VII – Práticas corporais e atividades físicas;

VIII – Ações de educação em saúde;

IX – Ações de prevenção;

X – Encaminhamentos para os serviços especializados da rede de atendimento, quando identificada a necessidade.

Art. 13. Os atendimentos individuais deverão ser realizados mediante agendamento e conforme a disponibilidade dos profissionais, observando-se a natureza e a finalidade de cada atendimento.

Art. 14. As atividades coletivas poderão ser realizadas nas instituições de ensino, em espaços da Secretaria Municipal de Educação, em espaços da Secretaria Municipal de Saúde ou em outros locais previamente definidos pela Administração Municipal.

Art. 15. A organização das ações deverá considerar o calendário escolar, a jornada de trabalho dos profissionais e as necessidades da Rede Municipal de Educação, de modo a evitar prejuízos ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

CAPÍTULO VII

DA ORGANIZAÇÃO E PERIODICIDADE

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação poderá elaborar, anualmente, um Plano de Ações de Promoção à Saúde e Bem-Estar dos Profissionais da Educação, contendo as atividades, os profissionais responsáveis, os períodos e os locais de realização.

Art. 17. As ações poderão ocorrer de forma mensal, bimestral, trimestral ou conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a disponibilidade dos profissionais e dos recursos públicos.

CAPÍTULO VIII

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 18. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – Coordenar e acompanhar a execução das ações;

II – Elaborar o cronograma de atividades;

III – Articular a participação dos profissionais das diferentes áreas;

IV – Promover a divulgação das ações;

V – Acompanhar a participação dos profissionais;

VI – Avaliar periodicamente as ações desenvolvidas;

VII – estabelecer parcerias intersetoriais com as Secretarias Municipais de Saúde, de Esporte e de Assistência Social, entre outras, para planejar e desenvolver ações conjuntas de promoção da saúde, atividades físicas, aulas de dança, acolhimento e bem-estar dos profissionais da educação, conforme a disponibilidade de pessoal, espaços e recursos.

Art. 19. Compete aos profissionais responsáveis pelas ações:

I – Desenvolver as atividades de acordo com sua habilitação profissional;

II – Observar a legislação e as normas éticas de sua área de atuação;

III – Orientar os participantes de acordo com suas atribuições profissionais;

IV – Realizar os encaminhamentos necessários;

V – Preservar o sigilo e a confidencialidade das informações obtidas durante os atendimentos, quando aplicável.

Art. 20. Compete aos gestores das instituições de ensino:

I – Divulgar as ações aos profissionais;

II – Incentivar a participação;

III – Colaborar com a organização dos horários e espaços;

IV – Apoiar a execução das atividades;

V – Comunicar à Secretaria Municipal de Educação eventuais necessidades identificadas no desenvolvimento das ações.

CAPÍTULO IX
DO SIGILO E DA PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES
Art. 21. As informações pessoais e relacionadas à saúde dos profissionais deverão ser tratadas de forma ética, responsável e confidencial, observada a legislação vigente.
Art. 22. Os registros administrativos das ações deverão conter, preferencialmente, informações gerais sobre as atividades realizadas, tais como data, local, área profissional, número de participantes e temática desenvolvida.
Parágrafo único. Não deverão ser divulgadas informações individuais de saúde dos participantes, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas.
CAPÍTULO X
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO
Art. 23. As ações previstas nesta Normativa serão acompanhadas e avaliadas pela Secretaria Municipal de Educação, considerando:
I – Número de ações realizadas;
II – Participação dos profissionais;
III – Avaliação dos participantes;
IV – Demandas identificadas;
V – Encaminhamentos realizados;
VI – Resultados observados nas ações de promoção e prevenção.
Art. 24. Poderão ser utilizados questionários, formulários, registros de participação, relatórios e outros instrumentos para avaliação das ações.
CAPÍTULO XI
DOS RECURSOS
Art. 25. A execução das ações previstas nesta Normativa estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, observada a legislação vigente.
Art. 26. Poderão ser estabelecidas parcerias e ações intersetoriais com as Secretarias Municipais de Saúde, de Esporte e de Assistência Social, bem como com instituições públicas, profissionais habilitados e demais órgãos ou entidades, observadas as normas legais aplicáveis, a disponibilidade de pessoal e de recursos e as competências de cada setor.
CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 27. A participação dos profissionais nas ações será organizada de acordo com a natureza da atividade, observando-se as necessidades do serviço e a disponibilidade dos participantes.
Art. 28. As ações previstas nesta Normativa possuem caráter preventivo, educativo e de promoção da saúde, não substituindo consultas, tratamentos ou acompanhamentos especializados.
Art. 29. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os setores competentes da Administração Municipal.
Art. 30. Está Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Laranjal – Paraná, 23 de outubro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal de Laranjal – Paraná

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:289597B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 434/2026

PORTARIA Nº 434/2026

SÚMULA: Nomeia servidora para cargo em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a servidora **ELIANE APARECIDA SILVA**, matrícula nº 287075, para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DE SEÇÃO – SAÚDE**, a partir de 23 de outubro de 2026.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:513ACA7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2026-PML
PROCESSO Nº 154/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para locação de estruturas metálicas com iluminação, prestação de serviço, instalação com manutenção dos equipamentos, durante o período festivo de 2026/2027, incluindo todos os materiais necessários para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00h do dia 13 de novembro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 747.725,85 (setecentos e quarenta e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 22de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:7D24E040

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 004 CONTRATO Nº126/2024-PML

TERMO ADITIVO Nº 004

CONTRATO Nº126/2024-PML
CONCORRÊNCIA Nº015/2024-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº086/2024-PML
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LOANDA
EMPRESA CONTRATADA: LONGUINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAVIMENTAÇÕES LTDA

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP/PR e do CPF/MF nº.389.032.969-15, e a Empresa **LONGUINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAVIMENTAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Paraná 323, KM 271/200m, nº 4300, Gleba nº04, na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, Telefone: (44) (44)

2020-9340, CEP: 87.400-000, inscrita no CNPJ/MF nº03.716.753/0001-96, neste ato por seu representante legal, Senhor André Luiz Longuini, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Rio Branco, nº. 300, Centro, na cidade Cruzeiro do Oeste Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº. 7.524.151-8 SESP-PR, e do CPF/MF nº. 024.752.929-03, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 004 ao Contrato de nº126/2024-PML, Concorrência nº015/2024-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato tem como objeto Execução de recapeamento asfáltico de vias urbanas em CBUQ, com área de 26.523,36 m2, incluindo serviços preliminares revestimento, meio- fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

CLÁUSULA SEGUNDA

O TERMO ADITIVO Nº 004 ao Contrato de nº126/2024-PML, possui amparo no Art.111 da Lei 14.133/2021, juntamente com a solicitação do Secretário Municipal de Serviços Urbanos, devidamente avaliado pelo departamento de Engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes, por conveniência administrativa e com respaldo no Art.111 da Lei 14.133/21, resolvem aditivar o prazo de vigência do Contrato nº126/2024-PML em 90 (noventa) dias, considerando a necessidade de encerramento dos trâmites técnicos administrativos necessários para encerramento contratual, conforme consta na solicitação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, onde foi devidamente avaliado e aceito pelo Departamento de Engenharia tanto em seu aspecto técnico quanto legal.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato de nº126/2024-PML, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Fornecimento, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda Pr, 07 de agosto de 2.026.

Contratante:
JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Contratada:
ANDRÉ LUIZ LONGUINI
Longuini Indústria e Comércio de Pavimentações LTDA

Testemunhas: _____
_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:777C1C9E

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 109/2026

LEI N° 109/2026

Súmula – *Revoga o inciso I do art. 5º da Lei Municipal nº 60, de 11 de julho de 2023, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Loanda, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **José Maria Pereira Fernandes**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1° Fica revogado o inciso I do art. 5º da Lei Municipal nº 60, de 11 de julho de 2023.
Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:190163C5

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL Nº 003

EDITAL 003/2026

A Secretaria de Educação, do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com o Artigo 3º do Decreto nº180/2026 de 14/09/2026,
HOMOLOGA a lista dos profissionais do Magistério que estão aptos a participarem da Consulta à comunidade, para a escolha de Diretores dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, conforme resulto da Comissão da banca avaliadora:

NOME	ESTABELECIMENTO	RESULTADO
Ademilson Nunes da Silva Filho	CMEI Nossa Srª do Perpetuo Socorro	REPROVADO
Alessandra Stuchi de Laya	CMEI Irmã Dulce	APROVADO
Aline Mariana Stuchi	CMEI Flor de Lótus	APROVADO
Angelica Thais Batista	CMEI Nossa Srª do Perpetuo Socorro	APROVADO
Cleuseli Aparecida Rodrigues	E.M. Dr. Carlos A.A. Diniz – E.I.E.F.	APROVADO
Dayana Vanessa Santos Vieira	CMEI Luzia B. Mendonça	APROVADO
Isabelle Ortiz Padovini	E.M. Maria da Glória D' Áviz – E.I.E.F.	APROVADO
Josilene Ferreira Gomes	CMEI Mercedes Scavazini	APROVADO
Karina Cassia dos Santos Alves	E.M. Alvehy A. de Assis – E.I.E.F.	APROVADO
Lucimar Aparecida Iori de Oliveira	Cmei Menino Jesus	APROVADA
Patricia Megumi Hattori Dias	E.M. P. Odila Inacio Vieira – E.I.E.F.	APROVADO
Simone Ap. Milharesi de Lima	E.M. Maria da Glória D' Áviz – E.I.E.F.	REPROVADO
Thais Sartori Romero	E.M.P. Zuleika Ap. Peterson – E.I.E.F.	APROVADO
Virginia Crusco Vieira Neves	CMEI Zilda Arns Neumann	APROVADO

OBS: Eventuais solicitações de esclarecimentos sobre as notas, critérios de avaliação ou demais informações referentes ao processo avaliativo deverão ser realizadas formalmente, mediante requerimento protocolado junto à Secretaria Municipal de Educação.

Loanda, 23 de outubro de 2026.

SILVIA CRISTIANA ROSSIN NORTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Silvia Cristiana Rossin Norte
Código Identificador:FBEF143D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO - PARANÁ, com sede administrativa à Rua Antônio Coletto, nº 1260 – Centro – CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito **FÁBIO CHICAROLI.**
CONTRATADA: PARANÁ PAVIMENTAÇÃO E CONCRETO LTDA, inscrita sob nº CNPJ 53.594.777/0001-98, localizada na Rodovia PR 317 S/N°, Bairro Zona Rural, na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná, CEP 86.770-000, representada por **Beatriz Romero Pereira**.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de execução e de vigência contratual, acompanhada da readequação do cronograma físico-financeiro do objeto.
JUSTIFICATIVA LEGAL: Artigo 111 e Artigo 115, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021. O aditamento decorre de fato da Administração / motivo de força maior, em razão da pendência de autorização ambiental para exploração de jazida perante o Instituto Água e Terra (IAT), restando afastada a culpa da contratada pelo atraso.
PRAZOS:

• Prorrogação do prazo de **execução até 09 de fevereiro de 2027.**
• Prorrogação do prazo de **vigência** até **01 de julho de 2027.**

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 45/2025 e seus anexos, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Lobato, 23 de outubro de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:9E406AFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANALISA A PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 01/2026

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANALISA A PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA 01/2026 QUE ALTERA OS ARTIGOS 25 E 26.

Interessada: Câmara Municipal de Lupionópolis
Proposição: Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2026
Assunto: Alteração dos arts. 24 e 25 da Lei Orgânica Municipal — composição, mandato, reeleição e eleição da Mesa Diretora.

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão Especial a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2026, apresentada em 10 de agosto de 2026 por vereadores da Câmara Municipal de Lupionópolis.
A proposição pretende alterar os arts. 24 e 25 da Lei Orgânica Municipal, para:
a) manter a Mesa Diretora composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário;
b) estabelecer mandato de dois anos;
c) permitir uma única reeleição para o mesmo cargo, vedadas reconduções sucessivas além desse limite, inclusive em legislatura subsequente; e
d) determinar que a eleição para renovação da Mesa ocorra a partir de outubro da segunda sessão legislativa, com posse automática dos eleitos em 1º de janeiro subsequente.
É o relatório.

II – FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

A análise restringe-se ao mérito constitucional e institucional da proposição, especialmente quanto à organização da Mesa Diretora, à autonomia municipal, à alternância de poder e à compatibilidade do marco temporal da eleição com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
Não integra os documentos examinados o texto integral da Lei Orgânica Municipal, do Regimento Interno da Câmara ou a comprovação do atendimento às exigências regimentais de tramitação, iniciativa, quórum e votação em dois turnos. Tais aspectos deverão ser conferidos pelos órgãos competentes durante o processo legislativo.

III – ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

1. Autonomia municipal e competência para disciplinar a organização da Câmara

A Constituição Federal reconhece a autonomia político-administrativa dos Municípios e atribui à Lei Orgânica a disciplina de sua organização institucional. O art. 29 também determina que a Lei Orgânica seja votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, observados os princípios constitucionais.

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:
(...)
XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

A matéria tratada pela proposição — composição, mandato e eleição da Mesa Diretora — insere-se diretamente na organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal. Portanto, é adequada a utilização de emenda à Lei Orgânica para discipliná-la.
A competência municipal também abrange os assuntos de interesse local, respeitados os limites constitucionais:

Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
(...)

2. Possibilidade de uma única reeleição para o mesmo cargo

A proposta permite uma única reeleição para o mesmo cargo da Mesa Diretora e veda novas reconduções sucessivas, ainda que os mandatos estejam situados em períodos legislativos distintos.
A disciplina é compatível com a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal. No julgamento da ADPF 959/BA, o Tribunal reconheceu que a regra constitucional sobre a reeleição das Mesas do Congresso Nacional não é de reprodução obrigatória pelos Municípios, mas assentou que a autonomia local deve respeitar os princípios republicano e democrático, especialmente a temporariedade dos mandatos e a alternância no exercício do poder. A decisão admitiu uma única recondução para o mesmo cargo, independentemente da legislatura.
No mesmo sentido, a ADI 6688/PR fixou que o limite de uma única reeleição ou recondução para o mesmo cargo independe de os mandatos consecutivos pertencerem à mesma legislatura ou a legislaturas subsequentes.
A jurisprudência também esclarece que a restrição recai sobre o mesmo cargo, não impedindo que integrante da Mesa anterior concorra a cargo diverso na composição seguinte.
Assim, a redação proposta prestigia a alternância de poder e impede reeleições sucessivas ilimitadas, sem criar vedação mais ampla do que aquela necessária à preservação dos princípios constitucionais.

3. Mandato de dois anos

A previsão de mandato bienal para a Mesa Diretora mostra-se compatível com a organização ordinária dos órgãos diretivos do Poder Legislativo e assegura estabilidade administrativa durante o biênio.
O mandato de dois anos também permite que a renovação da Mesa ocorra ao final do primeiro biênio, preservando a periodicidade da escolha e a possibilidade de alternância entre os parlamentares.

4. Marco temporal para a eleição da Mesa

A proposição estabelece que a eleição para renovação da Mesa será realizada "a partir de outubro da segunda sessão legislativa", com posse em 1º de janeiro subsequente.
O critério temporal é compatível com o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal acerca da necessidade de contemporaneidade entre a eleição e o início do mandato. Na ADI 7733/DF, o STF assentou que a eleição para o segundo biênio deve ocorrer a partir de outubro do ano anterior ao início do mandato, evitando antecipação excessiva e preservando a correspondência entre a composição política atual da Casa e a direção que exercerá o mandato.
Em decisão posterior envolvendo Câmara Municipal, o STF considerou incompatível com esse parâmetro a realização da eleição em agosto, reafirmando que o pleito deve ocorrer a partir de outubro do ano anterior ao início do respectivo mandato.

A redação proposta, portanto, alinha-se ao marco constitucional de contemporaneidade e reduz o risco de eleições excessivamente antecipadas.

5. Posse em 1º de janeiro

A previsão de posse automática dos eleitos em 1º de janeiro subsequente confere objetividade à transição entre as Mesas Diretoras e evita lacunas na direção administrativa e legislativa da Câmara.

6. Mérito político-institucional

Sob o aspecto do mérito, a proposição apresenta finalidade legítima e constitucionalmente adequada.

A disciplina:

assegura previsibilidade para a eleição da Mesa;

preserva o mandato bienal;

admite uma única recondução para o mesmo cargo;

impede a perpetuação indefinida de determinado grupo na direção da Câmara;

respeita a autonomia municipal; e

observa os princípios democrático, republicano e da alternância no exercício do poder.

A proposta também não elimina a liberdade política dos vereadores, pois a vedação incide sobre o mesmo cargo, permitindo a participação do parlamentar em cargo diverso da Mesa, conforme os parâmetros reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão Especial manifesta-se **favoravelmente ao mérito da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2026**, por entender que a matéria:

a) insere-se na autonomia organizacional do Município;

b) é compatível com a competência municipal para disciplinar a organização da Câmara;

c) estabelece limite constitucionalmente adequado à reeleição para o mesmo cargo da Mesa Diretora;

d) promove a alternância e a temporariedade dos mandatos; e

e) adota marco temporal compatível com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a contemporaneidade da eleição.

Opina-se, assim, pelo prosseguimento da tramitação e pela aprovação da proposição, ressalvada a conferência da redação da Lei Orgânica vigente, do Regimento Interno e dos requisitos formais aplicáveis.

Lupionópolis, 13 de outubro de 2026.

JULIANO RICARDO TIBÉRIO
Presidente da Comissão Especial

SANDRO GUSMÃO MORETTO
Relator da Comissão Especial

ELIAS DA SILVA RANGEL
Membro

Publicado por:
Michelle Angelini
Código Identificador:B335162C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 437/2026

DECRETO Nº 437/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e devidamente autorizado pela Lei nº 1674/2025, artigo 7, Lei nº 1655/2025 artigo 33 e Lei nº 1685/2025.

Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica aberto no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 409.000,00 (quatrocentos e nove mil reais), no valor e discriminações abaixo:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
34	1000	02.02.04.122.0003.2.004	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.30	30.000,00
285	1000	02.13.10.301.0015.2.038	Manutenção e Investimentos nos Serviços de Atenção Básica	3.3.90.14	20.000,00
244	1000	02.11.26.782.0013.2.032	Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais	3.3.90.30	300.000,00
244	1510	02.11.26.782.0013.2.032	Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais	3.3.90.30	50.000,00
337	1000	02.14.08.122.0016.2.048	Manutenção e Investimentos na Secretaria Família e Desenvolvimento Social	3.3.90.30	4.000,00
88	1000	02.05.12.122.0007.2.012	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Educação	3.3.90.14	5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo anterior será considerado como Recursos a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias no valor de R$ 409.000,00 (quatrocentos e nove mil reais) assim discriminados:

Cód.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
246	1000	02.11.26.782.0013.2.032	Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais	3.3.90.39	300.000,00
36	1510	02.02.04.122.0003.2.004	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.39	50.000,00
22	1000	02.01.04.124.0002.2.003	Manutenção e Investimentos no Controle Interno	3.3.90.30	1.000,00
23	1000	02.01.04.124.0002.2.003	Manutenção e Investimentos no Controle Interno	3.3.90.39	1.000,00
18	1000	02.01.04.122.0002.2.002	Manutenção e Investimentos no Gabinete do Prefeito e demais Órgãos de Assistência Imediata e Adminis	3.3.90.47	1.000,00
85	1000	02.05.12.122.0007.2.012	Manutenção e Investimentos na Secretaria Municipal de Educação	3.1.90.13	5.000,00
62	1000	02.03.28.843.0005.5.009	Amortização, Juros e Encargos da Dívida Interna	4.6.90.71	51.000,00

Art. 3º. Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária na Lei nº 1.655/2025 – LDO para o exercício de 2026, Lei n° 1.674/2025 - LOA e Lei nº 1.675/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Mallet/PR, 23 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:BDA3DBE9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 017/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET torna público que fará realizar Licitação sob modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2026** com as seguintes características**:**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reforma na Unidade Básica de Saúde Vereador Alcides de Almeida, localizada no Jardim Emília, neste município.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço global**.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min de 26 de outubro de 2026 até às 09h00min do dia 18 de novembro de 2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min às 10h00min do dia 18 de novembro de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 18 de novembro de 2026.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Está disponível no site www.bllcompras.org.br e no sítio eletrônico do município desde 26/10/2026.

INFORMAÇÕES: 0800 542 1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 23/10/2026.

FELIPE ZOLONDEK
Agente de Contratação

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:46FA306C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026

I – OBJETO:

Contratação de empresa especializada para ministrar curso de marceneiro de móveis sob medida e fornecimento de insumos a serem utilizados.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de ensino profissionalizante voltados à capacitação de munícipes, a ser executada em contratação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), por meio das ações finalísticas da Sala do Empreendedor.
O procedimento encontra respaldo legal no Artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a Dispensa de Licitação para a para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos.
Cumpre destacar que o objeto em tela se caracteriza como serviço de escopo, possuindo início, meio e fim perfeitamente delimitados. Dessa forma, o prazo de vigência contratual ficará adstrito ao período estritamente necessário para a integral execução das aulas, cumprimento do cronograma pedagógico e entrega dos certificados, não se confundindo com a sistemática dos serviços contínuos.
A contratação alinha-se ao interesse público de fomentar o desenvolvimento econômico local e a geração de renda, cujos resultados pretendidos desdobram-se em duas vertentes temporais:
No curto prazo (exercício de 2026): busca-se a efetiva capacitação e certificação de munícipes na área técnica pretendida, garantindo o aproveitamento integral e eficiente das vagas ofertadas por meio do preenchimento e acompanhamento dos alunos pela Sala do Empreendedor;
No médio e longo prazo (horizonte de 4 meses): visa-se o fortalecimento do empreendedorismo local, mensurado através do potencial surgimento de novos microempreendedores individuais (MEIs) formalizados via Sala do Empreendedor, bem como do incremento sustentável da empregabilidade e da autonomia financeira no município.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A prestadora de serviços escolhida foi **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, CNPJ: 03.776.284/0031-16**. A escolha da empresa se deve ao fato de que a mesma apresentou currículo condizente com o curso a ser prestado, bem como possui vasto histórico de atuação na área, sendo reconhecida na região (comprovada pelas notas fiscais de execução). Além disso, os valores propostos condizem com aqueles praticados pela mesma empresa em contratações semelhantes, conforme se pode verificar das notas fiscais e outros documentos acostados ao processo.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 64.401,39 (sessenta e quatro mil quatrocentos e um reais e trinta e nove centavos)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **04 (quatro) meses após.**
Uma vez que todos os serviços tenham sido executados pela Contratada e aprovados pela Contratante, respeitado o prazo para pagamento, o contrato estará automaticamente encerrado.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:

36 02.002.04.122.0003.2.004.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

36 02.002.04.122.0003.2.004.3.3.90.39.1510 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

36 02.002.04.122.0003.2.004.3.3.90.39.1045 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 23 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:90C4C6A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO DO MEI E NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SETOR DE TRIBUTAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO DO MEI E NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

Nos termos do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Resolução CGSN nº 140/2018 e das normas do Código Tributário Municipal, ficam os contribuintes listados no Anexo Único deste edital NOTIFICADOS quanto ao seu **DESENQUADRAMENTO DE OFÍCIO DO REGIME DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (SIMEI)**.

A presente notificação abrange as empresas que incorreram em excesso de faturamento, inadimplência tributária ou vedações cadastrais junto ao Fisco.
Em razão do desenquadramento e consequente alteração da natureza jurídica para **Microempresa (ME)**, ficam os referidos contribuintes cientes de que, a partir do exercício financeiro de **2027**, passarão a ter o lançamento e a cobrança regular da **Taxa de Licença e Funcionamento (T.L.F.)**, nos termos da legislação municipal vigente.

Nome:	Natureza Tributária:	Inscrição CDA:
ERVINO MACHADO 05791342969	46.615.992/0001-62	31/12/2025
JOSIAS NUNES RODRIGUES 07608338938	47.519.027/0001-59	31/12/2025
PEDRO LINO DOS SANTOS 01811534910	48.484.647/0001-62	31/12/2025
LUCIANO RENAN UPALOVSKI 06021079973	31.083.203/0001-12	31/12/2025
49.579.498 BERNADETE DOS SANTOS	49.579.498/0001-88	31/12/2025
49.462.386 ANDERSON JOSE RIBEIRO	49.462.386/0001-42	31/12/2025
ANDREA FURTAK 06617563948	47.947.363/0001-00	31/12/2025
44.542.027 DAIANE APARECIDA FERREIRA	44.542.027/0001-81	31/12/2025
50.438.271 GALDINO RAMOS PEREIRA JUNIOR	50.438.271/0001-00	31/12/2025
37.487.417 KAIANE FERREIRA DA SILVA	37.487.417/0001-30	31/12/2025
39.412.917 ALEX IVAN SOARES	39.412.917/0001-39	31/12/2025
ALECSANDRA FARIA MARTINS 08007769927	46.924.621/0001-62	31/12/2025
52.967.018 EDILSON DE FARIA LIMA	52.967.018/0001-60	31/12/2025
52.928.863 SEBASTIAO RIBEIRO	52.928.863/0001-27	31/12/2025
14.316.596 ROSALINE APARECIDA BODZIAK	14.316.596/0001-48	31/12/2025
52.977.310 RONAN ALVES GOMES	52.977.310/0001-64	31/12/2025
51.980.320 GILBERTO KRINSKI JUNIOR	51.980.320/0001-96	31/12/2025
CARLOS CASTILHO 07639113997	42.716.354/0001-87	31/12/2025
ITANAEL ALBACH 02840307910	19.953.208/0001-53	31/12/2025
51.864.606 GABRIEL JOSE WISNIEWSKI	51.864.606/0001-06	31/12/2025
TCHARLES SOBANSKI 07977713950	42.183.505/0001-89	31/12/2025
LUCRECIA DE LIMA CATI 13087532924	46.002.123/0001-62	31/12/2025
34.136.222 MARIO EZEQUIEL DE FREITAS	34.136.222/0001-58	31/12/2025
MAIARA ULBINSKI	47.063.911/0001-21	31/08/2025
YURI PAULUK 07625646955	43.805.283/0001-51	31/12/2024
VAGNER JOSE LIMA DE PAULA 08850169981	36.193.007/0001-14	31/12/2024
SERGIO WOICIECHOWSKI 03613511940	39.733.356/0001-70	31/12/2024

Caso o contribuinte discorde do desenquadramento, poderá apresentar impugnação ou regularização no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da publicação deste edital, junto ao Setor de Tributação.
Transcorrido o prazo sem manifestação, a alteração cadastral e a inclusão nos cadastros de contribuintes sujeitos à T.L.F. serão consolidadas independentemente de nova notificação.

Secretaria Municipal da Fazenda – Setor de Tributação, 23 de outubro de 2026.

MARCELO MARCINIUK
Responsável pela Secretaria da Fazenda

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal de Mallet/PR

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:BDBF67A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2026

DATA DE ASSINATURA: 19 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ 05.063.653/0010-24, domiciliada à Rua José Semes, nº 17.680, bairro Itália, no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná representada pela sócia, **NÍVEA MARIA GUISSO GUIA, CPF 763.687.189-00**, residente à Rua Prefeito Ângelo Ferrário Lopes,º 2579, apto 401 - Bloco C, bairro Hugo Lange, no município de Curitiba, Estado do Paraná**.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de revisão programada de 100 horas da Retroescavadeira JCB 3CX, patrimônio JCB03CX, pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 5.593,73 (cinco mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e três centavos)** após comprovada execução dos serviços.

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **06 (seis) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:821E3392

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0102/2026

O Prefeito Municipal, **Pedro Kowalczyk**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 011/2026

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para realizar obra de pavimentação de via urbana em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 2.200,53 m², compreendendo: serviços preliminares; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico, em trecho da Rua Adolfo Rehbein - Leste (entre rua de Palmas - Norte e rua Duque de Caxias - Sul).

AUTORIDADE COMPETENTE: PEDRO KOWALCZYK – PREFEITO MUNICIPAL

PROPONENTES VENCEDORAS E VALORES ADJUDICADOS:

PROCOENGE PAVIMENTACOES LTDA (95.412.276/0001-93) – R$ 725.697,86

DA ASSINATURA DO CONTRATO: os representantes legais das empresas supracitadas ficam, desde já, intimados para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis compareçam à sede da Prefeitura Municipal de Mallet para a assinatura dos contratos referentes ao processo. Opcionalmente, os contratos poderão ser assinados digitalmente nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:63A75851

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 036/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 116/2026

O Prefeito Municipal, **Pedro Kowalczyk**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 036/2026

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Registro de preços para futura e eventual aquisição material escolar e de expediente visando atender as demandas das Secretarias Municipais de Mallet-PR.

AUTORIDADE COMPETENTE: PEDRO KOWALCZYK – PREFEITO MUNICIPAL

PROPONENTES VENCEDORAS E VALORES ADJUDICADOS:

COMERCIAL KAMINSKI LTDA (73249195000181) - R$ 215.094,90 (duzentos e quinze mil e noventa e quatro reais e noventa centavos).
CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA (60915736000111) - R$ 2.447,60 (dois mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos).
NOVA VITORIA EMBALAGENS LTDA (52181865000103 - R$ 7.503,10 (sete mil e quinhentos e três reais e dez centavos).
FAZ VENDAS LTDA (46983819000117) - R$ 581,44 (quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos).
LUKAPEL ATACADO DE PAPELARIA LTDA (61337969000147) - R$ 15.024,82 (quinze mil e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos).
RM SUPRIMENTOS ESCOLARES E ESCRITÓRIO LTDA (61237085000110) - R$ 26.040,15 (vinte e seis mil e quarenta reais e quinze centavos).
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA (82803230000153) - R$ 51.465,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais).
65.397.327 REGIANI LEMOS SCALVIN (65397327000194) - R$ 1.892,10 (um mil e oitocentos e noventa e dois reais e dez centavos).
60.503.550 ALEXIA VERNIZE ALVES ALEXANDRE (60503550000155) - R$ 15.929,25 (quinze mil e novecentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).
VALDIVIA BAPTISTA SOARES (29993513000122) - R$ 38.344,59 (trinta e oito mil e trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).
63.883.063 CRISTIANE MAIRA DE SOUZA ARAUJO (63883063000153) - R$ 34.466,26 (trinta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos).
SULPRIME SUPRIMENTOS DE PAPELARIA LTDA (68547817000118) - R$ 69.469,39 (sessenta e nove mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos).
COMERCIAL COSTA FERREIRA LTDA (57650919000148) - R$ 53.553,09 (cinquenta e três mil e quinhentos e cinquenta e três reais e nove centavos).
PERUZZO INDUSTRIA GRÁFICAS LTDA (05460642000197) - R$ 14.371,50 (quatorze mil e trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos).
ENIA DO ROCIO COMERCIO LTDA (15511076000159) - R$ 9.700,55 (nove mil e setecentos reais e cinquenta e cinco centavos).

PAPER SUL DO BRASIL COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (53089965000169) - R$ 154.771,27 (cento e cinquenta e quatro mil e setecentos e setenta e um reais e vinte e sete centavos).

DA ASSINATURA DO CONTRATO: os representantes legais das empresas supracitadas ficam, desde já, intimados para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis compareçam à sede da Prefeitura Municipal de Mallet para a assinatura dos contratos referentes ao processo. Opcionalmente, os contratos poderão ser assinados digitalmente nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:D6E57853

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 425/2026

DECRETO N.º 425/2026

Dispõe sobre o reposicionamento em final de fila de candidata classificada em Processo Seletivo.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o contido no Processo Cloud nº 000003393/2026 ;
CONSIDERANDO o contido no Processo Cloud nº 1084.003.00204.000000081;
CONSIDERANDO a duplicidade da publicação do decreto nº 414/2026, especificamente o ato com data de 15 de outubro de 2026;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologado o requerimento de reposicionamento em final de fila da candidata **MARICEIA INÊS RODAKIEVICZ**, inscrição nº 2747/2025;

Art. 2º - Fica homologado o requerimento de reposicionamento em final de fila da candidata **MARICEIA INÊS RODAKIEVICZ**, inscrição nº 2747/2025, classificada para o cargo de Agente de Apoio Educacional – 20 horas, do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, homologado pelo Decreto n° 634 de 08 de setembro de 2025;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando assim revogado o Decreto nº 414/2026 especificamente o ato com data de 15 de outubro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 15 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:D7386A55

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 435/2026

DECRETO N.º 435/2026

Concede licença ao servidor por motivo de doença da família, conforme amparo no artigo 82, da Lei 632/99 de 30 de dezembro de 1999 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet).

CONSIDERANDO o processo Cloud sob nº 000003644/2026;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a prorrogação da licença com vencimentos por motivo de doença da família à servidora **CLEIA SCHELIGA RODRIGUES,** cargo efetivo de PROFESSOR - 20 HORAS Matrícula nº 228, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir do dia 19 de outubro de 2026.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data acima citada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 23 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:3D7DDBCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 436/2026

DECRETO N.º 436/2026

Dispõe sobre o afastamento da servidora pública para tratamento de saúde.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO a decisão proferida no processo Cloud nº 000003751/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica concedido o afastamento da servidora pública **IVONE INES KUSZYDLOWSKI HERMES**, Zeladora, matrícula n° 4.335, oriundo de atestado médico, pelo período de 60 dias, a partir de 14 de outubro de 2026, nos termos do art. 102, inc. VII, alínea “b”, da Lei Municipal nº 632/99.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as
disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 23 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:36E202CC

SECRETARIA DE FINANCAS - SETOR DE CONTABILIDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 030/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 096/2026

O Prefeito Municipal, **Pedro Kowalczyk**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a vista do parecer exarado pela Assessoria Jurídica, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 030/2026

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de equipamentos e móveis destinados à estruturação, qualificação e fortalecimento das Unidades de Saúde, mediante aplicação de recursos estaduais provenientes de Resoluções SESA e de emendas federais de investimento na rede pública municipal de saúde.

AUTORIDADE COMPETENTE: PEDRO KOWALCZYK – PREFEITO MUNICIPAL

PROPONENTES VENCEDORAS E VALORES ADJUDICADOS:

YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51740794000160) - R$ 855,84 (oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).
BHDENTAL COMERCIAL EIRELI (29312896000126) - R$ 7.100,00 (sete mil e cem reais).
VS COSTA E CIA LTDA (05286960000183) - R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).
FELEMI COMERCIAL LTDA (64037416000167) - R$ 6.000,00 (seis mil reais).
DORAMEL (17932562000176) - R$ 5.898,75 (cinco mil e oitocentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos).
BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (34680592000151) - R$ 9.520,00 (nove mil e quinhentos e vinte reais).
R&L SOLUCOES COMERCIAIS LTDA (48705865000180) - R$ 24.490,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos e noventa reais).
MEDICAL IMPORT LTDA (67680402000155) - R$ 21.585,27 (vinte e um mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos).
JUANA ESTER MARCELINO VARGAS (34579064000100) - R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).
MEDICARE TECH EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA (56348520000144) - R$ 39.750,00 (trinta e nove mil e setecentos e cinquenta reais).
STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (57498660000161) - R$ 5.952,22 (cinco mil e novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos).
TROIA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS LTDA (30059238000153) - R$ 4.889,00 (quatro mil e oitocentos e oitenta e nove reais).
STR MEDICAL LTDA (61422469000103) - R$ 1.683,47 (um mil e seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos).
PAPERFLEX COMERCIAL LTDA (07299558000169) - R$ 6.716,00 (seis mil e setecentos e dezesseis reais).
CIRURGICA SR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (54531612000130) - R$ 1.852,11 (um mil e oitocentos e cinquenta e dois reais e onze centavos).
METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (05788117000103) - R$ 4.636,20 (quatro mil e seiscentos e trinta e seis reais e vinte centavos).
MEDMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI (34064557000108) - R$ 15.449,92 (quinze mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos).
GUILHERME XAVIER PIVA LTDA (18136904000104) - R$ 1.989,10 (um mil e novecentos e oitenta e nove reais e dez centavos).
INOVE COMERCIO E LICITACOES LTDA. (57065960000157- R$ 39.430,62 (trinta e nove mil e quatrocentos e trinta reais e sessenta e dois centavos).
FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (39304546000171) - R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).
DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA (49641888000130) - R$ 13.519,00 (treze mil e quinhentos e dezenove reais).
DAC MOVEIS LTDA (56101450000125) - R$ 340,00 (trezentos e quarenta reais).
KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP (21971041000103) - R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

DA ASSINATURA DO CONTRATO: os representantes legais das empresas supracitadas ficam, desde já, intimados para que, no prazo de 02 (dois) dias úteis compareçam à sede da Prefeitura Municipal de Mallet para a assinatura dos contratos referentes ao processo. Opcionalmente, os contratos poderão ser assinados digitalmente nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:D460DA97

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº. 74/2026

ATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº. 74/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
PARANA BANCO S/A	14.388.334/0001-99	R$ 00,10

Mandaguari (Pr), 23 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:9E96023F

GABINETE DO PREFEITO
AVISO - APLICAÇÃO DE SANÇÕES

AVISO
Aplicação de Sanções

PREGÃO, ELETRÔNICO Nº 99/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 480/2025
EMPRESA: WV SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 42.129.719/0001-33

O Município de Mandaguari – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, após solicitação da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer e demais documentos que instruem o processo, resolve aplicar as seguintes penalidades:
8.1. d). Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis. A multa a ser aplicada corresponde ao montante de R$ 840,00.
8.2. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa. A penalidade a ser aplicada consiste no impedimento de licitar e contratar com a administração municipal pelo prazo de 03 (três) anos.
Dessa forma, com base no art. 157 da Lei Federal 14.133/21, fica aberto o prazo recursal.

Mandaguari, 23 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:922A36D3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 506/2026 - REPUBLICAÇÃO - ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PARA 2026, INCLUSÃO NAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2026, E INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL 2026-2029

REPUBLICAÇÃO
DECRETO Nº 506/2026

Ementa: Abre crédito Especial no Orçamento para 2026, inclusão nas Diretrizes Orçamentária para 2026, e inclusão no Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Mandaguari-Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 4.581/2026 de 20/10/2026

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto abre crédito Especial para o exercício de 2026 (Lei Orçamentária 4421/2025) do Município de Mandaguari-PR, inclusão nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei n° 4278/2025) e inclusão no Plano Plurianual de 2026 a 2029 (Lei n° 4.422/2025) do Município de Mandaguari-Pr.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado no Orçamento do município de Mandaguari-PR para o exercício de 2026, um crédito Especial no valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa das dotações orçamentárias.

Inclusão			
05		SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001		UNIDADE DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
1082 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	220.000,00
Total Inclusão:			220.000,00

Art. 3º Para cobertura do crédito aberto no artigo 2°, é utilizado como recurso o Anulação de dotações, no valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), de acordo com o Art.43, Parágrafo 1°, Inciso III, da Lei Federal 4320/64.

Redução			
05		SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001		UNIDADE DE URBANISMO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
05.001.06.181.0007.2.081		MANUTENCAO DA GUARDA MUNICIPAL	
415 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	220.000,00
Total Redução:			220.000,00

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (20/10/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:69CFDA71

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 508/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL TRANSPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 508/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Transposição e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de MUNICIPIO DE MANDAGUARI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Transposição, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$48.000,00 (quarenta e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
06.001		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO MEIO AMBIENTE E TURISMO	
06.001.04.122.0008.2.086		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
490 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	8.000,00
491 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
494 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
06.007		FUNDO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO	
06.007.19.573.0015.2.112		FUNDO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO - FMI	
606 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
Total Suplementação:			48.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

Redução			
06		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MEIO AMBIENTE E	
06.003		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
06.003.17.512.0010.2.096		USINA DE COMPOSTAGEM - PMGIRS	
550 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
551 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	38.000,00
Total Redução:			48.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (23/10/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:9B4F3F6E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 510/2026 - DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO RECEBIMENTO DE PROTOCOLOS RELATIVOS A PROCESSOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 510/2026

Ementa: Dispõe sobre a suspensão temporária do recebimento de protocolos relativos a processos da construção civil no âmbito do Município de Mandaguari, estabelece prazos para apresentação de documentos e atendimento de exigências técnicas e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente pelo art. 89, incisos VI e IX,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficiência, a continuidade e a adequada organização dos serviços administrativos relacionados à análise, aprovação e regularização de projetos e demais procedimentos da construção civil;

CONSIDERANDO o expressivo volume de processos administrativos submetidos à apreciação do Departamento de Tributação e Fiscalização e do Departamento de Engenharia, especialmente no período que antecede o encerramento do exercício financeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar os prazos destinados à análise técnica dos processos com os procedimentos de lançamento, arrecadação e controle das taxas municipais pertinentes;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do fluxo de processos administrativos, de conclusão das demandas pendentes e de planejamento das atividades e estratégias administrativas para o exercício de 2027;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir publicidade e previsibilidade aos prazos administrativos, permitindo que proprietários, responsáveis técnicos e demais interessados organizem previamente a apresentação de seus requerimentos e documentos;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso, a partir de 24 de novembro de 2026, o recebimento de novos protocolos administrativos relativos aos processos da construção civil no âmbito do Município de Mandaguari.
§1º O último dia para apresentação de novos requerimentos será 23 de novembro de 2026, observando-se o horário-limite das 17h para entrega da documentação física exigida.
§2º O recebimento de novos protocolos referentes aos processos abrangidos por este Decreto será retomado em 18 de janeiro de 2027.
§3º A suspensão estabelecida neste artigo restringe-se aos procedimentos especificados neste Decreto, não alcançando os demais serviços de protocolo da Administração Municipal.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se processos administrativos da construção civil, dentre outros de natureza correlata:
I – aprovação e substituição de projetos arquitetônicos;
II – regularização de e obras;
III – emissão de alvarás e certidões de demolição;
IV – emissão de Habite-se e certidões de construção;
V – subdivisão, unificação e retificação de lotes;
VI – aprovação, alteração e demais procedimentos relativos a loteamentos e parcelamento do solo urbano;
VII – análise prévia de projetos;
VIII – aprovação de reformas sem acréscimos de área;
IX – demais requerimentos relacionados ao licenciamento, à aprovação, à regularização e à emissão de documentos referentes a obras, edificações e parcelamento do solo.

Art. 3º Os requerimentos registrados por meio do sistema de protocolo eletrônico até 23 de novembro de 2026 deverão ter toda a documentação exigida apresentada ao Departamento de Protocolo, impreterivelmente, até as 17h da mesma data, observadas as exigências documentais aplicáveis a cada modalidade de processo.
§1º O registro eletrônico do requerimento, desacompanhado da apresentação da documentação obrigatória exigida para sua instrução não assegura o prosseguimento da análise administrativa.
§2º Os requerimentos cuja documentação obrigatória não tenha sido apresentada até o prazo estabelecido no caput estarão sujeitos ao indeferimento por insuficiência de instrução documental.
§3º A apresentação de documentação incompleta, ilegível, incompatível com as exigências legais ou insuficiente para a análise pretendida ensejará o indeferimento do requerimento, observados os procedimentos previstos na legislação aplicável.

Art. 4º Os novos requerimentos relativos aos processos especificados no art. 2º, registrados por meio eletrônico durante o período de suspensão estabelecido neste Decreto não serão admitidos para análise técnica ordinária.
§1º Os requerimentos apresentados durante o período de suspensão estarão sujeitos ao encerramento administrativo por inadmissibilidade temporal, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de novo requerimento após a reabertura do protocolo.
§2º A existência de número de registro gerado automaticamente pelo sistema eletrônico não implicará, por si só, o reconhecimento da admissibilidade do requerimento para análise técnica durante o período de suspensão.

Art. 5º Os interessados que possuam processos administrativos protocolados anteriormente a 24 de novembro de 2026, com exigências de correção, adequação ou complementação documental já comunicadas, deverão providenciar o atendimento das pendências até as 17h do dia 23 de novembro de 2026.
Parágrafo único. Os processos cujos prazos legais para atendimento das exigências se encerrem até 23 de novembro de 2026 e que permaneçam sem a apresentação das correções ou complementações exigidas serão encaminhados para indeferimento e arquivamento por insuficiência na instrução.

Art. 6º Os processos que apresentarem ausência de documentação obrigatória ou irregularidades que autorizem o indeferimento imediato, nos termos da legislação aplicável, poderão ser indeferidos sem a abertura de diligências complementares facultativas.
Parágrafo único. Não serão concedidas prorrogações extraordinárias de prazo exclusivamente em razão do encerramento do exercício administrativo.

Art. 7º A suspensão do recebimento de novos protocolos não implicará, por si só, a paralisação da tramitação dos processos anteriormente admitidos, que poderão continuar sendo analisados pelos departamentos competentes, observados os prazos legais e a capacidade operacional da Administração.
Parágrafo único. O protocolo realizado até a data-limite estabelecida neste Decreto não assegura a conclusão da análise, a aprovação do requerimento ou a emissão do documento solicitado ainda no exercício de 2026.

Art. 8º O Departamento de Tributação e Fiscalização, em conjunto com o Departamento de Engenharia e o Departamento de Protocolo, adotará as providências necessárias à divulgação das disposições deste Decreto, especialmente perante proprietários, profissionais de engenharia e arquitetura e demais interessados.
§1º Os interessados poderão solicitar à equipe técnica competente esclarecimentos sobre a documentação necessária e os requisitos legais aplicáveis aos requerimentos, por meio dos canais oficiais de atendimento disponibilizados pelo Município, inclusive telefone e WhatsApp.
§2º Compete aos proprietários, responsáveis técnicos e demais requerentes observar os prazos e as exigências documentais estabelecidos neste Decreto e na legislação pertinente.
§3º Os departamentos envolvidos poderão estabelecer orientações operacionais complementares para assegurar a adequada execução das disposições deste Decreto, vedada a alteração dos prazos legalmente assegurados aos interessados.

Art. 9 Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão apreciados pelos departamentos competentes, observada a legislação municipal vigente, mediante decisão fundamentada.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (23/10/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:81D5A539

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA Nº 34/2026 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2026

DISPENSA Nº 34/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra.

Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: 63.862.442 LUCIO GOMES DA SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.862.442/0001-67, com endereço na Rua Anísio Gonçalves de Oliveira, nº 135, Bairro: Moradias Atenas, CEP: 87.075-742, na cidade de Maringá/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **LUCIO GOMES DA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 006.910.659-26.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA COMPRA DE ARMADILHA TIPO "OVOTRAMPA" PARA A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO ENTOMOLÓGICO DA INFESTAÇÃO NO MUNICÍPIO PELO AEDES AEGYPTI, PELA CONTAGEM DE OVOS DEIXADOS NA ARMADILHA PELO MOSQUITO FÊMEA.

VALOR: 7.580,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 16 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO	*LUCIO GOMES DA SILVA*
Prefeita Municipal	63.862.442 Lucio Gomes da Silva

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:94FEB3CA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 326/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 326/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 122/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 122/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 145/2025.

PAEE 40H

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
02	TATIANA GONZALEZ ANDRADE	81
03	EVA MARIA BIAZÃO	80

Mandaguari, 23 de outubro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:81BA8263

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 327/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 327/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
71	TAYENY REGINY VALVERDE	73

Mandaguari, 23 de outubro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:7EF86611

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 227/2026 - DISPÕE SOBRE A INTERNALIZAÇÃO DE LEGISLAÇÕES FEDERAIS REFERENTES A ATIVIDADE DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIM/POA.

PORTARIA Nº. 227/2026

Súmula: Dispõe sobre a internalização de legislações federais referentes a atividade do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal – SIM/POA.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Adotar âmbito do município de Mandaguari, no que couber, de forma complementar as normas federais aplicáveis ao Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal, sem prejuízo, ressalvadas as competências de natureza privativa, das normas correlatas editadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, conforme segue:
I. Decreto Federal nº 9013, de 29 de março de 2017, inerente à inspeção ante e post mortem e a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e derivados;
II. Decreto Federal nº 9013, de 29 de março de 2017, que dispõe sobre os padrões de identidade e qualidade;

III. Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade de Produtos de Origem Animal – RTIQ, regulamentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em normas complementares;
IV. Diretrizes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos – MAPA, para registro de produtos que não possuem Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ;
V. Portaria nº 711, de 1º de novembro de 1995, do Ministério da Agricultura, Pecuária Abastecimento – MAPA, que aprova as Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos;
VIII. Portaria nº 210, de 10 de novembro de 1998, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que aprova o Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves;
IX. Instrução Normativa nº 5, de 14 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que estabelece Requisitos para Avaliação de Equivalência ao SISBI relativos à estrutura física, dependências e equipamentos de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de POA;
XV. Tomo I - Bovinos – Inspeção de Carnes – Padronização de Técnicas, Instalações e Equipamentos – 1971;
XVI. Tomo IV - Ovinos – Normas Higiênico-Sanitárias e Tecnológicas para a produção e exportação de carnes;
XVIII. Portaria nº 365, de 16 de julho de 2021 –DAS/MAPA, que aprova o Regulamento Técnico de Manejo Pré-abate e Abate Humanitário e os métodos de insensibilização autorizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
XIX. Instrução Normativa n° 34, de 28 de maio de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que aprova o regulamento técnico da inspeção higiênico sanitária e tecnológica do processamento de resíduos de animais e o modelo de documento de transporte de resíduos animais;
XX. Instrução Normativa MAPA n° 16 de 23/06/2015, estabelece, em todo território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte;

Art. 2º Os estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal SIM/POA, terão prazo de 12 meses, contados da data da publicação desta Portaria, para se adequarem às disposições normativas mencionadas.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (23/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:3194475E

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: MENDONCA HIDRAULICA E ELETRICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.494.131/0001-51, com endereço na AV. CURITIBA, 1533, CENTRO, CEP: 86.800-704, na cidade de APUCARANA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ELITON VIRIDIANO DE SOUZA MENDONÇA**, inscrito no CPF sob o nº. 082.367.289-19.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO DE TINTAS, MATERIAIS E PRODUTOS DE PINTURA DIVERSOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 27.928,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 17 de Setembro de 2026.

Enfª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO	*ELITON VIRIDIANO DE SOUZA MENDONÇA*
Prefeita Municipal	Mendonca Hidraulica E Eletrica LTDA

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:FDF41920

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 095 2026

PORTARIA Nº 095/2026
De 23 de outubro de 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Leis Complementares nº 005/2011, 034/2018 e 042/2019, CONSIDERANDO o artigo 79, da Lei nº 14.133/21, regulamentada pela Resolução 05/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Comissão Permanente de Credenciamento da seguinte forma:
I – WEDERSON NEVES DUARTE, servidor efetivo, matrícula 282, portador do RG nº 9.***.***-1, SESP/PR inscrito no CPF 051.***.***-80.
II – DANIELE FONTOURA DOS SANTOS, servidora efetiva, matrícula 357, portadora do RG nº 8.***.***-8, SESP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 056.***.***-81.
III – ADALBERTO JULIATTO VOSGERAU, servidor comissionado, matrícula 322, portador do RG nº 9.***.***-6, SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.***.***-07.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de outubro de 2026; revogando os efeitos da Portaria nº 0575/2026, de 17 de agosto de 2026.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 23 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:375B3742

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA 096 2026

PORTARIA Nº 096/2026
De 23 de outubro de 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Leis Complementares nº 005/2011, 034/2018 e 042/2019, CONSIDERANDO o artigo 79, da Lei nº 14.133/21, regulamentada pelo Art. 60 da Lei Complementar 05/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Comissão de Avaliação de Desempenho da Câmara Municipal de Mandirituba, da seguinte forma:

Membros titulares:

THIAGO COLTURATO, servidor efetivo, matrícula 91. (Função gratificada FG4, conforme Art. 49 da Lei Complementar 05/2011).

TALINE EMANUELLE NENEMAN, servidora efetiva, matrícula 274.

PEDRO HENRIQUE BÜHRER, servidor efetivo, matrícula 279.

Membros suplentes:

ERIVELTON SOUZA MARQUES, servidor efetivo, matrícula 61.

ADILSON NOGUEIRA DE LIMA, servidor efetivo, matrícula 94.

WEDERSON NEVES DUARTE, servidor efetivo, matrícula 282.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de outubro de 2026.

Cumpra-se e publique-se.

Mandirituba, 23 de outubro de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:6DE49694

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE CREDENCIAMENTO 12 2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 02/2026
PROCESSO Nº 056/2026

CREDENCIAMENTO DE AGÊNCIAS DE VIAGENS, ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA E A CREDENCIADA **META CORPORATE LTDA.**

CREDENCIANTE

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, com sede na Travessa Padre Francisco Bierman, nº 10, Centro – Mandirituba-PR, CEP: 83.800-072, inscrita no CNPJ sob o nº 00.942.395/0001-41, representada neste instrumento pela sua Presidente, a Sra. **BRENDA CAROLINA LECHETA**, inscrita no CPF nº 083.***.***-10, doravante denominada simplesmente CREDENCIANTE.

CREDENCIADA

A **META CORPORATE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 52.551.086/0001-44, com sede na Rua 6, nº 326 – Quadra 46 – Lote 01 – Apt. 101, Cidade Nova – Parauapebas-PA, CEP 68.515-000, telefone (99) 98241-1314, e-mail: metacorpbr@gmail.com, neste ato representada por sua representante legal Sra. **DANIELLY GODOY DOS SANTOS**, brasileira, inscrita no CPF nº 050.***.***-07, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA.

As partes supra identificadas **RESOLVEM**, celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, com fundamento legal no art. 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, por intermédio do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, conforme art. 78, inciso I, e art. 79, inciso III da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o **CREDENCIAMENTO DE AGÊNCIAS DE VIAGENS PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS E RESERVA DE HOTÉIS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto do credenciamento:

GRUPO 1 – PASSAGENS AÉREAS E RESERVA DE HOTÉIS			
Item	**CATSER**	**Descrição do Objeto**	**Valor Estimado para o Ano de 2026**
1	3719	**Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens:** aquisição de passagens aéreas, incluindo cotação, reserva, emissão, entrega, transferência, endosso, marcação/remarcação e reembolso de bilhetes para trechos nacionais	R$ 93.087,49
2	9946	**Reserva em Hotéis Nacionais:** reserva de hotéis, incluindo cotação, reserva, alteração de data, cancelamento e reembolso de reserva de hotéis	R$ 50.205,06
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO 1: R$ 143.292,55			

1.2.1. O Termo de Credenciamento é o documento pelo qual se formaliza a relação mantida entre a **CREDENCIANTE** e a **CREDENCIADA**. Ele tão somente formaliza que a **CREDENCIADA** cumpre as condições de habilitação exigidas e que está apta a prestar os serviços descritos no objeto deste instrumento à **CREDENCIANTE**.

1.2.2. O Termo de Credenciamento estabelece apenas o compromisso da **CREDENCIADA** em executar os serviços quando, durante a vigência do credenciamento, for convocada pela **CREDENCIANTE** mediante emissão de Solicitação de Fornecimento ou documento similar.

1.2.3. A assinatura do Termo de Credenciamento não gera direito líquido da **CREDENCIADA** para a execução dos serviços, mas mera expectativa de direito, observada a conveniência e oportunidade da **CREDENCIANTE** em demandar os serviços, observada sempre os critérios de distribuição das demandas.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A vigência do Termo de Credenciamento a ser firmado inicia com sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná até o dia 31/12/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CREDENCIADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência anexo ao Edital.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

6.1. São obrigações do CREDENCIANTE aquelas constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

7.1. São obrigações da CREDENCIADA aquelas constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DO CREDENCIAMENTO

9.1. Previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CREDENCIANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES
11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Registros que não caracterizam alteração do Termo de Credenciamento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ASSINATURA DIGITAL
12.1. O presente instrumento será firmado por assinatura digital, através da plataforma **AUTENTIQUE**.
12.2. A assinatura deste termo pelo representante oficial da **CREDENCIADA** pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
13.1. Incumbirá à **CREDENCIANTE** a publicação deste Termo de Credenciamento no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, por extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO
14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fazenda Rio Grande-PR para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e combinadas, depois de lido e achado conforme, o presente Termo de Credenciamento segue assinado pelas partes.

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

DANIELLY GODOY DOS SANTOS
Meta Corporate LTDA.

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:E565AC85

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 44/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 113/2026
CONTRATAÇÃO COMPRASGOV N.º 455978 – 148/2026

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO PICAPE CABINE DUPLA PARA ATENDIMENTO DA CASA LAR, COM RECURSOS ORIUNDOS DA DELIBERAÇÃO Nº 013/2025 CEDCA/PR.
Data da Sessão: 11 de novembro de 2026 às 09h00.
Valor Máximo Estimado: R$ **140.490,00 (cento e quarenta mil quatrocentos e noventa reais)**
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1

Mandirituba, 23 de outubro de 2026

ROSANE DE JESUS DA CRUZ
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

Publicado por:
Gisele Kimiecik
Código Identificador:E599E5D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N° 1978/2026

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001501/2025 de 05 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.804.419,60 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E LAZER
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2021 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0103) 204.752,85

12.365.0005.2020 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0101) 1.599.666,75

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E LAZER
09.001 - GABINETE DA SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
12.361.0005.2018 - MANUT. DO GAB DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0103) 7.292,84
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0103) 4.550,12
3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - (Grupo/Fonte 0103) 2.500,00

09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0103) 117.306,44
3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - (Grupo/Fonte 0103) 5.000,00
3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0103) 10.921,10
4.4.22.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0103) 1.000,00

12.361.0005.2021 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0103) 37,69
4.4.22.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0103) 1.000,00
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0103) 5.000,00

12.361.0005.2022 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0103) 5.000,00

12.361.0005.202 - TERMO DE PARCERIA COM ENTIDADES MUNICIPAIS
3.1.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0103) 8.837,28

12.365.0005.2020 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0102) 1.183.438,49
3.3.22.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0103) 1.000,00
3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - (Grupo/Fonte 0103) 1.000,00
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0103) 20.283,99
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0103) 12.023,39
3.3.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0103) 1.000,00
4.4.22.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0103) 1.000,00

12.367.0005.2064 - GESTAO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0102) 416.228,26

Art. 3 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Outubro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Cavagnolli
Código Identificador:09416AD3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.580/2026

DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Ratifica a 5ª Alteração e Consolidação do Contrato do Consórcio Metropolitano de Saúde e Assistência Social do Paraná - COMESP e autoriza a permanência do Município de Mandirituba no agora denominado CONSÓRCIO METROPOLITANO DE SERVIÇOS DO PARANÁ - COMESP e dá outras providências.".

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1° Fica ratificado na íntegra a 5ª Alteração e Consolidação do Contrato do Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná - COMESP, celebrado com os Municípios Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Guaratuba Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Matinhos, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná..

Art. 2º Fica autorizada a permanência e participação do Município de Mandirituba no Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná, nos termos da 5ª Alteração e Consolidação do Contrato do Consórcio Público.

Art. 3º O Município de Mandirituba continuará a contribuir, pelo sistema de rateio, para a manutenção e prestação dos serviços pelo COMESP, nos termos previstos no Contrato de Consórcio Público, bem como em Estatuto da Entidade, atendendo as previsões orçamentárias previstas em lei anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 22 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:106EF81E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.° 420 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 480/2008 e considerando requerimento formulado pela Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Jornada Suplementar conforme Art. 25 da Lei Municipal n.º 480/2008 a Professora abaixo:

MAT	PROFESSOR	LOCAL
2476	Irineuza Kava de Oliveira	Escola Mun. Bom Jesus

Art. 2º A remuneração a ser percebida pela Jornada Suplementar será de acordo com o Art. 27 da Lei Municipal n.º 480/2008, a partir de 10 de setembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 10 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:46AFD39E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.° 421 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 480/2008 e considerando requerimento formulado pela Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Jornada Suplementar conforme Art. 25 da Lei Municipal n.º 480/2008 as Professoras abaixo relacionadas:

MAT	PROFESSOR	LOCAL	INICIO DA JORNADA
4592	Amauri Martins Dias	Escola Mun. Bom Jesus	05/10/2026
4591	Daphynee Fontoura Tesck	Escola Mun. Bom Jesus	14/10/2026

Art. 2º A remuneração a ser percebida pela Jornada Suplementar será de acordo com o Art. 27 da Lei Municipal n.º 480/2008, a partir da data de inicio da jornada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 05 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 14 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:F1B13B7B

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 393 DE 06 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA**,Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos da Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Complementar n.º 001/2015, que dispõe sobre a Procuradoria Geral do Município de Mandirituba e dá outras providências,

RESOLVE

Art. 1º Conceder nos termos da Lei Complementar n.º 001/2015, art. 20 inciso II, promoção por merecimento ao servidor **LUIZ FELIPE DA ROCHA,** matrícula n.º 2882, no cargo de Procurador Municipal, passando o mesmo para a Classe J do nível PMN-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 06 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:AF96F33F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 410 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n. º 02/1991 e a Lei Complementar nº 58/2021;

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora**, ESELAINE DE OLIVEIRA RIBEIRO RAMOS,** matrícula 3738, no cargo de **ANALISTA DE RH**, Classe 05, Nível D, lotada na Secretaria Municipal de Administração, gratificação de 30% sobre seu salário base, conforme art. 15 da Lei Complementar 58/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos de 13 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:1726E6BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 411 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Complementar n.º 63, de 18 de abril de 2022 e a Lei Complementar n.º 58, de 22 de dezembro de 2021.

RESOLVE

Art. 1º Retirar a gratificação da servidora abaixo, lotada na Secretaria Municipal de Administração:

MATRICULA	FUNCIONÁRIO	GRATIFICAÇÃO
3545	Maira Rita Bento Bonifacio	Coordenador de Ativ. Operacionais 30%

Art. 2º Conceder gratificação a servidora abaixo, lotada na Secretaria Municipal de Administração:

MATRICULA MATR	FUNCIONÁRIO	GRATIFICAÇÃO
3545	Maira Rita Bento Bonifacio	Coordenador de Atividades Administrativas e Gerenciais 40%

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 13 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:6AC64930

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 412 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração pelo término de contrato, da função em caráter temporário, de Técnico em Enfermagem, a servidora **GABRIELLY APARECIDA STEMPINHAKI**, matrícula 500458, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 19 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:ADF7FC38

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 413 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal nº 02/1991;

R E S O L V E

Art. 1º Suspender, a bem do serviço publico, o período de gozo de férias concedido pela Portaria n.° 379, de 28 de setembro de 2026, a servidora Pública Municipal, **GRAZIELLI FRANCO**, matrícula n.° 2622, no período de 22 de outubro de 2026 a 28 de outubro de 2026.

Art. 2º O período remanescente será oportunizado a qualquer momento, em conveniência com a chefia imediata sem prejuízo do serviço publico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 22 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:40B150B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 414 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração pelo término de contrato, da função em caráter temporário, de Enfermeiro, a servidora **CAMILA EMANUELE SILVA BRITO**, matrícula 500456, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 19 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:20856075

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 415 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração pelo término de contrato, da função em caráter temporário, de Fisioterapeuta I, a servidora **MARILZA ROSALINA DOS SANTOS**, matrícula 500454, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 19 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:905ECF89

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 416 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial as Leis Municipais nº 602/2011 e 480/2008.

RESOLVE

Art. 1º Retirar a gratificação correspondente a 15% do vencimento básico de cada carreira, pelo término da função de Suporte Pedagógico nas Instituições de Educação Infantil – CMEIs e Escolas Municipais, para a professora abaixo:

MATR MATR	FUNCIONÁRIA	LOCAL
1617	Maria Teresinha Machado Pavan	Cmei- Contruindo O Saber

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:351F7F1C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 417 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial as Leis Municipais nº 602/2011 e 480/2008.

RESOLVE

Art. 1º Retirar a gratificação correspondente a 25% do vencimento básico de cada carreira, pelo término da função de Suporte Pedagógico, para a professora abaixo:

MATR MATR	FUNCIONÁRIA	LOCAL
2669/ 4601	Ana Carla Voznhaki Moleta	Secretaria Mun. De Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 21 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:58FA6436

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 418 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.° 480/2008;

R E S O L V E

Art. 1º Declarar encerrada a jornada suplementar concedida conforme Art. 25 da Lei 480/2008 as professoras abaixo relacionadas:

MATRICULA	FUNCIONÁRIO	TÉRMINO DA JORNADA
4627	Patricia de Souza	01/10/2026
3717	Andrea Aparecida Pinheiro	05/10/2026
3663	Kathiuscia da Cruz Voznhaki	01/10/2026
2180	Patricia Maria Ramos Rocha	19/10/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:73F4307F

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº 419 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial as Leis Municipais nº 602/2011 e 480/2008.

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação correspondente a 25% do vencimento básico de carreira, para o exercício da função de Suporte Pedagógico, para o professor abaixo:

MATR MATR	FUNCIONÁRIA	LOCAL
4614/ 4656	Adielson Rodrigo Cardoso da Cruz	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:FD0271D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA/PR E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDIRITUBA - APAE, COM VISTAS A AJUSTAR O REPASSE INICIALMENTE PACTUADO E AJUSTAR O PLANO DE TRABALHO.

Por este instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.105.550.0001/37, com sede administrativa à Praça Bom Jesus nº 44, Centro, Mandirituba/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FELIPE CLAUDINO MACHADO, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXECEPCIONAIS DE MANDIRITUBA – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 77.529.352/0001-63, com sede na Rua Lino Constantino Machado, representada pelo seu presidente, Sr. ITAMAR RODRIGO FELIPE, com base no previsto nos artigos 55 e 57 da Lei Federal nº 13.019/2014 e na Lei Municipal nº 902/2016, firmam o presente TERMO ADITIVO, com as condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica acrescido o valor de **R$ 10.079,32** (dez mil, setenta e nove reais e trinta e dois centavos) no valor total do Termo de Fomento pactuado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica ajustado o **Plano de Aplicação,** conforme novo plano de Plano de Trabalho apresentado.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens do Termo de Fomento não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E assim, por estarem de pleno acordo e ajustados, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Mandirituba, 23 de outubro de 2026.

Concedente
FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito do Município de Mandirituba

Proponente
ITAMAR RODRIGO FELIPE
Presidente APAE

DANILO GABRIEL DE ANDRADE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

MARCIA MARIA DA CRUZ DE LIMA
Gestora do Termo de Fomento

Publicado por:
Roqueffelis Alves da Silva
Código Identificador:742113AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 2159/2026 - 21.10.2026

Altera redação do Decreto n° 1714/2024 e dá outras providências.

AMARILDO ALVES CARNEIRO, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:
Art. 1° Fica alterada a redação do artigo 54, caput, do Decreto Municipal 1714/2024, que passa a ter a seguinte redação:
"Art. 54. Para contratações mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, I e II da Lei 14.133/2021, até o limite de R$ 13.098,41 (treze mil noventa e oito reais e quarenta e um centavos), conforme previsto no artigo 95, §2° da Lei 14.133/2021, atualizado anualmente via decreto, a Administração poderá adotar processo simplificado de contratação, sem a necessidade de autuação de processo de dispensa de licitação, nem apresentação de todos os documentos previstos no art. 72 da lei 14.133/2021."
Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 21 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:A777C05E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4593/2026 - 22.10.2026

Concede Licença Prêmio proporcional a Servidor Público Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e converte 50% da Licença Prêmio em Abono Pecuniário, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 80 e Parágrafo Único, bem como conforme Processo nº 242/2026 – SRH, de 16 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Licença Prêmio proporcional de 10 (dez) dias ao Servidor Público Municipal **Sr. ELOIR BITTENCOURT**, portador

do RG sob nº 8.488.603-3 SSP/PR, conforme Matrícula n° 1000551, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS – FUNDEB no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 10 de fevereiro de 2027 até 19 de fevereiro de 2027, e 35 (trinta e cinco) dias a serem usufruídos futuramente, referente ao **Período Aquisitivo de 22.02.2019 até 21.02.2024**, conforme disposições da Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 80, Parágrafo único, com suas alterações posteriores.
Art. 2º Converter em Abono Pecuniário, 45 (quarenta e cinco) dias da Licença Prêmio referente ao **Período Aquisitivo de 22.02.2019 até 21.02.2024.**
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e com efeitos financeiros em outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:6BE149DE

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4595/2026 - 22.10.2026

Concede férias a Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como, conforme o Processo nº 249/2026 – SRH, de 22 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal **Sr. AMARILDO FORSTHOFER**, cadastrado sob a matrícula nº 881, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS no Município de Manfrinópolis, a serem usufruídos no período de **08 de outubro de 2026 até 06 de novembro de 2026**, referente ao Período Aquisitivo de 02.03.**2025** até 01.03.**2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 08 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:29689A5E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4597/2026 - 22.10.2026

Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 238/2026 – SRH, de 15 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. DIANDRA LEIZI DA COSTA, portadora do RG sob nº 9.926.240-0 SSP/PR e conforme matrícula n° 8821, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR III no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 09 de novembro de 2026 até 06 de fevereiro de 2027, referente ao Período Aquisitivo 01.03.2016 até 28.02.2021.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:5C08D7A0

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4599/2026 - 22.10.2026

Revoga a Portaria nº 4157/2025, de 06 de janeiro de 2025, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0529/14 de 14 de maio de 2014, e com suas alterações posteriores,
RESOLVE:
Art. 1° Revogar a Portaria nº 4157/2025, de 06.01.2025 que designa Adjunto junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, **Sra. MARINEZ ALVES CARNEIRO,** cadastrada sob a matrícula nº 7721, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Documentadora no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a partir de **1º de outubro de 2026**.
Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 1º de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:F269BE5D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4600/2026 - 22.10.2026

Revoga a Portaria nº 4156/2025, de 06 de janeiro de 2025, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0529/14 de 14 de maio de 2014, e com suas alterações posteriores,
RESOLVE:
Art. 1° Revogar a Portaria nº 4156/2025, de 06.01.2025 que designa Chefe de Serviços, **Sra. JANE DA SILVA,** cadastrada sob a matrícula nº 8521, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a partir de **1º de outubro de 2026**.
Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 1º de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:0610A3B2

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4601/2026 - 22.10.2026

Concede Jornada de Regime Suplementar a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 0464/12 de 03 de abril de 2012, Seção VII – Da Jornada de Trabalho – e com suas alterações posteriores, bem como conforme Ofício nº 53/2026, de 16 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Jornada de Regime Suplementar de 20h:00m (vinte horas) semanais a Servidora Pública Municipal **Sra. PATRICIA DUARTE DA SILVA,** cadastrada sob matrícula n° 1012251, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR III – CMEI MUNDO ENCANTADO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a contar a partir de **14 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026,** conforme disposições da Lei Municipal n° 0464/12 de 03 de abril de 2012, Art. 51, § 1º e Art. 57 – Parágrafo Único, e com suas alterações posteriores.

Art. 2° Justificar que a concessão de Jornada de Regime Suplementar se dará em virtude do princípio da economicidade para fins de suprir as demandas existentes no CMEI – Mundo Encantado, conforme dispõe Ofício nº 53/2026, de 16 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efetivos financeiros com data retroativa a 14 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:9FA044D2

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4602/2026 - 22.10.2026

Concede Elevação de Nível a Professor Público Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 0464/2012 de 03.04.2012, Art. 29 e Art. 30, bem como, Lei Municipal nº 0674/2018, de 20 de setembro de 2018, e com suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Elevação de Nível a Professor Público Municipal, por motivos de comprovação de Conclusão de Pós-Graduação, abaixo relacionado conforme prevê a Lei e de acordo com requerimentos/solicitações por meio de processos:

N° Matrícula	Nome	Nível-Classe		Processo nº
		De:	Para:	
10611	Dhonatan Francisconi	II - B	III - B	235/2026 – SRH, de 02.10.2026

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efetivos financeiros em outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:42E555C1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4603/2026 - 22.10.2026

Concede Elevação de Classe a Professores Públicos Municipais, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal n° 0464/2012 de 03.04.2012, Art. 39, e com suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Elevação de Classe a Professores Públicos Municipais por motivos de progressão na classe de efetivo tempo de serviço, abaixo relacionados conforme prevê a Lei:

Seq.	N° Matr.	Nome	Nível-Classe		Protocolo nº
			De:	Para:	
1	8721	Elizangela Aparecida Ramos Fávero	G	H	233/2026-SRH de 01.10.2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efeitos financeiros no mês de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:C49D348B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4604/2026 - 22.10.2026

Concede Elevação de Nível a Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal n° 0529/14 de 14.05.2014, Art. 19, e com suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Elevação de Nível por Tempo de Serviço aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados conforme prevê a Lei:

Seq.	N° Matrícula	Nome	Cargo	Nível	
				De:	Para:
1	7641	Iride Maria Basotti	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	008	009
2	7671	Jailson de Oliveira	Operador de Trator Agrícola	024	025
3	7691	Jurandina Albuquerque Bitencourt	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	009	010
4	7711	Lurdete Fátima Soster Cigerce	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	009	010
5	7721	Marinez Alves Carneiro	Documentadora	033	034
6	7761	Valdemar Moreira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	007	008
7	7771	Vandreia Mattana Pegoraro	Técnico em Enfermagem	028	029

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efeitos financeiros no mês de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:81DC4DFA

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4592/2026 - 22.10.2026

Concede Licença Prêmio proporcional a Servidora Pública Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 152/2026 – SRH, de 17 de junho de 2026 e Processo nº 241/2026 – SRH, de 16 de outubro de 2026,

CONSIDERANDO, a Portaria nº 4505/2026, de 17 de junho de 2026 que concede Licença Prêmio proporcional a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 03.10.**2020** até 02.10.**2025**.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença Prêmio de 45 (quarenta e cinco) dias restantes a Servidora Pública Municipal **Sra. LURDETE FATIMA SOSTER CIGERCE,** cadastrada sob a matrícula nº 7711, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS

GERAIS FEMININO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 45 (quarenta e cinco) dias a serem usufruídos no período de **05 de outubro de 2026 até 18 de novembro de 2026**, referente ao Período Aquisitivo 03.10.**2020** até 02.10.**2025**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 05 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:77792502

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4594/2026 - 22.10.2026

Concede férias a Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 243/2026 – SRH, de 16 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal **Sr. MARCOS RAFAEL HANN,** cadastrado sob matrícula nº 1012059, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 19 de outubro de 2026 até 17 de novembro de 2026, referente ao Período Aquisitivo de 07.06.**2025** até 06.06.**2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 19 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:25C5D367

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4596/2026 - 22.10.2026

Concede férias a Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 248/2026 – SRH, de 20 de outubro de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias de 30 (trinta) dias ao Servidor Público Municipal Sr. MARCIO ADÃO PAULI, cadastrado na matrícula n° 1012154, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES – SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 26 de outubro de 2026 até 24 de novembro de 2026, referente ao Período Aquisitivo de 18.10.2024 até 17.10.2025.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:9086C4FB

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4598/2026 - 22.10.2026

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74, e com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 208/2025 – SRH, de 28 de novembro de 2025,
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4367/2025, de 15 de dezembro de 2025 que concede férias proporcionais de 10 (dez) dias a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 10.02.**2025** até 09.02.**2026**.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 10 (dez) dias de férias proporcionais a Servidora Pública Municipal **Sra. PATRICIA ALESSANDRA CARNEIRO,** cadastrada sob a matrícula nº 1012247, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 10 (dez) dias a serem usufruídos no período de **02 de dezembro de 2026 até 11 de dezembro de 2026**, referente ao Período Aquisitivo de 10.02.**2025** até 09.02.**2026,** e 10 (dez) dias a serem usufruídos futuramente.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:E2331BB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
MOÇÃO DE APLAUSOS

MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu Diogo André Carniel Noll, Presidente do Legislativo Municipal, publico a seguinte moção de aplausos por mim apresentada:

Moção de Aplausos à Cooperativa Agroindustrial Coopertradição de Mangueirinha.

A moção ora apresentada visa reconhecer o empenho em prol do desenvolvimento desta cooperativa que tanto contribui para a economia local gerando emprego e renda para nossa população.
A aprovação da referida moção representará uma justa homenagem a este exemplo de sucesso em atividade na nossa cidade.

Mangueirinha - PR, 23 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Alex Adriano Bizzotto
Código Identificador:07EDCE21

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
MOÇÃO DE APLAUSOS

MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu Diogo André Carniel Noll, Presidente do Legislativo Municipal, publico a seguinte moção de aplausos apresentada por mim e pelo Vereador Vilmar Sbalcheiro:

Moção de Aplausos à Cooperativa Agroindustrial Coperáguas de Mangueirinha pelos seus dezenove anos de atividade em nossa cidade e pela realização da "Feijoada do Bem", cujo lucro foi destinado para entidades sem fins lucrativos.

A moção ora apresentada visa reconhecer o empenho em prol do desenvolvimento desta cooperativa que tanto contribui para a economia local gerando emprego e renda para nossa população, e ainda, reconhecer o cuidado dessa empresa com o viés social.
A aprovação da referida moção representará uma justa homenagem a este exemplo de sucesso em atividade na nossa cidade.

Mangueirinha - PR, 23 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Alex Adriano Bizzotto
Código Identificador:BE397BD2

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
MOÇÃO DE APLAUSOS

MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu Diogo André Carniel Noll, Presidente do Legislativo Municipal, publico a seguinte moção de aplausos apresentada por mim:

Moção de Aplausos à Cerealista Mangueirinha pelos seus quinze anos de atividade em nossa cidade.

A moção ora apresentada visa reconhecer o empenho em prol do desenvolvimento desta empresa que tanto contribui para a economia local gerando emprego e renda para nossa população.
A aprovação da referida moção representará uma justa homenagem a este exemplo de sucesso em atividade na nossa cidade.

Mangueirinha - PR, 23 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Alex Adriano Bizzotto
Código Identificador:EE080097

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
MOÇÃO DE APLAUSOS

MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu Diogo André Carniel Noll, Presidente do Legislativo Municipal, publico a seguinte moção de aplausos apresentada por mim:

Moção de Aplausos à Cooperativa Agroindustrial COAMO pelos investimentos contínuos realizados em suas várias unidades no Município de Mangueirinha.

A moção ora apresentada visa reconhecer o empenho em prol do desenvolvimento desta Cooperativa que tanto contribui para a economia local gerando emprego e renda para nossa população.
A aprovação da referida moção representará uma justa homenagem a este exemplo de sucesso em atividade na nossa cidade.

Mangueirinha - PR, 23 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Alex Adriano Bizzotto
Código Identificador:ED071624

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
MOÇÃO DE APLAUSOS

MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu Diogo André Carniel Noll, Presidente do Legislativo Municipal, publico a seguinte moção de aplausos apresentada por mim:

Moção de Aplausos à Cerealista Rohr Ltda. pelos investimentos realizados no Município de Mangueirinha.

A moção ora apresentada visa reconhecer o empenho em prol do desenvolvimento desta empresa contribui para a economia local gerando emprego e renda para nossa população.
A aprovação da referida moção representará uma justa homenagem a este exemplo de sucesso em atividade na nossa cidade.

Mangueirinha - PR, 23 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Alex Adriano Bizzotto
Código Identificador:1FAFDF51

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
MOÇÃO DE APLAUSOS

MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu Diogo André Carniel Noll, Presidente do Legislativo Municipal, publico a seguinte moção de aplausos apresentada pelo Vereador Roberson de Paula:

Moção de Aplausos aos Motoristas da Secretaria de Saúde.

A moção ora apresentada visa reconhecer o empenho dos profissionais que transportam pacientes, garantindo que tratamentos, consultas e emergências sejam atendidos com agilidade, segurança e humanidade.
A aprovação da referida moção representará uma justa homenagem a estes profissionais.

Mangueirinha - PR, 23 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Alex Adriano Bizzotto
Código Identificador:60DE9FAC

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
MOÇÃO DE APLAUSOS

MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu Diogo André Carniel Noll, Presidente do

Legislativo Municipal, publico a seguinte moção de aplausos apresentada pelo Vereador Roberson de Paula:

Moção de Aplausos aos Motoristas da Secretaria de Educação.

A moção ora apresentada visa reconhecer o empenho dos profissionais que transportam diariamente, conduzem nossas crianças e jovens com total responsabilidade e zelo, garantindo o acesso seguro à escola e assegurar o direito à educação.
A aprovação da referida moção representará uma justa homenagem a estes profissionais.

Mangueirinha - PR, 23 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Alex Adriano Bizzotto
Código Identificador:A888E458

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
MOÇÃO DE APLAUSOS

MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu Diogo André Carniel Noll, Presidente do Legislativo Municipal, publico a seguinte moção de aplausos apresentada pelo Vereador Roberson de Paula:

Moção de Aplausos aos Motoristas e Operadores da Secretaria de Viação e Infraestrutura Rural e de Urbanismo e Limpeza Pública Educação.

A moção ora apresentada visa reconhecer o empenho dos profissionais responsáveis por reconstruir e manter a infraestrutura do município.
Operando máquinas pesadas e caminhões para melhorar as vias urbanas e rurais para escoar a produção agrícola, impulsionando o desenvolvimento econômico e social.
A aprovação da referida moção representará uma justa homenagem a estes profissionais.

Mangueirinha - PR, 23 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Alex Adriano Bizzotto
Código Identificador:CCBC6532

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
MOÇÃO DE APLAUSOS

MOÇÃO DE APLAUSOS

Faço saber que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu Diogo André Carniel Noll, Presidente do Legislativo Municipal, publico a seguinte moção de aplausos apresentada pelo Vereador Roberson de Paula:

Moção de Aplausos aos atletas corredores que representaram o município na Meia Maratona de Porto Alegre.

A moção ora apresentada visa reconhecer aos corredores da Acormang e Arena Runners que participaram da tradicional Meia Maratona de Porto Alegre coroando a dedicação aos treinos, superando os limites.
A aprovação da referida moção representará uma justa homenagem a estes profissionais.

Mangueirinha - PR, 23 de outubro de 2026.

DIOGO ANDRÉ CARNIEL NOLL
Presidente da Câmara de Mangueirinha

Publicado por:
Alex Adriano Bizzotto
Código Identificador:464602AA

LICITAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2024-05/2026-PMM

OBJETO: contratação de empresa especializada na realização de exames de diagnóstico por imagem sendo eles radiografia, ultrassonografia, mamografia e tomografia a toda a população usuária do SUS.
DATA E HORA DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE INTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO: 19 DE NOVEMBRO DE 2025 ÀS 09H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DE NOVOS ENVELOPES DE INTENÇÃO DE CREDENCIAMENTO: 19 DE NOVEMBRO DE 2025 ÀS 08H00MIN;
Local da sessão pública: sala de Licitação de Licitações da Prefeitura de Mangueirinha/PR.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.
Mangueirinha – PR, 23 outubro de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:35522B0F

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2026 – PMM

OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, sendo uma plantadeira semeadora adubadora hidráulica, uma plantadeira de arrasto, um guincho agrícola e um pulverizador, destinados ao atendimento e apoio aos pequenos produtores rurais do Município, visando fortalecer a agricultura familiar, ampliar a capacidade de mecanização das propriedades e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das atividades agrícolas.
DATA E HORA DA ABERTURA: 10 DE NOVEMBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 26 DE OUTUBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 10 DE NOVEMBRO DE 2026 ÀS 07H59MIN;
Local da sessão pública: https://www.gov.br/compras/pt-br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.
Mangueirinha – PR, 23 outubro de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:68A4121B

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026 – PMM

O Departamento de Licitação do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSO, por prazo indeterminado, o PREGÃO**

ELETRÔNICO nº 055/2026 – PMM, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais gráficos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Edital e em seus anexos.
A nova data para realização da sessão pública será oportunamente divulgada, mediante publicação nos mesmos meios utilizados para divulgação do edital, após a apreciação da impugnação e, se necessário, a realização das adequações pertinentes ao instrumento convocatório.

Mangueirinha – PR, 23 de outubro de 2026.

Departamento de Licitação
Município de Mangueirinha – Paraná

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:3984A7F2

PROCURADORIA
PAUTA DA 398ª REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGUEIRINHA

Data: 29/10/ 2026 - **Horário:** 08:00h
Local: Sala de Reuniões ADM **–** Rua visconde de Guarapuava

Leitura Da Ata
Justificativa Das Faltas
Segurança do Trabalho – Isabela / Jose
Sueli comunicação usina Ney Braga
Troca de titular e suplente Aciman
Emendas parlamentares – recebidos 2026 Luana
Apresentação do quantitativo de cirurgias de janeiro a setembro por prestador - Luana
Valores gastos na 13º conferência municipal de saúde 2026
Encerramento de final de ano/colete para conselheiros/arquivo gavetas - Izani
Calendário das reuniões.

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:C1AF93C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 265/2026

De 23 de Outubro de 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

Resolve**:**

Pela desclassificação da candidata participante do Processo Seletivo Simplificado 001/2025, Sra. Lucimara Virissimo Gois , para o Cargo de Tecnico em Enfermagem), classificado em 03º lugar, a qual foi convocada mediante edital 029/2026 do dia 01/06/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP), (Edição 3542 do 02/06/2026, Página 219-220), sendo aguardado o prazo para ser formalizada a contratação, que a candidato não se apresentou.

Art 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 23 DE OUTUBRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:8596AC17

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº024/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº092/2026

OBJETO: Aquisição de medicamentos em estabelecimento comercial de farmácias local, para suprir as necessidades de pronto atendimento da Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social, no Município de Marilena, Estado do Paraná.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Íntegra do Edital a partir de 26 de outubro de 2026 – de segunda à sexta-feira das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas na Sala de Licitações Prefeitura Municipal de Marilena – PR, situada na Rua Dante Pasqualetto, nº. 855, centro – Marilena – PR, e ainda disponível na integra no Portal da Transparência do Município http://marilena.pr.gov.br/ .

ABERTURA DA SESSÃO: **09 de novembro de 2026, às 09h00min – Horário de Brasília/DF**.

Sistema/Local da Sessão Pública: COMPRAS BR - https://comprasbr.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA/PR

Telefone: (44) 3900-3910
E-mail: marilenalicita@gmail.com e pmm-licitacao@marilena.pr.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:1399DFD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2026

Fica dispensada de Licitação a despesa abaixo especificada, com fundamento no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021 e em conformidade com os Pareceres do Departamento Jurídico e da Controladoria Interna, acostados nos autos.

N° do Processo Administrativo	**010/2026**
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**
Nome do Credor:	**DISTRIBUIDORA PARANA COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA**
CNPJ/CPF:	**04.057.263/0001-98**
Valor:	**R$ 7.063,65**

Matinhos, 20 de outubro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:EF63391A

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2026

Fica dispensada de Licitação a despesa abaixo especificada, com fundamento no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021 e em conformidade com os Pareceres do Departamento Jurídico e da Controladoria Interna, acostados nos autos.

N° do Processo Administrativo	**012/2026**
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS GLP 13KG**
Nome do Credor:	**I. DE BORTOLI PACHECO LTDA**
CNPJ/CPF:	**33.086.172/0001-89**
Valor:	**R$ 872,00**

Matinhos, 20 de outubro de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:5800E105

GABINETE
EDITAL 154-2026 CONVOCAÇÃO DE AUXILIAR DE CUIDADOR SOCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 154/2026

O Prefeito do Município de Matinhos **Eduardo Antonio Dalmora, CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados conforme Edital nº 079/2024 a comparecerem na data e local relacionado abaixo, munidos dos documentos pessoais e os exigidos no item 19.13 do edital nº 055/2024.
Os documentos deverão ser entregues às **09h:00min do dia 13 de novembro de 2026** no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Elias Abrahão nº 22, bairro Centro – Matinhos PR.
Desistência e remanejamento para o final da lista de classificados deverão ser protocolados no período de **23/10/2026 a 13/11/2026** conforme item 19.13 "y" do edital nº 055/2024.
NÃO SERÃO RECEBIDOS DOCUMENTOS FORA DO HORÁRIO E DIA ESTIPULADO.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

•Os documentos são os seguintes:

•Cópia da Cédula de Identidade;

•Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

•Situação Regular do Cadastro de Pessoa Física - CPF (site da Receita Federal);

•Extrato do PIS/PASEP, obtido junto a Caixa Econômica Federal;

•Cópia do Título de Eleitor;

•Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

•Certificado de Reservista para o Sexo masculino (idade igual ou inferior a 40 anos);

•Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento com as respectivas averbações se for o caso;

•Cópia da Carteira de Trabalho Física (parte da foto frente e verso) e/ou cópia dos dados da Carteira de Trabalho Digital;

•Cópia do Certificado/Diploma de Conclusão do Curso exigido pelo requisito do cargo com registro no MEC;

•01 (uma) fotografia 3X4 recente;

•Última Declaração de Imposto de Renda;

•Cópia do comprovante de residência atualizado (máximo 60 dias);

•Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;

•Certidão de Regularidade Profissional expedido pelo Órgão de Classe, quando for requisito do cargo.

•Cópia da Certidão de Nascimento ou RG do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•CPF do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•CPF do cônjuge, quando houver.

•Atestado de Antecedente Criminal Municipal, expedida pelas Comarcas onde residiu nos últimos 05 anos;

•Atestado de Antecedente Criminal Estadual, expedida no site: www.3distrib.com.br

•Atestado de Antecedente Criminal Federal expedida no site: www.jfpr.jus.br

• Declaração de não acúmulo de cargo (fornecida pela Secretaria de Administração, na data da entrega de documentos), caso tenha outro emprego público deverá apresentar uma declaração expedida pelo outro Órgão Público, contendo carga horária semanal, horário de trabalho e remuneração, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente, o candidato que tiver outro cargo público que venha exceder as quarenta horas semanais, devem apresentar no ato da assinatura do termo de posse, o decreto ou portaria comprovando a exoneração, não será aceito protocolo de pedido de exoneração;

1.1 **O candidato deverá apresentar as cópias juntamente com os documentos originais;**
2. DOS EXAMES MÉDICOS
2.1 O candidato deverá apresentar todos os exames solicitados, **no dia 13 de novembro de 2026, os quais correrão às suas expensas;**
2.2 **A avaliação psicológica será realizada pelo Município;**
2.2 O candidato deverá apresentar para a realização do exame médico o resultado dos exames abaixo relacionados, com intervalo máximo de 30 (trinta)
Cargo: Auxiliar de Cuidador Social:
a) Consulta Ocupacional será realizada pelo Médico Perito do Município;
b) Acuidade Visual;
c) Dinamometria;
d) Hemograma Completo;
e) Glicemia;
f) Parcial de Urina;
g) RX de Coluna Lombo Sacra AP e Perfil.

2.3 A Junta médica poderá ainda solicitar outros exames e/ou avaliações especializadas, se necessário, com a finalidade de esclarecer dúvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos.
2.4 Os exames complementares solicitados pelo médico deverão ser apresentados acompanhados dos respectivos laudos médicos, em local, data e horário estipulado para a avaliação.
2.5 O candidato receberá, após a realização do exame médico, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de APTO ou INAPTO.

2.6 Será considerado ELIMINADO o candidato que:
2.7 Deixar de apresentar algum exame relacionado no presente edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
2.8 Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.
2.9 A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.10 A Avaliação Psicológica utilizará testes de acordo com as resoluções CFP nºs 31/2022 e 08/2025 do Conselho Federal de Psicologia, sendo esta avaliação de caráter eliminatório, na qual o candidato será considerado INDICADO ou CONTRA-INDICADO para o cargo.
2.11 Não será permitida a saída do candidato do recinto quando estiverem sendo aplicados testes de Avaliação Psicológica.
2.12 A Avaliação Médica A Avaliação Psicológica, terá caráter eliminatório, conforme edital de abertura nº055/2024.
2.13 Será divulgado no site oficial do município www.matinhos.pr.gov.br (aba Recursos Humanos) Edital de convocação para a avaliação psicológica e perícia médica oficial.
2.14 Não haverá segunda chamada para os Exames Laboratoriais e/ou Avaliação Médica, por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do candidato.
2.15 **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.**

Cargo	Nome	Classificação	Lotação
AUXILIAR DE CUIDADOR SOCIAL	Cidalina do Amaral Ferreira	27º	Secretaria Municipal de Assistência Social
	Angelica Moreira Pinto	28º	
	Carolina da Conceição	29º	

Matinhos, PR, 22 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA

Prefeito do Município de Matinhos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 154/2026
O Prefeito do Município de Matinhos **Eduardo Antonio Dalmora, CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados conforme Edital nº 079/2024 a comparecerem na data e local relacionado abaixo, munidos dos documentos pessoais e os exigidos no item 19.13 do edital nº 055/2024.
Os documentos deverão ser entregues às **09h:00min do dia 13 de novembro de 2026** no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Matinhos, sito à Rua Elias Abrahão nº 22, bairro Centro – Matinhos PR.
Desistência e remanejamento para o final da lista de classificados deverão ser protocolados no período de **23/10/2026 a 13/11/2026** conforme item 19.13 "y" do edital nº 055/2024.
NÃO SERÃO RECEBIDOS DOCUMENTOS FORA DO HORÁRIO E DIA ESTIPULADO.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

•
Os documentos são os seguintes:

•
Cópia da Cédula de Identidade;

•
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

•
Situação Regular do Cadastro de Pessoa Física - CPF (site da Receita Federal);

•
Extrato do PIS/PASEP, obtido junto a Caixa Econômica Federal;

•
Cópia do Título de Eleitor;

•
Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

•
Certificado de Reservista para o Sexo masculino (idade igual ou inferior a 40 anos);

•
Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento com as respectivas averbações se for o caso;

•
Cópia da Carteira de Trabalho Física (parte da foto frente e verso) e/ou cópia dos dados da Carteira de Trabalho Digital;

•
Cópia do Certificado/Diploma de Conclusão do Curso exigido pelo requisito do cargo com registro no MEC;

•
01 (uma) fotografia 3X4 recente;

•
Última Declaração de Imposto de Renda;

•
Cópia do comprovante de residência atualizado (máximo 60 dias);

•
Cópia do Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade, quando for requisito do cargo;

•
Certidão de Regularidade Profissional expedido pelo Órgão de Classe, quando for requisito do cargo.

•
Cópia da Certidão de Nascimento ou RG do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•
CPF do(s) filho(s), menores de 18 (dezoito) anos;

•
CPF do cônjuge, quando houver.

•
Atestado de Antecedente Criminal Municipal, expedida pelas Comarcas onde residiu nos últimos 05 anos;

•
Atestado de Antecedente Criminal Estadual, expedida no site: www.3distrib.com.br

•
Atestado de Antecedente Criminal Federal expedida no site: www.jfpr.jus.br

•
Declaração de não acúmulo de cargo (fornecida pela Secretaria de Administração, na data da entrega de documentos), caso tenha outro emprego público deverá apresentar uma declaração expedida pelo outro Órgão Público, contendo carga horária semanal, horário de trabalho e remuneração, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente, o candidato que tiver outro cargo público que venha exceder as quarenta horas semanais, devem apresentar no ato da assinatura do termo de posse, o decreto ou portaria comprovando a exoneração, não será aceito protocolo de pedido de exoneração;

1.1 **O candidato deverá apresentar as cópias juntamente com os documentos originais;**

2. DOS EXAMES MÉDICOS
2.1 O candidato deverá apresentar todos os exames solicitados, **no dia 13 de novembro de 2026, os quais correrão às suas expensas;**
2.2 **A avaliação psicológica será realizada pelo Município;**
2.2 O candidato deverá apresentar para a realização do exame médico o resultado dos exames abaixo relacionados, com intervalo máximo de 30 (trinta)
Cargo: Auxiliar de Cuidador Social:
a) Consulta Ocupacional será realizada pelo Médico Perito do Município;
b) Acuidade Visual;
c) Dinamometria;
d) Hemograma Completo;
e) Glicemia;
f) Parcial de Urina;
g) RX de Coluna Lombo Sacra AP e Perfil.

2.3 A Junta médica poderá ainda solicitar outros exames e/ou avaliações especializadas, se necessário, com a finalidade de esclarecer dúvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos.
2.4 Os exames complementares solicitados pelo médico deverão ser apresentados acompanhados dos respectivos laudos médicos, em local, data e horário estipulado para a avaliação.
2.5 O candidato receberá, após a realização do exame médico, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de APTO ou INAPTO.
2.6 Será considerado ELIMINADO o candidato que:
2.7 Deixar de apresentar algum exame relacionado no presente edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
2.8 Não comparecer na data e local agendado para a avaliação.
2.9 A declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica na Avaliação Admissional será motivo suficiente para a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.10 A Avaliação Psicológica utilizará testes de acordo com as resoluções CFP nºs 31/2022 e 08/2025 do Conselho Federal de Psicologia, sendo esta avaliação de caráter eliminatório, na qual o candidato será considerado INDICADO ou CONTRA-INDICADO para o cargo.
2.11 Não será permitida a saída do candidato do recinto quando estiverem sendo aplicados testes de Avaliação Psicológica.
2.12 A Avaliação Médica A Avaliação Psicológica, terá caráter eliminatório, conforme edital de abertura nº055/2024.
2.13 Será divulgado no site oficial do município www.matinhos.pr.gov.br (aba Recursos Humanos) Edital de convocação para a avaliação psicológica e perícia médica oficial.
2.14 Não haverá segunda chamada para os Exames Laboratoriais e/ou Avaliação Médica, por qualquer motivo, inclusive moléstia, acidente ou outro fato, importando na eliminação automática do candidato.
2.15 **Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.**

Cargo	Nome	Classificação	Lotação
AUXILIAR DE CUIDADOR SOCIAL	Cidalina do Amaral Ferreira	27º	Secretaria Municipal de Assistência Social
	Angelica Moreira Pinto	28º	
	Carolina da Conceição	29º	

Matinhos, PR, 22 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:78BAF31D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO Nº 27/2026 - DC - SUPERAVIT FINANCEIRO
REPUBLICAÇÃO

MUNICIPIO DE
MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 27/2026 de 08/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$6.683,15 (seis mil e seiscentos e oitenta e três reais e quinze centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
41 - 3.3.22.93.00.00	39345	INDENIZACOES E RESTITUICOES	671,15
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
276 - 3.3.90.39.00.00	3518	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.241.0801.2.032		MANUTENCAO DA CASA LAR DO IDOSO	
301 - 3.3.90.30.00.00	393412	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
303 - 3.3.90.39.00.00	393412	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.000,00
Total Suplementação:			6.683,15

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 8 de Outubro de 2026.

_____

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:E915AEDC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3015 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 3015 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Atualiza a composição do Conselho Municipal de Saúde de Morretes, dispõe sobre a representação dos segmentos que o integram e dá outras providências.

O PREFEITO DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
Considerando o disposto no art. 198, inciso III, da Constituição Federal, que assegura a participação da comunidade no Sistema Único de Saúde – SUS;

Considerando as Leis Federais nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, que regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS e a participação social na gestão da saúde pública;

Considerando a Resolução CNS nº 453/2012, que estabelece diretrizes para a composição, representatividade, paridade e funcionamento dos Conselhos de Saúde;

Considerando a legislação municipal de criação e regulamentação do Conselho Municipal de Saúde de Morretes;

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada a composição do Conselho Municipal de Saúde de Morretes, observadas a paridade, a representatividade e a autonomia dos segmentos, conforme a relação de membros titulares e suplentes a seguir:

1) REPRESENTANTES DO SEGMENTO GESTOR

Titular 1: Manoel Medeiros Machado
Suplente 1: Lilian Cristiane Machado

Titular 2: Poliana Tonetti de Araújo
Suplente 2: Ricardo Vinícius da Silva Fonseca

Titular 3: Clodoaldo Tonetti
Suplente 3: Daiane Cristina Eberle Oliveira

Titular 4: Ana Lúcia Fonseca Pires de Paula
Suplente 4: Marjori Aparecida Duarte

2) REPRESENTANTES DO SEGMENTO DOS TRABALHADORES
Titular 1: Lucymara Jorge de Souza
Suplente 1: Valdemiro Conforto Costa

Titular 2: Gabriela Fernanda de Oliveira
Suplente 2: Glaci Rezende de Lima

Titular 3: Melissa Freire de Araújo
Suplente 3: Loana Conforto Ferreira

Titular 4: Fernanda de Oliveira Nascimento Jacques
Suplente 4: Elaine Tavares de Souza Ferreira

3) REPRESENTANTES DO SEGMENTO DOS USUÁRIOS
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE 1
Titular: Vanessa de Almeida Mariquito
Suplente: Pedro Lucas Dias

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE 2
Titular: Ana Maria Schimure Robazza
Suplente: Flávia Cristina Terbeck

INSTITUTO SHALON – 1
Titular: Fernando Henrique Dias da Costa
Suplente: David Ezaquiel da Rosa

INSTITUTO SHALON – 2
Titular: Carin Jociane Nascimento Gomes da Costa
Suplente: Iracelia Aparecida Gaio Coelho

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA
Titular: Maria Victória da Cruz
Suplente: Eliane Schonrock

ASSOCIAÇÃO EM PROL DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS – SANAHU
Titular: Ruana Renostro Delai
Suplente: Cleonice Maria Silva Raimundo

PASTORAL DA CRIANÇA
Titular: Zilda Triachini Nascimento
Suplente: Monica Teresinha Becker Coral

ASSOCIAÇÃO RECICLANDO IDEIAS
Titular: Denise Alpendre
Suplente: Melissa Cristina Pereira

Art. 2° Fica revogado o Decreto Municipal nº 2.763, de 28 de abril de 2026.

Art.3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, de 23 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A4768CB7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3016 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 3016 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

"Regulamenta, excepcionalmente, o funcionamento da Feira do Nhundiaquara, e dá outras providências."

O **Prefeito Municipal de Morretes** – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 87, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a solicitação formulada pela Associação dos Feirantes do Rio Nhundiaquara;

CONSIDERANDO o potencial turístico do Município de Morretes, especialmente em razão da circulação do trem de passageiros, que contribui para o aumento do fluxo de visitantes e para o fortalecimento do comércio local;

CONSIDERANDO a importância da Feira do Nhundiaquara para o desenvolvimento da economia local, a valorização dos feirantes e a geração de renda para suas famílias;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as condições de permanência das estruturas das barracas à dinâmica das atividades comerciais e ao fluxo turístico do Município, favorecendo o atendimento aos visitantes;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar o desenvolvimento das atividades comerciais com a organização e a adequada utilização do espaço público, mediante o estabelecimento de prazos para a retirada das estruturas das barracas e a vedação de sua permanência fora dos períodos autorizados;

CONSIDERANDO a importância de assegurar condições adequadas ao exercício das atividades dos feirantes, promovendo o trabalho, a geração de renda e o fortalecimento da economia municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Regulamenta-se o funcionamento extraordinário da Feira do Nhundiaquara, e estabelece as condições de permanência das estruturas das barracas.

Art. 2º. Fica autorizada, excepcionalmente, a permanência das estruturas das barracas e afins no local a partir de quinta-feira até a segunda-feira subsequente, observados os horários de funcionamento estabelecidos na regulamentação vigente e as condições previstas neste Decreto.

§ 1º Caso o feirante não pretenda exercer suas atividades na segunda-feira, deverá providenciar a desmontagem e a retirada integral das estruturas das barracas e afins até as 10h desse dia.

§ 2º O feirante que optar por exercer suas atividades na segunda-feira poderá manter a estrutura da barraca durante o respectivo expediente, ficando obrigado a providenciar sua desmontagem e retirada integral do local ao término das atividades, observado o horário de funcionamento autorizado.

§ 3º É vedada a permanência de estruturas de barracas e afins no local fora dos períodos autorizados para o exercício das atividades comerciais, inclusive durante o período noturno, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas neste Decreto.

Art. 3º. A autorização excepcional prevista neste artigo vigorará até 30 de novembro de 2026, encerrando-se em 1º de dezembro de 2026, data a partir da qual passa a ser aplicável o regime de funcionamento e permanência das estruturas previsto no § 2º do art. 14 da Lei Municipal nº 512/2017.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DO NHUNDIAQUARA, Morretes, *23 de outubro de 2026.*

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3F8C19D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9620 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9620 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: "Retifica a Portaria nº 9620, de 21 de outubro de 2026, para substituir a palavra 'Designa' por 'Nomeia'."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município e demais disposições legais aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 9620, de 21 de outubro de 2026, para que, onde se lê "Designa Conselheira Tutelar Suplente", leia-se "Nomeia Conselheira Tutelar Suplente", na súmula, e onde se lê "Designar", no art. 1º, leia-se "Nomear".

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 9620, de 21 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 23 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:E8147CEB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9622, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9622, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Estabelece diretrizes de segurança, sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais no âmbito do recadastramento dos servidores públicos municipais, disciplina o acesso às informações e institui Termo de Responsabilidade e Confidencialidade.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MORRETES**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança, a confidencialidade e a integridade das informações pessoais coletadas e tratadas durante o recadastramento dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública deve observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção e responsabilização;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos administrativos destinados à prevenção de acessos não autorizados, compartilhamentos indevidos, vazamentos e demais incidentes envolvendo dados pessoais;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes obrigatórias de segurança, sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais no âmbito das atividades relacionadas ao recadastramento dos servidores públicos municipais, realizadas sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º O acesso aos dados pessoais utilizados no recadastramento será restrito aos servidores públicos e demais profissionais expressamente autorizados, observadas as atribuições funcionais e a necessidade de acesso para o desempenho das atividades.
§ 1º A autorização de acesso deverá considerar exclusivamente as informações necessárias ao exercício das atividades atribuídas a cada profissional.
§ 2º É vedado o acesso, a consulta, a utilização ou o compartilhamento de informações para finalidades particulares ou estranhas às atribuições institucionais.
§ 3º A disponibilização de acesso deverá observar mecanismos de identificação individual dos usuários e, sempre que tecnicamente possível, registro das operações realizadas no sistema.

Art. 3º Todos os servidores públicos e demais profissionais que tenham acesso ou realizem operações de tratamento de dados pessoais relacionados ao recadastramento deverão assinar o **Termo de Responsabilidade, Sigilo e Confidencialidade**, constante do Anexo I desta Portaria.
§ 1º A assinatura do termo constitui requisito administrativo para concessão e manutenção do acesso às informações, sem prejuízo das demais obrigações legais de proteção de dados.
§ 2º Os profissionais que já possuem acesso às informações deverão formalizar a assinatura do termo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência desta Portaria.
§ 3º Os novos acessos deverão ser precedidos da assinatura do termo e da respectiva autorização administrativa.

Art. 4º Constituem obrigações dos profissionais autorizados:
I – utilizar os dados pessoais exclusivamente para as finalidades institucionais relacionadas ao recadastramento;
II – preservar o sigilo, a confidencialidade e a integridade das informações;
III – impedir o acesso de pessoas não autorizadas;
IV – não divulgar, reproduzir, copiar, fotografar, extrair ou compartilhar dados pessoais sem autorização institucional e finalidade legítima;
V – manter em sigilo suas credenciais de acesso, sendo vedado o compartilhamento de usuários e senhas;

VI – observar os procedimentos e orientações de segurança da informação adotados pelo Município;
VII – comunicar imediatamente à chefia responsável e ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais qualquer suspeita ou ocorrência de acesso indevido, perda, divulgação não autorizada ou incidente de segurança;
VIII – manter o dever de confidencialidade mesmo após o encerramento das atividades ou do vínculo funcional, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 5º Compete à unidade responsável pela gestão do recadastramento, em conjunto com o setor de Recursos Humanos e com o apoio técnico dos setores competentes:
I – manter relação atualizada dos profissionais autorizados a acessar os dados;
II – providenciar a coleta, o controle e o arquivamento dos termos individuais de responsabilidade;
III – solicitar a concessão, alteração ou revogação de acessos, conforme a necessidade funcional;
IV – adotar medidas administrativas para prevenir acessos indevidos e compartilhamentos não autorizados;
V – comunicar ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais e às unidades competentes os incidentes de segurança identificados;
VI – promover orientações aos profissionais envolvidos quanto às obrigações previstas nesta Portaria.

Art. 6º Compete ao setor responsável pela tecnologia da informação, diretamente ou mediante os responsáveis técnicos pelo sistema, conforme suas atribuições:
I – implementar ou solicitar controles de acesso compatíveis com as atividades autorizadas;
II – manter, quando tecnicamente disponível, registros de acesso e de operações realizadas;
III – adotar medidas de proteção contra acessos não autorizados, perda, alteração ou divulgação indevida de informações;
IV – providenciar o bloqueio ou a revogação de credenciais quando comunicada a perda da autorização de acesso;
V – prestar apoio técnico na identificação, contenção e apuração de incidentes de segurança.

Art. 7º Toda suspeita ou ocorrência de incidente envolvendo dados pessoais deverá ser comunicada imediatamente à chefia responsável e ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Município, para avaliação e adoção das providências cabíveis.

Art. 8º O descumprimento das disposições desta Portaria e do Termo de Responsabilidade, Sigilo e Confidencialidade poderá ensejar a apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme a natureza da conduta, mediante os procedimentos legalmente cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando aplicáveis.
Parágrafo único. A assinatura do termo não afasta as obrigações legais do Município quanto à adoção de medidas adequadas de proteção de dados pessoais.

Art. 9º O modelo do Termo de Responsabilidade, Sigilo e Confidencialidade integra esta Portaria como Anexo I, devendo os documentos individualmente assinados ser arquivados em ambiente institucional com acesso restrito, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 10. Os casos omissos serão encaminhados à Secretaria Municipal de Administração, com participação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais e, quando necessário, da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, 23 de outubro de 2026.

JOSE LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – PORTARIA Nº 9622/2026 – SEMAD

TERMO DE RESPONSABILIDADE, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE PARA ACESSO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL
Nome completo: _____
Matrícula funcional: _____
Cargo/Função: _____
Secretaria/Setor: _____

2. OBJETO
O presente Termo tem por finalidade formalizar o compromisso de responsabilidade, sigilo, confidencialidade e proteção de dados pessoais por parte do(a) signatário(a), em razão do acesso, consulta, inserção, atualização, conferência, armazenamento ou qualquer outra operação de tratamento de informações pessoais relacionadas ao recadastramento dos servidores públicos do Município de Morretes/PR.
O presente instrumento fundamenta-se na Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como nas normas e diretrizes administrativas aplicáveis à proteção de dados e à segurança da informação.

3. COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE
Declaro estar ciente de que, no desempenho das minhas atividades, poderei ter acesso a dados pessoais de servidores públicos municipais, incluindo informações cadastrais, documentos pessoais, endereços, contatos, dados funcionais, bancários e, quando aplicável, dados pessoais sensíveis.
Comprometo-me a:
I – utilizar as informações exclusivamente para o cumprimento das atribuições institucionais que me forem conferidas;
II – manter absoluto sigilo funcional sobre as informações pessoais acessadas, ressalvadas as hipóteses legais de divulgação ou compartilhamento autorizado;
III – não divulgar, fornecer, transmitir ou compartilhar informações com terceiros ou pessoas não autorizadas;
IV – não realizar consultas, cópias, fotografias, capturas de tela, extrações ou armazenamento de dados para finalidades particulares ou não autorizadas;
V – não utilizar dispositivos, contas de e-mail, aplicativos de mensagens ou serviços de armazenamento pessoais para transferência ou guarda de informações, salvo autorização institucional expressa e observância das medidas de segurança exigidas;
VI – preservar a confidencialidade de senhas, credenciais e demais mecanismos de acesso, abstendo-me de compartilhá-los com outras pessoas;
VII – acessar somente as informações estritamente necessárias ao exercício das atividades que me forem atribuídas;
VIII – observar as orientações, procedimentos e medidas de segurança da informação estabelecidos pela Administração Municipal;
IX – comunicar imediatamente à chefia responsável e ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais qualquer ocorrência ou suspeita de acesso indevido, vazamento, perda, alteração, divulgação não autorizada ou outro incidente de segurança;
X – colaborar, quando regularmente solicitado, com os procedimentos internos de verificação e apuração de eventuais incidentes envolvendo dados pessoais;
XI – não utilizar as informações acessadas para obtenção de vantagens pessoais, favorecimento de terceiros ou qualquer finalidade incompatível com o interesse público;
XII – preservar o dever de sigilo e confidencialidade mesmo após o encerramento das atividades ou do vínculo funcional, observadas as disposições legais aplicáveis.

4. UTILIZAÇÃO E PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES
Declaro estar ciente de que as informações pessoais às quais tiver acesso deverão ser tratadas exclusivamente para as finalidades institucionais autorizadas pelo Município.

Comprometo-me a adotar as cautelas necessárias para evitar exposição indevida de documentos, sistemas, relatórios, arquivos eletrônicos ou quaisquer outros meios que contenham dados pessoais.
Reconheço que a concessão de acesso ao sistema não autoriza a utilização indiscriminada das informações nele disponíveis, devendo ser observados os limites das atribuições funcionais e das autorizações concedidas.

5. COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES
Caso identifique ou tome conhecimento de qualquer ocorrência que possa comprometer a segurança, confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais, comprometo-me a comunicar imediatamente o fato à chefia responsável e ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Município.
A comunicação deverá ocorrer mesmo quando houver apenas suspeita de incidente, cabendo às unidades competentes avaliar sua gravidade e determinar as providências necessárias.

6. RESPONSABILIDADES
Declaro estar ciente de que a utilização indevida, divulgação não autorizada, acesso irregular ou descumprimento dos deveres de segurança e confidencialidade poderá ensejar a apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme a legislação aplicável.
A eventual responsabilização dependerá da verificação das circunstâncias do caso concreto, da conduta praticada e dos requisitos legais pertinentes, asseguradas as garantias processuais cabíveis.
O presente Termo não implica transferência ao(à) signatário(a) das responsabilidades institucionais legalmente atribuídas ao Município pelo tratamento e proteção dos dados pessoais.

7. DECLARAÇÃO FINAL
Declaro que li e compreendi integralmente as disposições deste Termo, comprometendo-me a cumpri-las durante todo o período em que tiver acesso a dados pessoais relacionados ao recadastramento dos servidores públicos municipais.
Declaro, ainda, estar ciente de que o dever de sigilo e confidencialidade permanece aplicável após o encerramento das atividades, nos limites previstos na legislação.

Por ser expressão do meu compromisso funcional, firmo o presente Termo de Responsabilidade, Sigilo e Confidencialidade.

Morretes/PR, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8EA56857

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 052/2026
CONTRATO Nº 040/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Prata Comércio de Combustíveis Ltda – CNPJ Nº 36.307.580/0001-01 – Nova Prata do Iguaçu – Pr.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - fornecimento parcelado de combustíveis para os veículos da frota municipal: óleo diesel S10, óleo diesel comum, gasolina comum e Arla 32, a serem fornecidos mediante abastecimento diretamente nas bombas da empresa contratada.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO AJUSTE DE VALORES – O ajuste é embasado conforme preceitua o artigo nº 124 da Lei nº 14.233/21, que autoriza com preceito na cláusula *Décima sexta* do contrato: contrato poderá ser alterado em quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Inciso II d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado respeitada, em qualquer caso a repartição objetiva de risco no contrato
§ 1º - Em consulta dos preços médios dos combustíveis, efetuada pelo fiscal de contratos do município, apurou-se que os valores propostos pela contratada estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado atual.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item 01 – Diesel S10 – Quantitativo restante = **36.411,67257 litros** - Passando o valor unitário de R$ 6,21 (seis reais e vinte e um centavos) para R$ 6,31 (seis reais e trinta e um centavos).
Item 02 – Diesel S500 – Quantitativo restante = **46.883,66621 litros** - Passando o valor unitário de R$ 5,73 (cinco reais e setenta e três centavos) para R$ 5,78 (cinco reais e setenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR – Fica acrescido do contrato original o valor de **R$ 5.985,35 (cinco mil novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)**, para reequilíbrio econômico financeiro do saldo remanescente dos itens acima descritos.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 22 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:45EE1B51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026 (987995-29/2026 – COMPRAS.GOV.BR)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.
OBJETO: Aquisição, eventual e parcelada, de artefatos de cimento como: tubos, meios fios, pavers e lajotas de concreto, para suprir as necessidades do Município de Nova Prata do Iguaçu – PR.
DATA DA REALIZAÇÃO: 11/11/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 23 de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:E58A965B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP - Sistema de Registro de Preços.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (S.R.P.) – CONTRATAÇÃO 987995-30/2026 (COMPRAS.GOV.BR)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: Registro de Preço para 01 (um) ano, prorrogável por igual período, para a aquisição de kit natalidade destinados à execução do Projeto Laços Maternos, em atendimento ao Eixo 1 – Direito à Vida e à Saúde da Deliberação nº 013/2025-CEDCA/PR, bem como à concessão do Auxílio Natalidade, na modalidade de Benefício Eventual da Política de Assistência Social, destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, nos termos da Lei Municipal nº 1.656/2021.
DATA DA REALIZAÇÃO: 11/11/2026.
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08:30 horas.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: Prefeitura do Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná.
www.comprasgovernamentais.gov.br
Todas as informações pertinentes ao presente edital, inclusive as características quanto ao objeto licitado, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, ou pelo site **www.npi.pr.gov.br**, ou pelo fone (46) 3545-8000, em dias úteis, nos horários das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 23 de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN –
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:F986DD33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
AUTORIZAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

AUTORIZAÇÃO

DISPENSA SIMPLIFICADA N° 34/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 107/2026

Tendo em vista as informações constantes no processo, **AUTORIZO** a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e higienização das poltronas estofadas localizadas no Plenário da Câmara Municipal de Paiçandu/PR, em favor da **HIGICLEAN LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE ESTOFADOS, inscrita no CNPJ nº 67.494.894/0001-94**, nos termos do Art. 72 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução nº 01/2026 da Câmara Municipal de Paiçandu/PR.
Valor total: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Sendo o que tinha para o momento, com votos de elevada estima e consideração.

Paiçandu/PR, 23 de outubro de 2026.

Assinado Digitalmente
MICHAEL BRUSTULIN
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:AA883CC5

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DISPENSA DE LICITAÇÃO N º 04/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

EXTRATO DO CONTRATO N° 12/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N º 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, CNPJ № 78.201.068/0001-
CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – FADEC-UEM, CNPJ Nº 80.897.432/0001-86

OBJETO: contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e elaboração de parecer técnico-urbanístico sobre o processo de revisão do Plano Diretor do Município de Paiçandu/PR, compreendendo levantamento e análise de aspectos territoriais, normativos e participativos, análise integrada e consolidação de diagnóstico, bem como elaboração e entrega de parecer técnico fundamentado, visando subsidiar a atuação institucional da Câmara Municipal de Paiçandu, especialmente da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

VALOR: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, ou seja, 23 de janeiro de 2027.

FORO: Comarca de Paiçandu/PR.

Paiçandu/PR, data da assinatura.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:4F4F4369

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR DO CONTRATO Nº 35/2023 - DISPENSA Nº 15/2023

LOCATÁRIO: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU

LOCADORES: ANDREIA ELIANE PINZAN BRAZ, *inscrita no CPF sob nº ***.082.***-82, portador do RG n. *.928.***-9 SSP/PR, casada, e seu esposo* ***JOSE FERNANDO BRAZ****, brasileiro, casado, portador do RG n. *.962.***-9 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n. ***.865.***-49*.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

Fica acertado entre as partes o 3º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ATÉ DIA 23/10/2027 E REAJUSTE DE VALOR PELO IPCA 3,72%,** nos termos do art. 57, inciso I e § 1º, da Lei nº 8666/93 e previsão contida cláusula quarta do contrato nº 35/2023, cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE UM SALÃO COMERCIAL EM ALVENARIA**, situado a Av. Ivaí, n° 1532, Centro - Quadra 02, Lote: 6 e 7-A, em Paiçandu/PR, para atender as necessidades da Vigilância Ambiental, Vigilância

Sanitária, Vigilância Epidemiológica e sede da Fundação de Saúde de Paiçandu.
Com o aditivo e o reajuste pelo IPCA, o valor mensal da locação passará de R$ 9.993,71 (nove mil novecentos e noventa e três reais e setenta e um centavos), para R$ 10.366,00 (dez mil trezentos e sessenta e seis reais), total anual de R$ 124.392,00 (cento e vinte e quatro mil trezentos e noventa e dois reais).
Sem mais alterações.

Paiçandu – PR, 20 de outubro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Fundação de Saude de Paiçandu

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:61452DF0

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 428/2026

de 19 de outubro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 19 de outubro de 2026, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS, a Senhora REGIANE HONORATO DO NASCIMENTO, portadora do Registro Geral número 10.***.328-* SESP/PR ,devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 075.***.349-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 19 de outubro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:52D2858D

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 429/2026

de 19 de outubro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 19 de outubro de 2026, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS, a Senhora GESSICA OLEGARIO DA SILVA, portadora do Registro Geral número 10.***.761-* SESP/PR ,devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 073.***.379-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 19 de outubro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:740C71FE

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 430/2026

de 19 de outubro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 19 de outubro de 2026, para exercer o Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO PSS, a Senhora JESSICA MAIARA DA SILVA GORDO, portadora do Registro Geral número 12.***.096-* SSP/PR ,devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 085.***.259-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 19 de outubro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:932D8540

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 431/2026

de 4 de setembro de 2026

O Senhor THIAGO ALVES CEFALO, Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Contratar, a partir de 19 de outubro de 2026, para exercer o Emprego Público de TÉCNICO EM ENFERMAGEM 35HS P.S.S., a Senhora GESSIKA GONSANI MATOS, portadora do Registro Geral número 12***280* SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 106.***.269-**, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 001/2025 de 7 de julho de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, 19 de outubro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Diretor-Presidente da Fundação de Saúde de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CB2630FC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 40/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Paiçandu – PR., pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52

REFERÊNCIA: Edital de Pregão Eletrônico n.º 40/2026 (Processo Administrativo nº92/2026).

IMPUGNANTES:

1 - MORHENA COLETA E LOGÍSTICA AMBIENTAL LTDA., inscrita no
CNPJ nº 14.335.393/0001-07, sito à Rua Engenheiro Roberto Mange, 2026 na Cidade de Campo Grande MS representada pela sua Procuradora Sra. Nara Raquel Barbosa Cipriano CPF: 046.845.761-59;

2 - **SANETRAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.391.876/0001-12, com sede na Rodovia Vereador Admar Bertolli, nº 6.159, bairro Jardim Marambaia, na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná

OBJETO: Serviços de coleta de resíduos sólidos em residências e estabelecimentos comerciais, na área urbana da cidade de Paiçandu e no distrito de Água Boa e o transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário Municipal, incluindo solução tecnológica integrada com sistema gerenciador de frotas, que permita o monitoramento, de atividades, rastreabilidade, cumprimento de coleta e laudo técnicos, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal.

1. BREVE RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 40/2026, destinado à contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos, e examina as impugnações apresentadas por MORHENA COLETA E LOGÍSTICA AMBIENTAL LTDA. e ALIANZA RESÍDUOS E A SANETRAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA., em confronto com o edital, o termo de referência, as minutas administrativas e as manifestações técnicas já produzidas.

Foram apresentadas impugnações ao Edital do Pregão Eletrônico nº 40/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais no Município de Paiçandu e no Distrito de Água Boa, com transporte até o Aterro Sanitário Municipal e utilização de sistema de monitoramento da frota.
A **SANETRAN** questionou, especialmente, a disciplina da licença ambiental, o prazo de regularização após a assinatura contratual, a previsão de redução de preços por alteração de mercado e a manutenção de cláusulas próprias de sistema de registro de preços em contratação de serviço continuado.
A **MORHENA** apontou a ausência de requisitos de qualificação econômico-financeira no edital e no Termo de Referência, especialmente balanço patrimonial, demonstrações contábeis, certidão de falência, índices financeiros e eventual capital social ou patrimônio líquido mínimo.
É o relatório.

2. ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO DA SANETRAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA.

2.1. Licença ambiental

A impugnação é parcialmente procedente.

Será mantida, na fase de habilitação, a exigência de licença de operação ambiental válida, compatível com a coleta e o transporte de resíduos Classe II, emitida pelo órgão ambiental estadual competente do Estado de origem da licitante.
Não será exigida, como condição de participação, licença previamente emitida pelo IAT/PR.
A licitante vencedora deverá apresentar, antes da emissão da ordem de serviço e do início da execução, todas as licenças, autorizações e documentos ambientais exigíveis para a operação no Estado do Paraná e no Município de Paiçandu.
Fica excluído o prazo genérico de 30 dias após a assinatura do contrato quando sua utilização permitir o início da execução sem a documentação ambiental necessária.

2.2. Cláusulas de redução, negociação e cancelamento de preços

A impugnação é **procedente**.

Serão excluídas as cláusulas que tratam de:

negociação para redução de preços registrados;
liberação do fornecedor;
cancelamento de registro de preços;
órgão gerenciador;
órgãos participantes;
cadastro de reserva;
ata de registro de preços.

O objeto será regido exclusivamente por contrato administrativo de prestação de serviço continuado.

Eventual alteração de preço dependerá de reajuste, repactuação ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, conforme a causa jurídica e a demonstração do impacto contratual.

3.3. Prazo para análise de pedidos de equilíbrio

Será incluída cláusula estabelecendo que os pedidos de reajuste, repactuação ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão analisados no prazo máximo de 30 dias, prorrogável uma única vez, mediante justificativa, quando necessária diligência técnica ou contábil.

4. ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO DA MORHENA COLETA E LOGÍSTICA AMBIENTAL LTDA.

4.1. Qualificação econômico-financeira

A impugnação é **procedente**.
O edital passará a exigir:
a) balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, limitados ao último exercício para empresas constituídas há menos de dois anos;
b) certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, ressalvada a documentação legalmente aplicável às empresas em recuperação judicial;
c) comprovação dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, iguais ou superiores a 1,00, mediante memória de cálculo;
d) relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da capacidade econômico-financeira, quando aplicável;
e) capital social ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação, desde que mantida a justificativa constante do processo administrativo.
As exigências deverão ser aplicadas de forma uniforme a todas as licitantes, não apenas às empresas em recuperação judicial.
5. DECISÃO/CONCLUSÃO FINAL
Diante do exposto, **CONHEÇO** das impugnações apresentadas por SANETRAN Saneamento Ambiental Ltda. e MORHENA Coleta e Logística Ambiental Ltda. e, no mérito, **JULGO-AS PARCIALMENTE PROCEDENTES**, nos termos desta decisão.
DETERMINO:
a) a suspensão da sessão pública anteriormente prevista para 28/10/2026;
b) a revisão técnica, jurídica e administrativa do edital, Termo de Referência, planilhas, modelo de proposta e minuta contratual;
c) a exclusão das cláusulas incompatíveis com contratação continuada;
d) a republicação integral do edital e dos anexos retificados;
e) a reabertura integral dos prazos legais;
f) a divulgação desta decisão no sítio eletrônico oficial e na plataforma de realização do certame.

Paiçandu/PR, 23 de outubro de 2026.

ALVARO LEONARDO PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:2ABE97AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 7107/2026

A Câmara Municipal de Palmeira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:
Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de sistema integrado de gerenciamento de plenário e equipamentos audiovisuais e de votação para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.
Data e horário da sessão: 12/11/2026 às 8h15min.
Os interessados poderão obter o edital retificado na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência pelo endereço eletrônico https://palmeira.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/19/licitacoes, Site Oficial do órgão na aba de Licitações pelo endereço eletrônico https://www.palmeira.pr.leg.br/. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail: compras@palmeira.pr.leg.br.

Palmeira, 23 de outubro de 2026

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:CCCB0278

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1548/2026 - CONCEDE DIÁRIA À VEREADORA FABÍOLA MERELES

PORTARIA Nº 1548/2026

Ementa: Concede diária à vereadora Fabíola Mereles

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014, alterada pela Lei nº 6.433/2026, e o processo nº 12418/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 27 (vinte e sete) VRM's à vereadora abaixo identificada, com a finalidade de custear o deslocamento para participação no "Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica do Poder Legislativo Municipal", a realizar-se na cidade de Foz do Iguaçu/PR, de 10 e 13/11/2026.

Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereadora	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Fabíola Mereles	Vereadora	114	R$ 2.130,15 (dois mil, cento e trinta reais e quinze centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:D97232F1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026 – PROCESSO DIGITAL 3230/2026 TRANSPORTES CZELUSNIAK & CZELUSNIAK LTDA

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho. Em nome de**TRANSPORTES CZELUSNIAK & CZELUSNIAK LTDA**, inscrita no CNPJ nº. **07.857.690/0002-20,** através do processo administrativo n°. 12231/2026.

Publique-se.

Palmeira, 23 de outubro de 2026

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:94823B32

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 100/2026 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FAXINAL DOS QUARTINS.

O**MUNICÍPIO DE PALMEIRA,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. Marlon Cleiton Gross, portador da cédula de identidade R.G n° 12.***.***-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 083.***.***-86**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 18.838/2026**, doravante denominado simplesmente**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**e, **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FAXINAL DOS QUARTINS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 63.744.666/0001-74**, com sede na Localidade de Faxinal dos Quartins, s/n, Zona Rural, Palmeira, Paraná, neste ato representada pelo presidente **Sr. José Joanir Wilk**, portador da cédula de identidade **RG nº 4.***.***-9 SSP/PR**, inscrita no **CPF/MF nº 600.***.***-68**, residente e domiciliada nesta cidade na Localidade de Faxinal dos Quartins, s/n, Zona Rural, doravante denominada simplesmente**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O presente Termo de Cooperação decorre do chamamento público nº 10/2026 - SMAP, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, conforme autoriza a Lei Municipal nº 6.467, de 20 de outubro de 2026, o qual tem por objeto a parceria, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, através da Cessão de Uso a título gratuito dos seguintes bens públicos:

a) 01 (UM) FOGÃO INDUSTRIAL DE 6 BOCAS ALTA PRESSÃO. COM SEIS QUEIMADORES SIMPLES DE 10 CM ALTA PRESSÃO PERFIL 5 PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETO BANDEJAS COLETORAS DE RESÍDUOS GRELHAS 30×30 CM EM FERRO FUNDIDO COM REGISTRO E MANGUEIRA DIMENSÕES MÍNIMAS: 82X106X79 CM (AXLXP GARANTIA: 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31540.
b) 01 (UM) FRITADOR INDUSTRIAL A GÁS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20L. DEVE COMPANHA 02 CESTOS DE COCÇÃO E 01 SUPORTE PARA OS CESTOS. CESTOS COM PEGADOR ENVOLTO EM MATERIAL TERMO RETRÁTIL, CUBA COM ALTO RENDIMENTO/CAPACIDADE. PORTA COM POSSIBILIDADE DE INVERTER O LADO DE USO, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ÍMÃ. CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO, COM VARIAÇÃO DE 90 C A 200 C. SISTEMA DE SEGURANÇA PRÓPRIO: INTERRUPTOR DE LIMITE DE SEGURANÇA DE ALTA TEMPERATURA, QUANDO O ÓLEO CHEGA À TEMPERATURA PROGRAMADA, ELE SE DESLIGA, ENTRETANTO, CASO O TEOR ÓLEO CONTINUE AQUECENDO QUANDO ELE ATINGIR 232 C ELE DESLIGARÁ POR SEGURANÇA. - ACOMPANHA UM TUBO, NA PARTE INTERNA, QUE DEVE SER ENCAIXADO NA SAÍDA DA VÁLVULA, FACILITANDO O PROCESSO DE LIMPEZA. MEDIDAS MÍNIMAS LARGURA: 407 MM COMPRIMENTO: 794 MM ALTURA: 1310 MM PESO: 65 KG POTÊNCIA: 100.957 BTU/H CONSUMO 4 (QUEIMADOR) X 0,558 PILOTO 0,016 TOTAL = 2,248 KG/H GLP. PATRIMÔNIO: 31622.
c) 01 (UM) LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL BASCULANTE 19 LITROS INOX. DESCRIÇÃO MÍNIMA: ALTURA (MM) 1150; FRENTE (MM) 430; PROFUNDIDADE (MM) 560; PESO LIQUIDO (KG) 19,30; POTÊNCIA (CV) 1; CAPACIDADE (L) 19; ROTAÇÃO (RPM) 3410; JARRO AÇO INOX, TAMPA POLIETILENO, LÂMINAS AÇO INOX; COM GABINETE EXTERNO EM AÇO INOX. PATRIMÔNIO: 31568.
d) 01 (UMA) MESA BANCADA EM AÇO INOX 201; BANCADA AÇO INOX LISA; MEDIDAS MÍNIMAS 190X60X90; E SUPORTE COM SAPATAS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31520.
e) 01 (UMA) MESA PIA AÇO INOX 201 INDUSTRIAL COM PANELEIRO (PRATELEIRA) COM MEDIDAS MÍNIMAS 150X60X80CM; E UMA CUBA MEDIDAS MÍNIMAS 50X40X25CM. COM PÉS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31521.
f) 01 (UMA) SERRA FITA INDUSTRIAL BANCADA PARA CARNES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: VOLTAGEM: BIVOLT (CHAVE SELETORA) MOTOR: 3/4 HP MONOFÁSICO POTÊNCIA: 560W CONSUMO: 0,56 KW/H ALTURA DO CORTE: 21CM COMPRIMENTO DA LÂMINA: 1,74M DIMENSÕES MESA: 47X53CM ALTURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 85 CM LARGURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 53 CM PROFUNDIDADE MÍNIMA DA MÁQUINA: 56 CM GARANTIA DE 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31555.
g) 01 (UM) FREEZER HORIZONTAL COM DUAS PORTAS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS, DUPLA FUNÇÃO (FREEZER E REFRIGERADOR), DRENO FRONTAL, MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E IMPACTOS E PRESERVAÇÃO DAS PROPRIEDADES NATURAIS DOS ALIMENTOS. FAIXA-18°CA -22°C, E REFRIGERADOR:+1°C A +8°C; ISOLAÇÃO COM POLIURETANO; GÁS REFRIGERANTE R-134A, FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA "A"; CONTROLADOR DE TEMPERATURA COM TERMOSTATO ELETRÔNICO. RODÍZIOS REFORÇADOS. COR: BRANCA. TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 127 V. PINTURA EPOXI. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO. PATRIMÔNIO: 31556.
h) 01 (UM) CILINDRO LAMINADOR ELÉTRICO INDUSTRIAL CILINDRO ELÉTRICO LAMINADOR 2 MANÍPULOS 40 CM; TENSÃO: BIVOLT; MOTOR: 1/2 CV; RPM: 66; ALTURA: 47 CM; LARGURA: 47 CM; COMPRIMENTO: 66 CM; PESO: 32 KG. PATRIMÔNIO: 31554.
i) 01 (UMA) BATEDEIRA PLANETÁRIA ELÉTRICA DE 12 LITROS, ESTRUTURA EM AÇO, PINTURA EPOX, CUBA EM INOX, SISTEMA DE VARIAÇÃO DE VELOCIDADE COM 10 OPÇÕES. PATRIMÔNIO: 31496.
Parágrafo único.A permissão de uso dos equipamentos agrícolas descritos no inciso I, deste artigo, visa fortalecer a produção, processamento e por consequência a comercialização da produção agrícola local, seja in natura ou processada, agregando valor e incentivando com isso o comércio local da Localidade de Faxinal dos Quartins.

1.2 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração da parceria;
b) a administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de cooperação e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, quando prorrogada a vigência por prazo superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) viabilizar o acompanhamento dos processos;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
k) publicar o inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) executar fielmente os serviços, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste ACORDO e na Proposta de Trabalho (Anexo) e em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
b) atender a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas, no sentido do cumprimento deste ACORDO;
c) acatar o acompanhamento e fiscalização da execução deste ACORDO pelo Município de Palmeira e pelos órgãos de controle, interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao ACORDO, bem como aos locais da execução de seu objeto;
d) responsabilizar-se, às suas expensas, pelas despesas relativas à conservação, manutenção e guarda dos bens públicos, combustível, pneus, lubrificação e troca de peças desgastadas, condutor, eventuais transgressões à legislação de trânsito ou análoga e pelos efeitos dessas, por todo o período de vigência do acordo de cooperação;
e) devolver o bem ao Município, quando por este anunciado o término da vigência do instrumento, em perfeitas condições de funcionamento, sob pena de responsabilização pelos danos causados ao patrimônio público municipal;
f) responsabilizar-se pela utilização do respectivo bem cedido, com fundamento neste acordo, pela qual responde por todos os prejuízos

que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos;
g) responsabilizar-se pela condução do veículo somente por pessoa legalmente habilitada, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro em vigor;
h) manter, durante toda a vigência deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação estabelecidos no Plano de Trabalho.
i) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.
3.2 O empréstimo dos bens se dá em forma gratuita, durante a vigência deste ACORDO, em caráter intransferível, mediante a condição de que os bens cedidos sejam utilizados para os fins intrínsecos da OSC.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1 – O presente termo de cooperação deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
6.1 - A Permissão de Uso, autorizada por este Termo, se fará de forma precária e gratuita, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Decreto Municipal 10.764/16.
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES
7.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
7.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Cooperação com alteração da natureza do objeto.
7.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
8.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
8.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
8.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
9.1 - O presente termo de cooperação poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização do bem em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE
10.1 - A eficácia do presente termo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
11.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de Cooperação serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de Cooperação, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

12.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 06 laudas somente anverso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira/PR, em 23 de outubro de 2026.

Município de Palmeira
CNPJ nº: 76.179.829/0001-65
MARLON CLEITON GROSS
CPF nº: 083.***.***-86
(Decreto Municipal nº 18.838/2026)
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária
Administração Pública

Associação de Moradores de Faxinal Dos Quartins
CNPJ nº: 63.744.666/0001-74
JOSÉ JOANIR WILK
CPF nº: 600.***.***-68
Representante Legal
Org. da Sociedade Civil

Testemunhas:

Nome:
R.G nº:

Nome:
R.G nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:581C3FD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 96/2026 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTA BARBARA

O**MUNICÍPIO DE PALMEIRA,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. Marlon Cleiton Gross, portador da cédula de identidade R.G n° 12.***.***-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 083.***.***-86**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 18.838/2026**, doravante denominado simplesmente**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**e, **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTA BARBARA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 68.694.102/0001-98** , com sede na Colônia Santa Barbara, s/n, Zona Rural, Palmeira, Paraná, neste ato representada pelo presidente **Sr. Edson Olibratoski**, portador da cédula de identidade **RG nº 8.***.***-2 SSP/PR**, inscrito no **CPF/MF nº 050.***.***-95**, residente e domiciliado nesta cidade na Colônia Santa Bárbara, s/n, Zona Rural, doravante denominada simplesmente**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O presente Termo de Cooperação decorre do chamamento público nº 06/2026 - SMAP, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, conforme autoriza a Lei Municipal nº 6.471, de 20 de outubro de 2026, o qual tem por objeto a parceria, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, através da Cessão de Uso a título gratuito dos seguintes bens públicos:
a) 01 (UM) FOGÃO INDUSTRIAL DE 6 BOCAS ALTA PRESSÃO. COM SEIS QUEIMADORES SIMPLES DE 10 CM ALTA PRESSÃO PERFIL 5 PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETO BANDEJAS COLETORAS DE RESÍDUOS GRELHAS 30×30 CM EM FERRO FUNDIDO COM REGISTRO E MANGUEIRA DIMENSÕES MÍNIMAS: 82X106X79 CM (AXLXP GARANTIA: 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31560.
b) 01 (UM) FRITADOR INDUSTRIAL A GÁS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20L. DEVE COMPANHA 02 CESTOS DE COCÇÃO E 01 SUPORTE PARA OS CESTOS. CESTOS COM PEGADOR ENVOLTO EM MATERIAL TERMO RETRÁTIL, CUBA COM ALTO RENDIMENTO/CAPACIDADE. PORTA COM POSSIBILIDADE DE INVERTER O LADO DE USO, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ÍMÃ. CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO, COM VARIAÇÃO DE 90 C A 200 C. SISTEMA DE SEGURANÇA PRÓPRIO: INTERRUPTOR DE LIMITE DE SEGURANÇA DE ALTA TEMPERATURA, QUANDO O ÓLEO CHEGA À TEMPERATURA PROGRAMADA, ELE SE DESLIGA, ENTRETANTO, CASO O TEOR ÓLEO CONTINUE AQUECENDO QUANDO ELE ATINGIR 232 C ELE DESLIGARÁ POR SEGURANÇA. - ACOMPANHA UM TUBO, NA PARTE INTERNA, QUE DEVE SER ENCAIXADO NA SAÍDA DA VÁLVULA, FACILITANDO O PROCESSO DE LIMPEZA. MEDIDAS MÍNIMAS LARGURA: 407 MM COMPRIMENTO: 794 MM ALTURA: 1310 MM PESO: 65 KG POTÊNCIA: 100.957 BTU/H CONSUMO 4 (QUEIMADOR) X 0,558 PILOTO 0,016 TOTAL = 2,248 KG/H GLP. PATRIMÔNIO: 31602.
c) 01 (UM) LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL BASCULANTE 19 LITROS INOX. DESCRIÇÃO MÍNIMA: ALTURA (MM) 1150; FRENTE (MM) 430; PROFUNDIDADE (MM) 560; PESO LIQUIDO (KG) 19,30; POTÊNCIA (CV) 1; CAPACIDADE (L) 19; ROTAÇÃO (RPM) 3410; JARRO AÇO INOX, TAMPA POLIETILENO, LÂMINAS AÇO INOX; COM GABINETE EXTERNO EM AÇO INOX. PATRIMÔNIO: 31548.
d) 01 (UMA) MESA BANCADA EM AÇO INOX 201; BANCADA AÇO INOX LISA; MEDIDAS MÍNIMAS 190X60X90; E SUPORTE COM SAPATAS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31514.
e) 01 (UMA) MESA PIA AÇO INOX 201 INDUSTRIAL COM PANELEIRO (PRATELEIRA) COM MEDIDAS MÍNIMAS 150X60X80CM; E UMA CUBA MEDIDAS MÍNIMAS 50X40X25CM. COM PÉS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31517.
f) 01 (UMA) SERRA FITA INDUSTRIAL BANCADA PARA CARNES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: VOLTAGEM: BIVOLT (CHAVE SELETORA) MOTOR: 3/4 HP MONOFÁSICO POTÊNCIA: 560W CONSUMO: 0,56 KW/H ALTURA DO CORTE: 21CM COMPRIMENTO DA LÂMINA: 1,74M DIMENSÕES MESA: 47X53CM ALTURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 85 CM LARGURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 53 CM PROFUNDIDADE MÍNIMA DA MÁQUINA: 56 CM GARANTIA DE 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31551.
g) 01 (UM) FREEZER HORIZONTAL COM DUAS PORTAS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS, DUPLA FUNÇÃO (FREEZER E REFRIGERADOR), DRENO FRONTAL, MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E IMPACTOS E PRESERVAÇÃO DAS PROPRIEDADES NATURAIS DOS ALIMENTOS. FAIXA-18°CA -22°C, E REFRIGERADOR:+1°C A +8°C; ISOLAÇÃO COM POLIURETANO; GÁS REFRIGERANTE R-134A, FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA "A"; CONTROLADOR DE TEMPERATURA COM TERMOSTATO ELETRÔNICO. RODÍZIOS REFORÇADOS. COR: BRANCA. TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 127 V. PINTURA EPOXI. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO. PATRIMÔNIO: 31461.
h) 01 (UM) CILINDRO LAMINADOR ELÉTRICO INDUSTRIAL CILINDRO ELÉTRICO LAMINADOR 2 MANÍPULOS 40 CM; TENSÃO: BIVOLT; MOTOR: 1/2 CV; RPM: 66; ALTURA: 47 CM; LARGURA: 47 CM; COMPRIMENTO: 66 CM; PESO: 32 KG. PATRIMÔNIO: 31464.
i) 01 (UMA) BATEDEIRA PLANETÁRIA ELÉTRICA DE 12 LITROS, ESTRUTURA EM AÇO, PINTURA EPOX, CUBA EM INOX, SISTEMA DE VARIAÇÃO DE VELOCIDADE COM 10 OPÇÕES. PATRIMÔNIO: 31476.
Parágrafo único.A permissão de uso dos equipamentos agrícolas descritos no inciso I, deste artigo, visa fortalecer a produção, processamento e por consequência a comercialização da produção agrícola local, seja in natura ou processada, agregando valor e incentivando com isso o comércio local da Colonia Santa Barbara.

1.2 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração da parceria;
b) a administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de cooperação e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, quando prorrogada a vigência por prazo superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) viabilizar o acompanhamento dos processos;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
k) publicar o inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) executar fielmente os serviços, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste ACORDO e na Proposta de Trabalho (Anexo) e em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
b) atender a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas, no sentido do cumprimento deste ACORDO;
c) acatar o acompanhamento e fiscalização da execução deste ACORDO pelo Município de Palmeira e pelos órgãos de controle, interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao ACORDO, bem como aos locais da execução de seu objeto;
d) responsabilizar-se, às suas expensas, pelas despesas relativas à conservação, manutenção e guarda dos bens públicos, combustível, pneus, lubrificação e troca de peças desgastadas, condutor, eventuais transgressões à legislação de trânsito ou análoga e pelos efeitos dessas, por todo o período de vigência do acordo de cooperação;
e) devolver o bem ao Município, quando por este anunciado o término da vigência do instrumento, em perfeitas condições de funcionamento, sob pena de responsabilização pelos danos causados ao patrimônio público municipal;
f) responsabilizar-se pela utilização do respectivo bem cedido, com fundamento neste acordo, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos;
g) responsabilizar-se pela condução do veículo somente por pessoa legalmente habilitada, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro em vigor;
h) manter, durante toda a vigência deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação estabelecidos no Plano de Trabalho.
i) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.
3.2 O empréstimo dos bens se dá em forma gratuita, durante a vigência deste ACORDO, em caráter intransferível, mediante a condição de que os bens cedidos sejam utilizados para os fins intrínsecos da OSC.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1 – O presente termo de cooperação deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
6.1 - A Permissão de Uso, autorizada por este Termo, se fará de forma precária e gratuita, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Decreto Municipal 10.764/16.
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES
7.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
7.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Cooperação com alteração da natureza do objeto.
7.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
8.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da

abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
8.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
8.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
9.1 - O presente termo de cooperação poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização do bem em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE
10.1 - A eficácia do presente termo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
11.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de Cooperação serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de Cooperação, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
12.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 06 laudas somente anverso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira/PR, em 23 de outubro de 2026.

Município de Palmeira
CNPJ nº: 76.179.829/0001-65
MARLON CLEITON GROSS
CPF nº: 083.***.***-86
(Decreto Municipal nº 18.838/2026)
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária
Administração Pública

Associação de Moradores de Santa Barbara
CNPJ nº: 68.694.102/0001-98
EDSON OLIBRATOSKI
CPF nº: 018.***.***-66
Representante Legal
Org. da Sociedade Civil

Testemunhas:
Nome:
R.G nº:

Nome:

R.G nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A92686F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 97/2026 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BOA VISTA

O**MUNICÍPIO DE PALMEIRA,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. Marlon Cleiton Gross, portador da cédula de identidade R.G n° 12.***.***-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 083.***.***-86**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 18.838/2026**, doravante denominado simplesmente**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**e, **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BOA VISTA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 63.148.751/0001-70** , com sede na Localidade de Boa Vista, s/n, Zona Rural, Palmeira, Paraná, neste ato representada pelo presidente **Sr. Joilson Pires**, portador da cédula de identidade **RG nº 6.***.***-6 SSP/PR**, inscrito no **CPF/MF nº 112.***.***-04**, residente e domiciliado nesta cidade na Localidade de Boa Vista, s/n, Zona Rural, doravante denominada simplesmente**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O presente Termo de Cooperação decorre do chamamento público nº 08/2026 - SMAP, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, conforme autoriza a Lei Municipal nº 6.470, de 20 de outubro de 2026, o qual tem por objeto a parceria, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, através da Cessão de Uso a título gratuito dos seguintes bens públicos:
a) 01 (UM) FOGÃO INDUSTRIAL DE 6 BOCAS ALTA PRESSÃO. COM SEIS QUEIMADORES SIMPLES DE 10 CM ALTA PRESSÃO PERFIL 5 PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETO BANDEJAS COLETORAS DE RESÍDUOS GRELHAS 30×30 CM EM FERRO FUNDIDO COM REGISTRO E MANGUEIRA DIMENSÕES MÍNIMAS: 82X106X79 CM (AXLXP GARANTIA: 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31561.
b) 01 (UM) FRITADOR INDUSTRIAL A GÁS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20L. DEVE COMPANHA 02 CESTOS DE COCÇÃO E 01 SUPORTE PARA OS CESTOS. CESTOS COM PEGADOR ENVOLTO EM MATERIAL TERMO RETRÁTIL, CUBA COM ALTO RENDIMENTO/CAPACIDADE. PORTA COM POSSIBILIDADE DE INVERTER O LADO DE USO, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ÍMÃ. CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO, COM VARIAÇÃO DE 90 C A 200 C. SISTEMA DE SEGURANÇA PRÓPRIO: INTERRUPTOR DE LIMITE DE SEGURANÇA DE ALTA TEMPERATURA, QUANDO O ÓLEO CHEGA À TEMPERATURA PROGRAMADA, ELE SE DESLIGA, ENTRETANTO, CASO O TEOR ÓLEO CONTINUE AQUECENDO QUANDO ELE ATINGIR 232 C ELE DESLIGARÁ POR SEGURANÇA. - ACOMPANHA UM TUBO, NA PARTE INTERNA, QUE DEVE SER ENCAIXADO NA SAÍDA DA VÁLVULA, FACILITANDO O PROCESSO DE LIMPEZA. MEDIDAS MÍNIMAS LARGURA: 407 MM COMPRIMENTO: 794 MM ALTURA: 1310 MM PESO: 65 KG POTÊNCIA: 100.957 BTU/H CONSUMO 4 (QUEIMADOR) X 0,558 PILOTO 0,016 TOTAL = 2,248 KG/H GLP. PATRIMÔNIO: 31603.

c) 01 (UM) LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL BASCULANTE 19 LITROS INOX. DESCRIÇÃO MÍNIMA: ALTURA (MM) 1150; FRENTE (MM) 430; PROFUNDIDADE (MM) 560; PESO LIQUIDO (KG) 19,30; POTÊNCIA (CV) 1; CAPACIDADE (L) 19; ROTAÇÃO (RPM) 3410; JARRO AÇO INOX, TAMPA POLIETILENO, LÂMINAS AÇO INOX; COM GABINETE EXTERNO EM AÇO INOX. PATRIMÔNIO: 31549.
d) 01 (UMA) MESA BANCADA EM AÇO INOX 201; BANCADA AÇO INOX LISA; MEDIDAS MÍNIMAS 190X60X90; E SUPORTE COM SAPATAS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31515.
e) 01 (UMA) MESA PIA AÇO INOX 201 INDUSTRIAL COM PANELEIRO (PRATELEIRA) COM MEDIDAS MÍNIMAS 150X60X80CM; E UMA CUBA MEDIDAS MÍNIMAS 50X40X25CM. COM PÉS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31518.
f) 01 (UMA) SERRA FITA INDUSTRIAL BANCADA PARA CARNES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: VOLTAGEM: BIVOLT (CHAVE SELETORA) MOTOR: 3/4 HP MONOFÁSICO POTÊNCIA: 560W CONSUMO: 0,56 KW/H ALTURA DO CORTE: 21CM COMPRIMENTO DA LÂMINA: 1,74M DIMENSÕES MESA: 47X53CM ALTURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 85 CM LARGURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 53 CM PROFUNDIDADE MÍNIMA DA MÁQUINA: 56 CM GARANTIA DE 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31552.
g) 01 (UM) FREEZER HORIZONTAL COM DUAS PORTAS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS, DUPLA FUNÇÃO (FREEZER E REFRIGERADOR), DRENO FRONTAL, MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E IMPACTOS E PRESERVAÇÃO DAS PROPRIEDADES NATURAIS DOS ALIMENTOS. FAIXA-18°CA -22°C, E REFRIGERADOR:+1°C A +8°C; ISOLAÇÃO COM POLIURETANO; GÁS REFRIGERANTE R-134A, FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA "A"; CONTROLADOR DE TEMPERATURA COM TERMOSTATO ELETRÔNICO. RODÍZIOS REFORÇADOS. COR: BRANCA. TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 127 V. PINTURA EPOXI. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO. PATRIMÔNIO: 31462.
h) 01 (UM) CILINDRO LAMINADOR ELÉTRICO INDUSTRIAL CILINDRO ELÉTRICO LAMINADOR 2 MANÍPULOS 40 CM; TENSÃO: BIVOLT; MOTOR: 1/2 CV; RPM: 66; ALTURA: 47 CM; LARGURA: 47 CM; COMPRIMENTO: 66 CM; PESO: 32 KG. PATRIMÔNIO: 31465.
i) 01 (UMA) BATEDEIRA PLANETÁRIA ELÉTRICA DE 12 LITROS, ESTRUTURA EM AÇO, PINTURA EPOX, CUBA EM INOX, SISTEMA DE VARIAÇÃO DE VELOCIDADE COM 10 OPÇÕES. PATRIMÔNIO: 31477.
Parágrafo único.A permissão de uso dos equipamentos agrícolas descritos no inciso I, deste artigo, visa fortalecer a produção, processamento e por consequência a comercialização da produção agrícola local, seja in natura ou processada, agregando valor e incentivando com isso o comércio local da localidade de Boa Vista.

1.2 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração da parceria;
b) a administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de cooperação e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, quando prorrogada a vigência por prazo superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) viabilizar o acompanhamento dos processos;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
k) publicar o inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) executar fielmente os serviços, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste ACORDO e na Proposta de Trabalho (Anexo) e em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
b) atender a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas, no sentido do cumprimento deste ACORDO;
c) acatar o acompanhamento e fiscalização da execução deste ACORDO pelo Município de Palmeira e pelos órgãos de controle, interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao ACORDO, bem como aos locais da execução de seu objeto;
d) responsabilizar-se, às suas expensas, pelas despesas relativas à conservação, manutenção e guarda dos bens públicos, combustível, pneus, lubrificação e troca de peças desgastadas, condutor, eventuais transgressões à legislação de trânsito ou análoga e pelos efeitos dessas, por todo o período de vigência do acordo de cooperação;
e) devolver o bem ao Município, quando por este anunciado o término da vigência do instrumento, em perfeitas condições de funcionamento, sob pena de responsabilização pelos danos causados ao patrimônio público municipal;
f) responsabilizar-se pela utilização do respectivo bem cedido, com fundamento neste acordo, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos;
g) responsabilizar-se pela condução do veículo somente por pessoa legalmente habilitada, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro em vigor;
h) manter, durante toda a vigência deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação estabelecidos no Plano de Trabalho.
i) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.
3.2 O empréstimo dos bens se dá em forma gratuita, durante a vigência deste ACORDO, em caráter intransferível, mediante a condição de que os bens cedidos sejam utilizados para os fins intrínsecos da OSC.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1 – O presente termo de cooperação deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
6.1 - A Permissão de Uso, autorizada por este Termo, se fará de forma precária e gratuita, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Decreto Municipal 10.764/16.
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES
7.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
7.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Cooperação com alteração da natureza do objeto.
7.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
8.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
8.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
8.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
9.1 - O presente termo de cooperação poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização do bem em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE
10.1 - A eficácia do presente termo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
11.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de Cooperação serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de Cooperação, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

12.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 06 laudas somente anverso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira/PR, em 23 de outubro de 2026.

Município de Palmeira
CNPJ nº: 76.179.829/0001-65
MARLON CLEITON GROSS
CPF nº: 083.***.***-86
(Decreto Municipal nº 18.838/2026)
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária
Administração Pública

Associação de Moradores de Boa Vista
CNPJ nº: 63.148.751/0001-70
JOILSON PIRES
CPF nº: 112.***.***-04
Representante Legal

Org. da Sociedade Civil

Nome:
R.G nº:

Nome:
R.G nº**:**

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:22B0CD7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 98/2026 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADAS

O**MUNICÍPIO DE PALMEIRA,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. Marlon Cleiton Gross, portador da cédula de identidade R.G n° 12.***.***-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 083.***.***-86**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 18.838/2026**, doravante denominado simplesmente**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**e, **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADAS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 05.925.287/0001-84**, com sede na Localidade de Queimadas, s/n, Zona Rural, Palmeira, Paraná, neste ato representada pelo presidente **Sr. Mauro Acassio Franco**, portador da cédula de identidade **RG nº 8.***.***-7 SSP/PR**, inscrito no **CPF/MF nº 054.***.***-48**, residente e domiciliado nesta cidade na Localidade de Queimadas, s/n, Zona Rural, doravante denominada simplesmente**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Cooperação decorre do chamamento público nº 07/2026 - SMAP, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, conforme autoriza a Lei Municipal nº 6.469, de 20 de outubro de 2026, o qual tem por objeto a parceria, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, através da Cessão de Uso a título gratuito dos seguintes bens públicos:

a) 01 (UM) FOGÃO INDUSTRIAL DE 6 BOCAS ALTA PRESSÃO. COM SEIS QUEIMADORES SIMPLES DE 10 CM ALTA PRESSÃO PERFIL 5 PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETO BANDEJAS COLETORAS DE RESÍDUOS GRELHAS 30×30 CM EM FERRO FUNDIDO COM REGISTRO E MANGUEIRA DIMENSÕES MÍNIMAS: 82X106X79 CM (AXLXP GARANTIA: 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31541.

b) 01 (UM) FRITADOR INDUSTRIAL A GÁS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20L. DEVE COMPANHA 02 CESTOS DE COCÇÃO E 01 SUPORTE PARA OS CESTOS. CESTOS COM PEGADOR ENVOLTO EM MATERIAL TERMO RETRÁTIL, CUBA COM ALTO RENDIMENTO/CAPACIDADE. PORTA COM POSSIBILIDADE DE INVERTER O LADO DE USO, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ÍMÃ. CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO, COM VARIAÇÃO DE 90 C A 200 C. SISTEMA DE SEGURANÇA PRÓPRIO: INTERRUPTOR DE LIMITE DE SEGURANÇA DE ALTA TEMPERATURA, QUANDO O ÓLEO CHEGA À TEMPERATURA PROGRAMADA, ELE SE DESLIGA, ENTRETANTO, CASO O TEOR ÓLEO CONTINUE AQUECENDO QUANDO ELE ATINGIR 232 C ELE DESLIGARÁ POR SEGURANÇA. - ACOMPANHA UM TUBO, NA PARTE INTERNA, QUE DEVE SER ENCAIXADO NA SAÍDA DA VÁLVULA, FACILITANDO O PROCESSO DE LIMPEZA. MEDIDAS MÍNIMAS LARGURA: 407 MM COMPRIMENTO: 794 MM ALTURA: 1310 MM PESO: 65 KG POTÊNCIA: 100.957 BTU/H CONSUMO 4 (QUEIMADOR) X 0,558 PILOTO 0,016 TOTAL = 2,248 KG/H GLP. PATRIMÔNIO: 31610.

c) 01 (UM) LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL BASCULANTE 19 LITROS INOX. DESCRIÇÃO MÍNIMA: ALTURA (MM) 1150; FRENTE (MM) 430; PROFUNDIDADE (MM) 560; PESO LIQUIDO (KG) 19,30; POTÊNCIA (CV) 1; CAPACIDADE (L) 19; ROTAÇÃO (RPM) 3410; JARRO AÇO INOX, TAMPA POLIETILENO, LÂMINAS AÇO INOX; COM GABINETE EXTERNO EM AÇO INOX. PATRIMÔNIO: 31618.

d) 01 (UMA) MESA BANCADA EM AÇO INOX 201; BANCADA AÇO INOX LISA; MEDIDAS MÍNIMAS 190X60X90; E SUPORTE COM SAPATAS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31522.

e) 01 (UMA) MESA PIA AÇO INOX 201 INDUSTRIAL COM PANELEIRO (PRATELEIRA) COM MEDIDAS MÍNIMAS 150X60X80CM; E UMA CUBA MEDIDAS MÍNIMAS 50X40X25CM. COM PÉS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31523.

f) 01 (UMA) SERRA FITA INDUSTRIAL BANCADA PARA CARNES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: VOLTAGEM: BIVOLT (CHAVE SELETORA) MOTOR: 3/4 HP MONOFÁSICO POTÊNCIA: 560W CONSUMO: 0,56 KW/H ALTURA DO CORTE: 21CM COMPRIMENTO DA LÂMINA: 1,74M DIMENSÕES MESA: 47X53CM ALTURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 85 CM LARGURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 53 CM PROFUNDIDADE MÍNIMA DA MÁQUINA: 56 CM GARANTIA DE 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31558.

g) 01 (UM) FREEZER HORIZONTAL COM DUAS PORTAS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS, DUPLA FUNÇÃO (FREEZER E REFRIGERADOR), DRENO FRONTAL, MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E IMPACTOS E PRESERVAÇÃO DAS PROPRIEDADES NATURAIS DOS ALIMENTOS. FAIXA-18°CA -22°C, E REFRIGERADOR:+1°C A +8°C; ISOLAÇÃO COM POLIURETANO; GÁS REFRIGERANTE R-134A, FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA "A"; CONTROLADOR DE TEMPERATURA COM TERMOSTATO ELETRÔNICO. RODÍZIOS REFORÇADOS. COR: BRANCA. TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 127 V. PINTURA EPOXI. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO. PATRIMÔNIO: 31559.

h) 01 (UM) CILINDRO LAMINADOR ELÉTRICO INDUSTRIAL CILINDRO ELÉTRICO LAMINADOR 2 MANÍPULOS 40 CM; TENSÃO: BIVOLT; MOTOR: 1/2 CV; RPM: 66; ALTURA: 47 CM; LARGURA: 47 CM; COMPRIMENTO: 66 CM; PESO: 32 KG. PATRIMÔNIO: 31557.

i) 01 (UMA) BATEDEIRA PLANETÁRIA ELÉTRICA DE 12 LITROS, ESTRUTURA EM AÇO, PINTURA EPOX, CUBA EM INOX, SISTEMA DE VARIAÇÃO DE VELOCIDADE COM 10 OPÇÕES. PATRIMÔNIO: 31497.

Parágrafo único.A permissão de uso dos equipamentos agrícolas descritos no inciso I, deste artigo, visa fortalecer a produção, processamento e por consequência a comercialização da produção agrícola local, seja in natura ou processada, agregando valor e incentivando com isso o comércio local da Localidade de Queimadas.

1.2 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

a) fornecer instruções específicas para prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração da parceria;

b) a administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de cooperação e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, quando prorrogada a vigência por prazo superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

f) viabilizar o acompanhamento dos processos;

g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;

h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;

j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;

k) publicar o inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) executar fielmente os serviços, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste ACORDO e na Proposta de Trabalho (Anexo) e em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
b) atender a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas, no sentido do cumprimento deste ACORDO;
c) acatar o acompanhamento e fiscalização da execução deste ACORDO pelo Município de Palmeira e pelos órgãos de controle, interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao ACORDO, bem como aos locais da execução de seu objeto;
d) responsabilizar-se, às suas expensas, pelas despesas relativas à conservação, manutenção e guarda dos bens públicos, combustível, pneus, lubrificação e troca de peças desgastadas, condutor, eventuais transgressões à legislação de trânsito ou análoga e pelos efeitos dessas, por todo o período de vigência do acordo de cooperação;
e) devolver o bem ao Município, quando por este anunciado o término da vigência do instrumento, em perfeitas condições de funcionamento, sob pena de responsabilização pelos danos causados ao patrimônio público municipal;
f) responsabilizar-se pela utilização do respectivo bem cedido, com fundamento neste acordo, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos;
g) responsabilizar-se pela condução do veículo somente por pessoa legalmente habilitada, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro em vigor;
h) manter, durante toda a vigência deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação estabelecidos no Plano de Trabalho.
i) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.
3.2 O empréstimo dos bens se dá em forma gratuita, durante a vigência deste ACORDO, em caráter intransferível, mediante a condição de que os bens cedidos sejam utilizados para os fins intrínsecos da OSC.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1 – O presente termo de cooperação deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
6.1 - A Permissão de Uso, autorizada por este Termo, se fará de forma precária e gratuita, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Decreto Municipal 10.764/16.
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES
7.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
7.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Cooperação com alteração da natureza do objeto.
7.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
8.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
8.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
8.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
9.1 - O presente termo de cooperação poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização do bem em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE
10.1 - A eficácia do presente termo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de Cooperação serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de Cooperação, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

12.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 06 laudas somente anverso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira/PR, em 23 de outubro de 2026.

Município de Palmeira
CNPJ nº: 76.179.829/0001-65
MARLON CLEITON GROSS
CPF nº: 083.***.***-86
(Decreto Municipal nº 18.838/2026)
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária
Administração Pública

Associação de Moradores de Queimadas
CNPJ nº: 05.925.287/0001-84
MAURO ACASSIO FRANCO
CPF nº: 054.***.***-48
Representante Legal
Org. da Sociedade Civil

Testemunhas:
Nome:
R.G nº:

Nome:

R.G nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:25DFB1C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 99/2026 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ENCRUZILHADA

O**MUNICÍPIO DE PALMEIRA,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. Marlon Cleiton Gross, portador da cédula de identidade R.G n° 12.***.***-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 083.***.***-86**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 18.838/2026**, doravante denominado simplesmente**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**e, **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ENCRUZILHADA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 62.934.012/0001-40**, com sede na Localidade de Encruzilhada, s/n, Zona Rural, Palmeira, Paraná, neste ato representada pela presidente **Sra. Carolina Borges**, portadora da cédula de identidade **RG nº 13.***.***-6 SSP/PR**, inscrita no **CPF/MF nº 118.***.***-08**, residente e domiciliada nesta cidade na Localidade de Encruzilhada, s/n, Zona Rural, doravante denominada simplesmente**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 - O presente Termo de Cooperação decorre do chamamento público nº 09/2026 - SMAP, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, conforme autoriza a Lei Municipal nº 6.468, de 20 de outubro de 2026, o qual tem por objeto a parceria, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, através da Cessão de Uso a título gratuito dos seguintes bens públicos:
a) 01 (UM) FOGÃO INDUSTRIAL DE 6 BOCAS ALTA PRESSÃO. COM SEIS QUEIMADORES SIMPLES DE 10 CM ALTA PRESSÃO PERFIL 5 PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETO BANDEJAS COLETORAS DE RESÍDUOS GRELHAS 30×30 CM EM FERRO FUNDIDO COM REGISTRO E MANGUEIRA DIMENSÕES MÍNIMAS: 82X106X79 CM (AXLXP GARANTIA: 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31562.
b) 01 (UM) FRITADOR INDUSTRIAL A GÁS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20L. DEVE COMPANHA 02 CESTOS DE COCÇÃO E 01 SUPORTE PARA OS CESTOS. CESTOS COM PEGADOR ENVOLTO EM MATERIAL TERMO RETRÁTIL, CUBA COM ALTO RENDIMENTO/CAPACIDADE. PORTA COM POSSIBILIDADE DE INVERTER O LADO DE USO, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ÍMÃ. CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO, COM VARIAÇÃO DE 90 C A 200 C. SISTEMA DE SEGURANÇA PRÓPRIO: INTERRUPTOR DE LIMITE DE SEGURANÇA DE ALTA TEMPERATURA, QUANDO O ÓLEO CHEGA À TEMPERATURA PROGRAMADA, ELE SE DESLIGA, ENTRETANTO, CASO O TEOR ÓLEO CONTINUE AQUECENDO QUANDO ELE ATINGIR 232 C ELE DESLIGARÁ POR SEGURANÇA. - ACOMPANHA UM TUBO, NA PARTE INTERNA, QUE DEVE SER ENCAIXADO NA SAÍDA DA VÁLVULA, FACILITANDO O PROCESSO DE LIMPEZA. MEDIDAS MÍNIMAS LARGURA: 407 MM COMPRIMENTO: 794 MM ALTURA: 1310 MM PESO: 65 KG POTÊNCIA: 100.957 BTU/H CONSUMO 4 (QUEIMADOR) X 0,558 PILOTO 0,016 TOTAL = 2,248 KG/H GLP. PATRIMÔNIO: 31604.
c) 01 (UM) LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL BASCULANTE 19 LITROS INOX. DESCRIÇÃO MÍNIMA: ALTURA (MM) 1150; FRENTE (MM) 430; PROFUNDIDADE (MM) 560; PESO LIQUIDO (KG) 19,30; POTÊNCIA (CV) 1; CAPACIDADE (L) 19; ROTAÇÃO (RPM) 3410; JARRO AÇO INOX, TAMPA POLIETILENO, LÂMINAS AÇO INOX; COM GABINETE EXTERNO EM AÇO INOX. PATRIMÔNIO: 31550.
d) 01 (UMA) MESA BANCADA EM AÇO INOX 201; BANCADA AÇO INOX LISA; MEDIDAS MÍNIMAS 190X60X90; E SUPORTE COM SAPATAS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31516.
e) 01 (UMA) MESA PIA AÇO INOX 201 INDUSTRIAL COM PANELEIRO (PRATELEIRA) COM MEDIDAS MÍNIMAS 150X60X80CM; E UMA CUBA MEDIDAS MÍNIMAS 50X40X25CM. COM PÉS REGULÁVEIS. PATRIMÔNIO: 31519.
f) 01 (UMA) SERRA FITA INDUSTRIAL BANCADA PARA CARNES CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: VOLTAGEM: BIVOLT (CHAVE SELETORA) MOTOR: 3/4 HP MONOFÁSICO POTÊNCIA: 560W CONSUMO: 0,56 KW/H ALTURA DO CORTE: 21CM COMPRIMENTO DA LÂMINA: 1,74M DIMENSÕES MESA: 47X53CM ALTURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 85 CM LARGURA MÍNIMA DA MÁQUINA: 53 CM PROFUNDIDADE MÍNIMA DA MÁQUINA: 56 CM GARANTIA DE 6 MESES. PATRIMÔNIO: 31553.
g) 01 (UM) FREEZER HORIZONTAL COM DUAS PORTAS. CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS, DUPLA FUNÇÃO (FREEZER E REFRIGERADOR), DRENO FRONTAL, MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E IMPACTOS E PRESERVAÇÃO DAS PROPRIEDADES NATURAIS DOS ALIMENTOS. FAIXA-18°CA -22°C, E REFRIGERADOR:+1°C A +8°C; ISOLAÇÃO COM POLIURETANO; GÁS REFRIGERANTE R-134A, FAIXA

DE CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA "A"; CONTROLADOR DE TEMPERATURA COM TERMOSTATO ELETRÔNICO. RODÍZIOS REFORÇADOS. COR: BRANCA. TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 127 V. PINTURA EPOXI. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO. PATRIMÔNIO: 31463.
h) 01 (UM) CILINDRO LAMINADOR ELÉTRICO INDUSTRIAL CILINDRO ELÉTRICO LAMINADOR 2 MANÍPULOS 40 CM; TENSÃO: BIVOLT; MOTOR: 1/2 CV; RPM: 66; ALTURA: 47 CM; LARGURA: 47 CM; COMPRIMENTO: 66 CM; PESO: 32 KG. PATRIMÔNIO: 31466.
i) 01 (UMA) BATEDEIRA PLANETÁRIA ELÉTRICA DE 12 LITROS, ESTRUTURA EM AÇO, PINTURA EPOX, CUBA EM INOX, SISTEMA DE VARIAÇÃO DE VELOCIDADE COM 10 OPÇÕES. PATRIMÔNIO: 31478.
Parágrafo único.A permissão de uso dos equipamentos agrícolas descritos no inciso I, deste artigo, visa fortalecer a produção, processamento e por consequência a comercialização da produção agrícola local, seja in natura ou processada, agregando valor e incentivando com isso o comércio local da Localidade de Encruzilhada.

1.2 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração da parceria;
b) a administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de cooperação e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, quando prorrogada a vigência por prazo superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) viabilizar o acompanhamento dos processos;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
k) publicar o inteiro teor deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) executar fielmente os serviços, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste ACORDO e na Proposta de Trabalho (Anexo) e em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
b) atender a todas as observações, reclamações e exigências efetuadas, no sentido do cumprimento deste ACORDO;
c) acatar o acompanhamento e fiscalização da execução deste ACORDO pelo Município de Palmeira e pelos órgãos de controle, interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao ACORDO, bem como aos locais da execução de seu objeto;
d) responsabilizar-se, às suas expensas, pelas despesas relativas à conservação, manutenção e guarda dos bens públicos, combustível, pneus, lubrificação e troca de peças desgastadas, condutor, eventuais transgressões à legislação de trânsito ou análoga e pelos efeitos dessas, por todo o período de vigência do acordo de cooperação;
e) devolver o bem ao Município, quando por este anunciado o término da vigência do instrumento, em perfeitas condições de funcionamento, sob pena de responsabilização pelos danos causados ao patrimônio público municipal;
f) responsabilizar-se pela utilização do respectivo bem cedido, com fundamento neste acordo, pela qual responde por todos os prejuízos que eventualmente possa causar a outrem ou mesmo em caso de acidentes que envolvam a utilização dos mesmos;
g) responsabilizar-se pela condução do veículo somente por pessoa legalmente habilitada, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro em vigor;
h) manter, durante toda a vigência deste ACORDO, as condições de habilitação e qualificação estabelecidos no Plano de Trabalho.
i) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros. Desse modo, não há rubricas orçamentárias a apresentar, visto que está desobrigado o prévio empenho.
3.2 O empréstimo dos bens se dá em forma gratuita, durante a vigência deste ACORDO, em caráter intransferível, mediante a condição de que os bens cedidos sejam utilizados para os fins intrínsecos da OSC.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1 – O presente termo de cooperação deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA
6.1 - A Permissão de Uso, autorizada por este Termo, se fará de forma precária e gratuita, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Decreto Municipal 10.764/16.
6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES
7.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

7.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Cooperação com alteração da natureza do objeto.
7.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
8.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
8.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
8.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
9.1 - O presente termo de cooperação poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização do bem em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE
10.1 - A eficácia do presente termo de Cooperação ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS
11.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de Cooperação serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de Cooperação, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

12.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 06 laudas somente anverso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira/PR, em 23 de outubro de 2026.

Município de Palmeira
CNPJ nº: 76.179.829/0001-65
MARLON CLEITON GROSS
CPF nº: 083.***.***-86
(Decreto Municipal nº 18.838/2026)
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária
Administração Pública

Associação de Moradores de Encruzilhada
CNPJ nº: 62.934.012/0001-40
CAROLINA BORGES DOS SANTOS
CPF nº: 118.***.***-08
Representante Legal
Org. da Sociedade Civil

Testemunhas:

Nome:
R.G nº:

Nome:
R.G nº:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:8E597659

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 26.711, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026 - ALTERA A PORTARIAS Nº 12.623, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelo cargo, visando atender ao pedido formulado no Procedimento Administrativo nº 12310/2026:

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria altera o art. 1º da Portaria nº 12.623, de 02 de dezembro de 2016, da seguinte forma:

I - O art. 1º da Portaria nº 12.623, de 02 de dezembro de 2016, que nomeia Comissão Especial de seleção destinada a processar e julgar chamamentos públicos, cujo objeto vise as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º **----------**

MEMBROS:
Carla Daiane de Souza Kavalkeviski – Membro;
Olair de Jesus Freitas – Membro;
Michele Aparecida Batista – Membro" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 12.623, de 02 de dezembro de 2016.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:7914DFE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 380/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Assistência Social**, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **Cácia Guerra Franco - ME,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 14.476.021/0001-92,** pessoa jurídica de direito privado, representada pela **Sra. Cácia Guerra Franco,** brasileira, inscrita no **CPF/MF sob o n.º 029.XXX.XXX-09,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 10788/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 380/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 25/11/2026 até a data de 25/11/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 380/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados, assinam o presente termo.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:B8255055

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
EDITAL Nº 02/2026 - CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE PALMEIRA – BIÊNIO 2026/2028 - RETIFICADO

A **Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.814/2018 e com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, aprovado pelo Decreto Municipal nº 19.431/2026, torna público o presente Edital para eleição dos representantes da sociedade civil que comporão o Conselho Municipal de Cultura de Palmeira para o mandato de 02 (dois) anos.

1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem por finalidade regulamentar o processo eleitoral destinado à escolha dos representantes titulares e suplentes da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal de Cultura de Palmeira.
1.2. O processo eleitoral observará os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, transparência, participação democrática e valorização da diversidade cultural.

2. DAS VAGAS
Serão eleitos representantes titulares e respectivos suplentes para as seguintes Câmaras Setoriais:
I – Artes Plásticas;
II – Música;
III – Teatro;
IV – Dança;
V – Literatura e Biblioteca;
VI – Folclore;
VII – Artesanato;
VIII – Cinema e Vídeo;
IX – Memória e Patrimônio;
X – Organizações afrodescendentes.
2.1. Cada Câmara Setorial será composta por 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente, eleitos entre os candidatos inscritos no respectivo segmento cultural.
2.2. Na hipótese de inexistência de candidatos inscritos ou eleitos em determinada Câmara Setorial, o preenchimento das vagas remanescentes observará os procedimentos de indicação e eleição previstos no Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, respeitada a representação específica de cada segmento cultural.

3. DOS ELEITORES
3.1. Poderão participar da eleição, na condição de eleitores, artistas, produtores culturais, agentes culturais, mestres da cultura, integrantes de grupos, coletivos, entidades culturais e demais trabalhadores da cultura, residentes no Município de Palmeira.
3.2. Para habilitação como eleitor será necessário:
I – Possuir idade mínima de 16 (dezesseis) anos;
II – Autodeclarar atuação no setor cultural;
III – Realizar inscrição prévia, exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no endereço: https://forms.gle/uKDGxTge1aux7G47A
IV – Comprovar residência no Município de Palmeira.
3.3. As inscrições serão realizadas entre 22 de outubro e 04 de novembro de 2026.
3.4. Não serão aceitas inscrições presenciais ou realizadas após o encerramento do prazo.

4. DOS CANDIDATOS
4.1. Poderão candidatar-se artistas e agentes culturais residentes no Município de Palmeira, com atuação cultural comprovada nos últimos 02 (dois) anos.
4.2. O candidato deverá:
I – Possuir idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos;
II – Comprovar atuação cultural nos últimos 02 (dois) anos;
III – Inscrever-se em apenas uma Câmara Setorial;
IV – Apresentar portfólio comprobatório.
V – Comprovar residência no Município de Palmeira.
4.3. A inscrição será realizada exclusivamente pelo formulário eletrônico: https://forms.gle/Vu4ZA4fwbkxenRNM9
4.4. O portfólio deverá demonstrar a efetiva atuação cultural do candidato durante os últimos 02 (dois) anos, podendo conter fotografias, certificados, declarações, reportagens, materiais gráficos, publicações, registros audiovisuais, links, portfólios digitais ou quaisquer outros documentos que comprovem sua atividade cultural.
4.5. Os atuais membros do Conselho Municipal de Cultura poderão candidatar-se normalmente, observadas as disposições legais.

5. DA HABILITAÇÃO
5.1. Encerradas as inscrições, a Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação procederá à conferência da documentação apresentada.
5.2. Somente serão homologadas as candidaturas que atenderem integralmente às exigências deste Edital.
5.3. O portfólio será utilizado para comprovação da efetiva atuação cultural do candidato, conforme os requisitos estabelecidos neste Edital, não sendo utilizado como critério de avaliação subjetiva para fins de classificação eleitoral.

6. DA ELEIÇÃO

6.1. A eleição será realizada no dia **16 de novembro de 2026**, às **19 horas**, no **Cine Teatro Municipal de Palmeira**.
6.2. A votação será:
I – Presencial;
II – Secreta;
III – Individual;
IV – Realizada mediante cédula oficial.
6.3. Cada eleitor habilitado terá direito a **um voto para cada Câmara Setorial**, podendo votar em apenas um candidato inscrito em cada segmento cultural.
6.4. A cédula conterá a relação dos candidatos habilitados por Câmara Setorial.
6.5. Será considerado nulo o voto que:
I – Identificar o eleitor;
II – Apresentar rasuras que impossibilitem sua identificação;
III – Indicar mais de um candidato na mesma Câmara Setorial.

7. DA APURAÇÃO
7.1. A apuração será realizada imediatamente após o encerramento da votação, em sessão pública.
7.2. Caberá à Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação realizar a abertura das urnas, conferência das cédulas, contabilização dos votos e elaboração da ata oficial da eleição.
7.3. Será considerado eleito o candidato mais votado de cada Câmara Setorial, sendo declarado suplente o segundo colocado.
7.4. Em caso de empate na votação, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
I – Maior idade do candidato;
II – Maior tempo comprovado de atuação no setor cultural.
7.5. Na hipótese de alguma Câmara Setorial não possuir candidatos eleitos em número suficiente para o preenchimento das vagas de titulares e suplentes, não será permitida a ocupação dessas vagas por candidatos pertencentes a outros segmentos culturais.
7.6. O preenchimento das vagas remanescentes observará os procedimentos de indicação ou de realização de eleição específica para a respectiva Câmara Setorial, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, assegurando-se a representação de cada segmento cultural.

•
DA COMISSÃO ELEITORAL

8.1. O processo eleitoral será acompanhado por Comissão Eleitoral, instituída pelo Decreto Municipal nº19.591/2026, responsável por assegurar a transparência, a regularidade e a lisura de todas as etapas do pleito.
8.2. Compete à Comissão Eleitoral:
I – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das disposições deste Edital;
II – Acompanhar a análise e a homologação das inscrições de candidatos e eleitores;
III – Receber, analisar e deliberar sobre recursos e impugnações apresentados durante o processo eleitoral;
IV – Acompanhar a organização e a realização da votação;
V – Fiscalizar a apuração dos votos e a elaboração da ata oficial da eleição;
VI – Deliberar sobre situações não previstas neste Edital, observadas a legislação municipal e as disposições do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura;
VII – Encaminhar à Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação as decisões e os registros necessários à conclusão do processo eleitoral.
8.3. As decisões da Comissão Eleitoral deverão ser fundamentadas e registradas em ata, garantindo-se a transparência e a publicidade dos atos praticados.
8.4. A Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Eleitoral.
8.5. Os membros da Comissão Eleitoral que também estiverem inscritos como candidatos poderão participar normalmente do processo eleitoral, ficando, entretanto, impedidos de realizar a apuração dos votos da Câmara Setorial na qual concorrem. Nesses casos, a apuração será realizada exclusivamente pelos demais membros da Comissão Eleitoral, assegurando-se a transparência e a imparcialidade do procedimento.

9. DO CRONOGRAMA

Etapa	Data
Publicação do Edital	22/10/2026
Inscrições de eleitores e candidatos	22/10 a 04/11/2026
Divulgação das inscrições homologadas	06/11/2026
Prazo para recursos	10/11/2026
Homologação definitiva	12/11/2026
Assembleia e eleição e resultado	16/11/2026 às 19h

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
10.1. O processo eleitoral será organizado administrativamente pela Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação e acompanhado pela Comissão Eleitoral, instituída pelo Decreto Municipal nº19.591/2026, observadas as disposições deste Edital, da Lei Municipal nº 4.814/2018 e do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura.
10.2. Caberá à Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação prestar o apoio administrativo necessário à realização do processo eleitoral, incluindo o recebimento das inscrições, a conferência documental, a organização da votação, a elaboração da ata oficial e a divulgação dos resultados, sob acompanhamento da Comissão Eleitoral.
10.3**.** A inscrição de eleitores e candidatos, bem como a participação em qualquer etapa do processo eleitoral, implica a plena ciência e a aceitação integral das normas estabelecidas neste Edital, da Lei Municipal nº 4.814/2018, do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura, aprovado pelo Decreto Municipal nº 19.431/2026, e das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, comprometendo-se os participantes a respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, ética, boa-fé e respeito mútuo durante todo o processo eleitoral.
10.4. Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão analisados e deliberados pela Comissão Eleitoral, observadas as disposições da Lei Municipal nº 4.814/2018, do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura e da legislação aplicável, mediante decisão fundamentada e registrada em ata.
10.5. O resultado final será homologado e encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para nomeação dos membros do Conselho Municipal de Cultura mediante Decreto.
Palmeira, 22 de outubro de 2026.

IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA
Secretário de Cultura e Comunicação

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:206269F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.680 DE 23/10/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$228.017,15

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$228.017,15 (duzentos e vinte e oito mil e dezessete reais e quinze centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

14.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
14.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA RURAL
14.002.20.606.0037.2.101 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE

543 – 4.4.90.52.00.00 – 000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$35.000,00

14.002.20.606.0037.2.102.MANUTENCAO DA MALHA VIARIA E CONSERVACAO RURAL
546 – 3.3.90.39.00.00 – 000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$115.000,00

14.002.26.782.0038.2.103. MANUTENCAO DA FROTA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
550 – 3.3.90.30.00.00 – 000 - MATERIAL DE CONSUMO R$78.017,15

Total Suplementação: R$228.017,15

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

14.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
14.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA
14.001.15.451.0035.2.096. PAGAMENTO DE SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS
520 – 3.3.90.46.00.00 – 000 – AUXILIO-ALIMENTACAO R$35.000,00

14.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA RURAL
14.002.20.606.0037.2.102. MANUTENCAO DA MALHA VIARIA E CONSERVACAO RURAL
547 – 3.3.90.40.00.00 – 000 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO R$35.000,00

14.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SEGURANCA E TRANSITO
14.003.15.452.0039.2.104. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SEGURANCA E
555 – 3.3.90.40.00.00 – 000 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO R$158.017,15

Total Redução: R$228.017,15

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:0C359881

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.681 DE 23/10/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$413.316,99

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$413.316,99 (quatrocentos e treze mil e trezentos e dezesseis reais e noventa e nove centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
10.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
10.001.12.361.0024.6.075. MANUTENCAO DA FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCACAO E PAGAMENTO DOS SERVICOS TERCEIRIZADOS DO
413 – 3.3.90.33.00.00 – 104 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$260.000,00
413 – 3.3.90.33.00.00 – 000 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO R$153.316,99

Total Suplementação: R$413.316,99

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

10.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
10.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
10.001.12.361.0023.6.066. PAGAMENTO DE SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS
402 – 3.3.90.36.00.00 – 104 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA R$10.000,00
403 – 3.3.90.39.00.00 – 104 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$250.000,00

10.001.12.361.0023.6.068. DISTRIBUICAO DE UNIFORME, KIT ESCOLAR E MATERIAL DIDATICO
406 – 3.3.90.32.00.00 – 000 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA R$43.316,99

10.001.12.361.0025.6.076. AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL,
416 - 3.3.90.32.00.00 – 000 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA R$110.000,00

Total Redução: R$413.316,99

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:C235B24B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.682 DE 23/10/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$20.474,79

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.474,79 (vinte mil quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

14.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
14.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA RURAL
14.002.20.606.0037.2.101. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA RURAL
542 – 3.3.90.93.00.00 – 000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$20.474,79

Total Suplementação: R$20.474,79

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
05.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ARRECADACAO IMOBILIARIA
05.003.04.129.0007.2.019. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE
95 – 3.3.90.93.00.00 – 000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES R$20.474,79

Total Redução: R$20.474,79

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:793B0543

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.683 DE 23/10/2026 - AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DA SERVIDORA VANESSA CRISTINA SANTA CLARA ANDRADE, DA FUNÇÃO DE DIRETORA DA UNIDADE EDUCACIONAL ESCOLA MUNICIPAL INTEGRAL NOSSA SENHORA DO ROCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente conferidas pelo cargo, com fulcro no art. 17, § 1º da Lei Municipal nº 4133, de 17 de maio de 2016, visando atender ao pedido formulado no Processo Administrativo protocolado sob nº 12844/2026,

DECRETA

Artigo 1º: Devido a licença maternidade a servidora municipal **VANESSA CRISTINA SANTA CLARA ANDRADE**, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, sob matrícula nº 203765, lotada na Secretaria Municipal de Educação, fica temporariamente afastada da função de DIRETORA junto a Unidade Educacional, **ESCOLA MUNICIPAL INTEGRAL NOSSA SENHORA DO ROCIO**, com efeitos a partir de 07/10/2026.

Artigo 2º: Cessado o período de licença maternidade, deverá a servidora retornar ao exercício regular de sua função.

Artigo 3º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:FA000D78

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1687/2025

Pelo presente instrumento, de um lado **O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON, portador da cédula de identidade R.G n° 12.382.056-88 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 089.187.509-35, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 17.880/2025, doravante denominado LOCATÁRIO e TRAUEN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.044.581/0001-69, representada aqui por sua sócia administradora **ANDRÉA CHEROBIM MALUCELLI , a seguir denominado LOCADOR**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 12143/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1687/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 15/12/2026 até a data de 15/12/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato n.º 1687/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:6AABC482

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2026
CREDENCIAMENTO Nº 02/2027

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA, i**nscrito no CNPJ nº13.681.884/0001-39, torna público aos interessados que se encontra aberto o Credenciamento nº 02/2026, na forma do art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e das condições estabelecidas no respectivo Edital.

O presente procedimento tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas para formação de rede de prestadores aptos à futura contratação de serviços de locação de ambulâncias de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), destinadas ao atendimento das necessidades operacionais do SAMU Litoral 192 e dos municípios consorciados**, dividido em dois lotes: Lote 1, locação de veículo sem condutor; e Lote 2, locação de ambulância com condutor habilitado,

técnico de enfermagem e fornecimento dos insumos previstos, conforme a demanda e as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

Período para apresentação das propostas de credenciamento

Início do recebimento das propostas de credenciamento: **26/10/2026, às 08h00.**

Encerramento do período inicialmente divulgado: **25/10/2027, às 17h00.**

Local de encaminhamento: credenciamento@cislipalitoral.com.br

Nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.878/2024, o presente credenciamento possui natureza permanente, permanecendo aberto durante toda a vigência do Edital, possibilitando o ingresso de novos interessados que preencham os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Valor estimado do procedimento: R$ 670.130,28 (Seiscentos e setenta mil, cento e trinta reais e vinte e oito centavos).

O Edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta:
• no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;**
• no **Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br;**
• no **sítio eletrônico oficial do CISLIPA;**
• na sede administrativa do CISLIPA, situada **na Rua Domingos Peneda, s/n, Vila Itiberê, CEP 83.209-340, Paranaguá/PR**, em dias úteis, no horário de expediente.

Paranaguá/PR, 22 de outubro de 2026.

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor Executivo Do CISLIPA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO PERMANENTE DE PESSOAS JURÍDICAS PARA LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO – TIPO B (BRAVO)

OBJETO
Credenciamento de pessoas jurídicas para formação de rede de prestadores aptos à futura contratação de serviços de locação de ambulâncias de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), destinadas ao atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA e dos Municípios Consorciados, conforme as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.
LOTE 1 – LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA SEM CONDUTOR E SEM INSUMOS
Locação de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), com ano de fabricação/modelo mínimo de 2024, destinada prioritariamente à reserva técnica, à substituição temporária de veículos indisponíveis e a outras necessidades operacionais devidamente justificadas, sem fornecimento de condutor/socorrista, técnico de enfermagem ou insumos pela empresa credenciada.
LOTE 2 – LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA COM CONDUTOR, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E INSUMOS
Locação de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), com ano de fabricação/modelo mínimo de 2024, acompanhada de condutor, técnico de enfermagem e dos insumos previstos no Termo de Referência, destinada ao atendimento de eventos públicos, demandas temporárias de cobertura assistencial e outras necessidades compatíveis com o objeto.
FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS
Sorteio público, seguido de rodízio contínuo, com listas independentes por lote.
FORMA DE CONTRATAÇÃO
Os contratos decorrentes do credenciamento serão formalizados diretamente pelos Municípios Consorciados interessados, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência e a legislação aplicável.
VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO
12 (doze) meses, observadas as condições de prorrogação e de ingresso de novos interessados previstas no Edital e na legislação aplicável.

Paranaguá/PR, 15 de outubro de 2026.

Sumário
1. DO OBJETO. 6
2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.. 7
3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR. 8
4. DA HABILITAÇÃO.. 9
5. DOS RECURSOS. 13
6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES. 14
7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.. 17
8. DA FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE CREDENCIADOS. 18
9. DA CONTRATAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS. 19
10. DOS CRITÉRIOS PARA A ORDEM DE CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA. 20
11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO.. 22
12. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO.. 23
13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.. 24
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 25
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. 27
1. DO OBJETO.. 27
1.2. O objeto será organizado em dois lotes independentes, conforme as seguintes especificações: 27
2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA NECESSIDADE. 28
3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. 29
4. DA JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO CREDENCIAMENTO.. 29
5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.. 30
6. DAS DEFINIÇÕES. 30
7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.. 30
7.1. Requisitos gerais dos veículos. 30
7.1.3. Disponibilização inicial e substituição das ambulâncias. 30
7.2. Seguro. 31
7.3. Manutenção, substituição e abastecimento. 31
7.4. Requisitos específicos do Lote 1. 31
7.5. Requisitos específicos do Lote 2. 31
7.6. INSUMOS E MATERIAIS DE CONSUMO DO LOTE 2. 32
7.7. Localização e disponibilidade operacional 32
7.7.2. Capacidade operacional e prazos de atendimento. 32
8. DO MODELO DE EXECUÇÃO.. 33
9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.. 33
10. DA MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E ATESTE. 34
11. DA CONVOCAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.. 34
12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS. 34
13. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA. 35
14. DOS REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO.. 36
14.1. Habilitação jurídica. 36
14.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista. 36
14.3. Qualificação técnica e operacional 36
14.4 Do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte. 36
15. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA. 36
16. DAS OBRIGAÇÕES DO ENTE CONTRATANTE. 37
17. DAS OBRIGAÇÕES DO CISLIPA. 37
18. DOS LOCAIS DE DISPONIBILIZAÇÃO E EXECUÇÃO.. 37
19. DA FISCALIZAÇÃO E DO REGISTRO DE OCORRÊNCIAS. 38
20. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.. 38
21. DOS INDICADORES DE DESEMPENHO.. 38

22. DA GESTÃO DE RISCOS. 39
23. DAS SANÇÕES E DO DESCREDENCIAMENTO.. 39
24. DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.. 40
25. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. 40
26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. 40
27. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE. 40
ANEXO II - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO.. 43
ANEXO III - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO.. 45
ANEXO IV - DECLARAÇÕES DA EMPRESA INTERESSADA NO CREDENCIAMENTO.. 47
ANEXO V — TABELA DE ITENS, QUANTITATIVOS E PREÇOS. 49
ANEXO VI — TERMO DE CREDENCIAMENTO.. 50
ANEXO VII - ATA DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO PÚBLICO E FORMAÇÃO DA ORDEM DE CONVOCAÇÃO 52
ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.. 55

EDITAL 06/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ

CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

(Processo Administrativo n° 294/2026)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ

CREDENCIAMENTO Nº 02/2026

(Processo Administrativo nº 17/2026)

Torna-se público que o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA, inscrito no CNPJ nº 13.681.884/0001-39, com sede na Rua Domingos Peneda, s/nº, Vila Itiberê, Paranaguá/PR, por intermédio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO, TIPO B (BRAVO), destinado à formação de rede de prestadores credenciados para atendimento das necessidades do CISLIPA e dos Municípios Consorciados, conforme as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

O procedimento será realizado na forma definida neste instrumento convocatório, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seu art. 79, e nas demais normas aplicáveis, observadas as condições de participação, habilitação, credenciamento, distribuição da demanda e contratação previstas neste Edital.

O credenciamento permanecerá aberto durante o prazo de sua vigência, permitindo o ingresso de novos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos, observados os procedimentos de análise documental, habilitação e inclusão na relação de credenciados.

As contratações decorrentes do credenciamento serão formalizadas diretamente pelos Municípios Consorciados interessados, conforme suas necessidades, disponibilidade orçamentária e financeira e observância dos instrumentos e procedimentos aplicáveis.

O recebimento dos requerimentos de credenciamento terá início a partir da publicação deste Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e na plataforma Compras.gov.br, permanecendo o credenciamento aberto durante toda a sua vigência, permitindo o ingresso contínuo de novos interessados que atendam às condições estabelecidas neste Edital, observado o procedimento de análise documental, habilitação e credenciamento previsto neste instrumento.

Dados	Informações
Modalidade	Credenciamento
Forma	Eletrônica
Fundamento Legal	Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.878/2024
Processo Administrativo	nº 294/2026
UASG	930114
Sistema	Compras.gov.br
Critério de Credenciamento	Habilitação dos interessados
Forma de Distribuição da Demanda	Sorteio Público seguido de Rodízio Permanente
Vigência do Edital	12 (doze) meses, prorrogável na forma da legislação
1.2.	O objeto será organizado em dois lotes distintos, conforme as seguintes modalidades:

1. DO OBJETO.

1.1. O presente Edital tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para formação de rede de prestadores aptos à futura contratação de serviços de locação de ambulâncias de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), destinadas ao atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA e dos Municípios Consorciados, conforme as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

I – Lote 1: Locação de ambulância sem condutor e sem insumos: locação de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), com ano de fabricação/modelo mínimo de 2024, destinada prioritariamente à reserva técnica, à substituição temporária de veículos indisponíveis e a outras necessidades operacionais devidamente justificadas, sem fornecimento de condutor/socorrista, técnico de enfermagem ou insumos pela empresa credenciada.

II – Lote 2: Locação de ambulância com condutor, técnico de enfermagem e insumos: locação de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), com ano de fabricação/modelo mínimo de 2024, acompanhada de condutor/socorrista, técnico de enfermagem e dos insumos previstos no Termo de Referência à prestação dos serviços, destinada ao atendimento de eventos públicos, demandas temporárias de cobertura assistencial e outras necessidades compatíveis com o objeto, conforme as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

1.3. As ambulâncias disponibilizadas deverão atender às exigências técnicas, sanitárias, de trânsito, de segurança e às demais normas aplicáveis à categoria do veículo e à finalidade de utilização, bem como às condições de conservação, funcionamento, documentação, seguro, disponibilização e substituição previstas neste Edital e no Termo de Referência.

1.4. O credenciamento constitui procedimento auxiliar destinado à formação de cadastro de pessoas jurídicas habilitadas, permanecendo aberto durante o prazo de vigência do Edital para o ingresso de novos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos, observadas as regras de habilitação e de distribuição da demanda.

1.5. O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, exclusividade, garantia de demanda mínima ou expectativa de faturamento, ficando as contratações condicionadas às necessidades dos entes interessados, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao interesse público.

1.6. Compete ao CISLIPA conduzir o procedimento de credenciamento, analisar a documentação de habilitação, manter atualizada a relação de empresas credenciadas e realizar os procedimentos de sorteio e rodízio para distribuição da demanda, conforme as regras deste Edital.

1.7. As contratações decorrentes deste credenciamento serão formalizadas diretamente pelo Município Consorciado interessado, a quem caberá, conforme sua competência, realizar a convocação, formalizar o instrumento contratual, providenciar o empenho, designar os responsáveis pela gestão e fiscalização, acompanhar a execução, liquidar a despesa e efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

1.8. As demandas poderão variar durante a vigência do credenciamento, de acordo com as necessidades operacionais e assistenciais dos Municípios Consorciados, sem assegurar às empresas credenciadas quantitativo mínimo de contratações ou remuneração, devendo cada contratação observar as condições deste Edital, do Termo de Referência e do respectivo instrumento contratual.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste credenciamento as pessoas jurídicas legalmente constituídas que exerçam atividade compatível com o objeto, atendam às exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos e apresentem a documentação exigida para habilitação.

2.2. A participação no procedimento implica o conhecimento e a aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, sem prejuízo do direito de solicitar esclarecimentos ou apresentar impugnação, na forma prevista neste instrumento.

2.3. Não poderá participar deste credenciamento a pessoa jurídica que:

I – Não atenda às condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência ou em seus anexos;

II – Esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, em decorrência de sanção vigente aplicável ao procedimento, observado o alcance e os efeitos legais da penalidade;

III – Tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, observadas as disposições da legislação vigente;
IV – Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento de credenciamento ou atue na contratação, na fiscalização ou na gestão contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nas hipóteses legalmente vedadas;
V – Tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, nos cinco anos anteriores à divulgação deste Edital, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
VI – Tenha objeto social incompatível com a atividade de locação de ambulâncias ou não possua condições de atender aos requisitos específicos exigidos para o lote pretendido;
VII – Atue em substituição a outra pessoa jurídica com o objetivo de contornar sanção impeditiva, desde que configurada e comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica, nos termos da legislação aplicável.
2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, agente público do órgão ou entidade contratante nas hipóteses de impedimento ou conflito de interesses previstas na legislação vigente.
2.5. As pessoas jurídicas interessadas deverão observar as exigências específicas de habilitação correspondentes ao lote para o qual pretendam se credenciar, inclusive quanto à regularidade da empresa, aos veículos e, no caso do Lote 2, aos profissionais e aos insumos exigidos para a execução dos serviços.
2.6. A verificação das condições de participação e dos impedimentos legais poderá ocorrer durante o procedimento de credenciamento e, quando cabível, antes da formalização de cada contratação, sem prejuízo da obrigação de manutenção das condições de habilitação durante o período exigido.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR

3.1. O presente credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do Edital, podendo as pessoas jurídicas interessadas apresentar requerimento de credenciamento a qualquer tempo, desde que atendam às condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência e em seus anexos.
3.2. Os interessados deverão apresentar o requerimento de credenciamento e a documentação exigida neste Edital por meio da plataforma eletrônica Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, observadas as orientações e os procedimentos operacionais aplicáveis ao sistema.
3.3. A pessoa jurídica interessada deverá indicar expressamente o lote ou os lotes para os quais pretende se credenciar, observadas as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência:
I – Lote 1: locação de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), sem condutor e sem insumos;
II – Lote 2: locação de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), com condutor, técnico de enfermagem e insumos.
3.4. A apresentação do requerimento de credenciamento implica a aceitação das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, inclusive dos valores fixados para os respectivos itens, conforme a tabela de preços integrante do instrumento convocatório.
3.5. A pessoa jurídica interessada deverá declarar, sob as penas da lei, que:
I – Cumpre os requisitos de habilitação exigidos neste Edital;
II – Possui capacidade jurídica, técnica e operacional compatível com o lote ou os lotes para os quais pretende se credenciar;
III – Dispõe dos meios necessários para atender às condições de disponibilização, conservação, funcionamento, segurança e substituição das ambulâncias exigidas no Termo de Referência;
IV – No caso do Lote 2, possui condições de disponibilizar condutor, técnico de enfermagem e os insumos exigidos para a execução dos serviços, observadas as qualificações e demais requisitos previstos neste Edital e em seus anexos;
V – Está ciente de que o credenciamento não assegura contratação, exclusividade, demanda mínima ou garantia de faturamento;
VI – Compromete-se a manter, durante o período exigido, as condições de habilitação e os requisitos necessários à execução do objeto;
VII – Conhece e aceita as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos;
VIII – Cumprirá a legislação aplicável à execução do objeto, inclusive as normas de trânsito, sanitárias, de segurança e as demais exigências pertinentes às ambulâncias e, quando aplicável, aos profissionais e insumos fornecidos.
3.6. A pessoa jurídica interessada será responsável pela veracidade das informações prestadas e pela autenticidade dos documentos apresentados, sujeitando-se às consequências administrativas, civis e penais cabíveis em caso de falsidade.
3.7. A documentação apresentada poderá ser atualizada ou complementada durante a vigência do credenciamento, quando houver alteração das informações anteriormente fornecidas ou mediante solicitação do CISLIPA, observadas as regras deste Edital e da legislação aplicável.
3.8. O protocolo do requerimento de credenciamento não gera direito automático à habilitação ou à contratação, competindo ao CISLIPA analisar a documentação apresentada e decidir, de forma fundamentada, pelo deferimento ou indeferimento do pedido, conforme os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Para fins de habilitação no presente procedimento de credenciamento, os interessados deverão apresentar a documentação exigida neste Edital, destinada a comprovar sua existência e regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, sua qualificação econômico-financeira, quando exigível, e sua aptidão para executar o objeto correspondente ao lote pretendido.
4.2. A documentação de habilitação deverá ser apresentada por meio da plataforma Compras.gov.br, observadas as condições estabelecidas neste Edital e as funcionalidades disponibilizadas pelo sistema.
4.3. Da habilitação jurídica
4.3.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação dos documentos pertinentes à natureza jurídica do interessado, conforme o caso:
I – registro empresarial, no caso de empresário individual;
II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos de eleição ou indicação dos administradores, quando aplicável;
III – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da comprovação da indicação de seus administradores, quando aplicável;
IV – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
V – documentos de identificação e comprovação dos poderes de representação do responsável pela apresentação do requerimento, quando necessários.
4.3.2. Os documentos deverão permitir a identificação do interessado, a verificação de sua existência jurídica e a confirmação de que seu representante possui poderes para atuar no procedimento.
4.4. Da regularidade fiscal, social e trabalhista
4.4.1. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação dos documentos legalmente exigíveis, conforme a natureza e o domicílio do interessado, incluindo:
I – comprovante de inscrição no CNPJ;
II – prova de regularidade perante a Fazenda Federal, inclusive quanto aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
III – prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, quando exigível;
IV – prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado, quando exigível;
V – certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, quando legalmente exigível;
VI – certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa, conforme a legislação aplicável;
VII – comprovação de regularidade perante a Seguridade Social, quando exigível como documento autônomo, observadas as certidões legalmente admitidas para essa finalidade.
4.4.2. Serão aceitas certidões positivas com efeitos de negativas, nos termos da legislação aplicável.

4.4.3. A documentação deverá observar os prazos de validade nela indicados ou, na ausência de prazo expresso, as regras legais aplicáveis.
4.5. Da qualificação econômico-financeira
4.5.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada pelos documentos expressamente previstos neste Edital, observadas a natureza do objeto, a forma de execução, os riscos envolvidos e a proporcionalidade das exigências.
4.5.2. Quando exigida, poderá ser solicitada certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do interessado, observadas as disposições legais aplicáveis à sua natureza jurídica.
4.5.3. Eventuais exigências de balanço patrimonial, demonstrações contábeis ou índices econômico-financeiros deverão estar expressamente justificadas no processo e guardar pertinência com os riscos e as obrigações decorrentes da contratação, não sendo exigidas automaticamente sem avaliação prévia da Administração.
4.6. Da qualificação técnica da empresa
4.6.1. O interessado deverá demonstrar que possui condições operacionais para disponibilizar ambulância Tipo B compatível com o lote para o qual pretende se credenciar, observados os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.
4.6.2. Para comprovação da aptidão técnica, poderão ser exigidos atestados ou documentos equivalentes que demonstrem experiência anterior em atividade compatível com o objeto, desde que a exigência seja devidamente justificada no processo e proporcional às características da contratação.
4.6.3. A comprovação da disponibilidade dos veículos poderá ocorrer por meio de documentos que demonstrem propriedade, posse, locação, arrendamento ou outro vínculo jurídico legítimo que assegure sua disponibilização para a execução contratual, não sendo admitida restrição injustificada à forma de disponibilização do bem.
4.6.4. O interessado deverá declarar que os veículos disponibilizados atenderão aos requisitos técnicos, sanitários, de trânsito, segurança, conservação, documentação e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
4.7. Da documentação dos veículos
4.7.1. Para a comprovação da regularidade dos veículos, deverão ser apresentados os documentos exigidos no Termo de Referência e na legislação aplicável, incluindo, conforme pertinente:
I – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV vigente;
II – documentação que comprove o atendimento às exigências legais e técnicas aplicáveis à classificação do veículo como ambulância Tipo B;
III – comprovação das condições de conservação, funcionamento, segurança e equipamentos obrigatórios exigidos para a execução do objeto;
IV – documentação relativa às autorizações, inspeções ou regularizações sanitárias e veiculares que sejam legalmente exigíveis para o veículo e para a atividade;
V – comprovação da cobertura de seguro exigida no Termo de Referência, nos limites e condições ali estabelecidos.
4.7.2. Os veículos deverão atender ao ano/modelo mínimo estabelecido no Termo de Referência, bem como às demais características e condições técnicas previstas para o lote pretendido.
4.7.3. A documentação deverá permitir a identificação dos veículos efetivamente disponibilizados e a verificação de sua regularidade, sem prejuízo da fiscalização pela Administração contratante durante a execução contratual.
4.8. Da documentação específica para o Lote 2
4.8.1. Os interessados que requererem credenciamento para o Lote 2, que compreende ambulância Tipo B com condutor, técnico de enfermagem e insumos, deverão comprovar que possuem condições de disponibilizar os profissionais e os insumos exigidos no Termo de Referência.
4.8.2. Em relação ao condutor, deverão ser atendidas e comprovadas, na forma legalmente aplicável, as exigências relativas à habilitação para condução do veículo e à capacitação específica para condução de veículos de emergência, quando exigida pela legislação vigente.
4.8.3. Em relação ao técnico de enfermagem, deverão ser comprovadas a formação profissional exigida e a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem – COREN competente, observadas as exigências legais para o exercício da atividade.
4.8.4. A documentação dos profissionais deverá ser apresentada no momento definido neste Edital e no Termo de Referência, de modo a comprovar que os profissionais efetivamente designados para a execução do serviço atendem aos requisitos legais e técnicos exigíveis.
4.8.5. A contratada deverá assegurar que os profissionais disponibilizados permaneçam habilitados e regulares durante toda a execução contratual, promovendo sua substituição sempre que necessário, sem prejuízo da continuidade do serviço e do cumprimento das condições contratuais.
4.8.6. Os insumos disponibilizados no Lote 2 deverão corresponder às especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência, cabendo à contratada comprovar sua disponibilidade e regularidade sempre que solicitado pela Administração contratante.
4.9. Das declarações e demais comprovações
4.9.1. O interessado deverá apresentar as declarações exigidas pela legislação aplicável e por este Edital, inclusive aquelas relativas ao cumprimento das condições de habilitação, à inexistência de impedimento para contratar com a Administração e ao cumprimento das obrigações legais pertinentes.
4.9.2. As declarações deverão ser firmadas por representante legalmente habilitado, sob responsabilidade do declarante, sem prejuízo da apresentação de documentos comprobatórios quando exigidos pela legislação ou por este Edital.
4.10. Da análise da documentação
4.10.1. A documentação apresentada será analisada pelo CISLIPA, na condição de responsável pela condução do procedimento de credenciamento, observados os critérios objetivos previstos neste Edital.
4.10.2. Poderão ser realizadas diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento, nos limites permitidos pela legislação, vedada a utilização de diligência para permitir a inclusão posterior de documento ou informação que deveria ter sido apresentada originalmente, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.
4.10.3. A ausência de documento exigido, a apresentação de documento inválido ou a não comprovação de requisito de habilitação poderá resultar no indeferimento do requerimento, asseguradas as possibilidades de saneamento, complementação ou recurso previstas neste Edital e na legislação aplicável.
4.10.4. O credenciamento ficará condicionado ao atendimento dos requisitos previstos neste Edital, sem garantia de contratação, exclusividade ou quantitativo mínimo de serviços.
4.10.5. A manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas deverá ser observada durante a permanência do interessado no cadastro de credenciados e durante a execução dos contratos decorrentes, conforme as obrigações atribuídas ao CISLIPA e aos entes contratantes.

5. DOS RECURSOS

5.1. Dos atos praticados no âmbito deste procedimento de credenciamento caberá recurso administrativo, especialmente em face do indeferimento do requerimento de credenciamento, da decisão que considerar o interessado inabilitado e dos demais atos passíveis de recurso, nos termos da legislação aplicável.
5.2. O interessado poderá manifestar sua intenção de recorrer e apresentar suas razões recursais por meio da plataforma Compras.gov.br, observadas as funcionalidades disponíveis no sistema e as condições estabelecidas neste Edital.
5.3. Os prazos para manifestação da intenção de recorrer, apresentação das razões recursais e apresentação de contrarrazões observarão a Lei nº 14.133/2021 e as disposições deste Edital, considerando a natureza do ato impugnado e o procedimento adotado.
5.4. O recurso deverá ser fundamentado, com indicação objetiva dos fatos e dos motivos que justificam o pedido de revisão da decisão administrativa.
5.5. Os demais interessados serão comunicados da interposição do recurso e poderão apresentar contrarrazões no prazo legal, assegurado o acesso aos elementos necessários à defesa de seus interesses, observadas as regras aplicáveis ao procedimento.
5.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la no prazo legal ou encaminhá-la à autoridade superior competente, para decisão, conforme a legislação aplicável.

5.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação somente dos atos que não puderem ser aproveitados, preservados os demais atos válidos do procedimento, quando juridicamente possível.
5.8. Os recursos serão analisados e decididos de acordo com a legislação aplicável, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a motivação das decisões administrativas.
5.9. A interposição de recurso não autoriza, por si só, a contratação do recorrente nem assegura direito à contratação, permanecendo necessária a observância das condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

6.1. O interessado ou credenciado que incorrer em infração administrativa ficará sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Edital e nos instrumentos contratuais aplicáveis, observados a natureza da infração, a gravidade da conduta, as circunstâncias do caso concreto e o devido processo legal.
6.2. Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:
I – deixar de apresentar documentação exigida para o credenciamento ou apresentar documentação falsa;
II – prestar declaração falsa ou apresentar informação inverídica durante o procedimento;
III – fraudar o procedimento de credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução contratual;
IV – comportar-se de modo inidôneo ou praticar fraude de qualquer natureza;
V – deixar de manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para permanecer credenciado;
VI – recusar injustificadamente convocação regularmente realizada, quando houver disponibilidade declarada e observadas as regras deste Edital;
VII – deixar de disponibilizar a ambulância, os profissionais ou os insumos exigidos para o lote correspondente, nos prazos e condições estabelecidos;
VIII – descumprir as condições de conservação, segurança, regularidade documental, seguro, substituição ou demais requisitos exigidos para os veículos;
IX – descumprir as obrigações relativas à disponibilização do condutor, do técnico de enfermagem ou dos insumos previstos para o Lote 2;
X – praticar atos destinados a prejudicar a regularidade, a transparência ou a impessoalidade da distribuição da demanda;
XI – descumprir outras obrigações previstas neste Edital, no Termo de Referência ou no contrato celebrado com o ente contratante.
6.3. Poderão ser aplicadas, conforme a infração praticada e observada a competência da autoridade responsável:
I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
V – descredenciamento, nas hipóteses previstas neste Edital e na legislação aplicável.
6.3.1. As sanções previstas nos incisos I a IV observarão os pressupostos, os limites, os critérios de aplicação e o procedimento estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
6.3.2**.** A aplicação de multa observará os percentuais, as bases de cálculo e as condições estabelecidas neste Edital e no respectivo instrumento contratual, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo administrativo.
6.3.3**.** Sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis, poderão ser aplicadas as seguintes multas às empresas contratadas, conforme a natureza e a gravidade do descumprimento:
I – multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado na disponibilização inicial da ambulância ou no cumprimento de outra obrigação sujeita a prazo determinado, calculada sobre o valor da parcela afetada, limitada a 10% (dez por cento) dessa base de cálculo;
II – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela afetada, pelo descumprimento parcial de obrigação contratual que comprometa a adequada execução do serviço, desde que a conduta não esteja abrangida por hipótese específica de penalidade mais adequada;
III – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação afetada, nos casos de inexecução total injustificada ou de descumprimento grave que inviabilize a finalidade da contratação, observada a proporcionalidade e a vedação à duplicidade de penalização pelo mesmo fato.
6.3.4. O descumprimento do prazo de substituição da ambulância previsto no Termo de Referência será apurado considerando o prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da primeira comunicação da ocorrência por telefone ou aplicativo de mensagens, inclusive WhatsApp. A penalidade deverá considerar a gravidade da ocorrência, o período de indisponibilidade, os efeitos sobre a continuidade do serviço e a existência de justificativa legítima.
6.3.5. As multas previstas neste capítulo não serão aplicadas automaticamente. Sua imposição dependerá da apuração dos fatos, da identificação da responsabilidade da contratada e da análise das circunstâncias concretas, mediante processo administrativo regular.
6.3.6. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios previstos no art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso, as circunstâncias agravantes e atenuantes, os danos causados à Administração e a existência de medidas de integridade, quando cabíveis.
6.3.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, desde que legalmente cabível e devidamente fundamentada, sem prejuízo do dever de reparar integralmente os danos comprovadamente causados.
6.3.8. As sanções decorrentes da execução dos contratos celebrados diretamente pelos municípios consorciados serão apuradas e aplicadas pelo respectivo ente contratante, observadas suas competências legais e as disposições do instrumento contratual. O CISLIPA poderá avaliar, em procedimento próprio, eventual repercussão dos fatos sobre a manutenção do credenciamento.
6.3.9. A aplicação de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade observará os pressupostos, os limites, as competências e os procedimentos previstos nos arts. 155 a 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.4. A aplicação de sanções relacionadas a irregularidades no procedimento de credenciamento, na manutenção das condições para permanência no cadastro ou no cumprimento das obrigações diretamente assumidas perante o CISLIPA será apurada pelo Consórcio, dentro de sua competência legal e observadas as disposições deste Edital.
6.5. As infrações relacionadas à execução de contrato celebrado diretamente por município participante serão apuradas pelo respectivo ente contratante, a quem competirá instaurar o procedimento pertinente e adotar as providências administrativas cabíveis, inclusive quanto à aplicação de sanções contratuais, observada a legislação aplicável.
6.6. A comunicação de ocorrências entre o município contratante e o CISLIPA deverá ser realizada sempre que os fatos puderem afetar a manutenção do credenciamento, a regularidade do procedimento ou a possibilidade de futuras contratações, sem prejuízo das competências próprias de cada ente.
6.7. A aplicação de sanção ou a adoção de medida de descredenciamento dependerá de processo administrativo regular, assegurados ao interessado o contraditório e a ampla defesa, bem como a apresentação de justificativas e provas, nos termos da legislação aplicável.
6.8. O descredenciamento poderá ocorrer, mediante decisão motivada e observância do procedimento cabível, nas seguintes hipóteses:
I – pedido formal do próprio credenciado, observadas as condições previstas neste Edital e os compromissos contratuais vigentes;
II – perda de requisito de habilitação ou de condição necessária à permanência no credenciamento;
III – descumprimento relevante das obrigações estabelecidas neste Edital ou no Termo de Referência;
IV – recusa injustificada e reiterada de convocações, quando caracterizado o descumprimento das regras do procedimento;
V – apresentação de documentação falsa ou prestação de declaração inverídica;
VI – prática de fraude ou de conduta que comprometa a regularidade e a confiabilidade do credenciamento;
VII – demais hipóteses previstas na legislação aplicável e neste Edital.
6.9. A ocorrência de falha na execução de contrato municipal deverá ser comunicada ao CISLIPA quando houver possível repercussão sobre a permanência do contratado no cadastro, cabendo ao Consórcio

avaliar, no âmbito de sua competência, a necessidade de apuração específica para fins de manutenção ou descredenciamento.
6.10. O descredenciamento não implicará, automaticamente, a extinção dos contratos já celebrados pelos municípios participantes, cabendo ao ente contratante avaliar e adotar as medidas legalmente cabíveis em relação ao respectivo vínculo contratual, sem prejuízo dos efeitos que eventual sanção legalmente aplicável possa produzir.
6.11. A aplicação de sanções não afasta a obrigação de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros, quando comprovados e atribuíveis ao responsável, na forma da legislação aplicável.
6.12. As decisões relativas à aplicação de sanções e ao descredenciamento deverão ser motivadas e registradas no respectivo processo administrativo, com comunicação ao interessado e, quando pertinente, aos municípios participantes.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, no prazo de 03 (três) dias úteis, os procedimentos e as condições estabelecidos na legislação aplicável.
7.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados por meio da plataforma Compras.gov.br ou pelo e-mail credenciamento@cislipalitoral.com.br, quando disponibilizada funcionalidade compatível, ou pelo canal eletrônico oficial indicado no preâmbulo deste Edital.
7.3. As manifestações deverão identificar o interessado, indicar os dispositivos ou as condições questionadas e apresentar, de forma objetiva, os fundamentos da impugnação ou da dúvida suscitada.
7.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimento serão analisados pelo CISLIPA, observadas as competências administrativas pertinentes, e as respostas serão divulgadas pelos meios oficiais utilizados para a publicação deste procedimento, de modo a assegurar transparência e acesso igualitário às informações.
7.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações deverão ser emitidas nos prazos legais aplicáveis, com a devida motivação e publicidade.
7.6. Caso o acolhimento de impugnação implique alteração das condições estabelecidas neste Edital ou em seus anexos, o CISLIPA promoverá a divulgação da alteração pelos mesmos meios utilizados para a publicação original, adotando as providências necessárias para assegurar a ciência dos interessados e a preservação da isonomia.
7.7. Quando a alteração repercutir nas condições de participação, habilitação ou execução do objeto, deverão ser avaliados os efeitos sobre os requerimentos já apresentados e sobre os credenciados, assegurando-se tratamento isonômico e observância das regras legais aplicáveis.
7.8. A apresentação de impugnação ou pedido de esclarecimento não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências deste Edital, salvo se houver decisão administrativa em sentido diverso ou alteração formal das regras do procedimento.
7.9. Não serão conhecidas manifestações que não guardem relação com o objeto deste Edital, sem prejuízo da análise de questões relevantes para a legalidade, a transparência e a regularidade do procedimento, quando cabível.

8. DA FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE CREDENCIADOS

8.1. O presente procedimento de credenciamento permanecerá aberto durante o período de sua vigência, conforme estabelecido neste Edital, possibilitando o ingresso de novos interessados que atendam integralmente às condições de participação e habilitação exigidas.
8.2. O credenciamento será organizado por lote, de acordo com a opção manifestada pelo interessado e com os requisitos específicos de cada modalidade:
I – Lote 1: locação de ambulância Tipo B sem condutor e sem fornecimento de insumos pela contratada, destinada às necessidades de reserva, substituição e demais utilizações previstas no Termo de Referência;
II – Lote 2: locação de ambulância Tipo B com condutor, técnico de enfermagem e fornecimento dos insumos previstos no Termo de Referência, inclusive para atendimento de eventos, conforme as demandas formalizadas pelos entes contratantes.
8.3. O interessado poderá requerer credenciamento para um ou ambos os lotes, desde que comprove o atendimento aos requisitos correspondentes a cada modalidade pretendida.
8.4. Caberá ao CISLIPA receber e analisar os requerimentos, verificar a documentação apresentada e manter atualizado o cadastro dos interessados credenciados, com a identificação dos respectivos lotes e das condições de habilitação.
8.5. O ingresso de novos credenciados não implicará exclusividade, garantia de contratação, quantitativo mínimo de serviços ou direito à convocação imediata, ficando as contratações condicionadas à existência de demanda, à disponibilidade operacional e orçamentária do ente contratante e às regras de distribuição estabelecidas neste Edital.
8.6. Os credenciados deverão manter, durante toda a permanência no cadastro, as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como comunicar ao CISLIPA qualquer alteração relevante de seus dados cadastrais, de sua situação jurídica ou de sua capacidade de atendimento.
8.7. A alteração de informações cadastrais, a inclusão ou substituição de veículos e a modificação da equipe destinada ao Lote 2 deverão ser comunicadas e comprovadas na forma estabelecida neste Edital e no Termo de Referência, ficando sujeitas à verificação dos requisitos aplicáveis.
8.8. A inclusão de novos credenciados será processada mediante análise do respectivo requerimento e comprovação do atendimento às exigências editalícias, observados os princípios da isonomia, da impessoalidade, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório.
8.9. Os novos credenciados serão incluídos na sistemática de distribuição da demanda conforme os critérios objetivos previstos neste Edital, especialmente as regras relativas ao sorteio e à ordem de convocação, de modo a assegurar tratamento isonômico entre os participantes aptos a atender cada lote.
8.10. A manutenção do credenciamento ficará condicionada ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital e no Termo de Referência, sem prejuízo da fiscalização dos contratos celebrados diretamente pelos municípios participantes.
8.11. A suspensão, o descredenciamento ou a perda das condições de habilitação de um credenciado deverão ser registrados no cadastro e considerados na distribuição das demandas subsequentes, observados o procedimento aplicável, o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.
8.12. O encerramento da vigência do procedimento, a revogação ou outra forma de extinção do credenciamento observará as disposições deste Edital e da legislação aplicável, sem prejuízo da análise dos efeitos sobre os contratos já formalizados pelos entes contratantes.

9. DA CONTRATAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

9.1. O credenciamento será conduzido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA, que será responsável pela realização do procedimento, pela análise dos requerimentos e pela manutenção do cadastro de empresas credenciadas, observadas as disposições deste Edital.
9.2. Os municípios consorciados interessados na utilização dos serviços objeto deste credenciamento realizarão suas contratações diretamente com as empresas credenciadas, observadas as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos demais instrumentos aplicáveis.
9.3. A contratação será formalizada pelo respectivo município, mediante instrumento contratual próprio ou outro instrumento legalmente admitido, conforme a natureza da contratação e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
9.4. Compete ao município contratante, previamente à formalização da contratação:
I – identificar e justificar a necessidade da contratação;
II – verificar a disponibilidade orçamentária e financeira para suportar as despesas decorrentes da contratação;
III – observar os procedimentos administrativos necessários à formalização do vínculo contratual;
IV – verificar a regularidade do credenciamento da empresa e sua aptidão para atender ao lote pretendido;
V – observar os critérios de distribuição da demanda, sorteio e convocação estabelecidos neste Edital;

VI – providenciar a formalização do instrumento contratual e os atos administrativos necessários à execução da contratação.

9.5. Compete ao município contratante designar formalmente o gestor e o fiscal do respectivo contrato, acompanhar e fiscalizar sua execução, registrar as ocorrências, exigir o cumprimento das obrigações assumidas e adotar as providências administrativas cabíveis diante de eventuais irregularidades.

9.6. Os pagamentos pelos serviços efetivamente prestados serão realizados diretamente pelo município contratante à empresa contratada, após a devida comprovação da execução, ateste e liquidação da despesa, observadas as condições contratuais e a legislação aplicável.

9.7. O CISLIPA não será responsável pelo pagamento das despesas decorrentes dos contratos celebrados exclusivamente pelos municípios participantes, nem pela gestão e fiscalização direta desses contratos, salvo se houver instrumento específico que estabeleça atribuições distintas, observada a legislação aplicável.

9.8. A participação no procedimento de credenciamento não obriga os municípios a contratar, não assegura quantitativo mínimo de serviços e não gera direito à exclusividade, ficando cada contratação condicionada à necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao cumprimento das regras estabelecidas neste Edital.

9.9. Os municípios contratantes deverão comunicar ao CISLIPA as ocorrências relevantes relacionadas à execução dos contratos, especialmente aquelas que possam repercutir na manutenção do credenciamento, na regularidade da empresa ou na distribuição de demandas futuras.

9.10. A comunicação prevista no item anterior não afasta a responsabilidade do município contratante pela adoção das providências administrativas relativas ao seu contrato, inclusive quanto à apuração de descumprimentos, à aplicação de sanções e à eventual extinção contratual, respeitadas as competências legais de cada ente.

9.11. A contratação deverá respeitar o lote para o qual a empresa esteja credenciada, as especificações do objeto, os preços e critérios de remuneração estabelecidos no procedimento, bem como as demais condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.

9.12. A formalização de contratos pelos municípios participantes não afasta a necessidade de observância dos critérios objetivos de distribuição da demanda definidos neste Edital, nem autoriza escolhas arbitrárias ou incompatíveis com a sistemática de sorteio e convocação adotada pelo CISLIPA.

10. DOS CRITÉRIOS PARA A ORDEM DE CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

10.1. A distribuição das demandas entre as empresas credenciadas observará critérios objetivos, impessoais e transparentes, mediante sorteio público e organização da ordem de convocação, de modo a assegurar igualdade de oportunidades entre os credenciados aptos a atender ao objeto.

10.2. O sorteio será realizado separadamente para cada lote, considerando as características e os requisitos específicos de cada modalidade de contratação.

10.3. A realização do sorteio será previamente divulgada pelos meios oficiais utilizados pelo CISLIPA, com indicação da data, do horário, do local ou meio eletrônico de realização e das condições de participação e acompanhamento pelos interessados.

10.4. O resultado do sorteio será registrado em ata, com a identificação dos participantes habilitados, a ordem resultante e as demais informações necessárias à transparência e à rastreabilidade do procedimento.

10.5. A ordem estabelecida no sorteio deverá ser observada nas convocações para atendimento das demandas dos municípios participantes, respeitadas a compatibilidade com o lote pretendido, as condições operacionais exigidas e as hipóteses de recusa, indisponibilidade ou excepcionalidade previstas neste Edital.

10.6. Após o sorteio público inicial, as convocações observarão sistema de rodízio contínuo, controlado separadamente para cada lote. A empresa que aceitar a demanda e concluir a execução da contratação correspondente será reposicionada ao final da ordem de convocação do respectivo lote, observadas as regras deste Edital. Todas as convocações, os atendimentos realizados e as alterações da ordem deverão ser registrados.

10.7. A convocação será realizada por meio formal, com registro da data e do horário, da demanda apresentada, do prazo para resposta e das condições necessárias à prestação do serviço, conforme este Edital e o Termo de Referência.

10.8. A empresa convocada deverá informar, dentro do prazo estabelecido na convocação, se possui condições de atender integralmente à demanda, respeitados os prazos de disponibilização e as demais condições operacionais previstas neste Edital.

10.9. Caso a empresa convocada informe que não poderá atender à demanda, a ocorrência deverá ser registrada, com indicação das razões apresentadas. Quando necessário para assegurar a continuidade do serviço, poderá ser convocada a empresa seguinte na ordem aplicável, sem prejuízo da análise das circunstâncias da ocorrência.

10.10. A recusa injustificada, a ausência de resposta no prazo estabelecido ou o descumprimento das condições assumidas poderão ensejar as medidas administrativas previstas neste Edital e na legislação aplicável, mediante procedimento cabível e observância do contraditório e da ampla defesa, quando exigíveis. A indisponibilidade devidamente justificada e aceita pelo ente contratante não será, por si só, considerada infração.

10.11. As empresas que obtiverem o credenciamento após o sorteio inicial serão incluídas ao final da ordem de convocação vigente do respectivo lote, mediante sorteio público complementar entre os novos ingressantes, realizado separadamente para cada lote que contar com novos credenciados. Serão preservadas as posições anteriormente estabelecidas para as empresas já incluídas na lista. O procedimento será previamente divulgado, registrado em ata ou documento equivalente e seguido da atualização e divulgação da lista de convocação.

10.12. O CISLIPA manterá atualizados os registros da ordem de convocação e das ocorrências relacionadas à distribuição das demandas, de forma a permitir o acompanhamento e a verificação da regularidade dos atos praticados.

10.13. A inclusão no cadastro e na ordem de convocação não assegura à empresa credenciada contratação, quantitativo mínimo de serviços ou exclusividade, ficando cada contratação condicionada à existência de demanda, à disponibilidade orçamentária e financeira do ente contratante e ao cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

10.14. Os municípios participantes deverão observar a ordem de convocação e os critérios de distribuição estabelecidos neste capítulo, sendo vedada a escolha arbitrária de empresa em desacordo com a sistemática definida, ressalvadas as hipóteses objetivas previstas neste Edital, devidamente justificadas e registradas no processo administrativo correspondente.

10.15. As situações excepcionais que possam comprometer a continuidade do serviço ou o atendimento da necessidade pública deverão ser formalmente justificadas pelo município demandante, com registro dos fatos, da urgência, das razões que fundamentaram a medida e da impossibilidade ou inadequação de observar a ordem ordinária de convocação, quando for o caso. A ocorrência deverá ser comunicada ao CISLIPA e instruída no processo administrativo correspondente, observados a legislação aplicável e os princípios da isonomia, da transparência e da impessoalidade

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. O procedimento de credenciamento poderá ser anulado quando constatada ilegalidade, ou revogado por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A anulação ou a revogação do procedimento deverá observar as exigências legais aplicáveis, inclusive quanto à motivação, à publicidade e à avaliação dos efeitos sobre os atos praticados e os contratos já formalizados pelos municípios participantes.

11.3. A empresa credenciada poderá solicitar formalmente seu descredenciamento perante o CISLIPA, observadas as condições estabelecidas neste Edital e as obrigações eventualmente assumidas em contratos vigentes.

11.4. O pedido de descredenciamento não eximirá a empresa do cumprimento das obrigações assumidas perante os municípios contratantes, cabendo ao respectivo ente avaliar as providências necessárias em relação aos contratos em execução, conforme a legislação aplicável e as condições contratuais.

11.5. O CISLIPA poderá instaurar procedimento para descredenciamento de empresa quando houver fundamento previsto neste Edital ou na legislação aplicável, especialmente nas seguintes hipóteses:
I – perda de requisito de habilitação ou de condição necessária à permanência no credenciamento;
II – descumprimento relevante das obrigações previstas neste Edital ou no Termo de Referência;
III – apresentação de documentos falsos ou prestação de informações inverídicas;
IV – prática de fraude ou de conduta que comprometa a regularidade e a confiabilidade do procedimento;
V – recusa injustificada ou reiterada de atendimento às convocações, quando caracterizado o descumprimento das regras estabelecidas neste Edital;
VI – perda comprovada da capacidade de atender aos requisitos do lote para o qual a empresa esteja credenciada;
VII – existência de sanção ou impedimento legal que inviabilize a manutenção do credenciamento, considerados seus efeitos e abrangência;
VIII – outras hipóteses legalmente cabíveis e compatíveis com as condições estabelecidas neste Edital.
11.6. Antes da decisão de descredenciamento fundada em descumprimento de obrigações ou em fatos imputados à empresa, deverá ser assegurada a oportunidade de manifestação e defesa, conforme o procedimento e os prazos previstos na legislação aplicável.
11.7. A decisão de descredenciamento deverá ser fundamentada, registrada no processo administrativo correspondente e comunicada à empresa interessada, com indicação dos motivos e da data em que produzirá efeitos, observadas as exigências legais de publicidade.
12.8. Quando os fatos que possam fundamentar o descredenciamento decorrerem da execução de contrato celebrado diretamente por município participante, caberá ao ente contratante apurar as ocorrências relativas ao seu contrato e adotar as providências de sua competência, comunicando formalmente o CISLIPA quando houver possível repercussão na manutenção do credenciamento.
11.9. Recebida a comunicação prevista no item anterior, o CISLIPA avaliará, no âmbito de suas atribuições, a necessidade de instaurar procedimento próprio para verificar os efeitos dos fatos sobre a permanência da empresa no cadastro, asseguradas as garantias legais aplicáveis.
11.10. O descredenciamento não implicará, por si só, a extinção automática dos contratos anteriormente celebrados pelos municípios participantes. Caberá a cada ente contratante avaliar a situação do respectivo vínculo e adotar as providências legalmente cabíveis.
11.11. A anulação, a revogação, o cancelamento do cadastro ou o descredenciamento não afastarão a apuração de eventuais responsabilidades por fatos anteriormente ocorridos, quando legalmente cabível.
11.12. Os atos de anulação, revogação e descredenciamento deverão ser formalizados e motivados no respectivo processo administrativo, com observância da legislação aplicável, da segurança jurídica e das garantias dos interessados.

12. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

12.1. O presente procedimento de credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação do Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, admitida eventual prorrogação mediante decisão formal e fundamentada da autoridade competente, observadas a legislação aplicável e as condições previstas neste instrumento.
12.2. Durante o período de vigência, o procedimento permanecerá aberto ao recebimento de novos requerimentos de credenciamento, permitindo o ingresso de interessados que atendam integralmente às condições de participação e habilitação estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
12.3. O ingresso de novos interessados dependerá da apresentação da documentação exigida, da análise e aprovação do requerimento pelo CISLIPA e da inclusão do credenciado na ordem de convocação do respectivo lote, observados os critérios de sorteio complementar e de rodízio estabelecidos no Capítulo 10 deste Edital.
12.4. A vigência do procedimento de credenciamento não se confunde com a vigência dos contratos celebrados diretamente pelos municípios participantes, os quais deverão estabelecer seus próprios prazos, condições de execução e demais disposições contratuais, observada a legislação aplicável.
12.5. A eventual prorrogação da vigência do credenciamento dependerá de avaliação da necessidade administrativa, da manutenção das condições que fundamentaram o procedimento e de decisão formal e fundamentada da autoridade competente, com a correspondente publicidade, observadas as disposições legais aplicáveis.
12.6. Encerrada a vigência do procedimento sem prorrogação, não serão admitidos novos requerimentos com fundamento neste Edital, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas. O encerramento não implicará, por si só, a extinção automática dos contratos regularmente celebrados durante a vigência do credenciamento.
12.7. Os contratos celebrados pelos municípios participantes permanecerão sujeitos aos respectivos prazos, condições de execução e hipóteses legais de prorrogação ou extinção, cabendo a cada ente contratante avaliar e adotar as providências pertinentes, conforme a legislação aplicável e o instrumento contratual correspondente.
12.8. O CISLIPA dará publicidade ao prazo de vigência do credenciamento e às eventuais alterações, prorrogações ou encerramentos, pelos meios oficiais pertinentes.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável ao credenciamento.
13.2. Considerando o caráter permanente e aberto do credenciamento, as impugnações e os pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados durante toda a vigência do procedimento, enquanto o Edital permanecer aberto ao ingresso de novos interessados, sem prejuízo da análise de questões de legalidade pela Administração.
13.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados pelos meios eletrônicos indicados neste Edital e deverão identificar o interessado, os dispositivos questionados e os respectivos fundamentos.
13.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimento serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento, observada a regulamentação aplicável, mediante decisão fundamentada e divulgação pelos meios oficiais pertinentes.
13.5. A apresentação de impugnação não terá efeito suspensivo automático, cabendo à Administração avaliar, de forma fundamentada, a necessidade de adoção de medidas para preservar a legalidade e a regularidade do procedimento.
13.6. Caso a impugnação seja acolhida e resulte em alteração do Edital, a retificação será divulgada pelos mesmos meios utilizados na publicação original, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com adoção das providências necessárias para assegurar a publicidade e a isonomia entre os interessados.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A participação no presente procedimento de credenciamento implica o conhecimento e a aceitação das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos, sem prejuízo da observância da legislação aplicável.
14.2. Os interessados e os credenciados são responsáveis pela veracidade, autenticidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados durante o procedimento, sujeitando-se às consequências administrativas, civis e penais cabíveis em caso de irregularidade, conforme a legislação aplicável.
14.3. O CISLIPA poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento, observados os limites legais, os critérios objetivos estabelecidos neste Edital e os princípios da isonomia, da transparência, da impessoalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.
14.4. Os casos omissos serão analisados e decididos pela autoridade competente do CISLIPA, mediante decisão fundamentada, com observância da Lei Federal nº 14.133/2021, das demais normas aplicáveis e das competências administrativas de cada ente participante.

14.5. Os atos, avisos, comunicações e decisões relativos ao presente procedimento serão divulgados pelos meios oficiais indicados neste Edital, observadas as exigências legais de publicidade e transparência.

14.6. Compete aos interessados e aos credenciados acompanhar as publicações e comunicações oficiais relativas ao procedimento, bem como manter atualizados seus dados cadastrais e meios de contato perante o CISLIPA.
14.7. As alterações deste Edital e de seus anexos serão formalizadas e divulgadas pelos meios oficiais pertinentes, observadas as exigências legais e a necessidade de assegurar tratamento isonômico aos interessados, inclusive quanto à avaliação dos efeitos da alteração sobre os requerimentos apresentados e os credenciamentos já realizados.
14.8. A eventual declaração de nulidade ou a impossibilidade de aplicação de determinada disposição deste Edital não prejudicará as demais disposições válidas, desde que possam subsistir de forma autônoma e compatível com a legislação aplicável.
14.9. O credenciamento não assegura contratação, exclusividade, quantitativo mínimo de serviços ou garantia de faturamento às empresas credenciadas, ficando cada contratação condicionada à existência de demanda, à disponibilidade orçamentária e financeira do ente contratante e ao cumprimento das condições estabelecidas neste Edital.
14.10. Os municípios participantes deverão observar as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência nas contratações decorrentes do credenciamento, respeitadas suas competências administrativas, orçamentárias, contratuais e de fiscalização, sem prejuízo das atribuições do CISLIPA na condução do procedimento e na manutenção do cadastro de credenciados.
14.11. Integram este Edital, para todos os fins, os anexos nele relacionados, que deverão ser interpretados conjuntamente com as disposições do instrumento convocatório, observada a legislação aplicável.
I – Anexo I – Termo de Referência
II – Anexo II – Requerimento de Credenciamento;
III – Anexo III – Relação de Documentos para Habilitação;
IV – Anexo IV – Declarações;
V – Anexo V – Tabela de Itens, Quantitativos e Preços;
VI – Anexo VI – Termo de Credenciamento;
VII – Anexo VII – Ata de Sorteio Público para Formação da Lista Oficial de Rodízio;
VIII – Anexo VIII – Minuta do Contrato Administrativo
14.12. Fica indicado o foro da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, para as controvérsias judiciais decorrentes deste procedimento, ressalvadas as regras legais de competência absoluta e as demais disposições legais aplicáveis.

Paranaguá/PR, 15 de outubro de 2026.

MARIA CRISTINA PELLEGRINI DE CARVALHO DE LIMA DIAS
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO PERMANENTE DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO, TIPO B (BRAVO), PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DO SAMU LITORAL 192 E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CISLIPA
1. DO OBJETO
1.1. Este Termo de Referência estabelece as condições para o credenciamento de pessoas jurídicas aptas a disponibilizar ambulâncias de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), para atendimento de necessidades operacionais temporárias do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA e dos municípios consorciados interessados, conforme as condições deste instrumento e do edital.
1.2. O objeto será organizado em dois lotes independentes, conforme as seguintes especificações:
LOTE 1 – LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA SEM CONDUTOR/SOCORRISTA, SEM TÉCNICO DE ENFERMAGEM E SEM INSUMOS: disponibilização de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (BRAVO), com disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas por dia, sem fornecimento de condutor/socorrista, técnico de enfermagem ou insumos pela empresa credenciada, para atendimento de necessidades operacionais temporárias, incluindo reserva técnica e substituição de veículo indisponível, mediante contratação por período mínimo de 15 (quinze) dias consecutivos.
LOTE 2 – LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA COM CONDUTOR/SOCORRISTA, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E INSUMOS: disponibilização integrada de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (BRAVO), com condutor/socorrista devidamente habilitado e qualificado conforme a legislação aplicável, técnico de enfermagem legalmente habilitado e fornecimento dos insumos previstos na contratação, para atendimento das demandas temporárias dos municípios consorciados ao CISLIPA, mediante contratação por diária, conforme a necessidade formalizada pelo ente contratante.
1.3. Para o Lote 1, a contratação observará o período mínimo de 15 (quinze) dias consecutivos. Para o Lote 2, a unidade de contratação será a diária, conforme os quantitativos e os preços de referência estabelecidos na tabela integrante do edital.
1.3.1. A contratação do Lote 1 será utilizada para atender às necessidades temporárias de disponibilização de ambulância sem condutor e sem insumos, respeitado o período mínimo estabelecido neste Termo de Referência.
1.3.2. A contratação do Lote 2 será destinada ao atendimento de demandas que exijam a disponibilização de ambulância com condutor/socorrista, técnico de enfermagem e insumos, sendo a medição realizada por diária efetivamente contratada e executada, conforme as condições estabelecidas no edital e no instrumento contratual.
1.3.3. A escolha do lote e o quantitativo solicitado deverão ser justificados pelo ente contratante de acordo com a necessidade efetiva, o período de utilização e a disponibilidade orçamentária, vedados o fracionamento indevido da demanda e a utilização de modalidade incompatível com o objeto contratado.
4. A contratação poderá atender às necessidades do CISLIPA e dos municípios consorciados de Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaraqueçaba, desde que a demanda seja formalizada, compatível com o objeto e acompanhada da correspondente disponibilidade orçamentária.
1.5. Os quantitativos estimados, as unidades de contratação e os valores unitários e totais de referência são os constantes da tabela abaixo, elaborada com base no Mapa de Cotação nº 49/2026, de 14 de outubro de 2026, que integra a instrução do processo administrativo.

Lote	Descrição resumida	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário de referência	Valor total estimado
1	Locação de ambulância Tipo B, sem condutor/socorrista, técnico de enfermagem e insumos, pelo período de 15 dias	Período de 15 dias	12	R$ 8.317,27	R$ 99.807,28
2	Locação de ambulância Tipo B, por diária, com condutor/socorrista, técnico de enfermagem e insumos	Diária	190	R$ 3.001,70	R$ 570.323,00
Total estimado					R$ 670.130,28

1.5.1. Os valores apresentados constituem referências para o procedimento de credenciamento e para as contratações dele decorrentes, observadas as condições estabelecidas no edital.
1.5.2. Os quantitativos são estimativos e não representam garantia de contratação mínima, ficando cada contratação condicionada à necessidade efetiva do ente contratante, à disponibilidade orçamentária e às demais condições previstas no edital.
1.6. Os veículos, equipamentos, profissionais e insumos deverão atender à legislação de trânsito, às normas sanitárias e técnicas aplicáveis às ambulâncias Tipo B, às exigências de habilitação profissional e às demais normas pertinentes.
1.7. A contratação será formalizada por cada ente contratante, de acordo com as regras do edital e a legislação aplicável. O credenciamento não gera, por si só, obrigação de contratação.
2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA NECESSIDADE
2.1. A contratação busca assegurar a continuidade e a disponibilidade operacional do atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência no âmbito do SAMU Litoral 192, bem como atender demandas temporárias dos municípios consorciados.

2.2. Conforme registrado no DFD, a unidade de Frota e Logística do CISLIPA, por meio do Memorando nº 74/2026, de 9 de outubro de 2026, solicitou ambulância Tipo B para compor a reserva técnica e permitir a substituição temporária de viaturas indisponíveis por avarias, manutenção preventiva ou corretiva ou outras ocorrências.
2.3. A indisponibilidade de ambulâncias pode comprometer a capacidade operacional do serviço. A existência de solução temporária de substituição busca reduzir esse risco e contribuir para a continuidade do atendimento à população.
2.4. A demanda também contempla a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá – SEMSA, por meio do Ofício nº 2177/2026, de 14 de outubro de 2026, para disponibilização de ambulância com condutor/socorrista, técnico de enfermagem e insumos destinados à cobertura assistencial de eventos públicos, incluindo a Cavalgada e a 213ª Festa Estadual de Nossa Senhora do Rocio.
2.4.1. Ofício nº 2211/2026 da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá – SMSA – de 15 de outubro de 2026, onde se constata a necessidade de dispor de solução que permita o atendimento de atividades temporárias que exijam suporte assistencial, sem prejuízo de continuidade das atividades ordinárias dos serviços de saúde.
2.5. Outras demandas temporárias dos municípios poderão ser atendidas se forem formalmente justificadas, compatíveis com o objeto, previstas nos quantitativos e atendidas as condições administrativas, técnicas e orçamentárias.
2.6. A divisão em dois lotes decorre das diferentes necessidades: no Lote 1, o ente contratante poderá dispor de condutor e estrutura própria; no Lote 2, será contratada solução integrada com veículo, condutor, técnico de enfermagem e insumos.
2.7. O CISLIPA conduzirá o procedimento de credenciamento e consolidará as necessidades apresentadas, sem afastar a responsabilidade de cada município pela formalização de sua demanda, pela disponibilidade orçamentária e pela gestão do contrato que celebrar.
2.8. A solução definitiva deverá ser compatível com as conclusões do Estudo Técnico Preliminar – ETP, com a pesquisa de preços, os quantitativos consolidados e a análise técnica e jurídica do processo.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O procedimento observará a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os arts. 6º, XLIII, 74, IV, 78, I, e 79, além das disposições pertinentes à fase preparatória, habilitação, publicidade, formalização, execução, fiscalização e sanções.
3.2. O credenciamento será estruturado na hipótese legal que se mostrar compatível com o objeto, especialmente a contratação paralela e não excludente, desde que atendidos os pressupostos legais e que a convocação e a distribuição da demanda sigam critérios objetivos e previamente divulgados.
3.3. O edital, este Termo de Referência, os contratos decorrentes e os demais documentos do procedimento deverão manter coerência entre si e observar a regulamentação aplicável ao CISLIPA e aos municípios participantes, bem como a orientação da Assessoria Jurídica.
3.4. A formalização de cada contratação deverá observar o enquadramento legal do credenciamento, os critérios objetivos de distribuição da demanda, os preços de referência e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, sem prejuízo da análise jurídica do procedimento, quando cabível.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento busca formar uma rede de pessoas jurídicas aptas a atender demandas variáveis e eventuais de locação de ambulâncias, mediante condições padronizadas e requisitos previamente estabelecidos.
4.2. A solução considera a possibilidade de indisponibilidade temporária de veículos da frota, necessidade de reserva técnica e solicitações específicas dos municípios, inclusive para cobertura de eventos.
4.3. A existência de mais de um prestador habilitado pode ampliar as alternativas de atendimento e reduzir a dependência de um único fornecedor, desde que o edital estabeleça regras objetivas para convocação, manifestação de disponibilidade, distribuição das demandas e contratação.
4.4. O credenciamento não assegura contratação mínima a qualquer credenciada. Cada contratação dependerá de necessidade efetiva, disponibilidade do prestador, observância das regras do edital e disponibilidade orçamentária do ente contratante.
4.5. O CISLIPA manterá e divulgará a relação atualizada dos credenciados e as informações necessárias à convocação, conforme as competências definidas no edital.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste na disponibilização, sob demanda, de ambulâncias Tipo B por pessoas jurídicas previamente credenciadas, conforme o lote, a necessidade formalizada e as condições deste Termo de Referência.
5.2. No Lote 1, a credenciada fornecerá somente o veículo, sem condutor/socorrista, técnico de enfermagem ou insumos. O ente contratante será responsável pela condução e pela utilização do veículo, observadas as obrigações contratuais.
5.3. No Lote 2, a credenciada fornecerá o veículo, o condutor/socorrista, o técnico de enfermagem e os insumos especificados na contratação, além de gerir os profissionais e cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho que lhe couberem.
5.4. A execução deverá contemplar solicitação, convocação, disponibilização, inspeção e recebimento do veículo, utilização, comunicação de ocorrências, substituição quando necessária, devolução, medição, ateste e pagamento.
5.5. A fiscalização da execução contratual caberá ao ente que celebrar o contrato, sem prejuízo das atribuições do CISLIPA na condução e administração do procedimento de credenciamento.

6. DAS DEFINIÇÕES

6.1. Credenciamento: procedimento auxiliar pelo qual a Administração convoca interessados a prestar determinado serviço, habilitando os que atendam às condições estabelecidas, conforme a hipótese legal aplicável.
6.2. Credenciada: pessoa jurídica habilitada no procedimento e apta a ser convocada para eventual contratação, nos termos do edital.
6.3. Ente contratante: CISLIPA ou município consorciado que formalizar a contratação, conforme as competências e condições previstas no edital.
6.4. Convocação: comunicação formal para que a credenciada informe sua disponibilidade e, quando cabível, apresente os documentos necessários à contratação.
6.5. Ordem de serviço ou instrumento equivalente: documento que autoriza o início da execução, com indicação do lote, período, local, horários e demais condições aplicáveis.
6.6. Disponibilização: entrega do veículo em condições adequadas de uso, com documentação regular e, no Lote 2, com profissionais e insumos previstos na contratação.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Requisitos gerais dos veículos

7.1.1. A ambulância deverá ser de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), com ano de fabricação/modelo mínimo de 2024, em condições adequadas de conservação, funcionamento, segurança, higiene e operacionalidade, atendendo às normas técnicas, sanitárias e de trânsito aplicáveis.
7.1.2. O veículo deverá possuir documentação regular e equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação aplicável à sua categoria e finalidade.

7.1.3. Disponibilização inicial e substituição das ambulâncias

A empresa credenciada deverá disponibilizar a ambulância no local indicado pelo ente contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da solicitação formal de disponibilização, observadas as condições e os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.
A empresa deverá possuir capacidade logística e operacional para cumprir o prazo estabelecido, independentemente da localização de sua sede ou unidade operacional, considerando as condições de acesso ao litoral e as condições de tráfego.
Em caso de pane, avaria ou outra ocorrência que comprometa a utilização da ambulância, a empresa deverá providenciar a substituição do veículo por outro de especificações iguais ou superiores, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contado da primeira comunicação da ocorrência, realizada por ligação telefônica ou aplicativo de mensagens, inclusive WhatsApp, sem prejuízo do posterior registro formal pela contratante.
Os prazos previstos neste item aplicam-se aos dois lotes, respeitadas as respectivas características e obrigações, inclusive quanto à

disponibilização dos profissionais e dos insumos exigidos para o Lote 2.

7.2. Seguro

7.2.1. A ambulância deverá possuir seguro vigente durante todo o período de disponibilização, compatível com o uso do veículo e com os riscos envolvidos.

7.2.2. A apólice deverá prever, no mínimo, coberturas para danos ao veículo, danos materiais e corporais a terceiros e acidentes pessoais de passageiros, além de assistência e reboque, conforme limites definidos no edital.

7.2.3. A existência de seguro não afasta as responsabilidades legais e contratuais das partes.

7.3. Manutenção, substituição e abastecimento

7.3.1. A manutenção preventiva e corretiva será de responsabilidade da credenciada, incluindo reparos, peças, componentes, pneus e providências necessárias ao funcionamento e à segurança do veículo, sem custo adicional ao ente contratante.

7.3.2. Em caso de pane, avaria, acidente, defeito ou outra irregularidade que impeça ou comprometa a utilização segura da ambulância, a credenciada deverá providenciar a substituição do veículo por outro de especificações iguais ou superiores, observando o prazo e as condições estabelecidos no item 7.1.3 deste Termo de Referência.

7.3.3. Para fins de contagem do prazo de substituição, será considerada a primeira comunicação realizada à credenciada por ligação telefônica ou aplicativo de mensagens, inclusive WhatsApp. A posterior formalização por e-mail ou outro meio escrito servirá para fins de registro e comprovação da ocorrência, não interrompendo nem reiniciando a contagem do prazo.

7.3.4. A credenciada manterá canais de comunicação disponíveis durante todo o período de execução. A ocorrência deverá ser registrada, sempre que possível, com horário, identificação do comunicante e do veículo e descrição sucinta do problema.

7.3.5. A ambulância substituta deverá ser disponibilizada no local indicado pelo ente contratante, em condições adequadas de funcionamento, segurança, higiene e regularidade documental, sem custo adicional.

7.3.6. O abastecimento de combustível será de responsabilidade do ente contratante e não integrará o preço da locação, tanto no Lote 1 quanto no Lote 2.

7.3.7. No Lote 1, o contrato deverá definir claramente a responsabilidade pela condução, guarda e danos decorrentes da utilização do veículo. No Lote 2, a credenciada responderá pelas obrigações relativas ao veículo e aos profissionais que disponibilizar, sem prejuízo da apuração das responsabilidades do ente contratante.

7.4. Requisitos específicos do Lote 1

7.4.1. O veículo será disponibilizado sem condutor/socorrista, técnico de enfermagem ou insumos. O ente contratante deverá assegurar que a condução seja realizada por profissional legalmente habilitado e que a utilização ocorra nos limites autorizados.

7.4.2. A entrega e a devolução serão registradas, com indicação de data, horário, quilometragem e estado aparente do veículo, bem como dos acessórios e documentos entregue**s.**

7.5. Requisitos específicos do Lote 2

7.5.1. A credenciada disponibilizará condutor/socorrista devidamente habilitado e qualificado conforme a legislação aplicável à condução de ambulâncias e técnico de enfermagem com formação e inscrição regular no COREN, quando exigível, respeitadas as atribuições legais da profissão.

7.5.2. A solicitação e o instrumento de contratação deverão indicar o período, os horários, a escala, o local de apresentação, as atividades esperadas e as condições de substituição dos profissionais. O dimensionamento da equipe deverá ser compatível com a demanda do ente contratante e validado pela área técnica antes da formalização de cada contratação.

7.5.3. A credenciada será responsável pela gestão dos profissionais, remuneração e cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho aplicáveis.

7.5.4. A credenciada deverá substituir profissional que não possa comparecer ou permanecer na execução, no prazo e nas condições definidos no edital e no contrato, sem interrupção indevida do serviço.

7.6. INSUMOS E MATERIAIS DE CONSUMO DO LOTE 2

7.6.1. A contratação do Lote 2 compreenderá o fornecimento dos insumos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, conforme as especificações e as quantidades expressamente definidas na solicitação do ente contratante e no respectivo instrumento de contratação**.**

7.6.2. Para atendimento das demandas apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá – SEMSA, por meio dos Ofícios nº 2177/2026, de 14 de outubro de 2026, e nº 2211/2026, de 15 de outubro de 2026, foi indicada a seguinte relação preliminar de materiais:

Item	Material	Quantidade indicada
1	Atadura de crepe, 15 cm	300 unidades
2	Gaze	500 unidades
3	Soro fisiológico 0,9%, frasco de 100 mL	300 unidades
4	Fita microporosa (Micropore), tamanho médio	100 unidades
5	Luvas de procedimento, tamanhos P, M e G	20 caixas de cada tamanho
6	Lanceta	1.000 unidades
7	Fita reagente para glicemia capilar (HGT)	1.000 unidades
8	Caixa coletora de perfurocortantes, tamanho médio	50 unidades
9	Álcool 70%	50 litros
10	Algodão em bola	50 pacotes

7.6.3. As quantidades indicadas no item 7.6.2 referem-se às demandas específicas que fundamentaram a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaguá e não constituem quantitativos automáticos por diária ou por contratação. A aplicação dessas quantidades deverá observar a necessidade efetiva, a duração do atendimento, a quantidade de diárias solicitadas e as condições definidas pelo ente contratante.

7.6.4. Para as demais contratações do Lote 2, os insumos exigidos deverão ser especificados previamente na solicitação e no respectivo instrumento de contratação, com indicação dos materiais e das quantidades necessárias à demanda, respeitados o objeto, os preços de referência e as condições estabelecidas no edital.

7.6.5. Os materiais fornecidos deverão ser novos, estar em condições adequadas de uso e conservação, possuir identificação e prazo de validade quando aplicáveis e atender às exigências sanitárias pertinentes.

7.6.6. A entrega dos insumos deverá ocorrer nos locais e prazos definidos na solicitação aceita e no instrumento de contratação, cabendo à credenciada assegurar acondicionamento, transporte e conservação adequados.

7.7. Localização e disponibilidade operacional

7.7.1. A credenciada deverá assegurar a entrega da ambulância no local e no prazo indicados na convocação aceita e no instrumento contratual.

7.7.2. Capacidade operacional e prazos de atendimento

7.7.3. Não será estabelecida distância geográfica máxima para a localização da sede ou da unidade operacional da empresa credenciada, desde que sejam cumpridos os prazos e as condições operacionais previstos neste Termo de Referência.

7.7.4. A empresa credenciada deverá possuir capacidade logística e operacional para disponibilizar a ambulância no local indicado pela contratante, dentro do prazo estabelecido para cada solicitação, considerando as condições de acesso ao litoral, os trechos rodoviários de serra e as condições de tráfego.

7.7.5. A substituição da ambulância em caso de pane, avaria ou outra ocorrência que comprometa sua utilização deverá observar o prazo máximo e as condições estabelecidos no item 7.1.3 deste Termo de Referência.

7.8. Comprovação dos requisitos

7.8.1. A comprovação será realizada por documentos pertinentes e proporcionais ao objeto, nos momentos definidos no edital e antes da disponibilização do veículo ou dos profissionais.

7.8.2. A credenciada deverá manter durante a execução as condições de habilitação, a regularidade documental do veículo e a regularidade profissional dos trabalhadores alocados.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO

8.1. A execução ocorrerá sob demanda, mediante solicitação formal do ente interessado e observância dos critérios de convocação definidos no edital.

8.2. A solicitação indicará, no mínimo, o lote, a quantidade, o período pretendido, o local e horário de disponibilização, a finalidade, os

horários ou escalas aplicáveis ao Lote 2 e as demais condições necessárias.

8.3. A disponibilização inicial da ambulância deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da solicitação formal pela empresa credenciada, conforme estabelecido no item 7.1.3 deste Termo de Referência. A solicitação deverá indicar o local de apresentação do veículo e as demais condições necessárias à disponibilização, observadas as exigências específicas de cada lote.

8.4. No Lote 1, a ambulância será entregue sem condutor/socorrista, equipe assistencial ou insumos. No Lote 2, deverá ser entregue com condutor/socorrista, técnico de enfermagem e insumos previstos na contratação.

8.5. No recebimento, representante do ente contratante verificará as condições gerais do veículo, a documentação, os equipamentos obrigatórios e, no Lote 2, a presença dos profissionais e materiais contratados.

8.6. Irregularidades deverão ser registradas e comunicadas à credenciada para correção, substituição ou adoção das providências cabíveis.

8.7. A entrega, utilização e devolução serão registradas com datas e horários e, quando pertinente, quilometragem e condições do veículo.

8.8. A execução será considerada concluída após o término do período contratado, a verificação de conformidade, a entrega dos registros exigidos e o ateste do responsável designado.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas pelo ente que o celebrar, por agentes formalmente designados, conforme a Lei nº 14.133/2021.

9.2. Compete ao gestor e ao fiscal acompanhar a execução, verificar o cumprimento das especificações, prazos e obrigações, registrar ocorrências, solicitar correções, atestar as parcelas executadas e propor as medidas administrativas cabíveis.

9.3. A fiscalização abrangerá, conforme o lote: regularidade e estado do veículo; cumprimento dos prazos de disponibilização e substituição; vigência do seguro; manutenção; registros de entrega e devolução; presença e habilitação dos profissionais; fornecimento dos insumos; e cumprimento das condições contratuais.

9.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da credenciada pela execução adequada do objeto.

9.5. O CISLIPA poderá acompanhar a regularidade do credenciamento e manter a relação atualizada de credenciados, sem substituir as atribuições do ente contratante na fiscalização do contrato que celebrar.

9.6. Caberá ao CISLIPA conduzir e gerenciar o procedimento de credenciamento, manter os registros administrativos correspondentes e disponibilizar aos municípios consorciados a relação atualizada das pessoas jurídicas credenciadas, observadas as atribuições que lhe competem. Caberá a cada município que formalizar contratação realizar a respectiva gestão e fiscalização contratual, acompanhar a execução do objeto, registrar eventuais ocorrências e adotar as providências cabíveis no âmbito de suas competências.

10. DA MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E ATESTE

10.1. A medição observará a unidade de contratação e o período efetivamente executado, conforme a tabela de preços do edital e o contrato.

10.2. No Lote 1, a medição considerará o período de disponibilização do veículo, comprovado pelos registros de entrega e devolução.

10.3. No Lote 2, a medição considerará o cumprimento do período, horários e condições contratadas, incluindo veículo, condutor/socorrista, técnico de enfermagem e insumos.

10.4. A comprovação poderá incluir registros de disponibilização do veículo, escalas dos profissionais, relatório de execução e comprovantes de entrega dos insumos, conforme a natureza da contratação.

10.5. Não serão atestadas parcelas referentes a objeto não executado, indisponibilidade imputável à credenciada ou obrigação descumprida, observados o contrato, a apuração dos fatos e o direito de manifestação da contratada.

10.6. O recebimento e o ateste serão realizados por responsável designado pelo ente contratante após verificação da conformidade do objeto e dos documentos.

11. DA CONVOCAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Identificada a necessidade, o ente interessado consultará a relação atualizada de credenciados e convocará o prestador conforme os critérios objetivos, impessoais e previamente divulgados no edital.

11.2. A convocação deverá indicar, no mínimo: lote; quantidade; período de utilização; local e horário de apresentação; finalidade; prazo para resposta; e, no Lote 2, horários, escala, composição de equipe e insumos exigidos.

11.3. A credenciada deverá responder no prazo previsto no edital, informando se dispõe de capacidade para atender integralmente à solicitação. A recusa justificada ou indisponibilidade será tratada conforme as regras previamente estabelecidas.

11.4. Havendo necessidade de contratação e existindo mais de uma empresa credenciada apta a atender à demanda, a convocação observará a ordem de convocação estabelecida por meio de sorteio público, realizado separadamente para o Lote 1 e para o Lote 2, conforme os critérios previstos no item 13 deste Termo de Referência e no edital de credenciamento. A empresa será convocada de acordo com a ordem correspondente ao lote pretendido, devendo manifestar sua disponibilidade para atendimento nas condições e nos prazos estabelecidos. Em caso de recusa, indisponibilidade ou ausência de manifestação no prazo previsto no edital, poderá ser convocada a empresa subsequente, com registro da ocorrência e observância das regras aplicáveis.

11.5. Definida a credenciada, o ente contratante verificará a disponibilidade orçamentária, emitirá o empenho e formalizará o contrato ou instrumento cabível, antes do início da execução.

11.6. O credenciamento não obriga o ente a contratar, nem assegura quantidade mínima de solicitações a qualquer credenciada.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

12.1. Cada ente que formalizar contratação deverá indicar a dotação orçamentária aplicável, comprovar a disponibilidade orçamentária e financeira e emitir o empenho correspondente antes da contratação.

12.1.1. A identificação da dotação orçamentária deverá constar do processo administrativo de contratação do respectivo ente demandante e do instrumento contratual ou equivalente, conforme as normas aplicáveis, com indicação da classificação orçamentária pertinente à despesa.

12.1.2. Quando a contratação for realizada diretamente por município consorciado, caberá ao respectivo município indicar a dotação orçamentária própria, providenciar a reserva dos recursos, quando aplicável, e emitir o empenho correspondente, não cabendo ao CISLIPA assumir obrigação financeira decorrente de contratação da qual não participe como contratante.

12.1.3. Caso o CISLIPA venha a formalizar contratação em nome próprio, deverá indicar a dotação orçamentária correspondente à despesa que assumir, observadas as normas orçamentárias e financeiras aplicáveis.

12.1.4. A formalização de cada contratação ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para suportar a despesa, sem prejuízo das demais exigências legais aplicáveis.

13. DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

13.1. A distribuição das demandas entre as empresas credenciadas será realizada mediante sorteio público, observados critérios objetivos, impessoais e transparentes, conforme as regras estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

13.2. O sorteio deverá estabelecer a ordem de convocação das empresas credenciadas para cada lote, considerando separadamente as empresas habilitadas para o Lote 1 e para o Lote 2, de acordo com os requisitos e as condições de atendimento de cada modalidade.

13.3. O procedimento de sorteio deverá ser previamente divulgado, com indicação da data, do horário, da forma de realização e dos meios de acompanhamento pelos interessados, assegurando-se o registro do resultado em ata ou documento equivalente, com a identificação das empresas sorteadas e da respectiva ordem de convocação.

13.4. A convocação observará a ordem estabelecida no sorteio, devendo a empresa convocada manifestar sua disponibilidade para atender à demanda nas condições, nos prazos e no período indicados. Em caso de recusa, indisponibilidade ou ausência de manifestação no prazo estabelecido no edital, poderá ser convocada a empresa subsequente, com o devido registro da ocorrência.

13.5. A recusa ou indisponibilidade devidamente justificada será analisada conforme as regras do edital, não constituindo

automaticamente infração. As recusas injustificadas e os descumprimentos das obrigações assumidas poderão ensejar as consequências previstas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

13.6. As empresas credenciadas após a realização do sorteio inicial serão incluídas ao final da ordem de convocação vigente do respectivo lote, mediante sorteio público complementar, realizado separadamente para cada lote que contar com novos credenciados. O sorteio complementar definirá a ordem de convocação entre os novos ingressantes, preservando-se as posições anteriormente estabelecidas para as empresas já incluídas na lista. O procedimento deverá ser previamente divulgado, registrado em ata ou documento equivalente e incorporado à lista atualizada de convocação, asseguradas a publicidade, a transparência, a isonomia e a rastreabilidade dos atos. A convocação dos novos credenciados observará a ordem resultante do sorteio complementar, após os credenciados que já integravam a lista, respeitadas as regras de convocação, recusa, indisponibilidade e demais condições previstas neste Termo de Referência e no edital.

13.7. O CISLIPA manterá registro atualizado dos sorteios, da ordem de convocação e das ocorrências relacionadas à distribuição das demandas, disponibilizando as informações aos interessados e aos municípios consorciados, conforme as regras do edital e as competências institucionais.

14. DOS REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO

14.1. Habilitação jurídica

14.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social vigente e registrado, conforme o tipo societário, e documentos de identificação e representação de quem assinará pela pessoa jurídica.

14.1.2. Comprovante de inscrição no CNPJ.

14.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

14.2.1. Comprovação de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, conforme aplicável; regularidade do FGTS; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos exigíveis pela legislação.

14.3. Qualificação técnica e operacional

14.3.1. Documentação do veículo e comprovação de que a pessoa jurídica dispõe de ambulância compatível com o lote para o qual pretende credenciar-se, nos termos e no momento definidos no edital.

14.3.2. Para o Lote 2, relação dos profissionais que poderão ser alocados, comprovação de habilitação, qualificação do condutor/socorrista nos termos aplicáveis e inscrição regular do técnico de enfermagem no COREN, quando exigível, além de comprovação do vínculo ou da forma legal de disponibilização admitida no edital.

14.3.3. Os documentos sanitários, registros, licenças, autorizações ou inscrições legalmente exigíveis deverão ser apresentados pela credenciada no momento da contratação, conforme a atividade e a estrutura efetivamente utilizadas, observadas as exigências legais aplicáveis ao objeto contratado.

14.3.4. Declaração de disponibilidade para cumprir as condições, prazos e obrigações do lote pretendido.

14.3.5. A documentação exigida deverá ser pertinente e proporcional ao objeto, vedadas exigências sem relação demonstrada com a execução contratual.

14.4 Do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte

14.4.1. Poderão participar do procedimento de credenciamento as microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e demais pessoas jurídicas que atendam aos requisitos estabelecidos no edital, observadas as condições e exigências aplicáveis ao objeto.

14.4.2. Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e na legislação aplicável, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista, quando cabível, observados os requisitos legais e as particularidades do procedimento de credenciamento.

14.4.3. O tratamento favorecido não dispensará o cumprimento dos requisitos técnicos, operacionais, sanitários e profissionais legalmente exigíveis para a execução do objeto.

14.4.4. A aplicação de benefícios específicos, inclusive eventual exclusividade ou reserva de participação, dependerá de análise de compatibilidade com o procedimento de credenciamento, com a natureza do objeto e com a legislação aplicável, mediante justificativa no processo administrativo, quando exigível.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

15.1. Manter, durante o credenciamento e a execução contratual, as condições de habilitação exigidas e comunicar alterações relevantes.

15.2. Disponibilizar veículo que atenda às especificações, com documentação regular, seguro vigente e condições adequadas de funcionamento, segurança e higiene.

15.3. Realizar manutenção preventiva e corretiva e arcar com os custos de reparos e substituições sob sua responsabilidade.

15.4. Cumprir o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a disponibilização inicial da ambulância, contado do recebimento da solicitação formal, e o prazo máximo de 2 (duas) horas para substituição do veículo em caso de pane, avaria ou outra ocorrência que comprometa sua utilização, contado da primeira comunicação por telefone ou WhatsApp, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

15.5. No Lote 2, disponibilizar profissionais habilitados, gerir suas escalas e assegurar o fornecimento dos insumos previstos.

15.6. Cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de saúde e segurança do trabalho aplicáveis aos profissionais que disponibilizar.

15.7. Comunicar imediatamente ocorrências que possam comprometer a execução e manter canais de contato atualizados e disponíveis.

15.8. Responder pelos danos que causar por ação ou omissão, conforme a legislação e o contrato.

15.9. Manter sigilo e proteger dados pessoais eventualmente acessados durante a execução, observando a legislação aplicável.

15.10. Não transferir obrigações contratuais a terceiros sem autorização quando esta for legal e contratualmente exigida.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO ENTE CONTRATANTE

16.1. Formalizar a demanda com informações suficientes para execução, indicando lote, período, local e condições aplicáveis.

16.2. Verificar a disponibilidade orçamentária e financeira, emitir o empenho e formalizar o contrato antes do início da execução.

16.3. Designar gestor e fiscal e acompanhar a execução, registrando ocorrências e atestando somente o objeto efetivamente executado.

16.4. No Lote 1, providenciar condutor/socorrista legalmente habilitado e responder pela utilização do veículo conforme o contrato.

16.5. Responsabilizar-se pelo abastecimento de combustível, conforme previsto neste Termo de Referência.

16.6. Comunicar panes, avarias e demais ocorrências pelos canais indicados, sem prejuízo da formalização escrita.

16.7. Efetuar os pagamentos devidos após a regular execução, liquidação e ateste, observados o contrato e a legislação.

16.8. Adotar as providências administrativas cabíveis em caso de falhas, assegurados os procedimentos legais.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CISLIPA

17.1. Conduzir o procedimento de credenciamento e divulgar o edital e seus atos nos meios oficiais aplicáveis.

17.2. Receber e analisar a documentação dos interessados, conforme as regras do edital, e manter atualizada a relação de credenciados.

17.3. Consolidar as informações e demandas fornecidas pelos municípios para fins de planejamento do procedimento, sem substituir a responsabilidade de cada ente por sua contratação.

17.4. Manter registro das convocações e da distribuição da demanda, na medida prevista no edital.

17.5. Prestar esclarecimentos aos interessados e comunicar aos municípios as informações relevantes sobre a situação do credenciamento.

17.6. O CISLIPA não será responsável pela execução, fiscalização direta ou pagamento de contrato celebrado exclusivamente por município, salvo previsão expressa em instrumento próprio.

18. DOS LOCAIS DE DISPONIBILIZAÇÃO E EXECUÇÃO

18.1. A ambulância será disponibilizada no local indicado na solicitação aceita e no contrato, podendo a utilização ocorrer nos municípios consorciados ou em locais relacionados à finalidade da contratação.

18.2. A solicitação deverá indicar o endereço de apresentação e, quando pertinente, a área de operação, os horários e as condições de acesso.

18.3. No Lote 2, a credenciada deverá assegurar que veículo e profissionais se apresentem no local e horário contratados, observadas as condições de segurança e execução.

18.4. O recebimento e a devolução serão registrados pelo ente contratante, com indicação das condições do veículo e das ocorrências relevantes.

19. DA FISCALIZAÇÃO E DO REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

19.1. O ente contratante designará formalmente gestor e fiscal do contrato.

19.2. A fiscalização verificará, conforme o lote, estado e documentação do veículo, seguro, manutenção, prazos, substituições, disponibilidade dos profissionais, entrega de insumos e cumprimento das demais obrigações.

19.3. As ocorrências serão registradas e comunicadas à credenciada, com indicação das providências e prazos para correção, quando cabíveis.

19.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da credenciada.

20. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

20.1. A medição dos serviços será realizada conforme as unidades de contratação, os quantitativos e os valores unitários estabelecidos na tabela de preços do edital e no respectivo instrumento contratual, observadas as características e as condições de execução de cada lote.

20.2. Para o Lote 1, a medição corresponderá ao período contratado de 15 (quinze) dias consecutivos, com disponibilização da ambulância durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, mediante comprovação da entrega, da permanência do veículo em condições adequadas de uso e da respectiva devolução, conforme os registros de execução.

20.3. Para o Lote 2, a medição corresponderá às diárias efetivamente contratadas e executadas, compreendendo a disponibilização da ambulância, do condutor/socorrista, do técnico de enfermagem e dos insumos previstos para a respectiva contratação, mediante comprovação da execução e observância das condições estabelecidas no instrumento contratual.

20.4. O pagamento será efetuado pelo ente contratante após a apresentação da nota fiscal, dos documentos exigidos e do ateste da execução, observados os prazos e as condições previstos no respectivo instrumento contratual e na legislação aplicável.

20.5. Havendo erro na nota fiscal, pendência documental ou outro impedimento à regular liquidação da despesa, o pagamento ficará condicionado à respectiva regularização, observadas as normas aplicáveis.

20.6. Serão realizadas as retenções tributárias legalmente exigíveis.

20.7. Os critérios de reajuste dos preços serão definidos no edital e no instrumento contratual, com indicação do índice aplicável e do marco temporal pertinente, observada a legislação aplicável. Eventual atualização dos valores de referência do credenciamento deverá ser devidamente justificada, formalizada e divulgada pelos meios oficiais cabíveis.

21. DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

21.1. Os indicadores abaixo servirão para acompanhamento gerencial e fiscalização. As metas e consequências deverão ser compatíveis com o lote e com o contrato.

Indicador	Forma de verificação	Responsável
Disponibilização no prazo	Registro de solicitação, convocação e entrega	Fiscal do contrato
Substituição em até 2 horas	Registro do primeiro contato e da entrega do veículo substituto	Fiscal do contrato
Regularidade documental e seguro	Conferência de documentos	Fiscal do contrato
Disponibilidade do veículo	Registro de entrega, uso e devolução	Fiscal do contrato
Disponibilidade de profissionais – Lote 2	Escalas e registro de apresentação	Fiscal do contrato
Entrega dos insumos – Lote 2	Conferência e comprovante de entrega	Fiscal do contrato
Ocorrências e correções	Relatórios e comunicações formais	Gestor/fiscal do contrato

21.2. Os indicadores não constituem, isoladamente, causa automática de sanção; as consequências dependerão da apuração dos fatos, do contrato e da legislação.

22. DA GESTÃO DE RISCOS

Risco identificado	Medida mitigadora	Responsável principal
Ausência de interessados aptos	Divulgação adequada e manutenção do credenciamento aberto conforme o edital	CISLIPA
Indisponibilidade do veículo	Convocação conforme critérios objetivos e exigência de disponibilidade comprovada	Ente contratante/CISLIPA
Pane ou avaria durante a execução	Manutenção preventiva e substituição em até 2 horas	Credenciada
Indisponibilidade de profissional – Lote 2	Gestão de escala e substituição conforme prazo contratual	Credenciada
Falha no fornecimento de insumos	Especificação prévia, conferência na entrega e reposição quando cabível	Credenciada
Perda de condição de habilitação	Atualização documental e verificação periódica	CISLIPA/ente contratante
Ausência ou redução de demanda	Ausência de garantia de contratação mínima	Ente contratante
Descredenciamento durante contrato vigente	Comunicação entre as partes e adoção de medidas para preservar a continuidade contratual	CISLIPA/ente contratante

23. DAS SANÇÕES E DO DESCREDENCIAMENTO

23.1. O descumprimento das obrigações sujeitará a credenciada às medidas e sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, conforme a competência do órgão ou ente responsável e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

23.2. As sanções legalmente cabíveis poderão incluir advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, observados os pressupostos legais, a gravidade da infração e o devido processo.

23.3. O descredenciamento poderá ocorrer a pedido da credenciada, por perda de condição de habilitação, descumprimento das regras do edital, encerramento das atividades ou decisão administrativa motivada, sempre conforme a legislação e o procedimento aplicável.

23.4. O pedido de descredenciamento não extingue automaticamente contratos em vigor. A continuidade, alteração ou extinção desses contratos será analisada pelo respectivo ente contratante, observadas a lei e as condições contratuais.

23.5. Compete ao ente contratante apurar as infrações relacionadas à execução do contrato que houver celebrado, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos, à disponibilização do veículo, à atuação dos profissionais e ao fornecimento dos insumos, adotando as providências e aplicando as sanções cabíveis no âmbito de sua competência legal. Compete ao CISLIPA, no âmbito de suas atribuições, apurar as irregularidades relacionadas à condução do procedimento de credenciamento e à manutenção das condições de habilitação dos credenciados, adotando as providências cabíveis quanto à permanência da empresa no procedimento. A definição de competências para instauração e condução dos processos sancionatórios, bem como para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, deverá observar a legislação aplicável, as competências legais de cada ente e as disposições do edital e dos respectivos contratos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24. DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

24.1. O prazo de vigência do credenciamento, as condições para sua eventual prorrogação e o período para ingresso de novos interessados serão definidos no edital, observadas as disposições legais aplicáveis. As regras estabelecidas deverão ser claras, objetivas e compatíveis entre o edital e este Termo de Referência, assegurando a publicidade do procedimento, a isonomia entre os interessados e a possibilidade de ingresso de novos credenciados durante o período previsto no instrumento convocatório.

24.2. Durante o período de inscrição, novos interessados poderão requerer credenciamento, desde que atendam aos requisitos e aceitem as condições vigentes.

24.3. Alterações de preços ou condições deverão ser precedidas de justificativa, análise técnica e jurídica quando cabível, formalização do ato e divulgação pelos meios oficiais.

25. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

25.1. As partes deverão observar a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e tratar dados pessoais somente para finalidades legítimas relacionadas à execução contratual.

25.2. A credenciada deverá adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger dados pessoais eventualmente acessados, limitar o acesso a pessoas autorizadas e comunicar incidentes conforme a legislação e o contrato.

25.3. É vedado utilizar informações obtidas durante a execução para finalidade incompatível com a contratação.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observadas a Lei nº 14.133/2021, as normas aplicáveis e a orientação jurídica.

26.2. O edital e os instrumentos contratuais deverão detalhar os procedimentos operacionais necessários, sem contrariar este Termo de Referência.

27. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

27.1. Consideradas as necessidades operacionais identificadas, a solução de credenciamento de pessoas jurídicas para disponibilização de ambulâncias Tipo B pode mostrar-se adequada para ampliar as alternativas de atendimento temporário do CISLIPA e dos municípios consorciados, desde que os requisitos, os quantitativos, os preços, os critérios de convocação e a distribuição da demanda sejam definidos de forma objetiva e compatível com a legislação.

27.2. A viabilidade da contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP concluído, na pesquisa de preços realizada e na estimativa dos quantitativos previstos neste Termo de Referência, devendo o prosseguimento do procedimento observar a análise jurídica quanto à adequação do enquadramento legal do credenciamento, dos critérios de distribuição da demanda e dos instrumentos de formalização das contratações.

Paranaguá/PR, 15 de outubro de 2026

MARIA CRISTINA PELLEGRINI DE CARVALHO DE LIMA DIAS
Depto de Licitações e Contratos

RELAÇÃO DOS ANEXOS DO EDITAL
Integram o Edital de Credenciamento nº 01/2026 os seguintes anexos:

ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXO I	Termo de Referência, anexo ao Edital
ANEXO II	Requerimento de Credenciamento
ANEXO III	Relação de Documentos para Habilitação e Credenciamento
ANEXO IV	Declarações da Empresa Interessada no Credenciamento
ANEXO V	Tabela de Itens, Quantitativos e Preços
ANEXO VI	Termo de Credenciamento
ANEXO VII	Ata de Realização do Sorteio Público e Formação da Ordem de Convocação
ANEXO VIII	Minuta do Contrato Administrativo

ANEXO II - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294/2026

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA
Razão Social: _____
Nome Fantasia: _____
CNPJ: _____
Endereço completo: _____
Município/UF: _____
CEP: _____
Representante legal: _____
CPF: _____
Cargo: _____
Telefone/WhatsApp: _____
E-mail: _____
2. LOTE(S) PARA O(S) QUAL(IS) REQUER CREDENCIAMENTO
A empresa acima identificada vem, respeitosamente, requerer seu credenciamento, conforme as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026 e em seus anexos, para o(s) seguinte(s) lote(s):
( ) LOTE 1 — LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA SEM CONDUTOR E SEM INSUMOS: disponibilização de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), para reserva técnica, substituição temporária de veículos indisponíveis e outras necessidades operacionais compatíveis com o objeto.
( ) LOTE 2 — LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA COM CONDUTOR, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E INSUMOS: disponibilização integrada de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), condutor habilitado, técnico em enfermagem e insumos previstos no Termo de Referência.
3. DECLARAÇÕES
A requerente declara que:
I — conhece e aceita as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026, no Termo de Referência e nos demais anexos;
II — apresenta a documentação exigida para habilitação e credenciamento, responsabilizando-se pela autenticidade e veracidade das informações prestadas;
III — possui condições técnicas e operacionais para atender aos requisitos do(s) lote(s) para o(s) qual(is) solicita credenciamento;
IV — está ciente de que o credenciamento não garante contratação, exclusividade ou demanda mínima, devendo as contratações observar a necessidade da entidade contratante, a disponibilidade orçamentária e as regras de convocação previstas no edital;
V — compromete-se a manter atualizadas as informações cadastrais e a comunicar fatos supervenientes que possam afetar sua habilitação ou capacidade de execução;
VI — está ciente de que cada contratação será formalizada pela entidade que efetivamente demandar o serviço, conforme as condições do edital e a legislação aplicável.
4. DADOS PARA CONVOCAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Responsável pelo recebimento das convocações: _____
Telefone/WhatsApp: _____
E-mail para comunicações: _____A requerente solicita o recebimento das comunicações referentes ao procedimento de credenciamento pelos contatos acima informados, comprometendo-se a comunicar formalmente qualquer alteração.
Por ser expressão da verdade, firma o presente requerimento.
_____, ____ de _____ de _____.
Nome do representante legal: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

ANEXO III - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294/2026
Razão Social: _____
CNPJ: _____
Lote(s) pretendido(s): ( ) Lote 1 ( ) Lote 2
A documentação deverá ser apresentada conforme as exigências do Edital de Credenciamento nº 01/2026 e de seu Termo de Referência.
1. HABILITAÇÃO JURÍDICA
( ) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado das alterações pertinentes ou da respectiva consolidação, conforme o caso.
( ) Documento de eleição ou nomeação dos administradores, quando aplicável.
( ) Documento de identificação do representante legal.
( ) Procuração e documento de identificação do procurador, quando houver representação por procurador.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
( ) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
( ) Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União.
( ) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual, quando exigível.
( ) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, quando exigível.
( ) Certificado de Regularidade do FGTS, quando exigível.
( ) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa, conforme aplicável.
3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
( ) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou documento equivalente exigido no edital, observadas as disposições legais aplicáveis.
4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOCUMENTAÇÃO DOS VEÍCULOS
( ) Documentos comprobatórios do atendimento aos requisitos de qualificação técnica previstos no edital e no Termo de Referência.
( ) Documentação dos veículos destinados à execução do objeto, conforme as exigências aplicáveis.
( ) Comprovação de atendimento às especificações da ambulância Tipo B (Bravo), incluindo ano de fabricação/modelo mínimo de 2024,

condições de conservação, funcionamento, segurança e regularidade documental.
( ) Comprovação da disponibilidade ou do vínculo legítimo da empresa com os veículos destinados à execução, conforme exigido no edital.
( ) Comprovantes dos seguros e das coberturas exigidos no Termo de Referência, no momento previsto no edital.
5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA O LOTE 2
Aplicável às empresas que solicitarem credenciamento para o Lote 2 — locação de ambulância com condutor, técnico de enfermagem e insumos.
( ) Documentação comprobatória da habilitação do condutor, conforme a legislação aplicável e as exigências do edital.
( ) Documentação comprobatória da qualificação e da regularidade profissional do técnico em enfermagem, conforme as exigências legais aplicáveis.
( ) Documentos exigidos para comprovar o atendimento às obrigações relativas à disponibilização dos profissionais e ao fornecimento dos insumos previstos no Termo de Referência.
6. FORMULÁRIOS E DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO
( ) Anexo II — Requerimento de Credenciamento, devidamente preenchido e assinado.
( ) Anexo IV — Declarações da Empresa Interessada no Credenciamento, devidamente preenchido e assinado.
( ) Anexo V — Tabela de Itens, Quantitativos e Preços, conforme as condições estabelecidas no edital.
7. CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO
Resultado da análise:
( ) Documentação conferida.
( ) Necessidade de diligência ou complementação, quando legalmente admitida.
( ) Documentação insuficiente para habilitação, mediante decisão fundamentada.
Pendências ou observações:

Responsável pela conferência: _____
Cargo: _____
Data: / /_____
Assinatura: _____

ANEXO IV - DECLARAÇÕES DA EMPRESA INTERESSADA NO CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294/2026
RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
REPRESENTANTE LEGAL: _____
CPF: _____
A empresa acima identificada, por intermédio de seu representante legal, para fins de participação no procedimento de Credenciamento nº 294 /2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA, DECLARA, sob as penas da lei, que:
I — Cumprimento dos requisitos de habilitação
Atende aos requisitos de habilitação exigidos no edital e responsabiliza-se pela veracidade e autenticidade dos documentos e das informações apresentados.
II — Inexistência de impedimentos
Não se encontra impedida de participar do procedimento ou de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável, comprometendo-se a comunicar fatos supervenientes que possam afetar sua habilitação.
III — Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal
Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme a legislação vigente.
IV — Reserva legal de cargos
Cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicáveis, nos termos da legislação vigente.
V — Ausência de trabalho forçado ou degradante
Não utiliza mão de obra em condições degradantes ou forçadas e observa as normas legais relativas às relações de trabalho.
VI — Conhecimento e aceitação das condições do edital
Conhece e aceita as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026, no Termo de Referência e nos respectivos anexos, comprometendo-se a cumpri-las integralmente caso venha a ser contratada.
VII — Capacidade de execução do objeto
Declara possuir condições técnicas e operacionais para atender aos requisitos correspondentes ao(s) lote(s) para o(s) qual(is) solicita credenciamento, inclusive quanto à disponibilização dos veículos e, quando aplicável, dos profissionais e insumos exigidos.
VIII — Ausência de garantia de contratação
Está ciente de que o credenciamento não garante contratação, exclusividade ou demanda mínima, ficando cada contratação condicionada à necessidade da entidade contratante, à disponibilidade orçamentária e às regras de convocação previstas no edital.
IX — Manutenção das condições de habilitação
Compromete-se a manter, durante o período em que permanecer credenciada e durante a execução de eventual contrato, as condições de habilitação exigidas, comunicando alterações relevantes à Administração.
X — Responsabilidade pela execução contratual
Reconhece sua responsabilidade pelo cumprimento das obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, profissionais, técnicas e operacionais que lhe forem atribuídas, conforme o lote contratado e as disposições do edital e do contrato.
XI — Enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte
Para fins de eventual aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, declara:
( ) Não se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte.
( ) Enquadrar-se como microempresa (ME).
( ) Enquadrar-se como empresa de pequeno porte (EPP).
Declara, ainda, que as informações prestadas correspondem à sua situação atual e que comunicará eventual alteração, observadas as condições e restrições previstas na legislação aplicável.
Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.
_____, ____ de _____ de _____.
Nome do representante legal: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

ANEXO V — TABELA DE ITENS, QUANTITATIVOS E PREÇOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294 /2026
A presente tabela estabelece os itens objeto do credenciamento, as respectivas unidades de contratação, os quantitativos máximos estimados e os preços unitários de referência para as contratações decorrentes deste edital.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade máxima estimada	Preço unitário de referência	Valor total estimado
1	Locação de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), sem condutor e sem insumos, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.	Diária		R$	R$
2	Locação de ambulância de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), com condutor habilitado, técnico de enfermagem e insumos previstos na contratação, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.	Diária		R$	R$
	VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$**

Observações
A diária será a unidade de contratação e remuneração para ambos os lotes, observado o período mínimo de contratação de 15 (quinze) dias por contratação.
No Lote 1, o preço unitário corresponderá à disponibilização da ambulância sem condutor, técnico de enfermagem ou insumos.
No Lote 2, o preço unitário compreenderá a disponibilização da ambulância, do condutor habilitado, do técnico de enfermagem e dos insumos expressamente previstos na contratação, observadas as condições de execução estabelecidas no Termo de Referência e no respectivo contrato.

O abastecimento de combustível será de responsabilidade do ente contratante e não integrará o preço da diária.
Os quantitativos indicados possuem caráter estimativo e representam os limites máximos previstos para o credenciamento, não gerando obrigação de contratação integral nem garantia de faturamento mínimo às empresas credenciadas.
O valor total estimado de cada item será calculado pela multiplicação da respectiva quantidade máxima estimada pelo preço unitário de referência.
Os quantitativos e os preços unitários deverão estar fundamentados na consolidação das demandas e na pesquisa de preços que instruem o processo administrativo.

ANEXO VI — TERMO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294 /2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 13.681.884/0001-39, com sede em Paranaguá/PR, neste ato representado por sua autoridade competente, formaliza o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO da pessoa jurídica abaixo identificada, em conformidade com o Edital de Credenciamento nº ____/2026, o respectivo Termo de Referência e a Lei Federal nº 14.133/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA CREDENCIADA
Razão social: _____
Nome fantasia: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Representante legal: _____
CPF do representante legal: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

2. OBJETO DO CREDENCIAMENTO
2.1. O presente termo formaliza o credenciamento da pessoa jurídica identificada neste instrumento para eventual contratação de locação de ambulâncias de Suporte Básico, Tipo B (Bravo), conforme o(s) lote(s) para o(s) qual(is) tenha sido habilitada:
( ) **Lote 1** — Locação de ambulância sem condutor e sem insumos.
( ) **Lote 2** — Locação de ambulância com condutor, técnico de enfermagem e insumos previstos na contratação.
2.2. A execução do objeto deverá observar integralmente as condições, especificações, obrigações, preços e demais requisitos estabelecidos no edital, no Termo de Referência e nos respectivos instrumentos contratuais.

3. CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO
3.1. O credenciamento decorre da análise e aprovação da documentação apresentada pela pessoa jurídica, comprovando o atendimento aos requisitos de habilitação e às demais condições estabelecidas no edital.
3.2. A pessoa jurídica credenciada declara conhecer e aceitar as disposições do edital, do Termo de Referência e de seus anexos, comprometendo-se a cumprir as obrigações aplicáveis ao(s) lote(s) para o(s) qual(is) foi habilitada.
3.3. O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, exclusividade, quantidade mínima de contratações ou garantia de faturamento.
3.4. As contratações decorrentes do credenciamento serão formalizadas diretamente pelo CISLIPA ou pelo município consorciado que apresentar a necessidade e assumir a condição de contratante, conforme as regras do edital e a legislação aplicável.
3.5. A pessoa jurídica credenciada deverá observar os critérios objetivos de convocação e distribuição da demanda, incluindo a ordem de convocação e o sistema de rodízio estabelecidos no edital.
3.6. A inclusão da pessoa jurídica na relação de credenciados não dispensa a formalização do contrato ou instrumento equivalente, a verificação da disponibilidade orçamentária e a adoção das demais providências necessárias à contratação específica.

4. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA
4.1. Manter, durante o período em que permanecer credenciada e durante a execução de eventuais contratos, as condições de habilitação exigidas no edital.
4.2. Manter atualizados seus dados cadastrais e comunicar formalmente qualquer alteração relevante.
4.3. Cumprir as condições técnicas e operacionais aplicáveis ao lote para o qual foi habilitada, inclusive os prazos de disponibilização e substituição das ambulâncias, as exigências relativas aos veículos e, quando aplicável, aos profissionais e insumos.
4.4. Atender às convocações conforme as regras do edital, manifestando sua disponibilidade no prazo estabelecido e apresentando as informações e os documentos solicitados.
4.5. Cumprir as obrigações assumidas nos contratos celebrados, sem prejuízo das responsabilidades previstas na legislação aplicável.

5. VIGÊNCIA E DESCREDENCIAMENTO
5.1. A vigência do credenciamento observará o prazo e as condições estabelecidos no edital, inclusive quanto ao ingresso de novos interessados e à eventual prorrogação.
5.2. O descredenciamento poderá ocorrer nas hipóteses e mediante o procedimento previstos no edital e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.
5.3. O descredenciamento não extingue automaticamente as obrigações decorrentes de contratos já celebrados, que permanecerão regidos pelos respectivos instrumentos, ressalvadas as hipóteses legais e contratuais de extinção.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1. Este termo não substitui o contrato administrativo ou instrumento equivalente necessário à execução de cada contratação específica.
6.2. Os casos omissos serão tratados conforme o edital, o Termo de Referência, a Lei Federal nº 14.133/2021 e as demais normas aplicáveis.
E, para que produza seus efeitos administrativos, firma-se o presente Termo de Credenciamento.

Paranaguá/PR, ____ de _____ de _____.

_____
Autoridade competente do CISLIPA

_____
Representante legal da pessoa jurídica credenciada

ANEXO VII - ATA DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO PÚBLICO E FORMAÇÃO DA ORDEM DE CONVOCAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 294/2026

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, às ____ horas, nas dependências do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA, situado em Paranaguá/PR, realizou-se o sorteio público destinado à definição da ordem de convocação dos prestadores de serviços credenciados para a locação de ambulâncias Tipo B (Suporte Básico), conforme as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026.
O ato foi conduzido por _____, com a participação de _____, observados os princípios da publicidade, isonomia, impessoalidade e transparência.

1. FINALIDADE
A presente ata tem por finalidade registrar a realização do sorteio público e a formação da ordem inicial de convocação dos prestadores credenciados, separadamente por lote, para atendimento das demandas formalizadas pelo CISLIPA ou pelos municípios consorciados, conforme as condições previstas no edital.

2. PRESTADORES HABILITADOS AO SORTEIO
Participaram do sorteio os prestadores que, até a data estabelecida para sua realização, tiveram sua documentação analisada e foram considerados aptos ao credenciamento, observada a indicação do(s) lote(s) para o(s) qual(is) foram habilitados.

3. RESULTADO DO SORTEIO — LOTE 1
Locação de ambulância Tipo B sem condutor e sem fornecimento de insumos.

Ordem	Razão social	CNPJ
1º		
2º		
3º		
4º		
5º		

4. RESULTADO DO SORTEIO — LOTE 2

Locação de ambulância Tipo B com condutor, técnico em enfermagem e fornecimento dos insumos previstos no Termo de Referência.

Ordem	Razão social	CNPJ	
1º			
2º			
3º			
4º			
5º			

5. REGRAS DE CONVOCAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ORDEM

5.1. A ordem de convocação será organizada separadamente para cada lote, considerando exclusivamente os prestadores credenciados e aptos a atender às respectivas condições.

5.2. Após aceitar a demanda e concluir a execução contratual correspondente, o prestador será reposicionado ao final da lista de convocação do respectivo lote, de modo a assegurar a rotatividade entre os credenciados.

5.3. A recusa justificada ou a indisponibilidade do prestador deverá ser registrada e submetida à avaliação da entidade contratante, não constituindo, por si só, infração automática, observadas as disposições do edital e do instrumento contratual.

5.4. Quando necessário, será convocado o prestador seguinte na ordem vigente, respeitadas as condições do edital, a disponibilidade informada e a necessidade formalizada pela entidade contratante.

5.5. Os prestadores que ingressarem no credenciamento após o sorteio inicial serão incluídos ao final da ordem vigente do respectivo lote, mediante sorteio público complementar, preservando-se as posições anteriormente estabelecidas.

5.6. As alterações decorrentes de convocações, contratações concluídas, recusas justificadas, indisponibilidades e sorteios complementares deverão ser registradas e documentadas pelo CISLIPA, com atualização da ordem de convocação.

6. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata, que, após lida e considerada conforme, segue assinada pelos responsáveis pela condução do ato e pelos demais participantes, quando presentes.

Paranaguá/PR, ____ de _____ de _____.

Responsável pela condução do sorteio:

Nome:_____

Cargo:_____

Assinatura: _____

Membro/servidor participante:

Nome:_____

Cargo:_____

Assinatura: _____

Membro/servidor participante:

Nome:_____

Cargo:_____

Assinatura: _____

Observações ou ocorrências registradas durante a sessão:

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxxx/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO B (SUPORTE BÁSICO), QUE ENTRE SI CELEBRAM [CISLIPA OU MUNICÍPIO CONTRATANTE] E [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA CREDENCIADA].

Pelo presente instrumento, de um lado, **[NOME DA ENTIDADE CONTRATANTE]**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede em _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr.(a) _____, doravante denominada **CONTRATANTE**; e, de outro lado, **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede em _____, neste ato representada por Sr.(a) _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Edital de Credenciamento nº 01/2026, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação de ambulância Tipo B (Suporte Básico), conforme o lote contratado, as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026, no Termo de Referência e na proposta de preços apresentada pela CONTRATADA.

1.2. O objeto deste contrato corresponde ao seguinte lote:

( ) **LOTE 1:** Locação de ambulância Tipo B, sem condutor e sem fornecimento de insumos.

( ) **LOTE 2:** Locação de ambulância Tipo B, com condutor, técnico em enfermagem e fornecimento dos insumos previstos no Termo de Referência.

1.3. Os serviços serão prestados conforme a solicitação formal da CONTRATANTE, observadas a necessidade administrativa, a disponibilidade do prestador, as condições do credenciamento e a ordem de convocação aplicável.

1.4. As especificações técnicas do veículo, os requisitos de segurança, a documentação exigida, as condições de disponibilização e os demais requisitos de execução são aqueles definidos no Termo de Referência e nos demais documentos integrantes do processo.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA VINCULAÇÃO E DO REGIME JURÍDICO

2.1. Este contrato vincula-se ao Edital de Credenciamento nº 01/2026, ao respectivo Termo de Referência, aos documentos de habilitação, à proposta da CONTRATADA e à solicitação que originou a contratação.

2.2. Aplicam-se a este instrumento a Lei Federal nº 14.133/2021 e as demais normas pertinentes, sem prejuízo das disposições do edital e dos documentos que integram o processo.

2.3. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os documentos mencionados nesta cláusula, naquilo que forem compatíveis com o objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato terá vigência de _____ dias/meses, contados de //____, observados o prazo estabelecido no instrumento de contratação, a vigência do credenciamento e as disposições legais aplicáveis.

3.2. Eventual prorrogação dependerá de justificativa, demonstração de interesse público, manutenção das condições de habilitação e vantajosidade, disponibilidade orçamentária e formalização por instrumento próprio, quando legalmente admitida.

3.3. A vigência deste contrato não poderá ser interpretada como garantia de utilização contínua do serviço ou de contratação de quantidade mínima superior àquela expressamente prevista neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA — DO VALOR E DA FORMA DE REMUNERAÇÃO

4.1. O valor unitário contratado será de R$ _____ (_____), correspondente à diária do lote indicado na Cláusula Primeira.

4.2. Para fins de identificação da contratação, ficam registrados os seguintes dados:

Lote contratado: _____

Quantidade de diárias contratadas: _____

Valor unitário da diária: R$ _____

Valor total estimado da contratação: R$ _____

Período previsto de utilização: de //____ a //____.

4.3. A remuneração será calculada com base nas diárias efetivamente executadas e atestadas, observadas as condições de medição estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato.

4.4. Será observado o período mínimo de contratação de **15 (quinze) dias por contratação**, conforme previsto no edital e no Termo de Referência, devendo a solicitação e o instrumento contratual indicar o período contratado e as condições de medição correspondentes.

4.5. O valor do Lote 1 compreenderá a disponibilização da ambulância, sem condutor e sem fornecimento de insumos, incluídos

os custos e encargos atribuídos à CONTRATADA pelo edital e pelo Termo de Referência.
4.6. O valor do Lote 2 compreenderá a disponibilização da ambulância, do condutor, do técnico em enfermagem e dos insumos previstos no Termo de Referência, observadas as condições de jornada, cobertura e execução definidas nos documentos da contratação.
4.7. O combustível será custeado pela CONTRATANTE, conforme previsto no Termo de Referência, não podendo ser cobrado novamente pela CONTRATADA como componente já incluído no valor da diária.
4.8. O valor total indicado neste contrato corresponde à estimativa da contratação formalizada, não constituindo, por si só, garantia de execução de quantidade superior à efetivamente solicitada e atestada, ressalvadas as condições de contratação mínima expressamente pactuadas.

CLÁUSULA QUINTA — DA SOLICITAÇÃO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DA AMBULÂNCIA

5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar a ambulância no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado do recebimento da solicitação formal encaminhada pela CONTRATANTE, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.
5.2. A solicitação deverá identificar, sempre que aplicável, o lote contratado, o local de disponibilização, o período de utilização, a data prevista de início e as orientações necessárias à execução do serviço.
5.3. A ambulância deverá atender integralmente às especificações técnicas e às condições de segurança, conservação, documentação e regularidade exigidas no edital e no Termo de Referência.
5.4. No Lote 2, a CONTRATADA deverá disponibilizar também o condutor, o técnico em enfermagem e os insumos exigidos, observadas as condições profissionais, sanitárias e operacionais previstas nos documentos da contratação.
5.5. A disponibilização será comprovada por registro próprio, ordem de serviço, termo de recebimento ou outro documento adotado pela CONTRATANTE, com indicação da data e do horário de início da utilização.

CLÁUSULA SEXTA — DA SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO

6.1. Em caso de pane, avaria ou outra ocorrência que comprometa a utilização segura ou regular da ambulância, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de **2 (duas) horas**, contado da primeira comunicação realizada pela CONTRATANTE por telefone ou WhatsApp, conforme previsto no Termo de Referência.
6.2. A comunicação deverá ser registrada pela CONTRATANTE, com indicação, sempre que possível, da data, do horário, do motivo da solicitação e do meio utilizado.
6.3. A ambulância substituta deverá atender aos mesmos requisitos técnicos e operacionais exigidos para o veículo originalmente disponibilizado, inclusive quanto à documentação e às condições de segurança.
6.4. A substituição do veículo não afastará a responsabilidade da CONTRATADA por prejuízos decorrentes de falha na prestação do serviço, quando legalmente atribuíveis a ela.
6.5. O descumprimento injustificado do prazo de substituição poderá ensejar a aplicação das medidas previstas neste contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas no edital e no Termo de Referência:
I — disponibilizar a ambulância no prazo e nas condições estabelecidos neste contrato;
II — manter o veículo em condições adequadas de funcionamento, conservação, higiene e segurança;
III — manter atualizada e regular toda a documentação exigida para a circulação e utilização do veículo e para a execução do objeto;
IV — realizar, às suas expensas, a manutenção preventiva e corretiva do veículo, bem como os reparos necessários, conforme o edital e o Termo de Referência;
V — providenciar a substituição da ambulância no prazo estabelecido neste contrato;
VI — manter vigentes os seguros e as coberturas exigidos no edital e no Termo de Referência, apresentando os respectivos comprovantes quando solicitados;
VII — responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes de sua atividade e da execução contratual;
VIII — no Lote 2, disponibilizar condutor e técnico em enfermagem devidamente habilitados e regulares para o exercício de suas atividades, observadas as exigências legais e profissionais aplicáveis;
IX — no Lote 2, fornecer e repor os insumos previstos no Termo de Referência, conforme as condições e quantidades aplicáveis à contratação;
X — comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a execução, a segurança ou a continuidade do serviço;
XI — atender às orientações legítimas da fiscalização contratual, prestar informações e apresentar documentos relacionados à execução;
XII — reparar os danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão imputável à CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades legalmente estabelecidas;
XIII — manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
XIV — emitir nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente executados, conforme as regras tributárias aplicáveis e as condições de faturamento estabelecidas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:
I — formalizar a solicitação do serviço e indicar o período de utilização e o local de disponibilização da ambulância;
II — designar formalmente gestor e fiscal do contrato, conforme a legislação aplicável;
III — acompanhar e fiscalizar a execução, registrando ocorrências e comunicando à CONTRATADA as irregularidades verificadas;
IV — conferir a documentação de disponibilização, a execução das diárias e os documentos fiscais apresentados;
V — disponibilizar as informações e condições que sejam de sua responsabilidade e necessárias à execução contratual;
VI — custear o combustível da ambulância, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência;
VII — efetuar o pagamento dos serviços devidamente executados, medidos e atestados, observadas as condições contratuais;
VIII — comunicar formalmente à CONTRATADA as falhas verificadas e conceder prazo para correção quando cabível;
IX — adotar as providências administrativas necessárias diante de descumprimentos contratuais, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA — DO COMBUSTÍVEL, DA MANUTENÇÃO E DOS SEGUROS

9.1. O combustível necessário à utilização da ambulância será de responsabilidade da CONTRATANTE.
9.2. A manutenção preventiva e corretiva, os reparos, a conservação e os demais custos de manutenção do veículo serão de responsabilidade da CONTRATADA, nos termos do edital e do Termo de Referência.
9.3. A CONTRATADA deverá manter as coberturas de seguro exigidas no Termo de Referência, incluindo aquelas relativas aos danos ao veículo, aos danos materiais e corporais causados a terceiros, aos acidentes pessoais de passageiros e à assistência ou ao reboque, observados os limites mínimos nele estabelecidos.
9.4. Os comprovantes de contratação e vigência dos seguros deverão ser apresentados à CONTRATANTE sempre que solicitados, inclusive antes do início da execução, quando exigido.
9.5. A contratação de seguro não afasta as responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO LOTE 2

10.1. Quando o contrato corresponder ao Lote 2, a CONTRATADA deverá disponibilizar, além da ambulância, o condutor, o técnico em enfermagem e os insumos previstos no Termo de Referência.
10.2. Os profissionais deverão atender aos requisitos de habilitação, qualificação, regularidade profissional e demais exigências aplicáveis às respectivas funções.
10.3. A CONTRATADA será responsável pela gestão de seus profissionais e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas,

previdenciárias e demais encargos decorrentes da relação mantida com eles.
10.4. A jornada, a escala, o período diário de cobertura, os procedimentos de substituição de profissionais e as condições de fornecimento e reposição dos insumos observarão o Termo de Referência e a solicitação formal da contratação.
10.5. A CONTRATADA deverá manter os insumos em condições adequadas de conservação, validade e utilização, realizando as reposições necessárias conforme as exigências do Termo de Referência.
10.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os profissionais vinculados à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA MEDIÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ATESTE

11.1. A medição será realizada por diária, conforme o período efetivamente contratado e executado, observadas as condições de contratação mínima e de faturamento previstas no edital, no Termo de Referência e neste contrato.
11.2. O recebimento e o ateste serão realizados pelo fiscal ou servidor formalmente designado, mediante verificação da efetiva disponibilização e execução do serviço, das condições do veículo e, no Lote 2, da presença dos profissionais e do fornecimento dos insumos exigidos.
11.3. O fiscal deverá registrar as ocorrências relevantes, inclusive atrasos, indisponibilidades, substituições, falhas na execução e outras situações que possam repercutir na medição ou no pagamento.
11.4. A identificação de irregularidades deverá ser comunicada à CONTRATADA para adoção das providências cabíveis, sem prejuízo das medidas administrativas previstas neste contrato.
11.5. O ateste não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, falhas ou irregularidades identificados posteriormente, nos limites da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE após a apresentação da nota fiscal correspondente, a comprovação da execução, o ateste do fiscal e a verificação dos demais requisitos exigidos para a liquidação da despesa.
12.2. O prazo de pagamento será de _____ dias, contado do recebimento da nota fiscal devidamente atestada e da documentação necessária à liquidação, observadas as normas financeiras aplicáveis à CONTRATANTE.
12.3. A nota fiscal deverá discriminar o objeto, o lote contratado, o período de referência, a quantidade de diárias faturadas, o valor unitário e o valor total.
12.4. Havendo erro na nota fiscal ou pendência documental que impeça a liquidação, o documento será devolvido ou a CONTRATADA será formalmente comunicada para regularização. O prazo de pagamento observará as regras aplicáveis à situação, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades.
12.5. Não será efetuado pagamento por serviço não executado ou não atestado, ressalvadas as obrigações de pagamento que sejam legalmente devidas em razão das condições expressamente pactuadas.
12.6. O pagamento será realizado pela própria entidade que celebrar este contrato, mediante crédito na conta bancária indicada pela CONTRATADA, observadas as exigências cadastrais e tributárias aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da CONTRATANTE:
Unidade orçamentária: _____
Funcional programática: _____
Elemento de despesa: _____
Fonte de recursos: _____
Ficha ou código reduzido: _____
13.2. A indicação de dotação deverá corresponder à entidade que efetivamente celebrar o contrato, observadas as normas orçamentárias e financeiras aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes formalmente designados pela CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
14.2. Compete ao fiscal acompanhar a execução, verificar o cumprimento das obrigações, registrar ocorrências, atestar os serviços e comunicar ao gestor do contrato as situações que demandem providências administrativas.
14.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto.
14.4. A CONTRATADA deverá atender às solicitações de informação e às determinações legítimas da fiscalização relacionadas ao cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA ALOCAÇÃO DA DEMANDA E DA ORDEM DE CONVOCAÇÃO

15.1. A contratação decorre do credenciamento realizado pelo CISLIPA, observadas a ordem de convocação do respectivo lote, as regras de rodízio, a disponibilidade do prestador e as condições estabelecidas no edital.
15.2. Após aceitar a demanda e concluir a execução contratual correspondente, a CONTRATADA será reposicionada ao final da lista de convocação do respectivo lote, conforme as regras de rotatividade previstas no edital.
15.3. A recusa justificada ou a indisponibilidade deverá ser registrada e avaliada pela entidade contratante, não constituindo, isoladamente, infração automática, sem prejuízo da apuração de eventual descumprimento injustificado.
15.4. O presente contrato não confere exclusividade à CONTRATADA nem garante a realização de novas contratações, além daquela expressamente formalizada.
15.5. A gestão do credenciamento e da ordem de convocação pelo CISLIPA não transfere ao consórcio a responsabilidade pelo pagamento de contrato celebrado exclusivamente por município consorciado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Constitui infração administrativa a prática de qualquer das condutas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e aplicáveis à execução deste contrato, observada a responsabilidade da CONTRATADA.
16.2. Poderão ser aplicadas, conforme a natureza e a gravidade da infração, as sanções legalmente cabíveis, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando presentes os pressupostos legais.
16.3. A aplicação de sanção observará a legislação, as disposições do edital e a regulamentação aplicável à CONTRATANTE, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
16.4. A multa, quando cabível, será calculada conforme os critérios e percentuais previstos no edital, no Termo de Referência ou em norma aplicável, observada a proporcionalidade e a gravidade da infração.
16.5. A aplicação de sanções não afasta a obrigação de reparar danos comprovadamente causados, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada e observância dos procedimentos legais aplicáveis.
17.2. Constituem motivos para a adoção das medidas cabíveis, entre outros, o descumprimento de obrigações contratuais, a perda das condições necessárias à execução, a ocorrência de situações que comprometam a continuidade ou a segurança do serviço e as demais hipóteses legalmente previstas.
17.3. A extinção contratual deverá ser formalizada no processo administrativo correspondente, assegurados os direios e as garantias legalmente aplicáveis às partes.
17.4. A extinção deste contrato não prejudica a apuração de responsabilidades por fatos ocorridos durante sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DA PROTEÇÃO DE DADOS E DA CONFIDENCIALIDADE

18.1. As partes deverão observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), quando houver tratamento de dados pessoais em decorrência da execução contratual.
18.2. A CONTRATADA deverá utilizar os dados a que tiver acesso exclusivamente para as finalidades relacionadas à execução do contrato, adotando medidas adequadas para prevenir acesso não autorizado, divulgação indevida, perda ou uso incompatível com a finalidade contratual.

18.3. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, em prazo razoável e sem demora injustificada, incidentes de segurança que possam comprometer dados pessoais tratados em razão deste contrato, prestando as informações necessárias à avaliação e à adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Qualquer alteração contratual deverá ser formalizada nos termos da legislação aplicável, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, quando exigidas.

19.2. A tolerância de qualquer das partes quanto a eventual descumprimento não implicará renúncia de direito nem alteração tácita das condições pactuadas.

19.3. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, as demais normas aplicáveis e os documentos integrantes do processo, respeitados os limites legais.

19.4. As comunicações formais entre as partes serão realizadas pelos canais e endereços indicados no processo e no cadastro contratual, sem prejuízo dos meios operacionais admitidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA — DA PUBLICIDADE

20.1. A CONTRATANTE providenciará a divulgação e a publicidade deste instrumento nos meios oficiais exigidos pela legislação aplicável, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando cabível, observados os prazos e as condições legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da comarca competente para dirimir controvérsias decorrentes deste contrato que não puderem ser resolvidas administrativamente, observadas as regras legais de competência aplicáveis à CONTRATANTE.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, na forma admitida pela legislação aplicável.

_____, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
Razão social: _____
Representante legal: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

CONTRATANTE
Entidade: _____
Representante legal: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO
Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO
Nome: _____
Cargo: _____
Assinatura: _____

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:C7FCE04A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
AVISO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294/2026
CREDENCIAMENTO Nº 02/2027

O **Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA** torna público, para conhecimento dos interessados, que está recebendo propostas para o Credenciamento nº 02/2026, destinado ao **credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de locação de ambulâncias Tipo B (BRAVO), com e sem condutor/socorrista e técnico de enfermagem e insumos, conforme as condições, especificações e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos**.

1. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Início: 26 de outubro de 2026, às 08h00.
Limite: 28 de outubro de 2026, às 17h00.

O recebimento das propostas e dos documentos exigidos para participação ocorrerá no período acima indicado. O ingresso posterior de novos interessados poderá ocorrer durante a vigência do credenciamento, previsto no edital e observadas as respectivas condições.

Local de encaminhamento: credenciamento@cislipalitoral.com.br.

2. DO OBJETO
O credenciamento tem por objeto a locação de ambulâncias Tipo B (BRAVO), conforme os lotes e as condições definidos no Termo de Referência, incluindo as modalidades de contratação com e sem condutor/socorrista e técnico de enfermagem, de acordo com as especificações e responsabilidades previstas no edital e seus anexos.

3. DA VIGÊNCIA
O credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados na forma estabelecida no edital, observadas as disposições legais aplicáveis.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Os interessados deverão consultar integralmente o Edital de Credenciamento nº 02/2026 e seus anexos, nos quais constam as condições de participação, os documentos de habilitação, as especificações do objeto, os critérios de análise das propostas e as demais regras aplicáveis.

A apresentação de proposta não assegura contratação automática, ficando o eventual atendimento às necessidades do CISLIPA e dos municípios consorciados condicionado às regras do credenciamento e à formalização dos instrumentos cabíveis.

O edital e seus anexos estarão disponíveis e poderão ser obtidos junto ao CISLIPA, conforme as orientações nele estabelecidas:
No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
No Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br;
No sítio eletrônico oficial do CISLIPA.

Paranaguá/PR, 22 de outubro de 2026.

MARIA CRISTINA PELLEGRINI DE CARVALHO DE LIMA DIAS
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:E6F8C921

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RESOLUÇÃO N° 34 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições, e na lei n° 4.320/64, torna público:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 48.162,76 (quarenta e oito mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos)**, destinados ao reforço das seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementação:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**GESTÃO ADMINISTRATIVA CISLIPA**	
01.001.10.122.0901.2001.		**Gestão Administrativa Cislipa**	

12 3.3.90.40.00.00	1000	SERVS.DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PJ.	44.634,20
14 3.1.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.528,56
		Total da Suplementação:	**48.162,76**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° desta Resolução, servirá como recursos os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução:

01		**CISLIPA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ**	
01.001		**GESTÃO ADMINISTRATIVA CISLIPA**	
01.001.10.122.0901.2001.		**Gestão Administrativa Cislipa**	
9 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESASA DE LOCOMOÇÃO	1.068,66
10 4.4.90.36.00.00	1000	OUTROS SERV. DE TERCEIROS P.FISICA	880,48
11 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVS. DE TERCEIROS P.JURICIA	44.634,20
15 3.3.90.92.00.00	1000	DESPESAS DE EXERCICIO ANTERIORES	1.579,42
		Total da Suplementação:	**48.162,76**

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Paraná, em 23 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS	***RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM***
Presidente Do CISLIPA	Diretor Executivo

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:15AEDE72

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2026 AO CONTRATO Nº 034/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO RPPS Nº: 83.375/2026
LICITAÇÃO DE ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 011/2026 (Processo Municipal nº 100862/2025)
PARTES:
CONTRATANTE PRINCIPAL: Município de Paranaguá/Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação (CNPJ/MF nº 76.017.458/0001-15)
AUTARQUIA PARTICIPANTE: Paranaguá Previdência (CNPJ nº 08.542.807/0001-68)
CONTRATADA: Publitech Softwares Ltda. (CNPJ/MF nº 07.252.028/0001-65)

OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Formalizar a segregação de responsabilidade financeira, a indicação de dotação orçamentária própria e o cronograma de desembolso relativos à cota-parte atribuída à Paranaguá Previdência no âmbito do Contrato Administrativo nº 034/2026 (fornecimento de licenças de uso de sistema de gestão pública integrada – SIAFIC, em atendimento ao Decreto Federal nº 10.540/2020).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 136, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR E RATEIO FINANCEIRO (COTA-PARTE PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA):

Valor total estimado da cota-parte: **R$ 374.178,80** (*trezentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e oito reais e oitenta centavos*), distribuídos da seguinte forma:

1º Período (1º ao 12º mês): R$ 204.589,40
2º Período (13º ao 24º mês): R$ 169.589,40

Parágrafo Único: Emissão de notas fiscais e faturamentos individualizados diretamente contra o CNPJ nº 08.542.807/0001-68.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão/Unidade: 25.001 – Paranaguá Previdência
Função/Subfunção: 09.272.0010.2235
Elemento de Despesa: 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Desdobramento: 3.3.90.40.06.00 – Locação de software
Fonte de Recurso: 1100 – Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS

VIGÊNCIA:

Acompanha a vigência do Contrato Administrativo nº 034/2026 (24 meses).

DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor-Presidente – Paranaguá Previdência

Publicado por:
Sidnei França Dos Santos
Código Identificador:31934439

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.243

DECRETO Nº 2.243

"Declara de Utilidade Pública as vias públicas localizadas em Diversos Bairros no Município de Paranaguá."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 32.680/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal as vias mencionadas, localizadas em diversos bairros no Município de Paranaguá com as seguintes referências:

Denominação: 009 - Rua Etelvina Correa - 572,0m Trecho: Inicial (742983.02 m E, 7168770.43 m S), Final (743171.57 m E, 7168276.97 m S).

Denominação: 019 - Rua Marlene De Fátima Hiabunki - 174,31m Trecho: Inicial (743058.25 m E, 7168027.20 m S), Final (742904.26 m E, 7167946.46 m S).

Denominação: 062 - Rua José Bento Marcelino- 173,00m Trecho: Inicial (745165.75 m E, 7170050.13 m S), Final (745292.28 m E, 7169922.63 m S).

Denominação: 063 - Travessa Marcelino M. De Jesus - 75m Trecho: Inicial (745258.69 m E, 7170062.47 m S), Final (745205.08 m E, 7170011.38 m S).

Denominação: 064 - Travessa Maria Nely Picançõ - 67,00m Trecho: Inicial (745294.15 m E, 7170028.91 m S), Final (745240.95 m E, 7169976.36 m S).

Denominação: 065 - Travessa Joaquim Mendes- 73,3m Trecho: Inicial (745327.26 m E, 7169992.69 m S), Final (745275.10 m E, 7169941.97 m S).

Denominação: 066 - Rua Antônio Felinto de Lima- 298,00m Trecho: Inicial (744772.93 m E, 7170560.25 m S), Final (744979.93 m E, 7170340.85 m S).

Denominação: 067 - Rua Armando José Azevedo- 347,00m Trecho: Inicial (745046.65 m E, 7170415.69 m S), Final (745300.02 m E, 7170174.29 m S).

Denominação: 070 - Rua Lucinda Rodrigues Campos- 235,00m Trecho: Inicial (745856.02 m E, 7170072.59 m S), Final (745716.46 m E, 7169881.23 m S).

Denominação: 071 - Rua Arsênio Bento Dos Santos - 394,00m Trecho: Inicial (746388.14 m E, 7170772.45 m S), Final (746192.74 m E, 7170428.84 m S).

Denominação: 073 - Rua - 15 - Rua Ari Trancoso Matoso - 254,00m Trecho: Inicial (746499.82 m E, 7170769.27 m S), Final (746370.96 m E, 7170548.52 m S).

Denominação: 075 - Rua Maria Do Amaral Barbosa- 171,00m Trecho: Inicial (746272.30 m E, 7170021.30 m S), Final (746181.43 m E, 7169875.47 m S).

Denominação: 076 - Rua Emiliano Tomé - 443,82m Trecho: Inicial (746325.38 m E, 7170275.96 m S), Final (746088.43 m E, 7169899.00 m S).

Denominação: 084 - Rua Cosme e Damião - 498,00m Trecho: Inicial (746040.21 m E, 7170548.24 m S), Final (745781.31 m E, 7170118.62 m S).

Denominação: 086 - Rua Aníbal Roque- 246,00m Trecho: Inicial (745870.29 m E, 7170453.96 m S), Final (745784.35 m E, 7170307.47 m S).

Denominação: 088 - Rua Roldopho Schwarzabh - 185,00m Trecho: Inicial (745745.46 m E, 7170427.99 m S), Final (745652.14 m E, 7170268.90 m S).

Denominação: 089 - Travessa Sebastião Leite da Silva- 134,00m Trecho: Inicial (745630.68 m E, 7170509.05 m S), Final (745744.97 m E, 7170429.62 m S).

Denominação: 090 - Rua Antônio Alves Marinho (1) - 67,4m Trecho: Inicial (745548.86 m E, 7170334.72 m S), Final (745504.79 m E, 7170281.45 m S).

Denominação: 091 - Rua Antônio Alves Marinho (2) - 42,7m Trecho: Inicial (745623.65 m E, 7170410.07 m S), Final (745596.76 m E, 7170374.38 m S).

Denominação: 094 - Rua Florinda Carlos Cardoso- 98,4m Trecho: Inicial (746121.71 m E, 7170502.11 m S), Final (746206.07 m E, 7170452.26 m S).

Denominação: 096 - Rua Renato Leone - 165,51m Trecho: Inicial (746372.36 m E, 7170550.56 m S), Final (746516.66 m E, 7170470.47 m S).

Denominação: 101 - Rua Francisco Joaquim da Silva- 81,5m Trecho: Inicial (745936.11 m E, 7171175.51 m S), Final (746008.67 m E, 7171130.92 m S).

Denominação: 023 - Rua Edival Vidal Ribeiro Filho - 672,08m Trecho: Inicial (743150.21 m E, 7167853.28 m S), Final (743150.68 m E, 7167855.05 m S).

Denominação: 025 - Rua Dos Pardais - 95,3m Trecho: Inicial (743256.46 m E, 7169410.18 m S), Final (743320.24 m E, 7169334.73 m S).

Denominação: 026 - Rua Crichótemes Mylonas Da Silva- 165,81m Trecho: Inicial (743683.61 m E, 7169309.54 m S), Final (743791.68 m E, 7169181.69 m S).

Denominação: 027 - Rua Do Cristal - 176,20m Trecho: Inicial (743793.21 m E, 7169181.89 m S), Final (743916.90 m E, 7169303.65 m S).

Denominação: 028 - Rua Osny José Miranda - 62,60m Trecho: Inicial (743816.32 m E, 7169294.16 m S), Final (743857.01 m E, 7169248.74 m S).

Denominação: 029 - Rua do Ouro- 187,07m Trecho: Inicial (744574.46 m E, 7168922.64 m S), Final (744397.62 m E, 7168829.93 m S).

Denominação: 115 - Castro - 265,0m Trecho: Inicial (747905.34 m E, 7173772.73 m S), Final (747790.14 m E, 7173568.97 m S).

Denominação: 116 - Canadá- 246,0m Trecho: Inicial (747837.92 m E, 7173569.88 m S), Final (747658.41 m E, 7173407.21 m S).

Denominação: 117 - Lapa - 321,0m Trecho: Inicial (747951.23 m E, 7173402.75 m S), Final (747711.46 m E, 7173191.75 m S).

Denominação: 118 - Toledo - 324,0m Trecho: Inicial (748005.05 m E, 7173343.36 m S), Final (747763.20 m E, 7173131.28 m S).

Denominação: 119 - Cezar Alcides Frizzo - 73,40 m Trecho: Inicial (748612.70 m E, 7172579.03 m S), Final (748569.14 m E, 7172519.08 m S).

Denominação: 120 - Vereador Felipe Antunes - 234,0m Trecho: Inicial (749640.59 m E, 7175162.69 m S), Final (749476.57 m E, 7175000.02 m S).

Denominação: 121 - Guadalajara - 148,0m Trecho: Inicial (749444.61 m E, 7175179.05 m S), Final (749565.10 m E, 7175091.19 m S).

Denominação: 122 - Ivo Silva - 277,0m Trecho: Inicial (749063.59 m E, 7173707.14 m S), Final (748809.56 m E, 7173756.56 m S).

Denominação: 123 - Jaca - 378,0m Trecho: Inicial (748383.10 m E, 7172901.64 m S), Final (748696.94 m E, 7172691.75 m S).

Denominação: 124 - Walter Santos Nascimento "Walter Pavão" - 143,0m Trecho: Inicial (748944.48 m E, 7173961.83 m S), Final (748821.63 m E, 7173884.15 m S).

Denominação: 125 - Zenon Pereira Leite - 207,0m Trecho: Inicial (749443.36 m E, 7175475.75 m S), Final (749612.27 m E, 7175358.61 m S).

Denominação: 102 - Rua 13 de Maio - 316,0m Trecho: Inicial (749147.98 m E, 7173879.47 m S), Final (748931.91 m E, 7173856.87 m S).

Denominação: 103 - Álvaro de Souza Vianna - 124,0m Trecho: Inicial (749508.71 m E, 7175137.81 m S), Final (749425.53 m E, 7175046.73 m S).
Denominação: 104 - Alziro Zarur - 131,0m Trecho: Inicial (748954.74 m E, 7174103.68 m S), Final (748877.16 m E, 7173998.09 m S).

Denominação: 105 - Bernardo Hartog - 296,0m Trecho: Inicial (748759.39 m E, 7174314.21 m S), Final (748524.10 m E, 7174477.61 m S).

Denominação: 106 - Yara - 379,0m Trecho: Inicial (747569.62 m E, 7173505.34 m S), Final (747845.56 m E, 7173199.62 m S).

Denominação: 107 - Jacarezinho - 496,0m Trecho: Inicial (747638.04 m E, 7173612.50 m S), Final (747972.77 m E, 7173215.51 m S).

Denominação: 108 - Arapongas - 425,0m Trecho: Inicial (747726.77 m E, 7173632.38 m S), Final (748036.31 m E, 7173301.73 m S).

Denominação: 109 - Antônio Morais P. da Costa - 136,0m Trecho: Inicial (748036.65 m E, 7173659.12 m S), Final (748160.94 m E, 7173610.68 m S).

Denominação: 110 - Acesso Astorga - 45,90m Trecho: Inicial (747811.15 m E, 7173651.87 m S), Final (747840.53 m E, 7173618.39 m S).

Denominação: 111 - Acesso Asarandi - ****m Trecho: Inicial (m E, m S), Final (m E, m S). (Não encontrado).

Denominação: 112 - Cianorte - ****m Trecho: Inicial (m E, m S), Final (m E, m S). (Não encontrado).

Denominação: 113 - Santa Cecilia - 569,0m Trecho: Inicial (748078.37 m E, 7174252.52 m S), Final (747749.12 m E, 7173813.45 m S).

Denominação: 114 - Umuarama - 212,0m Trecho: Inicial (747846.07 m E, 7173826.25 m S), Final (747662.32 m E, 7173725.70 m S).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 23 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C08CF45F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.953

PORTARIA Nº 2.953

"Instaura Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, quanto aos fatos expostos no processo administrativo, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 46.114/2024,

RESOLVE:

I - Instaurar Sindicância Administrativa para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 46.114/2024, tais como a suposta conduta incompatível com a administração pública, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV e incidência nas condutas do Art. 152, inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII, da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160, incisos I, II, III, IV, e V, Art. 162 e Art. 165, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV, do mesmo diploma legal.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar os servidores: CRISTIANE TORRES CAPRINE GABRIEL, matrícula: 3.744-2, como Presidente; ALESSANDRA DELFINO GENELHOUD CALGARO, matrícula: 10.168-1, como Secretária; e DANIELLE POTIBALA CARNEIRO, matrícula 4.272-1; FERNANDA SCOMAÇÃO PEREIRA DE CARVALHO, matrícula 8.997-1 e ACYR CORREIA NETO, matrícula 10.871-1, como membros.

III - O prazo de finalização do Processo é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 22 de outubro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:EBC6E3C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 214/2024 WS LOCAÇÕES LTDA CNPJ: 76.416.932/0001-81

EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 214/2024
WS LOCAÇÕES LTDA
CNPJ: 76.416.932/0001-81

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
WS LOCAÇÕES LTDA

Data: 26/10/2026

Objeto: Aditivo 03 ao Contrato nº **214/2024**. “Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **12 DE OUTUBRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **11 DE OUTUBRO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado.”

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 114/2023
Processo Administrativo n°: 77065/2026

Valor: R$ 98.744,88 (noventa e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CAPITÃO QOBM EVERTON SOARES DE OLIVEIRA
NESTOR FERENS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:D2CDEEC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DO DIA

39ª Reunião Ordinária – 26 de outubro de 2026 (às 20:00 horas)

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 060/2026, do **Prefeito Municipal**, que autoriza, em caráter excepcional e por interesse público, a regularização do prolongamento da Rua Projetada H, com alteração de destinação de parcela da área verde municipal, mediante ato

compensatório urbanístico e ambiental, e dá outras providências. **Em segunda discussão, com emenda.**

PROJETO DE LEI Nº 094/2026, da Vereadora **Professora Cida Gonçalves**, que denomina de Paulo Pelegrini a Rua Projetada G do Loteamento Tóquio I. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 106/2026, do Vereador **Josival Moreira**, que inclui a **"COPA GRACIOSA DE FUTSAL REGIONAL"**, que ocorre do início do mês de janeiro até o início do mês de fevereiro de cada ano, no Anexo Único da Lei Municipal nº 4.725/20218, que institui o Calendário Oficial de Eventos do Município de Paranavaí. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 113/2026, do **Prefeito Municipal**, que altera e acrescenta dispositivos na Lei Municipal nº 5.260, de 28 de abril de 2023, que institui a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Paranavaí, cria o Sistema Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências, para adequar o Fundo e o Conselho Municipal de Saneamento Básico às exigências da regulação estadual. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 119/2026, do **Prefeito Municipal**, que altera os §§ 1º, 2º e 5º do art. 18-B da Lei Municipal nº 4.806, de 4 de março de 2020, que dispõe sobre mecanismos e medidas de incentivo à inovação e à pesquisa tecnológica no Município de Paranavaí, para aprimorar a governança e a alocação dos recursos do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 137/2026, do **Prefeito Municipal**, que declara em extinção o cargo público de Agente de Conservação, criado pela Lei Municipal nº 2.393, de 24 de fevereiro de 2003, determina a sua extinção definitiva na medida em que ocorrer a vacância, autoriza a terceirização das atividades materiais acessórias correspondentes e dá outras providências. **Em primeira discussão.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 214/2026, do Edil **Professor Carlos**, que requer ao Chefe do Poder Executivo, por meio das Secretarias Municipais competentes, informações e documentação acerca de eventual fornecimento de pedras britas, utilização de veículos, maquinário e servidores do Município de Paranavaí em serviços realizados nas dependências de associação privada do Município, bem como acerca dos procedimentos administrativos utilizados para autorizar e controlar a destinação desses recursos públicos. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 215/2026, do Edil **Carlos Augusto**, que requer ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria competente, que seja encaminhado a esta Casa de Leis, informações e documentos referentes ao Projeto 129 Ilumina Paraná, Convênio 1252/2025 SECID, ao Pregão Eletrônico nº 9/2026, Processo 18/2026, e ao Contrato nº 96/2026, que trata da modernização da iluminação pública de Paranavaí. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 216/2026, da Vereadora **Maria Clara**, que requer ao Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria competente, informações acerca da existência de projetos, planejamento, recursos financeiros e possíveis melhorias, revitalização e ampliação da pista de atletismo localizada no Colégio Estadual, no Município de Paranavaí. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 221/2026, do Vereador **Rauny Rici Aguiar**, que requer à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Paranavaí, a realização de audiência pública com as entidades filantrópicas do Município, especialmente as instituições de ensino que prestam relevantes serviços e oferecem suporte à municipalidade, visando discutir suas demandas, dificuldades e reivindicações. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 222/2026, do Edil **Dr. Waldur Trentini**, que roga ao Prefeito Municipal, as seguintes informações, as quais devem ser prestadas pela Secretaria competente: há possibilidade, e para quando, de melhoria do Barracão e adequação do Campinho de Futebol, situados nas proximidades da Rua Sebastião de Oliveira Rosa, no Bairro Sol Nascente? **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 223/2026, do Vereador **Dr. Waldur Trentini**, que roga ao Prefeito Municipal, as seguintes informações, as quais devem ser prestadas pela Secretaria competente: existe planejamento, e para quando, ou ação em andamento, visando a regularizar a numeração predial da Avenida Martin Luther King, Sentido Contorno da Avenida Heitor Furtado ao Bosque Municipal, que em vários trechos tem números descontínuos, e, na Vila Operária, a numeração recomeça do número 1, o que tem causado dificuldade de localização, principalmente porque no local, antes de construções apenas residenciais, agora tem estabelecimentos comerciais e de serviços, inclusive de representante de seguradora. **Em discussão única.**

MOÇÕES DE APLAUSO:

MOÇÃO DE APLAUSO Nº 017/2026, da Vereadora **Maria Clara**, que requer a concessão de Moção de Aplauso à **Orquestra Municipal de Paranavaí** (**OMP**), em reconhecimento à sua trajetória de excelência musical, à relevante contribuição para a valorização da cultura e à histórica participação no JZ Festival Shanghai, na China, integrando a programação do Ano Cultural Brasil-China 2026, levando o nome de Paranavaí e a música brasileira ao cenário internacional. **Em discussão única.**

MOÇÃO DE APLAUSO Nº 018/2026, do Vereador **Rauny Rici Aguiar**, que requer seja consignado em Ata moção de aplauso ao BNI COOPERA, em reconhecimento à sua contribuição para o fortalecimento do empreendedorismo e do comércio local, fomentando a geração de negócios, a cooperação entre empresários e o desenvolvimento econômico de Paranavaí. **Em discussão única.**

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:92764B7C

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 052/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Instrução Normativa nº 011/2026 que dispõe sobre os procedimentos de designação, atuação, registro e responsabilização do Gestor e do Fiscal de Contratos Administrativos no âmbito da Câmara Municipal de Paranavaí;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para cumprirem as funções de Gestor e de Fiscal do contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Paranavaí e Licnes Serviços Ltda, CNPJ nº 02.416.859/0001-57, assinado em 18 de setembro de 2026, que tem por objeto a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Paranavaí.

Gestor do Contrato – Titular: Flávia Borges Guerreiro
Gestor do Contrato – Suplente: Gisele Cardoso Piperno

Fiscal do Contrato – Titular: Amarildo Geraldo Costa
Fiscal do Contrato – Suplente: Sérgio Henrique

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21 de outubro de 2026.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 21 de outubro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:C42AB3FC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL BIÊNIO 2027-2028

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL BIÊNIO 2027-2028

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR, Sr. **Ulisses de Souza**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias (art. 18, alíneas "b" e "g", art. 28, alínea "a", art. 46 e art. 50), nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005, que disciplina a integração à administração indireta dos entes consorciados (art. 6º, § 1º), do Contrato de Consórcio Público Consolidado e do Estatuto Social Consolidado do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR devidamente registrado sob o nº 0059391, torna pública a **CONVOCAÇÃO** das eleições para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR para o **biênio 2027-2028**, que observará as seguintes disposições:

1. Do Regramento para o Registro de Chapas

A eleição observará integralmente a regulamentação disposta na Lei nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007, no Contrato de Consórcio Público Consolidado e no Estatuto Social Consolidado do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR (Capítulo VI, artigos 43 a 75).

O prazo para registro das chapas será de 10 (dez) dias corridos, contados da data da última publicação do presente edital, nos termos do art. 51 do Estatuto Social, e deverá ser formalizado exclusivamente de forma física junto à Secretaria do Consórcio, em sua sede na localizada na cidade e Comarca de Paranavaí/PR, à Rua São Paulo, nº 150, Jardim Nakamura, Cep: 87.701-030, de segunda a sexta-feira, em horário de expediente (08:00 às 11:30 – 13:30 às 17:00).

O pedido de registro de chapa será instruído mediante requerimento em duas vias, assinado por todos os candidatos aos cargos correspondentes, contendo a qualificação completa, número de RG e CPF e indicação expressa dos cargos postulados, sendo vedada a participação de qualquer candidato em mais de uma chapa concorrente, na forma do art. 51, §§ 1º e 2º, do Estatuto Social.

As chapas concorrentes deverão ser completas e compostas obrigatoriamente pelos cargos da Diretoria Executiva (Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, consoante o art. 15) e do Conselho Fiscal (3 membros titulares e 3 membros suplentes, nos termos do art. 16), sob pena de recusa sumária do registro, com fundamento no art. 52 do Estatuto Social Consolidado.

2. Da Data, Local, Horários, Quóruns e Procedimento de Votação

A eleição será realizada no dia **27 de novembro de 2026**, sexta-feira, no Auditório da AME (Ambulatório Médico de Especialidades de Paranavaí), situado na Rua Rio Grande do Sul, nº 2.335, Centro, em Paranavaí/PR, com o seguinte escalonamento de horários e quóruns de instalação:

● Às **09h30min**, em primeira convocação, com a **participação de 2/3** (dois terços) dos associados com direito a voto (art. 48);

● Às **10h00min**, em segunda convocação, decorridos trinta minutos, **com 50%** (cinquenta por cento) mais um dos associados com direito a voto (art. 48, parágrafo único);

● E, não atingido o quórum anterior, às **10h30min**, em terceira convocação, **com qualquer número** de associados com direito a voto, em estrita conformidade com o art. 49 do Estatuto Social.

Possuem legitimidade para votar e ser votados exclusivamente os prefeitos municipais dos entes consorciados em pleno exercício do mandato ou prefeitos eleitos diplomados que assumirão a chefia do Poder Executivo para o período respectivo, que estejam presentes de forma física e quites com as suas obrigações pecuniárias perante o Consórcio, consideradas as contribuições regulares até a data de fixação da lista de votantes, conforme preceituam o art. 9º, alínea "a", o art. 54, § 2º, e o art. 55, § 1º, do Estatuto Social.

O período de votação terá duração máxima de 4 (quatro) horas, podendo encerrar-se antes se todos os associados eleitores aptos já tiverem votado (art. 54, § 1º), sendo que, na hipótese de registro de chapa única sem concorrência, a votação poderá ser realizada por aclamação na assembleia geral, consoante faculdade prevista no art. 61 do Estatuto Social Consolidado.

Não será admitido voto por correspondência nem mediante procuração (art. 55, § 1º), assegurando-se o sigilo do voto através de cédula única oficializada e cabine indevassável, com votação presencial perante a urna receptora, em conformidade com o art. 47 e seus parágrafos.

3. Da Composição da Mesa Coletora e Apuradora

O pleito eleitoral e a apuração dos votos serão conduzidos pela Mesa Coletora e Apuradora, devidamente instalada por meio da Portaria n.º 138/2026 que exercerão seus trabalhos de acordo com o contido no art. 54 e 56 da 4ª Alteração do Estatuto Social Consolidado do CIS/AMUNPAR.

4. Da Apuração dos Votos

A apuração dos votos será iniciada imediatamente após o encerramento da votação, garantindo-se a fiscalização de um representante credenciado por chapa registrada e lavrando-se ata circunstanciada dos trabalhos eleitorais para subsequente proclamação dos eleitos por maioria de votos, nos termos dos artigos 54, § 1º, 56, 58 e 59 da 4ª Alteração do Estatuto Social Consolidado.

5. Da Publicação do Edital

O presente edital será publicado no jornal de maior circulação nos municípios que compõem o Consórcio por 3 (três) vezes seguidas, divulgado no sítio eletrônico oficial da entidade e afixado na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços – CIS/AMUNPAR com a antecedência mínima estatutária de 30 (trinta) dias da data de realização do pleito, em observância ao disposto no art. 28, § 2º, e no art. 50 e seu parágrafo único.

A publicação das chapas homologadas ocorrerá em até 5 (cinco) dias após o término do prazo de registro, cabendo impugnação fundamentada no prazo de 3 (três) dias, e eventual recurso contra o resultado da eleição no prazo de 5 (cinco) dias da proclamação perante a Assembleia Geral, na forma dos artigos 53, 66 e 69 do Estatuto Social Consolidado.

6. Do Resultado e Posse dos Eleitos

A atual Diretoria Executiva dará publicidade do resultado das eleições da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal no prazo de 10 (dez) dias após a realização da eleição, caso não haja a interposição de recurso.

Interposto recurso contra o resultado das eleições, o resultado será publicado, após a deliberação da Assembleia-Geral que proferirá

decisão, nos moldes do art. 70 da 4ª Alteração do Estatuto Social Consolidado do CIS/AMUNPAR.

A posse dos candidatos eleitos para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal ocorrerá ao término do mandato da Administração anterior, nos termos dos artigos 74 e 75 do Estatuto Social Consolidado, prestando os empossados o respectivo compromisso solene perante o Consórcio.

Paranavaí/PR, 21 de outubro de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:F48DCC92

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 140/2026

PORTARIA Nº 140/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do processo de Pregão Eletrônico, bem como das respectivas Atas de Registro de Preços/Contratos dele decorrentes, cujo objeto refere-se ao Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO NAS UNIDADES DO CIS/AMUNPAR,** nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
MARCELO DA SILVA GIOTTO	FISCAL	Nº 55-1
ELOISA DE MELO BRITO	FISCAL	Nº 506-1
MARISA FERREIRA DE LIMA	SUPLENTE	Nº399-1

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 23 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:04EC4E3D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 141/2026

PORTARIA Nº 141/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do processo de Pregão Eletrônico, bem como das respectivas Atas de Registro de Preços/Contratos dele decorrentes, cujo objeto refere-se ao Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FARMACOLÓGICOS,** nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
MARCELO DA SILVA GIOTTO	FISCAL	Nº 55-1
LARISSA CAROLINA DOS SANTOS FRANCISCO	FISCAL	Nº 447-1
MARISA FERREIRA DE LIMA	SUPLENTE	Nº399-1

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 23 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:98A57AFC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 142/2026

PORTARIA Nº 142/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do processo de Pregão Eletrônico, bem como da respectiva Ata de Registro de Preços/Contrato dele decorrente, cujo objeto refere-se ao Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS TIPO LONGARINA E POLTRONAS INDIVIDUAIS PARA PESSOAS COM OBESIDADE**, destinadas à composição dos ambientes de recepção, espera e atendimento ao público das unidades de saúde do CIS/AMUNPAR, nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
LUANA COSTA CARDOSO	FISCAL	Nº 482-1
ANGELICA TORRES MANDELI ANTUNES	FISCAL	Nº 434-1
KETHILIN ALINI DOS SANTOS	FISCAL	Nº520-1
BIANCA EDUARDA DE OLIVEIRA BELORDI	SUPLENTE	Nº483-2

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 23 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor GeralCIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:0A5BD90E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 143/2026

PORTARIA Nº 143/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do processo, bem como do respectivo contrato dele decorrente, cujo objeto refere-se à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FI-NAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), INCLUINDO A ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PGRSS PARA AS UNIDADES OPERACIONAIS DO CIS/AMUNPAR (AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES/AME DE PARANAVAÍ/PR E AME DE LOANDA/PR)**, nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
LUANA COSTA CARDOSO	FISCAL	Nº 482-1
ANGELICA TORRES MANDELI ANTUNES	FISCAL	Nº 434-1
SIDINEIA TRAVAIN	SUPLENTE	Nº430-2

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 23 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:FF9B069C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 28.056/2026 - SEDUC

Institui a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de PARANAVAÍ referente ao decênio 2026–2036 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, Estado de Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;
CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026–2036 e estabelece objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;
CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longo prazo, responsável por definir diretrizes, metas e estratégias para a educação no âmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;
CONSIDERANDO as orientações metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, expressas no Guia Metodológico de Elaboração dos Planos Decenais de Educação e disseminadas no âmbito da Rede de Cooperação Técnica;
CONSIDERANDO que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;
CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo,

DECRETA:

CAPÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Paranavaí, referente ao decênio 2026–2036, composta pelas seguintes instâncias:
I — Comissão Gestora;
II — Equipe Técnica;
III — Grupos de Trabalho (GTs).
Parágrafo único. As instâncias de que trata o caput atuarão de forma articulada, complementar e contínua, visando assegurar qualidade técnica, participação social, viabilidade institucional e coerência metodológica ao Plano Municipal de Educação.

Art. 2º A elaboração do Plano Municipal de Educação observará as diretrizes metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:
I — diagnóstico da realidade educacional do Município, fundamentado em dados oficiais e em escuta participativa;
II — identificação e análise dos problemas educacionais prioritários;
III — definição de objetivos, metas e estratégias compatíveis com o PNE 2026–2036 e com as especificidades locais;
IV — consulta e validação social;
V — elaboração e revisão do texto-base do Projeto de Lei do PME;
VI — encaminhamento ao Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO II — DA COMISSÃO GESTORA

Art. 3º A Comissão Gestora constitui instância de coordenação política, institucional e deliberativa do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º Compete à Comissão Gestora:
I — coordenar o processo geral de elaboração do PME;
II — definir diretrizes, cronograma e organização dos trabalhos;
III — instituir e supervisionar a Equipe Técnica e os Grupos de Trabalho;
IV — garantir a participação social e a transparência do processo;
V — validar o diagnóstico educacional do Município;
VI — deliberar sobre objetivos, metas e estratégias do PME;
VII — aprovar o texto-base do Plano Municipal de Educação;
VIII — acompanhar a tramitação do Projeto de Lei junto ao Poder Legislativo;
IX — articular-se com os Poderes Executivo e Legislativo, com o Conselho Municipal de Educação, com o Fórum Municipal de Educação e com a Rede de Cooperação Técnica do MEC;
X — assegurar condições institucionais e operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos;
XI — designar os Coordenadores dos Grupos de Trabalho;
XII — definir e distribuir os eixos temáticos dos Grupos de Trabalho, com base no PNE 2026–2036;
XIII — deliberar sobre casos omissos e questões supervenientes ao processo de elaboração.

Art. 5º A Comissão Gestora será composta por representantes das seguintes instituições:
I — 6 (seis) representante(s) da Secretaria Municipal de Educação;
II — 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
III — 1 (um) representante do Fórum Municipal de Educação, quando instituído;
IV — 1 (um) representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal;
V — 1 (um) representante do Sindicato representativo dos profissionais do magistério público municipal;
VI — 1 (um) representante do Sindicato representativo dos servidores da educação municipal;
VII — 1 (um) representante das instituições privadas de educação básica do Município, quando houver;
VIII — 1 (um) representante da rede estadual de ensino com unidades no Município;
IX — 2 (dois) representante de instituições de educação superior atuantes no território, quando houver;

§ 1º Cada uma das instituições referidas neste artigo indicará formalmente 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente.
§ 2º Os membros da Comissão Gestora serão nomeados por ato do Poder Executivo Municipal, mediante indicação formal das respectivas instituições, no prazo máximo de 30 dias contados da publicação deste Decreto.
§ 3º A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida por representante da Secretaria Municipal de Educação, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.
§ 4º A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma aprovado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Coordenador ou de um terço de seus membros.
§ 5º As deliberações da Comissão Gestora serão tomadas por maioria simples dos presentes, exigida a presença mínima da maioria absoluta de seus membros, e registradas em ata.

§ 6º A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

CAPÍTULO III — DA EQUIPE TÉCNICA

Art. 6º A Equipe Técnica constitui instância de caráter técnico-operacional, responsável pela condução metodológica, levantamento, análise e sistematização de dados, bem como pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º Compete à Equipe Técnica:
I — levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais, especialmente do INEP, do IBGE e da Plataforma do PAR;
II — elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município, com identificação dos principais problemas e desigualdades;
III — analisar indicadores e metas dos planos vigentes, especialmente os resultados do PME do ciclo anterior;
IV — apoiar os Grupos de Trabalho na identificação e análise de problemas e na construção da árvore de problemas;
V — orientar a construção metodológica dos trabalhos, observando o Guia Metodológico do MEC;
VI — sistematizar as contribuições oriundas da participação social;
VII — garantir coerência entre diagnóstico, objetivos, metas e estratégias;
VIII — elaborar documentos técnicos, relatórios e o texto-base do PME;
IX — padronizar conceitos, terminologia e metodologia ao longo do processo;
X — assessorar tecnicamente a Comissão Gestora;
XI — subsidiar decisões com base em evidências;
XII — articular-se com a Rede de Cooperação Técnica do MEC e com a Coordenação Estadual da SASE, quando aplicável.
Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.

Art. 8º A Equipe Técnica será composta por, no mínimo, 10 (dez) membros titulares, designados pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em consonância com a (o) Secretária (o) Municipal de Educação, por meio de Portaria específica.
§ 1º A equipe deverá ser composta, preferencialmente, por servidores públicos de carreira, com perfil multidisciplinar, contemplando experiência em:
I — estatísticas e indicadores educacionais;
II — planejamento e gestão pública;
III — orçamento público e financiamento da educação;
IV — elaboração de documentos técnicos e normativos;
V — currículo, avaliação e práticas pedagógicas das diferentes etapas e modalidades de ensino.
§ 2º Poderão integrar a Equipe Técnica, como membros convidados, técnicos de outras secretarias municipais, representantes de instituições de ensino superior, especialistas e o(a) Técnico(a) Local da Rede de Cooperação para Elaboração dos Planos Decenais do Ministério da Educação.
§ 3º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo, contudo, ser realizada substituição mediante novo ato de designação.
§ 4º A Equipe Técnica contará com o suporte administrativo da Secretaria Municipal de Educação.
§ 5º A coordenação da Equipe Técnica será exercida por servidor designado no ato de sua composição.

CAPÍTULO IV — DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 9º Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026–2036.

Art. 10. Compete aos Grupos de Trabalho:
I — analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II — identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III — contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV — propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V — participar das discussões, escutas e validações coletivas;
VI — submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.

Art. 11. Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026–2036, podendo contemplar, entre outros:
I — Educação Infantil;
II — Alfabetização e Ensino Fundamental;
III — Ensino Médio e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica;
IV — Educação Integral e em Tempo integral;
V — Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial, Indígena, Quilombola, do Campo e Educação de Jovens e Adultos);
VI — Valorização dos Profissionais da Educação;
VII — Gestão Democrática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
VIII — Financiamento da Educação;
IX — Conectividade, Infraestrutura e Tecnologias Educacionais;
X — Articulação com a Educação Superior, quando pertinente à realidade local.
Parágrafo único. Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município e a disponibilidade de participantes.

Art. 12. Cada Grupo de Trabalho contará com:
I — 1 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou trajetória reconhecida no eixo temático;
II — 1 (um) Relator, escolhido entre os participantes do próprio Grupo de Trabalho na primeira reunião.
§ 1º Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, zelar pelo cumprimento da metodologia e articular-se com a Equipe Técnica.
§ 2º Compete ao Relator registrar as discussões, sistematizar deliberações preliminares e encaminhar as contribuições à Equipe Técnica nos prazos definidos pelo cronograma.

Art. 13. A participação nos Grupos de Trabalho será aberta ao público, mediante chamamento divulgado pelos canais oficiais do Município.
§ 1º A inscrição dos participantes ocorrerá por meio de instrumento próprio definido pela Comissão Gestora, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º A participação será voluntária e não remunerada e, quando se tratar de servidores públicos municipais, deverá ocorrer, preferencialmente, fora do horário regular de trabalho.
§ 3º Poderá ser estabelecido limite de participantes por Grupo de Trabalho, considerando critérios de organização e representatividade.
§ 4º Deverá ser assegurada, sempre que possível, diversidade de representação, contemplando profissionais da educação, gestores, estudantes maiores de idade, famílias, sociedade civil organizada e demais atores interessados.
§ 5º A relação de participantes inscritos por Grupo de Trabalho será registrada e publicizada por meio de Portaria de homologação a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 6º A participação não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO V — DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS

Art. 14. A articulação entre as instâncias instituídas por este Decreto observará o seguinte fluxo metodológico:
I — a Equipe Técnica fornece dados, subsídios e orientação metodológica aos Grupos de Trabalho;
II — os Grupos de Trabalho realizam debates, formulam problemas e apresentam propostas de objetivos, metas e estratégias;
III — a Equipe Técnica sistematiza as contribuições e elabora versão preliminar do texto-base;

IV — a Comissão Gestora analisa, valida e delibera sobre o texto-base;
V — o texto validado é submetido a consulta pública e/ou audiência pública, quando assim deliberado pela Comissão Gestora;
VI — o documento final é consolidado e encaminhado, na forma de Projeto de Lei, ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 15. Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As instâncias instituídas por este Decreto têm caráter temporário e finalidade exclusiva, sendo responsáveis unicamente pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Educação referente ao decênio 2026–2036.

Art. 17. Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, o processo de implementação, monitoramento e avaliação das metas e estratégias será conduzido pelas instâncias permanentes de acompanhamento da política educacional, especialmente pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação do PME e pelo Fórum Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente e dos atos normativos próprios.

Art. 18. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas, se necessário.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranavaí
Paranavaí/PR, 21 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

ROSANGELA GONÇALVES VIANA
Secretária Municipal de Educação

CÉLIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:7CAB83C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2025

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 54549/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) Municipais**CARLOS HENRIQUE SCARABELLI e AMAURI DE CARVALHO MARTINELI**, residentes e domiciliados nesta comarca, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições:

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS destina-se à locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 287/2025, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **13 de novembro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 54549/2026 pelo órgão gerenciador através do Memorando nº 278/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Fornecedor: **60.598.903 GUILHERME ALVES CRUZ**

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
44	LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINEL DE LED (OUTDOOR) de alta resolução (P3.9mm), composição do pixel SMD 3 em 1, composto de placas totalmente independentes, permitindo a montagem da tela em diversos formatos, incluída a estrutura de treliça para sustentação (em alumínio) do painel. A instalação e operação do painel é por conta da contratada.	m²/diária	442	127,28	R$ 56.257,76
Total Fornecedor: R$ 56.257,76 (cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos).					

CLÁUSULA 3ª: DA ALTERAÇÃO DE SECRETÁRIO
Fica alterado o secretário da Secretaria Municipal de Comunicação, com a nomeação do Sr. **AMAURI DE CARVALHO MARTINELI.**

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO
4.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 287/2025), datada de 10 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica.

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

Fornecedor:
Empresa: 60.598.903 GUILHERME ALVES CRUZ
CNPJ: 60.598.903/0001-48
Endereço: RUA PROJETADA 1, 436 - PARQUE DOS IPES, Paranavaí - PR,
E-mail: GUI.ACRUZ@HOTMAIL.COM, gui.acruz@hotmail.com
Telefone: (44) 9128-2811
Nome do Representante:
GUILHERME ALVES CRUZ
CPF: 080.792.589-61

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:2E34B09B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 312/2025 (REAJUSTE DE VALOR) (PROCESSO DIGITAL Nº 57965/2026) REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 069/2025

1° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 312/2025
(Reajuste de Valor)
(PROCESSO DIGITAL Nº 57965/2026)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 069/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Testes Rápidos de SARS- CoV-2, Influenza A/B e Vírus Sincicial Respiratório, Teste de Uroánalise e Teste de Gravidez para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,576120%** referente variação do INPC no período de OUTUBRO/2025 a OUTUBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 312/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo único – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 312/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
2 - Teste de gravidez determinação por tira reativa, qualitativa da gonadotrofina coriônica, através de anticorpos monoclonais e policlonais, com formação de uma reação antígeno- anticorpo, em amostra de urina, reação com sensibilidade de no mínimo 25 um/ml. Método: Imunocromatografia, Tipo de Análise: Qualitativo de Beta HCG, Tipo: Conjunto Completo, Apresentação: Teste.	UNID	EBRAM	3.600	R$ 0,40	R$ 1.440,00
Total do Lote:					R$ 1.440,00
Total do Fornecedor:					R$ 1.440,00

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 312/2025), datada de 10 de Dezembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:
Empresa: Labnorte Materiais Medicos, Hospitalares E Laboratoriais LTDA
CNPJ: 34.922.825/0001-85
End: Avenida Amazonas, - Endereco Nao Informado, Cianorte - PR, 87.200-000
Nome do Representante:
MILTON CESAR REIS
CPF: 896.077.839-72

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:4A9A668C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314/2025 (REAJUSTE DE VALOR) (PROCESSO DIGITAL Nº 57959/2026) REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 069/2025

1° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314/2025
(Reajuste de Valor)
(PROCESSO DIGITAL Nº 57959/2026)
REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 069/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Testes Rápidos de SARS- CoV-2, Influenza A/B e Vírus Sincicial Respiratório, Teste de Uroánalise e Teste de Gravidez para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,576120%** referente variação do INPC no período de OUTUBRO/2025 a OUTUBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 314/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo único – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 314/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - Teste rápido uroanálise para detecção de proteinúria - método: colorimétrico. Finalidade: exames de urina com área para definições de no mínimo 10 parâmetros, entre os principais: glicose, bilirrubina, corpos cetônicos, densidade, sangue, ph proteínas, urobilogênio, nitrito, leucócitos. Amostra: urina. Apresentação: tiras reativas contendo membrana especifica, devendo conter gráfico de cores, impressão em rotulo de tubo para comparação direta da tira reagente.	UNID	CRAL	6.000	R$ 0,28	R$ 1.680,00
Total do Lote:					R$ 1.680,00
Total do Fornecedor:					R$ 1.680,00

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 314/2025), datada de 10 de Dezembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:
Empresa: Torre Forte Atacado E Varejo LTDA
CNPJ: 05.247.406/0001-97
End: Rua Jacob Macanhan, 4316 - Jardim Claudia, Pinhais - PR,
Nome do Representante:
DAVID DOS SANTOS SOARES
CPF:276.103.828-25

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:1371D1A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 4º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 143/2022 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL 53080/2026) REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2022 CONTRATO Nº 143/2022

4º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 143/2022
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO)
(PROCESSO DIGITAL 53080/2026)

REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2022

CONTRATO Nº 143/2022

4º (quarto) Termo Aditivo do CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 143/2022 que entre si celebram **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ** e **GENEVALDO ANTONIO DA SILVA**, na forma abaixo**.**

LOCADOR: GENEVALDO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, união estável, aposentado, portador do RG nº 3.119.011-8 SESP/PR, inscrito no CPF nº 389.531.029-87, residente e domiciliada na Rua Antônio Fachin, 2380, Centro, na cidade de Paranavaí – Pr.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Getúlio Vargas, 900, inscrita no CNPJ nº. 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **ROSANGELA GONÇALVES VIANA**, inscrita no CPF. sob nº 028.144.259-27, conforme delegação do Decreto Municipal nº 27.266/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, localizado na Rua Serafim Afonso Costa, nº 2415, Centro (Quadra 33, Lote 17 – inscrição 01.01.039.0250.001.001), com área de 637,50 m² de terreno e 650,93 m² de área construída, tudo em conformidade com os documentos que instruem a DISPENSA DE LICITAÇÃO sob nº 37/2022, no valor global firmado entre as partes através do Contrato de Locação de imóvel nº 143/2022, 1° Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo e Reajuste de Valor), 2° Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo e Reajuste de Valor) e 1° Termo de Apostilamento (Reajuste de Valor) no valor de **R$54.417,36 (Cinquenta e quatro quatrocentos e dezessete mil reais e trinta e seis centavos)**, a ser pago pelo LOCATÁRIO em **12 (doze) parcelas mensais**, iguais e consecutivas de **4.534,78 (Quatro mil, quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos)**, 2° Termo de Apostilamento (Reajuste de Valor) no valor de **R$ 56.584,92 (Cinquenta e seis mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos)**, com valores mensais de **R$ 4.715,41 (Quatro mil, setecentos e quinte reais e quarenta e um centavos).**

§ 1º - O LOCATÁRIO recebe o imóvel nas condições descritas no Laudo de Vistoria realizado em 24/10/2025 e firmado pelas partes, os quais passam a fazer parte integrante deste contrato, respondendo por qualquer estrago superveniente à assinatura do presente contrato, comprometendo-se a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu. As adaptações de que o prédio necessitar, para a instalação dos serviços administrativos do LOCATÁRIO, no transcorrer do contrato, efetuadas pelo LOCATÁRIO, ficará agregado ao imóvel, sem nenhum tipo de indenização.

§ 2º - Não constitui estrago, em relação ao imóvel, o desgaste natural oriundo do uso regular.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE PRAZO

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo da locação do imóvel objeto do Contrato nº 143/2022 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de locação para **09 de novembro de 2027**, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Locação de Imóvel nº 143/2022, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação através do Memorando nº 951/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28/12/2023, edição 2928.

§ Único - O pagamento da importância originada pela presente prorrogação de prazo e reajuste de valor correrá à conta dos recursos provenientes da Dotação Orçamentária:

06.002.12.361.0005. 2.450 – 3.3.90.36 (ref. 720) (recurso 104)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 143/2022), datado de 09 de novembro de 2022.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

ROSANGELA GONÇALVES VIANA
Secretária Municipal de Educação
Locatário

GENEVALDO ANTONIO DA SILVA
Locador

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:8F2AD606

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 145/2022 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL: 53083/2026) REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2022 CONTRATO Nº 145/2022

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 145/2022
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO)
(PROCESSO DIGITAL: 53083/2026)

REF: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2022

CONTRATO Nº 145/2022

5º (Quinto) Termo Aditivo do CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 145/2022 que entre si celebram MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e GENEVALDO ANTONIO DA SILVA, na forma abaixo**.**

LOCADOR: GENEVALDO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, união estável, aposentado, portador do RG nº 3.119.011-8 SESP/PR, inscrito no CPF nº 389.531.029-87, residente e domiciliada na Rua Antônio Fachin, 2380, Centro, na cidade de Paranavaí – Pr.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Getúlio Vargas, 900, inscrita no CNPJ nº. 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **ROSANGELA GONÇALVES VIANA**, inscrita no CPF. sob nº 028.144.259-27, conforme delegação do Decreto Municipal nº 27.266/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, localizado na Rua Serafim Afonso Costa, nº 2415, Centro (Quadra 33, Lote 17 – inscrição 01.01.039.0250.001.001), com área de 637,50 m² de terreno e 650,93 m² de área construída, tudo em conformidade com os documentos que instruem a DISPENSA DE LICITAÇÃO sob nº 37/2022, no valor global firmado entre as partes através do Contrato de Locação de

imóvel nº 145/2022, 1° Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo e Reajuste de Valor), 2° Termo Aditivo (Prorrogação de Prazo e Reajuste de Valor), 3° Termo Aditivo (Cessão) e 1° Termo de Apostilamento (Reajuste de Valor) no valor de **R$ 2.267,40 (Dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)** totalizando para este período de 12(doze) meses o valor de **R$ 27.208,80 (Vinte e sete mil duzentos e oito reais e oitenta centavos)**, 2° Termo de Apostilamento (Reajuste de Valor) no valor de **R$ 2.357,72 (Dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos),** totalizando para este período de 12(doze) meses o valor de **R$ 28.292,64 (Vinte e oito mil duzentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos)**.

§ 1º - O LOCATÁRIO recebe o imóvel nas condições descritas no Laudo de Vistoria realizado em 19/10/2026 e firmado pelas partes,do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 37/2022, os quais passam a fazer parte integrante deste contrato, respondendo por qualquer estrago superveniente à assinatura do presente contrato, comprometendo-se a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu. As adaptações de que o prédio necessitar, para a instalação dos serviços administrativos do LOCATÁRIO, no transcorrer do contrato, efetuadas pelo LOCATÁRIO, ficará agregado ao imóvel, sem nenhum tipo de indenização.

§ 2º - Não constitui estrago, em relação ao imóvel, o desgaste natural oriundo do uso regular.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE PRAZO

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo da locação do imóvel objeto do Contrato nº 145/2022 por mais 12(doze) meses, passando o vencimento do prazo de locação para **09 de novembro de 2027,** nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Locação de Imóvel nº 145/2022, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual e Relatório de vistoria do imóvel com data de 24 de outubro de 2025 apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação através do Memorando nº 953/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28/12/2023, edição 2928.

§ Único - O pagamento da importância originada pela presente prorrogação de prazo e reajuste de valor correrá à conta dos recursos provenientes da Dotação Orçamentária:

06.002.12.361.0005. 2.450 – 3.3.90.36 (ref. 720) (recurso 104)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 145/2022), datado de 09 de novembro de 2022.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

ROSANGELA GONÇALVES VIANA
Secretária Municipal de Educação
Locatário

GENEVALDO ANTONIO DA SILVA
Locador

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:FD744379

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 11 de novembro do ano de 2026, na plataforma eLicita (https://elicita.atende.net/), **CONCORRÊNCIA,** na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo meno preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de Execução
Sede municipal	Recape em CBUQ	139.926,22 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Paranavaí e na plataforma eLicita (https://elicita.atende.net/). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Paranavaí (PR), 23 de outubro de 2026.

DYERON SOUZA SANTOS
Diretor Especial de Compras

Publicado por:
Andrew Picioneri Salme
Código Identificador:8174E258

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.922/2026

Dispõe sobre a destituição da função gratificada de Supervisão Pedagógica de Servidora efetiva, junto a Rede Pública Municipal de Educação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Destituir, da função gratificada de Supervisão Pedagógica, a professora abaixo relacionada a partir de 20 de outubro de 2026, nos termos do Art. 20, § 4º, da Lei Municipal nº. 2.796/2006.

I – ADRIANA DA SILVA CONTRERA, matrículas nº 7976-1 / 7976-2, 40 horas, Sede da Secretaria Municipal de Educação;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E UM DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:154F97AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.930/2026

Dispõe sobre a destituição de servidor municipal da função de confiança de Assessor de Secretário – Nível II, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 59498/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Destituir a servidora **ROSANGELA GONÇALVES VIANA,** matrículas nº 8708-1 e 8708-2, ocupante do cargo efetivo de Professor, da função de confiança de **ASSESSOR DE SECRETÁRIO – NÍVEL II**, junto à Secretaria Municipal de Educação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 22 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:E0E8A865

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.931/2026

Dispõe sobre a designação de servidor municipal na função de confiança de Assessor de Secretário – Nível II, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 59498/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Designar a servidora **ADRIANA DA SILVA CONTRERA**, matrículas nº 7976-1 e 7976-2, ocupante do cargo efetivo de Professor, na função de confiança de **ASSESSOR DE SECRETÁRIO – NÍVEL II**, junto à Secretaria Municipal de Educação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 22 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:53BE87FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.937/2026

Dispõe sobre a exoneração, a pedido de servidor, do cargo efetivo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.

Considerando o requerimento protocolado sob nº 59666/2026, no qual o servidor solicita exoneração do cargo de Psicólogo;
O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Exonerar, a pedido, o servidor **LUIZ HENRIQUE ALVES,** matrícula nº 11883-1, nomeado pela Portaria Municipal nº 2.027/2025, do cargo efetivo de **PSICÓLOGO,** junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.

Parágrafo único. A exoneração do servidor citado no *caput* dar-se-á a partir de 26 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 22 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:DE547146

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1938 /2026

Dispõe sobre a designação de servidor municipal para Defensor Dativo.

Considerando o processo digital nº 59353/2026, encaminhado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:
Art. 1° Designar o servidor **NICOLAS FERNANDES CARDOSO,** matrícula nº 10182-4, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, como defensor dativo no Processo Administrativo n° 16/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 22 DIAS DE OUTRUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jaqueline Mitiko Fujihara da Silva
Código Identificador:E20359F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1939/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 11/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **11/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **762/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3520**, de 30 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;

CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **11/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.

Art. 2º A prorrogação compreende o período de **28 de outubro de 2026 a 25 de abril de 2027**.

Art. 3º A Comissão Processante será composta por:

I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro.
III - **Ricardo Klem Moreira** - Membro

Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

Publicado por:
Jaqueline Mitiko Fujihara da Silva
Código Identificador:26B48FDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1940/2026

Prorroga o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 12/2026 e dá outras providências.

A Comissão Permanente de Disciplina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.891/2012,

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº **12/2026**, por meio da Portaria Municipal nº **763/2026**, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº **3517**, de 27 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que admite a prorrogação do prazo para conclusão do processo disciplinar por igual período, quando as circunstâncias o exigirem;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos trabalhos, em razão do elevado número de processos em tramitação perante a Comissão, bem como da existência de oitivas, notificações, defesas, diligências e demais atos necessários à conclusão da instrução;

CONSIDERANDO a alteração da composição da Comissão promovida pela Portaria Municipal nº **955/2026**, publicada na Edição nº **3535** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais **180 (cento e oitenta) dias**, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **12/2026**, nos termos do art. 141 da Lei Municipal nº 3.891/2012.

Art. 2º A prorrogação compreende o período de **25 de outubro de 2026 a 23 de abril de 2027**.

Art. 3º A Comissão Processante será composta por:

I – **Francielle Martins Favareti** – Presidente;
II – **Tatiane Barbosa da Silva Pepler** – Membro
III - **Ricardo Klem Moreira** - Membro

Art. 4º A Comissão deverá prosseguir com os trabalhos necessários à conclusão da instrução processual, observados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.

FRANCIELLE MARTINS FAVARETI
Presidente da Comissão Permanente de Disciplina

RICARDO KLEM MOREIRA
Membro

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

Publicado por:
Jaqueline Mitiko Fujihara da Silva
Código Identificador:925F33E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º ADITIVO DE REMANEJAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAI E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº 18.093/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no CPF sob o nº 756.344.739-34 e, como interveniente a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA** representada pela sua secretária L**etícia Leziane Wenceslau Pizzolio Lucas** e de outro lado **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 76.136.589/0001-11, com sede na Cidade de Paranavaí- PR, no endereço Rua Guanabara, 371 Jardim Morumbi, CEP 87.703-020, na cidade de Paranavaí-PR, neste ato representado por seu representante legal **Thiago Alberto Aparecido**, portador da cédula de identidade RG 9.765.118-3 SESP PR , inscrito no CPF/MP sob o nº. 061.792.809-67, ora simplesmente denominada PARCEIRA, formalizam o presente Termo de Fomento , mediante as cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

VALOR CONCEDENTE: R$ 125.305,86 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e cinco reais e oitenta e seis centavos).

1.1. Plano de aplicação resumido

Item	Especificação	Valor Total Elemento
1	**MATERIAL DE CONSUMO**	**R$ 125.305,86**
1.1	Gênero Alimentício	R$ 89.500,80
1.2	Combustível	R$ 35.805,06
TOTAL DE DESPESAS		**R$ 125.305,86**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através desse Termo Aditivo e, em conformidade com a cláusula Terceira do Termo de Fomento, a PARCEIRA apresentou por meio do Ofício: 56/2026 de 20 de outubro de 2026, solicitação de remanejamento do plano de aplicação e uso de rendimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considera-se para fins desse termo o valor do termo de fomento inicial de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil), com a adição de R$ 5.305,86 (cinco mil, trezentos e cinco reais e oitenta e seis centavos) referentes aos rendimentos do exercício de 2026, totalizando R$ 125.305,86 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e cinco reais e oitenta e seis centavos), provenientes da autorização para utilização de rendimentos financeiros relativos aos exercícios de 2026, conforme disposto no artigo 51, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014.
Dessa forma, o valor global do Termo de Fomento passa a ser de R$ 125.305,86 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e cinco reais e oitenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 14/11/2025 a 14/11/2026.

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de fomento .

Paranavaí, 23 de outubro de 2026.

LETÍCIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

THIAGO ALBERTO APARECIDO
Presidente da OSC Parceira

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:8AD3666D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 045/2026 – 23/10/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 20/10/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA.Aprova o Relatório final da 16ª Conferência Municipal de Saúde de 2026.

Art. 1º. Aprova e publica o Relatório da 16ª conferências municipal de Saúde, constante no Anexo I desta Resolução, com o objetivo de assegurar ampla publicidade e transparência aos resultados obtidos no processo conferencial.

Art. 2º. Que as propostas e diretrizes contidas neste relatório final sejam encaminhadas ao Poder Executivo Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde, visando subsidiar a elaboração, revisão e execução do Plano Municipal de Saúde (PMS), e da Programação Anual de Saúde (PAS) e do Plano Plurianual (PPA).

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 20/10/2026.

Paranavaí, 23 de outubro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

Sônia Maria Silvestre Botini – Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur– 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor – 1º Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo– 1ª Tesoureira
Leila Vanda Aguiar– 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima – 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima– 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel– Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:48938979

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 046/2026 – 23/10/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 20/10/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA.Aprova e aprecia oTermo de Doação Pura e Simples de Serviços de Obras e Reformas Prediais sem Encargo, 54143/2026, referente à realização de intervenções na infraestrutura de unidades da rede municipal de saúde.

Art. 1º. Fica aprovado e apreciado pela plenária deste Conselho, oTermo de Doação Pura e Simples de Serviços de Obras e Reformas Prediais sem Encargo, 54143/2026, referente à realização de intervenções na infraestrutura de unidades da rede municipal de saúde UBS Panorama, UBS Coloninha e UBS Monte Cristo, com valor global inicialmente estimado em R$ 121.590,00 (cento e vinte e um mil quinhentos e noventa reais) observado o limite de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 20/10/2026.

Paranavaí, 23 de outubro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidente

Sônia Maria Silvestre Botini – Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur– 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor – 1º Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo– 1ª Tesoureira
Leila Vanda Aguiar– 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima – 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima– 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel– Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:FC22CF33

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-DIR-PLE 047/2026 – 23/10/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí, tendo em vista suas atribuições de formular estratégias, controlar a execução e fiscalizar ações, obras, serviços e recursos da saúde pública, com base na Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, conforme deliberação da plenária, em Reunião Ordinária realizada em 20/10/2026, às 19h e 30 min, votou e aprovou a seguinte RESOLUÇÃO.

SÚMULA.Aprovaa substituição da entidade Associação dos Obesos e Operados Bariátricos de Paranavaí.

Art. 1º. Fica aprovado pela plenária deste Conselho, a substituição da Associação dos Obesos e Operados Bariátricos de Paranavaí pela Associação Convalescente Projeto Vida – APROVIDA, considerando a formalização da entrega da vaga pela entidade anterior.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais desde 20/10/2026.

Paranavaí, 23 de outubro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde
SÔNIA MARIA SILVESTRE BOTINI
Presidenta

Sônia Maria Silvestre Botini – Presidenta	João Bruno Navarro Fernandes Jabur– 2º Secretário
Arnoldo Luiz Victor – 1º Vice-Presidente	Driele de Souza Saucedo– 1ª Tesoureira
Leila Vanda Aguiar– 2ª Vice-Presidenta	Maria Leila Lucas de Lima – 2ª Tesoureira
Vaneide Nogueira Lima– 1ª Secretária	Kamila Cruz Treichel– Ouvidora

HOMOLOGAÇÃO
Homologo esta Resolução, com base na Lei Federal 8142, de 28/12/1990, na Resolução Federal 453, de 10/05/2012 e na Lei Municipal 2651, de 23/12/2005

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
João Bruno Jabur
Código Identificador:5EEDB5E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO 18/2025
APAE

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	
PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATO BRANCO**
HOMOLOGAÇÃO:	Aprovação do parecer técnico conclusivo do Gestor do Termo de Colaboração nº 18/2025
OBJETO:	Ofertar atendimento qualificado às pessoas idosas com deficiências e suas famílias do município de Pato Branco/PR
VIGÊNCIA:	De 04/06/2025 a 04/08/2026
VALOR:	R$ 60.000,00
FORO:	Comarca de Pato Branco - PR.

Pato Branco, 23 de outubro de 2026.

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Portaria Nº 101, de 22 de Outubro de 2026

Publicado por:
Mariana Weis
Código Identificador:6B240C66

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 239/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 239/2026 – PROCESSO Nº 243/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N° 123/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, **Associação de Triatletas Duoatletas Ciclistas Corredores de Rua e Nadadores de Pato Branco PR - Largo Multiesportes**, inscrita no CNPJ nº 49.357.043/0001-18. **OBJETO:** Constitui objeto da presente parceria, o fomento e a consolidação do triathlon no município de Pato Branco e municípios adjacentes. A iniciativa visa engajar a atual comunidade de triatletas, ao mesmo tempo em que busca atrair e incentivar, aproximar novos praticantes de outras modalidades esportivas a descobrirem o triathlon. **VALOR TOTAL:** R$ 8.000,00 (oito mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26887-43207. **GESTORA:** Elisandra Nath Copatti. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 23 de outubro de 2026.

ANA PAULA RITZMANN -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:B735C2C1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 240/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 242/2026 – PROCESSO Nº 246/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N° 154/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54,e o **ISSAL – Instituto De Saúde São Lucas**, inscrita no CNPJ nº 08.092.615/0001-05. **OBJETO:** a aquisição de equipamentos para o atendimento pacientes em emergência/urgência. **VALOR TOTAL:** R$ 54.250,00 (cinqüenta e quatro mil duzentos e cinqüenta reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 25789-41383. **GESTORA:** Sabrina Psendziuk Rigon. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 23 de outubro de 2026.

JOÃO PETRY -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:2EA09AEA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 241/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 240/2026 – PROCESSO Nº 244/2026.
REMANEJAMENTO N°44/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N° 188/2025.

PARTES: ***Município de Pato Branco***, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, ***ISSAL – Instituto De Saúde São Lucas***, inscrita no CNPJ nº 08.092.615/0001-05. **OBJETO:** a aquisição de equipamentos para o atendimento pacientes em emergência/urgência. **VALOR TOTAL:** R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 25789-41383. **GESTORA:** Sabrina Psendziuk Rigon. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 23 de outubro de 2026.

JOÃO PETRY -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:E9403DC1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 242/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 241/2026 – PROCESSO Nº 245/2026.
REMANEJAMENTO N°48/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N° 138/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, **ISSAL – Instituto De Saúde São Lucas**, inscrita no CNPJ nº 08.092.615/0001-05. **OBJETO:** Aquisição de equipamentos para o atendimento pacientes em emergência urgência. **VALOR TOTAL:** R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 25789-41383. **GESTORA:** Sabrina Psendziuk Rigon. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 23 de outubro de 2026. João Petry - Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:2B8C472F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 243/2026/GP.
INEXIGIBILIDADE Nº 243/2026 – PROCESSO Nº 247/2026.
EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N° 196/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, **Associação de Triatletas Duoatletas Ciclistas Corredores de Rua e Nadadores de Pato Branco PR - Largo Multiesportes**, inscrita no CNPJ nº 49.357.043/0001-18. **OBJETO:** Constitui objeto da presente parceria, O fomento e a consolidação do triathlon no município de Pato Branco e municípios adjacentes. A iniciativa visa engajar a atual comunidade de triatletas, ao mesmo tempo em que busca atrair e incentivar, aproximar novos praticantes de outras modalidades esportivas a descobrirem o triathlon. **VALOR TOTAL:** R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26887-43207. **GESTORA:** Elisandra Nath Copatti. Foro e data da assinatura: Pato Branco, 23 de outubro de 2026.

ANA PAULA RITZMANN, -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:87973C3D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 239/2026 – PROCESSO N.º 243/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 123/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°123/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação de Triatletas Duoatletas Ciclistas Corredores de Rua e Nadadores de Pato Branco PR - Largo Multiesportes*** inscrita no CNPJ nº 49.357.043/0001-18, com sede na Rua Manoel Ribas, 544, Bairro Brasília, Pato Branco PR, CEP 85504-022, telefone: (46) 99937-2552, endereço eletrônico: anaritz25@gmail.com. Para o fomento e a consolidação do triathlon no município de Pato Branco e municípios adjacentes. A iniciativa visa engajar a atual comunidade de triatletas, ao mesmo tempo em que busca atrair e incentivar, aproximar novos praticantes de outras modalidades esportivas a descobrirem o triathlon.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 22 de Outubro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA – PREFEITO
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:C8FB8199

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 240/2026 – PROCESSO N.º 244/2026 - REMANEJAMENTO N°44/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 188/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n° 44/2026 - Emenda impositiva Individual n° 188/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***ISSAL – Instituto De Saúde São Lucas,*** inscrita no CNPJ nº 08.092.615/0001-05, com sede na Rua Dr. Silvio Vidal, nº 67, Bairro Centro, CEP: 85.505-010, em Pato Branco-PR, telefone: (46) 3220-3544, endereço eletrônico: presidencia@saolucas.org.br. Para aquisição de equipamentos para o atendimento a pacientes com cuidados intensivos.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Marcia Fernandes de Carvalho, através do endereço eletrônico secsaude@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 22 de Outubro de 2026.

MÁRCIA FERNANDES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Saúde

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:7D59AD96

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 241/2026 – PROCESSO N.º 245/2026 - REMANEJAMENTO N° 48/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 138/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando o Remanejamento n°48/2026 - Emenda impositiva Individual n°138/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***ISSAL – Instituto De Saúde São Lucas,*** inscrita no CNPJ nº 08.092.615/0001-05, com sede na Rua Dr. Silvio Vidal, nº 67, Bairro Centro, CEP 85505-010, em Pato Branco-PR, telefone: (46) 3220-3544, endereço eletrônico: presidencia@saolucas.org.br. Para a aquisição de equipamentos para o atendimento pacientes em emergência urgência.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Marcia Fernandes de Carvalho, através do endereço eletrônico secsaude@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 22 de Outubro de 2026.

MÁRCIA FERNANDES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Saúde

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:DB69783F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 242/2026 – PROCESSO N.º 246/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 154/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°154/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 54.250,00 (cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil Civil ***ISSAL – Instituto De Saúde São Lucas,*** inscrita no CNPJ nº 08.092.615/0001-05, com sede na Rua Dr. Silvio Vidal, nº 67, Bairro Centro, CEP 85505-010, em Pato Branco-PR, telefone: (46) 3220-3544, endereço eletrônico: presidencia@saolucas.org.br. Para a aquisição de equipamentos para o atendimento pacientes em emergência/urgência.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sra. Marcia Fernandes de Carvalho, através do endereço eletrônico secsaude@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 22 de Outubro de 2026.

MÁRCIA FERNANDES DE CARVALHO
Secretária Municipal de Saúde

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:79C1FEF2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 243/2026 – PROCESSO N.º 247/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 196/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°196/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 14.000,00 (Quatorze mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil ***Associação de Triatletas Duoatletas Ciclistas Corredores de Rua e Nadadores de Pato Branco PR - Largo Multiesportes*** inscrita no CNPJ nº 49.357.043/0001-18, com sede na Rua Manoel Ribas, 544, Bairro Brasília, Pato Branco PR, CEP 85504-022, telefone: (46) 99937-2552, endereço eletrônico: anaritz25@gmail.com. Para o fomento e a consolidação do triathlon no município de Pato Branco e municípios adjacentes. A iniciativa visa engajar a atual comunidade de triatletas, ao mesmo tempo em que busca atrair e incentivar, aproximar novos praticantes de outras modalidades esportivas a descobrirem o triathlon.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 23 de Outubro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:C393CACE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO CONTRATO Nº 160/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 52/2026 - PROCESSO Nº 167/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ nº 79.788.766/0027-71. **OBJETO**: Contratação de empresa para aquisição de brinquedos pedagógicos e recreativos, mediante adesão, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços nº 10/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 04/2025, gerenciada pelo Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP, destinados às unidades da Rede Municipal de Ensino que ofertam Educação Integral em Tempo Integral. **VALOR**: R$ 171.961,38 (cento e setenta e um mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos). **VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato. **DOTAÇÃO**: 42981-46685, 47169-47170. **FORO E DATA DE ASSINATURA**: Pato Branco, 20 de outubro de 2026.

VALDEMAR ÁBILA
Representante Legal

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:25031270

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 03/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 151/2023/GP. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2023 - PROCESSO N° 185/2023.

PARTES: Município de Pato Branco e CLARO S.A.

OBJETO: Contratação de empresa de telecomunicação para prestação de serviço de telefonia móvel pós-pago, sistema com tecnologia 4G ou superior através de cartão ou chip removível; prestação de serviço de telefonia M2M, com disponibilização de linhas com pacote mínimo de 100Mb e sim cards (chips), para transmissão de dados enviados e recebidos da Central Semafórica e de aparelhos de comunicação, para atender todas as secretarias.

ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência Com base na Lei 8.666/93 no seu artigo 57, inciso II, bem como na cláusula terceira, inciso XII do contrato original, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 23/10/2027.
Do Reajuste: Com base na cláusula décima primeira do contrato original, fica alterado o valor contratual de acordo com o índice IGP–M calculado em 3,335040%, considerando o período de 10/2025 até 09/2026, passando o valor unitário de R$ 30,74 (trinta reais e setenta e quatro centavos) para R$ 31,77 (trinta e um reais e setenta e sete centavos) totalizando para o período de 12 (doze) meses o valor de R$ 2.668,68 (dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos), conforme termo

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo.

Pato Branco, 21 de Outubro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

VINICIUS GONTIJO CAMPOS –
Representante Legal.

LUCAS FERREIRA DUARTE -
Representante Legal

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:1C4D5026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 04/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 144/2023/GP. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2023 - PROCESSO N° 170/2023.

PARTES: Município de Pato Branco e Techscan Importadora e Serviços Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, para equipamentos de inspeção por Pórtico Detector de Metais HS ABS CMDMP 8Z V17 - MPCI, e Detector Portátil de Metais Mod DM 600, alerta Audível Luz (LED) e VibratórioInstrutherm, em uso do Aeroporto Regional de Pato Branco - Professor Juvenal Loureiro Cardoso - SBPO, atendendo as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

APOSTILA-SE: Do Reajuste Com base na cláusula décima quinta, inciso I do contrato original, fica alterado o valor contratual de acordo com o índice IGP-M calculado em 3,335040%, considerando o período de 10/2025 a 09/2026, passando o valor total do contrato de

R$ 11.813,64 (onze mil, trezentos e treze reais e sessenta e quatro centavos) para R$ 12.207,60 (doze mil, duzentos e sete reais e sessenta centavos). O valor unitário reajustado dos demais itens fica conforme termo.

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo. Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando- se ao fiel e integral cumprimento do contrato e do presente.

Pato Branco, 22 de Outubro de 2026. Geri Natalino Dutra – Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:A859525C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO INEXIGIBILIDADE Nº 52/2026 - PROCESSO Nº 167/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.190/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - CNPJ: 76.995.448/0001-54 e BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA. CNPJ: 79.788.766/0027-71. **OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição de brinquedos pedagógicos e recreativos, mediante adesão, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços nº 10/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 04/2025, gerenciada pelo Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP, destinados às unidades da Rede Municipal de Ensino que ofertam Educação Integral em Tempo Integral. **VALOR TOTAL:** R$ 171.961,38 (cento e setenta e um mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos). **DOTAÇÃO:** 42981-46685, 47169-47170. **FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 74, da Lei 14.133/2021. **DATA DA AUTORIZAÇÃO:** Pato Branco, 19 de outubro de 2026.

IVETE FERRARINI IAKMIU
Secretária Municipal de Educação e Cultura

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:594C1889

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº49/2026.

Retificação da publicação que circulou dia 15/07/2026. Edição 3573.
Onde se lê: PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.
Leia-se: PRAZO DE VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:9CE4D92B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1024, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXXI, na forma do art. 62, II, "f", ambos da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais; I) Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar – PAD instaurado pela Portaria nº 1389, de 19 de dezembro de 2025, instaurado para apurar os fatos atribuídos a servidora pública sob matrícula nº 8778-5; II) Considerando o relatório final da 1ª Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar; III) Considerando a decisão da autoridade competente que determinou a aplicação da penalidade de demissão, nos termos da legislação vigente; IV) Considerando o contido no Memorando nº 19.941, de 18 de dezembro de 2025 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de demissão a servidora pública **GISLAINE DOS SANTOS,** Matrícula nº 8778-5, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil 40h, função Professora de Educação Infantil 40h – Superior, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em decorrência do Processo Administrativo Disciplinar – PAD instaurado pela Portaria nº 1389, de 19 de dezembro de 2025, com fundamento no Art. 122, 126, inciso VII, 135, inciso I, 163 e 164 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, conforme decisão administrativa proferida nos autos.

Art. 2 Determinar ao Departamento de Recursos Humanos a adoção das providências administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria, inclusive quanto aos registros funcionais e demais procedimentos decorrentes da aplicação da penalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:46F4131A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1025, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 43 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Protocolo RH nº 2.154/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir o servidor público **VALTER LUIZ CADENA**, Matrícula nº 20037-9, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Motorista II, da Secretaria Municipal de Agricultura para a Secretaria Municipal de Saúde – Setor de Transporte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:8DA55F4B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 68, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 6.490, de 13 de outubro de 2025, considerando o Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, considerando o contido no Memorando nº 32.259 de 22 de outubro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade no montante de 20% (vinte por cento) ao servidor público **VALTER LUIZ CADENA**, Matrícula nº 20037-9, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Motorista II, lotado junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos na data de sua admissão em 05 de outubro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:BC40D505

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1027, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos XXIII e XXV, combinado com o art. 62, inciso II, alínea "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando: I) o resultado do Concurso Público Municipal regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 3 de junho de 2024; II) a necessidade de provimento de vagas para atender às demandas da Administração Pública Municipal; III) a edição da Portaria nº 973/2026, que exonerou servidor a pedido; IV) o contido no **Memorando nº 1.602/2026**, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata abaixo relacionada, aprovada em Concurso Público Municipal, para o provimento de cargo efetivo no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Odontologo		
FUNÇÃO	Odontologo		
CANDIDATA	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Alexandra Delfins de Lemos	7º	-	-

Art. 2º A candidata mencionada no art. 1º desta Portaria deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, situado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, de segunda a sexta-feira, das 13h30min às 17h30min, para dar início aos procedimentos necessários à nomeação e à posse.

Art. 3º O não comparecimento no prazo previsto no artigo anterior será considerado desistência tácita, conforme as disposições do Edital de Abertura do Concurso Público.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:C514D07A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1028, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Processo Administrativo nº 18.637/2026, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor público efetivo **EDSON LUIZ BRISOLA**, matrícula nº 8224-4, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Agente de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes – Depatran, referente à fruição de 03 a 22 de novembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:08CD4BD6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1029, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 31.483, de 15 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública efetiva **VERITIANE MARIA TICHESKI**, matrícula 7604-0, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Gari de Limpeza de Rua, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Departamento de Limpeza Pública para o Setor de Paisagismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:D7F5C834

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1030, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 32.339, de 23 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública **JANAINA GRAICY PICOLOTTO**, matrícula 10933-9, ocupante do cargo de Professora,

função Professora 20h, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol para a Escola Municipal São Cristóvão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:B614701A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1031, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento nos arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, e considerando o contido no Memorando nº 30.902 de 07 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora pública **EMANUELLY MARTINS** Matrícula nº 20027-1, para o cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Finanças, Símbolo CC7, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:71159F27

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.053, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 34.925,26 (trinta e quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 32.114, de 22 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 34.925,26 (trinta e quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.02	**DEP DE APOIO OPERACIONAL E INFRAEST EDUC**	
12	**Educação**	
12.365	**Educação Infantil**	
12.365.0093	**Programa de Transporte Escolar Municipal**	
2.096	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
3.3.90.33 – 104 (25377)	Passagens e Despesas com Locomoção	25.000,00

07.03	**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO ENSINO**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0039	**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**	
2.097	Manutenção das Atividades da Educação Integral	
3.3.90.39 – 8010 (47679)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	9.921,87
3.3.90.39 – 58010 (46273)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3,39

Total	**34.925,26**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação de recurso de fonte vinculada ao orçamento do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

I - recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.02	**DEP DE APOIO OPERACIONAL E INFRAEST EDUC**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0093	**Programa de Transporte Escolar Municipal**	
2.096	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
4.4.90.52 – 104 (25340)	Equipamentos e Material permanente	25.000,00

07.03	**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO ENSINO**	
12	**Educação**	
12.361	**Ensino Fundamental**	
12.361.0039	**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**	
2.097	Manutenção das Atividades da Educação Integral	
3.3.90.30 – 8010 (47169)	Material de Consumo	22,38
4.4.90.52 – 8010 (41904)	Equipamentos e Material permanente	8.499,49
4.4.90.52 – 58010 (41880)	Equipamentos e Material permanente	3,39

Subtotal	**33.525,26**

II - excesso de arrecadação de recurso de fonte vinculada ao orçamento do exercício de 2026:

Código	Especificação	Valor (R$)
8010	Programa Escola em Tempo Integral - Lei 14640/2023 - FNDE	1.400,00

Total	**34.925,26**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:31CBE619

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2022 CONTRATO N° 139/2022

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2022
CONTRATO N° 139/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN - PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº

77.007.474/0001-90, com sede na Rua Rui Barbosa, n.º 204, Centro, Paulo Frontin, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, IRENEU INACIO ZACHARIAS.

CONTRATADA: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF n° 05.340.639/0001-30, localizada à Alameda Rio Negro, nº 858, Bairro Alphaville Centro I, Complemento SL 23E Jacari, Barueri/SP, CEP 06454-000, neste ato representada por seu sócio e administrador JOAO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA e por seu sócio e administrador RODRIGO MANTOVANI.

OBJETO: Termo aditivo de prorrogação do prazo da vigência e valor com reajuste do IPCA/IBGE.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 e art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme suas Clausulas Segunda e Sexta, do contrato original e no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis.

VALOR DO ADITIVO: R$ 436.040,56 (quatrocentos e trinta e seis mil, quarenta reais e cinquenta e seis centavos).

REAJUSTE:4,57% pelo índice IPCA (IBGE) dos últimos 12 meses.

NOVA VIGÊNCIA:04 (quatro) meses, contados a partir de 23/10/2026, passando o contrato a vigorar até 22/02/2027.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.008; Máscara: 2.008.20.606.0008.2034.3.3.90.39.00. Fonte: 00000; Organograma: 02.008; Máscara: 2.008.20.606.0008.2033.3.3.90.39.00. Fonte: 00000; Organograma: 02.007; Máscara: 02.007.25.752.0007.2039.3.3.90.39.00. Fonte: 00000; Organograma: 02.007; Máscara: 02.007.26.782.0005.2030.3.3.90.39.00. Fonte: 00000; Organograma: 02.007; Máscara: 02.007.15.451.0004.2032.3.3.90.39.00. Fonte: 00000; Organograma: 02.006; Máscara: 02.006.10.301.0017.2026.3.3.90.39.00. Fonte: 00000.

DATA DA ASSINATURA:23 de outubro de 2026.

Paulo Frontin/PR, 23 de outubro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:AA201251

GABINETE DO PREFEITO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE METAS FISCAIS – SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE METAS FISCAIS – SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Aos 29 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, nas dependências da Câmara de Vereadores, localizada na Rua Vinte e Dois de Janeiro, nº 284, Centro, no Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, realizou-se a Audiência Pública de Metas Fiscais referente ao segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2026, com a finalidade de apresentar e demonstrar os resultados da execução orçamentária e financeira do Município, em observância aos princípios da transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. A apresentação foi feita pela Senhora Mirna Bley Bonato, Secretária Municipal de Finanças, que apresentou aos presentes os dados referentes às receitas, despesas, aplicação de recursos e demais indicadores fiscais do Município, relativos ao período. Inicialmente, foram apresentados os dados das receitas totais de impostos, demonstrando-se que as receitas próprias alcançaram, no primeiro quadrimestre, o montante de R$ 2.272.903,65, e, no segundo quadrimestre, R$ 1.673.997,42, totalizando R$ 3.946.901,07. Desse total, destacaram-se: IPTU, com R$ 596.465,59; ITBI, com R$ 197.749,64; ISS, com R$ 1.783.824,23; e Imposto de Renda – IR, com R$ 1.368.861,61. Na sequência, foram apresentadas as receitas transferidas, que totalizaram R$ 27.194.328,46, sendo R$ 13.561.015,03 referentes ao primeiro quadrimestre e R$ 13.633.313,43 referentes ao segundo quadrimestre. Entre os principais valores apresentados estavam o FPM, no montante de R$ 14.748.764,75; ICMS, R$ 11.262.291,28; IPI-EXP., R$ 178.832,14; ITR, R$ 3.517,01; e IPVA, R$ 1.000.923,28. Assim, as receitas próprias e transferidas de impostos totalizaram R$ 31.141.229,53. Em relação à Educação, foi demonstrada a aplicação dos recursos vinculados ao setor. Os recursos próprios – Fonte 104 – totalizaram R$ 1.206.537,34, enquanto o FUNDEB – 20%, Fonte 101, apresentou R$ 5.263.016,03, e a Educação – 5%, Fonte 103, totalizou R$ 1.315.754,00. O valor exigido, no período, para aplicação em educação é de R$ 7.785.307,37. Também foi demonstrada uma perda de FUNDEB de R$ 1.591.601,30, recursos da Educação no valor de R$ 6.193.706,07 e recursos vinculados de R$ 722.831,88, totalizando R$ 6.916.537,95. As despesas da Educação até agosto de 2026 totalizaram R$ 9.779.723,00, resultando em despesas superiores às receitas da Educação custeadas com recursos livres no valor de R$ 1.994.415,63, correspondendo a um índice de aplicação em Educação de 30,97%. Quanto à Saúde, foram apresentados recursos próprios – Fonte 303, no valor de R$ 592.035,16, e receitas transferidas – Fonte 303, no valor de R$ 3.947.262,01, totalizando recursos da Saúde no valor de R$ 4.539.297,17. Os recursos vinculados totalizaram R$ 2.893.371,80, resultando em um total de recursos da Saúde de R$ 7.432.668,97. As despesas com Saúde até agosto de 2026 alcançaram R$ 11.065.963,36, sendo demonstradas despesas superiores aos recursos da Saúde no valor de R$ 3.633.294,39, com índice de aplicação em Saúde de 26,87%. Foi apresentada, ainda, a execução de despesas da Fundação Municipal de Saúde, que no segundo quadrimestre totalizou R$ 3.667.867,12, acumulando até agosto de 2026 o montante de R$ 7.001.761,14. A Secretaria de Saúde apresentou despesas de R$ 2.215.911,92 no primeiro quadrimestre e R$ 4.064.202,22 acumuladas até agosto. Dessa forma, o total das despesas da Saúde foi de R$ 5.883.779,04 no primeiro quadrimestre e R$ 11.065.963,36 no acumulado até agosto. Na sequência, foi apresentada a distribuição dos recursos de impostos, destacando-se os recursos livres de 60%, que totalizaram R$ 18.816.624,99. Também foram demonstrados os valores de despesas distribuídos entre os órgãos municipais. A Secretaria de Governo apresentou despesas com recursos livres de R$ 880.181,32 no período de maio a agosto e R$ 2.495.171,79 no período de janeiro a agosto, além de recursos vinculados – SECID, no valor acumulado de R$ 105.355,00, totalizando R$ 2.600.526,79 no período de janeiro a agosto. A Secretaria de Administração e Planejamento Integrado apresentou despesas com recursos livres de R$ 1.748.301,47 no período de maio a agosto e R$ 3.397.825,44 no acumulado de janeiro a agosto. A Secretaria de Tributação e Finanças apresentou despesas com recursos livres de R$ 279.659,87 no período de maio a agosto e R$ 475.363,40 no acumulado de janeiro a agosto. A Secretaria de Assistência Social e da Família apresentou despesas com recursos livres de R$ 908.155,21 no período de maio a agosto e R$ 1.664.574,34 no acumulado de janeiro a agosto. Foram ainda demonstrados recursos vinculados, destacando-se o Centro de Eventos, no valor de R$ 209.233,90; Centro-Dia, R$ 157.657,29; Emenda, R$ 21.388,00; SUAS, R$ 24.142,38; Custeio do Fundo da Assistência, entre outros recursos, totalizando R$ 2.594.455,41 no período de maio a agosto e R$ 3.399.704,28 no acumulado de janeiro a agosto. A Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos apresentou despesas com recursos livres de R$ 1.582.354,82 no período de maio a agosto e R$ 3.118.525,55 no acumulado de janeiro a agosto. Foram demonstrados, ainda, recursos vinculados, incluindo Royalties, COSIP, CIDE, FEP, Máquinas, recursos estaduais, Retroescavadeira, Vila Guarani, São Roque, Vias Urbanas e FINISA, totalizando R$ 9.796.711,12 no período de maio a agosto e R$ 11.937.216,73 no acumulado de janeiro a agosto. A Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente apresentou recursos livres de R$ 447.798,23 no período de maio a agosto e R$ 754.500,66 no acumulado de janeiro a agosto, além de R$ 184.000,00 referentes ao Convênio de Equipamentos Agrícolas, totalizando R$ 631.798,23 no período e R$ 938.500,66 no acumulado. A Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo apresentou recursos livres de R$ 5.174,00 no período de maio a agosto e R$ 6.510,76 no acumulado de janeiro a agosto. No que se refere ao resultado geral da execução, foram apresentadas despesas até agosto de 2026 no valor de R$ 32.535.371,06. Quanto às receitas, foi demonstrada receita total de R$ 48.617.124,10, sendo R$ 19.375.858,98 de recursos livres e R$ 29.241.265,12 de recursos vinculados. Também foram apresentados os valores de impostos próprios, no montante de R$ 3.946.901,07, e impostos transferidos, no valor de R$ 27.194.328,46, totalizando R$ 31.141.229,53. No detalhamento das receitas, as receitas municipais totalizaram R$ 9.016.559,59 no período de maio a agosto. As transferências da União totalizaram R$ 15.900.899,14, destacando-se a participação nas receitas da União, no valor de R$ 11.978.691,41,

compensações financeiras de R$ 307.474,89, transferências do SUS de R$ 2.659.476,04, transferências do FNDE de R$ 494.548,26, transferências do FNAS de R$ 205.266,45 e outras transferências da União de R$ 255.442,09. As transferências do Estado totalizaram R$ 11.266.719,50, sendo destacadas a participação nas receitas estaduais, no valor de R$ 6.148.453,24; CIDE, R$ 9.918,07; Royalties, R$ 8.528,81; SUS Estado, R$ 526.652,81; Estado-Assistência, R$ 493.117,53; Transporte Escolar, R$ 164.644,90; Conselho da Mulher, R$ 40.000,00; Conselho de Esporte, R$ 45.220,00; Programa Viaja Mais 60, R$ 25.000,00; FUNDEB + VAAR, R$ 3.766.408,47; e outras receitas correntes, R$ 38.775,67. Quanto às receitas de capital, foram apresentados recursos da União no valor de R$ 166.915,10, do Estado do Paraná no valor de R$ 11.877.880,80 e operações de crédito no valor de R$ 388.150,00, totalizando R$ 12.432.945,90. Ao final, foi demonstrado que a receita total acumulada até agosto de 2026 foi de R$ 48.617.124,17, enquanto as despesas totalizaram R$ 43.607.214,28. Também foi informado o repasse à Câmara Municipal no valor de R$ 1.630.000,00, bem como o índice de despesa com pessoal de 48,47%. No tocante às obrigações financeiras, foi informado o pagamento de R$ 922.892,47 em dívida, além de R$ 539.035,86 em precatórios, totalizando R$ 1.461.928,33. Após a apresentação dos dados e esclarecimentos pertinentes pela Secretária Municipal de Finanças, Senhora Mirna Bley Bonato, foi dada por concluída a exposição das Metas Fiscais referentes ao segundo quadrimestre do exercício de 2026. Por fim, o Vereador José Antônio Peremida agradeceu a presença e a participação de todos, destacando a importância da transparência e do acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, e, não havendo outras manifestações, declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis e demais presentes.

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:71CDF562

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2026
EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026 — PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026
O MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, por meio do Prefeito Municipal e da Comissão de Admissão e Ingresso, nomeada pela Portaria nº 250, de 15 de outubro de 2026, **TORNA PÚBLICA** a retificação do Anexo VI (Cronograma) do Edital de Abertura nº 001/2026, publicado em 21 de outubro de 2026, para adiar em uma semana a prova objetiva e as etapas seguintes.
1. A prova objetiva, marcada para 22/11/2026, será aplicada em 29/11/2026 (domingo). O local e o horário serão divulgados em 17/11/2026, como já previsto.
2. O Anexo VI passa a vigorar com as seguintes datas, que substituem as anteriores:

Evento	Data anterior	Nova data
Aplicação da prova objetiva	22/11/2026	29/11/2026 (domingo)
Publicação do gabarito preliminar	23/11/2026	30/11/2026
Prazo de recurso contra o gabarito (2 dias úteis)	24/11 e 25/11/2026	01/12 e 02/12/2026
Resultado da prova objetiva	27/11/2026	04/12/2026
Resultado da análise de títulos	27/11/2026	04/12/2026
Prazo de recurso contra os resultados (2 dias úteis)	30/11 e 01/12/2026	07/12 e 08/12/2026
Classificação final	03/12/2026	10/12/2026
Prazo de recurso contra a classificação final (2 dias úteis)	04/12 e 07/12/2026	11/12 e 14/12/2026
Homologação do resultado final	09/12/2026	16/12/2026

3. Permanecem inalterados o prazo de impugnação, o período de inscrições (29/10 a 07/11/2026), a homologação das inscrições, o prazo de recurso contra ela e as demais regras do Edital.
4. Este Aviso será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município, passando a integrar o Edital.

Paulo Frontin/PR, 23 de outubro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:4BA64795

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
MODALIDADE: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:TUBOS PALMEIRA LTDA, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ sob nº 12.097.090/0001-60, com sede Rua 04, nº 329, Bairro Distrito Industrial, Palmeira-PR, CEP 84.130-000, neste ato representada por ANA MAURA FILIPAK.
OBJETO: Lote 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de tubos de concreto, sob demanda, destinados à execução e à manutenção de obras de drenagem pluvial, bueiros, galerias e travessias em áreas urbanas e rurais do Município de Paulo Frontin/PR.
VALOR: R$ 297.779,00 (duzentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e nove reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO:Sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA:23 de outubro de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.007 - 02.007.26.782.0005.2030.3.3.90.30.00; Fonte: 0000; Organograma: 02.007 - 02.007.26.782.0005.2030.3.3.90.30.00; Fonte: 504.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 23 de outubro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:AA49BF89

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 253/2026 - FMS

PORTARIA Nº 253/2026 - FMS

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de férias regulamentares à servidora **MICHELE LOURENÇO DE SOUZA**, matrícula nº 725, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde — Cohapar, São Francisco e Palmital, referente ao período aquisitivo de 10 de outubro de 2025 a 09 de outubro de 2026, para gozo no período de 09 a 13 de novembro de 2026.
Art. 2º A servidora deverá retornar às suas atividades no dia **16 de novembro de 2026**.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paulo Frontin/PR, em **22 de outubro de 2026**.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:8369E818

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 254/2026 - FMS

PORTARIA Nº 254/2026 - FMS

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares à servidora **MARIA LUCIANE CARDOZO**, matrícula nº 746, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026, para gozo no período de 03 de novembro de 2026 a 02 de dezembro de 2026.
Art. 2º A servidora deverá retornar às suas atividades no dia **03 de dezembro de 2026**.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paulo Frontin/PR, em **22 de outubro de 2026**.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:A2D4EACF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 255/2026 - FMS

PORTARIA Nº 255/2026 - FMS

AUTORIZA A CONVERSÃO DE 10 (DEZ) DIAS DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO FRONTIN, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a conversão de 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário ao servidor **DANIEL WELTER**, matrícula nº 753, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, referente ao período aquisitivo de 12 de abril de 2025 a 11 de abril de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paulo Frontin/PR, em **22 de outubro de 2026**.

LORENA APARECIDA SOARES
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:AEF54262

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2026 - CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2026

CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, com sede à Rua Presidente Costa e Silva, nº 290, Centro, CEP 85.740-000, inscrito no CGC/MF nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.719.625-8 SSP/PR e do CPF/MF nº 629.393.609-44, e

CONTRATADA: MINERPAV LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 46.782.494/0001-04, com sede na Rodovia PR-182, Km 488, s/nº, Bairro Industrial, CEP 85.770-000, Realeza – PR, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. MICHAEL CEZNE DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.670.160-1 SESP/PR e do CPF/MF nº 073.353.609-35.

OBJETO: Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ, 25.044,00 m², na Comunidade da Linha Progresso, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, sob regime de empreitada por preço global, conforme Concorrência Presencial nº 07/2026.

VALOR: R$ 5.587.054,03 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, cinquenta e quatro reais e três centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 21 de outubro de 2026.

FORO: Comarca de Capanema, Estado do Paraná.

Pérola D'Oeste, 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:431B1DDA

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
EXTRATO ADITIVO Nº01/2026 - CONTRATO Nº 03/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2025.

OBJETO: Prorrogação, por 12 (doze) meses, da vigência do contrato de prestação de serviços de sistema de transmissão ao vivo e gravação das sessões legislativas da Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, com reajuste do preço contratual pelo IPCA/IBGE acumulado de 4,58% (outubro de 2025 a setembro de 2026), nos termos da Cláusula Sétima do Contrato.
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná.
CONTRATADA: PK COMUNICAÇÕES LTDA.
ORIGEM: Contrato nº 03/2025, decorrente da Dispensa de Licitação nº 04/2025 (Processo Administrativo nº 06/2025).
VALOR: R$ 12.511,92 (doze mil, quinhentos e onze reais e noventa e dois centavos), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 1.042,66 (um mil e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos), já reajustadas pelo IPCA.
REAJUSTE: IPCA/IBGE acumulado de 4,58% (outubro de 2025 a setembro de 2026), com efeitos financeiros a partir de 23/10/2026.
VIGÊNCIA ORIGINAL: 23/10/2025 a 22/10/2026.
VIGÊNCIA COM ADITIVO: 23/10/2026 a 22/10/2027.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 22/10/2026.

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente Legislativo

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:0083A871

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 008/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025
Contratado: CLARO S/A – CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Objeto: Contratação de 11 (Onze) linhas telefônicas e fornecimento de chip's em regime de comodato, conforme especificações descritas na Dispensa de Licitação.

Fica aditivado o contrato originário por mais 12 (doze) meses, a partir de 24 de outubro de 2026 e renovado seu quantitativo em sua totalidade.
Fica também concedido o índice de correção INPC acumulado, na monta de 4,29%, passando o valor por linha de R$ 30,89 (trinta reais e oitenta e nove centavos) para R$ 32,21 (trinta e dois reais e vinte e um centavos).
Sendo o valor total do contrato, para o período de 12 meses, R$ 4.638,24 (quatro mil e seiscentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos)

A demais clausulas permanecem inalteradas.

Dotação orçamentária:
01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
01.031.001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39. 00.00 – Outros Serviços de Terceiro PJ
3.3.90.39.58.00 – Serviços de Telecomunicações

Piên/Paraná, 22 de outubro de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente da Câmara Municipal de Piên

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:1782E66C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 229/2026

DECRETO 229/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 23 de Outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:3870567C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA N° 380/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Falcade de Oliveira Matrícula: 636-1
Órgão de Lotação: Gabinete do Prefeito Cargo ou função: Prefeito Municipal
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 02/11/2026 á 13/11/2026
Destino: Bélgica, França e Suíça
Valor de diárias: 1.424,02 x 12 = 17.088,24
Transporte utilizado: carro oficial e voo
Finalidade da viagem: Participar da Imersão Técnica Internacional 2026, promovida pelo SEBRAE/PR, com visitas técnicas na Bélgica, na França e na Suíça, objeto da Inexigibilidade de Licitação nº 23/2026.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Visitas técnicas na Bélgica, na França e na Suíça.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 00 Cta: 170
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 23 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Falcade de Oliveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Paulo Falcade de Oliveira

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C7F9445D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO – PR

CONTRATADA: BRZ POCOS ARTESIANOS LTDA - **CNPJ:** 41.560.833/0001-94.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2025 - Pregão Eletrônico nº 67/2025

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa para aquisição de produtos, peças e realização de serviços, para reposição, manutenção de poços artesianos instalados em localidades no interior do Município de Pinhal de São Bento.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 33/2025 pelo período de **12 (doze) meses**, mediante anuência da detentora e comprovação da vantajosidade dos preços registrados.
SALDO REMANESCENTE: Para o período prorrogado, permanece disponível o saldo dos quantitativos originalmente registrados e ainda não contratados, correspondente ao valor estimado de R$ 367.429,95

(trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos).
OBSERVAÇÃO: O saldo acima corresponde exclusivamente aos quantitativos remanescentes da Ata de Registro de Preços nº 33/2025, não constituindo renovação ou recomposição do valor originalmente registrado, nem novo registro de quantitativos.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar do término de sua vigência original (01/10/2026) até 01/10/2027, permanecendo vigentes as demais condições estabelecidas na Ata.
DATA DA ASSINATURA: 01/**10**/2026.
Pinhal de São Bento – PR, 01 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:2E808EE0

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 381/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Daniel de Campos Stoffel Matrícula: 6921
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 24/10/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 569,83 x 0,5 = 284,91
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes para consulta no Hospital Nossa Senhora Aparecida em Foz do Iguaçu/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Nossa Senhora Aparecida em Foz do Iguaçu/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2540

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1*****-0	067.***.***-31

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 23 de outubro de 2026.

Solicitante da viagem: Daniel de Campos Stoffel
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:476B0324

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 382/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Daniel de Campos Stoffel Matrícula: 6921
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 26/10/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar a paciente Iolanda Vicari Bortolomedi com acompanhante para consulta no CEONC em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC em Cascavel/PR
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1*****-0	067.***.***-31

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 23 de outubro de 2026.
Solicitante da viagem: Daniel de Campos Stoffel
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:DFAE582F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 722/2026

Concede Pensão por Morte

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo Administrativo de Pensão por Morte nº 008/2026-P, instruído pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, bem como o Parecer Consultivo da Procuradoria Geral do Município,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Pensão por Morte a **PATRICIA APARECIDA DA SILVA**, na qualidade de companheira do servidor público municipal ativo falecido **AUGUSTO MACHADO KRSIZANOWSKI**, matrícula funcional nº 997302, ocupante do cargo efetivo de Agente Educacional I – Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, com fundamento no art. 2º, inciso II, alínea "a", e no **art. 18 alínea "a", inciso II**, da Lei Municipal nº 862/2006, c/c o art. 32, inciso II, alínea "a", e § 2º, do Decreto Municipal nº 3.163/2008.
Art. 2º O benefício de pensão por morte fica fixado no valor bruto mensal de **R$ 1.918,36 (um mil, novecentos e dezoito reais e trinta e seis centavos)**, correspondente ao valor originário de R$ 1.842,63 (um mil oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos), atualizado pelo índice de 4,11%, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006, combinado com os arts. 1º e 5º da Lei Municipal nº 2.676/2026.
Art. 3º O benefício concedido por esta Portaria será reajustado de forma a preservar o seu valor real, na mesma data e pelo mesmo índice utilizado para o reajuste geral dos servidores em atividade, nos termos do art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 23 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:1CEC2257

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.124/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente e altera as metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 1.638.305,00 (um milhão, seiscentos e trinta e oito mil e trezentos e cinco reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 1. 638.305,00 (um milhão, seiscentos e trinta e oito mil e trezentos e cinco reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º- A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará no(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa abaixo especificado(s):

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	317	31521	Equipamento e Material Permanente	R$ 1.490.000,00
Total				**R$ 1.490.000,00**

11.001-10.304.0007.2025 – Promover Ações de Vigilância Sanitária e saúde do trabalhador

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	356	31521	Equipamento e Material Permanente	R$ 102.702,00
Total				**R$ 102.702,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00	428	31960	Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	R$ 23.000,00
3.3.90.93.00.00	432	31851	Indenizações e restituições	R$ 3.000,00
3.3.90.93.00.00	432	31884	Indenizações e restituições	R$ 3,00
3.3.90.93.00.00	432	31893	Indenizações e restituições	R$ 300,00
3.3.90.93.00.00	432	31900	Indenizações e restituições	R$ 3.000,00
3.3.90.93.00.00	432	31903	Indenizações e restituições	R$ 1.000,00
3.3.90.93.00.00	432	31966	Indenizações e restituições	R$ 5.000,00
3.3.90.93.00.00	432	31969	Indenizações e restituições	R$ 300,00
3.3.90.93.00.00	432	31970	Indenizações e restituições	R$ 10.000,00
Total				**R$ 45.603,00**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício corrente.
Art. 4º - O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.
Art. 5º - Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.589 de 27/06/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e nº 2.634/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos deste Decreto.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 23 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:654545E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.126/2026

Indica e nomeia os membros titulares e suplentes para compor o Conselho de Usuários de Serviços Públicos de Piraquara, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais, com base no art. 40 da Lei Orgânica deste Município,
DECRETA:
Art.1º Ficam indicados e nomeados os cidadãos piraquarenses abaixo relacionados para comporem o Conselho de Usuários de Serviços Públicos de Piraquara, conforme determina o art. 18 e seguintes da Lei Federal nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 13.873/2025:
I – Membros Titulares do Conselho dos Usuários de Serviços Públicos:
a) **Ericson Francisco de Paula** - Membro Titular escolhido através do Edital de Chamamento Público 02/2026 – CSCP, conforme art. 19 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 31 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
b) **Ezequiel Trocati** - Membro Titular escolhido através do Edital de Chamamento Público 02/2026 – CSCP, conforme art. 19 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 31 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
c) **Thiago da Silva Pereira** - Membro Titular escolhido através do Edital de Chamamento Público 02/2026 – CSCP, conforme art. 19 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 31 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
d) **Leandro Luis Giraldi** – Membro Titular indicado pelo Executivo Municipal, conforme art. 18 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 30 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
e) **Renata do Rocio Alves Zanetti** - Membro Titular indicado pelo Executivo Municipal, conforme art. 18 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 30 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
f) **Marinaldo Lourenço** - Membro Titular indicado pelo Executivo Municipal, conforme art. 18 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 30 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
II – Membros Suplentes do Conselho dos Usuários de Serviços Públicos:
a) **Nicolly Vieira Borges** - Membro Suplente escolhido através do Edital de Chamamento Público 02/2026 – CSCP, conforme art. 19 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 31 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
b) **Gisele de Oliveira Castro** - Membro Suplente escolhido através do Edital de Chamamento Público 02/2026 – CSCP, conforme art. 19 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 31 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
c) **Rafael José Saraiva** – Membro Suplente escolhido através do Edital de Chamamento Público 02/2026 – CSCP, conforme art. 19 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 31 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
d) **Jessica Patrícia da Silva Fabrício** - Membro Suplente indicado pelo Executivo Municipal, conforme art. 18 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 30 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
e) **Guilherme Augusto Radcheski** - Membro Suplente indicado pelo Executivo Municipal, conforme art. 18 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 30 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
f) **Marlon Reguelin** - Membro Suplente indicado pelo Executivo Municipal, conforme art. 18 da Lei Federal nº 13.460/2017 e art. 30 do Decreto Municipal n° 13.873/2025;
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 23 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:D5674D78

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.127/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Marina Miguel Fernandes de Goes	703941	Assistente Operacional Escolar	16/10/2026	Falecimento

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos a 16 de outubro de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 23 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:53DA1160

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.128/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A concessão de **Licença Parcial para Estudo** à servidora **Renata de Souza Martins,** ocupante do cargo de cargo de Professora III Especialização, para liberação de 4 (quatro) horas semanais na matrícula nº **709551,** no período compreendido entre **09/10/2026 a 31/07/2028,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, atendendo ao disposto no art. 27, da Lei Municipal nº 1192/2012, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2025.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 09 de outubro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 23 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:6A190DFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 12.448/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 32/2026

Objeto: prestação de serviços de roçada e capina manual e mecanizada/hidráulica com mini carregadeira nas vias, logradouros, praças, guias, faixas de passeio, rolamento e escoamento pluvial (meio-fio) e áreas verdes do Município. - **Contratante:** MUNICÍPIO DE PIRAQUARA. – **CONTRATO N.º 646/2026 - Contratada: A CAÇAMBA PINHAIS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.997.770/0001-13, vencedora do **item 01** pelo valor total de **R$ 2.100.000,00** (dois milhões e cem mil reais); **CONTRATO N.º 647/2026** – **Contratada: JG PEREIRA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.711.759/0001-88, vencedora do **item 02** pelo valor total de **R$ 974.400,00** (novecentos e setenta e quatro mil e quatrocentos reais); **Prazo de vigência dos contratos:** 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato prorrogável sucessivamente por até 10 anos. **Data das assinaturas:** 21/10/2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:D0F90D9E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2026

Objeto: recomposição de preço mediante a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro referente ao Item 58 (LEVOMEPROMAZINA, DOSAGEM: 25 MG), sendo o valor unitário reajustado para R$ 0,7690, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n.º 14.133/2021. **Contratante:** Município de Piraquara. **Contratada: ANGEOMED – Comércio de Produtos Médico Hospitalar Ltda,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.607.956/0001-81. **Data da Assinatura**: 19 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:E6084A69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 332/2026 - PROCESSO Nº 1.003/2026

CONTRATANTE: Município de Piraquara. **CONTRATADA:** Construtora Messina Ltda pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n° 10.585.762/0001-50.**DO OBJETO:** Constitui objeto a contratação da obra de reforma e ampliação da Escola Rural Municipal Capoeira dos Dinos localizada na Rua Nova Tirol, S/N, na área rural, em Piraquara/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.**DO VALOR:** O acréscimo quantitativo ao valor original do contrato corresponde a **R$ 31.092,70** (trinta e um mil, noventa e dois reais e setenta centavos), representando, de forma isolada, aproximadamente **5,89%** do valor originalmente contratado. O acréscimo qualitativo ao valor original do contrato corresponde a **R$ 93.971,16** (noventa e três mil, novecentos e setenta e um reais e dezesseis centavos), representando, de forma isolada, aproximadamente **17,79%** do valor originalmente contratado. A supressão quantitativa de valores original ao contrato corresponde a **R$ -63.080,79** (sessenta e três mil, oitenta reais e setenta e nove centavos), representando de forma isolada aproximadamente **-11,94%** (negativos) do valor original do contrato. Após os acréscimos e supressões acima descritos, o valor do contrato passará a ser de **R$ 590.262,19** (quinhentos e noventa mil, duzentos e sessenta e dois reais e dezenove centavos). **DO PRAZO**: Fica prorrogado por **04 (quatro) meses o prazo de execução contratual**, com término previsto para 01 de fevereiro de 2027, observada a formalização da prorrogação e a contagem dos prazos conforme as disposições contratuais e legais aplicáveis. Fica prorrogado por **03 (três) meses o prazo de vigência contratual**, com término previsto para 25 de abril de 2027, de modo a abranger o período necessário à execução do objeto e ao cumprimento das obrigações contratuais subsequentes. **DATA DA ASSINATURA:** 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:68200C86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 41.787/2026 – DISPENSA Nº 14/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 72, inciso VIII e 75, inciso XV da Lei Federal nº 14.133/2021, **AUTORIZA** a **Dispensa nº 14/2026 - Processo nº 41.787/2026**, que trata da contratação da FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA - FUNPAR, CNPJ n° 78.350.188/0001-95, para elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU, sob o valor total de R$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais). Piraquara, 22 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:96C9B446

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERSETORIAL Nº 01/2026

Regulamenta os procedimentos para a identificação, busca ativa, e encaminhamento de crianças em idade escolar obrigatória sem matrícula no âmbito do Município de Piraquara, integrando as ações das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o direito fundamental à educação garantido pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990);
CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996), que estabelece a obrigatoriedade da educação básica para crianças e adolescentes dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade;
CONSIDERANDO a atuação dos integrantes da Rede de Proteção instituída no âmbito municipal por meio do Decreto Nº 11.307/2023, vinculados aos equipamentos das Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde;
RESOLVEM:

CAPÍTULO I – DO OBJETO E ABRANGÊNCIA
Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece o fluxo intersetorial e os procedimentos operacionais para a identificação, comunicação e matrícula de crianças em idade escolar obrigatória (a partir dos 4 anos de idade) que se encontrem fora da escola no Município de Piraquara.
Art. 2º Aplica-se esta Instrução Normativa a todos os equipamentos públicos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde, bem como ao Conselho Tutelar de Piraquara.

CAPÍTULO II – DA IDENTIFICAÇÃO E FLUXO DE COMUNICAÇÃO NOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS
Art. 3º Durante o atendimento prestado nos equipamentos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde — seja na sede da unidade, em visitas domiciliares ou em abordagens territoriais — os profissionais que identificarem crianças a partir de 4 anos de idade (completos até 31 de março de cada ano) sem matrícula escolar, deverão reportar imediatamente o caso ao integrante da Rede de Proteção de sua unidade.
Art. 4º O integrante da Rede de Proteção vinculado ao equipamento responsável pelo atendimento deverá comunicar imediatamente o fato ao(à) Articulador(a) da Rede de Proteção, que, por sua vez, o encaminhará à Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. A comunicação referida no *caput* deste artigo deverá ser realizada, obrigatoriamente, por meio do Sistema Digital adotado pela Prefeitura Municipal de Piraquara, garantindo o sigilo das informações e a agilidade do processo.

CAPÍTULO III – DA ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
Art. 5º O Conselho Tutelar de Piraquara, ao tomar conhecimento de criança em idade de escolarização obrigatória que não esteja matriculada, efetuará a comunicação direta à Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. A requisição pelo Conselho Tutelar será registrada formalmente no Sistema Digital adotado pela Prefeitura Municipal de Piraquara, com o fornecimento dos dados disponíveis da criança e de seus responsáveis legais.

CAPÍTULO IV – DA MATRÍCULA E ACOMPANHAMENTO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Art. 6º Recebida a comunicação via Sistema Digital adotado pela Prefeitura Municipal de Piraquara, caberá à Secretaria Municipal de Educação:
I) Processar imediatamente os dados recebidos para localização da vaga na rede de ensino adequada ao perfil e ao endereço da criança.
II) Efetivar a matrícula da criança e notificar os responsáveis legais para o comparecimento e formalização dos documentos necessários.
III) Informar ao(à) Articulador(a) da Rede de Proteção, via Sistema Digital adotado pela Prefeitura Municipal de Piraquara, a conclusão do procedimento de matrícula via sistema.
Art. 7º Caso os responsáveis legais recusem a efetivação da matrícula ou o comparecimento à unidade escolar, a Secretaria Municipal de Educação informará o Conselho Tutelar para a adoção das medidas protetivas cabíveis.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 21 de outubro de 2026.

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

MARIA CICARELLI DE LIMA
Secretária Municipal de Assistência Social

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:E1B7C4C9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 401/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, inciso II, do Decreto n.º 6.636/2018, e, tendo em vista os artigos 167, 178, e, 179, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Município de Piraquara, **RESOLVE**:
Art. 1º - Deferir requerimento formulado através do Memorando 1DOC nº 6.608/2026, no qual solicita a substituição da servidora **Alessandra Schereiber Antunes**, Professor III Especialização, Matrícula nº 437611 e 516401, designada através da Portaria nº 309/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/02/2026, Edição 3469, para compor Comissão de Processo Administrativo Disciplinar-PAD.
Art. 2º - Nomear em substituição, a servidora **Francielle Pimentel Fagundes**, Técnico Administrativo, Matrícula nº 814771, integrante do rol dos servidores estáveis passíveis de comporem Comissões de Processos Administrativos Disciplinares, conforme consta no Decreto nº 13.998/2025.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais informações da Portaria n° 309/2026.

Piraquara, 23 de outubro de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor-Geral do Município
Decreto n.º 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:B18F8E3F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 27/2026 – CMAS

SÚMULA: Dispõe sobre a participação dos conselheiros titulares e suplentes nas comissões do Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara – CMAS.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara – CMAS,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.179/2012, e

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 100, de 20 de abril de 2023, que estabelece diretrizes para a estruturação, o funcionamento e o acompanhamento dos conselhos de assistência social;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, incisos I e II, da referida Resolução, que prevê a assiduidade dos(as) conselheiros(as) às reuniões e a participação ativa nas atividades do Conselho e em pelo menos uma comissão temática;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMAS na Reunião Ordinária nº 09/2026, realizada em 13 de outubro de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Fica estabelecido que todos os(as) conselheiros(as) titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara deverão integrar e participar ativamente de, no mínimo, uma comissão do Conselho.

Art. 2º Os(as) conselheiros(as) deverão contribuir com as atividades das comissões das quais fizerem parte, participando das reuniões, discussões e demais ações pertinentes às suas atribuições.

Art. 3º A participação nas comissões não exime os(as) conselheiros(as) do compromisso de participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMAS, observadas as disposições do Regimento Interno.

Art. 4º A Secretaria Executiva do CMAS deverá manter atualizada a composição das comissões, conforme as indicações e deliberações da Plenária.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 23 de outubro de 2026

SAMUELY MARIA MOREIRA ZORZAN OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:F7A3F6C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 28/2026 – CMAS

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação do Projeto Casa de Pouso Esperança de Marias, do Instituto Bom Pastor, após atualização do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara – CMAS,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.179/2012, considerando a deliberação da plenária em reunião extraordinária nº 08/2026, realizada em 21 de outubro de 2026, e considerando a Resolução nº 25/2026 – CMAS,

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação referentes à Emenda Parlamentar nº 202644820007, do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à execução do Projeto Casa de Pouso Esperança de Marias, pela Associação Beneficente e Assistencial dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus – O Bom Pastor, inscrita no CNPJ nº 32.987.747/0001-71, para oferta do Serviço de Acolhimento em República para Mulheres, após atualização das informações da entidade no CNEAS, mantido os planos anteriormente apresentados, sem alterações em seu conteúdo.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Piraquara, 23 de outubro de 2026.

--
SAMUELY MARIA MOREIRA ZORZAN OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:11B52C88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 29/2026 – CMAS

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para o exercício de 2026, no âmbito da Política de Assistência Social.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara – CMAS,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.179/2012, e considerando a deliberação
da plenária em reunião extraordinária nº 08/2026, realizada em 21 de outubro de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para o exercício de 2026, referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS, apresentado pela Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social de Piraquara.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 23 de outubro de 2026

SAMUELY MARIA MOREIRA ZORZAN OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:B88F0311

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 30/2026 – CMAS

SÚMULA: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação para o exercício de 2027, referentes ao Piso Único de Assistência Social – PAS.

O **Conselho Municipal de Assistência Social de Piraquara – CMAS,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.179/2012, e considerando a deliberação da plenária em reunião extraordinária nº 08/2026, realizada em 21 de outubro de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação para o exercício de 2027, referentes ao Piso Único de Assistência Social – PAS, apresentados pela Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social de Piraquara.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piraquara, 23 de outubro de 2026.

SAMUELY MARIA MOREIRA ZORZAN OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:6F6884F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - DISPENSA 6/2026

Extrato da ata de registro de preço nº 18/2026
referente a Dispensa nº 6/2026.

Partes: Câmara Municipal de Pitanga - PR e PADARIA E CONFEITARIA PÃO DE AÇÚCAR LTDA - CNPJ nº 50.014.701/0001-58,
Objeto: registro de preços para a eventual aquisição de alimentos e bebidas destinados exclusivamente ao atendimento de eventos institucionais especiais e esporádicos promovidos ou apoiados pela Câmara Municipal de Pitanga
Valor da ata: R$ 27.249,50 (vinte e sete mil, duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)
01.001.01.031.0101.2108 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
Alimento – 3.3.90.30.07.12 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E COZINHA
Materiais festividade – 3.3.90.30.15.00 MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS
Vigência: 23/10/2026 a 23/10/2027.
Data da assinatura: 23/10/2026.

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:C15C96AD

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
PORTARIA N° 36/2026

PORTARIA N° 36/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONFERIDAS PELO ARTIGO 27 DO REGIMENTO INTERNO,

RESOLVE

Art. 1º Declarar ponto facultativo no dia 30 de outubro de 2026, no âmbito da Câmara Municipal de Pitanga, em virtude do dia do Servidor Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PITANGA, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

AMADEUS PENGA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:40C0B44F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 199, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Abre no Orçamento do Município de Pitanga de crédito especial no exercício de 2026, para os fins que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 2.625, de 21 de outubro de 2026:

Art. 1º Fica o Prefeito autorizado a abrir no orçamento do Município de Pitanga (Lei n° 2.585, de 23 de dezembro de 2025) crédito especial no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para atender a programação constante do Anexo l.

ANEXO I			
Programática Suplementação	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
01		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001.01.031.0101.2.108		Manutenção das Atividades Legislativas	
E 18 - 3.1.90.92.00.00	1001	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	170.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorre da anulação parcial de dotação orçamentária conforme indicado no Anexo II.

ANEXO II			
Programática	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
01		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001.01.031.0101.2.108		Manutenção das Atividades Legislativas	
4 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	170.000,00

Art.3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 2.568, de 17 de outubro de 2025 (Plano Plurianual), o Anexo de Metas e prioridades da Lei nº 2.569, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026, no que couber.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Pitanga/PR, 21 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:573E9F4F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 201 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a desvinculação de receitas da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, inclusive rendimentos financeiros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.116, de 24 de dezembro de 2002, que instituiu a COSIP, e suas alterações;
CONSIDERANDO o art. 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam desvinculadas de órgão, fundo ou despesa as receitas provenientes da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, nos termos do art. 76-B do ADCT, até o limite dos seguintes percentuais:
I - 50% (cinquenta por cento), sobre as receitas arrecadadas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026;
II - 30% (trinta por cento), sobre as receitas arrecadadas de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2032.
Parágrafo único. A desvinculação inclui os rendimentos financeiros decorrentes das aplicações dos recursos da COSIP, efetivamente arrecadados nos mesmos períodos, observados os percentuais previstos nos incisos I e II.
Art. 2º A apuração abrangerá as receitas efetivamente arrecadadas a partir de 1º de janeiro de 2026, inclusive as anteriores à publicação deste Decreto, vedada nova incidência sobre valores já desvinculados.
Art. 3º A transferência e a utilização dos valores desvinculados ficam condicionadas à demonstração de suficiência dos recursos remanescentes para assegurar a continuidade do serviço de iluminação pública e o cumprimento das obrigações regularmente assumidas.
Art. 4º Compete à Secretaria Municipal da Fazenda apurar mensalmente os valores passíveis de desvinculação, respeitados os limites do art. 1º e a condição do art. 3º, e promover os registros contábeis e o controle por fonte de recursos.
Parágrafo único. A aplicação dos recursos dependerá de dotação adequada e suficiente e observará a legislação orçamentária e financeira.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura do Município de Pitanga, em 22 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0BF8185A

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 2.625 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Autoriza a abertura no Orçamento do Município de Pitanga de crédito especial no exercício de 2026, para os fins que especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Prefeito autorizado a abrir no orçamento do Município de Pitanga (Lei n° 2.585, de 23 de dezembro de 2025) crédito especial no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para atender a programação constante do Anexo l.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorre da anulação parcial de dotação orçamentária conforme indicado no Anexo II.

Art.3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 2.568, de 17 de outubro de 2025 (Plano Plurianual), o Anexo de Metas e prioridades da Lei nº 2.569, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026, no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Pitanga/PR, 21 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

ANEXO I			
Programática Suplementação	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
01		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001.01.031.0101.2.108		Manutenção das Atividades Legislativas	
E 18 - 3.1.90.92.00.00	1001	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	170.000,00

ANEXO II			
Programática	**Fonte**	**Descrição**	**Valor (R$)**
01		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001		LEGISLATIVO MUNICIPAL	
01.001.01.031.0101.2.108		Manutenção das Atividades Legislativas	
4 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	170.000,00

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:08C22D5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 236/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diária ao servidor **Dyon Cleyton Azenha dos Santos**, ocupante do cargo efetivo de Motorista, pelo seu deslocamento até a cidade de Jacarezinho/PR, com saída e retorno no dia 06/10/2026, para realizar o serviço de transporte de paciente para consulta, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 3.751/2026, de 22/10/2026.

Art. 2º – A diária será concedida nos termos do Art. 14, § 1°, alínea "a", e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), correspondente à 1,0 (uma) diária sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 23 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:BDE71A1A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 237/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Cristiano Kruger**, ocupante do cargo efetivo de Motorista, pelo seu deslocamento até a cidade de Barretos/SP, com saída no dia 20/10/2026, e retorno no dia 21/10/2026, para realizar o serviço de transporte de paciente para realização de consulta médica, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 3.653/2026, de 15/10/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14, § 1°, alínea "a", e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais), correspondente à 1,0 (uma) diária com pernoite, e 1,0 (uma) diária sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 23 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:4A07D633

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de cartuchos de tintas e toners para impressoras.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 43.750,70 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais e setenta centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 27/10/2026 às 07h59min ao dia 30/10/2026 às 07h59min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 30/10/2026, às 08h00min.

ENVIO DAS PROPOSTAS: Através do Protocolo Online, conforme item 5 do edital.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 6 do Edital.

Pitangueiras, 23 de outubro de 2026.

ALAN CRISTIAN DA SILVA MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:BC997459

SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para eventual aquisição de material PVC para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 27/10/2026 às 07h59min ao dia 30/10/2026 às 07h59min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 30/10/2026, às 08h00min.

ENVIO DAS PROPOSTAS: Através do Protocolo Online, conforme item 5 do edital.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 6 do Edital.

Pitangueiras, 23 de outubro de 2026.

ALAN CRISTIAN DA SILVA MATTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:74E97151

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 08/2026

RESOLUÇÃO Nº 08/2026

Dispõe sobre Aprovação do Diagnóstico Municipal e Plano de Ação do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa 2026;

O CONSELO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE PLANALTO – PARANÁ – CMDI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1414 de 14 de abril de 2009.

Conforme deliberação dos membros do CMDI realizada no dia 22 de outubro de 2026. conforme ata nº 09/2026.
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Diagnóstico Municipal e Plano de Ação do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa do município de Planalto.
Art. 2º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto, Pr. 22 de outubro de 2026.

SIMONE RAQUEL BALDISSERA DRESCH
Presidente Do CMDI

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:79BA1846

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
PORTARIA 47

PORTARIA Nº 47, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto, Estado do Paraná, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.633 de 2022, Decreto nº 26 de 2026, e Lei Municipal nº 2.250/2017, Regimento Interno da Câmara Municipal de Planalto PR, e demais legislação aplicável.

CONSIDERANDO:
Que as despesas de alimentação e pousada dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Planalto-PR, quando em viagem a serviço e/ou interesse do Poder Legislativo, serão indenizados através do pagamento de diárias;
Que as diárias serão pagas em sua integralidade quando o afastamento for superior a 12 (doze) horas e incluir pernoite;
Que a Servidora Fernanda Diesel Rup requerer seja autorizado o pagamento de diárias, para comparecimento em Evento com o Tema: "**OFICINA PROLEGIS do TCE/PR. Temas específicos: Eixos Julgamento das Contas, Fiscalização e Transparência. Aspectos fiscalizatórios em relação a arrecadação tributária municipal, promovido pela Datalegis,** entre os dias 27 a 30 de outubro de 2026;
Que a Servidora requerente, em cumprimento ao art. 8º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, que a saída para viagem ocorrerá no dia 27/10/2026, seu retorno se dará no dia 30/10/2026;
Que a Servidora requerente, em cumprimento ao art. 7º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, informou não dispor de alimentação ou pousada oficial gratuita ou já incluída no evento em que está inscrita;
Que as diárias integrais dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal, em deslocamento a Capital do Estado, são fixadas no valor de R$ 552,87 (quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos);

RESOLVE:
Art. 1º Fica autorizado o pagamento de quatro diárias em seu valor integral, a Servidora Fernanda Diesel Rup;
Art. 2º O pagamento das diárias autorizadas nesta Portaria perfaz o valor total de R$ 2.211,48 (dois mil duzentos e onze reais e quarenta e oito centavos).
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Planalto, Palácio Caito Quintana aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente CMVP

Art. 1º, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, *caput*, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, §2º, I, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:69B21F31

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
PORTARIA 48

PORTARIA Nº 48, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto, Estado do Paraná, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.633 de 2022, Decreto nº 26 de 2026, e Lei Municipal nº 2.250/2017, Regimento Interno da Câmara Municipal de Planalto PR, e demais legislação aplicável.

CONSIDERANDO:
Que as despesas de alimentação e pousada dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Planalto-PR, quando em viagem a serviço e/ou interesse do Poder Legislativo, serão indenizados através do pagamento de diárias;
Que as diárias serão pagas em sua integralidade quando o afastamento for superior a 12 (doze) horas e incluir pernoite;
Que o Servidor Marcelo Ribeiro Zimmer requerer seja autorizado o pagamento de diárias, para comparecimento em Evento com o Tema: **"OFICINA PROLEGIS do TCE/PR. Temas específicos: Eixos Julgamento das Contas, Fiscalização e Transparência. Aspectos fiscalizatórios em relação a arrecadação tributária municipal, promovido pela Datalegis,** entre os dias 27 a 30 de outubro de 2026;
Que o Servidor requerente, em cumprimento ao art. 8º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, que a saída para viagem ocorrerá no dia 27/10/2026, seu retorno se dará no dia 30/10/2026;
Que o Servidor requerente, em cumprimento ao art. 7º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, informou não dispor de alimentação ou pousada oficial gratuita ou já incluída no evento em que está inscrito;
Que as diárias integrais dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal, em deslocamento a Capital do Estado, são fixadas no valor de R$ 552,87 (quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos);

RESOLVE:
Art. 1º Fica autorizado o pagamento de quatro diária em seu valor integral, ao Servidor Marcelo Ribeiro Zimmer;
Art. 2º O pagamento das diárias autorizadas nesta Portaria perfaz o valor total de R$ 2.211,48 (dois mil duzentos e onze reais e quarenta e oito centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Planalto, Palácio Caito Quintana aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente CMVP

Art. 1º, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, *caput*, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, §2º, I, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:EF383138

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
PORTARIA 49

PORTARIA Nº 49, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Vice-presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto, Estado do Paraná, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em acordo com o art. 19 do Regimento Interno da Câmara, e nos termos do § 2º, do Art. 9, da Lei 2.250/2017, Lei Municipal nº 2.633 de 2022, Decreto nº 26 de 2026, e demais legislação aplicável.

CONSIDERANDO:
Que as despesas de alimentação e pousada dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Planalto-PR, quando em viagem a serviço e/ou interesse do Poder Legislativo, serão indenizados através do pagamento de diárias;
Que as diárias serão pagas em sua integralidade quando o afastamento for superior a 12 (doze) horas e incluir pernoite;
Que o Vereador Presidente da Câmara Abrahão Marques requerer seja autorizado o pagamento de diárias, para comparecimento em Evento com o Tema: **"OFICINA PROLEGIS do TCE/PR. Temas específicos: Eixos Julgamento das Contas, Fiscalização e Transparência. Aspectos fiscalizatórios em relação a arrecadação tributária municipal, promovido pela Datalegis,** entre os dias 27 a 30 de outubro de 2026;
Que o Vereador requerente, em cumprimento ao art. 8º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, que a saída para viagem ocorrerá no dia 27/10/2026, seu retorno se dará no dia 30/10/2026;
Que o Vereador requerente, em cumprimento ao art. 7º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, informou não dispor de alimentação ou pousada oficial gratuita ou já incluída no evento em que está inscrito;
Que as diárias integrais dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal, em deslocamento a Capital do Estado, são fixadas no valor de R$ 552,87 (quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos);

RESOLVE:
Art. 1º Fica autorizado o pagamento de quatro diárias em seu valor integral, ao Vereador Presidente da Câmara Abrahão Marques;
Art. 2º O pagamento das diárias autorizadas nesta Portaria perfaz o valor total de R$ 2.211,48 (dois mil duzentos e onze reais e quarenta e oito centavos).
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Vice-presidente da Câmara Municipal de Planalto, Palácio Caito Quintana aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

PAULO MILTON WILDGRUBE
Vice- Presidente CMVP

Art. 1º, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, *caput*, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, §2º, I, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:5A8F28B7

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
PORTARIA 50

PORTARIA Nº 50, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto, Estado do Paraná, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.633 de 2022, Decreto nº 26 de 2026, e Lei Municipal nº 2.250/2017, Regimento Interno da Câmara Municipal de Planalto PR, e demais legislação aplicável.

CONSIDERANDO:
Que as despesas de alimentação e pousada dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Planalto-PR, quando em viagem a serviço e/ou interesse do Poder Legislativo, serão indenizados através do pagamento de diárias;
Que as diárias serão pagas em sua integralidade quando o afastamento for superior a 12 (doze) horas e incluir pernoite;
Que o Vereador Valmor Binsfeld requerer seja autorizado o pagamento de diárias, para comparecimento em Evento com o Tema: **"OFICINA PROLEGIS do TCE/PR. Temas específicos: Eixos**

Julgamento das Contas, Fiscalização e Transparência. Aspectos fiscalizatórios em relação a arrecadação tributária municipal, promovido pela Datalegis, entre os dias 27 a 30 de outubro de 2026;
Que o Vereador requerente, em cumprimento ao art. 8º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, que a saída para viagem ocorrerá no dia 27/10/2026, seu retorno se dará no dia 30/10/2026;
Que o Vereador requerente, em cumprimento ao art. 7º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, informou não dispor de alimentação ou pousada oficial gratuita ou já incluída no evento em que está inscrito;
Que as diárias integrais dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal, em deslocamento a Capital do Estado, são fixadas no valor de R$ 552,87 (quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos);

RESOLVE:
Art. 1º Fica autorizado o pagamento de quatro diárias em seu valor integral, ao Vereador Valmor Binsfeld;
Art. 2º O pagamento das diárias autorizadas nesta Portaria perfaz o valor total de R$ 2.211,48 (dois mil duzentos e onze reais e quarenta e oito centavos).
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Planalto, Palácio Caito Quintana aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente CMVP

Art. 1º, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, *caput*, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, §2º, I, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:F68AED8F

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
TERMO DE COMPRA DIRETA

PROCESSO Nº 10/2026
COMPRA DIRETA 07/2026

TERMO DE COMPRA DIRETA POR PRONTO PAGAMENTO
Pelo presente instrumento, nos termos do disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais, **a Câmara Municipal de Planalto PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 78.114.121/0001-51, neste ato representada por seu representante legal, Abrahão Marques, Presidente, resolve formalizar a presente **compra direta por pronto pagamento** tendo em vista a INVIABILIDADE DE LICITAÇÃO em virtude das características do próprio objeto a ser contratado, haja vista que para o serviço de treinamento e capacitação a ser contratado assume características de serviço de natureza singular, à despesa abaixo especificada.
JUSTIFICATIVA: A Câmara Municipal de Planalto PR, visando a**CAPACITAÇÃO**do agente público em geral, deve ser observado o mandamento constitucional concernente ao denominado "**PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA**" Este, exige do agente público que aja de forma eficiente, sendo que a administração pública deve conferir meios para atingir tal princípio, frente à constante evolução no cenário da Administração Pública, frente a isto cita-se a Carta Magna:

*"Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas decorrentes de cada órgão, autarquia e fundação, para**aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização**, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade"*(art. 39, §7º da CF).

Destaca-se tal conceito, tendo em vista a premente e necessária capacitação e aperfeiçoamento dos nobres Edis e servidores públicos em geral, tendo em vista que os conteúdos abordados no evento estão em acordo com o exercício das funções do Solicitante, bem como os graduados e renomados palestrantes. O valor da inscrição é amplamente divulgado e se trata do mesmo valor para todos os participantes, sendo curso aberto para quaisquer interessados, atestando assim que o valor praticado pela contratada está em acordo com o valor de mercado. Atendendo os princípios e normas legais, justifica-se a presente contratação.

OBJETO: Treinamentos/Eventos Temas "OFICINA PROLEGIS do TCE/PR. Temas específicos: Eixos Julgamento das Contas, Fiscalização e Transparência. Aspectos fiscalizatórios em relação a arrecadação tributária municipal,"
EMPRESA CONTRATADA: DATALEGIS - CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA LTDA
CNPJ: 01.031.983/0001-96
VALOR ESTIMADO POR INSCRIÇÃO: R$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais).
VALOR TOTAL: 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01 – LEGISLATIVA
031 – AÇÃO LEGISLATIVA
0101 – GESTÃO LEGISLATIVA
2001 – ATIVIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FORMA DE ENTREGA: Participação no Evento mencionado na data de 27 a 30 de outubro de 2026, treinamento presencial.
FORMA DE PAGAMENTO: Efetuado em até 15 (quinze) dias uteis após emissão da Nota Fiscal e/ou Recibo.

Planalto PR, 23 de outubro de 2026.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente CMVP

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:B1BF02C4

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº259/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº259/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2026

DATA DA ASSINATURA: 20 de outubro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ELIAS RAFAEL FRITZEN ME
OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades das secretarias municipais deste município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$128.400,00 (cento e vinte e oito mil e quatrocentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:8AFA4D21

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº260/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº260/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2026

DATA DA ASSINATURA: 20 de outubro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: BRASIL LICITAÇÕES LTDA
OBJETO: Aquisição de materiais de consumo para atender as necessidades das secretarias municipais deste município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:B125143C

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 261/2026

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, 1583.
85.750-000 - Planalto - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 261/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026

DATA DA ASSINATURA: 20 de outubro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: MAESTRO AGUAS QUENTES DE BELTRAO LTDA
OBJETO: Contratação do Maestro Thermas Parque Hotel Fazenda, com recursos do Programa Viaja Mais 60 Paraná, destinado à realização de viagem e atividades recreativas para os idosos do Município de Planalto-PR.
VALOR TOTAL: R$ 41.520,00 (Quarenta e um mil, quinhentos e vinte reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:632182C1

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 315/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 315/2025, PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 012/2025, Credenciamento Nº 005/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E ÂNGELO MOACIR KASPARY.

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **ÂNGELO MOACIR KASPARY** neste ato representada por seu Administrador Sr. **ÂNGELO MOACIR KASPARY**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 315/2025, firmado entre as partes em data de 23 de outubro de 2025, cujo objeto é o credenciamento de empresas especializadas visando a prestação de serviços de manutenção de sistema elétrico da frota de veículos e máquinas do Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (Vigência e Prorrogação), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 23 de outubro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ÂNGELO MOACIR KASPARY
ângelo Moacir Kaspary

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:15767FB5

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 317/2025

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 317/2025
PREGÃO ELETRONICO Nº 036/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 317/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E GM INSTALADORA EIRELI.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **GM INSTALADORA EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.623.473/0001-50, com sede na cidade de CANOINHAS/SC, neste ato representada pelo Sr. **GUSTAVO DE LIMA ROCHA,** portador do CPF nº 080.715.779-10, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 317/2025, proveniente do Pregão Eletrônico n° 036/2025 , que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO
Parágrafo Primeiro. “Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuo de profissionais a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender as necessidades do município de Planalto-PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e a manutenção do valor do Contrato Administrativo nº 317/2025, pelo período de 12 (doze) meses, cuja vigência inicial se encerra em 22 de outubro de 2026, visando atender às atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-PR.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 317/2025 passa a vigorar até 22 de outubro de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme Lei nº 14.133, de 2021.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do crédito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada e não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 317/2025, assim como, conforme previsão legal estabelecida na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 317/2025, cujo valor global é de R$ 4.097.516,00 (quatro milhões, noventa e sete mil e oito quinhentos e dezesseis reais).
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Eletrônico n° 036/2025, tendo sido ofertada pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00060	01.102. 04.122.0402.2012	3.3.90.39.00.00.00000
00310	02.103. 04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00610	04.114. 04.121.0404.2017	3.3.90.39.00.00.00000
00900	05.116. 15.452.1501.2053	3.3.90.39.00.00.00000
01040	06.119. 26.782.2601.2067	3.3.90.39.00.00.00000
01300	07.121.12.361.1201.2036	3.3.90.39.00.00.00000
01940	08.124.27.812.2701.2069	3.3.90.39.00.00.00000
02240	09.126.10.301.1001.2027	3.3.90.39.00.00.00000
02970	10.144.08.241.0801.2021	3.3.90.39.00.00.00000
03190	11.133.20.606.2001.1058	3.3.90.39.00.00.00000
03470	12.134.22.661.2201.2062	3.3.90.39.00.00.00000
03620	13.136.18.541.0801.2055	3.3.90.39.00.00.00000
03740	14.138.13.392.1301.2047	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 317/2025, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.

Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente termo aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Planalto, 19 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

GUSTAVO DE LIMA ROCHA
GM Instaladora EIRELI

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:AF5E3845

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 234/2026

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 234/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 234/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PLANALTO – PR E A EMPRESA DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.460.526/0001-16, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUIZ CARLOS BONI, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 27.787.054/0001-03, com sede no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada pela Sra. ITELVINA FATIMA CANEI, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 234/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 037/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 234/2026, celebrado entre as partes em 08 de setembro de 2026, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios para o ano letivo de 2026/2027, destinados ao atendimento da educação infantil, do ensino fundamental e da educação especial do Município de Planalto – PR.
A rescisão decorre de solicitação formal apresentada pela CONTRATADA, em 14 de outubro de 2026, por meio da qual requereu a liberação das obrigações de fornecimento dos seguintes itens:
I – Item 33: Peito de frango (sem dorso), marca Levida, no valor total contratado de R$ 20.355,00 (vinte mil, trezentos e cinquenta e cinco reais);
II – Item 37: Carne bovina moída (acém), marca MP, no valor total contratado de R$ 121.436,25 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos).
Parágrafo único. Considerando que os itens acima correspondem à totalidade do objeto contratado com a CONTRATADA no Contrato Administrativo nº 234/2026, a presente rescisão abrange a integralidade do referido instrumento contratual, cujo valor original é de R$ 141.791,25 (cento e quarenta e um mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

A presente rescisão fundamenta-se no pedido formal apresentado pela CONTRATADA, que informou não dispor de estrutura logística suficiente para garantir a regularidade e a pontualidade das entregas semanais dos produtos contratados, circunstância que, segundo a empresa, poderá comprometer o abastecimento e o cumprimento das obrigações assumidas.
Considerando a manifestação da CONTRATADA, a necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar e a conveniência administrativa de formalizar a extinção consensual do ajuste, as partes resolvem, de comum acordo, extinguir o vínculo contratual, mediante autorização expressa e fundamentada da autoridade competente, observadas as disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente rescisão amigável fundamenta-se no art. 138, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo nº 234/2026, que prevê a possibilidade de extinção contratual por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração e autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA QUARTA – DOS EFEITOS DA RESCISÃO
A rescisão produzirá efeitos a partir da data de assinatura deste instrumento, ficando a CONTRATADA desobrigada das entregas futuras relativas ao Contrato Administrativo nº 234/2026, ressalvadas as obrigações pendentes constituídas até a data de sua efetivação.
Parágrafo primeiro. Os produtos eventualmente fornecidos e devidamente recebidos pela Administração até a data da rescisão serão objeto de conferência e liquidação, com pagamento dos valores efetivamente devidos, desde que atendidas as condições contratuais e legais aplicáveis.
Parágrafo segundo. A extinção do contrato não afasta a responsabilidade das partes pelo cumprimento das obrigações eventualmente pendentes, nem prejudica a apuração de fatos relacionados à execução contratual, caso necessária.
Parágrafo terceiro. A formalização da rescisão amigável não implica, por si só, reconhecimento de inexistência de infração contratual ou renúncia automática à aplicação de eventuais sanções administrativas, cuja pertinência deverá ser avaliada pela Administração, mediante procedimento próprio e observância do contraditório e da ampla defesa, quando cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
Compete ao CONTRATANTE adotar as providências administrativas necessárias à formalização da extinção contratual, incluindo o registro nos sistemas pertinentes, a publicação do extrato do presente instrumento e a adoção das medidas cabíveis para assegurar a continuidade do fornecimento dos gêneros alimentícios objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA QUITAÇÃO
A assinatura deste Termo formaliza a extinção consensual do vínculo contratual, não representando quitação geral e irrestrita de obrigações eventualmente pendentes, nem afastando direitos, deveres ou responsabilidades decorrentes da execução contratual até a data de sua efetivação.
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
As partes declaram estar de acordo com os termos estabelecidos neste instrumento, que passa a integrar o Contrato Administrativo nº 234/2026 para todos os efeitos legais.
E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Rescisão Amigável em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos jurídicos e administrativos.

Planalto – PR, 23 de outubro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ITELVINA FATIMA CANEI
Distribuidora Tio Ivo LTDA

TESTEMUNHAS:

.....
.....

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:3C752086

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 480/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2026
PROCESSO LICITATÓRIO nº 480/2026 – Objeto: **Contratação de empresa especializada para a execução da obra de ampliação e reforma da Escola Municipal Ezequiel Pinto da Silva, na Avenida Copacabana, no bairro Praia de Leste, neste município.** A contratação será pelo período de 360 dias. ABERTURA**: 12/11/2026,** às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico **https://comprasbr.com.br**. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. O edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico **www.pontaldoparana.pr.gov.br**, link portal da transparência/licitações e portal **https://comprasbr.com.br**

Pontal do Paraná, 23 de outubro de 2026.

GABRIELA MARIA VIEIRA MARTINS
Agente de Contratação
Decreto 13.485/2026

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:75F4B71E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 581/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 470/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 346/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 581/2026
CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 01.609.843/0001-52.
EMPRESA CONTRATADA: UNIFORT COMÉRCIO E CONFECÇÃO DO VESTUÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.478.458/0001-23.
OBJETO: adesão à Ata de Registro de Preços nº 053/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 066/2025 – Processo Licitatório nº 083/2025, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto do Sapucaí – CIMASP, para aquisição de uniformes escolares destinados aos alunos da Escola Municipal Cívico-Militar do Município de Pontal do Paraná/PR, compreendendo calça de faRUrda unissex, camisa de farda unissex e jaqueta esportiva.
VALOR DO CONTRATO: R$ 303.000,00 (Trezentos e três mil reais).
VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável conforme legislação vigente.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Dotação Elemento de despesa FR CR
10.001.12.361.0026.2.041. 3.3.90.32.00.00 104 372

Pontal do Paraná, 15 de outubro de 2026.

DANIELLE DA VEIGA ALVES
Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:71E12790

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.741 DE 20 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "Dispõe sobre a declaração de interesse social das áreas destinadas à realocação dos pescadores que residem na orla do Balneário Ipanema ".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 12.651/2012, e pelo Art. 86, inciso I, alíneas "n" e "o", da Lei Orgânica do Município, tendo em vista as exigências do Instituto Água e Terra – IAT e conforme solicitado no processo administrativo correspondente e conforme solicitado no **Memorando nº 24.494/2026.**
CONSIDERANDO a Resolução nº 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, segundo a qual toda obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental deverá obter do órgão ambiental competente autorização para intervenção ou supressão de vegetação, em processo administrativo próprio, no âmbito do processo de licenciamento ambiental ou autorização, mediante motivação técnica e observância das normas ambientais aplicáveis;
CONSIDERANDO o disposto nos incisos VIII e IX do art. 3º da Lei Federal nº 12.651/2012, que estabelecem conceitos relacionados à utilidade pública e ao interesse social;
CONSIDERANDO o interesse social da regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009;
CONSIDERANDO a necessidade de realocação habitacional definitiva dos pescadores artesanais residentes na orla do Balneário Ipanema, em cumprimento aos desdobramentos e determinações exaradas nas Ações Judiciais de Reintegração de Posse de autoria da Advocacia-Geral da União (AGU), atualmente em trâmite perante a 11ª Vara Federal de Curitiba/PR;
CONSIDERANDO que a referida comunidade de pescadores constitui, por definição legal, uma comunidade tradicional cuja integridade cultural, social, econômica e de moradia é protegida pelo ordenamento jurídico e depende diretamente da assistência do Poder Público para a sua salvaguarda;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de interesse social, para fins de licenciamento ambiental, as áreas destinadas à construção de habitações para realocação dos pescadores artesanais residentes na orla do Balneário Ipanema, a seguir delimitadas:

Faixa representada pelo polígono de área total de 10926,19 m², localizada na rua Maria de Lourdes Kossatz, Nº 1385 e 1341, Praia de Leste no Município de Pontal do Paraná – PR, cadastro imobiliário nº 60819 e 60820, conforme planta de localização e memorial descritivo anexos.
Faixa representada pelo polígono de área total de 6948,92 m², localizada na Andorinha, nº 55, Ipanema no Município de Pontal do Paraná – PR, cadastro imobiliário nº 67761, conforme planta de localização e memorial descritivo anexos.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 20 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

MEMORIAL DESCRITIVO Área 1
Imóvel: Área destinada à realocação dos pescadores que residem na orla do Balneário Ipanema.
Proprietário: Prefeitura Pontal do Paraná
Município: Pontal do Paraná
Cadastro Imobiliário: 60819 e 60820.
Área (m2): 10926,19 Perímetro: 438,80
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, de coordenadas N 7156600.91 m e E 753075.66 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -51, com os seguintes azimute plano e distância:118°06'13.02" e 141.89; até o vértice Pt1, de coordenadas N 7156534.07 m e E 753200.81 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:208°37'13.33" e 75.58; até o vértice Pt2, de coordenadas N 7156467.72 m e E 753164.61 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:297°12'34.04" e 143.31; até o vértice Pt3, de coordenadas N 7156533.25 m e E 753037.16 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:29°38'24.69" e 77.84; até o vértice Pt0, de coordenadas N 7156600.91 m e E 753075.66 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georrefereciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51, tendo como DATUM SIRGAS 2000 .
Pontal do Paraná, 15/10/2026.

PATRICIA LAWANE DE FREITAS
CRBIO: 130796/07-D

MEMORIAL DESCRITIVO Área 2
Imóvel: Área destinada à realocação dos pescadores que residem na orla do Balneário Ipanema.
Proprietário: Prefeitura Pontal do Paraná
Município: Pontal do Paraná
Cadastro Imobiliário: 67761.
Área (m2): 6948,92 Perímetro: 343,46
Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, de coordenadas N 7160162.64 m e E 755243.05 m, Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -51, com os seguintes azimute plano e distância: 121°15'9.76" e 104.87; até o vértice Pt1, de coordenadas N 7160108.23 m e E 755332.70 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:212°09'8.26" e 63.74; até o vértice Pt2, de coordenadas N 7160054.26 m e E 755298.78 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:299°06'1.72" e 106.89; até o vértice Pt3, de coordenadas N 7160106.25 m e E 755205.38 m; deste, segue confrontando com , com os seguintes azimute plano e distância:33°44'30.07" e 67.81; até o vértice Pt0, de coordenadas N 7160162.64 m e E 755243.05 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51, tendo como DATUM SIRGAS 2000.
Pontal do Paraná, 15/10/2026

PATRICIA LAWANE DE FREITAS
CRBIO: 130796/07-D

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:421F1415

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13744/2026 DE 21/10/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13744/2026 de 21/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de

R$12.560,00 (doze mil e quinhentos e sessenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.08.246.0009.2.020		SERVICO DE PROTECAO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
192 - 3.3.90.34.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO	12.560,00
		Total Suplementação:	12.560,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.003		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.003.08.246.0009.2.020		SERVICO DE PROTECAO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
190 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	12.560,00
		Total Redução:	12.560,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 21 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:6CB62CBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13745/2026 DE 21/10/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13745/2026 de 21/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$73.000,00 (setenta e três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, INOVACAO E TECNOLOGIA	
03.001		DIRETORIA GERAL	
03.001.04.122.0003.1.002		CONSTRUCAO, REFORMA, REVITALIZACAO E AMPLIACAO DAS EDIFICACOES MUNICIPAIS	
42 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	73.000,00
		Total Suplementação:	73.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.128.0002.2.004		GERENCIAMENTO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	
26 - 3.1.90.92.00.00	1000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	73.000,00
		Total Redução:	73.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 21 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:61E69CA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.747 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "EXONERA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, considerando as Leis Municipais n° 2.634/2024 e 2.635/2024 e dá outras providências e conforme Memorando n.º 28.480/2026.

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica exonerado do seu respectivo cargo de provimento em comissão **AR – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PRAIA DE LESTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, o **Sr. HERBERT GAMA DOS SANTOS,** brasileiro, portador do **RG nº 11.430.454-83 PR e CPF n.º 068.080.279-78** a partir desta data**.**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da exoneração do referido servidor a partir desta data.

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 22 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:AD07AAEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13748/2026 DE 22/10/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13748/2026 de 22/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.004		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	
06.004.08.241.0010.2.024		GESTAO DE POLITICAS PARA ATENDIMENTO DO IDOSO	
213 - 3.3.90.30.00.00	779	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
		Total Suplementação:	25.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Excesso de arrecadação;

Receita		
Receita:	REPASSE ESTADUAL - DELIBERAÇÃO N. 019/2026 CEDIPI-	25.000,00

1.7.2.9.99.0.1.69	PR -	
	Total da Receita:	25.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 22 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D8251F33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.749 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, considerando as Leis Municipais n° 2.634/2024 e 2.635/2024 e dá outras providências.

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica nomeado em seu respectivo cargo de provimento em comissão **AR – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PRAIA DE LESTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, o **Sr. HERBERT GAMA DOS SANTOS,** brasileiro, portador do **RG nº 11.430.454-83 PR e CPF n.º 068.080.279-78** a partir desta data**.**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da nomeação do referido servidor a partir desta data.

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 23 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:51936E2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 720 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e o contido no Memorando nº 17.262/2026.
RESOLVE: Artigo 1º – Designar o COORDENADOR DA DEFESA CIVIL DE PONTAL DO PARANÁ, Sr. Giovane Rafael do Rosário como responsável e administrador do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC.
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.
Artigo 3º – Publique-se.
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 22 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:818D4EBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 721 DE 22 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO , no uso de suas atribuições legais e o contido no **TERMO DE EXONERAÇÃO** e conforme **Protocolo nº 27.353/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Rescisão contratual a pedido do empregado (a) - **GUSTAVO ADÃO MARQUES – MATRÍCULA: 326.547 ,** ocupante do cargo público de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL** , lotado(a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do referido(a) servidor(a) a partir de **20 de outubro de 2026.**

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 22 de outubro de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:5C7932B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 08/2026 DO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PORECATU-PARANÁ

Resolução nº 08/2026

Dispõe sobre a Nomeação da Comissão Organizadora da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Presidente do Conselho, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Organizadora da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando assim composta:

• Representante governamentais: Valdinei Alcantara Dias; Maria Cristina Silva Ferreira
• Representantes não governamentais: Polianna de Oliveira Moura e Célia Maria Cardoso de Oliviera
• Representantes adolescentes: Maria Eduarda Sequeira e João Felipe Nunes de Arruda.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Porecatu, 22 de Outubro de 2026

POLIANNA DE OLIVEIRA MOURA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:EDE87011

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 16/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORECATU-PARANÁ

RESOLUÇÃO N.º 16, de 13 de outubro de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Porecatu, em reunião ordinária realizada em 29 de setembro de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1668 de 18/12/2014.

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento e organização dos serviços de saúde para o enfrentamento de possíveis situações de emergência decorrentes de eventos climáticos associados ao fenômeno El Niño;
CONSIDERANDO a importância da integração entre a Secretaria Municipal de Saúde e os demais setores da Administração Pública e órgãos envolvidos na prevenção, preparação e resposta a situações de emergência;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer os encaminhamentos previstos no Plano de Contingência, definindo as atribuições e responsabilidades de cada função e setor envolvido, bem como os procedimentos a serem adotados em situações que exijam resposta emergencial;
CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Contingência do El Niño ao Conselho Municipal de Saúde, incluindo a previsão dos insumos necessários para um período de seis meses, visando à continuidade dos serviços e à capacidade de resposta da rede municipal de saúde;
Resolve:
Art. 1º Aprovar **o Plano de Contingência do El Niño do Município de Porecatu – Paraná**, apresentado ao Conselho Municipal de Saúde, com os encaminhamentos, as ações e as responsabilidades nele previstos para a prevenção, preparação e resposta a possíveis situações de emergência.
Art. 2º O Plano de Contingência contém orientações e atuações integradas aos setores municipais envolvidos, observadas as atribuições e responsabilidades de cada função, com a finalidade de assegurar a organização dos serviços, a proteção da população e a continuidade da assistência à saúde.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Porecatu, 13 de outubro de 2026

ELAINE SILVIA VERAS.
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

ARILDA BATISTA DE ARAUJO.
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:5223E3D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - CE N°007/2026

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26.428.747-2/2026

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

O **MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS/PR**, por intermédio da Agente de Contratação, nomeada pelo Decreto nº 045/2023, torna público que, em 19 de outubro de 2026, às 09h00min, foi realizada a sessão pública referente à **Concorrência Eletrônica nº 007/2026**, do tipo menor valor global, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução das obras de urbanização e paisagismo da Avenida Professor Ivo Mezzadri, no Município de Porto Amazonas/PR, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução dos serviços, em conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo.

Participaram da fase de lances 04 (quatro) empresas, todas posteriormente inabilitadas por não apresentarem a proposta ajustada e os documentos de habilitação exigidos no edital, mesmo após convocação e decurso dos respectivos prazos.

Diante do exposto, declara-se **FRACASSADA** a presente licitação.

Porto Amazonas/PR, 23 de outubro de 2026.

LARISSA APARECIDA COSTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:B7F30744

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 152/2026

DECRETO Nº 152, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Nomeia os membros para comporem o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental - CMSBA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso dasatribuições legais e com fundamento nos incisos X e XI do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.359, de 18 de junho de 2026, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental; com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.381, de 20 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, observada a composição estabelecida no art. 4º da Lei Municipal nº 1.359/2026, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.381/2026, conforme segue:

I – Representantes da concessionária dos serviços de saneamento básico:

Titular: Gustavo Dias Cardoso;
Suplente: Luiz Gomes da Costa Junior.

II – Representantes dos usuários dos serviços de saneamento básico:

Titular: Adalto Luiz de Freitas;
Suplente: Camila Lima.

III – Representantes do Departamento Municipal de Fomento Agropecuário:

Titular: Alex Teixeira Soares;
Suplente: Mireylla Bassani Lima.

IV – Representantes do Departamento Municipal de Saúde:

Titular: Tawan Correia Moraes;
Suplente: Christiane Josefa de Almeida Vieira.

V – Representantes do Conselho Municipal de Saúde:

Titular: Carlos Américo Morgado;
Suplente: Nathan Kuhn.

VI – Representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento:

Titular: José Brasílio Scheremeta Lino;
Suplente: Rubens Seguro de Paula.

§ 1º As indicações dos representantes deverão observar os critérios estabelecidos no art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.359/2026, com suas alterações posteriores.

§ 2º A nomeação dos representantes dos usuários e dos conselhos municipais deverá estar respaldada nas respectivas indicações ou, quando cabível, na hipótese legal de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução, nos termos do art. 6º da Lei Municipal nº 1.359/2026.

Art. 3º A participação no Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental será considerada de relevante interesse público e não será remunerada, conforme dispõe o art. 7º da Lei Municipal nº 1.359/2026.

Art. 4º O Conselho exercerá suas atribuições e competências nos termos da Lei Municipal nº 1.359/2026, com suas alterações posteriores, observada a legislação aplicável e o respectivo Regimento Interno.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 94, de 30 de junho de 2026.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:ACE52F9A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO PE 035/2026

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

TERMO:	DECISÓRIO
FEITO:	PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DE EDITAL
LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº035/2026
OBJETO:	Contratação de pessoa jurídica para aquisição de Veículo Sedan, conforme especificações constantes no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.
IMPUGNANTE:	NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. – CNPJ Nº 04.104.117/0007-61
IMPUGNADO:	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N°035/2026

1 DOS FATOS

Trata-se de Pedido de Impugnação e esclarecimentos referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 035/2026, interposto pela empresa **NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. – CNPJ Nº 04.104.117/0007-61**, enviado através da Plataforma BLL, em 21/10/2026 às 14h:25min (peça juntada aos autos).
A impugnante, solicitou esclarecimentos quanto à possibilidade de fornecimento de veículo com pintura original de fábrica na cor Branco Diamond, com acabamento perolizado, considerando que o edital estabelece a exigência de cor predominante branca. Também solicitou esclarecimento acerca do local exato para entrega do veículo, apontando a necessidade de indicação do endereço e do CEP. Quanto à regulagem de altura dos encostos de cabeça, a empresa informou que o modelo que pretende ofertar possui regulagem nos bancos dianteiros, sendo o banco traseiro acoplado. Diante disso, questionou se a exigência também se aplica aos bancos traseiros e, em caso afirmativo, requereu a exclusão dessa exigência.
Por fim, impugnou a especificação referente à capacidade mínima do porta-malas, estabelecida em 500 litros, alegando que o veículo de sua fabricação possui capacidade de 466 litros. Sustentou que a diferença seria pouco significativa e poderia restringir a competitividade do certame, requerendo a redução da capacidade mínima para 466 litros, com a consequente alteração e republicação do edital.

2 DA ADMISSIBILIDADE

O art. 164 da Lei Federal n° 14.133/2021 estabelece que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo protocolar a manifestação até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
No presente caso, a sessão pública do Pregão Eletrônico n° 035/2026 estava prevista para o dia 04 de novembro de 2026, enquanto a impugnação foi apresentada pela empresa **NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. – CNPJ Nº 04.104.117/0007-61** em 21 de outubro de 2026.
Dessa forma, CONHEÇO da impugnação apresentada, passando à análise do mérito.

3 DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

A empresa **NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. – CNPJ Nº 04.104.117/0007-61**, apresentou pedido de impugnação e esclarecimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 035/2026, o qual tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica para aquisição de Veículo Sedan, conforme especificações constantes no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.

4 DA ANÁLISE E JULGAMENTO

Primeiramente, faço constar que o edital foi elaborado e definido baseado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de forma que atendesse as necessidades do departamento solicitante, e ao município de Porto Amazonas.
A análise da presente impugnação deve observar os princípios e normas que regem as contratações públicas, especialmente os previstos na Lei nº 14.133/2021.
A presente impugnação foi encaminhada ao Departamento Municipal de Administração e a Procuradoria Jurídica do Município, o qual emitiu o Parecer Jurídico n°252/2026-PJ, a qual examinou a legalidade das exigências questionadas e a necessidade de eventual alteração do edital.

4.1 Quanto ao pedido de esclarecimento referente à cor do veículo
O edital estabelece que o veículo deverá possuir cor predominante branca.
A impugnante questionou a possibilidade de fornecimento de veículo com pintura original de fábrica na cor Branco Diamond, de acabamento perolizado, alegando que essa tonalidade corresponde à versão disponibilizada pela fabricante.
O Departamento Municipal de Administração, solicitante do certame, por meio do Ofício nº 264/2026, manifestou-se favoravelmente à aceitação da referida tonalidade, considerando que a cor predominante do veículo permanece branca, sem prejuízo ao interesse público ou às diretrizes do convênio.
O entendimento foi corroborado pela Procuradoria Geral do Município no Parecer Jurídico nº 252/2026-PJ, que reconheceu que a variação de acabamento, seja sólido, metálico ou perolizado, não descaracteriza a exigência editalícia, desde que a cor branca permaneça predominante.
Dessa forma, considerando que o esclarecimento não modifica a especificação essencial do objeto nem altera as condições de participação no certame, ACOLHO o pedido de esclarecimento, confirmando que será aceita a pintura original de fábrica na cor Branco Diamond, com acabamento perolizado, desde que mantida a predominância da cor branca e observadas as demais exigências do edital e do convênio.

4.2. Quanto ao pedido de esclarecimento referente ao local de entrega
A empresa **NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA. – CNPJ Nº 04.104.117/0007-61** apontou a necessidade de esclarecimento acerca do endereço para entrega do veículo, solicitando a indicação do local e do CEP.
Em resposta, o Departamento Municipal de Administração informou que a entrega deverá ser realizada na sede da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas/PR, situada na Rua Guilherme Schiffer, nº 67,

Centro, CEP 84.140-340, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 17h.
Assim, considerando que se trata de esclarecimento destinado a complementar a informação relativa ao local de entrega, sem modificação das condições essenciais do objeto, ACOLHO o pedido de esclarecimento, devendo ser considerada a indicação do endereço acima especificado para a entrega do veículo.

4.3. Quanto ao pedido de alteração da exigência de regulagem de altura dos encostos de cabeça
A impugnante questiona a exigência de regulagem de altura dos encostos de cabeça, informando que o veículo que pretende ofertar possui essa regulagem nos bancos dianteiros, enquanto o banco traseiro possui encosto acoplado. Requereu esclarecimento quanto à aplicação da exigência aos bancos traseiros e, subsidiariamente, a exclusão do requisito.
Conforme manifestação do Departamento Municipal de Administração, constante no Ofício nº 264/2026, a regulagem de altura dos encostos de cabeça constitui requisito mínimo que será mantido, por contribuir para a segurança e o conforto dos ocupantes do veículo, considerando a necessidade de atendimento a um público diversificado.
A Procuradoria Geral do Município, no Parecer Jurídico nº 252/2026-PJ, entendeu que a manutenção da exigência encontra respaldo na justificativa técnica apresentada pelo setor competente, inserindo-se na competência administrativa para definir as características necessárias ao atendimento do interesse público.
Dessa forma, não foram apresentados elementos suficientes para justificar a exclusão da exigência prevista no instrumento convocatório, de modo que, INDEFIRO o pedido de exclusão da exigência de regulagem de altura dos encostos de cabeça, mantendo-se a especificação técnica estabelecida no edital, sem prejuízo da observância de seu descritivo integral na avaliação dos veículos ofertados.

4.4 Quanto a impugnação referente à capacidade mínima do porta-malas
A impugnante questiona a exigência prevista no descritivo técnico do edital, que estabelece capacidade mínima de 500 litros para o porta-malas do veículo Sedan, solicitando sua redução para 466 litros, capacidade indicada para o modelo que pretende ofertar.
A empresa sustenta que a diferença de 34 litros seria pouco significativa e que a manutenção do requisito poderia restringir indevidamente a competitividade do procedimento licitatório.
Entretanto, a análise do questionamento deve considerar as justificativas técnicas apresentadas pelo setor demandante e as condições específicas da contratação.
Conforme esclarecido pelo Departamento Municipal de Administração no Ofício nº 264/2026, a capacidade mínima de 500 litros decorre do documento Características Técnicas do Equipamento – Modelo 07 – SECID 2025, item 10.3, utilizado como referência para a aquisição vinculada ao Convênio nº 388/2026, firmado com a Secretaria de Estado das Cidades do Paraná (SECID).
A observância das especificações técnicas vinculadas ao convênio é necessária para assegurar a conformidade da aquisição com a documentação aprovada e com as condições aplicáveis à utilização dos recursos transferidos.
Além disso, o Departamento de Administração justificou a necessidade operacional da capacidade estabelecida, considerando que o veículo poderá ser utilizado para atender às demandas dos setores da Administração Municipal, considerando as demandas dos departamentos, cujas atividades podem exigir o transporte de equipamentos, insumos e outros materiais necessários à prestação dos serviços públicos.
Sob o aspecto jurídico, o Parecer Jurídico nº 252/2026-PJ concluiu que a exigência possui justificativa técnica e administrativa, encontrando respaldo nas necessidades operacionais informadas pelo setor competente e nas condições relacionadas ao convênio.
A definição das características do objeto deve observar os arts. 18 e 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que as especificações sejam compatíveis com a necessidade administrativa e devidamente fundamentadas. A competitividade deve ser preservada, sem afastar requisitos técnicos justificados e pertinentes à finalidade da contratação.
Nesse contexto, a simples alegação de que a diferença entre 466 e 500 litros seria pouco significativa não é suficiente, por si só, para afastar a especificação adotada, especialmente diante da justificativa técnica apresentada e da vinculação da aquisição às condições estabelecidas pelo órgão repassador dos recursos.
Dessa forma, INDEFIRO o pedido de redução da capacidade mínima do porta-malas de 500 para 466 litros, mantendo-se integralmente a exigência prevista no edital, conforme o documento Características Técnicas do Equipamento – Modelo 07 – SECID 2025.

4.5. Quanto à necessidade de alteração do edital e de reabertura de prazo
A impugnante requereu a alteração e a republicação do edital, com a consequente reabertura dos prazos do certame.
Nos termos do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, eventuais modificações no edital devem ser divulgadas pela mesma forma de sua divulgação inicial, com observância dos mesmos prazos, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
No presente caso, os esclarecimentos relativos à cor do veículo e ao local de entrega apenas confirmam a aceitabilidade de acabamento perolizado que mantém a predominância da cor branca e especificam o endereço para entrega do bem. Por sua vez, os pedidos de alteração relativos à regulagem de altura dos encostos de cabeça e à capacidade mínima do porta-malas foram indeferidos, permanecendo inalteradas as exigências técnicas originais.
Assim, considerando que não haverá modificação material das especificações, dos critérios de julgamento ou das condições de participação no certame, acolho a conclusão do Parecer Jurídico nº 252/2026-PJ quanto à desnecessidade de alteração ou republicação do edital e de reabertura dos prazos, permanecendo mantida a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 035/2026 para o dia 04 de novembro de 2026, às 10h00, conforme originalmente previsto.

5 DO JULGAMENTO E CONCLUSÃO

Diante do exposto, e considerando os fundamentos constantes no Ofício n°264/2026/ADM e do Parecer Jurídico nº 252/2026-PJ, **ACOLHO** o pedido de esclarecimento relativo à cor do veículo, confirmando que será aceita a pintura original de fábrica na cor Branco Diamond, perolizada, desde que mantida a predominância da cor branca e atendidas as demais condições estabelecidas no edital e no convênio e o pedido de esclarecimento referente ao local de entrega, informando que o veículo deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Porto Amazonas/PR, situada na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, Centro, CEP 84.140-340, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 17h; e **INDEFIRO** o pedido de exclusão da exigência de regulagem de altura dos encostos de cabeça, mantendo-se a especificação técnica prevista no edital, conforme a justificativa apresentada pelo Departamento Municipal de Administração e a impugnação referente à capacidade mínima do porta-malas, mantendo-se a exigência de 500 litros prevista no descritivo técnico do edital, em conformidade com o documento Características Técnicas do Equipamento – Modelo 07 – SECID 2025 e com as condições do Convênio nº 388/2026;
Dessa forma, permanecem inalteradas as condições do edital e a data prevista para realização do certame, uma vez que os pedidos analisados não implicam alteração material das condições originalmente estabelecidas para o certame.
Publique-se na plataforma eletrônica e nos meios oficiais de publicidade do certame, para conhecimento da impugnante e dos demais interessados.

Porto Amazonas, 23 de outubro de 2026.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:A4B6C940

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DE DATA

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº013/2026

O Prefeito Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 74, inciso I da Lei Federal nº14.133/21 e suas alterações, torna público que homologa o pedido de Inexigibilidade de Licitação, solicitado pelo Departamento Municipal de Administração, adjudicando o objeto: Contratação do Cartório de **SERVIÇO DISTRITAL DE PORTO AMAZONAS DA COMARCA DE PALMEIRA,** inscrito no CNPJ sob o nº 62.016.467/0001-87, estabelecido na Rua Barão do Rio Branco, nº 395, Centro, CEP 84.140-600, Cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná; para prestação de Serviços Notariais; de Tabelionato; de Registro Civil, Registro Público e de Títulos e Documentos, pelo valor total de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Porto Amazonas, 22 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:1BB79C08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/2026 43ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2024

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Simplificado, divulgado pelo Edital nº 014/2024 de 22 de fevereiro de 2024 e homologado através da Resolução nº 22/2024, resolve convocar os aprovados abaixo listados, para apresentação dos documentos pertinentes para nomeação até o prazo final de **03/11/2026**. O local para comparecimento será na sede do CISPAR, situado na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677 - Parque Industrial Mario Bulhões da Fonseca, em Maringá-PR, no horário das 08h às 17h.

Documentos necessários:

1)Cédula de Identidade RG ou protocolo da identidade e fotocópia; Cadastro de Pessoa Física CPF e fotocópia;
2) Certidão de reservista e fotocópia, quando couber;
3)Título de eleitor e fotocópia, comprovante de voto na ultima eleição ou justificativa da ausência e fotocópia;
4) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
5) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, quando couber;
6) Duas fotografias 3x4 recente, tirada de frente;
7) Atestado de sanidade física e mental;
8) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
9) Documentos comprovando a escolaridade e registro no órgão da classe e fotocópia (quando for o caso);
10) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública, excepcionados os casos permitidos pela Constituição Federal;
11) Última declaração do imposto de renda, ou declaração dos bens moveis e imóveis;
12) Inscrição do PIS/PASEP;
13) CTPS, Carteira de Trabalho e Previdência Social;
14) Conta salário na Caixa Econômica. (opcional).
15) Carteira Nacional de Habilitação, categoria B (mínimo), quando couber.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

ANALISTA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO – ENGENHARIA CIVIL/ SANITÁRIA/ AMBIENTAL			
Nome	**Nota**	**Classificação**	**Modalidade**
Lucas Machado Xavier	70,00	9º	Ampla Concorrência

O prazo para entrega dos documentos para aceitação do cargo se encerra no dia **03/11/2026 às 17h.**

O não comparecimento dentro do prazo estipulado significará a desistência do candidato, cabendo ao CISPAR convocar outro habilitado, obedecendo à ordem de classificação.

Maringá-PR, 23 de outubro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor-Executivo

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:A0B90BCF

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 059/2026

Dispõe sobre a transferência do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, no âmbito da Administração Pública Municipal de Prado Ferreira, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**, Estado do Paraná, SILVIO ANTONIO DAMACENO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 009/2026**, que estabelece o calendário de feriados e pontos facultativos para o exercício de 2026;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de adequar o funcionamento dos órgãos públicos municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido, excepcionalmente, o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, **previsto para o dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira)**, alterando-se, exclusivamente para o exercício de 2026, a data estabelecida no inciso XIV do art. 1º do Decreto Municipal nº 009/2026.

Art. 2º No dia 28 de outubro de 2026, o expediente nos órgãos públicos municipais ocorrerá normalmente.

Art. 3º Fica assegurada a continuidade dos serviços públicos considerados essenciais, cabendo aos responsáveis pelos respectivos setores organizar as escalas de trabalho necessárias, de modo a não prejudicar o atendimento à população.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 009/2026.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", 22 de outubro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:6596CA1A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 292/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 491/2018, que regulamenta a concessão de diárias e o reembolso de despesas aos agentes públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o reembolso à servidora **MARIANA FERNANDES LOPES PINHEIRO**, inscrita no CPF nº ***.***.999-06, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada no Departamento de Assistência Social, no valor total de R$ 521,48 (quinhentos e vinte e um reais e quarenta e oito centavos), referente à aquisição de passagens rodoviárias de ida e volta para a viagem oficial ao Município de Curitiba/PR, autorizada pela Portaria nº 286/2026, no período de 20 a 22 de outubro de 2026.

Parágrafo único. O deslocamento tem por finalidade a participação no Encontro Estadual de Vigilância Socioassistencial do Paraná, conforme estabelecido na Portaria nº 286/2026.

Art. 2º O reembolso compreende as despesas com aquisição de passagens rodoviárias para os trechos Londrina/PR – Curitiba/PR, com embarque previsto para 20 de outubro de 2026, e Curitiba/PR – Londrina/PR, com embarque previsto para 22 de outubro de 2026, conforme bilhetes de passagem e comprovante de aquisição apresentados pela servidora.

Art. 3º O reembolso será realizado com fundamento na Lei Municipal nº 491/2018, mediante apresentação da solicitação de reembolso e dos documentos comprobatórios da aquisição das passagens, anexados ao respectivo processo administrativo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal “Deputado Homero Oguido”, aos 15 de outubro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:6831E313

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 293/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o **art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018**, que dispõem sobre a concessão de diárias aos servidores municipais em razão de deslocamentos realizados no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **22 (vinte e duas) diárias**, no valor unitário de **R$ 39,55 (trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)**, totalizando **R$ 870,10 (oitocentos e setenta reais e dez centavos)**, em favor do servidor **MAYCON EMANUEL PEDRANGELO**, ocupante do cargo de Motorista, inscrito no CPF nº ***.***.789-80, em razão de deslocamentos oficiais para transporte de alunos universitários ao Município de Londrina/PR, com saída às 17h00, **no período de 22 de outubro de 2026 a 22 de novembro de 2026**.

Art. 2º A concessão das diárias de que trata esta Portaria observará as disposições da **Lei Municipal nº 491/2018**, ficando o beneficiário sujeito à apresentação da respectiva **prestação de contas**, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal “Deputado Homero Oguido”, aos 23 de outubro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:5BB5445A

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2026 - PREGÃO Nº 19/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: **COMERCIAL BEIRA RIO LTDA – CNPJ 40.138.949/0001-77**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A POPULAÇÃO USUÁRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA.
VALOR GLOBAL: R$ 297.800,00 (Duzentos e Noventa e Sete Mil e Oitocentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da ata.
DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:FBA217AA

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 1/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: 59.349.049 LINDOMAR SOARES ANTONIO – CNPJ **59.349.049/0001-05**
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS
VALOR GLOBAL: R$ 44.433,00 (Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Três Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:7411071C

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 1/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: 61.960.645 JOAQUIM ALMEIDA DE SOUZA – CNPJ **61.960.645/0001-60**
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS
VALOR GLOBAL: R$ 44.433,00 (Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Três Reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:385CC311

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 1/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: 62.320.200 PAULO CESAR GOMES – CNPJ **62.320.200/0001-89**
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS
VALOR GLOBAL: R$ 44.433,00 (Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Três Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:4B4020EA

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 81/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 1/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: 63.458.549 HELITO HENRIQUE CERRUTO – CNPJ **63.458.549/0001-44**
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS
VALOR GLOBAL: R$ 44.433,00 (Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Três Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 23/10/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:25028345

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMODATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMODATO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A POCINHO ADMINISTRADORA DE BENS S/A E O MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS

POCINHO ADMINISTRADORA DE BENS S/A, inscrita no CNPJ nº 33.911.030/0001-09, com sede no Município de Curitiba-PR, na Rua Cândido Xavier, nº 602, Água Verde, neste ato representada por seu Diretor, Sr. **GUSTAVO FONTANA BELTRÃO DE ALMEIDA**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 10.906.414-9 SSP/PR e inscrito no CPF nº 092.525.129-18, doravante denominada **COMODANTE**, e o **MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.105.568/0001-39, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Bem-Estar Animal (SMMAABEA), situada na Av. Dom Pedro II, nº 1900, Itapira, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **LORENO BERNARDO TOLARDO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 3.129.946-2 SSP/PR e inscrito no CPF nº 574.649.529-87, doravante denominado **COMODATÁRIO**,

considerando o Termo de Comodato firmado em 24 de outubro de 2023 e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 27 de outubro de 2023 (Edição nº 2887), cuja vigência se encerra em 27 de outubro de 2026; a previsão de prorrogação contida em sua Cláusula Quinta,

resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, regido, no que couber, pelas normas de direito público aplicáveis, em especial pela Lei Federal nº 8.666/93 ou Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente, no que couber aos contratos em geral da Administração e pelo Código Civil Brasileiro (aplicável de forma subsidiária aos contratos administrativos, conforme art. 54 da Lei de Licitações), mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Comodato, a adequação de suas cláusulas e a retificação de incorreções redacionais do instrumento original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
O prazo de vigência do Termo de Comodato, com término previsto para 27 de outubro de 2026, fica prorrogado por mais 36 (trinta e seis) meses, de 28 de outubro de 2026 a 27 de outubro de 2029, sem solução de continuidade.

Parágrafo único. As partes, de comum acordo e de forma expressa, manifestam interesse na prorrogação e dispensam a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias prevista na Cláusula Quinta do Termo original, cuja finalidade de prévia ciência entre os contratantes se considera atendida por este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA
A Cláusula Primeira do Termo de Comodato passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O presente Termo de Comodato tem por objeto o empréstimo, a título gratuito, pela COMODANTE ao COMODATÁRIO, do imóvel com área de 33.233,06 m² (trinta e três mil, duzentos e trinta e três metros quadrados e seis decímetros quadrados), situado na Av. Dom Pedro II, Jardim Pinheiros, Município de Quatro Barras - PR, objeto da Matrícula nº 19.234 do Registro de Imóveis da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Regional de Campina Grande do Sul, para uso exclusivo na finalidade prevista na Cláusula Segunda."

CLÁUSULA QUARTA – DA RETIFICAÇÃO DO FECHO
Onde, no fecho do Termo de Comodato, consta "cadastro de bens móveis do Estado do Paraná no município de Quatro Barras", leia-se "controles patrimoniais do Município de Quatro Barras, como bem de terceiro sob a guarda do Município".

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO
A fiscalização do cumprimento do Termo de Comodato e deste Aditivo será exercida por servidor da SMMAABEA designado por ato próprio, nos termos do inciso I das obrigações do COMODATÁRIO previstas na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Comodato que não conflitem com o presente Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO
O COMODATÁRIO providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e nos demais meios exigidos pela legislação aplicável, como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Regional de Campina Grande do Sul para dirimir as questões decorrentes deste instrumento
.
E, por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Quatro Barras, 23 de outubro de 2026

LORENO BERNARDO TOLARDO	*GUSTAVO FONTANA BELTRÃO DE ALMEIDA*
Prefeito Municipal	Diretor Pocinho Administradora de Bens S/A
Comodatária	Comodante

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:0A07631E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.981/2026

Designa servidores para Avaliação de Prova de Conceito (PoC) em procedimento licitatório referente à contratação de solução integrada de segurança cibernética (Firewall), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no Processo Administrativo nº 17715/2026;

DECRETA

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir elencados para conduzir, acompanhar e avaliar os testes técnicos previstos no procedimento licitatório referente à contratação de solução integrada e centralizada de segurança cibernética e gestão segura de identidades, contemplando ativos perimetrais (Firewalls em cluster de alta disponibilidade - HA), gerenciamento de logs, proteção de endpoints (EPP/ZTNA), autenticação multifator (MFA) e gerenciamento de acesso privilegiado (PAM):
I - Alessandro Cordeiro Blanco;
II - Wilian Luca Dominski;
III - Octacilio Sacerdote Neto.

Art. 2º Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - Analisar o planejamento e o cronograma de execução da Prova de Conceito (PoC) e Teste de Conformidade apresentados pela empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar;
II - Acompanhar a execução dos testes de estresse, desempenho e carga em ambiente controlado ou de forma remota;
III - Verificar a integração e o funcionamento mínimo e sustentado de todos os componentes e especificações técnicas ofertados;
IV - Elaborar relatório e parecer técnico conclusivo, atestando o atendimento ou não dos requisitos previstos no Edital e no Termo de Referência, encaminhando-o ao Departamento de Licitações e à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 23 de outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:2FD4C989

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11982, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 4.321,62 (quatro mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1751 de 19 de Dezembro de 2025:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 4.321,62 (quatro mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL		
Unidade Orçamentária: 22.001	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 22.001.0018.0542.0010.2067	**Atividade:** Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3372390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01511 - Taxas - Prestação de Serviços	R$ 4.321,62
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$4.321,62**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, LOGISTICA E FROTAS		
Unidade Orçamentária: 15.001	Departamento de Infraestrutura	
Funcional Programática: 15.001.0015.0451.0032.2063	**Atividade:** Ações para Manutenção Conservação de Parques e Praças Municipais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01511 - Taxas - Prestação de Serviços	R$ 4.321,62
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$4.321,62**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 23 de outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:C373118F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2024

OBJETO: o referido contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para locações de caminhão, máquinas e equipamentos pesados, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório de Pregão Eletrônico nº 104/2023.

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE QUATRO BARRAS, CNPJ nº 76.105.568/0001-80.

CONTRATADA: IVAIR SANTOS LIMA TERRAPLANAGEM, CNPJ nº 76.076.470/0001-09.

DO OBJETO: Constitui o objeto deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência do referido contrato, conforme sua "**CLÁUSULA**

QUARTA: "DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS"".

DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato aditado por mais 12 (doze) meses, a contar de 27 de outubro de 2026 e término em 26 de outubro de 2027.

DO VALOR: Para o novo período, ficarão mantidos os valores unitários dos itens do Contrato, sendo renovadas as quantidades (saldo), as quais totalizam R$ 846.550,00 (oitocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais).

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo possui amparo legal no art. 57, II, Lei n° 8.666/1993, estando devidamente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e respaldado pelo Parecer Jurídico n° 319/2026, ambos emitidos no âmbito do Processo Administrativo n° 15.186/2026.

DATA DE ASSINATURA: 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:9BB26586

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 69/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, **Processo n° 16950/2026**. **Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para o fornecimento, transporte e distribuição de sacolas contendo produtos hortifrutigranjeiros destinados ao projeto ECOheita QB.**. Na Modalidade De Inexigibilidade De Licitação, conforme o Art. 53,§4 Caput da Lei Federal n◦ 14.133/2021., e consonância com o Parecer Jurídico n° 118/2026.

CONTRATADA: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE QUATRO BARRAS COAG-QB.
CNPJ: nº08.866.786/0001-36
VALOR TOTAL DE: R$ 19.607,50 (dezenove mil. Seiscentos e sete reais e cinquenta centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
497-- 22002206060011201533903200000. Outros Material, Bem ou Serviço para distribuição Gratuita – Recurso Livre 1000.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:30C58997

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°144/2026

DECRETO Nº 144/2026.

SÚMULA: Nomeia gestor do Fundo Municipal de Segurança, Proteção e Defesa Civil

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
DECRETA:
Art. 1º Nomeia o Sr. Claudiney Nery da Silva, CPF 024.***.*** 79, como gestor do **Fundo Municipal de Segurança, Proteção e Defesa Civil**, nos termos do artigo 5º da Lei Municipal 2.125/26.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte PR,23 de Outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:617B8255

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°145/2026

DECRETO Nº 145/2026

Súmula : Dispõe sobre a alteração do Calendário Escolar do ano letivo de 2026 das instituições de ensino das redes municipal e estadual localizadas no Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no calendário oficial do ano letivo de 2026 das instituições de ensino das redes municipal e estadual localizadas no Município de Querência do Norte;
CONSIDERANDO a transferência da observância do Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, para o dia 30 de outubro de 2026, no âmbito das instituições de ensino abrangidas por este Decreto;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o cumprimento dos dias letivos previstos na legislação educacional vigente e nos respectivos calendários escolares;
CONSIDERANDO que o dia 5 de dezembro de 2026, data em que se comemora o aniversário do Município de Querência do Norte, poderá ser utilizado para a realização de atividades letivas, mediante a devida reorganização do calendário escolar;
CONSIDERANDO o interesse público em manter a tradição do desfile cívico em comemoração ao aniversário do Município, com a participação das instituições de ensino das redes municipal e estadual;
CONSIDERANDO a necessidade de manter os calendários escolares das redes municipal e estadual em consonância, visando à organização administrativa e pedagógica e, especialmente, à adequada oferta do transporte escolar, serviço compartilhado no atendimento aos estudantes de ambas as redes de ensino;
CONSIDERANDO que a compatibilização dos calendários escolares contribui para a otimização dos recursos públicos, a organização das rotas e a garantia de regularidade no atendimento aos estudantes que dependem do transporte escolar;
DECRETA:
Art. 1º Fica estabelecido o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira) como ponto facultativo nas instituições de ensino das redes municipal e estadual localizadas no Município de Querência do Norte, em substituição à observância do Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro.
Art. 2º Fica estabelecido o dia 5 de dezembro de 2026 (sábado) como dia letivo nas instituições de ensino abrangidas por este Decreto, em substituição ao dia 30 de outubro de 2026, com a finalidade de assegurar o cumprimento da carga horária e dos dias letivos previstos no calendário escolar.
Parágrafo único. A alteração prevista no caput deverá ser observada pelas instituições de ensino das redes municipal e estadual localizadas no Município de Querência do Norte, respeitadas as orientações e os procedimentos administrativos de cada sistema de ensino.
Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer deverá dar ampla divulgação às alterações previstas neste Decreto, bem como orientar as instituições de ensino da rede municipal quanto à adequação de seus calendários escolares.
Art. 4º As instituições de ensino da rede estadual deverão observar as disposições deste Decreto em consonância com as orientações e autorizações da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, quando

necessárias, respeitada a autonomia administrativa e normativa do respectivo sistema de ensino.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Querência do Norte Paraná, 23 de outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:53379E00

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA N°139/2026

PORTARIA Nº 139/2026

Súmula: Institui Comissão Técnica para avaliação da Prova de Conceito – PoC, no âmbito do Processo Administrativo nº 85/2026 - Pregão Eletrônico nº 31/2026 e dá outras providências.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, o uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 17, § 3º Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que autoriza a Administração a exigir a comprovação do desempenho de funcionalidades do objeto licitado, com o intuito de esclarecer ou complementar a instrução do processo e resguardar o interesse público;

CONSIDERANDO o contido no item 6.2 do Termo de Referência, parte integrante do processo de licitação Processo Administrativo nº 85/2026 - Pregão Eletrônico nº 31/2026; que trata da realização de Prova de Conceito – PoC com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, destinada à verificação objetiva da aderência funcional do sistema informatizado ofertado aos requisitos essenciais da contratação;

CONSIDERANDO o contido no item 6.3 do termo de referência, a necessidade de designação formal de servidores para acompanhamento, análise e avaliação técnica das funcionalidades demonstradas durante a Prova de Conceito;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Avaliação da Prova de Conceito – PoC, referente ao Processo Administrativo nº 85/2026 e ao Pregão Eletrônico nº 31 /2026, composta pelos seguintes servidores:

Representantes do Poder Executivo de Querência do Norte

Nome	CPF	Função
André Ricardo da Silva Melão	026.***.309-**	Secretário Municipal de Administração Geral
Natalia Rogério Peixoto	079.***.439-**	Diretora da Divisão de Recursos Humanos
Eder Viana da Silva	045.***.419-**	Controle Interno
Osmarco Luis de Oliveira Martins	660.***.609-**	Chefe de seção de tributos
Leandro Lopes dos Santos	660.***.949-**	Diretor de Planejamento
Elaine C. da Paixão Lensz	214.***.368-**	Diretora da Divisão de Contabilidade
Adriana Ap. Coelho	925.***.639-**	Diretora da Divisão de Tesouraria
Mônica Isabel de Novaes	869.***.879-**	Diretora da Divisão de Licitação

Representantes do Poder Legislativo de Querência do Norte

Nome	CPF	Função
Nara Leticia Borsatto	022.***.109-**	Procuradora Jurídica
Eduardo Bettin Corradi	031.***.779-**	Contador
João Vitor da Costa Turini	058.***.879-**	Assessor Parlamentar/TI

III - Instituto Previdenciário Municipal de Querência do Norte

Nome	CPF	Função
Bruno Fernandes dos Reis da Costa	108.***.639-**	Auxiliar administrativo

IV - Compete à Comissão:
acompanhar toda a apresentação da solução;
verificar o atendimento das funcionalidades exigidas;
registrar as ocorrências verificadas;
elaborar relatório circunstanciado da avaliação;
recomendar a aprovação ou reprovação da solução apresentada.

Art. 2º - A Prova de Conceito será realizada em sessão pública previamente designada e comunicada aos interessados via chat da plataforma comprasbr, podendo ser acompanhada por todos os licitantes; será gravada em áudio e vídeo, nos termos do item 4 do termo de referência.
Art. 3º - Os trabalhos da Comissão não serão remunerados, sendo considerados de relevante interesse público.
Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se

Querência do Norte, PR, 23 de outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:12BFEDC4

LICITAÇÃO
ADITIVO 203/2025

TERMO ADITIVO

1° Termo aditivo ata de registro de preço nº. 203/2025 decorrente de Pregão n° 37/2025
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS – ESCAVADEIRA HIDRAULICA E SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CAMINHÃO PRANCHA
O **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, CPF 083.***.979-** e a empresa **AMF LOCACOES DE MAQUINAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 20.184.641/0001-50, AV RIO GRANDE DO SUL, 763 - CEP: 87930000 - bairro: CENTRO, Querência do Norte/PR, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) MABILI DA SILVA VOSS, brasileiro, portador da RG nº 5XXX436X SSPSC e CPF XXX.536.XXX-04, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO
Fica acertado entre as partes o aumento de prazo contados de 24/09/2026 a 24/12/2026, alterando a cláusula segunda da ata de registro de preços original.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor

Querência do Norte (PR), 24 de Setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

MABILI DA SILVA VOSS
Contratada

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:EECB5782

LICITAÇÃO
ADITIVO 204/2025

TERMO ADITIVO

2° Termo aditivo ata de registro de preço nº. 204/2025 decorrente de Pregão n° 37/2025
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS – ESCAVADEIRA HIDRAULICA E SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CAMINHÃO PRANCHA
O **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, CPF 083.***.979-** e a empresa **DOIS IRMÃOS TERRAPLANAGEM** , inscrita no CNPJ sob nº. 50.139.634/0001-06, com sede no endereço Rua Ottmar Schimidt, Centro, Querência do Norte, neste ato representado por WAGNER JUNIOR DA SILVA**,** CPF ***.678.***-16 acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto – aumento de meta quantitativa do item:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant inicial	Quant aditada
1	47516	SERVIÇO DE HORAS MAQUINAS ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	Hora	625	156,25

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO
Fica acertado entre as partes o aumento de prazo contados de 24/09/2026 a 24/12/2026, alterando a cláusula segunda da ata de registro de preços original.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor

Querência do Norte (PR), 24 de Setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

WAGNER JUNIOR DA SILVA
Contratada

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:9E637014

LICITAÇÃO
ADITIVO 205/2025

TERMO ADITIVO

1° Termo aditivo ata de registro de preço nº. 205/2025 decorrente de Pregão n° 37/2025
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS – ESCAVADEIRA HIDRAULICA E SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CAMINHÃO PRANCHA
O **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, CPF 083.***.979-** e a empresa **TERRATOP TERRAPLENAGEM +1 LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 57.062.224/0001-45, Rua R SERGIPE, 317 - CEP: 87450000 - bairro: CENTRO, Tuneiras do Oeste/PR, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) CRISTIANO RODRIGUES BENFICA, brasileiro, portador da RG nº 9XXX323X SESPPR e CPF XXX.765.XXX-22 acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO
Fica acertado entre as partes o aumento de prazo contados de 24/09/2026 a 24/12/2026, alterando a cláusula segunda da ata de registro de preços original.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor

Querência do Norte (PR), 24 de Setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

CRISTIANO RODRIGUES BENFICA
Contratada

Testemunhas:
_____
_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:41ECBC1B

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO CONTRATO 163/2024 INEX 38/2024

TERMO ADITIVO

3° Termo aditivo do contrato nº. 163/2024, decorrente de inexigibilidade n°. 38/2024 de contratação de empresa para fornecimento de assianturas do Banco de Preços.
O **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Izabel A Redentora, 2356 – Edif. Loewen, sala 117, Centro, CEP 83.005-010, São José dos Pinhais PR, inscrita no CNPJ/MF nº. 07.797.967/0001-95, neste ato representada por Rudimar Barbosa dos Reis, portador do CPF nº 574.***.249-** , acordam por meio deste o que segue:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO VALOR
Aditivo de meta para inclusão da Secretaria Municipal de Saúde no contrato 163/2024.

Item	Descrição	UND.	QTD.	Valor Total
01	**Acrescimo de 01 acesso para a Secretaria Municipal de Saúde. Total de assinatura: 06 total de acessos: 07**	Serviço	01	R$ 9.932,00
Valor Total (Anual) R$ 9.932,00				

CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 10 de outubro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	***RUDIMAR BARBOSA DOS REIS***
Prefeito	Contratada

Testemunhas:

_____
_____

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:1A6814BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº. 76, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 76, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Constitui Comissão Organizadora do Evento do Natal Iluminado, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quitandinha, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, e conforme solicitado no Ofício nº 116, de 21 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Cultura, Esporte e Turismo,
DECRETA

Art. 1º Fica constituída a Comissão Organizadora do Evento do Natal Iluminado, composta dos seguintes membros:

- Elis Silviane De Assis Ribas, RG nº 10.348.854-0/PR – Cultura, Esporte e Turismo, Presidente;
- Vanderlei Ribas Pinto, RG nº 8777851-7/PR – Cultura, Esporte e Turismo;

- Eveline De Lima Wenski, RG nº 7.364.016-4/PR– Educação e Desenvolvimento para o Futuro;
- Antonio Sergio Dos Santos, RG nº 40642579/PR, Educação e Desenvolvimento para o Futuro;
- Antonio Carlos Steff Dalke, RG nº 86081539/PR - Desenvolvimento Urbano, Obras e Infraestrutura;
- Julio Cesar Paluch, RG nº 1.647.954-3/PR, Desenvolvimento Urbano, Obras e Infraestrutura;
- Danielli Teixeira Da Cruz, RG nº 8.323.826-7/PR - Saúde e Bem-Estar;
- Salvador De Moura Santos, RG nº 7.860.149-3/PR - Cultura, Esporte e Turismo;
- Maria Eduarda Dos Anjos Fitzwater, RG nº 16.058.915-9/PR, Desenvolvimento Humano, Administração, Finanças e Inovação;
- Alan Kusdra, RG nº 9.561.611-9/PR, Educação e Desenvolvimento para o Futuro;
- Silvestre Basso Ribas, RG nº 4.018.703-0/PR, Desenvolvimento Ambiental, Conservação e Sustentabilidade;
- Bruno Tibola Galdino, RG nº 9.583.674-7/PR – Educação e Desenvolvimento para o Futuro;
Ataliba Do Prado Andrade, RG nº 136131966/PR, Educação e Desenvolvimento para o Futuro.

Art. 2º A Comissão Organizadora fica investida de atribuições para:
I - definir a forma de realização, a organização e contratação de shows artísticos e demais serviços necessários à realização do evento;
II - definir o local onde evento será realizado;
III - disciplinar o uso das vias e lugares públicos na região das festividades;
IV - convocar servidores municipais para auxiliar a Comissão Organizadora a desempenhar suas atribuições; e
V - estimar o valor do custo das festividades.

Art. 3º As ações da Comissão Organizadora que implique despesa para o Município deverão ser previamente aprovadas pelo Prefeito.

Art. 4º A Comissão Organizadora deverá elaborar relatório sobre como as festividades serão realizadas, segundo previsto no inc. I do art. 2º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha.

Gabinete do Prefeito – Quitandinha 23 de outubro 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:AFA1B7A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 77, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 77, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

"Abre Crédito Adicional no Orçamento do Município de Quitandinha no valor de R$ 4.330.000,00, para o exercício de 2026".

O Prefeito Municipal de Quitandinha, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta a Lei nº 1.382, de 23 de outubro de 2026, e Lei Federal n º 4.320/64.:

DECRETA

Art. 1 º - Abre no orçamento-programa do Município de Quitandinha, para o exercício de 2026, um crédito adicional no valor de R$ 4.330.000,00 (Quatro milhões trezentos e trinta sete mil reais), mediante as seguintes providências:

04 – S M DE DESENV HUMANO ADM FINANÇAS E INOVAÇÃO
401 - S M DE DESENV HUMANO ADM FINANÇAS E INOVAÇÃO
04.122.0004.2004 – M ANUT DA S M DE DESENV HUMANO ADM FINANÇAS E INOVAÇÃO
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
570 – 000 – Recursos Livre ..... R$ 100.000,00
31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
580 – 000 – Recursos Livre .....R$ 50.000,00
31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
590 – 000 – Recursos Livre ..... R$ 15.000,00

05 – S M DE DESENV URBANO, INFRAEST OBRAS E TRANSPORTE
501 - S M DE DESENV URBANO, INFRAEST OBRAS E TRANSPORTE
15.452.0005.2006 – MANUT DA S M DE DESENV URBANO, INFRAEST OBRAS E TRANSPORTE
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
910 – 000 – Recursos Livre ..... R$ 315.000,00

06 – S M DE DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE E BEM ESTAR
601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2008 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
1370 – 303 - Saúde 15%.....R$ 1.800.000,00
31.91.13.00.00 – Contribuições Patronais
1450 – 303 - Saúde 15%.....R$ 50.000,00

07 – S M DE EDUCAÇÃO DESENV PARA O FUTURO E DESENV CULTURA, ESPORTE E TURISMO
703 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0008.2014 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
2790 – 103 – 5% sobre transf Constitucional .....R$ 1.000.000,00
704 – FUNDEB
12.365.0008.2017 – FUNDEB EDUCAÇÃO INFANTIL
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
3420 – 101 – FUNDEB 70% ..... R$ 700.000,00

31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
3450 – 101 – FUNDEB 70% ..... R$ 40.000,00
31.91.13.00.00 – Contribuições Patronais
3510 – 101 – FUNDEB 70% ..... R$ 60.000,00

08 – S M DE DESENV SOCIAL, ASSISTÊNCIA, CIDADANIA E INCLUSÃO
803 –FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0010.2024 – PROGRAMAS DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
4060 – 938 – Bloco Financ Prot Social Especial- SUAS .....R$ 80.000,00

11 – S M DE DESENV COMUNITARIO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
110 - S M DE DESENV COMUNITARIO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
27.812.0009.2019 - MANUT DA S M DE DESENV COMUNITARIO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
4970 – 000 – Recursos Livre ..... R$ 120.000,00

TOTAL.....R$ 4.330.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior será utilizado recurso de excesso de arrecadação:

Receita	Valor R$
FPM – Cota-Parte do Fundo de participação dos municípios	2.850.000,00
ICMS – Cota-Parte do ICMS	600.000,00
FUNDEB - Transf. Rec. Fundo Manut. Desenv.Ed.Básica Val. Magistério	800.000,00
Transf Recusrso Funado Nacional de Assit Social - FNAS	80.000,00

TOTAL GERAL.....R$ 4.330.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha.

Gabinete do Prefeito – Quitandinha 23 de outubro 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:B3697AD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 1.382, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

LEI Nº 1.382, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional no Orçamento do Município de Quitandinha, para o exercício de 2026".

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná.
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município de Quitandinha, para o exercício de 2026, um crédito adicional no valor de R$ 4.330.000,00 (Quatro milhões trezentos e trinta sete mil reais), mediante as seguintes providências:

04 – S M DE DESENV HUMANO ADM FINANÇAS E INOVAÇÃO
401 - S M DE DESENV HUMANO ADM FINANÇAS E INOVAÇÃO
04.122.0004.2004 – M ANUT DA S M DE DESENV HUMANO ADM FINANÇAS E INOVAÇÃO
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
570 – 000 – Recursos Livre ..... R$ 100.000,00
31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
580 – 000 – Recursos Livre .....R$ 50.000,00
31.90.16.00.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
590 – 000 – Recursos Livre ..... R$ 15.000,00

05 – S M DE DESENV URBANO, INFRAEST OBRAS E TRANSPORTE
501 - S M DE DESENV URBANO, INFRAEST OBRAS E TRANSPORTE
15.452.0005.2006 – MANUT DA S M DE DESENV URBANO, INFRAEST OBRAS E TRANSPORTE
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
910 – 000 – Recursos Livre ..... R$ 315.000,00

06 – S M DE DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE E BEM ESTAR
601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2008 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
1370 – 303 - Saúde 15%.....R$ 1.800.000,00
31.91.13.00.00 – Contribuições Patronais
1450 – 303 - Saúde 15%.....R$ 50.000,00

07 – S M DE EDUCAÇÃO DESENV PARA O FUTURO E DESENV CULTURA, ESPORTE E TURISMO
703 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0008.2014 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
2790 – 103 – 5% sobre transf Constitucional .....R$ 1.000.000,00
704 – FUNDEB
12.365.0008.2017 – FUNDEB EDUCAÇÃO INFANTIL
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
3420 – 101 – FUNDEB 70% ..... R$ 700.000,00

31.90.13.00.00 – Contribuições Patronais
3450 – 101 – FUNDEB 70% ..... R$ 40.000,00
31.91.13.00.00 – Contribuições Patronais
3510 – 101 – FUNDEB 70% ..... R$ 60.000,00

08 – S M DE DESENV SOCIAL, ASSISTÊNCIA, CIDADANIA E INCLUSÃO
803 –FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0010.2024 – PROGRAMAS DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
4060 – 938 – Bloco Financ Prot Social Especial- SUAS .....R$ 80.000,00

11 – S M DE DESENV COMUNITARIO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
110 - S M DE DESENV COMUNITARIO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
27.812.0009.2019 - MANUT DA S M DE DESENV COMUNITARIO, CULTURA ESPORTE E TURISMO
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
4970 – 000 – Recursos Livre ..... R$ 120.000,00

TOTAL.....R$ 4.330.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior será utilizado recurso de excesso de arrecadação:

Receita	Valor R$
FPM – Cota-Parte do Fundo de participação dos municípios	2.850.000,00
ICMS – Cota-Parte do ICMS	600.000,00
FUNDEB - Transf. Rec. Fundo Manut. Desenv.Ed.Básica Val. Magistério	800.000,00
Transf Recusrso Funado Nacional de Assit Social - FNAS	80.000,00

TOTAL GERAL.....R$ 4.330.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:69BE3323

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
CONVITE – AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LOA 2027

CONVITE

O Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, por meio do Poder Executivo Municipal, vem, através do presente, CONVIDAR Vossa Senhoria e toda a comunidade para participar da Audiência Pública destinada à apresentação e discussão da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2027, conforme informações abaixo:

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Assunto: LOA – Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2027.
Dia: 29/10/2026 (quinta-feira).
Horário: 16h00.
Local: Câmara Municipal de Rancho Alegre D'Oeste – Avenida Paraná, nº 672, Centro.

A audiência tem por finalidade apresentar à população a proposta orçamentária municipal para o exercício de 2027, proporcionando transparência, participação popular e oportunidade para esclarecimentos e sugestões.
Contamos com a presença de toda a comunidade, cuja participação é de fundamental importância para o planejamento e a gestão dos recursos públicos municipais.

Rancho Alegre D'Oeste, 22 de outubro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhonny Leperes Costa
Código Identificador:F7EF6B8E

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 349/09/2026

SÚMULA: EXONERA a partir de 31 de outubro de 2026 a Sra. JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO, Servidora Pública Municipal ocupante do Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA FAZENDA, admitida em 18/06/2025.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, **Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1º – EXONERAR a Servidora Pública Municipal **JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO** portadora da RG nº 10.728.478-8/PR, inscrita no CPF nº 082.181.859-76, ocupante do **Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA FAZENDA a partir de 31 de outubro de 2026.**

Art. 2º - Declarar, em consequência da predita exoneração, a **VACÂNCIA DO CARGO.**

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, com efeitos a partir de 31/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:B98F3728

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 351/09/2026

SÚMULA: Concede férias a Servidora Pública Municipal JOYCE LUANA MELO DE JESUS FUZINATO, no período de 23/10/2026 à 21/11/2026.

O prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 03/04/2025 à 02/04/2026 a Servidora pública Municipal **JOYCE LUANA MELO DE JESUS FUZINATO**, portadora da RG n° 13.220.406-3/PR, inscrita no CPF nº 097.841.039-40 de conformidade com a Lei Municipal nº 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 328 de 23/10/2026, a serem retiradas no período compreendido entre 23/10/2026 à 21/11/2026.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 23 DE OUTUBRO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:13357444

EDUCAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO - EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2026

O **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR**, torna público aos interessados, , que foi realizado a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO** na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e demais legislação aplicável.
OBJETO: Contratação de Empresa especializada para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES E KIT DE MATERIAIS ESCOLARES PERSONALIZADOS, COMPREENDENDO: CALÇAS, JAQUETAS, CAMISETAS, BERMUDAS, SHORTS-SAIAS E TÊNIS, BEM COMO MOCHILA, ESTOJO, GARRAFA, PASTA, SACOLA E BOLSA, destinados aos alunos e funcionários do Departamento de Educação, conforme quantidades e descrições constantes neste processo e seus anexos.

RESOLVE:

REPUBLICAR o presente certame em razão de alterações no edital, incluindo as datas e os horários de recebimento das propostas, da documentação de habilitação e da realização da sessão de disputa, bem como de outras disposições do instrumento convocatório.

Data e Horário do recebimento das Propostas e Documentos de habilitação a partir das 08h30min do dia 26 de outubro de 2026 às 08h30min do dia 09 de novembro de 2026.
Data e Hora da Disputa: às 09h00min dia 09 de novembro de 2026 (Horário de Brasília).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, nos sites www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br e www.bll.org.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 23 de outubro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:0905FE9F

SAÚDE
PORTARIA 352/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei n. 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR
I – O Servidor **EDSON VIEIRA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de **MOTORISTA II** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D'Oeste;
II – Concessão de diárias para **Transporte de Pacientes em Tratamento de Saúde na cidade de Curitiba e RMC**.
III – Data: **25/10/2026** a **27/10/2026.**
IV – Cidade de **Curitiba-PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D'Oeste - PR, 23 de outubro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vagner Duarte
Código Identificador:250893B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho Municipal de Saúde de Realeza - PR, no uso das atribuições que lhe confere a lei Municipal nº 563/91 de 20/05/1991 e suas alterações, vem através deste convocar o (a) Sr.(a) Conselheiro(a) Municipal de Saúde e na oportunidade convidar toda a população para a Reunião Ordinária a ser realizada no dia **29 de outubro de 2026, nas dependências da Câmara de Vereadores às 13:30 horas.**
PAUTA:
Aprovação da ata da reunião anterior, n° 010/2026;
Apresentação do índice de mortalidade materno infantil;
Situação da dengue no município;
Programa de telemedicina Agilizamed;
Descentralização dos atendimentos de psicologia nas UBS;
Equipe e-Multi do SUS;
Plano de Aplicação ProVigiA-PR;
Informes.

MAIARA INÊS GAMBATTO
Presidente CMS

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:B77D5FA2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.170/2026 23/10/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **ADRIANE MARCANTE TONETTO**, cadastrada sob a matrícula Nº 3106786, ocupante do cargo temporário do PSS de Professor de Apoio Educacional Especializado a partir do dia de hoje 26/10/2026 até a data de 18/12/2026 para suprir o afastamento da Licença Prêmio da servidora **MICHELI FABIANA FOIATTO,** matricula Nº 256661 em cargo Efetivo de Professor 1º Padrão, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:24AA1A66

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.172/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 26 de outubro a 04 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
299801	Beatriz Salvalaggio	Técnico em Enfermagem	15/02/2025 até 14/02/2026

Art. 2º- Conceder 11 (onze) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 09 a 19 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
293941	Clayton Mioto	Motorista	24/08/2025 até 23/08/2026

Art. 3º- Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 09 a 18 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
252081	Lucineia Amaral Pinheiro	Agente de Endemias	08/01/2024 até 07/01/2025

Art. 4º- Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 19 de novembro a 03 de dezembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
252081	Lucineia Amaral Pinheiro	Agente de Endemias	08/01/2025 até 07/01/2026

Art. 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 23 de outubro de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:9C908D07

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.173/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 03 a 22 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106675	Jacson de Moura Borges	Agente de Autoridade de Trânsito	17/06/2025 até 16/06/2026

Art. 2º- Conceder 11 (onze) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 26 de outubro a 05 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
276511	Eliane de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	10/02/2024 até 09/02/2025

Art. 3º- Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 06 a 10 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
276511	Eliane de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	10/02/2025 até 09/02/2026

Art. 4º- Conceder 05 (cinco) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 30 de novembro a 04 de dezembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106976	Aline Maiara Farias	Diretor do Departamento de Licitações, Contratos e Compras	03/06/2025 até 02/06/2026

Art. 5º- Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 15 a 29 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3107015	Angela Bernardino	Técnico de Enfermagem	01/08/2025 até 31/07/2026

Art. 6º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 23 de outubro de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:C93C20A7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.174/2026 23/10/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Qualificação profissional Ensino Médio conforme Leis complementares Nº01 e 02 de janeiro de 2022, a partir de outubro de 2026.

SERVIDOR(A)	CARGO	NÍVEL	NÍVEL
CLAUDINEI MONTAGNA	Motorista	B02	C02

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:7E798BB4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.175/2026 23/10/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido da servidora abaixo relacionada do cargo Temporário do PSS 01/2025 de Auxiliar Administrativo, a partir da data de 26 de outubro de 2026.
RUBIA CORASSA
EXONERAR: a pedido da servidora abaixo relacionada do cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, a partir da data de 29 de outubro de 2026.
CLEIDI APARECIDA FEIX
Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:95320C43

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 52

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 116/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS
PROCESSO COMPRASGOV: Nº 987805-26/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos continuados de geoprocessamento e cadastro técnico multifinalitário, compreendendo a implantação/atualização de Sistema de Informações Geográficas (SIG) em plataforma WEB, o aerolevantamento fotogramétrico com fornecimento de imagem georreferenciada e ortorretificada, o controle de campo com apoio de estação de referência GNSS, a estruturação e integração da base cartográfica digital ao cadastro técnico municipal, e o licenciamento de uso, hospedagem e manutenção corretiva e adaptativa da plataforma, para atender à Secretaria Municipal de finanças, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 25 de novembro de 2026 às 08:30h.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 26 de outubro de 2026, durante o horário de

expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASGOV

REALEZA, AOS vinte e três dias de outubro de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:2E806664

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO PE 49

AVISO DE SUSPENSÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA,** Estado do Paraná, torna público e para conhecimento, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026, PROCESSO ComprasGov Nº 987805-23/2026 que tem por objeto a Contratação de programas de saúde do trabalho e treinamentos de NR para atender a demanda de todas as secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do Município ou através do e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.

REALEZA, AOS vinte e três dias de Outubro de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:6E661A0E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONC 07

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Empreitada Nº 326/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: PICCOLI & BOHLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais do Programa Casa Fácil Tipologia FAC 47, em convênio com a COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná. Compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO Concorrência - Eletrônica Nº 7/2026
VALOR TOTAL: R$2.824.959,60 (Dois Milhões, Oitocentos e Vinte e Quatro Mil, Novecentos e Cinqüenta e Nove Reais e Sessenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 21/10/2026

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:8B73BAEC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO FEG ENGENHARIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO
SEGUNDO TERMO DE DO CONTRATO Nº 402/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
OBJETO: objeto a execução de recapeamento asfáltico de vias urbanas através do TERMO DE CONVÊNIO Nº 670/2022-SEDU, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da licitação n. º 02/2022, fornecida pelo contratante.

ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA JUSTIFICATIVA: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo de vigência do Contrato nº 402/2025, cujo vencimento atual está previsto para 23 de outubro de 2026, passando a vigorar até 21 de janeiro de 2027, conforme parecer técnico emitido pelo Departamento de Planejamento, Habitação e Urbanismo, em 23 de junho de 2026.
A presente prorrogação fundamenta-se na necessidade de assegurar prazo suficiente para a conclusão dos procedimentos relacionados à etapa final da obra, considerando que, conforme o referido parecer técnico, foram realizadas três medições, correspondentes a aproximadamente 84,81% do valor contratado, encontrando-se os serviços remanescentes em fase de consertos e ajustes para o recebimento definitivo da obra.
A prorrogação permitirá a realização das vistorias finais, a conferência e a quantificação dos serviços para eventual aditivo de glosa, bem como a adoção das providências administrativas necessárias ao recebimento e encerramento contratual e à organização da documentação para prestação de contas, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Ficam ratificadas e permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo de Empreitada nº 402/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.
E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

REFERENTE: CONCORRÊNCIA Nº 08/2025
DATA DA ASSINATURA: 22/10/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:2117CC03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
ATO N.º 016, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Estabelece ponto facultativo no âmbito do Poder Legislativo Municipal, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Renascença, Estado do Paraná, Marcos Antônio Valandro, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o dia do servidor público do próximo dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), evitando a interrupção das atividades no meio da semana e preservando a continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal publicou o Decreto nº 2.771, de 22 de outubro de 2026, que decreta ponto facultativo no dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), e considerando a conveniência de o Poder Legislativo Municipal adotar a mesma medida, em consonância com o referido Decreto;

RESOLVE:
Art. 1º - Determina ponto facultativo na Câmara Municipal de Vereadores de Renascença no dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).
Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores, Estado do Paraná, aos 23 de outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VALANDRO
Presidente

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:115AFA4D

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 39º SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA
Terça-Feira, 27 de Outubro de 2026 - 19:00 horas.

ABERTURA	
Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte	**Vereadores ausentes:**
Solicitar que seja feita a leitura da ata da Trigésima Oitava Sessão Ordinária (anterior)	
Colocar em votação e declarar se aprovada ou não.	**Resultado da Votação:**
MATÉRIA EM EXPEDIENTE	
Projeto de Resolução nº009/2026 (baixar para as comissões)	
Indicação nº030/2026 do vereador: Marcos Antônio Valandro **(**colocar em votação)	
Requerimento nº027/2026 do vereador: Marcos Antônio Valandro **(**colocar em votação)	
Requerimento nº028/2026 do vereador: Marcos Antônio Valandro **(**colocar em votação)	
Oficio nº333/2026 do Executivo Municipal (responde requerimento nº023/2026- Luiz)	

ORDEM DO DIA

Matéria em segunda discussão e votação:
Projeto de Lei nº043/2026 do Executivo Municipal (crédito)
Projeto de Lei nº044/2026 do Executivo Municipal (crédito)
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convocar todos os vereadores para próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 03 de novembro de 2026 (terça-feira) às 19h00.

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente sessão.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:1F15391C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 28/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026 – PMR
MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço por lote.
OBJETO:REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviços de outsourcing de impressão, compreendendo impressão, cópia e digitalização de documentos com fornecimento de equipamentos multifuncionais (copiadora, impressora e scanner), em comodato, instalação e conexão na rede da prefeitura, incluindo serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, componentes, softwares de gerenciamento, material de consumo, exceto papel e de todo material de consumo necessário para o perfeito funcionamento dos equipamentos.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12 de novembro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL:http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 23 de outubro de 2026.

MAYARA ELOY DA SILVA
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:27239F24

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 27/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026 – PMR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço do Lote.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, a serem executados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo os postos de operador de máquinas costais, roçadeiras, motopodas, motosserras e demais equipamentos motorizados portáteis, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de manutenção mecânica e pedreiro / oficial de manutenção predial.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18 de novembro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.

Renascença, 22 de outubro de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:E370B842

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 026/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 129/2026

Em análise ao processo de Inexigibilidade n° 026/2026, de 23 de outubro de 2026, atendendo solicitação da Secretaria municipal de Educação, Cultura e Esportes ,no uso de suas atribuições a Sra. Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal de Renascença – Pr, HOMOLOGA o procedimento com amparo no artigo 74, da Lei 14133/21.

DURAÇÃO DO CONTRATO:A vigência da contratação será pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

VALOR DA CONTRATAÇÃO:R$ 162.219,00 (cento e sessenta e dois mil duzentos e dezenove reais).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, DESTINADO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2024 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2024 - CIEDEPAR.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 18 e 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO: DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 11.676.271/0001- 88, com sede na Estrada do Palmital, nº 5.000, Palmital – Saquarema – Rio de Janeiro - CEP 28.993- 000.

CONTRATANTE: Município de Renascença – PR.

Renascença, 23 de outubro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:30D9B9FA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 130/2026

Em análise ao processo de Inexigibilidade n° 027/2026, de23 de outubro de 2026, atendendo solicitação da Secretaria municipal de Educação, Cultura e Esportes ,no uso de suas atribuições a Sra. Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal de Renascença – Pr, HOMOLOGA o procedimento com amparo no artigo 74, da Lei 14133/21.

DURAÇÃO DO CONTRATO:A vigência da contratação será pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

VALOR DA CONTRATAÇÃO:R$ 94.312,00 (noventa e quatro mil trezentos e doze reais)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, DESTINADO ÀS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2024 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2024 - CIEDEPAR.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 18 e 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO: WPB COMERCIO, SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 28.610.644/0001-10, com sede na Rua Ana Maria Martinez, nº 121, Assunção – São Bernardo do Campo - SP - CEP 09811-000.

CONTRATANTE: Município de Renascença – PR.

Renascença, 23 de outubro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:7B4052A3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LEI MUNICIPAL Nº 1513 DE 17/11/2016 RENASCENÇA - PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 010/2026

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão Municipal e Plano de Ação e Plano de Trabalho a Deliberação Estadual 059/2023.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Renascença – Pr., no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1513 de 17/11/2016,

Considerando a deliberação da Plenária realizada em 23 de outubro de 2026, ata nº 314.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o termo de adesão, plano de ação municipal e plano de trabalho, referente a adesão a deliberação 059/2023 PAS – Piso Único da Assistência Social,
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Renascença/PR, 23 de outubro de 2026.

EDUARDO PAVAN GUERREIRO
Presidente – CMAS

PLANO DE TRABALHO – DELIBERAÇÃO 059/2023 – CEAS/PR
Município: Renascença – PR
Gestão: Secretaria Municipal de Assistência Social
Período de Execução: Janeiro a Dezembro/2027
Fonte do Recurso: Cofinanciamento Estadual – FEAS
Valor do Repasse: R$ 75.000,00
1. Introdução
O Município de Renascença apresenta demanda crescente por ações socioeducativas e de convivência para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. O SCFV possui caráter preventivo, protetivo e proativo frente a situações de vulnerabilidades e riscos sociais e relacionais que possam resultar em rompimento dos vínculos familiares e comunitários. É um dos serviços que materializam as seguranças socioassistenciais de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento de autonomia, realizando um trabalho para a aquisição de competências pessoais e relacionais pelos participantes. No SCFV, os participantes integram grupos conforme a sua faixa etária e as especificidades do ciclo de vida em que estão. O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, contando com a participação do técnico de referência, dos educadores/orientadores sociais e dos usuários. O trabalho realizado com os grupos é organizado em percursos progressivos, nos quais há o compartilhamento de informações, orientações e vivências; a valorização da identidade pessoal e coletiva do grupo e da comunidade de que os participantes fazem parte; o incentivo à ampliação de vínculos de apoio e proteção na família e na comunidade, além do estímulo à participação nos diálogos e agendas públicas de interesse e demanda dos participantes.
A realização de oficinas visa fortalecer vínculos, promover a socialização e prevenir situações de risco, garantindo direitos socioassistenciais.
2. Objetivo Geral
Fortalecer e qualificar o SCFV por meio da realização de oficinas socioeducativas, assegurando atendimento contínuo aos usuários. Bem como atender as situações de calamidades públicas e de emergências.
3. Objetivos Específicos
- Realizar oficinas de convivência com diferentes faixas etárias;
- Promover ações coletivas que reforcem protagonismo e vínculos;
- Proteção aos indivíduos e famílias em situações de calamidades públicas e de emergências;
- Concessão de benefícios eventuais em situações de calamidade pública e de vulnerabilidade temporária;
4. Público-Alvo
- Usuários prioritários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; Crianças e adolescentes (06 a 17 anos); Idosos; Pessoas com deficiência; Famílias referenciadas no CRAS; Famílias atingidas em situações de calamidades públicas e de emergências;
5. Descrição das Ações
Realização de oficinas: artesanato, música (violão, teclado, bateria e coral), ballet, Karatê e arte circense.
Concessão de benefício eventual em situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública;
6. Metas
• Realizar as oficinas ao longo do ano, através de prestadores de serviços contratados; de forma presencial de segunda a sexta feira das 07:30 as 17:00, as oficinas de bateria, teclado, violão, coral, ballet, karatê, artesanato, arte circense, promovendo a inclusão de crianças e adolescentes e idosos em práticas culturais e educativas. Atendendo aproximadamente 100 usuários mensalmente;
Atender as situações de vulnerabilidade temporária, calamidade pública e emergenciais;
7. Monitoramento e Avaliação
O monitoramento será realizado por meio de registros mensais, relatórios de oficinas, prontuário SUAS, avaliações periódicas e acompanhamento das metas estabelecidas, através da equipe de técnica do CRAS, prestação de contas apresentada ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:F04E9FC0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 2772, DE 22 OUTUBRO DE 2026

Altera o Decreto n.º 2645, de 25 de novembro de 2025, que institui o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2026, para transferir o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, **FABIELI MANFREDI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o Decreto n.º 2645, de 25 de novembro de 2025, fixou ponto facultativo no dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), em alusão ao Dia do Servidor Público;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de transferir o referido ponto facultativo para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), evitando a interrupção das atividades no meio da semana e preservando a continuidade dos serviços públicos;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica transferido do dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira) para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira) o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, previsto no art. 1º do Decreto n.º 2645, de 25 de novembro de 2025.

Art. 2º O item correspondente do art. 1º do Decreto n.º 2645, de 25 de novembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"• 30/10 (sexta-feira) – Dia do Servidor Público – (PF)"
Art. 3º No dia 28 de outubro de 2026 haverá expediente normal em todas as repartições públicas do Poder Executivo do Município de Renascença.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto n.º 2645, de 25 de novembro de 2025.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:2CE6C3C7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 347 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Concede avanço promocional horizontal por tempo de serviço aos servidores abaixo relacionados

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 9º da Lei Municipal nº 448 de 13/11/1990 e ainda de tudo o que mais consta na legislação vigente,

R E S O L V E:

Conceder avanço promocional horizontal por tempo de serviço aos servidores abaixo relacionados, referente ao período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Cargo	Do Nível	Para o Nível	Período Aquisitivo
Amabile Luana Venzon	Telefonista	11-A	11-B	07/10/2026
Juliane Martinello Fabris	Auxiliar Serviços Gerais "A"	8-A	8-B	30/09/2026

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:4AC60408

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 348 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Concede adicional por tempo de serviço aos servidores abaixo relacionados**.**

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o parecer jurídico nº 130 de 2026.

R E S O L V E:

Conceder 5% (cinco por cento) de adicional por tempo de serviço aos servidores abaixo relacionados, conforme período aquisitivo dos servidores:

Nome	Cargo	Lotação	Período Aquisitivo
Josy Carvalho Salini	Auxiliar Serviços Gerais "A"	Secr. Municipal de Educação, Cultura e Esportes	03/01/2023

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:4536A2BB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 349 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Concede avanço promocional horizontal por tempo de serviço a servidora abaixo relacionada**.**

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Artigo 9º da Lei Municipal nº 448 de 13/11/1990 e ainda de tudo o que mais consta na legislação vigente;

CONSIDERANDO o parecer jurídico 426/2026 que trata da revisão da contagem de tempo de estágio probatório e exercício de função de direção escolar,

R E S O L V E:

Conceder avanço promocional horizontal por tempo de serviço a servidora abaixo relacionada, conforme período aquisitivo que especifica:

Nome	Cargo	Da Referência	Para a Referência	Período Aquisitivo
Margarida Guollo Ciliprandi	Professora c/ Lic. Plena	B-1	B-2	04/02/2022
Margarida Guollo Ciliprandi	Professora c/ Lic. Plena	B-2	B-3	04/02/2024
Margarida Guollo Ciliprandi	Professora c/ Lic. Plena	B-3	B-4	04/02/2026

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:4CD9C0CF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 350 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Promove à servidora Margarida Guollo Ciliprandi.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 45, § 1º da Lei Municipal nº 1101 de 15 de dezembro de 2009 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Promover a servidora **Margarida Guollo Ciliprandi,** matricula nº 11355-1, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para o cargo de **Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação**, Classe C-4, a partir de 20 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a 20 de janeiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:FC9A4401

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 351 DE 23 DE SETEMBRO DE 2026

Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto no artigo 2º, da Lei nº 10.887/2004, e Art. 57, da Lei Municipal nº 828 de 10 de setembro de 2004,

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 297, de 03 de setembro de 2026, passando o Art.1º a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º Conceder pensão por morte à **Roselei Aparecida Folle Nardi**, no valor de R$ **6.011,83** (seis mil e onze reais e oitenta e três centavos) mensais correspondendo a 100% (cem por cento) dos proventos de inatividade.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 297, de 03 de setembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:FA1CE8C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EDITAL 02/2026 - RESULTADO AVALIAÇÃO DE MÉRITO
PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA – ELEIÇÃO DIRETOR ESCOLAR
Edital nº 02/2026 – Resultado da avaliação de Mérito

A **PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital do Resultado a Avaliação de Mérito no processo da Gestão Democrática para designação de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação Básica de Reserva do Iguaçu, que se regerá pela Lei Municipal n° 1184 de 13 de setembro de 2022, pelas normas estabelecidas neste Edital.

AVALIAÇÃO DE MÉRITO

1.2 Escola Municipal Pedro Siqueira

Candidata	Pontuação
Marilda da Silva Barbosa	38
Claudia Mara Hammel	38

1.3 Escola Municipal Monteiro Lobato

Candidata	Pontuação
Rosimeri Frizon Meira	38

1.4 Escola Municipal Rural Santa Luzia

Candidata(o)	Pontuação
Matheus Ochiovi	26

1. Escola Rural Municipal José de Araújo Loures

Candidata(o)	Pontuação
Não houve inscritos	-

Janette Varnier dos Santos
Presidente da Comissão Central

Reserva do Iguaçu, 22 de outubro de 2026

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:11EA2B5A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
LEI Nº 1.324/2026

LEI Nº 1.324/2026

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.290, de 11 de dezembro de 2025, que institui o Código de Obras e Edificações do Município de Rio Azul, para atualizar as normas relativas às instalações hidrossanitárias.

A Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná decretou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os incisos VII, VIII e IX do § 2º do art. 62 da Lei Municipal nº 1.290, de 11 de dezembro de 2025, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 62.
(...)
§ 2º
(...)
VII – as águas provenientes de pias de cozinha, copas, churrasqueiras, áreas de preparo de alimentos e demais instalações geradoras de efluentes contendo óleos, gorduras ou graxas deverão passar por caixa de gordura, instalada, dimensionada, utilizada e mantida em conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, da concessionária ou prestadora dos serviços públicos de esgotamento sanitário e da legislação ambiental aplicável, antes de serem lançadas na rede pública coletora ou no sistema individual de tratamento de esgoto;

VIII – as águas pluviais deverão ser conduzidas por sistema independente da rede de esgotamento sanitário, sendo destinadas, prioritariamente, à infiltração, retenção ou dissipação no próprio lote e, quando houver galeria pública de drenagem pluvial disponível e tecnicamente viável sua utilização, poderão ser direcionadas à respectiva rede, observadas as normas técnicas vigentes e a regulamentação municipal aplicável;
IX – é vedada qualquer interligação entre os sistemas de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais, bem como o lançamento de águas pluviais na rede pública de esgotamento sanitário ou de efluentes de esgoto sanitário na rede pública de drenagem pluvial."

Art. 2º Fica acrescido o inciso X ao § 2º do art. 62 da Lei Municipal nº 1.290, de 11 de dezembro de 2025, com a seguinte redação:
Art. 62.
(...)
§ 2º
(...)
X – as caixas de gordura deverão permanecer em adequadas condições de funcionamento, limpeza e conservação, competindo ao proprietário, possuidor ou responsável pela edificação promover sua manutenção periódica, observado o disposto nas normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e na regulamentação da concessionária ou prestadora dos serviços públicos de esgotamento sanitário."

Art. 3º O § 2º do art. 63 da Lei Municipal nº 1.290, de 11 de dezembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:
"*Art. 63.*
(...)
§ 2º A fossa séptica, o sumidouro, as caixas de gordura, as caixas de passagem e os demais dispositivos integrantes dos sistemas individuais de tratamento e disposição final de esgoto deverão ser projetados, dimensionados, executados, utilizados e mantidos em conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, com a regulamentação da concessionária ou prestadora dos serviços públicos de esgotamento sanitário e com a legislação ambiental aplicável.".

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Em Rio Azul-PR, 07 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:2C55417D

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS N° 01/2025

EDITAL Nº 46/2026 – PSS Nº 01/2025

CONVOCAÇÃO DE PESSOAL

APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, CONFORME DECRETO Nº 142/2025 – HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL.

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, resolve:

CONVOCAR
Art. 1º - Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, conforme publicação de resultado final homologado através do Decreto nº 142/2025, para comparecer à Prefeitura Municipal de Rio Azul, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação do presente, para contratação imediata de 02 (dois) Educadores Sociais, com carga horária de 40 h/s, munidos de cópia da documentação abaixo relacionada, para fins de formalização de contrato:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	EMPREGO
16º	SOLANGE ALVES CHULA	Educador Social
17º	JOCELI DE RAMOS	Educador Social

Art. 2º - Os documentos a serem apresentados são os seguintes:
Fotocópia da Carteira de Identidade,
Fotocópia do CPF
Fotocópia Título de Eleitor;
Certidão de Quitação Eleitoral atualizada;
Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação;
Fotocópia do comprovante de quitação com as obrigações militares;
Uma foto colorida 3x4, recente;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, CPF do cônjuge;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e CPF dos filhos;
Fotocópia do comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública, conforme previsto no quadro do item 2.1. do Edital nº 01/2025– Abertura do PSS 01/2025;
01 (uma) cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número, série e qualificação;
Fotocópia do número de inscrição do PIS/PASEP;
Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
Declaração de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge;
Declaração de não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual, distrital ou federal;
Certidões negativas dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares onde tenha residido nos últimos oito anos, expedidas no máximo há seis meses;
Atestado de aptidão física e mental, capacitante ou incapacitante, com o objetivo de aferir se as condições físicas e psíquicas são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo;
Conta salário Banco SICREDI.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 23 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:74AA7105

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CAMARA MUN. DE RIO BRANCO DE IVAÍ
PORTARIA Nº 12/2026

PORTARIA Nº 12/2026

Institui Comissão Especial para acompanhamento do diagnóstico, estudo, análise, revisão, atualização e elaboração de minutas da Lei Orgânica Municipal (LOM), do Regimento Interno (RI), do Código de Ética e Decoro Parlamentar e de atos normativos e administrativos complementares, para adequação da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí/PR às exigências do Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal (ProLegis), do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, **RESOLVE:**

Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí/PR, Comissão Especial destinada a acompanhar o diagnóstico, estudo, análise, revisão, atualização e elaboração de minutas referentes:

- à revisão e atualização da Lei Orgânica Municipal (LOM);
- à revisão e atualização do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal;
- à implantação do Código de Ética e Decoro Parlamentar; e
- à elaboração e implantação de atos normativos e administrativos necessários à modernização e ao aperfeiçoamento institucional da Câmara Municipal e à adequação aos critérios, indicadores e exigências do Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal (ProLegis), do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Compete à Comissão Especial:
- acompanhar o desenvolvimento dos estudos, análises, diagnósticos, propostas e minutas relacionados às matérias previstas no Art. 1º;
- auxiliar a empresa contratada na execução dos trabalhos, especialmente quanto ao conhecimento da realidade institucional, normativa, legislativa e administrativa da Câmara Municipal;
- atuar como instância de interlocução técnica e institucional entre a Câmara Municipal e a empresa contratada, mantendo contato direto com seus representantes e profissionais responsáveis pela execução dos trabalhos;
- fornecer e facilitar o acesso às informações, documentos, atos normativos e administrativos e demais elementos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, observadas as competências das unidades responsáveis e as restrições legais eventualmente aplicáveis;
- esclarecer à empresa contratada, diretamente ou mediante consulta às unidades competentes, aspectos relacionados às normas, aos procedimentos, às práticas e às rotinas legislativas e administrativas da Câmara Municipal;
- receber, organizar e encaminhar às unidades, autoridades ou agentes competentes as solicitações, dúvidas e demandas apresentadas pela empresa contratada que dependam de manifestação ou providência da Câmara Municipal;
- receber e acompanhar a apresentação de estudos, diagnósticos, relatórios, propostas, minutas e demais produtos elaborados pela empresa contratada, promovendo sua análise sob o aspecto institucional e encaminhando-os, quando necessário, aos agentes ou órgãos competentes;
- apresentar à empresa contratada sugestões, observações, informações e apontamentos destinados ao aperfeiçoamento dos trabalhos e à sua adequação à realidade e às necessidades institucionais da Câmara Municipal;
- promover e participar de reuniões de trabalho com a empresa contratada, vereadores, servidores, unidades administrativas e demais agentes envolvidos no desenvolvimento do projeto;
- acompanhar a compatibilização entre a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno, o Código de Ética e Decoro Parlamentar e os demais atos normativos e administrativos relacionados ao projeto;
- acompanhar as providências destinadas à adequação da Câmara Municipal aos critérios, indicadores e exigências do ProLegis;
- promover a articulação entre a empresa contratada, os agentes políticos, os servidores e as unidades administrativas da Câmara Municipal, sempre que necessária ao desenvolvimento dos trabalhos;
- solicitar às unidades administrativas da Câmara Municipal informações e manifestações relacionadas às matérias objeto dos trabalhos;
- propor à Presidência a realização de reuniões, consultas, audiências públicas ou outras formas de participação e discussão institucional, quando consideradas pertinentes à natureza ou à relevância da matéria; e
- exercer outras atividades de acompanhamento, auxílio e interlocução diretamente relacionadas às finalidades previstas nesta Portaria.

A Comissão Especial poderá realizar reuniões de trabalho e convidar vereadores, servidores, agentes públicos, profissionais, representantes de instituições e outras pessoas que possam contribuir para a discussão das matérias de sua competência.
A participação de pessoas não integrantes da Comissão terá caráter colaborativo e não lhes conferirá direito a voto nas deliberações internas da Comissão.
A Comissão Especial será composta pelos seguintes membros:
- Presidente: Anna Clara Desplanches, Assessora Legislativa;
- Secretário: Beatriz Emanuelly de Araújo, Assessora Administrativa;
- Membro: José Edineudes Batista, Assessor Jurídico.

Compete ao Presidente da Comissão coordenar os trabalhos, convocar e presidir as reuniões e representar a Comissão perante a Presidência da Câmara Municipal e a empresa contratada.
Compete ao Secretário organizar os registros e documentos da Comissão e elaborar, quando necessário, atas, relatórios e demais registros de suas atividades.
A Comissão Especial possui caráter temporário, consultivo, de acompanhamento, auxílio e interlocução institucional, não substituindo nem restringindo as competências atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Regimento Interno ou pela legislação aplicável à Mesa Diretora, às Comissões Permanentes, à Presidência, ao Plenário ou às unidades administrativas da Câmara Municipal.
As propostas e minutas de natureza legislativa ou normativa resultantes dos trabalhos deverão observar, para sua apreciação, deliberação, aprovação, promulgação ou edição, conforme o caso, as competências, iniciativas, procedimentos e quóruns previstos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno e na legislação aplicável.
A Comissão Especial será o canal institucional de interlocução entre a Câmara Municipal e a empresa contratada para a execução dos trabalhos previstos nesta Portaria, competindo-lhe facilitar a comunicação, o intercâmbio de informações e a articulação necessárias ao adequado desenvolvimento do objeto contratado.
Para os fins do *caput*, a Comissão manterá contato direto com a empresa contratada e poderá:
- encaminhar documentos, informações e esclarecimentos necessários à execução dos trabalhos;
- receber solicitações de informações, documentos, reuniões e esclarecimentos;
- organizar e intermediar reuniões com vereadores, servidores, unidades administrativas e demais agentes cuja participação seja necessária;
- acompanhar a apresentação e a discussão dos produtos, propostas e minutas elaborados;
- consolidar sugestões, observações e informações de interesse institucional da Câmara Municipal e encaminhá-las à empresa contratada; e
- comunicar à Presidência ou às unidades competentes as questões que demandem decisão, autorização ou providência que ultrapasse as atribuições da Comissão.

A interlocução prevista neste artigo possui natureza técnica, administrativa e institucional e não confere à Comissão competência para alterar o objeto contratado, autorizar despesas, modificar prazos ou condições contratuais, aplicar sanções, atestar pagamentos ou praticar outros atos reservados à autoridade competente, ao gestor ou ao fiscal do contrato.
As atividades da Comissão serão exercidas de forma articulada com o gestor e o fiscal do contrato, quando designados, sem prejuízo das competências atribuídas a esses agentes pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo instrumento contratual e pelos atos regulamentares aplicáveis.
As reuniões e demais atividades da Comissão serão registradas de forma adequada à natureza dos trabalhos, devendo os documentos relevantes produzidos ou recebidos ser organizados e mantidos nos arquivos da Câmara Municipal.
A Comissão Especial encerrará suas atividades após a conclusão dos trabalhos previstos no Art. 1º e das providências de acompanhamento necessárias à apreciação ou implementação dos respectivos produtos, mediante relatório final encaminhado à Presidência da Câmara Municipal.
A participação na Comissão Especial será considerada serviço público relevante e não será remunerada.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí/PR, aos 22 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (22/10/2026).

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

Publicado por:
Beatriz Emanuelly Araujo
Código Identificador:646D5DCE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

ERRATA para corrigir erro material da **ERRATA DO DECRETO N° 8.819/2026** de 14 de outubro de 2026, publicado em Diário Oficial dos Municípios do Paraná, disponível sob Edição n° 3636 dispõe de correção de nomeação de servidora na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul. Considerando o equívoco constante, informo que segue o texto correto abaixo:

Onde se lê: "**Art. 2°** Fica nomeada **MAIARA PAULA DA ROSA,** portadora do CPF n° 092.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Diretor Nível 1, simbologia DAS-1, na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 05 de outubro de 2026."

Leia-se: "**Art. 2°** Fica nomeada **MAIARA PAULA DA ROSA,** portadora do CPF n° 092.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Diretor Nível 1, simbologia DAS-1, na Secretaria Municipal de Finanças, a partir de 03 de outubro de 2026."

Rio Branco do Sul, em 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:E43DADFD

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 001/2026

REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA
MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL – PARANÁ

"Dispõe sobre os procedimentos para elaboração, consolidação, aprovação, execução, monitoramento, revisão e atualização do Plano de Contratações Anual – PCA, no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Rio Branco do Sul, e dá outras providências."

A **SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, no uso das atribuições, considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Municipal nº 6.621/2023 e demais normas aplicáveis, resolve expedir o presente Regulamento.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Seção I – Do objeto, finalidade e abrangência

Art.1º Este Regulamento disciplina a elaboração, consolidação, aprovação, execução, monitoramento, revisão e atualização do Plano de Contratações Anual – PCA da Administração Pública Direta do Município de Rio Branco do Sul, estabelecendo competências, responsabilidades, prazos e procedimentos.

Art.2º O PCA é instrumento de governança e planejamento destinado a consolidar e organizar as contratações de bens, serviços, obras, serviços de engenharia, locações, soluções de tecnologia da informação e demais objetos necessários ao funcionamento da Administração Municipal em cada exercício.

Art.3º São finalidades do PCA:
I – promover o planejamento das contratações e sua compatibilidade com as prioridades administrativas;
II – subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA e o alinhamento com o PPA e a LDO;
III – racionalizar a utilização dos recursos públicos, ampliando a eficiência, economicidade e qualidade das contratações;
IV – evitar o fracionamento indevido de despesas e reduzir contratações emergenciais decorrentes de falhas de planejamento;
V – possibilitar contratações conjuntas, padronização e ganhos de escala;VI – fortalecer a governança, a transparência, o controle social, a previsibilidade e a melhoria contínua.

Art.4º Este Regulamento aplica-se a todos os órgãos e unidades da Administração Pública Direta do Município envolvidos no planejamento ou na execução das contratações públicas.

Seção II – Dos princípios e definições

Art.5º A elaboração, execução e monitoramento do PCA observarão, no que couber, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, economicidade, interesse público, segregação de funções, governança, sustentabilidade, gestão de riscos, prestação de contas, integridade e melhoria contínua.

Art. 6º Para fins deste Regulamento, considera-se:

I – PCA: instrumento que consolida as contratações pretendidas para o exercício subsequente;
II – Unidade Demandante: órgão, secretaria ou setor que identifica a necessidade;
III – demanda: necessidade administrativa de contratação;
IV – Ordenador de Despesas: autoridade competente para autorizar despesas;
V – ETP: documento que evidencia o problema, a solução e a viabilidade da contratação, quando exigido;
VI – TR: documento que define o objeto e os elementos necessários à contratação;
VII – estimativa de valor: valor preliminar obtido segundo os parâmetros legais;
VIII – agrupamento de objetos: reunião de demandas semelhantes ou complementares;
IX – sistema do PCA: meio eletrônico oficial utilizado para registro, consolidação, acompanhamento e atualização.

Art. 7º O PCA possui caráter de planejamento e gestão, não constitui autorização para contratar, não gera direito à contratação nem obrigação de execução da despesa, permanecendo sua realização condicionada ao interesse público, à disponibilidade orçamentária e financeira e às exigências legais.

Art. 8º A contratação não prevista no PCA dependerá de justificativa técnica e administrativa fundamentada e da observância das hipóteses e procedimentos de alteração previstos neste Regulamento.
§ 1º Ficam dispensadas de registro no PCA:
I – as informações classificadas como sigilosas nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
II – as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento de que trata o § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021;
III – as contratações fundamentadas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.
§ 2º As contratações de que trata o inciso III do § 1º deverão ser comunicadas à SECOL, para fins de monitoramento e de apuração dos indicadores previstos neste Regulamento.

Art.9º O PCA será integrado ao PPA, à LDO e à LOA e deverá buscar a padronização dos objetos, a racionalização dos procedimentos e a otimização dos recursos públicos.

CAPÍTULO II – COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES
Seção I – Das Unidades Demandantes

Art. 10. Compete às Unidades Demandantes:
I – identificar e planejar as necessidades de contratação do exercício subsequente;
II – elaborar justificativa técnica e administrativa, quantitativos, memória de cálculo, estimativa de valor, prioridade e período pretendido;

III – informar os elementos necessários ao cadastro e manter atualizadas as informações encaminhadas;
IV – observar os instrumentos de planejamento e, quando exigido, elaborar ETP ou documento equivalente;
V – encaminhar as demandas nos prazos fixados e responder pelas informações prestadas;
VI – comunicar alterações supervenientes e acompanhar a execução das contratações sob sua responsabilidade.
Parágrafo único. O titular da Unidade Demandante e o respectivo Ordenador de Despesas respondem pela consistência e veracidade das informações encaminhadas.

Seção II – Da Secretaria Municipal Extraordinária de Compras e Licitações

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal Extraordinária de Compras e Licitações – SECOL:

I – coordenar o processo anual de elaboração do PCA e expedir a Comunicação Interna;
II – orientar tecnicamente as unidades e disponibilizar modelos, formulários e procedimentos;
III – receber, conferir, solicitar complementações, consolidar e analisar tecnicamente as demandas;
IV – identificar duplicidades ou incompatibilidades e promover, quando técnica e economicamente viável, o agrupamento e a padronização de objetos;
V – elaborar a versão consolidada e encaminhá-la para análise orçamentária e aprovação;
VI – manter o PCA atualizado no sistema e promover sua publicação;
VII – acompanhar a execução, elaborar relatórios de monitoramento e propor medidas de aperfeiçoamento.

Seção III – Da Secretaria Municipal de Finanças

Art. 12. Compete à Secretaria Municipal de Finanças:

I – analisar a compatibilidade das demandas com o PPA, a LDO, a proposta da LOA e a capacidade orçamentária e financeira;
II – verificar a previsão ou disponibilidade de recursos, conforme a etapa do planejamento;
III – manifestar-se sobre impactos financeiros e orientar quanto à programação e classificação orçamentária;
IV – recomendar ajustes de prioridades, escalonamento, adiamento ou revisão de estimativas quando necessário.

Seção IV – Da Procuradoria Geral e da Controladoria Geral

Art. 13. Compete à Procuradoria Geral do Município prestar orientação jurídica, emitir pareceres quando solicitados, orientar quanto à legislação aplicável e contribuir para o aperfeiçoamento das normas relacionadas ao planejamento das contratações.

Art. 14. Compete à Controladoria Geral do Município acompanhar a observância deste Regulamento, avaliar controles internos, realizar auditorias e inspeções quando cabíveis, acompanhar indicadores, apoiar a gestão de riscos e recomendar aperfeiçoamentos.

Seção V – Dos Ordenadores de Despesas

Art. 15. Compete aos Ordenadores de Despesas validar as demandas, verificar sua necessidade, oportunidade e conveniência, assegurar a completude e fidedignidade das informações, autorizar seu encaminhamento ao PCA, acompanhar as contratações e solicitar alterações mediante justificativa fundamentada.

Seção VI – Da Comissão do PCA

Art. 16. A Comissão do Plano de Contratações Anual – Comissão do PCA, instituída por ato próprio, terá caráter técnico, consultivo e coordenador, vinculada à SECOL.

Art. 17. A Comissão será composta por, no mínimo, 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, designados pelo Chefe do Poder Executivo, preferencialmente com representantes da SECOL, Finanças, Controladoria, Procuradoria e/ou de secretaria indicada pelo Prefeito.

Art. 18. Compete à Comissão do PCA acompanhar a elaboração e execução do Plano, analisar tecnicamente demandas e propostas de alteração, recomendar agrupamentos e ajustes, acompanhar o cronograma, emitir recomendações e elaborar relatórios de acompanhamento.

Art. 19. A Comissão reunir-se-á ordinariamente durante o período de elaboração e consolidação e extraordinariamente quando convocada; as reuniões serão registradas em ata. O quórum de instalação será de maioria absoluta e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo voto de qualidade ao Presidente em caso de empate.

Art. 20. A Comissão poderá elaborar relatório anual e relatórios extraordinários, e seus membros atuarão com independência técnica, imparcialidade e responsabilidade. O exercício das atividades será considerado de relevante interesse público e não será remunerado, salvo disposição legal em contrário.

Art. 21. A SECOL prestará apoio administrativo, técnico e operacional à Comissão.

Seção VII – Da cooperação e responsabilidade compartilhada

Art. 22. Os órgãos e unidades envolvidos atuarão de forma integrada, cooperativa e coordenada, compartilhando as informações necessárias ao planejamento das contratações.

Art. 23. Os agentes públicos responderão, na forma da legislação vigente e assegurados o contraditório e a ampla defesa, pelos atos praticados com dolo ou culpa que comprometam o planejamento, a execução, o monitoramento ou a atualização do PCA.

Art. 24. As competências previstas neste Capítulo não afastam outras atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Orgânica Municipal, no Decreto Municipal nº 6.621/2023 e nas demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO III – ELABORAÇÃO E INFORMAÇÕES DAS DEMANDAS

Art. 25. O processo de elaboração será anual, coordenado pela SECOL, com participação das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas, observando as diretrizes governamentais, os instrumentos de planejamento e a disponibilidade orçamentária prevista para o exercício subsequente.

Art. 26. A elaboração terá início com Comunicação Interna da SECOL, contendo cronograma, orientações, modelos ou acesso ao sistema e prazos para envio das informações.

Art. 27. As Unidades Demandantes deverão realizar levantamento completo das necessidades, considerando, entre outros, continuidade dos serviços, contratos em encerramento, novas políticas públicas, expansão de serviços, manutenção, aquisições recorrentes, obras, serviços de engenharia, tecnologia da informação, locações e demais necessidades administrativas.

Art. 28. As demandas deverão ser fundamentadas em critérios técnicos e, quando exigido pela legislação ou pela complexidade do objeto, em ETP ou documento equivalente.

Art. 29. A Unidade Demandante deverá informar, no mínimo:

I – descrição e identificação do objeto e da unidade responsável;
II – justificativa da contratação e interesse público, inclusive riscos da não contratação
III – quantitativo e memória de cálculo, com os documentos comprobatórios disponíveis;
IV – estimativa preliminar de valor, observados os parâmetros legais;

V – dotação, fonte de recursos e programa ou ação, quando disponíveis;
VI – grau de prioridade e período pretendido para contratação;
VII – modalidade ou forma de contratação estimada, quando possível;
VIII – responsável técnico, Ordenador de Despesas e dados institucionais para contato.

Art. 30. A memória de cálculo poderá considerar consumo histórico, número de usuários, expansão dos serviços, contratos anteriores, demanda projetada e dados estatísticos ou técnicos disponíveis.

Art. 31. A estimativa preliminar poderá utilizar contratações anteriores, pesquisa de preços, bancos ou painéis públicos, atas vigentes e outros meios admitidos pela legislação, sem prejuízo da pesquisa de preços que será realizada na fase própria da contratação.

Art. 32. A classificação de prioridade poderá considerar continuidade de serviços essenciais, obrigações legais, segurança, saúde, educação, assistência social, infraestrutura e demais prioridades governamentais. A prioridade poderá ser revista pela Comissão do PCA ou pela SECOL mediante justificativa técnica.

Art. 33. O período pretendido deverá considerar o tempo necessário para ETP, TR ou Projeto Básico, pesquisa de preços, análises, tramitação, licitação ou contratação direta, assinatura e início da execução.

Art. 34. A indicação da modalidade ou forma de contratação tem caráter estimativo e poderá ser alterada durante a instrução do processo.

CAPÍTULO IV – ETAPAS, ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO

Art. 35. O processo do PCA compreende, de forma integrada, levantamento, consulta ou confirmação das demandas, cadastramento, análise e consolidação, validação orçamentária e financeira, aprovação, publicação e monitoramento.

Art. 36. Após o levantamento, a SECOL poderá promover consulta formal, reuniões técnicas ou solicitar complementações e retificações às unidades.

Art. 37. As demandas serão cadastradas em sistema oficial ou, enquanto inexistente ou indisponível, em meio eletrônico padronizado definido pela SECOL, recebendo identificação própria para controle e auditoria.

Art. 38. Encerrado o prazo, a SECOL realizará análise técnica, verificando consistência, duplicidade, agrupamento, compatibilidade entre quantitativos e justificativas, observância da legislação e aderência às diretrizes da Administração.

Art. 39. Constatadas inconsistências ou ausência de informações, a demanda será devolvida para correção no prazo fixado pela SECOL. Somente serão consolidadas as demandas que atenderem aos requisitos mínimos deste Regulamento.

Art. 40. O agrupamento de objetos semelhantes ou complementares considerará natureza, padronização, ganho de escala, economicidade, competitividade, eficiência e cronograma, não podendo restringir injustificadamente a competição nem comprometer a execução.

Art. 41. Concluída a análise, a SECOL elaborará a versão consolidada do PCA e a encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças para validação orçamentária e financeira, podendo ser solicitada manifestação da Procuradoria ou da Controladoria quando necessária.

Art. 42. Havendo necessidade de ajustes, o processo retornará à SECOL para adequação antes da aprovação.

CAPÍTULO V – PRAZOS E CRONOGRAMA

Art. 43. Os órgãos e unidades deverão observar o cronograma anual do PCA. O descumprimento de prazo deverá ser formalmente justificado e poderá ensejar reprogramação ou exclusão da demanda quando inviabilizar o planejamento.

Art. 44. A SECOL expedirá a Comunicação Interna anual até 1º de julho.

Art. 45. As Unidades Demandantes encaminharão suas demandas até 31 de julho. Demandas posteriores somente serão analisadas mediante justificativa formal do Ordenador de Despesas e seu recebimento não assegura a inclusão no PCA.

Art. 46. A SECOL realizará a análise técnica, consolidação e elaboração da minuta entre 1º e 31 de agosto, podendo solicitar complementações, que deverão ser atendidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 47. A análise orçamentária e financeira será realizada preferencialmente entre 1º e 15 de outubro.

Art. 48. O PCA deverá ser submetido à autoridade competente, Chefe do Executivo até 30 de setembro e publicado no Portal da Transparência e Portal Nacional de Contratações Públicas e demais meios oficiais até 31 de outubro do exercício anterior ao de sua vigência.

Art. 49. A SECOL poderá ajustar o cronograma por ato próprio, desde que preservada a compatibilidade com o calendário de elaboração da LOA. Alterações excepcionais deverão ser justificadas e comunicadas.

Art. 50. A SECOL poderá estabelecer cronogramas específicos para demandas de maior complexidade ou contratações estratégicas.

CAPÍTULO VI – SISTEMA INFORMATIZADO E RASTREABILIDADE

Art. 51. O PCA será elaborado, consolidado, acompanhado e atualizado por sistema informatizado oficial adotado pela Administração. Na ausência ou indisponibilidade do sistema específico, poderão ser utilizados sistemas corporativos, plataformas oficiais ou planilhas padronizadas definidas pela SECOL, preservadas a confiabilidade, integridade e rastreabilidade.

Art. 52. As demandas deverão possuir identificação única e, quando o sistema permitir, vinculação dos documentos, pareceres, estudos, memórias de cálculo e demais elementos que as subsidiem.

Art. 53. As etapas de análise, validação, aprovação e alteração poderão ser realizadas eletronicamente, observadas as normas municipais de assinatura e processo digital.

Art. 54. Toda alteração deverá ser registrada com justificativa e histórico, contendo, no mínimo, identificação da demanda, descrição, data e horário, responsável, fundamento e ato de aprovação. É vedada a eliminação definitiva do histórico.

Art. 55. O sistema deverá manter trilha de auditoria das operações realizadas, com identificação do usuário, data e horário, operação, documentos, aprovações e rejeições, pelo prazo legal.

Art. 56. O acesso será realizado mediante credenciais individuais e perfis compatíveis com as atribuições, observada a segregação de funções. Os usuários respondem pela veracidade das informações e pela guarda de suas credenciais.

Art.57. O sistema deverá adotar mecanismos de segurança, preservação, cópia de segurança, recuperação de dados e proteção contra acesso não autorizado, observadas as normas de proteção de dados e segurança da informação.

Art. 58. A SECOL orientará os usuários e poderá expedir manuais e instruções. O órgão responsável pela tecnologia da informação prestará suporte técnico. A indisponibilidade do sistema somente suspenderá prazos quando formalmente reconhecida pela SECOL,

hipótese em que poderão ser adotados procedimentos alternativos e posterior regularização.

CAPÍTULO VII – INTEGRAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Art. 59. O PCA deverá observar programas, ações, metas, prioridades e objetivos do PPA e da LDO e manter compatibilidade com a capacidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 60. Sempre que possível, as demandas deverão ser vinculadas aos programas, projetos, atividades ou ações governamentais correspondentes. Identificada incompatibilidade, a SECOL poderá solicitar adequação antes da consolidação.

Art. 61. O PCA servirá de instrumento de apoio à elaboração da proposta da LOA, contribuindo para a previsão das despesas necessárias, sem gerar, por si só, direito à dotação, autorização para contratar ou obrigação de executar a despesa.

Art. 62. Compete à Secretaria Municipal de Finanças analisar a compatibilidade do PCA com PPA, LDO, proposta da LOA, projeções de receita, disponibilidade orçamentária e financeira e normas fiscais aplicáveis.

Art. 63. Constatada incompatibilidade, a Secretaria Municipal de Finanças poderá recomendar revisão de prioridades, escalonamento, adiamento de demandas não prioritárias, complementação de informações ou ajuste das estimativas.

Art. 64. A execução das contratações planejadas dependerá de dotação suficiente, disponibilidade financeira e observância das normas de execução orçamentária e financeira. Alterações significativas na LOA, na arrecadação ou na disponibilidade financeira poderão justificar revisão do PCA.

Art. 65. O PCA será utilizado como referência permanente para a abertura dos processos de contratação, sem prejuízo da instrução própria de cada contratação.

CAPÍTULO VIII – REVISÃO E ALTERAÇÕES DO PCA

Art. 66. O PCA poderá ser revisado ou alterado durante sua vigência, mediante justificativa e observância deste Regulamento, para manter a aderência entre o planejamento e as necessidades institucionais.

Art. 67. São hipóteses de alteração, entre outras:
I – surgimento de necessidade administrativa superveniente;
II – alteração das prioridades governamentais;
III – criação, extinção ou reorganização de unidades administrativas;
IV – celebração de convênios, acordos, transferências voluntárias ou recebimento de recursos extraordinários;
V – alteração da disponibilidade orçamentária ou financeira;
VI – reprogramação de cronogramas;
VII – inclusão, exclusão ou alteração de quantitativos ou especificações de objetos;
VIII – recomendação de órgãos de controle ou determinação motivada da autoridade competente;
IX – outras situações devidamente justificadas de interesse público.

Art. 68. As alterações deverão ser excepcionais, motivadas e formalizadas no processo administrativo correspondente.

Art. 69. A solicitação será formalizada pela Unidade Demandante e submetida ao Ordenador de Despesas, contendo identificação da unidade e contratação, alteração pretendida, justificativa, demonstração da necessidade, impacto orçamentário quando aplicável, dotação quando necessária e documentos de suporte.

Art. 70. A SECOL realizará análise técnica quanto à compatibilidade com o PCA, adequação da justificativa, impacto no planejamento, possibilidade de agrupamento, legislação e manutenção da eficiência e economicidade.

Art. 71. Quando houver impacto orçamentário ou financeiro, a solicitação será encaminhada à Secretaria Municipal de Finanças para manifestação e eventual recomendação de ajustes ou reprogramação.

Art. 72. Concluídas as análises, o Chefe do Executivo, decidirá mediante despacho fundamentado. A Procuradoria ou a Controladoria manifestar-se-ão quando exigido por norma específica ou determinado pela autoridade competente.

Art.73. As alterações aprovadas serão registradas no sistema, preservado o histórico, e publicadas no Portal da Transparência e Portal Nacional de Contratações Públicas e demais meios oficiais no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da aprovação, ressalvada indisponibilidade técnica devidamente justificada.

Art. 74. A inclusão de nova contratação no PCA não dispensa a instrução do processo administrativo, a disponibilidade orçamentária e financeira e as demais exigências legais.

CAPÍTULO IX – MONITORAMENTO, INDICADORES E RELATÓRIOS

Art. 75. O monitoramento do PCA é atividade permanente de gestão destinada a acompanhar a execução, avaliar resultados e aperfeiçoar o planejamento.

Art. 76. A SECOL coordenará o monitoramento, com participação das Unidades Demandantes, Secretaria de Finanças, Controladoria e Ordenadores, conforme suas competências.

Art.77. As Unidades Demandantes informarão periodicamente a situação das contratações sob sua responsabilidade, permitindo identificar contratações concluídas, em andamento, não iniciadas, canceladas, reprogramadas e necessidades de revisão.

Art.78. A SECOL realizará análise comparativa entre o planejado e o executado, considerando quantidade de contratações previstas e realizadas, percentual de execução, demandas canceladas ou adiadas, contratações não previstas e causas das divergências.

Art.79. Sempre que possível, serão acompanhados indicadores como percentual de execução, cumprimento do cronograma, alterações, contratações emergenciais e não previstas, demandas agrupadas, tempo médio entre planejamento e contratação e economia obtida.

Art.80. A SECOL elaborará relatórios trimestrais de monitoramento contendo, no mínimo, situação do PCA, comparativo entre planejado e executado, indicadores, alterações, riscos, recomendações e propostas de melhoria.

Art.81. As informações do monitoramento subsidiarão o PCA do exercício seguinte, ações de capacitação, revisão de procedimentos, aperfeiçoamento dos instrumentos e fortalecimento da governança.

Art.82. A SECOL poderá instituir painéis gerenciais, sistemas de acompanhamento e relatórios estatísticos. O monitoramento não substitui as competências de fiscalização, auditoria, controle interno e controle externo.

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 83. Os casos omissos e as dúvidas de aplicação serão dirimidos pela SECOL, observadas a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Orgânica Municipal, o Decreto Municipal nº 6.621/2023 e demais normas aplicáveis.

Art.84. Sempre que a matéria envolver aspectos jurídicos, orçamentários, financeiros ou de controle interno, a SECOL poderá solicitar manifestação da Procuradoria, da Secretaria de Finanças ou da Controladoria, conforme a competência.

Art. 85. A SECOL poderá expedir instruções normativas, manuais, orientações técnicas, formulários, checklists e outros instrumentos

necessários à execução deste Regulamento, sem alterar seu conteúdo ou contrariar a legislação.

Art. 86. Os modelos, formulários, cronogramas e fluxogramas integrantes dos anexos poderão ser atualizados por ato da SECOL, desde que não alterem direitos, deveres ou competências estabelecidos neste Ato Normativo.

Art.87. A interpretação deste Regulamento deverá privilegiar o fortalecimento do planejamento, a racionalização dos procedimentos, a eficiência da gestão e a adequada utilização dos recursos públicos.

Art. 88. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os atos administrativos incompatíveis com este Regulamento.

Art. 89. Os procedimentos iniciados antes da vigência deste Regulamento poderão ser concluídos segundo as normas anteriormente vigentes quando a alteração puder causar prejuízo ao interesse público ou à segurança jurídica.

Art. 90. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 91. O PCA referente ao exercício subsequente à entrada em vigor deste Regulamento observará integralmente suas disposições e o cronograma anual.

Art. 92. A SECOL promoverá, quando necessário, ações de capacitação e orientação destinadas aos agentes envolvidos na elaboração, execução, acompanhamento e monitoramento do PCA.

Art. 93. Os anexos integram este Regulamento e possuem caráter complementar, devendo ser observados pelos órgãos e unidades abrangidos por este Ato Normativo.

ANEXO I – FLUXOGRAMA DA ELABORAÇÃO DO PCA
Fluxo Administrativo

Etapa	Responsável	Resultado
Comunicação Interna	SECOL	Início do processo e definição de orientações e prazos
Levantamento	Secretarias e Unidades Demandantes	Identificação das necessidades
Cadastro	Unidades Demandantes	Registro das informações
Validação	Ordenador de Despesas	Validação das demandas
Análise técnica	SECOL	Conferência, ajustes e agrupamento
Consolidação	SECOL	Minuta consolidada do PCA
Análise orçamentária	Secretaria de Finanças	Verificação da compatibilidade
Aprovação	Autoridade competente	Aprovação formal
Publicação	SECOL	Divulgação oficial
Monitoramento	SECOL, Comissão e unidades	Acompanhamento e aperfeiçoamento

ANEXO II – FLUXOGRAMA DE ALTERAÇÃO DO PCA
Fluxo Administrativo

Etapa	Responsável	Resultado
Identificação da necessidade	Unidade Demandante	Verificação da necessidade de alteração
Solicitação formal	Unidade Demandante / Ordenador	Processo instruído com justificativa
Análise técnica	SECOL	Avaliação de compatibilidade com o planejamento
Análise orçamentária	Secretaria de Finanças	Verificação de impacto e disponibilidade, quando aplicável
Análise jurídica/controle	Procuradoria e/ou Controladoria	Manifestação quando necessária
Decisão	Autoridade competente	Aprovação ou indeferimento
Atualização do sistema	SECOL	Registro e preservação do histórico
Publicação	SECOL	Divulgação oficial
Monitoramento	SECOL, Comissão e unidades	Acompanhamento da alteração

CRISLEINE DOS SANTOS LEONART
Secretária Municipal
Secretaria Municipal Extraordinária de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A336D5C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1106/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação a servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 2.309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de novembro do corrente, gratificação de função - FG-5, sobre os vencimentos básicos, a servidora municipal ***Nadja Svetlana Burkat de Lima,*** matrícula nº 110152-4/5, em virtude de a servidora estar exercendo a função de Responsável pela Coordenação da Sala do Empreendedor, na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de novembro de 2026

Rio Negro, 23 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E0502912

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 35.219/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **NATALIA ROSA SILVA DA SILVA,** matrícula 378916-0/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com o cargo de **Médico Veterinário - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **19/10/2026**.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 22 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda de Oliveira Silva
Código Identificador:519572BA

SECRETARIA GERAL
DECRETO 520, 23 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

CONSIDERANDO o constante no Ofício nº 09/2026 – Comissão de Processo Administrativo Decreto nº 356/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pelo Decreto nº 356, de 22 de julho de 2026, a contar de 22 de setembro de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ em 23 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:B99C95A1

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 519 23 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
29.269/2026	**Contribuinte:** JOSE BORGES DE OLIVEIRA Requerente: SOLANGE DA SILVA OLIVEIRA LEITE	Rua José Canonico Nº 70, Res. Manoel Miller	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2023 e 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 23 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:E0DBA749

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 521, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a área de terras para fins de Concessão de Direito Real de Uso e dá providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública para fins de instituição de concessão de direito real de uso pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a área de terra abaixo descrita, com fulcro nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º, do Decreto Lei nº3365 de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº2.786 de 21 de maio de 1956:

Objeto: **EEE ÁGUA DO TICO-TICO - DESAPROPRIAÇÃO**
Imóvel: **ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - JARDIM CIDADE NOVA III**
Proprietário: **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA OU A QUEM DE DIREITO PERTENCER**
Município: **ROLÂNDIA/PR** UF: **PARANÁ** Comarca: **ROLÂNDIA**
Certidão de Registro: **MATRÍCULA Nº 35.496 1º CRI ROLÂNDIA**
Área: **229,60 m²** Perímetro: **74,69 m**

DESCRIÇÃO:
Inicia-se a descrição pelo eixo da faixa de servidão no vértice T09, de coordenadas N 7.424.004,077 m e E 459.043,126 m, localizado no Alinhamento Predial da Rua João Galamba Filho; deste, segue pelo Alinhamento Predial da Rua João Galamba Filho, com os seguintes azimutes e distâncias: 257°27'05" e 11,95 m até o vértice T10 (N 7.424.001,480 m e E 459.031,456 m); 250°03'01" e 5,05 m até o vértice T11 (N 7.423.999,755 m e E 459.026,705 m); deste, segue pelo Lote de Matrícula 35.496, com o seguinte azimute e distância: 358°28'59" e 28,25 m até o vértice T12 (N 7.424.027,998 m e E 459.025,957 m); deste, segue pela divisa com o Lote de Matrícula 33.706, com o seguinte azimute e distância: 144°19'54" e 29,44 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, Meridiano Central 51° WGR, Fuso 22, tendo como DATUM o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Em 10 de Novembro de 2025. Ecosol Engenharia Saneamento e Meio Ambiente ENG. REGINA C. R. PENHA CREA PR-11352/D ART: 1720246351687 CREA PR

Art. 2º - As áreas a que referem o artigo anterior destinam-se a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Rolândia.

Art. 3º – Fica autorizada, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a promover todos os atos, judiciais ou extrajudiciais, necessários para a efetivação da concessão de direito real de uso, na área descrita no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 4º – Fica reconhecida a conveniência de constituição de concessão de direito real de uso amigável ou judicial em favor da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, para os fins indicados, o qual compreende o direito atribuído à Empresa de praticar todos os atos de reconhecimento e medição das áreas.

Art. 5º – O proprietário da área atingida pelo ônus da concessão de direito real de uso limitará o uso o gozo da mesma, abstendo-se, consequentemente, da prática da referida área, de quaisquer atos que causem danos à empresa, incluídos entre eles os de erguer construções, fazer plantações de qualquer tipo, cravar estacas, usar explosivos e transitar com veículos pesados.

Art. 6º - A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, poderá invocar em juízo, quando necessária, a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto Lei nº 3.365, de junho de 1.941, e suas alterações.

Art. 7º - Os ônus decorrentes das constituições das servidões administrativas das áreas a que se refere o art.1º deste Decreto, ficam por conta da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 165/2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 23 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

FABRÍCIO SIMÕES DE MORAIS
Secretário Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:584C8A55

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
APOSTILAMENTO DO CONTRATO 174/2023

APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 174/2023

Chamamento Público nº 006/2023 – Inexigibilidade 032/2023

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF nº 152.150.919-00, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado como **CONTRATADA,** a empresa **TAX INTELLIGENCE LTDA,** cadastrada no CNPJ/MF sob nº 47.300.535/0001-41, estabelecida na Avenida Duque de Caxias, 882, Edifício New Tower Plaza, sala 604, zona 07, FONE (44) 3027.4862 (44)99928.2668, e-mail contato@taxintell.com.br, CEP 87013-180, na cidade de MARINGÁ-PR, CRECI/PR nº 36241, neste ato, legalmente representada pelo Sra. **THAIS FERNANDA DE ALMEIDA,** brasileira, residente e domiciliado na cidade de MARINGÁ - PR, portador de identidade sob o nº 12.380.940-8 SSP/PR e do CPF/MF nº 085.440.909-23, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **APOSTILAMENTO**, nos termos da Lei 8.666/93, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições

CLÁUSULA PRIMEIRO – DA ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
O presente instrumento tem por objeto registrar a **alteração do representante legal** da empresa **CONTRATADA**, em decorrência da 6ª alteração do contrato social, passando o Sr. **GUSTAVO ARGUELHO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 005.268.501-24, Carteira de Identidade R.G. nº 001412720 SESP-MS, residente e domiciliado na Rua Londrina, nº 409, Bairro Jardim Aclimação, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.050-500, substituindo a Sra. **THAIS FERNANDA DE ALMEIDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições pactuadas no Contrato original que não tenham sido modificadas por este Termo de Apostilamento.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:8ADE915B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ERRATA DO 3º ADITIVO DO CONTRATO 174/2023

ERRATA DO 4º ADITIVO DO CONTRATO Nº 174/2026

Na publicação do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 22 de outubro 2026 edição 3643.

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula quarta deste contrato, passando o valor de **R$ 350,00** (trezentos e cinquenta reais), para **R$ 365,95** (trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) por elaboração dos Pareceres Técnicos de Avaliações Mercadológicas de Imóveis, conforme a elaboração dos Pareceres Técnicos de Avaliações Mercadológicas de Imóveis representando um aumento de **4,22%** (quatro virgula vinte e dois por cento), tendo como base o IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL"**

LEIA SE:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula quarta deste contrato, passando o valor de **R$ 350,00** (trezentos e cinquenta reais), para **R$ 365,95** (trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) por elaboração dos Pareceres Técnicos de Avaliações Mercadológicas de Imóveis, conforme a elaboração dos Pareceres Técnicos de Avaliações Mercadológicas de Imóveis representando um aumento de **4,557%** (quatro inteiros e quinhentos e cinquenta e sete milésimos por cento), tendo como base o IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de setembro/2025 à agosto/2026, daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL"**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 22 de outubro 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:E0879252

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 4º ADITIVO DO CONTRATO N.º 180/2023

EXTRATO DO 4º ADITIVO DO CONTRATO N.º 180/2023

CONTRATO N.º: 180/2023.

ADITIVO N.º: 004.

PROCESSO N.º: Pregão n.º 150/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, conforme publicação da Ata de Sessão Solene n.º 01/2025, do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 06 de janeiro de 2025, edição 3187.

CONTRATADA: EXABYTE TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.764.308/0001-52, estabelecida na Avenida Paraná, n.º 581, centro, CEP 86610-000, na cidade de JAGUAPITÃ – PR.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base na Lei n.º 8.666/93, aplica-se o seguinte aditivo:

DO PRAZO: Fica aditivada a cláusula sétima do contrato, da vigência, por mais 12 (doze) meses, com início em **26/10/2026** e término em **25/10/2027**, prorrogado até o limite permitido por Lei.

DO REAJUSTE: Ficam aditivadas as cláusulas primeira e quinta do contrato, sucessivamente, dos valores, referente a aplicação do reajuste anual, tendo como base o IPCA acumulado do ano, representando um percentual aproximado de 4,47% (quatro inteiros e quarenta e sete centésimos por cento).
O valor do gerenciamento por ponto (item 3) passa de R$ 37,92 (trinta e sete reais e noventa e dois centavos) para **R$ 39,62 (trinta e nove reais e sessenta e dois centavos)**. O valor do gerenciamento passa de R$ 3.526,50 (três mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos) por mês, referente aos 93 (noventa e três) pontos instalados, para **R$ 3.763,90 (três mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa centavos) por mês**, referente aos 95 (noventa e cinco) pontos atualmente instalados (os pontos do item 1 e dois pontos utilizados do item 2).

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 de outubro de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Pereira
Código Identificador:C8A716F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 50/2026 - CONTRATAÇÃO: 987833 - 21/2026,

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 50/2026 - Contratação: 987833 - 21/2026**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para fornecimento, aquisição de equipamentos e suprimentos periféricos de informática afim de atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Salgado Filho

CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:

Data de início para apresentação das propostas: 26/10/2026 às 08:00 horas no(a) COMPRASGOV

Data limite para a apresentação das propostas: 19/11/2026 às 08:29 horas no (a) COMPRASGOV.

Data de abertura das propostas e início da disputa: 19/11/2026 às 08:30 horas no(a) COMPRASGOV.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site https://salgadofilho.pr.gov.br/licitacao/?idCategoriaArquivo=3 ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 23 de outubro de 2026

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:557E9793

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026 CONTRATAÇÃO Nº 987833-19/2026 – COMPRAS.GOV.BR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026

Aviso de Retificação – Pregão Eletrônico nº 49/2026
Contratação nº 987833-19/2026 – Compras.gov.br
Processo Administrativo nº 85/2026

O **MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, por intermédio de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e com fundamento no art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **TORNA PÚBLICA** a **RETIFICAÇÃO** do Edital do Pregão Eletrônico nº 49/2026.

O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, com fornecimento de uniformes, acessórios, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços, destinados às 03 (três) unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Salgado Filho – PR.

A retificação se dá nos termos a seguir.

1. Da retificação das condições de pagamento
No Edital, na disposição que trata das condições de pagamento:

Onde se lê:
"O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal da contratada, e com a ressalva que durante ano, as escolas tem um CALENDÁRIO ESCOLAR contendo 200 dias letivos nos quais deverão ser observados, os recessos e férias escolares."

Leia-se:
"O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será realizado após a apresentação da respectiva nota fiscal, observados os prazos, os critérios de medição e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável."

2. Da reabertura do prazo e das novas datas
Em razão da alteração promovida, que pode afetar a formulação das propostas, fica reaberto o prazo de divulgação do certame, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. As novas datas passam a ser as seguintes:

INÍCIO DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:
A partir das 08h29min do dia 26 de outubro de 2026, no Compras.gov.br.

FIM DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:
Às 08h29min do dia 24 de novembro de 2026, no Compras.gov.br.

ABERTURA DAS PROPOSTAS:
Às 08h30min do dia 24 de novembro de 2026, no Compras.gov.br.

3. Das disposições finais
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos, que deverão ser interpretadas em conformidade com a presente retificação, a qual passa a integrá-lo para todos os fins.
tO presente Aviso será divulgado pelos mesmos meios em que se deu a publicidade do Edital original, conforme o art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Salgado Filho – PR, 23 de outubro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:D5F3A262

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

O Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 de 29 de maio de 2026, com respectiva retificação posterior, e considerando o resultado da Homologação Final mediante Edital nº 10/2026 de 08 de setembro de 2026:

TORNA PÚBLICO

Artigo 1º. A convocação do candidato abaixo relacionado, em virtude de aprovação em Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a classificação final homologada pelo Edital nº 10/2026 de 08 de setembro de 2026, para os cargos temporários conforme segue:

Inscrição	Nome	Cargo	Classificação
23816443	Dalto Antonio Dutra	Motorista	3º

Artigo 2º. O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Salgado Filho, com sede administrativa na Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, deste Município, no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a partir da publicação deste Edital, no horário de expediente compreendido entre 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.

Artigo 3º. O candidato deverá apresentar-se portando **originais e cópias** dos documentos abaixo relacionados para sua admissão, devendo ainda estar ciente dos itens 4 e 18 do Edital de Abertura:
ter sido aprovado no Processo Seletivo;
ser brasileiro nos termos da Constituição Federal;
ter completado 18(dezoito) anos na data da posse;
cópia da Carteira de Identidade;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
comprovante de endereço atualizado;
comprovante de Inscrição no PIS/PASEP/NIT;
cópia do Cadastro de Pessoa Física– CPF/MF, juntamente com o comprovante de situação regular, podendo ser emitido pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos, apresentando cópia do título de Eleitor, juntamente com o comprovante de regularidade eleitoral; podendo ser comprovada através da Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela justiça eleitoral e retirada pelo site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/
no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar, apresentando Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa;
possuir a escolaridade, e pré-requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo, **apresentando cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura**;
apresentar carteira de habilitação Categoria C, D ou E, conforme requisito exigido para o cargo, quando for o caso;
encontrar-se inscrito e quite com o Conselho Profissional correspondente, quando for o caso;
comprovante de informações bancárias a saber: número de conta e agência de Bancos/Cooperativas do qual o município possui convênio, obtendo informações junto ao Departamento de Recursos Humanos;
não ter registros de antecedentes criminais incompatíveis com a função pública, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, apresentando Certidão negativa de antecedentes criminais do âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos) expedida pelo Distribuidor Público da Comarca da qual faz parte o local de residência ou domicílio do candidato;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal, podendo ser emitida através site: https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
declarar não tendo sido demitido do serviço público municipal, estadual ou federal nos últimos 05(cinco)anos a contar da **data da entrega de documentos**;
declarar não estar ocupando cargo ou emprego na administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nem ser empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo os casos de acumulação expressas em lei, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
declarar não perceber benefício proveniente de regime próprio de previdência social (art. 37 §10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art.37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;
ser julgado APTO física e mentalmente para exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pelo Município.

Artigo 4º. O Departamento de Recursos Humanos disponibilizará modelos para as Declarações mencionadas nas letras (t, u, v,) deste Edital, bem como modelo para requerimento de final de fila ou desistência da vaga se o candidato assim desejar.

Artigo 5º. Será eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer ao local, dia e hora designados para a contratação, e após ser submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

Publique-se,

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:AEA730F0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EXTRATO DE CONTRATO DE COMODATO GRATUITO DE IMÓVEL

EXTRATO DE CONTRATO DE COMODATO GRATUITO DE IMÓVEL

Contrato: Contrato de Comodato Gratuito de Imóvel.

Comodatário: Município de Salgado Filho/PR, CNPJ nº 76.205.699/0001-98.

Comodantes: Helena Angela Utzig Annater e Mauro Antonio Annater.

Objeto: Comodato gratuito de parcela de imóvel particular com área de 250,00 m², integrante do Lote nº 24 da Quadra nº 02, matrícula nº 12.006 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barracão/PR, situada na Vila Rural Terra da Esperança, Município de Salgado Filho/PR, destinada à instalação e utilização de parque infantil público.

Prazo de vigência: 10 (dez) anos, contados da assinatura do contrato.

Valor: Gratuito, sem pagamento de aluguel ou contraprestação pelo uso da área.

Fundamento legal: Artigos 579 a 585 do Código Civil e demais normas aplicáveis.

Referência administrativa: Processo administrativo instaurado a partir do Memorando nº 23/2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Data da assinatura: 23 de outubro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:0D0859AB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 328, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 328, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede Licença Prêmio para servidora pública municipal e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado;
RESOLVE:
Art. 1º **CONCEDER** Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias, à partir de 26 de outubro de 2026, à servidora pública municipal **KATIANE APARECIDA RECH**, matrícula nº 1330, ocupante do cargo efetivo

de Professora, correspondente ao período aquisitivo de 13.02.2019 a 12.02.2024.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:12C93280

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 009/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 009/2026

Súmula: Decreta Ponto Facultativo e transfere as comemorações do dia 28 de outubro de 2026, "Dia do Servidor Público" para o dia 30 de outubro de 2026 nas dependências da Câmara Municipal de Salto do Lontra - PR, e dá outras providências.

.

MARCOS RAVANELI, Presidente da Câmara Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Lontra -PR no dia 30 de outubro de 2026, em virtude da transferência das comemorações alusivas ao dia 28 de outubro de 2026, "Dia do Servidor Público", no âmbito do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná em 23 de outubro de 2026.

MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:18896F08

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1469/2026

DECRETO Nº. 1469, DE 23 DE OUTUBRO 2026.

Súmula: Decreta Ponto Facultativo e transfere as comemorações do dia 28 de outubro de 2026, "Dia do Servidor Público" para o dia 30 de outubro de 2026 nas Repartições Públicas, e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 30 de outubro de 2026, em virtude da transferência das comemorações alusivas do dia 28 de outubro de 2026, "Dia do Servidor Público", no âmbito do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Art. 2º - O presente Decreto não se aplica às atividades classificadas como essenciais ao funcionamento do serviço público municipal, sendo o serviço de coleta de lixo e na Secretaria Municipal de Saúde será estabelecido escala de plantão, prevista na Lei Municipal nº 035/98, 125/2008, Lei nº 213/2021 e da Lei nº 294/2021.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:B86FC9DE

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 154/2026

PORTARIA Nº. 154, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Promoção Por Tempo de Serviço, aos Servidores Municipais da Educação, abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede Promoção Por Tempo de Serviço aos Servidores Municipais da Educação, abaixo especificados:

NOME	FUNÇÃO	ADMISSÃO	ATUAL	ADQUIRIDO
Erlane Regina Bonin	Professor	02/10/2017	B-03	B-04
Neiva Martins Mafra	Professor	01/02/1999	B-09	B-10
Neiva Martins Mafra	Professor	01/07/2002	B-06	B-07

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 23 de outubro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:9383D572

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AUTORIZAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE RETINÓIDES

AUTORIZAÇÃO
PARA COMERCIALIZAÇÃO DE RETINÓIDES

A SEÇÃO/DIVISÃO/DEPARTAMENTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO DO LONTRA autoriza a **DROGAMAIS SL**, inscrita no CNPJ sob o nº **65.197.928/0001-53** tendo como responsável técnico o farmacêutico (a)**, LUIZ HENRIQUE CITADELLA CRF 29684,** em conformidade com a Portaria nº 344 de 12/05/1998 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a comercializar os medicamentos retinóides: **ISOTRETINOÍNA**.

Esta autorização poderá ser cancelada ou alterada em conformidade, com a Legislação.

SALTO DO LONTRA, 23 de OUTUBRO de 2026.

ELAINE GONÇALVES
Secretária Municipal de Saúde

MARCELO RACHELLE
Vigilância Sanitária

EVERTOM ERAM BANDEIRA
Diretor de Departamento Vigilância Sanitária

Publicado por:
Elaine Gonçalves
Código Identificador:95CF666E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 715/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Agnaldo Ribeiro	Motorista	24/10/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 23 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:8CA62A54

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 716/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 04 (quatro) dias de férias ao servidor **LEANDRO DE OLIVEIRA SILVA** matrícula n° 36991 ocupante do cargo comissionado **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ,** Dia 24/11/2026 a 27/11/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, O servidor deverá retornar as atividades normais no dia 28 de novembro de 2026
Art. 2º Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 1108/2005.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 23 de Outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:F7DD2A32

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 719/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º. Receber a devolução de diárias concedidas a servidores que estavam com viagem prevista e por motivo de força maior não realizaram.

Alínea	Nome	cargo	Referente ao período	Valor
A	Sidnei Pereira	Motorista	24/10/2026	R$ 45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 23 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:E7C1B097

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 017/2026

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado no dia **16 de novembro de 2026 às 08h30min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital de **Concorrência Eletrônica nº 017/2026**.

OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, LOCALIZADO NA RUA ESTADOS UNIDOS, NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, do município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, conforme especificações constantes no termo de referência e seus anexos.

Valor Estimado: R$ 138.187,06 (cento e trinta e oito mil, cento e oitenta e sete reais e seis centavos).

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município
https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e na plataforma eletrônica https://www.bll.org.br.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 23 de outubro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

ANDRESSA XAVIER CATOSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:B76F7A0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 033/2026 CONVOCAÇÃO

EDITAL N.º 033/2026

CONVOCAÇÃO

Processo de Admissão de Pessoal
Concurso Público – Edital n. º 001/2024.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando o Edital n.º 001/2024 e anexos, datado de 08/11/2024, o qual divulgou e homologou o Resultado Final do Concurso Público, aberto pelo Edital n.º 001/2024, datado de 08/07/2024, objetivando admissão de pessoal para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade para o Cargo de provimento efetivo,

RESOLVE

1. Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2024, datado de 08/07/2024, cujo resultado final e homologação deu-se pelo Edital n.º 10/2024 e anexos, datado de 08/11/2024, devidamente publicado na edição nº 3150, na data de 08/11/2024.

70 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA URBANA -	
NOME	**POSIÇÃO**
GABRIELA VITÓRIA BASIQUETTO	03º

2. O candidato em epígrafe deverá comparecer, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, impreterivelmente contados a partir da eficácia do presente instrumento, **munido dos documentos do Anexo I e da Ficha de Informações Complementares - Anexo II,** devidamente preenchida, na sede da Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Divisão de Pessoal, sito à Avenida Paulo Libânio, 700 – Centro, para fins de cumprimento do processo admissional junto à esta municipalidade ou, se do eventual desinteresse por parte do mesmo, para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público supracitado.
3. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, implicará em renúncia tácita do direito de assumir o cargo, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a convocar o candidato subsequente obedecendo a ordem de classificação final homologada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de outubro do ano de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO

a) Documento oficial de identificação, legalmente reconhecido pela legislação em vigor, certidão de nascimento, casamento ou equivalente e cadastro de pessoa física (CPF) regularizado;

b) Uma (01) foto 3x4;

c) Carteira Nacional de Habilitação válida, conforme exigências do cargo pretendido;

d) Inscrição no PIS ou PASEP ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;

e) Comprovante de residência (água, luz ou telefone fixo) atualizado e em nome próprio ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, atestando que o candidato reside no respectivo endereço;

e.1) Para o Agente Comunitário de Saúde (AMBOS), serão necessários dois comprovantes, um referente ao mês de publicação do edital de abertura deste concurso, ou seja, Edital 001/2024 e o outro relativo ao mês do ingresso; no caso de comprovante em nome de terceiros, é necessária declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, onde o declarante afirme que o candidato reside no respectivo endereço desde a data de publicação do edital do concurso;

f) Título de eleitor e: certidão emitida pela Justiça Eleitoral ou comprovantes de votação das 02 últimas eleições;

g) Quitação das obrigações militares (somente candidatos do sexo masculino), mediante apresentação do certificado de reservista ou dispensa de incorporação;

h) Escolaridade e/ou outros requisitos necessários para o exercício do cargo pretendido, conforme item 2.1 deste edital, em conformidade com a lei de criação do respectivo, na data da posse. A prova da escolaridade deverá ser feita mediante apresentação de histórico escolar (somente para Ensino Fundamental ou Médio), diploma ou certificado de conclusão expedido pela Instituição responsável, devidamente reconhecida pelo órgão competente. Quanto aos demais requisitos, o candidato deverá fazer prova, mediante apresentação do documento legal, expedido por órgão regulamentador

k) Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal, expedidos até 30 dias antes da posse;

l) Aos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, Pedreiro, Vigilante e Mãe Social, será exigido exames de raio-x panorâmico da coluna sacra, bacia, dos ombros e ultrassom dos ombros;

m) Aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo pretendido e, nos casos de deficiência, que essa seja compatível com o exercício das respectivas atribuições;

n) Declarar os bens e valores que constituem seu patrimônio;

o) Declarar de ausência de parentesco.

p) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 18 anos e/ou outros dependentes legais;

q) Declarar que não percebe proventos de aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma estabelecida pela CF/88;

r) Apresentação de abertura de conta-salário junto à instituição bancaria conveniada com o Município de Santa Cruz do Monte Castelo-PR.

s) Exame médico admissional que será realizado por empresa contratada pelo Município de Santa Cruz do Monte Castelo-PR especialmente para este fim, necessitando de encaminhamento pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na forma prevista nos Decretos n. 4811/2016 e 5.821/2022

-A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Concurso Público.

-Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.
-O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito do Edital de Abertura 001/2024 ou deste Edital de convocação será considerado desclassificado do Concurso Público

ANEXO II

FICHA DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AUTODECLARATORIAS (eSocial)

Eu, _____

abaixo assinado, de nacionalidade _____, natural de

_____, nascido em ___/___/_____, estado civil_____

Cor da pele		Cor do cabelo		Cor dos olhos	
1	Branca	1	Castanho	1	Castanho
2	Preta	2	Castanho claro	2	Castanho claro
3	Parda	3	Loiro	3	Azul
4	Amarela	4	Ruivo	4	Verde
5	Indígena	5	Preto	5	Preto

Possui alguma deficiência?
Sim ( )

Qual? _____

Não ( )

Celular ( )-_____

Email _____

Asseguro que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras, pelas quais assumo integral responsabilidade.

_____
Assinatura do declarante

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:DD378932

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 16.094 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Municipal de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as ações de prevenção e controle das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), visando à melhoria da qualidade dos serviços de saúde e à segurança dos usuários e dos profissionais;

CONSIDERANDO a importância da adoção de medidas sistemáticas de prevenção, monitoramento, orientação e avaliação das práticas assistenciais, de modo a reduzir os riscos de ocorrência e transmissão de infecções nos serviços de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998, do Ministério da Saúde, que estabelece diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares, observada sua aplicabilidade ao contexto dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO a *Diretriz Nacional para a Estruturação das Coordenações Estaduais, Distrital e Municipais de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde*, publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em março de 2025, que apresenta orientações para a organização e o fortalecimento das ações de prevenção e controle de infecções, a serem adaptadas às necessidades e à realidade local;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a articulação entre os profissionais da Atenção Primária à Saúde, os serviços de saúde e os setores responsáveis pela vigilância em saúde, visando à implementação de medidas preventivas e ao aprimoramento contínuo das práticas assistenciais;

CONSIDERANDO a importância da atuação multiprofissional e integrada na elaboração, execução, supervisão e avaliação de medidas de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a composição da Comissão Municipal responsável pelo acompanhamento e assessoramento técnico das ações de prevenção e controle de infecções no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Município de Santa Izabel do Oeste;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a Comissão Municipal de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) do Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, de natureza técnico-científica e caráter permanente:

I – **Representando a organização e coordenação dos trabalhos como titular** Guilherme Felipe Lopes e como suplente Roseli Faust.

II – **Representando o serviço médico como titular** Daniela Carla Bucioli e como suplente Leonardo de Souza Berriel.

III – **Representando o serviço de odontologia como titular** Eduarda Boeno e como suplente Bianca Roese.

IV – **Representando a Saúde da Família, Atenção Primária à Saúde e Vigilância em Saúde como t**itular Mariza de Lurdes Bueno e como suplente Roney Carlos Locatelli.

Art. 2º Compete à Comissão, no âmbito de sua atuação na Atenção Primária à Saúde:

I – propor, planejar e acompanhar medidas de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde;

II – colaborar na elaboração, implantação, divulgação e atualização de protocolos, orientações técnicas e procedimentos operacionais relacionados à prevenção e ao controle de infecções;

III – promover a orientação e a capacitação dos profissionais de saúde quanto às boas práticas de prevenção e controle de infecções, incluindo higiene das mãos, limpeza e desinfecção de superfícies, uso adequado de equipamentos de proteção individual e demais medidas pertinentes;

IV – acompanhar e avaliar a adoção das medidas preventivas nos serviços de Atenção Primária à Saúde, identificando situações que demandem intervenção ou aprimoramento;

V – colaborar com as equipes de Vigilância em Saúde na identificação, comunicação, investigação e acompanhamento de situações de risco, ocorrências ou suspeitas de surtos infecciosos, observados os fluxos e as competências legalmente estabelecidos;

VI – propor medidas corretivas e preventivas diante de não conformidades identificadas nas práticas assistenciais, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade e da segurança dos serviços;

VII – estimular o registro e o acompanhamento das ações desenvolvidas, mantendo documentação das atividades, orientações e encaminhamentos realizados;

VIII – promover a integração entre os profissionais e os setores envolvidos na assistência à saúde, visando à adoção de práticas seguras e uniformes;

IX – assessorar tecnicamente a Secretaria Municipal de Saúde nas matérias relacionadas à prevenção e ao controle de infecções no âmbito de sua competência;

X – colaborar com as ações municipais de prevenção e controle de infecções, observadas as orientações dos órgãos competentes e a realidade dos serviços de saúde locais.

Art. 3º A Comissão deverá observar as diretrizes e recomendações expedidas pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), adaptando as medidas propostas às características, à capacidade operacional e às necessidades dos serviços municipais de saúde.

Parágrafo único. A atuação da Comissão prevista nesta Portaria não substitui nem se confunde com a eventual estruturação formal da Coordenação Municipal de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (CMCIRAS), cuja organização deverá observar as orientações nacionais e as competências administrativas do Município.

Art. 4º Os membros titulares deverão participar das atividades da Comissão e, em seus impedimentos ou ausências, serão substituídos pelos respectivos suplentes.

Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar a colaboração de outros profissionais ou setores da Administração Municipal, sempre que a natureza dos assuntos tratados exigir conhecimentos técnicos específicos, sem alteração automática de sua composição formal.

Art. 5º A Comissão deverá manter articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e com os setores competentes, encaminhando recomendações e relatórios das atividades desenvolvidas sempre que solicitados ou quando necessários ao aprimoramento das ações de prevenção e controle de infecções.

Art. 6º A participação dos membros nas atividades da Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando remuneração adicional, ressalvadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 7º A composição da Comissão poderá ser alterada por ato próprio da autoridade competente, mediante necessidade administrativa, substituição de representantes ou reorganização dos serviços municipais de saúde.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:D1A94FC9

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO Nº. 3.982 DATA: 23/10/2026 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.

DECRETO Nº. 3.982
Data: 23/10/2026

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Município de Santa Izabel do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.912/2026 de 16 de outubro de 2026 e da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 43, § 1º, inciso II. .

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento geral do município de Santa Izabel do Oeste- PR um Crédito Especial no exercício financeiro de 2026 no valor de R$ **1.398.326,84 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos)**, destinado ao atendimento das despesas decorrentes do **Convênio SEAB nº 24.490.699-0 – Pavimentação Asfáltica Rural – Rio da Prata ao KM 47, Convênio SECID nº 24.575.469-6 – Reforma do Campo no Bairro Santo Antônio,** bem como à **restituição de saldo financeiro do Convênio nº 962618/2024 – Ministério do Esporte,** referente à aquisição de **parque infantil em forma de barco,** conforme as seguintes dotações orçamentárias:

08 - SECRETARIA DO ESPORTE
01 - SECRETARIA DO ESPORTE
27 - DESPORTO E LAZER
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
0008 - PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER PARA TODOS
2.246 - CONVÊNIO ME Nº 962618/2024 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE P. INFANTIL

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.93.00 - 944	Indenizações/Restituições	897	4.528,00

08 - SECRETARIA DO ESPORTE
01 - SECRETARIA DO ESPORTE
27 - DESPORTO E LAZER
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
0008 - PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER PARA TODOS
2.566 - Convênio SECID nº 25575469-6 - Reforma do Campo no Bairro Santo Antônio.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00 - 945	Obras e Instalações	1579	200.000,00

13 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
20 - AGRICULTURA
606 - EXTENSÃO RURAL

0005 - AGRICULTURA INTEGRADA
2.530 - CONVÊNIO SEAB Nº 24490699-0 - PAV ASFÁLTICA VIAS RURAIS RP - KM 47

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00 - 847	Obras e Instalações	1547	1.193.798,84

Art. 2º Para cobertura do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do **excesso de arrecadação das alíneas de receita 2.4.2.2.54.01.27, 2422990148 e 1.3.2.1.01.11.07.12,** decorrentes do **Convênio SEAB nº 24.490.699-0 – Pavimentação Asfáltica Rural – Rio da Prata ao KM 47, Convênio SECID nº 24.575.469-6 – Reforma do Campo no Bairro Santo Antônio** e do **Convênio nº 962618/2024 – Ministério do Esporte**, referente à aquisição de parque infantil em forma de barco.

Art. 3º - Ficam ajustadas as cotas de receitas e o cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente Decreto.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 23 de outubro 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudiomiro da Costa
Código Identificador:F944F26D

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
ATA DE CREDENCIAMENTO N° 24/2026

ATA DE SESSÃO PÚBLICA Nº 24/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para o fornecimento parcelado e futuro de materiais de construção, materiais para manutenção predial, ferragens, ferramentas, agregados, madeiras, artefatos de concreto, materiais para cobertura, pisos, revestimentos, tintas, materiais de fixação, vedação, impermeabilização e demais materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, Fundos, Departamentos e demais unidades administrativas do Município de Santa Izabel do Oeste – PR.

Aos 21 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, reuniram-se a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Senhora Clenir Teixeira, e os membros, Senhores Claudinete Fatima Luquini e André Juliano Cordeiro, designados pela Portaria 15.885, de 07 de maio de 2026, para análise da documentação de habilitação referente ao **Edital de Credenciamento nº 06/2026**. O Aviso de Licitação do presente procedimento licitatório foi devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 23 de julho de 2026, no Diário Oficial do Paraná no dia 23 de julho de 2026, Portal Nacional de Contratações Públicas no dia 24 de julho de 2026 e no Jornal Novo Tempo no dia 23 de julho de 2026.

Na sessão pública realizada em **21 de outubro de 2026**, a Comissão procedeu à análise da documentação de habilitação apresentada pelas seguintes empresas:

CREDENCIADO 12

01 - Dados do Fornecedor
Razão Social: Eletro Taab Automacao Eletrica LTDA
CNPJ: 51.125.126/0001-23
Endereço: Avenida Salgado Filho, n° 328
Bairro: Centro Sul
CEP: 85.660-000
Cidade: Dois Vizinhos – PR

Concluída a análise inicial da documentação, verificou-se que a empresa Eletro Taab Automacao Eletrica LTDA atendeu integralmente às exigências editalícias, sendo considerada habilitada.
Dessa forma, a Comissão declara **HABILITADA** a seguinte empresa:

• Eletro Taab Automacao Eletrica LTDA – CNPJ nº 51.125.126/0001-23.

Encerrada a fase de habilitação, os autos serão encaminhados à autoridade competente para homologação do presente credenciamento. Após a homologação, serão formalizados os respectivos contratos administrativos com as empresas credenciadas.
Os fornecimentos ocorrerão pelos preços previamente fixados pela Administração no Edital de Credenciamento, aplicáveis indistintamente a todas as empresas credenciadas, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, publicidade, moralidade, eficiência e vinculação ao instrumento convocatório.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

CLENIR TEIXEIRA
Presidente da CPL

CLAUDINETE FATIMA
Membro da CPL

LUQUINI ANDRÉ J. CORDEIRO
Membro da CPL

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:1359B18A

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°557/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 222/2026 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 557/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 50/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Minerpav LTDA.
OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para
eventual fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, Pintura de Ligação e serviços especializados para reparos e manutenção, com equipamentos específicos, através de reperfilagem, recape ou tapa buraco, em vias urbanas e rurais do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios Recursos Estaduais e Federais.
VIGÊNCIA: 18 de novembro de 2027.
DATA: 22/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:86914E2B

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°469/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 219/2026 AO CONTRATO Nº 469/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 58/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Som e Informatica Obalski LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na
locação de estruturas e equipamentos para eventos, como palco, som, iluminação, painéis de LED, pista de LED e efeitos especiais, com montagem, desmontagem e operação técnica inclusas, conforme demanda das seguintes unidades do Município de Santa Izabel do Oeste: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, Secretaria

Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, com vigência de 12 (doze) meses e utilização de recursos próprios.
VIGÊNCIA: 05 de novembro de 2027.
DATA: 22/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:2A247102

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°535/2025

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL N° 216/2026 AO CONTRATO Nº 535/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 55/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Agile Equipamentos Odontologicos LTDA.
OBJETO: Rescisão Contratual Amigável.
DATA: 14/10/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:19CD3CC8

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2026

OBJETO: Contratação emergencial de instituição especializada para prestação de serviço de acolhimento residencial, com assistência e supervisão contínuas, 24 horas por dia, destinado a uma pessoa adulta com deficiência intelectual grave, compreendendo acomodação individual conforme necessidade técnica, alimentação, apoio à higiene pessoal e às atividades da vida diária, serviços de rouparia, administração de medicamentos conforme prescrição médica e atribuições profissionais, cuidados de enfermagem compatíveis com a capacidade assistencial da instituição, proteção integral, acompanhamento individualizado e atividades de convivência e estimulação, para um período de 12 (doze) meses, com recursos próprios.
DADOS DA EMPRESA: ELPIS CENTRO TERAPEUTICO INTEGRADO CNPJ: 51.960.452/0001-56 RUA JOSE CLETO, 132 BAIRRO: SÃO JUDAS TADEU DOIS VIZINHOS – PR 85.660-000
VALOR TOTAL: R$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais)

Ref. Dotação	Órgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
532	10.002	0008.0245.0016.2147	3.3.3.90.39.53.00	0000
Origem dos recursos				
0000 – Recursos próprios				

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Santa Izabel do Oeste - PR, 23 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:6D040E31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2026 REF. LICITAÇÃO DISPENSA Nº16/2026 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ENSAIOS TECNOLÓGICOS DE PAVIMENTAÇÃO E EMISSÃO DOS RESPECTIVOS LAUDOS TÉCNICOS DE CONTRAPROVA, COM VISTAS À VERIFICAÇÃO DA Q

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 147/2026
Ref. Licitação Dispensa Nº16/2026
Contratação de empresa especializada para realização de ensaios tecnológicos de pavimentação e emissão dos respectivos laudos técnicos de contraprova, com vistas à verificação da qualidade do revestimento asfáltico, das condições da base, sub-base e subleito do pavimento executado no âmbito do Contrato nº 16/2024 - Pavimentação de Vias Urbanas - SAM/Lote 34/01, no Município de Santa Lúcia/PR, no valor de R$ 11.980,00 (Onze Mil, Novecentos e Oitenta Reais), por um período de 60 Dias
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** URBAN CONTROLE TECNOLOGICO LTDA
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa o acréscimo do referido contrato em mais R$ 2.000,00 (Dois mil reais Reais), tendo em vista o redimensionamento do objeto, conforme cláusula oitava do contrato em epígrafe e termos do Art.124 e 125 da Lei Federal 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 23/11/2026.
Prazo de Vigência: 23/11/2026.
Data da Assinatura: 23/10/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:A3F3E14A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055.2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico
Nº 055.2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Aquisição de mobiliário e equipamentos destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Santa Lúcia/PR, compreendendo cadeiras, mesas, escrivaninhas, gaveteiros, lousas e demais itens, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 73.154,18 (setenta e três mil cento e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10 de novembro de 2026, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site https://bnc.org.br/.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item.
MODO DE DISPUTA: aberto e fechado;

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 23 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:724AAE72

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 160/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº46/2026. E X T R A T O

CONTRATO Nº 160/2026
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº46/2026.
E X T R A T O
Partes:

Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** ULTRAMEGA TELECOM LTDA;
Objeto:
Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de acesso à internet, para atendimento das Secretarias, Departamentos e demais unidades públicas do Município de Santa Lúcia/PR, compreendendo instalação, ativação, disponibilização dos equipamentos necessários em regime de comodato, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, monitoramento e demais serviços indispensáveis à plena disponibilidade da solução.
Valor:
R$ 34.200,00 (Trinta e Quatro Mil e Duzentos Reais).

Prazo de Execução: 22/10/2027.
Prazo de Vigência: 22/10/2027.
Data da Assinatura: 23/10/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:ADD15E99

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO Nº 192/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A OBRA DE MELHORIA DA TRAVESSIA SOBRE O RIO MONTEIRO, NA ESTRADA RURAL LINHA MORESCO.

DECRETO Nº 192/2026
DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Declara de utilidade pública a obra de melhoria da travessia sobre o Rio Monteiro, na Estrada Rural Linha Moresco.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ, SILVANO TORTELLI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, incisos VIII e XXXIII, da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO a importância da travessia para o deslocamento dos moradores, o transporte escolar e o escoamento da produção agrícola;
CONSIDERANDO a necessidade de melhorar as condições de segurança e trafegabilidade na Estrada Rural Linha Moresco;
CONSIDERANDO o interesse público na substituição da ponte de madeira por estrutura em aduelas de concreto armado, no mesmo local da travessia existente;
DECRETA:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a obra de melhoria da travessia sobre o Rio Monteiro, na Estrada Rural Linha Moresco, Município de Santa Lúcia – PR, mediante a substituição da ponte de madeira existente por estrutura em aduelas de concreto armado.
Parágrafo único. O ponto de referência da travessia corresponde às coordenadas geográficas, em graus decimais: latitude −25,387026° e longitude −53,584877°.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:6FCC0E10

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LISTA DE CREDENCIADOS LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE NORMAL Nº 19/2026

LISTA DE CREDENCIADOS

LICITAÇÃO MODALIDADE
Inexigibilidade Normal
Nº 19/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Divulgara lista de Credenciados do Credenciamento nº 08/2026, que teve como objeto ***Credenciamento de Empresas para Prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro e Pintor para realização de pequenos reparos/manutenção de imóveis, vias e passeios públicos, bocas de lobo, meios-fios outros, pertencentes ao patrimônio do Município.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, comporão a lista pela ordem de protocolo do envelope as empresas da seguinte maneira:

67.825.428 MAYCON ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA
67.825.428/0001-44
ÁREA RURAL DE SANTA LUCIA, S/N - CEP: 85796899 - BAIRRO: AREA RURAL DE SANTA LUCIA CIDADE/UF: Santa Lúcia/PR
MAYCON ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA
120.190.269-02

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em vinte e três dias de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:106E0A37

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 184/2026 DATA: 23/10/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **JONAS LIMA BERENZANSKI (Motorista),** para levar paciente para a consulta na cidade de Foz do Iguaçu - PR, no dia 23 de outubro de 2026. Saída e retorno no dia 23 de outubro de 2026.

TRANSPORTE: TRANSIT REVER
PLACA: TBE9J65

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhefferson Matheus Dalla Costa
Código Identificador:7DB60CDC

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 185/2026 DATA: 23/10/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **uma diária** para o servidor **ELISON CANTIDIO NOGEKOSKKI (Motorista),** para levar paciente para a consulta na cidade de Foz do Iguaçu - PR, no dia 25 de

outubro de 2026. Saída no dia 25 de outubro de 2026 e o seu retorno no dia 26 de outubro de 2026.

TRANSPORTE: TRANSIT REVER
PLACA: TBE9J65

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhefferson Matheus Dalla Costa
Código Identificador:72FAA11E

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 186/2026 DATA: 23/10/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor NELTON DA SILVA **(Motorista),** para levar paciente para a consulta na cidade de Foz do Iguaçu - PR, no dia 22 de outubro de 2026. Saída e retorno no dia 22 de outubro de 2026.

TRANSPORTE: TRANSIT REVER
PLACA: TBE9J65

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhefferson Matheus Dalla Costa
Código Identificador:DD5FC6D1

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
RESOLUÇÃO 06/2026 CMDCI

RESOLUÇÃO CMDPI Nº.06/2026

Apreciação e aprovação da Prestação de Contas Final da Deliberação nº 034/2024 CEDIPI/PR – Viaja Mais 60 – Fase II referente do pagamento até 31 de dezembro de 2025 do município de Santa Lucia - PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI do município de Santa Lúcia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n° 241/2006 e,
Considerando a deliberação deste Conselho, em 23/10/2026,
RESOLVE:
Art. 1º - Aprova a Prestação de Contas Final da Deliberação nº 034/2024 – CEDIPI/PR - Viaja Mais 60 – FASE II, referente do pagamento até 31 de dezembro de 2025 do município de Santa Lucia - PR.
Parágrafo único - Está resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lucia – PR, 23 de outubro de 2026

CELSO ANTÔNIO GRASSI
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:0EEB5C78

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
RESOLUÇÃO 07/2026 CMDCI

RESOLUÇÃO CMDPI Nº.07/2026

Apreciação e aprovação da Prestação de Contas Final da Deliberação nº 15/2022 – CEDI – PR, Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência – anual de 01/01/2025 a 31 de dezembro de 2025 do município de Santa Lucia - PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI do município de Santa Lúcia - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n° 241/2006 e,
Considerando a deliberação deste Conselho, em 23/10/2026,
RESOLVE:
Art. 1º - Aprova a Prestação de Contas Final da Deliberação nº 015/2022 – CEDI-PR, Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência – anual de 01/01/2025 a 31 de dezembro de 2025 do município de Santa Lucia - PR.
Parágrafo único - Está resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Santa Lucia – PR,23 de outubro de 2026

CELSO ANTÔNIO GRASSI
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:9D781DFB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
PORTARIA Nº 059/2026

SÚMULA: Concede Diária ao Servidor da Câmara Municipal e dá outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal nº 692/2024 de 20 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º - Fica concedida diária ao Servidor desta Casa de Leis conforme especificado abaixo:

Nome do Servidor: Reginaldo Vieira
Data início: 23/10/2026
Data fim: 23/10/2026
Nº de Diárias: 01sem Pernoite
Valor Total: R$ 300,00 (trezentos reais)
Município de destino: Curitiba- PR
Código do IBGE do Município destino: 06902
Tipos padrão de objetivos: 99

Objetivo da viagem: Buscar servidoras que participam do curso de capacitação profissional: Prolegis na prática: Governança, controle e a gestão estratégica nas câmaras municipais na cidade de Curitiba-Pr.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Santa Maria do Oeste, 23 de Outubro de 2026.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:A903185C

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 1082026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 037/2026

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/21, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (ARMADOS E SIMPLES, PONTA E BOLSA/MACHO E FÊMEA, DIÂMETROS DE 0,40 M A 2,00 M) PARA OBRAS DE DRENAGEM E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE/PR".

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min do dia 09 de Novembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 09 de Novembro de 2026.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30min do dia 09 de Novembro de 2026.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"

VALOR MAXIMO: R$ 368.955,16 (Trezentos e Sessenta e Oito Mil Novecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Dezesseis Centavos).

- Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item

- Aquisição do Edital
O presente Edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua Jose de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste-Pr, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 ás 12:00 e das 13:00 ás 17:00 horas, bem como no endereço eletrônico: www.santamariadooeste.pr.gov.br.

Informações: (42) 9 9841-0495
Santa Maria do Oeste/PR, 23 de Outubro de 2026.

FERNANDO LOPES
Pregoeiro - Portaria n° 144/2025

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:BB7749E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01461/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01461/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CLEBER LUIZ DE SOUZA **MATRÍCULA n.º** 9997543
CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CULTURA **CPF N.º** 919.***.***-49
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA MUNICIPIO DE CAMPO MOURÃO, PARA PARTICIPAÇÃO CAPACITAÇÃO PLANEJAMENTO EFICIENTE CONTRATAÇÃO SEGURA - LEI 14133/2024.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 20/10/2026
Data de Retorno: 20/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMPO MOURÃO PR **Código do IBGE:** 04303
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: Outros Objetivos não ligados ao TCE/PR
Nº DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE:** ( )SIM (X)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$ 100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 23 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:41378160

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01462/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01462/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: LUCAS TIAGO MINHUK **MATRÍCULA n.º** 9***-53
CARGO: TECNICO DE CONTROLE **CPF N.º** 064.***.***-05
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA MUNICIPIO DE CAMPO MOURÃO, PARA PARTICIPAÇÃO CAPACITAÇÃO PLANEJAMENTO EFICIENTE CONTRATAÇÃO SEGURA - LEI 14133/2024.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 20/10/2026
Data de Retorno: 20/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMPO MOURÃO PR **Código do IBGE:** 04303
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: Outros Objetivos não ligados ao TCE/PR
Nº DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE:** ( )SIM (X)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$ 100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 23 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:8664E1EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01463/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01463/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: JOSÉ CLAUDINEI GOMES **MATRÍCULA n.º** 9997656
CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO LICITAÇÕES **CPF N.º º** 054.594.379-54
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA MUNICIPIO DE CAMPO MOURÃO, PARA PARTICIPAÇÃO CAPACITAÇÃO PLANEJAMENTO EFICIENTE CONTRATAÇÃO SEGURA - LEI 14133/2024.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 20/10/2026
Data de Retorno: 20/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMPO MOURÃO PR **Código do IBGE:** 04303
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: Outros Objetivos não ligados ao TCE/PR
Nº DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE:** ( )SIM (X)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$ 100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 23 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:DD080CB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01464/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01464/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: ANA CRISTINA LEAL KUIBIDA **MATRÍCULA n.º** 9997536
CARGO: DIRETOR MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE **N.º** 064.***.279-**
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA MUNICIPIO DE CAMPO MOURÃO, PARA PARTICIPAÇÃO CAPACITAÇÃO PLANEJAMENTO EFICIENTE CONTRATAÇÃO SEGURA - LEI 14133/2024.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 20/10/2026
Data de Retorno: 20/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMPO MOURÃO PR **Código do IBGE:** 04303
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: Outros Objetivos não ligados ao TCE/PR
Nº DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE:** ( )SIM (X)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$ 100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 23 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:05644BDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01465/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01465/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CARINA CANDIDA LEAL **MATRÍCULA n.º** 9996973
CARGO: CHEFE DE GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO **CPF N.º º** 066.***.***-45
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA MUNICIPIO DE CAMPO MOURÃO, PARA PARTICIPAÇÃO CAPACITAÇÃO PLANEJAMENTO EFICIENTE CONTRATAÇÃO SEGURA - LEI 14133/2024.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 20/10/2026
Data de Retorno: 20/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMPO MOURÃO PR **Código do IBGE:** 04303
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: Outros Objetivos não ligados ao TCE/PR
Nº DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE:** ( )SIM (X)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$ 100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 23 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:89FD11A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01470/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01470/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: LEANDRO DE SOUZA **MATRÍCULA n.º** 9997207
CARGO: PEDREIRO **CPF Nº** 042.***.***-42

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA MUNICIPIO DE MONTE MOR SP, PARA FINS PARA LEVAR CAMINHÃO MB ACCELO 815 PLACA BBZ 5792 PARA ACOPLAR CESTO PANTOGRAFICO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 22/10/2026-
Data de Retorno: 23/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: MONTE MOR-SP **Código do IBGE:** 31803
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 2 (DUAS) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$300,00 (TREZENTOS REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 23 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:C4841A18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº01471/2026

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 01471/2026

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: DIRCEU SOUZA **MATRÍCULA n.º** 9997309
CARGO: MECANICO **CPF N.º** 023.***.***-85
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA MUNICIPIO DE MONTE MOR SP, PARA FINS PARA LEVAR CAMINHÃO MB ACCELO 815 PLACA BBZ 5792 PARA ACOPLAR CESTO PANTOGRAFICO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 22/10/2026-
Data de Retorno: 23/10/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: MONTE MOR-SP **Código do IBGE:** 31803
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 2 (DUAS) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)
VALOR TOTAL R$: R$300,00 (TREZENTOS REAIS)

Santa Maria do Oeste/PR 23 de Outubro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:83902281

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4382/2026

DECRETO N.º 4382/2026

SÚMULA**:** Altera membros que compõe o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, para o mandato transitório de novembro de 2026 a novembro de 2027 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com os incisos I a IV do art. 26 da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e suas alterações,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Altera membros que compõe o **CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE**, e nomeia os novos membros para o mandato transitório de novembro de 2026 a novembro de 2027 do município de Santo Antonio do Sudoeste.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO
Titular: Luciana Teresinha Pereira Angonesi CPF: 661.608.049-87
Suplente: José Arlindo Favetti CPF: 301.961.329-91

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS - APMF
Titular: Ana Paula Ottobeli CPF: 074.539.492-93
Suplente: Renata Simoní Padilha Strasser CPF: 059.139.069-85
Titular: Mariene de Freitas Brizola CPF: 044.681.969-71
Suplente: Eliete Ferreira Piva CPF: 076.609.269-00

REPRESENTANTES DOS DOCENTES OU TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO
Titular: Sely Antonia Pazinato HecKler CPF: 049.154.749-84
Suplente: Mireli dos Reis Bortolozo CPF: 006.266.989-40
Titular: Inez Brum Campos da Silva CPF: 024.202.199-96
Suplente: Lucélia Adriana Maldaner CPF: 044.086.509-35

REPRESENTANTES DOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL
Titular: Pedro Miguel Gonçalves CPF: 102.737.319-47
Suplente: Giovani Carlos Orliczek CPF: 717.575.469-87
Titular: Luiz Augusto Lanzarin CPF: 332.455.259-15
Suplente: Liliane Regina Trevisol Lanzarin CPF: 627.682.049-00

PRESIDENTE: Sely Antonia Pazinato HecKler
VICE-PRESIDENTE: Luiz Augusto Lanzarin
Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário e em especial o Decreto n.º 4157/2024.
Artigo 3º - Este decreto entra em vigor em 01 de novembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, EM 22 DE OUTUBRO DE 2026.

PUBLIQUE-SE:

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:E8F1490E

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO ANTÔNIO ORTIÑA, e a Presidente da Comissão Permanente de Licitações, designado pela Portaria nº 052/2026, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que estará aberto o Chamamento Público nº 09/2026 a partir da data de 27/10/2026 e a qualquer tempo, para **Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos e máquinas pertencentes a frota municipal**.

Local para entrega do envelope de credenciamento: sala do Departamento de Licitações, na sede da Administração Municipal, na Avenida Brasil, 1431, 1º andar, centro, na cidade de Santo Antonio do Sudoeste – Paraná.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no mesmo endereço e no site www.pmsas.pr.gov.br credenciamento.
Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail licitacao1@pmsas.pr.gov.br.

Santo Antonio do Sudoeste, 23 de outubro de 2026.

RICARDO ANTÔNIO ORTIÑA
Prefeito Municipal

NATALÍCIA FRANCISCONI PASTÓRIO
Presidente da CPL

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1E435E54

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0584/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 0142/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0584/2025
Inexigibilidade Nº 0142/2025

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços serviço de corte de grama, serviço de poda de árvores, roçada e capina de áreas verdes em geral, topiaria e paisagismo em geral, conforme as demandas e necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-Pr, de acordo com o Chamamento Público nº 001/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ROBERTO REVELINO WAGNER - ME.
VIGÊNCIA ATUAL: 20/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 21/10/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ROBERTO REVELINO WAGNER - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:19956481

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0585/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 0143/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0585/2025
Inexigibilidade Nº 0143/2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as demandas de necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 007/2024.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ROBERTO REVELINO WAGNER - ME.
VIGÊNCIA ATUAL: 20/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 21/10/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: ROBERTO REVELINO WAGNER - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A3DCC37D

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 588/2025 DISPENSA Nº 110/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 588/2025
Dispensa Nº 110/2025

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais assistivos, destinados a atender as necessidades de pessoas idosas e com deficiência, atendidas pelo CRAS, através de ações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ORTOPEDIA PARANA LTDA.
VIGÊNCIA: 22/10/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 24.066,00(Vinte e Quatro Mil e Sessenta e Seis Reais).
DATA DA ASSINATURA: 23/10/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: Alfredo Aparecido Reino - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:DFAFECD1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 587/2025 DISPENSA Nº 110/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 587/2025
Dispensa Nº 110/2025

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais assistivos, destinados a atender as necessidades de pessoas idosas e com deficiência, atendidas pelo CRAS, através de ações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.
VIGÊNCIA: 22/10/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 11.992,00 (Onze Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais).
DATA DA ASSINATURA: 23/10/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: TIAGO CRISTIANO CZARNECKI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6BF7DDAB

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 4 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2023 PREGÃO Nº 14/2023

EXTRATO ADITIVO Nº 4 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2023
Pregão Nº 14/2023

OBJETO: Contratação de profissionais para atendimento da demanda do Departamento de Cultura..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: 35.055.621 EDISON DO AMARAL;
VALOR: R$ 9.399,00 (Nove Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais).
DATA DA ASSINATURA: 23/10/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: EDISON DO AMARAL - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:7576EB49

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 302/2026 CONCORRÊNCIA Nº 06/2026

EXTRATO CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 302/2026
CONCORRÊNCIA Nº 06/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA
CNPJ Nº 80.372.808/0001-39
Representante: FELIPE AUGUSTO LIMA FERNANDES
OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltico sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 70.519,58 m2, incluindo os serviços preliminares; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme planilhas convenio N°805/2025 - SECID..
VALOR TOTAL: R$ 10.508.255,15 (Dez Milhões, Quinhentos e Oito Mil, Duzentos e Cinqüenta e Cinco Reais e Quinze Centavos)
VIGÊNCIA: 04/10/2028

Santo Antonio do Sudoeste, em 16/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:FB86CD80

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 303/2026 CONCORRÊNCIA Nº 07/2026

EXTRATO CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 303/2026
CONCORRÊNCIA Nº 07/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: MINERPAV LTDA
CNPJ Nº 46.782.494/0001-04
Representante: MICHAEL CEZNE DE SOUZA
OBJETO: Contratação de empresa para Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 58.958,53m², incluindo os serviços preliminares; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização, sinalização de trânsito; ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Conforme planilhas e memoriais de acordo com o Convênio nº 2247/2025 SECID.
VALOR TOTAL: R$ 10.738.000,00 (Dez Milhões, Setecentos e Trinta e Oito Mil Reais)
VIGÊNCIA: 06/06/2028

Santo Antonio do Sudoeste, em 16/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:72A49879

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0312/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 0106/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0312/2026
Inexigibilidade nº 0106/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: LUIZ NARDI
CPF Nº 717.582.329-00
Representante: LUIZ NARDI
CPF nº 717.582.329-00
OBJETO: Locação de imóvel para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.
VALOR TOTAL: R$ 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais)
VIGÊNCIA: 21/10/2027

Santo Antonio do Sudoeste, em 22/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A58054DA

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0313/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 0106/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0313/2026
Inexigibilidade nº 0106/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: LORENI LEMES DE LIMA
CPF Nº 040.221.919-88
Representante: LORENI LEMES DE LIMA
CPF nº 040.221.919-88
OBJETO: Locação de imóvel para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021..
VALOR TOTAL: R$ 33.888,00 (Trinta e Três Mil, Oitocentos e Oitenta e Oito Reais)
VIGÊNCIA: 21/10/2027

Santo Antônio do Sudoeste, em 22/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C6B9C0F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2026

CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, com sede à Praça Coronel Deolindo, nº 191, centro, inscrito no CGC/MF nº 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções,

VENICIUS DJALMA ROSA, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.241.196-8 e do CPF/MF nº 036.270.189-07.

CONTRATADA: **UNITE CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) SOBRE PAVIMENTO EXISTENTE EM PEDRA IRREGULAR (POLIEDRO/PARALELEPÍPEDO), EM VIAS URBANAS E DISTRITAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESPECIFICADAS NOS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS INTEGRANTES DO PROCESSO.

VALOR: R$ 5.034.000,00 (cinco milhões e trinta e quatro mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 23 de outubro de 2026.

FORO: Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

São Jerônimo da Serra, 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:F8DC857D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADM. INTERNO Nº 102/2026 - ADESÃO

Objeto: Adesão a ata de Registro de Preço nº 56517/2025, Pregão Eletrônico Nº 0565/2025, realizado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária de Florianópolis - SC, para aquisição de 3 (três) máquinas Colhedora de Forragem (Ensiladeira)

O Município de São José da Boa Vista/PR torna público, para conhecimento dos interessados, que o Prefeito Municipal, Sr. José Lázaro Ferraz, autorizou a adesão à Ata de Registro de Preços acima identificada, para aquisição de 3 (três) máquinas colhedoras de forragem (ensiladeiras), junto à empresa **JCC MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. – EPP,** pelo valor total de **R$ 140.967,00 (cento e quarenta mil, novecentos e sessenta e sete reais),** conforme documentação constante dos autos do Processo Adm. Interno nº 102/2026.

SJBV, data 23 de outubro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:4030F4FF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 73/2026 - Processo administrativo nº 102/2026

Objeto: Adesão a ata de Registro de Preço nº 56517/2025, Pregão Eletrônico Nº 0565/2025, realizado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária de Florianópolis - SC, para aquisição de 3 (três) máquinas Colhedora de Forragem (Ensiladeira)

Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: JCC MAQUINAS AGRICOLAS LTDA-EPP
Valor Total: R$ 140.967,00 (cento e quarenta mil novecentos e sessenta e sete reais)
Período de vigência: 23/10/2026 à 23/10/2027
Fundamento legal: art.86, §2º, da Lei nº. 14.133/2021.

São José da Boa Vista PR, 23 de outubro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:9EAF2824

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA FISCAL

PORTARIA nº 263/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 102/2026 – Adesão ata de Registro de Preços nº 02/2026, tendo por objeto a Adesão a ata de Registro de Preço nº 56517/2025, Pregão Eletrônico Nº 0565/2025, realizado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária de Florianópolis - SC, para aquisição de 3 (três) máquinas Colhedora de Forragem (Ensiladeira);

R E S O L V E:

Art. 1º – DESIGNAR como gestora do Contrato de nº 73/2026 a sra. Julhana Barbosa da Silva – gestora de convênios e como fiscal o sr. Gabriel Henrique Barbosa de Paiva – secretário municipal de agricultura.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.

Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:4794BEC5

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 733/2026

O Senhor JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 42, I, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei:

Considerando a comemoração do dia do Funcionário Público em 28/10/2026;

DECRETA

Artigo 1º- RETIFICA o Artigo 1º do Decreto 694/2026 e concede Ponto Facultativo no dia 30/10/2026 (sexta-feira) durante o período integral, nos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município vinculados ao Poder Executivo, em comemoração ao dia do funcionário público.

Parágrafo Único: Fica revogado o ponto facultativo do dia 28/10/2026, que havia sido estabelecido através do Decreto 694/2026

Artigo 2º- O atendimento de urgência e emergência do Hospital Municipal São José e os serviços de limpeza urbana serão realizados normalmente.

Artigo 3º- Caberá aos dirigentes das Secretarias e Departamentos, a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais ou que não possam ser paralisados, sem comprometimento da eficiência nas questões afetas às respectivas áreas de competência.

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, em 23 de outubro de 2026, 66º da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:29548A6B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 129/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 66/2026

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 066/2026, e na Portaria 192/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 066/2026;
CONSIDERANDO os Ofícios 062 e 63/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Técnico em Enfermagem	1	Talita dos Santos Ribeiro	44

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 26/10/2026 a 03/11/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação

III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.

IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).

V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 075/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 23 de Outubro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:16B0AFF8

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 130/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 137/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 137/2025, e na Portaria 408/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 137/2025;
CONSIDERANDO o Ofício 104 e 129/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Motorista	16	SILMAR ADRIANO ASSIS	20

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 26/10/2026 a 03/11/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 137/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 23 de outubro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:C15D4E77

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 131/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 20/2024

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 20/2024, e na Portaria 104/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 20/2024;
CONSIDERANDO a necessidade da Divisão de Recursos Humanos promover férias a servidores, não havendo substituto no quadro de pessoal;
CONSIDERANDO que a candidata classificada em 91 – Irene Daras de Almeida, convocada através do Edital 125/2026 – NÃO ATENDEU a convocação

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classif.**	**Candidato**	**Nº inscrição**
Auxiliar de Serviços Gerais	92	SUSANE MOREIRA DE LIMA	106

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 26/10 à 03/11/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação de documentos e realização de exames médicos conforme solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 20/2024

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 23 de outubro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:967992EC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 264/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 020/2024, Homologado através da Portaria 104/2024.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 26/10/2026, os candidatos abaixo discriminados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, Edital 020/2024 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

FUNÇÃO: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

NOME	Matr.	Documento	FUNÇÃO
CAROLINE DA SILVA JURASKI	24902/1	***.467.***-06	Auxiliar de Serviços Gerais
RENATA CAMARGO DA LUZ	24903/1	***.642.***-67	Auxiliar de Serviços Gerais

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 23/10/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 020/2024.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 26 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:BB8802D3

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução Nº 07/2026

SUMULA – Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente à Deliberação nº 059/2023 – PAS (Piso Único de Assistência Social) para exercício de 2027.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 726, de 28 de Fevereiro de 2011 que alterou a Lei nº 468/97; e;

Considerando a Deliberação da Plenária realizada em 23/10/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente à Deliberação nº 059/2023 – PAS (Piso Único de Assistência Social) para exercício de 2027.

Art. 2º Os recursos decorrentes da referida Deliberação deverão ser aplicados conforme as finalidades previstas no Plano de Ação aprovado, destinados à oferta e ao aprimoramento dos serviços e benefícios socioassistenciais e das ações de aprimoramento da gestão, observadas as normas e orientações aplicáveis.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José da Boa Vista – PR, 23 de outubro de 2026.

SILVANA APARECIDA CARVALHO
Presidente do CMAS

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:D7D289BD

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Resolução Nº 05/2026

Aprovar o cronograma de execução do evento destinado às pessoas idosas atendidas pelo Programas Cuida Mais Paraná e seus familiares, no âmbito da Deliberação nº 035/2024 CEDIPI/PR.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI** de São José da Boa Vista - PR, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal n.º 561/2003,

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária realizada em 23 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o cronograma de execução do evento destinado às pessoas idosas que frequentam os projetos do Programa Cuida Mais Paraná, bem como aos seus familiares, com a finalidade de promover à integração, o bem-estar, a valorização da pessoa idosa e a confraternização entre os participantes.

Art. 2º As despesas previstas para a realização do evento compreendem a locação do espaço apropriado, tendo em vista que o Município não dispõe de local adequado para acomodar os participantes, o fornecimento de refeição (jantar) e a contratação de show musical,

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José da Boa Vista – PR, 23 de outubro de 2026.

WAGNER RIBEIRO
Presidente do CMDI

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:F20C0A5B

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PA-E 579/2026 - BENEFICIO EVENTUAL - EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 579/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que concedeu AUXÍLIO MORADIA nos termos da Lei nº 799/2013, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo Eletrônico nº 579/2026
Beneficiária: CLAUDINEIA DE FATIMA CORREA
Objeto: Concessão de auxílio moradia
Valor: R$ 360,00
Vigência: 06 (seis) meses
Fundamento legal: artigo 16, "d", da Lei nº 799/2013.
Autoridade: José Lázaro Ferraz – Prefeito do Município
Data da concessão: 23/10/2026

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:DE8084CC

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PORTARIA 262/2026 - COMITE MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO

PORTARIA Nº 262/2026

Institui o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização e designa seus membros.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município e na forma da Lei:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1207 de 23 de outubro de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em consonância com o Programa Educa Juntos e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada; e

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança, a articulação institucional e o acompanhamento das ações voltadas à alfabetização das crianças no âmbito municipal,

RESOLVE:

Art. 1º- Instituir o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, instância responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação da implementação da Política Municipal de Alfabetização do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Municipal nº1207 de 23 de

outubro de 2026, a Política de Alfabetização do Território Paranaense e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Art. 2° - Compete ao Comitê Estratégico Municipal:
I - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II - promover a articulação entre os órgãos públicos, instituições e demais parceiros envolvidos nas ações de alfabetização;
III - acompanhar indicadores educacionais e resultados das avaliações externas relacionadas à alfabetização;
IV - propor estratégias para o fortalecimento das ações de alfabetização no município;
V - monitorar a execução das ações previstas na Política Municipal de Alfabetização e no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
VI - elaborar recomendações e relatórios destinados a subsidiar a tomada de decisões da Administração Municipal.

Art. 3º- Ficam designados para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização os seguintes membros:
I - representantes da Secretaria Municipal da Educação:
a) Diretora da Divisão de Educação: Diana Maria Picon Campos;
b) Articuladora Municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (RENALFA): Viviane Martins Goncalves Rolim;
c) Chefe na divisão de Educação: Luiza Helena Aparecida Mendes De Moraes;
II - representantes das Unidades Escolares:
a) Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Terezinha: Risane Maria Ramos De Oliveira;
b) Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Beija Flor: Marisa Lopes Rolim Vaciloto;
c) Diretora da Escola Municipal: Maria Angélica Branco Teles;
d) Pedagoga na educação infantil: Layla Cristy Branco Teles;
e) Pedagoga representando 1º e 2º anos do ensino fundamental: Daiane Dias Santos Araujo;
f) Pedagoga representando 3º ano do ensino fundamental e educação especial no ensino fundamental: Valeria Renata Da Costa;
g) Pedagoga representando 4º e 5º ano do ensino fundamental: Franciele Maria Da Silva;

Art. 4° - A coordenação do Comitê será exercida pelo Secretário Municipal da Educação e/ou Diretor da divisão de Educação, podendo ser delegada a servidor por ele designado.

Art. 5º- O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, permitida a recondução, observado que os representantes permanecerão no Comitê enquanto exercerem a função que motivou sua indicação.

Art. 6º- A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público, não sendo remunerada.

Art. 7º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026; 66º da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:CEDD7CFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026 - EDITAL DE CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 05/2026 - SJP - COM INVERSÃO DE FASE

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026
EDITAL DE CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 05/2026 - SJP
COM INVERSÃO DE FASE

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, torna público que a Concorrência Eletrônica nº 05/2026-SJP, Processo Administrativo nº 052/2026, originalmente marcado para às 08h40min do dia 25 de AGOSTO de 2026 e suspenso em virtude de DECISÃO JUDICIAL SUPERVENIENTE, fica REMARCADO para às 08h40min do dia 16 de novembro de 2026 na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações.
A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - https://www.sjpalmeiras.pr.gov.br e na plataforma Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

São José das Palmeiras/PR, 23 de outubro de 2026.

CLAUDINEI FERREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:81CBC210

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0104/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 032/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0104/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 032/2026.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de sacos de ráfia laminada personalizados, destinados ao atendimento das necessidades do sistema municipal de coleta seletiva e manejo de materiais recicláveis do Município de São José das Palmeiras/PR.
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: ACM SERVICOS E SOLUCOES LTDA
VALOR: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 21 de outubro de 2027.

São José das Palmeiras, em 23 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:C2634B0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 189/2026 - DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESTRUTURAÇÃO E EXECUÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA N° 189/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição da Comissão Organizadora responsável pela coordenação, planejamento, estruturação e execução da Conferência Municipal de Esportes de São José das Palmeiras e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e:

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Lei Estadual nº 21.405/2023, que disciplina o Sistema Estadual do Esporte do Paraná e o repasse de recursos do Fundo Estadual do Esporte (FEE/Paraná Esporte);

CONSIDERANDO a adesão do Município de São José das Palmeiras no Programa "O Esporte Que Queremos", desenvolvido pela Secretaria de Estado do Esporte (SEES/PR) em parceria com o Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE/UFPR):

CONSIDERANDO a necessidade de construção participativa do Plano Decenal Municipal de Esporte (PDME), instrumento estratégico de planejamento da política pública esportiva local;

CONSIDERANDO que a instituição formal da Comissão Organizadora e a realização da Conferência Municipal de Esportes constituem etapas indispensáveis para a escuta social, validação comunitária e obtenção do Selo Diamante;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora responsável por planejar, coordenar, estruturar, divulgar e executar a Conferência Municipal de Esportes do Município de São José das Palmeiras/PR.

Art. 2º A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

I- Representante do Poder Executivo Municipal (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes): Maria Aparecida das Chagas - Coordenador-Geral;

II- Representante do Conselho Municipal de Esportes (CME): Júlio Cesar Xavier

III- Representante da Sociedade Civil: Cathiuscia Nathieli Hoffmann

Art. 3º Compete à Comissão Organizadora:

1 - Planejar, coordenar, divulgar e executar todas as fases da Conferência Municipal de Esportes;

II - Elaborar a minuta do Regimento Interno, fixando a metodologia, cronograma, credenciamento e programação do evento;

III - Mobilizar os segmentos esportivos locais, entidades, atletas e a sociedade civil para ampla participação;

São José das Palmeiras/PR, 23 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito de São José das Palmeiras

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:3ED0A266

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO

O município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, CONVOCA o pessoal abaixo relacionado, classificado no credenciamento nº 09/2026, para comparecer junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, Avenida Paraná, nº 307, entre os dias 27/10/2026 a 29/10/2026, das 08:00 às 11:30 horas, para tratarem de assuntos relacionados à contratação dos serviços.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS:

CARGO: FONOAUDIOLOGA

ORD	PROTOCOLO	NOME	CPF:
01	6949	Raquel Pereira Linardi	061.308.219-21

São Pedro do Paraná-PR, 23 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:72C8AAC8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 424/2026

DECRETO Nº 424/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Concorrência sob o nº 16/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pela Comissão Permanente de Licitações, extraído da licitação sob a modalidade de Concorrência nº 16/2026-PMSPPR de 29 de setembro de 2026, tomou por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de obra de pavimentação em TST no trecho rural da estrada do Bairro Casa Queimada, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Concorrência nº 16/2026-PMSPPR de 29 de setembro de 2026
04.001.26.451.0015.1.215. - OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS VICINAIS
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

No Valor Máximo de R$ 2.046.709,23 (dois milhões e quarenta e seis mil setecentos e nove reais e vinte e três centavos), em favor do proponente:
BRASPAVI CONSTRUÇÃO & PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.209.351/0001-80, com o lote 1 no valor total de R$ 2.046.709,23 (dois milhões e quarenta e seis mil e setecentos e nove reais e vinte e três centavos).
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Pedro do Paraná-PR, 22 de outubro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:3AF5B13D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 425/2026

DECRETO Nº 425/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Concorrência sob o nº 10/2026-PMSPPR e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021

CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pela Comissão Permanente de Licitações, extraído da licitação sob a modalidade de Concorrência nº 10/2026-PMSPPR de 30 de junho de 2026, tomou por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS – NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 974653/2025/MCIDADES/CAIXA, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Concorrência nº 10/2026-PMSPPR de 30 de junho de 2026
04.001.16.482.0014.1.400. - Programa Moradia Feliz – Construção de Casas Populares
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE: 33025 - MCIDADES - TERMO DE COMPR. Nº 974653/2025 - CONS. DE UNID. HABITACIONAIS - Exercícios Anteriores.
FONTE: 32025 MCIDADES - TERMO DE COMPR. Nº 974653/2025 - CONS. DE UNID. HABITACIONAIS
FONTE: 1049 - FONTE: 01501 - Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente

No Valor Máximo de R$ 3.738.700,67 (três milhões, setecentos e trinta e oito mil, setecentos reais e sessenta e sete centavos), em favor do proponente:

HF ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.877.204/0001-08, com o lote 1 no valor total de R$ 3.657.450,67 (três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal nº 304/2026.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 23 de outubro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:7624F541

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 93/2026

PORTARIA N.º 93/2026

Considerando o atestado de afastamento de 120 dias, emitido no dia 13/10/2026 para fins de licença maternidade, apresentado no dia 23/10/2026.

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e etc...

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder licença maternidade pelo período de 120 dias, a servidora municipal Senhora **GABRIELY BORGES TAVARES**, matricula nº 821, ocupante do cargo de emprego publico de PROFESSOR, conforme assegura o Artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Artigo 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos em 13/10/2026.

São Pedro do Paraná, 23 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:E823A2C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO 16/2026

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
São Sebastião da Amoreira

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 22 OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre alteração do Projeto Atividade do Recurso – Incentivo Estadual Voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais conforme Deliberação em Reunião Ordinária realizada em 22 de outubro de 2026; registrada - Ata de Nº 314/2026;
CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, possui atribuições de avaliar, acompanhar e fiscalizar ações em relação à execução da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a alteração da previsão do Projeto Atividade vinculado a Programação Orçamentária do Recurso Financeiro **Incentivo Estadual Voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes** para custear despesas vinculadas com serviços de terceiros - pessoa física;
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 22 de outubro de 2026.

VICTOR GABRIEL CINEL GASPARI
Presidente do CMDCA

ANEXO I		
Fonte: 3906 - INC. EST.VOLTADO GARANTIA DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
DELIBERAÇÃO Nº 13/2025 - CEDCA/PR		
Rec. Estadual	**Pontual**	**c/c 22.789-7**
Fonte	**Especificação**	**Valor**
3906 Incentivo Est.voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	Subvenções Sociais	
	Vencimentos e Vantagens	
	Obrigações Patronais	
	Diárias - Pessoal Civil	
	Material de Consumo	
	Mat. Distr. Bens / Serv. Gratuitos	
	Passagens e Desp. Locomoção	
	Outros Serviços Pessoa Física	**110.000,00**
	Outros Serviços Pessoa Jurídica	
	Obras e Instalações	
	Restituições	
	Contribuições	
	Equipamentos e Mat. Permanente	
	TOTAL	**R$: 110.000,00**

Para esta alteração utilizará para substituição orçamentária as seguintes informações:
Cod. Red. 331 – Fonte: 3906 – Vencimentos e Vantagens.

Publicado por:
Irene Tagawa Avila
Código Identificador:12AB7136

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
EDITAL Nº 004, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Eletrônica nº 101/2000), ao Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e atendendo às **Recomendações e Orientações Técnico-Operacionais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)** referente à eficiência na gestão tributária e atualização da base de cálculo do IPTU, torna público e **CONVOCA** toda a população, representantes de classes, entidades civis organizadas e demais interessados para participarem da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**.

1. DO OBJETIVO
A presente Audiência Pública tem por objetivo apresentar, discutir e garantir a transparência da minuta do **Projeto de Lei de Atualização da Planta Genérica de Valores (PGV)** do Município de São Sebastião da Amoreira/PR, demonstrando os estudos técnicos, critérios de avaliação imobiliária e os impactos na arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), assegurando a participação popular no processo decisório.

2. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL
Data: 05 de novembro de 2026 (quinta-feira)
Horário: 09h00min
Local: Salão da Secretaria Municipal de Educação
Endereço: Rua José Marcelino da Silva, nº 546 – Centro – São Sebastião da Amoreira/PR

3. DA PROGRAMAÇÃO E DINÂMICA
A Audiência Pública obedecerá à seguinte ordem do dia:
09h00: Abertura oficial e composição da mesa dos trabalhos;
09h15: Apresentação técnica do projeto de atualização da PGV (diagnóstico, metodologia e fundamentação jurídica em conformidade com as orientações do TCE-PR);
10h00: Abertura para manifestação e perguntas dos cidadãos presentes;
11h00: Respostas da equipe técnica/Comissão Executiva e encaminhamentos;
11h30: Encerramento.

4. DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES
Todos os presentes devidamente inscritos na lista de presença terão direito a voz para formular perguntas, apresentar sugestões ou manifestar opiniões relativas ao tema do edital.

As manifestações orais serão concedidas por ordem de inscrição, respeitando o tempo limite estipulado pela mesa diretora dos trabalhos.

As minutas, materiais informativos e estudos técnicos relativos à Planta Genérica de Valores estarão disponíveis para consulta pública com antecedência no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As dúvidas, manifestações e propostas apresentadas durante a audiência serão registradas em ata formal, a qual integrará o processo administrativo de encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município e afixado nos locais de costume.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, em 23 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:7B8E70B9

SETOR DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEX 31-2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 31/2026

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 112/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Torna-se pública a homologação de processo de Inexigibilidade de Licitação a que se refere o Processo Administrativo n° 112/2026, e a Contratação eventual e futura de empresa para prestação de serviços de fornecimento de refeições leves - (coffee break e coquetel) e Kit lanches para eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme credenciado na Chamada Pública n°04/2026, em conformidade com Art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021, sendo adjudicada a empresa VERA LUCIA DOS SANTOS PINTO, inscrita no CNPJ/MF, sob nº 22.866.189/0001-32, estabelecida na Rua José Sebastião Lopes, nº 322, Centro, São Sebastião da Amoreira – PR, representada pela Sra. Vera Lucia dos Santos Pinto, portadora do RG nº 45884465 SESP/PR , CPF nº 897.238.999-49; pelo preço total de R$ 8.150,40 (oito mil cento e cinquenta reais e quarenta centavos).

Em, 23 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:A5463C41

SETOR DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEX 32-2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 32/2026

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 122/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2026

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Torna-se pública a homologação de processo de Inexigibilidade de Licitação a que se refere o Processo Administrativo n° 122/2026, e a Contratação eventual e futura de empresa para prestação de serviços de fornecimento de refeições leves - (coffee break e coquetel) e Kit lanches para eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme credenciado na Chamada Pública n°04/2026, em conformidade com Art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021,

sendo adjudicada a empresa VERA LUCIA DOS SANTOS PINTO, inscrita no CNPJ/MF, sob nº 22.866.189/0001-32, estabelecida na Rua José Sebastião Lopes, nº 322, Centro, São Sebastião da Amoreira – PR, representada pela Sra. Vera Lucia dos Santos Pinto, portadora do RG nº 45884465 SESP/PR , CPF nº 897.238.999-49; pelo preço total de R$ 180.519,74 (cento e oitenta mil quinhentos e dezenove reais e setenta e quatro centavos).

Em, 23 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

SUELEN ANGELA JUSTINO DOS SANTOS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:06FD2966

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEX 31-2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 31/2026

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 112/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/2026

RATIFICAÇÃO DE DECISÃO DE CONTRATAÇÃO

Considerando todos os documentos anexados ao presente processo, bem como os pareceres técnico e jurídico confirmando a legalidade e legitimidade da contratação objetivada por esta Administração, RATIFICO os atos praticados para a contratação da empresa VERA LUCIA DOS SANTOS PINTO, inscrita no CNPJ/MF, sob nº 22.866.189/0001-32, estabelecida na Rua José Sebastião Lopes, nº 322, Centro, São Sebastião da Amoreira – PR, representada pela Sra. Vera Lucia dos Santos Pinto, portadora do RG nº 45884465 SESP/PR , CPF nº 897.238.999-49, para a Contratação eventual e futura de empresa para prestação de serviços de fornecimento de refeições leves - (coffee break e coquetel) e Kit lanches para eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme credenciado na Chamada Pública n°04/2026, em conformidade com Art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021.

Em, 23 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:4B0B4643

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEX 32-2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 32/2026

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 122/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2026

RATIFICAÇÃO DE DECISÃO DE CONTRATAÇÃO

Considerando todos os documentos anexados ao presente processo, bem como os pareceres técnico e jurídico confirmando a legalidade e legitimidade da contratação objetivada por esta Administração, RATIFICO os atos praticados para a contratação da empresa VERA LUCIA DOS SANTOS PINTO, inscrita no CNPJ/MF, sob nº 22.866.189/0001-32, estabelecida na Rua José Sebastião Lopes, nº 322, Centro, São Sebastião da Amoreira – PR, representada pela Sra. Vera Lucia dos Santos Pinto, portadora do RG nº 45884465 SESP/PR , CPF nº 897.238.999-49, para a Contratação eventual e futura de empresa para prestação de serviços de fornecimento de refeições leves - (coffee break e coquetel) e Kit lanches para eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme credenciado na Chamada Pública n°04/2026, em conformidade com Art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021.

Em, 23 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

SUELEN ANGELA JUSTINO DOS SANTOS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:F233FB95

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO MODALIDADE: DISPENSA ELETRONICA Nº 14/2026

AVISO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO

MODALIDADE: DISPENSA ELETRONICA Nº 14/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL, EM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 60 (SESSENTA) PASSAGEIROS, DESTINADO AO DESLOCAMENTO DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA/PR ATÉ CURITIBA/PR, NOS DIAS 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2026, COM RECURSOS DO PROGRAMA VIAJA +60, FASE 2, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
O prefeito Municipal de Sapopema juntamente com a Secretaria Municipal de Esporte, torna pública a Homologação da **DISPENSA ELETRONICA** de Licitação, na forma do artigo Artigo 75, II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal Nº 58/2023.

ADJUDICADO: EMPRESERV LTDA
CNPJ: 60.292.076/0001-60
CONTRATO: 167/2026
VIGENCIA: 6 (seis) meses após a assinatura do contrato
VALOR TOTAL: 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Sapopema/PR, 23 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:B833F2DC

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECISÃO ADMINISTRATIVA FUNDAMENTADA

MUNICÍPIO DE SAPOPEMA – ESTADO DO PARANÁ
DECISÃO ADMINISTRATIVA FUNDAMENTADA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026
INTERESSADO: Município de Sapopema/PR
EMPRESA: CARLOS VALDECI BARBOSA LTDA.
CNPJ: 27.016.837/0001-85
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a construção de 10 (dez) unidades habitacionais do Conjunto Renascer II, referente ao Programa Casa Fácil – Convênio nº 196/2026 – COHAPAR.
ASSUNTO: Acolhimento de renúncia à contratação e retirada dos efeitos da adjudicação em favor da empresa vencedora.

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo referente à Concorrência Eletrônica nº 10/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 62/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a construção de 10 (dez) unidades habitacionais do Conjunto Renascer II, no âmbito do Programa Casa Fácil, mediante Convênio nº 196/2026 – COHAPAR.

A empresa CARLOS VALDECI BARBOSA LTDA., inscrita no CNPJ nº 27.016.837/0001-85, sagrou-se vencedora do certame, tendo o objeto sido adjudicado pelo valor de R$ 1.093.950,00 (um milhão, noventa e três mil, novecentos e cinquenta reais), com posterior homologação do procedimento em 15 de julho de 2026.

Conforme registrado no Ofício nº 024/2026 – Obras, de 14 de outubro de 2026, a Administração Municipal, diante do contexto administrativo e financeiro relacionado ao Convênio nº 196/2026 – COHAPAR, tendo em vista o período eleitoral e suspensão do repasse dos recursos, aguardou momento considerado adequado para a formalização do ajuste e o início da execução do objeto.

Posteriormente, em reuniões realizadas entre setembro e outubro de 2026, a empresa manifestou reservas quanto à celebração do contrato, razão pela qual foi solicitada manifestação formal e inequívoca acerca de seu interesse na contratação.

Em resposta, por meio do Ofício/Declaração nº 01/2026, datado de 15 de outubro de 2026, a empresa declarou expressamente não possuir interesse na celebração do contrato, renunciando ao direito de contratação decorrente do certame.

Como justificativas, alegou o encerramento do prazo de validade de sua proposta comercial, apresentada em 9 de julho de 2026, com validade de 60 (sessenta) dias, bem como a elevação dos preços dos insumos, materiais e serviços necessários à execução da obra e o encerramento de condições comerciais anteriormente mantidas com fornecedores.

A empresa declarou, ainda, não ter iniciado a execução do objeto nem recebido pagamentos correspondentes à contratação.

Submetida a matéria à Assessoria Jurídica Municipal, foi emitido parecer em 22 de outubro de 2026, favorável à possibilidade de acolhimento do pedido de desistência, condicionado à análise dos motivos apresentados, à motivação expressa da decisão administrativa, à observância do interesse público e à adoção das providências necessárias à continuidade da contratação.

É a síntese do necessário

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Do regime jurídico aplicável

A matéria deve ser examinada à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente dos arts. 5º, 71 e 90, bem como dos princípios da legalidade, motivação, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e supremacia do interesse público.

O art. 90 estabelece as regras aplicáveis à convocação do licitante vencedor para a formalização da contratação e disciplina as consequências decorrentes da não celebração do ajuste.

Em especial, o § 3º do referido dispositivo estabelece que, decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos em suas propostas.

Por sua vez, os §§ 2º e 4º disciplinam as possibilidades de convocação dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as condições legais aplicáveis.

Dessa forma, a situação deve ser apreciada considerando não apenas a manifestação formal da empresa, mas também a cronologia dos atos administrativos, o prazo de validade da proposta, a existência ou não de convocação tempestiva para assinatura do contrato e as consequências para a continuidade do empreendimento público.

2.2. Da manifestação expressa da empresa vencedora

No caso concreto, a empresa CARLOS VALDECI BARBOSA LTDA., apresentou declaração escrita, assinada por seu representante legal, na qual manifestou expressamente sua decisão de não celebrar o contrato decorrente da Concorrência Eletrônica nº 10/2026.

A manifestação é específica, identifica o processo administrativo e apresenta as razões pelas quais a empresa considera inviável manter as condições econômicas originalmente ofertadas.

A Administração não está obrigada a acolher automaticamente qualquer pedido de desistência formulado após o encerramento da licitação. Todavia, deve examinar as circunstâncias concretas, especialmente quando ainda não houve formalização contratual e a própria empresa declara, de maneira inequívoca, que não pretende assumir a execução do objeto.

Na hipótese em análise, a manifestação formal permite concluir que não há interesse atual da empresa em celebrar o ajuste, circunstância que impede a perspectiva de formalização consensual da contratação nas condições originalmente apresentadas.

O acolhimento administrativo da manifestação, nesse contexto, tem por finalidade formalizar a situação jurídica existente e permitir que a Administração adote as providências necessárias à continuidade do empreendimento, sem impor a celebração de contrato cuja formalização foi expressamente recusada pela vencedora de maneira justificada.

2.3. Do prazo de validade da proposta e da ausência de formalização contratual

A empresa informou que sua proposta comercial, apresentada em 9 de julho de 2026, possuía prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

Considerando que a homologação ocorreu em 15 de julho de 2026 e que a manifestação formal de desinteresse foi apresentada em 15 de outubro de 2026, mostra-se necessário considerar a disciplina do art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

Conforme os documentos submetidos à apreciação, a Administração optou por aguardar momento adequado para a formalização do ajuste, em razão do contexto administrativo e financeiro relacionado ao convênio e o período eleitoral, pois se o contrato fosse celebrado naquele momento, a empresa iniciaria, e somente em outubro solicitou à empresa manifestação formal sobre a celebração do contrato.

Assim, foi confirmado nos autos que não houve convocação regular e tempestiva para a contratação antes do término da validade da proposta, incidindo a regra do art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, segundo a qual o licitante fica liberado dos compromissos assumidos em sua proposta após o transcurso do respectivo prazo sem convocação.

Sendo assim, essa circunstância constitui fundamento jurídico relevante para reconhecer a impossibilidade de exigir da empresa a manutenção indefinida das condições originalmente ofertadas.

2.4. Da retirada dos efeitos da adjudicação

A adjudicação realizada em favor da empresa vencedora decorreu do resultado da Concorrência Eletrônica nº 10/2026 e da proposta então classificada em primeiro lugar.

Entretanto, diante da manifestação formal de renúncia à contratação e, especialmente, da incidência do art. 90, § 3º, torna-se necessário adequar os registros administrativos à situação jurídica efetivamente verificada.

Nesse sentido, mostra-se juridicamente possível acolher a renúncia e determinar que sejam retirados/excluídos os efeitos da adjudicação em favor da empresa por esta autoridade, tendo em vista o princípio do paralelismo da competência.

A providência ora examinada não se confunde com a anulação do certame por ilegalidade, tampouco com a revogação da licitação por conveniência e oportunidade. Trata-se de decisão administrativa voltada ao tratamento da impossibilidade de formalização da contratação com a vencedora e à adoção das providências subsequentes legalmente cabíveis.

2.5. Da reabertura da sessão pública e da convocação dos licitantes remanescentes

Considerando a relevância social do objeto, destinado à construção de 10 (dez) unidades habitacionais populares, a Administração Municipal determinará a retomada da Concorrência Eletrônica nº 10/2026 na mesma plataforma eletrônica utilizada originalmente, mediante publicação de aviso de reabertura e convocação formal dos licitantes

remanescentes, observada a ordem de classificação. Será assegurada antecedência mínima de 10 (dez) dias para a realização da sessão, conforme o prazo definido pela Administração.
O aviso deverá informar a data, o horário e o meio de acesso à sessão, bem como os procedimentos a serem observados pelos participantes. As convocações deverão ser realizadas pelos canais oficiais pertinentes, com comprovação de envio e publicidade nos autos.
Na sessão reaberta, o Agente de Contratação dará prosseguimento ao procedimento, observando o art. 90, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a ordem classificatória, as condições legalmente aplicáveis à contratação e a verificação da aceitabilidade dos preços e da habilitação do licitante convocado.
A medida visa assegurar a continuidade do procedimento, a transparência dos atos administrativos e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem prejuízo da observância da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.
III – DA DECISÃO
Diante do exposto, considerando os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 62/2026, a manifestação formal apresentada pela empresa CARLOS VALDECI BARBOSA LTDA., o parecer da Assessoria Jurídica Municipal e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, DECIDO:
I – ACOLHER a manifestação formal de renúncia à contratação apresentada pela empresa CARLOS VALDECI BARBOSA LTDA., inscrita no CNPJ nº 27.016.837/0001-85, referente à Concorrência Eletrônica nº 10/2026, cujo objeto consiste na construção de 10 (dez) unidades habitacionais do Conjunto Renascer II, vinculado ao Programa Casa Fácil – Convênio nº 196/2026 – COHAPAR;
II – DETERMINAR a exclusão dos efeitos da adjudicação anteriormente realizada em favor da referida empresa, pelo valor de R$ 1.093.950,00 (um milhão, noventa e três mil, novecentos e cinquenta reais), em razão da renúncia formalizada e da aplicação, quando cabível, do art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
III – DETERMINAR a retomada do procedimento licitatório, na própria plataforma eletrônica em que foi realizada a Concorrência Eletrônica nº 10/2026, para prosseguimento das etapas necessárias à contratação, preservando-se os atos válidos já praticados e observando-se a ordem original de classificação dos licitantes remanescentes;
IV – AUTORIZAR a publicação de aviso de reabertura do procedimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, conforme o prazo adotado pela Administração e as disposições aplicáveis, devendo constar expressamente a data, o horário, a plataforma eletrônica, a finalidade da sessão e as orientações necessárias à participação dos interessados;
V – DETERMINAR a convocação e a intimação formal de todos os licitantes remanescentes classificados na Concorrência Eletrônica nº 10/2026, por meio da plataforma eletrônica e dos demais canais oficiais cabíveis, para que acompanhem a sessão de retomada do procedimento, assegurando-se a comprovação das comunicações realizadas e a observância da ordem de classificação;
VI – ESTABELECER que, na sessão reaberta, o Agente de Contratação observe o art. 90, §§ 2º e 4º, da Lei nº 14.133/2021, promovendo a convocação dos remanescentes e as negociações cabíveis, respeitada a ordem classificatória e verificadas a validade das propostas, a aceitabilidade dos preços, as condições do edital e os requisitos legais para a contratação;
VII – DETERMINAR que, frustradas as tentativas de contratação dos licitantes remanescentes, os autos sejam encaminhados conclusos à esta autoridade competente para nova análise e decisão fundamentada acerca das providências cabíveis;
IX – DETERMINAR a juntada desta decisão aos autos do Processo Administrativo nº 62/2026, acompanhada do parecer jurídico, da manifestação formal da empresa e dos comprovantes de publicação e convocação, para fins de registro, transparência e controle administrativo.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Sapopema/PR, 23 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Chefe do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:A6EFD7AD

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 266/2026

DECRETO Nº 266/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.228/2020.

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar a Sr.ª Rosemeri Rosa de Carvalho, matrícula nº 7458-1 nomeada pelo Decreto nº 048/2026 para exercer a função de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, cargo temporário, contratada por prazo determinado através do PSS nº 003/2025.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Com efeitos financeiros a partir da data 26/10/2026

Sapopema, 23 de outubro 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:120AD765

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 267/2026

DECRETO Nº 267/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPOPEMA/PR**,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação, e de conformidade com a Lei Municipal nº 467/2002 e alterações,

R E S O L V E

Art. 1º - Reenquadrar os Professores da rede Municipal, em conformidade com as Leis 467/2002 e alterações, conforme quadro abaixo:

SERVIDOR/MAT.	**CLASSE**	
Bruna Buachack de Lima 707-1	13	NÍVEL III
Debora Gonçalves dos Santos 659-1	16	
Debora Gonçalves dos Santos 659-2	11	
Geralda Nunes de Oliveira 43-2	13	
Valeria Matias de Oliveira 743-1	11	

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir do dia 01/10/2026.
Sapopema, 23 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:524D05E1

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 122/2026 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 122/2026 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 03/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2025,** em observância ao

princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **03/2025**, homologado pelo Decreto nº. 044/2026 de 12 de fevereiro de 2026, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS

CLASSIF.	Nome	PONTUAÇÃO TOTAL
23º	Thayane Viana Vaz	92
24º	Franciele da Fonseca	91
25º	Ana Carolina da Cruz dos Santos	91
26	Patrícia Rio Oliveira	91

Sapopema, 23 de outubro 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A322F9E2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 16/2026

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO *DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO* Nº 16/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Sapopema-Pr, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 76.167.733/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. x.985.239-x e CPF sob o nº. xxx.681.549-xx, residente e domiciliado nesta cidade, sito à Rua Santana, neste ato denominado simplesmente contratante.

CONTRATADA: Rosemeri Rosa de Carvalho, CPF sob nº xxx.576.889.xx
Objeto: Prestação de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil carga horária de 40hrs semanais
Rescisão de Contrato: 26/10/2026, a pedido, PSS Nº 03/2025
Sapopema, 26/10/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

ROSEMERI ROSA DE CARVALHO
Contratada

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:B03ADD48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 28/2026-CMS
Participação exclusiva para micro e pequenas empresas
Legislação aplicável: Lei 14.133/2021; Lei Complementar 123/2006; Lei Municipal 3.008/2024

Por meio deste, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de Dispensa de Licitação, para o objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO: Aquisição de suporte regulável para backdrop, conforme especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, disponíveis através do link: https://cms.pr.gov.br/licitacao-aberta

LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:
Preferencialmente no endereço eletrônico: compras2@cms.pr.gov.br
Início: às 8h de 26/10/2026; **Término**: às 12h de 29/10/2026.
Propostas enviadas fora do prazo estabelecido não serão aceitas.

Sarandi, 23 de outubro de 2026.

WESLEY HENRIQUE SANGUINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:1E0DF3FA

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2025

Origem: Dispensa nº 21/2025
Processo Administrativo nº: 32/2025

Contratante: Câmara Municipal de Sarandi
Contratado: Sigatel Operações de Telefonia Ltda.
CNPJ: 05.257.922/0001-00

Objeto: Prestação de serviços de telefonia por meio do protocolo SIP (session initiation protocol), com capacidade para 30 (trinta) canais e tecnologia de discagem direta a ramal (DDR) para 50 (cinquenta) ramais

Valor Total: R$ 2.484,84 (dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).
Vigência: de 12 de novembro de 2026 a 12 de novembro de 2027.
Base legal: Artigo 107 da Lei 14.133/2021.
Assinatura: 23 de outubro de 2026.

Câmara Municipal de Sarandi, 23 dias do mês de outubro de 2026.

DIONÍZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:1E9715F3

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2026

Origem: Dispensa nº 21/2026

Contratante: Câmara Municipal de Sarandi
Contratado: Buskcipa Segurança e Medicina do Trabalho Ltda.
CNPJ: 19.994.574/0001-50

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de segurança e medicina do trabalho destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Sarandi.

Valor Total: R$ 9.290,00 (nove mil, duzentos e noventa reais)
Vigência: 23 de outubro de 2026 a 23 de outubro de 2027.
Assinatura: 23 de outubro de 2026.

Câmara Municipal de Sarandi, 23 de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:89670B1B

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 142/2026

Designa o servidor Marlon Bif para fiscalização de contrato.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe são conferidas por Lei, resolve:
Art. 1º Designar o servidor Marlon Bif, matrícula nº 134, inscrito no CPF sob nº XXX.088.XXX-XX, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Sarandi, para fiscalização do Contrato nº 05/2026, firmado junto à empresa Buskcipa Segurança e Medicina do Trabalho Ltda., inscrita no CNPJ nº 19.994.574/0001-50, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia de segurança e medicina do trabalho destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Sarandi.
Art. 2º Fica a cargo do servidor mencionado no art. 1º, a responsabilidade técnica e legal pelo acompanhamento acerca do fiel cumprimento das cláusulas da referida ata, respeitando os procedimentos dispostos na Instrução Normativa nº 1, de 14 de julho de 2022.
Art. 3º Designar como Fiscal de Contrato Substituto o servidor Lucas Ataliba Rantin de Carvalho, matrícula nº 128, inscrito no CPF sob nº XXX.711.XXX-XX, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, para assumir a titularidade da fiscalização, em virtude de afastamentos e/ou eventuais impedimentos do servidor titular.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 23 dias do mês de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:34DA3EE0

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DISPENSA N° 21/2026 CONTRATO Nº 544/2026 ID 11176

ORIGEM:	**DISPENSA N° 21/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**BATISTA & IZEPE LTDA**
CNPJ/CPF:	**81.900.227/0001-95**
OBJETO:	**Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação, do Município de Sarandi/PR**
VALOR GLOBAL:	**R$ 63.789,72 (sessenta e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos).**
VIGÊNCIA:	**23 de outubro de 2026 a 21 de dezembro de 2026.**
ASSINATURA:	**23 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:497A701F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 41/2026 CONTRATO Nº 546/2026 ID 11178

ORIGEM:	**PREGÃO ELETRÔNICO N° 41/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**NASA FRANCE VEICULOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**22.424.304/0001-19**
OBJETO:	**Aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, sendo 01 (um) veículo tipo Hatch, 01 (um) veículo tipo SUV e 01 (um) veículo utilitário tipo pick-up cabine dupla, com 4 (quatro) portas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social do Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais).**
VIGÊNCIA:	**26 de outubro de 2026 a 25 de outubro de 2027.**
ASSINATURA:	**23 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:DE5F71B4

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 41/2026 CONTRATO Nº 547/2026 ID 11179

ORIGEM:	**PREGÃO ELETRÔNICO N° 41/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**PINHEIRO S VEICULOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**01.692.763/0001-03**
OBJETO:	**Aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, sendo 01 (um) veículo tipo Hatch, 01 (um) veículo tipo SUV e 01 (um) veículo utilitário tipo pick-up cabine dupla, com 4 (quatro) portas, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social do Município de Sarandi/PR.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 158.800,00 (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos reais).**
VIGÊNCIA:	**26 de outubro de 2026 a 25 de outubro de 2027.**
ASSINATURA:	**23 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:EE3B3E25

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 9-0042/2024 CONTRATO Nº 550/2026 ID 11182

ORIGEM:	**PREGÃO ELETRÔNICO N° 9-0042/2024 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SUMA BRASIL - SERVICOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A.**
CNPJ/CPF:	**16.565.111/0001-85**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para execução de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, gerados no Município de Sarandi/PR, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.**
VALOR GLOBAL:	**R$ 24.593.664,70 (vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos).**
VIGÊNCIA:	**26 de outubro de 2026 a 30 de dezembro de 2029.**
ASSINATURA:	**23 de outubro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:D3C34906

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º2689/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal 2189/2015, na Lei Complementar nº 364/2018 e na Portaria 2049/2026;

R E S O L V E

1º - INSTAURAR sindicância administrativa para apuração dos fatos relatados no procedimento nº. 16/2026 da Corregedoria da Guarda Civil Municipal.

2º - NOMEAR os servidores **Indrigo dos Santos Aguilieri**, R.G. n.º X.521.XXXX-4, **Evandro Bonifacio de Lima**, R.G. n.º X.075.XXXX-3 e **Adriano Delfino**, R.G. n.º X.202.XXXX-6, membros da Comissão Permanente, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei.

3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 02 de outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:AD856C1A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2770/2026

SÚMULA: Revoga a Portaria nº 1368/2025, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma da Lei Complementar 010/92, do Estatuto dos Servidores do Município de Sarandi.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar, em todo o seu teor, a Portaria de Nº 1368/2025 de 22 de outubro de 2025, que concedia ao servidor municipal **JAMES ROBAINA DA SILVA**, matrícula **5472**, cargo de **Guarda Municipal**, gratificação Mensal de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento básico do cargo de Contador, para o desempenho da função de **CHEFIA OPERACIONAL DA GUARDA MUNICIPAL**, símbolo FCC-1, na Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública.

Art. 2º Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de outubro de 2026.

Sarandi, 23 de Outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:36F12F4A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2771/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 2860/2022.

R E SO L V E:

Art. 1º Designar o servidor **JONAS HENRIQUE ORLANDI,** matrícula **8236**, ocupante do cargo de **Guarda Municipal**, lotado na Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública, para o desempenho da função de **CHEFIA OPERACIONAL DA GUARDA MUNICIPAL,** símbolo FCC-1.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme disposto no art. 75º da Lei 2860/2022, e seus anexos, uma gratificação mensal de 20% (vinte por cento), sobre o vencimento básico do cargo de Contador, a título de Função de Confiança.

Art. 3° Fica vedada a acumulação na remuneração de qualquer outra gratificação aos beneficiários de funções de confiança que não os especificados em Lei.

Art. 4º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de outubro de 2026.

Sarandi, 23 de Outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:ACA2FDC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ALTERAÇÃO DE DATA PREVISTA NO CALENDÁRIO ESCOLAR - ANO LETIVO 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 150/2026 - SMED/SEF
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI -PARANÁ,** por meio de sua Secretária Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela decreto 1384/2026, de 06 de outubro de 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 155/2026 - CMES/PR, de 21 de Outubro de 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata do ASSUNTO: **ALTERAÇÃO DE DATA PREVISTA NO CALENDÁRIO ESCOLAR - ANO LETIVO 2026.**
Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sarandi, 23 de Outubro de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Secretaria de Educação
Decreto N° 1384/2026

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº 150 de 26 de outubro de 2026:
PARECER Nº 155/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 21/10/2026.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR.
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE DATA PREVISTA NO CALENDÁRIO ESCOLAR - ANO LETIVO 2026.
CONSIDERANDO as atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi e cria o Conselho Municipal de Educação, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art. 8º da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e na Lei Orgânica do Município de Sarandi, integra-se às políticas públicas educacionais, aos planos educacionais e às diretrizes da legislação vigente.
CONSIDERANDO a LDBEN nº 9394/96 em seus artigos 23 e 24 que garante 800 horas anuais em no mínimo 200 dias de trabalho escolar;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2026 do Conselho Municipal de Educação, que delibera sobre as normas e princípios para a educação infantil;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2014 – CME/Sarandi estabelece normas para criação, credenciamento, autorização e renovação de funcionamento, supervisão e avaliação das instituições de ensino, bem como para matrícula, transferência, aproveitamento, classificação, reclassificação, adaptação, revalidação e equivalência de estudos, regularização da vida escolar e elaboração da proposta pedagógica, no âmbito da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi.

CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2023 – CMES/PR, aprovado em 29/08/2023, que delibera sobre os procedimentos para Reposição de Aula, conforme Calendário Escolar vigente, das instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr.

CONSIDERANDO o Decreto nº 1400/2026 – Gabinete do prefeito, que declara e altera a data do ponto facultativo do dia do Servidor Público do dia 28 de outubro de 2026 para o dia 30 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO o Ofício nº 2488/2026 – SMED; encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi em 20 de outubro de 2026; solicitando a apreciação e a deliberação deste Conselho acerca da alteração da data prevista no Calendário Escolar de 2026;

CONSIDERANDO a Ata nº 09/2026, referente à reunião deste Conselho; conforme identificação a ser confirmada nos registros oficiais;

RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi encaminhou ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Ofício nº 2488/2026, solicitação de apreciação e deliberação acerca da alteração da data prevista no Calendário Escolar do ano letivo de 2026.

A solicitação refere-se à alteração da data inicialmente prevista para o dia **28 de outubro de 2026, para o dia 30 de outubro de 2026**, em razão do Decreto Municipal nº 1.400/2026, que transferiu o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público.

Diante da alteração estabelecida pelo referido Decreto, a Secretaria Municipal de Educação solicita a validação da adequação do Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino, de modo a compatibilizar a organização administrativa com o cumprimento das exigências legais relativas aos dias letivos e à carga horária anual dos estudantes.

A matéria foi submetida à apreciação do Conselho Municipal de Educação de Sarandi, considerando a necessidade de assegurar a regularidade do Calendário Escolar e evitar prejuízos ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

ANÁLISE

Aspectos Formais

Consta no processo o Ofício nº 2488/2026 – SMED, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi em 20 de outubro de 2026, por meio do qual solicita a apreciação e a deliberação do CMES acerca da alteração da data prevista no Calendário Escolar de 2026.

A solicitação decorre da publicação do Decreto Municipal nº 1.400/2026, que transferiu o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, de 28 para 30 de outubro de 2026.

A análise da solicitação considera a necessidade de adequação do Calendário Escolar às disposições administrativas municipais, sem prejuízo do cumprimento das exigências legais aplicáveis à organização do ano letivo.

Aspectos Legais

O art. 23, § 2º, da Lei Federal nº 9.394/1996 estabelece que o calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades locais, a critério do respectivo sistema de ensino, sem redução do número de horas letivas previsto na legislação.

O art. 24, inciso I, da mesma Lei estabelece, para o Ensino Fundamental, a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. Para o Ensino Médio, a legislação vigente prevê carga horária mínima anual de 1.000 (mil) horas, também distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Assim, a alteração de datas no Calendário Escolar deve observar as disposições legais aplicáveis a cada etapa da Educação Básica, assegurando o cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar e da carga horária anual correspondente.

No caso em análise, a alteração solicitada pela Secretaria Municipal de Educação decorre da transferência do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público. Sua validação pelo CMES deve estar condicionada à preservação da organização pedagógica e ao cumprimento integral das exigências legais relativas ao ano letivo de 2026.

Dessa forma, cabe à Secretaria Municipal de Educação assegurar que a adequação do Calendário Escolar seja implementada de maneira compatível com a legislação educacional vigente e com as necessidades de organização das instituições da Rede Municipal de Ensino.

PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), por meio do Conselho Pleno, após análise da solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, manifesta-se **favoravelmente à alteração da data prevista no Calendário Escolar do ano letivo de 2026, de 28 de outubro para 30 de outubro de 2026**, em decorrência do Decreto Municipal nº 1.400/2026, que transferiu o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público.

A aprovação fica condicionada à observância das normas educacionais vigentes e à garantia do cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar e da carga horária anual exigida para cada etapa da Educação Básica.

Compete à Secretaria Municipal de Educação orientar as instituições de ensino quanto à adequação dos respectivos calendários e assegurar que a alteração não acarrete prejuízos ao cumprimento das atividades pedagógicas e dos objetivos de aprendizagem previstos para o ano letivo.

Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná aprova a alteração da data prevista no Calendário Escolar de 2026, nos termos apresentados neste Parecer.

Este Parecer entra em vigor na data de sua aprovação.

Sarandi-Pr., 22 de outubro de 2026.

ANA CRISTINA DO N. MIRANDA
Presidente do CMES
Decreto 1376/2026

IV. DO VOTO DOS CONSELHEIROS

Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o Presente Parecer.

Conselheiros Titulares:
Ana Cristina do Nascimento Miranda
Célia França de Campos
Francieli Chiarato Ribas
Gleice de Almeida Hinz
Sandra Regina Beni Kauffman

Conselheiros Suplentes no exercício da titularidade:
Aline Honório Machado
Rosangela Aparecida da Silva Lira
Soraya Galvão Evaristo
Claudia Cristiane Teixeira Gusso dos Santos

Conselheiros Suplentes:
Jane Buettner

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:EA90202C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ALTERAÇÃO DE DATA PREVISTA NO CALENDÁRIO ESCOLAR - ANO LETIVO 2026- M. A. DA SILVEIRA CORSI SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA. CNPJ:07.607.535/0001-74 - MATRIZ

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 151/2026 - SMED/SEF

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI -PARANÁ,** por meio de sua Secretária Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela decreto 1384/2026, de 06 de outubro de 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 156/2026 - CMES/PR, de 21 de Outubro de 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata do ASSUNTO: **ALTERAÇÃO DE DATA PREVISTA NO CALENDÁRIO ESCOLAR - ANO LETIVO 2026- M. A. DA SILVEIRA CORSI SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA. CNPJ:07.607.535/0001-74 - MATRIZ**

Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sarandi, 23 de Outubro de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Secretaria de Educação
Decreto N° 1384/2026

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº 151 de 26 de outubro de 2026:
PARECER Nº 156/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM: 21/10/2026
INTERESSADOS: ESCOLA ANJOS DA TERRA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. RUA DOM JOÃO VI Nº 1626 – JARDIM PANORAMA. SARANDI – PARANÁ, CEP Nº 87.113 – 050.
MANTENEDORA: M. A. DA SILVEIRA CORSI SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA. CNPJ:07.607.535/0001-74 - MATRIZ
ASSUNTO: VALIDAÇÃO DE REPOSIÇÃO DE DIA LETIVO DO CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2026.
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi - Paraná, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art. 8º da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e na Lei Orgânica do Município de Sarandi, integrando-se às políticas públicas educacionais, aos Planos Educacionais e às Diretrizes vigentes;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2026, aprovado em 01/09/2011, que estabelece normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi.
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2023 – CMES/PR, aprovado em 29/08/2023, que delibera sobre os procedimentos para Reposição de Aula, conforme Calendário Escolar vigente, das instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr.
CONSIDERANDO O Ofício nº 09/2026, encaminhado pela Escola Anjos da Terra à Secretaria Municipal de Educação de Sarandi em 15 de outubro de 2026, solicitando autorização para a dispensa das atividades presenciais dos alunos no período da tarde do dia 25 de novembro de 2026, em razão da organização de evento escolar, que ocorrerá na mesma data no período noturno;
CONSIDERANDO A necessidade de assegurar a continuidade do processo de ensino e aprendizagem, o cumprimento do calendário escolar e a carga horária legalmente estabelecida.
CONSIDERANDO a Ata nº 09/2026, referente à reunião deste Conselho; conforme identificação a ser confirmada nos registros oficiais;
I – RELATÓRIO
A Escola Anjos da Terra – Educação Infantil e Ensino Fundamental, por meio do Ofício nº 09/2026, datado de 15 de outubro de 2026, encaminhou solicitação de autorização para a dispensa das atividades presenciais dos alunos no período vespertino do dia 25 de novembro de 2026, em razão da organização do evento escolar denominado **“Semeando o Futuro”,** .
Conforme informado pela instituição, o evento será realizado no período noturno, na mesma data, no Teatro Sônia Maria Silvestre, localizado no município de Marialva – PR, com o objetivo de apresentar à comunidade escolar os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes ao longo do período letivo, a partir de propostas pedagógicas relacionadas à natureza, à conscientização ambiental e à importância do cuidado com o meio ambiente.
A programação contará com exposição de trabalhos teóricos e produções realizadas pelas diferentes turmas, além de apresentações artísticas e coreográficas relacionadas à temática estudada, promovendo a integração entre escola, famílias e comunidade.
A instituição justifica a solicitação pela necessidade de organização do espaço físico, montagem dos painéis, preparação do ambiente, exposição dos trabalhos, transporte dos materiais e estruturação das apresentações artísticas. Informa, ainda, que realizará a entrega de módulos aos alunos, como parte das atividades e dos procedimentos previstos pela instituição para a referida data.
Diante do exposto, a solicitação é submetida à análise deste Conselho, considerando a necessidade de compatibilizar a organização do evento escolar com as normas educacionais vigentes e com o cumprimento dos dias letivos e da carga horária obrigatória.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Consta no processo o Ofício nº 09/2026, expedido pela Escola Anjos da Terra – Educação Infantil e Ensino Fundamental, por meio do qual a instituição solicita autorização para a dispensa das atividades presenciais dos estudantes no período da tarde do dia 25 de novembro de 2026 no período vespertino.
A justificativa apresentada refere-se à necessidade de preparação e organização do evento escolar “Semeando o Futuro”, cuja programação ocorrerá no período noturno, em espaço externo à instituição de ensino.
A escola informa que as atividades preparatórias envolvem a organização dos espaços, a montagem das exposições, o deslocamento dos materiais e a estruturação das apresentações previstas para o evento.
Aspectos Legais
A Lei Federal nº 9.394/1996 estabelece que a organização do calendário escolar deve observar as peculiaridades locais, sem prejuízo do cumprimento da carga horária mínima anual e dos dias de efetivo trabalho escolar previstos na legislação vigente.
Nesse sentido, a realização de eventos escolares que envolvam exposições, apresentações artísticas e atividades relacionadas aos conteúdos trabalhados pode integrar a proposta pedagógica da instituição, desde que haja planejamento, intencionalidade educativa e vinculação aos objetivos de aprendizagem.
Caso a dispensa implique redução das atividades letivas programadas, deverão ser adotadas as medidas de reorganização ou reposição cabíveis, em conformidade com a legislação vigente e com a Deliberação nº 02/2023 – CMES/PR.
III – PARECER E VOTO
Após análise da solicitação apresentada pela Escola Anjos da Terra – Educação Infantil e Ensino Fundamental, referente à dispensa das atividades presenciais dos alunos no período da tarde do dia 25 de novembro de 2026, para organização do evento escolar “Semeando o Futuro”, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná reconhece a relevância pedagógica da iniciativa, considerando sua proposta de valorização das aprendizagens dos estudantes, da conscientização ambiental e da integração entre escola, famílias e comunidade.
Este Conselho manifesta-se favoravelmente à análise da solicitação, condicionada à observância das normas educacionais vigentes quanto aos procedimentos administrativos cabíveis.
A instituição deverá assegurar que a organização do evento não resulte em prejuízo ao cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar, da carga horária anual e dos objetivos de aprendizagem previstos para as etapas de ensino ofertadas.
Este Parecer entra em vigor na data de sua aprovação.

Sarandi – PR, 22 de outubro de 2026.

ANA CRISTINA DO N. MIRANDA
Presidente do CMES
Decreto 1376/2026

IV – CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP
Conselheiros Titulares:
Ana Cristina do Nascimento Miranda
Célia França de Campos
Francieli Chiarato Ribas
Gleice de Almeida Hinz
Sandra Regina Beni Kauffman
Conselheiros Suplentes no exercício da titularidade:

Aline Honório Machado
Rosangela Aparecida da Silva Lira
Soraya Galvão Evaristo
Claudia Cristiane Teixeira Gusso dos Santos
Conselheiros Suplentes:
Jane Buettner

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:DA327B61

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
VALIDAÇÃO DE REPOSIÇÃO DE DIA LETIVO DO CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 152/2026 - SMED/SEF
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI -PARANÁ,** por meio de sua Secretária Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela decreto 1384/2026, de 06 de outubro de 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 157/2026 - CMES/PR, de 21 de Outubro de 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata do **ASSUNTO: VALIDAÇÃO DE REPOSIÇÃO DE DIA LETIVO DO CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2026.**
Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sarandi, 23 de Outubro de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Secretaria de Educação
Decreto N° 1384/2026

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº 152 de 26 de outubro de 2026:
PARECER Nº 157/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 21/10/2026.
INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR.

ASSUNTO: VALIDAÇÃO DE REPOSIÇÃO DE DIA LETIVO DO CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2026.
CONSIDERANDO as atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi e cria o Conselho Municipal de Educação, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art. 8º da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e na Lei Orgânica do Município de Sarandi, integra-se às políticas públicas educacionais, aos planos educacionais e às diretrizes da legislação vigente.
CONSIDERANDO a LDBEN nº 9394/96 em seus artigos 23 e 24 que garante 800 horas anuais em no mínimo 200 dias de trabalho escolar;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2014 – CME/Sarandi estabelece normas para criação, credenciamento, autorização e renovação de funcionamento, supervisão e avaliação das instituições de ensino, bem como para matrícula, transferência, aproveitamento, classificação, reclassificação, adaptação, revalidação e equivalência de estudos, regularização da vida escolar e elaboração da proposta pedagógica, no âmbito da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi.
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2023 – CMES/PR, aprovado em 29/08/2023, que delibera sobre os procedimentos para Reposição de Aula,
conforme Calendário Escolar vigente, das instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr.
CONSIDERANDO o Ofício nº 21/2026 – SMED; encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi em conjunto com a Educação de Jovens e Adultos - EJA,solicitando a apreciação e a deliberação deste Conselho acerca da alteração da data prevista no Calendário Escolar de 2026;
CONSIDERANDO a Ata nº 09/2026, referente à reunião deste Conselho; conforme identificação a ser confirmada nos registros oficiais;
RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, em conjunto com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), encaminhou ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Ofício nº 21/2026, solicitação de apreciação e deliberação acerca da alteração de data prevista no Calendário Escolar do ano letivo de 2026.
A solicitação refere-se à transferência da atividade escolar inicialmente prevista para o dia **29 de outubro de 2026 para o dia 19 de novembro de 2026**, em razão da participação dos servidores da EJA no jantar dançante em homenagem ao Dia do Servidor Público.
Conforme informado, a alteração tem por objetivo possibilitar a participação dos servidores no referido evento, sem prejuízo ao atendimento dos estudantes. Para tanto, a data de 19 de novembro de 2026, inicialmente destinada à parada pedagógica, será reorganizada de modo que os estudantes não sejam dispensados das atividades escolares.
A matéria foi submetida à apreciação do Conselho Municipal de Educação de Sarandi, considerando a necessidade de assegurar a regularidade do Calendário Escolar e evitar prejuízos ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

ANÁLISE
Aspectos Formais
Consta no processo o Ofício nº 21/2026 – SMED/EJA, encaminhado em 21 de outubro de 2026, solicitando a apreciação e a deliberação do CMES acerca da alteração de data prevista no Calendário Escolar de 2026.
A solicitação consiste na transferência da atividade prevista para o dia 29 de outubro de 2026 para o dia 19 de novembro de 2026, com a finalidade de possibilitar a participação dos servidores da EJA no Jantar Dançante em homenagem ao Dia do Servidor Público.
A proposta apresentada prevê a reorganização da parada pedagógica inicialmente programada para 19 de novembro, de forma que os estudantes não sejam dispensados das atividades escolares nessa data.

Aspectos Legais
O art. 23, § 2º, da Lei Federal nº 9.394/1996 estabelece que o calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades locais, a critério do respectivo sistema de ensino, sem redução do número de horas letivas previsto na legislação.
O art. 24 da mesma Lei estabelece requisitos relativos à carga horária e aos dias de efetivo trabalho escolar, observadas as disposições aplicáveis à etapa e à modalidade de ensino.
Nesse sentido, a alteração do Calendário Escolar deve assegurar a continuidade das atividades pedagógicas e o cumprimento integral da carga horária e dos dias letivos exigidos pela legislação vigente.
No caso em análise, a proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Educação busca compatibilizar a participação dos servidores da EJA em evento institucional com a manutenção do atendimento aos estudantes, mediante reorganização das atividades previstas para o dia 19 de novembro de 2026.
A implementação da alteração deverá observar o planejamento pedagógico da modalidade, as normas do Sistema Municipal de Ensino e as orientações administrativas pertinentes, de modo a evitar prejuízos à aprendizagem e ao cumprimento do calendário escolar.
Cabe à Secretaria Municipal de Educação assegurar que a reorganização proposta seja formalizada e executada em conformidade com a legislação educacional vigente.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), por meio do Conselho Pleno, após análise da solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, em conjunto com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), manifesta-se **favoravelmente à**

alteração da data prevista no Calendário Escolar da EJA para o ano letivo de 2026, de 29 de outubro para 19 de novembro de 2026, conforme solicitado no Ofício nº 21/2026 – SMED/EJA.
A aprovação considera a finalidade de possibilitar a participação dos servidores no jantar dançante em homenagem ao Dia do Servidor Público, mediante reorganização do calendário, sem prejuízo ao atendimento dos estudantes.
A alteração fica condicionada à garantia do cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar, da carga horária exigida pela legislação vigente e dos objetivos pedagógicos previstos para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
Compete à Secretaria Municipal de Educação de Sarandi orientar a instituição quanto à formalização da alteração e assegurar que a reorganização das atividades previstas para 19 de novembro de 2026 não resulte em dispensa dos estudantes sem a observância das normas educacionais aplicáveis.
Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná aprova a alteração da data prevista no Calendário Escolar da EJA, nos termos deste Parecer.
Este Parecer entra em vigor na data de sua aprovação.

Sarandi – PR, 21 de outubro de 2026.

ANA CRISTINA DO N. MIRANDA
Presidente do CMES
Decreto 1376/2026

IV. DO VOTO DOS CONSELHEIROS
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o Presente Parecer.
Conselheiros Titulares:
Ana Cristina do Nascimento Miranda
Célia França de Campos
Francieli Chiarato Ribas
Gleice de Almeida Hinz
Sandra Regina Beni Kauffman
Conselheiros Suplentes no exercício da titularidade:
Aline Honório Machado
Rosangela Aparecida da Silva Lira
Soraya Galvão Evaristo
Claudia Cristiane Teixeira Gusso dos Santos
Conselheiros Suplentes:
Jane Buettner

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:0579F2AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO VALIDAÇÃO DE REPOSIÇÃO DE DIA LETIVO DO CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2026- CMEI JOSÉ LAZARO

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 153/2026 - SMED/SEF
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI -PARANÁ,** por meio de sua Secretária Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela decreto 1384/2026, de 06 de outubro de 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 158/2026 - CMES/PR, de 21 de Outubro de 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata do **ASSUNTO: VALIDAÇÃO DE REPOSIÇÃO DE DIA LETIVO DO CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2026.**
Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Sarandi, 23 de Outubro de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Secretaria de Educação
Decreto N° 1384/2026

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº 153 de 26 de outubro de 2026:
PARECER Nº 158/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 21/10/2026.
INTERESSADO: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI) JOSÉ LÁZARO PEREIRA – RUA PIONEIRO GUERINO DARLIN Nº 866, JARDIM NOVA SARANDI III, SARANDI – PARANÁ, CEP Nº 87.117-058.
MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR.
ASSUNTO: VALIDAÇÃO DE REPOSIÇÃO DE DIA LETIVO DO CALENDÁRIO ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2026. JOSÉ LAZARO PEREIRA
CONSIDERANDO as atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi e cria o Conselho Municipal de Educação, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art. 8º da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e na Lei Orgânica do Município de Sarandi, integra-se às políticas públicas educacionais, aos planos educacionais e às diretrizes da legislação vigente.
CONSIDERANDO a LDBEN nº 9394/96 em seus artigos 23 e 24 que garante 800 horas anuais em no mínimo 200 dias de trabalho escolar;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2026 do Conselho Municipal de Educação, que delibera sobre as normas e princípios para a educação infantil;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 02/2023 – CMES/PR, aprovado em 29/08/2023, que delibera sobre os procedimentos para Reposição de Aula, conforme Calendário Escolar vigente, das instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr.
CONSIDERANDO o Ofício nº 2345/2026, SMED, datado de 02 de outubro de 2026 e encaminhado a este Conselho;
CONSIDERANDO a Ata nº 09/2026, referente à reunião deste Conselho; conforme identificação a ser confirmada nos registros oficiais;
RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi encaminhou ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Ofício nº 2345/2026 – SMED, datado de 2 de outubro de 2026, solicitação de autorização para a reposição, por meio de módulos, do dia letivo de 1º de outubro de 2026, referente às turmas de Infantil 4 e Infantil 5 do Centro Municipal de Educação Infantil José Lázaro Pereira.
Conforme informado no documento, na referida data, em decorrência das fortes chuvas ocorridas no município de Sarandi, houve alagamentos nas dependências do CMEI José Lázaro Pereira, impossibilitando o atendimento às crianças e a realização das atividades pedagógicas previstas.
Diante da situação excepcional, a Secretaria Municipal de Educação solicitou autorização para realizar a reposição do dia letivo por meio de módulos, com a finalidade de assegurar o cumprimento do Calendário Escolar e da carga horária estabelecida para o ano letivo de 2026.
A solicitação foi submetida à apreciação deste Conselho, considerando a necessidade de regularização do dia letivo não realizado e de garantia do direito das crianças à educação, observadas as normas vigentes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi.

ANÁLISE
Aspectos Formais
Consta no processo o Ofício nº 2345/2026 – SMED, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, solicitando autorização para a reposição, por meio de módulos, do dia letivo de 1º de outubro de 2026, referente às turmas de Infantil 4 e Infantil 5 do CMEI José Lázaro Pereira.
A justificativa apresentada fundamenta-se na ocorrência de fortes chuvas e alagamentos nas dependências da instituição, situação que impossibilitou o atendimento às crianças e a realização das atividades pedagógicas programadas.
A Secretaria Municipal de Educação solicita, portanto, autorização para a adoção de procedimento excepcional de reposição, visando à

regularização do calendário escolar e ao cumprimento da carga horária anual.

Aspectos Legais

A Lei Federal nº 9.394/1996 estabelece requisitos para a organização da Educação Básica e determina, em seu art. 31, inciso II, que a Educação Infantil deve cumprir a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

A organização do Calendário Escolar deve observar as normas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino, assegurando o cumprimento das exigências legais e a continuidade do processo educativo.

No caso em análise, a suspensão do atendimento no dia 1º de outubro de 2026 decorreu de uma situação excepcional, ocasionada por condições climáticas adversas que comprometeram as condições de funcionamento da instituição.

Considerando a necessidade de regularização do dia letivo não realizado, a reposição por meio de módulos poderá ser adotada, desde que previamente organizada e orientada pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a Deliberação nº 02/2023 – CMES/PR e demais normas aplicáveis.

A reposição deverá contemplar atividades pedagógicas planejadas, adequadas à faixa etária das crianças e relacionadas aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para a Educação Infantil, com registros que permitam comprovar sua efetiva realização.

Cabe à Secretaria Municipal de Educação orientar a instituição quanto à organização, à execução e ao registro da reposição, assegurando o cumprimento integral do Calendário Escolar e da carga horária anual exigida pela legislação vigente.

PARECER E VOTO

Após análise da solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, por meio do Ofício nº 2345/2026 – SMED, referente à reposição, por meio de módulos, do dia letivo de 1º de outubro de 2026, nas turmas de Infantil 4 e Infantil 5 do CMEI José Lázaro Pereira, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná manifesta-se **favoravelmente à solicitação de reposição**, considerando a situação excepcional decorrente das fortes chuvas e dos alagamentos que impossibilitaram o atendimento às crianças na referida data.

A autorização fica condicionada à organização e à orientação da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi, observadas as disposições da Deliberação nº 02/2023 – CMES/PR e demais normas educacionais vigentes.

A reposição deverá assegurar a realização de atividades pedagógicas planejadas, adequadas à faixa etária das crianças, bem como o cumprimento dos dias de trabalho educacional e da carga horária anual estabelecidos para a Educação Infantil.

A instituição deverá manter os registros comprobatórios das atividades realizadas, de modo a garantir a regularidade da escrituração escolar e a comprovação do cumprimento das exigências legais.

Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná manifesta-se favoravelmente à reposição do dia letivo de 1º de outubro de 2026, por meio de módulos, referente às turmas de Infantil 4 e Infantil 5 do CMEI José Lázaro Pereira, nos termos estabelecidos neste Parecer.

Este Parecer entra em vigor na data de sua aprovação.

Sarandi – PR, 21 de outubro de 2026.

ANA CRISTINA DO N. MIRANDA
Presidente do CMES
Decreto 1376/2026

IV. DO VOTO DOS CONSELHEIROS

Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o Presente Parecer.

Conselheiros Titulares:
Ana Cristina do Nascimento Miranda
Célia França de Campos
Francieli Chiarato Ribas
Gleice de Almeida Hinz
Sandra Regina Beni Kauffman

Conselheiros Suplentes no exercício da titularidade:
Aline Honório Machado
Rosangela Aparecida da Silva Lira
Soraya Galvão Evaristo
Claudia Cristiane Teixeira Gusso dos Santos

Conselheiros Suplentes:
Jane Buettner

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:DC7FB049

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 845/2026

Ementa: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Sengés para o Exercício Financeiro de 2027.

A Câmara Municipal aprovou, e o Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, promulga, sanciona e faz publicar a presente Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2027, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III - o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I
Da Estimativa da Receita

Art. 2º. A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R$ 131.725.000,00 (cento e trinta e um milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais).

Art. 3º. A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, sera realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	**131.625.000,00**
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	22.758.000,00
Receita de Contribuições	1.626.000,00
Receita Patrimonial	3.220.000,00
Receita de Serviços	262.000,00
Transferências Correntes	103.562.000,00
Outras Receitas Correntes	197.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	**100.000,00**
Alienação de Bens	100.000,00
TOTAL	**131.725.000,00**

Seção II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º. A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R$131.725.000,00 (cento e trinta e um

milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	TOTAL
3 – DESPESAS CORRENTES	**122.770.855,50**
3.1 – Pessoal e Encargos Sociais	55.850.653,50
3.2 – Juros e encargos da divida	3.000.000,00
3.3 – Outras Despesas Correntes	63.920.202,00
4 – DESPESAS DE CAPITAL	**8.954.144,50**
4.1 – Investimentos	6.138.894,50
4.2 – Amortização da Dívida / refinanciamento	1.500.000,00
9.9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**1.315.250,00**
TOTAL	**131.725.000,00**

Art. 5º. Integram esta Lei, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III
Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 6º. Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20 % da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações;

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

§ 1º. As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

§ 2º. Não integram os limites de abertura de créditos suplementares aqueles decorrentes de excesso de arrecadação do exercício e superávit financeiro do exercício anterior, ficando autorizada a abertura de créditos suplementares com os referidos recursos.

Art. 7º. Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I e no §2 do artigo 6º, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares, sem integrar os limites de suas respectivas aberturas, despesas destinadas a atender:

I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 31 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III — despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 9º. As transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês**.**

Art. 10. O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 11. Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos nas Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

Parágrafo único. Para efeito para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9o, § 4o, da LC nº101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2.026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:87F278E5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 846/2026

Ementa: Altera a Lei Municipal nº 572, de 11 de maio de 2022, que dispõe sobre a criação, estrutura, princípios gerais de organização, de comando e controle, bem como o plano de cargos e salários aplicáveis a Guarda Civil Municipal de Sengés, para adequar o procedimento de seleção, e as fases do concurso.

A Câmara Municipal aprovou, e o Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, sanciona e publica a presente Lei:

Art. 1º. A alteração inclui como fase a compor o concurso para o cargo de Guarda Civil Municipal a realização de exame odontológico de caráter eliminatório, passando a Lei Municipal n.º 572, de 11 de maio de 2.022 a vigorar com a alteração desta Lei.

Art. 2º. Acrescenta ao artigo 6º, da Lei Municipal n.º 572, de 11 de maio de 2.022, o inciso VIII, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. [...]
[...]
VIII – Exame odontológico, de caráter eliminatório.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2.026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:EE6D9C2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO N.º 230, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Declara de utilidade pública a intervenção de infraestrutura viária urbana destinada à execução

de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem de águas pluviais, calçadas, sinalização e arborização no Parque Industrial Amilton Teixeira Martins, no Município de Sertanópolis, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,
CONSIDERANDO o interesse público na implantação e melhoria da infraestrutura urbana do Município de Sertanópolis, visando proporcionar melhores condições de mobilidade, acessibilidade, segurança viária e desenvolvimento econômico;
CONSIDERANDO a necessidade de implantação de infraestrutura viária adequada no Parque Industrial Amilton Teixeira Martins, proporcionando melhores condições de circulação de veículos e pedestres, bem como de acesso às atividades industriais e empresariais instaladas ou a serem implantadas no local;
CONSIDERANDO a execução de obras de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), abrangendo uma área de 1.427,23 m², na Rua Projetada "A", localizada no Parque Industrial Amilton Teixeira Martins, no Município de Sertanópolis, Estado do Paraná;
CONSIDERANDO que a intervenção contempla serviços de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, execução de calçadas, sinalização viária, arborização e demais serviços complementares necessários à adequada execução do empreendimento;
CONSIDERANDO que a obra deverá ser executada em conformidade com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos integrantes do respectivo processo administrativo e licitatório;
CONSIDERANDO a necessidade de instrução do procedimento administrativo ambiental perante o Instituto Água e Terra – IAT, por meio do Sistema de Gestão Ambiental – SGA, para fins de requerimento da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental – DLAM, observados os critérios e requisitos estabelecidos na legislação ambiental vigente;

DECRETA:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de caracterização do interesse público e instrução do procedimento administrativo ambiental pertinente, a intervenção de infraestrutura viária urbana destinada à execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem de águas pluviais, calçadas, sinalização e arborização, abrangendo uma área de 1.427,23 m², na Rua Projetada "A", localizada no Parque Industrial Amilton Teixeira Martins, no Município de Sertanópolis, Estado do Paraná.
Art. 2º A intervenção compreende a execução dos serviços previstos nos projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária integrantes do respectivo processo administrativo e licitatório, incluindo os serviços complementares necessários à adequada execução da obra.
Art. 3º A presente declaração fundamenta-se no interesse público associado à implantação e melhoria da infraestrutura urbana, à mobilidade, à acessibilidade, à segurança viária e ao desenvolvimento do Parque Industrial Amilton Teixeira Martins, devendo a execução da intervenção observar as normas técnicas aplicáveis e as exigências dos órgãos ambientais competentes.
Art. 4º A presente declaração não dispensa a obtenção de autorizações, licenças, anuências ou demais atos administrativos eventualmente exigíveis, tampouco substitui a análise e o enquadramento ambiental do empreendimento pelo Instituto Água e Terra – IAT.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Santo Soriani", 23 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:D21F8CBA

ASSESSORIA GERAL
DECRETO N.º 231 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Ratifica a designação das Diretoras das Escolas Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO que todas as profissionais indicadas foram submetidas e declaradas aptas pela Comissão de Avaliação de Mérito e Desempenho dos indicados a Direção de Instituição de Ensino da Rede Municipal

DECRETA

Art. 1º Fica ratificada a designação das seguintes servidoras como Diretoras das respectivas unidades escolares, a saber:

ISLAINE TOTTI OSTI
Diretora da Escola Municipal Luiz Deliberador

SUZI ELAINE ALMEIDA LOUREIRO JANUÁRIO
Diretora da Escola Municipal Santo Tomás de Aquino

NANCIELE REIS FRANCO
Diretora da Escola Municipal Maria Gomes Teixeira

PATRÍCIA DE SOUZA PESCADOR CANATO
Diretora do CMEI Maria de Lourdes Fernandes

LUCIANE MARTINS FERREIRA CARDOSO
Diretora da Escola Municipal Benedito Biasi Zanin

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, sem prejuízo do término do mandato e demais cominações previstas pelo Decreto 194/2026.

Paço Municipal "Santo Soriani", 23 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vania Arruda Neves
Código Identificador:5E47B062

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
DECRETO Nº-08/2026

DECRETO Nº 008/2026, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Transfere o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público no âmbito da Câmara Municipal de Sertanópolis.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de acompanhar o calendário estabelecido pelo Poder Executivo Municipal, que transferiu o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, do dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira) para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira);
CONSIDERANDO a necessidade de adequação do expediente administrativo da Câmara Municipal, visando à organização dos serviços internos e à racionalização das atividades administrativas;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de assegurar a continuidade das atividades essenciais do Poder Legislativo Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido, excepcionalmente, do dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira) para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira), o ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, no âmbito da Câmara Municipal de Sertanópolis.
Parágrafo único. O expediente na Câmara Municipal será normal no dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira).
Art. 2º O disposto neste Decreto não prejudicará a realização de sessões, reuniões ou outros atos oficiais previamente agendados, caso necessário, mediante determinação da Presidência.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sertanópolis, 23 de outubro de 2026.

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:6FB114B3

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 267/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 267/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: MARCIONILIO CARLOS MARIANO DA SILVA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CALHAS E GRELHAS PARA USO NA ESCOLA BENEDITO BIASI ZANIN.
VALOR: R$7.574,00(SETE MIL, QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 22 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:90432631

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 268/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 268/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: R.R SOLAR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS.
VALOR: R$9.119,00(NOVE MIL, NOVECENTOS E DEZENOVE REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 23 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:AC8A13C7

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 269/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 269/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: PADUA COMERCIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESA EM INOX PARA USO NA PADARIA COMUNITÁRIA/VACA MECÂNICA.
VALOR: R$1.389,00(UM MIL, TREZENTOS E OITENTA E NOVE REAIS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 23 de outubro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Márcia Adriana Reis Silva
Código Identificador:E2693456

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 85/2026

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: GASPAROTO & GASPAROTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 07.426.713/0001-60.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELEFONE CELULAR PARA USO NA LEITURA E FATURAMENTO DAS CONTAS DE ÁGUA/ESGOTO.

VALOR: R$ 5.378,00 (cinco mil, trezentos e setenta e oito reais).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 22 de outubro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:68ECFA55

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
4º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 13/2025
CONCORRÊNCIA Nº 02/2025

CONTRATAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA DE *EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A CONSTRUÇÃO DA UBS TIPO II, CONFORME* PROPOSTA Nº 36000013500/2023, NOVO PAC, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, INSCRITA NO MF/CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, COM SEDE NA RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, EM SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA DIRETORA SUPERINTENDENTE **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA**, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE REGISTRO GERAL N.º 6.487.109-1/SESP-PR, INSCRITA NO CPF(MF) SOB N.º 031.604.949-26, RESIDENTE E DOMICILIADA NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS/PR, DORAVANTE DENOMINADO DE CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA **ANTONINI ENGENHARIA LTDA** INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 28.639.186/0001-42, SEDIADA NA RUA LUIZ NONI Nº 80, CJ RESIDENCIAL R. CONCEIÇÃO, CEP: 865183-420, CAMBÉ/PR, TELEFÔNE 43-99853-3062, E-MAIL: ANTONINIEVERTON@GMAIL.COM DORAVANTE DESIGNADO CONTRATADO, NESTE ATO REPRESENTADO POR **EVERTON APARECIDO ANTONINI**, CNH: 04973304185 DETRAN/PR, CPF: 065.177.349-02, RESIDENTE E DOMICILIADO NA CIDADE DE CAMBÉ /PR, DORAVANTE DENOMINADA **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA.
ALTERA-SE A CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO ***N.º 15/2025***, FICANDO ENTÃO PRORROGADA POR 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA DATA DE 23 DE OUTUBRO DE 2026, DE ACORDO COM ART. 107, DA LEI 14.123/21

CLÁUSULA SEGUNDA.
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A ALTERAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO, DE N.º 13/2025 DA CONCORRÊNCIA Nº 02/2025, NO VALOR TOTAL DE R$ 2.403.843,29 (DOIS MILHÕES E QUATROCENTOS E TRÊS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS) DE ACORDO COM A LEI 14.133/2021, CONFORME TABELA ABAIXO:

ITEM DESCRITIVO	VALOR ADITIVADO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA, VISANDO CONSTRUÇÃO DA UBS TIPO II, CONFORME PROPOSTA Nº36000013500/2023 NOVO PAC, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.	R$ 100.692,69

CLÁUSULA TERCEIRA.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS.
E, POR ESTAREM JUSTOS E CERTOS E ACORDADOS COM O PRESENTE TERMO ADITIVO, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 02 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA QUE SERÃO ANEXADAS AO CONTRATO INICIAL, FEITO NA ÉPOCA E ADITADO NESTA OPORTUNIDADE NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.

SERTANÓPOLIS, 23 DE OUTUBRO DE 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde
Contratante

EVERTON APARECIDO ANTONINI
Antonini Engenharia LTDA
Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:5D52A651

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº. 066/2026

SÚMULA: Nomeia os membros do Comitê Gestor Municipal para atendimento de dispositivo legal da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e dá outras providências.

GILBERTO JOÃO ROSSI, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 560/2009 de 28/07/2009,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o **Comitê Gestor Municipal, do Município de Sulina, Estado do Paraná,** conforme determina a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, a saber:

Representantes do Poder Público:
GELSO ROBERTO CHIOQUETTA – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS; **ANA CRISTINA LENZ** – AGENTE DE DESENVOLVIMENTO; **FRANCIMARA PIRES KLASSEN**-SETOR DE COMPRAS; **EDICEIA SCHEFER ROSA**-SETOR DE LICITAÇÕES; **ELIANE RITTER DZIVIELEVSKI** – AGENTE DE DESENVOLVIMENTO; **SELVINO LIRA** – SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO; **ANA CAROLINE DA ROSA SOUZA** – SETOR DE ENGENHARIA; e, **CLEITON CHIOCHETA** – Legislativo Municipal;

Representantes do Comércio:
GIOVANI BASSO, GIAN HENRIQUE WEBER; SÉRGIO NICOLAS SANCHEZ; MAIARA TAILANE PRUCHE HAITO;
Representante das Associações:
GIOVANA MARTINELLI;

Representante das Instituições de Ensino:
IVONETRE DE LIMA ESMÉRIO SELZLERGIOVANA MARTINELLI.

PARÁGRAFO ÚNICO: O comitê a que se refere o presente Decreto será coordenado pelo Senhor Gelso Roberto Chioquetta e terá como secretária a Senhora Eliane Ritter Dzivielevski.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 030/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:3DDD9066

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2026

O Município de Sulina – Paraná, torna público, que no dia **12/11/2026**, às **09:00 horas**, estará realizando licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, **tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto a **"REGISTRO DE PREÇO AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS - ADUBO ORGÂNICO DE AVES (CAMA DE AVIÁRIO DE FRANGOS DE CORTE) A SER ENTREGUE**

DISTRIBUÍDO (APLICADO) EM PROPRIEDADES RURAIS DE SULINA, NUM RAIO DE ATÉ 15 KM DE DISTÂNCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA QUANTIDADE DE 1.200 TON (MIL E DUZENTAS TONELADAS)".
INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 27/10/2026 até dia 12/11/2026 às 08h:30min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 12/11/2026, às 09h:00min.
LOCAL: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/.
Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
O edital estará disponível nos sites: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ e www.sulina.pr.gov.br. Informações e esclarecimentos na Rua Tupinambá, nº 68, Centro, Sulina – PR, na Secretaria da Comissão de Licitação. Fone/WhatsApp: (46) 98800-1015 – e-mail: licitasulinapr@hotmail.com.

Sulina, 23 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:B2E999F3

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2026

PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 56/2026
VALIDADE: 12 (doze) meses

DO OBJETO
1.1 O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MUDAS DE FLORES DE ESTAÇÃO, DESTINADAS À MANUTENÇÃO, RENOVAÇÃO, AJARDINAMENTO E ORNAMENTAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SULINA PR**, em conformidade com as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico - Edital nº 56/2026 e em seus Anexos, partes integrantes deste instrumento, e nesta Ata.

2. DETENTOR DA ATA E DO VALOR DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Os preços, e o vencedor do certame, dos produtos registrados na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo:

EMPRESA: MAURI MODESTO CAGNINI PLANTAS - ME
CNPJ N. 22.940.135/0001-70- FONE:
ENDEREÇO:VL. PRESIDENTE KENNEDY, N. S/N - BAIRRO: INTERIOR- CEP: 85585-000 - CIDADE: VERE - PR

TOTAL DA ATA	**R$ 26.925,00 (Vinte e seis mil, novecentos e vinte e cinco reais)**

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
3.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.
4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1 O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será o Município de Sulina-PR, que exercerá suas atribuições por intermédio da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Públicos.

Sulina (PR), 22 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:BCD353DE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/202

CONTRATADA	ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA
CNPJ	00.771.945/0001-07
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE DOSES DE SÊMEN BOVINO DAS RAÇAS HOLANDESA PRETO E BRANCO E JERSEY, NAS MODALIDADES CONVENCIONAL E SEXADO PARA FÊMEA, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SULINA/PR
LICITAÇÃO	Pregão N.54/2026
VALOR	6.125,00 (seis mil cento e vinte e cinco reais)
VIGÊNCIA	22 de outubro de 2027 - **FORO:** Comarca de São João - PR

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:9E206DD4

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 178/2026

CONTRATADA	PECPLAN ABS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ	60.431.863/0001-45
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE DOSES DE SÊMEN BOVINO DAS RAÇAS HOLANDESA PRETO E BRANCO E JERSEY, NAS MODALIDADES CONVENCIONAL E SEXADO PARA FÊMEA, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SULINA/PR
LICITAÇÃO	Pregão N.54/2026
VALOR	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA	22 de outubro de 2027 - **FORO:** Comarca de São João - PR

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:D966E26D

SETOR DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 54/2026

Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE DOSES DE SÊMEN BOVINO DAS RAÇAS HOLANDESA PRETO E BRANCO E JERSEY, NAS MODALIDADES CONVENCIONAL E SEXADO PARA FÊMEA, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DO MUNICÍPIO DE SULINA/PR, às Empresas:

NOME DO FORNECEDOR	VALOR TOTAL (R$)
ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA	6.125,00
PECPLAN ABS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	79.200,00

Prefeitura Municipal de Sulina, em 22 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:976A89B4

SETOR DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 56/2026

Torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MUDAS DE FLORES DE ESTAÇÃO, DESTINADAS À MANUTENÇÃO, RENOVAÇÃO, AJARDINAMENTO E ORNAMENTAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SULINA PR, à Empresa:

NOME DO FORNECEDOR	VALOR TOTAL (R$)
MAURI MODESTO CAGNINI PLANTAS - ME	26.925,00

Prefeitura Municipal de Sulina, em 22 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:63B5A188

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 327/2026

DECRETO Nº 327/2026

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS ESTRADAS RURAIS FAXINAL DOS MINEIROS – TRECHO 1.040M E SÃO JOAQUIM – TRECHO 1.620M.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 73 da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de obtenção das licenças ambientais, cujo fim destina-se para autorização de implantação do sistema de abastecimento de água,
DECRETA:
Art. 1º Fica declarada de utilidade publica, para fins de licenciamento ambiental, juntos aos orgãos competentes, as seguintes áreas:
I – Trecho:

• Estrada Rural Faxinal Dos Mineiros – Trecho 1.040m - Teixeira Soares / Pr. Com seu início no ponto S: 7178582.21 - E: 560518.33 e ponto final S: 7177598.63 - E: 560352.89 formatos de coordenadas UTM, DATUM Sirgas 2000, Zona 22 J.
• Estrada Rural São Joaquim – Trecho 1.620m - Teixeira Soares / Pr. Com seu início no ponto S: 7197002.00 - E: 552765.00 e ponto final S: 7197483.00 - E: 551347.00 formatos de coordenadas UTM, DATUM Sirgas 2000, Zona 22 J.

II – Largura: 7 m
III – Extensão:
Faxinal Dos Mineiros:1.040m;
São Joaquim:1.620m

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:BEC147EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 328, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 328, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: SUSPENDE OS TRABALHOS DA COMISSÃO INSTITUÍDA POR MEIO DO DECRETO Nº 80/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a existência de Mandado de Segurança nº 0000963-72.2026.8.16.0164, em trâmite perante o Poder Judiciário, no qual se discute a legalidade da constituição e/ou atuação da Comissão instituída pelo Decreto Municipal nº 80/2026;
CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela da Administração Pública, bem como a necessidade de resguardar a segurança jurídica e prevenir eventuais prejuízos decorrentes da continuidade dos trabalhos da referida Comissão;
DECRETA:
Art. 1º. Ficam suspensos os efeitos do Decreto Municipal nº 80/2026 e, consequentemente, as atividades da Comissão por ele instituída, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança que discute sua legalidade.
Art. 2º. Durante o período de suspensão, ficam sobrestados os trabalhos e procedimentos conduzidos pela referida Comissão, vedada a prática de novos atos relacionados às suas atribuições, ressalvadas as providências estritamente necessárias à preservação de documentos e informações.
Art. 3º. A suspensão estabelecida neste Decreto possui caráter provisório e não implica revogação ou anulação do Decreto Municipal nº 80/2026, tampouco reconhecimento de ilegalidade dos atos anteriormente praticados.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, operando efeitos retroativos à data da concessão parcial da segurança do *mandamus*, que se deu em 10 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:12DD2228

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 329, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 329, DE 23 de outubro de 2026.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), DESTINADOS A COBRIR DESPESAS NO CORRENTE EXERCÍCIO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.264 de 29 de dezembro de 2025 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, no valor de R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), para atender as despesas nas rubricas assim classificadas:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
01	Fundo Previdenciario Municipal de Teixeira Soares	
01.001	Administração Geral	
09.122.0031.2002	MANUTENÇÃO DO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDENCIA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
50	00100-Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração / Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	12.000,00
	SUBTOTAL	12.000,00
	TOTAL	12.000,00

Art. 2º Constitui recursos para cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, referido no art. 1°, nos termos do art. 43, § 1º, I, II e III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

III - Anulação total ou parcial das seguintes dotações orçamentárias a saber:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
01	Fundo Previdenciario Municipal de Teixeira Soares	
01.001	Administração Geral	
09.122.0031.2002	MANUTENÇÃO DO FUNDO PRÓPRIO DE PREVIDENCIA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
30	00100-Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração / Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	12.000,00
	SUBTOTAL	12.000,00
	TOTAL	12.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:A20F4ADA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
PORTARIA Nº 948 /2026

Designa os servidores municipais responsáveis pelo fornecimento de informações e pelo preenchimento dos formulários de avaliação da atuação governamental, no âmbito da Prestação de Contas de Prefeito Municipal – Exercício 2026, em conformidade com a Instrução Normativa nº 198/2025 e a Nota Técnica nº 43/2026 – CGF/TCE-PR.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ;
CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa nº 198/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, especialmente nos artigos 2º, inciso IV, 5º, 8º, 10 e 13, que disciplinam a atuação, o cadastramento e as responsabilidades dos interlocutores municipais no processo de Prestação de Contas de Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 43/2026 – CGF/TCE-PR, que estabelece, para o exercício financeiro de 2026 e seguintes, as áreas de avaliação da atuação governamental, os critérios de indicação e validação dos interlocutores municipais, bem como a estrutura e o conteúdo dos formulários de avaliação;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a designação dos agentes públicos municipais responsáveis pelo fornecimento de informações, documentos comprobatórios e respostas aos formulários de avaliação da atuação governamental, observadas as respectivas competências e áreas de atuação;

R E S O L V E

Art. 1º Ficam designados os servidores municipais abaixo relacionados, em suas respectivas áreas de atuação, como interlocutores responsáveis pelo fornecimento de informações e pelo preenchimento dos formulários de avaliação da atuação governamental, no âmbito da Prestação de Contas de Prefeito Municipal referente ao **Exercício Financeiro de 2026**, observados os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
a) Área da Assistência Social
· Gestora da Área de Assistência Social – Sueli da Costa Matias Peres
· Vigilância Socioassistencial – Aline Rafaelli Mancuzzo Cocatti
· Coordenadora do CRAS – Ivone Cristina Fernandes Canassa
· Assistente Social do CRAS – Kátia Beatriz de Souza
· Assistente Social do CRAS – Anderson Aparecido da Silva Wilczak
b) Área da Saúde
· Gestor da Área de Saúde – Leuktembergg Meneghetti da Costa
· Coordenadora UAPSF Profª Bartira Naves Pereira – Maria Celina de Oliveira Moura
· Coordenadora UBS Dr. Miguel Alves Pereira – Aparecida Gisele Clara de Jesus Leite
· Coordenadora UBS Emília Fagundes – Rosimeri Aparecida Cardoso
· Coordenadora UBS Lázaro De Matos Rodrigues – Evelyne Da Cruz Santana Devid
· Coordenadora UBS Salvador Braulio Molina – Odecio Jose Da Silva
· Odontóloga UAPSF Profª Bartira Naves Pereira – Camila Sontag dos Reis
· Odontóloga UBS Dr. Miguel Alves Pereira – Luana Priscila da Silva Birches
· Odontóloga UBS Emília Fagundes – Fancinni Diniz Alves
· Odontóloga UBS Lázaro de Matos Rodrigues – Sthefany Yanka Tomaz Gomes Carneiro
· Odontóloga UBS Salvador Braulio Molina – Jessica Antonia Pinesso
· Farmacêutica – Jessica Thais Bessani
· Farmacêutico – Alan Navarro Nunes
· Farmacêutica – Lorena Martins Rodrigues Soler
· Farmacêutico – Elimar Francisco Nogueira
· Farmacêutica – Leiza Carla Galo
· Farmacêutica – Giselle Cristina Comar Carlos
· Farmacêutico – Alan Fernando Nonato Silva
c) Área de Finanças
· Gestor da Área de Finanças – Simone Aparecida Mari Bento
· Contador / Planejamento Orçamentário Municipal – Luiz Henrique Taveraz de Oliveira
· Tesoureira Municipal – Nayara Dias Miranda
d) Área Tributária
· Setor Tributário / Dívida Ativa / Cadastro Imobiliário Municipal – Vandrecrezio Caitano da Silva
e) Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão
· Ouvidoria / SIC / Controle Interno – Valdemir Basso de Godoy
· Comunicação Social – Renato Ribeiro da Silva
f)Área de Compras Municipais
· Licitações e Compras – Valeria Aparecida Zancan Sotocorno
g) Área de Planejamento
· Assessoria de Planejamento – Mara Cristina de Paula
h) Área de Agricultura
· Secretário de Agricultura – Carlos Cezar Bezerra
i) Área de Defesa Civil
· Responsável pela Defesa Civil – Ana Paula Volpato Ribeiro Borges
j) Área de Residuos Sólidos
· Responsável pela Área de Resíduos Sólidos - Ana Paula Martareli de Oliveira Pelegrini
k) Área de Meio Ambiente
· Secretário de Meio Ambiente – Carlos Cezar Bezerra
l) Área de Obras
· Secretário de Obras e Edificações Públicas – Vander Cezar Alves dos Santos
m) Representação Judicial do Município
· Procuradoria Jurídica – Jose Augusto Gonçalves
n) Área de Administração
· Secretário de Administração Geral – Antonio Aparecido Mari
o) Área da Educação
· Secretária de Educação e Cultura – Rosane Estela Raimundo Zampar
· Nutricionista – Gizele Regina Fanhani Casarin
· Coordenador de Transporte Escolar – Diemes Galhardo Pomaroli
· Diretora Escola Adriano Franco E.M. Prof. E.F. – Rozilda Felipe de Oliveira Vedovato
· Diretora Escola Criança Feliz C.M.E.I. – Michele Aparecida Lucio Pimentel
· Diretora Escola Irene Mendes A. Pereira E.M. Profª E.F. – Katia Franciele Raimundo Rosolen
· Diretora Escola Isabel E.M. Princ. E.F. – Rita de Cassia Maina Trento
· Diretora Escola Manuel Marques Rosa E.M. do C.E.I. E.F. – Adalgisa Rodrigues de Amorim

· Diretora Escola Maria Das D. de Alcantara C.M.E.I. – Heliandra Antoniassi Bento
· Diretora Escola Monteiro Lobato E.M. E.F. – Katsolene Benà da Silva
· Diretora Escola Pequeno Polegar C.M.E.I. – Aline Claudia Piva Cavallini
· Diretora Escola Therezinha Ap. Bagatin E.M. E.F. – Marcia Aparecida Tortola Hyoshimoto
· Diretora Escola Tia Maria C.F. Rodriguez C.M.E.I. – Elaine Andréia de Souza Rocha
· Coordenadora Escola Adriano Franco E.M. Prof. E.F. – Maria Hozana de Souza Dos Santos
· Coordenadora Escola Criança Feliz C.M.E.I. – Luziene Garcia Muniz Barbosa
· Coordenadora Escola Irene Mendes A. Pereira E.M. Profª E.F. – Franciele Ferreira Tibério
· Coordenadora Escola Isabel E.M. Princ. E.F. – Marta Castanho Saragiotto
· Coordenadora Escola Manuel Marques Rosa E.M. do C.E.I. E.F. – Sonia Ribeiro da Silva Blasques
· Coordenadora Escola Maria Das D. De Alcantara C.M.E.I. – Cristiane de Fátima Astun De Melo
· Coordenadora Escola Monteiro Lobato E.M. E.F. – Eliane Ribeiro Neves Balan
· Coordenadora Escola Pequeno Polegar C.M.E.I. – Elaine Patricia de Melo
· Coordenadora Escola Therezinha Ap. Bagatin E.M. E.F. – Cleide Rodrigues Mota
· Coordenadora Escola Tia Maria C.F. Rodriguez C.M.E.I. – Viviane Cristina Maina Butura
· Coordenadora Escola Adriano Franco E.M. Prof. E.F. – Keila Cristina Barbosa da Silva
· Coordenadora Escola Criança Feliz C.M.E.I. – Maria Jose Ferreira de Meireles Lessnau
· Coordenadora Escola Irene Mendes A. Pereira E.M. Profª E.F. – Tamires Silva Gama
· Coordenadora Escola Isabel E.M. Princ. E.F. – Silvia Campos Stivanin
· Coordenadora Escola Monteiro Lobato E.M. E.F. – Patricia da Silva Marques Grandi
· Coordenadora Escola Therezinha Ap. Bagatin E.M. E.F. – Maria de Fatima Victor Chiarelli
· Coordenadora Escola Tia Maria C.F. Rodriguez C.M.E.I. – Rose Mirian Ferrarezi Fonseca Sartori

p) Fundo de Previdência Municipal

· Gestor do Regime Próprio de Previdência – Eduardo Magon

Art. 2º Os servidores designados nesta Portaria ficam responsáveis, no âmbito de suas respectivas competências e áreas de atuação, pelo fornecimento, atualização, veracidade e fidedignidade das informações e dos documentos comprobatórios, bem como pelo preenchimento e envio dos formulários de avaliação da atuação governamental referentes ao exercício de 2026, observadas as disposições da Instrução Normativa nº 198/2025, da Nota Técnica nº 43/2026 – CGF/TCE-PR e demais orientações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 22 de Outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:1204AF34

LICITAÇÕES
AVISO DE CONCORRENCIA PUBLICA Nº 05/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA Nº 05/2026 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA – PR

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Concorrência Publica tipo melhor técnica, global.

OBJETO: OUTORGA GRATUITA DE USO DE BARRACÃO INDUSTRIAL MUNICIPAL, POR 60 MESES, COM CONTRAPARTIDAS DE IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL E GERAÇÃO PROGRESSIVA DE EMPREGOS.

Edital completo disponível no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
REALIZAÇÃO -
Horário de protocolo dos envelopes: até às 8h: 30min do dia 17/12/2026
Inicio da Sessão: Às 09h: 00min do dia 17/12/2026.
Local de protocolo dos envelopes: Rua Pres. Tancredo de Almeida, nº. 240, sala de licitações, Prefeitura Municipal de Terra Boa-Pr.

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone 0800-1157700, ramais 450, 451, Setor de Licitações

Em, 23/10/2026

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:5276EE55

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 99-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 99/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, GLOBAL.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL Contratação de empresa para aquisição de peças, reparos em veículos baixos e cópias de chaves em geral, em atendimento das necessidades das secretarias municipais.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 23.10.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 12.11.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 23 de outubro 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:1969FB8F

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 434/2026 REF: PREGÃO N° 96/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da

Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: KTA SOLUÇÕES E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 54.192.226/0001-60, com sede AV CASTELO BRANCO, 1500, CENTRO, CEP 84285000, Figueira - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). KESIA MAYARA BECKIS PEREIRA, CPF: 087.506.229-60, carteira de Identidade nº 144384946.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em pacotes de excursões e viagens turísticas com o objetivo de conjugação de esforços destinados a fomentar o fluxo turístico do Paraná, por meio do turismo rodoviário e da inclusão social, intuito de valorização do bem-estar, garantindo momentos de lazer, cultura, socialização e integração social para OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA atendidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família de Terra Boa – Pr, valorizando o patrimônio natural e cultural do Estado do Paraná, bem como promovendo e incentivando o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme TERMO DE CONVÊNIO Nº 021/2026 – Secretaria de Estado do Turismo – SETU..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 114.790,00 (cento e quatorze mil, setecentos e noventa reais) , valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 23 de outubro de 2026, com vencimento até 23 de abril de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 23 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:7F0FB191

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 96/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 96/2026**

Contratação de empresa especializada em pacotes de excursões e viagens turísticas com o objetivo de conjugação de esforços destinados a fomentar o fluxo turístico do Paraná, por meio do turismo rodoviário e da inclusão social, intuito de valorização do bem-estar, garantindo momentos de lazer, cultura, socialização e integração social para OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA atendidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família de Terra Boa – Pr, valorizando o patrimônio natural e cultural do Estado do Paraná, bem como promovendo e incentivando o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme TERMO DE CONVÊNIO Nº 021/2026 – Secretaria de Estado do Turismo – SETU.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) KTA SOLUÇÕES E EVENTOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 54.192.226/0001-60 no valor total dos itens vencidos de R$ 114.790,00 (cento e quatorze mil, setecentos e noventa reais).

Terra Boa, 23 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:8B3DEE4E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 950/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 20.01/2025, de 12 de novembro de 2025, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01.01/2025,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 26/10/2026 a Senhora **IVANESA DE SOUZA DA SILVA DOS SANTOS** portadora do CPF 081.430.979-86 para exercer o cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 23 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:3E144365

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.483/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4483/2026 de 23/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 16.568,14 (dezesseis mil quinhentos e sessenta e oito reais e catorze centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.245.0003.2.092.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
1495 - 3.3.90.30.00.00	3935	MATERIAL DE CONSUMO	6.979,49
1474 - 3.3.90.39.00.00	3829	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.588,65
		Total Suplementação:	**16.568,14**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:C4D36DD2

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.484/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4484/2026 de 23/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 233.593,23 (duzentos e trinta e três mil quinhentos e noventa e três reais e vinte e três centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.122.0002.2.049.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
579 - 3.1.90.13.00.00	104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.411,29
09.001.12.365.0006.2.059.		MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR	
747 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.652,85
755 - 3.1.91.13.00.00	104	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.775,87
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
1727 - 3.3.90.40.00.00	1016	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	101.894,75
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.245.0003.2.092.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
1785 - 3.3.90.39.00.00	829	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.588,65
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Recreação e Lazer	
14.003.27.813.0008.2.061.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	
1717 - 3.1.90.11.00.00	868	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.089,94
1784 - 3.3.90.39.00.00	868	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	62.179,88
		Total Suplementação:	**233.593,23**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.1.51.21.00.00000000	Fonte: 104	20.840,01
Receita:1.7.1.3.50.91.01.00000000	Fonte: 1016	101.894,75
Receita:1.7.1.9.99.01.01.00000000	Fonte: 829	17.588,65
Receita:1.7.2.9.99.01.03.00000000	Fonte: 868	93.269,82
	Total da Receita:	**233.593,23**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:8E0B2263

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE SESSÃO

Edital de Concorrência - Eletrônica Nº. 10/2026.
Processo nº 133/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, manutenção preventiva e corretiva, impermeabilização e recuperação da cobertura metálica do Ginásio de Esportes de Terra Rica, abrangendo área aproximada de 2.828 m², com fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra especializada e demais insumos necessários à completa execução dos serviços**,** destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

Sessão: A abertura do certame será às 14:00min do dia 27/10/2026.

Plataforma: https://comprasbr.com.br/

Justificativa: Considerando que a empresa **MAKANGU PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA** não apresentou as amostras exigidas no edital, será realizada sessão pública para formalização de sua desclassificação e convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação do certame. Será, ainda, oportunizada a etapa recursal relativa à decisão de desclassificação, assegurando-se à proponente o direito de interposição de recurso, observados os prazos e procedimentos previstos no edital.
Terra Rica, 22/10/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:9592C720

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: INGÁ CAMINHÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **23.008.729/0001-00**.

DOMICÍLIO: BR 101, KM 383, 383 - CEP: 88820000 - BAIRRO: BARRACÃO, Içara/SC.

OBJETO: Aquisição, em compra por adesão/carona, de veículo automotor novo tipo Van/Minibus, com recursos provenientes da Resolução SESA 0336/2026.., do Processo inexigibilidade 23/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 23/10/2026.

VALOR TOTAL: R$ **403.620,00 (Quatrocentos e Três Mil, Seiscentos e Vinte Reais)**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 23/10/2026(vinte e três dias de agosto de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

Ingá Caminhões LTDA
LEONARDO SCHOLL GIARETTA
Contratado

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:54A3AFE4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 479/2026

SÚMULA: EXONERA A SENHORA MORGANA DOS SANTOS VIOLIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica **EXONERADA,** por término de contrato, a Sra. **MORGANA DOS SANTOS VIOLIM**, ocupante do cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PSS),** do Município de Terra Rica, criado através da Lei Municipal nº 021/2022, a partir de 23 de Outubro 2026.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E TRES DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (23/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:0165A1D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 480/2026

SÚMULA: NOMEIA A SENHORA LUCI SEGANTINI FERNANDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **NOMEADA** a Sra. **LUCI SEGANTINI FERNANDES**, CPF N.º 580.***.***-87, para ocupar o cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, do Município de Terra Rica, Símbolo CC-1, conforme Anexo I, da Lei Municipal nº. 117/2005, a partir de 26 de Outubro de 2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e seis (23/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:551D5B74

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 482/2026

SÚMULA: DESIGNA A SERVIDORA LUCILENE DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **DESIGNADA** a Servidora Pública Municipal Sra. **LUCILENE DE SOUZA**, matrícula nº 11498, para **RESPONDER** pela **OUVIDORIA MUNICIPAL DE SAÚDE** do Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (23/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:63C59FA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMEC Nº 002/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA SMEC Nº 002/2026

Dispõe sobre a certificação, o reconhecimento institucional e a valorização dos profissionais da educação pela participação e conclusão de formações continuadas no âmbito da Política de Alfabetização do Município de Terra Rica, em regime de colaboração com a Política de Alfabetização do Território Estadual e/ou com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERRA RICA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de institucionalizar ações de certificação, reconhecimento e valorização dos profissionais da educação envolvidos na política de alfabetização,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e estabelece, entre seus princípios, a valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e estabeleceu, entre seus eixos estruturantes, a formação de profissionais da educação e a melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar, bem como o reconhecimento e o compartilhamento de boas práticas;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.191, de 20 de setembro de 2024, que instituiu o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, destinado ao reconhecimento dos esforços e das iniciativas de gestão das secretarias de educação na formulação e implementação de políticas, programas e estratégias que assegurem o direito à alfabetização;
CONSIDERANDO os critérios do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização relativos à promoção de certificação e reconhecimento institucional de gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos e equipes técnicas pela participação e conclusão de formações continuadas no âmbito das políticas de alfabetização;
CONSIDERANDO a importância da formação continuada para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, da gestão educacional e das ações de acompanhamento e intervenção voltadas à garantia do direito à alfabetização de todas as crianças;
RESOLVE:
Art. 1º Instituir, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Terra Rica - Paraná, a política de certificação, reconhecimento institucional e valorização dos profissionais da educação que participarem e concluírem formações continuadas relacionadas à alfabetização.
Art. 2º A presente Instrução Normativa tem por objetivos:
I - reconhecer institucionalmente o compromisso dos profissionais da educação com a alfabetização das crianças;
II - incentivar a participação e a conclusão de formações continuadas;
III - fortalecer a implementação das políticas e práticas pedagógicas de alfabetização;
IV - valorizar o desenvolvimento profissional de professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e equipes técnicas;
V - consolidar evidências institucionais das ações de formação, certificação e reconhecimento desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º Para fins desta Instrução Normativa, serão consideradas as formações continuadas:
I - promovidas pela Secretaria Municipal de Educação no âmbito da política municipal de alfabetização;
II - realizadas em regime de colaboração com a Política de Alfabetização do Território Estadual;
III - vinculadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA;
IV - promovidas por instituições parceiras e reconhecidas pela Secretaria Municipal de Educação, desde que diretamente relacionadas à alfabetização, à recomposição das aprendizagens, à avaliação educacional, ao acompanhamento pedagógico ou à gestão das ações de alfabetização.
Art. 4º Poderão ser contemplados pelas ações de certificação e reconhecimento institucional:
I - professores alfabetizadores e demais professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II - gestores escolares;
III - coordenadores pedagógicos e pedagogos;
IV - profissionais das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação;
V - outros profissionais da educação diretamente envolvidos nas ações e políticas de alfabetização.
Art. 5º A certificação será destinada aos profissionais que comprovarem participação e conclusão da formação, observados os critérios específicos de frequência, carga horária, atividades e/ou aproveitamento estabelecidos em cada ação formativa.
Art. 6º Os certificados e/ou declarações de conclusão deverão conter, sempre que aplicável:
I - nome do profissional;
II - função ou segmento de atuação;
III - denominação da formação;
IV - carga horária;
V - período ou data de realização;
VI - identificação da instituição promotora ou parceira;
VII - assinatura da autoridade ou responsável competente.
Art. 7º O reconhecimento institucional dos profissionais concluintes poderá ocorrer por meio de:
I - entrega formal de certificados;
II - emissão de declaração institucional de reconhecimento e valorização;
III - cerimônias, encontros pedagógicos, seminários ou outros momentos institucionais de reconhecimento;
IV - divulgação institucional das ações e dos profissionais participantes, observadas as normas aplicáveis;
V - registro das ações nos documentos e arquivos institucionais da Secretaria Municipal de Educação;
VI - outras iniciativas de valorização definidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação manterá arquivo organizado das evidências relativas às ações previstas nesta Instrução Normativa, podendo incluir:
I - relação nominal dos participantes e concluintes;
II - certificados e declarações;
III - listas ou registros de frequência;
IV - programas, pautas, cronogramas e materiais das formações;
V - registros fotográficos dos momentos formativos e de certificação ou reconhecimento;
VI - registros de entrega de certificados;
VII - materiais de divulgação institucional;
VIII - relatórios, atas e demais documentos que comprovem a realização das ações.
Art. 9º Compete à Coordenação Municipal de Alfabetização, em articulação com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação:
I - acompanhar as ações formativas relacionadas à alfabetização;
II - organizar e manter atualizados os registros comprobatórios;
III - apoiar a emissão e a organização das certificações e declarações;
IV - promover, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, ações de reconhecimento e valorização dos profissionais concluintes.
Art. 10. As unidades escolares deverão colaborar com a Secretaria Municipal de Educação na identificação dos profissionais participantes, no acompanhamento das formações e na organização das evidências necessárias à comprovação das ações.
Art. 11. A certificação e o reconhecimento previstos nesta Instrução Normativa possuem caráter institucional e de valorização profissional, sem gerar, por si sós, vantagem financeira ou funcional, salvo quando houver previsão específica na legislação municipal vigente.
Art. 12. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 13. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Rica - PR, 21 de outubro de 2026.

SIRLENE LOPES TRAVAGIN
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Dec. 027/2025

ANEXO I
REGISTRO DE CERTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL
Formação: _____
Período: _____ Carga horária: _____
Instituição promotora/parceira: _____
Público participante: _____
Forma de reconhecimento realizada: _____

Nº	Profissional	Função	Conclusão	Certificado/Registro
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

Documentos/evidências anexados:
( ) Relação nominal de participantes/concluintes
( ) Certificados/declarações
( ) Registro de frequência
( ) Programa/pauta/cronograma da formação
( ) Registros fotográficos
( ) Registro da entrega ou ação de reconhecimento
( ) Divulgação institucional
( ) Outros: _____

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:55E362CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PLANO E CRONOGRAMA ANUAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA PROFESSORES, GESTORES, PEDAGOGOS E EQUIPE TÉCNICA DA SMEC ANO LETIVO – 2026

PLANO E CRONOGRAMA ANUAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA
PROFESSORES, GESTORES, PEDAGOGOS E EQUIPE TÉCNICA DA SMEC
ANO LETIVO – 2026

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Terra Rica – Paraná desenvolve, ao longo do ano letivo de 2026, ações de formação continuada destinadas aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, considerando as necessidades pedagógicas identificadas no cotidiano escolar, o acompanhamento das aprendizagens e o fortalecimento das práticas de alfabetização. Este Plano organiza institucionalmente as formações municipais comprovadas por registros, listas de presença e demais evidências produzidas pela SMEC.

A formação continuada constitui espaço de estudo, reflexão, troca de experiências e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. No campo da alfabetização, as ações formativas buscam apoiar o trabalho docente, fortalecer conhecimentos relacionados à consciência fonológica e aos processos de leitura e escrita, além de favorecer intervenções coerentes com os níveis de aprendizagem dos estudantes.

O presente documento também se articula às ações institucionais de certificação, reconhecimento e valorização dos profissionais da educação pela participação e conclusão das formações continuadas, fortalecendo a organização das evidências municipais relacionadas às políticas de alfabetização e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA.

2. OBJETIVO GERAL

Promover a formação continuada dos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Terra Rica, fortalecendo as práticas pedagógicas, a alfabetização, o acompanhamento das aprendizagens e o planejamento de intervenções, em consonância com as políticas educacionais municipais, estaduais e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

• Aperfeiçoar as práticas pedagógicas dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
• Fortalecer o trabalho de alfabetização e o desenvolvimento da consciência fonológica;
• Ampliar conhecimentos teóricos e práticos relacionados aos processos de leitura e escrita;
• Favorecer o planejamento de intervenções pedagógicas de acordo com as necessidades e os níveis de aprendizagem dos estudantes;
• Promover momentos de estudo, reflexão, troca de experiências e socialização de práticas pedagógicas;
• Fortalecer a atuação de professores, gestores, pedagogos e equipe técnica no acompanhamento das aprendizagens;
• Valorizar a participação e a conclusão das formações continuadas por meio de certificação e reconhecimento institucional.

4. CRONOGRAMA DAS FORMAÇÕES MUNICIPAIS – 2026

O quadro abaixo consolida as formações identificadas nos registros encaminhados à SMEC. Foram mantidas apenas informações comprováveis nos documentos disponíveis; dados não claramente identificados nos registros não foram presumidos.

Data	Tema/Formação	Formador(a)	Carga horária	Público-alvo	Local
12/05/2026	Consciência Fonológica	Juliana Peres	3h30	Professores do 1º ano do Ensino Fundamental	SMEC
16/06/2026	Método Fônico e Consciência Fonológica	Juliana Peres Camargo	Encontros registrados nos períodos da manhã e tarde	Professores do 1º ano do Ensino Fundamental	SMEC
23/07/2026	Mãos na massa, mente em ação	Marcio Roberto da Rocha	4h por período registrado	Professores do Ensino Fundamental	Centro Catequético
23/07/2026	Histórias que Conectam Saberes: Desenvolvendo a interdisciplinaridade nos Campos de Experiência da Educação Infantil	Aline Pedro Feza	Conforme registros da formação	Professores da Educação Infantil	Centro Catequético
25/08/2026	Método Fônico e Consciência Fonológica – 2º semestre	Juliana Peres Camargo	1h30 (registro apresentado)	Professores do 1º ano do Ensino Fundamental	SMEC

Observação: os registros do curso de Consciência Fonológica apresentam continuidade ao longo de 2026. As listas de presença e registros fotográficos deverão permanecer anexados ao dossiê da formação como evidências de realização, participação e conclusão.

5. METODOLOGIA

As formações são desenvolvidas por meio de encontros presenciais, palestras, estudos orientados, atividades práticas, oficinas pedagógicas, análise de situações de aprendizagem, troca de experiências e orientações para aplicação das estratégias no contexto escolar. As propostas formativas priorizam a relação entre estudo e prática, possibilitando aos profissionais refletir sobre o trabalho pedagógico e incorporar os conhecimentos às ações desenvolvidas com os estudantes.

6. ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento das ações formativas será realizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio de:
• registros de frequência e listas de presença;
• registros fotográficos das formações;
• acompanhamento pedagógico nas unidades escolares;
• análise dos planejamentos e das intervenções desenvolvidas após as formações;
• monitoramento dos resultados das avaliações diagnósticas e de alfabetização, quando relacionados ao tema formativo;
• devolutivas e orientações às equipes escolares;
• organização das evidências e dos documentos comprobatórios das formações.

7. CERTIFICAÇÃO, RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura promoverá a certificação e o reconhecimento institucional dos profissionais da educação que participarem e concluírem as formações continuadas, observados os critérios de participação, frequência, carga horária e demais requisitos definidos em cada ação formativa.

O reconhecimento poderá ocorrer mediante emissão e/ou entrega de certificados ou declarações, momentos institucionais de valorização, divulgação das ações formativas e organização de registros oficiais dos profissionais participantes e concluintes. Essas ações serão articuladas à normativa municipal específica de certificação e reconhecimento institucional no âmbito das políticas de alfabetização.

8. EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS

• Plano e Cronograma Anual de Formação Continuada;
• listas de presença e registros de frequência;
• registros fotográficos;
• programações, pautas e materiais utilizados nas formações;
• relação nominal de participantes e concluintes;
• certificados e/ou declarações de conclusão;
• registros das ações de reconhecimento e valorização institucional;
• relatórios e demais documentos produzidos pela SMEC.

9. RESULTADOS ESPERADOS

• Fortalecimento das práticas pedagógicas e da cultura de formação continuada na Rede Municipal;
• Aprimoramento das práticas de alfabetização e do trabalho com consciência fonológica;
• Maior articulação entre formação, planejamento, acompanhamento e intervenção pedagógica;
• Ampliação do repertório metodológico dos profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
• Fortalecimento do acompanhamento das aprendizagens e da garantia do direito de aprender a ler e escrever;
• Valorização e reconhecimento dos profissionais que participam e concluem as formações continuadas.

10. RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Terra Rica – PR, Coordenação Municipal de Alfabetização, equipe pedagógica da SMEC, gestores e pedagogos das unidades escolares, em articulação com os profissionais responsáveis pelas formações.

Terra Rica – PR, 21 de outubro de 2026.

Terra Rica – PR, 21 de outubro de 2026.

SIRLENE LOPES TRAVAGIN
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Dec. 027/2025

MARISA AMANCIO BIS FELICIANO
Coordenadora Municipal de Alfabetização

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:84B3D58B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 459/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ATAIR TOZZI, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **ATAIR TOZZI,** matrícula Nº 756, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA,** referente ao período aquisitivo de 28/11/2021 a 27/11/2022, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **24/10/2026 a 02/11/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E TRES DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (23/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:6AFAA45D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 460/2026

SÚMULA: CONCEDE A PEDIDO DA FUNCIONÁRIA MUNICIPAL SENHORA KARINA MOLINA FERNANDES MARTINEZ, LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRÊS) MESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

R E S O L V E:

Artigo 1º.- Conceder **LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRES) MESES** a funcionária Sra. **KARINA MOLINA FERNANDES MARTINEZ,** matricula nº 12169, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL,** do Município de Terra Rica, relativo ao período aquisitivo de 16/06/2021 a 15/06/2026, conforme Artigo nº. 135, da Lei Municipal nº 072/22, as quais serão 90 (noventa) dias usufruídos no período de 26 de Outubro de 2026 a 23 de Janeiro de 2027 (26/10/2026 a 23/01/2027).

Artigo 2º.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E TRES DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (23/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:C8F3337E

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
PORTATIA 33/2026

PORTARIA Nº: 33/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A PEDIDO DO FUNCIONÁRIO MUNICIPAL ROBERTO CARLOS FRIIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADRIANO SERGIO NUNES, DIRETOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

R E S O L V E:

Artigo 1º. -

Conceder férias regulamentares ao funcionário ROBERTO CARLOS FRIIA (Matrícula 1040), ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período de 03/09/2020 a 02/09/2021, do Município de Terra Rica, as quais serão gozadas a partir de 03/11/2026, com término em 22/11/2026.

Artigo 2º. -

Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SAMAE DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (23/10/2026).

ADRIANO SERGIO NUNES
Diretor do SAMAE

Publicado por:
Carlos Alberto Perico
Código Identificador:5291B807

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4738/2026

DECRETO Nº 4738, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera e atualiza a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Terra Roxa – PR, estabelece diretrizes para sua implementação a partir do ano letivo de 2027 e revoga o Decreto nº 4.321, de 22 de outubro de 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de alteração e atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, visando adequá-la às normas educacionais vigentes e às diretrizes de organização da oferta para o ano letivo de 2027,

DECRETA:
Art. 1º Fica alterada a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Terra Roxa – PR, em sua versão revisada e atualizada para implementação a partir do ano letivo de 2027, na forma do documento anexo, que integra este Decreto para todos os efeitos.
Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral tem por finalidade orientar a organização, a implementação, o acompanhamento e a avaliação da oferta de educação em tempo integral na Rede Municipal de Ensino, visando à formação e ao desenvolvimento integral dos estudantes.
Art. 3º A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral ocorrerá de forma gradativa, a partir do ano letivo de 2027, observadas:
I – as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
II – as condições de infraestrutura, alimentação, transporte, acessibilidade e segurança das unidades educacionais;
III – a disponibilidade de profissionais, recursos financeiros e materiais pedagógicos;
IV – o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
V – os critérios de equidade, inclusão, demanda e capacidade de atendimento da Rede Municipal de Ensino.
Art. 4º A partir do ano letivo de 2027, a oferta de Educação Integral em Tempo Integral será organizada nas unidades educacionais e turmas definidas no planejamento municipal, conforme estabelecido na Política Municipal de Educação em Tempo Integral.

Parágrafo único. A ampliação da jornada escolar deverá estar articulada ao currículo, ao Projeto Político-Pedagógico e às finalidades formativas de cada etapa da Educação Básica, assegurando a integração das experiências educativas ao longo da jornada.
Art. 5º A transição da Jornada Ampliada para a Educação Integral em Tempo Integral deverá ocorrer de forma planejada e progressiva, contemplando a reorganização pedagógica, curricular e administrativa das unidades educacionais, bem como a adequação dos tempos, espaços, profissionais e recursos necessários à oferta.
Parágrafo único. A denominação Jornada Ampliada será mantida exclusivamente como referência histórica às experiências anteriormente desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino, adotando-se, a partir de 2027, a denominação Educação Integral em Tempo Integral ou Período Integral, conforme o contexto normativo e administrativo.
Art. 6 As unidades escolares que passarão a ofertar o Período Integral, deverão cadastrar os(as) alunos(as) e turmas em período único, no Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE, ou outro que vier a suplantá-lo, no curso devido, conforme orientação do Setor de Estrutura e Documentação Escolar da Secretaria Municipal da Educação.
Art. 7º A coordenação, a orientação, o acompanhamento e o monitoramento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a participação do Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral – COMEITI.
Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 4.321, de 22 de outubro de 2024.
Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos para a alteração e atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral a partir do ano letivo de 2027.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:6655669A

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17675/2026

PORTARIA Nº 17675/2026

Instaura Processo Administrativo Disciplinar a ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância Contraditória e Processo Administrativo Disciplinar – PAD, nomeada pela Portaria nº 16714 de 12 de maio de 2025, para apuração dos fatos relatados no Ofício n° 388/2026 oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto nos artigos 214 a 313 da Lei Municipal nº 2274 de 15 de abril de 2026.

R E S O L V E:
Art. 1º Designar os membros da Comissão Permanente de Sindicância Contraditória e Processo Administrativo Disciplinar – PAD, instituída pela Portaria nº 16714/2025 de 12 de maio de 2025, para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Ofício n° 388/2026 oriundo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.
Art. 2º Instaura o Processo Administrativo Disciplinar n° 039/2026.
Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.
Art. 4º O processo administrativo deverá obedecer ao contraditório e a ampla defesa e ao final, encaminhará o relatório conclusivo ao Chefe do Poder Executivo.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:0CA745BF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17677/2026

PORTARIA N° 17677/2026

Dispõe sobre a constituição de Comissão Especial para análise e avaliação de área de imóvel objeto de solicitação de doação formulada pela APAE de Terra Roxa e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no inciso V do art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial para análise e avaliação da área de terreno cuja doação foi solicitada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Terra Roxa, por meio do Ofício nº 048/2026, de 15 de setembro de 2026, destinada à ampliação do espaço para implantação de quadra esportiva e desenvolvimento das atividades da entidade.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial os seguintes servidores municipais:
I – CARLOS HENRIQUE BUENO ANDERSON – Matrícula nº 63010;
II – AUGUSTO BACHIEGA FERREIRA – Matrícula nº 167118;
III – FABIO RODRIGUES DA SILVA – Matrícula nº 119792.

Art. 3º Compete à Comissão, sob a presidência do membro indicado no inciso I do art. 2º:
I – realizar vistoria e análise técnica da área indicada no Ofício nº 048/2026, localizada entre o Lote pertencente à APAE e o Ginásio de Esportes Adolfo Piva, identificada, conforme informado no ofício, como parte do imóvel constituído pela Matrícula nº 12.447, com dimensões aproximadas de 4,00 metros de largura por 56,10 metros de comprimento, totalizando aproximadamente 224,40 m²;

II – verificar a situação física, cadastral e registral da área, bem como sua titularidade e disponibilidade para eventual destinação;
III – avaliar a viabilidade técnica e o interesse público envolvidos na solicitação, considerando a finalidade pretendida pela APAE;
IV – apontar eventuais impedimentos, condicionantes e providências administrativas ou legais necessárias à eventual doação;
V – emitir relatório circunstanciado, com as conclusões e recomendações pertinentes, para subsidiar a decisão do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º A Comissão deverá apresentar o relatório circunstanciado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, podendo solicitar aos órgãos municipais competentes documentos e informações necessários ao cumprimento de suas atribuições.
Art. 5º A constituição da Comissão e a emissão de seu relatório não implicam autorização ou efetivação da doação, a qual dependerá de análise jurídica, cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e decisão da autoridade competente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 23 dias do mês de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:694457EB

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 014/2026 - SMEC

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 014/2026 - OFERTA DE ATENDIMENTO, AVALIAÇÃO, ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO FONOAUDIOLÓGICO PREVENTIVO AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TERRA ROXA-PR

SÚMULA: Regulamenta a oferta de atendimento, avaliação, orientação e acompanhamento fonoaudiológico preventivo aos professores da Rede Municipal de Ensino de Terra Roxa – PR, como ação integrante do subprograma "Cuidando de Quem Educa", instituído pela Instrução Normativa nº 014/2025, e estabelece diretrizes para a promoção e preservação da saúde vocal dos profissionais do magistério.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e administrativas,
CONSIDERANDO os artigos 6º, 7º, inciso XXII, e 196 da Constituição Federal, que asseguram o direito à saúde e estabelecem diretrizes para a redução dos riscos inerentes ao trabalho;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo ações relacionadas à saúde do trabalhador;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que regulamenta a profissão de fonoaudiólogo;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, especialmente quanto ao tratamento de dados pessoais sensíveis relacionados à saúde;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 013/2023 – SMED, que dispõe sobre os procedimentos para promoção, prevenção e atenção à saúde dos profissionais da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 014/2025 – SMEC, de 9 de junho de 2025, que instituiu o subprograma "Cuidando de Quem Educa", como ação complementar ao Programa Saúde na Escola, com a finalidade de promover a saúde física, emocional e social dos profissionais da educação;
CONSIDERANDO que o artigo 3º da Instrução Normativa nº 014/2025 prevê o desenvolvimento de atividades preventivas, atendimentos especializados e ações educativas voltadas à saúde e à qualidade de vida dos servidores;
CONSIDERANDO que o artigo 5º da referida Instrução Normativa prevê a regulamentação específica dos cronogramas, das formas de adesão e dos critérios de participação nas atividades do subprograma;
CONSIDERANDO que a voz constitui um dos principais instrumentos de trabalho dos profissionais do magistério, sendo utilizada de maneira contínua e intensa no desenvolvimento das atividades pedagógicas;
CONSIDERANDO que o uso prolongado da voz, associado a fatores ambientais, organizacionais e individuais, pode contribuir para o desenvolvimento de alterações vocais, fadiga, rouquidão, desconforto e outras condições que comprometam o bem-estar dos professores;
CONSIDERANDO a necessidade de implementar ações permanentes de prevenção, identificação precoce, orientação e acompanhamento das condições vocais dos profissionais do magistério;
CONSIDERANDO a importância de ampliar as ações de valorização dos profissionais da educação, proporcionando acesso organizado a serviços de promoção da saúde e acompanhamento especializado;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos administrativos e técnicos para a organização dos atendimentos realizados pelo profissional de Fonoaudiologia vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
RESOLVE:
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica regulamentada, no âmbito do subprograma "Cuidando de Quem Educa", instituído pela Instrução Normativa nº 014/2025 – SMEC, a oferta de atendimento e acompanhamento fonoaudiológico aos professores da Rede Municipal de Ensino de Terra Roxa – PR.
§ 1º O atendimento fonoaudiológico constitui ação integrante das políticas de promoção, prevenção e atenção à saúde dos profissionais da educação desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
§ 2º As ações serão desenvolvidas por profissional de Fonoaudiologia devidamente habilitado, observadas suas atribuições legais, autonomia técnica, disponibilidade de atendimento e condições operacionais do serviço.
§ 3º O serviço terá caráter preventivo, educativo e terapêutico, conforme as necessidades identificadas mediante avaliação fonoaudiológica.
§ 4º O atendimento será oferecido gratuitamente aos profissionais abrangidos por esta Instrução Normativa, sem prejuízo das demais ações desenvolvidas pelo subprograma "Cuidando de Quem Educa".
Art. 2º O atendimento fonoaudiológico tem como finalidade promover a saúde vocal dos professores, contribuindo para a prevenção de alterações relacionadas ao uso profissional da voz, para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação das condições de exercício da docência.
Art. 3º São princípios norteadores do atendimento:
I – promoção da saúde e prevenção de agravos vocais;
II – valorização e cuidado com os profissionais do magistério;
III – identificação precoce de sinais e sintomas de alterações vocais;
IV – atendimento humanizado, individualizado e fundamentado em critérios técnicos;
V – respeito à autonomia e à dignidade dos profissionais atendidos;
VI – garantia do sigilo profissional e da proteção das informações de saúde;
VII – incentivo ao autocuidado e à adoção de hábitos vocais saudáveis;
VIII – integração entre as ações de saúde, educação e qualidade de vida;
IX – promoção de condições ambientais e organizacionais favoráveis à preservação da voz;
X – continuidade do acompanhamento, conforme a necessidade clínica e a capacidade de atendimento do serviço.
CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS
Art. 4º O atendimento fonoaudiológico tem como objetivo geral promover a saúde vocal dos professores da Rede Municipal de Ensino, por meio de ações sistemáticas de avaliação, prevenção, orientação e acompanhamento especializado, contribuindo para a preservação da voz e a redução dos fatores de risco relacionados ao exercício da docência.
Art. 5º Constituem objetivos específicos:

I – proporcionar aos professores acesso a avaliações fonoaudiológicas preventivas;
II – identificar precocemente sinais e sintomas de alterações vocais;
III – prevenir o desenvolvimento e o agravamento de disfonias e outras alterações relacionadas ao uso profissional da voz;
IV – orientar sobre hábitos saudáveis de utilização da voz;
V – desenvolver estratégias de prevenção da fadiga vocal e do esforço excessivo durante as atividades pedagógicas;
VI – oferecer acompanhamento fonoaudiológico individualizado aos profissionais que apresentem necessidade;
VII – promover orientações sobre hidratação, respiração, projeção vocal, pausas e recuperação da voz;
VIII – orientar quanto aos fatores ambientais e organizacionais que possam comprometer a saúde vocal;
IX – incentivar práticas pedagógicas que contribuam para a redução do esforço vocal;
X – promover palestras, oficinas, campanhas e ações educativas sobre saúde vocal;
XI – acompanhar professores com histórico de alterações vocais recorrentes ou persistentes;
XII – orientar e encaminhar para avaliação médica especializada, quando clinicamente necessário;
XIII – contribuir para a redução de fatores associados ao adoecimento vocal e a possíveis afastamentos relacionados a essas condições;
XIV – favorecer o bem-estar físico, emocional e profissional dos professores;
XV – fortalecer as ações do subprograma "Cuidando de Quem Educa", ampliando a atenção à saúde dos profissionais da educação.

CAPÍTULO III – DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º O atendimento fonoaudiológico será destinado aos professores em exercício na Rede Municipal de Ensino de Terra Roxa – PR, compreendendo:
I – professores efetivos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
II – professores contratados temporariamente por meio de Processo Seletivo Simplificado – PSS, durante a vigência do vínculo contratual;
III – professores de Educação Especial;
IV – professores de Educação Física e Artes;
V – professores que exerçam funções de direção escolar, coordenação pedagógica ou outras funções educacionais que demandem utilização frequente da voz;
VI – demais profissionais ocupantes do cargo de professor que estejam em efetivo exercício nas instituições municipais de ensino.
§ 1º O atendimento será destinado prioritariamente aos profissionais que estejam em efetivo exercício nas escolas municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
§ 2º A participação no atendimento fonoaudiológico será voluntária, respeitada a autonomia do profissional.
§ 3º A condição de professor efetivo ou contratado temporariamente não constituirá, isoladamente, critério de prioridade, devendo prevalecer a necessidade clínica identificada.
§ 4º A eventual ampliação do atendimento a outros profissionais da educação poderá ser regulamentada posteriormente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas as condições técnicas e operacionais do serviço.

CAPÍTULO IV – DAS MODALIDADES DE ATENDIMENTO

Art. 7º O atendimento fonoaudiológico será organizado nas seguintes modalidades:
I – avaliação vocal preventiva;
II – atendimento por demanda espontânea;
III – atendimento mediante encaminhamento;
IV – acompanhamento fonoaudiológico individualizado;
V – acompanhamento preventivo periódico;
VI – ações coletivas de educação e promoção da saúde vocal;
VII – orientação e encaminhamento para serviços especializados, quando necessário.

Seção I – Da Avaliação Vocal Preventiva

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura promoverá, conforme planejamento anual e disponibilidade de atendimento, avaliações vocais preventivas destinadas aos professores da Rede Municipal de Ensino.
§ 1º A avaliação preventiva terá como finalidade identificar precocemente queixas, sinais de alterações vocais e fatores de risco que possam comprometer a saúde e o desempenho vocal dos professores.
§ 2º A avaliação poderá compreender:
I – entrevista inicial e levantamento do histórico de saúde vocal;
II – identificação da rotina profissional e da demanda de utilização da voz;
III – investigação de queixas relacionadas à rouquidão, cansaço ao falar, falhas vocais, desconforto, dor ou esforço vocal;
IV – avaliação perceptivo-auditiva da voz;
V – aplicação de protocolos e instrumentos reconhecidos na prática fonoaudiológica;
VI – identificação de hábitos vocais e fatores ambientais associados;
VII – orientações individualizadas sobre cuidados com a voz;
VIII – definição da necessidade de acompanhamento fonoaudiológico ou avaliação médica especializada.
§ 3º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura estabelecerá como meta a oferta de avaliação vocal preventiva anual aos professores, observada a disponibilidade de profissionais e a capacidade operacional do serviço.
§ 4º A avaliação preventiva não terá caráter obrigatório, eliminatório, classificatório ou de avaliação de desempenho funcional.

Seção II – Do Atendimento por Demanda Espontânea

Art. 9º O professor que apresentar queixas, dificuldades ou desconfortos relacionados à voz poderá solicitar atendimento fonoaudiológico diretamente ao serviço responsável, por meio dos canais de agendamento disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
§ 1º A solicitação poderá ser realizada independentemente de encaminhamento da direção escolar ou da coordenação pedagógica.
§ 2º O professor não será obrigado a informar à chefia imediata seu diagnóstico, histórico clínico ou detalhes de sua condição de saúde para solicitar o atendimento.
§ 3º O atendimento será organizado conforme critérios técnicos de prioridade, disponibilidade da agenda e capacidade de atendimento.

Seção III – Do Atendimento Mediante Encaminhamento

Art. 10. O professor poderá ser orientado a procurar o atendimento fonoaudiológico por iniciativa:
I – da direção escolar;
II – da coordenação pedagógica;
III – da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
IV – de profissional médico ou de outro profissional de saúde;
V – do próprio professor.
§ 1º Os encaminhamentos realizados pela direção escolar, coordenação pedagógica ou equipe técnica terão caráter orientativo, não configurando diagnóstico ou obrigatoriedade de tratamento.
§ 2º O encaminhamento deverá respeitar a privacidade do profissional, limitando-se às informações estritamente necessárias à organização do atendimento.

Seção IV – Do Acompanhamento Fonoaudiológico Individualizado

Art. 11. Os professores que apresentarem alterações vocais ou necessidades específicas identificadas durante a avaliação poderão receber acompanhamento fonoaudiológico individualizado.
§ 1º O acompanhamento será desenvolvido mediante plano terapêutico individual, quando indicado, considerando:
I – as condições vocais identificadas;
II – a intensidade e a frequência das queixas;
III – a demanda vocal decorrente das atividades profissionais;
IV – os fatores de risco associados;
V – os objetivos terapêuticos estabelecidos;
VI – a necessidade de intervenções preventivas ou de reabilitação;
VII – a frequência e a duração estimada dos atendimentos;
VIII – a evolução clínica e a resposta às intervenções realizadas.
§ 2º A frequência dos atendimentos será definida pelo fonoaudiólogo responsável, conforme critérios técnicos e clínicos, respeitada a capacidade operacional do serviço.
§ 3º O acompanhamento poderá compreender orientações, exercícios e técnicas vocais individualizadas, estratégias de economia vocal e outras intervenções compatíveis com as atribuições profissionais do fonoaudiólogo.
§ 4º O encerramento do acompanhamento poderá ocorrer por alta fonoaudiológica, encaminhamento a outro serviço, desistência do profissional ou outra justificativa técnica devidamente registrada.

CAPÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO E DO AGENDAMENTO DOS ATENDIMENTOS

Art. 12. Os atendimentos serão organizados pelo profissional de Fonoaudiologia, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mediante agenda específica e cronograma previamente estabelecido.

Art. 13. O agendamento poderá ocorrer:

I – por solicitação direta do professor;

II – mediante encaminhamento orientativo da equipe gestora;

III – por indicação de profissional de saúde;

IV – por convocação para oferta de avaliação preventiva, respeitado o caráter voluntário da participação;

V – por continuidade de acompanhamento anteriormente iniciado.

Art. 14. Os atendimentos ocorrerão em local previamente definido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devendo ser asseguradas condições adequadas de privacidade, acessibilidade, higiene, segurança e funcionamento técnico.

Art. 15. A organização da agenda deverá considerar:

I – a demanda de professores interessados;

II – a disponibilidade do profissional de Fonoaudiologia;

III – a necessidade de continuidade dos acompanhamentos;

IV – a gravidade e a persistência das queixas vocais;

V – a possibilidade de conciliação dos atendimentos com a rotina escolar;

VI – a distribuição equilibrada das ações preventivas entre as unidades de ensino.

Art. 16. O professor deverá comunicar previamente a impossibilidade de comparecimento ao atendimento agendado, sempre que possível, para permitir a reorganização da agenda.

Parágrafo único. As faltas e desistências serão tratadas administrativamente, sem prejuízo funcional automático ao professor, observadas as regras gerais aplicáveis à jornada de trabalho.

CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS DE PRIORIDADE

Art. 17. A definição das prioridades de atendimento observará critérios técnicos e clínicos estabelecidos pelo fonoaudiólogo responsável.

Art. 18. Terão prioridade, conforme avaliação técnica:

I – professores com alterações vocais persistentes ou recorrentes;

II – profissionais com queixas que comprometam significativamente a utilização da voz durante as atividades pedagógicas;

III – professores com histórico de afastamento relacionado a alterações vocais;

IV – profissionais que necessitem de acompanhamento após avaliação ou tratamento médico especializado;

V – professores que apresentem necessidade de continuidade terapêutica;

VI – situações que demandem intervenção prioritária, conforme avaliação fonoaudiológica.

§ 1º A priorização não será determinada exclusivamente pela ordem cronológica das solicitações, devendo considerar a necessidade clínica e a capacidade de atendimento.

§ 2º Situações com sinais de alerta que demandem avaliação médica deverão ser encaminhadas oportunamente ao serviço competente, conforme a gravidade identificada.

§ 3º É vedado qualquer favorecimento pessoal, discriminação ou utilização de critérios alheios à finalidade do atendimento.

CAPÍTULO VII – DAS AÇÕES PREVENTIVAS E EDUCATIVAS

Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura desenvolverá, por meio do subprograma “Cuidando de Quem Educa”, ações educativas e preventivas destinadas à promoção da saúde vocal dos professores.

Art. 20. As ações preventivas poderão compreender:

I – palestras sobre saúde vocal e prevenção de alterações da voz;

II – oficinas práticas sobre utilização adequada da voz;

III – orientações sobre hidratação e hábitos vocais saudáveis;

IV – estratégias para redução do esforço vocal durante as aulas;

V – orientações sobre respiração, projeção vocal e utilização eficiente da voz;

VI – conscientização sobre a importância das pausas e da recuperação vocal;

VII – orientações sobre fatores ambientais, incluindo ruídos, poeira, ventilação, temperatura e condições acústicas;

VIII – estratégias pedagógicas que contribuam para a preservação da voz;

IX – produção e distribuição de materiais informativos;

X – campanhas educativas, especialmente por ocasião do Dia Mundial da Voz, celebrado em 16 de abril;

XI – atividades de prevenção direcionadas às necessidades específicas dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

XII – ações integradas com outras atividades de promoção da saúde desenvolvidas pelo subprograma “Cuidando de Quem Educa”.

Art. 21. As atividades preventivas poderão integrar o calendário anual de formação continuada da Rede Municipal de Ensino.

Art. 22. A Secretaria poderá organizar ações itinerantes nas instituições de ensino, destinadas à orientação coletiva, avaliação preventiva e identificação de fatores ambientais que possam comprometer a saúde vocal.

Parágrafo único. Os atendimentos clínicos individuais realizados nas unidades escolares dependerão da existência de condições adequadas de privacidade e atendimento profissional.

CAPÍTULO VIII – DO ATENDIMENTO DURANTE A JORNADA DE TRABALHO

Art. 23. Os atendimentos fonoaudiológicos deverão ser agendados, preferencialmente, em horários que não comprometam a regência de classe, a continuidade das atividades pedagógicas e o atendimento aos estudantes.

§ 1º Sempre que possível, os atendimentos poderão ser organizados em horários compatíveis com a jornada funcional do professor, observadas as disposições legais relativas à hora-atividade e às demais atribuições profissionais.

§ 2º Quando houver necessidade de atendimento durante o período de trabalho, a situação deverá ser previamente organizada com a direção escolar e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, respeitadas as normas funcionais aplicáveis.

§ 3º A realização de atendimento durante a jornada de trabalho dependerá de autorização administrativa, quando exigida, não implicando, por si só, dispensa de jornada ou abono de faltas.

Art. 24. A direção escolar deverá colaborar com a organização dos horários previamente autorizados, buscando assegurar a continuidade do atendimento educacional.

Art. 25. O serviço poderá emitir declaração de comparecimento ao atendimento, quando solicitada, contendo exclusivamente as informações administrativas necessárias, sem exposição de dados clínicos ou diagnósticos.

CAPÍTULO IX – DAS RESPONSABILIDADES DO PROFISSIONAL DE FONOAUDIOLOGIA

Art. 26. Compete ao fonoaudiólogo responsável:

I – planejar, organizar e executar as ações de saúde vocal previstas nesta Instrução Normativa;

II – realizar avaliações fonoaudiológicas preventivas;

III – identificar alterações vocais e fatores de risco associados ao uso profissional da voz;

IV – elaborar planos de acompanhamento individualizados;

V – realizar intervenções fonoaudiológicas tecnicamente indicadas;

VI – orientar os professores sobre cuidados com a voz e prevenção de alterações vocais;

VII – definir a frequência e a duração dos acompanhamentos conforme a necessidade clínica;

VIII – realizar encaminhamentos para avaliação médica especializada, quando necessário;

IX – manter registros clínicos e administrativos de acordo com as normas profissionais;

X – preservar o sigilo das informações dos profissionais atendidos;

XI – desenvolver palestras, oficinas e campanhas educativas;

XII – colaborar com as equipes gestoras na identificação de fatores ambientais que possam comprometer a saúde vocal;

XIII – elaborar relatórios gerenciais periódicos, contendo informações quantitativas e anonimizadas;

XIV – participar do planejamento das ações preventivas do subprograma “Cuidando de Quem Educa”;

XV – orientar a Secretaria sobre necessidades técnicas, materiais e estruturais para o desenvolvimento das atividades;

XVI – observar o Código de Ética da Fonoaudiologia e as demais normas aplicáveis ao exercício profissional.

Parágrafo único. A atuação do fonoaudiólogo observará sua autonomia técnica, científica e ética, sendo vedada qualquer

determinação administrativa que contrarie as normas do exercício profissional.

CAPÍTULO X – DAS RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. 27. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I – coordenar administrativamente a oferta do atendimento fonoaudiológico no âmbito do subprograma "Cuidando de Quem Educa";

II – disponibilizar, conforme as possibilidades administrativas e orçamentárias, condições adequadas para a realização dos atendimentos;

III – organizar, em conjunto com o profissional responsável, o cronograma de ações preventivas;

IV – divulgar aos professores as informações sobre o funcionamento do serviço;

V – incentivar a participação nas atividades educativas e preventivas;

VI – promover a articulação entre o fonoaudiólogo e as equipes gestoras das unidades escolares;

VII – acompanhar os resultados gerais das ações, preservado o sigilo das informações individuais;

VIII – avaliar periodicamente a necessidade de ampliação ou reorganização dos atendimentos;

IX – promover, quando necessário, articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e com os setores responsáveis pela saúde e segurança do trabalho;

X – considerar as recomendações técnicas relacionadas à melhoria das condições ambientais e organizacionais de trabalho;

XI – assegurar que a participação dos professores não seja utilizada como instrumento de avaliação de desempenho, constrangimento ou discriminação.

CAPÍTULO XI – DAS RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 28. Compete às direções das escolas municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil:

I – divulgar o atendimento fonoaudiológico entre os professores;

II – incentivar a participação nas avaliações e ações preventivas;

III – colaborar com a organização dos horários de atendimento, respeitadas as autorizações administrativas necessárias;

IV – comunicar à Secretaria situações ambientais que possam contribuir para o adoecimento vocal;

V – apoiar a realização de campanhas, palestras e atividades educativas;

VI – promover práticas institucionais de valorização da saúde e do bem-estar dos professores;

VII – respeitar a privacidade e o sigilo das informações dos profissionais atendidos;

VIII – colaborar com a implementação de recomendações preventivas de caráter coletivo, quando viáveis.

Parágrafo único. É vedado à direção escolar exigir acesso a prontuários, diagnósticos, relatórios clínicos ou informações de tratamento dos professores, ressalvadas as hipóteses legalmente autorizadas.

CAPÍTULO XII – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS PROFESSORES

Art. 29. São direitos dos professores participantes:

I – receber atendimento humanizado, respeitoso e livre de discriminação;

II – obter informações claras sobre os procedimentos propostos;

III – ter preservado o sigilo de suas informações clínicas;

IV – participar voluntariamente das avaliações e dos acompanhamentos;

V – receber orientações adequadas às suas necessidades vocais;

VI – ser informado sobre a necessidade de encaminhamento a outros profissionais ou serviços;

VII – acessar suas informações clínicas na forma da legislação aplicável;

VIII – recusar procedimentos, observadas as disposições legais;

IX – não sofrer prejuízo funcional exclusivamente em razão de sua participação no atendimento.

Art. 30. Constituem responsabilidades dos professores participantes:

I – fornecer informações pertinentes à avaliação e ao acompanhamento, de forma voluntária e esclarecida;

II – comparecer aos atendimentos previamente agendados ou comunicar a impossibilidade de comparecimento;

III – considerar as orientações técnicas recebidas, conforme suas condições individuais;

IV – informar ao fonoaudiólogo alterações relevantes de sua condição vocal;

V – respeitar as normas de organização e funcionamento do serviço;

VI – colaborar com as atividades preventivas e educativas, sempre que possível.

Parágrafo único. A ausência, desistência ou recusa de atendimento não poderá, por si só, resultar em sanção disciplinar ou prejuízo funcional, ressalvadas obrigações estabelecidas em legislação específica.

CAPÍTULO XIII – DOS ENCAMINHAMENTOS E DA ARTICULAÇÃO COM A REDE DE SAÚDE

Art. 31. Quando identificada a necessidade de avaliação ou tratamento que ultrapasse as condições de atendimento do serviço, o fonoaudiólogo poderá orientar e encaminhar o professor aos serviços de saúde competentes.

Art. 32. Os encaminhamentos poderão compreender, conforme avaliação técnica:

I – consulta médica, especialmente com otorrinolaringologista;

II – realização de exames complementares indicados por profissional habilitado;

III – avaliação por serviços de saúde ocupacional;

IV – acompanhamento multiprofissional;

V – outros serviços especializados necessários à continuidade do cuidado.

§ 1º Os encaminhamentos observarão os fluxos assistenciais existentes, a disponibilidade dos serviços e as regras aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá estabelecer fluxos de articulação com a Secretaria Municipal de Saúde, respeitadas as competências e atribuições de cada órgão.

§ 3º A avaliação fonoaudiológica não substitui diagnóstico médico, perícia oficial ou avaliação de capacidade laborativa quando legalmente exigidos.

Art. 33. Nos casos em que houver suspeita de relação entre alterações vocais e condições de trabalho, o profissional poderá orientar o professor quanto à necessidade de avaliação pelos serviços competentes de saúde do trabalhador.

Parágrafo único. A caracterização de doença relacionada ao trabalho, a definição de restrições funcionais e a concessão de afastamentos observarão os procedimentos e competências legalmente estabelecidos.

CAPÍTULO XIV – DO SIGILO PROFISSIONAL E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 34. Todos os atendimentos fonoaudiológicos deverão ser registrados em prontuário próprio, físico ou eletrônico, observadas as normas profissionais e a legislação aplicável.

Art. 35. As informações clínicas, avaliações, resultados, diagnósticos e planos terapêuticos constituem dados pessoais sensíveis e deverão receber tratamento compatível com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

Art. 36. O acesso aos prontuários será restrito aos profissionais legalmente autorizados, observadas as hipóteses de compartilhamento previstas em lei e nas normas éticas.

Art. 37. Os relatórios destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverão apresentar, preferencialmente, dados estatísticos e anonimizados, incluindo:

I – número de professores atendidos;

II – número de avaliações preventivas realizadas;

III – quantidade de acompanhamentos iniciados;

IV – número de atendimentos realizados;

V – número de ações educativas desenvolvidas;

VI – quantidade de encaminhamentos para serviços especializados;

VII – indicadores gerais de adesão e continuidade do acompanhamento;

VIII – informações gerais sobre fatores de risco identificados, sem individualização dos profissionais.

Parágrafo único. É vedada a divulgação de informações que permitam a identificação direta ou indireta dos professores em relatórios estatísticos, especialmente em unidades com reduzido número de servidores.

CAPÍTULO XV – DA INTEGRAÇÃO COM O SUBPROGRAMA "CUIDANDO DE QUEM EDUCA"

Art. 38. O atendimento fonoaudiológico regulamentado por esta Instrução Normativa integra as ações do subprograma "Cuidando de Quem Educa", instituído pela Instrução Normativa nº 014/2025 – SMEC, constituindo estratégia de promoção, prevenção e atenção à saúde dos profissionais do magistério.
Art. 39. As ações de Fonoaudiologia poderão ser desenvolvidas de forma articulada com as demais atividades previstas no subprograma, incluindo:
I – atendimento psicológico individualizado;
II – atividades físicas e práticas de promoção da saúde;
III – palestras, oficinas e ações educativas;
IV – campanhas institucionais de valorização e cuidado com os profissionais da educação.
§ 1º A integração entre os profissionais e serviços deverá respeitar os limites de atuação de cada área, a autonomia técnica e o sigilo das informações individuais.
§ 2º O compartilhamento de informações clínicas entre profissionais somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente autorizadas e quando necessário à continuidade do cuidado.
Art. 40. O planejamento das ações de Fonoaudiologia deverá integrar, sempre que possível, o calendário anual de atividades do subprograma "Cuidando de Quem Educa", buscando promover atendimento organizado, preventivo e contínuo.
Art. 41. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá promover campanhas integradas de promoção da saúde, contemplando diferentes dimensões do bem-estar dos profissionais da educação, incluindo saúde vocal, saúde mental, alimentação saudável, atividade física e qualidade de vida.

CAPÍTULO XVI – DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 42. As ações de Fonoaudiologia serão desenvolvidas mediante planejamento anual, elaborado pelo profissional responsável em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 43. O planejamento anual deverá contemplar, preferencialmente:
I – cronograma de avaliações preventivas;
II – organização dos atendimentos individuais;
III – previsão de atividades coletivas nas unidades escolares;
IV – campanhas educativas;
V – estratégias de acompanhamento dos professores com alterações vocais;
VI – levantamento das necessidades de materiais e equipamentos;
VII – indicadores de acompanhamento e avaliação das ações.
Art. 44. O monitoramento será realizado por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, respeitados o sigilo profissional e a proteção dos dados pessoais.
Art. 45. Ao final de cada ano letivo, poderá ser elaborado relatório consolidado das atividades desenvolvidas, destinado a subsidiar o planejamento das ações do exercício seguinte.
Parágrafo único. Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins de planejamento, aprimoramento das ações preventivas e avaliação institucional, vedada sua utilização para classificação ou avaliação individual de desempenho dos professores.

CAPÍTULO XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. A implantação e a manutenção dos atendimentos ocorrerão conforme a disponibilidade de profissionais, a capacidade de atendimento e as condições técnicas, administrativas e orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 47. A oferta de acompanhamento fonoaudiológico aos professores deverá ser organizada de modo a compatibilizar as ações de saúde vocal com as demais atribuições e demandas legalmente atribuídas ao profissional de Fonoaudiologia.
Art. 48. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá expedir orientações complementares, formulários, protocolos administrativos e cronogramas necessários à execução desta Instrução Normativa.
Art. 49. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mediante manifestação técnica do profissional de Fonoaudiologia e, quando necessário, consulta ao Departamento Jurídico do Município.
Art. 50. Esta Instrução Normativa complementa a Instrução Normativa nº 014/2025 – SMEC, sem revogar ou alterar as demais ações do subprograma "Cuidando de Quem Educa".
Art. 51. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições administrativas em contrário.

Terra Roxa, 22 de outubro de 2026.

EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO
Secretário Municipal de Educação e Cultura
Port. n.º 17619/2026

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:8ECE4ADF

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
POLITICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

POLÍTICA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO EM 2027

Terra Roxa – PR
2026

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Documento orientador da Rede Municipal de Ensino de Terra Roxa – Paraná
Revisão e atualização para implementação em 2027

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Rua Paulo Furtado Lucena, nº 101 – Centro
CEP 85.990-000 – Terra Roxa – PR
(44) 3645-1113 / 3645-8430
e-mail: educacao@terraroxa.pr.gov.br

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5
2 CONTEXTUALIZAÇÃO 6
3 CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL..... 7
4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA..... 8
5 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL..... 9
6 POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.... 10
7 OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL..... 11
8 GESTÃO DA POLÍTICA E EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA..... 12
9 COMITÊ MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL-COMEITI 12
10 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E DA JORNADA ESCOLAR..... 13
11 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL. 13
12 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL 15
13 CURRÍCULO, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS 16
14 INTERSETORIALIDADE E ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO..... 17
15 INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E RECURSOS..... 17
16 FORMAÇÃO CONTINUADA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS..... 18
17 MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO..... 18
18 DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO EM 2027..... 19
19 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR..... 20

20 RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO..... 20
21 RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS..... 21
22 TRANSIÇÃO DA JORNADA AMPLIADA PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL..... 21
23 DISPOSIÇÕES GERAIS..... 22
24 REFERÊNCIAS..... 23

1 INTRODUÇÃO

A Rede Municipal de Ensino de Terra Roxa – PR está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Paulo Furtado Lucena, nº 101, Centro, CEP 85.990-000, telefone (44) 3645-1113/3645-8430, e-mail educacao@terraroxa.pr.gov.br. É constituída por instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental, atendendo também a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, conforme a organização do Sistema Municipal de Ensino.

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral constitui instrumento orientador para a garantia do direito à educação e para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes, articulando currículo, tempos, espaços, profissionais, práticas pedagógicas, participação da comunidade, intersetorialidade e condições de oferta.

A revisão para 2027 considera o processo de consolidação das experiências de Jornada Ampliada desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino na Escola Municipal Presidente Kennedy, Escola Municipal Rural José de Alencar, Escola Municipal Rural Maria Carolina Engel e Escola Municipal Rural Osvaldo Cruz, bem como a necessidade de avançar para uma concepção de Educação Integral em Tempo Integral para as crianças do Infantil IV dos Centros Municipais de Educação Infantil Dr. Hugo Dherê, Girassol e Primeiros Passos.

Esse processo considera as especificidades de cada etapa da Educação Básica. Na Educação Infantil, a ampliação da jornada deverá estar articulada ao Projeto Político-Pedagógico e à proposta pedagógica da instituição, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos e assegurando a indissociabilidade entre educar, cuidar e brincar. No Ensino Fundamental, a ampliação da jornada deverá integrar os componentes curriculares, a parte diversificada e as experiências integradoras, em articulação com o currículo e o Projeto Político-Pedagógico.

Em ambas as etapas, a organização da jornada deverá assegurar a integração permanente das experiências educativas ao longo do dia, superando a fragmentação entre turno e contraturno e evitando que a ampliação do tempo se reduza à mera extensão da permanência física na instituição.

Para fins desta Política, considera-se Educação Integral em Tempo Integral a oferta educacional em que a jornada escolar tenha duração mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, de forma regular e permanente, observadas as especificidades da etapa e as normas educacionais vigentes.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Município de Terra Roxa - PR apresenta trajetória de investimento na melhoria da qualidade da educação pública municipal. A Política de 2024 registrou avanços nos indicadores educacionais e, ao mesmo tempo, identificou a necessidade de ampliar resultados relacionados à leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático e aos descritores de Língua Portuguesa e Matemática.

A experiência de Jornada Ampliada desenvolvida pela Rede Municipal constitui referência para a implantação progressiva da Educação Integral em Tempo Integral. A ampliação do tempo educativo deverá, entretanto, estar vinculada a intencionalidades pedagógicas claras, garantindo que as experiências contribuam para as aprendizagens e para o desenvolvimento das dimensões cognitiva, física, emocional, social, ética, cultural e ambiental.

A Educação Integral em Tempo Integral será organizada considerando as características das crianças e dos estudantes, das instituições, das famílias e dos territórios, com atenção à equidade, à inclusão e à redução das desigualdades educacionais.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura já realiza acompanhamento das unidades que ofertam Jornada Ampliada, considerando indicadores de aprendizagem, frequência, participação, permanência, desenvolvimento integral, condições de infraestrutura, alimentação e percepção da comunidade escolar, entre outros aspectos pertinentes. Para 2027, esse processo será mantido e aprimorado, fortalecendo a atuação do Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral – COMEITI no acompanhamento, análise dos resultados, identificação de necessidades, proposição de estratégias e encaminhamento de ações.

A transição para o Período Integral não será compreendida como simples alteração de nomenclatura. Implicará reorganização pedagógica, integração curricular, planejamento coletivo, qualificação dos tempos e espaços, definição das responsabilidades dos profissionais e fortalecimento do acompanhamento e da avaliação da política.

3 CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A educação é compreendida como processo dinâmico e multifacetado que visa à formação integral do ser humano, promovendo seu desenvolvimento intelectual, emocional, social, físico, cultural e ético. Não se limita à transmissão de conhecimentos, abrangendo habilidades, valores, atitudes, participação social, autonomia, cidadania e convivência democrática.

A Educação Integral em Tempo Integral reconhece que a aprendizagem e o desenvolvimento ocorrem em diferentes contextos e ambientes e que a escola deve articular-se com a família, a comunidade, os equipamentos públicos e os demais espaços educativos do território.

A concepção adotada pelo Município valoriza a aprendizagem ativa e significativa, a participação dos estudantes, a contextualização dos conhecimentos, a interdisciplinaridade, a diversidade e a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades dos sujeitos.

A referência teórica associada ao pensamento de John Dewey é mantida como contribuição para a compreensão das experiências educativas que relacionam conhecimento, vida social, participação, investigação, autonomia e interação com o ambiente, em diálogo com as diretrizes educacionais vigentes.

A Educação Integral em Tempo Integral deverá promover inclusão, diversidade, equidade, participação e autonomia, articulando experiências educativas, culturais, artísticas, esportivas, recreativas, científicas, tecnológicas e comunitárias, sem reduzir a ampliação do tempo a uma simples extensão do turno escolar. A organização da jornada escolar poderá distribuir diferentes componentes e experiências em períodos distintos, conforme a matriz curricular e a organização pedagógica da unidade educacional. Essa distribuição não implica hierarquização ou desarticulação, pois todos os períodos integram a Educação Integral em Tempo Integral e devem estar articulados ao currículo, ao Projeto Político-Pedagógico e às finalidades formativas da etapa, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral fundamenta-se na Constituição Federal, na legislação educacional nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional de Educação, no Plano Municipal de Educação de Terra Roxa e nas normas nacionais e estaduais específicas da Educação Integral em Tempo Integral e da Educação Infantil.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente os dispositivos relativos ao direito à educação, à proteção integral e ao regime de colaboração entre os entes federados.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal nº13.005, de 25 de julho de 2014, em especial ao disposto nas Metas 1 e 6 da expansão do ensino em tempo integral.

Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 – regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Lei nº 1.873/2021 que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação de Terra Roxa.

Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023 – institui o Programa Escola em Tempo Integral.

Portaria nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024 – institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil.
Deliberação CEE/PR nº 06/2025 – estabelece Normas Complementares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
Deliberação CEE/PR nº 09/2025 – estabelece normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, com alterações posteriores – institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.
Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026 – altera a Resolução CNE/CEB nº 7/2025.
Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026 – institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral.

5 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Reconhecimento da educação como direito humano público e subjetivo e da educação escolar como parte indispensável da materialização desse direito.
Qualidade socialmente referenciada da educação, articulada à equidade e à garantia das condições de oferta.
Reconhecimento das múltiplas formas de realização da Educação Integral, considerando singularidades, potencialidades, limites, sujeitos, comunidade escolar e território.
Garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na legislação curricular vigente, considerando as necessidades individuais e coletivas.
Visão integrada dos sujeitos que realizam a ação educativa, incluindo estudantes, professores, gestores, profissionais da educação e famílias.
Indissociabilidade entre educar, cuidar e brincar na Educação Infantil e articulação entre educação, proteção, convivência e desenvolvimento nas demais etapas.
Valorização da diversidade étnico-racial, sociocultural, linguística, territorial e das diferentes condições dos sujeitos, assegurando ambiente inclusivo, equitativo e democrático.
Articulação da educação escolar com as demais políticas sociais, na perspectiva da proteção e promoção dos direitos humanos.
Articulação com espaços comunitários, institucionais e territórios educativos.
Integração dos temas contemporâneos transversais e das políticas de Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação para as Relações Étnico-Raciais, saúde, cultura digital e demais temas previstos na legislação.
Promoção da equidade educacional no acesso, na permanência, na participação e nas oportunidades de aprendizagem.
Reconhecimento da Educação Integral como concepção que organiza, integra e articula as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

6 POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Fica atualizada a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Terra Roxa- PR, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças e dos estudantes nas dimensões física, cognitiva, socioemocional, histórico-cultural, socioambiental e cidadã.
A Política orientará programas, projetos, ações e estratégias destinados à implementação e consolidação da Educação Integral em Tempo Integral, respeitando as especificidades das etapas e modalidades de ensino.
A implantação ocorrerá de forma gradativa, considerando a capacidade de atendimento, as condições de infraestrutura, os recursos financeiros, a disponibilidade de profissionais, a organização curricular, as necessidades dos territórios e as deliberações dos órgãos competentes.
Para 2027, a expansão para o Período Integral será organizada nas unidades e turmas definidas no planejamento municipal, observados critérios de equidade, vulnerabilidade socioeconômica, condições territoriais, demanda, capacidade de oferta e condições pedagógicas e administrativas.
Quando a demanda por vagas em tempo integral superar a capacidade de atendimento, os critérios de acesso deverão ser públicos, objetivos, transparentes e não discriminatórios, considerando as necessidades educacionais e sociais identificadas pela Rede, sem prejuízo do direito à matrícula e da regulamentação específica expedida pela Secretaria Municipal de Educação.
Caberá ao Conselho Municipal de Educação, no âmbito de suas competências, **acompanhar e avaliar a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral,** podendo solicitar informações, analisar seus resultados e manifestar-se sobre as matérias de natureza educacional que lhe sejam submetidas.

7 OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Contribuir para a formação integral dos estudantes.
Ampliar e qualificar oportunidades de aprendizagem, saberes, métodos, processos e experiências educativas.
Melhorar a qualidade social da educação pública municipal, articulando ampliação da jornada e intencionalidade pedagógica.
Fortalecer relações entre estudantes, profissionais da educação, famílias e comunidades.
Garantir proteção social, participação e formação cidadã.
Promover práticas culturais, artísticas, esportivas, científicas, tecnológicas, ambientais e de lazer, respeitadas as especificidades de cada etapa.
Fortalecer a leitura, a escrita, o raciocínio lógico-matemático e as aprendizagens essenciais no Ensino Fundamental.
Na Educação Infantil, ampliar e diversificar oportunidades qualificadas para o exercício dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.
Fortalecer a participação das famílias e da comunidade.
Garantir formação continuada dos profissionais da educação.
Adequar progressivamente infraestrutura, mobiliário, equipamentos, conectividade, materiais pedagógicos e condições de acessibilidade.
Promover currículos integrados, interdisciplinares e contextualizados, respeitando a organização curricular própria de cada etapa.
Atender às diferentes necessidades e possibilidades dos estudantes.
Reduzir desigualdades educacionais, raciais, socioeconômicas e territoriais.
Monitorar e avaliar continuamente a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

8 GESTÃO DA POLÍTICA E EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A Política Municipal será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que deverá designar profissional ou equipe responsável pelo acompanhamento pedagógico, orientação, planejamento, monitoramento e articulação das ações da Educação Integral em Tempo Integral.
Compete à equipe técnica apoiar as unidades educacionais, acompanhar a implementação curricular, subsidiar a formação continuada, organizar instrumentos de monitoramento, elaborar documentos orientadores e articular as ações com os demais setores da administração municipal.
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá elaborar orientações pedagógicas específicas para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, considerando as especificidades de cada etapa, unidade, território e comunidade escolar.

9 COMITÊ MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL – COMEITI

Fica mantido o Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral – COMEITI, como instância de governança, acompanhamento, participação e articulação das estratégias e ações da Política Municipal, observados o ato normativo que o instituiu.
Monitorar a implementação da Política Municipal.
Subsidiar a definição de parâmetros de qualidade e equidade.
Acompanhar condições de oferta, aprendizagem, participação e permanência.
Emitir recomendações à Secretaria Municipal de Educação.
Articular setores e políticas públicas relacionados à Educação Integral.
Contribuir para processos participativos de avaliação e aperfeiçoamento da política.
Analisar informações produzidas pelo monitoramento e propor encaminhamentos.

Acompanhar a execução das ações previstas no planejamento municipal.

10 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E DA JORNADA ESCOLAR

A jornada escolar em tempo integral deverá garantir, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, de forma regular e permanente, respeitadas as especificidades da etapa e da modalidade de ensino.

A jornada deverá compreender o tempo total de permanência da criança ou do estudante na instituição de ensino ou em atividades escolares em outros espaços educativos, quando previstos no planejamento pedagógico e asseguradas as condições necessárias.

Os tempos destinados à alimentação, higiene, socialização, convivência, acolhimento, descanso, deslocamentos internos e transições deverão ser planejados e integrar a jornada escolar, especialmente considerando as necessidades das crianças pequenas.

A jornada em tempo integral requer a incorporação efetiva e orgânica ao currículo de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados.

A organização da jornada poderá ocorrer em um único turno ou em diferentes períodos do dia, conforme as condições da Rede e a proposta pedagógica, devendo-se assegurar a integração permanente das experiências educativas. A organização em períodos distintos não deverá reproduzir a lógica fragmentada de turno e contraturno.

A oferta deverá observar as condições de infraestrutura, alimentação, transporte, segurança, acessibilidade, profissionais, materiais e recursos pedagógicos necessários à permanência qualificada.

11 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A oferta da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil observará as especificidades da primeira etapa da Educação Básica e será organizada em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular, as normas do Conselho Estadual de Educação do Paraná e a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Para 2027, a oferta prevista nesta Política abrangerá as turmas do Infantil IV dos Centros Municipais de Educação Infantil Dr. Hugo Dherê, Girassol e Primeiros Passos, conforme planejamento municipal e condições de oferta.

A jornada da Educação Infantil em tempo integral nos CMEIs terá duração mínima de 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos diárias, de segunda a sexta-feira, totalizando 47h30 (quarenta e sete horas e 30 minutos) semanais, observadas as normas vigentes e a carga horária anual mínima da etapa.

A organização pedagógica deverá assegurar a indissociabilidade entre educar, cuidar e brincar, reconhecendo as crianças como sujeitos históricos e de direitos e considerando suas singularidades, necessidades, interesses e formas de participação.

As interações e as brincadeiras constituem eixos estruturantes das práticas pedagógicas. A organização curricular deverá assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil, contemplando os Campos de Experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos quais os macrocampos serão integrados de forma articulada, transversal e contextualizada, respeitando as especificidades dessa etapa da Educação Básica.

A ampliação da jornada deverá proporcionar experiências diversificadas, significativas e intencionalmente planejadas, envolvendo diferentes espaços, tempos, materiais, linguagens e relações que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças.

Os momentos de acolhimento, alimentação, higiene, repouso, movimento, convivência, brincadeira, exploração, expressão e demais experiências educativas integrarão a jornada e serão planejados de forma articulada ao Projeto Político-Pedagógico e à proposta pedagógica da instituição.

Não deverá haver reprodução, na Educação Infantil, de uma organização curricular baseada em disciplinas ou em uma separação rígida entre um período destinado ao currículo e outro destinado a atividades complementares. A jornada será compreendida como experiência educativa integrada, respeitando os tempos e ritmos próprios da infância.

A avaliação será realizada por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças, sem finalidade de promoção, retenção ou classificação, observadas as normas da Educação Infantil.

Os espaços, mobiliários, materiais, brinquedos, equipamentos e recursos pedagógicos deverão ser adequados, acessíveis, seguros e diversificados, favorecendo as múltiplas linguagens, a autonomia, a exploração, a convivência e o brincar.

A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental deverá ser considerada no planejamento da Rede, assegurando continuidade educativa e respeito às especificidades de cada etapa.

12 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

No Ensino Fundamental, a Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar a articulação entre os componentes curriculares previstos na legislação, a parte diversificada e as experiências integradoras, em consonância com a BNCC, o Referencial Curricular do Paraná, as normas do Conselho Nacional de Educação e o Projeto Político-Pedagógico.

A matriz curricular das unidades em tempo integral deverá contemplar, no mínimo, 35 (trinta e cinco) horas semanais, observando os componentes curriculares obrigatórios, a parte diversificada e as experiências integradoras aprovadas pelos órgãos competentes.

A organização curricular poderá contemplar experiências, atividades e ações integradoras vinculadas aos macrocampos, articuladas aos componentes curriculares e às aprendizagens previstas para cada etapa de ensino e série, contemplando, entre outras, as seguintes atividades:

Macrocampo	Componente curricular
Cultura, Artes e Educação Patrimonial	Arte e Cultura
Esporte e Lazer	Esporte e Recreação
Acompanhamento Pedagógico	Estudos e leitura
Promoção da Saúde	Educação em saúde
Iniciação Científica	Iniciação Científica
Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal)	Educação Ambiental; Educação Financeira; Cultura empreendedora; Educação Cooperativa.
Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica	Robótica Educacional

Essas experiências deverão ser planejadas de forma articulada aos direitos de aprendizagem, aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e aos componentes curriculares, evitando a fragmentação dos conhecimentos.

A organização dos horários poderá concentrar determinadas experiências em um dos períodos do dia por razões pedagógicas e administrativas. Essa organização não deverá caracterizar o período ampliado como espaço desvinculado do currículo, uma vez que todas as experiências integram a proposta educativa da unidade.

As metodologias deverão favorecer práticas interdisciplinares, resolução de problemas, leitura, produção textual, investigação, jogos, experiências práticas, cultura digital, atividades artísticas, esportivas, ambientais e demais estratégias adequadas às necessidades dos estudantes.

13 CURRÍCULO, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A Educação Integral em Tempo Integral deverá estar incorporada ao Projeto Político-Pedagógico das instituições, que deverá expressar a concepção de educação integral adotada, a organização dos tempos e espaços, as práticas pedagógicas, as responsabilidades dos profissionais, as formas de participação da comunidade e os procedimentos de acompanhamento e avaliação.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá apoiar as instituições na revisão ou elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos, respeitando as especificidades de cada etapa, série, território e comunidade escolar.

Na Educação Infantil, o planejamento curricular terá como foco as crianças, suas interações, brincadeiras, direitos de aprendizagem e desenvolvimento e Campos de Experiências. No Ensino Fundamental, deverá assegurar a integração entre os componentes curriculares, a parte diversificada e as experiências integradoras.

As práticas educativas deverão considerar múltiplas linguagens, metodologias diversificadas, diferentes agrupamentos, tempos e espaços, recursos acessíveis e tecnologias de suporte, de modo a assegurar a participação e a aprendizagem de todos.

A ampliação da jornada deverá resultar em efetiva ampliação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, e não em mera ocupação do tempo.

14 INTERSETORIALIDADE E ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Fortalecimento do trabalho intersetorial e em rede.
Articulação com saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e demais políticas pertinentes.
Participação social de diferentes grupos e segmentos.
Escuta, diálogo e deliberação coletiva na escola.
Fortalecimento dos conselhos escolares e demais instâncias de participação.
Articulação com famílias, organizações da sociedade civil e comunidade.
Reconhecimento e valorização dos saberes e práticas socioculturais do território.
Promoção da proteção integral e redução das desigualdades.

15 INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E RECURSOS

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em articulação com os demais órgãos municipais e mediante os recursos disponíveis, promoverá a adequação progressiva das condições necessárias à implementação e manutenção da Política, incluindo transporte escolar, equipamentos, mobiliário, conectividade, materiais escolares e didáticos, alimentação, segurança, recursos humanos e infraestrutura.
As unidades que ofertarem tempo integral deverão dispor, progressivamente, de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento, observadas as normas de acessibilidade, segurança, salubridade e adequação pedagógica.
Na Educação Infantil, deverão ser asseguradas condições adequadas para alimentação, higiene, repouso, acolhimento, brincadeira, movimento, exploração e convivência, respeitando os ritmos e necessidades das crianças.
A política de alimentação escolar deverá considerar a permanência ampliada e as necessidades nutricionais dos estudantes, observadas as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar e as orientações dos profissionais habilitados.
Os recursos financeiros poderão ser provenientes de transferências da União e do Estado, Fundeb, recursos próprios municipais, programas específicos, convênios, parcerias e outras fontes legalmente admitidas, observadas as regras de aplicação e prestação de contas.

16 FORMAÇÃO CONTINUADA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura desenvolverá e/ou articulará ações de formação continuada para gestores, professores, equipes pedagógicas e demais profissionais envolvidos na Educação Integral em Tempo Integral.
A formação deverá contemplar, entre outros temas, educação integral, currículo integrado, especificidades da Educação Infantil, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, interações e brincadeiras, equidade, inclusão, avaliação, gestão democrática, intersetorialidade, práticas pedagógicas, cultura digital, convivência, proteção integral e organização dos tempos e espaços.
Os profissionais deverão possuir formação compatível com as funções desempenhadas e atuar de acordo com o Projeto Político-Pedagógico e com a regulamentação municipal da jornada de trabalho.

17 MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura coordenar o monitoramento e a avaliação quantitativa, qualitativa e participativa da Educação Integral em Tempo Integral.
O monitoramento deverá considerar, entre outros, os seguintes indicadores:
número de escolas, turmas e matrículas em tempo integral;
frequência e permanência das crianças e dos estudantes;
aprendizagens e desenvolvimento, observadas as especificidades de cada etapa;
participação nas experiências educativas;
condições de infraestrutura, acessibilidade, segurança e salubridade;
alimentação e transporte escolar;
disponibilidade e formação dos profissionais;
participação das famílias e da comunidade;
equidade no acesso, permanência e participação;
execução das ações previstas no Projeto Político-Pedagógico e nos documentos orientadores.
Na Educação Infantil, o acompanhamento deverá considerar os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, sem finalidade de classificação ou promoção, valorizando registros pedagógicos e observações sistemáticas.

18 DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO EM 2027

Para o ano letivo de 2027, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura realizará a transição planejada das experiências de Jornada Ampliada para a oferta de Educação Integral em Tempo Integral nas unidades e turmas definidas pelo planejamento municipal.

Unidade educacional	Turmas previstas para 2027
Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Hugo Dherê	Infantil IV
Centro Municipal de Educação Infantil Girassol	Infantil IV
Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos	Infantil IV
Escola Municipal Presidente Kennedy	1º ao 5º ano
Escola Municipal Rural José de Alencar	Infantil IV ao 5º ano
Escola Municipal Rural Maria Carolina Engel	Infantil IV ao 5º ano
Escola Municipal Rural Osvaldo Cruz	Infantil IV ao 5º ano

A transição deverá ocorrer com participação da comunidade escolar, revisão do Projeto Político-Pedagógico, organização ou revisão da matriz curricular do Ensino Fundamental, organização pedagógica específica da Educação Infantil, adequação dos horários, definição dos profissionais, planejamento da alimentação, transporte, espaços, materiais e sistemas de registro.
A implantação deverá assegurar que a ampliação do tempo seja acompanhada de ampliação qualificada das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, não se limitando à permanência física da criança ou do estudante na unidade.
As experiências, projetos, práticas e avaliações construídos no âmbito da Jornada Ampliada poderão ser incorporados à nova organização, desde que avaliados, reorganizados e articulados ao currículo, à proposta pedagógica e ao Projeto Político-Pedagógico.
Os registros escolares deverão seguir as orientações vigentes dos sistemas oficiais, evitando duplicidade, inconsistências ou enquadramentos incompatíveis com a oferta efetivamente realizada.

19 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

A implantação e o acompanhamento da Educação Integral em Tempo Integral deverão considerar processos de escuta e participação da comunidade escolar.
As unidades deverão promover reuniões, consultas ou outros mecanismos democráticos adequados ao contexto, assegurando transparência quanto à organização da oferta.
As decisões pedagógicas serão orientadas pelas normas educacionais, pelo Projeto Político-Pedagógico e pelas deliberações dos órgãos competentes, garantindo participação social e respeito às especificidades da comunidade.

20 RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Coordenar a implementação da Política.
Orientar as unidades educacionais.
Promover formação continuada.
Elaborar documentos orientadores e acompanhar as matrizes curriculares e propostas pedagógicas.
Planejar recursos e infraestrutura.
Acompanhar registros de matrícula, frequência e atividades.
Monitorar indicadores de qualidade e equidade.
Articular políticas intersetoriais.
Subsidiar o Conselho Municipal de Educação e o COMEITI.
Avaliar e revisar periodicamente a Política.

21 RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS

Revisar ou elaborar o Projeto Político-Pedagógico, incorporando a concepção de Educação Integral em Tempo Integral.
Organizar os tempos e espaços educativos de forma integrada.
Garantir integração curricular e continuidade das experiências educativas.
Na Educação Infantil, assegurar a articulação entre cuidar, educar e brincar e a centralidade das interações e brincadeiras.
No Ensino Fundamental, assegurar a articulação entre componentes curriculares, parte diversificada e experiências integradoras.
Acompanhar frequência, participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Planejar e registrar as experiências educativas.
Promover participação de crianças, estudantes, famílias e profissionais, de acordo com as especificidades de cada etapa.
Zelar pela segurança, acessibilidade, salubridade e organização dos espaços.
Encaminhar à Secretaria os dados e informações necessários ao monitoramento.

22 TRANSIÇÃO DA JORNADA AMPLIADA PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A experiência acumulada pela Rede Municipal de Ensino com a Jornada Ampliada será considerada na transição para a Educação Integral em Tempo Integral. Os conhecimentos, projetos, práticas e avaliações que apresentarem resultados positivos poderão ser incorporados à nova organização, desde que articulados ao currículo, à proposta pedagógica e ao Projeto Político-Pedagógico.
A transição não implica simples substituição da nomenclatura. Pressupõe reorganização pedagógica, integração curricular, planejamento coletivo, qualificação dos tempos e espaços e definição clara das responsabilidades de cada profissional.
O termo Jornada Ampliada será utilizado, no âmbito desta Política, para referência histórica às experiências desenvolvidas pela Rede até a implantação do novo modelo. Para a organização da oferta a partir de 2027, a denominação adotada será Educação Integral em Tempo Integral ou Período Integral, conforme o contexto normativo e administrativo.
O contraturno poderá ser mencionado para descrever a organização histórica de determinadas ações da Jornada Ampliada ou, quando necessário, para fins administrativos. Não deverá, contudo, caracterizar a concepção pedagógica da oferta de Educação Integral em Tempo Integral, que deverá superar a fragmentação entre turno e contraturno.

23 DISPOSIÇÕES GERAIS

A expansão do atendimento em tempo integral dependerá do planejamento educacional, das condições de oferta e da disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, sem prejuízo do dever de garantir progressivamente o direito à Educação Integral em Tempo Integral.
Compete à direção da instituição, com participação da equipe pedagógica e da comunidade escolar, promover a revisão ou elaboração do Projeto Político-Pedagógico para contemplar a Educação Integral em Tempo Integral.
Os espaços para realização das experiências educativas serão planejados em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas as condições de acessibilidade, segurança, salubridade e adequação pedagógica.
Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observadas a legislação educacional vigente e as orientações dos órgãos competentes.
Esta Política deverá ser avaliada periodicamente, especialmente a partir dos resultados de monitoramento, das mudanças normativas e das necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.
Terra Roxa-PR, 23 de outubro de 2026.

REFERÊNCIAS

BRASIL. ***Constituição da República Federativa do Brasil de 1988***. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 14.113**, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.640**, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 1.495**, de 2 de agosto de 2023. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 2.036**, de 23 de novembro de 2023. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1**, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7**, de 1º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.388**, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 19 de junho de 2026. Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025. Brasília, DF: CNE, 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 14 de julho de 2026. Institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral. Brasília, DF: CNE, 2026.

DEWEY, John. ***Democracia e educação: introdução à filosofia da educação.*** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
LEITE, Lúcia Helena Alvarez; CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de. Educação (de tempo) integral e a constituição de territórios educativos. ***Educação & Realidade***, v. 41, n. 4, Porto Alegre, 2016.

MATUOKA, Ingrid. ***Educação Integral: qual o sentido de mais tempo na escola?*** São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2013.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/PR nº 06/2025**, de 5 de setembro de 2025. Normas Complementares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: CEE/PR, 2025.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/PR nº 07/2025**, de 10 de outubro de 2025. Atualiza a regulamentação do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Curitiba: CEE/PR, 2025.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/PR nº 09/2025**, de 1º de dezembro de 2025. Normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: CEE/PR, 2025.

TERRA ROXA. **Lei Municipal nº 1.873/2021**. Plano Municipal de Educação de Terra Roxa. Terra Roxa: Município de Terra Roxa, 2021.

TERRA ROXA. Secretaria Municipal de Educação. ***Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.*** Terra Roxa: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2024.

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:04E0A3CD

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4739

DECRETO Nº.4739/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.
D E C R E T A
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 247.580,07 (duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e sete centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	105	Secretaria Municipal da Famíla e Desenvolvimento Social	6.1.8.244.1450.2010 - Aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	100.000,00
			335043 - Subvenções sociais	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	173	Fundo Municipal de Assistência Social	6.2.8.244.1450.2017 - Financiamento da Proteção Social Especial	77.580,07
			335043 - Subvenções sociais	
			Vínculo: 00938 - BLOCO FINANC. PSE DE MÉDIA COMPLEXIDADE	
Suplementar	803	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	14.1.22.691.1250.2053 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego	70.000,00
			339030 - Material de consumo	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial e o Superávit Financeiro apurado no encerramento do exercício financeiro de 2025, conforme prevê o inciso I do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 177.580,07 (cento e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e sete centavos), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso				
00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente				100.000,00
00938 - BLOCO FINANC. PSE DE MÉDIA COMPLEXIDADE				77.580,07
Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	807	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	14.1.22.691.1250.2053 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego	70.000,00
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 23 de Outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE / AVENIDA COSTA E SILVA, 95 / CEP. 85.990-000 / TERRA ROXA / PARANÁ

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:FF7A9123

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4740

DECRETO Nº.4740/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025..
D E C R E T A
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	901	Superintendência da Previsterra	15.1.9.272.1750.2056 - Manutenção das Atividades da Previdência Municipal - Previsterra	30.000,00
			339093 - Indenizações e restituições	
			Vínculo: 00100 - Reserva de Sobras da Tx.de Adminst. RPPS	

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	897	Superintendência da Previsterra	15.1.9.272.1750.2056 - Manutenção das Atividades da Previdência Municipal - Previsterra	10.000,00
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 00100 - Reserva de Sobras da Tx.de Adminst. RPPS	
Anulação Dotação	899	Superintendência da Previsterra	15.1.9.272.1750.2056 - Manutenção das Atividades da Previdência Municipal - Previsterra	20.000,00
			339046 - Auxílio-alimentação	
			Vínculo: 00100 - Reserva de Sobras da Tx.de Adminst. RPPS	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 23 de Outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE / AVENIDA COSTA E SILVA, 95 / CEP. 85.990-000 / TERRA ROXA / PARANÁ

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:04C8B2AA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4741

DECRETO Nº.4741/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional Suplementar
7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Vínculo: 00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde 120.000,00
Suplementar
7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Vínculo: 01051 - Transferência Governo Federal vencimentos ACS e ACE. 46.000,00
Suplementar
7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C. 14.000,00

Suplementar
8.1.12.361.1100.2032 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
319113 - Contribuições patronais
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 15.000,00
Suplementar
8.1.12.365.1100.2037 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil
319113 - Contribuições patronais
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 16.000,00
Suplementar
12.1.15.122.1350.2050 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso
Anulação Dotação
7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Vínculo: 00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde 120.000,00
Anulação Dotação
7.1.10.302.1300.2028 - Manutenção das Atividades da Assistência hospitalar e ambulatorial
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
Vínculo: 00303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C. 14.000,00
Anulação Dotação
7.1.10.304.1300.2030 - Manutenção das atividades em Saúde Sanitária
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
Vínculo: 01051 - Transferência Governo Federal vencimentos ACS e ACE. 46.000,00
Anulação Dotação
10.2.18.541.1350.2048 - Manutenção das Atividades da limpeza, manejo e destinação de resíduos sólidos urbanos
339030 - Material de consumo
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 31.000,00
Anulação Dotação
10.2.18.541.1350.2048 - Manutenção das Atividades da limpeza, manejo e destinação de resíduos sólidos urbanos
449052 - Equipamentos e material permanente
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 23 de Outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:C58812D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-45/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 12/11/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 105/2026**, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE CESTAS NATALINAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2026, DESTINADAS AO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.569/2017 E SUAS ALTERAÇÕES,** no valor máximo de R$ 250.019,77 (duzentos e cinquenta mil, dezenove reais e setenta e sete centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 23 de Outubro de 2026.

EDER SIMÕES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:0A85F992

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-46/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 11/11/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 106/2026**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE VIAGEM TURÍSTICA A FOZ DO IGUAÇU/PR, DESTINADA A 25 (VINTE CINCO) INTEGRANTES DO CLUBE DE IDOSOS DA AMIZADE DE SANTA RITA D'OESTE, DISTRITO DE TERRA ROXA/PR, MAIS 05 (CINCO) MONITORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, INCLUINDO TRANSPORTE RODOVIÁRIO, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, INGRESSOS PARA O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (CATARATAS DO IGUAÇU) E VISITAÇÃO À ITAIPU BINACIONAL, GUIA DE TURISMO CREDENCIADO E SEGURO-VIAGEM, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS,** no valor máximo de R$ 27.563,57 (vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 23 de Outubro de 2026.

SILVANA MACARINI DE SOUZA
Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:3784F6C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-47/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 13/11/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 107/2026**, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, ZERO QUILÔMETRO, ANO/MODELO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO VIGENTE OU SUPERIOR, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR,** no valor máximo de R$ 112.803,50 (cento e doze mil, oitocentos e três reais e cinquenta centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 23 de Outubro de 2026.

SILVANA MACARINI DE SOUZA
Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:C618AAA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-48/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 16/11/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 108/2026**, que tem como objeto a **AQUISIÇÕES, EVENTUAIS E FUTURAS, DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DEMANDAS DAS VIGILÂNCIAS EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - PR, CONFORME RESOLUÇÃO SESA Nº 808/2022,** no valor máximo de R$ 114.881,47 (cento e quatorze mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 23 de Outubro de 2026.

FERNANDA MARTINS DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:7DAEEADB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 DO CONTRATO Nº 294/2026, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2026, CONCORRÊNCIAELETRÔNICO Nº 7/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: CONSTRUTECH OBRAS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA DAS ARQUIBANCADAS EM CONCRETO ARMADO DO COMPLEXO ESPORTIVO JOSÉ TURRA OLIVO, ABRANGENDO UM TOTAL DE 440,72 M² DE ÁREA, CONFORME OS PROJETOS DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O DIA 25/02/2027 E VIGÊNCIA PERMANECE A MESMA PARA O DIA 25/06/2027 COM FULCRO NO ART.111, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: CONSTRUTECH OBRAS LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:0201F50E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 003/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2026 DO CONTRATO Nº 106/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2025, CONCORRÊNCIAELETRÔNICO Nº 5/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: RM ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA FECHADA NA ESCOLA MUNICIPAL RURAL MARIA CAROLINA ENGEL, COM RECURSO FNDE, COM ARÉA TOTAL DE 918,22M2, TERMO DE COMPROMISSO N°202142658-1 E PROCESSO N°23400.003309/2021-87, CONFORME OS PROJETOS DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O DIA 26/12/2026 E VIGÊNCIA PERMANECE A MESMA PARA O DIA 07/04/2027 COM FULCRO NO ART.111, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: RM ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:9A1C0D6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 004/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2026 DO CONTRATO Nº 388/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2025, CONCORRÊNCIAELETRÔNICO Nº 8/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: CONSTRUTECH OBRAS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DAS ARQUIBANCADAS EM CONCRETO ARMADO DO COMPLEXO ESPORTIVO JOSÉ TURRA OLIVO, ABRANGENDO UM TOTAL DE 385,96 M² DE ÁREA, CONFORME OS PROJETOS DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O DIA 25/01/2027 E VIGÊNCIA PERMANECE A MESMA PARA O DIA 03/02/2027 COM FULCRO NO ART.111, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: CONSTRUTECH OBRAS LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:1E3BAD13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO INEXIGILIBIDADE 44-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Inexigibilidade Nº 44/2026
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade nº 44/2026, Processo Administrativo nº 170 / 2026, que tem por objeto SERVIÇOS MEDICOS NA UBS REALIZADOS REFERENTE AO MÊS: , do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor	Itens Vencedores
396605 - FACILPLAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	1

Terra Roxa, 23 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:79A46248

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO INEXIGILIBIDADE 45-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – Inexigibilidade Nº 45/2026
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Inexigibilidade nº 45/2026, Processo Administrativo nº 175 / 2026, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, TROCA DE BATERIAS E CONFECÇÃO DE LAUDOS DE CALIBRAÇÃO PARA AS CÂMARAS DE CONSERVAÇÃO DE VACINAS, DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR, CONFORME RESOLUÇÃO SESA/PR Nº 374/2024., do Município de Terra Roxa-PR, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):

Fornecedor	Itens Vencedores
395658 - HOSP-LAB BIOMÉDICA LTDA	4, 5
423052 - INDREL CARE SERVIÇOS LTDA	1, 2, 3

Terra Roxa, 23 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:1C7207A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGILIBIDADE 44-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 170/2026, MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 170/2026, Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 44/2026, o(s) participante(s):

396605 - FACILPLAN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - ITEM 1.3 -CLINICA MÉDICA PARA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, ATENDER NO MUNICÍPIO OU DISTRITOS COM CONTROLE DE BIOMETRIA, ATENDIMENTO PRESENCIAL CARGA HORÁRIA 8 HORAS DIÁRIAS	SERVICOS		6	R$18.597,60	R$111.585,60
				Total Fornecedor:	R$111.585,60

Terra Roxa, 23 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:9BCB0CB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 432, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Aprova e institui o Plano Municipal de Comunicação e Mobilização Social para a Garantia do Direito à Alfabetização na Idade Certa, alinhado à Lei Municipal nº 1.106/2026, à Instrução Normativa nº 01/2026 – SEMED (SATIS E SATIS KIDS), à Política de Alfabetização do Território Estadual do Paraná e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo e pela legislação vigente, e;

CONSIDERANDO a **Lei Municipal nº 1.106, de 26 de agosto de 2026**, que institui a Política Municipal de Alfabetização em Tijucas do Sul – PR;

CONSIDERANDO a **Instrução Normativa nº 01/2026 – SEMED**, que regulamenta o Sistema de Avaliação de Tijucas do Sul (SATIS E SATIS KIDS) e estabelece o acompanhamento pedagógico contínuo e a transparência dos diagnósticos de aprendizagem;

CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Decreto Federal nº 11.556/2023) e da Política de Alfabetização do Território Estadual do Paraná, que preconizam o engajamento da comunidade escolar, a transparência de dados e a mobilização social para o direito à alfabetização;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado e instituído o **Plano Municipal de Comunicação e Mobilização Social para a Garantia do Direito à Alfabetização**, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Tijucas do Sul – PR, em anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Plano de Comunicação tem por finalidade estruturar as ações de comunicação interna e externa, engajando a comunidade escolar, as famílias, os profissionais da educação e a sociedade civil na promoção, transparência e valorização do processo de alfabetização e letramento.

Art. 3º Cabe à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), juntamente com o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização e as Equipes Gestoras das unidades escolares, a execução, acompanhamento e avaliação das ações previstas neste Plano.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 19 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A GARANTIA DO DIREITO À ALFABETIZAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA
A garantia do direito à alfabetização na idade certa exige não apenas ações pedagógicas e de gestão, mas também um fluxo contínuo de comunicação, transparência e engajamento comunitário. O presente Plano de Comunicação estabelece a estratégia da Secretaria Municipal de Educação de Tijucas do Sul – PR para aproximar a comunidade das metas da **Lei Municipal nº 1.106/2026**, fortalecendo a parceria entre escola, família e sociedade, e compartilhando os avanços do **Sistema de Avaliação de Tijucas do Sul (SATIS E SATIS KIDS - IN nº 01/2026)**, do Método Fonovisuoarticulatório Boquinhas e dos programas parceiros (PRO-LEEI, RENALFA, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada).

2. OBJETIVOS DO PLANO DE COMUNICAÇÃO
• **Objetivo Geral:** Assegurar a transparência, a mobilização social e a circulação eficiente de informações sobre as ações, metodologias, avaliações e resultados da Política Municipal de Alfabetização de Tijucas do Sul – PR.
•
• **Objetivos Específicos:**
• Informar e engajar as famílias no acompanhamento da vida escolar e no estímulo aos hábitos de leitura e raciocínio lógico em ambiente domiciliar (Art. 8º, XI da Lei nº 1.106/2026);
• Alinhar as diretrizes pedagógicas e os fluxos de trabalho junto aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores da Rede Municipal;
• Divulgar periodicamente os resultados consolidados do SATIS E SATIS KIDS (diagnóstico de início de ano, formativa de julho e final de novembro) e das avaliações externas (CAED Fluência, Prova Paraná Mais, SAEB);
• Valorizar as boas práticas pedagógicas e o trabalho dos professores alfabetizadores.

3. PÚBLICOS-ALVO
• **Público Interno:** Professores da Educação Infantil (Infantil 4 e 5), 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e AEE; Coordenadores Pedagógicos Escolares; Diretores Escolares e Equipe Pedagógica da SEMED.
• **Público Externo:** Estudantes, pais, mães e responsáveis legais.
• **Público Institucional e Comunitário:** Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, Conselho Municipal de Educação (CME), Câmara de Vereadores, imprensa local e comunidade em geral de Tijucas do Sul.

4. MATRIZ DE AÇÕES, CANAIS DE COMUNICAÇÃO E PERIODICIDADE

Eixo de Comunicação	Ação / Conteúdo	Público-Alvo	Canais de Comunicação	Periodicidade
Comunicação Interna Pedagógica	Orientações curriculares, cronograma do SATIS E SATIS KIDS, materiais do Método Boquinhas e fluxo de Estudos de Caso / Reforço Escolar.	Professores, Coordenadores Pedagógicos e Diretores	Encontros de Hora-Atividade, Boletins Informativos Internos (E-mail/Drive), Reuniões Pedagógicas e Grupo Oficial de Gestores.	Semanal e Mensal
Mobilização Família-Escola	Campanhas de incentivo a alfabetização e leitura, orientações sobre rotina de estudos em casa e momentos de incentivo à leitura.	Pais, Mães e Responsáveis Legais	Reuniões de Pais , Cadernos de Recados, Informativos Impressos nas Escolas e Grupos de Comunicação Escolar.	Trimestral
Divulgação de Resultados e Transparência	Publicação dos quadros síntese da Rede Municipal resultantes das 03 etapas do SATIS E SATIS KIDS (Início, Julho e Novembro) e exames externos.	Comunidade Escolar, Comitê de Alfabetização e CME	Relatórios Técnicos da SEMED, Reuniões do Comitê Estratégico e Publicação nos Canais Oficiais da Prefeitura.	Aos finais das etapas do SATIS E SATIS KIDS (Maio, Agosto e Dezembro)
Valorização e Boas Práticas	Disseminação de relatos de experiência, práticas de alfabetização e conquistas dos estudantes.	Comunidade Geral e Rede de Ensino	Redes Sociais Oficiais da Prefeitura/SEMED, Portal Institucional..	Fluxo Contínuo (Mensal)

5. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS
• **Dia D da Alfabetização em Tijucas do Sul:** Realização de evento municipal anual para apresentação dos avanços do letramento e exposição dos trabalhos desenvolvidos pelas turmas de Educação Infantil e Anos Iniciais.
• **Devolutivas Pedagógicas Transparentes:** Apresentação pedagógica dos dados do SATIS E SATIS KIDS para os pais em reuniões específicas, sem expor individualmente os estudantes, mas destacando os Planos de Intervenção e Reforço Escolar adotados.
• **Articulação Intersetorial:** Parceria com o Comitê Estratégico Municipal e o Conselho Municipal de Educação para análise comunitária dos indicadores e prestação de contas dos avanços da alfabetização na idade certa.

6. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO
O presente Plano de Comunicação será avaliado semestralmente pela Equipe da Secretaria Municipal de Educação e pelo Comitê Estratégico Municipal, verificando o nível de engajamento das famílias nas reuniões, a assiduidade dos professores nos canais informativos e o alcance das divulgações oficiais, realizando os ajustes necessários para garantir a plena fluidez da informação.

Tijucas do Sul – PR, 19 de outubro de 20226.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:0C5277D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 433, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Tijucas do Sul - PR, instituído pelo Decreto Municipal nº 6.399, de 09 de outubro de 2026.]

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º do Decreto Municipal nº 6.399, de 09 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes membros para comporem o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Tijucas do Sul - PR:
I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação (SEMED):
Danilo José dos Santos — CPF: 046.531.359-08
Alessandra Mendes Bedene Carbornal — CPF: 032.912.349-19
Emelina Juliatto dos Santos — CPF: 973.207.909-63
Camila da Silva Oliveira — CPF: 087.686.369-11
II – Articuladora Municipal RENALFA:
Vanessa Cardoso de Oliveira — CPF: 034.440.519-21
III – Formadora Municipal PRO-LEEI:
Rosilda de Lima Andrade — CPF: 030.339.509-57
IV – Representantes do Conselho Municipal de Educação (CME):
Marciele Adriângela Chicóvis — CPF: 008.227.685-76
Andréa Regina Ferrari Assunção — CPF: 026.042.789-60
V – Representantes da Equipe de Gestão Escolar (Direção/Coordenação Pedagógica):
Fabiane Silva dos Santos — CPF: 054.888.719-50
Aline Ferreira de Melo Pivóvar — CPF: 092.515.269-23
VI – Representantes dos Docentes de Educação Infantil (Infantil 4 e 5):
Aline Fernanda Pinto Cardoso — CPF: 078.448.019-21
Valdine Krammar — CPF: 071.295.499-63
VII – Representantes dos Docentes do Ensino Fundamental (1º e 2º Anos):
Claudete Karpinski — CPF: 023.683.849-01
Francisco Ilário Carbornal — CPF: 842.920.839-91
VIII – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Ana Cristina Passos — CPF: 050.926.449-23
IX – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Talita Barroco de Barros — CPF: 074.133.349-09

Art. 2º O mandato dos membros designados nesta Portaria será de 2 (dois) anos, permitida a recondução, nos termos do Parágrafo único do Art. 3º do Decreto nº 6.399/2026.

Art. 3º A função de membro do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 19 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:7917B932

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2026

Contratado: TEIXEIRA SANTOS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 51.005.852/0001-02
Objeto: Registro de preços para aquisição de produtos alimentícios destinados a merenda escolar dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação.

ITEM 1: (EXCLUSIVA EPP, ME, MEI - Carne bovina moída (patinho)- magra -resfriada. Embalada em sacos de polietileno transparente, contendo as informações de data/peso/validade. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas térmicas) de R$37,29 (trinta e sete reais e vinte e nove centavos), que passará a custar R$55,93 (cinquenta e cinco reais e noventa e três centavos);

ITEM 2: (AMPLA CONCORRÊNCIA - Carne bovina moída (patinho)- magra -resfriada. Embalada em sacos de polietileno transparente, contendo as informações de data/peso/validade. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas térmicas) de R$37,29 (trinta e sete reais e vinte e nove centavos), que passará a custar R$55,93 (cinquenta e cinco reais e noventa e três centavos);

ITEM 5: (EXCLUSIVA EPP, ME, MEI - Carne bovina em tiras (patinho) - magra -resfriada. Embalada em sacos de polietileno transparente, contendo as informações de da-ta/peso/validade. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas térmicas) de R$32,90 (trinta e dois reais e noventa centavos), que passará a custar R$49,35 (quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos);

ITEM 6: (AMPLA CONCORRÊNCIA - Carne bovina em tiras (patinho) - magra -resfriada. Embala-da em sacos de polietileno transparente, contendo as informações de data/peso/validade. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas térmicas) de R$32,90 (trinta e dois reais e noventa centavos), que passará a custar R$49,35 (quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos);

ITEM 12: (AMPLA CONCORRÊNCIA - Carne bovina em cubos (acém sem osso) - limpa e magra - resfriada. Embalada em sacos de polietileno transparente, contendo as informações de data/peso/validade. Deverá ser transportado em carro refrigerado ou caixas térmicas) de R$31,87 (trinta e um reais e oitenta e sete centavos), que passará a custar R$42,54 (quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos);

ITEM 45: (Leite uht integral ZERO LACTOSE 1 litro – caixa com 12 und) de R$71,80 (setenta e um reais e oitenta centavos), que passará a custar R$79,70 (setenta e nove reais e setenta centavos);

ITEM 49: (AMPLA CONCORRÊNCIA - Leite integral uht longa vida 1l – caixa com 12 unidades) de R$62,00 (sessenta e dois reais), que passará a custar R$68,62 (sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos).

Vigência: 26/05/2027.

Tomazina, 23 de outubro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:D1F45EBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026
EXCLUSIVA PARA ME/EPP/ EQUIPARADAS LOCAL, REGIONAL E EXCEÇÕES
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
UASG: 928898

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que fará realizar, às **9h,** do dia 09 de novembro de 2026, no site eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br o **PREGÃO ELETRÔNICO/SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO,** objetivando a proposta mais

vantajosa para ***FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ENTRE OUTROS APARELHOS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E OUTROS EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO PARA O LEGISLATIVO*.** A íntegra do instrumento convocatório e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados nos endereços www.comprasgovernamentais.gov.br e http://tresbarrasdoparana.pr.leg.br ou solicitado pelo e-mail camara@tresbarrasdoparana.pr.leg.br desde que confirmado o recebimento, em horário comercial.
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Pregoeira no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (45) 3235-1002.

Três Barras do Paraná, 23 de outubro de 2026.

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente do Legislativo

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:C6C6CC3B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7329/2026

DECRETO Nº7329/2026
Data 20.10.2026

Exonera a pedido, servidora efetiva Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o requerimento da servidora,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a servidora efetiva, Senhora **Cleonice Brezinski**, ocupante do cargo de Enfermeira, sob a matrícula funcional nº 23760-4/1, aprovada através do Concurso Público n° 002/2006 e nomeada pelo Decreto nº 386/2007.

Parágrafo único. Fica declarada a vacância do cargo de Enfermeiro.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 20 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:2B88FFEA

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026
DESCRIÇÃO DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DA EMPRESA R S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA PARA REALIZAÇÃO DE 03 (TRÊS) APRESENTAÇÕES DO ESPETÁCULO TEATRAL "LAR DOCE LAR", DA CIA CIRCO TEATRO SEM LONA, COM TEMÁTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DESTINADAS ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR MEIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS.
FUNDAMENTO LEGAL
Artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
CONTRATADA
R S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA – CNPJ nº 21.330.069/0001-53.
PREÇO
O valor da contratação totaliza R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), correspondente a 03 (três) apresentações pelo valor unitário de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:DC0DA400

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026.

Em cumprimento ao disposto na legislação, torna-se público o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO/JULGAMENTO

Ø 1º LUGAR – DW ENGENHARIA CIVIL LTDA – CNPJ Nº 60.519.282/0001-60 – R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).
Ø 2° LUGAR - IN9VE CONSTRUÇÕES & PAVIMENTAÇÃO LTDA – CNPJ N° 12.873.443/0001-76 - R$ 208.000,00 (Duzentos e oito mil reais).
Ø 3° LUGAR - PETRA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – CNPJ N° 53.200.328/0001-18 - R$ 208.877,49 (Duzentos e oito mil e oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos).
Ø 4° LUGAR - VENETO ENGENHARIA, ARQUITETURA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA – CNPJ N° 48.545.045/0001-78 – R$ 238.877,49 (Duzentos e trinta e oito mil e oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

EMPRESA HABILITADA

Ø 1º LUGAR – DW ENGENHARIA CIVIL LTDA – CNPJ Nº 60.519.282/0001-60 – R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

EMPRESAS DESCLASSIFICADAS

Ø **NÃO HOUVE.**

EMPRESAS INABILITADAS

Ø **NÃO HOUVE**

Três Barras do Paraná/Pr, 23 de outubro de 2026.

CARLOS SNIEZKO
Agente de Contratação

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:05716F64

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026 PROCESSO ADM: Nº 89/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E COBERTURA DA ÁREA EXISTENTE DESTINADA À CANCHA DE BOCHA E À COPA DE APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS, NA COMUNIDADE DO PEROBAL, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ PR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Empresas vencedoras valor total: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): **DW ENGENHARIA CIVIL LTDA** (60519282000160) com os lotes: 1 no valor total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 23 de outubro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:AF78584A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026 PROCESSO ADM: Nº 103/2026

Objeto: OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, AGASALHOS, CALÇADOS E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDIMENTO DAS ATLETAS E DO TREINADOR DO PROJETO FUTSAL FEMININO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, PARA UTILIZAÇÃO EM TREINAMENTOS, COMPETIÇÕES E DEMAIS ATIVIDADES DO PROJETO, COM RECURSOS DO PROESPORTE, MEDIANTE INCENTIVO DA COPEL.
Empresas vencedoras valor total: R$ 41.538,70 (quarenta e um mil e quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos): **FC SOLUCOES INTEGRADAS MULTISETORIAIS LTDA** (39435759000132) com os lotes: 6 no valor total de R$ 5.759,70 (cinco mil e setecentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos). **VIVIANI BERTOTI 03453773977** (34368934000100) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5 no valor total de R$ 26.549,00 (vinte e seis mil e quinhentos e quarenta e nove reais). **ESPORTIVA RV EIRELI** (19468880000153) com os lotes: 7, 8 no valor total de R$ 9.230,00 (nove mil e duzentos e trinta reais).

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 23 de outubro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:8AFF4DA5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026 PROCESSO ADM: Nº 89/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E COBERTURA DA ÁREA EXISTENTE DESTINADA À CANCHA DE BOCHA E À COPA DE APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS, NA COMUNIDADE DO PEROBAL, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ PR, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
Empresas vencedoras valor total: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): **DW ENGENHARIA CIVIL LTDA** (60519282000160) com os lotes: 1 no valor total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 23 de outubro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:6D2BF72A

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026 PROCESSO ADM: Nº 103/2026

Objeto: OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, AGASALHOS, CALÇADOS E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDIMENTO DAS ATLETAS E DO TREINADOR DO PROJETO FUTSAL FEMININO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, PARA UTILIZAÇÃO EM TREINAMENTOS, COMPETIÇÕES E DEMAIS ATIVIDADES DO PROJETO, COM RECURSOS DO PROESPORTE, MEDIANTE INCENTIVO DA COPEL.
Empresas vencedoras valor total: R$ 41.538,70 (quarenta e um mil e quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos): **FC SOLUCOES INTEGRADAS MULTISETORIAIS LTDA** (39435759000132) com os lotes: 6 no valor total de R$ 5.759,70 (cinco mil e setecentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos). **VIVIANI BERTOTI 03453773977** (34368934000100) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5 no valor total de R$ 26.549,00 (vinte e seis mil e quinhentos e quarenta e nove reais). **ESPORTIVA RV EIRELI** (19468880000153) com os lotes: 7, 8 no valor total de R$ 9.230,00 (nove mil e duzentos e trinta reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 23 de outubro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:59A70471

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2026
O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº **78.121.936/0001-68**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **GERSO FRANCISCO GUSSO**, no uso de suas atribuições legais, considerando a instrução do Processo Administrativo nº 107/2026 e com fundamento no **art. 72, inciso VIII, e no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, **RATIFICA E AUTORIZA** a contratação direta por meio da Inexigibilidade de Licitação nº 25/2026.
Acolhe, ainda, o Parecer Jurídico e a manifestação favorável do Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, quanto à contratação da empresa **R S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **21.330.069/0001-53**, para a **REALIZAÇÃO DE 03 (TRÊS) APRESENTAÇÕES DO ESPETÁCULO TEATRAL "LAR DOCE LAR", DA CIA CIRCO TEATRO SEM LONA, COM TEMÁTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DESTINADAS ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR MEIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS**, pelo valor unitário de **R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)** por apresentação, totalizando **R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais)**.
Determina-se a publicação deste ato, nos termos do parágrafo único do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, e o prosseguimento dos demais atos necessários à formalização e à publicidade da contratação.

Três Barras do Paraná/PR, 23 de outubro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:CBC36288

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE Nº 25/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE Nº 25/2026
O Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à despesa abaixo especificada, Objeto: Contratação de empresa credenciada no Chamamento Público nº 05/2025, para **prestação de serviços funerários**, com fundamento na Lei de Licitações n.º 14.133/2021 em seu Art.74 inciso IV, em consonância com o Parecer Jurídico nº196/2026.
CONTRATADA: LUIZ RICARDO INDRZICAD LTDA (FUNERÁRIA BOM PASTOR) CNPJ: 49.522.842/0001-00.
VALOR TOTAL DE: R$ 3.761,41 (Três mil setecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 291- 07.002.08.244.0007.2031 – 3.3.90.32.00.00 – 1001. - Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.

Tunas do Paraná, 23 de outubro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:695F1113

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 09/2026

PROCESSO N°. 34/2026

Objeto: 05 (cinco) inscrições para o Curso: LEGISLAÇÃO E GESTÃO DA CAUSA ANIMAL, nos dias 27 a 30 de outubro em Curitiba - PR, cujo valor por inscrição é de R$ 2.290,00 (dois mil duzentos e noventa reais).

Enquadramento legal:
14.133/2021
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Justificativa:

Justificamos a presente contratação tendo em vista o interesse desta Administração em aperfeiçoar o conhecimento técnico dos vereadores e servidores desta Casa com temas que fazem parte das atividades desenvolvidas no Legislativo Municipal como o apresentado na programação. Dessa forma estaremos criando a oportunidade para que cada servidor possa estar utilizando o conhecimento adquirido para o desempenho de suas funções com maior responsabilidade e eficiência, e assim contribuindo para o interesse público

Despacho e ratificação:

Ratifico o enquadramento legal de afastamento de licitação, nos termos do art. 74 da Lei 14.133/2021 em nome de – GESTÃO PUBLICA BRASIL LTDA inscrita no CNPJ n°. 40.178.961/0001-05 no valor deR$ 11.450,00 (onze mil quatrocentos e cinquenta reais).

Turvo, em 23 de outubro de 2026.

JOSNEI NEVES
Presidente

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:B43FDCB8

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO
PORTARIA Nº 04/2026

PORTARIA Nº 04/2026.

Institui e regulamenta a Prova de Vida dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social — RPPS do Município de Turvo, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 10/2026, de 15 de outubro de 2026, e
CONSIDERANDO a obrigatoriedade de comprovação da existência dos beneficiários como medida de prevenção a pagamentos indevidos e de proteção ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;
CONSIDERANDO os requisitos de governança, controle interno e conformidade estabelecidos pela Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022;
CONSIDERANDO as diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social — Pró-Gestão RPPS;
CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 06/2023, de 26 de dezembro de 2023.

R E S O L V E:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituída a Prova de Vida dos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social — RPPS do Município de Turvo, Estado do Paraná, de caráter obrigatório, com a finalidade de comprovar a existência do beneficiário, prevenir pagamentos indevidos, assegurar a eficiência administrativa e atender aos requisitos de governança e controle exigidos pela Certificação Pró-Gestão RPPS.
Art. 2º A Prova de Vida deverá ser realizada anualmente, preferencialmente no mês de aniversário do beneficiário, conforme cronograma e orientações divulgadas pelo RPPS.
Art. 3º A Prova de Vida não se confunde com a atualização cadastral, a qual poderá ser exigida de forma complementar, a critério do RPPS.
CAPÍTULO II
DAS FORMAS DE REALIZAÇÃO DA PROVA DE VIDA
Art. 4º A Prova de Vida será realizada, prioritariamente, por meio digital, mediante utilização de ferramentas oficiais disponibilizadas pelo Governo Federal, especialmente o aplicativo GOV.BR, com validação por biometria facial e cruzamento de bases de dados.
§ 1º O RPPS poderá validar automaticamente a Prova de Vida por meio de integração com bases governamentais oficiais.
§ 2º A Prova de Vida digital não afasta a possibilidade de solicitação de documentos ou informações complementares, quando necessário.
Art. 5º Na impossibilidade de realização da Prova de Vida digital, o beneficiário poderá realizá-la presencialmente, mediante comparecimento à sede do RPPS, portando documento oficial de identificação com foto, em bom estado de conservação.
CAPÍTULO III
DAS HIPÓTESES ESPECIAIS
Art. 6º Os beneficiários que residirem fora do município ou que estejam temporariamente impossibilitados de comparecer presencialmente poderão realizar a Prova de Vida por meio de

declaração específica, com firma reconhecida por autenticidade em cartório, conforme modelo disponibilizado pelo RPPS.
Art. 7º Os beneficiários residentes no exterior deverão encaminhar Prova de Vida emitida por Embaixada ou Consulado Brasileiro, acompanhada da documentação exigida pelo RPPS.
Art. 8º Os beneficiários impossibilitados de locomoção por motivo de saúde poderão solicitar a realização de Prova de Vida por visita domiciliar, mediante requerimento e apresentação de laudo médico atualizado que comprove a impossibilidade, contendo, quando aplicável, o Código Internacional de Doenças — CID.
Parágrafo único. A visita domiciliar será realizada por servidor do RPPS ou por pessoa formalmente designada.
CAPÍTULO IV
DOS BENEFICIÁRIOS INCAPAZES
Art. 9º No caso de beneficiários tutelados, curatelados ou menores de idade, a Prova de Vida deverá ser realizada com a presença do representante legal.
§ 1º Deverão ser apresentados o termo de tutela, curatela ou guarda judicial, acompanhado de Certidão de Objeto e pé atualizada, bem como documentos de identificação do beneficiário e de seu representante legal.
§ 2º A Prova de Vida não poderá ser realizada mediante simples procuração.
CAPÍTULO V
DA SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO
Art. 10. O não cumprimento da Prova de Vida no prazo estabelecido implicará na suspensão do pagamento do benefício previdenciário, até a regularização da situação pelo beneficiário.
§ 1º A suspensão não implica no cancelamento do benefício.
§ 2º Os valores suspensos serão restabelecidos após a regularização, conforme normas internas do RPPS.
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 11. O Regime Próprio de Previdência Ssocial divulgará amplamente as orientações, prazos e procedimentos relativos à Prova de Vida por meio de seu site institucional e demais canais oficiais de comunicação.
Art. 12. Os beneficiários que tiverem seus benefícios concedidos em até 90 (noventa) dias antes do início do período anual de Prova de Vida poderão ser dispensados da obrigatoriedade no respectivo exercício, a critério do RPPS.
Art. 13. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Diretoria Executiva do Instituto de Previdência do Município de Turvo, observada a legislação vigente.
Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Turvo(PR), 23 de outubro de 2026.

DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Diogo Augusto de Oliveira
Código Identificador:F0B9F1A7

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TURVO
PORTARIA Nº 05/2026

PORTARIA Nº 05/2026

O SENHOR DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA, DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder remanescente de 10 (dez) dias de férias para a servidora, Daniele da Rocha, Contadora, matrícula nº 1104595, no período de 26 de outubro à 04 de novembro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 03/2025.

Art. 2º - Esta Portaria em vigor na da de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo-PR, em 23 de outubro de 2026.

DIOGO AUGUSTO DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Diogo Augusto de Oliveira
Código Identificador:5D6A8CEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 121/2026

Declara de Utilidade Pública, para fins de Desapropriação, fração ideal de imóvel localizado no perímetro urbano do Município de Turvo e dá outras providências.

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 6º do Decreto-Lei 3.365/1941:

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, com fundamento no artigo 5º, alínea "m" do Decreto-Lei nº 3.365/1941, o seguinte imóvel:

"Fração ideal com área de 5.085,06m² (cinco mil e oitenta e cinco metros e seis centímetros quadrados), localizada dentro de área maior medindo 210.927,00m2 (duzentos e dez mil novecentos e vinte e sete metros quadrados), localizada no perímetro urbano do Município de Turvo, objeto da matrícula nº 31.724, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava – Paraná, cujos limites e confrontações iniciam junto ao marco L1, descrito em planta anexa, com coordenadas UTM Este (X) 445248,261 e Norte (Y) Y= 7230626,305; do vértice L1 segue até o vértice L2, descrito em planta anexa, com coordenadas no azimute 321°16' 35,80", em uma distância de 96,51m, confrontando do vértice L2 segue até o vértice L3 no azimute 062°43' 10,28", em uma distância de 62,99 m, confrontando do vértice L3 segue até o vértice L4 no azimute 142° 37' 40,44", em uma distância de 59,52 m, confrontando do vértice L4 segue até o vértice L5 no azimute 232° 46' 58,08", em uma distância de 15,48 m, confrontando do vértice L5 segue até o vértice L6 no angulo 144° 01' 10,33", em uma distância de 14,47 m, confrontando do vértice L6 segue até o vértice L7 no angulo 234°02' 21,60", em uma distância de 4,24 m, confrontando do vértice L7 segue até o vértice L8 no angulo 143° 37' 47,01", em uma distância de 12,18 m, confrontando do vértice L8 segue até o vértice L1 no angulo 233° 28' 22,32", em uma distância de 39,45 m, fechando assim uma área de 5.085,06 m²."
"O imóvel ainda conta com benfeitoria consistente em uma edificação não averbada com área aproximada de 367,00 m² (trezentos e sessenta e sete metros quadrados), executada em alvenaria de vedação e estrutura em concreto armado moldado in loco, em estágio inacabado de construção, tendo sido executados predominantemente os serviços estruturais e de fechamento. Os elementos estruturais, compreendendo vigas, pilares e lajes, encontram-se concluídos e revestidos com reboco, assim como todas as paredes de alvenaria. O piso interno é constituído por piso em concreto. A cobertura executada com estrutura metálica e telhamento em fibrocimento, estando integralmente instalada. As instalações hidrossanitárias parcialmente executadas, com tubulações embutidas em paredes e lajes já instaladas, porém sem a colocação dos aparelhos e metais sanitários, tais como torneiras, registros, vasos sanitários e demais acessórios. As instalações elétricas, foram executadas as infraestruturas necessárias, incluindo eletrodutos embutidos e caixas de passagem e de tomadas instaladas na alvenaria, não tendo sido realizada, contudo, a passagem da fiação elétrica nem a instalação de dispositivos, luminárias e demais componentes do sistema. A edificação não possui acabamentos finais, inexistindo revestimentos cerâmicos em pisos e paredes, forros, pintura,

esquadrias, vidros, ferragens e demais elementos de acabamento e complementação da obra."

Art. 2º O imóvel acima descrito será destinado ao atendimento da jornada ampliada para alunos da Rede Municipal de Ensino.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:755D20A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 80/2026

Termo de Fomento – Inexigibilidade de Licitação Nº 80/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Beneficiada: ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA DE TURVO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPF/MF sob o nº 75.957.431/0001-40, com sede na Rua Paraná, n° 710, município de Turvo/PR , neste ato representado por seu presidente Sr. Valdeci dos Santos, portador do CPF nº 694.965.959-87- **Objeto:** REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO COM OBJETIVO DE COBRIR DESPESAS DE CUSTEIO NECESSÁRIAS PARA O BOM ANDAMENTO DA ASSOCIAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE SEUS SERVIÇOS DE SAÚDE DE INTERESSE PÚBLICO – **Prazo de Vigência:** O presente TERMO DE FOMENTO terá vigência de 12 (doze) meses sendo do dia 01/10/2026 até 31/10/2027 - **Valor global:** R$ 193.758,92 (cento e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos) – **Gestor:** Anselmo Roque Miranda – **Fiscal**: Maria Eduarda Portela Corrêa - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:334A40AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 756-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Edital nº 11/2026 do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 05/2025, que dispõe sobre a convocação para realização da prova prática dos cargos de Motorista Categoria "B" e Motorista Categoria "D";

CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidores efetivos capacitados para realização das avaliações práticas, conforme previsto no referido edital;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os servidores efetivos abaixo relacionados para atuarem como avaliadores da prova prática do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 03/2025, conforme segue:

I .José Gilberto Pupo - Motorista Veículos Pesados

II .Luiz Carlos Gralak – Motorista de Veículos Leves e Emergências

Art. 2º - Os servidores nomeados por este ato farão jus ao recebimento de gratificação no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), conforme previsto no Decreto Municipal nº 04/2024, em razão da realização dos trabalhos de avaliação da prova prática do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 03/2025.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 21 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:78878349

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 757-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 15 (quinze) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora efetiva **Lucimara Aparecida Mendes Americano Carriel,** professora, lotada na Escola Municipal João Miguel Maia, Secretaria Municipal de Educação, no período de 19 de outubro de 2026 a 02 de novembro de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado através do protocolo nº 4.081/2026.
Parágrafo único. A servidora será submetida à perícia médica oficial, ficando o período de licença concedido sujeito à revisão, podendo sofrer alterações conforme o resultado do laudo pericial.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 19 de outubro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 22 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:F4550C42

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 758-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 05 (cinco) dias de férias para o servidor comissionado **Luan Augusto dos Santos Oliveira**, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica e Comunicação, lotado no Gabinete do Prefeito no período de 03 de novembro de 2026 a 07 de novembro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 966/2025.

Art. 2º Autorizar a conversão em abono pecuniário do remanescente de 10 (dez) dias de férias do servidor mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 22 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:6CC3CB75

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 80/2026**

Através do presente termo, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 80/2026,cujo objeto visa a a Celebração de Termo de Fomento entre o Município de Turvo e a **ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA DE TURVO (CNPJ nº 75.957.431/0001-40**) para a repasse de recursos financeiros provenientes das Emendas Parlamentares Impositivas nº 04/2025, de autoria do Vereador Edinor do Rosário, e nº 05/2025, de autoria do Vereador Thiago Pereira Bruger, para repasse de recursos financeiros para cobrir despesas de custeio necessárias para o bom andamento da associação e a manutenção de seus serviços de saúde de interesse público, pelo valor de R$ 193.758,92 (cento e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos), considerando:

•
A regularidade do procedimento executado;

•
A justificativa para escolha da contratada;

•
Os documentos relativos à habilitação da contratada em face das exigências previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014.

Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 22 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:2B9DC811

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 80/2026**

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pelo Decreto nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a **Inexigibilidade de Licitação nº 80/2026**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Administração, Processo Administrativo n° 7.337/2026 - 1Doc, autorizado pelo Prefeito Municipal em 22/10/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA DE TURVO (CNPJ nº 75.957.431/0001-40)
Objeto:Repasse de recursos financeiros provenientes das Emendas Parlamentares Impositivas nº 04/2025, de autoria do Vereador Edinor do Rosário, e nº 05/2025, de autoria do Vereador Thiago Pereira Bruger, para repasse de recursos financeiros para cobrir despesas de custeio necessárias para o bom andamento da associação e a manutenção de seus serviços de saúde de interesse público.
Valor total: R$193.758,92 (cento e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos);
Fundamento legal: Lei Federal nº 13.019/2014.

Justificativa: O Hospital Bom Pastor, mantido pela Associação Nossa Senhora Aparecida de Turvo, inscrita no CNPJ nº 75.957.431/0001-40, possui uma trajetória de aproximadamente 50 anos de atuação no atendimento à população de Turvo e região, constituindo-se como importante instituição filantrópica de saúde do Município. A Associação é administrada por diretoria composta por membros da comunidade que atuam de forma voluntária, contribuindo para a manutenção e continuidade das atividades da instituição.
Fundada em outubro de 1972, a Associação Nossa Senhora Aparecida de Turvo surgiu por iniciativa de membros da comunidade, sob a liderança do Padre João Adolfo Barendse, contando, ao longo de sua história, com a participação e o trabalho voluntário de diversas pessoas para a manutenção de suas atividades.
Atualmente, o Hospital Bom Pastor realiza, em média, de 600 a 800 atendimentos mensais, aproximadamente 10 cirurgias eletivas e 90 internamentos, dispondo de 53 leitos. Trata-se da única unidade hospitalar localizada no Município de Turvo, atendendo uma população de aproximadamente 14 mil habitantes, além de usuários provenientes de municípios da região. A instituição está cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES sob nº 2741962 e está localizada a aproximadamente 42 km do Município de Guarapuava, sede da 5ª Regional de Saúde.
O Hospital Bom Pastor desempenha papel fundamental na assistência à saúde da população, disponibilizando atendimento hospitalar, serviços de urgência e emergência, internações, exames edemais atendimentos assistenciais, contribuindo para a garantia do acesso da população aos serviços de saúde e para o fortalecimento da rede de atendimento local e regional.
A instituição enfrenta dificuldades financeiras decorrentes do aumento dos custos necessários à manutenção de suas atividades, da demanda contínua por atendimento e das limitações das fontes de financiamento disponíveis. Nesse contexto, o apoio financeiro mostra-se necessário para reforçar o custeio das atividades desenvolvidas pelo Hospital, contribuindo para a manutenção de sua estrutura e para a continuidade dos serviços disponibilizados à população.
Diante disso, a destinação dos recursos financeiros provenientes das Emendas Parlamentares Impositivas nº 04/2025, de autoria do Vereador Edinor do Rosário, e nº 05/2025, de autoria do Vereador Thiago Pereira Bruger, ambas no valor de R$ 96.879,46 (noventa e seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e seis centavos), totalizando R$ 193.758,92 (cento e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos), configura-se como medida estratégica e indispensável ao reforço do custeio das atividades assistenciais desenvolvidas pela entidade.
Os recursos serão integralmente destinados ao custeio de despesas necessárias ao bom andamento da Associação e à manutenção dos serviços de saúde de interesse público prestados pelo Hospital Bom Pastor, contribuindo para a qualidade do atendimento oferecido aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS nas dependências da instituição.
A aplicação dos recursos contemplará despesas essenciais ao funcionamento e à continuidade das atividades hospitalares, incluindo serviços laboratoriais, serviços de diagnóstico por imagem, serviços contábeis, energia elétrica, água e esgoto, bem como aquisição de medicamentos. Tais despesas são indispensáveis para a manutenção da estrutura e dos serviços disponibilizados pela instituição, contribuindo diretamente para a assistência prestada aos pacientes.
A utilização dos recursos para o custeio dessas despesas permitirá auxiliar a instituição na manutenção de sua capacidade operacional e assistencial, proporcionando melhores condições para a continuidade dos serviços hospitalares e dos atendimentos realizados em benefício da população de Turvo e dos usuários provenientes da região.
A parceria apresenta relevante interesse público e social, considerando que o Hospital Bom Pastor constitui a única unidade hospitalar do Município de Turvo, possui longa trajetória de prestação de serviços à comunidade, mantém atendimento de urgência e emergência, dispõe de leitos para internação e desempenha função essencial na assistência à saúde da população local e regional.
Assim, o repasse dos recursos, no valor total de R$ 193.758,92, provenientes das Emendas Parlamentares Impositivas nº 04/2025 e nº 05/2025, contribuirá para o fortalecimento da capacidade operacional e assistencial da instituição, auxiliando no custeio de despesas indispensáveis ao seu funcionamento e garantindo condições para a continuidade dos serviços de saúde de interesse público disponibilizados à população, especialmente aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 80/2026 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-016 – Telefone: (42) 3642-1145, Whatsapp (42) 99128-4232 ou por email: licitacao@turvo.pr.gov.br .

Turvo (PR), 22 de outubro de 2026.

ANA LUIZA CHAMORRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações(Decreto n° 79/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:D7F54780

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETA PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE SUPLENTES DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TURVO/PR

Dispõe sobre a abertura do Processo de Escolha Suplementar Indireta para formação de cadastro de suplentes do Conselho Tutelar do Município de Turvo/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Turvo/PR, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e pela Lei Ordinária nº 25/2026, torna pública a abertura do Processo de Escolha Suplementar Indireta para formação de cadastro de suplentes do Conselho Tutelar.
Considerando a necessidade de preenchimento de vagas suplementares imediatas para a função pública de membro Conselheiro do Conselho Tutelar do Município de Turvo, com vistas do mandato vigente 2024/2027;
Considerando a renúncia de membros Conselheiros Titulares do Conselho Tutelar e a ausência de suplentes interessados em suprir as vagas;
Considerando o tempo escasso para completar o processo prevenindo que haja rompimento de continuidade do atendimento do Conselho Tutelar à promoção;
Considerando a Lei Municipal nº 25/2026 que dispõe a necessidade de suplente em casos de vacância de função, férias do titular, afastamentos e licenças que excederem no mínimo 15 (quinze) dias consecutivos e suspensão do titular.

•
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O presente edital destina-se ao preenchimento das vagas de suplentes para o cargo de Conselheiro Tutelar, conforme necessidade do Conselho Tutelar de Turvo.
1.2. O Processo de Escolha Suplementar Indireta para o cargo de Conselheiro Tutelar Suplente será realizado sob a supervisão da Comissão Especial Eleitoral, instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) em reunião ordinária realizada no dia 09 de julho de 2026, cabendo ao CMDCA e à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social – SFDS a organização do Processo de Escolha, sob a fiscalização do Ministério Público.
1.3. Os Conselheiros Tutelares Suplentes eleitos serão convocados para substituição temporária ou definitiva dos conselheiros titulares, em conformidade com a legislação vigente.
1.4. O mandato do Conselheiro Tutelar Suplente será correspondente ao período remanescente do atual mandato dos Conselheiros Tutelares Titulares.
1.5. A Comissão Especial Eleitoral encaminhará ao Ministério Público a relação de todos os inscritos, para ciência e fiscalização, nos termos do art. **140**, parágrafo único, da Lei Ordinária nº 25/2026 e do art. **139** da Lei Federal nº 8.069/1990 – ECA.
1.6. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.
1.7. É de responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as publicações dos editais e demais disposições referentes ao Processo de Escolha no Diário Oficial do Município de Turvo/PR.
1.8. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e dar ampla visibilidade ao Processo de Escolha Suplementar para o cargo de Conselheiro Tutelar Suplente do Município de Turvo/PR, torna público o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR
2.1. Para candidatura a membro do Conselho Tutelar Suplente, o interessado deverá comprovar:
I – estar no pleno gozo dos direitos políticos;
II – possuir idoneidade moral reconhecida;
III – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
IV – residir no Município de Turvo há pelo menos 02 (dois) anos;
V – ser aprovado na prova escrita do Processo de Escolha, alcançando, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acertos, conforme o conteúdo programático definido neste Edital;
VI – não ter cumprido pena criminal, por sentença transitada em julgado, nos últimos 05 (cinco) anos;
VII – não ter sido condenado, nos últimos 05 (cinco) anos, em processo administrativo regular, às penalidades de advertência, multa, destituição, demissão ou cassação de aposentadoria;
VIII – caso seja membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, requerer seu afastamento no ato da inscrição;
2.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da inscrição para candidatura da escolha suplementar.

3. DOS IMPEDIMENTOS
3.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme o art. **140** da Lei Federal nº 8.069/1990 – ECA e o art. **15** da Resolução nº 231/2022 do CONANDA.
3.2. Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1. Quando convocado para assumir a função, o Conselheiro Tutelar Suplente deverá exercer suas atividades em regime de dedicação exclusiva, nos termos do art. **165** da Lei Ordinária nº 25/2026, podendo ser chamado conforme as necessidades do Conselho Tutelar de Turvo.
4.2. O Conselho Tutelar deverá permanecer aberto ao público das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda-feira a sexta-feira, acompanhando o horário de atendimento dos demais órgãos públicos municipais, nos termos do art. **125** da Lei Ordinária nº 25/2026.
4.3. O atendimento nos intervalos das 12h00min às 13h00min e no período noturno, das 17h00min às 08h00min, de segunda-feira a sexta-feira, será realizado sob regime de sobreaviso, mediante escala e acionamento telefônico de emergência, observadas as regras do art. **126** da Lei Ordinária nº 25/2026.
4.4. Haverá também escala de sobreaviso para fins de semana e feriados. O regime de sobreaviso garantirá ao Conselheiro um dia de folga para cada dia de sobreaviso cumprido, exceto o sobreaviso de final de semana, que será contabilizado como 01 (um) dia, devendo as folgas ser usufruídas na mesma semana ou na subsequente, sendo vedado o acúmulo.
4.5. A jornada semanal dos membros do Conselho Tutelar corresponderá a 40 (quarenta) horas, conforme o art. **127** da Lei Ordinária nº 25/2026.
4.6. O suplente que for regularmente convocado e empossado para exercer a função em substituição ao titular fará jus à remuneração proporcional ao período efetivamente trabalhado, observadas a legislação municipal vigente e as normas aplicáveis.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
5.1. As atribuições dos membros do Conselho Tutelar estão previstas no art. **136** da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) e são ratificadas pela Seção II do Capítulo X da Lei Municipal nº 25/2026.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituiu uma Comissão Especial Eleitoral, em reunião ordinária realizada no dia 09/07/2026, composta por 04 (quatro) membros deste Conselho, sendo 02 (dois) governamentais e 02 (dois) não governamentais, constituída e designada pela Resolução nº 06/2026 do CMDCA.

6.1.1. A Comissão Especial Eleitoral é formada pelos seguintes membros:

I – Jessyka Lopes Rickli (Representante não governamental);

II – Tatiane Dassoglio (Representante governamental);

III – Douglas Domingos Grzeszezeszyn (Representante governamental);

IV – Emily Silvestre Gevenka (Representante não governamental).

6.2. Compete à Comissão Eleitoral:

I – analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;

II – receber as impugnações apresentadas contra os candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, observando os prazos previstos neste Edital;

III – notificar os candidatos impugnados, assegurando-lhes prazo para apresentação de defesa;

IV – analisar e decidir, em primeira instância administrativa, as impugnações, defesas e recursos que lhe competirem, mediante decisão fundamentada;

V – organizar e divulgar os locais de inscrição, bem como o local de realização da prova teórica;

VI – divulgar a classificação dos candidatos e os resultados das etapas do Processo de Escolha;

VII – encaminhar ao Ministério Público as informações e atos relevantes do Processo de Escolha, para fins de fiscalização;

VIII – divulgar amplamente todas as etapas do presente Processo de Escolha.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETA

7.1. As etapas do Processo de Escolha Suplementar Indireta serão organizadas da seguinte forma:

a) Primeira etapa: Inscrições e entrega de documentos;

b) Segunda etapa: Análise da documentação e publicação dos candidatos inscritos;

c) Terceira etapa: Abertura para impugnação;

d) Quarta etapa: Análise das inscrições, das impugnações e publicação dos candidatos deferidos e indeferidos;

e) Quinta etapa: Prazo para recursos das inscrições indeferidas e defesa das impugnações;

f) Sexta etapa: Análise, pela Comissão Especial Eleitoral, dos recursos, defesas e impugnações e publicação das respectivas decisões;

g) Sétima etapa: Prazo para recurso à Plenária do CMDCA;

h) Oitava etapa: Julgamento dos recursos pela Plenária do CMDCA;

i) Nona etapa: Publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados para a prova teórica;

j) Décima etapa: Divulgação do local, data e ensalamento da realização da prova;

k) Décima primeira etapa: Prova teórica e conteúdo programático;

l) Décima segunda etapa: Publicação do gabarito preliminar da prova teórica;

m) Décima terceira etapa: Prazo para recursos do gabarito preliminar;

n) Décima quarta etapa: Análise dos recursos e publicação do gabarito definitivo;

o) Décima quinta etapa: Resultado classificatório preliminar da prova teórica;

p) Décima sexta etapa: Prazo para recursos contra o resultado preliminar da prova teórica;

q) Décima sétima etapa: Análise dos recursos, publicação do resultado definitivo da prova teórica e relação dos candidatos habilitados para a eleição;

r) Décima oitava etapa: Eleição indireta e apuração de votos;

s) Décima nona etapa: Publicação do resultado da eleição indireta;

t) Vigésima etapa: Da classificação final, da formação do cadastro de suplentes e do resultado final.

8. DAS INSCRIÇÕES E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

8.1. As inscrições serão realizadas das 09h00min do dia 26/10/2026 até as 23h59min do dia 30/10/2026, exclusivamente por meio de Protocolo Digital (1Doc), disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, pelo link: https://turvo.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=83489&iser=01M23Q5X74PYV7N2H4FWP4NY0B O candidato deverá realizar o cadastro efetuando login, no assunto "INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETA DE CONSELHEIROS TUTELARES 2026".

8.2. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, anexar no Protocolo Digital os seguintes documentos:

a) Documento oficial de identificação com foto (RG ou CNH);

b) Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral, ou documento oficial equivalente que comprove o pleno gozo dos direitos políticos;

c) Comprovante de residência atual, expedido nos últimos 03 (três) meses;

d) Declaração de residência no Município de Turvo há pelo menos 02 (dois) anos, conforme Anexo I;

e) Atestado ou declaração de idoneidade moral, conforme Anexo II;

f) Certidões e/ou documentos oficiais aptos a comprovar o atendimento aos requisitos previstos nos incisos VI e VII do item 2.1 deste Edital;

g) Carta de apresentação do(a) candidato(a), conforme Anexo III.

8.3 As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;

9.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva poderão ser encaminhadas ao Ministério Público para ciência.

9.3. Em observância ao art. **138** da Lei Ordinária nº 25/2026, o Processo de Escolha somente prosseguirá caso haja, no mínimo, 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados. Não alcançado esse número, o CMDCA poderá reabrir o prazo de inscrições, adotando as medidas cabíveis para ampliação do número de candidatos.

10. DAS IMPUGNAÇÕES

10.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, via Protocolo Digital (1Doc), no assunto "IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA AO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETA DE CONSELHEIROS TUTELARES 2026", no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, mediante petição devidamente fundamentada e acompanhada dos elementos probatórios disponíveis, nos termos do art. **134**, § 3º, da Lei Ordinária nº 25/2026.

11. ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES, DAS IMPUGNAÇÕES E PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS:

11.1. A Comissão Especial Eleitoral realizará a análise das inscrições e das impugnações, se houver;

11.2. Após análise será publicada a relação dos candidatos deferidos e indeferidos;

12. PRAZO PARA RECURSOS DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS E DEFESA DAS IMPUGNAÇÕES:

12.1. O candidato que tiver a inscrição indeferida terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar sua defesa com relação às impugnações e entrar com recurso referente à inscrição;

12.2. A defesa e o recurso, deverá indicar, de forma clara e objetiva, os motivos pelos quais o candidato entende que a decisão de indeferimento deve ser reconsiderada, podendo ser acompanhada dos documentos necessários à comprovação de suas alegações;

12.3. Os recursos e as defesas deverão ser protocolados, dentro do prazo previsto, não sendo avaliados aqueles apresentados fora do prazo;

13. ANÁLISE DOS RECURSOS E DEFESA:
13.1. A Comissão Especial Eleitoral deverá analisar as impugnações, defesas e recursos que lhe competirem no prazo previsto no cronograma, de forma imparcial e fundamentada, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, contraditório e ampla defesa.
13.2. A Comissão Especial Eleitoral poderá solicitar informações, documentos ou esclarecimentos necessários à análise das impugnações, recursos e defesas, bem como ouvir os envolvidos, quando entender necessário.
13.3. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas e comunicadas aos interessados.

14. PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES E RECURSO À PLENÁRIA DO CMDCA:
14.1. Concluída a análise dos recursos e das defesas pela Comissão Especial Eleitoral, serão publicadas, conforme o cronograma, as respectivas decisões, devidamente fundamentadas. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. **134**, § 5º, da Lei Ordinária nº 25/2026.
14.2. O recurso à Plenária do CMDCA deverá ser protocolado pelo meio indicado neste Edital, dentro do prazo estabelecido, não sendo conhecido recurso intempestivo ou sem fundamentação.
14.3. A Plenária do CMDCA realizará julgamento célere e definitivo dos recursos, conforme o art. **134**, § 5º, da Lei Ordinária nº 25/2026.

15. RELAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS HABILITADOS PARA EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO (PROVA TEÓRICA):
15.1. Após o encerramento da fase recursal e o julgamento dos recursos pela Plenária do CMDCA, será publicada a relação definitiva dos candidatos habilitados para o Exame de Conhecimento Específico (Prova Teórica), observados os requisitos deste Edital e o cronograma do Processo de Escolha.
15.2. A relação dos candidatos aptos a realizar o Exame de Conhecimento Específico (Prova Teórica), bem como as informações relativas à data, horário e local de realização, será publicada pelos meios oficiais de divulgação previstos neste Edital.

16. DIVULGAÇÃO DO LOCAL, DATA E ENSALAMENTO DA REALIZAÇÃO DA PROVA:
16.1. O Exame de Conhecimento Específico (Prova Teórica) será realizado no dia 30/11/2026, com início às 13h00min e término às 17h00min, em local a ser definido e divulgado pela Comissão Especial Eleitoral.
16.2. O candidato deverá comparecer ao local de realização da prova munido de documento oficial de identificação com foto (RG ou CNH), físico ou digital, e caneta esferográfica azul ou preta, com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, respeitando o horário estabelecido para o início da avaliação.
16.3. Os portões da unidade serão fechados pela Comissão Especial Eleitoral 10 (dez) minutos antes do horário estabelecido para o início das provas, sendo vedada a entrada após o fechamento dos portões, implicando a desclassificação automática do candidato que não comparecer até o horário estabelecido.

17. PROVA TEÓRICA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
17.1. A prova terá caráter eliminatório, sendo considerado habilitado para as etapas subsequentes o candidato que for classificado nesta etapa;
17.2. O conteúdo programático, a quantidade de questões, a pontuação, a nota mínima para aprovação e os demais critérios relativos à realização e correção da prova observarão as disposições estabelecidas, conforme abaixo:

Tema	Número de questões	Peso por questão	Peso total
Língua Portuguesa	05 (cinco)	1,6	8,0
Matemática	02 (duas)	1,6	3,2
Informática Básica	03 (três)	1,6	4,8
Conhecimentos Específicos	30 (trinta)	2,8	84,00
Total			100,00

17.3. Os conteúdos programáticos da prova encontram-se no Anexo IV deste Edital.
17.4. O resultado da prova será apurado pela atribuição de uma nota de 0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, sendo que o candidato que não obtiver nota mínima de 70,0 (setenta) pontos na prova teórica estará eliminado, em conformidade com os arts. **137**, inciso V, e **143** da Lei Ordinária nº 25/2026.
17.5. A prova será individual, não sendo permitida a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, calculadoras, impressos, celulares ou similares. Reserva-se à Comissão Especial Eleitoral o direito de retirar do recinto e eliminar do Processo de Escolha o candidato cujo comportamento for considerado inadequado;
17.6. No ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identificação e coleta da assinatura;
17.7. Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova.

18. PUBLICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA TEÓRICA:
18.1. O gabarito preliminar da prova teórica será publicado pela Comissão Especial Eleitoral responsável pelo Processo de Escolha, conforme cronograma.

19. PRAZO PARA RECURSOS DO GABARITO PRELIMINAR:
19.1. Após a publicação do gabarito preliminar, os candidatos poderão realizar a conferência de suas respostas, e caso entendam necessário a interposição de recurso, no prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua publicação;
19.2. O candidato que entender interpor recurso contra o gabarito preliminar deverá apresentá-lo de forma fundamentada, indicando a questão objeto da contestação e os motivos que justificam a revisão;
19.3. Os recursos deverão ser protocolados via Protocolo Digital (1doc), não sendo analisados aqueles apresentados fora do prazo ou em desacordo com as regras previstas.

20. ANÁLISE DOS RECURSOS E PUBLICAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO:
20.1 Após análise dos recursos apresentados será publicado o gabarito definitivo da prova teórica, acompanhado quando necessário, das alterações decorrentes do julgamento dos recursos;
20.2. Caso seja constatado erro material ou irregularidade em qualquer questão, a Comissão Especial Eleitoral poderá determinar a sua anulação.

21. RESULTADO CLASSIFICATÓRIO PRELIMINAR PROVA TEÓRICA:
21.1. Após análise e julgamento dos recursos interpostos contra o gabarito preliminar da prova teórica, e publicação do gabarito definitivo, será publicado o resultado classificatório preliminar do processo de escolha, contendo a relação dos candidatos classificados e suas respectivas pontuações;
21.2. A classificação dos candidatos será realizada de acordo com a pontuação obtida na prova teórica, observados os critérios de avaliação e os requisitos estabelecidos neste edital.
21.3. Em caso de empate na classificação entre os candidatos, serão adotados sucessivamente os seguintes critérios de desempate:
I – maior pontuação obtida nas questões específicas da prova;
II – maior idade, considerando-se a data de nascimento constante em documento oficial apresentado pelo candidato.
Os critérios serão aplicados sucessivamente, utilizando-se o critério seguinte somente quando o anterior não for suficiente para solucionar o empate.

22. PRAZO PARA RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA TEÓRICA E ANÁLISE DOS RECURSOS:
22.1. Será divulgado o resultado da classificação preliminar dos candidatos, após a apuração as notas obtidas na prova teórica e aplicação caso seja necessário, dos critérios de desempate previstos neste edital;
22.2. O candidato poderá interpor recurso contra a classificação preliminar no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado.
22.3. O recurso deverá ser apresentado via Protocolo Digital (1Doc), devidamente fundamentado, com indicação objetiva da contestação e dos argumentos que sustentam o pedido de revisão;

22.4. Não serão aceitos recursos fora do prazo, sem fundamentação ou em desacordo com as disposições estabelecidas neste edital;
22.5. A Comissão Especial Eleitoral analisará os recursos apresentados e divulgará as respectivas decisões, conforme o cronograma.

23. RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA TEÓRICA E PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS PARA ELEIÇÃO:

23.1. Após a análise e o julgamento dos recursos interpostos contra o resultado preliminar da prova teórica, será publicado o Resultado Definitivo da Prova Teórica do Processo de Escolha de Conselheiro Tutelar Suplente.
23.2. O resultado definitivo será divulgado pela Comissão Especial Eleitoral, nos meios oficiais de publicação definidos neste Edital.
23.3. O Resultado Definitivo da Prova Teórica conterá a relação dos candidatos, com a respectiva pontuação obtida e a indicação daqueles que foram considerados aptos a prosseguir para as demais etapas do Processo de Escolha, conforme os critérios estabelecidos.
23.4. Será considerado aprovado na prova teórica o candidato que atingir a pontuação mínima estabelecida, observados os critérios de avaliação e aprovação previamente definidos.
23.5. Somente os candidatos considerados aptos nesta etapa poderão participar das etapas subsequentes do Processo de Escolha, observadas as demais exigências previstas.

24. DA ELEIÇÃO INDIRETA E APURAÇÃO DE VOTOS:

24.1. Nos termos do art. **145**, §§ 8º e 9º, da Lei Ordinária nº 25/2026, a escolha suplementar será realizada de forma indireta, tendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA como colégio eleitoral, observadas as demais normas deste Edital.
24.2. Os membros titulares e suplentes do CMDCA, regularmente investidos no mandato e aptos a votar, terão direito a voto secreto em um único candidato habilitado para a etapa de eleição.
24.3. Cada membro apto do CMDCA votará uma única vez, em apenas um candidato.
24.4. A votação será realizada no dia 16/12/2026, das 09h00min às 10h00min, na sede da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, localizada na Avenida 12 de Maio, nº 225, Centro, Turvo/PR, CEP 85150-016.
24.5. No processo de apuração será permitida a presença do candidato;
24.6. Para o processo de apuração dos votos, a Comissão organizadora ficará responsável pela contagem dos votos e divulgação do resultado da eleição.

25. DO RESULTADO DA ELEIÇÃO INDIRETA

25.1. Concluída a votação e a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA proclamará o resultado da eleição indireta.
25.2. O resultado da eleição indireta será apresentado em ordem decrescente de classificação, de acordo com o número de votos obtidos por cada candidato.
25.3. O resultado da eleição indireta terá caráter classificatório para fins de composição do resultado final do Processo de Escolha.
25.4. A ordem de classificação resultante da votação será utilizada para a composição do cadastro de suplentes e para estabelecer a ordem de convocação, observadas as disposições deste Edital e da legislação municipal vigente.

26. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL, DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE SUPLENTES E DO RESULTADO FINAL

26.1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, conforme o número de votos obtidos na eleição indireta realizada pelo CMDCA.
26.2. Todos os candidatos habilitados nas etapas anteriores que participarem da votação integrarão o cadastro de Conselheiros Tutelares Suplentes, observada a ordem de classificação resultante da votação, não havendo número fixo de suplentes a serem classificados, desde que atendidas as regras deste Edital.
26.3. Em caso de empate no número de votos obtidos na eleição indireta, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
I – maior nota obtida na Prova Teórica;
II – maior pontuação obtida nas questões referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
III – maior idade.
26.4. O Resultado Final será divulgado pelo CMDCA e publicado no Diário Oficial do Município, contendo a identificação dos candidatos, a nota obtida na Prova Teórica, o número de votos obtidos na eleição indireta e a respectiva classificação final.
26.5. A classificação final será utilizada para estabelecer a ordem de convocação dos Conselheiros Tutelares Suplentes, observadas as hipóteses e condições previstas na legislação municipal vigente.
26.6. A aprovação e classificação no Processo de Escolha não asseguram ao candidato direito à convocação imediata, ficando a convocação condicionada à necessidade de substituição de Conselheiros Tutelares titulares e às disposições da legislação vigente.

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu,_____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, DECLARO, para os devidos fins, especialmente para participação no Processo Eleitoral para escolha de Conselheiro Tutelar Suplemente de Conselheiro Tutelar, que resido no Município de Turvo, Estado do Paraná, há 02 (dois) anos ou mais, de forma contínua. Declaro, ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, estando ciente de que a falsidade desta declaração sujeita o(a) declarante às sanções civis, administrativas e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.
Turvo/PR, _____ de _____ de 2026.

Nome do declarante: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ANEXO II
ATESTADO DE IDONEIDADE MORAL

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, é pessoa de conduta moral ilibada, gozando de boa reputação e idoneidade moral, não havendo, até a presente data, fatos de meu conhecimento que desabonem sua conduta. O presente atestado é expedido a pedido do(a) interessado(a), para fins de participação em Processo Eleitoral para escolha de Conselheiro Tutelar Suplente, produzindo seus efeitos na forma da legislação aplicável.
Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Turvo/PR, _____ de _____ de 2026.

Nome do declarante: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ANEXO III

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)
PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES SUPLENTES

Nome completo do(a) candidato(a): _____
Data de nascimento: ____/____/_____
Formação: _____
Ocupação atual: _____

1. BREVE HISTÓRICO PESSOAL

Apresente, de forma breve, informações sobre sua trajetória pessoal e sua relação com a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

2. FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIAS

Descreva brevemente sua formação, experiências profissionais, sociais, comunitárias ou voluntárias que considere relevantes para o exercício da função de Conselheiro Tutelar:_____

3. MOTIVAÇÃO PARA CANDIDATURA

Descreva, de forma breve, os motivos que o(a) levaram a se candidatar à função de Conselheiro Tutelar Suplente:_____

Declaro que as informações apresentadas nesta carta são verdadeiras e autorizo sua utilização pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA exclusivamente para fins de apresentação da minha candidatura durante o Processo de Escolha.
Turvo/PR, _____ de _____ de 2026.

Nome do declarante: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
LÍNGUA PORTUGUESA – 05 QUESTÕES
Compreensão e interpretação de textos; gêneros textuais; sentido de palavras e expressões; coesão e coerência; ortografia e pontuação.
MATEMÁTICA – 02 QUESTÕES
Operações fundamentais; números inteiros e decimais; frações; razão e proporção; porcentagem; regra de três simples; resolução de problemas; interpretação de tabelas e gráficos.
INFORMÁTICA BÁSICA – 03 QUESTÕES
Conceitos básicos de informática; hardware e software; sistemas operacionais; editores de texto e planilhas; internet e e-mail; segurança e proteção de dados.
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA – 15 QUESTÕES
Lei Federal nº 8.069/1990: princípios e direitos fundamentais; proteção integral e prioridade absoluta; convivência familiar e comunitária; educação; medidas de proteção; Conselho Tutelar, suas atribuições e competências; Sistema de Garantia de Direitos.
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DIGITAL – 05 QUESTÕES
Lei Federal nº 15.211/2025: proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital; segurança; privacidade e proteção de dados; prevenção de violência e exploração; responsabilidades de plataformas, pais e responsáveis.
LEI ORDINÁRIA Nº 25/2026 – POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – 05 QUESTÕES
Disposições relativas ao Conselho Tutelar; requisitos para candidatura; processo de escolha; atribuições; deveres, vedações e impedimentos; funcionamento; jornada e sobreaviso; direitos; férias; vacância; substituição; processo de escolha suplementar e escolha indireta pelo CMDCA.
ÉTICA PROFISSIONAL – 05 QUESTÕES
Princípios éticos; direitos e deveres; sigilo; responsabilidade profissional; respeito e proteção dos direitos de crianças, adolescentes e famílias; trabalho em rede; limites e responsabilidades da atuação do Conselheiro Tutelar.

Etapa	Data
Aprovação do Edital pelo CMDCA	10/09/2026
Publicação do Edital	06/10/2026
Período de inscrições e entrega da documentação	26/10/2026 a 30/10/2026
Publicação da relação dos candidatos inscritos	03/11/2026
Prazo para impugnação das candidaturas	04 a 09/11/2026
Análise das inscrições e das impugnações	10 e 11/11/2026
Publicação dos candidatos deferidos e indeferidos	12/11/2026
Prazo para defesa das impugnações e recursos das inscrições indeferidas	13 e 16/11/2026
Análise dos recursos e das defesas pela Comissão Especial Eleitoral	17 e 18/11/2026
Publicação das decisões dos recursos e das defesas	19/11/2026
Prazo para recurso à Plenária do CMDCA	23 e 24/11/2026
Julgamento dos recursos pela Plenária do CMDCA	25/11/2026
Publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados	26/11/2026
Divulgação do local, data e ensalamento da prova	27/11/2026
Realização da prova teórica	30/11/2026 – 13h às 17h
Publicação do gabarito preliminar	01/12/2026
Prazo para recursos contra o gabarito preliminar	02 e 03/12/2026
Análise dos recursos e publicação do gabarito definitivo	04/12/2026
Publicação do resultado classificatório preliminar da prova	07/12/2026
Prazo para recursos contra o resultado preliminar da prova	08, 09 e 10/12/2026
Análise dos recursos	11 e 14/12/2026
Publicação do resultado definitivo da prova e dos candidatos habilitados para a eleição	15/12/2026
Eleição indireta pelo CMDCA e apuração dos votos	16/12/2026 – 9h às 10h
Publicação do resultado da eleição indireta	17/12/2026
Publicação da classificação final e do resultado final	18/12/2026

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:BDB04FCE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 08/2026

Dispõe sobre a reabertura do Processo de Escolha Suplementar Indireta para formação de Cadastro de Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Turvo/PR, para o mandato vigente 2024/2027, e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 25/2026,

CONSIDERANDO:

Considerando a Resolução 07/2026 – CMDCA, que aprovou o Edital do Processo de Escolha Suplementar Indireta para Formação de Cadastro de Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Turvo/PR;

Considerando a decisão da Comissão Eleitoral responsável pela condução do Processo de Escolha Suplementar Indireta quanto à reabertura do prazo de inscrições e à necessidade de adequação das disposições do edital;

Considerando a necessidade de alteração dos arts. 8º, 16 e 24 do edital, bem como de atualização do cronograma das etapas do processo de escolha;

Considerando a importância de assegurar ampla publicidade às alterações realizadas, garantindo transparência e igualdade de acesso às informações pelos interessados.

RESOLVE:

Art. 1º Fica reaberto o prazo de inscrições para o Processo de Escolha Suplementar Indireta para Formação de Cadastro de Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Turvo/PR, referente ao mandato vigente 2024/2027, regido pelo edital aprovado por meio da Resolução nº 07/2026 – CMDCA, mantendo-se o encerramento das inscrições em 30 de outubro de 2026, conforme cronograma atualizado.

Art. 2º Ficam alteradas as disposições dos itens 8.1, 16.1 e 24.4 do Edital do Processo de Escolha Suplementar Indireta, aprovado pela Resolução nº 07/2026 – CMDCA, que passam a vigorar com a seguinte redação:
I – Item 8.1 - Das Inscrições e Entrega dos Documentos

"8.1. As inscrições serão realizadas das 09h00min do dia 07/10/2026 até as 23h59min do dia 30/10/2026, exclusivamente por meio de Protocolo Digital (1Doc), disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, pelo link: https://turvo.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=83489&iser=01M23Q5X74PYV7N2H4FWP4NY0B. O candidato deverá realizar o cadastro efetuando login, no assunto 'INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR INDIRETA DE CONSELHEIROS TUTELARES 2026'."

II – Item 16.1 – Divulgação do Local, Data e Ensalamento da Realização da Prova

"16.1. O Exame de Conhecimento Específico (Prova Teórica) será realizado no dia 30/11/2026, com início às 13h00min e término às 17h00min, em local a ser definido e divulgado pela Comissão Especial Eleitoral."

III – Item 24.4 – Da Eleição Indireta e Apuração de Votos

"24.4. A votação será realizada no dia 16/12/2026, das 09h00min às 10h00min, na sede da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, localizada na Avenida 12 de Maio, nº 225, Centro, Turvo/PR, CEP 85150-016."

Art. 3º O cronograma atualizado do Processo de Escolha Suplementar Indireta para Formação de Cadastro de Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Turvo/PR constará na versão atualizada do edital, a ser publicada juntamente com este ato.

Art. 4º A Comissão Eleitoral ficará responsável pela divulgação das alterações e pelo acompanhamento das etapas do processo, observadas as competências previstas no edital e na legislação aplicável.

Art. 5º Permanecem inalteradas as demais disposições do edital aprovado pela Resolução nº 07/2026 – CMDCA que não conflitarem com as alterações estabelecidas nesta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo, 23 de outubro de 2026.

JESSYKA LOPES RICKLI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:3E011273

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 219/2026 - FMS

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/10/970
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 219/2026

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa **M M R DA SILVA FONOAUDIOLOGIA,** para prestação de serviços de saúde de **Fonoaudiologia, com carga horária de 40 horas semanais, para atendimento no Instituto de Atendimento ao Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista - IAITEA**, conforme edital de chamamento público 007/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PROFISSIONAL CREDENCIADO: MARIANA MAURINA RIQUE DA SILVA

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 109.799,88 (cento e nove mil, setecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2026/10/970 de 13 de outubro de 2026, anexo.

Umuarama, 20 de outubro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:E3716066

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA COM INVERSÃO DE FASES Nº 016/2026 – PMU

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA COM INVERSÃO DE FASES

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2026 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 9033-26-UMU-LIC

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2023, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, dos Decretos Municipais nº 303/2022 e nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para execução de obra de construção quadra coberta poliesportiva e serviços de reforma na Escola Municipal Ouro Branco, localizada na Rua Ouro Branco, S/n, Jardim Ouro Branco - Umuarama/PR, conforme projetos, planilha orçamentária e demais documentos em anexos ao processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PRÉVIA: Até às 08h00min do dia 12/11/2026.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO PRÉVIA:12/11/2026, às 09h00min.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Após a conclusão da habilitação prévia e do prazo de intenção de recurso correspondente, em data e horário comunicados pelo Pregoeiro no Sistema BLL.
LINK PARA CADASTRO DAS PROPOSTAS INICIAIS E DISPUTA BLL Compras (**https://bllcompras.com**)
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**
MODO DE DISPUTA: ABERTO
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 428.153,37 (quatrocentos e vinte e oito mil cento e cinquenta e tres reais e trinta e sete centavos).
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal BLL Compras** (**https://bllcompras.com**).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.

Umuarama, 23 de outubro de 2026

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:47190C9D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO COM INVERSÃO DE FASES Nº 075/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO COM INVERSÃO DE FASES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2026 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/07/447

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, COM INVERSÃO DE FASES** , com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro predial e patrimonial, com emissão de apólices multirriscos destinadas à cobertura dos imóveis públicos vinculados às Secretarias do Município de Umuarama/PR, agrupados por lotes, incluindo cobertura para prédio e conteúdo, serviços assistenciais previstos na apólice, regulação de sinistros e pagamento de indenizações, conforme condições, exigências e estimativas constantes no Termo de Referência**.**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PRÉVIA: Até às 08:00 horas do dia 12/11/2026.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO PRÉVIA: Às 09:00 horas do dia 12/11/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Após a conclusão da habilitação prévia e do prazo de intenção de recurso correspondente, **em data e horário comunicados pelo Pregoeiro no Sistema BLL**.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 208.449,90 (duzentos e oito mil quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (**https://bllcompras.com**).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 21 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:C4AC3EA7

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO Nº 076/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2026 – PMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 5343-26-UMU-LIC

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA COM ITEM(S)S/LOTE(S) EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: O objeto do presente termo de referência é a contratação de empresa especializada para fornecimento de peças para veículos linha diesel, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais e equipamentos obrigatórios, outras peças e fluídos necessários ao perfeito funcionamento dos veículos que compõem e irão compor a frota do Município, pelo período de 12 (doze) meses, com critério de maior percentual de desconto tendo como referência de valores máximos os preços do software de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR para peças e/ou materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 11/11/2026.
INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA: às 09:00 horas do dia 11/11/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (**https://bllcompras.com**).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.

Umuarama/Pr, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Secretario Municipal Designado de Serviços Rodoviários

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:8F6B7602

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.338/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.338/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 071/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre as propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 071/2026 – PMU – que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos eletrônicos educativos de moderação da velocidade (“radar educativo” ou “lombada eletrônica educativa”), do tipo não metrológico e não intrusivo, para o monitoramento de 80 (oitenta) faixas de tráfego, incluindo o fornecimento, instalação, configuração, parametrização, operação assistida, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, telemetria, transmissão de dados, substituição de dispositivos defeituosos, remanejamento e posterior desinstalação dos dispositivos, a serem utilizados em vias públicas urbanas sob circunscrição do MUNICÍPIO DE UMUARAMA/PR. tendo sido declarado vencedora a empresa **TECHMOBI TECNOLOGIA LTDA.,** para o lote n°01.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 22 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:D284CC73

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATO - PMU

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 224/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Contratada: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ – SEBRAE/PR.
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, compreendendo a realização de capacitações coletivas presenciais e consultorias individuais, presenciais ou à distância, destinadas às startups instaladas no TechnoPark Umuarama, bem como a empresas e empreendedores indicados pelo TechnoPark, nos eixos de gestão de negócios, comportamento empreendedor e estratégias de entrada e expansão no mercado (Go-to-Market), visando ao fortalecimento do ecossistema de inovação e ao desenvolvimento empresarial no Município de Umuarama, com recursos do Convênio nº 04/2025 – Fundo Paraná, que entre si celebram o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado de Inovação e Inteligência Artificial e o Município de Umuarama.
Vigência: 13/10/2026 a 13/10/2027.
Valor: R$ 29.250,00 (vinte e nove mil e duzentos e cinquenta reais).
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/08/464; no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 031/2026, autorizado/ratificado em 16 de setembro de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 22 de setembro de 2026, edição nº. 3621, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **em especial no seu art. 74, inciso III, “c”;** na Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022 e demais legislações aplicáveis.
.
.

Umuarama, 23 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:0EDA434A

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

RESUMO DE TERMO ADITIVO - FMS

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE COMPRA N° 006/2025
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA
Contratado: ROSA CAFÉ IMPORTS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de junho de 2027**.**
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor total da ata de até R$ 1.809,60 (hum mil oitocentos e nove reais e sessenta centavos), perfazendo o valor do presente contrato em até R$ 1.809,60 (hum mil oitocentos e nove reais e sessenta centavos), passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 1.809,60 (hum mil oitocentos e nove reais e sessenta centavos), para até R$ 3.619,20 (Três mil, seiscentos e dezenove reais e vinte centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.122.0002.2.159. – ED: 3.3.90.30.00.00.- D:29 F:001
70.001.10.122.0002.2.159. – ED: 3.3.90.30.00.00.- D:30 F:303
Cláusula Quarta: Onde se lê: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza continua, nos termos do art. 6º, inciso XIII e XV, respectivamente da Lei Federal nº14.133/2021.
Passa-se a ler: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e possuem fornecimento de natureza continua, nos termos do art. 6º, inciso XIII e XV, respectivamente da Lei Federal nº14.133/2021.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 24 de junho de 2026.

Umuarama, 23 de outubro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:7DE35EF8

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

TERMO ADITIVO 002 – A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 056/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA
Cláusula Primeira: Fica aditado à presente Ata de registro de preços o reequilíbrio econômico – financeiro do item nº 03 - Emulsão Asfáltica RC-1C-E, cujo valor unitário passa de R$ 5.290,00 (cinco mil e duzentos e noventa reais), para R$ 5.573,12 (cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e doze centavos) que representa um acréscimo de R$ 283,12 (duzentos e oitenta e três reais e doze centavos) por tonelada, o reequilíbrio incide exclusivamente sobre o saldo remanescente de 450,00 (quatrocentos e cinquenta tonelada), perfazendo o valor deste termo em R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).
Cláusula Segunda: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 257 - F:1000
08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 254 - F:85

08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 255 - F:504
08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 256 - F:512
08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 1781 - F:300085
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Umuarama, 20 de outubro de 2026

TERMO ADITIVO 001 – AO CONTRATO Nº 237/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA
Cláusula Primeira: Fica aditado o valor unitário de R$ 5.119,38 (cinco mil cento e dezenove reais e trinta e oito centavos) por tonelada, referente ao saldo quantitativo de 84,115 toneladas, perfazendo o valor total deste termo em R$ 430.616,65 (quatrocentos e trinta mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos)
Cláusula Segunda: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 257 - F:1000
08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 254 - F:85
08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 255 - F:504
08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 256 - F:512
08.002.15.451.0005.2.037. - ED:3.3.90.30.00.00 - D: 1781 - F:300085
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 05 de outubro de 2026

TERMO ADITIVO 001 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 070/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: J M SERVIÇOS ESSENCIAIS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 23 de outubro de 2027
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor total da presente contratação em até **R$ 1.256.134,93** (Um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), perfazendo o valor deste Termo Aditivo em até R$ **1.256.134,93** (Um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e três centavos)
Cláusula Terceira: Fica adicionada as seguintes dotações orçamentárias:
08.002.12.361.0015.1.095. - ED:3.3.90.30.00.00 - D:213 - F:104
08.002.12.361.0015.1.095. - ED:3.3.90.36.00.00 - D:214 - F:104
08.002.12.361.0015.1.095. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:215 - F:104
08.002.12.361.0015.1.095. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:1692 - F:300107
08.002.12.361.0015.1.095. - ED:4.4.90.51.00.00 - D:216 - F:104
08.002.12.365.0015.1.096. - ED:3.3.90.30.00.00 - D:217 - F:104
08.002.12.365.0015.1.096. - ED:3.3.90.36.00.00 - D:218 - F:104
08.002.12.365.0015.1.096. - ED: 3.3.90.39.00.00 - D:219 - F:104
08.002.12.365.0015.1.096. - ED: 4.4.90.51.00.00 - D:220 - F:104
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 22 de outubro de 2026.

Umuarama, 23 de outubro de 2026

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:E6A26024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.320/2026

PORTARIA Nº 1.320/2026

Prorroga prazo de validade da Portaria nº 528/2026, que constituiu Comissão Especial**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o Ofício nº 06/2026, da Presidente de Comissão,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica prorrogado o prazo da Portaria nº 528, de 17 de abril de 2026, que Constituiu Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar a conduta do servidor **CRISTIANO GOMES DE OLIVEIRA**, admitido em 06/05/2024, para ocupar o emprego público de Agente Comunitário de Saúde, pelo regime jurídico PSP, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e aplicar eventual penalidade, com fundamento nos Art. 128, 129, 143, 157 e seguintes da Lei Complementar nº 018/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 20 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7C6D85D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.321/2026

PORTARIA Nº 1.321/2026

Prorroga prazo de validade da Portaria nº 472/2026, que constituiu Comissão Especial**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o Ofício nº 005/2026, da Presidente da Comissão,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica prorrogado o prazo da Portaria nº 472, de 09 de abril de 2026, que Constituiu Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar a conduta da servidora **LANA KARLA DE ALVARENGA BARRADAS**, nomeada em 09/02/2015 e 02/02/2022, para ocupar o cargo público de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e aplicar eventual penalidade, com fundamento nos Art. 128, 129, 140, 141, 143, 157 e seguintes da Lei Complementar nº 018/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 20 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1D7ACD97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.332/2026

PORTARIA Nº 1.332/2026

SUSPENDER a servidora RAFAELA ROCHA DA SILVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Portaria nº 668/2026;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 2026/05/7433;

CONSIDERANDO o Relatório da Comissão Processante emitido em 06/08/2026;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico emitido em 18/09/2026;

CONSIDERANDO a Decisão emitida em 23/09/2026,

R E S O L V E :

Art. 1º SUSPENDER a servidora **RAFAELA ROCHA DA SILVA**, portadora da cédula de identidade RG sob nº 12.***.**3-7 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 068.***.**9-31, nomeada em 01/11/2023, para ocupar o cargo público de Copeira Plantonista, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 10 (dez) dias, sendo convertida em multa de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, ficando a servidora obrigada a permanecer em serviço, com base no disposto no Art. 128 incisos I e III, Art. 138, inciso II, e Art. 141, caput, e §2º, todos, da Lei Complementar nº 018/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama, no período de 23/10/2026 a 01/11/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F0DD9C73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.333/2026

PORTARIA Nº 1.333/2026

Demitir a pedido AILTON CARLOS, em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Demitir a pedido **AILTON CARLOS**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.123.309-5 SSP-PR, inscrito no CPF nº 474.359.259-34, admitido em 20 de fevereiro de 2001, ocupante do emprego público de Servente Geral, pelo Regime CLT, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9FA3997B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.334/2026

PORTARIA Nº 1.334/2026

Demitir a pedido ALINE ZANQUETTI DE MOURA**,** em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Demitir a pedido **ALINE ZANQUETTI DE MOURA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.654.083-5 SSP-PR, inscrita no CPF nº 046.416.429-07, admitida em 03 de outubro de 2005, ocupante do emprego público de Auxiliar De Serviços Gerais, pelo Regime Clt, lotado na Secretaria Municipal de Educação, acontar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:9EA05514

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.335/2026

PORTARIA Nº 1.335/2026

Demitir a pedido ANA MARIA DOS SANTOS RIBEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Demitir a pedido, **ANA MARIA DOS SANTOS RIBEIRO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.449.863-6 SESP/SP, inscrita no CPF nº 039.474.199-45, admitida em 02 de março de 2026, ocupante do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, Regime Adminstrativo Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01 de setembro de 2026, revogando o Item 15 da Portaria 283/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5B022535

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.336/2026

PORTARIA Nº 1.336/2026

Demitir a pedido JOSE APARECIDO VIEIRA BARBOSA, em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Demitir a pedido **JOSE APARECIDO VIEIRA BARBOSA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.101.482-4 SSP-PR, inscrito no CPF nº 474.358.609-72, admitido em 01 de setembro de 2005, ocupante do emprego público de Servente Geral, pelo Regime CLT, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saúde, Proteção e Bem Estar Animal, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:FC909393

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.337/2026

PORTARIA Nº 1.337/2026

Demitir a pedido MARIA APARECIDA RODRIGUES, em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Demitir a pedido **MARIA APARECIDA RODRIGUES** portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.082.156-0 SSP-PR, inscrita no CPF nº 627.276.219-49, admitida em 01 de agosto de 2000, ocupante do emprego público de Aux. Servicos Gerais, pelo Regime CLT, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:F86DCE44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.338/2026

PORTARIA Nº 1.338/2026

Exonerar a pedido MARIA CAMILA DO NASCIMENTO

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Exonerar a pedido **MARIA CAMILA DO NASCIMENTO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.819.735-0 SSP-PR, inscrita no CPF nº 144.381.129-74, nomeada em 02 de setembro de 2024, ocupante do cargo em carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo Regime Estatutário, lotada na Fundação Cultural de Umuarama, a partir de 08 de setembro de 2026, ficando revogada a Portaria nº 1978 e 1982/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1F31E165

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.339/2026

PORTARIA Nº 1.339/2026

Demitir a pedido OTAVIANO DA SILVA, em cumprimento ao disposto no §14 do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constituição nº 103 de 13 de Novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Demitir a pedido **OTAVIANO DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.356.910-4 SSP-PR, inscrito no CPF nº 700.735.469-68, admitido em 01 de agosto de 2000, ocupante do emprego público de Servente Geral, pelo Regime CLT, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:542AAECB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 12/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMUARAMA-PR

Ata 12/2026. Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, foi realizada, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, sito à Avenida Presidente Castelo Branco, sob o nº 3370, salas 5 e 6, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, com início às oito horas e vinte minutos, a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sob a presidência da Presidente, Sra. Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima, com a presença de conselheiros(as) e convidados(as) conforme lista anexa. Declarada aberta em segunda convocação, a Presidente submeteu à apreciação do colegiado a pauta previamente encaminhada. Por solicitação da Comissão de Cadastro e Fiscalização, foram retirados do item 7 os subitens c.5) ARAM, c.6) GERAR e c.7) Associação dos Clubes de Mães de Umuarama, em razão da necessidade de ajustes finais nos respectivos relatórios, ficando registrado que os documentos seriam concluídos posteriormente. Na sequência, foi solicitada a inclusão do item "Deliberação sobre o adiamento ou manutenção da Capacitação para conselheiros do CMAS e Rede SUAS", que passou a constituir o item 8 da pauta, sendo, consequentemente, o item "Informes Gerais" renumerado como item 9. As alterações propostas foram submetidas à votação e aprovadas pela plenária. Na sequência, a pauta, já com as alterações, foi submetida à votação e aprovada, conforme a seguir: **1) Apreciação e aprovação da Ata nº 11/2026; 2) Apresentação das Organizações da Sociedade Civil: a) Centro de Apoio e Integração Social Bem Viver; b) CIEE/PR; 3) Substituição de representante governamental no Conselho; 4) Recomposição de Comissões Temáticas; 5) Resposta da Secretaria de Assistência Social ao Ofício nº 45/2026/CMAS referente à solicitação de informações acerca do processo de reorganização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas – SCFV; 6) Apresentação do relatório de participação dos representantes do CMAS no Fórum de Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR; 7) Comissão de Cadastro e Fiscalização: a) Apreciação e deliberação de Planos de Providências: a1) Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres; a2) APROMO; b) Relatório de Análise dos processos de manutenção das inscrições das Organizações da Sociedade Civil; c) Apreciação e deliberação dos Relatórios de Monitoramento: c1) ASSUMU; c2) APAE; c3) APADEVI; c4) AMA; 8) Deliberação sobre o adiamento ou manutenção da Capacitação para conselheiros do CMAS e Rede SUAS; 9) Informes Gerais.** A Presidente Annie iniciou os trabalhos com o primeiro item em pauta: **1) Apreciação e aprovação da Ata nº 11/2026:** a Presidente informou que a ata havia sido previamente disponibilizada aos conselheiros para leitura e, na sequência, consultou a plenária quanto à existência de sugestões ou correções. Não havendo manifestações, o documento foi submetido à votação e aprovado por unanimidade pela plenária. **2) Apresentação das Organizações da Sociedade Civil:** em razão de problemas técnicos, procedeu-se à inversão da ordem das apresentações. **2.b) Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR:** a coordenadora da unidade de Umuarama, Elizabete Mulezini, apresentou a instituição, contextualizando a trajetória do CIEE no Estado do Paraná e sua atuação regional. Na sequência, abordou o Programa Aprendiz, destinado a adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, destacando sua finalidade de oportunizar a inserção no mundo do trabalho, especialmente de jovens em situação de vulnerabilidade social. Informou que os aprendizes são acompanhados por equipe multidisciplinar e que o Programa busca conciliar trabalho e educação, com jornada de quatro horas, promovendo formação integral e desenvolvimento de novos talentos. Mencionou, ainda, a realização de ações de formação profissional, capacitação e atividades complementares. Apresentou dados referentes à atuação do CIEE/PR em 2025, demonstrando a abrangência dos programas de aprendizagem e estágio no Estado, o número de estudantes cadastrados, os municípios atendidos e as parcerias mantidas com instituições de ensino. Em relação ao Programa de Estágio, informou que este atende estudantes a partir dos 16 anos, matriculados no Ensino Médio, Técnico, Tecnólogo, Superior ou em cursos de Pós-graduação, proporcionando o primeiro contato com o mundo do trabalho e a aplicação prática dos conhecimentos relacionados à formação acadêmica. Destacou que a experiência contribui para o desenvolvimento simultâneo de diferentes competências e para a formação e permanência de profissionais qualificados. Durante a exposição, apresentou registros fotográficos da estrutura física da unidade, das salas de aula, do laboratório de informática, da equipe e das atividades desenvolvidas. Ressaltou, de modo geral, a importância dos programas de aprendizagem e estágio como instrumentos de formação e inserção no mundo do trabalho. Ao final, colocou a unidade à disposição do Conselho para eventuais informações complementares. **2.a) Centro de Apoio e Integração Social Bem Viver:** o representante da OSC, Edvaldo Modesto, apresentou o histórico da organização, informando que a iniciativa surgiu a partir da identificação, pela Igreja do Evangelho Pleno, da necessidade de desenvolver um projeto social voltado a crianças e adolescentes do Bairro Arco-Íris, culminando, em 2008, na fundação do Centro de Apoio e Integração Social Bem Viver. Relatou que a organização, sem fins lucrativos, atende atualmente cerca de 92 (noventa e duas) crianças, prioritariamente residentes no bairro e região, com idades entre 4 (quatro) e 13 (treze) anos, de segunda a sexta-feira, no contraturno escolar. Informou que são ofertadas refeições, auxílio nas atividades escolares, ensino religioso, teatro, coral, oficina de música, atividades lúdicas e esportivas, além de ações com as famílias, educação alimentar e atividades com materiais recicláveis. Quanto à manutenção da OSC, mencionou recursos provenientes de termos de fomento, contribuições e ofertas voluntárias, bazares e outras iniciativas de arrecadação. Destacou, ainda, a aquisição de veículo por meio de emenda parlamentar e a concessão de terreno destinado à futura ampliação da estrutura, com previsão de quadra coberta, brinquedoteca e sala de jogos. Por fim, registrou que a organização já chegou a atender aproximadamente 130 (cento e trinta) crianças, tendo reduzido esse quantitativo em razão de limitações de pessoal e recursos financeiros, e colocou a OSC à disposição para visitas e conhecimento das atividades desenvolvidas. **3) Substituição de representante governamental no Conselho:** a Presidente informou o recebimento do Ofício nº 247/2026/SMAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, comunicando a substituição de membro suplente de sua representação no Conselho. A Secretária Executiva, Gláucia, registrou que a alteração já havia sido formalizada por meio do Decreto Municipal nº 231/2026, publicado no dia anterior à reunião, passando a Sra. Caroline Oliveira Bagli a integrar oficialmente o CMAS como representante suplente da referida pasta, em substituição ao Sr. Eduardo Benedito Colis. **4) Recomposição de Comissões Temáticas:** considerando a substituição do representante governamental e as vacâncias existentes, a Presidente propôs a recomposição das comissões. A Secretária Executiva informou que Caroline havia se disponibilizado a substituir Eduardo nas comissões das quais ele participava, caso não houvesse outros interessados. Assim, diante da ausência de novas manifestações, ficou indicada para integrar a Comissão de Critério de Partilha e a Comissão Temporária de Revisão da Lei e Regimento Interno, em substituição ao antigo membro. Em seguida, a Presidente apresentou a situação da Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social, então composta por seis membros, destacando a dificuldade recorrente para realização das reuniões e a existência de demandas relevantes do Fundo a serem apreciadas até o final do exercício. A conselheira Juliana ressaltou a importância da Comissão para o exercício do controle social e reconheceu a necessidade de maior participação de seus integrantes. A Secretária Executiva relatou que, apesar das tentativas de mobilização no grupo da Comissão, não vinha conseguindo obter retorno suficiente para o agendamento das reuniões. Durante a discussão, foram abordadas alternativas de comunicação às representações e de substituição de membros com baixa participação. A Presidente ponderou que a dificuldade não se restringia a um único conselheiro, mas alcançava a participação geral da Comissão, propondo sua ampliação e o envio de comunicação aos integrantes, consignando que a ausência de participação poderá ensejar solicitação de substituição e nova recomposição pela plenária. A proposta foi submetida à votação e aprovada. Na sequência, para ampliação da Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social, foram indicados o conselheiro Rogério Angelo da Silva, representante governamental e a conselheira Kethyner Renata Ramos Lesse, representante da sociedade civil. Quanto à Comissão de Comunicação, Articulação, Mobilização e Capacitação, a conselheira Elaine Cristina Florian passou a ocupar a vaga que se encontrava em aberto. Ainda durante a recomposição, a conselheira Roseni de Moraes Carvalho solicitou seu desligamento da Comissão de Cadastro e Fiscalização, sendo indicada, em sua substituição, a conselheira Kethyner Renata Ramos Lesse. Ao final, o conjunto das alterações

propostas para a recomposição das Comissões Temáticas foi submetido à votação e aprovado pela plenária por unanimidade, ficando registradas as novas composições conforme as indicações realizadas. **5) Resposta da Secretaria de Assistência Social ao Ofício nº 45/2026/CMAS referente à solicitação de informações acerca do processo de reorganização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas – SCFV:** a Presidente Annie relembrou que o assunto decorreu de questionamento apresentado em reunião anterior por representante da sociedade civil acerca das alterações na execução do SCFV destinado às pessoas idosas, o qual, na ocasião, foi encaminhado ao órgão gestor para manifestação. Em resposta, a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS formalizou as informações por meio do Ofício nº 254/2026/SMAS, encaminhado previamente aos conselheiros para leitura. Na sequência, a conselheira Juliana, Chefe da Proteção Social Básica – PSB, explanou acerca das informações apresentadas no referido Ofício e do processo realizado pelo órgão gestor, pontuando, inicialmente, que o termo adequado para a medida adotada é "reorganização", e não "reordenamento". Informou que o Serviço vinha sendo executado de uma forma que necessitava de adequações para maior alinhamento à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e às orientações técnicas pertinentes, motivo pelo qual a gestão optou por reorganizar sua execução, aproximando-a dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Relatou que houve uma interrupção temporária das atividades durante esse processo e que, diante da análise do público que vinha participando do Serviço naquele momento, verificou-se que a maioria dos participantes não integrava o público prioritário do SCFV, razão pela qual se avaliou que a pausa temporária poderia ocorrer sem prejuízos significativos aos usuários. Informou que as atividades haviam sido retomadas na terça-feira anterior à reunião, no CRAS I, mediante a organização de quatro grupos semanais, de segunda a quinta-feira, com aproximadamente dez pessoas idosas por dia. Explicou que foi estruturado um percurso com duração de três meses, compreendendo o período de setembro ao final de novembro, durante o qual serão acompanhadas e avaliadas as aquisições dos usuários, os resultados alcançados e a permanência dos participantes, de modo a subsidiar a avaliação da metodologia adotada e a organização de um novo ciclo a partir do mês de janeiro. A conselheira destacou, ainda, que o SCFV não se caracteriza exclusivamente como espaço de lazer, embora atividades recreativas, artesanais, passeios e outras estratégias possam integrar sua execução, desde que estejam vinculadas aos objetivos socioassistenciais do Serviço e às aquisições previstas para os usuários. Nesse sentido, informou que os percursos são planejados e avaliados pelos profissionais técnicos, em conjunto com os educadores sociais, de modo que as atividades desenvolvidas estejam relacionadas aos objetivos estabelecidos para cada percurso. Pontuou também que as pessoas que procuram o espaço exclusivamente para atividades de lazer são orientadas quanto a outras possibilidades existentes no município, uma vez que a finalidade do SCFV deve permanecer vinculada aos objetivos próprios da política de assistência social. Após a explanação e os apontamentos realizados, a plenária tomou conhecimento das informações apresentadas pelo órgão gestor acerca da reorganização do SCFV para pessoas idosas. O item teve caráter informativo, não havendo deliberação a ser submetida à votação. **6) Apresentação do relatório de participação dos representantes do CMAS no Fórum de Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR:** a conselheira Kethyner apresentou síntese do evento, direcionado especialmente aos conselhos municipais e voltado ao fortalecimento do controle social e da participação no acompanhamento das políticas públicas. Destacou a apresentação do Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo e a mudança de perspectiva do Tribunal de Contas, que busca ampliar a análise para além dos aspectos contábeis e financeiros, incorporando a qualidade da governança e a efetividade das políticas públicas. Informou sobre ferramentas de coleta e cruzamento de informações produzidas pelo Poder Executivo, Poder Legislativo e instâncias de controle social, ressaltando a perspectiva de implementação inicial junto aos Conselhos de Assistência Social, Saúde e Educação. Mencionou, ainda, a apresentação da Nota Técnica nº 40/2026, relacionada aos roteiros de consistência de dados, que permitirão confrontar informações prestadas pelos agentes municipais com aquelas produzidas pelos conselhos, bem como a realização de diagnóstico das condições estruturais dos conselhos para o exercício dessas atribuições. Ressaltou a recomendação para uso mais frequente do portal de informações do TCE-PR, inclusive para consulta e comparação de gastos municipais, e a reflexão apresentada no evento sobre a diferença entre publicidade e transparência, destacando que a informação, além de pública, precisa ser acessível e compreensível. Registrou também a orientação de que a fiscalização deve considerar o ciclo completo das políticas públicas e verificar se os serviços e recursos estão efetivamente alcançando a população destinatária. Por fim, destacou a importância da formação continuada dos conselheiros, inclusive mediante os cursos gratuitos disponibilizados pela Escola de Gestão Pública do Tribunal. O Vice-presidente Rogério complementou a apresentação, destacando a experiência dos Observatórios Sociais mencionada durante o evento, enquanto instâncias que podem contribuir com os conselhos no exercício da fiscalização e avaliação das políticas públicas, inclusive por meio de levantamentos e produção de dados. Ressaltou, ainda, a mudança de perspectiva do Tribunal de Contas, que historicamente concentrava sua atuação nos aspectos contábeis e financeiros, passando a considerar também o impacto da aplicação dos recursos na qualidade e efetividade dos serviços públicos. Explicou que as novas ferramentas permitirão o cruzamento das informações prestadas pelas diferentes instâncias, de modo que eventuais divergências entre os dados informados pelo órgão gestor e aqueles apresentados pelos conselhos poderão constituir pontos de auditoria e fiscalização pelo TCE-PR. Nesse sentido, destacou o fortalecimento do papel do controle social e, consequentemente, da responsabilidade dos conselhos quanto à consistência das informações prestadas. **7) Comissão de Cadastro e Fiscalização:** a Presidente passou aos trabalhos da Comissão. **7.a) Apreciação e deliberação de Planos de Providências:** inicialmente, foi corrigida a denominação constante da pauta, registrando-se que o Plano se referia à Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres, e não à Residência Inclusiva Luz e Vida. A Secretária Executiva informou que, nos termos da Resolução CMAS nº 19/2024, foram realizadas reuniões conjuntas entre a Comissão, as organizações encaminhadas a Plano de Providências e o órgão gestor da assistência social, das quais resultaram propostas pactuadas entre as partes, que seriam, na sequência, submetidas à apreciação e deliberação da plenária, com prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento e comprovação das providências. **7.a1) Residência Inclusiva Santa Dulce dos Pobres:** foram apresentadas duas adequações principais. A primeira refere-se à adequação da equipe de referência, mediante a adoção das providências necessárias ao preenchimento das funções ainda não incorporadas à equipe, especialmente de motorista e terapeuta ocupacional. Caso as contratações não sejam efetivadas no prazo estabelecido, deverá ser apresentada justificativa técnica fundamentada, acompanhada da comprovação das medidas administrativas adotadas. A segunda refere-se à comprovação da viabilidade da localização e do acesso dos residentes à rede e à convivência comunitária, devendo a OSC apresentar documentação e relatório que demonstrem as distâncias e as formas de acesso aos equipamentos públicos e comunitários, bem como as ações desenvolvidas para assegurar a convivência comunitária, a participação social e o desenvolvimento da autonomia dos residentes. O Vice-presidente Rogério contextualizou que, embora o imóvel esteja formalmente situado em área rural, em razão de características ambientais da região, o acesso ao local é pavimentado e iluminado, além de estar próximo a áreas urbanizadas, serviços e estabelecimentos comerciais. Destacou, ainda, que a disponibilidade de motorista está diretamente relacionada à garantia de acesso dos residentes aos serviços e à convivência comunitária. Após a apresentação e discussão, o Plano de Providências foi submetido à votação e aprovado pela plenária por unanimidade. **7.a2) APROMO:** foram apresentadas três adequações. A primeira refere-se à equipe de referência, especialmente no período noturno, com previsão de contratação de dois educadores sociais em escala de 12x36 (doze por trinta e seis) horas, a fim de assegurar quantitativo mínimo compatível com os parâmetros técnicos do serviço. A segunda consiste no aprimoramento dos registros técnicos e institucionais, de modo que evidenciem os atendimentos e acompanhamentos realizados, planos individuais, encaminhamentos, articulação com a rede, resultados e impactos das ações, mediante a sistematização das informações e apresentação de instrumentais e relatórios comprobatórios, preservado o sigilo dos usuários. Prevê, ainda, a definição de fluxo de encaminhamento a ser estabelecido conjuntamente entre o Órgão

Gestor da Assistência Social, o CMAS e a OSC. A terceira refere-se à estrutura física da unidade, especialmente às instalações sanitárias e demais necessidades de manutenção predial identificadas pela Comissão, estabelecendo-se o prazo de um ano para as intervenções estruturais e de 60 (sessenta) dias para apresentação do cronograma de planejamento da construção/reforma dos banheiros e dos respectivos documentos comprobatórios. O Plano de Providências foi submetido à votação e aprovado pela plenária por unanimidade. **7.b) Relatório de Análise dos processos de manutenção das inscrições das Organizações da Sociedade Civil:** o Vice-presidente Rogério apresentou o relatório referente à análise documental da Associação Casa da Sopa Dr. Leopoldino, do Centro de Apoio e Integração Social Bem Viver e da Associação de Recuperação de Alcoólatras – ARA, informando terem sido identificados aspectos que demandam complementação e/ou adequação nos Planos de Ação e Relatórios de Atividades. Em conformidade com o fluxo previsto na Resolução CMAS nº 19/2024, ficou definido o envio de ofícios individualizados às organizações e a realização de encontros por segmento para diálogo técnico e orientação quanto às adequações necessárias, preservada a responsabilidade de cada OSC pela elaboração e pelo conteúdo de seus documentos. Foi estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do respectivo ofício, para apresentação da documentação revisada à Secretaria Executiva, com posterior encaminhamento à Comissão. A Presidente destacou o volume e a complexidade dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, envolvendo estudos normativos, visitas e análises, especialmente diante da proximidade do chamamento público. O Vice-presidente Rogério e a conselheira Natanne ressaltaram, ainda, que alterações normativas recentes modificaram parâmetros de caracterização das ofertas socioassistenciais, exigindo a atualização dos critérios de análise e maior precisão nos documentos quanto à identificação do serviço efetivamente executado pelas organizações. **7.c) Apreciação e deliberação dos Relatórios de Monitoramento:** considerando que os relatórios haviam sido previamente disponibilizados aos conselheiros, a Comissão propôs a leitura apenas das respectivas conclusões, permanecendo o conteúdo integral dos documentos como fundamento das deliberações. A proposta foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. **7.c1) ASSUMU:** a Comissão registrou que a documentação demonstra atuação continuada junto às pessoas com deficiência auditiva, porém não permite, na forma apresentada, reconhecer integralmente a configuração do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos declarado. Foram identificadas inconsistências quanto à classificação da proteção social, capacidade e quantitativo de usuários atendidos, conciliação de valores e fontes de financiamento, referenciamento e fluxos com a rede, bem como aos indicadores de monitoramento. Ressaltou-se que tais aspectos são passíveis de adequação e comprovação, permanecendo preservada a inscrição vigente durante o período de adequação, observadas as regras de transição da normativa aplicável. Foram também contextualizadas as recentes alterações normativas relativas às ações de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e a necessidade de adequação das ofertas às novas disposições. Diante das situações identificadas, a Comissão propôs o encaminhamento da OSC para Plano de Providências, sendo a proposta submetida à votação e aprovada pela plenária por unanimidade. **7.c2) APAE:** a Comissão registrou que a OSC demonstra atuação institucional continuada e materialidade socioassistencial, inclusive em ações relacionadas ao mundo do trabalho, à participação e ao acesso a direitos, não havendo indicação de ausência de oferta. Contudo, a documentação apresentada não permite reconhecer integralmente a conformidade de todas as ofertas declaradas, especialmente quanto à caracterização do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, à individualização das ações de defesa e garantia de direitos, à adequação das ações de habilitação e reabilitação à normativa vigente, à compatibilidade entre capacidade e quantitativo de usuários, metas e períodos, à alocação da equipe e conciliação dos recursos financeiros, bem como à formalização dos fluxos com a rede e definição de indicadores de monitoramento. Diante dos aspectos identificados, a Comissão propôs o encaminhamento da OSC para Plano de Providências, sendo a proposta submetida à votação e aprovada pela plenária por unanimidade. **7.c3) APADEVI:** a Comissão registrou que a OSC mantém inscrita a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e apresentou pedido de alteração de sua inscrição para inclusão de outras ofertas socioassistenciais. A análise identificou a necessidade de melhor caracterização do SCFV, especialmente quanto aos elementos que o configuram conforme a normativa vigente. Em relação às ações de defesa e garantia de direitos, embora tenham sido identificados elementos compatíveis com essa modalidade de atuação, apontou-se a necessidade de sua individualização e melhor caracterização na documentação. Destacaram-se, ainda, as alterações introduzidas pela Resolução CNAS/MDS nº 231/2026 quanto às ações de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, ressaltando que o SCFV não integra o novo rol de ofertas por meio das quais essas ações podem ser executadas, sendo necessária a adequação da documentação à normativa vigente e a individualização das diferentes ofertas desenvolvidas pela OSC, além de adequações documentais relativas a público, capacidade, equipe e indicadores. Diante disso, a Comissão propôs o encaminhamento da OSC para Plano de Providências, visando à adequação e complementação da documentação referente à manutenção da inscrição e às ofertas cuja inclusão foi requerida. A proposta foi submetida à votação e aprovada pela plenária por unanimidade. **7.c4) AMA:** a Comissão registrou que a análise do Relatório de Atividades de 2025 e do Plano de Ação de 2026 evidencia a realização continuada de ações junto às pessoas com deficiência e suas famílias, porém a documentação apresentada não permite reconhecer integralmente a configuração do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias nos parâmetros da Tipificação. Foram apontadas necessidades de melhor caracterização do público e das situações atendidas, bem como das ações voltadas à promoção da autonomia, redução da sobrecarga familiar, prevenção do acolhimento e fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Destacou-se, ainda, a necessidade de delimitar as ações socioassistenciais em relação às intervenções clínicas e terapêuticas, além de adequar a caracterização das ações de defesa e garantia de direitos, a classificação da proteção social, a capacidade de atendimento, a articulação e os fluxos com a rede e os mecanismos de monitoramento. Diante dos aspectos identificados, a Comissão propôs o encaminhamento da AMA para Plano de Providências, sendo a proposta submetida à votação e aprovada pela plenária por unanimidade. **8) Deliberação sobre o adiamento ou manutenção da Capacitação para conselheiros do CMAS e Rede SUAS:** a Presidente Annie apresentou à plenária a preocupação da Comissão responsável pela organização da capacitação prevista para o dia seguinte, em razão dos avisos emitidos pela Defesa Civil acerca da previsão de temporais para a região de Umuarama, especialmente considerando as possíveis dificuldades de deslocamento e estacionamento no Campus III da Unipar em caso de ocorrência de chuva intensa, bem como o número expressivo de inscritos, aproximadamente 80 (oitenta) pessoas, havendo ainda interesse de novas inscrições. Foi discutida a possibilidade de adiamento para nova data, ponderando-se, por outro lado, a dificuldade já enfrentada para compatibilização de agenda, disponibilidade da palestrante e organização do evento. Após as manifestações, a Presidente submeteu à votação a manutenção da data da capacitação, sendo a proposta aprovada pela plenária por unanimidade, permanecendo o evento conforme programado. **9) Informes Gerais:** a Secretária Executiva, Gláucia, informou que, naquela data, a partir das 10 horas, seria realizada a live de apresentação do Pró-Conselhos, comprometendo-se a verificar posteriormente a disponibilidade da gravação. Comunicou o recebimento de convite destinado à Presidência para a 4ª edição do Moving – Empreendedoras em Movimento, a realizar-se em 16 de setembro, das 9h às 20h, no Sicoob Arenito. Registrou, ainda, convite anteriormente encaminhado pela ASSEBE – Projeto Amor é Ação, referente à entrega da reforma do espaço, com apresentação musical, realizada em 22 de agosto de 2026. Informou o recebimento do Ofício nº 219/2026 do CEAS/PR, referente a alterações legislativas relacionadas ao Benefício de Prestação Continuada – BPC. Na sequência, comunicou o encaminhamento aos conselheiros da versão preliminar do Protocolo da Proteção Social Básica de Umuarama, ainda em construção, para leitura e apresentação de sugestões, informando que a Comissão de Comunicação, Articulação, Mobilização e Capacitação já havia realizado reunião com a Chefia da Proteção Social Básica para apresentação inicial do documento e que eventuais contribuições dos conselheiros poderiam ser encaminhadas à Comissão para posterior repasse à referida Chefia. Por fim,

informou o recebimento da Comunicação Interna nº 150/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em resposta ao Ofício nº 72/2026/CMAS, acompanhada das notas fiscais solicitadas no âmbito do protocolo referente à prestação de contas do GND4, ficando consignado que o material seria encaminhado à Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social para análise e eventual proposição de encaminhamentos. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada às dez horas e trinta e quatro minutos, da qual eu, Gláucia Yamamoto Moreno de Freitas, Secretária Executiva deste Conselho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, pela Presidente Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima e pelos conselheiros presentes nesta reunião, sendo anexada a lista de presença.

ANNIE CRISTINY L. DE ARAUJO DE LIMA –
Presidente

ROGÉRIO ANGELO DA SILVA –
Vice- Presidente

GLÁUCIA Y. M. DE FREITAS –
Secretária Executiva

FLÁVIA OLÍVIO ARAÚJO DE LIMA BARBOSA

DÉBORA PIFFER MEGDA

FABRÍCIA RUZZON MARCHI DE OLIVEIRA

JULIANA MANDUCA JANUÁRIO CATARIN

ROSIANE PAGANOTTI DOS SANTOS

ELAINE CRISTINA FLORIAN

CRISLAINE APARECIDA PIZZI

ROBERTO DE OLIVEIRA MEDA

NATANNE OLIVA ROMAN MIILLER

ROSEMERI BERTA SZEZERBATZ AUGUSTO

NINA CASTILLO FERNANDEZ DE SANTANA

ROSENI DE MORAES CARVALHO

KETHYNER RENATA RAMOS LESSE

CLAUDIO ALVES JUNIOR

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:A4665AC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 13/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMUARAMA-PR

Ata 13/2026. Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, foi realizada, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, sito à Avenida Presidente Castelo Branco, sob o nº 3370, salas 5 e 6, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, com início às oito horas e vinte minutos, a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sob a presidência da Presidente, Sra. Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima, com a presença de conselheiros(as) e convidados(as) conforme lista de presença anexa. Após a conferência das presenças e habilitação dos suplentes, registrou-se a presença de 23 (vinte e três) conselheiros, dos quais 21 (vinte e um) estavam habilitados ao voto. Constatada a existência de quórum regimental em segunda convocação, a Presidente declarou aberta a reunião. Consultado o colegiado quanto à inclusão de matérias, não houve proposições. Na sequência, a pauta previamente encaminhada foi submetida à votação e aprovada por unanimidade, conforme a seguinte ordem: **1) Apreciação e deliberação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de Assistência Social – PLOAS referente ao exercício de 2027; 2) Apreciação e deliberação da proposta de novo Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social; 3) Comissão de Cadastro e Fiscalização – apreciação e deliberação dos Relatórios de Monitoramento: a) ARAM – Processo n.º 14/2026; b) GERAR – Processo n.º 01/2026; c) Associação dos Clubes de Mães de Umuarama – Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no Campo da Assistência Social – Processo n.º 06/2026; d) Fundação Cândido Garcia – Assessoramento – Processo n.º 08/2026.** A Presidente Annie iniciou os trabalhos com o primeiro item em pauta: **1) Apreciação e deliberação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de Assistência Social – PLOAS referente ao exercício de 2027:** com a palavra, Caroline Oliveira Bagli, Diretora e Gestora Financeira de Assistência Social, apresentou a proposta orçamentária da Assistência Social para o exercício de 2027, informando que a matéria havia sido previamente analisada pela Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Explicou a organização da peça orçamentária por fundos, blocos, ações e atividades, destacando que o orçamento constitui instrumento de planejamento, com previsão de arrecadação e de destinação dos recursos, podendo sofrer adequações durante a execução conforme as necessidades da política pública e as deliberações do controle social. Informou que as despesas administrativas, incluindo folha de pagamento, manutenção da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria Executiva dos Conselhos e outras despesas de administração, são alocadas em unidade própria, custeada com recursos municipais livres, separadamente do Fundo Municipal de Assistência Social. Em resposta a questionamento do Vice-presidente Rogério, Caroline explicou que essa unidade administrativa não é composta por recursos das três esferas, sendo custeada apenas pelo Município. Registrou, ainda, que houve reordenamento do financiamento da folha de pagamento, atualmente suportada por recursos livres, com o objetivo de preservar recursos estaduais e federais para a manutenção dos programas, serviços e demais ações da política de assistência social. Na apresentação das prioridades consideradas na elaboração da proposta, a Diretora destacou a garantia da continuidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; a ampliação e recomposição das equipes de referência dos serviços governamentais, registrando a contratação recente de profissionais por Processo Seletivo Simplificado e a necessidade de continuidade do provimento de pessoal; a correção gradativa dos valores destinados às parcerias com as Organizações da Sociedade Civil; a implantação do Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência, na modalidade Residência Inclusiva; a elaboração e execução do Plano de Educação Permanente do SUAS; a construção do CRAS III e o planejamento para estruturação de um quarto CRAS no Município. Quanto aos valores apresentados, registrou, entre outros, R$ 13.790.800,00 (treze milhões, setecentos e noventa mil e oitocentos reais) para administração e manutenção da Secretaria de Assistência Social e R$ 12.207.064,90 (doze milhões, duzentos e sete mil, sessenta e quatro reais e noventa centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social, além das previsões dos demais fundos vinculados à área, totalizando previsão orçamentária de R$ 30.556.622,64 (trinta milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos). Em seguida, o Vice-presidente Rogério apresentou o parecer elaborado pela Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social, informando que a Comissão, após análise da documentação e das explicações prestadas pela gestão, constatou que a proposta contempla recursos destinados à manutenção e execução de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e às demais ações necessárias à operacionalização da política municipal. A Comissão manifestou-se favoravelmente à aprovação do PLOAS/SUAS para 2027 e recomendou a manutenção de três prioridades: implantação do quarto Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com ampliação da cobertura territorial da Proteção Social Básica; recomposição e ampliação das equipes de referência, com realização de concurso público para provimento dos cargos necessários, visando à continuidade, estabilidade e qualidade das ofertas; e implantação de unidade de Centro-Dia para execução do Serviço de Proteção Social

Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias. Recomendou, ainda, que o CMAS acompanhe, ao longo do exercício, a previsão e a execução dos recursos necessários à estruturação e ao fortalecimento da rede socioassistencial. Não havendo questionamentos adicionais, a Presidente submeteu a matéria à votação, sendo aprovada pelo Plenário por unanimidade, com as recomendações da Comissão. **2) Apreciação e deliberação da proposta de novo Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social:** a Presidente Annie informou que a proposta foi elaborada considerando a legislação municipal vigente e a necessidade de atualização do Regimento Interno então em vigor, datado de 2017, especialmente diante das avaliações e exigências relacionadas ao funcionamento do Conselho. Registrou que a minuta da nova lei municipal do CMAS já havia sido discutida pelo colegiado, mas ainda se encontrava em tramitação, razão pela qual a presente proposta de Regimento deveria observar a lei vigente. A Secretária Executiva Gláucia realizou a leitura integral da minuta, com interrupções para destaques, dúvidas e propostas de alteração formulados pelos conselheiros, sob a condução da Presidente e do Vice-presidente. No Capítulo referente à Secretaria Executiva, o Vice-presidente Rogério propôs, no § 3º do art. 19, a supressão da segunda ocorrência da expressão "apoio técnico", por já constar no mesmo dispositivo a previsão de profissionais de apoio técnico e administrativo. Ainda nas competências da Secretaria Executiva, foi aprovada a substituição da referência à "Presidência" por "Diretoria Executiva" nos incisos I, XVII e XXV do art. 20. Os destaques foram submetidos à votação e aprovados pelo Plenário. Na análise do Capítulo das Comissões Temáticas, houve discussão acerca da sobreposição de atribuições entre a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento dos Serviços Socioassistenciais Governamentais e a Comissão de Política de Assistência Social, Benefícios e Transferências de Renda. Após as manifestações, foi aprovada a reorganização dessas atribuições, com a unificação das duas comissões e a adoção da denominação "Comissão de Acompanhamento e Monitoramento das Ofertas Socioassistenciais Governamentais e Transferências de Renda", substituindo-se a referência restrita a "serviços" por "ofertas", de modo a abranger as diferentes provisões socioassistenciais. Em decorrência dessa alteração, foram aprovados os ajustes correspondentes nas competências, bem como a substituição da palavra "concessão" por "provisão" ao tratar dos benefícios eventuais. Em razão da unificação dessas Comissões, foram realizadas as adequações necessárias na numeração dos artigos subsequentes, a partir do artigo 27. Na sequência, por entender o colegiado que as Comissões elaboram e emitem pareceres, mas não os aprovam em substituição ao Plenário, foram suprimidos os §§ 7º e 8º do art. 30, permanecendo aplicável a regra geral de que as matérias sujeitas à decisão do CMAS devem ser submetidas à deliberação plenária. No capítulo das reuniões plenárias, foi debatida a previsão de reuniões remotas ou híbridas. O colegiado reafirmou que a modalidade ordinária das reuniões do CMAS deve ser presencial e aprovou nova redação para o artigo 36, restringindo a possibilidade excepcional de realização remota ou híbrida às situações de emergência ou calamidade pública, asseguradas condições adequadas de participação, identificação dos participantes, simultaneidade dos debates, exercício do direito de voz e voto, verificação de quórum e registro em ata. Para adequação a essa decisão, foram suprimidas do caput as referências genéricas à "urgência" e à "impossibilidade ou relevante dificuldade para sua realização presencial", bem como excluídos os §§ 1º a 4º do mesmo artigo, que disciplinavam a justificativa da modalidade, a identificação em plataforma, o registro eletrônico de presença e os problemas técnicos. Mais adiante, na disciplina da pauta, foi aprovada a supressão do § 2º do artigo 41, prevalecendo a sistemática de prévia inclusão das matérias e a disciplina própria dos informes. Quanto às atas, foi questionada a necessidade de assinatura de todos os participantes, sendo mantida a previsão de assinatura pelo conselheiro que houver presidido a reunião e pela Secretária Executiva, ficando a lista de presença como documento comprobatório dos participantes e integrante do arquivo da reunião. Durante a discussão das disposições relativas ao conteúdo das atas, o Vice-presidente Rogério registrou que a exigência de indicação do quantitativo de votos favoráveis, contrários e abstenções demandaria adequação da forma de condução das votações futuras, a fim de possibilitar o respectivo registro. No Capítulo relativo ao direito de voz, uso da palavra e questões de ordem, o Plenário manteve a competência da Presidência para organizar as manifestações e assegurar sua pertinência com a matéria em discussão. No § 1º do art. 46 do texto final, foi aprovada alteração para estabelecer que, diante de desvio do assunto em pauta, caberá à Presidência intervir, "orientando o retorno ao tema e/ou encerrar o assunto". No § 2º do mesmo artigo, por sugestão do Vice-presidente Rogério, foi aprovada a substituição da expressão "os esclarecimentos" por "as elucidações". Na sequência da leitura, foram mantidas as disposições relativas às deliberações e votações, inclusive a exigência de maioria dos membros do Conselho para aprovação dos atos expedidos por Resolução. Foram igualmente mantidas as regras sobre deliberações *ad referendum* e sobre utilização de ferramentas eletrônicas, sem alterações aprovadas nesses dispositivos. No Título referente ao processo de escolha da sociedade civil e nomeação dos conselheiros, o Vice-presidente Rogério apontou repetição entre dispositivos que remetiam ao edital a definição das regras do processo eleitoral. Após a discussão, o colegiado reconheceu a duplicidade e aprovou a exclusão do § 2º do artigo 60. Ao final, discutiu-se a possibilidade de inserir regra transitória para disciplinar a adequação das Comissões então existentes à nova organização regimental. Após debate acerca dos efeitos imediatos da vigência do novo Regimento e da Resolução vigente que disciplinava a composição das Comissões, o colegiado decidiu não inserir disposição transitória, mantendo as disposições finais conforme apresentadas e reconhecendo que as adequações decorrentes do novo Regimento seriam realizadas posteriormente por meio dos atos específicos do Conselho. A manutenção das disposições finais foi submetida à votação e aprovada. Concluída a apreciação de todos os destaques, a Presidente submeteu à votação o novo Regimento Interno em sua integralidade, já incorporadas as alterações aprovadas durante a reunião, sendo o texto aprovado por unanimidade pelo Plenário. **3) Comissão de Cadastro e Fiscalização – apreciação e deliberação dos Relatórios de Monitoramento:** a Presidente Annie informou que, em razão de interesse relacionado ao processo da ARAM, afastar-se-ia da condução do item, passando a presidência dos trabalhos ao Vice-presidente Rogério. **3.a) ARAM – Processo n.º 14/2026:** o Vice-presidente Rogério informou que o relatório se referia à manutenção da inscrição da ARAM como Organização da Sociedade Civil, às ações de integração e inclusão no mundo do trabalho e à solicitação de inclusão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A Comissão reconheceu que a documentação demonstra atuação continuada com adolescentes e famílias e contém elementos que permitem reconhecer, em tese, a natureza socioassistencial das ações de integração e inclusão no mundo do trabalho e do Programa Adolescente Aprendiz. Contudo, registrou que a documentação apresentada ainda não atende integralmente aos parâmetros da Resolução CNAS/MDS nº 234/2026, especialmente quanto à individualização das provisões, dimensões protetivas, acompanhamento sociolaboral, metas, aquisições e resultados. Quanto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, registrou que a documentação comprova articulações para sua implantação, porém não permite reconhecer, na forma apresentada, a execução completa do serviço tipificado, diante da necessidade de complementações relativas ao público, grupos e percursos, metas, equipe, referenciamento ao CRAS, complementaridade com o PAIF, indicadores e resultados específicos. A Comissão propôs o encaminhamento da ARAM para Plano de Providências, nos termos da Resolução CMAS nº 19/2024. Durante a discussão, a Secretária Executiva questionou os efeitos da deliberação sobre o comprovante de inscrição, ficando registrado que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não seria incluído, naquele momento, no comprovante atualizado, permanecendo sujeito às adequações necessárias. Submetida a matéria à votação, a proposta da Comissão foi aprovada por unanimidade pelo Plenário. **3.b) GERAR – Processo n.º 01/2026:** foi apresentado o relatório referente ao Programa de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no Campo da Assistência Social e à solicitação relacionada à unidade descentralizada da GERAR no Município. A Comissão registrou que o Programa Aprendiz GERAR contém elementos materiais compatíveis com a socioaprendizagem, incluindo inserção protegida, formação vinculada ao contrato de aprendizagem, acompanhamento pedagógico e psicossocial, atenção à escolarização, atuação com famílias e empresas e encaminhamentos à rede. Entretanto, apontou que a documentação ainda não demonstra de forma sistematizada todos os parâmetros da Resolução CNAS/MDS nº 234/2026, havendo

necessidade de adequações quanto ao enquadramento da oferta, normas utilizadas, diferenciação entre obrigações trabalhistas e provisões socioassistenciais, critérios do público prioritário, referência e contrarreferência, projeto de vida, participação dos usuários, apoio familiar, equipe, individualização dos projetos, indicadores, metas e resultados, orçamento e vinculação entre mantenedora e filial. Diante disso, a Comissão propôs o encaminhamento da GERAR para Plano de Providências, para adequação normativa, metodológica e documental. O Vice-presidente explicou que a finalidade é demonstrar, nos instrumentais, os elementos que caracterizam a natureza socioassistencial da oferta de socioaprendizagem. Submetida à votação, a proposta foi aprovada pelo Plenário por unanimidade. **3.c) Associação dos Clubes de Mães de Umuarama – Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no Campo da Assistência Social – Processo n.º 06/2026:** a Comissão registrou a atuação continuada da Associação na oferta de cursos de capacitação e profissionalização, com presença territorial descentralizada, recursos humanos e financeiros destinados à execução e elementos que podem compor provisão de promoção da integração e inclusão ao mundo do trabalho, tais como acolhida, escuta, grupos socioeducativos, orientação social, encaminhamentos e articulação com a rede. Todavia, apontou que, na forma apresentada, não ficou suficientemente demonstrado que os cursos estejam inseridos em programa ou projeto socioassistencial estruturado e continuado, com intencionalidade protetiva, percurso de acompanhamento, prioridade efetiva ao público da assistência social, participação dos usuários e indicadores de aquisições e resultados próprios do SUAS, aparecendo a qualificação profissional como finalidade central, quando deveria constituir estratégia de uma oferta socioassistencial caracterizada. A Comissão propôs o encaminhamento da Associação ao Plano de Providências, para reordenamento, adequação e complementação documental. Durante a apreciação, foi identificada a ausência, na conclusão do relatório, da expressão “observado o prazo e o procedimento previstos na Resolução CMAS Umuarama nº 19/2024 e em seu Anexo VIII”, constante nos demais relatórios apresentados, sendo aprovada sua inclusão. Diante de questionamento acerca dos procedimentos subsequentes, a Secretária Executiva informou que as OSCs serão formalmente comunicadas e que o Plano de Providências será elaborado conjuntamente pela Comissão, pelo órgão gestor e pela própria Organização da Sociedade Civil. Em seguida, a proposta da Comissão de encaminhamento da OSC para Plano de Providências foi submetida à votação e aprovada por unanimidade pelo Plenário. **3.d) Fundação Cândido Garcia – Assessoramento – Processo n.º 08/2026:** o Vice-presidente Rogério apresentou a conclusão do relatório referente à manutenção da inscrição do Serviço de Assessoramento às Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social. A Comissão reconheceu a realização de ações continuadas junto às organizações da sociedade civil, com destaque para reuniões do Fórum das OSCs, orientações técnicas e capacitações, com potencial correspondência à oferta de assessoramento. Contudo, registrou que o conjunto documental não permite reconhecer que a oferta esteja integralmente organizada e comprovada conforme a regulamentação vigente, apontando necessidade de maior precisão na definição do público, quantificação de capacidade e metas, indicação de direitos, seguranças e aquisições, preenchimento dos campos relativos à articulação, participação e monitoramento, separação entre ações de assessoramento e outras atividades, detalhamento das atribuições e cargas horárias da equipe, consolidação dos resultados de 2025 e atualização da representação legal da instituição. A Comissão propôs o encaminhamento da Fundação Cândido Garcia para Plano de Providências, visando à adequação e complementação da documentação referente ao processo de manutenção da inscrição. Durante a discussão, foi questionado se as exigências decorreriam de insuficiências das organizações da sociedade civil ou de alterações normativas supervenientes. O Vice-presidente explicou que, no decorrer do processo de monitoramento, foram publicadas novas resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social que alteraram parâmetros anteriormente utilizados pelas Organizações da Sociedade Civil, tornando necessárias adequações documentais e metodológicas. Foi registrado que o encaminhamento ao Plano de Providências não implica perda imediata da inscrição, que permanece preservada durante o procedimento de adequação, observados os prazos estabelecidos, ficando eventual consequência posterior condicionada ao cumprimento das providências. Encerradas as manifestações, o Vice-presidente submeteu à votação a proposta da Comissão de encaminhamento da OSC para Plano de Providências, sendo aprovada por unanimidade pelo Plenário. Não havendo mais nada a tratar, o Vice-presidente Rogério Angelo da Silva, no exercício da Presidência, declarou encerrada a Reunião Extraordinária às onze horas e quarenta e cinco minutos. Eu, Gláucia Yamamoto Moreno de Freitas, Secretária Executiva deste Conselho, lavrei a presente ata, que, após disponibilizada aos conselheiros e aprovada pelo Plenário na reunião subsequente, será assinada por mim e pelos conselheiros que presidiram os trabalhos, Annie Cristiny Lopes de Araujo de Lima, Presidente, e Rogério Angelo da Silva, Vice-presidente, e posteriormente publicada e arquivada com a respectiva lista de presença, na forma regimental.

ANNIE CRISTINY L. DE ARAUJO DE LIMA **–**
Presidente

ROGÉRIO ANGELO DA SILVA **–**
Vice-Presidente

GLÁUCIA Y. M. DE FREITAS **–**
Secretária Executiva

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7B53EEF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 281/2026

DECRETO Nº 281/2026

Aprova o Plano de Ação Municipal "Cidade Amiga da Pessoa Idosa" 2026-2029 do Município de Umuarama, no âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI), e o Decreto Estadual nº 12.862, de 2 de março de 2026, que o regulamenta;

CONSIDERANDO a adesão do Município de Umuarama ao PAPI e o Decreto Municipal nº 120/2026, que instituiu o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.730/2011 e a Lei Municipal nº 4.669/2023, que dispõem sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI);

CONSIDERANDO que o Plano de Ação Municipal foi elaborado com base no Diagnóstico Situacional da Pessoa Idosa e na escuta participativa da população idosa, conforme o Guia Orientativo do PAPI;

CONSIDERANDO a validação do Plano pelo Comitê Municipal do PAPI, em reunião realizada em 22 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO a Resolução CMDPI nº 23/2026, de 22 de outubro de 2026, expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que aprova o Plano de Ação Municipal "Cidade Amiga da Pessoa Idosa" 2026-2029,

D E C R E T A :
Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação Municipal "Cidade Amiga da Pessoa Idosa" 2026-2029 do Município de Umuarama, elaborado no

âmbito do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI), nos termos da Resolução CMDPI nº 20/2026, constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º O Plano de Ação Municipal tem por finalidade orientar as ações do Poder Executivo Municipal voltadas à promoção, à proteção e à defesa dos direitos da pessoa idosa, organizadas em nove eixos:
I – Planejamento, Gestão e Participação Social;
II – Saúde Integral e Envelhecimento Saudável;
III – Proteção Social e Cuidado;
IV – Prevenção e Enfrentamento da Violência;
V – Participação Social e Protagonismo;
VI – Acessibilidade, Mobilidade e Direito à Cidade;
VII – Educação, Informação e Produção de Dados;
VIII – Política para as Mulheres;
IX – Habitação.

Art. 3º A execução das ações previstas no Plano caberá às Secretarias Municipais e aos órgãos indicados como responsáveis em sua matriz de ações, observados os prazos, as metas e os indicadores nela definidos.

Art. 4º A coordenação, o acompanhamento e o monitoramento da execução do Plano caberão ao Comitê Municipal do PAPI, com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, que apresentará relatórios semestrais ao CMDPI.
Parágrafo único. Compete ao CMDPI acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Plano, nos termos de sua legislação.

Art. 5º O Plano poderá ser revisto e atualizado sempre que necessário, mediante proposta do Comitê Municipal do PAPI e aprovação do CMDPI, observado o mesmo procedimento adotado para sua aprovação.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução do Plano correrão por conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos responsáveis, incluídos, quando cabível, os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e de outras fontes legalmente disponíveis, devendo as ações ser consideradas na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º O Plano de Ação Municipal terá vigência de 2026 a 2029.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

ANEXO ÚNICO

Plano de Ação Municipal "Cidade Amiga da Pessoa Idosa" 2026-2029 do Município de Umuarama.

Link de acesso: https://servicos.umuarama.pr.gov.br/portaltransparencia-api/api/files/arquivo/669513

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:8DF89386

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO NOTIFICAÇÕES DE ADVERTÊNCIA DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 03/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AQK3A20	279350S000269116	26/07/2026	56732	
AUG3222	279350S000268959	24/07/2026	56732	
AVD3510	279350S000269341	29/07/2026	56732	
AVE7H04	279350S000269122	26/07/2026	56732	01865088883
AZB8A93	279350S000268968	24/07/2026	56732	
BCC1E18	279350S000269325	29/07/2026	56732	
CER9430	279350S000269320	29/07/2026	56732	
EQV4H24	279350S000269051	25/07/2026	56732	
MHC1I42	279350S000268981	24/07/2026	56732	
NSF1G23	279350S000269026	25/07/2026	56732	
QJS5G50	279350S000269183	27/07/2026	56732	
REF6B53	279350S000269064	25/07/2026	56732	
RVD8F84	279350S000269142	27/07/2026	56732	04754262077

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:6C5C5555

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 27/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AKI4A03	279350NIC0047228	18/09/2026	50020
ALX2C61	279350NIC0047241	18/09/2026	50020
AUP4G54	279350NIC0047255	18/09/2026	50020
AUX1B26	279350NIC0047238	18/09/2026	50020
AVD8315	279350NIC0047260	18/09/2026	50020
AWN2H62	279350NIC0047243	18/09/2026	50020
AWV7H22	279350NIC0047270	18/09/2026	50020
AWV7H22	279350NIC0047230	18/09/2026	50020
AXC1J72	279350NIC0047240	18/09/2026	50020
AYL8A03	279350NIC0047231	18/09/2026	50020
AYQ9H82	279350NIC0047244	18/09/2026	50020
AYR2A46	279350NIC0047250	18/09/2026	50020
AYZ7I79	279350NIC0047249	18/09/2026	50020
AZK9C26	279350NIC0047237	18/09/2026	50020
BBZ5846	279350NIC0047229	18/09/2026	50020
BCK4450	279350NIC0047266	18/09/2026	50020
BCX0B46	279350NIC0047233	18/09/2026	50020
BDC7H74	279350NIC0047261	18/09/2026	50020
BEA6E41	279350NIC0047227	18/09/2026	50020
BEB8A28	279350NIC0047265	18/09/2026	50020
ERO8F91	279350NIC0047246	18/09/2026	50020
FDN4H57	279350NIC0047247	18/09/2026	50020
FYU0D80	279350NIC0047269	18/09/2026	50020
GIP6G10	279350NIC0047252	18/09/2026	50020
HQW9I57	279350NIC0047248	18/09/2026	50020
IRR4802	279350NIC0047226	18/09/2026	50020
NDS3725	279350NIC0047253	18/09/2026	50020
NUD0I66	279350NIC0047234	18/09/2026	50020
QPG8B91	279350NIC0047262	18/09/2026	50020
RAH3J13	279350NIC0047259	18/09/2026	50020
RVM1H72	279350NIC0047232	18/09/2026	50020
SBT4B31	279350NIC0047268	18/09/2026	50020
SCT1B93	279350NIC0047242	18/09/2026	50020
SEV3E72	279350NIC0047239	18/09/2026	50020
SMC1I38	279350NIC0047251	18/09/2026	50020
SMC1I38	279350NIC0047254	18/09/2026	50020
TAJ7G88	279350NIC0047245	18/09/2026	50020
TAR5I02	279350NIC0047258	18/09/2026	50020
TBP1D77	279350NIC0047263	18/09/2026	50020
UAX3G73	279350NIC0047264	18/09/2026	50020
UBG7A81	279350NIC0047267	18/09/2026	50020
UBZ4J05	279350NIC0047236	18/09/2026	50020
UBZ4J05	279350NIC0047235	18/09/2026	50020

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:BD8F6198

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação deinfração cometida com o veículo de sua propriedade,podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAQ6009	279350NIC0047278	19/09/2026	50020
ACW2J99	279350NIC0047307	19/09/2026	50020
AQY5J03	279350NIC0047315	19/09/2026	50020
ARP4B04	279350NIC0047323	19/09/2026	50020
ATK6077	279350NIC0047321	19/09/2026	50020
ATQ5F35	279350NIC0047274	19/09/2026	50020
AVN4C73	279350NIC0047287	19/09/2026	50020
AWF6G20	279350NIC0047275	19/09/2026	50020
AWQ1A18	279350NIC0047271	19/09/2026	50020
AXW8460	279350NIC0047282	19/09/2026	50020
AXZ5C72	279350NIC0047276	19/09/2026	50020
AYF4A01	279350NIC0047305	19/09/2026	50020
AYQ9H82	279350NIC0047320	19/09/2026	50020
AYS1753	279350NIC0047290	19/09/2026	50020
AZK9C26	279350NIC0047310	19/09/2026	50020
BAD8C06	279350NIC0047317	19/09/2026	50020
BAO6989	279350NIC0047272	19/09/2026	50020
BAV8580	279350NIC0047285	19/09/2026	50020
BWX9F68	279350NIC0047324	19/09/2026	50020
EJJ7D25	279350NIC0047312	19/09/2026	50020
FWB6F58	279350NIC0047313	19/09/2026	50020
FZO1H85	279350NIC0047300	19/09/2026	50020
HSD3H89	279350NIC0047301	19/09/2026	50020
IXR2I68	279350NIC0047311	19/09/2026	50020
KWT4B80	279350NIC0047316	19/09/2026	50020
LYI7I57	279350NIC0047295	19/09/2026	50020
MIY0797	279350NIC0047289	19/09/2026	50020
PCM9B67	279350NIC0047297	19/09/2026	50020
PPP4C05	279350NIC0047286	19/09/2026	50020
PYG2D25	279350NIC0047293	19/09/2026	50020
QAS9B47	279350NIC0047326	19/09/2026	50020
QAS9B47	279350NIC0047327	19/09/2026	50020
QBS4A00	279350NIC0047302	19/09/2026	50020
QCV0D16	279350NIC0047319	19/09/2026	50020
QKJ8990	279350NIC0047325	19/09/2026	50020
RHI9B09	279350NIC0047309	19/09/2026	50020
RHS5E08	279350NIC0047303	19/09/2026	50020
RHW6I05	279350NIC0047294	19/09/2026	50020
RVM1H72	279350NIC0047308	19/09/2026	50020
SDO8B59	279350NIC0047273	19/09/2026	50020
SDU7F08	279350NIC0047279	19/09/2026	50020
SEZ4D80	279350NIC0047318	19/09/2026	50020
SFC1J09	279350NIC0047281	19/09/2026	50020
TAN8F89	279350NIC0047304	19/09/2026	50020
TBA2J25	279350NIC0047298	19/09/2026	50020
TBI4A22	279350NIC0047314	19/09/2026	50020
TBK2J42	279350NIC0047283	19/09/2026	50020
TBS6F30	279350NIC0047277	19/09/2026	50020
TBT0D44	279350NIC0047299	19/09/2026	50020
TBU1J48	279350NIC0047288	19/09/2026	50020
TBV6C24	279350NIC0047291	19/09/2026	50020
TBZ9D34	279350NIC0047296	19/09/2026	50020
TPK0F10	279350NIC0047330	19/09/2026	50020
TPK0I47	279350NIC0047328	19/09/2026	50020
TPK0I47	279350NIC0047329	19/09/2026	50020
UAT1H00	279350NIC0047292	19/09/2026	50020
UBF6I78	279350NIC0047322	19/09/2026	50020
UBZ1E57	279350NIC0047306	19/09/2026	50020
UBZ7E61	279350NIC0047284	19/09/2026	50020
UFX8E09	279350NIC0047280	19/09/2026	50020

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:E51353C5

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação deinfração cometida com o veículo de sua propriedade,podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
BBT7C54	116100T003804321	05/10/2026	54522
PYW4A37	116100T003108071	04/10/2026	54600

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:F89EB12A

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 27/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ACQ8882	279350NIC0045840	14/07/2026	50020	R$ 390,46
ACR0H33	279350E000040274	17/07/2026	55412	R$ 195,23
ACS7G23	279350E000040515	17/07/2026	55412	R$ 195,23
ACS7G23	279350E000040592	18/07/2026	55412	R$ 195,23
ADU5D26	279350E000040493	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AGM1D30	279350E000040511	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AHJ4C22	279350E000040260	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AIA2A05	279350E000040339	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AKV6728	279350E000040423	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AMO7A98	279350E000040576	18/07/2026	55412	R$ 195,23
AMS9788	279350E000040600	18/07/2026	55412	R$ 195,23
AOF4260	279350E000040563	18/07/2026	55412	R$ 195,23
AOV9I55	279350E000040582	18/07/2026	55412	R$ 195,23
AQF3F28	279350E000040448	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AQT5258	279350E000040403	17/07/2026	55412	R$ 195,23
ARJ9C93	279350E000040385	17/07/2026	55412	R$ 195,23
ARJ9C93	279350E000040571	18/07/2026	55412	R$ 195,23
ARM0F98	279350E000040601	18/07/2026	55412	R$ 195,23
ARZ2374	279350E000040354	17/07/2026	55412	R$ 195,23
ASL9G70	279350E000040426	17/07/2026	55412	R$ 195,23
ATI9150	279350E000040545	18/07/2026	55412	R$ 195,23
ATO3E50	279350E000040561	18/07/2026	55412	R$ 195,23
ATU0617	279350E000040294	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AUB1F78	279350NIC0045850	14/07/2026	50020	R$ 586,94
AUC8H62	279350E000040602	18/07/2026	55412	R$ 195,23
AUE2A33	279350E000040525	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AUH8662	279350CND0001211	26/05/2026	50292	R$ 880,41
AUN7023	279350E000039977	15/07/2026	55412	R$ 195,23
AUN9936	279350E000040514	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AUV4B11	279350E000040267	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AVE9J34	279350E000040261	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AVT4D86	279350NIC0045825	14/07/2026	50020	R$ 390,46
AVT7D91	279350E000040584	18/07/2026	55412	R$ 195,23
AWL2516	279350NIC0045860	14/07/2026	50020	R$ 390,46
AWS1B82	279350E000040381	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AWT2962	279350E000040479	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AXK4575	279350NIC0045849	14/07/2026	50020	R$ 390,46
AXW6191	279350E000040331	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AYB1I87	279350NIC0045859	14/07/2026	50020	R$ 390,46
AYB6H66	279350E000040451	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AYC3312	279350NIC0045855	14/07/2026	50020	R$ 390,46
AYE1114	279350E000040474	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AYJ9949	279350E000040463	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AYL3512	279350NIC0045853	14/07/2026	50020	R$ 390,46
AYQ9H82	279350E000040502	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AYT4545	279350E000040329	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AYX0926	279350NIC0045827	14/07/2026	50020	R$ 390,46
AZJ7B08	279350E000040340	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AZM8C47	279350E000040404	17/07/2026	55412	R$ 195,23
AZU5469	279350E000040569	18/07/2026	55412	R$ 195,23
BAA0D19	279350E000040487	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BAL1351	279350NIC0045847	14/07/2026	50020	R$ 390,46
BAX7G85	279350E000040480	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BBF7292	279350NIC0045848	14/07/2026	50020	R$ 390,46
BBG2378	279350E000040473	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BBN0I99	279350E000040394	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BBR8592	279350E000040283	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BBV3E17	279350NIC0045826	14/07/2026	50020	R$ 390,46
BBV9I34	279350E000040297	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BBX2D27	279350E000040352	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BBX9H24	116100T002542745	25/07/2026	54870	R$ 195,23
BBX9J01	279350E000040460	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BCI6780	279350NIC0045844	14/07/2026	50020	R$ 390,46
BCR3B58	279350E000040379	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT9C85	279350E000040504	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BDB5H29	279350NIC0045841	14/07/2026	50020	R$ 390,46
BDL6I87	279350E000040375	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BDN8F39	279350E000040409	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BDV9B46	279350E000040462	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BEG2B80	279350NIC0045843	14/07/2026	50020	R$ 390,46

BEJ4B02	279350E000040586	18/07/2026	55412	R$ 195,23
BEJ4B02	279350E000040287	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BEW8A78	279350E000040469	17/07/2026	55412	R$ 195,23
BFZ7D63	279350NIC0045828	14/07/2026	50020	R$ 390,46
BGG5C50	279350E000040542	18/07/2026	55412	R$ 195,23
CKL2431	279350E000040608	18/07/2026	55412	R$ 195,23
CRK1145	279350E000040406	17/07/2026	55412	R$ 195,23
CYO5E36	279350E000040300	17/07/2026	55412	R$ 195,23
DFQ1G30	279350E000040587	18/07/2026	55412	R$ 195,23
DKF5G40	279350E000040551	18/07/2026	55412	R$ 195,23
DLG2I13	279350E000040580	18/07/2026	55412	R$ 195,23
DMB9G54	279350E000040271	17/07/2026	55412	R$ 195,23
EVO3F35	279350E000040452	17/07/2026	55412	R$ 195,23
EWR7H66	279350E000040444	17/07/2026	55412	R$ 195,23
EZJ9B71	279350E000040574	18/07/2026	55412	R$ 195,23
FTF3J94	279350E000040456	17/07/2026	55412	R$ 195,23
FVG2H88	279350E000040510	17/07/2026	55412	R$ 195,23
FVG2H88	279350E000040552	18/07/2026	55412	R$ 195,23
FXF6E72	279350E000040449	17/07/2026	55412	R$ 195,23
FXP7G42	279350NIC0045861	14/07/2026	50020	R$ 390,46
FYU0D80	279350NIC0045839	14/07/2026	50020	R$ 390,46
FZG3B00	279350E000040482	17/07/2026	55412	R$ 195,23
GBI9F96	279350NIC0045824	14/07/2026	50020	R$ 390,46
GCE6J58	279350E000040553	18/07/2026	55412	R$ 195,23
GDA0A17	279350NIC0045856	14/07/2026	50020	R$ 390,46
GEW1050	279350E000040269	17/07/2026	55412	R$ 195,23
HJK1J22	279350E000040364	17/07/2026	55412	R$ 195,23
HLY7G17	279350E000040446	17/07/2026	55412	R$ 195,23
HSC2A85	279350E000040291	17/07/2026	55412	R$ 195,23
HSF3B82	279350E000040311	17/07/2026	55412	R$ 195,23
LBI5678	279350E000040609	18/07/2026	55412	R$ 195,23
MAB1J24	279350E000040309	17/07/2026	55412	R$ 195,23
MEV9522	279350E000040356	17/07/2026	55412	R$ 195,23
MEX3B54	279350E000040508	17/07/2026	55412	R$ 195,23
MFO8A15	279350E000040434	17/07/2026	55412	R$ 195,23
MIO4E65	279350E000040588	18/07/2026	55412	R$ 195,23
MKI7900	279350E000040607	18/07/2026	55412	R$ 195,23
NRL8G55	279350E000040388	17/07/2026	55412	R$ 195,23
OHS6618	279350NIC0045862	14/07/2026	50020	R$ 390,46
OMX7J11	279350E000040384	17/07/2026	55412	R$ 195,23
OOJ7G05	279350E000040447	17/07/2026	55412	R$ 195,23
OTW9E87	279350E000040554	18/07/2026	55412	R$ 195,23
PBN3F38	279350E000040467	17/07/2026	55412	R$ 195,23
PCW1J35	279350E000040458	17/07/2026	55412	R$ 195,23
PPB4D84	279350E000040284	17/07/2026	55412	R$ 195,23
PZX6F72	279350E000040326	17/07/2026	55412	R$ 195,23
QAH2638	279350NIC0045863	14/07/2026	50020	R$ 390,46
QAL3693	279350E000040570	18/07/2026	55412	R$ 195,23
QAR4D38	279350E000040338	17/07/2026	55412	R$ 195,23
QDJ2G73	279350E000040565	18/07/2026	55412	R$ 195,23
QPH1F83	279350E000040259	17/07/2026	55412	R$ 195,23
QPV0I89	279350E000040560	18/07/2026	55412	R$ 195,23
QQH6J21	279350E000040376	17/07/2026	55412	R$ 195,23
QXP8C33	279350NIC0045831	14/07/2026	50020	R$ 390,46
RHA6E05	279350NIC0045830	14/07/2026	50020	R$ 390,46
RHJ3C74	279350E000040348	17/07/2026	55412	R$ 195,23
RHR6E91	279350E000040522	17/07/2026	55412	R$ 195,23
RHS2G79	279350E000040527	17/07/2026	55412	R$ 195,23
RPZ5B70	279350NIC0045846	14/07/2026	50020	R$ 390,46
RWE7D91	279350E000040389	17/07/2026	55412	R$ 195,23
SDR2I60	279350E000040596	18/07/2026	55412	R$ 195,23
SDY6F22	279350E000040535	17/07/2026	55412	R$ 195,23
SEJ0I54	279350E000040531	17/07/2026	55412	R$ 195,23
SEN5G60	279350E000040346	17/07/2026	55412	R$ 195,23
SEU4D00	279350NIC0045829	14/07/2026	50020	R$ 390,46
SEV9H08	279350NIC0045851	14/07/2026	50020	R$ 390,46
SEX3I75	279350E000040372	17/07/2026	55412	R$ 195,23
SEY2B62	279350NIC0045866	14/07/2026	50020	R$ 586,94
SEZ1F64	279350E000040324	17/07/2026	55412	R$ 195,23
SFE2A07	279350E000040383	17/07/2026	55412	R$ 195,23
SFH3A23	279350E000040534	17/07/2026	55412	R$ 195,23
SHK7A03	279350NIC0045858	14/07/2026	50020	R$ 390,46
TAJ4I66	279350NIC0045857	14/07/2026	50020	R$ 390,46
TAR4E01	279350E000040519	17/07/2026	55412	R$ 195,23
TAS8A18	279350E000040532	17/07/2026	55412	R$ 195,23
TAZ7J35	279350NIC0045842	14/07/2026	50020	R$ 586,94
TBE3C23	279350NIC0045854	14/07/2026	50020	R$ 390,46
TBF2B02	279350E000040595	18/07/2026	55412	R$ 195,23
TBO4E86	279350E000040405	17/07/2026	55412	R$ 195,23
TBS2E02	279350E000040358	17/07/2026	55412	R$ 195,23
TPT3H19	279350E000040530	17/07/2026	55412	R$ 195,23
UAW2E93	279350E000040323	17/07/2026	55412	R$ 195,23
UAZ0D40	279350E000040359	17/07/2026	55412	R$ 195,23
UBH2A65	279350NIC0045845	14/07/2026	50020	R$ 586,94
UBP5B81	279350E000040264	17/07/2026	55412	R$ 195,23
UCH9D47	279350E000040524	17/07/2026	55412	R$ 195,23
UDO8H37	279350E000040516	17/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:A631E9EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 56/26

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO EXCEPCIONAL DO HORÁRIO DA SESSÃO ORDINÁRIA, CONVOCA OS SENHORES VEREADORES PARA A SUA REALIZAÇÃO, CONVIDA PARA A SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO DIA DO PROFESSOR, FIXA O TRAJE REGIMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CORDOVAN FREDERICO DE MELO NETO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:

P O R T A R I A

CONSIDERANDO a competência privativa da Presidência de dirigir, executar e disciplinar as atividades legislativas e os serviços administrativos da Câmara Municipal, zelando pela ordem interna, pelo rito solene e pelo pleno funcionamento dos trabalhos em Plenário;
CONSIDERANDO a necessidade de readequação da rotina e dos expedientes internos da Casa por motivos de conveniência, oportunidade e comodidade da administração, assegurando a economicidade processual e a logística adequada aos trabalhos legislativos;
CONSIDERANDO a realização da Sessão Solene comemorativa em homenagem ao Dia do Professor, ato de relevante valor público, institucional e social destinado a reconhecer e condecorar o mérito dos profissionais da educação no Município;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno quanto à convocação de sessões, à assiduidade parlamentar e à obrigatoriedade da observância do decoro e do vestuário formal nos atos solenes;
Art. 1º Fica alterado, excepcionalmente por razões de comodidade da administração desta Casa de Leis, o horário de realização da Sessão Ordinária designada para o dia 26 de outubro de 2026, ficando todos os Senhores Vereadores e Vereadoras formalmente CONVOCADOS a comparecerem e participarem dos trabalhos legislativos a partir das 10h00 (dez horas), no Plenário da Câmara de Vereadores de União da Vitória.
Art. 2º Ficam os Senhores Vereadores e Vereadoras formalmente CONVIDADOS a participarem da Sessão Solene em comemoração ao Dia do Professor, a realizar-se no dia 26 de outubro de 2026, com início previsto para as 19h00 (dezenove horas), no Plenário desta Casa de Leis.
Art. 3º Em estrita observância às disposições do Regimento Interno e às normas protocolares e de decoro parlamentar, é obrigatório para a participação na Sessão Solene o uso de traje passeio completo (terno e gravata para os Vereadores e vestimenta social correspondente para as Vereadoras).
Art. 4º Ficam a Secretaria Legislativa, o Cerimonial e a Assessoria de Comunicação Social incumbidos de expedir as devidas comunicações institucionais aos gabinetes parlamentares e providenciar a ampla divulgação nos canais oficiais do Poder Legislativo.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 23 de outubro de 2026.

PROFESSOR CORDOVAN NETO (PSB)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:EEF3FB1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
2º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO N.º 42/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025 – PROCESSO Nº 39/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Supressão do Quantitativo (Glosa).
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: TWR CONSTRUTORA LTDA – CNPJ nº 15.373.985/0001-78.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada para executar a Reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) – Tipo II - Saúde da Família, no Bairro Nossa Senhora da Salete, Município de União da Vitória/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, e nos termos da Resolução/SESA nº 388/2023.*
DA SUPRESSÃO DO QUANTITATIVO: Fica suprimido do contrato principal, conforme Solicitação e Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento anexos ao processo, o valor de R$ 46.649,86 (Quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos), correspondente ao percentual de -19,85% do total contratado.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 124º, Inciso I, alíneas "a" e "b" e Artigo 125º da Lei Federal n.° 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 22 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:0D1881F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
3º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO N.º 42/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025 – PROCESSO Nº 39/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Acréscimo do Quantitativo.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: TWR CONSTRUTORA LTDA – CNPJ nº 15.373.985/0001-78.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada para executar a Reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) – Tipo II - Saúde da Família, no Bairro Nossa Senhora da Salete, Município de União da Vitória/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, e nos termos da Resolução/SESA nº 388/2023.*
DO ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO: Fica acrescido ao contrato principal, conforme Solicitação e Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento anexos ao processo, o valor de R$ 19.847,20 (Dezenove mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos), correspondente ao percentual de 8,44% do total contratado.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 124º, Inciso I, alíneas "a" e "b" e Artigo 125º da Lei Federal n.° 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 22 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:890C1A13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 529/2026

DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E O CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO DO PODER EXECUTIVO, PODER LEGISLATIVO, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo, integrantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual - **LOA nº 5318 de 01 de outubro de 2026**, observados os valores disponibilizados nos anexos integrantes deste Decreto.

Art. 2º Integram este Decreto os Relatórios de Metas Bimestrais de Arrecadação e os Cronogramas de Execução Mensal de Desembolso.

Art. 3º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar as metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Órgãos da Administração Direta e Indireta, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, com o fim de ajustar a despesa segundo o comportamento da receita, salvo as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, pagamento de pessoal, exceto serviço extraordinário e despesas decorrentes de convênio, auxílios, ajustes, operação de crédito e outras formas de contrato, bem como suas contrapartidas.

Art. 4º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 5º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1° do art. 166 da Constituição ou equivalente, na Câmara Municipal.

Art. 6º Os recursos livres oriundos do superávit financeiro do exercício anterior serão reprogramados conforme a necessidade, e os vinculados terão sua utilização conforme o objeto de seus respectivos instrumentos.

Art. 7º O Cronograma de Desembolso poderá ser revisto e ajustado periodicamente, de acordo com os ingressos de receitas e necessidade de realização de despesas.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor a partir de**1º de janeiro de 2027.**

União da Vitória, 23 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:4A3B23A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 530/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa da Câmara Municipal de União da Vitória para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 01 – PODER LEGISLATIVO
UNIDADE 01 – PODER LEGISLATIVO
PROJ/ATIV - 2.001 – Manutenção do Poder Legislativo

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001	3.3.91.97.00	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	100.000,00
TOTAL CRÉDITO			**100.000,00**

Art. 2º O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 01 – PODER LEGISLATIVO
UNIDADE 01 – PODER LEGISLATIVO
PROJ/ATIV - 2.001 – Manutenção do Poder Legislativo

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	100.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			**100.000,00**

Art. 3º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO Nº 530/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação de dotações orçamentárias.

Esta suplementação não altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º.

Art. 10º da LOA - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a movimentar por Decreto, no mesmo projeto atividade, excluindo-se do limite

União da Vitória, 23 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:6FAA9DC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 531/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 19 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIV 2.057 – Benefícios Eventuais

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
223	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	160.000,00
223	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO DIST. GRATIS	100.000,00
223	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	50.000,00

TOTAL CRÉDITO	**310.000,00**

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação na respectiva fonte.
Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 644/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 23 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário de Administração

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Municipal de Finanças

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 531/2026

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:
Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação.
Esta suplementação não altera o saldo do percentual autorizado no art. 7º da LOA e art. 40 da LDO, por se tratar de excesso de arrecadação.

União da Vitória, 23 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

ODELIR DILETO CACHOEIRA
Secretário Municipal de Finanças

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:932C2695

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 809/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

OBJETO: Aquisição parcelada, por meio de Registro de Preços, de insumos para fabricação de placas de sinalização viária, como chapas galvanizadas e tubos galvanizados, conforme necessidade da Secretaria de Trânsito, Vigilância e Fiscalização do Município de União da Vitória/PR, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 133/2026
FORNECEDOR: MM2 SINALIZACAO E TINTAS LTDA
CNPJ: 04.996.705/0001-61
ITENS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 9.
Valor total estimado da Ata: R$ 72.700,00 (setenta e dois mil e setecentos reais);
Vigência:de 21/10/2026 a 21/10/2027
Data da assinatura: 21 de outubro de 2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 134/2026
FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA FXO LTDA
CNPJ: 30.149.559/0001-49
ITENS 7 e 8.
Valor total estimado da Ata: R$ 98.890,00 (noventa e oito mil oitocentos e noventa reais)
Vigência:de 21/10/2026 a 21/10/2027
Data da assinatura: 21 de outubro de 2026.

GESTOR: GILMAR JOSÉ SUENDRECKI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
FISCAIS E FISCAIS SUBSTITUTOS
Fiscal: Paulo César da Silva - Matrícula Funcional n.º 1505848
Fiscal Substituto: Sarah Seroiska Tomko – Matrícula Funcional nº 1506947

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 21 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7F8CC062

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 810/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Processo:	Processo Administrativo nº 60/2025 e a Dispensa de Licitação nº 04/2025
Objeto:	Contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), doravante chamada de Correios, para a prestação de serviços postais e telemáticos exclusivos, que consistem em coleta, transporte e entrega de correspondências, em âmbito Nacional, por via terrestre e aérea, para atendimento das necessidades Prefeitura Municipal de União da Vitória/PR.
Contratada:	**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, CNPJ nº 34.028.316/0020-76
Termo de Contrato:	Contrato n.º 27/2025
Gestor:	Aloisio Francisco Salvatti - Secretário Municipal de Administração
Fiscal:	Leocádia Maria Glaza Grabovski – Matrícula n.º 991505881
Fiscal Substituto:	Sidnei Alves de Lima – Matrícula n.º 1087101

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 21 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:8D6BEA7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 811/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADRIANA JOSIEK	991504340	2025/2026	MÉDICO PEDIATRA 30H	03/11/2026 A 22/11/2026
ALEXANDRE JORGE ANJOS SILVEIRA	991505198	2024/2025	MOTORISTA	03/11/2026 A 02/12/2026
ARISTIDES EUCLIDES DA SILVA FILHO	184	2025/2026	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE FUSA	23/11/2026 A 22/12/2026
CLOVIS RAUL STROHMAYER	1489301	2025/2026	MOTORISTA	03/11/2026 A 02/12/2026
CRISTIANE APARECIDA GUERELUS FRANKOSKI	1159201	2025/2026	PROFESSOR	03/11/2026 A 12/11/2026
CRISTIANE APARECIDA GUERELUS FRANKOSKI	1512274	2025/2026	PROFESSOR	03/11/2026 A 12/11/2026
ELOIR JOSE ALVES FILHO	991505182	2024/2025	MOTORISTA	03/11/2026 A 02/12/2026
JOÃO ADERSON DE FRANÇA RIBEIRO	1489901	2025/2026	MOTORISTA	03/11/2026 A 12/11/2026
JOSE ALOIR TANAZILDO	114	2024/2025	AUXILIAR DE ENFERMGEM	09/11/2026 A 18/11/2026
JOSE ALOIR TANAZILDO	114	2025/2026	AUXILIAR DE ENFERMGEM	19/11/2026 A 28/11/2026
JULIETA UBINSKI DA ROSA	1512448	2021/2022	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	03/11/2026 A 22/11/2026
JULIETA UBINSKI DA ROSA	1512448	2022/2023	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	23/11/2026 A 02/12/2026
LIA IARA JUNG SZTACHERA	1512657	2023/2024	CUIDADOR	03/11/2026 A 12/11/2026
MUANA AUGUSTA KOMONKA ELIAS	991504076	2024/2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	26/10/2026 A 24/11/2026
PRISCILA BIANCA PERIZZOLO BRITTES	991504188	2024/2025	ENFERMEIRO 8 HORAS	09/11/2026 A 18/11/2026
THIAGO HENRIQUE PADILHA DE MORAIS	991505207	2024/2025	MOTORISTA	09/11/2026 A 08/12/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 22 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:6DD3002F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 812/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
EURICO JOSE DA SILVA	190	2025/2026	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE FUSA	04/01/2027 A 02/02/2027
FABIOLA MILIS PIMPAO MOREIRA	991504025	2025/2026	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	04/01/2027 A 23/01/2027
JANAINA APARECIDA ALVES	991504220	2024/2025	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE I	04/01/2027 A 23/01/2027

JANAINA APARECIDA ALVES	991504220	2025/2026	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	24/01/2027 A 02/02/2027
SUELEN DE CASSIA FARIA	458	2025/2026	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	04/01/2027 A 02/02/2027
VANESSA MARA DE LIMA BOSTELMANN	495	2024/2025	FARMACÊUTICO FUSA	04/01/2027 A 13/01/2027
VANESSA MARA DE LIMA BOSTELMANN	495	2025/2026	FARMACÊUTICO FUSA	14/01/2027 A 23/01/2027

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 22 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:0C0B4CB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 813/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Termo de Credenciamento nº 77/2026, referente à prestação de serviços médicos especializados em Neurologia, vinculado ao Processo Administrativo nº 76/2026 e ao Chamamento Público para Credenciamento nº 04/2026.

CREDENCIANTE: Município de União da Vitória/PR (CNPJ nº 75.967.760/0001-71).
CREDENCIADA: CANELO E GAFFORELLI LTDA (CNPJ nº 20.861.979/0001-08).
OBJETO: Credenciamento de profissional médico especialista em Neurologia para prestação de serviços de consultas neurológicas especializadas aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de União da Vitória/PR, incluindo pacientes com Transtorno do Espectro Autista – TEA e demais transtornos neurológicos que demandem acompanhamento especializado.
VALOR UNITÁRIO: R$ 180,00 (cento e oitenta reais) por consulta médica realizada.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade: Secretaria Municipal de Saúde — Média e Alta Complexidade / Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Fonte de Recursos: 303 — Receitas Vinculadas à Saúde (EC 29/00)
Programa de Trabalho: Atenção Ambulatorial e Hospitalar (Dotação 249)
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 — Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA DE ASSINATURA: 16 de outubro de 2026.

SIGNATÁRIOS:
Ary Carneiro Junior — Prefeito Municipal (pela Credenciante)
Emerson Canelo — Sócio Administrador (pela Credenciada)

Propõe-se a designação dos seguintes servidores:
Gestora: Sonia Guzzoni Drozda — Secretária Municipal de Saúde;
Fiscal titular: Anelize Maguelniski — matrícula funcional nº 991504219;
Fiscal substituto: Thiago Henrique Padilha de Moraes — Técnico de Enfermagem, matrícula funcional nº 991505207.
Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 22 de outubro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:A942528D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
1º TERMO ATA 79/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 079/2025

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056XXXXXX98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa: ELIAS JUNIOR PEREIRA 07169034905, com sede no Município de Vitorino-PR, inscrita no CNPJ sob nº 45.219.927/0001-55, representada por ELIAS JUNIOR PEREIRA , inscrito no CPF/MF sob nº 071XXXXXX05, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com os protocolos 5262/2024 e parecer jurídico.
Cláusula Primeira: Do Valor: Fica acrescido o valor Global de R$ 158.694,00.

Cláusula Segunda: Da Vigência: passa sua vigência para 03/11/2027.

Cláusula Terceira: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 23/10/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

ELIAS JUNIOR PEREIRA
Contratada
Elias Junior Pereira 07169034905

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:D808AA9A

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
1º TERMO ATA 80/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 080/2025

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056XXXXXX98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa: NEUSA DE FATIMA COSTA SCHIOCHET & CIA LTDA, com sede no Município de Vitorino-PR, inscrita no CNPJ sob nº 20.595.869/0001-33, representada por NEUSA DE FATIMA COSTA SCHIOCHET , inscrito no CPF/MF sob nº 981XXXXXX20, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante

as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com os protocolos 5262/2024 e parecer jurídico.

Cláusula Primeira: Do Valor: Fica acrescido o valor Global de R$ 155.442,50.

Cláusula Segunda: Da Vigência: passa sua vigência para 03/11/2027.

Cláusula Terceira: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 23/10/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

NEUSA DE FATIMA COSTA SCHIOCHET
Contratada
Neusa De Fatima Costa Schiochet & CIA LTDA

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:CD260806

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
ERRATA ATA 90/2026

ERRATA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 90/2026, ONDE LE-SE NO ITEM 03 O VALOR DE R$: 22,02, LEIA-SE O VALOR 28,60.

FERNANDO SINHORINI –
Gerente de Licitações e Contratos

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:A5D7AF90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 511, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Portaria 511, de 23 de outubro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Luiz Carlos de Lima – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 366/2026, protocolo n. º 8822/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 23 de outubro de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 23 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:A12638D6

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA CONTRATUAL Nº 75/2026 – ID 2916

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

CONTRATADA: JR SOLUCOES EDUCACIONAIS LTDA.

OBJETO: Aquisição de uniformes escolares, por adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2026, referente ao Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 004/2025, realizado pelo Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios Mineiros – CODEMM, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

VALOR TOTAL: R$ 161.610,00 (cento e sessenta e um mil, seiscentos e dez reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Jaqueta (agasalho) Helanca Azul Royal 100% poliéster-jaqueta/bolso/gola Ribana2x1Azul Royal100% -Barra e punhos M Malha PV Azul celeste 67% poliéster 33%viscose -frisos blusa com estampa tipo distintivo com logo do município e descrição "Corumbataí do Sul". Nas costas estampado "Secretaria Municipal de Educação Corumbataí do Sul". Tamanhos 2 a 16	Und	900	R$ 75,00	R$ 67.500,00
2	Calça (agasalho) Helanca Azul Royal 100% poliéster-Calça meia malha PV Azul Celeste 67% poliéster 33 viscoses – frisos laterais Calça com estampa tipo distintivo com logo do município e descrição "Corumbataí do Sul". Na frente estampado "Secretaria Municipal de Educação Corumbataí do Sul". Tamanhos 2 a 16	und	900	R$ 45,00	R$ 40.500,00
3	Camiseta manga curta Meia manga PV Azul Celeste 33% VISCOSE – Corpo/mangas Ribana 1x1 PV Azul decote e aberturas de mangas. Camiseta com estampa tipo distintivo com logo do município e descrição "Corumbataí do Sul". Nas costas estampado "Secretaria Municipal de Educação Corumbataí do Sul". Tamanhos 2 a 16	und	900	R$ 27,50	R$ 24.750,00
4	Helanca Azul Royal 100% poliéster- Shorts-saia Meia malha PV Azul Celeste 67% poliéster 33% viscose – frisos laterais. Shorts-sai com estampa tipo distintivo com logo do município e descrição "Corumbataí do Sul". Na frente estampado "Secretaria Municipal de Educação Corumbataí do Sul". Tamanhos 2 a 16	und	360	R$ 39,00	R$ 14.040,00
5	Bermuda Helanca Azul Royal 100% poliéster- Bermuda Meia malha PV Azul Celeste 67% poliéster 33% viscose – frisos laterais Bermuda com estampa tipo distintivo com logo do município e descrição "Corumbataí do Sul". Na frente estampado "Secretaria Municipal de Educação Corumbataí do Sul". Tamanhos 2 a 16	und	380	R$ 39,00	R$ 14.820,00

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
R: 249 - 07.001.12.306.0009.2024.3.3.90.32.00.00 - Fonte 01107
R: 291 - 07.001.12.361.0009.2031.3.3.90.32.00.00 - Fonte 01104

PRAZO DE FORNECIMENTO: Início em 23/10/2026 - Término em 23/10/2027.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Início em 23/10/2026 - Término em 23/10/2027.

LICITAÇÃO: Processo Administrativo nº 75/2026 – Inexigibilidade nº 14/2026.

LEGISLAÇÃO: Artigos 74, Inciso IV, 82, § 6º e 86, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

Paço Municipal, 23 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:FD16881B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 99/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 99/2026 de 25/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 538.000,00 (quinhentos e trinta e oito mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0005.2.005.		Manutenção da Secretaria de Administração	
28 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
73 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	128.000,00
490 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
451 - 3.3.90.39.00.00	35494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
474 - 3.3.90.39.00.00	6494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
05.001.10.301.0007.2.077.		Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	
127 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0008.2.079.		Manutenção do Piso Paranaense para Assistência Social - PAS	
190 - 3.3.90.32.00.00	5934	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.12.361.0009.2.028.		Manutenção do FUNDEB 70% - Ensino Fundamental	
275 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	213.000,00
277 - 3.1.90.13.00.00	01101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	40.000,00
07.001.12.361.0009.2.033.		Manutenção do Transporte Escolar - Recursos Próprios	
295 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.000,00
296 - 3.1.90.13.00.00	01103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
07.001.12.361.0009.2.034.		Manutenção do Transporte Escolar - ESTADUAL SEED/PETE	
305 - 3.3.90.30.00.00	31124	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
07.001.12.365.0009.2.027.		Atividades do Centro Municipal de Ensino Infantil CMEI	
320 - 3.3.90.46.00.00	01103	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	3.000,00
07.001.12.365.0009.2.078.		Manutenção do FUNDEB 70% - C.M.E.I - Criança Feliz Ensino Pré-Escolar	
324 - 3.1.90.94.00.00	01101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.001.15.451.0011.2.039.		Manutenção do Setor de Obras Públicas	
360 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00
10.001.15.452.0011.2.044.		Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	
377 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
		Total Suplementação:	**538.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0005.2.005.		Manutenção da Secretaria de Administração	

25 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
86 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	68.000,00
495 - 3.3.90.30.00.00	35494	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
475 - 3.3.90.30.00.00	6494	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
96 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0008.2.079.		Manutenção do Piso Paranaense para Assistência Social - PAS	
189 - 3.3.90.30.00.00	5934	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.001.12.361.0009.2.025.		Manutenção do Ensino Fundamental 1	
265 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	18.000,00
07.001.12.361.0009.2.034.		Manutenção do Transporte Escolar - ESTADUAL SEED/PETE	
306 - 3.3.90.39.00.00	31124	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
07.001.12.365.0009.2.017.		Manutenção do FUNDEB 70% - C.M.E.I - Cantinho Feliz - CRECHE	
312 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	254.000,00
07.001.12.365.0009.2.027.		Atividades do Centro Municipal de Ensino Infantil CMEI	
319 - 3.3.90.32.00.00	01103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DE PLANEJAMENTO	
09.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENOT	
09.001.04.121.0005.1.073.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO	
347 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	45.000,00
		Total Redução:	**538.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:7D224DA1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE FINANCAS
ANEXO - DECRETO 6632

Municipio de Cruzeiro do Iguaçu - 2026			
Relatório de alteração orçamentária por fonte/tipo recurso			
Lei/Ato nº 3894 - Decreto nº 6632/2026 de 13/10/2026	**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 3576 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1632	2025
Fonte			
00000 Recursos Ordinários (Livres)			
Remanejamento Anulação de Dotações			
200 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo		113.000,00
03.001 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	Reabertura		
04.122.0003.2007 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVA			
3.1.90.94.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			
770 05 SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Anulação	50.000,00	
05.002 DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Reabertura		
15.451.0006.1014 PAVIMENTAÇÃO E OBRAS PUBLICAS			
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES			
1050 05 SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Anulação	100.000,00	
05.002 DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Reabertura		
15.452.0006.2015 POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
960 05 SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Anulação	170.056,00	
05.002 DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS	Reabertura		
15.452.0006.2016 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS			
3.3.90.37.00.00 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA			
TOTAL		320.056,00	113.000,00
Suplementar Excesso de Arrecadação			
2931 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		10.130,00
08.002 MANUTENÇÃO DO FUNDEB	Reabertura		
12.361.0009.2035 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 70%			
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
TOTAL		0,00	10.130,00
TOTAL DAFONTE		**320.056,00**	**123.130,00**
00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica			
Remanejamento Anulação de Dotações			
2200 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	150.000,00	
08.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO			

2372 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		150.000,00
08.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.37.00.00 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA			
TOTAL		150.000,00	150.000,00
TOTAL DAFONTE		**150.000,00**	**150.000,00**
00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Remanejamento Anulação de Dotações			
1320 07 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo		151.700,00
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Reabertura		
10.301.0008.2022 ATENÇÃO BÁSICA			
3.1.90.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS			
1350 07 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo		55.356,00
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Reabertura		
10.301.0008.2022 ATENÇÃO BÁSICA			
3.1.90.94.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS			
TOTAL		0,00	207.056,00
Suplementar Excesso de Arrecadação			
1280 07 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo		1.585,00
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Abertura		
10.301.0008.2022 ATENÇÃO BÁSICA			
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
TOTAL		0,00	1.585,00
TOTAL DAFONTE		**0,00**	**208.641,00**
00494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde			
Remanejamento Anulação de Dotações			
1400 07 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo		39.250,00
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Reabertura		
10.301.0008.2022 ATENÇÃO BÁSICA			
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO			

1780 07 SECRETARIA DE SAÚDE	Anulação	39.250,00	
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Reabertura		
10.302.0008.2025 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
TOTAL		39.250,00	39.250,00
Suplementar Excesso de Arrecadação			
1400 07 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo		7.349,00
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Reabertura		
10.301.0008.2022 ATENÇÃO BÁSICA			
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO			
TOTAL		0,00	7.349,00
TOTAL DAFONTE		**39.250,00**	**46.599,00**
01040 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR			
Remanejamento Anulação de Dotações			
2340 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	42.908,48	
08.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
2951 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		42.908,48
08.002 MANUTENÇÃO DO FUNDEB	Reabertura		
12.361.0009.2034 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%			
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
TOTAL		42.908,48	42.908,48
Suplementar Excesso de Arrecadação			
2951 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		25.856,00
08.002 MANUTENÇÃO DO FUNDEB	Abertura		
12.361.0009.2034 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%			
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
TOTAL		0,00	25.856,00
TOTAL DAFONTE		**42.908,48**	**68.764,48**

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	552.214,48	552.214,48
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	552.214,48	552.214,48
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	44.920,00	44.920,00

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:384212B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 10 - RESOLUÇÃO, 122/26 - DESDOBRAMENTO DA PROGRAMAÇÃO

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027					
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026					
ANEXO X – DESDOBRAMENTO DA PROGRAMAÇÃO, DEMONSTRATIVO DE PROGRAMA POR PROJETO, ATIVIDADE E OPERAÇÕES ESPECIAIS					
Município-Uf / Esfera / Tipo:					
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL					
Órgão (Órg.) / Unidade Orçamentária (UO) / Unidade Gestora (UG) / Unidade Executora (UE):					
1 CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREAD					
Código	**Descrição/Metas**	**Desdobramento/Objetivos**	**Projeto**	**Atividade**	**Oper. Esp.**
Programa 1	**01001.0103100010.000 GESTÃO E**	**Ação, governamental com objetivos de assegurar o cumprimento das atribuições**	**-**	**2.546.405,00**	**-**

	APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA	**constituídas da Câmara Municipal (arts. 14 e 15, da LOM e art. 92, RI).**			
01001.0103100012.001	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES	1. Manter os serviços de suporte às áreas administrativo-financeira, patrimonial e legislativa, com: a) remuneração de servidores da Câmara constantes do quadro de pessoal com cargos de provimento efetivo e comissionados, e com gratificação de função e serviços e horas extraordinárias; b) remuneração de agentes políticos da Câmara referentes a cargos de provimento eletivo, dos cargos de presidente, secretários da mesa executiva, vereadores e seus substitutos; c) encargos sociais incidentes sobre as remunerações pagas ou creditadas à agentes públicos. 2. Controlar e manter os materiais de consumo e de expediente. 3. Serviços de fornecimento de água, energia eletrica, gas e de telecomunicações. 4. Locação de software de informática. 5. Contratar os seguintes serviços eventuais: a) para dar suporte às áreas administrativo-financeira- orçamentária, patrimonial e legislativa em geral: . serviços de informática; . serviços de administração; . serviços de concurso público; . serviços de assessoramento jurídico e administrativo. b) para auxiliar no desempenho da função fiscalizadora da Câmara, com suporte de qualquer outra despesa necessária para este fim, levando em consideração, para quisquer (este) caso, o custo-benefício do controle a ser implementado (IV, art. . serviços de auditoria interna e externa, fiscalizadora, de gestão, operacional e outras que se fizerem necessárias. 6. Aquisição de materiais e contratação de serviços para premiações culturais, artísticas, científicas e desportivas, para concessão de honrarias (art. 15, XV, da LOM). 7. Adquir livros e materiais didáticos não destinados capacitação dos agentes públicos. 8. Aquisição de eletrodomésticos e mobiliário em geral, equipamentos de áudio e vídeo, aquisição de equipamentos de comunicação, aquisição de equipamentos de informática e processamento de dados, aquisição de equipamentos de teleprocessamento de dados. 9. Aquisição de um automóvel para o legislativo. 10. Pagamento de despesas, previstas em e Lei, com locomoções e estadias em eventos de insteresse da administração ou de representatividade, exceto de capacitação de recursos humanos e de conservações, reparos e manutenções em edificações, instalações e bens móveis e imóveis, tais como: locações veículos, diárias, indenizações, reembolso, aquisição de combustível, de bilhetes de pedágio e de passagens rodoviária e aérea, de estacionamento e de despesas com impostos e taxas, etc.		2.252.155,00	
01001.0103100012.002	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Ação, governamental com objetivo de aprimorar a instituição e os serviços por ela prestados, como segue (arts. 73, § 2º, II, da LOM; 3º, V, da Lei Mun. nº 162/06 - LDO/2007, e Anexo III - Programação e Metas, da Lei Municipal nº 141/05 - PPA 06-09): 1. Contratação de serviços de consultoria para reestruturação organizacional e funcional da Câmara de Vereadores e do Poder Legislativo. 2. Contratação de serviços de assessoria para auxílio dos agentes públicos do legislativo no exercício das atribuições do cargo. 3. Promover a participação dos servidores e agentes Políticos da Câmara Municipal em cursos, simpósios, palestras, seminários, etc., compatíveis com as atribuições do cargo ou função de cada participante, objetivando a capacitação dos agentes públicos para o exercício das atribuições do cargo ou função, com suporte de todas as despesas necessárias para a participação nos eventos. 4 Pagamento de despesas, previstas em e Lei, com locomoções e estadias em eventos de insteresse da administração ou de representatividade, exceto as de manutenção da secretaria da câmara e de conservações, reparos e manutenções em edificações, instalações e bens móveis e imóveis, tais como: locações veículos, diárias, indenizações, reembolso, aquisição de combustível, de bilhetes de pedágio e de passagens rodoviária e aérea, de estacionamento e de despesas com impostos e taxas, etc. 5. Adquir livros e materiais didáticos para capacitação dos agentes públicos.		210.950,00	
Código	**Descrição/Metas**	**Desdobramento/Objetivos**	**Projeto**	**Atividade**	**Oper. Esp.**
01001.0103100012.003	CONSERVAÇÕES, REPAROS E MANUTENÇÕES EM EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES E BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	1. Reparos e reformas em bens imóveis e instalações: a) no prédio da Câmara: . pintura em paredes; . restauração, reparos e manutenções em paredes, piso, teto, janelas, portas; b) em instalações: . pintura e reparos em calçadas e muros; . reparos na rede elétrica, de comunicação e de . reparos na rede hidrálica; . manutenção de saneamento; . reparos no sistema de áudio e vídeo; . reparos no sistema de comunicação; . reparos em sistema de teleprocessamento de dados. 2. Manutenção de bens móveis: . reparos e manutenções de máquinas e motores; . reparos e manutenções de equipamentos de informática; . reparos e manutenções de eletrodomésticos e condicionadores de ar; . reparos e manutenções de equipamentos de áudio, vídeo e comunicação; . reparos e manutenções de equipamentos diversos; . reparos e manutenções galeria de fotos; . reparos e manutenções de mobiliários em geral. . reparos e manutenções em veículos automotivos de uso exclusivo da Câmara; 3 Pagamento de despesas, previstas em e Lei, com locomoções e estadias em eventos de insteresse da administração ou de representatividade, exceto as de manutenção da secretaria da câmara e de capacitação de recursos humanos, tais como: locações veículos, diárias, indenizações, reembolso, aquisição de combustível, de bilhetes de pedágio e de passagens rodoviária e aérea, de estacionamento e de despesas com impostos e taxas, etc.		60.000,00	
01001.0103100012.135	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	1. Assistência ao trabalhador - auxílio-alimentação - benefícios da lei, 987/22.		23.300,00	
Programa 6	**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA**	**Ação que visa o resgate e o pagamento de dívida interna da previdência.**	-	-	**147.000,00**
01001.2884300069.001	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RPPS	1. Amortização de dívida da previdência do Regime Próprio de Previdência Social da Câmara com o Fundo de Previdência Municipal de aportes anuais por déficit financeiros, apurados em cálculos atuariais homologados pela administração.			140.000,00
01001.2884300069.002	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME GERAL DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RGPS	2. Amortização de dívida da previdência do Regime Geral de Previdência Social da Câmara com o INSS do termo de parcelamento simplifica firma pelo Município de Amaporã e a Secretaria da Receita Federal agência de Paranavaí-Pr em 15/dez/2010, referente DEBCAD 35.941.441-9, relativo a débitos de contribuições previdênciárias.			7.000,00
Soma			-	**2.546.405,00**	**147.000,00**
Total					**2.693.405,00**

1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA:

Vereador, Presidente

2. ALDEMAR TAROCO:

Vereador, Vice-Presidente

3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA:

Vereadora, 1ª Secretária

4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA:

Vereador, 2º Secretário

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:A0AFF7C4

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 1 - RESOLUÇÃO, 122/26 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO E ÓRGÃO

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027		
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026		
ANEXO I – DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO E ÓRGÃO		
Município-Uf / Esfera / Tipo:		
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL		
Órgão (Órg.) / Unidade Orçamentária (UO) / Unidade Gestora (UG) / Unidade Executora (UE):		
1 CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES		
FUNÇÃO	**ÓRGÃOS**	
	CÂMARA DE VEREADORES	**TOTAL**
LEGISLATIVA	2.546.405,00	**2.546.405,00**
JUDICIÁRIA	-	-
ESSENCIAL A JUSTIÇA	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-
DEFESA NACIONAL	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-
RELAÇÕES EXTERIORES	-	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-
SAÚDE	-	-
TRABALHO	-	-
EDUCAÇÃO	-	-
CULTURA	-	-
DIREITOS DA CIDADANIA	-	-
URBANISMO	-	-
HABITAÇÃO	-	-
SANEAMENTO	-	-
GESTÃO AMBIENTAL	-	-
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	-
AGRICULTURA	-	-
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	-	-
INDÚSTRIA	-	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	-	-
COMUNICAÇÕES	-	-
ENERGIA	-	-
TRANSPORTE	-	-
DESPORTO E LAZER	-	-
ENCARGOS ESPECIAIS	147.000,00	**147.000,00**
TOTAL DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA	**2.693.405,00**	**2.693.405,00**
LIMITE PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS, 20,00%. (art. 34, §§ 1.º e 2.º, Lei Mun. 1146, de 24.7.2026 - LDO/2027)		**538.700,00**
1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA		
Vereador, Presidente		
2. ALDEMAR TAROCO		
Vereador, Vice-Presidente		
3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA		
Vereadora, 1ª Secretária		
4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA		
Vereador, 2º Secretário		

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:2CE9F604

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 2 - RESOLUÇÃO, 122/26 - DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027					
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026					
ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS					
Município-Uf / Esfera / Tipo:					
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL					
Órgão (Órg.) / Unidade Orçamentária (UO) / Unidade Gestora (UG) / Unidade Executora (UE):					
1 CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES					
RECEITA	**R$**	**R$**	**DESPESA**	**R$**	**R$**
ORÇAMENTÁRIA					
RECEITAS CORRENTES					
RECEITA TRIBUTÁRIA	-		**DESPESAS CORRENTES**		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.907.155,00	
RECEITA PATRIMONIAL	-		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.600,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	-		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	694.250,00	2.603.005,00
RECEITA INDUSTRIAL	-				
RECEITA DE SERVIÇOS	-				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-			
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE					
DEDUÇÃO DIVERSAS		-			
DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		2.603.005,00			
TOTAL		**2.603.005,00**	**TOTAL**		**2.603.005,00**
RECEITAS DE CAPITAL			DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		2.603.005,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-				

ALIENAÇÃO DE BENS	-		**DESPESAS DE CAPITAL**		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-		INVESTIMENTOS	85.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-		INVERSÕES FINANCEIRAS	-	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.400,00	90.400,00
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO		2.693.405,00			
TOTAL		**2.693.405,00**	**TOTAL**		**2.693.405,00**
EXTRAORÇAMENTÁRIA					
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS			DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO		2.693.405,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDADAS DO PODER EXECUTIVO(1)		2.604.375,24	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PASSIVAS**		
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	-	-
			DÍVIDA NÃO CONFESSADA		
			DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA - RPPS	-	-
DÉFICIT OPERACIONAL(2)		89.029,76			
TOTAL		**2.693.405,00**	**TOTAL**		**2.693.405,00**

1. Memória cálculo DTL (art 29-A, CF/88; EC25/2000): RTTA/2025: R$ 33.875.407,93; (+) Previsão de incremento para 2026: 9,83% (=) RTTA/ 2026: R$ 37.205.360,53 (x) % de limite de gastos total do legislativo: 7,00% (=) Receita do legislativo (limite de gastos da despesa total): R$ 2.604.375,24.

2. na execução orçamentária/financeira deverá ser observado o limite de sete por cento do valor da RTTA/2026 a ser efetivamente apurado após o encerramento do exercício de 2026 para a despesa total do Legislativo, conforme o disposto no in- ciso I, do art. 29-A, da CF/88.

Nota:

1. limite de gasto com folha de pgto. - 70% da Receita da Câmara (inciso I, do art 29-A, da CF/88): R$ 1.823.062,67.

2. fonte RTTA/2025: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Data e Hora da emissão: 17/03/2026 09:21.

RESUMO			
ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES	-	DESPESAS CORRENTES	2.603.005,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-		
DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	2.603.005,00		
TOTAL	**2.603.005,00**	**TOTAL**	**2.603.005,00**
RECEITAS DE CAPITAL	-	DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	2.603.005,00
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	2.693.405,00	DESPESAS DE CAPITAL	90.400,00
TOTAL	**2.693.405,00**	**TOTAL**	**2.693.405,00**
	EXTRAORÇAMENTÁRIA		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS	2.604.375,24	DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	2.693.405,00
DÉFICIT OPERACIONAL(2)	89.029,76	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PASSIVAS	-
TOTAL	**2.693.405,00**	**TOTAL**	**2.693.405,00**
1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA:			
Vereador, Presidente			
2. ALDEMAR TAROCO:			
Vereador, Vice-Presidente			
3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA:			
Vereadora, 1ª Secretária			
4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA:			
Vereador, 2º Secretário			

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:9C4F687F

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 3 - RESOLUÇÃO, 122/26 - DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÕES POR MODALIDADE – APLICAÇÃO PROGRAMADA

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026
ANEXO III – DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÕES POR MODALIDADE – APLICAÇÃO PROGRAMADA
Município-Uf / Esfera / Tipo:
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL
Órgão (Órg.) / Unidade Orçamentária (UO) / Unidade Gestora (UG) / Unidade Executora (UE):
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL

DOTAÇÕES	CÓDIGO	TIPO	RUBRICA	IDF	GRF	FONTE	MODALID. APLICAÇÃO	GRUPO DE NATUREZA DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
Institucioanal – (Órg.) Órgão / (UO) Unidade Orçamentária:									
1 CÂMARA DE VEREADORES									2.693.405,00
1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES									2.693.405,00
Funcional / Programática / Econômica									
01 LEGISLATIVA									2.546.405,00
031 AÇÃO LEGISLATIVA									2.546.405,00
2 Atividade									
2.001 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES									
01001.0103100012.001.0.0.00.00.00.00.00 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES							2.252.155,00	2.252.155,00	2.252.155,00
	3.0.00.00	sintética	DESPESAS CORRENTES	0	1	001			2.167.155,00
	3.1.00.00	sintética	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1	001		1.883.855,00	
	3.1.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001	1.688.855,00		
	3.1.91.00	sintética	Aplicações Diretas Decorr. de Oper. entre Órg., Fund. e Ent. dos Orç. Fisc. e da Seg. Soc.	0	1	001	195.000,00		
	3.3.00.00	sintética	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1	001		283.300,00	
	3.3.50.00	sintética	Transferência a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos	0	1	001	-		
	3.3.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001	283.300,00		
	4.0.00.00	sintética	DESPESAS DE CAPITAL	0	1	001			85.000,00
	4.4.00.00	sintética	INVESTIMENTOS	0	1	001		85.000,00	
	4.4.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001	85.000,00		
2 Atividade									
2.002 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
01001.0103100012.002.0.0.00.00.00.00.00 CAPACITAÇÃO							210.950,00	210.950,00	210.950,00

DE RECURSOS HUMANOS									
	3.0.00.00	sintética	DESPESAS CORRENTES	0	1	001			210.950,00
	3.3.00.00	sintética	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1	001		210.950,00	
	3.3.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001	210.950,00		
2 Atividade									
2.003 CONSERVAÇÕES, REPAROS E MANUTENÇÕES EM EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES E BENS MÓVEIS E IMÓVEIS									
01001.0103100012.003.0.0.00.00.00.00.00 CONSERVAÇÕES, REPAROS E MANUTENÇÕES EM EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES						E BEN	60.000,00	60.000,00	60.000,00
	3.0.00.00	sintética	DESPESAS CORRENTES	0	1	001			60.000,00
	3.3.00.00	sintética	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1	001		60.000,00	
	3.3.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001	60.000,00		
2 Atividade									
2.135 PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR									
01001.0103100012.135.0.0.00.00.00.00.00 PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR							23.300,00	23.300,00	23.300,00
	3.0.00.00	sintética	DESPESAS CORRENTES	0	1	001			23.300,00
	3.1.00.00	sintética	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1	001		23.300,00	
	3.1.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001	23.300,00		
28 ENCARGOS ESPECIAIS									147.000,00
843 SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA									147.000,00
0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA									
9 Operações Especiais									
9.001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RPPS									140.000,00
01001.2884300069.001.0.0.00.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊCIA							148.600,00	148.600,00	140.000,00
	3.0.00.00.	sintética	DESPESAS CORRENTES	0	1	001			140.000,00
	3.3.00.00.	sintética	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1	001		140.000,00	
	3.3.91.00.	sintética	Aplicações Diretas Decorr. de Oper. entre Órg., Fund. e Ent. dos Orç. Fisc. e da Seg. Soc.	0	1	001	140.000,00		
9 Operações Especiais									
9.002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME GERAL DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RGPS									7.000,00
01001.2884300069.002.0.0.00.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME GERAL DE PREVIDÊCIA SO							7.000,00	7.000,00	7.000,00
	3.0.00.00.	sintética	DESPESAS CORRENTES	0	1	001			1.600,00
	3.2.00.00.	sintética	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	1	001		1.600,00	
	3.2.90.00.	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001	1.600,00		
	4.0.00.00.	sintética	DESPESAS DE CAPITAL	0	1	001			5.400,00
	4.6.00.00.	sintética	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0	1	001		5.400,00	
	4.6.90.00.	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001	5.400,00		
Total geral									**2.693.405,00**
1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA:									
Vereador, Presidente									
2. ALDEMAR TAROCO:									
Vereador, Vice-Presidente									
3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA:									
Vereadora, 1ª Secretária									
4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA:									
Vereador, 2º Secretário									

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:C980118D

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 4 - RESOLUÇÃO, 122/26 - DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA, QUANTO À SUA NATUREZA

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027									
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026									
ANEXO IV – DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA, QUANTO À SUA NATUREZA									
Município-Uf / Esfera / Tipo:									
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL									
Órgão (Órg.) / Unidade Orçamentária (UO) / Unidade Gestora (UG) / Unidade Executora (UE):									
1 CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES / 1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES									
CÓDIGO	**TIPO**	**RUBRICA**	**IDF**	**GRF**	**FONTE**	**ELEMENTO**	**MODALID. APLICAÇÃO**	**GRUPO DE NATUREZA DESPESA**	**CATEGORIA ECONÔMICA**
3.0.00.00	sintética	DESPESAS CORRENTES	0	1	001				2.603.005,00
3.1.00.00	sintética	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1	001			1.907.155,00	
3.1.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001		1.712.155,00		
3.1.90.04	sintética	Contratação por Tempo Determinado	0	1	001	6.755,00			
3.1.90.11	sintética	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0	1	001	1.510.000,00			
3.1.90.13	sintética	Obrigações Patronais	0	1	001	150.000,00			
3.1.90.16	sintética	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	0	1	001	14.890,00			
3.1.90.46	analítica	Auxílio-Alimentação	0	1	001	23.300,00			
3.1.90.92	sintética	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	3.605,00			
3.1.90.94	sintética	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0	1	001	3.605,00			
3.1.91.00	sintética	Aplicações Diretas Decorr. de Oper. entre Órg., Fund. e Ent. dos Orç. Fisc. e da Seg. Soc.	0	1	001		195.000,00		
3.1.91.13	sintética	Obrigações Patronais	0	1	001	167.000,00			

3.1.91.92	sintética	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	5.000,00			
3.1.91.96	sintética	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0	1	001	23.000,00			
3.2.00.00	sintética	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	1	001			1.600,00	
3.2.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001		1.600,00		
3.2.90.21	sintética	Juros Sobre a Dívida por Contrato	0	1	001	1.200,00			
3.2.90.22	sintética	Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	0	1	001	400,00			
3.3.00.00	sintética	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1	001			694.250,00	
3.3.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001		554.250,00		
3.3.90.14	sintética	Diárias – Pessoal Civil	0	1	001	75.250,00			
3.3.90.30	sintética	Material de Consumo	0	1	001	42.500,00			
3.3.90.31	sintética	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	0	1	001	2.000,00			
3.3.90.33	sintética	Passagens e Despesas com Locomoção	0	1	001	35.850,00			
3.3.90.35	sintética	Serviços de Consultoria	0	1	001	3.000,00			
3.3.90.36	sintética	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0	1	001	4.750,00			
3.3.90.39	sintética	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0	1	001	244.800,00			
3.3.90.40	sintética	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	0	1	001	139.200,00			
3.3.90.47	sintética	Obrigações Tributárias e Contributivas	0	1	001	2.400,00			
3.3.90.92	sintética	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	2.000,00			
3.3.90.93	sintética	Indenizações e Restituições	0	1	001	2.500,00			
3.3.91.00	sintética	Aplicações Diretas Decorr. de Oper. entre Órg., Fund. e Ent. dos Orç. Fisc. e da Seg. Soc.	0	1	001		140.000,00		
3.3.91.97	analítica	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	0	1	001	140.000,00			
4.0.00.00	sintética	DESPESAS DE CAPITAL	0	1	001				90.400,00
4.4.00.00	sintética	INVESTIMENTOS	0	1	001			85.000,00	
4.4.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001		85.000,00		
4.4.90.52	sintética	Equipamentos e Material Permanente	0	1	001	84.500,00			
4.4.90.92	sintética	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	500,00			
4.6.00.00	sintética	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0	1	001			5.400,00	
4.6.90.00	sintética	Aplicações Diretas	0	1	001		5.400,00		
4.6.90.71	sintética	Principal da Dívida Contratual Resgatado	0	1	001	4.800,00			
4.6.90.73	analítica	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada	0	1	001	600,00			
TOTAL						**2.693.405,00**	**2.693.405,00**	**2.693.405,00**	**2.693.405,00**

1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA:
Vereador, Presidente
2. ALDEMAR TAROCO:
Vereador, Vice-Presidente
3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA:
Vereadora, 1ª Secretária
4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA:
Vereador, 2º Secretário

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:BBFAEAD8

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
ANEXO 5 - RESOLUÇÃO, 122/26 - DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÕES POR ELEMENTO – APLICAÇÃO PROGRAMADA

CÂMARA DE VEREADORES – AMAPORÃ – PARANÁ – PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2027
RESOLUÇÃO N.º 122, DE 19/10/2026
ANEXO V – DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÕES POR ELEMENTO – APLICAÇÃO PROGRAMADA
Município-Uf / Esfera / Tipo:
AMAPORÃ-PR / 3 MUNICIPAL / 1 ORÇAMENTO FISCAL

DOTAÇÕES	CÓDIGO	RUBRICA	IDF	GRF	FONTE	ELEMENTO	MODALID. APLICAÇÃO	GRUPO DE NATUREZA DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
Institucioanal – (Órg.) Órgão / (UO) Unidade Orçamentária:									
1 CÂMARA DE VEREADORES									2.693.405,00
1 SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES									2.693.405,00
Funcional / Programática / Econômica									
01 LEGISLATIVA									2.546.405,00
031 AÇÃO LEGISLATIVA									2.546.405,00
0001 GESTÃO E APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA									2.546.405,00
2 Atividade									
2.001 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES									
01001.0103100012.001.0.0.00.00.00.00.00 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA DE VEREADORES						2.252.155,00	2.252.155,00	2.252.155,00	2.252.155,00
	3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	0	1	001				2.167.155,00
	3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1	001			1.883.855,00	
	3.1.90.00	Aplicações Diretas	0	1	001		1.688.855,00		
001	3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	0	1	001	6.755,00			
002	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0	1	001	1.510.000,00			
003	3.1.90.13	Obrigações Patronais	0	1	001	150.000,00			
004	3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	0	1	001	14.890,00			
005	3.1.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	3.605,00			
006	3.1.90.94	Indenizações e	0	1	001	3.605,00			

		Restituições Trabalhistas							
	3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorr. de Oper. entre Órg., Fund. e Ent. dos Orç. Fisc. e da Seg. Soc.	0	1	001		195.000,00		
007	3.1.91.13	Obrigações Patronais	0	1	001	167.000,00			
008	3.1.91.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	5.000,00			
009	3.1.91.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0	1	001	23.000,00			
	3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1	001			283.300,00	
	3.3.90.00	Aplicações Diretas	0	1	001		283.300,00		
010	3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil	0	1	001	5.500,00			
011	3.3.90.30	Material de Consumo	0	1	001	35.900,00			
012	3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	0	1	001	2.000,00			
013	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	0	1	001	2.500,00			
014	3.3.90.35	Serviços de Consultoria	0	1	001	2.000,00			
015	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0	1	001	2.500,00			
016	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0	1	001	92.000,00			
017	3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	0	1	001	138.000,00			
018	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	0	1	001	900,00			
019	3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	1.000,00			
020	3.3.90.93	Indenizações e Restituições	0	1	001	1.000,00			
	4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0	1	001				85.000,00
	4.4.00.00	INVESTIMENTOS	0	1	001			85.000,00	
	4.4.90.00	Aplicações Diretas	0	1	001		85.000,00		
021	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	0	1	001	84.500,00			
022	4.4.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	500,00			
2 Atividade									
2.002 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
01001.0103100012.002.0.0.00.00.00.00.00 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS						210.950,00	210.950,00	210.950,00	210.950,00
	3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	0	1	001				210.950,00
	3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1	001			210.950,00	
	3.3.90.00	Aplicações Diretas	0	1	001		210.950,00		
001	3.3.90.14	Diárias - Pessoal Civil	0	1	001	68.750,00			
002	3.3.90.30	Material de Consumo	0	1	001	3.850,00			
003	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	0	1	001	32.600,00			
004	3.3.90.35	Serviços de Consultoria	0	1	001	1.000,00			
005	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0	1	001	750,00			
006	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0	1	001	101.500,00			
007	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	0	1	001	1.000,00			
008	3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	500,00			
009	3.3.90.93	Indenizações e Restituições	0	1	001	1.000,00			
2 Atividade									
2.003 CONSERVAÇÕES, REPAROS E MANUTENÇÕES EM EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES E BENS MÓVEIS E IMÓVEIS									
01001.0103100012.003.0.0.00.00.00.00.00 CONSERVAÇÕES, REPAROS E MANUTENÇÕES EM EDIFICAÇÕES,			INSTALAÇÕES E			60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
	3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	0	1	001				60.000,00
	3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1	001			60.000,00	
	3.3.90.00	Aplicações Diretas	0	1	001		60.000,00		
001	3.3.90.14	Diárias - Pessoal Civil	0	1	001	1.000,00			
002	3.3.90.30	Material de Consumo	0	1	001	2.750,00			
003	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	0	1	001	750,00			
004	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0	1	001	1.500,00			
005	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0	1	001	51.300,00			
006	3.3.90.40	Serviços de Tecnologia	0	1	001	1.200,00			

		da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica							
007	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	0	1	001	500,00			
008	3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1	001	500,00			
009	3.3.90.93	Indenizações e Restituições	0	1	001	500,00			
2 Atividade									
2.135 PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR									
01001.0103100012.135.0.0.00.00.00.00.00 PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR						23.300,00	23.300,00	23.300,00	23.300,00
	3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	0	1	001				23.300,00
	3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1	001			23.300,00	
	3.1.90.00	Aplicações Diretas	0	1	001		23.300,00		
001	3.1.90.46	Auxílio-Alimentação	0	1	001	23.300,00			
28 ENCARGOS ESPECIAIS									147.000,00
843 SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA									147.000,00
0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA									147.000,00
9 Operações Especiais									
9.001 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RPPS									
01001.2884300069.001.0.0.00.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊ						140.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00
	3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	0	1	001				140.000,00
	3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1	001			140.000,00	
	3.3.91.00	Aplicações Diretas Decorr. de Oper. entre Órg., Fund. e Ent. dos Orç. Fisc. e da Seg. Soc.	0	1	001		140.000,00		
001	3.3.91.97	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	0	1	001	140.000,00			
9 Operações Especiais									
9.002 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME GERAL DE PREVIDÊCIA SOCIAL - RGPS									
01001.2884300069.002.0.0.00.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA PREVIDÊNCIA COM O REGIME GERAL DE				PREVIDÊCI		7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
	3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	0	1	001				1.600,00
	3.2.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	1	001			1.600,00	
	3.2.90.00	Aplicações Diretas	0	1	001		1.600,00		
001	3.2.90.21	Juros Sobre a Dívida por Contrato	0	1	001	1.200,00			
002	3.2.90.22	Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	0	1	001	400,00			
	4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0	1	001				5.400,00
	4.6.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0	1	001			5.400,00	
DOTAÇÕES	CÓDIGO	RUBRICA	IDF	GRF	FONTE	ELEMENTO	MODALID. APLICAÇÃO	GRUPO DE NATUREZA DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
	4.6.90.00	Aplicações Diretas	0	1	001		5.400,00		
003	4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	0	1	001	4.800,00			
004	4.6.90.73	Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada	0	1	001	600,00			
Total Geral									**2.693.405,00**
1. ALDAIR FRANSISCO CALDEIRA:									
Vereador, Presidente									
2. ALDEMAR TAROCO:									
Vereador, Vice-Presidente									
3. PATRÍCIA BERTO PEREIRA:									
Vereadora, 1ª Secretária									
4. ELIAS JOSÉ JACINTO DE SANTANA:									
Vereador, 2º Secretário									

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:A247F974

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE ANAHY/PR PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026 ERRATA Nº 01

A Agente de Contratação do Município de Anahy/PR, no uso de suas atribuições, torna pública a Errata nº 01 ao Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2026 (Processo Administrativo nº 087/2026), cujo objeto é a aquisição de veículo tipo SUV, novo (zero quilômetro), de 7 (sete) lugares, para o Departamento Municipal de Saúde. As correções abaixo decorrem da decisão sobre a impugnação apresentada em 16 de outubro de 2026 e do reexame do Edital pela Administração, com base no parecer técnico do responsável pelo Laudo de Especificação de Características Técnicas, de 20 de outubro de 2026, que integra o processo.

As páginas indicadas seguem a numeração "Página X de 75" do rodapé do arquivo do Edital publicado. As demais disposições dos itens corrigidos permanecem como publicadas.

1. COMPRIMENTO MÍNIMO DO VEÍCULO

O comprimento total mínimo do veículo passa de 4.750 mm para 4.700 mm, em todos os pontos do Edital e de seus anexos em que aparece. Ficam mantidos a distância entre eixos mínima de 2.700 mm, o porta-malas mínimo de 150 litros com os 7 (sete) lugares em uso e as demais especificações técnicas mínimas. O ajuste foi recomendado pelo responsável técnico do Laudo, no exercício da autotutela e como aprimoramento do Edital, e aplica-se também à linha Dimensões e capacidades da Tabela 3.1 do Laudo (p. 11 do Laudo).

Documento e item (página do Edital)	Onde se lê	Leia-se
Anexo I, Termo de Referência, item 1.1, tabela do item 01 (p. 18)	comprimento mínimo de 4.750 mm e distância entre eixos mínima de 2.700 mm	comprimento mínimo de 4.700 mm e distância entre eixos mínima de 2.700 mm
Anexo I, Termo de Referência, item 1.4, tabela de especificações, linha Dimensões e capacidades (p. 19)	Comprimento mínimo: 4.750 mm.	Comprimento mínimo: 4.700 mm.
Apêndice A, Estudo Técnico Preliminar, item 3.1, tabela, linha Dimensões e capacidades (p. 35)	Comprimento mínimo: 4.750 mm.	Comprimento mínimo: 4.700 mm.
Apêndice A, Estudo Técnico Preliminar, item 4, tabela do item 01 (p. 38)	comprimento mínimo de 4.750 mm e distância entre eixos mínima de 2.700 mm	comprimento mínimo de 4.700 mm e distância entre eixos mínima de 2.700 mm
Apêndice B, Modelo de Proposta, tabela do item 01 (p. 45)	comprimento mínimo de 4.750 mm e distância entre eixos mínima de 2.700 mm	comprimento mínimo de 4.700 mm e distância entre eixos mínima de 2.700 mm
Apêndice B, Modelo de Proposta, item 4 (Identificação e conformidade do veículo ofertado), linha Comprimento (mm) (p. 46)	Mínimo 4.750 mm	Mínimo 4.700 mm
Anexo VI, Minuta do Contrato, cláusula 1 (Objeto), tabela do item 01 (p. 63)	comprimento mínimo de 4.750 mm e distância entre eixos mínima de 2.700 mm	comprimento mínimo de 4.700 mm e distância entre eixos mínima de 2.700 mm

2. RAIO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA (REDAÇÃO)

A exigência de assistência técnica autorizada em raio de até 100 km de Anahy-PR fica mantida. Corrige-se apenas a redação que atribui esse valor ao Laudo: o Laudo (capítulo 2.11) admite raio máximo de até 150 km, e o Município adotou 100 km, valor contido nesse limite.

Documento e item (página do Edital)	Onde se lê	Leia-se
Anexo I, Termo de Referência, item 4.5, segunda frase (p. 24)	Conforme o Laudo (capítulo 2.11), esse raio contempla os polos regionais de Cascavel e Toledo e oferece margem técnica de segurança, evitando que o veículo precise ser deslocado a centros distantes para revisões e reparos.	O raio de até 100 km foi adotado pelo Município dentro do limite máximo de até 150 km admitido no Laudo (capítulo 2.11). Esse raio contempla o polo regional de Cascavel, situado a cerca de 62 km da sede do Município, e evita que o veículo precise ser deslocado a centros distantes para revisões e reparos.
Apêndice A, Estudo Técnico Preliminar, item 3.3, segundo tópico (p. 37)	Assistência técnica: rede autorizada pelo fabricante em raio de até 100 km de Anahy-PR, contemplando os polos de Cascavel e Toledo (Laudo, capítulo 2.11).	Assistência técnica: rede autorizada pelo fabricante em raio de até 100 km de Anahy-PR, adotado pelo Município dentro do limite máximo de até 150 km admitido no Laudo (capítulo 2.11), contemplando o polo regional de Cascavel.
Mapa de Riscos, risco R11, coluna Medidas preventivas (p. 56)	Exigir na proposta a indicação da rede autorizada no raio do Laudo; verificar no recebimento.	Exigir na proposta a indicação da rede autorizada no raio de até 100 km de Anahy-PR; verificar no recebimento.

3. VERIFICAÇÃO DE COMPETITIVIDADE (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ITEM 5.2, P. 39)

O responsável técnico pelo Laudo emitiu errata da Tabela 4.1 do Laudo (Verificação de Fornecedores), que integra o processo, corrigindo dois erros materiais de preenchimento: no modelo Caoa Chery Tiggo 8 Pro 1.6, o item tanque de combustível passa de ATENDE para NÃO ATENDE (tanque de 51 litros, inferior ao mínimo de 60 litros); no modelo Mercedes-Benz GLB 220, o item motorização passa de ATENDE para NÃO ATENDE (motor com rede elétrica de 48 V, híbrido leve). Em razão dessa errata e do novo comprimento mínimo de 4.700 mm (item 1 desta Errata), a tabela do item 5.2 do Estudo Técnico Preliminar, que reproduz a Tabela 4.1 do Laudo, fica corrigida nas linhas abaixo. As demais linhas permanecem como publicadas.

Linha da tabela (modelo verificado pelo Laudo)	Coluna	Onde se lê	Leia-se
Caoa Chery Tiggo 8 Pro PHEV	Requisitos não atendidos	Motorização, dimensões e capacidades, tanque	Motorização, tanque
Mitsubishi Outlander PHEV	Requisitos não atendidos	Motorização, transmissão, dimensões e capacidades, tanque	Motorização, transmissão, tanque
Mercedes-Benz GLB 220	Requisitos não atendidos	Dimensões e capacidades	Motorização, dimensões e capacidades
Caoa Chery Tiggo 8 Pro 1.6	Requisitos não atendidos	Dimensões e capacidades	Tanque

A conclusão do item 5.2 não se altera: os modelos Jeep Commander Longitude T270, Kia Sorento EX 2.2 e Toyota SW4 SRX Platinum, de três fabricantes distintos, continuam atendendo às especificações mínimas, sem prejuízo da participação de outros modelos não analisados que as atendam.

4. MINUTA DO CONTRATO (ANEXO VI)

A minuta do contrato fica alinhada ao Edital e ao Termo de Referência, que prevalecem em caso de divergência (item 23.18 do Edital e cláusula 7.1 da minuta).

Cláusula (página do Edital)	Onde se lê	Leia-se
Preâmbulo, parágrafo que começa com "O presente Contrato será regido" (p. 63)	pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 013/2026	pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 034/2026
Cláusula 2.1 (p. 64)	Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 013/2026, objeto do processo administrativo n.º 031/2026, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial.	Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 034/2026, objeto do Processo Administrativo n.º 087/2026, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial.
Cláusula 9.1 (p. 66)	O prazo de vigência será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.	O prazo de vigência terá início na data da assinatura do contrato (ou, se as assinaturas forem feitas de forma eletrônica, na data da última assinatura) e abrangerá o prazo de entrega e o prazo de garantia de fábrica ofertado, de no mínimo 4 (quatro) anos, nos termos do item 1.11 do Termo de Referência e do item 14.6 do Edital.
Cláusula 10.2.3 (p. 67)	Verificar minuciosamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a conformidade do objeto recebido provisoriamente	Verificar minuciosamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a conformidade do objeto recebido provisoriamente
Cláusula 11.1, primeira frase (p. 67)	Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional e de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal, contendo (Modalidade e o Número deste edital, Número da Nota de Empenho e Dados Bancários) ao fiscal do contrato.	O pagamento será efetuado em parcela única, em moeda corrente nacional e de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Município, somente após a efetiva entrega e o recebimento definitivo do veículo, em até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, mediante nota fiscal contendo a modalidade e o número deste edital, o número da Nota de Empenho e os dados bancários, apresentada ao fiscal do contrato.
Cláusula 13.1 (p. 68)	Sem prejuízo do disposto no art. 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor - CDC, o prazo de garantia contratual será de no mínimo 12 (doze) meses, salvo prazo maior de garantia ofertada pelo fabricante do bem, a contar da data de início de operação.	Sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), o prazo de garantia de fábrica será de no mínimo 4 (quatro) anos, ou o prazo maior ofertado na proposta, contado do recebimento definitivo ou da data de entrega, conforme as condições do fabricante.
Cláusula 19.1.1 (p. 74)	O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do(a) emissão da solicitação de compra em remessa única.	O prazo de entrega do veículo é de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, em parcela única.
Cláusula 19.2.1 (p. 74)	O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).	O prazo de garantia é o previsto na cláusula 13.1 (garantia de fábrica de no mínimo 4 (quatro) anos), sem prejuízo da garantia legal estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. DISPOSIÇÕES FINAIS
As correções desta Errata não alteram os modelos de veículo aptos a atender ao Edital nem as condições de formulação das propostas, que já decorrem do Edital e do Termo de Referência publicados. Dessa forma, nos termos do art. 55, § 1º, parte final, da Lei nº 14.133/2021, não há reabertura de prazo, e ficam mantidas as datas fixadas na Retificação ao Aviso de Licitação de 9 de outubro de 2026: recebimento das propostas até as 8h, abertura e julgamento das propostas das 8h às 9h e início da sessão de disputa de preços às 9h, todos do dia 23 de outubro de 2026.
Em caso de divergência entre o Edital e os seus anexos, prevalecem as disposições do Edital (item 23.18). Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital e de seus anexos. Esta Errata será divulgada nos mesmos meios do Edital, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na plataforma BNC, e passa a integrar o Edital para todos os fins.

Anahy/PR, 22 de outubro de 2026.

LEILANE DA SILVA
Agente de Contratação

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:7CBC7683

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO QUINTO COLOCADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, E AQUISIÇÃO DE TONER PARA IMPRESSORA, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do **Pregão Eletrônico 041/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):
LOTE 57 - Impressora Monocromática Pro (Médio Volume De Impressão, Mínimo 30 Ppm, Usb, Rede Gigabit, Wireless, Duplex, Com Toner Compatível Disponível No Mercado. Rendimento 2500 Paginas

A empresa**JVO INFORMÁTICA LTDA solicitou a rescisão da Ata de Registro de preços 095/2024.**
Sendo assim, conforme orientação da Procuradoria Municipal, convoca-se o licitante remanescente, na ordem de classificação, **RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO INFORMATICA**, já devidamente classificada em **QUINTO LUGAR** no **LOTE 57**, para que no prazo de **03 (três) dias úteis – 29/10/2026 até às 16:00 horas**, manifeste interesse de contratar o lote.
A contratação se dará nas mesmas condições ofertadas no momento do lance, conforme os preços registrados em ata.

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
57	Impressora Monocromática Pro (Médio Volume De Impressão, Mínimo 30 Ppm, Usb, Rede Gigabit, Wireless, Duplex, Com Toner Compatível Disponível No Mercado. Rendimento 2500 Paginas	IMPRESSORA PANTUM P / 010DW MONOFUNCIONAL	UND	18	R$ 1.440,00	R$ 25.920,00

Caso não aceite será convocado(a) o(a) sexto(a) classificado(a) e assim sucessivamente até a conclusão do processo.

Andirá/PR, 23 de outubro de 2026

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 20.257/2026

Para mais informações entrar em contato pelo número 3538-8100 – ramal 215/216.

Departamento de Contratos
ANA GABRIELY/VANESSA

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:F78E5722

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEXTO COLOCADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, E AQUISIÇÃO DE TONER PARA IMPRESSORA, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do **Pregão Eletrônico 041/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):
LOTE 57 - Impressora Monocromática Pro (Médio Volume De Impressão, Mínimo 30 Ppm, Usb, Rede Gigabit, Wireless, Duplex, Com Toner Compatível Disponível No Mercado. Rendimento 2500 Paginas

A empresa**JVO INFORMÁTICA LTDA solicitou a rescisão da Ata de Registro de preços 095/2024.**
Sendo assim, conforme orientação da Procuradoria Municipal, convoca-se o licitante remanescente, na ordem de classificação, **JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA**, já devidamente classificada em **SEXTO LUGAR** no **LOTE 57**, para que no prazo de **03 (três) dias úteis – 29/10/2026 até às 16:00 horas**, manifeste interesse de contratar o lote.
A contratação se dará nas mesmas condições ofertadas no momento do lance, conforme os preços registrados em ata.

Lote	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
57	Impressora Monocromática Pro (Médio Volume De Impressão, Mínimo 30 Ppm, Usb, Rede Gigabit, Wireless, Duplex, Com Toner Compatível Disponível No Mercado. Rendimento 2500 Paginas	hpp / pro 3003dw	UND	18	R$ 1.450,00	R$ 26.100,00

Caso não aceite será convocado(a) o(a) sétimo(a) classificado(a) e assim sucessivamente até a conclusão do processo.

Andirá/PR, 23 de outubro de 2026

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 20.257/2026

Para mais informações entrar em contato pelo número 3538-8100 – ramal 215/216.
Departamento de Contratos
Ana Gabriely/Vanessa

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:57A862A5

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.389/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 89.735,00 (oitenta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais)**, autorizado pela Lei Orçamentária nº4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA EDUCAÇÃO	
05.001.12.122.0002.2.019.		Manter o Gabinete de Educação	
121 - 3.1.90.13.00.00	1104	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.500,00
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
180 - 3.1.90.11.00.00	1104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
188 - 3.1.91.13.00.00	1104	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00
192 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.093,00
05.002.12.365.0005.2.027.		Manter os Centros de Educação Infantil - Fundeb	
257 - 3.1.90.13.00.00	1101	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.350,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0013.2.044.		Manter o Programa Saúde da Família	
453 - 3.1.90.11.00.00	1494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
460 - 3.1.91.13.00.00	1494	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000,00
06.002.10.301.0015.2.047.		Manter os Agentes Comunitários de Saúde	
477 - 3.1.90.11.00.00	1303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
06.002.10.302.0035.2.161.		Manter o Programa Melhor em Casa	
1476 - 3.1.91.13.00.00	3494	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	9.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001.08.243.0023.6.001.		Manter o Conselho Tutelar	
774 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	792,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.001.04.122.0002.2.098.		Manter o Gabinete da Cultura e Comunicação	
1003 - 3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.000,00
		Total Suplementação:	**89.735,00**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	

05.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA EDUCAÇÃO	
05.001.12.122.0002.2.019.		Manter o Gabinete de Educação	
123 - 3.1.90.16.00.00	1104	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.500,00
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
185 - 3.1.90.16.00.00	1104	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
200 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.093,00
05.002.12.365.0005.2.027.		Manter os Centros de Educação Infantil - Fundeb	
259 - 3.1.90.16.00.00	1101	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.350,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0013.2.044.		Manter o Programa Saúde da Família	
455 - 3.1.90.13.00.00	1494	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.000,00
457 - 3.1.90.16.00.00	1494	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
461 - 3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	16.000,00
06.002.10.301.0015.2.047.		Manter os Agentes Comunitários de Saúde	
481 - 3.1.91.13.00.00	1303	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00
06.002.10.302.0035.2.161.		Manter o Programa Melhor em Casa	
1171 - 3.3.90.37.00.00	3494	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	9.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001.08.243.0023.6.001.		Manter o Conselho Tutelar	
773 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	792,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.001.04.122.0002.2.098.		Manter o Gabinete da Cultura e Comunicação	
1006 - 3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.000,00
		Total Redução:	**89.735,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:77ADBD93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
2ª RETIFICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°023/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 079/2026

O **MUNICÍPIO DE ANTONINA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.516/0001-07, com sede na Rua Quinze de novembro, 150 - Centro, Antonina - PR, 83370-000, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, a presente RETIFICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, fundamentada no art. 75, inciso VIII e da Lei nº 14.133/2021, conforme as especificações e disposições a seguir:

OBJETO:
Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais, com fornecimento de sistema de agendamento, realização de rota de coletas, processamento de amostras hospitalares em regime de 24 horas, emissão de laudos e demais atividades indispensáveis à execução, conforme as condições deste instrumento.

Lote 01

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor total
01	01	Prestação de serviços de exames laboratoriais	Serviço	1	Conforme SIGTAP e acionamento	R$ 750.000,00
01	02	Rota de coleta do Hospital Silvio Bittencourt Linhares – para exames de internamento, urgência e emergência, e das unidades básicas de saúde.	Un.	915	R$ 120,00	R$ 109.800,00
	TOTAL LOTE 01				**R$ 859.800,00**	

Lote 02

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor total
02	01	Kit teste rápido troponina C/ 50un.	Caixa	7	R$ 500,00	R$ 3.500,00
	TOTAL LOTE 02				**R$ 3.500,00**	

	TOTAL DO CERTAME	**R$ 863.300,00**

Conforme ANEXO I do Termo de Referência: Todos os procedimentos indicados no item 01 do Lote 01 serão executados sob demanda e **remunerados pelo valor unitário vigente da Tabela SIGTAP/SUS na competência da realização.**
Na forma do item 10.2 da mesma peça, **o julgamento econômico para o lote 1 considerará o menor valor unitário da rota de coleta indicada no item 2, e, no lote 2, kits de troponina, o menor valor para o insumo**.

JUSTIFICATIVA:
A contratação é indispensável para restabelecer e manter exames essenciais ao diagnóstico, à definição de condutas, ao acompanhamento de doenças crônicas, ao atendimento pré-natal, às ações de vigilância e à assistência hospitalar.
O Hospital Municipal Doutor Sílvio Bittencourt Linhares funciona ininterruptamente e atende urgência, emergência e internamento. A ausência de suporte laboratorial compromete decisões clínicas imediatas, aumenta o risco de agravamento, transferência, internação prolongada e ocorrência de danos evitáveis aos pacientes.
As Unidades Básicas de Saúde dependem de exames para prevenção, diagnóstico precoce, monitoramento terapêutico e continuidade do cuidado. A interrupção afeta toda a rede municipal e provoca acúmulo de demanda.
A dispensa fundamenta-se no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, limitada às parcelas necessárias ao atendimento da situação emergencial e ao período suficiente para a conclusão da contratação ordinária. A emergência não afasta a necessidade de justificar a escolha do contratado e a compatibilidade do preço.

O Município de Antonina/PR irá contratar conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, sendo que estes integram este Aviso, além das condições específicas, os documentos a seguir, que estão disponíveis na plataforma de compras públicas "BLL Compras".

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME E EPP
ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA
ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

RECURSOS ORÇAMENTARIOS
As despesas resultantes desta contratação serão imputadas às seguintes dotações orçamentárias:

07.001.10.301.0030.2015 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 299 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Red 300 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1303 – Saúde - Receitas Vinculadas (EC/00 - 15%)
Red 301 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1369 - Serviços Hospitalares
Red 556 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1494 – Recursos da saúde
Red 298 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 494 – Recursos da saúde
07.001.10.301.0030.2327 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 306 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1495 – Atenção Básica
07.001.10.304.0030.2015 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 323 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)

4.1. MEDIÇÃO E PAGAMENTO
4.1.1. A seleção da contratada observará os critérios objetivos estabelecidos na Cláusula 10 do Termo de Referência, em conformidade com a legislação aplicável, sendo a medição dos serviços realizada mensalmente e correspondente exclusivamente aos serviços efetivamente executados no período, mediante ateste do fiscal do contrato, para fins de pagamento, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento contratual;
4.1.2. Para cada exame, a contratada deverá indicar o código e a descrição SIGTAP, a quantidade, o valor unitário vigente na competência e o subtotal;
4.1.3. A soma mensal será: exames efetivamente realizados multiplicados pelos valores SIGTAP vigentes. Nenhuma medição poderá superar o saldo global do contrato;
4.1.4. Não serão pagos exames sem autorização, duplicados, cancelados, não realizados, sem laudo, em desacordo com o grupo contratado ou cuja repetição decorra de erro imputável à contratada;
4.1.5 Os serviços serão executados sob demanda, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e as solicitações regularmente autorizadas, não havendo garantia de consumo mínimo das quantidades estimadas no Termo de Referência. O pagamento será realizado exclusivamente pelos exames efetivamente executados e devidamente atestados;
4.1.5. O recebimento provisório ocorrerá com a entrega do relatório mensal e da nota fiscal; o definitivo ocorrerá após conferência e ateste da fiscalização, observado o prazo previsto no contrato;
4.1.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a liquidação regular da despesa, mediante nota fiscal, certidões exigíveis, relatório de produção, protocolos de acionamento e ateste, na forma da legislação e dos procedimentos municipais;
4.1.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a descrição dos serviços prestados, o número do processo de dispensa, o número do contrato, o período de referência da medição e demais informações necessárias à identificação da contratação, devendo ser apresentada juntamente com o requerimento formal de pagamento.
4.1.8. A Fatura/Nota Fiscal deverá ser acompanhada da documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista exigida para a liquidação da despesa, especialmente o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e a Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, sem prejuízo dos demais documentos previstos neste Termo de Referência.
4.1.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA, inscrita no CNPJ sob nº 76.022.516/0001-07, com endereço na Rua Quinze de Novembro, nº 150, Centro, Antonina/PR, CEP 83370-000.
4.1.10. O pagamento será realizado mediante depósito ou transferência bancária para a conta corrente indicada pela CONTRATADA no instrumento contratual, após a regular liquidação da despesa.

DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

5.1. Embora a hipótese de contratação direta por dispensa de licitação, fundamentada no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, não esteja abrangida pela previsão específica de divulgação prévia de aviso contida no § 3º do referido dispositivo, a Administração Municipal, em observância aos princípios da publicidade, transparência, competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, optou por conferir ampla publicidade à demanda, possibilitando a apresentação de propostas adicionais por eventuais interessados.

5.1.1. A medida é adotada por aplicação analógica da sistemática prevista no art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, como providência administrativa destinada a ampliar a participação de potenciais fornecedores, estimular a concorrência, favorecer a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública e assegurar maior transparência ao procedimento, sem descaracterizar a natureza emergencial da contratação ou comprometer a celeridade necessária à continuidade dos serviços públicos essenciais de saúde.
5.2. Ressalta-se, ainda, que a presente disposição possui caráter exclusivamente procedimental e de ampliação da publicidade, não implicando qualquer alteração do objeto, das especificações técnicas, dos quantitativos, dos critérios de julgamento, das condições de execução ou dos parâmetros de formação dos preços e de elaboração das propostas. Dessa forma, a previsão de divulgação não modifica as condições originalmente estabelecidas para a formulação das propostas, preservando-se a isonomia entre os interessados, a segurança jurídica e a competitividade do procedimento.
5.3. Poderão apresentar propostas as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Aviso e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.bll.org.br

- A Proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Aviso;
- **O presente Aviso de Contratação Direta será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.**
- **A apresentação das propostas e a eventual disputa serão realizadas exclusivamente por meio da plataforma BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, disponível em BLL – Bolsa de Licitações e Leilões,** no período de **08h00 do dia 26/10/2026 às 08h30 do dia 27/10/2026,** a Sessão Pública ocorrerá às **09:00 do dia 27/10/2026, observadas as condições e especificações estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência.**

5.3. Caso seja a detentora da melhor proposta, após a convocação pelo ente, deverá apresentar os seguintes documentos, para fins de **HABILITAÇÃO**:
5.3.1. Documentação Jurídica:
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- Documentos pessoais dos sócios;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
5.3.2. Documentação Fiscal:
- Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei n.º 12.440, de 2011 e Resolução Administrativa n.º 1.470, editada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 24 de agosto de 2011, ela poderá ser obtida gratuitamente nos sítios daquele tribunal (www.tst.jus.br), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (www.csjt.jus.br), ou de qualquer Tribunal Regional do Trabalho (TRT).
5.3.3. Qualificação Técnica Operacional Simplificada:
Conforme item 11.2 do Termo de Referência, a qualificação técnica compreenderá, no mínimo: atestado de capacidade compatível (emitido por entidade pública ou privada); licença sanitária; registro da empresa e do responsável técnico no conselho competente; comprovação de controle externo de qualidade; declaração de atendimento 24 horas; e documentação dos pontos de coleta e processamento.
- Declarações, conforme os modelos disponibilizados (ANEXO III e IV).

5.4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
5.4.1. Para o julgamento será adotado o critério de **menor preço por lote;**
5.4.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
5.4.3. A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de propostas adicionais, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
5.4.4. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para envio das propostas, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.
5.4.5. Encerrado o procedimento de envio de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
5.4.6. Definida a proposta vencedora, o órgão ou a entidade poderá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares.
5.4.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.
5.4.8. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
5.4.9. Após a análise das propostas e documentos apresentados lavrar-se-á Ata indicando o fornecedor vencedor do processo, para posterior ratificação da autoridade competente.
5.4.10. Encerradas a etapa de recebimento das propostas e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4.11. Não havendo oferecimento de propostas adicionais no prazo de publicidade, será classificado o menor preço obtido durante a fase de pesquisa de mercado que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

DAS OBRIGAÇÕES:
6.1. CONTRATANTE
6.1.1. Emitir requisições e autorizações e efetuar os agendamentos das UBSs no sistema.
6.1.2. Realizar, por profissionais habilitados, a coleta, identificação, acondicionamento e entrega das amostras hospitalares, conforme instruções e normas sanitárias.
6.1.3. Fornecer à contratada as informações indispensáveis, preservando os dados pessoais.

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução, conferir a produção e registrar ocorrências.
6.1.5. Efetuar o pagamento apenas dos exames e acionamentos efetivamente executados, medidos e atestados.
6.1.6. Notificar a contratada sobre falhas e estabelecer prazo para saneamento quando a urgência permitir
6.1.7. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as especificações, condições, prazos e demais exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência;
6.1.8. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento deste serviço;
6.1.9. Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a verificação da efetiva prestação dos serviços e da regularidade da documentação exigida para a liquidação da despesa;
6.1.10. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades verificadas na execução dos serviços, estabelecendo, quando cabível, prazo para sua correção;
6.1.11. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;
6.1.12. Garantir à Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos em que forem exigidas trocas ou no caso de aplicação de sanção; e
6.1.13. Informar ao contratado eventual desacordo com os serviços que estão sendo contratados, identificados mesmo após o recebimento e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

6.2. CONTRATADA:
6.2.1. Executar integralmente os serviços autorizados, mantendo as condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência.
6.2.2. Manter ponto de coleta eletiva e atendimento hospitalar 24 horas nos endereços aprovados.
6.2.3. Fornecer e manter o sistema de agendamento e resultados, com suporte aos usuários municipais.
6.2.4. Garantir identificação, rastreabilidade, integridade, confidencialidade e guarda dos registros laboratoriais.
6.2.5. Disponibilizar relatórios mensais discriminados por paciente, unidade, procedimento SIGTAP, quantidade, valor unitário, subtotal e número do acionamento quando houver.
6.2.6. Comunicar intercorrências, resultados críticos, indisponibilidade e qualquer risco à continuidade.
6.2.7. Cumprir a LGPD e permitir acesso a dados somente a pessoas autorizadas.
6.2.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, tributários, comerciais, sanitários e profissionais decorrentes da execução.
6.2.9. Refazer, corrigir ou complementar, sem ônus, serviços executados em desconformidade.
6.2.10. Facilitar a fiscalização e apresentar documentos e registros quando solicitados.
6.2.11. A execução dos serviços deverá observar integralmente as condições estabelecidas na Cláusula 6 – Modelo de Execução do Objeto, do Termo de Referência, especialmente quanto aos horários e às rotas de coleta, ao atendimento laboratorial em regime de 24 (vinte e quatro) horas, ao recebimento, transporte e processamento das amostras, aos prazos para disponibilização dos resultados e às demais condições operacionais previstas.

7. RESPONSABILIDADES ADICIONAIS DAS PARTES
I. Compete à CONTRATADA a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste processo, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pelo CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA qualquer procedimento legal que porventura houver referente aos objetos contratado;
II. Compete à CONTRATADA comunicar imediatamente à CONTRATANTE em havendo irregularidades relacionadas com a execução do serviço prestado.
III. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas integrantes do contrato, por parte da CONTRATADA, acarretará a responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de outras sanções legais.
IV. A CONTRATANTE se obriga a garantir as condições necessárias para a regular execução do contrato, bem como realizar o pagamento da forma ajustada.

8. DA CONTRATAÇÃO
Após a sessão pública, a Secretaria Municipal de Saúde fará a análise das propostas e condições de habilitação da empresa que apresentar o menor valor, procedendo-se a convocação para a assinatura do contrato de forma imediata.

DOS PRAZOS

9.1. O presente contrato terá vigência de até 06 (seis) meses, contados da data definida no instrumento contratual, com início da execução dos serviços na forma nele estabelecida.
9.2. O contrato possui caráter emergencial e não poderá ser prorrogado, devendo sua vigência observar o prazo máximo estabelecido no item 9.1.
9.3. O contrato será extinto antecipadamente, independentemente do término do prazo previsto no item 9.1, quando o contrato decorrente do procedimento regular de contratação estiver apto à execução, de modo a assegurar a continuidade dos serviços públicos, observadas as formalidades legais aplicáveis.

DAS SANÇÕES
10.1 As partes que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal n. º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
10.2. Conforme o item 15.2 do Termo de Referência, constituem falhas graves, entre outras, a recusa injustificada de acionamento, interrupção do atendimento 24 horas, perda de amostra por erro da contratada, atraso que comprometa conduta clínica, cobrança ao paciente, violação de sigilo e faturamento indevido.

DA EXECUÇÃO

11.1. A execução dos serviços deverá ocorrer em estrita conformidade com as condições, especificações, quantitativos, rotinas, horários e demais exigências **estabelecidas no item 6 do Termo de Referência**.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

DO FISCAL
O fiscal do contrato será designado pelo gestor da pasta, conforme portaria de nomeação e terá as seguintes atribuições:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo paraacorreção;
IV - demais funções previstas na regulamentação municipal.

12.2. GESTOR DO CONTRATO
O gestor do contrato será determinado conforme portaria de nomeação e terá as seguintes atribuições:
I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a suacompetência;
III - demais funções previstas na regulamentação municipal.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO
Conforme item 5.7 do Termo de Referência, não será admitida a subcontratação integral do objeto. Exames de apoio somente poderão ser encaminhados a laboratório legalmente habilitado, sob responsabilidade integral da contratada, sem custo adicional e sem prejuízo dos prazos.

Antonina, 23 de outubro de 2026.

JOÃO PAULO NUNES
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Documento integrante deste Aviso, disponibilizado em arquivo separado.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
PROCESSO N.º 0XX/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0XX/2026

Razão Social: _____, CNPJ: __.___.___/____-__ Logradouro:_____, nº ____, Bairro: _____ Cidade: _____, UF: __, CEP: _____-___, Telefone: (__) _____-____ E-mail: _____
A empresa acima se propõe a fornecer o objeto desta dispensa, conforme discriminado no Termo de Referência - Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Contratação de empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Quantidade/unidade ou medida	Valor Unit. (estimado)	Valor Total (estimado)
XX	XXXXXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXXX

1 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
- O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 dias, contados da data de seu cadastro ou envio.

2 - DECLARAÇÃO:
Nos termos do art. 63, §1º da Lei 14.133/2021 e do Aviso de Dispensa, declaramos para os devidos fins que a proposta acima compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

LOCAL/DATA

_____
Nome do Responsável

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0XX/2026

PROPONENTE:_____
CNPJ:_____
ENDEREÇO:_____
CIDADE:_____
TELEFONE:_____ FAX:_____

OBJETO: _____

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob n.º....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, Sr(a).....portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º ....., DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Data e Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0XX/2026

A EMPRESA....., ATRAVÉS DE SEU REPRESENTATE LEGAL INFRA-ASSINADO, SOB AS PENAS DA LEI, DECLARA:

1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
2. o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
3. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
4. o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
5. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.
6. que não mantém em seu quadro societário ou de empregados cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agentes públicos municipais com poder decisório (Súmula Vinculante nº 13 do STF e art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021)

(Local) _____, __ de _____ de 2026.

_____
Empresa e assinatura do responsável legal

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO
MINUTA
CONTRATO Nº XXX/2026
DISPENSA EMERGENCIAL Nº 023/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE ANTONINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Quinze de Novembro, 150 - Centro, Antonina - PR, 83370-000, inscrito no CNPJ nº 76022516/0001-07, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Excelentíssimo Prefeito em exercício, **Yuri Yoriaki Osaki**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 48.049.293 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 088.293.439-27, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade, inscrita no CPF sob o nº 061409458-52, pelo Secretário Municipal de Saúde, que abaixo assina e a **EMPRESA XXXXXXXX.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº. XXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por **XXXXXXXXX**, XXXXX, inscrito no CPF/ME sob o nº XXXXXXXXXX
O presente contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pela Lei Municipal nº 81/2023, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:
Contratação emergencial de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais, com fornecimento de sistema de agendamento, realização de rota de coletas, processamento de amostras hospitalares em regime de 24 horas, emissão de laudos e demais atividades indispensáveis à execução, conforme as condições deste instrumento.

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor total
01	01	Prestação de serviços de exames laboratoriais	Serviço	1	Conforme SIGTAP e acionamento	R$ 750.000,00
01	02	Rota de coleta do Hospital Silvio Bittencourt Linhares – para exames de internamento, urgência e emergência, e das unidades básicas de saúde.	Un.	915	R$ XXXX	R$ XXXXXX
02	01	Kit teste rápido troponina C/ 50un.	Caixa	7	R$ XXXXXX	R$ XXXXXXXX
	TOTAL				**R$ XXXXXX**	

São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência que deu origem à contratação;
A Autorização de Contratação Direta;
A Proposta do Contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 FUNDAMENTO:
2.1. Este contrato decorre da contratação através de Dispensa de Licitação nº 023/2026 objeto do processo administrativo n.º 079/2026, com fundamento no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:
3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato, conforme tabela constante no item 1 deste contrato.
3.2 O valor estimado do presente contrato é de **R$ XXXXXXXX,XX (XXXXXX)**
3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do serviço contratual, compreendendo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas administrativas, custos com recursos humanos, e demais despesas diretas e indiretas indispensáveis à adequada prestação dos serviços contratados.

4. DO REAJUSTE OU ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS
4.1 Os preços não poderão ser alterados ou atualizados, com exceção em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução contrato tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:
5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas em legislação específica.
5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste contrato.
5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do contratante.
5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:
6.1 A execução do objeto deverá ocorrer em conformidade com as condições, prazos, quantitativos e especificações estabelecidas no **item 6 do Termo de Referência** e demais documentos que integram este instrumento contratual.
6.2 O descumprimento no fornecimento pontual de qualquer dos serviços contratados ensejará a aplicação de glosa na fatura mensal e abertura de processo sancionador.
6.3 A Contratada será responsável por todas as despesas necessárias à adequada execução dos serviços contratados, incluindo recursos humanos, estrutura, manutenção e demais custos inerentes ao cumprimento do objeto contratual.
6.4. A seleção da contratada observará os critérios objetivos definidos no procedimento de contratação e na documentação que o instrui, em conformidade com a legislação aplicável.

7. FONTE DE RECURSOS:
7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:
07.001.10.301.0030.2015 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 299 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Red 300 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1303 – Saúde - Receitas Vinculadas (EC/00 - 15%)
Red 301 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1369 - Serviços Hospitalares
Red 556 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1494 – Recursos da saúde
Red 298 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 494 – Recursos da saúde
07.001.10.301.0030.2327 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 306 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1495 – Atenção Básica
07.001.10.304.0030.2015 – Assistência Médica, Odontológica e Sanitária
Red 323 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários (Livres)

7.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8 PRAZOS
8.1. O contrato terá vigência de até 06 (seis) meses, contados da data definida no instrumento contratual, com início da execução dos serviços na forma estabelecida.
8.2. Em razão de seu caráter emergencial, o contrato não poderá ser prorrogado, devendo sua vigência respeitar o prazo máximo previsto no item 8.1.
8.3. O contrato será extinto antecipadamente quando o contrato decorrente do procedimento regular de contratação estiver apto à execução, independentemente do prazo remanescente, observadas as formalidades legais aplicáveis.

9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
9.1 São obrigações do Contratado:
I – Executar o objeto contratual de acordo com as condições, especificações, prazos e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência, na proposta apresentada e nos demais documentos que integram o processo administrativo;
II – Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, incluindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução do objeto, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade presente ou futura;
III – Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo;
IV – Comunicar à fiscalização ou à gestão contratual qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, indicando as providências necessárias para regularização;
V – Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
VI – Designar preposto para representá-la durante a execução contratual, mantendo comunicação permanente com a Administração para os assuntos relacionados à gestão do contrato;
VII – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual, quando aplicável;
VIII – Cumprir as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis ao objeto contratado;
IX – Permitir e facilitar o acompanhamento, a fiscalização e a realização de diligências pela Administração durante a execução do contrato;
X – Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, quando necessário, eventuais falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, conforme orientações da fiscalização contratual.

XI - Manter registros e documentos relacionados à execução dos serviços, observando o dever de sigilo e a proteção das informações dos usuários, quando aplicável;
XII - Fornecer EPIs e uniformes adequados a todos os colaboradores antes do início das atividades;
XIII - Substituir, no prazo máximo de 24 horas, qualquer profissional que não atenda aos requisitos de conduta ou técnica exigidos pela Administração.
9.2 São obrigações do Contratante:
I. Prestar informações necessárias, com clareza à CONTRATADA, para execução objeto avençado;
II. Apresentar à CONTRATADA os servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade do objeto;
III. Notificar a CONTRATADA para corrigir, imediatamente, eventuais falhas ou irregularidades na execução dos serviços, sempre que constatadas pela fiscalização do contrato;
IV. Emitir "Nota de empenho" autorizando o início da execução do objeto de forma individualizada à CONTRATADA;
V. Acompanhar e fiscalizar permanentemente, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;
VI. Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados, na forma e nas condições estabelecidas neste contrato.
VII. Notificar a CONTRATADA, condutas impróprias de seus funcionários, que eventualmente tomar conhecimento, para adoção das providências cabíveis;
VII. Aplicar, quando necessário, as penalidades, advertências e sanções previstas no avençado, de acordo com as leis que regem a matéria;
VIII. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do avençado.

10 FORMA DE PAGAMENTO
10.1. A medição será mensal e corresponderá exclusivamente aos serviços efetivamente realizados no período.
10.2. Para cada exame, a contratada deverá indicar o código e a descrição SIGTAP, a quantidade, o valor unitário vigente na competência e o subtotal.
10.3. A soma mensal será: exames efetivamente realizados multiplicados pelos valores SIGTAP vigentes. Nenhuma medição poderá superar o saldo global do contrato.
10.4 Durante a transição para a contratação regular, fica vedada a duplicidade de faturamento, devendo cada exame ser cobrado uma única vez pela contratada responsável por sua execução.
10.5. Não serão pagos exames sem autorização, duplicados, cancelados, não realizados, sem laudo, em desacordo com o grupo contratado ou cuja repetição decorra de erro imputável à contratada.
10.6. O recebimento provisório ocorrerá com a entrega do relatório mensal e da nota fiscal; o definitivo ocorrerá após conferência e ateste da fiscalização, observado o prazo previsto neste contrato.
10.7. O pagamento será efetuado após a liquidação regular da despesa, mediante nota fiscal, certidões exigíveis, relatório de produção, protocolos de acionamento e ateste, na forma da legislação e dos procedimentos municipais.
10.8 Os valores devidos pela Administração Pública Municipal serão pagos após liquidação formal, em até 30 (trinta) dias, obrigando-se a contratada a manter conta corrente e a fornecer o número desta conjuntamente com o documento fiscal e fatura correspondente, acompanhado dos documentos fiscais de regularidade perante a seguridade social (FEDERAL/FGTS).
10.9. Dos valores devidos, serão descontados os tributos incidentes na condição de responsável. As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal solicitante, conforme constante na Nota de Empenho.
10.10. A contratada ficará obrigada a emitir Nota Fiscal Eletrônica para pagamento do objeto desta licitação.
10.11. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente vinculado ao CNPJ da Contratada, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor encarregado do recebimento, e observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo de Referência.
10.12. Havendo erro na Nota Fiscal Eletrônica - NFE ou outra circunstância que desaprove a liquidação, esta será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a empresa vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Prefeitura de Antonina/PR.
10.13. Caso haja documentos faltantes ou incorretos não será iniciada a contagem do prazo para pagamento.

10.14 EMPENHO PRÉVIO DO CONTRATO
10.14.1 A execução financeira do presente contrato dependerá da prévia emissão de nota de empenho, nos termos do art. 60 da Lei nº 4.320/1964, que dispõe que *"é vedada a realização de despesa sem prévio empenho".*
10.14.2 A ausência de empenho válido poderá ensejar a suspensão da execução contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade da Administração, nos termos da legislação aplicável.

11 DO CONTROLE, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
11.1. O funcionário responsável pela fiscalização deste contrato deverá anotar em registro próprio e notificar a contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no decorrer da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção e solução, observando a legislação;
11.2. Os fiscais serão designados por Portaria ou Decreto, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento da entrega e/ou execução do objeto pretendido.
11.3. O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
11.4. As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa e contraditório.

12 GARANTIA DE EXECUÇÃO:
12.1 Não será exigida garantia contratual de execução.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13.1. O contratado que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
13.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às penalidades tipificadas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa prévios:
a) Advertência: Por infrações leves e falhas formais sanáveis;
b) Multas:
Moratória: De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado no início dos serviços ou no fornecimento de insumos/uniformes, calculada sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 10%;

Compensatória: De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado do contrato, nas hipóteses de inexecução parcial ou total, abandono injustificado ou rescisão unilateral por culpa exclusiva da Contratada;
c) Impedimento de Licitar e Contratar: No âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Antonina, pelo prazo de até 3 (três) anos;
d) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar: Com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14. CASOS DE EXTINÇÃO:
14.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
14.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
14.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
14.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
14.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
14.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
14.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
14.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
14.3.3 Indenizações e multas.
14.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
14.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).
14.6 O contrato emergencial extinguir-se-á automaticamente, sem necessidade de aviso ou interpelação, na data em que for formalizado o contrato decorrente do procedimento regular de contratação.
14.7. Fica vedada a nova contratação da mesma empresa com fundamento na mesma situação emergencial, ressalvada a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.890.

15. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES
15.1. Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
15.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.2. É admissível a continuidade do contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação da Contratada por outra pessoa jurídica, desde que:
a) sejam mantidos todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação;
b) sejam preservadas as demais cláusulas e condições contratuais; e
c) não haja prejuízo à execução do objeto, mediante anuência expressa da Administração.
15.3. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.
15.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
15.5. Conforme item 5.7 do Termo de Referência, não será admitida a subcontratação integral do objeto. Exames de apoio somente poderão ser encaminhados a laboratório legalmente habilitado, sob responsabilidade integral da contratada, sem custo adicional e sem prejuízo dos prazos.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
16.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade.
16.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.
16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.
16.5 O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula.
16.6 O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
16.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
16.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
16.10 O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
16.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12. As informações relativas ao tratamento de dados pessoais realizado pela CONTRATADA deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como a legislação aplicável.
16.13. As solicitações do titular dos dados pessoais ou de seu representante legal serão atendidas na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), observadas as competências e responsabilidades das partes.
16.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis.
16.15 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
16.16. As dúvidas de natureza jurídica decorrentes da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) poderão ser submetidas à Procuradoria Jurídica do Município, quando necessário.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:
17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o termo de referência e a proposta apresentada pelo Contratado durante o procedimento administrativo que deu origem à contração.
17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e demais leis municipais, estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.
17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca de Antonina – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Antonina, xx de outubro de 2026.

YURI YORIAKI OSAKI
Prefeito

JOÃO PAULO NUNES
Secretário Municipal De Saúde

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:7784DFBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO - EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO

O **MUNICÍPIO DE ANTONINA**, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições do edital que regulamenta o Processo Seletivo de Estágio e a legislação aplicável, torna pública a CLASSIFICAÇÃO FINAL DEFINITIVA DOS CANDIDATOS, APÓS O ENCERRAMENTO DA FASE RECURSAL, nos termos seguintes:

CONSIDERANDO a realização das etapas previstas no edital de abertura do Processo Seletivo de Estágio, com a avaliação dos candidatos e a apuração das respectivas pontuações;
CONSIDERANDO a publicação do Edital de Classificação Final, com a disponibilização das notas e da ordem de classificação dos candidatos participantes;
CONSIDERANDO o encerramento do prazo destinado à interposição de recursos administrativos, bem como a necessidade de consolidação definitiva dos resultados do Processo Seletivo de Estágio;
CONSIDERANDO o término do período de validade do Decreto Municipal nº 246/2026, bem como a necessidade de conclusão e formalização dos atos administrativos relativos ao Processo Seletivo de Estágio;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a publicidade, a transparência, a segurança jurídica, a impessoalidade e a observância dos critérios previamente estabelecidos para a classificação dos candidatos;

RESOLVE:
1. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DEFINITIVA
1.1. Fica divulgada a classificação final definitiva dos candidatos participantes do Processo Seletivo de Estágio, após o encerramento do prazo recursal e a análise dos recursos administrativos eventualmente apresentados, observadas as pontuações obtidas, os critérios de desempate e as demais disposições estabelecidas no edital que rege o certame.
1.2. A classificação final definitiva encontra-se relacionada no Anexo I, parte integrante deste Edital, respeitada a ordem decrescente das notas finais e os critérios de classificação previstos no instrumento convocatório.
1.3. A classificação ora publicada consolida o resultado do Processo Seletivo de Estágio, encerrando-se a etapa de avaliação e classificação dos candidatos na esfera administrativa, ressalvadas as hipóteses legais de revisão dos atos administrativos.

2. DO ENCERRAMENTO DA FASE RECURSAL
2.1. Considera-se encerrada a fase recursal do Processo Seletivo de Estágio, após o transcurso do prazo estabelecido no edital anteriormente publicado e a apreciação dos recursos eventualmente interpostos.
2.2. A classificação definitiva divulgada neste Edital contempla os resultados decorrentes da análise dos recursos administrativos, observados os critérios de avaliação e desempate previamente estabelecidos.
2.3. Com a publicação do presente Edital, considera-se concluída a fase de classificação dos candidatos, para fins de adoção das providências administrativas subsequentes.

3. DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS
3.1. A classificação final definitiva não gera direito automático à contratação ou à celebração de Termo de Compromisso de Estágio, ficando eventual convocação condicionada à necessidade da Administração Pública, à disponibilidade de vagas, à compatibilidade entre o curso e as atividades a serem desenvolvidas e ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.
3.2. As convocações, quando juridicamente cabíveis, observarão a ordem de classificação definitiva, os critérios estabelecidos no edital de abertura e a existência de fundamento administrativo e normativo vigente que autorize a realização dos respectivos atos.
3.3. Os candidatos deverão acompanhar as publicações oficiais do Município de Antonina, por meio das quais serão divulgadas eventuais convocações e demais orientações pertinentes.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1. Fica consolidado, para os devidos fins administrativos, o resultado final definitivo do Processo Seletivo de Estágio, conforme relação constante do Anexo I.
4.2. Os casos omissos serão apreciados pela Administração Municipal, observadas as disposições do edital de abertura, a Lei Federal nº 11.788/2008, a legislação municipal pertinente e os princípios que regem a Administração Pública.
4.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Antonina/PR, 23 de outubro de 2026.

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
CLASSIFICAÇÃO FINAL – PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO NÍVEL MÉDIO

Ficam classificados os candidatos abaixo relacionados ao Processo Seletivo de Estágio da Prefeitura Municipal de Antonina:

	Nome	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	João Pascoal Piemonte Neto	90,5	100	95,25
01	Iago Machado Alves	90,5	100	95,25
02	Victor Bhoaz Menim Alves	95,2	95	95,1
03	Lara Cecyn Pedro	100	90	95
04	Kesselyn Alves Delfino Dutra	85,7	100	92,85
04	Lukas Gilberto Rodrigues	85,7	100	92,85
05	Genei Gustavo Inácio Modesto Cardoso	81	100	90,5
06	Eduardo Luiz Maia Pigurski	90,5	90	90,25
06	Giovanni Kauê Velloso Bueno	90,5	90	90,25
07	Leonardo Rodrigues da Silva Pavanelli	76,2	100	88,1
07	Mirela Pereira Santos Mello	76,2	100	88,1
08	Otavio Soldati Freire	81	95	88
09	Maria Fernanda da Costa Freire	85,7	90	87,85
10	Dafny Cristiny Freire Fernandes	90,5	85	87,75
11	Brian dos Santos da Costa	85,7	85	85,35
12	Luka Gustavo de Almeida Gaspar	90,5	80	85,25
13	Thalita da Silva Bandeira	71,4	97	84,2
14	Alice Valdana Dal Prá	85,7	80	82,85
15	Bruna Sthefany Dias de Souza Bernardo	85,7	78	81,85
16	Beatriz Neves Marceniuk	85,7	75	80,35
16	Yasmin Ribeiro Andrade	85,7	75	80,35
17	Gabriele Aparecida de Lima de Souza	90,5	70	80,25
18	Elianne Pimentel de Paula Xavier	57,1	100	78,55
19	Wisney Allan Tavares de Oliveira	61,9	95	78,45
20	Miguel Severino da Cruz	66,7	90	78,35
21	Lucas Machado Bandeira	85,7	70	77,85
22	Maykel Daniel Pereira da Veiga	61,9	90	75,95
23	Carlos William de Souza Menaides	38,1	95	66,55

***A ordem de classificação acima sofrerá alteração após a aplicação dos critérios de desempate entre os candidatos**.**

CLASSIFICAÇÃO FINAL – PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

Ficam classificados os candidatos abaixo relacionados ao Processo Seletivo de Estágio da Prefeitura Municipal de Antonina:

	Nome	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Cassia Dério Correa Pereira	100	100	100
02	Asafe Ricardo do Nascimento	95,2	100	97,6
02	João Gustavo Goulart Garcia	95,2	100	97,6
03	Rúbia Evelyn Araujo Lima	95,2	98	96,6
04	Mariana Takasaki Nodari Graciano	90,5	100	95,25
04	Raíssa do Nascimento Pereira	90,5	100	95,25
05	Luiz Gustavo Mendes Ferraz	95,2	95	95,1
05	Lyra Esthela Peres Montalto	95,2	95	95,1
06	Lucas da Cruz Chiarelli	85,7	100	92,85
07	Matheus Nemer de Souza	95,2	90	92,6
08	Odaisa de Souza Dias Meira	81	100	90,5
09	Renata Corina Borges Nunes	90,5	90	90,25
10	Louize Cabral Rodrigues	95,2	85	90,1
11	Daniel Alves Casburgo	100	80	90
12	Guilherme Luiz de Paula de Jesus	76,2	100	88,1
13	Lucas Rafael Ramos Vieira	81	95	88
13	Maria Fernanda da Costa dos Santos	81	95	88
14	Jessica Cristina Silva dos Santos	85,7	90	87,85
15	Vinícius Cardoso Gomes de Souza	90,5	85	87,75
16	Alessandra da Costa Cordeiro	90,5	82	86,25
17	Nelson Eduardo de Lima Tavares dos Santos	76,2	95	85,6

18	Nicolas Cabral Freire	81	90	85,5
18	Paula Melissa Teixeira de Souza	81	90	85,5
19	Ana Luisa Alves Fernandes	85,7	85	85,35
20	Arthur Henrique Teixeira Duarte	90,5	80	85,25
21	Arthur Magalhães Mendes	71,4	99	85,2
22	Deklan Gabriel Gonçalves da Silva	95,2	75	85,1
23	Isabela Belém Velloso	81	88	84,5
24	Alcindo Gonçalves Neto	85,7	79	82,35
25	Ana Carolina de Souza Silva	61,9	100	80,95
26	Cauã Honorato Ribeiro Correa	76,2	85	80,6
27	Cauã Fermino Martins Gonçalves	81	80	80,5
27	Emily Christine Machado Carvalho	81	80	80,5
28	Larissa Luana Schmidt Bandeira Velloso	61,9	90	75,95
29	Maria Fernanda Oliveira Jucoski	76,2	75	75,6
30	Everton Affonso Correia	57,1	90	73,55
30	Luize Emanuele Ramos Polidoro	66,7	80	73,35
31	Rennan Caíque Cardozo Martins Miranda dos Santos	76,2	70	73,1
32	Isadora Dias de Oliveira	57,1	89	73,05
33	Enzo de Morais Rosa do Carmo	47,6	95	71,3
34	Elis Pfeiffer Henn	52,4	90	71,2
35	Alexandre Ramos do Rosário	66,7	75	70,85
36	Kauane Kevellyn de Oliveira	52,4	95	68,7
37	Felipe de Lima Ricardo	23,8	100	61,9

***A ordem de classificação acima sofrerá alteração após a aplicação dos critérios de desempate entre os candidatos**.**

CLASSIFICAÇÃO FINAL – PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO NÍVEL SUPERIOR

Ficam classificados os candidatos abaixo relacionados para o Processo Seletivo de Estágio da Prefeitura Municipal de Antonina, de acordo com o curso de graduação informado no ato da inscrição:

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Hiago Martins Pinheiro Gabriel	Administração	90,5	100	95,25
02	Camila da Cruz Oliveira	Administração	90,5	86	88,25

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Caroline da Silva Pinto	Administração Pública	100	100	100

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Nathan Vinicius Servienski	Análise e Desenvolvimento de Sistema	95,2	100	97,6
02	Marcos David Jorge Lima	Análise e Desenvolvimento de Sistema	90,5	90	90,25

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Laysa Fernanda Felix Gouvêa	Biomedicina	85,7	95	90,35
02	Eloise Camile Pereira Albefaro	Biomedicina	71,4	80	75,7

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Emanuelle Vieira da Silva	Ciências Contábeis	100	100	100
02	João Lucas de Souza Pinheiro	Ciências Contábeis	90,5	95	92,75
03	Ana Mara Veiga de Oliveira	Ciências Contábeis	76,2	100	88,1

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Silmara Pires dos Santos	Direito	95,2	100	97,6
01	Thais Amanda Carvalho	Direito	95,2	100	97,6
02	Narrymann Cassilha Santos Carvalho de Souza	Direito	100	95	97,5
03	Joao Guilherme Pinheiro Silva	Direito	95,2	95	95,1
04	Thais de Oliveira	Direito	71,4	100	85,7

***A ordem de classificação acima sofrerá alteração após a aplicação dos critérios de desempate entre os candidatos**.**

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Roger de Oliveira Pinheiro	Educação Física	100	100	100
02	Karina Lima de Araujo	Educação Física	85,7	90	87,85
03	Walmor Eduardo Renaud Braga	Educação Física	66,7	100	83,35

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Inglidy Ramos Cabral	Enfermagem	71,4	100	85,7

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Luis Augusto Coca da Silva Lopes	Engenharia de Software	85,7	82	83,85

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Natan de Lima Peres	Farmácia	85,7	90	87,85

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Lana Louise de Souza Bittencourt Machado	Fisioterapia	100	95	97,5
02	Kaynã Gaspar Goulart Gomes	Fisioterapia	90,5	100	95,25
02	Anna Clara Pires Gonçalves		90,5	100	95,25

		Fisioterapia			
03	Emilly Alves da Silva	Fisioterapia	90,5	95	92,75

***A ordem de classificação acima sofrerá alteração após a aplicação dos critérios de desempate entre os candidatos**.**

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Helena da Silva Fernandes	Gestão Pública	76,2	85	80,6

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Isabella Martins Velozo	Pedagogia	100	100	100
01	Amanda Barreto Medeiros Pinheiro	Pedagogia	100	100	100
02	Thainá Fernandes	Pedagogia	95	100	97,6
03	Rayana Luiza Tavares da Costa	Pedagogia	90,5	100	95,25
04	Evelin Freitas Machado Raymundo	Pedagogia	95,2	95	95,1
05	Magda da Silva Ribeiro	Pedagogia	90,5	98	94,25
06	Josiane Teixeira das Neves	Pedagogia	90,5	95	92,75
07	Kauana Cristina Dias de Melo	Pedagogia	85,7	100	92,85
08	Deniara Stephani do Vale	Pedagogia	81	100	90,25
08	Milena Casburgo Carvalho	Pedagogia	90,5	90	90,25
09	Rafaelly Ferreira Laatsch	Pedagogia	95,2	85	90,1
10	Laura Martins Pinheiro Gabriel	Pedagogia	76,2	100	88,1
11	Ellen Rodrigues Leite	Pedagogia	95,2	80	87,6
12	Isabele Rodrigues	Pedagogia	85,7	85	85,35
13	Beatriz da Silva do Rosario	Pedagogia	85,7	80	82,85

***A ordem de classificação acima sofrerá alteração após a aplicação dos critérios de desempate entre os candidatos**.**

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Alan Francisco de Souza de Oliveira	Licenciatura em História	100	100	100
02	Nadiny Maiara de Oliveira Guedes	Licenciatura em História	100	95	97,5
03	Daniel Misael Bastos Mauricio	Licenciatura em História	95,2	95	95,1

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Emilly Victoria Santos da Cruz Nogocek	Licenciatura em Matemática	95,2	95	95,1

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Marcele Aparecida Pedro da Cruz	Licenciatura em letras - português	95,2	90	92,6

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Reginato Machado da Costa Filho	Licenciatura em letras - português e inglês	90,5	100	95,25

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Breno Aparecido de Paula Pereira	Radiologia	95,2	100	97,6

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Ana Julia Souza Soares	Serviço Social	95,2	95	95,1
02	João Vitor Pinto Teixeira	Serviço Social	90,5	95	92,75

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Maria Eduarda	Nutrição	85,7	100	92,85

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Lays Taymara de Souza da Silva	Investigação Forense e Perícia Criminal	100	85	92,5
02	Pâmela Fernandes Modesto	Investigação Forense e Perícia Criminal	81	90	85,5

	Nome	Curso	Nota Avaliação	Nota Entrevista	Média / Nota Final
01	Eduardo Gabriel da Silva Pereira	Gestão da Tecnologia da Informação	95,2	100	97,6

Para fins de desempate na classificação, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios: *(i)* maior nota na avaliação; *(ii)* maior idade do candidato(a); *(iii)* maior nota na entrevista; *(iv)* maior tempo de participação no curso.

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:B4F7EBF3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
2º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026

2º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2025

ORGÃO GERENCIADOR
O **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da

cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR
Órgão Gerenciador: **Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.**

FORNECEDOR REGISTRADO
A empresa **KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. **09.245.708/0001-87**, com endereço na Rua Willibaldo Kayuser, nº 348, bairro: CIC, CEP: 81.170-590, na cidade de Curitiba/Paraná, Telefone (41) 3042-1069, endereço eletrônico e-mail kleberdalabona@hotmail.com, neste ato representado pelo Sr. KLEBER DE MOURA DALABONA, inscrito no CPF sob nº 006.368.929-48 e portador do RG nº 76788014.

DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e renovação do quantitativo da Ata de Registro de Preços nº 015/2026, proveniente do Pregão Eletrônico nº 060/2025, cujo objeto consiste na **AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**.

DA VIGÊNCIA E QUANTITATIVO
Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº. 15/2026 pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, de **16/01/2027 até o dia 15/01/2028,** renovando-se o quantitativo original.

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	ALFABETO MÓVEL Kit alfabeto móvel em plástico, cartela contendo 26 letras de cores diversas, cada letra medindo 3,0 cm de altura.	PICA PAU	UN.	1.118	6,50	7.267,00
1	2	APONTADOR com depósito em polipropileno, 1 furo para apontar lápis convencional, lâminas de aço temperado, com medidas aproximadas de 6,0 cm x 2,5 cm x 1,5 cm altura x largura x profundidade) cm. Alta qualidade e durabilidade. Produto certificado pelo Inmetro.	FUTURO	UN.	1.535	0,70	1.074,50
1	3	APONTADOR DOIS FUROS - Apontador de lápis com depósito em polipropileno, lamina de aço temperado, com 2 furos (Lápis tradicional e lápis jumbo). Dimensões aproximadas 5x5x2,5 cm. Produto certificado pelo Inmetro.	LYKE	UN.	495	1,10	544,50
1	4	BORRACHA BRANCA COM CAPA PROTETORA - atoxica, para apagar lápis, macia, flexível, capaz de apagar totalmente a escrita com facilidade e sem borrar ou manchar o papel, deve trazer a marca do fabricante na capa protetora. Dimensões aproximadas: 4cmx2mx1cm . Produto certificado pelo Inmetro, conforme NBR 15236/2021 segurança de artigos escolares.	FUTURO	UN.	4.955	0,70	3.468,50
1	5	CADERNO DE DESENHO grande capa dura tipo espiral, com cor única (sem estampas ou figuras) objetivando a padronização do item, com 96 folhas, nas dimensões mínimas de 27,5 cm de largura por 20 cm de altura e de 1ª linha. Miolo: confeccionado em papel off-set de 56 gramas/m2. Capa e contracapa, devem ser em capa dura, com acabamento plastificado na parte externa. Acabamento em arame galvanizado.	PANAMERICANA	UN.	1.939	7,60	14.736,40
1	6	CADERNO QUADRICULADO GRANDE capa dura tipo espiral, com cor predominantemente lisa (sem estampas ou figuras) objetivando a padronização do item, com 96 folhas, nas dimensões mínimas de 20 cm de largura por 27,5 cm de altura, com margem, linhas visíveis e de 1ª linha. Miolo: confeccionado em papel off-set de 56 g/m2 e ser todo quadriculado com a medida de 7mmx7mm. Capa e contracapa, devem ser em capa dura, com acabamento plastificado na parte externa. Acabamento em arame galvanizado.	PANAMERICANA	UN.	1.735	7,60	13.186,00
1	7	CADERNO DE LINGUAGEM GRANDE – Capa Dura, Espiral. Caderno com capa dura e acabamento plastificado externo, cor lisa (sem estampas ou figuras), objetivando padronização do item. Dimensões mínimas: 20 cm de largura x 27,5 cm de altura. Miolo com 96 folhas de papel offset 56 g/m², com linhas visíveis e primeira linha destacada, contendo no mínimo 30 pautas por página. Encadernação em arame galvanizado.	PANAMERICANA	UN.	5.967	7,60	45.349,20
1	8	CADERNO QUADRICULADO PEDAGÓGICO GRANDE capa dura tipo espiral, com cor predominantemente lisa (sem estampas ou figuras) objetivando a padronização do item, folhas internas em papel off-set de 56g/m2, dimensões equivalentes a 210 x 270 mm, formato do quadriculado 10 x 10mm, margem de 1/4, contendo 96 folhas brancas, produto com identificação do fabricante e garantia contra defeitos de fabricação. Acabamento em arame galvanizado.	PANAMERICANA	UN.	259	4,60	1.191,40
1	9	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL ponta média 1.0m, transparente, ponta arredondada, com tampa na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso e haste cega (não cortante) para evitar acidentes ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro. Corpo da caneta deverá conter marca modelo, medida da ponta furo que possui a função de igualar a pressão atmosférica dentro e fora da caneta. Deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga. Características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade.	BIC	UN.	2.038	0,50	1.019,00
1	10	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR PRETA ponta média 1.0m, transparente, ponta arredondada, com tampa na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso e haste cega (não cortante) para evitar acidentes ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem respiro. Corpo da caneta deverá conter marca modelo, medida da ponta furo que possui a função de igualar a pressão atmosférica dentro e fora da caneta. Deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga. Características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade.	BIC	UN.	2.038	0,50	1.019,00
1	11	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR VERMELHA ponta média 1.0m, transparente, ponta arredondada, com tampa na cor da tinta, removível, antiasfixiante, haste para fixação em bolso e haste cega (não cortante) para evitar acidentes ponta metálica e esfera de tungstênio. Plug na extremidade superior deverá ser feita por meio de encaixe na cor da tinta, lisa e sem	BIC	CAIXA	1.019	0,50	509,50

		respiro. Corpo da caneta deverá conter marca modelo, medida da ponta furo que possui a função de igualar a pressão atmosférica dentro e fora da caneta. Deverá apresentar traço uniforme, sem falhas, sem borras e sem excesso de tinta durante o traçado, não podendo ainda possuir folga que permita retração de ponta da caneta durante a escrita. O corpo da caneta deverá possuir resistência apropriada, principalmente junto à ponta da escrita, para suportar o esforço até o final da carga. Características geométricas: - tonalidade: média - escrita: grossa (aproximadamente 1 mm) - a tinta da caneta não poderá apresentar ressecamento pelo período fixado no prazo de validade.					
1	12	CANETINHAS COLORIDAS 12 CORES- Produto certificado pelo INMETRO. Caneta hidrográfica para colorir, corpo em plástico resistente, com tampa ventilada antiasfixiante. Ponta média, em fibra sintética resistente, proporcionando traço uniforme. Tinta à base de água, lavável, não tóxica, de alta qualidade e cores vivas. Estojo com 12 cores variadas.	FUTURO	UN.	1.235	4,00	4.940,00
1	13	PASTA 55MM - Pasta para armazenamento e organização de documentos, com 33,5cm de largura, 24,5 cm de altura e 55mm de espessura. Fabricada em material resistente, com fechamento seguro, ideal para arquivamento de papéis, fichários e documentos administrativos.	POLIBRAS	UN.	587	3,90	2.289,30
1	14	COLA BASTÃO contendo 40 gramas. Livre de solventes, lavável, não tóxica; O sistema de fechamento da tampa + tubo deve manter a cola fresca por mais tempo aumentando a vida útil do produto e reduzindo o desperdício. Devendo vir embalada individualmente, contendo informações sobre o produto e o fabricante. Validade mínima de 1 ano. Produto certificado pelo Inmetro.	LEONORA	UN.	811	1,50	1.216,50
1	15	COLA BRANCA 100 GRAMAS, contendo 100 gramas. Composição do produto, resina de pva, lavável, não tóxica, a embalagem deve conter bico aplicador e tampa adicional no tubo, que evita vazamento e evaporação do produto, não recomendado para crianças menores de três anos. Devendo vir embalada individualmente, contendo informações sobre o produto e o fabricante. Validade mínima de 1 ano. Produto certificado pelo Inmetro.	PIRA	UN.	2.030	1,75	3.552,50
1	16	COLA COLORIDA contendo 23g cada. Caixa com 06 cores diversas, deve possuir bico aplicador. Composta de material não tóxico. A embalagem deve conter informações sobre o produto e fabricante. Validade mínima de 1 ano. Certificada pelo lnmetro.	PIRA	UN.	587	5,00	2.935,00
1	17	COLA COLORIDA COM GLITER frasco com 23 g cada. Caixa com 06 cores diversas, deve possuir bico aplicador. Composta de material não tóxico. A embalagem deve conter informações sobre o produto e fabricante. Validade mínima de 1 ano. Produto certificado pelo Inmetro.	PIRA	UN.	587	6,40	3.756,80
1	18	COMPASSO - Compasso escolar metálico, tampa protetora, estojo acrílico. cores sortidas. A embalagem deve conter informações sobre o produto e fabricante. Certificada pelo lnmetro.	FUTURO	UN.	263	4,70	1.236,10
1	19	GIZ DE CERA – MEU PRIMEIRO GIZ - Conjunto de 6 gizes de cera em cores vibrantes, seguro e não tóxico, formato ergonômico adquado para mãos pequenas, traçado suave e resistente a quebras. Embalagem individual, registro INMETRO. Medindo aproximadamente 7,5X2,5 cm.	FUTURO	UN.	183	7,20	1.317,60
1	20	GIZ DE CERA BIG contendo no mínimo 12 unidades em cores diversas, com superfície lisa e uniforme, isenta de defeitos e deformações, confeccionado com composto por ceras, pigmentos atóxicos. Dimensões mínimas do giz (somente o giz e não da caixa): mínimo 10 cm de comprimento x 1,0 cm de diâmetro, peso aproximado da embalagem 100g. O produto deve ser macio, e possuir alto poder de cobertura. São obrigatórias as cores: preto, amarelo, vermelho, azul claro, azul escuro, verde claro, verde escuro, marrom, branco, laranja, rosa e roxo. Produto certificado pelo Inmetro.	PIRA	UN.	828	3,00	2.484,00
1	21	TRANSFERIDOR de 180°, fabricado em poliestireno com 3 mm de espessura, resistente e durável. Indicado para medir ângulos ao longo de uma circunferência. Produto entregue em embalagem individual. Certificação INMETRO	MAXCRIL	UN.	263	1,20	315,60
1	22	LÁPIS PRETO 2B SEXTAVADO em madeira resistente,sextavado, escrita macia, com ou sem borracha, corpo colorido e/ou preto, sextavado, nº. 2B, mina macia de primeira linha. Devidamente embalado com identificação do fabricante e garantia contra defeito de fabricação. A marca, modelo e a graduação deverá estar gravado no corpo do produto. Composição: resina ou madeira. Comprimento mínimo 17cm. Produto certificado pelo Inmetro.	MASTERPRINT	UN.	6.164	0,25	1.541,00
1	23	LAPIS DE COR JUMBO: Composição: pigmentos, aglutinantes, cargas inertes, ceras e resina. A espessura do grafite deverá ser de no mínimo 4 mm. A caixa deverá conter no mínimo 12 lápis de cores tradicionais e dimensões aproximadas de cada lápis: 15x1,0 cm (AXL), contendo um apontador. Produto certificado pelo Inmetro.	FUTURO	UN.	235	6,90	1.621,50
1	24	LAPIS DE COR: Composição: pigmentos, aglutinantes, cargas inertes, ceras e resina. A espessura do grafite deverá ser de no mínimo 3mm. A caixa deverá conter no mínimo 12 lápis de cores tradicionais e dimensões mínimas de 17,5x0,8 cm (AXL) cada um. Produto certificado pelo Inmetro.	FUTURO	UN.	1.535	4,29	6.585,15
1	25	MASSA DE MODELAR a base de amido. Indicado para trabalhos manuais e escolares, produto que não manche, não tóxica, com 12 cores distintas, caixa contendo peso mínimo de 180g, embalagem deve constar identificação do fabricante e garantia contra defeitos de fabricação. Produto certificado pelo Inmetro.	PIRA	UN.	1.514	3,10	4.693,40
1	26	PAPEL SULFITE produto de origem vegetal, resma de papel branco modelo A4, na cor branca, material sulfite, comprimento 297 mm, largura 210 mm, gramatura 75g/m2, embalagem contendo 100 (cem) folhas do produto, com identificação do fabricante, com garantia contra defeito de fabricação. Produto certificado pelo Inmetro.	REPORT	UN.	1.770	5,50	9.735,00
1	27	PINCEL CHATO Nº 10 pincel escolar, formato chato, cerda natural, virola alumínio, cabo longo amarelo. Ideal para cantos, cobertura de área, contornos e preenchimentos; Indicação de tintas: tinta à base de água; técnica: aquarela, guache.	FUTURO	UN.	639	2,20	1.405,80
1	28	REGUA PLÁSTICA - Régua de 30 cm, na cor cristal, embalagem individual, contendo descrição do produto e fabricante, nas medidas 0,3cmx3,5cmx31cm em poliestireno; com escala de precisão mm e cm. Produto certificado pelo Inmetro.	MAXCRIL	UN.	976	1,40	1.366,40
1	29	TESOURA ESCOLAR COM MOLA - Ponta arrendodada, tamanho aproximado de 13,5 cm, lâminas em aço inoxidável e cabo plástico ergonômico resistente. Possui trava de segurança e mola que facilita o corte, ideal para uso escolar e artesanal. Produto certificado pelo INMETRO	MASTER	UN.	1.770	5,50	9.735,00
1	30	TINTA GUACHE produto não tóxico, solúvel em água, lavável, se aplicado em tecidos, composição de resina, água, pigmentos, carga e conservantes, podendo ser aplicada em papéis, cartolinas, madeiras, cerâmicas e plásticos.A caixa deverá conter 6 frascos de 15 (quinze) ml cada em cores variadas, deve apresentar identificação do fabricante e garantia contra defeito de fabricação. Validade mínima de 1 ano. Certificada pelo Inmetro.	PIRA	UN.	1.174	2,90	3.404,60
1	31	PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO SIMPLES, 100% plástica . Espessura 0,35mm. Textura: super line. Cor: transparente. Dimensões do produto	POLIBRAS	UN.	1.235	1,45	1.790,75

		acabado 235 largura x 350 altura mm. Peso da pasta 0,07 kg. Embalagem com os dados do produto e identificação do fabricante e garantia contra defeito de fabricação.					
1	32	CAIXA PAPELÃO - Caixas de embalagem em papelão ondulado, com dimensões aproximadas de 38 cm de comprimento x 32 cm de largura x 10 cm de altura, gramatura entre 385 g e 400 g, sem impressão, na cor kraft. Devem ser leves e portáteis, de fácil manuseio, transporte e armazenamento, bem como simples de dobrar e guardar. O material deve ser biodegradável e reciclável.	CARTO	UN.	1.183	3,50	4.140,50
1	33	TESOURA ESCOLAR ADAPTADA – Tesoura escolar adaptada para alunos com dificuldade de aderência, deficiência visual ou tremores, com alça dupla para manuseio compartilhado. Lâmina reta, sem ponta, em material seguro e resistente. Dimensões: 17 x 7 x 2 cm	BRW	UN.	52	14,90	774,80
1	34	KIT DE ESCRITÓRIO/ESCOLAR - contendo, no mínimo, 66 unidades de acessórios de fixação e organização, composto por clipes metálicos coloridos, prendedores, tachinhas e elásticos coloridos, acondicionados em embalagem plástica redonda e transparente, permitindo visualização do conteúdo. Os itens devem ser confeccionados em materiais resistentes e duráveis, com cores sortidas, de boa qualidade.	BRW	UN.	260	7,00	1.820,00
1	35	BLOCO DE RECADO ADESIVO – com 200 folhas, 4 blocos de cores diferentes, contendo 50 folhas cada bloco, dimensões aproximadas do produto 76mm x 76mm, alta qualidade, a embalagem deve conter informações sobre o produto e fabricante.	BRW	UN.	260	8,00	2.080,00
1	36	MARCADOR DE PÁGINA TIPO SETA - pacote contendo 05 blocos de 25 folhas - cores variadas neon - dimensões aproximadas: 44 x 12 mm, embalada com identificação do produto e do fabricante e com garantia contra defeito de fabricação	BRW	UN.	260	4,00	1.040,00
1	37	CANETA PERMANENTE – Descrição: caneta permanente para ser utilizada em eva, cd, vidro, papel, madeira ou metal. Tem duas pontas, uma grossa de 2,0mm e uma fina de 0,7mm na cor preta. Embalagem com informações do fabricante e do produto.	BRW	UN.	260	2,00	520,00
1	38	CANETA PERMANENTE – Descrição: caneta permanente para ser utilizada em eva, cd, vidro, papel, madeira ou metal. Tem duas pontas, uma grossa de 2,0mm e uma fina de 0,7mm na cor azul. Embalagem com informações do fabricante e do produto.	BRW	UN.	260	2,00	520,00
1	39	CANETA MARCA TEXTO - Cor rosa fluorescente, formato triangular ergonômico, ponta de poliéster chanfrada para marcar com linha grossa ou sublinhar com linha fina (espessura dos traços 0,4 - 3,5 mm), feita de resina termoplástica, tinta à base d agua, corantes e aditivos, selo do inmetro, informações sobre o produto e fabricante.	BRW	UN.	260	2,50	650,00
1	40	CANETA MARCA TEXTO - Cor amarelo fluorescente, formato triangular ergonômico, ponta de poliéster chanfrada para marcar com linha grossa ou sublinhar com linha fina (espessura dos traços 0,4 - 3,5 mm), feita de resina termoplástica, tinta à base d agua, corantes e aditivos, selo do inmetro, informações sobre o produto e fabricante.	BRW	UN.	260	2,30	598,00
1	41	FITA CORRETIVA - Indicada para correção de escrita em papel. Com película adesiva de secagem rápida, fácil aplicação e resistência ao manuseio. Apresenta largura de 5 a 8 mm, comprimento de 6 a 12 m. Produto atóxico, seguro para uso escolar e escritório. Embalagem individual, contendo informações sobre fabricante e instruções de uso.	MASTER	UN.	260	2,60	676,00
1	42	TESOURA MULTIUSO - com 8,5" (21 cm), lâminas em aço inoxidável e cabo ergonômico em plástico resistente. Ideal para uso doméstico, escolar e em escritório, proporcionando cortes precisos e confortáveis.	LYKE	UN.	260	5,08	1.320,80
VALOR TOTAL: R$ 169.427,10 (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e dez centavos)							

DO VALOR
Em razão da prorrogação, o valor total da Ata de Registro de Preços permanece o inicialmente registrado de **R$ 169.427,10** (cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e dez centavos).

DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais clausulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.
Assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente termo, pelas partes e testemunhas abaixo.

Balsa Nova, 23 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR
Órgão Gerenciador

KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:B42EC3B0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 239/2026
PROTOCOLO Nº 25785/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a DISPENSA de licitação que tem por objetivo a **prestação de serviços para manutenção periódica (revisão) dos veículos CHEVROLET/SPIN 1.8L AT LTZ (2026/2026) – PLACAS: UBU9D50 e UBS8H20 em período de garantia**, nos termos do inciso IV alínea "*a",* do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: GRAN PARK VEICULOS LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 03.475.873/0001-49 com sede na Avenida Vicente Machado, nº 2412, Bairro: Centro, CEP: 80.440-020 na cidade de Curitiba/PR.						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	1	Anel bujão carter	Un.	2	24,14	48,28
1	2	Óleo 0W20	Litros	28	22,15	620,20
1	3	Filtro de óleo	Un.	2	47,52	95,04
1	4	Filtro Polen	Un.	2	52,92	105,84
1	5	Fluído de Freio	Un.	2	42,33	84,66
1	6	REVISÃO 20.000 KM - SPIN/CHEVROLET	Un.	2	462,00	924,00

Total: R$ 1.878,02 (um mil, oitocentos e setenta e oito reais e dois centavos)

DOTAÇÕES

PROGRAMÁTICA	**FONTE**	**DESCRIÇÃO**
12001103010016211333903000000	1164	MATERIAL DE CONSUMO
12001103010016211333903900000	1002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Balsa Nova, em 23 de Outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:74A20277

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 206/2026

DECRETO N° 206/2026

Súmula: "Procede a abertura de um *Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.* "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA),

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), destinado a reforço Orçamentário abaixo especificada:

Órgão:	07.000	-	Secretaria Municipal de Indústria, Comercio e Turismo		
Unidade Orçamentária:	07.002	-	Gabinete do Secretário		
07.002.23.122.0002.2042		-	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMICT		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.46.00.00		-	Auxílio-Alimentação	R$	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**10.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**10.000,00**

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10.301.0016.2114		-	Manutenção e Implementação do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS		
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente		
3.1.90.46.00.00		-	Auxílio-Alimentação	R$	25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**25.000,00**

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário
12.001. 10 305 0015.2127		-	Programa de Agentes de Combate a Endemias
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente

3.1.90.46.00.00	-	Auxílio-Alimentação	R$	22.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE			**R$**	**22.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO			**R$**	**47.000,00**

Art. 3º. Constituem recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, abaixo especificados:

I – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	08.000	-	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte		
Unidade Orçamentária:	08.001	-	Educação		
08.001. 12 361 0009.2053		-	Manutenção do Ensino Fundamental - Transferências Constitucionais		
Fonte	0 1 1001	-	Recursos Ordinários (livres) – Educação – exercício corrente		
3.3.90.46.00.00		-	Auxílio-Alimentação	R$	10.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**10.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**10.000,00**

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10.301.0016.2109		-	Apoio aos Serviços Administrativos do FMS		
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente		
3.3.90.46.00.00		-	Auxílio-Alimentação	R$	22.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**22.000,00**

Órgão:	12.000	-	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária:	12.001	-	Gabinete do Secretário		
12.001.10 301 0016.2115		-	Manutenção dos Serviços de Saúde		
Fonte	0 1 303	-	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%) – exercício corrente		
3.3.90.46.00.00		-	Auxílio-Alimentação	R$	25.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**25.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**47.000,00**

Art. 4º.A abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2042, 2053, 2109, 2114, 2115 e 2127, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
23	FUNÇÃO: Comercio e Serviços	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras			
2042	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços Administrativos da SMICT		639.029,00	549.698,00	585.286,00	623.572,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas			
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068	1068	1068	1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras			
2053	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - Transferências Constitucionais		6.341.398,69	5.021.065,00	5.316.820,00	5.568.064,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas			
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		12	12	12	12
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras			
2109	ATIVIDADE: Apoio aos Serviços Administrativos do FMS		3.533.734,78	2.475.296,00	2.618.863,00	2.770.750,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	Programa Atendido/ Unidade	Metas Físicas			
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		1	1	1	1
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras			
2114	ATIVIDADE: Manutenção e Implementação do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS		1.447.775,00	1.483.527,49	1.582.001,00	1.673.757,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas			
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		12	12	12	12
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras			
2115	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços de Saúde		9.587.122,95	9.225.743,00	9.765.492,00	10.435.924,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
10	FUNÇÃO: Saúde	Programa Atendido/ Unidade	Metas Físicas			
305	SUBFUNÇÃO: Vigilância Epidemiológica		1	1	1	1
0016	PROGRAMA: - Programa de		Metas Financeiras			

	Assistência a Saúde					
2127	ATIVIDADE: Programa de Agentes de Combate a Endemias		335.181,00	278.647,00	284.856,00	291.426,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas nas Ações Orçamentarias 2042, 2053, 2109, 2114, 2115 e 2127, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
23	FUNÇÃO: Comercio e Serviços	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras
2042	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços Administrativos da SMICT		639.029,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
12	FUNÇÃO: Educação	Alunos Atendidos / Aluno	Metas Físicas
361	SUBFUNÇÃO: Ensino Fundamental		1068
0009	PROGRAMA: - Programa Educando com Qualidade		Metas Financeiras
2053	ATIVIDADE: Manutenção do Ensino Fundamental - Transferências Constitucionais		6.341.398,69

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
10	FUNÇÃO: Saúde	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		12
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
2109	ATIVIDADE: Apoio aos Serviços Administrativos do FMS		3.533.734,78

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
10	FUNÇÃO: Saúde	Programa Atendido/ Unidade	Metas Físicas
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		12
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
2114	ATIVIDADE: Manutenção e Implementação do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS		1.447.775,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
10	FUNÇÃO: Saúde	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas
301	SUBFUNÇÃO: Atenção Básica		12
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
2115	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços de Saúde		9.587.122,95

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026
10	FUNÇÃO: Saúde	Programa Atendido/ Unidade	Metas Físicas
305	SUBFUNÇÃO: Vigilância Epidemiológica		1
0016	PROGRAMA: - Programa de Assistência a Saúde		Metas Financeiras
2127	ATIVIDADE: Programa de Agentes de Combate a Endemias		335.181,00

Art. 6°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 23 de outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:53038C7C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 207/2026

DECRETO N° 207/2026

Súmula: "Procede a abertura de um *Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício de 2026 e promove alterações no Plano Plurianual 2026-2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.* "

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,**Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (LDO) e na Lei Municipal nº 1471 de 12 de dezembro de 2025 (LOA),

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto autoriza o Executivo a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Fiscal do Município de Balsa Nova para o exercício financeiro de 2026 e a efetuar as correspondentes alterações nas Leis Municipais de nº 1451 de 27 de agosto de 2025 (Plano Plurianual), e nº 1456 de 16 de setembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Art. 2°. Fica aberto no Orçamento Fiscal do exercício financeiro de 2026, aprovado pela Lei nº 1471 de 12 de dezembro de 2025, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ R$ 6.000,00 (seis mil reais), destinado a reforço Orçamentário abaixo especificada:

Órgão:	03.000	-	Procuradoria Geral do Município
Unidade Orçamentária:	03.002	-	Gabinete do Procurador

03.002.03.122.0002.2009		-	Manutenção das Atividades Jurídicas		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.3.90.40.00.00		-	Serviços da Tecnologia da informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	R$	6.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**6.000,00**
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**6.000,00**

Art. 3º. Constituem recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, de que trata o art. 1º do presente Decreto, abaixo especificados:

I – Provenientes do cancelamento parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme disposto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março 1964, abaixo especificadas:

Órgão:	03.000	-	Procuradoria Geral do Município		
Unidade Orçamentária:	03.002	-	Gabinete do Procurador		
03.002.28.846.0000.0011		-	Resgate e pagamento de Precatórias de Pequeno Valor - RPV		
Fonte	0 1 000	-	Recursos Ordinários (livres) – exercício corrente		
3.1.90.91.00.00		-	Sentenças Judiciais	R$	6.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO NA ATIVIDADE				**R$**	**6.000,00**
TOTAL DE REDUÇÃO NO ÓRGÃO				**R$**	**6.000,00**

Art. 4º.A abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas programadas para o exercício financeiro de 2026, nas Ações Orçamentarias 2009 e 0011, estabelecidas no ANEXO II da Lei Municipal nº 1451 de 27 de agosto de 2025 – Plano Plurianual, na forma abaixo descritas:

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
03	FUNÇÃO: Essencial a Justiça	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas			
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12	12	12	12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras			
2009	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Jurídicas		1.205.119,00	1.203.961,00	1.276.191,00	1.353.658,00

Código	Especificação	Produto/Unidade	2026	2027	2028	2029
28	FUNÇÃO: Encargos especiais	Pagamentos Efetuados/ Unidade	Metas Físicas			
846	SUBFUNÇÃO: Outros Encargos Especiais		1	1	1	1
0000	PROGRAMA: Programa de Operações Especiais		Metas Financeiras			
0011	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços Administrativos da SMFO		1.794.000,00	1.876.860,00	2.075.480,00	2.240.526,00

Art. 5º. Em decorrência da abertura do Crédito Adicional Suplementar a que se refere este Decreto, reprograma o montante das despesas e as metas nas Ações Orçamentarias 2009 e 0011, para o exercício de 2026, estabelecidas no ANEXO I, da Lei Municipal nº 1456 de 16 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentária, na forma abaixo descrita:

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
03	FUNÇÃO: Essencial a Justiça	Apoio Administrativo/ Meses	Metas Físicas
122	SUBFUNÇÃO: Administração Geral		12
0002	PROGRAMA: - Programa de Gestão Administrativo		Metas Financeiras
2009	ATIVIDADE: Manutenção das Atividades Jurídicas		1.205.119,00

Código	**Especificação**	**Produto/Unidade**	**2026**
28	FUNÇÃO: Encargos especiais	Pagamentos Efetuados/ Unidade	Metas Físicas
846	SUBFUNÇÃO: Outros Encargos Especiais		1
0000	PROGRAMA: Programa de Operações Especiais		Metas Financeiras
0011	ATIVIDADE: Manutenção dos Serviços Administrativos da SMFO		1.794.000,00

Art. 6°. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 23 de outubro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:B36DCDC6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 14/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
BALSA NOVA/PR

RESOLUÇÃO Nº 14/2026

Súmula: Aprova o Termo de Adesão e Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS), no valor de R$ 75.000,00.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 616/2011, alterada pelas Leis Municipais nº 646/2011 e nº 1052/2018, e demais disposições legais aplicáveis, e considerando a deliberação do colegiado em Reunião Ordinária realizada em 22 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social (PAS), referente ao exercício de 2027, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de outubro de 2026.

Balsa Nova- PR, 22 de outubro de 2026.

ANAILCE DA SILVA OLIVEIRA
Presidente - CMAS

VIVIANE MILLIORIN
Secretária Executiva – CMAS

CMAS BALSA NOVA

ANEXO:

FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS)
PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAS)
VALOR DO REPASSE: R$ 75.000,00

PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR

Atendimento Físico

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	
Famílias e indivíduos acompanhados	70
Famílias e indivíduos atendidos	100
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Crianças de Até 6 Anos	15
Crianças e Adolescentes 6 a 15 Anos	60
Adolescentes de 15 a 17 Anos	15
Jovens de 18 a 29 Anos	00
Pessoas de 30 a 59 Anos	00
Pessoas Idosas	100
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	
Pessoas Idosas	00
Pessoas com Deficiência	00
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Média Complexidade	
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI)	
Famílias e indivíduos acompanhados	30
Famílias e indivíduos atendidos	50
Serviço Especializado em Abordagem Social	
Crianças	00
Adolescentes	00
Jovens	00
Adultos	00
Pessoas Idosas	00
Famílias	00
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à	

	Comunidade – PSC	
	Adolescentes	7
	Jovens	3
	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, idosas	
	Pessoas Idosas	00
	Pessoas com Deficiência	00
	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	
	Jovens	00
	Adultos	10
	Pessoas Idosas	00
	Famílias	00
	Alta Complexidade	
	Serviço de Acolhimento em República	
	Jovens	00
	Adultos	00
	Pessoas Idosas	00
	Serviço de Acolhimento Familiar	
	Crianças e Adolescentes	2
	Serviço de Acolhimento Institucional	
	Abrigo institucional	
	Crianças e Adolescentes	10
	Adultos e Famílias	00
	Pessoas Idosas	03
	Mulheres em situação de violência	03
	Indivíduos em Situação de Rua	00
	Casa-Lar	
	Crianças e Adolescentes	00
	Pessoas Idosas	00

Casa de Passagem	
Adultos e Famílias	00
Indivíduos em Situação de Rua	00
Residência Inclusiva	
Jovens e Adultos com Deficiência	03
Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências	
Famílias	00
Indivíduos	30
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
Auxílio Natalidade	
Benefícios concedidos	40
Auxílio Funeral	
Benefícios concedidos	30
Vulnerabilidade Temporária	
Benefícios concedidos	500
Calamidade Pública	
Benefícios concedidos	30
APRIMORAMENTO DA GESTÃO	
Quantidade de ações previstas	
Gestão e organização da rede de serviços assistenciais	01
Gestão e organização do SUAS	01
Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistencias	01
Gestão da informação do SUAS	01
Implementação da vigilância socioassistencial	01
Apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social	01
Gestão financeira dos fundos de assistência social	01
Monitoramento do SUAS	01
Gestão do Trabalho	01
Atendimento Físico Confirmado	**OK**

Execução de Despesa

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Capital	Custeio	RH
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Capital	Custeio	RH
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Capital	Custeio	RH
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			
Média Complexidade			
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI)	Capital	Custeio	RH
Serviço Especializado em Abordagem Social	Capital	Custeio	RH
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	Capital	Custeio	RH
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, idosas	Capital	Custeio	RH
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Capital	Custeio	RH
Alta Complexidade			
Serviço de Acolhimento em República	Capital	Custeio	RH
Serviço de Acolhimento Familiar	Capital	Custeio	RH
Serviço de Acolhimento Institucional			
Abrigo institucional	Capital	Custeio	RH
Casa-Lar	Capital	Custeio	RH
Casa de Passagem	Capital	Custeio	RH
Residência Inclusiva	Capital	Custeio	RH
Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências	Capital	Custeio	RH
BENEFÍCIOS EVENTUAIS			
Auxílio Natalidade		Custeio	
Auxílio Funeral		Custeio	
Vulnerabilidade Temporária		Custeio	
Calamidade Pública		Custeio	
APRIMORAMENTO DA GESTÃO			
Quantidade de ações previstas			
Gestão e organização da rede de serviços assistenciais	Capital	Custeio	RH
Gestão e organização do SUAS	Capital	Custeio	RH
Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistencias	Capital	Custeio	RH
Gestão da informação do SUAS	Capital	Custeio	RH
Implementação da vigilância socioassistencial	Capital	Custeio	RH
Apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social	Capital	Custeio	RH
Gestão financeira dos fundos de assistência social	Capital	Custeio	RH
Monitoramento do SUAS	Capital	Custeio	RH
Gestão do Trabalho	Capital	Custeio	RH
Execução de Despesa Confirmado			

Financiamento

Item	Valor Parcela	Qtde Parcela	Total
Nenhum Serviço encontrado			

Resumo Executivo

Valor previsto a ser repassado pelo FNAS	R$ 51.948,00
Valor previsto a ser repassado pelo FEAS	R$ 75.000,00
Recursos próprios a serem alocados neste Fundo Municipal	R$ 5.042.435,00
Total de recursos alocados para execução do objeto deste repasse	R$ 5.169.383,00
Resumo Executivo Confirmado	**OK**

Publicado por:
Fernando Magatão
Código Identificador:B20C5714

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº121 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **BÉRITH COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº57.642.694/0001-88, neste ato representada por ROSANA FRANCISCO REBELLATO FERNANDES, portador do CPF sob n° 03279886902, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 10.289,10, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	60167	AGULHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, APLICAÇÃO:GENGIVAL / ANESTESIA, DIMENSÃO:30 G LONGA, TIPO PONTA :COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONECTOR P/ SERINGA CARPULE, TIPO	CAIXA	60,00	26,38	1.582,80
1	2	60178	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: HEIDBRINK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RAÍZES, TAMANHO: Nº 3	UNID	10,00	22,18	221,80
1	3	53430	CABO ESPELHO BUCAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO:OITAVADO, TIPO USO:AUTOCLAVÁVEL	UNID	30,00	3,99	119,70
1	4	53442	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO, TIPO:RESTAURAÇÃO, ATIVAÇÃO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, ASPECTO FÍSICO:PÓ + LÍQUIDO, APRESENTAÇÃO:CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:EROSÃO MÁXIMA 0,17 MM, TEMPO DE PRESA:	UNID	30,00	75,20	2.256,00
1	5	60192	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO, TIPO:RESINOSO, ATIVAÇÃO: FOTOPOLIMERIZÁVEL, APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	UNID	20,00	66,92	1.338,40
1	6	55700	CIMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:RESTAURADOR PROVISÓRIO, ATIVAÇÃO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, ASPECTO FÍSICO:PASTA TIPO RESINA	UNID	30,00	28,00	840,00
1	7	47527	CIMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:TEMPORÁRIO, COMPOSIÇÃO:ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL, ASPECTO FÍSICO:BASE + CATALISADOR, APRESENTAÇÃO:CONJUNTO COMPLETO	UNID	20,00	32,16	643,20
1	8	60201	CURETA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, REFERÊNCIA:NR 87, FORMATO:CÔNCAVO CORPO DUPLO, TIPO:LUCAS	UNID	10,00	6,99	69,90
1	9	60220	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, MODELO:TIPO 7, TIPO USO:CEROPLASTIA / ESCULTURA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DUPLO, ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, MODELO:DUPLO,	UNID	10,00	8,59	85,90
1	10	55723	EVIDENCIADOR DENTAL, APLICAÇÃO:P/ PLACA BACTERIANA, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO 10ML	FRASCOS	10,00	3,80	38,00
1	11	55729	FLUORETO DE SÓDIO, CONCENTRAÇÃO:2%, FORMA FARMACÊUTICA:GEL TIXOTRÓPICO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ACIDULADO; FRASCO 200ML.	FRASCOS	30,00	4,55	136,50
1	12	55730	FORMOCRESOL USO ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO:FORMALDEÍDO + ORTO-CRESOL, CONCENTRAÇÃO:19% + 35% APROXIMADAMENTE, VEÍCULO:EM SOLUÇÃO GLICERINADA; FRASCO 10ML.	FRASCOS	20,00	9,74	194,80
1	13	55737	HEMOSTÁTICO TÓPICO, PRINCÍPIO ATIVO:CLORETO DE ALUMÍNIO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO 10ML	FRASCOS	30,00	11,05	331,50
1	14	55740	ISOLANTE - USO ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA:METACRILATO, ASPECTO FÍSICO:RESINA TIXOTRÓPICA, TIPO USO:BARREIRA GENGIVAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FOTOPOLIMERIZÁVEL, APRESENTAÇÃO:SERINGA C/ 2 - 2,5	UNID	15,00	5,85	87,75
1	15	53447	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL ARMAÇÃO:POLICARBONATO, MATERIAL LENTE:POLICARBONATO, TIPO LENTE:ANTIEMBAÇANTE, MODELO LENTES:APOIO NASAL COM PROTEÇÃO LATERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:INCOLO	UNID	25,00	6,94	173,50
1	16	55763	PASTA ABRASIVA, APRESENTAÇÃO:GRÃOS, TAMANHO GRÃO:2 A 4 MICRONS, APLICAÇÃO:POLIMENTO FINAL DE PORCELANA E RESINA, TIPO:DIAMANTADA; BISNAGA 2GR	TUBO	15,00	6,71	100,65
1	17	55775	POTE ODONTOLÓGICO, MATERIAL:PVC, FORMATO:CUBA, TIPO:GRAU DE BORRACHA FLEXÍVEL, TAMANHO:GRANDE	UNID	10,00	8,40	84,00
1	18	55776	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:HÍBRIDA, ASPECTO FÍSICO:FLUIDA; SERINGA 2GR (COR: A3)	UNID	20,00	12,86	257,20
1	19	55781	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:NANOPARTICULADAS, ASPECTO FÍSICO:FLUIDA; SERINGA 2GR (COR: A1)	UNID	10,00	12,85	128,50
1	20	55782	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:NANOPARTICULADAS, ASPECTO FÍSICO:FLUIDA; SERINGA 2GR (COR: A2)	UNID	20,00	12,85	257,00
1	21	55783	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:NANOPARTICULADAS, ASPECTO FÍSICO:FLUIDA; SERINGA 2GR (COR: A3,5)	UNID	20,00	12,85	257,00
1	22	55791	SELANTE, TIPO:PARA FÓSSULAS E FISSURAS, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:FOTOPOLIMERIZÁVEL; SERINGA 2,5GR	UNID	30,00	9,45	283,50
1	23	60268	SERINGA ODONTOLOGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO USO:AUTOCLAVÁVEL, CAPACIDADE:1,80 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RETROCARGA, TIPO:CARPULE, APLICAÇÃO:ASPIRAÇÃO	UNID	15,00	30,68	460,20
1	24	60272	TESOURA INSTRUMENTAL, MODELO 1:ÍRIS, TIPO PONTA:PONTA CURVA, CARACTERÍSTICA PONTA:FINA, HASTE:HASTE RETA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 8 CM, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	UNID	5,00	22,76	113,80
1	25	55795	VASELINA: PETROLATO, CONCENTRAÇÃO:PURO, FORMA FARMACÊUTICA:POMADA; EMBAL 30GR	EMBALAGEM	50,00	4,55	227,50

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Bérith Comercio De Produtos Odontologicos LTDA
57.642.694/0001-88
ROSANA FRANCISCO REBELLATO FERNANDES
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:CFCAF6D0

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 53/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO TÉCNICO, DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL, DESTINADOS AO APOIO E ORIENTAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE, FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTROLE INTERNO E NOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS, ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E PROCEDIMENTAIS RELACIONADOS ÀS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO, CONFORME AS CONDIÇÕES, ATIVIDADES E LIMITES ESTABELECIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
CIS CONSULTORIA LTDA	**51.244.803/0001-22**	**R$ 78.000,00**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria com apoio técnico às funções de alta complexidade no âmbito da Administração Pública, para orientação técnica aos servidores nas áreas contábil, financeira, administrativa, execução orçamentária, controle interno, saúde e educação, visando adequar rotinas e procedimentos técnicos à legislação vigente e às orientações do TCE/PR, proporcionando maior eficiência, segurança técnica e otimização dos serviços públicos.	MENSAL	12	6.500,00	78.000,00

Barbosa Ferraz, 5 de Outubro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:67FFDD9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 262/2026

DECRETO N.º 262/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2026 no total de R$ 555.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.320/2025 resolve:

DECRETAR
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2026, na importância de R$ 555.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), mediante as seguintes providências:
· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.001	Departamento de Educação	
12.361.520.2.41	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2010	0103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	75.000,00
12.365.514.2.44	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PRÉ ESCOLA FUNDEB 70%	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2270	0101 Fundeb 70%	60.000,00
	SUBTOTAL	135.000,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.82	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3530	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	280.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3580	0303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00
10.301.601.2.87	AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3930	0494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.000,00

	SUBTOTAL	350.000,00
09	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	
09.001	Departamento de Agricultura	
20.606.901.2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5870	0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
11	Secretaria de Meio Ambiente	
11.001	Departamento de Meio Ambiente	
18.542.1001.2.146	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
6500	0000 Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
	SUBTOTAL	60.000,00
	TOTAL	**555.000,00**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:
1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
4.122.301.2.17	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS	
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
830	0000 Recursos Ordinários (Livres)	60.000,00
	SUBTOTAL	60.000,00
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.001	Departamento de Educação	
12.122.501.2.26	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1350	0103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1610	0103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.000,00
12.361.520.2.37	REESTRUTURAÇÃO FISICA E AQUISIÇÃO DE ACERVOS PARA BIBLIOTECA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1820	0103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
12.365.514.2.44	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PRÉ ESCOLA FUNDEB 70%	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2280	0101 Fundeb 70%	20.000,00
12.365.521.2.46	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL FUNDEB 70%	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
2340	0101 Fundeb 70%	40.000,00
	SUBTOTAL	135.000,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.601.2.87	AÇÕES PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3900	0494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
09	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	
09.001	Departamento de Agricultura	
20.606.901.2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5930	0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	10.000,00
	TOTAL	**255.000,00**

2. O Excesso de Arrecadação por Fonte de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	300.000,00
TOTAL		**300.000,00**

3. O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025 das fontes de recursos abaixo relacionadas, conforme previsto no inciso I, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:
Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1.302/2025, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.303/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026 no que couber.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 24 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:2CCEF80A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
EXTRATO – CONTRATO Nº 06/2026 – DISPENSA Nº 08/2026

EXTRATO – CONTRATO Nº 06/2026 – DISPENSA Nº 08/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE ÁUDIO, VÍDEO E VIDEOCONFERÊNCIA PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL/PR, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, CABOS, CONECTORES E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, BEM COMO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, REGULAGEM, TESTES E ORIENTAÇÃO DE USO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATADA: DIONI AUDIO & VIDEO LTDA – CNPJ: 26.035.126/0001-95

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	MESA DE SOM PROFISSIONAL, COM 20 CANAIS, ENTRADAS XLR E INTERFACE USB.	SOUNDVOICE	UN	1	R$ 2.599,00	R$ 2.599,00
1	2	MICROFONE PROFISSIONAL DO TIPO GOOSENECK, ADEQUADO PARA UTILIZAÇÃO EM MESAS DE PLENÁRIO.	DYLAN	UN	11	R$ 399,00	R$ 4.389,00
1	3	AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA PROFISSIONAL, COM POTÊNCIA DE 600 W.	DATEL	UN	1	R$ 1.899,00	R$ 1.899,00
1	4	SUBWOOFER ATIVO DE 10 POLEGADAS, COM POTÊNCIA DE 150 W.	FRAHM	UN	1	R$ 1.899,00	R$ 1.899,00
1	5	KIT DE MICROFONES PROFISSIONAIS SEM FIO, COMPOSTO POR 02 MICROFONES DE MÃO, COM ALIMENTAÇÃO POR BATERIA.	DYLAN	UN	1	R$ 1.590,00	R$ 1.590,00
1	6	CAIXA ACÚSTICA PARA INSTALAÇÃO FIXA, NA COR BRANCA, ADEQUADA AO SISTEMA DE SONORIZAÇÃO DO PLENÁRIO.	KAZ	UN	6	R$ 899,00	R$ 5.394,00
1	7	TELEVISOR DE 55 POLEGADAS, COM RESOLUÇÃO 4K.	HISENSE	UN	2	R$ 3.229,00	R$ 6.458,00
1	8	CÂMERA PROFISSIONAL PARA VIDEOCONFERÊNCIA CORPORATIVA, DO TIPO PTZ, COM MOVIMENTAÇÃO HORIZONTAL, VERTICAL E ZOOM.	LOGITECH	UN	1	R$ 7.499,00	R$ 7.499,00
1	9	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE ÁUDIO, VÍDEO E VIDEOCONFERÊNCIA PARA O PLENÁRIO, COMPREENDENDO INSTALAÇÃO FÍSICA DOS EQUIPAMENTOS, CONEXÃO E ORGANIZAÇÃO DOS CABOS, INTEGRAÇÃO DOS COMPONENTES, CONFIGURAÇÃO, REGULAGEM, TESTES DE FUNCIONAMENTO, ACABAMENTO E ORIENTAÇÃO DE USO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO.	—	SER	1	R$ 6.118,00	R$ 6.118,00

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 37.845,00 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta e cinco reais)
DO RECURSO FINANCEIRO: O recurso financeiro para atendimento ao objeto do presente exercício, será atendido pela dotação do exercício 2026:
Exercício 2026
Atividade: 01.001.01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal
Classificação econômica: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Subelemento: 3.3.90.39.59.00 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto
Exercício 2026
Atividade: 01.001.01.031.0001.2.001 – Manutenção da Câmara Municipal
Classificação econômica: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Subelemento: 4.4.90.52.33.00 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto

VIGÊNCIA: 23/10/2026 A 23/10/2027.

BOCAIÚVA DO SUL, 23 DE OUTUBRO DE 2026.

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:7FF12DAD

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO Nº 38/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2.021, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista da Ata de abertura e Julgamento exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:
ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	38/2026
Modalidade nº:	Pregão
Data Adjudicação:	22/10/2026
Objeto da Licitação:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO TRANSPORTE ESCOLAR, NAS AREAS URBANAS E RURAIS POR VIAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, COM VEÍCULOS DEVIDAMENTE REGULAMENTADOS COM MOTORISTAS EM TODAS AS LINHAS E MONITOS APENAS NA LINHA PASSA VINTE.

Fornecedores com itens adjudicados:
FORNECEDOR: J. S. B. ARAUJO TRANSPORTES - CNPJ: 06.096.108/0001-06
Valor Total do Fornecedor: 963.314,40 (novecentos e sessenta e três mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos).

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Linha Bom Retiro x Cabeça D'Anta X Sede: Bom Retiro, Marrecas, Maria Angela, Cedrinho, Cabeça D'Anta e Sede (01 veículo fechado, vistoriado pelo detran com motorista devidamente habilitado. Capacidade mínima de 31 lugares).	KM	22.152	R$ 9,70	R$ 214.874,40

4	Pederneiras X Seis Marias X Patos de Cima x Fumal: Pederneiras, Seis Marias e Fumal (01 veículo fechado, vistoriado pelo detran, com motorista devidamente habilitado. Capacidade mínima de 09 lugares).	KM	18.000	R$ 9,68	R$ 174.240,00
5	Carijos X Cabeça D'Anta: Carijos, Marrecas, Macacos, Maria Ângela, Cabeça D'Anta (01 veículo fechado, vistoriado pelo detran, com motorista devidamente habilitador. Capacidade mínima de 12 lugares).	KM	21.600	R$ 8,90	R$ 192.240,00
6	Bom Retiro x Represa: represa, Bom Retiro (01 veículo fechado, vistoriado pelo detran, com motorista devidamente habilitado. Capacidade mínima de 09 lugares).	KM	15.120	R$ 14,90	R$ 225.288,00
7	Pombas X Patos x Pederneiras: Pombas, Patos e Pederneiras. (01 veículo fechado, vistoriado pelo detran, com motorista devidamente habilitado. Capacidade mínima de 09 lugares).	KM	14.400	R$ 10,88	R$ 156.672,00

FORNECEDOR: VERONICA PAMELA ARCANJO - CNPJ: 49.834.388/0001-15
Valor Total do Fornecedor: 733.512,00 (setecentos e trinta e três mil, quinhentos e doze reais).

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	Linha Invernada X Sede: Patinhos de Baixo, Invernada, Patinhos de Cima, Pederneiras, Figueira, Barra das Cruzes, Pau de Sangue, Cabeça D'Anta, Cedrinho, sede (01 veículo fechado, vistoriado pelo detran, com motorista devidamente habilitado. Capacidade mínima de 38 lugares).	KM	19.680	R$ 15,00	R$ 295.200,00
3	Antinha X Caete X São Felipe: Caetê, Pastorzinho, São Felipe, Antinha (01 veículo fechado, vistoriado pelo detran, com motorista devidamente habilitado. Capacidade mínima de 20 lugares).	KM	15.576	R$ 11,00	R$ 171.336,00
9	Palmital x Bela Vista: Palmital, Bela Vista (01 veículo fechado, vistoriado pelo detran, com motorista devidamente habilitado. Capacidade mínima de 20 lugares com assento estafados).	KM	29.664	R$ 9,00	R$ 266.976,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 1.696.826,40 (um milhão, seiscentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)

Lavre-se o Termo de Homologação o Instrumento Contratual e após autorizo a emissão das notas de empenho correspondentes.

Bocaiúva do Sul, 22 de outubro de 2026.

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretário Municipal De Educação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:AF8A4A97

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 1 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DETALHADO 2º QUADRIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Setembro/2025 a Agosto/2026
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS						
	set/2025	out/2025	nov/2025	dez/2025	jan/2026	fev/2026	mar/2026
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.418.756,28	1.506.160,81	1.490.501,53	2.716.439,45	1.622.429,93	1.554.191,02	1.639.266,61
Pessoal Ativo	1.294.974,19	1.370.874,67	1.350.400,37	2.560.318,87	1.494.543,11	1.399.296,84	1.511.518,03
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.153.476,61	1.181.489,94	1.186.143,62	2.230.659,20	1.281.459,93	1.196.174,69	1.308.318,45
Obrigações Patronais	141.497,58	189.384,73	164.256,75	329.659,67	213.083,18	203.122,15	203.199,58
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	123.782,09	135.286,14	140.101,16	156.120,58	127.886,82	154.894,18	127.748,58
Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	36.512,94	45.444,55	36.512,94	72.673,89	36.157,42	39.089,42	35.807,70
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	36.432,00	45.363,61	36.432,00	72.123,43	35.662,00	38.943,72	35.662,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	80,94	80,94	80,94	550,46	495,42	145,70	145,70
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**1.382.243,34**	**1.460.716,26**	**1.453.988,59**	**2.643.765,56**	**1.586.272,51**	**1.515.101,60**	**1.603.458,91**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS						INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	abr/2026	mai/2026	jun/2026	jul/2026	ago/2026	TOTAL (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.575.223,67	1.553.123,60	1.642.980,25	2.052.489,11	1.630.605,73	20.402.167,99	0,00
Pessoal Ativo	1.419.917,73	1.411.767,66	1.514.889,03	1.895.580,45	1.502.155,95	18.726.236,90	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.207.458,98	1.198.396,88	1.300.516,22	1.669.702,21	1.274.960,90	16.188.757,63	0,00
Obrigações Patronais	212.458,75	213.370,78	214.372,81	225.878,24	227.195,05	2.537.479,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	155.305,94	141.355,94	128.091,22	156.908,66	128.449,78	1.675.931,09	0,00
Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	35.807,70	39.787,51	52.941,15	422.949,66	35.662,00	889.346,88	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	384.530,31	0,00	384.530,31	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	35.662,00	38.904,02	52.941,15	38.904,00	35.662,00	502.691,93	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	145,70	883,49	0,00	-484,65	0,00	2.124,64	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**1.539.415,97**	**1.513.336,09**	**1.590.039,10**	**1.629.539,45**	**1.594.943,73**	**19.512.821,11**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**44.650.877,62**	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	700.000,00	---
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	300.000,00	---
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	480.424,00	---
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	---
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA O CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**43.170.453,62**	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**19.512.821,11**	**45,20**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art . 20 da LRF)	**23.312.044,95**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art . 22 da LRF)	**22.146.442,70**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	**20.980.840,46**	**48,60**
FONTE: Sistema e-Pública (1912-6992-331). Unidade Responsável: . Data da emissão: 23/10/2026 e hora de emissão: 08:12.		
Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:EBC5F74C

ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 6 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF 2º QUADRIMESTRE 2026 RETIFICADO

Município de Bom Jesus do Sul - PR		
PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Agosto 2026/Quadrimestre Maio-Agosto		
LRF, art. 48 - ANEXO 06	**R$ 1,00**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	44.650.877,62	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	43.950.877,62	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	43.170.453,62	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	19.512.821,11	45,20
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	23.312.044,95	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)	22.146.442,70	51,30
Limite de Alerta (Incisos II do §1º do art. 59 da LRF)	20.980.840,46	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-17.685.685,85	-40,24
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	52.741.053,14	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.288.280,84	32,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.032.140,42	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.076.561,43	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total		
FONTE: Sistema e-Pública (1339-5262-663). Unidade Responsável: . Data da emissão: 23/10/2026 e hora de emissão: 08:10.		

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:8C5007B7

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 157-2026

DECRETO Nº 157-2026 em 8 de outubro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
2000 - GOVERNO MUNICIPAL
2001 - GABINETE DO PREFEITO
4 - Administração
122 - Administração Geral
2 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO
2.2 - GABINETE DO PREFEITO.
27 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1000 - Recursos Ordinarios
49.000,00 (quarenta e nove mil reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
2000 - GOVERNO MUNICIPAL
2001 - GABINETE DO PREFEITO
4 - Administração
122 - Administração Geral
2 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO
2.2 - GABINETE DO PREFEITO.
21 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
2000 - GOVERNO MUNICIPAL
2001 - GABINETE DO PREFEITO
4 - Administração
122 - Administração Geral
2 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO
2.2 - GABINETE DO PREFEITO.
24 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
1000 - Recursos Ordinarios
49.000,00 (quarenta e nove mil reais)
Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 8 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 8 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1544-7015-343	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 157-2026 de 08/10/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 2000 - GOVERNO MUNICIPAL					
Unidade orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 2 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO					
Ação: 2.2 - GABINETE DO PREFEITO.					
Despesa 21 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
08/10/2026	2651485	Redução da Despesa Anulação			15.000,00
Total da despesa:				0,00	15.000,00
Despesa 24 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
08/10/2026	2651484	Redução da Despesa Anulação			34.000,00
			Total da despesa:	0,00	34.000,00
Despesa 27 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
08/10/2026	2651483	Suplementação Orçamentária Anulação	Anulação de Despesa	49.000,00	
Total da despesa:				49.000,00	0,00
Total da unidade orçamentária:				49.000,00	49.000,00
Total do órgão orçamentário:				49.000,00	49.000,00
Total do fundamento:				49.000,00	49.000,00
Total geral				49.000,00	49.000,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:FE8A698D

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 158-2026

DECRETO Nº 158-2026 em 13 de outubro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26010 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL AO IDOSO
8 - Assistência Social
241 - Assistência à Pessoa Idosa
39 - ASSISTÊNCIA SOCIAL AO IDOSO
2.64 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA - FMDPI
1229 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
31000 - Recursos Ordinarios Sup. exerc. ant.
R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
31000 - Recursos Ordinarios Sup. exerc. ant.	R$ 30.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 13 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 13 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br	**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital**		
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br			1266-3434-962		
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 158-2026 de 13/10/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Unidade orçamentária: 26010 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL AO IDOSO					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa					
Programa: 39 - ASSISTÊNCIA SOCIAL AO IDOSO					
Ação: 2.64 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA - FMDPI					
Despesa 1229 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 31000 - Recursos Ordinarios Sup. exerc. ant. - 2.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
13/10/2026	2651784	Suplementação Orçamentária Superavit f31000	Superavit Financeiro	30.000,00	
			Total da despesa:	30.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	30.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	30.000,00	0,00
			Total do fundamento:	30.000,00	0,00
			Total geral	30.000,00	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:A7ED7BE2

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 159-2026

DECRETO Nº 159-2026 em 16 de outubro de 2026.

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
23000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
23001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
4 - Administração
122 - Administração Geral
22 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA
2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
429 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1000 - Recursos Ordinarios

32.000,00 (trinta e dois mil reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
23000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
23001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
4 - Administração
122 - Administração Geral
22 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA
2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
419 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
23000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
23001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
4 - Administração
122 - Administração Geral
22 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA
2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
422 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
23000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
23001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
4 - Administração
122 - Administração Geral

22 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA
2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
426 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
1000 - Recursos Ordinarios
32.000,00 (trinta e dois mil reais)
Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 16 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 16 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				2301-1511-014	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 159-2026 de 16/10/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 23000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 22 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA					
Ação: 2.29 - MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO					
Despesa 419 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/10/2026	2652266	Remanejamento do Saldo da Despesa			20.000,00
			Total da despesa:	0,00	20.000,00
Despesa 422 - 3.3.90.14.00 - Diárias - Civil					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/10/2026	2652269	Remanejamento do Saldo da Despesa			6.000,00
			Total da despesa:	0,00	6.000,00
Despesa 426 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/10/2026	2652271	Remanejamento do Saldo da Despesa			6.000,00
			Total da despesa:	0,00	6.000,00
Despesa 429 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
16/10/2026	2652265	Remanejamento do Saldo da Despesa		20.000,00	
16/10/2026	2652268	Remanejamento do Saldo da Despesa		6.000,00	
16/10/2026	2652270	Remanejamento do Saldo da Despesa		6.000,00	
			Total da despesa:	32.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	32.000,00	32.000,00
			Total do órgão orçamentário:	32.000,00	32.000,00
			Total do fundamento:	32.000,00	32.000,00
			Total geral	32.000,00	32.000,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:A748CCAB

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 160-2026

DECRETO Nº 160-2026 em 20 de outubro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 53.200,64 (cinquenta e três mil e duzentos reais e sessenta e quatro centavos):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26006 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
8 - Assistência Social
242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
37 - INCLUSÃO E CIDADANIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
2.60 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
1342 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
7009 - Bloco de Investimentos – FEAS
R$ 53.200,64 (cinquenta e três mil e duzentos reais e sessenta e quatro centavos)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 53.200,64 (cinquenta e três mil e duzentos reais e sessenta e quatro centavos):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
7009 - Bloco de Investimentos – FEAS	R$ 53.200,64

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 20 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 20 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1358-8064-180	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 160-2026 de 20/10/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Unidade orçamentária: 26006 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência					
Programa: 37 - INCLUSÃO E CIDADANIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA					
Ação: 2.60 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA					
Despesa 1342 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente					
Fonte de recurso: 7009 - Bloco de Investimentos – FEAS - 1.661.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
20/10/2026	2652618	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	53.200,64	
		excesso de arrecadação f7009 INVESTIMENTO DELIBERAÇÃO Nº 005/2026 – COEDE/PR RESOLUÇÃO Nº 238/2026 SEDEF			
			Total da despesa:	53.200,64	0,00
			Total da unidade orçamentária:	53.200,64	0,00
			Total do órgão orçamentário:	53.200,64	0,00
			Total do fundamento:	53.200,64	0,00
			Total geral	53.200,64	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5C9BF8AA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 161-2026

DECRETO Nº 161-2026 em 22 de outubro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26009 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
8 - Assistência Social
244 - Assistência Comunitária
38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS
2.62 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
1033 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
1940 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Familia e do Cadastro Unico
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26010 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL AO IDOSO
8 - Assistência Social
241 - Assistência à Pessoa Idosa
39 - ASSISTÊNCIA SOCIAL AO IDOSO
2.64 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA - FMDPI
1115 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica(SUAS)
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
8 - Assistência Social
122 - Administração Geral
38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS
2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA
1343 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica(SUAS)
R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
1940 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Familia e do Cadastro Unico	R$ 6.000,00
1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica(SUAS)	R$ 30.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 22 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br			**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1870-5133-871	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 161-2026 de 22/10/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Unidade orçamentária: 26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS					
Ação: 2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA					
Despesa 1343 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica(SUAS) - 1.660.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2026	2652868	Suplementação Orçamentária Excesso de arrecadação	Excesso de Arrecadação	15.000,00	
			Total da despesa:	15.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	15.000,00	0,00
Unidade orçamentária: 26009 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária					
Programa: 38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS					
Ação: 2.62 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL					
Despesa 1033 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1940 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Familia e do Cadastro Unico - 1.660.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2026	2652869	Suplementação Orçamentária Excesso de arrecadação	Excesso de Arrecadação	6.000,00	
			Total da despesa:	6.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	6.000,00	0,00
Unidade orçamentária: 26010 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL AO IDOSO					

Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 241 - Assistência à Pessoa Idosa					
Programa: 39 - ASSISTÊNCIA SOCIAL AO IDOSO					
Ação: 2.64 - FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA - FMDPI					
Despesa 1115 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica(SUAS) - 1.660.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2026	2652867	Suplementação Orçamentária Excesso de arrecadação	Excesso de Arrecadação	15.000,00	
			Total da despesa:	15.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	15.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	36.000,00	0,00
			Total do fundamento:	36.000,00	0,00
			Total geral	36.000,00	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E7189E08

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 162-2026

DECRETO Nº 162-2026 em 22 de outubro de 2026

Dispões sobre remanejamento de recursos Orçamentários no Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, na modalidade de remanejamento de recursos, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26006 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
8 - Assistência Social
242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
37 - INCLUSÃO E CIDADANIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
2.60 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
1192 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
37013 - Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS) (Estadual) Sup. exerc. ant.
R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial/total da fonte conforme tabela a baixo, no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais):

FONTE DE RECEITA	**VALOR R$**
37013 - Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS) (Estadual) Sup. exerc. ant.	R$ 6.500,00

Art. 3º - Fica o Executivo autorizado a efetuar o ajuste dos anexos do PPA e LDO em decorrência do presente decreto e LOA.
Art. 4º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 22 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital Página**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1757-2719-804	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 162-2026 de 22/10/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Unidade orçamentária: 26006 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência					
Programa: 37 - INCLUSÃO E CIDADANIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA					
Ação: 2.60 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA					
Despesa 1192 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 37013 - Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS) (Estadual) Sup. exerc. ant. - 2.661.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2026	2652874	Remanejamento do Saldo da Despesa		6.500,00	
Total da despesa:				6.500,00	0,00
Despesa 1194 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 37013 - Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS) (Estadual) Sup. exerc. ant. - 2.661.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2026	2652875	Remanejamento do Saldo da Despesa			6.500,00
Total da despesa:				0,00	6.500,00
Total da unidade orçamentária:				6.500,00	6.500,00
Total do órgão orçamentário:				6.500,00	6.500,00

Total do fundamento:	6.500,00	6.500,00
Total geral	6.500,00	6.500,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:E5AC12C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2026 - INEXIGIBILIDADE 16/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 239/2026
INEXIGIBILIDADE 16/2026 – (Processo Licitatório 117/2026). DATA DO AVISO: 15/10/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.
CONTRATADA: RENTAL SAAS SERVICOS E SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA – CNPJ: 31.766.438/0001-09.
OBJETO: Formação de registro de preços para aquisição parcelada de **aquisição de telas interativas, com sistema integrado e módulo OPS, do Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR, conforme descrito no Anexo I, parte inseparável deste Edital**, de acordo com as condições e especificações constantes no edital e seus anexos:

Item	Especificação	Quat.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	Aquisição de Tela Interativa de 75 Polegadas com Sistema Integrado e Módulo OPS (Open Pluggable Specification). **Especificações Técnicas Mínimas da Tela Interativa 75 Polegadas** **1. Características do Hardware da Tela Interativa**: Tamanho da Tela Visível (diagonal): Mínimo de 75 polegadas. Tipo de Tela: Plana Touch Screen. Resolução da Imagem: 4K (3840x2160 pixels). Retroiluminação: DLED. Frequência de Atualização: 60Hz. Contraste: 1200:1. Brilho: Mínimo de 350 cd/m². Armazenamento Integrado: Mínimo de 128 GB. Memória RAM Integrada: Mínimo de 8 GB. Processador Integrado: 8 núcleos de processamento, no mínimo. Sistema Operacional Integrado: Android versão 10.0 ou superior. 2 Auto falante integrado, potência mínima de 20W (vinte watts) total do equipamento; Slot OPS; Webcam integrada; Microfone integrado com funcionalidade de cancelamento de eco, supressão/filtro de ruído; Conexões mínimas: 2 x HDMI 2 x USB 3.0 1 x USB Type-C 1 x RJ45 1 x Wi-Fi IEEE 802.11 b/g/n ou Bluetooth 1 x Entrada de Áudio. Alimentação: Bi-Volt automático (100~240v). Vidro Temperado: 3mm. Tecnologia de Toque: IR Touch com capacidade de 20 pontos de toques simultâneos. Alto-falantes: 2 integrados. Suporte: Pedestal móvel com regulagem de altura e rodízio com espessura reforçada e coluna, de fixação da Tela, treliçada garantindo estabilidade e segurança ao conjunto, deve ser fabricado em aço carbono, com pintura eletrostática a pó na cor preta, Deve ter compatibilidade padrão VESA de até 800x400. Carga admissível para no mínimo 60kg Condição: Equipamento deve ser novo **Especificações do OPS (Open Pluggable Specification):** Processador: Equivalente ao Intel i5 ou superior. Memória RAM: Mínimo de 8 GB. Armazenamento: Mínimo de 128 GB. Sistema Operacional: Windows 10 ou superior, devidamente licenciado. Conexões: Compatível com a tela para integração e fácil acoplamento. **3. Aplicação e Funcionamento do Software:** Tela Interativa com software de desenho para interagir com imagem através de toque de dedo (touch) e caneta na tela. ➢ Possuir solução para anotações e colaboração em todas as aplicações, sendo Sistema Operacional Google Android ou Sistema Operacional Microsoft Windows com recursos de nuvem com objetivo de simplificar as discussões em sala de aula, compartilhamento de ideias, nota e opiniões, permitindo o salvamento em nuvem independentemente de onde estejam; ➢ Possuir funcionalidade nativa de acesso a materiais armazenados em nuvens comerciais para iniciar diretamente no display. No mínimo as 2 plataformas: Google Drive e Onedrive; ➢ Possuir funcionalidade para captura de tela em ambos sistemas operacionais, Sistema Operacional Google Android ou Sistema Operacional Microsoft Windows, ambos ajustáveis e que permitam a importação e a capturar telas de qualquer aplicação, incluindo aplicativos, sites e vídeos de qualquer fonte, podendo importar esse conteúdo para o software de colaboração para discussões e anotações adicionais em uma nova página; ➢ Deve ser possível dividir a tela com outros dispositivos na mesma tela; ➢ Deve possuir funcionalidade para compartilhar conteúdo na tela interativa através de QR Code; ➢ Deve possibilitar o espelhamento de tela através da rede cabeada ou sem fio, e que a interatividade esteja habilitada; ➢ Deverá permitir conexão de computador externo com sistema operacional Windows, na versão 10 ou superior. ➢ Deve possuir sensibilidade ao toque da tela deve permitir escrita a partir do uso dos dedos da mão e também de caneta interativa, com ao menos 20 (vinte) pontos de toque e precisão de ± 1mm; ➢ Deve possuir tempo de resposta da tela inferior a 10 ms (dez milissegundos). ➢ Deve ser fornecida, pelo menos, 2 (duas) canetas inteligentes; ➢ ➢ Deve ser fornecido treinamento no tempo necessário para utilização total das funcionalidades da tela. O treinamento poderá ser realizado de forma hibrida presencial/virtual, de acordo com a escolha da contratante e será realizada no consórcio ou no município conforme contratação, sendo que a carga horária ficará a cargo do fornecedor; **4. Energia** Consumo de energia em operação padrão: no máximo 450W. Para atendimento do item anterior, considera-se o funcionamento do equipamento em modo de operação padrão, desconsiderando o uso de acessórios/periféricos, como portas USB. ➢ Alimentação: o equipamento deverá operar entre 110~240 VAC. ➢ Temperatura: O equipamento deverá operar com temperaturas entre 0ºC a 40ºC. ➢ Deverá ser fornecido cabo de força, ou fonte externa, adequado à potência da Tela, para ligação a uma tomada de energia elétrica no padrão brasileiro (NBR 14136), no tamanho adequado à perfeita utilização da mesma pelo usuário. ➢ Se houver necessidade de fonte externa, deve ser original, específica e do mesmo fabricante do equipamento.	01	R$ 14.171,79	R$ 14.171,79

	5. Certificações: Certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 (adotada pelo INMETRO), ou UL 60950, ou Conformité Européenne (CE) ou FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION (FCC). Tal exigência é necessária para comprovar a segurança do equipamento ao usuário; Certificados de Conformidade Técnica válidos e devidamente homologados pela Anatel; Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial, instituição credenciada, documento do fabricante ou ainda através da certificação EPEAT, desde que claramente especificado. Tal exigência é necessária para comprovar que o equipamento atende as necessidades de controle de impacto ambiental em seu processo de fabricação. **6 - Garantia** Garantia de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, compreendendo manutenção corretiva e serviços de assistência técnica. **Modelo: TMK 7511''+ACES**			
Valor Total: R$ 14.171,79 **(quatorze mil e cento e setenta e um reais e setenta e nove centavos)**				

VALOR E PAGAMENTO: Pela prestação de serviços a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 14.171,79 (quatorze mil e cento e setenta e um reais e setenta e nove centavos).** O pagamento será efetuado pelo Ente Participante/ CIEDEPAR via crédito bancário na conta corrente de titularidade da Pessoa Jurídica declarada do fornecedor registrado em até 30 (trinta) dias após o atestado definitivo do responsável pelo recebimento, conferência do bem e também da Nota Fiscal.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para efeitos de indicação de recursos orçamentários será utilizado a seguinte dotação: 09.00 – Departamento de Educação, cultura e esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.029 – Atividades Operacionais de Ensino fundamental 5% e 25% e outros; 44.90.52; Equipamento e Material Permanente; Despesa 1176.
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 23 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:71BFFEAB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

20316776, compreendendo o fornecimento e a instalação do componente, com participação financeira municipal limitada a R$ 463,00.

Item	Descrição	Und	Qtd.	Valor Unt.	Valor Total
1	Franquia securitária para substituição do para-brisa do caminhão Mercedes-Benz Atego, placa BCL7792, com fornecimento e instalação, conforme apólice Porto Seguro nº 0531 7 20316776. Participação municipal limitada a R$ 463,00.	UN	01	R$ 463,00	R$ 463,00
TOTAL GERAL					**R$ 463,00**

CONTRATADA: MG VIDROS AUTOMOTIVOS LTDA
CNPJ: 07.571.746/0063-05 (filial).
VALOR TOTAL AUTORIZADO: R$ 463,00 (quatrocentos e sessenta e três reais), correspondente a uma franquia securitária, e não ao preço integral do reparo.
ATO DE AUTORIZAÇÃO: Daniel Cruz Bartoski
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias corridos, contados da formalização do contrato ou instrumento equivalente, conforme o Termo de Referência.
AVISO PRÉVIO: a não divulgação do aviso para propostas adicionais do art. 75, § 3º, fundamenta-se na utilização da cobertura securitária existente e no pagamento de franquia previamente fixada, conforme decisão motivada da autoridade competente, observadas as condições do atendimento e a regulamentação municipal.
A divulgação deste extrato dá publicidade à autorização da contratação. Permanece a divulgação do contrato ou instrumento equivalente no PNCP, conforme o regime legal aplicável.

Braganey-PR, 23 de outubro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:82E7EFE2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 057.2026 - FÓRMULAS NUTRICIONAIS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 075/2026, referente ao Processo Administrativo nº 119/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 057/2026, registrado no Compras.gov.br sob a Contratação nº 987985-19/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de fórmulas nutricionais destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de

Saúde do Município de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedoras do certame as empresas abaixo relacionadas:

Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Itens/Lotes
ALM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA CNPJ nº 28.921.456/0001-03	R$ 16.500,00	dezesseis mil e quinhentos reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	28
AS MED LTDA. CNPJ nº 55.664.989/0001-20	R$ 46.410,00	quarenta e seis mil quatrocentos e dez reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	27
CENTER NUTRI OESTE COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA CNPJ nº 25.452.163/0001-36	R$ 41.182,00	quarenta e um mil cento e oitenta e dois reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	13, 14 e 18
COMPANY HOSPITALAR LTDA CNPJ nº 51.640.302/0001-65	R$ 50.259,00	cinquenta mil duzentos e cinquenta e nove reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	02 e 07
NEWMEDIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ nº 61.559.074/0001-57	R$ 8.506,00	oito mil quinhentos e seis reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	25
NUTRATEC - TECNOLOGIA EM NUTRIENTES LTDA CNPJ nº 07.902.623/0001-07	R$ 16.261,00	dezesseis mil duzentos e sessenta e um reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	26 e 30
NUTRICAO ORIGINAL LTDA CNPJ nº 18.500.770/0001-69	R$ 112.525,00	cento e doze mil quinhentos e vinte e cinco reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	01, 04, 09, 19, 20, 22 e 29
RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA CNPJ nº 20.740.209/0001-07	R$ 117.914,00	cento e dezessete mil novecentos e quatorze reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	03, 11, 21, 24 e 31
SUPRA LTDA CNPJ nº 53.741.290/0001-90	R$ 24.748,50	vinte e quatro mil setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	08
UNIAO NUTRICIONAL LTDA CNPJ nº 39.835.028/0001-84	R$ 58.993,00	cinquenta e oito mil novecentos e noventa e três reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	05, 10 e 23
VACCARIN & ALFF LTDA CNPJ nº 18.574.431/0001-27	R$ 99.440,00	noventa e nove mil quatrocentos e quarenta reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	06, 12, 16 e 17
VTR COMERCIAL LTDA CNPJ nº 52.932.346/0001-21	R$ 6.195,00	seis mil cento e noventa e cinco reais	Em até 30 dias mediante Nota Fiscal/Fatura	15

O valor total a ser adjudicado e homologado perfaz a quantia de R$ 598.933,50 (quinhentos e noventa e oito mil novecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do presente processo ao setor competente para adoção das providências administrativas cabíveis, especialmente quanto à emissão e formalização do respectivo Contrato, conforme as disposições constantes no instrumento convocatório.

Cafelândia/PR, 23 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:BCA60525

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

MINUTA DE REVISÃO CONSOLIDADA 2026
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS INICIAIS
CAMPO DO TENENTE
OUTUBRO DE 2026

Apresentação
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Campo do Tenente estabelece as diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras para organizar, manter e ampliar a jornada escolar na Rede Municipal de Ensino, assegurando aprendizagem, proteção e desenvolvimento integral às crianças atendidas.
A revisão de 2026 atualiza a política instituída pelo Decreto Municipal nº 016/2024, de 13 de junho de 2024, cuja proposta recebeu parecer favorável do Conselho Estadual de Educação do Paraná por meio do Parecer CEE/CP nº 310/2024, aprovado em 6 de dezembro de 2024, no Protocolo nº 23.058.475-3. Considera a oferta já desenvolvida nos três Centros Municipais de Educação Infantil e na Escola Municipal João Paulo II e incorpora a implantação prevista na Escola Municipal Professor Gunther Urban.
Na Escola Municipal Professor Gunther Urban, prevê-se o atendimento inicial de 120 (cento e vinte) estudantes em tempo integral, com possibilidade de ampliação progressiva. As atividades de ampliação da jornada serão realizadas na unidade do Projeto Piá, como espaço educativo complementar, sob responsabilidade pedagógica da escola e coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Esportes. A articulação com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) observará as condições previstas nesta Política.
A revisão contempla as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei Federal nº 15.388/2026, os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade e a Deliberação CEE/PR nº 09/2025. O planejamento da expansão deverá compatibilizar as metas educacionais com a demanda, a capacidade dos espaços, a disponibilidade de profissionais e os recursos necessários à continuidade do atendimento.
Integram esta minuta o Anexo I, com orientações curriculares por macrocampo e etapa; o Anexo II, com as relações de atividades dos cursos 3005 e 3024 do SERE apresentadas no diagnóstico municipal; e o Anexo III, com os elementos necessários à implantação da oferta da Escola Gunther na unidade do Projeto Piá. As matrizes curriculares específicas, com distribuição de carga horária, serão elaboradas e apreciadas nos procedimentos próprios do sistema de ensino.

Natureza e abrangência

Esta Política é o documento orientador da Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Campo do Tenente. Sua aplicação abrange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental — Anos Iniciais, observadas as especificidades de cada etapa, da Educação Especial e das escolas do campo.
As diretrizes vinculam o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e das instituições de ensino, orientando seus Projetos Político-Pedagógicos, regimentos, propostas curriculares, calendários e planos de ação. A atuação de outros órgãos e parceiros será disciplinada nos instrumentos de formalização correspondentes, respeitadas suas competências.
A aprovação da Política e de sua revisão ocorrerá por ato normativo próprio, após os procedimentos de participação e apreciação pelos órgãos competentes. O planejamento pedagógico e administrativo da oferta não dispensa os atos de regularização exigidos para o funcionamento das instituições e a utilização dos espaços.

I Diretrizes da Educação Integral em Tempo Integral

1.1 Concepção e finalidade
A educação integral compreende o desenvolvimento do estudante em suas dimensões intelectual, física, emocional, social, ética e cultural. A ampliação da jornada escolar deverá traduzir-se em oportunidades de aprendizagem, convivência, investigação, criação e participação, vinculadas aos direitos de aprendizagem e às características de cada comunidade.
A expressão educação em tempo integral designa a organização da oferta com jornada mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, na escola ou em atividades escolares sob sua responsabilidade. A jornada terá organização curricular integrada, com objetivos comuns aos diferentes tempos, profissionais e espaços educativos.
A divisão de horários em períodos ou o desenvolvimento de atividades em locais distintos terá finalidade organizacional. A proposta pedagógica assegurará a continuidade entre as experiências da jornada, evitando a separação entre um período destinado ao conhecimento escolar e outro desarticulado de seus objetivos formativos.

1.2 Princípios e objetivos
A Política observará a igualdade de condições de acesso e permanência, a gratuidade da oferta pública, a gestão democrática, a valorização dos profissionais da educação, a inclusão, o respeito à diversidade e a qualidade social da educação.
São seus objetivos:
• Ampliar as oportunidades educativas e o tempo de participação dos estudantes em atividades escolares, com condições adequadas de atendimento.
• Garantir a articulação entre a Base Nacional Comum Curricular, o Referencial Curricular do Paraná, os conhecimentos do território e as propostas das instituições.
• Fortalecer a alfabetização, a leitura, a escrita, o raciocínio matemático e a recomposição das aprendizagens, sem restringir a formação integral a essas áreas.
• Assegurar o acesso à arte, à cultura, à ciência, às práticas corporais, à educação ambiental e à cultura digital, conforme a etapa de ensino.
• Promover autonomia, cooperação, participação, respeito aos direitos humanos e convivência democrática.
• Reduzir desigualdades educacionais, prevenir o abandono e enfrentar barreiras à participação e à aprendizagem.
• Aproximar escola, famílias, comunidade e serviços públicos, preservando a responsabilidade educacional da instituição de ensino.
• Monitorar o acesso, a permanência, as aprendizagens e as condições de oferta, utilizando os resultados para aperfeiçoar a Política.
A justiça curricular orientará a distribuição de oportunidades para que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento e às experiências formativas. A priorização de públicos vulneráveis será acompanhada de apoios adequados e não poderá produzir segregação, estigmatização ou restrição de direitos.

1.3 Diagnóstico da Rede Municipal de Ensino
O diagnóstico utilizado nesta revisão informa 7 (sete) unidades escolares e 1.126 matrículas na Rede Municipal de Ensino. São três Centros Municipais de Educação Infantil, duas escolas urbanas com Educação Infantil e Ensino Fundamental — Anos Iniciais e duas escolas do campo. Os dados representam a situação informada para a revisão de 2026 e deverão ser atualizados nos registros administrativos e nos sistemas oficiais.

Unidade	Matrículas totais	Tempo integral informado	Previsão de novas vagas
CMEI Tia Sophia	49	49	—
CMEI Pequenos Brilhantes	61	61	—
CMEI Tia Estela	31	31	—
Escola Municipal João Paulo II	371	81	—
Escola Municipal Professor Gunther Urban	533	0	120
Escola Rural Municipal Oracelis Cordova Ribeiro	47	0	Etapa subsequente
Escola Municipal do Campo Elfrido Fabrasil	34	0	Etapa subsequente
Total	1.126	222	120 na Gunther

Os três CMEIs atendem crianças de 0 a 3 anos, em jornada informada das 7h às 18h, totalizando 141 matrículas em tempo integral. Esse número corresponde à totalidade das matrículas informadas para essas unidades, sem significar, por si, atendimento de toda a demanda municipal por creche.
A Escola Municipal João Paulo II possui 371 matrículas. Destas, 81 são informadas como de tempo integral, sendo 16 da Educação Infantil e 65 do Ensino Fundamental, equivalentes a aproximadamente 21,8% das matrículas da escola. Sua jornada é de 8 horas diárias e 40 horas semanais, distribuídas em cinco dias de atividades.
A Escola Municipal Professor Gunther Urban possui 533 matrículas. A implantação prevista abrangerá inicialmente 120 estudantes, equivalentes a aproximadamente 22,5% das matrículas informadas para a unidade, com atividades de ampliação da jornada na unidade do Projeto Piá. O quantitativo é uma previsão de atendimento e será registrado como matrícula efetiva apenas após sua concretização.
A Escola Rural Municipal Oracelis Cordova Ribeiro, com 47 matrículas, e a Escola Municipal do Campo Elfrido Fabrasil, com 34 matrículas, serão consideradas nas etapas subsequentes de expansão, com atenção ao transporte, às características territoriais e à participação de suas comunidades.
A rede informa a oferta de Sala de Recursos Multifuncional Tipo I. O planejamento da jornada integral deverá compatibilizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os demais apoios necessários com a participação dos estudantes nas atividades escolares.
Os indicadores de aprendizagem, fluência leitora e IDEB serão registrados com a identificação da edição, da etapa, da fonte e do período de referência. Os diagnósticos anuais também deverão identificar demanda não atendida, distribuição territorial das vagas e necessidades de infraestrutura e pessoal, evitando comparações entre bases de dados distintas.

1.4 Participação e diagnóstico territorial

A implantação e cada etapa de expansão serão precedidas de diagnóstico participativo, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, com as equipes escolares, os estudantes, as famílias e a rede de proteção. A escuta utilizará reuniões, Conselhos Escolares, associações de pais e outros canais acessíveis à comunidade.
O diagnóstico identificará a demanda por vagas, as necessidades de aprendizagem, as condições de deslocamento, os equipamentos públicos disponíveis, as barreiras de acessibilidade e os recursos necessários. As manifestações recebidas e os encaminhamentos adotados serão registrados, resguardadas as informações pessoais.
A participação das crianças será assegurada por estratégias adequadas à idade e às suas formas de comunicação. As famílias serão informadas sobre objetivos, horários, espaços utilizados, alimentação, deslocamento, critérios de ingresso e canais de acompanhamento.

1.5 Fundamentação normativa
Esta Política observará a Constituição Federal, especialmente os arts. 205, 206, 208, 212, 212-A e 227; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/1996; o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990; e a legislação de inclusão e proteção dos direitos das pessoas com deficiência.
A ampliação da jornada terá como referências a Lei Federal nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral; as Portarias MEC nº 1.495/2023 e nº 2.036/2023; a Resolução FNDE nº 18/2023 e as normas supervenientes aplicáveis aos programas de apoio técnico e financeiro.
Serão observadas a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, com as alterações da Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026; a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026; a BNCC; e as demais diretrizes nacionais relativas às etapas e modalidades atendidas.
No Sistema Estadual de Ensino do Paraná, aplicam-se a Deliberação CEE/PR nº 02/2018, sobre organização escolar; a Deliberação CEE/PR nº 03/2018, atualizada pela nº 07/2025, relativa ao Referencial Curricular do Paraná; a Deliberação CEE/PR nº 06/2025, sobre Educação Infantil; e a Deliberação CEE/PR nº 09/2025, que disciplina a Educação Integral em Tempo Integral e revogou a Deliberação nº 03/2023.
No âmbito municipal, constituem referências o Decreto nº 016/2024, a legislação de carreira do magistério, especialmente a Lei nº 686/2010 e suas alterações, e a Lei nº 1.207/2026, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação. A Lei Municipal nº 869/2015, que aprovou o PME para o decênio 2015–2025, integra o histórico do planejamento educacional, observadas as alterações de sua vigência ou a legislação que a suceder.
O planejamento será compatibilizado com o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, e com os planos estadual e municipal aplicáveis. A atualização desta Política não prorroga, por si, a vigência de plano de educação nem substitui o procedimento legal de sua revisão.
A articulação com o SCFV observará a Lei Federal nº 8.742/1993, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009 e suas atualizações, as normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as orientações técnicas do serviço. O tratamento de dados pessoais seguirá a Lei Federal nº 13.709/2018 e as regras de proteção integral de crianças e adolescentes.

II Gestão e equipe técnica

2.1 Coordenação municipal
A Secretaria Municipal de Educação e Esportes coordenará a execução desta Política, o planejamento da expansão, a orientação pedagógica, a alocação de recursos e o acompanhamento das instituições. Designará, no âmbito da estrutura administrativa legalmente existente, responsável pela articulação técnica da Educação Integral em Tempo Integral.
A designação não implica criação de cargo, função gratificada ou vantagem remuneratória por este documento. As atribuições, a formação e a jornada do profissional observarão a legislação municipal e as exigências aplicáveis à função exercida.
Compete à Secretaria organizar os procedimentos de matrícula e registro, assegurar alimentação e transporte adequados, dimensionar equipes e ambientes, orientar a elaboração das propostas curriculares e promover a formação continuada. O planejamento será articulado aos setores de orçamento, contabilidade, pessoal, obras e manutenção, segundo suas competências.

2.2 Equipe técnica de elaboração e monitoramento
A equipe técnica manterá a composição prevista no art. 21 do Decreto Municipal nº 016/2024, enquanto vigente: dois representantes da Secretaria de Educação, sendo um da equipe pedagógica; um dos profissionais da educação; dois dos diretores, sendo um de CMEI e um de escola; dois da coordenação pedagógica, sendo um de CMEI e um de escola; um do Conselho Municipal de Educação; um do CACS-Fundeb; e um das associações de pais, mestres, professores e funcionários.
O titular da Secretaria Municipal de Educação é membro nato. Serão observadas as regras do ato de regência sobre suplência, nomeação e mandato de dois anos. A participação de representantes da Assistência Social, da Saúde e de outros setores poderá ocorrer por convite técnico, sem alterar a composição deliberativa prevista no ato municipal.
A equipe técnica apoiará a revisão dos documentos, a escuta da comunidade, a análise dos indicadores, a definição de prioridades e o acompanhamento dos planos de ação. Suas reuniões e encaminhamentos serão registrados e comunicados às unidades envolvidas.

2.3 Responsabilidades das instituições e dos conselhos
À direção e à equipe pedagógica de cada instituição caberá elaborar o diagnóstico escolar, atualizar o Projeto Político-Pedagógico e o regimento, organizar a proposta curricular e o calendário, acompanhar os profissionais e manter registros de frequência, atividades e aprendizagem. Será indicado articulador escolar, conforme a organização legal da rede.
Os Conselhos Escolares participarão do planejamento e da avaliação. O Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei nº 1.207/2026, atuará segundo suas competências legais, sem prejuízo das atribuições do Conselho Estadual de Educação e da SEED/PR no sistema de ensino ao qual o Município estiver vinculado. A existência de Conselho Municipal não será tomada, isoladamente, como instituição de sistema municipal autônomo.
O CACS-Fundeb, o Conselho de Alimentação Escolar e os demais órgãos de controle exercerão as atribuições previstas em suas normas. A articulação com o SCFV também observará a gestão e o controle social próprios da Assistência Social.

III Oferta de vagas e organização da jornada

3.1 Atendimento e expansão progressiva
A oferta existente será mantida e qualificada nos CMEIs Tia Sophia, Pequenos Brilhantes e Tia Estela e na Escola Municipal João Paulo II. A implantação na Escola Municipal Professor Gunther Urban constitui a etapa prevista de expansão, com atendimento inicial de 120 estudantes na forma disciplinada nesta Política.

Situação	Estudantes em tempo integral	Percentual sobre 1.126
Diagnóstico da revisão de 2026	222	19,7%
Implantação prevista na Gunther	Acréscimo de 120	10,7 pontos percentuais
Projeção após a implantação	342	30,4%

Com a efetivação das 120 vagas da Gunther, o atendimento projetado passará de 222 para 342 estudantes, correspondendo a aproximadamente 30,4% das 1.126 matrículas utilizadas no diagnóstico, mantidas as demais condições. A projeção não representa matrícula já realizada nem substitui os resultados do Censo Escolar.
O Plano de Expansão distinguirá vagas previstas, ofertadas e ocupadas, especificando a quantidade anual de novas matrículas, as etapas atendidas, as unidades, os custos, os responsáveis e os prazos. A meta municipal indicativa de alcançar cerca de 40% dos estudantes em 2028 será compatibilizada com a implantação da Gunther, a atualização da base de matrículas e as condições de execução. O planejamento anual não reduzirá a trajetória de expansão já efetivada.
O Município contribuirá para as metas do Objetivo 6 do PNE: atendimento de pelo menos 35% dos estudantes da educação básica em, no mínimo, 50% das escolas públicas até o quinto ano de vigência do Plano, e de pelo menos 50% dos estudantes em, no mínimo, 65% das escolas públicas até seu término. As metas serão desdobradas no planejamento municipal conforme suas competências, observada a metodologia oficial de apuração.
O número de escolas com alguma oferta integral será acompanhado separadamente da proporção de matrículas integrais de cada unidade. Não se presumirá o cumprimento de indicadores nacionais apenas pela existência de um grupo em jornada ampliada, quando a metodologia oficial exigir outro percentual de atendimento.

3.2 Matrícula e critérios de equidade
A Secretaria publicará os critérios de acesso, o número de vagas, as unidades e etapas contempladas, o período de inscrição e os procedimentos de classificação e recurso. Quando a demanda superar a capacidade disponível, a priorização considerará, de forma objetiva e justificada, vulnerabilidade social e educacional, situações de acolhimento e proteção, barreiras à aprendizagem, condições familiares de cuidado e necessidades identificadas no diagnóstico territorial.
A monoparentalidade e a jornada de trabalho dos responsáveis poderão compor a análise das condições de cuidado, sem excluir famílias com responsáveis desempregados, em trabalho informal ou em outras situações de vulnerabilidade. A definição dos critérios evitará exigências documentais desproporcionais e terá divulgação acessível.
Serão vedadas seleção por desempenho acadêmico, exclusão em razão de deficiência ou necessidade de apoio e exigência de participação prévia no SCFV como condição de matrícula. A inclusão no SCFV seguirá critérios próprios e não decorrerá automaticamente da vaga escolar.
A lista de espera será atualizada, com critérios de desempate e possibilidade de revisão administrativa. A divulgação dos resultados preservará a identidade e as informações sensíveis dos estudantes. A ampliação das vagas observará a demanda registrada e as condições efetivas de atendimento.
Na oferta com vagas parciais e integrais na mesma instituição, a opção e a ciência da família serão formalizadas conforme as normas de matrícula. Uma vez efetivada a matrícula integral, o acompanhamento da frequência abrangerá toda a jornada prevista, sem prejuízo dos atendimentos individualizados legalmente assegurados.

3.3 Carga horária e unidade da jornada
A organização da Educação Integral em Tempo Integral observará o mínimo de 7 horas diárias ou 35 horas semanais e, nos termos da Deliberação CEE/PR nº 09/2025, o mínimo de 1.400 horas anuais em 200 dias letivos. Os horários serão expressos em horas de sessenta minutos, com demonstração da carga horária efetivamente ofertada.
Na Escola Municipal João Paulo II, a jornada informada de 8 horas diárias e 40 horas semanais compreenderá as atividades curriculares desenvolvidas ao longo do dia. A distribuição em períodos de quatro horas terá caráter de organização dos horários, preservado o planejamento integrado.
Nos CMEIs, a rotina das 7h às 18h será organizada segundo as necessidades da primeira infância, com alternância entre brincadeiras, interações, exploração, alimentação, higiene e descanso. O horário de funcionamento, a permanência de cada criança e a jornada dos profissionais serão identificados nos instrumentos próprios, sem confusão entre esses registros.
Na Escola Gunther, os horários de entrada, saída, refeições, atividades e deslocamentos serão definidos no plano de implantação. A soma das atividades na escola e no Projeto Piá deverá demonstrar o cumprimento da jornada mínima, sem sobreposição fictícia de horários.
Os momentos de alimentação, higiene, convivência e descanso receberão tratamento pedagógico compatível com o art. 5º da Deliberação CEE/PR nº 09/2025 e com a etapa atendida. O tempo de transporte externo será identificado e não será automaticamente computado como atividade escolar.

3.4 Alimentação e cuidados
A alimentação escolar seguirá as normas do PNAE, a legislação aplicável e o planejamento da nutricionista responsável técnica. Os cardápios considerarão idade, duração da jornada, hábitos alimentares, condições de saúde e necessidades alimentares específicas.
Na Escola João Paulo II, o diagnóstico informa lanche na chegada, fruta no período da manhã, almoço e lanche à tarde. A organização poderá ser ajustada pela responsável técnica, conforme as necessidades dos estudantes e os parâmetros do programa. Para a Gunther, a definição dos locais de preparo, transporte, armazenamento e oferta das refeições antecederá o início das atividades no Projeto Piá.
Serão assegurados água potável, condições de higiene, supervisão nas refeições, cuidados pessoais e momentos adequados de repouso. As rotinas deverão favorecer autonomia e bem-estar, respeitando ritmos individuais e evitando o uso de alimentação ou descanso como recompensa ou punição.

3.5 Atividades da Escola Gunther no Projeto Piá
A unidade do Projeto Piá será utilizada como espaço educativo complementar da Escola Municipal Professor Gunther Urban. As atividades ali desenvolvidas integrarão o Projeto Político-Pedagógico, a proposta curricular e o calendário escolar, com objetivos de aprendizagem, horários, profissionais responsáveis e formas de acompanhamento definidos.
A matrícula, a documentação escolar e a responsabilidade pedagógica permanecerão vinculadas à Escola Gunther. O uso do Projeto Piá não implica, por si, criação de nova instituição de ensino ou transferência dessa responsabilidade ao serviço socioassistencial.
A direção e a equipe pedagógica acompanharão o planejamento e a execução das atividades, inclusive por visitas, reuniões e análise dos registros. Cada atividade terá responsável identificado, controle de participação e comunicação regular com a escola.
A rotina contemplará a recepção e a entrega dos estudantes, a conferência dos grupos, o acompanhamento dos percursos e o procedimento em caso de ausência, atraso, saída antecipada ou intercorrência. A Secretaria assegurará transporte adequado quando necessário e supervisão compatível com a idade e as necessidades dos estudantes.
A unidade do Projeto Piá terá canais de contato com a escola e com as famílias e procedimentos de resposta a situações de saúde e segurança. As famílias receberão informação prévia sobre os espaços, a rotina e os responsáveis pelo atendimento.

3.6 Frequência e continuidade do atendimento
A escola registrará a frequência e as atividades realizadas em todos os espaços da jornada. Os lançamentos no SERE, no Censo Escolar e nos sistemas de programas federais corresponderão ao atendimento efetivo, observadas as definições próprias de cada sistema.
Ausências reiteradas desencadearão contato com a família, identificação das causas e medidas de apoio, com acionamento da rede de proteção quando necessário. O atendimento das faltas terá finalidade educativa e protetiva e observará os procedimentos legais, sem desligamento automático da jornada ampliada por situações de vulnerabilidade.

Impedimentos temporários de uso do Projeto Piá ou de outro espaço serão comunicados à escola e à Secretaria. O plano de continuidade definirá reorganização das atividades em ambiente adequado e eventual reposição, conforme as normas educacionais, para evitar interrupção injustificada da oferta.

IV Espaços educativos e infraestrutura

4.1 Diagnóstico e prioridades de melhoria
A Secretaria manterá levantamento dos ambientes, da capacidade de ocupação, dos equipamentos e das intervenções necessárias nas unidades com oferta integral. A implantação ou ampliação dependerá de condições pedagógicas, estruturais, de acessibilidade e de pessoal previamente asseguradas.
O diagnóstico da Escola João Paulo II informa 15 salas de aula, sendo uma com necessidade de manutenção na cobertura; sala de reforço e recomposição; biblioteca; quadra coberta; dois parquinhos; área verde; cozinha industrial; refeitório; salas administrativas e de apoio; e depósitos. Informa, ainda, quatro banheiros de estudantes, com oito vasos sanitários, quatro banheiros para professores e um banheiro acessível.
O planejamento de melhorias priorizará a manutenção da cobertura indicada, a conservação das instalações elétricas e hidráulicas, a acessibilidade, a ventilação, a iluminação e a segurança dos espaços de recreação. A área verde poderá receber projetos de horta, sustentabilidade e alimentação saudável, vinculados à proposta curricular.
Os CMEIs, a Escola Gunther, as escolas do campo e os espaços externos serão objeto de levantamento próprio. A existência de ambientes ou equipamentos não será tomada como comprovação automática de capacidade para novos grupos, que dependerá de avaliação técnica e das normas aplicáveis.

4.2 Uso compartilhado do Projeto Piá
O uso da unidade do Projeto Piá será formalizado por ato administrativo e plano de trabalho entre os órgãos municipais ou por instrumento jurídico adequado à natureza da entidade responsável pelo equipamento. O instrumento definirá ambientes, horários, responsabilidades, conservação, limpeza, materiais, segurança, alimentação e condições de acompanhamento.
O dimensionamento do atendimento inicial de 120 estudantes considerará a capacidade efetiva dos ambientes e a organização dos grupos e horários. Esse quantitativo não pressupõe ocupação simultânea por todos os estudantes. A ampliação futura dependerá de reavaliação técnica, pedagógica, financeira e de pessoal.
Antes do início das atividades, serão verificadas as condições sanitárias, de prevenção de incêndios, de acessibilidade, de circulação, de mobiliário e das instalações de apoio, bem como os documentos exigíveis para o uso previsto. O compartilhamento deverá preservar a continuidade e a qualidade das ofertas já desenvolvidas no local.
Materiais escolares e socioassistenciais terão identificação e regras de utilização compatíveis com sua origem e finalidade. A organização dos ambientes evitará conflito de horários, concentração excessiva de grupos e interferência indevida entre as atividades.

4.3 Acessibilidade e proteção
Os espaços e percursos deverão permitir acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação e outras necessidades específicas. Serão assegurados apoios, recursos de comunicação e adaptações razoáveis, segundo avaliação das necessidades e as normas aplicáveis.
As unidades manterão procedimentos de prevenção de acidentes e de proteção contra violência, discriminação e intimidação sistemática, com formação das equipes e encaminhamento à rede competente. As informações sobre ocorrências serão registradas e tratadas com sigilo e respeito aos direitos dos envolvidos.
Atividades em áreas externas ou com riscos específicos dependerão de planejamento compatível, profissionais habilitados quando exigido, equipamentos adequados e condições de supervisão. A previsão de uma atividade no catálogo curricular não autoriza sua realização sem essas condições.

V Profissionais e organização do trabalho

5.1 Composição e atribuições das equipes
A Secretaria dimensionará as equipes conforme a etapa atendida, o número de estudantes e grupos, a jornada, os ambientes e as necessidades de apoio. O planejamento contemplará docência, coordenação pedagógica, oficinas, acompanhamento dos estudantes, alimentação, limpeza, administração e transporte.
Professores responderão pelo planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas de ensino. A direção e a equipe pedagógica acompanharão a integração curricular e a aprendizagem. Profissionais de apoio atuarão dentro das atribuições legalmente previstas, contribuindo para participação, autonomia e segurança dos estudantes.
Oficineiros e profissionais com conhecimentos específicos poderão desenvolver atividades culturais, artísticas, esportivas, ambientais, científicas ou tecnológicas vinculadas à proposta da escola. Sua atuação será acompanhada pedagogicamente e não substituirá indevidamente o exercício da docência ou os apoios legalmente exigidos.

5.2 Formação e provimento
O exercício da docência e das funções pedagógicas observará a LDB, as normas do sistema de ensino e os requisitos do cargo ou vínculo previstos na legislação municipal, inclusive no plano de carreira. A formação exigida será compatível com a função efetivamente exercida e com a etapa de atendimento.
O provimento de cargos e as contratações observarão os procedimentos e requisitos legais. A previsão de oficinas ou de parceria nesta Política não constitui autorização genérica para contratação direta, contratação temporária ou substituição de atribuições permanentes de servidores.
Os instrumentos de contratação de atividades específicas definirão objeto, qualificação, carga horária, acompanhamento e obrigações, conforme a legislação aplicável. Os profissionais receberão orientação sobre proteção das crianças, inclusão, registros e funcionamento da unidade.

5.3 Jornada e planejamento coletivo
A jornada dos profissionais observará os respectivos vínculos, a legislação de carreira e os períodos de planejamento, avaliação e formação legalmente assegurados. A jornada integral do estudante não implica exigência de que um único profissional permaneça durante todo o período de atendimento.
A distribuição das equipes assegurará continuidade e comunicação entre os responsáveis pelos diferentes horários e espaços. O planejamento coletivo integrará os docentes, a coordenação pedagógica, os profissionais de apoio e os responsáveis pelas oficinas, segundo suas atribuições.
A Secretaria preverá procedimentos para substituições e ausências, evitando grupos sem acompanhamento e preservando a carga horária escolar. A ampliação da oferta não poderá depender de extensão informal ou não remunerada da jornada de trabalhadores.

5.4 Formação continuada
A formação continuada abordará concepções de educação integral, organização curricular, avaliação, alfabetização e recomposição, inclusão, direitos humanos, relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação ambiental, cultura digital, convivência e articulação com o território.
As ações formativas considerarão os problemas identificados no cotidiano das instituições. Também alcançarão, conforme suas funções, trabalhadores da alimentação, limpeza, secretaria, apoio e transporte, reconhecendo sua participação na rotina educativa.

5.5 Equipes da Gunther e do Projeto Piá
A Educação identificará os profissionais responsáveis pelas atividades escolares no Projeto Piá e assegurará coordenação e acompanhamento pela Escola Gunther. A relação de equipes, horários e atribuições constará do plano de implantação e será mantida atualizada.
Os trabalhadores do SCFV conservarão suas atribuições socioassistenciais. A articulação não os transforma automaticamente em docentes nem autoriza sua utilização para suprir, sem vínculo adequado, necessidades de pessoal da Educação.
Eventual atuação de um profissional nas duas políticas dependerá de enquadramento legal, compatibilidade de horários, qualificação e identificação das tarefas e fontes de custeio, preservado o atendimento de ambos os serviços. Os registros deverão permitir verificar o trabalho efetivamente realizado.

VI Financiamento e controle dos recursos

6.1 Planejamento e fontes de financiamento
As despesas serão previstas no planejamento orçamentário municipal, em compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. A expansão considerará tanto os investimentos de implantação quanto os custos permanentes de funcionamento.
Poderão ser utilizados recursos próprios destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, recursos do Fundeb e transferências de programas federais ou estaduais, conforme a elegibilidade de cada despesa. A adesão a programas observará as condições de pactuação, execução, monitoramento e prestação de contas.
O planejamento identificará custos com pessoal, espaços, materiais, equipamentos, transporte e alimentação. Cada gasto será alocado à fonte legalmente admitida, sem presumir que todas as despesas necessárias à jornada integral possam ser custeadas pelo Fundeb ou por uma mesma transferência.

6.2 Recursos do Fundeb para novas matrículas
A partir do exercício de 2026, será observada a aplicação mínima de 4% dos recursos recebidos à conta do Fundeb para criação de matrículas em tempo integral, nos termos do art. 212-A, inciso XV, da Constituição Federal e da Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, até o atingimento das metas do PNE.
A apuração considerará a base e as condições definidas na regulamentação, inclusive as complementações da União abrangidas. Os valores destinados à criação de matrículas serão identificados na execução orçamentária e registrados no Siope, com distinção entre custeio e capital e vinculação às ações do Plano de Expansão.
As estimativas de novas matrículas e as ações correspondentes serão registradas nos instrumentos oficiais exigidos pelo MEC e pelo FNDE. O recebimento de apoio financeiro e a previsão de vagas não dispensam a efetiva oferta e a comprovação das condições de atendimento.

6.3 Despesas compartilhadas com a Assistência Social
As despesas educacionais das atividades da Escola Gunther no Projeto Piá serão custeadas com recursos compatíveis com sua finalidade. Recursos vinculados à Assistência Social serão utilizados nas ações socioassistenciais a que se destinam, segundo as normas do SUAS e dos respectivos repasses.
O uso compartilhado de espaços, estruturas ou serviços de apoio poderá envolver rateio quando admitido pela fonte de recursos, mediante critério objetivo, previsão no instrumento de formalização e documentação da parcela atribuída a cada política. É vedado custear duas vezes a mesma parcela de despesa ou atribuir finalidade educacional a gasto socioassistencial apenas para utilização de recursos vinculados.
A participação da mesma criança na escola e no SCFV é compatível com a oferta dos dois serviços, mas não dispensa comprovação de cada atendimento, elegibilidade dos gastos e observância das regras de registro e financiamento.

6.4 Transparência e acompanhamento
A Secretaria, em articulação com a contabilidade e os setores competentes, acompanhará a execução financeira, a disponibilidade dos recursos e os custos de continuidade. Os relatórios e prestações de contas observarão as exigências de cada programa e os procedimentos de controle interno e externo.
O acompanhamento pelo CACS-Fundeb e pelo Conselho de Alimentação Escolar observará suas competências. O controle social da Assistência Social será preservado quanto aos recursos e serviços dessa política. A divulgação pública utilizará dados agregados e resguardará informações pessoais dos estudantes e das famílias.

VII Organização curricular e avaliação da aprendizagem

7.1 Currículo integrado
A organização curricular observará a BNCC, o Referencial Curricular do Paraná, as normas educacionais vigentes e os Projetos Político-Pedagógicos. Os componentes curriculares, os projetos e as experiências da jornada ampliada serão planejados de forma integrada, assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.
Cada instituição apresentará proposta com objetivos, atividades, carga horária, espaços, profissionais, recursos, formas de avaliação e registros. A distribuição dos tempos deverá permitir experiências diversificadas, aprofundamento dos conhecimentos, movimento, convivência e cuidados adequados à idade.
Os projetos poderão articular diferentes áreas, sem reduzir a carga horária e os conteúdos obrigatórios da etapa. A Educação em Direitos Humanos, a Educação Ambiental e a Educação para as Relações Étnico-Raciais terão tratamento transversal, conforme a legislação, com atenção à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.
O uso pedagógico de tecnologias observará a idade, a acessibilidade, a proteção de dados e a mediação dos profissionais. Serão privilegiadas atividades que ampliem criação, investigação e compreensão crítica, evitando exposição desnecessária a telas e a plataformas comerciais.

7.2 Ensino Fundamental e macrocampos
No Ensino Fundamental — Anos Iniciais, as atividades poderão compreender Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Esporte e Lazer; Acompanhamento Pedagógico; Educação em Direitos Humanos; Promoção da Saúde; Iniciação Científica; Educação Ambiental, Desenvolvimento

Sustentável e Economia Solidária e Criativa, incluindo Educação Financeira e Fiscal; Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; e Memória e História das Comunidades Tradicionais.
A seleção dos macrocampos e das atividades considerará o diagnóstico das aprendizagens, os interesses dos estudantes, a cultura local e as condições de execução. O catálogo de possibilidades não obriga a oferta simultânea de todas as atividades e não substitui a matriz curricular da instituição.
O acompanhamento pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática abrangerá consolidação, aprofundamento e recomposição das aprendizagens, com estratégias diferenciadas e acompanhamento do progresso. Os grupos serão organizados de forma flexível, evitando rótulos e percursos segregados.
Os registros no Curso 3005 do SERE observarão as orientações vigentes do sistema. A correspondência cadastral das atividades será conferida antes dos lançamentos, especialmente quando houver atualização de nomes ou códigos.

7.3 Educação Infantil
A Educação Infantil organizará suas experiências com base nas interações e brincadeiras, nos direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se e nos campos de experiências da BNCC. Os macrocampos de registro não substituirão essa organização nem anteciparão práticas escolarizantes do Ensino Fundamental.
As propostas do Curso 3024 do SERE serão adequadas à idade e à finalidade pedagógica. Atividades corporais, artísticas, culturais, ambientais e tecnológicas terão caráter lúdico, exploratório e inclusivo, sem exigência de desempenho competitivo ou treinamento incompatível com o desenvolvimento infantil.
Nos agrupamentos de Berçário I, o trabalho priorizará acolhimento, vínculos, cuidados individualizados, exploração sensorial e motora, comunicação e interação. No Berçário II, ampliará a exploração dos espaços e objetos, a comunicação e a autonomia, com mediação constante e respeito aos ritmos individuais.
No Maternal I, o planejamento contemplará linguagem oral, movimento, imaginação, faz de conta, histórias, músicas e diferentes materiais. No Maternal II, ampliará investigações, rodas de conversa, experiências corporais e artísticas, escolhas e cooperação. Os critérios de enturmação e as faixas etárias observarão as normas vigentes.
Em todos os agrupamentos, alimentação, higiene, descanso e acolhimento integrarão o trabalho educativo. Os profissionais observarão gestos, falas, interesses e produções das crianças para ajustar as experiências, sem uniformizar ritmos ou impor atividades inadequadas às necessidades de cada uma.

7.4 Planejamento no Projeto Piá
As atividades da Escola Gunther no Projeto Piá serão detalhadas em plano pedagógico elaborado com a participação dos profissionais envolvidos e acompanhado pela equipe da escola. O documento explicitará a relação das experiências com o currículo, os objetivos, as cargas horárias e os instrumentos de registro e avaliação.
A eventual realização de projetos articulados com o SCFV deverá identificar a contribuição de cada política. Para integrar a jornada escolar, a atividade deverá estar prevista na proposta curricular, ter intencionalidade pedagógica e acompanhamento da instituição de ensino, além de observar as normas educacionais. A inscrição ou frequência no SCFV, isoladamente, não será convertida em carga horária escolar.
A escola assegurará continuidade das experiências aos estudantes da jornada integral que não sejam usuários do SCFV. A participação no serviço socioassistencial não será exigida como requisito para cumprimento do currículo ou da carga horária.

7.5 Educação inclusiva e AEE
A inclusão será planejada para toda a jornada, inclusive nos espaços externos, nas refeições, nas atividades culturais e esportivas e nos deslocamentos. Os apoios e as adaptações considerarão as necessidades identificadas, com participação da família e articulação entre os profissionais.
O AEE terá natureza complementar ou suplementar, conforme as normas da Educação Especial, e será compatibilizado com a rotina escolar. Sua oferta não substituirá a escolarização comum nem será utilizada como justificativa para restringir a participação em experiências da jornada integral.
As propostas pedagógicas considerarão comunicação acessível, recursos e tecnologias assistivas, alternativas de participação e avaliação adequada. A necessidade de apoio não justificará recusa de matrícula ou exclusão automática de atividades.

7.6 Avaliação pedagógica e registros
A avaliação será diagnóstica, contínua e formativa. Observações, relatórios, portfólios, produções, resolução de problemas e participação nas experiências subsidiarão o planejamento e a revisão das intervenções pedagógicas.
Na Educação Infantil, o acompanhamento e o registro do desenvolvimento ocorrerão sem finalidade de seleção, promoção ou classificação. No Ensino Fundamental, os critérios observarão o regimento e as normas do sistema, considerando os objetivos de aprendizagem e o percurso dos estudantes.
As atividades de ampliação da jornada terão registros coerentes com os objetivos propostos, sem criação de mecanismos isolados de seleção ou punição. A avaliação deverá identificar barreiras e necessidades de apoio, valorizando o progresso e orientando intervenções.
As famílias receberão informações sobre a participação, as aprendizagens e as necessidades identificadas. Os registros permanecerão vinculados à instituição de ensino, com acesso restrito aos profissionais que deles necessitem para suas atribuições.

7.7 Matrizes curriculares e anexos
O Anexo I apresenta orientações curriculares para esta revisão, com objetivos, experiências e formas de acompanhamento por macrocampo e etapa.
O Anexo II reúne as atividades dos cursos 3005 e 3024 informadas no diagnóstico municipal, para apoio ao planejamento e à conferência cadastral.
As orientações dos anexos serão desdobradas em matrizes e propostas curriculares específicas, com cargas horárias por etapa, ano e atividade, elaboradas pelas instituições e submetidas aos procedimentos de apreciação exigidos. As propostas históricas constantes do Protocolo nº 23.058.475-3 poderão subsidiar esse trabalho, após conferência e compatibilização com a legislação e com a oferta efetivamente organizada.

VIII Articulação intersetorial e participação do território

8.1 Famílias e comunidade
A participação das famílias e da comunidade ocorrerá por meio dos Conselhos Escolares, das associações de pais, de reuniões, consultas e projetos. A escola organizará canais de comunicação acessíveis e horários que favoreçam a participação, considerando as condições das famílias.
Os conhecimentos, as práticas culturais e a história das comunidades poderão integrar os projetos educativos, com planejamento e mediação pedagógica. A participação de colaboradores externos respeitará as regras de proteção dos estudantes e de funcionamento da instituição.

8.2 Serviços públicos e rede de proteção

A Secretaria de Educação articulará ações com Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Meio Ambiente e outros setores, conforme as necessidades identificadas. A cooperação deverá produzir respostas coordenadas para aprendizagem, bem-estar, proteção e garantia de direitos.
Serão definidos fluxos de encaminhamento e acompanhamento, profissionais de referência e canais de comunicação. O compartilhamento de informações será restrito ao necessário para a finalidade pública e à atuação de cada serviço, resguardado o sigilo profissional.
Situações de violência, negligência ou violação de direitos serão encaminhadas aos órgãos competentes, observados os deveres legais de comunicação. A escola manterá o acompanhamento educacional do estudante durante o atendimento pela rede de proteção.

8.3 Parcerias educativas
Poderão ser desenvolvidas parcerias com órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e outras entidades, mediante instrumentos adequados e objetivos compatíveis com o currículo. O Município manterá a responsabilidade pela oferta pública e pelo acompanhamento das ações.
O diagnóstico municipal informa iniciativas com o SEBRAE, por meio do projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos; com a ARTERIS, em educação para o trânsito e cidadania; e com o SICREDI, por meio do Programa A União Faz a Vida. Outras iniciativas, como o Programa Agrinho, poderão integrar o planejamento conforme a participação e a formalização de cada parceria.
Essas referências não significam contratação, transferência de recursos ou garantia de continuidade automática. Cada ação dependerá de planejamento, instrumento válido quando exigível e acompanhamento dos resultados, preservadas a gratuidade, a autonomia pedagógica e a proteção dos estudantes.
As parcerias não poderão condicionar a participação das crianças à aquisição de produtos, à abertura de contas ou ao fornecimento de dados pessoais para fins comerciais. Materiais e atividades serão avaliados pela equipe pedagógica quanto à adequação à idade e aos objetivos educacionais.

8.4 Território educativo
Praças, espaços culturais, áreas verdes e outros equipamentos poderão receber atividades escolares, nos termos do art. 21 da Deliberação CEE/PR nº 09/2025. Sua utilização dependerá de objetivos definidos, condições adequadas, supervisão, planejamento de deslocamento e integração ao Projeto Político-Pedagógico.
As atividades valorizarão as características urbanas e rurais de Campo do Tenente, a memória local e as relações da comunidade com o ambiente. As experiências externas deverão ampliar as aprendizagens e respeitar as necessidades de acessibilidade e proteção.

8.5 Articulação entre a oferta da Gunther e o SCFV
A Educação Integral em Tempo Integral da Escola Municipal Professor Gunther Urban, com atividades na unidade do Projeto Piá, poderá ser articulada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, integrante da proteção social básica do SUAS, mediante planejamento intersetorial e formalização das responsabilidades.
A articulação poderá compreender uso organizado de espaços, projetos de convivência, cultura, esporte e participação social, identificação de vulnerabilidades e encaminhamentos. Preservará os objetivos, as metodologias, os critérios de acesso, as equipes e os registros próprios da Educação e da Assistência Social.
A Secretaria de Educação e a Escola Gunther responderão pela organização curricular, pelo cumprimento da jornada, pela aprendizagem e pelos registros escolares. Ao órgão gestor da Assistência Social e à equipe de referência do SCFV caberão o trabalho socioassistencial e seus registros, mantidos o referenciamento ao CRAS e a articulação com o trabalho social com famílias.
O plano de trabalho definirá público, atividades, horários, responsáveis, utilização dos ambientes, recursos, encaminhamentos e avaliação. Os horários deverão assegurar a efetiva participação nas ofertas correspondentes, sem prejuízo da escolarização nem esvaziamento do serviço socioassistencial.
O ingresso no SCFV seguirá seus critérios e fluxos próprios. A matrícula escolar não implicará inscrição automática no serviço, e a condição de usuário do SCFV não será requisito para acesso ou permanência na educação integral. Os estudantes poderão ser atendidos pelas duas políticas, respeitadas essas condições.
O aproveitamento de atividade articulada na jornada escolar dependerá dos requisitos do item 7.4. Os registros deverão corresponder ao atendimento real, sem duplicidade no cômputo das horas escolares, sobreposição fictícia ou lançamento de participação inexistente. O financiamento observará o item 6.3.
Enquanto não estiverem formalizadas as condições de articulação com o SCFV, as atividades escolares no Projeto Piá serão organizadas e asseguradas pela Educação, mediante regularização do uso do espaço, sem depender da prestação do serviço socioassistencial para comprovação da jornada integral.

8.6 Proteção de dados e comunicação
O tratamento de dados de crianças e adolescentes observará seu melhor interesse, finalidade, necessidade, segurança e a base legal aplicável. O acesso a informações escolares, de saúde ou socioassistenciais será limitado aos profissionais autorizados e às necessidades do atendimento.
Imagens, produções e relatos identificáveis dos estudantes somente serão divulgados conforme as regras aplicáveis, sem exposição de vulnerabilidades. A divulgação dos resultados da Política privilegiará dados agregados. O instrumento de cooperação estabelecerá responsabilidades quanto ao compartilhamento, à guarda e à proteção das informações.

IX Monitoramento e avaliação da Política

9.1 Dimensões e responsabilidades
A Secretaria Municipal de Educação e Esportes coordenará o monitoramento, com apoio da equipe técnica e das instituições. A avaliação abrangerá acesso e equidade, permanência, aprendizagens, currículo, infraestrutura, equipes, gestão democrática, articulação intersetorial e financiamento.
As unidades manterão informações atualizadas e realizarão avaliações participativas. A equipe técnica consolidará os resultados, identificará problemas e encaminhará propostas de melhoria. A avaliação da Política será distinta da avaliação individual dos estudantes, embora possa utilizar seus resultados agregados para orientar decisões.

9.2 Indicadores e periodicidade

Dimensão	Informações a acompanhar	Rotina mínima
Acesso e equidade	Vagas previstas, ofertadas, ocupadas e lista de espera, por unidade e etapa.	Atualização mensal
Frequência e permanência	Presença nos diferentes espaços, faltas recorrentes, retornos e encaminhamentos.	Registro diário e análise mensal
Aprendizagem e currículo	Progresso, intervenções, participação nas atividades e integração do planejamento.	Períodos de avaliação da escola
Condições de oferta	Ambientes, acessibilidade, materiais, equipes, alimentação e transporte.	Antes da implantação e a cada semestre
Gestão democrática	Participação nas reuniões e consultas e encaminhamentos da comunidade.	A cada ação e consolidação semestral
Articulação com o SCFV	Execução do plano, responsabilidades, registros e preservação das duas ofertas.	Acompanhamento contínuo e análise semestral

Financiamento	Execução, fontes, custos de continuidade e registros exigidos.	Acompanhamento mensal e prazos legais

Os indicadores terão fonte, período de referência, denominador e responsável identificados. Os resultados serão analisados por unidade e etapa e, quando pertinente e legalmente permitido, por características que evidenciem desigualdades de acesso e permanência, sem exposição individual.
Na Gunther, o acompanhamento distinguirá as 120 vagas previstas das vagas efetivamente ofertadas e ocupadas. Também verificará frequência nos dois espaços, carga horária cumprida, deslocamento, alimentação, acessibilidade, suficiência de equipes e condições dos ambientes do Projeto Piá.

9.3 Relatórios e medidas de melhoria
A Secretaria consolidará acompanhamento semestral e relatório anual, sem prejuízo de registros e prestações de contas com periodicidade específica. Os relatórios indicarão resultados, dificuldades, medidas adotadas, responsáveis e prazos de correção.
As escolas promoverão momentos de escuta de estudantes, famílias e profissionais e utilizarão os resultados no planejamento. Problemas que comprometam segurança, acessibilidade ou cumprimento da jornada receberão encaminhamento imediato, sem aguardar o relatório periódico.
Os resultados agregados serão apresentados aos órgãos colegiados competentes e divulgados de forma acessível. Os registros exigidos pelo MEC, FNDE, SEED/PR e demais órgãos serão realizados nos instrumentos e prazos aplicáveis.

9.4 Revisão e continuidade
A Política e o Plano de Expansão serão revistos a partir dos resultados, das mudanças normativas e das necessidades da rede. Alterações de quantitativos operacionais serão registradas nos instrumentos de planejamento; mudanças de diretrizes ou de regras instituídas por ato normativo seguirão o procedimento de revisão correspondente.
O planejamento anual deverá prever continuidade para os estudantes atendidos, evitando interrupções decorrentes de mudanças de gestão, de equipes ou de parceiros. A expansão será acompanhada de condições de manutenção e de avaliação de sua sustentabilidade financeira e pedagógica.

X Formalização e disposições finais
Esta minuta de revisão será submetida aos procedimentos de participação e apreciação pelos órgãos educacionais competentes e formalizada por ato normativo do Poder Executivo, com adequação do Decreto Municipal nº 016/2024. O ato deverá harmonizar os dados da rede, a organização da jornada, as atribuições e as demais disposições que forem afetadas pela revisão.
A Secretaria encaminhará a proposta ao Conselho Municipal de Educação, nos limites da Lei nº 1.207/2026, e observará os procedimentos do Sistema Estadual de Ensino enquanto houver vinculação a esse sistema. Serão atendidos os arts. 42 e 44 da Deliberação CEE/PR nº 09/2025 e as exigências nacionais de análise da política e atualização dos atos normativos.
As Propostas Pedagógicas Curriculares e as matrizes das instituições serão elaboradas ou adequadas e encaminhadas à apreciação da SEED/PR, conforme as competências e os fluxos vigentes. A aprovação histórica da política municipal não será tomada como aprovação automática de nova matriz, novo espaço ou nova organização de oferta.
A formalização da revisão observará o prazo nacional de 31 de outubro de 2026 previsto na Resolução CNE/CEB nº 2/2026, sem prejuízo de alterações normativas supervenientes e dos demais prazos dos programas e sistemas de ensino.
A implantação da oferta da Gunther dependerá da conclusão das providências previstas nesta Política e no Anexo III. O início do atendimento, a distribuição das vagas por etapa e ano, os grupos e os horários serão definidos pela Secretaria e comunicados previamente às famílias. Esta previsão não fixa data de início nem certifica condições do espaço ainda sujeitas à avaliação administrativa.
As diretrizes não criam cargos, funções, vantagens remuneratórias ou autorização de despesa à margem da legislação. Medidas que dependam de lei, previsão orçamentária, procedimento de contratação ou ato de regularização observarão os instrumentos próprios.
As situações não previstas serão encaminhadas pela Secretaria, respeitadas as atribuições do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Estadual de Educação, da SEED/PR e dos demais órgãos competentes. Os anexos integram a proposta e serão aplicados em conjunto com as normas educacionais e socioassistenciais pertinentes.

Referências normativas e documentais
As referências abaixo identificam os fundamentos desta revisão. As normas serão aplicadas em sua redação vigente, com as alterações e regulamentações pertinentes.
• Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente arts. 205 a 214 e 227, e Emenda Constitucional nº 135/2024.
• Lei Federal nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Federal nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social; e Lei Federal nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
• Lei Federal nº 9.795/1999, Política Nacional de Educação Ambiental; Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; Lei Federal nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão; e Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
• Lei Federal nº 14.113/2020, regulamentação do Fundeb; Lei Federal nº 14.640/2023, Programa Escola em Tempo Integral; e Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, Plano Nacional de Educação.
• Portarias MEC nº 1.495/2023 e nº 2.036/2023; Resolução FNDE nº 18/2023; Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026; e normas dos programas de alimentação e transporte escolar.
• Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, alterada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026; e Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026.
• Base Nacional Comum Curricular; Referencial Curricular do Paraná; e diretrizes nacionais das etapas e modalidades atendidas.
• Resolução CNAS nº 109/2009 e suas atualizações, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; e orientações técnicas do SCFV, inclusive Perguntas Frequentes, edição revista de junho de 2022, questões 21 e 67.
• Lei Estadual nº 18.492/2015, Plano Estadual de Educação do Paraná, observada sua vigência e as normas que a alterem ou sucedam.
• Deliberações CEE/PR nº 02/2018, nº 03/2018, nº 06/2025, nº 07/2025 e nº 09/2025. A Deliberação nº 03/2023 integra apenas o histórico, em razão de sua revogação.
• Parecer CEE/CP nº 310/2024, aprovado em 6 de dezembro de 2024, Protocolo nº 23.058.475-3.
• Campo do Tenente. Lei Municipal nº 686/2010 e alterações; Lei Municipal nº 869/2015 e legislação posterior pertinente; Lei Municipal nº 1.207, de 7 de julho de 2026; e Decreto Municipal nº 016, de 13 de junho de 2024.
• Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Campo do Tenente. Diagnóstico e Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, Revisão 2026; Plano de Expansão e registros administrativos a ele vinculados.

Fontes oficiais para consulta
Lei Federal nº 15.388 de 2026
Deliberação CEE PR nº 09 de 2025
Resolução CIF nº 23 de 2026
Decreto Municipal nº 016 de 2024

Registro da Lei Municipal nº 1.207 de 2026 na Câmara Municipal
Parecer CEE CP nº 310 de 2024

Anexo I Orientações curriculares
Este anexo reúne orientações pedagógicas para a revisão de 2026. As propostas serão adequadas à etapa, à idade, ao diagnóstico das aprendizagens e às condições de execução. Os objetivos e as formas de acompanhamento serão detalhados no planejamento de cada instituição, em articulação com a BNCC e o Referencial Curricular do Paraná.
O anexo não estabelece uma matriz horária única para a rede nem dispensa a elaboração e a apreciação das matrizes específicas. A escolha das atividades, a distribuição semanal e os recursos necessários deverão constar da proposta curricular, inclusive quando executadas no Projeto Piá.

A Ensino Fundamental
Cultura Artes e Educação Patrimonial
Objetivos: ampliar as possibilidades de expressão e criação; conhecer diferentes linguagens artísticas; reconhecer o patrimônio material e imaterial e a diversidade cultural.
Experiências: leitura literária, contação de histórias, música, desenho, pintura, teatro, dança, artesanato, apreciação de obras e investigação do patrimônio local. As propostas poderão partir de relatos da comunidade, acervos e visitas planejadas.
Encaminhamento e acompanhamento: organizar processos de criação individuais e coletivos, com exploração de materiais, apreciação e diálogo sobre as produções. Acompanhar participação, repertório, escolhas expressivas e capacidade de compartilhar ideias, sem seleção por talento ou padronização estética.
Esporte e Lazer
Objetivos: desenvolver consciência corporal, habilidades motoras, cooperação e respeito às diferenças; ampliar o conhecimento de jogos e práticas corporais.
Experiências: brincadeiras, jogos de regras e cooperativos, recreação, atletismo, dança e modalidades esportivas compatíveis com a idade e com os espaços. As regras e os materiais poderão ser adaptados para participação de todos.
Encaminhamento e acompanhamento: diversificar experiências, alternar desafios e descanso e favorecer a compreensão das regras. Acompanhar participação, autonomia, cooperação e progresso motor, sem restringir a avaliação ao desempenho competitivo. Atividades aquáticas e outras de risco específico exigem condições técnicas e de segurança próprias.
Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa
Objetivos: consolidar alfabetização, compreensão leitora, oralidade e produção escrita, com intervenções orientadas pelas necessidades identificadas em cada ano escolar.
Experiências: leitura compartilhada e autônoma, rodas de conversa, contação e reconto, exploração de gêneros textuais, jogos de linguagem, produção, revisão e circulação de textos, com articulação aos projetos da turma.
Encaminhamento e acompanhamento: utilizar diagnóstico, agrupamentos flexíveis e atividades com propósitos comunicativos. Registrar avanços na leitura, na escrita e na compreensão por meio de produções, observação e instrumentos adequados à idade. A recomposição será articulada ao trabalho dos docentes e não consistirá apenas na repetição de tarefas.
Acompanhamento Pedagógico de Matemática
Objetivos: desenvolver pensamento matemático, raciocínio lógico, resolução de problemas e comunicação de estratégias, respeitando os objetivos de aprendizagem de cada ano.
Experiências: jogos e situações envolvendo números, operações, formas, localização, medidas, organização de dados e comparação de informações, com materiais manipuláveis e problemas relacionados ao cotidiano.
Encaminhamento e acompanhamento: incentivar investigação, discussão de estratégias e diferentes formas de representação. Acompanhar compreensão, argumentação, autonomia e progresso em relação ao diagnóstico, com intervenções que favoreçam a superação de dificuldades sem segregação.
Educação em Direitos Humanos
Objetivos: compreender direitos e responsabilidades; fortalecer participação, igualdade, respeito à diversidade e enfrentamento das discriminações.
Experiências: rodas de diálogo, construção de acordos de convivência, assembleias de turma, leitura de narrativas, análise de situações do cotidiano e projetos de participação e solidariedade.
Encaminhamento e acompanhamento: utilizar situações adequadas à idade, escuta e mediação de conflitos. Acompanhar a qualidade da participação, a compreensão dos direitos e a busca de soluções respeitosas, sem transformar a avaliação em classificação moral dos estudantes.
Promoção da Saúde
Objetivos: ampliar conhecimentos sobre cuidado, alimentação, higiene, movimento, descanso e bem-estar; desenvolver autonomia e capacidade de buscar ajuda.
Experiências: educação alimentar, cultivo de horta, atividades corporais, identificação de hábitos saudáveis, cuidado com o ambiente e ações articuladas à equipe de saúde.
Encaminhamento e acompanhamento: integrar os temas à rotina e às experiências curriculares, evitando exposição de condições individuais de saúde. Acompanhar conhecimentos e práticas de autocuidado, respeitadas necessidades específicas e sem substituir atendimento clínico.
Iniciação Científica
Objetivos: estimular curiosidade, observação, formulação de perguntas, investigação e comunicação de descobertas.
Experiências: exploração da escola e do entorno, observação de fenômenos, comparação de materiais, registros de plantas e animais, experimentos seguros e construção de modelos.
Encaminhamento e acompanhamento: organizar investigações com perguntas, hipóteses, observações e conclusões provisórias. Acompanhar o processo de investigação, a qualidade dos registros e a revisão de explicações, valorizando a compreensão e a segurança.
Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Objetivos: compreender relações entre sociedade e natureza e desenvolver responsabilidade pelo ambiente, pelo consumo e pelos bens coletivos.
Experiências: projetos sobre água, solo, resíduos, biodiversidade, alimentação e paisagem local; horta, reutilização de materiais, observação do território e ações de cuidado com a escola.
Encaminhamento e acompanhamento: relacionar experiências práticas aos conhecimentos curriculares, evitando atribuir às crianças atividades inadequadas ou perigosas. Acompanhar a compreensão dos problemas, a participação e a fundamentação das propostas de melhoria.
Economia Solidária e Criativa e Educação Financeira e Fiscal
Objetivos: compreender escolhas de consumo, planejamento, cooperação e uso responsável de recursos, com noções de bens e serviços públicos adequadas à idade.
Experiências: projetos colaborativos, simulações de orçamento, comparação de preços e necessidades, reaproveitamento, produção criativa e estudo de serviços públicos do cotidiano.

Encaminhamento e acompanhamento: utilizar situações pedagógicas sem exigência de recursos das famílias, comercialização obrigatória ou promoção de produtos financeiros. Acompanhar a capacidade de planejar, argumentar, cooperar e reconhecer consequências das escolhas.

Comunicação Mídias e Cultura Digital

Objetivos: desenvolver expressão e leitura crítica das mídias, compreensão de tecnologias e uso responsável de informações.

Experiências: jornal escolar, histórias em quadrinhos, fotografia, áudio, vídeo, produções digitais, robótica e atividades de pensamento computacional, inclusive sem telas, conforme os recursos e a idade.

Encaminhamento e acompanhamento: planejar produções com autoria, mediação e proteção de dados, discutindo fontes, respeito, privacidade e segurança. Acompanhar criação, colaboração, compreensão das informações e escolhas responsáveis. A divulgação dependerá das regras da instituição e da legislação.

Memória e História das Comunidades Tradicionais

Objetivos: reconhecer memórias, identidades, saberes e contribuições de diferentes comunidades, valorizando a diversidade e enfrentando estereótipos.

Experiências: relatos, histórias, mapas, objetos, fotografias, narrativas literárias e pesquisas mediadas sobre a comunidade e os povos indígenas, afro-brasileiros e tradicionais, em articulação com os componentes curriculares.

Encaminhamento e acompanhamento: trabalhar com fontes contextualizadas e participação respeitosa da comunidade, sem presumir a existência de grupos específicos no território. Acompanhar a compreensão de diferentes perspectivas, o respeito às identidades e a qualidade das produções e investigações.

B Educação Infantil

As experiências serão organizadas a partir dos campos da BNCC: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. As denominações cadastrais do SERE serão articuladas a esses campos, sem fragmentação em disciplinas.

Explorar e Expressar

Promover exploração de sons, cores, materiais, gestos, histórias e diferentes formas de expressão. Organizar experiências de música, artes, movimento, leitura e faz de conta, respeitando as iniciativas e o tempo das crianças. Observar escolhas, curiosidade, comunicação e ampliação do repertório.

Conviver Brincar e Expressar

Favorecer interações, consciência corporal, movimento e participação em brincadeiras. Disponibilizar espaços seguros e materiais variados, com possibilidades de adaptação e participação. Registrar formas de brincar, interação, exploração motora e construção gradual de autonomia.

Conviver Participar e Expressar se

Ampliar experiências de convivência, escuta, participação e reconhecimento de diferenças. Desenvolver rodas de conversa, narrativas, jogos simbólicos e experiências culturais. Acompanhar expressão de necessidades, participação nas decisões possíveis e relações entre as crianças.

Explorar e Conhecer

Estimular curiosidade e investigação de objetos, espaços, natureza e transformações. Organizar experiências de observação, comparação, classificação, cultivo e exploração do entorno. Registrar perguntas, descobertas e estratégias, sem exigir antecipação de conteúdos formais do Ensino Fundamental.

Explorar Expressar e Participar

Utilizar diferentes linguagens e recursos para criação e participação, com mediação dos profissionais. Priorizar experiências concretas, comunicação, produção e exploração, adequando tecnologias à idade. Registrar iniciativas, interações e formas de expressão, resguardando imagem e dados das crianças.

Conhecer se e Expressar se

Favorecer reconhecimento do corpo, expressão de emoções, cuidado, alimentação e autonomia progressiva. Integrar essas experiências às rotinas de acolhimento, higiene, refeições e descanso. Acompanhar o desenvolvimento por observação e registros descritivos, respeitando as singularidades e sem classificação.

C Planejamento e documentação

O plano de cada atividade identificará etapa e grupo, objetivos de aprendizagem, relação com a BNCC e o Referencial Curricular do Paraná, experiências propostas, tempo, local, profissionais, recursos, acessibilidade, formas de registro e acompanhamento. Na Gunther, também identificará quais atividades ocorrem na escola, no Projeto Piá e, quando houver formalização, em articulação com o SCFV.

Anexo II Atividades e referências cadastrais do SERE

As relações seguintes reorganizam as atividades dos cursos 3005 e 3024 apresentadas no documento municipal de referência. A Secretaria e as instituições deverão conferir sua correspondência com os cadastros vigentes do SERE antes da utilização. A listagem não comprova disponibilidade local de profissionais, espaços ou equipamentos e não obriga a oferta de todas as atividades.

A Curso 3005 Ensino Fundamental

Cultura Artes e Educação Patrimonial 519

Código informado	Atividade
11002	Canto coral
11006	Banda
11011	Iniciação musical
12003	Desenho
12004	Escultura e Cerâmica
12005	Grafite
12007	Pintura
13001	Cineclube
14001	Teatro
14002	Danças
14004	Práticas Circenses
15001	Capoeira
15002	Artesanato
15003	Brinquedos
15004	Contos
16001	Educação Patrimonial
17002	Línguas Estrangeiras
17004	Leitura
19999	Outra categoria de Cultura, Artes e Educação Patrimonial

Esporte e Lazer 520

Código informado	Atividade
21001	Recreação, Brinquedoteca e Jogos
22007	Yoga
22009	Tênis de campo
22011	Atletismo
22012	Badminton
22014	Basquete
22015	Ciclismo
22018	Futebol
22019	Futsal
22020	Ginástica Rítmica, Artística e Acrobática
22021	Handebol
22022	Judô
22023	Karatê
22024	Luta Olímpica
22025	Natação
22026	Taekwondo
22027	Tênis de Mesa
22028	Voleibol
22029	Vôlei de Praia
22032	Xadrez tradicional/Xadrez virtual
29999	Outra categoria de Esporte e Lazer

Acompanhamento Pedagógico 517

Código informado	Atividade
31001	Matemática
31002	Português
39999	Outra categoria de Acompanhamento Pedagógico

Educação em Direitos Humanos 523

Código informado	Atividade
41007	Educação em Direitos Humanos

Promoção da Saúde 524

Código informado	Atividade
71007	Promoção da Saúde

Iniciação Científica 518

Código informado	Atividade
10103	Iniciação Científica

Educação Ambiental e Educação Econômica 522

Código informado	Atividade
13301	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
131108	Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal)

Comunicação Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica 521

Código informado	Atividade
14101	Fotografia
14102	História em Quadrinhos
14103	Jornal Escolar
14104	Rádio Escolar
14105	Vídeo
14201	Robótica Educacional
14202	Tecnologias Educacionais
14203	Ambientes de Redes Sociais
14999	Outra Categoria de Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica

Memória e História das Comunidades Tradicionais 536

Código informado	Atividade
15101	Memória e História das Comunidades Tradicionais

O código 131108 foi mantido conforme a relação municipal de referência. Sua utilização, assim como a dos demais códigos, depende de conferência no cadastro vigente do SERE.

B Curso 3024 Educação Infantil

A relação original informa códigos das áreas, sem apresentar códigos individuais para as atividades da Educação Infantil. Esses códigos individuais não são atribuídos nesta minuta e deverão ser consultados no sistema quando necessário.

Área e código informado	Atividades
Explorar e Expressar — 546	Canto coral; Iniciação musical; Arte e desenvolvimento; Teatro; Danças; Práticas circenses; Capoeira; Contos e contações; Leitura; Línguas estrangeiras; Outra categoria de Explorar e Expressar.
Conviver, Brincar e Expressar — 550	Recreação (Brinquedoteca e Jogos); Yoga; Ginástica (rítmica, artística, acrobática); Esportes coletivos; Judô; Karatê; Natação; Taekwondo; Outra categoria de Conviver, Brincar e Expressar.
Conviver, Participar e Expressar-se — 547	Educação em Direitos Humanos; Diversidade, memória cultural e história; Interação e integração no contexto social; Outra categoria de Conviver, Participar e Expressar-se.

Explorar e Conhecer — 551	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Escolas sustentáveis e COM-vida; Projetos de pesquisa na escola e entorno; Outra categoria de Explorar e Conhecer.
Explorar, Expressar e Participar — 552	Vídeo; Robótica Educacional; Tecnologias Educacionais; Outra categoria de Explorar, Expressar e Participar.
Conhecer-se e Expressar-se — 549	Promoção da Saúde; Saúde, bem-estar e alimentação; Relações e emoções humanas: expressão, percepção e compreensão; Outra categoria de Conhecer-se e Expressar-se.

Anexo III Implantação da oferta da Gunther no Projeto Piá

Este anexo define os elementos do plano de implantação da oferta inicial de 120 estudantes da Escola Municipal Professor Gunther Urban, com possibilidade de ampliação. O plano será elaborado pela Educação em articulação com os órgãos envolvidos e integrará o processo administrativo da oferta.

Elemento	Definição exigida no plano
Oferta e público	Previsão inicial de 120 estudantes; distribuição por etapa e ano; critérios de acesso; grupos, vagas e demanda em espera.
Implantação	Data de início, calendário, responsáveis e comprovação dos procedimentos educacionais exigidos.
Jornada e currículo	Horários na escola e no Projeto Piá; atividades, cargas horárias e matriz; refeições, cuidados e deslocamentos; registros e avaliação.
Espaços	Identificação do imóvel e da entidade responsável; ambientes utilizados; capacidade simultânea; acessibilidade e condições sanitárias e de segurança.
Profissionais	Relação das funções, vínculos, habilitações, jornadas e responsáveis por cada grupo, inclusive supervisão e substituições.
Alimentação	Cardápios e responsabilidade técnica; preparo, armazenamento, transporte e distribuição; necessidades específicas.
Deslocamento e proteção	Percursos, veículos quando necessários, supervisão, conferência de presença, entrega dos estudantes e resposta a ocorrências.
Formalização do espaço	Instrumento que disciplina uso, horários, conservação, limpeza, materiais, segurança e responsabilidades.
Articulação com o SCFV	Plano intersetorial quando houver atuação articulada; objetivos, público, profissionais, horários, registros, referenciamento ao CRAS e financiamento.
Orçamento	Estimativa de implantação e custeio; dotações e fontes; critérios de rateio quando admitidos; acompanhamento da execução.
Comunicação e dados	Informações às famílias, contatos, canais de participação, controle de acesso e regras de compartilhamento de dados.
Monitoramento e continuidade	Indicadores, periodicidade, responsáveis, medidas corretivas e alternativa de atendimento em caso de indisponibilidade do espaço.

A Secretaria Municipal de Educação e Esportes consolidará o plano com identificação dos responsáveis e dos prazos de execução. O início do atendimento será precedido da comprovação das condições necessárias, da comunicação às famílias e dos encaminhamentos de regularização e apreciação exigíveis.

A avaliação da expansão futura considerará demanda, capacidade simultânea dos ambientes, resultados do atendimento, recursos humanos, alimentação, transporte e financiamento. Alterações do número de vagas e dos grupos serão registradas no Plano de Expansão e nos documentos escolares correspondentes.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:EC44198B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 – PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI

EDITAL PARA PREMIAÇÃO CULTURAL Nº 05/2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 – PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a premiar agentes culturais atuantes no Município de Candói.

Deste modo, o Município de Candóitorna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), Decreto Nº 12.409, De 13 de Março de 2025, Medida Provisória Nº 1.274, De 22 de Novembro de 2024.

INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do Edital

Constitui objeto deste Edital a seleção e premiação de **05 (cinco) agentes culturais** que preservam, promovem e difundem a gastronomia tradicional do Município de Candói, por meio da participação no **Concurso Gastronômico "Sabores de Candói".**

O Concurso Gastronômico Sabores da Terra de Candói será realizado no **dia 05 de dezembro de 2026**, na Praça da Família, no Município de Candói/PR, com o objetivo de valorizar a gastronomia tradicional, os saberes culinários e os ingredientes locais e regionais.

Cada proponente deverá inscrever **01 (um) prato típico**, elaborado com receitas tradicionais ou de reconhecida representatividade cultural para o Município de Candói, valorizando ingredientes produzidos localmente, especialmente oriundos da agricultura familiar.

O Concurso Gastronômico integra uma ação de valorização da cultura alimentar do Município que poderá ser composto pelas seguintes atividades:

Caminhada Cultural Rural, com visitação às propriedades e comunidades participantes;
demonstração dos modos tradicionais de produção de alimentos;
exposição de produtos coloniais;
apresentações culturais;
exposição dos pratos concorrentes;
avaliação técnica da Comissão Julgadora;
cerimônia oficial de premiação.

O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, sendo concedido como reconhecimento à relevante contribuição cultural dos agentes selecionados, nos termos da Lei nº 14.903/2024, não gerando obrigação futura, prestação de contas ou assinatura de instrumento de execução cultural.

Quantidade de agentes culturais a serem premiados

Serão premiados **05 (cinco) agentes culturais**, conforme a categoria Gastronomia Tradicional de Candói e cada agente poderá inscrever 01 prato típico para o concurso, sendo permitida apenas uma premiação por proponente.

Valor da premiação

O valor recebido pelas pessoas físicas (CPF) é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.

O **valor total** deste edital é de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)** e cada agente cultural contemplado receberá **R$ 3.000,00** (três mil reais).

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

07 SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA

07.003 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0006.2023 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.3.90.31.00.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS

Prazo de inscrição

De 8h horas do dia **26 de outubro de 2026** até 17h horas do dia **13 de novembro de 2026.** As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 3 deste edital.

Quem pode participar

Poderão participar deste Edital agentes culturais Pessoa Física (CPF) ou Grupos ou Coletivos culturais sem CNPJ representados por pessoa física (CPF), residentes ou com comprovada atuação cultural no Município de Candói há, no mínimo, **01 (um) ano**.

Consideram-se agentes culturais aptos a participar:

produtores rurais;
agricultores familiares;
cozinheiros tradicionais;
confeiteiros;
panificadores artesanais;
agroindústrias familiares;
associações comunitárias;
comunidades tradicionais;
grupos familiares que preservem receitas típicas;
demais detentores de saberes gastronômicos tradicionais do Município

O candidato que trabalhar no Município e não possuir residência, poderá participar deste edital desde que comprove vínculo empregatício.

O candidato que não possuir comprovante de residência em seu nome poderá apresentar outro documento que comprove residência junto com a Declaração de residência (Anexo 5).

Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;

Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador).

O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer nesse Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 2.6.

Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

ETAPAS: Este edital é composto pelas seguintes etapas:

Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais.

Habilitação – etapa em que a comissão habilita os projetos**.**

Seleção – etapa em que uma comissão analisa, seleciona os projetos.

Assinatura do Termo de Premiação Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural

INSCRIÇÕES

Como se inscrever

As inscrições poderão ser feitas do dia **26 de outubro de 2026** ao dia **13 de novembro de 2026**, de forma gratuita, podendo ser realizada:

Presencialmente: No Centro Cultural Doridin Antunes, no endereço Av. José Antunes Fabrício, 1944, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Online: pelo endereço de e-mail: cultura.candoi@gmail.com.

Ao realizar a inscrição o candidato **DEVERÁ** entregar:

Formulário de inscrição (Anexo II) e Dados bancários contendo: banco, agência, nº do banco, nº da conta corrente e nome do Titular da conta.

Cópia de documento com foto (RG ou CNH) e CPF e em caso de menor de idade, incluir os documentos pessoais do responsável;

Comprovante de residência;

Declaração de residência ou vínculo empregatício: Para quem não tiver os comprovantes em seu nome (Anexo V).

Portfólio (Anexo II) com materiais que comprovem a atuação cultural ou gastronômica do candidato, tais como:

fotografias;
matérias jornalísticas;
certificados;
folders;
publicações;

registros de eventos;
participação em feiras;
declarações de entidades;
registros audiovisuais;
outros documentos que demonstrem sua atuação
Memorial descritivo do prato concorrente contendo:
nome do prato;
breve histórico da receita;
origem familiar ou comunitária;
ingredientes utilizados;
modo de preparo;
relação da receita com a cultura local
Declaração de Representação, quando se tratar de coletivo sem CNPJ (Anexo VIII);
Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, quando concorrer às cotas (Anexo IX);
Preenchimento da autorização de direito e uso de imagem e som (Anexo VI);
Caso não seja anexado toda a documentação exigida o candidato será automaticamente desclassificado**.**
O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.
Ao se inscrever o agente cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO
Cada candidato deverá apresentar 01 (um) prato típico, preparado conforme a receita descrita na inscrição;
Os pratos deverão representar a tradição gastronômica do Município de Candói, valorizando preferencialmente ingredientes produzidos na agricultura familiar local;
Serão aceitos pratos doces, salgados, panificados, embutidos, conservas e demais preparações tradicionais da culinária regional;
Não serão aceitas preparações industrializadas, produtos ultraprocessados ou receitas sem vínculo com a cultura alimentar local;
Cada inscrito deverá disponibilizar quantidade suficiente de seu prato para degustação da Comissão Julgadora;
A organização divulgará previamente o número estimado de porções e os horários para montagem dos espaços;
Cada participante será responsável pelo preparo, transporte e apresentação de seu prato;
A Secretaria Municipal de Cultura disponibilizará espaço físico, mesas e estrutura básica para exposição dos pratos, conforme disponibilidade.

COTAS
Categoria de cotas: Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para **concorrer** às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.
Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes pelas cotas, que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência, não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.
Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
Procedimentos complementares
Para fins de verificação da autodeclaração, poderão ser adotados um ou mais dos seguintes procedimentos:
heteroidentificação: procedimento complementar à autodeclaração de pertencimento racial, para confirmação, por terceiros, da identificação como pessoa negra (preta ou parda) de acordo com seu fenótipo, isto é, conforme suas características físicas;
solicitação de carta consubstanciada: documento apresentado em formato escrito, oral ou audiovisual que promove a reflexão sobre o pertencimento étnico-racial, contendo os motivos pelos quais o agente cultural se autodeclara negro (preto ou pardo) ou indígena, conforme modelo constante no Anexo III.
solicitação de um documento em formato escrito, oral ou audiovisual que demonstre o pertencimento étnico do agente cultural indígena elaborado por liderança ou entidade constituída em forma de associação, fundação ou qualquer configuração de entidade formalizada ou não, desde que gerida por povos indígenas;
procedimento de avaliação biopsicossocial realizada nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, solicitação de documentos como laudo médico, certificado da Pessoa com Deficiência ou comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência; ou
outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO
Quem analisa as candidaturas
A etapa de seleção será conduzida por uma Comissão Julgadora, designada por Portaria da Secretaria Municipal de Cultura.
A Comissão será composta por **03 (três) membros**, preferencialmente com conhecimento nas áreas de gastronomia, culinária regional, cultura alimentar, produção de alimentos ou áreas correlatas, podendo ser formada por:
servidores públicos;

representantes do Conselho Municipal de Cultura;
pareceristas externos;
profissionais convidados com experiência nas áreas relacionadas ao objeto deste Edital
A Comissão será responsável por avaliar os pratos apresentados pelos participantes, considerando os critérios estabelecidos neste Edital, especialmente o sabor, a apresentação, a utilização de ingredientes locais, a história da receita e sua relação com a cultura e as tradições gastronômicas do Município de Candói;
A escolha dos cinco pratos vencedores será definida exclusivamente pela pontuação atribuída pela Comissão Julgadora, conforme os critérios e a metodologia de classificação estabelecidos neste Edital;
As avaliações deverão ser realizadas de forma imparcial, transparente e fundamentada, garantindo igualdade de condições entre os participantes;

Quem não pode fazer parte da comissão de seleção

Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:
Tiverem interesse direto na matéria;
tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
seja parente do agente cultural;
No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise das candidaturas

Cada prato será avaliado individualmente, com base nos critérios e nas pontuações descritos no Anexo III deste edital;
A avaliação será realizada exclusivamente pela Comissão Julgadora durante o evento Concurso Gastronômico que será realizado no dia **05 de dezembro de 2026**, na Praça da Família, em Candói/PR e a classificação considerará a pontuação técnica atribuída aos pratos;
Os cinco participantes que obtiverem as maiores pontuações serão classificados para receber a premiação prevista neste Edital.
Após a conclusão das avaliações, a Secretaria Municipal de Cultura divulgará o resultado, contendo a classificação dos participantes e as respectivas pontuações.

Recursos na etapa de Seleção e Habilitação

O resultado provisório da etapa de seleção e habilitação será divulgado no diário oficial do Município de Candói no endereço: https://ampr.org.br/ e no site oficial da Prefeitura www.candoi.pr.gov.br.
Contra a decisão da fase de seleção e habilitação, caberá recurso (modelo Anexo VII) destinado à **Secretaria de Cultura** que deverá ser apresentado presencialmente no **Centro Cultural Doridin Antunes**, sito a **Avenida Jose Antunes Fabricio, 1944**, no prazo de **3 dias** a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município no endereço: https://ampr.org.br/ e no site oficial da Prefeitura www.candoi.pr.gov.br.

REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso não haja interesse dos classificados em qualquer uma das categorias, os valores serão redistribuídos entre os participantes daquela categoria.
A comissão julgadora, em conjunto com o conselho municipal de cultura, fará a deliberação do remanejamento, sendo esta soberana.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB, inclusive remanejado para outra meta no PAAR.

ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

A formalização da premiação ocorrerá por meio da assinatura do Termo de Premiação Cultural, conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital.
O pagamento será realizado em parcela única, por meio de transferência bancária para conta de titularidade do contemplado, indicada na ficha de inscrição (Anexo II);

DISPOSIÇÕES FINAIS

Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial da Prefeitura www.candoi.pr.gov.br.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site oficial da Prefeitura www.candoi.pr.gov.br.

Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: cultura.candoi@gmail.com e pelo fone (whatsapp) 42 3638 8095.
Os casos omissos ficarão a cargo doConselho Municipal de Cultura.

Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31/12/2026.

Cronograma Prévio das Etapas do Processo de Seleção

OR.	ITEM	DATA
01	INSCRIÇÕES	De 23/10/26 à 13/11/26
02	PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	17/11/26
03	RECURSO DAS INSCRIÇÕES	17 à 19/11/26
04	HABILITAÇÃO DOS PROJETOS INSCRITOS	23 e 24/11/26
05	DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS HABILITADOS	25/11/26
05	RECURSO	25 à 27/11/26
06	CONCURSO PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS	05/12/26
07	HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	08/12/26
08	CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL	09 e 10/12/26

Anexos do Edital

Este Edital é composto pelos seguintes anexos:
Anexo I – Categoria;
Anexo II - Formulário de Inscrição/ Portifólio do Proponente/Memorial descritivo do prato;
Anexo III - Critérios de seleção e bônus de pontuação;

Anexo IV – Termo de Premiação Cultural;
Anexo V - Declaração de Residência;
Anexo VI - Declaração do uso de imagem e som;
Anexo VII - Formulário de Recurso;
Anexo VIII - Declaração de Representação, quando se tratar de coletivo sem CNPJ;
Anexo IX – Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, quando concorrer às cotas;

Candói, 23 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

ANEXO I
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
CATEGORIA – GASTRONOMIA TRADICIONAL DE CANDÓI
RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de **R$ 15.000,00** (quinze mil reais).
Serão premiados os agentes culturais Pessoa Física (CPF), que contribuam para a preservação, valorização e divulgação da gastronomia tradicional do Município de Candói/PR.
Serão premiados **05 (cinco) agentes culturais**, com **o valor de R$ 3.000,00** (três mil reais) conforme a categoria Gastronomia Tradicional de Candói e cada agente poderá inscrever 01 prato típico para o concurso, sendo permitida apenas uma premiação por proponente;
O Concurso Gastronômico **será realizado no dia 05 de dezembro de 2026**, na Praça da Família, em Candói/PR, conforme a programação e as orientações divulgadas pela Secretaria Municipal de Cultura.

APRESENTAÇÃO DOS PRATOS
A categoria **Gastronomia Tradicional de Candói** tem como finalidade reconhecer agentes culturais responsáveis pela preservação da culinária típica local, valorizando os saberes tradicionais, as receitas familiares, os ingredientes produzidos no município e as práticas alimentares transmitidas entre gerações;
O concurso integra as ações de valorização do patrimônio cultural imaterial do Município de Candói, incentivando o fortalecimento da identidade cultural, da agricultura familiar, do turismo rural e da economia criativa;
Os participantes deverão apresentar 1 (um) prato de sua autoria ou de domínio de sua prática culinária, acompanhado de um memorial descritivo com as seguintes informações:
nome do prato;
história e origem da receita;
ingredientes utilizados;
modo de preparo;
relação do prato com a cultura e as tradições de Candói;
utilização de ingredientes produzidos localmente ou na região, quando houver;
Serão aceitos pratos:
salgados;
doces;
panificados;
massas;
carnes;
conservas;
embutidos artesanais;
sobremesas;
demais preparações tradicionais da culinária regional.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIA	QTD VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QTD TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Gastronomia Tradicional de Candói	4	1	0	0	5	R$ 3.000,00	R$ 15.000,00

REMANEJAMENTO DAS VAGAS
Caso não haja número suficiente de propostas habilitadas ou classificadas em qualquer das reservas de vagas previstas neste edital, as vagas remanescentes poderão ser remanejadas entre os demais projetos classificados, observada a ordem de classificação, o disposto na política de ações afirmativas da PNAB e a disponibilidade orçamentária, de modo a garantir a utilização integral dos recursos públicos destinados a este edital.

ANEXO II
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO / PORTFÓLIO DO AGENTE CULTURAL/

INFORMAÇÕES DO AGENTE CULTURAL
PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):

CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Gênero do agente cultural:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa não binária
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do agente cultural:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Vai concorrer às cotas?
( ) sim
( ) não

( ) Pessoa Negra
( ) Indígenas
( ) PCD

DADOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO
Nome titular da Conta:
Agência:
Conta:
Banco:
Nº Banco:

PORTFÓLIO DO AGENTE CULTURAL

Descreva sua atuação (trajetória) na gastronomia tradicional.
Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações que você realiza, informando em que área ou segmento da gastronomia se identifica, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.

Formação na área da gastronomia
Informe sua formação, quais cursos já fez.

Informe sobre alguns pratos já realizados
Descreva, preferencialmente em ordem cronológica, todas as produções gastronômicas que já fez.

Duas principais participações em eventos gastronômicos
Aqui o agente cultural vai selecionar as duas principais participações em eventos que já participou

Informações complementares e relevantes - links, fanpages, sites, fotos, cartazes, reportagens, prints, etc.
Informe links de redes sociais e referências como fotos, cartazes, reportagens, certificados de curso, entre outros materiais que possam comprovar sua trajetória.

APRESENTAÇÃO DO PRATO

Faça uma breve descrição do prato.
Descreva todas as principais características do prato.

História da Receita
Descreva a origem da receita, se pertence à família, há quantas gerações é preparada, qual é a importância dessa receita para a cultura local?

Ingredientes utilizados
Descreva os principais ingredientes e quais são produzidos em Candói.

Modo de preparo
Explique resumidamente como o prato é preparado

Relação com a cultura local
Explique como este prato representa a identidade cultural do Município de Candói

Declaração de Autorização
Declaro que as informações prestadas neste formulário, currículo e portfólio são verdadeiras e que os materiais apresentados comprovam minha atuação cultural. Declaro estar ciente das regras e condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 04/2026 – Premiação Extra Festival Canta Candói.
Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018).

_____
Assinatura do Proponente
CPF

ANEXO III
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

CRITÉRIOS E PONTUAÇÃO
A seleção dos participantes será realizada por uma Comissão de Avaliação, composta por pessoas capacitadas, com conhecimentos ou experiência nas áreas de gastronomia, culinária regional, cultura alimentar, produção de alimentos, patrimônio cultural ou áreas correlatas.
A Comissão avaliará os pratos inscritos conforme os critérios abaixo, totalizando 100 (cem) pontos**.**

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Identidade cultural e relação com a gastronomia de Candói -**Valorização da cultura alimentar do Município, das tradições locais e dos costumes das comunidades.	25
B	**Utilização de ingredientes locais ou regionais -** Uso de ingredientes produzidos no Município ou na região, valorizando a produção local e os produtores rurais.	20
C	**Sabor e qualidade do prato** – Qualidade sensorial, equilíbrio dos sabores e execução da preparação culinária	25
D	**Apresentação do prato –** Organização, cuidado e apresentação visual da preparação.	10
E	**História da receita e preservação das tradições -** Valorização da história do prato, da memória familiar ou comunitária e da transmissão dos saberes culinários entre gerações.	15
F	**Criatividade, respeitando a identidade tradicional do prato -** Originalidade na preparação ou apresentação, mantendo as características culturais e tradicionais da receita.	5
PONTUAÇÃO TOTAL:		**100**

A pontuação final de cada candidatura será100 pontos no geral. A média da nota do proponente será definida por um consenso entre os membros da comissão.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, C, D, B, E e F respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate: proponente com maior idade.
Serão considerados aptos os agentes culturais que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

NOME DO AGENTE CULTURAL:
Nº CPF:
DADOS BANCÁRIOS:
Nome titular da Conta:
Agência:
Conta:
Banco:
Nº Banco:

Declaro que recebi a quantia de [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO], na presente data, relativa ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI.**

Candói, _____ de _____ de 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo

ANEXO V
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA / ENDEREÇO

Eu, _____, de nacionalidade _____, inscrito (a) no CPF nº _____, RG nº _____ telefone: _____, DECLARO, para fins de comprovação de residência / endereço, sob as penas da Lei n° 7.115/83, art. 2º, que resido no município de CANDÓI – Paraná, sendo atualmente residente e/ou domiciliado no endereço abaixo descrito:

_____
Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".
Candói – PR, _____ de_____ 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo

ANEXO VI
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM DO PARTICIPANTE E DO PRATO GASTRONÔMICO (PESSOA FÍSICA)
Eu,_____, CPF Nº _____, RG Nº _____, Órgão Expedidor _____, AUTORIZO o Município de Candói (PR) a utilizar, divulgar, exibir publicamente e reproduzir minha imagem, bem como fotografias, vídeos e demais registros do prato gastronômico por mim apresentado no **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI.**
Autorizo a utilização desses registros em peças gráficas, fotografias, vídeos, redes sociais, sites oficiais, materiais informativos e demais meios de comunicação, exclusivamente para fins institucionais, culturais, educativos e de divulgação do concurso e da cultura alimentar do Município, incluindo registros da minha participação e da preparação e apresentação do prato gastronômico.
Declaro estar ciente de que esta autorização é concedida gratuitamente, não gerando qualquer obrigação de pagamento pelo Município de Candói (PR) pelo uso da minha imagem ou pelos registros do prato apresentado.
Por ser expressão da verdade e de minha livre vontade, dato e assino a presente declaração, estando ciente de que responderei legalmente pela falsidade das informações aqui prestadas.

Candói (PR), ____ de _____ de 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo

ANEXO VII
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO / HABILITAÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção / Habilitação** do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI,** venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____ __.

Candói, _____ de _____ 2026.
_____
Assinatura
NOME COMPLETO

ANEXO VIIi
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO- CULTURAL

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por agentes culturais que integram um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO: _____
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO: _____
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:
CPF:_____
RG: _____
TELEFONE: _____

E-MAIL:_____

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

CANDÓI, _____ de _____de 2026.

ANEXO ix
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais optantes pelas cotas étnico-raciais – pessoas negras ou pessoas indígenas)
Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____,
DECLARO para fins de participação no **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI** que sou _____ (informar se é pessoa NEGRA OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.
Candói, _____ de _____ de 2026.

_____
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO ix
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____,
DECLARO para fins de participação **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 - PRÊMIO SABORES DE CANDÓI – CONCURSO GASTRONÔMICO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR DE CANDÓI** que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Candói, _____ de _____ de 2026.

_____
NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:F5A6E5C1

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 067/2026 - PNCP 26/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 26/2026		
Às 11:57 horas do dia 23 de outubro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 1 do Pregão nº 26/2026, Processo nº 3.101/2026.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SISPP - Tradicional	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Aquisição de um veículo novo (0 km) destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família com recursos oriundos da Resolução 005/2025 e 006/2026 da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI		
Entrega de propostas: De 18/09/2026 às 08:00 até 01/10/2026 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 01/10/2026 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	01/10/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 1 item poderá estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	01/10/2026 às 11:30:54	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.

Sistema	01/10/2026 às 11:33:46	Prezados, informo que por razões de instabilidade da conexão do pregoeiro responsável (Rodrigo), a sessão continuará amanhã (02/10) às 13:30h.
Sistema	02/10/2026 às 13:31:20	Boa tarde. Conforme agendado, retornamos ao julgamento
Sistema	02/10/2026 às 13:59:19	Aguardem enquanto verifico a proposta anexada
Sistema	02/10/2026 às 14:14:26	Iniciado fase de habilitação. Aguardem

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
01/10/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
01/10/2026 às 11:30:53	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Automóvel		
capacidade tanque combustível: 48, cor: preta, modelo: sedan, potência: 140, quantidade passageiro: 5, quantidade portas: 4, tipo combustível: híbrido, tipo câmbio: automático ecvt, tipo motor: 1.5 l		
Quantidade: 1	Valor estimado: R$ 114.948,9300 (unitário)	
Unidade de fornecimento: Unidade	R$ 114.948,9300 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 100,0000	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Sem benefícios ME/EPP (Art. 4º, lei 14.133/2021) Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para GUARA AUTO PECAS SA, CNPJ 77.882.579/0001-98, melhor lance: R$ 102.600,0000 (unitário) / R$ 102.600,0000 (total)		
Propostas do Item 1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
64.076.816/0001-81 - ALMAJ COMERCIAL LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 113.890,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 113.890,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: FIAT		
Modelo/versão: CRONOS		
Valor proposta: R$ 114.000,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 114.000,0000 (total)		
61.720.863/0001-28 - APEX TRADING LTDA		
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 114.960,4249 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 114.960,4249 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: DF		
Marca/Fabricante: APEX		
Modelo/versão: capacidade tanque combustível: 48, cor: preta, mod		
Valor proposta: R$ 114.960,4249 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 114.960,4249 (total)		
77.882.587/0001-34 - COMERCIAL OESTE LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 108.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 108.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: VOLKSWAGEN		
Modelo/versão: VIRTUS SENSE		
Valor proposta: R$ 114.948,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 114.948,0000 (total)		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
48.128.031/0001-59 - FAC VEICULOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 109.000,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 109.000,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: FIAT		
Modelo/versão: CRONOS DRIVE 1.3 MANUAL		
Valor proposta: R$ 114.948,9300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 114.948,9300 (total)		
77.882.579/0001-98 - GUARA AUTO PECAS SA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 102.600,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 102.600,0000 (total)	Proposta adjudicada
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: CHEVROLET		
Modelo/versão: ONIX PLUS TURMO MT		
Valor proposta: R$ 114.900,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 114.900,0000 (total)		
40.976.095/0001-06 - LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 113.900,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 113.900,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: SP		
Marca/Fabricante: GM/ CHEVROLET		
Modelo/versão: ONIX PLUS 1.0 TURBO		
Valor proposta: R$ 114.940,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 114.940,0000 (total)		
01.692.763/0001-03 - PINHEIRO S VEICULOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 113.850,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 113.850,0000 (total)	-
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: GO		
Marca/Fabricante: FIAT		
Modelo/versão: CRONOS DRIVE 1.3 MT		

Valor proposta: R$ 114.948,9300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 114.948,9300 (total)		
79.138.608/0005-60 - ZACARIAS VEICULOS LTDA		
Benefício Me/Epp: Não	R$ 102.700,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 102.700,0000 (total)	-
Programa de integridade: Não		
UF endereço: PR		
Marca/Fabricante: Chevrolet		
Modelo/versão: Onix Plus Turbo MT		
Valor proposta: R$ 114.948,9300 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 1
R$ 114.948,9300 (total)		
Lances do Item 1		
Data/hora	**Participante**	**Lance**

Data/hora	**Participante**	**Lance**
01/10/2026 às 08:31:01	48.128.031/0001-59	R$ 113.900,0000
01/10/2026 às 08:32:01	79.138.608/0005-60	R$ 113.000,0000
01/10/2026 às 08:32:05	48.128.031/0001-59	R$ 112.900,0000
01/10/2026 às 08:32:09	79.138.608/0005-60	R$ 112.000,0000
01/10/2026 às 08:32:10	48.128.031/0001-59	R$ 111.900,0000
01/10/2026 às 08:32:23	79.138.608/0005-60	R$ 111.500,0000
01/10/2026 às 08:32:25	48.128.031/0001-59	R$ 111.400,0000
01/10/2026 às 08:32:30	79.138.608/0005-60	R$ 111.000,0000
01/10/2026 às 08:32:35	48.128.031/0001-59	R$ 110.900,0000
01/10/2026 às 08:32:45	77.882.587/0001-34	R$ 110.500,0000
01/10/2026 às 08:32:50	48.128.031/0001-59	R$ 110.400,0000
01/10/2026 às 08:33:04	79.138.608/0005-60	R$ 110.300,0000
01/10/2026 às 08:33:06	48.128.031/0001-59	R$ 110.200,0000
01/10/2026 às 08:33:19	77.882.587/0001-34	R$ 110.100,0000
01/10/2026 às 08:33:21	48.128.031/0001-59	R$ 110.000,0000
01/10/2026 às 08:33:28	79.138.608/0005-60	R$ 109.900,0000
01/10/2026 às 08:33:31	48.128.031/0001-59	R$ 109.800,0000
01/10/2026 às 08:33:32	77.882.587/0001-34	R$ 109.900,0000
01/10/2026 às 08:33:37	77.882.587/0001-34	R$ 109.500,0000
01/10/2026 às 08:33:41	48.128.031/0001-59	R$ 109.400,0000
01/10/2026 às 08:33:53	01.692.763/0001-03	R$ 114.800,0000
01/10/2026 às 08:34:21	77.882.587/0001-34	R$ 109.000,0000
01/10/2026 às 08:34:28	79.138.608/0005-60	R$ 108.900,0000
01/10/2026 às 08:35:03	77.882.587/0001-34	R$ 108.500,0000
01/10/2026 às 08:35:15	77.882.579/0001-98	R$ 107.000,0000
01/10/2026 às 08:35:53	79.138.608/0005-60	R$ 106.500,0000
01/10/2026 às 08:36:00	77.882.579/0001-98	R$ 106.000,0000
01/10/2026 às 08:36:31	77.882.587/0001-34	R$ 108.000,0000
01/10/2026 às 08:36:51	79.138.608/0005-60	R$ 105.900,0000
01/10/2026 às 08:36:57	77.882.579/0001-98	R$ 105.000,0000
01/10/2026 às 08:37:16	48.128.031/0001-59	R$ 109.000,0000
01/10/2026 às 08:38:12	40.976.095/0001-06	R$ 113.900,0000
01/10/2026 às 08:38:12	79.138.608/0005-60	R$ 104.900,0000
01/10/2026 às 08:38:24	64.076.816/0001-81	R$ 113.890,0000

Data/hora	**Participante**	**Lance**
01/10/2026 às 08:38:30	77.882.579/0001-98	R$ 104.800,0000
01/10/2026 às 08:38:39	79.138.608/0005-60	R$ 104.500,0000
01/10/2026 às 08:38:47	77.882.579/0001-98	R$ 104.000,0000
01/10/2026 às 08:40:18	79.138.608/0005-60	R$ 103.900,0000
01/10/2026 às 08:40:23	77.882.579/0001-98	R$ 103.800,0000
01/10/2026 às 08:40:36	79.138.608/0005-60	R$ 103.700,0000
01/10/2026 às 08:40:44	77.882.579/0001-98	R$ 103.600,0000
01/10/2026 às 08:41:06	01.692.763/0001-03	R$ 113.850,0000
01/10/2026 às 08:41:15	79.138.608/0005-60	R$ 103.500,0000
01/10/2026 às 08:43:01	77.882.579/0001-98	R$ 103.000,0000
01/10/2026 às 08:43:37	79.138.608/0005-60	R$ 102.900,0000
01/10/2026 às 08:45:10	77.882.579/0001-98	R$ 102.800,0000
01/10/2026 às 08:46:13	79.138.608/0005-60	R$ 102.700,0000
01/10/2026 às 08:47:54	77.882.579/0001-98	R$ 102.600,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	01/10/2026 às 08:30:00	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	01/10/2026 às 08:31:00	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	01/10/2026 às 08:49:55	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 77.882.579/0001-98	02/10/2026 às 13:32:04	Sr. Fornecedor GUARA AUTO PECAS SA, CNPJ 77.882.579/0001-98, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Consegue reduzir o valor da sua proposta?.
Pelo participante 77.882.579/0001-98	02/10/2026 às 13:33:37	Boa Tarde, ja estamos no nosso melhor valor, sem condições de reduzir!obrigado.

Sistema para o participante 77.882.579/0001-98	02/10/2026 às 13:33:58	Sr. Fornecedor GUARA AUTO PECAS SA, CNPJ 77.882.579/0001-98, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 15:34:00 do dia 02/10/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do subitem 10.5 do Edital, a proposta com os valores ajustados ao último lance ofertado, acompanhado de ficha técnica do veículo e comprovação de existência de assistência técnica autorizada no PR..
Pelo participante 77.882.579/0001-98	02/10/2026 às 13:42:01	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:42:01 de 02/10/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor GUARA AUTO PECAS SA, CNPJ 77.882.579/0001-98.
Pelo participante 77.882.579/0001-98	02/10/2026 às 13:44:23	Documentos anexado, estamos a disposição para quaisquer solicitações.
Sistema para o participante 77.882.579/0001-98	02/10/2026 às 14:14:10	Identifiquei um erro material na proposta, onde é citado que o veículo é destinado à Secretaria de Saúde, todavia conforme edital, é destinado à Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, porém tal erro não interfere no objeto à ser entregue
Sistema para o participante 77.882.579/0001-98	02/10/2026 às 14:14:13	O item 1 teve a solicitação de negociação de valor CANCELADA para o fornecedor GUARA AUTO PECAS SA, CNPJ 77.882.579/0001-98. Motivo: Proposta aceita.
Sistema	02/10/2026 às 14:14:13	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 02/10/2026 14:24:13.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	02/10/2026 às 14:24:44	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 02/10/2026 14:34:44.
Eventos do Item 1		
Data/Hora	**Descrição**	
02/10/2026 às 13:33:58	Fornecedor GUARA AUTO PECAS SA, CNPJ 77.882.579/0001-98 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 15:34:00 do dia 02/10/2026. Justificativa: Solicito, nos termos do subitem 10.5 do Edital, a proposta com os valores ajustados ao último lance ofertado, acompanhado de ficha técnica do veículo e comprovação de existência de assistência técnica autorizada no PR..	
02/10/2026 às 13:42:01	Fornecedor GUARA AUTO PECAS SA, CNPJ 77.882.579/0001-98 finalizou o envio de anexo.	
23/10/2026 às 11:57:48	Fornecedor GUARA AUTO PECAS SA, CNPJ 77.882.579/0001-98 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 102.600,0000.	
23/10/2026 às 11:57:49	Item homologado.	
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		
Sessão 1		
Prazos:		
Intenção de recurso no julgamento:	02/10/2026 14:24:13	
Intenção de recurso na habilitação:	02/10/2026 14:34:44	

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:9EB3C960

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 448/2026

PORTARIA Nº 448/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	**Cargo**	**Diária(s)**	**Cidade**	**Dia(s)**	**Finalidade**
Ederson Carlos Pothin	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	16 de outubro de 2026.	Conduziu Alunos da APAE para participarem do Festival Arte.
Edinéria conci	Assessora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	21 de outubro de 2026.	Capacitação: '' Educação Patrimonial - Convenio linha Ecológica''.
Elaine Maria de Moura de Oliveira		01 (uma)	Cascavel – PR	21 de outubro de 2026.	
Elaene Masalosso	Coordenadora Pedagógica	01 (uma)	Cascavel – PR	21 de outubro de 2026.	
Daniele Sinotti da Silva Doarte		01 (uma)	Cascavel – PR	21 de outubro de 2026.	
Valdemir José Kalkmann Marques	Motorista	02 (duas)	Corbélia 21 e Lindoeste – PR	20,21 de outubro de 2026.	Conduzir a equipe de atletas da escolinha Talentos de Jesus para a VII Copa Aurinegra. Categori8a de Base.
Antonio Luis Valendolf	Chefe da Divisão de Esporte	01 (uma)	Lindoeste – PR	21 de outubro de 2026.	
Cleverson dos Santos	Educador Fisico	01 (uma)	Lindoeste – PR	21 de outubro de 2026.	
André Pinto	Chefe da Divisão de Lazer	01 (uma)	Lindoeste – PR	01 de outubro de 2026.	Acompanhar como auxiliar técnico a equipe do União do município para a copa Floresta de Futsal.
Alter José Ragadali	Secretário de Esporte e Lazer	01 (uma)	Cascavel – PR	25 de setembro de 2026.	Acompanhar como Coordenador Técnico a equipe do União Capitão do município para a Copa Floresta de Futsal 2026.
Thiago Lucietto	Secretário de Desenvolvimento e Renda	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de outubro de 2026.	Encontro Regional dos Conselhos Municipais de Inovação do Oeste do Paraná.
Alex Junior Roman	Assessor Estratégico de Desen. Eco. e Renda	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de outubro de 2026.	
Dhenifer Dallpra Stenzowski	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de outubro de 2026.	
Rosangela Cristina Capeleti S.		01 (uma)	Cascavel – PR	23 de outubro de 2026.	Buscar documentações no IIPR, JSM.
Cristiane Antunes da Silva Hagemann	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	16 de outubro de 2026.	Levar pessoal do esporte.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:E9B710F2

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 449/2026

PORTARIA Nº 449/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Aurélio Rodrigo Muller	Chefe da Divisão Adm. Da Secretaria de Saúde	01 (uma)	Cascavel – PR	08 de outubro de 2026.	Reunião Conselho Consultivo CISOP e 5° Reunião Ordinária da Comissão Intergestora Regional – CIR.
Regina Cristina Antunes	Secretária da Saúde	01 (uma)	Cascavel – PR	19 de outubro de 2026.	Reunião da Regional de saúde.
Delurdes Biazin	Diretor do Departamento de Saúde e Agendamento	01 (uma)	Cascavel – PR	19 de outubro de 2026.	Reunião da Regional de saúde.
Jaime Paulo Parmigiani	Téc. Em Segurança do Trabalho	01 (uma)	Cascavel – PR	21 de outubro de 2026.	Orientação sobre Processo Administrativo Sanitário na 10° regional de Saúde.
Carine Pagnoncelli Rayzer	Agente Sanitária	01 (uma)	Cascavel – PR	21 de outubro de 2026.	Orientação sobre Processo Administrativo Sanitário na 10° regional de Saúde.
Mariana Lohanna Dias	Enfermeira	04 (quatro)	Cascavel – PR	30 de setembro e 01,18,19 de outubro de 2026.	HUOP.
Tatiana S. de Paula	Técnica de Enfermagem	09 (nove)	Cascavel – PR	02,05,06,07,08,09,13,14,15 de outubro de 2026.	HUOP, INOVA, UOPECCAN, CEONC, CISOP.
Cristiane Antunes da Silva Hagemann	Técnica de Enfermagem	04 (quatro)	Cascavel – PR	05,09,11,16 de outubro de 2026.	HUOP.
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	21 de outubro de 2026.	Hospital e Poli Ambulatório Nossa Senhora Aparecida.
Gilmar Antonio Roman	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	20 de outubro de 2026.	Hospital e Poli Ambulatório Nossa Senhora Aparecida.
Ricardo Mendes Ribeiro de Souza	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	19 de outubro de 2026.	Hospital e Poli Ambulatório Nossa Senhora Aparecida.
Paulo Fabio Gossler	Motorista	02 (duas)	São José dos Pinhais – PR	19,20 de outubro de 2026.	Hospital Colonia Adauto Botelho.
Everton Kuhn B.	Motorista	01 (uma)	Jandaia do Sul – PR	22 de outubro de 2026.	Hospital Regional do Vale do Ivai.
Valdomiro Correia de Melo	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	22 de outubro de 2026.	Hospital Câncer Center de Guarapuava.
Paulo Fabio Gossler	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	28 de setembro de 2026.	Hospital Regional de Guarapuava.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:E6A9A480

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2025 - PROVENIENTE DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 054/2025 - PROCESSO Nº 136/2025 (PRAZO E VALOR)

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, sito à Rua Benedito Salles, nº 1060 - Centro, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, sendo neste ato representada pelo Senhor (a) Rafael Fernandes Da Silva Secretário(a) Municipal de Esporte e Lazer, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXXXXX e portador da Carteira de Identidade RG XXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado à empresa a abaixo qualificada, nos termos da Lei Federal Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com suas alterações; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletronico nº 054/2025, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO
O presente Termo tem o objetivo de aditivar a Ata de Registro de Preços, visando a futura e eventual **Aquisição de materiais esportivos para atender Secretaria Municipal de Esportes e Lazer,** a serem adquiridos conforme a necessidade, especificações e detalhamentos consignados na Pregão Eletronico nº 054/2025, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
ANA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES LTDA - CNPJ Nº 36.226.011/0001-31, com sede aRua 30, 2188, Jardim Sao Paulo II, na cidade de Rio Claro, CEP 13503152, Estado de Rio de Janeiro, telefone: (19)3534-1220, E-mail: comercial@meiaspolo.com.br, representada neste ato por seu sócio (a) administrador (a) Senhor (a) Ana Cristina De Almeida Guimaraes, portadora da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXX, doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Carlópolis (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO ADITIVO
Permanece inalterado o valor estipulado na Ata de Registro de Preços nº 210/2025.

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca
56	1	MEIAS ATOALHADAS	500	PAR	R$ 5,15	R$ 2.575,00	PROPRIA

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PERIÓDO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO.

Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 22 de outubro de 2026 até 22 de outubro de 2027, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras e especificações constantes na Ata de Registro de Preços nº 210/2025, as quais não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E assim, para firmeza e validade do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Carlópolis, 22 de outubro de 2026.

RAFAEL FERNANDES DA SILVA
Secretario Municipal de Esportes e Lazer
Contratante

ANA CRISTINA DE ALMEIDA GUIMARAES LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:9EB3DDEA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2025 - PROVENIENTE DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 054/2025 - PROCESSO Nº 136/2025 (PRAZO E VALOR

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, sito à Rua Benedito Salles, nº 1060 - Centro, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, sendo neste ato representada pelo Senhor (a) Rafael Fernandes Da Silva Secretário(a) Municipal de Esporte e Lazer, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXXXX e portador da Carteira de Identidade RG XXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado à empresa a abaixo qualificada, nos termos da Lei Federal Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com suas alterações; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletronico nº 054/2025, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

O presente Termo tem o objetivo de aditivar a Ata de Registro de Preços, visando a futura e eventual **Aquisição de materiais esportivos para atender Secretaria Municipal de Esportes e Lazer,** a serem adquiridos conforme a necessidade, especificações e detalhamentos consignados na Pregão Eletronico nº 054/2025, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

A empresa **INDUSTRIA DE BOLAS TITA LTDA - CNPJ Nº 17.952.607/0001-74**, com sede a Rua Alexina Pinto, 283, Bela Vista, na cidade de Sao Joao Del Rei, CEP 36301034, Estado de Minas Gerais, telefone: (32)98514-3430, E-mail: licitatitan@gmail.com, representada neste ato por seu sócio (a) administrador (a) Senhor (a) Elza Miranda da Silva, portadora da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Carlópolis (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO ADITIVO

Permanece inalterado o valor estipulado na Ata de Registro de Preços nº 213/2025.

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca
1	1	APITO PROFISSIONAL OFICIAL PARA ARBITRO	39	UND	R$ 6,20	R$ 241,80	Dalebol
14	1	BOLA DE VOLEI	35	UND	R$ 44,96	R$ 1.573,60	Dalebol
18	1	BOMBA BOLA	18	UND	R$ 17,90	R$ 322,20	Dalebol
22	1	CINTO DE TRAÇÃO	5	UND	R$ 164,95	R$ 824,75	Dalebol
24	1	Cone	50	UNI	R$ 15,93	R$ 796,50	Dalebol
27	1	ESCADA DE AGILIDADE	10	UND	R$ 48,50	R$ 485,00	Dalebol
38	1	PETECA OFICIAL	75	UND	R$ 9,80	R$ 735,00	Dalebol
45	1	SACO PARA 15 BOLAS NYLON	10	UND	R$ 85,00	R$ 850,00	Dalebol
58	1	CORDA DE PULAR DE SISAL	20	UND	R$ 12,90	R$ 258,00	Dalebol
61	1	QUADRO TÁTICO FUTEBOL CAMPO	3	UND	R$ 455,00	R$ 1.365,00	Dalebol
62	1	QUADRO TÁTICO FUTSAL	3	UND	R$ 455,00	R$ 1.365,00	Dalebol
63	1	MEDICINE BALL SEM PEGADA 1 QUILO	10	UND	R$ 26,90	R$ 269,00	Dalebol
64	1	MEDICINE BALL SEM PEGADA 2 QUILOS	10	UND	R$ 29,89	R$ 298,90	Dalebol
65	1	MEDICINE BALL SEM PEGADA 4 QUILOS	10	UND	R$ 31,89	R$ 318,90	Dalebol
66	1	MEDICINE BALL SEM PEGADA 5 QUILOS	10	UND	R$ 36,80	R$ 368,00	Dalebol
72	1	MINI BAND LEVE	50	UND	R$ 8,60	R$ 430,00	Dalebol
73	1	MINI BAND MÉDIA	50	UND	R$ 8,60	R$ 430,00	Dalebol
74	1	MINI BAND EXTRA FORTE	50	UND	R$ 8,60	R$ 430,00	Dalebol
75	1	CARRINHO DE BOLA	10	UND	R$ 415,00	R$ 4.150,00	Dalebol
76	1	BARREIRA OBSTÁCULO FUNCIONAL	50	UND	R$ 28,90	R$ 1.445,00	Dalebol
80	1	BOLA SUIÇA	10	UND	R$ 56,50	R$ 565,00	Dalebol
81	1	BOLA BOSU	15	UND	R$ 269,90	R$ 4.048,50	Dalebol
84	1	QUADRO TATICO VOLEI	3	UND	R$ 439,90	R$ 1.319,70	Dalebol
87	1	BOLA DE BORRACHA Nº 8	5	UND	R$ 18,50	R$ 92,50	Dalebol
88	1	BOLA DE BORRACHA N° 10	25	UNI	R$ 20,50	R$ 512,50	Dalebol
90	1	BOLA DE BORRACHA Nº 14	20	UND	R$ 23,00	R$ 460,00	Dalebol

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PERIÓDO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO.

Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 22 de outubro de 2026 até 22 de outubro de 2027, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras e especificações constantes na Ata de Registro de Preços nº 213/2025, as quais não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E assim, para firmeza e validade do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Carlópolis, 22 de outubro de 2026.

RAFAEL FERNANDES DA SILVA
Secretario Municipal de Esportes e Lazer
Contratante

INDUSTRIA DE BOLAS TITA LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:42BDA131

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2025 - PROVENIENTE DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 054/2025 - PROCESSO Nº 136/2025 (PRAZO E VALOR)

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, sito à Rua Benedito Salles, nº 1060 - Centro, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, sendo neste ato representada pelo Senhor (a) Rafael Fernandes Da Silva Secretário(a) Municipal de Esporte e Lazer, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXX e portador da Carteira de Identidade RG XXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado à empresa a abaixo qualificada, nos termos da Lei Federal Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com suas alterações; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletronico nº 054/2025, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

O presente Termo tem o objetivo de aditivar a Ata de Registro de Preços, visando a futura e eventual **Aquisição de materiais esportivos para atender Secretaria Municipal de Esportes e Lazer,** a serem adquiridos conforme a necessidade, especificações e detalhamentos consignados na Pregão Eletronico nº 054/2025, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

A empresa **TREVENZA SOLUCOES LTDA - CNPJ Nº 58.613.526/0001-27**, com sede a Rua Avenida Sete De Setembro, 2775, Reboucas, na cidade de Curitiba, CEP 80230010, Estado de Paraná, telefone: (41)9582-0321, E-mail: trevenzasolucoes@gmail.com, representada neste ato por seu sócio (a) administrador (a) Senhor (a) Paula Busato Cardoso, portadora da Carteira de Identidade RG nº XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Carlópolis (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO ADITIVO

Permanece inalterado o valor estipulado na Ata de Registro de Preços nº 217/2025.

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca
2	1	BOLA DE BEACH TENNIS	200	KIT	R$ 34,62	R$ 6.924,00	Penalty
5	1	BOLA DE BORRACHA	270	UND	R$ 17,74	R$ 4.789,80	Pista e Campo
16	1	BOLA INFANTIL GINASTICA	30	UND	R$ 81,12	R$ 2.433,60	Pista e Campo
20	1	BONECO OBSTACULO BARREIRA	15	UND	R$ 598,36	R$ 8.975,40	Pista e Campo
25	1	Cone	50	UNI	R$ 9,59	R$ 479,50	Pista e Campo
26	1	CRONOMETRO DIGITAL	10	UND	R$ 27,44	R$ 274,40	Brasport
28	1	ESTACA TRAINER	30	UND	R$ 67,99	R$ 2.039,70	Pista e Campo
31	1	KIT ARGOLAS DE AGILIDADE	15	KIT	R$ 103,68	R$ 1.555,20	Pista e Campo
39	1	PRATINHOS TRAINER	80	UND	R$ 18,19	R$ 1.455,20	Velden
40	1	RAQUETE DE BEACH TENNIS	30	UND	R$ 399,63	R$ 11.988,90	Penalty
43	1	REDE DE FUTSAL	11	UND	R$ 237,99	R$ 2.617,89	Pangue
46	1	SQUEEZE	400	UNI	R$ 15,25	R$ 6.100,00	S Brindes
47	1	SQUEEZE	2.510	UNI	R$ 13,85	R$ 34.763,50	S Brindes
59	1	Cone	44	UNI	R$ 4,64	R$ 204,16	Velden
67	1	MEDICINE BALL SEM PEGADA 8 QUILOS	10	UND	R$ 138,68	R$ 1.386,80	Envolst
68	1	MEDICINE BALL SEM PEGADA 10 QUILOS	10	UND	R$ 244,99	R$ 2.449,90	Envolst
69	1	SUPER BAND LEVE	20	UND	R$ 37,61	R$ 752,20	Pista e Campo
70	1	SUPER BAND MÉDIA	20	UND	R$ 84,53	R$ 1.690,60	Pista e Campo
71	1	SUPER BAND EXTRA FORTE	20	UND	R$ 94,96	R$ 1.899,20	Pista e Campo
77	1	CAIXA PLIOMÉTRICA (30X45X35)	10	UND	R$ 389,99	R$ 3.899,90	Envolst
78	1	CAIXA PLIOMÉTRICA (40X50X60)	10	UND	R$ 444,39	R$ 4.443,90	Envolst
79	1	CAIXA PLIOMÉTRICA (50X60X75)	10	UND	R$ 497,69	R$ 4.976,90	Envolst
82	1	Colchonete 130cm X 60 cm X 5 CM	80	UND	R$ 57,39	R$ 4.591,20	Envolst
83	1	COLCHONETES (1,85 X 0,65 X 0,05)	100	UND	R$ 78,59	R$ 7.859,00	Envolst
86	1	JOGO DE FRESCOBOL	5	UND	R$ 41,99	R$ 209,95	Neofun
89	1	BOLA DE BORRACHA Nº 12 - DIAMETRO 18 CM	25	UND	R$ 26,48	R$ 662,00	Pista e Campo

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PERIÓDO DE VIGÊNCIA DO ADITIVO.

Fica prorrogada a vigência da referida Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 22 de outubro de 2026 até 22 de outubro de 2027, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras e especificações constantes na Ata de Registro de Preços nº 217/2025, as quais não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E assim, para firmeza e validade do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Carlópolis, 22 de outubro de 2026.

RAFAEL FERNANDES DA SILVA
Secretario Municipal de Esportes e Lazer
Contratante

TREVENZA SOLUCOES LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:6B67D4B3

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/2024 - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 017/2024 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2024 PROCESSO INTERNO Nº 167/2024

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como LOCATÁRIO o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato devidamente representada pela Secretaria Municipal Lilian Maria Caetano Claro**,** brasileira**,** portadora da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXX e inscrita no CPF/MF sob nº XXXXXXXXX através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, e de outro lado como **CONTRATADA - T A DE AZEVEDO - SERVIÇOS DE PSICOLOGIA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº **57.660.956/0001-37** com sede à Rua Fidencio de Mello, 240, Centro, no município de Carlópolis, CEP: 86420000, Telefone: (43)99860-4291, E-mail: thainaraaline.azevedo@outlook.com**,** doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Senhora Thainara Aline de Azevedo, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXX residente e domiciliada na cidade de Carlópolis, Estado de Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente aditivo tem por objeto que deu origem ao presente Termo de Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços, Terapia Ocupacional, Assistente Social, Psicopedagogia, Psicologia e Fonoaudiologia, para atendimento as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor estimado do presente aditivo é de **R$ 126.888,00 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais)**

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	5969	Serviço profissional de psicologia	HR	2.400	R$ 52,87	R$ 126.888,00	SERVIÇO

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Aditivo estende a vigência do contrato nº 198/2024, de 24 de outubro de 2026 a 24 de outubro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato nº 198/2024.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 22 de outubro de 2026.

LILIAN MARIA CAETANO CLARO
Secretaria Municipal de Saúde
Contratante

T A DE AZEVEDO - SERVIÇOS DE PSICOLOGIA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:C122BCA9

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2024 - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 017/2024 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2024 PROCESSO INTERNO Nº 167/2024

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como LOCATÁRIO o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato devidamente representada Senhor Eugenio Malanowski Falarz, Secretário Municipal de Educação, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXXXX e portador da Carteira de Identidade RG XXXXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, e de outro lado como **CONTRATADA - NATAL E ROSA - CLINICA DE PSICOLOGIA E PSICOPEDAGOGIA LTDA,** inscrita no **CNPJ/MF sob nº 48.189.170/0001-92** com sede à Av Elson Soares, 1421, Centro, no município de Carlópolis, CEP: 86420000, Telefone: (43)9644-4889, E-mail pamela_quadri@hotmail.com**,** doravante denominada CONTRATADA,

representada neste ato pela Senhora Pamela Quadri Cardoso Natal, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXX residente e domiciliado na cidade de Carlópolis, Estado de Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente aditivo tem por objeto que deu origem ao presente Termo de Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços, Terapia Ocupacional, Assistente Social, Psicopedagogia, Psicologia e Fonoaudiologia, para atendimento as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor estimado do presente aditivo é de **R$ 103.446,00 (cento e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais)**.

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	ValorTotal R$	Marca/ Espec.
1	25494	PSICOPEDAGOGO	HR	1.800	R$ 57,47	R$ 103.446,00	Serviço

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA
O presente Aditivo estende a vigência do contrato nº 199/2024, de 25 de outubro de 2026 a 25 de outubro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato nº 199/2024.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 22 de outubro de 2026.

EUGENIO MALANOWSKI FALARZ
Secretario Municipal de Educação
Contratante

NATAL E ROSA - CLINICA DE PSICOLOGIA E PSICOPEDAGOGIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:BEDCE5D7

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 242/2024 - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 017/2024 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2024 PROCESSO INTERNO Nº 167/2024

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como LOCATÁRIO o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato devidamente representada pelo Senhor Eugenio Malanowski Falarz, Secretário Municipal de Educação, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº XXXXXXXX e portador da Carteira de Identidade RG XXXXXXXX, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, e de outro lado como **PSICOLOGIA REILANE S AUERSWALD LTDA,** inscrita no no **CNPJ/MF sob nº 57.982.026/0001-08** com sede à Rua Andre Jorge Clele, 420, Centro, no município de Carlópolis, CEP: 86420000, Telefone: (43)98841-0290, E-mail auerswaldreilane@gmail.com**,** doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Senhora Reilane Souza dos Santos Auerswald, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXe CPF nº XXXXXXXX residente e domiciliada na cidade de Carlópolis, Estado de Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente aditivo tem por objeto que deu origem ao presente Termo de Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços, Terapia Ocupacional, Assistente Social, Psicopedagogia, Psicologia e Fonoaudiologia, para atendimento as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor estimado do presente aditivo é de **R$ 126.888,00 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais.**

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	5969	Serviço profissional de psicologia	HR	2.400	R$ 52,87	R$ 126.888,00	Serviço

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA
O presente Aditivo estende a vigência do contrato nº 242/2024, de 28 de novembro de 2026 a 28 de novembro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato nº 242/2024.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 22 de outubro de 2026.

EUGENIO MALANOWSKI FALARZ
Secretario Municipal de Educação
Contratante

PSICOLOGIA REILANE S AUERSWALD LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:F715B3FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 164/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal Ademar Luiz Burckhardt, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro lado a empresa **I. N. DE ALMEIDA LTDA**, estabelecida na Rua Presidente Costa e Silva, Nº 642, bairro Centro, na cidade de Dois Vizinhos, no Estado do Paraná, CEP - 85.660-000, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 20.324.313/0001-02, neste ato representada por sua representante legal a Sra. Inês Cheron de Almeida, brasileira, portadora do CPF nº 014.xxx.xxx-92, residente e domiciliada na Rua Presidente Costa e Silva, Nº 642, bairro Centro, na cidade de Dois Vizinhos, no Estado do Paraná, CEP - 85.660-000, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as nomas da lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato decorrente do Edital de **Inexigibilidade nº 32/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DA BANDA DETROIT, PARA A REALIZAÇÃO DO FESTIVAL MUNICIPAL VALORES DA TERRA / CANTACANTU 2026.**
PARÁGRAFO SEGUNDO – Ficando sob a responsabilidade da Contratada:
a) A Banda Detroit será responsável pela realização dos ensaios, preparação e acompanhamento musical dos intérpretes durante o Festival. No sábado, dia 17 de outubro de 2026, após o término das apresentações do Festival, a banda realizará show baile com duração mínima de 02 (duas) horas.
b) Também serão de responsabilidade da contratada todas as despesas com transporte e deslocamento da banda e equipe técnica, transporte dos equipamentos, alimentação, hospedagem, montagem, desmontagem, manutenção, encargos, taxas e demais despesas necessárias à plena execução do objeto, não cabendo ao Município custos adicionais referentes a esses itens.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Ficando sob a responsabilidade da Contratante:
a) Disponibilização e preparação do local para a realização do evento.
b) Taxas do ECAD.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA se obriga a realizar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).**

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Diária	2	Animação, acompanhamento musical, sonorização e show com a Banda Detroit para o Festival Municipal Valores da Terra / CantaCantu 2026, a ser realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2026, no Bosque Municipal Tancredo Neves, em Catanduvas – Paraná. A empresa deverá disponibilizar a Banda Detroit para os ensaios e acompanhamento dos intérpretes durante o Festival, incluindo sonorização, iluminação e painel de LED para composição do cenário. No sábado, dia 17 de outubro de 2026, após o término das apresentações do Festival, a Banda Detroit realizará show-baile com duração mínima de 02 (duas) horas. A contratada deverá arcar com todas as despesas de alimentação, transporte e hospedagem dos integrantes da banda e equipe técnica, transporte dos equipamentos, bem como encargos, taxas e demais despesas necessárias à execução dos serviços.	22.000,00	**44.000,00**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
Após execução, mediante apresentação de nota fiscal;
Em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço compras@catanduvas.pr.gov.br sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços;
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
e) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c",** implicará em não pagamento, ao temo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
f) A Nota Fiscal que vem com a mercadoria, deve permanecer no local em que a mesma foi entregue.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento efetuado não isentará o contratado das responsabilidades decorrentes do serviço.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação;

- Número e ano do contrato;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.

- Para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).

– O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, está estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365, multiplicado pelos dias de atraso.

1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor R$	Código Despesa
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	44.000,00	2863

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de validade do contrato é até 30 de outubro de 2026.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O evento será realizado no dia 16 e 17 de outubro de 2026.
PARAGRAFO TERCEIRO — LOCAL DO EVENTO: Bosque Municipal Tancredo Neves.

CLAUSULA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I – dar causa a inexecução parcial do contrato;
II – dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I – quando aplicado por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicado por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO - A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA — GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 – Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações ao contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 – Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 – Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 – Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 – Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAFO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 – Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 – Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 – Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 – Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 30 (trinta) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 – Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 – Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 – Fica designada para fiscalização do contrato: **Mildo Ramos.**

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO – São obrigações do **CONTRATANTE:**
1 – Disponibilização e preparação do local para a realização do evento.
2 - Taxas do ECAD.
3 – Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato.
4 – Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
5 – Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
6 – Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
7 – Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
8 – Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
09 – Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
10 – Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
11 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar da execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
12 – Caso não haja a possibilidade de realização do show por ocorrência de força maior ou caso fortuito, que importem em transferência na data da apresentação dos ARTISTAS, a CONTRATANTE será responsável por todas as obrigações de custos remanescentes que se fizerem necessários para a realização da nova apresentação.
PARÁGRAFO TERCEIRO – São obrigações da **CONTRATADA:**
1 - A empresa deverá arcar com custos de deslocamento, alimentação e estadia quando necessário, e todos os demais custos e encargos que incidam sobre a execução dos serviços.
2 - Fornecimento de todos os equipamentos necessários para a realização do evento, incluindo sonorização e iluminação.
3 - Montagem e pleno funcionamento da estrutura.
4 – Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, EPI'S, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
6 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7 – Indicar o responsável por representa-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
8 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
9 – Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
10 – Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
11 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
12 – Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
13 – Executar os serviços conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
14 - Garantir a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se por eventuais falhas decorrentes da execução inadequada.
PARÁGRAFO QUARTO – ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 – Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando na execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 – Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 – Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 – A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 – É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 – Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 – O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes na lei nº 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.
2 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem como objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:**

I – Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, neste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo o Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 07 de outubro de 2026.

Município De Catanduvas I. N. De Almeida LTDA
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

INÊS CHERON DE ALMEIDA
Representante Legal
CPF: 014.xxx.xxx-92

MILDO RAMOS DIHOANY
Fiscal Do Contrato

TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:47ED344B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.954/2026

LEI N.º 1.954 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Institui o Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo para o decênio 2026-2035 e estabelece seus princípios, diretrizes, objetivos, mecanismos de execução, monitoramento e revisão.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, HELDER LUIZ LAZAROTTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Fica instituído o Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo, para o decênio 2026-2035, nos termos desta Lei.

Art. 2º- O Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo constitui o instrumento de planejamento, orientação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais de promoção da igualdade racial.

Art. 3º -São finalidades do Plano Municipal de Igualdade Racial
I – promover a igualdade racial e o enfrentamento de todas as formas de discriminação étnico-racial;
II – valorizar a diversidade cultural e as múltiplas matrizes formadoras da identidade local;
III - prevenir e combater ao racismo estrutural, institucional e todas as formas de preconceito e discriminação racial;
IV – orientar a formulação, a execução e a integração das políticas públicas municipais relacionadas à igualdade racial;
V – promover a preservação, a valorização e a difusão do patrimônio cultural material e imaterial do Município;
VI – ampliar o acesso da população aos bens, serviços, equipamentos, ações e oportunidades culturais;
VII – fortalecer os mecanismos de participação social, controle social e gestão democrática das políticas públicas de igualdade racial.

Art. 4º O Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo abrange as ações, programas, projetos, serviços, instrumentos de fomento, medidas de proteção, iniciativas de formação, mecanismos de participação social e estratégias de articulação institucional relacionados:

I – à promoção da igualdade racial, ao enfrentamento do racismo e à valorização das identidades, memórias e contribuições históricas das populações negras, indígenas e demais grupos étnico-raciais presentes no Município;
II – à proteção do patrimônio, da memória social e das referências culturais dos
III – à acessibilidade cultural, à democratização do acesso e à inclusão social;
IV – à articulação intersetorial e interfederativa necessária à implementação das políticas públicas de que trata esta Lei.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 5º-São princípios do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo:
I – o reconhecimento da cultura afroameríndia, como direito fundamental e dimensão essencial da cidadania;
II – o reconhecimento da igualdade racial como pressuposto da dignidade da pessoa humana, da justiça social e da efetividade dos direitos fundamentais;
III – a valorização da diversidade cultural, étnica e racial do Município;
IV – a promoção da participação social na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
V – a transversalidade entre cultura, igualdade racial e demais políticas públicas;
VI – a valorização da memória da identidade e do patrimônio cultural afroameríndio, material e imaterial;
VII – a promoção da acessibilidade, da inclusão e da não discriminação;
VIII – o enfrentamento ao racismo, ao preconceito, à intolerância religiosa e a quaisquer formas de exclusão;
IX – a transparência administrativa e o controle social.

Art. 6º-Constituem diretrizes do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo:
I – fortalecer a gestão pública da igualdade racial no Município;
II – promover a descentralização territorial das ações e oportunidades culturais;
III – promover a valorização e a difusão das manifestações culturais locais,
IV – assegurar a preservação, a proteção, a identificação, a salvaguarda e a difusão do patrimônio cultura
V – estimular a produção, a circulação, a formação, a fruição e o acesso às diversas expressões culturais;
VI – ampliar a oferta e o alcance territorial das ações culturais;
VII – fomentar ações de educação para a diversidade cultural e para as relações étnico-raciais;
VIII – promover medidas de enfrentamento ao racismo e a outras formas de discriminação étnico-racial;
IX – incentivar a economia criativa, o empreendedorismo cultural e a sustentabilidade das cadeias produtivas da cultura afroameríndia;
X – promover acessibilidade física, comunicacional, atitudinal e programática nos equipamentos, ações e serviços culturais;
XI – fortalecer os conselhos, conferências, fóruns e demais mecanismos de participação social;
XII – estimular a cooperação entre órgãos municipais, outras esferas de governo e a sociedade civil;
XIII – integrar o planejamento setorial às peças orçamentárias e instrumentos gerais de planejamento do Município.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Art. 7º-São objetivos estratégicos do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo:
I – garantir o acesso amplo, equitativo e progressivo da população
aos bens, serviços e direitos culturais;
II – promover a valorização da diversidade cultural e das identidades étnico-raciais presentes no Município;
III – fortalecer as políticas de promoção da igualdade racial, com foco na prevenção, no enfrentamento e na superação das desigualdades raciais;
IV – proteger, preservar, identificar, registrar, inventariar, salvaguardar e difundir o patrimônio cultural material e imaterial do Município;
V – fomentar a criação, a produção, a circulação, a formação e a fruição artística e cultural em suas múltiplas linguagens;
VI – fortalecer os equipamentos, espaços, redes, agentes e coletivos culturais;
VII – ampliar as condições de acessibilidade, participação e inclusão nas políticas, equipamentos e ações culturais;
VIII – desenvolver ações formativas voltadas à educação patrimonial e às relações étnico-raciais;
IX – incentivar ações afirmativas e estratégias de ampliação de oportunidades para grupos historicamente vulnerabilizados;
X – fortalecer a gestão, o financiamento, a transparência, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas abrangidas por esta Lei;
XI – promover a articulação intersetorial entre cultura, educação, assistência social, saúde, turismo, desenvolvimento econômico, direitos humanos e demais áreas correlatas;
XII – estimular a economia criativa como vetor de desenvolvimento local, inclusão produtiva e geração de renda.

Art. 8º-Constituem mecanismos de financiamento das políticas de igualdade racial no Município:
I - dotações consignadas no orçamento do Município, inclusive em rubricas orçamentárias específicas destinadas às políticas de promoção da igualdade racial;
II - recursos disponíveis no Fundo Municipal para a Promoção das Políticas Públicas de Igualdade Racial, instituído pela Lei Municipal nº 1.835/2025 e alterações posteriores;
III - recursos provenientes do Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - FUNDEPPIR, inclusive por meio de repasses fundo a fundo, transferências e demais instrumentos estaduais, observadas as deliberações do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CONSEPIR;
IV - recursos provenientes da União, inclusive transferências, programas, editais, convênios e demais instrumentos destinados às políticas de promoção da igualdade racial e ao enfrentamento do racismo;
V - recursos, transferências e demais mecanismos de cofinanciamento disponibilizados no âmbito do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR;
VI - doações, auxílios, contribuições, subvenções e legados provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, observada a legislação aplicável;
VII - rendimentos decorrentes de depósitos e aplicações financeiras de recursos vinculados ao Fundo Municipal e às políticas públicas de promoção da igualdade racial, quando legalmente admitidos;
VIII - recursos destinados pela Administração Pública direta e indireta;
IX - recursos decorrentes de convênios, termos de cooperação, acordos, parcerias e demais instrumentos congêneres celebrados com órgãos e entidades públicas ou privadas;

X - recursos provenientes de emendas parlamentares, transferências voluntárias e demais transferências legalmente destinadas às políticas de promoção da igualdade racial;
XI - recursos provenientes de fundos, programas, patrocínios e outros mecanismos de financiamento de empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas estatais, quando legalmente admitidos; e
XII - outras fontes de financiamento legalmente admitidas.

CAPÍTULO IV
DOS EIXOS DE ATUAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL

Art. 9º-O Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo será executado com base nos seguintes eixos de atuação:
I - gestão das políticas voltadas à igualdade racial;
II - ações transversais.

Art. 10. A diretriz do eixo Gestão das políticas voltadas à Igualdade Racial é promover a igualdade étnico-racial, o enfrentamento às desigualdades resultantes do racismo e da intolerância religiosa.

Art. 11. São objetivos do eixo gestão das políticas voltadas à igualdade racial:
I - prevenir e combater ao racismo estrutural, institucional e todas as formas de preconceito e discriminação racial;
II - promover a inclusão e participação da sociedade civil em busca de uma sociedade mais justa e equitativa.

Art. 12. O Eixo Ações Transversais, tem como diretriz integrar ações da Igualdade Racial com outras políticas públicas, outras secretarias e outros segmentos.

Art. 13. As ações transversais tem como objetivo apoiar projetos e firmar parcerias que integram as políticas de Igualdade Racial com outras áreas, potencializando o impacto destas ações.

Art. 14. Constituem instrumentos de execução do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo:
I – programas, projetos e ações setoriais e intersetoriais;
II – editais, chamamentos públicos, premiações, seleções e outros instrumentos de fomento;
III – planos anuais e plurianuais de execução;
IV – conferências, fóruns, audiências públicas e demais mecanismos de participação social;
V – inventários, registros, levantamentos, diagnósticos e estudos técnicos;
VI – ações de formação, capacitação, educação patrimonial e educação para as relações étnico-raciais;
VII – campanhas educativas e institucionais;
VIII – termos de cooperação, convênios, parcerias e outros instrumentos jurídicos admitidos em lei;
IX – sistemas de informação, cadastros, relatórios e mecanismos de monitoramento;
X – outros instrumentos de execução legalmente admitidos e compatíveis com os objetivos desta Lei.

Art. 15. Para a implementação do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo, o Poder Executivo adotará, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, entre outras, as seguintes ações prioritárias:
I – apoio à preservação, salvaguarda, registro e difusão do patrimônio cultural material e imaterial;
II – estímulo à produção, à circulação e à difusão de atividades artísticas e culturais;
III – valorização das manifestações culturais populares, tradicionais, afro-brasileiras, indígenas e comunitárias;
IV – fortalecimento de espaços, equipamentos e ações culturais existentes no Município;
V – promoção de acessibilidade nos equipamentos e eventos culturais;
VI – realização de atividades formativas, educativas e de capacitação;
VII – promoção de ações voltadas à valorização da memória e das identidades locais;
VIII – desenvolvimento de iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento do racismo;
IX – articulação entre cultura, educação, assistência social, direitos humanos, desenvolvimento econômico, turismo e demais áreas correlatas;
X – incentivo à economia criativa, ao empreendedorismo cultural e a formas sustentáveis de geração de renda;
XI – adoção de mecanismos de escuta, consulta e participação social na formulação e avaliação das ações e
XII - incentivar, fomentar, apoiar e valorizar ações, projetos, eventos, formações, editais e espaços relacionados ao movimento Hip Hop e às culturas urbanas periféricas, compreendendo manifestações como o rap, o graffiti, o breaking, as batalhas de rima e demais expressões artísticas vinculadas ao movimento, reconhecendo sua contribuição para a valorização da cultura negra, o pertencimento, a cidadania, a educação antirracista e o protagonismo da juventude negra.

Art. 16. As ações previstas nesta Lei observarão, no que couber:
I – a descentralização territorial;
II – a inclusão de públicos historicamente subatendidos;
III – a diversidade de linguagens, manifestações e expressões culturais;
IV – a transversalidade entre cultura e igualdade racial;
V – a promoção da acessibilidade e da participação social;
VI – a publicidade e a transparência dos critérios de seleção, execução e avaliação.

CAPÍTULO V
DA GESTÃO, DA GOVERNANÇA E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 17. Compete ao órgão gestor municipal responsável pela política de Igualdade Racial, coordenar a implementação do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo.

Art. 18. Compete aos órgãos responsável pela política de Igualdade Racial, no âmbito de suas competências legais e regimentais:
I – planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar as ações decorrentes desta Lei;
II – promover a articulação com os demais órgãos e entidades da administração pública municipal;
III – propor programas, projetos e medidas de fortalecimento das políticas públicas abrangidas por esta Lei;

IV – elaborar relatórios e aperfeiçoar instrumentos de monitoramento, avaliação e transparência;
V – organizar e manter informações necessárias ao acompanhamento da execução do Plano;
VI – fomentar a participação social e o diálogo com agentes, movimentos sociais, coletivos, comunidades tradicionais e demais segmentos envolvidos;
VII – buscar fontes de financiamento e cooperação institucional;
VIII - promover a integração com políticas, sistemas, programas e fontes de financiamento de âmbito municipal, estadual e federal.
IX – adotar providências para integração das ações do plano aos instrumentos de planejamento e orçamento do município.

Art. 19. O Conselho Municipal competente pela política de promoção da igualdade racial, conforme denominação prevista na legislação municipal vigente, sem prejuízo da atuação de outros colegiados competentes, participará do acompanhamento, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo.

Art. 20. A participação social na execução e avaliação do Plano será assegurada por meio de:
I – conselhos municipais;
II – conferências e fóruns temáticos;
III – audiências públicas;
IV – consultas e escutas públicas;
V – outros mecanismos participativos instituídos pelo Poder Público.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA REVISÃO

Art. 21. A execução do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo será objeto de monitoramento contínuo, com base em metas, ações, indicadores e demais parâmetros constantes dos arts. 29 e 30 desta Lei.

§ 1º O tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis realizado para execução, monitoramento ou avaliação do Plano observará a legislação de proteção de dados pessoais, a finalidade pública e os princípios da necessidade e da segurança da informação.

§ 2º A divulgação de indicadores, levantamentos e relatórios deverá ocorrer, sempre que possível, de forma agregada e anonimizada, especialmente quando envolver crianças, adolescentes, informações de saúde, acolhimento, adoção ou situações de vulnerabilidade.

Art. 22. O Poder Executivo elaborará relatório anual de acompanhamento da execução do Plano, contendo, no mínimo:
I – as ações executadas no período;
II – o grau de implementação dos eixos de atuação;
III – as informações sobre os resultados alcançados;
IV – as dificuldades identificadas;
V – as medidas corretivas ou de aperfeiçoamento das propostas.

Parágrafo único. O relatório anual de acompanhamento será publicado no Portal da Transparência ou no sítio eletrônico oficial do Município e encaminhado à Câmara Municipal até o final do primeiro quadrimestre do exercício subsequente.

Art. 23. O Poder Executivo promoverá avaliação bienal do Plano, com participação dos conselhos competentes e da sociedade civil, para verificação:
I - da efetividade das ações;
II - da adequação das estratégias adotadas;
III - das ações educativas, institucionais e comunitárias implementadas;
IV - da evolução dos indicadores de acompanhamento;
V - dos mecanismos de governança e da participação social e institucional nas medidas desenvolvidas;
VI - dos relatórios produzidos;
VII - das medidas de integração institucional efetivadas;
VIII - da necessidade de revisão ou atualização de metas, prioridades e instrumentos.

Art. 24. A revisão do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo poderá ocorrer:
I – quando necessária, com base nos resultados das avaliações de que trata o artigo específico
II – diante de justificativa técnica relevante;
III – em decorrência de processo participativo de reavaliação promovido pelo Poder Executivo, com participação dos conselhos competentes.

§ 1º A revisão de que trata este artigo deverá preservar os objetivos fundamentais do Plano e observar os princípios, diretrizes e mecanismos de participação social previstos nesta Lei.

§ 2º As revisões que impliquem alteração dos objetivos, diretrizes, eixos estruturantes ou das ações, metas, prazos e indicadores integrantes desta Lei dependerão de alteração legislativa, quando alcançarem conteúdo normativo.

CAPÍTULO VII
DA ARTICULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E INSTITUCIONAL

Art. 25. O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual observarão, quando cabível, as diretrizes, os objetivos, as metas e as prioridades estabelecidos nesta Lei.

Art. 26. A implementação do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, sem prejuízo da busca de recursos oriundos de outras fontes legalmente admitidas.

Parágrafo único. A previsão de ações, metas, prazos e indicadores nesta Lei possui natureza de planejamento e não constitui, por si só, autorização para criação de cargos ou órgãos, contratação de pessoal, execução de obras, aquisição de imóveis, concessão de benefícios ou realização de

despesas, que dependerão, quando cabível, de previsão orçamentária, legislação específica e observância dos procedimentos administrativos e legais aplicáveis.

Art. 27. O Poder Executivo poderá firmar convênios, parcerias, termos de cooperação e outros instrumentos jurídicos para execução das ações previstas nesta Lei, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII
DOS PRAZOS E INDICADORES

Art. 28. O Plano Municipal de Igualdade Racial observará as diretrizes e propostas aprovadas nas Conferências Municipais de Igualdade Racial, nas deliberações do Conselho Municipal competente pela política de promoção da igualdade racial, conforme denominação prevista na legislação municipal vigente, e nos demais processos participativos realizados para sua elaboração.

Art. 29. As ações, metas, prazos de execução e indicadores para implementação e monitoramento do Plano Municipal de Igualdade Racial do Município de Colombo constam dos Quadros I e II deste artigo.

Quadro I – Eixo Gestão das Políticas Voltadas à Igualdade Racial

	META	AÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	INDICADORES
1.1	a) Legislação	Regulamentar a Lei Municipal 1802/2024 Colombo, que institui a Semana Educar Pela Igualdade Racial.	curto prazo: até 02 anos	1) elaboração, publicação da regulamenta-ção
1.2		Criar uma Política Municipal de Enfrentamento ao Racismo Religioso, com protocolos pré estabelecidos para prevenção, denúncia e responsabilização de práticas discriminatórias	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações x participação
1.3		Instituir um protocolo específico de atendimento e acolhimento a estudantes vítimas de racismo, prevendo registro formal, identificação do caso e acompanhamento intersetorial em articulação com a rede de proteção	curto prazo: até 02 anos	1) elaborar o protocolo 2) publicar o protocolo
1.4		Instituir o Ofício das Baianas de Acarajé: Tradição, Resistência e Patrimônio Cultural em legislação municipal;	médio prazo de 03 a 05 anos	1) elaboração da legislação 2) publicação da legislação
2.1	b) Política de Promoção da Igualdade Racial	Fortalecer o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações voltadas ao conselho
2.2		Suplementar o orçamento e ampliar recursos humanos do Departamento de Igualdade Racial	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) quantidade de recurso financeiro 2) quantidade de pessoas o quadro funcional
2.3		Reconhecer e apoiar iniciativas empresariais que se destacam por promover a igualdade racial no setor privado	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de Ações e pessoas envolvidas
2.4		Criar o programa SOS Racismo Municipal, com atendimento multidisciplinar às vítimas de discriminação racial, garantindo suporte jurídico, psicológico e social.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) elaboração do programa 2) implantação 3) mobilização
2.5		Promover seminários e encontros formativos sobre políticas públicas de igualdade racial, ampliando o debate e a participação popular.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações 2) quantidade de pessoas envolvidas.
3.1	c) Fortalecer a Cultura Antirracista	Construir a Praça Zumbi dos Palmares: Realizar estudos e projeto para viabilizar a construção deste espaço de memória, resistência e valorização da luta do povo negro.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) elaboração do projeto 2) busca de recurso 3) implantação 4) mapeamento de ações realizadas no espaço
3.2		Criar Centro de Referência da Cultura Negra, Igualdade Racial e Povos Indígenas, como espaço de preservação da memória, valorização cultural e promoção da diversidade.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) elaboração do projeto 2) busca de recurso 3) implantação 4) mapeamento de ações realizadas no espaço
3.3		Apoiar e promover a produção de conhecimento e a consolidação de saberes sobre o patrimônio cultural da população negra, contribuindo para a reconstrução da memória afro-brasileira de Colombo.	médio prazo de 03 a 05 anos	2) quantidade de ações e pessoas envolvidas
3.4		Fortalecer a arte de rua nos espaços públicos, reconhecendo-a como forma legítima de expressão cultural, identidade e resistência da juventude negra.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações propostas / artistas / segmento
4.1	d) Mapeamen-to e monitora-mento	Realizar mapeamento das comunidades tradicionais de terreiro, em parceria com o Governo do Estado do Paraná, Governo Federal e demais instituições.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de comunidades mapeadas e parcerias realizadas
4.2		Mapear e fortalecer os pontos de cultura afro presentes em Colombo, incentivando sua atuação e ampliando recursos para sua sustentabilidade.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de Ações e pessoas envolvidas
4.3		Realizar monitoramento e avaliação periódica das políticas públicas de ações afirmativas, em diálogo constante com a sociedade civil organizada.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de Ações mapeadas e pessoas envolvidas
4.4		Construir um sistema de monitoramento e avaliação, garantindo transparência e eficácia das ações voltadas à promoção da igualdade racial.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de Ações monitoradas, implantadas e pessoas envolvidas
4.5		Realizar mapeamento de crianças e adolescentes negros na fila de adoção, acompanhado de uma campanha municipal de sensibilização da população sobre a importância da adoção sem discriminação racial.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) criar metodologia, levantar dados
4.6		Realizar um censo municipal para identificar a presença de pessoas vindas de comunidades quilombolas em Colombo.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) criar metodologia, levantar dados
5.1	e) Fomento	Fortalecer a Feira de Cultura e Gastronomia Afro-Colombense, transformando-a em um festival de cultura afro, a exemplo de outros eventos tradicionais do município, ampliando sua dimensão cultural, artística e econômica	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações 2) recurso financeiro 3) pessoas envolvidas 4) público participante
5.2		Incluir a economia afro em espaços fixos de feiras municipais, garantindo visibilidade e oportunidades de geração de renda.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações e espaços envolvidos
5.3		Criar políticas de fomento e incentivo para a contratação da população negra em cargos de gestão	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de políticas e ações criadas 2) mapeamento de ocupação de cargos de gestão pela população negra
5.4		Promover e divulgar produtores artesanais com temática étnico-racial, através de feiras culturais, assim como apoiar à comercialização, oficinas e incentivo à economia criativa com foco em produtos afro-indígenas	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de produtores mapeados e ações de fomento
5.5		Promover e fortalecer as trancistas de cabelo afro e Baianas do Acarajé no município de Colombo, garantindo visibilidade, apoio e valorização de suas práticas	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações e pessoas envolvidas
6.1	f) Liberdade Religiosa e Ancestrali-dade	Organizar equipe técnica de orientação para a regularização jurídica e administrativa dos terreiros.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) identificar as demandas 2) mapear os procedimentos 3) centralizar focar a atividade
6.2		Estimular a certificação de terreiros como patrimônio cultural imaterial, reconhecendo sua importância histórica, cultural e social.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) mapear os terreiros 2) quantidade de ações voltadas ao patrimônio imaterial
6.3		Implementar campanha permanente contra o racismo religioso, promovendo informação, sensibilização e valorização da diversidade de fé.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações e pessoas envolvidas 2) quantidade de público participante nas ações
6.4		Fomentar e orientar melhorias de infraestrutura no entorno das	médio prazo de 03 a 05 anos	1) melhoria implementadas

		comunidades tradicionais de terreiro e de outros grupos étnico-raciais historicamente marginalizados.		

Quadro II – Eixo Ações Transversais

	META	AÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	INDICADORES
1.1	a) Ações transversais com a Secretaria de Educação	Realizar diagnóstico e fortalecer a aplicação das Leis 10.639/03 história e cultura afro-brasileira e 11.645/08 história e cultura indígena.	curto prazo: até 02 anos	1) identificar e avaliar junto à educação as ações realizadas. 2) implantar ações complemen-tares mapeando participação e resultados
1.2		Criar estratégias e materiais didáticos específicos para o ensino da história e cultura religiosa de matriz africana nas unidades escolares.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de estratégias 2) quantidade de materiais didáticos 3) quantidade de pessoas envolvidas
1.3		Garantir que nos treinamentos voltados para a comunidade escolar, tenha carga horária mínima de 30% dedicada à educação continuada sobre cultura e história africana, afro-brasileira, indígena, povos originários e religiões de matriz africana	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de treinamentos 2) quantidade de horas 3) quantidade de participantes
1.4		Promover educação continuada para educadores com foco na desconstrução do racismo religioso, em conformidade com a Lei 10.639/03.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações de sensibilização realizadas
1.5		Promover ações pedagógicas voltadas para o fortalecimento da autoestima de crianças e jovens negros.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações realizadas
1.6		Inserir a capoeira e o ofício dos mestres como ferramenta pedagógica, garantindo a contratação de mestres, mestrandos, professores, alunos formados e trainees, com remuneração adequada por hora/aula.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) quantidade de ações / oficinas de capoeira nas escolas 2) quantidade de estudantes envolvidos
1.7		Desenvolver instrumentos de avaliação sobre as desigualdades raciais na educação	médio prazo de 03 a 05 anos	1) mapeamento
1.8		Oferecer formação inicial e continuada com práticas pedagógicas que assegurem ambiente escolar seguro para pessoas negras e LGBTQIA+.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações 2) quantidade de pessoas envolvidas e participante.
1.9		Garantir recursos anuais para aquisição de livros de literatura, jogos pedagógicos, instrumentos musicais e brinquedos que abordem as culturas africana, afro-brasileira, indígenas e povos originários, priorizando autores e artesãos afro-brasileiros.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de títulos 2) valor de investimento
1.10		Incluir, em todos os materiais pedagógicos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação, a frase: Racismo é crime. Denuncie.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) quantidade de materiais com a inserção da frase
1.11		Priorizar o acesso e acompanhar a permanência de crianças e adolescentes negros vulnerabilizados nos CMEIs e demais unidades escolares.		1) criar metodologia 2) levantar dados
1.12		Realizar um censo municipal de crianças, adolescentes e jovens negros matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio de Colombo.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) criar metodologia 2) levantar dados
1.13		Incluir a obrigatoriedade de indicadores de raça/cor nos registros educacionais.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de questionários com a inclusão do indicador
1.14		Regulamentar e assegurar, no âmbito da rede municipal de ensino, a oferta de alimentação escolar adequada e adaptada, em conformidade a Resolução CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, garantindo o respeito à diversidade religiosa, bem como às especificidades alimentares e culturais de povos indígenas, comunidades quilombolas e demais grupos étnico-raciais.	curto prazo: até 02 anos	1) mapeamento da necessidade 2) quantidade de solicitações
1.15		Criar uma Coordenação de Ensino da Cultura Afro-Brasileira e da Cultura Religiosa, com a função de acompanhar a aplicação da legislação referente à educação antirracista e à diversidade cultural e religiosa.	curto prazo: até 02 anos	1)implantar a coordenação 2) quantidade de Ações mapeadas e pessoas envolvidas
2.1	b) Ações transversais com a Secretaria de Saúde	Construir uma política específica de apoio psicológico voltada à juventude negra e às pessoas expostas e/ou vítimas de racismo.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) elaboração de protocolo e pessoas envolvidas
2.2		Promover política específica para atenção à saúde mental da população negra e LGBTQIA+, com foco na inclusão, acolhimento e cuidado humanizado.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) elaboração de protocolo e pessoas envolvidas
2.3		Realizar formação continuada para profissionais da saúde da rede direta e indireta, visando a sensibilização sobre a temática da igualdade racial.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações de sensibilização realizadas
2.4		Realizar formação permanente sobre o enfrentamento ao racismo institucional, contemplando as especificidades dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações 2) quantidade de pessoas participantes.
2.5		Implementar capacitações técnicas periódicas para profissionais de saúde e administrativos sobre a importância da coleta correta dos dados de raça/cor, demonstrando como esses dados subsidiam o enfrentamento das desigualdades em saúde.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações e pessoas envolvidas
2.6		Fomentar o debate sobre o impacto do racismo como um dos fatores determinantes no processo saúde-doença da população negra, fortalecendo políticas públicas de promoção da equidade.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações de sensibiliza-ção realizada
2.7		Implantar um programa municipal de atenção integral às pessoas com doenças falciformes e outras hemoglobinopatias, com ênfase especial na saúde das mulheres em idade fértil.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) mapeamento 2) quantidade de ações
3.1	c) Ações transversais com a Secretaria de Assistência Social	Desenvolver oficinas de capoeira para crianças, adolescentes e pessoas idosas (60+), no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com o objetivo de: Valorizar a história, ritmos, musicalidade, movimentos e filosofia da capoeira; Valorizar a cultura afro-brasileira; Fortalecer de vínculos familiares e comunitários; Promover a saúde física, emocional e intergeracional.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de vagas 2) quantidades de pessoas atendidas
3.2		Implementar programa de formação continuada para profissionais da assistência social, abordando: Racismo estrutural; Interseccionalidade; Direitos da população negra; Práticas de atendimento antirracista no âmbito do SUAS.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações 2) quantidade pessoas participantes
3.3		Criar mecanismos de coleta e análise de dados desagregados por raça/cor nos serviços, programas e benefícios da assistência social, permitindo identificar desigualdades e orientar políticas públicas.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) criar metodologia 2) implantar o mapeamento
3.4		Promover programas de incentivo à inserção de crianças negras em situação de acolhimento institucional em políticas de acolhimento familiar e programas de proteção.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) quantidade de ações e pessoas envolvidas
3.5		Ampliar gradativamente a cobertura de atendimento dos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, em comunidades e periferias com alta concentração de população negra.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) capacidade de atendimento
3.6		Priorizar territórios negros nos processos de expansão, cofinanciamento e fortalecimento da rede socioassistencial, com foco na prevenção e superação das violações de direitos.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) mapeamento das áreas 2) quantidade de ações
3.7		Garantir a participação de representantes de comunidades e entidades negras nos conselhos de assistência social.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de representan-tes
3.8		Estimular e apoiar a criação de fóruns permanentes de usuários negros do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, assegurando cotas de representação em instâncias de controle social.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações de sensibiliza-ção realizadas

3.9		Fortalecer as ações do Programa Especializado em Medidas Socioeducativas (PEMSE), com foco na reintegração social de adolescentes em conflito com a lei, especialmente os jovens negros.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de Ações 2) quantidade de pessoas envolvidas
4.1	d) Ações transversais com a Secretaria de Indústria e Comércio	Criar o Selo da Diversidade Étnico-Racial no mercado de trabalho de Colombo, reconhecendo empresas que implementem práticas inclusivas,	curto prazo: até 02 anos	1) criação do selo 2) quantidade de empresas certificadas
4.2		Desenvolver um programa municipal de formação profissional antirracista, focado em áreas de alta demanda (tecnologia, serviços, logística, cuidados, entre outras).	médio prazo de 03 a 05 anos	1) criar o programa 2) implantar 3) quantidade de pessoas atingidas pelas ações
4.3		Estabelecer parcerias com empresas privadas e órgãos públicos para criar vagas exclusivas para jovens negros, formados pelo programa municipal de qualificação e promover a política de estágio, com prioridade para adolescentes e jovens negros.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de empresas parceiras 2) quantidade de pessoas contratadas
4.4		Oferecer mentorias com profissionais negros para o fortalecimento da autoestima, desenvolvimento de projetos de vida e empoderamento profissional de jovens negros.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações e pessoas envolvidas
4.5		Promover projetos de economia popular e solidária, com ênfase na inclusão produtiva da população negra e de outros grupos étnico-raciais, considerando recortes de gênero e idade, para geração de emprego e renda.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de Projetos 2) quantidade de pessoas envolvidas
4.6		Criar uma reserva na CITCOL para um espaço colaborativo, dedicado à comercialização de produtos da cultura afro-brasileira, promovendo o reconhecimento e valorização da cultura local.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) alinhamento com a Indústria e comércio 2) reserva do espaço x produtos segmentados para este público
4.7		Fazer o mapeamento de empreendedores negros, incluindo empreendedores individuais, cooperativas e associações, - identificar suas áreas de atuação e as especificidades culturais para promover e fortalecer sua identidade étnico-racial.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) criar metodologia 2) aplicar o mapeamento
5.1	e) Ações transversais com a Secretaria de Juventude	Desenvolver parcerias para a oferta de cursos preparatórios (pré-vestibulares e para concursos) voltados para a juventude negra, com o objetivo de facilitar o ingresso na educação superior e no funcionalismo público.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de cursos 2) quantidade de vagas
5.2		Mapear e articular programas de qualificação profissional existentes na Prefeitura de Colombo, com foco no direcionamento de jovens negros para essas oportunidades, fortalecendo as ações de qualificação profissional e desenvolvimento humano voltadas aos grupos étnico-raciais vulnerabilizados.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações 2) quantidade de vagas 3) quantidade de pessoas certificadas
5.3		Instituir um Plano Municipal de Prevenção à Violência e ao Extermínio da Juventude Negra, com ações intersetoriais de proteção, oportunidades e enfrentamento ao racismo estrutural	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) criação do plano 2) implantação das ações 3) mapeamento de resultados
6.1	f) Ações transversais com a Secretaria de Cultura	Elaborar editais voltados ao empreendedorismo de mulheres negras, com foco na valorização e reconhecimento do potencial econômico das manifestações artísticas, culturais e comunitárias dessas mulheres	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de editais 2) quantidade de pessoas mapeadas e premiadas
6.2		Criar um projeto de contação de histórias da cultura negra, tradicional e de terreiro.	curto prazo: até 02 anos	1) mapear contadores de histórias 2) parcerias com espaços 3) ações realizadas x pessoas atingidas
6.3		Curso de yorubá	médio prazo de 03 a 05 anos	1) implementar a oferta 2) quantidade de vagas 3) quantidade de inscritos
6.4		Promover a cultura de paz nas ações e atividades da Prefeitura de Colombo, incentivando a mediação de conflitos, a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos em todas as políticas públicas.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações e pessoas envolvidas
6.5		Implantação de um Museu Afro-Indígena em Colombo, que abrigue e divulgue o patrimônio histórico e cultural das populações negras e indígenas, promovendo educação, arte e identidade étnico-racial.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) Mapeamento de local 2) elaborar projeto 3) buscar recursos 4) implementar o museu Afro-Indígena
6.6		Além das listadas no Plano de Cultura e as listadas no Plano de Igualdade Racial, estão as manutenções das políticas existentes como: o Projeto Reconhecimento; a Feira de Cultura e Gastronomia Afro Colombense; o Projeto “Samba Colombo”; o Seminário Educando para a Igualdade; Julho das Pretas	curto prazo: até 02 anos	1) realizar as edições das ações 2) fortalecer as ações 3) avaliar quantidade de pessoas envolvidas
6.7	Valorização do movimento Hip Hop e das culturas urbanas periféricas.	Incentivar, fomentar e apoiar ações, projetos, eventos, formações e iniciativas relacionadas ao movimento Hip Hop e às culturas urbanas periféricas, incluindo rap, graffiti, breaking, batalhas de rima e demais manifestações artísticas vinculadas ao movimento, promovendo a valorização dos artistas locais, o acesso à cultura, o pertencimento, a educação antirracista e o protagonismo da juventude negra.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações, projetos ou eventos realizados ou apoiados; 2) quantidade de artistas e agentes culturais envolvidos; 3) quantidade de participantes alcançados; 4) quantidade de territórios ou bairros contempla-dos.
7.1	g) Ações transversais com a Secretaria de Esporte	Reconhecer e fomentar a prática e o ensino da Capoeira como desporto, conforme o artigo 217 da Constituição Federal e os artigos 22, parágrafos 1° e 2º do Estatuto da Igualdade Racial, promovendo a valorização dessa manifestação cultural e esportiva.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) implantação de grupos 2) quantidade de pessoas envolvidas
7.2		Implementar cotas de 30%, no mínimo, para bolsas de atleta e para atletas negros com deficiência, garantindo maior inclusão e oportunidades para esse público nas modalidades esportivas.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) mapeamento dos atletas auto declarados negros 2) implementa-ção ca cota de 30% para bolsas de atleta e atletas negros com deficiência
7.3		Implantar um capoeiródromo público municipal, oferecendo um espaço adequado para a prática da Capoeira, além de ser um ponto de encontro cultural e esportivo para a comunidade.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) mapeamento de local 2) elaborar projeto 3) buscar recursos 4) implemen-tar o capoeiródro-mo
7.4		Contratar um professor de Capoeira para ministrar aulas nos projetos Pró-Criando no município de Colombo, visando a formação e o desenvolvimento de jovens e adultos na prática da Capoeira, tanto como esporte, quanto como expressão cultural.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) credencia-mento de professores de capoeira 2) quantidade de ações e pessoas envolvidas
7.5	h) Ações transversais com a Secretaria de Habitação	Promover a regularização fundiária nas comunidades urbanas e periferias com ocupações irregulares, priorizando mães solo e mulheres negras, que são frequentemente as principais referências familiares nessas comunidades.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) mapeamento e credenciamento deste público nas áreas dos projetos 2) criar protocolos de atendimento
8.1		Assegurar o acesso da população negra e de outros grupos étnico-raciais historicamente vulnerabilizados, tanto em áreas urbanas quanto rurais, aos programas de política habitacional do município.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) mapeamen-to e credenciamento deste público nas áreas dos projetos 2) criar protocolos de atendimento
8.2		Criar critérios para as Políticas de Habitação que priorizem mães solo e mulheres negras como referência familiar, garantindo acesso à moradia digna e políticas habitacionais inclusivas.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) mapeamento e credenciamento deste público nas áreas dos projetos 2) criar protocolos de atendimento
8.3		Implementar um programa municipal para aquisição de terrenos ou casas destinadas à população negra em situação de vulnerabilidade, visando garantir o direito à moradia e o fortalecimento das condições de vida dessa população.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) mapeamento e credenciamento deste público nas áreas dos projetos 2) criar protocolos de atendimento
8.4		Estabelecer políticas de promoção da igualdade racial nos programas habitacionais e de habitação de interesse social, sob gestão do Governo	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) mapeamento e credencia-mento deste público nas áreas dos projetos 2) criar protocolos de atendimento

		Municipal, assegurando que os processos de distribuição de moradia considerem e atendam as necessidades da população negra.		
9.1	i) Ações transversais com a Secretaria da Mulher, Família e Direitos Humanos	Combater todas as formas de violência de gênero, e violações de direitos humanos contra mulheres negras, bem como dos demais grupos étnico-raciais, historicamente vulnerabilizados, por meio de políticas específicas de proteção e empoderamento.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações e pessoas envolvidas
9.2	j) Ações transversais com a Secretaria de Governo	Oferecer formação básica e continuada à Guarda Civil Municipal em Direitos Humanos, Promoção da Igualdade Racial e conteúdos relacionados à cultura dos Povos Tradicionais, visando uma atuação mais humanizada, antirracista e alinhada com a diversidade étnico-racial do município.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de horas de formações 2) assuntos abordados
9.3		Estimular a implementação da Política Municipal de Enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao tráfico de drogas, com enfoque na prevenção e proteção de jovens negros e comunidades vulneráveis.	longo prazo, de 05 a 10 anos	1) criação da política de enfrentamen-to ao tráfico de pessoas.e ao tráfico de drogas
9.4		Combater a exploração do trabalho infantil, com atenção especial ao trabalho doméstico entre crianças negras e outros grupos étnico-raciais vulnerabilizados, por meio de ações de fiscalização, prevenção e inclusão social.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de ações e meios de comunicação, com alertas sobre o combate à exploração do trabalho infantil
10.1	k) Ações transversais com a Secretaria da Comunica-ção	Organizar seminários e cursos periódicos voltados às equipes da Secretaria de Comunicação e prestadores de serviços de comunicação, com foco em comunicação para a promoção dos direitos humanos, da diversidade e da igualdade racial.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações 2) material de base orientativa
10.2		Promover a qualificação e formação em comunicação antirracista para agentes públicos de diferentes áreas, com o objetivo de sensibilizar e capacitar os profissionais no enfrentamento à práticas discriminatórias em seus campos de atuação.	curto prazo: até 02 anos	1) quantidade de ações 2) material de base orientativa
10.3		Elaborar um manual de comunicação institucional para promoção da diversidade e do pluralismo nas coberturas e divulgações das ações governamentais, servindo como guia para as assessorias de comunicação.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) número de reuniões realizadas para elaboração do plano e manual de comunicação institucional para promoção da diversidade e do pluralismo
10.4		Construir um Plano de Comunicação pela Igualdade Racial, com diretrizes antirracistas para orientar a atuação da comunicação na administração pública colombense, em consonância com os direitos humanos.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) quantidade de pessoas envolvidos na construção do plano 2) número de ações de formação realizadas para implementa-ção do plano
10.5		Criar e implementar um programa de fomento para apoio a projetos de mídias negras, empresas e organizações lideradas por pessoas negras que atuem com comunicação antirracista.	médio prazo de 03 a 05 anos	1) criar o programa 2) implantar 3) certificar as iniciativas e assim mapear quantidade de ações e empresas envolvidas
10.6		Instituir um prêmio para destacar iniciativas de estudantes, professores e gestores de universidades e institutos federais voltadas à comunicação antirracista, com ênfase em experiências ligadas à administração pública.	curto prazo: até 02 anos	1) criar o prêmio dentro de suas categorias 2) Mapear e quantificar ações e pessoas envolvidas

Art. 30. Para os fins desta Lei, os prazos de execução das ações previstas nos Quadros I e II classificam-se em:
I – curto prazo: até 2 (dois) anos;
II – médio prazo: de 3 (três) a 5 (cinco) anos; e
III – longo prazo: superior a 5 (cinco) e até 10 (dez) anos.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 23 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:2B8AD8C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL PR 34/2026

E X T R A T O C O N T R A T U A L

Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado a empresa abaixo qualificada. **Processo Licitatório sob nº 127/2026, na modalidade Pregão na forma Eletrônica por Registro de Preço sob nº 34/2026, Contratação 989915-14/2026**; **menor preço por item**. Objeto: **contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios (perecíveis: carnes, frios e embutidos; gêneros básicos e industrializados), atendendo a demanda das diversas Secretarias do Município de Diamante D´Oeste/Pr.;** observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos. Contrato de Fornecimento, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data do contrato, ou seja, até 23/10/2027.

EMPRESA CONTRATADA	Item	Valor Global R$
"F DE C CAVALER VILLA" CNPJ sob nº. 67.541.204/0001-00. Contrato nº 223/2026.	35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 67, 68, 70, 71, 72, 88, 124, 133, 145	377.790,50
"F. VAGNER FERREIRA ALVES LTDA" CNPJ sob nº. 79.040.465/0001-26. Contrato nº 224/2026.	04, 06, 07, 08, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 48, 49, 54, 55, 57, 58, 59,	334.076,50

	60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 91, 98, 108, 113, 114, 134, 135, 137, 142, 147, 148, 150, 154	
"GABRIEL CARVALHO CASA DE CARNES" CNPJ sob nº. 60.090.920/0001-70. Contrato nº 225/2026.	41, 42, 43, 45, 46, 47, 121	216.650,00
"L C FELLINI FRUTAS E VERDURAS LTDA" CNPJ sob nº. 55.303.229/0001-97. Contrato nº 226/2026.	01, 02, 03, 05, 11, 12, 13, 20, 21, 22, 24, 50, 51, 52, 56, 90, 93, 94, 100, 104, 105, 110, 111, 115, 120, 128, 129, 141, 146, 151, 152	283.135,50
"PAULO ROBERTO LOCATELLI" CNPJ sob nº. 79.706.545/0001-78. Contrato nº 227/2026.	28, 53, 79, 84, 92, 95, 97, 99, 101 ,102, 103, 106, 107, 109, 112, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 136, 143, 144, 149	187.638,50
"SILVIO LUCIO DA COSTA" CNPJ sob nº. 27.034.448/0001-82. Contrato nº 228/2026.	09, 10, 138, 139, 140	31.050,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:4375F6DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23909/2026

DECRETO Nº 23909/2026

Concede Bolsa Auxílio à servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Concede Bolsa Auxílio, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o nível 01 da tabela de vencimentos dos servidores efetivos do Município, no período de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2026, com base no Art. 108 da Lei n° 1666/2011, Lei n° 2541/2021, Portaria 128/2025 e Artigo 47 da Lei 2902/2025.

MATRICULA	NOME	CARGO	CURSO	INSTITUIÇÃO
20451-1	Camila Lorenzo Martins	Agente Administrativo	Graduação em Gestão Pública	Centro Universitário ETEP
19820-1	Divanir Soares Aguiar	Técnica Em Enfermagem	Pós Graduação em Gestão Pública	Faculdade Iguaçu
18063-1	Edenilson Alves de Moraes	Motorista	Pós Graduação em Especialização em Administração Pública e Direito Público	Centro Universitário UNIFAEL
19868-1	Eliana de Oliveira	Professora de Ensino Fundamental com Habilitação em Licenciatura Plena + Pós	Pós Graduação em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Hospitalar	Facuminas
17875-1	Francieli Tessaro	Enfermeiro	Graduação em Gestão Pública	Centro Universitário Fael - UNIFAEL
20499-1	Kelly Zenci	Professora de Educação Infantil com Habilitação em Magistério	Pós Graduação em Educação Especial Inclusiva – Ênfase em Deficiência Múltipla	Centro Universitário Nelson Akiyoshi - CEUNINA
19796-1	Neuza Ribeiro Moreira Constante	Agente Comunitário de Saúde	Pós Graduação MBA em Gestão Pública	Faculdade de Educação São Luís
20778-1	Nilson Rodrigo Dalmagro	Motorista	Graduação em Gestão Pública	UNICIVE

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E0311A2C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23920/2026

DECRETO Nº 23920/2026

Revoga o Decreto nº 23514/2026 e institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Dois Vizinhos, e dá outras providências.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o direito à educação e o dever do Poder Público de assegurar condições para o pleno desenvolvimento dos estudantes, nos termos da Constituição Federal;

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, e a legislação vigente relativa ao financiamento e à organização da Educação Básica;

Considerando as normas nacionais e estaduais aplicáveis à Educação Integral em Tempo Integral, inclusive a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, com as alterações posteriores, e a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, conforme sua vigência e aplicabilidade;

Considerando a necessidade de atualizar o ato normativo municipal e de alinhar a política local às normas educacionais vigentes, às características da Rede Municipal de Ensino e ao planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Considerando o documento "Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral – Dois Vizinhos/PR", elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que estabelece princípios, objetivos, diretrizes, responsabilidades, formas de acompanhamento e planejamento da oferta;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 23.514, de 2026, que instituiu a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Dois Vizinhos.

Art. 2º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Dois Vizinhos, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, nos termos do documento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que integra este Decreto como Anexo Único, após a conclusão dos procedimentos de apreciação e aprovação exigidos pelas normas educacionais aplicáveis.
§ 1º A Política aplica-se à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino, observadas a oferta autorizada, a capacidade de atendimento, as especificidades de cada etapa e o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 2º A Política e seu Anexo Único deverão ser interpretados em conformidade com a Constituição Federal, a legislação federal, as normas nacionais e estaduais de educação e os atos municipais aplicáveis, prevalecendo as normas hierarquicamente superiores em caso de incompatibilidade.

Art. 3º A Educação Integral em Tempo Integral será organizada de forma progressiva, planejada, equitativa e sustentável, assegurando a integração entre currículo, experiências educativas, cuidado, convivência, alimentação, descanso, inclusão e desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura coordenar a implementação da Política, orientar as instituições de ensino, promover a formação dos profissionais, acompanhar a organização das jornadas e matrículas, monitorar os resultados e propor revisões e medidas de aprimoramento.

Art. 5º A expansão da oferta dependerá de diagnóstico da demanda, avaliação das condições pedagógicas, físicas, de acessibilidade, de alimentação, de transporte e de pessoal, bem como de disponibilidade orçamentária e financeira, observadas as normas aplicáveis.

Art. 6º As despesas decorrentes da implementação e execução da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de transferências e programas dos demais entes federados e de outras fontes legalmente admitidas, observadas as normas de aplicação, vinculação, execução, registro e prestação de contas dos recursos públicos.

§ 1º A partir do exercício financeiro de 2026, o Município observará a aplicação anual mínima de 4% (quatro por cento) dos recursos recebidos à conta do FUNDEB, incluídas as complementações VAAF, VAAT e VAAR, para a criação de matrículas em tempo integral na educação básica, nos termos do art. 212-A, inciso XV, da Constituição Federal e da Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, enquanto vigente a obrigação legal.

§ 2º A aplicação dos recursos referidos no § 1º deverá observar as diretrizes e os critérios estabelecidos na regulamentação federal vigente, com a identificação, o registro e a prestação de contas das despesas correspondentes, conforme as normas aplicáveis.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá expedir orientações e atos complementares necessários à execução da Política, desde que compatíveis com este Decreto e com a legislação vigente.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, observada, para a implementação da Política, a conclusão prévia dos procedimentos de apreciação e aprovação que forem legalmente exigidos.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

POLÍTICA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

DOIS VIZINHOS – PARANÁ
2026

• INTRODUÇÃO

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Dois Vizinhos – Paraná constitui um instrumento orientador da ação pública educacional, destinado a estabelecer princípios, diretrizes, objetivos e responsabilidades para a organização, a consolidação, o acompanhamento e a expansão progressiva da oferta de educação em tempo integral na Rede Municipal de Ensino. Sua elaboração fundamenta-se no reconhecimento da educação como direito social fundamental e como condição indispensável ao desenvolvimento humano, à participação cidadã, à redução das desigualdades e à construção de uma sociedade democrática, inclusiva e comprometida com a garantia de direitos.

A presente Política está amparada nos dispositivos da Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 205, 206 e 208, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, orientada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Fundamenta-se, ainda, na Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dispõe sobre a organização da educação nacional e prevê a ampliação progressiva do período de permanência dos estudantes na escola, bem como na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura a proteção integral de crianças e adolescentes e estabelece a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e poder público na efetivação de seus direitos.

Também integram seus fundamentos a Lei Federal nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação para o período de 2014 a 2024, especialmente as disposições relativas à ampliação da oferta de educação em tempo integral, consideradas no contexto histórico de desenvolvimento dessa política pública; a Lei Federal nº 14.640/2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral; a Lei Federal nº 15.388/2026, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024–2034; e as normas nacionais e estaduais vigentes que orientam a organização curricular, a gestão pedagógica, a oferta de jornada ampliada e a garantia de padrões de qualidade na Educação Básica, com destaque para a Resolução CNE/CEB nº 7/2025 e a Deliberação CEE/PR nº 09/2025, observada a sua aplicabilidade ao sistema de ensino municipal.

A educação integral é compreendida, nesta Política, como uma concepção de educação comprometida com o desenvolvimento pleno dos estudantes em suas múltiplas dimensões: intelectual, física, emocional, social, cultural, ética, estética e ambiental. Parte-se do entendimento de que os processos educativos não se limitam à transmissão de conteúdos escolares, mas envolvem a formação de sujeitos capazes de aprender, conviver, expressar-se, participar, tomar decisões, reconhecer a diversidade, exercer a autonomia e atuar de maneira responsável na sociedade. Essa concepção exige práticas pedagógicas intencionais, contextualizadas e articuladas, que reconheçam as diferentes infâncias, as características dos estudantes, seus conhecimentos, suas experiências e suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Nesse sentido, é fundamental distinguir educação integral de educação em tempo integral. A primeira corresponde à concepção formativa que orienta o processo educativo e busca o desenvolvimento pleno dos estudantes, a segunda refere-se à organização da jornada escolar ampliada, observados os parâmetros legais vigentes, mediante a oferta de atividades educativas integradas ao projeto pedagógico e ao currículo. Embora relacionadas, essas dimensões não se confundem: a ampliação do tempo de permanência na instituição, por si só, não assegura uma formação integral. Para que essa ampliação produza efeitos educacionais significativos, é necessário que o tempo adicional seja planejado, organizado e desenvolvido com intencionalidade pedagógica, continuidade, diversidade de experiências e articulação com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Ampliar a jornada escolar, portanto, não significa apenas manter crianças e estudantes por mais tempo na instituição de ensino. Significa qualificar o tempo vivido, diversificar as oportunidades de aprendizagem, fortalecer as aprendizagens essenciais, promover experiências culturais, artísticas, esportivas, científicas, tecnológicas e socioemocionais, assegurar condições adequadas de alimentação, descanso, higiene, cuidado e convivência e favorecer a construção da autonomia, da criatividade, do pensamento crítico, da participação e do sentimento de pertencimento. A jornada ampliada deve constituir uma oportunidade de enriquecimento das experiências educativas, sem fragmentar o currículo nem estabelecer uma separação entre atividades consideradas escolares e outras tratadas como meramente complementares.

A efetivação dessa concepção requer o reconhecimento da escola como espaço privilegiado de aprendizagem, convivência, proteção e participação social, sem desconsiderar que o desenvolvimento dos estudantes também se relaciona com as experiências familiares, comunitárias e culturais. Por essa razão, a organização da educação integral deve favorecer o diálogo com as famílias, a valorização dos territórios, o reconhecimento dos saberes locais e, quando pertinente, a articulação intersetorial com políticas públicas de assistência social, saúde, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Essa articulação deve respeitar as atribuições de cada setor e contribuir para a construção de condições mais favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes.

No âmbito do Município de Dois Vizinhos, a presente Política considera a trajetória da Rede Municipal de Ensino na implementação e no desenvolvimento de experiências de jornada ampliada, reconhecendo as iniciativas já consolidadas, os conhecimentos construídos pelas instituições, as práticas pedagógicas desenvolvidas e os resultados que contribuem para o aprimoramento da oferta educacional. Considera, igualmente, a diversidade de contextos em que as unidades escolares estão inseridas, abrangendo instituições urbanas e escolas do campo, com características territoriais, sociais, culturais, estruturais e organizacionais próprias, que precisam ser respeitadas no planejamento e na execução das ações.

A organização da educação integral na rede municipal exige atenção às especificidades da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, etapas que possuem finalidades, formas de organização pedagógica e necessidades de desenvolvimento distintas. Na Educação Infantil, a proposta deve assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e a indissociabilidade entre cuidar e educar, tendo as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a jornada ampliada deve articular-se ao currículo e às aprendizagens essenciais, fortalecendo a alfabetização, o letramento, o raciocínio lógico, a investigação, a expressão artística, as práticas corporais, a convivência e a ampliação dos repertórios culturais e científicos dos estudantes.

A diversidade territorial da rede municipal também demanda planejamento sensível às condições concretas de cada instituição. As escolas urbanas e do campo apresentam diferentes realidades de deslocamento, infraestrutura, disponibilidade de espaços, organização dos tempos e possibilidades de utilização dos recursos comunitários. Assim, a implementação da Política deve considerar essas particularidades, garantindo que as decisões administrativas e pedagógicas sejam fundamentadas em diagnósticos, critérios transparentes e necessidades efetivamente identificadas, sem comprometer o direito dos estudantes à educação de qualidade em razão de sua localização ou condição social.

A equidade constitui um princípio essencial desta Política. Garantir oportunidades educacionais equitativas significa reconhecer que os estudantes possuem trajetórias, necessidades, condições de acesso e oportunidades de aprendizagem distintas, exigindo respostas educacionais adequadas às suas realidades. A ampliação da jornada deve contribuir para reduzir desigualdades, prevenir processos de exclusão, promover a acessibilidade, valorizar a diversidade e assegurar a participação de todos os estudantes, inclusive daqueles que necessitam de recursos de acessibilidade, atendimento educacional especializado ou outras formas de apoio, conforme a legislação vigente. A oferta em tempo integral deve ser planejada de

modo a evitar que diferenças territoriais, socioeconômicas, culturais ou relacionadas à deficiência se convertam em barreiras à aprendizagem e à participação.
A consolidação da educação integral em tempo integral também depende de condições materiais, humanas, pedagógicas e financeiras compatíveis com as responsabilidades assumidas pelo poder público. A infraestrutura das unidades escolares, a disponibilidade de ambientes adequados, os materiais pedagógicos, os recursos tecnológicos, a alimentação escolar, a organização dos horários, o transporte quando necessário e a atuação dos profissionais envolvidos devem ser considerados de forma articulada. A ampliação da oferta exige planejamento responsável, observância das normas educacionais e orçamentárias e definição de prioridades que permitam conciliar a expansão das matrículas com a qualidade do atendimento já existente.
Nesse contexto, a gestão da Política deve orientar-se pelo planejamento contínuo, pela colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as instituições de ensino, pela participação da comunidade escolar e pelo acompanhamento sistemático das condições de oferta e dos resultados educacionais. Os projetos político-pedagógicos, os regimentos escolares, os planejamentos docentes e os instrumentos de gestão devem refletir a concepção de educação integral adotada pelo Município, assegurando coerência entre as finalidades da Política, a organização curricular, as experiências desenvolvidas e os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem.
A avaliação da implementação não deve se restringir ao número de matrículas ou ao tempo de permanência dos estudantes na escola. Deve considerar, também, a qualidade das experiências educativas, a participação e a frequência dos estudantes, as condições de infraestrutura, a adequação dos recursos, o desenvolvimento das aprendizagens, a inclusão, a percepção das famílias e da comunidade escolar e a capacidade da rede de identificar dificuldades e promover melhorias. O acompanhamento sistemático permitirá reconhecer avanços, identificar desafios, revisar estratégias e subsidiar decisões administrativas e pedagógicas com base em evidências e nas necessidades concretas das instituições.
A expansão da educação em tempo integral deverá ocorrer de forma progressiva, planejada, sustentável e equitativa, considerando o diagnóstico da rede, a demanda educacional, a capacidade de atendimento, as condições de financiamento e os parâmetros legais vigentes. Essa expansão não deve ser compreendida exclusivamente como ampliação quantitativa de vagas, mas como processo de qualificação da política educacional, orientado à garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno dos estudantes. Para tanto, será necessário estabelecer prioridades, acompanhar a execução das ações, avaliar os resultados e promover os ajustes necessários à consolidação da oferta.
Dessa forma, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Dois Vizinhos estabelece uma referência comum para as decisões e práticas relacionadas à jornada ampliada na Rede Municipal de Ensino. Seu propósito é assegurar que a educação integral seja compreendida como compromisso permanente com a qualidade social da educação pública, com a valorização das potencialidades de cada estudante, com a redução das desigualdades e com a construção de experiências educativas significativas, articuladas às necessidades individuais e coletivas.
Mais do que organizar a ampliação do tempo escolar, esta Política reafirma a responsabilidade do Município em promover uma educação que reconheça cada estudante em sua integralidade, valorize a diversidade, fortaleça os vínculos com a comunidade e amplie as oportunidades de aprendizagem, participação e desenvolvimento. Constitui, assim, um instrumento de orientação e continuidade da ação pública municipal, destinado a apoiar o aprimoramento das práticas pedagógicas, a organização responsável da oferta e a consolidação de uma educação pública inclusiva, democrática, equitativa e comprometida com a formação plena de crianças e estudantes.

• MARCO LEGAL E NORMATIVO

A política observará, entre outras normas aplicáveis e suas alterações:
Constituição Federal de 1988, especialmente os arts. 205, 206, 208 e 211.
Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Lei Federal nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral.
Lei Federal nº 14.113/2020 e alterações, que regulamenta o Fundeb.
Lei Federal nº 11.947/2009 e normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Lei Federal nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
Lei Federal nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008, relativas à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Diretrizes Curriculares Nacionais pertinentes.
Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, com as alterações da Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, que atualiza o art. 28 e determina a elaboração ou revisão de ato normativo específico da política local, com apreciação do conselho de educação competente até 31 de outubro de 2026.
Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral.
Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, e demais atos vigentes sobre recursos do Fundeb para criação de matrículas em tempo integral.
Lei Federal nº 15.388/2026, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036.
Deliberação CEE/PR nº 09/2025, que estabelece normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, observada sua incidência conforme a organização do sistema de ensino ao qual a rede municipal está vinculada, bem como demais normas estaduais aplicáveis.
Plano Municipal de Educação, legislação municipal, normas de carreira e contratação, alimentação, transporte escolar e atos locais relacionados.
A Secretaria de Educação e Cultura, manterá quadro atualizado de conformidade normativa.

• OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral
Instituir e consolidar uma política pública municipal que assegure a ampliação progressiva, equitativa, sustentável e qualificada da jornada escolar, articulando currículo, cuidado, convivência e experiências educativas diversificadas para promover o desenvolvimento integral e a aprendizagem de todas as crianças e estudantes atendidos pela Rede Municipal.

3.2 Objetivos específicos
Promover o desenvolvimento integral nas dimensões cognitiva, física, emocional, social, cultural, ética e Ambiental;
Fortalecer alfabetização, letramento, leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático e demais aprendizagens essenciais;
Ampliar o acesso a experiências artísticas, culturais, esportivas, científicas, tecnológicas, ambientais e de participação cidadã;
Articular BNCC, currículo municipal e atividades da jornada ampliada em projeto pedagógico coerente;
Reduzir desigualdades de acesso, priorizando territórios e estudantes em situação de vulnerabilidade, com critérios transparentes;
Promover inclusão, acessibilidade, respeito às diferenças e valorização das identidades culturais, étnico-raciais e territoriais;
Qualificar espaços, materiais, equipamentos, alimentação, transporte e segurança;
Estabelecer parâmetros para jornada, matrículas, registros, avaliação e acompanhamento;

Fortalecer formação continuada e planejamento integrado dos profissionais;
Ampliar a participação das famílias, estudantes e comunidade;
Articular educação com saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e proteção;
Planejar expansão gradual, com metas, indicadores, previsão orçamentária e avaliação periódica.

• PÚBLICO ATENDIDO

A política destina-se às crianças matriculadas na Educação Infantil e aos estudantes do Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino, conforme oferta autorizada, capacidade de atendimento e planejamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
A oferta observará o direito à educação sem discriminação, com atenção a crianças e estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação, dificuldades de aprendizagem, pertencentes a comunidades rurais ou em situação de vulnerabilidade. A vulnerabilidade poderá orientar prioridades de expansão, mas não poderá produzir estigmatização ou restringir direitos.

• CONTEXTUALIZAÇÃO MUNICIPAL E DIAGNÓSTICO

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Dois Vizinhos teve início em 2023, a partir do diálogo sobre a organização da nova oferta educacional e do interesse dos estudantes em participar da proposta.
Na etapa inicial, a oferta foi implantada em três instituições: Escola Municipal Jardim da Colina, Escola Municipal Tia Anastácia e Escola Municipal do Campo José Bonifácio. Nessas unidades, a jornada escolar foi organizada em três dias por semana, totalizando 35 horas semanais.
Em 2024, dando continuidade ao processo de implementação, a oferta foi ampliada para a Escola Municipal Carrossel e a Escola Municipal Lonny Lange, fortalecendo a proposta no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e ampliando as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.
A partir de 2025, a expansão alcançou outras duas instituições: a Escola Municipal do Campo Plínio Salgado e a Escola Municipal João Paulo II, totalizando sete escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais com oferta em tempo integral. A organização da jornada ocorre cinco dias por semana na maioria das unidades, com exceção das Escolas Municipais do Campo José Bonifácio e Plínio Salgado, nas quais a jornada ampliada é organizada em três dias por semana, totalizando 35 horas semanais.
Conforme o censo escolar 2025, a Rede Municipal de Ensino registrou 5.305 matrículas, sendo 1.234 na Educação Infantil e 4.071 no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Desse total, 1.769 matrículas foram informadas como atendimento em tempo integral, correspondendo a 33,35% das matrículas da rede. Desse quantitativo, 1.219 correspondiam à Educação Infantil e 550 ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais.
Paralelamente à implementação e à ampliação da oferta no Ensino Fundamental, o Município assegura o atendimento em período integral em todos os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), destinados às crianças de zero a três anos de idade. Essa oferta integra a organização da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino e considera as especificidades da primeira infância, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento integral da criança.
Nos CMEIs, a organização dos tempos, dos espaços e das experiências educativas deve assegurar a indissociabilidade entre o cuidar e o educar, tendo as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. As experiências propostas devem respeitar os ritmos, as necessidades e as potencialidades de cada criança, promovendo o acolhimento, a convivência, a exploração, a expressão, a brincadeira e a aprendizagem.
Dessa forma, a oferta de Educação Integral em Tempo Integral no Município contempla a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, abrangendo instituições urbanas e do campo, inseridas em diferentes realidades territoriais e comunitárias. Essa diversidade requer planejamento adequado às particularidades de cada etapa e instituição, especialmente quanto à organização da jornada escolar, à alimentação, ao transporte, à infraestrutura, aos recursos pedagógicos e aos profissionais envolvidos, de modo a garantir condições adequadas de atendimento e experiências educativas significativas para todos os estudantes.

Quadro 1 – Matrículas da Rede Municipal de Ensino de Dois Vizinhos – 2025

Indicador	Quantidade
Matrículas totais da rede municipal	5.305
Matrículas na Educação Infantil	1.234
Matrículas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais	4.071
Matrículas em tempo integral na rede municipal	1.769 (33,35%)
Matrículas em tempo integral na Educação Infantil	1.219
Matrículas em tempo integral no Ensino Fundamental – Anos Iniciais	550
Horário de atendimento dos CMEIs	Segunda a sexta-feira, das 7h30 às 17h30

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Dois Vizinhos, dados municipais de referência do censo 2025.

5.1 Experiências educativas e oficinas desenvolvidas
As experiências educativas desenvolvidas na jornada ampliada abrangem diferentes oficinas e atividades, incluindo dança, yoga, fanfarra, capoeira, taekwondo, coral do tempo integral, jogos de tabuleiro, esportes, pintura, informática, entre outras. Essas propostas diversificam as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, contemplando dimensões artísticas, culturais, corporais, cognitivas, tecnológicas e sociais. A oferta das oficinas é organizada conforme o planejamento pedagógico, as necessidades e os interesses dos estudantes, os recursos disponíveis e as características de cada comunidade escolar, buscando ampliar repertórios, estimular a criatividade, fortalecer a convivência e favorecer o protagonismo estudantil.

5.2 Resultados, equidade e experiências reconhecidas
O diagnóstico municipal evidencia resultados positivos na aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino. O IDEB passou de 7,5 em 2023 para 8,1 em 2025, enquanto o percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental alcançou 82,56%, conforme o Indicador Criança Alfabetizada, superando os índices registrados no Paraná (70,4%) e no Brasil (59,2%).
Esses resultados refletem o trabalho desenvolvido pela rede municipal na busca pela melhoria da qualidade da educação e reforçam a importância da continuidade e do aprimoramento das ações pedagógicas. Nesse contexto, a Educação em Tempo Integral constitui uma importante estratégia para ampliar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, por meio da diversificação das experiências educativas, do acompanhamento pedagógico e da ampliação das vivências culturais, artísticas, esportivas e tecnológicas.
O município também se destaca pelo reconhecimento de suas iniciativas na área da Educação em Tempo Integral, tendo alcançado, em anos consecutivos, reconhecimento nacional pelo Ministério da Educação. Entre essas iniciativas, destaca-se a inclusão de experiência da rede municipal no Mapa de Experiências de Educação em Tempo Integral, além do recebimento, em 2026, do Prêmio Cristovam Buarque de Educação Integral. Soma-se a essas conquistas o Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva de Educação para as Relações Étnico-Raciais, que reforça o compromisso

municipal com a promoção da equidade e com o enfrentamento das desigualdades raciais na educação. Esses reconhecimentos evidenciam a relevância das ações desenvolvidas pela rede municipal e constituem referências para a continuidade do aprimoramento das políticas educacionais.

5.3 Desafios identificados

A trajetória da Educação em Tempo Integral no município demonstra uma evolução significativa na aceitação e na valorização dessa oferta pela comunidade escolar. No início da implementação, um dos desafios era fortalecer a conscientização das famílias sobre a importância da participação dos estudantes e assegurar a frequência regular. Atualmente, observa-se maior adesão, envolvimento e satisfação das crianças, refletidos no interesse pela jornada ampliada e na existência de fila de espera por vagas.

Essa evolução acompanha o aprimoramento das práticas pedagógicas e a diversificação das experiências educativas oferecidas. Os avanços percebidos na aprendizagem dos estudantes também reforçam a importância do trabalho desenvolvido e da continuidade dos investimentos nessa política pública.

Diante desse cenário, os principais desafios atuais consistem em:

• Ampliar gradualmente a oferta de vagas;
• Adequar e ampliar os espaços físicos, garantindo ambientes apropriados às atividades pedagógicas, culturais, esportivas, de leitura, alimentação e descanso;
• Diversificar e qualificar as oficinas e experiências educativas, mantendo sua articulação com o currículo e com os objetivos de aprendizagem;
• Assegurar recursos financeiros e condições adequadas de funcionamento, acompanhando a qualidade da oferta e os avanços na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes.

Assim, o desafio da rede municipal não se limita à ampliação do tempo de permanência na escola, mas envolve consolidar os avanços alcançados, atender à crescente procura e garantir que a expansão ocorra com qualidade, equidade e intencionalidade pedagógica.

• FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRINCÍPIOS

A Educação Integral fundamenta-se em uma concepção de educação que considera o estudante em sua integralidade, reconhecendo que o desenvolvimento humano envolve dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural, ética e ambiental. Essa perspectiva compreende a educação como um processo contínuo de formação, que se realiza por meio das aprendizagens escolares, das interações sociais, das experiências culturais e das relações estabelecidas com a família, a comunidade e o território.

Do ponto de vista pedagógico, a Educação Integral pressupõe que o processo educativo não se restrinja à transmissão de conteúdos ou ao desenvolvimento de habilidades cognitivas isoladas. A aprendizagem envolve a construção de conhecimentos, a expressão de ideias e sentimentos, o desenvolvimento da autonomia, a convivência, a criatividade, o pensamento crítico e a participação responsável na sociedade. Por isso, as experiências educativas devem considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, suas características, seus contextos socioculturais e suas diferentes formas e ritmos de aprender.

A concepção de formação integral também reconhece a importância da articulação entre os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e as experiências que compõem a vida dos estudantes. Nesse sentido, o currículo constitui elemento central da proposta educativa e deve dialogar com as artes, as culturas, as práticas corporais, a ciência, a tecnologia, o meio ambiente e os saberes das comunidades, assegurando intencionalidade pedagógica e continuidade das aprendizagens.

A Educação em Tempo Integral, por sua vez, corresponde à organização da oferta educacional com ampliação da jornada escolar, observados os critérios estabelecidos na legislação vigente. Essa ampliação deve representar a oportunidade de qualificar os tempos e espaços educativos, diversificar experiências e aprofundar aprendizagens, não se limitando à permanência prolongada dos estudantes na instituição. O tempo ampliado precisa estar integrado ao currículo, ao planejamento pedagógico e aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de cada etapa da Educação Básica.

Essa concepção exige reconhecer a relação indissociável entre educar e cuidar, especialmente na Educação Infantil, bem como a importância do brincar, das interações, do acolhimento, da alimentação, do repouso e do respeito às necessidades das crianças. No Ensino Fundamental, requer a articulação entre os componentes curriculares e as experiências educativas diversificadas, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

A fundamentação da Educação Integral também se relaciona à garantia do direito à educação com equidade. Isso implica reconhecer as desigualdades sociais, econômicas, territoriais, raciais e de acessibilidade que podem interferir nas oportunidades de aprendizagem, bem como planejar ações que promovam a participação, a inclusão e o desenvolvimento de todos os estudantes. A escola, nesse contexto, constitui espaço de aprendizagem, convivência democrática, valorização das diferenças e proteção dos direitos da infância.

No âmbito legal, essa concepção encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 205 e 206, na Lei Federal nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional —, no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei Federal nº 8.069/1990, e nas demais normas nacionais e estaduais que orientam a Educação Básica e a oferta da Educação em Tempo Integral.

No Município de Dois Vizinhos, esses fundamentos orientam a construção de uma política pública comprometida com a formação humana integral, a qualidade social da educação, a integração curricular e a ampliação de oportunidades educativas, respeitando as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental — Anos Iniciais, bem como as características das instituições urbanas e do campo.

6.1 Fundamentos orientadores

A implementação da Política Municipal fundamenta-se nas seguintes concepções:

• Desenvolvimento integral: compreensão das dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural, ética e ambiental como aspectos interdependentes da formação humana;
• Currículo integrado: articulação dos conhecimentos científicos, das linguagens, das artes, das práticas corporais, das tecnologias e das experiências sociais e culturais;
• Centralidade do estudante: consideração dos conhecimentos prévios, dos interesses, dos ritmos de desenvolvimento, das necessidades e da participação dos estudantes nos processos educativos;
• Intencionalidade pedagógica: planejamento das experiências de aprendizagem com objetivos definidos, acompanhamento e relação com a proposta pedagógica;
• Equidade e inclusão: identificação e superação de barreiras que dificultem o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem;
• Gestão democrática: promoção do diálogo, da participação e da corresponsabilidade na construção e no acompanhamento das propostas educativas;
• Intersetorialidade: articulação com outras políticas públicas para contribuir com a proteção integral e o desenvolvimento dos estudantes, preservando as responsabilidades educacionais da escola.

6.2 Princípios orientadores
A Política Municipal observará os seguintes princípios:
I — Garantia do direito à educação pública, gratuita, inclusiva, laica e democrática;
II — Promoção da formação humana integral e da aprendizagem com equidade;
III — Indissociabilidade entre cuidar e educar, especialmente na Educação Infantil;
IV — Respeito às infâncias, ao brincar, às interações e aos diferentes tempos de desenvolvimento;
V — Valorização da diversidade, das culturas locais e das especificidades das comunidades urbanas e do campo;
VI — Reconhecimento e valorização das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, com enfrentamento ao racismo e às demais formas de discriminação;
VII — Integração entre os conhecimentos curriculares e as diferentes experiências educativas;
VIII — Promoção da proteção integral, da segurança, do bem-estar e da convivência respeitosa;
IX — Compromisso com o planejamento, a transparência na gestão dos recursos e o aprimoramento contínuo da qualidade da oferta educacional.

• ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS E DA JORNADA ESCOLAR

A organização da Educação Integral em Tempo Integral observará a legislação e as normas vigentes, especialmente os critérios para caracterização das matrículas em tempo integral, assegurando jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais, conforme os parâmetros normativos aplicáveis.
A jornada será organizada de acordo com a etapa de ensino, a faixa etária, as características da instituição e a proposta pedagógica, garantindo a articulação entre os componentes curriculares e as demais experiências educativas. A organização dos tempos escolares contemplará, de forma planejada e integrada, as atividades pedagógicas, a alimentação, a higiene, o descanso, as brincadeiras, o movimento e a convivência, respeitadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica.
A ampliação da jornada deverá estar vinculada a objetivos educacionais definidos e ao planejamento pedagógico, assegurando a integração entre currículo, práticas educativas e experiências diversificadas, de modo a promover o desenvolvimento integral dos estudantes e ampliar suas oportunidades de aprendizagem.
A organização da jornada deverá ser registrada e acompanhada pelas instituições de ensino, de forma a assegurar o cumprimento da carga horária prevista, a frequência dos estudantes e a efetiva realização das atividades planejadas.

7.1 Educação Infantil
Nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), o atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 17h30. A organização da jornada deverá respeitar as especificidades da Educação Infantil, integrando o cuidar e o educar e considerando as necessidades, os ritmos e as características de cada faixa etária.
A rotina deverá contemplar acolhimento, brincadeiras livres e orientadas, interações, leitura, expressão artística, movimento e convivência, por meio de experiências articuladas aos campos de experiências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Deverá incluir, ainda, momentos de alimentação, higiene e repouso, respeitando as necessidades das crianças e promovendo seu bem-estar e desenvolvimento integral.

7.2 Ensino Fundamental — Anos Iniciais
No Ensino Fundamental — Anos Iniciais, a jornada em tempo integral deverá articular os componentes curriculares às demais experiências educativas, favorecendo o aprofundamento das aprendizagens, a recomposição das aprendizagens, quando necessária, e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.
As atividades deverão contemplar experiências artísticas, culturais, esportivas, científicas, tecnológicas e ambientais, integradas à proposta pedagógica da instituição e articuladas ao currículo escolar. A organização da jornada deverá prever uma rotina equilibrada, com momentos destinados à alimentação, à hidratação, às pausas, à leitura, ao movimento e à convivência, considerando as necessidades dos estudantes e os objetivos pedagógicos das atividades desenvolvidas.

7.3 Organização diária e semanal
Cada instituição deverá organizar sua programação diária e semanal em consonância com a etapa de ensino, a proposta pedagógica, a matriz curricular e as orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observando a carga horária mínima legalmente estabelecida para a oferta em tempo integral.
Os quadros de horários deverão explicitar a distribuição dos tempos escolares, incluindo as atividades pedagógicas, os intervalos, as refeições e os demais momentos da rotina. A programação deverá estar articulada aos documentos pedagógicos e escolares pertinentes e ser acompanhada pela equipe gestora e pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
A distribuição das atividades deverá favorecer a alternância entre concentração, movimento, expressão, colaboração e descanso, evitando a fragmentação das experiências educativas e o excesso de atividades dirigidas. A organização deverá assegurar a integração entre os diferentes tempos e espaços educativos, bem como o cumprimento da carga horária e o registro da frequência dos estudantes.

• ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS E MATRÍCULAS

A formação de turmas observará normas do sistema de ensino, legislação aplicável, capacidade física, faixa etária, acessibilidade, segurança e proporção adequada entre crianças/estudantes e profissionais.
A Secretaria definirá por ato próprio procedimentos de inscrição, matrícula, rematrícula, transferência, lista de espera e priorização, com ampla divulgação;
A distribuição das vagas considerará capacidade e poderá priorizar territórios e estudantes em maior vulnerabilidade, sem discriminação;
Os registros distinguirão corretamente jornada parcial e integral, conforme Censo Escolar e sistemas oficiais;
Somente serão declaradas novas matrículas aquelas efetivamente criadas ou convertidas segundo os critérios legais;
Mudanças de jornada serão comunicadas às famílias e registradas formalmente;
A enturmação garantirá acessibilidade, participação e apoios necessários ao público-alvo da educação especial.

• RECURSOS FÍSICOS NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO

A expansão exige avaliação prévia da infraestrutura por instituição. Os espaços devem ser seguros, acessíveis, ventilados, iluminados, higienizados e compatíveis com as atividades e faixas etárias.

Quadro 2 – Aspectos a verificar no levantamento da infraestrutura das instituições de ensino

Área/condição	Necessidades a verificar
Salas e ambientes	Salas adequadas, espaços flexíveis, ambientes para leitura, pequenos grupos e apoio à aprendizagem.
Sanitários e higiene	Quantidade e condições adequadas, acessibilidade, lavatórios e condições de higienização.
Alimentação	Cozinha, despensa, equipamentos, refeitório ou espaço apropriado e fluxo sanitário seguro.
Descanso e acolhimento	Ambientes apropriados para repouso na Educação Infantil e para pausas dos estudantes.
Esporte e movimento	Pátios, quadras ou espaços seguros, materiais e alternativas para atividades em dias de chuva.
Arte, cultura e tecnologia	Materiais, instrumentos, equipamentos digitais, conectividade e espaços para armazenamento.
Acessibilidade	Rotas acessíveis, sinalização, mobiliário adequado e adaptações razoáveis.
Segurança e saúde	Medidas de prevenção, controle de acesso, procedimentos de emergência, água potável e condições sanitárias adequadas.
Ambientes externos	Áreas verdes, hortas, espaços para investigação e possibilidades de parcerias territoriais seguras.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Dois Vizinhos – PR. Elaboração própria.

A Secretaria de Educação e Cultura fará levantamento por instituição, identificando adequações urgentes, investimentos, responsáveis, cronograma e fontes de financiamento. A expansão não deverá ocorrer sem análise das condições mínimas de segurança, alimentação, acessibilidade e atendimento.

• PLANEJAMENTO DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

A implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será orientada por um planejamento progressivo, articulado às necessidades da Rede Municipal de Ensino, à demanda por vagas, à capacidade das instituições e à disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.
As ações serão organizadas em horizontes de curto, médio e longo prazo, considerando a ampliação gradual do número de matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental — Anos Iniciais, a adequação dos espaços escolares e a diversificação das experiências educativas. A execução deverá ser acompanhada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento do Município.

10.1 Curto prazo — ampliação da oferta nas instituições existentes
No curto prazo, a prioridade será ampliar o número de matrículas em tempo integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental — Anos Iniciais.
Serão priorizadas as seguintes ações:
I — ampliar gradualmente o número de matrículas em tempo integral nos CMEIs e nas escolas municipais que já oferecem atendimento nessa organização;
II — contratar ou disponibilizar mais oficineiros para ampliar a capacidade de atendimento e diversificar as experiências educativas oferecidas aos estudantes;
III — fortalecer as atividades artísticas, culturais, esportivas, científicas, tecnológicas e ambientais, de acordo com as necessidades dos estudantes e as características das instituições;
IV — identificar a demanda por vagas em tempo integral e as condições necessárias para sua ampliação em cada unidade;
V — ampliar o número de salas de aula da Escola Municipal Carrossel, visando ampliar a capacidade de atendimento em tempo integral no Ensino Fundamental — Anos Iniciais;
VI — ampliar o número de salas de aula da Escola Municipal Presidente Vargas, visando ampliar a oferta de Educação em Tempo Integral na pré-escola e no Ensino Fundamental — Anos Iniciais;
VII — adequar o planejamento das matrículas, dos profissionais, dos espaços, da alimentação e dos recursos materiais ao crescimento da oferta.

10.2 Médio prazo — ampliação da infraestrutura e da oferta na Educação Infantil e no Ensino Fundamental
No médio prazo, o planejamento terá como prioridade ampliar a capacidade física de atendimento e expandir a oferta de Educação em Tempo Integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental — Anos Iniciais, considerando a demanda por vagas e as condições necessárias à qualidade do atendimento.
Serão previstas as seguintes ações:
I — ampliar o CMEI Mãe Maria, com a implantação de cinco novas salas de aula, conforme estudos técnicos, disponibilidade de área, viabilidade do projeto e previsão orçamentária;
II — ampliar a oferta de pré-escola em tempo integral para mais duas escolas municipais, conforme a demanda identificada e as condições de infraestrutura, pessoal e organização pedagógica;
III — ampliar o número de salas de aula da Escola Municipal Jardim da Colina, visando aumentar a capacidade de atendimento no Ensino Fundamental — Anos Iniciais e atender à demanda por matrículas em tempo integral, observadas a viabilidade técnica e a disponibilidade orçamentária;
IV — ampliar o número e a diversidade de oficinas e experiências educativas, contemplando diferentes linguagens, práticas corporais, manifestações culturais, conhecimentos científicos e tecnológicos e atividades de educação ambiental;
V — adequar os espaços físicos e os recursos necessários ao atendimento em tempo integral, assegurando condições apropriadas de segurança, acessibilidade, alimentação, higiene, repouso e desenvolvimento das atividades pedagógicas;
VI — fortalecer o planejamento integrado entre os profissionais responsáveis pelos componentes curriculares e pelas atividades diversificadas;
VII — realizar a reforma do Centro Cultural, visando adequar e melhorar as condições de utilização do espaço para a realização de apresentações artísticas, culturais e educativas dos estudantes da Educação em Tempo Integral e dos participantes das oficinas, fortalecendo as oportunidades de expressão, participação e valorização das experiências desenvolvidas na rede municipal de ensino, conforme a viabilidade técnica e a disponibilidade orçamentária.

10.3 Longo prazo — expansão da capacidade de atendimento e consolidação da oferta
No longo prazo, o Município buscará ampliar a capacidade de atendimento em tempo integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental — Anos Iniciais, priorizando regiões com demanda por vagas e maior vulnerabilidade social. As ações serão planejadas de forma articulada ao desenvolvimento da Rede Municipal de Ensino, considerando as necessidades da população, a viabilidade técnica e a disponibilidade de recursos.
Serão consideradas as seguintes ações:
I — planejar a construção de uma escola municipal no bairro Sagrada Família, destinada à oferta de Educação em Tempo Integral da pré-escola ao 5º ano do Ensino Fundamental, mediante estudos de demanda, definição do terreno, elaboração do projeto e previsão de recursos para construção, equipamentos e funcionamento;
II — planejar a construção de dois novos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), um no bairro Vitória e outro no bairro Bem Morar, considerando a demanda por vagas e a situação de vulnerabilidade social dessas regiões, com o objetivo de ampliar o acesso à Educação Infantil e contribuir para a redução das desigualdades educacionais;

III — reformar e adequar os espaços do Departamento Municipal de Cultura, visando ampliar as condições de atendimento e o desenvolvimento de oficinas e atividades artísticas, culturais e educativas destinadas aos estudantes da rede municipal;
IV — viabilizar a locação ou construção de um barracão destinado à realização de oficinas e experiências educativas diversificadas, possibilitando o deslocamento e a participação dos estudantes da Educação em Tempo Integral em atividades realizadas nesse espaço;
V — assegurar condições de transporte para o deslocamento dos estudantes aos espaços destinados às oficinas e experiências educativas, conforme a organização da oferta, as necessidades de atendimento e a disponibilidade de recursos;
VI — ampliar progressivamente o número e a diversidade de oficinas e experiências educativas, de acordo com as necessidades dos estudantes, a proposta pedagógica e os recursos disponíveis;
VII — consolidar a oferta de Educação em Tempo Integral, assegurando sua articulação com o currículo, a adequação dos espaços físicos, a disponibilidade de profissionais e as condições necessárias ao atendimento das diferentes etapas de ensino;
VIII — avaliar periodicamente a distribuição territorial das vagas e identificar novas necessidades de expansão, buscando reduzir desigualdades de acesso e assegurar a sustentabilidade da política pública.

10.4 Acompanhamento e revisão do planejamento
O planejamento será acompanhado e revisto periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando a evolução da demanda, o número de matrículas efetivadas, a capacidade das instituições, as condições de infraestrutura, a disponibilidade de profissionais e os resultados do acompanhamento da qualidade da oferta.
Para cada ação, deverão ser definidos, conforme a etapa de planejamento e execução, os responsáveis, os prazos, os recursos necessários e os indicadores de acompanhamento. As intervenções que envolvam obras, ampliações ou novas unidades escolares dependerão de estudos técnicos, projetos, autorizações pertinentes e previsão orçamentária.
A ampliação da oferta deverá ocorrer de maneira progressiva e responsável, preservando as condições de funcionamento das instituições existentes e a qualidade das experiências educativas oferecidas aos estudantes.

• PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA JORNADA

A implementação exige profissionais em número suficiente, atribuições definidas, condições de trabalho, planejamento coletivo e formação continuada. A organização dos quadros observará a legislação municipal, as normas de contratação e os requisitos específicos de cada função.
Na Educação Infantil, os profissionais assegurarão acolhimento, cuidado, interações, brincadeiras, experiências pedagógicas, alimentação, higiene e repouso. No Ensino Fundamental, professores e demais profissionais atuarão coordenadamente para garantir currículo, acompanhamento das aprendizagens e atividades complementares.
Quando atividades forem executadas por profissionais vinculados a empresa contratada, deverão ser observados a legislação pertinente, o instrumento contratual, os requisitos de qualificação de cada atividade, a supervisão da Administração e a articulação pedagógica com a escola. Não se presume que todos os profissionais de oficinas sejam docentes efetivos, funções e requisitos serão definidos conforme a natureza do serviço e as normas aplicáveis.

11.1 Organização do trabalho

• Definir responsabilidades da direção, coordenação pedagógica, professores, profissionais das oficinas, apoio, alimentação e transporte;
• Prever planejamento integrado, análise de registros e discussão das necessidades dos estudantes;
• Ofertar formação sobre educação integral, currículo integrado, inclusão, relações étnico-raciais, proteção, avaliação formativa e metodologias;
• Orientar sobre segurança, comunicação de ocorrências, prevenção de violências e proteção de dados;
• Organizar escalas e jornadas conforme a legislação trabalhista e municipal;
• Avaliar periodicamente as atividades e oferecer orientação aos profissionais.
• Planejar e desenvolver ações de formação continuada em serviço, coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelas equipes gestoras das instituições de ensino, contemplando as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental — Anos Iniciais;
• Assegurar oportunidades de formação aos profissionais docentes e não docentes envolvidos na oferta de Educação Integral em Tempo Integral, incluindo os profissionais responsáveis pelas oficinas e atividades complementares, respeitadas as atribuições de cada função e as condições de contratação;
• Promover estudos, planejamento coletivo e compartilhamento de experiências e práticas pedagógicas, visando à integração curricular, à qualificação das atividades e à melhoria das condições de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;
• Identificar as necessidades formativas das equipes e considerar os resultados do acompanhamento e da avaliação da Política no planejamento das ações de formação continuada.

• FONTES DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será financiada por recursos legalmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, observadas as regras de aplicação de cada fonte, as vinculações legais, os limites de utilização e as exigências de transparência e prestação de contas.

12.1 Constituem fontes de financiamento da Política:

• Recursos próprios do Município destinados à educação, conforme a Constituição Federal e a legislação vigente;
• Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), nos termos da Lei Federal nº 14.113/2020 e suas alterações;
• Recursos federais do Programa Escola em Tempo Integral e de outros programas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, quando pactuados e disponíveis;Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para despesas elegíveis com alimentação escolar;
• Recursos do Salário-Educação e outras transferências legalmente destinadas à educação, observadas suas regras específicas;
• Recursos provenientes de convênios, termos de compromisso e demais instrumentos de transferência formalizados;
• Outras fontes de financiamento e parcerias admitidas pela legislação, asseguradas a transparência e a responsabilidade do poder público pela oferta educacional.

A partir do exercício de 2026, o Município deverá destinar anualmente no mínimo 4% dos recursos recebidos à conta do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica, conforme o artigo 212-A, inciso XV, da Constituição Federal e as diretrizes estabelecidas pela

Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026, até o atingimento das metas de educação em tempo integral estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Para o cálculo do percentual, deverão ser considerados os recursos do Fundeb, incluindo as complementações da União nas modalidades VAAF, VAAT e VAAR, observadas as regras vigentes.
O planejamento financeiro da Política deverá contemplar despesas de implantação e manutenção, incluindo profissionais, contratação de oficineiros, formação, alimentação, transporte, materiais, equipamentos, conectividade, manutenção, adequações de espaços, acessibilidade e monitoramento. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em articulação com os setores responsáveis pelo planejamento e pela execução orçamentária, deverá estimar os custos da oferta e acompanhar a aplicação dos recursos.
A utilização dos recursos observará as finalidades permitidas para cada fonte, inclusive quanto às despesas de custeio e de capital, e deverá ser acompanhada de registros que permitam demonstrar a destinação dos valores e sua relação com a criação e a qualificação das matrículas em tempo integral.

• ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Município assegurará a oferta de alimentação escolar aos estudantes matriculados na Educação em Tempo Integral, considerando o período de permanência nas instituições, a faixa etária e as necessidades nutricionais de cada etapa de ensino.
Aos estudantes matriculados em tempo integral, serão oferecidas quatro refeições diárias, organizadas conforme a rotina de cada instituição: lanche na chegada à unidade escolar, lanche no recreio, almoço e lanche no intervalo da jornada. A distribuição dos horários deverá considerar a organização das atividades pedagógicas e as necessidades de alimentação, hidratação e bem-estar dos estudantes.
O planejamento e a execução da alimentação escolar observarão as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as orientações do nutricionista responsável técnico e as normas sanitárias vigentes, contemplando:
I — elaboração de cardápios adequados à faixa etária, ao tempo de permanência, às necessidades nutricionais, à cultura alimentar e à sazonalidade dos alimentos;
II — atendimento às necessidades alimentares específicas, incluindo alergias, intolerâncias e restrições alimentares, com medidas de segurança e comunicação com as famílias;
III — condições adequadas de recebimento, armazenamento, preparo, conservação e distribuição dos alimentos, com observância das normas de higiene e segurança sanitária;
IV — organização dos horários das refeições de forma compatível com as atividades educativas, garantindo tempo adequado para alimentação, descanso e brincadeiras;
V — desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional que incentivem hábitos saudáveis, respeitando a individualidade dos estudantes e evitando constrangimentos;
VI — manutenção dos registros e controles necessários à gestão da alimentação escolar, incluindo quantitativos atendidos, estoques, distribuição e acompanhamento dos cardápios.
A oferta de alimentação escolar deverá integrar a organização da jornada ampliada, contribuindo para o bem-estar, o desenvolvimento e a permanência dos estudantes, sem substituir ou comprometer o caráter pedagógico das demais experiências educativas.

• MATRIZES CURRICULARES

14.1 Educação Infantil
Na Educação Infantil, a organização curricular será orientada pelos direitos de aprendizagem e desenvolvimento — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se — e pelos campos de experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Na oferta em tempo integral, a organização da jornada respeitará as especificidades dessa etapa, integrando o cuidar e o educar e assegurando experiências diversificadas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças.

14.2 Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a organização curricular observará a matriz curricular oficial da Rede Municipal de Ensino, contemplando todos os componentes curriculares obrigatórios e suas respectivas cargas horárias, em conformidade com a legislação vigente.
Na jornada ampliada, serão desenvolvidas atividades de Língua Portuguesa e Matemática, Habilidades para a Vida e oficinas culturais, artísticas e esportivas, entre outras experiências educativas previstas na organização da Rede Municipal de Ensino.
Essas atividades deverão estar articuladas ao currículo escolar e à proposta pedagógica da instituição, ampliando as oportunidades de aprendizagem, participação e desenvolvimento integral dos estudantes, sem substituir os componentes curriculares obrigatórios nem comprometer o cumprimento das respectivas cargas horárias legalmente estabelecidas.

• REGISTRO DE FREQUÊNCIA E CONTEÚDO

As instituições manterão registros fidedignos de frequência, jornada, componentes curriculares, atividades complementares, conteúdos ou experiências e profissionais responsáveis.
Registrar frequência diariamente, conforme regras específicas de cada etapa;
Identificar atividade, objetivos, conteúdos ou experiências, turma e profissional responsável;
Acompanhar ausências recorrentes, contatar a família e realizar busca ativa conforme a legislação;
Manter compatibilidade com Censo Escolar e sistemas municipais;
Documentar correções e justificativas, protegendo dados pessoais.

• AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem constitui um processo contínuo, sistemático, diagnóstico, formativo e processual, que tem por finalidade acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, identificar avanços e dificuldades, reconhecer necessidades específicas e orientar o planejamento e a prática pedagógica. No contexto da Educação em Tempo Integral, a avaliação deverá considerar tanto a aprendizagem dos conhecimentos previstos no currículo quanto o desenvolvimento social, emocional, cultural, físico e cognitivo dos estudantes, respeitando as características, os ritmos e as necessidades de cada etapa de ensino.
Os resultados das avaliações deverão subsidiar a tomada de decisões pedagógicas, o planejamento de intervenções, a reorganização das estratégias de ensino e o acompanhamento individual e coletivo das aprendizagens, contribuindo para a garantia do direito de aprender e para a redução das desigualdades educacionais.

16.1 Educação Infantil

Na Educação Infantil, a avaliação será realizada mediante o acompanhamento e o registro do desenvolvimento das crianças, considerando as interações, as brincadeiras e as experiências vivenciadas no cotidiano educativo, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Serão utilizados diferentes procedimentos e instrumentos, como observações sistemáticas, registros descritivos, portfólios, documentação pedagógica, produções das crianças, registros de falas, interações e acompanhamento de suas conquistas e descobertas.
Na rede municipal, as turmas de Maternal II e Maternal III também poderão contar com sondagens pedagógicas, conforme os instrumentos e as orientações adotados pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de identificar conhecimentos já construídos, acompanhar o desenvolvimento das crianças e reconhecer aspectos que demandem maior atenção e intencionalidade pedagógica.
As informações obtidas deverão orientar o planejamento das experiências educativas e a organização de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral de cada criança. A avaliação não terá finalidade de seleção, promoção, classificação ou retenção, devendo respeitar as especificidades da infância. As famílias serão informadas sobre o desenvolvimento das crianças por meio de registros e momentos de diálogo com os profissionais da instituição.

16.2 Ensino Fundamental
No Ensino Fundamental, a avaliação da aprendizagem será realizada de forma contínua e articulada aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no currículo municipal, considerando os conhecimentos, as habilidades e as competências trabalhadas em cada componente curricular.
Serão utilizados instrumentos diversificados, incluindo atividades individuais e coletivas, avaliações escritas, produções textuais, resolução de problemas, trabalhos, projetos, apresentações, observações sistemáticas e outros procedimentos adequados aos objetivos de ensino.
As avaliações diagnósticas, especialmente nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, constituirão instrumentos importantes para identificar os conhecimentos consolidados, as dificuldades de aprendizagem e as habilidades que necessitam ser retomadas ou aprofundadas. Seus resultados deverão permitir a análise do desempenho dos estudantes, a identificação de defasagens e o planejamento de intervenções pedagógicas compatíveis com as necessidades identificadas.
A análise dos resultados não deverá se limitar à atribuição de notas ou conceitos, mas subsidiar o trabalho docente, o planejamento coletivo, a recomposição das aprendizagens e a adoção de estratégias diferenciadas, sempre que necessário. O acompanhamento deverá ocorrer ao longo do ano letivo, possibilitando verificar os avanços dos estudantes e reorientar as práticas pedagógicas.
Na Educação em Tempo Integral, as atividades diversificadas e as oficinas educativas também deverão contribuir para o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes, considerando sua participação, autonomia, criatividade, cooperação, expressão, resolução de situações-problema e aplicação dos conhecimentos em diferentes contextos. Essas experiências deverão estar articuladas à proposta pedagógica e ao currículo.

16.3 Avaliação da proposta de Educação em Tempo Integral
Além da avaliação da aprendizagem, a implementação da Educação em Tempo Integral deverá ser acompanhada e avaliada periodicamente, com a finalidade de verificar a qualidade da oferta, a efetividade das ações desenvolvidas e sua contribuição para a formação integral dos estudantes.
Esse acompanhamento deverá considerar aspectos como:
I — frequência, permanência e participação dos estudantes nas atividades escolares e nas oficinas educativas;
II — avanços na aprendizagem, considerando os resultados das avaliações diagnósticas, formativas e demais instrumentos utilizados pela rede municipal;
III — integração entre os componentes curriculares e as atividades diversificadas, de modo a favorecer experiências educativas articuladas e significativas;
IV — adequação dos espaços físicos, dos materiais, dos recursos pedagógicos, dos horários e das condições de atendimento;
V — diversidade e qualidade das experiências educativas oferecidas, considerando as necessidades e os interesses dos estudantes;
VI — inclusão, equidade, convivência, bem-estar e respeito às diferenças;
VII — percepção dos estudantes, das famílias e dos profissionais envolvidos sobre a organização e a qualidade da jornada ampliada;
VIII — identificação de desafios e necessidades de aprimoramento na organização pedagógica e administrativa da oferta.
Os dados e as informações obtidos deverão subsidiar o planejamento da Secretaria Municipal de Educação e das instituições de ensino, orientando a revisão de estratégias, a definição de prioridades e o aperfeiçoamento contínuo da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.
A avaliação da proposta deverá ser compreendida como um processo coletivo de reflexão e melhoria, voltado à garantia do direito à educação de qualidade, à ampliação das oportunidades de aprendizagem e ao desenvolvimento integral de todos os estudantes.

• METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO
•

A metodologia de desenvolvimento da Educação Integral em Tempo Integral será orientada pelo planejamento intencional, pela integração curricular, pela interdisciplinaridade, pela participação dos estudantes e pela articulação entre os conhecimentos escolares e as diferentes experiências educativas.
As atividades desenvolvidas deverão estar previstas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada instituição de ensino e articuladas ao currículo da Rede Municipal, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao Referencial Curricular do Paraná e às demais normas educacionais vigentes, respeitadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica.
O planejamento dos conteúdos, projetos, oficinas e demais experiências educativas será orientado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com participação das equipes gestoras, dos coordenadores pedagógicos e dos professores, considerando os objetivos de aprendizagem, as necessidades dos estudantes e as características de cada instituição. A execução das atividades caberá aos profissionais responsáveis, conforme suas atribuições e a organização estabelecida pela Secretaria.

A metodologia deverá contemplar:
I — planejamento integrado entre gestão escolar, coordenação pedagógica, professores e profissionais responsáveis pelas atividades complementares;
II — identificação periódica das necessidades de aprendizagem, dos interesses e das potencialidades dos estudantes;
III — desenvolvimento de projetos interdisciplinares que articulem os conhecimentos curriculares à cultura, à arte, à ciência, à tecnologia, ao esporte, ao meio ambiente e à cidadania;
IV — utilização de estratégias pedagógicas que favoreçam a investigação, a resolução de problemas, a experimentação, a leitura, a produção, a cooperação e o protagonismo dos estudantes;
V — utilização pedagógica das tecnologias, com atenção à segurança digital, à privacidade e à adequação à faixa etária;
VI — realização de atividades em espaços escolares e, quando pertinente, em ambientes culturais, esportivos, ambientais e comunitários, mediante planejamento prévio e observância das condições de segurança e das autorizações necessárias;

VII — registro das atividades desenvolvidas, dos conteúdos trabalhados e do acompanhamento dos estudantes nos instrumentos pedagógicos e escolares pertinentes;
VIII — reflexão, avaliação e compartilhamento das práticas pedagógicas entre as instituições da Rede Municipal de Ensino.
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura acompanhará a implementação da proposta, orientando o planejamento pedagógico e verificando sua articulação com o currículo e com os objetivos da Política Municipal. Às equipes escolares caberá desenvolver, acompanhar e avaliar as atividades no âmbito de suas responsabilidades, promovendo os ajustes necessários às necessidades de aprendizagem dos estudantes.
A diversificação das experiências educativas deverá assegurar continuidade e coerência pedagógica, evitando a fragmentação das atividades e garantindo sua integração ao currículo, à identidade institucional e aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

• PRIORIDADES NA EXPANSÃO

A expansão será gradual, planejada e condicionada à capacidade de atendimento, ao orçamento e à qualidade. As prioridades serão definidas a partir de diagnóstico e critérios públicos.
Instituições e territórios com maior demanda não atendida e vulnerabilidade socioeconômica;
Estudantes que enfrentam barreiras de acesso a oportunidades educativas;
Unidades com condições físicas e pedagógicas ou plano de adequação viável;
Instituições em que a ampliação favoreça continuidade de percurso e redução das desigualdades;
Consolidação da qualidade das matrículas existentes antes de expansão incompatível com os recursos.
Novas vagas deverão ser acompanhadas de estudo de impacto financeiro, plano de infraestrutura, dimensionamento de profissionais, alimentação, transporte e cronograma.

• PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E REGIMENTO ESCOLAR

Cada instituição ofertante incorporará a política ao PPP, ao Regimento Escolar e aos documentos de organização pedagógica. Deverão constar concepção de educação integral, objetivos da jornada, matriz e carga horária, rotina diária e seminal, atividades complementares, atribuições, avaliação e registros, alimentação e Descanso, inclusão, segurança e acompanhamento.
A elaboração ou revisão ocorrerá com participação da comunidade escolar e coerência entre a política municipal e a realidade institucional. Alterações seguirão os procedimentos previstos nas normas aplicáveis.

• INCLUSÃO, EQUIDADE E PROTEÇÃO INTEGRAL

A política assegurará participação, aprendizagem e pertencimento de todas as crianças e estudantes. A ampliação da jornada não poderá aprofundar desigualdades nem criar barreiras a pessoas com deficiência ou necessidades específicas.
Identificar e remover barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas, atitudinais e tecnológicas;
Articular o trabalho com Atendimento Educacional Especializado e apoios previstos em lei, sem substituir a escolarização comum;
Planejar adaptações razoáveis e recursos de acessibilidade nas oficinas e atividades;
Promover educação antirracista, valorização da diversidade e prevenção da discriminação;
Adotar protocolos de prevenção e resposta a violências, bullying, negligência e situações de risco;
Proteger imagem, intimidade e dados pessoais conforme a legislação;
Considerar necessidades de saúde, mobilidade, comunicação, alimentação e descanso.

• INTERSETORIALIDADE, INTEGRAÇÃO COM O TERRITÓRIO E RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral promoverá a articulação entre as instituições de ensino, as famílias, a comunidade e os serviços públicos do território, especialmente das áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Essa integração buscará ampliar as oportunidades educativas, fortalecer os vínculos comunitários e contribuir para a proteção integral e o desenvolvimento dos estudantes, respeitadas as atribuições e responsabilidades de cada setor.
As ações intersetoriais poderão envolver o compartilhamento de informações necessárias ao atendimento dos estudantes, o encaminhamento aos serviços competentes, o desenvolvimento de projetos conjuntos e a utilização planejada de espaços e recursos comunitários, conforme as necessidades identificadas e as condições de cada instituição.
A articulação será planejada, com definição de objetivos, responsabilidades e fluxos de atendimento, observando a legislação aplicável, a proteção de dados pessoais e a segurança dos estudantes.
A escola manterá diálogo regular com as famílias sobre a rotina, a frequência, a alimentação, a aprendizagem, o bem-estar e a participação dos estudantes, valorizando os saberes locais e as contribuições da comunidade para o planejamento das experiências educativas, sem transferir às famílias responsabilidades próprias do poder público.
A realização de atividades fora do espaço escolar exigirá planejamento pedagógico, autorização quando necessária, supervisão, acessibilidade, transporte quando aplicável e análise das condições de segurança.

• GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A implementação observará gestão democrática, com participação dos profissionais, famílias, estudantes, conselhos escolares e demais instâncias previstas em lei.
Divulgar critérios de matrícula, metas, orçamento, resultados e avaliações;
Promover escuta periódica de estudantes, famílias e profissionais;
Fortalecer conselhos escolares e controle social dos recursos;
Registrar decisões e responsabilidades;
Utilizar contribuições da comunidade na revisão de horários, atividades e projetos.

• ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

23.1 Compete ao Poder Executivo Municipal
Instituir e regulamentar a política e assegurar condições administrativas, financeiras e materiais;
Prever recursos nos instrumentos de planejamento e orçamento;
Articular secretarias e órgãos municipais em apoio à proteção integral e às oportunidades educativas;

Autorizar obras, adequações, aquisições e contratações conforme procedimentos legais;
Garantir transparência, controle interno, prestação de contas e acompanhamento de resultados;
Encaminhar atos normativos necessários à consolidação da política.

23.2 Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Coordenar implementação, monitoramento e avaliação;
Atualizar diagnóstico e definir metas anuais de cobertura, qualidade, infraestrutura e equidade;
Orientar instituições sobre currículo, jornada, matrículas, registros, avaliação e organização pedagógica;
Validar matrizes e acompanhar compatibilidade com a legislação;
Dimensionar profissionais, formação, alimentação, transporte, materiais e infraestrutura;
Planejar expansão com critérios públicos e evidências;
Orientar revisão de PPPs e Regimentos;
Monitorar frequência, Censo Escolar, aprendizagem e execução financeira;
Promover formação e compartilhamento de práticas;
Articular-se com secretarias, conselhos e órgãos estaduais e federais;
Publicar relatórios periódicos de implementação e resultados;
Mapear, em articulação com as instituições de ensino e os demais setores municipais, serviços, equipamentos públicos e oportunidades educativas existentes nos territórios, incentivando ações intersetoriais e parcerias que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes;

23.3 Compete à escola
Implementar a política conforme orientações e normas vigentes;
Revisar PPP e Regimento com participação da comunidade;
Organizar horários, turmas, espaços, atividades, alimentação e Descanso;
Promover planejamento integrado e acompanhamento pedagógico;
Registrar frequência, conteúdos, experiências, ocorrências e avaliação;
Identificar necessidades de aprendizagem, barreiras e situações de risco;
Manter diálogo com famílias e comunicação clara sobre a rotina;
Zelar por segurança, acessibilidade, conservação e uso adequado dos recursos;
Participar do monitoramento e fornecer informações fidedignas à Secretaria.

23.4 Compete aos profissionais envolvidos
Cumprir atribuições previstas em lei, contrato e orientações institucionais;
Planejar atividades com intencionalidade pedagógica e respeito às características dos estudantes;
Atuar em colaboração e registrar ações sob sua responsabilidade;
Promover ambiente acolhedor, inclusivo e Seguro;
Participar das formações previstas;
Comunicar situações de risco, acidentes, ausências recorrentes ou necessidades específicas conforme protocolos.

• ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS

A Secretaria instituirá procedimento anual de acompanhamento com linha de base, metas, indicadores, fontes, periodicidade, responsáveis e medidas corretivas. O monitoramento combinará dados quantitativos e qualitativos.

Quadro 3 – Dimensões e indicadores para o acompanhamento e a avaliação da Educação em Tempo Integral

Dimensão	Indicadores sugeridos	Periodicidade/fonte
Acesso e cobertura	Matrículas em tempo integral validadas; percentual de matrículas por etapa e escola; demanda não atendida; distribuição das vagas entre área urbana e campo.	Anual; Censo Escolar, sistema municipal e registros de inscrições.
Jornada e regularidade	Carga horária efetivamente cumprida; condições de funcionamento das instituições; cumprimento do calendário escolar.	Semestral e anual; horários, calendários e diários escolares.
Frequência e permanência	Frequência média dos estudantes; ausências recorrentes; transferências e permanência na oferta.	Trimestral; registros escolares.
Aprendizagem	Resultados das avaliações diagnósticas e formativas; evolução da aprendizagem; ações de recomposição das aprendizagens.	Conforme os períodos avaliativos; avaliações e registros pedagógicos.
Equidade e inclusão	Participação dos estudantes; condições de acessibilidade; diferenças de acesso e atendimento entre territórios e grupos de estudantes.	Anual; dados educacionais agregados e avaliações institucionais.
Qualidade pedagógica	Integração entre currículo e oficinas; diversidade das experiências educativas; planejamento integrado e formação dos profissionais.	Semestral; Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), planos de trabalho e registros de acompanhamento.
Bem-estar e participação	Percepção dos estudantes, das famílias e dos profissionais sobre a oferta; participação nas atividades; acolhimento e convivência escolar.	Anual; escutas, reuniões e questionários.
Infraestrutura e recursos	Necessidades de adequação dos espaços; disponibilidade de equipamentos e materiais; condições de alimentação e transporte; custos de manutenção e funcionamento.	Anual; levantamentos das instituições, registros administrativos e orçamento.
Financiamento	Recursos previstos e executados por fonte; compatibilidade das despesas com as finalidades dos programas; cumprimento das exigências de execução e prestação de contas.	Conforme o calendário financeiro e anualmente; registros contábeis, sistemas oficiais e prestações de contas.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Dois Vizinhos – PR. Elaboração própria.

Relatórios indicarão avanços, dificuldades, medidas corretivas, responsáveis e prazos. Dados pessoais serão protegidos e a divulgação pública priorizará informações agregadas. Se forem identificadas insuficiências de infraestrutura, profissionais, alimentação, transporte, segurança ou financiamento, a expansão será revista para priorizar correção das condições de qualidade e cumprimento legal.

24.1 Ciclo anual de avaliação
Atualização do diagnóstico e da linha de base;
Definição de metas e previsão orçamentária para o exercício seguinte;
Execução das ações e registro sistemático;
Análise semestral dos indicadores e adoção de medidas corretivas;
Revisão de metas, procedimentos e planos por instituição.

• CONCLUSÃO

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Dois Vizinhos – Paraná, constitui um instrumento orientador da organização, do fortalecimento e da expansão da oferta educacional no Município, reafirmando o compromisso do poder público com a garantia do direito à educação de qualidade, inclusiva, equitativa e socialmente referenciada. Fundamentada na concepção de formação humana integral, esta Política reconhece cada criança e estudante como sujeito de direitos, considerando suas dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural e ética, bem como suas diferentes necessidades, potencialidades, experiências e formas de aprender e se desenvolver.

A Educação Integral em Tempo Integral não se limita à ampliação do período de permanência dos estudantes na escola. Pressupõe uma organização pedagógica intencional, capaz de articular os conhecimentos curriculares a experiências educativas diversificadas, que envolvam a cultura, as artes, as práticas corporais, a ciência, a tecnologia, o meio ambiente, a convivência, a participação e o exercício da cidadania. Nessa perspectiva, o tempo ampliado deve representar uma oportunidade efetiva de aprofundamento das aprendizagens, desenvolvimento de habilidades, fortalecimento da autonomia, ampliação do repertório cultural e construção de vínculos, assegurando que a permanência na instituição seja acompanhada de experiências significativas e de condições adequadas ao desenvolvimento de cada estudante.

A implementação desta Política exige compromisso contínuo e atuação articulada da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, das equipes gestoras, dos coordenadores pedagógicos, dos professores, dos demais profissionais envolvidos, das famílias, das instituições e dos diferentes setores do poder público. Requer, igualmente, planejamento curricular integrado, formação e orientação dos profissionais, infraestrutura adequada, alimentação escolar de qualidade, materiais e recursos pedagógicos, financiamento compatível, acompanhamento sistemático e avaliação permanente. Esses elementos são indispensáveis para que a expansão da oferta ocorra de forma responsável, sustentável e coerente com os objetivos educacionais estabelecidos.

O Município reconhece que a consolidação da Educação Integral em Tempo Integral deve considerar as características territoriais e sociais de Dois Vizinhos, as especificidades das instituições urbanas e do campo, as demandas das comunidades escolares e as condições concretas de atendimento. Por isso, a ampliação das matrículas deverá ser conduzida de maneira planejada e progressiva, articulando a identificação das necessidades da rede à disponibilidade de espaços, profissionais, recursos financeiros e condições de funcionamento, sem perder de vista a equidade no acesso e a qualidade da experiência educativa oferecida.

A trajetória já construída pela Rede Municipal de Ensino representa uma base importante para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento das experiências de Educação Integral. Os avanços alcançados, os desafios identificados e as necessidades emergentes deverão orientar as decisões futuras, com transparência na aplicação dos recursos públicos, responsabilidade na definição de prioridades e compromisso com a melhoria contínua da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes. O acompanhamento dos resultados deverá contribuir para reconhecer práticas exitosas, identificar fragilidades e promover os ajustes necessários, sem reduzir a avaliação educacional a indicadores isolados ou desconsiderar as diferentes realidades das instituições.

A efetivação desta Política pressupõe, portanto, a continuidade das ações, a cooperação entre os sujeitos e setores envolvidos e a capacidade de revisar estratégias diante das necessidades identificadas, preservando seus princípios e objetivos. Sua concretização dependerá da integração entre planejamento, execução, acompanhamento e avaliação, de modo que as decisões administrativas, pedagógicas e orçamentárias estejam permanentemente vinculadas à garantia do direito à educação e à promoção do desenvolvimento integral.

Assim, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Dois Vizinhos estabelece uma referência para a atuação da Rede Municipal de Ensino e para a construção de uma educação comprometida não apenas com o acesso e a permanência dos estudantes, mas também com a aprendizagem, a equidade, a participação, a inclusão e a formação humana em todas as suas dimensões. Mais do que ampliar o tempo escolar, o compromisso assumido é qualificar as experiências educativas, fortalecer as oportunidades de desenvolvimento e assegurar que cada criança e estudante encontre, nas instituições municipais de ensino, condições para aprender, conviver, participar e desenvolver plenamente suas potencialidades.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS E DOCUMENTAIS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".** Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".** Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).** Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral.** Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14640.htm. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 4 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026. **Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.**

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).** Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. Comitê Intergovernamental de Financiamento da Educação Básica de Qualidade. Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026. **Regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica.** Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/legislacao/2026/resolucao-cif-no-23-de-17-de-marco-de-2026.pdf. Acesso em: 17 out. 2026.

DOIS VIZINHOS (PR). Decreto Municipal nº 23.514, de 2026. **Revoga o Decreto Municipal nº 20.877/2024 e institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.** Dois Vizinhos: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, 2026.

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

A elaboração da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Dois Vizinhos – PR foi coordenada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a participação dos profissionais envolvidos no planejamento, na organização e no acompanhamento da oferta de Educação em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino.

Coordenação Institucional

LEDA MARIA FERRARI –
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Equipe Responsável Pela Elaboração

JAILENE DAL BOSCO –
Diretora do Departamento de Ensino Fundamental – Anos Iniciais

SIRLENE PEREIRA ROSA –
Diretora do Departamento da Educação Infantil

Dois Vizinhos – Paraná

2026

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D7239ECF

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 119/2026

PORTARIA Nº 119/2026

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Fabiane B. dos Santos Baranoski
Matrícula Funcional	20552-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Acompanhamento de paciente
Período	29/09/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.194/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jose Gilvani Bertholdo
Matrícula Funcional	13322-1
Função	Técnico de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	28/09/2026
Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo nº 3.194/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Micheli Szczepkowski Favero
Matrícula Funcional	19822-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	30/09/2026; 04 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 271,96 (duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos)
Proc. Administrativo nº 3.194/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Paula Jennifer de Oliveira Leal
Matrícula Funcional	19823-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	02/10/2026
Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.194/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rosimari Zanatto
Matrícula Funcional	20115-1
Função	Técnica em Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	28/09/2026; 01/10/2026
Valor das diárias	R$ 84,60 (oitenta e quatro reais e sessenta centavos)
Proc. Administrativo nº 3.194/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Sandro de Grandi
Matrícula Funcional	19853-1
Função	Técnico em Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Data	28/09/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.194/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Gabriela Daniel de Campos
Matrícula Funcional	19408-1
Função	Assistente Social
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar de formação regional do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.
Período	12,13 e 14/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo nº 3.244/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Helena Horbatei
Matrícula Funcional	19002-1
Função	Diretora do Departamento de Assistência Social e Cidadania
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar de formação regional do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.
Período	12,13 e 14/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.172,64 (um mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e quatro reais)
Proc. Administrativo nº 3.244/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Marcieli Oliveira dos Santos
Matrícula Funcional	17962-1
Função	Assistente Social
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar de formação regional do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.
Período	12,13 e 14/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativonº 3.244 /2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Dione Luiz da Silva
Matrícula Funcional	16420-1
Função	Secretário de Administração e Finanças
Secretaria	Secretaria de Administração e Finanças
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar de formação regional do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.
Período	12,13 e 14/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.347,91 (um mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos)
Proc. Administrativo3.245/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Luiz Fernando Viaro
Matrícula Funcional	18325-1
Função	Orientador Desportivo I
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Umuarama
Objetivo da viagem	Participação nos Jogos da Juventude – Fase Final
Período	09, 10, 11 e 12/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.226/2026 -1Doc	

Nome do servidor	Allison Bueno
Matrícula Funcional	20558-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Umuarama
Objetivo da viagem	Levar atletas para participar dos Jogos da Juventude – Fase Final
Data	09, 10, 11 e 12/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.226/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Heloisa Occhi Detoni
Matrícula Funcional	20398-1
Função	Professora de Educação Física
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Umuarama
Objetivo da viagem	Participação nos Jogos da Juventude – Fase Final
Período	09, 10, 11 e 12/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.226/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Tatiana Dalpasqual Duarte
Matrícula Funcional	9630-1
Função	Operador de Computador
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar do Encontro Nutricionista na Gestão Pública – 1ª Mostra de Experiências de Alimentação e Nutrição na Gestão Pública
Período	15, 16, 17 e 18/11/2026
Valor das diárias	R$ 1.166,54 (um mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)
Proc. Administrativo n° 3.224/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ediana Marchesi
Matrícula Funcional	19851-1
Função	Conselheira Tutelar
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Regional: "Trabalho Infantil no Sudoeste do Paraná: entre a invisibilidade territorial e o desafio da proteção."
Período	15/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos)
Proc. Administrativonº 3.246/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Mariana Moreira da Silva Cogo
Matrícula Funcional	19847-1
Função	Conselheira Tutelar
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Regional: "Trabalho Infantil no Sudoeste do Paraná: entre a invisibilidade territorial e o desafio da proteção."
Período	15/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativonº 3.246/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Romildo Pilar Belusso
Matrícula Funcional	19849-1
Função	Conselheiro Tutelar
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Formação Regional junto aos profissionais e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente da região.
Período	12, 13 e 14/10/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quatorze reais e quinze centavos)
Proc. Administrativonº 3.201/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Lucas Souvenir Antonello
Matrícula Funcional	18855-1
Função	Secretário de Esportes e Lazer
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Umuarama
Objetivo da viagem	Participar dos Jogos da Juventude – Fase Final
Período	09, 10, 11 e 12/10/2026
Valor das diárias	1.940,27 (um mil novecentos e quarenta reais e vinte e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 3.238/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Lucas Souvenir Antonello
Matrícula Funcional	18855-1
Função	Secretário de Esportes e Lazer
Secretaria	Secretaria de Esportes e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participar de reunião com a Copel para captação de recursos
Período	14,15 e 16/10/2026
Valor das diárias	755,55 (setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.264/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Altair dos Santos Dalmonte
Matrícula Funcional	20769-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transportar atletas do futsal masculino – Sub 15 – Copa LEA
Período	10/10/2026
Valor das diárias	R$ 145,06 (cento e quarenta e cinco reais e seis centavos)
Proc. Administrativo 3.320/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Manoel Ribas e Umuarama
Objetivo da viagem	Transportar atletas do Galo Futsal e prestar socorro, pois o ônibus que transportava as equipes de Vôlei de Praia e Futsal Feminino nos Jogos da Juventude apresentou problemas mecânicos.
Período	09,10, 11 e 12/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.251,16 (um mil, duzentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos)
Proc. Administrativo nº 3.320/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Cesar Antônio Tumelero
Matrícula Funcional	20444-1
Função	Diretor do Departamento de Esportes
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participar de reunião com a Copel para captação de recursos
Período	14,15 e 16/10/2026
Valor das diárias	R$ 664,90 (seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)
Proc. Administrativo n° 3.320/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Emanuel Cláudio Ghizzi
Matrícula Funcional	20094-1
Função	Assistente Social
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Regional: “Trabalho Infantil no Sudoeste do Paraná: entre a invisibilidade territorial e o desafio da proteção’’.
Período	15/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativonº 3.335 /2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Marivani Oliveira Paz Silva
Matrícula Funcional	18026-1
Função	Assistente Social
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Regional: “Trabalho Infantil no Sudoeste do Paraná: entre a invisibilidade territorial e o desafio da proteção’’.
Período	15/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 3.335/2026 – 1 Doc	

Nome do servidor	Priscila da Silva Favarão
Matrícula Funcional	20104-1
Função	Psicóloga
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Regional: “Trabalho Infantil no Sudoeste do Paraná: entre a invisibilidade territorial e o desafio da proteção’’.
Período	15/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.335/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Bruna Kemper Ballen
Matrícula Funcional	19355-1
Função	Psicóloga
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Regional: “Trabalho Infantil no Sudoeste do Paraná: entre a invisibilidade territorial e o desafio da proteção’’.
Período	15/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)

Proc. Administrativo nº 3.335/2026 – 1Doc

Nome do servidor	Thiago Dambros
Matrícula Funcional	17876-1
Função	Psicólogo
Secretaria	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Regional: "Trabalho Infantil no Sudoeste do Paraná: entre a invisibilidade territorial e o desafio da proteção''
Período	15/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.335/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Clóvis Rogério de Oliveira Guimarães
Matrícula Funcional	20462-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Viação e Obras
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Levar e retirar caminhão que estava em manutenção
Período	08 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 84,60 (oitenta e quatro reais e sessenta centavos)
Proc. Administrativo 3.332/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Gildomar Scramocin
Matrícula Funcional	18356-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Viação e Obras
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Levar e retirar caminhão que estava em manutenção
Período	05 e 11/08/2026
Valor das diárias	R$ 84,60 (oitenta e quatro reais e sessenta centavos)
Proc. Administrativo 3.332/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Marcelo Allebrandt
Matrícula Funcional	16535-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Viação e Obras
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Levar e retirar caminhão que estava em manutenção
Data	08 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 84,60 (oitenta e quatro reais e sessenta centavos)
Proc. Administrativo 3.332/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Cassia Halas da Luz
Matrícula Funcional	20805-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de paciente
Data	11/10/2026
Valor das diárias	R$ 126,90 (cento e vinte e seis reais e noventa centavos)
Proc. Administrativo nº 3.321/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Fabiane B. dos Santos Baranoski
Matrícula Funcional	20552-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Piraquera
Objetivo da viagem	Acompanhamento de paciente
Período	08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 471,45 (quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.321/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Micheli Szczepkowski Favero
Matrícula Funcional	19822-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	07 e 12/10/2026
Valor das diárias	R$ 187,35 (cento e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.321/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Paula Jennifer de Oliveira Leal
Matrícula Funcional	19823-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão

Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	04 e 05/10/2026
Valor das diárias	R$ 84,60 (oitenta e quatro reais e sessenta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.321/2026 – 1Doc	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:551CF910

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 120/2026

PORTARIA Nº 120/2026

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Adelir Antonio Coscode
Matrícula Funcional	17361-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	06, 07, 08 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 495,62 (quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adenilso Vieira Schmitz
Matrícula Funcional	16594-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba, Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste, Cascavel, Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	05, 06, 07, 08, 11 e 12/10/2026
Valor das diárias	R$ 761,55 (setecentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adilson Nicolodi
Matrícula Funcional	13152-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	05, 06, 07, 08 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 513,75 (quinhentos e treze reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Alã Rossatto
Matrícula Funcional	20789-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Guarapuava, Itapejara D'Oeste, Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	06, 07, 10, 11, 12 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 604,36 (seiscentos e quatro reais e trinta e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Amarildo da Rold
Matrícula Funcional	18062-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	06, 07, 08, 09 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 513,75 (quinhentos e treze reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Angelo Cardoso da Silva
Matrícula Funcional	18148-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Itapejara D'Oeste, Cascavel, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	06, 07, 08, 09 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 640,68 (seiscentos e quarenta reais e sessenta e oito centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edenilson Alves de Moraes
Matrícula Funcional	18063-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	07, 08, 09, 10, 11 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 967,07 (novecentos e sessenta e sete reais e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edivaldo Rocha de Paula
Matrícula Funcional	14923-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	07/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativon° 3.296/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Fabiano Borba Meure
Matrícula Funcional	19555-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Santa Izabel D'Oeste, Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	30/09/2026; 02 e 08/10/2026
Valor das diárias	R$ 247,80 (duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Gilberto Morais
Matrícula Funcional	17828-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	06 e 07/10/2026
Valor das diárias	R$ 616,51 (seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ivonei Lopes Pedroso
Matrícula Funcional	14150-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	11/10/2026
Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jocemar Aloisio Assmann
Matrícula Funcional	19168-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Ampére, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	06, 07, 08 e 09/10/2026
Valor das diárias	R$ 453,31 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos)

Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc

Nome do servidor	Leocir Paulo Tranker
Matrícula Funcional	14338-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Curitiba, Nova Aurora, Guarapuava, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	02, 04, 05, 08, 09, 10, 11 e 12/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.069,79 (um mil, sessenta e nove reais e setenta e nove centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	
Nome do servidor	Mizael Gonçalves de Menezes
Matrícula Funcional	18065-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	05, 07 e 08/10/2026
Valor das diárias	R$ 392,87 (trezentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Nilson Rodrigo Dalmagro
Matrícula Funcional	20778-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Franciso Beltrão, Ampére, Piraquara, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	27/09/2026; 07, 08, 09 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 822,01 (oitocentos e vinte e dois reais e um centavo)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Krupinski
Matrícula Funcional	18268-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	06, 07, 09, 10 e 12/10/2026
Valor das diárias	R$ 453,30 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ricardo Besson
Matrícula Funcional	18060-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	05, 07 e 08/10/2026
Valor das diárias	R$ 126,90 (cento e vinte e seis reais e noventa centavos)
Proc. Administrativo nº 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Valdecir da Silva
Matrícula Funcional	16489-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	06, 07, 08, 09, 11, 12 e 13/10/2026
Valor das diárias	R$ 743,40 (setecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos)
Proc. Administrativo n° 3.296/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Diles Lepechacki Bernardo
Matrícula Funcional	17867-1
Função	Técnica de Enfermagem – PSF
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de paciente
Data	12/10/2026
Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo nº 3.428/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Fabiane B. dos Santos Baranoski
Matrícula Funcional	20552-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Acompanhamento de paciente
Período	15/10/2026

Valor das diárias	R$ 42,30 (quarenta e dois reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo nº 3.428/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jose Gilvani Bertholdo
Matrícula Funcional	13322-1
Função	Técnico de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Curitiba
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	15, 16, 17, 18 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 779,69 (setecentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos)
Proc. Administrativo nº 3.428/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Paula Jennifer de Oliveira Leal
Matrícula Funcional	19823-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	13, 15 e 17/10/2026
Valor das diárias	R$ 126,90 (cento e vinte e seis reais e noventa centavos)
Proc. Administrativo n° 3.428/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Divanir Soares Aguiar
Matrícula Funcional	19820-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	10 e 11/10/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo nº 3.428/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Micheli Szczepkowski Favero
Matrícula Funcional	19822-1
Função	Técnica de Enfermagem
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	09, 14, 15, 16 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 453,30 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo nº 3.428/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adelir Antonio Coscode
Matrícula Funcional	17361-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	15 e 18/10/2026
Valor das diárias	R$ 126,90 (cento e vinte e seis reais e noventa centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Alã Rossatto
Matrícula Funcional	20789-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	13, 14, 15 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 271,95 (duzentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Amarildo da Rold
Matrícula Funcional	18062-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	14, 15, 16 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 411,00 (quatrocentos e onze reais)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Angelo Cardoso da Silva
Matrícula Funcional	18148-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos

Destino da viagem	Itapejara D'Oeste, Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	14 e 15/10/2026
Valor das diárias	R$ 145,05 (cento e quarenta e cinco reais e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Bruno Dambros
Matrícula Funcional	18996-1
Função	Diretor Depto. dos Serviços de Agendamento, Encaminhamento e Transporte
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	14 e 15/10/2026
Valor das diárias	R$ 314,32 (trezentos e quatorze reais e trinta e dois centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edenilson Alves de Moraes
Matrícula Funcional	18063-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	14, 15 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 290,11 (duzentos e noventa reais e onze centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edivaldo Rocha de Paula
Matrícula Funcional	14923-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	16 e 17/10/2026
Valor das diárias	R$ 145,06 (cento e quarenta e cinco reais e seis centavos)
Proc. Administrativon° 3.419/2026– 1Doc	

Nome do servidor	Fabiano Borba Meure
Matrícula Funcional	19555-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	08/10/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Gilberto Morais
Matrícula Funcional	17828-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel, Guarapuava, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	14, 16 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 350,56 (trezentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Henrique Claro da Silva Machado
Matrícula Funcional	20447-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Curitiba, Guarapuava, Nova Aurora, Marmeleiro
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes; buscar medicamentos na 8ª Regional de Saúde
Período	06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 17 e 18/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.402,23 (um mil, quatrocentos e dois reais e vinte e três centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Itamar Jose Frantz
Matrícula Funcional	4650-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Guarapuava, Itapejara D'Oeste, Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	01, 02, 06, 07, 09, 13, 14, 15, 16 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 809,85 (oitocentos e nove reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jocemar Aloisio Assmann
Matrícula Funcional	19168-1

Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba, Francisco Beltrão, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	12, 13, 14, 15, 16, 17 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 1.353,90 (um mil, trezentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Leocir Paulo Tranker
Matrícula Funcional	14338-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Guarapuava, Nova Aurora
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	13, 15 e 16/10/2026
Valor das diárias	R$ 350,56 (trezentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Mizael Gonçalves de Menezes
Matrícula Funcional	18065-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Nova Aurora, Pato Branco, Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	13, 14, 16, 18 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 537,91 (quinhentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Krupinski
Matrícula Funcional	18268-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	14, 16 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 308,25 (trezentos e oito reais e vinte e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Muttoni
Matrícula Funcional	17790-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Itapejara D'Oeste, Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	13, 14, 15, 18 e 19/10/2025
Valor das diárias	R$ 1.353,90 (um mil, trezentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ricardo Besson
Matrícula Funcional	18060-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	14 e 15/10/2026
Valor das diárias	R$ 145,05 (cento e quarenta e cinco reais e cinco centavos)
Proc. Administrativo nº 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Sebastião Josmar Borba da Silva
Matrícula Funcional	17835-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Santa Izabel D'Oeste, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	07, 13, 15 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 453,31 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Valdecir da Silva
Matrícula Funcional	16489-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	14, 15, 16 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 411,00 (quatrocentos e onze reais)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Nilson Rodrigo Dalmagro
Matrícula Funcional	20778-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Franciso Beltrão, Guarapuava, Itapejara D'Oeste
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	09, 14, 15, 16, 17 e 19/10/2026
Valor das diárias	R$ 598,35 (quinhentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 3.419/2026 – 1Doc	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E7F3C782

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
52/2026 - PE

ESTADO DO PARANÁ	Página: 1 / 1
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL	PREGÃO ELETRÔNICO
R. Herminio Perondi, 176 - Centro - Flor da Serra do Sul	Nr.: 52/2026
CEP: 85618-000 CNPJ: 95.589.271/0001-30 Telefone: (46) 3565-1132	Processo Adm.: 99/2026
E-mail: compras@fssul.pr.gov.br Site: http://www.fssul.pr.gov.br	Data do Processo: 23/09/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	99/2026
b) Nr. Licitação:	52/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	23/10/2026
e) Objeto da Licitação:	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de profissionais de Educação Física, para atuação nas escolinhas municipais de futebol, futsal e voleibol, necessárias à implementação e ao desenvolvimento do Projeto Crescendo com Esporte, conforme previsto no Convênio/Instrumento nº 136/2025.

Participante: ACADEMIA DO FUTURO LTDA (47.943.674/0001-93)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	Profissional de Educação Física, bacharelado, com registro ativo no CREF (Lei nº 9.696/1998), para ministrar aulas de futebol	12,000	MES	3.260,00	39.120,00
2	Profissional de Educação Física, bacharelado, com registro ativo no CREF (Lei nº 9.696/1998), para ministrar aulas de futsal	12,000	MES	3.220,00	38.640,00
3	Profissional de Educação Física, bacharelado, com registro ativo no CREF (Lei Federal nº 9.696/1998), para ministrar aulas de voleibol	12,000	MES	2.262,00	27.144,00
		Total do Participante:			104.904,00
		Total Geral:			104.904,00

Flor da Serra do Sul, 23 de Outubro de 2026

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:1F652C56

RH
EDITAL 006/2026 CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PSS 01/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2026
EDITAL Nº 006-2026
HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES PSS 01/2026

O Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul-PR, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do processo Seletivo 001/2026, nomeada através das Portarias Nº 345/2026 e 411/2026, mediante as condições estipuladas no Edital de Abertura e suas retificações, RESOLVE:

Resolve:
Art.1º- Tornar Publico A **Classificação Provisória**, Cabendo Recurso À Comissão Especial Do Processo Seletivo Simplificado até as 23h e 59min do dia 27/10/2026, conforme cronograma constante no anexo VII do edital 001 (edital de abertura).
Parágrafo Único. O recurso deverá ser encaminhado em requerimento próprio para o endereço eletrônico processoseletivosimplificado@fssul.pr.gov.br

Art.2º- Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do sul- PR, 23 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

QUELI TOIGO DOS SANTOS
Presidente da Comissão Organizadora de Processo Seletivo 001/2026

PSICÓLOGO 30 H

Nome	Data De Nascimento	Escolaridade obrigatória	Segunda graduação	Especialização	Tempo de serviço	Nota final	Situação	Class.	Situação
WELIO PEDROSA DE ARAÚJO	15/10/1984	20	NAP	30	20	70	Class.	1º	Deferido
LUCAS DOS SANTOS MENEZES	04/10/1996	20	10	30	0	60	Class.	2º	Deferido (pretos e pardos)
LEONARDO TORRONIDA SILVA	22/04/1977	20	NAP	20	20	60	Class.	3º	Deferido
BRUNA VARGAS	04/08/2000	20	NAP	20	4	44	Class.	4º	Deferido
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA FILHO	20/05/1972	20	0	20	NAP	40	Class.	5º	Deferido
SARA CRISTINA MARTINS VALTER	02/11/2001	20	NAP	10	4	34	Class.	6º	Deferido
GABRIELA HARTWIG PLETSCH	22/05/1999	20	NAP	10	NAP	30	Class.	7º	Deferido
ANDRESSA CRISTINA DA ROSA (pretos ou pardos)	19/05/1995	20	NAP	NAP	NAP	20	Class.	8º	Deferido (pretos e pardos)
CRYSTHIAN WINÍCIUS FREITAS WINDBERG	06/03/2002	20	NAP	0	NAP	20	Class.	9º	Deferido

PROFESSOR 20 H

Nome	Data De Nascimento	Escolaridade obrigatória	Segunda graduação	Especialização	Tempo de serviço	Nota final	Situação	Class.	Situação
JOELI TRAUDE TUMELINI PACHÃO	06/02/1976	20	20	30	20	90	Class.	1º	Deferida
SANDRA FERRARINI CAVALLI COELHO	04/03/1985	20	20	30	20	90	Class.	2º	Deferida
ALCINEIA DE VARGAS DOS SANTOS	03/10/1985	20	20	30	20	90	Class.	3º	Deferida
MAIRA REGINA SCHAUSS	17/09/1979	20	10	30	20	80	Class.	4º	Deferida
JOSIANI MAFRA	11/04/1996	20	10	30	20	80	Class.	5º	Deferida
CRISTIANI DA COSTA SILVA	10/04/1985	20	10	30	20	80	Class.	6º	Deferida
EDINÉIA DA SILVA VARGAS	30/03/1988	20	10	30	20	80	Class.	7º	Deferida
PÂMELA AGUIAR CAVALLI	20/10/1993	20	10	30	20	80	Class.	8º	Deferida
DANIELI HEINRICHS	14/12/1993	20	10	30	20	80	Class.	9º	Deferida
ANDRESSA DOS SANTOS	14/09/1994	20	10	30	20	80	Class.	10º	Deferida
ARIELY BARCELLA	19/10/1996	20	10	30	20	80	Class.	11º	Deferida
LUCAS SOSTER ANDREGHETTO	28/06/1997	20	10	30	20	80	Class.	12º	Deferida
BRUNA DOS SANTOS FORTES	11/06/1993	20	10	30	16	76	Class.	13º	Deferida
MARINEZ MARTINS	21/03/1991	20	20	30	4	74	Class.	14º	Deferida
GILVANIO CERATI DE OLIVEIRA	26/09/1991	20	20	30	4	74	Class.	15º	Deferida
JENNIPHER THAIANA SCHUEIGERT DE OLIVEIRA DOS SANTOS (pretos ou pardos)	05/08/1979	20	10	30	12	72	Class.	16º	Deferida (pretos ou pardos)
ROSELEI FÁTIMA GNOATTO	30/03/1971	20	NAP	30	20	70	Class.	17º	Deferida
NEUZA CARAMORI BARCELLA	31/10/1963	20	10	30	8	68	Class.	18º	Deferida
MARLI MATIAS DOS SANTOS (pretos ou pardos)	12/02/1986	20	10	30	8	68	Class.	19º	Deferida (pretos ou pardos)
DAIANA JOCELIA CARVALHO (pretos ou pardos)	26/04/1995	20	10	30	8	68	Class.	20º	Deferida (pretos e afro)
TAINARA ALVES DE OLIVEIRA	29/09/1998	20	10	30	8	68	Class.	21º	Deferida
JULIANA BASSANESI	22/08/1991	20	NAP	30	16	66	Class.	22º	Deferida
MARCIA MARTINS	28/01/1983	20	10	30	4	64	Class.	23º	Deferida
EDINÉIA CARRARO LUCKEMEIER (pretos ou pardos)	12/08/1990	20	10	30	NAP	60	Class.	24º	Deferida (pretos e pardos)
FERNANDA BATTISTI	22/07/1985	20	NAP	20	20	60	Class.	25º	Deferida
ANDRIELI BASSANESI DOLESKI	21/12/1995	20	NAP	20	16	56	Class.	26º	Deferida
ELISIANE PAGNO DE VARGAS	18/06/1989	20	0	30	4	54	Class.	27º	Deferida
MÁRCIA DA ROCHA GONÇALVES	05/02/1986	20	NAP	30	NAP	50	Class.	28º	Deferida
ANGELA MARIA PEDROSO	01/11/1991	20	NAP	30	NAP	50	Class.	29º	Deferida
EDINA CRISTINA RIMOLDI GAVA	16/07/1990	20	NAP	30	0	50	Class.	29º	Deferida
GABRIELA ALLYARA PINHEIRO KRUTQUEVISKI	12/05/1996	20	NAP	30	0	50	Class.	31º	Deferida
DILAITE ROSA ALVES	17/01/1978	20	NAP	10	20	50	Class.	32º	Deferida
GILMAR DE OLIVEIRA FILHO (pretos ou pardos)	23/07/2001	20	NAP	20	8	48	Class.	33º	Deferida (pretos ou pardos)
VANESSA DOS SANTOS	05/04/1998	20	NAP	20	4	44	Class.	34º	Deferida
ROSELI ARDENGHI GRAMINHO	15/04/1974	20	NAP	10	12	42	Class.	35º	
ALINI RODRIGUES	18/08/1995	20	NAP	NAP	12	32	Class.	36º	Deferida
JULIANI DE LARA WILLY	14/08/1989	20	NAP	20	0	40	Class.	36º	Deferida
MIRIA CHORNA REICHERT	29/08/1984	20	NAP	10	NAP	30	Class.	38º	Deferida
ERINEIA DUARTE	23/05/1996	20	NAP	10	NAP	30	Class.	39º	Deferida
FRANCIELI PAULA DOS SANTOS DOLESKI	05/06/1993	20	10	NAP	NAP	30	Class.	40º	Deferida
JULIO CEZER SOMMER	15/08/1986	20	NAP	NAP	NAP	20	Class.	41º	Deferida

THAIS HEMILIA SMANIOTO PELUSSO (PCD)	31/01/2000	20	NAP	NAP	NAP	20	Class.	42º	Deferida (PCD)
CHEILA MILENA RODRIGUES	01/12/2000	0	0	10	8	------	Desc	43º	Deferida
MARTA ELIANE GOMES DA SILVA	28/01/1987	0	0	20	NAP	------	Desc	44º	Deferida
NEIVA REIMERS	04/02/1983	0	0	0	20	------	Desc	45º	Deferida
NEUZA DE SOUZA	20/07/1978	0	0	0	12	------	Desc	46º	Deferida
VITOR GUIMARÃES	18/04/1993	0	0	0	NAP	-------	Desc.	47º	Deferida

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H

Nome	Data de Nascimento	Escolaridade obrigatória	Segunda graduação	Especialização	Tempo de serviço	Nota final	Situação	Class.	Situação
JOELI TRAUDE TUMELINI PACHÃO	06/02/1976	20	20	30	20	90	Class.	1º	Deferida
SANDRA FERRARINI CAVALLI COELHO	11/11/1981	20	20	30	20	90	Class.	2º	Deferida
ALCINEIA DE VARGAS DOS SANTOS	03/10/1985	20	20	30	20	90	Class.	3º	Deferida
JOSIANI MAFRA	04/03/1985	20	10	30	20	80	Class.	4º	Deferida
CRISTIANI DA COSTA SILVA	10/04/1985	20	10	30	20	80	Class.	5º	Deferida
EDINÉIA DA SILVA VARGAS	30/03/1988	20	10	30	20	80	Class.	6º	Deferida
PÂMELA AGUIAR CAVALLI	20/10/1993	20	10	30	20	80	Class.	7º	Deferida
DANIELI HEINRICHS	14/12/1993	20	10	30	20	80	Class.	8º	Deferida
ANDRESSA DOS SANTOS	14/09/1994	20	10	30	20	80	Class.	9º	Deferida
BRUNA DOS SANTOS FORTES	11/06/1993	20	10	30	16	76	Class.	10º	Deferida
MARINEZ MARTINS	21/03/1991	20	20	30	4	74	Class.	11º	Deferida
GILVANIO CERATTI DE OLIVEIRA	26/09/1991	20	20	30	4	74	Class.	12º	Deferida
JENNIPHER THAIANA SCHUEIGERT DE OLIVEIRA DOS SANTOS (pretos ou pardos)	05/08/1979	20	10	30	12	72	Class.	13º	Deferida (pretos e pardos)
ROSELEI FATIMA GNOATTO	30/03/1971	20	NAP	30	20	70	Class.	14º	Deferida
NEUZA CARAMORI BARCELLA	31/10/1963	20	10	30	8	68	Class.	15º	Deferida
MARLI MATIAS DOS SANTOS (pretos ou pardos)	12/08/1986	20	10	30	8	68	Class.	16º	Deferida (pretos e pardos)
EDINEIA CARRARO LUCKEMEIER (pretos ou pardos)	12/08/1990	20	10	30	8	68	Class.	17º	Deferida (pretos e pardos)
DAIANA JOCELIA CARVALHO (pretos ou pardos)	26/04/1995	20	10	30	8	68	Class.	18º	Deferida (pretos e pardos)
TAINARA ALVES DE OLIVEIRA	29/09/1998	20	10	30	8	68	Class.	19º	Deferida
MARCIA MARTINS	28/01/1983	20	10	30	4	64	Class.	20º	Deferida
ANDRIELI BASSANESI DOLESKI	21/12/1995	20	NAP	20	16	56	Class.	21º	Deferida
GRACY KELLI DE CASTRO BENEDETE (PCD)	08/04/1991	20	NAP	30	4	54	Class.	22º	Deferida (PCD)
EDINA CRISTINA RIMOLDI GAVA	16/07/1990	20	NAP	30	0	50	Class.	23º	Deferida
ANGELA MARIA PEDROSO	01/11/1991	20	NAP	30	NAP	50	Class.	24º	Deferida
GABRIELA ALLYARA PINHEIRO KRUTQUEVISKI	12/05/1996	20	NAP	30	0	50	Class.	25º	Deferida
DILAITE ROSA ALVES	17/01/1978	20	NAP	10	20	50	Class.	26º	Deferida
ROSELI ARDENGHI GRAMINHO	15/04/1974	20	NAP	10	12	42	Class.	27º	Deferida
LORENA QUADROS DOS SANTOS MENEZES (pretos ou pardos)	04/06/1978	20	NAP	20	NAP	40	Class.	28º	Deferida (pretos e pardos)
JULIANI DE LARA WILLY	14/08/1989	20	NAP	20	0	40	Class.	29º	Deferida
ALINI RODRIGUES	18/08/1995	20	NAP	NAP	12	32	Class.	30º	Deferida
MIRIA CHORNA REICHERT	29/08/1984	20	NAP	10	NAP	30	Class.	31º	Deferida
ERINEIA DUARTE	23/05/196	20	NAP	10	NAP	30	Class.	32º	Deferida
FRANCIELI PAULA DOS SANTOS DOLESKI	05/06/1993	20	10	NAP	NAP	30	Class.	33º	Deferida
VINICIUS DO CARMO BARBOSA SOUZA	03/12/1985	20	NAP	0	NAP	20	Class.	34º	Deferida
JULIO CEZER SOMMER	15/08/1986	20	NAP	NAP	NAP	20	Class.	35º	Deferida
THAIS HEMILIA SMANIOTO PELUSSO (PCD)	31/01/2000	20	NAP	NAP	NAP	20	Class.	36º	Deferida (PCD)
CHEILA MILENA RODRIGUES	01/12/2000	0	0	10	8	-------	Desc	37º	Deferida
MARTA ELIANE GOMES DA SILVA	28/01/1987	0	0	20	NAP	-------	Desc	38º	Deferida
NEIVA REIMERS	04/02/1983	0	0	0	20	------	Desc	39º	Deferida

NUTRICIONISTA 40 H

Nome	Data De Nascimento	Escolaridade obrigatória	Segunda graduação	Especialização	Tempo de serviço	Nota final	Situação	Class.	Situação
EDSON LUIZ MANTOVANI	16/12/1972	20	NAP	30	20	70	Clas.	1º	Deferida
ISABELY DE SOUZA	29/12/1994	20	10	30	NAP	60	Clas.	2º	Deferida
ROSANGELA NOVAK GUANCINO	10/05/1981	20	NAP	20	12	52	Clas.	3º	Deferida
JOSEANE PEREIRA	24/09/1981	20	NAP	10	20	50	Clas.	4º	Deferida
ANA CLAUDIA KRUCINSKI MANFRIN	14/11/1989	20	NAP	20	8	48	Clas.	5º	Deferida
EDJAIR DA SILVA (pretos ou pardos)	16/10/1980	20	0	10	0	30	Clas.	6º	Deferida
PATRICIA DOS SANTOS GUEDES	07/03/1987	20	NAP	10	0	30	Clas.	7º	Deferida
JÉSSICA CRISTINA MOREIRA DE SOUZA FURLAN	02/01/1991	20	0	0	NAP	30	Clas.	8º	Deferida
GABRIELI TEREZINHA VARGAS DA SILVA (pretos ou pardos)	22/04/1998	20	NAP	NAP	0	20	Clas.	9º	Deferida (pretos e pardos)

MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome	Data De Nascimento	Escolaridade obrigatória	Graduação	Especialização	Tempo de serviço	Nota final	Situação	Class.	Situação
MARTA ELIANE GOMES DA SILVA	28/01/1987	30	0	20	0	50	Clas.	1º	Deferida
THAIS MAIARA DOS SANTOS	17/06/1999	30	NAP	NAP	8	38	Clas.	2º	Deferida
ELISSANDRA CAVALLI LAWISCH	10/04/1988	30	NAP	NAP	4	34	Clas.	3º	Deferida
DAIANA DA SILVA	02/10/1994	30	NAP	NAP	4	34	Clas.	4º	Deferida
VANESSA DOS SANTOS	05/04/1998	30	NAP	NAP	4	34	Clas.	5º	Deferida
NEUZA CARAMORI BARCELLA	31/10/1963	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	6º	Deferida
KÉLIN CRISTINA DOS SANTOS LOFF (pretos ou pardos)	31/10/1990	30	NAP	NAP	0	30	Clas.	7º	Deferida (pretos e pardos)
MARIA DE JESUS	02/05/1994	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	8º	Deferida
YASSANA KARISSA REIMERS MARIN	09/12/2005	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	9º	Deferida
ELLEN CRISTINA DAWIES	03/02/2006	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	10º	Deferida
POLIANA VITORIA DALLA RIZZARDA PAZ DE QUADROS (pretos ou pardos)	21/09/2006	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	11º	Deferida (pretos e pardos)
LUIZ ENRIQUE FERREIRA DE ANDRADES VENSON	17/12/2006	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	12º	Deferida
PAMELA KAUANY VARGAS	29/09/2007	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	13º	Deferida

MARIA VITÓRIA DA SILVEIRA	28/10/2007	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	14º	Deferida
KELI FABIANA FORTUNA	25/10/2008	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	15º	Deferida
ELISIANE PAGNO DE VARGAS	18/06/1989	NAP	20	30	4	---------	Descl.	16º	Deferida
ERINEIA DUARTE	23/05/1996	NAP	20	10	NAP	--------	Desc.	17º	Deferida
FRANCIANE PAGNO DE VARGAS	01/06/2001	NAP	20	20	8	---------	Descl.	18º	Deferida
GILVANIO CERATTI DE OLIVEIRA	26/09/1991	NAP	30	20	4	--------	Descl.	19º	Deferida
MARINEZ MARTINS	21/03/1991	NAP	30	20	4	------	Descl.	20º	Deferida
ROSELI ARDENGHI GRAMINHO	15/04/1974	NAP	20	0	20	------	Descl.	21º	Deferida
ROSELI MARIA GALON FREIBERGER	05/10/1977	NAP	0	NAP	NAP	------	Desc	22º	Deferida
VANESSA KAUFMANN CORDEIRO	04/09/2001	NAP	0	NAP	0	------	Descl.	23º	Deferida

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL 20H

Nome	Data De Nascimento	Escolaridade obrigatória	Segunda graduação	Especialização	Tempo de serviço	Nota final	Situação	Class.	Situação
SANDRA FERRARINI CAVALLI COELHO	11/11/1981	20	20	30	20	90	Clas.	1º	Deferida
JEIZIBEL FALINSKI	11/04/1982	20	20	30	20	90	Clas.	2º	Deferida
ALCINEIA DE VARGAS DOS SANTOS	03/10/1985	20	20	30	20	90	Clas.	3º	Deferida
CRISTIANI DA COSTA SILVA	10/04/1985	20	10	30	20	80	Clas.	4º	Deferida
JOSIANI MAFRA	04/03/1985	20	10	30	20	80	Clas.	5º	Deferida
EDINÉIA DA SILVA VARGAS	30/03/1988	20	10	30	20	80	Clas.	6º	Deferida
ANDRESSA DOS SANTOS	14/09/1994	20	10	30	20	80	Clas.	7º	Deferida
ARIELY BARCELLA	19/10/1996	20	10	30	20	80	Clas.	8º	Deferida
LUCAS SOSTER ANDREGHETTO	28/06/1997	20	10	30	20	80	Clas.	9º	Deferida
JOELI TRAUDE TUMELINI PACHÃO	06/02/1976	20	20	20	20	80	Clas.	10º	Deferida
MARINEZ MARTINS	21/03/1991	20	20	30	4	74	Clas.	11º	Deferida
GILVANIO CERATTI DE OLIVEIRA	26/09/1991	20	20	30	4	74	Clas.	12º	Deferida
VANIA CRISTINA ALVES ZANDONA	17/10/1974	20	10	30	12	72	Clas.	13º	Deferida
ROSELEI FÁTIMA GNOATTO	30/03/1971	20	NAP	30	20	70	Clas.	14º	Deferida
GILCE SEMONI SCHORN	24/01/1985	20	NAP	30	20	70	Clas.	15º	Deferida
NEUZA CARAMORI BARCELLA	31/10/1963	20	10	30	8	68	Clas.	16º	Deferida
MARLI MATIAS DOS SANTOS (pretos ou pardos)	12/02/1986	20	10	30	8	68	Clas.	17º	Deferida (pretos e pardos)
EDINÉIA CARRARO LUCKEMEIER (pretos ou pardos)	12/08/1990	20	10	30	8	68	Clas.	18º	Deferida (pretos e pardos)
DAIANA JOCELIA CARVALHO (pretos ou pardos)	26/04/1995	20	10	30	8	68	Clas.	19º	Deferida (pretos e pardos)
TAINARA ALVES DE OLIVEIRA	29/09/1998	20	10	30	8	68	Clas.	20º	Deferida
JULIANA BASSANESI	22/08/1991	20	NAP	30	16	66	Clas.	21º	Deferida
FERNANDA BATTISTI	22/07/1985	20	NAP	20	20	60	Clas.	22º	Deferida
GABRIELA ALLYARA PINHEIRO KRUTQUEVISKI	12/05/1996	20	NAP	30	8	58	Clas.	23º	Deferida
ANDRIELI BASSANESI DOLESKI	21/12/1995	20	NAP	20	16	56	Clas.	24º	Deferida
ELISIANE PAGNO DE VARGAS	18/06/1989	20	0	30	4	54	Clas.	25º	Deferida
EDINA CRISTINA RIMOLDI GAVA	16/07/1990	20	NAP	30	0	50	Clas.	26º	Deferida
ANGELA MARIA PEDROSO	01/11/1991	20	NAP	30	NAP	50	Clas.	27º	Deferida
DILAITE ROSA ALVES	17/01/1978	20	NAP	10	20	50	Clas.	28º	Deferida
FRANCIANE PAGNO DE VARGAS	01/06/2001	20	NAP	20	8	48	Clas.	29º	Deferida
VANESSA DOS SANTOS	05/04/1998	20	NAP	20	4	44	Clas.	30º	Deferida
ROSELI ARDENGHI GRAMINHO	15/04/1974	20	NAP	10	12	42	Clas.	31º	Deferida
MIRIA RABB DA SILVA ROSA	17/12/1987	20	NAP	10	12	42	Clas.	32º	Deferida
LORENA QUADROS DOS SANTOS MENEZES (pretos ou pardos)	04/06/1978	20	NAP	20	NAP	40	Clas.	33º	Deferida (pretos e pardos)
JULIANI DE LARA WILLY	14/08/1989	20	NAP	20	0	40	Clas.	34º	Deferida
MIRIA CHORNA REICHERT	29/08/1984	20	NAP	10	NAP	30	Clas.	35º	Deferida
NEIVA REIMERS	04/02/1983	0	0	0	20	------	Desc	36º	Deferida
NEUZA DE SOUZA	20/07/1978	0	0	0	12	------	Desc	37º	Deferida
ZILDA RODRIGUES DOS SANTOS PINHEIRO	27/11/1987	0	0	0	4	------	Desc	38º	Deferida

EDUCADOR SOCIAL 40H

Nome	Data De Nascimento	Escolaridade obrigatória	Segunda graduação	Especialização	Tempo de serviço	Nota final	Situação	Class.	Situação
JULIANI DE LARA WILLY	14/08/1989	30	20	20	4	74	Clas.	1°	Deferida
ELISSANDRA CAVALLI LAWISCH	10/04/1988	30	NAP	NAP	4	34	Clas.	2°	Deferida
LUIZ BERNARDI	14/11/1951	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	3°	Deferida
KÉLIN CRISTINA DOS SANTOS LOFF	31/10/1990	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	4°	Deferida (pretos e pardos)
FRANCIELI PAULA DOS SANTOS DOLESKI	05/06/1993	NAP	30	NAP	NAP	--------	Desc	5°	Deferida
MARIA DE JESUS	02/05/1994	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	6°	Deferida
PATRICIA FERNANDA SCHWINGEL SOMMER	06/05/1994	30	0	0	NAP	30	Clas.	7°	Deferida
YASSANA KARISSA REIMERS MARIN	09/12/2005	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	8°	Deferida
LUIZ ENRIQUE FERREIRA DE ANDRADES VENSON	17/12/2006	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	9°	Deferida
PAMELA KAUANY VARGAS	29/09/2007	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	10°	Deferida
MARIA VITÓRIA DA SILVEIRA	28/10/2007	30	NAP	NAP	NAP	30	Clas.	11°	Deferida
ALCIONE LUIZ CENTENARO	10/03/1992	NAP	0	0	16	------	Desc	12°	Deferida
DAIANA JOCELIA CARVALHO	26/04/1995	NAP	30	20	8	------	Desc	13°	Deferida (pretos e pardos)
DOUGLAS ASSUMPÇÃO GUIBES	04/03/2000	NAP	0	0	8	-------	Desc	14°	Deferida
MARLI MATIAS DOS SANTOS	12/02/1986	NAP	30	20	8	------	Desc	15°	Deferida (pretos e pardos)

TECNICO SAUDE BUCAL 40H

Nome	Data De Nascimento	Escolaridade obrigatória	Segunda graduação	Especialização	Tempo de serviço	Nota final	Situação	Class.	Situação
MÔNICA MARGARETE ZUSE	26/06/1982	30	NAP	10	NAP	40	Clas.	1°	Deferida

MOTORISTA D

Nome	Data De Nascimento	Escolaridade	Segunda	Especialização	Tempo de	Nota final	Situação	Class.	Situação

		obrigatória	graduação		serviço				
CLEIMAR DA SILVA	09/05/1984	30	NAP	20	20	70	Clas.	1°	Deferida
RODRIGO ANTONIOKOWALSKI POLICENO	27/05/1994	30	NAP	10	12	52	Clas.	2°	Deferida
ALEXANDRO BORDIN	23/02/1995	30	NAP	NAP	12	42	Clas.	3°	Deferida (pretos e pardos)
GILVANIO CERATI DE OLIVEIRA	26/09/1991	NAP	0	0	NAP	------	Desc	4°	Deferida

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:073B1CBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 037/2026

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 037/2026
Processo Administrativo nº 93/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 71, inciso IV,
RESOLVE:
HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico SRP nº 037/2026**, bem como **ADJUDICAR** o objeto da licitação, que tem por finalidade o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para locação, sob demanda, de tendas, grades metálicas de isolamento, banheiros químicos standard e banheiros químicos acessíveis PCD/PMR destinados a eventos promovidos ou apoiados pelo Município de Goioxim/PR, incluindo transporte, montagem, instalação, manutenção, higienização, quando aplicável, desmontagem, retirada e demais serviços acessórios necessários**, conforme condições, quantidades e exigências do edital e do Termo de Referência, à seguinte empresa vencedora:
PAULO CESAR BRUSTOLIN LTDA, CNPJ: 51.765.911/0001-40, Endereço: Rua Tiradentes, nº 1064, Centro, CEP: 85.340-000, Rio Bonito do Iguaçu/PR, Telefone: (42) 98422-6851, E-mail: pbrustolineventos@yahoo.com.

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	01	TENDAS 10X10 METROS TIPO PIRÂMIDE	UN	40	R$ 2.050,00	R$ 82.000,00
1	02	TENDAS 05X05 METROS TIPO PIRÂMIDE	UN	30	R$ 950,00	R$ 28.500,00
1	03	GRADES DE ISOLAMENTO	MT	200	R$ 33,40	R$ 6.680,00
1	04	BANHEIROS QUÍMICOS STANDARD	DIÁRIA	60	R$ 340,00	R$ 20.400,00
1	05	BANHEIRO QUÍMICO ACESSÍVEL PCD/PMR	DIÁRIA	10	R$ 448,50	R$ 4.485,00
TOTAL						**R$ 142.065,00**

Num valor total de: R$ 142.065,00 (Cento e Quarenta e Dois Mil e Sessenta e Cinco Reais).

Goioxim, 23 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:66B4D536

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

PROJUR
DECRETO Nº 499/2026 DATA: 23.10.2026 EMENTA: HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO PARA EFEITOS DE EFETIVAÇÃO DE QUE TRATA OS ARTIGOS 32, 33 E 34 DA LEI Nº 1.246 DE 03.12.2003, REALIZADA PELA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 120/2026, E

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os dispositivos das Leis nº 1.246 de 03.12.2003, e,

Considerando o processo de avaliação observadas às exigências da reorganização das carreiras funcionais dos servidores municipais de Guaíra;

Considerando o disposto nos artigos 32, 33 e 34 da Lei Municipal nº 1.246/2003, que estabelece a obrigatoriedade de ato específico do poder executivo para a estabilização do servidor em estágio probatório;

Considerando o Decreto nº 252/2005 que regulamenta as normas de avaliação dos Servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de habilitação em concurso público ou estabilizados na forma da Lei;

Considerando o memorando online sob o n° 135/2025,

DECRETA:

Art. 1o Ficam homologados os resultados das avaliações, e declarados estáveis no serviço público do Poder Executivo do Município de Guaíra, Estado do Paraná, os servidores públicos municipais a seguir mencionados:

Matrícula	Nome	Admissão	Cargo	Nota	Resultado	Data Efetivação
29918-02	GIOVANE ANDREI KULHKAMP	16/10/2023	Assistente Administrativo	370	APROVADO	16/10/2026
8680-02	DEUZENIR DE MEIRELES DONATH	16/10/2023	Assistente Administrativo	386	APROVADO	16/10/2026
30209-02	NATALIA GABRIELA MARQUES AZEVEDO	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30597-01	DIANE KELLY SILMANN DE CASTRO LIMA	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30598-01	ADRIANA OCAMPOS VITORINO	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30599-01	LUCAS MATEUS BRUM DE OLIVEIRA	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30603-01	VALERIA SUCH DE MELO	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30607-01	LILIAN INES HIPPLER DA SILVA	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
30609-01	THIAGO DE SOUZA BRITO	16/10/2023	Assistente Administrativo	400	APROVADO	16/10/2026
22128-02	SUSÉLE APARECIDA CESCO	16/10/2023	Assistente Social	400	APROVADO	16/10/2026
30596-01	MONICA CALISTRO MICULIS SOARES	16/10/2023	Cirurgião Dentista 40 horas	400	APROVADO	16/10/2026
29976-02	EMILY DRUMOND	16/10/2023	Enfermeiro Padrão	393	APROVADO	16/10/2026
30613-01	JOSE DE SOUZA LEITE	16/10/2023	Merendeira	400	APROVADO	16/10/2026
30614-01	CLAUDIA CHUENG BACHES DOS SANTOS	16/10/2023	Merendeira	393	APROVADO	16/10/2026
30615-01	TATIANE DE NOVAIS DE MOURA SILVA	16/10/2023	Merendeira	400	APROVADO	16/10/2026
30616-01	PATRICIA CONCEIÇÃO MARTINS	16/10/2023	Merendeira	400	APROVADO	16/10/2026
30604-01	GIOVANA GABRIEL DA SILVA	16/10/2023	Psicólogo	400	APROVADO	16/10/2026
30605-01	CLEBER BASTOS DE OLIVEIRA	16/10/2023	Psicólogo	333	APROVADO	16/10/2026
26514-04	BRUNA ALEXANDRA DE NOVAIS BARRETO	16/10/2023	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026
29450-03	ANDRE RAFAEL DE MARCHI	16/10/2023	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026
30142-04	EMANUELLE MARIA BAGATIN	16/10/2023	Recepcionista	393	APROVADO	16/10/2026
30529-02	MARIANA APARECIDA ZAVODINI DIAS	16/10/2023	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026
30600-01	CARLA MORAES DA SILVA	16/10/2023	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026
30601-01	CLICIA SCATOLIN DA SILVA	16/10/2023	Recepcionista	386	APROVADO	16/10/2026
30606-01	RENAN FERREIRA SILVESTRE	16/10/2026	Recepcionista	400	APROVADO	16/10/2026

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 16 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:50D4C810

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DA COMISSÃO AVALIADORA PROGRAMA "BOLSA CULTURA VIVA" RESULTADO PRELIMINAR

ATA DA COMISSÃO AVALIADORA
PROGRAMA "BOLSA CULTURA VIVA"
RESULTADO PRELIMINAR

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às 14h20, no Centro Cultural Mario Lago, no Município de Guaraci, Estado do Paraná, reuniram-se os membros presentes da Comissão Avaliadora do Edital Retificado de Chamamento Público nº 001/2026, referente ao Programa "Bolsa Cultura Viva": Andreia Fulgêncio dos Anjos, Rafaella de Araújo, Dalila Alves Barboza e Lorena Alzira de Souza Alexandre. Registra-se a ausência de um dos representantes do Conselho Municipal de Cultura, por motivos particulares.

A reunião teve por finalidade analisar as inscrições e a documentação apresentada pelos candidatos, proceder à avaliação e à atribuição de pontuação conforme os critérios previstos no edital e elaborar a classificação preliminar. A Comissão realizou a análise de todas as inscrições e dos respectivos documentos, considerando os critérios de situação socioeconômica, participação comprovada em atividades culturais, cursos e capacitações, qualidade técnica e relevância do portfólio artístico, e participação em ações comunitárias e culturais, respeitados os limites de pontuação estabelecidos no instrumento convocatório.

Concluída a avaliação, a Comissão registrou as pontuações individuais e estabeleceu a classificação preliminar em ordem decrescente de pontuação total. Nos casos de empate, foram observados os critérios de desempate previstos no edital. Em particular, as candidatas Mirella de Lima Faustino e Ana Luiza Goulart Rosa obtiveram 25,00 pontos; aplicado o primeiro critério de desempate — maior pontuação no critério socioeconômico —, Mirella de Lima Faustino ficou à frente, por ter obtido 20 pontos nesse critério, enquanto Ana Luiza Goulart Rosa obteve 5 pontos.

PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Class.	Candidato(a)	Socioeconômico	Ativ. culturais	Cursos e capacitação	Portfólio	Ações comunitárias	Total
1	Lua de Oliveira Ortiz	20,00	15,00	10,00	21,00	0,00	66,00
2	Michelli Vieira Moura	20,00	10,00	16,85	9,00	1,00	56,85
3	João Lucas dos Santos da Cruz	20,00	10,00	10,50	16,00	0,00	56,50
4	Douglas de Paes Açofra	20,00	10,00	12,50	12,00	0,00	54,50
5	Ibsen da Silva Ribeiro	5,00	15,00	7,25	14,00	9,00	50,25
6	Gabrieli Stefani Prado Toloi	20,00	10,00	4,70	13,00	2,00	49,70
7	Emanuelle Martins Vitore	20,00	5,00	8,60	15,00	0,00	48,60
8	Francieli Almeida de Araújo	5,00	25,00	0,00	15,00	2,00	47,00
9	Diogo Zachari da Silva Barboza	20,00	7,50	8,45	11,00	0,00	46,95
10	Pedro Henrique Souza Santos	20,00	5,00	3,35	12,00	0,00	40,35
11	Maria Eliza Rodrigues Toloy Torres	0,00	20,00	0,00	20,00	0,00	40,00
12	Lavínia Vieira Moura	20,00	0,00	5,80	10,00	0,00	35,80
13	Mirella de Lima Faustino	20,00	5,00	0,00	0,00	0,00	25,00
14	Ana Luiza Goulart Rosa	5,00	10,00	0,00	10,00	0,00	25,00
15	Gabriel Felipe Rodrigues Ramos	0,00	5,00	5,25	12,00	0,00	22,25

A presente classificação tem caráter preliminar e será submetida à fase de recursos, conforme o cronograma do edital, com prazo para interposição nos dias 26 e 27 de outubro de 2026 e análise dos recursos em 28 de outubro de 2026. Após essa etapa, será divulgado o resultado final, previsto para 29 de outubro de 2026. A classificação e eventual convocação observarão as regras do edital, inclusive a previsão de convocação inicial de até quatro

candidatos, condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, permanecendo os demais candidatos aprovados em cadastro de reserva, conforme as disposições do chamamento.
Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Lorena Alzira de Souza Alexandre, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Guaraci/PR, 22 de outubro de 2026.

Assinaturas dos membros presentes:

_____
Andreia Fulgêncio dos Anjos

_____
Rafaella de Araújo

_____
Dalila Alves Barboza

_____
Lorena Alzira de Souza Alexandre

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:E9F76A7C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N.º 169/2026

Dispõe sobre a transposição de dotações orçamentárias entre programas de trabalho da Secretaria de Saúde, no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARACI**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são confereridas, e com fundamento no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, no art. 34 da Lei Municipal nº 1.841, de 17 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e na Lei Municipal nº 1858/2025 (Lei Orçamentária Anual para 2026)

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a transposição de dotações orçamentárias, no âmbito da Secretaria de Saúde, no valor total de **R$ 604.442,00 (seiscentos e quatro mil, quatrocentos e quarenta dois reais)**, conforme o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, em 23 de Outubro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Anexo Único – Decreto nº 169/2026
Quadro I – Reduções

Órgão / Unidade	Funcional-programática	Ação	Natureza da despesa	Fonte	Valor (R$)
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.128.0006.2.016	Capacitação de Pessoal	3.3.90.14.00 – Diárias 3.3.90.30.00 – Material de Consumo 3.3.90.36 – Outros Serviços Terceiros – PF 3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros – PJ	1000	5.300,00 3.180,00 2.120,00 5.300,00
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.301.0012.2.047	Manutenção dos Serviços de Saúde – PSF	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas 3.1.91.13.00 – Contribuições Patronais 3.3.90.30.00 – Material de Consumo 3.3.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes Contratos de Terceiros 3.3.91.97.00 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial	1000	37.500,00 21.500,00 2.526,00 2.526,00 6.945,00
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.301.0012.2.053	Manutenção do Conselho Muncipal de Saúde	3.3.90.14.00 – Diárias 3.3.90.30.00 – Material de Consumo 3.3.90.36.00 – Outros Serviços Terceiros – PF 3.3.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros - PJ	1000	12.626,00 3.157,00 1.264,00 3.157,00
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.301.0012.2.090	Nasf	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas 3.1.91.13.00 – Contribuições Patronais	1000	17.800,00 30.800,00
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.303.0012.2.303	Suporte Profilático e Terapeutico	3.3.90.30.00 – Material de Consumo 3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita	1000	22.726,00 89.888,00
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.304.0012.2.050	Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária	3.3.90.30.00 – Material de Consumo	1000	12.626,00
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.306.0012.2.306	Combate a Carencias Nutricionais	3.3.90.30.00 – Material de Consumo 3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita	1000	18.938,00 31.563,00
27.001 – Departamento de Administração Assistência Social	08.244.0010.2.245	Manutenção do CREAS	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	1000	173.000,00
30.002 – Departamento de Educação	12.361.0013.2.059	Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.91.97.00 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial	1103	100.000,00
Total das reduções					**604.442,00**

Quadro II – Acréscimos

Órgão / Unidade	Funcional-programática	Ação	Natureza da despesa	Fonte	Valor (R$)
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.301.0012.2.045	Manutenção dos Serviços de Saúde	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	1303	325.442,00
25.001 – Fundo Municipal de Saúde	10.304.0012.2.050	Manutenção da Vigilância Sanitária	3.1.90.13.00 – Contribuições Patronais	1000	6.000,00
27.002 – Fundo Municipal da Assistência Social	08.244.0010.2.031	Execução das Políticas da Assistência Social	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas 3.1.91.13.00 – Contribuições Patronais	1000	153.000,00 20.000,00
30.002 – Departamento de Educação	12.365.0013.2.062	Manutenção da Pré-Escola	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	1103	100.000,00
Total dos acréscimos					**604.442,00**

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:2A662A69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	128/2026
b) Licitação Nº:	011/2026
c) Modalidade:	Dispensa Eletrônica
d) Data Homologação:	23/10/2026
e) Objeto Homologado:	Contratação de empresa especializada para preparo, fornecimento e serviço de almoço completo, incluindo sobremesa, para 120 pessoas (idosos participantes e acompanhantes responsáveis), atendidas pelo Programa Viaja Mais 60+, em evento alusivo ao Dia do Idoso, a realizar-se no dia 22 de outubro de 2026, em cumprimento à Deliberação CEDIPI-PR nº 34/2024.

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
27004082410010203633903900000	**3947**	**OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA**

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: ESTÂNCIA GOURMET LTDA - CNPJ: 54.333.514/0001-98 - Valor total homologado: R$ 9.540,00 (Nove Mil, quinhentos e quarenta reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Almoço completo + Café colonial completo, servidos em local agradável com contato direto com a natureza, por ocasião do passeio alusivo ao Dia do Idoso (22 de outubro de 2026), com programação de atividades diversas. Almoço completo: sistema self-service, cardápio variado e balanceado — arroz branco, feijão, massas, carne assada, frango, saladas variadas, legumes, bebidas (água mineral, suco natural, refrigerante) e sobremesa. Café colonial completo: variedade de pães, bolos, biscoitos, cucas, geleias, queijos, frios, bolachas, rocamboles, tortas, café, leite, chás, sucos e demais produtos típicos de café colonial, garantindo fartura, qualidade e atendimento às preferências e restrições alimentares dos participantes. O ambiente é amplo, ventilado, cercado de natureza, com estrutura adequada e seguro, propiciando conforto e bem-estar, com atividades recreativas e de integração ao longo do dia.	Serviço	UNIDADES	120	79,50	9.540,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 9.540,00 (Nove Mil quinhentos e quarenta reais)
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 23 de outubro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:BC3D4A0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	112/2026
b) Licitação Nº:	024/2026
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Homologação:	23/10/2026
e) Objeto Homologado:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computadores destinados à estruturação e adequação da sala de informática do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Guaraci/PR, contemplando ainda 01 (um) computador para atendimento das demandas administrativas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e 10 (dez) computadores destinados à implantação e fortalecimento do atendimento à população do Distrito de Bentópolis, visando proporcionar melhores condições para o desenvolvimento de atividades socioeducativas, pedagógicas, de inclusão digital e de acesso aos serviços socioassistenciais, garantindo suporte adequado às ações desenvolvidas pela equipe técnica, administrativa e pela comunidade atendida

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
27003082430009602233903000000	3941	MATERIAL DE CONSUMO

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 18.861.730/0001-42 - Valor total homologado: R$ 4.005,00 (Quatro mil e cinco reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Impressora multifuncional tanque de tinta 3 em 1 (impressora, copiadora e digitalizadora) com conexão wireless. Com abastecimento simples, sem sujeira e sem desperdícios e tanques frontais que permitem fácil acesso e visualização dos níveis de tinta. Possui conexão USB e conectividade avançada com recursos Wi-Fi, Wi-Fi Direct e impressão a partir de dispositivos móveis. Resolução 5760x1440dpi. Impressão colorida. - Tecnologia de impressão: Jato de tinta Heat-Free MicroPiezo - Resolução máxima de impressão: 5760 x 1440 dpi - Capacidade de Entrada do papel: 100 folhas de papel A4 - Capacidade de Saída do papel: 30 folhas de papel A4 - Tipo de scanner: Base plana com sensor de linhas CIS colorido - Resolução máxima do scanner: 1200 x 2400 dpi - Profundidade máxima do scanner: 48-bit interna (24-bit externa) - Área de escaneamento: 21,6 x 29,7 cm - Velocidade máxima de escaneamento: 11 segundos por página em preto e 28 segundos por página em cores (200 dpi) Itens contidos: 1 Multifuncional, 1 kit de garrafas originais (Preto, Ciano, Magenta e Amarelo), Cabo de alimentação, Cabo USB, CD de instalação e Softwares e Guia de instalação rápida, Garantia do Produto, Instrução para cadastro de garantia estendida. Descrição CATMAT: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, TIPO IMPRESSÃO:JATO TINTA, RESOLUÇÃO IMPRESSÃO:5760 X 1440 DPI, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:110/220 V, VELOCIDADE IMPRESSÃO PRETO E BRANCO:15 PPM, VELOCIDADE IMPRESSÃO COLORIDA:15 PPM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM FAX, TIPO PAPEL:A4/CARTA/OFÍCIO/OFÍCIO I, CAPACIDADE MEMÓRIA:32 KB	Epson	UNIDADES	3	1.335,00	4.005,00

Fornecedor: PB COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - CNPJ: 46.845.026/0001-31 - Valor total homologado: R$ 37.068,00 (trinta e sete mil e sessenta e oito reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	Descrição CATMAT: NOTEBOOK, TELA:SUPERIOR A 14 POL, INTERATIVIDADE DA TELA:SEM INTERATIVIDADE, MEMÓRIA RAM:SUPERIOR A 8 GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR:4 A 8, ARMAZENAMENTO HDD:SEM DISCO HDD GB, ARMAZENAMENTO SSD:110 A 300, BATERIA:ATÉ 4 CÉLULAS, ALIMENTAÇÃO:BIVOLT AUTOMÁTICA, SISTEMA OPERACIONAL:PROPRIETÁRIO, GARANTIA ON SITE:36 MESES	LENOVO	UNIDADE	12	3.089,00	37.068,00

Fornecedor: VINICIUS GUILHERME DOS SANTOS - CNPJ: 97.546.883/0001-71 - Valor total homologado: R$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais)

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	1	Computador Desktop Compacto com Segurança ThinkShield Aprovado no Teste militar MIL-STD-810H Sistema Operacional Licenciado Windows 10 Pro Original Características: 11DU0026BP (Equivalente ou melhor qualidade) Especificações: Processador: - Processador: Intel Core i5-10400T (6C/12T, 2.0/3.6GHz, 12MB) - Gráficos: Gráficos Intel UHD 630 integrados - Chipset: Chipset Intel H470 Memória: - Memória: 1 x 8 GB SO-DIMM DDR4-2666 - Ranhuras de Memória: Dois slots DDR4 SO-DIMM, com capacidade de canal duplo - Memória máxima: Até 64 GB DDR4-2933 - Memória Optane: Nenhum Armazenamento: - Armazenar: 1 x HD de 1 TB 7200 rpm 2,5 " - Suporte de armazenamento: Até duas unidades, 1x HDD de 2,5" + 1x SSD M.2 • HDD de 2,5" até 1TB • SSD M.2 até 2TB • Memória Intel Optane opcional, M.2 Outras Informações: - Leitor de cartão: Sem leitor de cartão - Óptico: Nenhum - Chip de áudio: Áudio de alta definição (HD), codec Realtek ALC233VB ou codec ALC897Q - Caixas de som: 1,5 L x 1 - Fonte de energia: Adaptador 65W 89% Projeto: - Teclado: Teclado USB Tradicional, Preto, Português (Brasil) - Mouse: Rato Calliope USB, Preto - Slots de expansão: Dois slots M.2 (um para WLAN, um para SSD) - Cor da caixa: Preto - Parafuso de chassi sem ferramentas Conectividade: - Ethernet: 100/1000M integrado - WLAN + Bluetooth: Intel AX201 11ax, 2x2 + BT5.1 - Portas frontais opcionais (configuradas): Nenhum - Portas traseiras opcionais (configuradas): 1x VGA Portas frontais: - 1x USB 3.2 Gen 2 (sempre ligado e carregamento rápido) - 1x USB-C 3.2 Gen 1 - 1x conector combinado de fone de ouvido / microfone (3,5 mm) Portas traseiras: - 3x USB 3.2 Gen 1 - 1x USB 3.2 Gen 2 - 1 x HDMI - 1x DisplayPort - 1 x Ethernet (RJ-45) Segurança e Privacidade: - Chip de segurança: Discrete TPM 2.0, TCG certified - Leitor de impressões digitais: Sem leitor de impressão digital - Fechaduras Físicas: Ranhura de Segurança Kensington - Trava de cabo Kensington: Nenhum - Interruptor de intrusão do chassi Certificações: - Mil-Spec Test: Teste militar MIL-STD-810H aprovado (Baixa Pressão [Altitude], Alta Temperatura, Baixa Temperatura, Choque de Temperatura, Umidade, Areia e Poeira, Vibração, Choque, Fungo, Radiação Solar) Certificações verdes: - EPEAT Ouro - ENERGY STAR 8.0 - ErP Lote 3 - Certificado TCO 8.0 - Compatível com RoHS Programas: - Sistema operacional: Windows 10 Pro 64, Português (Brasil) Conteúdo da Embalagem: - Computador ThinkCentre - Mouse - Teclado Garantia: 12 meses de garantia Peso: 3751 gramas (bruto com embalagem) Descrição CATMAT: MICROCOMPUTADOR, MEMÓRIA RAM:SUPERIOR A 8 GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR:SUPERIOR A 8, ARMAZENAMENTO HDD:2 TB., ARMAZENAMENTO SSD:310 A 500, MONITOR:21 A 29 POL, COMPONENTES ADICIONAIS:COM TECLADO E MOUSE, SISTEMA OPERACIONAL:PROPRIETÁRIO, GARANTIA ON SITE:12 MESES, GABINETE:TORRE	EASYPC	UNIDADES	5	3.240,00	16.200,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 57.273,00 (Cinquenta e sete mil duzentos e setenta e três reais)

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 23 de outubro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:EAD63567

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2026 – ID/TCE Nº 43124

O **MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa na Praça Rui Barbosa, nº 34, Centro, CEP: 87175-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.282.698/0001-47, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Ananias Soares Vieira**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 794.109.799-00, portador da Cédula de Identidade nº 5.049.568-0, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 18/2026, para Registro de Preços nº 07/2026, processo administrativo n.º 056/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, nas quantidades, termos e condições previstas no edital e seus anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: VICENZO PNEUS E-COMMERCE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Frederico Jensen, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 39.859.999/0001-64, e-mail: eletronico@vicenzopneus.com.br, telefone: (47) 3091-2833, neste ato representada pelo Sr. **Rafael Cascales dos Santos**, portador do RG nº 44834835 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 360.966.638-26.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:
1. Consideram-se REGISTRADOS os preços para futura e eventual **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores destinados as manutenções dos veículos e máquinas da Frota Municipal**, conforme quantidades e especificações contidas abaixo:

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	V. Unit.	V. Total
7	Pneu diagonal OTR 17.5/25, tipo L3/E3 ou L2/E2, para máquinas de construção civil e equipamentos fora de estrada	SPEEDROAD O9011	unidad	8	2.733,00	21.864,00
8	Pneu diagonal OTR 20.5/25, 16 lonas, tipo L3/E3 ou L4/E4, para máquinas de construção civil e equipamentos fora de estrada	SPEEDROAD O9011	unidad	4	4.250,00	17.000,00
11	Pneu automotivo radial 195/70R15, índice de carga mínimo 92, índice de velocidade mínimo T, selo INMETRO, DOT máximo 180 dias	SUNFULL SF-05	unidad	60	352,00	21.120,00
16	Pneu diagonal 14.00-24, 16 lonas, para carga pesada/equipamentos industriais/agrícolas, selo INMETRO, DOT máximo 180 dias.	SPEEDROAD O9010	unidad	6	1.923,00	11.538,00
17	Pneu diagonal 12.5/80-18, 12 lonas, para máquinas agrícolas ou industriais, tipo R1 ou L2/E2	SPEEDROAD O4510	unidad	4	1.010,00	4.040,00
18	Pneu diagonal 19.5/24, 12 lonas, para máquinas agrícolas ou industriais, tipo R1 ou L2/E2	SPEEDROAD O4510	unidad	4	2.250,00	9.000,00
19	Pneu diagonal agrícola 12.4-24, tipo R1, para máquinas agrícolas	SPEEDROAD O1351	unidad	4	1.120,00	4.480,00
20	Pneu agrícola diagonal 18.4-30, tipo R1, para tratores e máquinas agrícolas	SPEEDROAD O1351	unidad	4	2.350,00	9.400,00
21	Câmara de ar para pneu agrícola 12.5/80-18, borracha butílica, válvula TR-218A	JABUTI TR15	unidad	4	80,00	320,00
22	Câmara de ar para pneu agrícola/rodoviário 1400-24 (14.00-24), borracha butílica, válvula TR-218A	JABUTI TR220A	unidad	6	155,00	930,00
23	Câmara de ar para pneu 17.5/25, borracha butílica, válvula TR-J1175C	JABUTI TRJ1175C	unidad	24	315,00	7.560,00
24	Câmara de ar para pneu 20.5/25, borracha butílica, válvula TR-J1175C	JABUTI TRJ1175	unidad	20	368,00	7.360,00
25	Câmara de ar para pneu 19.5/24, borracha butílica, válvula TR-218A	JABUTI TR220A	unidad	4	198,00	792,00
26	Câmara de ar para pneu 12.4/24, borracha butílica, válvula TR-218A	JABUTI TR218A	unidad	4	102,00	408,00
27	Câmara de ar para pneu 18.4/30, borracha butílica, válvula TR-218A	JABUTI TR218A	unidad	4	240,00	960,00
28	Protetor de pneu (flape) 17.5/25, borracha de alta resistência, espessura mínima 3,0 mm	JABUTI JABUTI	unidad	24	215,00	5.160,00
29	Protetor de pneu (flape) 19.5/24, borracha de alta resistência, espessura mínima 3,0 mm	JABUTI JABUTI	unidad	4	92,00	368,00
30	Protetor de pneu (flap) 20.5/25, borracha butílica, espessura 5-8 mm	JABUTI JABUTI	unidad	20	207,00	4.140,00
31	Protetor de pneu (flap) 12.5/80-18, borracha butílica, espessura 4-7 mm	JABUTI JABUTI	unidad	4	119,00	476,00
32	Protetor de pneu (flap) 1400/24, borracha butílica, espessura 6-9 mm	JABUTI JABUTI	unidad	6	93,00	558,00
33	Protetor de pneu (flap) 12.4/24, borracha butílica, espessura 4-7 mm	JABUTI JABUTI	unidad	4	99,00	396,00
34	Protetor de pneu (flap) 18.4/30, borracha butílica, espessura 7-10 mm	JABUTI JABUTI	unidad	4	380,00	1.520,00
	Total					**129.390,00**

2. O total estimado deste instrumento é de **R$ 129.390,00 (cento e vinte e nove mil e trezentos e noventa reais**).
3. As quantidades estabelecidas são meramente estimativas, não obrigando o Município em solicitar o objeto.
4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, a proposta do contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.
5. Fica vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados nesta ARP, salvo nas contratações dela decorrentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços e o contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:
1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar contratações na quantidade total estimada, e poderá ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada a Detentora do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão da Solicitação de Despesa ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. O Aceite da Solicitação de Despesa ou instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de referência e seus anexos;
a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão e os direitos da Administração previstos Lei nº 141333/21.
4. Independente de transcrição da ata/contrato, as condições de execução/entrega do bem são as especificadas no Edital da Licitação e o Termo de Referência anexo a ele, sujeitando às partes as instruções neles contidas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. O Prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano podendo ser prorrogada por igual período, admitindo-se a renovação da quantidade desde que atendida as disposições do *caput* do art. 84 e inciso III do art. 40 da Lei Federal 14.133/21, parecer nº 00453/2024 da AGU e Enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal e Art. 16 do Decreto Municipal nº 227/2023.

2. A publicação da Ata de Registro se dará no Diário Oficial do Município de Itambé, no endereço eletrônico: (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

CLÁUSULA QUINTA - DO FORNECIMENTO:
1. Após a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo de até **15 (quinze) dias**, no endereço indicado na Solicitação de Despesa.
2. Os pneus deverão possuir data de fabricação igual ou inferior a 06 (seis) no momento da entrega.
3. Os produtos deverão ser entregues no: **Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos, com seda a Rua Lindolfo José da Silva, nº 435**. (Garagem Municipal)

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:
1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o adimplemento da obrigação e o ateste das Notas Fiscais.
2. Em caso de atraso, os valores serão atualizados monetariamente com base no índice INPC do IBGE.
3. As despesas decorrentes da contratação, correrão às expensas de recursos orçamentários abaixo descritas:
02.001.04.122.0009.2002.3.3.90.30.00.00-01000
04.002.04.122.0010.2006.3.3.90.30.00.00-01000
06.002.04.122.0012.2011.3.3.90.30.00.00-01000
06.005.04.122.0012.2015.3.3.90.30.00.00-01000
07.001.12.361.0004.2020.3.3.90.30.00.00-01103
07.001.12.361.0004.2021.3.3.90.30.00.00-01104
07.001.12.361.0004.2023.3.3.90.30.00.00-01103
08.001.10.302.0003.2029.3.3.90.30.00.00-01303
08.001.10.302.0003.2038.3.3.90.30.00.00-01303
08.001.10.302.0003.2048.3.3.90.30.00.00-01303
09.001.20.606.0007.2035.3.3.90.30.00.00-01000
10.002.14.243.0003.2033.3.3.90.30.00.00-01000
10.003.08.244.0003.2034.3.3.90.30.00.00-01000
11.001.27.811.0013.2028.3.3.90.30.00.00-01000

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA E DA CONTRATAÇÃO:
1. O Município de Itambé é o Órgão Gerenciador responsável pelo gerenciamento desta Ata de Registro de Preços.
2. Caberá ao servidor **Nilton Giraldelli**, matrícula nº8456 a Gestão desta ARP, cabendo as responsabilidades previstas na lei.
3. Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto da presente ata, de acordo com o estabelecido, bem como acompanhar e fiscalizar a execução e fornecimento através do servidor **Fernando Paes Clemente de Souza**, matrícula nº 8487.
4. As obrigações do fiscal atenderão ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/21.

CLAUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas situações e condições previstas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
2. Qualquer pedido de alteração, deverá vir acompanhado dos documentos comprobatórios de suas legações, como por exemplo, divulgações em mídias especializadas, planilhas de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, copias de notas fiscal e/ou documentos oficias de fornecedores.
3. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo de sofrer sanções.
4. Os pedidos de alterações serão analisados, diligenciados e negociados pelo Gestor e sua equipe.

CLÁUSULA NONA - DA VEDAÇÃO À ADESÃO POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES ("CARONAS")
1. Fica vedada a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado dos procedimentos iniciais do planejamento da contratação (órgãos e entidades não participantes / "caronas"), nos moldes facultados pelo art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.
2. A utilização e a contratação dos itens e quantitativos registrados nesta Ata ficam restritas exclusivamente ao Órgão Gerenciador, sendo vedada qualquer concessão de fornecimento a terceiros estranhos ao procedimento licitatório de origem.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA
1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos termos dos artigos 13 e 27 do Decreto Municipal n.º 227/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES
1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:
1. Fica eleito o Foro da cidade de Marialva/PR para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:
1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ATA de Registro de Preços ou através de simples apostilamento.
A DETENDORA DA ATA tem pleno conhecimento dos elementos constantes desta ATA, de todas as condições gerais e peculiares do fornecimento a ser efetuado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta ATA.
As partes contratantes ficam sujeitas às normas constantes da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, bem como, pelo Decreto Municipal n.º 227/2023 e demais normas aplicáveis, sendo que os casos omissos também serão resolvidos através da aplicação das referidas leis.

2. Integram esta Ata, o Edital do Processo de Licitação seus Anexos, a Ata da Sessão do Pregão e a(s) proposta(s) de preços do fornecedor e demais documentos pertinentes arrolados no processo licitatório.
3. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Itambé, 19 de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

RAFAEL CASCALES DOS SANTOS
Vicenzo PNEUS E-Commerce LTDA
Fornecedor/Detentor da Ata

TESTEMUNHAS:

DAIANE CRISTINA DA SILVA MESSIAS

FLÁVIA VICENZI

Publicado por:
Daiane Cristina Silva Messias
Código Identificador:5ED3BBE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE II
DIÁRIAS CONCEDIDAS EM SETEMBRO 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL						
Estado do Paraná						
Av. Brasil, 883 - Fone: (Oxx) 44-3436-1087 -Cx. P, 01						
CEP. 87.980-000						
E-mail: itaunadosul@brturbo.com.br						
Atos de Concessão de Diárias referente à setembro de 2026 Segundo a LEI Nº 1.133/2016 e suas alterações LEI Nº 1.444/2022 E LEI N° 1.569/2024						
DATA	MATRICULA	BENEFICIARIO	R$ CONCESSÃO	DESTINO	OBJETIVO	MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO
06/08/2026	728	MARCOS AURELIO F. DA SILVA	R$ 110,00	APUCARANA-PR	LEVAR PARTICIPANTES DA EXCURSÃO DOS PRODUTORES	ONIBUS M/BENZ MARCOPOLO PARADISO, PLACA FZW-0A67
28/08/2026	671	ANA CLAUDIA F. S. GARCIA	R$ 55,00	LOANDA-PR	FORMAÇÃO – ORIENTAÇÕES GERAIS SNE/SEF/SDE	GOL 1.6 TRENDLINE, PLACA BBO-0498
28/08/2026	568	VALERIA GRACIANE DA SILVA CARNEVALI	R$ 55,00	LOANDA-PR	FORMAÇÃO – ORIENTAÇÕES GERAIS SNE/SEF/SDE	GOL 1.6 TRENDLINE, PLACA BBO-0498
28/08/2026	85	DIONE PAULO MARTIN	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR VEÍCULO PARA INSTALAÇÃO DE INSULFILM	I / GEELY EX2 PRO PLACA UCF-9E26
01/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
01/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
01/09/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
01/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
01/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	I / GEELY EX2 PRO PLACA UCF-9E26
01/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
01/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 110,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
01/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
01/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
01/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS MERCEDES BENZ ORE-03, PLACA AYO-5F74
01/09/2026	728	MARCOS AURELIO F. DA	R$ 110,00	CAMBÉ-PR	LEVAR ÔNIBUS PARA REVISÃO	ONIBUS C. AMARELO 2024/2025

		SILVA				MARCOPOLO/VOLARE, PLACA TAX-7H53
02/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
02/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
02/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, PLACA SDW-8I15
02/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
02/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
02/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS MERCEDES BENZ ORE-03, PLACA AYO-5F74
03/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
03/09/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS COMFORT 2.3 16V FIAT DUCATO, PLACA BCI-3920
03/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
03/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
03/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
03/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
03/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
03/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
03/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	GOL 1.6 TRENDLINE, PLACA BBO-0498
04/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
04/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
04/09/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 110,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
04/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
04/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR PACIENTES	I / GEELY EX2 PRO PLACA UCF-9E26
04/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
04/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 95,00	CIANORTE-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
04/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
04/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS MERCEDES BENZ ORE-03, PLACA AYO-5F74
05/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
05/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
06/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
07/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
08/09/2026	533	VILMA TERUKO KARIA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	VEÍCULO PRÓPRIO
08/09/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
08/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
08/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
08/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
08/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
08/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
08/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
08/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
08/09/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR ALUNOS	GOL 1.6 TRENDLINE, PLACA BBO-0498
09/09/2026	826	VALDIRENE LUCAS DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	CURSO PRESENCIAL GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	ONIX PLUS ASP SEDAN, PLACA SDY-3A39
09/09/2026	761	ANDRESSA DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	CURSO PRESENCIAL GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO REALIZADO	ONIX PLUS ASP SEDAN, PLACA SDY-3A39
09/09/2026	961	FABIANI MINUCI LEITE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	REUNIÃO DE CAPACITAÇÃO	FIAT STRADA FREEDOM CD 1.3 BRANCA PLACA UBK-7D55
09/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
09/09/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 95,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
09/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS COMFORT 2.3 16V FIAT DUCATO, PLACA BCI-3920
09/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
09/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
09/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
09/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89

09/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
09/09/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR ALUNOS	GOL 1.6 TRENDLINE, PLACA BBO-0498
09/09/2026	728	MARCOS AURELIO F. DA SILVA	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR PROFESSORES PARA CURSO	ONIBUS C. AMARELO 2024/2025 MARCOPOLO/VOLARE, PLACA TAX-7H53
10/09/2026	761	ANDRESSA DA SILVA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	CURSO "DESCOMPLICANDO RECURSOS FINANCEIROS DA SAÚDE"	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
10/09/2026	509	GISELI DORE GUILHEM	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	OFICINA NA AMUPAR PARA GESTOR	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
10/09/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
10/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS COMFORT 2.3 16V FIAT DUCATO, PLACA BCI-3920
10/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
10/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
10/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
10/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
10/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
10/09/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
10/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, PLACA ITN-8D14
11/09/2026	85	DIONE PAULO MARTIN	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR VEÍCULO NA REVISÃO	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
11/09/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
11/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
11/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS COMFORT 2.3 16V FIAT DUCATO, PLACA BCI-3920
11/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
11/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 110,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
11/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
11/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	CHEVROLET SPIN, PLACA BCN-9114
11/09/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
11/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, PLACA ITN-8D14
12/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
12/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
12/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
13/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
14/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
14/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
14/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
14/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, PLACA SDW-8I15
14/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
14/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
14/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
14/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
14/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS MERCEDES BENZ ORE-03, PLACA AYO-5F74
15/09/2026	881	LUCIMARA VIRISSIMO GOIS	R$ 40,00	LOANDA-PR	ACOMPANHAR PACIENTE	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
15/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
15/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
15/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
15/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
15/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
15/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
15/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
15/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
15/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS MERCEDES BENZ ORE-03, PLACA AYO-5F74
16/09/2026	767	ALEX JUNIOR DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	REUNIÃO NA 14° REGIONAL DE SAÚDE	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
16/09/2026	423	LUCIÊ FERREIRA DA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	ACOMPANHAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO

		SILVA SANTOS				RENAULT/MASTER TETO ALTO, PLACA SDW-8I15
16/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
16/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	CIANORTE-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
16/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
16/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
16/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
16/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, PLACA SDW-8I15
16/09/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS EXECUTIVO 2.3 16V FIAT DUCA, PLACA BCI-3165
16/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
16/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
16/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS MERCEDES BENZ ORE-03, PLACA AYO-5F74
16/09/2026	728	MARCOS AURELIO F. DA SILVA	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR PROFESSORES PARA CURSO	ONIBUS C. AMARELO 2024/2025 MARCOPOLO/VOLARE, PLACA TAX-7H53
17/09/2026	767	ALEX JUNIOR DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	TREINAMENTO NA 14° REGIONAL DE SAÚDE	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
17/09/2026	85	DIONE PAULO MARTIN	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
17/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
17/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
17/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS EXECUTIVO 2.3 16V FIAT DUCA, PLACA BCI-3165
17/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
17/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
17/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
17/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, PLACA ITN-8D14
17/09/2026	728	MARCOS AURELIO F. DA SILVA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR ALUNOS	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
18/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
18/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E83
18/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
18/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
18/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS EXECUTIVO 2.3 16V FIAT DUCA, PLACA BCI-3165
18/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I / GEELY EX2 PRO PLACA UCF-9E26
18/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, PLACA ITN-8D14
18/09/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	A SERVIÇO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	CHEVROLETONIX PLUS LT2, PLACA SDY-3A39
19/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PRESIDENTE CASTELO BRANCO-PR	LEVAR PACIENTES	ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE, PLACA UCA-1F32
19/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
20/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I / GEELY EX2 PRO PLACA UCF-9E26
21/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA FIAT STRADA ENDURANCE, PLACA SEA-8H74
21/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
21/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	CIANORTE-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
21/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E83
21/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	LONDRINA-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
21/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
21/09/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
21/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE, PLACA UCA-1F32
21/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, PLACA SDW-8I15
21/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 15,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	I / GEELY EX2 PRO PLACA UCF-9E26
21/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
21/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
22/09/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
22/09/2026	234	EVA GONCALVES DE OLIVEIRA	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	ACOMPANHAR PACIENTE	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, PLACA SDW-8I15
22/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE, PLACA UCA-1F32

22/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
22/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 95,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
22/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
22/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 95,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
22/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
22/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, PLACA SDW-8I15
22/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
23/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
23/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
23/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 15,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
23/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS EXECUTIVO 2.3 16V FIAT DUCA, PLACA BCI-3165
23/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
23/09/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
23/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
23/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
23/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
24/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 110,00	CIANORTE-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULÂNCIA FURGÃO RENAULT/MASTER TETO ALTO, PLACA SDW-8I15
24/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
24/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
24/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
24/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS EXECUTIVO 2.3 16V FIAT DUCA, PLACA BCI-3165
24/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
24/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VW FOX 1.6 BLUEM GIL, PLACA ITN-8D14
25/09/2026	767	ALEX JUNIOR DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	REUNIÃO COM SECRACA	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
25/09/2026	981	RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	REUNIÃO COM SECRACA	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
25/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO VALARE, PLACA BDE-6B03
25/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
25/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
25/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
25/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA FIAT STRADA ENDURANCE, PLACA SEA-8H74
25/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	I / GEELY EX2 PRO PLACA UCF-9E26
25/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	VAN FIAT DOBLO, PLACA AYT-4427
25/09/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 95,00	MANDAGUARI-PR	LEVAR PARTICIPANTES DA EXCURSÃO DOS PRODUTORES	MINIBUS EXECUTIVO 2.3 16V FIAT DUCA, PLACA BCI-3165
26/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
26/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 95,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
26/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
26/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
26/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 55,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
26/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	QUERÊNCIA DO NORTE-PR	A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ONIBUS IVECO 15-210E-C 2024/2025, PLACA TBB-1H98
28/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
28/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
28/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 40,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
28/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
28/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
28/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE, PLACA UCA-1F32
28/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR VEÍCULO PARA REVISÃO	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E88
28/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
28/09/2026	798	MARCELO BARBOSA BISPO	R$ 70,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS EXECUTIVO 2.3 16V FIAT DUCA, PLACA BCI-3165

28/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
28/09/2026	59	MILTON SIMAO ALVES	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	A SERVIÇO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	NOVA SAVEIRO TL, PLACA BEZ-1H42
29/09/2026	510	LIGIANE MACHADO DOS SANTOS GOES	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	RETIRAR MEDICAMENTO NA 14° REGIONAL	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
29/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
29/09/2026	194	VANDERLEY SORRENTINO	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/BYS DOLPHIN MINI GS5EV, PLACA TAY-2J79
29/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 70,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE, PLACA UCA-1F32
29/09/2026	867	JOÃO PAULO SOTTORIVA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT PULSE TURBO 200 BRANCO PLACA UBS-7E82
29/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	UMUARAMA-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
29/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
29/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
29/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS MERCEDES BENZ ORE-03, PLACA AYO-5F74
29/09/2026	728	MARCOS AURELIO F. DA SILVA	R$ 70,00	MARINGÁ-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS M/BENZ MARCOPOLO PARADISO, PLACA FZW-0A67
30/09/2026	981	RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	REUNIÃO REGIONAL DE SAÚDE	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
30/09/2026	85	DIONE PAULO MARTIN	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	REUNIÃO COM A SECRETARIA DE SAÚDE NA REGIONAL	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD, PLACA SFI-3H65
30/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	I/M. BENZ 517 JI M. 21 PLACA UBZ-0B96
30/09/2026	731	LORIVAL JOSÉ DE OLIVEIRA	R$ 55,00	MARINGÁ-PR	LEVAR PACIENTES	MICRO ONIBUS RENAUT MASTER EXECUT- SEM 9D89
30/09/2026	392	SEBASTIÃO DOS SANTOS	R$ 70,00	ARAPONGAS-PR	LEVAR PACIENTES	CITROEN AIRCROSS 7 FEEL TURBO BRANCO PLACA UBS-7E90
30/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	MINIBUS EXECUTIVO 2.3 16V FIAT DUCA, PLACA BCI-3165
30/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 40,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT/STRADA FREEDOM CD13, PLACA TBO-1G46
30/09/2026	755	MAILSON E. ANTONIO DE SOUZA	R$ 55,00	LOANDA-PR	LEVAR PACIENTES	I / PEUGEOT EXPERT VAN PCIA PLACA UBZ-3I17
30/09/2026	917	EWERTON LUIZ DOS SANTOS SOUZA	R$ 55,00	PARANAVAÍ-PR	LEVAR PACIENTES	AMBULANCIA I CITROEN JUMP CARGO BRANCA PLACA UBE-9E27
30/09/2026	836	GERSON FELIPUCI	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS VW NEOBUS 8.180E COR AMARELO MODELO 2026/2027 PLACA UBU-3G83
30/09/2026	801	JOSE APARECIDO FLORENCO	R$ 40,00	NOVA LONDRINA-PR	LEVAR ALUNOS	ONIBUS MERCEDES BENZ ORE-03, PLACA AYO-5F74
01-02/09/2026	542	WANDERLEI DE SOUZA	R$ 416,44	CURITIBA-PR	LEVAR PACIENTES	PEUGEOT 208 LIKE 1.0 FLEX 6V 5P, PLACA SFL-9F64
09-11/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 772,88	CURITIBA-PR	LEVAR PACIENTES	VAN PLACA UBZ-3I17
15-17/09/2026	421	DIRCEU DA SILVA	R$ 772,88	CURITIBA-PR	LEVAR PACIENTES	FIAT GRAND SIENA 2021/2021, PLACA RHC-5I85
21-22/09/2026	464	ROGÉRIO ZOWTYI	R$ 456,44	CURITIBA-PR	LEVAR PACIENTES	VAN PLACA UBZ-3I17
		TOTAL	R$ 15.268,64			

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:B2F12A41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 039/2026-PMI

CONTRATO Nº. 127/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **VIVEIRO DE MUDAS MEURER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 07.168.382/0001-06.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de plantas, insumos e prestação de serviços para plantio, jardinagem e paisagismo do Cemitério Municipal de Ivatuba.**
FISCAL DESIGNADO: **Giancarlo Ghelere Dos Santos, Chefe de Gabinete.**

Item	Undd	Qtdd	Especificação do Objeto	R$ Unitário	R$ Total
1	Undd	971	Mudas sunpatiens. Mudas de 15 a 20 cm com flores. Cores variadas	4,00	3.884,00
2	Und.	60	Mudas singonia. Mudas de 10 a 15 cm com flores. Cores variadas.	3,00	180,00
3	Saco	49	Terra vegetal. Saco 20kg	20,00	980,00
4	Saco	16	Brita n°. 10. Saco 40kg	40,00	640,00
5	Saco	12	Brita branca n°. 3. Saco 40kg.	40,00	480,00
6	Saco	10	Pedra seixo de rio. Saco 20kg.	25,00	250,00
7	m²	35	Manta bidim.	8,00	280,00
8	m/l	50	Limitador.	4,00	200,00
9	Serviço	1	Mão de obra para serviço de poda de plantas existentes, replantio de mudas existentes, limpeza dos canteiros, plantio das mudas novas e jardinagem. -A execução dos serviços compõem: Limpar e trocar as pedras dos canteiros ovais das duas palmeiras rabo de Raposa. -Limpar o local e trocar as pedras da cruz central e colocar as mudas de sunpatiens em todo o entorno da cruz, fazendo o contorno da mesma. -Limpar e trocar as pedras do contorno da figueira. -Fazer a poda de limpeza (retirar uma por uma das folhas secas) das moréias que circundam o cruzeiro. -Replantar todas as mudas de flores que estiverem em condições fitosanitárias de serem aproveitadas. -Plantas as mudas novas divididas entre as 14 bacias floreiras em todo o cemitério.	1.200,00	1.200,00
				TOTAL	**8.094,00**

VALOR: **R$ 8.094,00 (oito mil e noventa e quatro reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INICIO DE VIGÊNCIA: **23 de outubro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **23 de outubro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 23 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:D5DCF2E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 86/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional, no orçamento geral do município de Jundiaí do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 802 de 22 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1°. Fica aberto no orçamento corrente, um Crédito Adicional no valor de R$ 295.000,00 (Duzentos e Noventa e Cinco Mil Reais), no exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	Departamento de Administração Geral	
05.003	RECURSOS HUMANOS	
04.128.0010.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	83.000,00
	SUBTOTAL	83.000,00
06	Departamento de Planejamento e Orçamento	
06.001	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.121.0010.2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
860	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
	SUBTOTAL	2.500,00
07	Departamento de Finanças	
07.003	TESOURARIA	
04.123.0010.2014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TESOURARIA	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1080	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
	SUBTOTAL	1.500,00
09	Departamento de Educação	
09.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2025	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO 5% DAS TRANSFERENCIAS CONTITUCIONAIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1480	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	78.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1490	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
12.361.0020.2031	PROGRAMA EDUCAÇÃO 25% DAS TRANSFERENCIAS CONTITUCIONAIS E IMPOSTOS	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1830	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
	SUBTOTAL	93.000,00
12	Departamento de Saúde	
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0025.2048	MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
2851	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
10.301.0025.2049	PROGRAMA MUNICIPAL DE CUSTEIO COM RECURSOS ESTADUAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3000	00495-Atenção Básica	15.000,00
	SUBTOTAL	115.000,00
	TOTAL	295.000,00

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superávit Financeiro nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00495	Atenção Básica	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas de receitas e fontes de recursos:

	Conta de receita		
Receita	Descrição	Fonte	Valor
1.9.2.3.02.0.1.00.00.00.00.00	RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	000	100.000,00
	TOTAL		100.000,00

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	Gabinete, Procuradoria, Controladoria	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
02.091.0010.2087	SENTENÇA JUDICIAIS - RPV	
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	40.000,00
04.122.0010.2002	MANUTENÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
02.003	PROCURADORIA GERAL	
02.062.0010.2086	SENTENÇA JUDICIAIS - PRECATÓRIOS	
3.1.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	
330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	SUBTOTAL	59.000,00
05	Departamento de Administração Geral	
05.002	COMPRAS E LICITAÇÕES	
04.122.0010.2008	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
05.003	RECURSOS HUMANOS	
04.128.0010.2009	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS	
3.1.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
	SUBTOTAL	28.000,00
09	Departamento de Educação	
09.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2025	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO 5% DAS TRANSFERENCIAS CONTITUCIONAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1510	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	38.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1530	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
12.782.0020.2030	PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2110	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
12.361.0010.2025	MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO 5% DAS TRANSFERENCIAS CONTITUCIONAIS	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
1550	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00
12.365.0020.2032	MANUTENÇAÕ DA EDUCAÇAÕ INFANTIL MUNICIPAL - CMEI NICE BRAGA.	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1990	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	20.000,00
	SUBTOTAL	93.000,00
	TOTAL	180.000,00

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os valores declarados no Artigo 2º, inciso II.

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul, 21 de outubro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:11CAACE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
RESOLUÇÃO Nº 148/2026

Súmula: Revoga a Resolução 83/2015 e fixa as normas para a verificação dos critérios de Avaliação do Estágio Probatório e da Avaliação de Desempenho dos servidores estáveis, segundo determinações constantes na Constituição Federal.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Presidente, PROMULGO:

Art. 1º – Fica por esta Resolução regulamentada a utilização do método, conceitos, fatores e cálculos para a verificação dos critérios da avaliação de desempenho.

Art. 2º– Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo público do quadro efetivo do Poder Legislativo Municipal ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 03 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto obrigatório de avaliação de desempenho a cada 12 (doze) meses.

Art. 3º– O servidor deverá cumprir todo o período de estágio probatório no cargo público de provimento efetivo em que se deu a posse.

§ 1º – O servidor que for, duranteo período mencionado no "caput" e no artigo anterior, nomeado para cargo de provimento em comissão deverá ter a contagem de seu período de estágio probatório suspenso, retornando ao cargo público de provimento efetivo, a contagem será retomada do ponto em que foi interrompido, salvo se a atividade desempenhada no cargo em comissão seja correlata com a que era desenvolvida no cargo efetivo.

§ 2º – Além da contagem do tempo de efetivo exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento em comissão, conforme o parágrafo anterior, terá a avaliação de desempenho suspensa durante esse período, salvo se a atividade desempenhada no cargo em comissão seja correlata com a que era desenvolvida no cargo efetivo.

Art. 4º –O servidor em período de estágio probatório somente poderá ser cedido nas hipóteses previstas no § 6º do artigo 23 da Lei nº 2280/08, devendo a contagem de seu período de estágio probatório ficar suspensa.

Art. 5º –Ficará obrigado a reiniciar o período de estágio probatório o servidor que, em virtude de aprovação em concurso público de provas e de provas e títulos, venha a ser nomeado para exercer outro cargo público.

Art. 6º – Fica constituída a Comissão Coordenadora da Avaliação, composta de três membros, integrantes do quadro funcional efetivo do Poder Legislativo Municipal e que não estejam em estágio probatório.

§ 1º – A Comissão Coordenadora será nomeada pela Mesa Executiva do Poder Legislativo Municipal, através de ato, respeitando-se a hierarquia dos funcionários, sempre que possível.

§ 2º – A Comissão Coordenadora tem como principais funções:

I – Revisar as fichas de avaliação, constantes do Anexo Único, sugerindo adequações para melhor atender às necessidades do Poder Legislativo;
II – Revisar o preenchimento das fichas, retornando-as ao avaliador, caso alguma dúvida seja suscitada, com o objetivo de evitar erros na avaliação;
III – Emitir parecer sobre o resultado das avaliações, especialmente para efeito de Estágio Probatório e progressão funcional;
IV – Indicar ao Diretor-Geral, programas de treinamento e de acompanhamento sociofuncional, com o objetivo de aprimorar o desempenho dos servidores/empregados, melhorando assim a produtividade da Câmara Municipal;
V – Participar do processo de acompanhamento dos servidores/empregados com baixo desempenho.

§ 3º – A Comissão Coordenadora deverá analisar os documentos (certificados de cursos e/ou diplomas) apresentados quando dos pedidos de progressão feita pelos funcionários a cada três anos, nos termos da Lei nº 1773 ou outra que a venha substituir.

Art. 7º – Fica constituída a Comissão de Avaliação, que será composta pelo Diretor-Geral, pelo Advogado e pelo chefe imediato do servidor avaliado, quando houver.

§ 1º– A Comissão será presidida pelo Diretor-Geral.

§ 2º – A Comissão de Avaliação tem como principais funções:

I – Executar a avaliação do servidor;
II – Zelar pela observância dos procedimentos legais e administrativos;
III – Permitir ao avaliado a oportunidade de expressar o seu ponto de vista;
IV – Sugerir alterações à Comissão Coordenadora visando o aprimoramento do processo.

§ 3º – No desenvolvimento dos trabalhos necessários relacionados à avaliação dos servidores, a Comissão poderá solicitar o auxílio de outros servidores do Poder Legislativo.

Art. 8º – Para a avaliação dos servidores será utilizado o método dos Fatores Descritivos constantes no anexo único da presente norma, através da aplicação de questionários, composto por 05 alternativas para cada fator, sendo eles:

I – disciplina;
II – iniciativa;
III – produtividade;
IV – responsabilidade;
V – postura profissional;
VI – cooperação;
VII – comprometimento;
VIII – relações interpessoais.

§ 1º – Para a apuração dos critérios/fatores serão considerados cinco níveis de pontuação, de "A" a "E", conforme tabela constante no anexo único.

§ 2º– Fica assegurado o direito ao servidor cujo desempenho será avaliado, o conhecimento do teor preenchido em sua avaliação quanto aos critérios estabelecidos neste artigo.

§ 3º – Para o preenchimento da ficha de avaliação, para apuração dos critérios previstos neste artigo, fica determinado que será realizado pelo Diretor-Geral, pelo Advogado e pela Chefia Imediata do servidor, quando houver.

§ 4º– Após a totalização, a avaliação será homologada pela Presidência do Poder Legislativo Municipal.

§ 5º – Após a homologação o servidor será cientificado do resultado da avaliação de seu desempenho, podendo apresentar seu recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 9º–É de responsabilidade da Comissão de Avaliação o preenchimento das informações relativas à apuração dos fatores/critérios previstos no artigo8ºdesta Resolução.

Art. 10– Fica estabelecida a competência da Comissão Coordenadora de Avaliação para julgamento do recurso de que trata o §5º do artigo 8º.

Parágrafo único– Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o julgamento do recurso.

Art. 11 –O padrão adotado para a graduação dos critérios/fatores previstos nesta Resolução são os seguintes:
I – Supera o desempenho (SD);
II – Atinge o desempenho (AD);
III – Atinge parcialmente (AP);
IV – Não atinge (NA);
V – Reprovado (R).

Art. 12– Para o cálculo da pontuação obtida pelo servidor nos critérios/fatores previstos nesta Resolução, será utilizada a tabela de pontuação constante no Anexo Único.

Art. 13 – Para o cálculo da pontuação final obtida pelo servidor na avaliação de seu desempenho, serão somados os pontos obtidos nos fatores que compõem o questionário, com a aplicação, quando cabível, dos descontos relativos aos critérios de assiduidade e disciplina previstos no Anexo Único desta Resolução.

Art. 14 – Será considerado suficiente o desempenho do servidor que obtiver pontuação final igual ou superior a 500 (quinhentos) pontos, após a aplicação dos descontos previstos no Anexo único.

§ 1º – O servidor que obtiver o conceito "NA – Não Atinge", entre 400 (quatrocentos) e499 (quatrocentos e noventa e nove) pontos em qualquer uma das avaliações, desde que não seja a última do período de Estágio Probatório, será considerado insuficiente, devendo ser tomadas as medidas necessárias para o aprimoramento e o servidor receberá uma advertência.

§ 2º– Na avaliação subsequente, caso não haja melhoria do desempenho ou, em avaliações posteriores, o servidor obtenha novamente o conceito "NA – Não Atinge", deverá ser aberto processo administrativo para apurar a situação. O servidor será novamente notificado sobre seu desempenho insuficiente, cabendo à Administração aplicar a devida penalidade.

§ 3º– Caso o servidor estável obtenha por 02 (duas) vezes, consecutivas ou não, no período de 03 (três) anos, o desempenho funcional "NA – Não Atinge", deverá ser aberto processo administrativo, o qual poderá levar à demissão do servidor, observado o disposto no §8º deste artigo.

§ 4º – Caso o servidor tenha seu desempenho considerado "NA – Não Atinge" na última avaliação do Estágio Probatório, independentemente dos conceitos obtidos nas avaliações anteriores deverá ser aberto processo administrativo para apurar a situação, podendo levar à sua demissão.

§ 5º – O servidor em estágio probatório que obtiver 02 (duas) avaliações, intercaladas ou não, com desempenho considerado "NA – Não Atinge", durante o período do estágio probatório, poderá sofrer a pena de demissão, após regular processo administrativo.

§ 6º – O servidor que obtiver pontuação inferior a 400 (quatrocentos) pontos na avaliação de seu desempenho será considerado reprovado, independentemente de outras avaliações, devendo ser aberto processo administrativo para apurar o desempenho do servidor, que poderá sofrer a pena de demissão.

§ 7º– Os resultados finais que apresentarem fração serão arredondados para o número inteiro mais próximo, desprezando-se as frações inferiores a 0,50 e arredondando-se para o número inteiro superior as frações iguais ou superiores a 0,50. O arredondamento será realizado somente após a aplicação de todos os descontos previstos no Anexo Único, incidindo exclusivamente sobre a pontuação final.

§ 8º– Exclusivamente para fins da advertência e determinação de abertura de processo administrativo, conforme previsto nesta Resolução, não poderão ser consideradas as faltas para tratamento da própria saúde, de filho, de cônjuge, companheiro, pais ou dependente que viva às suas expensas e conste de seu assentamento funcional, mantendo-se o registro dessas ocorrências para os demais fins legais.

Art. 15– Os casos omissos nesta Resolução serão dirimidos pela Mesa Executiva, conforme parecer técnico da Coordenação da Avaliação, devendo, em todo caso, serem observados os princípios da Administração Pública.

Art. 16 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução nº 83/2015.

Câmara Municipal da Lapa, em 22 de outubro de 2026.

ACYR HOFFMANN
Presidente

CAMILA SCHEFER PIERIN
1ª Secretária

ANEXO ÚNICO

FICHA DE AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO

Nome do Servidor:	Período Avaliado:

Cargo:	Sequência:

AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

FATORES	NÍVEIS DE DESEMPENHO		
1. DISCIPLINA	**a)**	( )	Sempre cumpre as normas e deveres, além de contribuir para a manutenção da ordem no ambiente de trabalho.
Considere se o servidor observa sistematicamente aos regulamentos e às normas emanadas das autoridades competentes.	**b)**	( )	Mantém um comportamento satisfatório atendendo às normas e deveres da unidade.
	c)	( )	Mantém um comportamento satisfatório, mas não atende às normas e deveres da unidade.
	d)	( )	Eventualmente descumpre as determinações que lhes são atribuídas e tem um comportamento instável no grupo.
	e)	( )	Mostra-se resistente a cumprir normas e deveres e sempre influencia negativamente no comportamento do grupo.
2. INICIATIVA	**a)**	( )	Tem facilidade em buscar soluções para situações imprevistas do trabalho, quando solicitado.
Considere se oservidor adota providências em situações não definidas pela chefia ou não previstas nos manuais ou normas de serviço.	**b)**	( )	Esforça-se para solucionar algumas situações imprevistas na execução do trabalho.
	c)	( )	Eventualmente apresenta soluções para situações imprevistas do trabalho, quando solicitado.
	d)	( )	Mostra pouco interesse em solucionar problemas decorrentes de situações imprevistas na execução do trabalho.
	e)	( )	Deixa de solucionar problemas decorrentes de situações imprevistas na execução do trabalho.
3. PRODUTIVIDADE	**a)**	( )	Ultrapassa o volume de trabalho exigido, entregando as tarefas antes dos prazos estabelecidos e com qualidade.
Considere se o servidor apresenta volume e qualidade de trabalho num intervalo de tempo satisfatório.	**b)**	( )	Apresenta resultados satisfatórios, entregando as tarefas dentro dos prazos estabelecidos.
	c)	( )	**Apresenta resultados abaixo do esperado e, em algumas situações, não cumpre os prazos estabelecidos.**
	d)	( )	Apresenta resultados para o trabalho exigido, porém não cumpre os prazos estabelecidos.
	e)	( )	Demonstra resultados abaixo do exigido e as tarefas são sempre entregues fora dos prazos previstos.
4. RESPONSABILIDADE Considere o cumprimento de atribuições, zelo, cumprimento de normas, prazos e consequências dos atos.	**a)**	( )	Conhece suas atribuições executando suas atividades acima das expectativas, antecipando-se às solicitações.
	b)	( )	Executa adequadamente as suas atividades de acordo com as metas estabelecidas para a unidade.
	c)	( )	Em algumas situações demonstra pouca atenção em relação a execução das atribuições do seu cargo.
	d)	( )	Não cumpre adequadamente suas atribuições demonstrando pouca atenção necessitando de permanente orientação e controle.
	e)	( )	É descuidado, demonstra nenhuma atenção às suas atribuições, descumprindo as orientações dos serviços, causando prejuízos.
5. POSTURA PROFISSIONAL Considere a capacidade de tratar chefes, colegas de trabalho e público em geral com urbanidade e adotar soluções objetivas diante de situações adversas	**a)**	( )	Matém postura profissional diante das mais adversas situações. Demonstra capacidade de solucionar qualquer problema com urbanidade, preservando as relações profissionais respeitosas.
	b)	( )	Tem postura profissional no trato com chefes, colegas de trabalho e público em geral, mas necessita de mediação diante de algumas situações complexas e imprevistas.
	c)	( )	Diante de algumas situações apresenta dificuldades para a resolução de problemas ou de manter uma comunicação objetiva, necessitando de orientação da chefia para manter a fluidez no trabalho.
	d)	( )	Constantemente age sem postura profissional, comprometendo a comunicação no ambiente de trabalho, no atendimento ao público, e na condução das atividades.
	e)	( )	Age sempre sem postura profissional, principalmente no trato com as pessoas, prejudicando as atividades que desenvolve, trazendo prejuízos para administração e adotando uma postura desrespeitosa durante divergências de trabalho.
6. COOPERAÇÃO Considere a disposição para colaborar independentemente de solicitação de demanda.	**a)**	( )	Demonstra em seus atos, comportamentos e atitudes de colaboração com os superiores, subordinados e colegas de trabalho independente de demanda e ou determinação.
	b)	( )	Se solicitado demonstra em seus atos, comportamentos e atitudes de colaboração com os superiores, subordinados e colegas de trabalho independente de demanda e ou determinação.
	c)	( )	Dependendo da demanda e ou determinação, se solicitado demonstra em seus atos, comportamentos e atitudes de colaboração com os superiores, subordinados e colegas de trabalho.
	d)	( )	Na maioria das vezes não coopera com as solicitações.
	e)	( )	Não coopera e ainda tenta impedir que outros cooperem quando solicitado.
7. COMPROMETIMENTO	**a)**	( )	Conhece suas atribuições executando suas atividades acima das expectativas, antecipando-se às solicitações.
Considere se o servidor é comprometido com os objetivos institucionais, interesse, participação, busca de melhoria, disposição para contribuir.	**b)**	( )	Executa adequadamente as suas atividades de acordo com as metas estabelecidas para a unidade.
	c)	( )	Em algumas situações demonstra pouco interesse em relação a execução das atribuições do seu cargo.
	d)	( )	Não cumpre adequadamente suas atribuições demonstrando pouco interesse, necessitando de permanente orientação e controle.
	e)	( )	É descuidado, demonstra nenhuma atenção às suas atribuições, descumprindo as orientações dos serviços, causando prejuízos.
8. RELAÇÕES INTERPESSOAIS Considere a capacidade de manter relações humanas saudáveis e construtivas.	**a)**	( )	É capaz de manter relações humanas saudáveis e construtivas, visando proporcionar ao grupo um ambiente harmonioso tendo em vista a execução integrada do trabalho.
	b)	( )	Se integra bem ao grupo e consegue manter boas relações interpessoais.
	c)	( )	Eventualmente se integra bem ao grupo e consegue manter boa as relações interpessoais.
	d)	( )	Se integra com dificuldade ao grupo e nem sempre consegue manter boa as relações interpessoal.
	e)	( )	Não se integra ao grupo e tenta desequilibrar o relacionamento dos integrantes dos grupos que com ele se relacionam.

FATORES	CONCEITOS/PONTOS					SOMA
	A – 100	B – 80	C – 53,33	D – 30	E – 10	
1. Disciplina						
2. Iniciativa						
3. Produtividade						
4. Responsabilidade						
5. Postura Profissional						
6. Cooperação						
7. Comprometimento						
8. Relações Interpessoais						
TOTAL (OBS.: Pontuação máxima 800)						

ASSIDUIDADE / TIPO DE FALTA	Nº DE OCORRÊNCIAS	PESO	NOTA (OCOR. X peso)
ABONADA		- 3,0	
JUSTIFICADA		- 5,0	
INJUSTIFICADA		- 8,0	
TOTAL DA NOTA PARA O CRITÉRIO ASSIDUIDADE			

DISCIPLINA / TIPO DE FALTA	Nº DE OCORRÊNCIAS	PESO	NOTA (OCOR. X peso)
ADVERTÊNCIA POR ATRASO		- 0,5	
ADVERTÊNCIA (PROCESSO ADM/SINDICÂNCIA)		- 10,0	
SUSPENSÃO (por dia de suspensão)		- 5,0	
TOTAL DA NOTA PARA O CRITÉRIO DISCIPLINA			

TOTAL GERAL (SOMA – DESCONTO POR ASSIDUIDADE – DESCONTO POR DISCIPLINA) OBS.: Pontuação máxima 800	

Lapa, _____, de _____ de 202____.

_____
Presidente da Comissão

_____
Membro

_____
Membro

_____
Assinatura do(a)Avaliado(a)

PONTUAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	%	PONTOS
PROGRESSÃO	80	640,00

CONCEITOS/NÍVEIS DE DESEMPENHO	MÉDIA EM %	PONTOS
SD – SUPERA O DESEMPENHO	Igual ou superior a 90 %	720 a 800
AD – ATINGE O DESEMPENHO	Igual ou superior a 70% e inferior a 90%	560 a 719
AP – ATINGE PARCIALMENTE	Igual ou superior a 62,5% e inferior a 70%	500 a 559
NA - NÃO ATINGE	Igual ou superior a 50% e inferior a 62,5%	400 a 499
R – REPROVADO	Inferior a 50%	0 a 399

I - “SD” Supera o Desempenho esperado, 720 a 800 pontos, média de 90% (noventa por cento) ou superior;
II - “AD” Atinge o Desempenho esperado, 560 a 719 pontos, média superior ou igual a 70% (setenta por cento) e inferior a 90% (noventa por cento);
III - “AP” Atinge Parcialmente o desempenho esperado, necessitando de motivação, capacitação e atualização, 500 a 559 pontos, média superior ou igual a 62,5% (sessenta e dois vírgula cinco por cento) e inferior a 70% (setenta por cento);
IV - “NA” Não Atinge o desempenho esperado, 400 a 499 pontos, média igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 62,5% (sessenta e dois vírgula cinco por cento);
V – “R” – Reprovado, abaixo de 400 pontos, média inferior a 50%.

FICHA DE COMENTÁRIOS DA AVALIAÇÃO E REFERENDO
Comentários do (a) Avaliador (a) e do Avaliado (a)

REFERENDO

Lapa, _____, de _____ de 202___.

_____
Presidente da Comissão

_____
Membro

_____
Membro

_____
Assinatura do(a)Avaliado(a)

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7A103B44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2025-PML

Chamamento Público nº. 001/2025-PML-Processo nº. 003/2025-PML

OBJETO: Credenciamento de pessoas físicas, interessadas na eventual prestação de Serviços de Servente (Serviços Gerais), em caráter complementar, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Loanda-PR, pelos valores e

serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL CLASSIFICATÓRIO

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, torna-se público o resultado de julgamento de Habilitação de Credenciamento, conforme a seguir:

Proponentes **HABILITADAS:**

1º Lugar - ANA PAULA ASSIS DE OLIVEIRA, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 076.803.279-20, protocolo de nº 7428/2026, de 14/10/2026, às 09:18:49 horas.

ITEM	CARGO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERÍODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Servente	1.472,17	294,43	30	40 horas	12	52.998,00	635.976,00

2º Lugar - TAÍS ANDRADE GOMES, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 118.877.079-99, protocolo de nº 7567/2026, de 20/10/2026, às 13:38:31 horas.

ITEM	CARGO	VLR UNIT MENSAL POR PROFIS-SIONAL R$	*VLR INSALU-BRIDADE R$	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL POR PROFIS-SIONAL	PERÍODO MESES	VLR TOTAL UNIT R$	VLR TOTAL R$
01	Servente	1.472,17	294,43	30	40 horas	12	52.998,00	635.976,00

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste aviso, o Agente de Contratação, dará vistas ao processo licitatório a qualquer interessado, para interposição de recurso.

Loanda-PR, 23 de outubro de 2026.

JOÃO VICTOR BELTRAMINI DA SILVA
Agente de Contratação

JULIANA CARLA PEREIRA DE OLIVEIRA
Equipe de Apoio

SIMONE REGINA DA SILVA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:5267CFB0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº013/2025-PML

Chamamento Público nº. 013/2025-PML- Processo nº. 155/2025-PML

OBJETO: Credenciamento de pessoas Físicas e Jurídicas, interessadas na eventual Prestação de Serviços Gerais de Saúde para Limpeza Hospitalar, conforme cargo do Município, de forma complementar, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, do Município de Loanda-PR.

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL CLASSIFICATÓRIO

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, torna-se público o resultado de julgamento de Habilitação de Credenciamento, conforme a seguir:

Proponentes **HABILITADAS:**

1º lugar - MARIA EDUARDA ASSIS DE OLIVEIRA CORDEIRO, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 092.328.899-60, protocolo de nº 7444/2026, de 14/10/2026, às 14:20:59 horas.

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$
01	SERVIÇOS GERAIS SAÚDE	40h	12	08	2.958,79	284.043,84

2º lugar- LARIANY MARIA DE MORAIS, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 802.431.899-74, protocolo de nº 7599/2026, de 22/10/2026, às 08:39:06 horas.

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$
01	SERVIÇOS GERAIS SAÚDE	40h	12	08	2.958,79	284.043,84

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste aviso, o Agente de Contratação, dará vistas ao processo licitatório a qualquer interessado, para interposição de recurso.

Loanda-PR, 23 de outubro de 2026.

JOÃO VICTOR BELTRAMINI DA SILVA
Agente de Contratação

JULIANA CARLA PEREIRA DE OLIVEIRA
Equipe de Apoio

SIMONE REGINA DA SILVA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:5B01646F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026

ESTADO DO PARANÁ	INEXIGIBILIDADE DE	
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO	**Nr.: 14/2026**	
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	**Processo Adm.:**	**79/2026**
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Data do Processo:**	**07/10/2026**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 79, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:
a) Nr. Processo: 79/2026
b) Nr. Licitação: 14/2026 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 23/10/2026
e) Objeto da Licitação: *CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS ESPECIALIZADOS PARA O FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, FERRAGENS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS), TINTAS, MATERIAIS PARA PINTURA, MADEIRA, CIMENTO, CAL, BRITA, AREIA, TUBOS, CONEXÕES, MATERIAIS DE SERRALHERIA E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS, REFORMAS E PEQUENAS OBRAS NOS BENS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR, CONFORME AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.*

Participante: MARIA EMILIA DIAS BRONZE HASEIN 85822850944 (22.793.698/0001-82)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	-FORRO DE PVC 8 mm X 20 cm X 5 m FRISADO NA COR BRANCA	500,000	UN	29,02	14.510,00
4	MEIA CANA PVC 6 m NA COR BRANCA	70,000	UN	36,12	2.528,40
5	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, 04 mm -244X50 cm	120,000	UN	24,61	2.953,20
6	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, TIPO ONDULA,05 mm 244X110 cm	170,000	UN	59,63	10.137,10
7	TELHA DE FIBROCIMENTO 05 mm -183X110 cm	150,000	UN	47,45	7.117,50
8	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, TIPO ONDULADA, MEDINDO 05 mm -213X110 cm	70,000	UN	56,00	3.920,00
9	TELHA DE FIBROCIMENTO 05 mm -153X110 cm	70,000	UN	44,07	3.084,90
10	TELHA DE FIBROCIMENTO 06 mm - 366X110 cm	120,000	UN	125,47	15.056,40
13	CABO FIO PARALELO FLEXÍVEL, ANTI-CHAMA, BRANCO, 2 X 4,00 mm	3,000	RO	712,60	2.137,80
19	JANELA VENEZIANA DE CORRER 1 ½ X 1,00 m REQUADRO 12 cm, EM A	10,000	UN	690,38	6.903,80
22	PREGO 12X12 COM CABEÇA, AÇO ZINCADO (PACOTE DE 1 Kg)	50,000	PCT	25,56	1.278,00
23	-PREGO 15X15 COM CABEÇA (PACOTE DE 1 Kg)	120,000	UN	25,07	3.008,40
24	PREGO 17X21 COM CABEÇA, MATERIAL AÇO ZINCAD (PACOTE DE 1 Kg)	120,000	PCT	21,49	2.578,80
25	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL: AÇO, TIPO CABEÇA: CHATA, TIPO CORPO: LISO, TIPO PONTA: COMUM, BITOLA:17 X 27. (PACOTE 1Kg)	170,000	PCT	21,79	3.704,30
26	PREGO 18X24 COM CABEÇA (PACOTE DE 1 Kg)	60,000	PCT	21,78	1.306,80
27	-TRELIÇA H8 6 m, AÇO C60 NERVURADO QUE PERMITE MELHOR ADERÊN	150,000	UN	47,58	7.137,00
29	-AREIA LAVADA FINA	250,000	M3	151,29	37.822,50
30	-AREIA LAVADA GROSSA	250,000	M3	169,04	42.260,00
31	lajota 06 furos.	25.000,00	UN	0,81	20.250,00
32	LAJOTAS 08 FUROS 9X19X24 cm	10.000,00	UN	1,47	14.700,00
33	PEDRA BRITA, MATERIAL: ROCHA TRITURADA, TAMANHO ½	250,000	M3	175,88	43.970,00
34	SACOS DE CIMENTO 50 KG	700,000	UN	50,87	35.609,00
35	conexão hidraulica, material pvc- cloreto de polivinila, tipo adaptador	100,000	UN	4,30	430,00
37	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL ¾ X 6,00 m	150,000	UN	29,14	4.371,00
38	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL 32 mm X 6,00 m	50,000	UN	50,17	2.508,50
39	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL 40 mm X 6,00 m	100,000	UN	70,14	7.014,00
40	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL 50 mm X 6,00 m	50,000	UN	74,90	3.745,00
41	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO COM ADITIVO UV, COM TAMPA, CAPACIDADE 500 l	4,000	UN	339,37	1.357,48
42	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO COM ADITIVO UV, COM TAMPA, CAPACIDADE 1000 l	3,000	UN	557,66	1.672,98
44	CAIXA DE DESCARGA DE PAREDE COM ENGATE, MÁXIMO DE 09 LITROS	30,000	UN	54,58	1.637,40
45	CONEXÃO EM T ¾ SOLDÁVEL	50,000	UN	2,80	140,00
46	CONEXÃO EM T 100 mm	30,000	UN	13,09	392,70
47	CONEXÃO EM T PVC 1 ½ SOLDÁVEL	70,000	UN	11,43	800,10

48	-CURVA 11 ½ SOLDÁVEL	70,000	UN	9,23	646,10
49	JUNÇÃO SIMPLES DE 100 mm	45,000	UN	22,30	1.003,50
51	LUVA PVC SOLDÁVEL ¾	115,000	UN	2,72	312,80
55	RALO DE AÇO INOX, 10 cm X 10 cm, COM CAIXILHO	50,000	UN	35,72	1.786,00
57	-REGISTRO DE GAVETA 1 ½	30,000	UN	105,01	3.150,30
58	REGISTRO ESFERA ¾ (25 mm) PVC LUVA SOLDÁVEL	35,000	UN	18,59	650,65
59	REGISTRO PRESSÃO METAL ¾	30,000	UN	64,36	1.930,80
60	REGISTRO PRESSÃO PVC ¾	30,000	UN	35,87	1.076,10
64	SIFÃO AJUSTÁVEL DUPLO	24,000	UN	19,84	476,16
65	-SIFÃO FLEXÍVEL MULTIÚSO NA COR BRANCA	100,000	UN	10,27	1.027,00
66	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL 60 cm NA COR BRANCA	70,000	UN	10,88	761,60
69	TORNEIRAS BÓIAS ¾ PARA CAIXA DÁGUA, COM HASTE EM AÇO INOX E	25,000	UN	20,18	504,50
71	TORNEIRAS PVC ½ PARA JARDIM	50,000	UN	6,66	333,00
73	TUBO DE ESGOTO 100 mm X 6,00 m	50,000	UN	90,79	4.539,50
77	CAIBRO 5x5 cm - EM MADEIRA DE CAMBARÁ	850,000	M	12,29	10.446,50
78	FORRO DE MADEIRA DE PINUS 1 x 11,5 x 300 cm	120,000	M2	34,68	4.161,60
79	-JOGO DE GUARNIÇÃO PARA PORTA	50,000	UN	96,32	4.816,00
80	MEIA CANA MADEIRA EM PINUS LINEAR 02 cm X 02 cm	120,000	M	3,72	446,40
82	PORTA EM MADEIRA DE IMBUIA 70 cm X 2,10 m	15,000	UN	262,46	3.936,90
83	PORTA EM MADEIRA DE IMBUIA 80 cm X 2,10 m	15,000	UN	264,85	3.972,75
86	-RIPÃO BRUTO MADEIRA	250,000	M	3,12	780,00
87	-TÁBUA 3,00 m X 25 cm EM MADEIRA DE PINUS	170,000	UN	28,47	4.839,90
88	TÁBUA MADEIRA EM PINUS 3,00 m X 30 cm	170,000	UN	38,12	6.480,40
89	TÁBUAS 3,00 m X 15 cm EM MADEIRA DE PINUS	170,000	UN	19,21	3.265,70
90	TÁBUAS DE MADEIRA 3,00 m X 30 cm EM CAMBARÁ	170,000	UN	38,37	6.522,90
91	VIGAS 5X10 cm EM MADEIRA DE CAMBARÁ	350,000	M	20,74	7.259,00
95	CAL VIRGEM 20 KG.	375,000	SC	20,93	7.848,75
127	BARRA DE FERRO 4,2 mm X12 m	245,000	UN	18,27	4.476,15
128	BARRA DE FERRO 5 mm 3/16 X 12 m	120,000	UN	23,70	2.844,00
154	-FECHADURA EXTERNA COM ROSETA MAGNUM CROMADO	70,000	UN	89,41	6.258,70
155	-FECHADURA INTERNA COM ROSETA MAGNUM CROMADO	70,000	UN	75,26	5.268,20
156	FECHADURAS PARA BANHEIRO CROMADA	20,000	UN	60,42	1.208,40
160	ASSENTO SANITÁRIO EM POLIPROPILENO, COM MODELO DE TAMPA ENVO	50,000	UN	44,78	2.239,00
163	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO CHAPA 18 (1,2 mm),ACABAMENTO DA C	10,000	UN	431,42	4.314,20
229	MALHA DE FERRO 3,8 2,00 X 3,00	70,000	UN	57,93	4.055,10
230	COLUNA DE FERRO 7X14X51/6	150,000	UN	97,42	14.613,00
				Total do Participante:	**434.294,62**

Participante: NOVA CASA ACABAMENTOS LTDA (21.904.385/0001-91)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	TELHA CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO 15 GRAUS 6 mm	120,000	UN	49,96	5.995,20
2	TELHA CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO 20 GRAUS 6 mm	120,000	UN	52,17	6.260,40
3	-FORRO DE PVC 8 mm X 20 cm X 5 m FRISADO NA COR BRANCA	500,000	UN	29,02	14.510,00
4	MEIA CANA PVC 6 m NA COR BRANCA	70,000	UN	36,12	2.528,40
5	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, 04 mm -244X50 cm	120,000	UN	24,61	2.953,20
6	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, TIPO ONDULA,05 mm 244X110 cm	170,000	UN	59,63	10.137,10
7	TELHA DE FIBROCIMENTO 05 mm -183X110 cm	150,000	UN	47,45	7.117,50
8	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, TIPO ONDULADA, MEDINDO 05 mm -213X110 cm	70,000	UN	56,00	3.920,00
9	TELHA DE FIBROCIMENTO 05 mm -153X110 cm	70,000	UN	44,07	3.084,90
10	TELHA DE FIBROCIMENTO 06 mm - 366X110 cm	120,000	UN	125,47	15.056,40
11	ELETRODUTO RIGIDO NAO METALICO, MATERIAL: PVC, COR: PRETO, CONEXAO: COM ROSCA, EXTREMIDADE: SEM LUVA, DIAMETRO NOMINAL: 1", COMPRIMENTO: 3000MM, NORMA: NBR 15465	25,000	UN	17,25	431,25
12	ELETRODO DE SOLDA E6013 PARA AÇO CARBONO 2,50 X 350 mm. NORM	3,000	CX	128,96	386,88
13	CABO FIO PARALELO FLEXÍVEL, ANTI-CHAMA, BRANCO, 2 X 4,00 mm	3,000	RO	712,60	2.137,80
14	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CURVA C, CORRENTE NOMINAL DE 25A	8,000	UN	47,48	379,84
15	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CURVA C, CORRENTE NOMINAL DE 10A	8,000	UN	50,39	403,12
16	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CURVA C, CORRENTE NOMINAL DE 06A	8,000	UN	46,80	374,40
17	LUMINÁRIA EMERGÊNCIA PREDIAL COM BATERIA DE LED 1200 lm	8,000	UN	49,25	394,00
18	REFLETOR DE LED, ÁREA EXTERNA POTÊNCIA MÍNIMA 200 w	10,000	UN	96,66	966,60
19	JANELA VENEZIANA DE CORRER 1 ½ X 1,00 m REQUADRO 12 cm, EM A	10,000	UN	690,38	6.903,80
20	PORTA DE ALUMÍNIO, TIPO DE ABRIR. COM 01 KIT MAÇANETA. MEDID	10,000	UN	685,16	6.851,60
21	PORTA DE ALUMÍNIO, TIPO DE ABRIR. COM 01 KIT MAÇANETA.	10,000	UN	789,52	7.895,20
22	PREGO 12X12 COM CABEÇA, AÇO ZINCADO (PACOTE DE 1 Kg)	50,000	PCT	25,56	1.278,00
23	-PREGO 15X15 COM CABEÇA (PACOTE DE 1 Kg)	120,000	UN	25,07	3.008,40
24	PREGO 17X21 COM CABEÇA, MATERIAL AÇO ZINCAD (PACOTE DE 1 Kg)	120,000	PCT	21,49	2.578,80
25	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL: AÇO, TIPO CABEÇA: CHATA, TIPO CORPO: LISO, TIPO PONTA: COMUM, BITOLA:17 X 27. (PACOTE 1Kg)	170,000	PCT	21,79	3.704,30
26	PREGO 18X24 COM CABEÇA (PACOTE DE 1 Kg)	60,000	PCT	21,78	1.306,80
27	-TRELIÇA H8 6 m, AÇO C60 NERVURADO QUE PERMITE MELHOR ADERÊN	150,000	UN	47,58	7.137,00
28	JANELA VITRÔ DE ALUMÍNIO 04 FOLHAS, TIPO DE CORRER, COM GRAD	5,000	UN	765,70	3.828,50
29	-AREIA LAVADA FINA	250,000	M3	151,29	37.822,50
30	-AREIA LAVADA GROSSA	250,000	M3	169,04	42.260,00
31	lajota 06 furos.	25.000,00	UN	0,81	20.250,00
32	LAJOTAS 08 FUROS 9X19X24 cm	10.000,00	UN	1,47	14.700,00
33	PEDRA BRITA, MATERIAL: ROCHA TRITURADA, TAMANHO ½	250,000	M3	175,88	43.970,00
34	SACOS DE CIMENTO 50 KG	700,000	UN	50,87	35.609,00
35	conexão hidraulica, material pvc- cloreto de polivinila, tipo adaptador	100,000	UN	4,30	430,00
36	ANEL DE CERA PARA VEDAÇÃO DE VASOS SANITÁRIOS DE ACORDO COM	20,000	UN	13,36	267,20
37	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL ¾ X 6,00 m	150,000	UN	29,14	4.371,00
38	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL 32 mm X 6,00 m	50,000	UN	50,17	2.508,50
39	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL 40 mm X 6,00 m	100,000	UN	70,14	7.014,00
40	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL 50 mm X 6,00 m	50,000	UN	74,90	3.745,00
41	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO COM ADITIVO UV, COM TAMPA, CAPACIDADE 500 l	4,000	UN	339,37	1.357,48
42	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO COM ADITIVO UV, COM TAMPA, CAPACIDADE 1000 l	3,000	UN	557,66	1.672,98
43	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO COM TAMPA ROSCA 20000 l	2,000	UN	10.331,50	20.663,00
44	CAIXA DE DESCARGA DE PAREDE COM ENGATE, MÁXIMO DE 09 LITROS	30,000	UN	54,58	1.637,40
45	CONEXÃO EM T ¾ SOLDÁVEL	50,000	UN	2,80	140,00
46	CONEXÃO EM T 100 mm	30,000	UN	13,09	392,70
47	CONEXÃO EM T PVC 1 ½ SOLDÁVEL	70,000	UN	11,43	800,10
48	-CURVA 11 ½ SOLDÁVEL	70,000	UN	9,23	646,10

49	JUNÇÃO SIMPLES DE 100 mm	45,000	UN	22,30	1.003,50
50	-KIT REPAROS PARA VÁLVULAS 2550 1 ½ ou 1 ¼	40,000	UN	65,32	2.612,80
51	LUVA PVC SOLDÁVEL ¾	115,000	UN	2,72	312,80
52	MANGUEIRA DRENAGEM ÁGUA MÁQUINA DE LAVAR - SAÍDA, MEDIDA: 2	10,000	UN	19,08	190,80
53	MANGUEIRA JARDIM, MATERIAL: PVC-TRAÇADO EM NÁILON, DIÂMETRO: 1/2 POL, ESPESSURA: 2 MM, PRESSÃO MÁXIMA: 6 BAR., COMPRIMENTO: 50 M, COR: VERDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ENGATE RÁPIDO, COM ESGUICHO.	250,000	UN	7,13	1.782,50
54	MANGUEIRA HIDRÁULICA, MATERIAL POLIETILENO, APLICAÇÃO IRRIGA	120,000	M	2,59	310,80
55	RALO DE AÇO INOX, 10 cm X 10 cm, COM CAIXILHO	50,000	UN	35,72	1.786,00
56	RALO QUADRADO BRANCO 100X53X40, MATERIAL PVC	30,000	UN	13,86	415,80
57	-REGISTRO DE GAVETA 1 ½	30,000	UN	105,01	3.150,30
58	REGISTRO ESFERA ¾ (25 mm) PVC LUVA SOLDÁVEL	35,000	UN	18,59	650,65
59	REGISTRO PRESSÃO METAL ¾	30,000	UN	64,36	1.930,80
60	REGISTRO PRESSÃO PVC ¾	30,000	UN	35,87	1.076,10
61	REPARO DE TORNEIRA	30,000	UN	28,49	854,70
62	REPARO PARA VÁLVULA DESCARGA	30,000	UN	63,62	1.908,60
63	ROLO DE MANGUEIRA ¾ PARA JARDIM, MATERIAL 0 3 CAMADAS DISTIN	3,000	RO	360,38	1.081,14
64	SIFÃO AJUSTÁVEL DUPLO	24,000	UN	19,84	476,16
65	-SIFÃO FLEXÍVEL MULTIÚSO NA COR BRANCA	100,000	UN	10,27	1.027,00
66	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL 60 cm NA COR BRANCA	70,000	UN	10,88	761,60
67	TORNEIRA, MATERIAL CORPO METAL CROMADO, TIPO LONGA	50,000	UN	74,03	3.701,50
68	TORNEIRA DE PAREDE, METAL CROMADO ¾ BICA MÓVEL	40,000	UN	72,38	2.895,20
69	TORNEIRAS BÓIAS ¾ PARA CAIXA DÁGUA, COM HASTE EM AÇO INOX E	25,000	UN	20,18	504,50
70	TORNEIRAS PARA LAVATÓRIO EM METAL C23	30,000	UN	55,66	1.669,80
71	TORNEIRAS PVC ½ PARA JARDIM	50,000	UN	6,66	333,00
72	TORNEIRAS PVC ¾, LONGA, PARA PIA	50,000	UN	13,36	668,00
73	TUBO DE ESGOTO 100 mm X 6,00 m	50,000	UN	90,79	4.539,50
74	TUBO DE LIGAÇÃO AJUSTÁVEL CROMADO	60,000	UN	31,49	1.889,40
75	-VÁLVULA PARA DESCARGA CROMADA COM ACABAM ENTO BITOLA 1 ½BP	30,000	UN	331,46	9.943,80
76	VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL, EM MATERIAL LOUÇA, ACABAMENTO E	20,000	UN	301,85	6.037,00
77	CAIBRO 5x5 cm - EM MADEIRA DE CAMBARÁ	850,000	M	12,29	10.446,50
78	FORRO DE MADEIRA DE PINUS 1 x 11,5 x 300 cm	120,000	M2	34,68	4.161,60
79	-JOGO DE GUARNIÇÃO PARA PORTA	50,000	UN	96,32	4.816,00
80	MEIA CANA MADEIRA EM PINUS LINEAR 02 cm X 02 cm	120,000	M	3,72	446,40
81	PORTA ALMOFADADA 70 cm X 2,10 m MACIÇA EXTERNA	12,000	UN	382,73	4.592,76
82	PORTA EM MADEIRA DE IMBUIA 70 cm X 2,10 m	15,000	UN	262,46	3.936,90
83	PORTA EM MADEIRA DE IMBUIA 80 cm X 2,10 m	15,000	UN	264,85	3.972,75
84	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA MACIÇA 80X210 cm	12,000	UN	540,06	6.480,72
85	-PORTA DE MADEIRA FRIZADA 80X210 cm	12,000	UN	326,80	3.921,60
86	-RIPÃO BRUTO MADEIRA	250,000	M	3,12	780,00
87	-TÁBUA 3,00 m X 25 cm EM MADEIRA DE PINUS	170,000	UN	28,47	4.839,90
88	TÁBUA MADEIRA EM PINUS 3,00 m X 30 cm	170,000	UN	38,12	6.480,40
89	TÁBUAS 3,00 m X 15 cm EM MADEIRA DE PINUS	170,000	UN	19,21	3.265,70
90	TÁBUAS DE MADEIRA 3,00 m X 30 cm EM CAMBARÁ	170,000	UN	38,37	6.522,90
91	VIGAS 5X10 cm EM MADEIRA DE CAMBARÁ	350,000	M	20,74	7.259,00
92	-PISO CERAMICAS 54X54 cm	250,000	M	36,97	9.242,50
93	REJUNTE FLEXÍVEL COM IMPERMEABILIZANTE CORES VARIADAS 1 Kg	85,000	PCT	9,50	807,50
94	CAL PARA PINTURA 8 Kg	170,000	SC	19,26	3.274,20
95	CAL VIRGEM 20 KG.	375,000	SC	20,93	7.848,75
96	DILUENTE ÁGUARRAS - 900 ML.	60,000	UN	21,15	1.269,00
97	DILUENTE AGUARRAS, APLICAÇÃO SOLVENTE DE TINTA, 5L	60,000	UN	93,36	5.601,60
98	-BROXAS 180X80 mm, CORPO PRODUZIDO EM POLIPROPILENO INJETADO	70,000	UN	9,92	694,40
99	APLICADOR PLÁSTICO DE MASSA CORRIDA 07X13CM	20,000	UN	4,94	98,80
100	FIXADOR DE CAL - 150 ml	80,000	UN	3,14	251,20
101	FITA CREPE 48 mm X 50 m	85,000	UN	16,09	1.367,65
102	-MASSA ACRÍLICA 3,6 l	60,000	UN	37,54	2.252,40
103	-MASSA PARA CALAFETAR - CAIXA COM 24 FILETES (360 g)	60,000	EMB	28,38	1.702,80
104	-PALHA DE AÇO Nº 02	150,000	PCT	3,10	465,00
105	ROLO PINTURA PREDIAL, MATERIAL LÃ DE CARNEIRO, COMPRIMENTO 15 CM	60,000	UN	14,72	883,20
106	-ROLOS DE LÃ DE CARNEIRO 23 cm	60,000	UN	21,00	1.260,00
107	SELADOR ACRÍLICO 3,6 l	60,000	UN	36,50	2.190,00
108	SOLVENTE PARA TINTAS E VERNIZES 1 l	60,000	UN	26,48	1.588,80
109	SOLVENTE PARA TINTAS E VERNIZES 5 l	40,000	UN	92,82	3.712,80
110	TINTA DE 900 ml ACRÍLICA PREMIUM, USO INTERNO E EXTERNO, IND	40,000	UN	46,17	1.846,80
111	TINTA DE 900 ml ACRÍLICA STANDARD, USO INTERNO E EXTERNO, IN	40,000	UN	35,67	1.426,80
112	TINTA DE 900 ml ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE PREMIUM, USO INT	40,000	LT	45,77	1.830,80
113	TINTA DE 900 ml ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE STANDARD, USO IN	40,000	LT	46,91	1.876,40
114	TINTA DE 900 ml LÁTEX PREMIUM, USO INTERNO E EXTERNO, INDICA	40,000	UN	46,80	1.872,00
115	TINTA DE 900 ml LÁTEX STANDARD, USO INTERNO E EXTERNO, INDIC	40,000	UN	35,66	1.426,40
116	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM 3,6 l - PINTURA DE GRADES	70,000	LT	157,99	11.059,30
117	TINTA ESMALTE SINTÉTICO STANDARD 3,6 l - PINTURA DE GRADES	70,000	LT	143,85	10.069,50
118	-TINTA LÁTEX ACRÍLICA FOSCO 18 l - EXTERNA E INTERNA	90,000	UN	380,76	34.268,40
119	TINTA LÁTEX ACRÍLICA FOSCO STANDARD 18 l - EXTERNA E INTERNA	90,000	UN	386,20	34.758,00
120	TINTA LÁTEX ACRÍLICA FOSCO PREMIUM 3,6 l - EXTERNA E INTERNA	70,000	UN	109,40	7.658,00
121	TINTA LÁTEX ACRÍLICA FOSCO STANDARD 3,6 l - EXTERNA E INTERN	70,000	UN	86,43	6.050,10
122	VERNIZ ACRÍLICO 3,6 l - EXTERIOR E INTERIOR	60,000	LT	138,94	8.336,40
123	ARAME LISO GALVANIZADO N°14, 2,11 mm	200,000	KG	26,99	5.398,00
124	-ARAME RECOZIDO Nº 18	200,000	KG	18,87	3.774,00
125	ARRUELA 5/16 LISA	150,000	UN	0,46	69,00
126	BARRA DE FERRO 10 mm 3/8 X 12 m	90,000	UN	58,21	5.238,90
127	BARRA DE FERRO 4,2 mm X12 m	245,000	UN	18,27	4.476,15
128	BARRA DE FERRO 5 mm 3/16 X 12 m	120,000	UN	23,70	2.844,00
129	BARRA DE FERRO 6,3 mm ¼ X 12 m	120,000	UN	29,14	3.496,80
130	BARRA DE FERRO 8 mm 5/16 X 12 m	120,000	UN	38,68	4.641,60
131	BROCA DE AÇO 10 mm	40,000	UN	19,91	796,40
132	BROCA DE AÇO N° 08	25,000	UN	18,85	471,25
133	BROCA DE VIDEA 08 mm	15,000	UN	19,47	292,05
134	BROCA DE VIDEA 16 mm	15,000	UN	22,30	334,50
135	BUCHA DE PARAFUSO N° 08	100,000	UN	0,48	48,00
136	PARAFUSO Nº 08	100,000	UN	0,54	54,00

137	BUCHA COM PARAFUSO Nº 06	100,000	UN	0,27	27,00
138	PARAFUSO Nº 06	50,000	UN	0,46	23,00
139	BUCHA COM PARAFUSO Nº 10	150,000	UN	0,55	82,50
140	GANCHO N°08 COM BUCHA	40,000	UN	1,34	53,60
141	-JOGO DE DOBRADIÇAS 3 1/2	75,000	UN	15,42	1.156,50
142	PARAFUSO ¼ X 3	225,000	UN	1,53	344,25
143	PARAFUSO P/ TELHA 5/16 X 4	150,000	UN	1,56	234,00
144	-PARAFUSO 5/8X6 150 mm P/ REX	15,000	UN	15,83	237,45
145	PARAFUSO AUTO BROCANTE 5,5 mm X ¾ PARA TELHA DE ZINCO TIPO S	100,000	UN	0,78	78,00
146	PARAFUSO AUTO BROCANTE GALVANIZADO COM ARRUELA DE ALUMÍNIO C	100,000	UN	1,04	104,00
147	-PARAFUSO EM LATÃO MACIÇO E ARRUELAS DE INOX COM ARRUELA DE	75,000	UN	1,87	140,25
148	-PARAFUSO SEXTAVADO ROSCA SOBERBA 5/16 X 70 mm	25,000	UN	1,57	39,25
149	PORCA 5/16 TORNEADA	25,000	UN	0,50	12,50
150	CADEADO DE 25 mm PEQUENO	65,000	UN	24,62	1.600,30
151	CADEADO DE 35 mm MÉDIO	65,000	UN	35,01	2.275,65
152	CADEADO DE 45 mm GRANDE	60,000	UN	45,88	2.752,80
153	CILINDRO PARA FECHADURA	70,000	UN	37,48	2.623,60
154	-FECHADURA EXTERNA COM ROSETA MAGNUM CROMADO	70,000	UN	89,41	6.258,70
155	-FECHADURA INTERNA COM ROSETA MAGNUM CROMADO	70,000	UN	75,26	5.268,20
156	FECHADURAS PARA BANHEIRO CROMADA	20,000	UN	60,42	1.208,40
157	PUXADOR PARA PORTA DE MADEIRA 60 cm MACIÇO POLIDO (PARES)	25,000	UN	137,73	3.443,25
158	ARMÁRIO DE PAREDE COM ESPELHO SOBREPOR EM PVC PARA BANHEIRO,	10,000	UN	76,50	765,00
159	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO PARA MODELO DE LOUÇA UNIVERSAL	36,000	UN	61,96	2.230,56
160	ASSENTO SANITÁRIO EM POLIPROPILENO, COM MODELO DE TAMPA ENVO	50,000	UN	44,78	2.239,00
161	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO COM BICO PARA CONCRETO 12 l	36,000	UN	16,25	585,00
162	CANALETA DE PVC COM FITA ADESIVA PARA ACABAMENTOS 20mm X 10	40,000	UN	11,57	462,80
163	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO CHAPA 18 (1,2 mm), ACABAMENTO DA C	10,000	UN	431,42	4.314,20
164	CATRACA PARA ESTICAR CERCA ARAME LISO	75,000	UN	11,34	850,50
165	CAVADEIRA ARTICULÁVEL COM CABO DE MADEIRA, COMPRIMENTO DAS G	15,000	UN	105,48	1.582,20
166	CHAVE DE CATRACA DE CERCA PARA ESTICAR ARAME, CONFECCIONADA	5,000	UN	16,50	82,50
167	-COLA BRANCA À BASE DE PVA (APLICAÇÕES EM MADEIRA, PAPELÃO,	60,000	UN	19,57	1.174,20
168	-COLA DE SILICONE - EMBALAGEM 300 g	85,000	UN	19,16	1.628,60
169	COLA PARA PVC - BISNAGA 17 g	85,000	UN	5,36	455,60
170	COLA PARA PVC 75 g	60,000	UN	10,14	608,40
171	DESEMPENADEIRA BASE PLÁSTICA COM ESPUMA 17 cm X 30 cm	10,000	UN	13,14	131,40
172	DESEMPENADEIRA DENTADA DE AÇO COM CABO DE MADEIRA 12 cm X 24	10,000	UN	28,09	280,90
173	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO: CONECTOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA MANGUEIRA, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, BITOLA: 3/4 POL	24,000	UN	6,82	163,68
174	-ENXADA LARGA COM CABO DE MADEIRA ORIGEM RENOVÁVEL 150 cm	15,000	UN	53,32	799,80
175	ENXADÃO 2,5 LIBRAS LARGO, COM CABO DE MADEIRA ORIGEM RENOVÁV	15,000	UN	65,38	980,70
176	ESCADA EM ALUMÍNIO DUPLA EXTENSÍVEL COM 8 DEGRAUS COM SAPATA	5,000	UN	327,86	1.639,30
177	-ESGUICHO PLÁSTICO TIPO PISTOLA PARA MANGUEIRA DE JARDIM	15,000	UN	19,97	299,55
178	-ESQUADRO COM CABO DE ALUMÍNIO DE 16 POLEGADAS	6,000	UN	30,00	180,00
179	FITA MULTIÚSO AUTOADERENTE, COM A SUPERFÍCIE DE FILME ALUMIN	6,000	RO	55,63	333,78
180	-FITA SINALIZAÇÃO ZEBRADA REFLETIVA NAS CORES AMARELA E PRET	90,000	RO	22,02	1.981,80
181	-FITA SINALIZAÇÃO ZEBRADA REFLETIVA NAS CORES AMARELA E PRE	70,000	RO	20,69	1.448,30
182	FITA VEDA ROSCA 18 mm X 10 m	75,000	UN	4,29	321,75
183	LIMA CHATA 08 COM CABO EM PLÁSTICO PARA AFIAR ENXADAS, FAC	50,000	UN	25,52	1.276,00
184	LIMA COM CABO PLÁSTICO EMBORRACHADO - PARA AFIAR CORRENTE DE	25,000	UN	28,85	721,25
185	LIMPADOR PÓS OBRA 1 l	35,000	UN	18,90	661,50
186	LINHA PARA PEDREIRO TRANÇADA BRANCA 100 m ROLO	20,000	M	15,32	306,40
187	MANGUEIRA DE GÁS NORMATIZADA PARA INSTALAÇÃO DOMÉSTICA 1,25	15,000	UN	14,93	223,95
188	MARTELO DE BORRACHA COM 60 mm COM CABO DE MADEIRA ENVERNIZAD	12,000	UN	33,29	399,48
189	MARTELO DE UNHA COM CABO DE MADEIRA ORIGEM RENOVÁVEL 27 mm	15,000	UN	45,43	681,45
190	ESCALA MÉTRICA COM RÉGUAS DOBRÁVEIS, (METRO DE MADEIRA NATUR	15,000	UN	21,76	326,40
191	NÍVEL DE ALUMÍNIO ROBUSTO DE 03 BOLHAS 10 COM BASE MAGNÉTIC	5,000	UN	33,22	166,10
192	PÁ DE BICO Nº 04 EM AÇO CARBONO ESPECIAL, COM CABO DE EUCALI	15,000	UN	49,08	736,20
193	PÁ QUADRADA Nº 04 EM AÇO CARBONO ESPECIAL, COM CABO DE MADEI	15,000	UN	49,08	736,20
194	PARES DE LUVAS DE SEGURANÇA CONFECCIONADAS EM LÁTEX NATURAL,	170,000	PAR	15,56	2.645,20
195	PARES DE LUVAS DE SEGURANÇA EM MALHA PIGMENTADA 03 FIOS, ALG	220,000	PAR	12,80	2.816,00
196	PARES DE LUVAS DE SEGURANÇA, EM VAQUETA PETROLEIRA	120,000	PAR	28,01	3.361,20
197	PENEIRAS CONSTRUÇÃO - DIÂMETRO 80 cm	12,000	UN	77,66	931,92
198	-SERRA MANUAL 24 DENTES	40,000	UN	13,92	556,80
199	TRENA 5 m X 19 mm, GRADUAÇÃO EM METROS, CENTÍMETROS, MILÍMET	20,000	UN	22,71	454,20
200	-TRENA MANUAL COM FITA DE AÇO - 30 m X 9,5 mm, CAIXA FABRICA	6,000	UN	54,87	329,22
201	FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA DE CORTE DE GRAMA 3,3 mm - ROLO	3,000	RO	214,83	644,49
202	VEDA CALHA ALUMÍNIO 280 g	45,000	UN	20,40	918,00
203	-CALHA DE ZINCO 0,50 cm	100,000	M	44,00	4.400,00
204	ABRAÇADEIRA DE METAL ROSCA SEM FIM	50,000	UN	3,38	169,00
205	MASSA CORRIDA - PVA - 25 KG	60,000	UN	69,52	4.171,20
206	LIXA PARA PVA Nº 120	200,000	UN	2,83	566,00
207	LIXA PARA PVA Nº 220	200,000	UN	3,32	664,00
208	VÁLVULA PARA PIA DE BANHEIRO 7/8 EM PVC	15,000	UN	16,30	244,50
209	VÁLVULA SAIDA DE ÁGUA AMERICANA P/ COZINHA 3.1/2 EM INOX	15,000	UN	20,28	304,20
210	VÁLVULA PARA TANQUE 1.1/2 EM PVC	15,000	UN	14,25	213,75
211	BARRA DE TUBO 100mm X 6,00m	20,000	UN	90,97	1.819,40
212	BARRA DE TUBO150 mm X 6,00m	20,000	UN	245,55	4.911,00
213	BARRA DE TUBO 200mm X 6,00m	20,000	UN	361,28	7.225,60
214	BROCA DE AÇO DE 6mm	40,000	UN	10,94	437,60
215	BROCA DE AÇO DE 12mm	40,000	UN	26,72	1.068,80
216	RÉGUA DE ALUMÍNIO P/ PEDREIRO 2,00 METROS	30,000	UN	48,41	1.452,30
217	MARTELETE DEMOLIDOR 5,4 KG 900W MB8600B SEXTAVADO C/PONTEIRO E TALHADEIRA	1,000	UN	935,20	935,20
218	BETONEIRA 400 LITROS 2 CV 4 POLOS 110/220 V	1,000	UN	5.743,83	5.743,83
219	PLAINA ELÉTRICA PSOFISSIONAL 700 W GHO 700 16.500 RPM	1,000	UN	455,67	455,67
220	SERRA CIRCULAR PARA MADEIRA 7.1/4 1800W 110 V	1,000	UN	408,16	408,16
221	MÓDULO DE ANDAIME 1,00 X 1,50 M	20,000	UN	263,34	5.266,80
222	SERRA MÁRMORE 4.3/8 1.450 WTS 41.00 NH32	1,000	UN	369,40	369,40
223	ESMERILHADEIRA /LIXADEIRA 2.200WTS POLITRIZ	1,000	UN	337,52	337,52
224	SERRA CIRCULAR 7.1/4 1.800 WTS	1,000	UN	393,00	393,00
225	CORTADOR DE GRAMA ´À GASOLINA 6.5 CV/3.600 RPM	1,000	UN	2.715,67	2.715,67

226	CORDA SEDA 4,0 MM	50,000	KG	27,30	1.365,00
227	CORDA SEDA 8,0 MM	50,000	KG	41,01	2.050,50
228	SERROTE DE PODA	20,000	UN	84,06	1.681,20
229	MALHA DE FERRO 3,8 2,00 X 3,00	70,000	UN	57,93	4.055,10
230	COLUNA DE FERRO 7X14X51/6	150,000	UN	97,42	14.613,00
231	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, LENTE EM POLICARBONATO	48,000	UN	10,31	494,88
232	BOTA DE SEGURANÇA	84,000	PAR	78,68	6.609,12
233	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO NA CONSTRUÇÃO	48,000	UN	42,25	2.028,00
234	SOPRADOR/ASPIRADOR ELÉTRICO – 3.000 W – 127 V Soprador e aspirador elétrico, potência mínima de 3.000 W, tensão de alimentação 127 V, com função de soprar e aspirar folhas, poeira e pequenos resíduos, indicado para limpeza e manutenção de áreas externas de repartições públicas, pátios, jardins, calçadas, estacionamentos e demais espaços públicos. Equipamento portátil, com acionamento elétrico, empunhadura ergonômica, sistema de fácil conversão entre as funções de soprar e aspirar, acompanhado de tubo soprador, tubo de aspiração, saco coletor com capacidade compatível com o equipamento e demais acessórios necessários para seu pleno funcionamento. Produto novo, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e assistência técnica conforme legislação vigente...	15,000	UN	381,21	5.718,15
235	SOPRADOR A GASOLINA, portátil, novo, sem uso anterior, destinado à limpeza de folhas, grama cortada, poeira e pequenos detritos em áreas externas de repartições públicas, praças, jardins, pátios, calçadas e demais espaços públicos. Equipado com motor a gasolina, potência mínima de 1,5 HP, sistema de partida manual, empunhadura ergonômica e tubo soprador, acompanhado de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento. Deverá atender às normas de segurança vigentes e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	10,000	UN	835,04	8.350,40
				Total do Participante:	**849.780,01**

Participante: SANCHES & MORAIS LTDA (00.114.731/0001-68)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	TELHA CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO 15 GRAUS 6 mm	120,000	UN	49,96	5.995,20
2	TELHA CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO 20 GRAUS 6 mm	120,000	UN	52,17	6.260,40
3	-FORRO DE PVC 8 mm X 20 cm X 5 m FRISADO NA COR BRANCA	500,000	UN	29,02	14.510,00
4	MEIA CANA PVC 6 m NA COR BRANCA	70,000	UN	36,12	2.528,40
5	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, 04 mm -244X50 cm	120,000	UN	24,61	2.953,20
6	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, TIPO ONDULA,05 mm 244X110 cm	170,000	UN	59,63	10.137,10
7	TELHA DE FIBROCIMENTO 05 mm -183X110 cm	150,000	UN	47,45	7.117,50
8	TELHA, MATERIAL FIBROCIMENTO, TIPO ONDULADA, MEDINDO 05 mm -213X110 cm	70,000	UN	56,00	3.920,00
9	TELHA DE FIBROCIMENTO 05 mm -153X110 cm	70,000	UN	44,07	3.084,90
10	TELHA DE FIBROCIMENTO 06 mm - 366X110 cm	120,000	UN	125,47	15.056,40
11	ELETRODUTO RIGIDO NAO METALICO, MATERIAL: PVC, COR: PRETO, CONEXAO: COM ROSCA, EXTREMIDADE: SEM LUVA, DIAMETRO NOMINAL: 1", COMPRIMENTO: 3000MM, NORMA: NBR 15465	25,000	UN	17,25	431,25
12	ELETRODO DE SOLDA E6013 PARA AÇO CARBONO 2,50 X 350 mm. NORM	3,000	CX	128,96	386,88
13	CABO FIO PARALELO FLEXÍVEL, ANTI-CHAMA, BRANCO, 2 X 4,00 mm	3,000	RO	712,60	2.137,80
14	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CURVA C, CORRENTE NOMINAL DE 25A	8,000	UN	47,48	379,84
15	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CURVA C, CORRENTE NOMINAL DE 10A	8,000	UN	50,39	403,12
16	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CURVA C, CORRENTE NOMINAL DE 06A	8,000	UN	46,80	374,40
17	LUMINÁRIA EMERGÊNCIA PREDIAL COM BATERIA DE LED 1200 lm	8,000	UN	49,25	394,00
18	REFLETOR DE LED, ÁREA EXTERNA POTÊNCIA MÍNIMA 200 w	10,000	UN	96,66	966,60
19	JANELA VENEZIANA DE CORRER 1 ½ X 1,00 m REQUADRO 12 cm, EM A	10,000	UN	690,38	6.903,80
20	PORTA DE ALUMÍNIO, TIPO DE ABRIR. COM 01 KIT MAÇANETA. MEDID	10,000	UN	685,16	6.851,60
21	PORTA DE ALUMÍNIO, TIPO DE ABRIR. COM 01 KIT MAÇANETA.	10,000	UN	789,52	7.895,20
22	PREGO 12X12 COM CABEÇA, AÇO ZINCADO (PACOTE DE 1 Kg)	50,000	PCT	25,56	1.278,00
23	-PREGO 15X15 COM CABEÇA (PACOTE DE 1 Kg)	120,000	UN	25,07	3.008,40
24	PREGO 17X21 COM CABEÇA, MATERIAL AÇO ZINCAD (PACOTE DE 1 Kg)	120,000	PCT	21,49	2.578,80
25	PREGO COM CABEÇA, MATERIAL: AÇO, TIPO CABEÇA: CHATA, TIPO CORPO: LISO, TIPO PONTA: COMUM, BITOLA:17 X 27. (PACOTE 1Kg)	170,000	PCT	21,79	3.704,30
26	PREGO 18X24 COM CABEÇA (PACOTE DE 1 Kg)	60,000	PCT	21,78	1.306,80
27	-TRELIÇA H8 6 m, AÇO C60 NERVURADO QUE PERMITE MELHOR ADERÊN	150,000	UN	47,58	7.137,00
28	JANELA VITRÔ DE ALUMÍNIO 04 FOLHAS, TIPO DE CORRER, COM GRAD	5,000	UN	765,70	3.828,50
29	-AREIA LAVADA FINA	250,000	M3	151,29	37.822,50
30	-AREIA LAVADA GROSSA	250,000	M3	169,04	42.260,00
31	lajota 06 furos.	25.000,00	UN	0,81	20.250,00
32	LAJOTAS 08 FUROS 9X19X24 cm	10.000,00	UN	1,47	14.700,00
33	PEDRA BRITA, MATERIAL: ROCHA TRITURADA, TAMANHO ½	250,000	M3	175,88	43.970,00
34	SACOS DE CIMENTO 50 KG	700,000	UN	50,87	35.609,00
35	conexão hidraulica, material pvc- cloreto de polivinila, tipo adaptador	100,000	UN	4,30	430,00
36	ANEL DE CERA PARA VEDAÇÃO DE VASOS SANITÁRIOS DE ACORDO COM	20,000	UN	13,36	267,20
37	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL ¾ X 6,00 m	150,000	UN	29,14	4.371,00
38	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL 32 mm X 6,00 m	50,000	UN	50,17	2.508,50
39	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL 40 mm X 6,00 m	100,000	UN	70,14	7.014,00
40	BARRA DE TUBO SOLDÁVEL 50 mm X 6,00 m	50,000	UN	74,90	3.745,00
41	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO COM ADITIVO UV, COM TAMPA, CAPACIDADE 500 l	4,000	UN	339,37	1.357,48
42	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO COM ADITIVO UV, COM TAMPA, CAPACIDADE 1000 l	3,000	UN	557,66	1.672,98
43	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO COM TAMPA ROSCA 20000 l	2,000	UN	10.331,50	20.663,00
44	CAIXA DE DESCARGA DE PAREDE COM ENGATE, MÁXIMO DE 09 LITROS	30,000	UN	54,58	1.637,40
45	CONEXÃO EM T ¾ SOLDÁVEL	50,000	UN	2,80	140,00
46	CONEXÃO EM T 100 mm	30,000	UN	13,09	392,70
47	CONEXÃO EM T PVC 1 ½ SOLDÁVEL	70,000	UN	11,43	800,10
48	-CURVA 11 ½ SOLDÁVEL	70,000	UN	9,23	646,10
49	JUNÇÃO SIMPLES DE 100 mm	45,000	UN	22,30	1.003,50
50	-KIT REPAROS PARA VÁLVULAS 2550 1 ½ ou 1 ¼	40,000	UN	65,32	2.612,80
51	LUVA PVC SOLDÁVEL ¾	115,000	UN	2,72	312,80
52	MANGUEIRA DRENAGEM ÁGUA MÁQUINA DE LAVAR - SAÍDA, MEDIDA: 2	10,000	UN	19,08	190,80
53	MANGUEIRA JARDIM, MATERIAL: PVC-TRAÇADO EM NÁILON, DIÂMETRO: 1/2 POL, ESPESSURA: 2 MM, PRESSÃO MÁXIMA: 6 BAR., COMPRIMENTO: 50 M, COR: VERDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ENGATE RÁPIDO, COM ESGUICHO.	250,000	UN	7,13	1.782,50
54	MANGUEIRA HIDRÁULICA, MATERIAL POLIETILENO, APLICAÇÃO IRRIGA	120,000	M	2,59	310,80
55	RALO DE AÇO INOX, 10 cm X 10 cm, COM CAIXILHO	50,000	UN	35,72	1.786,00
56	RALO QUADRADO BRANCO 100X53X40, MATERIAL PVC	30,000	UN	13,86	415,80
57	-REGISTRO DE GAVETA 1 ½	30,000	UN	105,01	3.150,30
58	REGISTRO ESFERA ¾ (25 mm) PVC LUVA SOLDÁVEL	35,000	UN	18,59	650,65
59	REGISTRO PRESSÃO METAL ¾	30,000	UN	64,36	1.930,80
60	REGISTRO PRESSÃO PVC ¾	30,000	UN	35,87	1.076,10
61	REPARO DE TORNEIRA	30,000	UN	28,49	854,70
62	REPARO PARA VÁLVULA DESCARGA	30,000	UN	63,62	1.908,60
63	ROLO DE MANGUEIRA ¾ PARA JARDIM, MATERIAL 0 3 CAMADAS DISTIN	3,000	RO	360,38	1.081,14
64	SIFÃO AJUSTÁVEL DUPLO	24,000	UN	19,84	476,16
65	-SIFÃO FLEXÍVEL MULTIÚSO NA COR BRANCA	100,000	UN	10,27	1.027,00
66	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL 60 cm NA COR BRANCA	70,000	UN	10,88	761,60
67	TORNEIRA, MATERIAL CORPO METAL CROMADO, TIPO LONGA	50,000	UN	74,03	3.701,50

68	TORNEIRA DE PAREDE, METAL CROMADO ¾ BICA MÓVEL	40,000	UN	72,38	2.895,20
69	TORNEIRAS BÓIAS ¾ PARA CAIXA DÁGUA, COM HASTE EM AÇO INOX E	25,000	UN	20,18	504,50
70	TORNEIRAS PARA LAVATÓRIO EM METAL C23	30,000	UN	55,66	1.669,80
71	TORNEIRAS PVC ½ PARA JARDIM	50,000	UN	6,66	333,00
72	TORNEIRAS PVC ¾, LONGA, PARA PIA	50,000	UN	13,36	668,00
73	TUBO DE ESGOTO 100 mm X 6,00 m	50,000	UN	90,79	4.539,50
74	TUBO DE LIGAÇÃO AJUSTÁVEL CROMADO	60,000	UN	31,49	1.889,40
75	-VÁLVULA PARA DESCARGA CROMADA COM ACABAM ENTO BITOLA 1 ½BP	30,000	UN	331,46	9.943,80
76	VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL, EM MATERIAL LOUÇA, ACABAMENTO E	20,000	UN	301,85	6.037,00
77	CAIBRO 5x5 cm - EM MADEIRA DE CAMBARÁ	850,000	M	12,29	10.446,50
78	FORRO DE MADEIRA DE PINUS 1 x 11,5 x 300 cm	120,000	M2	34,68	4.161,60
79	-JOGO DE GUARNIÇÃO PARA PORTA	50,000	UN	96,32	4.816,00
80	MEIA CANA MADEIRA EM PINUS LINEAR 02 cm X 02 cm	120,000	M	3,72	446,40
81	PORTA ALMOFADADA 70 cm X 2,10 m MACIÇA EXTERNA	12,000	UN	382,73	4.592,76
82	PORTA EM MADEIRA DE IMBUIA 70 cm X 2,10 m	15,000	UN	262,46	3.936,90
83	PORTA EM MADEIRA DE IMBUIA 80 cm X 2,10 m	15,000	UN	264,85	3.972,75
84	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA MACIÇA 80X210 cm	12,000	UN	540,06	6.480,72
85	-PORTA DE MADEIRA FRIZADA 80X210 cm	12,000	UN	326,80	3.921,60
86	-RIPÃO BRUTO MADEIRA	250,000	M	3,12	780,00
87	-TÁBUA 3,00 m X 25 cm EM MADEIRA DE PINUS	170,000	UN	28,47	4.839,90
88	TÁBUA MADEIRA EM PINUS 3,00 m X 30 cm	170,000	UN	38,12	6.480,40
89	TÁBUAS 3,00 m X 15 cm EM MADEIRA DE PINUS	170,000	UN	19,21	3.265,70
90	TÁBUAS DE MADEIRA 3,00 m X 30 cm EM CAMBARÁ	170,000	UN	38,37	6.522,90
91	VIGAS 5X10 cm EM MADEIRA DE CAMBARÁ	350,000	M	20,74	7.259,00
92	-PISO CERAMICAS 54X54 cm	250,000	M	36,97	9.242,50
93	REJUNTE FLEXÍVEL COM IMPERMEABILIZANTE CORES VARIADAS 1 Kg	85,000	PCT	9,50	807,50
94	CAL PARA PINTURA 8 Kg	170,000	SC	19,26	3.274,20
95	CAL VIRGEM 20 KG.	375,000	SC	20,93	7.848,75
96	DILUENTE ÁGUARRAS - 900 ML.	60,000	UN	21,15	1.269,00
97	DILUENTE AGUARRAS, APLICAÇÃO SOLVENTE DE TINTA, 5L	60,000	UN	93,36	5.601,60
98	-BROXAS 180X80 mm, CORPO PRODUZIDO EM POLIPROPILENO INJETADO	70,000	UN	9,92	694,40
99	APLICADOR PLÁSTICO DE MASSA CORRIDA 07X13CM	20,000	UN	4,94	98,80
100	FIXADOR DE CAL - 150 ml	80,000	UN	3,14	251,20
101	FITA CREPE 48 mm X 50 m	85,000	UN	16,09	1.367,65
102	-MASSA ACRÍLICA 3,6 l	60,000	UN	37,54	2.252,40
103	-MASSA PARA CALAFETAR - CAIXA COM 24 FILETES (360 g)	60,000	EMB	28,38	1.702,80
104	-PALHA DE AÇO Nº 02	150,000	PCT	3,10	465,00
105	ROLO PINTURA PREDIAL, MATERIAL LÃ DE CARNEIRO, COMPRIMENTO 15 CM	60,000	UN	14,72	883,20
106	-ROLOS DE LÃ DE CARNEIRO 23 cm	60,000	UN	21,00	1.260,00
107	SELADOR ACRÍLICO 3,6 l	60,000	UN	36,50	2.190,00
108	SOLVENTE PARA TINTAS E VERNIZES 1 l	60,000	UN	26,48	1.588,80
109	SOLVENTE PARA TINTAS E VERNIZES 5 l	40,000	UN	92,82	3.712,80
110	TINTA DE 900 ml ACRÍLICA PREMIUM, USO INTERNO E EXTERNO, IND	40,000	UN	46,17	1.846,80
111	TINTA DE 900 ml ACRÍLICA STANDARD, USO INTERNO E EXTERNO, IN	40,000	UN	35,67	1.426,80
112	TINTA DE 900 ml ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE PREMIUM, USO INT	40,000	LT	45,77	1.830,80
113	TINTA DE 900 ml ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE STANDARD, USO IN	40,000	LT	46,91	1.876,40
114	TINTA DE 900 ml LÁTEX PREMIUM, USO INTERNO E EXTERNO, INDICA	40,000	UN	46,80	1.872,00
115	TINTA DE 900 ml LÁTEX STANDARD, USO INTERNO E EXTERNO, INDIC	40,000	UN	35,66	1.426,40
116	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM 3,6 l - PINTURA DE GRADES	70,000	LT	157,99	11.059,30
117	TINTA ESMALTE SINTÉTICO STANDARD 3,6 l - PINTURA DE GRADES	70,000	LT	143,85	10.069,50
118	-TINTA LÁTEX ACRÍLICA FOSCO 18 l - EXTERNA E INTERNA	90,000	UN	380,76	34.268,40
119	TINTA LÁTEX ACRÍLICA FOSCO STANDARD 18 l - EXTERNA E INTERNA	90,000	UN	386,20	34.758,00
120	TINTA LÁTEX ACRÍLICA FOSCO PREMIUM 3,6 l - EXTERNA E INTERNA	70,000	UN	109,40	7.658,00
121	TINTA LÁTEX ACRÍLICA FOSCO STANDARD 3,6 l - EXTERNA E INTERN	70,000	UN	86,43	6.050,10
122	VERNIZ ACRÍLICO 3,6 l - EXTERIOR E INTERIOR	60,000	LT	138,94	8.336,40
123	ARAME LISO GALVANIZADO N°14, 2,11 mm	200,000	KG	26,99	5.398,00
124	-ARAME RECOZIDO Nº 18	200,000	KG	18,87	3.774,00
125	ARRUELA 5/16 LISA	150,000	UN	0,46	69,00
126	BARRA DE FERRO 10 mm 3/8 X 12 m	90,000	UN	58,21	5.238,90
127	BARRA DE FERRO 4,2 mm X12 m	245,000	UN	18,27	4.476,15
128	BARRA DE FERRO 5 mm 3/16 X 12 m	120,000	UN	23,70	2.844,00
129	BARRA DE FERRO 6,3 mm ¼ X 12 m	120,000	UN	29,14	3.496,80
130	BARRA DE FERRO 8 mm 5/16 X 12 m	120,000	UN	38,68	4.641,60
131	BROCA DE AÇO 10 mm	40,000	UN	19,91	796,40
132	BROCA DE AÇO N° 08	25,000	UN	18,85	471,25
133	BROCA DE VIDEA 08 mm	15,000	UN	19,47	292,05
134	BROCA DE VIDEA 16 mm	15,000	UN	22,30	334,50
135	BUCHA DE PARAFUSO N° 08	100,000	UN	0,48	48,00
136	PARAFUSO Nº 08	100,000	UN	0,54	54,00
137	BUCHA COM PARAFUSO Nº 06	100,000	UN	0,27	27,00
138	PARAFUSO Nº 06	50,000	UN	0,46	23,00
139	BUCHA COM PARAFUSO Nº 10	150,000	UN	0,55	82,50
140	GANCHO N°08 COM BUCHA	40,000	UN	1,34	53,60
141	-JOGO DE DOBRADIÇAS 3 1/2	75,000	UN	15,42	1.156,50
142	PARAFUSO ¼ X 3	225,000	UN	1,53	344,25
143	PARAFUSO P/ TELHA 5/16 X 4	150,000	UN	1,56	234,00
144	-PARAFUSO 5/8X6 150 mm P/ REX	15,000	UN	15,83	237,45
145	PARAFUSO AUTO BROCANTE 5,5 mm X ¾ PARA TELHA DE ZINCO TIPO S	100,000	UN	0,78	78,00
146	PARAFUSO AUTO BROCANTE GALVANIZADO COM ARRUELA DE ALUMÍNIO C	100,000	UN	1,04	104,00
147	-PARAFUSO EM LATÃO MACIÇO E ARRUELAS DE INOX COM ARRUELA DE	75,000	UN	1,87	140,25
148	-PARAFUSO SEXTAVADO ROSCA SOBERBA 5/16 X 70 mm	25,000	UN	1,57	39,25
149	PORCA 5/16 TORNEADA	25,000	UN	0,50	12,50
150	CADEADO DE 25 mm PEQUENO	65,000	UN	24,62	1.600,30
151	CADEADO DE 35 mm MÉDIO	65,000	UN	35,01	2.275,65
152	CADEADO DE 45 mm GRANDE	60,000	UN	45,88	2.752,80
153	CILINDRO PARA FECHADURA	70,000	UN	37,48	2.623,60
154	-FECHADURA EXTERNA COM ROSETA MAGNUM CROMADO	70,000	UN	89,41	6.258,70
155	-FECHADURA INTERNA COM ROSETA MAGNUM CROMADO	70,000	UN	75,26	5.268,20
156	FECHADURAS PARA BANHEIRO CROMADA	20,000	UN	60,42	1.208,40

157	PUXADOR PARA PORTA DE MADEIRA 60 cm MACIÇO POLIDO (PARES)	25,000	UN	137,73	3.443,25
158	ARMÁRIO DE PAREDE COM ESPELHO SOBREPOR EM PVC PARA BANHEIRO,	10,000	UN	76,50	765,00
159	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO PARA MODELO DE LOUÇA UNIVERSAL	36,000	UN	61,96	2.230,56
160	ASSENTO SANITÁRIO EM POLIPROPILENO, COM MODELO DE TAMPA ENVO	50,000	UN	44,78	2.239,00
161	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO COM BICO PARA CONCRETO 12 l	36,000	UN	16,25	585,00
162	CANALETA DE PVC COM FITA ADESIVA PARA ACABAMENTOS 20mm X 10	40,000	UN	11,57	462,80
163	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO CHAPA 18 (1,2 mm), ACABAMENTO DA C	10,000	UN	431,42	4.314,20
164	CATRACA PARA ESTICAR CERCA ARAME LISO	75,000	UN	11,34	850,50
165	CAVADEIRA ARTICULÁVEL COM CABO DE MADEIRA, COMPRIMENTO DAS G	15,000	UN	105,48	1.582,20
166	CHAVE DE CATRACA DE CERCA PARA ESTICAR ARAME, CONFECCIONADA	5,000	UN	16,50	82,50
167	-COLA BRANCA À BASE DE PVA (APLICAÇÕES EM MADEIRA, PAPELÃO,	60,000	UN	19,57	1.174,20
168	-COLA DE SILICONE - EMBALAGEM 300 g	85,000	UN	19,16	1.628,60
169	COLA PARA PVC - BISNAGA 17 g	85,000	UN	5,36	455,60
170	COLA PARA PVC 75 g	60,000	UN	10,14	608,40
171	DESEMPENADEIRA BASE PLÁSTICA COM ESPUMA 17 cm X 30 cm	10,000	UN	13,14	131,40
172	DESEMPENADEIRA DENTADA DE AÇO COM CABO DE MADEIRA 12 cm X 24	10,000	UN	28,09	280,90
173	CONEXÃO HIDRÁULICA, TIPO: CONECTOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA MANGUEIRA, APLICAÇÃO: IRRIGAÇÃO, BITOLA: 3/4 POL	24,000	UN	6,82	163,68
174	-ENXADA LARGA COM CABO DE MADEIRA ORIGEM RENOVÁVEL 150 cm	15,000	UN	53,32	799,80
175	ENXADÃO 2,5 LIBRAS LARGO, COM CABO DE MADEIRA ORIGEM RENOVÁV	15,000	UN	65,38	980,70
176	ESCADA EM ALUMÍNIO DUPLA EXTENSÍVEL COM 8 DEGRAUS COM SAPATA	5,000	UN	327,86	1.639,30
177	-ESGUICHO PLÁSTICO TIPO PISTOLA PARA MANGUEIRA DE JARDIM	15,000	UN	19,97	299,55
178	-ESQUADRO COM CABO DE ALUMÍNIO DE 16 POLEGADAS	6,000	UN	30,00	180,00
179	FITA MULTIÚSO AUTOADERENTE, COM A SUPERFÍCIE DE FILME ALUMIN	6,000	RO	55,63	333,78
180	-FITA SINALIZAÇÃO ZEBRADA REFLETIVA NAS CORES AMARELA E PRET	90,000	RO	22,02	1.981,80
181	-FITA SINALIZAÇÃO ZEBRADA REFLETIVA NAS CORES AMARELA E PRE	70,000	RO	20,69	1.448,30
182	FITA VEDA ROSCA 18 mm X 10 m	75,000	UN	4,29	321,75
183	LIMA CHATA 08 COM CABO EM PLÁSTICO PARA AFIAR ENXADAS, FAC	50,000	UN	25,52	1.276,00
184	LIMA COM CABO PLÁSTICO EMBORRACHADO - PARA AFIAR CORRENTE DE	25,000	UN	28,85	721,25
185	LIMPADOR PÓS OBRA 1 l	35,000	UN	18,90	661,50
186	LINHA PARA PEDREIRO TRANÇADA BRANCA 100 m ROLO	20,000	M	15,32	306,40
187	MANGUEIRA DE GÁS NORMATIZADA PARA INSTALAÇÃO DOMÉSTICA 1,25	15,000	UN	14,93	223,95
188	MARTELO DE BORRACHA COM 60 mm COM CABO DE MADEIRA ENVERNIZAD	12,000	UN	33,29	399,48
189	MARTELO DE UNHA COM CABO DE MADEIRA ORIGEM RENOVÁVEL 27 mm	15,000	UN	45,43	681,45
190	ESCALA MÉTRICA COM RÉGUAS DOBRÁVEIS, (METRO DE MADEIRA NATUR	15,000	UN	21,76	326,40
191	NÍVEL DE ALUMÍNIO ROBUSTO DE 03 BOLHAS 10 COM BASE MAGNÉTIC	5,000	UN	33,22	166,10
192	PÁ DE BICO Nº 04 EM AÇO CARBONO ESPECIAL, COM CABO DE EUCALI	15,000	UN	49,08	736,20
193	PÁ QUADRADA Nº 04 EM AÇO CARBONO ESPECIAL, COM CABO DE MADEI	15,000	UN	49,08	736,20
194	PARES DE LUVAS DE SEGURANÇA CONFECCIONADAS EM LÁTEX NATURAL,	170,000	PAR	15,56	2.645,20
195	PARES DE LUVAS DE SEGURANÇA EM MALHA PIGMENTADA 03 FIOS, ALG	220,000	PAR	12,80	2.816,00
196	PARES DE LUVAS DE SEGURANÇA, EM VAQUETA PETROLEIRA	120,000	PAR	28,01	3.361,20
197	PENEIRAS CONSTRUÇÃO - DIÂMETRO 80 cm	12,000	UN	77,66	931,92
198	-SERRA MANUAL 24 DENTES	40,000	UN	13,92	556,80
199	TRENA 5 m X 19 mm, GRADUAÇÃO EM METROS, CENTÍMETROS, MILÍMET	20,000	UN	22,71	454,20
200	-TRENA MANUAL COM FITA DE AÇO - 30 m X 9,5 mm, CAIXA FABRICA	6,000	UN	54,87	329,22
201	FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA DE CORTE DE GRAMA 3,3 mm - ROLO	3,000	RO	214,83	644,49
202	VEDA CALHA ALUMÍNIO 280 g	45,000	UN	20,40	918,00
203	-CALHA DE ZINCO 0,50 cm	100,000	M	44,00	4.400,00
204	ABRAÇADEIRA DE METAL ROSCA SEM FIM	50,000	UN	3,38	169,00
205	MASSA CORRIDA - PVA - 25 KG	60,000	UN	69,52	4.171,20
206	LIXA PARA PVA Nº 120	200,000	UN	2,83	566,00
207	LIXA PARA PVA Nº 220	200,000	UN	3,32	664,00
208	VÁLVULA PARA PIA DE BANHEIRO 7/8 EM PVC	15,000	UN	16,30	244,50
209	VÁLVULA SAIDA DE ÁGUA AMERICANA P/ COZINHA 3.1/2 EM INOX	15,000	UN	20,28	304,20
210	VÁLVULA PARA TANQUE 1.1/2 EM PVC	15,000	UN	14,25	213,75
211	BARRA DE TUBO 100mm X 6,00m	20,000	UN	90,97	1.819,40
212	BARRA DE TUBO150 mm X 6,00m	20,000	UN	245,55	4.911,00
213	BARRA DE TUBO 200mm X 6,00m	20,000	UN	361,28	7.225,60
214	BROCA DE AÇO DE 6mm	40,000	UN	10,94	437,60
215	BROCA DE AÇO DE 12mm	40,000	UN	26,72	1.068,80
216	RÉGUA DE ALUMÍNIO P/ PEDREIRO 2,00 METROS	30,000	UN	48,41	1.452,30
217	MARTELETE DEMOLIDOR 5,4 KG 900W MB8600B SEXTAVADO C/PONTEIRO E TALHADEIRA	1,000	UN	935,20	935,20
218	BETONEIRA 400 LITROS 2 CV 4 POLOS 110/220 V	1,000	UN	5.743,83	5.743,83
219	PLAINA ELÉTRICA PSOFISSIONAL 700 W GHO 700 16.500 RPM	1,000	UN	455,67	455,67
220	SERRA CIRCULAR PARA MADEIRA 7.1/4 1800W 110 V	1,000	UN	408,16	408,16
221	MÓDULO DE ANDAIME 1,00 X 1,50 M	20,000	UN	263,34	5.266,80
222	SERRA MÁRMORE 4.3/8 1.450 WTS 41.00 NH32	1,000	UN	369,40	369,40
223	ESMERILHADEIRA /LIXADEIRA 2.200WTS POLITRIZ	1,000	UN	337,52	337,52
224	SERRA CIRCULAR 7.1/4 1.800 WTS	1,000	UN	393,00	393,00
225	CORTADOR DE GRAMA ´Â GASOLINA 6.5 CV/3.600 RPM	1,000	UN	2.715,67	2.715,67
226	CORDA SEDA 4,0 MM	50,000	KG	27,30	1.365,00
227	CORDA SEDA 8,0 MM	50,000	KG	41,01	2.050,50
228	SERROTE DE PODA	20,000	UN	84,06	1.681,20
229	MALHA DE FERRO 3,8 2,00 X 3,00	70,000	UN	57,93	4.055,10
230	COLUNA DE FERRO 7X14X51/6	150,000	UN	97,42	14.613,00
231	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, LENTE EM POLICARBONATO	48,000	UN	10,31	494,88
232	BOTA DE SEGURANÇA	84,000	PAR	78,68	6.609,12
233	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO NA CONSTRUÇÃO	48,000	UN	42,25	2.028,00
234	SOPRADOR/ASPIRADOR ELÉTRICO – 3.000 W – 127 V Soprador e aspirador elétrico, potência mínima de 3.000 W, tensão de alimentação 127 V, com função de soprar e aspirar folhas, poeira e pequenos resíduos, indicado para limpeza e manutenção de áreas externas de repartições públicas, pátios, jardins, calçadas, estacionamentos e demais espaços públicos. Equipamento portátil, com acionamento elétrico, empunhadura ergonômica, sistema de fácil conversão entre as funções de soprar e aspirar, acompanhado de tubo soprador, tubo de aspiração, saco coletor com capacidade compatível com o equipamento e demais acessórios necessários para seu pleno funcionamento. Produto novo, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e assistência técnica conforme legislação vigente...	15,000	UN	381,21	5.718,15
235	SOPRADOR A GASOLINA, portátil, novo, sem uso anterior, destinado à limpeza de folhas, grama cortada, poeira e pequenos detritos em áreas externas de repartições públicas, praças, jardins, pátios, calçadas e demais espaços públicos. Equipado com motor a gasolina, potência mínima de 1,5 HP, sistema de partida manual, empunhadura ergonômica e tubo soprador, acompanhado de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento. Deverá atender às normas de segurança vigentes e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	10,000	UN	835,04	8.350,40
				Total do Participante:	**849.780,01**
				Total Geral:	**2.133.854,64**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00	R$ 5.000,00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00	R$ 5.000,00
Manutenção Departamento Municipal de Agricultura, Abastecimento e do Agronegócio	15.001.04.122.0019.2053.3.3.90.30.00	R$ 5.000,00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00	R$ 5.000,00
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	05.001.15.452.0008.2020.3.3.90.30.00	R$ 5.012,80
Manutenção da Secretaria de Esportes e Lazer	09.001.27.812.0016.2064.3.3.90.30.00	R$ 3.173,43
MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.3.3.90.30.00	R$ 5.306,63
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	05.001.15.452.0015.2022.3.3.90.30.00	R$ 5.008,55
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	05.001.15.452.0015.2022.3.3.90.30.00	R$ 1.578,80
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	05.001.15.452.0015.2022.3.3.90.30.00	R$ 1.022,70
Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	16.001.18.541.0019.2060.3.3.90.30.00	R$ 8.427,55
Manutenção da Secretaria de Educação	10.001.12.361.0020.6029.3.3.90.30.00	R$ 1.000,00
Execução de Emendas Parlamentares para a Saúde	06.002.10.301.0014.2125.3.3.90.30.00	R$ 10,00
CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, MEIOS FIOS E SARJETAS E PISTA DE CAMINHADA	05.001.15.451.0015.1001.3.3.90.30.00	R$ 5.000,00
MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E ARBORIZAÇÃO	05.001.15.452.0008.2023.3.3.90.30.00	R$ 5.000,00
MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	09.001.27.812.0016.2042.3.3.90.30.00	R$ 51,34
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REPAROS EM PRÓPRIOS PÚBLICOS	05.001.04.122.0019.2019.3.3.90.30.00	R$ 17.558,16
Manutenção do Departamento de Obras	05.001.04.122.0019.2017.3.3.90.30.00	R$ 5.000,00
Manutenção do Departamento de Obras	05.001.04.122.0019.2017.3.3.90.30.00	R$ 7.744,28
MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMÁRIA	06.003.10.301.0014.2047.3.3.90.30.00	R$ 4.891,19
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	05.001.26.782.0019.2027.3.3.90.30.00	R$ 4.541,08
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	05.001.26.782.0019.2027.3.3.90.30.00	R$ 5.706,44
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.3.3.90.30.00	R$ 2.601,28
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.3.3.90.30.00	R$ 6.304,16
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00	R$ 2.653,90
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	01.001.04.122.0020.2002.3.3.90.30.00	R$ 26.219,67
Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI	10.002.12.365.0013.6031.3.3.90.30.00	R$ 9.518,25
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00	R$ 22.194,90
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	05.001.26.782.0019.2027.3.3.90.30.00	R$ 5.430,00
GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	07.001.08.122.0002.2050.3.3.90.30.00	R$ 6.639,72
APOIO A EXPANSÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL	11.001.22.661.0010.2044.3.3.90.30.00	R$ 2.000,00
MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	05.001.15.452.0019.2021.3.3.90.30.00	R$ 30.000,00
Manutenção do Ensino Fundamental - Escola Elias Abrahão	10.002.12.361.0006.6033.3.3.90.30.00	R$ 2.342,08
CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, CARREADORES, PONTES E BUEIROS	05.001.26.782.0019.2026.3.3.90.30.00	R$ 5.000,00

Lobato, 23 de Outubro de 2026

FABIO CHICAROLI
Prefeito

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:ACAA558B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 228/2026 - INTERROMPE PARCIALMENTE PERÍODO DE FÉRIAS CONCEDIDO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 228/2026

Súmula: Interrompe parcialmente período de férias concedido a servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica interrompido parcialmente o período de férias concedido ao servidor público municipal, na forma discriminada na listagem abaixo, a saber:

Funcionário:	Admissão:	Cargo:	Período Aquisitivo			Interrompe a partir de:
94940 JAQUELINE DAIANE TAMBALO	01/09/2014	Diretor De Agendamento	01/09/2022	À	31/08/2023	28/10/2026

.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (23/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:42056BE1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 229/2026 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 229/2026

Súmula: Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias, ***pelo período especificado***, ao servidor público municipal ocupante do respectivo cargo, na forma discriminada na lista abaixo, a saber:

Matric.	Nome Funcionário	Data Admissão	Cargo	Período de Gozo		Período Aquisitivo	
				Início	Fim Gozo	Início	Fim
96149	MARLON DIOGO BARBANA	01/10/2018	Cirurgião Dentista - Clt	03/11/2026	13/11/2026	01/10/2025	30/09/2025

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (23/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:CEA5274C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CC 10-2026 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DE REPAROS E REVITALIZAÇÃO, COM PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ COM ÁREA DE 2.936,06 M² DA RUA JOÃO BARBOSA MENDES, CONFORM

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122	CONCORRÊNCIA **Nr.: 10/2026**
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**Processo Adm.: 104/2026** **Data do Processo: 21/09/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	104/2026
b) Nr. Licitação:	10/2026 - CE
c) Modalidade:	Concorrência eletrônica
d) Data de Homologação:	22/10/2026
e) Objeto da Licitação:	*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DE REPAROS E REVITALIZAÇÃO, COM PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ COM ÁREA DE 2.936,06 M² DA RUA JOÃO BARBOSA MENDES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N.º 947188/2023/MCIDADES/CAIXA*

Participante: GAISSLER MOREIRA ENGENHARIA CIVIL LTDA - CNPJ: 68.761.238/0001-73

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	Serviços de pavimentação de vias públicas conforme contrato de repasse n.º 947188/2023/MCIDADES/CAIXA - Serviços de pavimentação de vias públicas contemplando serviços preliminares, terraplanagem, base e sub-base, drenagem, meio fio e sarjeta, serviços de urbanização, imprimação, pintura de ligação e aplicação de revestimento em CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) sinalização horizontal de trânsito, realização de ensaios tecnológicos e confecção de placas de comunicação visual e sinalização durante a realização dos serviços na Rua João Barbosa Mendes no município de Mandirituba, totalizando 329,00 m de extensão, mediante a utilização de serviços e materiais, conforme contrato de repasse n.º 947188/2023/MCIDADES/CAIXA	1,000	UN	791.300,20	791.300,20
					Total do Participante:	**791.300,20**
					Total Geral:	**791.300,20**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	11.001.15.451.0003.1002.4.4.90.51.00	R$ 481.104,00
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	11.001.15.451.0003.1002.4.4.90.51.00	R$ 369.756,47

Mandirituba, 22 de Outubro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:5E9C68E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026

ESTADO DO PARANÁ		
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA	PREGÃO ELETRÔNICO	
Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba	**Nr.: 28/2026**	
CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122	**Processo Adm.:**	**81/2026**
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**Data do Processo:**	**15/07/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	81/2026
b) Nr. Licitação:	28/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	22/10/2026
e) Objeto da Licitação:	*REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES*

Participante: ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (18.362.195/0001-85)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
18	COMPRESSA CIRÚRGICA, CAMPO OPERATÓRIO, 100 % ALGODÃO, 4 CAMADAS, NO TAMANHO DE 45 CM X 50 CM - COMPRESSA CIRÚRGICA, CAMPO OPERATÓRIO, 100 % ALGODÃO, 4 CAMADAS, NO TAMANHO DE 45 CM X 50 CM, POSSUINDO AMARRAÇÕES PARA EVITAR DESLIZAMENTO UMA SOBRE A OUTRA, COM CADARÇO E COSTURAS DUPLAS, EM TECIDO DE ALTA ABSORÇÃO, GRAMATURA DE APROXIMADAMENTE 30 G/CM2, NA COR BRANCA, SEM ALVEJANTES ÓPTICOS E AMIDO, COM FIO RADIOPACO. PACOTE COM 50 UNIDADES	150,000	PCT	54,00	8.100,00
	Marca: GOLDMED				
42	FRASCO DESCARTÁVEL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM CAPACIDADE DE 300 ML. - FRASCO DESCARTÁVEL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM CAPACIDADE DE 300 ML. GRADUADO A CADA 50 ML, DISPOSITIVO DE VEDAÇÃO ACOPLADA A TAMPA ROQUEADA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	2.000,000	UN	0,89	1.780,00
	Marca: GOLMED				
62	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO TIPO AMBU COMPLETO - REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO TIPO AMBU COMPLETO, COMPOSTO DE BALÃO EM SILICONE AUTOCLAVÁVEL DE APROXIMADAMENTE 1.500 ML, MÁSCARA FACIAL EM SILICONE, EXTENSOR E RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO. PARA ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA EM HOSPITAIS, SERVIÇOS DE PRONTO SOCORRO, AMBULÂNCIAS, SERVIÇOS DE SALVAMENTO, ETC. POSSIBILITA EFICIENTE VENTILAÇÃO ARTIFICIAL COM AR. ACONDICIONADO EM BOLSA RESISTENTE. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	10,000	UN	119,00	1.190,00
	Marca: FARMATEX				
Total do Participante:					**11.070,00**

Participante: ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA (35.626.812/0001-21)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
9	AVENTAL DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO (TECIDO NÃO TECIDO) 40 G/M2 - AVENTAL DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO TECIDO NÃO TECIDO) 40 G/M2 NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO E ATÓXICO. DEVE SER CONFECCIONADO EM MANGA LONGA. FABRICADO 100% EM POLIPROPILENO (TNT - POSSUIR ELÁSTICO NO PUNHO E TIRAS PARA AMARRAR NA CINTURA E PESCOÇO. SENDO O SEU USO DE FÁCIL MANUSEIO PROPORCIONANDO PROTEÇÃO AO USUÁRIO CRIANDO UMA BARREIRA CONTRA CONTAMINAÇÃO CRUZADA, POLUIÇÃO AMBIENTE E FLUIDOS CORPORAIS, ALÉM DE HIGIENIZAÇÃO EM LOCAIS QUE NECESSITEM DE CUIDADOS ESPECIAIS. EMBALADO EM PACOTES COM 10 UNIDADES CADA, EM MATERIAL QUE PROPORCIONA PROTEÇÃO E MANTENHA A QUALIDADE DO PRODUTO, TRAZENDO NA PARTE EXTERNA IDENTIFICAÇÕES COMO ORIGEM, FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E LOTE.	700,000	PCT	16,20	11.340,00
	Marca: TECBOND				
Total do Participante:					**11.340,00**

Participante: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA (06.175.908/0001-12)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
41	FOLHA PARA TESTE DE BOWIE-DICK. CAIXA COM 100 FOLHAS. - FOLHA PARA TESTE DE BOWIE-DICK, PARA MONITORAMENTO DE AUTOCLAVES A VAPOR. IMPRESSA COM TINTA INDICADORA QUÍMICA NA DIAGONAL QUE MUDA DE COR QUANDO EXPOSTA AO VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO DE 132° A 134° C E 3,5 A 4 MINUTOS. APÓS O PROCESSO, A FOLHA-TESTE MUDARÁ, DE MANEIRA UNIFORME, DA COR AMARELA PARA O ESPECTRO DE CORES ENTRE O MARROM ESCURO OU PRETO, INDICANDO A ADEQUADA REMOÇÃO DO AR EM AUTOCLAVES QUE UTILIZAM BOMBA DE VÁCUO. CAIXA COM 100 FOLHAS.	4,000	CX	574,00	2.296,00
	Marca: DTECH				
48	INDICADOR BIOLÓGICO DE LEITURA RÁPIDA. CAIXA COM 10 UNIDADES - INDICADOR BIOLÓGICO DE LEITURA RÁPIDA (MENOR QUE 24 HORAS), PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, AUTOCONTIDO, COM MEIO DE CULTURA APRESENTANDO BACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS. CAIXA COM 10 UNIDADES.	1.000,000	CX	23,24	23.240,00
	Marca: DTECH				
Total do Participante:					**25.536,00**

Participante: CAPARAO MEDICAL LTDA (57.218.958/0001-70)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
19	COMPRESSA DE GAZE 10 CM X 10 CM, 13 FIOS/CM2. PACOTE COM 500 UNIDADES - COMPRESSA DE GAZE 10 CM X 10 CM, CONSTITUÍDA DE TECIDO 100 % ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 10 X 10 CM QUANDO DOBRADA, BORDAS VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES ÓPTICOS E SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. NÃO ESTÉRIL, PACOTE COM 500 UNIDADES.	500,000	PCT	32,00	16.000,00
	Marca: AMED				
26	ESFIGMOMANOMETRO ANERÓIDE PORTÁTIL; BRAÇADEIRA OBESO - ESFIGMOMANOMETRO ANERÓIDE PORTÁTIL; BRAÇADEIRA OBESO; TRABALHANDO NA FAIXA DE ESCALA DE 0 A 300 MMHG; COM RESOLUÇÃO DE 1,0 MMHG; COM PERA DE BORRACHA C/ VÁLVULA ANTI-REFLUXO E REGISTRO; MANGUITO DE BORRACHA SEM EMENDAS COM TUBO DE BORRACHA; BRAÇADEIRA EM NYLON, COM FIXAÇÃO AO BRAÇO POR MEIO DE VELCRO. ACONDICIONADO EM BOLSA COM ZÍPER.	5,000	UN	87,00	435,00
	Marca: PREMIUM/OBESO				
Total do Participante:					**16.435,00**

Participante: CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (32.743.242/0001-61)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
43	FRASCO DESCARTÁVEL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM CAPACIDADE DE 500 ML. - FRASCO DESCARTÁVEL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM CAPACIDADE DE 500 ML. GRADUADO A CADA 50 ML, DISPOSITIVO DE VEDAÇÃO	3.800,000	UN	1,35	5.130,00

	ACOPLADA A TAMPA ROQUEADA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. Marca: BIOBASE				
Total do Participante:					**5.130,00**
Participante: CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA (24.586.988/0001-80)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Almotolia plástica âmbar, capacidade para 250 mL, com tampa - Almotolia plástica âmbar, capacidade para 250 mL, com tampa, confeccionada inteiramente em plástico apropriado, resistente, flexível, bisnaga inteiriça, com parede uniformes em sua espessura e diâmetro regular em toda extensão; bico reto e longo confeccionado em plástico flexível, provido de encaixe adequado para fechamento perfeito; roqueador confeccionado em plástico rígido provido de rosca, proporcionando perfeito encaixe de bisnaga; tampa confeccionada em plástico rígido. Marca: JPROLAB	50,000	UN	3,82	191,00
4	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE, APACIDADE PARA 125 ML - ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE, APACIDADE PARA 125 ML, COM TAMPA, CONFECCIONADA INTEIRAMENTE EM PLÁSTICO APROPRIADO, RESISTENTE, FLEXÍVEL, BISNAGA INTEIRIÇA, COM PAREDE UNIFORMES EM SUA ESPESSURA E DIÂMETRO REGULAR EM TODA EXTENSÃO; BICO RETO E LONGO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO FLEXÍVEL, PROVIDO DE ENCAIXE ADEQUADO PARA FECHAMENTO PERFEITO; ROQUEADOR CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO PROVIDO DE ROSCA, PROPORCIONANDO PERFEITO ENCAIXE DE BISNAGA; TAMPA CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO. Marca: JPROLAB	50,000	UN	2,99	149,50
5	Almotolia plástica transparente, capacidade para 250 mL - Almotolia plástica transparente, capacidade para 250 mL, com tampa, confeccionada inteiramente em plástico apropriado, resistente, flexível, bisnaga inteiriça, com parede uniformes em sua espessura e diâmetro regular em toda extensão; bico reto e longo confeccionado em plástico flexível, provido de encaixe adequado para fechamento perfeito; roqueador confeccionado em plástico rígido provido de rosca, proporcionando perfeito encaixe de bisnaga; tampa confeccionada em plástico rígido. Marca: JPROLAB	50,000	UN	3,82	191,00
6	Almotolia plástica transparente, capacidade para 500 mL - Almotolia plástica transparente, capacidade para 500 mL, com tampa, confeccionada inteiramente em plástico apropriado, resistente, flexível, bisnaga inteiriça, com parede uniformes em sua espessura e diâmetro regular em toda extensão; bico reto e longo confeccionado em plástico flexível, provido de encaixe adequado para fechamento perfeito; roqueador confeccionado em plástico rígido provido de rosca, proporcionando perfeito encaixe de bisnaga; tampa confeccionada em plástico rígido. Marca: JPROLAB	50,000	UN	5,66	283,00
7	ATADURA DE CREPOM 20 CM X 1,8 M (EM REPOUSO) - ATADURA DE CREPOM 20 CM X 1,8 M (EM REPOUSO), 100% ALGODÃO, 13 FIOS/CM2, PRODUTO NÃO ESTÉRIL, PODENDO SER ESTERILIZADO POR PROCESSOS DE AUTOCLAVE E ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. Marca: SERRANA	9.600,000 UN		0,60	5.760,00
13	Cateter para oxigênio tipo óculos infantil; - Cateter para oxigênio tipo óculos infantil, utilizado na inalação de oxigênio em pacientes adultos com transtornos de respiração e/ou com perturbações no transporte de oxigênio. Fabricado em PVC, atóxico, flexível, na cor verde, anatômico, conector universal de fácil adaptação, estéril, embalado individualmente. Marca: MARKMED	200,000	UN	1,14	228,00
16	Coletor para material perfuro cortante contaminado, com capacidade total para 7 litros - Coletor para material perfuro cortante contaminado, com capacidade total para 7 litros, confeccionado em material apropriado, rígido, impermeável e resistente a perfurações em condições de uso e descarte, resistente à queda, mantendo integridade com relação a montagem e fechamento, isento de ruptura, com sistema de abertura e fechamento prático e seguro ao manuseio, com orientação de uso do fabricante colocadas de forma que permita fácil visualização e compreensão em cada coletor. Com alça para transporte, resistente e fixa ao coletor, posicionada de forma funcional e tampa afixada ao coletor com dispositivo que assegura a inviolação do mesmo. Marca: DESCARBOX	100,000	UN	3,76	376,00
23	EQUIPO BURETA MICROGOTAS, CÂMARA GRADUADA COM CAPACIDADE DE 150 ML - EQUIPO BURETA MICROGOTAS, CÂMARA GRADUADA COM CAPACIDADE DE 150 ML, DISPOSITIVO PARA INFUSÕES ENDOVENOSAS DE USO ÚNICO, ESTÉRIL E APIROGÊNICO. APRESENTA-SE COM UM TUBO DE PVC FLEXÍVEL DE APROXIMADAMENTE 1800 MM, EM UMA EXTREMIDADE APRESENTA A CÂMARA DE GOTEJAMENTO COM A PONTA PERFURANTE. NO MEIO DO TUBO SE LOCALIZA O REGULADOR DE FLUXO, O QUAL CONTROLA O GOTEJAMENTO E O FLUXO DA SOLUÇÃO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. Marca: MEDIX	50,000	UN	4,65	232,50
53	LUVA PLÁSTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 100 UNIDADES. - LUVA PLÁSTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 100 UNIDADES. Marca: MEDIX	250,000	PCT	8,43	2.107,50
55	Máscara de alta concentração de oxigênio adulto com reservatório, completa, com tubo de suprimento de oxigênio de 2,10 m e bolsa reservatório. - Máscara de alta concentração de oxigênio adulto com reservatório, completa, com tubo de suprimento de oxigênio de 2,10 m e bolsa reservatório. Marca: MEDIX	100,000	UN	5,79	579,00
56	Máscara de alta concentração de oxigênio infantil com reservatório, completa, com tubo de suprimento de oxigênio de 2,10 m e bolsa reservatório. - Máscara de alta concentração de oxigênio infantil com reservatório, completa, com tubo de suprimento de oxigênio de 2,10 m e bolsa reservatório. Marca: MEDIX	50,000	UN	5,52	276,00
61	PRESERVATIVO MASCULINO EM LÁTEX SEM LUBRIFICANTE, PARA REALIZAÇÃO DE USG VAGINAL. - PRESERVATIVO MASCULINO EM LÁTEX SEM LUBRIFICANTE, PARA REALIZAÇÃO DE USG VAGINAL. Marca: BLOWTEX	1.000,000	UN	0,50	500,00
63	RESERVATÓRIO DE O2 PARA REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO EM PVC - RESERVATÓRIO DE O2 PARA REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO EM PVC, COM CAPACIDADE DE 2.500 ML E EXTENSÃO (TUBO), COMPATÍVEL COM REANIMADOR COM VÁLVULA DE CONEXÃO DIRETA. Marca: SAFTI	100,000	UN	9,19	919,00
68	Saco para lixo hospitalar 50 Litros. Pacote com 100 sacos - Saco para lixo hospitalar 50 Litros. Confeccionado com resina termoplástica, apresentando solda contínua homogênea uniforme, cor branco leitoso, resistente ao uso, devendo constar em cada saco, individualmente, o símbolo de substância infectante. Pacote com 100 sacos Marca: RAVA	100,000	PCT	19,07	1.907,00
70	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 04, SILICONIZADA, ATRAUMÁTICA. TUBO DE PVC ATÓXICO. PRODUTO ESTÉRIL E APIROGÊNICO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 04, SILICONIZADA, ATRAUMÁTICA. TUBO DE PVC ATÓXICO. PRODUTO ESTÉRIL E APIROGÊNICO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. Marca: MEDIX	250,000	UN	0,53	132,50
71	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 08, SILICONIZADA, ATRAUMÁTICA. TUBO DE PVC ATÓXICO. PRODUTO ESTÉRIL E APIROGÊNICO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N° 08, SILICONIZADA, ATRAUMÁTICA. TUBO DE PVC ATÓXICO. PRODUTO ESTÉRIL E APIROGÊNICO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. Marca: MEDIX	2.000,000	UN	0,53	1.060,00
80	SONDA FOLEY Nº 10, DUAS VIAS, COM BALÃO SILICONIZADA. - SONDA FOLEY Nº 10, DUAS VIAS, COM BALÃO SILICONIZADA. FABRICADA EM LÁTEX 100% NATURAL. ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASSÉPTICA. Marca: MEDIX	60,000	UN	2,33	139,80
97	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18 LONGA, TRANSPARENTE, COM 4 ORIFÍCIOS LATERAIS E 1 CENTRAL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. - SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18 LONGA, TRANSPARENTE, COM 4 ORIFÍCIOS LATERAIS E 1 CENTRAL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. Marca: MEDIX	100,000	UN	1,10	110,00
99	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 20 LONGA, TRANSPARENTE, COM 4 ORIFÍCIOS LATERAIS E 1 CENTRAL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. - SONDA NASOGÁSTRICA Nº 20 LONGA, TRANSPARENTE, COM 4 ORIFÍCIOS LATERAIS E 1 CENTRAL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. Marca: MARKMED	100,000	UN	1,26	126,00
104	TUBO HOSPITALAR DE SILICONE DE GRAU MÉDICO Nº 203; EXTENSÃO DE 15 M, EMBALADO EM PACOTE. - TUBO HOSPITALAR DE SILICONE DE GRAU MÉDICO Nº 203; EXTENSÃO DE 15 M, EMBALADO EM PACOTE. Marca: KINNER	3,000	UN	98,16	294,48
Total do Participante:					**15.562,28**
Participante: CIRURGICA SR PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (54.531.612/0001-30)					

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
12	Cateter para oxigênio tipo óculos adulto - Cateter para oxigênio tipo óculos adulto, utilizado na inalação de oxigênio em pacientes adultos com transtornos de respiração e/ou com perturbações no transporte de oxigênio. Fabricado em PVC, atóxico, flexível, na cor verde, anatômico, conector universal de fácil adaptação, estéril, embalado individualmente.	1.800,000	UN	1,00	1.800,00
	Marca: GLOMED				
25	Esfigmomanometro aneroide portátil; braçadeira adulto. - Esfigmomanometro aneroide portátil; braçadeira adulto; trabalhando na faixa de escala de 0 a 300 mmhg; com resolução de 1,0 mmhg; com pera de borracha c/ válvula anti-refluxo e registro; manguito de borracha sem emendas com tubo de borracha; braçadeira(s) de nylon, com fecho. Acondicionado em bolsa com zíper.	20,000	UN	51,98	1.039,60
	Marca: PREMIUM				
105	COMPRESSA DE GAZE 7,5 CM X 7,5 CM, 11 FIOS/CM2. PACOTE COM 500 UNIDADES. - COMPRESSA DE GAZE 7,5 CM X 7,5 CM, CONSTITUÍDA DE TECIDO 100 % ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 11 FIOS/CM2, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5 X 7,5 CM QUANDO DOBRADA, BORDAS VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES ÓPTICOS E SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. NÃO ESTÉRIL, PACOTE COM 500 UNIDADES.	500,000	PCT	14,10	7.050,00
	Marca: ISABEL				
Total do Participante:					**9.889,60**

Participante: DIFIO PRODUTOS MEDICOS LTDA (47.396.413/0001-09)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
14	CATETER URETRAL COM REVESTIMENTO HIDROFÍLICO FEMININO - CATETER URETRAL COM REVESTIMENTO HIDROFÍLICO FEMININO, LUBRIFICADO, PRONTO PARA USO, DE USO ÚNICO, PARA CATETERIZAÇÃO INTERMITENTE. CONFECCIONADO EM POLIURETANO, ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, REVESTIDO POR SUBSTÂNCIA COM PROPRIEDADES LUBRIFICANTES À BASE DE POLIVINILPIRROLIDONA (PVP) E CLORETO DE SÓDIO, EM TODA A EXTENSÃO; RESISTENTE A TORÇÕES COM ORIFÍCIOS RADIAIS, POLIDOS E LUBRIFICADOS, COM DIÂMETRO INTERNO DE (3.3MM), CALIBRE Nº (CH10). EM EMBALAGEM DE ALUMÍNIO QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO E A MANUTENÇÃO IDEAL DA LUBRIFICAÇÃO, PROMOVE BARREIRA ANTIMICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. PRODUTO ESTERILIZADO POR RADIAÇÃO BETA.	2.000,000	UN	12,50	25.000,00
	Marca: COLOPLAST				
Total do Participante:					**25.000,00**

Participante: HOSP MEDIC SERVICO LTDA (20.861.961/0001-06)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
8	Atadura de Rayon estéril, de 7 cm x 5 metros - Atadura de Rayon estéril, de 7 cm x 5 metros, confeccionada em fios puros de rayon macio, absorvente, bem distribuídos, bordas bem acabadas, sem fios soltos, isenta de quaisquer defeitos e uniformemente enrolada, cor branca, embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica.	20,000	RO	7,90	158,00
	Marca: POLARFIX				
21	CURATIVO ABSORVENTE PARA PÓS PUNÇÃO. CAIXA COM 500 UNIDADES. - CURATIVO ABSORVENTE PARA PÓS PUNÇÃO, COMPOSTO POR TECIDO NÃO TECIDO ABSORVENTE, PELÍCULA ADESIVA HIPOALÉRGICA, NÚCLEO EM FIBRA SINTÉTICA ABSORVENTE, DIÂMETRO DE 2,5 CM. CAIXA COM 500 UNIDADES.	100,000	CX	12,00	1.200,00
	Marca: MEDIX				
27	ESPÉCULO GINECOLÓGICO DESCARTÁVEL, TAMANHO GRANDE, ESTÉRIL, SILICONIZADO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE. - ESPÉCULO GINECOLÓGICO DESCARTÁVEL, TAMANHO GRANDE, ESTÉRIL, SILICONIZADO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	1.000,000	UN	1,50	1.500,00
	Marca: KOLPLAST				
28	FIO CATGUT CROMADO 0, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA - FIO CATGUT CROMADO 0, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA	24,000	UN	4,50	108,00
	Marca: TECHNOFIO				
29	FIO CATGUT CROMADO 1, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA. - FIO CATGUT CROMADO 1, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA.	24,000	UN	4,10	98,40
	Marca: TECHNOFIO				
30	FIO CATGUT CROMADO 2-0, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA - FIO CATGUT CROMADO 2-0, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA	24,000	UN	4,50	108,00
	Marca: TECHNOFIO				
33	FIO CATGUT SIMPLES 0, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO - FIO CATGUT SIMPLES 0, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA.	24,000	UN	3,75	90,00
	Marca: TECHNOFIO				
34	FIO CATGUT SIMPLES 1, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA. - FIO CATGUT SIMPLES 1, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA.	24,000	UN	3,75	90,00
	Marca: TECHNOFIO				
35	FIO CATGUT SIMPLES 2-0, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO - FIO CATGUT SIMPLES 2-0, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA ½ CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 4 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA.	24,000	UND	3,75	90,00
	Marca: TECHNOFIO				
39	FIO MONOFILAMENTO NYLON 3-0, PRETO, ESTÉRIL NÃO ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO - FIO MONOFILAMENTO NYLON 3-0, PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, CUTICULAR, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 3 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA.	480,000	UN	1,15	552,00
	Marca: MEDIX				
40	FIO MONOFILAMENTO NYLON 6-0, PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, CUTICULAR, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 2 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA. - FIO MONOFILAMENTO NYLON 6-0, PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, CUTICULAR, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 2 CM, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA.	120,000	UN	1,20	144,00
	Marca: MEDIX				
51	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7 - LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7, DESCARTÁVEL, EM LÁTEX NATURAL, ANATÔMICA. LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL E ANTIDERRAPANTE. ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, IDENTIFICANDO COM FÁCIL VISUALIZAÇÃO A MÃO ESQUERDA E DIREITA E A POSIÇÃO DO POLEGAR. CADA EMBALAGEM DEVE CONTER O PAR.	1.000,000	UN	1,07	1.070,00
	Marca: MEDIX				
67	Saco para lixo hospitalar 30 Litros. Pacote com 100 sacos. - Saco para lixo hospitalar 30 Litros. Confeccionado com resina termoplástica, apresentando solda contínua homogênea uniforme, cor branco leitoso, resistente ao uso, devendo constar em cada saco, individualmente, o símbolo de substância infectante. Pacote com 100 sacos.	100,000	PCT	11,80	1.180,00
	Marca: DESCARBOX				
77	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 7,5 COM BALÃO - SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 7,5 COM BALÃO, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, SILICONIZADO, COM FLEXIBILIDADE ADEQUADA, EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, NÃO ADERENTE À SECREÇÃO, COM PRESERVAÇÃO DO LUMÉN PARA OXIGENAÇÃO, RADIOPACO, TRANSPARENTE, COM INTERMEDIÁRIO UNIVERSAL, CUFF DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, BALONETE PILOTO COM CAPACIDADE DO BALÃO	50,000	UN	3,00	150,00

	GRAVADOS EXTERNAMENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.				
	Marca: MEDIX				
79	SONDA FOLEY Nº 8, DUAS VIAS, COM BALÃO SILICONIZADA. - SONDA FOLEY Nº 8, DUAS VIAS, COM BALÃO SILICONIZADA. FABRICADA EM LÁTEX 100% NATURAL. ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASSÉPTICA.	30,000	UN	3,70	111,00
	Marca: MEDIX				
81	SONDA FOLEY Nº 14, DUAS VIAS, COM BALÃO SILICONIZADA. - SONDA FOLEY Nº 14, DUAS VIAS, COM BALÃO SILICONIZADA. FABRICADA EM LÁTEX 100% NATURAL. ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL E APIROGÊNICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASSÉPTICA.	150,000	UN	2,30	345,00
	Marca: MEDIX				
100	SUPORTE PARA COLETOR DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE. CAPACIDADE: 20 LITROS - SUPORTE PARA COLETOR DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE. CAPACIDADE: 20 LITROS, PARA O ACONDICIONAMENTO CORRETO E SEGURO DE COLETORES E PAPELÃO PARA RESÍDUOS PERFURO-CORTANTES, MANTENDO-OS ELEVADOS E FIXADOS À PAREDE, CONFORME NORMAS DE BIOSSEGURANÇA. MATERIAL DE FABRICAÇÃO: ARAME DO TIPO BTC ACOMPANHANDO PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO EM PAREDE.	30,000	UN	23,22	696,60
	Marca: DESCARBOX				
101	TALA DE PAPELÃO PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS MEDINDO 70 CM X 20 CM. - TALA DE PAPELÃO PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS MEDINDO 70 CM X 20 CM. CONFECCIONADA EM PAPELÃO RESISTENTE, POSSUINDO EM SUA EXTREMIDADE DUAS DOBRAS PARA MODELAGEM DO MEMBRO TRAUMATIZADO COM FUROS DISPOSTOS ENTRE AS DOBRAS. USO ÚNICO.	100,000	UN	2,50	250,00
	Marca: RESGATESP				
Total do Participante:					**7.941,00**
Participante: JEITO MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (33.577.878/0001-43)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
20	COMPRESSA DE GAZE 7,5 CM X 7,5 CM, 11 FIOS/CM2. PACOTE COM 500 UNIDADES. - COMPRESSA DE GAZE 7,5 CM X 7,5 CM, CONSTITUÍDA DE TECIDO 100 % ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 11 FIOS/CM2, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5 X 7,5 CM QUANDO DOBRADA, BORDAS VOLTADAS PARA PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES ÓPTICOS E SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. NÃO ESTÉRIL, PACOTE COM 500 UNIDADES.	1.500,000	PCT	14,40	21.600,00
	Marca: RAPIDA INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA SAUDE/SOFEE				
Total do Participante:					**21.600,00**
Participante: JOSE DANTAS DINIZ FILHO (22.077.847/0001-07)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ÁCIDO PERACÉTICO EM SOLUÇÃO, DOSAGEM DE 0,20%. GALÃO DE 5 LITROS - ÁCIDO PERACÉTICO EM SOLUÇÃO, DOSAGEM DE 0,20%. UTILIZADO EM PROCESSOS DE DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL COM CONTROLE DE CORROSÃO DE METAIS PELA PRESENÇA DE AGENTES ANTICORROSIVOS. FORMULADO SEM ALDEÍDO E SEM ÁCIDO ACÉTICO, PH NEUTRO. ESTABILIDADE DA SOLUÇÃO DE 30 DIAS. PARA CADA GALÃO, O PRODUTO DEVE VIR ACOMPANHADO COM 30 TIRAS REAGENTES PARA VERIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DO PRODUTO PARA TESTE DIÁRIO. APRESENTAÇÃO EM GALÃO DE 5 LITROS COM ANTICORROSIVO. DEVE SER IMPRESSO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	50,000	GL	137,40	6.870,00
	Marca: BELLTYPE				
Total do Participante:					**6.870,00**
Participante: LIGHT BRASIL LTDA (53.557.733/0001-98)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
64	ROLO DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAU CIRÚRGICO, COM TAMANHO DE 10 CM X 100 METROS - ROLO DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAU CIRÚRGICO, COM TAMANHO DE 10 CM X 100 METROS, GRAMATURA MÍNIMA DO PAPEL DE 60 G/M2.	120,000	UN	34,27	4.112,40
	Marca: ASCLELIZE				
65	ROLO DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAU CIRÚRGICO, COM TAMANHO DE 12 CM X 100 METROS, GRAMATURA MÍNIMA DO PAPEL DE 60 G/M2. - ROLO DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAU CIRÚRGICO, COM TAMANHO DE 12 CM X 100 METROS, GRAMATURA MÍNIMA DO PAPEL DE 60 G/M2.	100,000	UN	41,13	4.113,00
	Marca: ASCLELIZE				
66	ROLO DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAU CIRÚRGICO, COM TAMANHO DE 20 CM X 100 METROS, GRAMATURA MÍNIMA DO PAPEL DE 60 G/M2. - ROLO DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO, GRAU CIRÚRGICO, COM TAMANHO DE 20 CM X 100 METROS, GRAMATURA MÍNIMA DO PAPEL DE 60 G/M2.	60,000	UN	74,00	4.440,00
	Marca: ASCLELIZE				
Total do Participante:					**12.665,40**
Participante: MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (57.394.275/0001-74)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
10	CADARÇO DE ALGODÃO PARA FIXAÇÃO DE DISPOSITIVOS MÉDICOS, COM LARGURA DE 1 CM, ROLO COM 10 METROS. - CADARÇO DE ALGODÃO PARA FIXAÇÃO DE DISPOSITIVOS MÉDICOS, COM LARGURA DE 1 CM, ROLO COM 10 METROS.	250,000	UN	3,92	980,00
	Marca: SONI				
24	Equipo para transfusão sanguínea. embalado individualmente. - Equipo para transfusão sanguínea com câmara de filtro transparente e flexível de 170 a 200 micras com área de filtragem de 18 cm3, câmara de gotejamento transparente, tubo extensor contínuo sem terminações em látex ou similar, transparente, flexível, igual ou superior a 1,50 m de comprimento, perfurador especial para bolsas de sangue e derivados, conector macho com conicidade de 6% e protetores que garantam sua esterilidade. Estéril, apirogênico, atóxico, embalado individualmente.	200,000	UN	4,06	812,00
	Marca: VITAL/MEDIX				
60	PAPEL TERMOSSENSÍVEL PARA ELETROCARDIÓGRAFO 210 MM X 30 METROS - PAPEL TERMOSSENSÍVEL PARA ELETROCARDIÓGRAFO, DE ALTA DEFINIÇÃO EM ROLO, RETICULADO COM 210 MM X 30 METROS. COMPATÍVEL COM ELETROCARDIÓGRAFO CARDIOTOUCH 3.000 – BIONET.	350,000	UN	22,59	7.906,50
	Marca: M.M				
73	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 3,0 COM BALÃO - SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 3,0 COM BALÃO, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, SILICONIZADO, COM FLEXIBILIDADE ADEQUADA, EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, NÃO ADERENTE À SECREÇÃO, COM PRESERVAÇÃO DO LUMÉN PARA OXIGENAÇÃO, RADIOPACO, TRANSPARENTE, COM INTERMEDIÁRIO UNIVERSAL, CUFF DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, BALONETE PILOTO COM CAPACIDADE DO BALÃO GRAVADOS EXTERNAMENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	20,000	UN	3,45	69,00
	Marca: MEDIX				
74	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 3,5 COM BALÃO - SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 3,5 COM BALÃO, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, SILICONIZADO, COM FLEXIBILIDADE ADEQUADA, EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, NÃO ADERENTE À SECREÇÃO, COM PRESERVAÇÃO DO LUMÉN PARA OXIGENAÇÃO, RADIOPACO, TRANSPARENTE, COM INTERMEDIÁRIO UNIVERSAL, CUFF DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, BALONETE PILOTO COM CAPACIDADE DO BALÃO GRAVADOS EXTERNAMENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	20,000	UN	3,45	69,00
	Marca: MEDIX				
75	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 5,5 COM BALÃO - SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 5,5 COM BALÃO, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, SILICONIZADO, COM FLEXIBILIDADE ADEQUADA, EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, NÃO ADERENTE À SECREÇÃO, COM PRESERVAÇÃO DO LUMÉN PARA OXIGENAÇÃO, RADIOPACO, TRANSPARENTE, COM INTERMEDIÁRIO UNIVERSAL, CUFF DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, BALONETE PILOTO COM CAPACIDADE DO BALÃO GRAVADOS EXTERNAMENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	30,000	UN	3,40	102,00
	Marca: MEDIX				
76	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 6,0 COM BALÃO - SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 6,0 COM BALÃO, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, SILICONIZADO, COM FLEXIBILIDADE ADEQUADA, EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, NÃO ADERENTE À SECREÇÃO, COM PRESERVAÇÃO DO LUMÉN PARA OXIGENAÇÃO, RADIOPACO, TRANSPARENTE, COM INTERMEDIÁRIO UNIVERSAL, CUFF DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, BALONETE PILOTO COM CAPACIDADE DO BALÃO GRAVADOS EXTERNAMENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	30,000	UN	3,40	102,00
	Marca: MEDIX				
78	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 8,0 COM BALÃO - SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 8,0 COM BALÃO, CONFECCIONADA EM PVC ATÓXICO, SILICONIZADO, COM FLEXIBILIDADE ADEQUADA, EXTREMIDADE ATRAUMÁTICA, NÃO ADERENTE À	50,000	UN	3,40	170,00

	SECREÇÃO, COM PRESERVAÇÃO DO LUMÉN PARA OXIGENAÇÃO, RADIOPACO, TRANSPARENTE, COM INTERMEDIÁRIO UNIVERSAL, CUFF DE ALTO VOLUME E BAIXA PRESSÃO, BALONETE PILOTO COM CAPACIDADE DO BALÃO GRAVADOS EXTERNAMENTE. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.				
	Marca: MEDIX				
Total do Participante:					**10.210,50**
Participante: MHL MEDICAL LTDA (66.392.375/0001-52)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
17	Coletor para material perfuro cortante contaminado, com capacidade total para 20 litros - Coletor para material perfuro cortante contaminado, com capacidade total para 20 litros, confeccionado em material apropriado, rígido, impermeável e resistente a perfurações em condições de uso e descarte, resistente à queda, mantendo integridade com relação a montagem e fechamento, isento de ruptura, com sistema de abertura e fechamento prático e seguro ao manuseio, com orientação de uso do fabricante colocadas de forma que permita fácil visualização e compreensão em cada coletor. Com alça para transporte, resistente e fixa ao coletor, posicionada de forma funcional e tampa afixada ao coletor com dispositivo que assegura a inviolação do mesmo.	600,000	UN	6,32	3.792,00
	Marca: DESCARBOX				
22	ELETRODO ADULTO DE MONITOR CARDÍACO, DESCARTÁVEL, DORSO DE PAPEL MICROPOROSO, ADESIVO HIPOALERGÊNICO NA FACE INTERNA, COM ADESIVIDADE GARANTIDA EM PRESENÇA DE UMIDADE E GEL. PACOTE COM 50 UNIDADES - ELETRODO ADULTO DE MONITOR CARDÍACO, DESCARTÁVEL, DORSO DE PAPEL MICROPOROSO, ADESIVO HIPOALERGÊNICO NA FACE INTERNA, COM ADESIVIDADE GARANTIDA EM PRESENÇA DE UMIDADE E GEL. PACOTE COM 50 UNIDADES	1.700,000	PCT	9,30	15.810,00
	Marca: M2LIFE				
46	GLICOSE 5% 250 ML – SOLUÇÃO CONTENDO 5,0 G DE GLICOSE E ÁGUA PARA INJETÁVEIS Q.S.P., SISTEMA FECHADO, PARA APLICAÇÃO INTRAVENOSA. ESTÉRIL E APIROGÊNICA - GLICOSE 5% 250 ML – SOLUÇÃO CONTENDO 5,0 G DE GLICOSE E ÁGUA PARA INJETÁVEIS Q.S.P., SISTEMA FECHADO, PARA APLICAÇÃO INTRAVENOSA. ESTÉRIL E APIROGÊNICA	960,000	FRC	3,88	3.724,80
	Marca: JP				
47	GLICOSE 5% 500 ML – SOLUÇÃO CONTENDO 5,0 G DE GLICOSE E ÁGUA PARA INJETÁVEIS Q.S.P., SISTEMA FECHADO, PARA APLICAÇÃO INTRAVENOSA. ESTÉRIL E APIROGÊNICA - GLICOSE 5% 500 ML – SOLUÇÃO CONTENDO 5,0 G DE GLICOSE E ÁGUA PARA INJETÁVEIS Q.S.P., SISTEMA FECHADO, PARA APLICAÇÃO INTRAVENOSA. ESTÉRIL E APIROGÊNICA	600,000	FRC	4,79	2.874,00
	Marca: JP				
52	Luva para procedimento não cirúrgico em látex PP, com pó. Caixa com 100 unidades. - Luva para procedimento não cirúrgico em látex PP, com pó. Caixa com 100 unidades.	1.600,000	CX	16,48	26.368,00
	Marca: M2LIFE				
69	Solução fisiológica Ringer com Lactato de sódio - 500 mL - Solução fisiológica Ringer com Lactato de sódio - 500 mL, em sistema fechado, para administração endovenosa. Estéril e apirogênica. Rotulo e graduação nítida, com ponto para adição de medicamento auto vedável e via de conexão para equipo com membrana de proteção com espaço suficiente para adição de medicamentos, dispensando o uso de cortadores.	1.200,000	FR	4,93	5.916,00
	Marca: JP				
Total do Participante:					**58.484,80**
Participante: PIRES DESIGN E COMERCIO DE PRODUTOS LTDA (60.125.079/0001-09)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
49	LACRE ESPINHA DE PEIXE 16 CM EM POLIPROPILENO, NUMERADO, NA COR AZUL. PACOTE COM 100 UNIDADES. - LACRE ESPINHA DE PEIXE 16 CM EM POLIPROPILENO, NUMERADO, NA COR AZUL. PACOTE COM 100 UNIDADES.	10,000	PCT	14,50	145,00
	Marca: LACRAR				
50	LACRE ESPINHA DE PEIXE 16 CM EM POLIPROPILENO, NUMERADO, NA COR AMARELA. PACOTE COM 100 UNIDADES. - LACRE ESPINHA DE PEIXE 16 CM EM POLIPROPILENO, NUMERADO, NA COR AMARELA. PACOTE COM 100 UNIDADES.	10,000	PCT	14,50	145,00
	Marca: LACRAR				
Total do Participante:					**290,00**
Participante: VITALLI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA (07.422.196/0001-51)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
38	FIO GUIA PARA INTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL 3 MM, FABRICADO EM MATERIAL FLEXÍVEL CROMADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE. - FIO GUIA PARA INTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL 3 MM, FABRICADO EM MATERIAL FLEXÍVEL CROMADO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	5,000	UN	75,90	379,50
	Marca: MIKATOS				
Total do Participante:					**379,50**
Total Geral:					**238.404,08**

Mandirituba, 23 de Outubro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

_____
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:4F0C4CCA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
DECRETO 246/2026 - SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO 246/2026

SÚMULA – Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município.

Leandro Dorini, Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e observando os dispositivos constantes do art. 43 – parágrafo 1º - inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e considerando o art. 5° da Lei Municipal nº 2483/2025, de 19 de Novembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar, referente ao exercício financeiro de 2026, no valor de **R$ 23.005,94 (Vinte e Três Mil e Cinco Reais e Noventa e Quatro Centavos),** para reforço de dotações orçamentárias, conforme discriminadas no anexo.
Art. 2º - Como recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto, fica indicada como recurso o Superavit Financeiro, Excesso de Arrecadação e a Anulação de Dotação, de acordo com o que prevê os incisos I, II e III, parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 23 de Outubro de 2026.
Art. 4º – Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, em 23 de Outubro de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
Relação de Alterações Orçamentárias da Despesa
CNPJ: 77.774.867/0001-29
Município: Mangueirinha – Estado do Paraná
Data de Emissão 23/10/2026

Créditos					Origens				
Tipo	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**	**Tipo**	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**
Crédito Suplementar	3.3.90.93.00.00.00.00	2019	00936/1006	213,37	Excesso de Arrecadação			00936/1006	213,37
Crédito Suplementar	3.3.90.93.00.00.00.00	2019	00936/1006	92,57	Superávit Financeiro			00936/1006	92,57
Crédito Suplementar	3.3.90.93.00.00.00.00	2019	00936/1006	2.700,00	Anulação de Dotação	3.3.90.30.00.00.00.00	2045	00936/1006	2.700,00
Crédito Suplementar	3.3.90.39.00.00.00.00	2063	00000/00000	20.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.39.00.00.00.00	2064	00000/00000	20.000,00

Total da Entidade: R$ 23.005,94
Total Geral: R$ 23.005,94

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:49855BC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N. 42/2026. VENCEDORES DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 663/2026. OBJETO: implantação de registro de preços para futura e eventual aquisição de peças destina-se à manutenção preventiva e corretiva dos veículos pesados pertencentes aos Departamentos de Saúde, Meio Ambiente e Agricultura

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN	UNIT.	TOTAL	MARCA	FORNECEDOR
1	146	Tanque de Combustível - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	500,00	500,00	BEPO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	151	Termostato de ar - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	98,00	98,00	TEM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	153	Trambulador marcha - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	58,00	58,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	159	Turbina - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	800,00	800,00	MASTERPOWER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	160	Valvula de Admissão - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	6	UND	58,90	353,40	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	161	Valvula de escape - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	6	UND	114,00	684,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	162	Valvula de Retorno - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	298,00	298,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	163	Valvula freio mão - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	298,00	298,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	164	Valvula relê quatro circuito - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	280,00	280,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	165	Valvula relê simples circuito - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	280,00	280,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	166	Valvula termostatica - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	298,00	596,00	MTE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	167	Vareta de valvula - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	96,90	96,90	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	168	Veda escapamento - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	10,99	43,96	VEDA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	169	Ventoinha de ar - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	690,00	690,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	170	Virabrequim - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	670,00	670,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	171	Alavanca de Comando - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	680,00	680,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	172	Amortecedor Dianteiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	194,00	388,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	173	Aneis de Pistão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	294,00	1.176,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	174	Anel De Vedacao Molas - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016,	4	UND	14,00	56,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		placa BAU-8678						
1	175	Anel Sincronizado Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	59,00	118,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	176	Aranha trava cubo traseiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	22,00	88,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	177	Arruela cubo Dianteiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	22,00	88,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	178	Arruela cubo Traseiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	59,00	236,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	179	Arruela De Molas - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	11,00	110,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	180	Arruela Difrencial - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	20,00	80,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	181	Balancim comando de valvula - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	238,00	238,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	182	Barra de cano reto 4 pol. - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	238,00	238,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	183	Barra de Direção Curta - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	238,00	238,00	BOSH	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	184	Bico injetore - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	238,00	952,00	DINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	185	Biela - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	6	UND	238,00	1.428,00	UNVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	186	Bobina de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	238,00	476,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	187	Bomba de água - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	600,00	1.200,00	BOSH	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	188	Bomba de alta - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	299,00	299,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	189	Bomba de Baixa - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	439,00	439,00	SHADEK	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	190	Bomba de oleo - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	144,90	144,90	TRN	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	191	Bomba hidráulica da direção - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	399,00	399,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	192	Bomba Injetora adequada ao modelo - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	3.329,00	3.329,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	193	Borracha Cardan - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	6	UND	98,00	588,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	194	Borracha Cuica Do Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	6	UND	28,00	168,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	195	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	88,00	352,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	196	Braco Pitmam Direcao - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	97,00	97,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	197	Bronzina de Biela - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	28,00	280,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	198	Bronzina de mancal - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	296,00	296,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	199	Bucha De Balanca Suspensao - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	88,00	352,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	200	Bucha de Biela - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	14,00	140,00	CONROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	201	Bucha De Estabilizador Suspensão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	28,00	112,00	MANDO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	202	Bucha Do Molejo - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	18,00	72,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	203	Bucha estabilizador grande - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	11,00	110,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	204	Buchas barra estabilizadora - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	38,00	152,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	205	Buchas de Comando - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	48,00	96,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	206	Burrinho Mestre Auxiliar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	179,00	179,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	207	Burrinho Mestre Embreagem - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	499,00	499,00	BOSH	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	208	Cabeçote - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	4.999,00	4.999,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	209	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	199,00	199,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	210	Caixa Satélite - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	1.999,00	1.999,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	211	Calço pinhão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	29,00	116,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	212	Camisa de pistão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	6	UND	199,00	1.194,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	213	Cano escape reto 3. 1/2 - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	399,00	399,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	214	Cano Retorno Turbina - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	199,00	199,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	215	Cano saída escape - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	258,00	258,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	216	Cano saída motor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	258,00	258,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	217	Canos de bico - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	699,00	699,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	218	Cardan Saida Do Diferencial - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	799,99	799,99	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	219	Cárter do motor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	139,00	556,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	220	Catraca de Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	78,00	312,00	GATES	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	221	cilindro aux embreagem - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	314,00	314,00	GATES	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	222	Cilindro mestre embreagem - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016,	1	UND	599,99	599,99	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia

		placa BAU-8678						Ltda
1	223	Coifa Cardan Cambio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	115,00	115,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	224	coletor escape - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	498,00	498,00	ELPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	225	Comando de valvulas - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	798,00	798,00	RIOSUL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	226	Compressor de Ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	598,00	598,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	227	Condensadora de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	796,00	796,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	228	Cone sincronizador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	598,00	598,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	229	Conexao De Molas - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	128,00	128,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	230	Conjunto coroa e pinhão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	2.998,00	2.998,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	231	Conjunto volante e cremalheira - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	887,00	887,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	232	Corpo de Acoplamento 1a à 6a marcha - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	887,00	887,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	233	Corpo Sincronizador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	798,00	798,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	234	Correia da direção hidráulica - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	78,00	312,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	235	Correia Do Motor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	68,00	272,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	236	Correia do ventilador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	78,00	312,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	237	Coxim do motor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	78,00	312,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	238	Cremalheira do volante - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	398,00	398,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	239	Cruzeta - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	87,00	348,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	240	Cruzeta Cardan - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	87,00	348,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	241	Cuica de Freio Dianteira - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	98,00	196,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	242	Cuica de Freio Traseira - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	98,00	196,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	243	Curva de escape 3.1/2 - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	298,00	298,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	244	curva freio motor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	298,00	298,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	245	Diafragma cuica de freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	28,00	112,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	246	Kit Disco de embreagem Plator- Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	1.598,00	1.598,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	247	Eixo Comando de Valvulas - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	898,00	898,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	248	Eixo da caixa de tração do diferencial - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	998,00	998,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	249	Eixo Entalhado - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	998,00	998,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	250	Eixo intermediário - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	698,00	698,00	MONEY	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	251	Eixo Piloto - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	598,00	598,00	MONEY	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	252	Eixo Primairo Cambio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	398,00	398,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	253	Eixo Segundario Cambio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	298,00	298,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	254	Eixo Setor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	255	Eletro ventilador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	298,00	298,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	256	Embuchamento Eixo Dianteiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	257	engrenagem 1a - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	258	Engrenagem 2ª - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	259	Engrenagem 3ª - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	3M	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	260	Engrenagem 4ª - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	LONAFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	261	Engrenagem 5ª - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	187,00	187,00	LONAFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	262	Engrenagem 6° marcha - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	187,00	187,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	263	Engrenagem caixa de tração - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	187,00	187,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	264	Engrenagem caixa de tração primaria - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	265	Engrenagem Ré - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	266	Escapamento silencioso - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	298,00	298,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	267	Espelho retrovisor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	298,00	596,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	268	Espiga do Cardan - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	VETOR	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	269	Esticador Correia Motor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	98,00	196,00	AUTOGLASS	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	270	Evaporadora de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	698,00	698,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	271	Fechadura capô dianteiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	98,00	98,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	272	Fechadura da porta completa - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	78,00	78,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	273	Fechadura De Capo - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	78,00	78,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	274	Feixe De Molas - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	568,00	1.136,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	275	Filtro secador de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	38,00	152,00	VALEO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	276	Flange câmbio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	277	Flange do Cardan com orelha - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	278	Flange do central do cardan - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	279	Flange pinhão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	389,00	389,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	280	Flexivel Caixa Direcao - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	281	Flexivel Do Flitro Motor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	38,00	38,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	282	Flexivel Do Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	28,00	112,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	283	Garfo de embreagem - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	98,00	98,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	284	Garfo de Engate - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	98,00	98,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	285	Gás 141B para ar condicionado - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	87,00	174,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	286	Gás R134 para ar condicionado - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	87,00	174,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	287	Grade Dianteira - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	98,00	98,00	VRUM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	288	Haste Regulador De Embreagem - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	98,00	98,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	289	Hélice do ventilador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	128,00	256,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	290	Jg arruelas - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	28,00	56,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	291	Junta do cabeçote - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	292	Junta do diferencial - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	298	Lonas de Freio Tras - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	98,00	196,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	299	Luva Cardan - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	300	Luva de Engate - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	301	Luva Deslizante - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	98,00	98,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	302	Maçaneta de porta externa - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	48,00	96,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	303	Mancal do rolamento embreagem - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	58,00	58,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	305	Mangueira De Freio Da Cuica - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	38,00	38,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	306	Mangueira Do Radiador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	307	Mola Patim Traseiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	28,00	112,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	308	Palheta limpador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	28,00	112,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	310	Parafuso Caixa satélite - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	9,00	90,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	311	Parafuso Cardan - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	9,00	90,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	312	Parafuso coroa - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	9,90	99,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	313	Parafuso da Roda - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	30	UND	7,00	210,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	314	Parafuso encosto - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	8,00	80,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	315	Pastilha deslizante de bronze - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	58,00	116,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	316	Patim de Freio Traseiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	128,00	256,00	BEPO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	317	Peito De Aco Suspensao - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	140,00	280,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	318	Pistão do Compressor ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	319	Pistão do diferencial - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	128,00	128,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	323	polia viscosa - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	698,00	698,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	324	Ponta de Eixo Traseiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	598,00	598,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	326	Ponteira Para-choque - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	98,00	98,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	327	Porca ajuste coroa - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	10,00	10,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	328	Porca ajuste pinhão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	7,99	79,90	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	329	Porca carcaça - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	8,00	80,00	MASTERPOWER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	330	Porca Castelo Ponta Eixo - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	10,00	100,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	331	Porca de Roda - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	10,00	100,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	332	Porca ponteira Cardan - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	8,99	89,90	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	333	Presostato de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	78,90	78,90	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	334	Prisioneira de cabeçote - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	18,00	180,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	335	Radiador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	598,00	598,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	336	Rebite - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	10	UND	4,99	49,90	MTE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	337	Regulador De Pressao Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	338	Relógio velocímetro completo - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	1.198,00	1.198,00	VEDA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	339	Reparo De Valvula Do Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	340	Reparo do garfo da embreagem - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	341	Reparo valvula descarga ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	128,00	128,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	342	Reparo valvula freio mão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	343	Reparo valvula governadora - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	98,00	98,00	TEM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	344	Reparo valvula pedal - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	58,00	58,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	345	Reparo valvula relê quatro circuito - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	68,00	68,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	346	Reparo valvula relê simples circuito - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	58,00	58,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	347	Reparos da bomba de água - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	348	Reservatorio de agua - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	58,00	116,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	349	Reservatório de óleo hidráulico - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	350	Retentor Da Roda - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	28,00	28,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	351	Retentor do Cubo Dianteiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	28,00	112,00	MASTERPOWER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	352	Retentor Do Cubo Diferencial - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	18,00	72,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	353	Retentor do Cubo Traseiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	18,90	75,60	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	354	Retentor Do Pinhao Diferencail - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	18,00	72,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	355	Retentor Traseiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	18,00	36,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	356	Retrovisor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	87,00	174,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	357	Roda - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	198,00	396,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	359	Rolamento conico do piloto - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	360	Rolamento da Roda Tras. Externa - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	67,00	67,00	VEDA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	361	Rolamento da Roda Tras. Interna - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	48,00	96,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	362	Rolamento de embreagem - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	48,00	96,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	363	Rolamento diferencial - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	364	Rolamento do berço - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	365	Rolamento do Virabrequim - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	18,00	18,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	366	Rolamento do volante - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	18,00	18,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	367	Rolamento dos cubos - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	368	Rolamento eixo intermediário - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	58,00	58,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	369	Rolamento engrenagem 2ª - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	370	Rolamento engrenagem 4ª - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	371	Rolamento entalhado - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	38,00	38,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	372	Rolamento piloto - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	18,00	18,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	373	Rolamentos do Cubo Dianteiro Ext. - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	48,00	48,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	374	Rolamentos do Cubo Dianteiro Int. - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano	4	UND	47,00	188,00	VRUM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		2016, placa BAU-8678						
1	375	Rolameto De Roda - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	47,00	188,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	376	Rolete Do Patim Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	9,99	39,96	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	377	Selo de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	28,00	112,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	380	Sensor Escapamento - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	58,00	58,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	381	Sensor Pressão de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	382	Sensor Oleo Motor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	28,00	28,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	383	Sensor Rotação - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	58,00	58,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	384	Sensor Temperatura - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	78,00	78,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	385	Silencioso - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	386	Sincronizador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	78,00	78,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	387	Sino Diferencial - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	388	Suporte Cardan - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	78,00	78,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	389	Suporte Motor Dianteiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	78,00	156,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	390	Suporte Motor Traseiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	78,00	156,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	393	Tampa Do Radiador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	8,00	32,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	395	Tampa traseira do compressor de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	28,00	56,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	397	Terminal de Direção LD - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	18,00	36,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	398	Terminal de Direção LE - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	18,00	36,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	399	Terminal de Direção Rosca Direita - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	14,00	28,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	400	Terminal de Direção Rosca Esq. - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	14,00	28,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	401	Terminal De Embreagem - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	10,00	20,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	402	Termostato de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	28,00	28,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	403	Tirante estabilizador - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	18,00	18,00	BEPO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	404	Trambulador marcha - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	58,00	58,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	405	Trava Aranha Roda - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	8,00	16,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	406	Trava do Comando - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	9,00	36,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	407	Trava do eixo piloto - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	4	UND	9,00	36,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	408	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	8,00	16,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	409	Tubo escape - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	98,00	98,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	411	Válvula 4 Vias Do Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	42,00	42,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	414	Valvula de Admissão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	39,00	39,00	TEM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	415	Valvula de escape - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	8	UND	39,00	312,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	418	Valvula descarga ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	498,00	498,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	419	Valvula descarga rápida - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	420	Valvula Do Pedal Freio Cardo - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	498,00	498,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	421	Valvula Do Rele Freio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	198,00	198,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	422	Valvula freio mão - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	143,00	143,00	MASTERPOWER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	423	Valvula governadora - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	143,00	143,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	424	Valvula Niveladora De Suspensao - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	164,00	164,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	425	Valvula Reduzida - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	97,00	97,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	426	Valvula relê quatro circuito - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	262,00	262,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	427	Valvula relê simples circuito - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	247,00	247,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	428	Valvula termostatica - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	87,00	87,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	429	Vareta de valvula - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	296,00	296,00	MTE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	430	Veda escapamento - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	19,00	19,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	431	Vedador De Valvula Molas - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	72,00	72,00	VEDA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	432	Ventoinha de ar - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	674,00	674,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	433	Virabrequim - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	4.420,00	4.420,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	434	Alavanca de Comando - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.820,00	1.820,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	435	Amortecedor Dianteiro -Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	416,00	832,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	436	Aneis de Pistão - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	624,00	2.496,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	437	Anel De Vedacao Molas - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	26,00	104,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	438	Anel Sincronizado Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	91,00	182,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	439	Aranha trava cubo traseiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	62,00	248,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	440	Arruela cubo Dianteiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	62,00	248,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	441	Arruela cubo Traseiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	62,00	248,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	442	Arruela De Molas - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	21,00	210,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	443	Arruela Difrencial - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	39,00	156,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	444	Balancim comando de valvula - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	416,00	416,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	445	Barra de cano reto 4 pol. - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	416,00	416,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	446	Barra de Direção Curta - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	676,00	676,00	BOSH	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	447	Bico injetore - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	780,00	3.120,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	448	Biela - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	6	UND	416,00	2.496,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	449	Bobina de ar -Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	416,00	832,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	450	Bomba de água - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	312,00	624,00	BOSH	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	451	Bomba de alta - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	3.016,00	3.016,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	452	Bomba de Baixa - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	780,00	780,00	SHADEK	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	453	Bomba de oleo - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	728,00	728,00	TRN	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	454	Bomba hidráulica da direção - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.456,00	1.456,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	455	Bomba Injetora adequada ao modelo - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	5.460,00	5.460,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	456	Borracha Cardan - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	6	UND	208,00	1.248,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	457	Borracha Cuica Do Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	6	UND	52,00	312,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	458	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	104,00	416,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	459	Braco Pitmam Direcao - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	234,00	234,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	460	Bronzina de Biela - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	62,00	620,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	461	Bronzina de mancal - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	520,00	520,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	462	Bucha De Balanca Suspensao - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	117,00	468,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	463	Bucha de Biela - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	26,00	260,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	464	Bucha De Estabilizador Suspensão - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	28,00	112,00	NANDO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	465	Bucha Do Molejo - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	46,00	184,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	466	Bucha estabilizador grande - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	8,00	80,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	467	Buchas barra estabilizadora - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	66,00	264,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	468	Buchas de Comando - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	40,00	80,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	469	Burrinho Mestre Auxiliar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	850,00	850,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	474	Calço pinhão - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	10,00	40,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	475	Camisa de pistão - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	6	UND	99,00	594,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	476	Cano escape reto 3. 1/2 - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	98,00	98,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	478	Cano saída escape - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	216,00	216,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	479	Cano saída motor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	204,00	204,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	480	Canos de bico - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	736,00	736,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	481	Cardan Saida Do Diferencial - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	670,00	670,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	485	Cilindro mestre embreagem - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	610,00	610,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	486	Coifa Cardan Cambio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	98,00	98,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	487	coletor escape - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	664,00	664,00	ELPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	488	Comando de valvulas - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	599,00	599,00	RIOSUL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	489	Compressor de Ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	998,00	998,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	490	Condensadora de ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	649,00	649,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	491	Cone sincronizador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	349,00	349,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	492	Conexao De Molas - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	236,00	236,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	494	Conjunto volante e cremalheira - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	994,00	994,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	495	Corpo de Acoplamento 1a à 6a marcha - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.100,00	1.100,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	496	Corpo Sincronizador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	402,00	402,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	497	Correia da direção hidráulica - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	98,00	392,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	498	Correia Do Motor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	98,00	392,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	499	Correia do ventilador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	200,00	800,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	500	Coxim do motor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	79,00	316,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	501	Cremalheira do volante - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	406,00	406,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	502	Cruzeta - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	98,00	392,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	503	Cruzeta Cardan - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	98,00	392,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	504	Cuica de Freio Dianteira - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	89,00	178,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	505	Cuica de Freio Traseira - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	98,00	196,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	506	Curva de escape 3.1/2 - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	98,00	98,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	508	Diafragma cuica de freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	18,00	72,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	509	Kit Disco de embreagem Plator- Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.499,00	1.499,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	510	Eixo Comando de Valvulas - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	799,00	799,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	511	Eixo da caixa de tração do diferencial - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	799,00	799,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	512	Eixo Entalhado - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	887,00	887,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	513	Eixo intermediário - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	799,00	799,00	MONEY	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	514	Eixo Piloto - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	940,00	940,00	MONEY	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	515	Eixo Primairo Cambio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	680,00	680,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	516	Eixo Segundario Cambio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	298,00	298,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	519	Embuchamento Eixo Dianteiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	520	engrenagem 1a - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	521	Engrenagem 2ª - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	522	Engrenagem 3ª - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	3M	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	523	Engrenagem 4ª - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	LONAFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	524	Engrenagem 5ª - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	LONAFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	525	Engrenagem 6° marcha - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	526	Engrenagem caixa de tração - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	527	Engrenagem caixa de tração primaria - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	528	Engrenagem Ré - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	529	Escapamento silencioso - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	298,00	298,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	530	Espelho retrovisor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	298,00	596,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	531	Espiga do Cardan - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	VETOR	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	532	Esticador Correia Motor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	98,00	196,00	AUTOGLASS	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	534	Fechadura capô dianteiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	98,00	98,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	535	Fechadura da porta completa - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	98,00	98,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	536	Fechadura De Capo - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	98,00	98,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	537	Feixe De Molas - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	598,00	1.196,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	538	Filtro secador de ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	98,00	392,00	VALEO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	539	Flange câmbio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	298,00	298,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	540	Flange do Cardan com orelha - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	541	Flange do central do cardan - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	542	Flange pinhão - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	298,00	298,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	543	Flexivel Caixa Direcao - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	98,00	98,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	544	Flexivel Do Flitro Motor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	28,00	28,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	545	Flexivel Do Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	28,00	112,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	546	Garfo de embreagem - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	140,00	140,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	547	Garfo de Engate - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	548	Gás 141B para ar condicionado - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	198,00	396,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	549	Gás R134 para ar condicionado - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	198,00	396,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	550	Grade Dianteira - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	VRUM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	551	Haste Regulador De Embreagem - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	153,00	153,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	553	Jg arruelas - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	48,00	96,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	554	Junta do cabeçote - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	298,00	298,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	555	Junta do diferencial - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	81,00	81,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	558	Juntas do coletor de escape - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	12	UND	8,00	96,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	559	Lixa 3M - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	5,00	50,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	560	Lonas de Freio Dian - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	98,00	196,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	561	Lonas de Freio Tras - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	98,00	196,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	562	Luva Cardan - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	410,00	410,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	563	Luva de Engate - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	416,00	416,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	564	Luva Deslizante - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	416,00	416,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	565	Maçaneta de porta externa - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	67,00	134,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	566	Mancal do rolamento embreagem - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	98,00	98,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	568	Mangueira De Freio Da Cuica - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	60,00	60,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	569	Mangueira Do Radiador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	206,00	206,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	570	Mola Patim Traseiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	50,00	200,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	571	Palheta limpador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	50,00	200,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	573	Parafuso Caixa satélite - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	14,00	140,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	574	Parafuso Cardan - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	14,00	140,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	575	Parafuso coroa - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	12,00	120,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	576	Parafuso da Roda - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	30	UND	19,00	570,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	577	Parafuso encosto - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	16,00	160,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	578	Pastilha deslizante de bronze - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	98,00	196,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	579	Patim de Freio Traseiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	98,00	196,00	BEPO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	581	Pistão do Compressor ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	153,00	153,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	582	Pistão do diferencial - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	310,00	310,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	583	Pistão do motor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.998,00	1.998,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	584	Planetária - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.298,00	1.298,00	TEM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	585	Polia Anti Vibradora - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	998,00	998,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	586	polia viscosa - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	998,00	998,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	589	Ponteira Para-choque - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	198,00	198,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	590	Porca ajuste coroa - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	19,00	19,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	591	Porca ajuste pinhão - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	14,00	140,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	592	Porca carcaça - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	14,00	140,00	MASTERPOWER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	593	Porca Castelo Ponta Eixo - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	19,00	190,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	594	Porca de Roda - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	19,00	190,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	595	Porca ponteira Cardan - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	14,00	140,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	596	Presostato de ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	182,00	182,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	597	Prisioneira de cabeçote - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	42,00	420,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	598	Radiador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.820,00	1.820,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	599	Rebite - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	10	UND	8,00	80,00	MTE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	600	Regulador De Pressao Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	260,00	260,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	601	Relógio velocímetro completo - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	3.380,00	3.380,00	VEDA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	602	Reparo De Valvula Do Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	603	Reparo do garfo da embreagem - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	156,00	156,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	604	Reparo valvula descarga ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	624,00	624,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	605	Reparo valvula freio mão - ÔMicro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	104,00	104,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	606	Reparo valvula governadora - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	416,00	416,00	TEM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	607	Reparo valvula pedal - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	156,00	156,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	608	Reparo valvula relê quatro circuito - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	609	Reparo valvula relê simples circuito - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	610	Reparos da bomba de água - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	260,00	260,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	611	Reservatorio de agua - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	247,00	494,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	612	Reservatório de óleo hidráulico - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	208,00	208,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	613	Retentor Da Roda - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	94,00	94,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	614	Retentor do Cubo Dianteiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	78,00	312,00	MASTERPOWER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	615	Retentor Do Cubo Diferencial - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	78,00	312,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	616	Retentor do Cubo Traseiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano	4	UND	78,00	312,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia

		2024, Placa TAI-6D27						Ltda
1	617	Retentor Do Pinhao Diferencail - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	78,00	312,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	618	Retentor Traseiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	78,00	156,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	619	Retrovisor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	312,00	624,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	620	Roda - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	780,00	1.560,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	621	Rolamento Cardan - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	2.028,00	4.056,00	MTE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	622	Rolamento conico do piloto - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	104,00	104,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	623	Rolamento da Roda Tras. Externa - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	208,00	208,00	VEDA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	624	Rolamento da Roda Tras. Interna - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	208,00	416,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	625	Rolamento de embreagem - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	208,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	626	Rolamento diferencial - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	627	Rolamento do berço - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	156,00	156,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	628	Rolamento do Virabrequim - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	52,00	52,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	629	Rolamento do volante - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	52,00	52,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	630	Rolamento dos cubos - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	156,00	156,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	631	Rolamento eixo intermediário - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	208,00	208,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	632	Rolamento engrenagem 2ª - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	208,00	208,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	633	Rolamento engrenagem 4ª - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	208,00	208,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	634	Rolamento entalhado - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	156,00	156,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	635	Rolamento piloto - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	52,00	52,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	636	Rolamentos do Cubo Dianteiro Ext. - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	208,00	208,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	637	Rolamentos do Cubo Dianteiro Int. - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	208,00	832,00	VRUM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	638	Rolameto De Roda - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	208,00	832,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	639	Rolete Do Patim Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	26,00	104,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	640	Selo de ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	78,00	312,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	641	Semi-eixo - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.300,00	1.300,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	642	Sensor Common Rail - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	676,00	676,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	643	Sensor Escapamento - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	286,00	286,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	644	Sensor Pressão de ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	645	Sensor Oleo Motor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	104,00	104,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	646	Sensor Rotação - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	647	Sensor Temperatura - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	648	Silencioso - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	780,00	780,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	649	Sincronizador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	208,00	208,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	650	Sino Diferencial - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	651	Suporte Cardan - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	286,00	286,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	652	Suporte Motor Dianteiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	338,00	676,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	653	Suporte Motor Traseiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	338,00	676,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	654	Tambor de Freio Dianteiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	442,00	884,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	655	Tambor de Freio Traseiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	442,00	884,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	656	Tampa Do Radiador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024,	4	UND	21,00	84,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia

		Placa TAI-6D27						Ltda
1	657	Tampa tanque de combustível - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	68,00	136,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	658	Tampa traseira do compressor de ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	94,00	188,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	659	Tanque de Combustível - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D278	1	UND	780,00	780,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	660	Terminal de Direção LD - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	78,00	156,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	661	Terminal de Direção LE - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	78,00	156,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	662	Terminal de Direção Rosca Direita - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	78,00	156,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	663	Terminal de Direção Rosca Esq. - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	78,00	156,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	664	Terminal De Embreagem - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	47,00	94,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	665	Termostato de ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	130,00	130,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	666	Tirante estabilizador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	78,00	78,00	BEPO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	667	Trambulador marcha - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	182,00	182,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	668	Trava Aranha Roda - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	26,00	52,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	669	Trava do Comando - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	52,00	208,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	670	Trava do eixo piloto - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	52,00	208,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	671	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	26,00	52,00	TEM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	672	Tubo escape - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	416,00	416,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	683	Valvula Do Pedal Freio Cardo - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	780,00	780,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	684	Valvula Do Rele Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	416,00	416,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	685	Valvula freio mão - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	199,00	199,00	MASTERPOWER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	686	Valvula governadora - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	780,00	780,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	687	Valvula Niveladora De Suspensao - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	780,00	780,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	688	Valvula Reduzida - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	416,00	416,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	689	Valvula relê quatro circuito - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	780,00	780,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	690	Valvula relê simples circuito - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	780,00	780,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	691	Valvula termostatica - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	692	Vareta de valvula - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	312,00	312,00	MTE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	693	Veda escapamento - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	21,00	21,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	694	Vedador De Valvula Molas - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	78,00	78,00	VEDA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	695	Ventoinha de ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	676,00	676,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	696	Virabrequim - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	4.420,00	4.420,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	697	Alavanca de Comando Marcha - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	780,00	780,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	698	Amortecedor Dianteiro - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	468,00	936,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	699	Aneis de Pistão - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	195,00	780,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	700	Anel De Vedacao Molas - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	52,00	104,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	701	Anel Sincronizado Freio - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	78,00	156,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	702	Aranha trava cubo traseiro - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	26,00	52,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	703	Arruela cubo Dianteiro - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	26,00	52,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	704	Arruela cubo Traseiro - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	26,00	104,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	705	Arruela De Molas - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	26,00	104,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	706	Balancim comando de valvula - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	780,00	780,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	707	Barra de cano reto 4 pol. - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	208,00	416,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	708	Barra de Direção Curta - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	78,00	156,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	709	Bicos injetores - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	1.040,00	4.160,00	BOSC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia

								Ltda
1	710	Bielas - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	520,00	520,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	711	Bobina de ar - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	208,00	208,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	712	Bomba de água - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	780,00	780,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	713	Bomba de alta - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	2.340,00	2.340,00	BOSH	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	714	Bomba de Baixa - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	520,00	520,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	715	Bomba de oleo - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	780,00	780,00	SHADEK	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	716	Bomba hidráulica da direção - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	1.300,00	1.300,00	TRN	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	717	Braco Pitmam Direcao - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	234,00	234,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	718	Bronzina de Biela - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	719	Bronzina de mancal - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	624,00	624,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	720	Bucha de Biela - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	52,00	104,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	721	Bucha De Estabilizador Suspensão - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	78,00	156,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	722	Bucha estabilizador grande - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	78,00	156,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	723	Buchas barra estabilizadora - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	6	UND	34,00	204,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	724	Buchas de Comando - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	78,00	312,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	725	Burrinho Mestre Auxiliar - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	234,00	468,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	726	Burrinho Mestre Embreagem - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	624,00	624,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	727	Cabeçote - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	5.460,00	5.460,00	MANDO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	728	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	208,00	208,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	729	Cano escape reto 3. 1/2 - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	730	Cano Retorno Turbina - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	312,00	312,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	731	Cano saída escape - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	312,00	312,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	732	Cano saída motor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	104,00	416,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	733	Canos de bico - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	195,00	780,00	BOSH	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	734	cilindro aux embreagem - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	735	Cilindro mestre embreagem - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	416,00	832,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	736	coletor escape - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	999,00	999,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	737	Comando de valvulas - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	1.040,00	1.040,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	738	Compressor de Ar Condicionado - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	2.340,00	2.340,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	739	Condensadora de ar - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	624,00	624,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	740	Cone sincronizador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	312,00	312,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	741	Conexao De Molas - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	156,00	312,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	742	Conjunto volante e cremalheira - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	1.820,00	1.820,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	743	Corpo de Acoplamento 1a à 6a marcha - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	624,00	624,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	744	Corpo Sincronizador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	745	Correia da direção hidráulica - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	78,00	78,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	746	Correia Do Motor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	78,00	78,00	GATES	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	747	Correia do ventilador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	78,00	78,00	GATES	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	748	Coxim do motor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	182,00	728,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	749	Cremalheira do volante - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	780,00	780,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	750	Kit Disco de embreagem Plator - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	1.976,00	1.976,00	ELPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	751	Eixo Comando de Valvulas - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	884,00	1.768,00	RIOSUL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	752	Eixo Setor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	753	Eletro ventilador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	468,00	468,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	754	engrenagem 1a - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	755	Engrenagem 2ª - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	756	Engrenagem 3ª - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	757	Engrenagem 4ª - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	758	Engrenagem 5ª - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	759	Engrenagem 6° marcha - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	760	Engrenagem caixa de tração - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	761	Engrenagem caixa de tração primaria - Ambulância Renault L2H2, Ano	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		2018, placa BCU-9G42						
1	762	Engrenagem Ré - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	416,00	416,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	763	Escapamento silencioso - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	130,00	130,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	764	Espelho retrovisor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	624,00	1.248,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	765	Esticador Correia Motor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	468,00	936,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	766	Evaporadora de ar - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	936,00	936,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	767	Fechadura capô dianteiro - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	149,00	298,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	768	Fechadura da porta completa - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	208,00	416,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	769	Fechadura De Capo - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	208,00	208,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	770	Fechadura traseira cabine - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	208,00	208,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	771	Flexivel Caixa Direcao - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	312,00	312,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	772	Flexivel Do Flitro Motor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	208,00	208,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	773	Flexivel Do Freio - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	104,00	208,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	774	Garfo de embreagem - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	312,00	312,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	775	Garfo de Engate - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	312,00	312,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	776	Gás 141B para ar condicionado - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	234,00	468,00	MONEY	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	777	Gás R134 para ar condicionado - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	234,00	468,00	MONEY	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	778	Grade Dianteira - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	572,00	572,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	779	Haste Regulador De Embreagem - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	299,00	299,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	780	Hélice do ventilador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	780,00	780,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	781	Junta do cabeçote - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	499,00	499,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	782	Junta jogo Completo Motor- Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	1.490,00	1.490,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	783	Junta jogo parcial Motor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	999,00	999,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	784	Juntas do coletor de escape - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	312,00	312,00	SABO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	785	Lixa 3M - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	26,00	104,00	3M	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	787	Pastilha de Freio Tras - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	149,00	298,00	LONAFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	792	Máquina de vidro direita - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	213,00	213,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	793	Máquina de vidro esquerda - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	192,00	192,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	794	Palheta limpador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	50,00	200,00	VETOR	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	795	Parabrisa - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	1.107,00	1.107,00	AUTOGLASS	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	796	Pistão do motor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	579,00	2.316,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	797	Para-choque Dianteiro - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	579,00	579,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	798	Porca Castelo Ponta Eixo - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	72,00	72,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	800	Prisioneira de cabeçote - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	8	UND	19,00	152,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	802	Reparo do garfo da embreagem - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	69,00	69,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	803	Reparo valvula freio mão - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	73,00	73,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	804	Reparo valvula governadora - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	89,00	89,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	805	Reparo valvula pedal - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	69,00	69,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	807	Reparo valvula relê simples circuito - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	199,00	199,00	WABCO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	808	Reparos da bomba de água - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	199,00	398,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	809	Reservatorio de agua - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	199,00	199,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	810	Reservatório de óleo hidráulico - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	149,00	149,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	811	Resistência do eletro ventilador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	199,00	199,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	812	Retrovisor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	299,00	598,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	813	Roda - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	399,00	798,00	VRUM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	814	Rolamento da Roda Tras. Externa - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	339,00	678,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	815	Rolamento da Roda Tras. Interna - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	299,00	598,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	816	Rolamento de embreagem - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	139,00	139,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	817	Rolamento do berço - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	140,00	140,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	818	Rolamento do volante - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	64,00	64,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	819	Rolamento dos cubos - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	294,00	588,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	820	Rolamento eixo intermediário - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	124,00	248,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	821	Rolamento engrenagem 2ª - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	119,00	119,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	822	Rolamento engrenagem 4ª - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	149,00	149,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	823	Rolamento entalhado - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	129,00	258,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	824	Rolamento piloto - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	139,00	278,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	825	Rolamentos do Cubo Dianteiro Ext. - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	227,00	227,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	846	Terminal de Direção Rosca Esq. - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	10	UND	70,00	700,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	847	Termostato de ar - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	232,00	232,00	TEM	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	848	Tirante estabilizador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	10	UND	57,00	570,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	849	Trambulador marcha - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	122,00	122,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	850	Trava Aranha Roda - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	20,00	80,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	851	Trava do Comando - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	50,00	100,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	852	Trava do eixo piloto - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	70,00	70,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	853	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	37,00	74,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	854	Tubo escape - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	169,00	169,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	856	Valvula de Admissão - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	6	UND	54,00	324,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	857	Valvula de escape - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	6	UND	54,00	324,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	858	Valvula de Retorno - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	219,00	219,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	859	Valvula freio mão - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	219,00	219,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	860	Valvula relê quatro circuito - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	219,00	219,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	861	Valvula relê simples circuito - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	230,00	230,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	862	Valvula termostatica - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	230,00	460,00	MTE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	863	Vareta de valvula - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	140,00	140,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	864	Veda escapamento - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	4	UND	10,00	40,00	VEDA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	865	Ventoinha de ar - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	988,00	988,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	867	Alavanca de Comando - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	649,00	649,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	868	Amortecedor Dianteiro - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	349,00	698,00	NAKATA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	869	Aneis de Pistão - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	173,00	692,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	870	Anel De Vedacao Molas - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	44,00	88,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	871	Anel Sincronizado Freio - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	73,00	146,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	872	Aranha trava cubo traseiro - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	26,00	52,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	873	Arruela cubo Dianteiro - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	24,00	48,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	874	Arruela cubo Traseiro - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	26,00	104,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	875	Arruela De Molas - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	26,00	104,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	876	Balancim comando de valvula - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	297,00	297,00	INA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	877	Barra de cano reto 4 pol. - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	189,00	378,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	878	Barra de Direção Curta - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	69,00	138,00	PERFECT	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	879	Bicos injetores - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	395,00	1.580,00	BOSH	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	880	Bielas - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	199,00	199,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	881	Bobina de ar - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	89,00	89,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	882	Bomba de água - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	340,00	340,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	884	Bomba de Baixa - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	399,00	399,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	885	Bomba de oleo - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	749,00	749,00	SHADEK	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	886	Bomba hidráulica da direção - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam -	1	UND	999,00	999,00	TRN	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		01406305216						

1	887	Braco Pitmam Direcao - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	234,00	234,00	SKF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	888	Bronzina de Biela - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	416,00	416,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	889	Bronzina de manca - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	624,00	624,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	890	Bucha de Biela - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	52,00	104,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	891	Bucha De Estabilizador Suspensão - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	74,00	148,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	892	Bucha estabilizador grande - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	74,00	148,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	893	Buchas barra estabilizadora - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	6	UND	34,00	204,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	894	Buchas de Comando - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	69,00	276,00	SINTEC	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	895	Burrinho Mestre Auxiliar - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	199,00	398,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	896	Burrinho Mestre Embreagem - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	624,00	624,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	897	Cabeçote - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	5.460,00	5.460,00	MANDO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	898	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	208,00	208,00	EURO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	899	Cano escape reto 3. 1/2 - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	416,00	416,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	900	Cano Retorno Turbina - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	312,00	312,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	901	Cano saída escape - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	312,00	312,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	902	Cano saída motor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	99,00	396,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	903	Canos de bico - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	191,00	764,00	BOSH	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	904	cilindro aux embreagem - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	412,00	412,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	905	Cilindro mestre embreagem - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	412,00	824,00	CONTROIL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	906	coletor escape - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	992,00	992,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	907	Comando de valvulas - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	992,00	992,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	908	Compressor de Ar Condicionado - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	1.993,00	1.993,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	909	Condensadora de ar - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	592,00	592,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	910	Cone sincronizador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	292,00	292,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	911	Conexao De Molas - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	143,00	286,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	912	Conjunto volante e cremalheira - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	1.774,00	1.774,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	913	Corpo de Acoplamento 1a à 6a marcha - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	582,00	582,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	914	Corpo Sincronizador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	280,00	280,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

1	915	Correia da direção hidráulica - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	70,00	70,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	916	Correia Do Motor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	72,00	72,00	GATES	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	917	Correia do ventilador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	68,00	68,00	GATES	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	918	Coxim do motor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	172,00	688,00	SAMPE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	919	Cremalheira do volante - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	687,00	687,00	INDISA	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	920	Kit Disco de embreagem Plator - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	1.770,00	1.770,00	ELPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	921	Eixo Comando de Valvulas - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	770,00	1.540,00	RIOSUL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	922	Eixo da caixa de tração do diferencial - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	380,00	380,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	927	Engrenagem 4ª - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	410,00	410,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	928	Engrenagem 5ª - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	408,00	408,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	929	Engrenagem 6° marcha - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam -	1	UND	410,00	410,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda

		01406305216						
1	930	Engrenagem caixa de tração - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	408,00	408,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	931	Engrenagem caixa de tração primaria - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	403,00	403,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	932	Engrenagem Ré - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	403,00	403,00	DRIVE	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	933	Escapamento silencioso - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	118,00	118,00	TUPER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	934	Espelho retrovisor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	613,00	1.226,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	935	Esticador Correia Motor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	450,00	900,00	SRF	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	936	Evaporadora de ar - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	918,00	918,00	DENSO	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	937	Fechadura capô dianteiro - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	152,00	304,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	938	Fechadura da porta completa - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	202,00	404,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	939	Fechadura De Capo - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	202,00	202,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	940	Fechadura traseira cabine - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	198,00	198,00	UNIVERSAL	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	941	Flexivel Caixa Direcaor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	96,00	96,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	942	Flexivel Do Filtro Motor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	190,00	190,00	NORFLEX	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	1025	Turbina - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	1.750,00	1.750,00	MASTERPOWER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	1286	Turbina - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.500,00	1.500,00	CISER	Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda
1	154	Trava Aranha Roda - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	40,00	160,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	155	Trava do Comando - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	80,00	160,00	REI	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	158	Tubo escape - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	500,00	500,00	FABBOF	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	413	Valvula APU - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	1.000,00	1.000,00	SCHULZ	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	477	Cano Retorno Turbina - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	300,00	300,00	AGRALE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	482	Cárter do motor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	250,00	1.000,00	AGRALE	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	483	Catraca de Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	4	UND	100,00	400,00	BZ	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	674	Válvula 4 Vias Do Freio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.000,00	1.000,00	SCHULZ	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	676	Valvula APU - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.000,00	1.000,00	WABCO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	680	Valvula de Retorno - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	100,00	100,00	WABCO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	681	Valvula descarga ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	500,00	500,00	WABCO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	682	Valvula descarga rápida - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	500,00	500,00	WABCO	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1050	Bico injetor - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	1.000,00	4.000,00	BOSCH	LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda
1	1	Alavanca de Comando - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	449,00	449,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	2	Amortecedor Dianteiro - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	558,00	1.116,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	3	Aneis de Pistão - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	99,00	396,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	4	Anel De Vedacao Molas - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	19,00	38,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	5	Anel Sincronizado Freio - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	39,00	78,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	6	Aranha trava cubo traseiro - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	9,00	18,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	7	Arruela cubo Dianteiro - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	9,00	18,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	8	Arruela cubo Traseiro - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	9,00	36,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	9	Arruela De Molas - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	9,00	36,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	10	Balancim comando de valvula - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	649,00	649,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	11	Barra de cano reto 4 pol. - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	174,00	348,00	WR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	12	Barra de Direção Curta - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	84,00	168,00	WR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	13	Bicos injetores - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	849,00	3.396,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	14	Bielas - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	449,00	449,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	15	Bobina de ar - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	189,00	189,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	16	Bomba de água - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	679,00	679,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	17	Bomba de alta - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	2.199,00	2.199,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	18	Bomba de Baixa - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	449,00	449,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	19	Bomba de oleo - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	759,00	759,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	20	Bomba hidráulica da direção - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	1.149,00	1.149,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	21	Braco Pitmam Direcao - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	199,00	199,00	TRW	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	22	Bronzina de Biela - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	199,00	199,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	23	Bronzina de mancal - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	387,00	387,00	MAHLE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	24	Bucha de Biela - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	7,00	14,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	25	Bucha De Estabilizador Suspensão - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	39,00	78,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	26	Bucha estabilizador grande - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	9,00	18,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	27	Buchas barra estabilizadora - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	6	UND	29,00	174,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	28	Buchas de Comando - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	69,00	276,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	29	Burrinho Mestre Auxiliar - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	132,00	264,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	30	Burrinho Mestre Embreagem - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	379,00	379,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	31	Cabeçote - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	4.458,00	4.458,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	32	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	194,00	194,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	33	Cano escape reto 3. 1/2 - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	314,00	314,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	34	Cano Retorno Turbina - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	210,00	210,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	35	Cano saída escape - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	210,00	210,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	36	Cano saída motor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	99,00	396,00	FABOFF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	37	Canos de bico - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	149,00	596,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	38	cilindro aux embreagem - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	39	Cilindro mestre embreagem - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	314,00	628,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	40	coletor escape - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	848,00	848,00	INISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	41	Comando de valvulas - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	1.039,00	1.039,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	42	Compressor de Ar Condicionado - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	2.339,00	2.339,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	43	Condensadora de ar - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	623,00	623,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	44	Cone sincronizador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	311,00	311,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	45	Conexao De Molas - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	154,00	308,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	46	Conjunto volante e cremalheira - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	1.819,00	1.819,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	47	Corpo de Acoplamento 1a à 6a marcha - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	523,00	523,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	48	Corpo Sincronizador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	49	Correia da direção hidráulica - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	77,00	77,00	GATES	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	50	Correia Do Motor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	77,00	77,00	GATES	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	51	Correia do ventilador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	77,00	77,00	GATES	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	52	Coxim do motor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	181,00	724,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	53	Cremalheira do volante - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	779,00	779,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	54	Kit Disco de embreagem Plator - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	1.975,00	1.975,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	55	Eixo Comando de Valvulas - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	883,00	1.766,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	56	Eixo da caixa de tração do diferencial - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	57	Eletro ventilador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	467,00	467,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	58	engrenagem 1a - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	59	Engrenagem 2ª - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	60	Engrenagem 3ª - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	61	Engrenagem 4ª - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	62	Engrenagem 5ª - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	63	Engrenagem 6° marcha - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	64	Engrenagem caixa de tração - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	65	Engrenagem caixa de tração primaria - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	66	Engrenagem Ré - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	415,00	415,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	67	Escapamento silencioso - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	129,00	129,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	68	Espelho retrovisor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	623,00	1.246,00	UNIVERSAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	69	Esticador Correia Motor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	467,00	934,00	GATES	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	70	Evaporadora de ar - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	935,00	935,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	71	Fechadura capô dianteiro - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	155,00	310,00	CENTAURO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	72	Fechadura da porta completa - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	207,00	414,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	73	Fechadura De Capo - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	207,00	207,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	74	Fechadura traseira cabine - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	207,00	207,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	75	Flexivel Caixa Direcao - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	311,00	311,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	76	Flexivel Do Filtro Motor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	207,00	207,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	77	Flexivel Do Freio - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	89,00	178,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	78	Garfo de embreagem - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	311,00	311,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	79	Garfo de Engate - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	311,00	311,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	80	Gás 141B para ar condicionado - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	233,00	466,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	81	Gás R134 para ar condicionado - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	233,00	466,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	82	Grade Dianteira - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	571,00	571,00	AMERICAPARTS	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	83	Haste Regulador De Embreagem - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	311,00	311,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	84	Hélice do ventilador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	779,00	779,00	WIND	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	85	Junta do cabeçote - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	799,00	799,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	86	Junta jogo Completo Motor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	1.749,00	1.749,00	SABÓ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	87	Junta jogo parcial Motor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	1.199,00	1.199,00	SABÓ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	88	Juntas do coletor de escape - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	249,00	249,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	89	Lixa 3M - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	14,00	56,00	3M	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	90	Pastilha de Freio Dian - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	199,00	398,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	91	Pastilha de Freio Tras - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	199,00	398,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	92	Maçaneta de porta externa - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	150,00	150,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	93	Mancal do rolamento embreagem - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	299,00	299,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	94	Mangueira da Turbina - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	250,00	250,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	95	Mangueira Do Radiador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	190,00	190,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	96	Máquina de vidro direita - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	299,00	299,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	97	Máquina de vidro esquerda - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	220,00	220,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	98	Palheta limpador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	40,00	160,00	TEGER AUTO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	99	Parabrisa - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	1.054,00	1.054,00	AMERICA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	100	Pistão do motor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	4	UND	888,00	3.552,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	101	Para-choque Dianteiro - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	1.158,00	1.158,00	BOFF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	102	Porca Castelo Ponta Eixo - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	66,00	66,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	103	Presostato de ar - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	188,00	188,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	104	Prisioneira de cabeçote - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	8	UND	28,00	224,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	105	Radiador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	1.098,00	1.098,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	106	Reparo do garfo da embreagem - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	210,00	210,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	107	Reparo valvula freio mão - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	106,00	106,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	108	Reparo valvula governadora - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	165,00	165,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	109	Reparo valvula pedal - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	165,00	165,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	110	Reparo valvula relê quatro circuito - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	166,00	166,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	111	Reparo valvula relê simples circuito - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	156,00	156,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	112	Reparos da bomba de água - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	156,00	312,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	113	Reservatorio de agua - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	156,00	156,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	114	Reservatório de óleo hidráulico - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	134,00	134,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	115	Resistência do eletro ventilador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	134,00	134,00	ZF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	116	Retrovisor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	273,00	546,00	UNIVERSAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	117	Roda - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	273,00	546,00	BZ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	118	Rolamento da Roda Tras. Externa - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	405,00	810,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	119	Rolamento da Roda Tras. Interna - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	459,00	918,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	120	Rolamento de embreagem - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	307,00	307,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	121	Rolamento do berço - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	89,00	89,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	122	Rolamento do volante - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	19,00	19,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	123	Rolamento dos cubos - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	113,00	226,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	124	Rolamento eixo intermediário - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	111,00	222,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	125	Rolamento engrenagem 2ª - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	159,00	159,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	126	Rolamento engrenagem 4ª - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	117,00	117,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	127	Rolamento entalhado - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	199,00	398,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	128	Rolamento piloto - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	199,00	398,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	129	Rolamentos do Cubo Dianteiro Ext. - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	307,00	307,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	130	Rolamentos do Cubo Dianteiro Int. - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	303,00	303,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	131	Rolamento De Roda - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	305,00	305,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	132	Rolete Do Patim Freio - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	27,00	27,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	133	Selo de ar - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	11,00	22,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	134	Junta Homocinetica - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	295,00	590,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	135	Sensor Common Rail - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	749,00	749,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	136	Sensor Escapamento - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	189,00	189,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	137	Sensor Oleo Motor - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	189,00	189,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	138	Sensor Pressão de ar - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	139,00	139,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	139	Sensor Rotação - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	469,00	469,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	140	Sensor Temperatura - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	159,00	159,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	141	Silencioso - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	999,00	999,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	142	Suporte Motor Dianteiro - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	301,00	602,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	143	Suporte Motor Traseiro - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	309,00	618,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	144	Tampa Do Radiador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	49,00	49,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	145	Tampa tanque de combustível - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	77,00	154,00	CLICK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	147	Terminal de Direção LD - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	101,00	202,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	410	Turbina - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	600,00	600,00	BAGIO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	484	cilindro aux embreagem - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	250,00	250,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	507	curva freio motor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	299,00	299,00	FABOFF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	517	Eixo Setor - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	199,00	199,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	518	Eletro ventilador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa	1	UND	99,00	99,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

		TAI-6D27						
1	533	Evaporadora de ar - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	499,00	499,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	552	Hélice do ventilador - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	167,00	334,00	WIND	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	556	Junta jogo Completo - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	499,00	499,00	SABÓ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	557	Junta jogo parcial - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	199,00	199,00	SABÓ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	567	Mangueira da Turbina - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	199,00	199,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	572	Parabrisa - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.999,00	1.999,00	AMERICA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	580	Peito De Aco Suspensao - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	2	UND	199,00	398,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	587	Ponta de Eixo Traseiro - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	999,00	999,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	588	Ponteira do Cardan com rosca - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	199,00	199,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	786	Pastilha de Freio Dian - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	100,00	200,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	788	Maçaneta de porta externa - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	100,00	100,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	789	Mancal do rolamento embreagem - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	120,00	120,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	790	Mangueira da Turbina - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	120,00	120,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	791	Mangueira Do Radiador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	100,00	100,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	799	Presostato de ar - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	120,00	120,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	801	Radiador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	700,00	700,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	806	Reparo valvula relê quatro circuito - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	100,00	100,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	826	Rolamentos do Cubo Dianteiro Int. - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	240,00	240,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	827	Rolamento De Roda - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	240,00	240,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	828	Rolete Do Patim Freio - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	25,00	25,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	829	Selo de ar - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	23,00	46,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	830	Junta Homocinética - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	180,00	360,00	NAKATA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	831	Sensor Common Rail - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	400,00	400,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	832	Sensor Escapamento - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	300,00	300,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	833	Sensor Oleo Motor - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	400,00	400,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	834	Sensor Pressão de ar - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	170,00	170,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	835	Sensor Rotação - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	250,00	250,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	836	Sensor Temperatura - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	250,00	250,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	837	Silencioso - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	1.000,00	1.000,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	838	Suporte Motor Dianteiro - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	250,00	500,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	839	Suporte Motor Traseiro - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	250,00	500,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	840	Tampa Do Radiador - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	40,00	40,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	841	Tampa tanque de combustível - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	70,00	140,00	CLICK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	842	Tanque de Combustível - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	1.050,00	1.050,00	CLICK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	843	Terminal de Direção LD - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	80,00	160,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	844	Terminal de Direção LE - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	80,00	160,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	845	Terminal de Direção Rosca Direita - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	2	UND	80,00	160,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	855	Turbina - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	550,00	550,00	BIAGIO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	866	Virabrequim - Ambulância Renault L2H2, Ano 2018, placa BCU-9G42	1	UND	1.500,00	1.500,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	883	Bomba de alta - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	1.800,00	1.800,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	923	Eletro ventilador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	139,00	139,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	924	engrenagem 1° - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	139,00	139,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	925	Engrenagem 2ª - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	139,00	139,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	943	Flexivel Do Freio - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	51,00	102,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	944	Garfo de embreagem - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	49,00	49,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	945	Garfo de Engate - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	199,00	199,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	946	Gás 141B para ar condicionado - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	179,00	358,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	947	Gás R134 para ar condicionado - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-	2	UND	117,00	234,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

		3E66) Renavam - 01406305216						
1	948	Grade Dianteira - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	529,00	529,00	AMERICAPARTS	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	949	Haste Regulador De Embreagem - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	297,00	297,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	950	Hélice do ventilador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	729,00	729,00	WIND	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	951	Junta do cabeçote - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	699,00	699,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	952	Junta jogo Completo Motor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	117,00	117,00	SABÓ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	953	Junta jogo parcial Motor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	899,00	899,00	SABÓ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	954	Juntas do coletor de escape - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	307,00	307,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	955	Lixa 3M - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	21,00	84,00	3M	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	956	Pastilha de Freio Dian - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	199,00	398,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	957	Pastilha de Freio Tras - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	199,00	398,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	958	Maçaneta de porta externa - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	139,00	139,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	959	Mancal do rolamento embreagem - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	99,00	99,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	960	Mangueira da Turbina - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	289,00	289,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	961	Mangueira Do Radiador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	99,00	99,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	962	Máquina de vidro direita - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	199,00	199,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	963	Máquina de vidro esquerda - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	301,00	301,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	964	Palheta limpador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	37,00	148,00	TIGER AUTO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	965	Parabrisa - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	499,00	499,00	AMERICA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	966	Pistão do motor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	199,00	796,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	967	Para-choque Dianteiro - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	199,00	199,00	BOFF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	968	Porca Castelo Ponta Eixo - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	77,00	77,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	969	Presostato de ar - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	99,00	99,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	970	Prisioneira de cabeçote - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	8	UND	20,00	160,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	971	Radiador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	499,00	499,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	972	Reparo do garfo da embreagem - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	97,00	97,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	973	Reparo valvula freio mão - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	199,00	199,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	974	Reparo valvula governadora - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	199,00	199,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	975	Reparo valvula pedal - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	95,00	95,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	976	Reparo valvula relê quatro circuito - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	193,00	193,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	977	Reparo valvula relê simples circuito - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	191,00	191,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	978	Reparos da bomba de água - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	205,00	410,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	979	Reservatorio de agua - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	207,00	207,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	980	Reservatório de óleo hidráulico - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	189,00	189,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	981	Resistência do eletro ventilador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	205,00	205,00	ZF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	982	Retrovisor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	299,00	598,00	UNIVERSAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	983	Roda - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	269,00	538,00	BZ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	984	Rolamento da Roda Tras. Externa - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	229,00	458,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	985	Rolamento da Roda Tras. Interna - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	199,00	398,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	986	Rolamento de embreagem - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	289,00	289,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	987	Rolamento do berço - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	298,00	298,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	988	Rolamento do volante - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	63,00	63,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	989	Rolamento dos cubos - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	129,00	258,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	990	Rolamento eixo intermediário - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	119,00	238,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	991	Rolamento engrenagem 2ª - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	119,00	119,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	992	Rolamento engrenagem 4ª - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	119,00	119,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	993	Rolamento entalhado - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	179,00	358,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	994	Rolamento piloto - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	197,00	394,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	995	Rolamentos do Cubo Dianteiro Ext. - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	199,00	199,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	996	Rolamentos do Cubo Dianteiro Int. - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	199,00	199,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	997	Rolamento De Roda - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	199,00	199,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	998	Rolete Do Patim Freio - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	39,00	39,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	999	Selo de ar - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	25,00	50,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1000	Junta Homocinetica - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	199,00	398,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1001	Sensor Common Rail - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	399,00	399,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1002	Sensor Escapamento - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	249,00	249,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1003	Sensor Oleo Motor - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	249,00	249,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1004	Sensor Pressão de ar - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	99,00	99,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1005	Sensor Rotação - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	149,00	149,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1006	Sensor Temperatura - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	219,00	219,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1007	Silencioso - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	259,00	259,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1008	Suporte Motor Dianteiro - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	119,00	238,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1009	Suporte Motor Traseiro - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	119,00	238,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1010	Tampa Do Radiador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	17,00	17,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1011	Tampa tanque de combustível - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	29,00	58,00	CLICK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1012	Tanque de Combustível - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	629,00	629,00	CLICK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1013	Terminal de Direção LD - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	49,00	98,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1014	Terminal de Direção LE - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	39,00	78,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1015	Terminal de Direção Rosca Direita - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	49,00	98,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1016	Terminal de Direção Rosca Esq. - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	10	UND	34,00	340,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1017	Termostato de ar - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	249,00	249,00	MTE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1018	Tirante estabilizador - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	10	UND	103,00	1.030,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1019	Trambulador marcha - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	299,00	299,00	RX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1020	Trava Aranha Roda - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	25,00	100,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1021	Trava do Comando - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	49,00	98,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1022	Trava do eixo piloto - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	77,00	77,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1023	Trava Do Pino Do Patim De Freio - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	38,00	76,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1024	Tubo escape - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	289,00	289,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1026	Valvula de Admissão - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	6	UND	119,00	714,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1027	Valvula de escape - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	6	UND	119,00	714,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1028	Valvula de Retorno - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	311,00	311,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1029	Valvula freio mão - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	309,00	309,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1030	Valvula relê quatro circuito - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	309,00	309,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1031	Valvula relê simples circuito - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	309,00	309,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1032	Valvula termostatica - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	2	UND	299,00	598,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1033	Vareta de valvula - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	299,00	299,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1034	Veda escapamento - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	4	UND	17,00	68,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1035	Ventoinha de ar - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	1.099,00	1.099,00	WIND	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1036	Virabrequim - I/Ford Transit TCA Ambulância (TAR-3E66) Renavam - 01406305216	1	UND	1.499,00	1.499,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1037	Alavanca de Comando - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.299,00	1.299,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1038	Amortecedor Dianteiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	415,00	830,00	CAFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1039	Aneis de Pistão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	589,00	2.356,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1040	Anel De Vedacao Molas - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	23,00	92,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1041	Anel Sincronizado Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	44,00	88,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1042	Aranha trava cubo traseiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	47,00	188,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1043	Arruela cubo Dianteiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	59,00	236,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1044	Arruela cubo Traseiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	49,00	196,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1045	Arruela De Molas - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	17,00	170,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1046	Arruela Difrencial - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	32,00	128,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1047	Balancim comando de valvula - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	409,00	409,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1048	Barra de cano reto 4 pol. - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	409,00	409,00	WR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1049	Barra de Direção Curta - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	659,00	659,00	WR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1051	Biela - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	6	UND	239,00	1.434,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1052	Bobina de ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	409,00	818,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1053	Bomba de água - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	309,00	618,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1054	Bomba de alta - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.399,00	1.399,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1055	Bomba de Baixa - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	769,00	769,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1056	BUCHA isolante de passagem do tubo na longarina - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	30,00	300,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1057	Bomba de oleo - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	719,00	719,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1058	Bomba hidráulica da direção - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.399,00	1.399,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1059	MANGUEIRA da bomba ao carburador- CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	77,00	77,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1060	Bomba Injetora adequada ao modelo - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	2.299,00	2.299,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1061	Borracha Cardan - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	6	UND	205,00	1.230,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1062	Borracha Cuica Do Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	6	UND	49,00	294,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1063	Borracha parabarro caminhão 0,70x2,60m - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	101,00	404,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1064	Braco Pitmam Direcao - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	199,00	199,00	TRW	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1065	Bronzina de Biela - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	59,00	590,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1066	Bronzina de mancal - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	499,00	499,00	MAHLE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1067	Bucha De Balanca Suspensao - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	109,00	436,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1068	Bucha de Biela - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	21,00	210,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1069	Bucha De Estabilizador Suspensão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	47,00	188,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1070	Bucha Do Molejo - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	59,00	236,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1071	Bucha estabilizador grande - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	23,00	230,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1072	Buchas barra estabilizadora - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	67,00	268,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1073	Buchas de Comando - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	49,00	98,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1074	Burrinho Mestre Auxiliar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	407,00	407,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1075	Burrinho Mestre Embreagem - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	619,00	619,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1076	Cabeçote - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	2.499,00	2.499,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1077	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1078	Mangueira Bomba Agua/ Cabecote - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	74,00	74,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1079	Mangueira Entrada Compressor - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	103,00	103,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1080	Caixa Satélite - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.999,00	1.999,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1081	Calço pinhão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	44,00	176,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1082	Camisa de pistão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	6	UND	229,00	1.374,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1083	Cano escape reto 3. 1/2 - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	299,00	299,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1084	Cano Retorno Turbina - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	199,00	199,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1085	Cano saída escape - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	199,00	199,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1086	Cano saída motor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	199,00	199,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1087	Canos de bico - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	688,00	688,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1088	Cardan Saida Do Diferencial - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	849,00	849,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1089	Cárter do motor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	155,00	620,00	ATOS	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1090	Catraca de Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	77,00	308,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1091	cilindro aux embreagem - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	623,00	623,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1092	Cilindro mestre embreagem - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	623,00	623,00	VARGA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1093	JOGO de reparo da válvula de ar do freio - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	108,00	216,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1094	Coifa Cardan Cambio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	129,00	129,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1095	coletor escape - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	779,00	779,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1096	Comando de valvulas - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.195,00	1.195,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1097	Compressor de Ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.507,00	1.507,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1098	Condensadora de ar - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	999,00	999,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1099	Cone sincronizador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	779,00	779,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1100	Conexao De Molas - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	259,00	259,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1101	Conjunto coroa e pinhão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	3.599,00	3.599,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1102	Conjunto volante e cremalheira - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.199,00	1.199,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1103	Corpo de Acoplamento 1a à 6a marcha - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.399,00	1.399,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1104	Corpo Sincronizador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	869,00	869,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1105	Correia da direção hidráulica - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	103,00	412,00	GATES	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1106	Correia Do Motor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	99,00	396,00	GATES	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1107	Correia do ventilador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	103,00	412,00	GATES	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1108	Coxim do motor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	116,00	464,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1109	Cremalheira do volante - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	779,00	779,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1110	Cruzeta - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	155,00	620,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1111	Cruzeta Cardan - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	155,00	620,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1112	Cuica de Freio Dianteira - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	233,00	466,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1113	Cuica de Freio Traseira - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	233,00	466,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1114	Curva de escape 3.1/2 - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1115	curva freio motor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	659,00	659,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1116	Diafragma cuica de freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	39,00	156,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1117	Kit Disco de embreagem Plator- Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	2.199,00	2.199,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1118	Eixo Comando de Valvulas - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.199,00	1.199,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1119	Eixo da caixa de tração do diferencial - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.819,00	1.819,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1120	Eixo Entalhado - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	179,00	179,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1121	Eixo intermediário - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.199,00	1.199,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1122	Eixo Piloto - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	999,00	999,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1123	Eixo Primairo Cambio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	769,00	769,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1124	Eixo Segundario Cambio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	699,00	699,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1125	Eixo Setor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	599,00	599,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1126	Eletro ventilador - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	499,00	499,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1127	Embuchamento Eixo Dianteiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1128	engrenagem 1a - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	409,00	409,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1129	Engrenagem 2ª - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	299,00	299,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1130	Engrenagem 3ª - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	299,00	299,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1131	Engrenagem 4ª - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	399,00	399,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1132	Engrenagem 5ª - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	299,00	299,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1133	Engrenagem 6° marcha - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	409,00	409,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1134	Engrenagem caixa de tração - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	299,00	299,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1135	Engrenagem caixa de tração primaria - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE- 9387	1	UND	279,00	279,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1136	Engrenagem Ré - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	409,00	409,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1137	Escapamento silencioso - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	599,00	599,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1138	Espelho retrovisor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	599,00	1.198,00	UNIVERSAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1139	Espiga do Cardan - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	349,00	349,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1140	Esticador Correia Motor - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	199,00	398,00	GATES	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1141	Evaporadora de ar - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	899,00	899,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1142	Fechadura capô dianteiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	CENTAURO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1143	Fechadura da porta completa - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	199,00	199,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1144	Fechadura De Capo - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1145	PARAFUSO do espelho retrovisor externo - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	15,00	60,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1146	Feixe De Molas - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	1.429,00	2.858,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1147	Filtro secador de ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	103,00	412,00	TECFIL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1148	Flange câmbio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	449,00	449,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1149	Flange do Cardan com orelha - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1150	Flange do central do cardan - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	409,00	409,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1151	Flange pinhão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	699,00	699,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1152	Flexivel Caixa Direcao - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	191,00	191,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1153	Flexivel Do Flitro Motor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	67,00	67,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1154	Flexivel Do Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	49,00	196,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1155	Garfo de embreagem - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	309,00	309,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1156	Garfo de Engate - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	309,00	309,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1157	Haste Regulador De Embreagem - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE- 9387	2	UND	149,00	298,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1158	BRAÇADEIRA da mangueira de retorno da direção hidráulica - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	20,00	40,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1159	Hélice do ventilador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	449,00	898,00	WIND	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1160	Jg arruelas - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	51,00	51,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1161	Junta do cabeçote - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	449,00	449,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1162	Junta do diferencial - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	82,00	164,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1163	Junta jogo Completo - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	849,00	1.698,00	SABÓ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1164	Junta jogo parcial - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	499,00	499,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1165	Juntas do coletor de escape - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	12	UND	7,00	84,00	INDISA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1166	Lixa 3M - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	4,00	40,00	3M	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1167	Lonas de Freio Dian - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	149,00	298,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1168	Lonas de Freio Tras - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	155,00	310,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1169	Luva Cardan - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1170	Luva de Engate - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1171	Luva Deslizante - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1172	Maçaneta de porta externa - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	99,00	198,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1173	Mancal do rolamento embreagem - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE- 9387	1	UND	149,00	149,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1174	Mangueira da Turbina - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1175	Mangueira De Freio Da Cuica - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	61,00	61,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1176	Mangueira Do Radiador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1177	TUBO de sucção da bomba do óleo do motorr - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	93,00	93,00	SCHADEK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1178	PINO retentor da válvula regulagem de pressão da bomba do óleo - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	91,00	91,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1179	Mola Patim Traseiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	49,00	49,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1180	Palheta limpador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	49,00	49,00	TIGER AUTO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1181	Parabrisa - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.979,00	1.979,00	AMERICA	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1182	Parafuso Caixa satélite - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	12,00	120,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1183	Parafuso Cardan - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	13,00	130,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1184	Parafuso coroa - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	13,00	130,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1185	Parafuso da Roda - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	30	UND	18,00	540,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1186	Parafuso encosto - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	13,00	130,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1187	Pastilha deslizante de bronze - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	119,00	238,00	LONA FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1188	Patim de Freio Traseiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	155,00	310,00	ORLI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1189	Peito De Aco Suspensao - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	467,00	934,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1190	Pistão do Compressor ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	149,00	149,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1191	TIRANTE acionador de embreagem com rosca - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	95,00	95,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1192	Pistão do diferencial - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	309,00	309,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1193	Pistão do motor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	2.299,00	2.299,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1194	Planetária - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.549,00	1.549,00	CINPAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1195	Polia Anti Vibradora - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.199,00	1.199,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1196	polia viscosa - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.199,00	1.199,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1197	Ponta de Eixo Traseiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.199,00	1.199,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1198	Ponteira do Cardan com rosca - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1199	Ponteira Para-choque - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1200	Porca ajuste coroa - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	30,00	30,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1201	Porca ajuste pinhão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	15,00	150,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1202	Porca carcaça - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	15,00	150,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1203	Porca Castelo Ponta Eixo - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	20,00	200,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1204	Porca de Roda - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	19,00	190,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1205	Porca ponteira Cardan - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	15,00	150,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1206	Prisioneira de cabeçote - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	181,00	181,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1207	Prisioneiro de cabeçote - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	41,00	410,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1208	Radiador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.819,00	1.819,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1209	Rebite - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	10	UND	7,00	70,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1210	Regulador De Pressao Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	259,00	259,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1211	Relógio velocímetro completo - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	3.379,00	3.379,00	12M	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1212	Reparo De Valvula Do Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1213	Reparo do garfo da embreagem - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	155,00	155,00	COFAP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1214	Reparo valvula descarga ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	623,00	623,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1215	Reparo valvula freio mão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	99,00	99,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1216	Reparo valvula governadora - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1217	Reparo valvula pedal - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	155,00	155,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1218	Reparo valvula relê quatro circuito - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1219	Reparo valvula relê simples circuito - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1220	Reparos da bomba de água - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	259,00	259,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1221	Reservatorio de agua - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	246,00	492,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1222	Reservatório de óleo hidráulico - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	BEPO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1223	MANGUEIRA de pressão da direção hidráulica - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	139,00	139,00	FLEX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1224	Retentor Da Roda - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	93,00	93,00	SABBO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1225	Retentor do Cubo Dianteiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	77,00	308,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1226	Retentor Do Cubo Diferencial - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	77,00	308,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

1	1227	Retentor do Cubo Traseiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	77,00	308,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1228	Retentor Do Pinhao Diferencail - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	77,00	308,00	SABBO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1229	Retentor Traseiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	77,00	154,00	SABBO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1230	Retrovisor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	311,00	622,00	UNIVERSAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1231	Roda - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	779,00	1.558,00	BZ	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1232	Rolamento Cardan - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	2.027,00	4.054,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1233	Rolamento conico do piloto - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	103,00	103,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1234	Rolamento da Roda Tras. Externa - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1235	Rolamento da Roda Tras. Interna - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	207,00	414,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1236	Rolamento de embreagem - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	207,00	414,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1237	Rolamento diferencial - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1238	Rolamento do berço - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	155,00	155,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1239	Rolamento do Virabrequim - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	51,00	51,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1240	Rolamento do volante - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	51,00	51,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1241	Rolamento dos cubos - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	155,00	155,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1242	Rolamento eixo intermediário - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1243	Rolamento engrenagem 2ª - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	242,00	242,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1244	Rolamento engrenagem 4ª - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1245	Rolamento entalhado - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	155,00	155,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1246	Rolamento piloto - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	51,00	51,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1247	Rolamentos do Cubo Dianteiro Ext. - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1248	Rolamentos do Cubo Dianteiro Int. - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	207,00	828,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1249	Rolamnto De Roda - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	207,00	828,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1250	Rolete Do Patim Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	25,00	100,00	LNG	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1251	Selo de ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	77,00	308,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1252	Semi-eixo - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.299,00	1.299,00	CIPAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1253	Sensor Escapamento - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	675,00	675,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1254	Sensor Common Rail - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	279,00	279,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1255	Sensor Oleo Motor - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1256	Sensor Pressão de ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	103,00	103,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1257	Sensor Rotação - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1258	Sensor Temperatura - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	BOSCH	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1259	Silencioso - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	779,00	779,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1260	Sincronizador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1261	Sino Diferencial - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	PATRAL	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1262	Suporte da Mola Traseira parte Dianteira - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	109,00	109,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1263	Suporte Coxim Dianteiro Cabine LD e LE- CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	269,00	269,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1264	Suporte Cardan - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	285,00	285,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1265	Suporte Motor Dianteiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	337,00	674,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1266	Suporte Motor Traseiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	337,00	674,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1267	Tambor de Freio Dianteiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	441,00	882,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1268	Tambor de Freio Traseiro - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	441,00	882,00	FRUM	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1269	Tampa Do Radiador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	20,00	80,00	VISCONDE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1270	Tampa tanque de combustível - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	67,00	134,00	CLICK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1271	Tampa traseira do compressor de ar - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	93,00	186,00	WABCO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1272	Tanque de Combustível - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	179,00	179,00	CLICK	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1273	Terminal de Direção LD - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	45,00	90,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1274	Terminal de Direção LE - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	56,00	112,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1275	Terminal de Direção Rosca Direita - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	55,00	110,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1276	Terminal de Direção Rosca Esq. - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989,	2	UND	67,00	134,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda

		placa AAE-9387						
1	1277	Terminal De Embreagem - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	39,00	78,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1278	Termostato de ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	119,00	119,00	MTE	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1279	Tirante estabilizador - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	59,00	59,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1280	Trambulador marcha - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	169,00	169,00	RX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1281	Trava Aranha Roda - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	19,00	38,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1282	Trava do Comando - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	46,00	184,00	KMP	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1283	Trava do eixo piloto - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	4	UND	46,00	184,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1284	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	2	UND	21,00	42,00	REI	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1285	Tubo escape - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	77,00	77,00	FABBOF	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1287	Válvula 4 Vias Do Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	199,00	199,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1288	Valvula alivio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	189,00	189,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1289	Valvula APU - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	359,00	359,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1290	Valvula de Admissão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	19,00	19,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1291	Valvula de escape - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	8	UND	19,00	152,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1292	Valvula de pressão do arla - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	8	UND	51,00	408,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1293	Valvula de Retorno - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	103,00	103,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1294	Valvula descarga ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1295	Valvula descarga rápida - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1296	Valvula Do Pedal Freio Cardo - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	699,00	699,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1297	Valvula Do Rele Freio - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1298	Valvula freio mão - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	207,00	207,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1299	Valvula governadora - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	599,00	599,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1300	Valvula relê quatro circuito - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	779,00	779,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1301	Valvula Reduzida - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	415,00	415,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1302	Valvula Niveladora De Suspensao - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	779,00	779,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1303	Valvula relê simples circuito - CAMINHÃO CHEVROLET 14.000, ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	779,00	779,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1304	Valvula termostatica - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	311,00	311,00	KNORR	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1305	Vareta de valvula - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	249,00	249,00	NAC	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1306	Veda escapamento - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	20,00	20,00	GENUINO	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1307	Vedador De Valvula Molas - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	34,00	34,00	REX	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1308	Ventoinha de ar - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	229,00	229,00	WIND	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	1309	Virabrequim - Caminhão Chevrolet 14.000, Ano 1989, placa AAE-9387	1	UND	1.999,00	1.999,00	SUSIN	Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda
1	148	Terminal de Direção LE - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	170,00	340,00	PERFECT	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	149	Terminal de Direção Rosca Direita - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	170,00	340,00	PERFECT	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	150	Terminal de Direção Rosca Esq. - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	10	UND	127,50	1.275,00	PERFECT	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	152	Tirante estabilizador - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	10	UND	170,00	1.700,00	NAKATA	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	156	Trava do eixo piloto - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	1	UND	127,50	127,50	SABO	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	157	Trava Do Pino Do Patim De Freio - Ambulância Master Allt Amb 2, Ano 2015, placa AZO-1096	2	UND	63,75	127,50	AG	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	304	Mangueira da Turbina - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	680,00	680,00	THERMOKRAF T	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	309	Parabrisa - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	4.250,00	4.250,00	VIDRO FORTE	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	320	Pistão do motor - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	3.825,00	3.825,00	MAHLE	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	321	Planetária - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	2.550,00	2.550,00	MERITOR	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	322	Polia Anti Vibradora - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	2.125,00	2.125,00	MWM	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	325	Ponteira do Cardan com rosca - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	680,00	680,00	YOKOHAMA	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	358	Rolamento Cardan - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	3.315,00	6.630,00	SUPORTE REI	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	378	Semi-eixo - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	2.125,00	2.125,00	MECPAR	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	379	Sensor Common Rail - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	1.105,00	1.105,00	BOSCH	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	391	Tambor de Freio Dianteiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	722,50	1.445,00	FRUM	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	392	Tambor de Freio Traseiro - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa	2	UND	722,50	1.445,00	FRUM	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda

		BAU-8678						
1	394	Tampa tanque de combustível - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	2	UND	110,00	220,00	TANCLICK	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	396	Tanque de Combustível - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	1.275,00	1.275,00	TANCLICK	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	412	Valvula alivio - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	680,00	680,00	LNG	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	417	Valvula de Retorno - Ônibus Volare W8 Executivo, Ano 2016, placa BAU-8678	1	UND	170,00	170,00	WORLDPARTS	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	470	Burrinho Mestre Embreagem - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	1.020,00	1.020,00	AMERIPARTS AUTOMOTIVE	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	471	Cabeçote - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	8.925,00	8.925,00	CUMMINS	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	472	Cabeçote filtro do diesel com bomba manual - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	340,00	340,00	WEGA	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	473	Caixa Satélite - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	4.675,00	4.675,00	RONI CHAVES	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	493	Conjunto coroa e pinhão - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	7.650,00	7.650,00	SPICER	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	673	Turbina - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	4.675,00	4.675,00	EKSTRON	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	675	Valvula alivio - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	680,00	680,00	EXPERIENCE	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	677	Valvula de Admissão - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	1	UND	85,00	85,00	METAL LEVE	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	678	Valvula de escape - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	8	UND	85,00	680,00	METAL LEVE	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda
1	679	Valvula de pressão do arla - Micro-Ônibus Marcopolo/volare w-l on, Ano 2024, Placa TAI-6D27	8	UND	85,00	680,00	REF	Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda

TOTAL POR FORNECEDOR:

FORNECEDOR	CNPJ	TOTAL FORNECEDOR
Luiz Carlos TEicheira MAchado e Cia Ltda	09.232.143/0001-01	314.919,30
LubriPeças Comércio de Lubrificantes e Peças Ltda	20.777.790/0001-23	10.620,00
Rodrize Mecanica de Caminhoes Ltda	04.325.195/0001-09	262.203,00
Correa Gerenciamento e Manutenções Ltda	66.084.796/0001-16	62.525,00

TOTAL HOMOLOGADO:650.267,30

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:A2044EE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 88/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 88/2026
Pregão Eletrônico n.º 42/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (GRUPO DE CÁRNEOS, AVES E PEIXES), PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MORRETES.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) ADRIANA ASSUMPÇÃO, Secretário(a) Municipal de Educação; MANOEL MEDEIROS MACHADO, Secretário(a) Municipal de Saúde; MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO, Secretário(a) Municipal de Assistência Social.

CONTRATADA(S):

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 199/2026 – ID 344/2026
VS FOODS LTDA.
CNPJ n.º46.727.084/0001-60.
Item(ns) 1, 2, 3, 4 e 5.
Valor total de R$ 410.020,64 (quatrocentos e dez mil e vinte reais e sessenta e quatro centavos).
Assinatura: VICTOR HENRIQUE SCHEIFER, representante legal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 200/2026 – ID 345/2026
EVERSON & EVELYN VAREJO E DISTRIBUIDORA LTDA ME.
CNPJ n.º86.881.943/0001-96.
Item(ns) 6, 7 e 8.
Valor total de R$ 207.516,30 (duzentos e sete mil e quinhentos e dezesseis reais e trinta centavos).
Assinatura: JOSÉ VALTER MASSATANE SASAKI, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data da assinatura. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	ALMÔNDEGAS DE CARNE BOVINA, DE 1ª QUALIDADE, COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, EMBALADO A VÁCUO DE 01 KG. O PRODUTO DEVE APRESENTAR CARIMBO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA OFICIAL (SIF, SIE OU SIM). ROTULAGEM COM VALORES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	2553	R$16,97	R$43.324,41
02	CARNE MOÍDA DE 1ª QUALIDADE, DE PATINHO BOVINO, COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, SEM OSSO, CARTILAGEM, PELE/COURO E DEMAIS COMPONENTES ESTRANHOS. EMBALAGEM A VÁCUO DE 01 KG. SELO DE INSPEÇÃO OFICIAL (SIF, SIE OU SIM). ROTULAGEM CONFORME AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA E MAPA.	KG	4143	R$18,25	R$75.609,75
03	CARNE TIPO ISCA DE 1ª QUALIDADE, DE PATINHO BOVINO, COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, SEM OSSO, CARTILAGEM, PELE/COURO E DEMAIS COMPONENTES ESTRANHOS. DIMENSÕES: 1 CM X 3 CM APROXIMADAMENTE. EMBALAGEM A VÁCUO DE 01 KG. SELO DE INSPEÇÃO OFICIAL (SIF, SIE OU SIM). ROTULAGEM CONFORME AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA E MAPA.	KG	4122	R$27,40	R$112.942,80
04	CARNE TIPO EM CUBOS DE 1ª QUALIDADE, DE PATINHO BOVINO, COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, SEM OSSO, CARTILAGEM, PELE/COURO E DEMAIS COMPONENTES ESTRANHOS, DIMENSÕES; 3 CM X 3 CM APROXIMADAMENTE. EMBALAGEM A VÁCUO DE 01 KG. SELO DE INSPEÇÃO OFICIAL (SIF, SIE OU SIM). ROTULAGEM CONFORME AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA E MAPA.	KG	4112	R$30,94	R$127.225,28
05	CARNE TIPO EM CUBOS DE 1ª QUALIDADE, DE PALETA SUÍNA, COM NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, SEM OSSO, CARTILAGEM, PELE/COURO E DEMAIS COMPONENTES ESTRANHOS, DIMENSÕES: 3 CM X 3 CM APROXIMADAMENTE. EMBALAGEM A VÁCUO DE 01 KG. SELO DE INSPEÇÃO OFICIAL (SIF, SIE OU SIM).	KG	3060	R$16,64	R$50.918,40
06	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO SEM OSSO, CARTILAGEM, PELE/COURO, E NO MÁXIMO 5% DE GORDURA. EMBALAGEM A VÁCUO DE 01 KG. ROTULADO COM VALORES NUTRICIONAIS E DATA DE VALIDADE. SELO DE INSPEÇÃO OFICIAL (SIF, SIE OU SIM).	KG	2102	R$15,90	R$33.421,80
07	PEITO DE FRANGO, SEM OSSO, CARTILAGEM, PELE E DEMAIS COMPONENTES ESTRANHOS, EMBALAGEM A VÁCUO DE 01 KG. ROTULADO COM VALORES NUTRICIONAIS E DATA DE VALIDADE. SELO DE INSPEÇÃO OFICIAL (SIF, SIE OU SIM).	KG	5143	R$15,95	R$82.030,85
08	FILÉ DE PEIXE, TILÁPIA, SEM ESPINHO, CARTILAGEM, PELE, COURO E DEMAIS COMPONENTES ESTRANHOS. EMBALAGEM DE 01 KG. ROTULADO COM VALORES NUTRICIONAIS E DATA DE VALIDADE. SELO DE INSPEÇÃO OFICIAL (SIF, SIE OU SIM).	KG	2597	R$35,45	R$92.063,65

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:0779093B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 339/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: BR 2000 INDUSTRIA E METALURGICA LTDA.
CNPJ: 43.633.468/0001-26

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
16	1	ARMÁRIO EM AÇO COM CHAVE 6 PORTAS, FECHAMENTO POR CADEADO (PITÃO) SISTEMA DE VENTILAÇÃO POR MEIO DE VENEZIANA, REFORÇO NAS PORTAS, DOIS CABIDES POR PORTA, PÉS REMOVÍVEIS (PÉ NIVELADOR CASO O PISO NÃO SEJA UNIFORME É POSSÍVEL AJUSTAR, ANTI-FERRUGEM), PRODUZIDO EM CHAPA DE AÇO 26/ 0,45MM TRATADA COM ANTIFERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO E PINTURA EPÓXI-PÓ POR PROCESSO ELETROSTÁTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: MEDIDA DAS PORTAS/VÃOS: 92X27CM (ALTURAXLARGURA), PESO: 40KG. GARANTIA DE 3 MESES. NA COR CINZA. CATMAT 458068	PRÓ-PRIA	UN	5	R$ 779,0000	R$ 3.895,00

Valor Total Homologado - R$ 3.895,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 16

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BR 2000 INDUSTRIA E METALURGICA	668	43.633.468/0001-26	917,50	779,00		Sim
2 HBO INDUSTRIA E COMERCIO DE	993	34.845.729/0001-80	917,50	888,00	13,99	Sim
3 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	897	28.453.476/0001-05	917,00	917,00	3,27	Sim
4 TIAGO BORGES SEIXAS	996	19.584.576/0001-71	1.000,00	1.000,00	9,05	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:9CCACA6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 340/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 05.782.733/0003-00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
1	1	IMPLANTE CONTRACEPTIVO SUBDÉRMICO (IMPLANON NXT®	ORGA-NON	UN	300	R$ 649,9000	R$ 194.970,00

		OU EQUIVALENTE) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: IMPLANTE CONTRACEPTIVO SUBDÉRMICO DE HASTE ÚNICA, FLEXÍVEL, RADIOPACA, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL. COMPOSTO POR 68 MG DE ETONOGESTREL. SISTEMA DE LIBERAÇÃO CONTÍNUA DE PROGESTAGÊNIO PARA CONTRACEPÇÃO DE LONGA DURAÇÃO. EFICÁCIA CONTRACEPTIVA SUPERIOR A 99%. DURAÇÃO DE AÇÃO DE ATÉ 03 (TRÊS) ANOS APÓS A INSERÇÃO. DIMENSÕES APROXIMADAS DA HASTE: 4 CM DE COMPRIMENTO E 2 MM DE DIÂMETRO. ACOMPANHADO DE APLICADOR ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO, PRONTO PARA INSERÇÃO SUBDÉRMICA. PRODUTO RADIOPACO, PERMITINDO LOCALIZAÇÃO POR EXAMES DE IMAGEM, INCLUINDO RADIOGRAFIA SIMPLES. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO IMPLANTE E APLICADOR, COM IDENTIFICAÇÃO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO REGISTRADO NA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). DEVE ACOMPANHAR INSTRUÇÕES DE USO EM LÍNGUA PORTUGUESA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAÇÃO: CAIXA CONTENDO 01 IMPLANTE CONTRACEPTIVO SUBDÉRMICO DE ETONOGESTREL 68 MG, ACOMPANHADO DE APLICADOR DESCARTÁVEL ESTÉRIL					

Valor Total Homologado - R$ 194.970,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 CIAMED DISTRIBUIDORA DE	163	05.782.733/0003-00	897,58	649,90		Não
2 A. G. KIENEN & CIA LTDA	159	82.225.947/0001-65	949,08	949,08	46,03	Não

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:0374D764

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 341/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: CIRURGICA OURO VERDE - COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA EPP
CNPJ: 14.308.899/0001-19

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
10	1	POLTRONA RECLINAVEL COM BANQUETA PARA REPOUSO COM ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO DE 25X25X1,20 MM ESMALTADOS. ASSENTO E ENCOSTO, APOIO DOS BRAÇOS E BANQUETA ESTOFADOS COM ESPUMA DA LATEX DE ALTA DENSIDADE DE QUALIDADE COMPROVADA, SENDO TODA A ESTRUTURA EXTERNA DA POLTRONA REVESTIDA EM COURVIN LAVAVEL NA COR AZUL. ENCOSTO RECLINAVEL (MINIMO 3 POSIÇÕES) ATÉ 175º, COM FIXAÇÃO NAS COSTAS POR MEIO DE BORBOLETA. PÉS COM PONTEIRA BORRACHA.PINTURA EPÓXI OU ELETROSTATICA NA COR BRANCA. ACABAMENTO DIMENSOES APROXIMADAS DA CADEIRA 0,45 M DE ALTURA (CHÃO X ASSENTO) X 65CM ALTURA DO ENCOSTO X 0,50 M LARGURA.DIMENSÕES APROXIMADAS DA BANQUETA DE 0,35M DE ALTURA X 0,55 CM DE COMPRIMENTO. GARANTIA DE 1(UM) ANO.	Própria	UN	16	R$ 720,0000	R$ 11.520,00

Valor Total Homologado - R$ 11.520,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 10

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 CIRURGICA OURO VERDE - COMERCIO	267	14.308.899/0001-19	800,00	720,00		Sim
2 LICITAMED PRIME COMERCIAL LTDA	798	45.203.145/0001-28	1.152,00	799,00	10,97	Sim
3 PROMED DISTRIBUIDORA DE	417	53.976.974/0001-71	1.152,00	919,00	15,02	Sim
4 MAYCON FRAPORTI MELO LTDA	955	58.278.546/0001-99	1.150,00	920,00	0,11	Sim
5 ALTERMED MATERIAL MEDICO	820	00.802.002/0001-02	1.152,00	1.089,99	18,48	Não
6 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	273	28.453.476/0001-05	1.150,00	1.090,00	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:6E5AFAF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 342/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI
CNPJ: 07.626.776/0001-60

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
8	1	OTOSCÓPIO PORTÁTIL DE USO PROFISSIONAL; CABEÇOTE COM ILUMINAÇÃO POR TECNOLOGIA LED DE ALTA EFICIÊNCIA, PROPORCIONANDO ILUMINAÇÃO BRANCA, HOMOGÊNEA E DE LONGA DURAÇÃO; LENTE DE VISUALIZAÇÃO COM AMPLIAÇÃO MÍNIMA DE 3 VEZES; JANELA DE VISUALIZAÇÃO EM MATERIAL RESISTENTE A RISCOS E DE FÁCIL LIMPEZA; SISTEMA FECHADO PARA REALIZAÇÃO DE OTOSCOPIA PNEUMÁTICA, QUANDO	DOC-TOR	UN	12	R$ 230,0000	R$ 2.760,00

Valor Total Homologado - R$2.760,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 8

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS	355	07.626.776/0001-60	800,00	230,00		Não
2 EMGESA EMPRESA DE	875	32.005.178/0001-11	264,00	264,00	14,78	Sim
3 AUGUSMED HOSPITALAR COMERCIO E	588	53.441.926/0001-89	400,00	400,00	51,52	Sim
4 ALTERMED MATERIAL MEDICO	258	00.802.002/0001-02	1.476,92	1.476,92	269,23	Não

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:13C627A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 343/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
CNPJ: 39.304.546/0001-71

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
12	1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP COMPLETO (GABINETE, MONITOR, TECLADO E MOUSE) PARA USO ADMINISTRATIVO. 1. UNIDADE DE PROCESSAMENTO (GABINETE E COMPONENTES): PROCESSADOR: ARQUITETURA X86-64, SENDO ACEITOS NO MÍNIMO INTEL CORE I3 (A PARTIR DA 10ª GERAÇÃO) OU AMD RYZEN 3 (SÉRIE 3000G OU SUPERIOR). PROCESSAMENTO GRÁFICO INTEGRADO AO PROCESSADOR. MEMÓRIA RAM: MÍNIMO DE 8 GB DE MEMÓRIA RAM, PADRÃO DDR4. ARMAZENAMENTO: UNIDADE DE ESTADO SÓLIDO SSD DE NO MÍNIMO 256 GB, UTILIZANDO PADRÃO PCIE NVME M.2 OU SSD SATA 2.5. INTERFACES E CONECTIVIDADE: MÍNIMO DE 01 (UMA) INTERFACE DE REDE RJ-45 GIGABIT ETHERNET (10/100/1000 MBPS). MÍNIMO DE 04 (QUATRO) PORTAS USB TIPO-A, SENDO PELO MENOS 01 (UMA) FRONTAL E 02 (DUAS) TRASEIRAS NO PADRÃO USB 3.0/3.2 GEN 1 OU SUPERIOR. INTERFACES PARA ÁUDIO ESTÉREO (MIC-IN E LINE-OUT) FRONTAIS E TRASEIRAS. MÍNIMO DE 01 (UMA) SAÍDA DE VÍDEO DIGITAL HDMI. GABINETE E FONTE: GABINETE TORRE OU MINITORRE, COM APRESENTAÇÃO DISCRETA PARA USO CORPORATIVO, SEM EFEITOS DE ILUMINAÇÃO (LEDS RGB) OU TRANSPARÊNCIAS. FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (110V/220V) AUTOMÁTICA. 2. MONITOR DE VÍDEO: TELA: MONITOR COM TECNOLOGIA LED, TELA PLANA NO FORMATO WIDESCREEN (16:9), COM DIMENSÃO MÍNIMA DE 21.5 POLEGADAS DE ÁREA VISÍVEL. RESOLUÇÃO: MÍNIMA FULL HD	AIOX	UN	42	R$ 1.992,5900	R$ 83.688,78

		(1920X1080) A 60HZ. ALIMENTAÇÃO (REQUISITO CRÍTICO): O MONITOR DEVE OBRIGATORIAMENTE POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA (INTEGRADA AO CHASSI DA TELA), BIVOLT AUTOMÁTICA (100V-240V), UTILIZANDO CABO DE FORÇA PADRÃO BRASILEIRO NBR 14136. NOTA: É EXPRESSAMENTE VEDADO O FORNECIMENTO DE MONITORES QUE UTILIZEM FONTES DE ALIMENTAÇÃO EXTERNAS (ADAPTADORES AC/DC FORA DO CORPO DO MONITOR). CONECTIVIDADE: POSSUIR NO MÍNIMO 01 (UMA) INTERFACE DIGITAL HDMI, ACOMPANHADA DO RESPECTIVO CABO DE VÍDEO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,5 METROS. SUPORTE: BASE ORIGINAL DO FABRICANTE COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO. 3. PERIFÉRICOS (TECLADO E MOUSE): TECLADO: PADRÃO BRASILEIRO ABNT-2, COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO, TECLADO NUMÉRICO DEDICADO E CONEXÃO USB. MOUSE: SENSOR COM TECNOLOGIA ÓPTICA OU LASER, COM BOTÕES ESQUERDO, DIREITO E ROLAGEM CENTRAL (SCROLL), CONEXÃO USB. RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1000 DPI. ACOMPANHADO DE MOUSE PAD ADEQUADO. 4. SISTEMA OPERACIONAL: SISTEMA: POSSUIR INSTALADO O SISTEMA OPERACIONAL LINUX, 64 BITS, EM DISTRIBUIÇÃO DE CÓDIGO ABERTO DE AMPLO USO CORPORATIVO (COMO UBUNTU, LINUX MINT, DEBIAN OU COMPATÍVEL), CONFIGURADO PARA O IDIOMA PORTUGUÊS DO BRASIL (PT-BR). INTERFACE: O SISTEMA DEVE SER ENTREGUE COM INTERFACE GRÁFICA DE USUÁRIO (GUI) DEVIDAMENTE INSTALADA E CONFIGURADA, PRONTO PARA USO ADMINISTRATIVO					
18	1	MICROCOMPUTADOR DESKTOP COMPLETO (GABINETE, MONITOR, TECLADO E MOUSE) PARA USO ADMINISTRATIVO. 1. UNIDADE DE PROCESSAMENTO (GABINETE E COMPONENTES): PROCESSADOR: ARQUITETURA X86-64, SENDO ACEITOS NO MÍNIMO INTEL CORE I3 (A PARTIR DA 10ª GERAÇÃO) OU AMD RYZEN 3 (SÉRIE 3000G OU SUPERIOR). PROCESSAMENTO GRÁFICO INTEGRADO AO PROCESSADOR. MEMÓRIA RAM: MÍNIMO DE 8 GB DE MEMÓRIA RAM, PADRÃO DDR4. ARMAZENAMENTO: UNIDADE DE ESTADO SÓLIDO SSD DE NO MÍNIMO 256 GB, UTILIZANDO PADRÃO PCIE NVME M.2 OU SSD SATA 2.5. INTERFACES E CONECTIVIDADE: MÍNIMO DE 01 (UMA) INTERFACE DE REDE RJ-45 GIGABIT ETHERNET (10/100/1000 MBPS). MÍNIMO DE 04 (QUATRO) PORTAS USB TIPO-A, SENDO PELO MENOS 01 (UMA) FRONTAL E 02 (DUAS) TRASEIRAS NO PADRÃO USB 3.0/3.2 GEN 1 OU SUPERIOR. INTERFACES PARA ÁUDIO ESTÉREO (MIC-IN E LINE-OUT) FRONTAIS E TRASEIRAS. MÍNIMO DE 01 (UMA) SAÍDA DE VÍDEO DIGITAL HDMI. GABINETE E FONTE: GABINETE TORRE OU MINITORRE, COM APRESENTAÇÃO DISCRETA PARA USO CORPORATIVO, SEM EFEITOS DE ILUMINAÇÃO (LEDS RGB) OU TRANSPARÊNCIAS. FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (110V/220V) AUTOMÁTICA. 2. MONITOR DE VÍDEO: TELA: MONITOR COM TECNOLOGIA LED, TELA PLANA NO FORMATO WIDESCREEN (16:9), COM DIMENSÃO MÍNIMA DE 21.5 POLEGADAS DE ÁREA VISÍVEL. RESOLUÇÃO: MÍNIMA FULL HD (1920X1080) A 60HZ. ALIMENTAÇÃO (REQUISITO CRÍTICO): O MONITOR DEVE OBRIGATORIAMENTE POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA (INTEGRADA AO CHASSI DA TELA), BIVOLT AUTOMÁTICA (100V-240V), UTILIZANDO CABO DE FORÇA PADRÃO BRASILEIRO NBR 14136. NOTA: É EXPRESSAMENTE VEDADO O FORNECIMENTO DE MONITORES QUE UTILIZEM FONTES DE ALIMENTAÇÃO EXTERNAS (ADAPTADORES AC/DC FORA DO CORPO DO MONITOR). CONECTIVIDADE: POSSUIR NO MÍNIMO 01 (UMA) INTERFACE DIGITAL HDMI, ACOMPANHADA DO RESPECTIVO CABO DE VÍDEO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,5 METROS. SUPORTE: BASE ORIGINAL DO FABRICANTE COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO. 3. PERIFÉRICOS (TECLADO E MOUSE): TECLADO: PADRÃO BRASILEIRO ABNT-2, COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO, TECLADO NUMÉRICO DEDICADO E CONEXÃO USB. MOUSE: SENSOR COM TECNOLOGIA ÓPTICA OU LASER, COM BOTÕES ESQUERDO, DIREITO E ROLAGEM CENTRAL (SCROLL), CONEXÃO USB. RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1000 DPI. ACOMPANHADO DE MOUSE PAD ADEQUADO. 4. SISTEMA OPERACIONAL: SISTEMA: POSSUIR INSTALADO O SISTEMA OPERACIONAL LINUX, 64 BITS, EM DISTRIBUIÇÃO DE CÓDIGO ABERTO DE AMPLO USO CORPORATIVO (COMO UBUNTU, LINUX MINT, DEBIAN OU COMPATÍVEL), CONFIGURADO PARA O IDIOMA PORTUGUÊS DO BRASIL (PT-BR). INTERFACE: O SISTEMA DEVE SER ENTREGUE COM INTERFACE GRÁFICA DE USUÁRIO (GUI) DEVIDAMENTE INSTALADA E CONFIGURADA, PRONTO PARA USO ADMINISTRATIVO	AIOX	UN	14	R$ 2.027,2500	R$ 28.381,50

Valor Total Homologado - R$112.070,28

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:

1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:

Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 12

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO	732	39.304.546/0001-71	3.750,00	1.992,59		Sim
2 SHANX LTDA	967	51.014.023/0001-96	3.750,00	2.052,45	3,00	Sim
3 FNGTECH INFORMATICA LTDA	114	62.933.319/0001-27	3.750,00	2.100,00	2,32	Sim
4 H2T TECNOLOGIA LTDA	365	58.971.574/0001-97	3.750,00	2.360,00	12,38	Sim
5 FAGUNDEZ DISTRIBUIÇÃO LTDA	655	07.953.689/0001-18	3.750,00	2.382,20	0,94	Não
6 VERZA DISTRIBUICAO LTDA	116	07.460.912/0002-76	3.750,00	2.794,54	17,31	Sim
7 GDAI INDUSTRIA & COMERCIO	605	32.084.616/0001-84	3.750,00	2.800,00	0,20	Não
8 VL - LOJA DE VARIEDADES	993	35.569.716/0001-99	3.750,00	3.699,36	32,12	Sim
9 EMGESA EMPRESA DE	050	32.005.178/0001-11	3.749,00	3.749,00	1,34	Sim
10 PROXYS COMERCIO ELETRONICO LTDA	237	11.027.350/0003-20	3.750,00	3.750,00	0,03	Não

Lote 18

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO	503	39.304.546/0001-71	3.750,00	2.027,25		Sim
2 SHANX LTDA	226	51.014.023/0001-96	3.750,00	2.048,46	1,05	Sim
3 H2T TECNOLOGIA LTDA	942	58.971.574/0001-97	3.750,00	2.300,00	12,28	Sim
4 VERZA DISTRIBUICAO LTDA	517	07.460.912/0002-76	3.750,00	2.669,00	16,04	Sim
5 VL - LOJA DE VARIEDADES	725	35.569.716/0001-99	3.750,00	3.299,99	23,64	Sim
6 EMGESA EMPRESA DE	070	32.005.178/0001-11	3.749,00	3.749,00	13,61	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:ED623C7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 344/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP
CNPJ: 21.971.041/0001-03

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
2	1	BALANÇA DE PISO TIPO PLATAFORMA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE PESAGEM DE 150 KG. DISPLAY DIGITAL DE FÁCIL LEITURA, COM VISOR EM LCD OU LED RETROILUMINADO, CAPAZ DE APRESENTAR PESO EM UNIDADES MÉTRICAS (KG	LIDER	UN	2	R$ 770,0000	R$ 1.540,00
3	1	BALANÇA DIGITAL PEDIATRICA, CAPACIDADE PARA 15 KG; DIVISÕES DE 5 G; PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA; CONCHA EM POLIPROPILENO COM MEDIDA DE 540 X 290 MM; CHAVE SELETORA DE TENSÃO 110 / 220 V; DISPLAY COM 5 DÍGITOS; FUNÇÃO DA TECLA TARA NO PAINEL FRONTAL;	LIDER	Un	16	R$ 570,0000	R$ 9.120,00

Valor Total Homologado - R$10.660,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	234	21.971.041/0001-03	1.100,00	770,00		Sim
2 MARTE EQUIPAMENTOS PARA	597	68.886.605/0001-65	1.100,00	806,00	4,68	Sim
3 VL - LOJA DE VARIEDADES	740	35.569.716/0001-99	1.100,00	847,60	5,16	Sim
4 EMGESA EMPRESA DE	090	32.005.178/0001-11	1.099,00	1.099,00	29,66	Sim
5 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	912	51.740.794/0001-60	3.929,41	2.462,88	124,10	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	997	00.802.002/0001-02	2.463,57	2.462,89	0,00	Não

Lote 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 KCRS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS	004	21.971.041/0001-03	1.019,00	570,00		Sim
2 VL - LOJA DE VARIEDADES	084	35.569.716/0001-99	1.019,89	599,99	5,26	Sim
3 FAZ VENDAS LTDA	062	46.983.819/0001-17	1.019,89	824,85	37,48	Sim

4 MEDICAL IMPORT LTDA	526	67.680.402/0001-55	1.019,00	825,00	0,02	Sim
5 ROYAL ATACADISTA E COMERCIO	035	24.103.721/0001-95	1.015,00	830,00	0,61	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	797	00.802.002/0001-02	1.019,89	979,97	18,07	Não
7 EMGESA EMPRESA DE	587	32.005.178/0001-11	1.018,00	1.018,00	3,88	Sim
8 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	970	51.740.794/0001-60	1.019,89	1.019,89	0,19	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:49741B54

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 345/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: METDATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI
CNPJ: 28.584.157/0003-92

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
9	1	SCANNER DE MESA, ESTAÇÃO DEVE POSSUIR ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (AUTOMATIC DOCUMENT FEEDER ADF); A TECNOLOGIA DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS NOS SCANNERS DE PRODUÇÃO DEVEM SER TECNOLOGIA CHARGE COUPLED DEVICE (CCD) OU CONTACT IMAGING SENSOR (CIS); O ADF, ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTO, POSSUI UMA BANDEJA ONDE SE COLOCAM OS DOCUMENTOS A SEREM DIGITALIZADOS COM PASSAGEM DIRETA POR UM LEITOR CONTINUO COM SAÍDA DO PAPEL EM OUTRA BANDEJA; O SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA ADF, DEVERÁ POSSUIR BANDEJA COM CAPACIDADE PARA 50 DOCUMENTOS, COM ALIMENTAÇÃO CONTÍNUA E COM 02 ROLETES NO SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO; A MESA DIGITALIZADORA DEVE PERMITIR DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE TAMANHO DE (216 MM X 297 MM). RESOLUÇÃO ÓPTICA DE 600 DPI PARA BITONAL E CORES; PERMITIR AJUSTE NA RESOLUÇÃO DE SAÍDA DPI ENTRE 100 DPI ATÉ OS 600 DPI EM 4 PASSOS; PERMITIR DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, NO ADF, DE PAPÉIS COM TAMANHO DE (70MM X 150 MM) E TAMANHO MÁXIMO DE (216 MM X 356MM). GARANTIA ON SITE DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES. CATMAT 150513	CANON	UN	8	R$ 1.957,0000	R$ 15.656,00
14	1	IMPRESSORA MONOCROMATICA LASER/LED MINIMO DE 30 PAGINA POR MINUTO (PPS). TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: ELETROFOTOGRÁFICA (LASER OU LED). NOTA: EXPRESSAMENTE VEDADA A OFERTA DE EQUIPAMENTOS COM TECNOLOGIA JATO DE TINTA (INKJET) BASEADA EM CARTUCHOS, MESMO QUE MONOCROMÁTICOS, PARA EVITAR O RESSECAMENTO DE CABEÇOTES E ALTO CUSTO POR PÁGINA. TIPO DE IMPRESSÃO: EXCLUSIVAMENTE MONOCROMÁTICA (PRETO E BRANCO). VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: MÍNIMA DE 20 PPM (PÁGINAS POR MINUTO) NO FORMATO A4. RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: MÍNIMA DE 600 X 600 DPI (GARANTINDO NITIDEZ ABSOLUTA PARA TEXTOS, MEMORANDOS E DOCUMENTOS OFICIAIS). CONECTIVIDADE E INTERFACES: OBRIGATÓRIO POSSUIR 01 (UMA) INTERFACE USB 2.0 (HIGH SPEED) OU SUPERIOR. MANUSEIO DE PAPEL (TAMANHOS): SUPORTE GARANTIDO AOS FORMATOS A4, CARTA E OFÍCIO. BANDEJA DE ALIMENTAÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE ENTRADA PARA 150 FOLHAS. COMPATIBILIDADE DE SISTEMA OPERACIONAL: DEVEM SER FORNECIDOS DRIVERS OFICIAIS E ATUALIZADOS PELO FABRICANTE COMPATÍVEIS COM WINDOWS 10, WINDOWS 11 (PRO) E DISTRIBUIÇÕES LINUX, NAS ARQUITETURAS 64 BITS.	PAN-TUM	Un	42	R$ 697,0000	R$ 29.274,00
19	1	IMPRESSORA MONOCROMATICA LASER/LED MINIMO DE 30 PAGINA POR MINUTO (PPS). TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: ELETROFOTOGRÁFICA (LASER OU LED). NOTA: EXPRESSAMENTE VEDADA A OFERTA DE EQUIPAMENTOS COM TECNOLOGIA JATO DE TINTA (INKJET) BASEADA EM CARTUCHOS, MESMO QUE MONOCROMÁTICOS, PARA EVITAR O RESSECAMENTO DE CABEÇOTES E ALTO CUSTO POR PÁGINA. TIPO DE IMPRESSÃO: EXCLUSIVAMENTE MONOCROMÁTICA (PRETO E BRANCO). VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: MÍNIMA DE 20 PPM (PÁGINAS POR MINUTO) NO FORMATO A4. RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: MÍNIMA DE 600 X 600 DPI (GARANTINDO NITIDEZ ABSOLUTA PARA TEXTOS, MEMORANDOS E DOCUMENTOS OFICIAIS). CONECTIVIDADE E INTERFACES: OBRIGATÓRIO POSSUIR 01 (UMA) INTERFACE USB 2.0 (HIGH SPEED) OU SUPERIOR. MANUSEIO DE PAPEL (TAMANHOS): SUPORTE GARANTIDO AOS FORMATOS A4, CARTA E OFÍCIO. BANDEJA DE ALIMENTAÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE ENTRADA PARA 150 FOLHAS. COMPATIBILIDADE DE SISTEMA OPERACIONAL: DEVEM SER FORNECIDOS DRIVERS OFICIAIS E ATUALIZADOS PELO FABRICANTE COMPATÍVEIS COM WINDOWS 10, WINDOWS 11 (PRO) E DISTRIBUIÇÕES LINUX, NAS ARQUITETURAS 64 BITS.	PAN-TUM	Un	14	R$ 767,0000	R$ 10.738,00

Valor Total Homologado - R$55.668,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 9

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 METDATA TECNOLOGIA DA	820	28.584.157/0003-92	2.711,45	1.957,00		Sim
2 COMERCIO NOVO RUMO LTDA	023	23.964.820/0001-07	2.700,00	1.997,00	2,04	Sim
3 VL - LOJA DE VARIEDADES	362	35.569.716/0001-99	2.711,45	2.409,98	20,68	Sim
4 FINATTO COMÉRCIO LTDA	241	29.236.209/0001-30	2.711,45	2.417,00	0,29	Não
5 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	408	18.861.730/0001-42	2.711,40	2.709,99	12,12	Sim
6 EMGESA EMPRESA DE	969	32.005.178/0001-11	2.710,00	2.710,00	0,00	Sim

Lote 14

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 METDATA TECNOLOGIA DA	091	28.584.157/0003-92	2.015,92	697,00		Sim
2 INSUMATEK TECNOLOGIA LTDA	367	51.853.770/0001-18	2.015,00	799,98	14,77	Sim
3 NEXUS IMPORTS LTDA	313	62.763.428/0001-43	2.015,92	817,00	2,13	Sim
4 REGINALDO FABIANO APARECIDO DOS	343	24.369.293/0001-47	1.800,00	858,00	5,02	Sim
5 FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO	228	39.304.546/0001-71	2.015,92	879,31	2,48	Sim
6 COMERCIO NOVO RUMO LTDA	452	23.964.820/0001-07	2.000,00	911,89	3,71	Sim
7 MINAS SOLUCOES EM IMPRESSAO	696	39.619.837/0002-30	2.015,92	914,90	0,33	Sim
8 FINATTO COMÉRCIO LTDA	663	29.236.209/0001-30	2.015,92	934,00	2,09	Não
9 L CORREA RODRIGUES LTDA	735	61.520.921/0001-70	2.015,92	954,36	2,18	Sim
10 62628807 JOAO PAULO DE JESUS DOS	332	62.628.807/0001-20	2.015,92	970,61	1,70	Sim
11 INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA	179	09.441.686/0001-20	1.900,00	1.110,00	14,36	Sim

12 VERZA DISTRIBUICAO LTDA	666	07.460.912/0002-76	2.015,92	1.299,88	17,11	Sim
13 SC COMERCIAL EIRELI	304	20.758.465/0001-13	2.000,00	1.300,00	0,01	Sim
14 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	638	18.861.730/0001-42	2.000,00	1.450,00	11,54	Sim
15 VL - LOJA DE VARIEDADES	829	35.569.716/0001-99	2.015,92	1.799,98	24,14	Sim
16 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	635	39.581.101/0001-39	2.015,92	1.887,84	4,88	Sim
17 DIMAGO DISTRIBUIDORA E	319	04.376.164/0001-79	2.015,92	1.887,85	0,00	Sim
18 AI SIM COMERCIO DE PRODUTOS DE	237	44.922.438/0001-00	2.000,00	2.000,00	5,94	Sim
19 EMGESA EMPRESA DE	344	32.005.178/0001-11	2.014,00	2.014,00	0,70	Sim

Lote 19

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 METDATA TECNOLOGIA DA	566	28.584.157/0003-92	2.015,92	767,00		Sim
2 NEXUS IMPORTS LTDA	391	62.763.428/0001-43	2.015,92	788,00	2,74	Sim
3 INSUMATEK TECNOLOGIA LTDA	845	51.853.770/0001-18	2.015,00	799,98	1,52	Sim
4 FABBRO IT IND COM E DISTRIBUICAO	085	39.304.546/0001-71	2.015,92	894,61	11,83	Sim
5 MINAS SOLUCOES EM IMPRESSAO	833	39.619.837/0002-30	2.015,92	914,90	2,27	Sim
6 COMERCIO NOVO RUMO LTDA	500	23.964.820/0001-07	2.000,00	919,00	0,45	Sim
7 L CORREA RODRIGUES LTDA	915	61.520.921/0001-70	2.015,92	954,36	3,85	Sim
8 62628807 JOAO PAULO DE JESUS DOS	187	62.628.807/0001-20	2.015,92	970,61	1,70	Sim
9 VERZA DISTRIBUICAO LTDA	722	07.460.912/0002-76	2.015,92	1.499,75	54,52	Sim
10 DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA	994	18.861.730/0001-42	2.000,00	1.499,88	0,01	Sim
11 VL - LOJA DE VARIEDADES	220	35.569.716/0001-99	2.015,92	1.799,98	20,01	Sim
12 REGINALDO FABIANO APARECIDO DOS	473	24.369.293/0001-47	1.800,00	1.800,00	0,00	Sim
13 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	854	39.581.101/0001-39	2.015,92	1.846,79	2,60	Sim
14 DIMAGO DISTRIBUIDORA E	660	04.376.164/0001-79	2.015,92	1.889,90	2,33	Sim
15 INFOSHOP41 TELEINFORMÁTICA LTDA	892	09.441.686/0001-20	1.900,00	1.900,00	0,53	Sim
16 SC COMERCIAL EIRELI	902	20.758.465/0001-13	2.000,00	2.000,00	5,26	Sim
17 AI SIM COMERCIO DE PRODUTOS DE	480	44.922.438/0001-00	2.000,00	2.000,00	0,00	Sim
18 EMGESA EMPRESA DE	172	32.005.178/0001-11	2.014,50	2.014,50	0,73	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:A66E2F4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 346/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: NOVORTHEC COMERCIO INTEGRADO LTDA
CNPJ: 59.834.889/0001-55

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
11	1	MESA ORTOSTATICA, EQUIPAMENTO DESTINADO AO POSICIONAMENTO PROGRESSIVO DO PACIENTE EM ORTOSTATISMO PARA FINS DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA E MOTORA. ESTRUTURA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTA RESISTÊNCIA. SISTEMA DE INCLINAÇÃO GRADUAL DE 0° A 90°, COM ACIONAMENTO ELÉTRICO OU HIDRÁULICO. DEVE POSSUIR APOIO PARA PÉS COM REGULAGEM, CINTAS DE SEGURANÇA PARA TÓRAX, QUADRIL E JOELHOS, MESA DE ATIVIDADES REGULÁVEL, ESTOFAMENTO REVESTIDO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. BASE COM RODÍZIOS, SENDO NO MÍNIMO DOIS COM SISTEMA DE FREIO. CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 135 KG. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA, QUANDO APLICÁVEL. O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	Vanzetti	Un	1	R$ 7.100,0000	R$ 7.100,00

Valor Total Homologado - R$7.100,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 11

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 NOVORTHEC COMERCIO INTEGRADO	450	59.834.889/0001-55	8.375,00	7.100,00		Sim
2 MEDICAL IMPORT LTDA	834	67.680.402/0001-55	8.375,00	7.200,00	1,41	Sim
3 ABSOLUTA SAÚDE IMP. EXP. E	980	30.082.076/0001-74	8.375,07	7.460,00	3,61	Sim
4 ALTERMED MATERIAL MEDICO	904	00.802.002/0001-02	8.375,07	8.279,98	10,99	Não
5 SC COMERCIAL EIRELI	159	20.758.465/0001-13	8.370,00	8.370,00	1,09	Sim
6 DORAMEL	322	17.932.562/0001-76	8.375,00	8.374,99	0,06	Sim
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	328	51.740.794/0001-60	20.615,20	20.615,20	146,15	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:E854A840

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 347/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 51.740.794/0001-60

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
6	1	PINÇA TIPO FOERSTER CURVA (PORTA-GAZE);	GOL-GRAN	Un	32	R$ 88,6700	R$ 2.837,44

		CONFECCIONADA INTEGRALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO DE ALTA QUALIDADE; COMPRIMENTO MÍNIMO DE 24 CM; HASTES LONGAS E RESISTENTES; MANDÍBULAS EM FORMATO ANELAR (OVALADAS), SERRILHADAS, PRÓPRIAS PARA FIXAÇÃO DE GAZES E MATERIAIS DE CURATIVO; CURVATURA QUE FACILITE O ACESSO E A MANIPULAÇÃO DURANTE PROCEDIMENTOS; SISTEMA DE TRAVA COM CREMALHEIRA DE MÚLTIPLOS ESTÁGIOS PARA MANUTENÇÃO DA PRESSÃO DESEJADA; ACABAMENTO POLIDO FOSCO OU BRILHANTE, LIVRE DE REBARBAS, IMPERFEIÇÕES E PONTOS CORTANTES; RESISTENTE AOS PROCESSOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE; PRODUTO REUTILIZÁVEL;					

Valor Total Homologado - R$2.837,44

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n˚ 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 6

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	288	51.740.794/0001-60	88,67	88,67		Sim
2 ALTERMED MATERIAL MEDICO	930	00.802.002/0001-02	158,05	158,05	78,25	Não
3 AUGUSMED HOSPITALAR COMERCIO E	867	53.441.926/0001-89	160,00	160,00	1,23	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:49C8FC3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 348/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade

R.G n° **12.XXX.XXX-88** SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° **089.XXX.XXX-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 58/2026**, **processo administrativo nº 1441/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita e Material Permanente.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ROYAL ATACADISTA E COMERCIO EIRELI
CNPJ: 24.103.721/0001-95

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO
5	1	ESTADIÔMETRO PORTÁTIL: ESTADIÔMETRO COMPACTO COM 2 METROS E PARAFUSOS PARA FIXAR NA PAREDE, DISPOSITIVO PARA MEDIÇÃO DE ALTURA FIXO NA PAREDA COM ALTA RESISTÊNCIA, FÁCIL DE USAR E PRECISO. CAMPO DE MEDIÇÃO: DE 0 A 200CM. RESOLUÇÃO EM MILÍMETROS.	BAL-MAK	UN	10	R$ 451,0000	R$ 4.510,00

Valor Total Homologado - R$4.510,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis para material de uso geral e 20 dias para equipamentos, a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
2.2.2 Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
2.3.1 **Local de Entrega:** Almoxarifado Central
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 765 – ao lado do Fórum Eleitoral.
Horário de entrega: Segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
WhatsApp/Telefone: (42) 3252-6923.
Responsável pelo recebimento: José Garcia de Bulhões.

2.3.2 O recebimento será realizado em duas etapas:
1°) **Recebimento provisório**: no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde, quando necessário.
Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
2°) **Recebimento definitivo**: em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até 15 (quinze) dias, após atestado de recebimento definitivo pelo fiscal de contrato.
3.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. - O prazo de vigência da ata de registro de preços inicial será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art. 60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A fiscalização será realizada por cada fiscal de contrato de seu respectivo Órgão, conforme nomeação em Decreto Municipal n° 18.812, de 06 DE JANEIRO DE 2026.

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – **Titular**
Jordana Ferrando Trindade – **Titular**

Material de Consumo:
Bruna Fernanda Venc dos Santos – **Titular**
Daiana Santana – **Suplente**

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunhas

_____
Daiana Santana
Fiscal de Contrato

_____
Jordana Ferrando Trindade
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 5

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ROYAL ATACADISTA E COMERCIO	853	24.103.721/0001-95	475,00	451,00		Sim
2 ALTERMED MATERIAL MEDICO	263	00.802.002/0001-02	475,15	458,20	1,60	Não

3 EMGESA EMPRESA DE	348	32.005.178/0001-11	475,00	475,00	3,67	Sim
4 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	956	51.740.794/0001-60	1.094,34	1.094,34	130,39	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:C0044F08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 147/2026 – S3406

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Compras e Licitações
DISPENSA ELETRONICO Nº 26/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 85/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 147/2026 – S3406

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES CERIMONIAIS MASCULINOS E FEMININOS DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO VISUAL DA FANFARRA MUNICIPAL DE PALMITAL/PR.

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor MARIA ELIZABETH ZANONI - LTDA., com endereço à R Jose Brasilio De Oliveira, 0 casa - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, Palmital/PR inscrita no sob nº 02.508.268/0001-64, neste ato por sua representante legal, Sra. MARIA ELIZABETH ZANONI, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 147/2026, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado a quantidade de 25% (vinte e cinco por cento) do valor de total do Lote 1, itens 1, 2, 3 e 4, do Contrato Administrativo n. 147/2026, conforme tabela anexa. Acrescentando ao valor original do Contrato a quantia de R$ 3.891,69 (Três Mil e Oitocentos e Noventa e Um Reais e Sessenta e nove Centavos). O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Cultura, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/21 e alterações posteriores.

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	40029	CAMISA MANGA LONGA CERIMONIAL (MASCULINA/FEMININA): TECIDO OXFORD PREMIUM (100% POLIÉSTER) BRANCO; MANGA LONGA, BOTÕES DOURADOS PERSONALIZADOS COM BRASÃO DE PALMITAL/PR, GOLA SOCIAL AZUL-MARINHO	UND	9,00	202,71	1.824,39
1	2	40030	CALÇA SOCIAL CERIMONIAL (MASCULINA/FEMININA): TECIDO OXFORD PREMIUM (100% POLIÉSTER) AZUL-MARINHO; CORTE RETO SOCIAL, FECHAMENTO EM ZÍPER METÁLICO E COLCHETE DE ALFAIATARIA	UND	9,00	92,00	828,00
1	3	40031	BOINA CERIMONIAL: FELTRO/LÃ NA COR AZUL-MARINHO DE ALTA DENSIDADE; FORRO INTERNO RESPIRÁVEL, ACABAMENTO EM FRISO DE COURO/SINTÉTICO	UND	9,00	112,20	1.009,80
1	4	40032	LUVAS CERIMONIAIS: PAR DE LUVAS SOCIAIS BRANCAS, TECIDO LEVE COM ELASTICIDADE MODERADA.	PAR	9,00	25,50	229,50
TOTAL							3.891,69

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 23/10/2026

Município De Palmital/PR
ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Maria Elizabeth Zanoni - LTDA.
MARIA ELIZABETH ZANONI
Contratada

MARLY KETES ROSSI
Gestor

EVELYN TACIANE SUERO DA CRUZ
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:FFDD9AB3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2026 – S3428

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 87/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 163/2026 – S3428

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: Empresa JOÃO DEDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Estrada Principal, Assentamento Bela Manhã - CEP: 85270000 - Bairro: Rural Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob 40.244.031/0001-02, neste ato por seu representante Legal, Senhor JOÃO DEDA, inscrito no CPF/MF sob o nº 6**.***.***-20.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
006	1	40041	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA ASSENTAMENTO BELA MANHÃ/CIDADE PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES	SERVIÇO	KM	20.000,00	6,04	120.800,00
TOTAL								120.800,00

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por Dotações Orçamentárias específicas, a saber:

CONTA DA DESPESA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	GRUPO DA FONTE
2260	07.002.12.361.1201.2044	103	3.3.90.33.03.00	Do Exercício
3150	07.005.12.362.1201.2057	146	3.3.90.33.03.00	Do Exercício
7080	07.004.12.367.1201.2052	0	3.3.90.33.03.00	Do Exercício

DATA DO CONTRATO: 14/10/2026
VIGÊNCIA: 13/10/2027
VALOR TOTAL: R$ 120.800,00 (Cento e Vinte mil e Oitocentos Reais).

GESTOR: ANDRESSA NAIRNE
FISCAL: DILCÉLIA REGINA MARTINS

FORO: Comarca de Palmital - PR.

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:D8502CDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2026 – S3429

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 87/2026
EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2026 – S3429

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: Empresa RODRIGO JOSE AMREIN LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à R PRINCIPAL , S/N - CEP: 85270000 - BAIRRO: LINHA CANTUANA Palmital/PR, inscrita no CNPJ/MF sob 40.243.608/0001-61, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor (a)RODRIGO JOSE AMREIN, portador do RG:86030110 e inscrito no CPF/MF sob o nº 0**.***.***-52

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
001	1	40035	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA CANTUANA/ESCOLA ANTÔNIO VIEIRA (PERÍODO DA TARDE), VEÍCULO: VAN OU KOMBI. CAPACIDADE MÍNIMA: 08 LUGARES.	SERV	KM	18.000,00	6,05	108.900,00
TOTAL								108.900,00

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por Dotações Orçamentárias específicas, a saber:

CONTA DA DESPESA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	GRUPO DA FONTE
2260	07.002.12.361.1201.2044	103	3.3.90.33.03.00	Do Exercício
3150	07.005.12.362.1201.2057	146	3.3.90.33.03.00	Do Exercício
7080	07.004.12.367.1201.2052	0	3.3.90.33.03.00	Do Exercício

DATA DO CONTRATO: 14/10/2026
VIGÊNCIA: 13/10/2027
VALOR TOTAL: R$ 108.900,00 (Cento e Oito Mil e Novecentos Reais)

GESTOR: ANDRESSA NAIRNE
FISCAL: DILCÉLIA REGINA MARTINS

FORO: Comarca de Palmital - PR.

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:004B0652

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 38/2026

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 104/2026**, elaborado pela Modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 38/2026** teve por objeto **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AOS CONVENIOS 181/2026-SEAB, 183/2026-SEAB E 206/2026-SEAB,** pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MENOR PREÇO**", conforme especificado no Edital e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **HOMOLOGO E ADJUDICO** os objetos aos licitantes:

HAYAH SOLUÇÕES LTDA CNPJ 50.608.535/0001-18								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidad	Quant	Preço	Preço total
1	1	TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS NOVO, COM CARACTERÍSTICAS MINIMAS: TRAÇÃO 4X4, MOTOR 4 CILINDROS TURBO, POTÊNCIA MINIMA DE 100 CV, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 12 VELOCIDADES A FRENTE E 04 A RÉ, SINCRONIZADAS, SISTEMA DE DIREÇÃO HIDROSTÁTICA, TOMADA DE FORÇA INDEPENDENTE, COM BLOQUEIO DO DIFERENCIAL, FREIO TIPO DISCO EM BANHO DE ÓLEO, PNEUS DIANTEIROS MINÍMOS 12.4X24 R1 E TRASEIROS 18.4X30 R1	DIRAMAK TT1000 CABINADO	DIRAMAK TT1000 CABINADO	UND	2,00	189.000,00	378.000,00
HAYAH SOLUÇÕES LTDA CNPJ 50.608.535/0001-18								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidad	Quant	Preço	Preço total
2	1	TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS NOVO, COM CARACTERÍSTICAS MINIMAS: TRAÇÃO 4X4, MOTOR 4 CILINDROS TURBO, POTÊNCIA ENTRE 90CV E 110 CV, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, TRANSMISSÃO DE NO MÍNIMO 12 VELOCIDADES A FRENTE E 04 A RÉ, SINCRONIZADAS, SISTEMA DE DIREÇÃO HIDROSTÁTICA, TOMADA DE FORÇA INDEPENDENTE, COM BLOQUEIO DO DIFERENCIAL, FREIO TIPO DISCO EM BANHO DE ÓLEO, PNEUS DIANTEIROS MINÍMOS 12.4X24 R1 E TRASEIROS 18.4X30 R1.	DIRAMAK TT900 CABINADO	DIRAMAK TT900 CABINADO	UND	1,00	164.000,00	164.000,00
MENTA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA CNPJ: 65.676.249/0001-67								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidad	Quant	Preço	Preço total
3	1	- ENSILADEIRA FORRAGEIRA 12 FACAS COM ACESSÓRIO PARA TRATOR TRANSMISSÃO POLIA-POLIA PÉ.	PENHA MODELO: CFM 25	PENHA MODELO: CFM 25	UND	1,00	30.580,00	30.580,00
CASA DO PICA-PAU MAQUINAS AGRÍCOLAS LTDA CNPJ/MF: 04.742.267/0001-05								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidad	Quant	Preço	Preço total
4	1	PLANTADEIRA/SEMEADORA PARA PLANTIO DIRETO NOVA, 9(NOVE) LINHAS MÚLTIPLA (KIT INVERNO E VERÃO), RESERVATÓRIO DE ADUBO EM POLIETILENO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 488 KG PARA FERTILIZANTES E 287 KG PARA SEMENTE, SISTEMA DOSADOR DE ADUBO COM ROSCA SEM FIM, COM NO MÍNIMO 13 LINHAS PARA CULTURAS DE INVERNO, NO MÍNIMO 5 LINHAS PARA CULTURA DE SOJA E MÍNIMA DE 03 LINHAS PARA CULTURA DE MILHO, LINHAS DA SEMENTE DE VERÃO ARTICULADAS POR SISTEMA PANTOGRÁFICO, SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES GRAÚDAS E MIÚDAS ATRAVÉS DE CAIXAS DISTRIBUIDORAS E DISCOS PERFURADOS, RESERVATÓRIOS INDIVIDUAIS (PIPOQUEIRAS), SITEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES PARA CULTURAS DE INVERNO COM ROTORES HELICOIDAIS E PARA CULTURA DE VERÃO COM DISCOS ALVEOLADOS, ARTICULAÇÃO CENTRAL OU LATERAL COM PISTÃO HIDRÁULICO, MANGUEIRAS DE ACIONAMENTO DE PISTÃO, SULCADOR FIXO, COM DISCO DE CORTE DE NO MÍNIMO 17", COMPACTADOR COM DUAS RODAS COMPACTADORAS EM FORMA DE ` V`, REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE DA SEMENTE, COM RODAS E PNEUS COM NO MÍNIMO 9 LONAS.CV.	IMPLEFORTE/ MULTI SEED 2213/5	IMPLEFORTE/ MULTI SEED 2213/5	UND	1,00	113.000,00	113.000,00

As empresas acima descritas apresentaram as propostas condizentes e válidas ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório. Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.

Palmital/PR, 23 de Outubro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:C16B4EA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2025

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2025
(Prorrogação de Prazo e Supressão de Item)
(Processo Digital nº 54303/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) Municipais **AMAURI MARTINELI, RAFAEL LUCAS TORRENTE, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, JANE NUNES DE LIMA, ROSANGELA VIANA, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, TARCÍSIO**

BARBOSA DE SOUZA, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA residentes e domiciliados nesta comarca, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições:

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS destina-se à locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 291/2025, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **13 de novembro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 54303/2026 pelo órgão gerenciador através do Memorando nº 279/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Fornecedor: **A.A. MAZARO - EVENTOS E PROPAGANDAS**					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
6	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO AMBIENTE PARA EVENTOS DE PORTE MINI, contendo mesa de som, 2 microfones com pedestais, 01 notebook ou dispositivo semelhante para reprodução de áudio e outros dispositivos para palestras, avisos e músicas. Incluso operador de som e locutor disponível durante todo o evento.	DIÁRIA	126	R$ 600,55	R$ 75.669,30
38	LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO AMBIENTE PARA EVENTOS DE PORTE MINI, contendo mesa de som, 2 microfones com pedestais, 01 notebook ou dispositivo semelhante para reprodução de áudio e outros dispositivos para palestras, avisos e músicas. Incluso operador de som e locutor disponível durante todo o evento.	DIÁRIA	41	R$ 600,55	R$ 24.622,55
45	SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO (áudio e vídeo) pela internet e/ou pelos telões no próprio evento, com 03 Câmeras em sinal HD - Central de Mixagem Digital, com sistema de conexão sem fio e entrega de material em HD na resolução mínima de 1.080 P. Com operador técnico responsável.	DIÁRIA	16	R$ 1.357,76	R$ 21.724,16
Total Fornecedor: R$ 122.016,01 (cento e vinte e dois mil e dezesseis reais e um centavo).					

CLÁUSULA 3ª: DA SUPRESSÃO DE ITEM
3.1 Por meio do presente Termo Aditivo, com fundamento nas Cláusulas 1ª, 4ª e 6ª da Ata de Registro de Preços nº 291/2025, combinadas com o art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, na justificativa apresentada pela Secretaria por meio do Memorando nº 279/2026 e na Declaração de Concordância assinada pela contratada, promove-se a supressão integral do Item 45, registrado em favor da empresa A.A. MAZARO – EVENTOS E PROPAGANDAS, conforme especificado no quadro a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
45	SERVIÇO DE TRANSMISSÃO AO VIVO (áudio e vídeo) pela internet e/ou pelos telões no próprio evento, com 03 Câmeras em sinal HD - Central de Mixagem Digital, com sistema de conexão sem fio e entrega de material em HD na resolução mínima de 1.080 P. Com operador técnico responsável.	DIÁRIA	16	R$ 1.357,76	R$ 21.724,16

Parágrafo único: Em decorrência da supressão integral do Item 45 prevista no *caput* desta cláusula, o valor registrado sofre uma redução de R$ 21.724,16 (vinte e um mil, setecentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos), passando o valor global atualizado do lote de R$ 122.016,01 (cento e vinte e dois mil, dezesseis reais e um centavo) para o montante de **R$ 100.291,85 (cem mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos)**, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas, condições e preços atualizados dos itens 6 (R$ 75.669,30) e 38 (R$ 24.622,55).

CLÁUSULA 4ª: DA ALTERAÇÃO DE SECRETÁRIO
4.1 Fica alterado o secretário da Secretaria Municipal de Comunicação, com a nomeação do Sr. **AMAURI DE CARVALHO MARTINELI** e a secretária da Secretaria Municipal de Educação, com a nomeação da Sra. **ROSANGELA GONÇALVES VIANA** como secretária Interina.

CLÁUSULA 5ª: RATIFICAÇÃO
5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 291/2025), datada de 13 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ROSANGELA GONÇALVES VIANA
Secretária Municipal de Educação Interina

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

Fornecedor:
Empresa: A.A.Mazaro - Eventos e Propagandas
CNPJ: 10.857.398/0001-30
Endereço: Rua Guerino Pomin, 1285 - Jardim Iguacu, Paranavaí - PR,
E-mail: comercialalessandromazaro@gmail.com
Telefone: (44) 99949-7747, (44) 3045-7514
Nome do Representante:
ALESSANDRO AMARO MAZARO
CPF: 008.079.419-05

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:4BDC0991

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2025 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL Nº 51036/2026) REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025

1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 51036/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2025
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA,** portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53, Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50, Secretária Municipal de Educação Sra. **ROSANGELA GONÇALVES VIANA**, inscrita no CPF. sob nº 028.144.259-27;; Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto da Ata de Registro de Preços PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E PARCELADA DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS (COMO CAMA ELÁSTICA, PISCINA DE BOLINHAS, PULA-PULA, BRINQUEDOS INFLÁVEIS), ARCOS DE BALÕES E CARRINHOS PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE PIPOCA, ALGODÃO-DOCE E SORVETE, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE E EQUIPE UNIFORMIZADA PARA ATENDIMENTO EM EVENTOS PÚBLICOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ.
CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 265/2025 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **24 de outubro de 2025,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 51037/2026 pelo órgão gerenciador dos Memorandos nº 76/2026/SESAU, e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - LOCAÇÃO DE ARCO DE BALÕES DE LÁTEX (BEXIGAS), com no mínimo 200 balões de 8 polegadas, tamanho padrão, barra de cano de 6 metros, para porta simples, com cores a serem definidas pela secretaria demandante, no envio do empenho. Os balões utilizados deverão ser de 1ª qualidade. Incluso montagem e desmontagem, conforme solicitação da secretaria demandante	SERVIÇO		200	R$ 269,94	R$ 53.988,00
2 - LOCAÇÃO DE ARCO DE BALÕES DE LÁTEX (BEXIGAS), com no mínimo 300 balões de 5, 9, 11 e 16 polegadas, barra de cano de 6 metros, com cores a serem definidas pela secretaria demandante, no envio do empenho. Os balões utilizados deverão ser de 1ª qualidade. Incluso montagem e desmontagem, conforme solicitação da secretaria demandante.	Serviço		223	R$ 325,18	R$ 72.515,14
13 - LOCAÇÃO DE ARCO DE BALÕES DE LÁTEX (BEXIGAS), com no mínimo	Serviço		74	R$ 325,18	R$ 24.063,32
300 balões de 5, 9, 11 e 16 polegadas, barra de cano de 6 metros, com cores a serem definidas pela secretaria demandante, no envio do empenho. Os balões utilizados deverão ser de 1ª qualidade. Incluso montagem e desmontagem, conforme solicitação da secretaria demandante.					
Total do Lote:					R$ 150.566,46
Total do Fornecedor:					R$ 150.566,46

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO
5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 265/2025), datada de 24 de Outubro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

ROSANGELA GONÇALVES VIANA
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: DDM Locações LTDA
CNPJ: 33.570.917/0001-80
Endereço: RUA Rosa Maria Dos Santos, 413 - Jardim Morumbi, Paranavaí - PR,
Nome do Representante:
CAROLINE GALVAO DE ALMEIDA DOS SANTOS
CPF: 090.295.909-39
Email: adm.ddmlocacoes@gmail.com
Telefone: (44) 98429-4195, (44) 99822-6063

Assinatura: _____ .

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:768884FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1 TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO ATA 293.2025

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 293/2025
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 53084/2026)
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2025
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) Municipais **AMAURI MARTINELI, RAFAEL LUCAS TORRENTE, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, residentes e domiciliados nesta comarca, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições:

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS destina-se à locação futura e parcelada de EQUIPAMENTOS (palco, tenda piramidal, tenda pavilhão estruturado, sistema de sonorização e iluminação, arquibancadas, painel de LED, banheiros químicos, lavatório portátil, gerador de energia, grade de isolamento, treliça, cadeiras e mesas plásticas) e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (segurança desarmada, brigadista, ambulância tipo B e ambulância tipo C) a serem utilizados na realização dos eventos do Município de Paranavaí, através da Fundação Cultural de Paranavaí e das Secretarias Municipais de Agricultura, Assistência Social, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 293/2025, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **10 de novembro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 53084/2026 pelo órgão gerenciador através do Memorando nº 271/2026 e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3 - LOCAÇÃO, COM MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE PALCO TIPO TABLADO em compensado naval, com formato de encaixe, regulagem de altura de 20 cm até 1 metro, com escada e guarda-corpo para alturas superiores a 50 cm, obedecendo todas as normas técnicas e leis pertinentes às condições de segurança. Em caso de utilização dos tablados para montagem de estruturas, o mesmo deverá ter a liberação de um profissional habilitado, mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o conselho profissional competente. A montagem será realizada por evento, podendo este ter duração de 1 à 5 dias.	METROS QUADRADOS	PRÓPRIA	4.523	R$ 79,38	R$ 359.035,74
4 - LOCAÇÃO, COM MONTAGEM DESMONTAGEM, DE SISTEMA SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO P EVENTOS DE GRANDE PORTE: Sonorização mesas de som Yamaha PM5D ou similar - 2 P.A 2 microfones sem fio - 1 microfone sem fio auri shure blx14 ou similar - 8 microfones com fio par SM58 ou similar - 8 microfones com fio shure S ou similar - 10 microfones com fio para instrum de sopro - kit microfones para bateria 8 peças shu similar - 5 microfones para percussão - 1 cubo guitarra Fender Twin ou similar - 1 cubo para b cabeçote harket ou similar, caixa com 4 falantes d e caixa com falante de 15" - 6 monitores RCF 91 similar com 2 falantes de 12" e um drive 2" - duplo modelo KF ou similar - Corpo de bateria (bumbo 22 ou 20", tons de 10" e 12", surdo de 14 16", caixa 14", estante de caixa, banco, máquin chimbal e 2 pedestal para prato) - Incluído todo acessórios necessários como: cabos, pedestais microfones, diretic box e outros - Equipe técnic som disponível durante todo o período de passage som e evento, sendo 2 técnicos para mesa de som auxiliar de palco. Iluminação: -16 Moving beam 5 7R - 8 Mac aura - 24 par led 3w mínimo RGBW superior -12 lâmpadas par 64 foco 5 com gel 61 mini bruttes de 4 lâmpadas - 12 strobo Atomic strobo RGB - 8 Cobe led - 6 elipsoidal - Mesa d Avolite ou MA - 24 canais de dimmer - Inc cabeamento, estrutura para fixação (tipo treliç todos os demais acessórios necessário par funcionamento dos equipamentos, com equipe té durante todo o período de passagem de som e even	DIÁRIA	PRÓPRIA	66	R$ 6.256,14	R$ 412.905,24
5 - LOCAÇÃO, COM MONTAGEM DESMONTAGEM, DE SISTEMA SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO P EVENTOS DE MÉDIO PORTE: Sonorização: caixas Line array 2 vias, 800W Low/200w (Divididas e L/R) - 04 caixas subwoofer 20 (Divididas em L/R) - 04 Monitores 2 vias 4 divididos em 2 vias separadas, 01 Console digital 32 canais (se controlado remotamente caso cont deverá ter mesa de palco igual ao do PA) Notebook - 12 Pedestais girafa - 02 Microfones fio (Shure ou similar) - 12 Microfones com fio (SM 58 ou similar) - 04 Microfones com fio instrumentos (SM 57 ou similar) - 30 metros de tr Q30 linha pesada. - 01 Bateria acústica com (Bumbo 20" ou 22", caixa 14", tons 10" e 12", s de 14" ou 16", maquina de chimbal, banco regulagem de altura, pedal simples para bumbo e estantes de pratos) - Kit microfones para ba mínima 06 microfones com clamps - 01 Amplific para baixo - 01 Amplificadores de guitarra Amplificadores de teclado - Direct Box para div instrumentos (violão, viola, acordeon e outro Multicabo compatível - Fios e cabos para mont completa dos equipamentos. Iluminação: - refletores par Led RGBWA 3 wts - 08 Strobo R 06 moving Beam 5R ou 7R - 04 mini brut - 01 DMX Avolinght ou Pilot ou similar - Inc cabeamento, estrutura para fixação (tipo treliç todos os demais acessórios necessário par funcionamento dos equipamentos, com equipe té durante todo o período de passagem de som e even	DIÁRIA	PRÓPRIA	47	R$ 1.879,97	R$ 88.358,59
25 - LOCAÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTI incluindo transporte, colocação e arrumação espaços e retirada; em monobloco sem braço, carga mínima de resistência de 140kg, certificadas INMETRO.	DIÁRIA	PRÓPRIA	12.983	R$ 9,48	R$ 123.078,84

26 - LOCAÇÃO DE MESAS PLÁSTICAS med 72 cm de altura e 70 cm de largura e profundi incluindo transporte, colocação e arrumação espaços e retirada.	DIÁRIA	PRÓPRIA	1.789	R$ 13,06	R$ 23.364,34
49 - LOCAÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTI incluindo transporte, colocação e arrumação espaços e retirada; em monobloco sem braço, carga mínima de resistência de 140kg, certific pelo INMETRO.	DIÁRIA	PRÓPRIA	4.327	R$ 9,48	R$ 41.019,96
Total do Fornecedor: R$ 1.047.762,71 (um milhão e quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos).					

CLÁUSULA 3ª: RATIFICAÇÃO
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº293/2025), datada de 10 de novembro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica.

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

AMAURI DE CARVALHO MARTINELI
Secretário Municipal de Comunicação

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:
Empresa: Kusiak Locações Para Eventos LTDA
CNPJ: 18.246.125/0001-61
Endereço: RUA ANTONIO JOAO, 877 - JARDIM SAO JORGE, Paranavaí - PR,
E-mail: wagnerkusiak@hotmail.com
Telefone: (44) 99942-2476
Representante:
WAGNER KUSIAK
CPF: 035.582.059-52

Assinatura: _____ .

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:81098D41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 313/2025 (REAJUSTE DE VALOR) (PROCESSO DIGITAL Nº 57957/2026) REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 069/2025

1° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 313/2025
(Reajuste de Valor)
(PROCESSO DIGITAL Nº 57957/2026)
REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 069/2025
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA,** brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de Registro de Preços para Aquisição Futura e Parcelada de Testes Rápidos de SARS- CoV-2, Influenza A/B e Vírus Sincicial Respiratório, Teste de Uroánalise e Teste de Gravidez para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453%** referente variação do INPC no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 311/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.
Parágrafo único – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 311/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
3 - Testes rápidos de antígeno para COVID-19 + Influenza A e B para a detecção qualitativa simultânea e diferenciada de antígenos de três vírus respiratórios (SARS-CoV-2, Influenza tipo A e tipo B) sem a necessidade da utilização de nenhum equipamento para a realização do teste, realização através de secreção nasal; Método: Imunocromatografia devendo ser apresentado na forma de KITS (placa ou painel teste, swab estéril, solução reagente e tubo de amostragem).	UNID	SIGNAZ	15.000	R$ 5,23	R$ 78.450,00
4 - Teste Rápido Combinado para Antígenos de SARS-CoV-2, Influenza A/B e RSV. Imunoensaio cromatográfico para a detecção qualitativa, simultânea e diferenciada dos antígenos de quatro vírus respiratórios. Utiliza amostra de swab nasofaríngeo e fornece resultados rápidos, facilitando a triagem clínica e o manejo de pacientes com sintomas respiratórios. Amostra: Swab de nasofaringe. Tempo de leitura: 20-30 minutos. Devendo ser apresentado na forma de KITS (placa ou painel teste, swab estéril, Tubos com tampão de extração e Tampas filtro).	UNID	SIGNAZ	5.000	R$ 14,64	R$ 73.200,00
5 - Testes rápidos de antígeno para COVID-19 + Influenza A e B para a detecção qualitativa simultânea e diferenciada de antígenos de três vírus respiratórios (SARS-CoV-2, Influenza tipo A e tipo B) sem a necessidade da utilização de nenhum equipamento para a realização do teste, realização através de secreção nasal; Método: Imunocromatografia devendo ser apresentado na forma de KITS (placa ou painel teste, swab estéril, solução reagente e tubo de amostragem).	UNID	SIGNAZ	5.000	R$ 5,23	R$ 26.150,00
				Total do Lote:	R$ 177.800,00
				Total do Fornecedor:	R$ 177.800,00

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 313/2025), datada de 08 de Dezembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:
Empresa: Mega Med Produtos Medicos E Hospitalares LTDA
CNPJ:22.847.311/0001-23
End: Rua Sargento Silvio Delmar
HOLLENBACH, 176 – Nova Ribeirania, Ribeirão Preto - SP,Fone
Nome do Representante:
NORMA SUELI FERREIRA SERAFIM
CPF:131.206.838-84

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:68CF5302

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 2° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2024 (REAJUSTE DE VALOR) (PROCESSO DIGITAL Nº 57880/2026) REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2024

2° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2024
(Reajuste de Valor)
(PROCESSO DIGITAL Nº 57880/2026)
REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.397.170-3 e inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53 pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.92.255-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9.249.672-4 SSP/PR e inscrito no CPF 048.306.029-10; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra.**ROSANGELA GONÇALVES VIANA**, inscrita no CPF. sob nº 028.144.259-27; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**,inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.649.540-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9291427-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, portador da cédula de identidade Civil RG. 6.544.123-61 e inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de Registro de preços para Aquisição de materiais de higiene e limpeza, destinados as Secretarias municipais de: Fundação Cultural de Paranavaí, Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação, Esporte e Lazer, Infraestrutura e

Serviços Públicos, Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Gabinete do Prefeito junta Militar e Tiro de Guerra; Procuradoria Geral do Município e Procon

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453%** referente variação do INPC no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 212/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo único – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 212/2024, conforme segue:

Fornecedor: **RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Borrifador. Material: Plástico; Tipo: Spray, Contendo Bico Borrifador; Aplicação: Material De Limpeza. Código CATMAT 307885. Observações Complementares: Transparente; Capacidade: 500 ml.	UNID	Nobre	1.301	R$4,37	R$ 5.685,37
16	Escova Limpeza Geral. Material Corpo: Plástico; Material Cerdas: Náilon; Características Adicionais: Formato Arredondado; Aplicação: Vaso Sanitário. Código CATMAT 333358. Observações Complementares: Cabo com aproximadamente 17 cm.	UNID	DALCIN	569	R$2,79	R$ 1.587,51
33	Rodo. Material Cabo: Madeira; Material Suporte: Madeira; Comprimento Suporte: 30 CM; Características Adicionais: Com Espuma Na Base. Código CATMAT 446183. Observações Complementares: Rodo com esponja abrasiva e cabo; Limpa piso e azulejo.	UNID	Apolo	392	R$6,49	R$ 2.544,08
48	Toalha Rosto. Material: 100% Algodão; Cor: Branca; Comprimento: 70 CM; Largura: 50 CM. Código CATMAT 402822.	UNID	DALTE XTIL	1.399	R$5,79	R$ 8.100,21
49	Vassoura. Material Cerdas: Palha; Material Cabo: Madeira; Comprimento Cerdas: 60 CM; Características Adicionais: Com Cabo; Tipo Cabo: Comprido; Aplicação: Limpeza Em Geral. Código CATMAT 234665. Observações Complementares: Os fios deverão ser contínuos e com rigidez adequada para varrição de piso áspero.	UNID	Apolo	4.692	R$13,37	R$ 62.732,04
59	Dispenser Papel Toalha. Material: Plástico Abs; Tipo: Interfolha; Cor: Branca E Cinza; Características Adicionais: Interfolha 3 Dobras: 23x27 Cm E 2 Dobras: 23x23 Cm; Dimensões: 32 X 26,70 X 12,80 CM. Código CATMAT 372651. Observações Complementares: Visor frontal para identificação sobre a falta de papel. Devem acompanhar o produto kit de buchas e parafusos para fixação na párede e chave para reabastecimento do dispenser.	UNID	Nobre	353	R$23,85	R$ 8.419,05
66	Mangueira Jardim. Material: Pvc Trançado Em Fio Poliéster; Diâmetro: 1/2 POL; Espessura: 2 MM;Pressão Máxima: 10,34BAR; Cor: Verde/Cristal Código CATMAT 436827. Observações Complementares:Mangueira flexivel e de baixa dureza, por metro.	UNID	MANLU PLAS	914	R$ 3,06	R$ 2.796,84
85	Vassoura. Material Cerdas: Palha; Material Cabo:Madeira; Comprimento Cerdas: 60 CM; Características Adicionais Com Cabo; Tipo Cabo: Comprido; Aplicação:Limpeza Em Geral. Código CATMAT 234665. Observações Complementares: Os fios deverão ser contínuos e com rigidez adequada para varrição de piso áspero.	UNID	Apolo	1.563	R$ 13,37	R$ 20.897,31

R$ 112.762,41

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2024), datada de 16 de Dezmebro de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

TARCISIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

ROSANGELA GONÇALVES VIANA
Secretária Municipal de Educação

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

CÉLIA APARECIDA ZANATTA
Procuradora Geral do Município

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

Fornecedor:
Empresa: RPG - Comércio De Mercadorias E Serviços LTDA
CNPJ: 54.205.260/0001-22
End: Rua Castelo Branco, nº. 206 - Bairro: Centro Cidade/UF: Jataizinho/PR - CEP: 86210-000
Fone (43) 98863-2869
e-mail: rpgmercadorias@gmail.com
Nome do Representante:
RAFAEL PIRES GONÇALVES
CPF: 297.699.628-80
RG: 15.943.142-8/SESP-PR

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:A179293F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 2° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2025 (REAJUSTE DE VALOR) (PROCESSO DIGITAL Nº 57948/2026) REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 067/2025

2° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2025
(Reajuste de Valor)
(PROCESSO DIGITAL Nº 57948/2026)
REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 067/2025
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra.ROSANGELA **GONÇALVES VIANA**, inscrita no CPF. sob nº 028.144.259-27 e pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto desta Ata de Registro de preços para fornecimento futuro e parcelado de LEITE PASTEURIZADO INTEGRAL ENRIQUECIDO COM PRÉ MISTURA DE VITAMINAS E
MINERAIS, para atender o Programa Municipal Mais Leite das Crianças, criadosoba lei nº 3.466/2009, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.
CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,223453%** referente variação do INPC no período de SETEMBRO/2025 a SETEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 311/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.
Parágrafo único – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 311/2025, conforme segue:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - Leite pasteurizado integral, enriquecido com Pré-mistura de Vitaminas e Minerais, fornecido pela usina de beneficiamento de leite, embalado em sacos plásticos, rotulados conforme orientação do Programa + Leite, contendo volume total de 1.000 ml, de acordo com os seguintes parâmetros: - Fosfatase: Negativa - Peroxidase: Positiva - Gordura: mínimo 3,0% - Proteína: 2,90% - Litro 144.000 - Extrato Seco Total: 11,4% - Extrato Seco Desengordurado: 8,4% - Acidez Dornic: 14 a 18°C - Densidade Relativa a 15°C: 1,028 a 1,034 - Índice Crioscópico: -0,53°Hv a 0,55°Hv - Proteína Total - Mínimo: 2,90% - Coliformes 45°C- NMP/ml: máximo 4/m - Salmonela SPP: Ausência/25ml - Resíduos de antibióticos (Lactâmicos, Tetraciclinas, Streptomicinas, Sulfonamidas, Neomicinas, Gentamicinas E Cloranfenicóis): Ausência* - Resíduos de Biocidas/Agrotóxicos: Ausência* OBSERVAÇÕES: 1.O teor de Sólidos Não Gordurosos de 8,4% é baseado no leite integral. Para demais teores de Gordura, esse valor dever ser corrigido pela fórmula: SNG = 8,652 - (0,084 x G), conforme Instrução Normativa 62 de dezembro de 2011 do MAPA; 2.Imediatamente depois de pasteurizado, o leite deve apresentar coliformes a 30/35ºC menor que 0,3 NMP/ml. A usina deverá obrigatoriamente adicionar, na proporção de 1.000 (mil) gramas, para cada 20.000 (vinte mil) litros de leite pasteurizados, o aditivo composto de ferro aminoácido quelato, vitamina A e D. "QUALIDADE DO LEITE CRU REFRIGERADO FORNECIDO PELOS PRODUTORES": - Gordura: mínimo 3,21% - Proteína total: mínimo 3,01% - Estável ao Alizarol: 76% (v/V) - Densidade relativa a 15ºC - g/ml: 1,026 a 1,034 - Índice Crioscópico: -0,53°H a - 0,55°H - Contagem bacteriana total - UFC/ml: máximo 500.000 - Extrato Seco Total - mínimo: 11,82% - Extrato Seco Desengordurado - mínimo: 8,61% - CBT - UFC/ml - máximo: 500.000 - CCS/ml - máxima: 500.000 - Resíduos (antibióticos, sulfonamidas, biocidas e agrotóxicos): ausentes.	LTS	TOP LEITE	131.040	R$ 6,27	R$ 786.240,00
2 - Leite pasteurizado integral, enriquecido com Pré-mistura de Vitaminas e Minerais, fornecido pela usina de beneficiamento de leite, embalado em sacos plásticos, rotulados conforme orientação do Programa + Leite, contendo volume total de 1.000 ml, de acordo com os seguintes parâmetros: - Fosfatase: Negativa - Peroxidase: Positiva - Gordura: mínimo 3,0% - Proteína: 2,90% - Litro 144.000 - Extrato Seco Total: 11,4% - Extrato Seco Desengordurado: 8,4% - Acidez Dornic: 14 a 18°C - Densidade Relativa a 15°C: 1,028 a 1,034 - Índice Crioscópico: -0,53°Hv a 0,55°Hv - Proteína Total - Mínimo: 2,90% - Coliformes 45°C- NMP/ml: máximo 4/m - Salmonela SPP: Ausência/25ml - Resíduos de antibióticos (Lactâmicos, Tetraciclinas, Streptomicinas, Sulfonamidas, Neomicinas, Gentamicinas E Cloranfenicóis): Ausência* - Resíduos de Biocidas/Agrotóxicos: Ausência* OBSERVAÇÕES: 1.O teor de Sólidos Não Gordurosos de 8,4% é baseado no leite integral. Para demais teores de Gordura, esse valor dever ser corrigido pela fórmula: SNG = 8,652 - (0,084 x G), conforme Instrução Normativa 62 de dezembro de 2011 do MAPA; 2.Imediatamente depois de pasteurizado, o leite deve apresentar coliformes a 30/35ºC menor que 0,3 NMP/ml. A usina deverá obrigatoriamente adicionar, na proporção de 1.000 (mil) gramas, para cada 20.000 (vinte mil) litros de leite pasteurizados, o aditivo composto de ferro aminoácido quelato, vitamina A e D. "QUALIDADE DO LEITE CRU REFRIGERADO FORNECIDO PELOS PRODUTORES": - Gordura: mínimo 3,21% - Proteína total: mínimo 3,01% - Estável ao Alizarol: 76% (v/V) - Densidade relativa a 15ºC - g/ml: 1,026 a 1,034 - Índice Crioscópico: -0,53°H a - 0,55°H - Contagem bacteriana total - UFC/ml: máximo 500.000 - Extrato Seco Total - mínimo: 11,82% - Extrato Seco Desengordurado - mínimo: 8,61% - CBT - UFC/ml - máximo: 500.000 - CCS/ml - máxima: 500.000 - Resíduos (antibióticos, sulfonamidas, biocidas e agrotóxicos): ausentes.	LTS	TOP LEITE	12.960	R$ 6,27	R$ 77.760,00
Total do Lote:					R$

	902.880,00
Total do Fornecedor:	R$ 902.880,00

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2025), datada de 05 de Dezembro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica.

ROSANGELA GONÇALVES VIANA
Secretária Municipal de Educação

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

Fornecedor:
Empresa: L. S. Laticinios LTDA
CNPJ:14.923.506/0001-87
End: RODOVIA JOSE BENICIO DE SOUZA, KM - ZONA RURAL, Paranavaí - PR,
Fone (44) 99136-3432, (44) 3422-6357
Nome do Representante:
TARCÍSIO COSTA SANTOS
CPF: 857.448.599-34

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:04D0120F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	**Pregão Eletrônico**
	Para Compras e serviços
	58/2026
	Processo Administrativo: 136/2026

Eu, DYERON SOUZA SANTOS, Diretor Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2023, a vista do parecer conclusiv exarado pelo Pregoeiro:
Homologo
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Pregão Eletrônico nº. 58/2026, o(s participante(s):

Vencedores dos Itens

919921 - ZUFFO EVENTOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviço de buffet completo, incluindo o fornecimento de alimentação preparada, montagem, organização da estrutura de atendimento, reposição dos alimentos durante todo o período de serviço e equipe de garçons/atendentes, para atendimento aos participantes do evento, com no mínimo o seguinte cardápio: a) Pratos quentes 01 (um) tipo de arroz (arroz branco ou similar); 01 (um) tipo de farofa; 01 (um) tipo de massa (lasanha de carne ou de frango ou similar). b) Proteínas Coxa e sobrecoxa de frango assadas ou similar; Carne bovina assada sem osso (fraldinha ou similar) c)Saladas 01 (uma) opção de salada de folhas (alface, rúcula, acelga ou similares); 01 (uma) opção de salada de vegetais (tomate, cenoura, beterraba, pepino ou similares). d) Sobremesas Bolo de festa sabor 02 Amores (brigadeiro de chocolate e brigadeiro branco ou similar); Sorvete de massa, sabor flocos, ou similar. e) Bebidas Suco de laranja ou similar; Refrigerante normal e zero açúcar; Água mineral sem gás.	SERVIÇO		1.563	R$82,00	R$128.166,00
Total do Fornecedor:						R$128.166,00

Paranavaí, 23 de outubro de 2026

DYERON SOUZA SANTOS
Diretor Especial de Compras
CPF:107.135.779-40

Publicado por:
Aline da Silva Ferreira
Código Identificador:A2BACC89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.048, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 3.874.700,00 (três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e setecentos reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 32.354, de 23 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 3.874.700,00 (três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e setecentos reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
02	**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.01	**GABINETE DO PREFEITO**	
04	**Administração**	
04.122	**Administração Geral**	
04.122.0002	**Governança Institucional e Apoio a Gestão do Executivo Municipal**	
2.002	Coordenação das Ações Estratégicas do Governo	
3.1.90.11 – 51045 (47545)	Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoa Civil	347.000,00
3.1.90.13 – 51045 (47559)	Contribuições Patronais	65.000,00
3.1.90.46 – 51045 (47562)	Auxílio-Alimentação	2.500,00
3.1.90.49 – 51045 (47564)	Auxílio-Transporte	1.000,00
3.1.91.13 – 51045 (47565)	Contribuições Patronais	7.200,00

Código	Especificação	Valor (R$)
03	**PROCURADORIA**	
03.01	**PROCURADORIA**	
03	**Essencial a Justiça**	
03.091	**Defesa da Ordem Jurídica**	
03.091.0004	**Gestão Jurídica e Controle de Legalidade/Juridicidade**	
2.237	Manutenção das Atividades da PGM – Procuradoria Geral	
3.1.90.11 – 1045 (47568)	Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoa Civil	479.000,00
3.1.90.13 – 51045 (47569)	Contribuições Patronais	12.000,00
3.1.90.46 – 51045 (47570)	Auxílio-Alimentação	8.500,00
3.1.91.13 – 51045 (47571)	Contribuições Patronais	93.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**	
04.01	**GABINETE DO SECR DE PLANEJAMENTO URBANO**	
15	**Urbanismo**	
15.451	**Infraestrutura Urbana**	
15.451.0018	**Planejamento Urbano**	
2.007	Manutenção do Gabinete do Secretario de Planejamento Urbano	
3.1.90.07 – 1045 (47589)	Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	5.000,00
3.1.90.11 – 1045 (47591)	Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoa Civil	100.000,00
3.1.90.46 – 1045 (47598)	Auxílio-Alimentação	1.500,00
3.1.91.13 – 1045 (47600)	Contribuições Patronais	7.000,00

04.02	**DEPARTAMENTO DE DESENV. URBANO**	
15	**Urbanismo**	
15.451	**Infraestrutura Urbana**	
15.451.0018	**Planejamento Urbano**	
2.238	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano	
3.1.90.07 – 1045 (47602)	Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	4.000,00
3.1.90.11 – 1045 (47603)	Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoa Civil	388.000,00
3.1.90.13 – 1045 (47604)	Contribuições Patronais	21.000,00
3.1.90.16 – 1045 (47605)	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.000,00
3.1.90.46 – 1045 (47606)	Auxílio-Alimentação	8.000,00
3.1.91.13 – 1045 (47607)	Contribuições Patronais	35.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
06	**SECRETARIA MUNICIPAL ENG. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
06.02	**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, OBRAS E SERV**	
15	**Urbanismo**	
15.452	**Serviços Urbanos**	
15.452.0103	**Gestão Administrativa da Secretaria de Engenharia e Obras**	
2.021	Manutenção do Departamento de Engenharia e Obras	
3.1.90.07 – 1045 (47625)	Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	20.000,00
3.1.90.11 – 1045 (47626)	Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoa Civil	600.000,00
3.1.90.13 – 1045 (47627)	Contribuições Patronais	15.000,00
3.1.90.16 – 1045 (47628)	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	15.000,00
3.1.90.46 – 1045 (47629)	Auxílio-Alimentação	25.000,00
3.1.90.49 – 1045 (47630)	Auxílio-Transporte	6.000,00
3.1.91.13 – 1045 (47631)	Contribuições Patronais	102.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
12.02	**DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL**	
18	**Gestão Ambiental**	
18.541	**Preservação e Conservação ambiental**	
18.541.0033	**Preservar e Melhorar o Meio Ambiente**	
2.076	Manutenção do Departamento de Meio Ambiente	
3.1.90.11 – 1045 (47651)	Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoa Civil	1.250.000,00
3.1.90.13 – 1045 (47652)	Contribuições Patronais	35.000,00
3.1.90.16 – 1045 (47653)	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	65.000,00
3.1.90.46 – 1045 (47654)	Auxílio-Alimentação	40.000,00
3.1.90.49 – 1045 (47655)	Auxílio-Transporte	10.000,00
3.1.91.13 – 1045 (47656)	Contribuições Patronais	105.000,00

Total	**3.874.700,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recurso de fonte livre no orçamento do exercício de 2026 e do superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

I - excesso de arrecadação de recurso de fonte livre no orçamento do exercício de 2026:

Código	Especificação	Valor (R$)
1045	Outros Recursos não Vinculados	3.338.500,00

II - superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025:

Código	Especificação	Valor (R$)
51045	Outros Recursos não Vinculados	536.200,00

Total	**3.874.700,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:92F35584

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO POR ANULAÇÃO

DECRETO Nº122/2026

SÚMULA: Abre um crédito adicional suplementar por anulação de dotações.

O Prefeito Municipal de Pérola D' Oeste - Estado do Paraná, usando das atribuições legais, com base na Lei nº 4320/64 e Lei Municipal nº 1571 de 12 de Novembro de 2025, Decreta:
Art. 1º Fica o Poder Executivo municipal autorizado a abertura do crédito adicional suplementar por anulação de dotações no valor de R$1.208.300,00 (Um milhão duzentos e oito mil e trezentos reais) no orçamento programa do Município de (PR), para o exercício de 2026 nas seguintes dotações orçamentárias

6000	SECRETARIA DE SAÚDE	
6003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.3.2.12	Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde	
3.1.90.11.00-1303	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil	R$ 270.000,00
3.3.90.14.00-1303	Diárias - Civil	R$ 80.000,00
3.3.90.39.00-1303	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ 310.000,00
10.302.3.2.15	Atendimento em Média e Alta Complexidade Hospitalar	
3.3.90.39.00-1303	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ 90.000,00
10.302.3.2.16	Manutenção e Execução de Serviços de Saúde via Consórcio Público	
4.4.71.70.00-1303	Rateio pela Participação em Consórcio Público	R$ 300,00
7000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	
7002	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO	
12.306.4.2.20	Alimentação/Merenda Escolar	
3.3.90.32.00-1000	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$ 200.000,00
7003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.4.1.9	Estruturação das Unidades de Educação Infantil – Creches e Pré-Escolas	
4.4.90.51.00-1103	Obras e Instalações	R$ 60.000,00
8000	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8.244.5.2.27	Proteção e Atenção Integral à Família - PSB	
3.1.90.11.00-1000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil	R$ 128.000,00
8003	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
8.243.6.5.1	Estruturação do Fundo da Infância e Adolescência (FIA)	
4.4.90.51.00-1000	Obras e Instalações	R$ 70.000,00
	TOTAL	R$ 1.208.300,00

Art. 2º Os recursos necessários a execução do art 1° ficam por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

5000	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
5009	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
4.122.1.2.8	Modernização da Administração e Gestão da Informação	
3.3.90.30.00-1000	Material de Consumo	R$ 200.000,00
6000	SECRETARIA DE SAÚDE	
6001	DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
10.122.3.2.11	Gestão Administrativa da Saúde	
3.1.90.11.00-1303	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil	R$ 25.000,00
3.3.90.30.00-1303	Material de Consumo	R$ 18.000,00
6003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.3.2.12	Fortalecimento da Atenção Primária em Saúde	

3.3.90.30.00-1303	Material de Consumo	R$ 200.000,00
3.3.90.32.00-1303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$ 18.000,00
3.3.90.40.00-1303	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa	R$ 18.000,00
10.302.3.2.16	Manutenção e Execução de Serviços de Saúde via Consórcio Público	
3.3.71.70.00-1303	Rateio Pela Participação de Consórcio Público	R$ 45.000,00
10.303.3.2.13	Manutenção e Ampliação da Farmácia Básica	
3.3.90.32.00-1303	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$ 80.000,00
10.303.3.2.17	Vigilância Sanitária Municipal	
3.3.90.30.00-1303	Material de Consumo	R$ 18.300,00
3.3.90.39.00-1303	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 18.000,00
7000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	
7003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.4.2.25	Manutenção e Ampliação da Educação Infantil – Pré-Escolas	
3.3.90.30.00-1103	Material de Consumo	R$ 60.000,00
8000	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
8003	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
8.243.6.6.1	Fortalecimento de Vínculos e Erradicação do Trabalho Infantil	
3.1.90.04.00-1000	Contratação por Tempo Determinado	R$ 40.000,00
3.1.90.11.00-1000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil	R$ 88.000,00
3.3.90.30.00-1000	Material de Consumo	R$ 50.000,00
3.3.90.39.00-1000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 20.000,00
11000	SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
11001	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.14.2.39	Serviço de Infraestrutura Rodoviária	
3.3.90.30.00-1000	Material de Consumo	R$ 150.000,00
12000	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
12001	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO	
15.451.14.1.23	Construção e Manutenção de Passeios e Ciclovias	
3.3.90.39.00-1000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 50.000,00
15.452.14.2.40	Gestão da Manutenção Urbana	
3.3.90.30.00-1000	Material de Consumo	R$ 110.000,00
	TOTAL	R$ 1.208.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com data retroativa ao dia 01 de Outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D' Oeste - Estado do Paraná, em 23 de Outubro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karim Fernanda Pacheco
Código Identificador:A0EAC9D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
RESULTADO DEFINITIVO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 011/2026

O Prefeito do Município de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna pública, a divulgação do resultado definitivo das propostas selecionadas de acordo com o Chamamento Público n° 011/2026:

ITEM	ÁREA	SECRETARIA VINCULADA	DESCRIÇÃO DO OBJETO	ENTIDADE SELECIONADA	CNPJ
01	Educação inclusiva	Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	Atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), residentes no Município de Piên	Associação de Amigos e pais dos Autistas de Piên – AMA	34.696.848/0001-19
02	Educação especial	Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	Atendimento às pessoas com Deficiências Física, Intelectual e Múltiplas, residentes no Município de Piên.	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piên – Escola Padre Ramiro - APAE	11.055.458-0001/64

As entidades que tiverem suas propostas selecionadas serão convocadas para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações legais), para posterior formalização dos respectivos Termos de Fomento.

Piên, 23 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Munícipio de Piên/PR

Publicado por:
Scheila Fuerst Schroth
Código Identificador:A20F9494

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 229/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 6072 - Decreto n° 229/2026 de 23/10/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201	Lei ordinária Lei Orçamentária Anual - LOA	1104	2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		10.000,00
Despesa			
05 Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo		**Tipo de alteração:** Anulação	10.000,00
05.002 Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo		**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027 Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação			
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO			
1310 103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
05 Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo		**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
05.002 Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo		**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027 Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação			
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
1420 103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	10.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	10.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:45881408

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO

CONTRATADA: TURBO INFORMATICA - CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA

CLAUSULA PRIMEIRA – VALOR: passa a ter a seguinte redação - Os itens do contrato ficam reajustados conforme tabela abaixo:

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	valor unitário	**Valor unitário reajustado**
LOTE: 001 - LICENCIAMENTO DE SOFTWARE	1	12397	Contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento de software, de sistema de saúde e suporte técnico operacional, para utilização na Unidade de Saúde do Município.		MÊS	12,00	3.116,87	3.220,82
LOTE: 001 - LICENCIAMENTO DE SOFTWARE	2	12398	Contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento de software, de sistema de Assistência Social e suporte técnico operacional, para utilização na Secretaria de Assistência Social do Município.		MÊS	12,00	3.116,87	3.220,82

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, em 23/10/2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:CAF0D83E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 153/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO

CONTRATADA: TURBO INFORMATICA - CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA

CLAUSULA PRIMEIRA - VALOR: O contrato fica aditivado no valor de R$ 77.299,68 (setenta e sete mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos) conforme relação de itens abaixo:

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 -	1	12397	Contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento de software, de sistema de		MÊS	12,00	3.220,82	38.649,84

LICENCIAMENTO DE SOFTWARE			saúde e suporte técnico operacional, para utilização na Unidade de Saúde do Município.						
LOTE: 001 - LICENCIAMENTO DE SOFTWARE	2	12398	Contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento de software, de sistema de Assistência Social e suporte técnico operacional, para utilização na Secretaria de Assistência Social do Município.		MÊS	12,00	3.220,82	38.649,84
TOTAL								**77.299,68**

CLÁUSULA SEGUNDA - EXECUÇÃO DO OBJETO: passa a ter a seguinte redação: O prazo vigência e execução do contrato fica aditivado até 23/10/2027, a contar de 23/10/2026, conforme Tomada de Preços n.º 4/2023 e Contrato nº 153/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, em 23/10/2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:992F4938

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.125/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 4.953.738,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil setecentos e trinta e oito reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 4.953.738,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil e setecentos e trinta e oito reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.001 – Gabinete do Secretário – SMED
10.001.12.361.0003.2.013 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

Rubrica	Despesa	Fonte	Elemento de despesa	Valor
3.3.90.46.00.00	219	1000	Auxilio Alimentação	R$ 430.000,00
Total				**R$ 430.000,00**

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 – Divisão do Ensino Fundamental
10.002.12.361.0003.2016 – Manutenção do Ensino Fundamental

Rubrica	Despesa	Fonte	Elemento de despesa	Valor
3.1.90.11.00.00	229	103	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 2.500.000,00
3.1.91.13.00.00	231	103	Contribuições Patronais	R$ 250.000,00
3.1.90.11.00.00	229	104	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 900.000,00
3.1.91.13.00.00	231	104	Contribuições Patronais	R$ 120.000,00
Total				**R$ 3.770.000,00**

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Elemento de despesa	Valor
4.4.90.52.00.00	317	303	Equipamento e Material Permanente	R$ 400.000,00
Total				**R$ 400.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2060 –Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único

Rubrica	Despesa	Fonte	Elemento de despesa	Valor
4.4.90.52.00.00	448	31940	Equipamento e Material Permanente	R$ 10.000,00
Total				**R$ 10.000,00**

14.00 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial
14.001 – Coordenação e Adm. das Atividades da SMCIR
14.001.13.392.0005.2.085 – Programa Diversidade Cultural e Igualdade Racial

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00	495	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 16.000,00
Total				**R$ 16.000,00**

15.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
15.001 – Gabinete do Secretário – SMIN
15.001.15.122.0010.2042 – Administração e Coordenação Geral – SMIN

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00	511	1000	Contribuições Patronais	R$ 50.000,00
Total				**R$ 50.000,00**

15.001.15.452.0010.2044 – Manutenção de Veículos e Equipamentos Rodoviários.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	540	1000	Equipamento e Material Permanente	R$ 235.738,00
Total				**R$ 235.738,00**

22.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SMELJ
22.001 – Coordenação das Atividades da SMELJ
22.001.27.812.0004.2040 – Manutenção das Atividades do Esporte

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.91.13.0.00	635	1000	Contribuições Patronais	R$ 42.000,00
Total				**R$ 42.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
07.001 – Gabinete do Secretário – SMAD
07.001.04.122.0002.2007 – Gestão das Atividades da Secretaria – SMAD

Rubrica	**Despesa**	**Fonte**	**Elemento de despesa**	**Valor**
3.3.90.30.00.00	88	1000	Material de Consumo	R$ 300.000,00
Total				**R$ 300.000,00**

07.001.04.126.0002.2008 – Gestão das Atividades de Tecnologia da Informação

Rubrica	**Despesa**	**Fonte**	**Elemento de despesa**	**Valor**
3.3.90.39.00.00	114	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 1.000.000,00
Total				**R$ 1.000.000,00**

10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.001 – Gabinete do Secretário – SMED
10.001.12.361.0003.2.013 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO

Rubrica	**Despesa**	**Fonte**	**Elemento de despesa**	**Valor**
3.1.90.11.00.00	210	1000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 105.560,55
3.1.91.13.00.00	211	1000	Contribuições Patronais	R$ 487.434,45
3.3.90.36.00.00	216	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 430.000,00
Total				**R$ 1.022.995,00**

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 – Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.122.0007.2022 – Atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Gestão do SUS

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	294	303	Obras e Instalações	R$ 400.000,00
Total				**R$ 400.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 –MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rubrica	**Despesa**	**Fonte**	**Elemento de despesa**	**Valor**
4.4.90.51.00.00	433	1000	Obras e Instalações	R$ 200.000,00
4.4.90.52.00.00	434	1000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 947.005,00
Total				**R$ 1.147.005,00**

13.003.08.244.0006.2060 –Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único

Rubrica	**Despesa**	**Fonte**	**Elemento de despesa**	**Valor**
3.3.90.36.00.00	445	31940	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 10.000,00
Total				**R$ 10.000,00**

14.00 - Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial
14.001 – Coordenação e Adm das Atividades da SMCIR
14.001.13.392.0005.2.085 – Programa Diversidade Cultural e Igualdade Racial

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00	497	1000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 16.000,00
Total				**R$ 16.000,00**

15.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
15.001 – Gabinete do Secretário - SMIN
15.001.15.122.0010.2042 – Administração e Coordenação Geral – SMIN

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	546	1000	Obras e Instalações	R$ 350.000,00
Total				**R$ 350.000,00**

15.001.15.452.0010.2044 – Manutenção de Veículos e Equipamentos Rodoviários.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.51.00.00	546	1000	Obras e Instalações	R$ 235.738,00
Total				**R$ 235.738,00**

16 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.001.99.999.0002.2050 - Reserva de Contingência.999

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
9.9.99.99.00.00	560	999	Reserva e Contingência	R$ 430.000,00
Total				**R$ 430.000,00**

22.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SMELJ
22.001 – Coordenação das Atividades da SMELJ
22.001.27.812.0004.2040 – Manutenção das Atividades do Esporte

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	638	1000	Material de Consumo	R$ 20.000,00
4.4.90.51.00.00	654	1000	Obras e Instalações	R$ 10.000,00
4.4.90.52.00.00	655	1000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 12.000,00
Total				**R$ 42.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634 de 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 23 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:CDC1715A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13746/2026 DE 21/10/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13746/2026 de 21/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		PROCURADORIA GERAL	
05.001		DIRETORIA GERAL	
05.001.02.062.0005.2.011		GERENCIAMENTO DE ASSUNTOS JURIDICOS	
84 - 3.3.90.35.00.00	1000	SERVICOS DE CONSULTORIA	135.000,00
89 - 3.3.90.91.00.00	1000	SENTENCAS JUDICIAIS	35.000,00
05.002		FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
05.002.28.846.0006.2.012		GESTAO DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA JURIDICA	
92 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	22.000,00
		Total Suplementação:	192.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
05		PROCURADORIA GERAL	
05.001		DIRETORIA GERAL	
05.001.02.062.0005.2.011		GERENCIAMENTO DE ASSUNTOS JURIDICOS	
80 - 3.1.90.91.00.00	1000	SENTENCAS JUDICIAIS	148.200,00
81 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	5.000,00
82 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
85 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.000,00
87 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	900,00
88 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	900,00
90 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
91 - 4.4.90.91.00.00	1000	SENTENCAS JUDICIAIS	900,00
05.002		FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
05.002.28.846.0006.2.012		GESTAO DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA JURIDICA	
93 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.000,00
94 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	2.900,00
95 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.900,00
96 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	12.900,00

97 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.900,00
		Total Redução:	192.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 21 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:156092FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.171/2026 23/10/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - ENQUADRAR os servidores abaixo relacionados e aprovados na Avaliação de Desempenho em conformidade com as **Leis complementares Nº01 e Nº02 de janeiro de 2022, a partir de outubro de 2026.**

SERVIDOR	Matrícula	CARGO	NÍVEL	NÍVEL
ANDRESON LUIZ KOSSMANN	268321	Motorista	E08	E09
CLAUDIOMAR CONSORTE	267431	Motorista	A 06 EM EX	A 07 EM EX
CRISTIANO SCHWAN	296111	Eletrecista	D09	D10
DIRCEU PITZ	3105731	Motorista	C05	C06
EDINEIA DE SOUZA	268411	Auxiliar de Serviços Gerais	E06	E07
ELISANDRA VERRUCK RODRIGUES	269641	Auxiliar de Serviços Gerais	C07	C08
INDIANARA CHINATO DE PAULA	269211	Auxiliar de Serviços Gerais	E06	E07
JONEI SZEKUT RITTER	268081	Motorista	F08	F09
JULIANO RODRIGO DOS SANTOS	267601	Motorista	C08	C09
LAERCIO STEFFENS	3105730	Motorista	F05	F06
MAICON PHILIPPSEN	267781	Motorista	F08	F09
MARCIA ADRIANA DE OLIVEIRA	268671	Auxiliar de Serviços Gerais	D07	D08
MAURICIO THESSING	268161	Motorista	C08	C09
MIRIAN HENCHS	224381	Auxiliar de Serviços Gerais	C08	C09
PATRICIA ANGELICA VELOZO GERMANO	269051	Auxiliar de Serviços Gerais	C06	C07
ROSINHA DA ROSA OLIVEIRA	269131	Auxiliar de Serviços Gerais	C05	C06

- ENQUADRAR as servidoras/magistério abaixo relacionadas e aprovadas na Avaliação de Desempenho em conformidade com as **Leis complementares Nº01 e Nº03 de janeiro de 2022, a partir de outubro de 2026.**

SERVIDOR	Matrícula	CARGO	NÍVEL	NÍVEL
GILBERTO VALDECIR DA SILVA LUZ	270311	Professor de Educação Infantil	C06	C07

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E599B015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO OX-AIR GASES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 757/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: OX-AIR GASES LTDA - ME
OBJETO: objeto Aquisição de OXIGÊNIO INDUSTRIAL CIL- ONU 1072 E MISTURA DE GASES AR/CO2 - ONU 1956 em cilindros, sob regime de comodato, para usar juntamente com o maçarico e máquina mig/mag, conforme as necessidades de todas as Secretarias da prefeitura, em atendimento à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, pertencentes a Prefeitura Municipal de Realeza-PR.

ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para **18 de Dezembro de 2027**, conforme faculta o disposto no Artigo 107, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01/04/2021 e suas alterações subsequentes.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço Reajuste
LOTE: 001 - Lote 001	1	70254	MISTURA DE GASES ARG/CO2 - ONU 1956	AIR LIQUIDE	M3	100,00	50,82	52,70
LOTE: 001 - Lote 001	2	78827	OXIGÊNIO INDUSTRIAL CIL- ONU 1072	AIR LIQUIDE	M3	100,00	45,23	46,91

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais Cláusulas do mencionado Contrato Administrativo permanecem inalteradas e vigentes.
E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

REFERENTE: PREGÃO Nº 143/2024
DATA DA ASSINATURA: 23/10/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:2ADD437C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 346 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Concede férias aos servidores abaixo relacionados.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Ana Carolina da Rocha Aralde	Secr. Mun. de Indústria, Com. Serv. e Turismo	12/05/2025 a 11/05/2026	03/11/2026 a 02/12/2026
Bruna Rizzo	Dir. Depto de Meio Ambiente	10/01/2025 a 09/01/2026	21/12/2026 a 04/01/2027
Cleusa Aparecida Capoani	Agente Comunitária De Saúde	13/10/2025 a 12/10/2026	30/11/2026 a 14/12/2026
Ivonete Terezinha Grigolo	Chefe da Divisão e Vigilância em Saúde	01/10/2025 a 30/09/2026	03/11/2026 a 22/11/2026
KarizaSalete Morcelli	Auxiliar em Saúde Bucal	19/12/2024 a 18/12/2025	16/11/2026 a 15/12/2026
Mariana Risso	Fisioterapeuta	12/12/2024 a 11/12/2025	30/11/2026 a 19/12/2026
Santiago Franciscan	Operador De Máquinas	04/05/2025 a 03/05/2026	03/11/2026 a 12/11/2026

Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:0D693F87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 717/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de Assistência Social

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Veículo	Objetivo	Valor	Data
A	Agnaldo Ribeiro	Motorista de veiculos pesados	Bandeirantes – PR	BDV-1B78	Transportar integrantes da oficina de gianstica da terceira idade	R$45,00	27/10/2026
B	Adenilton Santos	Motorista de veiculos pesados	Bandeirantes – PR	UBD-7J70	Transportar integrantes da oficina de gianstica da terceira idade	R$45,00	27/10/2026

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 23 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:9CF6A474

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 718/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de Assistência Social

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Objetivo	Valor	Data	Veiculo
A	Sidnei Pereira	Motorista de veiculos pesados	Sorocaba – SP	Transportar cidadãos	R$ 140,00	24 de Outubro de 2026	BCI-9842

Parágrafo único: para a concessão das diárias elencadas neste artigo foram considerados os pareceres do controle interno.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 23 de Outubro de 2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:B4448FB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 46/2026 O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, R E S O L V E

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão - Eletrônico
Nº 46/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão - Eletrônico Nº 46/2026***, que teve como objeto ***Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de acesso à internet, para atendimento das Secretarias, Departamentos e demais unidades públicas do Município de Santa Lúcia/PR, compreendendo instalação, ativação, disponibilização dos equipamentos necessários em regime de comodato, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, monitoramento e demais serviços indispensáveis à plena disponibilidade da solução.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

ULTRAMEGA TELECOM LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 500 MPBS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 500 Mbps 500.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. IP Profissional - LINK DEDICADO 100% (Prefeitura Municipal - Secretaria de Administração, Secretaria de Agricultura).	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	1.066,20	12.794,40
1	2	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MPBS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps -300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Centro Cultural) - Secretaria de Educação	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	3	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps – 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Escola Municipal)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	4	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (CMEI)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	5	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps – 300.00 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica.	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40

		(Ginasio de Esportes)						
1	6	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.00 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (UBS I)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	7	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (UBS II)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	8	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Clinica da Mulher)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	9	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps – 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica (Secretaria de Assistência Social)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	10	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (CRAS)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	11	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Centro Social)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	12	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Conselho Tutelar)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	13	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Delegacia)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	14	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo – Fibra Optica. (UVR – Unidade de Valorização de Recicláveis)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	15	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Estádio Municipal)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	16	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Centro de Eventos)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	17	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Quadra São Cristovão)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	18	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Secretaria de Obras Pátio de Maquinas)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	19	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Arena Multiuso)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	20	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS (PONTO RESERVA I) SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Ponto Reserva - Nova Unidade Mista de Saúde).	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40

1	21	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS (PONTO RESERVA II) SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Ponto Reserva - Centro Dia)	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	22	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS (PONTO RESERVA III) SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Ponto Reserva - Nova Creche).	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	23	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 300 MBPS (PONTO RESERVA iV) SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 300 Mbps 300.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Fibra Optica. (Ponto Reserva - Nova Escola Municipal).	ULTRAMEGA FIBRA OPTICA		MS	12,00	78,20	938,40
1	24	SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET - 50 MBPS SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET 50 Mbps 50.000 Kbps (Donwload/Upload) com IPV4 Fixo - Via Rádio. (Escola do Barrinha)	ULTRAMEGA VIA RADIO		MS	12,00	63,40	760,80
TOTAL								34.200,00

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 34.200,00 (Trinta e Quatro Mil e Duzentos Reais), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em vinte e três dias de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:0C258581

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 47/2026 O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, R E S O L V E

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão - Eletrônico
Nº 47/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão - Eletrônico Nº 47/2026***, que teve como objeto ***Aquisição de materiais de expediente, de forma parcelada e conforme a demanda, destinados ao atendimento das necessidades administrativas dos diversos setores da Administração Municipal de Santa Lúcia/PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

+ SAÚDE ESPORTES LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
129	1	TECIDO TNT 50GR/M2 - 1,40 M LARGURA C/ 50 MTS CORES VARIADAS	MB MB		RL	55,00	61,74	3.395,70
TOTAL								3.395,70
65.397.327 REGIANI LEMOS SCALVIN								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
8	1	BORRACHA BRANCA ESCOLAR N° 20 Caixa com no mínimo 20 unidades;	GATTE 72/MAKE + BORRACHA N20		CX	10,00	9,99	99,90
114	1	PINCEL MARCA TEXTO - AMARELO Caneta marca-texto de bolso com ponta chanfrada para marcar com linha grossa ou sublinhar com linha fina, tintas fluorescentes brilhantes, boa resistência à luz, destaca-se mesmo em papel de fotocópia e fax, tinta à base de água, não contém PVC.	MAXPRINT/MASTERPRINT MARCA TEXTO		UN	250,00	0,49	122,50
TOTAL								222,40
BELINKI E SOUZA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
15	1	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA CAIXA COM 50 UNIDADES Cor da carga vermelha, carga presa ao corpo pela ponta não atadas ou rosqueadas à tampinha anterior, escrita média contínua e sem falhas, corpo plástico transparente com a pega ou todo sextavado, com a indicação do	FABER FABER		CX	10,00	28,90	289,00

		fabricante/marca no corpo da caneta, validade mínima de 22 meses, a partir da data de entrega, impressa na embalagem; Tinta de alta qualidade e durabilidade.						
37	1	E V A EMBORRACHADO EM CHAPAS 40X60 CM ESPESSURA 2 MM Liso - diversas cores (conforme solicitação da Secretaria)	HAITI HAITI		UN	600,00	1,28	768,00
42	1	ENVELOPES PLASTICOS PARA PASTA CATALAGO Saco plástico - Formato A4 - 4 furos 0,12mm Embalagem com 50 unidades	DAC DAC		PCT	115,00	11,90	1.368,50
71	1	MOLHADOR DE DEDOS 12 G Desenvolvido para melhor manuseio de papéis e cédulas de dinheiro. Molha dedos. Produto atóxico. Composição: Ácido Graxo E Glicois.	CARBRINK CARBRINK		UN	50,00	1,49	74,50
75	1	PALITO DE PICOLÉ PCT C/ 100	NATURAL NATURAL		PCT	40,00	3,80	152,00
96	1	PEGA BALÃO VARETA Pega Balão Vareta Haste Suporte Bexiga com no mínimo 32cm Branco. Kit 100 unid.	XALINGO XALINGO		PCT	10,00	29,00	290,00
117	1	PISTOLA P/ COLA QUENTE profissional (bastão grosso) com botão liga/desliga – 60 w	CLASSE CLASSE		UN	25,00	18,40	460,00
118	1	PISTOLA P/ COLA QUENTE F profissional (bastão fino) com botão liga/desliga – 20 w	CLASSE CLASSE		UN	20,00	13,40	268,00
119	1	PLACAS DE ISOPOR 2CM tamanho: 1m x 0,50cm x 2cm	PLACTER PLACTERM		UN	50,00	7,40	370,00
120	1	PRANCHETA OFÍCIO A4 COM PRENDEDOR DE METAL Prancheta madeira ou acrílico Ofício/A4 - Prendedor.	CARBRINK CARBRINK		UN	30,00	4,90	147,00
125	1	RÉGUA ESCOLAR 30CM EM POLIESTIRENO - CRISTAL Régua Escolar 30 cm, Cristal em poliestireno, com escala de 30 cm. Produto certificado pelo INMETRO.	ACRINIL ACRINIL		UN	25,00	0,84	21,00
126	1	ROLETE DE TINTA PARA CALCULADORA DE IMPRESSÃO Compatível com as calculadoras: Procalc LP25, Sharp EL-1801V.	MASTER MASTER		UN	30,00	9,90	297,00
130	1	TESOURA GRANDE MULTIUSO	MASTER MASTER		UN	75,00	5,90	442,50
TOTAL								4.947,50

DAMAZIO LICITAÇOES E SERVIÇOS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	ARQUIVO MORTO PAPELÃO 35X24X13 CM	PROPRIA 35X24X13		CX	1.250,00	2,55	3.187,50
5	1	BALÃO DE FESTA Nº 7 TAMANHO NÚMERO 07 MEDIDAS BALÃO CHEIO - Altura: 34cm - Largura: 19cm - Profundidade: 19cm Cores Variadas Pacote com 50 Unidades	HAPPY DAY N07		PCT	200,00	5,07	1.014,00
6	1	BALÃO DE FESTA Nº 9 TAMANHO NÚMERO 09; Cores Variadas; Pacote com 50 Unidades.	HAPPY DAY N09		PCT	100,00	8,97	897,00
11	1	CAIXA DE ALFINETES COM CABEÇA COLORIDA Caixa com no mínimo 50 Unidades cores variadas.	FUTURO COLORIDA		CX	35,00	3,65	127,75
14	1	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA CAIXA COM 50 UNIDADES Cor da carga preta, carga presa ao corpo pela ponta não atadas ou rosqueadas à tampinha anterior, ponta plástica com esfera de tungstênio, escrita média contínua e sem falhas, corpo plástico transparente com a pega ou todo sextavado, com a indicação do fabricante/marca no corpo da caneta, validade mínima de 22 meses, a partir da data de entrega, impressa na embalagem.	FUTURO PRETA		CX	15,00	28,78	431,70
17	1	CANETA MEDIA PARA TRANSPARENCIA PRETA/AZUL/VERMELHA	JOCAR CORES		UN	40,00	1,24	49,60
22	1	CLIPS Nº 1/0 GALVANIZADO CAIXA COM NO MÍNIMO 500 G Utilizados para prender folhas de papel (75g/m²), fabricados em arame de aço.	BACCHI N1/0		CX	15,00	9,98	149,70
28	1	COLA BRANCA COM 1 KG Produto de ótima qualidade, adequado para colar papéis em geral, papel cartão, tecidos e cartolina; embalagem de 1 kg; lavável.	PIRA 1KG		UN	40,00	8,97	358,80
29	1	COLA BRANCA LAVÁVEL 90 G	PIRA 90G		UN	60,00	1,56	93,60
30	1	COLA COLORIDA 25 G	PIRA 25G		UN	35,00	1,16	40,60

31	1	COLA COM GLITTER COM NO MÍNIMO 23 GR	PIRA 23G		UN	45,00	1,29	58,05
34	1	COLA QUENTE EM BASTÃO FINA - PACOTE Pacote de cola quente em bastão fina; cor: semi-transparente; bastão de aproximadamente 30 cm (comprimento), diâmetro 7mm, pacote com no mínimo 1kilograma.	MAKE MAIS FINA		PCT	35,00	34,19	1.196,65
36	1	CORRETIVO LIQUIDO ESCOLAR - CAIXA Base água, Dióxido de Titânio, Aditivos e Conservantes; Pronto para uso; não tóxico; Cobre na primeira aplicação para garantir melhor rendimento do produto, cada unidade deve conter no mínimo 18 ml; cada caixa deve conter no mínimo 12 unidades.	JOCAR 18ML		CX	8,00	19,30	154,40
39	1	ELASTICO AMARELO P/ DINHEIRO C/ 100 G	REDBOR 100G		PCT	35,00	3,12	109,20
41	1	ENVELOPE SACO TAMANHO 240X340 MM (90G) Envelope de papel kraft, ideal para transportar e armazenar documentos em geral. Produzidos com papéis de alta qualidade, os envelopes podem ser utilizados em diversos segmentos. 90g/m². Dimensões 240 x 340mm.	SCRITY 240X340		UN	1.600,00	0,33	528,00
47	1	FITA ADESIVA CREPE 18 MM X 50 M	KALA 18X50		RL	750,00	3,97	2.977,50
55	1	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/10 GALVANIZADOS CAIXA COM 5000 UNIDADES Pontas cortantes.	BACCHI 23 10		CX	40,00	20,15	806,00
62	1	KIT TINTA FACIAL Kit Tinta Facial Maquiagem Artistica 6 Cores Neon + Pincel.	MARIPEL KIT		UN	10,00	18,07	180,70
66	1	LAPISEIRA 0,5 MM Sistema de amortecimento, ponta metálica de 0,5mm.	FUTURO 0.5		UN	20,00	2,95	59,00
67	1	LIVRO ATA NUMERADO 100 PAGINAS Livro Ata sem margem; Capa Dura; 100 folhas; folhas numeradas; folhas de ótima qualidade; formato aproximado: 200 mm x 300 mm.	TAMOIO ATA		UN	30,00	13,00	390,00
68	1	LIVRO DE PROTOCOLO Livro protocolo de correspondência 1/4 com 100 folhas. CAPA DURA	TAMOIO PROTOCOLO		UN	15,00	9,88	148,20
70	1	MASSA DE MODELAR 500GR Cores Variadas	MAKE MAIS 500G		UN	150,00	9,06	1.359,00
72	1	NOTAS AUTO-ADESIVAS REMOVÍVEIS 3,8 x 5 CM 4 blocos com 100 folhas cada, material: papel (75g/m²) com adesivo acrílico reposicionável. Dimensões 3,8 cm x 5 cm cada bloco. Cor amarelo ou variadas.	MASTERPRINT 38X5		UN	250,00	2,99	747,50
73	1	NOTAS AUTO-ADESIVAS REMOVÍVEIS 7,6 x 10,2 CM 1 bloco com 100 folhas cada, material: papel (75g/m²) com adesivo acrílico reposicionável. Dimensões 7,6 cm x 10,2 cm cada bloco. Cor amarelo ou variadas.	MASTERPRINT 76X102		UN	120,00	2,60	312,00
76	1	PAPEL A4 CORES VARIADAS C/ 100 FOLHAS	REPORT CORES		MASSO	10,00	6,50	65,00
78	1	PAPEL COLOR SET PCT C/ NO MÍNIMO 20 FLS - 66 cm x 48 cm Papel criativo para recortes, colagem, dobraduras,entre outros. Ideal para o auxílio no desenvolvimento da criatividade das crianças. 66 cm de comprimento x 48 cm de largura Cores variadas: Embalagem com 1 cor (podendo ser pedido varios pacotes com cores variadas, ex: 1 pct vermelho, 1 pcte verde)	REIART CORES		PCT	200,00	15,60	3.120,00
79	1	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE 45CMX25M Laminado de PVC auto-adesivo, protegido no verso, por papel siliconado. Tamanho 45cmx25m, Gramatura do papel 146g.	FUTURO 25M		RL	15,00	52,00	780,00
80	1	PAPEL CREPON CORES VARIADAS papel crepom material/; celulose vegetal, gramatura: 18g/m², comprimento: 2m, largura 48 cm, cor: variadas (de acordo com as cores solicitadas pela Secretaria).	REIART CORES		UN	450,00	1,17	526,50
83	1	PAPEL FOTOGRAFICO Modelo: Papel Fotográfico 180g Brilhante Quantidade: 50 folhas Tamanho: A4 | 210x297mm Gramatura: 180g	MASTERPRINT 180G		CX	75,00	11,57	867,75
84	1	PAPEL LAMINADO 45x59 CM CORES VARIADAS Papel laminado impresso com cores vivas	REIART CORES		RL	200,00	1,13	226,00

		e de brilho intenso proporcionando excelente aspecto visual. Ideal para recortes e trabalhos manuais, encapar objetos, enfeites para festas infantis, etc.						
90	1	PASTA CATALOGO CAPA DURA C/ 50 PLASTICOS	ACP 50 PLASTICOS		UN	15,00	11,57	173,55
91	1	PASTA PLÁSTICA EM L POLIPROPILENO 0,15 A4 INCOLOR PCT C/ 10 UN	ACP L		PCT	40,00	6,50	260,00
92	1	PASTA POLIONDA FINA 2 CM Desmontável, sem impressão, confeccionada em plástico corrugado, com estrutura alveolar,cortada em molde provido de vincos que possibilitam dobras, de modo a formar uma caixa de formato prismático retangular. A dobra correspondente à tampa fecha apenas uma largura e comprimento da caixa, possuindo aba para deslizar e fechar com elástico.	POLYCART 2CM		UN	50,00	2,86	143,00
93	1	PASTA POLIONDA LARGA 5,5 CM Desmontável, sem impressão, confeccionada em plástico corrugado, com estrutura alveolar,cortada em molde provido de vincos que possibilitam dobras, de modo a formar uma caixa de formato prismático retangular. A dobra correspondente à tampa fecha apenas uma largura e comprimento da caixa, possuindo aba para deslizar e fechar com elástico.	POLYCART 55MM		UN	50,00	4,80	240,00
94	1	PASTA POLIONDA MÉDIA 3,5 CM Desmontável, sem impressão, confeccionada em plástico corrugado, com estrutura alveolar,cortada em molde provido de vincos que possibilitam dobras, de modo a formar uma caixa de formato prismático retangular. A dobra correspondente à tampa fecha apenas uma largura e comprimento da caixa, possuindo aba para deslizar e fechar com elástico.	POLYCART 35MM		UN	50,00	3,35	167,50
97	1	PERCEVEJOS LATONADOS NÚMERO 4 (DOURADO) - CAIXA Percevejos latonados; Contém no mínimo 100 unidades por caixa; medidas aproximadas de cada percevejo: Diametro da cabeça 9 mm; Comprimento da ponta 7 mm; ponta afiada.	FUTUTO DOURADO		CX	18,00	2,67	48,06
99	1	PERFURADOR GRANDE PARA PAPEL CAPACIDADE 100 FOLHAS OU SUPERIOR 100% mecanismo e barra de metal, Sistema de trava da alavanca, Escotilha para esvaziar resíduos.	YINS PAPER 100 FOLHAS		UN	10,00	193,70	1.937,00
100	1	PILHA AA Cartela com quatro unidades; alcalina	ALFACEL AA		UN	150,00	2,89	433,50
101	1	PILHA AAA Cartela com 4 unidades Pilha alcalina, tamanho AAA (palito), tensão nominal de 1,5V. Produto não recarregável, de alta eficiência, com tecnologia de proteção contra vazamentos. Embalagem em cartela lacrada de fábrica com 04 unidades, contendo identificação clara da marca, lote, prazo de validade e especificações em língua portuguesa.	ALFACEL AAA		UN	110,00	2,59	284,90
102	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 0 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola. Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural,com cabo curto virola em alumínio. formato chato.	FUTURO N0		UN	15,00	1,56	23,40
103	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 02 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola. Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural, com cabo curto , virola em alumínio, formato chato.	FUTURO N2		UN	15,00	1,56	23,40
104	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 04 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola.	FUTURO N04		UN	10,00	1,63	16,30

		Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural, com cabo curto, virola em alumínio, formato chato.						
105	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 06 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola. Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural, com cabo curto, virola em alumínio, formato chato.	FUTURO N6/0		UN	25,00	1,63	40,75
106	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 08 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola. Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural, com cabo curto, virola em alumínio, formato chato.	FUTURO N08		UN	10,00	1,76	17,60
107	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 10 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola. Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural, com cabo curto, virola em alumínio, formato chato.	FUTURO N10		UN	10,00	1,82	18,20
108	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 12 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola. Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural, com cabo curto, virola em alumínio, formato chato.	FUTURO N12		UN	10,00	1,95	19,50
110	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 20 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola. Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural, com cabo curto, virola em alumínio, formato chato.	FUTURO N20		UN	20,00	4,03	80,60
111	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 22 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola. Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural, com cabo curto, virola em alumínio, formato chato.	FUTURO N22		UN	15,00	5,27	79,05
115	1	PINCEL MARCADOR PERMANENTE (CORES DIVERSAS) Espessura mínima da Escrita: 2.0 mm.	FUTURO CORES		UN	35,00	1,43	50,05
122	1	PRENDEDOR DE PAPEL TIPO MOL (BINDER CLIP) 19 MM Utilizados para prender folhas de papel (75g/m²), fabricados em aço de alta resistência. Caixa com no mínimo 10 unidades;	FUTURO 19MM		UN	45,00	1,56	70,20
131	1	TINTA GUACHE ESCOLAR C/ 500 ML CORES VARIADAS Pode ser aplicada em papel, papel cartão, cartolina, gesso, madeira e cerâmica. Não é toxica.	PIRA 500ML		UN	60,00	5,40	324,00
TOTAL								25.412,26
E PEREIRA DE ASSIS DISTRIBUIDORA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ALGODÃO EM BOLAS - 95 gr Algodão em bolas: Produzido a partir de rigorosa seleção de fibras naturais, 100% hidrofilizado, que asseguram qualidade, higiene, maciez e alto poder de absorção de líquidos aquosos e gordurosos. Pacote com no minimo 95 gr	USEIT		PCT	40,00	5,50	220,00
2	1	ALMOFADA PARA CARIMBO COM TAMPA DE METAL NÚMERO 3 Material de alta durabilidade; pode ser recarregado com tinta para carimbo. Tamanho mínimo 6,7x11 cm (A x L)	MASTERPRINT		UN	10,00	5,05	50,50
9	1	CADERNO ESCOLAR 96	JANDAIA		UN	150,00	8,25	1.237,50

		FOLHAS 200MM X 275 MM - CAPA DURA Caderno Escolar mínimo 96 Folhas; Medidas mínimas: 200mm X 275 mm; Capa Dura com aspiral;						
10	1	CADERNO ESCOLAR BROCHURA 140MM X 200MM 48 FOLHAS Caderno Escolar Brochura; Medidas minimas: 140mm X 200mm; mínimo 48 Folhas Capa dura.	JANDAIA		UN	150,00	3,30	495,00
12	1	CALCULADORA Características do Produto Calculadora Eletrônica: 8 dígitos, Legibilidade: Display grande, 2 fontes de energia: Bateria e Solar, Auto-desliga, Inclinação do visor Dimensões altura 13,2 cm largura 10,5 cm	SUMMIT		UN	12,00	8,00	96,00
19	1	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO POLIPROPILENO 0,30 A4 PRETA PCT C/ 50 UN Capa para encadernação PP (polipropileno), cor preta, formato: A-4 (210 x 297 mm) tolerância: 0,2%.	MARES		PCT	10,00	18,20	182,00
21	1	CARTOLINA AMERICANA 48 X 66 CM GRAMATURA 200 G CORES DIVERSAS(conforme solicitação da Secretaria)	JANDAIA		UN	1.250,00	0,70	875,00
23	1	CLIPS Nº 2/0 GALVANIZADO CAIXA COM NO MÍNIMO 500 G Utilizados para prender folhas de papel (75g/m²), fabricados em arame de aço.	WIRE		CX	15,00	10,20	153,00
24	1	CLIPS Nº 3/0 GALVANIZADO CAIXA COM NO MÍNIMO 500 G Utilizados para prender folhas de papel (75g/m²), fabricados em arame de aço.	WIRE		CX	15,00	10,20	153,00
25	1	CLIPS Nº 4/0 GALVANIZADO CAIXA NO MÍNIMO COM 500 G Utilizados para prender folhas de papel (75g/m²), fabricados em arame de aço.	WIRE		CX	20,00	10,20	204,00
26	1	CLIPS Nº 6/0 GALVANIZADO CAIXA COM NO MÍNIMO 500 G Utilizados para prender folhas de papel (75g/m²), fabricados em arame de aço.	WIRE		CX	10,00	9,80	98,00
27	1	COLA ADESIVA COLA ADESIVA INSTANTANEA ULTRA RAPIDA 20G	RENDICOLA		UN	50,00	5,30	265,00
32	1	COLA DE EVA 35G com no mínimo 35g para uso em trabalhos de colagem com bico aplicador.	IRIS		UN	70,00	2,20	154,00
33	1	COLA EM BASTÃO 40G Cola papel, cartolina, fotos e similares; Permite uma colagem limpa sem desperdícios; Não enruga o papel devido ao sistema de bastão; Tampa hermética que evita o ressecamento; Não tóxico, seguro para crianças.	SUMMIT		UN	80,00	1,87	149,60
35	1	COLA QUENTE EM BASTÃO GROSSO - PACOTE Pacote de Bastão de Cola Quente Grosso; cor: semi-transparente; tamanho aproximado de cada bastão: 11 mm (diamêtro) x 30 cm (comprimento); tamanho mínimo do pacote: 1 kilograma.	RENDICOLA		PCT	40,00	34,33	1.373,20
40	1	ENVELOPE OFICIO BRANCO 114 x 229MM (75G) Ideal para transportar e armazenar documentos em geral. Produzidos com papéis de alta qualidade, os envelopes podem ser utilizados em diversos segmentos.	SCRITY		UN	1.600,00	0,10	160,00
43	1	ESTILETE FINO PLÁSTICO Estilete fino, trava automática, com lâmina 9 mm de aço carbono extensível interna.	BRW		UN	20,00	0,88	17,60
46	1	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPATULA CROMADO	CAVIA		UN	25,00	1,10	27,50
48	1	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MMX40M	EMBALANDO		RL	120,00	0,80	96,00
49	1	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 MM X 45 M	EMBALANDO		RL	750,00	3,70	2.775,00
51	1	GIZ ESCOLAR BRANCO CAIXA COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES Composição Básica: Gipsita desidratada (Gesso), água, pigmentos e plastificante. Antialérgico, não tóxico.	DELTA		CX	50,00	3,40	170,00

52	1	GIZ ESCOLAR COLORIDO - CAIXA Giz Material: Gipsita, Água, Corante E Película Plastificante , Tipo: Cilíndrico , Cor: Variada , Comprimento: Mínimo 70mm MM, Diâmetro: Mínimo 9mm MM, Características Adicionais: Caixa Com Cores Rosa,Verde,Azul,Amarelo E Laranja,	DELTA		CX	50,00	3,40	170,00
53	1	GRAMPEADOR DE MESA 26/6 25 FOLHAS Grampeador Tratamento Superficial: Pintado , Material: Metal , Tipo: Mesa , Capacidade: 25 FL, Tamanho Grampo: 26/6 , Características Adicionais: Base Plástica Antiderrapante, Cabeça Em Plástico	LEONORA		UN	60,00	8,80	528,00
56	1	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADOS CAIXA COM NO MÍNIMO 5000 UN. Pontas cortantes.	BRW		CX	70,00	3,30	231,00
57	1	GRAMPO PARA PASTAS TIPO TRILHO 80 MM CAIXA C/ 50 UND. Produzido em chapa de aço estanhado. Indicado para 300 folhas de papel 75g/m². 50 unidades	BRW		CX	65,00	9,50	617,50
59	1	HASTE FLEXÍVEL PLÁSTICA COM ALGODÃO Objetos de higiene pessoal utilizados principalmente para limpar os ouvidos da acumulação de cera e outras aplicações estéticas. É também utilizado na área de saúde para recolhimento de secreções e amostras. Constitui-se basicamente de uma haste flexível plástica com algodões nas duas extremidades. Caixa com no minimo 75 unidades	USEIT		UN	105,00	1,65	173,25
65	1	LÁPIS PRETO 2 B Grafite ultra-resistente, não quebra com facilidade, não lasca, formato redondo ou sextavado, com 144 unidades	BRW		CX	10,00	33,00	330,00
74	1	PALITO DE CHURRASCO PCTO C/ 100	PARANA		PCT	60,00	4,30	258,00
77	1	PAPEL CARTÃO PACOTE COM NO MÍNIMO 50 FOLHAS A4 DIVERSAS CORES Acabamento liso fosco	USAPEL		UN	50,00	13,50	675,00
81	1	PAPEL DE PRESENTE BOBINA COUCHE Rolo com no minimo 40 cm x 100 mts	GESSELE		RL	10,00	61,00	610,00
82	1	PAPEL DOBRADURA 50 x 60 cm CORES VARIADAS PACOTE C/ 50 FLS	VMP		UN	45,00	20,31	913,95
85	1	PAPEL SULFITE A-4 210 X 297 MM BRANCO 75G CAIXA COM 5000 FL (ME E EPP)	CHAMEX		CX	250,00	221,40	55.350,00
86	1	PAPEL TIPO PLOTTER 75G 610MMX50M 2"A. KPS OU EQUIVALENTE	CREATIVE		RL	25,00	63,00	1.575,00
87	1	PAPEL VERGE 180 G A4 C/ 50 FOLHAS	FILIPERSON		PCT	60,00	12,20	732,00
88	1	PASTA A/Z LOMBO ESTREITO - Tamanho: 34,5 x 6 cm - Cartão com espessura de 1,7mm - Forrado com papel monolúcido 75g plastificado - Mecanismo niquelado tipo exportação - Olhal e compressor plásticos	FRAMA		UN	20,00	12,50	250,00
89	1	PASTA A/Z LOMBO LARGO - Tamanho: 34,5 x 8 cm - Cartão com espessura de 1,7mm - Forrado com papel monolúcido 75g plastificado - Mecanismo niquelado tipo exportação - Olhal e compressor plásticos	FRAMA		UN	50,00	12,90	645,00
95	1	PASTA SUSPENSA MAMORIZADA 24 X 36 CM C/ PONTEIRA Pasta suspensa 24 X 36 cm em cartão 240 g/m² marmorizado plastificada (pintada) castanha, com haste plástica, acompanha grampos plásticos, visores e etiquetas, possui 6 diferentes furações para o grampo, abas coladas internamente c/6 posições para visores e etiquetas.	FRAMA		UN	200,00	2,20	440,00
98	1	PERFURADOR GRANDE P/ PAPEL CAPACIDADE 40 FOLHAS 100% mecanismo e barra	MAXPRINT		UN	10,00	47,50	475,00

		de metal, Sistema de trava da alavanca, Escotilha para esvaziar resíduos.						
109	1	PINCEL ARTÍSTICO CHATO TAMANHO 16 COM CABO Os pincéis de pintura são usados para a aplicação de tinta ou auxiliares para pintura. São produzidos usualmente pela fixação dos pelos ao cabo por uma cinta metálica, a virola. Indicado para arte escolar, artesanato, óleo e acrílica, cerda natural, com cabo curto, virola em alumínio, formato chato.	LEONORA		UN	10,00	2,65	26,50
112	1	PINCEL ATOMICO FINO COM PONTA CHANFRADA Pincel atômico com ponta Chanfrada que permite escrita fina, recarregável, tinta a base de álcool, cores variadas.	MASTERPRINT		UN	50,00	1,46	73,00
113	1	PINCEL ATOMICO GROSSO Pincel atômico escrita grossa, recarregável, tinta a base de álcool, cores variadas.	BRW		UN	50,00	1,50	75,00
116	1	PINCEL P/ QUADRO BRANCO Escreve em diversas superfícies: plásticos, vidros, metal e madeira. Ideal para flip chart. Ponta redonda. Cores sortidas (preta, rosa, roxa, azul, vermelho e verde).	LEONORA		UN	180,00	1,40	252,00
121	1	PRENDEDOR DE PAPEL TIPO MOL (BINDER CLIP) 15 MM Utilizados para prender folhas de papel (75g/m²), fabricados em aço de alta resistência; Caixa com no minimo 10 Unidades;	LEONORA		CX	35,00	2,05	71,75
124	1	RÉGUA DE MADEIRA 100 CM Régua De Madeira Mdf Natural 100cm	SOUZA		UN	20,00	11,80	236,00
127	1	ROLO DE LASTEX COM 10M - 59% ELASTODIENO 41% POLIESTER	SÃO JOSE		RL	100,00	1,50	150,00
132	1	TINTA P/ CARIMBO COM NO MINIMO 40 ML	RADEX		UN	15,00	3,95	59,25
133	1	TINTA P/ PINCEL QUADRO BRANCO C/ 20 ML	RADEX		UN	20,00	3,35	67,00
TOTAL								73.936,10

OLMIR LUIS PECCIN

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	APONTADOR P/ LAPIS SEM DEPOSITO caixa com no mínimo 12 unidades. caixa com no mínimo 12 unidades.	LEONORA S/ DEPOSITO		CX	10,00	2,85	28,50
7	1	BOBINA DE PAPEL KRAFT ACETINADO 60 CM C/ 10 KG	SANTECK BOBINA		RL	14,00	90,00	1.260,00
13	1	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL CAIXA COM 50 UNIDADES Cor da carga azul, carga presa ao corpo pela ponta não atadas ou rosqueadas à tampinha anterior, escrita média contínua e sem falhas, corpo plástico transparente com a pega ou todo sextavado, com a indicação do fabricante/marca no corpo da caneta, validade mínima de 22 meses, a partir da data de entrega, impressa na embalagem. Ponta Média 1.0mm: escrita macia, sem falhas ou borrões.Tinta de alta qualidade e durabilidade.	COMPACTOR AZUL		CX	40,00	29,20	1.168,00
16	1	CANETA MARCA TEXTO EM GEL FLORESCENTE COM BASE GIRATÓRIA Escrita Legivel e durável; ponta que permite traços finos e grossos de forma legivel; Com longa duração. Grossa (grande).	BRW MARCA TEXTO		un	200,00	0,80	160,00
18	1	CANUDO PLASTICO PARA REFRIGERANTE canudo plastico para refrigerante com 100 unidades	THEOTO PLÁSTICO		PCT	35,00	7,45	260,75
20	1	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO POLIPROPILENO 0,30 A4 TRANSPARENTE PCT C/ 50 UN Capa para encadernação PP (polipropileno), cor transparente line, formato: A-4 (210 x 297 mm) tolerância: 0,2%.	PROLAM ENCADERNAÇÃO		PCT	15,00	19,60	294,00
38	1	E V A EMBORRACHADO EM CHAPAS 40X60 CM ESPESSURA 2 MM Glitter diversas cores (conforme solicitação da Secretaria)	MAKE + CHAPAS		UN	330,00	2,41	795,30
44	1	ESTILETE LARGO PLÁSTICO EMBORRACHADO Estilete largo, trava automática, com lâmina 18 mm de aço carbono extensível interna	FERTAK EMBORRACHADO		UN	30,00	1,62	48,60
45	1	ETIQUETA ADESIVA BRANCA 45 X 65 MM COM 500 UNIDADES - ROLO	GRESPAN ROLO		RL	75,00	18,75	1.406,25
50	1	FITA DUPLA FACE 12X30 M	ADELBRAS DUPLA FACE		UN	30,00	4,54	136,20
54	1	GRAMPEADOR DE MESA	LEONORA MESA		UN	20,00	86,63	1.732,60

		PROFISSIONAL Grampeador Tratamento Superficial: Pintado , Material: Aço , Tipo: Industrial , Capacidade: Até 240 FL, Tamanho Grampo: 23/6, 23/10, 23/13, 23/15, 23/17, 23/20 E 23/24 , Características Adicionais: Cabo Aço Pintado/Canaleta E Cabeçote Cromados/Prot.						
58	1	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO BRANCO 80MM PARA 200 FLS 75GR PCT C/ 50 UM	DELLO PLASTICO		PCT	10,00	10,26	102,60
60	1	IMÃ RETANGULAR OU REDONDO Imã Retângular ou redondo para Artesanato aprox. 9,5 x 20 x 2 mm - Pacote com no mínimo 50 Peças.	IMATEC RETANGULAR		PCT	25,00	15,98	399,50
61	1	Kit Rabico Xuxinha Infantil Elástico, 72 unidades.	GENÉRICO ELÁSTICO		UN	15,00	17,50	262,50
63	1	LAMINA ESTREITA P/ ESTILETE C/ 10 UN	SERTIC ESTREITA		UN	3,00	1,68	5,04
64	1	LAMINA LARGA 18 MM P/ ESTILETE C/ 10 UNID.	MAKE+ LARGA		CX	3,00	1,83	5,49
69	1	LIVRO PONTO Livro de Ponto, papel Off-set, com 100 folhas numeradas tipograficamente. Possui campo para 2 assinaturas (expediente normal e sem hora extra).	ANIMATIVA PONTO		UN	20,00	18,34	366,80
123	1	PRENDEDOR DE PAPEL TIPO MOL (BINDER CLIP) 32 MM Utilizados para prender folhas de papel (75g/m²), fabricados em aço de alta resistência. Caixa com no mínimo 10 unidades;	BRW 32 MM		CX	45,00	3,25	146,25
128	1	SUPORTE PARA FITA ADESIVA GRANDE	CARBRINK ADESIVA		UN	10,00	15,53	155,30
TOTAL								8.733,68

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 116.647,64 (Cento e Dezesseis Mil, Seiscentos e Quarenta e Sete Reais e Sessenta e Quatro Centavos), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em vinte e três dias de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:AD34AABF

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 191/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO 191/2026
De 23 de outubro de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar de provável excesso no orçamento vigente no valor R$ 657.700,00 (Seiscentos e Cinquenta e Sete Mil e Setecentos Reais) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264/2025 de 24/11/2025.
DECRETO
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 657.700,00 (Seiscentos e Cinquenta e Sete Mil e Setecentos Reais) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV. ECONÔMICO	
03.001	DEPTO. PROJETOS, ENG. IND. COMÉRCIO E TURISMO	
04.122.0002.2007	Manutenção da Assessoria de Planejamento	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.454,97
	SUBTOTAL	2.454,97
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPTO. DE ADM. MATERIAL E PATRIMÔNIO E REC. HUMANOS	
04.122.0003.2011	Manutenção do Departamento de Administração	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
05	SECRETARIA DE FINANÇAS	
05.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	
04.123.0004.2012	Manutenção da Secretaria de Finanças	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
660	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	

3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
12.365.0006.2028	Manutenção do Ensino de Educação Infantil CMEI/CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1670	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
12.367.0006.2037	Manutenção da Educação Especial - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1330	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	10.000,00
12.365.0006.2030	Manutenção do Ensino Educação Infantil - Demais recursos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1850	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	30.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1340	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	110.000,00
12.365.0006.2029	Manutenção do CMEI	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1750	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
12.367.0006.2037	Manutenção da Educação Especial - FUNDEB	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2070	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
12.361.0006.2023	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1150	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1360	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.000,00
12.365.0006.2030	Manutenção do Ensino Educação Infantil - Demais recursos	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1860	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1370	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	15.000,00
12.365.0006.2029	Manutenção do CMEI	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1760	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
1390	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.361.0006.2023	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1210	00107-Salário-Educação	33.000,00
12.365.0006.2029	Manutenção do CMEI	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1820	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
12.361.0006.2025	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1550	00101-Fundeb 60%	5.000,00
12.361.0006.2023	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1310	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1490	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
	SUBTOTAL	263.000,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.001	DPTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
20.122.0002.2054	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	48.045,03
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	63.045,03
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.305.0007.2087	Ações do Programa de Combate a Dengue	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
10.244.0007.2069	Ações do Programa de Agentes Comunitários	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3150	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	15.000,00
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4040	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	36.000,00
10.301.0007.2078	Ações Estratégia Saúde da Família	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3830	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	72.000,00
10.305.0007.2087	Ações do Programa de Combate a Dengue	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4520	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
10.244.0007.2069	Ações do Programa de Agentes Comunitários	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3170	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.000,00
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	

4060	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	2.000,00
10.301.0007.2078	Ações Estratégia Saúde da Família	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3850	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	15.000,00
10.301.0007.2070	Atividade da Assistência Médica e Sanitária	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3300	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
3301	01064-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	3.000,00
10.301.0007.2078	Ações Estratégia Saúde da Família	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
3871	01064-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	3.000,00
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4081	01064-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	5.000,00
10.304.0007.2084	Ações da Vigilância Sanitária	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
4381	01064-Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	3.000,00
10.305.0007.2087	Ações do Programa de Combate a Dengue	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4150	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00
10.303.0007.2083	Farmácia Básica	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4280	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.000,00
	SUBTOTAL	190.000,00
09	SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
09.003	DIVISÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0005.2101	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5120	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5130	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
5140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
08.241.0005.2097	Apoio a Entidade de Assistência ao idoso	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4962	00980-FUNDO DO IDOSO DEL 004/2026	26.200,00
08.243.0005.6098	Manutenção do Conselho Tutelar	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
5060	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	94.200,00
10	SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES	
10.001	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
26.122.0002.2103	Manutenção do Departamento de Transportes	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
10.002	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
15.122.0002.2111	Manutenção do Departamento de Serviços urbanos	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
15.451.0008.2134	Cidade Limpa	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
5920	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
15.122.0002.2111	Manutenção do Departamento de Serviços urbanos	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
5620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	37.000,00
	TOTAL	657.700,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme demonstrativo em anexo e integrante desta Lei, de acordo com o Inciso II do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PODER EXECUTIVO	200.000,00
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	300.000,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	33.000,00
1.7.1.3.50.1.1.07.00.00.00.00	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS -EMULTI	87.500,00
1.7.2.9.51.0.1.03.00.00.00.00	FUNDO DO IDOSO DEL 004/2026	25.000,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL	1.200,00
1.7.1.3.50.5.1.01.00.00.00.00	PISO DA ENFERMAGEM	11.000,00
	TOTAL	657.700,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:5F67A91F

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 193/2026 DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO 193/2026
De 23 de outubro de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar no orçamento vigente no valor R$ 161.500,00 (Cento e Sessenta e Um Mil e Quinhentos Reais) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264 de 24/11/2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 161.500,00 (Cento e Sessenta e Um Mil e Quinhentos Reais) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
02	EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2006	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	SUBTOTAL	6.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0006.2124	Alimentação Escolar CMEI	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1970	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
12.361.0006.2023	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1261	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
12.361.0006.2024	Manutenção do Ensino Fundamental - Outros Recursos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
12.365.0006.2029	Manutenção do CMEI	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	43.000,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.001	DPTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
20.122.0002.2054	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
20.606.0010.2064	Apoio a Melhoria da Bacia Leiteira	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	14.000,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2070	Atividade da Assistência Médica e Sanitária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3330	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00
10.303.0007.2083	Farmácia Básica	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4250	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	27.500,00
	SUBTOTAL	47.500,00
09	SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
09.002	FUNDO MUNIC. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0005.1127	Construção da Creche	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
09.003	DIVISÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.241.0005.2097	Apoio a Entidade de Assistência ao idoso	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4950	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	7.000,00
08.244.0005.2130	Manutenção da Capela Mortuária e Cemitério	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	39.000,00
12	SECRETARIA DE ESPORTES	
12.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0002.2044	Manutenção das Atividades Desportivas	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6180	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
27.812.0013.2041	Apoio a Jogos e Eventos Esportivos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	12.000,00
	TOTAL	161.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos proveniente do Cancelamento total/parcial das Seguintes dotações orçamentárias a seguir:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0002.2006	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	SUBTOTAL	6.000,00
03	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV. ECONÔMICO	
03.001	DEPTO. PROJETOS, ENG. IND. COMÉRCIO E TURISMO	
04.122.0002.2007	Manutenção da Assessoria de Planejamento	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
340	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
22.661.0011.2009	Apoio a Industrialização	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	11.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2125	Educação em Tempo Integral	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
12.362.0006.2026	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1640	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
12.365.0006.2126	Manutenção das Atividades da 1ª Infância	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
12.361.0006.2125	Educação em Tempo Integral	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
1600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
12.361.0006.2015	Manutenção da Secretaria de Educação Cultura	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
860	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	6.000,00
12.361.0006.2125	Educação em Tempo Integral	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1610	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
12.361.0006.2018	Instalação e Manutenção de Ponto de Ônibus	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
12.365.0006.2126	Manutenção das Atividades da 1ª Infância	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
12.365.0006.2029	Manutenção do CMEI	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
12.365.0006.2126	Manutenção das Atividades da 1ª Infância	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2010	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
12.361.0006.2125	Educação em Tempo Integral	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1630	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	36.000,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.001	DPTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
20.122.0002.2054	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
20.606.0010.2058	Erradicação e Tuberculose Lei 806/2018	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	11.000,00
18.541.0009.2050	Programa Santa Lúcia Lixo Reciclável	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	13.000,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2075	Assistência Especializada e Média complexidade -CISOP	
3.3.72.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3750	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	3.000,00
3.3.72.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
3770	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	2.000,00
3.3.72.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3780	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	2.000,00
3.3.72.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
3800	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.000,00
3.3.72.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
3810	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.000,00
10.244.0007.2067	Programa Mãe Paranaense/Rede Aline	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3110	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00
10.301.0007.2073	Ações do Programa Saúde Bucal	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3700	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	10.000,00
10.301.0007.2078	Ações Estratégia Saúde da Família	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3880	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00
10.244.0007.2067	Programa Mãe Paranaense/Rede Aline	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	

3120	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00
10.244.0007.2069	Ações do Programa de Agentes Comunitários	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3220	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.379,40
10.301.0007.2071	E-Multi	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3520	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.620,60
	SUBTOTAL	40.000,00
09	SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
09.002	FUNDO MUNIC. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0005.2131	Benefícios Eventuais Auxilio Natalidade	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
4840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
09.003	DIVISÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0005.2102	Incentivo a Geração de Trabalho e Rendas	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
08.244.0005.2130	Manutenção da Capela Mortuária e Cemitério	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5250	00000-Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00
08.244.0005.2102	Incentivo a Geração de Trabalho e Rendas	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.500,00
08.241.0005.2097	Apoio a Entidade de Assistência ao idoso	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
4980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5000	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.500,00
08.244.0005.2130	Manutenção da Capela Mortuária e Cemitério	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	43.500,00
12	SECRETARIA DE ESPORTES	
12.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
27.812.0013.2041	Apoio a Jogos e Eventos Esportivos	
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
6270	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6280	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
27.812.0002.2044	Manutenção das Atividades Desportivas	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
6220	01045-Outros Recursos não Vinculados	10.000,00
	SUBTOTAL	12.000,00
	TOTAL	161.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:ADADCFD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGO o Procedimento Licitatório nº 101/2026, elaborado na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 034/2026, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA",** pela proposta mais vantajosa para o Município - Menor Preço, conforme especificado no Edital, Relatório de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **ADJUDICANDO** o objeto aos licitantes abaixo especificados, sendo que os mesmos apresentaram propostas condizentes e validas ao objeto deste processo licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do processo licitatório.

VENCEDORES CONFORME PLANILHA:

- **HORTOPLUS PRODUTOS ODONTOLOGICO E HOSPITALARES LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 17.676.642/0001-08, localizada na Rua Francisco Pires da Rocha, 309, Sala 02, Bonsucesso, Guarapuava – PR.

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	ABSORVENTE HIGIENICO FEMININO DIURNO SEM abas, pacote 32 unidades, cobertura suave, formato anatômico, fluxo leve a moderado.	MILI	40,00	UN	15,10	604,00
2	ABSORVENTE HIGIENICO FEMININO DIURNO (PACOTE COM 08 UNIDADES) SEM abas, pacote 8 unidades, cobertura suave, formato anatômico, fluxo leve a moderado.	MILI	40,00	UN	4,12	164,80
3	ABSORVENTE HIGIENICO FEMININO DIURNO	MILI	220,00	UN	20,01	4.402,20

	(PROTEÇÃO DE ATÉ 6 HORAS) COM abas, pacote 32 unidades, cobertura suave tipo algodão, formato anatômico, proteção de até 6 horas					
4	ABSORVENTE HIGIENICO FEMININO NOTURNO SEM abas, pacote 32 unidades, alta absorção, fluxo intenso, uso noturno.	MILI	15,00	UN	15,11	226,65
5	ABSORVENTE HIGIENICO FEMININO NOTURNO (PACOTE COM 08 UNIDADES) SEM abas, pacote 8 unidades, alta absorção, fluxo intenso, uso noturno.	MILI	15,00	UN	4,41	66,15
6	ABSORVENTE HIGIENICO FEMININO NOTURNO (PROTEÇÃO DE 8 A 10 HORAS) noturno COM abas, pacote 32 unidades, alta absorção, formato anatômico longo, abas reforçadas, proteção 8 a 10 horas	MILI	15,00	UN	20,32	304,80
7	BALDE DE ALUMINIO 10 LITROS liga de alumínio, espessura mínima 1,2 mm, conforme ABNT NBR 14105. Alça articulada em aço galvanizado com empunhadura em polipropileno. Acabamento polido, atóxico, resistente à corrosão. Diâmetro superior 280 mm (±5%), altura 250 mm (±5%). Cor natural do alumínio. Garantia mínima de 12 meses. Embalagem original. Processo produtivo com certificação ISO 9001.	ALUMINIOS CEARÁ	97,00	UN	80,68	7.825,96
9	CERA EM PASTA COM SILICONE vermelha, para limpeza, proteção e brilho de superfícies vermelhas (pisos e madeiras). Embalagem lata, 5 kg. Formulação com ceras e silicones poliméricos, pigmentos estáveis. Fácil aplicação, secagem rápida (máx. 30 min), alta espalhabilidade e rendimento. Conforme ABNT NBR 14725 e ANVISA RDC N° 59/22. Odor suave, consistência homogênea. Garantia mínima de 12 meses. FISPQ e laudos técnicos.	GUANABARA	360,00	UN	238,49	85.856,40
10	CERA EM PASTA VERMELHA para pisos e madeira, de fácil aplicação e superaderência. Realça a cor, alto rendimento. Embalagem mínima de 400g. Composição com ceras e polímeros/silicones. Secagem rápida, forma película protetora resistente. Conforme ABNT NBR 14725 e ANVISA RDC N° 59/22. Odor suave, consistência homogênea. Garantia mínima de 6 meses. FISPQ e laudos técnicos.	PARANÁ	350,00	UN	31,17	10.909,50
11	CESTO DE LIXO REDONDO 20 litros, em polipropileno (PP) ou polietileno (PEAD) atóxico e resistente. Cor preta. Possui tampa sobreposta e duas alças laterais para transporte. Marca do fabricante em relevo ou etiqueta indelével. Acabamento liso, base estável. Dimensões aproximadas: 30-35 cm diâmetro, 35-40 cm altura. Conforme normas de segurança e qualidade aplicáveis (ex: ISO 9001). Garantia mínima de 12 meses.	PLASNEW	187,00	UN	44,40	8.302,80
12	CHINELO ADULTO com solado em borracha vulcanizada (Shore A 55-70), numeração 34-44 (ABNT NBR 14835). Tiras em PVC flexível, atóxico, espessura mínima 4mm, fixadas por injeção/vulcanização. Solado antiderrapante. Atende ABNT NBR 14835 e ABNT NBR 15292 (adaptado). Embalagem individual. Garantia mínima de 12 meses. Cor e estampa a definir.	IPANEMA	30,00	PAR	33,27	998,10
13	CHINELO INFANTIL com solado em borracha vulcanizada (Shore A 50-65), numeração 13-33 (ABNT NBR 14835). Tiras em PVC flexível, atóxico, espessura mínima 3mm, fixadas por injeção/vulcanização. Solado antiderrapante. Atende ABNT NBR NM 300 e ABNT NBR 15292 (adaptado). Embalagem individual. Garantia mínima de 12 meses. Cor e estampa a definir.	IPANEMA	15,00	PAR	39,12	586,80
14	DESENTUPIDOR PARA VASO SANITARIO com bocal de borracha preta de alta qualidade (Shore A 60-75), liso, diâmetro aprox. 13 cm. Cabo de madeira maciça resistente, lixado e envernizado, aprox. 35 cm de altura. Fixação robusta bocal-cabo. Embalagem individual. Conforme boas práticas de fabricação. Garantia mínima de 6 meses.	LOCATELLI	113,00	UN	9,77	1.104,01
17	ESPONJA SINTETICA DUPLA FACE 70x110x22 mm (±5%), composta por fibra abrasiva e espuma de poliuretano, atóxica e resistente a detergentes. Em conformidade com ABNT NBR 15464-1. Embalagem individual selada, com informações completas (fabricante, composição, uso, validade, lote) conforme RDC n° 51/2010 e RDC n° 42/2009 da ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	BRILHUS	380,00	UN	1,41	535,80
18	ESPONJA VEGETAL NATURAL (Luffa cylindrica), dupla face, textura esfoliante, para uso corporal e multiuso. Dimensões mínimas de 100x150 mm. Produto 100% natural, biodegradável, hipoalergênico, livre de aditivos químicos. Embalagem individual, preferencialmente biodegradável, com informações completas do fabricante/fornecedor, origem, uso e conservação, conforme regulamentação ANVISA para produtos de higiene pessoal. Garantia mínima de 6 meses.	LOCATELLI	34,00	UN	8,07	274,38
19	FÓSFORO DE SEGURANÇA TIPO PALITO extralongo (mínimo 70 mm), em madeira de reflorestamento tratada. Cabeça pirotécnica de ignição segura, chama estável. Embalagem em caixa de papelão lacrada contendo 40 unidades. Produto em conformidade com normas de segurança para fósforos (INMETRO). Garantia mínima de 12 meses.	FIAT LUX	96,00	UN	36,93	3.545,28
20	LIXA PARA UNHAS TIPO PALITO comprimento mínimo de 80 mm, base de madeira de reflorestamento. Revestimento em papel abrasivo com adesivo PVA antimofo. Duas faces: grão grosso (100-180 grit) para desbaste e grão fino (240-320 grit) para acabamento. Produto atóxico, em conformidade com normas sanitárias ANVISA. Embalagem original. Garantia mínima de 6 meses.	MARCO BONI	1.400,00	UN	0,51	714,00
21	LIXEIRA DE 120 LITROS em polietileno de alta densidade (PEAD) injetado, com proteção UV e alta resistência a impactos. Equipada com duas rodas de borracha/PVC (mínimo 200 mm) e eixo de aço galvanizado. Tampa articulada e alça ergonômica. Dimensões aproximadas: internas 860x400x400 mm externas: 930x480x550 mm. Conforme ABNT NBR 15911-3. Garantia mínima de 24 meses.	JSN	66,00	UN	382,97	25.276,02
22	LIXEIRA DE PEDAL 100 LITROS em polietileno	BELMOUNT	190,00	UN	251,31	47.748,90

	(PEAD/PEMD) injetada, resistente a impactos e UV. Tampa com acionamento por pedal, mecanismo robusto e fechamento hermético para contenção de odores. Base estável. Dimensões aproximadas: 800x450x450 mm. Material atóxico e de fácil limpeza. Conforme ABNT NBR 15911-3:2015. Garantia mínima de 12 meses. Fornecimento em embalagem original do fabricante.					
23	LIXEIRA DE PEDAL 30 LITROS	JSN	104,00	UN	79,21	8.237,84
24	LIXEIRA RETANGULAR DE PEDAL 50 LITROS em polipropileno de alta densidade, cor grafite ou cinza escuro. Acionamento por pedal com fechamento suave. Dimensões internas aproximadas 600x390x240 mm (AxLxP) e externas 710x445x370 mm (AxLxP). Material atóxico, fácil limpeza. Atende ABNT NBR 14725. Garantia mínima de 12 meses. Fornecida em embalagem original do fabricante.	JSN	98,00	UN	160,91	15.769,18
25	LUVA DE LATEX 100% natural, multiuso, tamanho PP, com forro 100% algodão flocado. Textura antiderrapante na palma e dedos. Comprimento mínimo de 300 mm. Possui Certificado de Aprovação (CA) e selo INMETRO. Embalada em saco plástico individual contendo um par. Atende ABNT NBR ISO 11193-1 e ABNT NBR ISO 21420. Garantia mínima de 6 meses.	MB LIFE	530,00	PAR	2,93	1.552,90
27	PANO DE CHÃO TIPO SACO ALVEJADO 100% algodão, branco, gramatura mínima 180 g/m². Dimensões aproximadas 460x700 mm (+/- 5%), bordas costuradas. Informações do fabricante e composição (100% algodão) estampadas na peça. Lavável em máquina. Embalagem original do fabricante. Atende ABNT NBR 13481 e ISO 9001. Garantia mínima de 90 dias.	LOCATELLI	578,00	UN	9,25	5.346,50
28	PANO DE MICROFIBRA TIPO MÁGICO Pano de microfibra tipo mágico, 80% poliéster e 20% poliamida, gramatura mínima 250 g/m². Dimensões mínimas 700x500 mm, bordas costuradas. Alta absorção, não solta fiapos, não risca. Lavável em máquina. Embalagem original com informações do fabricante. Atende ABNT NBR 16685 e ISO 9001. Garantia mínima de 90 dias. Cor: azul, cinza ou verde.	LOCATELLI	480,00	UN	16,03	7.694,40
29	PAPEL HIGIENICO PICOTADO rolo 60m x 10cm, folha dupla, branco, 100% fibras celulósicas virgens. Gramatura mínima 32 g/m² (folha dupla). Hipoalergênico, com/sem fragrância atóxica. Embalagem com 4 rolos. Atende ABNT NBR 15464-1 e ABNT NBR 15464-2. Registro/isenção ANVISA. Embalagem original do fabricante. Garantia mínima de 90 dias.	MILI	6.900,00	UN	6,94	47.886,00
30	PRENDEDOR DE ROUPA DE MADEIRA tipo mola, em madeira de reflorestamento (pinus/eucalipto) com acabamento liso e mola de aço galvanizado/inoxidável. Dimensões aproximadas: 70x10x15mm, abertura mínima 15mm. Madeira tratada, atóxica. Mola resistente (mínimo 500 ciclos). Embalagem com 16 unidades. Embalagem original do fabricante. Atende ABNT NBR 15786 e ISO 9001. Garantia mínima de 90 dias.	LOATELLI	247,00	EMB	6,04	1.491,88
32	SACO DE LIMPEZA EM ALGODÃO CRU 100% trama fechada, gramatura mínima 180 g/m², dimensões mínimas 0,55 x 0,85 m. Costuras duplas reforçadas, lavável, reutilizável, atóxico. Cor natural. Atende ABNT NBR 13370, ABNT NBR 13484 e ABNT NBR 11912. Fornecimento em embalagem original do fabricante, íntegra. Garantia mínima de 12 meses.	BRILHUS	338,00	UN	8,68	2.933,84
34	SAPONACEO LIQUIDO cremoso multiuso, pH neutro a levemente alcalino, com abrasivos finos para limpeza eficaz sem riscar. Ideal para superfícies metálicas (inox, alumínio), cerâmicas, borracha e plástico. Volume mínimo de 450 mL em frasco plástico com tampa dosadora. Em conformidade com a RDC n° 40/2008 da ANVISA. Garantia mínima de 12 meses. Odor suave.	SANYBRILL	760,00	UN	9,16	6.961,60
35	SUPORTE DE PAREDE PARA COPOS descartáveis de 200 ml, em poliestireno ou ABS, com kit de fixação.	PREMISSE	42,00	UN	59,53	2.500,26
36	TECIDO DUPLO PARA FRALDAS 100% algodão, maquinetado, liso ou estampado. Gramatura mínima de 180 g/m². Pré-encolhido e livre de químicos nocivos. Peças de 50 metros de comprimento por 0,80 metros de largura. Em conformidade com ABNT NBR 13482 e ABNT NBR 10591. Embalagem em rolo protegido. Garantia mínima de 6 meses.	CREMER	5,00	UN	555,00	2.775,00
37	TOALHA DE ROSTO 100% algodão, gramatura mínima de 380 g/m², dimensões mínimas 40x65 cm, com bainha dupla reforçada. Perlavada e pré-encolhida, com cores resistentes ao desbotamento. Atende ABNT NBR 13482 e ABNT NBR 10591. Garantia mínima de 12 meses. Embalagem individual original do fabricante.	HAVAN	294,00	UN	18,10	5.321,40
38	TUBO DE COLETOR para descarte de copos descartáveis de 180-200 mL, fabricado em PVC de alta resistência com espessura mínima de 2 mm. Cor branca ou cinza. Capacidade para 150 copos. Dimensões: 730 mm (altura) x 130 mm (largura) x 130 mm (profundidade). Abertura superior e base fechada. Inclui kit de fixação. Garantia mínima de 12 meses. Marcas de referência sugeridas a título exemplificativo, admitindo-se equivalentes que atendam integralmente a esta especificação.	PREMISSE	48,00	UN	34,97	1.678,56
39	VASSOURA de pelo sintético industrial, base em HDPE de no mínimo 300 mm. Cerdas em fibra sintética bipartida, comprimento mínimo de 70 mm. Cabo em alumínio anodizado ou aço carbono, diâmetro mínimo de 22 mm, comprimento total mínimo de 1,50 m, com rosca universal. Resistente a impactos e químicos. Garantia mínima de 12 meses.	LOCATELLI	466,00	UN	9,72	4.529,52
TOTAL						**314.125,43**

- **G F SERVIÇOS E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 68.141.656/0001-68, localizada na Rua Emilio Medici, 495, Boqueirão, Guarapuava – PR.

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total

15	DISPENSER DE PAREDE PARA COPO DESCARTAVEIS DE 50 ML em plástico ABS resistente (branco/transparente, com UV). Capacidade para 100-150 copos, extração individual. Visor de nível, tampa removível. Fixação por parafusos (inclusos). Dimensões aprox. 30x8 cm. Material atóxico, fácil higienização, conforme ANVISA RDC 20/2007 e 51/2010. Compatível com copos ABNT NBR 14865. Garantia mínima de 12 meses.	Dispenser	39,00	UN	61,75	2.408,25
16	DISPENSER DE PAREDE PARA COPOS DESCARTAVEIS DE 180 ML em plástico ABS resistente (branco/transparente, com UV). Capacidade para 100-150 copos, extração individual. Visor de nível, tampa removível. Fixação por parafusos (inclusos). Dimensões aprox. 40x10 cm. Material atóxico, fácil higienização, conforme ANVISA RDC 20/2007 e 51/2010. Compatível com copos ABNT NBR 14865. Garantia mínima de 12 meses.	Dispenser	62,00	UN	59,38	3.681,56
31	REMOVEDOR MULTIUSO para Limpeza Pesada, 5 litros, com ação desinfetante e meitosa, eliminando 99,9% de Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis, Pseudomonas aeruginosa. Eficaz contra gorduras e sujeiras incrustadas. pH entre 7,0 e 11,0. Biodegradável. Atende RDC n° 14/2007 ANVISA e ABNT NBR 14725-2. Embalagem plástica resistente com lacre. Embalagem original do fabricante. Garantia mínima de 90 dias.	ALICLEAN	143,00	UN	44,34	6.340,62
TOTAL						**12.430,43**

ITENS FRACASSADO

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
8	BICO DE MAMADEIRA ANATOMICO 100% silicone grau alimentício, livre de BPA, ftalatos e PVC, conforme ANVISA RDC N° 49/2014 e ABNT NBR 13793. Design que simula o seio materno, fluxo para 0-6 meses. Resistente a esterilização, inodoro, insípido e atóxico. Altura 4-5 cm, diâmetro da base 4-5 cm. Cor translúcida ou meitosa. Pacote com 25 unidades, embalagem original lacrada. Garantia mínima de 3 meses.	25,00	UN	0,00	0,00
26	PÁ DE COLETAR LIXO articulada, com base e tampa em polipropileno grafite. Borda emborrachada na base. Cabo de alumínio anodizado de 700 mm, com fixador de vassoura. Dimensões aproximadas: 270 mm (largura) x 300 mm (comprimento) x 870 mm (altura). Mecanismo de articulação robusto. Embalagem individual. Conforme normas ABNT NBR. Garantia mínima de 12 meses.	152,00	UN	0,00	0,00
33	SACOLA PLASTICA TIPO CAMISETA leitosa, 50x40cm, espessura 0,04mm (40 micras) ± 5%. Fabricada em PEAD/PEBD virgem ou PCR de alta qualidade. Capacidade de carga mínima de 5 kg. Atende ABNT NBR 10517 e ABNT NBR 16710/14937. Pacote com 1000 unidades. Embalagem com indicação de uso, composição, data de fabricação/validade e dados do fabricante. Fornecimento em embalagem original do fabricante. Garantia mínima de 6 meses.	258,00	PCT	0,00	0,00

Dê-se a publicação devida e elabore-se o contrato na forma da lei.

Município de Santa Maria do Oeste – PR, 23 de Outubro de 2026.

LUIZ ZENAIDE GOMES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernando Lopes
Código Identificador:ACEADEFA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 06/2026 - PROCESSO Nº 352/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 06/2026 - Processo nº 352/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltico sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 70.519,58 m2, incluindo os serviços preliminares; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, conforme planilhas convenio N°805/2025 - SECID.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por lote
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021; Decreto Municipal nº. 4.084/2024, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – preço por Lote.

FEG ENGENHARIA DE OBRAS LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Execução de pavimentação asfáltico sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 70.519,58 m2, incluindo os serviços preliminares; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trechos: •Rua João Maria de Lara (entre Rua Miguel Vilhalba e Rua Carmem Miranda); •Rua Miguel Villalba (entre Rua Gen. Osório e Rua Orides Paraná de Oliveira); •Rua Acácia (entre Rua Figueira e Rua Sibipiruna + 55,00m); •Rua Araucária (entre Rua Ipê e Rua das Palmeiras); •Rua das Camélias (entre Rua Figueira e Rua Sibipiruna + 55,00m); •Rua Canela (entre Rua Maria Edith Angonese e Rua Sibipiruna); •Rua Paineira (entre Rua Seringueira e Rua das Palmeiras); •Rua Sibipiruna (entre Rua das Palmeiras e Rua Acácia + 53,00m); •Rua Antonio Cordeiro (entre Rua Tancredo Neves e Rua Lodovino Dall"Onder); •Rua Pres. Tancredo	SERV	1,00	10.508.255,15	10.508.255,15

		Neves (entre Rua Antonio Cordeiro e Rua Afonso Arrechea); •Rua Alfonso Francisco Machado (entre Rua Duque de Caxias e Rua Romildo Luiz Sguarezzi + 40,00m); •Rua Alagoas (entre Rua Belo Horizonte e Rua Jacarezinho + 178,00m); •Rua Curitiba (entre Rua Belo Horizonte e Rua Jacarezinho + 72,00m); •Rua Jacarezinho (entre Rua Teresina e Rua Alagoas); •Rua Jacarezinho (entre Rua Curitiba e Rua Florianópolis); •Rua Jandir Lorini (entre Rua Belo Horizonte e Rua Jacarezinho +88,00m); •Rua Pará (entre Rua Teresina e Rua Florianópolis + 38,00m); •Rua Terezina (entre Rua Belo Horizonte e Rua Jacarezinho + 140,00m); •Rua Thomas Rech (entre Rua Belo Horizonte e Rua Jacarezinho + 88,00m); •Rua Romuald R Schneider (entre Rua Gov Leonel de Moura Brizola e Rua do Parque); •Rua Bahia (entre Rua Havai e Rua Dourados + 53,00m); •Rua Cuiabá (entre Rua Havai e Rua Dourados + 35,00m); •Rua Antonio Genesio Scalon (entre Av. Internacional e Rua João Scalon); •Rua Aurora Sguarezzi (entre Rua Pedro D Pastorio e Rua João Scalon); •Rua Demétrio Nodari (entre Rua Santos Dumont e Rua Dom Pedro); •Rua Elizete Scalon (entre Av Internacional e Rua João Scalon); •Rua Bento M da Rocha (entre Rua Pedro D Pastório e Rua João Scalon); •Rua Pedro D Pastório (entre Rua Aurora Sguarezzi e Rua Rui Barbosa); •Rua Prof. Luci Zotto Ferreira (entre Rua Princesa Isabel e Rua Pres Vargas); •Rua Inorina Lima (entre Rua Primitivo Baltazer Flores e Rua Paraná); •Rua Laurindo Flavio Scopel (entre Rua Ângelo Milani e Rua Luiz Rui Leiria); •Rua Paraná I (entre Rua Laurindo Flavio Scopel e Rua Inorina Lima); •Rua Paraná II (entre Rua Inorina Lima e Rua Paraná III); •Rua Paraná III (entre Rua Paraná II e Rua Paraná II + 60,00m); •Rua Primitivo Baltazar Flores (entre Rua Egildo Pascoal Pasa e Rua José Muller); •Rua Arlindo Dall'Onder (entre Rua Percy Schreiner e Rua Tancredo Neves); •Rua Edgar Galvani (entre Rua Gomercindo Palagi e PRT 163); •Rua Fabio P da Cruz Mattos (entre Rua Ludovino Dall'Onder e Rua Ludovino Dall'Onder + 90,00m); •Rua Ludovino Dall'Onder (entre Rua Arthur Januário Angonesi e Rua Gomercindo Palagi); •Rua Ondino Alves dos Anjos (entre Rua Tancredo Neves e Rua Lui R F Giusti); •Rua Pres. Tancredo Neves (entre Rua Carlos Gardel e Rua Arlindo Dal Onder). Área Pavimentada: 70.519,58 m². Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução: 360 (trezentos e sessenta) dias.				
TOTAL						10.508.255,15

Adjudico e Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 16/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:86A15FEC

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2026 - PROCESSO Nº 359/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 07/2026 - Processo nº 359/2026
OBJETO: Contratação de empresa para Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 58.958,53m², incluindo os serviços preliminares; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização, sinalização de trânsito; ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Conforme planilhas e memoriais de acordo com o Convênio nº 2247/2025 SECID

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço, Por lote
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Aplicando-se no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021; Decreto Municipal nº. 4.084/2024, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Federal nº 147/2014 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – preço por Lote.

MINERPAV LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Pavimentação asfaltica sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 58.958,53m2, incluindo os serviços preliminares; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização, sinalização de trânsito; ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.. Trechos: - Rua Acre (Entre as ruas Mario Dinoh e Machado e Cristiano Wagner) - Rua Antonio dos Santos Filho (Entre as Ruas Mario Dinoh e Machado e Cristiano Wagner) - Rua Belo Horizonte (Entre as ruas Porto Alegre e Florianópolis) - Rua Espirito Santo I (Entre as ruas Jandir Lorini e Porto alegre + 21 m) - Rua Espirito Santo II (Entre as ruas Alagoas e BR 163 Aproximadamente) - Rua Jacarezinho (Entre as ruas Antonio Dias Ortega e Teresina) - Rua Jandir Lorini (Entre as ruas Belo Horizonte e Espirito Santo) - Rua Porto Alegre (Entre as ruas Minas Gerais e Belo Horizonte) - Rua Sergipe (Entre as ruas Mario Dinoh Machado e Cristiano Wagner) - Rua Teresina (Entre as ruas Espirito Santo e Belo Horizonte) - Rua Valdemar Giusti (Entre as Ruas Mario Dinoh Machado e Cristiano Wagner) - Rua Leonilda da Silva (Entre BR 163 e Rua Romualdo Scheider) - Rua Adão Vasconcelos de Vargas (Entre as ruas Osvino bier e Erena Leindecker + 18 m - Aprox) - Rua Erena J. Leindecker (Entre as ruas Duque de Caxias e Olimpio Bueno de Camargo) - Rua Osvino Bier (Entre as Ruas Independente e Adão V. de Vargas + 30 m - aprox) - Rua Romildo Luiz Sguarezi (Entre as ruas Manoel B. dos Santos e Sadi Vargas + 33 m - Aprox) - Rua Isvaldina Barcelos (Entre as ruas Tancredo Neves e Thereza Santos) - Rua Travessa A. Valente (Entre a Rua Laurindo flavio Scopel e BR 163) - Rua Travessa A. Alves (Entre as ruas Laurindo F. Scopel e BR 163) - Rua Canela (Entre as ruas Sibipiruna e Figueira) - Rua Chorão (Entre as ruas Otília B. Pavanelo e Peroba) - Rua Angico (Entre as ruas Sirigueira e Rotary club) - Rua Alecrim (Entre as ruas Sirigueira e Palmeiras) - Rua Extremosa I (Entre as ruas Rotary club e Marfim) - Rua Extremosa II (Entre as ruas Araucária e Sibipiruna + 50 m - Aprox) - Rua Otilia Brembati Pavanello (Entre as ruas Chorão e Origenes G. do Carmo) - Rua Rotary Club (Entre as Ruas Origenes G. do Carmo e BR 163) - Rua Seringueira (Entre as ruas alecrim e Pinheiro) - Rua Dos Andrade (Entre as ruas Fortaleza e Amazonas) - Rua Pedro Onor Angonesi (Entre as ruas João M. Correa e Presidente Vargas) - Rua Luiza Carlotto de Sá (Entre as ruas Pedro Onorangonesi e Presidente Vargas) - Rua República Argentina (Entre as ruas Pedro Onorangonesi e Presidente Vargas) - Rua João Maria Correa (Entre as ruas Pedro Onorangonesi e Presidente Vargas) - Rua Tiradentes I (Entre as ruas Pedro Orangonesi e Engº Romero Gil) - Rua Tiradentes II (Entre as ruas Waldemiro Petry e Adalberto Iser) - Rua Sebastião de Lima I (Entre as ruas Waldemiro Petry e Adalberto Iser) - Rua Sebastião	SERV	1,00	10.738.000,00	10.738.000,00

		de Lima II (Entre as ruas Pedro Onor Angonesi e engº Romero Gil) - Rua Princesa Isabel (Entre as ruas Gonçalves Dias e Engº Romero Gil + 86 m) Área Pavimentada: 58.958,53 m² Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução: 300 (trezentos) dias; Local: Bairros Parque das Embuvas, Entre Rios, Jardim Arisi, Jardim Fronteira, Jardim Itália, Nobo Horizonte, Sete de Stembro, Vila Aurora, Princesa Isabel e Vila Catarina na Sede do Município de Santo Antônio do Sudoeste				
TOTAL						10.738.000,00

Adjudico e Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste - PR, em 16/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:686A8C14

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0106/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0106/2026

OBJETO: Locação de imóvel para incentivo às indústrias e comércios locais, previsto na Lei Municipal Nº 1.593/2003, artigo 8º e de acordo com Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
LUIZ NARDI	1	1	LOCAÇAO DE IMÓVEL, LOTE RURAL N 23 situado de frente para a rua Saída para Linha Cerro Negro, da Planta Geral desta cidade e Comarca com área de 11.308,00 m2 (onze mil, trezentos e oito metros quadrados), e com um barracão Industrial medindo 15,00 x 18,00 metros quadrados, neste município e comarca de Santo Antônio do Sudoeste PR, com os limites e confrontações constantes na Matricula n° 6.366, do cartório de Imóveis da Comarca De Santo Antônio do Sudoeste-PR.	12,00	2.000,00
LORENI LEMES DE LIMA	2	1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL lote urbano 01, da quadra n 162, situada na rua projetada B, do loteamento Bairro Industrial da Planta Geral desta cidade e Comarca com uma área de 907,10m2 (novecentos e sete metros quadrados e dez decímetros quadrados) com uma construção em alvenaria, com os limites e confrontações na matrícula n° 13.603, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste pr.	12,00	2.824,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 22/10/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:33985A87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 06/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026 MÉDICO - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA / ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE GABARITO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026, instituída pela Portaria Municipal nº 205/2026, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura, especialmente com as disposições relativas ao julgamento dos recursos contra questões e gabarito, TORNA PÚBLICO o GABARITO DEFINITIVO da Prova Objetiva aplicada em 17 de outubro de 2026 para a função de Médico - Estratégia Saúde da Família/Atenção Primária à Saúde.

1. DO GABARITO DEFINITIVO

1.1. O gabarito definitivo da Prova Objetiva, composta por 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, é o seguinte:

Questão	Resp.	Questão	Resp.	Questão	Resp.	Questão	Resp.
1	**C**	11	**C**	21	**C**	31	**C**
2	**D**	12	**D**	22	**E**	32	**A**
3	**E**	13	**C**	23	**D**	33	**B**
4	**D**	14	**A**	24	**B**	34	**D**
5	**E**	15	**E**	25	**B**	35	**B**
6	**B**	16	**C**	26	**D**	36	**A**
7	**A**	17	**C**	27	**E**	37	**C**
8	**A**	18	**A**	28	**B**	38	**E**
9	**B**	19	**E**	29	**E**	39	**C**
10	**A**	20	**D**	30	**A**	40	**A**

2. DOS EFEITOS DO GABARITO DEFINITIVO

2.1. A correção das folhas de respostas observará exclusivamente o gabarito definitivo publicado neste Edital.
2.2. Caso tenha ocorrido alteração de alternativa em relação ao gabarito preliminar, todos os cartões-resposta deverão ser corrigidos segundo o gabarito definitivo, aplicando-se a alteração indistintamente a todos os candidatos.

2.3. Caso tenha ocorrido anulação de questão em razão da fase recursal, os 2,5 (dois vírgula cinco) pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova, conforme o Edital de Abertura.
2.4. Após a publicação do gabarito definitivo, não caberá novo recurso sobre matéria já decidida nesta fase, ressalvada a hipótese de erro material comprovado, nos termos do Edital de Abertura.

3. DAS PRÓXIMAS ETAPAS

3.1. A apuração das notas e da classificação observará a pontuação prevista no Edital de Abertura, atribuindo-se 2,5 (dois vírgula cinco) pontos por questão, total máximo de 100 (cem) pontos e aprovação aos candidatos que obtiverem, no mínimo, 60 (sessenta) pontos.
3.2. O resultado e a classificação preliminar serão publicados conforme o cronograma oficial do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital de Abertura e dos atos posteriores do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026.
4.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
São Jerônimo da Serra - PR, 23 de outubro de 2026.

COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026
Portaria Municipal nº 205/2026

GENAÍS CRISTINA SUTIL DA COSTA	***MARIA GABRIELA PERSEGUINO FAUSTINO***
Presidente da Comissão	Secretária da Comissão
MÁRIO MAKOTO SATO	***ADRIANA ARASE***
Membro - Médico	Membro
FÁTIMA KONDO	
Membro	

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:793819A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PE 31/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2026 – PMSPPR
IDEUSO Nº 2026288
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 73/2026
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026-**PMSPPR**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ
DETENTORA: HOPE VIGILÂNCIA LTDA-ME**,**
CNPJ: 45.388.599/0001-10

01- Do objeto e valor: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADOS, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EMITIDA PELA POLÍCIA FEDERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO ANEXO I DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO., conforme a seguir:

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	31428	Prestação de serviços de segurança desarmados, em regime de diária de 08 (oito) horas, executados por profissionais devidamente qualificados e com autorização da Polícia Federal, correndo por conta exclusiva da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos, taxas, custos de transporte, uniformes, equipamentos e quaisquer outras necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações.	uni	1.500	R$ 285,0000	R$ 427.500,0000	Própria Prestação de Serviços
					TOTAL:	R$ 427.500,0000	

LOTE 2: LOTE 2

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	31429	Prestação de serviços de segurança desarmados, executados por profissionais devidamente qualificados e com autorização da Polícia Federal, correndo por conta exclusiva da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributos, taxas, custos de transporte, uniformes, equipamentos e quaisquer outras necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações.	HORA	800	R$ 37,0000	R$ 29.600,0000	Própria Prestação de serviços
					TOTAL:	R$ 29.600,0000	

Prazo de vigência: 12 meses, contados da assinatura da ata de registro de preço.

São Pedro do Paraná-PR, 21 de outubro 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:9CFCCEF6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal Exilaine Gaspar, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a adjudicação por parte do Agente de Contratação/Pregoeiro, **homologa** os procedimentos de **Aquisição de um CAMINHÃO PLATAFORMA (PRANCHA),** conforme segue:

Situação: Aceito e Habilitado
Aceito para: MANUPA COMÉRCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA
CNPJ Nº 03.093.776/0008-68

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	1,00	UNIDADE	Contratação de empresa para fornecimento de caminhão plataforma prancha (8x4), com peso bruto total (PBT) homologado de 29.000 kg e capacidade máxima de tração (CMT) de 33.000 kg, com plataforma de comprimento mínimo de **11 (onze) metros** e largura mínima de **3,20 m**, modelo de fabricação **2025/2025**, novo, zero quilômetro, com potência mínima de **286 CV**. O veículo deverá possuir **rampa traseira com acionamento hidropneumático**, aro e pneu de socorro com câmara, espelhos externos com braços fixados à cabine, macaco hidráulico tipo garrafa compatível com a capacidade do veículo, kit de ferramentas conforme exigido pela legislação vigente e normas do CONTRAN, **adesivagem** com a logomarca do **Programa** e do **Município**, ar-condicionado, rádio com entrada USB, vidros e travas elétricas. A plataforma deverá ser confeccionada em **aço de construção**, com material equivalente ou superior a **SAE 1020, ASTM A-36 ou SAC-350**, com proteções laterais conforme a Resolução nº 323/2009 do CONTRAN, anteparos (para-barros) confeccionados em chapas de aço e para-choque traseiro em estrutura reforçada, com faixas refletivas nas laterais, conforme a Resolução nº 152/2003 do CONTRAN. Deverá ser fornecida **garantia mínima de 12 (doze) meses**, a contar da entrega técnica do veículo, bem como **treinamento de mecânicos e motoristas**, sendo a entrega técnica realizada pelo fornecedor com emissão de certificado. **MARCA: VOLVO** **MODELO: VM 290 6X4 ISHIFT**	R$ 817.800,00	R$ 817.800,00
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 817.800,00						

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 817.800,00

São Sebastião da Amoreira - PR, 22 de outubro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:B1FFD9AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 257/2025

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 257/2025
Pregão Eletrônico nº 63/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 257/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA LUCIMARA FATIMA COELHO - MEI.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo *SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal*, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula

nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa LUCIMARA FATIMA COELHO-MEI, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Sapopema/PR. Rua Domingos F. de Melo, 30, Bairro Alto Alegre- CEP: 84290-000. Telefone (43) 98485-1390-E-mail-lucimaracoelhosapopema@hotmail.com. Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 61.924.408/0001-44, neste ato representada pela Sra. Lucimara Fátima Coelho, brasileira, maior, portadora do CPF: nº 021.560.549-75 e RG: nº 5.723.820-8 - SESP/PR, residente e domiciliada na cidade de Sapopema/PR., tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Prazo e Valor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a Prorrogação do contrato e renovação do quantitativo conforme a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. Na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, presente termo aditivo fica prorrogado a vigência do contrato, até o dia 25 de novembro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO E VALOR

3.1. Fica acrescido o valor de R$: 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), para a prestação de serviço referente ao ano escolar de 2027.

3.2. Fica acrescido o valor de R$: 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), para a prestação de serviço referente Projeto de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CIPS, no ano de 2027.

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
2	1	Preparo de refeições para crianças, adolescentes e idosos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CIPS – Centro Integrado de Projetos Socias, conforme cardápio fornecido. Lanche da manhã; Almoço; Lanche da tarde	UND	40.000,00	1,20	48.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.0. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
CLÁUSULA QUINTA– As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.
E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema Pr, 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:23FB8090

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 256/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 256/2025

Pregão Eletrônico nº 63/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 256/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA ANDERSON CARNEIRO LUZ -MEI.
O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo *SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal*, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ANDERSON CARNEIRO LUZ-MEI, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Sapopema/PR. Sítio Bro Reforma Três, Bairro São Luiz II - CEP: 84290-000. Telefone (43) 99617-8709 - E-mail: andersoncarneiroluz66@gmail.com . Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 43.811.665/0001-98, neste ato representada pelo Sr. Anderson Carneiro Luz, brasileiro, maior, portador do CPF: nº 134.339-599-27, RG: nº 15.043.497-1 - SESP/PR, residente e domiciliado na cidade de Sapopema/PR., *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Prazo e Valor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a Prorrogação do contrato e renovação do quantitativo conforme a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. Na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, presente termo aditivo fica prorrogado a vigência do contrato, até o dia 25 de novembro de 2027.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO QUANTITATIVO E VALOR

3.1. Fica acrescido o valor de R$: 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), para a prestação de serviço referente ao ano escolar de 2027.

Lote	Item	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	1	Preparo de refeições para os alunos da rede escolar do município, conforme cardápio fornecido por Nutricionista. Lanche da manhã; Almoço;	UNIT	40.000,00	1,20	48.000,00

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUINTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.
E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema Pr, 23 de outubro de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:70D80D2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2026/SME

Estabelece normas para a realização de matrículas das crianças/estudantes para o ano letivo de 2027, nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Terra Boa.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 205, 206, 208 e 227 da Constituição Federal de 1988, que asseguram o direito à educação e estabelecem o dever do Estado, da família e da sociedade na garantia dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto à obrigatoriedade da Educação Básica, à organização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e ao dever do Poder Público de assegurar o acesso à educação;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente os dispositivos que asseguram o direito à educação, ao acesso e à permanência na escola;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018, que estabelece diretrizes operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, observados os critérios de idade e a data de corte etário nela estabelecidos;
CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 06/2025, que estabelece normas complementares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, observada sua pertinência à organização da oferta municipal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto ao tratamento e à proteção dos dados pessoais das crianças, dos estudantes e de seus responsáveis legais;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que assegura o direito à educação em igualdade de condições e veda práticas discriminatórias no acesso e na permanência escolar;
CONSIDERANDO, a Lei Federal n.º 14.886, de 11 de junho de 2024, que institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas; -
CONSIDERANDO, Lei Estadual n.º 19.534, de 05 de junho de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar;
CONSIDERANDO , a Lei Estadual n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 19.534, de 5 de junho de 2018, que dispõe sobre a apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula ou rematrícula nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná, observados os procedimentos legalmente aplicáveis;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4.134/2025, que institui normas e procedimentos de atendimento e expansão de vagas na Educação Infantil no Município de Terra Boa, desde que vigente e aplicável ao procedimento de chamamento e distribuição de vagas;
CONSIDERANDO o Decreto N° 4.309/2026, que Regulamenta o uso, tratamento e divulgação de imagens de crianças e adolescentes nas instituições Escolares da Rede Municipal de Ensino de Terra Boa, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – LGPD, Lei nº 8.069/1990;
CONSIDERANDO, a Instrução Normativa n.º 01/2021 – DGDE/DPGE/SEED, que instrui os procedimentos necessários à Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD para uso e acesso ao Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos transparentes, uniformes e acessíveis para a realização das matrículas e rematrículas, a distribuição de vagas, a organização dos registros escolares e a garantia de acesso e continuidade dos estudos;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que a ausência de documento não essencial, a vulnerabilidade social, a deficiência ou outras condições pessoais da criança ou do estudante não constituam impedimento indevido ao acesso à educação, sem prejuízo da regularização documental e dos encaminhamentos legalmente cabíveis;
CONSIDERANDO, Deliberação CEE/PR nº 06/2025, Normas Complementares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO, Deliberação CEE/PR nº 07/2025, que trata das normas que instituem o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
CONSIDERANDO, A Resolução n.º 777/13 – GS/SEED, com as orientações do transporte escolar para a Rede Estadual de Ensino; bem como a necessidade de estabelecer normas para a realização de rematrículas, matrículas e transferências para o ano letivo de 2027 nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de Terra Boa;

CONSIDERANDO, A Instrução Normativa DGDE/DPGE/SEED n.º 01, de 26 de fevereiro de 2021, que instrui os procedimentos necessários à LGPD para uso e acesso ao Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE;

CONSIDERANDO, A Deliberação CEE/PR n.º 06/2025, de 05 de setembro de 2025 - que estabelece as Normas Complementares para a Educação Infantil no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO, Instrução Normativa nº 04/2026 – DPGE/DPR/SEED, Atualiza as Diretrizes Curriculares Complementares e o Referencial Curricular do Paraná para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

RESOLVE:
ESTABELECER os procedimentos para a realização das matrículas e rematrículas para o ano letivo de 2027 nas instituições de ensino da Rede Pública Municipal de Terra Boa – Paraná, conforme as disposições desta Instrução Normativa.

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

A presente Instrução Normativa apresenta a organização e os procedimentos para a efetivação das rematrículas e matrículas para o ano letivo de 2027 nas Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação, e foi organizada por meio de itens comuns, conforme segue:

Preâmbulo: Base Legal
1. Das Disposições Gerais
2. Da Chamada Escolar
3. Critérios para Distribuição de Vagas por Turno
4. Da Responsabilidade das Instituições de Ensino
5. Da Rematrícula
6. Da Rematrícula e Matrícula No Distrito
7. Da Matrícula - Educação Infantil (Infantil IV E V)
8. Da Matrícula - 1º Anos
9. Da Matrícula Inicial - Educação de Jovens e Adultos – EJA
10. Matrículas na Educação Especial
11. Chamamento e Matrícula Inicial
12. Dos Documentos Obrigatórios para a Matrícula Inicial
13. Do Remanejamento de Turno
14. Transferência
15. Transporte Escolar
16. Documentos Obrigatórios que Constam no Sere
17. Ordem de Organização da Pasta Individual do Estudante.
18. Quantidade de Estudantes por Seriação.
19. Das Disposições Transitórias e Finais
Anexos – Cronogramas e Modelos de Documentos

DA CHAMADA ESCOLAR

O dever do Município enquanto Poder Público é o de garantir a oferta e o acesso a todos a uma vaga escolar de Educação Infantil (Infantil IV e Infantil V) e/ou Ensino Fundamental - Anos Iniciais, em uma Instituição de Ensino da Rede Pública Municipal.
A Secretaria Municipal de Educação e Cultura e às Instituições de Ensino Municipal serão responsáveis pela divulgação das datas e procedimentos necessários para o processo de matrícula, bem como da obrigatoriedade da Educação Infantil (Infantil IV e Infantil V) às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, nascidas até **31/03/2023 e 31/03/2022**, que estão fora da escola.
O Poder Público não se obriga a garantir vaga escolar em Instituições de Ensino e turnos de preferência do pai/mãe ou responsável legal.

CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR TURNO

3.1 A Distribuição ocorrerá preferencialmente por georreferenciamento;
3.2 Quando a instituição de ensino ofertar os mesmo anos/séries, em mais de um turno, e a procura de matrículas por um desses turnos for superior ao número de vagas disponíveis, a direção escolar deverá:
1º) Confirmar, inicialmente, o número de matrículas no ano/série para o ano letivo de 2027, sem a definição de turno;
2º) Quando a **quantidade** de estudantes **for** superior **à** de vagas disponíveis em determinado turno, a distribuição será realizada mediante ordenação **dos** estudantes por idade cronológica dentro de cada ano escolar. Para fins de classificação, os estudantes serão organizados da menor para a maior idade, com base na data de nascimento registrada nos documentos oficiais de matrícula, de modo que os mais novos tenham prioridade na composição das turmas destinadas às menores faixas etárias, respeitada a organização dos turnos estabelecida pela instituição.
3º) Terão prioridade, quando devidamente comprovadas e quando houver previsão legal ou orientação da mantenedora, as situações que demandem organização específica de turno, tais como:
I – estudantes que dependam de Transporte Escolar Rural para acesso e permanência na instituição;
II – outras situações relacionada a matrícula escolar, será resolvida com a direção escolar da Instituição de Ensino.

DA RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

As Instituições de Ensino devem cumprir rigorosamente o **Cronograma de matrícula e rematrícula**.
As Escolas Municipais e os Centros Municipais de Educação Infantil, em conjunto com a Documentação Escolar da SME organizará as turmas e turnos, visando atender o maior número possível de crianças/estudantes conforme proximidade da localização da residência.

DA REMATRÍCULA

A rematrícula destina-se aos estudantes matriculados em 2026, na Educação Infantil, Ensino Fundamental séries iniciais e Educação de Jovens e Adultos (EJA), que prosseguirão seus estudos no ano letivo de 2027, nas mesmas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal.
O período de Rematrícula nos **Centros Municipais de Educação Infantil** será nos **dias 03 e 04 de novembro** e nas **Escolas Municipais** será nos dias **03 a 06 de novembro de 2026**, os responsáveis das crianças/estudantes deverão comparecer na Instituição de Ensino para assinar e efetivar a matrícula para o ano letivo de 2027.
No ato da rematrícula, os secretários deverão disponibilizar aos pais da Educação Infantil/ Ensino Fundamental que querem transferência para uma escola mais próxima da sua residência, o Cadastro de Espera de Vaga Escolar, sendo de responsabilidade da família o preenchimento com informações fidedignas.
O preenchimento não garante a vaga, serão ofertadas as vagas em aberto de acordo com classificação da planilha de cadastro. Caso as informações não sejam comprovadas no ato da matrícula, a mesma não será atendida.
O estudante não aprovado no ano letivo de 2026 manterá sua matrícula na Instituição de Ensino de origem ou poderá requerer a sua transferência para outra Instituição, desde que haja vaga disponível.
Documentação obrigatória para a rematrícula que deverá ser arquivada na pasta individual da criança/estudante:
Comprovante de endereço, sendo obrigatoriamente a fatura da concessionária de energia elétrica (Copel) atualizada, no prazo máximo de 03 (três) meses, no nome dos pais ou responsável legal;

Caso no ato da rematrícula o responsável não tenha a conta da energia elétrica em seu nome, deverá obrigatoriamente anexar com a fatura da Copel um documento que comprove o endereço, sendo: conta da fatura da água, fatura do cartão de crédito, fatura da internet, do telefone celular ou contrato de aluguel. Que poderá ser enviado de forma física;
Declaração de Vacinação na qual ateste que a criança/estudante está com as vacinas em dia, emitida pela Unidade de Saúde mais próxima da residência;
Cópia da folha do Cad Único para estudantes Bolsa Família, quando houver;
Cartão do SUS da criança/estudante;
RG da criança/estudante, caso tenha;
CPF da criança/estudante, caso tenha;
RG e CPF dos pais ou responsáveis legais da criança/estudante;
Se o responsável pela criança/estudante for pessoa que não conste na certidão de nascimento do mesmo, deve solicitar ou constar na pasta um documento que comprove juridicamente o poder desse responsável. (documento de adoção, guarda, procuração ou declaração);
Requerimento de renovação de matrícula emitida pelo SERE WEB.
No ato da rematrícula, caso o responsável não esteja com todos os documentos solicitados, o secretário deverá realizar a rematrícula e solicitar a apresentação dos mesmos no prazo máximo de 15 dias.
Para a realização da rematrícula é necessário que o responsável da criança/estudante compareça à Instituição de Ensino nos prazos estipulados, caso não seja possível o responsável deverá fazer uma procuração nomeando outro responsável com firma reconhecida em Cartório.
No ato da rematrícula caso o responsável legal tenha ficado insatisfeito com o turno proposto, deverá solicitar ao secretário a inserção do nome da criança/estudante na lista de espera de remanejamento para o próximo ano.
O estudante da Educação de Jovens e Adultos - EJA com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos poderá efetivar a sua própria rematrícula, salvo aquele que nos termos da Lei, necessita de representação do pai/mãe ou responsável legal.

DA REMATRICULA E MATRÍCULA NO DISTRITO

No dia 12 de novembro de 2026 será realizada as rematrículas e matrículas na Escola Municipal do Campo Manoel Marques Rosa.

DA MATRÍCULA - EDUCAÇÃO INFANTIL (INFANTIL IV E V)

Nos dias **09 a 11 de novembro de 2026** os responsáveis pelas crianças matriculadas nas turmas de Maternal II do CMEI Criança Feliz, CMEI Professora Maria das Dores de Alcantâra e CMEI Pequeno Polegar e aqueles que não possuem matrícula no ano letivo de 2026, nos CMEIs citados, deverão procurar o CMEI Tia Maria Carmem Fernadez Rodriguez para realizar a matrícula para o Ano Letivo de 2027, caso o responsável não cumpra as datas estipuladas, perderá o direito a classificação pela idade cronológica.

DA MATRÍCULA - 1º ANOS

As crianças matriculadas no CMEI Tia Maria Carmem Fernadez Rodriguez no Infantil V, serão encaminhadas às escolas, para o Ano Letivo de 2027, seguindo o georreferenciamento com base no endereço da unidade consumidora (energia) vinculada ao estudante no Sistema SERE. Os responsáveis deverão procurar as escolas nos dias **10 e 11 de novembro de 2026** para realizar a matrícula, caso o responsável não cumpra as datas estipuladas, perderá o direito a classificação pela idade cronológica na Instituição indicada pelo georreferenciamento, sendo a vaga remanejada conforme disponibilidade.

DA MATRÍCULA INICIAL - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Para a matrícula de ingresso na Educação de Jovens e Adultos (EJA), deverá ser observada a idade mínima de 15 (quinze) anos completos.
As matrículas novas para estudantes da EJA, referentes à 1ª e 2ª Etapas de 2027, ocorrerão entre os dias **10 e 11 de novembro de 2026,** na Escola Municipal Professor Adriano Franco**.** No entanto, havendo vagas, poderá ser feita a qualquer momento durante o semestre letivo.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

10.1 As crianças ou estudantes da Educação Especial, que necessitarem receber Atendimento Educacional Especializado - AEE, poderão ser matriculados em Salas de Recursos Multifuncionais – SRM ou atendidas por professores de apoio, denominados PAEE, na própria escola de matrícula ou em outra escola da Rede Municipal de Ensino.
10.2 Terão direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) os estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA), bem como outros estudantes que, mediante avaliação pedagógica, por meio do Estudo de Caso, apresentem necessidade de atendimento, observadas a legislação vigente, as normativas aplicáveis e as opções de matrícula disponíveis no SERE.
10.3 A matrícula no Atendimento Educacional Especializado (AEE) não estará condicionada exclusivamente à apresentação de laudo médico, diagnóstico clínico ou qualquer outro documento emitido por profissional da saúde. A identificação das necessidades educacionais específicas do estudante e a organização dos recursos, serviços e estratégias de acessibilidade deverão fundamentar-se em procedimentos pedagógicos, especialmente no Estudo de Caso, realizado pela equipe escolar, com vistas à identificação das necessidades de aprendizagem, das potencialidades do estudante e dos apoios necessários ao seu pleno desenvolvimento educacional.
10.4 Os registros e documentos pedagógicos referentes à identificação das necessidades educacionais, ao planejamento e ao acompanhamento do atendimento deverão ser devidamente elaborados, organizados e inseridos no SERE, conforme as orientações da Secretaria Municipal de Educação e a legislação vigente.

CHAMAMENTO E MATRÍCULA INICIAL

11.1 O Setor da Central de Vagas da Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a ordem dos cadastros e critérios de prioridade conforme o Decreto em vigor nº 4.134/2025 iniciará **o chamamento** em **09 de novembro de 2026**, para ocupação das vagas nos CMEIs no ano letivo 2027, do seguinte modo:
O Setor da Central de Vagas fará contato com o pai/mãe ou responsável legal, a fim de comunicar a Vaga no CMEI;
O pai/mãe ou responsável legal deverá comparecer ao Setor Responsável pela Central de Vagas para retirar a Ficha de Encaminhamento de vaga, no prazo de **3 (três) dias úteis** e caso não compareça, será realocado no fim da lista de espera;
De posse da Ficha de encaminhamento de vaga e munido dos demais documentos para matrícula, o pai/mãe ou responsável legal deverá comparecer ao CMEI, no prazo de até **três dias úteis** para efetuar a matrícula, contado a partir da data de emissão do documento.

11.2 Os CMEIs em hipótese alguma poderão matricular crianças sem a apresentação da Ficha de Encaminhamento de Vaga, emitida pela Central Única de Vagas.
11.3 Havendo desistência de vaga da criança já inserida no CMEI, a Direção deverá preencher o Cancelamento da Matrícula e informar, imediatamente, a Central de Vagas, a fim de que essa vaga seja disponibilizada para outra criança da Fila Única ou da Fila de Espera para transferência.

DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA A MATRÍCULA INICIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

12.1 Informação e documentação obrigatória para efetivação da matrícula inicial para o ano letivo de 2027, conforme segue:
Requerimento de matrícula assinado pelos pais ou responsável legal e equipe diretiva, a Instituição que usa o SERE pode emitir esse documento do próprio sistema para preenchimento manual**.**
Certidão de Nascimento, (original e cópia);
Carteira de Identidade do estudante caso tenha;
Cópia do CPF do estudante caso, o Nº não consta na Certidão de Nasciemnto;
Declaração de Vacinação na qual ateste que a criança/estudante está com as vacinas em dia no ato da matrícula, emitida pela Unidade Básica de Saúde;
Ficha de saúde, extraída do SERE, conforme.
Comprovante de endereço, sendo obrigatoriamente a fatura da concessionária de energia elétrica (Copel) atualizada, máximo de 03 meses - caso esta não estiver no nome do responsável legal pela criança/estudante, deverá ser entregue um comprovante complementar em nome do responsável, como correspondências institucionais de bancos, empresas telefônicas, lojas, entre outros;
Termo de Autorização de Uso de Imagem, extraída do SERE e a da Secretaria de Educação;
lX. Cópia da folha do Cad Único para estudantes que possue Bolsa Família;
Cartão do SUS; (cópia);
Número de telefone para contato, preferencialmente de um celular;
CPF do pai ou da mãe ou do responsável legal ou Registro Nacional Migratório – RNM/Protocolo de Solicitação de Refúgio (original e cópia);
Em se tratando de pai/mãe separados ou responsável legal pela criança/estudante, apresentar documento judicial (Termo de Guarda ou Tutela) ou documento extrajudicial (Procuração) com firma reconhecida;
Diante da impossibilidade de pai/mãe e ou responsável comparecer para efetivar a matrícula da criança/estudante, o responsável deverá fazer uma procuração nomeando outro responsável com firma reconhecida em Cartório, ou uma declaração do Conselho Tutelar.
12.2 O registro das matrículas pelas Instituições de Ensino, no Sistema Escola Web, ocorrerá somente a partir da abertura do período letivo de 2027.

DO REMANEJAMENTO DE TURNO

13.1. O Remanejamento de Turno será possível se houver vaga remanescente, mediante preenchimento dos critérios a seguir:
Usuário de Transporte Escolar Rural;
Necessidade de atendimento em Sala de Recursos Multifuncionais;
Possui irmão matriculado na escola no turno contrário;
Em tratamento médico e/ou hospitalar continuo;

TRANSFERÊNCIA

14.1 Compreende-se por transferência escolar a movimentação de criança/estudante, realizada a pedido do responsável legal ou do estudante maior de 18 (dezoito) anos durante o ano/período letivo, entre instituições de ensino, segundo o que está previsto na Instrução Normativa N.° 1/2024 - DGDE/DPGE/SEED.
14.2 Transferências Impressas (outros estados, países ou Escola que não utilizam o Sistema Sere Web).
14.3 A criança/estudante oriundo por Transferência de Matrícula de Instituição de Ensino de outros Estados, Municípios ou da rede privada de ensino, serão direcionados para a escola mais próxima com vaga disponível.
14.4 Caso o responsável legal não conseguir vaga na Instituição de Ensino pretendida, caberá ao Diretor e Secretário Escolar, verificar a existência de vaga nas escolas de sua área de abrangência para atendimento à criança/estudante e avisar ao mesmo.
14.5 Não havendo vaga nas escolas de sua abrangência, o Diretor ou Secretário devem informar à Divisão de Documentação Escolar para que esta tome as devidas providências.
14.6 Transferência On-line (entre as Escolas Municipais de Terra Boa ou de outros municípios do Paraná que utilizam o Sistema Sere Web:
14.7 O processo on-line de transferência escolar foi aderido pela rede municipal de ensino por meio da rede estadual que já a utiliza. Transferência On-line é uma tramitação realizada diretamente no SERE a partir da solicitação do responsável legal ou do estudante maior de 18 (dezoito) anos, da instituição de ensino de DESTINO (onde a criança/estudante pretende estudar) para a instituição de ensino de ORIGEM (onde a criança/estudante está matriculado).
14.8 Na Transferência On-line o responsável legal busca a Escola DESTINO que deseja transferir a criança/estudante solicitando disponibilidade de vaga, caso a mesma tenha vaga disponível, enviará o pedido de transferência via Sere Web para Escola ORIGEM (escola onde a criança/estudante está matriculado).
14.9 Após iniciar o processo de transferência on-line, a Escola ORIGEM deverá enviar as faltas e notas do LRCOM para o Sere Web, carregando essas informações na Guia de Transferência. Antes de finalizar a transferência deverá ser anexado a **PIVE (Pasta Individual Virtual do Estudante)** da criança/estudante a Guia de Transferência e o Histórico Escolar. A Escola **DESTINO** poderá efetivar a matrícula após a liberação da transferência.
14.10 O processo de transferência on-line deve ser concluído no prazo máximo de 3 dias.
14.11 Além dos documentos obrigatórios para realização da matrícula, para a Transferência deverá também ser apresentado o Histórico Escolar e/ou Guia de Transferência.
14.12 Os critérios para as distribuições de vagas serão:
Georreferenciamento/estudante que possui irmão matriculado na instituição para o Ano Letivo de 2027;
Estudante usuário de Transporte Escolar Público, caso a instituição seja atendida pela respectiva rota;
Estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade social, conforme análise da Equipe Multiprofissional;
Demais estudantes conforme vagas e interesse dos pais e/ou responsáveis.
14.13 Após a análise, para os estudantes que forem contemplados com a vaga de transferência, a instituição deverá entrar em contato com os responsáveis para realizar a matrícula.

14.14 A instituição deverá entrar em contato com os responsáveis que não conseguiram vaga de transferência, avisando-os que não houve vaga disponível para transferência.
14.15 Para os estudantes que conseguirem a vaga para transferência, o responsável deverá seguir os procedimentos abaixo:
A instituição de destino desejada deve entregar o documento de Declaração de Existência de Vaga (dentro do Município);
Após posse da declaração da vaga procurar a instituição de origem e apresentá-la, solicitando a transferência, a Instituição deve entregar a Ficha Individual do Aluno para o responsável e este deverá assinar a Declaração de Desistência da Vaga naquela Instituição para 2027, e assinar também a declaração de desistência do transporte escolar, caso faça uso;
A permanência do estudante deverá ser até o último dia de aula de 2026, sendo a transferência válida para o ano letivo de 2027;
OBS: Para as turmas de Infantil 4 até o 2º ano, o Parecer Descritivo Final deve ser encaminhado para a Instituição de Ensino de destino no início do Ano Letivo de 2027. Para transferências no decorrer do Ano Letivo, a Instituição deve enviar o Parecer Descritivo Parcial para a Instituição de Destino no prazo de 3 dias úteis.
14.16 Quando houver solicitação de transferência de estudante para outros Municípios, no período de Outubro a Dezembro de 2026, orientar o responsável que está retirando a transferência, a matricular o estudante imediatamente no Município de destino, tendo em vista que o estudante não concluiu o Ano Letivo de 2026. Na declaração de desistência de vaga, incluir o seguinte parágrafo: **Obs: o responsável foi informado de que o estudante deve ser matrículado imediatamente no Município de destino, uma vez que o Ano Letivo de 2026 não foi encerrado. Assim, o estudante deverá concluir a seriação no Munícipio de destino.**
14.17 A Escola **ORIGEM** deve observar se o responsável legal é o mesmo que consta no cadastro da criança/estudante, caso não seja, ela poderá indeferir a solicitação, justificando o motivo a Escola **DESTINO**.

15 TRANSPORTE ESCOLAR

15.1 No ato das novas matrículas ou rematrículas, deverá ser verificada a necessidade de utilização do transporte escolar. Havendo essa necessidade, o responsável deverá informar o endereço residencial para identificação do ponto de embarque mais próximo.
15.2 Os casos omissos ou excepcionais referentes ao transporte escolar, serão analisados individualmente pela Secretaria Municipal de Educação, mediante a apresentação dos respectivos laudos comprobatórios, que deverão ser entregues na SME, no Departamento de Transporte Escolar.
15.3 O município não se obriga a garantir a vaga escolar em estabelecimento ou turnos de preferência do estudante e de sua família, quando esse ocorrer a Secretaria Municipal de Educação não se responsabilizará pelo Transporte Escolar.
15.4 O transporte escolar, deve ser informado no Sistema Sere, imediatamente após a inclusão da matrícula do estudante no referido sistema.

16 DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE CONSTAM NO SERE

16.1 Segue abaixo os documentos que devem conter na pasta do estudante:
Para Renovação de Matrícula:
Requerimento de Renovação de Matrícula 2027 (consta para download no Sere);
Ficha de Saúde (consta para download no Sere), deve ser renovada anualmente;
Termo de Cessão de Uso de Imagem (consta para download no Sere) deve ser renovado anualmente.

Para Matrícula Inicial
Requerimento de Matrícula 2027 (consta para download no Sere);
Ficha de Saúde (consta para download no Sere);
Termo de Cessão de Uso de Imagem (consta para download no Sere).

17. ORDEM DE ORGANIZAÇÃO DA PASTA INDIVIDUAL DO ESTUDANTE

17.1 EDUCAÇÃO INFANTIL
Requerimento de Matrícula
Renovação de Matrícula (se houver)
Certidão de Nascimento
Comprovante de endereço (fatura da Copel)
Ficha de Saúde
Transferências
Parecer Descritivo
Atestado Vacinal
Termo de Cessão de Uso de Imagem (SERE e Munícipio)
Autorização de saída
Demais documentos (ex: cópia do RG e CPF dos responsáveis, cópia do Cartão SUS, Termo de Responsabilidade da Instituição, etc).

17.2 ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO):
Requerimento de Matrícula
Renovação de Matrícula (se houver)
Certidão de Nascimento
Comprovante de endereço (fatura da Copel)
Ficha de Saúde
Transferências (Histórico Escolar)
Parecer Descritivo dos anos iniciais (se houver)
Ata ou Ato de Regularização (se houver)
Ata de Classificação (se houver)
Cópia dos Processos de Regularização de Vida Escolar (se houver)
Avaliações do Processos Realizados (se houver)
Atestado Vacinal
Termo de Cessão de Uso de Imagem (SERE e Munícipio)
Autorização de saída
Laudos (se houver)
Demais documentos (ex: cópia do RG e CPF dos responsáveis, cópia do Cartão SUS, Termo de Responsabilidade da Instituição, etc).

17.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL:
Requerimento de Matrícula
Renovação de Matrícula (se houver)
Certidão de Nascimento
Comprovante de endereço (fatura da Copel)
Ficha de Saúde
Transferências (Histórico Escolar)
Parecer Descritivo dos anos iniciais (se houver)
Ata ou Ato de Regularização (se houver)
Ata de Classificação (se houver)
Cópia dos Processos de Regularização de Vida Escolar (se houver)
Avaliações do Processos Realizados (se houver)
Atestado Vacinal
Termo de Cessão de Uso de Imagem (SERE e Munícipio)
Autorização de saída
Laudos
Demais documentos (ex: cópia do RG e CPF dos responsáveis, cópia do Cartão SUS, Termo de Responsabilidade da Instituição, etc).

QUANTIDADE DE ESTUDANTES POR SERIAÇÃO

18.1 No âmbito da Educação Infantil, as normas estabelecidas pelo Estado do Paraná, são a Deliberação Nº 06/2025 e a Resolução SESA Nº 0162/05.
18.2 A organização das turmas da Educação Infantil, tendo como parâmetro a relação professor/criança, são definidas com a seguinte nomenclatura:
Berçário I: 5 crianças por profissional;
Berçário II: 8 crianças por profissional;
Maternal I: 12 crianças por profissional;
Maternal II: 18 crianças por profissional;
Infantil 4 e 5: 20 crianças por profissional.
1º e 2º ano – de 25 a 30 estudantes;
3º ano – 30 a 32 estudantes;
4º e 5º ano – 30 a 35 estudantes.
Educação de Jovens e Adultos – EJA: número máximo: 20 estudantes.
Sala de Recursos Multifuncionais - número máximo: 20 estudantes.
Classe Especial - número máximo: 10 estudantes

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

O procedimento de conferência e validação dos dados cadastrais existentes no Sistema Sere é uma ação obrigatória, a ser realizada pela instituição de ensino, portanto, a atualização de endereço e telefone dos alunos deve ser efetuada a qualquer momento do Ano Letivo.
19.2 Todos os procedimentos realizados por usuários, no Sistema Sere, são passíveis de rastreamento e o uso indevido dessa funcionalidade poderá acarretar sanções ao usuário e/ou à instituição de ensino.
19.3 As instituições de ensino que dispõem do Sistema SERE, deverão efetivar as matrículas no Sistema até o inicio do ano letivo.
19.4 É obrigatória a assinatura do pai/mãe ou responsável legal, bem como o deferimento pelo(a) Diretor(a) da Instituição de Ensino e assinatura do(a) Secretário(a) Escolar, em todos os Requerimentos de Matrícula e na Renovação de Matrícula, como deverão obrigatoriamente, anexar os referidos documentos na pasta individual da criança/estudante, observando se o mesmo está devidamente datado e assinado.
Havendo necessidade, a Secretaria Municipal de Educação fará ajustes no planejamento de turmas, de acordo com a previsão e posteriormente de acordo com Plataforma de Turmas com as matrículas já efetuadas no SERE.
As Instituições de Ensino deverão encaminhar ao Conselho Tutelar, no e-mail: conselhotutelar_tb@hotmail.com, um Ofício com a relação nominal das crianças/estudantes que os responsáveis não compareceram para realizar a rematrícula até a primeira semana após o início das aulas.
Nos casos de infrequência escolar a Equipe Diretiva deverá preencher o SERP (Sistema Estadual de Rede de Proteção).
Em hipótese alguma a criança/estudante poderá ficar sem a matrícula ou rematrícula por falta de algum documento, bem como não será admitida a omissão de vagas, salas de aula e/ou recusa de matrícula, sendo que a prática desta conduta poderá resultar em sanções administrativas, cíveis e criminais previstas em lei àquele que der causa.
No caso da criança/estudante matriculado sem a documentação necessária, será concedido o prazo de quinza (15) dias para que os pais e/ou responsável legal possam regularizá-la, após o prazo o Secretário Escolar encaminhará um oficio ao Conselho Tutelar com o nome, endereço e telefone da criança/estudante e do responsável legal.
Os casos não contemplados nesta Instrução Normativa serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SME.
O cumprimento desta Instrução Normativa é de total responsabilidade da Equipe Diretiva da Instituição de Ensino, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação.
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Terra Boa, 23 de outubro de 2026.

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária Municipal de Educação

VIVIANE CRISTINA BATISTA
Diretora Departamento de Ensino

MARTA RODRIGUES
Chefe da Divisão de Normatização Escolar

ANEXO I
CRONOGRAMA DE REMATRÍCULA E MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2027

PERÍODO	ASSUNTO
03 e 04/11/2026	Acontecerá as rematrículas nos CMEIs, onde os responsáveis deverão comparecer para assinar e efetivar a matrícula para o ano letivo de 2027.
03 à 06/11/2026	Acontecerá as rematrículas nas Escolas Municipais onde os responsáveis deverão comparecer para assinar e efetivar a matrícula para o ano letivo de 2027.
A partir de 09/11/2026	A Central de Vagas iniciará o Chamamento da Fila de Espera para ocupação das vagas nos CMEIs para o ano letivo de 2027. Acontecerá a rematricula e matrícula na Escola do Campo Manuel Marques Rosa.
09 à 11/11/2026	Matrícula nova, para as crianças da Educação Infantil (Infantil IV) que estão fora da escola, bem como as que estão matriculadas no CMEI Tia Maria.
10 e 11/11/2026	Matrícula nova, nas escolas municipais para os estudantes do 1º ano.
10 e 11/11/2026	Matrícula nova, para os estudantes da EJA (Educação de Jovens e Adultos)
17/11/2026	Divulgação da classificação de turmas por turno por idade cronológica.

ANEXO II

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ DE ALUNO(A)

(em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – LGPD, Lei nº 8.069/1990 – ECA e Lei nº 15.211/2025)
Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, na qualidade de responsável legal pelo(a) aluno(a) _____, regularmente matriculado(a) na _____ (nome da instituição de ensino), AUTORIZO, de forma livre, informada e inequívoca, o uso da imagem e/ou voz do(a) referido(a) aluno(a), exclusivamente para fins institucionais e pedagógicos.
A presente autorização tem como finalidade específica a divulgação de atividades pedagógicas, projetos escolares, ações institucionais, produção de conteúdos educativos, registros institucionais e memória escolar, bem como apresentações institucionais da escola ou da rede de ensino, sendo expressamente vedado o uso para fins comerciais, publicitários ou quaisquer outros que não estejam diretamente vinculados às atividades educacionais.
A imagem e/ou voz do(a) aluno(a) poderão ser utilizadas nos seguintes meios: site oficial da instituição, redes sociais institucionais (tais como Instagram, Facebook e YouTube), materiais impressos institucionais, relatórios, apresentações institucionais e ambientes virtuais de aprendizagem, sempre em conformidade com os princípios da finalidade, adequação e necessidade previstos na legislação de proteção de dados pessoais.
Declara, ainda, estar ciente de que a Escola Municipal _____dispõe de sistema de câmeras de monitoramento interno e externo, utilizado exclusivamente para fins de segurança e preservação da integridade física dos alunos, colaboradores e do patrimônio escolar, respeitando-se os limites legais estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de dados (Lei nº 13.709/2018). As imagens captadas por esse sistema não serão utilizadas para fins publicitários, sendo armazenadas de forma segura. Esta cessão afasta o CEDENTE e seus herdeiros de receberem qualquer espécie de indenização ou compensação em virtude do uso e administração do material, inclusive requerer o contido no art. 247 da Lei n° 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. O(A) CESSIONÁRIO(A), por sua vez, compromete-se a utilizar o material descrito para produção didático-pedagógica, formação e em casos de sem fins lucrativos.
A presente autorização terá validade pelo prazo de _____, podendo corresponder ao período de vínculo do(a) aluno(a) com a instituição de ensino, salvo manifestação em contrário.
Declaro estar ciente de que a instituição adotará medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e a imagem do(a) aluno(a), comprometendo-se a não realizar qualquer tratamento que possa violar seus direitos, sua dignidade ou seu melhor interesse, nos termos da legislação vigente.
Estou ciente, ainda, de que poderei, a qualquer tempo, revogar a presente autorização mediante solicitação formal à instituição, hipótese em que cessarão as novas utilizações da imagem, permanecendo válidas aquelas já realizadas de forma legítima até a data da revogação.
Por fim, declaro que recebi as informações necessárias sobre a finalidade, forma de uso, prazo e direitos relacionados ao tratamento da imagem e voz do(a) aluno(a), manifestando meu consentimento de forma livre e esclarecida.

Local: _____
Data: ____/____/_____

_____
Assinatura do responsável legal

ANEXO III

(Timbre da Instituição)

TERMO DE REGULARIZAÇÃO DE MATRÍCULA

Eu _____, portador (a) da cédula de identidade nº_, residente na rua_____nº_____ bairro_, cidade de TERRA BOA– PR, requerente da matrícula do estudante_____, data de nascimento__/_/____, declaro estar ciente de que devo no prazo de 15 dias após a assinatura deste termo, regularizar as pendências referentes à documentação necessária para matrícula escolar.
Conforme relação abaixo, ficaram pendentes os seguintes documentos:

Histórico Escolar/ Guia de Transferência

Cópia da certidão de nascimento

Cópia da Fatura da concessionária de energia atualizada (máximo de 02 meses) original e cópia. Caso o comprovante de residência entregue na Instituição de Ensino não esteja no nome do responsável pelo estudante ou não seja possível apresentar o documento emitido pela Copel ou Sanepar, deverá ser entregue um comprovante complementar em nome do responsável, como correspondências institucionais de bancos, empresas telefônicas, lojas, entre outros

Declaração de vacina

Cópia do cartão do SUS

Cópia do cartão CPF

Declaro ainda, estar ciente também de que, em caso de falta dos documentos exigidos para efetivação da matrícula no prazo acima estipulado, estas informações serão encaminhadas ao Conselho Tutelar para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Terra Boa de de 20__.

Assinatura do responsável pelo estudante
Telefone para contato

ANEXO IV

(Timbre da Instituição)

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGA
Sr.(a).
(Nome da mãe/pai/responsável legal do estudante).
Declaramos para os devidos fins, que há disponibilidade de vaga para o(a) estudante_____,
CGM nº._____no(a) _____(ano), na Escola Municipal_____.
Informamos que a vaga estará disponível pelo prazo de 03 (três) dias úteis, período no qual o pretendente à matrícula ou seu responsável legal deverá confirmá-la, apresentando todos os documentos necessários. Após esse prazo, não mais haverá garantia de vaga.
Terra Boa ___ de de 20_.

_____
(assinatura e carimbo da Direção da Instituição)

Obs.: Cabe lembrar que o responsável legal que optar por Escola longe de seu endereço, e neste caso necessite de transporte, ficará responsável pela sua locomoção, abdicando do uso do Transporte Escolar Público.
Documentos necessários para matrícula (original e cópia):
Certidão de Nascimento ou RG;
Fatura da concessionária de energia atualizada (máximo de 02 meses) original e cópia. Caso o comprovante de residência entregue na Instituição de Ensino não esteja no nome do responsável pelo estudante ou não seja possível apresentar o documento emitido pela Copel ou Sanepar, deverá ser entregue um comprovante complementar em nome do responsável, como correspondências institucionais de bancos, empresas telefônicas, lojas, entre outros
Histórico Escolar ou Declaração de Escolaridade da escola de origem ou Declaração de Escolaridade emitida pelo SERE.
Declaração de Vacina.
ANEXO V

(Timbre da Instituição)

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VAGA

Eu, , declaro
que a criança, com matrícula assegurada na turma e período ,
do CMEI, abdico da mesma, por motivo(s) do cancelamento:
__
_____
Estou ciente de que a vaga será repassada a outra criança, caso necessite da vaga novamente, deverei preencher o cadastro na Fila Única dos Centros Municipais de Educação Infantil..

Terra Boa, de de 20_.

Assinatura do Responsável RG:

ANEXO VI

(Timbre da Instituição)

FICHA DE PRETENSÃO DE VAGA
SÉRIE A CURSAR EM 2027:
Dados do aluno
Nome do aluno(a):
● Data de nascimento:
● Nome do Pai:
● Nome da Mãe:
● Série em curso em 2026:
● Escola em que estuda:
● **Tem irmão que estuda nesta instituição? ( ) Sim ( ) Não.**
● **Nome do Irmão:**
● **Série:**
ENDEREÇO
● Rua: Nº:
● Bairro: Fone:
● Localização (proximidade):

*Obrigatório entregar um comprovante de residência no nome do responsável pelo aluno (COPEL) para conferência de endereço.
OBSERVAÇÃO: _____
_____
_____

Ao preencher esta ficha estou ciente que não tenho garantia da vaga pretendida.

Terra Boa, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Responsável

ANEXO VII

(Timbre da Instituição)

DECLARAÇÃO DE ABDICAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Eu, _____ responsável pelo (a) aluno (a) _____, com matrícula (vaga), assegurada na _____ série, Turno _____, da Escola Municipal _____, declaro que abdico do direito ao transporte escolar, em função da escolha de matrícula na_____estabelecimento este diferente daquele destinado pelo Sistema Municipal de Ensino.

Terra Boa, _____ de _____ de 202____.

Nome do (a) responsável: _____
CPF----------_____

_____
Assinatura do (a) responsável

ANEXO VIII

(Timbre da Instituição)

COMUNICAÇÃO AO CONSELHO TUTELAR
Assunto: Comunicação de situação de estudante em idade de escolarização obrigatória sem confirmação de matrícula escolar.

Ao Conselho Tutelar de(a) _____(nome do município ou regional).

A Direção da Escola_____, pertencente à rede pública municipal de ensino de Terra Boa, no exercício de suas atribuições e visando à proteção do direito à educação, comunica ao Conselho Tutelar a situação dos estudantes a seguir relacionados, em idade de escolarização obrigatória, para os quais, após as providências administrativas e tentativas de contato realizadas pela instituição de ensino, **não foi possível confirmar a efetivação da matrícula nesta ou em outra instituição de ensino**.
A presente comunicação é realizada após verificação das informações disponíveis nos sistemas oficiais acessíveis à instituição de ensino e das informações obtidas mediante contato com o responsável legal, nos termos dos procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa n.º XX/2026– DPGE/DPR.
Estudantes que frequentaram esta instituição de ensino no ano letivo de 2026 e para os quais, após as tentativas de contato com o responsável legal e as verificações possíveis nos sistemas e informações oficiais disponíveis, não foi possível confirmar a continuidade da escolarização no ano letivo de 2027 em outra instituição de ensino:

Nome do Estudante	CGM	DN	Ano/Série em2026	Responsável Legal	Providências da instituição de ensino
		__/___/20			
		__/___/20			
		__/___/20			
		__/___/20			

Solicita-se, quando possível, que eventual informação acerca da regularização da situação escolar dos estudantes relacionados seja comunicada a esta instituição de ensino para atualização dos registros e encerramento do acompanhamento administrativo correspondente.
Os dados pessoais constantes neste expediente são compartilhados exclusivamente para o exercício das atribuições legais dos órgãos envolvidos e para a proteção do direito à educação das crianças e adolescentes relacionados, devendo seu tratamento limitarse às informações necessárias à finalidade específica deste encaminhamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018– Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais– LGPD.

(Local e data)_____, __ de _____de 202_.

_____
Assinatura Diretor n.º ATO

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:D39BB608

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.485/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4485/2026 de 23/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 579.543,18 (quinhentos e setenta e nove mil quinhentos e quarenta e três reais e dezoito centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Prefeito	
02.002.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Assessor	
02.002.04.124.0009.2.110.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO	
63 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.082,82
02.002.04.131.0002.2.007.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA	
77 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.052,97
03.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Administração Geral	
03.001.00.000.0000.0.000.		Chefia de Gabinete	
03.001.04.122.0002.2.010.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
105 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.223,60
03.001.04.122.0002.2.093.		MANUTENÇÃO DAS CAPELAS MORTUÁRIAS	
119 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.945,20
03.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Recursos Humanos	
03.002.04.122.0002.2.013.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
155 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.631,62
159 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.422,44
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	
04.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Tributação e Fiscalização	
04.002.04.125.0014.2.021.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
259 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	823,13
04.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade	
04.003.04.123.0014.2.022.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE	
275 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	325,50
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria do Meio Ambiente	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
07.001.18.122.0011.2.031.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
381 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.072,49
07.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Preservação Ambiental	
07.002.17.512.0011.2.104.		MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TRANSBORDO	
402 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	38.000,00
07.002.18.541.0011.2.032.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	
404 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	95,95
07.002.18.541.0011.2.130.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E CONTROLE DE POPULAÇÃO DOS ANIMAIS DE RUA	
421 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	14.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários	
08.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
08.001.04.122.0002.2.033.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
426 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.715,57
428 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.070,93
443 - 3.3.91.97.00.00	1000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	390,66
08.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Públicos	
08.002.15.452.0012.2.035.		MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS	
459 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.508,22
461 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	594,58
470 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
08.002.15.452.0012.2.041.		MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	
480 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.421,93
483 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.823,08
08.002.15.452.0012.2.043.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E RECICLAGEM DE LIXO	
504 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.350,06
505 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.078,64
08.002.15.452.0012.2.101.		MANUTENÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS MUNICIPAL	
521 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15.012,62
523 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.114,16
526 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.928,95
08.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Serviços Rodoviários	
08.003.26.782.0013.2.044.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
549 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	46.132,79
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0006.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
1712 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.972,26
1710 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	950,15
632 - 3.3.90.08.00.00	101	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	607,86
634 - 3.3.90.08.00.00	103	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	202,62
09.001.12.361.0006.2.054.		ENCARGOS COM TRANSPORTE DE ESTUDANTES	
656 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.879,48
09.001.12.365.0006.2.058.		MANUTENÇÃO DO CMEI CRIANÇA FELIZ	
718 - 3.1.90.16.00.00	101	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	618,84
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.066.		ENCARGOS COM ACS	
903 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	41.727,23
10.001.10.301.0007.2.067.		ENCARGOS COM EMPREGO PÚBLICO - PSF	
1747 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	167.471,82
1748 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	28.989,61
1749 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	8.486,81
1750 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.025,78
10.001.10.301.0007.2.068.		ENCARGOS COM ACE	

918 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.348,53
921 - 3.1.90.16.00.00	494	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	274,23
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
928 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	296,32
931 - 3.1.91.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.711,58
10.001.10.302.0007.2.064.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
974 - 3.3.90.30.00.00	519	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
980 - 3.3.90.39.00.00	519	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.001.10.302.0007.2.065.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA	
988 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.960,72
10.001.10.302.0007.2.085.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	
1001 - 3.1.90.13.00.00	494	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	701,28
10.001.10.304.0007.2.070.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
1056 - 3.1.90.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.987,28
10.001.10.305.0007.2.119.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
1075 - 3.1.90.16.00.00	303	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	971,79
1077 - 3.1.91.13.00.00	303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.311,60
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.001.00.000.0000.0.000.		Departamento de Assistência Social	
11.001.08.122.0003.2.096.		MANUTENÇÃO DO PORTAL DA CIDADANIA	
1111 - 3.1.91.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.503,09
1113 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIÁRIAS - CIVIL	500,00
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.245.0003.2.081.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	
1215 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.068,85
1216 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.456,02
11.002.08.245.0003.2.082.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	
1248 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.212,00
11.002.08.245.0003.2.092.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	E
1254 - 3.3.90.30.00.00	935	MATERIAL DE CONSUMO	11.020,51
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
14.001.27.122.0008.2.122.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1397 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.169,01
14.003.00.000.0000.0.000.		Departamento de Recreação e Lazer	
14.003.27.813.0008.2.061.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	
1430 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.300,00
		Total Suplementação:	**579.543,18**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	
04.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
04.001.99.999.0020.2.020.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
257 - 9.9.99.99.00.00	1000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	364.911,31
07.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria do Meio Ambiente	
07.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Preservação Ambiental	
07.002.18.541.0011.2.130.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E CONTROLE DE POPULAÇÃO DOS ANIMAIS DE RUA	
422 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	52.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0006.2.051.		ENCARGOS COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
614 - 3.1.90.94.00.00	101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.226,70
09.001.12.365.0006.2.059.		MANUTENÇÃO DO CMEI PEQUENO POLEGAR	
772 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.082,10
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.067.		ENCARGOS COM EMPREGO PÚBLICO - PSF	
910 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.051,27
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
938 - 3.3.90.30.00.00	519	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
10.001.10.302.0007.2.117.		MANUTENÇÃO DO CISCOMCAM	
1032 - 3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	10.239,29
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.002.00.000.0000.0.000.		Fundo Municipal de Assistência Social	
11.002.08.244.0003.2.077.		MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
1163 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16.712,00
11.002.08.245.0003.2.080.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
1719 - 3.3.90.30.00.00	3935	MATERIAL DE CONSUMO	5.020,51
11.002.08.245.0003.2.092.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	E
1258 - 3.3.90.39.00.00	935	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
11.002.08.245.0003.2.121.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	
1452 - 3.3.90.33.00.00	3935	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Obras e Edificações	
12.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Obras	
12.002.15.452.0012.2.041.		MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	
1361 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Esportes	
14.002.27.812.0008.1.046.		CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL	
1415 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.300,00
		Total Redução:	**579.543,18**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 23 de outubro de 2026.

VALTER PERES	*LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA*
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:156A1B24

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO 481/2026

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 82 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa para o exercício de 2026 um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 100.863,00 (Cem Mil, Oitocentos e Sessenta e Três Reais)** nas seguintes dotações:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.002	DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
12.361.0002.2004	Manutenção da Educação Básica - Ensino Fundamental	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1019	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1029	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300,00
04.003	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
12.365.0007.2029	Manutenção da Educação Básica - Infantil	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1248	00000-Recursos Ordinários (Livres)	35.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1259	00000-Recursos Ordinários (Livres)	500,00
	SUBTOTAL	55.800,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0012.2080	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2075	05494-Incremento PAB - Emendas Individuais	24.973,00
10.304.0015.2099	Gestão e Manutenção da Vigilância Sanitária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2615	43494-CEF 624013-3 PISO FIXO VIGIL SANITARIA PFVISA F43494	90,00
	SUBTOTAL	25.063,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0027.2054	Manutenção e Atendimento - PSB-Proteção Social Básica à Criança e Adolescente	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3355	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	20.000,00
	TOTAL	100.863,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 100.863,00

Art. 2º -Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado:

I- Superávit Financeiro do Exercício de 2025 no valor de **R$ 100.863,00 (Cem Mil, Oitocentos e Sessenta e Três Reais)** nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	75.800,00
05494	Incremento PAB - Emendas Individuais	24.973,00
43494	CEF 624013-3 PISO FIXO VIGIL SANITARIA PFVISA F43494	90,00
	TOTAL	100.863,00

Art. 3º - Ficam incluídas na programação financeira e/ou cronograma de desembolso os seguintes valores como segue:

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso

Fonte: 0000 OUTUBRO R$ **75.800,00**
Fonte: 5494 OUTUBRO R$ **24.973,00**
Fonte: 43494 OUTUBRO R$ **90,00**

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 25 DE OUTUBRO DE 2026 (25/10/2026) .

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Morales Périco de Souza
Código Identificador:2F41CF4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGILIBIDADE 45-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 175/2026, MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 45/2026
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 175/2026, Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 45/2026, o(s) participante(s):

395658 - HOSP-LAB BIOMÉDICA LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA, TROCA DE BATERIAS E CONFECÇÃO DE LAUDO DE CALIBRAGEM DE CÂMARAS DE VACINAS MODELO BIOTECNO BT 1100/280 - NÚMERO DE SÉRIE: 2022.0614	UNIDADE		1	R$3.359,90	R$3.359,90
5 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA, TROCA DE BATERIAS E CONFECÇÃO DE LAUDO DE CALIBRAGEM DE CÂMARA DE VACINAS MODELOS BIOTECNO BT 1100/280 - NÚMERO DE SÉRIE: 2022.0615	UNIDADE		1	R$3.359,90	R$3.359,90
423052 - INDREL CARE SERVIÇOS LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONFECÇÃO DE LAUDO DE CALIBRAGEM DE CÂMARA DE VACINA MODELO INDREL RVV 11D - NÚMERO DE SÉRIE: 49496	UNIDADE		1	R$3.066,68	R$3.066,68
2 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONFECÇÃO DE LAUDO DE CALIBRAGEM DE CÂMARA DE VACINA MODELO INDREL RVV 11D - NÚMERO DE SÉRIE: 49497	UNIDADE		1	R$3.066,68	R$3.066,68
3 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CONFECÇÃO DE LAUDO DE CALIBRAGEM DE CÂMARA DE VACINA MODELO INDREL RVV 22D - NÚMERO DE SÉRIE: 64125	UNIDADE		1	R$3.066,68	R$3.066,68
Total Fornecedor:					R$15.919,84

Terra Roxa, 23 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:69757EB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 93/2026 – DISPENSA Nº 08/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 93/2026 – DISPENSA Nº 08/2026

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	VALOR DO CONTRATO
Nº 93/2026 DISPENSA 08/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE VAGA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ESPECIALIZADO PARA ADULTOS COM TRANSTORNOS MENTAIS, DESTINADA A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.	CASA DE APOIO NOVO AMANHECER LTDA CNPJ: 13.806.430/0001-47	19/10/2026	26/10/2026	25/10/2027	R$ 18.600,00

Tijucas do Sul, 23 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:AFB93A1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026.

O Pregoeiro, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 52/2026, o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

Classificações em primeiro lugar nos itens do objeto, conforme segue:

Ø ESPORTIVA RV EIRELI - CNPJ N° 19.468.880/0001-53

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QNT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
07	PAR REDE FUTSAL FIO 4 (SEDA) PP BRANCA MALHA 12CM MEDIDAS 3,20 X 2,10 X 0,50 X 1,00 MTS.	UND	2	DUNK/ FUTSAL	385,00	770,00
08	PAR TÊNIS FUTSAL INFANTIL (28 – 37) ADULTO (38 – 42) POSSUI SOLADO EM BORRACHA COM TECNOLOGIA NON-MARKING, GARANTE QUE VOCÊ DEIXE SUA MARCA. APENAS COM A PERFORMANCE, EVITANDO MANCHAS NA QUADRA. TECNOLOGIA HIPERFLEX PROPORCIONA FLEXIBILIDADE IDEAL, PERMITINDO MOVIMENTOS RÁPIDOS E PRECISOS, ESSENCIAIS PARA O FUTEBOL. PALMILHA EM EVA PLANA DE 3,5 MM OFERECE CONFORTO E ABSORÇÃO DE IMPACTO, PROPORCIONANDO SUPORTE EXTRA PARA SEUS PÉS, MESMO NAS PARTIDAS MAIS INTENSAS. CABEDAL, FABRICADO COM A TECNOLOGIA MICROPOWER, COMBINA LEVEZA E RESISTÊNCIA, GARANTINDO DURABILIDADE E UM AJUSTE PERFEITO AO PÉ, PARA QUE VOCÊ POSSA SE CONCENTRAR APENAS NO JOGO. GÊNERO: UNISSEX; INDICADO PARA FUTEBOL DE SALÃO; FORRO: TECIDO; PALMILHA: EVA (REMOVÍVEL); SOLADO: BORRACHA; TIPO DE SOLA: LISA; ALTURA: 2,5 CM (APROXIMADAMENTE); TECNOLOGIA DO SOLADO: NON-MARKING, HIPERFLEX; CABEDAL MICROPOWER.	UND	60	PENALTY/ FUTSAL	141,00	8.460,00
	TOTAL: R$ 9.230,00					

Valor total para o fornecedor: R$ 9.230,00 (Nove mil e duzentos e trinta reais)

Ø FC SOLUCOES INTEGRADAS MULTISETORIAIS LTDA – CNPJ N° 39.435.759/0001-32

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QNT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
06	BOLA OFICIAL DE FUTSAL ADULTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: PESO 400-440 G, CIRCUNFERÊNCIA: 62- 64CM, CONTENDO 8 GOMOS LAMINADA EM PU, CONSTRUÇÃO EM TERMOTEC, CÂMARA 6D, SISTEMA DE FORRO TERMOFIXO, PROCESSO EXTRA COM DUPLA COLAGEM MIOLO CÁPSULA SIS. BOLA USADA PELA PARANÁ ESPORTES E FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTSAL.	UND	30	PENALTY/ BOLA FUTSAL RX 500 XXVI	191,99	5.759,70
	TOTAL: R$ 5.759,70					

Valor total para o fornecedor: R$ 5.759,00 (Cinco mil e setecentos e cinquenta e nove reais).

Ø VIVIANI BERTOTI 03453773977 – CNPJ N° 34.368.934/0001-00

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QNT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
01	KIT UNIFORME TREINO ESPORTIVO. PERSONALIZADO CONTENDO: CAMISETA ESPORTIVA PERSONALIZADA DRY - FIT 100% POLIÉSTER SUBLIMAÇÃO TOTAL (TODOS OS TAMANHOS), CALÇÃO ESPORTIVO PERSONALIZADO DRY - FIT 100% POLIÉSTER, ELÁSTICO 4 MM E CORDÃO, SUBLIMAÇÃO TOTAL (TODOS OS TAMANHOS), COLETE PERSONALIZADO DRY - FIT 100% POLIÉSTER SUBLIMAÇÃO TOTAL (TODOS OS TAMANHOS) E MEIÃO ESPORTIVO POLIAMIDA SOLADO ATOALHADO/ACOLCHOADO PARA ABSORÇÃO DE IMPACTO.	KIT	120	PROPRIA/ 100%POLIESTER	95,00	11.400,00
02	KIT UNIFORME JOGO ESPORTIVO PERSONALIZADO CONTENDO: CAMISETA ESPORTIVA PERSONALIZADA DRY - FIT 100% POLIÉSTER SUBLIMAÇÃO TOTAL (TODOS OS TAMANHOS), CALÇÃO ESPORTIVO PERSONALIZADO DRY - FIT 100% POLIÉSTER, ELÁSTICO 4 MM E CORDÃO, SUBLIMAÇÃO TOTAL, EM 03 (TRÊS) CATEGORIAS, CONFORME MODELOS. (QUANTIDADE EXATA DE CADA MODELO A SER DEFINIDO), MEIÃO ESPORTIVO POLIAMIDA SOLADO ATOALHADO/ACOLCHOADO PARA ABSORÇÃO DE IMPACTO.	UND	60	PROPRIA/ 100%POLIESTER	80,00	4.800,00
03	UNIFORME DO TREINADOR – CAMISA POLO PERSONALIZADA: CAMISA ESPORTIVA MODELO POLO, COM MANGAS CURTAS, GOLA COM COLARINHO E ABERTURA FRONTAL COM TRÊS BOTÕES, CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO DRY FIT, 100% POLIÉSTER, LEVE, RESPIRÁVEL E DE SECAGEM RÁPIDA. COR PREDOMINANTE VERDE-ESCURO, COM GRAFISMOS EM TONS DE VERDE, CONFORME MODELO DE REFERÊNCIA. PERSONALIZAÇÃO POR SUBLIMAÇÃO, COM APLICAÇÃO DE BRASÃO, LOGOMARCAS INSTITUCIONAIS, PATROCINADORES E DEMAIS INSCRIÇÕES NA FRENTE E NAS COSTAS, CONFORME ARTE FORNECIDA E APROVADA PELA ADMINISTRAÇÃO. COSTURAS REFORÇADAS, ACABAMENTO UNIFORME E BARRAS NAS MANGAS E NA PARTE INFERIOR, SEM FALHAS, MANCHAS OU FIOS SOLTOS. TAMANHOS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA REQUISITANTE, MEDIANTE TABELA DE MEDIDAS APRESENTADA PELO FORNECEDOR. A ARTE FINAL DEVERÁ SER APROVADA PELA ADMINISTRAÇÃO ANTES DA CONFECÇÃO.	UND	10	PROPRIA/ 100%POLIESTER	44,90	449,00
04	CONJUNTO AGASALHO ESPORTIVO (INVERNO) JAQUETA E CALÇA, MICRO FIBRA (TACTEL) COM ELASTANO, JAQUETA COM ZÍPER E	CJT	60	PROPRIA/ TACTEL	115,00	6.900,00

	BOLSO, CALÇA COM BOLSO LATERAL, SUBLIMAÇÃO TOTAL, TODOS OS TAMANHOS.					
05	KIT SACOQUILHA (CONFORME MODELO) E CANELEIRA	UND	60	PROPRIA/ TACTEL	50,00	3.000,00
	TOTAL: R$ 26.549,00					

Valor total para o fornecedor: R$ 26.549,00 (Vinte e seis mil e quinhentos e quarenta e nove reais)

Lotes Fracassados

Lotes Desertos

Desclassificações / Inabilitações

Três Barras do Paraná/Pr. 23 de outubro de 2026.

CARLOS SNIEZKO
Pregoeiro

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:3F1FE712

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 03/2026 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TURVO/PR

RESOLUÇÃO 03/2026
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TURVO/PR

Aprova a Política do Programa de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Turvo/PR e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TURVO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme a legislação municipal vigente;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, orientada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a necessidade de promover uma educação que contemple o desenvolvimento integral dos estudantes, abrangendo as dimensões física, emocional, afetiva, social, intelectual e cultural;

CONSIDERANDO a importância da ampliação e da qualificação das oportunidades educativas, mediante a organização de tempos, espaços, práticas pedagógicas e experiências de aprendizagem que contribuam para a formação integral dos estudantes;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes para a organização, a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política do Programa de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Turvo/PR;

CONSIDERANDO a apresentação e a análise da proposta da Política do Programa de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Turvo/PR, bem como as discussões realizadas na reunião do Conselho Municipal de Educação em 22 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO a aprovação unânime da referida Política pelos membros presentes na reunião do Conselho Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a **Política do Programa de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Turvo/PR – 2026**, que estabelece os princípios, as diretrizes, os objetivos e as orientações para a organização e o desenvolvimento da Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A Política aprovada por esta Resolução tem como finalidade orientar a implementação e o desenvolvimento de práticas educativas que promovam a formação integral dos estudantes, considerando as dimensões física, emocional, afetiva, social, intelectual e cultural, em consonância com os documentos curriculares e as normas educacionais vigentes.

Art. 3º A implementação da Política deverá observar as diretrizes, os objetivos, as estratégias, as formas de organização curricular, as propostas de atividades educativas, as responsabilidades institucionais e os mecanismos de acompanhamento e avaliação previstos no documento aprovado.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação, no âmbito de suas atribuições, coordenar e orientar a implementação da Política, promovendo as condições necessárias ao seu desenvolvimento, em articulação com as unidades escolares e demais setores envolvidos.

Art. 5º As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino deverão observar as disposições da Política aprovada, promovendo sua articulação com os respectivos Projetos Político-Pedagógicos, os currículos escolares e as demais normas educacionais aplicáveis.

Art. 6º A implementação da Política deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, as condições de infraestrutura, os recursos humanos necessários e as demais exigências legais e administrativas pertinentes.

Art. 7º A Política do Programa de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Turvo/PR – 2026 integra esta Resolução para todos os efeitos, na forma de seu anexo.

Art. 8º Esta Resolução deverá ser publicada pelos meios oficiais do Município, assegurando-se sua divulgação e acesso à comunidade educacional.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/PR, 22 de outubro de 2026.

*Assinatura dos presentes:

Nome	Assinatura
Edilson Leal Boeira (Vice-Presidente)	
Samoel Cordeiro de Souza Primo	
Kelis Aparecida da Silva Moreira	
Taisa de Almeida	
Eliane Zimermann Lepamara	

POLÍTICA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE TURVO/PR (2026)

Secretaria Municipal de Educação – SME

Equipe Técnica responsável pela elaboração da Política do Programa Escola em Tempo Integral no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Turvo - PR

- **Silvane Rickli Horst Schneider** – Secretária Municipal de Educação.
- **Samoel Cordeiro de Souza Primo** – Diretor do Departamento de Educação.
- **Silvia Seiffertt de Almeida** – Técnica dos Programas Educacionais do FNDE.

Atribuições da Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação deve atuar como órgão responsável pela formulação, coordenação, regulamentação, orientação, acompanhamento e avaliação da política de Educação Integral no âmbito da Rede Municipal de Ensino. Entre suas principais atribuições estão:

- elaborar e orientar a implementação das diretrizes e documentos curriculares da Educação Integral;
- definir princípios, objetivos, organização e formas de funcionamento das atividades de ampliação da jornada escolar;
- garantir a articulação entre currículo, território, cultura, esporte, lazer, ciência, tecnologia, arte, saúde, meio ambiente e desenvolvimento socioemocional;
- orientar as escolas quanto à elaboração dos planejamentos e à organização das atividades curriculares complementares;
- promover formação continuada para gestores, pedagogos, professores e demais profissionais envolvidos;
- acompanhar e avaliar a implementação da Educação Integral nas unidades escolares;
- orientar os registros pedagógicos e administrativos necessários;
- apoiar as escolas na organização dos espaços, tempos, recursos e materiais pedagógicos;
- promover a articulação intersetorial com outras políticas públicas e, quando pertinente, com instituições e equipamentos do território;
- analisar resultados, identificar necessidades da rede e propor ajustes e estratégias de melhoria;
- assegurar que a ampliação da jornada não se limite ao aumento do tempo de permanência do estudante na escola, mas represente ampliação e qualificação das oportunidades educativas.

Atribuições das unidades escolares

Às escolas cabe a implementação da política de Educação Integral no cotidiano escolar, considerando as características dos estudantes, da comunidade e do território em que estão inseridas. Nesse sentido, compete à equipe escolar:

- incorporar os princípios da Educação Integral ao Projeto Político-Pedagógico – PPP e ao planejamento escolar;
- organizar os tempos, espaços e atividades de modo articulado ao currículo;
- elaborar e desenvolver os planejamentos das atividades curriculares complementares;
- promover a integração entre as atividades do turno regular e do contraturno, evitando que sejam tratadas como ações isoladas ou desvinculadas do currículo;
- considerar as diferentes necessidades, interesses, ritmos de aprendizagem e características dos estudantes;
- desenvolver práticas pedagógicas que favoreçam o protagonismo, a autonomia, a convivência, a criatividade, a participação e o desenvolvimento integral;
- realizar os registros pedagógicos correspondentes às atividades desenvolvidas;
- acompanhar sistematicamente a participação e o desenvolvimento dos estudantes;
- promover a participação das famílias e da comunidade no processo educativo;
- utilizar os espaços e recursos disponíveis no território como possibilidades educativas;
- avaliar continuamente as ações desenvolvidas e propor adequações quando necessário;
- manter organizados os planejamentos, registros e demais documentos pedagógicos para acompanhamento da equipe gestora, pedagógica e da Secretaria Municipal de Educação.

I. DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Este documento apresenta a política de educação integral em tempo integral na rede municipal de Educação de Turvo. As diretrizes da educação em tempo integral nas instituições deste município têm como objetivo proporcionar uma formação mais completa e abrangente aos estudantes da rede municipal de ensino, considerando que este faz parte de um projeto de educação previsto através da Lei Federal 14.640/23 que institui o Programa Escola em Tempo Integral.
A educação em tempo integral é uma das estratégias centrais dessa política educacional, que busca não apenas aumentar o tempo que os estudantes passam na escola, mas também enriquecer a qualidade das atividades pedagógicas e extracurriculares oferecidas. A proposta de educação integral em tempo integral se fundamenta em três pilares fundamentais, a saber: melhoria no desempenho escolar, desenvolvimento integral do estudante e redução das desigualdades educacionais.
A educação em tempo integral representa uma importante ação no município de Turvo para o acesso a escolarização dos estudantes, principalmente aos mais vulneráveis. Com maior tempo na instituição de ensino os estudantes terão a oportunidade de participar, além das atividades escolares da classe regular de ensino, participar também de atividades através das oficinas, integrando atividades que se complementam ao currículo da turma. Esta política de educação integral em tempo integral está em consonância com a Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, que visa:

I - o aprimoramento da equidade e eficiência alocativa das matrículas nos sistemas de ensino;
II - a reorientação curricular na perspectiva da educação integral; I
II - a formação de educadores;
IV - o aperfeiçoamento da articulação intersetorial nos territórios; e
V - o fomento de projetos inovadores em educação em tempo integral. (Brasil, 2023, *Online*).

A política de educação integral em tempo integral também está alinhada ao Plano Municipal de Educação de Educação de Turvo, mais especificamente em sua meta 06 que tem como princípio de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Suas estratégias mencionam que:

6.1 Manter a parceria com a Secretaria da Família e desenvolvimento Social, buscando atender prioritariamente alunos em situação de alta vulnerabilidade em grupos de convivência por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, estendendo para as escolas do campo esta oferta.

6.2 Buscar parcerias com programas nacionais a fim de solicitar recursos para gradativamente atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica até o final deste plano, priorizando os alunos em situação de risco. (Turvo, 2015).

No Plano Municipal de Educação de Turvo, as estratégias 6.1 e 6.2 são elementos fundamentais para a ampliação da educação integral em tempo integral, visando não apenas oferecer mais tempo de ensino nas instituições, mas também garantir que essa expansão seja inclusiva e atenda às necessidades específicas dos estudantes mais vulneráveis.

A Estratégia 6.1 estabelece a importância da parceria com a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, buscando priorizar alunos em situação de alta vulnerabilidade. Isso significa não apenas oferecer mais horas na escola, mas também disponibilizar atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares. Essas iniciativas não se limitam apenas às áreas urbanas, mas são estendidas às escolas do campo, assegurando que todos os estudantes tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais enriquecedoras.

Já a Estratégia 6.2 destaca a busca por parcerias com programas nacionais para garantir recursos adicionais. O objetivo é atender, progressivamente, pelo menos 25% dos estudantes da educação básica até o final do plano, priorizando aqueles em situação de risco. Essa abordagem gradual permite um planejamento cuidadoso, assegurando que os recursos sejam direcionados de forma eficiente para onde são mais necessários.

Essas estratégias não apenas ampliam a jornada escolar, mas também promovem uma educação mais inclusiva e equitativa. Ao oferecer suporte específico aos estudantes em situação de vulnerabilidade e buscar recursos adicionais para expandir as oportunidades educacionais, o Plano Municipal de Educação de Turvo demonstra um compromisso efetivo com o desenvolvimento integral de seus estudantes e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária através da educação.

A Educação Integral compreende o estudante em sua integralidade, reconhecendo que seu processo educativo não se restringe à dimensão cognitiva ou ao desenvolvimento de conhecimentos acadêmicos. Educar integralmente significa criar condições para que cada criança e cada estudante desenvolva, de forma articulada, diferentes dimensões de sua existência, considerando seus aspectos físicos, emocionais, sociais, intelectuais e culturais.

Nessa perspectiva, as dimensões do desenvolvimento integral não devem ser compreendidas de maneira isolada ou como componentes independentes do processo educativo. Elas se relacionam permanentemente e se manifestam nas experiências vivenciadas pelos estudantes nos diferentes espaços e tempos educativos, envolvendo a escola, a família, a comunidade e o território. Assim, a Educação Integral busca ampliar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, reconhecendo os estudantes como sujeitos de direitos, com potencialidades, histórias, identidades, necessidades e diferentes formas de aprender e participar.

Dimensão física: relaciona-se ao conhecimento e à compreensão do próprio corpo, ao autocuidado, à promoção e à atenção à saúde, à adoção de hábitos que favoreçam a qualidade de vida e ao desenvolvimento das capacidades físicas e motoras. No contexto escolar, envolve experiências relacionadas ao movimento, às práticas corporais, ao esporte, ao lazer, à alimentação, à higiene, à prevenção e ao cuidado consigo, contribuindo para que os estudantes desenvolvam autonomia e responsabilidade em relação ao próprio corpo e à sua saúde.

Dimensão emocional ou afetiva: compreende o desenvolvimento do autoconhecimento, da autoestima, da autoconfiança e da capacidade de reconhecer e expressar sentimentos e emoções. Envolve também a construção de relações baseadas na empatia, no respeito e na convivência com o outro, favorecendo a capacidade de interação na alteridade, de enfrentamento de desafios, de adaptação às mudanças, de reinvenção de si e de construção do sentimento de pertencimento. A escola constitui-se, nesse sentido, como espaço de acolhimento, escuta, convivência e desenvolvimento de relações saudáveis e respeitosas.

Dimensão social: refere-se à compreensão das relações sociais e da participação dos sujeitos na vida coletiva. Envolve o desenvolvimento da cidadania, a participação responsável nos espaços de convivência, o reconhecimento e o exercício de direitos e deveres, o respeito às diferenças e a compreensão da responsabilidade individual perante o coletivo. A Educação Integral, nessa dimensão, possibilita que os estudantes vivenciem situações de cooperação, diálogo, participação, tomada de decisões e construção coletiva, fortalecendo sua capacidade de atuar de maneira ética, democrática e responsável na sociedade.

Dimensão intelectual: relaciona-se à construção e à ampliação dos conhecimentos, à apropriação das diferentes linguagens, códigos e tecnologias e ao desenvolvimento do pensamento lógico, investigativo, criativo e crítico. Envolve a capacidade de buscar, compreender, analisar, selecionar, produzir e comunicar informações, bem como de interpretar criticamente diferentes fenômenos e situações do mundo. Nessa perspectiva, o conhecimento escolar não se reduz à transmissão de conteúdos, mas constitui-se como instrumento para compreender a realidade, formular perguntas, solucionar problemas, produzir conhecimentos e participar de forma consciente da sociedade.

Dimensão cultural: diz respeito à apreciação, à fruição e à participação nas diferentes manifestações culturais, reconhecendo a diversidade de modos de viver, pensar, criar e expressar-se. Envolve a construção das identidades individuais e coletivas, a valorização das histórias, saberes, tradições e manifestações culturais presentes no território e o acesso a diferentes linguagens artísticas e culturais. Também pressupõe o respeito às diferentes perspectivas, práticas, costumes e formas de expressão, favorecendo uma educação comprometida com a diversidade, a interculturalidade, o reconhecimento das identidades e a valorização do patrimônio cultural.

Essas cinco dimensões — física, emocional ou afetiva, social, intelectual e cultural — constituem referências articuladoras para a organização da Educação Integral. Não se trata de criar atividades ou componentes separados para cada dimensão, mas de garantir que o conjunto das experiências educativas oferecidas pela escola contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Dessa forma, uma atividade esportiva pode contribuir simultaneamente para as dimensões física, social e emocional; uma experiência artística pode mobilizar as dimensões cultural, intelectual e afetiva; uma investigação científica pode desenvolver aspectos intelectuais, sociais e culturais; e um projeto comunitário pode articular cidadania, conhecimento, pertencimento, cultura e responsabilidade coletiva.

A perspectiva integral, portanto, exige que currículo, práticas pedagógicas, organização dos tempos e espaços, relações escolares e atividades complementares estejam articulados a uma concepção ampliada de desenvolvimento humano. A ampliação da jornada escolar, por si só, não caracteriza uma Educação Integral. É necessário que o tempo ampliado seja qualificado por experiências educativas diversificadas, significativas e intencionalmente planejadas, capazes de promover aprendizagens e desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.

Nesse sentido, as dimensões do desenvolvimento integral constituem um importante referencial para que a Rede Municipal de Ensino planeje, desenvolva e avalie suas ações, assegurando que cada estudante tenha oportunidades de aprender, conviver, participar, criar, cuidar de si e do outro, expressar-se, conhecer diferentes culturas e compreender criticamente o mundo em que vive.

A Educação Integral, assim compreendida, reafirma o compromisso da escola pública com a formação humana em sua integralidade, reconhecendo que educar é ampliar possibilidades de desenvolvimento, participação e aprendizagem ao longo de toda a experiência escolar.

A partir da breve exposição das Diretrizes da Educação em Tempo Integral, o documento avançará para a apresentação da introdução, contextualização e fundamentos teóricos. Esta seção inicial não apenas estabelece a base para o desenvolvimento da política, mas também apresenta subsídios para a compreensão e a implementação eficaz das medidas propostas em prol de uma educação integral e de qualidade para todos os estudantes da rede municipal de ensino de Turvo.

Esses elementos são cruciais para a implementação eficaz das medidas delineadas, pois oferecem uma visão integrada e articulada do que se espera da educação em tempo integral. Ao articular teoria e prática, o documento busca garantir que todos os estudantes da rede municipal tenham acesso a uma formação que não apenas se limite ao ambiente escolar, mas que também considere suas vivências e contribuições para a sociedade. Assim, espera-se que as Diretrizes da Educação em Tempo Integral possam transformar o cotidiano escolar em Turvo, promovendo um aprendizado significativo que prepare os alunos para os desafios do futuro.

•

Introdução

A Rede Municipal de Educação de Turvo, no estado do Paraná, é coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, mantida pela Prefeitura Municipal, sob o CNPJ 78.279.973/0001-07. Está localizada na Avenida Doze de Maio, nº 353, CEP 85150-016. Neste endereço, a equipe gestora da secretaria está lotada, incluindo a Secretária, a Diretoria do Departamento de Educação, a coordenação dos programas educacionais do FNDE, a Chefia de Divisão da Educação Fundamental e a Documentação Escolar, garantindo um atendimento abrangente e eficiente.
Além disso, a Rede Municipal de Educação conta com o Centro de Atendimento Especializado Multiprofissional – CAEM Girassol, situado na Rua João Ferreira Neves, nº 600, Bairro Jardim Filadélfia. Este centro está vinculado à Secretaria de Educação e oferece serviços importantes, como atendimentos com fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, entre outros, visando proporcionar um suporte completo aos estudantes e suas famílias.
De acordo com os registros de matrícula no SERE - Sistema Estadual de Registro Escolar, atualmente o município de Turvo- PR, conta com um total de nove instituições escolares, atendendo um contingente de 1.842 estudantes. A distribuição dos alunos matriculados nas instituições é a seguinte[1]:

•

Escola Municipal do Campo Santa Anita: Oferece ensino de educação infantil (pré-escolar) e anos iniciais do ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano), com um total de 74 estudantes matriculados.

•

Escola Municipal do Campo Infância Feliz: Oferece ensino de educação infantil (pré-escolar) e anos iniciais do ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano), com um total de 99 estudantes matriculados.

•

Escola Municipal João Miguel Maia: Oferece ensino para os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano), com um total de 203 estudantes matriculados.

•

Escola Municipal Frida Rickli Naiverth: Oferece ensino para os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano), com um total de 542 estudantes matriculados.

•

Escola Municipal Professor Elias Abrahão: Oferece ensino para os estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental (do primeiro ao quinto ano), com um total de 276 estudantes matriculados.

•

CMEI Padre João Adolfo Barendse: Oferece ensino para a educação infantil (Infantil 4 e infantil 5 – pré-escola), com um total de 177 estudantes matriculados.

•

CMEI Semente do Amanhã: Oferece ensino para a educação infantil (desde primeira infância a pré-escola), com um total de 129 estudantes matriculados.

•

CMEI Irmã Ancila: Oferece ensino para a educação infantil (somente turmas de infantil 4), com um total de 103 estudantes matriculados.

•

CMEI Vó Luiza: Oferece ensino para a educação infantil (desde primeira infância ao Infantil 3), com um total de 239 estudantes matriculados.

Esses dados refletem o compromisso do município de Turvo com a educação, evidenciando sua dedicação em proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para seus estudantes em diferentes faixas etárias e níveis de ensino. A oferta de ensino nestas instituições escolares, desde a educação infantil até os anos iniciais do ensino fundamental, demonstra a preocupação da administração municipal em garantir o acesso à educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes desta municipalidade.
A criação de políticas públicas voltadas para a educação, como a capacitação de professores, a melhoria da infraestrutura escolar e a promoção de programas de apoio às famílias, é fundamental para consolidar esse compromisso. Dessa forma, a municipalidade demonstra que a educação é uma prioridade, essencial para a construção de um futuro mais justo e promissor para todos os seus jovens cidadãos. Esse compromisso não apenas fortalece os alicerces da sociedade local, mas também contribui significativamente para a formação de cidadãos mais preparados e aptos a enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

•

Contextualização

O município de Turvo apresenta uma participação diversificada em seu Produto Interno Bruto (PIB), com a agropecuária representando 17,93%, a indústria 39,58%, e os serviços 42,49%. Com um PIB total de US$ 31.521.456,40 e um PIB per capita de US$ 2.243,84, o município de Turvo demonstra uma economia dinâmica e em crescimento. Sua população economicamente ativa é de 8.511 habitantes, refletindo uma força de trabalho robusta. Nos repasses, o município recebe recursos provenientes do ICMS, IPVA, Fundo de Exportação e Royalties de Petróleo. Turvo destaca-se na produção agrosilvopastoril, com principais produtos como milho safra normal, madeiras em tora e erva-mate. Na indústria, setores como papel e papelão, madeira e produtos alimentares são dominantes, impulsionando ainda mais a economia local e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.
O município de Turvo destaca-se por sua participação ativa em diversas avaliações externas, demonstrando o compromisso com a qualidade da educação. Através de iniciativas como o SAEB, Prova Paraná, Prova Paraná Mais e Prova de Fluência, o município de Turvo busca constantemente avaliar e aprimorar o desempenho educacional de seus estudantes. Essas avaliações proporcionam não apenas uma análise externa, mas também permitem comparativos com outras regiões, fornecendo percepções valiosos para o aperfeiçoamento contínuo do sistema educacional local. O

engajamento ativo nessas avaliações reflete o comprometimento do município em promover uma educação de qualidade e preparar seus estudantes para os desafios do futuro.
A Seguir apresentamos os dados referentes a Prova Paraná Mais aplicada nos últimos anos na rede municipal de ensino.

•
Língua Portuguesa: 2º ano do ensino fundamental (2025).

•
Matemática: 2º ano do ensino fundamental (2025).

•
Língua Portuguesa: 5º ano do ensino fundamental (2025).

•
Matemática: 5º ano do ensino fundamental (2025).

Os gráficos abaixo representam o avanço do município nas da Prova Paraná Mais. Somente as turmas de quinto ano participavam destas avaliações e a partir de 2023 passaram a ser avaliados as turmas de segundo ano para medir os índices de progressão na alfabetização.
As avaliações realizadas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada demonstram que o município de Turvo alcançou o percentual de 92% de crianças alfabetizadas até o final do 2º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em 2025, o município consolidou-se na 73ª posição entre os municípios do Paraná e na 285ª posição no ranking nacional, evidenciando o compromisso da administração municipal com a garantia do direito à alfabetização e com a melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças da rede municipal de ensino.

As avaliações externas desempenham um papel fundamental na Rede Municipal de Educação de Turvo, como por exemplo, a Avaliação de Fluência, Prova Paraná Mais, Prova SAEB, entre outras. Essas avaliações fornecem uma visão abrangente e objetiva do desempenho dos estudantes, permitindo que gestores, professores e comunidade avaliem a eficácia dos métodos de ensino e identifiquem áreas que necessitam de melhoria.
Além disso, essas avaliações servem como ferramentas de diagnóstico, auxiliando na identificação de lacunas de aprendizagem e no desenvolvimento de estratégias educacionais mais eficazes. Ao medir o índice de desempenho por meio dessas avaliações, a Rede Municipal de Educação de Turvo pode direcionar seus esforços para garantir uma educação de qualidade e promover o sucesso acadêmico de todos os estudantes.

c) Fundamentos Teóricos

A educação integral em tempo integral em contraturno propõe ações de caráter educacional, cultural, social e recreativo, além do período de aula regular, com o objetivo de atender a comunidade escolar e com atividades complementares de qualidade. O contraturno escolar é o período que acontece fora do horário normal de atividades, com a oferta de atividades extracurriculares.
A educação integral em tempo integral promove e estimula o desenvolvimento de novas habilidades, bem como a socialização e o bem-estar dos estudantes e diversifica a oferta de práticas educativas, esportivas, culturais e sociais na escola. Com mais opções fora do horário convencional, os estudantes têm a possibilidade de desenvolverem novas habilidades e melhorarem o desempenho naquilo que realmente gostam. Entre os benefícios, podemos destacar: melhora do aproveitamento escolar, estimulo ao desenvolvimento integral, incentivo a socialização entre os estudantes, desenvolvimento de habilidades e práticas saudáveis.
Ao diversificar as experiências pedagógicas escolares, as atividades extracurriculares de contraturno contribuem para o processo de ensino aprendizagem. Por meio do contraturno escolar, é possível estimular os estudantes em seu desenvolvimento integral e intelectual, pois estes terão possibilidades e oportunidades de conviver e estimular diversas áreas do conhecimento de forma lúdica e prazerosa.
A proposta pedagógica de educação integral em tempo integral propõe ampliar o tempo do estudante na escola. Neste contexto, ao tratar de educação concebe-se que:

A educação está ligada a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação, mediante o qual favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que o conteúdo dessa mediação são os saberes e modos de ação, isto é, a cultura que vai se convertendo em patrimônio do ser humano. (Libâneo, 2001).

Diante da exposição, é compreensível que a educação não é um processo isolado, mas que ocorre em um contexto social, com troca de valores, informações e experiência, visando o desenvolvimento pessoal e coletivo. O processo educativo não se refere apenas ao processo de aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas também de um processo que envolve a transmissão de saberes culturais. Portanto, educação implica produção de novos saberes, técnicas e valores, estimulando a criatividade, o pensamento crítico e a inovação. O ato educativo facilita a convivência e dinâmica sociocultural da sociedade.
Em relação a concepção de educação em tempo integral, concebe-se a aprendizagem deve favorecer o desenvolvimento da criança. Portanto,

A concepção de Educação Integral pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca: o meio, o outro, os objetos de seu conhecimento. A Educação Integral é, desta forma, uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes. (Weffort, Andrade e Costa, 2019).

O desenvolvimento dos estudantes é um tema central na abordagem da educação em tempo integral. Não se trata apenas de uma concepção, mas de uma forma de transmitir o conhecimento aos estudantes de forma dinâmica e contextualizada, com conhecimentos relevantes e pertinentes para a criança possa atuar como agente de transformação social. Em relação a concepção de aprendizagem o documento “o que é educação integral” elaborado pelo governo federal (2019) define que:

A aprendizagem refere-se a um processo de base natural, fisiológica e neuronal, mas que por força da cultura e da educação, torna-se intencionalmente condicionada e dirigida a certas formas e resultados. Há períodos de desenvolvimento mais sensíveis que funcionam como “janelas de oportunidade” para intensificar aprendizagens, como períodos associados às podas neuronais da infância e da adolescência. Por isso, a garantia de direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação básica é tão importante. (Weffort, Andrade e Costa, 2019).

Diante da exposição é relevante mencionar que a educação integral nas práticas escolares deve também contribuir com a aquisição de novas linguagens, favorecendo o processo de investigação e construção do conhecimento. Consideramos que há diferentes formas de aprender "por imitação; por memorização; por coerção; por tentativa e erro; por métodos lógicos e demonstráveis de experimentação; por estudo e reflexão sobre os próprios erros etc." (Weffort, Andrade e Costa, 2019, p. 23). Dessa forma, a aprendizagem está sempre relacionada a algum tipo de ação, seja mental, emocional ou corporal. É mediada pela linguagem e pelo contexto social.
A Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, estabelece importantes conceitos e concepções que estão relacionados a educação integral em tempo integral, aos quais este documento se fundamenta para o estabelecimento da política de Escola em Tempo Integral de Turvo-PR. Portanto:

I - Educação Integral: concepção de educação na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e política) a partir da mobilização e integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e da diversificação das experiências e interações sociais;

II - Desenvolvimento integral: processo singular, historicamente situado, contínuo e ao longo da vida, de ampliação, aprofundamento e diversificação das dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política do sujeito;

III - Acesso à escola: situação na qual é garantido ao estudante o direito à matrícula e frequência regular, em instituição escolar próxima à sua residência ou, quando necessário, em instituição escolar para a qual lhe é disponibilizada a garantia de transporte gratuito no percurso da residência até a escola;

IV - Permanência na escola: situação na qual é assegurado ao estudante o direito de manter-se vinculado às atividades escolares com a mitigação da infrequência, risco de abandono à escola ao longo do ano letivo ou a evasão escolar na transição entre os anos letivos;

V - Tempo integral: carga horária em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, em dois turnos, desde que não haja sobreposição entre os turnos, durante todo o período letivo;

VI - Equidade educacional: situação de justiça sobre o acesso, os processos e resultados educacionais entre diferentes grupos sociais na qual a distribuição de investimentos e esforços das políticas públicas minimiza ou compensa os efeitos das desigualdades estruturais que se manifestam na sociedade; e

VII - Avaliação institucional participativa da qualidade da oferta de Educação Integral em tempo integral: processo coletivo e colaborativo de identificação, mensuração, sistematização e análise de dados, informações e registros da percepção dos sujeitos que compõem a comunidade escolar a respeito dos insumos, processos e resultados do trabalho educativo, com vistas à tomada de decisão e planejamento sobre ações de melhoria continua da oferta de matrículas e escolas de tempo integral na perspectiva da educação integral. (Brasil, 2023).

A educação integral em tempo integral é um conceito abrangente e complexo que visa a formação integral dos estudantes considerando todas as suas dimensões de desenvolvimento. Nesta, a educação integral, compromete-se com processos formativos que reconhecem e valorizam as dimensões cognitivas, físicas, sociais, emocionais, culturais e políticas dos estudantes. Isso se dá por meio da mobilização e integração de diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e uma variedade de experiências e interações sociais.
O desenvolvimento integral dos estudantes é concebido como um processo contínuo e historicamente situado, que se estende ao longo de toda a vida. Este desenvolvimento visa a ampliação, aprofundamento e diversificação das várias dimensões do sujeito, proporcionando melhorias na aprendizagem. Garantir o acesso à escola é fundamental para a implementação da educação integral. Isso significa assegurar que todos os estudantes tenham direito à matrícula e à frequência regular em uma instituição escolar próxima de suas residências ou, quando necessário, fornecer transporte gratuito para garantir que cheguem à escola.
A permanência na escola é igualmente fundamental, assegurando que os estudantes permaneçam vinculados às atividades escolares, evitando a infrequência e o risco de abandono ao longo do ano letivo, além de prevenir a evasão escolar. O conceito de tempo integral refere-se à carga horária em que o estudante permanece na escola ou participa de atividades escolares por pelo menos 7 horas diárias ou 35 horas semanais, distribuídas em dois turnos, sem sobreposição, durante todo o período letivo. Este tempo ampliado é essencial para proporcionar as diversas atividades e experiências que compõem a educação integral.
A equidade educacional é um princípio que busca justiça no acesso, nos processos e nos resultados educacionais entre diferentes grupos sociais. A equidade visa minimizar ou compensar as desigualdades estruturais da sociedade através da distribuição justa de investimentos e esforços das políticas públicas. Por fim, a avaliação institucional participativa da qualidade da oferta de educação integral em tempo integral é um processo coletivo e colaborativo. Envolve a identificação, mensuração, sistematização e análise de dados, informações e percepções dos membros da comunidade escolar sobre os insumos, processos e resultados do trabalho educativo. Este processo visa a tomada de decisões informadas e o planejamento de ações para a melhoria contínua da oferta de matrículas e escolas de tempo integral na perspectiva da educação integral.
Em resumo, a educação em tempo integral, fundamentada nesses conceitos, busca uma formação completa e equitativa dos estudantes, garantindo acesso, permanência, desenvolvimento integral e um processo contínuo de avaliação e melhoria da qualidade educacional. Essa abordagem reflete um compromisso com a justiça social e a preparação dos estudantes para enfrentar os desafios da vida em todas as suas dimensões.

II. DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA E EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

A Secretaria Municipal de Educação de Turvo estabeleceu uma equipe técnica dedicada à implementação e gestão da política de Escola em Tempo Integral, cada membro desempenha uma função para que a educação integral em tempo integral ocorra, conforme previsto e atenda os princípios estabelecidos neste documento base.
Silvane Rickli Horst Schneider – *Secretária Municipal de Educação* –É a principal responsável pela pasta, encarregada do alinhamento geral da política de educação integral em tempo integral. Atua como o elo de ligação entre a secretaria e as chefias do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Guarapuava e do Estado do Paraná, garantindo que as diretrizes locais estejam em harmonia com as políticas estaduais e nacionais.
Samoel Cordeiro de Souza Primo – *Diretor do Departamento de Educação* - Desempenha um papel central na coordenação pedagógica geral da Secretaria Municipal de Educação. Responsável pela elaboração da proposta pedagógica e Política do Programa de educação integral em tempo integral, participação em reuniões estratégicas e fornecimento de orientações para os gestores das unidades educacionais. Além disso, fiscaliza a correta aplicação dos recursos e providencia os recursos humanos necessários para a execução das atividades, garantindo que todas as escolas envolvidas tenham o suporte adequado para implementar a jornada ampliada.

Silvia Seiffertt de Almeida – *Técnica dos Programas Educacionais do FNDE* - Sua função envolve a emissão de documentação necessária e a inserção de informações nos sistemas oficiais, além de acompanhar a execução dos recursos destinados à política de Escola em Tempo Integral. Assegura que todos os procedimentos administrativos sejam seguidos corretamente, garantindo transparência e eficiência na utilização dos fundos.
A estrutura e a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação de Turvo têm o compromisso com a educação de qualidade, buscando implementar a política de Escola em Tempo Integral de maneira integrada e eficiente. Cada membro da equipe desempenha uma função específica que, quando combinada, garante uma a efetividade das ações para o desenvolvimento dos estudantes e a melhoria contínua do sistema educacional do município.

III. ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS/JORNADA ESCOLAR

A Em 2026, a Secretaria Municipal de Educação continuará com o trabalho na Escola Municipal do Campo Santa Anita a educação integral em tempo integral para os estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matriculados nas turmas de quarto e de quinto ano.
A Escola Municipal do Campo Santa Anita, ofertará educação integral em tempo integral para estudantes de 4° e 5° ano no ano letivo de 2025. A oferta será no período da tarde. O referido período é contrário ao Ensino Regular. As oficinas serão desenvolvidas de segunda-feira a quarta-feira, totalizando 35 horas semanais atuando nas oficinas de Artesanato, Recreação (Brinquedoteca e Jogos), Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Tecnologias Educacionais e Desenvolvimento de competências socioemocionais.
Os estudantes deverão apresentar duas matrículas no SERE (Sistema Estadual de Registro Escolar): uma para o turno de Ensino Regular e outra para a educação integral em tempo integral. O trabalho contará com professores graduados para o exercício da docência. Nesse período também será ofertado alimentação (lanche e almoço) seguindo o cardápio descrito pela nutricionista da mantenedora. Os mesmos serão assistidos pelos professores ou demais membros da equipe da instituição. A alimentação será custeada pela mantenedora da escola (Prefeitura Municipal de Turvo).
Essa decisão foi pensada considerando cuidadosamente a disponibilidade de recursos físicos e humanos, visando enriquecer a experiência educacional dos estudantes. A educação integral em tempo integral, que ocorrerá no período da tarde, será oferecida um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes. As turmas da escola serão atendidas garantindo uma abordagem pedagógica diferenciada, oferecida através do desenvolvimento dos projetos educacionais e oficinas pedagógicas.
Além das aulas na classe regular, os estudantes terão a oportunidade de participar de atividades educativas, recreativas e culturais, ampliando suas perspectivas e estimulando o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e acadêmicas. O objetivo é proporcionar uma experiência educacional mais abrangente, que vá além do contexto da sala de aula, preparando os educandos para os desafios que é imposto pela sociedade. A implementação da Jornada Ampliada reflete o compromisso da Secretaria Municipal de Educação, conjuntamente com a Escola Municipal do Campo Santa Anita em oferecer uma educação de qualidade, que promova o crescimento intelectual, emocional e social de seus estudantes.
As atividades curriculares complementares a serem oferecidas na Escola Municipal do Campo Santa Anita foram cuidadosamente selecionadas através de uma colaboração entre a equipe gestora da escola e a equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação. Tendo em vista o objetivo de enriquecer a experiência educacional dos estudantes. As atividades foram escolhidas levando em consideração diversos critérios, como relevância para o currículo, interesse dos educandos e disponibilidade de recursos.
As atividades oferecidas em contraturno serão ministradas por profissionais contratados pela Secretaria Municipal de Educação. As atividades curriculares complementares contribuirão significativamente para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizado enriquecedoras e diversificadas que vão além dos conteúdos previstos no Currículo da Rede Municipal de Ensino Referencial Curricular do Paraná (RCP) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
Para avaliação da jornada ampliada deverá ser considerado os seguintes fatores:

- A avaliação deve ser contextualizada e estar a serviço de cada território, escola e sujeito.

- A avaliação é tida como instrumento que integra e cria sinergia nos diversos âmbitos responsáveis pela implementação da Educação Integral e pela aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens.

- A avaliação é multidimensional. Todas as suas categorias (somativas, formativas e de performance) e dimensões operam conjuntamente e não de maneira fragmentada.

- A avaliação é caminho para aprendizagem e deve ser formativa para todas e todos que dela participam.

- A noção de qualidade é socialmente construída no tempo e no espaço e requer diálogo com a comunidade escolar para ser definida.

- A auto avaliação potencializa a autonomia dos sujeitos nela envolvidos através do exercício da participação e de reflexão de suas práticas.

- A auto avaliação pode tornar a avaliação externa mais eficaz ao contextualizar os resultados das escolas e, para além das práticas de avaliação da aprendizagem, inaugurar a perspectiva da avaliação como aprendizagem (Weffort, Andrade e Costa, 2019).

A avaliação, ao ser contextualizada e multidimensional, garantirá que cada aspecto da aprendizagem seja considerado, promovendo um ambiente educacional mais rico e colaborativo. Essa abordagem não só valoriza a participação da comunidade escolar, mas também fortalece a autonomia dos alunos, contribuindo para uma educação de qualidade que se adapta às necessidades de todos os envolvidos.

IV. DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS E DE SUAS MELHORIAS

O município de Turvo atenderá aos critérios necessários para a implementação da política de educação integral em tempo integral. Um dos pilares dessa política é a matriz curricular diversificada, que incluirá oficinas de artesanato, Recreação (Brinquedoteca e Jogos), Educação Ambiental, Tecnologias Educacionais e Desenvolvimento de Competências Socioemocionais. Essas atividades extracurriculares são projetadas para promover o desenvolvimento integral dos estudantes abrangendo habilidades cognitivas, físicas, sociais e emocionais.

Para garantir a execução dessas atividades, o município adotará uma abordagem flexível na contratação de profissionais. Poderão ser utilizados professores efetivos, com a concessão de carga horária em regime suplementar, ou a contratação de profissionais por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS). A escolha do modelo de contratação dependerá do desenvolvimento e das necessidades específicas da política, permitindo ao município adaptar-se de maneira eficiente às demandas e desafios encontrados durante a implementação e a realidade do contexto escolar.

Para garantir a implementação eficaz da política de Escola em Tempo Integral, reconhece-se a importância de uma equipe de apoio bem estruturada além dos professores que ministrarão as oficinas. Assim, as instituições escolares contarão também com serventes de limpeza, merendeiras e pedagogos, cada um desempenhando sua função no desenvolvimento e manutenção do ambiente escolar, com a finalidade garantir a aprendizagem de todos os estudantes que participarão da educação integral em tempo integral.

Além das atividades curriculares e extracurriculares, o município de Turvo assegurará que todos os estudantes tenham acesso a transporte escolar adequado, facilitando o deslocamento entre suas residências e a escola. Este serviço é essencial para garantir a assiduidade e a pontualidade dos estudantes, especialmente aqueles que vivem em áreas mais distantes ou rurais. O transporte será concedido aos estudantes que se encaixarem no público determinado pela Resolução n.º 777/2013 - GS/SEED.

A alimentação escolar também será uma prioridade, com a oferta de lanches nos intervalos e almoço para todos os estudantes participantes da educação integral em tempo integral. Este suporte nutricional é crucial não apenas para a saúde e o bem-estar dos estudantes, mas também para a sua capacidade de concentração e aprendizado ao longo do dia escolar prolongado. O cardápio será elaborado pela nutricionista da Secretaria de Educação.

O plano de estudos será aplicado pelos professores através de atividades pedagógicas planejadas e estruturadas. Para assegurar a alta qualidade dessas atividades, o município oferecerá cursos de formação continuada para os professores. Esses cursos de capacitação serão fundamentais para que os educadores estejam bem preparados para conduzir as diversas atividades e para implementar metodologias de ensino que promovam um aprendizado significativo e envolvente.

A Prefeitura Municipal de Turvo, na qualidade de mantenedora, buscará adequar os espaços físicos necessários para a implementação da política de Escola em Tempo Integral. Esse compromisso inclui não apenas a melhoria e ampliação das instalações escolares, mas também a promoção da acessibilidade nas instituições de ensino, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades, tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais oferecidas.

Além das adaptações físicas, será promovido parcerias intersetoriais fundamentais para o sucesso da proposta de educação integral em tempo integral. Em particular, a colaboração com a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social será intensificada para oferecer a educação integral em tempo integral de forma integrada e eficiente, em especial aos estudantes mais vulneráveis desta municipalidade. Essas parcerias permitirão um apoio mais abrangente e coordenado, integrando serviços e recursos que beneficiem diretamente os estudantes e suas famílias.

A proposta pedagógica da Escola em Tempo Integral será executada com um enfoque colaborativo, onde diferentes setores da administração municipal trabalharão em conjunto para proporcionar um ambiente educacional enriquecedor e inclusivo. Esse esforço conjunto visa não apenas a extensão do tempo escolar, mas também a implementação de atividades que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes, abrangendo aspectos cognitivos, físicos, sociais, emocionais e culturais.

A política de educação integral em tempo integral de Turvo irá utilizar os espaços planejados e os equipamentos das escolas de maneira estratégica para promover a aprendizagem e atender às expectativas da proposta pedagógica. Compreendendo a importância de um ambiente adequado para a realização de diversas práticas educacionais e oficinas, o município planeja investimentos significativos em melhorias e na criação de novos espaços.

Para que a política evolua e acomode a diversidade das práticas educacionais previstas, haverá a necessidade de construir mais salas de aula, laboratórios, bibliotecas e espaços dedicados a lazer e esportes. Estes espaços são fundamentais não apenas para a realização das atividades curriculares, mas também para o desenvolvimento integral dos estudantes, permitindo uma educação que vai além da sala de aula e abrange experiências práticas, científicas e culturais. Esta é uma medida necessária, pois a escola precisa de mais espaços para a oferta da educação integral em tempo integral.

Com a ampliação e melhoria das instalações escolares, a política visa proporcionar um ambiente que estimule a criatividade, o pensamento crítico e o bem-estar dos estudantes, além da melhoria na aprendizagem e evolução nas avaliações externas. Os novos laboratórios, por exemplo, serão equipados para atividades de ciências, tecnologias educacionais e outras componentes curriculares práticos, enquanto as bibliotecas serão espaços de leitura e pesquisa, incentivando o hábito de leitura e o estudo autônomo.

Para que essas melhorias sejam possíveis, o município de Turvo está empenhado em buscar recursos adicionais. Isso inclui a mobilização de investimentos próprios e a solicitação de apoio financeiro através de programas estaduais e federais, bem como parcerias com instituições e organizações não governamentais. Esse esforço conjunto visa garantir que todas as escolas disponham da infraestrutura necessária para implementar a política de Escola em Tempo Integral.

A implementação da política de Escola em Tempo Integral em Turvo demanda um foco especial nas questões de conectividade e tecnologias, fundamentais para o sucesso da oficina de tecnologias educacionais e para a modernização do ensino. Ampliar o acesso à internet e o uso de recursos digitais nas escolas é uma necessidade urgente que a Secretaria Municipal de Educação irá providenciar, para atender as demandas.

O acesso à internet de alta velocidade será essencial para permitir que estudantes e professores utilizem diferentes ferramentas e plataformas digitais que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem. A internet não será apenas um recurso suplementar, mas uma base sobre a qual se construirá um ambiente educacional interativo e colaborativo. Isso permitirá a realização de pesquisas online, o acesso a conteúdo educacional.

A oficina de tecnologias educacionais, especificamente, se beneficiará da infraestrutura, proporcionando aos estudantes experiências práticas em programação, robótica, design gráfico e outras áreas tecnológicas. Para alcançar esses objetivos, será necessário investir em melhorias substanciais na infraestrutura tecnológica das escolas. Isso inclui a instalação de redes Wi-Fi, a aquisição de equipamentos modernos e a capacitação dos professores para o uso dessas ferramentas em suas práticas pedagógicas.

V. DEFINIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA JORNADA

Os profissionais que atuarão na política de Educação em Tempo Integral no município de Turvo deverão possuir formação em nível superior no curso de Pedagogia para ministrar as oficinas. Essa exigência garante que os educadores tenham a base teórica e prática necessária para conduzir atividades pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes. Contudo, dependendo das necessidades específicas ou da natureza das oficinas a serem ministradas, essa exigência poderá ser ajustada, permitindo que a política se adapte às demandas emergentes e continue oferecendo uma educação de qualidade.

Para assegurar que os educadores estejam sempre preparados e atualizados, os professores que atuarão nas oficinas pedagógicas deverão participar de formações específicas. Estas formações poderão ser promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, seja através de parcerias com instituições de ensino e organizações especializadas ou por iniciativas próprias do professor. Essas formações têm como objetivo capacitar os professores com as melhores práticas pedagógicas, novas metodologias e inovações no ensino, garantindo que estejam aptos a desenvolver atividades diversificadas no contexto escolar e na oficina em que ministram.

Além disso, é fundamental que os professores respeitem seus campos de atuação e se comprometam com a qualificação contínua. A participação em cursos de formação específicos permitirá que os educadores adquiram conhecimentos especializados, especialmente para oficinas que demandem habilidades técnicas, como artesanato, recreação, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, tecnologias educacionais ou desenvolvimento

de competências socioemocionais. Através dessas formações, os professores poderão explorar novas abordagens e ferramentas educacionais, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.
Com esse compromisso com a formação e a capacitação contínua dos profissionais, o município de Turvo assegura que a política de Educação em Tempo Integral será implementada de maneira eficiente. Essa abordagem não só beneficia os estudantes, proporcionando-lhes uma educação e diversificada, mas também promove o desenvolvimento profissional dos educadores, incentivando a prática de excelência e inovação no sistema educacional. A combinação de uma formação inicial e oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional é essencial para criar um ambiente educacional dinâmico, capaz de responder às necessidades dos estudantes e preparar-lhes para os desafios futuros.

VI. DEFINIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

A implementação de políticas públicas voltadas para a educação em tempo integral é uma iniciativa importante para o desenvolvimento social e educacional dos estudantes da rede municipal de Educação de Turvo. Para que isso seja possível é necessário o financiamento. Neste contexto, destaca-se a Fonte 149, que desempenha uma função essencial no financiamento dessa política. Esta fonte detém os recursos originários de repasses governamentais, para a manutenção do programa de educação em tempo integral.
A alocação de recursos através da Fonte 149 tem impactos significativos no sistema educacional da rede municipal de ensino. A educação em tempo integral contribui para a redução das desigualdades sociais, proporcionando a estudantes de diversas origens socioeconômicas a oportunidade de acesso a formação. Além disso, a permanência dos estudantes na escola por períodos mais longos ajuda a diminuir a evasão escolar e a melhorar o desempenho acadêmico. Dessa forma o financiamento é uma importante iniciativa para assegurar que a educação integral seja efetivada nas unidades escolares do município de Turvo.

VII. DIRETRIZES PARA A MATRIZ CURRICULAR

A Educação em Tempo Integral é o foco central da matriz curricular no município de Turvo, e as oficinas serão a prioridade dessa iniciativa. A Secretaria Municipal de Educação selecionou cuidadosamente as oficinas que possuem alto potencial para contribuir significativamente com o aprendizado e o desenvolvimento integral das crianças. Essas oficinas incluem atividades diversas que abrangem áreas como artesanato, recreação, educação ambiental, tecnologias educacionais e desenvolvimento de competências socioemocionais oferecendo aos estudantes oportunidades de explorar e desenvolver habilidades em múltiplos campos do conhecimento.
Com relação à carga horária, os estudantes irão cumprir um total de 35 horas semanais, distribuídas entre os dois turnos durante todo o período letivo. Esse tempo ampliado na escola permitirá um aprofundamento maior nas disciplinas regulares, ao mesmo tempo que introduz experiências educativas enriquecedoras através das oficinas. A estrutura de tempo integral não apenas expande o tempo dedicado ao ensino formal, mas também cria um ambiente propício para atividades extracurriculares que estimulam a criatividade, a colaboração e o pensamento crítico. As atividades das oficinas na educação integral em tempo integral serão atividades, o que contribui para a produção do conhecimento.
A implementação dessa política busca proporcionar uma educação mais inclusiva, principalmente aos estudantes mais vulneráveis do município ou ainda aos estudantes com menos condições socioeconômicas, onde os estudantes têm a oportunidade de desenvolver não apenas suas competências acadêmicas, mas também habilidades sociais, emocionais e práticas, através das oficinas pedagógicas, orientadas sob a supervisão do professor. A prioridade dada às oficinas reflete um compromisso com uma abordagem pedagógica que reconhece a importância do aprendizado, através de experiências práticas e diversificadas, essencial para preparar os estudantes para os desafios futuros e melhoria na aprendizagem.
Ao garantir uma carga horária bem distribuída e um currículo enriquecido por oficinas diversas, a Secretaria de Educação de Turvo busca valorizar e potencializar o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa estratégia assegura que cada estudante tenha acesso a uma educação de qualidade, que promova seu crescimento em todas as dimensões – cognitiva, física, social e emocional – e contribua para formar cidadãos preparados e conscientes de seu papel na sociedade, bem como atuar de maneira coerente. Entre as principais finalidades da educação integral em tempo integral está a produção do conhecimento.
A matriz curricular do documento é apresentada ao final, detalhando cada oficina que será desenvolvida. Este detalhamento inclui as atividades específicas, objetivos pedagógicos e metodologias de ensino de cada oficina, como artesanato, recreação, educação ambiental, tecnologias educacionais e desenvolvimento de competências socioemocionais. A apresentação minuciosa de cada componente da matriz curricular permite uma compreensão abrangente das oportunidades educacionais oferecidas, garantindo que todos os aspectos do desenvolvimento integral dos estudantes sejam contemplados e devidamente planejados.

VIII. DIRETRIZES PARA A INTERSETORIALIDADE E A ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO

A Secretaria de Educação de Turvo atuará em estreita parceria com a Secretaria de Família e Desenvolvimento Social para o desenvolvimento da política de Educação em Tempo Integral. Essa colaboração tem como finalidade atender os estudantes durante todo o período em que permanecem na escola, monitorando-os de maneira eficaz e garantindo que a educação seja ofertada com excelência. Esta parceria entre as secretarias municipais permite que ambas colaborem para a aprendizagem das crianças de diferentes faixas etárias e de diferentes escolas.
Serão desenvolvidas ações integradas, com acompanhamento constante do setor de psicologia e assistência social da Secretaria de Educação. Esse acompanhamento especializado é importante para enfrentar os desafios inerentes à educação integral em tempo integral, oferecendo suporte no atendimento emocional e social necessário para o bem-estar dos estudantes. As equipes de psicologia e assistência social trabalharão em conjunto para identificar e solucionar quaisquer questões que possam surgir, assegurando que as crianças se sintam bem no ambiente escolar, considerando que passarão maior parte do dia a dia na escola.
Além dessa colaboração, poderão ocorrer outras parcerias intersetoriais, bem como ações e colaborações regionais. Estas parcerias terão o objetivo de fortalecer a política educacional e proporcionar recursos adicionais que complementem e enriqueçam a experiência educativa dos estudantes. A infraestrutura das escolas também será uma prioridade, com possíveis alterações na estrutura física, espaços e mobiliário para acomodar a nova demanda e garantir ambientes adequados para a aprendizagem e o desenvolvimento das oficinas. Será realizado a aquisição de materiais pedagógicos, que são essenciais para o desenvolvimento de atividades diversificadas, através das oficinas pedagógicas. Esses materiais apoiarão tanto as aulas regulares quanto as oficinas.

IX. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A implementação da política de Educação em Tempo Integral na rede municipal de educação de Turvo será acompanhada de estratégias de monitoramento e avaliação. Com o objetivo de atingir as metas estabelecidas e ampliar o alcance dessa política de atendimento, a Secretaria de Educação será responsável por conduzir o monitoramento em todas as etapas do processo, se reunindo sempre que necessário para analisar as ações.
A equipe designada pela Secretaria de Educação será encarregada de realizar a coleta de dados necessários, incluindo indicadores de desempenho e frequência dos estudantes participantes, bem como o registro e análise do processo de implantação da política. Essas informações serão utilizadas para avaliar o progresso da política, identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria, e tomar decisões informadas sobre ajustes necessários.

O monitoramento terá como objetivo principal verificar se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados e em que medida a política pode ser reestruturada para maximizar seus benefícios. Essa abordagem proativa garantirá que a política seja adaptada de acordo com as necessidades e realidades específicas da comunidade escolar de Turvo, garantindo sua eficácia e relevância, além das melhorias necessárias, tanto de recursos materiais e recursos humanos.

Além disso, a política tem como meta a ampliação para mais escolas, o que exigirá um acompanhamento minucioso do processo de expansão. O monitoramento constante permitirá identificar os desafios e as oportunidades associadas a essa ampliação, facilitando a implementação bem-sucedida em novas instituições de ensino que ainda não possuem a educação em tempo integral.

A partir deste ponto, nas próximas subseções, serão detalhados os macrocampos e as atividades curriculares complementares a serem desenvolvidas nas oficinas. Ao explorar detalhadamente cada macrocampo e atividade curricular complementar, será possível visualizar como a política de Educação em Tempo Integral está estruturada para atender às diversas necessidades e interesses dos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2017, estabelece direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados a todos os estudantes da Educação Básica, respeitando suas singularidades, contextos e diferentes trajetórias de aprendizagem. Em sua introdução, a BNCC assume uma concepção de Educação Integral, compreendida como perspectiva formativa que considera o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões e orienta a organização das experiências educativas ao longo da Educação Básica.

Nessa perspectiva, a BNCC apresenta dez Competências Gerais, que articulam conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e devem ser desenvolvidas de forma integrada ao longo de toda a escolaridade. Essas competências não constituem um conjunto isolado de conteúdos, mas orientam o trabalho pedagógico e atravessam as diferentes áreas do conhecimento e os componentes curriculares, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreender, participar e transformar a realidade em que vivem.

As Competências Gerais da BNCC expressam, entre outros aspectos, a valorização e a utilização dos conhecimentos historicamente construídos para compreender a realidade e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; o desenvolvimento da curiosidade intelectual e da investigação; a valorização das diferentes manifestações artísticas e culturais; a utilização de diferentes linguagens para expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos; a compreensão e utilização crítica e responsável das tecnologias digitais; a valorização da diversidade de saberes e vivências para a construção do projeto de vida; a argumentação fundamentada em princípios éticos, democráticos e sustentáveis; o desenvolvimento do autoconhecimento e do autocuidado; o exercício da empatia, do diálogo, da cooperação e da resolução de conflitos; e a atuação pessoal e coletiva com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.

A partir desse conjunto de competências, a BNCC organiza diferentes elementos orientadores do currículo, contemplando, conforme a etapa e a área, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, campos de experiências, competências específicas, componentes curriculares, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Essa organização constitui uma referência nacional para a garantia de aprendizagens essenciais e para a construção de propostas curriculares articuladas às especificidades de cada sistema de ensino e de cada escola.

É fundamental, entretanto, compreender que a BNCC não se confunde com o currículo. A Base estabelece referências comuns e aprendizagens essenciais a serem asseguradas em todo o território nacional, mas cabe aos sistemas de ensino e às unidades escolares construir seus currículos e propostas pedagógicas considerando seus contextos históricos, sociais, culturais e territoriais, as características de seus estudantes e as necessidades de suas comunidades.

Nesse sentido, a Educação Integral amplia a compreensão do currículo para além da organização dos conteúdos escolares. O currículo passa a ser compreendido como um conjunto articulado de experiências, conhecimentos, relações, práticas, tempos, espaços e oportunidades educativas, intencionalmente organizados para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

A perspectiva da Educação Integral, portanto, não significa simplesmente acrescentar componentes curriculares ou ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola. Significa qualificar os tempos e espaços educativos, articulando os conhecimentos escolares às diferentes dimensões do desenvolvimento humano e criando oportunidades para que os estudantes aprendam, convivam, participem, criem, expressem-se, investiguem, cuidem de si, do outro e do ambiente e compreendam criticamente o mundo.

Assim, a BNCC constitui uma referência fundamental para a construção da Educação Integral, especialmente por meio das Competências Gerais e da articulação entre conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Entretanto, sua concretização depende da capacidade de cada rede de ensino e de cada escola de contextualizar, integrar e dar significado às aprendizagens, considerando a realidade dos estudantes e as potencialidades de seus territórios.

No âmbito da Rede Municipal de Ensino, essa concepção implica compreender a BNCC como um dos referenciais para a construção de uma política curricular própria, articulada ao currículo municipal, ao Projeto Político-Pedagógico das escolas e às características socioculturais do território. A Educação Integral, nesse contexto, deve assegurar tanto o direito às aprendizagens essenciais quanto a ampliação das experiências educativas, reconhecendo os estudantes como sujeitos de direitos e promovendo seu desenvolvimento nas dimensões física, emocional ou afetiva, social, intelectual e cultural.

Dessa forma, a BNCC oferece uma base comum para a garantia do direito à aprendizagem, enquanto a política curricular municipal e os projetos pedagógicos das escolas dão concretude a esses direitos, contextualizando-os e articulando-os às necessidades, potencialidades, identidades e características dos estudantes e das comunidades. A Educação Integral constitui, assim, uma perspectiva que possibilita transformar essa referência comum em experiências educativas significativas, democráticas, inclusivas, equitativas e comprometidas com o desenvolvimento integral de cada estudante.

X - PERGUNTAS ORIENTADORAS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral pressupõe uma prática pedagógica intencional, contextualizada e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, o planejamento docente parte do conhecimento sobre quem são os estudantes, seus saberes, interesses, necessidades, potencialidades e desafios, articulando-os aos objetivos de aprendizagem e às possibilidades educativas presentes na escola e no território.

As perguntas a seguir constituem um **instrumento de reflexão e planejamento pedagógico**, destinado a apoiar professores, pedagogos e equipes gestoras na organização das práticas educativas. Não se trata de um roteiro rígido ou de um formulário obrigatório, mas de um conjunto de questões que pode orientar a tomada de decisões pedagógicas.

1. O que desejo que meus estudantes aprendam neste momento?
Quais aprendizagens são essenciais e quais conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pretendo desenvolver a partir das experiências propostas?

2. Quem são meus estudantes?
Quais são suas características, interesses, potencialidades, necessidades, formas de participação e diferentes ritmos de aprendizagem?

3. Quais conhecimentos e experiências os estudantes trazem para a escola?
Que saberes familiares, comunitários, culturais e territoriais podem ser reconhecidos e incorporados ao processo pedagógico?

4. Quais são seus interesses, curiosidades, expectativas e desafios?

Que temas mobilizam os estudantes? Quais situações favorecem seu envolvimento e sua participação?

5. Existem barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem de algum estudante?
Que adaptações, recursos de acessibilidade, estratégias pedagógicas ou formas diferenciadas de comunicação podem favorecer a participação de todos?

6. Como estão organizadas as relações e interações entre os estudantes?
Existem situações de isolamento, conflitos, exclusões ou grupos muito fechados? Que estratégias podem favorecer a convivência, a cooperação, o pertencimento e a inclusão?

7. Como é o território de vivência dos estudantes?
Quais espaços, pessoas, instituições, manifestações culturais, histórias, problemas, potencialidades e conhecimentos presentes no território podem constituir oportunidades de aprendizagem?

8. Diante dos objetivos de aprendizagem e das características dos estudantes, como organizarei os tempos, espaços e experiências educativas?
Como articular diferentes formas de organização do trabalho pedagógico, considerando:

- **atividades permanentes**, destinadas à construção de hábitos, rotinas, procedimentos e práticas recorrentes;
- **sequências didáticas**, organizadas de forma progressiva e intencional, com etapas articuladas em torno de determinados objetivos de aprendizagem;
- **projetos**, estruturados a partir de questões, interesses ou problemas que possibilitem investigação, experimentação, participação dos estudantes e construção de produtos ou resultados significativos?

9. Quais recursos e materiais serão necessários?
Que materiais, espaços, tecnologias, equipamentos e recursos pedagógicos serão utilizados? Quem poderá contribuir para sua organização e disponibilização?

10. Como promover o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem?
Em quais momentos os estudantes poderão fazer escolhas, levantar hipóteses, investigar, pesquisar, criar, experimentar, tomar decisões, solucionar problemas e avaliar o próprio percurso?
11. Como serão definidos os critérios de aprendizagem e de acompanhamento?
Posso estabelecer, individualmente ou em diálogo com a equipe pedagógica, critérios claros para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes?

12. Que evidências permitirão identificar se os estudantes estão aprendendo e se desenvolvendo?
Quais produções, registros, manifestações, atitudes, desempenhos, intervenções, descobertas e avanços poderão demonstrar as aprendizagens construídas?

13. Como tornar os objetivos de aprendizagem compreensíveis para os próprios estudantes?
Como ajudá-los a compreender o que estão aprendendo, por que estão aprendendo e o que precisam fazer para avançar?

14. Como favorecer a autorreflexão e a autonomia dos estudantes?
Que perguntas, registros ou estratégias podem ajudá-los a refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem, tais como:

- O que eu já sei?
- O que ainda quero aprender?
- O que foi mais difícil?
- O que consegui fazer sozinho?
- Em que precisei de ajuda?
- O que me ajudou a aprender?
- O que descobri?
- O que ainda quero investigar?
- Como posso avançar?

15. Como o planejamento do professor dialoga com o trabalho da equipe pedagógica e dos demais professores?
Há espaços de diálogo para discutir os objetivos de aprendizagem, as estratégias metodológicas, os recursos, as formas de acompanhamento e os processos avaliativos?

16. Como o planejamento da escola se articula ao Projeto Político-Pedagógico e ao planejamento anual?
Quais aprendizagens e experiências educativas devem ser comuns a todos os estudantes? O que será desenvolvido por meio de projetos? O que será organizado de acordo com cada ano ou etapa? Quais aspectos podem ser definidos pelos professores de acordo com as características de suas turmas?

17. Como as diferentes atividades curriculares se articulam entre si?
De que maneira as atividades do turno regular e do contraturno podem estabelecer relações, evitando fragmentação e favorecendo a integração dos conhecimentos e das experiências educativas?

18. Como podemos utilizar os diferentes espaços da escola e do território como espaços de aprendizagem?
Que aprendizagens podem ocorrer na sala de aula, na biblioteca, no pátio, na quadra, na horta, nos espaços culturais, nas áreas externas e em outros espaços da comunidade?

19. Como cada proposta pedagógica contribui para o acompanhamento das aprendizagens?
De que maneira atividades permanentes, sequências didáticas, projetos, experiências práticas e atividades curriculares complementares podem produzir diferentes evidências do desenvolvimento dos estudantes?

20. Como tornar visível o processo de aprendizagem?
Como registrar e apresentar aos estudantes, às famílias e à equipe escolar os avanços, as dificuldades, as descobertas, as produções e os conhecimentos construídos?

21. Como envolver os estudantes no processo de avaliação?
Que estratégias podem favorecer a autoavaliação, a reflexão sobre as aprendizagens e o desenvolvimento progressivo da autonomia e da responsabilidade pelo próprio processo educativo?

22. Como acompanhar as aprendizagens durante todo o percurso?
O que precisa ser observado e registrado durante o desenvolvimento das atividades? Quais intervenções pedagógicas precisam ser realizadas quando as aprendizagens esperadas ainda não foram alcançadas?

23. Como utilizar os resultados da avaliação para reorganizar o planejamento?
O que os registros e as evidências de aprendizagem indicam sobre as estratégias utilizadas? O que precisa ser retomado, aprofundado, adaptado ou reorganizado?

24. Como compartilhar as experiências e aprendizagens construídas?
De que maneira os trabalhos dos estudantes podem ser socializados por meio de exposições, mostras, apresentações, portfólios, murais, registros digitais, publicações, rodas de conversa ou outros espaços de compartilhamento?

25. Como o trabalho pedagógico pode contribuir para a reflexão coletiva da escola?
O que as experiências desenvolvidas revelam sobre a qualidade das práticas pedagógicas, a participação dos estudantes, a gestão democrática, a convivência, o clima escolar e a organização dos espaços e tempos de aprendizagem?

26. O que podemos aprender, enquanto equipe escolar, com aquilo que acontece em nossas salas e demais espaços educativos?
Quais práticas precisam ser fortalecidas? Quais precisam ser revistas? Que experiências podem ser compartilhadas entre os profissionais da escola e incorporadas ao planejamento coletivo?

As perguntas orientadoras reafirmam que a Educação Integral não se concretiza apenas pela ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola. Sua efetivação depende da intencionalidade pedagógica, da qualidade das experiências educativas, da articulação curricular, da participação dos estudantes, da valorização dos diferentes saberes e da integração entre escola, família, comunidade e território.
Nesse sentido, planejar na perspectiva da Educação Integral significa perguntar continuamente quem são os estudantes, o que precisam aprender, como aprendem, quais experiências podem favorecer seu desenvolvimento, quais barreiras precisam ser superadas e como podemos acompanhar e tornar visíveis seus avanços.
Avaliar, por sua vez, significa mais do que verificar resultados ao final de uma atividade. Significa acompanhar processos, produzir evidências, compreender percursos, identificar necessidades, reconhecer avanços e reorganizar as práticas pedagógicas.
Assim, diagnóstico, planejamento, ação, acompanhamento e avaliação constituem um movimento contínuo de reflexão e intervenção pedagógica, no qual professores, pedagogos, gestores e estudantes participam da construção de uma escola comprometida com o desenvolvimento integral, a equidade, a inclusão, a participação e a aprendizagem de todos.

XI - CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

MACROCAMPO: Artes, Cultura e Educação Patrimonial
ATIVIDADE CURRICULAR COMPLEMENTAR – Artesanato
ORGANIZAÇÃO: Contraturno escolar

1. EMENTA

Artesanato como manifestação artística, cultural e patrimonial, envolvendo processos de criação, experimentação e produção com diferentes materiais, técnicas, formas, cores, texturas e possibilidades expressivas. Valorização dos saberes e fazeres presentes nas famílias, na comunidade e no território, considerando aspectos relacionados à memória, identidade, cultura e patrimônio material e imaterial. Desenvolvimento da criatividade, expressão, autonomia, coordenação motora, cooperação e capacidade de planejar, produzir, apreciar e comunicar processos e produções artesanais.

Experimentação de materiais naturais, convencionais, reutilizáveis e recicláveis, promovendo atitudes de cuidado, sustentabilidade e uso consciente dos recursos.

2. JUSTIFICATIVA

A atividade de Artesanato integra a formação dos estudantes por meio de experiências de criação, experimentação, expressão e apreciação, possibilitando o contato com diferentes materiais, técnicas, saberes culturais e formas de produção.
No contexto da Educação em Tempo Integral, a proposta amplia as oportunidades de aprendizagem ao articular práticas artísticas, culturais e educativas que valorizam as experiências dos estudantes e os conhecimentos presentes em suas famílias, comunidades e territórios.
O artesanato será compreendido não apenas como produção de objetos, mas como possibilidade de conhecer e valorizar histórias, memórias, costumes, saberes, técnicas e manifestações culturais. As atividades poderão contemplar produções individuais e coletivas, pesquisas, experimentações, oficinas, projetos, registros, exposições e contato com diferentes manifestações do artesanato.
Considerando a organização coletiva dos estudantes do 1º ao 5º ano, as propostas serão desenvolvidas a partir de experiências comuns, com diferentes níveis de complexidade, autonomia e aprofundamento, de acordo com as características, possibilidades e necessidades de cada estudante.

3. OBJETIVO GERAL

•
Desenvolver a criatividade, a expressão artística, a autonomia e a capacidade de criação dos estudantes por meio de experiências com o artesanato, valorizando materiais, técnicas, saberes, manifestações culturais, memória, identidade, patrimônio e território, em uma perspectiva de experimentação, colaboração, sustentabilidade e autoria.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

•
Conhecer o artesanato como manifestação artística, cultural e patrimonial;

•
Explorar diferentes materiais, ferramentas, técnicas, formas, cores e texturas;

•
Desenvolver a criatividade e a capacidade de criação;

•
Estimular a expressão individual e coletiva;

•
Desenvolver habilidades manuais e coordenação motora;

•
Experimentar diferentes possibilidades de produção artística;

•
Desenvolver autonomia na escolha de materiais, técnicas e formas de produção;

•
Valorizar conhecimentos e práticas culturais presentes nas famílias e comunidades;

•
Conhecer manifestações artesanais locais, regionais e brasileiras;

•
Reconhecer relações entre artesanato, memória, identidade, cultura e território;

•
Valorizar o patrimônio cultural material e imaterial;

•
Conhecer e respeitar diferentes formas de produção cultural;

•
Desenvolver atitudes de cooperação e trabalho coletivo;

•
Planejar, produzir, revisar e aprimorar criações;

•
Utilizar materiais de maneira consciente;

•
Experimentar possibilidades de reutilização e transformação de materiais;

•
Desenvolver atitudes relacionadas à sustentabilidade;

•
Registrar processos de criação por meio de desenhos, textos, fotografias, relatos e outros recursos;

•
Apreciar e comunicar as próprias produções e as produções dos colegas;

•
Participar de exposições, mostras e outras formas de socialização das produções.

5. EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1 – Artesanato, arte e cultura
Conceitos e características do artesanato; artesanato como forma de expressão; arte e cultura no cotidiano; diferentes manifestações artesanais; formas, cores, linhas, texturas e composição; artesanato brasileiro; manifestações culturais locais e regionais; produção artística individual e coletiva.

Eixo 2 – Memória, identidade e patrimônio
Memórias individuais e coletivas; histórias familiares e comunitárias; objetos e produções que representam memórias; saberes e fazeres tradicionais; patrimônio cultural material e imaterial; artesãos, mestres e produtores culturais; manifestações culturais da comunidade; cultura, identidade e pertencimento.

Eixo 3 – Materiais, técnicas e processos de criação
Papel e papelão; tecidos e fibras; linhas e fios; madeira; argila e materiais de modelagem; elementos naturais; materiais reutilizáveis e recicláveis; pintura; desenho; colagem; dobradura; modelagem; trançado; composição; experimentação e criação.

Eixo 4 – Artesanato e sustentabilidade
Reutilização de materiais; reciclagem; redução de resíduos; uso consciente dos recursos; aproveitamento de materiais; relações entre natureza, cultura e território; produção artesanal sustentável; consumo consciente.

Eixo 5 – Criação, autoria e projetos
Escolha de temas; pesquisa e investigação; planejamento; escolha de materiais; experimentação; produção; revisão e aperfeiçoamento; registro do processo; apresentação e socialização; exposição das produções.

6. ARTICULAÇÃO CURRICULAR COM A BNCC

A atividade curricular complementar será desenvolvida de forma articulada às aprendizagens previstas na Base Nacional Comum Curricular, mobilizando conhecimentos e habilidades de diferentes componentes curriculares.

6.1 ARTE

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Artes Visuais	Contextos e práticas	**EF15AR01** – Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas.
Artes Visuais	Elementos da linguagem	**EF15AR02** – Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais.
Artes Visuais	Materialidades	**EF15AR04** – Experimentar diferentes formas de expressão artística, fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.
Artes Visuais	Processos de criação	**EF15AR05** – Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo.
Artes Visuais	Processos de criação	**EF15AR06** – Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.
Artes Integradas	Patrimônio cultural	**EF15AR25** – Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas.

6.2 HISTÓRIA

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade	**EF01HI01** – Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	A escola e a diversidade do grupo social envolvido	**EF01HI04** – Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive, reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.
Circulação de pessoas e as formas de comunicação	A invenção do comércio e a circulação de produtos	**EF04HI06** – Identificar as transformações ocorridas nos processos de deslocamento das pessoas e mercadorias.
Circulação de pessoas e as formas de comunicação	As rotas terrestres, fluviais e marítimas e seus impactos	**EF04HI07** – Identificar e descrever a importância dos caminhos terrestres, fluviais e marítimos para a dinâmica da vida comercial.
Registros da história: linguagens e culturas	As tradições orais e a valorização da memória	**EF05HI09** – Comparar pontos de vista sobre temas que impactam a vida cotidiana no tempo presente.
Registros da história: linguagens e culturas	Patrimônios materiais e imateriais	**EF05HI10** – Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.

6.3 GEOGRAFIA

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
O sujeito e seu lugar no mundo	O modo de vida das crianças em diferentes lugares	**EF01GE01** – Descrever características observadas de seus lugares de vivência.
O sujeito e seu lugar no mundo	Situações de convívio em diferentes lugares	**EF01GE04** – Discutir e elaborar, coletivamente, regras de convívio em diferentes espaços.
O sujeito e seu lugar no mundo	Território e diversidade cultural	**EF04GE01** – Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Conservação e degradação da natureza	**EF04GE11** – Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.
O sujeito e seu lugar no mundo	Diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais	**EF05GE02** – Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios.

6.4 LÍNGUA PORTUGUESA

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Oralidade	Escuta atenta; características da conversação espontânea	**EF15LP09** – Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor.

Oralidade	Relato oral	**EF15LP13** – Identificar finalidades da interação oral em diferentes contextos comunicativos.
Leitura/escuta	Compreensão em leitura	**EF15LP03** – Localizar informações explícitas em textos.
Produção de textos	Planejamento de texto	**EF15LP05** – Planejar, com a ajuda do professor, o texto que será produzido.
Produção de textos	Revisão de textos	**EF15LP06** – Reler e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas.
Produção de textos	Pesquisa e produção textual	**EF05LP24** – Planejar e produzir texto sobre tema de interesse, organizando resultados de pesquisa.

6.5 CIÊNCIAS

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Matéria e energia	Características dos materiais	**EF01CI01** – Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano.
Matéria e energia	Propriedades e usos dos materiais	**EF02CI01** – Identificar de que materiais são feitos os objetos que fazem parte da vida cotidiana.
Matéria e energia	Consumo consciente, reutilização e reciclagem	**EF05CI05** – Construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais.

7. METODOLOGIA

A atividade será desenvolvida por meio de experiências práticas, criativas, investigativas e colaborativas, considerando os estudantes do 1º ao 5º ano em uma organização coletiva.

Serão utilizadas estratégias como oficinas práticas, experimentação livre de materiais, demonstração de técnicas, produção individual e coletiva, projetos temáticos, pesquisas sobre manifestações culturais, entrevistas com familiares e membros da comunidade, contato com artesãos e produtores culturais, rodas de conversa, observação e apreciação de produções, atividades de desenho, pintura, colagem, modelagem, dobradura, trançado e outras técnicas.

Também serão desenvolvidas atividades com reutilização de materiais, registros escritos, gráficos e fotográficos, organização de portfólios, produção de murais, exposições e mostras culturais.

As propostas deverão considerar diferentes níveis de desenvolvimento e autonomia. Uma mesma atividade poderá ser realizada por todos os estudantes, com adequações quanto à complexidade, quantidade de etapas, grau de orientação e possibilidades de criação.

A metodologia deverá priorizar o processo de criação, a experimentação e a autoria, evitando que as atividades sejam reduzidas à reprodução de modelos previamente definidos.

8. PROPOSTAS DE PROJETOS

Projeto 1 – As mãos que fazem nossa história

Pesquisa sobre pessoas da família e da comunidade que produzem objetos artesanais ou possuem conhecimentos relacionados a técnicas tradicionais.

Projeto 2 – Memórias da minha família

Pesquisa sobre objetos, práticas, receitas, brinquedos, bordados, costuras, trabalhos manuais e outras produções que fazem parte das histórias familiares.

Projeto 3 – Nosso território em forma de arte

Observação de elementos culturais e naturais presentes no território e transformação desses elementos em produções artísticas e artesanais.

Projeto 4 – Artesanato sustentável

Criação de objetos e produções artísticas utilizando materiais reutilizáveis e recicláveis.

Projeto 5 – Oficina com quem sabe fazer

Participação de artesãos, familiares, membros da comunidade ou outros conhecedores de técnicas e saberes tradicionais.

Projeto 6 – Mostra de Artesanato, Cultura e Memória

Organização de exposição coletiva com produções realizadas durante o ano, acompanhadas de registros, pesquisas, relatos e informações sobre os processos de criação.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, formativa e qualitativa, considerando o desenvolvimento dos estudantes ao longo das experiências propostas.

Serão observados aspectos relacionados à participação, interesse, criatividade, capacidade de experimentar, autonomia, desenvolvimento de habilidades manuais, planejamento e organização, capacidade de realizar escolhas, desenvolvimento das produções, cooperação, respeito às produções dos colegas, valorização das manifestações culturais, cuidado com materiais e ferramentas, uso consciente dos recursos, capacidade de pesquisar e registrar informações, capacidade de explicar escolhas e processos de criação e participação em projetos coletivos.

A avaliação não deverá considerar apenas o resultado estético final, mas principalmente o processo de aprendizagem, experimentação, criação, participação e desenvolvimento da autoria.

10. REGISTROS E PRODUÇÕES

Durante o desenvolvimento da atividade poderão ser produzidos objetos artesanais, desenhos e projetos, pinturas, colagens, modelagens, dobraduras, trabalhos com fios e tecidos, produções com materiais reutilizáveis, diários de criação, portfólios, fotografias, entrevistas, relatos, pesquisas, murais, catálogos, fichas de produção, registros coletivos, exposições e mostras culturais.

11. CULMINÂNCIA

Ao final do percurso anual, poderá ser realizada a **Mostra de Artesanato, Cultura e Memória**, reunindo produções dos estudantes, registros dos processos de criação, pesquisas, entrevistas, fotografias e informações sobre manifestações culturais pesquisadas.
A culminância poderá envolver a comunidade escolar, famílias, artesãos e representantes da comunidade, valorizando os processos de aprendizagem e a produção cultural dos estudantes.

12. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os estudantes ampliem suas possibilidades de expressão, criação e apreciação artística, desenvolvendo autonomia, criatividade, habilidades manuais, capacidade de trabalhar coletivamente e consciência sobre o uso dos materiais.
Espera-se, ainda, que reconheçam o artesanato como manifestação relacionada à cultura, à memória, à identidade, ao território e ao patrimônio, valorizando os saberes presentes nas famílias, na comunidade e em diferentes grupos culturais.
Ao longo do percurso, os estudantes deverão ser estimulados a atuar não apenas como produtores de objetos, mas como sujeitos capazes de criar, investigar, interpretar, valorizar e comunicar manifestações culturais.

13. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Serão utilizados materiais e recursos diversos, de acordo com as propostas desenvolvidas, incluindo papel, papelão, cartolina, tecidos, linhas, fios, lã, barbante, argila, massa de modelar, madeira, elementos naturais, tintas, pincéis, lápis, canetas, tesouras, colas, materiais recicláveis e reutilizáveis, além de recursos audiovisuais e tecnológicos para pesquisa, registro e socialização das produções.
Poderão também ser utilizados objetos artesanais, fotografias, livros, revistas, materiais culturais, recursos disponíveis na comunidade e produções trazidas pelos estudantes e suas famílias.

14. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O trabalho será organizado de forma coletiva, considerando a participação de estudantes do 1º ao 5º ano em uma mesma proposta pedagógica.
As atividades poderão ser estruturadas em diferentes níveis de complexidade, permitindo que todos os estudantes participem da mesma experiência, respeitando suas diferentes idades, conhecimentos, habilidades, ritmos de aprendizagem e níveis de autonomia. As propostas poderão alternar momentos de apreciação, conversa, pesquisa, experimentação, produção, registro, socialização e avaliação.
A organização deverá favorecer a cooperação entre os estudantes, possibilitando situações de aprendizagem nas quais aqueles que possuem maior domínio de determinada técnica possam colaborar com os demais, sempre sob mediação do professor.

15. INTERDISCIPLINARIDADE

A atividade de Artesanato poderá estabelecer relações com diferentes componentes curriculares, especialmente Arte, História, Geografia, Língua Portuguesa e Ciências, articulando conhecimentos relacionados à cultura, memória, patrimônio, território, materiais, sustentabilidade, pesquisa, oralidade, leitura, escrita e produção artística.
A interdisciplinaridade será desenvolvida de maneira integrada às experiências propostas, sem descaracterizar o Artesanato como atividade curricular complementar do macrocampo Artes, Cultura e Educação Patrimonial.

16. REFERÊNCIAS CURRICULARES

A organização da atividade curricular complementar terá como referência a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, especialmente as competências e habilidades relacionadas aos componentes de Arte, História, Geografia, Língua Portuguesa e Ciências, além dos documentos curriculares vigentes da Rede Municipal de Ensino.
Também serão considerados os conhecimentos e manifestações culturais presentes no território, nas famílias e na comunidade escolar, valorizando os saberes locais e regionais, as diferentes formas de expressão cultural e o patrimônio material e imaterial.

MACROCAMPO: Esporte e Lazer
ATIVIDADE CURRICULAR COMPLEMENTAR – Recreação (Brinquedoteca e Jogos)
ORGANIZAÇÃO: Contraturno escolar

•
EMENTA

Recreação como prática educativa, cultural, corporal e social, envolvendo brincadeiras, brinquedos, jogos tradicionais, jogos de regras, jogos cooperativos, atividades lúdicas, desafios motores e experiências de convivência. Exploração de diferentes formas de brincar, jogar, criar, imaginar, movimentar-se e interagir, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Valorização das brincadeiras e dos jogos como manifestações culturais, considerando experiências familiares, comunitárias e regionais. Desenvolvimento da cooperação, autonomia, criatividade, respeito às regras, resolução de conflitos, tomada de decisões, coordenação motora, percepção corporal, orientação espacial e temporal, convivência e participação coletiva.

•
JUSTIFICATIVA

A recreação constitui uma importante possibilidade educativa no contexto da Educação em Tempo Integral, proporcionando aos estudantes experiências que articulam movimento, ludicidade, convivência, criatividade, aprendizagem e lazer.
As brincadeiras e os jogos fazem parte da cultura infantil e possibilitam que as crianças experimentem diferentes formas de interação, expressão e participação. Por meio dessas experiências, os estudantes podem desenvolver habilidades motoras, cognitivas, sociais e afetivas, aprendendo a cooperar, respeitar regras, lidar com desafios, tomar decisões e resolver situações que surgem durante as atividades.
A brinquedoteca constitui espaço privilegiado para o brincar livre e orientado, permitindo o acesso a brinquedos, jogos, materiais lúdicos e diferentes possibilidades de criação. Os jogos, por sua vez, possibilitam experiências que envolvem regras, estratégias, desafios, cooperação e competição de forma educativa e mediada.

Considerando a organização coletiva dos estudantes do 1º ao 5º ano, as propostas serão desenvolvidas a partir de experiências comuns, com diferentes níveis de complexidade e participação, respeitando as características, possibilidades, necessidades e diferentes níveis de desenvolvimento dos estudantes.

•

OBJETIVO GERAL

•

Promover experiências recreativas, lúdicas, corporais e sociais por meio de brincadeiras, brinquedos e jogos, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes, a criatividade, a autonomia, a cooperação, a convivência, o respeito às regras, a expressão corporal e a valorização do brincar como manifestação cultural e direito da criança.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

•

Valorizar o brincar como forma de expressão, aprendizagem, convivência e lazer;

•

Ampliar o repertório de brincadeiras e jogos dos estudantes;

•

Conhecer e experimentar brincadeiras tradicionais e contemporâneas;

•

Valorizar brincadeiras presentes nas famílias e comunidades;

•

Desenvolver habilidades motoras por meio de diferentes experiências corporais;

•

Estimular a coordenação motora ampla e fina;

•

Desenvolver equilíbrio, lateralidade, orientação espacial e percepção corporal;

•

Estimular a criatividade e a imaginação;

•

Desenvolver autonomia na escolha e organização das atividades;

•

Aprender a respeitar regras e combinados;

•

Desenvolver a capacidade de participar de jogos coletivos;

•

Estimular a cooperação e a solidariedade;

•

Desenvolver estratégias para resolução de desafios;

•

Aprender a lidar com situações de vitória, derrota, frustração e espera;

•

Desenvolver atitudes de respeito aos colegas;

•

Estimular a comunicação e a interação entre estudantes de diferentes idades;

•

Desenvolver a capacidade de criar e modificar regras de jogos;

•

Construir brinquedos e materiais lúdicos;

•

Valorizar jogos e brincadeiras como manifestações culturais;

•

Conhecer brincadeiras tradicionais de diferentes regiões e culturas;

•
Estimular o uso responsável dos espaços e materiais;

•
Desenvolver atitudes de cuidado, organização e conservação dos brinquedos e jogos;

•
Promover experiências de lazer, convivência e participação coletiva.

5. EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1 – Brincadeiras e cultura infantil

Brincadeiras tradicionais; brincadeiras populares; brincadeiras familiares; brincadeiras de diferentes regiões; brincadeiras cantadas; brincadeiras de roda; brincadeiras de faz de conta; brinquedos tradicionais; cultura infantil e memória.

Eixo 2 – Brinquedoteca e brincar

Organização e utilização da brinquedoteca; exploração de brinquedos; brincar livre e orientado; jogos simbólicos; faz de conta; construção de histórias; dramatizações; exploração de diferentes materiais; cuidado e organização dos brinquedos.

Eixo 3 – Jogos e regras

Jogos de regras; jogos de tabuleiro; jogos de cartas; jogos de estratégia; jogos de memória; quebra-cabeças; desafios; jogos individuais e coletivos; compreensão e construção de regras; tomada de decisões.

Eixo 4 – Jogos cooperativos e convivência

Cooperação; trabalho em equipe; respeito; diálogo; solidariedade; comunicação; resolução de conflitos; tomada de decisões coletivas; participação; inclusão; respeito às diferenças.

Eixo 5 – Corpo, movimento e recreação

Movimentos corporais; coordenação motora; equilíbrio; lateralidade; orientação espacial; deslocamentos; velocidade; agilidade; força; resistência; percepção corporal; circuitos recreativos; atividades com e sem materiais.

Eixo 6 – Criação e invenção de jogos

Criação de brincadeiras; adaptação de jogos; elaboração de regras; construção de brinquedos; criação de materiais lúdicos; desafios coletivos; jogos inventados pelos estudantes; registro e apresentação das criações.

Eixo 7 – Recreação, lazer e participação

Lazer; ocupação dos espaços; escolha de atividades; autonomia; organização coletiva; participação; convivência; uso responsável dos espaços e materiais; recreação como experiência educativa e cultural.

6. ARTICULAÇÃO CURRICULAR COM A BNCC

A atividade curricular complementar será desenvolvida de forma articulada às aprendizagens previstas na Base Nacional Comum Curricular, mobilizando conhecimentos e habilidades de diferentes componentes curriculares.

6.1 EDUCAÇÃO FÍSICA

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	**EF12EF01** – Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	**EF12EF02** – Explicar, por meio de múltiplas linguagens, as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	**EF12EF03** – Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, com base no reconhecimento das características dessas práticas.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	**EF12EF04** – Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras e jogos e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos e registros para divulgá-las na escola e na comunidade.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo	**EF35EF01** – Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico-cultural.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo	**EF35EF02** – Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a execução de brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo	**EF35EF03** – Descrever, por meio de múltiplas linguagens, as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico-cultural na preservação das diferentes culturas.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo	**EF35EF04** – Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.
Ginásticas	Ginástica geral	**EF12EF07** – Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica e da ginástica geral, de forma individual e coletiva.
Ginásticas	Ginástica geral	**EF12EF08** – Planejar e utilizar estratégias para a execução de diferentes elementos básicos da ginástica e da ginástica geral.
Ginásticas	Ginástica geral	**EF12EF10** – Descrever, por meio de múltiplas linguagens, as características dos elementos básicos da ginástica e da ginástica geral, identificando a presença desses elementos em distintas práticas corporais.

6.2 ARTE

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Artes Visuais	Processos de criação	**EF15AR05** – Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo, explorando diferentes espaços da escola e da comunidade.
Artes Visuais	Processos de criação	**EF15AR06** – Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.
Artes Integradas	Patrimônio cultural	**EF15AR24** – Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, canções, histórias e condições imaginativas de diferentes matrizes culturais.
Artes Integradas	Patrimônio cultural	**EF15AR25** – Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira.

6.3 HISTÓRIA

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade	**EF01HI01** – Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.
Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo	A vida em família e os diferentes vínculos	**EF01HI02** – Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade.
A circulação de pessoas e as formas de comunicação	As rotas terrestres, fluviais e marítimas e seus impactos para a formação de cidades e as transformações do meio natural	**EF04HI07** – Identificar e descrever a importância dos caminhos terrestres, fluviais e marítimos para a dinâmica da vida comercial.
Registros da história: linguagens e culturas	As tradições orais e a valorização da memória	**EF05HI07** – Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.
Registros da história: linguagens e culturas	Patrimônios materiais e imateriais	**EF05HI10** – Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.

6.4 LÍNGUA PORTUGUESA

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Oralidade	Escuta atenta; características da conversação espontânea	**EF15LP09** – Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor.
Oralidade	Relato oral	**EF15LP13** – Identificar finalidades da interação oral em diferentes contextos comunicativos.
Leitura/escuta	Compreensão em leitura	**EF15LP03** – Localizar informações explícitas em textos.
Produção de textos	Planejamento de texto	**EF15LP05** – Planejar, com a ajuda do professor, o texto que será produzido.
Produção de textos	Revisão de textos	**EF15LP06** – Reler e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas.
Oralidade	Produção e organização de relatos	**EF35LP20** – Expor trabalhos ou pesquisas escolares, em sala de aula, com apoio de recursos multissemióticos.

6.5 MATEMÁTICA

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Números	Contagem de rotina e contagem ascendente e descendente	**EF01MA01** – Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas.
Álgebra	Padrões figurais e numéricos	**EF01MA09** – Organizar e ordenar objetos familiares ou representações por figuras, por meio de atributos, tais como cor, forma e medida.
Grandezas e medidas	Medidas de comprimento	**EF02MA16** – Estimar, medir e comparar comprimentos de lados de salas e de polígonos, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas.
Probabilidade e estatística	Análise da ideia de aleatório em situações do cotidiano	**EF03MA25** – Identificar, em eventos familiares aleatórios, todos os resultados possíveis, estimando os que têm maiores ou menores chances de ocorrência.
Probabilidade e estatística	Espaço amostral e análise de chances	**EF04MA26** – Identificar, entre eventos aleatórios cotidianos, aqueles que têm maior chance de ocorrência, reconhecendo características de resultados mais prováveis, sem utilizar frações.

7. METODOLOGIA

A atividade será desenvolvida por meio de experiências lúdicas, recreativas, corporais, criativas e colaborativas, considerando os estudantes do 1º ao 5º ano em uma organização coletiva.
Serão utilizadas estratégias como brincadeiras livres e orientadas, jogos individuais e coletivos, jogos tradicionais, jogos de tabuleiro, jogos de regras, jogos cooperativos, desafios motores, circuitos recreativos, brincadeiras cantadas, brincadeiras de roda, atividades de faz de conta, dramatizações, construção de brinquedos e materiais lúdicos, criação e adaptação de jogos.
A brinquedoteca será utilizada como espaço de exploração, imaginação, criação, convivência e aprendizagem, possibilitando momentos de brincar livre e momentos de atividades orientadas pelo professor. As propostas poderão ser realizadas em diferentes espaços da escola, incluindo sala, pátio, quadra, áreas externas e outros ambientes disponíveis.
As atividades deverão respeitar as características e possibilidades dos estudantes, permitindo adaptações quanto às regras, materiais, tempo, espaço, número de participantes e nível de complexidade. A metodologia deverá priorizar a participação de todos, valorizando a cooperação, o respeito, a inclusão, a criatividade e o prazer de brincar.

8. PROPOSTAS DE PROJETOS

Projeto 1 – Brincadeiras de ontem e de hoje

Pesquisa e experimentação de brincadeiras realizadas por familiares e pessoas da comunidade, comparando diferentes formas de brincar ao longo do tempo.

Projeto 2 – Brinquedos que contam histórias

Pesquisa sobre brinquedos tradicionais e construção de brinquedos utilizando diferentes materiais.

Projeto 3 – Nosso acervo de jogos

Organização coletiva de jogos e brinquedos disponíveis na brinquedoteca, com criação de regras de utilização, conservação e organização.

Projeto 4 – Jogos cooperativos

Realização de atividades em que os estudantes precisam trabalhar juntos para alcançar objetivos comuns.

Projeto 5 – Inventores de jogos

Criação, adaptação e experimentação de novos jogos pelos próprios estudantes, incluindo elaboração de regras, materiais e formas de participação.

Projeto 6 – Circuito recreativo

Organização de circuito com diferentes desafios motores, jogos, brincadeiras e atividades corporais.

Projeto 7 – Festival de brincadeiras e jogos

Momento de socialização das brincadeiras e jogos desenvolvidos ao longo do percurso, envolvendo diferentes grupos de estudantes e, quando possível, a comunidade escolar.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, formativa e qualitativa, considerando a participação e o desenvolvimento dos estudantes durante as experiências recreativas.
Serão observados aspectos relacionados à participação, interesse, iniciativa, criatividade, autonomia, coordenação motora, percepção corporal, capacidade de compreender e respeitar regras, cooperação, comunicação, interação com os colegas, resolução de conflitos, capacidade de lidar com desafios, respeito às diferenças, organização dos materiais, cuidado com os brinquedos e jogos e participação na criação e adaptação de atividades.
Também serão considerados o desenvolvimento da capacidade de trabalhar coletivamente, tomar decisões, propor soluções, criar regras e participar de situações de brincadeira e jogo de maneira respeitosa e responsável.
A avaliação não estará centrada no desempenho competitivo ou na capacidade de vencer os jogos, mas no processo de participação, aprendizagem, convivência, desenvolvimento corporal, criatividade e construção da autonomia.

10. REGISTROS E PRODUÇÕES

Durante o desenvolvimento da atividade poderão ser produzidos registros escritos e visuais sobre brincadeiras e jogos, desenhos, regras de jogos, fichas de brincadeiras, registros fotográficos, relatos, pesquisas, brinquedos confeccionados pelos estudantes, jogos de tabuleiro, jogos inventados, materiais recreativos, mapas de brincadeiras, cartazes, murais, portfólios e registros coletivos.
Os estudantes também poderão registrar as regras e características das brincadeiras pesquisadas, elaborar materiais para a brinquedoteca e documentar processos de criação e adaptação dos jogos.

11. CULMINÂNCIA

Ao final do percurso anual, poderá ser realizado um Festival de Brincadeiras, Jogos e Recreação, reunindo diferentes atividades desenvolvidas pelos estudantes ao longo do ano.
A culminância poderá envolver circuitos recreativos, jogos cooperativos, brincadeiras tradicionais, jogos criados pelos estudantes, exposição de brinquedos confeccionados e apresentação das pesquisas realizadas sobre brincadeiras e jogos.

12. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os estudantes ampliem seu repertório de brincadeiras e jogos, desenvolvam habilidades motoras e corporais e ampliem sua capacidade de interagir, cooperar e participar de atividades coletivas.
Espera-se, ainda, que desenvolvam autonomia, criatividade, capacidade de resolver desafios, respeito às regras, capacidade de lidar com diferentes situações de convivência e valorização das brincadeiras e dos jogos como manifestações culturais.
Ao longo do percurso, os estudantes deverão ser estimulados a atuar não apenas como participantes das atividades, mas também como criadores, organizadores, pesquisadores e produtores de brincadeiras, jogos e experiências recreativas.

13. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Serão utilizados brinquedos, jogos de tabuleiro, jogos de cartas, quebra-cabeças, materiais de encaixe, blocos de construção, bolas, cordas, bambolês, cones, arcos, tecidos, caixas, materiais recicláveis e reutilizáveis, materiais para confecção de brinquedos e jogos, além de recursos sonoros, visuais e tecnológicos.
Também poderão ser utilizados materiais produzidos pelos próprios estudantes, brinquedos tradicionais, jogos confeccionados pela comunidade escolar e recursos disponíveis na brinquedoteca.

14. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

O trabalho será organizado de forma coletiva, envolvendo estudantes do 1º ao 5º ano em experiências comuns. As atividades poderão ser adaptadas conforme a idade, o nível de desenvolvimento, as habilidades motoras, a autonomia e as necessidades de cada estudante, sem necessidade de separar a turma por ano escolar.
As propostas poderão alternar momentos de brincar livre, brincar orientado, jogos individuais, jogos coletivos, desafios, atividades cooperativas, criação de regras, construção de brinquedos, organização dos espaços e socialização das experiências. A organização deverá favorecer a convivência entre estudantes de diferentes idades, estimulando situações de colaboração, aprendizagem entre pares, respeito e participação.

15. INTERDISCIPLINARIDADE

A atividade de Recreação poderá estabelecer relações com diferentes componentes curriculares, especialmente Educação Física, Arte, História, Língua Portuguesa e Matemática, articulando conhecimentos relacionados ao corpo e movimento, cultura, memória, oralidade, leitura, escrita, regras, estratégias, contagem, organização, espaço e resolução de desafios.

A interdisciplinaridade será desenvolvida de maneira integrada às experiências propostas, sem descaracterizar a Recreação como atividade curricular complementar do macrocampo Esporte e Lazer.

16. REFERÊNCIAS CURRICULARES

A organização da atividade curricular complementar terá como referência a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, especialmente as competências e habilidades relacionadas aos componentes de Educação Física, Arte, História, Língua Portuguesa e Matemática, além dos documentos curriculares vigentes da Rede Municipal de Ensino.
Também serão considerados os conhecimentos, brincadeiras, brinquedos, jogos e manifestações culturais presentes nas famílias, na comunidade e no território, valorizando a diversidade cultural e as diferentes formas de brincar, jogar, movimentar-se e participar da vida coletiva.

MACROCAMPO: Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
ATIVIDADE CURRICULAR COMPLEMENTAR – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
ORGANIZAÇÃO: Contraturno escolar

1. EMENTA

Educação Ambiental como dimensão da formação integral dos estudantes, promovendo a compreensão das relações entre sociedade, natureza, território, modos de vida, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. Estudo e vivência de práticas relacionadas ao cuidado com o ambiente, conservação dos recursos naturais, biodiversidade, água, solo, ar, energia, resíduos sólidos, consumo consciente, alimentação saudável, espaços verdes e sustentabilidade.
Desenvolvimento de atitudes de responsabilidade individual e coletiva, participação, cooperação, investigação, observação e intervenção no ambiente escolar e comunitário. Valorização dos conhecimentos familiares, comunitários e territoriais relacionados à natureza e às práticas sustentáveis, reconhecendo diferentes formas de relação entre os seres humanos e o ambiente.
Desenvolvimento de projetos, experiências práticas, oficinas, campanhas, hortas, jardins, ações de reutilização e reciclagem, observação da natureza, investigação do território e propostas de intervenção. Compreensão da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social, cultural e econômica, favorecendo a formação de estudantes conscientes, participativos, responsáveis e comprometidos com a preservação da vida e com a construção de espaços mais saudáveis e sustentáveis.

2. JUSTIFICATIVA

A Educação Ambiental constitui importante dimensão da formação integral, pois possibilita aos estudantes compreenderem o ambiente como espaço de vida, convivência, cultura, produção e responsabilidade coletiva. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, essa formação pode partir das experiências cotidianas das crianças, de sua relação com a escola, com a família, com a comunidade e com o território em que vivem.
A atividade curricular complementar amplia as experiências dos estudantes para além da sala de aula, utilizando os espaços escolares e comunitários como ambientes educativos. O contato direto com a natureza, a observação dos fenômenos ambientais, o cuidado com plantas e animais, a organização dos resíduos, o uso consciente da água e da energia e a reflexão sobre hábitos de consumo permitem transformar conhecimentos em atitudes concretas.
A proposta possibilita ainda o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, articulando conhecimentos de Ciências, Geografia, História, Matemática, Língua Portuguesa e Arte. Dessa forma, as questões ambientais podem ser observadas, investigadas, registradas, discutidas e transformadas em ações coletivas.
Considerando a organização da turma de forma coletiva e multisseriada, as experiências serão comuns aos estudantes do 1º ao 5º ano, com adequações quanto ao nível de complexidade, autonomia, linguagem, registro e responsabilidade. A organização favorece a aprendizagem entre pares, a cooperação, o compartilhamento de conhecimentos e a participação dos estudantes em diferentes funções nos projetos.

3. OBJETIVO GERAL

•
Promover experiências educativas que possibilitem aos estudantes compreender, valorizar e cuidar do ambiente em que vivem, desenvolvendo conhecimentos, atitudes, valores e práticas relacionados à conservação da natureza, ao uso responsável dos recursos naturais, ao consumo consciente e ao desenvolvimento sustentável, fortalecendo a responsabilidade individual e coletiva, a participação, a investigação, a criatividade, a cooperação e o compromisso com a qualidade de vida e com a preservação da vida.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

•
Compreender o ambiente como espaço de vida, convivência, cultura e responsabilidade coletiva.

•
Desenvolver atitudes de cuidado, respeito e proteção à natureza e aos diferentes seres vivos.

•
Reconhecer a importância da água, do solo, do ar, da energia e dos demais recursos naturais.

•
Identificar problemas ambientais presentes no cotidiano escolar, familiar e comunitário.

•
Compreender relações entre as ações humanas e as transformações do ambiente.

•
Desenvolver hábitos relacionados ao consumo consciente e ao uso responsável dos recursos naturais.

•

Compreender a importância da redução, reutilização e reciclagem de materiais.

- Identificar diferentes tipos de resíduos e refletir sobre formas adequadas de descarte.
- Investigar a produção e a destinação dos resíduos produzidos na escola e na comunidade.
- Desenvolver práticas de separação, reutilização e reaproveitamento de materiais.
- Conhecer e valorizar a biodiversidade local e regional.
- Observar e identificar diferentes espécies de plantas e animais presentes no território.
- Desenvolver experiências de cultivo, cuidado e acompanhamento do desenvolvimento das plantas.
- Criar e cuidar de hortas, jardins, canteiros ou outros espaços verdes, conforme as possibilidades da escola.
- Compreender a importância das áreas verdes para a qualidade de vida e para o equilíbrio ambiental.
- Reconhecer práticas tradicionais e comunitárias de cuidado com a natureza.
- Valorizar conhecimentos familiares e comunitários relacionados ao cultivo, à alimentação e ao uso dos recursos naturais.
- Desenvolver a capacidade de observar, questionar, investigar, registrar e comunicar informações sobre o ambiente.
- Utilizar diferentes linguagens para representar fenômenos, situações e problemas ambientais.
- Desenvolver atitudes de cooperação, responsabilidade, participação e tomada de decisões.
- Planejar e executar ações ambientais individuais e coletivas.
- Desenvolver projetos de intervenção no espaço escolar e comunitário.
- Estimular a criatividade na elaboração de soluções sustentáveis.
- Compreender relações entre hábitos cotidianos, qualidade de vida e conservação ambiental.
- Reconhecer que o cuidado com o ambiente é responsabilidade de todos.
- Participar de campanhas, exposições, oficinas e ações de sensibilização ambiental.

5. EIXOS TEMÁTICOS

- Ambiente, natureza e qualidade de vida
- Água, solo, ar e recursos naturais
- Biodiversidade e conservação da natureza
- Resíduos sólidos, reutilização e reciclagem
-

Consumo consciente e sustentabilidade

•
Horta, alimentação e práticas sustentáveis

•
Território, comunidade e responsabilidade socioambiental

•
Investigação, projetos e intervenção ambiental

6. ARTICULAÇÃO CURRICULAR COM A BNCC

A atividade curricular complementar articula-se interdisciplinarmente com diferentes componentes curriculares da BNCC, possibilitando que os estudantes construam conhecimentos ambientais por meio da observação, investigação, experimentação, registro, diálogo, resolução de problemas e participação em situações concretas.

6.1 Ciências

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
Matéria e energia	Características dos materiais	**EF01CI01** – Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente.
Matéria e energia	Propriedades e usos dos materiais	**EF02CI01** – Identificar de que materiais são feitos os objetos que fazem parte da vida cotidiana, como esses objetos são utilizados e com quais materiais eram produzidos no passado.
Vida e evolução	Seres vivos no ambiente	**EF02CI04** – Descrever características de plantas e animais que fazem parte de seu cotidiano e relacioná-las ao ambiente em que vivem.
Vida e evolução	Características e desenvolvimento dos animais	**EF03CI04** – Identificar características sobre o modo de vida dos animais mais comuns no ambiente próximo.
Vida e evolução	Características dos animais	**EF03CI06** – Comparar alguns animais e organizar grupos com base em características externas comuns.
Terra e Universo	Características da Terra	**EF03CI07** – Identificar características da Terra, com base na observação, manipulação e comparação de diferentes formas de representação do planeta.
Matéria e energia	Transformações reversíveis e não reversíveis	**EF04CI03** – Concluir que algumas mudanças causadas por aquecimento ou resfriamento são reversíveis e outras não.
Vida e evolução	Cadeias alimentares simples	**EF04CI04** – Analisar e construir cadeias alimentares simples, reconhecendo a posição ocupada pelos seres vivos nessas cadeias e o papel do Sol como fonte primária de energia.
Matéria e energia	Uso consciente da água e outros materiais	**EF05CI04** – Identificar os principais usos da água e de outros materiais nas atividades cotidianas para discutir e propor formas sustentáveis de utilização desses recursos.
Vida e evolução	Cobertura vegetal e conservação ambiental	**EF05CI03** – Selecionar argumentos que justifiquem a importância da cobertura vegetal para a manutenção do ciclo da água, a conservação dos solos, dos cursos de água e da qualidade do ar atmosférico.

6.2 Geografia

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
O sujeito e seu lugar no mundo	O modo de vida das crianças em diferentes lugares	**EF01GE01** – Descrever características observadas de seus lugares de vivência e identificar semelhanças e diferenças entre esses lugares.
O sujeito e seu lugar no mundo	Situações de convívio em diferentes lugares	**EF01GE04** – Discutir e elaborar, coletivamente, regras de convívio em diferentes espaços.
Conexões e escalas	Experiências da comunidade no tempo e no espaço	**EF02GE04** – Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Os usos dos recursos naturais	**EF03GE09** – Investigar os usos dos recursos naturais, com destaque para os usos da água em atividades cotidianas.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Impactos das atividades humanas	**EF03GE10** – Identificar os cuidados necessários para utilização da água na agricultura e na geração de energia de modo a garantir a manutenção do provimento de água potável.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Conservação e degradação da natureza	**EF04GE11** – Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Qualidade ambiental	**EF05GE10** – Reconhecer e comparar atributos da qualidade ambiental e algumas formas de poluição dos cursos de água e dos oceanos.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Problemas ambientais	**EF05GE11** – Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência.
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Gestão pública da qualidade de vida	**EF05GE12** – Identificar órgãos do poder público e canais de participação social responsáveis por buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida.

6.3 História

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	A vida em casa, a escola e a comunidade	**EF01HI04** – Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive, reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.
A comunidade e seus registros	A noção do “Eu” e do “Outro”	**EF02HI08** – Compilar histórias da família e/ou da comunidade registradas em diferentes fontes.
A noção de espaço público e privado	A cidade, seus espaços públicos e privados	**EF03HI09** – Mapear os espaços públicos no lugar em que vive e identificar suas funções.
Circulação de pessoas e as transformações no meio natural	A ação das pessoas sobre a natureza	**EF04HI05** – Relacionar os processos de ocupação do campo a intervenções na natureza, avaliando os resultados dessas intervenções.
Povos e culturas	Cidadania, diversidade cultural e direitos	**EF05HI05** – Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.
Registros da história	Patrimônio material e imaterial	**EF05HI10** – Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.

6.4 Língua Portuguesa

Prática de linguagem	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
Oralidade	Intercâmbio conversacional em sala de aula	**EF15LP09** – Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor.
Oralidade	Escuta atenta e interação oral	**EF15LP13** – Identificar finalidades da interação oral em diferentes contextos comunicativos.
Leitura/escuta	Estratégia de leitura	**EF15LP03** – Localizar informações explícitas em textos.
Produção de textos	Planejamento de texto	**EF15LP05** – Planejar, com a ajuda do professor, o texto que será produzido, considerando a situação comunicativa, os interlocutores, a finalidade e a circulação.
Produção de textos	Revisão de textos	**EF15LP06** – Reler e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas.
Oralidade	Planejamento e exposição oral	**EF35LP20** – Expor trabalhos ou pesquisas escolares, em sala de aula, com apoio de recursos multissemióticos.

6.5 Matemática

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
Números	Contagem de rotina, contagem ascendente e descendente	**EF01MA01** – Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas.
Grandezas e medidas	Medidas de comprimento	**EF01MA15** – Comparar comprimentos, utilizando termos como mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, entre outros.
Grandezas e medidas	Medidas de capacidade e de massa	**EF02MA17** – Estimar, medir e comparar capacidade e massa, utilizando estratégias pessoais e unidades de medida não padronizadas ou padronizadas.
Probabilidade e estatística	Leitura, interpretação e representação de dados	**EF03MA27** – Ler, interpretar e comparar dados apresentados em tabelas de dupla entrada, gráficos de barras ou de colunas, envolvendo resultados de pesquisas significativas.
Probabilidade e estatística	Leitura, interpretação e representação de dados	**EF04MA27** – Analisar dados apresentados em tabelas simples ou de dupla entrada e em gráficos de colunas ou pictóricos, com base em informações das diferentes áreas do conhecimento.
Probabilidade e estatística	Leitura, coleta, classificação, interpretação e representação de dados	**EF05MA24** – Interpretar dados estatísticos apresentados em textos, tabelas e gráficos e produzir textos com o objetivo de sintetizar conclusões.

7. METODOLOGIA

A metodologia será prática, investigativa, participativa, interdisciplinar, colaborativa e contextualizada, valorizando o estudante como sujeito ativo na construção de conhecimentos e na transformação dos espaços em que vive.
As atividades partirão, sempre que possível, de situações concretas observadas no cotidiano escolar, familiar e comunitário, como desperdício de água, produção de resíduos, conservação dos espaços, presença de plantas e animais, consumo de energia, alimentação, uso de materiais e transformações da paisagem.
Serão desenvolvidas propostas como:

- observação e registro do ambiente escolar;
- caminhadas e percursos investigativos;
- rodas de conversa;
- levantamento de conhecimentos prévios;
- experiências científicas simples;
- observação de plantas, animais, solo, água e demais elementos naturais;
- criação e manutenção de hortas e jardins;
- plantio e acompanhamento do desenvolvimento das plantas;
- identificação e classificação de resíduos;
- oficinas de reutilização e reaproveitamento;
- produção de objetos com materiais reutilizados;
- campanhas de conscientização;
- produção de cartazes e murais;
- entrevistas com familiares e membros da comunidade;
- pesquisas sobre práticas sustentáveis;
- elaboração de tabelas e gráficos;
- jogos e desafios ambientais;
- projetos de intervenção;

- ações de consumo consciente;
- atividades de compostagem, quando houver condições;
- exposições e apresentações.

A turma será organizada coletivamente, envolvendo estudantes do 1º ao 5º ano nas mesmas experiências, com adaptações de complexidade, autonomia e responsabilidade.
Os estudantes mais novos poderão desenvolver atividades predominantemente por meio da observação, oralidade, desenho, experimentação e registros iniciais, enquanto os estudantes mais velhos poderão assumir responsabilidades relacionadas à pesquisa, organização de dados, produção textual, planejamento e apresentação dos resultados.
A proposta deverá priorizar a investigação e a participação, evitando reduzir a Educação Ambiental a atividades isoladas de reciclagem. Busca-se desenvolver a compreensão das relações entre sociedade, natureza, território, consumo, qualidade de vida e responsabilidade coletiva.

8. PROPOSTAS DE PROJETOS

1. Nossa Escola, Nosso Ambiente

Mapeamento dos espaços da escola, identificando áreas verdes, locais de produção de resíduos, pontos de desperdício de água e possibilidades de melhoria.

2. Guardiões da Água

Investigação sobre os usos da água na escola e nas residências, identificação de desperdícios e elaboração de estratégias de economia e preservação.

3. Horta Escolar e Alimentação Sustentável

Criação ou manutenção de horta escolar, envolvendo preparação do solo, plantio, cuidados, observação, registros e reflexão sobre alimentação saudável e sustentabilidade.

4. De Onde Vem? Para Onde Vai?

Investigação sobre os materiais utilizados no cotidiano, sua origem, utilização, descarte, reaproveitamento e possíveis impactos ambientais.

5. Nossa Biodiversidade

Observação, identificação e registro de plantas e animais presentes na escola e no território, valorizando a biodiversidade local.

6. Escola que Reutiliza

Desenvolvimento de ações de redução, reutilização e reaproveitamento de materiais, incluindo oficinas de criação.

7. Diagnóstico Ambiental da Comunidade

Investigação dos principais problemas ambientais observados no entorno da escola, com registros e elaboração coletiva de propostas de melhoria.

8. Feira de Educação Ambiental e Sustentabilidade
Organização de uma mostra com pesquisas, experiências, gráficos, produções com materiais reutilizados, registros da horta, campanhas, maquetes e propostas elaboradas pelos estudantes.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, formativa e qualitativa, considerando o desenvolvimento dos estudantes ao longo das experiências, investigações e projetos.
Serão observados:

- participação e interesse;
- capacidade de observar e formular perguntas;
- curiosidade e iniciativa investigativa;
- compreensão das questões ambientais;
- relação entre ações humanas e impactos ambientais;

- atitudes de cuidado com o ambiente;
- responsabilidade no uso dos recursos;
- participação em ações coletivas;
- cooperação e respeito;
- autonomia;
- capacidade de planejar e executar ações;
- resolução de problemas;
- capacidade de registrar e comunicar informações;
- utilização de diferentes linguagens;
- participação em pesquisas;
- criatividade;
- capacidade de analisar informações;
- evolução dos conhecimentos e atitudes.

A avaliação não estará centrada apenas no produto final. Será valorizado o processo de aprendizagem, a participação, a capacidade de investigar, questionar, propor, agir e refletir.

REGISTROS E PRODUÇÕES

Os registros e produções poderão compreender:

- desenhos e ilustrações;
- diários de observação;
- registros de experiências;
- fotografias;
- mapas e croquis;
- tabelas;
- gráficos;
- pesquisas;
- entrevistas;

- relatórios;
- textos informativos;
- cartazes;
- campanhas;
- murais;
- maquetes;
- objetos produzidos com materiais reutilizados;
- registros da horta;
- fichas de acompanhamento das plantas;
- inventários da biodiversidade;
- diagnósticos ambientais;
- portfólios;
- registros coletivos;
- apresentações;
- exposições;
- produções audiovisuais e digitais.

Os registros deverão possibilitar o acompanhamento do percurso de aprendizagem, incluindo observações, hipóteses, descobertas, dificuldades, decisões, propostas e aprendizagens construídas.

11. CULMINÂNCIA

A culminância poderá ocorrer por meio da realização da Feira de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, envolvendo estudantes, professores, famílias e comunidade escolar.
Poderão ser apresentados:

- projetos desenvolvidos;
- pesquisas;
- experiências;
- registros da horta;
- plantas e elementos relacionados à biodiversidade;
- gráficos e diagnósticos ambientais;

- materiais reutilizados;
- oficinas;
- campanhas;
- fotografias;
- maquetes;
- propostas de melhoria para a escola;
- apresentações dos estudantes.

A culminância deverá valorizar o protagonismo dos estudantes e possibilitar a socialização das aprendizagens construídas ao longo do desenvolvimento da atividade.

12. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os estudantes:

- ampliem seus conhecimentos sobre o ambiente;
- compreendam as relações entre sociedade e natureza;
- desenvolvam atitudes de cuidado e responsabilidade ambiental;
- reconheçam a importância dos recursos naturais;
- desenvolvam hábitos de consumo consciente;
- compreendam a importância da redução, reutilização e reciclagem;
- reconheçam problemas ambientais presentes no cotidiano;
- desenvolvam capacidade de observar, investigar e propor soluções;
- valorizem a biodiversidade local;
- desenvolvam práticas de cuidado com plantas e espaços verdes;
- participem de projetos coletivos;
- desenvolvam autonomia e responsabilidade;
- ampliem a capacidade de trabalhar em grupo;
- desenvolvam habilidades de comunicação e registro;
- utilizem dados para compreender situações ambientais;
-

valorizem conhecimentos familiares e comunitários;

- desenvolvam criatividade na busca de soluções sustentáveis;
- compreendam a importância da participação individual e coletiva;
- reconheçam a escola e a comunidade como espaços de transformação;
- desenvolvam valores relacionados à cooperação, solidariedade e responsabilidade socioambiental.

13. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Poderão ser utilizados:

- sementes e mudas;
- terra, vasos, canteiros e ferramentas adequadas;
- materiais recicláveis e reutilizáveis;
- papel, papelão e caixas;
- garrafas e embalagens;
- recipientes;
- tecidos e outros materiais disponíveis;
- tintas, pincéis, lápis e canetas;
- tesouras e materiais de colagem;
- livros, revistas e textos informativos;
- imagens, mapas e fotografias;
- materiais para experimentação científica;
- recipientes para coleta e separação de resíduos;
- materiais para construção de composteiras, quando possível;
- recursos audiovisuais;
- computadores, tablets e outros recursos tecnológicos disponíveis;
- materiais produzidos pelos estudantes;
- elementos naturais obtidos de maneira responsável;
- espaços verdes da escola;

- horta e jardim;
- espaços comunitários;
- conhecimentos e recursos disponibilizados pelas famílias e comunidade.

Os recursos deverão ser utilizados de maneira segura e coerente com os princípios de sustentabilidade, priorizando sempre que possível o reaproveitamento e a utilização consciente dos materiais.

14. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A atividade poderá ser desenvolvida envolvendo estudantes do 1º ao 5º ano, sem necessidade de organização permanente por ano escolar.

A diferenciação pedagógica ocorrerá por meio da adequação:

- da linguagem;
- do grau de autonomia;
- da complexidade das tarefas;
- dos instrumentos de registro;
- das responsabilidades;
- do nível de investigação;
- dos desafios;
- das formas de socialização.

As atividades poderão ser organizadas nos seguintes momentos:

- sensibilização e problematização;
- observação do ambiente;
- levantamento dos conhecimentos prévios;
- investigação;
- experimentação;
- registro;
- planejamento;
- intervenção;
- socialização;
- avaliação e reflexão.

Os estudantes poderão assumir diferentes funções nos projetos, como observadores, pesquisadores, responsáveis pelos registros, cuidadores dos espaços, organizadores de materiais, entrevistadores, apresentadores e colaboradores nas ações coletivas.
A organização multisseriada deverá favorecer a aprendizagem entre pares, permitindo que estudantes de diferentes idades compartilhem conhecimentos, experiências e responsabilidades.

15. INTERDISCIPLINARIDADE

A atividade de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável será desenvolvida de maneira interdisciplinar, articulando conhecimentos de diferentes componentes curriculares.

- **Ciências:** seres vivos, biodiversidade, água, solo, ar, matéria, energia, alimentação, recursos naturais e sustentabilidade.
- **Geografia:** território, paisagem, natureza, sociedade, recursos naturais, transformações ambientais, qualidade de vida e problemas ambientais locais.
- **História:** modos de vida, memória, práticas comunitárias, transformações do território, conhecimentos tradicionais e relações entre sociedade e natureza.
- **Língua Portuguesa:** leitura, pesquisa, oralidade, entrevistas, produção de textos, campanhas, relatórios, registros e apresentações.
- **Matemática:** contagem, medição, estimativas, organização de dados, tabelas, gráficos, comparação de quantidades e análise de informações ambientais.
- **Arte:** representação da natureza, produção artística com materiais reutilizados, campanhas visuais, sensibilização estética e expressão criativa.

A interdisciplinaridade será desenvolvida de forma contextualizada, utilizando situações ambientais concretas para mobilizar diferentes conhecimentos, linguagens, habilidades e formas de participação.

16. REFERÊNCIAS CURRICULARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental** e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei nº 9.795/1999**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

MACROCAMPO: Saúde e Educação Socioemocional
ATIVIDADE CURRICULAR COMPLEMENTAR – Desenvolvimento de Competências Socioemocionais
ORGANIZAÇÃO: Contraturno escolar

1. EMENTA

Desenvolvimento de competências socioemocionais como dimensão da formação integral dos estudantes, contemplando o autoconhecimento, a identificação e expressão de sentimentos e emoções, a autoestima, a autonomia, a empatia, a cooperação, o respeito, a comunicação, a tomada de decisões responsáveis, a resolução de conflitos e a convivência ética e democrática.
Vivências e experiências que favoreçam o reconhecimento das próprias características, potencialidades, limites, sentimentos, necessidades e formas de expressão, bem como a compreensão e valorização das diferenças individuais, culturais e sociais. Desenvolvimento de estratégias para lidar com situações cotidianas, desafios, frustrações, mudanças, conflitos, responsabilidades e tomadas de decisão.
Utilização de rodas de conversa, histórias, literatura, jogos, brincadeiras, dramatizações, atividades artísticas, dinâmicas, situações-problema, projetos coletivos, práticas de escuta e atividades de reflexão. Valorização do diálogo, do acolhimento, da cooperação, do respeito mútuo e da construção de relações saudáveis no ambiente escolar, familiar e comunitário.

2. JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento integral das crianças envolve dimensões cognitivas, físicas, sociais, culturais, afetivas e emocionais. Nesse sentido, a escola constitui espaço privilegiado para a construção de conhecimentos e também para o desenvolvimento de capacidades que possibilitem aos estudantes compreender a si mesmos, relacionar-se com os outros, lidar com diferentes situações e participar de forma responsável da vida coletiva.
A atividade curricular complementar possibilita criar momentos sistemáticos de escuta, diálogo, interação e reflexão, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas ao autoconhecimento, à empatia, à comunicação, à cooperação, à autonomia e à resolução de conflitos.
A proposta não pretende transformar a escola em espaço de atendimento clínico ou psicológico, nem realizar diagnóstico de condições emocionais. Seu caráter é essencialmente pedagógico e formativo, promovendo experiências educativas que contribuam para a convivência, o bem-estar, a participação e a aprendizagem.

As atividades poderão partir de situações vivenciadas pelas próprias crianças, utilizando histórias, literatura, jogos, brincadeiras, produções artísticas, dramatizações, rodas de conversa e situações-problema para desenvolver estratégias de convivência e reflexão.
Considerando a organização da turma de forma coletiva e multisseriada, as experiências serão comuns aos estudantes do 1º ao 5º ano, com adequações quanto à linguagem, complexidade, autonomia e formas de registro. A convivência entre diferentes idades poderá favorecer a cooperação, a escuta, o respeito e a aprendizagem entre pares.

3. OBJETIVO GERAL

•
Promover experiências educativas que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo o autoconhecimento, a autoestima, a autonomia, a empatia, a comunicação, a cooperação, o respeito às diferenças, a capacidade de lidar com sentimentos e emoções, a resolução de conflitos, a tomada de decisões responsáveis e a construção de relações saudáveis e respeitosas nos diferentes espaços de convivência.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

•
Desenvolver o autoconhecimento e a percepção de características, potencialidades e limites pessoais.

•
Reconhecer e nomear diferentes sentimentos e emoções presentes no cotidiano.

•
Desenvolver formas adequadas de expressar sentimentos, necessidades e opiniões.

•
Fortalecer a autoestima e a valorização das próprias capacidades.

•
Desenvolver autonomia na realização de atividades e na tomada de pequenas decisões.

•
Reconhecer que as pessoas podem sentir e reagir de diferentes maneiras diante de situações semelhantes.

•
Desenvolver a capacidade de ouvir e respeitar diferentes opiniões.

•
Exercitar a empatia e a capacidade de colocar-se no lugar do outro.

•
Valorizar as diferenças individuais, culturais, sociais e familiares.

•
Desenvolver atitudes de respeito, solidariedade, cooperação e acolhimento.

•
Aprender estratégias para lidar com conflitos cotidianos.

•
Desenvolver habilidades de diálogo e negociação.

•
Compreender a importância de regras e combinados para a convivência coletiva.

•
Desenvolver capacidade de esperar, compartilhar, cooperar e respeitar turnos.

•
Aprender a lidar de maneira educativa com frustrações, desafios, erros e mudanças.

•
Desenvolver estratégias de autorregulação e organização diante de diferentes situações.

•
Fortalecer vínculos de pertencimento ao grupo e à comunidade escolar.

•
Desenvolver responsabilidade individual e coletiva.

•
Estimular a capacidade de tomar decisões considerando consequências e responsabilidades.

•
Desenvolver atitudes de cuidado consigo, com o outro e com os espaços de convivência.

- Utilizar diferentes linguagens para expressar pensamentos, sentimentos e experiências.
- Desenvolver a comunicação oral e a escuta atenta.
- Estimular a criatividade e a imaginação como formas de expressão.
- Promover experiências de cooperação e trabalho coletivo.
- Desenvolver atitudes relacionadas à cultura de paz e à convivência respeitosa.
- Reconhecer situações que demandam ajuda de adultos de confiança.
- Fortalecer a capacidade de buscar apoio diante de dificuldades, conflitos ou situações que causem desconforto.
- Promover a participação dos estudantes na construção de um ambiente escolar acolhedor e respeitoso.

5. EIXOS TEMÁTICOS

- Autoconhecimento e identidade
- Sentimentos e emoções
- Autoestima, autonomia e responsabilidade
- Empatia, respeito e valorização das diferenças
- Comunicação, escuta e convivência
- Cooperação e trabalho coletivo
- Conflitos, diálogo e cultura de paz
- Tomada de decisões e responsabilidade
- Cuidado consigo, com o outro e com o ambiente

6. ARTICULAÇÃO CURRICULAR COM A BNCC

A atividade curricular complementar articula-se de maneira interdisciplinar com diferentes componentes curriculares da BNCC, especialmente por meio de situações de diálogo, convivência, expressão, reflexão, leitura, produção artística, resolução de problemas e participação coletiva.

6.1 Língua Portuguesa

Prática de linguagem	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
Oralidade	Intercâmbio conversacional em sala de aula	**EF15LP09** – Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor.
Oralidade	Escuta atenta e interação oral	**EF15LP10** – Escutar, com atenção, falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.
Oralidade	Aspectos não linguísticos no ato da fala	**EF15LP12** – Atribuir significado a aspectos não linguísticos observados na fala, como direção do olhar, riso, gestos, movimentos da cabeça e expressão corporal.
Oralidade	Relato oral	**EF15LP13** – Identificar finalidades da interação oral em diferentes contextos comunicativos.
Leitura/escuta	Estratégias de leitura	**EF15LP03** – Localizar informações explícitas em textos.
Produção de textos	Planejamento de texto	**EF15LP05** – Planejar, com a ajuda do professor, o texto que será produzido, considerando a situação comunicativa, os interlocutores, a finalidade e a circulação.
Produção de textos	Revisão de textos	**EF15LP06** – Reler e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas.
Oralidade	Planejamento e exposição oral	**EF35LP20** – Expor trabalhos ou pesquisas escolares, em sala de aula, com apoio de recursos multissemióticos.

6.2 Arte

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC

Artes visuais	Contextos e práticas	**EF15AR01** – Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.
Artes visuais	Elementos da linguagem	**EF15AR02** – Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais.
Artes visuais	Materialidades	**EF15AR04** – Experimentar diferentes formas de expressão artística.
Artes visuais	Processos de criação	**EF15AR05** – Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo.
Artes visuais	Processos de criação	**EF15AR06** – Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.
Artes integradas	Matrizes estéticas e culturais	**EF15AR24** – Caracterizar e experimentar brinquedos, canções, histórias e condições imaginativas de diferentes matrizes culturais.

6.3 Educação Física

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	**EF12EF01** – Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular	**EF12EF02** – Explicar, por meio de múltiplas linguagens, as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando sua importância cultural.
Brincadeiras e jogos	Estratégias para execução de brincadeiras e jogos	**EF12EF03** – Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional.
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo	**EF35EF01** – Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico-cultural.
Brincadeiras e jogos	Estratégias e regras	**EF35EF02** – Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a execução de elementos constitutivos das brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo.
Brincadeiras e jogos	Criação e recriação	**EF35EF04** – Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo.

6.4 História

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade	**EF01HI01** – Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As diferentes formas de organização da família e da comunidade	**EF01HI02** – Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade.
A comunidade e seus registros	A noção do "Eu" e do "Outro"	**EF02HI01** – Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco.
A noção de espaço público e privado	A cidade, seus espaços públicos e privados	**EF03HI09** – Mapear os espaços públicos no lugar em que vive e identificar suas funções.
Circulação de pessoas e as transformações no meio natural	A circulação de pessoas e as formas de comunicação	**EF04HI03** – Analisar diferentes fluxos econômicos e suas implicações para a sociedade.
Povos e culturas	Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças	**EF05HI04** – Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.

6.5 Matemática

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
Números	Contagem de rotina e contagem ascendente e descendente	**EF01MA01** – Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas.
Álgebra	Padrões figurais e numéricos	**EF01MA09** – Organizar e ordenar objetos familiares ou representações por figuras, por meio de atributos, tais como cor, forma e medida.
Geometria	Localização e movimentação	**EF02MA12** – Identificar e registrar, em linguagem verbal ou não verbal, a localização e os deslocamentos de pessoas e de objetos no espaço.
Probabilidade e estatística	Leitura, interpretação e representação de dados	**EF03MA27** – Ler, interpretar e comparar dados apresentados em tabelas de dupla entrada, gráficos de barras ou de colunas.
Probabilidade e estatística	Dados e informações	**EF04MA27** – Analisar dados apresentados em tabelas simples ou de dupla entrada e em gráficos de colunas ou pictóricos.
Probabilidade e estatística	Leitura e interpretação de dados	**EF05MA24** – Interpretar dados estatísticos apresentados em textos, tabelas e gráficos e produzir textos com o objetivo de sintetizar conclusões.

7. METODOLOGIA

A metodologia será vivencial, participativa, lúdica, dialógica, reflexiva e colaborativa, valorizando situações concretas de convivência e experiências significativas dos estudantes.
Serão utilizadas estratégias como:

- rodas de conversa;
- histórias e literatura infantil;
- contação de histórias;
- leitura compartilhada;
- dramatizações;
- jogos cooperativos;
- brincadeiras;
- dinâmicas de grupo;

- atividades artísticas;
- desenhos e pinturas;
- música e expressão corporal;
- situações-problema;
- estudos de casos adequados à faixa etária;
- produção de histórias;
- atividades de escuta;
- jogos de expressão e comunicação;
- atividades de cooperação;
- construção coletiva de combinados;
- resolução mediada de conflitos;
- atividades de reconhecimento e expressão de sentimentos;
- projetos coletivos;
- momentos de reflexão individual e coletiva.

As atividades serão conduzidas de forma que os estudantes possam falar, ouvir, observar, experimentar, criar, refletir e compartilhar experiências. A abordagem deverá respeitar a idade, o desenvolvimento e as características de cada estudante, evitando exposição indevida de situações pessoais. As atividades não deverão exigir que a criança revele experiências íntimas ou situações familiares que não deseje compartilhar.
A turma será organizada de forma coletiva e multisseriada, com adaptações de linguagem, complexidade, autonomia e forma de participação. Os estudantes poderão desenvolver as mesmas propostas com diferentes níveis de aprofundamento.
O professor atuará como mediador das interações, organizando situações que favoreçam o diálogo, a cooperação, a escuta, o respeito e a reflexão. Quando forem identificadas situações que ultrapassem o caráter pedagógico da atividade e indiquem necessidade de acompanhamento especializado ou proteção, deverão ser observados os procedimentos institucionais da escola e da rede de ensino, com encaminhamento aos profissionais e serviços competentes, quando necessário.

8. PROPOSTAS DE PROJETOS

1. Quem Sou Eu?

Atividades de autoconhecimento, identidade, características pessoais, preferências, potencialidades, sonhos e formas de participação no grupo.

2. O Mapa das Emoções

Construção de repertório para reconhecer e nomear sentimentos e emoções presentes em diferentes situações do cotidiano.

3. Nossa Turma, Nosso Grupo

Construção coletiva de combinados, responsabilidades, atitudes de cuidado e formas de convivência respeitosa.

4. Histórias que nos Fazem Pensar

Utilização de literatura infantil para abordar amizade, diferenças, empatia, conflitos, escolhas, sentimentos e convivência.

5. Eu no Lugar do Outro

Atividades e dramatizações que possibilitem compreender diferentes perspectivas, desenvolver empatia e respeitar diferentes formas de pensar e sentir.

6. Construindo Soluções

Apresentação de situações-problema relacionadas à convivência escolar para que os estudantes possam discutir possibilidades, consequências e formas de resolução.

7. Projeto Gentileza e Cultura de Paz

Desenvolvimento de ações voltadas ao respeito, acolhimento, solidariedade, cooperação e valorização das relações positivas no ambiente escolar.

8. Mostra das Experiências e Convivências

Socialização de produções artísticas, histórias, registros, jogos, dramatizações e aprendizagens construídas durante o desenvolvimento da atividade.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, formativa, qualitativa e contínua, considerando o desenvolvimento dos estudantes nas situações de convivência, participação, expressão, reflexão e cooperação.
Serão observados:

- participação nas atividades;
- capacidade de expressar ideias, sentimentos e opiniões;
- desenvolvimento da escuta;
- respeito ao turno de fala;
- capacidade de ouvir o outro;
- participação em atividades coletivas;
- cooperação;
- empatia;
- respeito às diferenças;
- autonomia;
- responsabilidade;
- capacidade de seguir e construir combinados;
- capacidade de lidar com desafios e frustrações;
- desenvolvimento de estratégias para resolver conflitos;
- capacidade de tomar decisões;
- participação na construção de soluções;
- criatividade;
- capacidade de refletir sobre atitudes e consequências;
-

desenvolvimento das relações interpessoais.

A avaliação não deverá classificar ou rotular estudantes quanto às suas emoções ou características pessoais. O foco estará no acompanhamento do desenvolvimento de habilidades, atitudes e estratégias de convivência ao longo das experiências pedagógicas.

10. REGISTROS E PRODUÇÕES

Os registros poderão ocorrer por meio de:

- desenhos;
- pinturas;
- colagens;
- histórias;
- poemas;
- cartas;
- bilhetes;
- diários reflexivos adequados à faixa etária;
- registros escritos;
- produções coletivas;
- cartazes;
- murais;
- dramatizações;
- fotografias de atividades;
- jogos criados pelos estudantes;
- histórias em quadrinhos;
- mapas conceituais;
- registros de projetos;
- portfólios;
- registros de combinados;
- produções audiovisuais;
- apresentações;

- registros coletivos das aprendizagens.

Os registros deverão respeitar a privacidade dos estudantes, evitando exposição de informações pessoais ou situações familiares que não sejam necessárias à atividade pedagógica.

11. CULMINÂNCIA

Como culminância, poderá ser realizada a Mostra de Convivência, Emoções e Cooperação, envolvendo estudantes, professores, famílias e comunidade escolar.
Poderão compor a culminância:

- exposição de produções artísticas;
- histórias produzidas pelos estudantes;
- dramatizações;
- apresentações musicais;
- jogos cooperativos;
- produções coletivas;
- campanhas de gentileza e respeito;
- registros dos projetos;
- murais sobre convivência;
- apresentações das aprendizagens desenvolvidas.

A culminância deverá valorizar o protagonismo dos estudantes e a construção coletiva de uma cultura de respeito, acolhimento e cooperação.

12. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os estudantes:

- ampliem o conhecimento sobre si mesmos;
- reconheçam diferentes sentimentos e emoções;
- desenvolvam formas adequadas de expressar sentimentos e opiniões;
- fortaleçam a autoestima;
- desenvolvam autonomia;
- ampliem a capacidade de escutar;
- desenvolvam empatia;
- respeitem diferentes opiniões e formas de ser;
- valorizem a diversidade;

- desenvolvam atitudes de cooperação;
- fortaleçam vínculos com o grupo;
- desenvolvam estratégias para lidar com conflitos;
- aprendam a dialogar e negociar;
- desenvolvam responsabilidade individual e coletiva;
- ampliem a capacidade de tomar decisões;
- desenvolvam atitudes de cuidado consigo e com os outros;
- participem da construção de ambientes mais acolhedores;
- desenvolvam capacidade de lidar com desafios e frustrações;
- utilizem diferentes linguagens para expressar pensamentos e experiências;
- reconheçam a importância de buscar ajuda de adultos de confiança quando necessário;
- contribuam para uma convivência escolar respeitosa e democrática.

13. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Poderão ser utilizados:

- livros de literatura infantil;
- histórias e contos;
- cartões e imagens;
- jogos educativos;
- jogos cooperativos;
- brinquedos;
- materiais para dramatização;
- fantoches;
- tecidos;
- fantasias e acessórios;
- papel, cartolina e papelão;
-

lápis de cor;

- giz de cera;
- canetas;
- tintas e pincéis;
- revistas;
- materiais para colagem;
- instrumentos musicais;
- recursos audiovisuais;
- músicas;
- vídeos educativos;
- recursos tecnológicos disponíveis;
- materiais produzidos pelos próprios estudantes;
- materiais reutilizáveis;
- cartazes e murais;
- recursos para atividades corporais e recreativas.

Os recursos deverão ser selecionados de acordo com a faixa etária, os objetivos pedagógicos e as necessidades do grupo, priorizando materiais acessíveis, seguros e diversificados.

14. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A atividade será desenvolvida em turma coletiva/multisseriada, envolvendo estudantes do 1º ao 5º ano, sem necessidade de organização permanente por ano escolar.
As atividades serão comuns ao grupo, com adaptações relacionadas:

- à linguagem;
- ao nível de desenvolvimento;
- à autonomia;
- à complexidade das situações;
- às formas de expressão;
- aos instrumentos de registro;
- às responsabilidades assumidas;

- às formas de participação.

Poderão ser organizados momentos de:

- acolhimento;
- sensibilização;
- roda de conversa;
- apresentação da situação ou tema;
- vivência ou atividade prática;
- reflexão individual e coletiva;
- produção;
- socialização;
- avaliação;
- retomada e continuidade.

A organização multisseriada possibilitará que os estudantes desenvolvam atividades cooperativas, aprendam uns com os outros e compartilhem diferentes experiências e perspectivas.
O trabalho deverá preservar o caráter pedagógico da atividade, respeitando a individualidade, a privacidade e os limites de exposição de cada estudante.

15. INTERDISCIPLINARIDADE

O desenvolvimento de competências socioemocionais será trabalhado de maneira interdisciplinar, articulando diferentes componentes curriculares.

- **Língua Portuguesa:** oralidade, escuta, leitura de histórias, produção textual, relatos, diálogo, argumentação e comunicação.
- **Arte:** desenho, pintura, música, dramatização, expressão corporal, criação e diferentes formas de expressão dos sentimentos e experiências.
- **Educação Física:** jogos, brincadeiras, cooperação, regras, respeito, interação, expressão corporal e resolução de situações-problema.
- **História:** identidade, família, comunidade, pertencimento, diversidade cultural, cidadania, respeito às diferenças e convivência social.
- **Matemática:** organização de informações, pesquisas, registros, classificação, gráficos e situações envolvendo tomada de decisões e resolução de problemas.

A interdisciplinaridade possibilitará que as competências socioemocionais sejam desenvolvidas de forma integrada às experiências de aprendizagem, evitando que sejam tratadas como conteúdos isolados.

16. REFERÊNCIAS CURRICULARES

BRASIL**.** Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.**

MACROCAMPO: Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital

ATIVIDADE CURRICULAR COMPLEMENTAR – Tecnologias Digitais
ORGANIZAÇÃO: Contraturno escolar

1. EMENTA

Desenvolvimento de competências relacionadas à comunicação, ao uso pedagógico das tecnologias digitais, às mídias e à cultura digital como dimensões da formação integral dos estudantes. Apropriação crítica, criativa, ética, segura e responsável das tecnologias digitais e dos diferentes meios de comunicação, considerando as possibilidades de pesquisa, produção, expressão, interação, colaboração e participação social.
Vivências e experiências que favoreçam o desenvolvimento da alfabetização digital e midiática, da comunicação oral e escrita, da leitura e interpretação de diferentes linguagens, da produção de conteúdos digitais e da compreensão dos usos sociais das tecnologias. Exploração de textos, imagens, fotografias, vídeos, áudios, animações, jogos, apresentações, histórias digitais, recursos de edição e outras formas de produção multimodal.
Desenvolvimento de atitudes relacionadas à segurança digital, à proteção de dados e informações pessoais, ao respeito nas interações virtuais, à identificação de informações confiáveis, à compreensão de diferentes perspectivas e à responsabilidade no compartilhamento de conteúdos.
Utilização de computadores, tablets, celulares, projetores, câmeras, gravadores, aplicativos, softwares, plataformas e demais recursos tecnológicos disponíveis na escola, considerando as condições de acesso e priorizando sempre sua utilização com intencionalidade pedagógica.
A proposta será desenvolvida de maneira interdisciplinar, articulando diferentes componentes curriculares e possibilitando que os estudantes sejam não apenas consumidores, mas também autores, produtores, pesquisadores, comunicadores e participantes responsáveis da cultura digital.

2. JUSTIFICATIVA

A cultura digital constitui uma dimensão cada vez mais presente na vida social, cultural, escolar e comunicativa das crianças. Os estudantes chegam à escola inseridos em diferentes experiências com imagens, vídeos, jogos, aplicativos, dispositivos digitais, redes de comunicação e outras formas de circulação de informações.
Nesse contexto, a escola possui papel fundamental na formação de sujeitos capazes de utilizar as tecnologias de maneira crítica, criativa, ética, responsável e pedagogicamente significativa.
A incorporação das tecnologias à educação, entretanto, não deve restringir-se à utilização de equipamentos como simples instrumentos de transmissão de conteúdos. Conforme orientação apresentada no próprio portal da BNCC, o uso das tecnologias digitais na escola deve possibilitar que os estudantes construam conhecimentos com e sobre essas tecnologias.
A atividade curricular complementar Tecnologias Educacionais pretende, portanto, ampliar as experiências dos estudantes com diferentes linguagens e recursos digitais, possibilitando a leitura, interpretação, pesquisa, criação, comunicação e produção colaborativa.
A proposta também considera que o acesso às tecnologias ocorre de maneira desigual entre os estudantes. Dessa forma, a escola deve atuar na perspectiva da inclusão digital, garantindo experiências educativas que permitam a todos desenvolver conhecimentos e habilidades para participar da sociedade contemporânea.
A BNCC estabelece que as aprendizagens devem contribuir para a formação humana integral e reconhece a necessidade de mobilização de diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais nas práticas escolares.
Considerando a organização coletiva e multisseriada, as experiências serão comuns aos estudantes do 1º ao 5º ano, com adaptações quanto à linguagem, complexidade, autonomia, recursos utilizados e formas de registro.

3. OBJETIVO GERAL

•
Promover experiências educativas que possibilitem aos estudantes do ano desenvolver competências relacionadas à comunicação, cultura digital, uso crítico e criativo das tecnologias, leitura e produção de mídias, pesquisa, colaboração, autoria, segurança digital e participação responsável, utilizando recursos tecnológicos como instrumentos de aprendizagem, expressão, criação e interação social.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

•
Desenvolver a capacidade de utilizar diferentes tecnologias digitais em situações de aprendizagem.

•
Ampliar as possibilidades de comunicação por meio de diferentes linguagens e mídias.

•
Desenvolver habilidades de leitura e interpretação de textos verbais, visuais, sonoros e multissemióticos.

•
Explorar diferentes formas de produção de conteúdos digitais.

•
Desenvolver a autoria e o protagonismo dos estudantes em projetos tecnológicos.

•
Utilizar ferramentas digitais para pesquisar informações.

•
Desenvolver estratégias para localizar, selecionar e organizar informações.

•
Estimular a análise crítica das informações encontradas em diferentes mídias.

•
Desenvolver atitudes responsáveis diante do compartilhamento de informações.

- Compreender que nem toda informação disponível na internet é necessariamente verdadeira ou confiável.
- Desenvolver atitudes de respeito nas interações realizadas em ambientes digitais.
- Compreender a importância da proteção de dados e informações pessoais.
- Reconhecer situações que podem representar riscos no uso da internet.
- Desenvolver estratégias para utilização segura e responsável das tecnologias.
- Utilizar tecnologias para produzir textos, imagens, áudios, vídeos e apresentações.
- Explorar recursos de edição e criação digital adequados à faixa etária.
- Desenvolver a criatividade por meio de recursos tecnológicos.
- Utilizar tecnologias como ferramentas para resolução de problemas.
- Desenvolver a capacidade de trabalhar colaborativamente utilizando recursos digitais.
- Produzir conteúdos destinados a diferentes públicos e finalidades.
- Desenvolver a comunicação oral em diferentes formatos.
- Explorar diferentes gêneros textuais presentes nas mídias.
- Reconhecer diferentes finalidades dos meios de comunicação.
- Analisar criticamente mensagens presentes em propagandas, vídeos, imagens e outros produtos midiáticos.
- Desenvolver a capacidade de comparar diferentes fontes e perspectivas.
- Estimular a produção responsável de conteúdos digitais.
- Utilizar recursos tecnológicos para registrar experiências e aprendizagens.
- Desenvolver a autonomia progressiva no uso de ferramentas digitais.
- Compreender que as tecnologias podem ser utilizadas para aprender, criar, comunicar, pesquisar, colaborar e participar da sociedade.
- Valorizar o uso ético, inclusivo, democrático e responsável das tecnologias.

5. EIXOS TEMÁTICOS

- Tecnologias e aprendizagem
- Comunicação e diferentes linguagens
- Cultura digital e cidadania

- Pesquisa e busca de informações
- Leitura crítica das mídias
- Produção e autoria digital
- Fotografia, imagem e comunicação visual
- Áudio, música e podcast
- Vídeo e audiovisual
- Jogos e aprendizagem
- Segurança e responsabilidade digital
- Informação, desinformação e confiabilidade
- Colaboração e participação em ambientes digitais
- Criatividade, resolução de problemas e inovação
- Tecnologia, sociedade e cotidiano
- Inclusão e acessibilidade digital

6. ARTICULAÇÃO CURRICULAR COM A BNCC

A atividade curricular complementar articula-se interdisciplinarmente com diferentes componentes curriculares da BNCC, utilizando as tecnologias digitais como instrumentos para ler, pesquisar, comunicar, criar, produzir, resolver problemas e participar.
A proposta privilegia habilidades dos anos iniciais que permitem trabalhar a cultura digital de forma transversal.

6.1 LÍNGUA PORTUGUESA

Prática de linguagem	Objeto de conhecimento	Habilidades da BNCC
Leitura/escuta	Estratégias de leitura	**EF15LP01** – Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social
Leitura/escuta	Compreensão de textos	**EF15LP04** – Identificar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos
Produção de textos	Planejamento	**EF15LP05** – Planejar o texto considerando situação comunicativa, interlocutores, finalidade, circulação e suporte
Produção de textos	Revisão	**EF15LP06** – Reler e revisar o texto produzido
Produção de textos	Edição	**EF15LP07** – Editar a versão final do texto
Produção de textos	Tecnologia digital	**EF15LP08** – Utilizar software para editar e publicar textos, explorando recursos multissemióticos
Oralidade	Produção audiovisual	**EF05LP18** – Roteirizar, produzir e editar vídeo para vlog argumentativo sobre produtos de mídia
Oralidade	Argumentação	**EF05LP19** – Argumentar sobre acontecimentos de interesse social com base em informações divulgadas em diferentes mídias
Análise linguística/semiótica	Mídias	**EF05LP20** – Analisar a validade e a força de argumentos em produtos de mídia

A utilização de recursos digitais para edição e publicação de textos está explicitamente contemplada na habilidade EF15LP08.

6.2 ARTE

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidade da BNCC
Artes visuais	Processos de criação	**EF15AR05** – Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo
Artes integradas	Arte e tecnologia	**EF15AR26** – Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais nos processos de criação artística

A habilidade EF15AR26 é particularmente importante para este macrocampo porque contempla diretamente tecnologias e recursos como animações, jogos eletrônicos, gravações de áudio e vídeo, fotografia e softwares nos processos de criação artística.

6.3 MATEMÁTICA

Unidade temática	Objeto de conhecimento	Habilidade da BNCC
Probabilidade e estatística	Leitura e interpretação de dados	**EF03MA27** – Ler, interpretar e comparar dados apresentados em tabelas e gráficos
Probabilidade e estatística	Dados	**EF04MA27** – Analisar dados apresentados em tabelas e gráficos

Probabilidade e estatística	Leitura e interpretação	**EF05MA24** – Interpretar dados estatísticos apresentados em textos, tabelas e gráficos e produzir textos com conclusões

6.4 HISTÓRIA

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As fases da vida e a ideia de temporalidade	**EF01HI01** – Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.
Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade	**EF01HI02** – Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade.
A comunidade e seus registros	A noção do "Eu" e do "Outro": comunidade, convivências e interações entre pessoas	**EF02HI01** – Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco.
A noção de espaço público e privado	A cidade, seus espaços públicos e privados e suas áreas de conservação ambiental	**EF03HI09** – Mapear os espaços públicos no lugar em que vive e identificar suas funções.
Circulação de pessoas e as transformações no meio natural	A invenção do comércio e a circulação de produtos	**EF04HI03** – Analisar diferentes fluxos econômicos e suas implicações para a sociedade.
Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas	**EF05HI04** – Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.

6.5 GEOGRAFIA

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
O sujeito e seu lugar no mundo	O modo de vida das crianças em diferentes lugares	**EF01GE01** – Descrever características observadas de seus lugares de vivência (moradia, escola etc.) e identificar semelhanças e diferenças entre esses lugares.
Conexões e escalas	Experiências da comunidade no tempo e no espaço	**EF02GE04** – Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares.
Formas de representação e pensamento espacial	Representações cartográficas	**EF03GE06** – Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em diferentes tipos de representação cartográfica.
Conexões e escalas	Relação campo e cidade	**EF04GE04** – Reconhecer especificidades e analisar a interdependência do campo e da cidade, considerando fluxos econômicos, de informações, de ideias e de pessoas.
Mundo do trabalho	Trabalho e inovação tecnológica	**EF05GE05** – Identificar e comparar as mudanças dos tipos de trabalho e desenvolvimento tecnológico na agropecuária, na indústria, no comércio e nos serviços.

7. METODOLOGIA

A metodologia será participativa, investigativa, prática, colaborativa, interdisciplinar, criativa e baseada em projetos, utilizando as tecnologias digitais como instrumentos de aprendizagem e produção de conhecimento.
O princípio central será: não utilizar a tecnologia apenas para substituir recursos tradicionais, mas utilizá-la para ampliar as possibilidades de pesquisar, criar, comunicar, colaborar e produzir conhecimento.
Serão utilizadas estratégias como:

- exploração de computadores, tablets e outros dispositivos disponíveis;
- produção de textos digitais;
- pesquisa orientada na internet;
- leitura crítica de sites e conteúdos digitais;
- produção de fotografias;
- gravação de áudios;
- produção de podcasts;
- criação e edição de vídeos;
- produção de histórias digitais;
- criação de histórias em quadrinhos;
- apresentações digitais;
- jogos educativos;
- atividades de programação e pensamento computacional adequadas à faixa etária;

- produção de cartazes digitais;
- criação de campanhas educativas;
- entrevistas;
- produção de pequenos documentários;
- pesquisas com formulários digitais;
- construção de gráficos;
- produção de jornais escolares;
- criação de blogs ou murais digitais, quando disponíveis;
- atividades de comparação de informações;
- análise de propagandas;
- análise de imagens e vídeos;
- debates sobre o uso responsável das tecnologias;
- atividades sobre segurança digital;
- produção coletiva de conteúdos;
- projetos interdisciplinares.

O professor atuará como mediador, orientador e curador de informações, auxiliando os estudantes a utilizar as tecnologias com autonomia progressiva e responsabilidade.
A metodologia deverá considerar as diferentes condições de acesso e conhecimentos prévios dos estudantes, evitando pressupor que todos possuem as mesmas experiências tecnológicas.

8. PROPOSTAS DE PROJETOS

1. Nossa Turma Digital
Produção de um espaço de comunicação da turma, reunindo textos, desenhos, fotografias, registros e produções dos estudantes.

2. Repórteres Mirins
Os estudantes investigarão acontecimentos da escola ou da comunidade e produzirão pequenas reportagens utilizando texto, fotografia, áudio ou vídeo.

3. Podcast da Escola
Produção de episódios curtos de podcast sobre livros, histórias, entrevistas, acontecimentos escolares, cultura local e temas estudados.

4. Pequenos Cineastas
Criação de pequenos vídeos utilizando roteiro, gravação e edição, trabalhando comunicação, planejamento, criatividade e autoria.

5. Detetives da Informação
Atividades de pesquisa e comparação de informações encontradas em diferentes fontes, desenvolvendo critérios para identificar informações confiáveis.

6. Fotografando Nosso Lugar
Produção de registros fotográficos da escola, comunidade e espaços de convivência, acompanhados de textos explicativos.

7. Histórias Digitais
Criação de histórias utilizando imagens, textos, desenhos, gravações de voz, músicas e outros recursos digitais.

8. Campanha Digital do Bem
Produção de campanhas educativas sobre respeito, preservação ambiental, combate ao desperdício, convivência, segurança e cidadania.

9. Jornal Digital da Escola
Produção coletiva de um jornal utilizando textos, entrevistas, fotografias, desenhos e notícias produzidas pelos estudantes.

10. Tecnologia para Resolver Problemas
Identificação de problemas existentes na escola ou comunidade e elaboração de propostas utilizando criatividade, pesquisa e recursos tecnológicos.

9. AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, formativa, qualitativa e contínua, considerando o desenvolvimento dos estudantes ao longo das experiências de aprendizagem.
Serão observados:

- participação nas atividades;
- interesse e curiosidade;
- capacidade de utilizar recursos tecnológicos;
- autonomia progressiva;
- capacidade de pesquisar;
- capacidade de selecionar informações;
- compreensão de diferentes mídias;
- capacidade de interpretar textos multissemióticos;
- comunicação oral;
- produção escrita;
- criatividade;
- autoria;
- colaboração;
- capacidade de trabalhar em equipe;
- responsabilidade no uso das tecnologias;
- respeito aos colegas nos ambientes presenciais e digitais;
- compreensão de princípios de segurança digital;
- capacidade de reconhecer informações duvidosas;
- capacidade de comparar diferentes fontes;
- utilização ética de imagens, textos e informações;

- capacidade de planejar produções;
- capacidade de revisar e aprimorar produções;
- resolução de problemas;
- participação em projetos;
- capacidade de refletir sobre o próprio processo de aprendizagem.

A avaliação não deverá estar centrada na habilidade técnica de utilizar determinado equipamento ou aplicativo. O foco deverá ser o uso pedagógico, consciente, crítico, criativo e responsável das tecnologias.

10. REGISTROS E PRODUÇÕES

Os registros poderão ocorrer por meio de:

- textos digitais;
- desenhos digitais;
- fotografias;
- vídeos;
- áudios;
- podcasts;
- apresentações;
- histórias digitais;
- histórias em quadrinhos;
- cartazes;
- infográficos;
- gráficos;
- pesquisas;
- entrevistas;
- jornais;
- roteiros;
- mapas digitais;
-

animações;

- jogos;
- produções coletivas;
- portfólios;
- registros escritos;
- murais;
- campanhas educativas;
- documentários;
- registros de projetos.

As produções deverão respeitar os direitos de imagem, a privacidade dos estudantes e as orientações institucionais da escola e da rede de ensino.

11. CULMINÂNCIA

Como culminância, poderá ser realizada a Mostra de Tecnologias, Comunicação e Cultura Digital, envolvendo estudantes, professores, famílias e comunidade escolar.
Poderão compor a mostra:

- exposição de fotografias;
- apresentação de vídeos;
- podcasts produzidos pelos estudantes;
- jornal escolar;
- histórias digitais;
- apresentações multimídia;
- jogos educativos;
- campanhas digitais;
- animações;
- produções artísticas digitais;
- documentários;
- entrevistas;
- apresentações dos projetos desenvolvidos.

A culminância deverá valorizar o protagonismo, a autoria, a criatividade e a capacidade dos estudantes de utilizar as tecnologias para comunicar e produzir conhecimentos.

12. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os estudantes:

- ampliem suas experiências com tecnologias digitais;
- desenvolvam autonomia progressiva no uso de recursos tecnológicos;
- utilizem diferentes linguagens para comunicar ideias;
- desenvolvam habilidades de pesquisa;
- saibam localizar e selecionar informações;
- desenvolvam maior capacidade de analisar criticamente conteúdos midiáticos;
- compreendam que diferentes mídias apresentam informações de diferentes maneiras;
- desenvolvam capacidade de comparar informações;
- reconheçam a importância de verificar informações antes de compartilhá-las;
- produzam conteúdos digitais com finalidade educativa e comunicativa;
- desenvolvam criatividade e autoria;
- ampliem sua capacidade de trabalhar colaborativamente;
- utilizem recursos digitais para resolver problemas;
- desenvolvam comunicação oral e escrita;
- ampliem suas experiências com textos multissemióticos;
- compreendam princípios básicos de segurança digital;
- desenvolvam atitudes de respeito nos ambientes digitais;
- compreendam a importância de proteger informações pessoais;
- reconheçam possibilidades e limites das tecnologias;
- utilizem tecnologias para aprender, pesquisar, criar e comunicar;
- desenvolvam participação responsável na cultura digital;
- compreendam-se como produtores e não apenas consumidores de conteúdos digitais.

13. RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Poderão ser utilizados:

- computadores;
- notebooks;
- tablets;
- celulares, quando autorizados institucionalmente;
- projetores;
- televisão;
- caixas de som;
- câmeras;
- gravadores;
- microfones;
- internet;
- softwares educacionais;
- aplicativos educativos;
- editores de texto;
- editores de imagens;
- editores de áudio;
- editores de vídeo;
- plataformas educacionais;
- ferramentas de apresentação;
- jogos digitais;
- recursos de programação;
- ferramentas de criação de histórias;
- livros;
- revistas;

- jornais;
- fotografias;
- vídeos;
- podcasts;
- materiais impressos;
- cartolinas;
- papel;
- materiais reutilizáveis;
- recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva.

Os recursos serão selecionados considerando a faixa etária, os objetivos pedagógicos, a disponibilidade da escola, a acessibilidade e as condições de infraestrutura.

14. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A atividade será desenvolvida em turma coletiva/multisseriada, envolvendo estudantes do 1º ao 5º ano, sem necessidade de organização permanente por ano escolar.
As propostas serão comuns ao grupo, com adaptações relacionadas:

- à linguagem;
- ao nível de desenvolvimento;
- à autonomia;
- à complexidade das tarefas;
- aos recursos utilizados;
- às formas de produção;
- aos instrumentos de registro;
- às responsabilidades;
- ao grau de orientação necessário.

Poderão ser organizados momentos de:

- acolhimento;
- sensibilização;
- apresentação do tema;

- exploração do recurso tecnológico;
- investigação;
- experimentação;
- produção;
- revisão;
- socialização;
- avaliação;
- reflexão;
- retomada e continuidade.

Os estudantes dos anos mais avançados poderão assumir funções de colaboração e tutoria entre pares, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e da cooperação.

15. INTERDISCIPLINARIDADE

O trabalho com tecnologias educacionais será desenvolvido de forma interdisciplinar, articulando diferentes componentes curriculares.

- **Língua Portuguesa:** Leitura, escrita, oralidade, produção textual, gêneros digitais, comunicação, argumentação, pesquisa, produção de vídeos, podcasts e textos multimodais.
- **Arte:** Fotografia, audiovisual, animação, edição, criação artística digital, imagem, som, música e experimentação de diferentes tecnologias.
- **Matemática:** Pesquisas, organização de dados, tabelas, gráficos, resolução de problemas e utilização de ferramentas digitais para representação de informações.
- **Ciências:** Pesquisa, investigação, produção de registros, comunicação científica e utilização de recursos digitais para observar e explicar fenômenos.
- **História:** Memória, identidade, fontes históricas, registros fotográficos, entrevistas, documentos, comunicação e transformação das formas de circulação de informações.
- **Geografia:** Lugar, território, paisagem, representação espacial, mapas, localização, tecnologias e relações entre sociedade e espaço.
- **Educação Física:** Jogos digitais e tradicionais, movimento, cultura corporal, produção audiovisual e análise crítica das relações entre tecnologia e práticas corporais.

A interdisciplinaridade permitirá que as tecnologias não sejam tratadas como um conteúdo isolado, mas como linguagem, ferramenta, objeto de conhecimento e meio de produção de aprendizagens.

16. REFERÊNCIAS CURRICULARES

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.** Brasília: MEC, 2018. A BNCC apresenta competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades.** Portal da Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Ferramenta de download e consulta das habilidades.**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC.** 2022. A Computação foi incorporada como complemento à BNCC por meio das normas estabelecidas pelo CNE.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

SUGESTÃO DE ORGANIZAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR

Horário	Segunda-feira	Terça-Feira	Quarta-Feira
12:00 às 13:00	Recreação	Recreação	Recreação
13:00 às 14:00	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvimento de Competências Socioemocionais	Tecnologias Educacionais
14:00 às 15:00	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvimento de Competências Socioemocionais	Tecnologias Educacionais
15:00 às 16:00	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvimento de Competências Socioemocionais	Tecnologias Educacionais
16:00 às 17:00	Artesanato	Artesanato	Artesanato

ORIENTAÇÃO PARA REGISTRO NO LRCO

Os registros no **Livro Registro de Classe Online – LRCO** deverão ser realizados de acordo com o planejamento e com as atividades efetivamente desenvolvidas em cada aula, observando-se os elementos previstos na **Política Municipal e nos respectivos documentos curriculares**.
Para fins de registro no LRCO, deverão constar:

- **Macrocampo:**
- **Atividade Curricular Complementar:**
- **Prática de Linguagem ou Unidade Temática:**
- **Objeto de Conhecimento:**
- **Habilidade:**

Os demais elementos que compõem o plano de aula, tais como objetivos, metodologia, recursos didático-pedagógicos, encaminhamentos, atividades, estratégias de avaliação e demais informações pertinentes, deverão ser mantidos em arquivo próprio pela unidade escolar, sob responsabilidade do pedagogo e do professor, juntamente com os respectivos registros pedagógicos.
Essa documentação poderá ser mantida em formato físico ou digital, inclusive por meio de Google Drive ou outra ferramenta institucional de armazenamento, desde que organizada, identificada e disponível para consulta e acompanhamento pedagógico sempre que necessário.
Ressalta-se que os registros no LRCO deverão manter coerência com o trabalho pedagógico efetivamente desenvolvido, assegurando a correspondência entre a atividade realizada, o planejamento e os elementos curriculares registrados.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Laiana Carregal; MANHÃES, Larissa Assaf dos Santos; CUNHA, Teresa Claudina de Oliveira. A contribuição da brinquedoteca para o desenvolvimento da criança na educação infantil. **Humanas & Sociais Aplicadas**, v.11, n.30, p.1-16, 2021.

BARBOSA, Marcia Cintra. **A Importância Do Brincar Na Educação Infantil.** Monografia (Educação) Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Decreto n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010.** Dispõe o Programa Mais Educação. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Guia para a Alocação e Distribuição de Matrículas em Tempo Integral com Eficiência e Equidade**, Brasília: Secretaria de Educação Básica/MEC, 2023.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: MEC, 2013.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: MF/MP/MEC, 2014.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. **Manual de Execução Financeira do Programa Escola em Tempo Integral**, Brasília: Secretaria de Educação Básica/MEC, 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares nacionais:** Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC. SEF, 1997.

BRASIL. **Portaria nº 2036 de 23 de novembro de 2023.** Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. **Portaria normativa interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa Mais Educação. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Our Common Future:* ***Report of the World Commission on Environment and Development***. Oxford University Press. 1987.

Centro de Referências em Educação Integral (CREI, 2018, **Na Prática**, Caderno 1, p.34.). Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/na-pratica/>. Último acesso em 30/09/2026.

COSTA, Maria Sintia Monteiro; COSTA, Anna Paula Lima. A Importância Da Educação Ambiental Dentro Do Ambiente Escolar**. EmpiricaBR**, vol. 4, n. 1, 2024.

DURLAK, Joseph; WEISSBERG, Roger; DYMNICKI, Allison; TAYLOR, Rebecca; SCHELLINGER, Kriston. The impact of enhancing students' social and emotional learning: a meta-analysis of school-based universal interventions. **Child Dev**. Jan-Feb;82(1):405-32, 2011.

FRANÇA, Rosa Alice. Design e artesanato: uma proposta social. **Revista Design em Foco,** vol. II, núm. 2, julho-dezembro, 2005, pp. 9-15, Universidade do Estado da Bahia Bahia, Brasil.

GEBRAN, Mauricio Pessoa. **Tecnologias Educacionais.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 228 p.

JONES, Stephanie; KAHN, Jennifer. **The Evidence Base for How We Learn:** Supporting Students' Social, Emotional, and Academic Development. *The Aspen Institute*. September 13, 2017.

KISHIMOTO, TF. **Jogo, brinquedo e educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar,** Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

MOREIRA, Leonardo Rocha; CAVALCANTE, Francisca Linéia de Lima; MEIRELES, Alandson Mendonça Ribeiro. Tecnologias Educacionais: um cenário para uma prática pedagógica inovadora. **Revista Expressão Católica**, 2014 jan./jun.; 3(1): 319-37.

OMS. (2014). *Mental Health: A State of Well-Being*. Organização Mundial da Saúde.
PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1976.

TURVO. **Plano Municipal de Educação - PME.** Lei n° 15/2015 - Institui o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Turvo/PR: SME, 2015.

UNESCO. *United Nations Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014)*.

VIGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; Costa, Natacha Gonçalves da. **Currículo e Educação Integral na Prática: Uma referência para Estados e Municípios.** 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.

[1] Dados atualizados em 11 de agosto de 2026, conforme contam no SERE - Sistema Estadual de Registro Escolar.

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:6F9A0A59

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 40, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE UMUARAMA
RESOLUÇÃO Nº 40, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova a composição das Comissões Temáticas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Umuarama – CMDCA, para a gestão 2026–2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Umuarama – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; na Lei Municipal nº 4.069, de 15 de abril de 2015; nas alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 4.209, de 14 de agosto de 2017, e nº 4.830, de 23 de novembro de 2024; e em conformidade com seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO a importância da organização e do funcionamento das Comissões Temáticas para o desenvolvimento das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a necessidade de recomposição das Comissões Temáticas, visando à participação dos conselheiros nas atividades de estudo, acompanhamento, fiscalização, elaboração e monitoramento das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a deliberação e aprovação da composição das Comissões Temáticas pelos membros do CMDCA, por meio de votação realizada no grupo oficial de WhatsApp do Conselho, em 22 de outubro de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a composição das Comissões Temáticas Permanentes, Temporárias e Externas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Umuarama – CMDCA, para a gestão 2026–2028, conforme relação constante no Anexo Único desta Resolução.
Art. 2º O Anexo Único integra a presente Resolução para todos os efeitos.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 23 de outubro de 2026.

ELAINE CRISTINA FLORIAN
Presidente do CMDCA

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS CMDCA 2026-2028

COMISSÕES PERMANENTES	MEMBROS	
	GOVERNAMENTAIS:	SOCIEDADE CIVIL:
Comissão Permanente de Finanças e Prestação de Contas	Débora Piffer Megda Kethyner Renata Ramos Lesse Roberto de Oliveira Meda	Angélica de Oliveira Rocha Annie Cristiny L. de Araujo de Lima Paulo Vitor de Oliveira
Comissão Permanente de Ética e Corregedoria e Acompanhamento do Conselho Tutelar	Elaine Cristina Florian Gésica Ap. Giopato Piraccini Vanessa da S. Barbosa Pereira	Annie Cristiny L. de Araujo de Lima Karina Lopes de Souza Roberlene de Souza Silva
Comissão Permanente de Inscrição, Acompanhamento e Fiscalização da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente	Débora Piffer Megda Rosemar Ap. Salton Alcaíde Viviane Ap. da S. Cameloti	Karina Lopes de Souza Maria Rosa de Oliveira Santos Solange Maria dos Reis de Souza
Comissão Permanente de Capacitação, Articulação e Comunicação Social	Anderson Aguiar Almeida Elaine Cristina Florian Kethyner Renata Ramos Lesse	Karina Lopes de Souza Maria Augusta Zago Mexia Priscila Vitorina Zanon
Comissão Permanente de Seleção de Projetos pelo FMDCA	Anderson Aguiar Almeida Kethyner Renata Ramos Lesse Vanessa da S. Barbosa Pereira	Karina Lopes de Souza Lígia de Oliveira Neves Paulo Vitor de Oliveira
Comissão Permanente de Legislação, Normas e Regimento	Ana Flávia B. Moura Brunelli Elaine Cristina Florian Fátima Regina dos Santos Silva	Lígia de Oliveira Neves Paulo Vitor de Oliveira Solange Maria dos Reis de Souza
Comissão Permanente de Monitoramento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Anderson Aguiar Almeida Fabricia R. Marchi de Oliveira Kethyner Renata Ramos Lesse	Angélica de Oliveira Rocha Keyse Morgana da Silva Jéssica Yolanda Antunes M. Alves
Comissão de Mobilização, estudo e implantação do Comitê de participação de Adolescentes- CPA	Ana Flávia B. Moura Brunelli Anderson Aguiar Almeida Elaine Cristina Florian	Angélica de Oliveira Rocha Annie Cristiny L. de Araujo de Lima Paulo Vitor de Oliveira
Comissão do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar	Ana Flávia B. Moura Brunelli Anderson Aguiar Almeida Kethyner Renata Ramos Lesse	Angélica de Oliveira Rocha Karina Lopes de Souza Keyse Morgana da Silva

COMISSÃO TEMPORÁRIA	MEMBROS	
	GOVERNAMENTAIS:	SOCIEDADE CIVIL:
Comissão Organizadora da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Ana Flávia B. Moura Brunelli Elaine Cristina Florian Viviane Ap. da S. Cameloti Lopes	Annie Cristiny L. de Araujo de Lima Karina Lopes de Souza Railton Rodrigues da Silva
Comissão Intersetorial do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo	**Titular:** Fabrícia R. Marchi de Oliveira **Suplente:** Débora Piffer Megda	**Titular:** Lígia de Oliveira Neves **Suplente:** Karina Lopes de Souza
COMISSÕES EXTERNAS	MEMBROS	
	GOVERNAMENTAIS:	SOCIEDADE CIVIL:
Comissão Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes	Débora Piffer Megda Gésica Ap. Giopato Piraccini	Jéssica Yolanda Antunes M. Alves Paulo Vitor de Oliveira
Comissão Intersetorial de Socioeducação de Umuarama(CISU)	Kethyner Renata Ramos Lesse	Railton Rodrigues da Silva
Comissão do Programa Bolsa Atleta	Kethyner Renata Ramos Lesse	Jéssica Yolanda Antunes M. Alves
Conselho Municipal de Educação	Elaine Cristina Florian Fabrícia Ruzzon Marchi de Oliveira	
Comissão Municipal de Análise Técnica para Estudo Pré-Acolhimento	É vinculada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, porém **não** possui representação direta de conselheiros.	

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:83EFDCAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 280/2026

DECRETO Nº 280/2026

Aprova a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama, estabelece diretrizes para sua implementação e revoga o Decreto Municipal nº 180, de 4 de junho de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a garantia do direito à educação e à proteção integral, nos termos dos arts. 205, 206, 208, 211 e 227 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, e as Portarias MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, e nº 2.036, de 23 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação, e a necessidade de articulação com os instrumentos municipais de planejamento educacional;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, alterada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, e a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026;

CONSIDERANDO a Deliberação CEE/PR nº 09/2025, de 1º de dezembro de 2025, e as normas aplicáveis às etapas e modalidades da educação básica;

CONSIDERANDO o art. 212-A, inciso XV, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 135/2024, a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e a Resolução CIF nº 23, de 17 de março de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a política aprovada pelo Decreto Municipal nº 180/2024, com participação das comunidades escolares, apreciação do conselho de educação competente e acompanhamento público dos resultados;

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica aprovada a atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama, na forma do Anexo I, parte integrante deste Decreto, para orientar a organização, a expansão e a qualificação da oferta na Rede Municipal de Ensino.
§ 1º A política abrange a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, observadas as modalidades atendidas pela rede, suas especificidades e as competências dos órgãos do Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
§ 2º O Anexo I substitui integralmente o documento de política aprovado pelo Decreto Municipal nº 180/2024 e deverá ser publicado e divulgado juntamente com este Decreto.

Art. 2º A Educação Integral em Tempo Integral constitui política pública permanente de promoção do desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural, ética, política e ambiental, com garantia de aprendizagem, participação, cuidado, proteção e inclusão.
Parágrafo único. A ampliação da jornada deverá estar vinculada a uma proposta pedagógica integrada e à garantia das condições de oferta, com intencionalidade educativa ao longo de todo o período escolar.

Art. 3º São princípios da política a igualdade de condições de acesso e permanência, a equidade, a justiça curricular, a gestão democrática, a valorização dos profissionais, a indissociabilidade entre cuidar e educar, o respeito às diversidades, os direitos humanos, a sustentabilidade e a articulação intersetorial e territorial.

Art. 4º A implementação será organizada nas seguintes dimensões:
I – acesso e permanência com equidade;
II – gestão democrática da política;
III – articulação intersetorial e integração com os territórios e as comunidades;
IV – currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento;
V – valorização e desenvolvimento profissional dos educadores;
VI – monitoramento e avaliação da política.

CAPÍTULO II
DO ACESSO E DA ORGANIZAÇÃO DA OFERTA

Art. 5º A oferta em tempo integral observará jornada igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, na forma das normas vigentes, com registro no calendário, na matriz curricular e na documentação escolar.
§ 1º A oferta poderá ocorrer em unidades com todas as matrículas em tempo integral ou em unidades que mantenham matrículas em tempo integral e parcial, assegurada a integração curricular.

§ 2º Alimentação, higiene, acolhimento, descanso, convivência e atividades realizadas em outros espaços educativos deverão integrar o planejamento, observadas a etapa, a segurança, a acessibilidade e as regras de cômputo da jornada escolar.
§ 3º A SME regulamentará a flexibilização da jornada por compromissos esportivos, artísticos, culturais, de saúde ou assistência social, mediante análise individual, registro e articulação com a família, preservadas a escolarização, a carga horária e as exigências legais.

Art. 6º A expansão será precedida de diagnóstico atualizado da demanda e das condições de oferta e priorizará estudantes e territórios em situação de maior vulnerabilidade, por critérios objetivos e públicos, com regras de desempate e recurso.
§ 1º São vedadas seleção por desempenho, provas, entrevistas eliminatórias, discriminação por deficiência, raça, origem, condição socioeconômica ou comportamento e cobrança às famílias para acesso ou permanência.
§ 2º A situação de trabalho dos responsáveis não constituirá condição exclusiva para o acesso às vagas. As prioridades deverão assegurar direitos e evitar estigmatização.
§ 3º O diagnóstico deverá apresentar informações desagregadas por etapa, unidade, território, faixa etária, raça/cor, sexo, nível socioeconômico e deficiência, com proteção dos dados pessoais e divulgação pública agregada.

Art. 7º A oferta assegurará o Atendimento Educacional Especializado, a acessibilidade e os apoios necessários aos estudantes público-alvo da Educação Especial, em articulação com a jornada e com o planejamento pedagógico, sem substituição da escolarização comum.
Parágrafo único. A expansão respeitará a Educação do Campo, Indígena, Quilombola, a Educação Especial e a EJA, quando atendidas pela rede, sem comprometer sua oferta e observando a consulta prévia, livre e informada às comunidades, quando aplicável.

Art. 8º A abertura de novas vagas dependerá da garantia de condições pedagógicas, infraestrutura, profissionais, alimentação, transporte, materiais e acessibilidade, observadas as normas de composição de turmas e os procedimentos de autorização e acompanhamento do Sistema Estadual de Ensino.

Parágrafo único. A SME regulamentará os parâmetros de composição das turmas e das equipes, por etapa e modalidade, respeitadas as normas do CEE/PR, a capacidade dos ambientes, a relação entre profissionais e estudantes e as necessidades de atendimento.

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO

Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a política, orientar as unidades, designar equipe técnica responsável por sua execução e monitoramento, assegurar apoio pedagógico, organizar a formação e articular as condições de oferta com os demais órgãos municipais.

Art. 10. A SME elaborará e manterá atualizado o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, como instrumento operacional derivado desta política, em articulação com o Plano de Ação Municipal, o Plano Municipal de Educação e o planejamento orçamentário.

§ 1º O plano conterá diagnóstico validado; linha de base e data de referência; metas anuais de matrículas e unidades, por etapa e território; ações, custos, fontes de financiamento, responsáveis, cronograma e indicadores de equidade e qualidade, conforme a metodologia e o cronograma do MEC.

§ 2º As metas locais explicitarão a trajetória de contribuição à Meta 6.a do PNE vigente, considerando seus patamares intermediários e finais, a demanda municipal e as condições de oferta, sem reprodução automática das projeções do decreto revogado.

§ 3º O plano será publicado, acompanhado pelo Comitê e submetido ao acompanhamento das instâncias competentes de participação e controle social, com revisão anual fundamentada nos resultados.

Art. 11. Ficam estabelecidos como resultados de organização da política:

I – manter diagnóstico e Projeto Político-Pedagógico atualizados em todas as unidades com oferta em tempo integral;

II – assegurar plano de formação continuada da rede e plano interno em cada unidade, com participação de todos os segmentos profissionais;

III – acompanhar diariamente a frequência de todos os estudantes, com busca ativa nos casos necessários;

IV – realizar autoavaliação institucional anual em todas as unidades e consolidar relatório anual da rede;

V – formalizar metas anuais de expansão, permanência, aprendizagem e qualidade, com critérios de aferição no Plano de Expansão.

Art. 12. Fica instituído o Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, vinculado à SME, como instância permanente de articulação intersetorial, acompanhamento e proposição de recomendações, sem substituição das atribuições dos conselhos de educação e de controle social.

§ 1º O Comitê contará com representantes da SME, incluindo as áreas pedagógica, de Educação Inclusiva e de gestão administrativa e financeira; das áreas municipais de Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e Meio Ambiente; das equipes gestoras; dos professores; e das famílias de estudantes atendidos em tempo integral.

§ 2º A representação de escolas, professores e famílias será indicada por seus respectivos segmentos, em procedimento público organizado pela SME. Os órgãos municipais indicarão seus representantes. Cada titular terá suplente.

§ 3º A designação dos membros, a coordenação e o regimento de funcionamento serão formalizados por portaria no prazo de 30 (trinta) dias, com mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução.

§ 4º O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente quando necessário, com registro em ata e divulgação de seus encaminhamentos, respeitados os dados protegidos por sigilo.

§ 5º A participação será considerada serviço público relevante, sem remuneração e sem criação de cargos. Conselhos, órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, instituições de educação superior e outros parceiros poderão participar como convidados, preservada sua autonomia.

Art. 13. Compete ao Comitê acompanhar os planos, as metas e os indicadores; analisar desigualdades e condições de oferta; apoiar a participação das comunidades; propor ações intersetoriais; apreciar tecnicamente o relatório anual e recomendar medidas de melhoria à SME.

CAPÍTULO IV
DO CURRÍCULO E DOS PROFISSIONAIS

Art. 14. As unidades assegurarão currículo integrado, fundamentado na BNCC, no Referencial Curricular do Paraná, nos documentos curriculares municipais e nas diretrizes próprias de cada etapa e modalidade, articulando a formação comum e a parte diversificada durante toda a jornada.

§ 1º O planejamento contemplará experiências científicas, culturais, artísticas, corporais, ambientais, tecnológicas e de participação social, com acessibilidade curricular e enfrentamento ao racismo, ao capacitismo, ao bullying e às demais violências e discriminações.

§ 2º Na Educação Infantil, serão respeitados as interações, a brincadeira, os direitos de aprendizagem, os campos de experiências e as necessidades de cuidado, sem antecipação inadequada da organização disciplinar do Ensino Fundamental.

§ 3º A avaliação articulará processos diagnósticos, formativos e somativos e subsidiará intervenções e recomposição das aprendizagens. Na Educação Infantil, ocorrerá por acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem objetivo de promoção, seleção ou retenção.

Art. 15. Os PPPs, as propostas pedagógicas curriculares, os regimentos e os planos escolares serão adequados com participação de profissionais, estudantes e famílias. As propostas curriculares serão encaminhadas à apreciação da SEED/PR, pelos canais do NRE, conforme o art. 42 da Deliberação CEE/PR nº 09/2025.

Art. 16. A SME instituirá Plano de Formação Continuada em Serviço, com objetivos, calendário, carga horária, responsabilidades e avaliação, articulado aos planos internos das unidades e às demandas identificadas no acompanhamento da política.

§ 1º Participarão da formação direção, coordenação pedagógica, docentes, profissionais de apoio e equipes de secretaria, alimentação, limpeza e demais trabalhadores, respeitadas suas jornadas e atribuições.

§ 2º O planejamento de pessoal assegurará profissionais habilitados, condições de trabalho e tempos de planejamento coletivo, observadas a legislação funcional e as carreiras. Será buscada, progressivamente, a ampliação do vínculo dos docentes com uma única unidade escolar, sem alteração automática de jornada ou regime jurídico.

§ 3º A cooperação com instituições de educação superior poderá contemplar pesquisa, extensão, estágios supervisionados e iniciação à docência, sem substituição dos profissionais responsáveis pela escolarização.

CAPÍTULO V
DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA

Art. 17. A SME e os demais órgãos municipais pactuarão protocolos de integração intersetorial para atendimento aos estudantes e desenvolvimento de ações no território, com responsabilidades, fluxos, prazos, registros e acompanhamento.

§ 1º Os protocolos contemplarão busca ativa, proteção contra violências, acesso a serviços, promoção da saúde e oportunidades culturais, esportivas e ambientais, em cooperação com o Sistema de Garantia de Direitos, respeitadas as atribuições de cada órgão.

§ 2º A SME manterá mapeamento atualizado de serviços, equipamentos, espaços e saberes do território. A utilização de espaços externos observará previsão no PPP, objetivos pedagógicos, supervisão, acessibilidade, transporte, segurança e comunicação às famílias.

§ 3º As parcerias serão formalizadas conforme a legislação, com objeto, responsabilidades e avaliação, priorizando-se, quando cabível, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, sem transferência da responsabilidade pública pela educação.

Art. 18. A alimentação e o transporte escolar serão planejados especificamente para a jornada integral, de modo a garantir permanência, segurança e acesso às atividades, observadas as normas do PNAE, do transporte escolar e as orientações dos responsáveis técnicos.
Parágrafo único. As condições de infraestrutura, água, saneamento, higiene, descanso, acessibilidade, recursos pedagógicos, conectividade e segurança serão acompanhadas no diagnóstico da rede e nos planos de melhoria das unidades.

CAPÍTULO VI
DO FINANCIAMENTO E DO CONTROLE SOCIAL

Art. 19. As despesas correrão à conta das dotações próprias, observados o PPA, a LDO, a LOA, a legislação fiscal, as regras do Fundeb e as condições específicas dos programas e transferências vinculadas.
§ 1º A partir do exercício de 2026, o Município aplicará anualmente, no mínimo, 4% (quatro por cento) do total recebido à conta do Fundeb, incluídas as complementações da União VAAF, VAAT e VAAR, quando recebidas, na criação de matrículas em tempo integral na educação básica, até o atingimento das metas de educação em tempo integral estabelecidas pelo PNE, nos termos do art. 212-A, inciso XV, da Constituição Federal e da Resolução CIF nº 23/2026.
§ 2º O Plano de Expansão identificará as metas anuais de criação de matrículas, as ações, os valores previstos e as fontes de recursos, que poderão ser do fundo estadual, das complementações da União ou de ambos, com discriminação entre custeio e capital e compatibilidade com o planejamento orçamentário.
§ 3º A aplicação observará as regras do Fundeb e a finalidade de criação de matrículas em tempo integral. As despesas de capital poderão qualificar matrículas de exercícios anteriores ou viabilizar matrículas futuras, desde que vinculadas à ampliação da oferta a partir de 2026, conforme a Resolução CIF nº 23/2026.
§ 4º Os valores aplicados serão identificados nos registros contábeis e informados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), com indicação das despesas de custeio e de capital e observância das orientações do FNDE.
§ 5º A SME assegurará transparência e prestação de contas da aplicação e do cumprimento do percentual mínimo, com acompanhamento do CACS-Fundeb e dos demais órgãos competentes. O acompanhamento financeiro não substitui a apreciação educacional da política.

CAPÍTULO VII
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 20. A SME implementará estratégia permanente de monitoramento e avaliação participativa, com matriz de indicadores, fontes, conceitos, periodicidade, responsáveis e formas de cálculo, contemplando, no mínimo:
I – equidade na distribuição das matrículas;
II – permanência, aprovação, reprovação, abandono e evasão, conforme a etapa, além de aprendizagem e desenvolvimento integral;
III – condições de infraestrutura física e pedagógica;
IV – efetivação da gestão democrática;
V – qualidade da articulação intersetorial e da integração com os territórios. Parágrafo único. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Resolução
CNE/CEB nº 4/2026 orientarão o diagnóstico e a autoavaliação, com registro das condições de implementação e das providências de melhoria.

Art. 21. Cada unidade realizará acompanhamento da frequência e da aprendizagem, análise coletiva dos resultados e autoavaliação anual, com participação dos profissionais, estudantes e famílias, encaminhando à SME relatório institucional e plano de ação para melhoria da oferta.

Art. 22. A SME elaborará Relatório Municipal anual, com análise de metas, indicadores, equidade, financiamento, condições de oferta e medidas corretivas, e o apresentará ao Conselho Municipal de Educação e ao conselho de educação competente, observados os procedimentos aplicáveis.
Parágrafo único. O relatório será divulgado em canal oficial, com dados agregados e proteção da identidade dos estudantes, e seus resultados subsidiarão o replanejamento da rede, das escolas, da formação e dos investimentos.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 23. A SME providenciará a apreciação da política pelo Conselho Municipal de Educação, observadas as competências e os procedimentos do Sistema Estadual de Ensino.
Art. 24. Compete à SME registrar e atualizar, no SIMEC ou em sistema que o suceda, a política, o ato de sua aprovação e a manifestação do conselho de educação competente, conforme orientações do MEC, mantendo arquivados os documentos e comprovantes.
Art. 25. A SME expedirá os atos complementares necessários à execução deste Decreto, sem modificar os princípios e direitos da política ou dispensar as exigências legais. As adequações normativas observarão o prazo de 31 de outubro de 2026 estabelecido pela Resolução CNE/CEB nº 2/2026.
Parágrafo único. A implementação das medidas operacionais será organizada em cronograma público, sem prorrogação dos prazos nacionais e estaduais e com preservação do atendimento e dos direitos dos estudantes durante a transição.

Art. 26. A política será avaliada anualmente e revista sempre que necessário, com participação social e apreciação do conselho de educação competente. A alteração do Anexo I dependerá de ato próprio, sem prejuízo da atualização anual dos instrumentos operacionais.

Art. 27. Fica revogado o Decreto Municipal nº 180, de 4 de junho de 2024, incluído seu Anexo I.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 23 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Anexo I

Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral

Outubro/2026
Umuarama-PR

Prefeitura Municipal de Umuarama

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

LETÍCIA LABIAK PEREIRA
Secretária Municipal de Educação

ELISÂNGELA ALVES DOS REIS
Coordenadora Geral

PATRICIA DE ARAUJO ABUCARMA STEVANATO
Coordenadora Educacional da Equipe Pedagógica

DÉRCIO FERNANDO MORAES FERRARI
Coordenador Educacional

MARIANA EMÍLIA SALESSE SALGADO
Coordenadora Educacional

APRESENTAÇÃO

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama constitui-se como instrumento orientador das ações da Secretaria Municipal de Educação para a ampliação, qualificação e consolidação da jornada escolar em tempo integral na Rede Municipal de Ensino. Sua finalidade é assegurar que a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola esteja vinculada a uma concepção de educação comprometida com a formação humana integral, com a equidade, com a inclusão, com a valorização dos territórios e com a garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno.

A primeira versão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral foi instituída pelo Decreto Municipal n.º 180/2024, em consonância com a adesão do Município de Umuarama ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei Federal n.º 14.640, de 31 de julho de 2023. A partir dessa implantação inicial, o município passou a organizar, de forma mais sistemática, a expansão das matrículas em tempo integral, observando as metas nacionais, as condições da rede municipal, a organização das unidades educacionais e os desafios pedagógicos, administrativos, financeiros e estruturais envolvidos nesse processo.

A presente atualização decorre da necessidade de aprimorar a política já implantada, considerando as orientações mais recentes do Ministério da Educação, as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, os processos de monitoramento da rede municipal e a experiência acumulada pelas unidades educacionais que já ofertam atendimento em jornada ampliada. Trata-se, portanto, de um movimento de continuidade e qualificação, que reconhece os avanços já alcançados pelo município, mas também aponta a necessidade de aperfeiçoar a concepção, os critérios de expansão, a organização curricular, a intersetorialidade, a formação dos profissionais, o acompanhamento pedagógico e os mecanismos de avaliação da política.

Nesse sentido, esta política não deve ser compreendida apenas como uma resposta administrativa à ampliação de matrículas ou ao cumprimento das metas nacionais relacionadas à ampliação da Educação Integral em Tempo Integral. Ela deve ser entendida como uma política pública educacional estruturante, voltada à garantia do direito à educação integral, à permanência qualificada dos estudantes na escola e à ampliação das oportunidades educativas, culturais, científicas, artísticas, corporais, tecnológicas, ambientais e sociais.

A Educação Integral em Tempo Integral, no contexto da Rede Municipal de Ensino de Umuarama, fundamenta-se na compreensão de que a escola pública deve assegurar tempos, espaços, relações e experiências capazes de favorecer o desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões. Desse modo, a ampliação da jornada escolar deve estar articulada a um projeto pedagógico intencional, planejado e integrado, evitando a mera justaposição de atividades ou a separação entre um turno destinado aos conteúdos escolares e outro voltado apenas à ocupação do tempo.

A atualização desta política reafirma, assim, o compromisso do Município de Umuarama com uma educação pública de qualidade social, orientada pela formação humana, pela gestão democrática, pela equidade, pela inclusão e pela articulação entre escola, família, comunidade e território.

Sumário

1. JUSTIFICATIVA DA ATUALIZAÇÃO 6
2. CONCEPÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL..... 7
3. MARCOS LEGAIS E NORMATIVOS. 8
3.1 Constituição Federal de 1988..... 9
3.2 Estatuto da Criança e do Adolescente..... 9
3.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 10
3.4 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica 10
3.5 Plano Nacional de Educação..... 11
3.6 Plano Municipal de Educação de Umuarama 11
3.7 Base Nacional Comum Curricular..... 12
3.8 Lei Federal n.º 14.640/2023, Programa Escola em Tempo Integral 12
3.9 Portaria MEC n.º 1.495/2023..... 13
3.10 Portaria MEC n.º 2.036/2023..... 13
3.11 Portaria MEC n.º 748/2024..... 13
3.12 Resolução CD/FNDE n.º 18/2023..... 14
3.13 Resolução CNE/CEB n.º 7/2025..... 14
3.14 Resolução CNE/CEB n.º 1/2026..... 14
3.15 Normativas do Conselho Estadual de Educação do Paraná 14

3.16 Referencial Curricular do Paraná e currículo da Rede Municipal de Ensino..... 15
3.17 Decreto Municipal n.º 180/2024..... 15
3.18 Lei Orgânica do Município de Umuarama e demais normas municipais 15
3.19 Conselhos, controle social e participação democrática 16
3.20 Documentos orientadores do Ministério da Educação e do Centro de Referências em Educação Integral 16
3.21 Síntese orientadora..... 17
4. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL EM UMUARAMA..... 17
5. DIAGNÓSTICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL 20
6. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL..... 26
6.1 Formação humana integral..... 26
6.2 Direito à educação pública de qualidade social 27
6.3 Equidade no acesso, permanência e aprendizagem 27
6.4 Inclusão e respeito às diversidades..... 28
6.5 Gestão democrática e participação social 29
6.6 Currículo integrado..... 29
6.7 Organização qualificada dos tempos, espaços e rotinas 29
6.8 Valorização dos profissionais da educação e formação continuada 30
6.9 Intersetorialidade e território educativo.. 30
6.10 Acompanhamento da aprendizagem, avaliação formativa e recomposição..... 31
6.11 Proteção integral, cuidado e convivência 31
6.12 Monitoramento, avaliação e melhoria contínua da política 32
6.13 Síntese das diretrizes municipais..... 32
7. OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL 33
7.1 Objetivo geral..... 33
7.2 Objetivos específicos..... 33
8. ACESSO, PERMANÊNCIA, EXPANSÃO E CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO..... 35
8.1 Diretrizes para o acesso..... 36
8.2 Critérios de priorização..... 37
8.3 Expansão da oferta..... 37
8.4 Formas de atendimento..... 38
8.5 Permanência qualificada..... 38
8.6 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação 39
8.7 Síntese orientadora..... 39
9. ORGANIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR 40
9.1 Organização dos tempos escolares..... 40
9.2 Base Nacional Comum e parte diversificada 40
9.3 Alimentação, cuidado e convivência..... 41
9.4 Recreação, ludicidade e práticas corporais 41
9.5 Uso dos espaços escolares e do território 41
9.6 Responsabilidade das unidades educacionais 42
9.7 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação 42
9.8 Síntese orientadora..... 42
10. CURRÍCULO, MATRIZ CURRICULAR E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO..... 42
10.1 Currículo integrado..... 43
10.2 Matriz curricular..... 43
10.3 Parte diversificada..... 43
10.4 Recomposição das aprendizagens..... 44
10.5 Projeto Político-Pedagógico das unidades educacionais 44
10.6 Planejamento pedagógico e registros.... 45
10.7 Avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento integral 45
10.8 Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação 45
10.9 Síntese orientadora..... 46
11. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA..... 46
11.1 Organização dos profissionais..... 46
11.2 Planejamento coletivo e integração da equipe 47
11.3 Formação continuada..... 47
11.4 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação 48
11.5 Síntese orientadora..... 48
12. INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, TRANSPORTE E RECURSOS MATERIAIS 49
12.1 Infraestrutura escolar..... 49
12.2 Alimentação escolar..... 50
12.2.1 Alimentação escolar como prática educativa e nutricional 50
12.3 Transporte escolar..... 51
12.4 Recursos materiais, pedagógicos e tecnológicos 51
12.5 Acessibilidade e segurança..... 51
12.6 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação 52
12.7 Síntese orientadora..... 52
13. INTERSETORIALIDADE, TERRITÓRIO EDUCATIVO E REDE DE PROTEÇÃO..... 52
13.1 Intersetorialidade..... 52
13.2 Território educativo..... 53
13.3 Relação entre escola, família e comunidade 53
13.4 Rede de proteção e busca ativa..... 53
13.5 Temas contemporâneos e demandas socioeducacionais 54
13.6 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação 54

13.7 Síntese orientadora..... 55
14. GOVERNANÇA, ACOMPANHAMENTO E RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS
. 55
14.1 Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação 55
14.2 Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral 56
14.3 Responsabilidades das unidades educacionais 56
14.4 Responsabilidades da direção escolar... 57
14.5 Responsabilidades da coordenação pedagógica 57
14.6 Responsabilidades dos professores e demais profissionais 57
14.7 Participação das famílias e da comunidade 58
14.8 Conselhos e controle social..... 58
14.9 Acompanhamento institucional..... 58
14.10 Síntese orientadora..... 59
15. FINANCIAMENTO DA POLÍTICA.... 59
15.1 Fontes de financiamento..... 60
15.2 Planejamento orçamentário..... 60
15.3 Recursos do Programa Escola em Tempo Integral 61
15.4 Alimentação, transporte e infraestrutura 61
15.5 Execução, controle social e prestação de contas 62
15.6 Síntese orientadora..... 62
16. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DA POLÍTICA 62
16.1 Sistema municipal de monitoramento..... 62
16.2 Indicadores de acompanhamento..... 63
16.3 Avaliação diagnóstica, formativa e somativa 64
16.4 Relatório Municipal da Educação Integral em Tempo Integral 64
16.5 Cultura avaliativa participativa..... 65
16.6 Revisão da política..... 65
16.7 Síntese orientadora..... 65
17. DISPOSIÇÕES FINAIS..... 65
REFERÊNCIAS..... 66

1. JUSTIFICATIVA DA ATUALIZAÇÃO

A atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral justifica-se pela necessidade de consolidar, qualificar e ampliar as ações iniciadas pelo Município de Umuarama a partir de 2024, quando foi instituída a política municipal por meio do Decreto n.º 180/2024. Naquele momento, o documento cumpriu papel fundamental ao estabelecer as primeiras diretrizes para a implantação e expansão da jornada em tempo integral na rede municipal, definindo diagnóstico inicial, metas de crescimento, prioridades, diretrizes pedagógicas, recursos físicos, materiais, humanos, alimentação escolar, financiamento, intersetorialidade e avaliação.

Entretanto, a implementação de uma política pública exige acompanhamento, revisão e aperfeiçoamento permanente. A Educação Integral em Tempo Integral envolve dimensões complexas da organização escolar, pois interfere diretamente na rotina das unidades educacionais, no currículo, na jornada dos profissionais, na alimentação escolar, no uso dos espaços, no transporte, na formação docente, no planejamento pedagógico, na relação com as famílias e na articulação com outras políticas públicas.

Além disso, a ampliação do tempo escolar, por si só, não garante a efetivação de uma proposta de Educação Integral. É necessário assegurar que o maior tempo de permanência dos estudantes na escola esteja vinculado a experiências educativas significativas, diversificadas e integradas, capazes de promover o desenvolvimento intelectual, físico, afetivo, social, cultural, ético, político e ambiental. Portanto, a atualização da política municipal busca evitar que o tempo integral seja reduzido a uma extensão da jornada tradicional, à repetição de atividades escolares ou à simples oferta de oficinas desarticuladas do currículo.

A política atualizada também responde à necessidade de fortalecer a equidade na expansão das matrículas. A oferta da Educação Integral em Tempo Integral deve considerar as desigualdades sociais, econômicas, territoriais e educacionais presentes no município, priorizando estudantes e comunidades que mais necessitam da presença qualificada do poder público. Assim, a expansão da jornada escolar deve ser planejada com base em diagnóstico atualizado da rede, das escolas, dos territórios, das condições de infraestrutura, dos recursos humanos e das demandas das famílias.

Outro aspecto central desta atualização é a consolidação da intersetorialidade. A formação humana integral exige que a escola dialogue com outras políticas públicas, como saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, segurança alimentar, proteção social e direitos humanos. A escola é um espaço privilegiado de formação, mas não atua isoladamente. Por isso, a política municipal deve fortalecer a articulação entre secretarias, conselhos, equipamentos públicos, organizações da sociedade civil, famílias e comunidade local.

A revisão da política também se justifica pela necessidade de orientar as escolas na atualização de seus Projetos Político-Pedagógicos, de suas matrizes curriculares e de suas rotinas escolares. A Educação Integral em Tempo Integral exige planejamento integrado, intencionalidade pedagógica, acompanhamento sistemático da aprendizagem e valorização das múltiplas linguagens, saberes, culturas e experiências dos estudantes.

Dessa forma, atualizar a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama significa reafirmar que a ampliação da jornada escolar deve estar a serviço da formação humana integral e da garantia de direitos, consolidando uma política pública permanente, democrática, inclusiva, intersetorial e socialmente referenciada.

2. CONCEPÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Para o Município de Umuarama, a Educação Integral em Tempo Integral é compreendida como uma política pública de garantia do direito à formação humana integral, organizada por meio da ampliação qualificada da jornada escolar, da integração curricular, da valorização dos territórios, da participação da comunidade e da articulação entre diferentes políticas públicas.

Essa concepção parte do princípio de que os estudantes são sujeitos históricos, sociais, culturais e territoriais. Cada criança chega à escola com experiências, saberes, necessidades, identidades, vínculos familiares e comunitários que precisam ser reconhecidos no processo educativo. Nessa perspectiva, a Educação Integral não se limita ao desenvolvimento cognitivo, embora este seja indispensável. Ela envolve também a dimensão corporal, afetiva, ética, estética, cultural, social, política e ambiental da formação humana.

A ampliação do tempo escolar deve, portanto, ampliar também as possibilidades de aprendizagem, convivência, cuidado, criação, expressão, investigação, participação e pertencimento. O tempo integral não pode significar apenas mais horas de permanência na escola. Deve significar mais oportunidades educativas, mais acesso à cultura, à ciência, à literatura, às artes, ao esporte, à tecnologia, ao brincar, ao território, à participação democrática e à convivência coletiva.

É nesse sentido que Barcelos e Moll (2023, p. 28) alertam para o risco de se reduzir a Educação Integral à mera extensão da jornada:

A redução de educação integral à escola de tempo integral ou de turno integral, em que se oferece aos estudantes mais do mesmo, isto é, sem mudanças estruturais e de práticas pedagógicas que não refletem um currículo humanizado, precisa ser explicitada e enfrentada, sob pena de nos mantermos alijados tanto na prática cotidiana das escolas, quanto na elaboração das políticas educacionais, do largo horizonte de formação humana defendido e praticado, ao longo da nossa história, por aqueles que compreendem a relação entre escola e democracia.
Nessa mesma perspectiva:
(...) a Educação Integral não pode se comprometer com a cisão entre a escola dos conhecimentos historicamente construídos e a escola das oficinas de artes, capoeira e outras atividades do contraturno. Esse é um modelo que já experimentamos e que não reflete os anseios e compromissos que a Educação Integral promove. Por isso, um currículo integrado agrega saberes que fazem parte do cotidiano e da vida, do território, as múltiplas linguagens, os saberes ancestrais, os compromissos com a biodiversidade e a proteção ambiental. Tudo isso vai atribuindo sentido a tudo que já produzimos historicamente enquanto conhecimento (Centro de Referências em Educação Integral, 2024, p. 35).
Essa compreensão dialoga com Jaqueline Moll (2012), ao defender que a Educação Integral deve reconectar os tempos da escola aos tempos da vida dos estudantes, aproximando escola, comunidade, cidade e território. A escola de tempo integral precisa ser espaço de conhecimentos, valores, experiências e relações, no qual os estudantes possam compreender o mundo e compreender-se no mundo, humanizando-se e singularizando-se em suas trajetórias formativas.
Também se articula à perspectiva de Miguel Arroyo (2012), especialmente quando o autor chama atenção para a necessidade de reconhecer os estudantes como sujeitos humanos concretos, marcados por tempos de vida, histórias, direitos, vulnerabilidades e potencialidades. A Educação Integral, nesse sentido, não pode ser pensada como controle ampliado do tempo dos estudantes, mas como ampliação de direitos, cuidado, proteção, dignidade e possibilidades de formação.
A política municipal de Umuarama assume, portanto, que a Educação Integral em Tempo Integral deve ser organizada a partir de um currículo integrado, capaz de superar a fragmentação entre turno regular e contraturno. Os componentes curriculares da Base Nacional Comum e as experiências da parte diversificada devem compor um único projeto formativo, articulado ao Projeto Político-Pedagógico de cada escola, às diretrizes curriculares da rede municipal e às necessidades concretas dos estudantes.
Nesse sentido, atividades de acompanhamento pedagógico, recomposição da aprendizagem, leitura, matemática, ciência, cultura digital, arte, música, teatro, dança, esporte, lazer, educação ambiental, educação em direitos humanos, saúde, cultura local e projetos interdisciplinares devem estar integradas à proposta pedagógica da escola. Elas não devem ser entendidas como atividades acessórias ou complementares, mas como dimensões constitutivas da formação integral.
A Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama fundamenta-se, assim, nos seguintes princípios:
I. formação humana integral;
II. direito à educação pública de qualidade social;
III. equidade no acesso, permanência e aprendizagem;
IV. inclusão e respeito às diversidades;
V. integração curricular;
VI. gestão democrática e participação social;
VII. articulação entre escola, família, comunidade e território;
VIII. intersetorialidade entre políticas públicas;
IX. valorização dos profissionais da educação;
X. monitoramento, avaliação e melhoria contínua da política.

Com base nesses princípios, a política municipal orienta-se pela construção de uma escola pública que amplie tempos, espaços e oportunidades formativas, garantindo que cada estudante tenha condições de aprender, conviver, participar, criar, expressar-se, cuidar de si, relacionar-se com o outro e desenvolver-se plenamente.

3. MARCOS LEGAIS E NORMATIVOS
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama fundamenta-se em marcos legais, normativos e orientadores que asseguram o direito à educação pública, gratuita, democrática, inclusiva e socialmente referenciada. Esses marcos expressam o compromisso do Estado brasileiro com a formação plena dos sujeitos, com a garantia do acesso, da permanência, da aprendizagem e do desenvolvimento integral, bem como com a superação das desigualdades educacionais, sociais, culturais, territoriais e econômicas.
A Educação Integral em Tempo Integral, no âmbito desta política, é compreendida como parte do direito à educação e deve ser organizada em consonância com a legislação nacional, estadual e municipal, observando as normas dos sistemas de ensino, as diretrizes curriculares, os planos de educação e os atos normativos específicos do Programa Escola em Tempo Integral. Nesse sentido, a política municipal não se limita à ampliação da jornada escolar, mas assume a formação humana integral como princípio orientador da organização curricular, da gestão educacional, da intersetorialidade e da articulação entre escola, família, comunidade e território.

3.1 Constituição Federal de 1988
A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 constitui o principal marco jurídico da educação brasileira. Em seu artigo 205, estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205).
No artigo 206, a Constituição define os princípios que orientam o ensino no país, entre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, a valorização dos profissionais da educação escolar, a gestão democrática do ensino público e a garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1988, art. 206).
O artigo 208, por sua vez, explicita o dever do Estado com a educação, incluindo a educação básica obrigatória e gratuita, o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos, o acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística, bem como o atendimento ao educando por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1988, art. 208).

Dessa forma, a Educação Integral em Tempo Integral encontra respaldo constitucional ao se comprometer com o pleno desenvolvimento dos estudantes, com a igualdade de oportunidades, com a permanência qualificada na escola e com a articulação entre educação, cidadania, proteção social e dignidade humana.

3.2 Estatuto da Criança e do Adolescente
A Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, assegurando-lhes proteção integral e prioridade absoluta. O Estatuto estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990, art. 4º).
No campo educacional, o Estatuto assegura o direito à educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Também garante igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito de ser respeitado pelos educadores, direito de contestar critérios avaliativos, direito de organização e participação em entidades estudantis e acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (Brasil, 1990, art. 53).
A Educação Integral em Tempo Integral dialoga diretamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente ao compreender que a ampliação da jornada escolar deve estar vinculada à proteção integral, ao cuidado, à convivência, à participação, ao desenvolvimento humano e à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

3.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
A Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, define que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996, art. 1º). A mesma lei estabelece que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996, art. 1º, § 2º).
A LDB também afirma que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, art. 2º). Entre seus princípios, destacam-se a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender e ensinar, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito à liberdade, a valorização da experiência extraescolar, a vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais, a gestão democrática do ensino público e a garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1996, art. 3º).
No que se refere à ampliação da jornada, a LDB determina que a jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula,

sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. Também prevê que o Ensino Fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (Brasil, 1996, art. 34, caput e §2º).
Assim, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama fundamenta-se na LDB ao compreender que a ampliação da jornada escolar deve estar vinculada à qualidade do processo educativo, à valorização das experiências dos estudantes, à organização curricular e à função social da escola.
3.4 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, definidas pela Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010, orientam a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas das redes e instituições escolares. A Resolução estabelece diretrizes para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, fundamentando a elaboração, a implementação e a avaliação dos currículos escolares (Brasil, 2010, art. 1º).
Essas Diretrizes reforçam a necessidade de uma educação comprometida com a formação integral dos estudantes, com a qualidade social, com a gestão democrática, com a diversidade, com a inclusão e com a garantia dos direitos de aprendizagem. Nesse sentido, a Educação Integral em Tempo Integral deve estar articulada a uma proposta pedagógica que reconheça os estudantes em sua multidimensionalidade e que articule conhecimentos escolares, experiências sociais, práticas culturais, diferentes linguagens e participação comunitária.
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama observa essas Diretrizes ao assumir que a ampliação da jornada escolar deve estar vinculada à construção de uma proposta pedagógica integrada, capaz de superar a fragmentação curricular e de fortalecer a função social da escola pública voltada à formação humana integral.
3.5 Plano Nacional de Educação
A Lei Federal n.º 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026-2036, estabelece objetivos, metas e estratégias para a educação brasileira. No que se refere à Educação Integral em Tempo Integral, o novo PNE prevê a ampliação progressiva da oferta de matrículas em tempo integral, com jornada mínima de 7 horas diárias ou 35 horas semanais. A meta estabelece que, em até cinco anos, essa oferta alcance, no mínimo, 50% das escolas públicas e 35% dos estudantes da Educação Básica. Ao final da vigência do plano, em 2036, a previsão é alcançar, no mínimo, 65% das escolas públicas e 50% dos estudantes da Educação Básica (Brasil, 2026a).
Essa meta orienta os sistemas de ensino a ampliarem progressivamente as matrículas em tempo integral, considerando as condições de infraestrutura, a formação dos profissionais, a articulação com programas suplementares, a ampliação de oportunidades educativas e a redução das desigualdades educacionais. No âmbito desta política, a meta nacional de ampliação da Educação Integral em Tempo Integral é compreendida não apenas como uma referência quantitativa de expansão de matrículas, mas como diretriz para qualificar o tempo escolar, ampliar oportunidades formativas e garantir que a jornada integral esteja orientada pela concepção de Educação Integral.
Considerando a vigência e a transição dos planos educacionais nacionais, esta política também observará eventuais atualizações do Plano Nacional de Educação e demais normativas dele decorrentes, especialmente aquelas relacionadas à ampliação da Educação Integral em Tempo Integral como direito educacional e como estratégia de enfrentamento das desigualdades.
3.6 Plano Municipal de Educação de Umuarama
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral também se fundamenta no Plano Municipal de Educação de Umuarama, que expressa o compromisso do município com as metas e estratégias educacionais em âmbito local, em consonância com o Plano Nacional de Educação e com as responsabilidades constitucionais do ente municipal.
No processo de atualização desta política, deverão ser observadas as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação relacionadas à ampliação da jornada escolar, à qualidade da educação, à formação dos profissionais, à gestão democrática, à inclusão, à equidade, à infraestrutura escolar, à alimentação, ao transporte, ao financiamento e à garantia do direito à aprendizagem.
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral observa o Plano Municipal de Educação de Umuarama, instituído pela Lei Municipal n.º 4.090, de 23 de junho de 2015, e alterado pela Lei Municipal n.º 4.309, de 2018. As metas e estratégias relacionadas à ampliação da jornada escolar, à qualidade da educação, à formação dos profissionais, à gestão democrática, à inclusão, à equidade, à infraestrutura, à alimentação, ao transporte e ao financiamento deverão orientar a implementação e o acompanhamento desta política.
3.7 Base Nacional Comum Curricular
A Base Nacional Comum Curricular constitui referência obrigatória para a elaboração dos currículos das redes de ensino e das propostas pedagógicas das escolas de Educação Básica. A BNCC estabelece conhecimentos, competências e habilidades que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da escolaridade básica, orientando-se pelos princípios éticos, políticos e estéticos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e pelos propósitos de formação humana integral e de construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018, p. 7).
A Educação Integral em Tempo Integral deve estar articulada à BNCC sem reduzirse ao cumprimento de conteúdos ou habilidades isoladas. A ampliação da jornada escolar exige a construção de percursos formativos integrados, nos quais os componentes curriculares, os projetos, as oficinas, as práticas culturais, artísticas, esportivas, científicas, tecnológicas e ambientais estejam vinculados à formação integral dos estudantes.

Nesse sentido, a BNCC deve ser compreendida em diálogo com o currículo da Rede Municipal de Ensino, com o Referencial Curricular do Paraná, com os Projetos Político-Pedagógicos das escolas e com as necessidades concretas dos territórios e dos sujeitos atendidos.

3.8 Lei Federal n.º 14.640/2023, Programa Escola em Tempo Integral

A Lei Federal n.º 14.640, de 31 de julho de 2023, instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, na perspectiva da Educação Integral (Brasil, 2023a, art. 1º).

O Programa Escola em Tempo Integral compreende estratégias de assistência técnica e financeira para induzir a criação de matrículas na Educação Básica em tempo integral em todas as redes e sistemas de ensino (Brasil, 2023a, art. 2º). A lei autoriza a União a transferir recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para fomentar a criação dessas matrículas, conforme disponibilidade orçamentária e regulamentação específica (Brasil, 2023a, art. 3º).

No Município de Umuarama, a adesão ao Programa Escola em Tempo Integral motivou a instituição da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral por meio do Decreto Municipal n.º 180/2024. A presente atualização reafirma essa adesão e busca qualificar a política municipal de acordo com as orientações nacionais e com a realidade local da Rede Municipal de Ensino.

3.9 Portaria MEC n.º 1.495/2023

A Portaria MEC n.º 1.495, de 2 de agosto de 2023, dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. A portaria estabelece procedimentos, critérios e compromissos dos entes federados para a criação de matrículas em jornada integral, em articulação com a Lei Federal n.º 14.640/2023 (Brasil, 2023b).

Entre seus elementos centrais, destaca-se a necessidade de que os entes federados possuam ou elaborem política de Educação Integral em Tempo Integral, submetida à apreciação dos respectivos Conselhos de Educação. Essa exigência reforça a importância da institucionalização da política municipal, da participação social, do planejamento da expansão e da transparência no acompanhamento das metas pactuadas (Brasil, 2023b).

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama observa essa portaria ao organizar suas diretrizes de expansão, financiamento, gestão, currículo, formação, intersetorialidade, monitoramento e avaliação.

3.10 Portaria MEC n.º 2.036/2023

A Portaria MEC n.º 2.036, de 23 de novembro de 2023, define diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da Educação Integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral (Brasil,2023c).

Essa portaria reforça a necessidade de que a ampliação da jornada escolar esteja vinculada à qualidade e à equidade no acesso, na permanência e na trajetória escolar dos estudantes. Também orienta que as ações estratégicas do programa sejam compreendidas como apoio à expansão de matrículas em tempo integral, mas sempre articuladas à perspectiva da Educação Integral (Brasil, 2023c).

Dessa forma, a atualização da política municipal de Umuarama observa a Portaria MEC n.º 2.036/2023 ao reconhecer que a ampliação do tempo escolar deve estar vinculada à intencionalidade pedagógica, à integração curricular, à inclusão, à equidade e à formação humana integral.

3.11 Portaria MEC n.º 748/2024

A Portaria MEC n.º 748, de 29 de julho de 2024, estabelece estratégias, eixos estruturantes e ações complementares no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, considerando as modalidades de oferta da Educação Básica previstas na LDB e o fortalecimento das políticas de educação ambiental, educação em direitos humanos e educação para as relações étnicoraciais (Brasil, 2024).

Essa portaria contribui para ampliar a compreensão da Educação Integral em Tempo Integral como política vinculada à garantia de direitos, à diversidade, à sustentabilidade, à inclusão e ao enfrentamento das desigualdades. Assim, a política municipal deve incorporar essas dimensões em sua organização curricular, em suas ações formativas e em sua articulação com o território.

3.12 Resolução CD/FNDE n.º 18/2023

A Resolução CD/FNDE n.º 18, de 27 de setembro de 2023, estabelece critérios e procedimentos operacionais de distribuição, repasse, execução e prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral (Brasil, 2023d).

No âmbito municipal, essa resolução orienta a organização da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos por meio do programa, observando as normas de aplicação, registro, acompanhamento e prestação de contas. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama deverá considerar esses critérios para assegurar transparência, controle social e adequada utilização dos recursos destinados à criação e qualificação das matrículas em tempo integral.

3.13 Resolução CNE/CEB n.º 7/2025

A Resolução CNE/CEB n.º 7, de 1.º de agosto de 2025, institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

Trata-se de marco normativo essencial para orientar os sistemas de ensino e as instituições escolares quanto à implantação, ao acompanhamento e à avaliação da oferta da jornada escolar em tempo integral, com equidade e fundamentada na concepção e na prática da Educação Integral (Brasil, 2025a).

Essa resolução reforça que a Educação Integral em Tempo Integral deve estar vinculada à formação plena dos estudantes, à inclusão, à equidade, à organização curricular integrada, à articulação com o território, à valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática, ao acompanhamento da aprendizagem, ao monitoramento e à avaliação da política (Brasil, 2025a).

Dessa forma, a atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama toma a Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 como referência normativa central para aprimorar a concepção, as diretrizes, a organização da jornada, o currículo, a intersetorialidade, os critérios de expansão, os mecanismos de acompanhamento e a avaliação da política municipal.

3.14 Resolução CNE/CEB n.º 1/2026

A Resolução CNE/CEB n.º 1, de 2 de fevereiro de 2026, alterou o artigo 28 da Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 e estabeleceu o prazo de 1.º de julho de 2026 para que os sistemas de ensino revisem e atualizem os normativos que regulamentam a Educação Integral em Tempo Integral em suas respectivas redes (Brasil, 2026b).

A mesma resolução determina que os sistemas que ainda não possuam normativo específico deverão elaborá-lo e instituí-lo dentro do mesmo prazo. No caso de Umuarama, que já possui política instituída pelo Decreto Municipal n.º 180/2024, a presente atualização cumpre a finalidade de revisar, aprimorar e adequar a política municipal às Diretrizes Operacionais Nacionais (Brasil, 2026b).

3.15 Normativas do Conselho Estadual de Educação do Paraná

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama observará as normas do Conselho Estadual de Educação do Paraná aplicáveis à Educação Básica, à organização curricular, à ampliação da jornada escolar, ao credenciamento, à autorização, ao funcionamento e à organização das instituições de ensino.

Entre as normativas estaduais, destacase a Deliberação CEE/PR n.º 09/2025, de 1.º de dezembro de 2025, que estabelece normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino do Paraná e revoga a Deliberação CEE/PR n.º 03/2023 (Paraná, 2025).

A atualização da política municipal deverá assegurar que as unidades educacionais estejam em conformidade com as normas do CEE/PR, especialmente quanto à organização dos Projetos Político-Pedagógicos, matrizes curriculares, regimentos escolares, espaços físicos, carga horária, profissionais, documentação escolar e processos de autorização e acompanhamento.

3.16 Referencial Curricular do Paraná e currículo da Rede Municipal de Ensino

A organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral no Município de Umuarama observará o Referencial Curricular do Paraná, os documentos curriculares da Rede Municipal de Ensino e as orientações pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação (Paraná, 2018).

O currículo deverá garantir a articulação entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum, a parte diversificada, os projetos interdisciplinares, as práticas de recomposição da aprendizagem, as experiências culturais, artísticas, corporais, científicas, tecnológicas, ambientais e territoriais. Essa articulação deve evitar a fragmentação entre turno regular e atividades complementares, assegurando unidade pedagógica ao tempo integral.

3.17 Decreto Municipal n.º 180/2024

O Decreto Municipal n.º 180, de 4 de junho de 2024, constitui o marco local de instituição da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Umuarama. Por meio desse decreto, foi aprovada a implantação da política e o respectivo Anexo I, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e apreciado pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Conselho do Fundeb (Umuarama, 2024).

O Decreto n.º 180/2024 estabeleceu as primeiras diretrizes municipais para a ampliação da Educação Integral em Tempo Integral, contemplando diagnóstico das matrículas, projeção de aumento da oferta, prioridades na expansão, diretrizes pedagógicas, Projeto Político-Pedagógico, recursos físicos e materiais, equipe técnica e recursos humanos, jornada escolar, alimentação, financiamento, intersetorialidade, articulação com o território e avaliação (Umuarama, 2024).

A presente atualização não rompe com o marco instituído em 2024. Ao contrário, parte dele para qualificar e aprofundar a política municipal, incorporando novas orientações normativas, aprimorando a concepção de Educação Integral e consolidando instrumentos de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação.

3.18 Lei Orgânica do Município de Umuarama e demais normas municipais A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral também se fundamenta na Lei Orgânica do Município de Umuarama, nas normas municipais relativas à educação, ao orçamento público, à gestão administrativa, ao funcionamento da Rede Municipal de Ensino, à alimentação escolar, ao transporte escolar, à infraestrutura, à carreira dos profissionais da educação, à gestão democrática e aos conselhos municipais.

Também deverão ser observados o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, especialmente no que se refere à previsão de recursos para manutenção, expansão e qualificação da Educação Integral em Tempo Integral.

3.19 Conselhos, controle social e participação democrática

A política municipal observará o papel do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, do Conselho de Alimentação Escolar, dos Conselhos Escolares e de outras instâncias de participação e controle social.

A apreciação, o acompanhamento e a avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral por essas instâncias são fundamentais para fortalecer a gestão democrática, a transparência, a participação social e a continuidade da política pública. O Material de Apoio à Formulação e Implementação de Políticas Municipais de Educação Integral em Tempo Integral reforça que a política deve ser apreciada pelo Conselho de Educação do respectivo ente, como forma de promover o diálogo, o acompanhamento e a participação nos processos democráticos de gestão pública (Centro de Referências em Educação Integral, 2024, p. 10).

A Educação Integral em Tempo Integral, por sua natureza intersetorial e territorial, também deverá dialogar com outros conselhos municipais, especialmente aqueles relacionados aos direitos da criança e do adolescente, assistência social, saúde, cultura, esporte, segurança alimentar, meio ambiente e promoção da igualdade.

3.20 Documentos orientadores do Ministério da Educação e do Centro de Referências em Educação Integral

Além dos marcos legais e normativos, esta política considera documentos orientadores elaborados pelo Ministério da Educação e pelo Centro de Referências em Educação Integral. Esses documentos contribuem para o planejamento, a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas municipais de Educação Integral em Tempo Integral.

O Material de Apoio à Formulação e Implementação de Políticas Municipais de Educação Integral em Tempo Integral afirma que a política municipal deve apresentar decisões, instrumentos e ações relevantes para que a ampliação das matrículas em tempo integral, na perspectiva da Educação Integral, se materialize com qualidade e equidade.

Entre os elementos indicados, destacam-se as diretrizes e princípios, a estrutura e equipe técnica da secretaria, as fontes de financiamento, a organização dos tempos e espaços, os profissionais da educação, a matriz curricular, a orientação para revisão dos Projetos Político-Pedagógicos, a intersetorialidade, a articulação com o território e as estratégias de monitoramento e avaliação (Centro de Referências em Educação Integral, 2024, p. 10-11).

O Módulo 3 da Formação Continuada em Educação Integral em Tempo Integral, elaborado no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, também orienta que as políticas públicas sejam compreendidas a partir de suas dimensões de formulação, implementação, monitoramento e avaliação, destacando a importância da intersetorialidade na efetivação da Educação Integral em Tempo Integral (Brasil, 2025b, p. 6-7).

Esses documentos reforçam que a política municipal deve ser construída com base na realidade local, na participação social, na equidade, no currículo integrado, no planejamento financeiro, na organização da rede, na formação dos profissionais e na avaliação permanente.

3.21 Síntese orientadora

Os marcos legais e normativos apresentados fundamentam a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama como política pública de direito, formação humana integral, equidade, inclusão, gestão democrática, currículo integrado, intersetorialidade e qualidade social da educação.

A atualização desta política reafirma o compromisso do Município de Umuarama com a consolidação de uma escola pública capaz de ampliar tempos, espaços, experiências e oportunidades educativas, garantindo aos estudantes o direito de aprender, conviver, participar, criar, expressar-se, cuidar de si, relacionar-se com o outro e desenvolver-se plenamente.

4. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL EM UMUARAMA

A Educação Integral em Tempo Integral no Município de Umuarama antecede a recente política nacional de indução de matrículas em jornada ampliada. Embora o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei Federal n.º 14.640, de 31 de julho de 2023, tenha conferido novo impulso à expansão dessa oferta em todo o país, a experiência municipal de Umuarama possui trajetória própria, iniciada no início dos anos 2000 e posteriormente ampliada no contexto das políticas educacionais nacionais voltadas à ampliação do tempo escolar e à formação integral dos estudantes (Brasil, 2023a).

No cenário nacional, a criação da primeira escola municipal de tempo integral em Umuarama ocorreu em um período no qual o debate sobre Educação Integral ainda se apoiava, sobretudo, em experiências locais, em referências históricas como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e em iniciativas municipais e estaduais que buscavam reorganizar tempos, espaços e oportunidades educativas. A política federal de maior alcance nessa área seria instituída alguns anos depois, em 2007, com o Programa Mais Educação, regulamentado pela Portaria Normativa Interministerial n.º 17, de 24 de abril de 2007, que passou a fomentar a Educação Integral em âmbito nacional (Brasil, 2007; Brasil, 2025b).

Conforme registros históricos da Secretaria Municipal de Educação de Umuarama, a primeira experiência municipal de escola em tempo integral teve início em 2001, com a Escola Municipal Tempo Integral, durante a segunda gestão do prefeito Antonio Fernando Scanavaca. Em 2026, a Escola Municipal Tempo Integral completou 25 anos de trajetória, sendo reconhecida como uma das referências históricas da Educação Integral no município.

Em 2022, a Escola Municipal Evangélica passou a ofertar atendimento em tempo integral, ampliando a experiência municipal e consolidando, na rede, a compreensão de que a ampliação da jornada escolar pode contribuir para o fortalecimento da aprendizagem, da convivência, do cuidado e da formação integral dos estudantes.

Também em 2022, a Escola Municipal Benjamin Constant ampliou o atendimento em tempo integral, fortalecendo o processo de expansão da política municipal e ampliando o número de estudantes atendidos em jornada ampliada.
Com o passar dos anos, a experiência municipal de tempo integral manteve-se como referência importante para a rede. Em 2024, com a adesão do Município de Umuarama ao Programa Escola em Tempo Integral e a necessidade de institucionalização de uma política própria, foi aprovado o Decreto Municipal n.º 180, de 4 de junho de 2024, que instituiu a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. O decreto aprovou o Anexo I elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, após apreciação do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Umuarama, 2024).
O Decreto n.º 180/2024 sistematizou o diagnóstico inicial da rede municipal e apresentou dados referentes ao atendimento em tempo integral naquele momento.
Conforme o documento, em 2024, a Rede Municipal de Ensino possuía 10.547 estudantes matriculados, sendo 4.472 na Educação Infantil e 6.075 no Ensino Fundamental do 1.º ao 5.º ano. Do total de estudantes da rede, aproximadamente 12% estavam matriculados em turno integral, percentual ainda inferior às metas previstas no Plano Nacional de Educação 2026-2036, instituído pela Lei Federal n.º 15.388, de 14 de abril de 2026, que prevê a ampliação progressiva da oferta de Educação Integral em Tempo Integral, com jornada mínima de 7 horas diárias ou 35 horas semanais, a fim de alcançar, até o final do decênio, no mínimo, 65% das escolas públicas e 50% dos estudantes da Educação Básica (Umuarama, 2024; Brasil, 2026a).
No diagnóstico de 2024, os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental em turno integral eram atendidos nas seguintes unidades: Escola Municipal Benjamin Constant, Escola Municipal Tempo Integral, Escola Municipal Evangélica e Escola Municipal Professora Maria Augusta do Amaral Picelli (Umuarama, 2024). Esse registro demonstra que, naquele momento, Umuarama já possuía uma base de atendimento em tempo integral estruturada, articulando experiências históricas da rede com a nova etapa de expansão induzida pelo Programa Escola em Tempo Integral.
Ainda em 2024, ocorreu a fundação da Escola Municipal Professora Maria Augusta do Amaral Picelli, em maio, ampliando o atendimento da rede municipal e integrando-se ao conjunto de unidades vinculadas à Educação Integral em Tempo Integral. Sua criação representou a continuidade do processo de expansão da jornada ampliada no município, em diálogo com as orientações nacionais e com a necessidade de ampliar oportunidades educativas para os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (Umuarama, 2024).
A partir de 2025, a política municipal de Educação Integral em Tempo Integral passou por nova fase de ampliação, com a consolidação e expansão do atendimento em unidades como a Escola Municipal Benjamin Constant e a Escola Municipal Carlos Gomes.
Esse movimento ocorreu já no contexto do Programa Escola em Tempo Integral, política federal instituída em 2023 para fomentar a criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica, mediante assistência técnica e financeira da União aos entes federados (Brasil, 2023a). Nesse período, as escolas municipais em tempo integral também passaram a desenvolver experiências pedagógicas articuladas à ampliação da jornada, como práticas de robótica educacional, acompanhamento pedagógico, atividades interdisciplinares e propostas vinculadas à cultura digital, ao pensamento computacional e à aprendizagem colaborativa (Umuarama, 2024b).
Esse movimento de expansão deve ser compreendido em diálogo com as mudanças nacionais mais recentes. O Programa Escola em Tempo Integral foi criado para apoiar os entes federados na ampliação de matrículas em jornada igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais, em consonância com o Plano Nacional de Educação 2026-2036, instituído pela Lei Federal n.º 15.388, de 14 de abril de 2026, que prevê a ampliação progressiva da Educação Integral em Tempo Integral como estratégia para a garantia do direito à educação, a melhoria da qualidade, a equidade e a redução das desigualdades educacionais (Brasil, 2023a; Brasil, 2026a).
No entanto, as orientações nacionais reforçam que a ampliação da jornada não deve ser confundida com mera permanência prolongada na escola. A Educação Integral em Tempo Integral exige intencionalidade pedagógica, currículo integrado, articulação com o território, formação dos profissionais, participação social, intersetorialidade, monitoramento e avaliação (Brasil, 2025b; Centro de Referências em Educação Integral, 2024).
Em maio de 2026, o município inaugurou a Escola Municipal Professora Isabel Cristina Verhalen Corrêa, ampliando novamente a oferta de vagas em período integral para estudantes do 1.º ao 5.º ano do Ensino Fundamental. A unidade foi instalada na Rua Domingos Gonçalves de Paula Filho, nas proximidades da Praça Anchieta, e integrou as ações municipais voltadas à expansão da Educação Integral em Tempo Integral, fortalecendo o desenvolvimento educacional e social dos estudantes (Umuarama, 2026c; Portal da Cidade Umuarama, 2026).
A criação da Escola Municipal Professora Isabel Cristina Verhalen Corrêa também expressa o momento atual da política municipal, marcado pela necessidade de ampliar o atendimento com planejamento, equidade e qualidade social. Trata-se de uma etapa em que a expansão do número de vagas deve caminhar junto com a consolidação de uma proposta pedagógica integrada, capaz de articular a Base Nacional Comum, a parte diversificada, o território, as práticas culturais, artísticas, esportivas, científicas, tecnológicas e ambientais.
Dessa forma, o histórico da Educação Integral em Tempo Integral em Umuarama se organiza em três movimentos. O primeiro corresponde à fase pioneira, iniciada em 2001, com a Escola Municipal Tempo Integral, e posteriormente ampliada, em 2022, com o início do atendimento integral na Escola Municipal Evangélica e com a ampliação do atendimento na Escola Municipal Benjamin Constant. O segundo corresponde ao processo de institucionalização da política municipal, consolidado em 2024 com o Decreto n.º 180/2024 e com a expansão do atendimento para novas unidades. O terceiro corresponde à fase atual de ampliação e atualização da política, vinculada ao Programa Escola em Tempo Integral e às novas diretrizes nacionais, com destaque para a expansão em 2025 e para a inauguração da Escola Municipal Professora Isabel Cristina Verhalen Corrêa em 2026.

Os eventos apresentados na linha do tempo a seguir sintetizam a trajetória da Educação Integral em Tempo Integral no Município de Umuarama.
Esse percurso revela que Umuarama não inicia sua política de Educação Integral em Tempo Integral a partir do zero. Ao contrário, o município possui uma trajetória construída ao longo de mais de duas décadas, marcada por experiências pioneiras, expansão gradual, institucionalização normativa e, atualmente, necessidade de atualização conceitual, pedagógica, administrativa e intersetorial.
A atualização da política municipal deve, portanto, preservar a memória histórica da Educação Integral em Umuarama, reconhecer os avanços já consolidados e aprofundar a compreensão de que a ampliação da jornada escolar deve estar a serviço da formação humana integral, da equidade, da proteção social, da aprendizagem significativa, da valorização dos profissionais da educação e do desenvolvimento pleno dos estudantes.

5. DIAGNÓSTICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

O diagnóstico da Rede Municipal de Ensino de Umuarama constitui uma etapa essencial para a consolidação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, pois permite compreender a realidade educacional do município, acompanhar a evolução das matrículas, identificar as condições de atendimento e orientar a ampliação da jornada escolar com responsabilidade pedagógica, administrativa e financeira.
A Educação Integral em Tempo Integral exige planejamento contínuo, uma vez que sua implementação interfere diretamente na organização das escolas, na rotina dos estudantes, na alimentação escolar, na utilização dos espaços, na distribuição dos profissionais, na articulação curricular, no transporte, no financiamento e nas relações entre escola, família, comunidade e território. Por essa razão, o diagnóstico não pode ser compreendido apenas como levantamento quantitativo de matrículas, mas como instrumento permanente de gestão, acompanhamento e avaliação da política pública.

No Município de Umuarama, a primeira sistematização diagnóstica da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral foi apresentada no Decreto n.º 180, de 4 de junho de 2024, que aprovou a política municipal e seu respectivo anexo. Naquele momento, a Rede Municipal de Ensino possuía 10.547 estudantes matriculados, sendo 4.472 na Educação Infantil e 6.075 no Ensino Fundamental do 1.º ao 5.º ano (Umuarama, 2024).
Em 1.º de junho de 2026, a Rede Municipal de Ensino de Umuarama passou a registrar 10.880 estudantes matriculados. Esse dado demonstra a continuidade do crescimento da rede e reforça a necessidade de atualização permanente dos indicadores utilizados para o planejamento da Educação Integral em Tempo Integral. A ampliação das matrículas em jornada integral deve considerar esse universo de estudantes, a capacidade de atendimento das unidades educacionais, as condições de infraestrutura, a disponibilidade de profissionais, a alimentação escolar, o transporte, a organização curricular e o financiamento da política.

O Quadro 1 apresenta a síntese dos dados gerais da Rede Municipal de Ensino, considerando as informações sistematizadas em 2024 e o total atualizado de matrículas em 2026.

Quadro 1: Dados gerais da Rede Municipal de Ensino[1]

Indicador	**2024**	**2025**	**2026[2]**
Total de estudantes matriculados na Rede Municipal	10.547	10.855	10.880
Matrículas na Educação Infantil	4.472	4.592	4.538
Matrículas no Ensino Fundamental, 1.º ao 5.º ano	6.075	6.205	6.306
Total de estudantes em tempo integral	1.320	856	993
Percentual de estudantes em tempo integral na rede	12%	8%	9%
Número de unidades com atendimento em tempo integral	**4**	**5**	**6**

Fonte: Decreto n.º 180/2024 para os dados de 2024; Secretaria Municipal de Educação de Umuarama, levantamento interno de matrículas em 1.º de junho de 2026, para o total de matrículas da rede em 2026.

[1] A redução no número de matrículas em tempo integral na Educação Infantil refere-se a uma determinação do Ministério Público, em 2024, que alterou a logística de oferta da rede, passando de uma oferta integral para uma oferta parcial, possibilitando, assim, o atendimento de um número maior de estudantes nessa etapa em período parcial.
[2] Dados levantados em junho de 2026.

De acordo com o Plano de Ação da Educação Integral em Tempo Integral, o Município de Umuarama conta com 6 escolas que ofertam Educação Integral em Tempo Integral, com 221 servidores ao todo: 172 professores e 49 servidores distribuídos entre auxiliares de serviços gerais e secretários escolares. O plano também registra a previsão de implantação, em 2026, de mais uma escola e de um Centro Municipal de Educação Infantil com atendimento em jornada integral, o que reforça a necessidade de planejamento técnico, pedagógico, administrativo e financeiro para a ampliação da política (Umuarama, 2026).
A expansão da Educação Integral em Tempo Integral no município apresenta dois desafios estruturantes principais: os recursos humanos e a infraestrutura física e pedagógica. Esses desafios exigem planejamento de longo prazo, estudos de impacto financeiro, reorganização das equipes escolares, previsão orçamentária plurianual, adequação dos espaços escolares e articulação entre diferentes setores da administração municipal (Umuarama, 2026).
No campo dos recursos humanos, a ampliação da jornada escolar demanda aumento da carga horária docente, profissionais de apoio, equipes gestoras preparadas para a complexidade do tempo integral, formação específica, planejamento coletivo e acompanhamento pedagógico contínuo. No campo da infraestrutura, a expansão exige projetos arquitetônicos adequados, obras de ampliação, acessibilidade, espaços para múltiplas linguagens, ambientes de alimentação, convivência, descanso, práticas corporais, atividades culturais, tecnológicas e pedagógicas.

Desse modo, o diagnóstico municipal evidencia que a Educação Integral em Tempo Integral não pode ser tratada como ação pontual ou apenas como ampliação de vagas. Trata-se de uma política pública de longo prazo, que exige institucionalização, continuidade administrativa, financiamento, formação dos profissionais, qualificação das unidades educacionais e monitoramento permanente.
Ainda conforme o diagnóstico de 2024, a rede municipal registrava 639 estudantes da Educação Infantil em atendimento integral e 681 estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental matriculados em turno integral, totalizando 1.320 estudantes em jornada ampliada. Esse quantitativo correspondia a aproximadamente 12% do total de estudantes da Rede Municipal de Ensino, percentual ainda inferior às metas previstas no Plano Nacional de Educação 2026-2036, instituído pela Lei Federal n.º 15.388, de 14 de abril de 2026, que prevê a ampliação progressiva da oferta de matrículas em tempo integral, com jornada mínima de 7 horas diárias ou 35 horas semanais, alcançando, até o final do decênio, no mínimo, 65% das escolas públicas e 50% dos estudantes da Educação Básica (Umuarama, 2024; Brasil, 2026a).
O Quadro 2 apresenta a distribuição das matrículas em tempo integral por etapa de ensino, distinguindo a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Quadro 2: Matrículas em tempo integral por etapa

Etapa	**2024**	**2025**	**2026[3]**
Educação Infantil em tempo integral	639	228	95
Ensino Fundamental: anos iniciais em tempo integral[4]	681	798	927
Matrículas totais em tempo integral	**1.320**	**1.026**	**1.022**

Fonte: Decreto n.º 180/2024 para os dados de 2024; Secretaria Municipal de Educação de Umuarama, levantamento interno de matrículas, para os dados de 2025 e 2026.
[3] Dados referentes a outubro de 2026.
[4] Nota-se que, ainda que o número total de estudantes tenha sido reduzido, a oferta de educação integral no Ensino Fundamental Anos Iniciais apresentou um crescimento.

A comparação entre os dados de 2024 e 2026 indica que a Rede Municipal de Ensino apresentou crescimento no número total de matrículas, passando de 10.547 estudantes, em 2024, para 10.880 estudantes, em 2026. Esse crescimento precisa ser considerado na definição das metas de expansão da Educação Integral em Tempo Integral, pois a ampliação da jornada escolar deve ocorrer de forma planejada, progressiva e sustentável, sem comprometer a qualidade do atendimento, a segurança dos estudantes, a organização pedagógica e as condições de trabalho dos profissionais da educação.
No diagnóstico inicial de 2024, os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental em turno integral eram atendidos na Escola Municipal Benjamin Constant, na Escola Municipal Tempo Integral, na Escola Municipal Evangélica e na Escola Municipal Professora Maria Augusta do Amaral Picelli (Umuarama, 2024). A trajetória municipal, no entanto, demonstra que a Educação Integral em Tempo Integral em Umuarama vem

sendo ampliada de forma gradativa, incorporando novas unidades educacionais ao longo dos anos, como a Escola Municipal Carlos Gomes e a Escola Municipal Professora Isabel Cristina Verhalen Corrêa.
O Quadro 3 sistematiza as unidades educacionais vinculadas à oferta de Educação Integral em Tempo Integral, indicando o quantitativo de estudantes por unidade.

Quadro 3: Unidades educacionais com atendimento em tempo integral

Unidade educacional	Número total de estudantes em 2026[5]
E. M. Benjamin Constant	35
E. M. Carlos Gomes	131
E. M. Evangélica	258
E. M. Prof.ª Isabel Cristina Verhalen Corrêa	131
E. M. Prof.ª Maria Augusta do Amaral Picelli	275
E. M. Tempo Integral	157
Total de estudantes	**987**

Fonte: Decreto n.º 180/2024; registros históricos e administrativos da Secretaria Municipal de Educação de Umuarama.
[5] Dados referentes a outubro de 2026.

No campo dos recursos humanos, a ampliação da jornada escolar demanda aumento da carga horária docente, profissionais de apoio, equipes gestoras preparadas para a complexidade do tempo integral, formação específica, planejamento coletivo e acompanhamento pedagógico contínuo. No campo da infraestrutura, a expansão exige projetos arquitetônicos adequados, obras de ampliação, acessibilidade, espaços para múltiplas linguagens, ambientes de alimentação, convivência, descanso, práticas corporais, atividades culturais, tecnológicas e pedagógicas.
Desse modo, o diagnóstico municipal evidencia que a Educação Integral em Tempo Integral não pode ser tratada como ação pontual ou apenas como ampliação de vagas. Trata-se de uma política pública de longo prazo, que exige institucionalização, continuidade administrativa, financiamento, formação dos profissionais, qualificação das unidades educacionais e monitoramento permanente.
A expansão da oferta em diferentes unidades educacionais revela o esforço do município em ampliar o acesso dos estudantes à jornada integral, mas também evidencia a necessidade de consolidar uma política pública capaz de assegurar unidade pedagógica, critérios de equidade, acompanhamento sistemático e condições adequadas de funcionamento. A Educação Integral em Tempo Integral não se limita à abertura de vagas ou à ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola. Ela exige reorganização do currículo, integração entre os componentes da Base Nacional Comum e da parte diversificada, planejamento coletivo, formação continuada dos profissionais e articulação com os territórios em que as escolas estão inseridas.
Nesse sentido, o diagnóstico da rede municipal evidencia que Umuarama possui uma base histórica e institucional relevante para a consolidação da Educação Integral em Tempo Integral. O município já conta com experiências acumuladas desde o início dos anos 2000, instituiu formalmente sua política em 2024 e ampliou o atendimento em anos posteriores, em diálogo com o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei Federal n.º 14.640, de 31 de julho de 2023 (Brasil, 2023a; Umuarama, 2024).
O Programa Escola em Tempo Integral conferiu novo impulso à expansão da jornada ampliada no país, ao fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, na perspectiva da Educação Integral (Brasil, 2023a). No entanto, as orientações nacionais deixam claro que a ampliação da jornada deve estar associada à qualidade social da educação, à equidade, à integração curricular, à valorização dos profissionais, ao monitoramento e à articulação intersetorial (Brasil, 2025a; Centro de Referências em Educação Integral, 2024).
A realidade de Umuarama também demonstra que a expansão da Educação Integral em Tempo Integral deve ser acompanhada por análise permanente das condições estruturais das unidades educacionais. A permanência dos estudantes por, no mínimo, sete horas diárias ou 35 horas semanais exige espaços adequados para atividades pedagógicas, alimentação, higiene, descanso, convivência, práticas corporais, experiências culturais, atividades artísticas, recomposição da aprendizagem, leitura, tecnologia, projetos interdisciplinares e atendimento às necessidades específicas dos estudantes.
A alimentação escolar constitui outra dimensão central do diagnóstico. A política municipal de 2024 já previa a oferta de, no mínimo, quatro refeições diárias aos estudantes em tempo integral: lanche na chegada, lanche no recreio, almoço e lanche da tarde (Umuarama, 2024). Essa organização reafirma que a permanência em jornada ampliada exige cuidado integral com as crianças, considerando não apenas a aprendizagem escolar, mas também a saúde, a nutrição, a convivência, a segurança alimentar e o bem-estar dos estudantes.
Do ponto de vista pedagógico, o diagnóstico indica a necessidade de fortalecer a integração curricular. A Base Nacional Comum Curricular afirma o compromisso da Educação Básica com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018). Portanto, a Educação Integral em Tempo Integral em Umuarama deve evitar a fragmentação entre turno regular e atividades complementares, garantindo que todas as experiências oferecidas ao longo da jornada componham um único projeto formativo, articulado ao Projeto Político-Pedagógico das escolas e às diretrizes curriculares da Rede Municipal de Ensino.
A expansão da política também deve observar o princípio da equidade. A ampliação da jornada escolar precisa considerar as desigualdades sociais, econômicas, educacionais e territoriais que afetam a trajetória dos estudantes. A política de 2024 já indicava critérios de priorização para crianças em situação de risco social, estudantes com deficiência ou transtorno, crianças em vulnerabilidade socioeconômica e crianças cujos responsáveis trabalham fora de casa, especialmente na Educação Infantil (Umuarama, 2024). A atualização da política amplia essa compreensão ao assumir que a equidade deve orientar não apenas o acesso às vagas, mas também as condições de permanência, aprendizagem, participação e desenvolvimento integral.

A Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 reforça que a Educação Integral em Tempo Integral deve ser implementada com atenção às condições de infraestrutura, profissionais, transporte, alimentação, proposta curricular, monitoramento e avaliação (Brasil, 2025a). Esse entendimento confirma a necessidade de que o diagnóstico da Rede Municipal de Ensino de Umuarama seja atualizado de forma contínua, permitindo que a expansão da política ocorra com base em dados, planejamento e acompanhamento institucional.
Desse modo, o diagnóstico da Rede Municipal de Ensino permite afirmar que Umuarama já possui uma trajetória consolidada na Educação Integral em Tempo Integral, mas ainda enfrenta o desafio de ampliar o atendimento de forma planejada, equitativa e pedagogicamente qualificada. A passagem de 10.547 estudantes matriculados em 2024 para 10.880 estudantes em 2026 demonstra a importância de alinhar o crescimento da rede às metas de expansão da jornada integral, à organização das unidades educacionais e à garantia das condições necessárias para o desenvolvimento pleno dos estudantes.
A atualização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, portanto, parte desse diagnóstico para reafirmar que a ampliação da jornada escolar deve estar vinculada à formação humana integral, ao direito à aprendizagem, à proteção social, à valorização dos profissionais, à participação da comunidade, à intersetorialidade e ao compromisso com uma escola pública de qualidade social.

A realidade de Umuarama também demonstra que a expansão da Educação Integral em Tempo Integral deve ser acompanhada por análise permanente das condições estruturais das unidades educacionais. A permanência dos estudantes por, no mínimo, sete horas diárias ou 35 horas semanais exige espaços adequados para atividades pedagógicas, alimentação, higiene, descanso, convivência, práticas corporais, experiências culturais, atividades artísticas, recomposição da aprendizagem, leitura, tecnologia, projetos interdisciplinares e atendimento às necessidades específicas dos estudantes.

Além da infraestrutura física, a organização dos recursos humanos constitui dimensão indispensável para a efetivação da Educação Integral em Tempo Integral. A ampliação da jornada escolar modifica a dinâmica cotidiana das unidades educacionais, exigindo maior articulação entre direção, coordenação pedagógica, professores, profissionais da parte diversificada, monitores, auxiliares, equipes de apoio, profissionais da alimentação escolar e serviços gerais.

O Decreto n.º 180/2024 prevê que a Secretaria Municipal de Educação designe coordenação educacional responsável pelo desenvolvimento da política nas unidades educacionais e que o corpo docente tenha habilitação conforme as normas do plano de carreira e da legislação vigente (Umuarama, 2024). Essa orientação reforça que a Educação Integral em Tempo Integral não pode ser sustentada apenas pela ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, mas exige equipe organizada, profissionais qualificados, planejamento coletivo e acompanhamento pedagógico permanente.

Nesse sentido, o diagnóstico dos recursos humanos permite identificar as condições de funcionamento das unidades educacionais, as necessidades de reorganização das equipes, a demanda por formação continuada e os desafios relacionados à valorização dos profissionais da educação. A Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 também destaca a importância da valorização e do desenvolvimento profissional dos educadores como uma das dimensões estratégicas da Educação Integral em Tempo Integral (Brasil, 2025a).

O levantamento dos recursos humanos deverá ser atualizado periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação, considerando direção, coordenação pedagógica, professores, profissionais da parte diversificada, profissionais de apoio, servidores da alimentação escolar, secretaria escolar e serviços gerais. Esses dados deverão subsidiar o planejamento da expansão, a organização da jornada, a formação continuada e a definição das necessidades de pessoal em cada unidade educacional.

A análise dos recursos humanos deverá orientar a organização da política municipal, especialmente no que se refere à distribuição das equipes, à definição de atribuições, ao planejamento da jornada de trabalho, à formação continuada e ao acompanhamento pedagógico das unidades educacionais. A qualidade da Educação Integral em Tempo Integral depende da atuação articulada dos diferentes profissionais que compõem a escola, uma vez que todos participam, direta ou indiretamente, das condições de cuidado, aprendizagem, convivência, segurança e desenvolvimento integral dos estudantes.

6. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama fundamenta-se em princípios e diretrizes que orientam a organização da jornada ampliada, a gestão da política, a prática pedagógica, o currículo, a formação dos profissionais, a participação da comunidade e o acompanhamento permanente das ações desenvolvidas nas unidades educacionais.

Esses princípios expressam a compreensão de que a Educação Integral em Tempo Integral não se limita ao aumento da carga horária diária dos estudantes, mas constitui uma política pública voltada à formação humana integral, à ampliação das oportunidades educativas, à equidade, à inclusão, ao fortalecimento da escola pública e à garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno.

A Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 define a Educação Integral em Tempo Integral como política pública estruturante para a garantia do direito humano à educação, devendo assegurar inclusão, equidade, participação, justiça curricular e aprendizagem com qualidade social (Brasil, 2025a). Desse modo, os princípios e diretrizes aqui apresentados orientam a Rede Municipal de Ensino de Umuarama na consolidação de uma política permanente, planejada, democrática, intersetorial e comprometida com os estudantes em suas múltiplas dimensões.

No contexto da Rede Municipal de Ensino de Umuarama, a Educação Integral em Tempo Integral deve estar vinculada à trajetória histórica da rede, à realidade das escolas, às necessidades dos estudantes, às demandas das famílias, aos territórios em que as unidades estão inseridas e às orientações nacionais que tratam da ampliação qualificada da jornada escolar. A experiência da Escola Municipal Tempo Integral, expressa em seu Projeto Político-Pedagógico, demonstra que a organização da escola integral envolve planejamento coletivo, gestão participativa, integração entre Base Nacional Comum e Base Diversificada, acompanhamento da aprendizagem, rotina organizada, alimentação escolar, formação continuada, recursos pedagógicos, inclusão e participação da comunidade escolar (Escola Municipal Tempo Integral, 2026).

6.1 Formação humana integral

A formação humana integral constitui o princípio central desta política. Ela parte da compreensão de que os estudantes são sujeitos históricos, sociais, culturais, territoriais e de direitos, devendo ser considerados em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, estética, cultural, política e ambiental.

A Educação Integral em Tempo Integral deve ampliar as condições para que os estudantes aprendam, convivam, participem, criem, investiguem, expressem-se, movimentem-se, desenvolvam autonomia, construam vínculos e se apropriem dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Nesse sentido, a escola deve assegurar o acesso aos conhecimentos científicos, artísticos, culturais, tecnológicos e sociais, articulando-os às experiências concretas dos estudantes e às demandas do território.

Esse princípio dialoga com a Base Nacional Comum Curricular, que assume compromisso com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018). Também se articula à perspectiva de que a escola pública deve formar sujeitos capazes de compreender a realidade, participar da vida social, exercer a cidadania e intervir de forma crítica e responsável no mundo em que vivem.

6.2 Direito à educação pública de qualidade social

A Educação Integral em Tempo Integral é compreendida como expressão do direito à educação pública de qualidade social. Esse direito envolve acesso, permanência, aprendizagem, desenvolvimento integral, proteção, cuidado, convivência, participação e condições dignas de atendimento.

A ampliação da jornada escolar deve estar a serviço da garantia de direitos e não apenas do cumprimento de metas quantitativas. Desse modo, a política municipal orienta-se pela compreensão de que o tempo integral deve ampliar oportunidades educativas, fortalecer vínculos com a escola, qualificar a aprendizagem, promover o bem-estar dos estudantes e contribuir para a redução das desigualdades educacionais.

A Lei n.º 14.640/2023, ao instituir o Programa Escola em Tempo Integral, estabelece o fomento à criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica, na perspectiva da Educação Integral (Brasil, 2023a). No âmbito municipal, essa ampliação deve ser planejada de forma responsável, considerando infraestrutura, profissionais, alimentação, transporte, currículo, financiamento, acompanhamento pedagógico e monitoramento da política.

Barcelos e Moll (2023, p. 19) definem com precisão o que significa esse horizonte formativo amplo:

Uma proposta educacional que tenha como objetivo o pleno desenvolvimento das pessoas só é possível a partir de uma educação que expanda seus horizontes, configurando, por um lado, um currículo que promova todas as áreas: artes, cultura, esportes, ciência etc. e todas as dimensões do desenvolvimento: ética, estética, cognitiva, emocional, motora, etc. e, por outro, articule-se a partir da identidade e das forças vivas do território, de tal forma que mobilize atores, instituições e outras políticas, de forma intersetorial.

6.3 Equidade no acesso, permanência e aprendizagem

A equidade constitui princípio estruturante da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. Sua finalidade é assegurar que a ampliação da jornada escolar contribua para enfrentar desigualdades sociais, educacionais, econômicas, culturais e territoriais que afetam a trajetória dos estudantes.

A expansão da oferta deve considerar critérios transparentes e socialmente justos, observando vulnerabilidades, demanda das famílias, condições de acesso, estudantes público-alvo da Educação Especial, situações de risco social, baixa frequência, dificuldades de aprendizagem, distorção idade-ano e características dos territórios atendidos.

A equidade não deve ser entendida como seleção excludente ou estigmatizante. Ao contrário, deve orientar a distribuição mais justa das oportunidades educativas, garantindo que os estudantes que mais necessitam da presença qualificada do poder público tenham acesso à Educação Integral em Tempo Integral com qualidade, cuidado e acompanhamento.

A Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 reforça que a implementação da Educação Integral em Tempo Integral deve observar diagnóstico permanente sobre infraestrutura, profissionais, alimentação, transporte, currículo e condições de permanência dos estudantes (Brasil, 2025a). Portanto, a equidade deve orientar tanto o acesso às vagas quanto as condições reais de aprendizagem, participação e desenvolvimento.

6.4 Inclusão e respeito às diversidades

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama assume a inclusão e o respeito às diversidades como princípios fundamentais. A escola pública deve assegurar a todos os estudantes condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento, respeitando suas singularidades, histórias, culturas, identidades, ritmos e necessidades.

A inclusão deve abranger os estudantes público-alvo da Educação Especial, os estudantes em situação de vulnerabilidade social, os diferentes pertencimentos étnico-raciais, culturais, territoriais, religiosos e familiares, bem como as múltiplas formas de ser, aprender, conviver e participar da vida escolar.

A Educação Integral em Tempo Integral deve garantir práticas pedagógicas flexíveis, acessibilidade, atendimento educacional especializado quando necessário, eliminação de barreiras, mediações adequadas, materiais adaptados, formação dos profissionais e articulação com as famílias e a rede de proteção.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Tempo Integral, ao tratar da inclusão, da Educação em Direitos Humanos, do respeito à diversidade e do Atendimento Educacional Especializado, expressa a necessidade de uma escola acolhedora, democrática e comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes (Escola Municipal Tempo Integral, 2026). Essa perspectiva deve orientar a política municipal como um todo.

Nesse sentido, a inclusão na Escola Municipal Tempo Integral constitui-se como um trabalho pedagógico colaborativo, articulado entre o professor especialista, os professores dos componentes curriculares e a equipe gestora, com o objetivo de complementar ou suplementar o processo de aprendizagem, identificando e eliminando barreiras que possam dificultar o acesso, a participação e o desenvolvimento dos estudantes.

A atuação deve ocorrer de forma integrada aos diferentes espaços e momentos da escolarização, orientando estratégias, recursos, adaptações e mediações que favoreçam o acesso ao currículo e a participação nas atividades escolares. Assim, a construção de uma escola inclusiva requer o compartilhamento de responsabilidades, o planejamento colaborativo e o acompanhamento contínuo das necessidades e potencialidades de cada estudante, promovendo sua autonomia e desenvolvimento integral.[6]

[6] Para mais detalhes ver: Orientação Pedagógica nº 005/2026 – Orienta a coordenação pedagógica e os professores quanto à organização, ao funcionamento e às atividades pedagógicas a serem desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado Integral – AEE-I. Disponível em: https://edu.umuarama.pr.gov.br/wp-content/uploads/2026/02/005-2026-Orienta-a-coordenacao-pedagogica.pdf

6.5 Gestão democrática e participação social

A gestão democrática constitui diretriz indispensável para a consolidação da Educação Integral em Tempo Integral. A política municipal deve ser planejada, implementada, acompanhada e avaliada com participação da Secretaria Municipal de Educação, das equipes gestoras, dos professores, dos profissionais de apoio, dos estudantes, das famílias, dos conselhos e da comunidade.

A gestão democrática fortalece a corresponsabilidade, a transparência, o diálogo e o compromisso coletivo com a qualidade da educação pública. Nas escolas, deve concretizar-se por meio dos Projetos Político-Pedagógicos, dos Conselhos Escolares, das Associações de Pais, Mestres e Funcionários, dos Conselhos de Classe, das reuniões pedagógicas, das escutas da comunidade e dos processos coletivos de planejamento e avaliação.

No âmbito da política municipal, a participação social deve orientar a definição de prioridades, a expansão da oferta, a revisão das propostas pedagógicas, a organização das rotinas, a análise dos resultados e a avaliação permanente da Educação Integral em Tempo Integral.

6.6 Currículo integrado

O currículo integrado é uma das principais diretrizes desta política. A Educação Integral em Tempo Integral não deve organizar-se pela separação entre um turno destinado aos conteúdos escolares e outro destinado a atividades complementares, oficinas ou ocupação do tempo. Todas as experiências desenvolvidas ao longo da jornada devem compor uma única proposta formativa.

A Base Nacional Comum, a parte diversificada, a recomposição da aprendizagem, os projetos interdisciplinares, as práticas culturais, artísticas, esportivas, tecnológicas, ambientais e territoriais devem estar articuladas ao Projeto Político-Pedagógico das escolas e às diretrizes curriculares da Rede Municipal de Ensino.

O currículo integrado exige planejamento coletivo, intencionalidade pedagógica, acompanhamento sistemático da aprendizagem e articulação entre os diferentes profissionais que atuam na escola. A parte diversificada deve ter objetivos claros, ementas, metodologias, registros e formas de avaliação, não podendo ser reduzida a atividades isoladas ou desconectadas do processo formativo.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Tempo Integral apresenta organização curricular composta pela Base Nacional Comum e pela Base Diversificada, contemplando componentes como Língua Estrangeira Moderna, recomposição da aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, Laboratório de Teatro, Dança e Música, Atividades Esportivas, Recreação e Jogos, além da Educação Digital e Computação: Robótica (Escola Municipal Tempo Integral, 2026). Essa organização demonstra a importância de a política municipal orientar a integração entre os diferentes tempos, componentes e experiências educativas.

6.7 Organização qualificada dos tempos, espaços e rotinas

A ampliação da jornada escolar deve ser acompanhada pela organização qualificada dos tempos, espaços e rotinas. A Educação Integral em Tempo Integral exige que o cotidiano escolar contemple tempos de aprendizagem, alimentação, descanso, higiene, convivência, leitura, ludicidade, práticas corporais, projetos, estudo, recomposição, expressão artística e participação.

A jornada integral não pode ser organizada de forma repetitiva, fragmentada ou excessivamente rígida. Ela deve garantir intencionalidade pedagógica, mas também respeitar as necessidades das crianças, os tempos de convivência, os momentos de transição, o brincar, o descanso e o cuidado.

A rotina da escola integral deve ser planejada de modo a favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento integral, assegurando que os estudantes permaneçam na escola em condições adequadas de segurança, acolhimento, alimentação, interação e participação. A organização dos tempos e

espaços deve considerar a Matriz Curricular, o Projeto Político-Pedagógico, a faixa etária dos estudantes, as condições físicas da unidade e as possibilidades do território.

6.8 Valorização dos profissionais da educação e formação continuada

A qualidade da Educação Integral em Tempo Integral depende da valorização dos profissionais da educação e da formação continuada em serviço. A ampliação da jornada escolar altera a organização do trabalho pedagógico e exige maior integração entre professores, direção, coordenação pedagógica, monitores, profissionais de apoio, equipe da alimentação escolar, secretaria escolar e demais trabalhadores da unidade.

A política municipal deve assegurar formação continuada aos profissionais envolvidos, contemplando concepção de Educação Integral, currículo integrado, planejamento, avaliação, recomposição da aprendizagem, inclusão, direitos humanos, relações étnico-raciais, tecnologias educacionais, práticas culturais, esportivas, artísticas e organização da rotina integral.

A formação continuada deve ocorrer de forma sistemática, articulada às necessidades da rede e às demandas observadas nas escolas. Também deve valorizar os saberes dos profissionais, a troca de experiências, o planejamento coletivo, a análise dos indicadores educacionais e a reflexão sobre a prática pedagógica.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Tempo Integral destaca a formação continuada como processo necessário ao fortalecimento da prática pedagógica, ao planejamento coletivo e à melhoria da qualidade do ensino (Escola Municipal Tempo Integral, 2026). Essa diretriz deve ser assumida como compromisso da política municipal.

6.9 Intersetorialidade e território educativo

A Educação Integral em Tempo Integral exige articulação entre escola, família, comunidade, território e demais políticas públicas. A escola é espaço central da formação, mas não atua isoladamente. O desenvolvimento integral dos estudantes demanda diálogo com as áreas da saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, segurança alimentar, direitos humanos, proteção social e rede de garantia de direitos.

A intersetorialidade deve orientar ações de prevenção, cuidado, busca ativa, acompanhamento da frequência, enfrentamento às violências, promoção da saúde, educação alimentar, práticas culturais e esportivas, proteção integral e atendimento às situações de vulnerabilidade.

O território educativo deve ser compreendido como espaço de vida, cultura, memória, relações sociais, equipamentos públicos, desafios e potencialidades. A política municipal deve incentivar que as escolas reconheçam seus territórios, estabeleçam parcerias, utilizem espaços públicos de forma planejada e articulem suas práticas pedagógicas às experiências e necessidades da comunidade.

O Material de Apoio à Formulação e Implementação de Políticas Municipais de Educação Integral em Tempo Integral destaca a importância da intersetorialidade e da articulação com o território para a construção de políticas mais efetivas e socialmente referenciadas (Centro de Referências em Educação Integral, 2024). Essa orientação deve compor a prática da rede municipal.

6.10 Acompanhamento da aprendizagem, avaliação formativa e recomposição

A política municipal assume que o acompanhamento da aprendizagem deve ser contínuo, sistemático, coletivo e orientado pela garantia do direito de aprender. A avaliação deve ter caráter diagnóstico, formativo e processual, permitindo identificar avanços, dificuldades, necessidades de intervenção e possibilidades de replanejamento.

A Educação Integral em Tempo Integral amplia as condições para o acompanhamento dos estudantes, pois oferece mais tempos, espaços e experiências para que a escola intervenha pedagogicamente. No entanto, a recomposição da aprendizagem não deve reduzir o tempo integral ao reforço escolar. Ela deve estar integrada ao currículo, aos projetos, às linguagens, à leitura, à escrita, à matemática, à investigação, às artes, ao corpo, à cultura, à tecnologia e às experiências significativas.

A avaliação deve considerar diferentes instrumentos, registros, observações, produções dos estudantes, participação, portfólios, pareceres, atividades orais e escritas, avaliações diagnósticas e acompanhamento individual e coletivo. Essa diretriz fortalece a responsabilidade da escola com a aprendizagem de todos, sem desconsiderar as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano.

6.11 Proteção integral, cuidado e convivência

A Educação Integral em Tempo Integral deve assegurar proteção integral, cuidado e convivência como dimensões indissociáveis da formação humana. A permanência ampliada dos estudantes na escola exige atenção à alimentação, higiene, descanso, segurança, relações interpessoais, saúde emocional, prevenção de violências, mediação de conflitos e fortalecimento do sentimento de pertencimento.

A escola deve constituir-se como ambiente acolhedor, seguro, democrático e humanizador. O cuidado não deve ser compreendido como dimensão separada da aprendizagem, mas como condição para que os estudantes possam aprender, conviver e desenvolver-se plenamente.

Esse princípio dialoga com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura a proteção integral e a prioridade absoluta na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes (Brasil, 1990). Na Educação Integral em Tempo Integral, esse compromisso se concretiza na organização de uma rotina que respeita os estudantes em sua integralidade.

6.12 Monitoramento, avaliação e melhoria contínua da política

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral deve ser acompanhada por processos permanentes de monitoramento, avaliação e revisão. A implementação da política precisa ser analisada a partir de indicadores quantitativos e qualitativos, considerando matrículas, frequência, permanência, aprendizagem, infraestrutura, alimentação, transporte, formação dos profissionais, participação das famílias, inclusão, equidade e desenvolvimento integral.

O monitoramento não deve ter caráter meramente burocrático. Deve subsidiar decisões da Secretaria Municipal de Educação, apoiar as escolas, orientar a expansão da oferta, identificar desafios, organizar formações, qualificar o currículo e assegurar transparência à comunidade e aos conselhos competentes.

A Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 estabelece o monitoramento e a avaliação como dimensões estratégicas da Educação Integral em Tempo Integral (Brasil, 2025). Portanto, a política municipal deve prever instrumentos de acompanhamento e avaliação anual, com possibilidade de revisão sempre que houver alterações normativas, mudanças na realidade da rede ou necessidade de qualificação da oferta.

6.13 Síntese das diretrizes municipais

Com base nos princípios apresentados, a Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Umuarama será orientada pelas seguintes diretrizes:

I. assegurar a formação humana integral dos estudantes;

II. garantir o direito à educação pública de qualidade social;

III. ampliar progressivamente a jornada escolar com planejamento, equidade e sustentabilidade;

IV. promover acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral;

V. organizar currículo integrado, articulando Base Nacional Comum, parte diversificada, recomposição da aprendizagem e projetos interdisciplinares;

VI. orientar a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas que ofertam Educação Integral em Tempo Integral;
VII. garantir práticas pedagógicas inclusivas, acessíveis e respeitosas às diversidades;
VIII. fortalecer a gestão democrática, a participação das famílias e o controle social;
IX. organizar tempos, espaços e rotinas adequados à jornada integral;
X. assegurar alimentação escolar, cuidado, convivência, proteção e bem-estar dos estudantes;
XI. valorizar os profissionais da educação e promover formação continuada;
XII. articular escola, comunidade, território e políticas públicas intersetoriais;
XIII. acompanhar a aprendizagem dos estudantes por meio de avaliação diagnóstica, formativa e processual;
XIV. monitorar e avaliar continuamente a implementação da política;
XV. promover a melhoria permanente da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino.
Esses princípios e diretrizes orientam a consolidação de uma política municipal comprometida com a ampliação qualificada do tempo escolar, com a formação humana integral e com o fortalecimento da escola pública como espaço de direitos, aprendizagem, cuidado, convivência, participação e transformação social.

7. OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama tem como finalidade orientar, consolidar e qualificar a ampliação da jornada escolar na Rede Municipal de Ensino, assegurando que o tempo integral esteja vinculado à formação humana integral, à garantia do direito à educação, à equidade, à inclusão, ao currículo integrado, à proteção social e à melhoria da qualidade da escola pública.
A definição dos objetivos desta política considera a trajetória histórica da Educação Integral em Tempo Integral no município, o diagnóstico da Rede Municipal de Ensino, o Decreto n.º 180/2024, o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n.º 14.640/2023, e as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 (Umuarama, 2024; Brasil, 2023a; Brasil, 2025a).
A ampliação da jornada escolar deve ser compreendida como estratégia de fortalecimento do direito à educação pública de qualidade social. Nesse sentido, os objetivos aqui apresentados não se restringem ao aumento do número de matrículas em tempo integral, mas abrangem a organização pedagógica, a gestão da política, a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos, a formação dos profissionais, a intersetorialidade, o acompanhamento da aprendizagem e o monitoramento permanente das condições de oferta.

7.1 Objetivo geral
Consolidar e ampliar a Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Umuarama, assegurando a ampliação qualificada da jornada escolar, a formação humana integral dos estudantes, a equidade no acesso e na permanência, a integração curricular, a valorização dos profissionais da educação, a articulação intersetorial e o acompanhamento permanente da política pública.

7.2 Objetivos específicos
I. Ampliar progressivamente a oferta de matrículas em tempo integral na Rede Municipal de Ensino de Umuarama, considerando as metas estabelecidas nos planos de educação, a realidade local, a capacidade de atendimento das unidades educacionais e os critérios de equidade.
II. Assegurar que a ampliação da jornada escolar esteja vinculada à concepção de Educação Integral, compreendida como formação humana ampla, que contempla as dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, estética, cultural, política e ambiental dos estudantes.
III. Garantir que a Educação Integral em Tempo Integral seja organizada como política pública de direito, voltada ao acesso, à permanência, à aprendizagem, à proteção social, ao cuidado, à convivência e ao desenvolvimento pleno dos estudantes.

IV. Orientar a expansão da oferta com base em diagnóstico permanente da Rede Municipal de Ensino, considerando matrículas, infraestrutura, alimentação, transporte, recursos humanos, organização curricular, demanda das famílias, vulnerabilidades sociais e condições pedagógicas das unidades educacionais.
V. Fortalecer a equidade como princípio orientador da política, priorizando o atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social, estudantes público-alvo da Educação Especial, crianças e famílias em situação de maior necessidade de proteção social, bem como territórios com maiores desafios educacionais e sociais.
VI. Consolidar uma proposta curricular integrada, articulando a Base Nacional Comum, a parte diversificada, a recomposição das aprendizagens, os projetos interdisciplinares, as práticas culturais, artísticas, esportivas, tecnológicas, ambientais e territoriais.
VII. Evitar a fragmentação entre turno regular e contraturno, assegurando que todas as experiências desenvolvidas ao longo da jornada escolar componham um único projeto formativo, coerente com os Projetos Político-Pedagógicos das escolas e com as diretrizes curriculares da Rede Municipal de Ensino.
VIII. Orientar as unidades educacionais na revisão e adequação de seus Projetos Político-Pedagógicos, matrizes curriculares, rotinas, planos de ação e instrumentos de acompanhamento, de modo que expressem a concepção de Educação Integral em Tempo Integral assumida pelo município.
IX. Promover práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa, a participação dos estudantes, a investigação, a ludicidade, a leitura, a escrita, o raciocínio lógico, a expressão artística, a cultura digital, as práticas corporais, a convivência democrática e o desenvolvimento da autonomia.
X. Fortalecer as ações de recomposição das aprendizagens, assegurando que sejam desenvolvidas de forma integrada ao currículo, com base em diagnóstico pedagógico, planejamento intencional, acompanhamento sistemático e avaliação formativa.
XI. Garantir a inclusão e o respeito às diversidades, assegurando acessibilidade, atendimento educacional especializado quando necessário, flexibilização curricular, eliminação de barreiras e participação plena dos estudantes nas atividades escolares.
XII. Promover a Educação em Direitos Humanos, a Educação das Relações Étnico-Raciais, a Educação Ambiental, a cultura de paz, o enfrentamento às violências, a valorização da diversidade cultural e o respeito às diferentes identidades e trajetórias dos estudantes.
XIII. Organizar tempos, espaços e rotinas escolares adequados à jornada integral, contemplando momentos de aprendizagem, alimentação, higiene, descanso, convivência, recreação, leitura, atividades curriculares, práticas corporais, projetos e experiências culturais.
XIV. Assegurar alimentação escolar adequada aos estudantes em tempo integral, compreendendo-a como dimensão de cuidado, saúde, convivência, segurança alimentar e educação alimentar e nutricional.

XV. Planejar a infraestrutura necessária à oferta da Educação Integral em Tempo Integral, considerando salas de aula, biblioteca, refeitório, cozinha, banheiros, espaços de descanso, acessibilidade, áreas externas, espaços esportivos, recursos tecnológicos e materiais pedagógicos.
XVI. Organizar a política de recursos humanos necessária à jornada integral, definindo responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação, das equipes gestoras, da coordenação pedagógica, dos docentes, dos profissionais da parte diversificada, dos monitores, auxiliares e demais trabalhadores da educação.

XVII. Promover formação continuada aos profissionais da educação, contemplando concepção de Educação Integral, currículo integrado, planejamento, avaliação, recomposição da aprendizagem, inclusão, diversidade, tecnologias, intersetorialidade, organização da rotina integral e acompanhamento pedagógico.
XVIII. Fortalecer a gestão democrática e a participação da comunidade escolar, assegurando o envolvimento das famílias, dos estudantes, dos profissionais da educação, dos Conselhos Escolares, das Associações de Pais, Mestres e Funcionários e dos demais órgãos colegiados.
XIX. Ampliar a articulação intersetorial entre a Secretaria Municipal de Educação e as demais políticas públicas, especialmente saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, segurança alimentar, proteção social, direitos humanos e rede de garantia de direitos.
XX. Reconhecer o território como espaço educativo, valorizando equipamentos públicos, espaços culturais, esportivos, ambientais e comunitários, bem como os saberes, memórias, práticas sociais e potencialidades presentes nas comunidades em que as escolas estão inseridas.
XXI. Garantir acompanhamento sistemático da frequência escolar, da permanência e da aprendizagem dos estudantes, articulando ações de busca ativa, prevenção do abandono escolar e proteção integral.
XXII. Instituir mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, considerando indicadores de matrícula, frequência, permanência, aprendizagem, equidade, infraestrutura, alimentação, transporte, formação dos profissionais, participação das famílias e desenvolvimento integral.
XXIII. Assegurar transparência, controle social e acompanhamento pelos conselhos competentes, fortalecendo a gestão democrática e a corresponsabilidade na implementação da política.
XXIV. Promover a melhoria contínua da Educação Integral em Tempo Integral no município, revisando periodicamente as diretrizes, estratégias, metas e instrumentos de acompanhamento, de acordo com a realidade da rede, as avaliações realizadas e as normativas vigentes.
Os objetivos desta política reafirmam o compromisso do Município de Umuarama com uma Educação Integral em Tempo Integral planejada, democrática, inclusiva, intersetorial e socialmente referenciada. A ampliação da jornada escolar deve ocorrer de modo articulado à qualidade pedagógica, à formação humana integral, à garantia de direitos, ao fortalecimento da escola pública e à construção de condições concretas para que todos os estudantes aprendam, convivam, participem e se desenvolvam plenamente.

8. ACESSO, PERMANÊNCIA, EXPANSÃO E CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO
A ampliação da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Umuarama será realizada de forma gradativa, planejada e orientada pelo princípio da equidade, considerando as metas dos planos de educação, a realidade da rede, a capacidade de atendimento das unidades educacionais e as condições necessárias à permanência qualificada dos estudantes.
O acesso à Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar igualdade de oportunidades, transparência nos critérios de atendimento e atenção prioritária aos estudantes e territórios que mais necessitam da presença qualificada da política pública. A ampliação da jornada escolar deve contribuir para enfrentar desigualdades educacionais, sociais, econômicas e territoriais, garantindo não apenas a matrícula, mas também a permanência, a aprendizagem, o cuidado e o desenvolvimento integral dos estudantes.
A política municipal de 2024 já estabeleceu a necessidade de expansão progressiva da oferta, em consonância com as metas nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral. Com a instituição do Plano Nacional de Educação 2026-2036, pela Lei Federal n.º 15.388, de 14 de abril de 2026, a ampliação da jornada escolar passou a ser orientada pela previsão de oferta de matrículas em tempo integral, com jornada mínima de 7 horas diárias ou 35 horas semanais, buscando alcançar, até o final do decênio, no mínimo, 65% das escolas públicas e 50% dos estudantes da Educação Básica (Brasil, 2026a; Umuarama, 2024).
A atualização desta política reafirma esse compromisso, vinculando a expansão das matrículas à qualidade pedagógica, à infraestrutura, à alimentação escolar, ao transporte, aos recursos humanos e ao acompanhamento permanente da Secretaria Municipal de Educação.

8.1 Diretrizes para o acesso
O acesso à Educação Integral em Tempo Integral será orientado pelas seguintes diretrizes:
I. ampliação progressiva das matrículas em tempo integral, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação;
II. observância das metas previstas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação de Umuarama;
III. priorização de estudantes em situação de maior vulnerabilidade social, econômica, educacional ou territorial;

IV. garantia de atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial, com as condições necessárias de acessibilidade, apoio e participação;
V. análise da demanda das famílias e da comunidade escolar;
VI. consideração da capacidade física, pedagógica, administrativa e funcional de cada unidade escolar;
VII. transparência nos critérios de seleção e organização das vagas;
VIII. articulação entre acesso, permanência, aprendizagem, cuidado e proteção social.
A definição das vagas deverá considerar o diagnóstico da rede e das unidades educacionais, evitando tanto a concentração da oferta apenas em escolas com melhores condições estruturais quanto a implantação em unidades sem condições adequadas de atendimento. A expansão deve articular necessidade social, viabilidade institucional e qualidade pedagógica.

8.2 Critérios de priorização
Quando a demanda por vagas em tempo integral for superior à capacidade de atendimento da unidade escolar, a priorização deverá considerar critérios objetivos, públicos e não estigmatizantes. Entre os critérios a serem observados, destacam-se:
I. estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
II. estudantes pertencentes a famílias inscritas em programas sociais;
III. estudantes público-alvo da Educação Especial;
IV. estudantes em situação de risco social ou acompanhados pela rede de proteção;
V. estudantes com baixa frequência ou risco de abandono escolar;
VI. estudantes com maior necessidade de acompanhamento pedagógico;
VII. crianças cujos responsáveis trabalham fora de casa, especialmente na Educação Infantil;
VIII. demanda da comunidade escolar;
IX. localização territorial da escola e condições de deslocamento;
X. disponibilidade de infraestrutura, profissionais, alimentação e transporte escolar.
Esses critérios deverão ser utilizados como instrumentos de garantia de direitos e não como forma de rotulação dos estudantes ou de suas famílias. A Educação Integral em Tempo Integral deve ser compreendida como política pública de ampliação de oportunidades formativas, proteção social e qualidade educacional.
A definição das prioridades de atendimento deverá ser acompanhada por análise anual de indicadores de desigualdade educacional, considerando, sempre que possível, dados relacionados a raça/cor, nível socioeconômico, gênero, deficiência, território, frequência escolar, aprendizagem e vulnerabilidade social. Essa análise deverá subsidiar a expansão das matrículas em tempo integral, de modo que a oferta seja orientada por critérios públicos, transparentes e equitativos (Umuarama, 2026).

A Secretaria Municipal de Educação poderá publicar relatório anual de equidade, reunindo dados sobre acesso, permanência, frequência, aprendizagem, participação das famílias, atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial e distribuição territorial das matrículas em tempo integral. Esse instrumento deverá fortalecer a transparência da política e orientar decisões sobre expansão, manutenção e qualificação da oferta.

8.3 Expansão da oferta

A expansão da Educação Integral em Tempo Integral ocorrerá de forma progressiva, considerando o planejamento anual da Secretaria Municipal de Educação, os dados de matrícula, a capacidade das escolas, os recursos disponíveis e as condições de atendimento.

O Decreto n.º 180/2024 estabeleceu que, até 2025, as matrículas em Educação Integral deveriam atingir, no mínimo, 25% do total de estudantes da Rede Municipal de Ensino. Também previu que, a partir de 2026, o número de matrículas em tempo integral aumentaria gradativamente, com a meta de alcançar, em 2027, pelo menos 50% dos estudantes da rede municipal (Umuarama, 2024).

A atualização da política mantém a expansão como compromisso municipal, mas reforça que o crescimento da oferta deve estar vinculado à qualidade da permanência. Assim, a abertura de novas vagas deverá considerar:

I. diagnóstico atualizado da rede;
II. número total de matrículas;
III. demanda por etapa de ensino;
IV. estrutura física das unidades educacionais;
V. disponibilidade de profissionais;
VI. alimentação escolar;
VII. transporte escolar;
VIII. matriz curricular;
IX. revisão dos Projetos Político-Pedagógicos;
X. monitoramento e avaliação da política.

8.4 Formas de atendimento

A Educação Integral em Tempo Integral poderá ser organizada em diferentes formas de atendimento, conforme a realidade de cada unidade escolar e o planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

A oferta poderá ocorrer em escolas com todas as turmas em tempo integral ou em escolas que mantenham, simultaneamente, turmas em tempo integral e turmas em tempo parcial. A definição do modelo deverá considerar as condições físicas, pedagógicas,

administrativas e territoriais de cada unidade, bem como a demanda da comunidade escolar e os critérios de equidade.

Na Educação Infantil, a expansão deverá respeitar as especificidades da etapa, assegurando cuidado, brincadeira, alimentação, descanso, higiene, proteção e desenvolvimento integral. Na creche, a priorização observará situações de vulnerabilidade, risco social, deficiência, transtornos, condições socioeconômicas e necessidades familiares. Na pré-escola, a oferta em tempo integral deverá ser ampliada de forma planejada, respeitando as condições da rede e o direito das crianças ao atendimento educacional adequado.

No Ensino Fundamental, a implantação ou ampliação da Educação Integral em Tempo Integral deverá considerar a análise técnica da Secretaria Municipal de Educação, o diálogo com a comunidade escolar, a capacidade da unidade, a organização curricular, os recursos humanos e a adequação do Projeto Político-Pedagógico.

8.5 Permanência qualificada

As estratégias de permanência deverão contemplar o acompanhamento diário da frequência, a identificação precoce de estudantes em situação de risco de infrequência, abandono ou evasão, a realização de reuniões com famílias e, quando necessário, a articulação com a Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar, CRAS e CREAS. A permanência qualificada exige atuação preventiva, registro sistemático e integração entre escola, família e rede de proteção (Umuarama, 2026).

A permanência dos estudantes na Educação Integral em Tempo Integral não se resume à presença física na escola durante jornada ampliada. Ela exige condições efetivas de aprendizagem, cuidado, convivência, segurança, alimentação, descanso, participação e desenvolvimento integral.

Para garantir permanência qualificada, a Rede Municipal de Ensino deverá assegurar:

I. rotina escolar organizada e adequada à faixa etária dos estudantes;
II. alimentação escolar suficiente e nutricionalmente adequada;
III. espaços seguros, acessíveis e acolhedores;
IV. acompanhamento sistemático da frequência;
V. busca ativa em casos de infrequência;
VI. recomposição das aprendizagens integrada ao currículo;
VII. práticas pedagógicas diversificadas;
VIII. participação das famílias;
IX. atendimento às necessidades específicas dos estudantes;
X. articulação com a rede de proteção quando necessário.

A permanência qualificada também depende da integração entre Base Nacional Comum, parte diversificada, projetos interdisciplinares, práticas culturais, artísticas, esportivas, tecnológicas e ambientais. Todas essas experiências devem compor um único projeto formativo, articulado ao Projeto Político-Pedagógico da escola.

8.6 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação

Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar o processo de expansão da Educação Integral em Tempo Integral, definindo critérios, acompanhando as unidades educacionais, orientando a organização curricular, promovendo formação continuada, garantindo apoio técnico-pedagógico e monitorando os resultados da política.

Também compete à Secretaria Municipal de Educação articular as condições necessárias à oferta, especialmente no que se refere à infraestrutura, alimentação escolar, transporte, recursos humanos, materiais pedagógicos, tecnologia, acompanhamento da aprendizagem e integração com outras políticas públicas.

A expansão da Educação Integral em Tempo Integral deverá ser acompanhada por registros, indicadores e relatórios periódicos, de modo a subsidiar decisões, assegurar transparência e qualificar permanentemente a política municipal.

8.7 Síntese orientadora

A ampliação da Educação Integral em Tempo Integral em Umuarama deverá ocorrer com planejamento, equidade e qualidade social. O acesso às vagas deve considerar as necessidades dos estudantes e das famílias, mas também as condições concretas de atendimento das escolas.

A expansão da jornada escolar somente cumpre sua função pública quando assegura permanência qualificada, aprendizagem, cuidado, proteção, participação e desenvolvimento integral. Por isso, a política municipal orienta que a ampliação das matrículas esteja sempre vinculada à organização curricular, à formação dos profissionais, à infraestrutura, à alimentação, ao transporte, ao acompanhamento pedagógico e ao monitoramento permanente da Rede Municipal de Ensino.

9. ORGANIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

A organização da jornada escolar na Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Umuarama deverá assegurar a ampliação qualificada do tempo de permanência dos estudantes na escola, articulando aprendizagem, cuidado, alimentação, convivência, descanso, ludicidade, práticas culturais, artísticas, esportivas, científicas, tecnológicas e ações de recomposição das aprendizagens.

A jornada em tempo integral deverá contemplar atendimento diário igual ou superior a 7 horas ou carga horária semanal mínima de 35 horas, totalizando, no mínimo, 1.400 horas anuais, distribuídas em, pelo menos, 200 dias letivos, conforme previsto na política municipal instituída pelo Decreto n.º 180/2024 (Umuarama, 2024).

A ampliação da jornada escolar não deve ser compreendida apenas como aumento do tempo de permanência dos estudantes na escola. O tempo integral deve estar vinculado à formação humana integral, à organização curricular, ao Projeto Político-Pedagógico das unidades educacionais e às necessidades concretas dos estudantes. Assim, todas as atividades desenvolvidas ao longo da jornada devem possuir intencionalidade pedagógica e estar articuladas ao currículo da Rede Municipal de Ensino.

9.1 Organização dos tempos escolares

A organização dos tempos escolares deverá considerar a faixa etária dos estudantes, a etapa de ensino, a matriz curricular, as condições da unidade escolar, os tempos de alimentação, higiene, descanso, recreação, deslocamento interno, acolhimento, atividades curriculares e momentos de convivência.

As unidades educacionais deverão organizar suas rotinas de modo a evitar a fragmentação excessiva do tempo, a repetição mecânica de aulas e a separação rígida entre turno regular e contraturno. A jornada integral deverá constituir uma experiência educativa integrada, na qual a Base Nacional Comum, a parte diversificada, os projetos interdisciplinares, a recomposição das aprendizagens e as atividades culturais, artísticas, esportivas e tecnológicas componham um único projeto formativo.

A rotina escolar deverá ser prevista no Projeto Político-Pedagógico da unidade e organizada em consonância com a matriz curricular aprovada, o calendário escolar e as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

9.2 Base Nacional Comum e parte diversificada

A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral deverá articular os componentes curriculares da Base Nacional Comum à parte diversificada, respeitando a Base Nacional Comum Curricular, o Referencial Curricular do Paraná, o currículo da Rede Municipal de Ensino e as orientações pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação (Brasil, 2018; Paraná, 2018; Umuarama, 2024).

A parte diversificada deverá ampliar as oportunidades formativas dos estudantes, contemplando experiências de leitura, escrita, matemática, recomposição das aprendizagens, língua estrangeira, cultura digital, robótica, artes, música, teatro, dança, práticas corporais, esportes, recreação, jogos, educação ambiental, educação em direitos humanos e demais atividades definidas pela Rede Municipal de Ensino.

Essas atividades não deverão ser tratadas como ações isoladas ou meramente recreativas. Elas deverão estar articuladas aos objetivos de aprendizagem, ao planejamento docente, aos registros pedagógicos, aos processos avaliativos e ao Projeto Político-Pedagógico da escola.

9.3 Alimentação, cuidado e convivência

A alimentação escolar constitui parte fundamental da organização da jornada em tempo integral. As unidades educacionais deverão garantir, no mínimo, quatro refeições diárias aos estudantes em jornada integral, contemplando lanche na chegada, lanche no período da manhã, almoço e lanche da tarde, conforme previsto na política municipal (Umuarama, 2024).

Os momentos de alimentação deverão ser compreendidos também como tempos educativos, relacionados ao cuidado, à saúde, à convivência, à autonomia, à educação alimentar e nutricional e ao combate ao desperdício. A organização das refeições deverá considerar a capacidade do refeitório, os horários das turmas, o acompanhamento dos profissionais e as orientações da equipe responsável pela alimentação escolar.

A jornada integral também deverá prever momentos adequados de descanso, atividades lúdicas, recreação orientada, leitura, socialização e convivência, respeitando as necessidades das crianças e a organização pedagógica de cada unidade escolar.

9.4 Recreação, ludicidade e práticas corporais

A recreação, a ludicidade e as práticas corporais integram a formação humana dos estudantes e devem compor a organização da jornada escolar. Tais momentos deverão ser planejados, acompanhados e articulados ao desenvolvimento integral, favorecendo a socialização, a cooperação, a autonomia, a criatividade, o movimento, o cuidado com o corpo e a convivência democrática.

As atividades lúdicas, os jogos, as brincadeiras, os esportes e as práticas culturais deverão ser organizados de acordo com a faixa etária dos estudantes, os espaços disponíveis, a segurança e os objetivos pedagógicos da escola.

9.5 Uso dos espaços escolares e do território

A jornada integral poderá ocorrer nos espaços da própria escola e, quando planejado e autorizado, em outros espaços educativos do território. A utilização de bibliotecas, quadras, praças, centros culturais, espaços esportivos, equipamentos públicos e instituições parceiras deverá estar vinculada ao planejamento pedagógico e às normas de segurança, acompanhamento e autorização.

O uso dos espaços escolares e comunitários deverá ampliar as experiências formativas dos estudantes, fortalecendo a relação entre escola, território, cultura local, comunidade e políticas públicas.

9.6 Responsabilidade das unidades educacionais

Compete às unidades educacionais organizar a rotina da jornada integral em seus Projetos Político-Pedagógicos, garantindo coerência entre matriz curricular, planejamento docente, horários, alimentação, recreação, descanso, acompanhamento da aprendizagem e atividades da parte diversificada.

A direção e a coordenação pedagógica deverão acompanhar a execução da rotina, orientar os profissionais, garantir a organização dos tempos e espaços e avaliar, periodicamente, se a jornada escolar está cumprindo sua finalidade formativa.

9.7 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação

Compete à Secretaria Municipal de Educação orientar, acompanhar e avaliar a organização da jornada escolar nas unidades que ofertam Educação Integral em Tempo Integral. A SME deverá apoiar as escolas na elaboração das rotinas, na organização curricular, na distribuição dos profissionais, na adequação dos espaços, na alimentação escolar, no transporte, na formação continuada e no monitoramento da política.

A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares para regulamentar a organização da jornada, os componentes curriculares, os horários, os registros pedagógicos, a alimentação, o uso dos espaços e demais aspectos necessários ao funcionamento da Educação Integral em Tempo Integral.

9.8 Síntese orientadora

A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral em Umuarama deverá ser organizada como tempo de formação, cuidado, convivência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Sua finalidade não é apenas ampliar a permanência dos estudantes na escola, mas qualificar as experiências educativas, fortalecer o currículo, ampliar oportunidades e garantir melhores condições para que todos aprendam e se desenvolvam plenamente.

10. CURRÍCULO, MATRIZ CURRICULAR E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Umuarama deverá ser organizada a partir de um currículo integrado, articulado à Base Nacional Comum Curricular, ao Referencial Curricular do Paraná, ao currículo da Rede Municipal de Ensino e aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades educacionais (Brasil, 2018; Paraná, 2018).

O currículo, nesta política, é compreendido como o conjunto de experiências, conhecimentos, práticas, tempos, espaços, relações e intencionalidades pedagógicas que orientam a formação dos estudantes. Na Educação Integral em Tempo Integral, ele deve assegurar o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões, articulando aprendizagem, cultura, ciência, arte, tecnologia, esporte, cuidado, convivência, ludicidade, participação e território.

A ampliação da jornada escolar não deve produzir separação entre um turno destinado aos componentes curriculares obrigatórios e outro destinado a atividades complementares. Ao contrário, a Base Nacional Comum e a parte diversificada devem compor uma única proposta formativa, planejada de forma articulada e registrada no Projeto Político-Pedagógico de cada unidade escolar.

10.1 Currículo integrado

O currículo integrado constitui diretriz central da Educação Integral em Tempo Integral. Sua finalidade é superar a fragmentação entre disciplinas, oficinas, projetos e atividades isoladas, garantindo que todas as experiências desenvolvidas ao longo da jornada escolar estejam vinculadas aos objetivos de aprendizagem, ao desenvolvimento integral dos estudantes e à função social da escola.

Nesse sentido, as práticas de leitura, escrita, matemática, ciências, história, geografia, arte, educação física, cultura digital, robótica, língua estrangeira, teatro, dança, música, esporte, recreação, jogos, educação ambiental, direitos humanos e recomposição da aprendizagem devem ser compreendidas como dimensões articuladas de uma mesma proposta pedagógica.

O currículo integrado deve possibilitar que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, ao mesmo tempo em que reconhece seus saberes, suas experiências, seus territórios, suas identidades e suas formas de participação na vida social.

10.2 Matriz curricular

A matriz curricular da Educação Integral em Tempo Integral deverá expressar a concepção de formação humana integral assumida pela Rede Municipal de Ensino. Ela deverá organizar a carga horária, os componentes curriculares, a Base Nacional Comum, a parte diversificada, os projetos pedagógicos, a recomposição das aprendizagens e as experiências formativas desenvolvidas ao longo da jornada escolar.

A matriz curricular deverá observar a legislação vigente, as diretrizes nacionais, o Referencial Curricular do Paraná, as orientações da Secretaria Municipal de Educação e as especificidades da etapa atendida. Também deverá ser coerente com a jornada mínima de sete horas diárias ou 35 horas semanais, conforme previsto para a Educação Integral em Tempo Integral (Umuarama, 2024).

A organização da matriz não deverá reduzir a parte diversificada a atividades de ocupação do tempo. Cada componente ou experiência formativa deverá possuir objetivos, conteúdos, encaminhamentos metodológicos, formas de acompanhamento e critérios de avaliação coerentes com o Projeto Político-Pedagógico da escola.

10.3 Parte diversificada

A parte diversificada deverá ampliar as oportunidades educativas dos estudantes, dialogando com as características da comunidade, as necessidades de aprendizagem, as culturas locais, os interesses dos estudantes, os territórios e os projetos desenvolvidos pela Rede Municipal de Ensino.

Na organização da Educação Integral em Tempo Integral, poderão compor a parte diversificada atividades relacionadas à língua estrangeira, recomposição da aprendizagem, teatro, dança, música, atividades esportivas, recreação, jogos, cultura digital, robótica, educação ambiental, educação em direitos humanos, leitura, produção textual, resolução de problemas, projetos científicos, culturais e interdisciplinares.

Essas atividades deverão ser planejadas com intencionalidade pedagógica e articuladas à Base Nacional Comum, evitando a fragmentação curricular.

A parte diversificada deve fortalecer a aprendizagem, ampliar repertórios, desenvolver linguagens, promover convivência, favorecer o protagonismo dos estudantes e contribuir para sua formação integral.

A parte diversificada também poderá contemplar a participação de mestres de saberes, grupos culturais, artistas, coletivos comunitários e instituições parceiras, desde que as ações estejam vinculadas ao planejamento pedagógico, aos objetivos de aprendizagem e à formação integral dos estudantes. Essas experiências devem contribuir para a valorização da cultura local, da memória comunitária, das práticas artísticas, das tradições populares e dos saberes presentes no território (Umuarama, 2026).

10.4 Recomposição das aprendizagens

A recomposição das aprendizagens deverá integrar a proposta curricular da Educação Integral em Tempo Integral, sem reduzir a jornada ampliada a reforço escolar. Ela deverá ocorrer de forma planejada, contínua e articulada ao currículo, considerando diagnósticos pedagógicos, registros de acompanhamento, avaliações internas e externas, observação dos professores e necessidades específicas dos estudantes.

As ações de recomposição deverão priorizar habilidades essenciais de Língua Portuguesa e Matemática, sem desconsiderar as demais áreas do conhecimento e as múltiplas linguagens que compõem a formação integral. Devem ser desenvolvidas por meio de metodologias diversificadas, agrupamentos flexíveis, atividades individualizadas quando necessário, projetos interdisciplinares, práticas de leitura, escrita, oralidade, resolução de problemas e uso de recursos pedagógicos e tecnológicos.

10.5 Projeto Político-Pedagógico das unidades educacionais

As unidades educacionais que ofertam Educação Integral em Tempo Integral deverão adequar seus Projetos Político-Pedagógicos à concepção e às diretrizes desta política municipal. O PPP deverá explicitar a organização da jornada integral, a matriz curricular, a rotina escolar, os tempos de alimentação, descanso, recreação e atividades pedagógicas, a organização dos espaços, os profissionais envolvidos, a avaliação da aprendizagem, a recomposição, a inclusão, a relação com as famílias e a articulação com o território.

O Projeto Político-Pedagógico deve ser compreendido como instrumento de gestão democrática e de organização da prática educativa. Sua elaboração e revisão deverão envolver direção, coordenação pedagógica, professores, profissionais de apoio, famílias, estudantes, Conselho Escolar, APMF e demais representantes da comunidade escolar.

A experiência registrada no PPP da Escola Municipal Tempo Integral demonstra a importância de organizar a proposta pedagógica da escola integral com base na rotina, na matriz curricular, nos ambientes pedagógicos, na formação continuada, no acompanhamento da aprendizagem, nos registros da prática pedagógica, na avaliação e na participação da comunidade escolar (Escola Municipal Tempo Integral, 2026).

10.6 Planejamento pedagógico e registros

O planejamento pedagógico deverá assegurar a articulação entre currículo, matriz curricular, rotina semanal, plano de aula, avaliação e registros oficiais. Os professores deverão planejar suas ações considerando os objetivos de aprendizagem, os objetos de conhecimento, os encaminhamentos metodológicos, as necessidades dos estudantes e as possibilidades de integração entre os componentes curriculares.

Os registros pedagógicos deverão documentar o percurso de aprendizagem dos estudantes e subsidiar o acompanhamento da coordenação pedagógica, da direção e da Secretaria Municipal de Educação. Esses registros poderão incluir planos de aula, livros de registro de classe, portfólios, pareceres, avaliações diagnósticas, instrumentos avaliativos, atas, relatórios e demais documentos definidos pela rede.

A Secretaria Municipal de Educação poderá elaborar guia pedagógico para a Educação Integral em Tempo Integral, contendo orientações sobre sequências didáticas, projetos integradores, metodologias ativas, múltiplas linguagens, avaliação formativa, recomposição das aprendizagens e integração entre Base Nacional Comum e parte diversificada. Esse material deverá subsidiar o planejamento das unidades educacionais e favorecer maior unidade pedagógica na rede municipal (Umuarama, 2026).

10.7 Avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento integral

A avaliação na Educação Integral em Tempo Integral deverá ter caráter diagnóstico, formativo, contínuo e processual. Sua finalidade é acompanhar a aprendizagem, identificar avanços e dificuldades, orientar intervenções pedagógicas e subsidiar a reorganização do ensino.

A avaliação deverá considerar os diferentes componentes curriculares e experiências formativas, incluindo a Base Nacional Comum, a parte diversificada, os projetos, as práticas culturais, artísticas, esportivas e tecnológicas. Também deverá respeitar os diferentes ritmos, necessidades e formas de expressão dos estudantes.

A avaliação não deve ser compreendida apenas como verificação de rendimento, mas como instrumento de acompanhamento do desenvolvimento integral, da participação, da autonomia, da convivência, da produção dos estudantes e da apropriação dos conhecimentos escolares.

10.8 Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação

Compete à Secretaria Municipal de Educação orientar a organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral, definir diretrizes comuns para a rede, acompanhar a elaboração e a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos, promover formação continuada, apoiar o planejamento das unidades educacionais e monitorar a implementação da matriz curricular.

A Secretaria Municipal de Educação também deverá assegurar materiais pedagógicos, recursos tecnológicos, orientações curriculares e acompanhamento técnico- pedagógico, garantindo que a Educação Integral em Tempo Integral seja desenvolvida com unidade de concepção, coerência pedagógica e respeito às especificidades de cada escola.

10.9 Síntese orientadora

O currículo da Educação Integral em Tempo Integral em Umuarama deverá garantir a articulação entre conhecimento escolar, formação humana, cultura, território, participação, cuidado e desenvolvimento integral. A matriz curricular e os Projetos Político-Pedagógicos das escolas deverão expressar essa concepção, assegurando que a ampliação da jornada escolar esteja sempre vinculada à qualidade pedagógica, à equidade, à aprendizagem e à formação plena dos estudantes.

11. PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Umuarama depende da atuação articulada dos profissionais da educação, considerando que a ampliação da jornada escolar exige organização pedagógica, administrativa, curricular e funcional compatível com a permanência dos estudantes na escola por período ampliado.

Os profissionais que atuam na Educação Integral em Tempo Integral são corresponsáveis pela garantia do direito à aprendizagem, ao cuidado, à convivência, à proteção e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, a política municipal reconhece a importância da direção escolar, da coordenação pedagógica, dos professores, dos profissionais da parte diversificada, dos monitores, dos profissionais de apoio, da secretaria escolar, da equipe de alimentação, dos serviços gerais e dos demais trabalhadores envolvidos na rotina escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que os sistemas de ensino devem promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando aperfeiçoamento profissional continuado e período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (Brasil, 1996). Na mesma direção, a Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 reconhece a valorização e o desenvolvimento profissional dos educadores como uma das dimensões estratégicas da Educação Integral em Tempo Integral (Brasil, 2025a).

11.1 Organização dos profissionais

A Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar a organização dos profissionais necessários ao funcionamento da Educação Integral em Tempo Integral, observando a legislação vigente, o plano de carreira, as normas do sistema de ensino, a matriz curricular, a demanda das unidades educacionais e as condições de atendimento dos estudantes.

Compete à direção escolar coordenar a organização administrativa e pedagógica da unidade, garantindo o funcionamento da rotina integral, a articulação entre os profissionais, o diálogo com as famílias, o acompanhamento dos estudantes e a execução das ações previstas no Projeto Político-Pedagógico.

Compete à coordenação pedagógica acompanhar o planejamento docente, orientar a prática pedagógica, articular os componentes curriculares, acompanhar a aprendizagem, apoiar a recomposição das aprendizagens, promover momentos de estudo e colaborar com a formação continuada em serviço.

Compete aos professores organizar o processo de ensino e aprendizagem, planejar as aulas, registrar a prática pedagógica, acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, realizar avaliações diagnósticas e formativas, propor intervenções pedagógicas e participar dos momentos de planejamento coletivo.

Os profissionais da parte diversificada deverão atuar de forma integrada à proposta pedagógica da escola, assegurando que suas atividades estejam articuladas à Base Nacional Comum, ao Projeto Político-Pedagógico e à concepção de formação humana integral assumida pela rede municipal.

Os agentes de apoio, auxiliares, profissionais de apoio, servidores da alimentação escolar e serviços gerais também integram a política de Educação Integral em Tempo Integral, pois contribuem diretamente para o cuidado, a segurança, a organização dos espaços, a alimentação, a convivência e o bem-estar dos estudantes ao longo da jornada ampliada.

11.2 Planejamento coletivo e integração da equipe

A Educação Integral em Tempo Integral exige planejamento coletivo entre os profissionais da escola. A ampliação da jornada não pode resultar em ações isoladas, fragmentadas ou desconectadas entre si. Por isso, os tempos de planejamento deverão favorecer a articulação entre Base Nacional Comum, parte diversificada, recomposição das aprendizagens, projetos interdisciplinares, avaliação e organização da rotina escolar.
O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Tempo Integral evidencia a importância da organização coletiva do trabalho escolar, da rotina, da hora-atividade, da coordenação pedagógica, da formação continuada e da integração entre equipe gestora, professores, funcionários, estudantes e famílias (Escola Municipal Tempo Integral, 2026). Essa experiência demonstra que a qualidade da Educação Integral em Tempo Integral depende da ação conjunta dos diferentes sujeitos que compõem a escola.

11.3 Formação continuada
A formação continuada constitui condição essencial para a consolidação da Educação Integral em Tempo Integral. Ela deverá ser planejada pela Secretaria Municipal de Educação de forma sistemática, considerando as necessidades da rede, as especificidades das escolas integrais, os resultados do acompanhamento pedagógico e as demandas formativas dos profissionais.
A formação continuada deverá contemplar, entre outros temas:

I. concepção de Educação Integral em Tempo Integral;
II. formação humana integral;
III. currículo integrado;
IV. organização da jornada escolar;
V. planejamento pedagógico;
VI. avaliação diagnóstica, formativa e processual;
VII. recomposição das aprendizagens;
VIII. inclusão e acessibilidade;
IX. Educação em Direitos Humanos e diversidade;
X. Educação das Relações Étnico-Raciais;
XI. educação ambiental;
XII. cultura digital e tecnologias educacionais;
XIII. ludicidade, arte, esporte e cultura;
XIV. intersetorialidade e rede de proteção;
XV. gestão democrática e participação da comunidade.

A formação continuada deverá envolver não apenas professores, mas também direção, coordenação pedagógica, profissionais de apoio, monitores, secretários escolares, equipes de alimentação e demais trabalhadores que atuam nas unidades com oferta de tempo integral. Essa orientação considera que todos os profissionais participam, direta ou indiretamente, das condições de permanência, cuidado, convivência e aprendizagem dos estudantes.
A Secretaria Municipal de Educação deverá organizar o Plano Municipal de Formação para a Educação Integral em Tempo Integral, contemplando formações em serviço, momentos de trabalho pedagógico coletivo, seminários, estudos orientados, acompanhamento das práticas escolares e parcerias com instituições de ensino superior. A formação continuada deverá estar articulada às necessidades das unidades educacionais, aos dados de aprendizagem, à organização curricular, à equidade, à inovação pedagógica e ao desenvolvimento integral dos estudantes (Umuarama, 2026).

11.4 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação
Compete à Secretaria Municipal de Educação organizar, orientar e acompanhar a política de formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Integral em Tempo Integral. Também compete à SME promover assessoramento pedagógico, encontros formativos, orientações curriculares, acompanhamento das unidades educacionais e apoio técnico às equipes gestoras e pedagógicas.
A Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar que a formação continuada esteja articulada à implementação da política municipal, à matriz curricular, aos Projetos Político-Pedagógicos, aos indicadores educacionais, às práticas observadas nas escolas e às necessidades concretas dos estudantes.

A política municipal também deverá considerar as condições de trabalho e o bem-estar dos profissionais da educação. Para isso, as unidades educacionais deverão organizar, conforme suas possibilidades, espaços adequados para planejamento, estudo, descanso e convivência dos trabalhadores. A Secretaria Municipal de Educação poderá desenvolver ações de apoio psicossocial, escuta profissional, valorização das práticas exitosas e fortalecimento das condições institucionais necessárias ao exercício do trabalho educativo em jornada integral (Umuarama, 2026).

11.5 Síntese orientadora
A Educação Integral em Tempo Integral exige profissionais valorizados, formação permanente, planejamento coletivo e integração entre todos os segmentos da escola. A qualidade da política depende da atuação articulada entre Secretaria Municipal de Educação, equipes gestoras, professores, profissionais da parte diversificada, monitores, equipes de apoio, famílias e comunidade escolar.
Desse modo, a formação continuada e a organização dos profissionais constituem elementos indispensáveis para assegurar que a ampliação da jornada escolar esteja vinculada à formação humana integral, à aprendizagem, ao cuidado, à inclusão, à convivência e à qualidade social da educação pública.
A política municipal também deverá considerar as condições de trabalho e o bem-estar dos profissionais da educação. Para isso, as unidades educacionais deverão organizar, conforme suas possibilidades, espaços adequados para planejamento, estudo, descanso e convivência dos trabalhadores. A Secretaria Municipal de Educação poderá desenvolver ações de apoio psicossocial, escuta profissional, valorização das práticas exitosas e fortalecimento das condições institucionais necessárias ao exercício do trabalho educativo em jornada integral (Umuarama, 2026).

12. INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, TRANSPORTE E RECURSOS MATERIAIS
A Educação Integral em Tempo Integral exige condições adequadas de infraestrutura, alimentação escolar, transporte e recursos materiais, de modo a assegurar a permanência qualificada dos estudantes na escola, com segurança, cuidado, aprendizagem, convivência e desenvolvimento integral.
A ampliação da jornada escolar deve considerar as condições físicas, pedagógicas, administrativas e funcionais das unidades educacionais, evitando a criação de matrículas em tempo integral sem a garantia das condições necessárias ao atendimento dos estudantes. A Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 orienta que a implementação da Educação Integral em Tempo Integral observe infraestrutura adequada, alimentação, transporte, profissionais, currículo e monitoramento da política (Brasil, 2025a).

12.1 Infraestrutura escolar
As unidades educacionais que ofertam Educação Integral em Tempo Integral devem dispor de espaços adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, culturais, esportivas, artísticas, tecnológicas, recreativas, de alimentação, higiene, descanso e convivência.

A infraestrutura deve contemplar, conforme a realidade de cada unidade escolar:
I. salas de aula em condições adequadas de uso;
II. espaços para planejamento e trabalho pedagógico;
III. biblioteca ou espaço de leitura;
IV. refeitório;
V. cozinha e despensa;
VI. banheiros suficientes e acessíveis;
VII. espaços externos para recreação e convivência;
VIII. áreas para práticas corporais e esportivas;
IX. acessibilidade arquitetônica e comunicacional;
X. ambientes seguros, ventilados, iluminados e adequados à faixa etária dos estudantes.
A Secretaria Municipal de Educação deverá acompanhar as condições estruturais das unidades educacionais, planejando adequações, manutenções, ampliações e reorganizações necessárias à oferta da jornada integral.
O Plano de Ação Municipal evidencia que a expansão da Educação Integral em Tempo Integral exige planejamento estrutural de médio e longo prazo. A implantação ou ampliação de unidades educacionais integrais demanda projetos arquitetônicos específicos, estudos de viabilidade técnica, análise do Plano Diretor, previsão orçamentária plurianual, acessibilidade, segurança estrutural, processos licitatórios, articulação com os setores de obras, engenharia e planejamento, além da compatibilização com as diretrizes de sustentabilidade socioambiental (Umuarama, 2026).
Muitos prédios escolares não foram originalmente concebidos para a jornada integral, o que exige adequações progressivas para atender às múltiplas linguagens, à alimentação, ao descanso, à convivência, às práticas corporais, às atividades culturais, tecnológicas e pedagógicas. Assim, a ampliação da oferta deverá considerar tanto a capacidade instalada das unidades quanto as possibilidades de reforma, ampliação ou reorganização dos espaços.

12.2 Alimentação escolar
A alimentação escolar constitui dimensão essencial da Educação Integral em Tempo Integral, pois a permanência ampliada dos estudantes exige cuidado com a saúde, a nutrição, a segurança alimentar e o bem-estar.

As unidades educacionais com jornada integral deverão garantir, no mínimo, quatro refeições diárias aos estudantes, conforme organização prevista na política municipal: lanche na chegada, lanche no período da manhã, almoço e lanche da tarde (Umuarama, 2024).
A alimentação escolar deve seguir cardápio elaborado por profissional habilitado, respeitando as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar, as necessidades nutricionais dos estudantes, as especificidades alimentares e as orientações da Secretaria Municipal de Educação.
Os momentos de alimentação também devem ser compreendidos como tempos educativos, favorecendo hábitos saudáveis, autonomia, convivência, higiene, respeito ao outro e combate ao desperdício.
12.2.1 Alimentação escolar como prática educativa e nutricional
A alimentação escolar deve ser compreendida como parte integrante do processo educativo, sendo planejada para atender às necessidades nutricionais dos estudantes durante o período em que permanecem nas unidades escolares, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
A oferta de refeições, como café da manhã, colação, almoço e lanche da tarde, conforme a organização da jornada escolar, é fundamental para proporcionar energia e nutrientes necessários ao crescimento, desenvolvimento e participação dos alunos nas atividades pedagógicas, culturais, esportivas e recreativas.
Os cardápios priorizam alimentos “in natura” e minimamente processados, contemplando preparações variadas, como arroz, feijão, carnes, ovos, leite, frutas, verduras e legumes, respeitando as faixas etárias, as necessidades nutricionais e os hábitos alimentares dos estudantes.
Além de garantir uma alimentação nutricionalmente adequada, as refeições representam importantes momentos de convivência, socialização, aprendizagem e incentivo à formação de hábitos alimentares saudáveis. A alimentação também contribui para melhorar a concentração, a disposição e as condições de aprendizagem, favorecendo o aproveitamento das atividades desenvolvidas ao longo do dia.
Nesse sentido, a alimentação escolar na Educação em Tempo Integral representa um compromisso com a qualidade da educação, a segurança alimentar e nutricional e a promoção da saúde dos estudantes.
Refeições previstas na organização da jornada: café da manhã; colação; almoço; lanche da tarde.

12.3 Transporte escolar
O transporte escolar constitui condição importante para o acesso e a permanência dos estudantes na Educação Integral em Tempo Integral, especialmente quando a oferta envolve estudantes residentes em diferentes bairros ou regiões do município.

A organização do transporte deverá observar as normas de segurança, os horários da jornada integral, a localização das unidades educacionais, a distância percorrida pelos estudantes e as necessidades específicas das crianças atendidas.
A Secretaria Municipal de Educação, em articulação com os setores responsáveis, deverá acompanhar a demanda por transporte escolar, garantindo que os horários de chegada e saída estejam compatíveis com a rotina das unidades educacionais e com a segurança dos estudantes.

12.4 Recursos materiais, pedagógicos e tecnológicos
A Educação Integral em Tempo Integral requer recursos materiais, pedagógicos e tecnológicos adequados à ampliação das experiências formativas dos estudantes.
As unidades educacionais deverão contar, conforme sua organização curricular e sua realidade, com materiais didáticos, livros literários, jogos pedagógicos, materiais esportivos, recursos artísticos, instrumentos musicais, equipamentos tecnológicos, materiais de robótica, recursos de acessibilidade, mobiliário adequado e demais itens necessários ao desenvolvimento das atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico.
Os recursos devem apoiar a Base Nacional Comum, a parte diversificada, a recomposição das aprendizagens, os projetos interdisciplinares, as práticas culturais, artísticas, esportivas, tecnológicas, ambientais e lúdicas.

12.5 Acessibilidade e segurança
A oferta da Educação Integral em Tempo Integral deve garantir condições de acessibilidade, segurança e inclusão. As unidades educacionais devem organizar seus espaços e recursos de modo a assegurar a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial e daqueles que demandam apoios específicos.
A acessibilidade deve contemplar a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, garantindo a participação plena dos estudantes nas atividades escolares.
A segurança dos estudantes deve orientar a organização da rotina, dos deslocamentos internos, do recreio, das refeições, das atividades externas, do transporte escolar e do uso dos espaços educativos.

12.6 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação
Compete à Secretaria Municipal de Educação planejar, orientar, acompanhar e avaliar as condições de infraestrutura, alimentação, transporte e recursos materiais das unidades educacionais que ofertam Educação Integral em Tempo Integral.
Também compete à SME organizar diagnósticos periódicos, definir prioridades de investimento, acompanhar a execução dos recursos, apoiar as escolas na organização dos espaços e assegurar que a ampliação da jornada escolar ocorra com condições adequadas de funcionamento.

12.7 Síntese orientadora
A infraestrutura, a alimentação escolar, o transporte e os recursos materiais são condições indispensáveis para a efetivação da Educação Integral em Tempo Integral. A ampliação da jornada escolar somente se realiza com qualidade quando os estudantes permanecem na escola em ambientes seguros, acolhedores, acessíveis, bem equipados e organizados para a aprendizagem, o cuidado, a convivência e o desenvolvimento integral.

13. INTERSETORIALIDADE, TERRITÓRIO EDUCATIVO E REDE DE PROTEÇÃO
A Educação Integral em Tempo Integral exige a articulação entre escola, família, comunidade, território e políticas públicas, reconhecendo que a formação humana integral dos estudantes não se realiza apenas no interior da unidade escolar, mas também nas relações sociais, culturais, comunitárias e institucionais que compõem sua vida cotidiana.
A intersetorialidade constitui diretriz fundamental desta política, pois fortalece a proteção integral, amplia as oportunidades educativas e contribui para o enfrentamento das desigualdades sociais, educacionais e territoriais. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes (Brasil, 1990). Nessa perspectiva, a Educação Integral em Tempo Integral deve atuar de forma articulada com as demais políticas públicas.

13.1 Intersetorialidade
A intersetorialidade compreende a articulação planejada entre a Secretaria Municipal de Educação e outras áreas da administração pública, especialmente Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Meio Ambiente, Segurança Alimentar, Direitos Humanos e Rede de Proteção.
Essa articulação tem como finalidade garantir atendimento integral aos estudantes, apoiar as escolas diante de demandas socioeducacionais e fortalecer ações de prevenção, cuidado, busca ativa, proteção social, enfrentamento às violências, promoção da saúde, educação alimentar, cultura, esporte, lazer e inclusão.
A intersetorialidade deverá ocorrer por meio de fluxos de comunicação, encaminhamentos, reuniões, ações conjuntas, projetos integrados e acompanhamento de situações que demandem atuação articulada entre diferentes serviços públicos.

13.2 Território educativo
O território educativo é compreendido como o conjunto de espaços, instituições, saberes, práticas sociais, memórias, culturas, equipamentos públicos e relações comunitárias que contribuem para a formação dos estudantes.
As escolas que ofertam Educação Integral em Tempo Integral deverão reconhecer o território em que estão inseridas, identificando suas potencialidades, desafios, equipamentos públicos, espaços culturais, esportivos, ambientais e comunitários.

Quando houver planejamento pedagógico, segurança e autorização, poderão ser utilizados espaços do território para ampliar as experiências educativas dos estudantes, como bibliotecas, praças, centros culturais, unidades de saúde, equipamentos esportivos, espaços ambientais, instituições parceiras e demais locais que contribuam para a formação integral.
A Secretaria Municipal de Educação poderá organizar o Mapa Interativo do Território Educativo, identificando equipamentos públicos, espaços culturais, esportivos, ambientais, comunitários, instituições parceiras, universidades, organizações da sociedade civil e coletivos locais que possam contribuir para a formação integral dos estudantes. Esse mapeamento deverá subsidiar a elaboração de um guia municipal de territórios educativos, orientando as escolas na construção de parcerias e no planejamento de experiências formativas articuladas ao território (Umuarama, 2026).

13.3 Relação entre escola, família e comunidade
A participação das famílias e da comunidade escolar é condição essencial para a efetivação da Educação Integral em Tempo Integral. A ampliação da jornada escolar exige diálogo permanente com os responsáveis, especialmente em relação à rotina, alimentação, frequência, aprendizagem, convivência, transporte, saúde, proteção e desenvolvimento dos estudantes.
As unidades educacionais deverão fortalecer canais de comunicação com as famílias, promover reuniões, atendimentos, escutas, ações formativas, eventos comunitários e participação nas instâncias colegiadas.
A relação entre escola e família deve ser orientada pela corresponsabilidade, pelo respeito, pela escuta e pela construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados no cotidiano escolar.

13.4 Rede de proteção e busca ativa
A Educação Integral em Tempo Integral deve contribuir para a proteção integral dos estudantes, articulando-se à rede de proteção sempre que forem identificadas situações de infrequência, abandono escolar, negligência, violências, insegurança alimentar, sofrimento emocional, violação de direitos ou outras condições que comprometam a permanência e o desenvolvimento das crianças.
As unidades educacionais deverão realizar acompanhamento sistemático da frequência e da participação dos estudantes, adotando procedimentos de busca ativa nos casos de infrequência. Quando necessário, os casos deverão ser encaminhados aos órgãos competentes, como Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, unidades de saúde e demais serviços da rede de proteção.
O Projeto PolíticoPedagógico da Escola Municipal Tempo Integral evidencia a importância do acompanhamento da frequência, da busca ativa, da relação com as famílias e da articulação com a rede de proteção para assegurar o direito à educação e prevenir o abandono escolar (Escola Municipal Tempo Integral, 2026).

A Secretaria Municipal de Educação deverá instituir protocolos formais de articulação intersetorial para o enfrentamento da infrequência, do abandono e da evasão escolar. Esses protocolos deverão envolver, quando necessário, Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e demais órgãos da rede de proteção, definindo fluxos de atendimento, formas de registro, responsabilidades institucionais e estratégias de acompanhamento dos estudantes e famílias (Umuarama, 2026).
A busca ativa deverá ser compreendida como ação permanente de garantia do direito à educação. Para isso, as escolas deverão acompanhar a frequência diária, registrar situações de risco, dialogar com as famílias e encaminhar os casos que demandem atuação intersetorial, preservando o cuidado, a proteção integral e a permanência qualificada dos estudantes.

13.5 Temas contemporâneos e demandas socioeducacionais
A Educação Integral em Tempo Integral deverá contemplar temas contemporâneos e demandas socioeducacionais de forma articulada ao currículo e ao Projeto Político-Pedagógico das unidades educacionais.

Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, saúde, vida familiar e social, cultura digital, diversidade cultural, trabalho, ciência e tecnologia.
Essas temáticas deverão ser desenvolvidas por meio de projetos, práticas interdisciplinares, rodas de conversa, leitura, produções culturais, atividades investigativas, ações comunitárias e parcerias com instituições públicas e sociais.

13.6 Responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação
Compete à Secretaria Municipal de Educação fomentar a articulação intersetorial, apoiar as escolas nas demandas relacionadas à rede de proteção, orientar fluxos de encaminhamento, promover formações e incentivar ações integradas entre escola, família, comunidade e território.
A SME também deverá estimular o diálogo entre as escolas e os equipamentos públicos do território, garantindo que as parcerias estejam alinhadas à concepção de Educação Integral, ao currículo da rede, à segurança dos estudantes e aos objetivos pedagógicos das unidades educacionais.

13.7 Síntese orientadora
A intersetorialidade e o território educativo fortalecem a Educação Integral em Tempo Integral ao ampliar a capacidade da escola de garantir direitos, proteger os estudantes, dialogar com as famílias, reconhecer a comunidade e articular diferentes políticas públicas.

Desse modo, a política municipal reafirma que a escola é o centro do processo educativo, mas não atua isoladamente. A formação humana integral exige rede, território, participação social, corresponsabilidade e compromisso coletivo com o desenvolvimento pleno dos estudantes.

14. GOVERNANÇA, ACOMPANHAMENTO E RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS
A governança da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama será organizada de forma democrática, participativa e articulada, envolvendo a Secretaria Municipal de Educação, as unidades educacionais, os profissionais da educação, as famílias, os conselhos de controle social e os demais setores públicos relacionados à garantia dos direitos dos estudantes.
A governança tem como finalidade assegurar unidade na concepção da política, coerência na implementação, acompanhamento das ações, transparência nos processos decisórios e melhoria contínua da oferta da Educação Integral em Tempo Integral.

14.1 Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação
Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I. coordenar a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;
II. definir diretrizes pedagógicas, administrativas e curriculares para a rede;
III. planejar a expansão das matrículas em tempo integral;
IV. orientar a organização da jornada escolar, da matriz curricular e dos Projetos Político-Pedagógicos;
V. acompanhar as condições de infraestrutura, alimentação, transporte, recursos humanos e materiais;
VI. promover formação continuada aos profissionais da educação;
VII. monitorar indicadores de matrícula, frequência, permanência, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes;
VIII. articular ações intersetoriais com outras políticas públicas;
IX. prestar apoio técnico-pedagógico às unidades educacionais;
X. elaborar orientações complementares sempre que necessário.
A Secretaria Municipal de Educação também será responsável por acompanhar a execução da política nas unidades educacionais, garantindo que a ampliação da jornada esteja vinculada à formação humana integral, à equidade, à inclusão e à qualidade social da educação pública.

14.2 Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral
A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir, por meio de Portaria ou Decreto Municipal, o Comitê Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, com a finalidade de acompanhar, articular e avaliar a implementação da política no município.
O Comitê deverá atuar como instância permanente de governança, contribuindo para a análise dos dados da rede, o acompanhamento da expansão, a avaliação das condições de oferta, a articulação intersetorial, a definição de prioridades, a elaboração de relatórios periódicos e a proposição de recomendações para o aperfeiçoamento da política.
A composição, as atribuições, a periodicidade das reuniões e os procedimentos de registro deverão ser definidos em ato próprio da Secretaria Municipal de Educação ou do Poder Executivo Municipal. As reuniões do Comitê deverão ser registradas em ata, e seus encaminhamentos poderão subsidiar relatórios trimestrais e avaliação anual da Educação Integral em Tempo Integral (Umuarama, 2026).
A Secretaria Municipal de Educação deverá estabelecer metas quantitativas e qualitativas para a expansão e melhoria da Educação Integral em Tempo Integral, considerando dados de matrícula, infraestrutura, recursos humanos, aprendizagem, permanência, equidade e participação da comunidade. Essas metas poderão ser definidas de forma anual e bienal, com revisão periódica e publicização dos resultados, assegurando transparência e acompanhamento social da política (Umuarama, 2026).

14.3 Responsabilidades das unidades educacionais
Compete às unidades educacionais que ofertam Educação Integral em Tempo Integral:
I. adequar o Projeto Político-Pedagógico à concepção e às diretrizes desta política em momento oportuno;
II. organizar a rotina da jornada integral conforme a matriz curricular e as orientações da Secretaria Municipal de Educação;
III. assegurar a articulação entre Base Nacional Comum, parte diversificada, recomposição das aprendizagens e projetos interdisciplinares;
IV. acompanhar a frequência, a permanência e a aprendizagem dos estudantes;
V. fortalecer a relação com as famílias e a comunidade;
VI. registrar e avaliar as ações desenvolvidas;
VII. participar dos processos de formação continuada;
VIII. promover práticas inclusivas e respeitosas às diversidades;
IX. acionar a rede de proteção quando necessário;
X. garantir a gestão democrática e a participação das instâncias colegiadas.
As unidades educacionais deverão compreender a Educação Integral em Tempo Integral como projeto coletivo, envolvendo direção, coordenação pedagógica, professores, profissionais de apoio, estudantes, famílias e comunidade escolar.

14.4 Responsabilidades da direção escolar
Compete à direção escolar:
I. coordenar a organização administrativa e pedagógica da unidade;
II. garantir o cumprimento da jornada integral e da rotina escolar;

III. acompanhar a atuação dos profissionais;
IV. promover o diálogo entre escola, famílias e comunidade;
V. assegurar o funcionamento das instâncias colegiadas;
VI. acompanhar a alimentação, o transporte, os espaços e os recursos materiais;
VII. apoiar o trabalho da coordenação pedagógica;
VIII. zelar pelo cumprimento do Projeto Político-Pedagógico;
IX. encaminhar demandas à Secretaria Municipal de Educação;
X. acompanhar os registros, relatórios e indicadores da unidade escolar.
A direção escolar exerce função estratégica na implementação da política, pois articula as dimensões pedagógica, administrativa, financeira e comunitária da escola.

14.5 Responsabilidades da coordenação pedagógica
Compete à coordenação pedagógica:
I. orientar o planejamento dos professores;
II. acompanhar a execução da matriz curricular;
III. articular Base Nacional Comum, parte diversificada e recomposição das aprendizagens;
IV. acompanhar a aprendizagem dos estudantes;
V. organizar momentos de estudo, planejamento coletivo e formação em serviço;
VI. analisar avaliações, registros e indicadores educacionais;
VII. apoiar práticas pedagógicas inclusivas;
VIII. acompanhar os registros da prática pedagógica;
IX. contribuir para a revisão do Projeto Político-Pedagógico;
X. dialogar com a direção e com a Secretaria Municipal de Educação sobre as necessidades da unidade.
A coordenação pedagógica terá papel central na garantia da unidade pedagógica da Educação Integral em Tempo Integral, evitando a fragmentação entre tempos, componentes curriculares, projetos e atividades.

14.6 Responsabilidades dos professores e demais profissionais
Compete aos professores:
I. planejar e desenvolver práticas pedagógicas articuladas ao currículo;
II. acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes;
III. realizar avaliações diagnósticas, formativas e processuais;
IV. registrar o percurso pedagógico das turmas;
V. participar do planejamento coletivo e da formação continuada;
VI. desenvolver ações de recomposição das aprendizagens;
VII. promover práticas inclusivas, democráticas e respeitosas;
VIII. articular os conteúdos escolares às experiências formativas da jornada integral. Compete aos demais profissionais da escola contribuir para a organização da rotina,
o cuidado, a alimentação, a segurança, a higiene, a convivência, o acolhimento e o bem-estar dos estudantes. Todos os profissionais que atuam na unidade escolar participam, direta ou indiretamente, da efetivação da Educação Integral em Tempo Integral.

14.7 Participação das famílias e da comunidade
As famílias e a comunidade escolar são corresponsáveis pelo acompanhamento da vida escolar dos estudantes e pela consolidação da Educação Integral em Tempo Integral.
A participação das famílias ocorrerá por meio de reuniões, atendimentos, instâncias colegiadas, acompanhamento da frequência, diálogo com a escola, eventos, ações formativas e participação nos processos de avaliação institucional.
A relação entre escola e família deverá ser orientada pelo diálogo, pela escuta, pelo respeito e pela corresponsabilidade, reconhecendo que a permanência em jornada integral exige acompanhamento contínuo da aprendizagem, da convivência, da saúde, da alimentação, do transporte e do desenvolvimento dos estudantes.

14.8 Conselhos e controle social
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será acompanhada pelos conselhos competentes, conforme suas atribuições legais, especialmente o Conselho Municipal de Educação, o Conselho do Fundeb, o Conselho de Alimentação Escolar e demais instâncias de participação e controle social.
Esses órgãos poderão acompanhar a implementação da política, analisar informações, contribuir com orientações, fiscalizar recursos, avaliar condições de oferta e fortalecer a transparência da gestão pública.
Nas unidades educacionais, os Conselhos Escolares, as Associações de Pais, Mestres e Funcionários e os Conselhos de Classe também exercem papel relevante na gestão democrática, no acompanhamento das ações pedagógicas e na participação da comunidade escolar.

14.9 Acompanhamento institucional
O acompanhamento institucional da política será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, em diálogo com as unidades educacionais e os conselhos competentes.

Esse acompanhamento considerará, entre outros aspectos:
I. número de matrículas em tempo integral;
II. frequência e permanência dos estudantes;
III. resultados de aprendizagem;
IV. recomposição das aprendizagens;
V. infraestrutura das unidades educacionais;
VI. alimentação escolar;
VII. transporte escolar;
VIII. recursos humanos;
IX. formação continuada;
X. participação das famílias;
XI. inclusão e atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial;

XII. articulação intersetorial;
XIII. execução da matriz curricular;
XIV. adequação dos Projetos Político-Pedagógicos.
O acompanhamento deverá subsidiar decisões da gestão municipal, orientar ajustes na política, identificar necessidades das escolas e fortalecer a qualidade da Educação Integral em Tempo Integral.

14.10 Síntese orientadora
A governança da Educação Integral em Tempo Integral em Umuarama será pautada pela corresponsabilidade, pela gestão democrática, pelo acompanhamento sistemático e pela articulação entre os diferentes sujeitos e instituições envolvidos na política.
A efetividade da política depende da atuação integrada entre Secretaria Municipal de Educação, escolas, profissionais da educação, famílias, comunidade, conselhos e demais políticas públicas. Essa articulação assegura que a ampliação da jornada escolar seja acompanhada de qualidade pedagógica, proteção integral, equidade, transparência e compromisso com o desenvolvimento pleno dos estudantes.

15. FINANCIAMENTO DA POLÍTICA
O financiamento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama será organizado de forma planejada, transparente e sustentável, considerando a ampliação progressiva da jornada escolar, a qualidade da oferta, a equidade no atendimento e as condições necessárias à permanência dos estudantes na escola.
A Educação Integral em Tempo Integral exige investimentos específicos, pois envolve ampliação da jornada, organização curricular, alimentação escolar, transporte, infraestrutura, materiais pedagógicos, recursos tecnológicos, formação continuada, profissionais da educação, monitoramento e ações intersetoriais. Dessa forma, a expansão das matrículas deverá estar vinculada ao planejamento orçamentário e financeiro do município.
O financiamento da política será composto por recursos próprios do Município de Umuarama, recursos do Fundeb, recursos federais vinculados ao Programa Escola em Tempo Integral, programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, recursos estaduais, salário-educação, transferências legais, convênios, parcerias institucionais, emendas parlamentares e outras fontes legalmente permitidas e destinadas à educação pública.

15.1 Fontes de financiamento
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral poderá ser financiada pelas seguintes fontes:
I. recursos próprios do município destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
II. recursos do Fundeb, observadas as regras de financiamento da Educação Básica, em especial o disposto na Resolução CIF n.º 23/2026;
III. recursos do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n.º 14.640/2023;
IV. recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme programas, ações e pactuações vigentes;
V. recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
VI. recursos destinados ao transporte escolar;
VII. salário-educação;
VIII. recursos estaduais destinados à educação;
IX. recursos oriundos do Plano de Ações Articuladas;
X. convênios, termos de cooperação e parcerias institucionais;
XI. emendas parlamentares;
XII. outras fontes de financiamento legalmente autorizadas.
A utilização desses recursos deverá observar a legislação municipal, estadual e federal aplicável, bem como as normas de execução, prestação de contas, controle social e transparência pública.

15.2 Planejamento orçamentário
A ampliação da Educação Integral em Tempo Integral deverá estar prevista nos instrumentos de planejamento do município, especialmente no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.
O planejamento orçamentário deverá considerar:
I. expansão de matrículas em tempo integral;
II. adequação e manutenção da infraestrutura escolar;
III. aquisição de materiais pedagógicos, esportivos, culturais, tecnológicos e de acessibilidade;
IV. alimentação escolar;
V. transporte escolar;
VI. formação continuada dos profissionais;
VII. contratação, lotação ou reorganização de profissionais, conforme legislação vigente;
VIII. ações de monitoramento e avaliação;
IX. apoio às unidades educacionais;
X. articulação intersetorial e ações no território.
A expansão da jornada escolar somente deverá ocorrer quando houver previsão das condições necessárias ao funcionamento adequado da unidade escolar, evitando a ampliação de matrículas sem sustentabilidade pedagógica, administrativa e financeira.
Além dos recursos federais, o município vem realizando investimentos próprios e utilizando transferências governamentais para o fortalecimento da Educação Integral em Tempo Integral. Um dos principais investimentos refere-se à folha de pagamento, cujo montante estimado, nos anos de 2023, 2024 e 2025, alcançou aproximadamente R$ 4.601.390,57, considerando as unidades com atendimento em tempo integral no período (Umuarama, 2026).
Esse dado evidencia que a sustentabilidade da política exige planejamento financeiro contínuo, previsão orçamentária, estudos de impacto na folha de pagamento, organização de recursos humanos e articulação entre Secretaria Municipal de Educação, setores de planejamento, administração, fazenda e recursos humanos.

15.3 Recursos do Programa Escola em Tempo Integral
Os recursos do Programa Escola em Tempo Integral deverão ser utilizados conforme as normas federais vigentes, especialmente aquelas definidas pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
O Programa Escola em Tempo Integral tem caráter indutor, com apoio técnico e financeiro da União para a criação de matrículas em tempo integral, na perspectiva da Educação Integral. A manutenção das novas matrículas deverá ser planejada pelo município de forma sustentável, considerando sua incorporação ao financiamento regular da Educação Básica, especialmente por meio do Fundeb (Brasil, 2023a).

Os recursos recebidos deverão ser aplicados em ações diretamente vinculadas à qualificação da Educação Integral em Tempo Integral, tais como adequação de espaços, aquisição de materiais pedagógicos, recursos tecnológicos, equipamentos, formação, apoio à implementação da matriz curricular, melhoria das condições de atendimento e fortalecimento das experiências formativas dos estudantes.

15.4 Alimentação, transporte e infraestrutura

A alimentação escolar deverá ser contemplada no planejamento financeiro da política, considerando a oferta de, no mínimo, quatro refeições diárias aos estudantes em jornada integral, conforme previsto na política municipal (Umuarama, 2024).

O transporte escolar também deverá ser planejado de acordo com a localização das unidades, a demanda dos estudantes, os horários da jornada integral e as condições de segurança.

A infraestrutura deverá receber atenção permanente, especialmente no que se refere à manutenção, reforma, ampliação, acessibilidade, refeitórios, cozinhas, banheiros, salas de aula, bibliotecas, espaços de convivência, áreas esportivas, espaços de descanso e ambientes destinados às atividades da parte diversificada.

15.5 Execução, controle social e prestação de contas

A execução orçamentária e financeira dos recursos destinados à Educação Integral em Tempo Integral deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão pública.

Compete à Secretaria Municipal de Educação acompanhar a aplicação dos recursos, orientar as unidades educacionais, organizar registros, elaborar relatórios e assegurar que os investimentos estejam alinhados à finalidade da política.

O controle social será exercido pelos conselhos competentes, especialmente o Conselho Municipal de Educação, o Conselho do Fundeb, o Conselho de Alimentação Escolar e demais instâncias de acompanhamento, conforme suas atribuições legais.

A prestação de contas deverá seguir as normas específicas de cada fonte de recurso, garantindo transparência, regularidade e acesso às informações pela comunidade escolar e pelos órgãos de controle.

15.6 Síntese orientadora

O financiamento da Educação Integral em Tempo Integral deve assegurar a sustentabilidade da política municipal, articulando recursos próprios, transferências constitucionais, programas federais, recursos estaduais e demais fontes legalmente permitidas.

A ampliação da jornada escolar exige compromisso financeiro permanente, planejamento de médio e longo prazo, controle social e aplicação responsável dos recursos públicos. Dessa forma, o financiamento deve estar diretamente vinculado à garantia da formação humana integral, da equidade, da permanência qualificada, da aprendizagem, do cuidado e do desenvolvimento pleno dos estudantes.

16. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DA POLÍTICA

O monitoramento, a avaliação e a revisão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama serão realizados de forma contínua, sistemática e participativa, tendo como referência as diretrizes da Resolução CNE/CEB n.º 7/2025 e o Plano de Ação Municipal da Educação Integral em Tempo Integral.

O Plano de Ação Municipal organiza a política em seis dimensões estratégicas: Acesso e Permanência com Equidade; Gestão da Política de Educação Integral em Tempo Integral; Articulação Intersetorial e Integração com Territórios e Comunidades; Currículo, Práticas Pedagógicas e Avaliação; Valorização e Desenvolvimento Profissional dos Educadores; e Monitoramento e Avaliação (Umuarama, 2026). Essas dimensões orientam o acompanhamento da política e permitem avaliar não apenas a expansão das matrículas, mas também a qualidade da permanência, a aprendizagem, a infraestrutura, os recursos humanos, a formação dos profissionais, a participação da comunidade e a articulação intersetorial.

16.1 Sistema municipal de monitoramento

O Município de Umuarama implementará, a longo prazo, um sistema municipal de monitoramento da Educação Integral em Tempo Integral, com a finalidade de acompanhar a execução da política, organizar dados, identificar desafios e subsidiar decisões da Secretaria Municipal de Educação e das unidades educacionais.

Esse sistema deverá contemplar:

I. matriz municipal de indicadores da Educação Integral em Tempo Integral;
II. painel digital interno de acompanhamento;
III. responsáveis técnicos nas unidades educacionais;
IV. relatórios bimestrais;
V. reuniões trimestrais de acompanhamento;
VI. avaliação anual da política.

A matriz municipal de indicadores deverá considerar dados quantitativos e qualitativos, permitindo acompanhar a evolução da política e orientar o planejamento da expansão, da manutenção e da qualificação das unidades educacionais.

16.2 Indicadores de acompanhamento

O monitoramento da Educação Integral em Tempo Integral deverá acompanhar, entre outros, os seguintes indicadores:

I. número de matrículas em tempo integral;
II. percentual de estudantes atendidos em jornada integral;
III. frequência escolar;
IV. permanência dos estudantes;

V. risco de abandono e evasão;
VI. resultados de aprendizagem;
VII. evolução nas ações de recomposição das aprendizagens;
VIII. execução da matriz curricular integrada;
IX. participação dos estudantes nas atividades da parte diversificada;
X. infraestrutura física e pedagógica das unidades;
XI. recursos humanos disponíveis;
XII. formação continuada dos profissionais;
XIII. alimentação escolar;
XIV. transporte escolar;
XV. participação das famílias e da comunidade;
XVI. ações intersetoriais realizadas;
XVII. atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial;

XVIII. clima escolar, convivência democrática e enfrentamento às violências.
Esses indicadores deverão subsidiar a elaboração de relatórios técnicos, reuniões de acompanhamento, planejamento pedagógico, ações de formação e revisão das estratégias de implementação da política.

16.3 Avaliação diagnóstica, formativa e somativa
A avaliação da Educação Integral em Tempo Integral deverá contemplar processos diagnósticos, formativos e somativos, articulados ao currículo, à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes.
As avaliações diagnósticas deverão ser realizadas em momentos estratégicos do ano letivo, permitindo identificar lacunas de aprendizagem, necessidades de recomposição, desafios pedagógicos e prioridades de intervenção.
As avaliações formativas deverão ocorrer de modo contínuo, por meio de registros pedagógicos, portfólios, observações, autoavaliações, instrumentos avaliativos, acompanhamento da frequência, participação dos estudantes e análise do desenvolvimento das turmas.
As avaliações somativas deverão contribuir para a síntese dos resultados alcançados ao longo do ano, subsidiando o planejamento da escola, da Secretaria Municipal de Educação e da política municipal como um todo.

16.4 Relatório Municipal da Educação Integral em Tempo Integral
A Secretaria Municipal de Educação elaborará, anualmente, o Relatório Municipal da Educação Integral em Tempo Integral, reunindo dados das unidades educacionais, análise das metas alcançadas, desafios identificados, ações desenvolvidas e recomendações para o ano seguinte.

O relatório deverá contemplar:
I. dados de matrícula;
II. dados de frequência e permanência;
III. resultados de aprendizagem;
IV. ações de recomposição;
V. condições de infraestrutura;
VI. recursos humanos;
VII. alimentação e transporte escolar;
VIII. formação continuada;
IX. ações intersetoriais;
X. participação das famílias e da comunidade;
XI. avaliação da matriz curricular;
XII. avanços e desafios da política.
O Relatório Municipal deverá subsidiar o planejamento da Secretaria Municipal de Educação, a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, a organização da formação continuada, a definição de prioridades orçamentárias e a avaliação pelos conselhos competentes.

16.5 Cultura avaliativa participativa
A avaliação da política deverá fortalecer uma cultura avaliativa participativa, envolvendo Secretaria Municipal de Educação, equipes gestoras, professores, demais profissionais da educação, estudantes, famílias, Conselhos Escolares e comunidade.
Para isso, poderão ser realizadas assembleias escolares de devolutiva, ciclos de escuta com estudantes, questionários anuais para famílias, reuniões com os profissionais da escola, análise dos registros pedagógicos e momentos de avaliação institucional.
A escuta da comunidade escolar deverá contribuir para identificar percepções sobre a rotina integral, alimentação, transporte, segurança, aprendizagem, convivência, infraestrutura, atividades da parte diversificada, participação das famílias e desenvolvimento dos estudantes.

16.6 Revisão da política
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral deverá ser revista periodicamente, considerando os resultados do monitoramento, os relatórios anuais, as avaliações institucionais, as alterações legais, as orientações dos órgãos normativos e as necessidades identificadas pela Rede Municipal de Ensino.
A revisão da política deverá preservar a gestão democrática e a participação dos sujeitos envolvidos, garantindo diálogo com as unidades educacionais, os conselhos competentes, os profissionais da educação e a comunidade escolar.

A atualização da política deverá assegurar coerência com a Resolução CNE/CEB n.º 7/2025, com o Plano Municipal de Educação, com o Plano de Ação Municipal da Educação Integral em Tempo Integral e com a realidade da Rede Municipal de Ensino de Umuarama.

16.7 Síntese orientadora
O monitoramento, a avaliação e a revisão da política são condições indispensáveis para consolidar a Educação Integral em Tempo Integral como política pública permanente, planejada e socialmente referenciada.
A ampliação da jornada escolar deverá ser acompanhada por dados, escutas, relatórios, avaliação institucional e revisão contínua, assegurando que o tempo integral resulte em melhores condições de aprendizagem, permanência, cuidado, proteção, inclusão, convivência e desenvolvimento integral dos estudantes.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS
A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Umuarama constitui documento orientador da Rede Municipal de Ensino e deverá subsidiar a organização da oferta em jornada integral nas unidades educacionais, em consonância com a legislação educacional vigente, com as diretrizes nacionais, com o Plano Municipal de Educação, com o Decreto Municipal n.º 180/2024 e com o Plano de Ação Municipal da Educação Integral em Tempo Integral.
As unidades educacionais que ofertam Educação Integral em Tempo Integral deverão adequar seus Projetos Político-Pedagógicos, matrizes curriculares, planos de ação, rotinas escolares e instrumentos de acompanhamento às diretrizes desta política.
A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares para regulamentar aspectos pedagógicos, administrativos, curriculares, financeiros, estruturais e organizacionais necessários à implementação da política.
A implementação da Educação Integral em Tempo Integral deverá ocorrer de forma gradativa, planejada e sustentável, considerando a capacidade da rede, as condições de infraestrutura, os recursos humanos, o financiamento, a alimentação escolar, o transporte, a formação continuada, a intersetorialidade e os critérios de equidade.
A consolidação da política exigirá atuação articulada entre Secretaria Municipal de Educação, unidades educacionais, profissionais da educação, famílias, estudantes, conselhos de controle social, rede de proteção e demais políticas públicas. Essa articulação deverá assegurar que a Educação

Integral em Tempo Integral seja compreendida como ampliação de oportunidades educativas, proteção integral, justiça curricular e desenvolvimento humano pleno.
Os casos omissos e as situações não previstas nesta política serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação, em diálogo com os setores competentes e, quando necessário, com os conselhos municipais vinculados à educação.

Esta política poderá ser revisada sempre que houver alterações legais, atualização das diretrizes nacionais, mudanças no Plano Municipal de Educação, necessidade identificada pelo monitoramento da rede ou recomendação dos órgãos de acompanhamento e controle social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver. In:
MOLL, Jaqueline (org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.
BARCELOS, Renata Gerhardt de; MOLL, Jaqueline. Educação Integral e Democracia: contextos, referências e conceitos em um campo em disputas. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 32, n. 70, p. 17-31, abr./jun. 2023. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2023.v32.n70.p17-31.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990.
BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.
BRASIL. Portaria Normativa Interministerial n.º 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.
BRASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 jun. 2009.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 14 jul. 2010.
BRASIL. Lei n.º 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026-2036. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 abr. 2026a.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
BRASIL. Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 dez. 2020.
BRASIL. Lei n.º 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera as Leis n.º 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e n.º 14.172, de 10 de junho de 2021. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1 ago. 2023a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC n.º 1.495, de 2 de agosto de 2023. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC, 2023b.
BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC n.º 2.036, de 23 de novembro de 2023. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da Educação Integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC, 2023c.
BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE n.º 18, de 27 de setembro de 2023. Estabelece critérios e procedimentos operacionais de distribuição, repasse, execução e prestação de contas do apoio financeiro do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: FNDE, 2023d.
BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC n.º 748, de 29 de julho de 2024. Estabelece estratégias, eixos estruturantes e ações complementares no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC, 2024.
BRASIL. Ministério da Educação. Escola em Tempo Integral: Módulo 3: políticas de educação integral em tempo integral e intersetorialidade. Brasília, DF: SEB/MEC, 2025b.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 7, de 1.º de agosto de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2025a.
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 2 de fevereiro de 2026. Altera o art. 28 da Resolução CNE/CEB n.º 7, de
1.º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2026b.
CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Material de apoio à formulação e implementação de políticas municipais de educação integral em tempo integral. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2024.
ESCOLA MUNICIPAL TEMPO INTEGRAL. Projeto Político-Pedagógico: Ensino Fundamental. Umuarama: Escola Municipal Tempo Integral, 2026.
MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline (org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 129-146.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. Curitiba: SEED/PR, 2018.
UMUARAMA. Lei Orgânica do Município de Umuarama. Umuarama: Câmara Municipal de Umuarama, 5 abr. 1990.
UMUARAMA. Lei n.º 4.090, de 23 de junho de 2015. Institui o Plano Municipal de Educação. Umuarama: Câmara Municipal de Umuarama, 2015.

UMUARAMA. Lei n.º 4.309, de 2018. Altera a Lei n.º 4.090, de 23 de junho de 2015, que institui o Plano Municipal de Educação. Umuarama: Câmara Municipal de Umuarama, 2018.
UMUARAMA. Decreto n.º 180, de 4 de junho de 2024. Dispõe sobre a aprovação da Política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Umuarama/PR. Umuarama: Prefeitura Municipal de Umuarama, 2024.
UMUARAMA. Secretaria Municipal de Educação. Plano de Ação da Educação Integral em Tempo Integral. Umuarama: SME, 2026.
PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Deliberação CEE/PR n.º 09/2025, de 1.º de dezembro de 2025. Normas para a implementação da Educação Integral em Tempo Integral nas instituições de Educação Básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba: CEE/PR, 2025.
BRASIL. Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade. Resolução CIF n.º 23, de 17 de março de 2026. Regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 mar. 2026.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1F926F72

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABL7I74	279350E000052968	18/09/2026	55412
ABW9427	279350E000053380	19/09/2026	55412
ACS9C42	279350E000053165	18/09/2026	55412
ACU2I12	279350E000053074	18/09/2026	55412
AEI4091	279350E000053479	21/09/2026	55412
AEV9453	279350E000053017	18/09/2026	55412
AFG6G25	279350E000052932	18/09/2026	55412
AFG6G25	279350E000053407	21/09/2026	55412
AFG6G25	279350E000053341	19/09/2026	55412
AFI5A99	279350NIC0047184	15/09/2026	50020
AFK8A41	279350E000053234	19/09/2026	55412
AHB1F42	279350E000053337	19/09/2026	55412
AHC7B99	279350E000053296	19/09/2026	55412
AHL8G12	279350E000053412	21/09/2026	55412
AHO1C35	279350E000053353	19/09/2026	55412
AHT7709	279350E000053211	19/09/2026	55412
AHY5E59	279350E000053262	19/09/2026	55412
AIN1980	279350E000053206	19/09/2026	55412
AJC3425	279350E000053455	21/09/2026	55412
AJE9H87	279350E000053157	18/09/2026	55412
AJN4B84	279350E000053393	19/09/2026	55412
AJS1I78	279350E000053220	19/09/2026	55412
AJW0D02	279350E000053518	21/09/2026	55412
AKE0A57	279350E000053315	19/09/2026	55412
AKG0383	279350E000053481	21/09/2026	55412
AKK3338	279350NIC0047196	15/09/2026	50020
AKP0A93	279350E000053588	21/09/2026	55412
AKY9I38	279350E000053138	18/09/2026	55412
ALC3F58	279350E000053396	19/09/2026	55412
ALC3F58	279350E000053438	21/09/2026	55412
ALI7781	279350E000053212	19/09/2026	55412
ALS7194	279350E000053238	19/09/2026	55412
ALX2F74	279350E000053012	18/09/2026	55412
AMH3J23	279350E000053587	21/09/2026	55412
AML9I30	279350E000053056	18/09/2026	55412
AMN1F35	279350E000052943	18/09/2026	55412
AMP3255	279350E000053309	19/09/2026	55412
AMT7I39	279350E000053034	18/09/2026	55412
AMU2B03	279350E000053543	21/09/2026	55412
ANB3881	279350E000053282	19/09/2026	55412
ANB6G77	279350E000053349	19/09/2026	55412
ANH9381	279350E000053033	18/09/2026	55412
ANP3F98	279350E000053492	21/09/2026	55412
ANQ8126	279350E000053319	19/09/2026	55412
ANS4964	279350NIC0047205	15/09/2026	50020
ANU1A20	279350E000053569	21/09/2026	55412
ANY8496	279350E000053024	18/09/2026	55412
AOA5380	279350E000053520	21/09/2026	55412
AOD7I48	279350E000053059	18/09/2026	55412
AOI8J43	279350E000052982	18/09/2026	55412
AOI9I15	279350E000053463	21/09/2026	55412
AOQ9A64	279350E000052937	18/09/2026	55412
AOV5762	279350E000053345	19/09/2026	55412
AOV9739	279350E000053126	18/09/2026	55412
APA9D74	279350NIC0047132	15/09/2026	50020
APM7375	279350NIC0047210	15/09/2026	50020
APS7J43	279350E000053478	21/09/2026	55412
AQD6I87	279350E000053128	18/09/2026	55412
AQD9B10	279350E000053448	21/09/2026	55412
AQJ1C65	279350NIC0047130	15/09/2026	50020
AQR2J07	279350E000053387	19/09/2026	55412
AQX5E09	279350E000053249	19/09/2026	55412
ARC4D64	279350E000052918	18/09/2026	55412
ARM6J74	279350E000053303	19/09/2026	55412
ART5C60	279350NIC0047127	15/09/2026	50020
ARV7F12	279350NIC0047138	15/09/2026	50020
ARY6548	279350E000053493	21/09/2026	55412
ARZ2374	279350E000053001	18/09/2026	55412
ASL6J13	279350E000053021	18/09/2026	55412
AST2F38	279350E000053470	21/09/2026	55412
ASZ0804	279350E000053447	21/09/2026	55412
ATA8F09	279350E000052931	18/09/2026	55412
ATM8873	279350E000053375	19/09/2026	55412
ATQ2I45	279350E000053304	19/09/2026	55412

ATZ6014	279350E000053485	21/09/2026	55412
AUE2A33	279350E000053597	21/09/2026	55412
AUM6577	279350E000053291	19/09/2026	55412
AUN2C71	279350E000053110	18/09/2026	55412
AUO5564	279350E000053468	21/09/2026	55412
AUV1C47	279350NIC0047173	15/09/2026	50020
AUV2A86	279350E000053313	19/09/2026	55412
AUV7D55	279350E000053098	18/09/2026	55412
AUX1B26	279350NIC0047136	15/09/2026	50020
AUZ1454	279350E000053293	19/09/2026	55412
AVH7E42	279350E000052969	18/09/2026	55412
AVH7F56	279350E000053242	19/09/2026	55412
AVI7G13	279350E000052995	18/09/2026	55412
AVM8021	279350E000052967	18/09/2026	55412
AVV2I16	279350E000053285	19/09/2026	55412
AWA2D59	279350E000053534	21/09/2026	55412
AWA4413	279350NIC0047213	15/09/2026	50020
AWA7774	279350E000053003	18/09/2026	55412
AWH5D84	279350E000053306	19/09/2026	55412
AWI2044	279350E000053487	21/09/2026	55412
AWQ1A18	279350NIC0047165	15/09/2026	50020
AWQ9F10	279350NIC0047188	15/09/2026	50020
AWW2I05	279350E000053461	21/09/2026	55412
AWZ2C16	279350E000052999	18/09/2026	55412
AXE0736	279350E000053058	18/09/2026	55412
AXO1G48	279350E000053151	18/09/2026	55412
AXP6809	279350E000053477	21/09/2026	55412
AXP9H20	279350NIC0047156	15/09/2026	50020
AXR2I01	279350E000053428	21/09/2026	55412
AXS5323	279350E000053497	21/09/2026	55412
AXV3080	279350E000053150	18/09/2026	55412
AXW8460	279350NIC0047144	15/09/2026	50020
AXW9320	279350E000053203	19/09/2026	55412
AYC0H18	279350E000053385	19/09/2026	55412
AYD7I37	279350E000053530	21/09/2026	55412
AYE3B62	279350E000053055	18/09/2026	55412
AYE6A66	279350NIC0047150	15/09/2026	50020
AYN9I28	279350E000053081	18/09/2026	55412
AYQ9H82	279350E000053525	21/09/2026	55412
AYV4F21	279350E000052978	18/09/2026	55412
AYX2D20	279350E000053286	19/09/2026	55412
AZA2C71	279350E000052953	18/09/2026	55412
AZP2H01	279350E000053112	18/09/2026	55412
AZX5E05	279350E000052964	18/09/2026	55412
AZX5E05	279350E000053301	19/09/2026	55412
BAC1D62	279350E000052945	18/09/2026	55412
BAJ6912	279350E000053130	18/09/2026	55412
BAP1E41	279350E000053351	19/09/2026	55412
BAT7702	279350E000053094	18/09/2026	55412
BAT8604	279350NIC0047141	15/09/2026	50020
BAW1G60	279350E000053523	21/09/2026	55412
BAW5D87	279350E000052923	18/09/2026	55412
BAW7476	279350E000053069	18/09/2026	55412
BAX6J77	279350E000053097	18/09/2026	55412
BBB5D14	279350NIC0047164	15/09/2026	50020
BBI0D97	279350E000053590	21/09/2026	55412
BBL9G81	279350E000053422	21/09/2026	55412
BBS2788	279350NIC0047124	15/09/2026	50020
BBW8978	279350E000053464	21/09/2026	55412
BBY6E00	279350E000053488	21/09/2026	55412
BBZ5027	279350NIC0047135	15/09/2026	50020
BCA4D42	279350NIC0047148	15/09/2026	50020
BCH3816	279350E000053338	19/09/2026	55412
BCK4450	279350E000053421	21/09/2026	55412
BCN6I32	279350E000053014	18/09/2026	55412
BCO6671	279350NIC0047122	15/09/2026	50020
BCO6I13	279350NIC0047197	15/09/2026	50020
BCQ6096	279350NIC0047147	15/09/2026	50020
BCU1D83	279350E000053247	19/09/2026	55412
BCU9J81	279350NIC0047128	15/09/2026	50020
BCV8E40	279350E000053133	18/09/2026	55412
BDB2F53	279350E000053275	19/09/2026	55412
BDG5H86	279350NIC0047201	15/09/2026	50020
BDG6D60	279350E000053585	21/09/2026	55412
BDH4F37	279350E000053409	21/09/2026	55412
BDI6J63	279350NIC0047191	15/09/2026	50020
BDJ6E94	279350E000053394	19/09/2026	55412
BDM8F42	279350E000053486	21/09/2026	55412
BDQ7I41	279350E000053089	18/09/2026	55412
BDR8G78	279350E000053533	21/09/2026	55412
BDU5F06	279350E000053383	19/09/2026	55412
BEA9E34	279350E000053516	21/09/2026	55412
BED0H98	279350NIC0047214	15/09/2026	50020
BEE5H19	279350E000053114	18/09/2026	55412
BEH8B88	279350E000053139	18/09/2026	55412
BEK7E73	279350NIC0047199	15/09/2026	50020
BEL4D53	279350NIC0047183	15/09/2026	50020
BEM4B73	279350E000053498	21/09/2026	55412
BEN3B85	279350E000053538	21/09/2026	55412

BEO4I50	279350E000052940	18/09/2026	55412
BEO6E15	279350NIC0047193	15/09/2026	50020
BEQ1J02	279350E000053218	19/09/2026	55412
BEQ9C90	279350E000053334	19/09/2026	55412
BER4F83	279350E000053209	19/09/2026	55412
BEV1I45	279350E000052979	18/09/2026	55412
BEV5D96	279350NIC0047200	15/09/2026	50020
BEV6I71	279350NIC0047126	15/09/2026	50020
BEX2I46	279350E000053449	21/09/2026	55412
BJK7B29	279350E000053210	19/09/2026	55412
BPN8661	279350NIC0047186	15/09/2026	50020
BYH6E76	279350E000053413	21/09/2026	55412
CDW4148	279350E000053426	21/09/2026	55412
CIG1J79	279350E000053499	21/09/2026	55412
CIL0F83	279350E000052936	18/09/2026	55412
COH9H49	279350E000053127	18/09/2026	55412
CSX4C68	279350E000053038	18/09/2026	55412
CUF0A15	279350E000053264	19/09/2026	55412
CWF0J30	279350E000053483	21/09/2026	55412
CYS3E18	279350E000053195	19/09/2026	55412
CZE1E25	279350E000052994	18/09/2026	55412
DBI6E97	279350E000053445	21/09/2026	55412
DBN1G97	279350E000053568	21/09/2026	55412
DGG3152	279350E000053241	19/09/2026	55412
DJB3H23	279350E000053036	18/09/2026	55412
DPX5731	279350E000053522	21/09/2026	55412
DRR4A83	279350E000052997	18/09/2026	55412
DUI3G14	279350E000053087	18/09/2026	55412
EAD0969	279350NIC0047207	15/09/2026	50020
EAF6830	279350E000053312	19/09/2026	55412
EAJ1369	279350E000053432	21/09/2026	55412
EAJ1369	279350E000053035	18/09/2026	55412
EDK1407	279350E000053065	18/09/2026	55412
EEK2B60	279350E000053589	21/09/2026	55412
EEN0E11	279350E000053542	21/09/2026	55412
EFU7H24	279350E000053137	18/09/2026	55412
EIF4D06	279350E000053214	19/09/2026	55412
EIW6G34	279350E000053377	19/09/2026	55412
EJC2J16	279350NIC0047189	15/09/2026	50020
EPH1J21	279350E000053070	18/09/2026	55412
EYN6F41	279350E000052992	18/09/2026	55412
EYN6F41	279350E000053439	21/09/2026	55412
FDK5J09	279350E000053118	18/09/2026	55412
FDR2C23	279350NIC0047182	15/09/2026	50020
FFE3703	279350E000053026	18/09/2026	55412
FFX3B68	279350E000053514	21/09/2026	55412
FHA0A37	279350E000053284	19/09/2026	55412
FJG2E75	279350E000052950	18/09/2026	55412
FRE9H01	279350E000053199	19/09/2026	55412
FRM7H46	279350E000053080	18/09/2026	55412
FSM4B66	279350E000053352	19/09/2026	55412
FTR6G42	279350E000053104	18/09/2026	55412
FVI4944	279350NIC0047157	15/09/2026	50020
FVK5C71	279350E000053066	18/09/2026	55412
FYC7B29	279350NIC0047198	15/09/2026	50020
GBT7E02	279350E000053372	19/09/2026	55412
GCS6J44	279350E000053226	19/09/2026	55412
GFM0H69	279350E000052986	18/09/2026	55412
GHD5I78	279350E000053240	19/09/2026	55412
GII5J00	279350E000053540	21/09/2026	55412
GIO7G79	279350E000053245	19/09/2026	55412
HCI8024	279350E000052933	18/09/2026	55412
HEW0509	279350E000053078	18/09/2026	55412
HEW0509	279350E000053324	19/09/2026	55412
HHK6B05	279350E000053527	21/09/2026	55412
HHT5D27	279350E000053382	19/09/2026	55412
HOI2D63	279350E000053263	19/09/2026	55412
HSJ5E36	279350E000053039	18/09/2026	55412
HSO8F85	279350NIC0047203	15/09/2026	50020
HTN9G54	279350E000052944	18/09/2026	55412
IJE7J18	279350E000053057	18/09/2026	55412
IMD3I43	279350E000053022	18/09/2026	55412
IRD1J97	279350E000053340	19/09/2026	55412
IVM5I17	279350NIC0047167	15/09/2026	50020
IWA6E41	279350E000052920	18/09/2026	55412
JPN4307	279350E000053205	19/09/2026	55412
JPN4307	279350E000053129	18/09/2026	55412
JXV9133	279350E000053198	19/09/2026	55412
KOP1I25	279350E000053307	19/09/2026	55412
KQX3G43	279350E000053565	21/09/2026	55412
KXK9I38	279350E000053244	19/09/2026	55412
LCT8890	279350E000053419	21/09/2026	55412
LSA4D04	279350E000053265	19/09/2026	55412
LZZ4305	279350E000053145	18/09/2026	55412
MDC0054	279350E000053225	19/09/2026	55412
MIY0797	279350NIC0047166	15/09/2026	50020
MJP7H73	279350E000052941	18/09/2026	55412
NAV8E16	279350E000052952	18/09/2026	55412
NDY1559	279350E000053120	18/09/2026	55412

NJB6I51	279350E000053219	19/09/2026	55412
NJD3H65	279350NIC0047190	15/09/2026	50020
NJZ4B90	279350E000053231	19/09/2026	55412
NZE4E77	279350E000053330	19/09/2026	55412
ODA0B81	279350NIC0047172	15/09/2026	50020
OOL7B00	279350E000053071	18/09/2026	55412
OQH7E00	279350E000053202	19/09/2026	55412
OUI8C27	279350E000053381	19/09/2026	55412
OWH2E66	279350E000053093	18/09/2026	55412
PCM9B67	279350NIC0047194	15/09/2026	50020
PXI8A65	279350E000053109	18/09/2026	55412
PZV8A52	279350NIC0047140	15/09/2026	50020
QCV0D16	279350E000053444	21/09/2026	55412
QCX9A16	279350E000052947	18/09/2026	55412
QDZ9C94	279350NIC0047134	15/09/2026	50020
QHD0G46	279350E000053318	19/09/2026	55412
QIT0H19	279350E000053332	19/09/2026	55412
QJD8G47	279350E000053379	19/09/2026	55412
QMY7A21	279350E000053434	21/09/2026	55412
QNG6B70	279350E000053423	21/09/2026	55412
QPJ7C99	279350E000053076	18/09/2026	55412
QPP4G41	279350E000053512	21/09/2026	55412
RHC4E59	279350NIC0047195	15/09/2026	50020
RHD1A58	279350E000052939	18/09/2026	55412
RHE2A27	279350NIC0047129	15/09/2026	50020
RHE5C75	279350NIC0047146	15/09/2026	50020
RHG8F50	279350NIC0047215	15/09/2026	50020
RHG8F50	279350NIC0047143	15/09/2026	50020
RHJ0E71	279350NIC0047133	15/09/2026	50020
RHJ5G94	279350E000053369	19/09/2026	55412
RHK2I79	279350E000053009	18/09/2026	55412
RHN6D08	279350E000053152	18/09/2026	55412
RHO7E31	279350E000053173	18/09/2026	55412
RJN2F30	279350E000052984	18/09/2026	55412
RLI8C65	279350NIC0047180	15/09/2026	50020
ROA4B05	279350E000053333	19/09/2026	55412
RRZ1E32	279350E000052975	18/09/2026	55412
RSO4H95	279350E000053549	21/09/2026	55412
RVI7F40	279350NIC0047158	15/09/2026	50020
RVO5A47	279350E000053180	18/09/2026	55412
RXQ6H05	279350NIC0047181	15/09/2026	50020
SEA6D78	279350NIC0047162	15/09/2026	50020
SEB6J89	279350NIC0047153	15/09/2026	50020
SEE0A22	279350NIC0047187	15/09/2026	50020
SEF6D60	279350NIC0047209	15/09/2026	50020
SEF7D27	279350E000052974	18/09/2026	55412
SEH4G38	279350E000053433	21/09/2026	55412
SEH4J91	279350E000053469	21/09/2026	55412
SEI3I91	279350E000053371	19/09/2026	55412
SEM6B84	279350E000053193	18/09/2026	55412
SEM9B03	279350E000053167	18/09/2026	55412
SEN5G60	279350NIC0047131	15/09/2026	50020
SEP6A46	279350E000053367	19/09/2026	55412
SET1E07	279350E000053191	18/09/2026	55412
SEU9J71	279350NIC0047152	15/09/2026	50020
SFB0E36	279350E000053208	19/09/2026	55412
SFD3F07	279350E000053029	18/09/2026	55412
SFE2A07	279350NIC0047125	15/09/2026	50020
SFE3J22	279350E000053584	21/09/2026	55412
SFM3H62	279350E000053556	21/09/2026	55412
SFO6I34	279350E000053364	19/09/2026	55412
SIY8H39	279350NIC0047159	15/09/2026	50020
SJB5I64	279350NIC0047117	15/09/2026	50020
SUC2J45	279350NIC0047155	15/09/2026	50020
SWJ9J81	279350NIC0047208	15/09/2026	50020
TAI3E29	279350NIC0047185	15/09/2026	50020
TAL7J01	279350NIC0047211	15/09/2026	50020
TAN7G52	279350E000053007	18/09/2026	55412
TAP6B99	279350NIC0047149	15/09/2026	50020
TAV3B71	279350NIC0047142	15/09/2026	50020
TBC2B22	279350NIC0047123	15/09/2026	50020
TBC5F74	279350NIC0047174	15/09/2026	50020
TBH5E81	279350NIC0047139	15/09/2026	50020
TBI0B64	279350NIC0047137	15/09/2026	50020
TBL2A27	279350E000053310	19/09/2026	55412
TBS8I45	279350NIC0047202	15/09/2026	50020
TBU8B26	279350NIC0047204	15/09/2026	50020
TCJ3F49	279350E000053027	18/09/2026	55412
TEA2J57	279350NIC0047160	15/09/2026	50020
TXC7D81	279350NIC0047175	15/09/2026	50020
UAY2E51	279350E000053207	19/09/2026	55412
UBB8I17	279350E000053025	18/09/2026	55412
UBD3I21	279350E000053177	18/09/2026	55412
UBH2H81	279350E000053557	21/09/2026	55412
UBS7B69	279350NIC0047145	15/09/2026	50020
UBS8G21	279350NIC0047151	15/09/2026	50020
UBV9D86	279350NIC0047212	15/09/2026	50020
UBW2I05	279350E000053161	18/09/2026	55412
UBW6J89	279350NIC0047154	15/09/2026	50020

UCA4C41	279350NIC0047192	15/09/2026	50020
UCB9J39	279350NIC0047206	15/09/2026	50020
UCN1B31	279350E000053269	19/09/2026	55412
UGX5E70	279350NIC0047163	15/09/2026	50020

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:53B7B8F5

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 30/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABI1558	279350E000053931	23/09/2026	55412
ABL8C91	279350E000054385	24/09/2026	55412
ACG0C88	279350E000053946	23/09/2026	55412
ADA9A88	279350E000054027	23/09/2026	55412
ADW8A03	279350E000053906	23/09/2026	55412
AEL8I52	279350E000053730	22/09/2026	55412
AEO0207	279350E000054082	23/09/2026	55412
AEO8164	279350E000054201	24/09/2026	55412
AET5726	279350E000053979	23/09/2026	55412
AEW7E53	279350E000053997	23/09/2026	55412
AFG6G25	279350E000053982	23/09/2026	55412
AFG6G25	279350E000054274	24/09/2026	55412
AFX2449	279350E000054092	23/09/2026	55412
AFX2449	279350E000054260	24/09/2026	55412
AFY5D14	279350E000053741	22/09/2026	55412
AGH5G28	279350E000053674	22/09/2026	55412
AHO1C35	279350E000054046	23/09/2026	55412
AJU8887	279350E000054317	24/09/2026	55412
ALB8A66	279350E000053910	23/09/2026	55412
ALC0E66	279350E000053771	22/09/2026	55412
ALJ0J41	279350E000054010	23/09/2026	55412
AML2A48	279350E000054173	24/09/2026	55412
AMO7A98	279350E000053972	23/09/2026	55412
AMO8H43	279350E000053748	22/09/2026	55412
AMU0816	279350E000053927	23/09/2026	55412
AMU0816	279350E000053750	22/09/2026	55412
AMV3G84	279350E000053929	23/09/2026	55412
AMZ8F60	279350E000053681	22/09/2026	55412
ANA9558	279350E000054105	23/09/2026	55412
ANC6C56	279350E000053876	23/09/2026	55412
ANU1A20	279350E000053776	22/09/2026	55412
AOF2173	279350E000053881	23/09/2026	55412
AOF2173	279350E000053605	22/09/2026	55412
AOM4H03	279350E000053772	22/09/2026	55412
AON2207	279350E000054323	24/09/2026	55412
AOQ7G76	279350E000053944	23/09/2026	55412
AQE9B86	279350E000053936	23/09/2026	55412
AQW3F71	279350E000054234	24/09/2026	55412
AQY3A02	279350E000054097	23/09/2026	55412
ARH9F23	279350E000054084	23/09/2026	55412
ARI5224	279350E000053713	22/09/2026	55412
ARO7B05	279350E000054194	24/09/2026	55412
ARP7D48	279350E000053882	23/09/2026	55412
ARV1E95	279350E000053824	22/09/2026	55412
ARV3C94	279350E000053817	22/09/2026	55412
ASH8I55	279350E000053667	22/09/2026	55412
ATL3D98	279350E000054347	24/09/2026	55412
ATS0I92	279350E000053782	22/09/2026	55412
ATT3A45	279350E000054200	24/09/2026	55412
AUG5F49	279350E000054401	24/09/2026	55412
AUX2J49	279350E000054299	24/09/2026	55412
AUZ1B43	279350E000053611	22/09/2026	55412
AVH7F56	279350E000053726	22/09/2026	55412
AVM7B74	279350E000053682	22/09/2026	55412
AVN2738	279350E000054335	24/09/2026	55412
AVR3E83	279350E000054389	24/09/2026	55412
AVT0H66	279350E000054212	24/09/2026	55412
AVT0J27	279350E000054099	23/09/2026	55412
AVX7255	279350E000054152	23/09/2026	55412
AWA7774	279350E000053999	23/09/2026	55412
AWE0278	279350E000054236	24/09/2026	55412
AWJ6D18	279350E000054295	24/09/2026	55412
AWU4A59	279350E000053747	22/09/2026	55412
AWY9972	279350E000053617	22/09/2026	55412
AXE3160	279350E000053653	22/09/2026	55412
AXF7A00	279350E000053738	22/09/2026	55412
AXJ8334	279350E000054303	24/09/2026	55412
AXJ9744	279350E000053757	22/09/2026	55412
AXJ9D14	279350E000054202	24/09/2026	55412
AXY3015	279350E000054204	24/09/2026	55412

AYA3906	279350E000054074	23/09/2026	55412
AYI0E44	279350E000053846	22/09/2026	55412
AYQ6E53	279350E000053763	22/09/2026	55412
AZE0J05	279350E000054011	23/09/2026	55412
AZK9C26	279350E000054094	23/09/2026	55412
AZR7C98	279350E000053780	22/09/2026	55412
AZX5E05	279350E000054148	23/09/2026	55412
AZX6G00	279350E000053830	22/09/2026	55412
BAO5C97	279350E000054211	24/09/2026	55412
BAQ0272	279350E000054328	24/09/2026	55412
BAX9A65	279350E000054333	24/09/2026	55412
BBI9G32	279350E000053746	22/09/2026	55412
BBN0G72	279350E000054248	24/09/2026	55412
BBN9H43	279350E000053774	22/09/2026	55412
BBQ2E35	279350E000054147	23/09/2026	55412
BBS2C93	279350E000054279	24/09/2026	55412
BBS8I65	279350E000053704	22/09/2026	55412
BBT4119	279350E000054324	24/09/2026	55412
BBV0J98	279350E000054334	24/09/2026	55412
BCA0B65	279350E000053599	22/09/2026	55412
BCG6J93	279350E000053950	23/09/2026	55412
BCM2003	279350E000053879	23/09/2026	55412
BCO2D85	279350E000053769	22/09/2026	55412
BCO6219	279350E000054188	24/09/2026	55412
BCQ8549	279350E000053756	22/09/2026	55412
BCU2F47	279350E000054362	24/09/2026	55412
BDB9J78	279350E000053705	22/09/2026	55412
BDN2J32	279350E000053871	23/09/2026	55412
BDQ3C99	279350E000053707	22/09/2026	55412
BDX7I18	279350E000053800	22/09/2026	55412
BEE5H19	279350E000053976	23/09/2026	55412
BEE5H19	279350E000053831	22/09/2026	55412
BET9F91	279350E000054008	23/09/2026	55412
BEZ0426	279350E000054216	24/09/2026	55412
BEZ0D32	279350E000053742	22/09/2026	55412
BPI5127	279350E000053662	22/09/2026	55412
CHB8331	279350E000054264	24/09/2026	55412
CSX4C68	279350E000054235	24/09/2026	55412
CWD1810	279350E000054187	24/09/2026	55412
CXN3B29	279350E000053644	22/09/2026	55412
DEJ0482	279350E000053744	22/09/2026	55412
DFL9978	279350E000054301	24/09/2026	55412
DIY6C99	116100T003582654	02/10/2026	54600
DKF5G40	279350E000054108	23/09/2026	55412
DLU0544	279350E000054325	24/09/2026	55412
DOR5J66	279350E000054026	23/09/2026	55412
DPX5731	279350E000054349	24/09/2026	55412
DQQ9F32	279350E000053701	22/09/2026	55412
DSD1A12	279350E000053625	22/09/2026	55412
DSZ4B28	279350E000054076	23/09/2026	55412
DUH5I09	279350E000053714	22/09/2026	55412
DWK6D97	279350E000054179	24/09/2026	55412
EAK7G74	279350E000053852	22/09/2026	55412
EBP0J79	279350E000053971	23/09/2026	55412
EDA5F08	279350E000053965	23/09/2026	55412
EEG4J54	279350E000053635	22/09/2026	55412
EEX5I43	279350E000054348	24/09/2026	55412
EFA6F57	279350E000053601	22/09/2026	55412
ENJ2G93	279350E000054090	23/09/2026	55412
ENK1J37	279350E000053869	23/09/2026	55412
EQX3E00	279350E000054021	23/09/2026	55412
ERU6I03	279350E000053954	23/09/2026	55412
EUC9I51	279350E000053623	22/09/2026	55412
EVY2B35	279350E000054044	23/09/2026	55412
FAI7B46	279350E000053832	22/09/2026	55412
FHH2A99	279350E000053951	23/09/2026	55412
FIP5B09	279350E000053717	22/09/2026	55412
FLW4I61	279350E000054244	24/09/2026	55412
FMA2B40	279350E000054298	24/09/2026	55412
FRI5I96	279350E000053716	22/09/2026	55412
FWX3982	279350E000054117	23/09/2026	55412
FXO2I10	279350E000053815	22/09/2026	55412
GAD1C10	279350E000054168	23/09/2026	55412
GHL9E58	279350E000053841	22/09/2026	55412
GRI2171	279350E000054176	24/09/2026	55412
GTJ0844	279350E000054393	24/09/2026	55412
GVY8I55	279350E000053728	22/09/2026	55412
GWP2F62	279350E000054112	23/09/2026	55412
GZK6A59	279350E000054032	23/09/2026	55412
HCS3228	279350E000054153	23/09/2026	55412
HMZ4E08	279350E000054341	24/09/2026	55412
HSF2A06	279350E000053703	22/09/2026	55412
HSJ5E36	279350E000053702	22/09/2026	55412
HSX5811	279350E000054183	24/09/2026	55412
HSY4B80	279350E000054100	23/09/2026	55412
HTJ2428	279350E000054146	23/09/2026	55412
IFU4J09	279350E000053660	22/09/2026	55412
IKI9698	279350E000054314	24/09/2026	55412
IOV1C50	279350E000054305	24/09/2026	55412

IQA8152	279350E000054269	24/09/2026	55412
IRA7F65	279350E000053622	22/09/2026	55412
IRX3I12	279350E000053889	23/09/2026	55412
IVB9163	279350E000054310	24/09/2026	55412
IVI9H32	279350E000054238	24/09/2026	55412
JAD6E57	279350E000054327	24/09/2026	55412
JQY1013	279350E000054110	23/09/2026	55412
JSG7I63	279350E000053684	22/09/2026	55412
JUU7476	279350E000053661	22/09/2026	55412
KQA1A41	279350E000054172	24/09/2026	55412
KYQ4H76	279350E000054222	24/09/2026	55412
MBS9I44	279350E000053743	22/09/2026	55412
MLP8H97	279350E000054199	24/09/2026	55412
MMB2I98	279350E000054276	24/09/2026	55412
MOW0J44	279350E000054025	23/09/2026	55412
MZZ6A78	279350E000053708	22/09/2026	55412
NDT4I41	279350E000054003	23/09/2026	55412
NDY1559	279350E000053833	22/09/2026	55412
NDY1559	279350E000054364	24/09/2026	55412
NDY7A22	279350E000053789	22/09/2026	55412
NDY7A22	279350E000054163	23/09/2026	55412
NPE7C17	279350E000053727	22/09/2026	55412
OLW4B30	279350E000054230	24/09/2026	55412
OMN0H09	279350E000053892	23/09/2026	55412
PBY6A46	279350E000053678	22/09/2026	55412
PLG1A02	279350E000053775	22/09/2026	55412
PWX1C11	279350E000053890	23/09/2026	55412
PZM6E76	279350E000054126	23/09/2026	55412
QAE1I01	279350E000054000	23/09/2026	55412
QIZ0465	279350E000054214	24/09/2026	55412
QNB9E33	279350E000054297	24/09/2026	55412
QUE4J31	279350E000053865	23/09/2026	55412
QVW8C95	279350E000053866	23/09/2026	55412
QXU4G75	279350E000053843	22/09/2026	55412
RHA7E55	279350E000054128	23/09/2026	55412
RHC7J75	279350E000054358	24/09/2026	55412
RHE9I03	279350E000053620	22/09/2026	55412
RHI0E60	279350E000054037	23/09/2026	55412
RHK2I79	279350E000054373	24/09/2026	55412
RIV0A14	279350E000054195	24/09/2026	55412
RNB5A79	279350E000054241	24/09/2026	55412
RSO4H95	279350E000053827	22/09/2026	55412
RTL2C44	279350E000054073	23/09/2026	55412
RYU5E10	279350E000053804	22/09/2026	55412
SDQ0J62	279350E000053938	23/09/2026	55412
SDQ6D46	279350E000054185	24/09/2026	55412
SDZ1I69	279350E000054369	24/09/2026	55412
SED3H62	279350E000053788	22/09/2026	55412
SEF4B80	279350E000054375	24/09/2026	55412
SEH6D17	279350E000053933	23/09/2026	55412
SEJ9D10	279350E000053675	22/09/2026	55412
SEK3C89	279350E000053896	23/09/2026	55412
SEQ1C65	279350E000053985	23/09/2026	55412
SER2J74	279350E000054186	24/09/2026	55412
SES1B80	279350E000054381	24/09/2026	55412
SES1J71	279350E000053679	22/09/2026	55412
SEU7G11	279350E000054290	24/09/2026	55412
SEV7G51	279350E000053614	22/09/2026	55412
SEW6E10	279350E000054245	24/09/2026	55412
SFE4E49	279350E000054367	24/09/2026	55412
SFE9C90	279350E000054291	24/09/2026	55412
SFI4D50	279350E000053874	23/09/2026	55412
SMF9D48	279350E000053855	22/09/2026	55412
SSB1C42	279350E000054359	24/09/2026	55412
SWQ0J25	279350E000054063	23/09/2026	55412
SYC4B18	279350E000054383	24/09/2026	55412
SYG7E54	279350E000053646	22/09/2026	55412
TAR3I43	279350E000053790	22/09/2026	55412
TAW7I59	279350E000053934	23/09/2026	55412
TBM3D55	279350E000054121	23/09/2026	55412
TBT5J95	279350E000054246	24/09/2026	55412
TLH0A01	279350E000054247	24/09/2026	55412
TLQ0B31	279350E000054009	23/09/2026	55412
TYL2A13	279350E000054060	23/09/2026	55412
UAS2B34	279350E000054184	24/09/2026	55412
UBE7I69	279350E000053778	22/09/2026	55412
UBF6G66	279350E000053967	23/09/2026	55412
UBG3G48	279350E000054240	24/09/2026	55412
UBH6B89	279350E000053851	22/09/2026	55412
UBN4B05	279350E000053900	23/09/2026	55412
UBR2J59	279350E000054387	24/09/2026	55412
UCF3B78	279350E000054068	23/09/2026	55412
UCF6G02	279350E000053847	22/09/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:AE0EBE08

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 30/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAA3C26	279350E000041347	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AAI0420	279350E000041112	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AAT7B00	279350E000041199	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AAX4D12	279350E000041430	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ABE7415	279350E000040994	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ABJ1604	279350E000040706	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ABM6E00	279350E000040614	18/07/2026	55412	R$ 195,23
ABV6A42	279350E000040878	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ABX7H44	279350E000041119	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ABY6298	279350E000040888	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ACV7345	279350E000041017	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ADK6D33	279350E000041388	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ADK6D33	279350E000040998	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ADQ7F55	279350E000040665	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ADX6C22	279350E000040637	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AEC4J84	279350E000041116	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AEI5051	279350E000041097	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AEK4E92	279350E000041418	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AEQ0300	279350E000040663	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AFR6J51	279350NIC0045880	17/07/2026	50020	R$ 390,46
AFT1755	279350E000040825	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AFT1755	279350E000040638	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AFT1755	279350E000040815	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AFV8F85	279350E000040995	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AGO6861	279350E000040760	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AGZ9572	279350E000041163	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AHG1A20	279350E000041354	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AHI7432	279350E000040642	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AHN2C07	279350E000041342	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AHO8553	279350E000041279	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AID0590	279350E000040774	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AJB9E76	279350E000041401	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AJY8400	279350NIC0045881	17/07/2026	50020	R$ 390,46
AKS9H42	279350E000041361	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AKV2198	279350E000040999	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AKZ2D26	279350E000041193	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ALB2B41	279350E000041132	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ALC2400	279350E000041217	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ALG4058	279350E000040968	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ALT9G68	279350E000041257	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ALU9I45	279350E000040925	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AME8027	279350E000040688	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AMF0619	279350E000041095	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AMF1I52	279350E000040797	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AMJ9H73	279350E000040841	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AMQ8C79	279350E000040789	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AMR0308	279350E000041030	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AOC2J11	279350E000041120	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AOM7B51	279350E000040819	20/07/2026	55412	R$ 195,23
APK3G28	279350E000040659	20/07/2026	55412	R$ 195,23
APM5B27	279350E000040655	20/07/2026	55412	R$ 195,23
APQ7J51	279350E000041118	21/07/2026	55412	R$ 195,23
APW1C72	279350E000040613	18/07/2026	55412	R$ 195,23
APW7F05	279350E000041041	20/07/2026	55412	R$ 195,23
APZ8309	279350E000041340	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AQA6H71	279350E000040918	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AQC9F53	279350E000040612	18/07/2026	55412	R$ 195,23
AQI7664	279350E000040661	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AQN8426	279350E000040686	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AQO8J56	279350E000040896	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AQQ3F37	279350E000041423	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ARA7A57	279350E000041098	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ARF5B37	279350E000041011	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ARN9B91	279350E000040955	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ARO7B05	279350E000041378	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ARP5E14	279350E000040890	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ARR3C30	279350E000041319	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ART6562	279350E000041085	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ARY1H41	279350E000041184	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ARZ2374	279350E000041103	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ARZ2374	279350E000040881	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ASL9G70	279350E000041409	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ASN8F09	279350E000041182	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ASV0D29	279350E000040874	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ASW2807	279350E000040739	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ATB6D62	279350E000041077	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ATG0054	279350E000041079	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ATW8I80	279350E000040843	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ATY4I56	279350E000040667	20/07/2026	55412	R$ 195,23

AUA6B16	279350E000040810	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AUM7177	279350E000041156	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AUX1B26	279350E000040720	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AUX1B26	279350E000041151	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AVA8C17	279350E000040714	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AVK1D51	279350E000040669	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AVL6C50	279350E000041427	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AVR1B28	279350E000040831	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AVV1117	279350E000041311	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AVY0051	279350E000041091	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE5J58	279350E000041204	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AWF9295	279350E000040889	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AWJ3I35	279350E000041154	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AWS5021	279350E000040710	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AWX4C21	279350E000041113	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AXC7I90	279350E000040966	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AXE8273	279350E000041327	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AXN0472	279350E000041110	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AXN0I54	279350E000041402	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AXU0E20	279350E000041090	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AXY8505	279350E000040868	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AYA3906	279350E000041274	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AYE3H41	279350NIC0045886	17/07/2026	50020	R$ 390,46
AYE4I39	279350E000040647	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AYF1G62	279350E000040721	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AYG0501	279350E000041315	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AYK0H65	279350E000040657	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AYM6E49	279350E000041385	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AYN5J27	279350E000040633	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AYP4715	279350E000041425	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AYP5J76	279350E000041383	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AYQ9H82	279350E000040962	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AYS2E81	279350E000040790	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AZF8392	279350E000041210	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AZK6B41	279350E000040976	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AZK9C26	279350E000041305	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AZQ3492	279350E000041230	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AZT9D88	279350E000041338	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AZW6G87	279350E000041203	21/07/2026	55412	R$ 195,23
AZY2I44	279350E000040842	20/07/2026	55412	R$ 195,23
AZY4D26	279350E000041249	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BAA9G63	279350E000041170	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BAM2D14	279350E000041171	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BAP7I42	279350E000040685	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BAV9431	279350NIC0045884	17/07/2026	50020	R$ 390,46
BAY6900	279350E000040660	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BBD1C08	279350E000041424	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BBD1F79	279350E000040884	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BBE2E26	279350E000040616	18/07/2026	55412	R$ 195,23
BBH8835	279350E000041031	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BBI0D97	279350E000041040	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BBI7I27	279350E000040707	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BBJ3B49	279350E000040653	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BBL8E45	279350E000040689	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BBS0241	279350E000041142	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BBS2C93	279350E000040796	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BBX2D27	279350E000040822	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BBX2D27	279350E000041082	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BCD7547	279350E000041273	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BCG7B37	279350E000040827	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BCJ3473	279350E000041107	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BCN5D56	279350E000041045	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BCO7J99	279350E000040728	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BCR8F06	279350E000040658	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BCS5I84	279350E000040718	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BCX8A21	279350E000040632	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BDA9C36	279350E000041280	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BDC5H05	279350E000040964	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BDL6I87	279350E000041336	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BDU0I79	279350E000041202	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BDX6I42	279350E000041419	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BEC7H51	279350E000041358	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BEP5C35	279350E000041055	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BEP5C35	279350E000041070	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BER2G19	279350E000041234	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BER4F83	279350E000041076	21/07/2026	55412	R$ 195,23
BEZ7I42	279350E000040742	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BNL5584	279350E000040835	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BOS8D39	279350NIC0045885	17/07/2026	50020	R$ 390,46
BPE2112	279350E000040682	20/07/2026	55412	R$ 195,23
BUA1200	279350E000040719	20/07/2026	55412	R$ 195,23
CHM3I91	279350E000041187	21/07/2026	55412	R$ 195,23
CHN3657	279350E000041242	21/07/2026	55412	R$ 195,23
CPP5J54	279350E000040799	20/07/2026	55412	R$ 195,23
CSN9J22	279350E000041007	20/07/2026	55412	R$ 195,23
CVC6679	279350E000040753	20/07/2026	55412	R$ 195,23
CZX5I34	279350E000040717	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DDS3D92	279350E000040973	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DJB9582	279350E000041123	21/07/2026	55412	R$ 195,23

DJB9582	279350E000040816	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DJQ3846	279350E000041136	21/07/2026	55412	R$ 195,23
DKV8F07	279350E000040864	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DKZ4188	279350E000040981	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DMR4I26	279350E000040974	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DMV8C27	279350E000041322	21/07/2026	55412	R$ 195,23
DUB6I57	279350E000041018	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DUJ6I43	279350E000040679	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DUN7882	279350E000040635	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DUT3G47	279350E000041081	21/07/2026	55412	R$ 195,23
DWK6D97	279350E000041087	21/07/2026	55412	R$ 195,23
DWK8B64	279350E000041056	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DWO6G67	279350E000040865	20/07/2026	55412	R$ 195,23
DZH8833	279350E000041213	21/07/2026	55412	R$ 195,23
EAS8I63	279350E000040886	20/07/2026	55412	R$ 195,23
EBJ0G65	279350E000041290	21/07/2026	55412	R$ 195,23
EBJ1A70	279350E000041179	21/07/2026	55412	R$ 195,23
EDE1H05	279350E000041020	20/07/2026	55412	R$ 195,23
EEH6399	279350E000040610	18/07/2026	55412	R$ 195,23
EEH6399	279350E000040694	20/07/2026	55412	R$ 195,23
EIR6G75	279350E000040690	20/07/2026	55412	R$ 195,23
EIV1D70	279350E000041253	21/07/2026	55412	R$ 195,23
EKP9D66	279350E000041313	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ELL1C77	279350E000040798	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ELL8536	279350E000040779	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ELS8E99	279350E000040773	20/07/2026	55412	R$ 195,23
EQK9F25	279350E000041254	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ERU0B07	279350E000041302	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ESK0H65	279350E000041331	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ETA7A77	279350E000040785	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ETB3799	279350E000041158	21/07/2026	55412	R$ 195,23
ETD3I60	279350E000040910	20/07/2026	55412	R$ 195,23
EUH6I00	279350E000040957	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FBB2E46	279350E000041214	21/07/2026	55412	R$ 195,23
FBB7A42	279350NIC0045876	17/07/2026	50020	R$ 390,46
FCM7G50	279350E000040752	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FCT1E50	279350E000040849	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FCT7H98	279350E000041377	21/07/2026	55412	R$ 195,23
FEV4A54	279350E000040759	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FFO1J58	279350E000041010	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FHI9J38	279350E000040736	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FOE8216	279350E000040960	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FQW6B47	279350E000040743	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FSL4A22	279350E000040620	18/07/2026	55412	R$ 195,23
FUI4878	279350E000040741	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FVE3G53	279350E000040919	20/07/2026	55412	R$ 195,23
FXO2B15	279350E000041215	21/07/2026	55412	R$ 195,23
GAI9F43	279350E000040758	20/07/2026	55412	R$ 195,23
GCD9G13	279350E000040885	20/07/2026	55412	R$ 195,23
GCE6J58	279350E000041339	21/07/2026	55412	R$ 195,23
GCE6J58	279350E000040733	20/07/2026	55412	R$ 195,23
GDM5C94	279350E000041286	21/07/2026	55412	R$ 195,23
GFJ2F99	279350E000041243	21/07/2026	55412	R$ 195,23
GHC9A46	279350E000041396	21/07/2026	55412	R$ 195,23
GIO7G79	279350E000041348	21/07/2026	55412	R$ 195,23
GIT3I02	279350E000040937	20/07/2026	55412	R$ 195,23
GJE3I91	279350E000040900	20/07/2026	55412	R$ 195,23
GJE3I91	279350E000041292	21/07/2026	55412	R$ 195,23
GJJ4E01	279350E000041093	21/07/2026	55412	R$ 195,23
HIC9550	279350E000040850	20/07/2026	55412	R$ 195,23
HNW6230	279350E000041237	21/07/2026	55412	R$ 195,23
HRD6E01	279350E000041125	21/07/2026	55412	R$ 195,23
HRZ4099	279350E000041042	20/07/2026	55412	R$ 195,23
HSC2A85	279350E000040671	20/07/2026	55412	R$ 195,23
HSF3B82	279350E000041282	21/07/2026	55412	R$ 195,23
HSF3B82	279350E000040852	20/07/2026	55412	R$ 195,23
HSI0D31	279350E000041200	21/07/2026	55412	R$ 195,23
HXD7E84	279350E000040873	20/07/2026	55412	R$ 195,23
IQA8152	279350E000041405	21/07/2026	55412	R$ 195,23
IQC1G22	279350E000040970	20/07/2026	55412	R$ 195,23
ISE8F80	279350E000041051	20/07/2026	55412	R$ 195,23
IXB4249	279350E000041137	21/07/2026	55412	R$ 195,23
JGM1I16	279350E000040615	18/07/2026	55412	R$ 195,23
JJS6H40	279350E000040954	20/07/2026	55412	R$ 195,23
KQH1B80	279350E000041135	21/07/2026	55412	R$ 195,23
KQK7F94	279350E000040617	18/07/2026	55412	R$ 195,23
LMJ7J01	279350NIC0045887	17/07/2026	50020	R$ 390,46
LOB2542	279350E000040696	20/07/2026	55412	R$ 195,23
LSD1913	279350E000040807	20/07/2026	55412	R$ 195,23
MEM5H75	279350E000041351	21/07/2026	55412	R$ 195,23
MEM5H75	279350E000040800	20/07/2026	55412	R$ 195,23
MHF6F63	279350E000041389	21/07/2026	55412	R$ 195,23
MHL8J46	279350E000040701	20/07/2026	55412	R$ 195,23
MIP6I38	279350E000041084	21/07/2026	55412	R$ 195,23
MIP6I38	279350E000040869	20/07/2026	55412	R$ 195,23
MMC3690	279350E000041005	20/07/2026	55412	R$ 195,23
MMF2J26	279350E000041211	21/07/2026	55412	R$ 195,23
MMV2436	279350E000040951	20/07/2026	55412	R$ 195,23
MTR1J16	279350E000040640	20/07/2026	55412	R$ 195,23

MWB0A09	279350E000040684	20/07/2026	55412	R$ 195,23
NAA7G71	279350E000040746	20/07/2026	55412	R$ 195,23
NII1D85	279350E000041046	20/07/2026	55412	R$ 195,23
NJB6I51	279350E000040749	20/07/2026	55412	R$ 195,23
NJD8I36	279350E000040644	20/07/2026	55412	R$ 195,23
NLA4547	279350E000040953	20/07/2026	55412	R$ 195,23
NTG9H84	279350E000040652	20/07/2026	55412	R$ 195,23
PFB0F83	279350E000041145	21/07/2026	55412	R$ 195,23
PHR0B24	279350E000040820	20/07/2026	55412	R$ 195,23
PKK0A77	279350E000040738	20/07/2026	55412	R$ 195,23
PKZ0B46	279350E000041428	21/07/2026	55412	R$ 195,23
PTZ1I77	279350E000041367	21/07/2026	55412	R$ 195,23
PVF3J85	279350E000041064	20/07/2026	55412	R$ 195,23
PXH7C11	279350E000040870	20/07/2026	55412	R$ 195,23
PXI8A65	279350E000040948	20/07/2026	55412	R$ 195,23
PXO7G41	279350E000041408	21/07/2026	55412	R$ 195,23
PZD8F23	279350E000041337	21/07/2026	55412	R$ 195,23
QAZ7F66	279350E000041043	20/07/2026	55412	R$ 195,23
QIF6I18	279350E000040734	20/07/2026	55412	R$ 195,23
QQH6J21	279350E000040963	20/07/2026	55412	R$ 195,23
QSG9E90	279350E000040871	20/07/2026	55412	R$ 195,23
QWB9E68	279350E000041088	21/07/2026	55412	R$ 195,23
REI2J12	279350E000041178	21/07/2026	55412	R$ 195,23
RFM5F55	279350E000041251	21/07/2026	55412	R$ 195,23
RHC9D91	279350E000041232	21/07/2026	55412	R$ 195,23
RHT1I34	279350E000041421	21/07/2026	55412	R$ 195,23
RHW6I05	279350E000041038	20/07/2026	55412	R$ 195,23
RHZ1H12	279350NIC0045879	17/07/2026	50020	R$ 390,46
RHZ6B58	279350E000041141	21/07/2026	55412	R$ 195,23
RKZ2C37	279350E000040793	20/07/2026	55412	R$ 195,23
RLA0B49	279350E000040648	20/07/2026	55412	R$ 195,23
RSO4H95	279350E000041207	21/07/2026	55412	R$ 195,23
RVM1H72	279350NIC0045877	17/07/2026	50020	R$ 390,46
RVM1H72	279350E000041014	20/07/2026	55412	R$ 195,23
RVR1H37	279350E000041198	21/07/2026	55412	R$ 195,23
RVX6B89	279350E000041433	21/07/2026	55412	R$ 195,23
RWH8I96	279350E000040830	20/07/2026	55412	R$ 195,23
SDR2I60	279350E000040771	20/07/2026	55412	R$ 195,23
SDR2I60	279350E000041144	21/07/2026	55412	R$ 195,23
SDV8D98	279350E000041152	21/07/2026	55412	R$ 195,23
SDY3A25	279350E000040680	20/07/2026	55412	R$ 195,23
SEB2G31	279350E000041394	21/07/2026	55412	R$ 195,23
SEH6D26	279350E000040979	20/07/2026	55412	R$ 195,23
SEK8B59	279350E000041320	21/07/2026	55412	R$ 195,23
SEK9A98	279350E000041293	21/07/2026	55412	R$ 195,23
SEN5G60	279350E000040713	20/07/2026	55412	R$ 195,23
SEO0E62	279350E000040944	20/07/2026	55412	R$ 195,23
SEP1I98	279350E000041376	21/07/2026	55412	R$ 195,23
SEQ4A53	279350E000040674	20/07/2026	55412	R$ 195,23
SEW8E81	279350E000040676	20/07/2026	55412	R$ 195,23
SFC2B99	279350E000041258	21/07/2026	55412	R$ 195,23
SFE3H77	279350E000041220	21/07/2026	55412	R$ 195,23
SFE3H77	279350NIC0045888	17/07/2026	50020	R$ 390,46
SGZ7E31	279350E000041271	21/07/2026	55412	R$ 195,23
SHR7J35	279350NIC0045873	17/07/2026	50020	R$ 390,46
SMC2E25	279350E000040804	20/07/2026	55412	R$ 195,23
TAK6J27	279350E000041100	21/07/2026	55412	R$ 195,23
TAO0I51	279350NIC0045882	17/07/2026	50020	R$ 390,46
TBB9H80	279350E000040625	18/07/2026	55412	R$ 195,23
TBD7J34	279350E000041227	21/07/2026	55412	R$ 195,23
TBT4E75	279350E000041049	20/07/2026	55412	R$ 195,23
TBU9I71	279350E000041432	21/07/2026	55412	R$ 195,23
TBX2A22	279350E000041259	21/07/2026	55412	R$ 195,23
TEE1F52	279350E000041003	20/07/2026	55412	R$ 195,23
TZZ1C78	279350E000041415	21/07/2026	55412	R$ 195,23
UAS6I75	279350E000040930	20/07/2026	55412	R$ 195,23
UAU4J40	279350NIC0045875	17/07/2026	50020	R$ 390,46
UBF7F05	279350NIC0045878	17/07/2026	50020	R$ 390,46
UBF9F72	279350E000040908	20/07/2026	55412	R$ 195,23
UBH2A65	279350E000041260	21/07/2026	55412	R$ 195,23
UBH5C90	279350E000041164	21/07/2026	55412	R$ 195,23
UBI7I97	279350NIC0045874	17/07/2026	50020	R$ 390,46
UBL8I76	279350E000041431	21/07/2026	55412	R$ 195,23
UBS4D31	279350E000040744	20/07/2026	55412	R$ 195,23
UBX9G18	279350E000041122	21/07/2026	55412	R$ 195,23
UCA4E30	279350E000041334	21/07/2026	55412	R$ 195,23
UCH5G28	279350E000040836	20/07/2026	55412	R$ 195,23
UCH5G28	279350E000041262	21/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:02ABA957

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 03/12/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAK7994	279350E000042310	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AAM2750	279350S000269162	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AAO9A05	279350S000269000	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ABE7415	279350E000042348	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ABJ7F89	279350E000041653	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ABL7279	279350E000042184	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ABM3I42	279350NIC0045922	18/07/2026	50020	R$ 586,94
ABM6J36	279350NIC0045961	18/07/2026	50020	R$ 260,32
ABT1331	279350NIC0045917	18/07/2026	50020	R$ 390,46
ABW6A95	279350S000269253	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ABW9F29	279350E000042093	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ACS8G23	279350E000042538	25/07/2026	55412	R$ 195,23
ACS9I68	279350E000041548	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ACZ3D63	279350E000041561	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ACZ3E86	279350NIC0045915	18/07/2026	50020	R$ 260,32
ACZ7B96	279350E000041496	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ADC2471	279350E000041966	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ADD0775	279350E000042331	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ADJ2A43	279350E000041754	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ADK6D33	279350E000041932	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ADQ7F55	279350E000042164	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ADQ7F55	279350E000041488	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ADZ7A70	279350E000042134	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AEL8166	279350E000041610	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AEO8I08	279350S000269083	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AES0483	279350S000269027	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AEW0706	279350E000042217	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AEZ0E33	279350S000269124	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AFB1903	279350S000269250	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AFI8785	279350NIC0045950	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AFR0G28	279350S000269268	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AFS1699	279350E000041812	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AFV2553	279350S000269275	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AFW7H73	279350S000269317	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AFX2449	279350E000041659	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AFZ3B39	279350NIC0045933	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AFZ3B39	279350NIC0045934	18/07/2026	50020	R$ 390,46
AGD0E16	279350E000042570	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AGD8D20	279350S000269158	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AGK8B04	279350T000138345	25/07/2026	52070	R$ 88,38
AGN3313	279350S000269336	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AGT1C12	279350E000041687	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AGU1E44	279350E000042382	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AGU4433	279350E000042446	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AGY2458	279350S000269312	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AGY2458	279350S000269261	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AHB2I39	279350S000268985	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AHB2I39	279350S000269011	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AHB2I39	279350E000041924	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AHG1A20	279350E000041929	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AHG1A20	279350E000041739	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AHG4166	279350E000042477	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AHP3C39	279350E000042044	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AHQ0A27	279350S000269140	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AHR0413	279350S000269163	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AHT3E52	279350S000269256	28/07/2026	56732	R$ 130,16
AHV4J49	279350E000042428	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AHZ0H86	279350S000269189	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AHZ0H86	279350S000269153	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AII2I17	279350S000269354	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AIK1B34	279350E000041813	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AIL6E55	279350E000042189	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AIL9F64	279350E000042283	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AIP5259	279350E000042213	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AIT7180	279350S000269362	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AJH6D00	279350S000268996	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AJH7746	279350S000269346	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AJK8A87	279350E000042496	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AJN4682	279350S000269277	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AJO8D18	279350S000269321	29/07/2026	56732	R$ 130,16
AJS5B19	279350E000042194	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AJZ0J81	279350E000042030	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AKA1G55	279350E000042485	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AKE1C11	279350E000042231	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AKE5H78	279350S000269155	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AKK4138	279350S000269112	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AKN4D15	279350S000269347	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AKO8H32	279350E000042572	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AKR2F08	279350S000269331	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AKR8A59	279350NIC0045909	18/07/2026	50020	R$ 390,46
AKS9104	279350S000269105	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AKV6762	279350S000269001	25/07/2026	56732	R$ 130,16
AKY5B89	279350S000269197	27/07/2026	60503	R$ 293,47

ALC0805	279350S000269254	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ALC0D60	279350S000269109	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ALD9I68	279350E000041841	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ALH6I91	279350E000041577	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ALI2A13	279350E000041710	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ALI8A85	279350E000042346	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ALI8A85	279350E000042038	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ALI8A85	279350E000041760	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ALN7960	279350E000041501	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ALO1350	279350S000269129	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ALQ5G13	279350S000269244	28/07/2026	60503	R$ 293,47
ALQ8675	279350E000041512	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ALT6063	279350S000269351	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ALX3G00	279350S000269034	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ALZ5E38	279350E000042074	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ALZ8J34	279350T000142399	29/07/2026	51851	R$ 195,23
AMA7884	279350S000269059	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AMF6354	279350E000041444	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AMH4B21	279350S000269167	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AML1A87	279350E000041855	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AML8563	279350S000269173	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AMP8134	279350S000269301	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AMP8G55	279350E000042574	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AMS2B70	279350E000042027	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AMU6D28	279350S000269221	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AMW9C70	279350E000041927	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AMX9068	279350S000269238	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AMX9068	279350S000269243	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AMY9J31	279350E000042139	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ANG6J07	279350S000268974	24/07/2026	60503	R$ 293,47
ANI6A36	279350NIC0045901	18/07/2026	50020	R$ 586,94
ANJ8C00	279350E000041991	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ANM0548	279350S000269141	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ANM0548	279350S000269028	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ANM0548	279350S000269144	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ANO7F93	279350E000042420	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ANQ1F66	279350S000269305	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ANQ3461	279350S000269037	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ANR8B57	279350E000041595	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ANR9A70	279350S000266345	20/06/2026	56732	R$ 130,16
ANU6B90	279350T000142395	29/07/2026	51851	R$ 195,23
ANU9717	279350S000269169	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ANW5719	279350S000268969	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AOB2261	279350S000269009	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AOB5415	279350NIC0045907	18/07/2026	50020	R$ 390,46
AOE6F05	279350NIC0045913	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AOF5F11	279350E000042121	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AOH4190	279350S000269157	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AOH4190	279350S000269232	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AOI7849	279350S000269133	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AOI8C33	279350E000041928	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AOL0920	279350S000269020	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AOL8D88	279350E000041752	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AOO4430	279350E000042500	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AOQ9875	279350S000269194	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AOR8246	279350S000269003	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AOS5828	279350S000269356	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AOS5828	279350S000269263	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AOT6H16	279350S000269226	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AOU8E95	279350S000268993	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AOY3F15	279350NIC0045942	18/07/2026	50020	R$ 390,46
APA7F71	279350E000042448	24/07/2026	55412	R$ 195,23
APB3467	279350E000042243	24/07/2026	55412	R$ 195,23
APD0D20	279350E000042222	24/07/2026	55412	R$ 195,23
APD7G19	279350E000042497	25/07/2026	55412	R$ 195,23
APG9147	279350S000269198	27/07/2026	60503	R$ 293,47
APL4B25	279350E000042469	24/07/2026	55412	R$ 195,23
APQ6385	279350S000268997	25/07/2026	60503	R$ 293,47
APU3020	279350S000269134	26/07/2026	60503	R$ 293,47
APY3567	279350E000041994	23/07/2026	55412	R$ 195,23
APZ8277	279350E000042529	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AQD2596	279350E000041491	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AQG1E62	279350S000269353	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AQG2D20	279350E000041811	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AQH1E17	279350E000042406	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AQI1470	279350E000042028	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AQL5881	279350S000269150	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AQP8F84	279350S000269072	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AQP9G31	279350NIC0045929	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AQR8967	279350S000269190	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AQR9A73	279350T000142397	29/07/2026	51851	R$ 195,23
AQS0654	279350S000269337	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AQU2I34	279350T000142390	29/07/2026	51851	R$ 195,23
AQV3905	279350E000042024	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AQV9B63	279350E000042075	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AQZ0A78	279350E000041531	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AQZ5I13	279350E000041532	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AQZ6J63	279350S000269107	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AQZ6J63	279350S000269081	26/07/2026	60503	R$ 293,47

ARA0I56	279350E000041683	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ARE0F30	279350S000269328	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ARE6H37	279350E000042256	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ARF8532	279350E000042250	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ARG1425	279350E000042163	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ARG9F99	279350E000041799	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ARH7B87	279350S000269276	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ARI9F13	279350E000042329	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ARJ9C93	279350E000042363	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ARM3H75	279350T000142383	28/07/2026	51852	R$ 195,23
ARM4A59	279350E000041677	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ARN0D74	279350S000269227	28/07/2026	56732	R$ 130,16
ARN6829	279350S000269022	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ARO3059	279350E000042073	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ARO7B05	279350E000041545	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ARU4C91	279350E000041459	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ARV8E14	279350S000269178	27/07/2026	56732	R$ 130,16
ARX0478	279350E000042544	25/07/2026	55412	R$ 195,23
ARX6920	279350S000269013	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ARZ2374	279350E000041787	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ASF3F91	279350S000269334	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ASJ6I07	279350S000269041	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ASK8J40	279350S000269160	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ASL6J13	279350E000041630	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ASM7181	279350E000042508	25/07/2026	55412	R$ 195,23
ASN0E12	279350E000042197	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AST0650	279350E000042531	25/07/2026	55412	R$ 195,23
ASV3I10	279350E000042091	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ATA1J23	279350E000042502	25/07/2026	55412	R$ 195,23
ATB1885	279350S000269054	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ATC0978	279350E000042006	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ATC4B69	279350S000269310	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ATD3695	279350E000041644	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ATI6912	279350S000269332	29/07/2026	60503	R$ 293,47
ATJ0C18	279350T000142386	28/07/2026	51851	R$ 195,23
ATK6B69	279350S000269135	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ATK7759	279350S000269104	26/07/2026	60503	R$ 293,47
ATL0186	279350E000042332	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ATT8830	279350E000042304	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ATT8G55	279350S000269203	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ATT8G55	279350S000269172	27/07/2026	60503	R$ 293,47
ATU4H91	279350E000042083	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ATU9F16	279350E000042385	24/07/2026	55412	R$ 195,23
ATV4076	279350S000268980	24/07/2026	60503	R$ 293,47
ATV8777	279350NIC0045914	18/07/2026	50020	R$ 586,94
ATX5I71	279350S000269042	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ATX7F62	279350E000041934	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ATZ1729	279350E000041622	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AUB5250	279350E000042056	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AUH1I13	279350E000041989	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AUN5F50	279350T000142381	28/07/2026	51851	R$ 195,23
AUP4464	279350S000268960	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AUQ4H53	279350NIC0045952	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AUV8E48	279350S000269031	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AUX1B26	279350E000042533	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AVA2F63	279350NIC0045932	18/07/2026	50020	R$ 390,46
AVB6704	279350S000269065	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AVB6G63	279350S000269224	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AVD1H16	279350E000042034	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AVE9984	279350E000041451	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AVF3487	279350E000041943	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AVM4E30	279350S000269108	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AVM7C59	279350T000142382	28/07/2026	51851	R$ 195,23
AVN3421	279350S000269343	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AVP8E58	279350E000042580	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AVT7D91	279350E000042556	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AWA7774	279350E000041780	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB2J83	279350S000269120	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AWB4H77	279350E000042309	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AWC7989	279350E000041517	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AWE0253	279350S000269033	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AWH1A89	279350E000041834	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AWH3142	279350S000269152	27/07/2026	60503	R$ 293,47
AWK1D95	279350E000041792	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AWK2395	279350S000269326	29/07/2026	56732	R$ 130,16
AWK6744	279350E000041539	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AWL5841	279350S000269300	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AWL6H16	279350E000042221	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AWN1H85	279350S000269049	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AWN3F13	279350NIC0045964	18/07/2026	50020	R$ 390,46
AWQ9G11	279350S000269106	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AWR5D91	279350E000041825	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AWS0I70	279350T000122144	28/07/2026	59910	R$ 293,47
AWS7A23	279350E000041959	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AWU9608	279350E000041826	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AWV2254	279350E000041465	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AWY0E74	279350S000269361	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AWZ0H35	279350E000041990	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AWZ2I77	279350NIC0045968	18/07/2026	50020	R$ 390,46

AWZ6A61	279350NIC0045963	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AXA1D40	279350S000269206	27/07/2026	56732	R$ 130,16
AXA8C78	279350S000269363	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AXB5F56	279350E000042537	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AXB6A64	279350S000269114	26/07/2026	60503	R$ 293,47
AXB6F08	279350S000269349	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AXF1B66	279350E000041725	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AXF2D99	279350NIC0045921	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AXG5185	279350E000042196	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AXH0J76	279350E000041621	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AXI4H52	279350E000041972	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AXJ8B79	279350E000042167	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AXK4E16	279350T000142380	28/07/2026	51851	R$ 195,23
AXL6J98	279350E000042546	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AXM9G70	279350E000042080	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AXO9H09	279350E000041637	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AXP1I53	279350E000041737	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AXQ8103	279350E000042421	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AXR4I60	279350S000268948	24/07/2026	60503	R$ 293,47
AXW2H39	279350E000041734	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AXY6C20	279350S000269267	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AXY7D84	279350E000041625	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AXZ7B93	279350E000041442	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AYA6036	279350E000042251	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AYD4629	279350S000269046	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AYD4629	279350S000269018	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AYD4629	279350S000269248	28/07/2026	60503	R$ 293,47
AYI3425	279350E000041533	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AYJ4141	279350E000041629	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AYO2G80	279350E000041854	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AYQ1B59	279350E000042579	25/07/2026	55412	R$ 195,23
AYR7E75	279350E000042267	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AYV1J66	279350T000142392	29/07/2026	51852	R$ 195,23
AYW9A03	279350E000041846	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AZD1C45	279350E000041475	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AZD3A51	279350S000268990	25/07/2026	60503	R$ 293,47
AZE7370	279350NIC0045939	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AZF4099	279350S000269279	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AZH0F30	279350S000269128	26/07/2026	56732	R$ 130,16
AZH2745	279350T000142385	28/07/2026	51851	R$ 195,23
AZH8G27	279350E000041511	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AZI3E44	279350E000042296	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AZK8I75	279350E000041953	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AZK9C26	279350NIC0045967	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AZL0493	279350NIC0045947	18/07/2026	50020	R$ 390,46
AZM1F59	279350E000041997	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AZP7622	279350E000041541	22/07/2026	55412	R$ 195,23
AZP8G39	279350E000042443	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AZR0G22	279350NIC0045953	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AZR7254	279350S000269270	29/07/2026	60503	R$ 293,47
AZW1H26	279350E000041865	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AZW4F48	279350E000042072	23/07/2026	55412	R$ 195,23
AZY8904	279350E000042390	24/07/2026	55412	R$ 195,23
AZZ5D54	279350NIC0045945	18/07/2026	50020	R$ 586,94
AZZ5D54	279350S000268947	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BAB6B14	279350E000041827	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BAD1C27	279350E000042514	25/07/2026	55412	R$ 195,23
BAD8C06	279350NIC0045980	18/07/2026	50020	R$ 390,46
BAF3G28	279350NIC0045896	18/07/2026	50020	R$ 260,32
BAF7359	279350E000042504	25/07/2026	55412	R$ 195,23
BAI5D23	279350E000042279	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BAK1D07	279350S000269282	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BAK5384	279350E000042520	25/07/2026	55412	R$ 195,23
BAN8G07	279350S000269149	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BAQ5E00	279350E000041590	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BAQ5J90	279350E000042486	25/07/2026	55412	R$ 195,23
BAR6582	279350S000268984	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BAS2C04	279350S000269180	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BAT7E61	279350E000041829	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BAU6801	279350T000122143	28/07/2026	60843	R$ 195,23
BAU7C95	279350S000268967	24/07/2026	56732	R$ 130,16
BAV3G43	279350E000042353	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BAY6D34	279350T000118120	29/07/2026	76331	R$ 293,47
BBC8C80	279350S000269307	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BBE6J71	279350E000042554	25/07/2026	55412	R$ 195,23
BBF4B22	279350NIC0045949	18/07/2026	50020	R$ 586,94
BBF7292	279350NIC0045925	18/07/2026	50020	R$ 586,94
BBG4F96	279350E000041567	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BBH2267	279350NIC0045918	18/07/2026	50020	R$ 390,46
BBI5C72	279350E000041952	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BBJ0D47	279350E000041835	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BBJ0D47	279350E000041571	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BBJ0D47	279350E000041692	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BBK5E65	279350E000041976	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BBL8D61	279350E000041853	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BBN1B19	279350E000041942	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BBN1D05	279350E000041591	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BBN9H43	279350E000042518	25/07/2026	55412	R$ 195,23
BBO3654	279350E000042321	24/07/2026	55412	R$ 195,23

BBP6D18	279350S000269025	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BBQ3E93	279350S000269088	26/07/2026	60503	R$ 293,47
BBQ5F35	279350E000042298	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BBU2I41	279350S000269070	26/07/2026	60503	R$ 293,47
BBV2077	279350CND0001214	05/06/2026	50292	R$ 880,41
BBW5C82	279350S000269242	28/07/2026	60503	R$ 293,47
BBW9257	279350E000042450	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BBX2D27	279350E000041620	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BBY7967	279350S000269330	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BCC6H34	279350NIC0045928	18/07/2026	50020	R$ 260,32
BCE4J52	279350E000042439	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BCE6978	279350E000042214	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BCG7B37	279350E000041472	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BCG7B37	279350E000042013	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BCI0540	279350S000269201	27/07/2026	60503	R$ 293,47
BCJ0H28	279350E000041566	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BCJ2G93	279350E000042239	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BCJ3493	279350S000269092	26/07/2026	60503	R$ 293,47
BCJ4986	279350E000041861	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BCJ7A97	279350S000269032	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BCL4305	279350E000041447	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BCM4B89	279350NIC0045891	18/07/2026	50020	R$ 586,94
BCQ3J36	279350E000041748	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BCR4J17	279350NIC0045948	18/07/2026	50020	R$ 586,94
BCS8H94	279350NIC0045908	18/07/2026	50020	R$ 586,94
BCT2G46	279350E000041436	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT4G87	279350NIC0045940	18/07/2026	50020	R$ 586,94
BCT4I00	279350E000041704	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BCV2E80	279350E000041843	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BCV7E64	279350S000269188	27/07/2026	56732	R$ 130,16
BCW9F35	279350E000042564	25/07/2026	55412	R$ 195,23
BDB9J78	279350E000041525	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BDC0D22	279350E000042171	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BDD0F39	279350E000042176	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BDE6F68	279350S000269281	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BDI4J81	279350E000041480	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BDK1B56	279350S000268988	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BDM8C35	279350S000269137	26/07/2026	60503	R$ 293,47
BDM8C35	279350S000269012	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BDP5A93	279350E000042577	25/07/2026	55412	R$ 195,23
BDQ9G79	279350E000042360	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BDT6I62	279350E000042270	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BDT7H79	279350E000042125	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BDX4G82	279350E000041584	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BDX7C03	279350S000269298	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BDY6H34	279350E000042425	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BEB8A28	279350E000042349	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BEE4B74	279350E000041711	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BEE4J63	279350S000269063	25/07/2026	60503	R$ 293,47
BEG6C91	279350E000041663	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BEG6H91	279350S000269249	28/07/2026	60503	R$ 293,47
BEH6B82	279350NIC0045927	18/07/2026	50020	R$ 586,94
BEM5625	279350E000041880	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BEM6G14	279350E000042453	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BEM7J04	279350S000269087	26/07/2026	60503	R$ 293,47
BEN3D45	279350T000142400	29/07/2026	51852	R$ 195,23
BEN7G90	279350S000269286	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BEQ6H14	279350E000041777	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BES1C08	279350E000041456	22/07/2026	55412	R$ 195,23
BES1C08	279350E000042158	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BEX8G38	279350S000268950	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BEY6F84	279350S000269342	29/07/2026	60503	R$ 293,47
BEZ7I42	279350E000041902	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BEZ7I42	279350E000042271	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BIE9525	279350S000268982	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BLU8891	279350S000268937	24/07/2026	60503	R$ 293,47
BPB0385	279350T000142384	28/07/2026	51851	R$ 195,23
BPZ3663	279350T000142389	29/07/2026	51851	R$ 195,23
BSC9G60	279350E000042141	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BUO0222	279350E000041986	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BUZ1F99	279350E000042422	24/07/2026	55412	R$ 195,23
BVZ4085	279350E000041785	23/07/2026	55412	R$ 195,23
BWJ0C93	279350S000269338	29/07/2026	60503	R$ 293,47
CAK2B41	279350E000042369	24/07/2026	55412	R$ 195,23
CAS8508	279350E000042325	24/07/2026	55412	R$ 195,23
CER9430	279350S000269364	29/07/2026	60503	R$ 293,47
CFZ1G47	279350E000042206	24/07/2026	55412	R$ 195,23
CKC8553	279350E000042558	25/07/2026	55412	R$ 195,23
CNG1882	279350E000042225	24/07/2026	55412	R$ 195,23
CRK1145	279350E000041492	22/07/2026	55412	R$ 195,23
CVA7H46	279350E000041868	23/07/2026	55412	R$ 195,23
CWF0J30	279350S000269117	26/07/2026	60503	R$ 293,47
CWJ6904	279350E000042299	24/07/2026	55412	R$ 195,23
CYR1849	279350E000042095	23/07/2026	55412	R$ 195,23
CZG4I82	279350S000269271	29/07/2026	60503	R$ 293,47
CZQ6D60	279350E000041680	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DAS7H88	279350S000269212	28/07/2026	60503	R$ 293,47
DBF1669	279350S000269211	28/07/2026	60503	R$ 293,47
DCA8F72	279350E000041614	22/07/2026	55412	R$ 195,23

DCD6049	279350E000042269	24/07/2026	55412	R$ 195,23
DDP8J82	279350E000041775	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DDU0I28	279350E000042152	24/07/2026	55412	R$ 195,23
DFE4E26	279350E000041681	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DFU7F54	279350S000269127	26/07/2026	60503	R$ 293,47
DGO0J41	279350E000042078	23/07/2026	55412	R$ 195,23
DGO4261	279350E000041524	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DGW6G86	279350E000041702	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DJB9582	279350E000042037	23/07/2026	55412	R$ 195,23
DJB9582	279350E000041476	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DJQ5055	279350S000268994	25/07/2026	60503	R$ 293,47
DMM1595	279350E000042330	24/07/2026	55412	R$ 195,23
DNE1385	279350E000041497	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DPB5G12	279350S000269309	29/07/2026	60503	R$ 293,47
DPM6228	279350E000041850	23/07/2026	55412	R$ 195,23
DPP4C05	279350E000041794	23/07/2026	55412	R$ 195,23
DPR6I11	279350S000269056	25/07/2026	56732	R$ 130,16
DQH4355	279350E000042561	25/07/2026	55412	R$ 195,23
DQP8D90	279350E000042291	24/07/2026	55412	R$ 195,23
DRG6F29	279350E000042046	23/07/2026	55412	R$ 195,23
DRM6628	279350E000041810	23/07/2026	55412	R$ 195,23
DRM6628	279350E000042366	24/07/2026	55412	R$ 195,23
DUT3G47	279350E000041471	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DVS3211	279350E000041489	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DWJ2H41	279350E000042418	24/07/2026	55412	R$ 195,23
DWN0770	279350E000042318	24/07/2026	55412	R$ 195,23
DWN0770	279350E000041695	22/07/2026	55412	R$ 195,23
DWP4C04	279350S000269255	28/07/2026	60503	R$ 293,47
DXT4637	279350E000042154	24/07/2026	55412	R$ 195,23
DXX4611	279350T000142398	29/07/2026	51851	R$ 195,23
DYE5B49	279350E000042517	25/07/2026	55412	R$ 195,23
DYQ8932	279350NIC0045960	18/07/2026	50020	R$ 586,94
EAM5B73	279350E000041587	22/07/2026	55412	R$ 195,23
EAR2B03	279350NIC0045943	18/07/2026	50020	R$ 586,94
EDB1E37	279350E000041454	22/07/2026	55412	R$ 195,23
EDS5G10	279350E000041781	23/07/2026	55412	R$ 195,23
EEE9G48	279350S000269357	29/07/2026	60503	R$ 293,47
EEH6399	279350E000042368	24/07/2026	55412	R$ 195,23
EFG0I62	279350S000269333	29/07/2026	60503	R$ 293,47
EGM4309	279350E000042218	24/07/2026	55412	R$ 195,23
EIS8B27	279350E000042563	25/07/2026	55412	R$ 195,23
EIW7D23	279350E000041867	23/07/2026	55412	R$ 195,23
EKR3G69	279350E000041779	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ELL8536	279350E000042553	25/07/2026	55412	R$ 195,23
EMC7C02	279350E000041800	23/07/2026	55412	R$ 195,23
EMG1752	279350E000041830	23/07/2026	55412	R$ 195,23
EMG1752	279350E000042275	24/07/2026	55412	R$ 195,23
EMW3B97	279350S000269068	25/07/2026	60503	R$ 293,47
ENI8B88	279350E000041778	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ENM0A64	279350E000041578	22/07/2026	55412	R$ 195,23
ENR1547	279350E000042498	25/07/2026	55412	R$ 195,23
EPQ4J40	279350S000269079	26/07/2026	56732	R$ 130,16
EPW4I90	279350S000268940	24/07/2026	60503	R$ 293,47
EQT2D05	279350E000042005	23/07/2026	55412	R$ 195,23
ERE9324	279350E000042512	25/07/2026	55412	R$ 195,23
ETA5H67	279350S000269110	26/07/2026	56732	R$ 130,16
ETM3C13	279350S000269125	26/07/2026	60503	R$ 293,47
EUN2G96	279350S000269291	29/07/2026	60503	R$ 293,47
EUP1I59	279350E000042557	25/07/2026	55412	R$ 195,23
EUZ7B31	279350E000042182	24/07/2026	55412	R$ 195,23
FAH2F14	279350S000268963	24/07/2026	56732	R$ 130,16
FAK4D52	279350E000041772	22/07/2026	55412	R$ 195,23
FBB6E96	279350S000269053	25/07/2026	56732	R$ 130,16
FCC9F96	279350NIC0045962	18/07/2026	50020	R$ 586,94
FEO0J42	279350E000041913	23/07/2026	55412	R$ 195,23
FFC0A78	279350S000269171	27/07/2026	60503	R$ 293,47
FFK4A94	279350E000041510	22/07/2026	55412	R$ 195,23
FFL3E43	279350S000269199	27/07/2026	60503	R$ 293,47
FFT3G83	279350S000269126	26/07/2026	60503	R$ 293,47
FFX3B68	279350E000042532	25/07/2026	55412	R$ 195,23
FGG5E44	279350S000269303	29/07/2026	60503	R$ 293,47
FGP5I02	279350S000269222	28/07/2026	60503	R$ 293,47
FGS6D97	279350S000269047	25/07/2026	60503	R$ 293,47
FGT9B10	279350S000268944	24/07/2026	60503	R$ 293,47
FIN0I17	279350S000269030	25/07/2026	60503	R$ 293,47
FIV7A48	279350E000041642	22/07/2026	55412	R$ 195,23
FKB0719	279350S000268939	24/07/2026	56732	R$ 130,16
FLN0H99	279350S000269165	27/07/2026	60503	R$ 293,47
FPH1J51	279350E000041443	22/07/2026	55412	R$ 195,23
FQM7C49	279350E000042522	25/07/2026	55412	R$ 195,23
FQN4I87	279350E000041523	22/07/2026	55412	R$ 195,23
FQT6600	279350E000041831	23/07/2026	55412	R$ 195,23
FQW6B47	279350E000042098	23/07/2026	55412	R$ 195,23
FTO4A15	279350S000269348	29/07/2026	60503	R$ 293,47
FTU9I36	279350E000042487	25/07/2026	55412	R$ 195,23
FXL5B09	279350E000042136	24/07/2026	55412	R$ 195,23
FYA0E27	279350E000041585	22/07/2026	55412	R$ 195,23
FZR1J99	279350S000269264	28/07/2026	60503	R$ 293,47
GAC1C39	279350S000269143	27/07/2026	60503	R$ 293,47

GAT6F34	279350T000122146	28/07/2026	76251	R$ 293,47
GBM2F30	279350NIC0045965	18/07/2026	50020	R$ 586,94
GBP8088	279350E000041564	22/07/2026	55412	R$ 195,23
GBP8088	279350E000041936	23/07/2026	55412	R$ 195,23
GBP8088	279350E000042200	24/07/2026	55412	R$ 195,23
GCA3B21	279350NIC0045958	18/07/2026	50020	R$ 586,94
GCE6J58	279350E000041836	23/07/2026	55412	R$ 195,23
GCE6J58	279350E000041572	22/07/2026	55412	R$ 195,23
GDH5E65	279350E000042113	23/07/2026	55412	R$ 195,23
GGD2C37	279350E000042358	24/07/2026	55412	R$ 195,23
GHT0B95	279350S000269283	29/07/2026	60503	R$ 293,47
GIJ1J53	279350S000268955	24/07/2026	56732	R$ 130,16
GIZ7G07	279350NIC0045937	18/07/2026	50020	R$ 586,94
GJT5D79	279350S000269322	29/07/2026	56732	R$ 130,16
GSP9I60	279350E000042411	24/07/2026	55412	R$ 195,23
GVE7H43	279350S000268961	24/07/2026	60503	R$ 293,47
GVL8J52	279350E000042528	25/07/2026	55412	R$ 195,23
HHG6G46	279350E000041552	22/07/2026	55412	R$ 195,23
HHI3373	279350E000041917	23/07/2026	55412	R$ 195,23
HLI5497	279350S000269082	26/07/2026	60503	R$ 293,47
HMI0077	279350E000041784	23/07/2026	55412	R$ 195,23
HSA8C93	279350NIC0045916	18/07/2026	50020	R$ 390,46
HSC2A85	279350E000042359	24/07/2026	55412	R$ 195,23
HSD2I61	279350E000041789	23/07/2026	55412	R$ 195,23
HSF3B82	279350E000042234	24/07/2026	55412	R$ 195,23
HSF3B82	279350E000041546	22/07/2026	55412	R$ 195,23
HSF3B82	279350E000042070	23/07/2026	55412	R$ 195,23
HSI2G80	279350E000042480	25/07/2026	55412	R$ 195,23
HSX9F22	279350T000137363	29/07/2026	65300	R$ 195,23
HSZ3497	279350S000269262	28/07/2026	60503	R$ 293,47
HTC6J43	279350E000041740	22/07/2026	55412	R$ 195,23
HTI1I95	279350E000042117	23/07/2026	55412	R$ 195,23
HTJ0J86	279350E000042530	25/07/2026	55412	R$ 195,23
HWC2C95	279350E000042281	24/07/2026	55412	R$ 195,23
IDQ1410	279350T000142393	29/07/2026	51852	R$ 195,23
IGU2659	279350E000042387	24/07/2026	55412	R$ 195,23
IJY6I99	279350E000042026	23/07/2026	55412	R$ 195,23
IKY8157	279350S000269290	29/07/2026	60503	R$ 293,47
IKY8157	279350S000269258	28/07/2026	60503	R$ 293,47
IKY8157	279350S000269218	28/07/2026	60503	R$ 293,47
IKY8157	279350S000269293	29/07/2026	60503	R$ 293,47
IKY8157	279350S000269352	29/07/2026	60503	R$ 293,47
IKY8157	279350S000269085	26/07/2026	60503	R$ 293,47
IME8A46	279350E000041893	23/07/2026	55412	R$ 195,23
IMQ8B45	279350S000269161	27/07/2026	60503	R$ 293,47
IPL5H84	279350S000269168	27/07/2026	60503	R$ 293,47
IQI7A30	279350E000041848	23/07/2026	55412	R$ 195,23
IRD0C25	279350E000042501	25/07/2026	55412	R$ 195,23
IRF7G06	279350NIC0045941	18/07/2026	50020	R$ 586,94
IUW4E67	279350S000268992	25/07/2026	56732	R$ 130,16
IVG1D12	279350E000041619	22/07/2026	55412	R$ 195,23
IYE2J40	279350E000042183	24/07/2026	55412	R$ 195,23
IYT2G56	279350E000042391	24/07/2026	55412	R$ 195,23
IYY2704	279350E000041477	22/07/2026	55412	R$ 195,23
IZH6J24	279350S000269005	25/07/2026	60503	R$ 293,47
IZI0C91	279350E000042268	24/07/2026	55412	R$ 195,23
JCS9A28	279350E000042238	24/07/2026	55412	R$ 195,23
JDD0H12	279350S000269100	26/07/2026	56732	R$ 130,16
JQC7F87	279350E000042039	23/07/2026	55412	R$ 195,23
JSP7D65	279350E000042559	25/07/2026	55412	R$ 195,23
JVM1G82	279350S000269294	29/07/2026	60503	R$ 293,47
JXA6B94	279350S000269181	27/07/2026	60503	R$ 293,47
JYR3C25	279350S000269266	28/07/2026	60503	R$ 293,47
JZM9H00	279350E000042193	24/07/2026	55412	R$ 195,23
KEH1A30	279350E000042351	24/07/2026	55412	R$ 195,23
KHM5G53	279350E000042131	24/07/2026	55412	R$ 195,23
KXF5J47	279350S000269344	29/07/2026	60503	R$ 293,47
KZI3D73	279350E000041660	22/07/2026	55412	R$ 195,23
LRH5C63	279350S000269006	25/07/2026	56732	R$ 130,16
LVD2223	279350E000041606	22/07/2026	55412	R$ 195,23
LXJ4872	279350S000269089	26/07/2026	60503	R$ 293,47
MBW8D94	279350E000041941	23/07/2026	55412	R$ 195,23
MGP1D29	279350S000269061	25/07/2026	60503	R$ 293,47
MGX8726	279350S000269062	25/07/2026	60503	R$ 293,47
MGZ1D63	279350E000041774	22/07/2026	55412	R$ 195,23
MHC8J99	279350NIC0045889	18/07/2026	50020	R$ 586,94
MHH5B23	279350E000042509	25/07/2026	55412	R$ 195,23
MIB0C04	279350NIC0045897	18/07/2026	50020	R$ 586,94
MIE3C66	279350E000041502	22/07/2026	55412	R$ 195,23
MIP6I38	279350E000041437	22/07/2026	55412	R$ 195,23
MKL2482	279350S000268975	24/07/2026	60503	R$ 293,47
MMF2J26	279350E000041979	23/07/2026	55412	R$ 195,23
MOV9G65	279350S000269164	27/07/2026	60503	R$ 293,47
MTD4H32	279350E000041435	22/07/2026	55412	R$ 195,23
MYR9F45	279350S000269251	28/07/2026	56732	R$ 130,16
MZW9B97	279350E000041544	22/07/2026	55412	R$ 195,23
NBE8699	279350E000041439	22/07/2026	55412	R$ 195,23
NCI3I78	279350S000269280	29/07/2026	60503	R$ 293,47
NFL9580	279350S000269339	29/07/2026	60503	R$ 293,47

NOA2D79	279350E000041474	22/07/2026	55412	R$ 195,23
NQI0B10	279350E000041589	22/07/2026	55412	R$ 195,23
NRQ7A31	279350E000042510	25/07/2026	55412	R$ 195,23
NRT8026	279350S000268946	24/07/2026	60503	R$ 293,47
NRU1B09	279350S000268972	24/07/2026	56732	R$ 130,16
NTF0863	279350E000041441	22/07/2026	55412	R$ 195,23
NTX4H12	279350S000269285	29/07/2026	60503	R$ 293,47
OBC0A88	279350E000042513	25/07/2026	55412	R$ 195,23
OHM4I96	279350E000042021	23/07/2026	55412	R$ 195,23
OKG2I26	279350S000269035	25/07/2026	60503	R$ 293,47
OLL6I50	279350NIC0045926	18/07/2026	50020	R$ 586,94
ONW3G26	279350E000042300	24/07/2026	55412	R$ 195,23
OOJ2843	279350E000041657	22/07/2026	55412	R$ 195,23
OOU0E05	279350NIC0045969	18/07/2026	50020	R$ 586,94
OOU1119	279350S000269315	29/07/2026	56732	R$ 130,16
OQE3I90	279350E000041756	22/07/2026	55412	R$ 195,23
OQO4F08	279350E000042466	24/07/2026	55412	R$ 195,23
PBQ7I79	279350NIC0045919	18/07/2026	50020	R$ 586,94
PCM9B67	279350S000268978	24/07/2026	56732	R$ 130,16
PFQ9E01	279350E000042190	24/07/2026	55412	R$ 195,23
PKN8E60	279350S000269278	29/07/2026	60503	R$ 293,47
PKO6F51	279350S000269067	25/07/2026	60503	R$ 293,47
PPH5I20	279350E000042555	25/07/2026	55412	R$ 195,23
PQN9I38	279350NIC0045924	18/07/2026	50020	R$ 586,94
PXM2F17	279350NIC0045970	18/07/2026	50020	R$ 586,94
PZG7B19	279350E000041757	22/07/2026	55412	R$ 195,23
QAF9D64	279350NIC0045912	18/07/2026	50020	R$ 260,32
QAH8F34	279350S000269230	28/07/2026	60503	R$ 293,47
QAL2529	279350E000042413	24/07/2026	55412	R$ 195,23
QAL2B20	279350S000269192	27/07/2026	56732	R$ 130,16
QAL2E14	279350E000041744	22/07/2026	55412	R$ 195,23
QAS9B47	279350S000269299	29/07/2026	60503	R$ 293,47
QAU3C34	279350E000041820	23/07/2026	55412	R$ 195,23
QAV7D79	279350E000042503	25/07/2026	55412	R$ 195,23
QCP6D36	279350S000269066	25/07/2026	60503	R$ 293,47
QCX1D27	279350S000269132	26/07/2026	60503	R$ 293,47
QFN3G36	279350E000041670	22/07/2026	55412	R$ 195,23
QIJ4H17	279350S000269015	25/07/2026	60503	R$ 293,47
QIM4F36	279350E000041926	23/07/2026	55412	R$ 195,23
QIU2C18	279350S000269314	29/07/2026	56732	R$ 130,16
QLX1E53	279350NIC0045981	21/07/2026	50020	R$ 390,46
QMW7C03	279350S000268956	24/07/2026	60503	R$ 293,47
QNI7A77	279350S000268943	24/07/2026	60503	R$ 293,47
QPH9J36	279350NIC0045959	18/07/2026	50020	R$ 586,94
QPR9C67	279350NIC0045894	18/07/2026	50020	R$ 586,94
QUJ1H87	279350S000269045	25/07/2026	56732	R$ 130,16
QWF4J18	279350S000269345	29/07/2026	60503	R$ 293,47
QWQ4E99	279350S000269091	26/07/2026	60503	R$ 293,47
QWV1B86	279350S000269355	29/07/2026	60503	R$ 293,47
QYP9A18	279350S000269247	28/07/2026	60503	R$ 293,47
QYP9A18	279350S000269237	28/07/2026	60503	R$ 293,47
QZK0H26	279350NIC0045923	18/07/2026	50020	R$ 390,46
RAB9A06	279350E000041815	23/07/2026	55412	R$ 195,23
RAK0H63	279350T000122145	28/07/2026	54600	R$ 130,16
RAV6F11	279350E000042227	24/07/2026	55412	R$ 195,23
RBG6C58	279350S000269010	25/07/2026	60503	R$ 293,47
RBG6C58	279350S000269077	26/07/2026	60503	R$ 293,47
RBG6C58	279350S000269071	26/07/2026	60503	R$ 293,47
RDS2I64	279350E000042396	24/07/2026	55412	R$ 195,23
REZ9D83	279350E000041597	22/07/2026	55412	R$ 195,23
RFB5D77	279350S000269147	27/07/2026	60503	R$ 293,47
RFD4E82	279350S000269274	29/07/2026	60503	R$ 293,47
RFL5B43	279350E000042492	25/07/2026	55412	R$ 195,23
RHA0G12	279350S000268977	24/07/2026	60503	R$ 293,47
RHA0G12	279350S000268976	24/07/2026	60503	R$ 293,47
RHA0G12	279350S000269040	25/07/2026	60503	R$ 293,47
RHA0G12	279350S000269360	29/07/2026	60503	R$ 293,47
RHB6J10	279350E000042565	25/07/2026	55412	R$ 195,23
RHD1J87	279350E000041555	22/07/2026	55412	R$ 195,23
RHF3C69	279350E000042009	23/07/2026	55412	R$ 195,23
RHG6B58	279350S000269273	29/07/2026	60503	R$ 293,47
RHG6E51	279350E000042195	24/07/2026	55412	R$ 195,23
RHI8D95	279350NIC0045954	18/07/2026	50020	R$ 260,32
RHJ3B69	279350E000042365	24/07/2026	55412	R$ 195,23
RHK8C81	279350E000041633	22/07/2026	55412	R$ 195,23
RHL3F21	279350S000269170	27/07/2026	56732	R$ 130,16
RHL7G94	279350NIC0045951	18/07/2026	50020	R$ 586,94
RHN4C29	279350S000269304	29/07/2026	60503	R$ 293,47
RHO8E73	279350S000269313	29/07/2026	60503	R$ 293,47
RHP3F11	279350S000269208	28/07/2026	60503	R$ 293,47
RHQ8F38	279350NIC0045966	18/07/2026	50020	R$ 260,32
RHR4D68	279350E000042149	24/07/2026	55412	R$ 195,23
RHR6C56	279350S000269216	28/07/2026	60503	R$ 293,47
RHT5G14	279350E000042438	24/07/2026	55412	R$ 195,23
RHT7A63	279350E000041536	22/07/2026	55412	R$ 195,23
RHU1D22	279350E000041537	22/07/2026	55412	R$ 195,23
RHW3B62	279350E000042143	24/07/2026	55412	R$ 195,23
RHW7D55	279350E000042052	23/07/2026	55412	R$ 195,23
RHY2A82	279350S000269196	27/07/2026	60503	R$ 293,47

RHZ2I43	279350S000269205	27/07/2026	60503	R$ 293,47
RJS7G85	279350E000042441	24/07/2026	55412	R$ 195,23
RLA0F84	279350NIC0045956	18/07/2026	50020	R$ 586,94
RMV2I11	279350NIC0045944	18/07/2026	50020	R$ 586,94
RNH1D72	279350S000269219	28/07/2026	60503	R$ 293,47
RSA4G57	279350S000268987	25/07/2026	60503	R$ 293,47
RTA5C64	279350S000269225	28/07/2026	60503	R$ 293,47
RWE8G76	279350E000042110	23/07/2026	55412	R$ 195,23
RWH6D75	279350S000268971	24/07/2026	60503	R$ 293,47
RYS0I03	279350E000042229	24/07/2026	55412	R$ 195,23
SDP2E50	279350NIC0045910	18/07/2026	50020	R$ 586,94
SDQ6D46	279350E000041521	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SDU2E06	279350E000041708	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SDY0C83	279350S000267193	01/07/2026	56732	R$ 130,16
SDY5J46	279350NIC0045893	18/07/2026	50020	R$ 586,94
SEB3H86	279350E000041645	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SEB5I22	279350NIC0045890	18/07/2026	50020	R$ 586,94
SEC5A30	279350S000268941	24/07/2026	60503	R$ 293,47
SEE4E22	279350E000041560	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SEE4E22	279350E000042077	23/07/2026	55412	R$ 195,23
SEE8J71	279350E000041852	23/07/2026	55412	R$ 195,23
SEH2C63	279350S000269324	29/07/2026	60503	R$ 293,47
SEH7F96	279350E000042539	25/07/2026	55412	R$ 195,23
SEJ0I54	279350S000269076	26/07/2026	60503	R$ 293,47
SEK2J81	279350S000269038	25/07/2026	60503	R$ 293,47
SEK3H28	279350E000041528	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SEL2I82	279350S000269039	25/07/2026	60503	R$ 293,47
SEM2A51	279350S000269057	25/07/2026	60503	R$ 293,47
SEN0I51	279350S000269119	26/07/2026	60503	R$ 293,47
SEO8F08	279350S000268983	24/07/2026	60503	R$ 293,47
SEP3B93	279350S000269148	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SEQ1J10	279350NIC0045911	18/07/2026	50020	R$ 586,94
SES4H88	279350S000269097	26/07/2026	60503	R$ 293,47
SET4C34	279350S000269302	29/07/2026	60503	R$ 293,47
SEU0B79	279350E000042541	25/07/2026	55412	R$ 195,23
SEU4D00	279350NIC0045946	18/07/2026	50020	R$ 586,94
SEX3I75	279350E000041529	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SEY4G70	279350E000041463	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SEY4G70	279350E000042048	23/07/2026	55412	R$ 195,23
SFB6I45	279350E000041746	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SFG3F88	279350E000042312	24/07/2026	55412	R$ 195,23
SFG3F88	279350E000041650	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SFI4D50	279350E000041485	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SFI5G92	279350E000041718	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SFL3A96	279350S000268995	25/07/2026	60503	R$ 293,47
SFM2I11	279350NIC0045900	18/07/2026	50020	R$ 586,94
SFM6A71	279350E000041481	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SFN5H81	279350E000041540	22/07/2026	55412	R$ 195,23
SGZ7E31	279350E000041961	23/07/2026	55412	R$ 195,23
SHA7F20	279350E000041992	23/07/2026	55412	R$ 195,23
SHD9G85	279350S000269245	28/07/2026	60503	R$ 293,47
SHF5J18	279350S000269191	27/07/2026	60503	R$ 293,47
SHF5J18	279350E000041871	23/07/2026	55412	R$ 195,23
SPN9A54	279350S000269069	26/07/2026	60503	R$ 293,47
SWQ0J25	279350E000041882	23/07/2026	55412	R$ 195,23
SXA6I27	279350S000269316	29/07/2026	60503	R$ 293,47
SYU5B70	279350NIC0045936	18/07/2026	50020	R$ 586,94
TAI8A67	279350E000042562	25/07/2026	55412	R$ 195,23
TAK5A43	279350S000269024	25/07/2026	60503	R$ 293,47
TAM3A84	279350S000269145	27/07/2026	60503	R$ 293,47
TAN7A89	279350S000269204	27/07/2026	56732	R$ 130,16
TAN7I35	279350NIC0045899	18/07/2026	50020	R$ 586,94
TAN7I35	279350NIC0045898	18/07/2026	50020	R$ 586,94
TAO8G88	279350NIC0045930	18/07/2026	50020	R$ 586,94
TAP4D33	279350E000042060	23/07/2026	55412	R$ 195,23
TAQ4H71	279350NIC0045957	18/07/2026	50020	R$ 390,46
TAQ5C29	279350S000269319	29/07/2026	60503	R$ 293,47
TAR2A52	279350NIC0045906	18/07/2026	50020	R$ 390,46
TAR5I02	279350S000269138	26/07/2026	56732	R$ 130,16
TAS7I86	279350E000042205	24/07/2026	55412	R$ 195,23
TAS8A18	279350E000042228	24/07/2026	55412	R$ 195,23
TAT5E70	279350NIC0045895	18/07/2026	50020	R$ 586,94
TAT7H89	279350S000269060	25/07/2026	60503	R$ 293,47
TAW7G22	279350NIC0045892	18/07/2026	50020	R$ 586,94
TAW8G99	279350S000269209	28/07/2026	60503	R$ 293,47
TAW9G15	279350S000269240	28/07/2026	60503	R$ 293,47
TAW9G15	279350S000269335	29/07/2026	56732	R$ 130,16
TAX9F18	279350E000041984	23/07/2026	55412	R$ 195,23
TAY7B79	279350S000269123	26/07/2026	60503	R$ 293,47
TAZ9J99	279350NIC0045920	18/07/2026	50020	R$ 586,94
TBB1D67	279350S000269074	26/07/2026	60503	R$ 293,47
TBB1D67	279350S000269113	26/07/2026	60503	R$ 293,47
TBC5F31	279350S000269050	25/07/2026	60503	R$ 293,47
TBC5F74	279350E000042151	24/07/2026	55412	R$ 195,23
TBC9F28	279350E000041930	23/07/2026	55412	R$ 195,23
TBD7J34	279350S000269121	26/07/2026	56732	R$ 130,16
TBD8I09	279350S000269139	27/07/2026	60503	R$ 293,47
TBF8I47	279350E000042209	24/07/2026	55412	R$ 195,23
TBG8A86	279350S000269220	28/07/2026	60503	R$ 293,47

TBK8F05	279350S000269202	27/07/2026	56732	R$ 130,16
TBM5H18	279350E000041542	22/07/2026	55412	R$ 195,23
TBN5E67	279350E000042423	24/07/2026	55412	R$ 195,23
TBN7J96	279350E000042540	25/07/2026	55412	R$ 195,23
TBO3C34	279350S000269318	29/07/2026	60503	R$ 293,47
TBR7J21	279350E000041651	22/07/2026	55412	R$ 195,23
TBS4E15	279350S000269272	29/07/2026	60503	R$ 293,47
TBS4E15	279350S000269252	28/07/2026	60503	R$ 293,47
TBU7I93	279350S000269075	26/07/2026	60503	R$ 293,47
TBZ8I68	279350S000268998	25/07/2026	60503	R$ 293,47
TPT3H19	279350S000269288	29/07/2026	60503	R$ 293,47
TYL4D60	279350S000269176	27/07/2026	60503	R$ 293,47
UAS5D77	279350S000269175	27/07/2026	60503	R$ 293,47
UAV4B70	279350NIC0045902	18/07/2026	50020	R$ 586,94
UAW2F84	279350NIC0045955	18/07/2026	50020	R$ 586,94
UAW3I70	279350E000042128	24/07/2026	55412	R$ 195,23
UAX6J32	279350S000268964	24/07/2026	60503	R$ 293,47
UBE4E43	279350E000041851	23/07/2026	55412	R$ 195,23
UBF1B76	279350NIC0045903	18/07/2026	50020	R$ 260,32
UBF3C44	279350S000269217	28/07/2026	60503	R$ 293,47
UBJ3G47	279350NIC0045931	18/07/2026	50020	R$ 586,94
UBO3C35	279350S000269166	27/07/2026	60503	R$ 293,47
UBO3C35	279350S000269187	27/07/2026	60503	R$ 293,47
UBQ6D61	279350E000041849	23/07/2026	55412	R$ 195,23
UBT0G71	279350E000041530	22/07/2026	55412	R$ 195,23
UBT3J11	279350E000041905	23/07/2026	55412	R$ 195,23
UBU1I62	279350S000269103	26/07/2026	60503	R$ 293,47
UBU6F41	279350E000042015	23/07/2026	55412	R$ 195,23
UBV2F66	279350S000269093	26/07/2026	60503	R$ 293,47
UBX3C52	279350E000042575	25/07/2026	55412	R$ 195,23
UBX9G18	279350E000042178	24/07/2026	55412	R$ 195,23
UBZ7C48	279350S000269136	26/07/2026	60503	R$ 293,47
UCC1I11	279350NIC0045935	18/07/2026	50020	R$ 390,46
UCD2H46	279350S000269058	25/07/2026	56732	R$ 130,16
UCE5C60	279350E000041673	22/07/2026	55412	R$ 195,23
UCF4A58	279350E000042308	24/07/2026	55412	R$ 195,23
UCG3A57	279350S000269004	25/07/2026	60503	R$ 293,47
UCH4H44	279350E000042102	23/07/2026	55412	R$ 195,23
UCH5G28	279350E000041648	22/07/2026	55412	R$ 195,23
UCH5H69	279350E000041554	22/07/2026	55412	R$ 195,23
UCH9D47	279350E000041793	23/07/2026	55412	R$ 195,23
UCX1G08	279350E000042132	24/07/2026	55412	R$ 195,23
UEN4C97	279350S000269359	29/07/2026	60503	R$ 293,47
UGG3J63	279350NIC0045905	18/07/2026	50020	R$ 586,94
UGG3J63	279350NIC0045904	18/07/2026	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:1E8C405C



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO Nº 30.007, DE 23 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Aprova o Plano de Ação Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, do Município da Lapa/PR, para o período de 2026 a 2029, e estabelece disposições para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DA LAPA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, com a finalidade de promover e proteger os direitos, a dignidade e o bem-estar da população idosa, de seus familiares, cuidadores e da comunidade, asseguradas a intersetorialidade e a interseccionalidade;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação intersetorial das políticas públicas municipais voltadas à promoção, à proteção e à garantia dos direitos das pessoas idosas;
CONSIDERANDO a elaboração do Diagnóstico Situacional das Pessoas Idosas no Município da Lapa/PR, que subsidia o planejamento das ações destinadas à população idosa;
CONSIDERANDO a elaboração do Plano de Ação Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, para o período de 2026 a 2029, com base no diagnóstico situacional e nas diretrizes do Programa;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações previstas no Plano Municipal de Ação;
CONSIDERANDO a Resolução nº. 01, de 23 de setembro de 2026 do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa que aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação Municipal ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, do Município de Lapa/PR
DECRETA:
Art. 1º - Fica aprovado o Plano de Ação Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, do Município da Lapa/PR, para o período de 2026 a 2029, elaborado com base no Diagnóstico Situacional das Pessoas Idosas do Município e nas diretrizes do Programa.
Parágrafo único. O Plano Municipal de Ação constitui instrumento de planejamento e organização das ações intersetoriais destinadas à promoção dos direitos, da autonomia, da participação social e da qualidade de vida das pessoas idosas no Município.
Art. 2º - A execução do Plano de Ação Municipal observará os nove eixos da iniciativa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, da Organização Mundial da Saúde (OMS), conforme as orientações constantes do guia do programa:
I – espaços ao ar livre e edifícios;
II – II – transporte;
III – habitação;
IV – participação social;
V – respeito e inclusão social;
VI – participação cívica e emprego;
VII – comunicação e informação;
VIII – apoio comunitário e serviços de saúde; e
IX – cuidado.

Art. 3º - O Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa será responsável pelo acompanhamento e monitoramento da execução do Plano de Ação Municipal, observadas as atribuições estabelecidas no respectivo ato de instituição.
§ 1º - Compete ao Comitê acompanhar o cumprimento das metas, avaliar os resultados alcançados, identificar dificuldades na execução das ações e propor medidas para o aprimoramento do Plano.
§ 2º - Os órgãos e setores municipais responsáveis pelas ações previstas deverão fornecer as informações necessárias ao acompanhamento e monitoramento, respeitadas suas competências institucionais.
Art. 4º - O Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa deverá coordenar a elaboração do Relatório Anual de Progresso do Plano de Ação Municipal, contendo informações sobre:
I – as ações executadas e as metas alcançadas;
II – os indicadores de acompanhamento e os resultados obtidos;
III – as dificuldades identificadas durante a execução;
IV – as medidas adotadas e as recomendações para o aprimoramento das ações.
Art. 5º - A execução das ações previstas no Plano de Ação Municipal deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como as disposições legais aplicáveis.
Art. 6º - O Plano de Ação Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI integra este Decreto como Anexo Único.
Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito do Município da Lapa

ANEXO ÚNICO
PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL
PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA

PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA
PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL 2026 A 2029
“CIDADE AMIGA DA PESSOA IDOSA”

LAPA-PARANÁ
2026

PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL 2026/2029
PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA MUNICÍPIO DE LAPA-PR

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito de Lapa

FENELON BUENO MOREIRA
Vice Prefeito de Lapa

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher

ROSELI DE SOUZA PORTES
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa
I – Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher:
Titular: Angela Krainski Dallabona
Suplente: Liziane Ramalho Pinto

II – Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Franciely Piovezan dos Santos
Suplente: Regina de Oliveira

III – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:
Titular: Aliane Sossela Valente
Suplente: Evandro da Luz Ramos

IV – Secretaria Municipal de Cultura:
Titular: Bernadete Aparecida Schula Pereira
Suplente: Lorena Bruel Antonio

V – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte:
Titular: Mauricio Benedito Aguiar Berghauser
Suplente: Wilamary Teixeira Batista

VI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:
Titular: Roseli de Souza Portes
Suplente: Andrea Maria Hammerschmidt Mendes

VII – Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Paulo:
Titular: Terezinha de Jesus Ribeiro de Souza
Suplente: Joeceli Maria Jankowski Sabóia

VIII – Dispensário São Benedito:
Titular: Cristiane Ferreira Ramos Bueno
Suplente: Luciana Kuss”

LISTA DE SIGLAS

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CMDI - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IVCF-20 - Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional
FMDI - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
ONU – Organização das Nações Unidas
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMEEL – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
SMASPPM – Secretaria Municipal de Assistêcia Social e Políticas Públicas para a Mulher
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SUS - Sistema Único de Saúde
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Sumário
1. INTRODUÇÃO 7
1.1Processo de Construção Participativa 8
1.2Contextualização do Programa PAPI 9
2.O MUNICÍPIO DE LAPA, HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS 10
2.1 Perfil Territorial e Demográfico 11
2.2 Estrutura Administrativa e Serviços Públicos 13
2.3 Estrutura administrativa relacionada ao PAPI 13
2.4 Rede de Assistência Social 14
2.4.1 Rede Municipal de Saúde 15
2.4.2 Educação, Esporte e Lazer 16
2.4.3 Cultura 17
2.4.4 Infraestrutura, Obras e Transporte 17
2.4.5 Rede de Proteção e Garantia de Direitos 18
2.4.6 Controle Social 18
2.4.7 Organizações da Sociedade Civil 19
2.4.8 Articulação Intersetorial da Rede 19
2.4.9 Identidade Sociocultural 20
3.DIAGNÓSTICO SITUACIONAL 20
3.1 Diagnóstico das Pessoas e da Rede de Cuidado (Dados Quantitativos e Cadastrais): 21
3.1.1Perfil e Condição de Saúde 21
3.1.2 Mapa da Rede de Cuidado 22
3.1.3Serviços e iniciativas municipais destinados à pessoa idosa 23
3.1.4Diagnóstico da Cidade: Resultados da Escuta Participativa 23
4. PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA 2026 A 2029 30
5. MONITORAMENTO 35

5.1 Acompanhamento Durante a Execução 35
5.2 Avaliação e Revisão Anual 36
5.3 Avaliação Final 36
REFERÊNCIAS 37

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa da Lapa – Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI 2026–2029 constitui instrumento de planejamento, articulação, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa no Município da Lapa, Estado do Paraná.
Sua elaboração está vinculada ao processo de adesão do Município ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, iniciativa estadual destinada ao fortalecimento das políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo e saudável, à promoção da autonomia, da participação social, da inclusão e da melhoria da qualidade de vida da população idosa.
O Plano parte do reconhecimento de que o envelhecimento populacional constitui uma realidade que exige do Poder Público a adoção de estratégias permanentes e articuladas, capazes de responder às diferentes necessidades das pessoas idosas, considerando suas condições de saúde, autonomia, renda, vínculos familiares e comunitários, condições de moradia, mobilidade, acesso aos serviços públicos, participação social e proteção contra situações de violência, negligência, abandono e outras violações de direitos.
Nesse contexto, o Município da Lapa assume o compromisso de fortalecer uma política pública para a pessoa idosa baseada na intersetorialidade, participação social, equidade, respeito à dignidade humana e garantia de direitos, reconhecendo que a promoção do envelhecimento ativo e saudável depende da atuação integrada das diferentes políticas públicas e da participação da própria população idosa na construção das soluções para o território.
O Plano de Ação 2026–2029, orientado pelos resultados do diagnóstico situacional da população idosa, da rede de serviços e das condições do Município, bem como pelos processos de escuta e participação social, de modo que as ações propostas estejam relacionadas às necessidades e potencialidades identificadas no território.
Sua construção considera ainda as dimensões propostas pelo Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e pela perspectiva de construção de uma cidade amiga da pessoa idosa, contemplando aspectos relacionados aos espaços urbanos, transporte, habitação, participação social, respeito e inclusão, participação cívica, comunicação e informação, apoio comunitário e serviços de saúde e cuidado.

1.1 Processo de Construção Participativa

A elaboração do Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa da Lapa – Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI 2026–2029 foi conduzida de forma intersetorial, participativa e integrada, considerando as diretrizes do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e as especificidades territoriais, sociais e demográficas do Município.
O processo de construção foi coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, com a participação do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pelo Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026, e posteriormente adequado para contemplar a participação das organizações da sociedade civil com do Decreto Municipal nº 29883, de 18 de agosto de 2026. A nomeação dos membros ocorreu por meio do Decreto n° 29891, de 24 de agosto de 2026.
O Comitê constitui espaço de articulação entre diferentes políticas públicas e segmentos da sociedade, reunindo representantes da:
- Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Cultura;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI;
- Organizações da Sociedade Civil que atuem na promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa.

A construção do Plano também contou com a participação de outros órgãos públicos, organizações da sociedade civil, entidades representativas das pessoas idosas, instituições de longa permanência, grupos e associações de pessoas idosas, profissionais, cuidadores formais e informais, instituições de ensino e demais atores que possam contribuir para a compreensão da realidade da população idosa e para o planejamento das ações municipais.
O processo de elaboração foi fundamentado na análise do diagnóstico situacional da população idosa, da rede de serviços e das condições do Município, buscando identificar vulnerabilidades, necessidades, potencialidades, serviços existentes, lacunas de atendimento e oportunidades de fortalecimento das políticas públicas.
Foram consideradas informações provenientes das diferentes políticas públicas municipais, dos equipamentos e serviços que atendem direta ou indiretamente a população idosa, dos registros e sistemas de informação disponíveis, bem como das contribuições apresentadas pelos integrantes do Comitê e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
O processo foi orientado pelos princípios da participação social, intersetorialidade, equidade, respeito à dignidade da pessoa idosa, autonomia, inclusão, proteção de direitos e valorização do protagonismo da pessoa idosa, buscando assegurar que o Plano de Ação represente não apenas um instrumento administrativo, mas um compromisso municipal com a construção de uma Lapa amiga da pessoa idosa.

1.2 Contextualização do Programa PAPI

O Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (PAPI), instituído pela Lei Estadual nº 22.189/2024, tem como objetivo promover o envelhecimento digno, ativo e saudável por meio da integração das políticas públicas voltadas à pessoa idosa. O Programa é fundamentado nos princípios Cuidar das Pessoas, Fortalecer as Famílias e Preparar as Cidades, orientando ações que garantam direitos, proteção, inclusão e qualidade de vida.
Ao aderir ao PAPI (Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa), o Município da Lapa reafirma seu compromisso com a implementação de políticas públicas intersetoriais que promovam o bem-estar, a autonomia e a participação social da população idosa, fortalecendo a rede de atendimento e construindo uma cidade cada vez mais acolhedora e preparada para o envelhecimento. Nesse sentido, a participação no PAPI (Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa) busca fortalecer a capacidade municipal de planejar, articular, executar, monitorar e avaliar ações intersetoriais, considerando as características e necessidades da população idosa da Lapa e promovendo maior integração entre as políticas públicas e a rede de proteção e cuidado.
A adesão também representa o compromisso de avançar na construção de uma Lapa amiga da pessoa idosa, na qual as pessoas idosas sejam reconhecidas como sujeitos de direitos, participantes ativos da vida comunitária e protagonistas na construção das políticas públicas que lhes dizem respeito.
Para tanto, o Município instituiu o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, destinado a coordenar, articular, acompanhar e fomentar as ações relacionadas ao Programa, reunindo representantes do Poder Público, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI e de organizações da sociedade civil, fortalecendo a participação social e a atuação intersetorial.
A adesão ao PAPI, portanto, não se limita à implementação de ações isoladas, mas constitui um compromisso institucional e político de médio e longo prazo, incorporando a perspectiva do envelhecimento às diferentes áreas do planejamento municipal e buscando garantir que a Lapa esteja preparada para responder aos desafios e às oportunidades decorrentes do envelhecimento de sua população.

2. O MUNICÍPIO DE LAPA, HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS

O Município da Lapa, localizado no Estado do Paraná, integra a Região Metropolitana de Curitiba e apresenta características territoriais, demográficas, econômicas, sociais e culturais próprias que devem ser consideradas no planejamento e na implementação das políticas públicas destinadas à população idosa.
A compreensão do território constitui etapa fundamental para a elaboração do Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa, uma vez que as condições de acesso aos serviços, a distribuição da população, as características socioeconômicas, as especificidades das áreas urbana e rural e a disponibilidade de equipamentos públicos interferem diretamente nas condições de envelhecimento da população.
Nesse sentido, o presente capítulo apresenta uma caracterização geral do Município da Lapa, contemplando aspectos territoriais, demográficos, históricos, socioeconômicos e administrativos, com destaque para elementos que possuem relação direta ou indireta com a promoção do envelhecimento ativo e saudável. A análise territorial também permitirá identificar diferenças existentes entre as regiões do Município e subsidiará a definição

2.1 Perfil Territorial e Demográfico

O município da Lapa está localizado na Região Metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná, e possui área territorial de 2.093,86 km², com ampla extensão rural. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo 2022), a população é de 45.003 habitantes, com densidade demográfica de aproximadamente 21,5 habitantes/km². A população com 60 anos ou mais representa cerca de 17,23% do total, correspondendo a aproximadamente 7.750 pessoas idosas, (Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Demográfico 2022; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES).
Esse percentual evidencia a expressiva participação da população idosa na composição demográfica do Município e reforça a importância de incorporar a perspectiva do envelhecimento ao planejamento das diferentes políticas públicas municipais.
A estrutura etária da população da Lapa acompanha o processo de transição demográfica e envelhecimento populacional, caracterizado pela redução gradual da participação das faixas etárias mais jovens e pelo crescimento da população nas faixas etárias mais elevadas. Esse processo está relacionado, entre outros fatores, à redução das taxas de fecundidade, ao aumento da expectativa de vida e aos avanços nas condições de saúde e de vida da população.
O envelhecimento populacional representa uma transformação significativa na dinâmica social do Município e exige o fortalecimento de políticas públicas capazes de responder à diversidade das necessidades das pessoas idosas, promovendo autonomia, independência, inclusão social, acessibilidade, participação comunitária, proteção de direitos e qualidade de vida.
As tendências demográficas apontam para a continuidade do crescimento da participação da população idosa nos próximos anos, ampliando a necessidade de planejamento e articulação entre as diferentes áreas da administração pública. Nesse contexto, tornam-se fundamentais ações integradas nas áreas de saúde, assistência social, mobilidade e transporte, acessibilidade, habitação, cultura, esporte e lazer, educação, convivência familiar e comunitária e proteção contra situações de violência e violação de direitos.
A extensa dimensão territorial da Lapa e a presença de população residente em áreas rurais também constituem elementos relevantes para o planejamento das políticas destinadas à pessoa idosa. As diferenças de localização e de acesso aos equipamentos e serviços públicos devem ser consideradas na formulação das estratégias municipais, buscando assegurar equidade territorial e condições de acesso às políticas públicas independentemente do local de residência.
Dessa forma, o cenário demográfico do Município reforça a necessidade de uma atuação intersetorial, planejada e permanente, que considere o envelhecimento como uma dimensão transversal das políticas públicas municipais e que reconheça as pessoas idosas como sujeitos de direitos, participantes ativos da sociedade e protagonistas na construção das políticas que lhes dizem respeito.
Nesse sentido, o presente Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa – PAPI 2026–2029 busca responder às transformações demográficas e sociais identificadas no território, alinhando as estratégias municipais aos princípios do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, especialmenteCuidar das Pessoas, Fortalecer as Famílias e Preparar as Cidades, bem como à perspectiva de construção de ambientes e comunidades mais inclusivos e favoráveis ao envelhecimento.

2.2 Estrutura Administrativa e Serviços Públicos

A implementação do Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa – Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI 2026–2029 está apoiada em uma estrutura administrativa e em uma rede de serviços públicos e comunitários que atuam, de forma direta ou indireta, na promoção, proteção e garantia dos direitos da população idosa.
A realidade do envelhecimento exige uma abordagem intersetorial, uma vez que as condições de vida das pessoas idosas estão relacionadas não apenas à saúde e à assistência social, mas também à mobilidade, acessibilidade, habitação, educação, cultura, esporte, lazer, convivência comunitária, segurança e participação social.
Nesse sentido, as diferentes Secretarias Municipais, órgãos públicos, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e Organizações da Sociedade Civil constituem a base institucional para a execução das ações previstas neste Plano.

2.3 Estrutura administrativa relacionada ao PAPI

Integra a estrutura de articulação municipal relacionada aos eixos do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa:
- Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Cultura;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI;
- Organizações da Sociedade Civil que atuam na promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa.

Essa estrutura está representada no Comitê Municipal doPrograma Paraná Amigo da Pessoa Idosa, instituído pelo Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026, e posteriormente adequado para contemplar a participação das organizações da sociedade civil com do Decreto Municipal nº 29883, de 18 de agosto de 2026. A nomeação dos membros ocorreu por meio do Decreto n° 29891, de 24 de agosto de 2026.
Integram atualmente o Comitê, como representantes da sociedade civil, a Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Pauloe oDispensário São Benedito, instituições que contribuem para o fortalecimento da rede de proteção, cuidado, convivência e garantia de direitos da população idosa.
A atuação articulada desses diferentes segmentos possibilita que as ações do PAPI sejam planejadas de maneira integrada, considerando as especificidades da população idosa e as características territoriais do Município.

2.4 Rede de Assistência Social

A política municipal de Assistência Social constitui importante componente da rede de proteção à população idosa, especialmente na prevenção e no enfrentamento de situações de vulnerabilidade, risco social, isolamento, fragilização de vínculos e violação de direitos.
O Município dispõe de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, incluindo Equipe Volante, que desenvolvem o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, destinado a diferentes públicos, incluindo pessoas idosas.
Também é desenvolvido o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, importante estratégia de atendimento às pessoas que apresentam dificuldades de acesso ou permanência nos serviços convencionais.
A rede socioassistencial contempla ainda ações vinculadas ao Programa Primeira Infância no SUAS, Programa Nossa Gente Paraná e Programa Compra Direta.
Na Proteção Social Especial, o Município conta com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que desenvolve o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, o Serviço de Abordagem Social, o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, bem como o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias.
A estrutura de proteção social especial também contempla serviços de acolhimento institucional e em família acolhedora para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, além do Serviço de Acolhimento de Longa Permanência e em República para Pessoas Idosas.
O Município conta ainda com o Centro de Convivência para Pessoas Idosas “Vida Saudável”, que desenvolve atividades de convivência e participação destinadas à população idosa, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenção do isolamento social e promoção do envelhecimento ativo.
O Centro da Juventude, embora tenha como público prioritário adolescente e jovem desenvolve atividades de lazer, cultura, esporte e qualificação profissional e constitui equipamento com potencial para ações de convivência comunitária e atividades intergeracionais, quando articuladas com as demais políticas públicas.

2.4.1 Rede Municipal de Saúde

A rede municipal de Saúde constitui componente fundamental para a promoção do envelhecimento saudável, a prevenção de agravos, o acompanhamento das condições crônicas e a garantia de atenção integral à população idosa.
O Município dispõe de Unidades Básicas de Saúde – UBS, localizadas nas áreas urbana e rural, com atuação das Equipes de Saúde da Família – ESF, constituindo importante porta de entrada para o Sistema Único de Saúde.
A estrutura municipal inclui ainda:
- Unidade de Pronto Atendimento – UPA;

- Clínica de Pediatria;
- Clínica da Mulher;
- Clínica de Odontologia;
- Farmácia Municipal;
- Serviço Hiperdia;
- Serviço de Nutrição;
- Convênios com laboratórios;
- Serviço de Marcação de Consultas para atendimento especializado;
- Central de Ambulâncias;
- SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência;
- Serviço de Vacinação;
- Serviço de Raio-X;
- Maternidade;
- Vigilância Epidemiológica;
- CAPS – Centro de Atenção Psicossocial;
- Clínica de Terapias Especializadas;
- Hospital Regional São Sebastião.

Para a população idosa, essa rede constitui importante suporte para ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, acompanhamento de condições crônicas, identificação de situações de fragilidade e necessidade de cuidados, atendimento especializado e encaminhamento para os diferentes níveis de atenção.
A integração entre a Saúde, Assistência Social e demais políticas públicas será fundamental para garantir respostas articuladas às situações que envolvam dependência, necessidade de cuidados continuados, fragilização de vínculos familiares e comunitários e outras situações de vulnerabilidade.

2.4.2 Educação, Esporte e Lazer

A área de Educação, Esporte e Lazer possui papel relevante na promoção do envelhecimento ativo e saudável, contribuindo para a convivência comunitária, participação social, atividade física, lazer e aprendizagem ao longo da vida.
No âmbito do PAPI, essa área poderá contribuir para o desenvolvimento de atividades voltadas à população idosa, considerando as prioridades identificadas no diagnóstico municipal. As ações de esporte e lazer podem favorecer a manutenção da autonomia, prevenção do isolamento social, melhoria da qualidade de vida e fortalecimento dos vínculos comunitários.
A área da Educação poderá contribuir para ações de educação permanente, inclusão digital, acesso à informação, atividades intergeracionais e valorização da pessoa idosa, conforme as necessidades identificadas no território.

2.4.3 Cultura

A política municipal de Cultura constitui importante espaço de participação social, convivência comunitária, lazer, valorização da identidade e preservação da memória. No contexto do PAPI, poderá contribuir para ampliar o acesso das pessoas idosas às atividades culturais, estimular sua participação na vida comunitária e valorizar seus conhecimentos, experiências e trajetórias de vida.
Também poderão ser desenvolvidas ações intergeracionais que aproximem diferentes gerações e valorizem a memória, a história e o patrimônio cultural do Município da Lapa.

2.4.4 Infraestrutura, Obras e Transporte

A área de Infraestrutura, Obras e Transporte possui atuação estratégica para a construção de uma cidade acessível, segura e adequada ao envelhecimento da população. As condições das vias, calçadas, espaços públicos, equipamentos urbanos, transporte e acessibilidade interferem diretamente na autonomia, segurança e participação social das pessoas idosas.
Essa área assume importância ainda maior diante da extensão territorial da Lapa e da presença de população residente em áreas rurais, sendo necessário considerar as condições de deslocamento e acesso aos serviços públicos e equipamentos comunitários.
No âmbito do PAPI, sua atuação estará relacionada especialmente aos eixos de espaços ao ar livre e edifícios, transporte, acessibilidade e mobilidade,conforme as necessidades identificadas no diagnóstico e na escuta da população idosa.

2.4.5 Rede de Proteção e Garantia de Direitos

A proteção dos direitos da pessoa idosa depende da atuação articulada de diferentes órgãos, serviços e instituições responsáveis pela prevenção e enfrentamento de situações de violência, negligência, abandono, exploração e demais violações de direitos.
Integram a rede municipal de proteção e garantia de direitos:

- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI;
- Ministério Público;
- Defensoria Pública;
- Polícia Militar;
- Polícia Civil;
- Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher;
- CRAS;
- CREAS;
- Organizações da Sociedade Civil.

A atuação articulada desses atores constitui importante mecanismo de proteção integral da pessoa idosa, especialmente diante de situações que demandem intervenção intersetorial e encaminhamentos para diferentes órgãos e políticas públicas.
O fortalecimento dos fluxos de atendimento, encaminhamento, comunicação e acompanhamento das situações identificadas constitui estratégia relevante para a implementação das ações previstas neste Plano.

2.4.6 Controle Social

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI constitui espaço fundamental de participação e controle social da política municipal da pessoa idosa. Sua atuação contribui para a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, bem como para a identificação de demandas e prioridades da população idosa.
No âmbito do PAPI, o CMDI integra o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, participando da construção, acompanhamento e avaliação do Plano de Ação Municipal e a participação do Conselho fortalece a transparência, o controle social e o protagonismo das pessoas idosas na construção das políticas públicas.

2.4.7 Organizações da Sociedade Civil

As organizações da sociedade civil constituem importantes parceiras do Município na promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa, contribuindo com sua experiência, conhecimento do território e capacidade de mobilização comunitária.
No âmbito do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, integram formalmente a representação das Organizações da Sociedade Civil representadas pela Associação das Damas de Caridade do Lar e Educandário São Vicente de Paulo e o Dispensário São Benedito.
A participação dessas organizações no Comitê amplia a capacidade de articulação entre Poder Público e sociedade civil e permite incorporar ao planejamento municipal a experiência das instituições que atuam junto às pessoas idosas e suas famílias. As organizações poderão contribuir para a construção do diagnóstico, identificação de demandas, definição de prioridades, mobilização comunitária, desenvolvimento de ações, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e acompanhamento das estratégias previstas neste Plano.

2.4.8 Articulação Intersetorial da Rede

A estrutura administrativa e a rede de serviços existentes no Município constituem importante base para a implementação do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Entretanto, a existência dos serviços, por si só, não garante a integralidade da atenção. É necessária a articulação permanente entre as diferentes políticas públicas, órgãos, serviços e organizações que atuam junto à população idosa. Nesse sentido, o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa constitui espaço estratégico para a integração das ações, o planejamento intersetorial, o acompanhamento das metas e a avaliação dos resultados previstos neste Plano de Ação.
A partir do diagnóstico situacional, deverão ser identificadas as potencialidades e lacunas da rede municipal, permitindo estabelecer prioridades e ações que fortaleçam o acesso aos direitos e contribuam para a construção de uma Lapa amiga da pessoa idosa.

2.4.9 Identidade Sociocultural

O Município da Lapa possui importante identidade histórica e cultural, marcada por seu patrimônio histórico, tradições e manifestações culturais, elementos que contribuem para o sentimento de pertencimento e para a valorização da memória local. Nesse contexto, as pessoas idosas representam importantes guardiãs da história, dos saberes e das tradições do Município, sendo fundamental incentivar sua participação nas atividades culturais e comunitárias e promover ações intergeracionais.
A ampla extensão territorial da Lapa e a presença de população em áreas rurais também constituem características relevantes para o planejamento das políticas públicas, especialmente quanto ao acesso aos serviços, mobilidade e participação social.
A existência de vínculos familiares, comunitários, organizações da sociedade civil e espaços de convivência constitui importante potencialidade para o fortalecimento da proteção social e do envelhecimento ativo. Assim, o PAPI 2026–2029 buscará valorizar as características socioculturais do Município, fortalecendo a participação, a convivência comunitária, a cultura, a memória e o protagonismo das pessoas idosas na construção de uma Lapa cada vez mais amiga da pessoa idosa.

3. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

O diagnóstico situacional constitui a base para a elaboração do Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa – PAPI 2026–2029, que permitiu identificar as características da população idosa, as condições de vida, as necessidades de cuidado, os serviços existentes e as principais potencialidades e desafios do Município.
A análise foi a partir de dados quantitativos e cadastrais, informações da rede municipal de serviços e resultados da escuta da população, considerando também as contribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, do Comitê Municipal do PAPI, das organizações da sociedade civil e dos demais atores envolvidos na política da pessoa idosa.
O diagnóstico está organizado em duas dimensões complementares: o diagnóstico das pessoas e da rede de cuidadoe odiagnóstico da cidade, considerando os diferentes aspectos que influenciam a qualidade de vida e o envelhecimento da população.

3.1 Diagnóstico das Pessoas e da Rede de Cuidado (Dados Quantitativos e Cadastrais):

3.1.1 Perfil e Condição de Saúde

A partir dos dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, o Município da Lapa possui 554 pessoas idosas estratificadas por meio do Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional (IVCF-20), instrumento utilizado para identificar condições de vulnerabilidade e risco de perda da capacidade funcional da pessoa idosa.
Do total de idosos avaliados, 383 (69,1%) foram classificados como robustos, apresentando boa condição funcional e menor risco de perda da autonomia e independência. 106 idosos (19,1%) apresentaram declínio funcional, correspondendo à condição de pré-fragilidade, enquanto 65 idosos (11,7%) foram classificados como frágeis, indicando maior vulnerabilidade e necessidade de acompanhamento e cuidados específicos.
Os dados demonstram que a maior parte da população idosa avaliada apresenta boa condição funcional. Entretanto, aproximadamente 30,9% dos idosos apresentam declínio funcional ou fragilidade, evidenciando a necessidade de fortalecer ações preventivas e de promoção da saúde, com foco na manutenção da autonomia e independência, prevenção de incapacidades, estímulo à atividade física, alimentação adequada, prevenção de quedas, acompanhamento das condições crônicas e fortalecimento da rede de cuidado à pessoa idosa.
A estratificação pelo IVCF-20 constitui importante ferramenta para o planejamento das políticas públicas municipais, permitindo identificar diferentes níveis de necessidade e direcionar ações de forma mais adequada, especialmente para os idosos em situação de maior vulnerabilidade funcional.

3.1.2 Mapa da Rede de Cuidado

O Município da Lapa dispõe de uma rede intersetorial de serviços públicos e organizações da sociedade civil que contribuem para a atenção, proteção, cuidada e garantia de direitos da população idosa.
Entre os principais serviços identificados estão aqueles vinculados às políticas de Assistência Social, Saúde, Cultura, Educação, Esporte e Lazer, Infraestrutura e Transporte, além dos órgãos integrantes da rede de proteção e das organizações da sociedade civil.
A implementação do Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa – CERAPI constitui importante instrumento para a identificação e organização dos serviços e equipamentos existentes no território, permitindo maior conhecimento da rede disponível e facilitando a articulação entre os diferentes atores.
No âmbito municipal, deverão ser levantadas e sistematizadas informações referentes a:
- Serviços públicos destinados diretamente à população idosa;
- Serviços que atendem a população idosa de forma indireta;
- Organizações da Sociedade Civil;
- Instituições de acolhimento e serviços de cuidado;
- Serviços de saúde;
- Serviços socioassistenciais;
- Grupos e espaços de convivência;
- Serviços de cultura, esporte e lazer;
- Serviços relacionados à mobilidade e acessibilidade;
- Demais iniciativas públicas ou privadas relacionadas ao envelhecimento.

3.1.3 Serviços e iniciativas municipais destinados à pessoa idosa

Além da rede geral de atendimento, destacam-se como iniciativas e serviços municipais relacionados diretamente à população idosa:
- Centro de Convivência para Pessoas Idosas “Vida Saudável”;
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;
- Atendimento e acompanhamento pelos CRAS;
- Atendimento especializado pelo CREAS;
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço de Acolhimento de Longa Permanência para Pessoas Idosas;
- Serviço de Acolhimento em República para Pessoas Idosas;

- Ações e serviços da Rede Municipal de Saúde;
- Demais projetos, atividades e ações desenvolvidos pelas Secretarias Municipais e organizações da sociedade civil.

O levantamento deverá identificar, sempre que possível, quantidade de pessoas atendidas, periodicidade das atividades, cobertura territorial, público prioritário e principais resultados, permitindo avaliar a capacidade instalada e as necessidades de ampliação ou qualificação da rede.

3.1.4 Diagnóstico da Cidade: Resultados da Escuta Participativa

Para a realização do diagnóstico da população idosa do município, foi utilizada uma metodologia de escuta qualificada e participativa, combinando as estratégias de Questionário de Diagnóstico Individual e Grupos Focais/Escuta Diagnóstica, com o objetivo de compreender as experiências, percepções, necessidades e sugestões das pessoas idosas participantes.
A etapa de coleta de dados contemplou a aplicação de questionário individual junto a 20 idosos, permitindo identificar aspectos relacionados às condições de vida, autonomia, participação social, acesso aos serviços e principais demandas desse público. Também foram realizados 02 grupos focais de escuta diagnóstica, com participação de 10 idosos em cada grupo, possibilitando o diálogo coletivo, a troca de experiências e a identificação de desafios e potencialidades vivenciados pela população idosa.
A combinação dessas metodologias possibilitou uma análise qualitativa e quantitativa da realidade local, contribuindo para a construção de um diagnóstico mais abrangente e alinhado às necessidades das pessoas idosas do município, relacionando os eixos:

Eixo 1 – Espaços ao Ar Livre e Edifícios
Aspectos positivos identificados:
Os idosos reconhecem que Lapa possui espaços públicos de convivência, como praças e áreas verdes, considerados importantes para o lazer e a socialização. Também avaliaram positivamente a existência de acessibilidade em grande parte dos prédios públicos, com presença de rampas e corrimãos.
Principais dificuldades e barreiras:
- A principal demanda identificada refere-se às condições das calçadas, ruas e vias públicas, consideradas inadequadas para a circulação segura de pessoas idosas e pessoas com deficiência. Foram citados problemas relacionados a desníveis, falta de acessibilidade e riscos de quedas. Também foram mencionadas dificuldades relacionadas à iluminação pública em alguns locais, ausência de banheiros públicos acessíveis e necessidade de ampliação de bancos e espaços de descanso.
Prioridades apontadas:
- Melhorias na infraestrutura urbana e acessibilidade das calçadas;
- Adequação dos espaços públicos para mobilidade segura;
- Ampliação de equipamentos urbanos que favoreçam o descanso e a convivência.

Eixo 2 – Transporte e Mobilidade Urbana
Aspectos positivos identificados:
Os participantes relatam que serviços como táxi e aplicativos apresentam bom funcionamento quando utilizados, com atendimento considerado pontual.
Principais dificuldades e barreiras:
Foram apontadas limitações relacionadas à inexistência ou insuficiência de transporte adaptado para idosos e pessoas com deficiência, dificuldades de embarque e desembarque no transporte público e poucos estacionamentos exclusivos para idosos. Também foi destacada a necessidade de maior conscientização dos motoristas e da população sobre respeito às vagas preferenciais e segurança no trânsito.
Prioridades apontadas:
- Disponibilização de transporte acessível e adaptado;
- Ampliação das vagas de estacionamento destinadas às pessoas idosas;
- Ações educativas de trânsito voltadas ao respeito e inclusão.

Eixo 3 – Habitação
Aspectos positivos identificados:
A maioria dos participantes reside em imóvel próprio (90%) e relatou possuir boas condições de moradia, autonomia para realização das atividades diárias e sensação de segurança dentro de casa. Predominam residências térreas, favorecendo a acessibilidade.
Principais dificuldades e barreiras:
Foram identificadas necessidades pontuais de adaptações domiciliares, especialmente em banheiros, com instalação de barras de apoio, pisos antiderrapantes e adequações para prevenção de quedas. Também foi apontada baixa oferta de moradias acessíveis e adaptadas para diferentes níveis de renda.
Prioridades apontadas:
- Incentivo à adaptação de residências para envelhecimento seguro;
- Ações preventivas de redução de riscos domésticos;
- Ampliação de alternativas habitacionais acessíveis.

Eixo 4 – Respeito e Inclusão Social
Aspectos positivos identificados:
Os idosos relatam boa convivência comunitária, relações de respeito e sentimento de pertencimento ao município. A maioria reconhece a existência de espaços de participação e atividades comunitárias.
Principais dificuldades e barreiras:
Foram identificadas oportunidades de ampliar ações intergeracionais, aproximando idosos de crianças, jovens e instituições de ensino.
Prioridades apontadas:
- Fortalecimento das ações comunitárias;
- Promoção da convivência entre diferentes gerações;
- Valorização da participação e dos conhecimentos da pessoa idosa.

Eixo 5 – Participação Social
Aspectos positivos identificados:
Os participantes destacam que atividades culturais, religiosas e comunitárias são divulgadas e acessíveis. Os Centros de Idosos aparecem como importantes espaços de convivência, educação continuada e fortalecimento de vínculos.
Principais dificuldades e barreiras:
Foi apontada a necessidade de ampliar oportunidades de lazer, cultura e atividades específicas para diferentes interesses e perfis de idosos.
Prioridades apontadas:
- Ampliação de atividades culturais, esportivas e educativas;
- Fortalecimento dos grupos de convivência;
- Incentivo à participação ativa da pessoa idosa na comunidade.

Eixo 6 – Participação Cívica e Emprego
Aspectos positivos identificados:
Os participantes apresentam elevado nível de participação eleitoral, demonstrando envolvimento cidadão.
Principais dificuldades e barreiras:
Observou-se pouco conhecimento sobre oportunidades de trabalho, capacitação profissional e voluntariado para pessoas idosas. A maioria dos entrevistados encontra-se aposentada e sem atividade laboral.
Prioridades apontadas:
- Divulgação de oportunidades de participação social e voluntariado;
- Incentivo ao protagonismo da pessoa idosa;
- Criação de espaços de troca de conhecimentos e experiências.

Eixo 7 – Comunicação e Informação
Aspectos positivos identificados:
Os idosos relatam facilidade de acesso às informações por meio do rádio, redes sociais e meios comunitários de comunicação.
Principais dificuldades e barreiras:
Foram identificadas dificuldades relacionadas à inclusão digital, especialmente para aqueles que possuem pouco ou nenhum acesso à internet. Também foi apontada necessidade de ampliar canais acessíveis de informação.
Prioridades apontadas:
- Ações de inclusão digital para idosos;
- Ampliação da divulgação de serviços, direitos e benefícios;
- Disponibilização de informações em formatos acessíveis.

Eixo 8 – Apoio Comunitário e Serviços de Saúde
Aspectos positivos identificados:
A população idosa reconhece a importância do SUS e avalia positivamente alguns serviços de saúde municipais, especialmente programas de atividades físicas e atendimento nas unidades de saúde. A prática de exercícios físicos apresenta alta adesão entre os participantes.
Principais dificuldades e barreiras:
Foram destacadas dificuldades relacionadas à ausência de atendimento especializado em geriatria, necessidade de ampliação de profissionais especializados e insuficiência de serviços domiciliares, como fisioterapia e apoio ao idoso com maior dependência.
Prioridades apontadas:
- Ampliação da atenção especializada à pessoa idosa;

- Fortalecimento da prevenção de doenças e promoção da saúde;
- Implantação ou ampliação de serviços de acompanhamento domiciliar.

Eixo 9 – Cuidado e Rede de Apoio ao Cuidador
Aspectos positivos identificados:
Os idosos reconhecem a importância da família como principal rede de apoio e demonstram valorização da autonomia e do direito de participar das decisões sobre seus cuidados.
Principais dificuldades e barreiras:
Foi identificada baixa informação sobre serviços públicos de apoio a cuidadores, ausência de programas municipais estruturados de capacitação, pouca oferta de serviços de apoio ao cuidador familiar e desconhecimento sobre serviços como centro-dia e atendimento domiciliar.
Prioridades apontadas:
- Estruturação da rede municipal de cuidado à pessoa idosa;
- Capacitação e apoio aos cuidadores familiares;
- Ampliação da divulgação de direitos, benefícios e serviços disponíveis;
- Desenvolvimento de estratégias para idosos em situação de maior dependência.
Síntese Geral do Diagnóstico
A escuta realizada demonstra que o Município da Lapa apresenta importantes potencialidades para a construção de uma cidade amiga da pessoa idosa, destacando-se a existência de vínculos comunitários, a percepção positiva de segurança, a participação social e a presença de espaços de convivência.
Por outro lado, foram identificadas demandas relacionadas principalmente à acessibilidade urbana, mobilidade, ampliação da atenção especializada em saúde, inclusão digital e organização de uma rede integrada de cuidado para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou dependência.
As prioridades apontadas pelos participantes evidenciam a necessidade de fortalecer a atuação integrada das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Cultura, Infraestrutura e Transporte, bem como a participação do CMDI (Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa), das Organizações da Sociedade Civil e da comunidade.
O diagnóstico também evidencia a importância de fortalecer o apoio às famílias e aos cuidadores, ampliar as ações de prevenção e promoção da saúde, estimular a participação social e criar condições para que as pessoas idosas permaneçam autônomas, ativas e integradas à comunidade.
As informações obtidas na escuta serão articuladas aos dados quantitativos, cadastrais e administrativos apresentados neste diagnóstico, permitindo estabelecer uma relação direta entre realidade identificada, necessidades, prioridades e ações propostas.
Também serão consideradas, quando pertinentes, as deliberações e propostas das Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como as contribuições do CMDI, Comitê Municipal do PAPI, Organizações da Sociedade Civil, Serviços Públicos e demais participantes do processo de diagnóstico.
Dessa forma, o diagnóstico situacional constitui a principal referência para a definição das estratégias, metas e ações do Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa – PAPI 2026–2029, buscando assegurar que o planejamento municipal responda às necessidades concretas da população idosa e contribua para a construção de uma Lapa amiga da pessoa idosa.

4. PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA 2026 A 2029

Eixo	Objetivo	Ação	Indicador	Meta	Prazo	Responsável	Parceiros	Público-alvo	Recursos financeiros	Recursoshumanos e materiais
Eixo 1. Espaços públicos	Ampliar espaços de convivência acessíveis, seguros e inclusivos para pessoas idosas.	Expandir e qualificar os serviços ofertados à pessoa idosa, destinando recursos para ampliação de novos grupos urbanos e rurais, dentro do Centro de Convivência	Número de vagas ofertadas, oficinas implantadas e grupos criados.	Ampliar em 20% a capacidade de atendimento até 2029.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, Rede de Proteção	Pessoas idosas	Municipal, FMDI, Deliberações	Equipe técnica, oficineirose estrutura física.
		Melhorias na acessibilidade das calçadas.	Quilômetros de calçadas adequadas, rampas implantadas e pontos acessíveis executados.	Adequar progressivamente as áreas de maior circulação de pessoas idosas, priorizando equipamentos públicos e áreas centrais até 2029.	2026-2029	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	SMASPPM, CMDI, Secretaria de Planejamento	Pessoas idosas e população em geral	Municipal, Estadual, Convênios	Engenheiros, equipe de obras, materiais de construção e sinalização.
		Ampliação de equipamentos urbanos que favoreçam o descanso e a convivência.	Número de bancos, pergolados, áreas de descanso e academias ao ar livre implantados ou revitalizados.	Implantar ou revitalizar, no mínimo 5 espaços públicos com equipamentos de descanso e convivência até 2029.	2026-2029	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	SMASPPM, Secretaria de Esporte e Lazer, CMDI	Pessoas idosas e população em geral	Municipal, FMDI, Emendas Parlamentares, Convênios	Equipe de manutenção, mobiliário urbano, equipamentose materiais diversos.
Eixo2. Transporte	Promover acessibilidade e mobilidade da pessoa idosa.	Buscar ampliação do transporte acessível por meio de aquisição de veículo adaptado ou formalização de parcerias.	Número de veículos adaptados ou parcerias firmadas.	Disponibilizar 01 veículo adaptado ou parceria até 2028.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, Secretaria de Saúde, parceiros	Pessoas idosas e pessoas com deficiência	Municipal, Estadual e Federal	Veículo adaptado e equipes técnicas.
		Ampliação das vagas de estacionamento destinadas às pessoas idosas	Número de vagas sinalizadas, implantadas ou adequadas conforme legislação vigente.	Ampliar e adequar as vagas prioritárias para pessoas idosas nos principais espaços públicos e equipamentos municipais até 2029.	2026-2029	Secretaria Municipal de Trânsito/ Departamento responsável	SMASPPM, CMDI, Secretaria de Obras e Urbanismo	Pessoas idosas e população em geral	Municipal	Equipe de sinalização, materiais de pintura, placas indicativas e fiscalização.

		Ações educativas de trânsito voltadas ao respeito e inclusão	Número de campanhas, ações educativas e participantes envolvidos.	Realizar, no mínimo, 02 ações educativas anuais sobre mobilidade segura, respeito às vagas prioritárias e inclusão da pessoa idosa.	2026-2029	Secretaria Municipal de Trânsito/ Departamento responsável	SMASPPM, CMDI, Polícia Militar, escolas e instituições locais	Pessoas idosas, condutores e comunidade em geral	Municipal e parcerias	Equipe técnica, materiais educativos e recursos de comunicação.
		Intesificar a divulgação da Carteira da Pessoa Idosa, que dá direito ao passe livre ao transporte.	Número de ações de divulgação e orientações realizadas e pessoas idosas alcançadas.	Realizar ações permanentes de divulgação e orientação sobre a Carteira da Pessoa Idosa, ampliando o acesso ao benefício e ao transporte gratuito para pessoas idosas que atendam aos critérios	2026-2029	CMDI, Secretaria Municipal de Trânsito, CRAS, CREAS.	CMDI, Secretaria Municipal de Trânsito, CRAS, CREAS.	Pessoas Idosos	Municipal	Equipe técnica, materiais informativose recursos de comunicação
Eixo3. Habitação	Ampliar a proteção habitacional e o acolhimento da pessoa idosa, com alternativas seguras de moradia e prevenção de riscos.	Garantir vagas para acolhimento institucional fortalecendo parcerias com ILPIs e entidades.	Número de vagas contratadas e pessoas atendidas.	Suprir integralmente a demanda identificada.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, Rede de Proteção	Pessoas idosas em situação de risco	Municipal, Estadual, Federal e FMDI	Equipe técnica, entidades parceiras e estrutura de acolhimento.
		Ações preventivas de redução de riscos domésticos.	Número de ações realizadas e pessoas idosas orientadas.	Realizar ações preventivas periódicas junto às pessoas idosas e famílias.	2026-2029	SMASPPM	Secretaria de Saúde, Defesa Civil, Rede de Proteção	Pessoas idosas e familiares	Municipal, Estadual, Federal e FMDI	Equipe técnica e materiais educativos
		Ampliação de alternativas habitacionais.	Número de alternativas habitacionais viabilizadas.	Construção de 1 Condomínio do Idoso	2026-2029	SMASPPM	Secretaria de Habitação, CMDI, demais órgãos públicos	Pessoas idosas em vulnerabilidade habitacional	Municipal, Estadual e Federal	Programas habitacionais, equipe técnica e rede intersetorial
Eixo4. Participação social	Incentivar a convivência comunitária e o protagonismo da pessoa idosa.	Promover eventos de integração e socialização.	Número de eventos, grupos e voluntários ativos.	Atender 300 idosos por ano em eventos; ampliar SCFV; atender 200 idosos/ano pela Rede de Voluntariado.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, Rede de Proteção	Pessoas idosas	Municipal, Estadual e Federal	Equipe técnica, oficineiros, espaços comunitários.
Eixo5. Respeito e inclusão social	Promover o respeito aos direitos da pessoa idosa e prevenir discriminação e violência.	Fortalecer ações de prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa por meio de campanhas, capacitações e divulgação da rede de proteção.	Número de campanhas e profissionais capacitados.	Realizar 01 campanha anual e capacitar 50% da rede até 2027.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, Saúde, Educação,Rede de Proteção	Pessoas idosas, famílias e profissionais	Municipal, Estadual, Federal, FMDI	Equipes técnicas, materiais educativos e espaços para capacitação.
		Valorização da participação e dos conhecimentos da Pessoa Idosa.	Aderir programa Estadual Bolsa Agente do Saber.	Número de pessoas idosas participantes e de ações desenvolvidas.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, Centro de Convivência Idoso	Pessoas idosas, famílias e profissionais	Municipal, Estadual,	Equipes técnicas, materiais educativos e espaços para capacitação.
Eixo6. Participação cívica e emprego	Estimular o protagonismo e a participação cidadã da pessoa idosa.	Criar Rede de Voluntariado para atuação comunitária e fortalecimento da participação social.	Número de voluntários cadastrados e ações realizadas.	Atender 200 idosos por ano com apoio da Rede de Voluntariado.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, entidades e sociedade civil	Pessoas idosas	Municipal e Estadual	Coordenador, equipe técnica e material de apoio.
		Criação de espaços de troca de conhecimentos e experiências.	Número de encontros realizados e participantes envolvidos	Realizar, no mínimo, 2 encontros por ano, promovendo a participação e a troca de conhecimentos entre pessoas idosas.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, CRAS, Centro de Convivência, entidades e sociedade civil	Pessoas idosas	Municipal e Estadual	Profissionais, materiais de apoio e espaços comunitários
Eixo7. Comunicação e informação	Garantir acesso às informações, direitos e tecnologias.	Ampliar divulgação dos serviços socioassistenciais e dos direitos da pessoa idosa.	Número de campanhas, oficinas e idosos participantes.	Atender 150 idosos por ano nas oficinas de inclusão digital e divulgar ações em todo o município.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, CRAS, entidades e instituições de ensino	Pessoas idosas e comunidade	Municipal, Estadual, Federal e FMDI	Equipamentos de informática, internet, Equipe Ténica e materiais didáticos.
		Promover inclusão digital por meio de oficinas e campanhas educativas.	Número de campanhas, oficinas e idosos participantes.	Atender 150 idosos por ano nas oficinas de inclusão digital e divulgar ações em todo o município.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, CRAS, entidades e instituições de ensino	Pessoas idosas e comunidade	Municipal, Estadual, Federal e FMDI	Equipamentos de informática, internet, facilitadores e materiais didáticos.
Eixo 8. Apoio comunitário e serviços de saúde	Fortalecer o acesso aos serviços de proteção social e saúde.	Fortalecer acompanhamento especializado no CREAS.	Número de ações de busca ativa, atendimentos especializados e diagnósticos realizados.	Busca ativa em 100% dos territórios; acompanhamento em 100% dos casos.	2026-2029	SMASPPM	CMDI, CRAS, CREAS, Vigilância Socioassistencial, Saúde, Rede de Proteção	Pessoas idosas e famílias	Municipal, Estadual, Federal e FMDI	Assistentes sociais, psicólogos, equipe da Saúde, sistema de informações.
		Garantir acesso preferencial e contínuo dos idosos ao agendamento de consultas.	Percentual de idosos com acesso ao agendamento telefônico garantido.	Garantir acesso ao agendamento para 100% dos idosos que necessitarem do serviço.	2026-2029	Secretaria Municipal de Saúde	SMASPPM, CMDI, UBS	Pessoas idosas	Municipal, Estadual e Federal	Equipes das UBS, Central de Agendamento e Atenção Primária
		Garantir a estratificação de risco da fragilidade em idosos em todas as UBS.	Percentual de UBS que realizam estratificação da fragilidade pelo IVCF-20.	Implantar e manter a estratificação da fragilidade em 100% das UBS.	2026-2029	Secretaria Municipal de Saúde	SMASPPM, CMDI, Atenção Primária	Pessoas idosas	Municipal, Estadual e Federal	Equipes das UBS, enfermeiros, médicos e agentes comunitários de saúde
		Ampliar ações de promoção da saúde e prevenção de quedas em idosos.	Número de ações coletivas anuais de prevenção de quedas e promoção da autonomia.	Realizar, no mínimo 2 ações anuais de promoção da saúde e prevenção de quedas.	2026-2029	Secretaria Municipal de Saúde	SMASPPM, CMDI, CRAS, Centro de Convivência, UBS, Academia da Saúde	Pessoas idosas	Municipal, Estadual, Federal e FMDI	Profissionais de saúde, e equipe Técnica.
Eixo 9. Cuidado	Ampliar a oferta de cuidados continuados às pessoas idosas.	Capacitar cuidadores de pessoas idosas, visando qualificar os cuidados, prevenir situações de risco e promover maior autonomia e qualidade de vida	Número de capacitações realizadas e cuidadores participantes	Realizar, no mínimo, 02 capacitações anuais para cuidadores formais, familiares e demais pessoas envolvidas no cuidado da pessoa idosa	2026-2029	SMASPPM e Secretaria Municipal de Saúde	CMDI, CRAS, CREAS, Vigilância Socioassistencial, Saúde, Rede de Proteção	Pessoas idosas e famílias	Municipal, Estadual, Federal e FMDI	Assistentes sociais, psicólogos, equipe da Vigilância, sistema de informações, Enfermeiros.
		Buscar adesão ao Programa Estadual Bolsa Cuidador	Número de ações de divulgação, orientações	De acordo com o disponibilidade do programa	2026-2029	SMASPPM	CMDI, Rede de Proteção	Pessoas idosas	Municipal, FMDI, Deliberações	Equipe técnica, oficineiros, mobiliário, equipamentos e

		Familiar	realizadas e famílias beneficiadas							estrutura física.

5. MONITORAMENTO

O monitoramento do Plano de Ação Municipal da Pessoa Idosa – PAPI 2026–2029 será realizado de forma contínua, participativa e intersetorial, sob coordenação do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, com a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI e dos órgãos e instituições responsáveis pela execução das ações.
O acompanhamento terá como finalidade verificar o cumprimento das ações, metas e indicadores estabelecidos no Plano, identificar avanços, dificuldades e resultados alcançados, bem como subsidiar a adoção de medidas de adequação e aprimoramento durante o período de execução. O monitoramento deverá considerar as informações fornecidas pelos responsáveis pelas ações, os registros dos serviços e equipamentos públicos, os dados disponíveis nos sistemas de informação e os demais instrumentos utilizados pelo Município para acompanhamento das políticas públicas destinadas à pessoa idosa.

5.1 Acompanhamento Durante a Execução

Durante os quatro anos de vigência do Plano, o Comitê Municipal do PAPI realizará acompanhamento periódico da execução das ações, preferencialmente duas vezes ao ano, ou sempre que necessário. Os órgãos e setores responsáveis pelas ações deverão apresentar informações referentes às atividades desenvolvidas, indicadores acompanhados, metas alcançadas, dificuldades encontradas e providências adotadas.
O acompanhamento deverá observar, especialmente o cumprimento das ações previstas na matriz do Plano, o andamento das metas estabelecidas, os indicadores de acompanhamento, os responsáveis e parceiros envolvidos, as dificuldades e fatores que possam comprometer a execução, a necessidade de adequação ou reprogramação das ações.
As principais discussões, encaminhamentos e resultados do monitoramento serão registrados em atas ou instrumentos próprios, garantindo memória institucional, transparência e continuidade do processo.

5.2 Avaliação e Revisão Anual
Ao final de cada ano de execução, será elaborado um Relatório Anual de Monitoramento e Progresso, reunindo as informações relativas às ações desenvolvidas durante o período. O relatório deverá apresentar, sempre que possível as ações realizadas, metas previstas e alcançadas, indicadores apurados, público atendido, principais resultados, dificuldades encontradas, ações não executadas ou parcialmente executadas, justificativas para eventuais não cumprimentos, encaminhamentos e as recomendações para o período seguinte.
A avaliação anual poderá subsidiar a revisão ou adequação das ações, metas e estratégias do Plano, quando identificada a necessidade de ajustes decorrentes de mudanças na realidade municipal, disponibilidade de recursos, alterações normativas ou novos desafios identificados no território.
Os resultados serão apresentados ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI, para conhecimento, acompanhamento e exercício do controle social. Sempre que pertinente, poderá ser disponibilizada à população uma síntese dos resultados, fortalecendo a transparência e a participação social.

5.3 Avaliação Final
Ao término do período de vigência do PAPI 2026–2029, será elaborado o Relatório Final de Monitoramento e Avaliação, contemplando os resultados alcançados ao longo dos quatro anos de execução.
A avaliação final deverá considerar o cumprimento das ações previstas, o alcance das metas estabelecidas, a evolução dos indicadores, os resultados obtidos em cada eixo do Plano, as principais dificuldades encontradas, os avanços e boas práticas identificados, a participação dos diferentes setores e parceiros, os resultados da articulação intersetorial, as contribuições do CMDPI e da sociedade civil e as recomendações para o próximo ciclo de planejamento.
O Relatório Final será apresentado ao Comitê Municipal do PAPI e ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI, constituindo instrumento de transparência, avaliação e controle social e a avaliação final servirá ainda como subsídio para a elaboração do próximo Plano Municipal da Pessoa Idosa, assegurando a continuidade do processo de planejamento, monitoramento, avaliação e aprimoramento das políticas públicas destinadas à população idosa do Município da Lapa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.
BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. Brasília, DF, 2003.
BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF, 2011.
BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.
BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1994.
BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2009.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022.
IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Caderno Estatístico do Município de Lapa. Curitiba: IPARDES.
LAPA. Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026. Dispõe sobre a instituição do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Lapa, PR, 2026.
LAPA. Decreto Municipal nº 29.883, DE 18 DE AGOSTO DE 2026 - Altera o Decreto Municipal nº 29.766, de 12 de junho de 2026, que institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.
LAPA. Decreto Municipal nº 29.891, de 2026. Dispõe sobre a designação dos representantes do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Lapa, PR, 2026.
MUNICÍPIO DA LAPA. Plano Municipal da Pessoa Idosa 2026–2029. Lapa, PR, 2026.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 12.862, de 2 de março de 2026. Regulamenta a Lei nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Curitiba, PR, 2026.
PARANÁ. Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024. Institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Curitiba, PR, 2024.
PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA – SEMIPI. Guia Orientativo: Dez Passos para se Tornar um Município Amigo da Pessoa Idosa. 1. versão. Curitiba, PR, mar. 2026.

JANAINA PIOVEZAN RIBAS
Secretária Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas Para a Mulher

ANGELA KRAINSKI DALLABONA
Diretora Geral

LIZIANE RAMALHO PINTO
Assistente Social/CRESS 4442/PR

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B365862C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EMENDAS IMPOSITIVAS - SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.PDF

EMENDAS IMPOSITIVAS - LOA 2026 - UNIDADE 11
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Emenda (Nota de Reserva de Dotação)	Histórico:	Valor Reservado	Executada?	Alterações necessárias	Solicitação de Despesa	Empenho	V - Órgão ou entidade executora:	VI - Localidade beneficiada:	VII - Cronograma de execução:	VIII - Instrumentos vinculados:
5613	Aquisição de materiais permanentes	R$ 15.000,00	NÃO	Não se aplica	elevador		SMOSP	SMOSP	jun/26	AGUARDA LICITAÇÃO PA 391/26 AGUARDA AUTORIZO PREFEITO
5588	Aquisição de materiais permanentes para a oficina - Elevador	R$ 10.000,00	NÃO	Não se aplica	elevador		SMOSP	OFICINA	out/26	AGUARDA LICITAÇÃO PA 391/26 AGUARDA AUTORIZO PREFEITO
5581	Colocação de bica corrida em ruas do Guaraguaçu** relatório fotografico anexo	R$ 86.272,72	SIM	Não se aplica	NF 200480	6380/2026	SMOSP	Guaraguaçu	Protocolo 21505/26	Pregão 68/24 Ata 21/25
5598	Aquisição de materiais de construção para calçamento de acesso a praia no final de Shangri-lá	R$ 20.000,00	NÃO	Não se aplica	Madeira Nobre/LEAL		SMOSP	shangrilá		
5659	Aquisição de materiais permanentes para a oficina - Elevador	R$ 20.000,00	NÃO	Não se aplica	elevador		SMOSP	OFICINA	out/26	AGUARDA LICITAÇÃO PA 391/26 AGUARDA AUTORIZO PREFEITO

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3CDB44C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EMENDAS PARLAMENTARES MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Listagem das Emendas Parlamentares Municipal - Secretaria Municipal de Saúde

Parlamentar Proponente	Tipo de Emenda	Número	Ano	Objeto da Despesa	Valor Previsto	Órgão Municipal Executor	Localidade Beneficiada	Cronograma de Execução	Instrumentos Vinculados	Empenho	Observação
VEREADOR CIRINEU DO ESPORTE	IMPOSITIVA	5590	2026	Mutirão para oftalmologia e ultrassonografia, ressonância e colonoscopia	R$ 36.272,73	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Policlinica	Mensal até dez/2026	Não se aplica	3937/2026	**Em execução**
VEREADOR CIRINEU DO ESPORTE	IMPOSITIVA	5591	2026	Aquisição de Computadores para as	R$ 10.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo	UBS: Ipanema, Praia de Leste, Shangri-lá, Pontal	Até dez/2026	Não se aplica	8050/2026 Solicitado alteração da Emenda para aquisição de veículos, através do Memorando	**Executado**

				UBS: Ipanema, Praia de Leste, Shangri-lá, Pontal do Sul e Jacarandá		Municipal de Saúde	do Sul e Jacarandá			20327/2026 - Oficio 296/26 - GAB	
VEREADOR CIRINEU DO ESPORTE	IMPOSITIVA	5591	2026	Aquisição de Computadores para as UBS: Ipanema, Praia de Leste, Shangri-lá, Pontal do Sul e Jacarandá	R$ 23.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	UBS: Ipanema, Praia de Leste, Shangri-lá, Pontal do Sul e Jacarandá	Até dez/2026	Não se aplica	8050/2026 Solicitado alteração da Emenda para aquisição de veículos, através do Memorando 20327/2026 - Oficio 296/26 - GAB	**Executado**
VEREADOR CIRINEU DO ESPORTE	IMPOSITIVA	5591	2026	Aquisição de Computadores para as UBS: Ipanema, Praia de Leste, Shangri-lá, Pontal do Sul e Jacarandá	R$ 13.500,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	UBS: Ipanema, Praia de Leste, Shangri-lá, Pontal do Sul e Jacarandá	Até dez/2026	Não se aplica	8050/2026 Solicitado alteração da Emenda para aquisição de veículos, através do Memorando 20327/2026 - Oficio 296/26 - GAB	**Executado**
VEREADOR CIRINEU DO ESPORTE	IMPOSITIVA	5591	2026	Aquisição de Computadores para as UBS: Ipanema, Praia de Leste, Shangri-lá, Pontal do Sul e Jacarandá	R$ 3.500,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	UBS: Ipanema, Praia de Leste, Shangri-lá, Pontal do Sul e Jacarandá	Até dez/2026	Não se aplica	8050/2026 Solicitado alteração da Emenda para aquisição de veículos, através do Memorando 20327/2026 - Oficio 296/26 - GAB	**Executado**
VEREADOR CIRINEU DO ESPORTE	IMPOSITIVA	5592	2026	Auxílio TFD	R$ 25.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Pacientes em Tratamento Fora do Domicilio	Até dez/2026	Não se aplica	4089,4091,4154,4169,4493 a 4500, 4524,4557,4558,4560,4564,459 8,4599,4611 a 4622, 4641, 4650,4651,4652,4654,4655,4656 ,4768,4769,4829 a 4841 e 4853/2026	**Executado**
VEREADOR JUVANETE	IMPOSITIVA	5660	2026	Mutirão de oftalmologia e ultrassonografia e ressonância e colonoscopia	R$ 111.272,73	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Policlinica	Mensal até dez/2026	Não se aplica	3559/2026	**Executado**
VEREADOR MARCELO DA SAÚDE	IMPOSITIVA	5647	2026	Mutirão de oftalmologia e ultrassonografia, ressonância e colonoscopia	R$ 30.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Policlinica	Mensal até dez/2026	Não se aplica	3926/2026	**Executado**
VEREADOR MARCELO DA SAÚDE	IMPOSITIVA	5648	2026	Auxílio TFD	R$ 30.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Pacientes em Tratamento Fora do Domicilio	Até dez/2026	Não se aplica	3875, 3910, 3913, 3916, 3918, 3920, 3923, 3925, 3927 a 3936, 3938 a 3950, 3952 a 3961, 4040a 4046, 4088, 4090, 4128, 4155, 4156, 4166, 4168, 4170, 4492 e 4559/2026	**Executado**
VEREADOR MARCELO DA SAÚDE	IMPOSITIVA	5650	2026	Aquisição de aparelho ultrassom	R$ 1.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Centro de Saúde da Mulher e da Criança	Até dez/2026	Não se aplica	x	**Processo Adm 378/2026 - Proc Licitatório 402/26 - Pregão 59/26 - Em andamento**
VEREADOR MARCELO DA SAÚDE	IMPOSITIVA	5650	2026	Aquisição de aparelho ultrassom	R$ 29.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Centro de Saúde da Mulher e da Criança	Até dez/2026	Não se aplica	x	**Processo Adm 378/2026 - Proc Licitatório 402/26 - Pregão 59/26 - Em andamento**
VEREADOR MARCELO DA SAÚDE	IMPOSITIVA	5652	2026	Aquisição de carro para transporte sanitário	R$ 1.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Transporte Sanitário	Até dez/2026	Não se aplica	7631/2026	**Executado**
VEREADOR MARCELO DA SAÚDE	IMPOSTIVA	5652	2026	Aquisição de carro para transporte sanitário	R$ 20.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Transporte Sanitário	Até dez/2026	Não se aplica	7630/2026	**Executado**
VEREADOR NEI DA PESCA	IMPOSITIVA	5667	2026	Mutirão de exames	R$ 100.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Policlinica	Mensal até dez/2026	Não se aplica	3557/2026	**Executado**
VEREADOR NEI DA PESCA	IMPOSITIVA	5668	2026	Aquisição de material hospitalar	R$ 11.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Até dez/2026	Não se aplica	7271/2026 - Proc Adm 301/2026 -Pregão 43/26	**Executado**
VEREADOR OSÉIAS	IMPOSITIVA	5579	2026	Aquisição de caminhonete para uso exclusivo dos agentes de endemias	R$ 111.272,73	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Vigilância Epidemiológica	Até dez/2026	Não se aplica	EMENDA ALTERADA -MEMORANDO 24194/26 - OF 325/2026 - GAB	EMENDA ALTERADA - MEMORANDO 24194/26 - OF 325/2026 - GAB
VEREADOR OSÉIAS	IMPOSITIVA	10852	2026	Aquisição de caminhonete para uso exclusivo dos agentes de endemias	R$ 111.272,73	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Vigilância Epidemiológica	Até dez/2026	Não se aplica	EMENDA ALTERADA -MEMORANDO 24194/26 - OF 325/2026 - GAB	EMENDA ALTERADA - MEMORANDO 24194/26 - OF 325/2026 - GAB
VEREADOR OSÉIAS	IMPOSITIVA	12719	2026	Aquisição de veículo para Vigilancia Sanitária	105.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Vigilância Epidemiológica	Até dez/2026	Não se aplica	7625/2026	**Executado**
VEREADOR OSÉIAS	IMPOSITIVA	12720	2026	Aquisição de veículos para as UBS Shangri-lá e Praia de Leste	80.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Vigilância Epidemiológica	Até dez/2026	Não se aplica	7626/2026 e 7627/2026	**Executado**
VEREADOR OSÉIAS	IMPOSITIVA	12721	2026	Mutirão de exames - COMESP	37.545,45	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Vigilância Epidemiológica	Até dez/2026	Não se aplica	X	**Aguardando empenho**
VEREADOR PASTOR JHONATAN	IMPOSITIVA	5582	2026	Mutirão de exames	R$ 111.272,73	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Policlinica	Mensal até dez/2026	Não se aplica	3558/2026	**Executado**
VEREADOR SENE	IMPOSITIVA	5610	2026	Aquisição de cautério,	R$ 76.252,73	Secretaria Municipal	UBS Pontal do Sul	Até dez/2026	Não se aplica	Processo 505/2026 - Em andamenteo	Processo 505/2026 - Em

				pinças, otoscópio e kit para pequenas cirurgias para a UBS de Ponta do Sul		de Saúde/Fundo Municipal de Saúde					andamenteo
VEREADOR SENE	IMPOSITIVA	5612	2026	Aquisição de um monitor multiparâmetro para o PA 24 h de Shangri-lá	R$ 15.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Pronto Atendimento 24h Shangri-lá	Até dez/2026	Não se aplica	6798/2026 - Solicitado alteração da Emenda para aquisição de veículos, através do Memorando 20327/2026 - Oficio 296/26 - GAB	**Executado**
VEREADOR SENE	IMPOSITIVA	5611	2026	Aquisição de 07 (sete) cadeiras para a UBS de Pontal do Sul	R$ 20.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	UBS Pontal do Sul	jun./26	Não se aplica	6798/2026 - Solicitado alteração da Emenda para aquisição de veículos, através do Memorando 20327/2026 - Oficio 296/26 - GAB	**Executado**
VEREADORA ANY MESSINA	IMPOSITVA	5635	2026	Mutirões de exames	R$ 50.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Policlinica	Mensal até dez/2026	Não se aplica	3554/2026	**Executado**
VEREADORA ANY MESSINA	IMPOSITIVA	5636	2026	Aquisição de aparelho de ultrassom	R$ 50.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Centro de Saúde da Mulher e da Criança	Até dez/2026	Não se aplica	x	**Processo Adm 378/2026 - Proc Licitatório 402/26 - Pregão 59/26 - Em andamento**
VEREADORA ANY MESSINA	IMPOSITIVA	5637	2026	Auxílio TFD	R$ 11.272,73	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Pacientes em Tratamento Fora do Domicilio	mai./26	Não se aplica	680,3719,3723,3761 a 3767, 3861,3870,3872,3873,3874,4836, 4846/2026	**Executado**
VEREADORA CLEONICE	IMPOSITIVA	5600	2026	Mutirão de oftalmologia	R$ 20.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Policlinica	Mensal até dez/2026	Não se aplica	3555/2026	**Executado**
VEREADORA CLEONICE	IMPOSITIVA	5602	2026	Pintura e pequenos reparos UBS Shangri-lá	R$ 20.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	UBS Shangri-lá	Até dez/2026	Não se aplica	x	**Aguardando empenho**
VEREADORA CLEONICE	IMPOSITIVA	5603	2026	Aquisição de aparelho ultrassom	R$ 16.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Centro de Saúde da Mulher e da Criança	Até dez/2026	Não se aplica	x	**Processo Adm 378/2026 - Proc Licitatório 402/26 - Pregão 59/26 - Em andamento**
VEREADORA CLEONICE	IMPOSITIVA	9142	2026	Aquisição de 02 (dois) ar condicionados no valor de R$ 20.000,00 e 01 (uma) impressora no valor de R$ 5.000,00	R$ 25.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	UBS Shangri-lá	Até dez/2026	Não se aplica	6798/2026 - Solicitado alteração da Emenda para aquisição de veículos, através do Memorando 20327/2026 - Oficio 296/26 - GAB	**Executado**
VEREADORA CLEONICE	IMPOSITIVA	9143	2026	Aquisição de veículo SMS	R$ 30.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Até dez/2026	Não se aplica	7630/2026	**Executado**
VEREADORA ELINETE	IMPOSITIVA	5624	2026	Mutirões de exames	R$ 91.272,73	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Policlinica	Mensal até dez/2026	Não se aplica	3556/2026	**Executado**
VEREADORA ELINETE	IMPOSITIVA	5625	2026	Aquisição de muletas e cadeiras de rodas	R$ 19.700,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Unidades Básicas de Saúde	Até dez/2026	Não se aplica	8053/2026 Solicitado alteração da Emenda para aquisição de veículos, através do Memorando 20327/2026 - Oficio 296/26 - GAB	**Executado**
VEREADORA NEGA	IMPOSITIVA	5577	2026	Auxílio TFD	R$ 40.000,00	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Pacientes em Tratamento Fora do Domicilio	Executado	Não se aplica	2712/2026 ao 2730/2026 - 2746/2026 ao 2747/2026 - 2822/2026 ao 2823/2026 - 2858/2026 ao 2859/2026 - 3002/2026 - 3060/2026 ao 3086/2026 - 3151/2026 ao 3164/2026 - 3538/2026 - 3581/2026 3597/2026 ao 3598/2026	**Executado**
VEREADORA NEGA	IMPOSITIVA	5576	2026	Aquisição de equipamentos para o pronto atendimento 24 horas de Praia de Leste	R$ 71.272,73	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde	Pronto Atendimento 24h Praia de Leste	Executado/Parcia l	Não se aplica	3622/2026 - 8051/2026 - Solicitado alteração da Emenda para aquisição de veículos, através do Memorando 20327/2026 - Oficio 296/26 - GAB	**Executado**
					R$ 1.334.134,57						

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:47986FC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER - PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL 2026. INCLUSAO DO ITEM 45

Nº ITEM	TIPO DO ITEM	RENOVAÇÃ O DE CONTRATO	DESCRIÇÃO	QTDADE ANUAL P/ CONTRATA ÇÃO	ESTIMATIVA DE VALOR ANUAL	DATA PREVISTA PARA CONTRATA ÇÃO	GRAU DE PRIORIDAD E	UNIDADE REQUISITA NTE	VINCULAÇÃO/ DEPENDÊNCIA DE OUTRO ITEM	JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÕES
1	Serviço	N	Sonorização	12 MESES	R$ 110.000,00	Contrato vigente	Alta	SMECLJ	N	Eventos esportivos e culturais do município	
2	Serviço	N	Locação estrutura p/ eventos	12 MESES	R$ 100.000,00	Contrato vigente	Alta	SMECLJ	N	Eventos esportivos e culturais do município	
3	Obras	N	Construção Pista de Skate	12 MESES	R$ 50.000,00	abr/25	Baixa	DE	N	Fomento do esporte no município	

4	Obras	N	Construção Memorial Caiçara	12 MESES	R$ 50.000,00	jun/25	Baixa	DC	N	Criação da identidade cultural do município – Recursos PNAB	
5	Obras	N	Construção Marina Náutica	12 MESES	R$ 500.000,00	mar/25	Alta	DE	N	Recursos Estaduais "O Esporte que Queremos" - FUMDEL	INCLUIR NO ORÇAMENTO
6	Obras	N	Revitalização Praças Municipais	12 MESES	R$ 300.000,00	Contrato vigente	Alta	DE	N	Recursos Estaduais "O Esporte que Queremos" - FUMDEL	
7	Obras	N	Revitalização Praças Municipais	12 MESES	R$ 300.000,00	Contrato vigente	Alta	DE	N	Contrapartida	
8	Serviço	N	Contratação de Oficineiros	12 MESES	R$ 800.000,00	mar/25	Alta	SMECLJ	N	Funcionamento das Oficinas de Esporte e Cultura	
9	Serviço	N	Containers vestiário	12 MESES	R$ 120.024,68	Contrato vigente	Alta	DE	N	Campeonato Municipal de Futebol de Campo	
10	Aquisição	N	Material Esportivo	12 MESES	R$ 150.000,00	abr/25	Alta	DE	N	Manutenção das práticas esportivas – FUMDEL-Convênio Copel	INCLUIR NO ORÇAMENTO
11	Serviço	N	Livros Litoral com Arte	12 MESES	R$ 35.000,00	mar/25	Média	DC	N	Concurso Literário	
12	Serviço	N	Federação Paranaense de Motocross	12 MESES	R$ 30.000,00	jun/25	Média	DE	N	Etapa do Paranaense de Motocross	
13	Serviço	N	Federação Paranaense de Taekwondo	12 MESES	R$ 15.000,00	jun/25	Média	DE	N	Etapa do Paranaense de Taekwondo	
14	Serviço	N	Federação Paranaense de Beach Soccer	12 MESES	R$ 10.000,00	set/25	Média	DE	N	Etapa do Paranaense de Beach Soccer	
15	Serviço	N	Federação Paranaense de Futvôlei	12 MESES	R$ 10.000,00	out/25	Média	DE	N	Etapa do Paranaense de Futvôlei	
16	Serviço	N	Locação Banestado	12 MESES	R$ 30.000,00	Contrato vigente	Média	DC	N	Realização de eventos esportivos e culturais	
17	Serviço	N	Manutenção playgrounds e academias AL	12 MESES	R$ 15.000,00	fev/25	Média	DE	N	Manutenção e revitalização dos equipamentos instalados	
18	Serviço	N	Credenciamentos de Artistas	12 MESES	R$ 10.000,00	set/25	Baixa	DC	N	Participação de artistas regionais em eventos municipais	
19	Serviço	N	Roçadas	12 MESES	R$ 80.000,00	Contrato vigente	Alta	SMECLJ	N	Roçadas em áreas públicas	
20	Serviço	N	Festpon	12 MESES	R$ 50.000,00	set/25	Alta		N	Realização do evento	
21	Serviço	N	Produção e Divulgação	12 MESES	R$ 5.000,00	abr/25	Baixa	SMECLJ	N	Divulgação dos eventos	
22	Serviço	N	Coffee Break	12 MESES	R$ 10.000,00	mar/25	Média	SMECLJ	N	Lanches para eventos da secretaria	
23	Serviço	N	Locação de Veiculos	12 MESES	R$ 70.000,00	Contrato vigente	Alta	SMECLJ	N	Veículos locados pela secretaria	
24		N	Óleo Lubrificante	12 MESES	R$ 1.000,00	abr/25	Alta	SMECLJ	N	Veículos da frota	
25	Serviço	N	Seguro Veicular	12 MESES	R$ 3.000,00	Contrato vigente	Alta	SMECLJ	N	Veículos da frota	
26		N	Extintores	12 MESES	R$ 1.000,00	fev/25	Alta	SMECLJ	N	Segurança dos espaços físicos da secretaria	
27	Serviço	N	Limpeza de Caixa d'água e fossas, controle de pragas	12 MESES	R$ 3.000,00	fev/25	Alta	SMECLJ	N	Manutenção e higienização dos prédios da secretaria	
28		N	Ar condicionado	12 MESES	R$ 7.000,00	Contrato vigente	Média	SMECLJ	N	Aquisição	
29	Serviço	N	Ar condicionado	12 MESES	R$ 10.000,00	Contrato vigente	Média	SMECLJ	N	Manutenção	
30		N	Material de Construção	12 MESES	R$ 50.000,00	fev/25	Alta	SMECLJ	N	Ampliações e reformas	
31		N	Aquisição de uniformes	12 MESES	R$ 10.000,00	mai/25	Baixa	SMECLJ	N	Padronização para eventos culturais e esportivos	
32	Serviço	N	Software	12 MESES	R$ 10.000,00	fev/25	Alta	DE	N	Software para acompanhamento das oficinas da SMECLJ	
33	Aquisição	N	Computadores, monitores e periféricos	12 MESES	R$ 10.000,00	jul/25	Baixa	SMECLJ	N	Atendimento das necessidades da secretaria	
34	Aquisição	N	Mobiliários	12 MESES	R$ 8.000,00	jul/25	Baixa	SMECLJ	N	Atendimento das necessidades da secretaria	
35	Aquisição	N	Instrumentos musicais e acessórios	12 MESES	R$ 30.000,00	jun/25	Baixa	DC	N	Equipamentos e materiais para as escolas de música	
36	Obras	N	Pista motocross	12 MESES	R$ 30.000,00	abr/25	Média	DE	N	Construção de pista na chácara São Pedro	
37	Obras	N	Construção autódromo	12 MESES	R$ 50.000,00	ago/25	Média	DE	N	Construção de pista	
38	Obras	N	Pista kart cross	12 MESES	R$ 30.000,00	ago/25	Média	DE	N	Construção de pista	
39	Obras	N	Estádio municipal	12 MESES	R$ 5.000,00		Baixa	DE	N	Construção do estádio municipal	
40	Obras	N	Campeonato municipal	12 MESES	R$ 54.950,64	mar/25	Alta	DE	N	Com as várias modalidades praticadas no município para criação de um ranking	
41	Obras	N	Quadras esportivas Amosi	12 MESES	R$ 30.000,00	mar/25	Alta	DE	N	Reforma e revitalização do espaço	
42	Obras	N	Construção estacionamento Casa da	12 MESES	R$ 15.000,00	mar/25	Alta	SMECLJ	N	Adequação do espaço entre o	

			Cultura							miniauditório e a quadra de esportes	
43	Aquisição	N	Aquisição e Instação de Playgrounds	12 MESES	R$ 283.588,24		Alta	SMECLJ	N	Aquisição e instalação de playground em forma de barco - Convênio Ministério do Esporte	INCLUIR NO ORÇAMENTO
44	Serviço	N	Realização de evento	1	R$ 15.000,00	mar/26	Alta	SMECLJ	N	Realização da 1ª Etapa do Circuito Paranaense de Surf AM	
45	**Compra**	**N**	**Aquisição de veiculos**	**3 meses**	**R$ 619.800,00**	**outubro**	**Alta**	**SMECLJ**	**N**	**aquisição de veiculo em atendimento as necessidades da SMECLJ**	
					R$ 3.506.563,56						

Valor orçado/2026	R$ 2.757.975,32
Valor a incluir no orçamento	R$ 733.588,24
Valor PAC/2026	R$ 3.491.563,56

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:0D68CCB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 320/2026 - REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, OS PROCEDIMENTOS DE PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO, SELEÇÃO DO FORNECEDOR, FORMALIZAÇÃO, GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

DECRETO Nº 320/2026

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, OS PROCEDIMENTOS DE PLANEJAMENTO, INSTRUÇÃO, SELEÇÃO DO FORNECEDOR, FORMALIZAÇÃO, GESTÃO, FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, AO FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas internas para o planejamento, a padronização e o controle das contratações públicas municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o Plano de Contratações Anual — PCA, sua compatibilização com a Lei Orçamentária Anual e seu monitoramento durante o exercício;

CONSIDERANDO a importância da adequada elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, Termos de Referência, editais e contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a gestão e fiscalização contratual, com definição de responsabilidades, instrumentos padronizados e procedimentos para apuração de descumprimentos;

CONSIDERANDO a necessidade de promover capacitação, dimensionamento de pessoal, gestão tecnológica, controle de obras públicas, garantia quinquenal e implementação gradual da metodologia BIM;

DECRETA:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este Decreto regulamenta os procedimentos de governança, planejamento, instrução, seleção, formalização, gestão, fiscalização e controle das contratações públicas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. As contratações públicas observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação, competitividade, economicidade, sustentabilidade, padronização, controle de riscos e responsabilização.

Art. 3º. Para fins deste Decreto, considera-se:
I – unidade requisitante: órgão ou setor responsável por identificar a necessidade administrativa e iniciar a demanda de contratação;
II – unidade técnica: setor responsável por fornecer elementos técnicos, especificações, projetos, levantamentos, medições ou documentos especializados;
III – setor de contratações: unidade responsável pela coordenação dos procedimentos de compras, licitações, contratações diretas e demais atos preparatórios;
IV – Plano de Contratações Anual — PCA: instrumento de governança destinado a consolidar as contratações pretendidas para o exercício subsequente;
V – Estudo Técnico Preliminar — ETP: documento que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução para atendimento da necessidade administrativa;
VI – Termo de Referência — TR: documento necessário à contratação de bens e serviços, contendo a definição do objeto, requisitos, modelo de execução, gestão, fiscalização, critérios de medição, pagamento e demais elementos necessários;
VII – gestor do contrato: agente público responsável pela coordenação da execução contratual;
VIII – fiscal do contrato: agente público designado para acompanhar, verificar, registrar e atestar a execução do objeto contratado;
IX – BIM: metodologia de Modelagem da Informação da Construção, aplicável gradualmente à elaboração, contratação e gestão de projetos, obras e serviços de engenharia.

CAPÍTULO II – DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL — PCA

Art. 4º. Fica instituída a obrigatoriedade de elaboração anual do Plano de Contratações Anual — PCA, como instrumento de planejamento, governança e gestão das contratações públicas municipais.

Art. 5º. O PCA deverá conter, no mínimo:
I – identificação da unidade requisitante;
II – descrição sucinta do objeto pretendido;
III – justificativa da necessidade;
IV – estimativa preliminar de valor;
V – grau de prioridade;
VI – data pretendida para início do procedimento de contratação;
VII – data pretendida para formalização da contratação;
VIII – indicação preliminar da fonte de recurso;
IX – indicação da ação, programa ou dotação orçamentária correspondente, quando já existente;
X – identificação de contratações correlatas ou interdependentes;
XI – informação sobre eventual contratação continuada ou necessidade de prorrogação;
XII – indicação de responsável pela demanda.

Art. 6º. O PCA deverá ser utilizado como subsídio obrigatório para elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual — PLOA.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento ou unidade equivalente deverá elaborar anexo específico da PLOA, correlacionando as contratações previstas no PCA com as respectivas ações, dotações orçamentárias, fontes de recursos e estimativas de despesa.
Parágrafo único. O anexo referido no caput deverá acompanhar a proposta orçamentária, sempre que tecnicamente possível, servindo como instrumento de compatibilização entre planejamento das contratações e orçamento municipal.

Art. 8º. As alterações do PCA durante o exercício dependerão de:
I – justificativa da unidade requisitante;
II – demonstração da necessidade superveniente;
III – consulta prévia à disponibilidade orçamentária;
IV – manifestação do setor de planejamento ou finanças;
V – aprovação da autoridade competente.

Art. 9º.O monitoramento do PCA será realizado durante todo o exercício, com o objetivo de verificar:
I – contratações previstas e efetivamente iniciadas;
II – contratações previstas e não iniciadas;
III – contratações incluídas posteriormente;
IV – contratações canceladas ou postergadas;
V – aderência das contratações ao orçamento;
VI – cumprimento das datas pretendidas;

VII – riscos de descontinuidade de serviços ou de contratação intempestiva.

Art. 10. Fica designado como responsável pelo monitoramento do PCA o setor de contratações públicas, em conjunto com a unidade de planejamento, orçamento e finanças.
§ 1º A autoridade máxima de cada secretaria deverá indicar servidor responsável pelo acompanhamento das demandas de sua unidade no PCA.
§ 2º O responsável pelo monitoramento deverá elaborar relatório quadrimestral de execução do PCA, contendo a situação das contratações previstas, atrasos, justificativas e providências corretivas.

Art. 11. O PCA, suas alterações e os relatórios de monitoramento deverão ser arquivados em meio eletrônico oficial e disponibilizados aos órgãos de controle interno e externo quando solicitados.

CAPÍTULO III – DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES — ETP

Art. 12. O Estudo Técnico Preliminar deverá ser elaborado na fase preparatória da contratação, sempre que exigido pela legislação ou quando a complexidade, valor, natureza ou risco do objeto justificar sua elaboração.

Art. 13. O ETP deverá conter, no mínimo:
I – descrição da necessidade da contratação;
II – demonstração do interesse público envolvido;
III – requisitos da contratação;
IV – levantamento de mercado;
V – análise das soluções disponíveis;
VI – estimativa das quantidades;
VII – estimativa preliminar do valor da contratação;
VIII – justificativa quanto ao parcelamento ou não da contratação;
IX – demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros;
X – análise da necessidade de contratações correlatas ou interdependentes;
XI – providências a serem adotadas pela Administração antes da contratação;
XII – análise de riscos relevantes;
XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação.

Art. 14. A justificativa quanto ao parcelamento ou não da contratação deverá demonstrar:
I – viabilidade técnica do parcelamento;
II – viabilidade econômica;
III – preservação da competitividade;
IV – ganho de escala, quando houver;
V – risco de prejuízo à execução ou à gestão contratual;
VI – compatibilidade com o mercado fornecedor.

Art. 15. Nas contratações de obras públicas, o ETP deverá conter, além dos elementos gerais:
I – previsão dos custos de operação do empreendimento após a entrega da obra, incluindo pessoal, equipamentos, insumos, manutenção e demais despesas futuras;
II – levantamento cadastral atualizado da área de intervenção;
III – identificação de lotes, confrontações, interferências naturais e interferências de concessionárias, como redes de água, esgoto, gás, energia elétrica, telefonia, postes, árvores e demais elementos relevantes;
IV – avaliação da necessidade de desapropriação, servidão, autorização de uso, regularização fundiária ou comprovação da posse;
V – indicação dos procedimentos necessários para regularização dominial ou possessória, quando aplicável;
VI – análise de acessibilidade, sustentabilidade, manutenção e vida útil do empreendimento.

Art. 16. Os ETPs deverão ser assinados pelos responsáveis pela elaboração, com identificação da unidade requisitante e, quando necessário, da unidade técnica participante.

CAPÍTULO IV – DOS TERMOS DE REFERÊNCIA E PROJETOS BÁSICOS

Art. 17. O Termo de Referência ou Projeto Básico deverá ser elaborado com base no ETP, quando houver, e conter os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto e orientar a contratação.

Art. 18.O Termo de Referência deverá conter, no mínimo:

I – definição clara e precisa do objeto;
II – requisitos da contratação;
III – especificações técnicas detalhadas do produto, serviço ou solução;
IV – indicação, quando possível, de catálogo eletrônico de padronização;
V – critérios de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
VI – descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto;
VII – custos e necessidades futuras de operação, manutenção, atualização, reposição de peças e descarte final;
VIII – modelo de execução do objeto;
IX – modelo de gestão e fiscalização do contrato;
X – critérios objetivos de medição;
XI – critérios e condições de pagamento;
XII – prazo de vigência contratual, com fundamentação adequada;
XIII – possibilidade de prorrogação, quando aplicável;
XIV – exigência de garantia contratual, quando cabível;
XV – condições de manutenção e assistência técnica, quando aplicáveis;
XVI – adequação orçamentária da contratação, com indicação da fonte de recurso;
XVII – obrigações da contratada e da Administração;
XVIII – sanções aplicáveis;
XIX – critérios de recebimento provisório e definitivo.

Art. 19. O Termo de Referência deverá indicar expressamente como o contrato produzirá os resultados pretendidos desde o início até o encerramento da execução.

Art. 20. Nos serviços continuados ou com dedicação exclusiva de mão de obra, o Termo de Referência deverá conter:
I – planilha detalhada de composição de custos;
II – critérios de produtividade;
III – quantitativo de postos ou profissionais;
IV – jornada, escala e local de execução;
V – obrigações trabalhistas e previdenciárias;
VI – critérios de substituição de pessoal;
VII – forma de fiscalização;
VIII – Instrumento de Medição de Resultado — IMR, quando aplicável.

Art. 21. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o projeto básico ou documento equivalente deverá conter elementos técnicos suficientes para caracterização do objeto, orçamento, cronograma, critérios de medição, riscos, responsabilidades e forma de acompanhamento da execução.

CAPÍTULO V – DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 22. A pesquisa de preços deverá ser ampla, documentada e compatível com o objeto a ser contratado.

Art. 23. Na pesquisa de preços, deverão ser priorizadas, sempre que possível:
I – bases públicas oficiais;
II – contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública;
III – painéis ou bancos de preços;
IV – atas de registro de preços vigentes;
V – notas fiscais eletrônicas, quando disponíveis;
VI – pesquisa direta com fornecedores, de forma complementar e justificada.

Art. 24. A pesquisa deverá conter:
I – identificação do responsável;
II – descrição do objeto pesquisado;
III – fontes consultadas;

IV – valores obtidos;
V – metodologia de cálculo;
VI – justificativa para exclusão de preços inexequíveis, excessivos ou inconsistentes;
VII – definição do preço estimado.

Art. 25. Nas contratações diretas, a pesquisa de preços deverá ser igualmente realizada e documentada, salvo impossibilidade devidamente justificada.

CAPÍTULO VI - DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS

Art. 26. As contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade deverão ser formalizadas em processo administrativo próprio, instruído com os documentos exigidos pela legislação e por este Decreto.

Art. 27. O processo de contratação direta deverá conter, no mínimo:
I – documento de formalização da demanda;
II – justificativa da necessidade;
III – ETP, quando cabível;
IV – Termo de Referência ou Projeto Básico;
V – estimativa de preços;
VI – demonstração da hipótese legal de contratação direta;
VII – razão da escolha do contratado;
VIII – justificativa do preço;
IX – comprovação da habilitação e regularidade necessárias;
X – autorização da autoridade competente;
XI – parecer jurídico, quando exigível;
XII – publicação do ato, quando cabível.

Art. 28. Nas contratações por inexigibilidade fundadas em fornecedor exclusivo, a Administração deverá comprovar a exclusividade mediante:
I – documentos de habilitação;
II – declaração ou atestado de exclusividade, quando idôneo;
III – diligências administrativas destinadas à confirmação da inexistência de competição;
IV – pesquisa de mercado ou consulta a potenciais fornecedores, quando possível;
V – justificativa técnica demonstrando a inviabilidade de competição.

Art. 29. Nas contratações de serviços técnicos especializados por inexigibilidade, o processo deverá demonstrar:
I – a natureza singular ou especializada do objeto, quando aplicável;
II – a notória especialização do contratado;
III – a relação específica entre a qualificação técnica apresentada e os objetivos da contratação;
IV – a inviabilidade de competição;
V – a justificativa da escolha do contratado.

Art. 30. A inviabilidade de competição deverá estar claramente demonstrada, documentada e evidenciada no processo.

Art. 31. O Município manterá controle formal das contratações diretas por valor, com a finalidade de evitar fracionamento indevido da despesa.

Art. 32. O controle referido no artigo anterior deverá permitir a verificação:
I – do objeto contratado;
II – da unidade requisitante;
III – do fornecedor;
IV – do valor;
V – da data da contratação;
VI – do fundamento legal;
VII – da soma das contratações de objetos semelhantes durante o exercício.

Art. 33. As dispensas emergenciais somente poderão ser realizadas quando demonstradas situação imprevisível, urgência concreta, risco de prejuízo ou comprometimento da continuidade do serviço público e impossibilidade de aguardar o procedimento ordinário de contratação.

CAPÍTULO VII - DOS EDITAIS E DA REGULARIDADE DAS EXIGÊNCIAS

Art. 34. Os editais deverão ser elaborados com observância dos princípios da competitividade, isonomia, proporcionalidade, julgamento objetivo, transparência e seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração.

Art. 35. Os requisitos de habilitação técnica exigidos nos editais deverão ser formalmente analisados e justificados no processo licitatório, demonstrando que se restringem ao mínimo necessário para assegurar a adequada execução do objeto.

Art. 36. Os requisitos de habilitação econômico-financeira deverão ser acompanhados de justificativa formal que demonstre sua pertinência e proporcionalidade em relação ao objeto contratado.

Art. 37. Nos editais de obras e serviços de engenharia deverá constar matriz de riscos, quando cabível, contemplando eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam impactar seu equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 38. Nos regimes de contratação integrada ou semi-integrada, a matriz de riscos deverá distinguir:
I – obrigações de meio;
II – obrigações de resultado;
III – riscos atribuídos à Administração;
IV – riscos atribuídos à contratada;
V – riscos compartilhados;
VI – impactos financeiros e responsabilidades.

Art. 39. A utilização de metodologia expedita, paramétrica ou avaliação aproximada baseada em contratações similares deverá ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto, quando admitida pela legislação.

CAPÍTULO VIII - DOS MODELOS PADRONIZADOS DE CONTRATO E CLÁUSULAS MÍNIMAS

Art. 40. Ficam instituídos modelos padronizados de contrato para os tipos mais frequentes de contratação, especialmente:
I – aquisição de bens;
II – prestação de serviços comuns;
III – serviços continuados;
IV – serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;
V – obras e serviços de engenharia;
VI – locações;
VII – fornecimentos contínuos.

Art. 41. Os contratos administrativos deverão conter, de forma clara e objetiva:
I – objeto;
II – regime de execução;
III – preço e condições de pagamento;
IV – critérios, data-base e periodicidade do reajuste;
V – critérios de atualização monetária em caso de atraso no pagamento;
VI – prazos de início, execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo;
VII – critérios e periodicidade das medições;
VIII – prazos para liquidação e pagamento;
IX – obrigações das partes;
X – modelo de gestão e fiscalização;
XI – critérios objetivos de avaliação de desempenho;
XII – sanções administrativas;

XIII – hipóteses de rescisão ou extinção;
XIV – matriz de riscos, quando aplicável;
XV – garantia contratual, quando exigida;
XVI – condições de manutenção e assistência técnica, quando aplicáveis.

Art. 42. Os contratos de natureza continuada deverão prever, sempre que aplicável, Instrumento de Medição de Resultado — IMR, com indicadores, metas, critérios de avaliação de qualidade, parâmetros de glosa e consequências pelo não atingimento dos resultados esperados.

Art. 43. Os contratos deverão definir de forma clara as condutas que configuram infrações contratuais e as respectivas sanções aplicáveis, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade e demais penalidades previstas em lei.

Art. 44. Nos contratos em que houver necessidade de acesso, transferência ou continuidade de processos, dados, sistemas, documentos ou conhecimentos técnicos, deverão ser previstas cláusulas que assegurem à Administração:
I – acesso aos dados;
II – propriedade ou direito de uso dos documentos e produtos gerados;
III – transferência de conhecimento;
IV – entrega de documentação técnica;
V – continuidade administrativa em caso de substituição contratual.

CAPÍTULO IX - DA DESIGNAÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Art. 45. Todo contrato deverá possuir gestor e fiscal formalmente designados por portaria, ordem de serviço ou instrumento equivalente.

Art. 46. A designação deverá indicar:
I – nome do gestor;
II – nome do fiscal titular;
III – nome do fiscal suplente;
IV – contrato ou objeto fiscalizado;
V – atribuições específicas;
VI – ciência formal dos designados.

Art. 47. Em caso de afastamento, férias, licença ou impedimento do fiscal titular, a unidade responsável deverá comunicar imediatamente o fiscal suplente, assegurando a continuidade da fiscalização contratual.

Art. 48. O Município adotará modelos padronizados de papéis de trabalho para fiscalização contratual, incluindo:
I – checklist de início da execução;
II – relatório periódico de fiscalização;
III – registro de ocorrência;
IV – termo de notificação da contratada;
V – relatório de medição;
VI – atesto de execução;
VII – checklist de encerramento contratual;
VIII – relatório de avaliação de desempenho.

Art. 49. O acompanhamento da execução contratual deverá ser formalizado por escrito, mediante relatórios, atas, notificações, registros de ocorrência, medições, fotografias, documentos técnicos ou outros meios adequados.

Art. 50. Compete ao fiscal do contrato:
I – acompanhar a execução do objeto;
II – verificar a conformidade com o contrato;
III – registrar ocorrências;
IV – comunicar falhas ao gestor;

V – subsidiar o atesto da despesa;
VI – propor glosas, notificações ou medidas corretivas;
VII – manter documentação organizada no processo.

Art. 51. Compete ao gestor do contrato:
I – coordenar a execução contratual;
II – acompanhar prazos de vigência;
III – avaliar necessidade de prorrogação, nova licitação ou encerramento;
IV – analisar relatórios do fiscal;
V – solicitar providências à contratada;
VI – propor aplicação de sanções;
VII – acompanhar reajustes, repactuações e reequilíbrios.

Art. 52. O Município manterá controle formal dos prazos de vigência dos contratos, com mecanismo de alerta que permita decisões tempestivas quanto a:
I – prorrogação;
II – nova licitação;
III – contratação substitutiva;
IV – encerramento contratual;
V – providências para evitar descontinuidades de serviços.

Art. 53. O alerta de vencimento contratual deverá ocorrer, preferencialmente, com antecedência mínima de 180, 120, 90 e 60 dias, conforme a complexidade do objeto.

CAPÍTULO X - DA LIMITAÇÃO DE CONTRATOS POR FISCAL

Art. 54. A Administração deverá observar critérios objetivos para distribuição de contratos entre fiscais, considerando:
I – número de contratos já atribuídos;
II – complexidade do objeto;
III – valor contratado;
IV – natureza do objeto;
V – dispersão geográfica da execução;
VI – carga de trabalho estimada;
VII – necessidade de conhecimento técnico específico;
VIII – risco da contratação.

Art. 55. A Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com o setor de contratações, deverá elaborar relatório anual sobre a distribuição de contratos por fiscal, indicando situações de sobrecarga e necessidade de redistribuição.

CAPÍTULO XI
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Art. 56. As obras e serviços de engenharia deverão possuir fiscalização formalmente designada, preferencialmente composta por profissional habilitado, observado o grau de complexidade do objeto.

Art. 57. O procedimento de fiscalização de obras deverá contemplar:
I – análise do contrato, projeto, orçamento e cronograma;
II – acompanhamento da ordem de serviço;
III – registro de diário de obra;
IV – controle de medições;
V – registro fotográfico;
VI – verificação de materiais e serviços executados;
VII – controle de aditivos;
VIII – verificação de conformidade com projetos e normas técnicas;

IX – emissão de termos de recebimento;
X – arquivamento dos documentos em sistema ou processo eletrônico.

Art. 58. O Município deverá implantar procedimento específico para formalizar responsabilidades e obrigações dos agentes públicos envolvidos na fiscalização de obras, incluindo fiscais, gestores, engenheiros, arquitetos e demais técnicos.

CAPÍTULO XII - DOS SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Art. 59. Antes do início da execução dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, a contratada deverá apresentar Plano de Trabalho ou documento equivalente.

Art. 60. O Plano de Trabalho deverá conter:
I – metodologia de execução;
II – cronograma de atividades;
III – alocação de recursos humanos;
IV – escala de trabalho;
V – indicação de responsáveis;
VI – relação de equipamentos, uniformes e materiais;
VII – procedimentos de substituição de empregados;
VIII – forma de comunicação com a fiscalização;
IX – medidas de segurança e saúde do trabalho, quando aplicáveis.

CAPÍTULO XIII - DA APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS E SANÇÕES

Art. 61. Identificado possível descumprimento contratual, o fiscal ou gestor deverá registrar a ocorrência no processo e comunicar formalmente à contratada para manifestação ou correção.

Art. 62. O fluxo de apuração observará, no mínimo:
I – registro da ocorrência;
II – notificação da contratada;
III – concessão de prazo para defesa ou saneamento;
IV – manifestação do fiscal;
V – manifestação do gestor;
VI – análise jurídica, quando cabível;
VII – decisão da autoridade competente;
VIII – aplicação de sanção, glosa ou arquivamento motivado.

Art. 63. Deverá ser instaurado processo administrativo sempre que a ocorrência puder resultar em sanção, rescisão contratual, glosa relevante, dano ao erário ou outra consequência jurídica à contratada.

Art. 64. Nos casos em que forem identificadas falhas na prestação dos serviços, deverão ser aplicadas glosas nos pagamentos, conforme critérios previstos no contrato, Termo de Referência, IMR ou instrumento de medição de resultados.

CAPÍTULO XIV- DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Art. 65. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser formalizados pela contratada em processo próprio, acompanhados de documentos comprobatórios.

Art. 66. O processo deverá conter:
I – requerimento da contratada;
II – indicação do contrato;
III – descrição do fato gerador;
IV – demonstração da imprevisibilidade, extraordinariedade ou consequência incalculável, quando exigível;
V – comprovação do impacto econômico;
VI – planilhas comparativas entre custos originais e atuais;

VII – notas fiscais, índices, cotações ou documentos técnicos;
VIII – manifestação do fiscal e do gestor;
IX – análise técnica;
X – análise jurídica, quando cabível;
XI – decisão motivada da autoridade competente.

Art. 67. Não será concedido reequilíbrio sem demonstração objetiva do desequilíbrio e sem comprovação da relação entre o fato alegado e o impacto econômico-financeiro no contrato.

CAPÍTULO XV - DO DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Art. 68. A Administração deverá elaborar estudo de dimensionamento de pessoal da área de contratações públicas, atualizado preferencialmente a cada 4 anos.

Art. 69. O estudo deverá indicar o quantitativo ideal de servidores para atuação nas seguintes atividades:
I – elaboração e monitoramento do PCA;
II – elaboração de ETPs e Termos de Referência;
III – setor de compras e licitações;
IV – agentes de contratação, pregoeiros e equipes de apoio;
V – assessoria ou departamento jurídico voltado às contratações;
VI – gestão e fiscalização de contratos;
VII – fiscalização e execução de obras públicas;
VIII – profissionais de engenharia e arquitetura;
IX – apoio tecnológico e administrativo.

Art. 70. O estudo deverá comparar o quantitativo ideal com o quadro existente, indicando:
I – servidores disponíveis;
II – vínculos funcionais;
III – formação técnica;
IV – carga de trabalho;
V – lacunas identificadas;
VI – necessidade de capacitação;
VII – necessidade de provimento, redistribuição ou reorganização administrativa.

CAPÍTULO XVI - DA SELEÇÃO DE SERVIDORES PARA FUNÇÕES ESSENCIAIS

Art. 71. A escolha de servidores para funções essenciais nas contratações públicas observará critérios objetivos, incluindo:
I – vínculo preferencialmente efetivo;
II – conhecimento técnico;
III – experiência na área;
IV – capacitação específica;
V – ausência de conflito de interesses;
VI – compatibilidade entre atribuições do cargo e função designada;
VII – disponibilidade para execução das atividades;
VIII – segregação de funções.

Art. 72. São consideradas funções essenciais:
I – agente de contratação;
II – pregoeiro;
III – membro de equipe de apoio;
IV – responsável por pesquisa de preços;
V – elaborador de ETP;
VI – elaborador de TR;

VII – gestor de contrato;
VIII – fiscal de contrato;
IX – fiscal de obra;
X – responsável pelo monitoramento do PCA.

Art. 73. A designação deverá ser formalizada por portaria ou ato equivalente, com indicação da função, período, atribuições e ciência do servidor.

CAPÍTULO XVII - DO PLANO DE CAPACITAÇÃO

Art. 74. O Município deverá instituir o Plano Anual de Capacitação em Contratações Públicas.

Art. 75. O plano deverá contemplar treinamentos para servidores que atuam em:
I – elaboração e monitoramento do PCA;
II – elaboração de ETP e TR;
III – compras e licitações;
IV – atuação como agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio;
V – assessoria jurídica em contratações;
VI – gestão e fiscalização de contratos;
VII – fiscalização de obras públicas;
VIII – elaboração de projetos, obras e serviços de engenharia;
IX – metodologia BIM;
X – pesquisa de preços;
XI – contratações diretas;
XII – sanções, reequilíbrio e gestão de riscos.

Art. 76. A Administração deverá manter registro das capacitações realizadas, contendo:
I – nome do servidor;
II – tema do curso;
III – carga horária;
IV – instituição promotora;
V – data de realização;
VI – certificado ou declaração de participação.

Art. 77. O relatório anual de capacitação deverá demonstrar quais servidores das funções essenciais foram capacitados no ano de referência.

CAPÍTULO XVIII - DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS, GESTÃO DE OBRAS E GARANTIA QUINQUENAL

Art. 78. O Município deverá buscar a implantação de sistema informatizado para gestão e acompanhamento de obras públicas.

Art. 79. O sistema ou controle informatizado deverá registrar, no mínimo:
I – dados da licitação;
II – propostas;
III – contrato;
IV – responsáveis técnicos;
V – ordem de serviço;
VI – medições;
VII – aditivos;
VIII – paralisações;
IX – notificações;
X – registros fotográficos;
XI – termos de recebimento;

XII – garantia quinquenal.

Art. 80. Enquanto não houver sistema específico, o Município deverá manter controle eletrônico padronizado, em planilha ou solução equivalente, com os registros mínimos previstos neste Decreto.

Art. 81. O Município deverá manter controle das obras abrangidas pela garantia quinquenal.

Art. 82. O controle da garantia quinquenal deverá conter:
I – identificação da obra;
II – contrato;
III – empresa contratada;
IV – data de recebimento definitivo;
V – prazo final da garantia;
VI – responsável pelo acompanhamento;
VII – inspeções realizadas;
VIII – defeitos identificados;
IX – notificações expedidas;
X – providências adotadas.

Art. 83. Deverá ser elaborado Plano Anual de Inspeção das obras em período de garantia quinquenal, com definição de periodicidade, responsáveis, metodologia, registros fotográficos e fluxo de cobrança da contratada.

CAPÍTULO XIX - DA METODOLOGIA BIM

Art. 84. O Município instituirá estratégia de implementação gradual da metodologia BIM nas contratações de projetos, obras e serviços de engenharia.

Art. 85. A estratégia municipal de BIM deverá contemplar:
I – diagnóstico da situação atual;
II – objetivos de curto, médio e longo prazo;
III – equipe responsável;
IV – plano de capacitação;
V – critérios para seleção de projetos-piloto;
VI – requisitos mínimos para contratação;
VII – padrões de entrega;
VIII – cronograma de implantação;
IX – integração com sistemas de gestão de obras.

Art. 86. Fica criada equipe ou grupo de trabalho responsável pela implementação da metodologia BIM, composta, sempre que possível, por representantes das áreas de planejamento, obras, engenharia, arquitetura, licitações, tecnologia da informação e controle interno.

Art. 87. O Plano de Implantação BIM — BIP deverá prever adoção gradual da metodologia, com ações estruturadas para curto, médio e longo prazos.

Art. 88. Nas contratações em que for exigida a metodologia BIM, o edital deverá prever a obrigatoriedade de apresentação do Plano de Execução BIM — BEP pela contratada, contendo os usos BIM aplicáveis, responsabilidades, softwares, formatos de entrega, níveis de desenvolvimento, cronograma e padrões de interoperabilidade.

CAPÍTULO XX - DA GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E CONTROLE

Art. 89. Compete à autoridade máxima de cada secretaria:
I – planejar suas contratações;
II – indicar demandas ao PCA;
III – designar responsáveis técnicos;
IV – garantir a adequada instrução dos processos;

V – acompanhar a execução dos contratos sob sua responsabilidade.

Art. 90. Compete ao setor de contratações:
I – coordenar procedimentos de licitação e contratação direta;
II – orientar unidades requisitantes;
III – manter modelos padronizados;
IV – acompanhar o PCA;
V – consolidar informações de contratações diretas;
VI – manter registros e relatórios gerenciais.

Art. 91. Compete à unidade de controle interno:
I – acompanhar a implementação deste Decreto;
II – recomendar melhorias;
IV –acompanhar relatórios de PCA, fiscalização, sanções, contratos e capacitação;
VI – comunicar à autoridade competente eventuais fragilidades relevantes.

Art. 92. A Administração deverá produzir, ao menos anualmente, relatório de governança das contratações públicas, contendo:
I – execução do PCA;
II – contratações realizadas;
III – contratações diretas por valor;
IV – capacitações realizadas;
V – distribuição de contratos por fiscal;
VI – contratos vencidos ou próximos do vencimento;
VII – sanções aplicadas;
VIII – pedidos de reequilíbrio analisados;
IX – situação das obras públicas;
X – acompanhamento da garantia quinquenal;
XI – evolução da implantação BIM.

CAPÍTULO XXI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 93. A Administração poderá expedir instruções normativas, manuais, checklists, formulários, fluxogramas e modelos padronizados para execução deste Decreto.

Art. 94. Integram este Decreto, para fins de padronização mínima:
I – Anexo I: modelo de Plano de Contratações Anual — PCA;
II – Anexo II: modelo de relatório de monitoramento do PCA;
III – Anexo III: roteiro mínimo de ETP;
IV – Anexo IV: modelo mínimo de Termo de Referência;
V – Anexo V: checklist de pesquisa de preços;
VI – Anexo VI: checklist de contratação direta;
VII – Anexo VII: modelo de justificativa de habilitação técnica e econômico-financeira;
VIII – Anexo VIII: modelo de matriz de riscos;
IX – Anexo IX: modelo de relatório de fiscalização contratual;
X – Anexo X: modelo de registro de ocorrência contratual;
XI – Anexo XI: fluxo de apuração de descumprimento contratual;
XII – Anexo XII: fluxo de análise de reequilíbrio econômico-financeiro;
XIII – Anexo XIII: modelo de controle de contratos por fiscal;
XIV – Anexo XIV: modelo de controle de garantia quinquenal;
XV – Anexo XV: modelo de plano anual de capacitação;
XVI – Anexo XVI: modelo de plano de implantação BIM.

Art. 95. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, ouvido o setor jurídico, o setor de contratações, a área técnica e o controle interno, conforme a matéria.

Art. 96. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 09 de outubro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

ANEXO I
MODELO DE PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL — PCA

Nº - Unidade Requisitante:
Objeto Pretendido:
Justificativa da Necessidade:
Natureza do Objeto:
Valor estimado:
Fonte de Recurso:
Dotação Orçamentária
Data Pretendida para Início do Processo:
Data Pretendida para Contratação:
Contratação Correlata ou Interdependente:
Responsável pela Demanda:
Prioridade:

Orientações para preenchimento

Unidade Requisitante: secretaria, departamento, divisão ou setor responsável pela solicitação.
Objeto Pretendido: descrição objetiva do bem, serviço, obra, locação ou solução de tecnologia da informação que se pretende contratar.
Justificativa da Necessidade: exposição dos motivos que demonstram a necessidade da contratação e os resultados esperados.
Natureza do Objeto: indicar se a contratação corresponde à compra, serviço, obra, locação ou solução de tecnologia da informação.
Valor Estimado: informar o valor aproximado da contratação, em reais.
Fonte de Recurso: identificar a origem dos recursos que custearão a contratação.
Dotação/Ação Orçamentária: informar a classificação ou ação orçamentária correspondente, quando disponível.
Data Pretendida para Início do Processo: indicar a previsão para encaminhamento da demanda e abertura do processo administrativo.
Data Pretendida para Contratação: indicar a data estimada para assinatura do contrato, emissão da nota de empenho ou instrumento equivalente.
Prioridade: classificar a demanda como alta, média ou baixa.
Contratação Correlata ou Interdependente: indicar se existem outras contratações relacionadas ou necessárias à plena execução do objeto. Em caso positivo, identificá-las na justificativa ou em campo complementar.
Responsável pela Demanda: informar o nome, cargo e setor do servidor responsável pelas informações e pelo acompanhamento da demanda.

ANEXO II
MODELO DE RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL — PCA

Instrumento destinado ao acompanhamento periódico da execução do Plano de Contratações Anual, com identificação de atrasos, alterações, riscos de descontinuidade, providências corretivas e responsáveis pelas medidas de regularização.
Identificação do monitoramento

Exercício		**Período**	☐ 1º quadrimestre ☐ 2º quadrimestre ☐ 3º quadrimestre ☐ Anual

Setor responsável		**Servidor responsável**	
Ato de designação		**Data de referência**	
Unidades abrangidas		**Data de elaboração**	

Resumo gerencial da execução do PCA

Total previsto	Iniciadas	Em andamento	Contratadas	Não iniciadas	Postergadas	Canceladas

Síntese do período: apresentar os principais avanços, atrasos, alterações relevantes, riscos identificados e medidas adotadas no período de monitoramento.
Acompanhamento das contratações previstas

Nº PCA	Unidade requisitante	Objeto	Valor estimado (R$)	Data prevista para início	Situação atual	Processo administrativo	Percentual/etapa	Pendência ou risco	Providência e responsável

Situação atual: não iniciada; em planejamento; em instrução; em licitação; contratada; postergada; cancelada; concluída.
Contratações críticas ou com risco de descontinuidade

Nº PCA	Objeto/serviço	Risco identificado	Impacto	Probabilidade	Medida imediata	Prazo e responsável

Classificação sugerida: impacto e probabilidade em baixa, média ou alta, com priorização das demandas capazes de afetar a continuidade dos serviços públicos.
Alterações realizadas no PCA

Nº	Tipo de alteração	Objeto	Unidade	Justificativa	Disponibilidade orçamentária	Manifestação do setor competente	Autoridade que aprovou

Tipo de alteração: inclusão, exclusão, alteração de objeto, valor, prazo, prioridade, fonte de recurso ou unidade responsável.

Justificativas para atrasos, postergações ou cancelamentos

Nº PCA	Ocorrência	Causa	Consequência	Medida corretiva	Novo prazo

7. Análise do monitoramento
☐ aderência entre as contratações executadas e o PCA aprovado;
☐ cumprimento das datas previstas para início e formalização das contratações;
☐ compatibilidade com a disponibilidade orçamentária e financeira;
☐ existência de demandas incluídas fora do planejamento inicial;
☐ ocorrência de atrasos decorrentes de falhas de planejamento ou instrução;
☐ risco de descontinuidade de serviços essenciais ou contratações intempestivas;
☐ necessidade de reprogramação, priorização ou adoção de medidas corretivas.
Análise detalhada:
_____.

Plano de providências

Achado ou pendência	Providência necessária	Unidade responsável	Servidor responsável	Prazo	Situação

Conclusão e encaminhamentos

☐ manutenção do cronograma originalmente previsto;
☐ reprogramação de prazos;
☐ alteração formal do PCA;
☐ priorização de contratações críticas;
☐ adoção de providências pela unidade requisitante;
☐ comunicação à autoridade superior;
☐ encaminhamento ao setor de planejamento, orçamento ou finanças;
☐ ciência ao Controle Interno para acompanhamento.

Conclusão fundamentada:

_____.

Responsáveis

Responsável pelo monitoramento	**Autoridade responsável pelo setor**
Nome: Cargo: Assinatura: Data:	Nome: Cargo: Assinatura: Data:
Ciência das unidades responsáveis pelas providências, quando aplicável:	

Orientação: o relatório deverá ser elaborado quadrimestralmente, ou em periodicidade definida pela Administração, mantido em processo eletrônico oficial e acompanhado dos registros necessários à comprovação das informações apresentadas.

ANEXO III
ROTEIRO MÍNIMO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR — ETP

1. Identificação da demanda
Unidade requisitante: Responsável pela elaboração: Objeto pretendido: Processo administrativo:
2. Descrição da necessidade
Descrever o problema, necessidade administrativa ou demanda pública que justifica a contratação.
3. Interesse público envolvido
Demonstrar de que forma a contratação atende ao interesse público, à continuidade dos serviços, à melhoria da gestão ou à execução de política pública.
4. Requisitos da contratação
Indicar os requisitos essenciais para atendimento da necessidade, considerando qualidade, segurança, desempenho, compatibilidade, sustentabilidade, manutenção, operação e demais condições necessárias.
5. Levantamento de mercado
Descrever as soluções existentes no mercado, fornecedores potenciais, tecnologias disponíveis e alternativas possíveis.
6. Análise das soluções possíveis

Solução Avaliada	**Vantagens**	**Desvantagens**	**Custo Estimado**	**Viabilidade Técnica**	**Viabilidade Econômica**
			R$		

7. Justificativa da solução escolhida
Indicar a solução considerada mais adequada, com justificativa técnica e econômica.
8. Estimativa de quantidades
Apresentar memória de cálculo, histórico de consumo, demanda projetada ou outro critério utilizado.
9. Estimativa preliminar de valor
Informar valor estimado preliminar e metodologia utilizada.
10. Justificativa quanto ao parcelamento ou não da contratação
A contratação será parcelada?
( ) Sim ( ) Não
Justificativa técnica e econômica:

A justificativa deve considerar viabilidade técnica, economia de escala, competitividade, capacidade de gestão contratual, mercado fornecedor e risco de prejuízo à execução.

11. Resultados pretendidos

Descrever os resultados esperados em termos de:

I – economicidade; II – eficiência; III – melhor aproveitamento de recursos humanos; IV – melhor aproveitamento de recursos materiais; V – melhor aproveitamento de recursos financeiros; VI – melhoria do serviço público.

12. Contratações correlatas ou interdependentes

A contratação demanda outras contratações correlatas ou interdependentes?

( ) Sim ( ) Não

Quais:

Providências necessárias:

13. Providências prévias à contratação

Indicar necessidade de capacitação, adequação de espaço físico, infraestrutura, licenças, autorizações, desapropriações, integração com sistemas ou outras providências.

14. Análise de riscos preliminares

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medida Preventiva	Responsável
	Baixa / Média / Alta	Baixo / Médio / Alto		

15. Requisitos adicionais para obras públicas

Quando se tratar de obra pública, o ETP deverá conter:

I – previsão dos custos de operação após a entrega da obra, incluindo pessoal, equipamentos, insumos e manutenção; II – levantamento cadastral atualizado da área; III – identificação de lotes, confrontações e interferências naturais; IV – identificação de interferências de concessionárias, como postes, redes de água, esgoto, gás, energia elétrica e telecomunicações; V – verificação da necessidade de desapropriação, servidão, regularização fundiária ou comprovação de posse; VI – estimativa de custos futuros de manutenção e operação.

16. Conclusão

Diante da análise realizada, conclui-se que:

( ) a contratação é viável e recomendada; ( ) a contratação é viável com ajustes; ( ) a contratação não é recomendada.

Justificativa final:

Assinaturas: Responsável pela elaboração: Unidade requisitante: Unidade técnica, quando houver:

ANEXO IV

MODELO MÍNIMO DE TERMO DE REFERÊNCIA — TR

1. Identificação

Unidade requisitante: Objeto: Processo administrativo: Responsável pela elaboração:

2. Definição do objeto

Descrever de forma clara, objetiva e precisa o objeto da contratação.

3. Justificativa da contratação

Apresentar a necessidade administrativa, o interesse público envolvido e a vinculação ao PCA.

4. Requisitos da contratação

Indicar os elementos necessários ao atendimento da necessidade, tais como:

I – qualidade mínima; II – desempenho esperado; III – compatibilidade; IV – durabilidade; V – segurança; VI – normas técnicas aplicáveis; VII – sustentabilidade; VIII – manutenção e assistência técnica, quando cabíveis.

5. Especificações técnicas

Item	Descrição Técnica	Unidade	Quantidade	Critério de Qualidade

6. Descrição da solução como um todo
Descrever a solução considerando todo o ciclo de vida do objeto, incluindo:
I – aquisição ou implantação;
II – operação;
III – manutenção;
IV – atualizações;
V – reposição de peças;
VI – descarte final; VII – custos futuros.

7. Modelo de execução do objeto
Descrever como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o início até o encerramento da execução.
Deverão ser definidos:
I – local de execução;
II – forma de entrega ou prestação;
III – etapas de execução;
IV – prazos intermediários;
V – obrigações da contratada;
VI – obrigações da Administração.

8. Modelo de gestão e fiscalização
Indicar como a execução será acompanhada, verificada e fiscalizada.

Função	Responsável	Atribuições
Gestor do contrato		
Fiscal titular		
Fiscal suplente		
Fiscal técnico, quando houver		

9. Critérios de medição
Definir critérios objetivos para medição dos serviços, fornecimentos ou etapas executadas.

Etapa/Serviço	Critério de Medição	Documento Comprobatório	Periodicidade

10. Critérios de pagamento
Indicar:
I – condição para pagamento;
II – documentos exigidos;
III – periodicidade;
IV – prazo para liquidação;
V – prazo para pagamento;
VI – hipóteses de glosa;
VII – retenções legais aplicáveis.

11. Prazo de vigência contratual
Prazo proposto: Justificativa técnica: Possibilidade de prorrogação: ( ) Sim ( ) Não
Justificativa:

12. Garantia contratual, manutenção e assistência técnica
Será exigida garantia contratual? ( ) Sim ( ) Não
Justificativa:

Condições de manutenção/assistência técnica:

13. Adequação orçamentária

Fonte de recurso: Dotação: Programa/Ação: Elemento de despesa:

14. Sanções e infrações contratuais
Descrever condutas que caracterizam infração e sanções correspondentes.
15. Recebimento provisório e definitivo
Definir condições e prazos para recebimento provisório e definitivo.
16. Assinaturas
Responsável pela elaboração: Unidade requisitante: Autoridade competente:

ANEXO V
CHECKLIST DE PESQUISA DE PREÇOS

Item	Verificação	Sim	Não	Não se aplica	Observação
1	O objeto pesquisado está claramente descrito?				
2	Foram consultados bancos de preços ou painéis públicos?				
3	Foram consultadas contratações similares de outros órgãos públicos?				
4	Foram consultadas atas de registro de preços vigentes?				
5	Houve pesquisa direta com fornecedores, quando necessário?				
6	Foram indicadas as fontes consultadas?				
7	Houve justificativa para exclusão de preços inexequíveis ou excessivos?				
8	Foi indicada a metodologia de cálculo do preço estimado?				
9	A pesquisa foi assinada pelo responsável?				
10	Nas contratações diretas, a pesquisa foi igualmente realizada e documentada?				

Conclusão da pesquisa
Preço estimado da contratação: R$ Metodologia utilizada: ( ) média ( ) mediana ( ) menor preço válido ( ) outra justificativa:

ANEXO VI
CHECKLIST DE CONTRATAÇÃO DIRETA

1. Identificação
Processo administrativo: Objeto: Valor estimado: Fundamento legal: ( ) Dispensa ( ) Inexigibilidade
2. Documentos obrigatórios

Item	Documento	Sim	Não	Não se aplica
1	Documento de formalização da demanda			
2	Justificativa da necessidade			
3	ETP, quando cabível			
4	Termo de Referência ou Projeto Básico			
5	Pesquisa de preços			
6	Justificativa do preço			
7	Razão da escolha do contratado			
8	Demonstração da hipótese legal			
9	Documentos de habilitação			
10	Regularidade fiscal e trabalhista			
11	Parecer jurídico, quando exigível			
12	Autorização da autoridade competente			
13	Publicação do ato, quando cabível			

3. Inexigibilidade por fornecedor exclusivo

Verificação	Sim	Não	Não se aplica
Há comprovação formal da exclusividade?			
Foram realizadas diligências para confirmar a exclusividade?			
A inviabilidade de competição está clara e documentada?			

A escolha do fornecedor foi tecnicamente justificada?			

4. Inexigibilidade por serviço técnico especializado

Verificação	Sim	Não	Não se aplica
A qualificação técnica foi comprovada?			
A notória especialização guarda relação específica com o objeto?			
A inviabilidade de competição foi demonstrada?			
A justificativa da escolha está fundamentada?			

5. Dispensa por valor

Verificação	Sim	Não	Não se aplica
Houve consulta ao controle de contratações diretas por valor?			
Foi verificada a soma de objetos semelhantes no exercício?			
Há declaração de ausência de fracionamento indevido?			

6. Dispensa emergencial

Verificação	Sim	Não	Não se aplica
A situação é imprevisível e urgente?			
Há risco concreto de dano ou descontinuidade de serviço?			
A contratação limita-se ao necessário para enfrentar a emergência?			
Está justificada a impossibilidade de procedimento ordinário?			

ANEXO VII
MODELO DE JUSTIFICATIVA DE HABILITAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA
1. Identificação
Processo licitatório: Objeto: Modalidade: Unidade requisitante:
2. Justificativa dos requisitos de habilitação técnica

Requisito Exigido	Finalidade	Relação com o Objeto	Justificativa de Necessidade	Risco Mitigado

Declaração técnica
Declara-se que os requisitos de habilitação técnica exigidos no edital foram analisados e justificados formalmente no processo licitatório, restringindo-se ao mínimo necessário para garantir a execução adequada do objeto, sem comprometer indevidamente a competitividade.
3. Justificativa dos requisitos econômico-financeiros

Requisito Exigido	Percentual/Índice	Justificativa	Proporcionalidade em Relação ao Objeto

Declaração econômico-financeira
Declara-se que os requisitos de habilitação econômico-financeira foram definidos de modo pertinente e proporcional ao objeto, considerando valor, complexidade, prazo, riscos e necessidade de assegurar a capacidade de execução contratual.
4. Assinaturas
Responsável técnico: Setor de contratações: Autoridade competente:

ANEXO VIII
MODELO DE MATRIZ DE RISCOS

Processo: Objeto: Contrato: Unidade responsável:

Nº	Evento de Risco	Causa Provável	Consequência	Probabilidade	Impacto	Responsável pelo Risco	Medida Preventiva	Medida de Resposta	Impacto no Prazo/Custo	Alocação do Risco
1				Baixa / Média / Alta	Baixo / Médio / Alto	Administração / Contratada / Compartilhado				

Classificação da obrigação
Nos regimes de contratação integrada ou semi-integrada, indicar:

Parcela do objeto	Obrigação de meio	Obrigação de resultado	Liberdade metodológica da contratada	Observação
	Sim / Não	Sim / Não	Sim / Não	

Aprovação

Responsável técnico: Setor de contratações: Autoridade competente:

ANEXO IX
MODELO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL
1. Identificação do contrato
Contrato nº: Processo: Contratada: Objeto: Vigência: Gestor: Fiscal titular: Fiscal suplente: Período fiscalizado:
2. Situação da execução

Item Verificado	Conforme	Não Conforme	Não se aplica	Observação
Objeto executado conforme contrato				
Prazo de execução observado				
Quantitativos compatíveis				
Qualidade adequada				
Documentação apresentada				
Obrigações trabalhistas/previdenciárias, quando aplicável				
Equipamentos, materiais ou equipe adequados				
Ocorrências registradas				

3. Medição ou avaliação do resultado
Critério de medição utilizado: Valor medido: Valor glosado, se houver: Justificativa da glosa:
4. Ocorrências verificadas

Data	Ocorrência	Providência adotada	Houve notificação?	Prazo concedido
			Sim / Não	

5. Conclusão do fiscal
( ) Execução regular, apta à liquidação/pagamento. ( ) Execução regular com ressalvas. ( ) Execução irregular, recomendando glosa. ( ) Execução irregular, recomendando notificação da contratada. ( ) Execução irregular, recomendando apuração de descumprimento contratual.
Justificativa:

Assinatura do fiscal: Data:

ANEXO X
MODELO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA CONTRATUAL

Contrato nº: Processo: Contratada: Objeto: Fiscal responsável: Data da ocorrência:
1. Descrição da ocorrência

2. Cláusula contratual relacionada

3. Evidências anexadas
( ) Fotografias ( ) Relatório técnico ( ) E-mails/comunicações ( ) Medição ( ) Notas fiscais ( ) Outros: _____

4. Gravidade preliminar
( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
5. Providência recomendada
( ) Ciência ao gestor ( ) Notificação da contratada ( ) Correção imediata ( ) Glosa ( ) Instauração de processo sancionatório ( ) Rescisão/extinção contratual ( ) Outra: _____
6. Assinatura
Fiscal do contrato: Gestor do contrato:

ANEXO XI
FLUXO DE APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Etapas do procedimento

Etapa	Responsável	Prazo sugerido	Documento produzido
1. Identificação da ocorrência	Fiscal do contrato	Imediato	Registro de Ocorrência
2. Comunicação ao gestor	Fiscal	Até 2 dias úteis	Despacho ou comunicação interna
3. Notificação da contratada	Gestor/Setor competente	Até 5 dias úteis	Notificação
4. Prazo para manifestação ou correção	Contratada	Prazo definido na notificação	Defesa ou comprovação
5. Análise da manifestação	Fiscal/Gestor	Até 5 dias úteis	Relatório técnico
6. Manifestação jurídica, quando cabível	Procuradoria/Jurídico	Conforme complexidade	Parecer
7. Decisão administrativa	Autoridade competente	Até 10 dias úteis após instrução	Decisão
8. Aplicação de sanção ou arquivamento	Autoridade competente	Após decisão	Ato administrativo
9. Registro no histórico da contratada	Setor de contratações	Após decisão	Registro cadastral

2. Garantias do procedimento
O procedimento deverá assegurar:
I – formalização em processo administrativo;
II – notificação da contratada;
III – prazo para defesa ou correção;
IV – análise técnica;
V – decisão motivada;
VI – registro das sanções aplicadas;
VII – comunicação aos setores envolvidos.

ANEXO XII
FLUXO DE ANÁLISE DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. Requerimento da contratada
O pedido deverá conter:
I – identificação do contrato;
II – descrição do fato gerador;
III – data de ocorrência;
IV – demonstração do impacto econômico;
V – documentos comprobatórios;
VI – planilha comparativa dos custos originais e atuais;
VII – valor pleiteado.

2. Checklist de instrução

Item	Documento/Análise	Sim	Não	Não se aplica
1	Requerimento formal da contratada			
2	Indicação do fato gerador			
3	Demonstração da imprevisibilidade ou extraordinariedade, quando exigível			
4	Comprovação documental do aumento de custo			

5	Planilha comparativa			
6	Análise do fiscal			
7	Análise do gestor			
8	Análise técnica ou contábil, quando necessária			
9	Parecer jurídico, quando cabível			
10	Decisão motivada da autoridade competente			

3. Fluxo

Etapa	Responsável	Documento
Protocolo do pedido	Contratada	Requerimento
Conferência documental	Gestor do contrato	Despacho
Análise da execução	Fiscal do contrato	Relatório
Análise econômica	Unidade técnica/contábil	Nota técnica
Análise jurídica	Procuradoria/Jurídico	Parecer
Decisão	Autoridade competente	Decisão motivada
Formalização	Setor de contratos	Termo aditivo/apostilamento, quando cabível

ANEXO XIII
MODELO DE CONTROLE DE CONTRATOS POR FISCAL

Fiscal	Cargo	Secretaria	Contrato	Objeto	Valor	Complexidade	Natureza	Local de Execução	Carga Estimada	Fiscal Suplente	Situação
					R$	Baixa / Média / Alta	Compra / Serviço / Obra / Dedicação exclusiva		Baixa / Média / Alta		Ativo / Encerrado

Critérios de avaliação de carga

Critério	Pontuação
Baixa complexidade	1
Média complexidade	2
Alta complexidade	3
Execução em múltiplos locais	2
Dedicação exclusiva de mão de obra	3
Obra ou serviço de engenharia	3
Alto valor contratado	2
Histórico de ocorrências	2

Conclusão
Total de contratos por fiscal: Há indício de sobrecarga? ( ) Sim ( ) Não
Providência recomendada: ( ) manter distribuição atual; ( ) designar fiscal adicional; ( ) redistribuir contratos; ( ) capacitar fiscal; ( ) revisar designações.

ANEXO XIV
MODELO DE CONTROLE DE GARANTIA QUINQUENAL DE OBRAS

Nº	Obra	Contrato	Empresa	Data do Recebimento Definitivo	Prazo Final da Garantia	Responsável pelo Acompanhamento	Inspeções Realizadas	Defeitos Identificados	Notificações Expedidas	Providências

Plano de inspeção

Obra	Data Prevista da Inspeção	Responsável	Tipo de Verificação	Resultado	Providência
			Estrutural / Acabamento / Instalações / Drenagem / Pavimentação		

Relatório de inspeção
Obra: Data da vistoria: Responsável técnico: Condições verificadas:

Há defeitos aparentes? ( ) Sim ( ) Não
Descrição dos defeitos:

Necessidade de notificação da empresa? ( ) Sim ( ) Não
Prazo concedido:

ANEXO XV
MODELO DE PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

1. Identificação
Exercício: Órgão responsável: Servidor responsável pelo acompanhamento:
2. Público-alvo

Área/Função	Servidores Identificados	Necessidade de Capacitação
PCA		
ETP e TR		
Compras e licitações		
Agente de contratação/pregoeiro/equipe de apoio		
Jurídico		
Gestão e fiscalização contratual		
Obras públicas		
Engenharia e arquitetura		
BIM		

3. Ações de capacitação previstas

Nº	Tema	Público-alvo	Modalidade	Carga Horária	Período Previsto	Instituição/Responsável
1	Elaboração e monitoramento do PCA	Servidores responsáveis pelo PCA	Presencial / Online			
2	Estudos Técnicos Preliminares e Termo de Referência	Unidades requisitantes e técnicas	Presencial / Online			
3	Pesquisa de preços e contratação direta	Compras/licitações	Presencial / Online			
4	Gestão e fiscalização de contratos	Gestores e fiscais	Presencial / Online			
5	Obras públicas e fiscalização técnica	Engenheiros, arquitetos e fiscais de obras	Presencial / Online			
6	Metodologia BIM	Projetos, obras, engenharia, arquitetura e licitações	Presencial / Online			

4. Registro das capacitações realizadas

Servidor	Cargo/Função	Tema do Curso	Carga Horária	Data	Instituição	Certificado Anexado
						Sim / Não

5. Relatório anual de execução
Ao final do exercício, deverá ser elaborado relatório indicando:
I – capacitações previstas;
II – capacitações realizadas;
III – servidores capacitados;
IV – servidores não capacitados;
V – justificativas;
VI – necessidade de continuidade no exercício seguinte.

ANEXO XVI
MODELO DE PLANO DE IMPLANTAÇÃO BIM — BIP

1. Identificação
Município:

Órgão responsável:
Equipe responsável:
Período de implantação:

2. Diagnóstico inicial

Descrever a situação atual do Município quanto a:
I – uso de softwares de projeto;
II – existência de equipe técnica;
III – capacitação dos servidores;
IV – tipos de obras contratadas;
V – sistemas de gestão de obras;
VI – maturidade digital da área de engenharia e arquitetura.

3. Objetivos da implantação BIM

I – modernizar a elaboração e contratação de projetos;
II – melhorar a compatibilização de disciplinas;
III – reduzir falhas de projeto;
IV – melhorar estimativas de custo e prazo;
V – aperfeiçoar o acompanhamento de obras;
VI – ampliar a transparência e qualidade dos empreendimentos.

4. Equipe de implantação BIM

Nome	Cargo	Área	Função no BIP
		Engenharia / Arquitetura / Licitações / TI / Controle Interno	

5. Cronograma de implantação gradual

Prazo	Ação	Responsável	Produto Esperado
Curto prazo	Diagnóstico e capacitação inicial		Relatório e certificados
Curto prazo	Definição de projetos-piloto		Lista de projetos
Médio prazo	Inclusão de requisitos BIM em editais selecionados		Editais adaptados
Médio prazo	Exigência de BEP nas contratações-piloto		Planos de Execução BIM
Longo prazo	Ampliação gradual do BIM para obras de maior complexidade		Política consolidada

6. Critérios para escolha de projetos-piloto

I – valor da obra;
II – complexidade técnica;
III – relevância pública;
IV – disponibilidade de equipe técnica;
V – possibilidade de ganhos de compatibilização;
VI – risco de aditivos por falhas de projeto.

7. Requisitos mínimos para contratação com BIM

Quando exigida a metodologia BIM, o edital deverá prever:
I – apresentação de Plano de Execução BIM — BEP;
II – usos BIM pretendidos;
III – formatos de entrega;
IV – níveis de desenvolvimento;
V – responsabilidades da contratada;
VI – padrões de interoperabilidade;
VII – cronograma de entregas;
VIII – propriedade e acesso aos modelos e arquivos;
IX – entrega de documentação técnica ao Município.

8. Plano de capacitação BIM

Público	Tema	Carga Horária	Prazo
Engenharia e arquitetura	Fundamentos BIM		
Licitações	Contratação de projetos em BIM		
Fiscalização de obras	Uso de modelos BIM na fiscalização		
TI	Armazenamento e interoperabilidade		

9. Monitoramento
O avanço da implantação BIM será acompanhado por relatório anual contendo:
I – ações executadas;
II – servidores capacitados;
III – projetos-piloto selecionados;
IV – contratações com exigência BIM;
V – dificuldades encontradas;
VI – providências para o exercício seguinte.

ANEXO XVII
MODELO DE ESTUDO DE DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

1. Identificação
Órgão responsável: Exercício: Período de análise: Responsável pela elaboração:
2. Objetivo
Avaliar o quantitativo ideal de servidores necessários para atuação nas etapas de planejamento, seleção do fornecedor, formalização, gestão e fiscalização das contratações públicas.
3. Áreas analisadas

Área	Servidores Atuais	Quantitativo Ideal	Déficit/Superávit	Observações
Elaboração e monitoramento do PCA				
Elaboração de ETP e TR				
Compras e licitações				
Agentes de contratação/pregoeiros/equipe de apoio				
Departamento jurídico de contratações				
Gestão e fiscalização de contratos				
Fiscalização de obras				
Engenharia e arquitetura				
Apoio tecnológico				

4. Critérios utilizados
Para definição do quantitativo ideal, deverão ser considerados:
I – número de processos licitatórios anuais;
II – número de contratações diretas;
III – número de contratos vigentes;
IV – complexidade dos objetos;
V – volume de obras e serviços de engenharia;
VI – número de secretarias atendidas;
VII – prazos legais e administrativos;
VIII – nível de informatização;
IX – capacitação da equipe;
X – risco de descontinuidade ou sobrecarga.
5. Conclusão
O quantitativo atual de servidores é:
( ) suficiente; ( ) parcialmente suficiente; ( ) insuficiente.
Providências recomendadas:
( ) capacitação; ( ) redistribuição de servidores; ( ) designação formal de responsáveis; ( ) criação ou provimento de cargos; ( ) contratação de apoio técnico especializado, quando juridicamente cabível; ( ) melhoria de sistemas e ferramentas tecnológicas.

ANEXO XVIII
MODELO DE CONTROLE FORMAL DE CONTRATAÇÕES DIRETAS POR VALOR

Nº	Processo	Unidade	Objeto	Categoria do Objeto	Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor	Data	Fundamento Legal	Há Objetos Semelhantes no Exercício?	Valor Acumulado	Risco de Fracionamento
							R$			Sim / Não	R$	Baixo / Médio / Alto

Análise de controle
Antes de autorizar nova dispensa por valor, o setor responsável deverá verificar:
I – se existem contratações anteriores de objeto semelhante;
II – se a soma das contratações ultrapassa o limite legal;
III – se a demanda poderia ter sido planejada de forma conjunta;
IV – se há risco de fracionamento indevido;
V – se há justificativa para contratação autônoma.

Publicado por:
Ana Carolina Rodrigues Weiss Havrechaki
Código Identificador:AB86A235

